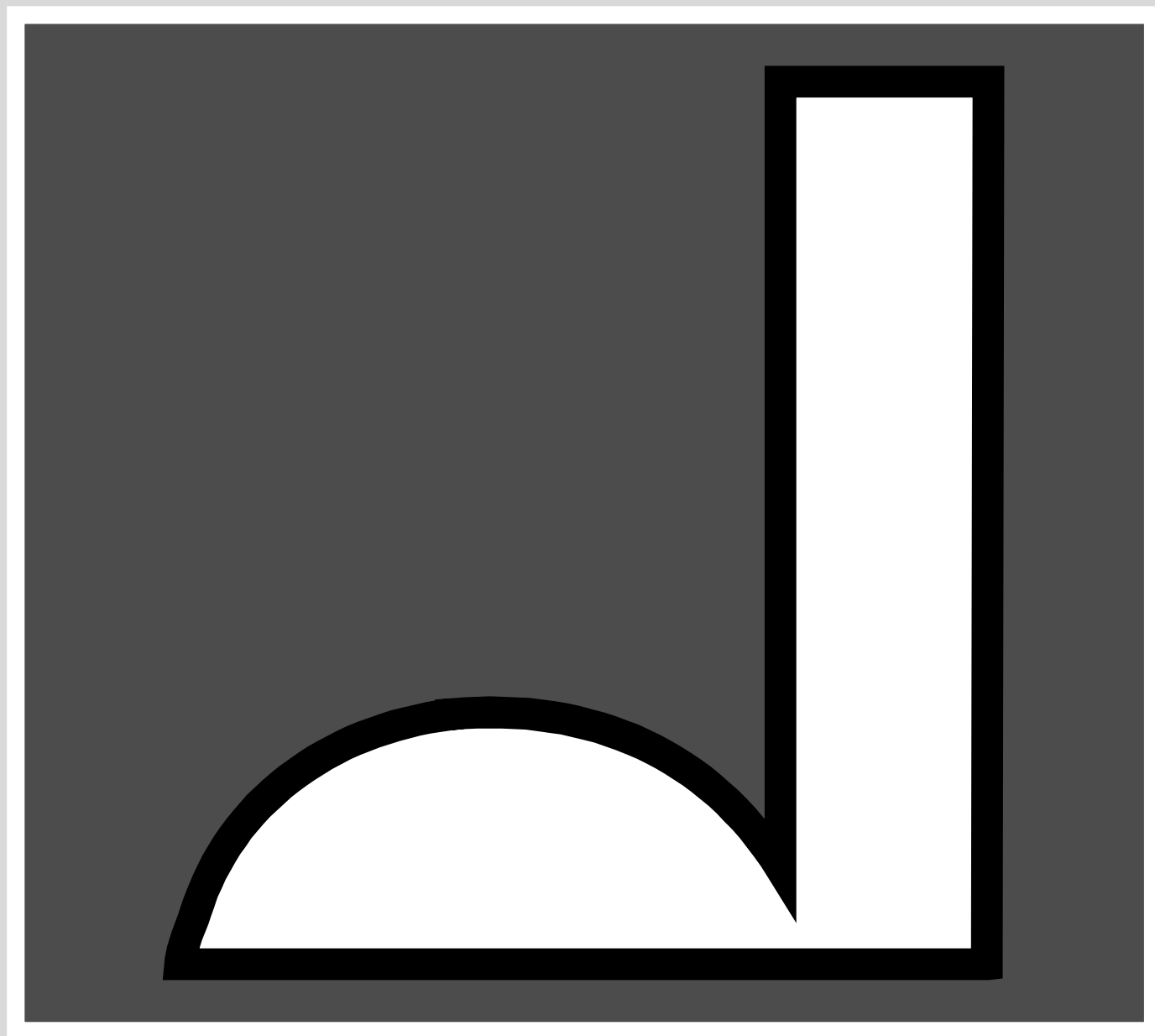




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 115 - TERÇA-FEIRA, 04 DE SETEMBRO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA A REALIZAR-SE NO DIA 5 DE SETEMBRO, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS E DOS PROJETOS DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL NºS 8, 17, 22, 27 E 29, DE 2001.

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

- Nº 301, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva, "Acred – Elias Fausto" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elias Fausto, Estado de São Paulo. 19623
- Nº 302, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Aracruz – AMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreiras, Estado da Bahia. 19623
- Nº 303, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural e Comunitária José Gervásio de Araújo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urbano Santos, Estado do Maranhão. 19623
- Nº 304, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Comunidade São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeirinho, Estado da Paraíba..... 19623
- Nº 305, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária MadreFM a executar serviço de radiodifusãocomunitária na cidade de Madre de Deus, Estado da Bahia. 19624
- Nº 306, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Pérola FM – AMCRP/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conchas, Estado de São Paulo. 19624
- Nº 307, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Metropolitana Cultural e Artística "Dom Aloísio Roque Opperman" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais. 19624

Nº 308, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ecológica do Rio Camboriú – ACERC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.	19624
Nº 309, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto – ACCR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito do Rio Preto, Estado do Maranhão.	19625
Nº 310, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Comunidade Amiga de Radiodifusão Florânia – CARFLOR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florânia, Estado do Rio Grande do Norte.	19625
Nº 311, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquim, Estado de Sergipe.	19625
Nº 312, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Girau do Ponciano, Estado de Alagoas.	19625

SENADO FEDERAL

2 – RESOLUÇÃO

Nº 16, de 2001, que autoriza a União a realizar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Débitos da República Unida da Tanzânia para com a República Federativa do Brasil, no valor de US\$232,496,852.14 (duzentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e dois dólares norte-americanos e catorzencentavos), em consonância com a Ata de Entendimento celebrada, no âmbito do chamado "Clube de Paris".	19626

3 – ATA DA 106ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 3 DE SETEMBRO DE 2001

3.1 – ABERTURA

3.2 – EXPEDIENTE

3.2.1 – Pareceres

Nºs 905 a 908, de 2001, da Mesa do Senado Federal, sobre os Requerimentos nºs 414, 415, 421 e 449, de 2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra e Antonio Carlos Valadares, respectivamente, solicitando informações a Ministros de Estado.	19627

Nº 909, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 58, de 2000 (nº 1.655/2000, na origem), encaminhando cópia da Decisão nº 214, de 2000, adotadas pelo Ple-	

nário do Tribunal de Contas da União, referente a auditoria realizada na Caixa Econômica Federal – CEF.	19628

Nº 910, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 151, de 2000 (nº 5.212/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 643, de 2000, referente à auditoria realizada no Hospital Goiânia Leste Ltda., com o objetivo de dar atendimento à solicitação do Congresso Nacional, ao ter presente o Relatório final da Comissão de Inquérito destina a apurar irregularidades no extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS/SUS (TC nº 006.656/2000-3).	19629

Nºs 911 e 912, de 2001, da Mesa Diretora e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, respectivamente, sobre o Requerimento nº 230, de 2001, da Senadora Marina Silva, solicitando ao Ministro da Fazenda informações sobre a lista de todas as operações de crédito externo (empréstimos e financiamentos), realizadas com o setor privado brasileiro, de 1990 à presente data especificando as condições estabelecidas em cada uma das operações contratadas. 19630

Nº 913, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 302, de 2001, dos Senadores Eduardo Suplicy e Jefferson Péres, solicitando ao Ministro da Fazenda informações sobre os cotistas e acionistas dos fundos de investimentos, principalmente de juros e câmbio, mais lucrativos, dos bancos FonteCidam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual, durante os anos de 1997, 1998 e primeiro semestre de 1999, especificando os volumes mensais negociados – posições compradas e vendidas – e a porcentagem de lucro em relação aos recursos inicialmente aplicados. 19633

Nº 914, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 16, de 1999 (nº 83/99, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 51, de 1999 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, referente a denúncia de irregularidades em acordo extrajudicial firmado entre o DNER e a Empresa Pedra Bonita Empreendimentos Hoteleiros Ltda. (TC nº 015.333/97-3). 19639

3.2.2 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que os Requerimentos nºs 230 e 302, de 2001, cujos pareceres foram lidos anteriormente, continuem as suas tramitações. 19640

Prejudicialidade do Requerimento nº 451, de 2001, lido na sessão de 16 agosto último, em virtude de haver perdido a oportunidade, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno. Ao Arquivo. 19641

Aprovação dos Requerimentos nºs 414, 415, 421 e 449, de 2001, de autoria dos Senadores Carlos Bezerra e Antonio Carlos Valadares, solicitando informações a Ministros de Estado..... 19641

Referente às providências necessárias que serão tomadas em relação ao Parecer nº 914, de 2001, sobre o Aviso nº 16, de 1999, lido anteriormente, a fim de atender às solicitações contidas em suas conclusões. 19641

3.2.3 – Ofício

Nº 190/01, de 23 de agosto último, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 22, de 2001, destinada a apurar, no prazo de 180 dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de Organizações Não-Governamentais – ONG. 19641

3.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Homenagem póstuma ao cardiologista Dr. Christian Bernard, falecido em Chipre, ontem. 19641

SENADOR MOREIRA MENDES – Regozijo pela comemoração dos 29 anos de existência, em 1º de setembro, da Rede Amazônica de Rádio e Televisão. 19642

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa da instituição do Senado Federal, alvo de denúncias de envolvimento de seus membros em diversas irregularidades. 19644

SENADOR OSMAR DIAS – Críticas ao desperdício de dinheiro público em obras inacabadas como o Fórum de Curitiba. 19647

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Registro da realização, no Rio de Janeiro, da reunião do diretório regional do PDT. 19651

SENADOR LAURO CAMPOS – Incoerência do pensamento econômico de Fernando Henrique Cardoso. 19654

SENADOR LINDBERG CURY – Preocupação com a situação de penúria dos servidores públicos, em especial do Distrito Federal, há mais de sete anos sem reajuste salarial. 19657

SENADOR ÁLVARO DIAS – Intenção de ingresso na justiça de ação popular, visando impedir o leilão da Companhia de Eletricidade do Paraná. 19660

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Defesa da autonomia orçamentária da Defensoria Pública, no bojo da reforma do Judiciário. 19663

3.2.5 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 2.209, em 29 de agosto de 2001 e publicada no dia 30 do mesmo mês e ano, que autoriza a União a criar a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação. 19666

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 2.210, em 29 de agosto de 2001 e publicada no dia 30 do mesmo mês e ano, que abre crédito extraordinário, em

favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para os fins que especifica. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.....	19667	3.3 – ENCERRAMENTO	
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 2.211, em 29 de agosto de 2001 e publicada no dia 30 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos das Leis nºs 9.995, de 25 de julho de 2000, e 10.266, de 24 de julho de 2001, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração das leis orçamentárias de 2001 e 2002, respectivamente. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.....	19667	4 – TRECHO DE ATA	
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 2.212, em 30 de agosto de 2001 e publicada no dia 31 do mesmo mês e ano, que cria o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.....	19668	Ata da 104ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2001 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente, referente à publicação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2000.....	19674
3.2.6 – Leitura de requerimento		5 – RETIFICAÇÃO	
Nº 486, de 2001, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Amary Müller, ocorrido na última sexta-feira, no Rio Grande do Sul. Aprovado	19669	Ata da 98ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 22 de agosto de 2001 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.....	19675
3.2.7 – Discursos encaminhados à publicação		6 – EMENDA	
SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Importância do trabalho realizado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, para garantia de um padrão internacional de bens e serviços brasileiros.....	19669	Nº 74, adicionada à Medida Provisória nº 2.143-36, de 2001.	19677
SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Considerações sobre o anúncio pelo IBGE de uma produção agrícola brasileira de cem milhões de toneladas.....	19671	7 – ATAS DE COMISSÃO	
3.2.8 – Comunicação da Presidência		Atas das 1ª a 7ª, 9ª a 14ª Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas Empresas de Transportes Rodoviário, Ferroviário e Aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas, realizadas em 15, 16, 17 e 27 de março, 5, 6, 17, 26 e 27 de abril, 3, 8 e 15 de maio, e 27 de junho de 2001, respectivamente.	19679
Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.	19672	8 – PORTARIA DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO	
		Nº 53, de 2001.	20690
		9 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
		Nº 1.617, de 2001, referente à servidora Evani Sucupira Leite. (<i>Republicação</i> .)	20690
		Nº 1.649, de 2001.....	20691
		Nº 1.650, de 2001, referente ao servidor Juarez de Oliveira Costa.	20691
		Nºs 1.651 a 1.659, de 2001.	20692
		10 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)	
		11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Intero, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 301, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Recreativa E Desportiva, “ACRED – ELIAS FAUSTO” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elias Fausto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 208, de 31 de maio de 2000, que autoriza a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva, “ACRED – Elias Fausto” a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elias Fausto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Intero, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 302, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Aracruz – AMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 193, de 17 de maio de 2000, que autoriza a Associação dos Moradores do Aracruz – AMA a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Intero, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 303, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural E Comunitária José Gervásio de Araújo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urbano Santos, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 191, de 17 de maio de 2000, que autoriza a Fundação Cultural e Comunitária José Gervásio de Araújo a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urbano Santos, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 304, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Comunidade São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeirinho, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 155, de 25 de abril de 2000, que autoriza a Associação Comunitária da Comunidade São José a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeirinho, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 305, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a associação rádio comunitária mãe fm a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Madre de Deus, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 222, de 31 de maio de 2000, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Mãe FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Madre de Deus, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino,

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 306, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a associação movimento comunitário rádio pérola fm – Amcrp/fm a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 209, de 31 de maio de 2000, que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Pérola FM – AMCRP/FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 307, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a associação Metropolitana cultural e artística “dom aloísio roque opperman” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 143, de 25 de abril de 2000, que autoriza a Associação Metropolitana Cultural e Artística “Dom Aloísio Roque Opperman” a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 308, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ecológica do Rio Camboriú – ACERC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 94, de 22 de março de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Ecológica do Rio Camboriú – ACERC a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 309, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a associação Cultural Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto – ACCR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito do Rio Preto, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 72, de 21 de março de 2000, que autoriza a Associação Cultural Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto – ACCR a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito do Rio Preto, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de Setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 310, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a comunidade amiga de radiodifusão florânia – carflor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florânia, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 104, de 30 de julho de 1999, que autoriza a Comunidade Amiga de Radiodifusão Florânia – CARFLOR a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florânia, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 311, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a associação comunitária sócio-cultural hermes fontes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquim, Estado de Sergipe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 8, de 10 de janeiro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquim, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 312, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Girau do Ponciano, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 196, de 26 de novembro de 1999, que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Girau do Ponciano, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001.
– Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interino, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2001

Autoriza a União a realizar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Débitos da República Unida da Tanzânia para com a República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 232,496,852.14 (duzentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e dois dólares norte-americanos e catorze centavos), em consonância com a Ata de Entendimento celebrada, no âmbito do chamado “Clube de Paris”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizada a União a realizar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Débitos da República Unida da Tanzânia para com a República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 232,496,852.14 (duzentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e dois dólares norte-americanos e catorze centavos), firmado em 21 de outubro de 1998, em consonância com a Ata de Entendimento celebrada, no âmbito do chamado “Clube de Paris”.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º deverá apresentar as seguintes características:

I – dívidas da seguinte natureza: 100% (cem por cento) dos valores de principal e juros, devidos até 30 de novembro de 1996 (incluindo juros sobre atrasados), e, também, 100% (cem por cento) dos valores de principal e juros (excluídos os juros sobre atrasados), devidos no pe-

ríodo compreendido entre 1º de dezembro de 1996 e 31 de dezembro de 1997;

II – valor reescalonado: US\$ 232,496,852.14 (duzentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e dois dólares norte-americanos e catorze centavos);

III – condições de pagamento: sessenta e seis parcelas semestrais em percentuais crescentes de 0,16% (dezesseis centésimos por cento) a 5,06% (cinco inteiros e seis centésimos por cento), sendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 1998, no valor de US\$ 371,994.96 (trezentos e setenta e um mil, novecentos e noventa e quatro dólares norte-americanos e noventa e seis centavos), e o último, em 1º de junho de 2031, no valor de US\$ 11,764,340.75 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta dólares norte-americanos e setenta e cinco centavos);

IV – taxa de juros: Libor semestral acrescida de margem de 1% a.a. (um por cento ao ano), arredondada para o mais próximo múltiplo de 1/16 (um dezesseis avo) de um ponto percentual e reduzida de 67% (sessenta e sete por cento), em termos de valor presentelíquido, conforme tabela elaborada pelo Clube de Paris;

V – juros de mora: 1% a.a. (um por cento ao ano) acima da taxa de juros.

Art. 3º É o Poder Executivo autorizado a estabelecer negociações com a República Unida da Tanzânia visando a remissão total do débito objeto desta Resolução.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Ata da 106ª Sessão Não Deliberativa em 3 de setembro de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Mozarildo Cavalcanti, Carlos Patrocínio e Lindberg Cury

Inicia-se em sessão às 14 horas e 30 minutos.

PARECERES

PARECER Nº 905, DE 2001

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 414, de 2001.

Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

I – Relatório

Trata-se de examinar o Requerimento nº 414, de 2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que requer ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão relação de imóveis de propriedade da União, especialmente administrados pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, que não estejam sendo utilizados nas atividades-fim e que não tenham pendência judicial, devendo conter localização, descrição sumária e valor de mercado.

O referido requerimento veio a esta Comissão Diretora, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2001. –
Edison Lobão, Presidente – **Mozarildo Cavalcanti**,
Relator – **Carlos Wilson** – **Maria do Carmo Alves**.

PARECER Nº 906, DE 2001

**Mesa do Senado Federal sobre o
Requerimento nº 415, de 2001.**

Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

I – Relatório

Trata-se de examinar o Requerimento nº 415, de 2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que requer ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social relação de imóveis de propriedade da União – INSS, especialmente administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social, que não estejam sendo utilizados nas atividades-fim e que não tenham pendência judicial, devendo conter localização, descrição sumária e valor de mercado.

O referido requerimento veio a esta Comissão Diretora, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2001. –
Edison Lobão, Presidente – **Mozarildo Cavalcanti**,
Relator – **Carlos Wilson** – **Maria do Carmo Alves**.

PARECER Nº 907, DE 2001

**Da Mesa do Senado Federal sobre o Reque-
ramento nº 421, de 2001.**

Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

I – Relatório

Trata-se de examinar o Requerimento nº 421, de 2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda esclarecimento sobre a real situação dos contratos destinados ao financiamento de imóveis urbanos por quem já é proprietário de outro imóvel, realizados pela Caixa Econômica Federal – CEF.

O referido requerimento veio a esta Comissão Diretora, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, no art. 216 do Regimento Interno e no Ato da Mesa nº 1, de 2001.

II – Voto

A proposição em contra-senso de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2001. – **Edison Lobão** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Carlos Wilson** – **Maria do Carmos Alves**.

PARECER Nº 908, DE 2001

Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 449, de 2001.

Relator: Senador **Carlos Wilson**

O Senhor Senador Antonio Carlos Valadares requer, seja solicitado ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, Dr. José Serra, informações sobre a execução orçamentária prevista, que assegura os recursos mínimos para financiamento das ações dos serviços públicos de saúde e as ações implementadas para resolver a controvérsia jurídica oriunda da interpretação do art. 7º da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, envolvendo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Advocacia-Geral da União, de um lado, e a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, de outro.

Sua Excelência justifica sua iniciativa em razão da relevância e urgência que o assunto requer, uma vez que suas repercussões estão diretamente ligadas à qualidade de vida do povo brasileiro. Justifica, ainda, que as denúncias trazidas a público pela imprensa sobre a execução de determinados programas e atividades estratégicas do setor devem ser totalmente esclarecidas.

A proposição está de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações e de remessa de documentos pelas autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 449, de 2001, ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Saúde.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2001. – **Edison Lobão**, Presidente Interino – **Carlos Wilson**, Relator.

PARECER Nº 909, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 58, de 2000 (nº 1.655/2000, na origem), encaminhando cópia da decisão nº 214, de 2000, adotada pelo plenário do Tribunal de Contas da União, referente a auditoria realizada na Caixa Econômica Federal-CEF.

Relator: Senador **Wellington Roberto**

I – Relatório

Por meio do Aviso nº 58, de 2000 (nº 1.655, de 7-4-00, na origem), o Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) encaminha ao Presidente do Senado Federal cópia da decisão nº 214, de 2000, adotada pelo Plenário da Corte de Contas, sobre relatórios de auditorias realizadas na Caixa Econômica Federal, bem como cópias do voto que a fundamenta.

A auditoria foi motivada pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, da Câmara dos Deputados, que solicitou ao TCU esclarecimento de dúvidas referentes à concorrência nº 5/96 realizada pela Comissão Permanente de Licitação da CEF no Estado do Paraná. Em face dessa solicitação, o TCU determinou a inclusão da CEF no Plano de Auditoria para o segundo semestre de 1998, com a finalidade de averiguar os procedimentos adotados na aquisição de passagens aéreas.

Relativamente à concorrência nº 5/96, objeto da solicitação do colegiado da Câmara dos Deputados, o TCU constatou não haver qualquer irregularidade que macule o certame.

Da mesma forma, quanto ao fornecimento de passagens aéreas, o TCU detectou apenas falhas formais, que foram objeto das recomendações contidas nos subsúlbios 8.1 a 8.3, constantes às fls. 2 do presente processo.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Os documentos sob apreciação foram encaminhados pelo TCU ao Senado Federal para conhecimento, seguindo norma de procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Instituição de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

Diante dessas considerações e tendo em vista que se trata de mera comunicação de rotina, que não demanda qualquer providência desta Casa ou do Congresso Nacional, o nosso voto é no sentido de que esta Comissão de la tome conhecimento e delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 2001. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Wellington Roberto**, Relator – **Antonio Carlos Junior** – **Luiz Otávio** – **José Eduardo Dutra** – **Valmir Amaral** – **Geraldo Althoff** – **Freitas Neto** – **Moreira Mendes**.

PARECER Nº 910, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 151, de 2000 (nº 5.212/2000 na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 643/2000 referente à auditoria realizada no Hospital Goiânia Leste Ltda., com o objetivo de dar atendimento à solicitação do Congresso Nacional, ao ter presente o Relatório Final da Comissão de Inquérito destina a apurar irregularidades no extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS/SUS (TC nº 006.656/2000-3).

Relator: Senador **Antonio Carlos Junior**

I – Relatório

I.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 5.212, de 18 de agosto de 2000, mediante o qual o Tribunal de Contas da União – TCU – encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 643/2000, adotada pela 2ª Câmara daquela Corte, referente à auditoria realizada no Hospital Goiânia Leste Ltda.

A documentação em análise foi recebida, em 2 de agosto de 2000, no Senado Federal, onde foi protocolizada como Aviso nº 151, de 2000, sendo encaminhada à Comissão de Fiscalização e Controle em 23-8-2000.

Em 27-6-2001, fomos incumbidos de examinar e emitir parecer sobre o tema.

I.2 – Análise da Matéria

No curso da auditoria, a equipe técnica do TCU constatou:

- sala de esterilização pequena e com cruzamento;
- almoxarifado para gêneros alimentícios com limpeza não satisfatório;
- lavanderia com espaço inadequado;
- o Hospital não possui gerador de emergência;
- falta de atualização cadastral da unidade, que ainda consta com o antigo nome, Hospital São João Batista de Goiânia.

Ante as constatações, o Tribunal deliberou por encaminhar cópia de sua Decisão ao Sr. Secretário de Saúde do Município de Goiânia, para as providências a seu cargo, uma vez que o município de Goiânia está habilitado na condição de "Gestão Plena do Sistema Municipal", bem como ao respectável e à 4ª Secretaria de Controle Externo, e determinar o arquivamento dos autos.

Entendemos que foi dado ao tema em comento adequado encaminhamento no âmbito do TCU, não cabendo a esta Comissão outras providências que não conhecer a matéria e determinar a remessa ao arquivo da Decisão 138, de 2000.

II – Voto do Relator

Diante do esposado, opinamos por que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento do teor da Decisão nº 643/2000 – TCU, acerca de auditoria realizada no Hospital Goiânia Leste (antigo Hospital São João Batista de Goiânia Ltda.) e determine o encaminhamento ao arquivo do Aviso nº 151, de 2000.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 2001 – **Ney Suassuna**, Presidente – **Antonio Carlos Junior**, Relator – **Valmir Amaral** – **Moreira Mendes** – **José Eduardo Dutra** – **Luiz Otávio** – **Wellington Roberto** – **Freitas Neto** – **Geraldo Althoff**.

PARECERES NºS 911 E 912, DE 2001

Sobre o Requerimento nº 230, de 2001, da Senadora Marina Silva, que solicita que seja encaminhado ao Ministro da Fazenda pedido de informações, sobre a lista de todas as operações de crédito, realizadas com o setor privado brasileiro.

PARECER Nº 911, DE 2001
Da Mesa

Relator: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

É submetido à apreciação da Mesa Diretora do Senado Federal o Requerimento de Informações nº 230, de 2001, de autoria da Senadora Marina Silva.

Pretende o referido requerimento que o Ministério da Fazenda preste informações relativas à todas as operações de crédito externo contratadas pelo setor privado brasileiro, desde 1990.

Para tanto, requer, ainda, que essas informações sejam especificadas quanto à natureza e à origem das instituições, organismos ou estabelecimentos que concederam os respectivos empréstimos ou financiamentos, e que seja fornecida uma síntese do contrato de cada operação, contendo o valor individual e as condições financeiras da operação de crédito, seus objetivos, importações vinculadas e localização dos projetos beneficiados.

II – Análise

O Requerimento nº 230, de 2001, é dirigido ao Ministro da Fazenda, atendendo, assim, o que preceitua o parágrafo 2º do art. 50 da Constituição Federal.

Por outro lado, o requerimento em exame está em acordo com as condições expressas no Regimento Interno do Senado Federal, encontrando amparo, em particular, em seus arts. 215 e 216, inciso I, que exigem que sejam observados, preliminarmente, os seguintes critérios para a sua admissibilidade, entre outras limitações:

“Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas.

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

.....”

Afora o cumprimento e o atendimento dessas formalidades preliminares, condições essas imprescindíveis à admissibilidade dos requerimentos de informações, há a necessidade de entendimento e verificação da natureza e alcance das informações solicitadas. São esses aspectos de conteúdo que demarcam e definem a sua tramitação e a sua forma de apreciação enquanto proposição legislativa.

Sabemos, como já enfatizado, que ao Senado Federal são reservadas competências privativas, notadamente as atinentes ao controle do processo de endividamento público, e ou tras comuns ao Con gres-

so Nacional, relativas a matérias financeiras, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações, dívida pública e operações de crédito que, certamente, exigem amplo e atualizado universo de informações, para que possa, de forma eficaz e com oportunidade, exercer suas competências legislativa e fiscalizadora.

Portanto, ao Poder Legislativo são necessários e passíveis os repasses de informações, de natureza e alcance diversos, que exigem, todavia, para sua pertinente e adequada obtenção, a observação de procedimentos legalmente determinados e diferenciados em função da natureza da informação requerida.

Se entendermos que a informação solicitada no requerimento em exame presta-se, tão-somente, como expresso em sua justificação, a compreensão de seus impactos e repercussões na economia, poderíamos considerar que estão sendo requeridas informações agregadas, não individualizadas, que não demarcam e não caracterizam operações ativas e passivas contratadas com instituições financeiras.

Nesse contexto, caberia à Mesa Diretora, nos termos dos procedimentos definidos no art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, decidir sobre o encaminhamento do requerimento à autoridade competente.

Todavia, parece-nos que o requerimento em exame incorpora, em verdade, informações de natureza sigilosa, cujo rito de tramitação e apreciação são estipulados nos termos da Seção II, arts. 8º, 9º e 10 do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

É certo que nessa categoria de informações encontram-se aquelas próprias às operações ativas e passivas e aos serviços prestados pelas instituições financeiras de que trata a Lei Complementar nº 105, de 2001.

O fato de advirem, porém, nos termos propostos no requerimento, do Ministério da Fazenda, não retira sua natureza sigilosa. O art. 2º da referida lei complementar expressa que o dever de sigilo é extensivo ao Banco Central do Brasil, seja em relação às operações que realizar, seja em relação às informações que obtiver no exercício de suas atribuições, das quais, certamente, provêm as informações relativas às operações de crédito externo, inclusive as contratadas pelo setor privado.

É igualmente verdadeiro que as instituições tratadas na Lei Complementar nº 105, de 2001, não, necessariamente, correspondem àquelas referidas no requerimento que, como enfatizado, restringe-se às instituições, aos organismos ou aos estabelecimentos externos. Às operações de crédito contratadas

junto a essas entidades, por analogia, se equiparam e são garantidas pelo sigilo que essa lei complementar determina. Até porque o sigilo representa antes uma garantia individual, no caso assegurado a todo e qualquer agente que com instituições financeiras contrata operações financeiras. A contratação financeira junto a instituições externas em nada modifica a necessidade de preservação do direito fundamental ao sigilo, salvo nas situações e nos termos possíveis de ruptura previstos na própria lei.

Nesse entendimento, deverá o requerimento ser despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que se pronunciará quanto à constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação. Esse parecer, oportunamente, será incluído em Ordem do Dia para a deliberação do Plenário.

Com efeito, o próprio Ato da Mesa nº 1, de 2001, já estipula a necessidade de que requerimentos de informações dessa natureza evidenciem o vínculo entre a informação solicitada e a matéria sob apreciação no Senado Federal ou atinente à sua competência fiscalizadora. Seus fundamentos para admissibilidade pressupõem, assim, matéria específica ou fato determinado, ausentes, sem dúvida, no Requerimento nº 230, de 2001.

III – Voto

Da perspectiva de cumprimento de requisitos preliminares e formais atinentes à admissibilidade dos requerimentos de informações, o de nº 230, de 2001, implica observância dos dispositivos definidos nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal e na Seção I do Ato da Mesa nº 1, de 2001, inserindo-se, particularmente, no âmbito do exercício da competência fiscalizadora desta Casa. São cumpridas e observadas, assim, as normas preliminares para a admissibilidade dos requerimentos de informações.

Por outro lado, o requerimento em exame incorpora, em verdade, informações de natureza sigilosa, cujo rito de tramitação e apreciação são estipulados nos termos da Seção II, arts. 8º, 9º e 10 do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Opinamos, assim, pelo encaminhamento do Requerimento de Informações nº 230, de 2001 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que nos termos dispostos na Seção II do Ato da Mesa nº 1, de 2001, se pronuncie quanto à constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação. Esse parecer, oportunamente, deverá ser incluído em Ordem do Dia para a deliberação do Plenário.

Sala das Reuniões, – **Jader Barbalho**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator – **Carlos Wilson** – **Antero Paes de Barros** – **Mozarildo Cavalcanti**.

PARECER Nº 912, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Relator: Senador **Bello Parga**

I – Relatório

É submetido à apreciação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Requerimento de Informações nº 230, de 2001, de autoria da Senadora Marina Silva, apresentado à Mesa Diretorado Senado.

2 – Pretende o referido requerimento que o Ministério da Fazenda preste informações relativas às operações de crédito externo contratadas pelo setor privado brasileiro, desde 1990.

3 – Para tanto, requer, ainda, (i) que essas informações sejam especificadas quanto à natureza e à origem das instituições, organismos ou estabelecimentos que concederamos respectivos empréstimos ou financiamentos e (ii) que seja fornecida uma síntese do contrato de cada operação, contendo o valor individual e as condições financeiras da operação de crédito, seus objetivos, importações vinculadas e localização dos projetos beneficiados.

II – Análise

4 – O Requerimento nº 230, de 2001, é dirigido ao Ministro da Fazenda, atendendo, assim, o que preceitua o parágrafo 2º do art. 50 da Constituição Federal. É de se notar que o texto constitucional vigente limita-se a facultar às Mesas da Câmara e do Senado o envio de pedido de informações a Ministros de Estado; no plano constitucional, inexistente qualquer outra restrição, limitação ou condicionamento. Ressalte-se, portanto, que, nesse aspecto, são cumpridos e observados os critérios formais de tramitação dos pedidos de informações.

5 – Por outro lado, sabemos que ao Senado Federal são reservadas competências privativas, notadamente as atinentes ao controle do processo de endividamento público, e outras comuns ao Congresso Nacional, relativas a matérias financeiras, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações, dívida pública e operações de crédito.

6 – Mais ainda, a Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os

da administração indireta. Logicamente, no desempenho dessa atribuição, é exigido amplo e atualizado universo de informações, para que possa, de forma eficaz, plena, regular e com oportunidade, exercer suas competências legislativa e fiscalizadora.

7 – Portanto, ao Poder Legislativo são necessários repasses de informações, de natureza e alcance diversos, que exigem, todavia, para sua pertinente e adequada obtenção, a observação de procedimentos legalmente determinados e diferenciados em função da natureza da informação requerida.

8 – No presente requerimento, as informações solicitadas demarcam e caracterizam operações ativas e passivas de instituições financeiras, constituindo-se, em consequência e em conformidade ao que determina a Lei Complementar nº 105, de janeiro de 2001, informação de natureza sigilosa, cujo rito de tramitação e apreciação são estipulados nos termos da Seção II, arts. 8º, 9º e 10 do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

9 – Sabe-se que as instituições tratadas na Lei Complementar nº 105, de 2001, não necessariamente correspondem àquelas referidas no requerimento que, como enfatizado, restringe-se às instituições, aos organismos ou aos estabelecimentos externos. As operações de crédito contratadas junto a essas entidades, por analogia, se equiparam e são garantidas pelo sigilo que essa lei complementar determina. Até porque o sigilo representa antes uma garantia individual, assegurado a todo e qualquer agente que com instituições financeiras contrata operações financeiras. A contratação financeira junto a instituições externas em nada modifica a necessidade de preservação do direito fundamental ao sigilo, salvo nas situações e nos termos passíveis de ruptura previstos na própria lei.

10 – Ademais, o fato de advirem, nos termos propostos no requerimento, do Ministério da Fazenda, não retira sua natureza sigilosa. O art. 2º da referida lei complementar expressa que o dever de sigilo é extensivo ao Banco Central do Brasil, seja em relação às operações que realizar, seja em relação às informações que obtiver no exercício de suas atribuições, das quais, certamente, provêm as informações relativas às operações de crédito externo contratadas pelo setor privado da economia.

11 – É igualmente verdadeiro que o sigilo, mesmo representando uma garantia individual, assegurado a todo e qualquer agente que com instituições financeiras contrata operações, é passível de ruptura nas situações e nos termos previstos na referida Lei Complementar nº 105, de 2001.

12 – Do fato de existirem reservas asseguradas por lei não decorre serem impedidos ou inviabilizados requerimentos de informações de natureza sigilosa. Há, tão-somente, que se preservar o caráter reservado da informação nesses termos e dessa forma obtida. Nos termos do Parecer nº 330, de 1993, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o sigilo “não é estabelecido para ocultar fatos, mas para revestir a revelação deles de caráter de excepcionalidade”.

13 – Entretanto, o Ato da Mesa nº 1, de 2001, em conformidade à Lei Complementar nº 105, de 2001, estipula e incorpora os procedimentos nela previstos, e, afora as questões atinentes à tramitação e apreciação de requerimentos dessa natureza pelo Plenário da Casa, impõe a necessidade de que evidenciem o vínculo entre a informação solicitada e a matéria sob apreciação no Senado Federal ou atinente à sua competência fiscalizadora. Seus fundamentos para admissibilidade pressupõem, assim, matéria específica ou fato determinado, ausentes no Requerimento nº 230, de 2001.

14 – A informação solicitada no requerimento em exame presta-se, tão-somente, como expresso em sua justificação, à compreensão de seus impactos e repercussões na economia, não demarcando, em consequência, qualquer vínculo com fato que envolva a ação do Poder Executivo Federal, exigindo o exercício da competência fiscalizadora desta Casa. De maneira semelhante, os dados e as informações solicitadas são por demais amplos, gerais e de difícil caracterização e improvável relação com matéria específica em apreciação no Senado Federal. Aliás, a própria justificação da proposição em exame não estabelece vínculo entre as informações pretendidas e matéria em exame no Senado Federal.

15 – Não se desconhece que o sigilo típico aplicável às operações bancárias, além de representar, como enfatizado, resguardo de um direito privado, se relaciona, também, com as próprias instituições financeiras, cujas operações, em si mesmas, podem vir a constituir objeto de interesse do Estado, se evidenciadas, indiciadas ou vislumbradas quaisquer ações contrárias ao interesse público por essas instituições. Nessas circunstâncias, encontraria fundamento a revelação das informações solicitadas. Não nos parece o caso. O requerimento em exame não traz qualquer marcação de atuação desequilibradora das instituições financeiras envolvidas. Em verdade, nada se afigura no requerimento que aponte em direção a possível desequilíbrio no sistema de crédito.

16 – Nesse entendimento, o requerimento de informações solicitado não encontra fundamentação,

como assim é exigido pela Lei Complementar nº 105, de 2001, e pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001. Ademais, o requerimento em exame está em desacordo com as condições expressas no Regimento Interno do Senado Federal quanto às hipóteses de cabimento da iniciativa, não encontrando amparo em seus arts. 215 e 216, inciso I, que exigem sejam observados, preliminarmente, os seguintes critérios para a sua admissibilidade, entre outras limitações:

“Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora:

.....”

III – Voto

17 – Da perspectiva de cumprimento de requisitos preliminares e formais atinentes à admissibilidade dos requerimentos de informações, o de nº 230, de 2001, implica inobservância dos dispositivos definidos nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal e na Seção I do Ato da Mesa nº 1, de 2001. Não são cumpridas e observadas, assim, as normas preliminares para a admissibilidade dos requerimentos de informações.

18 – Por outro lado, o requerimento em exame incorpora informações de natureza sigilosa, cujo rito de tramitação e apreciação são estipulados nos termos da Seção II, arts. 8º, 9º e 10 do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

19 – As informações solicitadas ressentem-se, ademais, da falta de necessária e imprescindível fundamentação, uma vez que não se relacionam e não se prestam a esclarecimentos de matéria sob apreciação desta Casa, nem demarcam fatos que exijam o exercício da ação fiscalizadora do Senado Federal.

20 – Opinamos, assim, nos termos dispostos nos arts. 8º e 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, pelo arquivamento do Requerimento de Informações nº 230, de 2001.

Sala da Comissão, 29 de agosto de 2001. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Bello Parga**, Relator – **Antonio Carlos Júnior** – **Romero Jucá** – **Ademir Andrade** (contrário) – **José Eduardo Dutra** (abstenção) – **Álvaro Dias** – **Pedro Ubirajara** – **Casildo Maldaner** – **José Agripino** – **José Fogaça** – **Maria do Carmo Alves** – **Nilo Teixeira Campos**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 105
DE 10 DE JANEIRO DE 2001

Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.

PARECER Nº 913, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 302, de 2001, dos Senadores Eduardo Suplicy e Jefferson Péres, que requer ao Ministro da Fazenda informações sobre os cotistas e acionistas dos fundos de investimento, principalmente de juros e câmbio, mais lucrativos, dos bancos Fonte Cidam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual, durante os anos de 1997, 1998 e primeiro semestre de 1999, especificando os volumes mensais negociados – posições compradas e vendidas – e a porcentagem de lucro em relação aos recursos inicialmente aplicados.

Relator: Senador **Bello Parga**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão o Requerimento nº 302, de 2001, de autoria dos ilustres Senadores Eduardo Suplicy e Jefferson Péres, ao Ministro da Fazenda, de informações sobre os cotistas e acionistas dos fundos de investimento, principalmente de juros e câmbio, mais lucrativos, dos bancos Fonte Cidam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual, durante os anos de 1997, 1998 e primeiro semestre de 1999, especificando os volumes mensais negociados – posições compradas e vendidas – e a porcentagem de lucro em relação aos recursos inicialmente aplicados.

2 – Seus eminentes autores justificam o pedido afirmando que de acordo com notícias do mercado financeiros, alguns bancos de investimento, como os supra relacionados, ao longo de 1998, costumavam pagar uma quantia regular a pessoas que diziam ter acesso ao Banco Central, visando, assim, obterem informações-chaves que lhes propiciavam operações altamente lucrativas.

É o relatório.

II – Voto

3 – Cabe a esta Comissão, consoante o que estabelece o art. 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, apreciar a constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação.

4 – A questão é definir-se, frente ao ordenamento jurídico brasileiro, essa quebra é possível. O sigilo bancário é, conforme já é pacífico na doutrina e na jurisprudência, espécie do direito a privacidade. Conforme define Celso Bastos, in “Estudos e pareceres – Direito Público”, p. 68:

“O sigilo bancário é uma das formas de proteção constitucional à intimidade, como à saciedade já ficou assentado. Com efeito, é hoje universalmente reconhecido – ao menos nos países que adotam declarações de direitos humanos – que o homem é portador de um centro de intimidade, de um núcleo indevassável da sua personalidade, de uma área inacessível ao público, onde precisamente se insere o segredo que precisa ser protegido, tanto porque corresponde a uma exigência natural do ser humano, como porque a evolução tecnológica tem tornado hoje possível uma devassa da vida íntima das pessoas, insuspeitada por ocasião das primeiras declarações de direitos.”

5 – A inviolabilidade da intimidade é assegurada pelo inciso X do art. 5º da Lei Maior, **verbis**:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País” a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;”

6 – O problema que se apresenta é o de definir os limites ao direito à inviolabilidade previstos nos dispositivos acima citados. Ensina Sérgio Carlos Covello, em trabalho denominado “O sigilo bancário como proteção à intimidade” (Revista dos Tribunais, ano 78, nº 648, p. 29):

Certo que o sigilo bancário não é absoluto. Ele possui limites legais e naturais que estabelecem contornos. Em nosso ordenamento, o sigilo cede ante o Poder Judiciário, ante o fisco e ante as comissões parlamentares de inquérito. Paralelamente, existem abrandamentos da obrigação fundados na vontade do titular do sigilo e na própria natureza da atividade bancária.

Mas esses limites não o desnaturam como direito de personalidade, pois modernamente todos os direitos comportam limitações, em vista das exigências sociais e em atenção ao bem comum.

7 – O Supremo Tribunal Federal tem entendido que “se é certo que o sigilo bancário, que é espécie de direito à privacidade, que a Constituição protege no art. 5º X, não é um direito absoluto, que deve ceder diante do interesse público, do interesse social e do interesse da Justiça, certo é, também, que ele há de ceder na forma e com observância de procedimento estabelecido em lei e com respeito ao princípio da razoabilidade” (Recurso Extraordinário nº 219.780).

8 – Afirma, ainda, o Pretório Excelso, no Mandado de Segurança nº 23.452:

Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição. O estatuto constitucional das liberdades públicas, ao delinear o regime jurídico a que estas estão sujeitas – e considerado o substrato ético que as informa – permite que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, destinadas, de um lado, a proteger a integridade do interesse social e, de outro, a assegurar a coexistência harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros.

9 – Assim, de conformidade com jurisprudência já consolidada da Corte Suprema, três são os requisitos para se permitir o rompimento do sigilo bancário: a

existência de interesse público, social ou da Justiça; a previsão em lei; e a razoabilidade.

10 – No que se refere à previsão em lei, a matéria sofreu, recentemente, nova regulamentação. O tema ganhou toda uma nova disciplina, com a edição da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que “dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências”. A questão relativa à possibilidade de quebra do sigilo bancário pelo Poder Legislativo é tratada no art. 4º do diploma legal, que estabelece:

Art. 4º O Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, nas áreas de suas atribuições, e as instituições financeiras fornecerão ao Poder Legislativo Federal as informações e os documentos sigilosos que, fundamentadamente, se fizerem necessários ao exercício de suas respectivas competências constitucionais e legais.

§ 1º As comissões parlamentares de inquérito, no exercício de sua competência constitucional e legal de ampla investigação, obterão as informações e documentos sigilosos de que necessitarem, diretamente das instituições financeiras, ou por intermédio do Banco Central do Brasil ou da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 2º As solicitações de que trata este artigo deverão ser previamente aprovadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, ou do plenário de suas respectivas comissões parlamentares de inquérito.

11 – Destarte, pode-se observar que existe norma positiva disciplinando e fornecimento de informações protegidas por sigilo bancário a órgão do Congresso Nacional. O sigilo bancário, além das Comissões Parlamentares de Inquérito, que têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, pode ser quebrado por decisão do plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

12 – Cabe observar que, inclusive, existe regulamentação interna no Senado Federal sobre a matéria. Trata-se do já referido Ato da Mesa nº 1, de 2001, que adaptou os procedimentos relativos a requerimentos de informação aos ditames da referida Lei Complementar nº 105, de 2001.

13 – No entanto, a quebra do sigilo deve ser feita em nome do interesse público e de forma razoável, o que deve ser comprovado a partir da motivação do ato que a determinou, sem a qual, conforme já decidiu

reiteradas vezes o Pretório Excelso, tem-se a nulidade daquele ato, independentemente da autoridade que o expediu.

14 – Conforme o ensinamento de Ives Gandra da Silva

Martins e Gilmar Ferreira Mendes, in “Sigilo bancário, direito de autodeterminação sobre informações e princípio da proporcionalidade”, publicado no Repertório IOB de Jurisprudência, nº 24/92, p. 428:

A doutrina constitucional mais moderna enfatiza que, em se tratando de imposição de restrições a direitos, deve-se indagar não apenas sobre a admissibilidade constitucional da restrição eventualmente fixada (reserva legal), mas também sobre a compatibilidade das restrições estabelecidas com o princípio da proporcionalidade. Essa orientação, que permitiu converter o princípio da reserva legal (Gesetzesvorbehalt) no Princípio da reserva legal proporcional (Vorbehalt des verhältnismässigen Gesetzes), pressupõe não só a legitimidade dos meios utilizados e dos fins perseguidos, mas também, adequação (Geeignetheit) desses meios para a consecução dos objetivos pretendidos e a necessidade (Notwendigkeit oder Erforderlichkeit II) de sua utilização. Um juízo definitivo sobre a proporcionalidade ou razoabilidade da medida restritiva há de resultar da rigorosa ponderação entre o significado da intervenção para o atingido e os objetivos perseguidos pelo legislador (proporcionalidade em sentido estrito).

15. Decidiu o STF, no já citado Mandado de Segurança nº 23.452:

O sigilo bancário, o sigilo fiscal e o sigilo telefônico (sigilo este que incide sobre os dados/registros telefônicos e que não se identifica com a inviolabilidade das comunicações telefônicas) – ainda que representem projeções específicas do direito à intimidade, fundado no art. 5º, X, da Carta Política – não se revelam oponíveis, em nosso sistema jurídico, às Comissões Parlamentares de Inquérito, eis que o ato que lhes decreta a quebra traduz natural derivação dos poderes de investigação que foram conferidos, pela própria Constituição da República, aos órgãos de investigação parlamentar. As Comissões Parlamentares de Inquérito, no

entanto, nara decretarem, legitimamente, por autoridade própria, a quebra do sigilo bancário, do sigilo fiscal e/ou do sigilo telefônico, relativamente a pessoas por elas investigadas, devem demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional (ruptura da esfera de intimidade de quem se acha sob investigação), justificando a necessidade de sua efetivação no procedimento de ampla investigação dos fatos determinados que deram causa à instauração do inquérito parlamentar, sem prejuízo de ulterior controle jurisdicional dos atos em referência (CF, art. 5º, XXXV). – As deliberações de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, à semelhança do que também ocorre com as decisões judiciais (RTJ 140/514), quando destituídas de motivação, mostram-se írritas e despojadas de eficácia jurídica, pois nenhuma medida restritiva de direitos pode ser adotada pelo Poder Público, sem que o ato que a decreta seja adequadamente fundamentado pela autoridade estatal." "Destacamos

16 – A questão foi também enfrentada pelo STF no Mandado de Segurança nº 23.480, julgado no dia 4 de maio de 2000, no qual se decidiu:

Quebra ou transferência de sigilos bancário, fiscal e de registros telefônicos que, ainda quando se admita, em tese, susceptível de ser objeto de decreto de CPI – por que não coberta pela reserva absoluta de jurisdição que resguarda outras garantias constitucionais –, há de ser adequadamente fundamentada: aplicação no exercício pela CPI dos poderes instrutórios das autoridades judiciárias da exigência de motivação do art. 93, IX, da Constituição da República.

17 – E no Mandado de Segurança nº 23.652, relatado pelo eminente Ministro Celso de Mello:

A quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico de qualquer pessoa sujeita a investigação legislativa pode ser legitimamente decretada pela Comissão Parlamentar de Inquérito, desde que esse órgão estatal o faça mediante deliberação adequadamente fundamentada e na qual indique, com apoio em base empírica idônea, a necessidade objetiva da adoção dessa medida extraordinária. (...)

O princípio constitucional da reserva de jurisdição – que incide sobre as hipóte-

ses de busca domiciliar (CF, art. 5º, XII), de interceptação telefônica (CF, art. 5º, XII) e de decretação da prisão, ressalvada a situação de flagrância penal (CF, art. 5º, LXI) – não se estende ao tema da quebra de sigilo, pois, em tal matéria, e por efeito de expressa autorização dada pela própria Constituição da República (CF, art. 58, § 3º), assiste competência à Comissão Parlamentar de Inquérito, para decretar, sempre em ato necessariamente motivado, a excepcional ruptura dessa esfera de privacidade das pessoas.

18 – Ou seja, em tese, é possível ao Congresso Nacional solicitar a quebra do sigilo bancário para dar andamento a investigação de fato incluído na sua competência fiscalizadora, na forma da lei. Entretanto, é fundamental, para que seja deferida a quebra de sigilo de qualquer cidadão, que ela seja fundamentada e comprovada a sua necessidade para a investigação que se pretende fazer.

19 – Aqui, parece-nos residir o problemado requerimento sob exame. Analisemos o pedido e sua justificação. Conforme dito acima, a proposição é justificada pela necessidade de se investigar denúncia de que alguns bancos de investimento estariam pagando quantia regular a pessoas ligadas ao Banco Central, visando a obter informações privilegiadas.

20 – De acordo com documentos constantes do processado, a denúncia em tela foi feita ao Senhor Senador Eduardo Suplicy por pessoa ligada ao sistema financeiro, cujo nome Sua Excelência não declina pelas razões que especifica. Tal informação foi trazida pelo ilustre Senador no depoimento feito pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda às Comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle, em 31 de maio de 2001, quando ocorreu o seguinte diálogo entre aquela autoridade e o nobre signatário do presente requerimento:

O SR. EDUARDO SUPLICY – (...)

Teve V. Ex^a conhecimento de que alguns dos bancos de investimento, alguns dos envolvidos naquelas operações e alguns outros costumavam pagar uma quantia regular mensal a pessoas do Banco Central, para obterem informações-chave, que propiciaram a esses bancos operações altamente lucrativas?

Se V. Ex^a não conheceu esses fatos ocorridos ao longo de 1998, se, por ventura, deles não tomou conhecimento, dispo-

nho-me a colaborar pessoalmente com V. Ex^a, para que conheça mais aprofundadamente esse episódio.

.....
O SR. PEDRO MALAN – (...) Pergunta-me, o Senador, se eu tive conhecimento de alguns dos bancos envolvidos naquela operação. Se havia o costume de se pagar uma quantia regular a pessoas do Banco Central para obter informações-chaves que propiciaram...? A resposta é: não; obviamente, não. A pergunta é quase que ofensiva, porque ela diz: “Se o senhor teve conhecimento, que providência tomou? Por que não tomou providências em prazo hábil?” Obviamente, se nós tivéssemos tomado conhecimento, nós teríamos tomado providências em prazo hábil. Esta pergunta – “O senhor teve ou não teve conhecimento?” – dá a idéia de que nós poderíamos ter tomado conhecimento e teríamos abafado, que é o verbo da moda, nos engajado numa operação abafa (encobrir, encobertar as operações). Essa é uma acusação que quero repelir, aqui categórica e veementemente. Acusação implícita, devo dizer, não explícita.

.....
O SR. EDUARDO SUPLICY – (...) Gostaria de transmitir ao Ministro Pedro Malan que a observação que aqui fiz, sob a forma de pergunta – se teria conhecimento –, eu o fiz no sentido de colaborar com S. Ex^a. Não é para fazer, aqui uma acusação indevida. Se S. Ex^a não tem, ainda, o conhecimento, quero dizer que, como Senador, disponho-me a ajudá-lo a ter, propiciando a V. Ex^a conhecer uma pessoa que sabe a esse respeito por testemunha. Disponho-me a levar essa pessoa, pois perguntei se ela estaria disposta a ir à presença de V. Ex^a para relatar os fatos que aqui aludi, porque são importantes para que haja correção dentro do Governo onde V. Ex^a é a principal autoridade monetária. Portanto, é no sentido de colaborar com V. Ex^a, não foi por gratuidade. É meu dever colaborar para que o Poder Executivo aja com correção.

.....
O SR. PEDRO MALAN – (...) Sobre a sua oferta eu queria fazer um comentário. Se V. Ex^a tem um personagem, um protagonista, um bem informado ator da cena en-

volvido nesse caso, que tem informações sobre chantagem, acho que, à luz de tudo o que V. Ex^a acabou de dizer, V. Ex^a deveria pedir a ele que fosse a público, que se expusesse – não em **off**, mas em **on**. “Fulano de tal, dê uma entrevista coletiva a qualquer um dos órgãos da imprensa – aqui tão bem representada – e apresente a sua evidência à Polícia Federal, ao Ministério Público.”

Eu não vou dizer “por favor, traga-me esse senhor, cujo nome o senhor não pode dizer aqui, para que ele me conte que ele acha que ouviu de alguém que talvez tenha havido uma chantagem”, porque não vou me prestar a esse papel. E se existe essa pessoa, ela devia falar em público. Se estamos defendendo a transparência, que ela vá e diga quais são as suas provas, as suas evidências, se exponha; e não fique nesse processo de lançamento de suspeitas, nesse tricotar, nesse covarde anonimato, sem contribuir para a resolução do problema.

Eu o estou pegando pela sua palavra. O senhor quer a verdade. Eu também quero. O senhor quer a transparência. Eu também quero. Então, em vez de trazer, numa reunião meio secreta e combinada, a minha presença, essa pessoa, diga a ela que se exponha em público, ou que, se não pode se expor por alguma razão, apresente as evidências, por seu intermédio – V. Ex^a não se furtaria a isso.

.....
O SR. EDUARDO SUPLICY – Como pedi a essa pessoa que relatasse esses fatos, é claro que eu gostaria que ela fizesse da maneira aberta e transparente que V. Ex^a aqui propõe. Mas ele me disse que poderia ter a sua vida ameaçada. Porém solicitarei a ele que encaminhe, por escrito, a V. Ex^a e entregarei a V. Ex^a se ele desejar, pedindo apenas que seja tomado o cuidado necessário para preservar a integridade e a vida dessa pessoa. Entregarei a V. Ex^a para que possa ter os elementos necessários para apurar completamente o fato.

21– Em razão desse diálogo, o titular da pasta da Fazenda oficiou o Senhor Procurador-Geral da República informando-o da denúncia. O chefe do **parquet**, então, dirigiu-se ao Senador Suplicy solicitando-lhe que informasse os nomes das pessoas autoras da denúncia, para instauração do competente in-

quérito. Finalmente, o ilustre parlamentar respondeu reafirmando a impossibilidade de fornecer o nome e informando que iria apresentar o requerimento sob exame para esclarecer o fato.

22—Ocorre, no entanto, que o requerimento não explicita, absolutamente, os indícios em que seus signatários se baseiam para solicitar a quebra de sigilo. E, vale observar, trata-se de indícios que, segundo revelou o Senador Suplicy, quando da inquirição do Ministro Malan, poderiam ser obtidos junto ao seu informante, já que o parlamentar se dispôs, em tão, a colaborar com o Ministro para que conheça mais aprofundadamente esse episódio e a encaminhar a ele as informações necessárias para que possa ter os elementos necessários para apurar completamente o fato. E, certamente, os dados detalhados, que permitiriam a investigação poderiam ser fornecidos sem que se revelasse o nome do denunciante.

23—O caráter excepcional da violação de um direito individual exige, conforme foi exposto, demonstração clara de sua necessidade, não podendo ser autorizada apenas por razões genéricas como parece-nos constar do processado respectivo. Ou seja, não se pode quebrar sigilo bancário para se buscar indícios do cometimento de ilícitos e sim o inverso: a solicitação da medida extraordinária deve ser calçada em claros sinais da existência de crime ou descumprimento de norma.

24 — Além disso, mesmo que se admita que existam motivação suficiente, não nos parece haver, no caso em exame, relação entre a solicitação e a razão apresentada para a quebra de sigilo. Isso porque o que se busca, segundo a justificação do requerimento, é verificar se os bancos relacionados fizeram pagamentos regulares a pessoas ligadas ao Banco Central do Brasil. Ora, essa informação não pode ser obtida pela listagem nominal de cotistas dos fundos de investimentos das instituições financeiras ou de seus credores, que é o dado solicitado ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

25 — Assim, entendemos que falta ao Requerimento nº 302, de 2001, embasamento suficiente para que possa ser deferido, razão pela qual opinamos pela sua rejeição.

Sala da Comissão, 29 de agosto de 2001. — **Bernardo Cabral** — Presidente — **Bello Parga** — Relator — **Pedro Ubirajara** — **Antonio Carlos Júnior** — **Romero Jucá** — **José Eduardo Dutra** (abstenção) — **Álvaro Dias** — **José Fogaça** — **Casildo Maldaner** — **José Agripino** — **Ademir Andrade** (Contrário) — **Maria do Carmo Alves** — **Nilo Teixeira Campos**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

X — são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI — a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII — é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XXXV — a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

LXI — ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério

Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;

LEI COMPLEMENTAR Nº105 DE 10 DE JANEIRO DE 2001

Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.

Art. 4º O Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, nas áreas de suas atribuições, e as instituições financeiras fornecerão ao Poder Legislativo Federal as informações e os documentos sigilosos que, fundamentadamente, se fizerem necessários ao exercício de suas respectivas competências constitucionais e legais.

§ 1º As comissões parlamentares de inquérito, no exercício de sua competência constitucional e legal de ampla investigação, obterão as informações e documentos sigilosos de que necessitarem, diretamente das instituições financeiras, ou por intermédio do Banco Central do Brasil ou da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 2º As solicitações de que trata este artigo deverão ser previamente aprovadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, ou do plenário de suas respectivas comissões parlamentares de inquérito.

PARECER Nº 914, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 16, de 1999 (nº 83/99, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 51/99 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, referente a denuncia de irregularidades em acordo extrajudicial firmado entre o DNER e a empresa Pedra Bonita Empreendimentos Hoteleiros Ltda. (TC nº 015.333/97-3).

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I.1. Histórico

I – Relatório

Mediante o Aviso nº 083-SGS-TCU, de 5-3-1999, o Tribunal de Contas da União encaminhou a este Senado Federal, para conhecimento, cópia da Decisão nº 051/99-TCU-Plenário, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentaram.

Referida Decisão foi adotada em face da Representação formulada pela Juíza Federal Salete Maria Polita Maccaloz, da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, por meio do Ofício nº 672/97, de 16-10-97, versando sobre irregularidade ocorrida no acordo celebrado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e a empresa Pedra Bonita Empreendimentos Imobiliários Ltda., no valor de R\$7.284.302,45 (sete milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e dois reais e quarenta e cinco centavos).

O acordo inquinado objetivou reparar os prejuízos sofridos pela empresa Pedra Bonita por conta de deslizamento de encosta ocorrido em 23-12-94, o qual atingiu as instalações de empreendimento hoteleiro da mencionada empresa, situado às margens da rodovia BR-040. A empresa considerou que o desmoronamento ocorreu por negligência do Dner - não conservação das encostas da rodovia e erros de projeto -, fundamentando-se em laudos técnicos por ela contratados. O acordo foi firmado quando ainda tramitavam na Justiça Federal três ações judiciais ajuizadas pela empresa Pedra Bonita e seus proprietários.

Celebrado o acordo, os litigantes – empresa Pedra Bonita e Dner – manifestaram em juízo a desistência das ações, que veio a não ser aceita pela Juíza Federal. Afirmou a Juíza Federal em sua Representação que, mesmo se decididas em favor da empresa Pedra Bonita, o valor total das ações seria bem inferior ao acordado extrajudicialmente.

Após a realização de diligências, o TCU considerou procedente a representação formulada pela Exma Srª Juíza Federal, tendo em vista que o acordo foi firmado pelo Dner e a Empresa Pedra Bonita, sem a manifestação do Ministério Público e expressa autorização do Ministro de Estado dos Transportes, em flagrante inobservância ao disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.197/91 e no art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 1.630/95, vigentes à época dos fatos.

Em decorrência, decidiu o Tribunal converter o processo em Tomada de Contas Especial e citar os responsáveis – Sr. Maurício Hasenclever Borges, Di-

retor do Dner, solidariamente com o Sr. Manoel Bonifácio e a Sra. Nair Bonifácio, representantes legais da empresa Pedra Bonita – para apresentação de defesa ou recolhimento aos cofres do Dner da importância de R\$7.284.302,45.

O Aviso nº 083-SGS-TCU foi recebido pelo Senado Federal, em 15-3-99, e registrado como Diversos nº 13, de 1999, e, posteriormente, como Aviso nº 16, de 1999, sendo enviado, na mesma data, a esta Comissão de Fiscalização e Controle.

I.2. Apreciação da Matéria

Pesquisando-se a página do TCU, constata-se a existência de manifestações mais recentes daquela Corte sobre a matéria, nas seguintes decisões, cujas cópias não foram enviadas ao Senado Federal:

1) Decisão nº 106/1999-Plenário, de 24 de março de 1999, que retifica os nomes dos proprietários da empresa Pedra Bonita citados na Decisão nº 051/99-TCU-Plenário para: Sr. Renato Grossi Serra e Sra. Lúcia Lazarevicht Serra;

2) Decisão nº 147/1999-Plenário, de 14 de abril de 1999, que conhece o recurso de embargos de declaração oferecido pelo Sr. Maurício Hasenclever Borges contra a Decisão nº 51/99 para, no mérito, rejeitá-lo;

3) Decisão nº 200/2000-Plenário, de 11 de abril de 2000, que analisa a Tomada de Contas Especial instaurada por força da Decisão nº 51/99, retificada pela Decisão nº 106/99 e delibera:

a) pela rejeição das alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Maurício Hasenclever Borges, ex-diretor-geral do Dner, Renato Grossi Serra e Lúcia Lazarevicht Serra, representantes legais da empresa Pedra Bonita Empreendimentos Hoteleiros Ltda., por não terem sido capazes de justificar o pagamento irregular da quantia de R\$7.284.302,45 (sete milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e dois reais e quarenta e cinco centavos), decorrente de acordo celebrado entre a autarquia federal e a referida empresa, sem a expressa autorização do Ministro de Estado dos Transportes, bem assim da ausência de manifestação do Ministério Público, em flagrante inobservância do disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.197/91 e no art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 1.630/95, vigentes à época dos fatos, assim como do princípio da legalidade, constante do art. 37, **caput**, da Constituição Federal;

b) fixar o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que os responsáveis comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento aos cofres do Dner, da referida importância, atualizada

monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculadas a partir de 20-11-96;

4) Decisão nº 614/2000-Plenário, 9 de agosto de 2000, que conhece dos recursos de embargos de declaração opostos pelos representantes da empresa Pedra Bonita, Sr. Renato Grossi Serra e Sra. Lúcia Lazarevicht Serra, e pelo Srs. Maurício Hasenclever Borges e Pedro Eloi Soares, Procurador Autárquico do Dner, contra a Decisão nº 200/2000 para, no mérito, negar-lhes provimento, uma vez não configurada na decisão embargada a ocorrência de obscuridade, omissão ou contradição.

No momento, a matéria aguarda decisão do Tribunal sobre requerimento e novos elementos apresentados pelo Dner e pelo Sr. Maurício Hasenclever Borges, anexados ao Processo TC-015.333/1997-3.

Dessa forma, constata-se que o Tribunal de Contas da União analisou a matéria de forma correta e adotou as medidas adequadas, não estando a merecer o assunto qualquer providência adicional do Congresso Nacional.

II – Voto

Diante do exposto, opinamos por que esta Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento da matéria e delibere:

a) pelo envio de Ofício ao Tribunal de Contas da União informando que esta Comissão tomou conhecimento da Decisão nº 51/99-TCU-Plenário, tem acompanhado com interesse as medidas adotadas por aquela Corte de Contas na condição da matéria, até o presente momento;

b) pelo envio do processado ao arquivo.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 2001. _
Ney Suassuna, Presidente _ **Luiz Otávio**, Relator _
Antonio Carlos Junior _ **Gerado Althoff** _ **José Eduardo Dutra** _ **Freitas Neto** _ **Wellington Roberto** _ **Valmir Amaral** _ **Moreira Mendes**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lindberg Cury, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência comunica ao Plenário que para o Reque-

retor do Dner, solidariamente com o Sr. Manoel Bonifácio e a Sra. Nair Bonifácio, representantes legais da empresa Pedra Bonita – para apresentação de defesa ou recolhimento aos cofres do Dner da importância de R\$7.284.302,45.

O Aviso nº 083-SGS-TCU foi recebido pelo Senado Federal, em 15-3-99, e registrado como Diversos nº 13, de 1999, e, posteriormente, como Aviso nº 16, de 1999, sendo enviado, na mesma data, a esta Comissão de Fiscalização e Controle.

I.2. Apreciação da Matéria

Pesquisando-se a página do TCU, constata-se a existência de manifestações mais recentes daquela Corte sobre a matéria, nas seguintes decisões, cujas cópias não foram enviadas ao Senado Federal:

1) Decisão nº 106/1999-Plenário, de 24 de março de 1999, que retifica os nomes dos proprietários da empresa Pedra Bonita citados na Decisão nº 051/99-TCU-Plenário para: Sr. Renato Grossi Serra e Sra. Lúcia Lazarevicht Serra;

2) Decisão nº 147/1999-Plenário, de 14 de abril de 1999, que conhece o recurso de embargos de declaração oferecido pelo Sr. Maurício Hasenclever Borges contra a Decisão nº 51/99 para, no mérito, rejeitá-lo;

3) Decisão nº 200/2000-Plenário, de 11 de abril de 2000, que analisa a Tomada de Contas Especial instaurada por força da Decisão nº 51/99, retificada pela Decisão nº 106/99 e delibera:

a) pela rejeição das alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Maurício Hasenclever Borges, ex-diretor-geral do Dner, Renato Grossi Serra e Lúcia Lazarevicht Serra, representantes legais da empresa Pedra Bonita Empreendimentos Hoteleiros Ltda., por não terem sido capazes de justificar o pagamento irregular da quantia de R\$7.284.302,45 (sete milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e dois reais e quarenta e cinco centavos), decorrente de acordo celebrado entre a autarquia federal e a referida empresa, sem a expressa autorização do Ministro de Estado dos Transportes, bem assim da ausência de manifestação do Ministério Público, em flagrante inobservância do disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.197/91 e no art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 1.630/95, vigentes à época dos fatos, assim como do princípio da legalidade, constante do art. 37, **caput**, da Constituição Federal;

b) fixar o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que os responsáveis comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento aos cofres do Dner, da referida importância, atualizada

monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculadas a partir de 20-11-96;

4) Decisão nº 614/2000-Plenário, 9 de agosto de 2000, que conhece dos recursos de embargos de declaração opostos pelos representantes da empresa Pedra Bonita, Sr. Renato Grossi Serra e Sra. Lúcia Lazarevicht Serra, e pelo Srs. Maurício Hasenclever Borges e Pedro Eloi Soares, Procurador Autárquico do Dner, contra a Decisão nº 200/2000 para, no mérito, negar-lhes provimento, uma vez não configurada na decisão embargada a ocorrência de obscuridade, omissão ou contradição.

No momento, a matéria aguarda decisão do Tribunal sobre requerimento e novos elementos apresentados pelo Dner e pelo Sr. Maurício Hasenclever Borges, anexados ao Processo TC-015.333/1997-3.

Dessa forma, constata-se que o Tribunal de Contas da União analisou a matéria de forma correta e adotou as medidas adequadas, não estando a merecer o assunto qualquer providência adicional do Congresso Nacional.

II – Voto

Diante do exposto, opinamos por que esta Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento da matéria e delibere:

a) pelo envio de Ofício ao Tribunal de Contas da União informando que esta Comissão tomou conhecimento da Decisão nº 51/99-TCU-Plenário, tem acompanhado com interesse as medidas adotadas por aquela Corte de Contas na condição da matéria, até o presente momento;

b) pelo envio do processado ao arquivo.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 2001. _
Ney Suassuna, Presidente _ **Luiz Otávio**, Relator _
Antonio Carlos Junior _ **Gerado Althoff** _ **José Eduardo Dutra** _ **Freitas Neto** _ **Wellington Roberto** _ **Valmir Amaral** _ **Moreira Mendes**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lindberg Cury, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência comunica ao Plenário que para o Reque-

rimento nº 230, de 2001, da Senadora Marina Silva, que solicita ao Ministro da Fazenda informações sobre a lista de todas as operações de crédito realizadas com o setor privado brasileiro e para o Requerimento nº 302, de 2001, dos Senadores Eduardo Suplicy e Jefferson Péres, que solicita ao Ministro da Fazenda informações sobre os cotistas e acionistas dos fundos de investimentos, principalmente de juros e câmbio mais lucrativos, dos bancos FonteCidam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual, cujos pareceres foram lidos anteriormente, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que as matérias continuem suas tramitações.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência comunica ao Plenário que o Requerimento nº 451, de 2001, lido na sessão de 16 último, está prejudicado em virtude de haver perdido a oportunidade, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa aprovou os Requerimentos nºs 414, 415, 421 e 449, de 2001, de autoria dos Srs. Senadores Carlos Bezerra e Antonio Carlos Valadares, solicitando informações a Ministros de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com referência ao Parecer nº 914, de 2001, lido no Expediente, sobre o Aviso nº 16, de 1999, a Presidência tomará as providências necessárias a fim de atender às solicitações contidas em suas conclusões.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lindberg Cury.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 190/01

Brasília, 23 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Pedro Ubirajara, como membro suplente, em substituição ao Senador Ramez Tebet, na Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 22, de 2001-SF, “destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de Organizações Não-Governamentais-ONG’s”.

Renovo, na oportunidade, votos de apreço e consideração. – **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio, que dispõe de 20 minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (Sem Partido – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Medicina vem evoluindo paulatinamente e assegurando às pessoas uma longevidade que ninguém, décadas atrás, supunha alcançaríamos um dia.

Com a decodificação do genoma humano e os estudos que se seguirão, é bem provável que, nos próximos 30, 40 ou 50 anos, vejamos, corriqueiramente, pessoas atingirem 110, 120 anos, ainda com excelente qualidade de vida.

Um dos milagres da Medicina, Sr. Presidente, foi o transplante cardíaco. O coração e o aparelho cardiocirculatório, sabemos perfeitamente, matam mais do que acidente e câncer juntos. Morre-se mais, no mundo inteiro, das complicações do aparelho cardiocirculatório, e no Brasil não é diferente.

Gostaria de prestar hoje uma homenagem póstuma ao pioneiro dos transplantes de coração no mundo. Morreu ontem, na Ilha de Chipre, o pai dos transplantes cardíacos, o famoso Dr. Christiaan Barnard, aos 78 anos de idade.

O Dr. Christiaan Barnard nasceu na África do Sul. No dia 3 de dezembro de 1967 fez o primeiro transplante cardíaco. No Hospital Groote Schuur, na Cidade do Cabo, transplantou o coração da jovem de 25 anos Denise Darvall, morta em um acidente automobilístico, no dentista Louis Washkansky. O paciente sobreviveu apenas 18 dias. Posteriormente, o Dr. Christiaan Barnard fez um outro transplante e o paciente teve uma sobrevida de 18 meses.

Hoje, Sr. Presidente, há casos de pessoas transplantadas pelo Dr. Barnard que já completaram 25 anos com o coração novo. Esse grande avanço da tecnologia e da ciência foi seguido em vários países. No Brasil, o precursor, Dr. Eurícles de Jesus Zerbini, de saudosa memória, tornou-se, por assim dizer, um dos cirurgiões mais importantes do mundo na área de transplante de coração e cirurgia cardiovascular.

Hoje, essa medicina virou corriqueira, Sr. Presidente. No meu Estado, na minha cidade, Araguaína, recentemente fundamos uma Faculdade de Medicina

e já estamos prontos para fazer transplantes cardíacos. Estamos adquirindo o aparelho de hemodinâmica, necessário, indispensável para que se possa proceder a cirurgia desse tipo. E já estamos implantando marcapassos. Os avanços na área de cirurgia cardiovascular devem-se, sobretudo, ao destemido Dr. Christiaan Barnard, a quem aprendi a admirar quando eu era ainda estudante de Medicina e quem acompanhei pari passu. Quando soube do seu passamento ontem, propus-me a trazer seus feitos ao Plenário desta Casa e homenagear este que está garantindo qualidade de vida para inúmeros cirurgiados em todo o Brasil e que foi o pai de disciplina que salva tantas vidas. Talvez tenha sido, nobres Senadores, o Congresso Nacional implementou uma lei de doação de órgãos, talvez devido à descoberta do Dr. Barnard, pois a doação de coração foi a mais discutida. Talvez pela astúcia, pela audácia, pela coragem e pelos conhecimentos profundos na área, o Dr. Barnard tenha instituído essa cirurgia no mundo e incentivado a elaboração da lei de transplantes de órgãos pelo Congresso Nacional.

Embora ainda não tenhamos alcançado o sucesso que todos desejamos, já aumentou muito o número de doadores e de cirurgias no País, incluindo de coração, de rim, de fígado, de pâncreas ou de córnea. Quando ouço falar em um transplantado, lembro-me sempre, automaticamente, do Dr. Barnard.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (Sem Partido – TO) – Concedo um aparte ao eminente Senador Bernardo Cabral, com muito prazer.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Carlos Patrocínio, talvez seja coincidência V. Ex^a, que é médico, estar lembrando o feito de Christiaan Barnard e do nosso grande e saudoso Zerbini no instante em que preside a Casa outro médico. Não poderia haver instante melhor para se prestar homenagem ao cirurgião que se foi e ao brasileiro que perdemos. Apenas lamentar não ter a mesma profissão de V. Ex^a para que o aparte pudesse enriquecer seu discurso. Mas dizem que o advogado é o cirurgião plástico do fato. Se assim o é, permi ta-me que me as socie à sua manifestação, sobretudo rodeada de saudade da época em que V. Ex^a ainda era universitário e já admirava o pranteado Christiaan Barnard. Que ro apenas cumprimentá-lo, Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (Sem Partido – TO) – Agradeço, eminente Senador Bernardo Cabral, a sua manifestação de apreço e de admiração por

esse que foi o pai dos transplantes cardíacos em todo o mundo.

Hoje, Sr. Presidente, tendo em vista as dificuldades para a coleta de órgãos, para o próprio transplante e o preço exacerbado desses procedimentos cirúrgicos, já estão começando a transplantar coração fabricado com materiais e equipamentos mais modernos. Recentemente tivemos um caso aqui que espero que alcance êxito.

Filho de um pastor evangélico, o Dr. Barnard nasceu no dia 8 de novembro de 1922, na cidade de Beaufort West, no sudoeste da África do Sul. Começou sua carreira médica no mesmo hospital onde realizou o primeiro transplante 20 anos depois. Antes disso, especializou-se em cardiologia na cidade de Minneapolis, nos Estados Unidos. Como todos sabemos, o Dr. Barnard era um homem muito assediado pelas mulheres. Chegou a se casar três vezes e deixou quatro filhos de dois casamentos.

Portanto, Sr. Presidente, quando a Medicina evolui a tal ponto de prevermos que, nos primórdios desse novo século, a longevidade humana vai aumentando cada vez mais, estamos aqui prestando homenagem àqueles que estudaram, que tiveram a astúcia e a audácia de introduzir na ciência uma cirurgia de tal porte, que hoje passou a ser corriqueira.

Assim, quero consignar nos Anais desta Casa as minhas condolências a todos os familiares e os cumprimentos do Senado Federal a este que foi um dos maiores luminares da Medicina do nosso tempo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes, por vinte minutos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 1º, sábado passado, a Rede Amazônia de Rádio e Televisão complementou 29 anos de existência.

Tudo começou na cidade de Manaus, em julho de 1969, quando os jornalistas Phelippe Daou e Milton Cordeiro juntamente com os empresários Joaquim Margarido e Roberto Phelippe Daou constituíram a Rádio TV do Amazonas Ltda para explorar os serviços de radiodifusão de sons e imagens. A outorga do canal ocorreu em 1970, com o prazo de dois anos para a implantação da emissora.

De posse dos projetos técnicos, decidiu-se pela construção de duas unidades, sendo uma o parque exibidor, na Av. Carvalho Leal, onde hoje funciona a Fundação Rede Amazônica, e a outra o parque transmissor, na Estrada do Aleixo, atualmente sede da TV Amazonas.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Moreira Mendes, peço a V. Ex^a um aparte.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Moreira Mendes, perdoe-me pela interrupção. Solicito autorização de V. Ex^a para que se pronuncie também em meu nome, uma vez que conhece as minhas ligações com toda a Diretoria. O Phelippe Daou e o Milton são meus amigos há 50 anos. Estive lá no dia primeiro. Ninguém melhor que V. Ex^a para interpretar o pensamento de todos nós, em geral, e, em particular, deste seu amigo que interrompe o seu discurso para pedir-lhe essa autorização.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Senador Bernardo Cabral, a interrupção é absolutamente oportuna, uma vez que V. Ex^a, sendo Senador do Estado do Amazonas, com muito mais propriedade, poderia registrar este fato.

Incorporo a sua intervenção como aparte, que só vem engrandecer este meu modesto pronunciamento.

Como dizia, os equipamentos eram câmeras, telecine, ilha de edição, transmissor adquiridos da RCA Corporations. Com essa estrutura, a TV Amazonas passa a ser a primeira emissora de televisão do Brasil integralmente projetada para operar em cores.

No início de agosto de 1972, o sinal do canal 5, em Manaus, foi ao ar em caráter experimental e, pela primeira vez, exatamente no dia 1º de setembro daquele mesmo ano, às 19 horas, a TV Amazonas era inaugurada oficialmente.

Inicialmente, foram transmitidos os programas adquiridos da TV Record, da Fundação Padre Anchieta de São Paulo, da TVE do Rio, além de filmes e seriados adquiridos diretamente das distribuidoras de filmes, como a Fox e a Columbia.

A partir de 1973, passou a ser afiliada da Rede Bandeirantes, transmitindo a programação desta emissora. Mas era com a programação local e com as promoções de eventos, como o "Dia das Mães", a "Chegada de Papai Noel", a "Páscoa" e tantos outros que a TV Amazonas filmava a sua participação junto à comunidade ao mesmo tempo em que conquistava a audiência do público local.

Após a implantação da TV Amazonas, foram montadas no período de setembro de 1974 a janeiro de 1975 quatro novas emissoras: uma em Porto Velho, no meu Estado; uma Boa Vista, em Roraima; outra em Rio Branco, no Acre e, finalmente, uma em Macapá, no Amapá.

Paralelamente, foram construídas dezenas de retransmissoras em localidades do interior da região, atingindo as fronteiras dos países vizinhos: a República da Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

A instalação da emissora em Porto Velho deu-se exatamente em 13 de setembro de 1974, data em que se comemorava, àquela época, o aniversário do então Território Federal de Rondônia. Desde então, a nossa querida TV Rondônia, parte integrante do sistema da Rede Amazônica de Televisão, passou a fazer parte do nosso cotidiano, ajudando a escrever páginas importantes da nossa história, com uma programação sempre comprometida com a nossa cultura, com o nosso folclore, com a nossa Amazônia da qual Rondônia também faz parte.

Naquele tempo, como não havia satélite ou canalização terrestre para a distribuição do sinal, foram instaladas retransmissoras não instantâneas, o que fez com que a Rede Amazônica introduzisse no Brasil os aparelhos de vídeo cassetes no formato U-Matic, na época recém-lançados pela Sony no mercado internacional.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Concedo-me V. Ex^a um aparte, Senador Moreira Mendes?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Concedo um aparte ao eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, de Roraima.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Moreira Mendes, sou testemunha do que V. Ex^a acabou de citar, de que uma das emissoras da TV Amazônica está justamente no meu Estado, em Roraima. Na época em que foi lá instalada, ainda éramos um território federal. Portanto, foi a primeira emissora de televisão que Roraima teve e é hoje, com certeza, uma importantíssima emissora de televisão, com importante programação local. Foi relevante o pioneirismo de Phelippe Daou, ao levar para toda a Amazônia, com exceção do Pará, a presença da Rede Amazônica, fazendo uma verdadeira defesa das nossas fronteiras, em regiões distantes de Rondônia, do Acre, de Roraima, do Amapá e do Amazonas. Portanto, por meio do seu pronunciamento, felicito a Rede Amazônica de Rádio e de Televisão, especialmente o seu fundador, Phelippe Daou, por esse

evento em que se comemorou o aniversário da rede. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Agradeço a manifestação de V. Ex^a, que só vem melhorar e engrandecer meu pronunciamento. V. Ex^a, como amazônida, há de confirmar que a Rede Amazônica de Televisão, por meio de um canal em seu Estado, certamente ajudou a escrever páginas importantíssimas da história de Roraima, a exemplo do que fez em todos os Estados onde a Rede Amazônica está presente. Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Quanto ao equipamento U-Matic, a utilização do sistema, na verdade, tornou viável a implantação da rede e exigiu a organização de um departamento de tráfego, encarregado de suprir as emissoras de programação com fitas. Eram manipuladas cerca de seis mil fitas U-Matic, transportadas por aviões, barcos, ônibus, de modo a diminuir o atraso de informações em relação aos grandes centros, que chegava a ter uma diferença de até cinco dias.

Sr. Presidente, isso ocorria muito no Estado de Rondônia. Lembro-me da ansiedade da população da capital em esperar a fita que trazia não apenas o Jornal Nacional, embora com atraso, como também os famosos seriados, as famosas novelas da Rede Globo.

A partir de 1983, as emissoras de Porto Velho, de Rio Branco, de Boa Vista e de Macapá passaram a ser afiliadas da Rede Globo, o que veio a ocorrer também com a TV Amazonas, em 1986.

Com a programação unificada, a Rede Amazônica passou a utilizar o canal exclusivo do Satélite BrasilSat, que possibilitou a transmissão para as emissoras e retransmissoras da Rede e a recepção de programas produzidos em Manaus.

Em 1990, foi implantada a sucursal da Rede Amazônica em Brasília, destinada a fazer cobertura jornalística dos assuntos políticos e econômicos da região, com a retransmissão imediata por satélite.

A sucursal de Brasília, atualmente dirigida pelo jornalista Raimundo Moreira, conta com três equipes de jornalistas, cobrindo todos os fatos relacionados com a Amazônia. Essas equipes de jornalismo têm sido absolutamente vetores da nossa atividade política em Brasília, por que raro o dia em que não se vêem as equipes da Rede Amazônica transitando pelos corredores do Congresso Nacional a entrevistar os Parlamentares dos Estados que compõem a Amazônia.

Sr. Presidente, a Rede Amazônica de Rádio e Televisão emprega hoje cerca de 740 profissionais,

entre jornalistas, radialistas, engenheiros, técnicos, pessoal administrativo, motoristas, técnicos em marketing, designers, artistas e contatos, e geracenta nas de empregos indiretos.

Presente em todos os Estados da Região Norte, com exceção do Pará, a Rede Amazônica de Rádio e Televisão, com cinco geradoras e 81 retransmissoras, expande-se, moderniza-se e entra na era digital, substituindo todo o seu equipamento analógico de captação, edição e exibição existentes em Manaus, Porto Velho, Boa Vista, Rio Branco e Macapá, tornando-se uma das mais modernas empresas de mídia, comunicação e entretenimento do País, com um canal exclusivo de satélite denominado AmazonSat, que se destina quase que exclusivamente a divulgar, para todo o mundo, a Amazônia, seu povo, seus encantos, suas riquezas, seus mistérios, sua história e sua cultura.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se do único canal de televisão que tem a Amazônia como tema.

Fica aqui, portanto, o registro dessa data importante que retrata os 29 anos de existência da Rede Amazônica de Televisão a ser inserido nos Anais desta Casa, de forma a registrar para as gerações futuras o esforço, a determinação e a visão de futuro de homens como Phelippe Daou, que lançaram as bases para a construção de uma Amazônia moderna.

Não bastaria apenas esse desprendimento de pessoas como Phelippe Daou não fora os funcionários, todos aqueles anônimos funcionários que também fizeram, fazem e certamente farão da Rede Amazônica de Televisão um orgulho para todos nós amazônidas.

Era o que tinha a registrar, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Moreira Mendes, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti, que dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos meses, o Congresso Nacional tem sofrido um pesado e contínuo bombardeio por parte da mídia. Os estragos têm sido enormes e, a cada ataque fulminante, nos perguntamos se vamos ter condições de suportar o próximo.

Nas duas Casas Legislativas, a maioria dos Senadores e dos Deputados Federais, composta de homens de bem, está temerosa, porque as bombas lançadas atingem ao mesmo tempo culpados e inocentes. Os mísseis caem às centenas, e tanto os desonestos quanto os honestos são vitimados pelo furacão implacável das denúncias. Muitas delas são inevitavelmente graves e devem merecer apuração e decisões de acordo com a lei.

Todos os dias, os noticiários do País inteiro e as páginas de todos os órgãos de imprensa, mesmo os mais insignificantes, nos mais longínquos recantos deste imenso Brasil, reproduzem acusações escabrosas sobre o comportamento de alguns políticos brasileiros; e a população, com sobradas razões, recebe toda essa carga de informação com uma enorme revolta no coração. A indignação é tão grande que não existe, da parte do corpo social, a mínima preocupação em separar o joio do trigo. Para o povo, todo político é indiscutivelmente corrupto. Todo Deputado ou Senador é visto como um ladrão descarado e cínicco. Para muitas pessoas, os políticos não têm o menor respeito em relação ao que é público, e a atividade política é considerada degradante, uma função que um cidadão verdadeiramente honesto nem deveria pensar em exercer.

Para se ter uma idéia do enorme desgaste das instituições políticas perante a sociedade, basta citar os resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto DataFolha, apresentada há uma semana, no Rio de Janeiro, durante o 3º Congresso Brasileiro de Jornais e o 1º Fórum de Editores, organizada pela Associação Nacional de Jornais (ANJ).

No referido levantamento, os entrevistados indicaram a Igreja Católica como a entidade de maior credibilidade no País, com 30% de aprovação. Em segundo lugar, apareceram os jornais, com 15% de aprovação. Todavia, na soma de todas as indicações, a imprensa superou a Igreja com 45% contra 41% desta última.

No que se refere às críticas contra a imprensa, na opinião da maioria dos entrevistados, os jornais pecam porque trazem muitas notícias ruins e dedicam amplos espaços a assuntos políticos e econômicos negativos.

O que mais chamou atenção na enquête do DataFolha foi a enorme rejeição aos Partidos Políticos, que ficaram em último lugar em confiança, e ao Congresso Nacional, que ocupou a melancólica posição de penúltimo colocado. Os Partidos foram desacreditados por 100% dos entrevistados; e o Congresso Nacional, por 99%.

Como podemos facilmente verificar, as instituições políticas estão a perigo e, junto com elas, a frágil democracia brasileira. Por isso, não devemos achar nenhuma graça em certas ironias que são publicadas pela mídia. Uma delas, de que me lembro agora, citada por um determinado jornalista do Correio Braziliense, refere-se à cena dos humoristas em fuga da prisão por um túnel, chegando a causar indignação. Em seu artigo, publicado recentemente no referido cotidiano, ele faz referência a essa opinião desrespeitosa: "Chegam ao Senado e dizem: Vamos embora. Isto aqui está cheio de ladrões." Segundo o próprio jornalista, os eminentes Senadores Pedro Simone e Bernardo Cabral reagiram à altura, e a mídia calou-se temporariamente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os resultados destes questionários são deixar tristezas, porque a sociedade brasileira é induzida a ignorar completamente o lado positivo do Congresso e da vida parlamentar e o papel que ambos representam em defesa da liberdade e da democracia. Em apenas 12 anos de efetiva vida democrática, e depois de tantos acontecimentos que já fazem parte da nossa história, é lamentável verificar que a maioria do povo brasileiro parece ter esquecido muito rapidamente esses momentos que conseguiram mobilizar a Nação inteira, em quase todos os lugares públicos deste imenso País.

Parece que foi ontem que aconteceu a anistia, quando milhares de brasileiros lotavam os saguões dos aeroportos para aclamar os seus líderes, depois de tantos anos de exílio. Parece que foi ontem que o movimento das "Diretas Já" levava às praças públicas milhões de brasileiros e brasileiras, clamando pelas eleições para Presidente da República. Parece que foi ontem que o eminente e saudoso Senador Tancredo Neves conseguia empolgar o povo brasileiro com a garantia da normalidade democrática após a sua vitória no Colégio Eleitoral. Parece que foi ontem que o grande timoneiro Ulysses Guimarães, da tribuna da Câmara dos Deputados, ofertava ao povo brasileiro, de maneira solene e emocionada, a chamada "Constituição Cidadã", após quase 25 anos de escuridão política. Parece que foi ontem o impeachment do Sr. Fernando Collor de Mello como Presidente do Brasil.

Lamentavelmente, como já dissemos, tudo isso aconteceu em tempos recentes, mas quase todos praticamente já se esqueceram e não lembram tampouco que o Senado da República e a Câmara dos Deputados, durante todos esses episódios, sem temor, sem sentimento de vingança, enfrentando ameaças e recebendo intimidações, cumpriram os seus papéis cívicos, respeitando as leis, protegendo a hon-

ra nacional e acatando a vontade popular. Portanto, em nenhum momento, Senadores e Deputados aceitaram fazer o jogo dos poderosos. Os Plenários das duas Casas tomaram suas decisões escutando o som das ruas e levando em conta a vontade da maioria do povo. Assim, não é justo, nos dias de hoje, jogarem-se pedras de maneira indiscriminada contra o Congresso brasileiro. O Parlamento é um dos pilares da democracia que estamos construindo com muitas dificuldades.

No caso do Senado Federal, por exemplo, os Senadores e Senadoras mais antigos e mesmo muito jornalistas ainda em atividade lembram da grande preocupação desta Casa em se modernizar para acompanhar os novos tempos e poder contribuir melhor com a construção da democracia. Já se passaram quase 25 anos e aqueles primeiros ventos de modernização foram se tornando cada vez mais fortes. Hoje, o Senado Federal é uma das Casas Legislativas mais modernas do mundo. Todos os que aqui chegam, sejam brasileiros ou estrangeiros, ficam impressionados com a sua organização, com o seu funcionamento, com os seus equipamentos, com a qualidade técnica e profissional dos seus funcionários e com o seu dinamismo. Assim, por ser detentor de toda essa pujança, o Senado Federal precisa ser mais bem tratado e a sua importância difundida de maneira fria e imparcial para todo o povo brasileiro. É preciso dizer que o Senado Federal é um importante lugar de debates, uma instituição onde se produzem as leis nacionais mais importantes, um centro de cultura, um ponto turístico de qualidade onde quase toda a vida nacional está exposta aos visitantes, um centro produtor de idéias, de software, um difusor de informações digitais estratégicas para o resto do País, uma base de apoio para milhares de estudantes, que têm livre acesso ao seu importante acervo, um centro de treinamento de alto nível, e, em breve, uma instituição de ensino superior com capacidade de formar quadros altamente competentes para a área do Legislativo.

O Senado Federal é tudo isso e sua importância para a democracia e para o futuro do Brasil deve ser ressaltada com mais frequência. Em relação a esse aspecto, é importante dizer que a mídia não tem sido muito solidária. O que é ruim ocupa espaços generosos e o que é bom aparece poucas vezes, geralmente nas colunas secundárias.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – V. Ex^a me concede um aparte, nobre Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Pois não, nobre Senador Lindberg Cury.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a aborda o assunto com muita propriedade. Verificamos que, na imprensa, o fato político prevalece sobre o fato econômico, e, se há aspectos negativos, assume proporções alarmantes. A imprensa deve denunciar deslizos por parte de alguns políticos, mas não da maneira como vem fazendo. O Senado é composto pela parte nobre da política brasileira, por pessoas de grande experiência, que passaram por cargos de ministro, governador, deputado federal, vereador, deputado estadual, até chegar a esta Casa, que representa a mais alta Corte. Os fatos negativos chamam a atenção, mas seria bom que a imprensa examinasse o lado positivo: o trabalho desenvolvido pelo Senado, pelos bons políticos, tanto do Senado como da Câmara, que trabalham em benefício da coletividade. Esses fatos citados por V. Ex^a, Senador Mozarildo, elucidam as dúvidas que prevalecem na cabeça do eleitor, do povo em geral, porque as manchetes, normalmente, denigrem a imagem do político; não é realçado o trabalho que ele vem desenvolvendo e a importância da sua participação no cenário político nacional. Louvo V. Ex^a por essa iniciativa, por vir a público dizer verdades que poucas vezes se têm ouvido aqui no Senado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Senador Lindberg Cury, agradeço-o imensamente pelo aparte. V. Ex^a é um político do Distrito Federal, um empresário sério. Exatamente como disse aqui, a maioria do Senado e da Câmara dos Deputados é composta por homens e mulheres de bem. E, no entanto, da forma como é colocado na mídia, qualquer cidadão é levado a concluir que todo mundo é culpado, quando a máxima do Direito, de que todos são inocentes até que se prove o contrário, está invertida. Pressupõe-se que qualquer político, qualquer homem público é, de saída, culpado, ladrão etc, até que ele prove o contrário.

Finalmente alguns jornalistas não deveriam esquecer que o Congresso Nacional, apesar de toda essa campanha difamatória, apesar de todos os seus defeitos, está longe de ser o único refúgio para corruptos que infelicitam o País. A corrupção está negrindo a vida nacional com muito mais virulência em outras instâncias do organismo social. Diante disso, já é hora de apresentar à sociedade, além dos eventuais parlamentares corruptos, que devem, sim, ser apresentados e investigados, como disse anteriormente, outros que não são detentores de mandatos políticos e que continuam inatingíveis, festejando as delícias da infini-

ta impunidade. Estes, sim, que detêm enormes poderes, econômicos ou de influência na grande mídia, devem ser também mostrados à opinião pública.

Não é justo que o Congresso Nacional responda por todos os crimes, os que come teu e os que não come teu. É lógico que o Congresso Nacional não é nenhuma casa sacrossanta, como, de resto, não existe entidade sacrossanta em lugar nenhum. O povo brasileiro precisa ser devidamente esclarecido com toda a verdade e não com meia verdade, doa a quem doer!

Por isso, alguns setores da mídia deveriam fazer uma autocrítica para corrigir seus eventuais erros. É o mínimo que Parlamentares honestos podem exigir sem interferir na liberdade de expressão, sem inibir a criatividade, nem impor uma linha de opinião aos jornalistas no exercício democrático de suas funções. Porém, nunca é demais lembrar que não existe imprensa livre com o Congresso fechado; não existe imprensa livre com o Congresso desmoralizado. Junto com o Judiciário, o Poder Legislativo é um dos pilares da democracia, ou talvez o maior.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, o desperdício do dinheiro público, ao lado da corrupção – o desperdício e a corrupção formam uma parceria muito grave –, sem dúvida nenhuma, tem sido uma das causas do empobrecimento da população e, sobretudo, da angústia de cidadãos que não encontram emprego, tratamento digno de saúde e muitas vezes nem mesmo escola.

Refiro-me, neste pronunciamento, ao relatório do Tribunal de Contas de União que constata a existência no Paraná – e isso não ocorre só no meu Estado – de 1.055 obras inacabadas, sendo que em 88% dessas obras, ou seja, em torno de 930 obras a responsabilidade é do Governo Estadual, em 5%, do Governo Federal e em 7%, dos Governos Municipais.

Verificando o que ocorre nos outros Estados, a situação não é diferente. O Tribunal de Contas da União levanta um número alarmante: das obras paralisadas no Paraná, constatou-se que o investimento inicial, ou seja, para que elas fossem iniciadas e depois paralisadas, chegou a R\$700 milhões, um investimento jogado na lata do lixo, jogado pela janela. O relatório é tão detalhado que traz fatos que não deram muito trabalho para serem feitas, uma vez que uma

das obras fica diante do Palácio Iguaçu, a sede do Governo do Estado, uma obra que está apodrecendo no tempo há vinte anos. Ela foi iniciada em 1981 e está paralisada. A obra do fórum em Curitiba, iniciada em 1981, está se deteriorando sem que o Governo tome providência alguma para dar a ela prosseguimento. Há obras, inclusive, que não se justificam exatamente porque não teriam finalidade alguma se fossem concluídas, como o caso de uma ponte, em Maria Helena, que liga nada a coisa alguma. Foram utilizados R\$70 mil para a construção do pedaço da ponte que está construído, mas, se ela fosse concluída hoje, nem boi passaria por cima porque, evidentemente, o riacho dá acesso ao gado no pasto, e ela está construída – a fotografia está aqui – no meio do pasto no rio Marfim, no Município de Maria Helena. A ponte não tinha por que ser iniciada, mas, infelizmente, ela foi iniciada e a obra está paralisada. Isso é alarmante e revoltante.

Cito outro exemplo: a BR-487, estrada boiadeira que liga Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste. Terraplanagem pronta, início das obras de arte, mas a obra está paralisada, realmente revoltando a população de uma região que precisa da estrada para escoar a produção agrícola. O buraco está lá. Milhares de reais estão sendo carregados pelas enxurradas enquanto os cidadãos são obrigados a dar uma enorme volta para escoar a produção, ter acesso às cidades, ir ao comércio para fazer compras, as crianças frequentarem as escolas.

Sr. Presidente, o que nos revolta é que 288 dessas obras são escolas que poderiam estar recebendo filhos de trabalhadores, mas estão sendo corroídas pelo tempo; são hospitais que poderiam estar recebendo famílias dos trabalhadores que não têm acesso aos hospitais privados. Cito como exemplo o hospital de Pinhais e a Santa Casa de Paranaíba, que estão com as obras paralisadas. Hospitais apodrecendo, obras iniciadas inacabadas, escolas, creches, estradas.

O Governo Jaime Lerner iniciou a obra de um portal em Foz do Iguaçu para receber os turistas. Começou e parou. Na verdade, a maioria das obras foi iniciada em ano eleitoral. Para quê? Convênios assinados, liberação de recursos, atração de apoio para campanha eleitoral. Depois, as obras foram abandonadas porque o objetivo foi cumprido: a reeleição do Governador. As obras ficaram jogadas no tempo, e o dinheiro público, apodrecendo.

O que dói é ver que hoje as obras inacabadas estão levando boa parte do dinheiro público do nosso Estado e do País, porque estão presentes em todo o

País, embora o relatório do Tribunal de Contas da União diga que o caso mais grave no sul do País seja o do Paraná, mas o fato também está ocorrendo no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A Fundação Getúlio Vargas afirma que dos 50 milhões de brasileiros que estão abaixo da linha da miséria, ou seja, que não recebem renda mensal de R\$80, dois milhões estão no Paraná. Dois milhões de paranaenses vivem hoje com uma renda menor do que R\$80, o que é condenar uma pessoa, um ser humano a uma vida subumana, sem dignidade, sem cidadania. Qual é o cálculo que fez a Fundação Getúlio Vargas para oferecer emprego, casa, saúde e escola para esses dois milhões de pessoas? Oitocentos milhões de reais, quase o mesmo valor que se jogou pelo ralo da irresponsabilidade, da inconseqüência, da incapacidade de se planejar, porque aqui está realmente a falta de planejamento do Estado: nas obras inacabadas.

O Sr. Carlos Patrocínio (Sem Partido – TO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (Sem Partido – TO) – Eminentíssimo Senador Osmar Dias, V. Ex^a, seguindo sua tradição nesta Casa, mais uma vez levanta a voz em repúdio ao desperdício do dinheiro público, à corrupção em nosso País e à inconseqüência de administradores que fazem obras meramente eleitoreiras. Tive oportunidade, eminentíssimo Senador, de participar da comissão parlamentar de inquérito sobre obras inacabadas em nosso País. Cadastramos as mais importantes, mais de duas mil obras de grande vulto em que já foram gastos milhões e milhões de reais e que hoje não servem para absolutamente nada. Tivemos a oportunidade de ir a Tucuruí. Se tivessem sido aplicados os recursos em tempo hábil, não teríamos o problema do apagão, ao menos no Norte e no Nordeste, porque aquela hidroelétrica abasteceria a demanda de toda aquela vasta região. Até hoje, não foi construída a eclusa, prevista no programa Brasil em Ação, que preconiza o uso das eclusas em todos esses rios navegáveis. Eminentíssimo Senador Osmar Dias, eu estava ouvindo o nosso Presidente Mozarildo Cavalcanti falar sobre a corrupção no Brasil. Ontem, aliás, eu lia matéria publicada na revista Isto É a esse respeito. Veja a que ponto chegamos: o Brasil só é o que é por ser o paraíso da corrupção. Talvez a corrupção roube de cada brasileiro cerca de R\$6 mil anualmente. Esse é o resultado de estudos preliminares de organismos de pesquisa. Se tivéssemos números relativos à corrupção bem menores – e entendo que é

impossível ela deixar de existir totalmente, não precisaríamos votar o Fundo para Erradicação da Pobreza. Vemos o Senador Carlos Wilson cobrando a retomada de 17 obras de irrigação no Nordeste. Nunca quisera resolver realmente os problemas daquela região, há um sem-número de canais de irrigação, mas quase sistematicamente o TCU constata alguma irregularidade neles. Nesse caso, perde-se o dinheiro, e o povo fica sem o canal. Eminentíssimo Senador Osmar Dias, o Foro Trabalhista de São Paulo é uma obra que me parece indispensável para a atividade jurisdicional da Justiça do Trabalho daquela região. V. Ex^a está mostrando outro prédio faraônico. Só que esses prédios da Justiça, das diversas Justicas do País, são altamente faraônicos; são edificações que causam inveja a qualquer ambiente do Congresso Nacional e, quem sabe, do Palácio do Planalto. São obras de alta suntuosidade que acabam dando no que deram. Não é somente o Foro Trabalhista de São Paulo que está com irregularidades, mas também várias outras obras. Portanto, eminentíssimo Senador, se nós tivéssemos concluído todas essas obras, se os recursos tivessem sido aplicados da maneira que nós propugnamos aqui dentro desta Casa, com lisura, certamente não estaríamos aqui, todos os dias, falando que o Brasil é um dos piores países quanto à distribuição de renda. Mas V. Ex^a e outros como eu, que me disponho a tocar sempre nessa tecla, a Imprensa Nacional e o povo brasileiro estão exigindo de seus homens públicos a seriedade no trato com a coisa pública. É por isso que cumprimento V. Ex^a, mais uma vez, por ser um guardião intransigente da aplicação correta dos recursos públicos em todo o País. Agradeço a V. Ex^a a oportunidade.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Muito obrigado, Senador Carlos Patrocínio.

Eu até gostaria de ler, antes de conceder o aparte aos Senadores que estão se manifestando, para dizer que a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 45, diz o seguinte:

Observado o disposto no parágrafo 5º do art. 5º, a Lei Orçamentária e as de créditos só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ou seja, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que nós aprovamos, não admite que se coloque no orçamento do Estado, do Município e da União nenhum centavo, antes que as obras iniciadas tenham sido

concluídas. Nesse cenário não podemos admitir que o Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos assinem novos convênios, iniciem novas obras sem que sejam dadas as soluções adequadas para que essas obras iniciadas e que estão apodrecendo sejam concluídas.

O Tribunal de Contas da União fez um relatório, mas não cabe só ao Tribunal de Contas da União fazer relatórios, cabe a ele tomar as providências para que os governantes cumpram a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque o Tribunal de Contas da União é o órgão que assessoria o Legislativo. Portanto, nós do Senado Federal que aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal e que temos responsabilidade em vê-la sendo cumprida, nós devemos também acionar o Tribunal de Contas da União para que ele gestione junto aos Governos estaduais e não permita que os Governos desperdicem mais dinheiro, iniciando obras sem que essas tenham uma solução. É uma vergonha que, em frente ao Palácio Iguaçu, tenhamos, uma obra, somente o esqueleto erguido, apodrecendo; é uma vergonha que casas populares que poderiam estar abrigando famílias de trabalhadores no Município de Iretama, com 42% das obras executadas, estejam paralisadas desde julho de 1999. Enquanto isso, convênios são assinados para construção de outras casas populares em outras cidades, e essas estão lá apodrecendo.

São quasetrezentas escolas que apodrecem no Paraná, enquanto outras estão sendo iniciadas. Os hospitais, as estradas, enquanto convênios são assinados para captar e angariar mais apoio político, aquelas iniciadas estão apodrecidas ou apodrecendo. É preciso que a Lei de Responsabilidade Fiscal seja obedecida e respeitada pelos governantes, e o Tribunal de Contas da União é que tem obrigação de tomar as devidas providências.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Concedo um aparte ao Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL. – RO) – Senador Osmar Dias, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, que me fez lembrar e pensar um pouco que algo semelhante ou muito pior ocorreu no Estado de Rondônia. Desejo me referir ao passado, porque isso realmente ocorreu na administração do ex-Governador Valdir Raupp. S. Ex^a deixou no Estado, nada mais, nada menos que 14 obras inacabadas, apenas iniciadas, com o objetivo, como disse o Senador Carlos Patrocínio, meramente eleitoreiro.

Fiz até um quadro comparativo. V. Ex^a disse que no seu Estado há 1.055 obras inacabadas, para uma população de nove milhões e meio de habitantes e um orçamento que chega perto de R\$10 bilhões. No meu Estado, são 412 obras, para uma população de um milhão e quatrocentos mil habitantes e um orçamento de R\$1 bilhão. Se fizermos uma análise desses números, veremos que, em Rondônia, a situação é quatro vezes pior do que a do Estado do Paraná, o que demonstra a absoluta irresponsabilidade do ex-Governador, bem como a sua absoluta falta de conhecimento da arte de governar. S. Ex^a se dá ao luxo de andar por todo o Estado fazendo campanha como candidato ao Senado, esquecendo o mal que fez a Rondônia. Várias obras foram iniciadas: asfaltamento, pontes, escolas, quadras cobertas nas escolas e três hospitais e não foram concluídas. Algumas ficaram no esqueleto e outras não passaram do baldrame. É uma situação terrível. Realmente, algo há de ser feito. Penso que bastaria cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal para que o Estado do Paraná e o de Rondônia ficassem melhores e – quem sabe? –, até o Brasil. Entretanto, pelo que estou sentindo, Senador Osmar Dias, parece-me que os governantes não estão muito preocupados com a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois continuam a agir da mesma forma, ou seja, continuam autorizando o início de novas obras, antes de terminarem as que já foram iniciadas. Faço apenas esse registro e essa comparação com meu Estado. Parabenizo V. Ex^a, que tem sido realmente um Parlamentar corajoso, na tribuna do Senado.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Obrigado, Senador Moreira Mendes. De fato, os dados que V. Ex^a apresenta no seu aparte são reais, verdadeiros. Os prejuízos para o Estado de Rondônia podem ser maiores, mas os do Estado do Paraná significam um desastre absoluto.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Antes de conceder um aparte a V. Ex^a, que é um economista, um professor, portanto, sabe avaliar bem os números, vou colocar mais um número.

Eu disse que os recursos investidos nessas obras inacabadas no Paraná mandaram R\$700 milhões, que, segundo a Fundação Getúlio Vargas, seriam suficientes para criar emprego, construir casas, dar saúde e escola para aqueles dois milhões de paranaenses que atualmente se encontram marginalizados, sem cidadania, recebendo uma remuneração abaixo de R\$180,00 por mês. Vou mostrar mais um

desperdício. Quando estávamos realizando a CPI dos Precatórios, o Governo do Paraná comprou títulos podres de Santa Catarina, Alagoas, Pernambuco, Guarulhos e Osasco, cujo valor naquela época, chegava próximo a R\$500 milhões.

Pois bem, aqueles títulos comprados pelo Banco do Estado tiveram de ser garantidos por ações da Copel, que é a nossa Companhia de Energia Elétrica. Quando o Itaú comprou o Banco do Estado do Paraná, levou o Banestado e as ações da Copel que estavam lá garantindo os precatórios.

O Brasil inteiro sabia que aqueles precatórios não seriam honrados pelos seus emitentes porque eles já tinham declarado isso. E a CPI já havia declarado aqueles precatórios ilegítimos, portanto, não seriam honrados. O Paraná ficou com o "mico"; e o Banco Itaú, com as ações da Copel. Agora o Governador diz que precisa vender a Copel para resolver o problema do Fundo de Previdência do Estado e realizar obras na área de saúde e educação, mas se esquece, ou deixa de dizer, que os R\$800 milhões, valor corrigido dos títulos comprados, irão diretamente para o dono do Banco Itaú. Se somarmos os R\$800 milhões jogados fora pela irresponsabilidade e desonestidade – aí há desonestidade e corrupção, não é só irresponsabilidade –, ao valor das obras inacabadas, chegaremos a R\$1,5 bilhão. Aí, repito, não há apenas irresponsabilidade, mas desonestidade, corrupção e esportividade por parte de alguns comparsas do Governador que ganharam dinheiro fácil na compra daqueles títulos podres que já eram considerados ilegítimos.

É revoltante ver o estado de abandono em que se encontra o Paraná. As estradas esburacadas provocam protestos de caminhoneiros. Apesar disso, o Governador, como disse o Senador Moreira Mendes, percorre o Estado contando papo, dizendo que fará seu sucessor. O povo do Paraná não é louco; o povo do Paraná está vendo o que está ocorrendo. Todos têm conhecimento do roubo do dinheiro e do desperdício. Os paranaenses não podem continuar pagando essa conta.

Concedo o aparte ao Senador Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Lauro Campos, antes que V. Ex^a use a palavra, gostaria de dizer ao Senador Osmar Dias que o tempo destinado a S. Ex^a já se esgotou. Portanto, em homenagem aos próximos oradores inscritos, até mesmo ao Senador Lauro Campos, peço que S. Ex^a conclua seu pronunciamento após o aparte.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – Senador Osmar Dias, foi com grande prazer que ouvi as denúncias feitas por V. Ex^a, que, nesta Casa, sempre

se destaca ao manifestar suas preocupações éticas, no sentido de tentar tapar alguns desses buracos, alguns desses desvios de que a nossa Administração padece. No meu entendimento, nobre Senador, a falta de ética, a descompostura e o desrespeito situam-se, principalmente, na ação humana, que visa destruir a vida individual, a coletiva e a natureza. A meu ver, a ética coletiva é uma espécie de instinto de legítima defesa da sociedade, que o nosso processo civilizatório foi organizando para proteger a caminhada humana. Portanto, não há nada mais imoral do que a agressão ao homem e à natureza de que ele faz parte. Qual é o país mais carente de ética? Qual é o país mais corrupto que conhecemos? Aquele país em que o desrespeito e a agressão à natureza e à vida humana mais se desenvolveram, ou seja, obviamente os Estados Unidos da América do Norte. Lá a dissipação e a corrupção institucionalizaram-se, aderiram de tal forma às leis e aos bons costumes que assistimos, como se fosse normal, a um Presidente da República afirmar que precisa construir um escudo antimíssil que custará em torno de US\$200 bilhões – alguns afirmam que ultrapassará US\$1 trilhão.

Seria uma exposição muito longa a referente a essa corrupção necessária defendida por John Maynard Keynes, o maior dos economistas capitalistas do século, que alega que os gastos do Governo não devem ser apenas parcialmente dissipadores, mas wholly wasteful, isto é, totalmente dissipadores. A melhor forma de dissipar é certamente a guerra. Nas duas guerras mundiais, matamos 80 milhões de seres humanos.

Realmente, fico triste e penalizado. Gostaria de não precisar falar nesses assuntos, mas eles são parte essencial da nossa realidade. Nós, que não podemos desenvolver nem a dissipação bélica, nem a espacial, fazemos essas pequenas agressões aos homens, à natureza, aos recursos públicos, como expressão de um capitalismo ainda larvar, semi-integrado e já há muito dominado pelas forças internacionais. Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Senador Lauro Campos, já estivemos juntos na Bancada dos Sem Partido e, quem sabe, poderemos estar juntos no seu novo partido – ainda não sei qual. Para mim, seria uma grande honra, por que tenho uma preocupação com essa questão da ética.

Hoje em dia, todos falam sobre a ética, mas nem todos têm condições de fazê-lo. Felizmente, V. Ex^a pode discorrer sobre esse tema, com o respeito de todos os seus Pares desta Casa e, com certeza, de to-

dos aqueles que assistem à TV Senado e acompanham a sua vida pública.

Encerrou meu discurso, Sr. Presidente, dizendo que o Senado Federal tem a obrigação de fazer com que a Lei de Responsabilidade Fiscal seja cumprida. Lá está escrito que governantes que iniciam obras e não acabam estão desrespeitando a Lei e devem ser processados por crime de responsabilidade. O Senado Federal tem essa obrigação.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Carlos Patrocínio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindberg Cury.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Lindberg Cury, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha. S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trouxe à tribuna para hoje alguns assuntos de interesse do Senado e do Brasil.

Em primeiro lugar, faço referência ao Simpósio de Planos de Saúde que o Congresso Nacional, com o apoio da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Seguridade Social da Câmara, juntamente com o Conselho Nacional de Saúde, realizou com sucesso na semana passada.

Oste mais de que o simpósio poderia desencadear algumas complicações em função do clima em que foi organizado por causa da medida provisória dos planos de saúde – que, aliás, foi reeditada sem aqueles aspectos polêmicos que fizeram parte da penúltima edição –, apesar de toda essa expectativa nebulosa, desenvolveu-se em um clima de cordialidade e harmonia. De fato, foi um grande passo na construção de uma legislação mais democrática e os seus resultados serão, sem dúvida nenhuma, utilizados por nós Congressistas e pelos órgãos da sociedade civil organizada como elementos fundamentais para o aprimoramento da legislação em futuro próximo.

O Governo reviu os pontos polêmicos da medida provisória anterior e está planejando encaminhar

ao Congresso Nacional um projeto de lei abordando-os, o que permite uma discussão mais democrática, um debate mais participativo, que poderá fluir com o aperfeiçoamento necessário da legislação.

Hoje, não me proponho ainda a discutir pontos de mérito da legislação que, entendo, devem ser alterados. Desejo apenas fazer um breve relato do resultado do simpósio, que contou, em sua abertura, com a presença do Ministro da Saúde, José Serra, e do Presidente Interino do Senado Federal, Senador Edison Lobão, além de outros ilustres representantes tanto do Congresso Nacional como da sociedade civil organizada.

Sr. Presidente, gostaria de informar, principalmente aos membros da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, que amanhã, após a Ordem do Dia, haverá nova audiência pública a respeito do projeto que regulamenta o uso de silicone no organismo humano, do qual sou Relator. Estará presente o Presidente do Conselho Federal de Medicina, que interpretará para os membros da Comissão o art. 46 do Código de Ética Médica, que dispõe sobre o consentimento prévio que o paciente deve conceder ao médico para a realização de tratamentos.

As audiências públicas realizadas na semana passada trouxeram interpretações divergentes sobre se seria necessário ou não que o consentimento prévio fosse por escrito. No meu entendimento, legalmente só se pode constatar que houve consentimento, seja qual for o objetivo, se for por escrito. Sem a assinatura, é muito difícil, diante da Justiça ou do próprio Conselho Federal de Medicina, constatar-se houve, de fato, o consentimento. A polêmica toda é porque incluí, no texto do substitutivo que apresentei à Comissão, a exigência da assinatura de um termo de consentimento livre esclarecido, que é uma autorização do paciente que vai submeter-se à realização da cirurgia de implante da prótese de silicone. Considero essa medida extremamente necessária, positiva, por isso resolvi incluí-la no meu relatório, o que está causando polêmica, em função de a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica discordar e alegar que o consentimento pode ser verbal e tem respaldo no Código de Ética Médica. Discordo dessa posição.

Por isso, realizaremos amanhã mais uma audiência pública. Espero dispor de todos os elementos para finalizar o meu relatório e, assim, votarmos o projeto que proíbe o uso do silicone líquido no organismo humano e estabelece regras para a utilização do implante de próteses e de silicone.

Quero também, nesta oportunidade, relatar dois grandes eventos realizados no Rio de Janeiro, neste

final de semana, pelo PDT – Partido Democrático Trabalhista, em Niterói, cidade administrada pelo Prefeito Jorge Roberto Silveira. Na quinta-feira, houve a abertura do Encontro Nacional dos Prefeitos do PDT, um grande evento, com a participação de muitos Prefeitos do Brasil inteiro. Na oportunidade, o Prefeito de Niterói – que será sem dúvida alguma o candidato do PDT ao Governo do Rio de Janeiro – pôde apresentar as experiências exitosas do Município de Niterói e, ao mesmo tempo, trocar idéias com os demais Prefeitos do PDT pelo Brasil afora, objetivando estabelecer um certo consenso dentro da proposta do Partido para a administração municipal, no desenvolvimento de ações que visam aos interesses coletivos dos Municípios, sobretudo em questões fundamentais como educação e saúde. Nesses dois assuntos, o PDT tem sido destaque nas administrações estaduais e municipais.

Em Niterói, temos a experiência, muito exitosa, de vários anos no campo do Médico de Família. O Prefeito Jorge Roberto Silveira, que está em seu terceiro mandato, foi praticamente o pioneiro na implantação dessa experiência, que depois foi adaptado e se transformou no Programa da Família. Atualmente, quase todo o Brasil já trabalha com esse sistema de médico da família, ou saúde da família. A assistência à comunidade é feita por intermédio do módulo de saúde da família, com vários profissionais da saúde acompanhando de perto a família inteira, os chamados profissionais generalistas, que constituem a porta de entrada no sistema para o encaminhamento aos especialistas.

No âmbito da educação, todos conhecem as experiências bem-sucedidas do PDT na área da educação, na área da administração pública como um todo. Agora, uma nova polêmica, certamente, desencadear-se-á com a questão do sistema de saneamento de abastecimento e de tratamento de água, haja vista que o projeto de lei que trata do saneamento básico no País está buscando responsabilizar o Estado pela administração do sistema de abastecimento de água, principalmente nas áreas metropolitanas. Isso está desencadeando divergência entre Governadores e Prefeitos, porque estes últimos entendem que, dentro do Município, cabe às Prefeituras administrar o sistema de abastecimento de água, mas o Governo Federal pretende atribuir ao Estado a responsabilidade por essa administração.

Esse foi outro aspecto polêmico discutido no encontro do PDT, que serviu sobretudo para demonstrar que está vivo o nosso Partido, cujo mais ilustre filiado, o Senador Lauro Campos, está presente no plenário.

Recentemente homenageei-o desta tribuna pelo seu ingresso no PDT, ressaltando sua contribuição não de quantidade, mas de qualidade, de competência, pela formação profissional, pela experiência política e pela sua atuação, com muito destaque, na área econômica e universitária.

O PDT está vivo, cada vez mais vivo. Continua pujante em alguns Municípios e em alguns Estados – no Rio de Janeiro, por exemplo – com perspectivas muito boas de eleger o futuro Governador. O Presidente Nacional do nosso Partido, o Governador Leonel Brizola, assume novamente a coordenação do processo e estabelece uma nova realidade política, uma nova conjuntura ao aproximar Ciro Gomes e Itamar Franco, mostrando claramente à Nação brasileira uma nova alternativa de poder no Brasil. Nós, do PDT, vamos ser parte importante nesse processo. Eu não descarto, de forma nenhuma, a unidade das Oposições na próximas eleições, mas, se for necessário, o PDT estará participando de uma outra frente.

Queria ainda me referir à reunião do Diretório Nacional do PDT no Rio de Janeiro. Ouvimos uma narração exuberante, primorosa do Presidente Nacional do nosso Partido, o Governador Leonel Brizola, a respeito da Campanha da Legalidade, que nesses dias completou 40 anos. Leonel Brizola estava à frente do episódio da renúncia de Jânio Quadros. As forças reacionárias eram contra a assunção do Vice-Presidente João Goulart – que se encontrava ausente do País – à Presidência da República, e o Governador do Rio Grande do Sul de então comandou uma grande campanha que mexeu com a alma do povo brasileiro, conseguindo sensibilizar o Brasil inteiro para que o Vice-Presidente da República, Sr. João Goulart, assumisse legitimamente a Presidência da República, como aconteceu.

Leonel Brizola rememorou isso, durante a reunião do Diretório, de forma muito emocionante. Como participante direto do episódio, narrou os momentos de decisão que o atingiram, o conflito interno por que ele próprio passou no sentido de saber se a posição assumida por ele era, de fato, a mais adequada e correta.

Eu dizia que ali era a história narrando a história. Pode mostrar qualquer tipo de divergência com Leonel Brizola – eu próprio, como Líder do PDT no Senado, tenho tido muitas manifestações divergentes com ele –, mas não se pode deixar de reconhecer sua importância para a geração seguinte e para as Oposições. Eu diria que, da Esquerda original no Brasil, Brizola é o principal representante. Por isso, costumava dizer que é a história narrando a história, pois Brizola foi partíci-

pe e, naqueles momentos, sem dúvida nenhuma, figura exponencial da Campanha da Legalidade.

A reunião do Diretório do PDT, com a presença de representantes de todo o Brasil, pouco discutiu sobre a conjuntura nacional. Propus uma nova reunião, em breve, para abordarmos a questão da conjuntura nacional. A reunião foi centrada no reconhecimento público da importância do nosso Presidente nos momentos difíceis por que o Brasil passou, incluindo, na seqüência, o exílio de Brizola e de outros grandes Líderes do Brasil com a chegada da ditadura em 31 de março de 1964.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – Senador Sebastião Rocha, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Concedo um aparte ao eminente Senador Lauro Campos, com muito prazer.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – No bre Líder do PDT e com especial satisfação meu Líder no Senado, Senador Sebastião Rocha, não tenho dúvida de que o PDT se encontra em excelentes mãos e que está sendo conduzido pelo descortino, pela grande eficiência e por uma combatividade tranqüila, já arrefecida nos seus pontos negativos pela larga experiência política e profissional de V. Ex^a. Recebo as palavras tão carinhosas com as quais V. Ex^a novamente se dirige ao meu modesto ingresso no PDT. Nesta desconjuntura, desorganização intencional ou não da sociedade e do País, naturalmente o que posso fazer é tentar oferecer algo que brote da minha experiência e que possa ser discutido e analisado pelo democrático Partido a que pertencemos. Não prolongarei meu aparte, mas desejo manifestar a satisfação que tenho. É interessante como, quando um viajante passa a conhecer uma sociedade diferente daquela em que se criou, as suas observações comparativas são grandes, são profundas. Venho recentemente de um outro Partido no qual permaneci durante 21 anos da minha vida. E posso perceber, posso ter uma sensibilidade talvez mais apurada para detectar as diferenças positivas que vejo no Partido Democrático Trabalhista. Também gostaria de enfatizar aqui a experiência do nosso Presidente Brizola, à qual V. Ex^a acaba de se referir, que coloca nosso companheiro numa posição ímpar para avaliar, para ter sensibilidade e reunir uma frente partidária capaz de enfrentar essa fantástica negatividade e a crise acumulada ao longo dos anos, em relação à qual não existe qualquer proposta satisfatória. A V. Ex^a o meu abraço, o meu agradecimento e o meu companheirismo.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Obrigado, Senador Lauro Campos.

V. Ex^a sabe da alegria com que o recebemos no PDT. Nosso Partido no Distrito Federal também se sentiu extremamente honrado e exultante com V. Ex^a, que assumiu a coordenação do processo político pelo Partido em Brasília. O Presidente do PDT no Distrito Federal, Georges Michel, praticamente transferiu a tarefa a V. Ex^a, que saberá, com sabedoria, competência e habilidade, conduzir o nosso Partido pelo melhor caminho, para o bem do povo do Distrito Federal. V. Ex^a, hoje, é quem praticamente detém parte dessa responsabilidade e desse compromisso, e sobretudo a coordenação desse processo que foi atribuído a V. Ex^a por Georges Michel.

Sr. Presidente, em relação a Leonel Brizola, é extremamente justo que o Senado Federal lhe preste uma homenagem pelos 40 anos da Campanha da Legalidade.

Nos próximos dias, vou apresentar requerimento para que o Senado destine a Hora do Expediente a essa comemoração. Aquele momento foi de vitória para o povo brasileiro. E por isso chamo de comemoração. Depois vieram os dias da escuridão, do retrocesso. Mas aqueles foram dias de vitória por nós vividos com a Campanha da Legalidade. É extremamente justo que o Senado da República homenageie aquele período de glória que vivemos naqueles dias, sob o comando aguerrido e competente de Leonel Brizola.

Sr. Presidente, para concluir, pois meu tempo está a se esgotar, quero dizer que recentemente estive nesta tribuna o eminente Senador José Sarney, representante do meu Estado, o Amapá, defendendo com brilhantismo o seu projeto que estabelece cotas para o acesso da população negra aos cargos e empregos públicos, à educação superior e aos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Trata-se de um projeto de dois artigos, com três incisos e um parágrafo, onde se estabelece a cota mínima de 20% para a população negra no preenchimento das vagas relativas aos concursos para investidura em cargos e empregos públicos nos três níveis de governo, aos cursos de graduação em todas as instituições de educação superior do território nacional, aos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior; também estabelece que, na inscrição, o candidato declare enquadrar-se nas regras asseguradas na presente lei.

Sr. Presidente, sou Relator deste projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, onde tramita desde novembro de 1999. Antes de mim, foram designados três relatores, que devolve-

ram o projeto porque não conseguiram ajustar o relatório à idéia do projeto e, para não serem contrários, devolveram o projeto à Presidência da Comissão.

Assumi a Relatoria do projeto dia 14 de abril deste ano e, desde então, tenho me debruçado sobre o assunto. Hoje estou convencido de que este é um assunto que o Congresso brasileiro deve de fato regulamentar e por isso posso antecipar que o meu parecer será favorável.

Este assunto é tão intenso, tão importante, tão profundo, que precisaríamos, quem sabe, incentivar uma série de outros debates para aprimorá-lo, aperfeiçoá-lo. Entretanto, diante deste movimento que temos no Brasil, embora com divergências, a supremacia da opinião pública é no sentido de reconhecer que este projeto é socialmente justo, embora, claro, haja uma outra parcela da população pobre do País que também não tenha o acesso às universidades. Em função disso e por também ser um dos pontos programáticos do meu Partido, o PDT – que teve na pessoa do Senador Abdias Nascimento um grande representante nas lutas da população afro-brasileira, da população negra do País –, sinto-me hoje motivado a lutar em favor deste projeto e anticipo que, na próxima quarta-feira desta semana, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania estará com um relatório assinado por mim, pronto para ser votado.

Aproveitando a conferência contra o racismo, contra os preconceitos raciais que se desenvolvem hoje na África do Sul, aproveitando este momento, ofereceremos um parecer favorável ao projeto. Se houver a intenção, a necessidade de uma discussão mais ampla do projeto na própria Comissão de Constituição e Justiça, da realização de audiências públicas ou de quaisquer outras contribuições que possam advir desses debates, também, de minha parte, estarei plenamente acessível a qualquer contribuição para aprimorarmos o projeto.

De antemão, sei que há dúvidas aqui sobre o aspecto constitucional, mas acredito que quem tem de discuti-las mais na frente – se alguém alegar qualquer questionamento – seja a justiça brasileira, seja o Supremo Tribunal Federal. De minha parte, oferecerei essa contribuição, no sentido de acatar o projeto do eminente Senador José Sarney. Espero que a Comissão de Constituição e Justiça também o faça da mesma forma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Lauro Campos, do Distrito Federal.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, afirmou o Presidente Fernando Henrique Cardoso lá do trono da Presidência da República: "Não é preciso ter lido nada que li para sentar nesta cadeira". Talvez a consciência desguarnecida, in albis, seja mesmo preferível a uma falta de consciência sistemática que a espartezza, muito mais que o amor à verdade, o desejo de se aproximar do real e de conhecer a realidade para transformá-la, seja capaz de fazer.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, que perdeu tantas grandes oportunidades de ficar calado, devia ter estudado um pouco mais aquela que Keynes chamou de "ciência perigosa". A economia, dizia o lorde inglês – o maior economista ortodoxo do século XX –, é uma ciência muito perigosa. Eu diria perigosíssima, senhor lorde, principalmente quando é posta na cabeça de algumas pessoas que perderam os rumos em que se deve assentar o conhecimento humano: a probidade, a honestidade, a intransigente obediência aos princípios básicos da solidariedade humana, do respeito ao próximo.

Quando as pulsões narcísicas impulsionam um ser humano que conjuga narcisismo e vontade de puissance, narcisismo e ambição individual, insaciável, os resultados podem ser e são catastróficos.

Acompanhei o caminhar do Professor Fernando Henrique Cardoso. Para falar a verdade, não sou um ser muito partidário, que não tenho objetivos individuais e esterilizei, ao longo de minha vida, o narcisismo.

Quem de nós conseguiu chegar ao Senado Federal sem ter escutado centenas ou milhares de vezes de alguém, de algum eleitor, de algum admirador: "O senhor deveria ser Presidente da República". Todos cansamos de ouvir essa frase. Ouvi-a milhares de vezes, mas entra por um ouvido e sai por outro. Se eu fosse embarcar nesses encômios, nesses elogios, eu correria o risco de me perder num narcisismo inconseqüente. Mas precavi-me, há muito, contra essa desgraça, não apenas eu, mas principalmente os cidadãos que pretendem chegar aos postos de comando, aos postos de decisão em relação a importantes problemas internos e internacionais.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou-se um adepto do método de Marx, das categorias marxistas, da forma de análise que Marx adotou. Portanto, escreveu nesse mesmo livro sobre escravidão e capitalismo que era um serradical sob a concepção que Marx faz do termo – ser radical é penetrar

ram o projeto porque não conseguiram ajustar o relatório à idéia do projeto e, para não serem contrários, devolveram o projeto à Presidência da Comissão.

Assumi a Relatoria do projeto dia 14 de abril deste ano e, desde então, tenho me debruçado sobre o assunto. Hoje estou convencido de que este é um assunto que o Congresso brasileiro deve de fato regulamentar e por isso posso antecipar que o meu parecer será favorável.

Este assunto é tão intenso, tão importante, tão profundo, que precisaríamos, quem sabe, incentivar uma série de outros debates para aprimorá-lo, aperfeiçoá-lo. Entretanto, diante deste movimento que temos no Brasil, embora com divergências, a supremacia da opinião pública é no sentido de reconhecer que este projeto é socialmente justo, embora, claro, haja uma outra parcela da população pobre do País que também não tenha o acesso às universidades. Em função disso e por também ser um dos pontos programáticos do meu Partido, o PDT – que teve na pessoa do Senador Abdias Nascimento um grande representante nas lutas da população afro-brasileira, da população negra do País –, sinto-me hoje motivado a lutar em favor deste projeto e anticipo que, na próxima quarta-feira desta semana, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania estará com um relatório assinado por mim, pronto para ser votado.

Aproveitando a conferência contra o racismo, contra os preconceitos raciais que se desenvolvem hoje na África do Sul, aproveitando este momento, ofereceremos um parecer favorável ao projeto. Se houver a intenção, a necessidade de uma discussão mais ampla do projeto na própria Comissão de Constituição e Justiça, da realização de audiências públicas ou de quaisquer outras contribuições que possam advir desses debates, também, de minha parte, estarei plenamente acessível a qualquer contribuição para aprimorarmos o projeto.

De antemão, sei que há dúvidas aqui sobre o aspecto constitucional, mas acredito que quem tem de discuti-las mais na frente – se alguém alegar qualquer questionamento – seja a justiça brasileira, seja o Supremo Tribunal Federal. De minha parte, oferecerei essa contribuição, no sentido de acatar o projeto do eminente Senador José Sarney. Espero que a Comissão de Constituição e Justiça também o faça da mesma forma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Lauro Campos, do Distrito Federal.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, afirmou o Presidente Fernando Henrique Cardoso lá do trono da Presidência da República: "Não é preciso ter lido nada que li para sentar nesta cadeira". Talvez a consciência desguarnecida, in albis, seja mesmo preferível a uma falta de consciência sistemática que a espartezza, muito mais que o amor à verdade, o desejo de se aproximar do real e de conhecer a realidade para transformá-la, seja capaz de fazer.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, que perdeu tantas grandes oportunidades de ficar calado, devia ter estudado um pouco mais aquela que Keynes chamou de "ciência perigosa". A economia, dizia o lorde inglês – o maior economista ortodoxo do século XX –, é uma ciência muito perigosa. Eu diria perigosíssima, senhor lorde, principalmente quando é posta na cabeça de algumas pessoas que perderam os rumos em que se deve assentar o conhecimento humano: a probidade, a honestidade, a intransigente obediência aos princípios básicos da solidariedade humana, do respeito ao próximo.

Quando as pulsões narcísicas impulsionam um ser humano que conjuga narcisismo e vontade de puissance, narcisismo e ambição individual, insaciável, os resultados podem ser e são catastróficos.

Acompanhei o caminhar do Professor Fernando Henrique Cardoso. Para falar a verdade, não sou um ser muito partidário, que não tenho objetivos individuais e esterilizei, ao longo de minha vida, o narcisismo.

Quem de nós conseguiu chegar ao Senado Federal sem ter escutado centenas ou milhares de vezes de alguém, de algum eleitor, de algum admirador: "O senhor deveria ser Presidente da República". Todos cansamos de ouvir essa frase. Ouvi-a milhares de vezes, mas entra por um ouvido e sai por outro. Se eu fosse embarcar nesses encômios, nesses elogios, eu correria o risco de me perder num narcisismo inconseqüente. Mas precavi-me, há muito, contra essa desgraça, não apenas eu, mas principalmente os cidadãos que pretendem chegar aos postos de comando, aos postos de decisão em relação a importantes problemas internos e internacionais.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou-se um adepto do método de Marx, das categorias marxistas, da forma de análise que Marx adotou. Portanto, escreveu nesse mesmo livro sobre escravidão e capitalismo que era um serradical sob a concepção que Marx faz do termo – ser radical é penetrar

até as raízes dos problemas, onde se encontra o homem perdido, o homem desprezado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e o homem marginalizado e enganado por falsas promessas.

Ultimamente, com sua simpatia pessoal irresistível, tem afirmado Sua Excelência, o Presidente da República, que é preciso "exportar ou morrer". Não há como permitir que, com uma dialética destrambelhada, o Presidente, com a mesma cara, com o mesmo otimismo aparente, com o mesmo sorriso irresistível, dirija um País no sentido diametralmente oposto do adotado nos quatro primeiros anos de seu Governo. Naquele período, era "importar ou morrer". Precisávamos importar tudo, não importava o quê – carro, geladeira, chocolate, tecido, sapato. O que importava era importar – ou morrer.

Agora, seremos mortos, de acordo com a promessa presidencial. Refiro-me àqueles que escaparam da enchente das importações subsidiadas pelo câmbio criminoso do Sr. Gustavo Franco, que pretendia colocar R\$0,58 valendo US\$1. Essa era a sua proposta inicial. Assim, importaríamos tudo o que o mundo tivesse de sobra para enviar-nos e a preço de banana, com o câmbio subsidiado pelo Governo. Não restaria pedra sobre pedra da indústria nacional. Os empregos dos trabalhadores seriam fechados mais do que foram, e as empresas nacionais faliriam em maior número do que o Real conseguiu fazer.

Portanto, não há dúvida alguma de que foi aumento do endividamento decorrente desse sistema, desse modelo que priorizava as importações sobre as exportações que fez aumentar a dívida externa exponencialmente, e o limite a este Governo, aos seus efeitos demagógicos foi imposto não pela razão pura ou impura dos Governantes brasileiros, não pela comiseração diante dos empresários nacionais, que foram destruídos e tiveram que se vender ao capital estrangeiro a preço de banana. À certa altura do andamento da carruagem, parece que os ares pré-eleitorais da primeira reeleição despertaram o Governo Fernando Henrique Cardoso e ele próprio.

Então, ele que dizia que ia tudo muito bem – Dr. Pangloss – no melhor dos mundos, declara ele: Temos agora o Programa Prá Frente Brasil, Levanta Brasil, Avança Brasil... São tantos que nem sei qual foi o primeiro, em qual deles ele falou que havia alguns setores destruídos, mas que seriam recuperados. Enquanto ele dizia que havia três ou quatro setores destruídos em uma entrevista que concedeu à revista Esquerda 21, o Ministro Francisco Dornelles já detectava mais de 30 setores que poderiam ainda ser recuperados.

Todos sentimos o que foi essa loucura importadora. Então, o senhor é contra a importação? Eu não sou contra a importação e nem contra a exportação. Sou contra as formas pelas quais esses fenômenos têm sido conduzidos na economia capitalista ao longo do tempo. Não pode haver dúvida para aqueles que não encostaram, não fecharam os livros, não falaram para esquecer tudo o que escreveram, para aqueles que continuaram tentando decifrar os hieróglifos da vida e do mundo.

De algumas coisas, de alguns vícios do pensamento custamos tanto a nos livrar! Somos escravos desses vícios, os "ídolos" do Bacon, de tal forma que nós, países dominados, tivemos sempre um vício: aprendemos a, criticamente, importar medidas que os países dominadores, depois imperialistas, impõem sobre nós. E o Plano Real é a prova disso. Os Estados Unidos disseram que ele não duraria três meses; o FMI também – isso foi publicado há pouco tempo. E o grande milagre foi ter anestesiado de tal forma o povo brasileiro que, no último ano, foram gastos R\$480 milhões em publicidade. E quem não gosta da democracia? Mas uma democracia em que um só pode falar!? Quatrocentos e oitenta milhões de reais para a mídia se abrir, enquanto nós outros, pobres cidadãos que vamos morrer, pobres cidadãos mortais, ficamos aí amordaçados, querendo nos livrar de outras leis de mordaças.

E o que acontece? Não quero deixar de colocar aquilo que me trouxe aqui.

Durante 300 anos, houve uma ideologia dos comerciantes, dos mercadores: o mercantilismo, que durou 250 anos na Inglaterra. O mercantilismo é a expressão da voz dos comerciantes que se haviam enriquecido a tal ponto que chegavam perto da orelha do soberano e começaram, então, a tecer a sua ideologia, a defender os interesses das suas companhias de navegação: Misselden, Mallynes e tantos outros, todos diretores e donos de companhias de navegação. Então, eles diziam: "Se nós exportarmos, Majestade, beneficiaremos todos os trabalhadores ingleses, que terão mais oportunidade de trabalho, trabalhando para a exportação. Se nós exportarmos muito, Vossa Majestade terá ouro, que entrará na Inglaterra como diferença entre os valores exportados e mais do que os importados". E assim por diante. Era todo um sistema ideológico, uma advocacia a favor das exportações.

Então, o Presidente Fernando Henrique Cardoso é, no mínimo, um mercantilista. Ele não aprendeu com Marx, porque talvez não tenha lido ou tenha esquecido o livro em que este economista aborda muito

bem questões que tangenciam a obra Filósofia da Miséria, de Proudhon. Em resposta a Proudhon, escreveu Miséria da Filosofia. E lá, ele ensina o óbvio: do ponto de vista do exportador, quanto mais exportar, melhor, mais ele enriquece, mais aumenta sua receita. Do ponto de vista do exportador, quanto mais exportar, melhor. Isso é óbvio! Mas esse ponto de vista não pode ser generalizado. Do ponto de vista do todo, aumentar as exportações é uma loucura! O país que tem superávit de exportação transfere riqueza líquida para o exterior. Se a Inglaterra exportasse realmente um valor superior ao de suas importações, estaria sendo explorada pelas suas colônias.

Então, Sua Excelência deve saber que a ideologia tem essa função de obscurecer e de colocar o mundo de cabeça para baixo. Do ponto de vista da nação como um todo, do ponto de vista da totalidade, não há nada pior do que exportar, do que ter saldo de exportação. É isto o que nos aconselha: exportar ou morrer.

Então, vamos morrer, fatalmente. Se conseguirmos sobreviver às loucuras do Real I, não escaparemos desta, que é a inversão daquilo que foi feito há pouco tempo: abarrotaram-nos de importações e agora dizem isso, os mesmos que nos sufocaram com importações, que fizeram elevar a dívida externa a quase US\$300 bilhões para que importássemos e achatássemos os preços internos. Erigiram a inflação como a única meta a ser combatida. Devemos passar fome, enxugar, importar de tudo, destruindo empregos e indústrias, para achatarmos os preços internos e combatermos a inflação.

Agora é o contrário: se exportamos, reduzimos a oferta interna. Exportar ou morrer é fazer morrer de novo aqueles que conseguiram se salvar da hecatombe que o FMI achava impossível ser aplicada. Mas o FMI não sabia da paciência, da resistência de parte do povo brasileiro, dos sobreviventes, dos supérstites.

De modo que então... – e já me avisam que meu tempo acabou –, gostaria apenas de alertar a respeito desse assunto.

Não sou favorável à inflação! Já escrevi dois livros, o primeiro comecei em 1958, mostrando os males da inflação, do processo acumulativo impulsionado pela inflação por meio de redução de salário, por meio de mecanismos anti-sociais. Inflação, sou contrário a ela! E sou contrário à deflação, por que ela significa crise.

Bresciani Turrone, Lord Keynes e tantos outros perceberam que toda crise vem acompanhada de queda de preços; caem os lucros, a taxa de juros se eleva, e, caindo os lucros, há pedidos de falência e

concordata; ou seja, a taxa de lucro cai, a taxa de juros se eleva, o desemprego aumenta, reduz-se, portanto, o mercado consumidor.

O Governo, arrecadando menos, tem de gastar menos, aí demitem-se funcionários públicos e enxuga-se a máquina. Essa situação de crise se agrava e os bancos começam a quebrar; os bancos, que pensavam se beneficiar com a elevação da taxa de juros, vêem os seus clientes sumirem; os investimentos caem, a economia se contrai, num círculo perverso.

Então, a deflação é realmente um mal igual ou pior do que a inflação. E o capitalismo só tem a nos oferecer inflação ou deflação. Aí é que está o mal do sistema, como um todo: só tem a nos oferecer inflação ou deflação, saldo de exportação ou saldo de importação.

Maurice Dobb, um dos maiores economistas ingleses, escreveu algo a respeito do qual, com muita dificuldade, também concordo. Disse ele que um país se enriquece quando tem déficit na balança comercial. Agora, ninguém vai aceitar pregar déficit. Quando há déficit na balança comercial é porque o país importou um valor superior ao de suas exportações. Então, a riqueza interna aumentou, como ocorreu no Plano Real 1.

Todavia, para que nós, pobres e explorados, possamos chegar ao ponto de importar mais que exportar, temos que aumentar nossa dívida externa. Sempre tivemos de fazer isso. Dessa forma, é a dívida externa que vai limitar nesse crescimento dependente, sustentado pela dívida.

Maurice Dobb afirma que devíamos chamar de superávit de importação os nossos déficits comerciais e lutar para ter esse superávit cada vez maior, um superávit de importação sobre exportação. Assim, teríamos um saldo de riqueza positivo. Foi assim que Dr. Shacht e Adolf Hitler conseguiram resolver uma grande parte dos problemas que envolviam a economia alemã, com 44% de desemprego, em 1933, depois de sair de uma dívida externa fantástica, que obrigava a Alemanha a exportar cada vez mais para conseguir recursos em moeda forte e, assim, pagar os juros e o serviço impostos à Alemanha pelo Tratado de Versalles.

Gostaria que Sua Majestade, o Presidente da República, depois do terceiro mandato que Sua Excelência deseja desfrutar, passasse a vista aqui nestas linhas do professor Maurice Dobb para ver o que ele está fazendo, para entender o que ele fez conosco.

O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou que o que o Sr. Gustavo Franco fez foi

um exagero, aquela taxa de câmbio era um exagero, mas ele não a corrigiu. Quando o processo já estava apodrecendo, lá o Diretor-Gerente do FMI, Michel Camdessus, afirmou: "O Presidente Fernando Henrique Cardoso é responsável pela situação que está ocorrendo no Brasil". Ele está adiando as medidas necessárias que deveria tomar por causa da sua reeleição.

É só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Lindberg Cury, do Distrito Federal. S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s. Senadores, recentemente participei de um seminário promovido pelo Sindilegis, que, aqui em Brasília, é o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União, e da Associação Comercial do Distrito Federal.

Esse seminário teve como título "O Servidor Público como Agente de Transformação e de Desenvolvimento". Naquela ocasião, fiz um pronunciamento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s. Senadores, dando um enfoque muito especial sobre o fato de estarmos reunidos em uma mesma sala empresários e trabalhadores, principalmente servidores públicos. Aqui em Brasília, esses pontos de contato e de desenvolvimento de idéias, já são uma tradição.

Como presidente da associação comercial, durante o regime de exceção, tive a primazia de abrir as portas da nossa casa e a tribuna livre para que sindicalistas criassem os seus sindicatos, como ocorreu com o dos médicos e tantos outros naquela ocasião.

Abrimos as portas para que debates políticos fossem feitos, inclusive o lançamento da candidatura do até então Senador Franco Montoro ao Governo de São Paulo. Enfim, aqueles que vivem com Brasília, que convivem com a história de Brasília, sabem perfeitamente que esses encontros, esses contatos, são feitos aqui na nossa capital. Principalmente em uma determinada ocasião, quando lançamos, como Presidente daquela entidade, um programa no qual o próprio servidor, comerciante, beneficiava-se dos projetos de vendas da empresa. Eles tinham, a partir daquela data, uma participação nas vendas, o que facilitava a obtenção de um salário mais elevado.

Falamos muito, em nível nacional e internacional, que quando se aumenta o poder aquisitivo do povo, automaticamente cria-se uma geração de em-

pregos, porque o comércio passa a vender; a agricultura produz; a indústria cria e tem um poder de captação muito grande; vende para o comércio automaticamente, temos um ciclo fechado no qual o Governo se beneficia dos impostos. Também a abertura de mercado de trabalho é muito mais marcante.

Em cima desse encontro, produzi um artigo, que foi direcionado para alguns jornais de circulação nacional, e pensei que também deveria dar um enfoque muito especial hoje aqui na tribuna do Senado.

Por essa razão, Sr. Presidente, venho a esta tribuna hoje externar uma preocupação que, tenho certeza, não é só minha, mas de boa parte da sociedade brasileira. Trata-se da situação de penúria em que encontram os servidores públicos federais, há mais de sete anos sem aumento salarial.

E, em Brasília, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a situação torna-se ainda mais preocupante, visto que boa parte da economia local depende dos servidores públicos.

Brasília é uma cidade eminentemente administrativa e sua economia tem ligação umbilical com a realidade salarial do funcionalismo público, ou seja, se os servidores estão hoje em dificuldades a economia brasiliense segue no mesmo e triste caminho. São mais de 320 mil servidores que recebem salários do Poder Público e por sua vez ajudam a girar a roda da economia local. Vale a pena citar, Sr. Presidente, que em determinada fase da história de Brasília o poder de aquisição do funcionalismo público, tão elevado, permitia a compra de veículos, geladeiras, produtos importados. Hoje isso praticamente não existe e traz um transtorno muito grande na área comercial. E não dá para separar. Quando um vai mal, o outro também vai. É, infelizmente, o que está ocorrendo hoje. O arrocho a que estão submetidos os servidores públicos não encontra precedentes na história do Brasil sem inflação.

O controle da inflação é, por sinal, o argumento tacanho que se usa para manter congelados os servidores públicos desde 1994. É uma premissa falha, fraca, falsa. Não se pode segurar indefinidamente a inflação por conta do sacrifício dos trabalhadores, em especial, do funcionalismo público.

O servidor público é mola mestra de qualquer sociedade e, como tal, precisa ser reconhecido. Bem treinado e bem remunerado o funcionário público renderá mais e dará mais retorno à sociedade. Quem ganha mais consome mais; quem vende mais emprega mais, e assim por diante.

O raciocínio leva à necessidade de conjugação de forças para mudar a posição até agora irredutível do Governo Federal. Não será acabando com o poder aquisitivo do servidor público que se chegará à tão almejada estabilidade plena nas contas públicas brasileiras. Há outros males muito mais sérios e danosos ao País que precisam ser encarados e debelados em primeiro lugar. Foi essa conjugação de forças que começaram a fazer, na semana passada, entidades empresariais e sindicais do Distrito Federal em um seminário do qual tive a honra de participar como membro da organização e também como palestrante.

Longe da época em que se enxergavam antagonismos uns nos outros, empresários e sindicalistas hoje entendem que a economia precisa de um novo rumo que a livre do caminho da recessão. No caso específico de Brasília, esse caminho passa por uma recomposição salarial do funcionalismo público. O índice de 3,5% oferecido pelo Governo Federal, para vigorar a partir de janeiro próximo, mostra-se inaceitável e incabível.

Inegável o sucesso do Governo no que concerne ao controle inflacionário, mas há que se encontrem caminhos que garantam a estabilidade econômica sem o sacrifício das classes produtivas empresariais e trabalhadoras.

No momento em que se inicia a discussão do Orçamento Geral da União para 2002, entendemos que não dá para deixar este assunto de lado, dependendo apenas da – nem sempre boa – vontade dos burocratas e economistas do Governo Federal. Se há recursos para socorrer bancos falidos, para dar incentivos fiscais a multimilionárias multinacionais caso da Ford na Bahia, recentemente, por que não redirecionar parte desse dinheiro para afrouxar um pouco o cinto que sufoca o funcionalismo público? Em todo o País, um aumento justo e realista dos salários públicos traria reflexos diretos no consumo, fazendo girar com mais segurança a engrenagem das economias municipal, estadual e nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos viver eternamente sob fantasmas de apagões, arrochos salariais e sobrecargas tributárias que colocam empregados e empregadores no mesmo trágico abismo da incerteza quanto ao futuro.

Dizia eu, logo de início, que Brasília tem características diferentes. O chamamento para esta região no coração do Estado de Goiás se processou mediante a implantação de um sistema econômico baseado exclusivamente no recebimento do Governo e no pagamento através do funcionalismo público. Aqueles que acorreram a esta cidade acreditaram nesse

programa econômico. E sempre que o poder aquisitivo aumentava, como foi até a década de 1980, o comércio vivia bem. Brasília, com características atípicas, não tem indústrias até hoje, tem o comércio e tem o setor ligado ao serviço público, embaixadas e Governo Federal, que, na verdade, são os principais consumidores na nossa capital. A partir do momento em que os salários se desgastam com o correr dos anos, com a nossa inflação, economicamente estamos colocando a nossa cidade e o nosso Distrito Federal numa situação realmente muito delicada.

Por essa razão, assim como à tribuna no dia de hoje para fazer um apelo a todos os setores que dirigem a economia do Distrito Federal e do Brasil para que meditem um pouco: o funcionalismo realmente precisa de um reajuste, precisa atualizar os seus salários de tal modo que passem a participar de um processo de compra na nossa capital, no Distrito Federal, levando em consideração essa característica que vivemos aqui.

Agradeço o tempo que me foi concedido.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Senador Lindberg Cury, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Ouço V. Ex^a com prazer, Senador Sebastião Rocha.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Senador Lindberg Cury, manifesto meu total apoio a V. Ex^a, pois tem toda a razão ao dizer em seu pronunciamento que os servidores públicos federais estão, sem dúvida nenhuma, à margem do reconhecimento do Governo Federal. Além de serem colocados numa situação de penúria e impossibilitados de terem uma vida mais digna, acabaram se tornando, no entendimento do Governo, os vilões, os responsáveis pelas dificuldades que o Brasil enfrenta na área econômica. O pronunciamento de V. Ex^a é extremamente justo quando pleiteia não apenas um índice maior de reajuste – o que é correto e necessário –, mas também o reconhecimento a essa categoria, que ajuda a construir o Brasil e pouco, ou quase nada, tem a ver com essa situação grave por que passa a economia brasileira. O Governo erra quando manda ao Congresso Nacional uma proposta de reajuste ínfimo, pífio, de 3,5%. É claro que outros complementos como, por exemplo, gratificações, em alguns casos, poderão elevar um pouco os vencimentos, mas o reajuste linear de 3,5% é incapaz de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos servidores públicos federais e de suas famílias e para que tenham uma vida mais digna. O Governo precisa repensar o assunto. Ele colocou a “batata quente” na mão dos Congressistas, pois afirma que poderá acatar um reajuste, que é, na

realidade, apenas uma reposição muito aquém da que ela deveria. Se somarmos as perdas acumuladas nos últimos sete anos, conforme alguns estudos, verificaremos que elas chegam a praticamente 75%. Dificilmente encontraríamos meios para repor esses 75% – mesmo que um de nós ocupasse a Presidência da República. Porém, não podemos, de forma nenhuma, concordar com esse reajuste aviltante de 3,5%. O que devemos fazer? Debruçar-nos, durante a votação do Orçamento, para encontrar caminhos. Como eu disse, o Governo colocou a “batata quente” na mão do Congresso, que precisa se livrar dela, encontrando uma solução. Não adianta nos chamar de corporativistas. Sou servidor público federal – sou médico do serviço público – e estou licenciado. Não estou trabalhando em causa própria, porque, como todos sabem, o nosso salário é pago pelo Senado. Conseqüentemente, não me afeta, de forma alguma, a pecha de corporativista. Quando nós Parlamentares assomamos à tribuna, vamos à imprensa ou participamos de qualquer movimento para defender reajuste e melhor qualidade de vida para os servidores públicos, sempre somos taxados de corporativistas. Isso ocorre para nos deixar na defensiva e atemorizados. No entanto, não há por que temer. Estamos defendendo um salário mínimo melhor – e continuaremos a fazê-lo. Aliás, é também aviltante esse índice de 5,5% de reajuste que o Governo está anunciando para o salário mínimo. Devemos lutar por algo mais. O salário mínimo não representa hoje nem US\$80. Quando estabelecemos R\$180, buscávamos alcançar US\$100 ou aproximar-nos desse valor. Atualmente, a cotação do dólar está em torno de R\$2,50; portanto, o salário mínimo está muito abaixo dos US\$100. O aumento de 5% é insignificante em se tratando de salário mínimo. Continuaremos nossa luta em defesa dos trabalhadores. Como V. Ex^a aborda o assunto referente ao servidor público, Senador Lindberg Cury, deixo um apelo à Presidência do Senado Federal e à da Câmara dos Deputados. É preciso resolver essa questão dos 11,98% e dar uma solução a esse caso. Soube, de fonte segura, que, há pouco, o Sr. Ministro Martus Tavares – deve-se até averiguar se a notícia tem procedência – estava pressionando os Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional, para não reporem os 11,98% assegurados pelo Supremo Tribunal Federal. Esse é, portanto, um dever do Governo não apenas quanto à legitimidade, mas também quanto à legalidade dessa reposição, que diz respeito à diferença da URV. Esclareço a quem nos ouve que não estou defendendo causa própria uma vez que os Senadores não são beneficiados

– a não ser aqueles que estavam no exercício do mandato em 1994. A mencionada decisão não abrange a nós, os Senadores mais recentes, que ingressamos em 1995. Recebemos um reajuste em 1995, quando o nosso salário passou de R\$5 mil para R\$8 mil, ficando, portanto, fora dos 11,98%. Estamos defendendo que essa questão seja resolvida para os servidores do Congresso Nacional. Tive conhecimento de que o Sr. Ministro Martus Tavares teria pressionado ambos os Presidentes no sentido de que, se fosse feita a reposição do referido índice, o Governo não efetuariá repasses para o Congresso Nacional. Isso precisa ser esclarecido. O Presidente desta Casa, Senador Edison Lobão, e o da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, de forma altiva, têm de resolver esse problema. O Senador Antonio Carlos Magalhães criou um precedente ao pagar a primeira parcela. Se não tivesse pago, quando Presidente desta Casa, não haveria problema, mas pagou praticamente no ano passado – não me lembro se no ano passado, ou se no começo deste ano. Veio o Senador Jader Barbalho, veio o Senador Edison Lobão, e não se paga mais? É preciso haver uma explicação. Aproveito o ensejo para reivindicar que a Presidência das duas Casas resolvam esse problema, ou, então, explique por que não o fazem. Quanto aos servidores públicos do Executivo, é necessário que o Governo encontre uma solução, não apenas razoável, mas adequada e justa. Nós, do Congresso Nacional, temos de contribuir com isso, encontrando os meios mediante o Orçamento da União. Muito obrigado a V. Ex^a. Parabéns pelo grande pronunciamento que faz nesta tarde.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Senador Sebastião Rocha, eu é que agradeço a brilhante participação de V. Ex^a, a qual vem enriquecer o meu pronunciamento, principalmente quando aborda esse assunto em âmbito nacional. Em Brasília, entendemos que deveríamos ter um tratamento especial, principalmente porque toda a economia no Distrito Federal gira em torno do funcionalismo público.

V. Ex^a, como Líder do PDT, tem desempenhado uma função muito importante, principalmente no setor médico. Recentemente, acompanhamos o seminário sobre o uso do silicone. Hoje, nesta sessão plenária, quero cumprimentar V. Ex^a pelo sucesso obtido. Trata-se de um assunto científico da maior importância não apenas para a Medicina nacional, mas também para a internacional. Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Álvaro Dias.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Programa de Desestatização do Governo Federal tem sido marcado por uma verdadeira seleção de equívocos.

Não há dúvida de que o País se torna mais pobre a cada privatização equivocada. Falo em privatização equivocada porque não sou contra a privatização de empresas ineficientes, incapazes de atender a seus objetivos precípuos, insuficientes para atender à necessidade de oferecer serviços de qualidade à população do País.

Considero privatização equivocada aquela que entrega ao setor privado, especialmente ao estrangeiro, empresas lucrativas, eficientes, prestadoras de serviços à altura das aspirações da nossa sociedade, principalmente aquelas de setores estratégicos para a economia como energia elétrica, água e saneamento básico. Se há equívocos, sem dúvida, um dos maiores estamos vivendo no Paraná com a absurda teimosia em privatizar uma empresa competente como a Copel.

Venho à tribuna não para ser repetitivo, condenando a privatização, já que o fizemos inúmeras vezes, mas para anunciar uma nova providência que resulta do compromisso público que assumimos de combater, até as últimas consequências, a privatização dessa empresa. Devo, nos próximos dias, assim que houver a publicação do edital para o leilão, impetrar ação popular contra a privatização da Copel. Constituí o Dr. Romeu Bacelar Filho para o trabalho, esse grande advogado administrativista do meu Estado, que já reúne a documentação necessária para ingressarmos junto ao Poder Judiciário do Paraná com uma ação popular visando a impedir o leilão da empresa.

Repito: iremos às últimas consequências. Se porventura a iniciativa se frustrar, teremos ainda, na hipótese de um governo de oposição assumir o comando do Paraná, a partir de janeiro de 2003, a possibilidade de propor a anulação da venda da Copel, se ela ocorrer. Repito que é possível. E por que é possível anular a venda da Copel? Porque todo o processo está viciado desde a origem, com inúmeras irregularidades. Há desvio de objetivos, sem dúvida alguma, por parte do Governo Estadual. Mas o que define bem a possibilidade de anulação da venda dessa empresa é o fato de contrariar de forma visível, absoluta e incontestável o interesse público – e todo ato de governo que contrarie o interesse público é nulo de pleno direito. É evidente que, diante dessa constatação, um go-

verno eleito pela população tem o dever de tomar as providências jurídicas cabíveis para propor a anulação da venda.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero acrescentar, para registro nos Anais desta Casa, mais alguns argumentos que sustentam essa batalha em favor da aspiração da população de preservar o patrimônio público, já que a venda da Copel se constituirá na maior dilapidação de patrimônio público da história do Paraná, especialmente porque o que se pretende é vendê-la por valores muito aquém da avaliação real. A Copel é verdadeiramente competitiva, sempre se manteve à frente de seu tempo, tem extraordinária infraestrutura de geração de energia e desenvolve talentos humanos.

O que é competitividade? A impressão que fica é que os governantes do Paraná não conseguem definir competitividade. Competitividade é ver e ler o cenário antes dos outros com correntes – é exatamente o que tem feito a Copel –, é se antecipar aos fatos econômicos, sociais e políticos e planejar estrategicamente.

A Copel tem sido verdadeira lição no que diz respeito à competitividade. Antes do final do século XX, já estava preparando cerca de 200 executivos do seu quadro de pessoal para comandar o processo gerencial da empresa a partir de 2020. Somente no ano de 1999, a empresa patrocinou a participação de treze dos seus funcionários no curso de pós-graduação – MBA Executive da PUC, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Esse curso contém módulo desenvolvido na Universidade de Austin, no Texas, Estados Unidos, onde as técnicas mais modernas do mundo são estudadas e testadas para melhorar o desempenho das empresas diante dos desafios do mundo globalizado. Os 200 funcionários estão sendo treinados para gerenciar eficazmente a empresa a partir de 2020, dentro de um plano de capacitação e aperfeiçoamento do seu corpo executivo superior. Esse plantel de executivos já detém alto nível de conhecimentos e tem condições de colocar a empresa ainda com maior destaque nos cenários nacional e internacional, dotando-a de meios para superar os desafios da globalização. Outros 600 funcionários já participaram de cursos para desenvolvimento interpessoal e treinamento de equipes.

Nesse programa de capacitação profissional, a PUC – Pontifícia Universidade Católica do Paraná tem papel relevante, por meio do Programa de Desenvolvimento de Executivos, ISAD – Instituto Superior de Administração, e do MBA Executive.

Quando se avalia uma empresa, é impossível mensurar o preço dos talentos humanos. A Copel tem uma avaliação hoje que suplanta R\$22 a R\$25 bilhões de reais – a avaliação do Governo está ao redor de R\$9 bilhões, mas a verdadeira e imparcial avaliação concluiu que a empresa tem valor superior a R\$22 bilhões de reais –, além da qual o que não é mensurado, como eu disse antes, os talentos humanos.

Para se ter uma idéia da diferença do pensamento empresarial da Copel em relação a outras estatais, basta mencionar que, com 6.148 empregados, 13 deles participaram dos cursos da PUC em 1999, enquanto da outra empresa estatal do Paraná, a Saneper, com 3.869 empregados, havia apenas um participante, o primeiro em sete anos de existência daquele evento anual.

A Copel, além de possuir esse patrimônio humano, que é o talento do seu quadro técnico e profissional, detém conhecimento de alta tecnologia que desenvolveu e também obteve com os processos de capacitação em que foram colocados centenas de seus técnicos, no País e no exterior.

Hoje, a Copel exporta consultoria para outros países, o que prova a sua capacidade de concorrer numa economia globalizada.

Reflexo disso, dentre outras tantas informações, é o que acontece com a BrasPower, fruto da associação da Copel com a Engevix Engenharia e a Interlechne Consultores. Seu foco é o mercado internacional, onde oferece tecnologias desenvolvidas no Brasil. No ano passado a BrasPower desenvolveu, dentre outras ações mundiais, o projeto Kárahnjúkar, uma usina na Islândia, com uma barragem de 190 metros de altura; o Projeto Shuibuya, na China; e o Projeto Lower Arun, no Nepal.

Portanto, os avanços tecnológicos alcançados pela companhia paranaense a tornam uma empresa de extraordinária competitividade, desmentindo qualquer argumentação primária do Governo estadual no que diz respeito ao seu futuro diante de concorrentes do setor privado.

Falar em competitividade hoje no Estado do Paraná é falar sobre o absurdo, pois existe no Estado o monopólio estatal da geração e do fornecimento de energia. E a privatização significará a transferência do monopólio estatal para o setor privado. Deixaremos de ter o monopólio estatal para termos o monopólio privado. E o Governo estadual insiste em falar em competitividade! Não sei com quem a Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) competirá depois da sua privatização. Competirá consigo mesma.

Para comprovar a sua grandiosa estrutura, alguns indicadores físicos e financeiros da Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) – que o Governo estadual quer transformar em meios para cobrir seus rombos financeiros: a Copel tem dezoito usinas, dezessete hidrelétricas e uma termelétrica. A sua capacidade instalada é de 4.548 Mw. Tem 6.743 quilômetros de linhas de transmissão, 120 subestações, 96 subestações automatizadas, 18.026 MVA de potência instalada.

Na distribuição, linhas de distribuição: 152.782 quilômetros, 229 subestações. Subestações automatizadas: 84. Potência instalada de distribuição: 1.245 MVA. São mais de 2.856.822 consumidores.

Quanto à administração, a empresa tem 6.087 empregados; portanto, 750 consumidores por empregado da distribuição.

Enfim, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, é lamentável que se pretenda abrir mão de um patrimônio incrível como esse. E repito o assunto com insistência, na esperança de que algo aconteça e impeça este equívoco histórico: a venda por menos da metade do valor real.

A Copel desenvolve as mais diversificadas ações como empresa-cidadã. Por exemplo, o Programa de Voluntariado, denominado Eletricidadania, conta com 175 colaboradores voluntários, que realizam cerca de 5.000 horas de trabalho voluntário em favor de 180 entidades sociais, nas regiões oeste e sudoeste do Paraná. Desse total, a Copel liberou 500 horas utilizadas em horário de expediente, construindo usinas com responsabilidade ambiental.

Estou me referindo ao exercício da função social, inerente, no capitalismo com humanidade, a qualquer empresa competente. Mas, nesse mundo de capitalismo selvagem, é essa função social quase sempre ignorada. Não há dúvida de que uma empresa estatal exercita com maior eficiência e competência essa função imprescindível, especialmente num País como o nosso, em desenvolvimento e com tantas distorções sociais e injustiças.

Além do Programa de Voluntariado, há as Bolsas de Trabalho.

Mediante convênio com a Secretaria de Educação, a Copel oferece oportunidades de formação e treinamento com remuneração para menores que frequentam o 2º Grau e possuem aproveitamento escolar.

Ao final do ano passado, participavam do programa 608 menores.

Há também o Programa de Estagiários.

Nesse programa, mediante convênio com várias instituições de ensino, a Copel oferece oportunidade a 139 estudantes de 2º e 3º Graus.

Há o Programa de Apoio a Deficientes.

A empresa oferece emprego a 114 portadores de deficiência física.

E a tarifa social? Sr. Presidente, exatamente em função do preço de que energia e água são de vez do Estado e com o objetivo de oferecer boa qualidade de vida é que apresentamos nesta Casa, há mais de dez anos, um projeto instituindo o plebiscito na eventualidade de este ou aquele Governo desejar privatizar empresa estatal de energia e de água. Esse projeto, infelizmente, ainda não foi votado.

Hoje, pedi a desanexação desse projeto do projeto do Senador Roberto Freire, que proíbe a venda de empresas de energia elétrica, porque comecei a ouvir que a anexação estava comprometendo a tramitação do projeto do Senador Roberto Freire, em que pese o fato de o meu projeto estar nesta Casa há mais de dois anos.

Para evitar esse tipo de especulação de que a anexação do meu projeto poderia comprometer a tramitação do outro, hoje requeremos a sua desanexação.

Devo acrescentar que uma empresa estatal pratica tarifa social, com redução, no caso da Copel, entre 33% a 65%, em relação à tarifa normal, para consumidores monofásicos, com moradias de até 50 m² e renda familiar de 0,8 salário-mínimo por morador e consumo de até 160 Kwh por mês; e a redução final de tarifa de até 75% no valor final da conta para entidades que abrigam crianças ou adultos e idosos carentes ou portadores de deficiências.

Portanto, Sr. Presidente, com a venda da Copel certamente essa função social relevante não será exercida. Somente uma empresa estatal pratica tarifas diferenciadas com o objetivo de oferecer qualidade de vida às populações mais empobrecidas.

Essa é uma prática no Paraná. Fui Governador e tive o privilégio de poder trabalhar com os técnicos da Copel em programas que atendiam às populações mais necessitadas. O Programa de Eletrificação Rural, por exemplo, alcançou fundo de vales, localidades rurais distantes, sem nenhum objetivo de lucro, fato que jamais ocorrerá com a privatização.

Sr. Presidente, para concluir, cito apenas mais um programa social da Copel, de alfabetização: Programa Luz das Letras, que desenvolve habilidades e alfabetização de apenas 6% do tempo normal. O programa com 15 horas corresponde a um aproveitamento de 400 horas do Ensino Regular.

Deixarei de citar os projetos culturais desenvolvidos pela Copel.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Se na dor Álvaro Dias, solicito que V. Ex^a me conceda um aparte.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Vejo que o Senador Iris Rezende, um defensor da manutenção das empresas de energia como empresas públicas, deseja fazer um aparte, o qual concedo com satisfação.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Senador Álvaro Dias, sou muito agradecido a V. Ex^a pela concessão deste aparte que faço justamente para salientar a admiração que V. Ex^a vem angariando, nesta Casa, devido à sua permanente e cada vez mais acentuada oposição à venda dessa estatal importante na vida de seu Estado e do nosso País. Tenho aguardado a publicação do edital, que será feito brevemente – segundo registra a imprensa –, de privatização das Centrais Elétricas de Goiás para, nesta Casa, manifestar a minha posição em nível nacional, uma vez que internamente, por meio da imprensa, tenho sido veementemente contra essa tentativa de privatização de uma empresa que considero fundamental para a vida do meu Estado. Cumprimento V. Ex^a justamente por sua posição insistente nesse caso a fim de que, no futuro, as gerações que chegarem ao seu Estado não venham a nos condenar, a nos julgar mal, pois ocupamos posição de destaque na vida política nacional, tendo à nossa disposição a tribuna desta Casa, entendendo que fomos omissos e indiferentes a essa violência que os que estão no poder estadual praticam, por este País afora, contra o bem público. Há poucos dias, via na **Folha de S. Paulo** um articulista salientando que, no início do Governo do nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso, os valores do patrimônio da Companhia Vale do Rio Doce, das empresas das áreas de telecomunicação, de telefonia e de outras correspondiam a 80% do débito externo do País. Foram alienadas, privatizadas e, hoje, a dívida externa está quase triplicada ou quintuplicada – não me recordo bem –, com todas essas empresas vendidas. O povo não entende a importância dessas privatizações. Isso acontecerá em nossos Estados. Em um futuro não muito distante, vão chegar à conclusão: "Bem, abrimos mão de um patrimônio valioso". Patrimônio que, no Paraná e em Goiás, custou os olhos da cara do povo, por que os bens dessas empresas não foram construídos apenas com empréstimos. Muitas empresas foram construídas com o imposto do ICMS que o povo paga diretamente ao Tesouro Estadual. Bem, foram vendidas. E o resultado de suas vendas? É como se estivéssemos ven-

do agora: não viraram nada, não representaram nada; apenas fortaleceram mais algumas multinacionais que – segundo dizia um Senador, da tribuna desta Casa: “quase sempre não têm alma nem pátria; têm como Deus o dinheiro e, como objetivo, o lucro”. É isso o que buscam. Não sou contra a multinacional chegar ao Brasil, trazendo dólar, investindo em propriedades, construindo fábricas e complexos de interesse da população. Agora, chegar aqui e pegar o que já está feito, sendo que os dólares que trazem irão se evaporar? V. Ex^a está de parabéns com essa insistência. Confesso a esta Casa que estou triste com a propalada privatização das centrais elétricas que, embora em dimensão menor, tem a mesma importância para o povo de Goiás que a empresa cuja privatização V. Ex^a agora se posiciona contra. No dia em que essas empresas passarem para o domínio de uma multinacional ou de uma empresa particular, não serão mais diretores sensíveis a questões sociais que decidirão. Será o computador que decidirá. Por exemplo, numa cidade do interior, chega uma indústria e o consumo de energia aumenta. Então, é preciso construir uma nova estação rebaixadora para atender às exigências da comunidade. A empresa leva o computador. Se o investimento tiver retornado naquele prazo preestabelecido, eles construirão uma nova estação rebaixadora; caso contrário, não. Fica o povo entregue à própria sorte. Para construir uma rede de energia a fim de atender a moradores de um setor pobre que surge, de uma vila, é a mesma coisa. Aquele que deseja instalar uma mini indústria, uma mini empresa, não terá mais a rede de energia que a empresa pública, administrada por pessoas que saem do meio do povo, comprometidas com esse povo, determina a sua condição; não serão mais construídas essas redes nem colocado nenhum transformador. Então é aquilo que realmente der lucro à empresa; caso contrário, não será feito. Mas já será tarde. Nessa altura, daqui a três ou quatro anos, não adianta mais esperar, não adianta mais chorar porque a empresa não será mais nossa e os seus donos não têm compromisso com o povo. Eles têm compromisso é com o lucro que devem remeter anualmente para os países de origem. Muito obrigado.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu que agradeço, Senador Iris Rezende, o aparte de V. Ex^a, que sempre me honra muito. V. Ex^a, como Ministro da Agricultura, prestigiou o Paraná, apoiou os programas rurais em nosso Estado; conheceu de perto o que se fazia naquele Estado. No tempo em que tive a honra de governar o Paraná, V. Ex^a era o Ministro da Agricultura e esteve na área rural, inclusive dirigindo

máquinas agrícolas no início da colheita, quando do plantio. E certamente pôde perceber que há fios de transmissão de energia cobrindo extensas áreas rurais no Estado, levando eletricidade ao campo, até mesmo aos fundos de vales e às mais longínquas localidades do meio rural, fazendo com que o Paraná tenha hoje o maior percentual de eletrificação rural de todo o País. É essa empresa, esse patrimônio que se deseja entregar para as multinacionais.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Álvaro Dias, V. Ex^a já ultrapassou em 10 minutos o tempo que lhe foi destinado. Por isso apelo que conclua, em homenagem aos Senadores que ainda se encontram inscritos, entre os quais se inclui o próprio aparteante, Senador Iris Rezende.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço escusas aos colegas oradores que aguardam sua oportunidade. O entusiasmo do Senador Iris Rezende por essa questão fez com que S. Ex^a proferisse um aparte brilhante, como sempre, porém longo, que honrou meu pronunciamento, sem dúvida.

Concluo, Sr. Presidente, atendendo ao apelo de V. Ex^a.

Mais uma vez agradeço.

Meu objetivo, desta tribuna, foi anunciar a ação popular que subscreverei, na esperança de que o Poder Judiciário ainda possa impedir esse equívoco histórico com consequências imprevisíveis e certamente nocivas ao futuro do meu Estado, o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Luiz Otávio, representante do Estado do Pará, que dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para pleitear por aqueles que não possuem condições financeiras para ter acesso à justiça e, conseqüentemente, dependem da Defensoria Pública, instituição que, apesar de já ter prestado inúmeros serviços àqueles que têm sede de justiça, necessita de melhor estrutura organizacional, com independência operacional, administrativa e financeira.

Tramita nesta Casa o Projeto de Reforma do Poder Judiciário. A sociedade espera, ansiosa, por melhoria e agilidade na prestação jurisdicional.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no exame inicial do projeto, vem ouvindo os especialistas e notáveis de toda a sociedade, no intuito de

garantir a participação e o reconhecimento de todos. Reconheça-se, por oportuno, a pesquisa democrática do eminente Presidente daquela Comissão.

A Reforma do Judiciário não pode ser reduzida a um mero "rearranjo funcional" da burocracia dos Tribunais. Ela há de criar condições para que o esforço da prestação jurisdicional vença os obstáculos que sempre enfrentou.

A morosidade e a efetividade das decisões – aí estão as liminares e os precatórios – desafiam soluções para a ordem institucional – e outros fatores pedem a nossa reflexão acurada.

Solicito a atenção desta Casa para o problema do acesso à Justiça. O Brasil vivencia índices sociais que envergonham as nações democráticas. Segundo números do IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a concentração de renda no Brasil faz com que os 10% dos mais ricos da população tenham renda 28 vezes superior à dos 40% mais pobres. Essa equação constrange-nos perante sofridas nações africanas, que melhor do que nós sabem distribuir sua renda.

Ao apreciar o Projeto de Reforma do Judiciário, o Senado não pode desconsiderar essa estado de coisas. Nesse sentido e em boa hora, o insigne Senador Bernardo Cabral – presença em nosso Parlamento e motivo de orgulho não somente para o seu Estado, o Amazonas, mas também para toda a Amazônia –, como Relator, fez ouvir em audiência pública, em 21 de agosto último, alguns representantes da Defensoria Pública. Compareceram a Presidente do Colégio Nacional de Defensores-Gerais, Condege, Defensora Nívea Rolim, a Procuradora-Geral da Defensoria de Mato Grosso do Sul, Defensora Nancy Carvalho, e o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Anadep, Defensor Roberto Freitas Filho.

Participei daqueles trabalhos, e, na exposição, ficou evidente a importância e a necessidade da Defensoria Pública como instituição do Estado a serviço do carente.

Repito, por oportuno, o trecho do discurso de posse do Exmº Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio Mello, referindo-se ao tema:

...é tempo de proporcionar-se, aos menos afortunados, de maneira iniludivelmente eficaz, a assistência jurídica integral e gratuita. É tempo de a população já poder dispor dos essenciais serviços da Defensoria Pública nos Estados e no âmbito da União, em moldes satisfatórios.

Também no seu discurso de posse, o Exmº Sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Paulo Costa Leite, proclamou:

Em tema de acesso ao Judiciário, porém, é fundamental que se organize a Defensoria Pública.

Vê-se que o reconhecimento da importância da Defensoria Pública é ponto pacífico o Judiciário brasileiro. Mas, Sr. Presidente, a manifestação dos Presidentes dos Tribunais Superiores não nos pegam desprevenidos.

Foi o Parlamento, em sua feição Constituinte, que elevou a Defensoria Pública à condição de função essencial à Justiça. O Senado emprestou valiosa colaboração para a edição da Lei Complementar nº 80, que estrutura e organiza a instituição Defensoria Pública. Mesmo assim, a viabilização do acesso à Justiça para os carentes está a exigir avanços para resolver os entraves não superados.

A autonomia orçamentária é um desses significativos avanços.

Na verdade, à Defensoria Pública compete a defesa dos carentes, até mesmo contra o próprio Poder Público. Por decorrência dessa circunstância, a Defensoria há de ter, na independência, um dos pilares de sua atuação.

Nesses termos, a independência exige um dobramento de ordem econômica. O curso dos processos exige, não raro, um esforço probatório constituído de perícias, laudos e outros atos, cuja prática demandará um aporte de recursos que os carentes jamais conseguirão fornecer.

De fato, de nada adiantará a proclamação da independência se não se assegurar um correspondente orçamentário que sirva de garantia à atuação.

Na realidade, a inexistência da autonomia orçamentária implicará no sacrifício da própria independência funcional.

O titular da Defensoria Pública da União é submetido à sabatina no Senado, o que torna os Senadores partícipes de sua investidura. É em nome da independência da sua atuação que assim se procede. A ausência da autonomia orçamentária torna inútil ou inócua a participação do Senado. De que valerão os compromissos demonstrados pelo sabatinado se não dispuser do mínimo de recursos para garanti-los?

Ressalte-se que a autonomia estará, toda ela, vinculada à lei orçamentária, subordinada ao controle do Parlamento e, portanto, do Estado.

Outros setores da administração não poderão, à custa de seu prestígio, "avançar" sobre os recursos dos carentes que estarão devidamente protegidos em seus respectivos duodécimos.

Cabe a nós do Senado a grave decisão acerca desse possível avanço. Pela história que cada Senador tem na sua vida e no Parlamento, não guardo dúvidas quanto ao destino da decisão.

Sr. Presidente, na esfera da União, está em trâmite o concurso público destinado ao preenchimento de vagas e dos cargos recentemente aprovados no Senado. No meu Estado, o Pará, o Governador Almir Gabriel, cuja administração sempre foi direcionada para os mais carentes, vem dando um tratamento especial à Defensoria Pública, fornecendo condições de trabalho dignas, com instalações e equipamentos de qualidade. Do ponto de vista salarial, um grande esforço de melhoria já se nota, tendo ocorrido inclusive a equiparação aos Procuradores de Estado. O Defensor Público em nosso Estado agora recebe a mesma remuneração que o Procurador do Estado, hoje na faixa de R\$4 mil. Foi também recentemente autorizada a publicação de edital para a contratação, via concurso público, de mais Defensores Públicos para atuar no Estado do Pará.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das grandes inovações constantes no Projeto de Reforma do Judiciário é a criação do Conselho Nacional de Justiça. Esse novo órgão é, como tudo que é novo, polêmico. Deixo aqui de esboçar um juízo definitivo sobre a sua conveniência e admissibilidade dentro do sistema.

To da via, vindo a existir, não há como concebê-lo sem a participação da Defensoria Pública. E a Defensoria é posta na Constituição Federal como função essencial à Justiça.

Criar um Conselho destinado a colaborar com a administração do Poder Judiciário, procurar uma composição que assegure uma contribuição democrática ao mesmo e excluir dessa composição uma função essencial à Justiça é um contra-senso. Mais que isso, é verdadeira discriminação que, seguramente, o Senado não cometerá.

Trago a firme convicção de que a Defensoria Pública é a grande ferramenta da cidadania. Ela permite a inserção efetiva do pobre na ordem jurídica. Além de tudo, guarda ainda a Defensoria Pública a vantagem de ser barata para a economia estatal.

A título de exemplo, cita-se, rapidamente, a atuação do setor carcerário da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Ali um grupo de Defensores, em

constante e efetiva atuação, vem conseguindo um volume de livramentos condicionais em torno de 400 por mês. Essa cifra é fator primordial na pacificação do sistema no Rio, que não registra rebeliões de porte. Além das vidas humanas, que não podem ser avaliadas, bem se sabe o custo financeiro dessas rebeliões, seja para a sua repressão, seja para a recuperação dos estragos.

É importante dizer que temos sido provocados constantemente com as questões das rebeliões nas penitenciárias estaduais. O Estado de São Paulo é um exemplo que mostra o que tem acontecido não só com o menor infrator mas também com aqueles que já foram condenados ou que têm sua prisão decretada judicialmente.

Portanto, é importante e necessário não só a construção de novas penitenciárias, não só a efetiva diminuição do número de encarcerados, mas principalmente o trabalho que a Defensoria Pública faz e continuará a fazer, agilizado, acompanhado **pari passu**, desde a entrada do pedido de prisão até o acatamento da sentença, que deverá ser sempre feita com base na legalidade.

Existem pessoas que poderiam estar livres e outras que até já cumpriram a pena, mas só a Defensoria Pública, que defende o cidadão que não tem como pagar um advogado, pode realmente diminuir essa pressão que existe dentro do sistema carcerário.

Todos os dias, assistimos, obrigatoriamente, a episódios tristes nos canais da televisão. O noticiário nacional tem sempre reservado um lugar para matérias sobre rebelião em penitenciária. Isso é impressionante. Assisti a alguns jornais, principalmente ao Jornal Nacional, e todos os dias tenho certeza de que logo chegará a notícia de uma rebelião em uma penitenciária, em uma instituição para menores infratores, até em penitenciária de segurança máxima. As fugas são diárias e causam inquietação e dificuldades até para Estado.

Voltarei a tratar desse tema nesta Casa, destacando a terceirização do sistema penal. Nos Estados da Amazônia, como o Pará, por exemplo, onde há 2 mil presos, não há instalações suficientes. Devemos construir mais penitenciárias e distribuí-las em vários Municípios. Quanto ao custo, não só administrativo mas também manutenção, coordenação e fiscalização das Polícias Civil e Militar, teremos, brevemente, uma definição para esse problema.

Ainda com relação à Defensoria Pública, as políticas alternativas de acesso à Justiça, fortemente

marcadas pelas manchas do assistencialismo ou do improvisado, após o consumo de volumosos recursos públicos, sempre mostram ineficazes. Nesse sentido, cumpre lembrar a política de mutirões, cuja incapacidade para solucionar o problema carcerário é indiscutível e que, mesmo assim, tem sido, muitas vezes, a principal linha de ação do Estado.

Por tudo isso, acredito que a organização da Defensoria Pública, com as melhorias de que ela necessita, será uma das grandes contribuições que se dará na reforma do Judiciário para que o acesso à Justiça deixe de ser uma promessa distante e passe a ser uma perspectiva real para todo cidadão.

Sr. Presidente, foi uma satisfação ter participado de audiência pública, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que contou com a presença de autoridades do Poder Judiciário, como os Ministros Presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, bem como de membros da Ordem dos Advogados do Brasil e, principalmente, com esses lutadores, os Defensores Públicos. Durante essa audiência pública, assistimos a exemplos enfocados pelas lideranças sindicais da categoria, escutamos a explanação de membros das lideranças nacionais da Defensoria Pública sobre o trabalho eficiente, respeitado, sério e honrado do Defensor Público.

Os mais necessitados, os brasileiros que moram na Amazônia e, em especial, no Estado do Pará sabem o que é precarizar a Justiça. Necessitados de um advogado, não têm recursos para pagar essas despesas – isso acontece até mesmo com quem já cumpriu pena –, encontram na Defensoria Pública o socorro.

Portanto, a Defensoria Pública merece o respeito e a consideração desta Casa e do Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Senhor Presidente da República adotou, em 29 de agosto de 2001 e publicou no dia 30 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 2.209, que "Autoriza a União a criar a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, e da Resolução nº 2/2000-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

Renan Calheiros
Nabor Júnior

José Alencar
Juvêncio da Fonseca

PFL

Hugo Napoleão
Francelino Pereira

Romeu Tuma
Eduardo Siqueira Campos

Bloco (PSDB/PPB)

Sérgio Machado

Pedro Piva

Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)

José Eduardo Dutra

Paulo Hartung

PSB

Ademir Andrade

Roberto Saturnino

*PTB

Arlindo Porto

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PSDB

Jutahy Junior
Narcio Rodrigues

Carlos Batata
Sebastião Madeira

Bloco (PFL/PST)

Inocência Oliveira
Abelardo Lupion

Ariston Andrade
Corauci Sobrinho

PMDB

Geddel Vieira Lima

Albérico Filho

PT

Walter Pinheiro

Aloizio Mercadante

PPB

Odelmo Leão

Gerson Peres

*PHS

Roberto Argenta

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-9-2001 – designação da Comissão Mista

Dia 4-9-2001 – instalação da Comissão Mista

Até 4-9-2001 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 13-9-2001 – prazo final da Comissão Mista

Até 28-9-2001 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Senhor Presidente da República adotou, em 29 de agosto de 2001 e publicou no dia 30 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 2.210, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$50.000.000,00, para os fins que especifica".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, e da Resolução nº 2/2000-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

Renan Calheiros
Nabor Junior

José Alencar
Juvêncio da Fonseca

PFL

Hugo Napoleão
Francelino Pereira

Romeu Tuma
Eduardo Siqueira Campos

Bloco (PSDB/PPB)

Sérgio Machado

Pedro Piva

Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)

José Eduardo Dutra

Paulo Hartung

PSB

Ademir Andrade

Roberto Saturnino

*PTB

Arlindo Porto

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PSDB

Jutahy Junior
Narcio Rodrigues

Carlos Batata
Sebastião Madeira

Bloco (PFL/PST)

Inocência Oliveira
Abelardo Lupion

Ariston Andrade
Coraucci Sobrinho

PMDB

Geddel Vieira Lima

Albérico Filho

PT

Walter Pinheiro

Aloizio Mercadante

PPB

Odelmo Leão

Gerson Peres

*PTB

Roberto Jefferson

Fernando Gonçalves

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-9-2001 – designação da Comissão Mista

Dia 4-9-2001 – instalação da Comissão Mista

Até 4-9-2001 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 13-9-2001 – prazo final da Comissão Mista

Até 2-9-2001 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Senhor Presidente da República adotou, em 29 de agosto de 2001 e publicou no dia 30 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 2.211, que "Altera dispositivos das Leis nºs 9.995, de 25 de julho de 2000, e 10.266, de 24 de julho de 2001, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração das leis orçamentárias de 2001 e 2002, respectivamente".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, e da Resolução nº 2/2000-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

Renan Calheiros
Nabor Júnior

José Alencar
Juvêncio da Fonseca

PFL

Hugo Napoleão
Francelino Pereira

Romeu Tuma
Eduardo Siqueira Campos

Bloco (PSDB/PPB)

Sérgio Machado

Pedro Piva

Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)
José Eduardo Dutra Paulo Hartung

PSB

Ademir Andrade Roberto Saturnino

*PTB

Arlindo Porto

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PSDB

Jutahy Junior Carlos Batata
Narcio Rodrigues Sebastião Madeira

Bloco (PFL/PST)

Inocência Oliveira Ariston Andrade
Abelardo Lupion Corauci Sobrinho

PMDB

Geddel Vieira Lima Albérico Filho

PT

Walter Pinheiro Aloizio Mercadante

PPB

Odelmo Leão Gerson Peres

*Bloco (PSB/PCdoB)

Inácio Arruda Eduardo Campos

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-9-2001 – designação da Comissão Mista

Dia 4-9-2001 – instalação da Comissão Mista

Até 4-9-2001 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 13-9-2001 – prazo final da Comissão Mista

Até 28-9-2001 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Senhor Presidente da República adotou, em 30 de agosto de 2001 e publicou no dia 31 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 2.212, que "Cria o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, e da Resolução nº 2/2000-CN, fica assim

constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

Renan Calheiros José Alencar
Nabor Júnior Juvêncio da Fonseca

PFL

Hugo Napoleão Romeu Tuma
Francelino Pereira Eduardo Siqueira Campos

Bloco (PSDB/PPB)

Sérgio Machado Pedro Piva

Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)

José Eduardo Dutra Paulo Hartung

PSB

Ademir Andrade Roberto Saturnino

*PTB

Arlindo Porto

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PSDB

Jutahy Junior Carlos Batata
Narcio Rodrigues Sebastião Madeira

Bloco (PFL/PST)

Inocência Oliveira Ariston Andrade
Abelardo Lupion Corauci Sobrinho

PMDB

Geddel Vieira Lima Albérico Filho

PT

Walter Pinheiro Aloizio Mercadante

PPB

Odelmo Leão Gerson Peres

*Bloco (PDT/PPS)

Miro Teixeira Pedro Eugênio

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-9-2001 – designação da Comissão Mista

Dia 4-9-2001 – instalação da Comissão Mista

Até 5-9-2001 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 14-9-2001 – prazo final da Comissão Mista

Até 29-9-2001 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lindberg Cury.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 486, DE 2001

Requer a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Amaury Muller, com apresentação de condolências à família.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal em exercício, Senador Edison Lobão.

Com fundamento no disposto nos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de um Voto de Pesar pelo falecimento, no dia 31 de agosto de 2001, do ex-Deputado Federal Amaury Muller, com apresentação de condolências à sua família.

Justificação

Faleceu, na última Sexta-feira, aos 65 anos de idade, um dos grandes políticos do Rio Grande do Sul, o ex-Deputado Federal e Constituinte Amaury Muller.

Nascido na cidade de Cruz Alta-RS, em 17 de janeiro de 1936, filho de Henrique Muller e Virginia Martins Muller, Amaury Muller completou seus estudos superiores na Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, onde se diplomou em Economia e Comunicação.

Grande batalhador das causas sociais, veio a eleger-se Deputado Federal, pela primeira vez, para o período 1971-1975, pelo MDB, sendo reeleito para o período 1975-1979, pelo mesmo Partido. Em 1976, foi cassado pela Ditadura Militar. Novamente eleito, para o período 1983-1987, agora pelo PDT, integrou a Constituinte que nos legou a Constituição de 1988. Ainda pelo PDT, foi eleito, novamente, para os períodos 1987-1991 e 1991-1995.

Amaury Muller sofria de câncer pulmonar, tendo falecido em consequência desse mal. Seu velório se deu na Câmara Municipal de Ijuí – RS, cidade à qual veio se ligar por laços familiares e afetivos, sendo ali sepultado às 9 horas do sábado, dia 1º de setembro.

Deixou a viúva Samira El Ammar Muller e três filhos Márcio Muller, Alexandre Muller e Fernanda Muller.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2001. –
Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Esse requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem. (Pausa.)

Em votação o requerimento. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara e Eduardo Siqueira Campos enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, num mundo cada vez mais concorrencial, no qual produzir melhor e mais barato tornou-se essencial, falar em padrão de qualidade, qualificação de mão-de-obra, certificação de produtos e processos e padrões precisos de medição é falar em lucro, em desenvolvimento, em ganho econômico e ganho social.

Assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil vem investindo em capacitação para dotar nossa produção de bens e serviços de garantias de qualidade de padrão internacional. Investimento que representa baratear custos de nossas exportações, elevar a qualidade de nossos produtos e tornar a marca BRASIL sinônimo de satisfação, para consumidores internos e externos.

E um instrumento poderoso que tem sido usado para impulsionar esse esforço de qualidade é o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, o Inmetro, uma autarquia federal que se tornou popular e ganhou a confiança de brasileiros e brasileiros como referência de qualidade.

Quem não se lembra do quadro do programa dominical da Rede Globo de Televisão, o Fantástico, sobre a qualidade e conformidade dos mais variados

produtos, de aparelhos eletrodomésticos a materiais de limpeza, higiene ou alimentos. Foram mais de 140 produtos testados e os resultados dos testes foram divulgados num dos mais assistidos programas da TV brasileira.

Esse processo ajudou a despertar uma nova consciência nos brasileiros, que forçou, por sua vez, uma tomada de posição em favor da melhoria da qualidade por parte dos empresários, sob pena de alijamento de seus produtos do mercado. Esse é um círculo virtuoso que pode ser de grande valia para nosso projeto de crescimento.

E no centro desse círculo está, repito mais uma vez, o Inmetro. De seu relatório de atividades do período 2000/2001, podemos extrair um pouco do que é um Brasil moderno e forte perante as demandas do mundo.

Logo à primeira leitura, vemos que o mito de que o *made in Brazil* é necessariamente pior do que o importado cai por terra. Pelo menos no que se refere aos produtos importados disponíveis no mercado brasileiro, nossos produtos são superiores na proporção de 53% contra 47%, no que tange a conformidade aos padrões de qualidade. Se somos superados nos itens produtos alimentícios e de saúde, somos melhores nos de uso pessoal e de eletroeletrônicos.

Mas, Sr. Presidente, mais do que avaliar produtos e processos para fins de comparação, o Inmetro é um dos órgãos responsáveis pela concretização da política de aumento da exportação brasileira, dentro de nossa política de desenvolvimento industrial. O Inmetro é hoje o maior e mais complexo instituto de metrologia e qualidade da América Latina e situa-se entre os mais respeitados do mundo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas como referência de prestígio e eficiência, o Inmetro é a única autarquia federal que é considerada Agência Executiva, que tem Contrato de Gestão assinado com o Governo Federal e que recebeu a premiação ouro do Prêmio Qualidade do Governo Federal. Mas, mais do que isso, o Inmetro é hoje reconhecido internacionalmente como organismo credenciador, a partir do acordo firmado em novembro de 2000, em Washington, com o ILAC – *International Laboratory Accreditation Cooperation*.

Esse acordo, o mais importante já assinado na história do Inmetro, dá aos laboratórios por ele credenciados o reconhecimento internacional dos testes que executam. Isso significa, na prática, que produtos ou processos testados na rede não precisarão passar por novos testes nos países de destino, quando exportados. Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, além de significar importantíssimo reconhecimento da capacidade tecnoló-

gica brasileira de controle de qualidade, é também valiosa redução do preço final de nossos produtos, do qual se retira o ônus de nova certificação no país importador. Esse é o coroamento de quatro anos de árduo trabalho e modernização do complexo do Inmetro.

A posição de vanguarda de nosso Instituto de Metrologia se confirma em, no mínimo, três posições de destaque: pela Coordenação do Grupo Trabalho do Mercosul responsável pelos regulamentos técnicos e pelos procedimentos de avaliação da conformidade; pela Coordenação de projeto da Cooperação Técnica Mercosul – União Européia; e pelo exercício da Secretaria do SIM, o Sistema Interamericano de Metrologia.

Nossa posição de destaque tem feito que o Inmetro seja solicitado a prestar apoio a países amigos no desenvolvimento de seus próprios sistemas de metrologia. Tal é o caso de El Salvador, Nicarágua e Paraguai, cujos pedidos nos foram formulados no ano que passou. Em 2001, Cuba assinou acordo com o Inmetro para cooperação técnica nas áreas de metrologia, avaliação da conformidade e educação para a qualidade.

O Inmetro teve aprovado pelo BID, em janeiro de 2001, um projeto cuja meta é a organização de sistemas de acreditação de laboratórios no Paraguai, Venezuela, Costa Rica, Panamá e Trinidad & Tobago.

Um grande número projetos em andamento no Inmetro, seja em cooperação com órgãos brasileiros, seja com congêneres estrangeiros ou com organismos internacionais, faz com que o Instituto esteja presente em quase todas as políticas e estratégias de desenvolvimento nacional. Desde estudos de rotas de circulação de produtos para adequação das embalagens às condições de transporte, até troca de informações sobre normas estrangeiras e nacionais que afetem o comércio exterior brasileiro, o Inmetro está sempre atuante na defesa de nossos interesses maiores.

Sr. Presidente, talvez mais importante ainda do que tudo que já mencionei, seja a ação do Inmetro na defesa dos cidadãos brasileiros, por meio de sua ação fiscalizadora em todo o País: verificando se um quilo de feijão ou arroz ensaca do pesa de fato um quilo; verificando se o volume líquido de uma lata de óleo é de fato de um litro.

Compondo a rede de credenciados do Inmetro, os Institutos Estaduais de Pesos e Medidas efetuam, por delegação, a fiscalização de produtos pré-medidos, de instrumentos de medição e de produtos de certificação compulsória. Foram quase 10 milhões de exames em produtos e instrumentos realizados no

ano de 2000, com um índice de reprovação de 3,1%, abaixo, portanto, do patamar de 5% considerado como satisfatório pelos padrões internacionais.

E, para além de uma atuação meramente técnica, o contato do Inmetro com o público em geral, Sr^{as} e Srs. Senadores, se faz através de sua Ouvidoria, que recebe todas as demandas da sociedade, muitas vezes até aquelas que não lhe dizem respeito, em face da credibilidade que granjeou o Instituto nos anos recentes.

E para além das medidas controladoras das atividades de hoje, o Inmetro se preocupa com o futuro, por sua política de educação para a qualidade, visando criar uma cultura da qualidade e da metrologia no Brasil. O ensino da metrologia, normalização e qualidade nos cursos de nível superior faz parte dos objetivos a serem alcançados pelo Inmetro. Para tanto foi apresentada, em 2000, proposta ao Senhor Ministro da Educação. A pretensão é que tal ensino se estenda ao nível médio também.

Sr^{as} e Srs. Senadores, para não me alongar mais no tema, gostaria de concluir este pronunciamento sobre a atuação do Inmetro, convidando todos os que ainda não tomaram conhecimento do que faz o Instituto para que leiam o relatório recentemente publicado ou que entrem na página do Instituto na Internet. Vale a pena. É uma face do Brasil progressista, que nos renova o espírito para enfrentar os momentos de dificuldades que vivemos.

Acredito que o exemplo de empenho da equipe do Inmetro e de seus credenciados possa servir para que todos os setores produtivos nacionais se esforcem por fazer mais e melhor. O Inmetro é o Brasil do desenvolvimento se moldando de dentro para fora. Somos nós brasileiros fazendo o Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo registrar, Sr. Presidente, nobres Senadores, as estimativas anunciadas pelo IBGE referentes ao mês de julho passado, de que a produção agrícola brasileira, pela primeira vez na história, deverá aproximar-se de cem milhões de toneladas – mais precisamente 98 milhões e 298 mil, segundo o Instituto.

Se o fato em si – e tomara que o número não seja frustrado por condições climáticas ou falta de políticas referentes ao crédito – é auspicioso, por que representaria um salto da ordem de 18% sobre os resultados obtidos no ano passado, na verdade é de lamentar que um País que dispõe de um território de 85

milhões de m² tenha uma produção agrícola ainda insignificante.

Um raciocínio aritmético dos mais simples nos mostraria que, se ocupássemos 20% desse território, disporíamos de uma área da ordem de 170 milhões de hectares, com uma produção média de 3 t/ha., e poderíamos produzir mais de 500 milhões de toneladas.

É o que ocorre, por exemplo, com os Estados Unidos.

No caso brasileiro, o Brasil concentrado – o que tenho chamado de Brasil do Tratado de Tor des Ilhas –, com um terço deste território será responsável por algo em torno de 67% da produção anunciada.

O Centro-Oeste deverá produzir cerca de 30% e a imensa região Norte, com meta de do território nacional, produzirá menos de 2%.

Há conseqüentemente um desequilíbrio total na organização produtiva do País, com desperdício de seu território.

Não vale argumentar, Sr. Presidente, como se costuma fazer, que a Amazônia é intocável. Essa afirmação contém dois graves equívocos.

O primeiro: imagina-se, de forma quase infantil, que a Amazônia constitui um ecossistema único, homogêneo, quando, na verdade, é constituído de sistemas múltiplos, dos quais a mata tropical constitui apenas parcela, embora a mais significativa.

O segundo equívoco decorre da concepção errada de se confundir preservação com intocabilidade. Na verdade, não há contradição entre preservação e uso sustentável, isto é, formas de utilização que permitam, simultaneamente, produzir e manter a natureza, para o que, conforme tenho tantas vezes afirmado desta tribuna, é necessário investir em conhecimento, em desenvolvimento de tecnologias e em pesquisas que nos permitam utilizar essa estratégia em favor da produção e da preservação da natureza ou da sustentabilidade ambiental.

Isto posto, Sr. Presidente, quero dizer que, se ocupados apenas 30% das áreas Amazônicas, poderíamos dispor de mais de 100 milhões de hectares aptos para produção agrícola sustentável, o que por si permitiria, com níveis modestos de produção, mais que do Brasil o volume anunciado para a safra de 2001.

Isto é possível. Mitos equivocados como os que se aplicam à região Norte ou a Amazônia aplicavam-se há 30 ou 40 anos aos cerrados e ao Centro-Oeste. Hoje esta região deverá produzir algo em torno de 30 milhões de toneladas.

É preciso que o Brasil comece a desmontar os mitos da Amazônia, que são históricos – o Eldorado, o inferno verde, o pulmão do mundo, e tantos outros

—, que enquanto puderam, permitem o modelo concentrado brasileiro, o vazio de uma região planetária e o crescimento da ambição do mundo sobre esta área, na qual o Brasil não soube exercer sua soberania.

Eram essas as considerações que desejava fazer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registrando minha satisfação pelos números anunciados, mas, juntamente, minha inconfundível preocupação de que poderíamos ser e produzir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2001
(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Resolução nº 13, de 2001)
(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 474,
de 2001 — art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2001, de autoria do Senador Paulo Souto, que *altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para incluir a comprovação de cumprimento de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal na instrução de pleitos de empréstimos*, tendo

Parecer sob nº 873, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ney Suassuna, favorável à matéria, e pela prejudicialidade do Projeto de Resolução nº 13, de 2001, que tramita em conjunto.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

— 2 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13, DE 2001
(Tramitando em conjunto com
o Projeto de Resolução nº 19, de 2001)
(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 474,
de 2001 — art. 336, II, do Regimento Interno)

Projeto de Resolução nº 13, de 2001, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do inciso XI do art. 13 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de

crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 873, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ney Suassuna, pela prejudicialidade da matéria, e favorável ao Projeto de Resolução nº 19, de 2001, que tramita em conjunto.

— 3 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31, DE 2001
(Em regime de urgência nos termos
do Requerimento nº 475,
de 2001 — art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 31, de 2001, de autoria do Senador Romero Jucá, que dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros — PNAFM, tendo

Parecer sob nº 874, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Paulo Hartung, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 4-CAE, que apresenta

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

— 4 —

PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1999
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 14 da Constituição Federal (concede cidadania ativa e passiva ao estrangeiro, restrita a nível municipal), tendo

Pareceres sob nºs 316, de 2000, e 713, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento (sobre a Proposta), Relator: Senador Carlos Wilson, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário), Relator: Senador Bello Parga, contrário.

A matéria constou da pauta da sessão deliberativa ordinária do último dia 18 de agosto, quando teve sua votação transferida para hoje.

— 5 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190,
DE 1999 – COMPLEMENTAR
(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 1999-Complementar, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato a Senador, de parentes deste até o segundo grau, tendo

Parecer favorável, sob nº 298, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Jefferson Péres, com voto contrário do Senador Bello Parga.

A matéria constou da pauta da sessão deliberativa ordinária do último dia 30 de agosto, quando teve sua votação transferida para hoje.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 1999

Quartasessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que *dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal* (desapropriação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo), tendo

Parecer favorável, sob nº 755, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2000

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2000 (nº 128/95, na Câmara dos Deputados), que altera a alínea c do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal (inclui o cirurgião-dentista na permissão para acumular dois cargos públicos remunerados), tendo

Parecer favorável, sob nº 438, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 81, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2001 (nº 630/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação a Serviço da Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indiana, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 764, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 102, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2001 (nº 690/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Araçá FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mari, Estado da Paraíba, tendo

Parecer favorável, sob nº 768, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ney Suassuna.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 184, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2001 (nº 711/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Amigos do "Rio Santa Rosa" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araiões, Estado do Maranhão, tendo

Parecer favorável, sob nº 820, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Luiz Pontes.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 196, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2001 (nº 805/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jataizinho, Estado do Paraná*, tendo

Parecer favorável, sob nº 823, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias.

- 12 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 197, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2001 (nº 817/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Constantina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Constantina, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 824, de 2001, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emília Fernandes.

- 13 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 198, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2001 (nº 821/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Rádio Comunitária A Voz do Contestado – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irani, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob nº 825, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 50 minutos.)

(OS17865/00)

**Ata da 104ª Sessão Deliberativa Ordinária,
30 de agosto de 2001**

(Publicada no **Diário do Senado Federal**
de 31 de agosto de 2001)

Trecho de Ata

Referente ao Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2000, constante do item 2 da Ordem do Dia, que se publica nesta oportunidade para constar a redação final da matéria.

PARECER Nº 897' DE 2001
(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Lei do
Senado nº 242, de 2000.**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2000, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, consolidando as emendas aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 30 de agosto de 2001. – **Edison Lobão – Carlos Wilson – Antonio Carlos Valadares – Maria do Carmo Alves.**

ANEXO AO PARECER Nº 897, DE 2001

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 8º, 11, 16, 36, 39, 45, 47 e 52 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 10 de junho a 5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto e rubricado pela Justiça Eleitoral.

§ 1º (Revogado).

.....(NR)

“Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 10 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

.....(NR)

“Art. 16. Até trinta dias antes da data das eleições, os Tribunais Regionais Eleitorais enviarão ao Tribunal Superior Eleitoral, para fins de centralização e divulgação de dados, relação dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais, da qual constará obrigatoriamente referência ao sexo e ao cargo a que concorrem.” (NR)

“Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 16 de agosto do ano da eleição.

.....(NR)

“Art. 39.

.....

§ 5º É crime eleitoral, no dia da eleição, praticar:

I – a arregimentação ou a propaganda de boca de urna, mesmo que a título gratuito;

II – a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, mediante publicações, faixas, **outdoors**, adesivos, cartazes, camisas, bonés, **botons** ou dísticos em vestuários;

III – a abertura de postos de distribuição ou entrega de material de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos.

§ 6º O eleitor que infringir a norma estabelecida no § 5º ficará sujeito à pena de detenção de até seis meses ou ao pagamento de multa, podendo a pena ser convertida em prestação de serviços à comunidade.

§ 7º Aplicar-se-á a pena de cassação do registro se o responsável pela infração prevista no § 5º deste artigo for candidato a cargo eletivo, observado o rito processual previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990." (NR)

"Art. 45. A partir de 10 de agosto do ano da eleição, é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário:

§ 1º A partir de 10 de agosto do ano da eleição, é vedado ainda às emissoras transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção.

.....(NR)
"Art. 47.

§ 5º Se o candidato a Presidente ou a Governador deixar de concorrer, em qualquer etapa do pleito, e não havendo a substituição prevista no art. 13 desta lei, far-se-á nova distribuição do tempo entre os partidos dos candidatos remanescentes."

§ 7º O partido que não apresentar candidato a qualquer dos cargos em disputa, mesmo que participe de coligação, perderá o direito a sua parcela do horário eleitoral

referente à eleição para aquele cargo, tempo que será revertido para os demais partidos, proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados." (NR)

"Art. 52. A partir do dia 11 de agosto do ano da eleição, a Justiça Eleitoral convocará os partidos e a representação das emissoras de televisão para elaborarem plano de mídia, nos termos do art. 51, para o uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito, garantida a todos participação nos horários de maior e menor audiência." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º É revogado o § 1º do art. 8º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Ata da 98ª Sessão Deliberativa Ordinária,
realizada em 22 de agosto de 2001
(Publicada no **Diário do Senado Federal**
de 23 de agosto de 2001)

Retificação

Trecho de Ata às Páginas nºs 18205 e 18206, referente a Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2001, que altera o art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação, pelo Congresso Nacional, dos dirigentes máximos de entidades encarregadas da regulação da prestação de serviços públicos, bem como o encaminhamento de requerimento de informações às mesmas autoridades, que se republica por haver saído com incorreções:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2001

Altera o art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação, pelo Congresso Nacional, dos dirigentes máximos de entidades encarregadas da regulação da prestação de serviços públicos, bem como o encaminhamento de requerimento de informações às mesmas autoridades.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O **caput** do art. 50 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, titular de órgão diretamente subordinados à Presidência da República ou dirigente máximo de entidade encarregada da regulação da prestação de serviços públicos para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausências sem justificativa adequada.”

Justificação

A quebra dos monopólios e o processo de privatização trouxeram uma nova função para o Estado brasileiro, a de atuar, de forma efetiva, na fiscalização e regulação dos serviços públicos, agora prestados, em grande parte, por empresas privadas.

Para se desincumbir dessa obrigação, a Administração Pública instituiu uma nova entidade, a agência reguladora, caracterizada como uma autarquia em regime especial, com papel normativo e fiscalizador e dotada de autonomia, não estando subordinada diretamente à hierarquia administrativa ordinária.

Essa novidade traz sérias conseqüências para o papel fiscalizador do Congresso Nacional, uma vez que os dirigentes das agências reguladoras são detentores de mandato e não estão submetidos ao seu Ministro de Estado supervisor, única autoridade que, de acordo com a vigente Carta Magna, tem obrigação de comparecer perante os órgãos do Poder Legislativo para prestar esclarecimentos a respeito das matérias sob sua área de competência, bem como de responder a requerimento de informações.

Faz-se, assim, necessário, para adequar a Constituição à nova realidade, alterar o seu art. 50, para permitir a convocação, perante as Casas do Congresso Nacional e suas Comissões, dos dirigentes máximos das agências reguladoras, uma vez que, conforme dito acima, essas autoridades, do ponto de vista de sua autonomia funcional, têm **status** até superior à dos Ministros de Estado, já que não podem ser demitidas **ad nutum**. Dessa forma, a não previsão da possibilidade de o Poder Legislativo exercer a sua capacidade fiscalizadora diretamente sobre eles acaba se revelando uma séria limitação a

que este Poder possa desempenhar, de forma adequada, as suas atribuições.

Em razão disso, submetemos a esta Casa a presente proposta de emenda à Constituição, que visa a permitir a convocação dos dirigentes das agências reguladoras para prestarem informações à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, bem como o envio de requerimento de informações a essas autoridades.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2001. –

Lúcio Alcântara – Romero Jucá – Mozarildo Cavalcanti – Pedro Simon – Moreira Mendes – Antonio Carlos Valadares – Wellington Roberto – Saturnino Braga – Ney Suassuna – Roberto Freire – Carlos Patrocínio – Jonas Pinheiro – Eduardo Suplicy – Ricardo Santos – João Alberto – Marluce Pinto – Jorge Bornhausen – Leomar Quintanilha – Geraldo Althoff – Hugo Napoleão – José Coelho – Roberto Requião – Geraldo Candido – Mauro Miranda – Maria do Carmo Alves – Pedro Piva.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO IV

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

SEÇÃO I

Do Congresso Nacional

Art. 50. (*) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.143-36**, ADOTADA, EM 24 DE AGOSTO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 27 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.649, DE 27 DE MAIO DE 1998, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DOS MINISTÉRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado ROBERTO JEFFERSON	074

SACM

Convalidadas – 073
Adicionadas - 001

TOTAL DE EMENDAS – 074



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2143-36

000074

2 DATA 29/08/01		3 APRESENTAÇÃO Medida Provisória nº 2.143-36 de 26 de Agosto de 2001	
4 AUTOR Deputado ROBERTO JEFFERSON		5 Nº PRONTUÁRIO 323	
6 TIPO 1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTIT GLOBAL			
7 PÁGINA	8 ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

9 O inciso X, art. 16, constante do art. 1º da Medida Provisória, passa a ter a seguinte redação:

Art. 16.....

X - do Ministério da Justiça a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos o Conselho Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Conselho Nacional de Trânsito, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Conselho nacional dos Direitos da criança e do Adolescente, o Conselho Nacional de Segurança Pública, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o Departamento de Polícia Ferroviária Federal, o Arquivo Nacional, a Imprensa Nacional, a Defensoria Pública da União e até quatro Secretarias (NR) (NIV).

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu art. 144, inciso III § 3º, a Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, está assegurada a sua existência e a sua Missão institucional. Portanto, reveste-se de grande relevância e permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da Justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transporte, tais como, as rodovias, ferrovias e fluviais.

PARLAMENTAR

Brasília

ATAS DE COMISSÃO
COMISSÃO PARLAMENTAR
MISTA DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas.

Ata da 1ª Reunião realizada em 15-3-2001.

Aos quinze dias do mês de março do ano dois mil e um, às nove horas e trinta minutos, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças do Senhor Senador Geraldo Cândido e dos Deputados Oscar Andrade e Pompeo de Mattos, membros reúne-se a “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir as seguintes pessoas:

Presidiários - Antonio Correa Lisboa, José João Soares Costa, Carlos Antonio Maia Silva, Joaquim Felipe de Sousa Neto (Joaquim Lauristo) e José Rodrigues da Silva (José Júlio) E o Comerciante Afonso Domingos Ferreira Borges, registra-se a presença do Deputado Estadual Manoel Ribeiro Filho, Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão e outros Deputados Estaduais. Os depoentes foram questionados pelos Senhores Parlamentares presentes, bem como, foram acareados com os senhores Jorge Meres, Antonio Lisboa e José João Soares Costa. Durante os depoimentos a mesa recebeu várias denúncias através do e-mail e do telefone que foi colocado à disposição do Público em geral. A presente reunião foi interrompida às 13:00hs e teve sua continuação às 14:30hs e seu término às 21:00hs. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e

irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havendo o número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião do Ano 2000 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, de 2000, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento do roubo de cargas, transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas de roubo de cargas.

Antes de dar início à reunião, solicito ao Sr. Presidente da Assembleia que nos dê a honra de ficar ao nosso lado na mesa diretora até quando o horário o permita. Quero também agradecer a atenção de V. Exª e dos Srs. Deputados por permitirem o uso deste Plenário para que se possa dar continuidade, com seriedade, aos trabalhos da CPI.

Pergunto se V. Exª quer dizer algo ou posso dar continuidade aos trabalhos. Aliás, se me permitir Governador, tivemos dois fatos muito tristes neste mês, com o falecimento do Governador Mário Covas e do ex-governadores Luiz Alves Coelho Rocha, aqui do Maranhão.

Assim, eu solicito, se possível, um minuto de silêncio em homenagem aos dois homens públicos que nos deixaram e estão provavelmente ao lado de Deus, para que não se pratiquem injustiças aqui em nosso País nos Estados que Governaram.

(Pausa para a homenagem)

Muito obrigado, senhores. Passo a palavra ao Sr. Presidente para que possa se manifestar.

O SR. MANOEL RIBEIRO – Senador Romeu Tuma, Presidente desta CPI, Senador Geraldo Cândido, do Rio de Janeiro; Deputado Pompeo, que já esteve conosco; Deputado Oscar; companheiro Deputados, Senhoras e Senhores, a Assembleia Legislativa do Maranhão sente-se honrada em recebê-los, porque sabemos que são brasileiros preocupados como nós em terminar com a marginalidade neste País.

Senadores e Deputados, a missão de V. Exªs é árdua, mas esperamos que V. Exªs, junto com esta Casa, com as demais autoridades e pessoas de bem deste País, acabem de vez com a marginalidade.

A Casa é de vocês, fiquem à vontade. V. Exªs não terão qualquer constrangimento. E, nesse momento, quero entregar este Plenário ao Senador que o comandará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – Agra deço ao Deputado Manoel Ribeiro pela atenção e pelo carinho com que nos recebeu.

Eu pediria atenção, Sr. Presidente, primeiro para dar uma satisfação ao povo do Maranhão e às autoridades, porque, Deputado Federal bastante interessado na CPI manifestou desejo de que a CPI não viessem ao Maranhão, porque não haveria mais crédito da população e das autoridades. Ter-se-ia de pedir providências através da CPI do Narcotráfico.

Conversei com o Sr. Deputado, que merece o nosso respeito e carinho, interessado que é nas coisas que digam respeito ao seu Estado, o Deputado César Bandeira. S. Ex^a fez um discurso em Plenário nesse sentido.

Daí me vejo na obrigação, não se justificar, mas de explicar o adiamento da presença da CPI neste Estado. Eu fui candidato a Prefeito da cidade de São Paulo, em razão da indicação do meu Partido. E havia outros membros da CPI que tinham de ajudar os seus prefeitos na sua campanha. E, desde o início, tomamos uma decisão que acho importante: jamais as CPIs poderão, a qualquer tempo, ser usadas como motivação política para interesse de qualquer um dos seus membros ou de qualquer autoridade que tenha relação com os membros desta CPI.

Então, achamos que, durante o período do recesso, a CPI não se deveria deslocar, nem se reunir, a não ser examinar, por meio das assessorias, toda a documentação carreada durante as audiências anteriores e de denúncias que normalmente aparecem.

Então, não permitimos, e essas viagens não foram realizadas a estado algum, a local algum, e nem no plenário do Congresso Nacional houve qualquer reunião no sentido que pudesse, ao tempo da eleição, ser aproveitada politicamente.

Acredito que isso não seja uma justificativa, mas uma explicação de uma decisão de todos os membros da CPI. E creio que agimos com a consciência e com a certeza de que agimos e fizemos o melhor. Não há prejuízos a investigações, porque não há período de prescrição dos crimes. Sabemos que a CPI do Roubo de Cargas é originária e foi uma iniciativa dos Deputados, porque teria que dar continuidade a investigações que não poderiam ser feitas pela CPI do Narcotráfico, porque ela sempre tem a limitação do requerimento inicial que dá o fato a ser investigado. Então, ela surgiu dessa necessidade, onde os deputados que trabalharam na CPI do Narcotráfico encontraram forte vinculação, dentro do crime organizado,

os dois tipos de ação criminosa, do narcotráfico com o roubo de cargas e provavelmente o uso de parte dessa carga roubada em pagamento da droga.

Sabemos que as grandes quadrilhas agiam sempre, com mais facilidade, no roubo a banco, de carros fortes. E, com praticamente o aumento da vigilância e da ação de polícia contra esse tipo de crime, as dificuldades que foram surgindo, os criminosos começaram a se especializar no roubo de cargas, onde receptadores, pessoas com pouco escrúpulo, inclusive grandes empresas, começaram a comprar e fazer pedido no sentido de determinadas mercadorias. E hoje eles até não assaltam mais praticamente nas estradas, a não ser quando a informação chega a eles de uma carga importante que já tem o seu destino.

Mas, ultimamente, eles estão invadindo os armazéns das transportadoras, com quadrilhas, fortemente armados, imobilizam todos os trabalhadores, selecionam a carga que querem, carregam os seus caminhões, ainda pagamos os trabalhadores braçais do carregamento dessas mercadorias.

E, pelo relatório preliminar das empresas transportadoras e de seguro, o ano passado alcançou quase meio bilhão de prejuízo, quinhentos milhões de reais alcançados nos prejuízos praticados pelas quadrilhas e o crime organizado do roubo de carga.

E peço a colaboração de toda a população do Maranhão que nos ajude a identificar principalmente os receptadores, porque, como a mercadoria é encomendada, você prende a quadrilha, os ladrões. A corrupção avançou muito, principalmente na área de polícia, então há uma facilidade de cobertura para a ação criminosa propriamente dita, só que ainda não conseguimos desbaratar o que é mais importante, que são os receptadores. Esse sim, esse é o objetivo real desta CPI.

Assim sendo, temos contado, e tem sido bastante eficiente, a contribuição das autoridades locais dos estados e mais a população que tenha conhecimento de fatos, que não se querem expor por medo de represália das quadrilhas, procurem-nos oferecendo informações reservadas, porque aceitamos, e manteremos, sem dúvida alguma, a reserva de todos aqueles que nos possam informar.

Também queria agradecer à Governadora Roseane Sarney, com quem estivemos esta manhã, que colocou todas as forças policiais, toda a estrutura do Estado à disposição da CPI.

Sabemos do seu trabalho eficiente com respeito à CPI do Narcotráfico, várias pessoas e inclusive autoridades foram presas aqui no Maranhão e respon-

dem a processos em conformidade com a Lei. O Dr. Oscar quer dar o número do telefone-denúncia. Eu passaria a palavra ao Deputado Oscar e depois aos outros Deputados e Senador, se quiserem fazer uso dela.

Muito obrigado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Bom dia a todos. Quero cumprimentar os Deputados Estaduais aqui presentes na presença do Presidente, Deputado Manoel Ribeiro, dizer da satisfação de poder estar aqui no Maranhão, de uma maneira cordial com que estamos sendo recebidos e desejar a nossa CPI que possamos cumprir com a nossa obrigação dentro da justiça e da legalidade.

A CPI, nesses pouco mais de oito meses que está instalada, passou por um processo de três meses de recesso branco em função das campanhas em todo o Brasil, o recesso de julho e, agora, o recesso de final de ano. Na verdade, temos quase quatro meses de trabalhos efetivos, já ouvimos mais de setenta pessoas, recebemos informações de todos os estados do Brasil, hoje está previsto um trabalho muito grande e ela está prorrogada até o final do ano.

Por ser uma CPMI, composta de Senadores e Deputados, o regimento estabelece que ela possa ser prorrogada até o final da nossa legislatura, ou seja, até o final do ano que vem. Não é a nossa intenção de jeito nenhum, e eu como requerente e relator, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, tenho a intenção de, o mais rápido possível, finalizar os trabalhos. Vamos soltar vários relatórios, não apenas no final, um relatório grande, mas a partir de um ou dois meses para ir informando à população do nosso trabalho e dando condição ao Ministério Público e ao Judiciário do Brasil a prosseguirem no seu trabalho.

No Maranhão, com as informações que temos se fez necessária a nossa vinda aqui. Então é o quarto Estado que nós visitamos e esperamos poder contribuir para diminuir esse mal tão grande que assola o Brasil hoje, que é um absurdo, que envolveu uma cifra de mais de R\$500 milhões no ano de 1999. Estamos aguardando dados oficiais do ano de 2000, que não se fechou ainda.

A idéia da CPI, como disse o Senador Romeu Tuma, não é de ser finita e de resolver todos os problemas, mas é uma contribuição importante do Legislativo brasileiro às autoridades porque as prerrogativas da própria CPI forçam os trabalhos de todos, do Ministério Público e do Judiciário, para andarem mais rápido e procurarem conter esse mal crescente.

Para os senhores terem uma idéia, no ano de 1992, há nove anos, a cifra de roubo de carga no Brasil passou de R\$25 milhões; em 1999 foram R\$500 milhões. Houve uma migração de vários delitos e outros tipos de crime para o roubo de carga, em função da facilidade do caminhão na estrada e também dos depósitos. Temos um trabalho importante a realizar. Estamos aguardando os dados de 2000 com a esperança até de que tenha sensivelmente diminuído, pelas ações da nossa CPI desde junho do ano passado. Alguns avanços já conseguimos. O Estado de Santa Catarina já decretou 52 prisões e 32 pessoas estão presas; em São Paulo 14 policiais foram afastados de suas atividades e dois presos; em Uberlândia 18 prisões já foram expedidas também tudo, em função do nosso trabalho. E o que eu reputo como mais importante: o Ministério da Justiça acaba de criar um grupo de trabalho para combate ao roubo de carga no Brasil.

Então, eu acho que a CPI...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Dr. Oscar, como Relator, está descrevendo. Tenho aqui à disposição, se alguém precisar, um gráfico sobre as ocorrências de roubo em cada estado, em cada estrada, provavelmente para os deputados e a imprensa, se tiverem interesse. Estão à disposição dos senhores todos os gráficos para confirmar os dados que estão sendo fornecidos pelo Deputado Oscar Correa.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quero finalizar, agradeço todos os Srs. Deputados, colocando-nos à disposição e passando o telefone do disque-denúncia da nossa CPI. É a cobrar. É um telefone que pode receber sem identificar ninguém, é absolutamente seguro. Qualquer tipo de informação será muito importante para a CPI. É o 0800-612211. É um disque-denúncia da CPI do Roubo de Cargas em Brasília.

Sr. Presidente, passo agora o número do disque-denúncia da Assembléia Legislativa: 214-5900.

Muito obrigado, Senador e Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, nosso Senador pelo Rio de Janeiro, Deputado Siqueira Andrade, que rosu dar o Deputado Manoel Ribeiro e, em seu nome, fazê-lo a todos os Deputados que integram o Parlamento estadual do Maranhão e, também, à sua população. Querria, também, dizer da honra que temos pela missão que recebemos. De retornarmos depois de termos estado por um período na CPI do Narcotráfico, em que desenvolvemos um trabalho no País inteiro e, de uma forma especial, aqui no Maranhão. Agora, cou-

be-nos esta outra missão, de integrarmos a CPMI, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, formada por Deputados e Senadores para investigar o roubo de cargas em nosso País.

Ficamos contentes, apesar da missão ser um pouco árdua, mas voltar ao Maranhão é sempre bom, especialmente tendo como exemplo a forma como o povo maranhense nos recebeu na outra oportunidade, com cordialidade, com hospitalidade, que, aliás, é muito próprio do povo maranhense e tem um pouco a ver com a hospitalidade do gaúcho também. Nós, que somos hospitaleiros lá, gostamos de ser bem recebidos e o fomos aqui. Essa hospitalidade e essa cordialidade se repetem novamente quando a CPMI do Roubo de Carga aqui chega.

É importante dizer, até porque a nossa missão aqui é esta, e faz-se necessário esclarecer – uma mentira dita mil vezes vira verdade –, repetindo a própria verdade para que ela demonstre muito claramente aquilo que é a nossa missão.

Quando a CPI do Narcotráfico aqui esteve, nós vivíamos um momento muito conturbado em função de denúncias muito graves, inclusive, recordo-me, envolvendo parlamentares desta Casa. Aquilo tinha um ambiente pesado, de preocupação, de muita expectativa. A verdade é que muitas coisas foram feitas e, de lá para cá, muitas coisas foram esclarecidas por parte daqueles que estavam sendo denunciados, uns até tiveram a sua vida limpa, outros estão pagando pena; envolvia o Legislativo, envolvia o Judiciário, envolvia policiais, muita coisa sobrou, muita coisa ficou para trás. Eu interpreto que a nossa tem um pouco do significado de passar a limpo o trabalho que a CPI do Narcotráfico fez anteriormente, como que fazendo um rescaldo daquele trabalho, porque muita coisa ficou para trás, especialmente considerando que a CPI do Narcotráfico andava contra o tempo, e nós, ao contrário, andamos a favor do tempo agora, porque a CPMI do Roubo de Cargas tem tempo.

Digo que da mos tempo ao tempo, para que com o tempo tenhamos tempo. É claro que, com isso, não quero dizer que vamos perder tempo. Vamos implementar as nossas atividades, os depoimentos, enfim, buscar esclarecer aquilo que faltou, de tal sorte que algum questionamento como, por exemplo, por que alguns ainda não foram intimados, ou alguns foram intimados e não vão vir, é importante deixar muito claro de que todos que foram intimados virão. Se não vierem aqui e tiverem o privilégio, vamos lá. Não temos essa preocupação. Se não der para vir aqui e nós não pudermos ir lá, nós vamos buscar. A CPI tem essa determinação e tem tempo para isso, tem estrutura para

isso e tem poder para tal. Então é importante deixar muito claro que não adianta ficar fugindo. No segundo ou terceiro dia da CPI, teve gente que estava aqui para ser ouvida, não deu tempo de ser ouvida e levantou acampamento. Se baldeou e, aliás, fez escola, porque, em outros Estados, logo, logo aprenderam: a CPI chegava pela porta da frente da cidade e, na porta dos fundos, tinha muita gente que pegava o rumo do mato, porque não queria enfrentar a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, Deputado, tem uma coisa na lei que diz “conduzir sob vara”.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A vara de marmelo ainda existe. Acho que dá para conduzir àqueles que tentam desrespeitar a ordem legal.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ninguem vai praticar arbitrariedades, mas não vai deixar de cumprir o seu dever.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A CPI tem poderes para tal e tem certeza de que esses poderes a CPI vai exercer na plenitude, até para buscar os seus fins, os seus objetivos.

Feito isso, permita-me, para concluir, Sr. Presidente, dizer que a nossa missão é um pouco diferente, porque ela vai tratar de uma situação um tanto insitida no nosso País.

A CPI do Narcotráfico, que investigou o narcotráfico, em determinado momento, acabou constatando que o que estava alimentando o narcotráfico era uma nova modalidade de crime que era exatamente o roubo de cargas, ou seja, um crime inovador, moderno, fruto da astúcia do próprio crime organizado, porque o crime se organizou de tal maneira que foi veneno as dificuldades e as facilidades, botando na balança e pesando muito claramente. De tal maneira evoluiu o crime de roubo de cargas que se pegava em São Paulo – vou dar o exemplo de São Paulo, e aí se estabelece uma proporção em todos os demais Estados, vale para o meu Rio Grande, vale para o nosso Maranhão.

Os bandidos estão deixando de assaltar banco, porque assaltar banco não rende muito, uma vez que o banco não tem muito dinheiro no cofre; a seguradora não permite que tenha tanto dinheiro por causa do assalto. Então o banco tem sempre um pouquinho, tanto que se você quiser tirar dinheiro no banco, uma quantia a mais, tem que avisá-lo, senão não tem no caixa, não tem no cofre. Então, rende pouco e é perigoso. Enquanto assaltar, roubar carga é que nem tirar

doce de criança, é a coisa mais fácil e rende bastante, e, de sobra, tem o caminhão ainda, que vai para o ferro velho, para o desmanche, para as madeiras, para as mineradoras, para o estrangeiro – mais para lá, para o Paraguai, mais para cá, para a Bolívia. Enfim, eles ficam distribuindo o caminhão, vai para os canaviais. Em São Paulo, vão para os canaviais os caminhões, somem, além, é claro, do desmanche. Então é uma realidade muito clara. De tal sorte que o Deputado Relator Oscar Andrade disse – e esse é o número verdadeiro – que subiu em 500%, em quatro ou cinco anos, ou melhor, mais de 2.000%: de 25 a 30 milhões para meio bilhão de reais roubo de cargas em nosso País. É uma coisa assim fantástica, tomou conta. E, antes, eles matavam o motorista, como aconteceu inclusive aqui no Maranhão; assaltavam o caminhão, matavam o motorista e levavam a carga. Agora, modernizou-se: eles não roubam mais para vender, vendem antes de roubar, ou seja, roubam sob encomenda. Eu quero tal coisa, então vão roubar a coisa que se encomendou. O caminhão, que antes era sobra de guerra, quer dizer, eles abandonavam, agora aproveitam também. O motorista que matavam, não matam, escondem no mato, levam para um motel, fica lá duas horas até consumirem com a carga e, depois, devolvem o motorista. E não estão matando para não haver a comoção social em função do motorista desaparecido.

Então é uma coisa assim que se especializou, uma coisa que se aprofundou e, o que é pior, sempre com o acompanhamento da polícia. Onde houver crime organizado ou crime continuado, há polícia no meio, e eu não tenho medo de abrir a boca. E tenho que dizer isso: há bons policiais, claro que sim, a maioria, sim, claro que é maioria, mas é aquela história de que uma laranja podre apodrece um cento e apodrece um cesto. Não é porque há uma laranja podre num cesto que vamos botar o cesto de laranja fora, mas sabemos que vai contaminando. Então os bons policiais também querem que os maus policiais saiam do processo. E até digo que o crime organizado está para polícia e a polícia está para o crime organizado, o mau policial, assim como o cavalo está para o jogo do xadrez. Quem conhece o jogo de xadrez sabe que o cavalo não é a peça mais importante do jogo, mas, pela característica que tem, pula por cima do peão, do bispo, da torre, da rainha, do rei. E a polícia também. Ela não é a mais importante na estrutura da hierarquia do poder, mas pula por cima do promotor, do juiz, do desembargador, da CPI e até do governador, porque está num e no outro lado, porque tem uma facilidade muito grande. E os bandidos sabem, compram

polícia, autoridades, deputados, juízes, compram, enfim, dirigentes, e vão tomando conta do processo. Acho que está na hora de enfrentarmos.

Então, há bom tempo, o Congresso Nacional enxergou isso, chamou a responsabilidade e está vindo para passar a limpo o nosso País. Acho que o quadro é muito grave, mas temos condições de enfrentar. Para tanto, o povo, cujos olhos tudo vêem e tudo sabem, que tem medo de dizer o que vê, que tem medo de contar o que sabe, está na hora de desatrambelhar a gangorra, de dizer o que vê e de contar o que está sabendo. Ai está o telefone 0800.612211, do Congresso Nacional, para o disque-denúncia, para que fiquemos sabendo, para que os bandidos saibam que sabemos o que eles estão sabendo e posamos esclarecer, porque, na medida em que se clarearem as coisas, que a luz do dia aparece, o bandido derrete. O bandido, por maior que seja a sua autoridade, dissipa-se no ar, escondido.

E a missão da CPI... estamos aqui exatamente para esclarecer essas coisas. Absolutamente, não é para perseguir ninguém, não é para enlamear ninguém. Ao contrário até, se houver alguma denúncia contra alguém que for impropriedade, a CPI não vai ter nenhum constrangimento em dizer “Olha, havia denúncia, até havia indício, mas não é bem isso.” Não há porque não dizermos isso, até porque não temos obrigação de ver quem sentar na frente, automaticamente, se transformar em réu. Quem for réu, pode vir como réu; quem for testemunha, venha como testemunha; pode até ser transformada em réu, mas se assim os fatos noticiarem, porque, mais importante não é quem vem nem quem questiona, mais importantes são os fatos que estão sendo revelados, mais importante do que quem denuncia e de quem é denunciado é o fato que vai ser substanciado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passo a palavra ao Dr. Geraldo Cândido, membro do PT e eficiente participante desta CPI.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero fazer uma breve saudação aos presentes. O Senador Romeu Tuma e os demais componentes da CPI já falaram da nossa tarefa, da nossa responsabilidade. Temos uma árdua tarefa pela frente. Felizmente, por onde temos passado – a CPI já viajou por alguns Estados do Brasil no nosso trabalho –, temos tido o apoio da população, da polícia, dos governantes, quer dizer, da sociedade, daqueles que querem ver, efetivamente, a apuração dessa atividade criminosa que, no Brasil, tomou um corpo muito grande e cresce a cada dia que passa.

Essa atividade de roubo de carga cresce numa proporção de 30% ao ano, progressivamente. Por exemplo, em 1994, as empresas seguradoras pagaram R\$102 milhões de indenização por roubo de carga; em 1999, pagaram R\$374 milhões de indenização, o que demonstra que a quantidade de roubos foi subindo cada vez mais. Acho que o pior disso tudo é também a ligação, a conexão com o narcotráfico, quer dizer, torna-se uma organização cada vez mais enraizada e perigosa.

Portanto, a nossa CPI tem uma tarefa muito árdua, muito importante, mas estamos dispostos a lutar, a batalhar para chegarmos a bom termo, para que possamos chegar a um relatório conclusivo, inclusive pondo na cadeia todos os implicados, todos aqueles que cometeram os crimes, os delitos que afetam a sociedade como um todo, que deixam a todos nós perplexos e deixam a sociedade cada vez mais insegura. Imaginem que, hoje, um motorista vai por uma via, por uma rodovia dirigindo um caminhão, e não sabe se vai chegar ao seu destino, porque ele pode, inclusive, ser interceptado e assassinado, como tem ocorrido várias vezes. Assassina o motorista para que possam levar a carga e o veículo. Isso tem sido frequente, talvez com menos intensidade no Norte e Nordeste, mas, no Sudeste, principalmente em São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, ocorre muito mais intensamente. São quadrilhas bem organizadas, muito enraizadas na sociedade e contando com um apoio muito forte do narcotráfico. Por esse motivo, consideramos esse um trabalho muito árduo, mas temos certeza de que chegaremos ao final com bons resultados para que possamos prestar um bom serviço à sociedade, pois este é nosso objetivo e esperamos alcançá-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Ontem gostaria de ter lido uma carta de um membro efetivo dessa CPI, Senador Edison Lobão, mas esta carta acaba de chegar em minhas mãos. Trata-se de um ofício que passo a ler:

"Integrante desta Comissão Parlamentar de Inquérito, deveria acompanhá-la na visita que faz ao Maranhão. Deixo de fazê-lo, contudo, rogando-lhe desculpas, assim como ao diligente Relator e a todos os membros da CPI, para que não se suponha que minha presença sirva de pretexto a quem possa pretender alegar que alguém do meu Estado deixou de ser ouvido ou incriminado em razão dela

Entendo, Sr. Presidente, que resulta em falta grave o cometimento da ação objeto da incumbência dessa CPI e, por ser assim, os responsáveis por tais

delitos, inquilinos do Código Penal, devem ser severamente apenados. Mas, se por um lado isto é certo, por outro não é menos verdade que os ilustres membros da Comissão, Deputados e Senadores, têm sempre presentes os necessários cuidados para não incriminar eventuais inocentes, como os que apenas possam servir vítimas de inseqüentes lutas políticas.

É penosa a tarefa da qual nos incumbiu o Congresso Nacional. Os jornais e os registros policiais nos dão conta de que são centenas as denúncias de roubo de carga e de caminhões todos os meses. Somente no Estado de V. Ex^a - este Estado é São Paulo - representa com tanto brilho e é o mais rico da federação brasileira, houve, no ano passado, três mil assaltos a caminhões de transporte de mercadoria, o que corresponde a 50% desse tipo de delito e mais 30% dos ônibus de passageiros que trafegam à noite em São Paulo são também assaltados. Por aí pode-se imaginar o que está ocorrendo na vastidão do nosso País.

Penso, afinal, que é nosso dever contribuir serenamente e severamente para por cobro a esse descabimento, na medida em que o fizermos, estaremos subsidiando o aparelho policial e o Poder Judiciário, para que hajam de maneira mais adequada no cumprimento do seu papel.

Saudações ilustres.

Edison Lobão."

Passo ao Relator o ofício que justifica sua ausência a esta CPI, visto ser o Governador, representante do Maranhão no Senado Federal, que se viu na obrigação de justificar a sua ausência a esta sessão.

Convidaria o Deputado Rubens Pereira, Presidente da CPI do Crime Organizado, que está nos oferecendo o relatório das conclusões das investigações feitas por sua Comissão.

O SR. RUBENS PEREIRA - Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr. Senador Geraldo Cândido, Sr. Relator Oscar Andrade, Sr. Deputado Pompeo de Mattos, Sr. Presidente da Assembléia, Sr^{as.} e Srs. Deputados, o requerimento de constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado nesta Casa pedia que se fizessem investigações sobre possíveis participações de parlamentares desta Casa no crime organizado. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, por meio do apoio da população e de todos os Deputados desta Casa teve um resultado muito significativo e importante para o povo do Maranhão, quando resultou na cassação de dois Deputados desta Casa e, com certeza, nas investigações realizadas pela CPI, pela Polícia Civil, pela gerência e

segurança, pelos órgãos competentes, como Ministério Público e Tribunal de Justiça, conseguimos diagnosticar outros segmentos da sociedade envolvidos com o crime organizado e com o roubo de cargas.

Como aquela CPI não poderia se estender além daquilo que ditava a sua constituição, constatamos que o relatório final com certeza seria importante para os trabalhos desta comissão porque poderá, junto com a CPI de Roubo de Cargas, ajudar a investigar aquilo que a CPI do Crime Organizado não pôde investigar.

Quero passar às mãos de V. Ex^a, através da pessoa do Presidente da Assembléia Legislativa, o nosso relatório a fim de que ele possa servir de auxílio para os trabalhos desta CPI que, com certeza, deixará resultados positivos para o nosso Estado. Peço ao Presidente que entregue ao Senador Romeu Tuma o relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado, Deputado. Tenho certeza de que será importante para o Sr. Relator analisar os dados aqui fornecidos que poderão propiciar algumas investigações, conforme o pedido de V. Ex^a. Apelo para que V. Ex^a fique à disposição da CPI a fim de que, se tivermos qualquer dúvida, possamos consultá-lo a respeito do que ficou sem possibilidade de investigação. Muito obrigado.

Quero convidar Antônio Corrêa Lisboa, presidente que aqui se encontra, para fazer o seu depoimento.

O SR. MANOEL RIBEIRO – Senador Romeu Tuma, peço que o Deputado Rubens Pereira, que foi Presidente da CPI, me substitua, porque ele terá um melhor desempenho e tenho que administrar a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não. V. Ex^a está sentando aqui e não lá. Pode ser uma premonição para o futuro. (Pausa.)

O senhor pode se identificar, por favor. Nome.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Antônio Lisboa Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Identidade.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - 05564.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da PM do Maranhão?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - 40 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência atual.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Rua 18 de novembro, nº 322.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão. Ex-policia? O senhor já foi desligado da Polícia. Qual era a sua função?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Sargento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Motorista?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente em algum grau das partes envolvidas nas apurações que a CPI está fazendo? O senhor tem alguma ligação, é parente?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo.

Então, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, solicito que o senhor assine o compromisso de dizer a verdade e somente a verdade.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Antônio Lisboa, na forma da legislação atual, o senhor sabe que se achar por bem – parece-me que já vem dando uma colaboração em relação às apurações – o senhor terá toda a proteção junto ao Ministério da Justiça da sua pessoa, da sua família, entrando no rol daqueles que estão sob a proteção das testemunhas.

E se o senhor quiser acrescentar alguma coisa e tiver algo a falar que necessite de um sigilo para proteger a sua pessoa, solicite e a CPI suspenderá os trabalhos, evacuará o recinto para que o senhor possa depor em sigilo, desde que haja alguma coisa importante e grave, caso não queira se expor para não correr risco.

Pergunto se o senhor tem algo especial a relatar esta CPI.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem tranquilidade para depor sem nenhum constrangimento?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor quer explicar alguma coisa que seja importante, ou quer submeter logo às perguntas dos membros da CPI?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Primeiro, que ro dizer que com relação à proteção que de... para

poder depor conforme Programa de Proteção de Testemunhas, eu não preciso, não, senhor.

E o que tenho a relatar, não vou estar aqui na presença do senhor para mentir, como também não estou sendo pressionado para isso. Vou falar aquilo que eu sei. E se a Justiça ver que eu tenho a possibilidade de receber algum benefício, fica a critério.

Com relação ao crime de roubo de carga, é para ser explanado aqui neste momento, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

A sua participação e por que o senhor foi processado e preso. Foi em razão das apurações da CPI do Narcotráfico que chegaram à sua pessoa?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Eu tive uma época trabalhando numa cidade por nome de Nova Olinda, respondia lá como Comandante do Destacamento para Sargento na época e respondia pelo expediente da Delegacia por uma portaria expedida pela Secretaria de Segurança do Estado. Cheguei lá no comecinho de 97. Já no final de 98, eu conheci duas pessoas, dois elementos, lá na cidade, que chegaram de Belém e se estabeleceram lá. O nome de um era Caetano Conrado, conhecido como Jota e ele estava acompanhado por seu irmão, de nome Davi, e outra pessoa de nome Jorge Méres. Eles tinham um terreno no município de Nova Olinda. O Jota passou a ser conhecido na cidade como um funcionário do Ibama, Delegado do Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jota é o Jorge Méres?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – O Jota é

...

(Fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Caetano Conrado é o Jota.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É o Jota. Ele se identificou como Caetano Conrado, apresentou-nos uma carteirano Destacamento como Delegado do Ibama. Tornou-se uma pessoa conhecida para toda a sociedade daquele município. Estabeleceu um sítio naquele município para a criação de gado, segundo ele. E foi ali que começou tudo. Eu o conheci, juntamente com o seu amigo Jorge Méres e o seu irmão, Davi.

Já no comecinho de 1999, houve uns tiroteios em uma carreta e a carreta ficou na estrada lá, com os tanques furados. Segundo informação de terceiros, pessoas identificaram o Jota em um carro, um gol verde.

Daí por diante, comecei a desconfiar que ele estava envolvido nessa tentativa de assalto a essa car-

reta. Ela ficou no posto de gasolina, em Santa Luzia do Paroá, alguns dias, mais ou menos uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O motorista?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – O motorista. Deu a queixa e ficou lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi ferido, nada?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não foi ferido e ficou esperando a assistência mecânica, porque o carro estava com o tanque furado, não é? E daí por diante comecei a suspeitar que eles poderiam estar envolvidos com essa tentativa de assalto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Levou a essa suspeita.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Exatamente essa pessoa que estava dirigindo a carreta comentou no posto de gasolina, na Delegacia de Santa Luzia do Paroá, que um carro verde tentou assaltá-lo entre Nova Olinda e Santa Luzia do Paroá. Não conseguiram, mas atiraram no carro, no tanque e depois tomaram rumo ignorado.

Depois, as pessoas comentando, à época não tinha nenhum envolvimento com eles e tinha aquela vontade de descobrir, porque de vez em quando aparecia registros de ocorrência em nossa Delegacia de Nova Olinda e nunca havia descoberto nada. Então, eu procurava descobrir. Eu era um sargento novo na região. Passei vinte anos trabalhando na cidade de Itapecuru, Vargem Grande, Chapadinha, e não tínhamos muito contato com esse tipo de crime.

Quando cheguei em Nova Olinda, começaram essas ocorrências. Comecei a investigar.

Comecei a suspeitar, devido ao carro que eles estavam usando. O motorista dizia que era um carro verde, um gol verde.

Depois de um período, em fevereiro, fui chamado pelo Jota. Disse: “olha, rapaz, já te conheço aqui da cidade, gosto muito de você, entendeu? Mas você está em tranço em as sunto que não deve” e me ameaçou, fez uma certa pressão, disse que tinha algumas vantagens que poderiam me prejudicar.

Eu tinha um soldado na minha delegacia, em Nova Olinda; um soldado, um escrivo e um carcereiro, dois policiais somente.

Eu me mantive calado, porque quando cheguei naquela região tinha notícias dessa chacina que houve de Belém em Santa Ignês. Então, ficávamos sempre com medo dessas coisas. E com a morte também de um Delegado, de nome Stênio, que, segundo informação na área, tinha sido ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas como policial não lhe deu aquela vontade de enfrentar o medo e cumprir a sua obrigação?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Eu tive, mas não tive força, não tive ajuda. Cheguei uma vez na minha companhia, onde eu tinha um superior imediato, ao qual eu estava subordinado, tentei dialogar com ele, mas ele me disse: “Não, rapaz, procure investigar mais e depois me traga um relatório mais completo”. Daí por diante eu não sabia em quem confiar. Mantive-me calado. Eu me omiti exatamente com medo de alguma coisa acontecer comigo. O certo é que eu me engajei mais. Eu disse: vou fazer de outra maneira. Vou me engajar mais, vou me envolver mais com eles para saber até onde vão. Vou procurar, através da imprensa, registrar alguma coisa para eu não aparecer muito. Mas no final das coisas eu não tive essa oportunidade também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você começou a levar alguma vantagem com este “engajamento”?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Levei. Eu descobri uma porção de coisas lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Financeiramente compensou?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Nunca peguei um centavo de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o benefício que você tinha para colaborar com ele? Ele não desconfiou de nada?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Eles prometiam me ajudar. Diziam para eu ficar calado que nada aconteceria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca o recompensaram?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, nunca me recompensaram. Eu acho que eles estavam dando um tempo para me passarem o rodo, mas não tiveram oportunidade porque eu fugi logo de lá, fui para Itapecuru; Quando as coisas vieram a acontecer eu já estava em Itapecuru, morando lá; quando algumas pessoas foram presas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sua fuga se deve ao fato de que seria identificado como participante da quadrilha?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Sim, e, ao mesmo tempo, medo de eles pensarem que eu estaria comentando alguma coisa porque eu me envolvi com o Jota em uma troca de um carro. Quando descobri que o carro tinha placa fria, eu andei atrás dele, procurando esse carro para apreendê-lo. Em razão

dessa procura, eu o denunciei à Polícia Rodoviária Federal, em Gurupi, na divisa de Gurupi com o Estado. Lá eles o prenderam. Foi aí onde tudo começou. Ele o prenderam com os documentos de carro adulterado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A denúncia foi sua? Há registro?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Foi. Há registro no livro do Posto da Polícia Rodoviária Federal, na divisa do Estado do Pará com o Maranhão. Lá está o registro. Incluíve esse carro que ele trocou comigo e que eu descobri que era frio...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele lhe deu o carro?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Sim. Levou o meu que era bom. O meu não era de procedência ilícita. Quando eu descobri, ao verificar os documentos, que a procedência era ilícita, eu registrei a ocorrência na delegacia de Nova Olinde. Mas mesmo assim eu estou respondendo por receptação. Mas isso está registrado no 7º Batalhão, no livro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O carro dele era mais valioso que o seu?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, o carro dele era mais econômico. Não era mais valioso. Eu só fiz o negócio porque o meu era um GTI, comia mais combustível. Eu troquei com ele porque o outro era um Gol 1000 e comia menos combustível. Eu confiei nele porque era um delegado do Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você já sabia que ele era bandido? Havia uma tentativa de assalto...

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, na época em que eu fiz o negócio com ele eu ainda não tinha pura certeza de que ele estava envolvido...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas desconfiava?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Desconfiava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mesmo assim fez o negócio?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Fiz o negócio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer que o senhor é vítima dele? O senhor quer afirmar que é vítima dele?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Na hora em que eu descobri que ele tinha feito um negócio errado comigo, eu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fez a queixa? Mesmo assim omitiu uma tentativa de assalto...

to que ele praticou contra um motorista de caminhão? Mesmo sendo vítima dele, o senhor silenciou com respeito à tentativa de assalto?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, nessa época eu ainda não sabia dos assaltos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas quando soube, mesmo tendo sido vítima dele, o senhor não reagiu também?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Eu reagi na época denunciando-o sobre o carro que ele tinha dado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre o assalto, não?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Sobre o assalto eu ainda não tinha...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas depois ele ocorreu e o senhor, mesmo sendo vítima dele, fez silêncio?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Eu já tinha sido vítima dele. Eu já medo de alguma coisa acontecer comigo, aí eu me mantive em silêncio. Mesmo assim eu comentei lá, registrei o caso nesse posto rodoviário, na divisa de Gurupi, relatando que ele era uma pessoa que trabalhava com esse tipo de coisa. Eu acho que foi por isso mesmo que a Polícia Rodoviária o prendeu da primeira vez. Já havia esse comunicado meu lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E depois ele foi solto, teve processo?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Continua preso até hoje. Foi preso em Belém e depois conduzido para cá, para o Maranhão. Agora, não tenho bem certeza se partiu dessa denúncia feita lá no posto rodoviário. Mas só que no dia que denunciei, o rapaz que estava no posto rodoviário passou um rádio para todos os posto-rodoviários do Estado do Pará, de Belém, avisando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi mais polícia que o senhor?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele teve mais consciência da obrigação de policial do que o senhor.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Recebeu o meu comunicado lá e fizeram o comunicado na área, porque ele estava em Belém. Mas lá na minha Companhia também, depois que investiguei alguns fatos verbalmente, falei com meu superior imediato, mas não tive força para prendê-los. Inclusive levei o meu superior imediato no local onde eles estavam, na

fazenda, no sítio no município de Nova Olinda. Ele esteve lá acompanhado de quatro policiais e uma viatura.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era o seu superior imediato?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Chama-se Tenente Alex.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele ainda está na PM?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Está. Ele não foi convocado na época para depor. Ele apenas disse que ele estava investigando os fatos a mando da 2ª Seção, mas que não estava oficializado. Até achei que ele estava omitindo, por que quem tinha comunicado os fatos para ele era eu e se ele estava investigando e não tomou as providências, se deixou que as coisas chegassem onde chegaram comigo, é porque não gostava de mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem o nome todo dele?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, só conheço como Alex.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria aos membros da CPI, se aprovarem, que o Tenente Alex seja convocado na primeira oportunidade.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Era comandante na época da Companhia. Ontem, tive um depoimento lá em Vitória do Meirim, onde ele disse à juíza que já estava investigando o caso na área. E a juíza perguntou se ele tinha algum ofício, oficializando essa investigação. E ele disse que não. Ele não tinha porque fui eu quem disse a ele e ele deixou a coisa me contaminar e não me defendeu na época. Só vim a relatar alguns fatos na CPI porque tive mais confiança, mais coragem, mais apoio e relatei algumas coisas que eu sabia na CPI do Crime Organizado. A gerência...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, V. Exª tem alguma coisa que possa nos ajudar diante do depoimento que ele fez na CPI do Maranhão...

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É, fiz como testemunha na CPI do Crime Organizado aqui, na Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª quer acrescentar alguma coisa?

O SR. RUBENS PEREIRA – Dentro do depoimento dele, ele está esquecendo apenas de relatar a respeito de um cheque que ele recebeu para adquirir o primeiro carro.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Ainda vou chegar nas coisas que descobri, nos crimes. Não vou omitir os fatos que acarretaram todo esse trabalho da polícia e de todas as autoridades. Não vou omitir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou pedir aos Deputados e Senadores que quiserem interpellá-lo na oportunidade do depoimento dele, que o façam para facilitar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É que ele tem muita coisa para contar. Já ouvi um depoimento todo dele, daquela vez, na CPI do Narcotráfico, e ele estava só começando. Tem um monte de coisas. Todo o assalto daquela carreta, o negócio da carga de sal, do cimento.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Vou chegar lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só para recordar, o do cimento, aquele das peças de verniz, aquele negócio feito com o prefeito Aveny, dos cheques, até por que queremos ouvir o prefeito Aveny. Tu estás cumprindo pena, não estás?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Estou em prisão provisória.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi condenado ainda?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas está cumprindo pena, ainda que provisória. Mas tem gente que estavam meio, mais envolvido do que tu e que está posando de autoridade. É esse que nós queremos pegar.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – E está solto.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É isso que queremos que tu nos revele, isso é que é importante agora.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Vou entrar no assunto mais detalhadamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, temos vinte e uma pessoas para ouvir. A parte da manhã já está bem avançada e estavam programadas três para a parte da manhã. Eu queria fazer algumas perguntas mais objetivas e depois, sim, deixar que ele complementasse em função de ...

O SR. – (Inaudível)

O SR. OSCAR ANDRADE – Ou então, que fosse um pouquinho mais rápido por que tem de talhes na história...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu acho importante, porque, como diz o Deputado Pompeu, o senhor já depôs, então é do conhecimento da CPI do Narcotráfico. Agora, precisamos do seu depoimento para a CPI do Roubo de Cargos. Especificamente sobre as ações que o senhor tem conhecimento nessa área. E se puder ir ao âmago das questões, identificando os responsáveis por prática de delitos que o senhor tenha conhecimento, para que realmente possamos dar encaminhamento nesse aspecto. As outras circunstâncias, vamos ler o depoimento. Diante da proposta do Deputado Oscar, objetivamente esses casos levantados pelo Deputado Pompeu e mais alguns de que o senhor tenha conhecimento e possa ter esquecido no seu depoimento no Narcotráfico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Exatamente. Por exemplo, quem eram os principais líderes do roubo de carga aqui no Maranhão? No seu conhecimento. As pessoas envolvidas no roubo de carga.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – No meu conhecimento eram Aveny, o Prefeito do Amapá, o Jota, tinha...

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorge Méres.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Jorge Méres. Aveny, Jorge Méres, Carola, Vereador de Santa Tereza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o papel desse prefeito? O prefeito é atual?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Aveny Pacheco, Prefeito do Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o papel dele?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Ele era uma pessoa que dava toda a assistência. Ele projetava o armamento para o pessoal que trabalhava para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fornecia o armamento?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Fornecia o armamento, fornecia combustível, carro, hotel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era o chefe.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Era o Aveny.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele só fazia a intermediação do fornecimento de estrutura de apoio para ação, ou ele tinha receptor também e as encomendas eram para ele?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Ele tinha o depósito para receber as cargas quando eram roubadas e dava fim nelas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Ele tinha alguma estrutura comercial?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Tinha os depósitos na cidade de Maracassumé.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você tinha contato direto com ele?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Tive um contato direto uma vez com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE - Conversar das coisas que estavam acontecendo, como funcionava o esquema?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Do que trataram?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - É tive. Nesse nível.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o que você ganhava?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Só promessas, nunca recebi nada.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas tinha acerto, não pagou mas teve acerto.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não, os outros devem ter recebido; eu estava mais era no caso ... me aprofundando mais no caso da investigação, eu tinha um propósito.

O SR. OSCAR ANDRADE - No que houve sua participação ou conhecimento? Relate para nós caso concreto de roubo de caminhão ou carreta que o senhor saiba. Tanto com o envolvimento do Prefeito Aveny, quanto dos outros. Como acontecia e casos concretos de roubo de carga.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Houve três roubos de cargas, no tempo em que eu estava em Nova Olinda, que foi o roubo da carreta de cimento, da carreta de peça de moto e uma carreta de sal. Todas as três foram conduzidas exatamente para ele, para Aveny, num depósito que ele tinha em Maracassumé e lá ele ...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Foram entregues para o Aveny, Prefeito de Amapá do Maranhão? E o Prefeito de Vitorino Freire onde entra?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não, o Prefeito de Vitorino Freire, eu não tenho conhecimento de ele ter comprado nenhuma.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual o outro prefeito que está envolvido?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não, eu sei dessas cargas não, mas eu sei do Prefeito lá na época, o William Amorim. Ele tinha alguns carros receptados, mas também não sei de quem ele comprou.

Era um trator e três quarto. Na época que eu estava trabalhando lá, comentário dos próprios funcionários dele, eu cheguei a descobrir que um trator que ele tinha foi comprado lá de um rapaz de nome Epitácio Farias, lá de uma fazenda, um trator receptado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E a história do cheque?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Esse cheque, foi o Vital que recebeu o cheque do Aveny.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Antônio, o senhor reconhece esses locais aqui da foto?(Pausa.)

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não conhece?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Onde guardava as cargas roubadas?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não, até aqui não tem nenhum porto que conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Nenhuma dessas cargas, desses locais?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Aqui é Maracassumé.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - É, aí eu conheço. Justamente aí onde foram botadas as três carretas que foram entregues a eles.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor viu as carretas lá?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Vi.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor participou, viu tudo?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Após o roubo que eles fizeram, eu me desloquei até lá e fiquei conhecendo o local, no outro dia.

O SR. OSCAR ANDRADE - Esse aqui?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não, esse aqui eu não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Presidente Médico?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não. (Pausa.) Não, aqui, conheço a casa do vereador.

O SR. OSCAR ANDRADE - A casa do vereador. Qual o vereador?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - O Carola.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o que acontecia lá? Guardavam mercadoria lá também?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não, o pessoal sempre ia lá se reunir com ele para esse tipo de gato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para fazer os acertos, o combinado?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse primeiro aqui, vamos ler agora, a casa do Prefeito Aveny.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, eu não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Bom. E o que tu sabes do Delegado Almir Macedo?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Almir Macedo? Almir Macedo, não tenho conhecimento dele envolvido em assalto de carreta, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor disse aquela vez na CPI que tinha.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, eu falei do Almir Macedo, no meu depoimento, deixe-me lembrar bem, não estou bem recordado, que Nego, lá de Nova Olinda, um genro de uma vereadora, disse algum tempo depois dele em Bacabal, em algumas coisas quando esteve preso por lá, mas não foi com relação a negócio de roubo de carreta ou coisa assim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E as carretas, essas três que tu citaste aí, que foram roubadas, do cimento, do sal e das peças com verniz, parece-me que era, as cargas então o prefeito Aveny ficou com elas?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Ficou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com todas as três?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Com todas as três. Agora, uma carreta de sal, quem deu fim nela foi Jorge Méres. Jorge Méres pegou a carreta de sal, levou para Belém e sumiu com ela.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sumiu com a carreta?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É, sumiu com a carreta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sumiu com a carga ou com a carreta?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Com a carreta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E a carga?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – A carga o Aveny ficou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Aveny ficou com a carga e o Jorge Méres, com a carreta?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele deu o fim na carreta?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Deu o fim na carreta lá para Belém. Não sei o que ele fez com ela.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E as outras duas carretas foram para onde?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – A outra carreta de cimento quem deu o fim nela foi o Jota.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Jota? E a de peças?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – A de peças ficou abandonada na estrada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ficou abandonada, resgataram depois?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Resgataram.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E nenhuma foi para o Zé Gerardo? Qual é que foi para o Zé Gerardo?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Eu vou lhe explicar aqui uma coisa rapidinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixa eu fazer aqui uma ... por necessidade legal. A foto de nº 39 do relatório inicial da Comissão de Inquérito nos sa e foto de nº 40 foram reconhecidas pelo depoente em Maracassumé, como os galpões em que foram encontradas as três carretas.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é das três carretas que foram encontradas lá? O senhor explica para nós?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Foram duas, a de sal e a de cimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foram duas, a de sal e a de cimento, porque a outra ele está dizendo que o Jorge Méres sumiu com ela. Levou para o Pará?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É, uma Jorge Méres ficou e a outra Jota ficou. A de sal quem ficou foi Jorge Méres e a de cimento quem ficou foi Jota. E a terceira, que era de peça de moto, ficou abandonada na estrada, lá em Gurupi.

O SR. OSCAR ANDRADE – E para quem foram vendidas?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – As carretas?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sim.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não tenho conhecimento, só eles dois é quem sabem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tu ias contar aqui uma história do Zé Gerardo.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Eu quero contar o seguinte: olha, na época da CPI do Crime Organizado, estou relatando aqui aquilo que eu sei, aquilo que eu vi, aquilo que eu investiguei e que eu omiti. Não vou negar a minha omissão. Me botaram aí como assaltante, eu nunca fui para uma estrada assaltar, nunca roubei ninguém, nunca fiz isso. Pode me botar o crime de omissão, de outra coisa qualquer que assumo o que fiz, e assumo a minha verdade de falar os fatos que eu vi. Agora com relação a Jorge Méres ou esse Zé Gerardo, Caíca, Lauristo, que foram relatados na CPI, como também algumas vezes eu falei que eram chefes de crime, eu não sabia disso. Apenas repeti o que tinha visto o Jorge Méres falar e, quando estive com ele numa cela lá no Comando Geral, ele combinou comigo para que acusasse as pessoas para que ele entrasse no Programa de Proteção às Testemunhas. Eu nunca conheci essas pessoas. Então aqui quero deixar bem claro que não vou negar os fatos do trabalho da polícia de onde tenho conhecimento, mas essas outras coisas, não vou mais condenar pessoas inocentes, porque não vou ficar com a consciência pesada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você combinou com ele e fez?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Eu combinei com ele e fiz. Ele também fez. Inclui-se sei de algumas mentiras dele, porque ele fez além daquilo que não devia ser feito. Ele acusou o Sargento Câmara de assalto em carretalá em Vitória do Marim, e ele não tinha envolvimento nenhum. Só porque eu liguei para o Sargento Câmara para prender ele lá porque estava com o carro da locadora.

O SR. OSCAR ANDRADE - O que ele combinou com você que você falou a mais, que não devia?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Nós combinamos na cela, quando passamos uma noite toda conversando, lá na cela do Comando Geral, ele chegou antes da CPI, antes dos primeiros depoimentos. Ele ia entrar no Programa de Proteção às Testemunhas e que ele tinha um meio para sair dos crimes que ele tinha cometido na região onde estava...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele já estava preso?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Estava preso. Então ele disse: “olha, eu vou envolver algumas pessoas poderosas, influentes, juntamente com essas pessoas que roubavam para que eu possa me

engajar com mais consistência no Programa de Proteção às Testemunhas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais são essas pessoas?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – José Gerardo, Caíca...

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles eram inocentes?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Para mim são, porque nunca vi roubando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas na época você afirmou que eles...

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Porque combinei com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você quis fazer isso para ele?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Para Jorge Méres? Ele disse que se eu não dissesse ia dizer que era envolvido na morte do Estênio Mendonça e que as coisas iam piorar para mim. Eu fiquei com medo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas veja bem, Lisboa, nós não queremos entrar no mérito até porque o que tu estás dizendo em relação ao Chico Caíca e ao José Gerardo são águas passadas, até porque embora tu possas dizer assim eu não sei, não estamos te cobrando que tu tenhas que saber. Pode ter dito ou não dito, dito sem querer ou dito sem ter fundamento, mas tem outras coisas que já foram provadas. Eles mesmos admitiram, então isso tu não te preocupes porque não tens como você salvar mais eles porque já estão condenado pelas próprias palavras deles. Não adianta tu quereses desdizer o que disse ou dizer de novo, isso não altera. Nós queremos saber em relação àqueles que não estão, que estão fora. O Chico Caíca e José Gerardo já estão, perderam o mandato, foram cassados da Assembleia Legislativa, em fim estão... não sei se foram condenados, estão presos, eles têm tanto envolvimento que o que tu estás dizendo é uma gota d'água no oceano, não altera nada o quadro deles. Então não te preocupes. O que nós queremos saber é do Prefeito Aveny, que tu falas sobre a história do cheque, eu quero saber como é.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Queria mais detalhe, se V. Ex^a permitir.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Pois não.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Quero apenas ter a minha consciência limpa que estou colaborando com a verdade. Esse disse-me-disse que eu

dizia antes, eu não quero mais. Sei que aqui é uma CPI do Senado...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, do Congresso. Da Câmara e do Senado juntos.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Então é exatamente por isso que não quero depois que a CPI diga que o Lisboa disse coisa que não era verdade. Se é ou não é, a Justiça é quem vai dizer. Eu não quero mais comprometer a minha consciência nem diante de Deus nem diante das autoridades.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não te preocupes que isso é coisa...

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Por isso que digo que os fatos que descobri lá estou relatando. Eu vi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Então nos conta o que tu viste em relação a Aveny, Prefeito Aveny, do Amapá do Maranhão.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Com relação à carga de peça, ele deu, ele pagou...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que peças eram?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Era peça de moto e verniz, peça de moto e verniz. Tinta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tinta?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Era dessa última carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Lembra a marca da tinta?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, não lembro não. O Vital foi quem fez o negócio com ele. Vendeu para ele a carga e pegou os cheques.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Vital que pegou os cheques. E os cheques eram para quem?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Eram para o pessoal que estava empenhado ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – No esquema?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – No esquema, exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Essas pessoas eram o Vital, o Carola...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Carola, vereador?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Vereador. Era Cláudio Carioca, um que não se encontra preso, foragido, era Jota, Jorge Meres e o Davi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O vereador está foragido?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Esse cheque era para a Carola, o vereador lá de Santa Tereza, que está solto, era para Vital também, que está solto, era para Jota, Jorge Meres, uma pessoa por nome Cláudio Carioca, que está foragido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o valor do cheque? Dez mil?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Esse cheque era no valor de 10.600. Foram seis cheques.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Seis cheques, cada um de 10 mil?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – De 10 mil e 600. Só que depois ele dividiu os cheques em parcelas pequenas por causa de uma data que ele deu de três meses para descontrar esses cheques. Aí muitos pediram para ele diminuir, no valor de três, para poder trocar em comércio, essa coisa assim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas inicialmente eram seis cheques de 10.600.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então eram 63.600? O Prefeito Aveny que deu os cheques, não é?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Foi, exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá. E aí chegas-te a pegar um pouco do valor também?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, estive lá em Maracassumé e recebi um cheque, juntamente com o Vital, no valor de 10.600. Só que não fiquei com esse cheque, passei para o Armando, dei para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é Armando?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Armando era o esposo de uma vereadora lá de Nova Olinda, integrante também lá do grupo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que também estava no esquema?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É esposo de qual vereadora?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Da Vereadora Conceição.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah!, da Conceição, que era de Nova Olinda também. E aí ele que trocou o cheque.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É ele que trocou o cheque.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E lhe deu um pouco do dinheiro?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, não deu não, ele ficou com o dinheiro para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com todo o dinheiro. Teve um cheque que deu problema, não teve um cheque que deu problema? Que não tinha fundo, que não puderam sacar?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não se lembra?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Parece que era o cheque que o Jota tinha. Não sabes disso?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então essa é da carga de verniz e de peças, foi feita a negociação com o prefeito Aveny. E a outra carga, a de sal, como é que ele pagou?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – A de sal eu não sei como foi que ele pagou porque esse sal quem vendeu foi o próprio Carola para ele. Não sei, eles ficaram para lá e não tive conhecimento do dinheiro não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem vendeu foi o vereador?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Foi o Carola.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Me explica como é que foi feito o assalto das tintas lá, das peças. Como é que foi feito, me descreve. Como foi abordada a carreta, quem é que foi lá.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não sei como foi feito, mas tenho uma sensação de como seria, porque conversando com eles sempre ficavam relatando essas coisas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, como é que foi? Quem foi lá? Quem é que abordou, quem eram os artistas?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Bom, essa carreta, você quer a de peças, não é? Quem abordou essa de peças foram dois elementos conhecidos por Nivaldo e Manelão. Parece que eles são pernambucanos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, Manoel e Nivaldo?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É. E Vital, foram eles três que abordaram essa carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aonde?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Foi lá para o lado de Santa Luzia do Paroá e Santa Teresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É numa BR?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Abordaram lá e levaram a carreta para onde?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Levaram lá para o depósito do Aveny.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que é esse depósito que você reconheceu na fotografia?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí o que aconteceu lá? Descarregaram o sal. Era comum, era combinado descarregar lá?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Era. Descarregavam lá e depois o Aveny vinha e mandava pegar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fazia a negociação?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a carreta, faziam o que com ela? A carga ficava à disposição e a carreta?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Na hora que botava lá imediatamente o Carola se comunicava com ele lá e ele mandava alguém pegar.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o motorista?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, não sei quem é pegava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe? O motorista da carreta, que foi abordado.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, todos os motoristas eram liberados. Nessa época que eu estava lá não tenho conhecimento de ter algum problema não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não mataram nenhum?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Nessa época não, nessa época não houve isso, de jeito nenhum. Inclusive essas ocorrências estão todas registradas lá pelos próprios motoristas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está tudo registrado. Então me contastes de um. Como é que foi assaltado, quem assaltou, onde é que foi, quem pagou e ele consumiu e o fim que recebeu. Agora, me conta do cimento.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Essa carga de cimento foi...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem pegou? Quem assaltou?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Essa carga de cimento foi assaltada por Jota, Davi e Jorge Méres.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sei. E o caminhão foi carregado, foi levado para onde?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - A carga foi deixada lá no mesmo depósito.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Do Aveny.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Exatamente. E lá eles usaram esse cimento para fazer o muro do depósito; uma parte foi para a casa do Vital e outra parte foi para Carola, parece, e o prefeito ficou com outra parte.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então, não houve pagamento, houve uma partilha?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não. Houve uma partilha, lá.

O SR. OSCAR ANDRADE - A abordagem do caminhão, você sabe como é que ela é feita?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, não tenho muito detalhe.

O SR. OSCAR ANDRADE – No posto de combustível ou não?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Só sei por comentário de les que quem ia dirigir o carro com o outro era que fazia o assalto, porque ele tomava a direção e outro...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como é que paravam o caminhão?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Era no quebra-mola, buraco.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ah! É, porque me lembro de que vocês relataram aqui que num determinado lugar tinha um ou dois ou três quebra-molas, lugar que tinha vários quebra-molas.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Exatamente, quebra-mola, em buraco. Ele ficavam dentro do mato e, na hora que o carro parava no quebra-mola, eles subiam. Aí, o que ia dirigir puxava o motorista, do lado do motorista, e o outro que estava com ele assumia o comando do motorista.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então, esse do cimento foi repartido entre eles; não foi vendido, então?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Foi repartido.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Foi repartido. E o ...

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - O sal foi vendido.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quem foi que comprou?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Aveny.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E como foi que ele pagou?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não sei. Ele pagava lá, negociava lá com o Carola, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE - O que ele fazia com o sal?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Repartia para algum comerciante para o lado de lá.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual era esse comerciante?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não conheço nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas ele vendia para o comércio?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - É. Comércio.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você conhece o Emetério Veba?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele era prefeito?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE - E qual era o seu relacionamento com ele?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Era um relacionamento assim... Eu trabalhava em Nova Olinda como integrante da polícia e todas as pessoas daquele município, a gente tinha um convívio na hora em que eles precisavam. Não era relação íntima, era um relacionamento de prestação de serviço, só. Dentro da área da segurança.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual era o envolvimento dele nessa questão de roubo de carga?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - De roubo de carga, eu não tenho nenhum conhecimento dele em roubo de cargas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Nada?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você foi pressionado por ele alguma vez para cometer algum ato ilegal?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Pressionado por ele para eu cometer algum crime?

O SR. OSCAR ANDRADE - Isso.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Houve uma vez, na CPI do Narcotráfico, que eu falei que houve um roubo lá de um dinheiro de um hospital, mas eu não tenho certeza, foi só comentário, se ele estava por trás disso. Sei que ele era o dono do dinheiro. E na época eu disse que saí com ele para procurar os elementos e estivemos lá numa cidade...

O SR. OSCAR ANDRADE - Quais elementos?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Os que tinham...

O SR. OSCAR ANDRADE - Do roubo do dinheiro?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - É. Fomos até a Polícia Rodoviária Federal, ficamos lá um pedaço na barreira para ver se passava alguma pessoa desconhecida.

O SR. OSCAR ANDRADE - Que dinheiro era esse? Esse dinheiro foi roubado?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Esse dinheiro era do Estado, que ia para o pagamento de uns funcionários lá em Santa Luzia do Paroá.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas era dinheiro vivo?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Era dinheiro vivo. Era de um hospital lá, onde ele era responsável pelo pagamento.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não era a esposa dele que trabalhava no hospital também? Ou era ele mesmo?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não. Ela parece que trabalhava lá também, e ele parece que era o diretor, não sei como era. Sei que ele estava mandando o dinheiro para pagar funcionários. Mas, como eu falei, estive com ele e fiquei assim, porque, no dia que saímos para a captura dos elementos, para fazer alguma busca, e ele foi procurar a polícia lá, já eram assim umas 12 horas e ele convidou para tomar uma cereja lá, num barzinho. Eu não o achei com cara de quem estava preocupado. Por isso que foi a minha desconfiança. Mas, não tenho certeza, não tenho nada provado quanto a isso. Quanto ao roubo de carga também, nunca vi ele envolvido com nada disso, com receptação, nada. Foi só esse fato que acho que a CPI, o Presidente aqui, sabe desse comentário que fiz.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Antônio, você falou no início que era responsável pelo destacamento, como delegado da localidade, mas que tinha medo de enfrentar o pessoal do crime organizado e que foi procurar seu superior imediato, o Tenente Alex. O Senador Romeu Tuma perguntou a você o nome completo

dele e você disse que não sabe. Considerei isso estranho. Como você era um sargento que exercia a função de delegado, deveria ter um contato permanente e freqüente com seu superior imediato. É muito comum, nesse contato permanente, haver o envio de ofício do superior ao subordinado e sempre consta o nome do superior. Então considero estranho que você não saiba o nome completo do oficial que o comandou por certo período. Você está omitindo fatos e já disse aqui que não queria mais mentir. Não mentir, mas omitir, porque na CPI do Narcotráfico você até tinha adotado a posição de omitir algumas coisas, porque tinha feito um acordo com o Jorge e não faria mais isso.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Exatamente.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Parece-me que o senhor está omitindo alguma coisa.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Sim, senhor.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Então, quero saber se, efetivamente, você não conhece o nome completo do oficial.

Considero muito difícil que a Polícia Militar não lhe desse reforço para combater os ladrões se, efetivamente, estivesse disposto a fazer isso. Acho pouco provável.

Você também falou sobre um veículo que havia comprado, o qual foi trocado por um Gol 1000, que era um carro mais econômico. O senhor falou isso?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Sim, senhor.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Temos informação de que o primeiro veículo que você havia comprado foi adquirido em uma concessionária chamada Nuno Veículos, em Santa Inês. É isso?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não, senhor.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Temos a informação de que você comprou o veículo com um cheque do prefeito e que, quando você foi pagar o carro, o dono da loja ligou o prefeito para saber se podia liberar. Você deu um cheque que não era seu, mas do prefeito. Quero saber como foi essa transação. Como você disse que vai falar a verdade, então diga-nos como foi a transação do cheque na compra de um veículo na concessionária em Santa Inês.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não foi um veículo. Comprei um veículo na Sicar, um pálio, que entreguei porque estava sem condições de pagar as prestações. Na Nuno Veículos, comprei uma moto

e o cheque foi trocado, mas não por mim. O Armando fez a negociação. Realmente ele pagou as prestações de uma moto na Sicar. Ainda ia chegar a esse ponto. Não estava omitindo.

Quanto ao Tenente Alex, passei vinte anos trabalhando na área e sempre os policiais são chamados pelo nome de guerra, Alex, Lisboa. Quando fazemos um ofício, pegamos o nome completo da pessoa. Às vezes, é só "Senhor Comandante", "Tenente Alex", "Comandante da Companhia", já identificando pelo cargo que exerce no órgão. "Comandante da Terceira Companhia do Sétimo Batalhão", e você sabe que é ele. Trabalhei com ele pouco tempo. O comandante da companhia era o Tenente Edivaldo. Depois ele assumiu. Trabalhei pouco tempo com ele e não sei o sobrenome dele. Conheço-o muito bem, mas o nome completo dele não me recordo agora. Recordo-me mais de Alex.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Quer dizer que você não confirma, que nega que tenha utilizado o cheque do prefeito para pagamento em alguma concessionária? Você não comprou?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Carro não. Só a moto e ele fez o negócio para mim.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas você comprou a moto com o cheque do prefeito?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, eu já tinha comprado essa moto há muito tempo, aí estava devendo lá umas prestações e o Armando pegou esse cheque. Eu não queria pegar e ele disse: "Não, rapaz, mas eu vou efetuar uma conta que você está devendo lá no Nuno". E foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi transferido para Nova Olinda a pedido do Prefeito Emetério?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, fui para Nova Olinda em 1997...foi mesmo por necessidade de serviço. O tenente me...estava faltando um sargento lá. Não foi...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não houve pedido do Prefeito Emetério?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, não houve não. Apenas ele...houve pedido assim, que mandasse um sargento para lá para comandar o destacamento que estava sem destacamento...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não especificamente...

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não especificamente a minha pessoa, não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o Prefeito Emetério era Prefeito de Santa Luzia do Paroá?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Mas nessa época ele era Deputado. Não estava exercendo o cargo de Prefeito. Estava exercendo o cargo de Deputado Estadual. Inclusive sei até de uma trama que fizeram contra esse rapaz. Por isso mais estou querendo desmentir algumas mentiras.

O SR. OSCAR ANDRADE – Contra o Emetério?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Exatamente. Eu não...Sei que ele tem até raiva de mim. Eu também não quero papo com ele, mas posso citar a armadilha que o Vital fez para cima dele com o negócio do narcotráfico, para que ele perdesse as eleições em Nova Olinda, e o William ganhasse. Isso aí...Tenho conhecimento porque o Vital, quando eu estava preso, me ofereceu um advogado para denunciá-lo, e não aceitei. Então essas coisas assim... não quero mais participar desse tipo de coisa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você acha que o Emetério não tinha envolvimento...

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do seu conhecimento, não.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Nesse negócio de roubo de carga e narcotráfico, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tem suspeita dele do roubo do dinheiro do hospital.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não nego aqui por que como que estou atrás de um dinheiro aqui e depois eu...Vamos embora aqui tomar uma cerveja aqui e tal. Aí fiquei em dúvida sobre aquilo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E nunca apareceu ninguém suspeito e tudo ficou por isso mesmo?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não sei porque vim logo embora. Não sei se os ladrões já apareceram, se foram presos, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na cerveja, o que ele falou com você?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Nada, só ficou lá. Comeu um churrasco, uma coisa. Sabe, policial desconfia de tudo, não é? Mas será possível que esse homem está me trazendo para cá para não ir atrás dos ladrões, para me despistar, alguma coisa? Mas isso é dedução, não é...

O SR. OSCAR ANDRADE – Nada concreto.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – ...nada concreto. Por isso que se falei demais aqui, por isso estou tornando repetir, para não condenar ninguém que não conheça. Se é acusado, que a Justiça caiba provar, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece William Sozza?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – William Sozza eu vi... conheço agora pela televisão, por jornais. Antes, só pelo nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Através do Jorge Méres, que era funcionário.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Através do Jorge Méres. Jorge Méres, na época que estive com ele preso, citou o nome do ex-patrão dele que ia acusar porque estava com raiva dele por causa de um dinheiro que pediu a ele e não foi dado. Eu disse: Mas, rapaz, tu vais... Não, mas é em pre-sa-rio e, quanto mais a gente acusa gente grande, tem mais proteção. Esse tipo de coisa não que-ro mais que en-tre no meu depoimento. Vou acusar quem tenho certeza. Acuso até a mim, se for possível, de ter participado de crime, mas os outros que não sei não vou acusar.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Epitácio Farias?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Epitácio Farias, só sei dele porque ven-deu esse tra-tor para o William Amorim, que era receptário. Agora não sei de quem que ele...

O SR. OSCAR ANDRADE – O trator era roubado?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Era roubado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Epitácio era... O senhor o conheceu como?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Eu tinha bastante conhecimento com ele. Nos finais de semana ia sempre lá para a fazenda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fazenda que ele administrava?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É. Ele administrava e sempre eu ia por lá averiguar como estava, se não tinha nenhuma ocorrência.

O SR. OSCAR ANDRADE – A fazenda era de quem?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Essa fazenda ele dizia que era do Augusto Farias... disse que de um irmão dele. Nunca vi essa pessoa lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – José Rogério Farias?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É, exatamente. Nunca vi esse Rogério Farias lá, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você esteve lá na fazenda algumas vezes?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Estive várias vezes. Constantemente eu ia lá perguntar se ti-

nha alguma coisa por lá, algum problema. Às vezes me ofereciam um café. Às vezes cheguei até a almoçar lá com ele, às vezes...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe de algum envolvimento desse Epitácio, além desse trator?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não, não, de envolvimento... Nunca vi tratar no nome dele de envolvimento em nada. Só sei que o trator o William... na época que um funcionário dele me disse que esse trator era receptado, depois o William veio dizer que tinha comprado dele. Nem sabia que realmente era dele. Só sabia que o trator era receptado e estava com o William, mas não sabia de quem tinha comprado. Só vim saber depois que prestou depoimento e disse que tinha comprado do Sr. Epitácio Farias.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Sr. Epitácio Farias tinha uma boa relação com o Comandante do 7º Quartel, do Zé Doca?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Tinha. Exatamente, o Tenente Edivaldo quando era o primeiro Comandante...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como era? Tenente o quê?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Tenente Edivaldo, hoje Capitão Edivaldo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Quando o Capitão Edivaldo era Tenente, comandava a 3ª Companhia, era Delegado também de Zé Doca, ele constante ia lá, na casa dele lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas tu disseste da outra vez que ele dava presente, gado, enfim...

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É. Eu falei que ele recebia realmente presente lá, mas isso aí às vezes é muito costume na área do... Na época era costume, não sei hoje, não é? Nessa época lá era muito costume as pessoas quererem agradar a polícia com presentes. E depois eu vim a saber que foi presente de aniversário para filha dele, entendeu? Mas só, Excelência, eu queria repetir aqui, rapidinho, uma palavra que eu não sei nem se V. Exª vai achar por bem eu falar isso aqui, mas eu gostaria de falar.

Na época que nós estávamos fazendo depoimento na polícia, na CPI, quando a gente tinha um depoimento que fosse para acusar as pessoas mais importantes era acreditado na hora. A pessoa aceitava o que a pessoa falava. Então, é por isso mesmo que eu estou dizendo hoje esse tipo de coisa por causa disso. E hoje, se você for falar uma ver da de a essa

pessoa a gente não é acreditado. Não sei, não é, se vai acontecer assim?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Nós ouvimos tudo. O que nós não podemos é inventar coisa. Quer dizer, o que tu estás dizendo, tu chegas e dizes de uma pessoa importante um fato e têm vários fatos que pesam sobre aquela pessoa, tu vais dar crédito. Porque para nós não importa se és tu ou quem está dizendo, é o que estão dizendo, é o fato. O fato que revela a importância do teu depoimento. Por exemplo, então já que tu falaste em pessoas importantes, vamos falar alguém que seja ao menos importante. Nós estamos pedindo do Prefeito Aveny, ele era uma receptador de carga, não é? Comprava carga roubada. Quem é mais que comprava? Tinham os comerciantes que compravam carga roubada também, quem eram os que compravam carga roubada?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Carro roubado? Carro roubado?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Carga. Carga.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Carga roubada. Não, eu só me lembro de um senhor em Viana, por nome de Domingos Crente. Comprou uma carga roubada de Jorge Meres, uma carga de pêssego.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pêssego em compota? Enlatado?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Exatamente. É. Ele comprou essa carga lá e eu fiqueii...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é a cidade dele?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É Viana.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não é Viatória do Mearim?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – E Aveny, que comprou essas cargas, William, que comprou esse carro lá. São esses três que eu sei de receptação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o armazém Pinheiro?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Armazém Pinheiro, eu ouvi só comentário de Jota que comprava carga roubada. Não tenho conhecimento mais profundo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Algum supermercado?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não. Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Alguma rede de supermercado, tem ouvido falar?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não. Não. Nunca ouvi falar. Nunca, nunca..

O SR. POMPEO DE MATTOS – Porque, pensa bem, uma carga de sal? Vamos raciocinar. Quantas sacas de sal tinha? Era uma carreta. Não era uma carreta?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Era sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Uma carreta de sal. Agora, tu fazas uma idéia. Quer dizer, mas vá salgar o lombo assim lá na China, não é? É sal para dar com burro, não é?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É muito sal. É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí aonde é que vai todo esse sal? O Aveny não tinha condição de consumir todo esse sal.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É, isso aí, esse sal foi vendido lá na cidade de Santa Helena, parece. Um pessoal conhecido de Carola, ele que sabe.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conhecido do Vereador Carola?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Lá em Santa Helena?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem é que teria comprado?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não. Não tenho conhecimento, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tem conhecimento.

E aqui em São Luís, ninguém comprava nada, não traziam para cá?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Olha, ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos quilômetros dá da qui de São Luís a essa região aí? Eu não conheço aqui.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não. Distância uns trezentos quilômetros mais ou menos, quatrocentos. Eu fiquei conhecendo de muitas coisas, assim, que Jorge Meres e Jota me contavam na época lá, mas nunca me falaram em nada para cá, em São Luís. A não ser, eles falaram na época que tinha uma pessoa aqui em São Luís que era envolvido, por nome de Cláudio Jignis, mas eu nunca vi essa pessoa. Era a pessoa que receptava também as cargas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem era esse Cláudio Jignis?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Eu não vi ele, não conheço, só por nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o que eles falam? O que ele era?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Ele era um dos chefes dessa quadrilha de...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é que anda esse Cláudio Jignis? Foragido, não é? Não, porque ele é bastante citado, foi citado na CPI do Narcotráfico e depois...

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Pois é, é isso. É que..

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o que ele era na vida? Ele era um comerciante, era o quê?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Acho que comerciante, não é? Comprava e vendia, porque...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um intermediário?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – É... Não, acho que ele era... vendia mesmo, comprava. Não tenho conhecimento profundo sobre esse cara.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E tu sabes de alguma carga que ele tenha comprado?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não. Só sei dizer que o Jorge Méres, quando voltou de Belém e le vou a carteira de sal, disse que entregou para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A carteira, não o sal.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não o sal, a carteira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só o cavalo mecânico.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Segundo Jorge Méres falou na época lá, quando ele voltou de Belém.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o que tu sabes do Joaquim Lauristo?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Joaquim Lauristo foi só argumento da própria polícia, do Jorge Méres para citar o nome dele. No dia, eu fui citar, aqui na CPI, não tinha nem conhecimento disto, e foi Joaquim Paulista. Não tenho conhecimento de nadinha dele a respeito dessas coisas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem? Joaquim?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Joaquim Lauristo. Não tenho conhecimento de envolvimento dele, nada. Eu não tenho. Até dei o nome errado na época, porque o Jorge Méres falou em acusar esse rapaz e não sei o que e tal e pedi o nome dele lá - fula no de tal. Aí, eu falei: "Tá bom. É para te ajudar, não

é? Você tem certeza de que ele participadessas coisas?" "Tenho." Aí, eu falei, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quais são os outros policiais, colegas seus, que estavam também envolvidos nesse esquema?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Policiais, não tem nenhum envolvido. Ao que saiba, os que foram citados na época, quando dei o meu depoimento... eu citei o nome do Sargento Chagas, o nome do Sargento Raimundão, o nome do soldado lá de Gurupi, Lérís, envolvido. Dessas pessoas eram só comentários também. Eu não tenho profundidade e conhecimento da participação deles.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Sargento Costa?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Exatamente, eu não tenho profundidade de conhecimento de sua participação. Era Carola quem comentava, que eu era amigo deles e foi o que falei. Eu não tenho nada em profundidade a respeito dessas pessoas terem participação, nada disto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Chagas?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Esse também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A mesma coisa?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – A mesma coisa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu chegaste a receber ameaça?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Ameaça?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É, quando você estava preso, agora, alguém te ameaçou? Tu te sentes ameaçado ou intimidado?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não. Eu recebi uma ameaça lá, uma vez, mas não foi de nenhuma das pessoas que estou falando aqui. Eu recebi ameaça de Armando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que Armando?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Armando é um preso que tem lá no presídio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E era do grupo?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Era do grupo lá de Nova Olinda, desse grupo envolvido com esse pessoal de Aveny.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E por que ele te ameaçou?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Ele disse que se eu falasse no nome dele em alguma coisa, em algum depoimento, era para eu rezar para eu e minha

família continuarmos vivos, mas eu estou aqui de renunciandoos que sei, inclusive ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele era envolvido?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Ele era envolvido.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E ele fazia parte da quadrilha?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Fazia parte.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele também recebeu o cheque do Aveny?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Recebeu.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Trocou o cheque?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Trocou o cheque.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Embolsou o dinheiro?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - É, não sei com quem...

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o Cabo Maranhãozinho?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Maranhãozinho é só comentário de Carola. Eu também nunca vi esse rapaz envolvido com esse tipo de... Não tenho também profundidade em tê-lo como participante desse grupo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Lembro-me que uma vez tu citaste que esse Armando mais o Farias, lá da fazenda, e o Prefeito de Nova Olinda tinham uma ligação com o Sr. Hildebrando Pascoal. Qual era a ligação que o senhor sabia?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - A ligação com o Hildebrando Pascoal foi só uma armação para ligar o pessoal daqui com ele lá. Entre nós mesmos, os que estavam denunciando, para ficar mais consistentes as denúncias. Não existia nenhuma ligação.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não tinha ligação?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Não tinha não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eu sem pre achei meio estranho. Aliás, essa ligação nunca foi provada.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Nunca teve, nem com Augusto Faria e nem com esse Pascoal de lá. Era só para que as acusações ficassem mais consistentes.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Certo mas veja bem, Sr. Lisboa, para ver que a raposa tanto vai no ni-

nho que um dia deixo o fofinho: tudo o que vocês disseram para nós valeu. Mas nem por isto nós achamos que tudo era verdade. Valeu para nós vermos se era verdade.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Cada coisa que vocês disseram foi checada. Por exemplo: essas coisas que você disse em relação a Hil de Brando Pascoal, nós ouvimos, gravamos, não acreditamos, checamos e não foi confirmado, não foi confirmado nada disto. Eu estou dizendo isto aqui, muito claro porque a CPI do Narcotráfico terminou, fizemos o relatório, constam esses depoimentos no relatório, mas não há uma comprovação, entendeu?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então tu podes ter mentido, mas não adiantou a mentira de vocês. A mentira teve perna curta porque não andou. Agora tudo estás revelando uma coisa que para nós não é novidade, que não teve efeito nenhum. Agora aquilo que tu disseste que era verdade a mesma coisa que mentiu disse também a verdade. Misturou a mentira com a verdade. A mentira nós desmascaramos e a verdade nós confirmamos, que são todos esses fatos envolvendo o Aveny, o Armando, o Bel, o Jorge Méres, esse vereador aí, Carola, enfim, tudo isso nós temos consistência...

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Para ver que não adianta tu mentires. Não adianta tu chegares aqui e dizer: ah, tal coisa... e nós vamos engolir tudo. Como tu dizes assim: ah, eu... se é para falar de gente importante todo mundo acredita. Não, todo mundo ouve, fica mais atento porque é gente importante e desperta mais curiosidade. Mas não quer dizer que a gente sai dali cantando de galo e achando que tudo aquilo é verdade. A gente sai dali mais curioso ainda para confirmar e em muitos casos, como é o caso do Hildebrando Pascoal, não foi confirmado absolutamente nada. Agora isso não quer dizer que todo o resto não seja verdade, por quê? Porque foi confirmado. Isso é que precisa deixar esclarecido.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - É, mas aí o senhor viu que eu estou falando a verdade também, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Melhor assim.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA - Prova que eu estou querendo falar também a verdade dos fatos que eu tinha conhecimento e dos que eu não ti-

nha, eu quero que não me envolva, que eu fico com a minha consciência pesada de envolver pessoas que eu não tenho conhecimento. Se a polícia tem, agradeço por chegar nesse ponto, mas não tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Presidente Tuma, quero fazer uma solicitação V. Ex^a. Me parece, eu não sei se o Senador tem alguns questionamentos para fazer, mas antes eu queria me permitir de apresentar um requerimento. Eu me recordo quando viemos ao Maranhão, a São Luís a primeira vez, quer dizer, saltava aos olhos a questão do Delegado Mendonça, que era uma coisa assim, que era uma comoção social por conta da morte do Delegado Mendonça, que estava investigando toda a quadrilha do Bel e do Joaquim Lauristo.

Ao mesmo tempo aquilo tomou conta na medida em que o delegado tinha sido morto e a quadrilha que matou o delegado tinha sido presa. E em seguida, chamada por um juiz, a pedido de um delegado bandido e de um juiz que se prestou a colaborar, essa quadrilha foi chamada para o interior para dar um depoimento a 300, 400 quilômetros daqui. No caminho mataram a quadrilha. Quer dizer, foi, na verdade, uma queima de arquivo. Isso já tinha acontecido e havia uma comoção social.

Por conta disso tudo, havia um acusado muito importante, chamado Joaquim Lauristo, que era a figura. E esse conseguiu aí uma espécie de **habeas corpus**, eu não me lembro bem, eu sei que ele evadiu-se. Teve a proteção inclusive, diziam alguns, de pessoas do Judiciário; se mandou, sumiu e ninguém pegou. Ele é um empresário relativamente importante e desapareceu.

A CPI do Narcotráfico foi embora, não pôde ouvir em hipótese alguma Joaquim Lauristo porque ele desapareceu do mapa. Aí a CPI do Crime Organizado, aqui da Assembléia Legislativa, fez o que pôde, segundo me informaram, para ouvir o Joaquim Lauristo. Não teve como porque ele também não apareceu. Aí no que terminou a CPI do Crime Organizado aqui, prenderam Joaquim Lauristo.

Ele é uma figura extremamente importante, porque é uma espécie de chefe geral de tudo isso, porque ele é o responsável pela questão do Delegado Mendonça, pela extinção da quadrilha do Bel, pelo roubo de carga, ele é envolvido com o Chico Caíca e com Zé Geraldo, ele está no centro das atenções e está virgem. Ele não foi ouvi do nem na CPI do Narcotráfico nem na CPI do Crime Organizado.

Então eu quero pedir a V. Ex^a, no requerimento que faço – e ele está preso agora; ele apareceu. Não sei... não faz muito tempo que tá preso -... então, in-

clusive quero dizer que tenho muita curiosidade e tenho certeza de que o povo do Maranhão tem curiosidade em ouvir o que ele tem para dizer sobre tantas acusações que pesam sobre ele e sobre as quais ele absolutamente nunca respondeu nada, pelo menos publicamente não sabemos das respostas dele.

Então eu faço esse requerimento, Presidente, para que ele possa ser ouvido ainda hoje... nós posamos no final da tarde, que seja o último depoimento da tarde e início da noite que nós possamos ouvi-lo hoje, porque talvez nós tenhamos que ouvi-lo, reinquiri-lo e até, conforme o caso, fazer uma acareação com ele, porque é uma figura importante na elucidação de muitos crimes aqui no Maranhão. Joaquim Lauristo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu acho que está aprovado o pedido de V. Ex^a e pediria ao Dr. Nauriles que imediatamente entrasse em contato com o juiz sob o qual está a responsabilidade da prisão para que ele seja conduzido o mais rapidamente possível a este plenário para ser ouvido. De forma que eu pediria já para preparar o ofício, eu assino, para encaminhar ao juiz competente, para que possamos ouvi-lo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, queria voltar a interrogar o Sr. Antônio.

Antônio, tenho um documento que é o seu depoimento para a CPI do Narcotráfico. Vou ler um pequeno trecho do seu depoimento em relação à questão que levantei do cheque e da Nuno Veículos. São suas palavras: “Realizamos roubo lá de uma carga de peça de moto, tinta e verniz. Segundo informações deles, essa carga era no valor de uns R\$400 mil. Foi levada para o depósito e ficou mais ou menos uns dois dias lá, depois devolveram o carro, deixando-o no ponto que tinha lá no Gurupi, posto de gasolina. E a carga depois Vital e Carola foi negociar com Aveny. Aveny deu seis cheques no valor de R\$10.600,00 e mais R\$1.000,00 para cada um. Só que o cheque era pré-datado para 90 dias. Muitos guardaram o cheque, outros mandaram diminuir o valor em três e em dois mil para poderem trocar no comércio. Eu não cheguei nem a pegar no meu cheque. Quem ficou com ele foi Armando mesmo. Eu digo, olha Armando, tu ficas com esse cheque aí. É o meu não é? É o meu. Tudo bem. Eu olhei o cheque, estava no nome de Aveny. Eu digo, olha, é o seguinte: estou devendo uma conta no Nuno Veículos, em Santa Inês e vamos lá. Tu falas com eles, tu tens mais conhecimento, mais entendimento com esse pessoal aí. Tu falas com ele para trocar logo esse cheque. Eu pago o juro lá e pago também a minha conta lá. Ele foi junto comigo, falou com

o Nuno e Nuno trocou o cheque. Tenho até um documento que prova isso. Está aqui na minha mão, se a Comissão, quiser posso entregar.”

Aí tem uma contradição. No seu depoimento para a CPI hoje, você disse que não tinha comprado nada lá em Santa Inês, no Nuno Veículos, que não tinha pego nenhum cheque em nome do Aveny, e está aqui no seu documento anterior. O cheque que você recebeu, quer dizer, você nem recebeu, deixou na mão do Armando, mas era teu o cheque. Você diz: olha, o che que é meu, mas está com você. Va mos negociar lá com a Nuno Veículos. Há uma contradição. Você não está repetindo como você disse anteriormente no depoimento na CPI do Narcotráfico. Portanto, é preciso que você fale a verdade, e você não está fazendo isso.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Excelência, quando o senhor falou em compra de carro eu disse realmente que não tinha sido carro, mas afirmei que tinha sido uma moto e que eu estava devendo umas prestações da moto. Não foi? Repeti aqui que tinha sido uma moto e não tinha sido um veículo. O Sr. Armando foi comigo lá mesmo para trocar o cheque, exatamente. Só que na época eu, com medo de Armando, não quis dizer totalmente que o cheque era para mim ou para ele e eu as su mi. Hoje estou dizendo que o cheque ficou com ele.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas esse cheque significa a sua participação no crime. Porque esse cheque foi dado para quem participou ou roubando ou dando cobertura. Então você recebeu a sua parte pela participação na atividade do roubo.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Concorro que ficou pago realmente lá. Exatamente. Mas ele foi lá e conversou com ele, intermediário, eu não queria, mas tive que aceitar com medo de acontecer alguma coisa comigo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas cometeu. Então está envolvido e está aqui uma das provas do crime.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu queria fazer mais uma pergunta a você, Antônio. É verdade que existia um esquema aqui no Estado do Maranhão de liberação de carta de fiel depositário por um juiz ou mais juizes, autorizando veículos roubados a transitarem sem ser importunados?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Isso aí foi só comentário. Como eu lhe falei, o próprio Jorge Méres, quando estivemos conversando, pediu que eu afirmasse esse depoimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse também foi um pedido do Jorge Méres?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Foi um pedido para afirmar e acusar o juiz. E não tinha nenhum conhecimento sobre isso. Jorge Méres me pediu para confirmar o que ele falasse no depoimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você confirmou?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não tenho bem certeza se eu confirmei no do juiz, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – No depoimento, confirmou.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Dessas pessoas eu não confirmei. Confirmei alguns e outros não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você se lembra do nome do juiz?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – José de Arimatéia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quais são os fatos que realmente são verdadeiros? Repita o que é realmente verdade.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – A verdade é o envolvimento do Aveny, o envolvimento do Prefeito William com a receptação. A verdade é o envolvimento da receptação do trator com o Epitácio. O envolvimento desse Domingos, cliente lá de Viana, que comprou carga roubada, do pessoal que assaltava em Nova Olinda, de Jorge Méres, de Jota, Cláudio Carioca, Cláudio Jignis, dessas pessoas. As outras que estiverem interligadas no conhecimento (...)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem conhecimento do envolvimento de agentes públicos, funcionários públicos, policiais e juizes?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não. Não tem nada concretizado de que policiais estavam envolvidos em nada não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na área do Judiciário, da política.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Os dois sargentos que citei foi só disse-que-disse, e não tenho conhecimento de nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Porém, você informou ao seu superior, o Tenente, o que estava acontecendo e ele não tomou nenhuma providência.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Eu falei, inclusive ele repetiu no depoimento que já estava investigando a mando da 2ª Seção. Não tenho bem certeza se ele estava investigando ou não. Mas ele estava sabendo do que estava acontecendo lá, porque eu transmiti. E a coisa caiu para cima de mim e não foi tomada nenhuma providência.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quais são os juízes que o Jorge Méres pediu para acusar?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – José de Arimatéia e Dr. Reuler Júnior, algo assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Dr. Fernando, não?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Só sei desses dois. Daí foi comentado para dizer: “Diz que esse aqui estava, é melhor para nós. Não sei o que e tal”. Então, foram comentados os nomes deles.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, de minha parte, o depoimento está terminado. Pediria apenas ao depoente que fizesse algum comentário, caso tenha algo mais a acrescentar.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Se fosse possível, queria pedir ao Senador a permissão para relatar um pouco de injustiça que fizeram comigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só in terressam à apuração acontecimentos relacionados ao fato. Se não forem relativos a esse fato, depois poderia conversar com você, independente (...). Temos de ganhartempo.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Foi em termo das investigações que eu prestei (...)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor pode falar rapidamente. Por favor, resuma a sua narração.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Quando iniciei aqui o meu depoimento, falei que não precisava da proteção de testemunhas para não dar um depoimento com interesse em proteção da testemunha. E se as autoridades vissem que eu merecia, poderia ser integrado, porque na Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trata-se de uma questão de vontade pessoal. Você tem de decidir...

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Exatamente. Na CPI do Crime Organizado fizeram muitos prometimentos e nada foi cumprido. Eu fui expulso do meu trabalho, sem ser condenado a nada e por estar contribuindo com as investigações. Se falo aqui para uma autoridade que alguém estava cometendo um crime, sou também processado. Já no mesmo processo estou respondendo, até por um negócio de envolvimento em roubo de carreta. Cheguei a São Luís e já estou em mais quatro processos. Por que rer desmentir as pessoas que eu não sabia que estavam envolvidas, estou respondendo agora a um processo por difamação caluniosa. Quer dizer, as autoridades que me ouviram receberam o meu depoimento, mas não aceitaram ajudar-me em nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O seu depoimento tem de ser analisado entre as circunstâncias e os fatos.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Tenho certeza de que as pessoas que comentei aqui agora estão envolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você se recusou, inclusive, perante as testemunhas, a entrar no sistema, porque pensava não haver necessidade.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Exato, não quero entrar no sistema. Mas, pelo menos, aqui lo que é meu de direito, a Justiça poderia me dar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Justiça reconhecerá se você realmente tem direito, porque, em tudo que disse, você está colocando uma máscara de que não é verdade, apesar de ter tido participação. Você sabia dos fatos e pensou que, infiltrando-se na quadrilha sozinho, sem ninguém tomar conhecimento, esclareceria os fatos, quando, na verdade, passou a participar da quadrilha na expectativa de cumprir promessas que você disse que (...). Você foi lesado pela quadrilha, mas na partilhados interesses da operação. Então, não há como tirá-lo de algo que você mesmo confessa que participou ou por medo ou por vantagem, pois é clara a sua afirmação.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Não sei se me expliquei melhor. Não sei se me expressei melhor. É o seguinte: estão existindo muitos inquéritos sobre mim. Eu vou responder e estou respondendo por aquilo que eu fiz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não tem advogado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo o que conseguimos concluir no nosso relatório final - não tenha dúvida - será escrito e encaminhado. Se o senhor tiver razão naquilo que expõe e se houver qualquer possibilidade de injustiça, não hesitaremos em esclarecer no nosso relatório.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Faço-lhe duas perguntas: primeira, não entendi bem a questão dos dois juízes que o senhor citou, o Arimatéia e o Reuler. Disseste que eles não têm nada a ver com o caso?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Do meu conhecimento, não.

O SR. POMPEO DE MATOS – Só para deixar claro aqui, independentemente do seu conhecimento, houve denúncias e a CPI do Narcotráfico investigou não em relação ao que o senhor está dizendo. O que o senhor está dizendo não é mais e não é menos. Houve outros fatos que a CPI aqui esclareceu perante os dois juízes. O segundo aspecto não é uma per-

gunta, mas uma afirmação. Um pouco do que o senhor está-se queixando o senhor dá motivo para que aconteça, porque disse coisas à CPI do Narcotráfico, à CPI do Crime Organizado, e agora desdiz o que disse. O senhor disse: "Envolvemos o juiz que não tem nada a ver. Envolvemos o Zé Geraldo, que não tem nada a ver, o Hil de Brando Pascoal, que não tem nada a ver". Quer dizer, quando o senhor diz o que não é, paga pelo que não deve também. Então, o senhor tem de dizer a verdade, para não acabar morrendo a própria língua. O peixe morre pela boca; o homem, pela palavra. O senhor morreu pela palavra. Uma hora o senhor diz uma coisa; outra hora, diz outra. Quando é que vamos saber que o senhor está dizendo a verdade? Então, temos de ouvi-lo, desconfiar do que está dizendo e conferir se o que está dizendo é verdade. E é assim que temos feito. Isso não é bom para o senhor, pois depõe contra a sua pessoa. Isso não o ajuda, mas o atrapalha. Só estou-lhe dizendo, até com a experiência de quem é advogado, porque advogado pode eventualmente agir tanto na acusação quanto na defesa. Logo, para fazer-lhe uma boa defesa e para que o senhor tenha o apoio que espera ter do Poder Judiciário e das autoridades, tem de colaborar, mas não dizendo ora uma coisa, ora outra, fazendo como chaminé, que vira para o lado que o vento sopra. Não pode ser assim. Tem de ser uma coisa boa para o senhor.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Eu disse a V. Ex^a que as coisas de que falei antes - só o disse-me-disse - não gostaria de repetir, porque não tinha certeza. Mas aquelas de que tinha conhecimento profundo estou relatando para ficarem mais esclarecidas. Essa foi a minha intenção ao repetir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Antônio Correia, está tudo registrado, gravado. Logo, o senhor vai ser dispensado agora, mas, se tivermos dúvidas, voltaremos a convocá-lo.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CORRÊA – Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A escolta pode ser dispensada. (Pausa.)

O nosso próximo depoente é o Sr. Carlos Antônio Maia Silva.

Sr. Carlos Antônio, o senhor pode confirmar seus dados pessoais, a sua identidade.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Meu nome é Carlos Antônio Maia Silva.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Identidade, por favor?

Número da identidade? (inaudível)

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – (inaudível) ... passei aí para...

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Então vou falar e você confirma, é mais fácil. A identidade tem o número muito grande...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Isso.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Então, a idade.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Trinta e seis anos.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – O senhor é casado?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Casado.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – O seu endereço?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Antes de estar no quartel, era na rua 2, apartamento 504, Condomínio Village, Alcântara.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Atualmente, o senhor está...?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eu estou preso há quatro anos.

O SR. ?? GERALDO CÂNDIDO – A sua profissão...?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Antes, comerciante.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Comerciante. O senhor é parente em algum grau de parte envolvida?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Então, eu vou ler os termos do seu depoimento: o depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LVIII da Constituição Federal. Aí, você assina a declaração. (Pausa.)

Então vou passar a palavra ao Relator, Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Carlos Antônio, pode dizer por qual crime o senhor está preso? Qual o crime?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eu estou preso por ter me envolvido na... por envolvimento na morte do Delegado Stênio Mendonça.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem outros processos que estão em andamento?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, não, senhor...

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhum que já foi condenado?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Fui condenado a 19 anos de prisão, mas o...

O SR. OSCAR ANDRADE – Por as sas si nato do delegado?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – É, fui condenado por ter assassinado o delegado, mas eu recorri para o Tri bu nal de Jus ti ça e voltei a novo jul ga mento agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vai ter novo jul ga mento?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Vou ter.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas está preso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Mas estou preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual que era sua profissão antes de envolver com esses fatos que motivaram a sua prisão?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Antes, eu comprava e vendia veículos, carro. Comer ciente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Agenciador, não é?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que come çou a sua ligação com pessoas envolvidas no crime aqui no Maranhão?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Como assim?

O SR. OSCAR ANDRADE – Nos crimes, o nome das pessoas... as pessoas que tiveram envolvi mento em crime organizado aqui, como começou sua atuação nisso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, a atuação que eu tive foi ter conhecido uma pessoa que já morreu, que foi o finado Bel, e me envolvi com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – De que forma?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, porque ele era uma pessoa que mexia com carro... com negócio do envolvimento de...

O SR. OSCAR ANDRADE – Carro roubado?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – ... de carretas, de caminhões, essas coisas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carga?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Bel?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Fina do Bel, já morreu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi assassinado também?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Assassinado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Preso ou não?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Ele estava pre so, à dis po si ção da Jus ti ça, e numa trans ferência que fizeram com eles, mataram quatro pes soas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Queima de arqui vo?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Foi chacinado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem eram os principais líderes no roubo de cargas aqui no Mara nhão?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Se nhor, o que eu sei era ele mesmo, só conhecia mais ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só o Bel?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – É, através dele que eu sabia as outras coisas.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a sua participa ção nisso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – A mi nha participação era... acho que a mínima possível, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era a mínima possível?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, pelo fato... O que eu fazia mesmo era comprar e ven der carro. Viajar para São Paulo e... O que eu mexia era com isso: comprar e vender carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carro roubado?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – É, e uma ou duas vezes eu viajei com ele para deixar umas carretas fora do Estado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carregadas?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não. Vazias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carretas rouba das?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Car reta de seguro, roubada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabia?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, fiquei sabendo depois.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais os carros que você comercializava?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Os carros que eu comercializava eram carros de seguro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eram produto de roubo?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não. Automaticamente passavam a ser produto de roubo por que o dono do veículo... Eu comprava com a condição de ele dar o grito depois de quinze dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – O quê?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Dar o grito do seguro. O golpe do seguro e acho que o senhor já tem conhecimento disso.

Com quinze dias, eu ligava para ele e dizia que já tinha passado para outra pessoa e ele denunciava que o carro havia sido furtado ou alguma coisa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na questão carreta, só dois casos que o senhor conhece?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Na questão carreta? Não, na questão carreta o que eu sei é que uma vez viajei com o Bel e essa carreta foi para o Acre. Eu estava em Brasília, liguei para ele que me mandou aguarda-lo no Goiás, em Anápolis e fui para fazer a viagem com ele. Isso foi em 95.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com relação à carga, o que é que você tem de informação. Quem eram os principais envolvidos na questão carga aqui no Maranhão, além do Bel? O Bel era com carreta, mas a questão dele também...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Como carga? O que é que o senhor quer dizer?

O SR. OSCAR ANDRADE – Carga, a carga. Porque aparecia a carreta roubada e o Bel... Antes havia uma carga.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – O que eu ouvia dizer é que quando ele roubava uma carreta carregada de madeira ou qualquer coisa, havia as pessoas certas para comprar. É isso o que o senhor quer saber?

O SR. OSCAR ANDRADE – Isto. Os receptadores.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Aqui, o que eu ouvia o Bel dizer era que uma vez ele passou duas carretas para um senhor com o nome Aveny. Eu ouvi ele falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conheceu o Aveny?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, não conheci, só ouvi falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – E algum estabelecimento comercial?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – O outro estabelecimento comercial foi em São Luís também, que foi no bairro do João Paulo e havia um armazém que comprava gêneros alimentícios.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o armazém?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Armazém Tonhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem era esse Aveny que o senhor falou?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Aveny era um candidato a Prefeito ou Prefeito do interior.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe qual é a cidade?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sei não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Bel passava para ele as cargas?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas cargas?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – O que eu ouvi o Bel falar é que passou duas... Através de Bel havia outra pessoa que é Cláudio Jignis, que era outra pessoa que fazia...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem era Cláudio Jignis, o senhor conheceu?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Conheci.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é que anda ele?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – O Cláudio Jignis nunca prenderam ele. Acho que está foragido ou já morreu. Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu conheces o Hemetério Webá?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, só de televisão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o que o Cláudio Jignis é dele?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eu soube pela imprensa que era cunhado de Cláudio Jignis.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, o Cláudio Jignis intermediava a carga do Bel para o Aveny e esse Aveny era um Prefeito da cidade do interior. E ele vendeu uma carga?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – As cargas que eu tive conhecimento foram cargas de cerveja, da Brahma e outra da Antarctica.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Duas cargas.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu podes dar detalhes desse negócio?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, o que eu sei é isso aí, que ele passou para ele e ele entregou para ele essa...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas onde foi que ele entregou?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Acho que ele tinha um armazém na cidade e quando pegava tinha um certo local para a pessoa ir pegar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas os dois caminhões de cerveja foram interceptados aonde?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não sei, porque eu não estava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi em São Luís ou foi...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não sei. Foi comentário dele para...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele não falou como é que foi feito o pagamento?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Cheque, dinheiro? Não sabe?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só sabe da história?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Aveny você não chegou a conhecer?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Conheci na CPI do Narcotráfico, quando este ve aqui, e o vi pessoalmente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você também depôs na CPI do Narcotráfico?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você sabia que ele participava de roubo e receptação.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eu vim saber já aqui também por que havia ou tras pessoas que estavam acusando ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sr. Juscelino Resende você conhece?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Juscelino Resende, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não ouviu falar, não chegou a conhecer?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não. Já ouvi falar dele. Ouvi a mesma coisa que estou dizendo ao senhor, mas só ouvi o Bel falando.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Bel?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ouviu falando o que do Bel?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Ouvi falando que ele tinha vendido uma mercadoria para esse senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para o Juscelino também?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que mercadoria era?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Parece que foi eletrodoméstico.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Uma carga?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Uma carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Uma carreta? Qual o eletrodoméstico?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eletrodoméstico é tudo, televisão...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tinha de tudo um pouco?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto tempo faz isso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Foi em 97, antes de eu ser preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que ele teria vendido a carga.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem é o Juscelino? O que você sabe dele?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – O que sei desse Juscelino é que ele é Prefeito do interior.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E já era naquela época?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Acho que sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi isso que o Bel comentou contigo? Que vendeu uma carga para o Juscelino?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você era muito amigo do Bel?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava sempre junto?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sempre. Quando eu estava aqui...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual sua participação nisso? Como dois amigos assim, um conta tanta coisa para o outro...?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não era comentário. Não era só eu, tinha outras pessoas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você nega sua participação?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Em roubo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Nessas questões de roubo de carga, receptação?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor, nunca recepei não. O que estou lhe dizendo é isso aí, que eu mexia...

O SR. OSCAR ANDRADE – Aju dou o Bel em alguma situação assim, para facilitar a vida dele?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabia de tudo, só?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Só sabia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só sabia?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Emetério?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece o Emetério Webá?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor. Pessoalmente, não. Só ouvi falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só de nome, não é? O Bel falava alguma coisa sobre ele?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Senhor, o comentário era que o Cláudio Jingnis, que era cunhado dele, quando fazia esse roubo de carga, esse Cláudio Jingnis que tomava conta de tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que era cunhado do Emetério?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor. Foi o que tive conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conheceu também o Dr. Penalba?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem ouviu falar também?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Ouvi falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nessas mesmas circunstâncias?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Nas mesmas circunstâncias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem conhecimento se realmente existia aqui no Maranhão um esquema de liberação, por parte de algum juiz de direito, de carta de fiel depositário?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Senhor, o que eu já declarei para dois juízes-corregedores, para falar em juízo isso aqui... numa época em que a CPI do Narcotráfico esteve aqui, nesta Assembleia mesmo, fui chamado por dois juízes-corregedores para explicar essa história de fiel depositário. Eu falei para esses juízes o que eu tinha visto, que foi uma vez que eu fui levar que vi a carta de fiel depositário, mas, o senhor sabe, no Brasil tudo se falsifica. Foi o que eu falei sobre esses juízes aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você se lembra de quem assinava?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, o que eu vi, a carta de fiel depositário que eu vi foi no nome de um juiz, do Dr. Ribamar Reule Júnior. Até citei que havia uma abreviação no nome dele. Foi o que eu vi. Isso eu já falei para os dois juízes-corregedores. É o que estou dizendo. Há muita falsificação no Brasil, pode ter falsificado a assinatura de meritiíssimo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem providenciou essa carta?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, o que eu vi foi o que estou lhe dizendo. Eu estava numa viagem, peguei e vi essa carta de fiel depositário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí você tinha conhecimento de que existia isso, não é?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem providenciava, você sabe?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Quem providenciava era Bel.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o despachante Bernardo?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Tinha um despachante de nome Bernardo também. Esse Bernardo já veio, até parece que já foi preso. Não sei o que foi. Tinha um despachante. Tudo tem que ter um despachante, mas não sei como ficou porque a polícia que teve que apurar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ou viu falar do William Sosa?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Só ouvi falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só na CPI também?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Na CPI e antes, que o Jorge Méres falava que trabalhava com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Jorge você conhecia já?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Antes de crime organizado, CPI do Narcotráfico, ou via falar que ele recebia carreta de Bel lá para a banda de Mato Grosso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sua relação com o Jorge não existia?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não. Vim aqui, depois que ele teve quatro dias no comando da Polícia Militar que teve contato com ele, via bilhete e essas coisas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você estava preso lá?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eu estava preso lá. Estou preso ainda lá. Agora estou preso num presídio de segurança máxima que foi construído lá. Antes não tinha, não é? Que só tinha o xadrez da PM. E agora construíram um presídio de segurança máxima e eu estou lá agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você admite então a sua ligação com o esquema de roubo de cargas?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eu admito do jeito que estou lhe dizendo aí. Através de Bel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você era só companheiro do Bel?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você andava com ele? Ele distribuindo carreta e carga roubada, e você não tinha participação?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Distribuindo?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, eu estou lhe dizendo... Eu estou lhe dizendo uma coisa aqui que eu acompanhei ele nessas viagens que ele fez, uma vez uma viagem para o Acre e outra viagem para Rondônia, para Ji-Paraná.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para Rondônia.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que ele foi fazer lá?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Ele foi deixar uma carreta para um senhor lá, com o nome de Dr. Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Ji-Paraná?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Em Ji-Paraná.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só Paulo que você sabe o nome?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não. Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe o sobre-nome não?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não. Eu só sei que é Dr.... Só conheci ele por Dr. Paulo. Mas ele...

O SR. OSCAR ANDRADE – Era madeireiro, era alguma coisa assim?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não. Ele... Eu conheci ele lá com um escritório de advocacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá em Ji-Paraná?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você esteve lá?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Estive lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Dr. Paulo é advogado?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Advogado.

O SR. OSCAR ANDRADE – E foi levar uma carreta?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi isso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Senhor, foi no final de 95.

O SR. OSCAR ANDRADE – Final de 95?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não lembra o mês não?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E essa carreta era roubada?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual carreta era? Lembra o cavalinho?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Uma Volvo 340.

O SR. OSCAR ANDRADE – Volvo 340?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – É. Três eixos. Quatro eixos.

O SR. OSCAR ANDRADE – A carga, qual seria?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, é a graneleira, né? Ela ia batendodaqui para lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, a graneleira?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como é que foi isso? Chegou lá, entregou, você ficou lá em Ji-Paraná um pouco...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não. É porque ele chegou lá e ele que negociava diretamente com a pessoa. Eu não tinha nada...

O SR. OSCAR ANDRADE – E documentação?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – A documentação é como eu estou lhe dizendo, é através dessas cartas de crédito depositadas que eu falei para... Estou falando para o senhor e já falei para dois juízes corregedores.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra por quanto ele vendeu?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Rapaz, ele dizia que vendia pela faixa de US\$30 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Trinta mil dólares?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor. Na época, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Em 95 o dólar era R\$1,00?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era. Trinta mil reais uma carreta. Cavalinho e carreta completa?

O SR. OSCAR ANDRADE – Era. Porque ela tinha... Tem o cavalinho e tem a carreta, que o senhor sabe.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que o Dr. Paulo fazia com essa carreta? Você chegou a saber ou não?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Senhor, o que eu sei é que ele passava essas carretas para a Bolívia, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Para a Bolívia?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor. Através de um pessoal de Costa Marques, uma coisa assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – A partir de Costa Marques?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não lembra o nome de ninguém?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor. Tem outra história aí sobre... Também foi porque, parece que foi Jorge Méres, ele envolveu também o nome de outros juízes no negócio de carta de fiel depositário, o nome desses meretíssimos, que eu acabei de falar para o senhor, ele citou outro nome também do Dr. José Arimatéia. Mas eu nunca vi nada de nada. O que eu estou lhe dizendo é que eu vi essa carta que eu estou citando para o senhor, e falei desses meretíssimos, e estou citando esse que ele falou. Mas nunca vi carta nenhuma no nome desse outro meretíssimo aí. Em nome do Dr. José Arimatéia. E no depoimento dele, ele cita, não sei, que eu sabia. Mas é mentira dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos nos ater um pouquinho aqui na questão de Rondônia, que especificamente é muito importante para mim.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi lá uma vez só?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor. Lá onde? Em Ji-Paraná?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não. Em Ji-Paraná eu estive duas vezes. Eu estive essa

vez e estive outra vez para tentar vender um carro para ele. Para o Dr. Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para o Dr. Paulo ainda?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele tinha um escritório lá?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra o endereço, lembra alguma coisa que você pode...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Senhor, eu sei bem que o endereço fica no centro... Ji-Paraná é uma cidade pequena. Então fica no centro de Ji-Paraná, próximo a um posto de gasolina, bem em frente à Teleron, que é a empresa telefônica. Fica bem em frente a galeria de escritório.

O SR. OSCAR ANDRADE – E essas duas vezes você esteve com o Dr. Paulo?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você vendeu na segunda vez?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí já foi você vendendo um carro? Tentando vender um carro?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Foi. Um automóvel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual automóvel?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Um Gol.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí você não vendeu e voltou?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – É, porque ele falou para mim que ia ver se conseguia uma pessoa para comprar, aí não deu, e eu vim embora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era roubado esse gol?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Era de seguro também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Naquele esquema do seguro?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Era o mesmo esquema. Ele estava vencendo e eu não podia ficar. Com quinze dias a pessoa ia dar o grito, e eu não ia ficar esperando. Eu tive que sair para não perder total.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí você fez o que com o gol?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eu nem me lembro; não me recordo. Eu acho que foi vendido; não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui dentro mesmo?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, acho que foi em Cuiabá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cuiabá é...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – O senhor sabe, em todo canto tem com pra e venda de veículos, em praças, essas coisas. Aí, a gente diz a situação do carro e a pessoa com pra se quiser. Eu contei a situação, a pessoa comprou, eu passei para a frente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você contou que tinha aquele rolo?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi as duas vezes só que você foi a Rondônia?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Em Rondônia, foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só em Ji-Paraná?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos carros passaram por sua mão nessa condição de golpe de seguro?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Vários.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais ou menos 100, 200, 300?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, aí é empresa. Eu não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já depôs sobre esse esquema?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Já, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você não tem processo quanto a isso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, porque eu falei isso aí sob uma proteção que teve aqui do crime organizado e uma proteção da CPI do Narcotráfico, que dizia que a gente podia falar que não tinha crime nenhum, como eles diziam para a gente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você contou na questão aqui da CPI?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E não foi aberto nenhum inquérito contra você?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não sei. No relatório final, não sei. Eles chegaram aqui e deram uma proteção. Não sei se também tem nessa CPI de vocês. Uma proteção à testemunha.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Programa de Proteção à Testemunha. Você foi enquadrado dentro desse programa?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Fui enquadrado quatro vezes e não valeu nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você não está sendo nem processado.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você acha que não valeu, não?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não sei. Se tivesse ali do eles tinham me dado os benefícios que foram prometidos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais benefícios?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – A minha família, eu mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – As duas CPIs prometeram?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – As duas CPIs. Na Segunda Vara do Tribunal Federal do Acre eu também recebi proteção, e aqui, na Primeira Vara Federal, eu também recebi proteção.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então você recebeu?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Qual?

O SR. OSCAR ANDRADE – Proteção?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eu estou preso. Proteção é cadeia? Eu sempre estive.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a sua família?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Está do mesmo jeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a proteção que foi negociada para você?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Toda a proteção, toda, toda. Para mim e para a minha família.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas qual, especificamente?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Muitas coisas, senhor, muitas benesses, para você falar.

Você vai se empolgando, vai falando e vai dizendo até que matou a sua mãe.

O SR. OSCAR ANDRADE – (inaudível)

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Desculpe-me isso aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Depoimentos eram pedidos? Fala a verdade.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eu estou aqui para falar a verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aqui nessa CPI não foi prometido nada para você?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Na sua aqui, não. Eu estou aqui de livre e espontânea vontade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem a liberdade de falar o que quiser.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor. É muito melhor do jeito que está do que iludir a gente, porque a minha situação de um preso é diferente de uma pessoa que está livre.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas, quando o iludiram, você falou algumas mentiras?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Muitas. Não poucas, muitas, para me beneficiar.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem pediu para você falar mentiras?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Os próprios Deputados, tanto da CPI do Narcotráfico quanto da CPI do Crime Organizado. A própria Polícia, tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pediram para falar mentira?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não. É como eu estou lhe dizendo. O senhor está protegido. O senhor diz: olha, você pode ficar à vontade para falar; pode ficar que você não tem problemas. Aí, o pouco que você sabe, você aumenta mais um pouquinho e vai aumentando. Aí vão juntando várias coisas e envolvendo várias pessoas que, às vezes, nem têm nada a ver e você diz que conhece. Você conhece? Conheço. Ele é bandido. O que acontecia era isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então você cometeria algumas injustiças?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – E muitas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não pedido especificamente de nenhum parlamentar?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, eu me sinto assim porque eu estava protegido – não é isso? –, e você pode falar à vontade. E o senhor sabe: a pessoa se empolga, a gente se empolgou, eu me

empolgava e ia passando para frente até coisas que não eram nem para fazer e fazia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso foi nas duas CPIs?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então o senhor não precisava consertar isso agora, alguma injustiça que você cometeu?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – As injustiças que cometi foram envolver nomes de pessoas que eu nem conhecia, nunca nem vi e envolvi em roubo de carretas e essas coisas mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais pessoas?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Uma. Uma pessoa que nunca vi, se vi, foi uma vez, o ex-Deputado José Gerardo, ex-Deputado Chico Caíca. São pessoas que não tinham ligação nenhuma e falei deles, que eram envolvidos em roubo de carga, essas coisas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem pediu a você para falar?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Senhor, é como estou lhe dizendo. Hoje não posso dizer – é o que estou acabando de dizer para o senhor – que foi o deputado fulano de tal e fulano de tal. Não é isso? Não posso dizer porque não sei o nome, não me recordo. Eu estava protegido, então, pediam: rapaz...

O SR. OSCAR ANDRADE – A proteção não traz mentira, não.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Essa aí acho que trazia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos entrar um pouquinho mais nessa questão.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você era protegido pelas duas CPIs para prejudicar alguém? Claramente, por favor.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Senhor, o que tenho a declarar é isso o que estou falando para o senhor, que prejudiquei muita gente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carlos, eu te pediria para... Dessa forma acho que você mesmo já até elogiou nosso trabalho aqui, dizendo que prefere assim, que não houve nenhuma pressão, que não houve promessas vãs e que você está mais à vontade.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor prejudicou algumas pessoas – você já assumiu isso –, dizendo mentira nas outras CPIs.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E estou lhe perguntado quem pediu a você para fazer isso. É importante isso para você. Talvez agora que não tem promessa nenhuma, pode a coisa melhorar. Não estou, absolutamente, querendo lhe dar nenhuma esperança, não. Digo até por questão de correção do que você fez.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Senhor, o que sei é o que estou lhe dizendo. Já dei depoimento na Justiça Federal, já tem o meu depoimento na Justiça Federal. Já falei isso e foi a mesma coisa que estão lhe dizendo aqui quem é. Porque tinham vários. Não posso dizer foi fulano e beltrano. Não posso falar. Agora, tinham duas comissões, fui ou vi do por duas comissões, uma do crime organizado e outra da CPI do Narcotráfico. Não é isso? E o senhor sabe, tinham depoimentos sigilosos, essas coisas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você participou de depoimentos sigilosos também?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor. Tive um, na CPI do Crime Organizado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos falar da CPI estadual do crime organizado.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dos deputados daqui, que o senhor tem maior conhecimento.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Algum deputado pediu a você para acusar um outro deputado, o Caíca ou o Zé Gerardo?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Senhor, o que lhe digo é o seguinte: não diretamente. O senhor está entendendo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Induziu.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – É, induzido. O senhor está entendendo. Não diretamente, dizendo: Rapaz, você vai falar isso e isso. Mas ficavam falando perto e você se sentindo na quebra, eu sou protegido, vou meter o pau para me beneficiar mais um pouco, para dar corda, para a minha família ficar protegida, porque um preso só pensa nisso. Não penso em mim, penso na minha família, que estava fora. Era só o que eu pensava, em beneficiar minha família.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer, era tipo uma indução.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Indução mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não ia diretamente, mas...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor. Rodeando, para o senhor ouvir de propósito, para acusar certas pessoas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. Dá-me um exemplo mais concreto. Quem falou de quem?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Senhor, logo de início, para começo da CPI, me disseram: Você vai estar incluído agora, imediatamente, no negócio de proteção.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem falou isso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – O próprio presidente da CPI, que está aqui na minha frente, Deputado Rubens Pereira. Foi a primeira coisa a entrar em ata: Vai, vamos votar. Está aprovado.

O SR. RUBENS PEREIRA – Sr. Deputado, na CPI do Crime Organizado, todos os depoentes que prestaram depoimento à CPI, aqueles que eram testemunha importante na época, que tinham muita coisa a revelar, de posse da lei de proteção à testemunha, a CPI votou o requerimento pedindo proteção a 11 testemunhas aqui no Maranhão e, no final dos trabalhos, todos os membros da CPI se deslocaram daqui do Maranhão e foram a Brasília juntamente com o gerente de segurança. Fomos ao Ministro da Justiça quando, em sua presença, ficou assegurada a proteção das testemunhas do Maranhão.

Quero dizer aqui que a CPI do Crime Organizado se comprometeu a solicitar a proteção ao Ministério da Justiça. Recebemos a anuência e a confirmação do Ministério da Justiça, mas em nenhum momento nenhum membro da CPI, falo por todos os membros, ninguém chegou a pedir a algum depoente para acusar “a” ou “b”. Pedimos apenas que eles faliassem a verdade e, se isso acontecesse, eles estariam inclusos dentro do Programa de Proteção à Testemunha. Foi isso que a CPI fez. As acusações de que os membros da CPI estavam induzindo as testemunhas não são verdadeiras, são falsas e levianas. O que foi possível ser feito pela CPI do Crime Organizado foi feito. Inclusive recebemos ofício do Sr. Ministro da Justiça informando que dos 11 pedidos que solicitamos foram aprovados apenas 4 pedidos, inclusive o ofício está aqui na Assembléia Legislativa, um dos que ficou dentro do programa de informação do Ministro da Justiça foi o do Carlos Antônio Maia. As infor-

mações que diziam que os membros da CPI induziram para que ele acusasse “a” ou “b” não são verdadeiras.

O SR. OSCAR ANDRADE – Obrigado pela contribuição. Mesmo não sendo precisamos ouvir. Você deve ter trabalhado dessa forma também na sua CPI. Como foi citado, já esclareceu a questão das promessas: o que foi prometido foi cumprido, que foi pedir ao Ministério para entrar no programa de proteção.

Mas, com relação à acusação de pessoas que não estavam envolvidas, se você se sentisse protegido ficaria mais à vontade, você informa que é uma indução, está certo?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foi que te induziu?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eu acabei de dizer que foi desse jeito que começou essa CPI, votava-se e se colocava a pessoa protegida se deixava a pessoa à vontade. É como estou lhe dizendo, para entrar nesse serviço de proteção fazíamos qualquer coisa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como era o esquema de Santa Inês?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Como assim?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você conhece Santa Inês?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que acontecia lá? O bando se reunia lá? Como era?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como você conhece Santa Inês.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Santa Inês conheço de comprar e vender lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você comprava e vendia carga roubada?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, carro. Eu não comprava carro roubado. Eu comprava e vendia carro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Do seguro?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Você disse que se reuniu várias com o Bel, com o Joaquim Lauristo, com o Delegado Luís Moura e com a Gabina. Onde vocês se reuniam?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eu disse que me reunia com eles? É o que estou acabando de dizer para os senhores, tudo eu dizia, vinha na minha cabeça e eu dizia que me reunia até com uma cúpula. Eu dizia que havia uma organização total, que era muita coisa, havia muita gente grande, havia deputados, vereadores, prefeitos, delegados, etc. É como estou lhe dizendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há coisas que você disse e foi confirmada depois. Que você abriu a boca e as pessoas foram ver e era aquilo. Então não adianta você desdizer o que já não adianta falar mais por que ficou claro. A questão do bando do Bel...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Acabei de dizer aqui para os senhores que eu participei, estou dizendo aqui que participava do bando do Bel. Estou acabando de dizer aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E Joaquim Lauristo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Deputado, V. Ex^a me permite? Estou até um pouco revoltado, porque estive agora conversando com o Dr. Cotrim, e soube que há pessoas trabalhando para que depoimentos modifiquem, com promessas de dinheiro, os depoimentos que fizeram anteriormente. E vão pagar caro por isso. O Dr. Cotrim já está trabalhando no caso, já tem a fita, vai fazer as apurações e os cana-lhas têm que respeitar esta CPI.

Se vocês mentirem, vão responder criminalmente pela troca depoimento quando faltaram com a verdade, ou na primeira ou nesta vez. Vou chamar o Jorge Méres ao final a fim de fazer uma acusação e confirmar ou não os depoimentos anteriores.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você já tem vários depoimentos e as coisas estão muito claras. O importante não é o fato de você dizer e desdizer, mas o fato de que foram comprovados. Quer dizer, depois, outros depoimentos foram casados, foram montando as peças e fechou. O seu depoimento é um pedaço do bicho, entendeu? Não é o bicho inteiro. Depois de ter rabo de leão, dente de leão, juba de leão, pata de leão, bafo de leão, o que é? É leão. Você contribuiu com o bafo. Agora, esse bafo não é um bafo; é um perfume. Não adianta dizer que é perfume; é bafo de leão. Tem o jeito do bicho. É isso que precisamos esclarecer. Você se reuniu, às vezes, com o Bel e com Joaquim Lauristo, não se reuniu?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - É o que estou lhe dizendo, acabei de citar aqui. Eu fazia parte do bando do Bel. Acabei de dizer aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o Joaquim Lauristo estava junto?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Nunca esteve junto, nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não se encontraram nenhuma vez?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Não, não, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nenhumavez?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É aqui que você começa a entrar pelo cano e depois não vai entender por que vai indo mais para o fundo da cadeia...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Eu já estou preso, senhor. Eu tenho que falar o que é o certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que é o certo. E você falava antes o certo também. Você sempre está certo.

Qual é o seu relacionamento com Joaquim Lauristo?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Aproximação com ele?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o seu relacionamento, qual é sua relação com ele?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Não, não tenho relação nenhuma com ele, não. Só que ele conhecia Bel. O que eu sei é que ele era amigo de Bel. Conhecia Bel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E você não conhecia ele?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Eu fazia parte do bando, ele conhecia o Bel. Agora eu nunca vi ele com... É o que estou lhe dizendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que você resolveu agora proteger o Joaquim Lauristo? O que houve?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Não, num tô... É o que eu tô...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você está tirando ele fora.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Não, eu...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você se recusa a dizer de forma clara. Você dando a entender que Joaquim Lauristo fazia parte do bando, mas você não quer dizer isso. Porque se ele era amigo do Bel, e o Bel era um bando e você estava no bando. Quem estava no bando do bando era, não é isso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Não, é que estou lhe dizendo. O que eu sabia, tudo era através de Bel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá, e aí você sabia do Bel o que do Joaquim?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Não, o que eu sei é isso que estou dizendo, que era amigo dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era amigo dele?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Tanto é que uma vez eu tive até... Fui pegar um carro de Bel que estava na mão de Lauristo. E eu levei esse carro para Belém.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o carro era roubado?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Era, era carro com carta de fiel depositário.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E essa carta...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Isso já tem em depoimento meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, está tudo bem. Essa carta de fiel depositário quem tinha assinado?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Também era a mesma pessoa. A primeira carta de fiel depositário que peguei foi essa no nome desse doutor, desse meretíssimo, que foi essa do Dr. Ribamar Reuler e a segunda foi essa que foi para Rondônia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o carro, que carro era?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Um Apolo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um Apolo?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E carga roubada?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Carga roubada tem depoimentos meus. Aqui eu cito que uma vez presenciei o Bel, o Jota trazer uma carreta que vinha de Imperatriz, e essa carga foi vendida na... para esse armazém do João Paulo; era gêneros alimentícios, fubá, aquela farinha de milho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Cláudio Jingnis?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – O Cláudio Jingnis fazia a ponte para vender a carga, para passar as cargas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fazia o intermediário?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – O intermediário.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é que entrava o Emetério?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sobre o Emetério Webá, o que eu sei é que a história era que ele tinha a fazenda dele e o Cláudio Jingnis levava as carretas para lá para descarregar, por que era o cunhado dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era o ponto de referência?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Aveny?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – O Aveny é o que estou lhe dizendo. Eu soube, através de Bel que o Bel vendeu para ele essas duas cargas de cerveja.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acompanhou. E o outro Prefeito, o Juscelino?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – O Juscelino Resende é como estou lhe dizendo. O Bel falou que tinha vendido para ele uma carga de eletrodoméstico. O que eu sei é isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fale-me de um caso específico de um roubo de cargas que conheça, que não seja esse do milho.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eu sei que era madeira também, quando vinha carregada de madeira. Eu só sei disso: que ele pegava e era ele que fazia a ponte...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem pegava?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – O Cláudio Jingnis. Pegava as carretas e certo local era entrada para descarregar para...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Certo local? Onde?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – É o que estou lhe dizendo. Na época, o Bel falava que era para ir para uma fazenda ou um sítio desse cunhado do Cláudio Jingnis.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que é o Emetério Webá?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí, a madeira era descarregada lá?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Uma vez, houve um assalto de uma carreta azul, que era de uma empresa, a Sucesso.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor. Essa carreta aí foi em 1997, foram presas até duas carretas na época. O Jota que estava com elas. Essa carreta estava com um trator de esteira em cima e estava sendo levada para Fortaleza, para o Ceará, para Canindé. Aí, foram presas as duas carretas. Era uma Volvo 340, que tinha sido roubada aqui em Buriticupu, e a outra era a carreta da Sucesso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem tinha roubado?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Agora, essa carreta aí é como vai ser dito aqui. Na época, foi armado para pegar, porque tinha um Prefeito do interior de lá que estava querendo comprar um trator de esteira. Aí, foi armado para pegar essa carreta azul que estava com esse trator. Aí, pegamos, foi pega e levada para Fortaleza para vender.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi vendido em Fortaleza?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, não foi, não, porque eles passaram dentro da obra da empresa. A carreta estava vindo para São Luís e retornando no rumo do Ceará. Aí, passaram dentro de uma obra da empresa em Piriá, em Teresina...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Reconheceram?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Reconheceram e deram o alar me para o dono da empresa e o dono da empresa localizou antes de ser entregue.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você disse: “pegamos a carreta”. Pegamos, quem?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Foi, porque essa aí eu não nego. Essa aí, eu estava em situação difícil na época. Eu não nego. Se eu ganhar um processo, não tem problema. Hoje eu estou dizendo isso aqui, porque hoje eu não tenho mais proteção nenhuma. Eu estou falando aqui... Outro processo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não. Está certo.

Pegaram a carreta. Você e quem?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Foi pegado com o grupo. O Bel, todo o grupo foi pegado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas quem é o grupo? O Bel?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – O Bel, o Cláudio Jingnis.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Cláudio Jingnis.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Isso. O Jota.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Jota.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Joaquim Lauristo?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tinha orientação dele?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor. Em meu depoimento, o senhor pode olhar que não tem nada disso. Pode olhar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Veja se reconhece.

(Pausa.)

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Essa aqui é minha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse é um depoimento feito na Justiça para o Promotor, na Delegacia de Homicídios.

Leia em voz alta isso aqui.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, é o que estou dizendo aqui. Tudo, eu dizia. Eu acabei de dizer para eles aqui que a promessa era tão grande que o que eu poderia dizer?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então você segue uma linha...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixa eu seguir, então, na carreta. A carreta foi assaltada, roubada a carreta por esse grupo aí.

Depois, quem foi dirigindo a carreta?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Era Jota e “Faro Fino”.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse que o proprietário da carreta a recuperou. Onde prenderam a carreta?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Prenderam em Canindé.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem estava na carreta?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Estava Jota, estava “Bel”. Estava o pessoal esperando para vir receber o dinheiro e entregar a carreta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E eles foram presos?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Foi preso o Jota e o “Faro Fino”, na época.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Os outros foram embora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Jota, como ele saiu?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Depois de um mês ele saiu. Foi pago o Advogado e ele saiu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o “Faro Fino”?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Os dois saíram depois de um mês?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É engraçado. Você confirma tudo e agora tira Joaquim Lauristo do meio disso.

Você dizia que ganhou confiança do Joaquim Lauristo. Joaquim Lauristo uma vez não te abasteceu com armas?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é o que você diz. “Que adquiriu a confiança de Lauristo, quando este deu-lhe algumas armas pesadas para que guardasse”.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Me mostre a minha assinatura aí, moço. Eu não falei isso, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É a cópia do seu depoimento aqui. Eu vou te mostrar. É a cópia do seu depoimento.

“Que participou do assalto de uma carreta azul que era da Sucesso; que uma ou trapessa que estava envolvida no assalto de uma carreta era o “Capixaba”.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – “Que foi preso junto com o filho quando estavam descarregando uma carrada de cigarros em um depósito lá em Bacabal”.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor. Nunca dei esse... O que o senhor está lendo é

o meu depoimento? Me mostre uma assinatura minha aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Calma que nós vamos lhe mostrar.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Isso aí, eu nunca falei em Bacabal.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você está saindo fora...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não. O senhor está dizendo uma coisa aí... Eu penso que esse depoimento que ele acabou de me mostrar, o Dr. Romeu Tuma, eu reconheci a minha assinatura...

O SR. POMPEO DE MATTOS – A metade está dizendo... a carreta azul, foi feito um assalto, não foi feito?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, não é...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não... Agora que eu estou dizendo para vocês. Hoje eu estou dando um depoimento, eu não estou com negócio de proteção alguma. O que vai acontecer? Duzentos e noventa e nove processos vão vir para cima de mim de novo.

Então, eu estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a proteção é física. Não é para proteger dos processos. Quanto a isso, o Promotor vai fazer um acordo com você, dentro do que você colabora, a lei permite no esclarecimento e no alcance do crime organizado, da quadrilha, então você terá os benefícios da lei.

Agora, a proteção à testemunha, não sei se foi oferecido ou se você aceitou a proteção...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eu aceitei, mas nunca veio...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Então, o compromisso...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eu aceitei, mas nunca veio. Fui protegido por dois juizes federais e por duas CPIs e nunca tive nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não recebeu a proteção oficial do Ministério da Justiça?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E houve o compromisso da CPI?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Houve. O senhor...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Aí é da...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Do crime organizado. A mesma coisa que está aqui, que foi da CPI do Narcotráfico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso fica registrado, eu vou verificar...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aliás, Sr. Presidente, eu quero aqui fazer um registro dentro do que ele está dizendo. Não adianta querermos tapar o sol com a peneira. Houve algumas falhas. Temos de dizer muito claramente. Houve algumas falhas, nós temos de cobrar do Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É nossa obrigação. Temos de cobrar e exigir. Eles têm de cumprir o que a lei diz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Claro. É bom, inclusive, que o Carlinhos diga isso porque isso também nos abastece da razão. Você está dizendo, temos conhecimento, não é a primeira vez.

É verdade que há uns quantos que tiveram a proteção, funcionou e a proteção está funcionando, mas digo que está funcionando a meia-boca. Houve casos em que não funcionou.

Não adianta querermos esconder, tapar o sol com a peneira. Para se curar a doença, tem de se reconhecer o sintoma. Então, sabemos que há alguns problemas, e a CPI tem a obrigação de verificar e cobrar, porque não é a CPI que dá a proteção. Como não é a CPI da Assembléia, não é a CPI do Narcotráfico e nem tampouco é a CPI do Roubado de Carga. Também pouco é o juiz que dá.

Reconhecemos e solicitamos em função do reconhecimento. O juiz solicita, o juiz estadual ou federal. O Presidente da CPI estadual...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Foi juiz federal. Tenho aqui a cópia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem dá a proteção, quem a obrigação de dar a proteção é o Governo Federal, por meio de uma lei chamada Programa de Proteção à Testemunha, que é executada pelo Ministério da Justiça, só que reconheço que há algumas coisas que não estão funcionando. Então, a tua denúncia é importante para nós. Agora, isso não te exime da responsabilidade das coisas que tu fizeste. É bom tu esclareceres o máximo possível até para podermos avançar. E isso vai te dar mais legitimidade para que possamos cobrar lá, e eles possam reverter esse quadro e te dar a proteção de que tu estavas reclamando. Tu tens razão nisso. Agora, tu tens que colaborar, informando corretamente as coisas, e não mudando o depoimento, simplesmente porque está bravo com a questão da proteção de testemunha.

Vamos nos juntar a ti na busca dessa proteção, mas precisamos da tua colaboração, no sentido de esclarecer as coisas que estão aí ainda em dúvida, especialmente no que diz respeito ao Joaquim Lauristo e aos prefeitos.

Tu falaste que o Aveny, que é do Prefeito do Amapá do Maranhão, vendia, comprava mercadoria. E como é que ele pagava?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, isso aí já vim a saber depois, já aqui na CPI, que era com cheque.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ficou sabendo depois?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Já, depois, no outro grupo já.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É importante esclarecer. Mas tu ficaste sabendo isso.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Foi, foi, era com cheque. Era dele, que ele pagava e recebia a carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem te contou?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Na época, Bel me falou, e aí, depois, comprovei que também esteve aqui um pessoal que também a mesma denúncia já outra, já em 1997, que venderam parece que carga de cimento e outras coisas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só um esclarecimento. Permita-me Deputado?

Você sabia que ele comprava carga roubada.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não sabia a forma de pagamento.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só ficou esclarecida a forma de pagamento.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só para ficar claro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E tu deste um detalhe, ainda, que tu ficaste sabendo, inclusive de onde esse pessoal trocava cheque que recebia do Aveny.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – O Bel trocava numa empresa em Santa Inês. Um rapaz que trocava lá com o nome Nono.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Exatamente. É tudo isso que está no teu depoimento. Porque o que

tenho aqui, tenho aqui cópia do teu depoimento. Não é o depoimento integral, é o relatório do teu depoimento, os pontos principais. Isto aqui, está tudo aqui. A única coisa que está aqui, e que tu estás negando é que o Joaquim Lauristo tu estás tirando fora. É curioso!

E temos informações que vão chegando à CPI de que há boi na linha, há linha cruzada aí. E a CPI vai checar. É isso o que não queremos, porque pode ficar ruim para ti. E é curioso. Tudo o que está aqui tu estás confirmando em relação a Avenor, em relação a Carioca, em relação ao Cláudio Jignis.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eu nunca tive nenhum envolvimento com o Joaquim Lauristo, não posso te dizer que estava envolvido. O que estou dizendo é que eu fazia parte do grupo do Bel e que o Bel era amigo de Lauristo. Mas não estou dizendo que sou amigo dele. Que eu fazia transação com ele, que eu vendia alguma coisa daí que eu não vendia. O senhor pode procurar que não digo isso. E o Bel fazia. É o que estou dizendo. O senhor leia aí, porque está aí. O senhor não pode dizer que vendia se eu não vendia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe o que ele anotou aqui no relatório? Ele disse assim, que as reuniões para planejar esquemas eram realizadas no Restaurante Cheiro Verde. Sabe onde é o Cheiro Verde?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor. É o que estou-lhe dizendo, é o que estou-lhe dizendo, se reunia, mas com quem? Com o Bel. Bel me falava, é isso o que estou dizendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sei. Tudo bem! Mas só que tu dizias que o Joaquim Lauristo ia junto. Agora, tu estás tirando o Joaquim Lauristo. Esse é o detalhe que prestei muita atenção.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, acho que ele não tirou. Ele está dizendo que sabe da participação, só que a relação dele é com o Bel, e não com ele.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Entendi, mas o Joaquim Lauristo participava lá no Cheiro Verde.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor. É isso o que estou dizendo, que o Bel me falava que tinha reunião....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não está tirando, ele está colocando que não era ligado a ele, mas ao Bel.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – E não posso dizer que vendia nada de Lauristo, ou alguma coisa, porque não...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tu disseste, num determinado momento, que adquiriu a confiança de Joaquim Lauristo, quando este lhe entregou algumas armas pesadas para que guardasse.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Senhor, não posso dizer isso, porque não. O que falei foi que, na casa dele, na época em que estive lá, tem o meu depoimento aí, via algumas armas numa estante.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na casa de quem?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – De Lauristo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, tu estiveste na casa de Lauristo?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Na época em que fui pegar o carro lá, o veículo Apolo, que era de Bel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E que era roubado também?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Era o mesmo esquadro do carro do fiel depositário. Eu falei, está aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, o lance do seguro que rouba, quer dizer, nem rouba, é vendido o carro.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – É vendido pelo proprietário do carro dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você lembra que tipo de armas que você viu? Eram armas pesadas?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor, vi numa estante assim, tipo de colecionador. Eram essas pistolas. Foram duas ou três armas que vi só.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não eram desativadas. Elas funcionavam?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor. Eram assim novinhas mesmo, coisa igual de colecionador numa instante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Poderiam ser usadas tranquilamente.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu falaste que o Bel era um... Quem era o chefe do Bel? O que tu achas? O Bel não agia por si só. Tinha alguém que comandava ele.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Isso é bem como eu estava lhe dizendo, era a comando de Bel, tudo seguia o comando de Bel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu seguias o comando de Bel, mas tu tinhas conhecimento de que o Bel não era o chefe-geral, não era a cabeça pensante do processo. Tinha alguém acima dele ou não?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Isso eu não sei informar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe informar quem era.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Devia ter, mas o que eu sei era dele, Bel mesmo e tudo era ele. Não era só eu, tinha várias pessoas que ele comandava, então eu seguia...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E tu disseste no teu depoimento que o Bel alimentava alguns policiais e delegados com dinheiro. Ele distribuía dinheiro para ter a proteção. Ele comprava a proteção.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Mas aí foi o que eu lhe disse: eu também sabia, mas não posso dizer afirmar no mes, é o que eu digo. Pode procurar em todos os depoimentos meus, nunca falei nome nem citei nome de ninguém. Sei que ele tinha a influência de policiais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, tu citaste nome, sim. Eu vou lembrar para ti.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Ah, esse depoimento que o senhor tem aí foi na CPI do Narcotráfico ou é depoimento igual...

O SR. POMPEO DE MATTOS – É um dos depoimentos que tu deste, porque aqui tenho misturados vários depoimentos, mas são palavras tuas. Eu não conheço ninguém desta gente aqui. Então, eu não vou inventar. Se tu disseste se é este ou aquele, não sei qual é. Diga o que tu ias dizer.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, era porque na época eu citei alguns nomes, tipo Jimi Cliff, uma coisa assim...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem mais? Jimi Cliff...

O SR. OSCAR ANDRADE – Melhore a lembrança dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, eu quero que ele lembre. Eu não vou dizer para ti lembrar mais de uns dois ou três... Jimi Cliff e quem mais?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Era o que ele dizia. Tudo eu sabia através dele. Eu não posso dizer que ele....

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então vou recordar e tu vais me confirmar. O Comissário Edmundo?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Jakson.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Negro Sobrinho.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Esse também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Negrão.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Era. Tinha também o Jakson. Já está aí, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Samuel.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Serginho. Dele tu te recordas. O Curió. Não ias esquecer do Curió Negro.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – É, o Nego Curió também. Esse é policial civil que o senhor está dizendo, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. E o Dr. Sebastião Justino.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor, não falei esse nome não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não? E o Delegado Pinheiro?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas foram os nomes que tu disseste aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não te nhareceio. Se quiser fazer depoimentos sigilosamente aqui, também concordaremos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Delegado Almir Macedo.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor. O que eu conheço do Delegado Almir Macedo foi daquele depoimento que falei aqui, que foi para uma pessoa que na época me convidou para... mas eu citei em depoimento para participar, e eu não quis.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para matar o Delegado Estênio?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não. Não foi para matar o Delegado Estênio não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu ficaste sabendo antes da morte do Delegado Estênio, você que sabia antes dele morrer que ele iria morrer?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Do Delegado Estênio?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É, tu declaraste isso já. Não é nenhum crime saber.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está um pouco amedrontado? Quer fazer um depoimento sigiloso? Estou sentindo a sua angústia de a palavra ficar na garganta. Já tem no depoimento, não há por que negar. Está constrangido?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, não estou não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Preocupado? Receio?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor está angustiado, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sua expressão é clara. A mudança de fisionomia, de comportamento, está muito clara. Quando se falou em nome de policiais, o senhor mudou completamente a expressão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabemos, Carlinhos, já disse que não existe esse esquema de quadrilha, que chamo de crime organizado, sem ter polícia no meio. É muito difícil, os maus policiais estão envolvidos. Sempre há. Isso é claro, e a Polícia sabe como age, até por que quem faz um, faz dois, faz quatro, faz várias ações dessa natureza. A Polícia tem pleno conhecimento, sem sombra de dúvida, e para que a Polícia não aja, tem que haver um acobertamento.

Precisamos esclarecer isso, porque é importante para nós. Não vamos desbaratar as quadrilhas do roubo de cargas, absolutamente nenhuma. Fica tudo igual como era antes se nós prendermos você, se nós prendermos o Jota, o Jorge Méres, o Cláudio Jignis, ainda que seja preso o Hemetério Webá, ainda que seja preso o Aveny, enfim, o Juscelino Rezende, podem prender todos. Se não chegarmos à Polícia, que sustenta o processo, e aos receptadores, não adianta. Isso é uma cadeia, é um processo. O crime organizado é segmentado. A Polícia responde por uma parte, o motorista por outra, aquele que as salta por outra, aquele que é o vendedor, o intermediário, que era o papel do Cláudio Jignis, por outra, aquele que recepta por outra e aquele que revende por outra.

O senhor sabe melhor do que nós. Então, responda-me: o que tem a ver esse Delegado?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – O que sei disso já está na Justiça. Tanto é que já dei depoimentos do caso Estênio, mas não sei se estão apu-

rando o caso Estênio ou se estão apurando roubo de cargas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É que anda tudo junto. É o mesmo bando.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – O que sei é que o Delegado Estênio tinha a irmã de Bel e houve até uma época, na litorânea, em que ele bateu em Bel, e Bel tinha muita raiva dele. Isso é o que estou dizendo para vocês. No dia que ele arrumasse dinheiro, ele ia mandar matar o Delegado Estênio, por causa de uma carreta de eletrodoméstico que foi roubada. Não participei. Estou lhe dizendo porque foi contado. Essa carreta foi presa com negócio de fogão com a carga roubada, e quem prendeu essa carreta foi o Delegado Estênio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi presa aí onde?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Essa carreta foi presa na casa do Chico Caíca. Não foi na casa, numa garagem anexa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei, do lado. Mas que era dele também?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sei se tem do Chico Caíca. Essa história do fogão, quem levou lá foi o Jorge Méres, não foi?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Isso, foi ele mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Recordo-me da história. O Jorge Méres levou lá, o Chico Caíca, no fim, estava envolvido, e o Delegado Estênio prendeu a carga.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não sei. É como estou lhe dizendo. Não sei disso. Não posso dizer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A pergunta que estou lhe fazendo ...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – É, foi presa lá. O Jorge Méres deixou essa carreta lá e essa carreta foi presa lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso já sabemos, está esclarecido. O Jorge também esclareceu, você, o Jota, todos falaram, mas você disse que, em função dessa inimizade do Bel com o Delegado Estênio e da sua amizade com o Bel, você ficou sabendo antes do que ia acontecer.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você chegou a ser convidado a participar?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Cheguei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E qual foi a sua participação?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Isso aqui não nego. Estou aqui e tenho que responder pelo o que é. Nos meus depoimentos já citei e vou falar aqui de novo, porque não tem mais. Já fui até condenado por causa desse crime.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então, deixe bem claro quem é quem.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - É o que estou lhe dizendo. Tem que ser dito e bem esclarecido, porque não tive oportunidade de ir a juízo. A primeira vez que fui em juízo, eu contei a história que era para ser contada e já tem outra história.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então, conte-me a história verdadeira. Não é estória, tem que ser com "h", é história.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - É o que estou lhe dizendo. Eu falo em juízo. Vou falar para o juiz.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Você vai falar...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Sim, senhor. Em juízo, eu falo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Você não quer falar isso aqui.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas é uma oportunidade que você tinha de passar a limpo tudo isso.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Eu sei, mas vou falar em juízo

O SR. POMPEO DE MATTOS - De passar a limpo, de dizer bem certo o que é. De repente, possa contribuir para você mesmo. Contar a verdade, como foi, porque a CPI...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Ele pode não querer responder, mas o senhor pode fazer as questões, registrará as questões e a falta de resposta dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas ele vai colaborar, tenho certeza de que ele vai colaborar. Estamos investigando, na verdade, o roubo de cargas, só que a quadrilha do roubo de cargas foi a quadrilha que matou o delegado Estênio, e a CPI do Narcotráfico levantou tudo aquilo. Tu lembra? Levantou tudo, o envolvimento do Chico Caíca, o José Gerardo, o morte do bando do Bel, a morte do delegado Estênio, aquelas mortes dos assessores do Caíca, que ele

mandava matar e matava quem mandou matar. Enfim, todos aqueles episódios ali. A CPI levantou tudo, só que ficaram alguns rescaldos, e nós queríamos passar a limpo isso, deixar assim bem claro. Não tem por que não deixar claro, e você é uma peça-chave nesse processo.

E outra, vai vir aqui o Joaquim Lauristo, que nunca de pôs, pelo menos em CPI. Houve três CPIs, esta é a terceira, e, em duas, ele não depôs; tu depuseste nas duas, ele em nenhuma, porque ele estava foragido. Ele vai vir hoje. Então queremos esclarecer porque sabemos, independentemente de tu admitires ou não, que o Joaquim Lauristo estava no meio desse processo. O Joaquim Lauristo era o comandante, era o mandante; ele fugiu, foi o primeiro a dar no pé. Aliás, é o único que se deu bem até então, agora que foi pego. Os outros todos ou morreram ou foram presos, caçados, quer dizer, e ele é que estava escapando do lombo liso, e tu sabes de tudo isso. Eu diria que ninguém sabe mais e melhor do que você, e você podia-nos contar.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Vou falar em juízo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tu não queres falar sobre isso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eu vi assim que tu ficaste muito angustiado e...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Olha, vou pedir o seguinte: já que ele não quer, se quiser levantar as questões, nós as registraremos na ata e suspenderemos isso, porque ele resolveu não colaborar mais, não responder e está dentro do seu legítimo direito.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Só queria deixar registrado então, Sr. Presidente, que, quando questionado na direção da morte do delegado Estênio...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Aliás, podemos acompanhar a expressão dele e é uma resposta; o silêncio e a expressão já é uma resposta.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eu senti e vi - que ro de deixar esse registro - que deu um choque nele, que até achei que ele ia chorar. Achei isso. Deu assim uma espécie de arrependimento, uma coisa assim dessa natureza. Eu sei, ele pensava da família dele, nas coisas dele. Pensa na questão do Delegado Estênio. Acho que não está passado a limpo isso, e precisamos passar a limpo, a CPI quer passar a limpo. Então quero deixar registrado isso. E aí ele teve a ânsia de

falar e isso significou que ele quer admitir que a história não é essa que está contada, que tem uma outra história, e que ele sabe de toda a história. Ele disse que vai contar essa história que ele sabe, que não é a história que foi contada, em juízo. É isso que está dizendo?

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – O senhor já respondeu o processo, está em andamento?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor, já respondi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tu vais falar de novo em juízo?

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Qual é a expectativa? O juiz vai chamá-lo outra vez com base em algum recurso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor, agora, vai ser todas as pessoas, porque já tem mais pessoas presas, e agora vai ser o julgamento de todos.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Então nós faremos uma recomendação ao juiz competente para que o chame urgentemente, porque o senhor tem algo a revelar que vai colaborar com os esclarecimentos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que podem ser importantes. Aliás, tu podias pensar porque a CPI vai ficar três dias aqui. Podes refletir, voltar atrás e dar esse depoimento. Tu vais dar a maior colaboração, vai ser o fato mais relevante. Quem sabe até essa tua colaboração pode aliviar um pouco a caneta do juiz, porque o juiz é que tem a caneta para dar a definição final, pode aliviar a caneta, porque a pena, no teu caso crime qualificado, de 12 a 30 anos, pode ser 12, pode ser 30. Tu foste condenado a quanto?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eu não matei ninguém, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foste condenado a quanto?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Eu fui condenado como tinha matado o delegado e nunca matei ninguém.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tu foste condenado a quantos anos?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Fui condenado a primeira vez a 19 anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é. É uma coisa que tu podes colaborar, esclarecer. Tu sabes a verdade, dizer quem matou, dizer como aconteceu tim-tim por tim-tim. Quer dizer, no detalhe, isso vai colaborar para ti. Dos teus 19 anos, daqui a pouco pode ser 10, pode ser 8 e pode até nem ser, mas quem tem

que dizer isso, quem está com a palavra és tu, o segredo é teu, não vais levar esse segredo para o fundo da cadeia e nem para o fundo do caixão.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – O grande problema é o seguinte: segurar a bronca, se segura até que o peso total não fique sobre você. Então, você tem responsabilidade em uma dose que você sabe qual é; não pode deixar de dividir com aqueles que participaram com você do crime.

Se você acha que é importante não ser numa audiência pública, hoje, amanhã ou depois de amanhã, poderánostelefonar, pedir uma reunião reservada e terá toda a garantia, e me comprometo aqui que a Lei de Proteção às Testemunhas que tenho aqui e posso entregar... O senhor é o advogado dele? O senhor está sem advogado aqui?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Estou, senhor.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Nós poderíamos... Ele poderia ser o dativo aqui. Mas você pode levar cópia da proteção especial a vítimas, a testemunhas e a depoentes especiais. Leia com calma, troque idéias.

Você tem família?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Aqui, não.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Tem filhos?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Tenho, mas não estão aqui, não. Estão em outro Estado.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Não, não... Tem ou não tem? Não estou...

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Tenho, tenho.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Tem amor por eles?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Tenho.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Merecem o seu respeito?

Então, se você for ficar 20 anos na cadeia, é melhor ficar metade ou menos da metade, para voltar ao convívio deles.

Ou se desligou totalmente da família?

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Sentimentalmente, como é que você se sente, perante toda essa situação e afastado da sua família?(Pausa.)

Isso aí não lhe dá nenhum constrangimento em responder. É questão de foro íntimo, de pensamento até cristão.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – O que eu tenho a dizer é que já foi prometido muitas coisas para mim, e, até hoje, nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Olhe, eu lhe prometo, porque, se precisar e não cumprirem, eu mesmo fico do seu lado, para lhe dar garania, permanentemente. Deixo os meus afazeres.

Acho que, moralmente, quem se compromete tem que buscar o cumprimento daquilo que foi realmente acordado e exigir o cumprimento da lei. Tenho feito isso como Ministro da Justiça e, as vezes que pedi, que são poucas, que a pessoa precisa realmente, merece, porque o seu compromisso é ajudar o esclarecimento e a diminuição de determinados crimes que prejudicam a economia do Brasil e têm prejudicado e matado muita gente inocente.

Já é uma questão de consciência. Se colaborar, tem todos os direitos que a lei impõe às autoridades que a cumprem. Então, fica claro que não deixaremos de cumprir, porque vamos exigir, e, caso contrário, tem que ser punido quem deixa de cumprir o que a lei determina.

Dessa forma, se em nada mais você pode colaborar, então vou suspender a sessão. E poderá entrar em contato conosco a hora em que você achar por bem e que queira, realmente, se unir à sua família.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós nos comprometemos a trazer sua família para cá, para que você tenha, e ela passará também a ter, a proteção da Justiça.

O SR. CARLOS ANTÔNIO MAIA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Faço um requerimento, Sr. Presidente, para que o Carlos possa ficar hoje o dia inteiro com a CPI aqui e só volte à noite. Daqui a pouco nós podemos solicitar a ele, que poderá colaborar até mesmo com uma acareação, se necessário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Então, eu pediria, se possível, à Administração da Câmara o fornecimento de alimentação e que ele possa ficar em um local... Acho que isso já está...

Muito obrigado, Presidente. Agradeço, e pediria... Pense um pouco na família, sua e daqueles que são vítimas do crime organizado.

Por favor, a escolta.

Vou suspender a sessão para que se possa tomar um lanche. E o primeiro depoimento, a pedido do presidiário Jota, José João Soares Costa, será secreto. Em razão até de uma ocorrência que nos foi revelada agora pela Gerência de Segurança Pública, será secreto e, posteriormente, poderá haver um período aberto. Alerto que seguiremos os trabalhos logo após esse lanche, com uma sessão secreta na presença do presidiário.

Agradeço, temporariamente, e dou por suspensa a sessão pelo período de uma hora.

(Suspende-se a reunião)

SESSÃO SECRETA

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria desculpas a todos, mas é necessário para se atender o pedido do depoente, que estas sessões sejam secretas.

(Intervenções feitas fora do microfone)

O SR. OSCAR ANDRADE – (Fora do microfone) ...para os Anais da CPI, para ficar gravado.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Conheço bem isso. Sei, porque tem que ficar registrado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas com toda segurança, porque não tem perigo.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Já tive certos problemas mesmo aqui no Maranhão por causa disso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor estava sob proteção de testemunhas?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Fui colocado, tenho documento, mas nunca recebi nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria que anotasse tudo isso porque é o segundo que diz estava sob proteção e que realmente não teve nenhum atendimento.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Esse doutor esteve comigo na penitenciária e falei para ele que não vi nha, só vim hoje por que o Dr. Coutinho pediu que viesse e respeito muito ele. Não sei se alguém sabe, mas acho que já conversaram com o Dr. Coutinho...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tanto é que alguns Deputados pediram para ficar e eu disse que não poderia. Ele já me mostrou inclusive a conversa que tiveram e...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Toda a semana aparecem advogados e outras pessoas que podem chegar a mim, por que desiste dos que estão aqui, todos eles, o único que nunca voltou atrás em nada fui eu. Fui o único que disse onde estavam todos esses ladrões que estão presos, tenho todos os relatórios. Sou o tipo do cara que faço tudo no papel e

mostro e quando fui preso fiz os relatórios e disse quem eram os ladrões de banco, de carro, de carreta, compradores etc. Jorge Méres está em tal lugar, manda prender; fulano está em tal lugar e manda prender...Mande prender todos eles.

Fui eu quem chamou o Dr. Coutrim porque vivo no Maranhão há muitos anos e sempre fui um cara conhecido, nunca vivi roubando ninguém, nunca vivi... tenho homicídio, mas o cara que matei fez bem à justiça, por que não valia nada e era ladrão sem-vergonha. Fiz tudo isso porque queria desbaratar simplesmente José Gerardo, Joaquim Lauristo e alguns delegados safados que existiam dentro do Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Policiais?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqueles que você perguntou para o Mota são os mesmos.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – O Dr. esteve aqui na época e conversou comigo e viu o que fiz aqui, to das as pessoas viram. Só que na época fizemos campanha política para eles aqui e todos foram eleitos e os que não foram eleitos foram reeleitos: Emetério, Juscelino e Aveny Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles são receptadores ou faziam parte das quadrilhas? Eles só recebiam a mercadoria ou faziam parte da estrutura?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Recebi-am. Dr. Romeu, o senhor já foi delegado de polícia e sabe como funciona esse sistema. É o seguinte: qualquer pessoa que tenha participação é conivente, então faz parte da quadrilha.

O SR. – (Inaudível. Intervenção feita fora do microfone)

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Juscelino, Aveny. Não, Emetério... Comigo pelo menos ele nunca fez negócio. O único negócio que eu falei de Emetério foi a transação da droga dele, que eu vi, entendeu? Cláudio Jignis, este fazia tudo, que é cunhado dele.

O SR. – (Inaudível)

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Que Carlinhos? (Pausa.) Carlinhos faziam parte da gangue.

O SR. – (Inaudível)

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Sabe qual é o problema? Vou explicar para o senhor, porque o problema é que eu e esse pessoal, a gente não conversa. Tenho contato com o Dr. Coutim todo dia, na hora em que eu quero, porque na penitenciária existem dois delegados. Até hoje – podem chamar o Dr. Coutrim e perguntar – continuo ajudando eles. Se

eles precisam de uma coisa e eu sei onde está, eu digo, como eu falei naquela época que iria provar para Almir Macedo – eu disse bem aqui, ele até le vantou para me bater – que ele era ladrão e safado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu dissesse para quem?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Para Almir Macedo, bem aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, o delegado?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Aquele delegado. Fucei, tirei dinheiro do meu bolso, paguei uma pessoa para ir descobrir onde estavam Genésio e Silvestre, que eram os dois caras que eu sabia que tinham assaltado o carro-forte junto com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só para confirmar, o Sr. é José João Soares Costa?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – O Jota, isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade, 41 anos.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – 41 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Casado?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Última residência, Av. Augusto Montenegro?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Esse endereço bem aí já não existe mais, só que continuo dando esse endereço por que não posso dizer o endereço onde minha família está morando hoje em dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão, comerciante, não é?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor se importa em assinar o compromisso de dizer a verdade?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, senhor.

Então falei para Almir que ele era ladrão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E tu chamaste quem?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Descobri aonde estavam os dois caras que roubaram, chamei o Dr. Coutrim e pedi para mandar prender os dois caras, que testemunharam. Só que Almir Macedo está comprando as pessoas, José Geraldo está comprando.

Tenho uma fita gravada, que gravei antes de ontem, de um cara tentando me subornar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é o cara?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Um outro safado que tem aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem dois presos...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Um foi quem fez a intermediação para pegar molele, porque ele tem o mal de dizer as coisas e depois inverte para fazer jogada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é preso?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Preso, mas ele é ligado a esse pessoal.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele te ofereceu o quê?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Ele me ofereceu dinheiro para desmentir essa história, só que o meu problematodo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O objetivo era proteger quem?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – O problema aqui é proteger José Geraldo, Joaquim Lauristo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Principalmente o Zé Geraldo?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Principalmente o Zé Gerardo. Zé Gerardo, para quem... Cáica é um mané.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O advogado que procurou essa intermediação é do Zé Geraldo?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Já teve várias propostas, já teve várias ameaças aqui, já teve... Aqui a gente tem muitos problemas, doutor, muitos problemas mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você acha que o depoimento desses dois que estiveram hoje aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Mota.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Maia. Carlinhos era...

O SR. OSCAR ANDRADE – Carlinhos e o sargento.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Aquele sargento é outro maluco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O sargento não vale muito...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Tudo é ameaça, tudo é...

O SR. – (Inaudível. Intervenção fora do microfone)

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, não é nem grana. É ameaça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ameaça de morte. O rapaz ficou branco, gelado quando ele fez umas perguntas...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – O Carlinhos foi um cara que sempre ajudou. Vou contar aqui para vocês porque acho que só tem homem de confiança dentro desta sala.

Quando eu comecei a fazer todos os relatórios dizendo quem eram as pessoas e tudo, eu precisava de mais duas pessoas para confirmar comigo, o senhor está entendendo? Chamei e disse: olha, Dr. Coutim, o Jorge Méres está em tal lugar, assim, assim, assim.

Então, a Justiça precisaria de Jorge Méres, porque Jorge Méres conhecia toda a estrutura.

O SR. – (Inaudível. Intervenção fora do microfone)

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, aqui quem conhecia era eu, porque ele veio de lá, veio lá do Chichito para cá, para trabalhar com o Bel, mais o José Gerardo. O Chichito é um cara que mora do outro lado, entendeu? Então, ele veio de lá para poder ... Então, eu precisava do Jorge Méres. Quando cheguei disse: compadre, olha – eu o chamo de compadre -, o problema é o seguinte, você sabe que eu não aceito injustiça de ninguém, de maneira nenhuma, só se for Deus para eu deixar passar batido, porque se não for, corro atrás.

Quando armaram para matar o outro Delegado aqui, tirei à força, porque o cara era um cara sério, o cara era meu amigo, independente de saber quem eu era ou deixava de ser. Ele sabia que eu tinha matado um cara em Pinheiro, mas ele não sabia que eu mexia com algumas coisas erradas.

O SR. – (Intervenção fora do microfone)

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não é outro. Aí eu tirei à força, não aceitei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Já haviam matado o Estênio?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, ainda não. Era porque esse cara estava perturbando na região de Santa Ignês, o cara era Delegado de Santa Ignês.

Eu chamei e disse: olha, se mexerem com esse cara, eu compro a briga. Compro a briga pelo seguinte: o cara está fazendo o serviço dele, o direito de vocês simplesmente é evitar, que cada um faça a sua

parte, ladrão para lá, polícia para lá. Cada um para o seu lado. Só que não aceitaram e mandei outro pessoal avisar. Avisa para esse cara que estão armando para matá-lo.

Ajeitaram, tiraram o cara de lá e tal e ele assumiu a delegacia, que era esse Almir Macedo. Ainda cheguei uma vez a dizer: ra paz, se você mexer com o Norman - é o Norman -, se você mexer com o Norman, qualquer coisa que acontecer com ele, mata toda a sua família, não tem quem te livre se você fizer isso.

O cara está fazendo o serviço dele, conheço o cara desde criança, o cara é lá da minha cidade. Então, não vou aceitar você fazer um tipo de coisa dessa. Por que você não mata Brandão, Luís Moura, esses caras que são da mesma laia sua? Tem que matar esses caras.

Aí eles tiraram o Norman de lá, mandaram para outra cidade e ficou tudo bem.

Então, foi na época em que carregaram essa carreta em São Paulo, que era uma carreta que Bel tinha quente, e descarregaram aqui em São Luís.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com o produto roubado?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não, o produto não era roubado, simplesmente foi desviado, depois pegaram a carreta e colocaram dentro da garagem de Chico Caíca. O produto já tinha sido vendido. Fogão e ventilador, dako e não sei o que mais.

Então, pegaram e fizeram isso. Depois, um ex-policia, que mandaram matar também, pegou e contou para o Estênio. Quem contou, quem viu a carreta foi um tal de Louro, pegou e disse para um cara chamado Jorge Falador, que é um ex-policia, ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um ex-policia, porquemataram também, não é?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Contaram para ele; ele pegou e contou para o Estênio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era o informante do Estênio?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - – Isso, os dois, tanto o ex-policia como o Louro. Contaram para Estênio. Estênio vai e prende a carreta e faz aquela zoada maior do mundo. Está na garagem de um deputado. Fez aquela maior zoada e prenderam, à época, Silvério, prenderam Jorge Méres, que era o piloto da carreta. Sei que foram liberados por falta de provas.

Aí Estênio começou a perseguir Bel, Chico Caíca e o José Gerardo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E depois o anterior é o Maia?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Maia?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, como é que chama?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - – É o Carlinhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Carlinhos. O Carlinhos disse aqui que o Bel começou a montar o esquema para matar o Estênio, por causa dessa apreensão da carreta.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - – Positivo. Foi por isso mesmo. Cortando, rapidamente. Um dos caras que nunca era para ter deixa de dar apoio, porque Carlinhos não tem a cabeça que eu tenho, era um cara como o Carlinhos. Eles abandonaram o Carlinhos naquele quartel, entendeu? Então, a pessoa... tem um negócio, o seguinte, a Justiça é boa, mas não apóia; a bandidagem é ruim, mas apóia. É a única diferença entre os dois.

Por isso é que está havendo certos problemas. Este rapaz, o Lisboa, era ex-policia, era delegado nomeado de uma cidade. Esse cara falou tanta coisa, porque ele sabia e sabe de muita coisa. Não apoiaram o cara. Sabem o que aconteceu? Ele desfez tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hoje ele me deu até uma carta...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Ameaçaram esse rapaz, fizeram sacanagem com ele. Ele quer ajudar mas está com medo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele quer ajudar, mas está com medo, então deixou uma carta para mim.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - A Justiça tem que ver esse lado. Nem todo mundo quer viver o resto da vida sendo bandido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem tem família...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E daí? Continue.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Aí começou a perseguição e começou a arapuca para matar o Estênio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí o bando do Bel... Por que o pessoal diz bando do Bel?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Porque era muita gente mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos mais ou menos?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - De Davi para baixo, tudo era do bando dele. Bel ficou um cara muito conhecido. Bel, na época, quando eu era menino, ganhou a primeira vaquejada com 14 anos de idade, foi o campeão dos campeões do Estado. Tudo isso patrocinado por um cara chamado finado Assis Pinto. Depois que Assis Pinto morreu, Davi Alves Silva tomou conta dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Davi era de Imperatriz. Foi prefeito. Foi a primeira operação que eu fiz na Polícia Federal.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Foi um dos caras mais bravos que já andou neste Maranhão para matar gente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era ladrão de carro. O Davi era importante.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - É mais bravo que um siri na lata. Armaram na arapuca, mataram-no e até hoje ficou por isso mesmo. A gente não pode falar, porque se falar morre.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi o bando do Bel que o matou.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Que bando de Bel! Foi o outro lado. Dentro deste Maranhão, doutor, tem muita história. Eu sou filho daqui e estou com quarenta e um anos. Aqui há histórias cabeludas e das quais até Deus duvida.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi outro time que o matou?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Sim. Armaram uma arapucazinha, mataram-no para tirá-lo de rota.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Começaram também a mostrar que ele tinha envolvimento político com muita gente.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Foi o cunhado que o matou. O pessoal diz isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O cunhado assumiu que matou?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Como é que defunto assume alguma coisa, doutor? O senhor já viu defunto assumir alguma coisa?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O cunhado do dele morreu também?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Claro, na mesma hora.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Vou continuar. O Bel ganhou a vaquejada, ficou famoso, teve o apoio do Davi, o Davi morreu...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Antes de o Davi morrer era Davi, Joaquim, José Geraldo,

Chico Caíca, aquela casinha, aquela muvuca. O Bel ficou no meio de todos eles porque ele fazia... Não, ele mandava fazer todo o tipo de serviço sujo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Bel era o intermediário entre eles e o bando?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Os dois menores que faziam a intermediação de tudo que não prestava chamavam-se Bel e Joaquim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Joaquim Lauristo?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Sim. Joaquim Lauristo, José Geraldo, Davi e assim sucessivamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o José Geraldo e o Davi, quando vivo, estavam acima do Joaquim?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Positivo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Joaquim era um cara novo na época, não era?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Acho que o Joaquim é mais velho que eu uns seis anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas devia ter vinte e poucos anos nessa época.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Era nessa faixa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Essa era a hierarquia. O Bel ganhou fama por executar ações que os outros determinavam?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Positivo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o bando do Bel fez? Quantos ele matou? Você tem uma idéia?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não dá para conferir. Só vou contar-lhe uma história. Todas as pessoas, até hoje, de 74 para cá, que mexeram com o Zé Geraldo só está vivo um cara que está numa cadeira de rodas, que não morreu porque o cara atirava mal, e uma mulher que tem a metade da cara como o Frankstein, porque o cartucho não pres-tava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E você.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - E eu porque não deu certo para ele não porque eu....

O SR. POMPEO DE MATTOS – O juiz queria soltá-lo para que fosse morto.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Para me matarem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O de sem barba dor chamou-o em sua casa, mataram o Estênio, des-

cobriram quem matou, prenderam o bando, inclusive ele.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Fomos presos eu e minha esposa. Escapei pela culatra. Você já viu falar que alguém escapa pela culatra? Eu escapei pela culatra.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Pegaram o bando e o levaram para dar um depoimento não sei onde, a 400 quilômetros daqui. Um juiz os chamou para dar o depoimento e pediu do delegado Macedo, esse sem-vergonha.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Só que eu tinha saído um dia antes.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O juiz foi na delegacia e bateu à máquina a ordem de transferência de todos os presos para Santa Luzia do Tide. Aí transferiram todos os presos para lá e, no caminho, mataram todos eles. E não sei porque cargas d'água, este aqui ...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Sai um dia antes, por sorte, porque tinha dinheiro na época. Gastei 60 mil reais.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Aí ele saiu da prisão, não foi junto. Mataram todos. Aí te prenderam de novo, não é?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Prenderam muito tempo depois.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O juiz te chamou, o desembargador...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Foi, mas só que não colou mais.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas ele te chamou na casa dele?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Quem ele chamou na casa dele foi o outro, foi o Joaquim, mas já chamaram para o esquema mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas ele não ofereceu uma vez para ti sair se pegasse fulano, beltrano?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não, eles mandaram soltar o Carlinhos e ele não saiu. Para você ter uma idéia, o alvará chegou para Carlinhos lá no quartel. Chegou o alvará e o Carlinhos, que estava bem aqui, não aceitou. Achou que era uma armação. Já tinham matado todos. E o Carlinhos, no dia em que foi para Santa Luzia, arrumou-se para ir e um dos caras disse: não, Carlinhos, tu não vai não. É só os quatro aqui. Está faltando só o Jota, mais a mulher dele. Para você ter uma idéia, eles não sabiam que eu tinha sido solto e eu era fugitivo do Maranhão, fugi daqui em 1988 por causa de um homicídio. Agora, para

você ter uma idéia de como funcionam tão bem as coisas dentro deste Estado do Maranhão, vou lhe contar. Esse juiz eu denunciei na época. Conte o fato, o que aconteceu. O José Ribamar Reuler, filho da juíza e daquele outro juiz. Só para você ver como funciona tudo bonitinho aqui, no Maranhão.

A minha comarca é Pinheiro. Fui condenado a 18 anos, faltam 6 meses para completar meus 6 anos, porque o meu crime é de 1985. Digam onde o cara é juiz agora? Eu não tenho direito a uma saída temporária, não tenho direito a benefício nenhum, porque de lá não sai. Estou tentando tirar o meu processo de lá para colocar em São Luís para ver se sai alguma coisa. Meus processos já estão todos aqui, mas vão ter que voltar para lá porque fiz uma revisão desde agosto do ano passado e até hoje nunca soube a resposta. Mandou ver e desapareceu tudo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não pode jurisdicionar sobre ti porque ele é suspeito.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Dr. Coltrim, aquele cidadão que estava bem aqui esteve comigo na penitenciária, foi um dia em que eu estava aborrecido para caramba, falei que não vinha mais. O sobrenome do cara é Brandão, de um juiz aí. O sobrenome desse juiz de São Matheus é brandão também, o mesmo sobrenome do cara que denunciei também. O Brandão, aquele que era delegado regional na época, transferiu o Estênio de um lado para o outro, não quis o Estênio com ele. Se você ler os depoimentos como vieram no início, você verá que não tem um lugar onde não foi feita uma armação para matar Estênio. Já foi feita a armação de dentro da polícia. Como uma vez eu disse aqui, aqui não, eu lembro que disse para um juiz que me perguntou: Jota, você sabia que o Estênio ia morrer? E eu disse que sabia. Saber não é crime. Crime é participar. E por que você não me disse? E eu disse: você me dá liberdade para fazer uma pergunta? E ele disse: fi que à vontade. E eu disse: por que a polícia não disse?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Lá a polícia sabia tudo. Foi a polícia que armou.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - 70% da polícia do Maranhão sabia que o Estênio ia morrer. Agora eles vinham perguntar para mim? Eu era amigo de Bel, não era de Estênio. E eu disse: não tenho nada a ver com isso, meu amigo.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor participou?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não participei mas sabia. O primeiro cara que veio matar Estênio Mendonça aqui no Maranhão fui eu. Eu vim

aqui, ia fazer mesmo, estava aperreado, rebentado, precisando de dinheiro, minha filha doente e eu vim. Quando cheguei aqui, na reunião, tinha umas quinze pessoas, uns dois outros delegados, PM, Deputado e eu disse: meu amigo, isso aqui é muito difícil para matar um cara desses, você não vai achar nunca para matar ninguém aqui não, porque desse jeito ... o tanto de gente que sai do ... todo mundo da capital vai matar o cara, a hora que terminou de matar não vão presos porque vocês comandam, mas o cara que for pego morre. Todas as pessoas, José Gerardo, Joaquim e Davi mandaram matar, morreram. Os matadores morrem todos.

Fiz uma revogação de prisão preventiva para esse juiz, em São Mateus, então ele fez o seguinte... Eu não tenho advogado, não tenho condições de pagar, então eu faço as minhas coisas. Eu mesmo peço a um advogado amigo meu ou como esse aqui, que foi o Dr. Bicaú, que é um advogado da Penitenciária de Pedrinhas. Ele pegou e fez. Eu mandei para lá. A minha participação... por isso que eu digo, tem horas que a gente... todo o homem tem um momento de burrice, a minha foi nesse dia. Tentando ajudar as pessoas para desvendar meio mundo de crime, que eu não deveria ter me metido nisso, eu peguei e contei a verdadeira história. Para terem uma idéia... Ninguém sabia quem estava fazendo as maracutaias por trás. Todo mundo... Ninguém é burro. Então, se você já fez alguma coisa junto comigo, ou o senhor, ou o senhor, nós quatro sabemos os detalhes da história.

O SR. – Inaudível.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Positivo.

O SR. – Inaudível.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - -- Detalhe do depoimento... **(inaudível)** Não sei quantas pessoas foram presas aqui, todas as pessoas me acusaram. Eu era quem roubava carreta, eu era quem matava não sei quem, eu que ... e eu estou quietinho lá, só vendo a rebordosa. Depois eu comecei, porque o ruim é eu me aborrecer com a história. Eu digo, rapaz, eu vou logo encarar essa parada aí, porque assim eu logo desmascaro esse cara.

Comecei depoimento por depoimento. Se esse depoimento era o seu, eu lia, a história era eu saber se você estava falando a verdade ou não, aí eu lia tudinho. Eu sentava você falou isso e isso de mim, você está mentindo. Os dois promotores, o procurador, embora desvendar **(inaudível)** desvendei todas essas pessoas que contaram a história errada e aí eu tentei ajeitar. Alguns não falavam. Tentamos fazer vá-

rias vezes com dois, mas não colou porque os caras eram muito bem orientados.

Então, esse foi um dos casos, o Carlinhos contou a história errada, mandei chamar, contei a história verdadeira, depois fui pego por uma precatória, fui responder lá com um juiz aqui, um tal de Dr. Ailson, Brandão também, todos os dois são Brandão. Fui lá, contei toda a história bonitinho, contei a minha participação, que eu nunca tinha contado, tinha inventado outra história na época, o negócio do roubo daquela carreta com o trator lá de São Mateus...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que foi preso o trator.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Isso, que foi para o prefeito de... estava o Máximo junto, não, que foi lá para Canindé, no Ceará, que nós fomos presos lá na época.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu, o Jorge Méres?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não, o Jorge Méres não estava nessa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem mais?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Era o Fala Fina, o Bel, o Cláudio Jignis, o Máximo, o Fernando, o Marcone e Naldo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas a maioria fugiu.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Só fomos presos eu e o Fala Fina.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E os dois saíram depois.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Isso, depois nós saímos numa boa. Então, contei a história e aí o juiz de São Mateus já tinha me dado uma preventiva e tal, tudo bem. Eu peguei e fiz a revogação da prisão preventiva e mandei para ele. Olhe o que ele mandou de volta para mim. Então, eu estou achando que esse cara tem problema pessoal comigo. A minha participação foi mínima nesse negócio.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Vou lhe perguntar um negócio. Eu não peguei bem a conversa porque eu estava ao telefone. Em relação ao juiz, porque olha só, já os depoentes anteriores a você fizeram menção ao juiz por que parece que ele dava um documento que passava a ser ...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Carta de fiel depositário.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Isso. Agora você falou inclusive que as pessoas estavam presas, o desembargador chamou esse juiz, que foi lá e deu um alvará de soltura para ser transferido para outro local?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não, deixa eu lhe explicar bem isso aí.

Estavam presos nós todos no quartel. Então saiu Joaquim, saiu eu e a minha esposa. Saímos nós três. Só que a imprensa, essas coisas, não souberam que a gente tinha sido solto. Nós fomos soltos à noite. O Joaquim foi solto uma hora, duas horas da manhã e eu fui solto onze da noite. Eu fui solto onze horas da noite com a minha esposa. Na mesma da hora, um avião de um amigo nosso foi e deixou a gente em Belém.

Uns oito dias depois da minha soltura, Almir Macedo, que é um delegado que tinha aqui no Maranhão – tinha por que ele não é mais delegado, mas está até preso aí – foi para Santa Inês. Ele primeiro armou aqui junto com Brandão, Luiz Moura, com todo mundo aqui armaram a casinha aqui - todo mundo poderoso, polícia, Luiz Moura, polícia não sei quantos anos aqui no Maranhão, Brandão, delegado-geral - pegou mandou fazer o seguinte: Almir foi para Santa Inês que era para ir até Santa Luzia do Tide, onde esse juiz era...

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Titular?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Era o juiz e de onde Bel tinha a comarca. Era a comarca de Bel, o problema dessa dita carreta que estava guardada na garagem do Caíca.

Deixa o senhor terminar de atender o telefone. (Pausa.)

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Fala Jota aí, continue.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Então, é o seguinte: Almir Macedo sai daqui para Santa Inês para ir até Santa Luzia do Tide. Só que quando ele chega na estrada, ele encontra o juiz. Não sei o que eles conversaram. Sei que voltaram para Santa Inês, o juiz foi na delegacia onde Almir era delegado, lá em Santa Inês, lá ele bateu o ofício autorizando a ida dos presos daqui para Santa Luzia.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – A transferência dos presos?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Entendeu? Só que eles foram até lá no Fórum, só que não voltaram para cá no quartel.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Olha só o seguinte: mas esse documento de fiel depositário, quem dava esse documento? É o tal mesmo? Você sabe?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não vou dizer para o senhor que ele dava porque nunca vi ele assinando, por que eu gosto de dizer as coisas que eu vejo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Está certo.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Agora, que eu fui uma vez na frente do Fórum, pode ter sido até a faxineira que assinou e botou o carimbo dele, mas que eu fui lá mais Bel buscar a carta de fiel depositário, eu fui. Só não foi para mim que entregaram, porque eu fiquei dentro do carro. Bel foi lá e pegou lá na mão de um cara, que não conheço o cara.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Agora esse negócio do pessoal foi morto, o senhor não acha que isso foi queima de arquivo?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Mas claro que foi. Vou dizer uma coisa aqui: se eles tivessem conseguido matar eu e o Jorge Méres, ou talvez eu, por exemplo, se eles tivessem conseguido matar, essa história tinha ficado por aí mesmo, porque tentaram demais, só que nunca conseguiram.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – O senhor acha que o juiz sabia que esse negócio estava armado ou... de repente, ele assinou lá a transferência sem saber. Você não acha que, por exemplo, já tinha uma coisa armada e não sabia da trama ou, de repente, ele não estava bem ciente da história? Só estou perguntando assim, fala o que você acha.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Eu acho que ele sabia. Para ser sincero, não vou acusá-lo, digo o que penso. Acho que ele sabia, porque eu, como juiz ou delegado ou como qualquer pessoa, com autoridade suficiente para fazer uma transferência de presos, jamais faria isso, principalmente com uma escolta igual aquela.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para assinar tem que ter...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - E por que ele não foi lá no fórum pegar um papel bonitinho, pega um chamex qual quer, bate lá numa...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você diz para escutar o bando do Bel? Ele fez dentro da delegacia, a pedido ao delegado. Como é que um juiz...

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Ele sabia, no mínimo foi omissão.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Foi como eu disse para Almir Macedo e outros que estavam escutando. Ele disse, uma vez que discutimos na corregedoria, tu não prova...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Já ouvimos o juiz aqui...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Já. Nós discutimos... Eu encarei os dezessete policiais, eu encarei ele lá. Ele veio me chamar de safado, eu disse: tá, concordo contigo que sou safado, mas tem

uma diferença muitogrande entre eu e tu. Eu posso até ser um safado, mas não sou um safado fresco. Sou safadohomem paracaramba. Tenho coragemde dizer o que fui e assumir. Eu dis se para o Almir, ou tro dia. Ele disse: tu não tem como provar que eu matei Bel. Eu dis se: Eu te nho. Aco i sa mais fácil do mun do é pro var que tu ma tou o Bel, tu com o teu ban do. É só tu me provar o contrário, que não foi tu. Me mostrar quem foi que tirou o Santana lá de dentro da delega cia, provar para mim que não foi tu quem deu o Fiat para Cristino, e Cristino vendeu para Carlinhos, Carli nhos vendeu para Jorge Gabi no, e Jorge Gabi no, que ninguém viu dinheiro nessa história, porque o carro que matou Bel – por aí você tira – saiu de lá. Eu tenho prova e tenho documento para fazer isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem mandou matar foi Joaquim Lauristo?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Foi to dos eles.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas quem exe cutou?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Quem matou, na época, foi Cabo Cruz, mas Zé Julho, por que todo tempo, até hoje, eles botam Ismael no meio. Eu não vou di zer Isma el esta va ou Isma el não esta va. Pelo seguinte, eu não estava aqui. Sabia de toda ar umação. Sabia que o Cabo Cruz ia fazer e Carlinhos ia di rir gir. Não sa bia quem eram os outros que vi nham. Eu estou lá em Belém do Pará.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E nem quan do?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Eu sa bia que era... Quando eles disseram que estavatudo pronto para fazer, eu... fui embora.

O SR. – (Fora do microfone)

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Tem e muito.

Vou lhe dizer uma coisa bem aqui: no Pará é di fícil. Não sei se ainda tenho esse relatório guardado, porque geralmente eu gosto de... porque a ca be ça da gente não é nenhum disquete não, tem hora que a gen te tem que ver di re i ti nho para não errar. Fiz um re latório porque na época estava mais recente, eu não estava com ocupação igual tenho hoje. Fiz vários re latórios e juntando fulano com sicrano, Maranhão, Pará, Piauí, juntei várias pessoas. Esse relatório eu entreguei para o Dr. Coutrim, o outro acho que entre guei para o Dr. Ébio, ou não sei quem foi, da Federal. Não sei se ainda tenho. Mas tem um que faz, que jun ta José Ge rar do com o pes so al do Pará e tu di nho. Só que pas sou da que la pon te para lá já era. No Pará tem muita gente forte. Até hoje fico encabulado sabe com

o quê? Tem hora que me aborreço com Jorge Méres por causa disso, porque Jorge Méres nunca falou no Pará. Falou em to dos os Esta dos e não fa lou no Pará, por quê? Por que ele não falou no Pará? Ti nha von ta de de perguntar isso para ele, mas nun ca mais nos fa lamos...

O SR. - (Fora do microfone)

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não é dele, de algumas pessoas que ele fez alguma coisa. Só que não entendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos retomar aqui, porque o que queremos é pegar quem, quem já escapou... Joaquim Lauristo...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Esse não tem mais jeito não, está sentenciado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não está sen tenciado ainda.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Sen ten ciado que digo é o seguinte: esse não tem mais jeito para ele não, por que é di fícil de ma is para sair da qui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tem que consolidar bem. E outra coisa os prefeitos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sen ten ciado é o que ele está condenado à morte...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, condenado que digo é que ele não tem jeito de esca par. Contanto que ele seja julgado este ano, ele... O senhor quer que eu seja bem franco com o senhor? Eles têm mais um ano de cadeia para tirar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mais um ano de cadeia? Por quê?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – É. E eu um ano para viver, porque na hora que Roseana cair Coutrim cai...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estão tentando derrubar o Coutrim agora, não é?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Tem que ter uma pessoa... Olha, aconteceu aqui por cau sa desse homem bem aí. Tudo que aconteceu neste Maranhão aqui foi por causa desse homem bem aí, porque se fosse outra pessoa, eu jamais estava aqui conversando com vocês, não estava preso, já tinha me ido embora, porque já tinha fugido faz é tempo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Também con cordo contigo nisso. Mas vamos pegar então dados específicos do Emetério, que tu sabes.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – O Eme té rio é só ne gó cio de car ga, de.... O Eme té rio não tem negócio de carga não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe. E aquela história do roubo do dinheiro lá do hospital?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Quem sabe dessa história direitinho, porque participou junto com ele é um tal de Lisboa, que está bem aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é o Lisboa diz que desconfia dele, mas não...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Ele sabe da história todinha. O problema é o medo que esse pessoal tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Cláudio Jignis, tu já disseste que ele era ... de tudo.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Isso, positivo, ele que fazia toda a maracutaia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De todos aí quem está mais envolvido e que está solto é ele, eu acho, é o que resta, não é?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Tem um cara chamado Laudenir, tem um cara chamado Claudenir, Wladimir, tem um cara chamado Laudenir, estão todos soltos.

Não, Claudenir é o ..., porque são três nomes parecidos. Laudenir, Claudenir, que é o japonês, e o Wladimir, que é lá de Santa Helena.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o Claudenir não está preso, o japonês?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Claudenir está, mas ele não mexeu com roubo de carga não; ele pegou umas notinhas fiscais para vender umas carguinhas.

O SR. – (Fora do microfone)

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, os compradores. Eram receptadores. Era um tal de Roxo, Viana, Domingos, Juscelino Rezende e Aveny.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E a empresa Lusitânia?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Acho que está tendo confusão nesse negócio aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você acha que não tem nada a ver.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Está tendo alguma confusão. Eu gosto de explicar, digo para o senhor: nunca se acusa as coisas sem a gente ter certeza. Vou explicar bem aqui. Vou dizer para vocês o que sei sobre o que acho que envolveu o nome da Lusitânia; não estou dizendo que eles são inocentes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, é só para também não praticarmos injustiça, porque o duro é você ser injusto.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Bem aqui é um retorno. Para cá vem uma estradinha, aqui é uma rua, para cá vai outra, para cá vai outra. Bem aqui tem, não sei se alguém conhece... Tem alguém aqui que conhece São Luís?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem as fotos aqui. Paulo, você foi na Lusitânia?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – De delegacia metropolitana, sabe onde é? Bem aqui tem uma Metropolitana, concorda? Bem no retorno. Bem aqui tem um barzinho, que não sei o nome do bar. Bem aqui é a Lusitânia. É uma rede forte que tem aqui. Bem aqui nessa delegacia que tinha aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É essa aqui que é a delegacia que fica próxima?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – É, está aqui, bem aqui, está fácil. E o seguinte: bem aqui ao lado, bem aqui parece que é o barzinho, por aqui assim é o barzinho. Aqui atrás tem um, tipo um depósito, onde descarrega, aquele negócio. Então tem aquele patiozinho assim meio grande.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que guarda as cargas?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Que guarda as cargas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da Lusitânia ou..?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, calma aí, da Lusitânia, que é onde eles descarregam, que é a entrada do depósito deles, entendeu? Só que uma vez aconteceu o seguinte: nesta delegacia aqui trabalhava um tal de japonês, Jorge Gabino, não sei quem, uns outros policinhas ladrão. Tudo bandido. Quando é à noite aqui, não tem movimento na Lusitânia. E esse pátio dela aqui fica desocupado, tudo aberto. Uma vez foi passada uma carra da de cima de um caminhão para cima de outro caminhão no pátio dessa Lusitânia. É a única coisa que eu sei, acobertado por esses policiais daqui. Porque aqui não tinha suspeita, estava em frente a uma delegacia, sem problema nenhum, descarregaram.

Lembro que eu parei bem aqui, chamei Bel, que estava conversando com uns outros policiais, falei com ele, vi o caminhão descarregando e daí a pouco o caminhão foi embora.

O SR. – (Inaudível)

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Era Bel com o pessoal dele, e o caminhão estava descarregando bem aqui.

O SR. – (Inaudível)

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não, isso não. A única coisa que eu sei sobre o que envolve a Lusitânia é isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem é o gerente dessa unidade?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Eu não conheço nada aqui em São Luís. Se o senhor me perguntar, não conheço nada. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas a Lusitânia aparece em outro... Nesse fato mesmo?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Entendeu? É a única coisa que eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Como é que se chamam esses policiais? Japonês...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Japonês, Jorge Gabina... Eram os policiais da época que davam cobertura para...

O SR. OSCAR ANDRADE - Eles só usaram o pátio da...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Se teve alguma participação na mudança de um caminhão para o outro, foi do vigia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Do vigia, não é?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - É. Eu não me lembro, faz muito tempo. Foi em 96 ou em 97. Eu não sei, não vou dizer que... Agora, tem outro problema, porque aquele infeliz não fala.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Quem?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Aquele japonês. Eu não conheço muito bem São Luís, apesar de ser filho de Pinheiro. Eu fui uma vez, junto com esse japonês, no Armazém Paraíba. Eu fui, só que não é o Armazém Paraíba que compra. Vou explicar outra coisa, isso eu tenho certeza, porque eu fui com ele. Eu sei que é no centro o Armazém Paraíba. Quem comprava era o gerente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Armazém Paraíba. Ele aparece no...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Aparece, sim.

O SR. - Ele disse que foi na loja grande, que ele foi...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - É do João Claudino.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas aparece?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Mas não era a empresa que comprava; quem comprava era o gerente e não sei como ele fazia para botar no meio das... entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Só usa va o estabelecimento para fazer a lavagem da mercadoria e devia pôr no bolso.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Agora, tem outra loja grande aqui que as mercadorias... Diz Juscelino Resende, aquela foi vendida para Juscelino Resende, aquela foi para a loja desse rapaz. Agora, só quem pode lhe dizer quem é essa é um tal de Laudénir, porque eles são parentes. E não vou dizer porque eu não quero mais problema do que eu já arranjei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A loja é popular? Do Vice-Prefeito?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não sei não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim. Mas só pode ser.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Eu também acho, mas não posso dizer nada, porque achar não é ter certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS - (Inaudível)

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não. Vocês me conhecem, sabem que quando eu quero falar não tenho medo desses "babacas". Eu digo é mesmo, porque sei que era para eles. Eu não digo porque não quero mais problema, já estou tendo problemas demais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Nós já achamos essa loja, aí?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Popular.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não. A outra?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Armazém Paraíba, mas é o gerente.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - É o gerente, só que Laudénir, que é o japonês, sabe quem é o cara, porque fui um dia lá com ele, fiquei bem em frente, num bar, tomando uma cerveja quando ele foi lá.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Essa Loja Popular, que tipo de comércio é?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Eletrodoméstico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O japonês era o intermediário?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Do Armazém Paraíba, era.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A Popular é do Vice-Prefeito, não do atual, do anterior, o Juscelino.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Só para você ter uma idéia, a gente sabe até para que foi usado... que Juscelino andava comprando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas é o mesmo japonês daqui?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - É esse mesmo, o mesmo safado. Para pagamento de dívida política.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Quem?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - As cargas que Juscelino comprava.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como é o nome dele? Do Vice-Prefeito?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O Vice-Prefeito, eu tenho o nome dele aqui. O Vice-Prefeito é Osmar Pereira.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Osmar Pereira.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É o dono da Popular, é o Vice-Prefeito, e o Juscelino ficou devendo R\$1,5 milhão para ele, na campanha, e pagou R\$1,5 milhão com mercadorias roubadas. Dentre as mercadorias roubadas estão aquelas de um desses roubos. Foi tudo para a loja Popular.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Esse Aveny Pacheco - você pode ler os depoimentos - tem várias carradas de cerveja. Foi o cara mais cara-de-pau que vi na minha vida. Conversando com ele aqui, não foi doutor? Foi o cara mais cara-de-pau que vi na minha vida.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Negou tudo.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Entendeu?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Chorou?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - A gente contava detalhes de dentro da casa do cara, tudinho direitinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Você vivia na casa dele.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - E o cara tem a maior cara-de-pau, mas me afobei também nessa. Até que sou meio malandro para pegar os cabras sem vergonha. Geralmente armo uma arapuca para gravar a primeira conversa dele para, depois, chamar o cara para conversar. E, dessa vez, não aprontei essa com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas você deu os detalhes aquele dia aqui. Ficou claro, mas não sei por que a Justiça não o prendeu ainda.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Mas que ro ver se esse Laudénir vai... O único cara que estou com vontade de ficar de frente é ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O Laudénir é o ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É o que vem aí, não é? Não é o que o juiz vai apresentar agora?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - É um negão. É o testa-de-ferro do Juscelino Resende. Esses aí estão presos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele está preso?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não. Não o intimaram? Ele é o testa-de-ferro do Juscelino. A única coisa que tem para desmascarar Juscelino é esse cara.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Anote o nome dele: Laudénir...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Laudénir não sei de quê. Mas sei que é Laudénir.

Outro dia ele falou com um cara...

O SR. OSCAR ANDRADE - Onde ele mora?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Ele mora aqui em São Luís. Outro dia ele falou com um cara e perguntou onde eu estava. O cara falou que eu estava na penitenciária. Muita gente aqui não sabe onde estou. Só quem vai na penitenciária e me vê que sabe que estou lá. Entendeu? Eu emagreci muito. Viu como eu emagreci "pra caramba"?

O SR. OSCAR ANDRADE - Desse Laudénir você não tem outra informação para nos ajudar?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Toda a transação de ...

O SR. - (Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não. Só posso dizer mais tarde porque tenho que perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Diz para o Coutrim, porque voltaremos aqui.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Tem esse e tem o rapaz que desmascara... Eu quero ficar uma hora com esse negão. Quero desmascarar ele e outro cara, o Júnior. Ele e o outro entra de tabela. Está entendendo? É pilantra igual a ele.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem é ele?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - É outro cara aí.

O SR. OSCAR ANDRADE - Se encontrarmos o Laudénir amanhã, você vem?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, na hora que mandar... Só peço uma coisa, como disse: não quero fazer o que fizeram da outra vez. Foi muito problema para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Faremos de acordo com sua...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Foi muita coisa aqui. Moro em uma penitenciária com 991 presos, com mais um que chegou ontem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que família! Ali, se bobear...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Ali, se vacilar... Esse cara que gravei a conversa dele ontem, o ne gó cio do su bor no, mora na frente do meu pavilhão. Na hora que ele descobrir esse negócio, já vai ter problema dentro da cadeia. Você está entendendo? Já vai ter problema. Aqui são coisas que eu nunca vi em estado nenhum. Só se for juiz federal para dar autorização para o presomorar em um cela se ele não manda dentro da penitenciária. O serviço dele é setenciar e mandar o cara para a cadeia e lá colocam o cara onde quiserem. Só se o cara tiver alguma proteção ou curso superior para ter o direito.

Tenho um problema com um cara porque gosto de fazer as coisas por escrito. Mandei para um juiz federal, Dr. Nei Barros de Melo Filho, porque pegaram o cara uma vez e o colaram junto comigo. Era para eu morar sozinho e botaram o cara junto comigo. Mandei comunicar e ele mandou que separasse. Me tiraram do lugar e me colocaram em uma cela sozinho. Quando é agora, outro juiz manda o cara para o mesmo pavilhão que eu. Eu digo que a casa deveria informar por escrito que o cara não pode ficar no mesmo pavilhão que eu. Mas eles não fazem isso. Não estão preocupados com isso. Então, tenho que ficar rebolando sozinho. Qualquer coisa tenho que correr para o Dr. Coutrim. Agora, o Dr. Coutrim, com meio mundo de coisa para fazer, ainda fica escutando conversa de preso. Aí não tem condição. Entendeu?

Quando o Dr. Uchoa estava na penitenciária era tranquilo porque qualquer problema eu ia com o Dr. Uchoa que controlava. Mas, agora, vem outro delegado que não sabe de história nenhuma e ninguém vai ficar todo dia contando história para o cara, de caguetagem, de coisa nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para onde foi esse Dr. Uchoa?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Mandaram para Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Delegado? (Inaudível)

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, os dois que estão lá são bons também, só que o seguinte...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabem a história dele.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não sabe da história. Um que está lá agora, um que entrou novato sabe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pede para o Coutrim falar com ele.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, o Dr. Coutrim fala. Estive essa semana com o Dr. Coutrim na Secretaria e ele chamou o cara e conversou com o cara, porque trabalho lá em cima. Passo o dia, vou 8 horas da manhã e fico até as 5 da tarde, e às 5 da tarde desço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Trabalha onde?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Trabalho lá em cima no gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – (Inaudível)

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, estou... fui transferido agora, baixa de carga. Estou no setor de segurança e disciplina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está em prisão domiciliar, é isso?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Prisão albergue?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Aqui? Se tem aqui no Maranhão? Tem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, mas a dele não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, mas você o que tem?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, fui condenado a 18 anos. Faltam uns 7 meses para acabar a minha cadeia. Isso é cadeia desde 1986. Essa bronca aqui é o único problema que estou tendo é esse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, só sai para trabalhar autorizado.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Se eu saí? Se eu sair, morro em cinco minutos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele trabalha na penitenciária.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, na penitenciária. Pensei que fosse na Secretaria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando sair, você vai ter que sumir.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – É. Para você ver como funciona aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando sair, vai ter que ir para São Paulo.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu fiz...acho que falei...em agosto fiz uma revisão para ver se caía pelo menos uns quatro anos dessa pena. Não caiu nada e nem o processo se acha mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua condenação foi por quê?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Matei um cabra sem-vergonha que morava lá em Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Homicídio.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Agora, diz de onde partiu esse rapazinho.

Da turma do Zé Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi para defesa pessoal, para a defesa vida, não? Não dá para ser visto como defesa?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Mas foi legítima defesa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então. E o juiz não considerou?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – O juiz...(risos)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, mas digo, será que não levaram em conta? O juiz orienta.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – É, mas só que lá, na época, meu amigo, o juiz era da mesma casinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queria dar 30 anos.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Levei foi 18, entendeu? Para você ter uma idéia, ele me deu 18 anos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não provou isso, não?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não. Do jeito que fizeram não dá para provar mesmo não. Ninguém provava.

O SR. OSCAR ANDRADE – O cara foi te matar?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Três caras foram tentar me matar e eu matei um. E o cara fazia não sei quanto tempo tinha matado um casal de pessoas idosas para ficar com as terras. Andava matando gente para cima e para baixo. O cara era pistoleiro. Nunca tinha ido em uma delegacia nem para vi-

sitar um amigo. Nunca tinha ido em uma delegacia. Aí eles pegaram e me deram essa caneta da lá. Não, me prenderam primeiro. Me sacanearam e fiz de tudo para sair. Vendi na época tudo que tinha, mas não consegui sair. Aí comprei o polícia e rasguei fora. Fui embora. Mandaram atrás de mim. Contrataram um pistoleiro em Pernambuco e mandaram me matar lá no Pará. Mas não deram sorte também não. Dos três, foi embora outro.

Aí me pegaram, me prenderam. A Federal me prendeu na época, me trouxe para cá, me julgaram, me sentenciaram e me metaram na penitenciária.

Não conhecia um ladrão em minha vida. Fiquei pagando em uma penitenciária com 280 presos que vinha na época. Quando saí de lá conhecia tudinho. Sabia o que era maconha, sabia o que era cocaína, sabia o que era assalto, sabia... Tudo que não prestava já sabia. É, que lá é a escola do...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que o senhor não escreve um livro?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Faz como o José Bonfim. José Bonfim está lá preso, escreveu um livro e até o meu nome está nesse livro dele. Ele disse que livro de ladrão vende pouco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então só vamos retomar aqui só para a gente substanciar. Então o Hemeritério Webá não sabe. O Cláudio Jignis é tudo isso que tu disseste. O Aveny é o receptor de carga. O Juscelino é o comprador de carga, que inclusive vendia para o mercado popular.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Deixa eu explicar um negócio bem aqui. Esses caras todos, o envolvimento deles pelo seguinte, porque o cara que não quer uma participação direta em cima do negócio, quando o ladrão vai lá na casa dele, não dá dinheiro para o cabra pagar a despesa. Concorde?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – A mesma coisa fazia Juscelino, fazia Aveny.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dava o dinheiro para quem?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Para Bel, para o Cláudio Jignis, para esse pessoal que ia lá pegar dinheiro para despesas, essas coisas. Tudo eles davam dinheiro. Está aqui o dinheiro das despesas para vocês trabalharem, para abastecer, para comer, para fazer mais alguma coisa. Domingos fazia a mesma coisa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, o Resende era um esquema poderoso também? Quantas cargas tu achas que o Resende receitou?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Quem é Resende?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse Juscelino.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Juscelino Resende? Ah, ele recebeu umas, que eu saiba, que eu tenha certeza, ele recebeu uma. Agora, tiveram duas que foram roubadas antes. Só que eu não estavaneza. É claro que tem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor está falando na certeza.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Na certeza. Estou dizendo na certeza do que eu vi, estava lá e tal, compra de tudo... Você está entendendo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – E a história do cheque do... De quem que era, do Aveny ou Juscelino, que ele pagava com cheque?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Todos os dois pagavam com cheque.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas teve o Aveny, que deu problema com o cheque, duplicou o cheque, trocou o cheque.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Foi. Esse aí ele pagou já. Foi uma carrada. Eu vim saber depois. Mas eu soube da história todinha. Que ele deu para Carola, para Lisboa, para esse pessoal do dinheiro, dividiu, várias prestações. Porque esses caras, geralmente, eles não paga tudo num mote. Olha, Juscelino quando comprou essa carrada de eletrodoméstico, ele deu um Vectra, deu uma D-20, queria dar mais uma F-1000, F-4000, eu não lembro, e o resto deu um cheque de 20 mil, 15 mil, deu uns 30 mil em dinheiro e assim ficou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto é que valia essa carga? Duzentos mil?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Quatrocentos, foi vendido por 200. Duzentos e dez, parece, ou 215, uma coisa assim. Eu não me lembro direito mais não. Aqueles baúzão, carrega demais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Três eixos?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Dois eixos, porque para carregar eletrodoméstico são dois eixos.

O SR. OSCAR ANDRADE – É, porque é leve, não é?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – É leve.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É truck?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, aqueles baúzão de treze metros e sessenta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Baú. Baú.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, lá trás! Lá trás!

O SR. OSCAR ANDRADE – É bem comprida.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – É, treze metros e sessenta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cabe fogão demais ali.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Cabe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uns trezentos fogões.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, mas ali é geladeira...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, porque essa não veio geladeira, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi fogão e...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não também. Veio só...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não. Ventilador...?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não também. Veio televisão, vídeo-cassete...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais caro.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – ... aparelho de som. Veio só a nata mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – A nata, o mais caro.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – A de fogão foi a daqui, que foi fogão, ventilador...

O SR. OSCAR ANDRADE – Valia 400 mil a carga?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Valia 400 mil, 416 parece. Comprou por 215 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Carlinhos, que era do bando do Bel, ele também sabia que o Estênio ia morrer?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Sabia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Carlinhos não participou... porque o Carlinhos foi dar um depoimento aqui, ele começou a retirar o Joaquim Lauristo fora. E o Chico Caíca e o Zé Gerardo. Chegou a dizer que não conhecia o Joaquim Lauristo. Depois, quando eu apertei, apertei, comecei mostrar as contradições dele, deu um choque nele, achei que ele ia desmaiar. Começou meio a chorar. Deu um troço nele.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Hoje mesmo eu conversei com ele lá dentro, disse: Carlinhos, pede para ir para a penitenciária, porque, lá na penitenciária, o cara chegar para mexer com um fica difícil. Olha, eu pelo menostenho vários presos para ficar ligado em todo o movimento, de tudo que acontece.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso são teus parceiros, teus olheiros?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – São os olheiros. Eu coloco para vigiar a cadeia toda. Com cuidado, faz isso, faz aquilo... Tem aquelas pessoas que apóiam o que o cara fez. Porque tem muitos que não apóiam. Tem muitos que chamam o cara de safado, de alcagüete, não sei o quê e tal, porque ele é um safado, um vagabundo... entendeu? Então esse tipo. A mesma coisa como tem os policiais. Está entendendo? A mesma coisa que você tem nos policiais. Eu nunca saí daquela penitenciária com uma algema. Hoje, eu saio algemado e para tirar aqui foi preciso ele, bem aqui, lá mandar tirar a algema, porque se não não tinha tirado.

Porque assim como tem o.... tem o polícia que não gosta de uma sacanagem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, claro. Então aí eu quero dizer o seguinte: tu achas que ele está preso no quartel, não é?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Está no meio da nata todinha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Porque deu o troço nele quando eu comecei a perguntar de policiais para ele. Aí ele se transformou. Ele enlouqueceu.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – O senhor lembra o tanto de policiais que nós falamos aqui na época?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Pois foram aqueles policiais que eu comecei a falar para ele.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Foram presos uns, não foram?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Estão todos soltos, não tem nenhum preso. Todos estão soltos, trabalhando no quartel. Raciocine, o cara vai chegar aqui e vai tornar a dizer qualquer coisa de alguém? Ele não vai! Ele come da comida da PM. Eu não tomo um café que me dão na penitenciária, eu não como comida da penitenciária, não como nada. Eu faço a minha comida porque, se comer, morre.

Anteontem ou ontem, estava chegando uma carta lá... Só para lhe dar uma idéia, já foram presos, lá, R\$10.000,00 - parece que o doutor interceptou -, porque os caras iam me matar. Chamar os caras, desbaratamos o negócio e o doutor colocou para cá, colocou para ali e tal e coisa. Já houve várias tentativas e não conseguiram. Agora, saiu uma carta do Quartel para o Almir Macedo, tudo no esquema para arruinar uma transferência para ele ir para a penitenciária para poder me matar. Um ex-polícia ou um polí-

cia que está preso, já para ir para a penitenciária para poder me matar lá. Ontem ou anteontem - eu não tenho certeza porque soube agora de manhã, quando eu já ia saindo -, teve outra carta com uma proposta de R\$50.000,00 para me matar lá dentro. Agora, raciocinem comigo o seguinte....

O SR. POMPEO DE MATTOS - Você não tem cópia dessas cartas?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - As cartas estão todas guardadas, estão nas mãos dos delegados. Nós estamos abrindo um inquérito contra essa mesma gente. Essa carta chegou lá ontem, com uma proposta de R\$50.000,00.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A CPI não tem acesso a essas cópias?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não. Pode se dir, falar com o Dr. Coutrim. São R\$50.000,00 para me matarem lá dentro. Agora tem uma outra proposta: o cara chegou com um outro interno lá e disse: "São R\$50.000,00 para Jota desmentir tudo o que ele disse lá, tudo direitinho, porque vai cair uma mufufa." Esse cara chegou e me conta a história. E eu lhe disse: "Rapaz, é o seguinte: vamos arrumar um advogado aqui para depois não dizerem que nós estamos fazendo as coisas sozinho." Apesar de nós termos juiz lá dentro, mas não é bom comentar lá dentro para não vazar a história. Foi um advogado amigo nosso lá e falou: "Rapaz, é bom vocês comunicarem isto ao Dr. Bezerra e, depois, ao Dr. Coutrim." Foi o que ele fez. Foi lá e comunicou ao Dr. Bezerra e o Dr. Bezerra comunicou ao Dr. Coutinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O Advogado?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, o Diretor do presídio. Mandaram me chamar e eu vim e contei o que o cara tinha me contado, tanto que está no depoimento. Contei tudo direitinho e ele disse: "Rapaz, é o seguinte: esse cara lá é um tremendo pilantra. Temos que fazer o seguinte: gravar a conversa dele." Vamos dizer que aceitamos a história e vamos ver o que ele diz". Chamei o interno e disse: "Olhe, tu vai lá e diz a ele que a parada tá segura. Agora, vamos ver se vai sair dinheiro mesmo ou não sai."

Arrumamos a arapuca para ele, tudinho direitinho e ele caiu que nem uma paquinha - contou a história todinha e deu até o número do telefone e contou tudo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E disse o quem era?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Citou o nome. Aí, é o seguinte: está gravado e eu mandei entregar a fita para o Dr. Coutrim...

O SR. OSCAR ANDRADE - Ela está meio ruim para ouvir, não é?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Está mas dá para limpar. Eu, pelo menos, entendo tudinho. Não sei se era porque eu estava lá escutado a conversa, estava lá no meio. Mas dá para ouvir tudo direitinho. Agora, vem a história: o cara é condenado a 76 anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Esse que te ofereceu?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não, o cara que foi fazer a proposta. São 76 anos. Ele está doido para pegar um na ponta. Ele não mata qual quer um lá por R\$10.000,00. Ele não vai tirar 30 anos, de qual quer jeito, que dê 106 anos ou que dê 156 ou que dê 300? Não são os mesmos 30 que ele tem que tirar? Custa ele pegar uma faca lá e vup? Não custa a ele nadinha fazer isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E quem foi que ofereceu para ele?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - É para desmentir o depoimento do José Geraldo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas esta é a proposta que ele te fez?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Proposta que ele me fez.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E quem foi que encarregou ele dessa proposta?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Foi um advogado da turma lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Um advogado da turma?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Positivo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E quem é o advogado? Está ali na fita?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Rapaz, eu acho que está. Agora já, hoje pela manhã, já se soube que tem convivência com um funcionário da casa, lá da penitenciária. Aí fica difícil. É muito difícil você saber em quem confiar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Esse advogado que tem convivência ou é o preso?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - O advogado, o preso, todo mundo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o advogado queria que você amaciasse o José Geraldo?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Positivo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o Lauristo, não?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Todos os dois. Você quer saber o real da história?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Vou te contar um negócio bem aqui para você ver como funciona. Nós fomos depor na Federal, eu, Carlinhos, Jorge Méres, todo mundo. Um advogado chamado Pedro Calmon... Eles combinaram lá o seguinte: fazemos perguntas para Carlinhos, para Jorge Méres, para todas as testemunhas, menos para o Jota. Por que eles não perguntam para mim? Você sabe? Porque quem sabe sou eu. Sou o único cara que nunca tuteou num depoimento, nunca vacilei em nada.

O SR. OSCAR ANDRADE - E não lhe perguntaram?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não, eles fazem para mim duas ou três perguntas, depois colocam a mão em cima do meu ombro, me oferecem cigarro, "não, Jota, está tudo bem, nós sempre fomos amigos" e vão levando assim mesmo. Eu vou no embalo deles.

Está bem aqui: ele deu o meu depoimento como verdadeiro e o de Jorge Méres como falso.

Pedro Calmon, ele mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Foi ele quem te ofereceu dinheiro?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não. Ele que... Está bem aqui, no depoimento, que disse que o meu depoimento era verdadeiro e o de Jorge Méres era mentiroso.

O SR. OSCAR ANDRADE - "Após os depoimentos prestados pelas testemunhas José João Soares, ficou mais do que comprovado que o Sr. Jorge Méres mentiu em juízo, na..."

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Eu mandei consignar na mesma hora. Chamei o promotor e disse: eu quero que você consigne o que ele está acabando de dizer.

(Intervenções fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Teria mais alguma coisa a acrescentar?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Quem me conhece sabe que o que me perguntam, se eu puder ajudar, eu faço...

O SR. OSCAR ANDRADE - E vai ter muita coisa a acrescentar ainda, dentro da nossa...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - ... o que for preciso. Só não quero é a divulgação dessa história, porque chega, começa a prejudicar e estou prejudicado de mais. Vivo na situação mais difícil do mundo ali dentro daquela penitenciária, com o maior cuida-

do. A minha família tem que ficar se escondendo de um lado para o outro. Tenho bem aqui, onde me botaram no programa de proteção, nunca me chamaram para dizer: está bem contigo? Nunca. Tem uma carta que minha mulher mandou de Belém para mim e nunca recebi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós vamos reclamar.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Então fica difícil. Estou fazendo porque não gosto do que fizeram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da fita a imprensa tem um pouco de conhecimento, não sabe o que é nem nada, só que tem uma fita.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Da fita?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É, da gravação.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Ah, já ventilou. Quando eu chegar, já está inflamada a penitenciária.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não sabem nem o que é. Se vierem perguntar, foi uma pressão, tentativa de suborno para mudarem os depoimentos.

O SR. – (Inaudível)

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, então está bom. Não pode falar não, porque amanhã ele sai, amanhã esse interno está saindo. Estamos fazendo uma casinha para ver se pega ele junto com o advogado, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qualquer coisa, ligue para nós.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele vai permanecer aqui mais um tempo, agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, digo que ele ligue amanhã, porque à noite, quando chegar, se houver algum rolo, ele nos liga.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Rolo tem todo dia, doutor. Queria que o senhor sentasse para conversar com o Dr. Coutrim ou com o diretor da penitenciária, que sabem os problemas, as cartas que têm... Vou lhe dizer uma coisa bem aqui: sabe por que ainda não aconteceu nadinha aqui? Ainda não aconteceu porque nenhum levou uma caneta. Na hora em que levar, ele se desespera e começa a morrer gente. Você pode ter certeza absoluta disso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um desses caras, na hora em que tomar uma condenação...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eles estão mexendo em arapucas... E eles ainda não fize-

ram nadinha com nenhum dos meus filhos porque não sabem onde estão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde estão os nomes deles para ver se ele conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os seus filhos têm quantos anos?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – A minha filha mais nova hoje está fazendo seis anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor acha possível uma criança dessas...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Tenho que ficar escondendo as pessoas porque... Uma coisa que me chateia, na época aqui, o doutor estava aqui na época e ele viu. O que foi pro metido aqui nunca fizeram nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem algum documento sobre os compromissos?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Te nho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então dá para o Naurides porque vou reclamar.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Você sabe que aquela lei de proteção, se um juiz federal autoriza você ser colocado nela, tomadas as devidas providências, aquele é um documento. Não tem um documento mais sério que esse. Só que nunca foi cumprido nada.

Não conheço não.

Francisco Conceição, acho que conheço esse cara. Acho que sei quem é ele.

Caiu um cara com cargalá em Imperatriz agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está no jornal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu vi em Bacabal.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, é em Imperatriz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pegaram em Bacabal e levaram para Imperatriz. Pegaram a carga e levaram para Imperatriz. O juiz de Imperatriz vinha aqui, mas acho que está... acho que ele está com medo. Como ele se chama?

O SR. OSCAR ANDRADE – Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Fernando. Ele é o juiz lá. Ele não está mais na vara criminal. Ele diz que entrega todos os processos, me mostra tudo, mas não quer vir depor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele tem envolvimento com o negócio das cartas precatórias também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não. Nós só pedimos porque ele, há dois anos, deu uma

entrevista dizendo que era a polícia que estava envolvida em roubo.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – O senhor conhece muita gente no Pará?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Mas quem conhecia bem era o superintendente da Polícia Federal. Não me lembro.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – No Maranhão tinha sujeira, mas era mínima perto do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No Pará tenho ouvido umas histórias.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – O problema no Pará é o seguinte: no Pará tem que ser feita uma investigação. Eu, como sei todos os pilantras que tem ali... Para vocês verem como eu faço as coisas, mandei levantar até os prefixos dos aviões dos caras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você ajudaria a gente reservadamente.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu faço um relatório e mando para o senhor. Eu já fiz esse relatório juntando todo mundo para ver quem era e quem não era. Se fizer uma investigação em cima de tudo, cai igual quando você arruma o dominó e dá um empurrão nele.

Ontem mesmo eu falei com o Dr. Coutrim que eles andam atrás de não sei quanto tempo. E brinco com ele dizendo: não prende ram o cara por quê? Porque não sabia onde o cara estava. Então eu vou-lhe mandar o endereço para você mandar prender. E não sei se mandaram. Era um advogado, o cara é vereador e ninguém desconfia quem era o cara.

Se vocês conversassem com o Carlinhos direitinho... Ele ajudou muito. O problema é que ele está com medo. Eles ameaçam matar o cara todo dia. O cara está no mesmo lugar. Era para estar na penitenciária, onde estou. E eu moro sozinho. Por que lá, não mexem comigo. Enquanto eu estiver nesse local, não mexem, porque há um cara lá por quem os caras têm o maior respeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele te protege?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – O cara gosta de mim demais e é muito meu amigo. Os quatro caras mais respeitados dentro da cadeia são meus amigos e aprovaramo que eu fiz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estou achando que você é o mais respeitado.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Então, eles não mexem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para ter os quatro mais respeitados juntos.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Então, eles não mexem.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – E a minha comida quem faz sou eu mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero-lhe agradecer e dar por encerrado para ver se você almoça. Agradeço também a sua colaboração. Sem dúvida nenhuma, fica estabelecido aqui que você não está sendo atendido...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Só queria que me ajudassem nesse negócio, pelo menos me ajudassem nessa bronca de São Mateus que esse juiz..., entendeu? Eu tive a mínima participação. Ajudei, contei toda a verdade, já reafirmei um monte de coisas aqui, porque não tenho melhor para contar do que o gerente de segurança daqui, que é um homem sério, um homem que não mente. Tem os relatórios para comprovar tudo que já falei para eles, entendeu? E aquele juiz vai me "sacanear", ele vai querer me dar uma "canetada" só para eu não sair.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos falar com o Ministro da Justiça sobre a proteção a que você tem direito.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não estou preocupado com a proteção. Quero que me ajudem a sair, porque não tenho mais bronca para estar preso. Vou fazer seis anos de cadeia. Queriasó isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma hora dará certo. Obrigado.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Está bom. Foi um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se for necessário, se vier aquele camarada, se for localizado, depois pediremos a você que volte à Comissão. Como ele se chama?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Laudennir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Laudennir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Senador, certa hora, ele falou também que...

(INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – (...) da sessão secreta, porque eram de vital importância os dados que nos foram fornecidos pela testemunha, que nos justificou as razões do pedido de sessão secreta.

A CPI conseguiu dados importantíssimos para prosseguir as diligências e as apurações, melhorando agora o quadro e identificando melhor os envolvidos

no roubo de cargas com receptação, transporte e abrigo para as mercadorias roubadas. Por isso, o depoimento anterior foi muito importante.

Mantivemos o sigilo não só para atender ao pedido do depoente e garantir-lhe a sua segurança, mas para demonstrar a importância das investigações e a confirmação dos dados fornecidos.

O Dr. Fernando Mendonça, Juiz da 1ª Vara Criminal de Imperatriz, foi convidado a depor, visto que, em entrevista dada à imprensa, deu uma grande preocupação com o envolvimento de policiais nos esquemas do crime organizado.

O Presidente do Tribunal nos comunicou que chegou com atraso o ofício solicitando o comparecimento do Dr. Fernando a esta Comissão. No entanto, S. Ex^a comunicou o fato ao Juiz, que teve a gentileza de telefonar-me e de mandar um fax. O Desembargador Jorge Hachid Ubarak Maluf foi bastante gentil e comunicou-se com o Juiz Fernando Mendonça, pedindo-lhe que entrasse em contato conosco.

O Juiz informou-nos da distância de Imperatriz para cá e das dificuldades causadas pelas audiências de que terá de participar. Porém, colocou-se inteiramente à disposição da CPI para esclarecer, fornecer dados de inquéritos e tudo aquilo que possa colaborar conosco para o esclarecimento de todas as apurações da CPI. De forma que vamos marcar um encontro com ele; provavelmente, iremos pessoalmente a Imperatriz e, lá, com mais facilidades, levantarmos dados. Sei do grande problema de Imperatriz, onde o crime organizado já se instalou há alguns anos. O primeiro trabalho que fiz como Diretor da Polícia Federal foi em Imperatriz, onde havia uma quadrilha grande de roubo de veículos com extensão por vários Estados, inclusive Pará e outros Estados. E o envolvimento com o Davi, que já foi prefeito daquela cidade, parece-me, inclusive, que foi morto por companheiros de crime. De forma que o juiz está fazendo um bom trabalho, vai apoiar a CPI, e precisamos apoiá-lo para que ele continue na possibilidade de identificação e condenação dos responsáveis.

De forma que, com a ausência do Juiz Fernando Mendonça, chamo o Sr. Afonso Domingos Ferreira Borges, Diretor dos Supermercados Lusitano.

Os advogados poderão ficar no recinto, guardando a distância para que não interfiram no depoimento do Diretor do Supermercado Lusitano. (Pausa.)

Boa tarde.

O seu nome é Afonso Domingos Borges Ferreira?

O SR. AFONSO DOMINGOS BORGES FERREIRA – Borges.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Borges Ferreira. Sua identidade, o senhor sabe de cor?

O SR. AFONSO DOMINGOS BORGES FERREIRA – 137.4848.12000, dígito 1.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. AFONSO DOMINGOS BORGES FERREIRA – 44 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O CPF é dispensável, já está anotado. Estado civil?

O SR. AFONSO DOMINGOS BORGES FERREIRA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência?

O SR. AFONSO DOMINGOS BORGES FERREIRA – Avenida dos Holandeses, Condomínio JPJ, 201.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão? Empresário?

O SR. AFONSO DOMINGOS BORGES FERREIRA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas de lei, o senhor se compromete a dizer a verdade, somente a verdade?

O SR. AFONSO DOMINGOS BORGES FERREIRA – Comprometo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com isso, eu pediria que o senhor, por favor, assinasse esse termo de compromisso de dizer só a verdade.

Dr. Lino Castelo Branco e Dr. Ricardo Alito, agradeço a presença dos senhores e acompanhem de perto que não haverá nenhum tipo de constrangimento e nenhum abuso da nossa parte.

Sr. Afonso Domingos Ferreira Borges, o senhor sabe por que está aqui?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Eu tive conhecimento dos depoimentos do Sr. Méres através da imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor teria alguma coisa que pudesse adiantar aos membros da CPI e depois eles questionariam o senhor?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Dr. Romeu Tuma, particularmente, com todo o respeito ao trabalho da CPI, que é importante, eu quero colaborar, eu acho o depoimento do Sr. Méres muito vago, ele não precisou dados que são importantes e que naturalmente conflitariam com a nossa operação. Quem comprou? Quem pagou? Quem descarregou? Ele não foi ouvido... ele foi ouvido den-

tro de um depoimento na CPI da carga roubada e foi ouvido também na CPI...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desculpe, o Méres?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – O Méres, o Sr. Méres, que faz as acusações. Então eu acredito que o depoimento dele é vago.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu vou lhe pedir um favor, se o senhor pode desenhar aqui para mim onde fica o seu supermercado e quais são os órgãos públicos que existem na redondeza. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É a filial do olho d'água.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Do olho d'água, mas ali não tem órgão público.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem uma delegacia?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Ah, tem uma delegacia, ao lado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, tem. Então, faça o favor de escrever, fazer o desenho, se possível... (Pausa.)

É uma praça pública, tem alguma rotatória, tem... (Pausa.)

Pergunto ao senhor: durante a noite, estacionamento é o pátio de carga... de carga e descarga?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Não, esse estacionamento não...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... dos cobradores?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Não, nunca foi usado como área de descarga. Área de carga e descarga exatamente aqui, na outra lateral da loja.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo, agora, à noite isto aqui fica vazio?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Fica, esse estacionamento, ele é cercado, eu não sei precisar desde quando. Ele tem uma... uma grade lateral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Durante a ocorrência que o Jorge Méres revelou, ele já tinha esse... cercado?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Não sei precisar, não sei precisar se já tinha esse cercado. Eu acho que já.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem algum vigilante nesta área durante a noite?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Um vigilante só.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sempre teve?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Sempre teve.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dentro da loja ou...?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Fora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fora da loja?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Fora da loja. Ele se posiciona na frente da loja normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor conhece os policiais que trabalham nesta delegacia ou trabalharam à época?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Não conheço. Vi na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um de japonês, e tal.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Vi na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não conheceu, não sabia...

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Não, não sei quem é, nunca o vi, apenas soube na imprensa que ele possa ter tido participação numa descarga feita de um caminhão para outro, que eu imagino que possa ter acontecido uma troca de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É isso que eu estou perguntando para ver se o senhor, alguém, ou o vigia, descreveu alguma coisa, lhe contou um fato relativo a esta atitude que teria a participação de dois policiais desta delegacia.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Numa operação dessa, de transferência de caminhões...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De transferência de carga dentro do seu pátio?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Dentro do pátio, é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o senhor acha que o vigia, ou alguém da empresa, teria ligação com esta operação?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Acho que não. Acho que não, agora à noite esse estacionamento, ele é fechado. Não sei se o vigia tem as chaves do carro, mas é que ele possa ter a chave do cadeado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse vigia... o vigia é novo ou está há muito tempo lá?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Não, 95, esse vigia muda com frequência, é um serviço terceirizado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é o atual, né?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Não, não é mais o atual.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor teria o nome de quem trabalhava à época? Poderia nos fornecer?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Não, o vigilante é de uma prestadora de serviços. Eu não tenho o nome...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É terceirizado?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – É terceirizado o serviço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A empresa o senhor sabe qual é?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – A empresa é a Atlântica Serviços Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Atlântica Serviços. Eles devem ter, pelo menos, um controle dos vigilantes que trabalharam lá.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Podem ter.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Algum outro detalhe que o senhor possa nos esclarecer?

Estou fazendo esta pergunta porque o fato é real, está praticamente comprovado e me parece que o policial já por nós está preso e vamos convocá-lo aqui para explicar e deixaria os Srs. Deputados que poderiam avançar...

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Mas qual o fato que é real, Dr. Tuma?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse da troca de mercadorias dentro do pátio e pode ter havido uma confusão entre a receptação provada e a troca de mercadorias que a quadrilha pode ter feito que era destinada a vocês. Este é um fato e pode haver outro que vamos, durante...

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Já que o senhor entende, no início do meu depoimento que pode ter havido apenas essa confusão, uma troca de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou supondo, mas é apenas um aspecto policial, de investigação. É um fato, mas pode haver outros fatos.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Só para ilustrar, Dr. Tuma, a mercadoria não pode, em hipótese alguma, ter entrado na loja porque na hora – este é o aspecto técnico – em que entra na loja tem que sair pelos **check outs**, tem que ser registrada, portanto não seria consignada a venda...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em tese, a mercadoria legalmente entrava porque se furtada não vai haver **check out** e a entrada teria que ser clandestina.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Sim, mas como é que ela sairia? A mercadoria que entrasse na loja, não entrou, teria que sair pelos **check outs**. Portanto, o apurado seria consignado em favor da empresa e não em favor de quem estava praticando o ato criminoso, ou seja, a mercadoria entrando na loja não geraria vendas, não geraria espécie...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vai gerar lucro do brado para a empresa.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Então, quer dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A não ser que o gerente esteja mancomunado com outros empregados e procure...

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Mas não teria como sair porque ela tem que sair pelos **check outs**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como entra sai. Isso não seria nunca uma dificuldade. Não estou lhe colocando, mas não seria uma dificuldade.

Estamos analisando as hipóteses e estou levantando uma hipótese favorável ao senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas filiais o senhor tem?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Nós temos dezesseis lojas em São Luís.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todas da Lusitana?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Catorze supermercados, um magazine e uma loja de material de construção.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Dezesseis.

O SR. OSCAR ANDRADE – O supermercado trabalha com gêneros alimentícios e tudo de supermercado?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Cerca de dez mil itens e não alimentos também, bazar etc.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, é supermercado...

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Supermercado Lusitana.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais as outras empresas?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Um magazine e uma loja de material de construção.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem conhecimento de algum sócio ou gerente que tenha algum envolvimento, algum inquérito em andamento?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da rede Lusitana, as compras são feitas apenas por uma central ou são individuais?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Depende do tipo de produto.

Esse tipo de produto citado no depoimento, no caso o leite e óleo, são comprados para uma central de distribuição. Os produtos, em hipótese alguma, são comprados para entrega na loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em qual tipo de produto o gerente tem liberdade?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – O gerente não compra, ele apenas pede. Todas as negociações são feitas pela central, mas alguns produtos como hortifrutigranjeiros, produtos perecíveis, que têm uma vida muito curta, ele pede diretamente e recebe na loja.

Os produtos que chamamos de “carga seca”, no caso o óleo e o leite, são comprados para uma central que distribui para as lojas em função dos pedidos dos gerentes.

Essa loja, por exemplo, deve vender cerca de seiscentas a setecentas caixas/mês de óleo de várias marcas. Trabalhamos com cerca de cinco marcas e seria algo em torno de cento e quarenta caixas por mês de cada marca. Na hora em que se colocasse ali dentro mil caixas de óleo, chamaria a atenção porque o depósito tem quatrocentos metros. Um supervisor perceberia, eu perceberia na visita e os funcionários perceberiam. Cinquenta caixas de óleo é o que pede por semana. Se entrassem mil, ficaria evidente que havia algo estranho.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Jorge Méres.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O William Sozza?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou fazer uma pergunta enquanto ele localiza as perguntas em seu documento.

O senhor acha que esses policiais envolvidos em ações de roubo de carga que trabalhavam nessa delegacia poderiam, normalmente, usar o terreno do seu estacionamento para outros tipos de operações?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Difícil, porque, com certeza, essas grades têm mais de dez anos. A denúncia se reporta a 95, 96, salvo engano. Essas grades têm mais de dez anos. Os portões são para acesso de veículos pequenos, veículos ligeiros. Esses portões, pelas suas dimensões, não permitem acesso de carretas ou caminhões. A manobra seria muito complexa naquela área. Dizer que entrou uma carreta e um caminhão no estacionamento da empresa, à noite, para fazer uma transferência, acho isso difícil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa denúncia de ter ocorrido isso, houve época que poderia ter sido feita? Não havia grade ainda?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Mas há muito mais de dez anos que temos essas grades.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor acha impossível, inclusive, que tenha ocorrido isso?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Acho possível que tenha ocorrido na frente da Metropolitana, do lado de fora do estacionamento. Acho possível. Talvez aí a confusão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Frente da Metropolitana?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – É a Delegacia Metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É a Delegacia Metropolitana. É próxima ao...

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixa eu ver se entendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem o mapa aí. Mostra para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – É dessa grade que estamos falando?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Essa grade aqui. Aqui é outra lateral da

loja, a lateral esquerda da loja, de quem entra, onde fica a área de carga e descarga. Na lateral direita fica o estacionamento, que é defronte da Delegacia Metropolitana. Aqui tem um estacionamento. Aqui é a lateral da loja. Aqui deve ser a Metropolitana. Portanto, essa grade existe há mais de dez anos e ela não permite o acesso de carretas. Mil caixas de óleo, mil e quinhentas caixas de óleo, não sei exatamente quanto ele alega, teriam que ser transportadas num caminhão de, não sei, quatorze toneladas. Honestamente, eu não saberia dizer o tamanho do caminhão. Mas o acesso é mais para...

O SR. OSCAR ANDRADE – A área que está sendo dita é essa aqui, então? Aqui é um lado, aqui é outro. É isso?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A descrição é no lado esquerdo, que é atrás.

O SR. – (Inaudível)

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Não, são dois estacionamentos, separados por uma feira, uma área pública, ocupada por uma feira. Então, esses dois estacionamentos não têm acesso entre si. Cada estacionamento tem um portão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O estacionamento de descarga?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – O de descarga é do outro lado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele tem possibilidade de entrar as carretas. Pelo menos em tese, é uma estrutura...

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Ele também tem... Mas ele é pequeno. Aquela loja tem um depósito de 400 metros. É uma loja de mil e quinhentos metros quadrados e tem um depósito de 400 metros. É um depósito pequeno, que permite o estacionamento só de dois veículos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O gerente dessa unidade, Sr. Afonso, está lá há muitos anos.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Não, ele já foi afastado da empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – De 97, 98, na data que foi essa...

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Como?

O SR. OSCAR ANDRADE – Em 97, 98, é o mesmo até hoje?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Pelo que eu li nos depoimentos, parece que fala em 95, 96.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em 95?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – O gerente que trabalhou na época foi Antônio Cunha. Ele saiu acho que há cerca de dois anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Afonso, quero afirmar uma coisa que acho necessária até para que... Vejo que a opinião pública está muito atenta relativamente a essa denúncia. E na hora de trazer para a CPI, o senhor vem aí, senta, daqui a pouco é o réu, está condenado, e acho que há a necessidade de uma preliminar. Não sei se o ilustre Presidente chegou a fazer essa preliminar, mas me parece do meu dever dizer isso.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Muito obrigado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Até porque temos recebido muitas denúncias na CPMI do Roubo de Cargas. Porque se há alguém que rouba é porque tem alguém que recepta. Não tem como haver o ladrão de cargas se não tem quem compra a carga. Isso é a coisa mais antiga. Tanto que a pena que o Código Penal prevê, tanto quem rouba quanto quem recebe, a mesma pena. A coisa avançou tanto e é de tal grandeza que não é mais ladrão de galinha, não é mais receptador de galinha. É gente grande. Ao ponto que temos recebido denúncias, por exemplo, envolvendo o Carrefour. Que, necessariamente, não quer dizer que é a empresa Carrefour, a instituição Carrefour. Pode ter um funcionário que esteja lá montando um esquema por trás. Eventualmente um gerente. Então essa é a preocupação que nos lança. Até porque não viemos aqui, daqui a pouco, para desfazer a imagem de uma empresa que tem um nome só li do no mercado. Nem também para passar a mão. Quer dizer, o que queremos é aprofundar as investigações, deixar as coisas claras. Se não tiver... Se as suspeitas forem dissipadas, não tenho nenhum constrangimento de dizer assim: "Olha, está tudo bem". Se ficarmos com mais dúvidas, não temos nenhum constrangimento em avançar nas investigações. Então, dito isso, nós ouvimos o que o Jorge Méres disse e ouvimos o que o Jota disse. E os dois disseram a mesma coisa, ou pelo menos semelhante. O Jota chegou a relatar aqui que ele viu, estava lá no dia, quando estava... Não, mas aí que eu que roche gar para deixar claro. O senhor está colocando que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, o senhor disse que era impossível pelo tamanho do estacionamento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é aí que eu quero chegar...

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Eu disse que era impossível dentro do estacionamento. Não disse que era impossível... As dimensões do veículo. Fiquei até na dúvida das dimensões do veículo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Um veículo que transporta mil caixas não sei se teria capacidade de manobra naquele estacionamento. Não estou dizendo que é impossível que tenha sido dentro do estacionamento. Estou dizendo que é impossível que tenha sido com o nosso conhecimento, com a nossa convivência. E que é impossível que a mercadoria tenha entrado na loja.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu não... Na pergunta que fiz não citei nada de comprometimento.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Eu sei. Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu citei que, se foi usado por estar vazio durante...

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Usado por terceiros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Durante a ausência de tais pessoas responsáveis.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É exatamente isso que eu...

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Tudo bem. Então eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Jota fez essa colocação.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – ...para entender bem. Quer dizer que o Jota presenciou uma transferência...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O transbordo de um caminhão para outro.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – ...de um veículo para o outro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – E foi usado o seu pátio. Essa é a posição do Jota.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Foi usado o pátio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Agora, o Jorge Méres afirma que houve venda, que o gerente recebeu...

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Alguém pode ter se apresentado como gerente no período, digamos, noturno...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Claro.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – “Olha, eu sou o gerente da loja, tal, essas operações devem ser feitas à noite”. A pessoa, para não se incriminar, diz: “Não, eu sou o gerente da loja”.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Exatamente o que queremos esclarecer. Então, para nós esclarecermos primeiro, temos que ver da viabilidade, da possibilidade disso acontecer. Porque se for impossível de acontecer... Eu diria assim, é como vemos nos crimes, a negativa da autoria. Quer dizer, não fui eu que matei. E se não fui eu que matei, não tem nem o que discutir se foi legítima defesa, como é que foi. Não fui eu. É bem simples. Ou é ou não é. Então, o primeiro item que temos que discutir é se é possível haver ou não a transferência de um caminhão para outro ali.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – É possível. É possível. Retiro... Revejo o meu...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor revê a sua posição. Isso que é preciso esclarecer. Embora seja apertado, embora não haja assim, não tenha o conforto necessário para fazer, mas é possível fazer dentro do prédio. Então, possibilidade um.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Dentro do estacionamento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dentro do estacionamento. Desculpe. Que é dentro das instalações. Segundo, para fazer isso, naturalmente, entende o guarda, os senhores têm guarda, no mínimo, vamos por etapa, teria que haver a convivência do guarda. Há essa possibilidade? O guarda tem acesso a essa chave? Ele pode abrir e fechar esse portão para entrar caminhão?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Acredito que possa. Acredito que ele tenha a chave dos cadeados dos portões.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Avançamos no segundo ponto. Então, é possível transferir, é possível que dois caminhões entrem lá. Dá para que isso possa acontecer naturalmente. É possível ter acontecido, porque o guarda pode ter aberto lá. O guarda pode ter convivência.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Pode.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Porque isso não é nenhuma novidade. Hoje a maioria dos assal-

tos a banco contam com vigilantes, assaltos a carro-forte contam com o esquema de pessoas que passam informações, enfim, assaltos a avião, a carga mesmo, alguém avisa lá para ele, tal carga de tal coisa. Bom. Terceiro. Terceira hipótese. Quer dizer, não é impossível, um gerente seu ou alguém mais graduado lá dentro estar usando o nome e a estrutura da empresa. Eu mesmo, uma vez, fui vítima de um cidadão que deu um golpe no outro e foi me visitar no gabinete, e depois eu fiquei sabendo. Ele disse: "Olha, o Deputado aí está por trás de tal coisa". Eu ia lá conversar, recebi, tudo bem, tudo bem, conheço, e depois fiquei sabendo do golpe. Eu ajudei a prender o cara. Ele se deu mal, mas ele foi ao meu gabinete com outro, conversou, sentaram, e o outro disse: "O Deputado está por trás mesmo. A coisa é quente. Vamos que dá". Entendeu? Então, é possível que um funcionário graduado seu... Já que alguém pode abrir o portão, já que existe espaço, e alguém viu esse caminhão, é possível que um funcionário seu possa estar envolvido nesse processo?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Acredito que não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor nunca suspeitou de ninguém?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – De jeito nenhum.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em hipótese alguma? Esse funcionário que era seu gerente, que o senhor disse que trabalhou na época e não trabalha mais, por que ele foi para a rua?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Ele foi para a rua por um pequeno problema administrativo, mas eu não consigo me lembrar exatamente por quê. Eu inclusive estava de férias; foi o outro diretor que o demitiu. Se eu não estivesse de férias, teria que ser consultado. Eu não fui consultado exatamente porque eu estava de férias e ele tinha poderes para demiti-lo. Mas foi um pequeno problema administrativo; não foi nada grave. Ele é pessoa de extrema confiança nossa, está empregado e tem carta de recomendação nossa para trabalhar em qualquer empresa. Ele trabalha no ramo de supermercados.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E continua trabalhando na mesma área?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Continua trabalhando como gerente em outro supermercado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe qual é o supermercado?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Ele trabalha no Preço Bom hoje.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – No supermercado Preço Bom.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele foi mandado embora antes ou depois da ocorrência que o Jorge Méres descreveu?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Foi antes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi antes da ocorrência?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Foi antes, porque esses problemas vêm ocorrendo de um ano para cá, e ele foi demitido, eu acho, há cerca de dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então ele não teria nenhuma relação?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Não, não tem nenhuma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, a denúncia é de um ano para cá, mas o fato...

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Sim, mas ele perguntou exatamente isso: se havia correlação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na época do fato, ele trabalhava lá? É isso que eu pergunto: na época do fato, da ocorrência descrita.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Ele trabalhava na loja; ele era o gerente da loja.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele foi para a rua antes de o fato vir à tona?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Antes de o fato vir à tona, ele já estava em outra loja, já era gerente de uma outra loja, e foi um pequeno problema.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Bom, eu acho que na primeira etapa eu me sinto contemplado. Eu acho que está cumprida a primeira etapa, então eu acho que nós tínhamos que ver o que o Jorge Méres tem a dizer, para fazermos o contraponto e esclarecermos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos chamar o Jorge Méres, assim já se esclarece definitivamente a situação.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Doutor, uma acareação eu acho muito constrangedor. Eu não me recuso a colaborar, mas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu gostaria que o senhor tivesse tranquilidade. Nós não vamos poder deixar de fazer, porque ele afirmou com

convicção. Eu estou achando que o senhor também está explicando com clareza, então, é para eliminar, até para ver se ele está mentindo ou não, para encerrar. Não é para criar um constrangimento, é para lhe dar a oportunidade para que não se fique explorando esse assunto. Eu gostaria que os Srs. advogados entendessem, para dar um esclarecimento final.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – É um sacrifício muito grande, mas eu vou colaborar.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero informar àqueles que assistem a esta audiência pública que o Jorge Méres está com a máscara em razão das recomendações da sua segurança, porque ele está sob regime de proteção às testemunhas. Está colaborando com a CPI, então sua identificação poderá colocar em risco a sua parte física, por ameaça que ele tem recebido permanentemente.

Pergunto-lhe, Jorge Méres, se você está disposto a colaborar, dizer a verdade, somente a verdade, já que você assinou esse compromisso anteriormente com a CPI.

O SR. JORGE MÉRES – Sim, Doutor. Desde que comecei, assumi essa posição e vou até o final.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não estamos fazendo uma acareação propriamente dita, porque teria que ter um rito especial dentro do Código de Processo. É apenas para esclarecer.

Você conhece esta pessoa?

O SR. JORGE MÉRES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você nunca o viu na sua vida?

O SR. JORGE MÉRES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o fato é o seguinte: temos um depoimento seu e um depoimento do Jota sobre o supermercado Lusitana. Eu gostaria que você descrevesse o que realmente teria acontecido neste supermercado, que é a razão da sua presença aqui.

Este senhor é diretor da empresa.

O SR. JORGE MÉRES – Bom, o que aconteceu é que, em 1994, 1995, recebi uma ordem em São Paulo para vir para São Luís carregado, e era para descarregar essa mercadoria no supermercado Lusitana, que é localizado em frente da ex-delegacia metropolitana. E a ordem que recebi foi essa. Cheguei ali, já tinha uma pessoa que já tinha feito contato, que era o Bel, que era responsável por isso. Eu só parei ali na frente e o caminhão foi descarregado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você largou o caminhão – vamos descrever direitinho.

O SR. JORGE MÉRES – Fiquei ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você ficou.

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A des carga foi feita de que forma e onde ficou a mercadoria?

O SR. JORGE MÉRES – No supermercado. Parei na frente, porque não entrava o caminhão e foi descarregado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não entrava o caminhão.

O SR. JORGE MÉRES – Era pequeno, na época não era como é hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o terreno não dava espaço para entrar uma carreta?

O SR. JORGE MÉRES – Não, acho que se entrasse não dava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não dava.

O SR. JORGE MÉRES – Foi descarregado através de chapa, inclusive localizei um dos chapas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, ficou no pátio?

O SR. JORGE MÉRES – Não, foi levado para dentro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não havia outro caminhão lá?

O SR. JORGE MÉRES – Na primeira carga, não. Na primeira carga, foi levado para o depósito do supermercado. Na segunda carga, tinha um bauzinho, mas foi descarregado um pouco no bauzinho e um pouco para dentro do supermercado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que horas eram?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que horas eram?

O SR. JORGE MÉRES – Foi de dia. Cheguei às dez horas da manhã. Fui descarregar por volta de...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem era o Léo?

O SR. JORGE MÉRES – Como?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse que chegou ali e entregou o caminhão para o Léo.

O SR. JORGE MÉRES – Não. Quem era o responsável era o Bel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, Bel. Desculpe-me, entendi Léo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorge, a carga era de quê?

O SR. JORGE MÉRES – A primeira carga foi...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foram duas vezes que você foi lá?

O SR. JORGE MÉRES – Sim. Trouxe a primeira carga que era misturada, era inflacionado. E a segunda era óleo, óleo Soya, que veio de Maringá.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem recebeu essa carga?

O SR. JORGE MÉRES – Não era eu que fazia essa parte, eu apenas dirigia o caminhão, chegava até ali. Quem fazia essa parte era o Bel, depois passou para o outro menino e acho que uma vez o Jota.

O SR. OSCAR ANDRADE – E era coberta por nota fiscal fria essa carga?

O SR. JORGE MÉRES – As notas fiscais eram produzidas em São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como foi? Você que dirigiu o tempo inteiro, que acompanhou, passou pelos postos fiscais, carimbavam as notas mesmo sendo frias? E se lembra o nome...

O SR. JORGE MÉRES – Tudo. No primeiro posto fiscal é feito acerto e aqui no Estiva era feito acerto com o fiscal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra o nome do vendedor, o número da nota fiscal?

O SR. JORGE MÉRES – Não, faz muito tempo, muitas empresas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas era uma nota fiscal que aparentemente era legal?

O SR. JORGE MÉRES – Ela era carregada por uma transportadora normal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está certo, a transportadora é conhecimento, estou falando nota fiscal de venda. Acompanha o conhecimento...

O SR. JORGE MÉRES – Nas notas vinham notas, conhecimento, manei, tudo. As notas eram todas montadas certas. A mercadoria é que não era, era desviada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Saíam lá do William Sozza?

O SR. JORGE MÉRES – As notas saíam do escritório dele, carregavam na transportadora e vinha. Passava no fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – (inaudível) era desvio de carga?

O SR. JORGE MÉRES – Era um desvio de carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode ser por fraude de seguro, ou era roubada?

O SR. JORGE MÉRES – A de óleo foi desviada, que foi carregada em Maringá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fraude de seguro?

O SR. JORGE MÉRES – Foi levada para São Paulo, foi trocada de carreta, colocada na minha e trazida para cá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Jorge, essa carga veio com nota?

O SR. JORGE MÉRES – Veio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eram legais? Corretas?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É possível que alguém estivesse comprando essa mercadoria, ainda que um pouco mais barata, mas comprando enganada?

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, é muito difícil, pois o preço é muito baixo quando se compra mercadoria roubada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o que dizia a nota, vinha o preço normal?

O SR. JORGE MÉRES – A nota é só para efeito de fiscalização, só para atravessar o estado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei, mas vinha normal a nota?

O SR. JORGE MÉRES – Vinha normal. Às vezes havia mercadoria que era muito cara e para não pagar ICMS fazia-se só de uma mercadoria e vinham cinco ou seis mercadorias junto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estou fazendo isso para buscar a verdade. É possível que alguém possa ter comprado uma mercadoria em São Paulo, roubar e vender em São Paulo e entregar com notas falsas. Estou aventando uma hipótese, pois é curioso alguém receber de dia, à luz do dia, às claras e a qualquer hora. Hoje está sendo feito assim, mas há algum tempo, em 1994 ou em 1995, eles se escondiam para fazer.

O SR. JORGE MÉRES – Ali não se precisava fazer porque o delegado era que cuidava da delegacia. As agentes cuidavam para que não viessem outros diferentes. Então, era coberto pela própria metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havia a participação de policiais da metropolitana na operação?

O SR. JORGE MÉRES – Havia o “japonês”, que ficava cuidando do caminhão até ser descarregado.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – Ha via o “japônês” e mais quem?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe o nome do gerente?

O SR. JORGE MÉRES – Eu não lembro, pois não era eu que fazia esse tipo de contato. Minha responsabilidade era trazer o caminhão intacto, a carga inteira e encostar ali para descarregar. O Bel e às vezes o Marconi que faziam esses contatos. Depois que eles se foram, ficou o Jota fazendo disso e o Cláudio e o Cláudio Jignis, não era eu que fazia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Jorge Méres, ali perto o Joaquim Lauristo tinha uma casa? Você tem conhecimento disso?

O SR. JORGE MÉRES – Que eu saiba não, a casa dele era longe.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas conta-se que uma das casas na época, ao lado da Lusitana é do Joaquim Lauristo. Você tem conhecimento disso?

O SR. JORGE MÉRES – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – São informações que recebemos, de que numa casa muito próxima, junto, ao lado, seria do Joaquim Lauristo.

O SR. JORGE MÉRES – Mas a casa era usada pelo supermercado como depósito?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sei. Você conhecia bem o Joaquim Lauristo, não conhecia?

O SR. JORGE MÉRES – Conhecia. A mercadoria era colocada junto com as outras que já estavam no depósito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas caixas de óleo você trouxe na primeira vez?

O SR. JORGE MÉRES – Vieram 1.475 na carreta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era uma carreta de três eixos?

O SR. JORGE MÉRES – Um Volvo NL branco 340

O SR. OSCAR ANDRADE – Você disse que essa primeira carga foi toda...

O SR. JORGE MÉRES – Toda descarregada no supermercado.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – O senhor acredita que essa carga cabia no depósito, Dr. Afonso?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – A loja vende 50 caixas por semana. No dia em que colocassem lá 1.475 caixas, o primeiro supervisor que passasse, o primeiro diretor da empresa perceberia que havia uma operação errada ali. Não é que ele não caiba fisicamente, pois o depósito tem

400 metros, só que nisso armazenamos 10 mil itens. Então não podemos armazenar num depósito de 400 metros 1.475 caixas, pois haverá outros 9.999 itens lá armazenados. Não é que não caiba fisicamente. Cabe fisicamente, mas não se coloca.

O SR. OSCAR ANDRADE – É estranho.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – A mercadoria não pode ter sido faturada para esta loja por que temos uma central, esta loja não recebe esse tipo de carga. Essa carga deveria ter passado pelo depósito central para ser transferida. Então há mais essa impossibilidade. Além de o tamanho da carga ser muito grande para aquela loja pelo o volume que ela vende.

O SR. OSCAR ANDRADE – S. Afonso, preste atenção, você notou que o Jorge Méres nem te conhecia e você até ficou muito satisfeito, está certo? Então ele não tinha porque estar acusando por uma questão pessoal ou por algo contra a Lusitana, uma empresa séria. Ele não tinha por que e contribuiu demais para a CPI do Narcotráfico e agora está contribuindo para a nossa. Você está vendo a forma como ele está colocando, o cuidado que a CPI está tendo com o senhor em função de informações contrárias. Isso está muito estranho. É preciso que avancemos um pouco mais, é possível que tenha acontecido a revelia da sua decisão, do seu comando ou alguma coisa. Esse é o ponto, aquilo que ele colocou também. Nós vamos investigar o Carrefour. Sabemos que a instituição Carrefour não vai comprar nada roubado. A instituição Carrefour, mas um gerente ou outro, até para dar mais produtividade, até para ter mais comissão, pode ser que aconteça. Sai a empresa absolutamente limpa e conseguiremos avançar com o trabalho da CPI.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Está bem. Deixe-me explicar um negócio aqui. Sei que vocês sabem disso, estão deixando bem claro, a empresa faturava naquela época R\$160 milhões. A Lusitana faturava R\$160 milhões. De R\$160 milhões, um estudo da Abras mostra que 37% são impostos. Ou seja, estamos falando de algo da ordem de mais de R\$50 milhões de impostos/ano. A empresa tem uma folha de salários de R\$15 milhões/ano. Uma carga roubada de óleo, de 1.475 caixas, a R\$15,00, que era o preço da época, vai custar um pouco mais de R\$20 mil. Uma carga de óleo. Quer dizer, o ganho, se comprasse metade do preço, seria R\$10 mil. Então, são duas ordens de grandeza, com um faturamento de R\$160 milhões com uma operação lícita, contra uma operação ilícita de R\$10 mil. Então, já fica evidente que a empresa não teria inte-

resse em negócios ilícitos por ter 65 anos no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É um bom argumento. Mas quando ele falou do Carrefour, o Carrefour comprou uma carga de telefone celular Ericsson que, dentro da grandezade faturamento do Carrefour, não representaria nada, mas o gerente assumiu que comprou e realmente...

O SR. OSCAR ANDRADE – Era roubado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...sabendo que era roubada e colocou junto com a mercadoria correta para ser vendida.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Outra coisa que se precisa perguntar é sobre a forma de pagamento. Quem foi o emitente? Como foi a modalidade de pagamento?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe, Jorge?

O SR. JORGE MÉRES – Quem recebia era o Bel, mas o Bel está morto, infelizmente não pode falar, mas estão aí o Lauristo e o Jota.

O SR. OSCAR ANDRADE – O pagamento foi feito no dia?

O SR. JORGE MÉRES – É feito no dia. Quando acabava de conferir a mercadoria, o menino ligava dizendo “ô, já descarregou”; eu pegava o caminhão e ia embora. E ele vinha para receber. Não sei se ele recebia em cheque ou dinheiro, mas acabou de conferir a mercadoria, eles pagavam. O gerente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em que lugar eles colocavam o depósito?

O SR. JORGE MÉRES – Dr. Tuma...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe descrever o depósito lá?

O SR. JORGE MÉRES – Como ele era antes... Hoje ele mudou muito. Fiquei muito tempo sem ir ao Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, na época.

O SR. JORGE MÉRES – Mas era pela rua... Hoje ele está pela rua de cá, não era por aqui. Era pela porta do fundo, da frente do supermercado, porque ele não tinha aquela parte construída atrás.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele estava aberto normalmente. Às 10 horas da manhã devia estar funcionando.

O SR. JORGE MÉRES – Funcionando, normal. Todo dia se descarrega em qual quer hora num supermercado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a mercadoria atravessou a área de comércio para poder...

O SR. JORGE MÉRES – Não, porque a área de comércio, por exemplo, a entrada de caixas, a entrada do supermercado aqui e o depósito era ao lado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, do lado dentro do...

O SR. JORGE MÉRES – Dentro do corpo do supermercado.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Afonso, há um problema a ser esclarecido. O Jorge está afirmando com toda convicção que trouxe a carga efetivamente e lá foi descarregada. Isso aí não está acusando o senhor de ter comprado a carga roubada.

O SR. JORGE MÉRES – Foram duas cargas que eu descarreguei ali.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Foi descarregado no supermercado de sua propriedade. Esse é um problema. Penso que o xis da questão é porque ele não sabe com quem era feita a transação.

O SR. JORGE MÉRES – Não, senhor.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Ele não sabe o nome do gerente, ele não sabe a forma de pagamento, se feito em cheque ou em dinheiro vivo, ou como era. Então é possível que alguém possa ter usado o seu estabelecimento para comprar a mercadoria e ter jogado no seu supermercado. Mas que alguém comprava, comprava. Esse é o problema; tem que saber como é essa história. Se o Jorge soubesse diretamente quem era a pessoa, o neoreceptador seria mais fácil, pagaria em cheque, mas como ele não sabe, tem um problema a ser resolvido. Agora, que existiu a transação existiu. Mas quem era o responsável, não sabemos. Tem que decidir isso aí. Penso que é possível.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Excelência, penso que não está comprovado. Existe uma acusação. Mas não existe... Ele afirma, é a palavra dele tem que ser respeitada. Concorro que ele tem colaborado muito, respeito o depoimento dele. Quero, como diretor da empresa, que seja apurado, porque quero limpar o meu nome – penso que já está limpo aliás. Espero que a CPI, no final, reconheça que a empresa não tem envolvimento, se é que houve alguma coisa. Quero deixar bem claro também que a operação do Carrefour é diferente da nossa. O Carrefour tem uma operação descentralizada. Ou seja, o gerente compra e paga. Na Lusitana, a operação é centralizada: nós compramos e nós pagamos. Quando digo nós, os cheques são assinados por mim e por outro diretor que tem trinta anos de casa. Só quatro pessoas assinam cheques da empresa. Tem de ter duas assinaturas. O caixa da empresa

não é movimentado a dinheiro. Nem R\$20,00. Não é movimentado a dinheiro. É preciso que haja a emissão de um cheque e que eu e um outro diretor assinemos. Nem R\$20,00, imaginem R\$20mil. O gerente não teria como pagar essa carga.

Por isso, continuo afirmando que a mercadoria... Deve haver um equívoco. Se ela entrou, aí tem de ver por onde ela saiu, porque o **check out**, o dinheiro é da empresa. E o dinheiro da empresa não foi usado para pagar a carga. Se ela entrou pelo depósito, saiu pelo **check out**. Se ela saiu pelo **check out**, a máquina registrou. Quando a máquina registra, o gerente tem de prestar conta de dinheiro. Então, não tem como pagar a carga, porque não tem o apurado. Não adianta comprar uma carga roubada e a Lusitana ficar com o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está entendendo, Jorge?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, senhor.

Os descarregadores que descarregaram as cargas, um está aqui, foi localizado, e os outros dois ainda trabalham até hoje como descarregadores de caminhão. Eles trabalham na estiva, esperando o caminhão passar carregado para serem contratados. Eu conheço eles e eu até tinha me posto à disposição do Dr. Eurides, para ir conversar com eles para eles vires depor. Os descarregadores que descarregaram o caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São free lance?

O SR. JORGE MÉRES – São “chapas” como chamam aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles ficam no posto fiscal de estiva.

O SR. JORGE MÉRES – Eles não precisam nem me ver para dizer que me conhecem, porque descarregaram os caminhões para mim aqui em mais de mil cargas, porque eu fazia todo o Estado do Maranhão. Se perguntar para eles, acho que eles vão responder com toda a seriedade, porque eles descarregavam caminhão sério. O pessoal que recebia era muito sério, cuidavam muito para não faltar mercadoria. Eles estão aí, descarregam...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá, vocês chegaram a conversar com alguém? Fizeram contato com alguém? A pessoa que recebeu a mercadoria?

O SR. JORGE MÉRES – Dr. Tuma, nesse tipo de carga, a responsabilidade do motorista é encostar na frente, desamarrar e tirar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou perguntando isso, para ver se você...

O SR. JORGE MÉRES – Veio uma pessoa, que é o contato. Ele faz o contato...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem de entregar a nota para alguém.

O SR. JORGE MÉRES – Eu tenho de chegar e entregar. Vai lá e pronto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dá a nota para alguém para poder conferir.

O SR. JORGE MÉRES – Chegou a mercadoria tal, ele vai descarregar e conferir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você lembra para quem entregou essa nota?

O SR. JORGE MÉRES – Foi uma pessoa que me recebeu ali. Foi entregada a nota, entreguei na mão do Bel. O Bel entrou com o Japonês...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Bel é que...

O SR. JORGE MÉRES – Entrou com o Japonês...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Japonês acompanhou?

O SR. JORGE MÉRES – Acompanhou. Entraram lá, falaram com uma pessoa, mandaram eu abrir as tampas do caminhão, e os “chapas” começaram a descarregar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, tudo bem, a descarga, tudo bem. Eu quero saber se ela chegou a entrar ou não na loja. Isso é o importante.

O SR. JORGE MÉRES – Na loja, entrou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O fato da descarga está praticamente claro, há mais pessoas confirmando isso. Existe o fato de que descarregaram de um caminhão e depois passaram para outro, para outro tipo de...

O SR. JORGE MÉRES – Dr. Tuma, a carga de fogão do Dr. Estênio que deu problema foi descarregada ali também. Só que não foi na Lusitana, foi descarregada em frente à Delegacia. Encostaram dois “baúzinhos” e passaram para ali. Portanto, ela foi para a Vitorino Freire. Estou vendo a mercadoria entrar no local. Agora, por exemplo, eu descarreguei a carga de fogão em frente ao Lusitana, mas não era com eles. Se eu quisesse sujar a imagem do supermercado,alaria: “não, a carga do fogão também ficou aqui”. Não foi porque descarregou ali que eu vou dizer que ficou para eles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ninguém está duvidando do que você está falando. Estaremos

querendo é detalhar para ver, dentro do quadro de tudo que foi relatado aqui, qual é realmente o fato mais concreto, mais correto, para que possamos estabelecer o caminha da investigação. (Pausa.)

O SR. OSCAR ANDRADE – Você disse 1994, 1995, Jorge?

O SR. JORGE MÉRES – 1994...

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem duas cargas? Uma em 1994 e outra em 1995?

O SR. JORGE MÉRES – Foi uma no final de 1994. Era leite condensado, sardinha e tinha uma outra mercadoria que até era de um preço elevado, feita em notas separadas.

Em 95, foi no mês de fevereiro, porque era final de Carnaval, por aí, chegou o óleo. Inclusive, eu passei o Carnaval viajando para não chegar o óleo atrasado aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Senhor Afonso, há como o senhor fazer um levantamento na contabilidade de sua empresa para ver alguma possível... encontrar uma nota fiscal que venha com esses produtos para ver se coincide com o que ele está dizendo. Não é possível?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Qualquer nota fiscal de sardinha, de leite condensado, de óleo de soja, é faturada contra outro estabelecimento, o depósito central. Não existe nenhuma nota no sistema dessas mercadorias. Não existe. Existem mercadorias faturas para o depósito central.

Isso nós podemos afirmar porque já fiz esse levantamento. Não existe.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já fez?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Não existe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu vou reafirmar...

O SR. GERALDO CÂNDIDO – A Receita fez algum levantamento?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – A Receita? Não fomos procurados.

O que digo é que essa mercadoria não entra na loja. O sistema não aceita. O sistema tem um bloqueio. O produto pode ser caracterizado como direto, diretíssimo ou estocado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde a época?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Ele é programado para não aceitar a entrada da nota. Se o gerente...

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde 94?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Desde que esse sistema foi implantado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por muitos anos.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – O gerente não... Essa nota não pode entrar. Ela não entra no sistema. O sistema rejeita a nota, porque esse produto é estocado. O tratamento dele, a logística é diferente.

O SR. OSCAR ANDRADE – E não há como estocar sem nota fiscal.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Não tem como.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Jorge, você disse que a pessoa que fazia o contato direto era o "Bel", que já está morto. O "Japonês" está vivo?

O SR. JORGE MÉRES – Sim. É policial...

O SR. OSCAR ANDRADE – Está preso, inclusive.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Era a segunda pessoa que tinha um contato mais direto?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Você acha que o "Japonês" deve ter conhecimento da pessoa que era receptor, que recebia a nota ou coisa desse tipo?

O SR. JORGE MÉRES – Deve saber, porque ele protegia o caminhão até ser descarregado, porque ele era policial e estava em frente da Delegacia dele.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Então, nesse caso, temos de ouvir alguém que efetivamente saiba quem recebia o material.

O Sr. Afonso disse que não é possível, mas temos de saber, porque esse é um mistério que tem de ser desvendado. Se pegarmos o cara que recebia o material, o responsável, o receptor, vamos saber para onde foi o material e quem fazia essa transação. Enquanto não soubermos, vai pairar uma dúvida. O senhor vai me desculpar, mas vai ficar como suspeito, embora saibamos que o senhor não está nessa questão.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Eu não aceito, porque testemunha não é prova. Temos aqui apenas...

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas por isso estamos querendo a prova.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – O senhor não pode me chamar de suspeito, com todo respeito, Excelência, eu acho, e o meu Advogado, que testemunha não é prova.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estamos a todo momento demonstrando isso, a posição da CPI, a credibilidade que tem a sua empresa. Penso que até

can sa mos de fa lar isso aqui e vou re a fir mar mais uma vez.

Só que é preciso ir mais a fundo. É nossa obrigação, para a sua de fe sa.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES - Eu aceito, eu quero.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, quero informar ao se nhor que é até pos sí vel a CPI que brar si gi lo fiscal e bancário.

O senhor acabou de afirmar que tudo que se paga é com che que, está certo? Mas o se nhor re ce be dinheiro nos ca i xas. Então, pode ser um ge ren te. Não sei. Eu não acre dito. Teria que ser muito de so r g a n i z a d o mesmo – e eu sei como é a organização moderna das em pre sas -, um ge ren te não vai ma ni pu lar di nhei ro para com prar as co i sas, 20 ou 30 mil re a is, em um dia sem o senhor saber. Sabemos disso.

Mas não sei de que forma pode ter sido feito, à reveliada sua...

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES - Eu que ro pe dir des cul pas, por que a mi nha vontade de esclarecer é muito grande. O senhor me perdoe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tenho certeza de que não ofendeu o Senador.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – O Sr. Afon so di se que não ace ita a pro va tes te mu nhal... Estou di zen do o seguinte: mas uma das coisas no Direito é a pro va tes te mu nhal.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Mas ela não incrimina ninguém. Posso estar enganado porque sou leigo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só para esclarecer - penso que é importante esclarecer -, claro que a prova testemunhal é prova. Aliás, em Direito é chamada a prostituta das provas. Mas é prova. Muita gente foi para a cadeia tão-somente pela prova teste mu nhal, por que há co i sas que, às ve zes, só quem viu. Não há um documento, mas um viu, dois viram, três viram e descreveram o fato. E assim, a prova teste mu nhal fi ca con substanciada, mas a nos sa pre o cu pa ção é esclarecer, deixar as coisa s transparentes, até para que não tenhamos dúvida.

Então, quero sugerir aqui dois encaminhamentos, Presidente.

Primeiro encaminhamento. O Jota já citou o Ja po nês. Ele ci tou o nome do Ja po nês, Ade mir, uma co i sa as sim, não sei, não me lem bro o nome do ja po nês. Ele di se ali. Mas o Ja po nês está pre so. Então so li ci to que possamos ouvir o Japonês, inclusive não só nes se aspecto. Há outros aspectos em que ele está en-

volvido. Então não vamos chamá-lo só por isso. Há outros as pec tos. Há a de le ga cia dele. Inclu si ve o Jota quer fazer uma acareação com o Japonês, não sobre o seu fato.

Então, Presidente, faço uma solicitação, um requerimento no sentido de que seja convocado o Ja ponês, porque ele ainda não está convocado. Então, que o senhor coloque em votação para chamar o Japonês.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está deferido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está deferido. E que pos sa mos, acho que, en tão, numa ses são, não sei se é reservada, por causa da pre sen ça do Jota, se ele quer uma sessão reservada?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Inaudível.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jorge, por favor. A carga...você disse duas cargas, não é?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A primeira foi com que, você lembra que tipo de veículo?

O SR. JORGE MÉRES – A primeira foi com um Volvo vermelho 340.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um?

O SR. JORGE MÉRES – Volvo N-10 vermelho. Ele era de propriedade da Paraguais Comércio e Exportação LTDA de Corumbá, que era a carreta que eu tra bal ha va. E a se gun da foi num Volvo branco 340.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, essa foi de manhã, que horas mais ou menos?

O SR. JORGE MÉRES – Eu cheguei por volta de nove horas. A ordem era para vir direto para o supermercado, por que estava atrasado. Tinha di a certo, hora certa para chegar, se não dava problema no supermercado. Então, rodei quase direto, cheguei no dia certo e na hora que era para chegar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual era o mês?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – 94.

O SR. JORGE MÉRES – Foi no final de 94. Não lembro se foi... E foi antes de se tem bro, por aí, final de setembro, por aí.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – E a ou tra carga?

O SR. JORGE MÉRES – A outra foi no início de 95, logo após o carnaval. Porque eu saí de São Paulo um dia antes de começar o carnaval.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o caminhão da segunda?

O SR. JORGE MÉRES – Era um Volvo. Ele só tinha um Volvo por que era para passar para a Bolívia.

O SR. OSCAR ANDRADE – O segundo era branco?

O SR. JORGE MÉRES – Branco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esses caminhões eram roubados?

O SR. JORGE MÉRES – Esses caminhões eram desviados de seguro, ficavam trabalhando seis meses, depois iam embora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que horas você chegou na segunda?

O SR. JORGE MÉRES – Na segunda, cheguei à noite e fiquei um dia e meio no posto, esperando para descarregar. No... na saída, perto da Pedrinhas, ali tem um posto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E aí você foi ao supermercado também?

O SR. JORGE MÉRES – Por que o Bel não tinha conseguido um pessoal de confiança dele para descarregar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você não pegava em estreito?

O SR. JORGE MÉRES – Pegava os chapas ali no posto fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E dessa vez você não pegou?

O SR. JORGE MÉRES – Eles não estavam. E eles não gostavam de misturar muita gente, porque eles já sabiam como era a carga e tudo, então, eles estavam por dentro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a carga era do quê?

O SR. JORGE MÉRES – A segunda foi óleo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Também óleo?

O SR. JORGE MÉRES – Não, a primeira foi misturada, a segunda foi só óleo. Na primeira veio leite condensado, sardinha. Tinha mais um produto, não estou lembrado qual que era, por que era pouca quantidade, mas era.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você operou alguma vez descarga com uma Mercedes?

O SR. JORGE MÉRES – Uma Mercedes branca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – À noite. Operou? Também no supermercado?

O SR. JORGE MÉRES – Não sei se a mercadoria foi para o supermercado, mas foi por volta de oito

horas da noite. Começou a descarregar e terminou às onze e meia.

O SR. – (Inaudível)

O SR. JORGE MÉRES – Não, foi lá perto. Foi pertinho da delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi transbordo?

O SR. JORGE – Foi transbordo. Passou para um baúzinho e aí...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eram os fogões?

O SR. JORGE MÉRES – Não, os fogões vieram numa carreta vermelha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer que houve três descargas na área.

O SR. JORGE MÉRES – Quatro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quatro na área?

O SR. JORGE MÉRES – Sim. Duas foram direto para o pátio do supermercado, uma foi para um baú, a de fogão foi para dois baús.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Jorge, o Delegado Estênio chegou a investigar algum desses casos... Ele investigou dos fogões?

O SR. JORGE MÉRES – O Estênio não foi colocado a par das cargas roubadas, só quando ele teve o problema dos fogões.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Daí ele ficou sabendo dessas outras duas histórias. Chegou a haver alguma ocorrência. Alguém foi destacado para investigar. Não houve nada até então?

O SR. JORGE MÉRES – Não, o Luiz Moura estava no meio, o Japonês estava no meio, o Paulo Roberto estava no meio, por que vai investigar? Era só polícia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mais não chegou ao ouvido do Dr. Estênio?

O SR. JORGE MÉRES – Não, só chegou a do fogão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E acabou morrendo por causa do fogão. Também, por que aí é que o bando do Bel enlouqueceu contra ele para matá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Chegou a prender a carga, não é?

O SR. JORGE MÉRES – Do fogão não, ele prendeu a carreta vazia do Chico Caíca 17 dias depois.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E a carga já tinha sido... Quem comprou a carga?

O SR. JORGE MÉRES – Foi o Prefeito Vitorino Freire, o Juscelino Resende.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E para quem o Juscelino vendeu tanto fogão assim?

O SR. JORGE MÉRES – 108 fogões não é muito para essa região por que espalham para todo lado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o Juscelino não tem loja. Ele não ia sair por aí, quem quer fogão, quem quer fogão, como Sílvio Santos. Alguém...

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, o senhor me perdoe, mas muita gente que compra carga roubada também não tem loja, mas tem os contatos, os conhecimentos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você conheceu o que era Vice-Prefeito de Juscelino, o Osmar Pereira?

O SR. JORGE MÉRES – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe nada do Osmar Pereira?

O SR. JORGE MÉRES – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu acho que o Jorge já deu os esclarecimentos e poderia sair agora. Eu lhe agradeço. Mas você confirma tudo isso com tranquilidade, pode encontrar os chapas que você contratou, que ajudaram na uma descarga, para que não haja alguma dúvida sobre isso.

O SR. JORGE MÉRES – Dois continuam trabalhando no mesmo local, que ali na estiva, e eu não lembro o nome de les, mas o seu João, que está preso em Pedrinhas, porque há um ano e meio cometeu um homicídio, era quem comandava os outros chapas. Então, não tem como ele não estar ali, é fácil de localizar ele e ele sabe os nomes dos que descarregavam. Eles estão até hoje trabalhando lá na estiva ainda, continuam sendo chapa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Sr. João participava junto, na estiva, também? **O SR. JORGE MÉRES** – Sim, ele era descarregador e descarregou várias cargas para mim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Bom, mas nesses dois casos da sardinha e do óleo ele estava?

O SR. JORGE MÉRES – Estava. Era o pessoal dele que descarregava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele comandando. Quantos descarregaram?

O SR. JORGE MÉRES – Sempre são quatro para descarregar a carreta e um para ficar dentro do depósito, para empilhar, ou quando o depósito tem empilhador... porque os chapas fazem bloco furado para sobrar a mercadoria em cima do caminhão, en-

tão as empresas mais organizadas não deixam que eles embloquem a mercadoria, só o pessoal da casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E nesse caso eram cinco?

O SR. JORGE MÉRES – Eram cinco. O pessoal ajudou a emblocar e depois tinha um rapaz emblocando, eu não sei da onde que ele era.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então é o Sr. João, que está preso em Pedrinhas? Então, também trazê-lo para CPI, amanhã. Pedrinhas é longe daqui?

O SR. JORGE MÉRES – Não, só uns vinte quilômetros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, vamos trazer o Sr. João amanhã para esclarecer

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está Ok, Jorge. Você vai ficar por aí e se precisarmos nós o convocaremos outra vez. Não sei se tem mais alguma questão para poder...

O senhor teria algo a se queixar, doutor? (Pausa.)

Então eu pediria ao Jorge para ficar um pouco por aí ainda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Afonso, não vou poder e nem posso julgá-lo ou acusá-lo de ter tentado enganar a CPI e estar comprometido, mas o senhor viu a conexão com que ele expôs.

É claro que vamos precisar fazer uma investigação mais profunda, para sabermos até que ponto... tem outros depoimentos. Nós vamos ouvir esses chapas que ele apontou como tendo colaborado e o Japonês, para verificar se houve ou não o transbordo da carga simplesmente ou se ela realmente chegou a entrar no depósito e, então, esclarecer de quem é a responsabilidade. Se é da empresa ou se alguém mancomunado com a quadrilha que usou área para qualquer tipo de comércio.

A CPI vai prorrogar, não vai fazer uma acusação formal contra a empresa, mas também não pode dar atestado de que nada existe. Creio que temos que aprofundar.

O senhor verifica que ele descreveu a forma. O senhor confirma que o depósito era menor? Foi aumentado? O senhor tem alguma coisa a rebater na descrição que ele fez? Sem ser sobre o aspecto físico de não poder entrar pela organização. Tudo isso são matérias que têm que ser analisadas, mas ela tem...

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Essa loja tem mais de dez anos e sofreu poucas reformas. Ele cometeu uma confusão, mas não consigo me lembrar qual foi, em relação a essa questão do depósito. Prefiro não comentar nada. Prefiro esperar a apuração.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As notas taquigráficas estarão prontas, e nós colocaremos à disposição do seu advogado para o senhor refutar aquilo que acha que foi incorreção que ele cometeu.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, só quero colocar, assim como colo quei no começo da minha intervenção, para não dar as coisas por julgadas. Daqui a pouco as pessoas vão dizer que a empresa está envolvida. Como pagamos caro, inclusive,...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ninguém falou isso até agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Exatamente, isso que quero deixar claro. Vamos apurar. As pessoas disseram que denunciaram o Carrefour, foram lá e acusaram o Carrefour, que é uma rede que tem no País inteiro, o que, inclusive, repercutiu no meu Estado. Houve pessoas cobrando de mim, dizendo que estavam acusando o Carrefour de roubar, de fazer, etc. E tínhamos que ir lá e dar a explicação de que não era bem assim. Que tivessem calma, devagar com o santo que o andor é de barro. Até quando vimos, não era o Carrefour. Quer dizer, tinha pessoas lá dentro que desempenharam a função e depois acabaram assumindo e as coisas ficaram claras.

Da mesma forma, não que re mos chegar aqui ao Maranhão e lamear uma empresa. Dizer que olhamos, pa re ce que tem e já é isso. Não, nós que re mos ir a fundo como fo mos a cada uma das questões aqui.

Existe uma denúncia trazida por Jorge Méres, que tem credibilidade, porque o Jorge Méres tem dito muita coisa e temos conferido, 90% das coisas que o Jorge Méres tem dito con fe rem, mas, por en quan to, é uma denúncia. Não quer dizer que é outra. Não quer dizer que a empresa está enlameada, nem tampouco quer dizer que não possa ter acontecido isso sem o envolvimento do empresa. Alguém lá dentro pode ter feito uma negociata, uma negociação. Quer dizer, tudo isso vamos esclarecer. O que não queremos é deixar as coisas transitar em julgado.

Não está nem absolvido, nem condenado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Te nho a impressão de que o Jorge não fez uma denúncia. Ele relatou um fato do qual participou. De talhou aqui dentro da forma que o proprietário rejeita em alguns detalhes, em alguns aspectos.

Há outra testemunha, como já foi dito aqui, o Jota, que viu a carreta e o transbordo, mas ele também confirmou que a Mercedes foi do transbordo, e foi o que o Jota viu. Então, há outros fatos que não são esses. Temos que detalhar com o Japonês, que

estava com ele, com outras pessoas que participaram.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Os estivadores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os chapas. Isso vai facilitar, inclusive o esclarecimento. Provavelmente a empresa terá oportunidade de contradizer ou eles vêm e contraditam o Jorge Méres.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Inclusive, o que o Jota disse aqui, e não é se gre do, em bo ra o Jota não queira falar publicamente, e eu acho que ele será ouvido reservadamente, não é Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há dúvida.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele só não quer aparecer publicamente, mas afirma que o que ele viu na empresa – e ele esteve lá presente – era o Joaquim Lauristo, o Bel, que estavam lá na frente, junto com o Japonês, e aí ele citou o nome de todos os policiais que estavam ali junto. Ele, inclusive, quer uma acareação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele falou o Japonês e o Jorge Gabino.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Jorge Gabino e tinha mais gente. Ele citou, tem um que é Laudemir – acho que é o Japonês.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele até fez aqui o desenho da área e onde estavam os caminhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí nós mostramos a fotografia, e ele confirmou. Então tem uma série de nomes que ele citou ali e aí diz textualmente, de forma clara, que, naquele momento, em frente, quer dizer, na rua, mas em frente ao supermercado, estava sendo feito um transbordo de um veículo para outro, de um Mercedes branco, que estava descarregando uma mercadoria para outro carro, parece-me que era um outro caminhão, um caminhão-baú, e que estava sendo supervisionado pelo Japonês, que estava sendo controlado pelo Bel e companhia, enfim, por todo aquele time, mas era em frente ao supermercado, não era dentro do pátio nem sendo descarregado para o supermercado. Isso é o que o Jota disse e nos revelou muito claramente.

O Jorge Méres concorda com isso, disse que houve um descarregamento da Mercedes, como disse que houve um descarregamento de um Volvo vermelho, dos fogões em frente, mas ele cita dois casos que foram dentro. Então, os que foram fora, o senhor não tem nada a ver, não se discute; a nossa dúvida é os que foram dentro. Quer dizer, como pode ter sido

lá dentro? Quais são as razões? Como isso aconteceu? É isso que a CPI quer esclarecer.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Afonso, a sua empresa, ela tem as notas fiscais dos anos 94 e 95?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – São obrigadas a manter essas notas durante cinco anos, salvo engano, para prestação de contas com as receitas estaduais e federal, mas acredito que tenha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O movimento é informatizado?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – É informatizado também.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Se tiver, o senhor poderia ceder essas notas fiscais de 94 e 95 para a CPI, porque está-se tornando importante para o senhor também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desse tipo de mercadoria, não é, Senador?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – O senhor então está requisitando as notas fiscais de compras desses produtos de 94 e 95.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Muito obrigado.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Para evitar trazer todas as notas, só o disquete. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Provavelmente, dentro do período que ele descreveu aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se o senhor trouxe as notas fiscais, é bem fácil. Notas fiscais de compra de óleo, não devem ser tantas, nesse período, de sardinha.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Leite condensado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O outro ele não lembrava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, ele disse dois produtos.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Leite condensado, que ele falou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Leite condensado, sardinha e um terceiro que ele não sabe.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Óleo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, óleo foi outra carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor comprava esse material em São Paulo? Muita coisa já tinha comprado em São Paulo?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – O leite condensado depende da marca. Se for da Nestlé, a origem é uma; se for Glória... Depende do fornecedor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas tem fornecedor vindo de São Paulo?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Normalmente, da indústria. A empresa negocia diretamente com a indústria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas a indústria está em São Paulo?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – A Ceval, me parece que não; ela tem uma, não sei se tem um depósito...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Rio Grande do Sul?

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Às vezes ela tem indústria no Sul, mas tem um depósito, tem um representante, tem um distribuidor na região.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos fazer o seguinte: nós vamos conversar com ele, tentar detalhar inclusive a marca e o período para facilitar o trabalho da CPI.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – E fazer a solicitação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, é bem fácil. Vamos conversar com o Jorge Méres, ele vai dizer de qual era a empresa, a falsa, porque as empresas não eram verdadeiras. Willian Sozza tinha dez empresas que só tinha nota de faz-de-conta. Então de qual era a empresa de faz-de-conta que era a nota que ele trouxe para ver se... Quer dizer, da qual a pouco pode até ter...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se ela está contabilizada lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Daqui a pouco pode até ter entrado, contabilizado como se fosse normal e até ter sido feito o negócio. Não afasto nem essa hipótese. A coisa é tão complicada! Daqui a pouco terem comprado, pago o preço, só que era falsa a nota, o produto era roubado, eu comprei um produto roubado sem saber que era roubado, uma nota falsa. Quer dizer, pode até acontecer isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais alguma pergunta? Doutores, se o senhor estiver em alguma coisa a se manifestar, a oportunidade é agora, de alguma queixa.

Na primeira necessidade, nós o convocaremos novamente, a fim de que se possa realmente ter um esclarecimento total do assunto.

Então, dou por encerrado o seu depoimento, a não ser que o senhor queira acrescentar alguma coisa.

O SR. AFONSO DOMINGOS FERREIRA BORGES – Eu queria agradecer o tratamento, dizer que espero ter colaborado e que espero não ser chamado novamente, apesar da minha vontade de colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esperamos que o senhor, a partir de agora, verifique tudo o que foi dito e raciocine nos termos em que foi feito o relatório dos fatos pelo Jorge Méres e poderá, sem dúvida nenhuma, a qualquer tempo, mandar um documento ou procurar a CPI para esclarecer detalhes que o senhor achou que não foram corretos dentro da exposição que ele fez. Nós não vamos deixar de dar todas as oportunidades de defesa, mas não vamos abrir mão do direito de investigar até o fim, e, se tiver responsabilidade, nós faremos a acusação devida.

O senhor está dispensado.(Pausa.)

José Rodrigues da Silva, conhecido como José Júlio?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua idade? 42 anos?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – 42 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Casado?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Vila Brasília, Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Rua?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Rua Xingu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Q. 3 Lote 2, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Quadra 3, lote 2. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Comerciante?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente em algum grau de parte envolvida no problema de roubo de carga?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe que vai prestar um termo de compromisso e, de acordo com o artigo 203 do Código de Processo Penal, que, sob as penas da lei, se compromete a dizer a verdade, somente a verdade, no que souber e no que lhe for perguntado?

Se o senhor concorda, por favor, assine o termo.(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos chamar os dois deputados.

Sr. José Júlio, o senhor sabe por que o senhor está aqui para prestar esse depoimento à CPI?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi assessor do Deputado Davi Alves da Silva, falecido?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu trabalhei com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por quanto tempo?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu trabalhei com ele desde 82 até 92.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe da participação dele em furto de veículos, roubo de cargas, ligações com essas quadrilhas que estão sendo acusadas de roubo de cargas, de venda ilegal de mercadorias; o senhor tinha conhecimento quando o assessorava?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – O Deputado Davi? Não tinha conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor trabalhou com ele onde?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Em Imperatriz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Imperatriz? Ele exercia a atividade de deputado onde?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Ele exerceu a atividade de deputado estadual nesta Casa, de federal em Brasília e de prefeito em Imperatriz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o senhor nunca soube? Eu estive lá para prender o Davi quando ele estava envolvido em roubo de veículos, e ele estava foragido. Nós conseguimos localizá-lo em outro estado... Nunca ouvi falar?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Com todo respeito a V. Ex^a, eu não sei desse envolvimento do Davi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca ouviu falar?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Falar nas televisões? O Maranhão inteiro ouviu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o senhor não?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas trabalhava com ele sem tomar conhecimento de atividades ilegais dele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não tenho conhecimento desses atos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a atividade profissional do senhor, normal?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Atuava, quando fui preso em Goiânia, no comércio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi preso, por quê?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Pela morte do Delegado Estênio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tá envolvido na morte do Delegado Estênio? O senhor era ligado a quem?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Ligado a quem sobre o quê?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dos nomes que surgiram como envolvidos no planejamento da morte do Delegado Estênio?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Dos envolvidos na morte do Delegado Estênio, dos que estão no processo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Só Joaquim Lauristo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Só Joaquim Lauristo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só dele o senhor tinha conhecimento, amizade?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Conhecimento, amizade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o tipo de amizade que o senhor tinha com ele, ou de relacionamento?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Totalmente trabalhista. No tempo em que eu trabalhava na prefeitura de Imperatriz, com a construtora dele, eu prestava serviço para a prefeitura, em terraplanagem,

quando trabalhava na prefeitura, foi aí o nosso conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem alguma empresa? Essa empresa de terraplanagem era sua?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, da prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da prefeitura? O senhor tem alguma empresa, ou é sócio de alguma empresa, ou já foi?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor conhece empresário de Campinas, William Sozza?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Atualmente, conheço, porque ele está preso em frente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não o conhecia antes? Não teve nenhum tipo de relacionamento?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não tenho ligação lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Deixe-me perguntar se o senhor conhece o Prefeito de Vitorino Freire, Juscelino Resende?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não senhor, nunca o vi.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Agora o senhor está preso, mas onde o senhor mora?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Atualmente minha família mora em Goiânia.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Antes, onde o senhor morava aqui no Maranhão?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Em Parque do Alvorada, em Imperatriz.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor foi assessor do ex-Deputado Davi?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Trabalhei com ele, mas não como assessor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas trabalhou com ele? Era funcionário dele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual era sua atividade?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Acabei de falar que trabalhava na Prefeitura, em terraplanagem, trabalhando nas estradas vicinais.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim, mas ele era Deputado?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não, era Prefeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas quando era Deputado, o senhor também não trabalhava com ele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Trabalhei ajudando nas campanhas políticas.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual a função?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Trabalhando na área social, pois havia um programa de distribuição de sacolas ao povo e eu distribuía.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Por quanto tempo?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Durante seu mandato.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Por quatro anos?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Quatro anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor já foi proprietário ou sócio de alguma empresa?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não. Proprietário apenas do comércio onde fui preso, lá em Goiânia.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor trabalhava com que tipo de comércio?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Churrascaria e Pizzaria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Perguntei ao senhor se tinha alguma atividade empresarial e o senhor disse que não.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Está escrito bem aí que sou comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas perguntei. O senhor está me chamando de analfabeto? Fiz a pergunta para que o senhor respondesse sim ou não.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Desculpe se deixei passar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Estou respeitando-o e gostaria que o senhor me respeitasse.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - O senhor me desculpe se deixei passar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Na verdade, o senhor era, quando preso, empresário, comerciante do ramo alimentício? Churrascaria e pizzaria?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Isso. Gostaria de fazer uma ressalva: Excelência, se deixei de lhe responder, queira me desculpar, não foi minha intenção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor não deixou de responder, o senhor mentiu, disse que não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor conheceu o senhor Jorge Méres?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Nunca o viu?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não, nunca o vi pessoalmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Essa localidade, o senhor conhece?

(Pausa.)

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor consegue ler?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Consigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Fazenda Santa Fé, no trevo de Laranjeiras, do Geraldo Catingueiro, onde, segundo...

O senhor não conhece, nunca esteve nessa localidade? E essa segunda foto. Diga se conhece ou não no microfone, por favor.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E nem conhece o Jorge Méres?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor nunca esteve nesta Fazenda?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor conhece a cidade de Santa Inez?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Aonde fica. Cite uma referência.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Fica no contorno que vai para Imperatriz.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Indo de São Luís para Imperatriz, fica antes ou depois?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Antes.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então, o senhor passa seguindo por essa localidade aqui? Esse asfalto é a rodovia pela qual o senhor passa para ir até Imperatriz? Vou lhe mostrar de novo e quero lembrá-lo de que o senhor será acareado com o senhor Jorge Méres. O que o senhor dirá aqui irá dizer depois. O senhor conhece essa rodovia?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Se essa rodovia for a que liga a Santa Inês, eu conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Está aqui escrito. Fazenda Santa Fé com o trevo de Laranjeiras. O senhor conhece onde é o trevo de Laranjeiras?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Sim, conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A propriedade aqui é do lado do trevo de Laranjeiras.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Mas não tenho conhecimento da fazenda.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor não tem conhecimento da fazenda, mas sabe onde é.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - De acordo com a descrição, o senhor sabe onde é esta fazenda. O senhor passa em seguida na frente e nunca chegou lá.

O senhor ouviu falar em Geraldo Catingueiro?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Estive preso com ele no quartel.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor esteve preso quando?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Agora, depois que...

O SR. POMPEO DE MATTOS - E antes?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Nunca viu? E por que ele está preso?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E por que o senhor está preso?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Por causa da morte do delegado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor não teve curiosidade de saber por que o Geraldo está preso?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele não disse para o senhor onde morava?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não conversamos nada sobre isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sobre o que o senhor conversou com ele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor não conversa com ele? Como é que o senhor conheceu ele, como o senhor sabe que era ele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Porque a cela onde ele se encontrava preso era agarrada ao sol.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Era ao lado onde o senhor vai tomar sol?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E aí o senhor conversou com ele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - A esse respeito, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O que o senhor conversou com ele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Conversa mesmo foi como vai, tudo bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Estou vendo que o senhor está preocupado em se distanciar do homem. Não vejo nenhuma preocupação em o senhor conversar com ele.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não estou preocupado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Estou vendo que o senhor quer distância do Geraldo Catingueiro. Não conversou nada sobre isso. Como é que o senhor ficou sabendo que ele é o Sr. Geraldo Catingueiro?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Porque todo mundo no quartel conhece ele como Geraldo Catingueiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E aí o senhor conversou com ele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Mas não a esse respeito...

O SR. POMPEO DE MATTOS - O que o senhor conversou com ele? Falou da chuva, do sol...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Só de como estava a vida dele, como estava a minha.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como estava o quê?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Como ele estava. Se ele estava bem preso. Só isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E ele estava bem?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Nenhum preso pode estar bem, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E ele não perguntou de onde o senhor era nem nada?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Para mim não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Porque a primeira coisa é dizer: estou preso... e digo porque para

o senhor porque tenho experiência não porque fui preso, mas porque fui advogado. A primeira coisa que um preso conversa com o outro é saber o que fez e de onde é. A primeira coisa que se pergunta é essa. O que fez e de onde é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É a primeira vez que o senhor está preso ou já foi preso por outros motivos anteriormente?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Fui preso pela morte do Prefeito de Imperatriz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor já sabe como viver na cadeia e é por isso que não faz contato com outros presos...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto tempo o senhor ficou preso da outra vez?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Passei quatro meses preso em Imperatriz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o processo era em função de quê? O senhor foi acusado pela morte do prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que prefeito?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eraldo(?) Moreira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De que cidade?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – De Imperatriz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí o senhor foi julgado por este crime?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não. Percorri os caminhos e fui ouvido pelo juiz, ouvi testemunhas e fui absolvido, não fui pronunciado a júri.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não foi pronunciado e foi absolvido? Foi impronunciado. O senhor não conhece o Jorge Méres, conhece o Geraldo Catingueiro, não conhece a fazenda onde ele morava, embora saiba o local onde ela está colocada. O senhor disse que não conhece o prefeito de Vitorino Freire.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor conhece o prefeito de Amapá do Maranhão? O Aveny Pacheco?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca nem ouvi falar nele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Já ouvi falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor ouviu falar?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Já ouvi falar do envolvimento dele na CPI quando ele foi preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Emetério Webá?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Do mesmo tanto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece o Berge Coutrim?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca ouvi falar?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece a cidade de Viana?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Conheço não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe onde fica a cidade?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece o Edineuto Abreu, conhecido por Roxo?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você não sabe onde fica Viana?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas sabe que existe essa cidade?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Sei que existe, mas não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É longe de Imperatriz, não?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Creio que sim. Mas não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para que lado?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não sabe para que lado que é?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu sei que é para o lado da baixada, mas não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É do lado da baixada, mas não conhece. Quais são os processos a que o senhor responde?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Esse do Delegado Stênio Mendonça.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conte por que o senhor responde a esse processo. Qual é o seu envolvimento no crime?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Sem querer faltar com o respeito a V. Ex^a e a esta Comissão, esse processo do Delegado Stênio não gosto de falar na Justiça porque estou pronunciado a júri.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor só vai declarar...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Já fui ou vi do pelo juiz e me resguarda a falar desse caso no júri.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não quer falar...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Com todo o respeito a esta Comissão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Tudo bem! O senhor tem direito de não falar sobre assunto que o senhor não quiser. Agora, isso não nos tira o direito de fazer as perguntas que nós quisermos para o senhor.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu entendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o silêncio tem um significado também.

O senhor conhecia o Bel?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu via ele, mas não tenho amizade com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não perguntei se o senhor tinha amizade com ele. Perguntei se o senhor conhecia ele. O senhor está pulando mais que pipoca na banha quente. Não é isso? Não perguntei se era amigo dele. Perguntei se o senhor conheceu ele.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu conheci Bel, mas não tinha amizade com Bel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu não estou perguntando se o senhor tinha amizade. É engraçado. O senhor já quer se afastar do Geraldo. Eu mal pergunto sobre o Geraldo. O Geraldo está com lepra. Agora, o Bel está com lepra também. O senhor conheceu ele aonde?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu conheci na prova de vaquejada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Bel numa vaquejada.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas vezes o senhor se encontrou com ele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu não encontrei nenhuma vez.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas vezes o senhor viu ele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Duas ou três vezes. Mas eu acho que duas vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já correu vaquejada com ele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não. Só assisti a vaquejada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – As vaquejadas eram aonde?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Essa que eu assisti foi em Imperatriz, na exposição.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele ganhou?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não sei. Eu não fiquei até o fim da festa, fui embora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não lembra?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor encontrou ele alguma vez aqui em São Luís?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem uma vez?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Nenhuma vez.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem viu ele?

E o Joaquim Lauristo?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é que o senhor conheceu ele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Em Imperatriz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conheceu em que situação?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Conheci em 89, quando ele foi prestar serviço para a Prefeitura de Imperatriz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele foi fazer o quê?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Trabalhar na Prefeitura de Imperatriz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele foi fazer uma obra?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Fazer uma obra para a Prefeitura.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, ele ganhou uma licitação lá e fez uma obra lá?

E aí, depois?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Nós ficamos sempre já conhecidos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se encontrou com ele alguma vez aqui em São Luís?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Aqui, em São Luís?

Não, encontrei com ele quando estava aqui, nesta Casa da Assembléia, eu sempre encontrava com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sempre encontrava com ele.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Nesse tempo a gente não tinha grau de amizade. Encontrei com ele, mas não tinha amizade com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas eu não pergunto se o senhor é amigo do homem, o senhor já diz que não é amigo do homem.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Sou amigo dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, é amigo!

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Sou amigo dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas já estava fazendo questão de...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não...

O SR. POMPEO DE MATTOS – É amigo do...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Do Joaquim Lauristo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi na casa dele? Quantas vezes?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Nenhuma vez.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nenhuma vez. Ele foi na sua quantas?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu fui na casa dele em Imperatriz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Lá na casa dele o senhor foi em Imperatriz?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Em Imperatriz, eu fui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele tem uma casa lá? Tinha?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Tem, Acho que ainda tem, não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor foi na casa dele quantas vezes?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Umas seis vezes. Mas fui várias vezes num negócio dele sobre o serviço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Várias vezes foi falar sobre serviço.

Então, o senhor era íntimo da casa dele: almoçou, jantou, lá.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, não, não almoçava, nem jantava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor só ia lá visitava ele e tratar de negócio.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E voltava embora.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E depois que ele terminou o negócio lá com a Prefeitura, o senhor se encontrou ele, ao tempo em que o senhor era só assessor do Deputado?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não nos encontramos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Encontrou-se com ele só em São Luís? Quando o senhor era assessor do Deputado, só se encontrou com ele aqui em São Luís?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas vezes? Não lembra?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não me lembro das vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Várias vezes?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Várias vezes, mas não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nesse período em que o senhor era assessor do Deputado e que se encontrou com o Joaquim, não se encontrou com o Bel também?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe que o Bel...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Nunca vi os dois juntos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor nunca viu o Bel e o Joaquim

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Nunca vi os dois juntos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor ficou sabendo depois que os dois andavam muito juntos?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Fiquei sabendo sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas nunca os viu juntos?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Nunca os vi juntos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem andava com o Joaquim quando o senhor se encontrava com ele? Quem eram as companhias do Joaquim?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o senhor ia na casa dele, quem o senhor encontrava lá?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Nas vezes em que nos encontramos, eu estava com o Davi, com o Daniel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem estava com o Daniel?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu, o Daniel, sempre andávamos juntos. Sempre que o encontrava, estávamos juntos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o Daniel é seu amigo ou amigo do Joaquim?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – O Daniel é irmão do Davi, meu amigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estou perguntando o seguinte: o senhor ia na casa do Joaquim, o Joaquim não estava sozinho em casa, tinha alguém lá. Quem ele recebia? Quem eram os amigos dele? Quais as pessoas que estavam com ele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não me lembro. Não dá para eu me lembrar do pessoal dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Das vezes que o senhor se encontrou com ele não se lembra quais eram os seus companheiros?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele não andava sozinho, não é?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Sempre o vi com os seus irmãos, com a sua família.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, o senhor não conhece o Jorge Méres? E o Willian Soza só conheceu aqui?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Sim, depois que ele foi preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor também não conheceu o Delegado Stênio?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Conheci.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conheceu?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Lá em Imperatriz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah! Quando ele era Delegado lá. O senhor era amigo dele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Conheci quando ele me investigou. Eu o conheci quando ele foi investigar o caso do prefeito de Imperatriz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah! Conheceu ali. Foi ele quem o prendeu?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, foram os seus agentes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Os agentes que o prenderam, mas foi ele quem conduziu todo o procedimento.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exato!

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor ficou com muita raiva dele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Se eu disser a V. Ex^a que não fiquei, estaria mentindo a V. Ex^a.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Imagino que sim, porque é até natural. Não foram os agentes, a rigor, que agiram por conta; ele determinou a investigação e acabou chegando ao senhor, que depois, pelo que eu deduzo, não era, tanto que o juiz não o pronunciou.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É isso que o senhor está descrevendo. Portanto, ficou com muita raiva dele? Justificaria essa sua raiva exterminar com ele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não era para tanto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não era para tanto? Era uma raiva, mas não era uma raiva muito raivosa?

E o Cláudio Jignis?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não o conheço, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca ou viu falar no Cláudio? E o Jota?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – O Jota, a primeira vez que o encontrei foi ali na sala, hoje.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor nunca o viu?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Nunca vi o Jota.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vou perguntar de novo, pode parecer insistência, mas o senhora viu o Jorge Méres, nem uma vez?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não conheço o Jorge Méres. Não o conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – José Júlio, vou passar uma informação para o senhor.

A Lei 1.579, que dispõe sobre as comissões parlamentares de inquérito, tanto a CPI mista quanto individual, estabelece o seguinte, em seu artigo 4º: “Constitui crime: (...) Inciso II, fazer afirmações falsas, negar ou calar a verdade como testemunho, perito, tradutor ou intérprete perante a comissão parlamentar de inquérito. Pena do art. 342 do Código Penal”, que é de um a três anos de prisão e multa. Você já está preso não está? Acho que você não deveria correr risco de ser arrolado em mais um processo na sua vida. As informações que temos e quando o Deputado o inquiria deixam claras uma série de situações da sua relação com o Jorge Méres e com outros que foram citados aqui.

Acho que você tem a chance de se retratar e de se posicionar de forma diferente, para resguardar a sua posição pessoal.

É minha obrigação ler e o informar sobre isso aqui, para deixá-lo numa posição mais confortável.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – O senhor me permite falar alguma coisa?

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois não.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Sem me perguntar?

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois não!

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Permite?

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode falar.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Até onde as CPIs anteriores que passaram por esta Casa investigaram, o Jorge Méres não tocou no meu nome. Ninguém falou no meu nome nesta CPI. Eu me surpreendo muito, Excelência, agora por estar sendo envolvido nesta CPI. Todas as pessoas que passaram por este plenário sabem que meu nome não foi ventilado nas CPIs. Por que só agora eu estou sendo citado?

O SR. OSCAR ANDRADE – Esta é a CPI que veio aqui a primeira vez.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Mas as peças são as mesmas. Desculpe-me, mas as peças são as mesmas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Absolutamente, não são as mesmas.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu estou falando das testemunhas. Não estou falando do senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas as informações no depoimento do Jorge Méres, em Brasília, à CPI do Roubo de Cargas, que é esta que está inquirindo o senhor, ele coloca claramente que o senhor recebia mercadoria roubada na fazenda. Já foi mostrada a foto para o senhor?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Excelência, com todo o respeito...

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o senhor está preso?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Já lhe disse. Estou preso pelo caso do Delegado Estênio Mendonça.

O SR. OSCAR ANDRADE – Homicídio.

Presidente, eu peço a presença do Jorge Méres para fazer uma acareação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos conduzir o Jorge Méres para cá para ver se ele conhece o senhor. O senhor já depôs em outra CPI?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, senhor. É isso que está me deixando espantado. Eu sei que o Sr. Jorge Méres esteve nessas CPIs, depôs e nunca ventilou meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor está envolvido numa das coisas mais sérias que a CPI quer esclarecer definitivamente, ou seja, a morte do delegado que vinha investigando o roubo de cargas. Ele foi morto por vingança e para que parassem com as investigações que envolviam toda a estrutura de um crime grave, que é o roubo de cargas. O senhor está envolvido com essa morte. O Jorge Méres tem conhecimento, em razão das ligações que tinha com vários elementos do grupo... Aqui há alguns dados que se referem ao senhor.

Jorge, eu pediria seu auxílio. Você conhece este senhor?

O SR. JORGE MÉRES – Conheço sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como ele se chama?

O SR. JORGE MÉRES – Eu o conheço pelo primeiro nome – Zé. Eu o conheço na fazenda com o Bel, em Santa Inez.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na fazenda, em Santa Inez. Você entregava mercadoria para ele? Qual era a sua relação com ele?

O SR. JORGE MÉRES – A minha relação com ele ... Eu ia com o Bel lá na fazenda. O Bel lá parti-

par de churrasco, ia tomar uísque, ia acertar negócio, acertar para guardar caminho lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E cadê a foto? Mostra a foto e a legenda da foto para ele, para o Jorge Méres. (Pausa.)

O SR. JORGE MÉRES – Sim, era na entrada de Santa Inês, bem na bifurcação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas aí fala na entrega de mercadorias.

O SR. JORGE MÉRES – Ela tem um galpão e guardava os caminhões ali. O Bel usava para guardar os caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E qual é o papel dele lá?

O SR. JORGE MÉRES – Diretamente, não sei o que ele fazia, mas sei que eles negociavam, o Zé ficava lá na fazenda, emprestava a fazenda para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A fazenda era dele?

O SR. JORGE MÉRES – Não sei, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As mercadorias roubadas ali, segundo Jorge Méres, eram entregues cargas roubadas ao José Júlio. Segundo você, nessa fazenda eram entregues cargas roubadas a ele. Você confirmou isso? Você viu alguma entrega de mercadorias a ele?

O SR. JORGE MÉRES – Fui várias vezes na fazenda para buscar caminho que já estava descarregado. Quando o Bel trazia do interior, para não trazer para São Luiz, ficava lá. A entrada da fazenda é boa e plana, tem um galpão grande.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, mas qual foi a vez que você o viu lá e qual era o papel dele com respeito à mercadoria roubada?

O SR. JORGE MÉRES – Pelo que sei, Senador, ele emprestava a fazenda e dava cobertura para o Bel e para o bando do Bel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a fazenda era dele?

O SR. JORGE MÉRES – Não sei se a fazenda era dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele era o responsável pela fazenda?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Administrador, qualquer coisa assim.

O SR. JORGE MÉRES – Não sei o que ele era da fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas estava sempre lá?

O SR. JORGE MÉRES – Estava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele ficava lá com o Bel, tinha intimidade com o Bel?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, bastante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conhecia o Bel? Não é para você rir. Estamos falando de coisa séria.

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, não estou rindo dos senhores. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você responde o que eu lhe perguntar e o que os outros membros da CPI perguntarem. Ele não está lhe gozando e nem você vai ter o direito aqui de achar que todo esse trabalho seja uma palhaçada. Eu lhe perguntei: você conhece o Bel?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Conheço o Bel, mas não tenho amizade com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tinha amizade? Nunca pisou nessa fazenda?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Nunca nos encontramos nessa fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou perguntando se você nunca pisou nessa fazenda?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só passou pela frente dessa fazenda.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Só passei pela frente dessa fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que você acha, Jorge?

O SR. JORGE MÉRES – Ele sempre estava na fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está mentindo?

O SR. JORGE MÉRES – Está mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pode dar algum detalhe de roupa, de alguma coisa que ele tinha, carro, alguma coisa que você tenha visto quando o encontrou? Sei que é um tempo longe, mas você tem boa memória.

O SR. JORGE MÉRES – A primeira vez em que estive lá para buscar uma Scânia, que foi levado o cavalo lá para a fazenda, tinha uma D-20 branca e um Gol preto lá no pátio da fazenda. Na segunda vez, fui com o Bel. Ele foi lá para acertar guardar um outro caminho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele já estava lá?

O SR. JORGE MÉRES – Estava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estava só ou tinha mais pessoas lá?

O SR. JORGE MÉRES – Tinha mais três pessoas lá, mais três homens. A última vez em que estive na fazenda foi em 1996, final de 1996, dezembro, e ele estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Algum desses carros era dele, ele chegou a usar?

O SR. JORGE MÉRES – Os carros estavam parados quando chegamos lá. Ficamos conversando, eles conversaram...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí você foi embora e eles continuaram lá.

O SR. JORGE MÉRES – Tinha um menino moreno que estava tomando caipirinha e sentamos lá, ficamos tomando caipirinha, eles estavam assando carne. Eles...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você chegou a conversar com ele nessa hora?

O SR. JORGE MÉRES – Não, ele estava conversando com o Bel, com um outro menino que estava junto com o Bel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não se lembra disso?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exceção eu fui preso em Imperatriz em 93, em setembro de 93, saí em janeiro de 94.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Setembro de 93.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – De 94, passei quatro meses. Saí da cadeia e passei dez dias com a minha família.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em Goiás?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não. Em Imperatriz. Fui para uma região chamada Rios dos Bois e lá eu comprei uma fazenda de cem alqueires de terra. Lá eu passei 95, 96 sem sair daquela fazenda. Posso provar isso para V. Ex^a. Eu falei 95, 96.

O SR. JORGE MÉRES – Final de 95, início de 96. No início de 96 ele estava na fazenda.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Mas passei o ano de 95 e o ano de 96 lá na fazenda, sem sair nem um lugar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixa então, eu vou imaginar que tu estás dizendo a verdade. Se tu estás com tanto convicção da verdade que tu tens, então me conta como é o episódio da morte do Estênio. Conta-me com a mesma convicção que tu estás dizendo isso.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não posso contar com essa convicção, porque eu não tenho essa convicção do que eu estou dizendo aqui. Com todo o respeito a essas autoridades, aos seus Senadores que aqui se encontram, eu não fui denunciado a júri nesta Casa e me limito a responder aos senhores. Com respeito aos senhores.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, só que ro mostrar que tu mostras convicção: não, eu não estive lá. Então, conta tudo o que tu sabes. Para que nós acreditemos em ti não podemos

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Posso provar aos senhores que não saí de lá, eu não conheço essa fazenda, eu sei que se essa fazenda tem um dono, ela tem mais pessoas que devem ter me visto lá. Se eu (*inaudível*) ... mais gente. Assim mesmo deve ter irmãos, filhos, parentes, eles devem ter me visto lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tem mais pessoas que viram o senhor lá. Espere que vamos chegar lá. Eu só quero mostrar que já que o senhor está com tanta convicção, quero acreditar no senhor, mas me conta tudo o que o senhor sabe, mas quando o senhor esconde uma parte eu não tenho porque acreditar na outra. O senhor está escondendo essa outra parte. Por que o senhor está escondendo? O senhor tem medo de quê?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu não estou escondendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor está escondendo. O senhor não está escondendo então fale. O senhor é amigo do Joaquim Lauristo, não é?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Andava com ele, não andava?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Andava com ele no carro dele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – É. Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele andou com o senhor?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem andou com quem?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Ninguém andou com ninguém.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não andou nunca com ele. Se encontravam onde?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – No ser viço, na casa dele, na casa dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No seu serviço, na casa dele.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Na prefeitura. Nunca esteve no carro dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na prefeitura, depois que saiu da prefeitura, depois que terminou a obra, o senhor continuava a se encontrar com ele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Proseava com ele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Proseava com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor é do bando dele. É isso que pesa. O senhor é do time dele, o senhor já disse. O senhor deu um depoimento para a Secretaria aqui, de Justiça? O senhor deu um depoimento?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Do caso Estênio eu estou pronunciado a júri.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu estou perguntando... eu faço uma pergunta o senhor me responde outra. O senhor me responde o que estou lhe perguntando, ou diga que não vai responder, mas não dê outra resposta sobre o que perguntei. Eu estou lhe perguntando: o senhor deu um depoimento na secretaria?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Do caso Estênio, dei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Do caso Estênio, deu. E o senhor esclareceu tudo nesse depoimento do caso Estênio?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu não quero me referir a esse assunto aqui no interrogatório.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu não estou dizendo o que o senhor disse. Eu não estou entrando no detalhe. Eu só quero saber se aquele depoimento que o senhor deu à secretaria é verdadeiro? Aquilo que está escrito ali é a expressão da verdade?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – A expressão da verdade está na versão que dei à da Justiça, ao juiz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aquilo que o senhor disse no depoimento na secretaria, o senhor quer dizer então que não é verdade?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não é verdadeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então o senhor foi à secretaria e mentiu?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Menti.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que eu vou acreditar no senhor? Eu acredito nele, porque o que ele está dizendo é a verdade. O senhor disse lá na Secretaria com tanta convicção como está dizendo aqui. E agora está dizendo aqui com tanta convicção que o que disse lá não era verdade. Quando é que o senhor está mentindo: quando disse lá ou quando disse aqui? Agora o senhor está dizendo que mentiu quando disse lá. Amanhã, o senhor vai dizer que mentiu o que disse aqui.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não vou fazer isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é o que o senhor fez agora. Quando o senhor depôs lá disse que era verdade. Agora foi em juízo e deu outra versão. Disse que essa é a verdade. Agora, estamos pedindo aqui o seu depoimento e o senhor disse que não diz mais, que não vai falar mais. Por que o senhor não quer falar mais? De medo de colocar uma terceira versão e mentir pela terceira vez?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não tenho medo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, o senhor fala a verdade.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu quero que o senhor me escute só um pouco. Quando eu fui preso em Imperatriz, eu sofri consequências da prisão. E fiquei com medo novamente de sofrer as mesmas consequências. Então eu queria chegar ao juiz. E cheguei ao juiz e falei a verdade para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o que falei na Justiça. Eu queria limitar a não falar nesse caso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – *(Inaudível)* ...que seria, segundo você, mentira, e segundo ele você que está mentindo?

O SR. JORGE MÉRSE – Excelência, em primeiro lugar, até hoje tudo que eu falei consegui provar e acho que consigo também. Então, tinha mais gente junto com a gente, como ele sabe que tinha mais gente, e é fácil dizer que ele estava lá na fazenda. Porque ele estava e não vai poder negar e dizer para mais pessoas que ele não estava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lembra bem quais são as pessoas? Eles estão ainda andando por aí ou tem algum deles preso?

O SR. JORGE MÉRSE – Quatro deles estão mortos, mas tem gente por aí ainda. O Jota está aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Jota o conhece?

O SR. JORGE MÉRES – Conhece. O Jota está aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Jota ia à fazenda?

O SR. JORGE MÉRES – Ia, eu fui com o Jota também lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele estava lá?

O SR. JORGE MÉRES – Não, o dia em que eu fui com o Jota ele não estava. Mas o Cláudio Jignis também teve com ele lá na fazenda. O Cláudio Jignis está aí, também pode falar. Não sei onde ele está.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está foragido. Inclusive, Sr. Presidente, vou requerer que chame o Jota para ele esclarecer. Ele disse para mim aqui que não conhecia o Jorge Méres, agora já conhece.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Esteve com o Jorge Méres aqui, hoje.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o Jorge Méres já disse que conhecia o senhor.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, o Jorge Méres não me conhece, na verdade. Ele não me conhece e ele sabe disso. O Jorge Méres sabe que não me conhece.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, qual é o objetivo dele, por que ele não está lhe informando em nada? Por que você acha que ele estaria mentindo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele não está te apontando nenhum crime, só está dizendo que te viu e que não é crime ter te visto lá. Agora, quando tu negas que esteve lá, é porque tu queres ocultar alguma coisa.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Mas eu não estive nessa fazenda. Não conheço essa fazenda. Passo na porta dela, mas não sei como é essa fazenda.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora o senhor diz que passa depois que lhe mostrei, antes o senhor não sabia nem o asfalto.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Excelência, no momento em que eu pego uma foto, com todo respeito, aqui, de imediato, não vou saber em pista está essa fazenda.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não é assim não. O senhor não pegou uma foto. Onde é que está a foto? O senhor leu e disse que não conhecia, está escrito aqui. Não sei onde está a foto, mas está escrito. Depois que o senhor leu, disse que não.

Está escrito aqui Fazenda Santa Fé, no trevo de Laranjeira, do Geraldo Catingueiro, onde, segundo o Jorge Méres, eram entregues cargas roubadas ao Zé Júlio, assessor do Deputado Davi Alves e Silva.

O SR. JORGE MÉRES – E ele me conheceu porque em uma oportunidade eu fui pegar uma autorização para abastecer a carreta com o Joaquim Lauristo e ele estava no posto junto com o Joaquim Lauristo, eu e o Bel. Ele me conhece sim. No posto da Vial e Silva, em Imperatriz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conhece o posto da Vial e Silva em Imperatriz?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esteve lá?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Com... *(inaudível)* nenhuma vez, até porque quando o Davi comprou esse posto, vou deixar bem claro a V. Ex^a, eu estava na Rio dos Bois e não voltei em Imperatriz. Ele comprou esse posto e eu não voltei nesse posto.

O SR. JORGE MÉRES – O posto era do Davi Alves Silva, mas quem dava autorização para gente abastecer as carretas lá era o Joaquim Lauristo e nós fomos encontrar o Joaquim Lauristo lá para pegar autorização para abastecer a carreta porque eu estava indo para São Paulo. E ele estava junto com o Joaquim Lauristo, e nós nos encontramos lá, eu, o Bel, o Joaquim Lauristo e o Zé.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais ou menos naquela data também, 1995 e 1996?

O SR. JORGE MÉRES – Isso. Na mesma data. Foi na carreta que estava na empresa Juli. Abasteci eu e abasteci lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que todas essas colocações que está fazendo chega ao grupo que planejou e matou o Delegado Estênio, então você tem medo de se comprometer reconhecendo como verdade essas colocações que ele faz.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Excelência, aqui nesta Casa tem uma pessoa, neste plenário, é o Deputado João Macedo, e ele tem conhecimento que os anos de 1995, 1996 e 1997 eu não estive em Imperatriz por nem um dia. Eu estive na fazenda, no Rio dos Bois, durante todos esses dois anos e não saí desta fazenda. Vou provar para todos os senhores...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está invocando o testemunho desse deputado?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fica a critério se o Deputado quer ou não confirmar, se é que está ou não presente...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – E ele sabe que eu não saí de Imperatriz, desta fazenda, durante os dois anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor disse que o deputado estava aqui...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Que é desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fica a critério dele querer ou não confirmar como testemunha invocada pelo depoente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o deputado sabe disso?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Porque ele trabalhava com o Davi. E ele sabe que depois que eu saí do quartel de Imperatriz, fui para a fazenda e não voltei mais...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em que condições o deputado trabalhava com o Davi?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Ele sempre trabalhou como político, trabalhava, ele foi vereador, deputado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trabalhava só como político ou tinha algum tipo de negócio com o Davi?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Assessorava ele nos negócios políticos dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era um auxiliar do Davi então?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Político. É.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Davi era auxiliar do deputado?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Davi era deputado.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu tenho como provar com V. Ex^{as} que em 1995, 1996 e 1997 este homem que está aqui não esteve em Imperatriz. Estive em minha fazenda, em Rio dos Bois, e não saí de lá durante dois anos nem para fazer compra. Minha esposa se dirigia de Imperatriz para a fazenda e eu não saí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você se enclausurou?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Praticamente isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Porque até saí de lá sem nenhuma condição financeira. O que me sobrou com aquela terra no meio da mata...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Comprou por quanto essa terra?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – R\$10.000,00. Assim que saiu a URV, negócio de R\$100,00 o alqueire.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então me deixa entender. Então o senhor saiu de lá em que ano?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Saí dessa fazenda em 1996, pelo meio do ano de 1996, e com aquela fazenda na entrada do arame rumo Arapeari.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quanto?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – R\$100 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também R\$100 mil.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Sim, R\$1 mil o alqueire.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que o senhor comprou se estava sem um centavo, sem dinheiro?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Quando eu comprei a fazenda no Rio dos Bois era região de mata que ainda hoje está lá o resto da mata, e eu tirei a madeira, vendi e fiz o dinheiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor comprou fiado?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, eu tinha R\$10 mil na época.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deu R\$90 mil?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Dei R\$10 mil na primeira fazenda, dos cem alqueires. Lá era barato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A outra o senhor comprou...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – A outra comprei por R\$100 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por 100 mil. Quer dizer, nesse período o senhor ganhou 90 mil?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Ganhei mais, porque era madeira que eu estava vendendo lá. Tirava madeira da minha terra, que comprei por R\$10 mil e fiz o dinheiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas então quem vendeu para o senhor era louco?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, por que era muito distante. De onde o carro ficava, lá não tinha estrada. Depois que eu fiz estrada...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu não iria vender por R\$10 mil uma fazenda que eu posso tirar de madeira R\$100 mil, credo. Não vou entrar em detalhe, mas já é outra coisa que se custa a acreditar.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Mas lá ainda se colocou esse preço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas em todo o caso o senhor saiu da fazenda e comprou a outra por cem mil. Aonde?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Em Amapari.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí foi morar lá? É longe de Imperatriz?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – É em Buriticupu, na região de Arame. E não voltei mais em Imperatriz. Desde a prisão do prefeito eu não voltei em Imperatriz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E nesse período... Quando é que foi que o Davi morreu? Mataram ele, não é? Em que ano que ele morreu?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Ele morreu agora na última campanha, em setembro de 1998.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixa eu entender, setembro de 1998. E ele ficou deputado em que período?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Ele foi deputado em 1982, deputado federal em 1986, prefeito em 1988 e federal em 1994.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De 1994 até 1998. E o senhor declarou para nós aqui que era o assessor dele. Sem trabalhar com ele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Sempre trabalhei com ele, até por que nos famílias são vinculadas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas então deixa eu entender: Como é que o senhor trabalhou com ele se o senhor ficou três anos numa fazenda?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Desse período, de lá para cá não prestei mais serviço para ele. Prestei serviço até na prefeitura. Quando aconteceu o acidente com o prefeito, eu não trabalhei mais com o Davi. Fui para a fazenda e lá fiquei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E daquela fazenda foi para outra fazenda?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E dessa outra fazenda o senhor fez o quê?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Aí quando a morte do delegado aconteceu, saí do Maranhão e fui para Goiânia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas por que é que o senhor diz quando a morte do Estênio aconteceu, por que essa referência?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Porque foi aí que saí do Maranhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas me deixa entender, o senhor poderia dizer assim: por que tal ano, tal mês, mas o senhor faz questão de dizer: depois da morte do Estênio eu fui. Por que isso?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu não estou bem certo, Excelência, o mês que saí do Maranhão, mas me parece que foi pelo mês de junho de 1997.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas foi depois da morte do Estênio? Nesse período que o senhor estava na fazenda, o senhor veio a São Luís?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não vim a São Luís.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E como é que lhe acusam da morte do Estênio se o senhor não veio a São Luís? (Pausa.)

Ah! ele passava todo dia na frente, por que ele ia para Imperatriz vinha para cá, ia para lá. Quer dizer, isso ele custou para admitir, mas admitiu.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Tenho como provar a V. Ex^a que passei 1995, 1996 lá dentro da roça, sem sair nem no asfalto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que você prova?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Provo com as pessoas que estão lá na região.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como o senhor prova também que não veio a São Luís na época da morte do Estênio. Está provado?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Provo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está tão provado que o senhor está pronunciado no Judiciário. Então por que o Judiciário lhe pronunciou, se o senhor prova. O senhor provou no Judiciário que não veio a São Luís e que estava nessa fazenda perto de Buritis?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Excelência, do jeitinho que o Sr. Jorge Méres está me acusando aqui, na minha frente, que me viu em uma fazenda de Geraldo Catingueiro no posto, abastecendo, eu já não tenho mais certeza é de nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem eu. O senhor sabe quando falou a verdade.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu sei quando eu falei a verdade...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando mentiu também sabe?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe demais então.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Reconhece que tem a capacidade de mentir, de dar versões diferentes da verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorge, você esteve com ele várias vezes na fazenda?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – No posto?

O SR. JORGE MÉRES – No posto, eu abastecia lá direto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais algum outro local? Alguma outra coisa que você possa lembrar para colaborar. Por exemplo, qual é o carro dele? Algum detalhe assim. Não se lembra?

O SR. JORGE MÉRES – Não, porque o dia que o vi na fazenda ele estava na varanda, e o dia que o vi fora da fazenda ele estava com o Lauristo, lá no pátio do posto, não vi em que carro ele estava. Mas eu parava na fazenda e no posto quase toda vez que vinha para cá, porque eu abastecia no posto do Joaquim Lauristo e passava na fazenda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Morava na fazenda?

O SR. JORGE MÉRES – Não sei, acho que não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde ele morava? O senhor sabe?

O SR. JORGE MÉRES – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois os nomes que você disse que têm como comprovar que ele estava na fazenda, que você viu junto, é fácil localizar?

O SR. JORGE MÉRES – E. O Cláudio Jignis está foragido, mas o Jota está aí; o Fábio Xuxinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando você foi, o Jota não estava junto?

O SR. JORGE MÉRES – Não, no dia que fui ele não estava, mas ele foi lá para encontrar o Zé, mas ele não estava lá na fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, você tem certeza que ele foi procurar o Zé?

O SR. JORGE MÉRES – Foi procurar ele.

O Fábio Xuxinha também sempre ia lá na fazenda, ficava direto na fazenda. Júnior, já depois, na CPI do Narcotráfico, também sempre ia lá na fazenda, porque era o outro motorista do Bel. Estava em Buriticupu, porque ele mora lá. Ele morava em Santa Inez...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não está preso, não é?

O SR. JORGE MÉRES – Eu sei que na CPI do Narcotráfico pediram a prisão dele, agora não sei se ele está preso ou não. Porque ele morava em Santa Inez, bem pertinho...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aonde era a fazenda?

O SR. JORGE MÉRES – Não, em frente, do outro lado da pista, dá uns dois quilômetros da fazenda até lá. Então o Júnior estava direto lá na fazenda, às vezes eu ia encontrar com ele lá, para pegar documentos e tudo, lá na fazenda. E o Bel, quando ia no final de semana para lá, ele ia para fazenda dele, do pai dele, e todos os dias ia lá para essa fazenda, para tomar uísque, comer uma carne e acertar os negócios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe como é que está a fazenda hoje?

O SR. JORGE MÉRES – Não, Excelência, faz dois anos que eu não vou lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês passaram agora para fotografar.

O SR. JORGE MÉRES – Sim, mas não passamos muito próximo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ela está aberta, está funcionando?

O SR. JORGE MÉRES – Está.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não sabe quem é o proprietário atual.

O SR. JORGE MÉRES – Não, não sei. Eu nunca soube quem era o proprietário. Só sei que a fazenda é ali porque depois de eu passar num lugar eu volto dez anos depois, e eu fui várias vezes na fazenda.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu lembra do Geraldo, esse que mora lá na fazenda, como era o nome dele?

O SR. JORGE MÉRES – Tinha um que ficava lá, não sei se era o caseiro, o que ele era da fazenda, ele era meio baixo, gordinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não, o nome do Geraldo, esse? Catingueiro. Você conheceu Geraldo Catingueiro?

O SR. JORGE MÉRES – Não. Geraldo Catingueiro faleceu, faz muitos anos

O SR. POMPEO DE MATTOS - Faleceu? Tu não disseste que o Geraldo Catnguero estava preso contigo?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não, o filho dele, o Geraldinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas então tu me aplicaste 171. Perguntei para ti se o Geraldo Catingueiro... Eu li, está escrito ali no papel: Geraldo Catingueiro.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Geraldinho Catingueiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ninguém falou em Geraldinho, falei em Geraldo.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Geraldo Catingueiro, eu estive com ele lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Geraldo Catingueiro esteve preso contigo?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - É. Preso no quartel.

O SR. POMPEO DE MATTOS - No quartel, contigo?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É, mas eu não falei em Geraldinho nem filho do Geraldo.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Pois é, Geraldo Catingueiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tu estás mais perdido do que cego em tiroteio.

O SR. JORGE MÉRES - O filho, não, conheço velho.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Por que ele está preso lá?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não perguntei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não perguntou. Não sabe?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Aliás me admirei antes por você não perguntar por que ele está preso nem de onde ele era. E o pai dele você conheceu?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Pessoalmente o pai dele não conheci, mas o pai dele era um homem muito faladon nas redondezas.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Por que ele era falado?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Sr. Geraldo Catingueiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Geraldo. Mas era bandido?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Nunca vi ele pessoalmente. Nunca vi ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas ele era bandido, homem de bem, assaltante?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não tenho conhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas ele era muito falado?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Se era de bem, mas só falavam dele bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É engraçado, você conheceu o rapaz ali e não chegou a dizer: olha, eu conheci seu pai.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Mas não conheci a fazenda dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Fiquei sabendo, conhecia teu pai.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não. Não comentei isso com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Nada?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não comentei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Acho que você está aplicando mais uma...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Jorge, há quanto tempo tu não vês o Joaquim Lauristo? Quando foi a última vez que o você o viu?

O SR. JORGE MÉRES - A última vez que vi ele foi numa audiência - acho que no ano passado -, mas eu estava sentado de costas para ele. Solto, a última vez que vi ele foi no início de 1996, por que fui abastecer a carreta lá e ele deu a autorização.

O SR. POMPEO DE MATTOS - No início de 1996.

O SR. OSCAR ANDRADE - *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. JORGE MÉRES - Não. Foi aqui na empresa Juli.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Depois tu não tiveste mais contato com ele?

O SR. JORGE MÉRES - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas ele continuou com o bando dele, com o time dele?

O SR. JORGE MÉRES - Sim. Ele era responsável para liberar o abastecimento das carretas.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual foi a última vez em que o senhor viu o Joaquim?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – A última vez que vi ele depois que estamos na cadeia?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Solto.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Vi ele em Buriticupu, em 1997.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E depois?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não vi mais. Vi preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você tem falado com ele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Tenho falado até porque ficamos juntos na cela.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Começo a entender agora algumas coisas. O senhor está junto com ele na cela?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não estou junto mais, mas estive com ele por três meses.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conviveu com ele três meses. E a última vez que o senhor o viu solto foi em Buriticupu.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATOS – E o que senhor tratou com ele nessa oportunidade?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não conversamos nada a respeito de ...

O SR. POMPEO DE MATOS – Não conversaram nada de nada.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Conversamos sobre o negócio do posto por que ele tem uma fazenda em Buriticupu no mesmo caminho que era a minha fazenda.

O SR. POMPEO DE MATOS – E o senhor não o convidou para ir lá?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATOS – Não?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conheceu o Geralzinho Catingueiro quando estava preso?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é filho do...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Sr. Geraldo Catingueiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem é o Antonio Geraldo Catingueiro? É a mesma pessoa?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Senador, na verdade, o primeiro nome é Antônio?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É da família.

O SR. OSCAR ANDRADE – Será que é o tio, então?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Falamos com o Jota. Ele está sob ameaça de morte grave hoje. Então, estamos evitando expô-lo em público. Mas ele disse que essa fazenda existe, que é da família do Geraldo Catingueiro, provavelmente do irmão, e que viu o senhor lá mais de uma vez.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixe-me entender. O senhor saiu dessa fazenda que comprou por R\$10 mil e ficou lá... O senhor foi preso em 1994?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Em 1993.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em outubro de 1993?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Comprou a fazenda e passou lá 1994.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Isso. Passei o restante de 1994, 1995...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Todo?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Todo. E 1996.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Todo o ano?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Todo, todo esse período.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Todo o ano de 1996? Quando o senhor saiu de lá?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Talvez pelo mês de junho, julho. Não estou me lembrando bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De 1996?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, não passou todo o ano de 1996 lá.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Passei todo o resto de 1994 e 1995.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E, de 1996, a metade?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – A metade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em 1996, o senhor foi para onde?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Para Buriticupu. Comprei uma fazenda no Arapari.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É longe de Buriticupu?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – É, mas passa na porta da fazenda do Joaquim Lauristo. Passa na estrada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dá quantos quilômetros?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não sei, mas da entrada do arame até lá dá uns 60 quilômetros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor não saiu mais de lá também?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Da fazenda do Arapari?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Para Imperatriz, sai não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E para onde o senhor saiu?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Só sai de lá para Buriticupue para mais lugar nenhum.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E de lá o senhor foi para onde?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Fui para Goiânia. Fui para Sobradinho, Brasília, primeiro e, depois, fui para Goiânia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Depois da morte do Estênio, em 1998?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exato. 1997.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor foi em julho ou agosto de 1997?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Talvez junho ou julho. Não estou bem certo, mas foi por aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em 1997, o senhor foi embora?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor fazia em Goiânia?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Em Goiânia? Comprei uma churrascaria e pizzaria junto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vendeu a fazenda e comprou lá.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você morou em Sobradinho também?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Morei em Sobradinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vendeu para quem a fazenda?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – A fazenda hoje é do rapaz que é Tota, parece que o nome dele é Tota, mas quem comprou foi o rapaz de Belém.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vendeu por quanto a fazenda?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Vendi por 100 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Comprou por 100?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Comprei por 100 e vendi por 100.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vendeu pelos mesmos 100?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não fiz nenhum benefício nela.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não fez nada, nenhuma benfeitoria?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não fiz nada nela.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí pegou o dinheiro e aplicou lá em...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Comprou por quanto lá?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Lá gastei para ampliar R\$30 mil, só.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o que mais?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – É, esse foi o dinheiro que gastei lá na...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E os 70?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – O resto gastamos com colégio de crianças. Tenho quatro filhas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – 70 mil?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Olha, tenho...esse período todinho nunca me empreguei. Sempre trabalhei e vivi com o que levei daqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o senhor recebeu 100 mil limpinho na fazenda, não recebeu?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Limpinho, é.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí, fez o que com os 100 mil?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Já falei. Gastei, usei, comprei essa churrascaria...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Comprou por 30.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – A família ainda hoje vive dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor depositou no banco esse dinheiro?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Colocou onde, no colchão?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu comprava e vendia. Comprava as coisas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que coisas?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Lá em Sobradinho eu negociava com compra de gado. Comprava gado, vendia. Tinha uma fazendinha lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, você comprou alguma fazenda lá?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, lá não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor comprava gado onde?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Lá em Sobradinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acho que o senhor está se enrolando...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, mas lá na chácara, chácara grande.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Chácara de quem?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Davi Alves Silva.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é Davi Alves Silva?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Deputado. Pedi apoio para ele para poder ficar lá até as coisas se resolverem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Ele me deu a chácara dele, em Sobradinho, onde eu vivia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ficou quanto tempo em Sobradinho?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Dois anos em Sobradinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ficou até, então, 2000, 1999.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – É, quando fui preso estava com seis meses em Goiânia. Mais ou menos isso aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem o denunciou? Quem lhe denunciou?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não tenho idéia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tem alguém que deu um depoimento dizendo “olha, ele estava no meio”? Não sabe quem lhe denunciou?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem nunca procurou saber? Mas sabe que tem alguém que lhe denunciou?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Sei, mas nunca procurei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É mais curioso ainda. Se alguém...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – As pessoas que me denunciaram... O senhor está falando do caso Estênio?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Ah, do caso Estênio, sei sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem lhe denunciou?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Quem me denunciou foi o Júnior Cabeção

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem mais?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Do caso só. Denúncia só dele mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o que ocorreu... qual a participação dele no crime?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não tenho certeza... não tenho idéia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não sabe?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele não... se participou direto?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor o conhecia?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Já tinha visto, mas não conhecia assim os negócios dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca... mas se dava com ele, assim.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, não. Não tinha nem relacionamento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca tinha visto?

O SR. OSCAR ANDRADE – É sua vida está danada, o corrote de denuncia mes mo.

O SR. – (Inaudível. Fora do microfone)

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, Senador, para mim está bom.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jorge, você teria alguma coisa a mais a ajudar ou esclarecer esse ponto?

O SR. JORGE MÉRES – Não, Excelência, o que eu te quero dizer é o que eu já disse. Eu confirmo o que eu disse porque aconteceu e é isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está bem, então está dispensado e eu lhe agradeço.

O SR. JORGE MÉRES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E também nós vamos encerrar com o senhor, Sr. José Júlio. O senhor hoje responde por um homicídio e nós vamos verificar se o senhor tentou obstruir o trabalho da CPI, faltando com a verdade, e estará sujeito àquilo que a lei impõe, porque o senhor, sob juramento, fez o seu depoimento aqui.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Concorro com o senhor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não vou fazer acusação que o senhor mentiu, mas há meios de se comprovar, e duas testemunhas vinculadas às organizações confirmam a sua presença na fazenda, portanto vinculada à estrutura do crime organizado do roubo de cargas e há outros nomes citados. Nós vamos ouvi-los e se ficar confirmada, sem dúvida nenhuma procuraremos indiciá-lo na forma da lei e com certeza o senhor aprenderá a não mentir, mesmo sob juramento. Está dispensado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, permite-me V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Permita-me. Deixe eu matar só duas curiosidades aqui. A primeira delas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é muito curioso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É verdade.

Quando do episódio da morte do Estênio, aliás o senhor diz que depois da morte do Estênio saiu lá da sua fazenda. O senhor foi para onde quando o senhor saiu de lá?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Sobradinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Direto para Sobradinho. Pegou ônibus aonde? De ônibus?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – De ônibus? Não, senhor. Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que o senhor foi? De ônibus, de carro...?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu quebrei minha perna na fazenda e sai e fui para Brasília me operar da perna.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é a fazenda?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Lá na fazenda Rio dos Bois, onde eu estava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não esteve em Rondon-PA?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe onde fica?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – A cidade não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas sabe onde fica?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Sei que ela existe, mas não a conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor esteve uma vaquejada lá?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é que o senhor quebrou as pernas?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – No Rio dos Bois.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é o Rio dos Bois?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – É depois de Buriticupu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aonde o senhor tinha fazenda?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E que brou aonde lá? Aonde o senhor quebrou a perna lá?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Lá na fazenda mesmo. Lá dentro, atrás de gado. Aí o cavalo caiu em cima da minha perna, quebrou a minha perna.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O cavalo fez o quê?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Quebrou a minha perna.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O cavalo quebrou a perna?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Caiu por cima de mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi atendido em hospital?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Atendi do lá em Brasília.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o senhor não foi atendido no hospital em Buriticupu?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – Tem registro sobre isto?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Em Brasília tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é que o senhor foi atendido primeiro? E olha que quebrar a perna não é todo dia que se quebra a perna, não é!?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Mas eu fui embora sem atendimento. Até porque estavam procurando pela morte do Delegado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi com a perna quebrada até Brasília?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Até por quê?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Estava sendo procurado pela morte do Delegado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí se mandou.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Aí eu fui assim mesmo, com a perna quebrada. Deram um jeito lá de eu viajar e eu viajei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas já estava sendo procurado?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Estava. Já estava.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem deu jeito?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que o senhor não se apresentou?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Hem?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que não se apresentou?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Porque quando eu fiquei sabendo foi na semana em que mataram o bando de Bel. Aí eu me apavorei, fiquei assustado e tentei sair.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com medo de morrer também.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você engessou a perna em Brasília? Você engessou a perna?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não. Não pegou gesso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que o senhor foi até lá com a perna quebrada? De que jeito?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conservou a perna sem gesso?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas de que jeito o senhor foi? Onde é que quebrou, que parte da perna?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – No fêmur.

O SR. OSCAR ANDRADE – O fêmur quebrou?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Quebrou.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você não usou gesso? O que você usou, uma tala? Nada?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Ele operaram e puseram pino. Tenho dez pinos na perna.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Lá em Brasília?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Brasília.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o hospital?

O SR. OSCAR ANDRADE – Dez pinos? Então foi fratura grave.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Com licença. Tem uma placa de platina daqui até aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E você viajou assim?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Viajei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas bota fuga. Isso não é viajar, isso é fugir.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Realmente eu estava fugindo, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É...!

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não foi atendido em Buriti?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Não, senhor. Eu não voltei e, de lá, eu fui logo embora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, a cidade onde o senhor machucou a perna.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu não fui atendido em nenhum hospital, fui direto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor foi?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu fui de carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foi dirigindo?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – Eu viajei com o meu irmão.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu irmão foi dirigindo? O senhor estava sentindo muita dor?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA – A dor foi quando quebrou, foi muita dor, mas, depois, aquela dor...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor quebrou e ficou esperando quantos dias?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - No mesmo dia, viajei.

O SR. OSCAR ANDRADE - Gastou quantos dias de viagem?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Nós saímos de lá à noite e chegamos lá à noite, no outro dia seguinte?

O SR. OSCAR ANDRADE - Foram 24 horas com a perna que brada e a ponto de colocar 10 pinos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É uma loucura, não é? É difícil de acreditar...

O SR. OSCAR ANDRADE - Isto não é possível.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não é possível, mas diante do que ele estava fugindo, talvez se explique...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Para quem já assistiu o filme "O Fugitivo"...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Senador, eu disse que tinha duas curiosidades. Perguntei uma, mas como sou curioso: o senhor conheceu ou conhece o Chico Caíca?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - O Chico Caíca, eu conheço ele, mas ele não me conhece. Conhece, agora, mas ele não me conhecia.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o senhor conhece Porção de Pedra?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Aonde é que fica?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Fica ali para o lado de Pedreiras. Eu estive lá nas campanhas de Daniel...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Aconteceu algum incidente lá, envolvendo o Prefeito ou a Prefeita? O senhor tem conhecimento?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Conhecimento? De algum envolvimento?

O SR. POMPEO DE MATTOS - É.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Tenho conhecimento de Lago Azul.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O que houve lá?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Teve um acidente com a família da Prefeita.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual foi o acidente?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Assassínatos, essas coisas...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas isto não é acidente, então é incidente...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Eu me expressei mal...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Está bem. Assassinaram a Prefeita. Qual era o nome da Prefeita?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Eu não me recordo qual era o nome dela.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E mataram ela ou ele, o marido dela?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Eu soube disto pelos jornais, eu na televisão dizendo que tinham atirado nela. Foi isto que ouvi.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Atiraram nela?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Atiraram nela.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E, aí, mataram ela. O senhor conheceu o Cardosinho?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Nenhum Cardosinho?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Não conheci Cardosinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor conhece Bom Jardim?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É pertinho dali?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Eu fui criado na região de Bom Jardim - São João do Carol.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor, então, conhece bem lá?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Conheço bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É só para ver que não pode estar todo mundo louco em relação ao senhor, ou então somos nós os bobos aqui. Alguém está passando por bobo e como eu não sou bobo e nem filho de pai bobo eu estou desconfiando. Agora, o que o Chico Caíca disse no depoimento, aqui, na Assembléia? E ele disse contra ele - inclusive se incluindo: "A mando da ex-Prefeita de Porção de Pedra, na época, mataram o marido dela e Cardosinho entrou na casa dela, deu um tiro de 12 na cara dela, matou um filho e, depois, veio de Imperatriz o José Júlio, de Lago do Junco - eu não conheço bem essa região, diz ele, - e eu vi ele dizendo assim", "Eu vi ele dizendo assim", não é eu ouvi "veio de Imperatriz para matar o filho da mulher que pegou o tiro na cara. Não sei se ela está viva. Ainda parece que Zé Júlio e um tal e um tal, um assessor, meu Deus, filho de Gildásio, lá do Bom Jardim. Não sei o nome dele não."

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Excelência, eu vou dizer sobre esse Caíca, porque ele sempre foi homem público, mas ele não me conhecia. Ele com o mesmo...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como ele está lhe incluindo nesse fato?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Eu não sei, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Todo mundo o de graça: acusaram-no de graça na morte do Estênio, ele o acusa de graça, o Caíca o acusa de graça e o Jota o acusa de graça. Tudo é de graça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sr. Deputado, o Caíca virá de por amanhã e nós poderemos fazer uma nova acareação.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Vamos lhe perguntar...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - O Sr. Caíca eu conhecia, conheço, mas ele não me conhecia.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Matei a curiosidade ficando mais curioso ainda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não deseja rever nenhuma das suas colocações aqui?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Se o senhor me permitir, eu quero apurar realmente só o caso do Jorge Méres, de ele ter me visto nessa fazenda. Isso aí eu quero apurar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Vamos apurar qual é o caso do Caíca que foi cedido por ...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Exato. Também quero acarear com Caíca, eu quero, com qualquer um deles eu quero acarear com eles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Então ele vai retornar ao presídio e ficará à disposição da CPI. Provavelmente retornará amanhã. Está dispensado. Por favor, quem está escoltando? Ele deverá retornar amanhã e está à disposição da CPI.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Estou dispensado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Está dispensado.

Tínhamos sob convocação Bernardo Antonio Reis Couto, que é um despachante, e fomos oficiados agora por sua advogada, Dr^a Lucileia Gonçalves França, que ele não mais se encontra nessa cidade, residindo em São Paulo, cujo endereço nos foi fornecido.

Pedimos durante o dia uma diligência da Polícia Federal em São Paulo. Foi confirmado que realmente ele está morando em São Paulo e vai ser notificado a fazer o depoimento na primeira oportunidade à CPI.

Portanto, Bernardo Antonio Reis Couto deixa de comparecer por ter mudado de endereço, e a Polícia Federal confirmou o que requereu e explicou a sua advogada.

Chamo o Joaquim Lauristo para que venha depor perante a CPI. (Pausa.)

O Deputado Pompeu foi quem requereu a presença.

Boa Noite. O senhor é Joaquim Felipe de Sousa Neto? Conhecido como Joaquim Lauristo? Sua Identidade é 208.787, da Secretaria de Segurança do Maranhão, 42 anos de idade? Pegue o microfone, por favor, para confirmar. O senhor pode repetir o nome?

O SR. JOAQUIM LAURISTO - Joaquim Felipe de Sousa Neto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Estado civil, separado. Residência?

O SR. JOAQUIM LAURISTO - Conjunto Mota Machado, quadra E, casa 5, São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Profissão?

O SR. JOAQUIM LAURISTO - Empresário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Atividade?

O SR. JOAQUIM LAURISTO - Construção e terraplanagem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É parente em algum grau de pessoas envolvidas em roubo de cargas ou citadas nesses depoimentos que foram feitos perante a CPI?

O SR. JOAQUIM LAURISTO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Então, de acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, vou pedir ao senhor para assinar um termo de compromisso de que vai dizer somente a verdade. O senhor concorda?

O SR. JOAQUIM LAURISTO - Concordo.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor é conhecido como Joaquim Lauristo?

O SR. JOAQUIM LAURISTO - É o sobrenome do meu pai.

O SR. OSCAR ANDRADE - Do seu pai.

O senhor está preso.

O SR. JOAQUIM LAURISTO - Estou preso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Por quê? Qual é a acusação?

O SR. JOAQUIM LAURISTO - Acusado da morte do Delegado Estênio e outros fatos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quais?

O SR. JOAQUIM LAURISTO - Muitos fatos aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais acusações pesam sobre o senhor?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Tenho sobre a Justiça Federal, negócio de narcotráfico. Tenho uma preventiva sobre uma carreta que foi encontrada numa residência minha que estava emprestada para um amigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era roubada?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – A carreta não era roubada.

O SR. OSCAR ANDRADE – A carga dela era roubada?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Tem uma sequência para eu poder chegar até esse assunto.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está sendo arrolado pelo assassinato do delegado, narcotráfico, roubo de cargas.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Tem muitas outras acusações.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais as outras acusações, por favor?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – No momento assim não me lembro. São muitas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Inquéritos são quantos? O senhor se lembra?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Fica tudo sobre o meu advogado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o seu envolvimento na morte do delegado?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi acusado injustamente?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu vou-lhe explicar. Eu emprestei uma casa para o ex-Deputado Francisco Caíca, eu estava morando em Imperatriz e a casa estava fechada.

O SR. OSCAR ANDRADE – A casa onde?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – No São Cristóvão. Perto do aeroporto. E pedi para Caíca fazer uma reforma na casa e ficar morando na casa porque eu estava morando em Imperatriz. Eu estava com obra, serviço de limpeza pública e de terraplanagem em Imperatriz. E o Caíca reformou a casa, mudou-se e ficou morando lá. Um dia eu estava com uma obra numa estrada vicinais em Zé Doca quando recebi uma ligação sobre uma carreta que se encontrava na minha residência que estava, na minha residência não, num terreno ao lado, numa garagem ao lado da minha residência que se encontrava uma carreta.

O SR. OSCAR ANDRADE – O terreno ao lado era seu também?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – É nosso. O terreno, tem a casa, tem a minha empresa e ao lado tem uns terrenos também nossos. E, quando foi no outro dia, eu vim de Zé Doca, cheguei à noite e não deu tempo de ir falar com o Dr. Estênio. No dia seguinte, de manhã cedo, fui ao encontro do Dr. Estênio, de livre e espontânea vontade – sem advogado, sem nada e sem ser intimado –, e conversei com ele. Eu disse: “Dr. Estênio, vim aqui para esclarecer algumas perguntas sobre uma carreta que foi encontrada na minha casa, onde o Caíca se encontra”. Conversei com ele e dei o meu depoimento. Depois de uns meses, fui chamado a Santa Luzia, uma cidade próxima a São Luís, e fui ao local. Fomos eu e um rapaz chamado Couto. Lá, a juíza me ouviu e ouviu também esse Couto. Então descobri que essa carreta era de Bel, por intermédio do Couto, o rapaz que se encontrava lá depondo também. Fomos apenas nós dois.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse Couto foi com você?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não. Fui só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Encontrou-o lá?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Parece-me que ele estava lá com o advogado do irmão dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – A carreta era dele?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Ele me disse que a carreta era de Bel e parece-me que Bel estava transferindo a carreta para ele. Nosso depoimento consta dos autos lá em Santa Luzia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei disso, mas precisamos saber dos detalhes nesta Comissão. A carreta também tinha carga?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não sei lhe informar. Ouvi falar que a carreta...

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse depoimento foi ouvido em juízo, por uma juíza?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Por uma juíza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sobre a carreta?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Sobre a carreta.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que o senhor disse sobre a carreta?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Sobre a carreta? Falei o que terminei de falar para V. Ex^a.

O SR. OSCAR ANDRADE – Falou que a casa estava emprestada e que o senhor não tinha nada a ver com isso?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Tudo o que falei para o senhor falei para a juíza.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quanto à morte do delegado, o senhor é arrolado onde nessa situação?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Está **sub judice**. Já fui ouvido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está com a prisão preventiva?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Estou até indiciado.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor é acusado no inquérito de ter participado da morte do...?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Já está **sub judice**.

O SR. OSCAR ANDRADE – Certo, eu sei que está **sub judice**, mas estou perguntando qual a acusação.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Já fiz todas essas perguntas para o Dr. Antônio José Joaquim. Tem um processo todo...

O SR. OSCAR ANDRADE – Já respondeu a essas perguntas?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Já respondi a todas essas perguntas.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está participando agora de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a Comissão pergunta se o senhor está arrolado como assassino, como co-partícipe da morte do delegado?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Já está **sub judice**. Já falei tudo em juízo.

O SR. OSCAR ANDRADE – No entanto, o senhor tem de falar aqui novamente ou estará incorrendo em outro crime.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – É o seguinte: estou falando que está **sub judice** e já falei tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não perguntei se está **sub judice**. Perguntei se o senhor está arrolado como...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Estou.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já depôs sobre isso?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Já depus.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem o acusou?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A pergunta não prejudica o senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em absolutamente nada.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Porque está **sub judice**. Já tem esse processo na 2ª Vara.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – (**Intervenção fora do microfone**) no processo como prin-

cipal autor, como colaborador, como omisso, mandante, apenas para se situar; não o está prejudicando. O senhor não é obrigado a responder a nenhuma pergunta que o estiver prejudicando. E, se se recusar, interferirei para que o senhor tenha a garantia dos seus direitos.

Por outro lado, não precisa fazer rodeios, porque ficamos aqui numa conversa que se prolonga sem obtermos nenhuma vantagem. S. Ex^a quer situar-se para continuar fazendo-lhe perguntas. Não o está ofendendo nem lhe arrumando qualquer confusão jurídica. Além disso, não irá causar-lhe nenhuma dificuldade se responder com sinceridade.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Só estou falando a verdade aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço a sua colaboração. O senhor poderá recusar-se a responder àquilo que considerar prejudicial a sua pessoa, dizendo: "Recuso-me a responder". Só isso.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não estou recusando-me a responder, mas já está tudo **sub judice**. Tem todos os...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – (**Intervenção fora do microfone**) se o senhor for acusado em cinco processos, o senhor terá as perguntas da sua vida pregressa nos cinco processos. Ninguém tirou a sua vida pregressa na polícia. S. Ex^a está fazendo-lhe perguntas para que as responda com tranquilidade.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Estou com tranquilidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, por favor responda-me: em que situação o senhor é arrolado no assassinato?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Olha, essa morte de Estênio é tão confusa...

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu estou querendo entender...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, mas nem eu entendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Até onde você entende...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, mas nem eu entendo, porque foi um...

O SR. OSCAR ANDRADE – No processo da morte do Delegado Estênio, o senhor é arrolado como?...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Acredito que mandante, uns dos mandantes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mandante. E no processo que se refere a narcotráfico...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Que que tem?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é arrolado como o quê? Traficante?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Olha, atualmente, no Maranhão, como existe o Jorge Méres, que chega e fala sobre juízes, fala sobre empresários, um grupo desse como o Lusitano, que eu era criança, apesar de eu não conhecer o dono, mas era criança e ouvia falar no Grupo Lusitano. E disso eles foram fazendo esse rolo tão grande que nem eu entendo. É difícil até a pessoa responder.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o processo está correndo...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Já...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem advogado, está acompanhando?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Já.

O SR. OSCAR ANDRADE – A CPI quer saber em que condições. Nós estamos começando o seu depoimento e eu preciso de saber em que condições o senhor está preso, o que que está levando o senhor a ser processo, isso tudo, para depois prosseguirmos o nosso depoimento, está certo?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em que condições o senhor tem acusação de narcotráfico?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – São muitas... é só pegando no laudo, porque para eu saber de mente, eu não vou saber lhe responder, não. Em detalhes, eu não vou saber...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não já deu depoimento? O juiz não já lhe perguntou?..

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Já dei depoimento...

O SR. OSCAR ANDRADE – Por exemplo, quantos quilos de alguma droga, alguma coisa, qual é o referencial?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Isso aí, nem com um computador na minha cabeça, eu não sabia lhe responder isso aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê? Tem muitas?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Por que é muitas coisas, é muitas acusações, é muitas. Só pegando o processo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O processo que se refere ao senhor?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Já fui depor na Justiça Federal, e o processo está correndo lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Bel? Conheceu o Bel?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Conheci Bel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era amigo dele?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Conheci Bel em vaquejada; corri em vaquejada com ele...

O SR. OSCAR ANDRADE – Correu com ele?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Corri junto com ele; todas as festas que ele estava, que ele não tinha cavalo, ele corria no meu cavalo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Amigo.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Fui apresentado para o Bel em Araguaína, no Maranhão... no Tocantins, e um amigo pediu que eu emprestasse o cavalo para ele correr.

O SR. OSCAR ANDRADE – Depois disso, várias vezes o senhor esteve com ele?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Quase todas as vaquejadas, quando eu ia, porque eu tinha a minha empresa, não podia ir em todas as vaquejadas. Encontrava com ele, corria, conversava com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor era amigo dele?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Conhecía ele; amigo é... Conhecía, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Colega?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Conheço ele, em todos os meus depoimentos nunca neguei que conhecía ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os envolvimento dele?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, vida particular dele eu não sabia; só com o que diz respeito a vaquejada, essas coisas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabia do que que ele vivia, o que ele fazia...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, eu sabia que ele tinha uma cerâmica em... num lugar pertinho de Santa Inês é... numa cidadezinha muito pertinho de Santa Inês... não estou lembrado agora...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Aveny?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, senhor.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Em Pindaré-mirim, a cerâmica dele. Pindaré-mirim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pindaré-mirim. Maranhão?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Maranhão. Bem pertinho de Santa Inês.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Hemetério Webá?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Conheci ele no dia em que estava depondo na Justiça Federal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele estava depondo?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu. E ele estava também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em função de quê?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Esse envolvimento de narcotráfico.

O SR. OSCAR ANDRADE – E qual que era o seu envolvimento com ele?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, é o que eu terminei de lhe falar: eram as minhas acusações. Porque me acusaram, eu fui lá para me defender.

O SR. OSCAR ANDRADE – Junto com ele?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, foram intimações das pessoas: eu, ele, o Deputado José Geraldo, o Francisco Caíca...

O SR. OSCAR ANDRADE – E lhe acusaram de que especificamente, nesse caso aí?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Ah, é muita coisa, se eu for falar, eu vou lhe mentir, porque são muitas coisas, tem que pegar o processo para poder...

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesse dia só que eu estou perguntando, não eram tantos outros não. Nesse dia. O senhor foi lá, que você conheceu o Emetério.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – No dia que eu fui lá...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a acusação dele?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não lembra?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, não lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não se defendeu?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu me defendi, não, porque tinha a testemunha de defesa, depois tinha a de acusação e eu não sei qual foi, se foi de acusação, se foi de defesa, eu não lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem muitos processos então. Para não lembrar...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, não é... são muitos processos que eu tenho, realmente. Que estão me acusando, são muitos processos. Agora, eu

não sei se foi num momento de acusação, de defesa, eu não lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Penaldão?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Penaldo? Conheço. Se for um que é prefeito, conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o seu envolvimento com ele?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu conheci o Penaldo numa vaquejada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também na vaquejada?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Numa vaquejada. E depois sempre me encontrava com ele, no bar, alguma coisa assim, cumprimentava ele. Não tinha muita ligação, mas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não era colega, né? E Juscelino Resende?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não conheço. Conheço de nome, né? Prefeito...

O SR. OSCAR ANDRADE – De nome?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Porque eu trabalhei em todo o interior maranhense. Serviço de terraplenagem, tinha obra quase... trabalhei em diversos municípios.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Seu Joaquim, eu confesso para o senhor que eu tinha curiosidade em conhecê-lo, até porque eu já estive aqui outra vez na CPI do Narcotráfico, e era uma conversa, na segunda era o seu nome. Era outra conversa, na outra era o seu nome. Então tudo girou em torno do seu nome. Até me causava assim... uma expectativa em lhe conhecer, porque é tanta coisa que dizem do senhor, que é até difícil de relacionar. Então eu tinha essa curiosidade e o senhor não deu o depoimento na CPI do Narcotráfico, não deu o depoimento na CPI do Crime Organizado, aqui da Assembléia, eu sei que o senhor já deu depoimento em juízo, mas eu quero começar pela primeira curiosidade que eu tenho: por que o senhor fugiu todo esse tempo?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Por que eu fugi?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu não... a coincidência... deixe eu explicar qual o motivo de eu ter fugido, que eu não cheguei a fugir, foi uma circunstância que me chegou a fugir, certo? Quando estava todo mundo preso, acusado da morte do Bel... do Estênio Mendonça, Dr. Estênio Mendonça, eu fui intimado para vir prestar depoimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todo mundo preso, quem?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Estava o Bel, o Cabo Cruz, esse pessoal todo arrolado na morte do Estênio Mendonça.

O SR. – (inaudível)

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Quem?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Zé Júlio.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, o Zé Júlio não estava preso não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estava?

O SR. – O senhor conhece o Zé Júlio?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Conheço. Conheço, por que eu trabalhei em Imperatriz e ele mexia com terraplenagem e trabalhava com o prefeito Davi Alves Silva. Eu trabalhei seis anos na prefeitura de Imperatriz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em terraplanagem?

O SR. JOAQUIM LAURISTO - Com a limpeza pública e terraplenagem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E em presário? Prestava serviços?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Prestava serviço para a prefeitura no período do Prefeito Davi Alves Silva e também no período do Renato Moreira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então você conheceu o Zé Júlio nessa época?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Foi, nessa época.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem mais estava preso quando você começou a pensar em...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, no dia em que eu vim depor, Davi era um dos membros do DNER, em Brasília. E me ligou... Davi Alves Silva, o Deputado Federal...

O SR. OSCAR ANDRADE – O ex-Deputado.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Ex-Deputado, é falecido. E Davi Alves Silva tinha me ligado, dias antes, que estava arranjando uma obra para mim ali no Buriti, que estava desmoronando, ele ia me arranjar uma obra. Eu disse: Davi, eu não posso, no momento ir de por, por que chegou uma intimação para mim e eu vou... depois da intimação, eu vi a jo. Estava todo mundo preso no quartel, vim, dei meu depoimento, quando terminei de dar meu depoimento, aí o delegado disse: "Olha, você vai ficar detido aqui", conversou com o meu advogado, meu advogado... eu fiquei lá no quartel de tido, assim, mais ou menos duas ou três horas, não sei precisamente se era duas ou três, aí chegou meu alvará de soltura, fui, fiquei dois ou três dias em São Luís e fui para Brasília. Chegando lá, conversei com o Davi a respeito da obra.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual obra?

O SR. JOAQUIM LAURISTO - Uma obra que ele estava conseguindo para mim junto com o DNER, porque ele era um dos membros do DNER.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você foi a Brasília para isso?

O SR. JOAQUIM LAURISTO - Fui a Brasília para isso. Era para eu ter ido antes, mas estava todo mundo preso aqui. Se eu tivesse que ter fugido, estava todo mundo preso e eu tinha fugido antes.

Quando chego em Brasília, com cinco dias ou seis, os meus familiares disseram que havia uma prisão para mim. Eu quis vir porque fui depor, de livre e espontânea vontade - nos meus processos tem - com o Delegado, fui a Santa Luzia, vim ao quartel de polícia de que recebi a intimação e, quando estava em Brasília, me disseram que havia uma preventiva. Eu queria vir, mas meus irmãos disseram: "Não, aguarde um pouco porque nós vamos quebrar a preventiva". Tudo bem.

O Davi tem uma fazenda próxima de Brasília e ele estava fazendo uma barragem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em sobradinho.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não sei se é em Sobradinho. É uma cidade bem pertinho de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Davi que o senhor diz é o que foi prefeito em Imperatriz?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – É, sim, senhor. Um que era deputado federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele trabalhou no DNER? Foi diretor?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Ele foi um dos membros do DNER, lá em Brasília.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era deputado?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Era deputado federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como deputado, ele não poderia ser membro.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Ele era alguma coisa no DNER, porque ele conseguia obras para nós.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tinha força lá.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não sei se era força. Acredi to que ele fosse um dos membros lá, porque ele conseguia obra e...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, não podia ser como deputado federal.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Isso eu não sei lhe explicar, eu sei que ele conseguia obras para nós

aqui. Não só para mim, como para muitas empresas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em que ano foi isso? Seria bom isso ser investigado.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Em que ano foi isso? Em 97, acredito

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então não faz muito tempo.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, faz uns quatro anos mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi lá, conversou sobre a obra, veio a prisão e seus irmãos não deixaram você voltar.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Disseram para aguardar, quando caísse a preventiva eu retornaria. Ele estava fazendo uma barragem lá nessa fazenda. É uma cidade bem pertinho de Brasília.

O SR. OSCAR ANDRADE – É Sobradinho, o Zé Júlio falou.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, acredito que não é Sobradinho não. Fica bem perto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não vem ao caso.

O SR. OSCAR ANDRADE – É uma cidade-satélite, não é?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – É pertinho de Brasília. É Vanderlândia? Tem uma cidadezinha assim?

O SR. OSCAR ANDRADE – Samambaia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ceilândia.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, é bem pertinho de Brasília.

O SR. OSCAR ANDRADE – Planaltina.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu vou ver se eu lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Gama. Taguatinga.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, é pertinho de Brasília.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está certo. Ele tinha uma fazenda lá.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Acredito que ainda até hoje os familiares dele devem ter essa fazenda lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele estava fazendo uma barragem.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Uma barragem. Aí ele disse: “Compadre, fica aí enquanto quebram essa preventiva. Me dá uma ajuda enquanto eu termino de concluir essa obra. Para você, é o tempo que está terminando esse problema seu”. Eu disse: “Tudo

bem”. Mas eu querendo vir. Meus familiares e ele... Mas ele não me deu conselho até aí. Foram meus familiares que deram conselho para eu não vir.

Mais ou menos com 16 dias que eu estava, ele chegou um dia à tarde e me mostrou um jornal. Disse: “Olha, compadre”, ele me chamava de compadre apesar de eu não ser padrinho da filha dele, “se você estivesse lá você estaria morto”. Eu vi o jornal com todas aquelas pessoas mortas e me assombrei. Foi um dos maiores motivos de eu não ter vindo. O Deputado estava perguntando. O motivo foi esse.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ficou quanto tempo?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu passei dois anos e poucos meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá em Sobradinho, lá na fazenda?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, passei lá no máximo uns 45 dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – De lá você foi para onde?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – De lá saí andando, Fortaleza, Rio, São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com a prisão decretada?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Com a prisão preventiva...

O SR. OSCAR ANDRADE – E como o senhor foi preso? O senhor foi entregue ou se entregou?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Quando houve a CPI, eu estava no Rio. Aí eu vim para Araguaína, Tocantins, e falei para um advogado amigo meu que queria me entregar. Foi lá acho que uma ligação do meu irmão com o advogado, rastream e me encontraram lá. Só que eu queria vir de livre e espontânea vontade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você queria se entregar, mas não se entregou?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu estava vindo. Eu estava em São Paulo, estava numa cidade bem pertinho já de Imperatriz, divisa de São Luís, em Araguaína fui preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Reconheceram o senhor ou foi alguma denúncia?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não sei. Esse fato eu nunca... Eu acredito que foi o advogado meu falando com os meus familiares. Aí rastream por telefone.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí quebrou a apresentação espontânea.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – É, quebrou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que brou por que o senhor foi preso.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu fui preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde o senhor foi preso?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Fui preso numa cidadezinhabempertinhodeAraguaína. E estava...

O SR. OSCAR ANDRADE - Tocantins.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixa eu retomar.

O senhor contou sua história. O senhor ficou quanto tempo em fuga? Dois anos?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Dois anos e pouco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí iria se apresentar. Exatamente quando iria se apresentar foi preso?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que também é curioso.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – O que o senhor perguntou?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu não perguntei, eu só disse...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – O que você estava explicando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu disse que o senhor iria se apresentar. Exatamente quando iria se apresentar, prenderam-no. Eu disse que é muito curioso. Mas como tudo é feito de curiosidade... Então, quero, esclarecido isso, porque é uma coisa que precisávamos saber, começar exatamente por onde o Deputado Oscar Andrade lhe questionou, a respeito da questão da carreta. Vou lhe perguntar sobre uma série de fatos. Quero saber, primeiro, da respeito da carreta. O senhor sabe que tem vários depoimentos que dizem, que contam a história da carreta. Tenho esses depoimentos. Posso conferi-lo e vou-lhe perguntar.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – O meu depoimento?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Ah, depoimento de terceiros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No seu depoimento, o senhor não...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – É isso que estou perguntando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O seu depoimento você está dando. Quero é questionar, quero di-

zer o que o senhor não diz. Quero revelar aquelas coisas que só o senhor sabe e que eu quero saber. Mas quero saber pela sua boca. Pelos outros eu já sei.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Se eu souber, eu respondo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Saber o senhor sabe. Se vai responder, eu não sei. Mas vou lhe perguntar.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Mas já está querendo responder por mim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é que botou a carreta lá na casa do Caíca?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não sei informar, que eu não estava lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor nem foi lá na casa.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, eu estava em Zé Doca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não foi nem uma vez na casa? Não viu a carreta lá?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não vi carreta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem uma vez?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não lembro de ter ido lá para ver carreta, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não lembra ou não viu?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, não lembro de ter ido lá no momento em que a carreta estava lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem que deixar claro. O senhor disse que não viu antes. Agora diz que não lembra. Não lembra ou não viu?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, não lembro de ter ido lá e ter visto carreta. Se eu estivesse lá e tivesse visto a carreta, eu teria perguntado de quem era a carreta, de quem deixava de ser a carreta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor estava, naquele momento, em Zé Doca?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Em Zé Doca, no Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No início, o senhor disse que tinha guardado uma carreta na sua casa e por isso estava sendo envolvido no caso.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Que eu guardei?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é essa carreta, não é? O senhor emprestou a casa, onde ele guardou?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Emprestei a casa para o ex-Deputado Francisco Caíca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, estavasob a responsabilidade do Caíca. A propriedade era sua?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – A casa é minha, o terreno ao lado é meu e a propriedade onde a carta estava era minha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece o Jorge? Trabalhou com o senhor?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Jorge?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Olha, é difícil falar, porque trabalharam vários Jorges comigo. Eu tenho empresa desde que meu pai faleceu, em 77, quando tomei conta. Antes eu já ajudava meu pai. Para saber se tem um funcionário chamado Jorge, se eu for lhe responder, estou mentindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Jorge Falador?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – O Jorge Falador nuncatrabalhoucomigo. O Jorge Falador erapolicial.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca trabalhou com o senhor.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Comigo não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Bom, então eu vou, para deixar mais claro, vou ler o depoimento do Chico Caíca para o senhor.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Positivo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele disse que no dia que ele ganhou a eleição,... Aliás, o senhor falou com ele no dia que ele ganhou a eleição, quando ele tomou posse? O senhor foi conversar com ele?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não chegou a falar com ele?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não lembro. Posse de que, do primeiro mandato? Porque no segundo mandato nem aqui eu estava. No primeiro mandato também não lembro de ter falado com ele. Não falei com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando ele foi morar, foi no primeiro mandato ou no segundo mandato?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – No primeiro mandato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que ele foi morar?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Foi. No primeiro mandato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não veio parabenizá-lo? Não veio abraçá-lo? Como é que

ele entrou na sua casa? Ele pediu para o senhor? Ou o senhor ofereceu para ele?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, o Caíca conseguiu uma obra para mim de estradas vicinais lá em Zé Doca. Foi nessa oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor fala “conseguiu”. É sem concorrência?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não. É, não havia concorrência porque era... Estradas vicinais eram de associações.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – E não tem concorrência porque é baixo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Baixo custo.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – É. Não...

O SR. OSCAR ANDRADE – É automático...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – O Governo dá para fazer aquela...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na base do prestígio do empreiteiro.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não. Eu acho que não é nem isso não. Porque ele poderia dar para mim ou para outra pessoa também. Eu acho que ele deu para mim por que eu estava com os meus equipamentos trabalhando lá perto.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor emprestou a casa, o terreno do lado e o galpão. O que ele fazia com isso tudo? Para quê?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não. A casa... É tudo junto, porque só tem um muro separando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, é tudo junto.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Pertinho. É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então ele disse que o senhor esteve aqui na Assembléia e disse: “Meus parabéns, rapaz. Tu ganhou a eleição”. E aí o senhor fala da casa: “Olha, eu até passei na tua casa, onde tu moras”. E aí contou que o senhor tinha uma casa aqui, que o senhor está morando em Imperatriz, e que ofereceu a casa para ele morar. É verdade isso?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Olha, eu não me lembro desse detalhe.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor ofereceu a casa para ele morar?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Faz muito tempo. Eu oferecia casa para ele reformar e morar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso. Não foi ele que pediu.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi o senhor que...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Fui eu que ofereci.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Exatamente. Ele ficou de dar uma arrumada na casa...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor foi que ofereceu. E ele foi morar. Aí ele foi arrumar a casa, mandou derubar o muro, passou a piscina para cá, o menino disse que estava trabalhando na piscina. Aí, enfim, o rapaz, o chamado Porfibra. E aí, passada um período de dois meses, chegaram lá dois homens dizendo que eram seus amigos e pediram para botar o caminhão, esse, na garagem.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Foi assim que eu ouvi o comentário.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não... Não é verdade isso?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não. Assim me falaram. Que chegou uma pessoa com uma carreta que dizem que estava no prego e que depois para ela sair de lá foi preciso realmente chamar mecânico. E assim eu fui saber sobre terceiros por que eu não estava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. E aí deixaram lá. Então isso o senhor tinha conhecimento na época? Não tinha conhecimento?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não. Que a carreta estava lá? Não tinha conhecimento. Soube depois.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então deixa eu continuar. Aí o Caíca disse que “se ele é seu amigo, deixa aí”. E ele veio para a Assembléia. Aí depois, a filha dele ligou, dizendo que os amigos estavam lá e que, enfim, colocaram o carro na garagem, estava tudo certo. E ele ficou calado. De manhã, ele estava pronto para vir à Assembléia, no outro dia às oito horas, chega o Joaquim Lauristo.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não. Não é verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não é verdade?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que carro o senhor tinha na época?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Ah, não lembro, doutor, que carro eu tinha na época.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não lembra?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que carro o senhor já teve?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Ah, tive muitos carros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Muitos?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Muitos carros. Carros pequenos?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vinte?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Vinte não. Tive muito mais. Carros pequenos, quase todo ano eu trocava...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas naquela época.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não. Vinte carros eu tive ao todo. Por que eu sempre tenho um carro... Tinha o carro da minha empresa,...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um carro assim mais...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu geralmente andava em caminhonete. Todo ano eu trocava de caminhonete.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E se não era caminhonete, que carro?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Carro pequeno.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Ah, não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por exemplo. Diga alguns que o senhor já teve.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu tive Pálio, eu tive Golf...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Golf? Que cor?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Preto. Eu tive Ômega...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá bom. Tá bom. Ele disse que o senhor chegou lá num Golf preto. Eu tenho o depoimento aqui. Estou lendo o depoimento.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Certo. Não, tudo bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E disse, ele disse: “Joaquim, esse carro chegou aqui ontem. Dois cidadãos aqui dizendo que o carro está no prego. E disse que eram seus amigos. Aí o senhor disse: “É minha carreta, não tem problema não”. “O que eu ia fazer?” Dizia ele. “A garagem era do Zé Gerardo, o proprietário era o Joaquim Lauristo, eu morando na casa do Joaquim Lauristo, ao lado, não tinha o que fazer. Embora, gente, eu quero dizer para os senhores que, se eu soubesse que aquela carreta era roubada, eu

não ia abrir a boca, por que eu era fi na do, por que a ordem do Joaquim era dizer: 'Em boca fechada não entramosquito'. Não são minhas palavras, são palavras do Chico Caíca, que é um Deputado, não é um...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu posso falar?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pode.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – O Deputado Francisco Caíca está preso lá no quartel. Qualquer coisa, você me chame, e ele, para nós fazermos uma acareação se eu disse isso. Eu estou de livre e espontânea vontade para você fazer isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Podemos até fazer, só que eu quero deixar claro que esse é o depoimento que ele prestou perante todos os Deputados, deixando claro. Ele pode até, de repente, mudar de opinião, não sei, mas aqui ele está dando os detalhes, e ninguém mente com detalhes; com detalhes se diz a verdade. Então, eu vou seguir, vou seguir. Então eu fico lá. "Quando vem o Zé Gerardo, falsificou uma carta renúncia", ele conta uma história de uma prefeitura, até um enlace de amor com a vice-prefeita, enfim, toda uma história. Ele diz, mais na frente, conta a história de Zé Doca: "E veio fazer uma visita junto comigo nesse dia" É o pessoal lá do Zé Doca, prefeito. "Nessa hora nós jantávamos, e Jorge saiu do buraco aqui do muro que eu tinha feito, e viu a carreta". Este Jorge que trabalhava com o senhor. "Foi lá e fez algumas anotações. Eu não fui com ele. Quando foi de manhã, Joaquim Lauristo chegou de novo e perguntou: 'Jorge esteve aqui ontem à noite e me procurou com a prefeita. Ele entrou nessa garagem'. Eu disse: 'Entrou'. O Chico Caíca contou que o Jorge entrou lá. 'Eu não ia mentir para ele, tinha que contar a verdade. 'Ele esteve aí dentro olhando algumacoisa. Se ele falar alguma coisa, eu acerto as contas com ele". São palavras de Joaquim Lauristo.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não é verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Porque o senhor tinha se desacertado antes com o Jorge. Ele conta, anteriormente, que o senhor se desacertou com o Jorge.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Com qual Jorge?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse Jorge Falarador.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu nunca tive discussão com o Jorge; sempre fui amigo dele. Nunca trabalhou comigo. Conheço ele antes de trabalhar em polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que ele foi fazer lá para ver a carreta?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não sei explicar. Só perguntando para o Deputado Francisco Caíca. Tudo o que ele está falando aí, só perguntando para ele. E, amanhã, vocês podem me chamar perante ele, para explicar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se for preciso, nós vamos chamar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – "Mas eu não disse nada para o Jorge. Eu viajei para uma cidadezinha perto de Brasília, chamada Abadiânia, porque dizem que lá tem um homem que operava". Enfim, é aquele cidadão que todo mundo conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – João de Deus?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu acho que é João de Deus. Ele estava lá e foram lá na casa dele. Ele diz aqui que humilharam a família, invadiram a casa, prenderam o carro, levaram o carro, enfim, e tudo que aconteceu. O senhor quer dizer que isso não é verdade?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, eu estou falando que eu estou à sua disposição, à disposição da CPI, para chamar o Deputado Francisco Caíca, porque eu tenho muito carinho por ele - ele me chama até de Quinquim -, para saber o motivo de ele ter dito isso aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Parece-me que o senhor tem tanta certeza que ele vai chegar aqui e dizer que não é verdade isso. É mentira isso que eu disse?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu estou dizendo para fazer uma acareação aqui, para ele lhe dizer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, mas quando o senhor vem vindo eu já vou indo, até por que eu já vim antes e já estou voltando.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Claro que o que dizem do senhor arre pia o pêlo. Contam aqui horrores do senhor, então não me assusta que o Chico Caíca chegue na sua frente e trema a perni nha. Não me assusta; para mim não é novidade. Então, eu quero que o senhor responda a minha pergunta. Se vamos fazer a acareação, isso nós vamos decidir. Não é o senhor que vai decidir; somos nós que vamos decidir. Então, eu quero que o senhor responda à pergunta que eu estou lhe fazendo: isso aqui é verdade ou é mentira?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, eu não estou falando que não é verdade, e eu não sou o que você está pensando, também. Eu fui nas ci do aqui, criado aqui, trabalhei em todo o Maranhão e, graças a Deus, eu não tenho inimigo. Se você tem essa imagem de mim, não é pode não ficar (**ininteligível**), por-

que por onde passei só deixei amigos. Trabalhei em Imperatriz, em todos os municípios do Maranhão e nunca deixei inimigos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, mas es tou achando curioso porque o senhor está dizendo aqui: – Não, traz o Chico Caíca. Como que uma provocação. O que o Chico Caíca disse antes aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dá licença, Deputado, por favor. O senhor vê, o Deputado trata o senhor com respeito lhe chamando de senhor, e o senhor insiste em chamá-lo de você.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Desculpe-me.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Veja bem, mas me chama a atenção de o senhor dizer: – Traz o Chico Caíca. E o Chico Caíca diz assim: Como é que ele não ia colocar a carreta lá? Como é que ele não ia colocar a carreta lá, se era do Zé Gerardo, a casa era sua? Como ele não ia colocar lá? E ainda que não fosse – ele diz aqui, o senhor ouviu –, se eu soubesse que aquela carreta era roubada, eu não ia abrir minha boca, porque eu era finado, porque a ordem do Joaquim era dizer: boca fechada não entra mosquito.

Não são minhas as palavras, são dele. Ele está dizendo que ele morria de medo do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre esse negócio da ordem, o senhor era chefe do Caíca?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Se eu era chefe? Não, era amigo do Caíca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele diz que não desobedecia suas ordens.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, eu era amigo do Caíca. Eu era não, sou amigo do Caíca, não tenho nada contra o Caíca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Bom, esse é um esclarecimento que eu queria para começar nossa conversa, para nos deixar alinhados.

Agora, a morte do Dr. Estênio. O que o senhor tem a falar?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Já lhe disse que está tudo... , já dei meu depoimento...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas, agora, estamos pedindo seu depoimento na CPMI.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, vou me reservar em falar...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não quer falar?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não quero falar, por que tem tudo nos autos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, mas não temos os autos aqui. Estamos investigando aqui as quadrilhas dos roubos de carga, e o senhor é exata-

mente indiciado nas quadrilhas dos roubos de carga. Lá é a investigação da morte do Estênio, que estava investigando os quadrilheiros dos roubos de carga. E nós estamos investigando os roubos de carga no País inteiro, e o senhor é uma peça importante no esquema do roubo de carga. E queremos saber do senhor não o que está lá no processo – ou até, se for o caso, se quiser dizer o que está lá –, mas que queremos saber o que vamos perguntar para o senhor. Até porque o senhor quer tirar a imagem que tem do senhor, de que o senhor é um bandido muito perigoso.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, a sociedade todinha me conhece.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como um bandido perigoso?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, ninguém me conhece como bandido perigoso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, então me conta como foi a morte do Dr. Estênio.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Reservo-me a falar sobre isso, porque já falei tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor se julga injustiçado com essa prisão preventiva?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu me sinto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, esclareça essa parte. Por que o senhor se julga injustiçado, se o senhor é boa gente, uma alma no bre, tem amor por todo mundo, adora o Caíca, que o chama simpaticamente de Quinho? É isso mesmo?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, se o senhor só tem amigos, por que essa injustiça com o senhor, e ficou foragido mais de dois anos?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu expliquei. Foi com medo de morrer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo bem, mas ficou foragido.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Fiquei foragido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E por que o senhor tem dificuldade em responder ao que o Deputado pergunta? O senhor não é obrigado, pode depor em juízo, acho que o senhor não deve mentir. Mas se recusar a falar, tudo bem. Mas não vejo dificuldade em o senhor esclarecer que não participou, não é mandante, da morte do Dr. Estênio. Não custa nada dizer quais os motivos que teriam chegado ao seu nome como um dos mandantes. Porque vamos acreditar no que está nos autos e, nos autos, diz que o senhor é um dos mandantes da morte do delegado. E o senhor se recusa a dizer que não é verdade.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Senador, já falei tudo em juízo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não lembra quantos inquéritos o senhor tem, em quantos é indiciado? São muitos?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não. São. Eu não tinha nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor não é anjo, como disse que era.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Anjo não sou, mas sou um cidadão de bem, sou empresário, fui nascido e criado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se fosse muito de bem, não poderia ter tantos inquéritos.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, mas isso surgiu agora. Isso surgiu agora. Isso surgiu agora, surgiu agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Agora tem quanto tempo?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Você vê: acusamos juízes, acusamos empresário, um grupo como o Lusitana. Tudo é o Sr. Jorge Méres que está acusando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não é advogado deles. Seu caso não é o deles.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não misture. O senhor não vai misturar aqui a morte do Dr. Estênio com uma história do Lusitano. O senhor não está sendo questionado sobre isso, não misture. Far-lhe-ei outra pergunta objetiva: o senhor foi depor sobre a morte do Dr. Estênio? Prestou depoimento na polícia?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Na polícia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ficou preso na hora?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Fiquei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem lhe prendeu?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – O delegado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é o delegado?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não me lembro do delegado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Antes de o senhor ser preso, contatou com algum advogado? Foi dar depoimento com advogado?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Fui com meu advogado, Dr. Bandeira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor foi preso que horas?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não lembro o horário. À noite.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas horas o senhor ficou preso?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não lembro também. Não tenho a memória...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando se é preso se lembra quanto tempo ficou preso.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Fiquei preso pelo período de uma hora e meia a duas horas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então veja, Dr. Túlio, que ele foi preso, chegou à delegacia, deu depoimento, o delegado decretou a prisão e em uma hora e meia ele tinha o alvará de soltura na mão. Quem assinou o alvará de soltura?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe também?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem o retirou do quartel da polícia em que o senhor estava preso?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Quem me tirou foi um oficial de justiça.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tirou no colo?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – No colo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como o senhor saiu de lá?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Com meus pés.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com os pés?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E foi caminhando até sua casa?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Fui caminhando até minha casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A pé?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, fui no meu carro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com seu carro?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que carro era?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não me lembro do carro também não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor foi com o carro?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Havia uma pessoa me esperando para me levar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E qual era o carro?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não lembro qual era o carro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem era o carro? O senhor não pode mentir.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Acredito que o carro seja meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor acredita, não sabe que é seu?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe que não era seu.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não sei se era meu ou se era de...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se eu entro num carro sei se ele era meu ou não. O senhor sabe de quem era o carro?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Um funcionário meu estava me aguardando, mas eu acredito que o carro seja meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor acredita, não sabe?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não tenho certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe de quem era o carro.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não era de um desembargador o carro?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Desembargador, não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não era de desembargador.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece o Desembargador Orvi Almeida?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O carro era dele?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem era?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Acredito que o carro seja meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não acredita, era dele.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não era dele, não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dr. Tuma, é impressionante, lembro-me, vamos pegando, ele foi dar o depoimento e havia um juiz de plantão. Eles troca-

ram o juiz de plantão, colocaram um outro juiz de plantão que estava de férias só para dar o **habeas corpus** para ele. Acabou o plantão e ele já entrou em férias de novo. Eles substituíram o plantão para que dessem o **habeas corpus** para ele ser liberado em uma hora e meia. Isso é um tempo recorde, não existe isso na face da terra, ninguém dá depoimento a delegacia e chega o **habeas corpus** junto. Depois foi o carro do desembargador buscá-lo lá.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – O carro não era do desembargador.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era seu?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – O carro era meu ou de amigo que foi me aparecer. Não sei se foi meu irmão, não lembro na época, só lhe garanto que desembargador não foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vejam só com quem estamos lidando. O senhor ficou preso uma hora e meia?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu lhe disse que não sei se o prazo foi de uma hora e meia, de duas horas ou de três horas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas foi assim que as coisas aconteceram.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Substituíram o juiz também?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Quanto à substituição de juiz não sei lhe informar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não sabe informar, mas eu sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem conseguiu o **habeas corpus**?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Meu advogado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como ele se chama?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Dr. Bandeira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto custou?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Meu advogado?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sim.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não lembro. Meus familiares pagaram.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Começo a acreditar que está pior do que eu imaginava. O senhor disse antes que conhecia o José Júlio.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O José Júlio trabalhou com o senhor?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca trabalhou com o senhor?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Nunca trabalhou comigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando foi a última vez que o senhor o viu?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não sei se foi em Imperatriz ou se foi em Buriticupu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando o senhor o viu em Imperatriz?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Doutor, falar de pois de tanto tempo... Não me lembro, não sei, não lembro a data.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não se lembra da data?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não me lembro. Foi no período em que eu estava trabalhando em Imperatriz e residindo lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em que ano?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Foi no período em que o Davi Alves Silva foi prefeito e fiquei mais um pouco no período do Renato Moreira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então foi aquele lá em 1996?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não sei em que ano eu fui... Parece que fui para lá em 199... Não sei precisamente, não. Logo que ele assumiu a Prefeitura.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor se encontrou com o José Júlio lá em Brasília?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Em Brasília, não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde o senhor se encontrou com ele?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Aqui, no quartel...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, lá. Lá o senhor se encontrou com ele?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu não me encontrei com ele. Não me encontrei com ele, não. Encontrei com ele aqui, preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele foi morar na chácara onde o senhor estava. Lá em Brasília, na chácara do..

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Você não está falando a verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vai dizer que estou mentindo agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está fazendo uma pergunta.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu respondi para ele, doutor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor é passado, né? O senhor é muito passado.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu estou passado?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Muito passado.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Como é passado?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Passado, a pessoa que se passa. O senhor é muito passado. A partir de agora, o senhor dobre a língua.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Pois, é. É um direito que me assiste, para você me humilhar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estou lhe humilhando, estou lhe perguntando, e o senhor está mentindo aqui.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu não estou mentindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está mentindo sim. E dobre a língua para o senhor se dirigir a mim agora. Como eu lhe respeito...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – A partir de agora, é um direito que me assiste...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com respeito, então.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, o senhor em silêncio.

Por favor, continue as perguntas e vamos mudar o tom.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Dr. Romeu Tuma...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espere um pouco que ele vai fazer a pergunta.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Só um momento. Dr. Romeu Tuma, é um direito que me assiste, o de permanecer calado. E eu só vou falar agora em juízo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele vai fazer esse questionamento...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Mas não é um direito que me assiste?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor se limita a dizer que vai responder só em juízo.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Dr. Romeu Tuma, eu não respondo mais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não precisa responder, mas eu vou lhe fazer as perguntas

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu só quero salientar que a lei...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Porque para mim ser humilhado, não. Eu vim pra cá...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não precisa falar. O senhor não está sendo humilhado porque não admito porque não admito que ninguém seja humilhado.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Mas estou sendo humilhado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não senhor, de jeito nenhum. O senhor entendeu errado...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor é que veio me dizer que eu era mentiroso. E não estou prestando depoimento aqui. O senhor veio dizer... E eu que estou lhe humilhando? O senhor é quem disse isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, não vamos prendê-lo por desacato porque ele já está preso. Mas em todo caso, continue com as perguntas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Bem que merecia isso...

O senhor foi para Brasília? (Pausa.) Não vai responder? Então o senhor diz que não vai responder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só diz que se recusa a responder.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Estou sendo constrangido, estou falando com a verdade. Você está me agredindo, e é um direito que me assiste, vou permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Favor chamá-lo de senhor, porque ele está chamando-o de senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu não estou lhe agredindo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele disse que não vai responder. Não tem problema. É um direito seu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Joaquim, a Lei nº 1.579, que regula as CPIs, estabelece que se calar, faltar com a verdade ou impedir os trabalhos da CPI o senhor incorre em erro grave. No art. 342 do Código Penal, de um a três anos de prisão. Talvez seja pouco para o senhor porque já tem tantos processos, mais um vai fazer pouca diferença, mas o senhor está correndo o risco de ser enquadrado em mais um. É bom pensar e continuar respondendo.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Sr. Deputado, eu, sendo coagido, não vou falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não está sendo coagido. O senhor está sendo perguntado e com respeito.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Estou me sentindo coagido porque estou respondendo...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está sendo chamado de senhor o tempo inteiro e com respeito sendo perguntado.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – O senhor me desculpe porque se eu estiver, Deputado. Agora, eu não quero falar. Vou permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, Deputado, pode...

O SR. POMPEO DE MATTOS – É fácil arranjar uma desculpa. Então só eu vou dizer. O senhor esteve em Brasília, o senhor foi para Brasília, saiu daqui, fugiu, foi para Brasília. Lá esteve com o Deputado Davi. O José Júlio também, curiosamente, foi para Brasília. Aliás foi com a perna quebrada, tudo que brado, teve que colocar 10 pinos e foi para Brasília também. Por coincidência, também, ficou numa propriedade do Deputado, do ex-Deputado, falecido Deputado. O senhor precisa saber que nós sabemos. Não adianta o senhor enganar a nós. Nós abemos disso. Se o senhor disser "Ah, não vi ele", pode dizer que não viu. Engraçado. O senhor é acusado da morte do Estênio. O senhor de mandante, ele de executor. O senhor corre para Brasília, ele corre atrás. O senhor fica na propriedade do Deputado, ele vai também para a propriedade do Deputado. E aí ninguém sabe de ninguém. Nós vamos acreditar em Papai Noel também. Só que não estamos aqui para acreditar em Papai Noel. Estamos aqui para investigar e a nossa obrigação é perguntar. Não faço isso por prazer. Não estou aqui para lhe humilhar. Absolutamente não. Estou lhe respeitando desde o começo, o senhor que veio me agredindo e eu nem me senti agredido, porque não dou importância. Penso que isso é totalmente irrelevante.

Queria fazer outra pergunta. O senhor não vai falar sobre a morte do Delegado Estênio. (Pausa.)

Quando o ex-Deputado Davi era Prefeito, o senhor trabalhava na Prefeitura, não trabalhava? Fazia obra para ele? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele já disse que "sim".

Agora toda a exposição que vamos considerar como verdade no relatório, porque ele não está nem respondendo, por que não quer responder. O silêncio dele confirma as alegações de V. Ex^a.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando o Prefeito Davi saiu da prefeitura, temos informações sobre as quais queríamos lhe perguntar, mas o senhor não quer responder. Então faço como afirmação o que é

uma pergunta e, se o senhor achar que não é verdade, o senhor diz que “não”. O senhor saiu da Prefeitura com um cheque de mais de seiscentos mil; isso, na época, equivalia em dólar, mas deveria ser cheque em reais, na moeda brasileira. Mostrou esse cheque para algumas pessoas. As pessoas viram o cheque. Esse cheque era parte do compromisso para exterminar com uma pessoa, um ex-prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele recebeu esse cheque ou o deu para pagar...?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Recebeu. Ele tinha o cheque para executar o plano. O cheque era o dinheiro para executar o plano. Não é verdade? (Pausa.)

A festa de confraternização pela morte do Delegado Estênio foi na sua casa? (Pausa.)

Não sou eu que estou dizendo. Várias pessoas disseram.

O senhor foi o cérebro pensante da execução da morte do Delegado Estênio. O senhor foi o cérebro pensante da morte do bando Bel, que matou o Delegado Estênio. O senhor tinha ascensão aqui sobre o Delegado Luiz Moura. O senhor tinha ascensão sobre várias pessoas, porque tinha muito poder e elas o obedeciam. Inclusive, há pessoas que dizem que o senhor tinha ascensão até sobre o Zé Gerardo. O Chico Cáica era como se fosse seu “guri zinho”. Como o senhor disse, ele chama-o de Quinquin.

Então, esse é o relacionamento. É isso que pesa. E o senhor não quer responder. Tenho de dizer ao senhor – e não tenho nenhum prazer, repito, em dizer isso – que são acusações que pesam contra o senhor, que o senhor era a pessoa mais poderosa que organizava tudo. Era o bando do Bel; depois, vinha o Bel; na hierarquia, vinha o Chico Cáica, que obedecia ao Zé Gerardo; e o senhor e o Zé Gerardo eram as cabeças pensantes. Tinham, inclusive, o poder econômico muito forte para fazer e bancar as várias mortes que aconteceram. Isso não é verdade? (Pausa.)

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você foi a Brasília, o Zé Júlio estava lá? (Pausa.)

Estamos recebendo como “sim” o seu silêncio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem cala consente. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelos dados que V. Ex^a apresenta, realmente ele é o mandante do crime? É o executor, inclusive, do plano?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi ele que montou o plano, contratou as pessoas e pagou. E fez a comemoração. Levou todo mundo para casa para comemorar a morte do delegado. Tanto que o lado

bom da Polícia – sempre tem o lado bom, e o Maranhão tem bons policiais também – foi em cima dele.

E ele foi de espontânea vontade. Sabe por quê? Porque o delegado dele acertou um esquema com o juiz de planalto: ele mal bate ali e já vai embora. Ele foi lá, o delegado deu voz de prisão para ele, ele só aguardou chegar e o tiraram. Ele foi embora, achando que isso ia ficar por isso mesmo. Não contava que as coisas fossem esquentar, como efetivamente esquentaram depois.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso pela coragem do Secretário e da Governadora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dr. Coutin e a Governadora Roseana Sarney.

Então é importante deixar isso muito claro.

Conclusão: quem mandou matar o Delegado Estênio e que matou os matadores do Delegado Estênio deve ter sido o mesmo. Então, quem mandou executar o plano contra o bando do Bel foi exatamente quem contratou o Bel. É uma prática da quadilha, era a prática do Zé Gerardo. O Zé Gerardo contratava alguém para matar alguém, esse alguém matava, depois ele contratava alguém para matar quem matou e assim...

O SR. – (Inaudível)

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, quero sugerir trazermos o Jorge Méres.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estamos perdendo tempo aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para o Jorge Méres dizer a ele. Quem sabe ele responda ao Jorge Méres.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Amanhã ele vem para as negociações, vem com o Jorge Méres, com todo mundo. Se precisar, vem algemado, por que ninguém está humilhando. Com todo respeito, entrou aqui sem algemas, a escolta ficou fora, ele é um preso, não está sendo tratado como preso, mas resolveu que é superior a todos aqueles que se encontram aqui presentes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, por que não fazemos essa acareação com o Jorge Méres hoje?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então traga o Jorge Méres aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acho que é importante fazermos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Creio que ele está nos levando do meio na pista, e não vai dar para suportar por muito tempo isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lauristo, eu lhe faço um apelo. Vai vir o Jorge Méres. O senhor mesmo falou que faria acareação com qualquer um. Vamos ouvi-lo e dar-lhe o direito de se defender. Eu lhe pediria que reconsiderasse a sua posição de permanecer calado. Acho que pode ser melhor para você. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua advogada está aqui. O senhor quer que ela fique presente? (Pausa.) Ela está na porta. Pergunto se o senhor quer que ela fique presente. (Pausa.) Ele não faz questão que ela entre. (Pausa.)

A senhora é advogada dele? Tem procuração, doutora? Ela é sua advogada? O senhor deu procuração? Por que ele não faz questão de que a senhora fique aqui. A senhora é quem sabe. Se quiser permanecer... Só não pode intervir no processo, mas fique à vontade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Jorge Méres, conhece esse senhor?

O SR. JORGE MÉRES – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é?

O SR. JORGE MÉRES – Joaquim Lauristo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De onde você conhece ele?

O SR. JORGE MÉRES – Da casa de Bel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há quanto tempo conhece ele?

O SR. JORGE MÉRES – Há muito tempo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há quantos anos mais ou menos?

O SR. JORGE MÉRES – Eu conheci ele em 94, por aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é a atividade dele?

O SR. JORGE MÉRES – Ele era... Quando o conheci, ele era responsável ali pela garagem do Zé Geraldo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Responsável pela garagem do Zé Geraldo? Trabalhava na garagem?

O SR. JORGE MÉRES – Bom, todas as vezes que fui lá, o Lauristo que dava autorização e abastecia as carretas lá na garagem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Do Zé Geraldo?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor trabalhava lá, Sr. Lauristo, na garagem do Zé Geraldo? (Pausa.)

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa garagem era onde ficavam as carretas?

O SR. JORGE MÉRES – Não, era uma empresa de ônibus, empresa Juli. Ficou umas carretas lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas quando tu ias lá, abastecer as carretas, eram as carretas roubadas?

O SR. JORGE MÉRES – As carretas do Bel. Eram as carretas roubadas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele era quem dava a ordem para abastecer?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, para o posto de Imperatriz também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele sabia que as carretas eram roubadas?

O SR. JORGE MÉRES – Sim. Sempre soube.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era o envolvimento dele em roubo de cargas, além das carretas?

O SR. JORGE MÉRES – Ele fazia parte de tudo com o Bel. Estavam sempre juntos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – *(Inaudível)* ... no posto, foi na presença dele?

O SR. JORGE MÉRES – Quando eu fui pegar a autorização, é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele estava junto com o Zé Júlio?

O SR. JORGE MÉRES – Eu estava junto com o Bel e ele estava junto com o Zé Júlio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Zé Júlio estava e viu quando ele assinou a autorização e tudo?

O SR. JORGE MÉRES – Ele estava encostado na traseira da D-20.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que D-20 era?

O SR. JORGE MÉRES – Branca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem certeza de que o Zé Júlio estava com ele? Porque o Zé Júlio mentiu que não estava nem em Imperatriz.

O SR. JORGE MÉRES – Estava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estava com ele?

O SR. JORGE MÉRES – Estava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Zé Júlio esteve com o senhor, Sr. Lauristo? (Pausa.)

O senhor queria acareação, pediu acareação. Disse que topava acareação. Sim, mas o tal de Francisco Caíca não é um bandido também, porque ele confessou e se declarou bandido?

O senhor fale no telefone, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem que respeitá-lo. Ele está aqui nas mesmas condições que o senhor. O senhor não pode chamá-lo de bandido aqui.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu não tenho o Deputado Francisco Caíca como bandido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está aqui como testemunha.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não vou fazer acareação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que ele falou vai prevalecer...

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Sim, mas ele... É para eu responder? Vou permanecer calado, não vou fazer acareação com ele, doutor.

O SR. JORGE MÉRES – Dr. Tuma, até não me importo que me chame de bandido, porque acho que mais o bandido é quem manda, e, como recebi a ordem deles, então, não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – *(Inaudível)* o senhor daqui preso, preso por desacato. O senhor não vai ficar tentando denegrir a imagem e agredir ninguém. Continue, por favor!

O SR. POMPEO DE MATTOS – Jorge Méres, quero que tu descrevas qual era a atividade dele, o que ele representava nessa quadrilha do Bel, ele era o chefe da quadrilha, e algumas ações práticas que desenvolveu.

O SR. JORGE MÉRES – O Joaquim Lauristo sempre foi o braço direito de Zé Geraldo. Todos os negócios sujos que o Zé Geraldo não aparecia, era ele que aparecia para fazer, para intervir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por exemplo.

O SR. JORGE MÉRES – Todos. Caminhão, carga, tudo o que não prestasse, ele estava sempre, tinha que resolver com o Lauristo, e o Lauristo respondia com o Zé Geraldo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A carga do fogão, por exemplo. Ele estava junto na carga do fogão, o fogão roubado?

O SR. JORGE MÉRES – Foi de noite, depois que descarregou, à noite, ele foi comer a carnejada na casa do Bel. Eu ainda estava lá na casa do Bel com a carreta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu estavas lá ainda?

O SR. JORGE MÉRES – Estava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na casa do Bel com a carreta?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E alguma outra carga roubada que tu possas lembrar.

O SR. JORGE MÉRES – To das que vieram para cá, ou to das que saíram daqui para ir para outro canto ele tinha conhecimento, porque quem autorizava abastecer os caminhões era ele, tanto em Buriticupu como em Imperatriz, e aqui na Juli.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele que era o que comandava?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele estava acima do Bel?

O SR. JORGE MÉRES – Estava, estava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acima do Bel. E ele e o Chico Caíca, qual era a relação? Eram iguais ou o Zé Geraldo era chefe dele?

O SR. JORGE MÉRES – O Zé Geraldo nunca quis aparecer. Sempre o botou como testa de ferro.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aquela fazenda lá que o Zé Júlio tomava conta?

O SR. JORGE MÉRES – Conhece. No caminho que vai para lá para o interior.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele esteve lá, Jorge, nessa fazenda?

O SR. JORGE MÉRES – Esteve. Esteve lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na Santa Inês.

O SR. JORGE MÉRES – Sim, Santa Inês. No dia em que o Lauristo foi lá não sei se o Zé Júlio estava. Não sei, não lhe posso dizer que estava.

O SR. – *(Inaudível)*

Não, ele estava em Imperatriz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estava em Imperatriz. Ele conhece os prefeitos, o Aveny, o Hemetério Webá, o Juscelino? Ele fazia negócio com esses prefeitos?

O SR. JORGE MÉRES – Não posso afirmar, mas, como ele era intermediário, pode ter feito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Cláudio Jignis era amigo dele?

O SR. JORGE MÉRES – O Cláudio Jignis não sei se era amigo particular, mas se conheciam, porque era tudo dono do mesmo esquema.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era tudo do esquema do Bel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jorge, vou-lhe pedir um favor de se limitar a dizer aquilo que você conhece. Não de duza para não ficarmos complicando. É só dizer: “Sei. Faz. Não faz.” Não vamos deduzir para não...

O SR. JORGE MÉRES – Está bom.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que tu sabes do envolvimento de uma morte do Delegado Estênio?

O SR. JORGE MÉRES – Da morte do Delegado Estênio eu sei pouco, porque eu não estava e não foi muito comentado. Eu sei que ele participou na ajuda para o pessoal fu gir do local, pas sou de pois com a camionete para conferir. A única coisa que eu sei foi isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem conhecimento que saiu uma festa de comemoração?

O SR. JORGE MÉRES – Saiu. Pelo que o pessoal me falou foi na casa do Lauristo que teve a festa de comemoração, comemorando a morte do Delegado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E do bando do Bel, ele teve ou não participação na morte do bando?

O SR. JORGE MÉRES – Eu não sei, Doutor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não quer contradizer alguma coisa ou prefere aceitar como verdade. Eu estou lhe dando a oportunidade, com todo o respeito, para que o senhor possa refutar essas afirmações.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Dr. Romeu Tuma, com esse pessoal não adianta você....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, me trate de senhor que eu estou lhe tratando com todo o respeito. Não sou íntimo do senhor.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Senador, com o Sr. Jorge Méres não tem quem se vê livre dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece o Jorge Méres?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Nunca tinha visto na minha vida. Eu vi ele na Justiça Federal, no sistema de comunicação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Jorge Méres, quantas vezes tu viste ele?

O SR. JORGE MÉRES – Muitas vezes. Ele não saía da casa do Bel. Quase todas as noites ele ia para lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Joaquim, o senhor ia na casa do Bel?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Senador Romeu Tuma, eu prefiro ficar calado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Quando o senhor ia na casa do Bel, conversava com ele ou não tinham nenhuma intimidade, nem se cumprimentavam?

O SR. JORGE MÉRES – Não, nós sempre nos cumprimentamos, ele era uma pessoa comunicativa, não tinha problema nenhum, nós não era inimigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então conversavam normalmente, sem problema nenhum.

O SR. JORGE MÉRES – Conversamos, fomos a festas juntos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando você pedia as ordens também para o abastecimento, ele atendia e confiava na sua pessoa?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor andou no carro dele alguma vez?

O SR. JORGE MÉRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então ele confiava na sua pessoa sempre que fosse pedir vales de abastecimento?

O SR. JORGE MÉRES – O Bel ligava para ele, a gente chegava lá no posto e ele já tinha autorizado, não tinha problema nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conheceu algum membro da família dele?

O SR. JORGE MÉRES – Só o irmão dele, o Bitá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esposa, filhos, etc?

O SR. JORGE MÉRES – Bom, ele sempre ia com uma senhora lá na casa do Bel, não sei se era esposa ou não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como ela era?

O SR. JORGE MÉRES – Era loura, de cabelo médio, mais ou menos uns 60 quilos, 1,60m por aí, olhos claros esverdeados.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sua esposa é assim, Sr. Joaquim.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – É tanta injustiça que não dá nem para se falar, eu estou engasgado. Não mas isso aí dizem como é a minha esposa, a pessoa não aguenta uma coisa dessas, eu prefiro ficar calado. A minha esposa nunca foi em casa de Bel.

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua esposa tem olhos claros?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Mas eu não aguento tanta injustiça, eu não aguento mais, eu prefiro ficar calado e amanece calado, eu não aguento. Eu estava assistindo no rádio quando o Carlinhos foi dar um depoimento, um deputado disse: “Não mais você... Joaquim Lauristo foi...” Eu só falei mesmo porque eu queria chegar a uma conclusão, para você ver... Quando começou a me agredir, eu prefiro ficar calado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ninguém lhe agrediu. Você perdeu um pouco o rumo, mas ninguém lhe agrediu não. Nós estamos tratando com respeito.

Eu vou perguntar de novo. A sua esposa é clara, tem olhos claros e é loura? (Pausa.)

Os filhos dele você conhece algum?

O SR. JORGE MÉRES – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde ele morava, sabia?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é a casa do Bel?

O SR. JORGE MÉRES - Era no Olho D'água e depois ele foi morar atrás do antigo depósito da Antártica.

O SR. OSCAR ANDRADE - E a casa dele do Lauristo?

O SR. JORGE MÉRES - A casa do Lauristo é onde morava a Meire, que é filha do Chico Caíca.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Onde morava quem?

O SR. JORGE MÉRES - A Meire, filha do Chico Caíca.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Filha do Chico Caíca. É lá, Sr. Joaquim?

O SR. JOAQUIM LAURISTO - Dr. Romeu Tuma, para o senhor ver. Se estava a filha de Chico Caíca e Chico Caícamorando lá, eu não poderia estar morando lá.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele lhe chamava até que Quinquim.

O SR. JOAQUIM LAURISTO - Você está me respondendo e eu estou fazendo uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – **Inaudível.**

O SR. JORGE MÉRES - Eles falaram que a casa era dele. Eu nunca fui na residência dele, porque ele ia na do Bel, então nunca fui na dele. E quando nos encontrávamos, encontrávamos lá na Juli ou então no posto. Nunca fui na casa dele, mas falavam que ali era a casa dele, onde a Meire morava.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Esse posto é de quem?

O SR. JORGE MÉRES - Era do Davi Alves Silva.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Era de quem?

O SR. JORGE MÉRES - Davi Alves Silva.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Esse posto era aqui na cidade ou em Imperatriz?

O SR. JORGE MÉRES - Em Imperatriz e tem um em Buriticupu.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E ele trabalhava no posto ou ele tinha um acesso no posto?

O SR. JORGE MÉRES - Não sei. Ele tinha acesso, porque ninguém libera nem abastecimento

nem dinheiro para ninguém se não tiver acesso ao posto.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E eles liberavam dinheiro para vocês:?

O SR. JORGE MÉRES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele ofereceu a casa para o Chico Caíca?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim. Foi ele que ofereceu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor conheceu a casa do Chico Caíca que era de propriedade dele?

O SR. JORGE MÉRES - Conheço. Eu guardei os caminhões lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa carreta que foi encontrada...

O SR. JORGE MÉRES - Na casa dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor que levou lá?

O SR. JORGE MÉRES - Fui eu que coloquei na garagem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele sabia que essa carreta estava lá?

O SR. JORGE MÉRES – Sabia, porque o Bel pediu a ele antes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Antes?

O SR. JORGE MÉRES – A carreta ficou três...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Caíca morava lá?

O SR. JORGE MÉRES – Não, quem morava era a Meire, filha do Chico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Filha do Chico Caíca. Não era o Chico Caíca?

O SR. JORGE MÉRES – Não, era a filha dele que morava lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Bel ligou para ele para pedir autorização para por a carreta na casa em que residia a filha do Chico Caíca. E ele que autorizou?

O SR. JORGE MÉRES – Autorizou e a própria Meire que abriu o portão para eu colocara carreta lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Meire é que filha do Chico Caíca.

O SR. JORGE MÉRES - Filha do Chico Caíca. Foi ela mesma que abriu a garagem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha alguma coisa dentro da carreta ou ela estava vazia?

O SR. JORGE MÉRES - Estava vazia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É a dos fogões?

O SR. JORGE MÉRES – Dos fogões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que o Delegado conseguiu apreender?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, ficou lá uns quinze dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E, em razão disso, ele foi jurado e morto.

O SR. JORGE MÉRES – Depois que guardei a carreta, eu, Bel, Marcone, Lauristo e Bitá fomos a uma vaquejada no interior, passamos o final de semana e voltamos na segunda-feira.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor, Sr. Joaquim, emprestou a casa para o Chico Caíca e ele colocou a filha lá? Você tinha me dito isso no começo, quando você queria falar. A casa foi emprestada. A casa, o terreno do lado eram tudo uma propriedade grande, o galpão. E quem morava lá era a Meirelles mesmo?

O SR. – (Inaudível).

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Não tenho nem raiva dele. Eu tenho é pena.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o remorso é igual pela morte do Delegado?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem sentimento.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Tenho sentimento como todo ser humano. Quando uma pessoa que faleceu, você tem sentimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da forma como ele foi morto, praticando a Justiça, foi morto por aqueles que praticam o mal contra a sociedade?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Claro. Agora, um cidadão como o Sr. Jorge Méres falar tudo isso é uma injustiça tão grande que fico é com pena dele. É digno de pena.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele assume a responsabilidade pelos crimes que praticou e, provavelmente, com a consciência pesada está colaborando nos esclarecimentos. O senhor não dá nem um sinal nem de arrependimento, nem de sofrimento pelo mal que foi causado por toda essa quadrilha que o senhor tinha um forte relacionamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor disse que não conhecia o Jorge Méres, não tinha relacionamento nenhum com ele. Por que ele inventaria tanta mentira contra o senhor?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Também isso ele vai responder. Não sei como uma pessoa com tanta maldade quanto ele...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor só tinha amigo, não tinha problema com ninguém, como é que um motorista de caminhão vem e lhe faz tantas acusações assim, sem absolutamente nenhum fundamento?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Mas por que será que só ele faz essas acusações sobre a minha pessoa?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, não é só ele, não; o senhor está muito enganado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os vales autorizações para ele abastecer, o senhor os dava mesmo ou não? O senhor dava as autorizações?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Pergunte ao Francisco Caíca por qual foi o motivo de ele ter dito isso para mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas isso vai amanhã... Mas eu só pergunto se realmente, comercialmente, o senhor autorizava, se o senhor era o responsável pela autorização do abastecimento das carretas?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Dr. Romeu Tuma, eu já falei na Justiça Federal que nunca dei autorização para abastecer carreta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu lhe agradeço pelo senhor ter a sensibilidade de responder. Esses vales eram feitos por escrito?

O SR. JORGE MÉRES – Ele ligava para o posto, dava o número da placa da carreta e dizia de quem era e quem ia passar para abastecer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lembra o nome de algum funcionário do posto que ainda possa ser localizado?

O SR. JORGE MÉRES – Muito difícil porque trocam os frentistas, mas o porteiro da garagem da Julme reconheceu e viu quando eu fui abastecer o caminhão porque lavei o cavalo lá e...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se ela continuar assim, tem que pedir a saída.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – **(inaudível)** Não adianta a senhora ficar **(inaudível)**, não é correto. Interrompe o depoimento **(inaudível)** dentro de uma regra normal do desfeixe entre alguém que está presidindo uma sessão desta e o advogado. Acho que a senhora tem todo o direito, mas não ficar soletrando como ele responder.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Assomprando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora não vai me chamar de mentiroso agora. A senhora está fazendo...

A SR^a - Eu, em nenhum momento

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora está fazendo isso. Quer que a senhora não interviesse.

A SR^a - Como não tenho como chegar até ele para trocar duas palavras...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a senhora se dirige a mim, e eu autorizo ou não, mas não adianta a senhora ficar fazendo sinais para ele, senão peço para a senhora se retirar do recinto. Não vou permitir agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ela ficou falando. Deixa eu só dizer: o senhor tem tanta confiança no Chico Caíca que estou impressionado também, que o Chico Caíca aqui vai se silenciar. Não sei o que o senhor fez para o Caíca, mas eu vou dizer o que ele disse. Eu até gostaria de dizer que tem um aparelhinho que acusa quando um homem está mentindo. Se tiver, queria que o ligassem aqui. “Quando, determinado dia, a carreta já estava lá garagem, e o Jorge, que é o Jorge Falador, o Jorge Menezes, chega às sete horas da noite com a prefeita, ela é minha amiga, foi criada junto comigo em Zé Doca, veio fazer uma visita, jantou comigo neste dia. Nesta hora, nós jantamos. Jorge saiu do buraco, aqui do muro que eu tinha feito e viu a carreta. Foi lá, fez algumas anotações, e eu fui com ele” – isso até eu já li antes. “Quando foi de manhã, Joaquim Lauristo chega e pergunta: ‘Jorge esteve aqui ontem à noite e me procurou com a prefeita. Ele entrou nessa garagem?’ Eu disse: ‘Entrou’. Eu não ia mentir para ele, tinha que contar a verdade, ele estava aí dentro olhando alguma coisa. ‘Se ele falar alguma coisa, acerto as contas com ele’, são palavras de Joaquim Lauristo. Mas eu não disse nada para Jorge, viajei para cidadezinha...” Aí ele conta a história da viagem e aí, em seguida, isso estourou porque o Jorge, com certeza, veio contar para o Dr. Estênio. O Dr. Estênio bateu lá, em fim, pegou o pessoal lá e fez toda a prisão que precisava fazer. E o Chico diz: “Eu gostaria de dizer que tem um aparelhinho que acusa quando um homem está mentindo. Se tiver, quero que liguem aqui, para dizer tudo que ele está dizendo é a expressão da verdade.” Tudo o que o Jorge diz é o que o Chico Caíca disse aqui. Ainda que o Chico Caíca venha e desdiga o que disse, para mim não vale mais. Ele disse com tanta convicção que nos convenceu, e depois o senhor diz: “Traga ele aqui, vamos acarear.” Trouxemos o Jorge Méres, o senhor deu para trás. Se o senhor tem tanta confiança no Caíca,

acho que o senhor embolsou o Caíca. É o jeito que tenho de imaginar. Por isso é importante deixarmos claro isso para o senhor, para o senhor saber que estamos sabendo disso, que não estamos aqui de bobo, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, acredito que já esgotamos todas as possibilidades.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só vou perguntar ao Jorge Méres: o Carlinhos conhece ele?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, o Carlinhos conhece.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Jota conhece ele?

O SR. JORGE MÉRES – Demais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Demais? O senhor conhece o Jota? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Jota disse que conhece. Já mandou dizer que conhece, inclusive, fez referência a...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece o Jota?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu vi o Jota no dia lá no depoimento da Justiça Federal.

Dr. Romeu Tuma?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não?

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Para você ver como é tantas armações, tantas contradições: se você pegar os processos, quando chegou lá na Justiça Federal, esse Sr. Jorge Méres falou que eu mandava uns bilhetes dizendo “Compadre, abasteça a carreta.” Isso está no laudo da Justiça Federal. Isso é a última coisa que quero falar. Quero permanecer calado agora; falo em juízo e me defendo as acusações em juízo.

O SR. JORGE MÉRES – Os bilhetes que... ele não dava para mim; ele dava para o Bel e o Bel mandava abastecer, que estava certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Bel era compadre dele?

O SR. JORGE MÉRES – Não, compadre era uma maneira de falar por telefone para não dizer os nomes, porque os telefones podiam estar sendo grampeados, porque eles já estavam todos sendo investigados pelo Estênio. Então eles se chamavam só de compadre; eles sabiam, conheciam a voz...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você disse aí agora que ligavam para o posto, dava placa e quem estava dirigindo... Era o Bel que fazia?

O SR. JORGE MÉRÉS – Não, quem autorizava... o Bel pedia ao Lauristo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço licença, vou dar por encerrada. O Jorge pode se retirar. Por favor, ele se retire e amanhã daremos continuidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, de repente, vou insistir, mas vou colocar: como vamos, em tese, encerrar e o Jota só depõe secretamente, e como eu imagino que ele não vai se contrapor ao Jota, não é demais trazermos o Jota aqui, quer dizer, evacua a sala, traz o Jota....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, hoje não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Hoje, não? Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Fiz um compromisso com ele e vou cumprir. Ele fez um compromisso, pediu que não voltasse mais à sala. Fiz esse compromisso, ele colaborou ao máximo, se expôs ainda mais do que já está sob condenação, acha que não vai conseguir viver, estamos insistindo que a segurança dele seja aumentada e não tenho condições psicológicas nem morais de expô-lo a uma situação de dificuldade, porque não posso dar garantia a ele. Se eu pudesse ficar do lado dele, tranqüilamente o faria. Então, eu me recuso, desculpe-me, doutor, vou indeferir seu pedido. O Jorge pode ir, agradeço sua presença.

O SR. JORGE MÉRÉS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto se o senhor quer acrescentar alguma coisa, ou se posso dar por encerrado o seu depoimento.

O SR. JOAQUIM LAURISTO – Eu vou só pedir desculpa por ter falado sobre esse posicionamento de chamar o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está tudo bem.

A senhora quer fazer algum protesto, doutora, está em tempo, tem toda a liberdade.

A SR^a – Eu o conheço muito através da imprensa e lamento o que vem ocorrendo. Infelizmente, não tive tempo de falar com o meu constituinte...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora podia ter chegado com ele...

Nós não impedimos nenhum advogado de comparecer às reuniões.

A SR^a – Estava no meio, Excelência, e eu achei que eu não deveria interromper o depoimento da testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem poderia.

A SR^a – Pois é, por isso, eu me sentei, porque hoje eu estava viajando, já cheguei atrasada, não era justo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estava no final, já.

A SR^a – Pois é, não era justo, nem conveniente que eu interrompesse a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço.

A SR^a – Por isso, troquei duas palavras com o Joaquim, mas peço desculpas também a V. Ex^a, até porque V. Ex^a achou que eu estava lhe desrespeitando, não foi a minha intenção...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, porque a senhora estava soletrando para ele e eu considerei um desrespeito. Pode se dirigir a mim, sem dúvida, não tenho impedido absolutamente nenhum advogado de participar da oitiva, mas se dirigindo a nós para evitar qualquer confusão, qualquer especulação...

A SR^a – Mas não pude; é humanamente impossível dirigir-me a V. Ex^a ou a qualquer outro membro da Mesa quando estava no meio de um depoimento. Seria uma falta de respeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Está justificada, mas o correto seria a senhora estar presente desde o início, porque ele está aqui há muito tempo.

A SR^a - Ocorre que tinha uma audiência no interior e vim às pressas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não estou discutindo, isso é um problema da senhora com ele.

A SR^a - Estou justificando, porque o senhor estava dizendo que meu dever era estar aqui presente, mas também tenho dever com relação a outros clientes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Agradeço sua compreensão e, se amanhã ele vier, a senhora, por favor, compareça acompanhada dele e será uma honra poder recebê-la e contar com sua presença aqui.

A SR^a - Terei o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pediria que ele pudesse... Também está terminado e amanhã, se for necessário, pediremos novamente sua presença aqui já para conversar com seu amigo Cáica. Acredito que será mais suave.

Por favor, a segurança. Lá fora, quando ele sair, a senhora, por favor, fique à vontade com ele. Quem é a escolta dele?

Antes de encerrar, gostaria de requerimento dos dois prefeitos, para que possamos despachar.

Temos aqui o requerimento do advogado do Sr. Aveny Andrade Pacheco, Prefeito Municipal de Amapá do Maranhão, que pede, em razão da própria segurança e como o Código per mi te, que haja um acordo entre a autoridade judiciante, nesse caso é o Presidente da CPI, e o depoente. Como tem direito, pede para depor em Brasília. Não vejo inconveniente, desde que seja às expensas dele. Pedirei para que se marque o dia imediatamente e espero que o mesmo compareça.

Com respeito ao Hemetério Webá Filho, Prefeito Municipal de Nova Olinda do Maranhão, pede que a CPI se desloque a sua cidade para ouvi-lo, indeferimos o pedido. Ele será novamente intimado e iremos combinar o local previamente acertado, que não será em sua cidade, pois a CPI não irá se deslocar apenas para atender ao Prefeito na cidade fora de São Luís. Indeferido o pedido, por favor entrar em contato para restabelecer a data e hora de comparecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE - Senador, gostaria de requerer que ainda hoje fosse informado a ele que foi indeferido o pedido e que a intimação de amanhã está valendo e o mesmo tem que

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sim, mas temos que combinar com ele, porque tem esse direito constitucional.

Deveríamos marcar para que deponha semana que vem, às expensas dele e não da Prefeitura. Se for pelo dinheiro da Prefeitura, tem que haver uma CPI, pois não pode ser às custas da Prefeitura. Ele terá que pagar passagem e estadia, repito que não pode pagar as despesas em nome da Prefeitura.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não é fato envolvendo a Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O fato envolve a pessoa física dele. De forma que agradeço bastante emocionado a presença dos Srs. Deputados que por todo o tempo ficaram conosco, apoiando, prestigiando e oferecendo um ambiente sadio para que pudéssemos dar conta da missão de hoje, que teve alguns instantes bastante angustiantes.

Espero poder contar com a presença dos senhores e das senhoras amanhã para que possamos ter esta força que é transmitida com a presença dos senhores durante as audiências de amanhã.

Muito obrigado e agradeço sinceramente todo o carinho.

(Levanta-se a reunião às 21h.)

Ata da 2ª Reunião realizada em 16-3-2001.

Aos dezesseis dias do mês de março do ano dois mil e um, às nove horas e trinta minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, sob a Presidência do Senhor Romeu Tuma, e ainda, com a presença do Senhor Senador Geraldo Cândido e dos Deputados Oscar Andrade e Pompeo de Mattos, membros reúne-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadriculhas do roubo de cargas. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir as seguintes pessoas: JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE, Prefeito de Vitorino Freire/MA, AVENY ANDRADE PACHECO, Prefeito de Amapá do Maranhão/MA, HEMETÉRIO WEBÁ, Prefeito de Nova Olinda/MA, PENALDON MOREIRA, Prefeito de Presidente Sarney/MA, BENEDITO BARROS FERREIRA, Diretor da Transportadora TRANSUL, RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE (CAROLA), Vereador de Santa Luzia/MA, VLADIMIR PEDRO VIEIRA, comerciante e ainda os Presidiários, JOSÉ GERARDO DE ABREU e FRANCISCO CAICA UCHOA. Os depoentes foram questionados pelos Senhores Parlamentares presentes, bem como, foram acareados com os senhores JORGE MERES e JOSÉ JOÃO SOARES COSTA. Durante os depoimentos a mesa recebeu várias denúncias através do e-mail e do telefone que foi colocado à disposição do Público em geral. Foi apresentado pelo Prefeito AVENY PACHECO, requerimento para que o mesmo prestasse seu depoimento em Brasília/DF, o qual foi deferido sendo o mesmo marcado para o dia 27 de março do ano dois mil e um. A presente reunião foi interrompida às 13:00hs e teve sua continuação às 14:30hs e seu término às 21:30hs. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, levo a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Bom-dia, senhores.

Damos por aberta a terceira reunião da CPMI do Roubo de Cargas e outros objetivos.

Antes de encerrar, gostaria de requerimento dos dois prefeitos, para que possamos despachar.

Temos aqui o requerimento do advogado do Sr. Aveny Andrade Pacheco, Prefeito Municipal de Amapá do Maranhão, que pede, em razão da própria segurança e como o Código per mi te, que haja um acordo entre a autoridade judiciante, nesse caso é o Presidente da CPI, e o depoente. Como tem direito, pede para depor em Brasília. Não vejo inconveniente, desde que seja às expensas dele. Pedirei para que se marque o dia imediatamente e espero que o mesmo compareça.

Com respeito ao Hemetério Webá Filho, Prefeito Municipal de Nova Olinda do Maranhão, pede que a CPI se desloque a sua cidade para ouvi-lo, indeferimos o pedido. Ele será novamente intimado e iremos combinar o local previamente acertado, que não será em sua cidade, pois a CPI não irá se deslocar apenas para atender ao Prefeito na cidade fora de São Luís. Indeferido o pedido, por favor entrar em contato para restabelecer a data e hora de comparecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE - Senador, gostaria de requerer que ainda hoje fosse informado a ele que foi indeferido o pedido e que a intimação de amanhã está valendo e o mesmo tem que

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sim, mas temos que combinar com ele, porque tem esse direito constitucional.

Deveríamos marcar para que deponha semana que vem, às expensas dele e não da Prefeitura. Se for pelo dinheiro da Prefeitura, tem que haver uma CPI, pois não pode ser às custas da Prefeitura. Ele terá que pagar passagem e estadia, repito que não pode pagar as despesas em nome da Prefeitura.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não é fato envolvendo a Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O fato envolve a pessoa física dele. De forma que agradeço bastante emocionado a presença dos Srs. Deputados que por todo o tempo ficaram conosco, apoiando, prestigiando e oferecendo um ambiente sadio para que pudéssemos dar conta da missão de hoje, que teve alguns instantes bastante angustiantes.

Espero poder contar com a presença dos senhores e das senhoras amanhã para que possamos ter esta força que é transmitida com a presença dos senhores durante as audiências de amanhã.

Muito obrigado e agradeço sinceramente todo o carinho.

(Levanta-se a reunião às 21h.)

Ata da 2ª Reunião realizada em 16-3-2001.

Aos dezesseis dias do mês de março do ano dois mil e um, às nove horas e trinta minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, sob a Presidência do Senhor Romeu Tuma, e ainda, com a presença do Senhor Senador Geraldo Cândido e dos Deputados Oscar Andrade e Pompeo de Mattos, membros reúne-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadras do roubo de cargas. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir as seguintes pessoas: JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE, Prefeito de Vitorino Freire/MA, AVENY ANDRADE PACHECO, Prefeito de Amapá do Maranhão/MA, HEMETÉRIO WEBÁ, Prefeito de Nova Olinda/MA, PENALDON MOREIRA, Prefeito de Presidente Sarney/MA, BENEDITO BARROS FERREIRA, Diretor da Transportadora TRANSUL, RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE (CAROLA), Vereador de Santa Luzia/MA, VLADIMIR PEDRO VIEIRA, comerciante e ainda os Presidiários, JOSÉ GERARDO DE ABREU e FRANCISCO CAICA UCHOA. Os depoentes foram questionados pelos Senhores Parlamentares presentes, bem como, foram acareados com os senhores JORGE MERES e JOSÉ JOÃO SOARES COSTA. Durante os depoimentos a mesa recebeu várias denúncias através do e-mail e do telefone que foi colocado à disposição do Público em geral. Foi apresentado pelo Prefeito AVENY PACHECO, requerimento para que o mesmo prestasse seu depoimento em Brasília/DF, o qual foi deferido sendo o mesmo marcado para o dia 27 de março do ano dois mil e um. A presente reunião foi interrompida às 13:00hs e teve sua continuação às 14:30hs e seu término às 21:30hs. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, levi a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Bom-dia, senhores.

Damos por aberta a terceira reunião da CPMI do Roubo de Cargas e outros objetivos.

E para não atrasarmos demais, comunico aos membros da CPI que acaba de dar entrada o requerimento do Sr. José Juscelino dos Santos Resende, Prefeito Municipal de Vitorino Freire, que, dentro dos preceitos do art. 221 do Código de Processo Penal, coloca-se à disposição da CPMI para depor, em Brasília, a partir de 20 de março.

Conversando com os senhores, preliminarmente, em resposta ao advogado, já antecipamos a necessidade de um depoimento na próxima terça-feira, em Brasília, dia 20. Praticamente, já está combinado. Pergunto se os senhores podem requerer esta nova intimação dele e de um Prefeito que já foi deferida, Prefeito Aveny, para a próxima terça-feira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Requeiro, nos termos do Regimento da CPI, que sejam oficiados e marcada para terça-feira, às 15h, a presença dos dois Prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto se os outros membros concordam.

Deputado Pompeo, sim ou não?

O comparecimento dos dois Prefeitos, terça-feira, em Brasília, às 15h.

Então, de ferida a petição do procurador do Prefeito de Vitorino Freire, expeça-se a intimação para a próxima terça-feira, às 15h, em Brasília, em audiência pública.

Faço uma advertência aos Srs. Prefeitos no sentido de irem a Brasília sob as suas próprias expensas, visto que eles estão comprometidos com o crime dos roubos de cargas, que é a finalidade desta apuração, em caso pessoal. Então não vejo como justifiquem qualquer despesa em nome da prefeitura. Esse é um alerta para os Srs. Vereadores diante da nova Lei de Responsabilidade.

Para dar início, convoco o Sr. Hemetério Webá Filho, Prefeito do Município de Nova Olinda, ex-Prefeito de Santa Luzia do Paroá, e ex-Deputado Estadual, acusado de envolvimento em roubo de cargas, homicídio e tráfico de drogas. (Pausa.)

O seu nome é Hemetério Webá Filho?

O senhor poderia repetir os seus dados para nós: nome e identidade para ficar registrado.

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – Meu nome é Hemetério Webá Filho. Identidade: 379.972.94-8.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – 50 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O CPF está aqui. Pode confirmar.

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – 029.390.883-49

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado Civil?

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência?

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – Nova Olinda do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Rua?

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – do Comércio, 999.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – Funcionário público aposentado, atualmente prefeito municipal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem algum grau de parentesco com pessoas envolvidas no caso?

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. O senhor sabe que está aqui como testemunha e, de acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei o senhor se compromete a dizer a verdade, só a verdade?

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – Sim, senhor, só a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, assine o compromisso. Agradeço.

Qual é o nível e quem é o parente do senhor que está envolvido?

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – Um ex-cunhado e um parente de terceiro grau.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Poderia citar o nome deles.

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – O Carola e o Cláudio Jignis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. É parente distante, não tem muita importância. Temos o zelo de não incorrer em qualquer contrariedade da lei atual.

O senhor gostaria de fazer algum esclarecimento preliminar, antes que os membros da CPI façam as suas perguntas?

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – Gostaria, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não, esteja à vontade para nos esclarecer sobre tudo aquilo que possa colaborar com os objetivos desta CPI.

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, demais membros des-

ta Comissão, já estive aqui em uma CPI anterior, a CPI do Narcotráfico, onde dois elementos disseram que o meu avião conduzia cocaína, maconha e que eles haviam visto, em meu avião, isto em 1997 e outro em 1998.

Quero passar a V. Ex^a os laudos conclusivos da Polícia Federal.

Aqui está o laudo de conclusão da Polícia Federal.

Aqui está o laudo do Infraero, em que notificou que em 2/8/97 meu avião sofreu um acidente e desde essa época nunca mais voou, a não ser quando a Polícia Federal encontrou os restos dele em minha propriedade.

Quero passar às mãos de V. Ex^a a revogação da minha prisão.

Tive a minha vida, Senador, investigada durante 50 dias, tanto pela Polícia Federal quanto pela Polícia Civil. De lá para cá da mesma maneira.

Ontem, tive a oportunidade de ver um dos elementos que foram ouvidos ontem, o Sargento Lisboa, que me acusava também, dizer que tudo foi uma farsa. Mas agora não estou precisando de um bandido diga isso, estou precisando exclusivamente da Justiça, e a ela que estou apegado e é a justiça que espero que seja feita.

Eram estes os pequenos esclarecimentos que queria fazer a V. Ex^a. Mas quero antes mostrar a V. Ex^a ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia detalhar um pouquinho essa situação do Sargento Lisboa? Por favor.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – O Sargento Lisboa, Senador, foi comandante de destacamento e respondeu pela Delegacia de Nova Olinda do Maranhão, quando eu era Deputado.

No final do ano de 1998 para 1999, começaram a se articular esses elementos lá no nosso município, em Nova Olinda do Maranhão: o Jota, o Lisboa, o Armando e o Vital. Em janeiro, já terminando o meu mandato de prefeito, eu estive na Secretaria de Segurança, hoje Gerência de Segurança, em busca do Dr. Coutrin para tirar um porte de arma, visto que eu já não era mais deputado, estava encerrando o meu mandato. Como a nossa região é distante, de risco, eu fui solicitar... Nessa oportunidade, eu conversei com o Dr. Coutrin, disse-lhe que ali se estava formando essa quadrilha. Ele anotou o nome desses elementos e mandou investigar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Denúncia do senhor?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Denúncia verbal minha, Senador. Denunciei verbalmente porque eu era ainda deputado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o Dr. Coutrin é uma pessoa séria e confirmará ou não...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Fiz a denúncia e foram feitas as investigações. O que eu estranhei bastante foi que no dia 27 de setembro eu saí no esquema Hidelbrando Pascoal, PC Farias, José Gerardo, Caíca, e outros. Eu tomei aquilo como um susto. Quando meu irmão me ligou, lá no interior, eu pensei que era brincadeira. Ele me disse: "Não, a coisa é séria". Daí começaram as investigações, as pressões contra a minha pessoa, por parte desses elementos. Tudo isso porque eu denunciei.

Um desses elementos, o Vital, um dos que mais me acusaram.... A ira, a raiva dele contra a minha pessoa é porque lá em nosso município esse cidadão é um elemento perigoso. Aqui há duas ocorrências contra ele muito antes da CPI. Quero mostrar a V. Ex^a o carro dele, com o número 41, que era do meu depósito político lá na região, que perdeu para mim as eleições agora, em campanha eleitoral, depois que ele saiu. Isso não passou de uma trama altamente criminosa para que eu não pudesse ser candidato a prefeito em meu município, Nova Olinda do Maranhão. Graças a Deus, a Justiça tem falado mais alto. Eu tenho sido investigado e quero que investiguem mais a minha vida. Se encontrarem um fio de cabelo de Hemetério envolvido com tráfico, com roubo, com receptação ou com apadrinhamento a qualquer elemento desses, Senador, eu renuncio ao meu mandato de prefeito.

Quero mais uma vez mostrar ao senhor uma certidão negativa do meu CPF, porque na época ventilaram que eu tinha três CPFs. Quero passar isso às mãos de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi acusado de ter três CPFs?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Disseram, na época da CPI, que eu tinha três CPFs.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A questão é um número. Eles fazem referência a um número...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Eu só tenho esse número, Senador. Nunca existiram outros números.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui é sobre o laudo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que apareceu na CPI o outro número? Havia dois números?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, eu só tinha um. O que acontece é que na minha família há três Hemetério: Hemetério Marcos Weber, meu pai, Hemetério Weber Filho, que sou eu, Hemetério Weber Neto, que é meu filho. Mas o número do meu CPF é o mesmo desde que eu o fiz até hoje. Não há outro número.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com relação ao laudo residual de transporte ou não de drogas, o avião caiu?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – O avião quebrou, bateu a asa e eu o larguei, porque já era usado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto tempo depois dessa queda foi feita a perícia? Eu não estou conseguindo identificar aqui.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – A perícia do avião foi feita em novembro de 99...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a queda?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – A que da foi no final de julho de 97.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um tempo bastante longo.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Bastante longo. Esse avião quebrado nunca mais sobrevoou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui há dados de que não foram encontrados vestígios, mas há peças do avião em que foram impossibilitados de fazer a pesquisa residual.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – As peças do avião estavam no lugar.

Eu não sei. Aí está a pesquisa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu estou lendo aqui, os testes foram feitos na qual que foi possível, depois de 6 meses, face às condições em que se encontrava essa aeronave, "(...)totalmente danificada, destroços jogados ao chão, sujeitos às intempéries, tornou-se inviável a coleta de material para as análises de laboratório". Não estou dizendo que foram conduzidas drogas ou que estaria sob suspeita. Digo que o laudo deixa alguma dúvida sobre algumas partes do avião, mas é uma coisa que a Polícia Federal poderá aprimorar ou não a investigação. O avião está à disposição do DAC em razão de algumas irregularidades.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não fiz mais nada com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas tem algumas irregularidades de registro. A pista não era homologada. O senhor tem alguma sindicância da Aeronáutica, do DAC em razão do acidente e do uso indevido de pista?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Só esse documento que eu tenho. Não voei mais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui está só o laudo pericial. O senhor nunca foi intimado?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Coloque à disposição dos Senhores membros da CPI para fazer as perguntas. Quanto ao problema do transporte de drogas, digo ao senhor que vou consultar a Polícia Federal, saber se houve ou não alguma evolução. Deve ter havido provavelmente o inquérito resultando nesse laudo. Vou consultá-la se houve ou não evolução na investigação.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Prefeito Hemetério, além da política, quais as atividades profissionais que o senhor já exerceu?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Fui Prefeito de Santa Luzia do Paroá, fui Deputado Estadual e atualmente Prefeito. Antes, sou funcionário de carreira da Secretaria de Fazenda.

O SR. OSCAR ANDRADE – É empresário em algum ramo de atividade?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – No momento, não. Tive serraria há muitos anos atrás.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor respondeu a algum inquérito? Foi indiciado em algum...?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Um processo eleitoral, comprei uma estaca na época em que era Prefeito, em 1991, e o meu caminhão foi preso naquela época pela Polícia Federal, porque eles achavam que as estacas estavam vindo de área do Incra e, ao contrário, nunca comprei estacas na área do Incra. Esse é um processo que está na Justiça e vai ser julgado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde 1991?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Desde 1991.

O SR. OSCAR ANDRADE – E antes de 1991?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Antes de 1991, lembro-me de que houve um problema comigo em 1997, mas não me recordo bem, parece-me que era desacato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em 1989, 1990, não teve nada?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Em 1889, 1990, não, senhor. Foi esse do crime eleitoral.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em 17 de fevereiro de 1992, art. 350, Código Eleitoral. Em 1990, foi instaurado um inquérito pela Polícia Federal de São Luís do Maranhão, como incurso no art. 155, roubo, e art. 29, Lei 4.771. Em 11 de setembro de 1990.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Mas esse é do Ibama, eles falaram na época.

O SR. OSCAR ANDRADE – Art. 155 é roubo.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nunca roubei madeira, nunca roubei nada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem algum inquérito em andamento?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Tem. Estamos provando que nada existiu nesse inquérito antigo na Polícia Federal.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é sócio de alguma empresa? Já foi sócio de alguma empresa?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou solicitar cópia do inquérito à Polícia Federal. Peço para providenciar, por favor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é sócio de alguma empresa? Já foi sócio?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Há muito tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE – De comércio em geral?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, nunca fui comerciante na minha vida. Nunca vendi mercadoria, nunca transacionei mercadoria na minha vida.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o tipo de empresa de que o senhor foi sócio?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – A única de que fui sócio foi uma serraria, há muitos anos, isso em 84, por aí assim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Daí o resultado desse inquérito?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – É. Não, nessa época eu já era prefeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em razão da serraria?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, não é serraria não, isso foram umas estacas que eu para um projetinho de pimenta do reino e maracujá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Extraíu a madeira?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não extraí, eu comprei a madeira. Foi o meu gerente quem comprou as estacas, nessa época eu era prefeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes o senhor esteve com o Jorge Méres.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – A única vez em que vi Jorge Méres na minha vida foi numa acareação aqui, quando envolveram o meu nome numa CPI em outubro de 99.

O SR. OSCAR ANDRADE – 95, 96, nessa época o senhor não...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nunca vi Jorge Méres.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixa eu ver as fotos aqui: 32, 33, 34. Depois: 52 e 53 também.

O senhor reconhece essas fotografias aqui, Sr. Prefeito?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, essa fazenda não é minha, não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Turilândia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não pergunta se é dele, pergunta se ele conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor reconhece?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Essa fazenda aqui é de um irmão meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – É do seu irmão?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – É sim, senhor, não minha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual o nome do seu irmão?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Weber. Não é meu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estamos perguntando se o senhor conhece.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é o problema de

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Conheço. Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor reconhece essas fotografias?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Esse aqui é o meu galpão, lá em Nova Olinda do Maranhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – É seu o de Nova Olinda?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – É sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse é o mesmo de outra foto.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, isso aqui não é de lá, não é do meu, não. Não é minha casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queremos saber se o senhor conhece.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Esta casa aqui eu conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde é esta casa?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Esta casa é de um pessoal que mora lá, do outro lado da pista.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem cuidava do seu galpão?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é na sua propriedade?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não é na sua propriedade?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não. Não é na minha propriedade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É na propriedade de quem?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Isso lá, são coisas particulares. Não tem nada a ver com o Hemetério.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É do lado?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Em frente. Ele fica às margens da BR, quem vai para o Pará, do lado esquerdo. O meu galpão é do lado direito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No galpão é onde o senhor tinha a pista.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não tem pista nenhuma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tinha.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nunca tive pista.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pista de pouso.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, não, não, no meu galpão, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor descia onde de avião.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Na época, eu desci na pista duas ou três vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual a pista.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – A pista BR-316.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem uma pista na BR.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas se vem carro?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, mas isso foi na época, eu nunca neguei, eu disse aqui aos senhores, o senhor estava aqui na CPI.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu me lembro. Me perguntou muitas vezes isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa fotografia última aqui é de uma pessoa que o senhor conhece, que trabalhava para o senhor.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não senhor, nunca trabalhou comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é essa pessoa que mora ali?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – É um pessoal de fora, de Alagoas, que mora lá nesta casa, nunca trabalharam comigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o nome?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Eu não sei o nome, eu sei que são de Alagoas, agora nome eu não sei, Deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Bem, o Jorge Méres afirma que esses locais que o senhor identificou, tanto a fazenda quanto o galpão, eram usados para guardar caminhões e cargas roubadas. Inclusive que entregou na sua fazenda um caminhão de cerveja vendido ao senhor. O que o senhor me diz a respeito disso.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Deputado, eu nunca na minha vida transacionei com esse cidadão Jorge Méres. Eu só tive o desprazer de vê-lo na minha vida aqui, não sabia nem da existência desse moço, nem a existência desse Jorge Méres na vida, quanto mais comprar carrada de cerveja dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o William Sozza?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Empresário lá de Campinas?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não conheço William Sozza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca ouvi falar?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Ouvi falar através da imprensa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Jota, o José João Soares Costa?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Conheci de nome, vim ver Jota aqui, numa acareação.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – O senhor disse no início aqui, nas suas considerações preliminares, que o senhor informou ao Dr. Coutrim a existência da formação de um novo grupo e o senhor incluiu o nome do Jota.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Incluí, mas não conhecia o Jota. Ouvia falar no nome dele. Eu não conhecia o Jota.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Jota, o Lisboa, o Armando, o Vital.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Lisboa conhecia. Lisboa, Vital, o Armando era de lá de Nova Olinda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só o Jota, dos quatro, que o senhor não conhecia?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Conhecia só por nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o senhor acha que o Jota fez acusações contra o senhor, envolvendo diversos crimes, até sobre a proposta para matar a vereadora Rosilda, de Nova Olinda, e o filho dela? Por que ele faria isso com o senhor? O Jota, que o senhor não conhecia e que não era adversário político, igual ao caso do outro, que o senhor estava querendo colocar dessa forma

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – A questão do Jota foi justamente pelas denúncias que fiz naquela época que envolvia o nome dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele ficou sabendo?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Ficou sabendo, é claro que acho que ele ficou sabendo. Por essas razões, isso foi uma forma de se vingar da minha pessoa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor vai denunciar alguém que o senhor nem conhece?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, eu não conhecia, mas a sociedade é que dizia que estavam lá. Eu, como deputado, vivia mais em São Luís. Nunca eu ia no interior nessa época. Eles que me contavam que estava havendo esses problemas na nossa região.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dos que o senhor denunciou, quais o senhor conhecia?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Só conhecia o Vital, o Lisboa e o Armando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conhecia os três.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Que moravam lá em Nova Olinda.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Jota vivia por lá também.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, o Jota só ouvia falar de nome. Eu mesmo nunca vi o Jota em Nova Olinda, só o nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Prefeito, é isso que depõe contra o senhor, por que o Jota conta uma série de fatos envolvendo o senhor e o senhor vai lá e denuncia o Jota. As coisas começam a destoar na sua conversa e o que ele diz começa a casar cada vez mais.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, senhor. Eu lhe garanto, com certeza, que nunca transacionei com esse moço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor andou alguma vez com o Sargento Lisboa?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Com o Lisboa, nós andamos sim. Eu andei uma vez quando assaltaram a Besta que levava o dinheiro, R\$28 mil, que ouvi o tem ele falar aqui na CPI. Quando assaltaram, eu estava em São Luís, quando me ligaram, já cinco e meia da tarde para seis horas, que tinham assaltado dentro de Santa Luzia. Eu, nesse mesmo hora peguei carro e fui para Nova Olinda no Maranhão, imediatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem é que assaltou?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Olha, Deputado, até hoje não se sabe veridicamente quem foi. Temos suspeita, inclusive denunciei. Foi nessa época lá em Santa Luzia uma comissão daqui, mandada pelo Dr. Coutrim, mas não chegou a pôr a mão nesses elementos. Mas mesmo assim, quando assaltaram no ano passado a Presidente da Câmara de Nova Olinda, eu denunciei novamente. Pedi que fosse apurado, porque o assalto foi da mesma fórmula que fizeram naquela época com a Besta que conduzia os recursos lá do hospital.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o Sargento Lisboa disse que o senhor saiu com ele e foi tomar cerveja num bar?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – É menos ver da de do Lisboa. Esse negócio de cerveja... Nós fomos realmente ao Posto da Polícia Rodoviária. Fomos a Araguaia, estávamos com fome e fomos a um barzinho que tem lá que fazia bife, comida caseira. Nessa noite, mandei que fizesse, nós comemos, viemos para o Posto Rodoviário e aguardamos até quase duas horas da manhã. Quando vi a de lá um carro todo enlameado, nós pedimos parada, eles pararam no Posto Rodoviário e nós fomos em cima. Mas

era um carro que vinha trazendo uma moto que uns elementos tinham roubado, assaltado lá pela Coma-sa. Nunca existiu nada disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não foi beber cerveja?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Lá esse dia não. Bebi com Lisboa alguns dias lá, algumas vezes lá em Nova Olinda no Maranhão. Mas esse dia não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Outras vezes...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Uma vez somente nós tomamos em Nova Olinda.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Outras vezes o senhor tomou cerveja com ele?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Uma nova em Nova Olinda, só.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nessa época ele era o chefe do Garcia.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Era sim, senhor, o chefe do comando. Eu estava numa área e aí eles chegaram lá, tomaram também e saíram. Não demoraram.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor denunciou ele depois?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, a questão da denúncia foi quando a comunidade me passava: “Olha, aqui está acontecendo isso, isso”. Eles não têm a quem se queixar. E eu, na oportunidade que tive com o senhor gerente de segurança, o secretário e o gerente, contei a ele o que estava acontecendo. Agora, quando eles colocaram o meu nome e veio à tona, eu vim à tona na imprensa, ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – A sua esposa trabalhava no hospital?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – A minha esposa foi diretora do hospital, nomeada pela Governadora Roseana Sarney.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ela diretora na época do roubo...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Era diretora na época.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ela sabia que o dinheiro estava indo para o hospital?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Se ela sabia? Sabia. E quem foi pegar o dinheiro foi o diretor financeiro do hospital.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabia que a remessa tinha ido?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Ela que assinava o cheque... Deputado, o senhor acha que um homem como eu ia usar de roubar e dizer que tinha roubado

do R\$28 mil e que eu mesmo tive depois que pagar. Isso é um absurdo! São calúnias e sessas denúncias.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu não acho nada, estou é perguntando. Se eu achasse ia lhe mostrar, está aqui.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Quero que seja investigado. Tudo isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Messias Brito Vital?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele acusou o senhor em depoimento de ter matado o Edson Sousa dos Santos, conhecido como Neguinho da Madá, e teria procurado incriminar outras pessoas no crime.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Isso é mentira desse elemento. Eu nem lá estava quando esse rapaz morreu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é esse Messias?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – O Messias é o Vital. O Vital está fazendo tudo isso porque isso é uma armação criminosa, Deputado, que fizeram contra a minha pessoa para me incriminar, para eu não ser candidato a prefeito no meu município.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor teve acareação com ele na polícia?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Tive, sim senhor. Tivemos acareação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na CPI?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Na CPI. Fui acareado com todos eles na CPI. Todos, Vital, Armando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas no inquérito. Tem inquérito sobre a morte do Neguinho da Madá?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Tem inquérito. Isso foi em Nova Olinda, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o inquérito estava em andamento...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Acho que sim. Não estava nem lá, estava em São Luís do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor foi ouvido no inquérito?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, senhor. Não tenho nada a ver com esse crime. Nada, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto se o senhor foi ouvido?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem em juízo?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Secretário, precisa pedir informações do inquérito para o Dr. Coutrim.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não fui nem ouvido porque não tem nada a ver comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sobre esse mesmo assunto, o Sargento Lisboa acusou o senhor de ter incitado parte da população para linchar o tal de Cabeção, como sendo o matador do Neguinho da Madá, na passagem que tivesse para Zé Doca, a caminho de Zé Doca. Como foi essa...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Isso não procede. Não existe. Isso é uma armadilha que fizeram contra a minha pessoa. Quero que seja apurado, Deputado. Que apurem. Só agora, depois que deixei de ser Deputado, é que nas eleições, um ano antes, começou todo esse ato terrível contra a minha pessoa. Quero que seja investigado.

O SR. OSCAR ANDRADE – A transferência do Sargento Lisboa foi um atendimento a um pedido político do senhor para Nova Olinda?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nunca pedi para mandar Lisboa para Nova Olinda, não senhor.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – O próprio comando do destacamento, o próprio comandante pode dizer isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor pediu para ir um sargento?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Pedi que mandassem para lá policiamento. Pedi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Posso pedir... o senhor poderia descrever um pouco a conversa do senhor com o gerente de segurança, onde o senhor denunciou a quadrilha que estava agindo, inclusive o Jota, o Sargento Lisboa e outros elementos. Uma descrição só para saber se eles estão, como o senhor diz, procurando vingança e denunciando como envolvido em alguns crimes. Eu gostaria de saber o teor dessa conversa para procurar saber qual o avanço que o Dr. Coutrim fez nas investigações denunciadas pelo senhor.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Eu, como lhe disse, em janeiro de 1999, já terminando o meu mandato de Deputado, procurei o Secretário de Se-

gurança, hoje Gerente de Segurança, para tirar um porte de arma. Ele me disse que, naquela época, estavam suspensos os portes. Disse-me para a partir de fevereiro para procurá-lo. Na oportunidade, apenas denunciei para ele verbalmente, ele anotou. Foi só o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que tipo de denúncia, por favor?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Denunciei que lá estava se...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma quadrilha, roubando carga, matando...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Isso era o que diziam. Sobre homicídio, eu até que falei aqui, mas não existiu isso, não tenho provas disso. A prova que sabemos, o que se sabe é do envolvimento de les lá, somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Envolvimento em quê?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Em assalto de carreta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Assalto de carreta. Roubo de carga mesmo? Inclusive o sargento?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Inclusive o sargento. Isso era o que se sabia lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, do homicídio o senhor não tinha prova e sobre o assalto de carreta o senhor tinha prova?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor disse agora aí que sobre o homicídio o senhor não tinha prova, então o senhor não denunciou. E sobre o roubo das carretas, o senhor tinha prova?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, homicídio não denunciei. Com referência aos roubos havia a suspeita, eu não tinha prova também porque nunca os vi roubando nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – E sua suspeita era em função de quê?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Baseada em informações ou baseada em fatos que senhor teria visto?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, em informações, sobre informações.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Da comunidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – A comunidade quem? Quem é a comunidade?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – O povo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não tem no mês para dar para nós? De nenhuma maneira que o senhor tenha lembrado...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, porque eram pessoas humildes que falavam isso, não adianta dizermos nomes porque era a população. Eu, como político...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Dr. Coutrim registrou, mas não tomou a termo o depoimento do senhor?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não tomou a termo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi mais ou menos uma informação reservada que o senhor deu. Não havia o interesse de formalizar?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem amizade como Prefeito de Amapá do Maranhão, Aveny Pacheco?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Amizade eu não diria, conheço o prefeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem alguma ligação de negócio com ele?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nunca tive ligação nenhuma de negócio com ele. Em 1994, ele votou comigo para deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe de alguma relação dele com receptação ou roubo de carga?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Estou sabendo desde a época, através da imprensa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Desse período da CPI.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do narcotráfico?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Vereador Carola, de Presidente Médici, é seu primo?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – É parente. É o que eu disse que é parente nosso.

O SR. OSCAR ANDRADE – É primo? É primo primeiro?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, ele é primo, me parece, em terceiro grau.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foto 41.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não conheço, não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá em Presidente Médici, casa do Vereador Carola?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece a casa do seu primo, Sr. Prefeito?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, senhor. A casa... eu não frequento a casa dele há muitos anos, mas eu sei que ele mora lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aqui, o senhor conhece?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Aqui, 25, aqui é a casa do... Eu conheço, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é isso?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Isso aqui era a casa do vice-prefeito, em Presidente Médici.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que chama o vice-prefeito?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Já até morreu, era ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso é um galpão.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não. Isso é no comércio dele. Era comércio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era comércio?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Era no comércio dele, ele era comerciante.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não. Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Este aqui?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor reconheceu, então, a casa do Vereador Carola e do vice-prefeito, não é?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece Juscelino Resende?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Conheço, fomos deputados aqui juntos.

O SR. OSCAR ANDRADE – É amigo dele?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Amigo não, mas conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece algum fato dele, envolvido em roubo, em receptação de cargas?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Através da imprensa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece o Penaldo?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece algum fato dele também sobre roubo, receptação de cargas?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não sei, não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não sabe nada?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não, sobre isso, não. Conheço ele como advogado e como prefeito agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Funcionou com seu advogado em alguma causa?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não. Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - A banca era aqui ou no interior?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Ele nunca trabalhou para mim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas ele funcionava aqui em São Luís mesmo, o escritório?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não. Acho que era em Pinheiro, não sei lhe dizer bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Hemetério, qual é o seu patrimônio?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - O meu patrimônio é um patrimônio simples; não tenho, não sou rico.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Descreva.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Eu tenho uma propriedade lá no Povoado do Olho D'água, isto, há 23 anos. Está lá uma propriedade minha.

O SR. POMPEO DE MATTOS - De quantos hectares?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - São 849 hectares essa área lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor acha pouco isso? Oitocentos e quarenta e nove hectares?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não. Eu não diria que isso fosse pouco, mas há muito tempo que tenho, já há 23 anos, e vivo trabalhando. Lá eu fiz lavoura, fiz tudo, fiz pastagem.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E vale quanto uma área dessa?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Hoje, Deputado, não sei nem lhe dizer, mas vale alguma coisa sim. Eu não posso lhe dizer, porque...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Se o senhor fosse vender, quanto o senhor iria pedir?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Se eu fosse vender, ia pedir o dinheiro que ela valesse mais ou menos. Duzentos e cinquenta mil reais.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quanto?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Uns duzentos, duzentos e cinquenta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor não tem uma avaliação atual?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não. Não tenho avaliação atual.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Por 800 hectares de terra, dizer que vale duzentos mil reais?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Se o senhor não tiver inconveniente de revelar, no Imposto de Renda por quanto está avaliada?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não. Eu não sei, mas está na minha declaração, Senador. E todos os meus bens estão na minha declaração. V. Ex^a pode pedir à Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não. Isso não há problema. Mas quero saber quanto o senhor declarou de avaliação na sua declaração.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Eu não sei lhe dizer no momento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas o senhor vem declarando há 23 anos. Atualizou os valores?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Todo tempo, não é? Todo tempo é declarado. Todos os anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor esqueceu o valor?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - É. Eu não me recordo desses valores. Sei que é declarado todos os anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A sua propriedade de 850 hectares tem a casa, tem...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Tem. Tem casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tem casa, galpão...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Tem casa, tem curral...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Curral...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Tem, sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Galpão?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não. Não tem galpão. Lá não existe galpão; lá tem a casa da fazenda, que é a casa em que a gente guarda máquinas, e tem a do vaqueiro e a minha. Só.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Que tamanho é a casa da fazenda?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - A casa da fazenda é pequena, não é tão grande. É uma área de uns 200m².

O SR. POMPEO DE MATTOS - É de alvenaria?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não. Não. É de tábuas.

O SR. POMPEO DE MATTOS - De madeira?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - De madeira. Agora, a minha é de alvenaria, Aqui, são dois quartos, cozinha...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas a sua, onde? De lado?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - É de lado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Lá na fazenda?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - É, sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então são duas casas?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - São três. Eu tenho a outra, do vaqueiro também.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E tudo isso por duzentos e cinquenta? Mas dá vontade de comprar.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Eu não sei. Porque hoje o que é caro não é a propriedade, é ter o real para comprar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ter o real para comprar?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Eu mesmo nunca me interessei em vender a propriedade.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não. É só para termos uma noção. Então o senhor tem essa propriedade com três casas em cima?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Tenho. São duas casas de tábuas e uma casa de alvenaria.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Essa casa de alvenaria mede quanto?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Ela tem dois quartos e um varandão.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tem cozinha, sala...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Tem cozinha, dois quartos. Só cozinha, dois quartos e o resto é varanda.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Dá mais ou menos uns 150 metros?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Mais ou menos isso, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Vale mais ou menos quanto uma casa dessa?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - No interior, não sei avaliar, mas não é tanta coisa assim, não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Vale uns R\$50 mil?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não vale isso não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Menos um pouco?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Muito menos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Creio que a avaliação isolada não é ...

O SR. POMPEO DE MATTOS - O que mais de valor que o senhor tem? Tem a fazenda?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o que mais que o senhor tem?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Tenho a fazenda lá, tenho outra propriedade em Santa Luzia do Paroá também.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quantos hectares?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - São 396 hectares.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Também tem pasto?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quanto vale?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não posso lhe dizer atentamente quanto vale não senhor, mas isso está declarado no meu Imposto de Renda.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não, mas...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não sei lhe dizer quanto vale.

O SR. POMPEO DE MATTOS - R\$250 mil, R\$300 mil?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não. Não vale isso tudo. Se muito, R\$150 mil. Talvez valha, talvez. Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O que o senhor produz nessas duas áreas?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Eu criava gado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Criava ou cria?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Crio.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quantas cabeças o senhor tem?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Poucas cabeças. Agora, na eleição, acabei com quase todas.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas quantas cabeças de gado o senhor tinha?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Eu tinha umas 800, 900 cabeças de gado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quanto vale cada cabeça?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Lá vale em torno de R\$180, R\$200. Gado pequeno... R\$250.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E na outra fazenda, essa de R\$150?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Lá só tem 50 cabeças agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tinha quantas?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Tinha cento e poucas cabeças.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor tem maquinário?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Tenho um trator.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Em cada uma delas?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não. Tenho só um trator de pneu lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS - De esteira não?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não. De esteira tenho um trator velho que era da construtora Olinda.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor tem uma construtora?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não. Era do meu filho, mas acabamos. As máquinas eram velhas, não dava para ir para frente e largamos de mão.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor tem duas propriedades e o que mais?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Tenho uma casa em Nova Olinda, uma casa aqui em São Luís.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Uma casa em Nova Olinda?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Sim, senhor. É onde moro, é minha residência.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Vale quanto essa casa?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Vale R\$50 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E a casa em São Luís?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Vale uns R\$150 mil. Está tudo declarado, Deputado. Tudo que é meu está declarado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Em Santa Luzia o senhor não tem nada?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não. Só tenho essa propriedade.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E veículos?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Veículo, hoje, para lhe dizer, não tenho nenhum. Nenhum veículo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o avião?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - O avião, depois que houve isso, troquei em uma caminhonete velha que está caindo aos pedaços. Nem utilizei porque a caminhonete não prestou, bateu o motor e eu larguei de mão. O avião se encontra, ainda, quebrado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quanto o senhor pagou pelo avião na época?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Naquela época, eu disse aqui na CPI que tinha sido R\$45 mil, mas não foi. Foi R\$30 mil. Esse avião eu comprei para o meu filho, que queria ser piloto e...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas R\$30 mil em um avião?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - É. R\$30 mil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mo no motor?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Era um avião pequeno. Comprei da TV Difusora.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual era o avião?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Era...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Tem aqui no laudo.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Tem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Está aqui na descrição. Qual é o uso que seu filho queria fazer do avião?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Ele queria ser piloto, mas resolveu não ser mais e foi para o Rio de Janeiro, onde está estudando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - E não usou o avião?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não, não. Quem usou o avião, poucas vezes, fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor mesmo. Tinha o piloto?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Tinha o piloto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O piloto chegou a voar sozinho?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Poucas vezes. Poucas vezes voou sozinho. O resto só comigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor tinha conhecimento de todos os vôos sem o senhor ser acompanhante?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Tinha porque ele não voava sem determinação minha. Uma vez ele foi a Cândido Mendes buscar o Deputado Federal José Antônio Almeida. O Prefeito de lá me pediu porque o avião deles quebrou e eu o mandei. Os vôos que fazíamos era daqui para Santa Helena, daqui para Santa Luzia do Paroá, daqui para Pinheiro. Eram esses os nossos vôos. Duas vezes ou três foi a Teresina fazer manutenção porque aqui no Maranhão não fazia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Ele foi sozinho?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Nessa manutenção ia só.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sabe se ele deu carona para alguém?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não sei não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Os vôos sempre eram comunicados à torre?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Acredito que sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não tem certeza?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não tenho porque essa parte não era comigo. Essa parte de vôo, não entendo bem dessa área.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O piloto do senhor chegou a ser ouvido em algum lugar?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Foi ouvido. Foi preso como traficante junto comigo, entendeu? Tudo isso aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Está tudo registrado no inquérito, no processo?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Está tudo registrado, tudo, tudo, tudo...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Lembro que o senhor foi acusado de estar descarregando do avião pacotes que seriam de cocaína. O senhor lembra?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Lembro. Aquilo foi invenção criminosa daqueles elementos, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quem inventou?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Foi o Vital mais o Jota.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Foram eles que inventaram?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Veja bem que o Jota, está no depoimento dele aí, diz que em 1998 viu meu avião em frente à fazenda do (?) Fran-

co. Em 1998 eu não tinha mais avião. Está aí o registro da infração do DAC, que diz que desde o dia 2 de agosto o avião caiu, sofreu avaria e a Polícia Federal encontrou o avião.

O SR. POMPEO DE MATTOS - 2 de agosto de quê?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - De 1997. Só para o senhor ver a armação que fizeram. Ele diz que foi em 1998. Em 1998 eu não tinha mais avião.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o caso do hospital? O senhor pagou dinheiro para o hospital?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Quem pagou foi eu. Paguei o dinheiro porque era dinheiro do pessoal que trabalhava há três ou quatro meses. O que atrasava era gratificação de médico, de tudo. Tive que pagar porque o responsável era eu.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas alguém, a Justiça mandou o senhor pagar?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não, só registramos a ocorrência e o pessoal que trabalhava... Fui, arranjei dinheiro e paguei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Onde anda o Vital?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Deputado, acho que está em Nova Olinda do Maranhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Está lá? O senhor tem relações com ele ainda?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - (risos) Se tenho relação com um homem daquele?

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor tinha, não é?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não, tivemos antes. Desde 1998, ainda antes da eleição, nos afastamos muito.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Porque o senhor era amigo do Vital, do Armando, era amigo do Lisboa.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Sim. Só para lhe dizer uma coisa, ele mora à 30 metros da minha casa, Senador. E hoje está lá, tomando gosto para cima e para baixo e teinho me ausentado o máximo para não vê-lo. A verdade é essa. Não quero me encontrar com um homem daquele. Quero cuidar da minha vida e que ele cuide dele e que tenha muitos anos de vida para pagar o que fez com referência a minha pessoa.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o Cláudio Jignis?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - O Cláudio Jignis foi casado com uma irmã minha e faz muito

tempo que não vejo esse elemento. Foi meu cunhado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor tinha uma boa relação com ele.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – No início tinha. Agora para você ver uma idéia, na época só se ventilava o Deputado Hemetério. O Cláudio Jignis foi meu cunhado, mas era também primo legítimo do Deputado Pavão, mas...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deputado qual?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Primo legítimo do Deputado Pavão, que conheço é um homem de bem, o quanto o Hemetério é, muito embora censurado por tudo. Esse moço, se ele se envolveu, o que eu tenho a ver com o envolvimento de um elemento depois que procurou a vida dele, a sua independência? Não tem nada a ver. Não se pode transferir e nem se juntar a questão do Cláudio Jignis ao Hemetério Weber de maneira nenhuma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor sabe que ele está envolvido até o pescoço no...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Perfeitamente, sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Sei, sabemos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem conhecimento de algum fato que ele esteve envolvido?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Esses fatos aí que estou sabendo. São todos esses que estamos sabendo desde a CPI.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tudo isso é verdade?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Tudo isso, acredito que sim. Acredito que seja verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só que os mesmos que denunciaram o Cláudio Jignis são os mesmos que vinculam o Cláudio Jignis ao senhor, que teve casos em que ele intermediava roubo de cargas para o senhor, que ele intermediava negociação de carga roubada para o senhor. São as mesmas pessoas que denunciaram o Cláudio Jignis.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Olha, Deputado, só vejo na face da terra esses dois elementos dizerem isso. Que procure para quem na vida Hemetério revendeu. Uma gilete que o Hemetério já tenha transacionado de um negócio ilícito dessa forma. Acho que não é possível que o Hemetério envolvido, assim como estão “n” outros envolvidos, não tenha

uma prova, uma prova material. Apenas dois elementos, três elementos me acusam, mas quero prova.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é isso que estamos tentando esclarecer...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – E faço questão...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E testemunha, Sr. Hemetério, é prova.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Mas esse tipo de testemunha. Só eles dois?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, é prova.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Só essas pessoas, Deputado?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só quero deixar claro para o senhor que testemunha é prova. É claro que vai depender das evidências dos fatos. Mas testemunha é prova.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando o senhor tem uma testemunha, o senhor vê a circunstância da prática do crime e tem que subsidiar com provas. É claro que estamos aqui com esse fim.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – E queremos provas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se não, se fosse líquido e certo, a Justiça já o teria condenado. Então estamos aqui para buscar prova, materialidade e ela só evolui nas pesquisas, nas investigações mediante as testemunhas, o indicativo de alguns fatos, acareações. Isto tudo vai formando um conceito de verdade. Então não há aqui um desejo do Deputado em acusá-lo. Ele está buscando, dentro das perguntas que faz, extrair conhecimentos que, provavelmente, até agora, não chegaram a esta CPI e que o senhor os tenha. E vejo que o senhor confirma os crimes aí envolvidos.... que podem vir juntos na estrutura do crime e tinha um relacionamento anterior com ele que provavelmente possa dar alguns indícios que fortaleçam a materialidade do comprometimento dele na estrutura.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Digo isso para esclarecer, para o senhor não pensar que há uma pressão ou há uma acusação aqui baseada na testemunha, que só isto nos levará a definição de que o senhor é responsável também nessa estrutura. Nós queremos apurar e, sem dúvida nenhuma, se o senhor for culpado, estará no relatório, se não for, nós teremos a dignidade de relatar os fatos, extraindo a sua figura da responsabilidade.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Pois é isto, Senador, que eu quero. Quero que investigue mes-

mo. Eu tive a minha vida já vasculhada pela Polícia Federal. Não é possível que a Polícia Federal, uma polícia técnica que já investigou a minha vida de dia, de tarde, de noite não tenha encontrado sequer, Senador, uma coisa que dissesse: Hemetério está ligado a esse povo. Não é possível isso. Tanto da mesma forma investigou a Polícia Federal, tem me investigado, quanto tem me investigado a Polícia Civil. E eu quero que investigue mais para ver qual o relacionamento que eu tenho com esses elementos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso é importante. Nós estamos aqui, pedimos a sua ajuda para que se esclareça, definitivamente, esta coisa, este tumor terrível que está maculando até o Estado do Maranhão.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sei que a Governadora Roseane Sarney, o Dr. Coutinho estão lutando desesperadamente, com muita coragem, enfrentando crime, mandando prender os elementos, inclusive da polícia, e têm interesse que isto limpe definitivamente aqui do Estado e nas cidades mais envolvidas com essa estrutura. E o senhor tem a obrigação moral de prestar essa colaboração e também no interesse pessoal para poder esclarecer definitivamente a sua figura em torno das denúncias que ainda permanecem com dúvida.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Ninguém tem mais interesse, Senador, do que eu de ver isto tudo destrinchado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cláudio Jignis foi seu cunhado?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Foi meu cunhado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando ele foi casado com a sua irmã?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Ele foi casado com a minha irmã acredito que em 88, 89, eu não me recordo, ou 87. Eu não me recordo muito bem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Separou quando?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Acho que se separaram agora, nessas confusões. Eu nunca mais tive contato nenhum com eles.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem com a irmã

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – A minha irmã mora com a minha mãe. A minha mãe é que cria dois filhos desse elemento.

O SR. OSCAR ANDRADE – E separou o quê, em 99, por aí?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não. Acredito que se separaram nesse período... Eu não tenho muito relacionamento com eles, não sei bem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse fato 95, 96, 97...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, em 95 esse rapaz morava lá em Santa Luzia do Paraitinga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando ele estava envolvido com roubo e receptação de carga era mais ou menos nessa época, de 95 para frente.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não. Eu ouvi...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ou era antes?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não. O que eu vi pela imprensa foi que foi de 97 para cá.

O SR. OSCAR ANDRADE – 97.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – É. O que eu vi pela imprensa foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa época o senhor já sabia?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Foi quando eu tomei ciência, através da imprensa, que estava o nome Cláudio, não dizia Jignis. Aí...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando o senhor denunciou o Jota...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Um minuto, Deputado. Quando eu vi isso, eu mandei chamá-lo a minha casa e perguntei o que era que tinha com ele. Ele disse: "Eu não tenho nada a ver com isso. Sou apenas amigo do Bel". Eu disse: "A partir de hoje você não entra mais na minha casa, porque eu não me coaduno com esse tipo de gente". E de lá para cá, nós nunca mais tivemos relacionamento nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor chegou a ter contato com Bel?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Conheci Bel em 81, 82, correndo em vaquejada, em Zé Doca. Só esse período. De lá para cá, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabia da atividade...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não. Naquela época, o Bel era conhecido como o maior corredor de vaquejada na região.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Rei da Vaquejada.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – É. Isso ele era bem novinho, devia ter uns 17, 18 anos naquele período.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas deixa eu retomar aí a questão do Cláudio Jignis. Veja bem, o

senhor disse: Olha, eu quero que prove, quero que prove. Testemunha não é prova. Mas há uma série de pessoas lhe acusando. Acusam-lhe de envolvimento na morte do Neguinho da Madá. De armar para matar o Cabeção, que matou o Neguinho da Madá, de ter descarregado droga no avião, quer dizer, essa questão do hospital que não ficou muito clara, de receptor carga nesse seu galpão, do Cláudio Jignis, que é seu cunhado e que é bandido carimbado nesta área e que estavam mancomunado com o senhor, que o Sargento Lisboa...

O SR. EMETÉRIO WEBER - Mancomunado comigo não, senhor. Mancomunado comigo não, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eu não estou eu dizendo que o senhor está mancomunado com ele. Estou lhe dizendo que estão lhe acusando.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - São acusações irresponsáveis e quero que seja apuradas, Sr. Senador, para que se coloque essa história em prato limpo. Eu já não agüento mais. Olhe, eu tenho vivido momentos difíceis na minha vida. Eu já não agüento mais ser acareado, ser perseguido por uma coisa que eu nunca fiz na minha vida.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas o senhor veja bem que eu quero, sim, relacionar tudo isto que está pesando. Não é um dizendo uma coisa, são uns quantos dizendo várias coisas.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - E por que esses "quantos" não provam, Sr. Deputado? Por que não há prova?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas a prova é a palavra dele.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Quer dizer que eu posso servir de prova, chegar e lhe acusar e essa prova vale?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Vale.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Ah! Então é muito fácil, hoje, neste Brasil, se acusar qualquer cidadão.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A testemunha é prova.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Testemunhas que estão presas, testemunhas condenadas, prova?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Hemetério, para o senhor ter uma idéia, nós andamos com a CPI do Narcotráfico no Brasil inteiro e chegavam juízes, deputados e diziam assim: "Não, essa testemunha é um bandido. Está preso." E ele dizia: "Eu sou bandido e estou preso. Admito, mas eu estava contigo lá." E só

pode contar sobre o crime quem estava junto e quem admite que estava junto. Quem admite que estava junto já deve estar na cadeia. Então, esses que estão admitindo estão dizendo - "Estávamos juntos, fizemos isto, fizemos aquilo, vi isto, vi aquilo." O Lisboa está dizendo essas coisas...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Juntocomigo? Sr. Deputado, são acusações criminosas. Eu acho que têm que ser apuradas e a Polícia está aí para apurar esses fatos. Não é possível que só a palavra desses elementos tem validade. Ontem eu vi esse elemento me defender aqui; eu não quero que ele me defenda em nada. Ele devia por que ele me conhece e sabe quem é Hemetério. Ele deveria ter dito a verdade na época e não é querer, hoje, dizer. Hoje, eu quero a verdade da Justiça, das investigações.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sr. Deputado, deixe eu aproveitar, aqui, esse gancho que o senhor dá sobre a defesa que uma das testemunhas fez. Eu queria fazer uma advertência aos senhores que estão assistindo o depoimento aqui, dentro da Casa. Cumprimento o Presidente, que agora chega, tem nos prestigiado e tem dado, democraticamente, toda a liberdade para o ingresso de quem queira vê-lo.

Sr. Prefeito, há informações já praticamente comprovadas de que elementos aqui ouviam os depoimentos e, depois, por ameaça ou por oferta de vantagens pecuniárias, tentando induzir as testemunhas a mudarem os seus depoimentos. Já pedi ao Dr. Coutrim para que dê início a uma investigação e apuração para responsabilizar criminalmente quem está fazendo pressão para mudar o andamento do processo judicial. Não terão, absolutamente, nenhuma condição de permanecer em liberdade assim que comprovada essa pressão, porque impedir o andamento da Justiça é um crime grave e tenho certeza de que o Juiz decretará, imediatamente, a prisão preventiva.

V. Ex^a pode continuar.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Sr. Senador, isto não pega para mim de maneira alguma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não estou falando para o senhor e nem admito que o senhor repita, aproveitando a sua defesa. Não lhe disse isto e se ficar prova do que o senhor fez isto, sem dúvida nenhuma, serve para o senhor. Se o senhor quis vestir a carapuça, está vestida.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não. Não tem nada com o Hemetério Weber sobre isto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pode continuar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então, só para retomar, são várias as pessoas que fazem acusações ao senhor, sob vários aspectos, e temos a obrigação de investigar. Cada um deles dizem coisas que, na-quilo que é possível se comprovar, claramente, eles mostram que sabem e conhecem. O Sr. Lisboa teve na sua casa alguma vez?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Eu acredito que sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Esteve na sua casa. O Jota esteve na sua casa?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Na minha casa, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O Vital esteve na sua casa?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - O Vital, sim. O Vital mora há 30 metros da minha casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quem foi que descreveu um dia aqui a sua casa, por dentro e por fora? Não teve um que descreveu a sua casa?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não, senhor. Aqui não. Aqui não, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não me lembro qual deles. Teve um que descreveu, que entrou na sua casa e conhecia por dentro e por fora.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não, na minha casa, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o Claudio Jignis, que é outro comprometido, quer dizer, uns tão presos e outros fugiram. E os que tão presos acusam que o senhor está envolvido. Qual é o seu envolvimento com o Bel? Qual é a sua relação com ele?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Nenhum envolvimento com o Bel na minha vida eu tive.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor disse que era amigo dele.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não, eu conheci Bel correndo em vaquejada em 91..., em 81, 82. De lá para cá eu não vi mais esse moço. Só vim olhar ele quando era deputado aqui, na história da morte do Delegado Estênio Mendonça, mais nada. Nunca mais na vida me encontrei com esse moço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o Joaquim Lauristo?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Da mesma maneira.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor conhece ele de onde?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - O Joaquim Lauristo só através da imprensa e uma vez que fui à Justiça Federal, porque eu fui depor como testemu-

nha e ele estava lá. Nunca na minha vida dei bom dia ou boa tarde ao Sr. Joaquim Lauristo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não tem nenhuma relação com ele?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Nenhuma relação.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Acho, Presidente, que diante dessa afirmação, nós tínhamos que fazer de novo uma acareação. Só que essa acareação era importante que fizesse com o Lisboa – não sei se o Lisboa está aí hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está o Jorge Méres. Podemos trazê-lo também. O Jota já está aí e está vindo também.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor não conhece o Jorge Méres?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Conheci o Jorge, mas aqui, numa acareação que nós fizemos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É quem tem mais coisa a dizer em relação a ele é exatamente o Jota.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - O Jota também vi de frente aqui, na Assembléia. Agora de nome...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há referência sobre ele do Jorge Méres sobre a fazenda onde guardava carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim, essa é uma parte. Mas o Jota é o que mais conhece ele, porque o Jota viu tudo o que mais ele fez, pelo menos ele diz, né? - dessa quadrilha de roubo de cargas, enfim, que entregou carga, transacionou carga...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Para mim? Nunca na minha vida eu comprei carga de ninguém, nem de Jota nem de ninguém.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Bom, então é importante que o Jota esteja aí para fazer esse contraponto.

Enquanto isso, Sr. Presidente, podia o Jorge Méres vir...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Justamente. Dr. Naurides, por favor. O Jorge Méres tinha uma cadeira aqui, por favor. Queria a presença dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Você conhece este cidadão, Jorge?

O SR. JORGE MÉRES - Hemetério Weber

O SR. POMPEO DE MATTOS - Aonde conheceu ele?

O SR. JORGE MÉRES - Eu conheci ele na companhia do Claudio Jignis.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Do Claudio Jignis?

O SR. JORGE MÉRES - Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o que o Claudio Jignis é dele?

O SR. JORGE MÉRES - Pelo que eu sei, parece que é cunhado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Cunhado dele?

O SR. JORGE MÉRES - Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Conheceste aonde?

O SR. JORGE MÉRES - É... lá na fazenda em Santa Luzia.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Na fazenda em Santa Luzia?

O SR. JORGE MÉRES - Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Lembra o ano?

O SR. JORGE MÉRES - Foi em 99.

O SR. POMPEO DE MATTOS - 99? Tu, Cláudio Jignis e ele?

O SR. JORGE MÉRES - Eu estava com Claudio Jignis e o Jota, o Nego Nal do, Ca ri o ca, nós tava na fazenda de um doutor que é na frente da fazenda dele. O Claudio Jignis foi até a fazenda dele para buscar dinheiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quem é o doutor?

O SR. JORGE MÉRES - Não lembro o nome dele agora, mas é em frente à fazenda do Hemetério.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Aonde?

O SR. JORGE MÉRES - Na estrada que vai do encruzo para Santa Helena.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Identifica nas fotos para nós, por favor.

São as fotos de 32 a 34 e...

O SR. JORGE MÉRES - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E 52 e 53.

O SR. JORGE MÉRES - Aqui, essa é a fazenda do Hemetério Webá e a outra é do doutor lá...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Que é em frente?

O SR. JORGE MÉRES - Que é em frente, um pouco assim...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Pertinho?

O SR. JORGE MÉRES - Não, essa aqui é outra coisa, é o depósito. Aquela outra fazenda que está junto com a dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Esse doutor que tu chamas é o pessoal que é de Alagoas?

O SR. JORGE MÉRES - Não, é um dentista que tem essa fazenda e é amigo do Jignis e às vezes a gente ficava na fazenda desse doutor e às vezes na fazenda do Hemetério.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E quando tu conheceste o Hemetério, o que vocês estavam fazendo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você diz aqui é o Dr. Jadilson?

O SR. JORGE MÉRES – Isso, sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual era a razão do encontro?

O SR. JORGE MÉRES – O Cláudio Jignis foi lá para pedir dinheiro ao Hemetério porque ele já estava há bastante dias na estrada e tinha ficado sem dinheiro para abastecer os carros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Hemetério deu o dinheiro para ele?

O SR. JORGE MÉRES – Ele voltou com o dinheiro. Ele chegou lá na sede e falou com o menino...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E outras vezes que você viu o Hemetério?

O SR. JORGE MÉRES – Depois eu só vi ele na campanha. Fomos num comício, mas não tive contato com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um comício onde?

O SR. JORGE MÉRES – Em Santa Helena. É em Nova Olinda, porque é tudo misturado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o que o Cláudio Jignis dizia em relação a ele? Qual era a relação dos dois?

O SR. JORGE MÉRES – O Cláudio Jignis usava a fazenda do Hemetério para ficar final de semana ou ficar esperando notícia da estrada para ir para a estrada trabalhar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual era o trabalho dele?

O SR. JORGE MÉRES – Esperar os caminhões que vinham carregados e esperar a informação do posto fiscal para pegar os caminhos na estrada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Algum caminhão desses roubados foi guardado na fazenda do Hemetério?

O SR. JORGE MÉRES – Lá na fazenda acho que não, porque a estrada não era asfaltada, o acesso era ruim, mas eles andaram guardando carros no galpão dele em Nova Olinda.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No galpão do Hemetério em Nova Olinda?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era per to do asfalto?

O SR. JORGE MÉRES – Ao lado da pista, em cima do morro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Hemetério, o que o senhor tem a dizer?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Eu tenho a dizer, Deputado, que fizemos uma acareação, eu e o Jorge Méres aqui. E está nas notas taquigráficas.

O senhor está com elas? Não? Quero mostrar ao senhor o que ele disse no primeiro depoimento. Mostre ao Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não disse nada diferente do que disse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia ler.

O SR. POMPEO DE MATTOS – “Que eu não conhecia ele.” Ele não disse que conhecia. Ele disse que foi na fazenda, que estava na fazenda em frente e que o rapaz foi na outra fazenda buscar dinheiro e trouxe o dinheiro, ele não disse que foi junto lá. “Estou vendo ele agora. Só via ele de enfeite nos postes lá do interior, os cartazes dele enfeitando os postes, as paredes. Para mim não serve para nada. Eu não sou daqui do Maranhão, Dr. Hemetério. Os senhores sabem que quem denunciou o senhor fui eu. Eu não sou do Maranhão. O senhor preste atenção. O senhor chamou a gente de bandido, disso, daquilo. Eu não posso dizer que o senhor também é, mas seu cunhado sempre foi bandido e se esconde na sua fazenda. E eu motorista de carro roubado, de caminhão roubado também fiquei lá na fazenda e na fazenda do Dr. Jadilson.” Qual é a diferença?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Eu queria, Senador, que V. Ex^a mandasse agora, *in loco*, para ver onde é a minha fazenda. Não é a minha fazenda, esse moço está totalmente equivocado. Não tenho nenhuma fazenda onde esse moço está dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A fazenda é do seu irmão?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Do meu irmão não é minha. Quero lhe falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou querendo esclarecer o que o senhor disse aqui. Está em nome do seu irmão a fazenda?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, a fazenda para lá para onde ele disse tem várias. A minha fazenda está muito longe. Eu não tenho nenhuma fazenda em frente a doutor ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a fazenda o senhor reconheceu disse que era do seu irmão.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – O meu irmão é uma coisa e o Hemetério é outra. Agora eu queria que mandasse ver a minha fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Cláudio falava que era a fazenda dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele não tem obrigação de pegar a escritura e conferir.

O SR. JORGE MÉRES – O Cláudio falava que era do Hemetério. Eu não vou conferir quem é dono, eu apenas estava junto com o Cláudio, acompanhando ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É isso, Sr. Hemetério. Não tem consistência esse argumento, porque ele não sabe, não pegou a escritura nem viu o senhor lá. Ele disse que o Cláudio Jignis falou: “Vou ali na fazenda do Hemetério pegar o dinheiro”. Foi lá e voltou com o dinheiro. O Cláudio Jignis é seu cunhado. Ele conhece. Está dizendo muito claramente que o Claudemir roubava carga, ele estava junto, era o motorista das cargas roubadas e levou carga para a sua propriedade.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Na minha propriedade, de safo-o aprovar que entrou carga roubada. Queriam que mandassem investigar *in loco* isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, V. Ex^a sabe se foi feita alguma diligência na fazenda ou com funcionários da fazenda para ver a veracidade dos fatos?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sei.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Senador, gostaria de que isso fosse feito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você lembra-se de algum funcionário que atendia na fazenda?

O SR. JORGE MÉRES – Na fazenda, há só o caseiro. Uma vez fomos lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você lembra-se do nome dele?

O SR. JORGE MÉRES – Não, não me lembro do seu nome, mas deve ser o mesmo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Reconhece-o?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, é um moreno que trabalhava lá na fazenda. No galpão, também há um caseiro que também mora nos fundos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É alto ou baixo?

O SR. JORGE MÉRES – É magro, de estatura média, mais ou menos 1,68m, moreno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Solicitei à Polícia Federal que se dirija à fazenda e verifique. O senhor nunca frequentou essa fazenda? Vamos esquecer se é sua ou do seu irmão. O senhor nunca foi lá?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, Excelência. A minha fazenda fica no Olho D'água.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estamos falando da sua fazenda. Queremos saber se o senhor nunca foi a essa fazenda do seu irmão, nunca o visitou?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Já passei, mas que é muito difícil eu encostar lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou perguntando se o senhor foi à fazenda.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Fui uma ou duas vezes há muito tempo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Senador Romeu Tuma, perceba o que diz o Jorge Méres em seguida: “O senhor Hemetério, na ocasião disse: ‘Aonde ficava a minha fazenda?’ Ele disse assim: ‘Naquele depois do cipoal, ali onde um dia o senhor estava, no final de semana, curando uma ovelha dentro do curral. O senhor estava com a sua família toda lá’. Eu estava com uma Besta branca, uma Topic. Fiquei na fazenda do Dr. Jadilson. O Cláudio Jignis veio buscar dinheiro com o seu filho, o Neto, para abastecermos os carros. A gente estava aguardando, doutor, um caminhão que vinha de Teresina, carregado de cerveja que nós vendemos a carga para o doutor que ontem saiu daqui, graças à CPI, algemado.” Deve ter sido outro prefeito.

O SR. JORGE MÉRES – Tinha sido o Prefeito lá de Macapá, Amapá, o Sr. Aveny.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Aveny. Ele disse bem claro já naquela vez que não o conhecia, mas sabe que o senhor estava lá e que o Cláudio Jignis foi à fazenda buscar dinheiro. Estavam lá o senhor e a sua família. E o Cláudio Jignis foi buscar e trouxe o dinheiro. Veio com o dinheiro e as operações foram realizadas. Isso são detalhes.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nunca, na vida, estive nessa fazenda com a minha família. Isso não é verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Cláudio Jignis buscou dinheiro de quem?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – De minha mãe, nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem ele foi buscar dinheiro?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não sei, só ele sabe; eu não posso dizer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Talvez tenha sido do seu irmão?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não sei, não posso dizer-lhe de quem foi. Nunca passei nenhum dia em fazenda de ninguém a não ser na minha, que fica muito distante de lá. Além disso, ele não sabe descrever a minha fazenda, porque ele não **(ininteligível)**, porque fica longe, a cerca de 500 metros da pista, muito distante. Ele disse aqui na CPI que não me conhecia e foi muito claro. Agora, já disse que foi à minha fazenda lá em Santa Luzia do Paroá com o Cláudio Jignis. Ele está terminando de dizer que foi à minha fazenda. Está-se vendo que há uma mudança de comportamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não conhecer não quer dizer que não viu.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Sim, Excelência. Porém, trata-se de um fato que eu nunca vi. Eu lhe sou muito franco; nunca vi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está dizendo que o viu e não que o conhecia.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nunca vi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Jorge, o que o Cláudio Jignis dizia em relação ao Hemetério?

O SR. JORGE MÉRES – Ele sempre falou que o Hemetério ajudava-o em tudo: pro teção, em tudo. Auxiliava-o em política, em depósito, emprestava a fazenda para eles se esconderem, para ficarem esperando os caminhões. Tive a oportunidade de ficar lá com o Cláudio Jignis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nesse depoimento, você falou de uma Besta.

O SR. JORGE MÉRES – A sede da fazenda fica a cerca de trezentos metros, e estavam fazendo terraplanagem, mexendo com asfalto. Passamos e a caminhonete estava encostada na frente da casa, de frente para a rua.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Besta?

O SR. JORGE MÉRES – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor falou sobre um assalto de uma Besta com o dinheiro para pagamento do hospital. Foi essa Besta?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi essa mesma Besta?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, nunca tive Besta na minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa Besta transportava o dinheiro?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Essa Besta que aconteceu é lá de Nova Olinda, que faz linha na área, não tendo nada a ver com isso. Nunca tive Besta para o senhor ter uma idéia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou perguntando se era uma Besta de sua propriedade que foi assaltada.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nunca tive. O senhor pode solicitar os registros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É uma coincidência, as Bestas são raras.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – É por isso que eu quero que apure bem essas coisas, Senador, para se tirar essas dúvidas, né?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Veja que as coisas vão se esclarecendo: o senhores disse muito enfaticamente, como tentou dizer para nós aqui: “Não tenho fazenda na frente do Dr. Jadilson. O senhor está mentindo. Está faltando com a verdade. Eu nunca lhe vi na minha vida, e estou lhe vendo agora e lhe vi pelo jornal.”

Aí, houve uma discussão que não acrescentou nada. E, na ocasião, ninguém sabia, nem nós da CPI sabíamos, que aquela propriedade era do seu irmão. Quer dizer, o senhor omitiu para nós da CPI, o senhor omitiu. Claramente.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Deputado, eu não menti nem para o senhor e nem para ninguém.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, eu não menti... Eu não tenho fazenda lá onde esse moço disse.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, o senhor não ponha palavras na minha boca. Eu disse que o senhor omitiu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele disse que o senhor omitiu, não falou que o senhor mentiu.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Ah, omitiu?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor omitiu deliberadamente, porque o senhor sabia, sempre soube, onde é a casa do Jadilson, a propriedade do Dr. Jadilson. O senhor sabe onde é, né?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – O Dr. Jadilson tem duas propriedades ... Não sei onde esse moço está dizendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe, sabe, que o senhor já disse para nós.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Sei que ele tem...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe que ele tem?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Ele tem lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor sabe qual é a propriedade de que ele está falando do Dr. Jadilson?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não sei das duas, qual ele está falando. Do Dr. Jadilson.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe, o senhor já disse...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não... Como é que eu vou dizer “O Dr. Jadilson tem duas...”

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, agora o senhor está mentindo...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse para nós, aqui...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Olha, eu não estou mentindo, eu estou falando a verdade, o que acontece é que o Dr. Jadilson tem duas propriedades...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, mas eu não quero saber de duas, eu quero saber só de uma. Eu não sabia que tinha duas. O senhor me disse. E disse para nós, da CPI – está todo mundo aqui ouvindo –, o senhor disse “Esta propriedade na frente, próxima ao Dr. Jadilson não é minha, é do meu irmão.” Quer dizer, então, que o senhor sabe qual é a propriedade do Dr. Jadilson. Eu não sabia que ele tinha duas, aliás, não sabia que ele tinha uma, não sabia nem que ele existia. O senhor disse aqui, primeiro, disse que era de um pessoal de Alagoas, depois, agora, está dizendo...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, eu nunca falei lá em pessoal de Alagoas...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, a casa? Lá próximo do Dr. Jadilson, o senhor disse que a propriedade que tem lá não é sua, é do seu irmão, que o senhor olhou na fotografia.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, veja bem, quando o senhor depôs aqui, o Jorge falou da mesma propriedade.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Mas não me apresentaram a mim, Deputado, fotografia nenhuma aqui para mim. Não me apresentaram, na CPI, fotografia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não apresentamos?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor omitiu deliberadamente.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não me omiti de maneira nenhuma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Omitiu deliberadamente, porque disse muito claramente. Ele disse muito claramente.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Está aí na taquigrafia, e está tudo escrito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele disse muito claramente. Citou em todo depoimento que ele deu aqui, onde era a propriedade, em frente, onde é que eles estavam na ocasião, e que foi lá buscar o dinheiro. E o senhor sabia, e aí o senhor foi enfático em dizer que ele está mentindo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Confeira o número das páginas, porque pode ter sido mexido em razão de só registrar o que havia interesse do depoente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde foi que ele disse?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deve estar numerado aí...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Vou dizer... que não conheço...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso aí é peça de defesa dele, que está sendo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aqui que ele diz, ele disse na ocasião... Aí, o Sr. Hemetério diz assim "E onde fica a minha fazenda?" Aí o Jorge Méres diz assim "Naquela depois do cipó, ali onde, um dia, o senhor estava no final de semana curando uma ovelha, uma novilha dentro do curral; que o senhor estava com a sua família todinha. Eu tava com uma Besta branca lá, uma Topic ou Besta; eu fiquei na fazenda do Dr. Jadilson." Ele disse, bem claro "O Cláudio Jignis veio buscar dinheiro com seu filho ali para abastecer os carros. A gente estava aguardando um caminhão."

Enfim, contou a história.

Quando ele disse isso, na frente do Dr. Jadilson, o senhor sabe que a propriedade do seu irmão é na frente da casa do Jadilson. Sabia, não sabia?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, senhor. O meu irmão não tem propriedade em frente do Dr. Jadilson.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Próximo ali.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Fica a uns dois ou três quilômetros de lá. Não fica lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é ali próximo.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Fica, indo para o município de Governador...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pode ser, mas era próximo.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Mas não é... frente é uma coisa, doutor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece o Dr. Jadilson?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Conheço o Dr. Jadilson.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe onde é que ele mora? Sabe onde é a propriedade?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – A propriedade dele, ele tem duas propriedades lá, duas propriedades pequenas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, só que roldizer que, na ocasião, espertamente, o senhor omitiu, porque o senhor podia ter dito e o senhor não fez questão de dizer. O senhor podia dizer: "Não, espera lá, essa fazenda não é minha".

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Ah, mas eu disse que não era, que a fazenda não era minha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não, o senhor disse "não é minha", mas não disse de quem que era, como se não soubesse, como se não existisse, como se nada existisse, quando na verdade a fazenda não era sua, mas era de alguém muito próximo ao senhor, que era seu irmão, que até podia ser sua e o senhor dizia que é do seu irmão, mas na verdade, sendo de seu irmão, passa a ter uma ligação, é isso que eu quero dizer. Nós estamos atrás de prova e o senhor está atrás de esconder as provas, esconder os indícios de prova. O senhor escondeu da CPI outras vezes.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Ao contrário, doutor, eu quero...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se o senhor tivesse dito na ocasião...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço ao nobre Deputado para não entrarmos em discussão...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois não.

Se o senhor tivesse dito na ocasião "não, esta casa não é minha, esta propriedade não é minha, é do meu irmão", a leitura era outra.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Mas se eu não sabia onde é a casa que ele está se referindo, doutor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, é porque deu tempo para a resposta e pediria ao Deputado que se acautelasse na subjetivação dos conceitos para nós termos uma continuidade com respeito e buscarmos evidentemente as provas. De forma que o senhor pode agora responder às colocações que o Deputado fez, dentro do seu depoimento anterior. Ele em nenhuma vez o chamou de mentiroso, disse que o senhor omitiu, e realmente omitiu. Há uma diferença do depoimento anterior com este que o senhor tem, a propriedade é do seu irmão, portanto o senhor teria liberdade, por estar na casa, é claro, praticar. Concordasse, mas há, sem dúvida nenhuma, a visão de que o senhor tem conhecimento da fazenda e é propriedade da sua família. Portanto, o senhor, por favor, pode responder.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Senador, na época da acaresação de tudo aqui, não se apresentaram fotos, não se apresentou nada. Eu disse que o Jorge Méres estava mentindo quando ele disse que a minha fazenda era em frente à do Dr. Jadilson. Quer dizer, é um absurdo. Eu não tenho nenhuma propriedade em frente ao Dr. Jadilson. E nem meu irmão Weber tem também em frente ao Dr. Jadilson. Não existe isso. A minha propriedade fica muito além daqui, só que ele não soube...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós não estamos discutindo a propriedade do senhor. Nós estamos discutindo a propriedade a que ele se refere, onde ficou escondida a mercadoria, aonde ia buscar dinheiro e onde ele esteve com os outros elementos. Esta propriedade é que se discute. A sua, eu pediria que o senhor esqueça agora, porque nós já temos certeza, que o senhor já deu o endereço, já deu tudo, de onde fica sua fazenda, inclusive descreveu a propriedade aqui. Então, só... por favor, se o senhor esteve ou não, se o que ele disse está dentro da possibilidade ou não de ter acontecido.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Eu, sinceramente, não acredito que isso tenha acontecido, Senador. Eu não vou mais discutir com o Jorge...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, o senhor não está discutindo com ele, o senhor está se dirigindo a mim. A ele...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Pois não. Eu aguardo as investigações, eu quero é que seja investigada a minha vida, que apareça uma prova que diga que o Hemetério comprou uma gilete deles, que Hemetério deu apoio a eles, que eu que ro... eu que ro que fique esclarecido isso, para que o povo do Maranhão saiba quem participou, quem participa e quem

não tem nada a ver com isso. É isso que eu que ro que aconteça.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorge, a carga de cerveja foi entregue onde?

O SR. JORGE MÉRES – Para o prefeito em Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Repita, porque saiu meio sem som.

O SR. JORGE MÉRES – Foi entregue para o prefeito lá em Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que prefeito?

O SR. JORGE MÉRES – O Ivani.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aveny.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O bando do Bel esteve alguma vez na sua fazenda?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nunca, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí pode ter algum engano. Quando se refere a sua fazenda pode ser a fazenda do seu irmão. Pode ser um engano.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É, pode ser nessa fazenda do irmão.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Também não sei lhe dizer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, isso ele não sabe dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O quê? Eu me lembro da CPI...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi o Jorge Méres que falou sobre...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não, na CPI uma vez nós recebemos informações anônimas que o bando do Bel, antes de ser preso, tinha se refugiado exatamente na sua fazenda.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Na minha fazenda, nunca, Senador.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era do bando do Bel, Prefeito?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Olha, eu não conheço o bando do Bel, eu não sei quem é o bando do Bel. Só via pela imprensa o bando do Bel, mas não sei quem são eles.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só conhece o Bel?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Conheci o Bel em 81/82 correndo em vaquejada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E a que assassinou o “Neguinho da Madá”?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Eu também não sei lhe explicar porque não estava lá no Município.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que ela foi morta?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não foi ela. Esse menino era um motorista meu aqui da Assembléia. Isso foi lá um entendimento deles junto com os filhos da Rosilda, que era a Vereadora em nosso Município, que se desentenderam a noite, isto por volta de uma hora da manhã.

Não sei. Eu estava em São Luís do Maranhão. Não estava lá. Sei que surgiu troca de tiros entre eles e o Neguinho morreu. Só isso é o que sei, mais nada. A família dele está lá e todo mundo sabe disso. Nem no Município eu estava, Senador.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o acusado foi o “Cabeção”?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Quando eu cheguei lá...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é acusação, mas se o senhor ouvir histórias policiais para ser mandante não deve estar no lugar o mandante de um crime.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Mas isso foi briga deles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não estou fazendo acusação, mas não justifica a ausência do local do crime.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mataram o “Cabeção”?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi o “Cabeção” que matou o “Neguinho”?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Isso é o que se sabe. A população sabe disso. Eu não estava lá. Foi bebederia deles...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Disseram que poderia ter sido o seu neto que matou... O neto não, mas acho que é seu filho que se chama Neto.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – É. Mas isso tudo foi invenção do Vital.

O SR. – (Inaudível, fora do microfone)

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, o Vital é um elemento que é meu vizinho.

O SR. – (Inaudível, fora do microfone)

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – É, sim senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor teve um Bugre?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nunca, nunca tive um Bugre na minha vida. O meu filho comprou e vendeu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O seu filho tinha?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Ele comprou e vendeu e passou para outra pessoa lá no interior mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. É tanta história. A morte do “Neguinho da Madá” e a acusação é em relação ao filho dele. Não sei se não é, aí há a questão da droga, do avião, do roubo de cargas, do Cláudio Jignis, do envolvimento com o Jorge, com o Lisboa e do envolvimento com o Vital.

O senhor estava em muitas más companhias e é isso que está lhe deixando... deixa as coisas absolutamente nada claras. Nada está claro.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Mas vai ficar claro. Tenho absoluta certeza que com as investigações tudo isso vai ficar claro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jorge, você teria alguma coisa a acrescentar que pudesse realmente pudéssemos identificar, que nos trouxesse acertada participação direta ou indireta do Prefeito na estrutura desse crime?

O SR. JORGE MÉRES – Senador, acho que quem mais conhece da vida do Hemetério é o próprio Vital, que trabalhava lá e levava gasolina para abastecer o avião dele e que sabia de tudo o que ele fazia.

Eu estive muito pouco tempo lá e, nas vezes em que estive, estava acompanhado de Jota ou de Cláudio Jignis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Jota tinha conhecimento?

O SR. JORGE MÉRES – Tinha. O Jota também usava as propriedades e também se valia do nome, do apoio político do Hemetério para ter trânsito livre na região. O Hemetério era muito conhecido e sempre havia alguém dizendo “vou falar com o Dr. Hemetério e ele resolve”.

Eu acho que essas pessoas são mais indicadas. Eu apenas fiz as denúncias, mostrei os locais porque onde fui e onde foi usado para fazer as coisas. Não para prejudicar ninguém, só porque estive lá fazendo aquilo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Geograficamente você tem certeza de que esses são os locais, mas em diligência com o Dr. Paulo e outros foram ao local, foi reconhecido e tem certeza absoluta de

que são esses locais? O senhor não tem nenhuma dúvida?

O SR. JORGE MÉRES – Senador Romeu Tuma, eu trabalhei dentro de São Paulo doze anos e o senhor sabe que São Paulo muda de fisionomia praticamente todos os dias. Depois que eu fui para um local nunca mais esqueço e não vou esquecer de fazendas ou de local aqui no interior do Maranhão que tem uma casa a cada dois quilômetros uma da outra. Não tem como eu trocar nem o local. Os locais onde fomos são os locais onde eu sempre costumava ir, e eu nunca fui uma vez só, eu fui várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor chegou a entrar nessa fazenda? Pode descrever alguma das áreas da propriedade? A casa, internamente, alguma coisa que...

O SR. JORGE MÉRES – Não, eu não entrei na casa, porque o Hemetério chegou lá e a gente ficou só na frente. Mas ela tem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Hemetério que você diz é este, ou o filho, ou o pai, porque são três Hemetérios?

O SR. JORGE MÉRES – O que o Cláudio Jignis falou e que foi buscar dinheiro lá no dia, ele falou que estavam Dr. Hemetério com a família lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor não chegou a vê-lo lá?

O SR. JORGE MÉRES – Não, estava a caminhonete, a Topic lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era a caminhonete?

O SR. JORGE MÉRES – Era essa Topic branca, Besta. Ela estava longe, encostada de frente. Ele ainda comentou: “Todo mundo veio para cá?” Estavam passando o final de semana lá. O Dr. Jadilson ia carrear, eles tinham carneado um dia antes e o Dr. Jadilson ia carrear no outro dia. E a gente foi lá para a fazenda do Dr. Jadilson.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Carrear é...

O SR. JORGE MÉRES – Ia matar boi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Matar o boi para fazer uma churrascada.

O SR. JORGE MÉRES – Não, que eles matam lá para trazer. Eu já mais vou me esquecer de um local onde eu fui. Agora, eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Paulista não fala carrear, fala abater.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É o gaúcho que fala carrear.

O SR. JORGE MÉRES – Não vou mostrar uma propriedade para ninguém se ela não estiver envolvida com o crime organizado ou com o roubo de carga. Não vou, jamais vou falar o nome de uma pessoa se ela não tiver envolvimento. Assumi essa direção porque eu não queria mais essa vida e decidi fazer isso pela morte da minha esposa, e vou fazer, até o final. Agora, não vou denunciar ninguém que não esteja envolvido, não vou mostrar a propriedade de ninguém que não esteja envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No caso dele, teria algum motivo de vingança, em razão da morte de sua esposa, ou não tem nenhuma relação?

O SR. JORGE MÉRES – Não, o Hemetério não tem ligação com o pessoal de lá de cima. A ligação dele era aqui com o Cláudio Jignis, com o Jota.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não lhe dá nenhum motivo de má vontade com ele, nenhum aspecto moral, nada, uma humilhação?

O SR. JORGE MÉRES – Não, senhor, porque acho que, na época, o Hemetério nem estava enfiado nisso daí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem alguma coisa a dizer, Sr. Hemetério?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Sr. Senador, só quero que apure. Só quero que apure tudo e que a verdade seja dita em público.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor andou numa Besta?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nunca, eu nunca tive... O senhor pode solicitar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, pergunto se o senhor usou...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nunca usei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O seu irmão já teve uma Besta?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nenhum irmão meu teve Besta. Solicite do Detran, porque todos os carros são emplacados, se já teve algum registro nosso de Besta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou perguntando se usou, de um amigo, de terceiros.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, senhor, nunca usei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas isso é irrelevante, porque alguém pode ter estado lá, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aliás, você tinha uma Besta e disseram que era dele ou você deduziu?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, o Cláudio falou que ele estava lá com a família. Então, ele estava com uma caminhonete mais ampla, porque não cabia todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não faça dedução. Ele falou que era dele aquele carro? Ele pode ter ido no outro.

O SR. JORGE MÉRES – Ele não falou que era dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então fica esclarecido que pode ser que não usou a Besta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só quero fazer uma última intervenção e dizer, Sr. Hemetério, que o senhor disse que nunca viu o Jorge Méres. O Jorge Méres nasceu em Nonoai, não é, Jorge?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nasceu em Nonoai, no Rio Grande do Sul. Nonoai é divisa com a Argentina, lá em cima, Santa Catarina e Argentina, ali próximo. Aí, uns anos, veio para São Paulo. Começou, entrou nesse mundo do esquema do crime aí. De São Paulo, evoluiu para o roubo de cargas e veio para cá. Aí ele conheceu, o Jorge Méres conhece o Brasil inteiro, em função das viagens e dos esquemas. Por aqui ficou algum tempo. Não tem como alguém vir e inventar uma fazenda, dentre dezenas, centenas, imagino que tenha, de fazendas aqui no Maranhão. Inven-tar uma fazenda, dar o nome, dizer, ir lá, apontar na fotografia, e é a fotografia que o senhor reconheceu. O senhor reconheceu: “É essa aqui a fazenda, eu conheço. É a fazenda do meu irmão, que está na frente da fazenda do Dr. Jadirson”. Ele pegar, no meio de tudo, ir lá e apontar logo a sua fazenda. Aí, coincidentemente, ele foi lá com o Jota e o Cláudio Jignis. Andou com o Jota, o Cláudio Jignis, que é seu cunhado. A fazenda agora o senhor disse que é do seu irmão, o que o senhor não disse da outra vez, omitiu. Agora admite que a fazenda é do seu irmão. O Cláudio Jignis estava junto, o Jota estava junto e o senhor disse que não conhece, que nunca ouviu falar do Jorge Méres, que nunca ouviu falar no Jota, que não conhece, não conhecia o Jota.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não. Eu nunca disse que não ouvi falar no Jota.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Que não conhecia. Não conhecia.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – O Jorge Méres eu nunca tinha visto a não ser aqui, no dia da primeira acareação. Nunca tinha visto o Jorge Méres na minha vida. Estou confirmando e afirmando ao senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Exato. E ele também disse que nunca lhe viu. No entanto, ele, que nunca viu, e o senhor, que nunca viu ele, ele descreve a fazenda, aponta, e vai lá e diz, de olhos fechados: “A fazenda é essa”. E disse para nós aqui o que o senhor não disse. Ele disse onde era a fazenda, próxima da fazenda de quem, tirou a fotografia. E agora, nós apertando, espremendo o limão, caiu um caldinho: “É do meu irmão”.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não. Não tem nada de cair caldinho, Deputado. O que ocorre é o seguinte. É que na época, quando se fez a acareação aqui, ele não disse que era fazenda de A, B ou C. Disse que era de Hemetério, no Cipoal. E lá tem muitas propriedades. Não é só do meu irmão, não é só do Jadirson. Tem muitas outras propriedades. Então não poderia de maneira nenhuma dizer que uma coisa que era minha sem ser minha. O que eu disse é que ele não soube dizer aonde era a minha propriedade.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Aveny?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é Prefeito de...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Amapá do Maranhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – É perto não é, de...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Fica em torno de uns cento e cinquenta quilômetros de...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é amigo dele?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não. Amigo eu não diria. Já votou comigo. Em 1994 o Aveny votou comigo. E nesse tempo eu nunca nem ouvi falar nada disso desse rapaz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Votou no senhor?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Para deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Trabalhou para o senhor?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não. Só votou. Nunca trabalhou comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele te disse que votou?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Ele que me disse que votou comigo, o Aveny.

O SR. OSCAR ANDRADE – E na campanha dele, qual era a sua participação?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nenhuma. Nenhuma. Nenhuma das duas campanhas dele eu tive participação alguma.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não deu nenhuma carrada de feijão?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nunca dei nem de arroz?

O SR. OSCAR ANDRADE – Medicamentos?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não. Nunca na minha vida.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um transformador, o senhor...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nada, nada, nada, nada, nada. Pode mandar apurar. Nunca dei a esse moço...

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua campanha para deputado?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não. Não me deu nada também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era o que nessa época?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Ele morava lá no Amapá.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi deputado nesse período?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Eu fui de 95 a 99.

O SR. OSCAR ANDRADE – Campanha em 94?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Campanha em 94.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nessa época ele era o quê?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nessa época ele era vendedor... Ele tinha uma usininha de arroz lá onde ele morava. Só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não deu a ele feijão...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não dei nunca nada a ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Transformador...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Medicamentos...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não contribuiu na campanha.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não. Simplesmente votei. Tive lá parece que dez ou onze votos nesse povoado. Mais nada, nada, nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dezesete votos, não foi?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Ou foram dezesete. Eu não me recordo. Eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foram dezesete.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Eu não tenho essa certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele era líder lá no povoado?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, não, não. Ainda não era envolvido lá com política assim não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tinha Silverado?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Nunca comprei Silverado na minha vida.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não teve Silverado?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Seu filho?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Também não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Seu irmão?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Também não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ninguém?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais alguma pergunta? Deputado Oscar? Senador? Então eu peço para o Jorge se retirar. Por favor. Obrigado.

Pergunto se há mais algum questionamento ao Sr. Prefeito. Não, vou pedir que o senhor permaneça, sem nenhum constrangimento, aguardando se houve a necessidade da nova presença do senhor aqui. Por favor, pode sair.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço a presença de Benedito Barros Ferreira, proprietário da Transportadora Transul. (Pausa.)

Por favor, seu nome.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Benedito Barros Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Identidade.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – É 933.584 - SSP - MA.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Trinta e nove anos.

O SR. ROMEU TUM PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor lembra o CPF?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – 196 870 603 – 87.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Solteiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência atual?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Eu moro da rua dos Ouriços, quadra 9, casa 35. São Luís.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Empresário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O local e o nome da empresa?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Eu represento a Transul, Transportes Ltda., na Br 135, km 8 1/2, distrito industrial.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dentro do envolvimento do crime organizado do roubo de cargas, o senhor tem algum parente, alguém envolvido nessas apurações?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, o senhor está aqui como testemunha, e, sob as penas da lei, eu gostaria que o senhor se comprometesse a dizer só a verdade.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – OK.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor concorda, por favor, assine o termo.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor gostaria de fazer alguma explicação anterior aos questionamentos que forem levantados pelos Srs. Membros da CPI?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, por favor.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Excelência, eu, na realidade, como representante da empresa, estou até alheio ao que vinculou a minha pessoa. Em nome da empresa eu estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há quanto tempo o senhor está nesta representação?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – São dez anos na empresa. Eu sou o diretor comercial; sócio majoritário da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, os fatos são posteriores a dez anos e estão dentro da situação de gerenciamento do senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é a empresa?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Transul.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Então, na terça-feira, foi um inspetor da Polícia Federal lá na empresa, perguntando o nome do gerente lá da empresa. E como a nossa empresa, a Transul, aqui é matriz, não é uma filial – nós temos filial, mas em São Paulo, Recife e Belém, e temos um ponto de apoio em Limoeiro do Norte, Ceará -, então a nossa gerente passou para mim, como diretor da empresa. Ele pegou o meu nome, meus dados, e eu perguntei a ele como vinculou o nome da empresa, o que ele não soube nos responder, mas que, talvez, eu seria solicitado, ou a nossa gerência, para fazer um esclarecimento aqui na CPI. Eu até disse a ele que eu estava com viagem marcada para São Paulo para amanhã, mas ele disse para mim que, talvez, poderia ser quinta ou sexta-feira o meu esclarecimento, razão pela qual eu só fui citado agora às 9h59min. Mas eu vim estar presente, porque, como eu já falei anteriormente, eu não sei nem do que se trata, como foi vinculado o nome da empresa e da minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Eu passo a palavra aos Srs. Membros da CPI, para os questionamentos e esclarecimentos que forem necessários.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o endereço da sua empresa?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Br 135, km 8 1/2, distrito industrial, Maracaná, ali no Posto Magnólia 2000.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa foto aqui confere?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Confere.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor reconhece esse local?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, senhor... Não, assim... Espere aí: "Muro do sítio (...) Lima, Br 136, Bairro Rio Grande, saída da onde, conforme Jorge (...) guardado caminhões roubados que haviam (...)" Não, senhor. Eu desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos funcionários o senhor teve nos últimos anos?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Nos últimos anos, nós tivemos... A empresa teve uma frota de 14 veículos e já tivemos 14 motoristas. Hoje, nós vendemos oito veículos no ano passado e detemos apenas seis. Tivemos uma roubada agora em janeiro, a carreta de nossa frota, e a carga de alumínio foi roubada lá em Ituverava, São Paulo. E a empresa trabalha com muitos agregados, terceirizados. Temos 14 motoristas; administrativamente devemos ter mais uns dez ou doze funcionários aqui; na filial de Belém, temos mais uns três; na filial de São Paulo, mais três; em Recife, temos dois.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa carga roubada foi de Ituverava, São Paulo, de alumínio? Saiu aqui de...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Saiu aqui da nossa matriz, da Alumar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe como é que foi a ocorrência?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Até estive com o secretário, o Raimundo Cutrim, pedindo a ele que fizesse, que desse um apoio, que passasse lá para São Paulo e para o Estado de Minas um comunicado com os dados do nosso caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O caminhão também desapareceu?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – O caminhão, porque é da nossa empresa mesmo, é da nossa frota.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o motorista?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – O motorista era nosso funcionário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele não sofreu nenhuma...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não. A história, a versão dele é de que ele foi pego, estava na quele posto na divisa de Ituverava, saindo de Uberlândia, ou Uberaba para entrar para São Paulo, ali em Ituverava. E ele achou que, ele estava ali no posto...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é Ituiutaba?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, Ituverava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ituverava. Ituiutaba é em Minas.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Sei que ele estava saindo mais ou menos da... Ele estava saindo do Estado de Minas para o Estado de São Paulo. Então, ele estava no posto fiscal e, após ser liberado, andou uns quinze minutos e sentiu o balão do ar

da carreta começar a vazar. Aí ele disse que, uma pista de rolamento...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acha que no posto fiscal fizeram alguma coisa no caminhão?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – É. Isso. Imagino, e até disse a ele, que poderia ser. Se ele roda daqui a Ituverava, pára – 2.500 quilômetros mais ou menos –, e lá ele roda 15 minutos e o caminhão começa a dar um defeito! E ele parou naquela pista de rolamento a uma hora da tarde e foi as saltado a uma hora da tarde. Ele disse que vinha ou tra carreta e vinha um carro assim, escondendo da carreta e parou pedindo lá um galão de água. Ele disse: “Não tenho um galão de água – ele estava até com os dois filhos dele. E disseram: “Não, é um assalto”. Aí, pegou ele, levou para o mato e ficaram com ele até às duas da madrugada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele acha que dentro do posto tinha uma estrutura para poder segui-lo?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Porque devia ter lá uns 300 caminhões – imagino, não é? – porque tem uma rotatividade muito grande. Então, imagino, não sei assim lhe dizer. Estimo que ali é que foi sabotado o caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O registro da ocorrência foi em Ituverava?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Foi feito em Ituverava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem cópia? Depois poderia deixar a cópia conosco?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Agora, por exemplo, como a empresa trabalha com outros caminhões contratados, a gente tem procedimentos para contratar um caminhão. A gente não vai no posto. Contrata o caminhão, é feito um **check list**, é feita uma ficha, tirado um decalque dele, uma foto dele. Aí é passado para carregar essa carga. A nossa empresa tem que ligar para a seguradora, ela tem que dar uma senha para liberar esse caminhão. Aí esse caminhão, esse motorista tem que ligar três vezes ao dia para essa seguradora. Então, existe um procedimento o qual ele tem que cumprir, até a sua origem, até o seu destino final.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem escolta?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não tem escolta.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor realizava muitas transações do seguro, não é?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não. Temos uma apólice, sendo que o seguro, no caso especificamente do alumínio, é por conta do embarcador. Agora, temos uma apólice. Porque, apesar de não trabalharmos com carga fracionada, só trabalhamos com carga completa, temos uma apólice de seguro que acoberta outras cargas. Agora, no caso do alumínio, ou seja, cargas visadas, a empresa tinha um procedimento: só liberamos um caminhão para carregar se ele estiver dentro dos conformes e liberado pela nossa seguradora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O embarcador de alumínio é o responsável pelo pagamento para a cobertura do seguro?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – É, o seguro, no caso específico do alumínio, é por conta do embarcador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor diz que é carga visada?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Para o senhor ter uma idéia, no ano passado, acho que foram roubadas umas 15 carretas de alumínio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sai daqui do Maranhão?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Saindo daqui de São Luís.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Algum desses roubos foi esclarecido pela polícia?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Como eu lhe disse, nossa empresa cumpre um procedimento. No procedimento do seguro existe uma corretora, no meio existe uma corretora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é a corretora que atua?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – No caso da Alcoa?

O SR. OSCAR ANDRADE – É a Pancare?.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, a Pancare é uma corretora e um gerenciador aderisco, faz os dois fatos. No caso do cliente a seguradora é a Harmonia. Independentemente da seguradora existe uma empresa chamada Platoon, que é a empresa contratada para fazer o gerenciamento. Por exemplo, a Transul vai contratar um motorista, leva os dados dele, a identidade, o CPF, tira foto e após ligarmos para lá e dar a senha libera-se o caminhão para ser feito o carregamento. Essa empresa tem o gerenciamento da sua origem até o destino. Então ela faz a investigação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dessas 14 carretas que foram roubadas alguma é do senhor?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Nós só tivemos uma carreta roubada no ano passado. Neste ano já tivemos seis ou sete veículos roubados de carga de alumínio.

O SR. OSCAR ANDRADE – A responsabilidade do transporte era sua? Era carreta contratada por você?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, só tivemos duas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Neste ano?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Neste ano só tivemos duas. Dessas 6 ou 7 tivemos duas carretas. Não é só a Transul que transporta alumínio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já transporta alumínio há quanto tempo?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Há nove anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi roubado onde?

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesses nove anos quantas foram roubadas do senhor?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Precisamente em números não sei lhe dizer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode ser aproximado.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Eu imagino que sejam mais de 15 veículos roubados.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Bernardo?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Há um motorista. Para vocês terem uma idéia, carregamos em média 4 mil toneladas todo mês de carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Bernardo é despachante.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que atuava aqui no Detran.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conheceu ou conhece o Wilian Sozza?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Mal de foto no jornal.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Jorge Méres?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Da mesma forma, mal de foto no jornal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor explica o fato de o Jorge Méres ter informado à CPI que lá na Transul, aonde ele levou o nosso pessoal para

fazer essa diligência e tirar a foto que lhe mostrei, ele que apon tou, ele que foi lá e mos trou, à época havia o negócio de golpes de seguro com a simulação do roubo de carga.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Golpe de seguro?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece, você sabe como é.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Eu desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Segura a carga, sai com a carga, rouba, sem com ela e depois denuncia no seguro para receber, mas a carga já foi levada para outro lugar. Na verdade é um roubo de carga conivente com o próprio transportador, com o próprio seguro.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Só há um detalhe, Excelência. De todos esses sinistros que houve pela nossa empresa, nenhum teve algum indício de envolvimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está há dez anos nesse mesmo lugar?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não nesse mesmo lugar. Já estivemos no posto carreteiro mais para frente, no km 13.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Desde a inauguração do posto. Se não me falha a memória, 5 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o senhor acredita que o Jorge Méres faria essa acusação?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Pergunto ao senhor qual é o procedimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – O procedimento já sei.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Só um detalhe, por gentileza. Tenho aqui vários casos. Por exemplo, para se carregar um caminhão, como lhe disse, contratamos muitos caminhões de terceiros, não só nossa empresa, como as demais que prestam serviços para a Alumar Transporte de Alumínio. Então, para carregar um produto desses existe um procedimento. Você tem que fazer a ficha do motorista, preencher os dados dele, tirar as digitais dele, tirar a foto dele, tirar o decalque do caminhão. Se fazemos uma ficha para mandar para a seguradora, para fazer o levantamento, por que eles é que vão dar o parecer se o caminhão está liberado ou não, está certo? E ainda fazemos o nosso procedimento: o cálculo e toda a documentação dele: CPF, identidade,

habilitação, para saber se é falso ou verdadeiro. Então existe esse...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso já estamos carecas de saber. Se já sabemos. É uma espécie de SPC de motorista.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Tá, mas isso aqui só falta tirar o Raio-X do pé do motorista para carregar a carga de alumínio. Só um detalhe para eu concluir, Excelência.

O SR. POMPEO MATTOS – Então, você continua roubando alumínio com Raio-X e tudo?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Tá, tá. Então, o que acontece? Eu digo esse procedimento ele vem, por isso foi contratada essa seguradora, essa gerenciadora de risco, que é a Platoon. Nesses últimos dois anos que ela vem fazendo isso. Anteriormente, não tinha um procedimento tão rigoroso sobre a contratação do caminhão terceirizado. Então, quem pode esclarecer um detalhe desse motorista é a empresa gerenciadora, porque a Transul, dentro do seu procedimento, está fazendo de acordo com o que a seguradora pede. Todos os motoristas que vão lá são feitos o procedimento. Agora, infelizmente nós da Transul não temos como detectar se esse motorista é bandido ou não, se está sendo liberado pela segurança...

O SR. POMPEO MATTOS – Deixe-me dizer uma coisa para o senhor. A Pancare e outras empresas que fazem esse gerenciamento o fazem todo ano. Assim como os bancos fazem um cadastro para fornecer talão de cheques para as pessoas. E várias pessoas fazem com nome falso e uma série de coisas, vão ao banco, retiram o talão de cheques e lesam o comércio. Quer dizer, é uma maneira de coibir mas não de impedir. Quero dizer com isso que as empresas estão fazendo, mas cada vez mais pessoas estão pegando motoristas que não estão fichados. Porque o motorista, a partir do momento que tem uma carga roubada, o nome do motorista cuja carga foi roubada vai para uma ficha – uma espécie de SPC do motorista. Uma empresa, que está neste ramo e que está a fim de lesar nunca vai colocar um motorista desses que está fichado. Vai pegar um novo motorista, que não está fichado, com a ficha limpa, para fazer o negócio. Então, tudo isso que senhor está dizendo nós sabemos, mas isso não altera nada. Não é ele que tem de dar explicação. Quem tem que dar explicação são aqueles sobre os quais tem uma acusação de que na sua empresa tinha se montado um esquema para fazer transação, carro de seguradora. Ou seja, colocava-se no seguro a carga, o carro, sumia a

carga, sumia o carro. São essas as coisas que estão sendo apontadas na sua direção.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Excelência, deve haver algum equívoco, porque lhe digo, em momento algum, desconheço como diretor da empresa, que na nossa empresa existe esse envolvimento em momento algum, porque como ele disse, existe um procedimento que é adotado rigorosamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto custa uma carga?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Hoje está R\$100 mil, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor teve 15 cargas roubadas.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não sei assim lhe dizer. Só sei porque não é só nós que Transportamos lá para a alumínio. São quatro empresas que transportam alumínio e usam o mesmo procedimento da Transul. A Transul, que usa o procedimento hoje, todas as empresas adotam o mesmo procedimento. Agora, e além do mais, como eu lhe disse, o seguro não é por nossa conta, é por transportador.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece ou conheceu o Coronel Viriato Correa Lima?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – É PM do Piauí?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem um sítio pertinho da sua empresa.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Sítio? Não, estou falando para o senhor que eu não conheço. Nunca ouvi falar, não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor teve algum negócio com o ex-Deputado José Gerardo?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E com o Chico Cáica?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Pior ainda.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor responde a algum inquérito policial?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E processo criminal?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos convidar o Jorge Méres para vir aqui, até por que foi ele que apontou, nas fotografias, o local, o que era feito, o que deixava de ser feito. Então, vamos chamá-lo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se eu o ouvir agora, ele não informa que lhe conhece, não. Só informa sobre a Transul.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pode até acontecer – eu não quero aqui absolutamente fazer injustiça. Queremos esclarecer, porque a verdade é que as cargas estão sendo roubadas **à la vontade**. Estão roubando um horror de cargas. Alguém rouba, alguém compra. Nós não sabemos quem rouba e quem compra, quando alguém aponta um suspeito e dá claros indícios, temos de ir atrás. Estamos procurando uma agulha num palheiro. Então, precisamos investigar.

Não estou dizendo que o senhor roubou, que o senhor desviou, que a sua empresa roubou, que a sua empresa desviou. Não estamos dizendo isso. Não interprete assim, porque não estamos dizendo isso. Quero deixar isso claro até para não denegrir a imagem da Transul. Não estamos dizendo: “A Transul é a grande do esquema”. O Jorge Méres apontou que faziam transações lá.

Pode até haver – eu gosto de deixar claro – casos como os que vimos nas denúncias feitas em relação ao Carrefour, de que o Carrefour comprava carga roubada. Provamos que ele comprava cargas roubadas, mas não era a direção do Carrefour quem comprava. Tinha um gerente que estava fazendo uma transação e levando o dele.

Isso significa que um funcionário seu, um motorista seu, um gerente ou um funcionário mais graduado pode estar numa negociação. O senhor não sabe e está pagando o pato roubado. Queremos esclarecer a verdade. É por isso que chamamos o senhor aqui. O senhor não está sendo ainda nem sequer acusado, muito menos condenado. Temos uns indícios, algumas suspeitas que queremos esclarecer. Esse é o fato.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Queria também acrescentar, Excelência, que fomos, de certa forma, vítima, em função de que tivemos a nossa carreta roubada e com alumínio, ainda.

Então, o carreteiro que chega lá faz a ficha para carregar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorge, você reconhece essas fotos?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – 13 e 14?

O SR. JORGE MÉRES – É da transportadora onde eu carreguei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carregou o quê?

O SR. JORGE MÉRES – Carreguei farinha, alumínio, um monte de coisa, farelo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nessa transportadora?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece esse senhor?

O SR. JORGE MÉRES – Não, por que lá era um outro menino que...

O SR. OSCAR ANDRADE – Lembra o nome?

O SR. JORGE MÉRES – Não lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas é naquele local ali? Na Transul?

O SR. JORGE MÉRES – É, na Transportadora Transul, no Posto Magnólia. Eu ficava no posto, eu abastecia ali.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você carregava por meio da Transul?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como aconteciam os fatos? Carregava e, depois, a carga sumia? Como é que acontecia?

O SR. JORGE MÉRES – Quando era carga boa, de fácil venda, ela desaparecia. Mandava entregar para uma pessoa diferente, escondia o caminhão e pronto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conte um caso em que aconteceu isso em relação a uma carga valiosa.

O SR. JORGE MÉRES – Das que carreguei pela Transul, eu carreguei farinha, borracha, farelo. Retorno daqui de São Luís, quase não tem, mas pegava autorização...

O SR. OSCAR ANDRADE – Carregava de lá para cá?

O SR. JORGE MÉRES – De lá para cá. Daqui para lá, só farinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Filial da Transul em São Paulo?

O SR. JORGE MÉRES – Tem filial em São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você carregava vinculado à filial de São Paulo para cá?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

Aí, quando era uma carga acimada de um certo valor, o pessoal mandava carregar, dava autorização para carregar. Carregava. Chamava o menino para

olhar, conferir, fazer se gu ro e saía dali. Era para Fortaleza, trazia para São Luís; era para Recife, levava para Belém. Ela saía legalizada pela transportadora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pela Transul?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Segurada?

O SR. JORGE MÉRES – Segurada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sumia com a carga e fazia o bote?

O SR. JORGE MÉRES – Quando fazia seguro, a carga não chegava. Quando não fazia, chegava, porque o valor era muito pouco e não compensava sujar o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Depois que a carga sumia, não ia para o destino certo, você fazia o quê? Registrava ocorrência?

O SR. JORGE MÉRES – Não, só ligava para comunicar ao encarregado de fazer contato com a transportadora e com a seguradora. Nós, caminhoneiros, a obrigação é somente ligar para quem é o responsável pela carga. No meu caso, era o Soz za. Eu ligava para ele: "A carga foi entregue". Ele tomava as providências de comunicar à seguradora, comunicar à transportadora que ia...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde eles registravam o boletim de ocorrência?

O SR. JORGE MÉRES – Geralmente com delegados que já eram do esquema. Aqui no Maranhão, lá em São Paulo, sempre um delegado que estava dentro do padrão...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse é o verdadeiro "BO", bom para otário. O boletim de ocorrência não servia para nada, então?

O SR. JORGE MÉRES – Para a seguradora serve, porque a seguradora jamais vai contestar um boletim de ocorrência de um delegado e ela não vai investigar porque não tem interesse. Geralmente o inspetor da seguradora está junto com o gerente da transportadora. Aquilo é montado para fazer isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era o gerente da Transul, em São Paulo?

O SR. JORGE MÉRES – Eu não lembro o nome dele, mas quando estivemos em São Paulo, eu me propus ir lá, porque eu tenho três cadastros, com três nomes diferentes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você tem cadastro na Transul?

O SR. JORGE MÉRES – Tenho com o meu nome e com três nomes diferentes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais os nomes?

O SR. JORGE MÉRES – José Humberto, Antônio Dias da Silva e Humberto Vieira Dourado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso lá na Transul, em São Paulo?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – José Humberto...

O SR. JORGE MÉRES – Humberto Vieira Dourado e Antônio Dias da Silva e o meu nome original.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é a Transul, lá em São Paulo?

O SR. OSCAR ANDRADE – O terceiro eu perdi. Humberto Vieira Dourado...

O SR. JORGE MÉRES – Antônio Dias da Silva.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é a Transul em São Paulo?

O SR. JORGE MÉRES – Doutor, eu não lembro do endereço da rua, mas estou acostumado a ir lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – É aquele bairro das transportadoras?

O SR. JORGE MÉRES – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vila Maria.

O SR. JORGE MÉRES – Porque quem sempre me levava para lá era o Manoelzinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Parque Novo Mundo, não?

O SR. JORGE MÉRES – Parque Novo Mundo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Manoelzinho te levava lá?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. JORGE MÉRES – Era quem levava os caminhões para levar para carregar?

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o caminhão era de quem?

O SR. JORGE MÉRES – O caminhão já era caminhão que já tinha sido esquentado para carregar a carga para ser desviada. Fica lá dez ou quinze dias esperando uma carga acima de cem mil para carregar...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quer dizer que você foi cadastrado, porque eles têm um cadastro que tem um gerenciamento de motorista, não é?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E você passou três vezes liso nesse cadastro. Uma vez com cada nome?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tinha a ficha limpa.

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando sujava um nome, você passava para outro.

O SR. JORGE MÉRES – Sim, porque você não pode carregar três cargas em uma semana com o mesmo nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas era ajeitado já com o gerente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu carrego em São Paulo, para vir para São Luís, são quatro dias de viagem. Eu carrego na segunda-feira, descarrego na terça e na quarta estou carregando de novo na mesma transportadora, com o mesmo caminhão. Então, não tem condições.

Então, é ajeitado. A transportadora ajeita com o pessoal dela e a gente carrega. Ele sabe que a carga não vai chegar. Tanto que só escolhem as cargas valiosas e separam o tipo de mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Benedito, onde é essa filial em São Paulo?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – São Paulo, no terminal Fernão Dias. Vila Maria, nunca a empresa teve filial lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vila Maria... Fui eu que perguntei porque a maioria dessas transportadoras é Vila Maria e Parque Novo Mundo.

O Parque Fernão Dias... como é mesmo que o senhor disse?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Terminal de cargas Fernão Dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual bairro que é?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – É na Vila Sabrina... Não. É aqui... eu não sei explicar porque não conheço bem São Paulo. É ali no Terminal de Cargas Fernão Dias, ali perto daquela fábrica da toga...

O SR. OSCAR ANDRADE – Sempre foi lá?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Sempre foi lá. Sim, senhor...

O SR. – *(Inaudível)*

O SR. JORGE MÉRES – Tem os caminhões que eram desviados de seguro e comprados e não pagos ou então caminhões que eram roubados e era feita documentação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Documentação falsa, então?

O SR. JORGE MÉRES – A documentação era comprada nos Detrans e...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer que eles conseguiram comprar a documentação do Detran. Isso em São Paulo mesmo?

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, tinha em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem um esquema lá?

O SR. JORGE MÉRES – O Jean era responsável por toda a documentação de caminhão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem?

O SR. JORGE MÉRES – Jean. Ele morava em Itaqué. Em Recife, é a Lourdes. Ela é chefe do Departamento de Trânsito em Recife. Aqui no Piauí é o Ginga, Chefe do Departamento de Trânsito de Teresina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em São Paulo, você se lembra de alguém?

O SR. JORGE MÉRES – Em São Paulo, é o Jean?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jean. Ele é do Detran ou é da estrutura da quadrilha?

O SR. JORGE MÉRES – Ele é do Detran, mas faz parte da quadrilha. Então, o que acontece? Eles cobravam mil reais para um casal do documento, que seria o DUT do cavallinho e o DUT da carreta. Esse documento é tirado dentro do Detran, original, preenchido, já pronto como um documento de um caminhão verdadeiro, de um caminhão limpo, para efeito...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles compravam no desmanche, alguma coisa assim?

O SR. JORGE MÉRES – Não, nada, nada, nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era tudo falsificado.

O SR. JORGE MÉRES – Apenas troca os vidros, do carro, da marca, e eles rebatem os chassis. Só.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E qual era a identificação dele? Os números, tudo?

O SR. JORGE MÉRES – Só mudava, porque só os vidros e os chassis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O motor não?

O SR. JORGE MÉRES – Não, não mudava nada. Em Goiânia, tem o Cabeça Branca. Ele é especialista em plaquetas. Então, ele mandava fazer as plaquetas em computador, trocavam-se todas as plaquetas. O caminhão ficava original. Podia mandar fazer perícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Isso aí é só para um outro tipo de investigação que estou-lhe pedindo os esclarecimentos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só queria ver se o senhor reconhece esta propriedade aqui.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, senhor, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe onde é que fica?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor pode ler aqui.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor leia.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Foto 13. São Luís do Maranhão. Morro do sítio do Coronel Viriato Corêa de Lima, na BR-136. Bairro Rio Grande. Saída da cidade, onde, conforme Jorge Méres, eram guardados caminhões roubados e ainda havia transações de armas. Desconheço totalmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe onde é que fica?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O local?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não consegue o Bairro Rio Grande?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, não, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não existe esse Bairro Rio Grande?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, é o que estou falando, não conheço nem bairro, não sei onde é esse bairro. Nunca ouvi falar nele. Bairro Rio Grande.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso aí não é próximo ao Posto de Magnólia, não?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, é o que estou falando para o senhor: desconheço. Lá eu conheço como Distrito Industrial, Posto de Magnólia, Maracanã.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está. E a sua empresa é na saída da cidade?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, no Posto de Magnólia. As empresas ficam lá no Posto de Magnólia, no Km 8,5.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas é próximo à saída da cidade?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Próximo. É no Km 3,5, depois do Maracanã.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não vejo nenhum cri me em di zer se o se nhor co nhe ce ou não co nhece esse local.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Porque não conheço, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deve ser a propriedade do bairro?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Estou fa lan do para o se nhor, não co nhe ço nem a pro priedade do bairro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é isso, Jorge?

O SR. JORGE MÉRES – É um quilômetro e meio para frente do posto.

O SR. JORGE MÉRES – Deputado, isso aí é outra coi sa. É por cau sa do seg men to das fo to s, ela fi cou jun to.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas não tem nada a ver com ele?

O SR. JORGE MÉRES – Não, não. Lá era trans portadora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Embora seja lá perto.

O SR. JORGE MÉRES – Bem pertinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não vejo ne nhum pro ble ma em di zer as sim, olha. E o nome é Ba irro Rio Grande?

O SR. JORGE MÉRES – Do sítio é. Agora, no pos to, ali, não sei o nome do ba ir ro, por que a gen te só cos tuma chamar Posto Magnólia, Posto Magnólia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conhece alguma localidade do Bairro Rio Grande.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, não é nem..., porque não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tudo bem, tudo bem. O que o se nhor tem a di zer des sa de cla ra ção do Jorge relativamente a esses caminhões que vinham, iam, vinham, e essas alterações?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Excelência, acho que está havendo algum equívoco, porque, no Bra sil, exis te ou tras Trans sul. Não exis te só a Transul Transporte aqui da nossa matriz. Está cer to?

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas essa da foto aí é a sua.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa da foto aí é a sua?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Sim, senhor. Deixa eu chegar lá, porque vou concluir. Porque, primeiro, a nossa empresa só trabalha com carga completa, não trabalha com fracionado. Segundo, nós nunca carregamos em São Paulo farelo de trigo, farinha de trigo. Nunca carregamos, nunca.

O SR. JORGE MÉRES – Farinha era carregada daqui para lá.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Nem daqui para lá. Nunca carregamos pela nossa empresa farinha de trigo, nem trigo, nada. O que carregamos daqui de São Luís é resíduo da Alumar, é alumínio, é estrutura metálica, nunca. Às vezes, carrega farinha de trigo, um quilo e meio de trigo, porque eles mandam direto. A Transul nunca carregou farinha de trigo, nunca carregou farelo. Às vezes, tem motorista que vem lá de Goiânia... farelo aqui para antiga Pena Branca, porque hoje mu dou o nome, e es ses mo to ris tas vão lá na Transul e carregam alumínio para São Paulo, mas nunca houve um que foi roubado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Teve um caminhão que ele carregou a farinha de trigo e o fa re lo de trigo, o mesmo caminhão ele descarrega e ele vai....

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Tem alguns motoristas contratados que eles terceirizaram, que ele vem – carrega até hoje conosco - carregado de lá aqui para Pena Branca, ou Americano, que mexe com o negócio de frango. Não é pela nos sa em pre sa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É empresa que é terceirizada, não é um caminhão da sua empresa.

O SR. JORGE MÉRES – E Transul não tem em todas. É Tresul a outra que é parecida com ele. Mas a Tresul puxa mercadoria da Gessy Le ver, que eu car rego lá também. Mas aqui só tem a dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jorge, essa explicação que ele está dando, que tem carregamento, mas terceirizado, que o caminhão vem, aproveita para trazer a carga e depois carrega o alumínio, os produtos...

O SR. JORGE MÉRES – Sim eu carreguei alumínio daqui para lá. E o alumínio era para ser desviado, só que era para ir a Re ci fe e a car ga, para São Pa u lo. Eles não conseguiram fazer o acerto com o fiscal e foi en tre gue a car ga no des ti no cer to. Então ela sai já pronta da transportadora. O motorista não vem de lá de São Paulo e nem vem de Goiânia aqui vazio com o frete barato só para voltar daqui para lá com alumínio, que é um frete que é uma por ca ria, que não com pen sa. O ú ni co mo ti vo é que ela vai ter que su mir,

que é o lucro, e aí dá lucro para todo mundo, dá lucro para o caminhoneiro, dá lucro para a transportadora e para alguns inspetores ou gerente de seguradora, porque tudo é uma máfia só. Eles produzem em notas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É desvio de carga.

O SR. JORGE MÉRES – É desvio de carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fraude do seguro?

O SR. JORGE MÉRES – Fraude do seguro. Eu lamento, carreguei muitas vezes pela Transul, por essa Transul dali do Magnólia, e sumiu, foi desviada, se não está no conhecimento dele, não por quê, porque é o dono da transportadora, teria que ter conhecimento e a carga desapareceu, como desapareceu um caminhão deles mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele você não reconhece como tendo...

O SR. JORGE MÉRES – Não, porque ele não fica na transportadora...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se esse caminhão desapareceu, você fez o registro da queixa. Você tem conhecimento do que aconteceu desse caminhão que sumiu? Ele carregava o quê?

O SR. JORGE MÉRES – Alumínio. Se ele perguntar para o motorista dele, pode ter certeza que ele vai saber para onde que foi tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque, na explicação, o motorista diz que parou no Posto de Ituverava e lá encontramos quinze minutos para a frente, o caminhão começou a falhar, aí vinha um veículo e assaltaram o motorista, levaram ele para o mato e carregaram o caminhão com a carga e tudo.

O SR. JORGE MÉRES – Eles não usam esse tipo de operação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode ter sido uma outra quadrilha?

O SR. JORGE MÉRES – Não, é difícil, porque geralmente os motoristas são combinados e naquela região, principalmente ali, é difícil de alguém vir um caminhão, mexer num caminhão para o caminhão falhar um quilômetro e meio de pois, porque se ele mexesse no caminhão, o caminhão não sairia do pátio. Mesmo uma carreta que tem uma reserva no filtro do racol de um litro e meio de diesel, ele faz no mínimo trezentos metros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, mas o Senador confundiu, não é começou a falhar, o problema que deu é que falou ar no freio, não é isso?

O SR. JORGE MÉRES – Aí é pior ainda...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O caminhão começou a apresentar falha. É isso?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – No balão de ar.

O SR. OSCAR ANDRADE – É porque o balão de ar você arranca com ele e ele vai esvaziando aos poucos.

O SR. JORGE MÉRES – Ele não sai do lugar se tiver com problema no ar, caminhão nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Espera aí, o balão cheio ele arranca, o caminhão anda. Se ele estiver vazando, na hora vazar e que ...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Vai baixando gradativamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – A explicação dele tecnicamente é possível. Não estou defendendo.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Excelência, eu continuando a minha... Então, eu continuo insistindo que deve haver algum equívoco porque o seguinte: ele falou aí que lá em São Paulo carregou carga de farinha de trigo, de farelo pela nossa empresa. Nunca carregamos lá em São Paulo nem farinha de trigo, nem farelo, nunca, nunca. Por essa Transul aqui, por essa empresa aqui, nunca.

O SR. JORGE MÉRES – Eu não disse que foi carregado farelo e farinha em São Paulo.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Você falou.

O SR. JORGE MÉRES – Eu falei que farinha e alumínio carrega aqui em São Luís. De lá para cá vocês mandam tudo que é tipo de mercadoria.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, só trabalhamos com carga completa.

O SR. JORGE MÉRES – Sim, mas uma carreta não vai sair de lá com dez latas de massa de tomate em cima. Ela virá completa. Não vai vir só massa de tomate.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Eu digo que é fracionado, porque não trabalhamos com fração.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, dirijam-se a minha pessoa. Não é uma discussão.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Desculpe, Excelência. Digo assim, porque a nossa empresa aqui nunca carregou farinha de trigo, nunca carregou farelo, nem daqui para lá, nem de São Paulo para cá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Benedito, por favor, o senhor não conhece o Sr. Jorge Méres?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Então, ele não lhe conhece. Ele mesmo está dizendo que não lhe conhece.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE - Por que ele faria isso com o senhor? Vamos ver aqui. Não é melhor o senhor entender que já aconteceu alguma coisa e o senhor nos ajudar? Um gerente seu, alguém, algum nome envolvendo a sua empresa?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Excelência, estou lhe dizendo o seguinte: continuo batendo na tecla de que deve haver algum equívoco, porque a nossa empresa nunca carregou farelo de trigo, nem farinha de trigo. Nós carregamos alumínio, e o motorista, por ele carregar alumínio, qualquer um que chegue lá, se tiver dentro dos procedimentos que a nossa seguradora libere, ele carrega. Agora, seria também importante os nomes dos motoristas que ele deu para saber se realmente existe o nosso cadastro ou se já carregou, se tem algum processo, porque todo sinistro de alumínio, com relação à ocorrência é feito um processo.

O SR. OSCAR ANDRADE - De alumínio, já disse que não teve sucesso. É outro caso.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Mas no caso do farelo e da farinha de trigo, nunca carregamos. A Transul nunca carregou.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quais são as cargas que a transportadora agenciou? Não necessariamente carro da transportadora.

O SR. OSCAR ANDRADE - Onde transportava?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Nos últimos cinco anos, quantas foram roubadas?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - O tipo de carga que o senhor está falando...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qualquer carga. Somando tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Só de alumínio foi quinze.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Não é pela nossa empresa. Estou lhe falando que, no caso do alumínio, não carrega só pela Transul. São quatro empresas.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele disse que foram roubadas quinze de todas as empresas. Duas suas?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Desse ano, foram duas nossas.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E nos outros anos?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Imagino que tenha sido umas quinze carretas de alumínio.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Em quantos anos? Em cinco anos?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Não, já carregamos alumínio há nove anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas o roubo de cargas se intensificou de uns cinco anos para cá?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Não, ele já vinha antes, porque os procedimentos, como lhe disse, antigamente eram diferentes. O motorista chegava lá, quem liberava era outra empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE - Roubava mais antes?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Roubava mais antes.

O SR. OSCAR ANDRADE - Então, o senhor teve quinze carretas de alumínio roubadas.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E carretas de outros produtos?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Tivemos uma de cerveja que carregamos de São Paulo para cá. Uma foi tombada e a outra foi roubada.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual mais?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Tivemos uma de alumínio, que carregamos um produto, na Albrás, de borra de alumínio, é subproduto. Ele vai para São Paulo, então é reciclado e, em cinco cargas de subproduto de borra, ele gera uma carga de alumínio. Então, essa carga vem de São Paulo para Maracena, para a Albrás, e carregamos. Teve uma carga dessa roubada.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor tem tudo isso documentado?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Tem tudo isso documentado. E agora, reitero: nestes dez anos, nunca carregamos nem carga de farelo, nem carga de farinha de trigo. Nunca. Pela Transul, nunca carregamos. Por isso que reafirmo que deve haver algum equívoco.

O SR. OSCAR ANDRADE - Jorge, você lembra que quando transportou a documentação, conhecimento, manifesto, tudo estava certinho?

O SR. JORGE MÉRES - Excelência, eu sou cadastrado na Panca retambém, que é uma das seguradoras mais exigentes que temos no País. Sou cadastrado nela com três nomes. Portanto, não são cuidadosos com isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor está dizendo com relação, por exemplo, às cargas que o se-

nhor carregou aqui na Transul, o senhor disse que farinha, farelo e alumínio, descendo. As de lá para cá, eram outros tipos de cargas. Essas cargas todas eram documentadas

O SR. JORGE MÉRES - Ela é documentada pela transportadora, com romaneio, manifesto, tudo. Ela é documentada. Só que, quando o valor é alto, faz-se o seguro, para ela desaparecer.

O SR. OSCAR ANDRADE - Eu sei. E ao fazer o BO, essa documentação tem que ser mostrada.

O SR. JORGE MÉRES - Geralmente, doutor, quando se rouba um caminhão, rouba-se com tudo. Então não se leva documento nenhum para o delegado, só dá as características, e ele faz a ocorrência do que o motorista fez. Ele pode pedir para a transportadora as cópias para fazer uma coisa bem feita para efeito de seguradora. Geralmente, eles fazem isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Esses fatos aconteceram em que ano?

O SR. JORGE MÉRES - Desde 93 até hoje, ainda acontece. Muita transportadora ainda está no mesmo esquema.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não, estou dizendo com relação a Transul.

O SR. JORGE MÉRES - A Transul aconteceu... Ela favoreceu para assumir esses caminhões entre 93, 94, 95. Ela favoreceu o desvio do caminhão, porque a direção da transportadora tem que saber que ela não vai fazer a documentação para uma coisa que nunca vai chegar no destino, e não chegar no destino e ela dá como chegar, inclusive pagar o frete.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você não sabe nenhum contato do Willian Sozza com a diretoria da empresa?

O SR. JORGE MÉRES - Não, quem fazia contato com a transportadora era o Manoelzinho; Manoelzinho fazia contato com o Sozza.

O SR. OSCAR ANDRADE - Manoelzinho era a ponte do Willian com a transportadora?

O SR. JORGE MÉRES - É. O Manoelzinho agenciava para a transportadora, ele saía da transportadora para buscar caminhões, para saber quem era, quem podia carregar aquele tipo de carga.

O SR. OSCAR ANDRADE - Como era feita a divisão? O Willian que era o comandante.

O SR. JORGE MÉRES - É, o Willian comandava.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele comandava, acertava com a transportadora.

O SR. JORGE MÉRES - Isso era ele que...

O SR. OSCAR ANDRADE - Uma carga de R\$200 mil. E aí? Sumiu a carga...

O SR. JORGE MÉRES - Ia tudo para a mão dele. Nós não sabíamos, ia para a mão dele e, depois, ele pagava o pessoal.

O SR. OSCAR ANDRADE - Fazia o racha?

O SR. JORGE MÉRES - Fazia o racha.

O SR. OSCAR ANDRADE - Da empresa Transul, você tem alguém que você lembra o nome?

O SR. JORGE MÉRES - Eu tinha, nas minhas agendas, aonde entreguei para a CPI do Narcotráfico - eu tinha três agendas. As que eu carregava no caminhão, que eram as anotações, telefone, nomes. Então acho que se conseguisse pedir para a CPI do Narcotráfico entregar a vocês.

O SR. OSCAR ANDRADE - Essas agendas das vocês entregou na CPI do Narcotráfico?

O SR. JORGE MÉRES - Sim. Dentro daquelas agendas tem cartão da Transul, tem telefone, tem nome do gerente, quem carregava, quem descarregava.

O SR. POMPEO DE MATTOS - As agendas que ele entregou.

O SR. JORGE MÉRES - É, aquelas que entreguei para a CPI do Narcotráfico, aquelas três. Ali tem telefone.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Teve uma até que você entregou para mim.

O SR. JORGE MÉRES - Sim, tem uma que entreguei nas suas mãos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - To das elas estão no arquivo da CPI do Narcotráfico.

O SR. JORGE MÉRES - Se conseguisse, ali tem bastante...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas tem, sim. Foi entregue a nós. Inclusive a que ele me entregou, eu mesmo entreguei na CPI, porque tinha aquela história lá do Mato Grosso, envolvendo aquele pessoal do Pará também. Então eu entreguei toda aquela... É uma agenda só?

O SR. JORGE MÉRES - É uma agenda que eu lhe entreguei, e tem duas que foi entregadas para a CPI.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Foi entregue para a CPI as principais?

O SR. POMPEO DE MATTOS - As principais.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas você não lembra nome de nenhum?

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, é muito difícil porque eu mexi praticamente com quase três mil pessoas, eu andava no País inteiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – A nível de operação com a Transul, quantas cargas você lembra, mais ou menos, não com muita certeza?

O SR. JORGE MÉRES – Devo ter carregado da Transul para outra, devo ter carregado umas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas? Falhou aí.

O SR. JORGE MÉRES – Devo ter carregado umas quinze vezes pela Transul. Fiquei esperando...

O SR. OSCAR ANDRADE – Entre São Paulo para cá e daqui para lá?

O SR. JORGE MÉRES – É, e daqui para lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Entre uma e outra?

O SR. JORGE MÉRES – Uma e outra.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Umas quinze vezes?

O SR. OSCAR ANDRADE – De 93 a 95?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Confesso aqui coisas da CPI, que já me ligaram passando umas coisas lá do Rio Grande do Sul, só “pepino”. Mas não consegui pegar bem e talvez eu seja repetitivo. Me ajuda aqui. Em torno de quinze cargas foram roubadas de alumínio e cargas que não de alumínio e outras diversas cargas. Quantas foram roubadas? O senhor falou em duas de cerveja e o que mais?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Eram duas de cerveja; uma foi roubada e a outra foi tom ba da, não foi rou ba da. E a ou tra que eu dis se que temos um con tra to com a Albrás, que a gen te car re ga resíduo, borra de alumínio. Essa borra vai para São Paulo, aí lá a recuperadora recicla esse produto...

O SR. OSCAR ANDRADE – De quatro cargas, faz uma...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – De quatro cargas faz uma e volta de alumínio para a Albrás. E aí nós tivemos...

O SR. OSCAR ANDRADE – No Maranhão? Volta prá aqui, não?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, para Albrás, lá em Barcarena, no Pará. Vai prá lá. E teve uma carga dessa roubada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Uma?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De borra de alumínio?...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, de alumínio. De alumínio reciclado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é a borra reciclada?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, mas é o alu mí nio; é o alu mí nio já. É tan to va lor quan to dessa aqui que...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vale 100 mil. Foi roubada também?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Foi roubada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Foi o ano pas sa do; em ago sto, mais ou me nos, do ano pas sado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse ano, duas. E o ano passado, quantas foram roubadas o ano passado?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Como eu lhe disse, pela nossa empresa... Eu não sei... O ano passado, só, foram 15 cargas de todas as empresas. Se não me engano, pela Transul, foram três, se eu não me engano.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O ano passa do?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – É. o ano passado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Três. E nenhuma foi descoberta.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Como eu ‘tava falando. Existe uma empresa de gerenciamento...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não, não...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, mas deixa eu concluir para o senhor...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, mas eu estou perguntando para o senhor...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, mas eu não sei, eu não tenho essa informação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não sabe que alguma tenha sido descoberta?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não pagou por essas cargas?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Se eu paguei?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Pa guei o quê?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O prejuízo.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não foi o senhor que pagou?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Alguém perdeu?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não. Existe um seguro; é por conta do embarcador.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, tudo bem, é isso o que estou querendo dizer, o seguro pagou?

O SR. OSCAR ANDRADE – A transportadora não preocupa? O caminhão é dela?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, não, não, o caminhão...

O SR. OSCAR ANDRADE – Até pelo caminhão?...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, o caminhão é...

O SR. POMPEO DE MATTOS – É terceirizado.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – O caminhão é terceirizado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, 'tá bom. Então, o nome, o responsável civil pelo transporte é a transportadora.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, mas já existe uma empresa de gerenciamento que busca, e ela informa para a seguradora. Aí, ela...

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Benedito, eu não tenho dúvida, eu já tive transportadora; eu não vou por uma transportadora minha para transportar com um carreteiro contratado, mesmo que tenha seguradora feita pelo embarcador, e a carga foi sinistrada e eu nem preocupar?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, não é... Não, a gente tem preocupação, porque a gente tem um nome a zelar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem tanta preocupação que ele nem sabe. Tem tanta preocupação que ele nem sabe.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Sim, senhor. Não, porque...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse que nem sabe...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, porque, é o que tô lhe falando: a informação que eu tenho, que chega até nós, que nenhuma carga dessa foi recuperada...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora o senhor 'tá dizendo, mas antes o senhor disse que não sabia,

que tem um intermediário, que não sei o quê, não sei o quê...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, mas eu 'tô explicando, excelência, para os senhores; eu 'tô lhe dizendo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então o senhor sabe que não foi recuperada nenhuma.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Que eu saiba, não; não foi nenhuma recuperada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, o senhor me diz uma coisa: em que que eles aproveitam essa carga de alumínio?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Hã?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em que é aproveitada a carga de alumínio?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Aproveitada?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Olha, é como eu lhe disse, eu não sei; aproveitada...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como o senhor não sabe? O senhor sabe, sim...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Aproveitada, como?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Venda no mercado; vai pra lavanderia? Onde é que vai uma carga de alumínio?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Olha, é como eu lhe disse: aqui, em São Luís, geralmente, essas cargas são, imagino que a receptação delas seja lá para o Estado de São Paulo, que lá tem muita recuperadora, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É isso que eu quero dizer para o senhor, que não é qualquer um que compra uma carga de alumínio; não é...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não é uma massa de tomate, uma marca de azeite. Uma carga de alumínio é uma coisa sofisticada, é que nem roubar carga de polipropileno...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É uma coisa semelhante...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – É charque, é alguma coisa assim, pneu, medicamento...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quer dizer, isso é fácil de tu colocares no mercado, entendeu?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, eu, não...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor ‘tá...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, eu tô lhe dizendo que...

O SR. POMPEO DE MATTOS – É fácil de colocar charque, gênero alimentício; pneu, é fácil de colocar no mercado. Agora, alumínio não é um produto acabado, é um produto intermediário, é um produto que vai servir... é uma matéria-prima que vai servir para alguma coisa, entendeu? Então, não é qualquer um que compra. E roubam assim a granel?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Excelência, só uma pergunta: quem é Manoelzinho? Quem é Manoelzinho? Porque eu continuo debatendo que eu acho que não é essa Transul que vocês estão averiguando, que vocês estão investigando, entendeu?

Então, eu gostaria de saber quem é Manoelzinho, por que reitero novamente aos senhores: eu nunca carreguei... a Transul nunca carregou farinha de trigo, nunca carregou farelo... a nossa...

O SR. POMPEO DE MATTOS – ‘Tá, tudo bem...

O SR. OSCAR ANDRADE – Daqui para lá só leva alumínio? Só alumínio?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – A gente carrega alumínio, estrutura metálica e resíduo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é alumínio também.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, não é alumínio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E de lá para cá?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – De lá para cá a gente carrega cerveja. Nunca carregamos farelo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse aqui que carrega?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, farelo é daqui para lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, o senhor diz: o que carrega?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Carrega chapa de ferro, carregamos é...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Gênero alimentício?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nenhum?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Nenhum.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas por que o senhor não carrega, o senhor não gosta de...?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, é porque a gente trabalha só com carga completa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carga fechada?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – É carga fechada, é uma apanha e uma deixa. Um cliente aqui em São Luís, a maioria deles, é carga fracionada, como a Atlas, a... outras empresas...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas eu ainda volto a questionar. É engraçado, eu tenho uma transportadora em São Luís. Eu tenho uma transportadora em São Luís, onde o mercado compra carga fracionada. E eu direciono a minha transportadora exatamente para carga fechada. É curioso, né, em todos os casos? Eu quero saber o seguinte, e o senhor não respondeu ainda: quinze carretas de alumínio foram roubadas na sua transportadora, que o senhor agenciou?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, eu não agencio; a empresa é uma transportadora. Ela é uma transportadora, ela não agencia cargas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ela encaminha carga, manifesta carga.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Ela faz os procedimentos que o cliente solicita.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tudo bem. Mas os procedimentos são os manifestos de carga.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não é só isso, manifestos, etc.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não precisa me dizer, sei como funciona o manifesto de carga. Quero saber sobre outras cargas. Só de um produto, o alumínio, o senhor declarou que foram quinze.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Isso que estou lhe falando, nos últimos nove anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está bom, nos últimos nove anos, sendo que esse ano duas e no ano passado três.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Mais ou menos isso. Desse ano foram duas, inclusive foi uma da nossa frota.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quero saber agora de cargas que não são de alumínio. Foi uma de cerveja e quantas mais?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Uma de alumínio, de São Paulo para Barcarena, que foi roubada.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Nada mais?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Nada mais.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Nenhuma carga, nenhum outro produto?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Se formos investigar, não irá aparecer?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Pode investigar inclusive se a empresa carregou farelo ou farinha de trigo. Isso é importante.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não tem nenhuma outra carga roubada que não alumínio e cerveja?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Nos últimos três anos sim. Não lembro bem, mas, esporadicamente, foram apenas essas três cargas que estou falando para o senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor não vá se enrolar, porque iremos investigar.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Sem problemas.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Nos últimos dois anos o senhor Jorge Méres estava na cadeia. Em que época o senhor transportou para ele?

O SR. JORGE MÉRES - De 1993 a 1995.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Transportou o quê, pergunte a ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Nem precisa. O senhor está dizendo que nada foi roubado. Não interessa o que ele está dizendo, quero pegar apenas o que o senhor está dizendo, que é o que vamos conferir, não vale o que ele dizendo. Vamos pegar o peixe maior pela boca, vamos pegar a sua palavra.

De 1993 a 1995, que ele esteve no trecho e que transportou carga manifestada pela sua transportadora. Nesse período, de 93 a 95, não teve nenhuma carga roubada da empresa que não fosse alumínio? Ele está dizendo claramente que não foi carga de alumínio que foi desviada. Assim, o senhor está dizendo que só foi roubada carga de alumínio e de cerveja. Ele não está dizendo que foi carga de alumínio nem de cerveja. Quer dizer, se aparecer uma outra carga roubada, manifestada pela sua empresa, caiu o seu álibi.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Meu álibi?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim. O senhor está dando uma justificativa, que chamamos de álibi na linguagem jurídica. O senhor diz que na sua empresa só foi roubado alumínio e cerveja, e ele está di-

zendo que nunca desviou alumínio na sua empresa, tentou uma vez mas não deu certo, e não apontou como desvio de carga a cerveja. Apontou outros produtos. O senhor disse que nunca teve roubado na sua empresa outros produtos, o que equivale dizer que se formos investigar e tiver uma só carga roubada na sua empresa, que não de alumínio e de cerveja, o senhor está comprometido.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Não estou.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ou o senhor quer revisar esse pensamento?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Não se trata de revisar, a nossa empresa só trabalha com carga completa...

O SR. OSCAR ANDRADE - Por favor, peço licença um minutinho.

Jorge, pode ter acontecido, de alguma forma, nas cargas que foram transportadas aqui pela Transul, de ter sido uma quadrilha independente da Transul usando a fachada e a documentação da transportadora? O senhor considera isso possível?

O SR. JORGE MÉRES - Só se trabalharem dentro do escritório da transportadora. Não tem condição, porque saímos dali com autorização para carregar e pegar o manifesto e adiantamento de frete ali.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ali na sede, no Posto Magnólia, o senhor entrou e tudo mais...

O SR. JORGE MÉRES - Trabalhamos lá dentro, ligamos de lá e usamos a transportadora, que nos dá um apoio. Só se alguém da quadrilha está trabalhando lá dentro, porque não há como pegar documentação. Não se entra dentro de uma transportadora, se preenche manifesto, se faz manuseio de carga e adiantamento de frete para um motorista de que não se conhece a transportadora.

O SR. OSCAR ANDRADE - Senhor Benedito, estamos lhe dando todo o direito de defesa. O senhor está vendo que absolutamente não iremos acusar sem ter toda a certeza. Agora precisamos que haja, por parte do senhor ajuda nisso aí também. O Jorge não te conhece, o senhor não conhece ele, ele não tem nada contra o senhor, e tem todas essas informações para nós.

Vou pedir a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do senhor.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Sem problemas.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor não quer rever nenhuma posição?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não. Acho que há um equívoco porque não é a nossa empresa, sem sombra de dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jorge, no local da fotografia tem várias empresas, não é só a Transul. Não há risco de você ter se enganado e ser outra empresa?

O SR. JORGE MÉRES – Não, já carreguei por outras empresas ali porque não tinha carga e tem vezes que ficam 200 caminhões na Magnólia e daqui para lá que se não tem re tor no e de lá para cá tem muita carga. Então, damos uma rastreada nas transportadoras para ver quem manda a gente para casa mais cedo. Eu carrego pela Transul, mas chego aqui e vou ficar cinco dias esperando uma carga? Não vou esperar por ela. E uma outra vai me dar re tor no para ir embora amanhã, eu vou carregar por ela. Só que damos preferência para onde estamos mais acostumados a carregar, onde a gente chegue e tenha o apoio, tem a carga certa. Não vou carregar na Transul e dizer que carreguei na Transmaense. Não por ser primeiro escritório da sede do posto para as transportadoras, porque também carreguei na última, na Sinal Verde, que fica lá na metade e não vou me enganar com a transportadora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem Sinal Verde lá?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não.

O SR. JORGE MÉRES – Ela fechou. É a mesma de Imperatriz que estava envolvida...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Nunca houve lá nenhuma empresa com esse nome. Sinal Verde, não.

O SR. JORGE MÉRES – Jamais vou me enganar.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não senhor, nunca houve. Acho que há algum equívoco aí porque como ele disse e continuo afirmando que em nossa empresa não carregamos farelo, farinha de trigo...

O SR. OSCAR ANDRADE – Também acho que há muitos equívocos.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Digo-lhe isso sem nenhuma dúvida porque quando estou na empresa conheço todo o procedimento de nossa empresa. Obviamente que, qualquer motorista pode entrar lá para fazer um cadastro e ser liberado, não só pela Transul... Antigamente tinha a liberação de nossa empresa para carregar e exigia outro procedimento, e ele vai lá e carrega. Mas nunca carrega-

mos nem farelo de trigo, farinha de trigo, nem daqui e nem na nossa filial em São Paulo, Belém ou Recife.

Existe, além da nossa empresa, mais três transportadoras da Transul. Então, deve haver...

O SR. OSCAR ANDRADE – Sediadas onde?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Belém; São Paulo, no terminal de cargas, e em Recife.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem filial aqui?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, aqui é matriz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Outra Transul. O senhor está dizendo que tem três Transul.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – No Brasil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma é sua.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Essa Transul aqui é minha, sendo que as filiais que temos são todas Transul no CGC em São Paulo, Belém e Recife.

O SR. OSCAR ANDRADE – São Paulo, Belém e Recife são suas filiais.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa aí é a sua Transul?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a outra Transul que o senhor conhece?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Parece-me que existe outra em São Paulo, uma em Mato Grosso e em Belo Horizonte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já entendemos. Vamos adiantar. No Posto Magnólia tem outra Transul?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, só existe essa aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é a matriz do senhor.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então estamos superados neste ponto. Os enganos que podem acontecer aí é alguma coisa à revelia do senhor, ou o Jorge está mentindo para lhe prejudicar, o que não tem sentido algum. Se ele não lhe conhece e nunca fez mal nenhum.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não estou com a preocupação de que se ele está mentindo ou não. Aqui ele está dizendo que outros motoristas foram lá carregar pela nossa empresa. Na nossa empresa temos cadastrados 3.000 motoristas e os que são negativados e que tiveram envolvimento em

rou bo estão lá di gita dos e os que não fo ram fo ram negatidados, ele vai lá quando che ga um outro se identi fica lá, vai lá no computador, puxa a ficha dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem isso em disquete?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Tem. Consegue-se em disquete.

Então, imagino...

O SR. OSCAR ANDRADE – Já foi negativado lá, Jorge?

O SR. JORGE MÉRES – Sou, Excelência...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual dos no mes?

O SR. OSCAR ANDRADE – Excelência, se tem tudo no computador da Tran sul, deve de ter tam bém o registro do José Raimundo.

O SR. OSCAR ANDRADE – José Raimundo?

O SR. JORGE MÉRES – É. Com a carreta Scania 112, vermelha, com placa de Aparecida de Goiânia, que carregou, em início de 94, pela Transul, em São Paulo, ...

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – O seu arquivado tem 94?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Olha, é porque a nossa empresa, ela é informatizada há pouco tempo, aqui na matriz. São Paulo, nós somos in for ma ti za dos, mais ou me nos, um ano. Só concluir a informação dele.

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, mesmo assim deve ter a fi cha. Mes mo que não te nha no computador, tem que ter o cadastro, tem que ter a ficha. Então, 94, tem no cadastro José Raimundo; e tem o cadastro meu. Nós carrega mos juntos no mes mo dia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual nome?

O SR. JORGE MÉRES - Antonio Dias.

O SR. OSCAR ANDRADE - Antonio Dias da Silva.

O SR. JORGE MÉRES – A carreta do José Raimundo nunca chegou aqui. A minha chegou. Porque a mi nha era para ba ter a dele. Era para ser es cu do da dele. Nunca che gou. Uma se ma na de pois, nós volta mos e carregamos, e o José Raimundo carregou ela de novo. Quer dizer, que o investigador não está in vestigando o motorista. Se ela tivesse, o José Raimundo não ti nha car re ga do ela de novo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é essa questão de ser escudo?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Ele carregou lá em São Paulo pela Transul?

O SR. JORGE MÉRES – Pela Tran sul. Eu que ro que o senhor veja suas fichas que vai aparecer lá os nomes.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – E carregou o quê?

O SR. OSCAR ANDRADE – O que que você carregou dessa vez?

O SR. JORGE MÉRES – Eu carreguei Brahma para aqui para São Luís; e o José Raimundo foi carregar numa outra indústria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que é ser escudo? Não entendi bem.

O SR. JORGE MÉRES – Escudo é o seguinte: dois caminhão carrega pela mesma transportadora. Dois caminhões. Então, eles ficam... eles têm certeza que não vai acontecer nada porque vão andar em dois, só que o da frente está prote gen do o de trás para ele não vim. Então, eu che go aqui. Por que eu não es tou programado para desviar a carga. Eu estou pro gramado para chegar e comunicar a transportadora. Cheguei. Ele não vai correr atrás do outro; ele não vai, eu já comuniquei. Então, jamais ele vai se preo cu par, por que es tão sa ben do que o ou tro não vai che gar. Tem alguém da transportadora que está sabendo que o outro não vai chegar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O outro carregou com quê?

O SR. JORGE MÉRES – Eu não lembro o que foi que carregou. Por isso, que gostaria até que ele olhasse...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi 94?

O SR. JORGE MÉRES – Noventa e quatro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em que mês?

O SR. JORGE MÉRES – Foi ali pelo dia 20 de janeiro de 94. Porque ele falou que investiga o moto rista e se o motorista roubar uma carga não carrega mais. Isso carregaporque o José Raimundocarregou uma semana depois uma carga que ele roubou e no mesmo caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele não teria carregado com outro nome também? Pode ser?

O SR. JORGE MÉRES – Em uma semana, Excelência, se o senhor teve transportadora, em uma semana, eu vou lá, faço um cadastro com o seu ge rente e em uma se ma na não consi go mudatotal mente a fisionomia para o senhor não me reconhecer. E, principalmente, numa pessoa... principalmente o ca minhoneiro que chega na transportadora brincando com todo o mundo, conversando e ainda faz lembrar: “Não, mas eu carreguei tal dia. Eu estou precisando

de uma carguinha melhor” Então já mais é possível fazer isso.

E ele se referiu a outra Transul; a Transul do Mato Grosso não mexe com mercado de rua, é só mudança. E ela não carrega caminhão aberto, só carrega barroco. Então, não tem como se misturar. E eu mesmo disse que, aqui, no Maranhão, não existe outra Transul, a não ser que criaram outra Transul ali naquele local, no mesmo dia, só para mim carregar e, depois, mudaram o escritório. Não é possível.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Excelência, ele falou que 94 nós carregamos... Ele carregou, lá, o amigo dele carregou uma carga pela Transul, de cerveja, ou para a Brahma.

O SR. JORGE MÉRES – Eu carreguei.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Ah, você carregou!

Nunca carregamos, nessa época, para a Brahma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor disse que teve dois sinistros de Brahma, um roubo...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Mas carregamos agora, recentemente... para distribuir. Não era da Brahma... para a Beira-Mar. Mas, 94, não senhor, Excelência! Noventa e quatro, não senhor! Nós não carregamos... Pela Transul, não senhor! Eu carreguei agora. Estou carregando para a Beira-Mar, distribuidora da Brahma. Mas não para a Brahma. Nunca carregamos.

O SR. JORGE MÉRES – Excelência...

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Esta empresa aqui nunca carregou em 1994.

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, gostaria de perguntar se, em 1998, a Transul não carregou Cerveja Brahma para o Pará.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode responder.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Em 1998?

O SR. JORGE MÉRES – Se em agosto de 1998 a Transul não carregou uma carga de Cerveja Brahma para o Pará?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - São Luís do Pará, Maranhão?

O SR. JORGE MÉRES – São Luís de Belém.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA – São Luís de Belém? Não, senhor! Esta Transul não carregou, não senhor.

O SR. JORGE MÉRES – Porque o Josias Lima de Freitas carregou uma carga de cerveja, agenciado

ou manifestado pela Transul, em agosto de 1998, numa Volvo NL 12-360, azul, com placa do Nordeste, de uma cidade do interior da Paraíba. Esse caminhão estava manifestado. O guarda rodoviário, depois de Zé Doca, parou esse caminhão, porque ele estava carregando alguma coisa acima da carga e o guarda ficou meio assim, parou esse caminhão, conferiu a documentação, passou a informação para o Jota e essa carreta foi levada para o Aveny. E era da Transul.

O SR. OSCAR ANDRADE – O destino dela era Belém?

O SR. JORGE MÉRES – Belém. Então, isso são coisas em que eu estava junto, estava próximo, e vi. Não é que me contaram. Não estou acusando o Benedito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei disso.

O SR. JORGE MÉRES – Acontece que a transportadora cobriu esse desvio. Então, se não foi ele, se não foi a empresa dele, ele tem alguém lá dentro fazendo isso, porque sai dali de dentro a autorização.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Benedito, o senhor trabalha lá dentro mesmo, naquela sede?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Trabalho!

O SR. OSCAR ANDRADE - Sempre ficou lá?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Sempre fiquei lá.

O SR. OSCAR ANDRADE - O seu escritório é lá?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Não, estamos no posto Magnólia há cinco anos, não é? E estávamos anteriormente, porque a empresa fez dez anos agora, no posto do km 13. Mas digo o seguinte: primeiro, se foi carga da Antártica, primeiro, não carregamos; segundo, a Antártica está há quase três anos sem produzir nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, ele conserveu, falou Antártica e depois Brahma.

O SR. JORGE MÉRES - É porque foram duas cargas. Tinha uma carga da Antártica que vinha de Teresina, e essa que foi carregada pela Transul era da Brahma, porque lá não tem Antártica. E a Brahma vende muito pouco em Belém. Então, não vai para lá.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Pior ainda, porque não carregamos a Brahma daqui para Belém. Nunca carregamos, em época nenhuma, em dia nenhum, em hora nenhuma. Durante dez anos, nunca carregamos para a Brahma cerveja daqui, em 1998, para Belém.

O SR. JORGE MÉRES - Com todo o respeito, só posso afirmar o que eu vi. Cabe somente a ela apresentar os manifestos, as cópias e as fichas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Vamos verificar isso. Jorge, obrigado, você pode se retirar.

O SR. JORGE MÉRES - Obrigado, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Senador, nos termos regimentais, quero pedir a quebra do sigilobancário, fiscal e telefônico da empresa Transul e de todos os seus sócios.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) - O senhor formalizará e na terça-feira, antes da audiência com os prefeitos, faremos a votação, porque tenho outro requerimento que o Deputado Robson Tuma encaminhou para cá. Faremos uma reunião administrativa.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Só que acho que vamos votar numa reunião interna, Sr. Presidente, esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não, antes da audiência faremos uma reunião administrativa para isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Perfeito. Subcrevo o documento também, pedindo a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Só pedimos para formalizar. Senhores, por favor, formalizem o requerimento.

Pergunto se há mais algum questionamento. O senhor tem mais alguma coisa que queira esclarecer? O senhor é o advogado dele? Tem alguma queixa, alguma coisa que o senhor queira registrar? O senhor coloca à disposição todos os arquivos, se precisarmos de informações?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Se for necessário sim, Excelência. Coloco lá as fichas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Veja se já localiza essas fichas.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Se for necessário, o sigilo telefônico da nossa empresa, da minha pessoa, sem nenhum problema. Eu reafirmo, deve haver algum equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Faça uma pesquisa nas fichas, diante da descrição que ele fez, se possível hoje mesmo. Senão, posteriormente.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Se for necessário que eu tivesse os dados, os nomes que ele deu para eu fazer o levantamento em nossa empresa - os nomes dos motoristas, placas de caminhão, que ele falou que carregou pela nossa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Doutor, ele vai depois com o senhor e o advogado ver os dados que necessitamos. Ele vai fornecer isso para o senhor.

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mais alguma coisa?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor quer deixar aqui o documento sobre a empresa?

O SR. BENEDITO BARROS FERREIRA - Não, eu posso juntar todos eles e mandá-los depois para os senhores. Eu fiquei surpreso. Pensei que era novidade sobre a nossa carteira que foi roubada agora em janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor também pode juntar isso, que é interessante, ou seja, juntar a queixa, o boletim de ocorrência, se houve ou não investigação a respeito.

O senhor está dispensado.

Está encerrada a sua participação aqui.

O Sr. Penaldon Moreira, Prefeito de Presidente Sarney. (Pausa.)

Por favor, o senhor poderia nos dar o seu nome completo?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Penaldon Jorge Ribeiro Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Identidade.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Nº 309.169, SSP, Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Idade.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Trinta e nove anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - CPF.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - CPF 095275593-91.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Estado civil.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Divorciado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Residência.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Alto Verde, Presidente Sarney, Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Profissão.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Atividade atual.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem algum parente que esteja envolvido com a causa que estamos investigando?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Negativo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203, espero que o senhor diga somente a verdade. Se o senhor concordar, espero que assine o termo de compromisso.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Presidente, eu queria torná-lo ciente de um fato que de certa forma impede de assinar o termo de compromisso. Mas gostaria de abdicar até dessa prerrogativa e assinar o termo de compromisso. Eu vou para a hipótese do art. 207, porque eu servi como advogado de uma das pessoas que estão sendo objeto de investigação da CPI. Em razão do emprego, profissão ou ofício, segundo a regra do art. 207, eu estou impedido de depor. Mas gostaria de abrir mão desse impedimento... Gostaria que V. Ex^a deliberasse com a Comissão a esse respeito, para que eu pudesse assinar o termo de compromisso e prestar depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos combinar o seguinte: eu o agradeço pela sua assinatura. Não vamos entrar em discussão jurídica para não tumultuarmos os trabalhos e tudo aquilo que se referir, no depoimento, pergunta ou resposta ao seu cliente, o senhor poderá omitir-se a responder invocando advogado.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Eu não quero me omitir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...invocando a qualidade de advogado dessa pessoa, para o senhor não se por contra ela.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não quero me omitir. Quero apenas me resguardar como advogado. De repente, a OAB pode entender que eu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Faço o pedido que o senhor delegue dessa prerrogativa e a OAB, sem dúvida, irá entender o sentido de colaboração da sua pessoa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas essa prerrogativa o senhor pode exercer na defesa da sua pes-

soa. Sempre que o senhor for acusado, na defesa da sua pessoa, vale mais e prepondera a defesa de uma pessoa do que o comportamento ético em relação ao seu cliente. O senhor tem o direito de revelar o que sabe em defesa de sua pessoa. Absolutamente ninguém pode lhe privar disso. Não tem Conselho de Ética, não tem OAB que possa lhe punir por causa disso. É uma coisa inerente à vida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está invocando um dispositivo do Código de Processo Penal, tem direito a isso, mas, compreensível e justificadamente junto à OAB, tenho certeza, ele abdicou para não dizer que está fugindo à responsabilidade de esclarecer os pontos que possam recair sobre a sua pessoa na investigação da CPI.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – E não deixar essa questão omissa para a Presidência do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Liquidando o assunto, estamos de acordo, agradeço e pergunto se o senhor quer fazer uma exposição preliminar sobre o caso, já que o senhor conhece em profundidade não só na razão de pesarem sobre o senhor algumas acusações, como em razão da própria procuração, de ser defensor de um dos envolvidos.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Corretamente, Senador. Gostaria, vou tentar ser rápido para que a gente adiante. Fui de certa forma surpreendido quando da elaboração e da aprovação do relatório da CPI do Narcotráfico, e não somente a minha pessoa, mas a própria imprensa do Maranhão, e aqui a gente bem nota onde a imprensa divulgou que a surpresa ficou por conta da inclusão do meu nome e a grande surpresa da lista maranhense era o indiciamento do prefeito reeleito, de Presidente Sarney e vice-presidente da (?), Penal don Jorge Moreira. Então, não tive a oportunidade de falar, não fui convidado, não fui convocado, seja qual o procedimento que deveria ter sido da Comissão, para que eu prestasse qualquer esclarecimento a respeito desse fato. E pesou naquela Comissão, nos depoimentos que foram feitos no dia 26 de outubro, entre um diálogo de uma acareação ocorrida entre o cidadão Jorge Méres Alves de Almeida e o Sr. José João Costa, nesse diálogo, numa interpretação feita pelo Deputado Pompeo de Mattos, o meu nome surgiu, precisamente numa pergunta do Deputado Pompeo de Mattos, em que o Jorge Méres fez algumas afirmações e, dentre essas afirmações, a que considero que realmente teve e tem relevância sobre a minha honra, sobre a minha pessoa, sobre o meu comportamento como cidadão, como advogado militante, é exata-

mente uma afirmação que ele fez de que eu teria intermediado a venda de uma carga de mercadoria que ele teria levado para uma cidade depois de Pinheiro, uma cidadezinha, o termo que ele utiliza, depois de Pinheiro. Isso está transcrito, o diálogo, nas notas taquigráficas, e eu, agora, recentemente, estive em Brasília, tive acesso às notas taquigráficas, recolhi o diálogo que houve aqui no Plenário dessa Assembleia e encaminhei ao Ministério Público, ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão para que ele, de posse dessas notas taquigráficas, não só do relatório com o indiciamento, mas de todo o diálogo que propiciou esse indiciamento, para que ele determinasse a instauração de procedimentos que investigassem com maior profundidade essa questão que aqui foi colocada e para que eu tivesse, de uma vez por todas, ou a responsabilidade de responder a uma ação penal ou então o arquivamento de um inquérito mal sucedido, à mínima de elementos que pudessem me indiciar no verda-deiro sentido processual.

Quero, inclusive, passar às mãos da Presidência desta Casa, gostaria que fosse tirada cópia, está a minha cópia, o expediente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – À Presidência da CPI; o Presidente da Casa está ali.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não à Presidência da CPI. Quero passar o expediente ao Presidente da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não vai comprometer o nosso Presidente.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, Deputado Manoel Ribei não. Nós gostaríamos que fosse tirada cópia deste documento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso é para ficar ou tirar xerox do documento?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Xerox, porque esta cópia é minha, original, para que a Comissão faça uma cópia à própria Comissão.

Pedimos neste documento que o Ministério Público tomasse as providências, porque nada mais incomoda uma pessoa, um cidadão, do que uma acusação quando se tem a certeza de determinadas coisas. Então solicitei, estou aguardo que o Ministério Público determine a instauração de procedimentos que possam realmente fazer essa apuração.

Com relação ao meu nome, o que aqui foi ventilado, essas colocações preliminares que gostaria de fazer e dizer do meu descontentamento pelo indiciamento da CPI, quando a CPI expressamente utilizou

alguns termos que para nós, advogados, consideramos de forma muito forte. Fizeram indiciamento por roubo de carga. A gente sabe, o Deputado Pompeo de Mattos é advogado, conhece, V. Ex^a conhece, o roubo é uma figura penal que ocorre com violência, com a utilização da violência. É a subtração...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – **Inaudível...** e contra a pessoa.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – E contra a pessoa. Então, veja bem, no entendimento do Relator da CPI do Narcotráfico, fui indiciado por roubo de carga, por mandante de homicídios e assassinatos, quando no depoimento e na acareação presta da entre o Sr. Jorge Méres e Sr. Jota em nenhum momento se cogitou dessas figuras. O que existe nas notas taquigráficas, o que existe no depoimento dos dois é um diálogo onde o Jorge Méres afirma que eu teria intermediado uma carga de mercadoria que ele teria vendido ou levado a um cidadão em uma cidadezinha – segundo termo que ele utilizou – depois do Município de Pinheiro no qual eu sou estabelecido e tenho escritório. Essa é a acusação que tem e eu gostaria que hoje, aqui nesta Casa, a gente tivesse a oportunidade de sobre ela falar. E se não conseguirmos aqui, já que não temos o direito ao contraditório, mas sim uma investigação, em que se ouve o depoimento das pessoas ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor já está tendo o contraditório com as suas explicações.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Corretamente, na fase regimental. Então, que a gente, numa fase posterior, com abertura do procedimento do Ministério Público, tenho certeza de que irá adotar essa providência, não irá ser omisso neste caso, gostaríamos de fazer contra prova, estabelecer realmente o contraditório.

Quero também pedir a V. Ex^a que aqui hoje possamos, eu conversar com o Sr. Jorge Méres e com o Sr. José João, o Jota, porque essas foram as duas pessoas, num diálogo estabelecido entre os dois, que meu nome surgiu.

Gostaria que V. Ex^a, ao final, independentemente de posição da Mesa, mas que coloque a apreciação de toda a Mesa que eu ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós faremos, ao final...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Que eu tivesse essa oportunidade de poder conversar ou acarear com Jorge Méres e com o José João, porque acho de fundamental importância para que se esclareça essa situação.

Quero, no aspecto pessoal, apenas colocar algumas coisas, para que a Comissão tome conhecimento. Fui vereador do Município de Pinheiro ainda... já no exercício da advocacia, em seguida elegi-me prefeito da minha cidade. Presidente Sarney e merelegi recentemente, nas últimas eleições para o mesmo cargo. No primeiro mandato exerci aqui a função de vice-Presidente da entidade que congrega os prefeitos do Maranhão e a diretoria administrativa da Casa. E, recentemente, no mês de janeiro, tivemos a eleição da nova diretoria desta Casa e que eu não me achei habilitado, moralmente, por tudo aquilo que a mídia, que a imprensa divulgou, a nível do Maranhão e a nível nacional, com relação ao meu nome. Senti, e sinto naturalmente, que uma acusação dessa natureza inibe qualquer cidadão, principalmente de pleitear qualquer cargo público, por que nos fere, traz uma nódoa para a vida da gente que, certamente, nós vamos ter que carregar por muito tempo. Então por isso o meu interesse todo em que aqui possamos esclarecer alguma dúvida que, porventura, ainda subsista com relação a minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe que a CPI do Narcotráfico fez apurações com muita coragem. Foram buscar, na medida das próprias dificuldades que encontraram, um elenco de fatos que têm trazido sérios problemas para o Brasil, inclusive no contexto internacional.

E a CPI do Roubo de Cargas praticamente nasceu em razão da vinculação dos dois tipos de crimes que foram identificados pela CPI do Narcotráfico. Então o nosso objetivo primeiro é alcançar a estrutura principalmente dos receptadores, que é um crime grave que levou mais de 500 milhões da economia brasileira, com os prejuízos dados às empresas de transportes e às seguradoras, além do desaparecimento e morte de vários motoristas.

O nosso objetivo é trazer, na busca da verdade, os esclarecimentos que ficaram pendentes na CPI do Narcotráfico, que se limitou a investigar com profundidade as vinculações do narcotráfico, e o roubo de cargas é nossa obrigação. Portanto, o senhor fique tranquilo que esta CPI está na busca da verdade, não de comprometimento político ou moral de qualquer uma das pessoas elencadas como, em tese, responsáveis. Ela está na fase de investigação e tudo aquilo que o senhor ache que seja importante estamos prontos a ouvi-lo e a receber o material que for entregue.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, eu só queria corroborar as palavras que o senhor está dizendo, até porque o prefeito tem uma compreensão, e quero nominar uma ação específica da CPI

para consubstanciar isso que o Presidente está colocando.

Havia a necessidade da CPI ter vindo ao Maranhão muito antes do tempo que veio agora. Tínhamos essa demanda atual. Até acho que se viéssemos antes talvez nós atacássemos algumas coisas, quem sabe tivéssemos evitado alguns roubos de cargas que houve de lá para cá. Mas teve a perspectiva de um incidente que fez com que a CPI não viesse. Nós iríamos vir antes das eleições. Se viéssemos antes da eleição e chamássemos o senhor, o Aveny, Juscelino e o Hemetério, quer dizer, iríamos criar um fato político de grandes proporções, inclusive uma fofoca política, enfim, e este absolutamente não é o objetivo da CPI.

Nós estamos atrás não é de feito, nem de advogadoado. Estamos atrás de la drão de cargas. Estamos atrás de delinqüente. Eventualmente, se alguém aponta um prefeito nessa direção não quer dizer que o prefeito é delinqüente, mas que pode ser. E entre o sim e não, numa época de campanha política vira a maior confusão.

Então, a CPI, pelo menos uma decisão do Presidente Romeu Tuma, tomou o cuidado de não vir aqui para criar uma celeuma. Deixou passar. Se viéssemos tinha gente que não se elegeria, não se reelegeria. Mas não importa, o **status quo** é este e nós vamos trabalhar com a situação que está. Agora, quero deixar bem claro, a CPI não tem cor política partidária. A CPI é uma comissão parlamentar mista de inquérito, de deputados e senadores, para investigar crime e criminosos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Sr. Relator, com a palavra.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Penal don, além da política e da advocacia, quais outras atividades o senhor já exerceu?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Sou funcionário público há 25 ou 26 anos. Fui admitido ainda adolescente no serviço público, na época do governador Nunes Freire, 5 de fevereiro de 1975. Então sou funcionário público, estou licenciado do cargo por conta do exercício do mandato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca foi sócio de uma empresa?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Tive um início de abertura de uma empresa no nome dos meus filhos, mas nunca se concretizou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é só cio em nenhum ou tro tipo de em pre sa? Ne nhum tipo de mer ca-doria?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não. Tem uma empresa individual de topografia que foi a primeira atividade que tive ainda na minha fase de adolescência, já formando rapaz. Eu trabalhava no departamento de terra, com serviços também de topografia. Nessa época, em 1980, 1982, tive e tenho até hoje registrada, em dias, normalizada, uma firma individual de serviços de topografia.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conheceu Jorge Méres?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Conheci sim, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Aqui, pela imprensa, no período da primeira comissão e da segunda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Antes o senhor não tinha conhecido ele?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não. Pessoalmente nunca mantive nenhum contato com o senhor Jorge Méres.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na época em ele trazia cargas roubadas para cá, 1994, 1995, 1996, o senhor...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Nunca mantive qualquer contato com o Jorge Méres.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor reconhece esses imóveis aqui?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Uma loja na Avenida Getúlio Vargas, 974?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não. Particularmente não reconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Pinheiros.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Essa aqui?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Esse eu reconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é isso?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Esse é um escritório de advocacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – (...) nº 24.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Esse é o prédio onde funcionou o meu escritório até provavelmente 1998, por aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor de posita-va o que aqui nesse prédio?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Aí é um escritório.

O SR. OSCAR ANDRADE – Guardava alguma coisa?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não era só escritório. Só funciona o escritório. São três salas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui na foto 25.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca viu esse local?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pinheiros também.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Nunca vi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Agostinho Ramalho. 26.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Nunca vi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pousada Goiana.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Co nhe ço uma pou sa da lá em fren te à ro-doviária.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse aqui o se nhor conhece?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Jorge Méres informou, as quatro fotos que eu lhe mostrei, que eram lo ca is onde o se nhor guar da va car ga rou ba da, em es-pe-cial óleo de soja e outros tipos de produtos que fo-ram com pra dos pelo se nhor. O que o se nhor tem a di-zer a res-peito dis-so?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Eu tenho a dizer que é uma afirmação, se efetivamente ele fez, primeiro ele difere já do que disse anteriormente, se ele fez essa afirmação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse não é depoimento ainda não. É uma diligência, ele nos levou até lá. Foram tiradas as fotos. São informações...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Mas essa diligência é formada em base em informações prestadas, informações prestadas anteriormente pelo Jorge Méres aqui e estão nesse documento inclusive que passei às mãos do Presidente da Comissão. Aqui tem um diálogo completo deles dois com relação ao meu nome. Mas se existe alguma inovação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso está em mãos já do Deputado porque acompanhou de perto...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Então tenho a dizer primeiro... está o prédio onde era o meu escritório, os vizinhos estão todos lá. Para o senhor ter uma idéia, no quintal do escritório acho que talvez nem uma caminhonete conseguisse entrar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é Dr. Montenegro?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – É um advogado que trabalha lá atualmente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é seu sócio?...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, ele está trabalhando lá depois que eu fui eleito. É ele que exerce a profissão lá no prédio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você alugou o imóvel para ele?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, o imóvel foi negociado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você vendeu?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Troquei com ele num outro imóvel dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – É a Pousada Goiânia, qual é a sua relação com a Pousada Goiânia.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você a conhece?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, sei onde é a pousada, mas não tenho relacionamento com nenhuma pessoa da pousada nem qualquer ligação.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Wiliam Souza?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Nunca vi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca viu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas já ouviu falar, teve alguma referência a ele?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Só pela imprensa, quando surgiu o problema da comissão. Anterior a isso nunca tinha sequer ouvido falar no nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nenhuma pessoa ligada ao senhor que tenha comentado qualquer coisa?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Jota?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Conheço. José João Soares Costa. É contrerrâneo, é da mesmíssima de de que sou natural.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Jota afirmou que o senhor era envolvido com a quadrilha do Bel, afirmou isso categoricamente. O que o senhor diz sobre isso? O senhor conhece o Bel?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Eu o conhecia. Ia, inclusive, terminar a minha explanação, estava faltando algum pedaço quando V. Ex^a começou a perguntar, que era a última parte exatamente a que iria me referir. Mas vou voltar à primeira pergunta que V. Ex^a fez. O Jota, não tenho esse conhecimento com relação... O depoimento dele que tenho é esse que está nas notas taquigráficas. Aí eu desconheço essa afirmação dele de que eu teria envolvimento com qualquer atividade ilícita.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Bel o senhor conheceu?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Conheci, fui advogado dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Advogado do Bel?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas nesse caso ou em outro?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, fui advogado dele em processos bem anteriores a esse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É só para não o colocarmos em situação de dificuldade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Joaquim Lauristo, conhece?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a relação do senhor com ele?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só conhece. Há quanto tempo?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Bom, Deputado, acho que conheço, não me recordo bem, precisar quanto tempo conheço, mas o Joaquim é uma pessoa conhecida em São Luís, conhecida no interior, então, não me recordo, não sei precisar quanto tempo, mas faz bastante tempo que o conheço, desde a época de...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor era advogado do Bel?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Fui advogado do Bel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto tempo?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Ah! só verificando as ações penais aqui. Mas advoguei, provavelmente 4, 5 anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então o senhor conhecia bem o Bel?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Conhecia muito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em quantos processos o senhor defendeu ele?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Acho que em 3 processos. Duas ações por furto de gado, lá na Comarca de Santa Inês, em que ele era um dos envolvidos, várias pessoas, muitas pessoas envolvidas, e ele era um deles. E no problema da carreta que foi apreendida em São Luís advoguei na fase do inquérito policial.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor esteve com ele, apresentou ele para o Dr. Estênio?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – É a carreta que foi apreendida na casa do ex-deputado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe que essa carreta deu causa à condenação à morte do Dr. Estênio.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Sei, inclusive desencadeou todas as ações que aí estão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois não. O senhor conhecia bem o Bel. E esse pessoal chamado bando do Bel, o que era?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Bom, bando do Bel na realidade foi uma denominação que surgiu depois da chacina do Bel e das pessoas que com ele estavam numa audiência de reconhecimento. Quando o Bel foi chacinado, que voltava dessa audiência na Comarca de Santa Luzia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que houve uma cilada preparada do deslocamento dele para esse reconhecimento?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Excelência, vou pedir permissão a V. Ex^a para emitir a minha opinião, até porque a testemunha é proibida de fazê-lo. Mas vou emitir, quero pedir permissão para que possa emitir a minha opinião. Sin ceramente, acho que sim, acho porque os horários, os motivos, parece que é mais fácil se conduzir um preso, uma testemunha aonde está esse preso do que levar 4, 5 presos onde está uma testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que o senhor acha que o juiz teria dado esta autorização para conduzir o preso até o local do reconhecimento, pondo em risco toda a estrutura física dos elementos que foram com ele até o local de sig na do para esta audiência?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Senador, V. Ex^a foi delegado com exercício na Polícia Federal, durante muito tempo. Se eu investido estivesse do cargo de juiz, trabalhando numa determinada Comarca em que a mim estivesse ligado um delegado regional e eu não pudesse acreditar neste delegado, eu estaria numa situação difícil. Até porque o aparelho policial, ele trabalha, ali, em sintonia com as atividades do Judiciário.

Então, na hora em que o Delegado Regional oficial ou solicita de um juiz que ele tem necessidade da vinda de um preso, de uma diligência, eu tenho a certeza de que qualquer juiz, qualquer que seja ele - não estou colocando aqui a situação do juiz específico que estava na Comarca na época -, mas acho que qualquer juiz confia e determina, imediatamente, a diligência...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não é bem assim, doutor. O senhor é advogado.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Bom, agora os horários...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Como delegado de polícia, se o senhor requer a um juiz, ele se reserva de todas as cautelas, saber a motivação, saber o risco. O juiz não dá assim uma ordem sem que ele esteja 100% embasado de que aquilo não põe em risco a vida do cidadão.

Eu não estou fazendo acusação. O senhor está falando de maneira genérica e eu, também. São 40 anos de polícia; não é tão fácil assim o juiz dar uma autorização a um delegado de polícia quando ele sabe que está pondo em risco a própria autoridade dele, o conceito dele.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Dentro da minha concepção, acho que ele está trabalhando em parceria com uma autoridade policial e que ele tem que ter essa... apesar das cautelas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Isso é até uma reivindicação que acontece sempre.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - ... o Ministério Público ser entrosado com a Polícia, com o Judiciário, para dar andamento mais rápido. Mas esse caso era um caso bastante suspeito em razão dos antecedentes que levaram o Bel à prisão.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eu acho que essa questão ficou clara. O bando do Bel, então. O Cláudio Jignis, o senhor conheceu?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Sim. O que houve com ele?

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor conheceu ele?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Conheci.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Foi advogado dele?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não foi advogado dele?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas sabia que ele tinha atividades ilícitas? O senhor tinha conhecimento?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Na realidade, quando eu conheci o Cláudio Jignis já nem no exercício da profissão mais eu estava.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas ficou sabendo que tinha atividades ilícitas?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Só vamos frisar uma coisa no tempo. No início de 96, que foi o ano das eleições municipais, eu já me mudei de Pinheiro, aonde estava sediado meu escritório, para uma cidade vizinha, que é a cidade em que hoje sou prefeito. Aí eu me mudei, realmente mudei. O pessoal da nossa cidade que deve estar me ouvindo e sabe que eu mudei com a família, com todo mundo pra lá. E o meu escritório ficou sob a responsabilidade de um ex-Promotor de Justiça que tinha se

aposentado, que estava trabalhando no escritório. Foi que ele assumiu o escritório.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Que inclusive passou a ser o advogado do Bel?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não. Negativo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Teve um outro colega seu de seu escritório?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não. O processo do Bel foi pra frente, passaram pra outro advogado, Dr. José Alencar Macedo Alves foi quem ficou acompanhando.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor disse que não conhece Jorge Méres, não é?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não. Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas o senhor foi advogado dele?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Fui advogado dele num inquérito policial. Depois que ele esteve preso em São Luís, quando ele esteve preso, aqui, em São Luís, não fui eu que soltei ele da delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sei.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor foi advogado dele sem conhecê-lo?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Corretamente. Eu fui e vou explicar como fui advogado dele. Inclusive, eu tenho aqui, na pasta dele, ainda tenho a procuração, tenho até hoje, assinada em branco, por ele, pelo Jorge Méres. Já trouxe essa Procuração quando da CPI do Crime Organizado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quem é que levou a procuração para o senhor?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - José Humberto, o Bel pegou a procuração, foi quem, na realidade, trouxe. Então, o Jorge Méres foi preso em São Luís com o problema da carreta, e o outro advogado, também daqui de São Luís, foi quem o soltou. Ele, talvez na companhia de mais uma outra pessoa, não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor não conhecia, mas já sabia, desde então, das atividades ilícitas dele.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não, eu não conhecia, não sabia qualquer procedimento dele. Eu era advogado do Bel.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas o senhor consegue tirar alguém da cadeia assim, sem entender nem o que está acontecendo?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Doutor, a gente trabalha com o processo. Dificilmente você... Com raríssimas exceções, a conversa se estabelece entre o advogado ali, principalmente na área que sempre trabalhei...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe por que está preso quem você está defendendo?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Sim, mas não sei nem onde Jorge Méres estava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Doutor, deixe eu dizer uma coisa para o senhor...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – E eu recebi uma procuração para acompanhar inquérito dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas deixe eu dizer... Aqui vai um pouco de experiência da vida profissional do advogado e da vida que nós acabamos levando e aprendendo em função da CPI.

Tem um colega advogado, Artur Eugênio, que é o advogado do William Sozza, que está aqui preso. E ele foi preso várias vezes, inclusive. Eu digo, e assumo a responsabilidade, bandido da marca maior, porque ele me contou tudo, as bandidagens dele, só que ele queria negociar as bandidagens dele para contar tudo, entre gar os outros e sair fora. E a CPI do Narcotráfico não aceitou, então ficamos sabendo, mas oficialmente não conta, porque ninguém gravou nada nem, entendeu? Ele voltou, não negociaram com ele, ele não bancou o que disse e a coisa rolou, é um inferno lá. Mas a verdade é a seguinte: ele era advogado e advogava para o William Sozza e para tantos quantos o William Sozza quisesse.

Então prendi um bandido que levou a carga, o bandido não conhecia o William Sozza, nem o William Sozza conhecia o bandido, e o bandido estava preso. Lá chegava o William Sozza para defendê-lo e o defendia no processo inteiro, mas não ganhava nada. E teve gente, muitos ele absolveu sem conhecer quem ele absolveu. E quem foi absolvido não teve nem como agradecer a ele, porque não sabia nem quem era ele.

Teve um caso, por exemplo, de quatro estivadores que estavam descarregando uma carga roubada num galpão, foram presos e, lá na polícia, chegou o Artur Eugênio junto com eles. E eles conheceram o Artur Eugênio na audiência. E aquele advogado se matava para defendê-los, e eles não conheciam o advogado, não custava nada, quem bancava o advogado era o William Sozza. Ou seja, ele era um advogado da quadrilha, peremptoriamente. Ou seja, ele defen-

dia gente que ele não conhecia, mas que ele sabia quem era por conta da atividade que exercia dentro do esquema.

Não estou dizendo que as coisas sejam iguais, mas estão um pouco parecidas. Daqui a pouco vem o Bel, que é o chefe de uma quadrilha, e traz lá – imagine que talvez tenha trazido de outros também... “Olhe aqui, tem mais um dos nossos. De fenda, doutor.” E o senhor pega aquele sem conhecer e vai fazer a defesa. Isso que estou clareando pode não ser, mas causa uma impressão...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Certamente não é e vou explicar...

O SR. POMPEO DE MATTOS – ...alguém advogar para alguém que é um quadrilheiro, trazida pelo chefe da quadrilha a procuração e entregue ao advogado. Quer dizer, o senhor tinha muita confiança no Bel ou o Bel tinha confiança demais no senhor ou os dois sabiam coisa demais que só os dois podiam se entender nas coisas que sabiam.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos outros mais da quadrilha do Bel o senhor defendeu? Tem o Bel, tem o Jorge Méres...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Só um momento. Vou voltar à questão que o Deputado Pompeo colocou.

Os processos em que advoguei para ele, em todos ele era implicado. Não advoguei processos em que ele não estava presente. Na realidade, ele foi denunciado nesses processos, o Bel, nos processos que advoguei. Crimes, dois me parece, que é de furto de gado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas nesse do Jorge Méres ele também estava arrolado?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Estava, sim senhor. Fui advogado dele, do Marco ni, que era um primo dele, e do Jorge Méres. Inclusive ele, no depoimento dele, diz que eu recebi uma procuração dele, para advogar para ele e que nada fiz por ele. Está aí nas notas taquigráficas. O Jorge Méres chega a fazer essa afirmação. Então eu só advoguei na fase do inquérito, 30 dias. Foi a fase que o inquérito durou. O Delegado Estênio oficiou para mim, para que fizesse apresentar o Zé Humberto, o Bel, e eu fiz um expediente para ele, dizendo que ele – inclusive consta do inquérito – não iria se apresentar na fase policial, que se resguardava ao direito de só depor em juízo e que oferecia a identificação civil dele para efeito de qualificação no inquérito policial, para que não fosse feito por via indireta. Então fui advogado dele exatamente nesse período. Quando o

inquérito seguiu para a Justiça, e de lá para frente, não advoguei mais esse processo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o Jorge Méres?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – O Jorge Méres, a mesma coisa. A procuração recebeu dos três. Foi encaminhada dos três. Com o fim do inquérito, também encerrei a minha...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto o senhor cobrou do Sr. Jorge Méres para fazer esse encaminhamento?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não cobrei... Não, preste atenção. Eu lhe disse ainda há pouco que quem me trouxe a procuração e quem ajustou comigo para advogar para ele, para o Marconi e para o Jorge Méres foi o Bel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Coincidentemente a mesma coisa aconteceu lá em São Paulo. Quem levava, estou falando da coincidência, quem levava as procurações e quem indicava a quem defender era o William Sozza que indicava para o Advogado Artur Eugênio. O Advogado Artur Eugênio advogava para quem não conhecia por conta da indicação e quem pagava não era o cliente. Quem pagava era quem indicava. A mesma coisa está acontecendo aqui. Quem está indicando é o Bel, o bandido é o Jorge Méres, mas quem está pagando para defender o bandido Jorge Méres é o Bel, que se entende com o advogado. São coincidências que coloco e que lá, no caso, o Artur Eugênio está envolvido, está no meio, tanto que foram presos os computadores dele e estavam lá as propinas que dava para os policiais. Estava o policial, o nome do policial, o número da delegacia, porque são várias delegacias. Está tudo nos computadores. Pegamos tudo isso. O Artur Eugênio está envolvido em vários roubos de cargas, receptação de carga, cigarro, cargaroubada, enfim, todo um inferno de coisa. Coincidentemente, tem alguma semelhança. Não quero dizer que isso esteja acontecendo.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Nem gostaria que V. Ex^a dissesse, até porque acho que iria contra o que V. Ex^a já deve ter colhido em depoimentos e outras comissões e certamente não estaríamos dentro de uma posição aqui de respeito, de testemunha, de pessoas civilizadas que somos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor disse que...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – O senhor me permite só fazer um reparo

com relação, um reparo, não, um adendo ao que disse o Deputado Pompeu.

Deputado, fui advogado de seis Prefeituras antes de ser político e quero dizer a V. Ex^a que essas seis Prefeituras, o meu escritório está aberto, devoto para mais de mil clientes. Desses mil, talvez não conheça 10%. Advogava porque o Prefeito trazia e eu era advogado do Prefeito ou da Prefeitura, e ele me trazia homicídios, ele me trazia furtos, ele me trazia retificação de registro, ele me trazia divórcio, ele me trazia separação consensual, ou seja, eu era um clínico geral com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só um minutinho, o senhor era advogado da Prefeitura...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, funcionava como advogado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - ...e agia para essas causas privadas?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, quando fui advogado de várias Prefeituras, o Prefeito, no interesse dele particular, ajustando comigo particular honorários...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não era um investimento...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, é lógico que não era...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - ...da Prefeitura?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não. Então, ele trazia. Um cidadão no município dele comete um homicídio e ele vinha para o meu escritório, porque eu essencialmente sempre trabalhava no crime. Dentro de 8 anos em que estive no escritório, fiz 64 júris. Então, tenho uma passagem, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está se vendo a habilidade do senhor aqui perante a CPI.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Penaldon, realmente, para mim é de estranhar. Sou leigo. Não sou advogado, mas não vejo como fazer um júri sem conhecê-lo.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, o júri...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Apesar de não poder conhecer, mas os antecedentes...

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem que saber das coisas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...senão não poderia fazer defesa. Tem que ler as peças, pelo menos, para poder se manifestar nos autos e defesa, fazer as petições e tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Espere aí, vamos voltar no outro aspecto. Não vamos polemizar nisso aqui, não.

O senhor afirmou que defendeu o Jorge Méres sem conhecer, mas antes também tinha afirmado que tudo o que o senhor fazia, por exemplo, para o que o Bel pedia, porque ele também estava envolvido. Nesse inquérito que o senhor tirou o Jorge Méres da prisão, o Bel também estava arrolado?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Volto a repetir, só gostaria que V. Ex^a, com a **vênia** da Mesa, em nenhum momento disse que tirei o Bel da prisão...

O SR. OSCAR ANDRADE – Acho que entendi errado. Queria me corrigir.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Foi. Quem tirou o Bel aqui da prisão foi o Dr. Donaldson Castro. Peguei o inquérito andando já, instaurado e tudo mais...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o caso da carreta que o senhor olhou?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Exatamente. E na fase policial, até que foi encaminhado à Justiça. O Bel também foi indiciado, sim, senhor, no mesmo inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero explicar aqui que tirar da cadeia é dentro das normas legais, porque senão vão pensar...

O SR. OSCAR ANDRADE – É lógico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - ...que é um resgate...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Foi lá e arrancou, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - ...alguma coisa.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então “tirar da cadeia” é uma expressão que o advogado usa de maneira legal, com **habeas corpus** ou com outras medidas judiciais.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Sr. Presidente, eu gostaria, com aquiescência dos nobres Deputados, com relação ainda a esse problema da carreta, eu queria passar às mãos da Comissão esta Carta Precatória que é oriunda desse inquérito que eu deixei, na realidade, de advogar. Quando eu deixei de advogar nesse processo me arrolaram como testemunha, o Ministério Público me arrolou para que eu fosse testemunha de acusação do Jorge Méres nesse processo.

Há inclusive essa Carta Precatória, agora, do ano de 2000, final do ano passado. Ela veio para que eu fosse ouvido como testemunha de acusação contra ele, lá na Comarca de Pinheiro, e, logicamente, pela regra do 207.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não era advogado dele, como é que foi...?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Exatamente. E de repente o senhor está vendo aí um ato em que o Ministério Público me arrolou como testemunha de acusação dele no processo. Quer dizer, uma incompatibilidade profissional, um ato totalmente incompreensível até. Tanto é que quando essa Carta Precatória chegou e a Juíza me chamou para que desse o meu depoimento a respeito dessa denúncia que veio acompanhada da Carta Precatória, eu me abstive de dar o depoimento corretamente. E me abstive de dar o depoimento com base no art. 207, até porque tinha funcionado como advogado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece e é amigo do Aveny Pacheco?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Só o conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é amigo dele?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não. Já o conheci depois de Prefeito.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor sabe do envolvimento dele com roubo e receptação de carga roubada?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - O que eu soube é aquilo que aqui foi divulgado pela mídia o problema da...

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa época o senhor...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - ...da prisão.

Não. Eu já vim conhecer o Aveny nas reuniões em que a nossa Federação lá dos Prefeitos mantinha.

O SR. OSCAR ANDRADE - E da mesma forma o Hemetério Webá?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – O Hemetério eu já conhecia bem antes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há mais tempo.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Bem mais tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E tem informação, tinha na época sobre envolvimento?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Nunca tive e não tenho e continuo não

tendo qualquer informação do Hemetério com relação a participação nesses fatos aí descritos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor tem um irmão envolvido em crime?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Tenho sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual é o nome dele?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Péricles Ribeiro Moreira.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual é o crime? O senhor sabe?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - É homicídio.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quantos?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Tem dois processos por homicídio.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Matou duas pessoas? Ato diferentes ou atos contínuos?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Deputado, o senhor vai me permitir, mas eu não gostaria de... Acho que a individualização do problema aqui também terá que ser respeitado. O meu problema é o meu problema. O Péricles está preso, responde pelos problemas que ele tem. Nós ingressamos com recursos até na última Instância.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor é o advogado dele?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Fui de todos os processos dele. Quando me formei passei a advogar, está certo? E agora estamos, recentemente, com recursos lá no Supremo Tribunal Federal, está sendo devolvido agora. E eu gostaria de pedir a V. Ex^a para que a gente não entrasse, até porque eu...

O SR. POMPEO DE MATTOS - A mão tem cinco dedos. Todos da mesma mão, diferentes uns dos outros, embora perto.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Exatamente isso que eu quero...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Nem por isso não quer dizer que às vezes agarrem juntos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Só para ficar esclarecido. Os processos dele são dele, individual, não tem envolvimento com o senhor.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Corretamente. Nunca teve.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - E não tem referência ao aspecto da estrutura do crime organizado de roubo de cargas.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não. O processo dele é homicídio isoladamente. Coisas acontecidas há quase vinte anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas não latrocínio?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não. É um cidadão que matou um irmão da minha mãe. Tem um problema, alguma coisa interligada aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor foi advogado dos irmãos Ramalho, não foi?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Fui, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Em que episódio?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Fui num processo de receptação.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Receptação de carga roubada?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Receptação de mercadorias.

O SR. POMPEO DE MATTOS - De carga roubada.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Inclusive tenho a pasta deles aqui comigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E aí?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Fui, advoguei até um determinado período, em seguida foi passado para um outro advogado e eu não sei o desenrolar do processo. Basicamente eu advoguei para eles uma prisão temporária que ele tinha decretada e eu pedi a revogação dessa prisão.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim, mas era de carga roubada.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Era um mandado de busca atrás de uma mercadoria que não foi encontrada com eles. A alegação era o desaparecimento de mercadoria, mercadorias constantes no depósito de les e que feita a busca essa mercadoria não tinha sido encontrada. Eu advoguei o Pedido de Revogação da sua prisão.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor teve conhecimento de uma carreta naturalmente roubada com carga na Fazenda Aliança, em Cururupu?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Nem conheço a Fazenda Aliança, conheço a cidade de Cururupu.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas não teve notícia desse fato?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E nem participação?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não sei nem aonde fica a Fazenda Aliança.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, eu acho que....

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor conhece Juscelino Rezende?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual a sua relação com ele?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Nenhuma. Vim conhecer Juscelino pessoalmente depois de Prefeito. Quando eu era Deputado, nesta Casa, eu ouvia sempre...

O SR. OSCAR ANDRADE - Não mantinha nenhuma relação com ele? Nem roubo nem receptação?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não mantenho qualquer relação com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor responde a algum inquérito?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tem algum processo?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Tenho aqui uma certidão que gostaria, também, de passar às mãos da Presidência da Comissão, uma certidão dando conta desse fato.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor conhece César Mendes?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - César Mendes?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quem é ele?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Foi comerciante em Pinheiro e depois mudou. Parece-me que está estabelecido, hoje, aqui na capital.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor foi advogado dele?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Fui numa ação de racismo

O SR. POMPEO DE MATTOS - Só nessa?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Só nessa. E acho que em alguma coisa trabalhista. Teria que dar busca no escritório, mas praticamente numa ação com um incidente com um funcionário da Justiça do Trabalho em que o tema era racismo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Aqui pesa uma acusação de que o senhor teria intermediado uma carga de latas de óleo em que ele pretendia vender, estava encontrando dificuldades e usou da sua influência, enfim, das suas boas relações para colocar esse produto no mercado.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Negativo. Inclusive, essa informação do óleo - não sei até que ponto - ela consta do depoimento do Jorge Méres. Essa é uma carga em que o Jorge Méres faz alusão de que eu teria intermediado uma carga de óleo que ele levou para Santa Helena. Esta é uma acusação que conheço e que está aí nas notas taquigráficas.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor tem um vigia chamado Osvaldo que trabalhou com o senhor?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Osvaldo?

O SR. POMPEO DE MATTOS - É.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não. Já tive, mas hoje não trabalha mais comigo. Teve uma pessoa chamada Osvaldo que trabalhou comigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E essa pessoa está aonde?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não conheço o paradeiro dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Aqui consta que essa pessoa teria sumido.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Sumido?

O SR. POMPEO DE MATTOS - É.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Os familiares dele, mais do que ninguém, devem ter notícias dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor nunca mais ficou sabendo?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Acho até interessante se checar isto para sabermos o paradeiro. Pelo menos é uma denúncia que chega à CPI.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - De que essa pessoa teria sumido?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Seria ótimo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Às vezes, as pessoas também às vezes extrapolam - quero deixar isto bem claro -, mas isto também não quer dizer que não sejam nenhuma responsabilização, mas é uma coisa curiosa que não é demais perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor falou que seria ótimo o desaparecimento ou a busca?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - A busca para sabermos notícias junto aos familiares dele e todo mundo, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor conheceu ou conhece Chico Severo?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Cocheço, é uma pessoa do meu município que foi assassinada e até parente nosso é.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Foi assassinado? Quem o assassinou?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não tenho conhecimento das circunstâncias.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não descobriram o autor?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Eu tenho a impressão que não, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É de autoria desconhecida?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Eu acho que é, mas eu, naturalmente, estou começando a perceber aí o cenário político na investigação não de V. Ex^a, mas de quem mandou a denúncia. O Sr. Chico Severo era uma pessoa muito ligada a mim. Era meu eleitor, meu parente e todas as filhas dele são funcionárias da Prefeitura de Presidente Sarney. E se alguém, maldosamente, está tentando unificar a morte dele a qualquer coisa ligada à minha pessoa, certamente....

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eu, inclusive, não conheço ninguém.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - O senhor não conhece mas eu conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor conhece e é até a oportunidade do senhor esclarecer isto.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Mas eu não tenho até porque essa acusação nunca pesou.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não, não, o senhor dizer isso que o senhor tá dizendo.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Eu tô sentindo aí que há um filete de luz indo nessa direção e eu quero lhe dizer que... da aproximação minha com toda a família do Chico, que inclusive é nosso parente... era nosso parente.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o João Ramalho, você conheceu ou conhece?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Já lhe respondi que sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O João Ramalho...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Os irmãos Ramalho que o senhor falou.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ah, os irmãos Ramalho, que é José... Antes eu só citei irmãos Ramalho e...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - O João e o Manoel.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É o João e o Manoel, não é?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - É.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ambos são de Pinheiros.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - São.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o Dario? O senhor conheceu?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Dario?!

O SR. POMPEO DE MATTOS - É.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não conheceu?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Parece que o Dario é aquele que é um pistoleiro que até a Globo estava procurando pelo **Linha Direta**, não é? Não teve um programa da Globo que foi veiculado em relação a esse Dario e que enfocou a região lá, a região de Pinheiros e em volta.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não... não tenho qualquer conhecimen-

to, Excelência, com relação a esse fato, nem ao programa e nem à figura dessa pessoa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, tem outras questões que são levantadas. Temos um disque-denúncia da CPMI do Roubo de Cargas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cessão da própria Assembléia Legislativa...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei. Mas o da CPMI é o 0800 612211. E tem também da Assembléia Legislativa, que é ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós estamos recebendo informações pela...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, então temos recebido muitas informações e inclusive algumas informações que eu recebo aqui nem vou lhe perguntar, não vou lhe perguntar, até porque vamos checar algumas porque pode ser que alguém possa se prestar e dizer assim: ah, está lá o prefeito depondo... quer dizer, o Pompeo gosta de perguntar, vou passar pra ele, ele pergunta a todos e passa parecendo que isso é... o que parece. E eu não vou passar batido nisso. Isso não quer também que a pergunta não feita nós não venhamos a examinar, até porque tem umas coisas aqui meio escabrosas, pesadas aqui e que teria que dar uma checada. E eu só vou perguntar depois de checar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E eu faço esse pedido a V. Ex^a, que primeiro...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não vou expor uma questão dessa natureza. Até há uma justificativa de quem fez a denúncia, né? para saber que não podia cometer uma irresponsabilidade... daqui a pouco alguém vem e usa a gente como instrumento para enlamear alguém. Nosso objetivo, absolutamente, não é esse. É investigar, investigar, investigar, clarear e esclarecer as coisas.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Só um esclarecimento, Excelência, com relação a essa questão. Ontem eu fui informado no meu Município que estavam... o meu adversário lá também é advogado, uma pessoa que a gente tem... Durante esse tempo, o senhor sabe que a política cria as suas raízes e às vezes florescem para pontos positivos e para pontos negativos. Então, nesse aspecto, eu quero dizer que os meus adversários que estavam montando uma comitiva para vir a São Luís fazer denúncias e isso e isso e aquilo. E eu defendendo, e há muito tempo venho defendendo, junto da própria OAB, uma posição com relação aos advogados que trabalham na área criminal que o seu conceito geralmente

ultrapassa a pessoa do cliente e ela sem pre está no... ela chega na figura do advogado.

Eu fiz uma vez um júri em São Bento que o cidadão matou uma pessoa com 34 facadas. Então na hora que você absove uma pessoa dessa, que tira do júri, ali nós estamos no nosso mister, cumprindo a nossa função, cada um, logicamente, quer ter êxito nas suas teses, a gente é muito mal olhado, muito mal visto e isso recomenda às vezes para o homem comum, para a opinião pública uma coisa ruim, principalmente da gente, que trabalha na área criminal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Eu vou pedir para conduzir aqui o Jorge Méres para termos aquela conversa. Por favor.

Prefeito, Dr. Penaldon, então temos aqui o Jorge Méres e vamos ter os esclarecimentos das colocações do Jorge sobre tudo aquilo que o senhor negou aqui. E ele, nesta oportunidade, poderá dar alguns detalhes ou reconhecer que o senhor colocou as coisas nos devidos lugares.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorge, com relação a essas fotografias aqui. Foto 23, loja na Avenida Getúlio Vargas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conhece essa pessoa?

O SR. JORGE MÉRES – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é ele?

O SR. JORGE MÉRES – É o Dr. Penaldon. É advogado em Pinheiros.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece ele há quanto tempo?

O SR. JORGE MÉRES – Eu conheci ele por volta de 1995, quando estive no escritório dele junto com o Bel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele foi seu advogado?

O SR. JORGE MÉRES – Não. Era advogado do Bel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi pessoalmente com o Bel ao escritório ou o Bel colheu essa procuração?

O SR. JORGE MÉRES – Não. Passamos uma semana em Pinheiros e fui junto com o Bel no escritório dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então o senhor chegou a ter contato pessoal com o Dr. Penaldon?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele conversou com você?

O SR. JORGE MÉRES – Conversamos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele perguntou alguma coisa sobre o caso que ele teria a procuração para lhe defender?

O SR. JORGE MÉRES – O Bel tratou disso. Ele tinha uma procuração minha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Bel é que tratou, mas você estava com ele na hora da assinatura da procuração?

O SR. JORGE MÉRES – Sim. Em relação à foto, é só a debaixo que é do escritório dele e residência na época. Essas são outras coisas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem ligação nenhuma com o Dr. Penaldon.

O SR. JORGE MÉRES – Não. É um outro pessoal em Pinheiros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está escrito aqui: imóvel na Rua Agostinho Ramalho, lo cais que segundo Jorge Méres eram usados como depósito de mercadorias roubadas pelo Dr. Penaldon, receptor de cargas.

O SR. JORGE MÉRES – O Dr. Penaldon era intermediário do Bel com os outros compradores. Ele fez algum negócio com outras pessoas, com o menino lá de Santa Helena.

O SR. OSCAR ANDRADE – A mesma coisa na Pousada Goiana?

O SR. JORGE MÉRES – A mesma coisa.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor afirmou que esteve com o Bel no escritório em 1995?

O SR. JORGE MÉRES – Em 1995.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor lembra o que conversou com ele?

O SR. JORGE MÉRES – Com o Dr. Penaldon?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sim. O senhor ficou uma semana lá.

O SR. JORGE MÉRES – Tivemos um problema em São Luís com um dos caminhões, e essa carreta era do Dr. Penaldon e ele trocou com o Bel na olaria, então o Bel voltou a procurar ele para a gente liberar a carreta que tinha sido apreendida aqui. Então estivemos no escritório dele, eu fiquei lá e o Bel voltou.

O SR. OSCAR ANDRADE – A carreta era do Dr. Penaldon?

O SR. JORGE MÉRES – Não. Essa carreta o Dr. Penaldon trocou com o Bel por uma olaria que o Bel tinha em Santa Inês, lá para baixo. O Dr. Penaldon ficou com a olaria e deu a carreta para o Bel. Para o Bel não interessava mais a olaria. E essa carreta foi presa aqui e fomos... porque ela é emplacada numa empresa que não existe, Serratan, em Aparecida de

Goiânia. E essa empresa nunca existiu lá. E a única Serratan que existe é no Pará e não tinha envolvimento nenhum. O endereço da Serratan em Aparecida de Goiânia é numa residência de um coitado de um casal de velhos que não tem nada. Uma casinha. Essa carreta estava emplacada com o documento de lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era emplacada no nome do Dr. Penaldon?

O SR. JORGE MÉRES – Não. No nome da Serratan. Só que não existe a Serratan.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi a mesma carreta que estava na casa do ex-Deputado?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, a mesma carreta. Essa carreta o Bel trocou com o Dr. Penaldon pela olaria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era uma carretada marca Volvo?

O SR. JORGE MÉRES – Uma Scania 112.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a cor?

O SR. JORGE MÉRES – Laranja, cavalo mecânico trucado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Penaldon, com relação a essas referências, o senhor tem conhecimento da olaria?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Excelência, vamos por parte, pelo que o Jorge falou, para não perdermos o raciocínio. Primeiramente, ele disse que me conheceu, que esteve no meu escritório e que assinou uma procuração em minha presença. Já disse que esse fato não é verdadeiro e provarei – farei minhas palavras do Deputado Pompeo de Mattos – que o peixe morre pela boca e o homem pela palavra.

O Sr. Jorge Méres esteve em Santa Luzia no dia 16 de setembro de 1999, na presença do juiz da comarca, do Promotor de Justiça Dr. Lyndon Johnson Gonçalves de Souza e do escrivão, prestando depoimento que inclusive desencadeou todo esse serviço que hoje aqui está sendo feito. Ele lá prestou um vasto depoimento – aqui está – e gostaria de pedir vênias a V. Ex^a para responder ao Jorge com o que ele disse: “que o Advogado Penaldon se apresentou para o interrogado, dizendo que havia sido contratado para defendê-lo e lhe pediu para assinar uma procuração”. Vejam bem a diferença entre ele ter estado no meu escritório em Pinheiro e o que ele diz perante um juiz de direito ou um promotor de justiça, sem a presença de quem quer que seja para incomodá-lo, sem ter sido tangenciado por quem quer que seja.

O SR. OSCAR ANDRADE – No entanto, ele disse que esteve com senhor.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Absorvam tudo o que o Jorge disse nesse depoimento: “que o Advogado Penaldon se apresentou para o interrogado”, ou seja, para ele, que estava depondo, “dizendo que havia sido contratado para defendê-lo e lhe pediu para assinar uma procuração”. Então daqui já existe muita diferença para quem disse que esteve pessoalmente no meu escritório, acompanhado do Bel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Apresentar-se é o mesmo que estar.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Sim, “se apresentar”, ele está-se referindo ao período em que estava preso e não fui eu que soltei ele. Ele pode estar fazendo uma grande confusão com relação a isso e tenho como provar com documentos que estão naquela pasta. Quem soltou ele aqui em São Luís foi o Dr. Donaldson Castro, e não Penaldon. Eu nem em São Luís estava.

Continuando, só para responder ao que ele disse, vejam mais o seguinte: “que o interrogado não o conhecia e nem contratou o Advogado Penaldon”. Gostaria de que V. Ex^a fizesse a leitura. Se for o caso, aqui está.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele disse que não o conhecia. O Bel levou-o ao escritório.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Mas ele está dizendo que fez. Ele está afirmando uma outra coisa, Senador. Ele está afirmando do que me conhecia, que me conheceu em 1995. Ele está afirmando textualmente aqui que me conhecia pessoalmente. O Deputado perguntou: “Pessoalmente?”. Até compreendo, porque V. Ex^a não estava quando o Deputado perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que há essa contradição?

O SR. JORGE MÉRES – O que foi me perguntado, na época desse depoimento, se eu conhecia o Penaldon pessoalmente e se ele estava lá para me defender. Nessa época, não fui eu que fiz o contato com o Penaldon. Em 1995, fui com o Bel ao escritório dele para ele nos defender – eu e o Bel – por causa do problema da carreta que tinha saído da mão dele.

Esse é outro assunto que não tem nada a ver com isso. Na época que teve esse depoimento, nem o Bel existia mais. E quem ia fazer contato com o Penaldon? Ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Bel já tinha morrido?

O SR. JORGE MÉRES – O Bel já. Eu estive na casa do Penaldon em 1995. O Bel morreu em...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você se lembra de algum detalhe do escritório do Dr. Penaldon? Não me refiro à foto, porque é da rua. Você se lembra de algo no escritório, em que cadeira você se sentou, se havia caído na mesa, em que posição ele se sentava, algum detalhe do escritório?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Qual o tipo dos móveis?

O SR. JORGE MÉRES – Doutor, entrei no escritório dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não estou levantando dúvidas. Queria detalhes para comprovar, porque ele disse que você não entrou.

O SR. JORGE MÉRES – Eu entrei no escritório dele junto com o Bel, sentamos lá no escritório, na primeira sala, no sofá. Na primeira sala antes da sala do Dr. Penaldon, tinha uma moça que trabalhava, uma moça de cabelo comprido, preto, uma magrinha. Aí, a primeira porta, à direita, passa para a sala dele, tem um corredor que vai para o fundo da casa, que tem uma cozinha, uma cozinha, sai prá fora, tem a lavanderia, tem a garagem nos fundos, que é uma varanda – entra aqui, do bra. Eu tive lá dentro, várias vezes da casa do Dr. Penaldon.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você entrou, inclusive, no escritório; saiu da ante-sala e foi para a sala?

O SR. JORGE MÉRES – Fomos para o escritório onde a gente conversou; o Bel...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nessa porta, à direita, você abriu, ele estava sentado do lado da porta, contrário ou em frente?

O SR. JORGE MÉRES – De frente para a porta. A gente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você entrou e ele estava de frente. É uma sala ampla?

O SR. JORGE MÉRES – Nós estávamos... nós chegamos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sala é ampla, pequena...

O SR. JORGE MÉRES – Não é muito pequena, não. Nós chegamos primeiro lá; eu e o Bel chegamos primeiro. O Dr. Penaldon não estava; ele chegou mais tarde. Nós saímos e voltamos, aí ele chegou. Nós estávamos aguardando ele lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aquele inquérito? Esse inquérito é de que data?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Isso não é um inquérito. É uma ação pe-

nal, relativa ao roubo da carreta de São Luís, que ele prestou esse depoimento lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual data?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – É de 99 e reforça o que estou dizendo e vou lhe explicar o porquê. Ora, se em 99 ele alega que não me conhecia, como é que, em 95, ele me conheceu? Aqui é uma data posterior, que está sendo indagado a ele se ele me conhece. E, no final – deixa eu lhe dizer o que ele diz no final aqui do depoimento dele, quando ele disse, na presença do juiz, sem qualquer coação de ninguém –: “que o interrogado” – ele, Sr. Jorge Méres – “desconhece se o Advogado Penaldon recebe mercadorias desviadas.”

Isso não fui eu, como disse o Deputado Pompeo de Mattos: o homem, o peixe pela boca e o homem pela palavra. E aqui não é só a palavra; aqui é a palavra e a letra fria do depoimento dele que eu dou credibilidade. O senhor me perdoe, mas não eu posso deixar de dar credibilidade neste depoimento, apesar de ele, aqui, fazer algumas afirmações. E mais. Ele diz o seguinte: “que através de JJ, que se encontra preso em Pedrinhas, o interrogado tomou conhecimento do advogado Penaldon”, através de JJ, preste atenção ao que ele está dizendo aqui, no depoimento dele, prestado em juízo. “Que o interrogado reconheceu” – aqui ele “tá falando de JJ –; “que o JJ disse que o Advogado Penaldon, além da proteção jurídica do grupo, também escondia na sua fazenda e dava fuga em carro”...

Quer dizer, a informação que ele “tá passando não é por ciência própria; ele “tá passando informação, porque ele não me conhecia, ele diz aqui que o interrogado desconhece se eu recebia mercadorias desviadas e que JJ teria dado as informações ao meu respeito.

Por isso, eu gostaria que estivesse ele, o Jota, tá? – que é o Zé João, que ele aqui chama de JJ, na realidade, é o Jota – para que eles dois estabelecessem também um diálogo entre eles a respeito...

O SR. OSCAR ANDRADE – O que foi perguntado a ele quando ele responde que não lhe conhecia, por favor?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Ele respondeu, normalmente, às perguntas do juiz. Ele começa dizendo o seguinte: “que o Advogado Penaldon se apresentou para o interrogado dizendo que havia sido contratado para defendê-lo e lhe pediu para assinar uma procuração.”

Eu que rodi a V. Ex^a que as si nei um ter mo de compromisso aqui, e além desse termo de compro-

misso, quero dizer a V. Ex^a que não teria eu nenhum constrangimento de dizer que recebi uma procuração desse modo, porque eu advoguei para cidadão que mandava nele, que era o Bel. E nunca neguei perante esta Comissão, quando aqui vim na Comissão do Crime Organizado. Eu vim aqui e disse quais as ações que advogava. Me perguntaram questões de foro íntimo e eu não respondi, até porque o Estatuto...

Então, eu não teria nenhuma...

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Penaldon, vamos nos ater às questões, até para eu não perder o raciocínio... Quando ele diz que...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – E lhe pediu para assinar uma procuração.

O SR. OSCAR ANDRADE – Exatamente.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – “Que o interrogado não conhecia e nem contratou o Advogado Penaldon.” Naturalmente, que o juiz perguntou “Você conhece o Advogado Penaldon?” E por isso, por essa afirmação que ele fez, este pe que no “que o interrogado não conhecia e nem contratou”...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, o entendimento pode ser outro... não conhecia à época.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, eu fui chamado a ser testemunha por esse fato. Eu fui levado à ação penal, como testemunha, por essa afirmação que ele fez. O juiz e o Ministério Público lá queriam saber quem estava pagando o advogado para ele. Foi esse o fato que está colocado na ata da audiência. Estou lhe dizendo, porque está nos autos do processo; está na ata da audiência. Quando ele disse que não me conhecia e nem sabia quem estava pagando o advogado, o Ministério Público converteu em diligência para que eu fosse ouvido.

O SR. JORGE MÉRES – Excelência...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Consta da ata este fato. Eu não gostaria, respeito a posição, não quero que o Jorge, acho que ele tem as razões dele, está certo? Acredito em muita coisa, agora, pelo amor de Deus, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só um minutinho. Pode falar então...

O SR. JORGE MÉRES – Eu acho que está tendo uma grande confusão entre um depoimento e outro. Porque todas as vezes que me perguntaram se eu conhecia o doutor Penaldon, foi na época de 95. Em 99, não tinha condições e nem de eu pensar no Penaldon, porque ele jamais ia atender, porque ele atendia ao Bel, e ele não queria se envolver, depois

que aconteceu com os crimes com o Bel, ele não queria se envolver, aparecer em mais nada. Portanto, que ele nem atendia ninguém. A pergunta que me fizeram foi se eu conheci o Penaldon naquele dia. Ali na época, eu não... Eu conheci em 95 na casa dele, conversei com ele na traseira da caminhoneta dele, que ele tinha uma caminhoneta D-20 verde, com os vidros escuros, e nós estávamos conversando como que ele podia andar com aquele carro com aquele vidro na frente do escritório dele, lá em Pinheiros. Eu fiquei uma semana lá. Eu fui almoçar com um filho dele, ele tinha um menino. Ele estava viajando, ele tinha muito compromisso, ele trabalhava bastante lá. Eu almocei com o filho dele em um restaurante, fiquei... voltei, o Bel me deixou sem dinheiro lá. Eu estava esperando ele chegar, para depois nós pagarmos lá, porque ele é conhecido, todo atendia a gente. Agora... cinco anos depois... três anos depois o juiz me perguntou assim: "O Dr. Penaldon vai te defender?" Claro que não. Mas na época ele era advogado de Bel e tinha sido designado para defender nós com o problema da carteira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bom, Jorge. Dr. Penaldon, por favor, resposta aí, eu estava querendo conduzir para esse lado mesmo. A resposta dele é que ele não lhe conhecia. Não no dia que ele estava dando depoimento. Ele não lhe conhecia à época, quando o senhor se apresentou a ele com uma procuração. E o senhor pode ter se apresentado assim mesmo, dentro de seu escritório, até porque ele chegou antes. Depois que o senhor chegou, o senhor apresentou a ele uma... uma... o senhor quis mostrar a contradição....

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Essa é uma interpretação de V. Ex.^a, mas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, pode ser desta forma também, se o senhor tivesse excluído da situação...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – V. Ex.^a há de convir o seguinte: nós, o Deputado Pompeo deve ter militado, a gente... você fala sobre um fato quatro, cinco anos depois, dificilmente uma pergunta desta, é quase impossível. Você conhece o Deputado Pompeo de Mattos? Todas as vezes que me perguntarem desde quando viu Deputado Pompeo de Mattos aqui pela primeira vez, o Senador Romeu Tuma, o nobre Deputado com quem falo, se me perguntarem, daqui para sempre eu vou estar sempre dizendo que conheço. Conheceu onde? Na Assembléia Legislativa do Maranhão. Nunca mais nin-

guém tira isso da minha cabeça. É o nosso consciente, ele trabalha com o sistema de memorização, então...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas se eu lhe perguntar se se você me conhece há dois anos atrás, Dr. Penaldon? Como que o senhor vai responder?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Como é que é?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor me conhecia há dois anos atrás?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor vai responder? Por favor, me responda.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, não lhe conhecia, vou lhe dizer que eu não lhe conhecia. Mas preste atenção, o senhor está voltando no tempo, o senhor está voltando num tempo que não tinha tido contato, veja bem, a ordem...

O SR. OSCAR ANDRADE – O depoimento é de outra forma: "Que afirmou que não conhecia..."

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – A ordem que ele está colocando é a seguinte: 16 de setembro de 99, ele não me conhecia. É o inverso dessa situação que o senhor coloca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós não vamos perder mais tempo com isso, vamos esclarecer de vez.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Corretamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual foi a pergunta que o juiz lhe fez?

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, acontece que os juízes fazem uma pergunta de uma maneira totalmente diferente do que eu estava acostumado a dar depoimento. Eu dei mais de mil depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo.

O SR. JORGE MÉRES – E o juiz daqui, ele não aceita que... que o senhor explique. Então, ele só me perguntou: "Você conhece pessoalmente Penaldon, você tem intimidade com ele?" "Não, eu conheci ele naquela época, mas não tenho intimidade. Ele foi nosso advogado".

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando o juiz ditou a resposta para o escrivão e ao final foi feita a leitura completa do depoimento?

O SR. JORGE MÉRES – Nunca leram, ninguém. Eles fazem lá e dão para mim assinar e acabou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não houve nenhuma... não foi lido... você não leu antes de assinar?

O SR. JORGE MÉRES – Não, não, portanto, porque a audiência era... foi lá em Santa Luzia e estava fora do horário, eu estava com o pessoal do GTA...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E quem foi seu advogado nesta hora?

O SR. JORGE MÉRES – Não tinha advogado. Tinha...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem **ad hoc**, nada?

O SR. JORGE MÉRES – Nada, não tinha advogado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi dativo, nada? O juiz não nomeou ninguém?

O SR. JORGE MÉRES – Nenhum, não teve advogado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você respondeu como acusado?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos chamar o Jota, então.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor quer fazer alguma pergunta?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, quero fazer algumas colocações e V. Ex.^a sabe que tenho um compromisso inadiável.

Deixe-me dizer que a questão de que conhece ou não conhece é o detalhe. Quem diz tanto da vida dela é porque o conhece e as coisas da vida dele e ele também disse que não conhecia o Jorge Méres, e agora verifico que eram velhos conhecidos.

O senhor havia dito...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, Deputado, perdoe-me mas não faça essa afirmativa porque vou veementemente retrucar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor disse...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, eu lhe disse que não conheço e nunca vi o Sr. Jorge Méres. Não o conheci.

Há uma procuração e ele disse que assinou uma procuração. Vou provar que ele mentiu e que assinou duas. Tenho uma assinada em branco por ele nessa pasta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estou achando que ele assinou duas. Ele assinou uma lá no fórum e a outra no seu escritório.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Uma é que a está no processo e a outra está aqui, em branco, assinada por ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que assinou no seu escritório, estou imaginando.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – O senhor é quem está imaginando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas a coisa está tão confusa que...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Eu não gostaria que o senhor imaginasse e vou lhe explicar o porquê.

Estamos aqui tratando da apuração de fatos com responsabilidade e não gostaria que o senhor fizesse juízo de valor, principalmente juízo de valor negativo da minha pessoa sem embasamento de consonância e de ressonância com as demais provas que, porventura, nos autos da CPI possa haver.

Não gostaria de ser julgado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estou achando que está havendo muita explicação e não a evolução.

Assim, Senador Romeu Tuma, quero pedir a V. Ex.^a para eu fazer duas colocações e que, depois, ele possa responder a V. Ex.^a porque, infelizmente, terei que me retirar e V. Ex.^a sabe que eu tinha o compromisso de vir aqui e suspendi um série de outros para poder comparecer até por ter um pouco de conhecimento por ter estado na CPI do Narcotráfico antes. Tenho que estar no Rio Grande do Sul amanhã bem cedo, às seis horas da manhã, e pegarei o avião em Porto Alegre para o interior do Rio Grande do Sul na divisa com a Argentina. Tenho que fazer essa viagem para poder chegar em Porto Alegre a uma hora da manhã.

Vou deixar duas perguntas e, depois, uma afirmação. As perguntas que eu fizer ele responde depois.

Onde o senhor teria colocado a carga que mandou descarregar do caminhão de João Ramalho e da caminhonete de Manoel Ramalho que foi descarregada na estrada de São Bento? E, como conseguiu um patrimônio de aproximadamente dois milhões de reais? Isso o senhor vai responder depois.

E, a segunda pergunta, não tem nada a ver com a investigação do roubo de cargas, mas é algo que pode ser sintomática. Depois vai parecer que o senhor está com toda a razão, enfim, e que nós é que estamos errados. Nós passaremos para o banco dos

rêus e o senhor, com os argumentos, vai ser quem nos acusará, quando, na verdade, não o estamos acusando.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não gostaria que V. Ex.^a pensasse isso...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Peço ao senhor que não me interrompa, por favor.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Faço isso porque só quero garantir a minha integridade até.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pediria que o senhor não me interrompesse por que vou concluir.

Nos telefonaram, inclusive de uma empresa de São Luís, um escritório de medicamentos, que recebeu o cheque nº 00121, de R\$1.000,00, de 06.08.2000 e o cheque 00122, de R\$1.068,00, em 06 de setembro de 2000, do Banco do Brasil, da conta do Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura de Presidente Sarney que até hoje está sem fundos e estão apresentando contra o senhor. Isto também mostra um pouco o comportamento.

Fui Prefeito e, largar che que sem fundos da Prefeitura, ainda mais de uma conta vinculada, de verba federal... Então, deixo aqui e depois o senhor responde. Há o telefone da pessoa que ligou se for preciso fazer o contato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fica para a CPI.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quero, Sr. Presidente, agradecer a hospitalidade do povo do Maranhão, o apoio da Assembléia Legislativa e a tantos quantos trabalharam pelo desenvolvimento dos trabalhos.

Peço desculpas por não poder ficar mais, sei que há muita coisa para se tocar para frente e tenho certeza eu os nossos dois Senadores e Sr. Deputado avançarão muito mais. Se preciso for, podemos voltar aqui, muitas coisas serão levadas para Brasília, mas o importante é que estamos trabalhando com seriedade, com determinação e com afinco e, às vezes, até nos submetendo a situações constrangedoras principalmente para nós mesmos, mas é da nossa missão, do nosso mister.

Nesse aspecto, vale o trabalho da boa Polícia Civil, da boa Polícia Militar, da grandiosa Polícia Federal e do Poder Judiciário. Quer também dizer que CPI tem em mãos três mandados de prisão, que também já está nas mãos da Polícia Federal, para prender, na comarca de Grajaú, três bandidos importantes das quadrilhas de roubo de cargas. São várias qua-

drilhas de roubo de cargas. Não vou ler os nomes porque esse mandado de prisão saiu quando a CPI chegou aqui. Chegamos aqui e tivemos em mãos o mandado de prisão, que está nas mãos da Polícia Federal. Eles estão atrás dos meliantes para buscar a prisão deles. Significa dizer que a presença da CPI está desencadeando ações, ações importantes. E isso é o que nós queremos, que a sociedade exerça a capacidade de se indignar, que a Polícia se indigne com o que está ocorrendo, que o Ministério Público se indigne, que o Poder Judiciário se indigne, como nós estamos nos indignando, e que a sociedade se indigne, como se indignando está na medida em que confia e liga para cá, denunciando os fatos que só ela sabe, porque vive a realidade do cotidiano nos municípios, nas suas localidades, nas suas cidades.

Agradeço ao povo do Maranhão. Peço escusas por ter que me afastar, mas faz parte da nossa missão. Se formos chamados, estaremos aqui, aí, sim, com tempo. Recordo-me de que, na outra ocasião, quando a CPI esteve aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Voltaremos, inclusive, acho que tem que entrar na nossa análise, ainda, a Imperatriz.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Na outra vez em que vim aqui, era para ter ido mais cedo, eu adiei e fui mais tarde. Hoje, não tenho como adiar, infelizmente.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Muito obrigado por sua presença aqui, que, tenha certeza, fará falta aos nossos trabalhos.

O senhor quer responder os dois questionamentos?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Gostaria de responder.

Vou começar pelo último, que foi a colocação com relação aos dois cheques. A pessoa que passou a informação se esqueceu também de complementar para o Deputado Pompeo que ele é um estelionatário e que levou da nossa Prefeitura quatro cheques e que esses dois cheques não estão sem fundos, eles estão cancelados no Banco do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Falsos?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não, ele utilizou indevidamente dois cheques da Prefeitura...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas com a sua assinatura?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Cheques que foram comprados. A mercadoria foi levada para a Prefeitura, caiu na mão de

um intermediário dele. O intermediário não entregou os cheques na empresa, mas os retirou da Tesouraria da Prefeitura, retirou mediante assinatura. Então, para a Prefeitura, a conta está paga. Agora, entre o intermediário, que era o interlocutor da firma representante de medicamentos, e a Prefeitura, e essa empresa, eles que se virem e que procurem a posição jurídica deles lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Vamos encaminhar ao Ministério da Saúde...

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor compra pela Prefeitura com cheque pré-datado?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Não, eles vendem a mercadoria. A pessoa foi à Prefeitura, levou a mercadoria, recebeu os cheques.

O SR. OSCAR ANDRADE - Pois é. Foi pago com cheques pré-datados?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Quem falou em cheque pré-datado aqui, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Eu pediria, Deputado, se me permitir... Vamos encaminhar...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Ele levou os cheques com a mercadoria e os cheques não chegaram no escritório da empresa, foram desviados no percurso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor já fez a explicação. Vamos encaminhar esses dados ao Ministério da Saúde. O outro problema é com a Câmara Municipal da sua cidade, que poderá, ou não, investigar a respeito do uso das verbas.

A outra se relaciona com o nosso trabalho, sobre o problema da carga. O senhor ouviu bem a pergunta?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - Ouvi. Foi a primeira questão levantada aqui, sobre os irmãos Ramalho. Eu, inclusive, já respondi. Eu atuei no processo de um pedido de revogação da prisão de um deles. O outro eu apresentei à delegacia. A acusação que tem contra eles era de que essa mercadoria teria sido desviada e estaria em depósito deles. Se agora já deixou de ir para o constituinte e já está vindo para o advogado, daqui a pouco não sei nem a que ponto chegaremos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pediria a evacuação da sala, porque o Jota está disposto a ter essa acareação, mas ele pede a preservação da sua imagem.

Vou suspender os trabalhos por cinco minutos. O Jorge fica aqui também. Há um conflito entre as de-

clarações. Se o Jorge não se importar, peço que fique com o Jota para poder esclarecer alguns pontos.

O SR. JORGE MÉRÉS - Permaneço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - As câmaras podem ficar, é só desligá-las, por que não vai demorar e eu não quero dar trabalho aos senhores. Só pediria que houvesse o esvaziamento da sala para que, assim, possamos... Desculpem-me esse pedido, mas é a insistência dele na preservação da sua imagem. (Pausa.)

Estou dando conhecimento de que está sendo gravado para fazer o registro, mas não para haver conhecimento público nem sair nas notas do Diário Oficial, para a preservação dele, porque não é sigiloso.

Algumas das colocações que foram feitas o Dr. Penaldon refutou como sendo verdade, suas e do Jorge. Ele acha que vocês dois o teriam colocado em má situação com fatos sobre os quais ele não teria responsabilidade.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Os dois, acho que não, porque nunca falei dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Nunca falou dele?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não, pelo menos de coisas ilícitas, não.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor não afirmou que ele era envolvido com o bando do Bel?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Eu não, nunca falei isso em depoimento nenhum nem para ninguém. Não conheço Penaldon como... Conheci como advogado, hoje em dia prefeito, mas não como...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Ele era advogado do Bel?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Ele foi advogado do Bel e de outras pessoas. Se o cara é advogado, ele pode advogar em qualquer situação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Envolvimento em receptação de cargas, quero sinceridade aqui.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não, eu tenho como responder nada dele nem de ninguém. Então eu não vou acusá-lo nem ele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Nem estou pedindo, é só para poder esclarecer por que foi um pedido dele aqui.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Eu só estou explicando que eu não vou acusá-lo, nem ele nem ninguém, sem eu saber nada, sem ter feito transações erradas nem com ele nem com outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a nossa intenção é essa mesmo.

Jorge, você colocou alguma coisa que ele sabia também?

O SR. JORGE MÉRES - O Jota andava junto comigo, com o Bel. Nós andávamos juntos. Eu andava junto com o Jota, sempre an dei jun to com ele; andava junto com o Bel. Nós andávamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ali ga ção ou o envolvimento com o Dr. Penaldon, ele tinha co-nhecimento do que você relatou aqui para nós?

O SR. JORGE MÉRES – O Jota tinha, porque, na carreta do arroz, ele estava junto comigo. Nós le-vamos para Pinheiro, e o Penaldon inter medi ou a ne-gociação junto com o Vladimir em Santa Helena.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Dr. Ro-meu, está ha ven do um pro ble ma aqui. Em car ra da de arroz que eu fui... Eu nunca fui em carrada de arroz com o Jorge Méres. Para Pinheiro, não. Nós levamos várias carradas para esse cidadão chamado Vladimir, agora, com intermediação do Dr. Penaldon, eu nunca fiz nenhuma transação. Nunca vi o Dr. Penaldon nem Pinheiro com transação nenhuma. Eu encontrei com o Dr. Penaldon aqui no seu apartamento, naquele dia em que eu fui mais Bel pegar um bagulho no Jorge Gabino, se não me engano, ou Luiz Moura, que tem um apartamento no mesmo prédio que o senhor.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Eu estava chegando de uma cirurgia na colunade Brasília.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Positi-vo. Foi o dia que encontrei com o Dr. Penaldon aqui. Eu falava várias vezes com ele, mas a respeito... Teve uma vez que eu falei a respeito desse cidadão aqui, que parece que estava com um problema em Santa Luzia do Tide, e falei outras vezes, várias vezes, mas não em transações ilícitas, nem para intermediar car-gas, nem para ele fazer qualquer coisa que fosse fora do padrão profissional dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como era essa in-termediação, Jorge?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Só isso que eu estou estranhando. Como o Jorge está falan-do que eu es ta va jun to no dia da car ra da de ar roz. Eu já estive junto com ele, mas não foi nem arroz, foi xe-rém, numa carrada que vinha para a Antártica.

O SR. OSCAR ANDRADE – Xerém? É arroz com casca?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, xerém é arroz quebradinho.

Você pode raciocinar direitinho que você vai lembrar que foi a carrada de arroz que nós descarre-gamos lá na fazenda antes de Santa Helena, naquela entrada, que não sei de quem é a fazenda.

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Na fa-zenda nós descarregamos. Dr. Penaldon não partici-pe desse negócio.

O SR. JORGE MÉRES – Não, no dia em que o caminhão chegou lá, você não estava. Você estava comigo de noite.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu não vim, rapaz. Eu fiquei na estrada. Lembra?

O SR. JORGE MÉRES – Pois, sim. Você ficou na estrada.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – E como é que você vem dizer que eu estava junto?

O SR. JORGE MÉRES - Nós estávamos juntos de noite. Eu fui para lá no outro dia, parei a carreta quase em frente. Pois é, mas você estava comigo à noite; você ficou na estrada.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Se eu fiquei na estrada, como é que eu fui para lá?

O SR. JORGE MÉRES – Eu fui para lá com a carreta, eu, Bel, o Xuxinha e o Naldo. Eu parei a carreta bem pertinho do escritório dele. Eu dei xei a carreta no colégio, atrás. Fo mos lá no es cri tó rio; ele li gou para o Vla di mir lá do es cri tó rio; o Vla di mir veio acer tar os negócios, acertar os valores.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – ... des-de 1986. (*inaudível*) Quando eu fui julgado e preso aqui, eu era fugitivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O conta-to foi via telefone do doutor com o Vla di mir?

O SR. JORGE MÉRES – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O se nhor fez esse contato?

O SR. JORGE MÉRES – O Vladimir veio de lá de Santa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O se nhor conhece Vladimir?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Eu nunca fiz esse contato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas che-gou a fazer algum contato com o Vladimir, via telefo-ne?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – O Vladimir...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não nesse caso, em outros casos?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA - (inaudível) Eu gostaria muito. E seria muito capaz, viu, Jorge, de chegar aqui e dizer: “Senador, eu visitei uma pessoa lá (inaudível) Não era que estava comprando, nem vendendo. E acho que é uma recomendação que qualquer pessoa faria. Então, eu não teria, e lhe digo com toda a honestidade, com pureza de alma. Chegar aqui e dizer para o Jorge: “Não, eu não fiz isso, não fiz aquilo”. Senador, eu fiz, disse, dei um telefone. É uma pessoa minha conhecida. Até prova em contrário, é idônea. Agora, ele é que investigue a origem da mercadoria que ele está recebendo. Eu duvido é que o Jorge afirme ou que ele diga: “Não, eu estava no dia do escritório do Dr. Penalton. Ele recebeu a mercadoria. Ele vendeu. Ele recebeu o dinheiro”, porque essa transação nunca existiu. E eles sabem que, além do lado da amizade...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está dizendo que precisa verificar a mercadoria.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, mas o que é isso!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não foi... Você ouviu a conversa? Isso é importante saber.

O SR. JORGE MÉRES – Não, o Dr. Penalton indicou o Vladimir e garantiu para o Bel que o Vladimir pagava. Ele disse que conhecia bem o Vladimir.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não, estamos aqui...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Só um momentinho, viu Jorge? Você acabou de dizer agora, agora, agora, aqui, que parou a carreta, ficou próximo a um colégio e que o Bel foi conversar comigo e que eu teria indicado o Vladimir. Agora o Senador te perguntou: Você ouviu o Dr. Penalton e tal? Não, o Bel e tal. Então, meu irmão, pelo amor de Deus, fala o que é do seu conhecimento. Pelo amor de Deus, não permaneça...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É, tem que falar realmente o que você ouviu, o que você presenciou, sem deduzir ou, senão, diga: Bel me contou isso.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Se você não tem ciência, não fale. O que você está imaginando é uma coisa. Ou então, se você

não tem ciência própria, diz: O Bel me disse que foi ao escritório do Penalton e que o Penalton teria feito esse contato. O Bel me disse.

Mas, quando a gente afirma de ciência própria é uma coisa muito séria, muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conte o fato. Não se preocupe em querer confirmar o que está aí, o que você falou. O que tem importância é a verdade.

O SR. JORGE MÉRES – Não tenho que confirmar nada, tenho que dizer o que aconteceu na época.

Parei lá, ficamos há menos de cem metros do escritório dele, o Bel foi lá, conversou com ele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Carreta com esse negócio aí, como é que chama? Xerém?

O SR. – Conte de novo que estavam conversando com ele, que eles ficaram há menos de cem metros e o Bel foi lá e conversou com ele.

O SR. JORGE MÉRES – Conversei com ele, aí o Bel voltou e falou: Olha, vamos esperar na rua, esperar o Vladimir voltar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você ficou na carreta?

O SR. JORGE MÉRES – Vamos esperar. O doutor está fazendo contato, vamos esperar aqui. E ele estava preocupado, porque a carreta já estava há um dia naquele trecho ali. Aí ele fez os contatos, ficamos esperando o Vladimir aparecer, saber se ia ficar com o arroz, para daí ele ainda fazer os acertos com os fiscais para ir para Santa Helena a carreta. E a gente ficou esperando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso aí está certo, o que ele está falando?

O SR. JORGE MÉRES – A gente ficou esperando.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, de acerto mesmo com o fiscal, isso aí (inaudível)...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, não, não. Digo dessa... Provavelmente, não sei se o senhor esteve com ele ou não à noite.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, ele não estava. Ele sabe que eu fiquei na estrada. Eu não fiquei na estrada...?

O SR. JORGE MÉRES – Eu perdi o Jota para trás, porque deu uma confusão e ele desceu do caminho e eu fui embora. E pensei que ele estava indo no outro carro.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Aí todo mundo espreou lá e eu peguei e vim embora para São Luís.

O SR. JORGE MÉRES – Ele veio para São Luís.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas como você encontrou com ele à noite.

O SR. JORGE MÉRES – Nós estávamos juntos. Recebemos a carreta na estrada juntos. Ele estava comigo no caminhão. Nós paramos, ele ficou...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – (inaudível)... Fomos falar com um rapaz...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, perfeito. Foi na véspera, então?

O SR. JORGE MÉRES – Uma noite antes.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – (inaudível)...para não ter confusão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você vê como que a gente...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Fomos receber a carreta de xerém na estrada. Até fui enganado, porque me disseram que era outra carreta.

O SR. JORGE MÉRES – É isso.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Quando chegou lá, Bel ainda reclamou, tal, aquele negócio todo. Aí, saímos com a carrada, o compadre Jorge entra na carreta, e eu digo: “Vou aqui com o compadre”. Entrei e vim conversando com ele. Quando chegou num lugarzinho chamado Garapé do Meio, desci para falar com um cidadão. Ele achou que eu ia ficar para pegar um outro, dois carros que vinham atrás: era um Fiat branco, que era o que o Naldo estava dirigindo – esse carro foi até batido no dia...

O SR. JORGE MÉRES – Na portada carreta.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – A carreta, o Jorge arrancou, a porta estava aberta e levou a porta do carro. E o outro carro era um...

O SR. JORGE MÉRES – O Fiat vermelho, do compadre.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Quando eu desci, o Jorge saiu e foi embora. Ele me abandonou lá.

O SR. JORGE MÉRES – Porque pensei que ele vinha no outro carro para me dar cobertura.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Daí, eu simplesmente... Os outros todos também, todos os dois passaram e não me viram conversando com o rapaz. Voltei, fiquei numa parada de ônibus e peguei o primeiro ônibus que passou e vim para cá para São Luís. No outro dia é que vim encontrar com o Naldo, aqui em São Luís, e eles descarregaram lá nessa dita fazendinha.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Agora lhe pergunto: essa fazendinha

tem alguma coisa de alguém ligado a mim, de alguma pessoa com amizade minha, ou parente meu? Alguma coisa relacionada a mim?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não. Que eu saiba, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, ele não falou que a carga foi descarregada. Ele está falando da intermediação. Estamos esclarecendo.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, Senador, mas é uma... A acusação que ele faz é uma coisa séria. Ele diz que ficou numa carreta. Então, eu não gostaria que ele fizesse afirmações levianas. Fizesse afirmações de ciência. Ele está dizendo que ficou numa carreta.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Dá licença bem aqui. O que estou achando é o seguinte: que o Jorge – isso no meu pensamento – estou achando que o Jorge – qualquer um entende isso – acha que porque Penaldon... porque Bel foi no seu escritório, ele acha que foi você que fez o contrato entre ele e o Vladimir.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – É uma dedução da pessoa dele.

O SR. JORGE MÉRES – Jota, não foi dedução. Eu estava preocupado porque a carreta já estava o dia todo naquela região, você sabe que ela é pequena. Eu estava preocupado, ele foi no escritório, conversou com o Penaldon, nós estávamos ali esperando, o Xuxinha estava ali comigo, o Naldo já tinha vindo para o ferriboate. Ele voltou e disse: “Não se preocupe que o Penaldon já está acertando. O Vladimir está vindo aí e vai ficar com a carga.” Isso o Bel me falou: “Pode ficar descansado, não se preocupe, o Dr. Penaldon está acertando.”

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então você não ouviu o telefonema com o Vladimir? O Bel lhe relatou.

O SR. JORGE MÉRES – Em poucos minutos, pois é perto, o Vladimir apareceu e disse que ficaria com o arroz.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Ele já confessou esse fato, mas o senhor, que é um homem experiente, sabe disso, quando a pessoa tenta dificultar...

O SR. JORGE MÉRES – Eu estava preocupado com a carreta no meio do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Entendi bem. É o seguinte: ele, desesperado porque poderia a polícia chegar, “O que essa carga está fazendo aí”, o que é natural, o Bel falou: “Segura que eu vou resolver isso. Já vou no Penaldon”. E voltou e disse assim:

“O Penaldon está intermediando, o Vladimir já vem aqui olhar a carga e acho que fica com a carga e nos paga”. Foi isso?

O SR. JORGE MÉRES – Foi isso que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então ele veio e ficou com a carga?

O SR. JORGE MÉRES – Ficou com a carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E descarregou num local que...

O SR. JORGE MÉRES – Lá na fazendinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está nessas fotografias aqui?

O SR. JORGE MÉRES – Não está. Porquẽ não entramos naquela estrada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você estava com a impressão, pelo relato do Bel e pela sequência em que realmente o Vladimir veio e pagou, que ele teria convencido o Vladimir a ficar com a mercadoria, é isso?

O SR. JORGE MÉRES – Dr. Tuma, depois dessa carga, foram levadas mais duas para o Vladimir e, sempre antes de vir para o Vladimir, o Bel conversava com o Penaldon.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – O Bel era meu constituinte. Quero que o senhor chame o Jota, que chame o Lisboa, que chame Carlinhos, que chame quantos integrantes tenha dele para que algum deles diga assim: “Eu sei”. Por que só o Jorge Méres teve o privilégio de saber que eu era envolvido com o bando? Por que esse privilégio seria só do Jorge Méres?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele nem está dizendo isso. Ele toda vez vinha e procurava o senhor.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Mas está caminhando na mesma direção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É uma testemunha morta que não resolverá.

O SR. JORGE MÉRES – Mas há dois vivos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há dois vivos.

O SR. JORGE MÉRES – Os dois que estavam comigo estão vivos, que é o Fábio Xuxinha e o negro Naldo, o Naldinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estão foragidos ou não?

O SR. JORGE MÉRES – Estão os dois vivos.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Ótimo, chame os dois.

O SR. JORGE MÉRES – Estão foragidos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Teremos outra oportunidade. Esse ponto creio que fica bem esclarecido com o apoio do Jota.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Jorge, deixe-me explicar uma coisa: o que o Bel conversava no escritório... Ele chegava no escritório: “Doutor, estou com um problema assim, assim, dessa e dessa natureza. Doutor, tem uma audiência em tal dia do meu processo em Santa Inês, tem uma audiência em tal dia disso e daquilo”. Quando ele teve a prisão preventiva, que o tribunal revogou a prisão preventiva dele, e não era eu o advogado dele, ele tinha prisão preventiva decretada, ele e o pai dele. Quando o tribunal revogou a prisão preventiva dele, fui eu que fui apresentá-lo em Santa Inês, ele e o pai. Fui levar, o juiz marcou uma audiência para às 4 horas da tarde na sexta-feira, e ele não queria ir. “Senhor, quatro horas da tarde de sexta-feira que o juiz está me intimando”. E eu disse para ele: “Naturalmente, é por que você é uma pessoa que chama a atenção do fórum com uma audiência, e ele deve ter marcado para esse horário, que é um horário vago”. Realmente fui lá numa sexta-feira, apresentei ele, apresentei o pai dele, prestaram depoimento todos dois, e vim embora. E tinha, mantinha... Agora, duvido que o Sr. Jorge ou qualquer outro diga...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostaria de fazer uma pergunta para o seu cargo de consciência: quando o Bel foi ao seu escritório e ele ficou esperando na rua, o Bel falou que tinha carga de arroz ou de xerém? Desculpe-me, sou de São Paulo e analfabeto dessas expressões. Ele chegou a falar para o senhor que estava com a carga lá?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – A resposta é negativa, ele não falou e vou lhe dizer uma outra coisa: o Bel me respeitava demais da conta, tinha um respeito muito grande por mim, apesar da liberdade que ele tinha de conversar as coisas dele comigo, mas foi um cuidado que nunca me chamou para dizer “eu tenho este, tenho aquele produto para te dar uma vantagem, isso e aquilo”. Nunca, nunca. Ele me respeitava como advogado dele, tinha plena confiança...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não que ele foi pedir a sua intervenção, dizendo “tenho uma carga para o senhor vender”...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não me pediu, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele ligou do seu escritório para o Vladimir?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Pode até ter ligado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi o senhor quem ligou?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, eu não. Eu tenho lá no escritório são – ele falou de uma sala, não sei o que – eu tenho lá quatro salas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele pode ter usado o seu telefone ligado para o Vladimir de lá...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Pode, por que eu vou duvidar? Eu trabalho na última sala, está certo? Eu trabalho na última sala do escritório. Na frente, na sala de espera, está uma secretária; numa sala intermediária, está o outro advogado que trabalhava comigo, inclusive é delegado de polícia, hoje, em Pinheiro – Dr. Inácio. Nessas salas, são distribuídas cada uma das atividades. Tem o telefone de todas elas e ele pode ter pego o telefone e ter ligado. Nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem mais alguma coisa?

O SR. OSCAR ANDRADE – Jota, com relação ao Dr. Penalton, o senhor não tem nenhuma acusação, não sabe nada?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Contra ele, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você nunca disse que sabe nada sobre ele, sobre roubo de cargas, sobre nada?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essas perguntas foram preparadas em função da sua acusação como Jorge. Como há momentos em que ficou confuso, penso que quem preparou entendeu que você tinha dito isso.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Deputado, aqui tem o diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Este diálogo é importante por que ele está gravado, ficou o esclarecimento final, tem as duas outras pessoas que, assim que localizarmos, voltaremos a chamar para conversar.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Pode chamar... Senador, quando eu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora fica a hipótese de o Bel ter usado o seu telefone. Se fi-

zermos uma quebradeira sigiloso bancário, pode aparecer o telefone.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Pode, não vou dizer que ele não usava, ele usou o telefone do meu escritório infinitas vezes quando houve o problema da carreta. Vou explicar por quê. Quando houve o problema da carreta, que o inquérito foi para a Justiça, ele disse que passou uma semana em Pinheiros, negativo. Bel passou em Pinheiro foi 30 dias. Passou foi 30 dias em Pinheiro e não uma semana.

O SR. JORGE MÉRES – Eu, só uma semana.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, ele disse que esteve com Bel lá quando houve um problema da qual que eles foram lá.

O SR. JORGE MÉRES – Eu fiquei uma semana. Bel me deixou lá.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – O Bel ficou 30 dias. Inclusive tem a presença de uma delegada, que era delegada na cidade, e que, na época, chegou para cá, para saber se o Bel tinha prisão. Ela me disse: “Eu, como advogada, aconselhei ele, se você sair por aí eles vão te prender. Enquanto esse inquérito não sair da mão da polícia e estiver na mão do Juiz, você corre o risco de eles te meterem a mão.” Então, em razão disso, ele se hospedou lá, passou os 30 dias – acho que mais ou menos 30 dias, 20, 20 e poucos dias – e ficou lá. Ficou devendo o restaurante, e depois, o rapaz do restaurante me procurou, porque ele teria ficado devendo oitocentos e tantos reais...

O SR. JORGE MÉRES – É no mesmo restaurante...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Vou lhe explicar por quê. Tenho um garoto de 16 anos – de 15 anos, agora vai fazer 16 anos –, estuda e sempre morou aqui. Tenho esses dois filhos e tenho um de 10. Eles estavam...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sem desconfiar nada do seu filho, mas ele pode ser o sujeito lá... Ele pode ter aceito...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Então... Em algumas coisas, eu entendo hoje a posição do Jorge. O Jorge fez as suas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Alguma vez o Bel lhe pagou em mercadoria?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Em mercadoria? Nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – É, pelos serviços que você prestava.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Nunca em mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sempre em dinheiro...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Sempre em dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quanto ele pagou pela defesa que você fez pelo acompanhamento do caso do Jorge?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não me lembro. Sinceramente, hoje eu não me lembro. Nós tínhamos um contrato por audiência e por finalização do processo. Quando fui apresentá-lo – inclusive foi a única vez que nós tratamos desse contrato -, quando ele tinha a prisão preventiva decretada que o Tribunal de Justiça revogou, nesse dia nós estivemos no almoço na casa dele, lá em Santa Inês, com a presença da mãe dele, do pai dele. A mãe dele fez o almoço, nós sentamos, esperamos o horário da audiência – quatro horas da tarde – fomos para o fórum, apresentei eles e depois voltamos. Nesse dia, vinculamos quantidade xis de salários por audiência, despesas sendo custeadas por ele e, ao final do processo, xis, que hoje, sinceramente, não me lembro.

Ele sempre pagava, perguntava quanto estava devendo, quanto foi a despesa de tal processo, quanto foi isso, foi aquilo. Pagava e normalmente, a gente... Na realidade, todas as minhas procurações têm contrato de horários atrás, mas o Jorge, que assinou duas delas, ele sabe que não assinou contrato. E eu nunca... Se o senhor mandar verificar os processos que andam no fórum com as minhas procurações, verá que nenhuma delas tem contrato de honorários fixados. Todos eram fixados verbalmente. Tenho um nome até grande na região, porque nunca cobre ninguém adiantado, sempre cobrava com o resultado do serviço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Penaldon, o senhor sempre recebeu recursos, então, do Bel pelos trabalhos que o senhor prestou, pelos serviços de advocacia?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Recebi até determinado ponto.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor nunca pagou nada ao Bel?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Ao Bel?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ao Bel.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, pagar, pagar ao Bel, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já deu cheque, dinheiro, alguma coisa?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por alguma coisa que tenha comprado dele?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nada?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Nós fizemos... E aí não era ele; aí é que há essa confusão que geralmente as pessoas imaginam, o problema de uma cerâmica. Ele aqui chegou a falar de uma carreta, confundiu as coisas todas. Eu nunca tive carreta. Esse cidadão aqui me viu nascer, é da minha idade, foi adolescente junto com a gente lá em Pinheiro, até quando ele cometeu o fato delituoso. Ele é conterrâneo, é da nossa terra. Então, eu nunca tive carreta a minha vida inteira. Não tenho ninguém comerciante, nunca fui comerciante.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a olaria?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Eu nunca tive olaria. A olaria foi um projeto que imaginamos. O Bel tinha vendido a olaria para um cidadão chamado Gaúcho. Nilton Luís Kun é o nome do cidadão. Vendeu a olaria para esse cidadão. O cidadão não conseguiu pagar todas as partes da olaria. E ele botou na minha cabeça que eu deveria comprar a parte que o cidadão não tinha dado conta de pagar e que eu deveria ficar com esse negócio com ele e tal. Chegamos, inclusive, a fechar esse negócio. Fizemos essa transação dessa parte, depois eu com prei de volta a parte do Nilton, mas, até aí, não tinha nem a presença do Bel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso envolveu recursos com que você pagou o Bel?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – O Bel, eu não paguei nada ao Bel. Eu negocie com o Sr. Nilton, que tinha comprado do Bel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, para o Bel ou para pessoas que o Bel lhe pediu para representar, você nunca pagou nada?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Com o Bel...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você só recebeu honorários?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – O Nilton devia uma banda da cerâmica, um lado, 50% da cerâmica para o Bel. O Nilton comprou a cerâmica e não deu conta de pagar toda a par-

te. O Bel me pediu que eu comprasse a outra parte para ficar sócio do Nilton.

O Deputado me perguntou se eu tive alguma empresa. Eu coloquei os meus filhos, até imaginando um negócio próspero, que era a cerâmica, porque realmente a cerâmica era bem instalada. Eu imaginava que pudesse produzir bem. Mas eu era advogado, depois me elegi Prefeito. A cerâmica estava em Pin-daré-Mirim e eu em Pinheiro, há trezentos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você chegou a comprar essa parte?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Comprei, negocieei uma parte com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pagou?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Paguei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pagou ao Bel?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Dei um imóvel aqui, em São Luís, no Recanto do Vinhares por uma parte, para uma pessoa que ele devia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa foi a única transação em que...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Ele devia ao cidadão chamado João Serra. Eles ainda deviam a cerâmica desde o primeiro negócio que eles compraram. É difícil de entender, é uma transação de débito que passou para débito.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que eu quero saber é se essa foi a única vez em que foi recurso ou bem ou valor qualquer para o Bel, vindo do senhor.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Foi só nessa transação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só nessa?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se quebrarmos o seu sigilo bancário...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Pode verificar, quantas vezes...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não vai ter mais nenhuma transação...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não, não. De dinheiro voltando para ele?

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso, pagando o Bel.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Negativo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Coisa que possamos supor que seja mercadoria...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Negativo. Pode...

O SR. OSCAR ANDRADE – De valor aproximado ou alguma coisa?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não. Que eu me recorde... Mas não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o valor da transação da olaria que o senhor teve de pagar a ele?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Foi fracionado. Eu sinceramente não me recordo. Inclusive, existia um documento...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas entrou terreno, veículo...

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Entrou um veículo. Entrou um caminhão que não era nem meu, era de um irmão meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Recurso mesmo, cheque, essas coisas foram quase nada?

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Não me lembro de ter entrado recurso... Cheque não entrou nenhum. Recurso também, em espécie, eu não me lembro de ter entrado qualquer espécie para pagamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, está bom.

Eu queria perguntar ao Jota e ao Jorge.

Ontem, Jota, quando estávamos conversando com você aqui, você disse que gostaria de ter, de pois, com o Jorge, uma conversa.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu queria conversar uma coisa com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, penso que poderia... É, sem o Dr. Penalton, é outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Roi meu Tuma) – O senhor está dispensado, então. Agradeço.

O SR. PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA – Agradeço, Senador.

Na realidade, a minha preocupação sempre com isso aqui é grande. O senhor não sabe o que é sentir na pele uma discriminação. Nessas notas taquigráficas, o Deputado indaga a que grupo político eu pertença, a quem politicamente sou ligado.

Sou do PSB, Partido da base do Governo aqui. Sou muito ligado ao Presidente desta Casa. Votei com o Deputado Pedro Fernandes, que é o Deputado Federal que votei. O Deputado estadual votei com o radialista de São Luiz, José Raimundo, nosso conterrâneo, também de Pinheiro. Sou ligado à base de sustentação da Governadora, tenho uma boa relação, mas o senhor não sabe o que é você ter uma acusação dessa. O Gabinete que eu frequento em Brasília para cuidar das coisas de interesse do meu

município é o Gabinete do Presidente Sarney, e para mim, mais do que ninguém, é constrangedor... Então, isso, para mim é extremamente constrangedor e eu sei que o Jorge...*(Inaudível)*

(Intervenções não registradas pela gravação)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Prefeito Hemetério Webá, o senhor já está sob compromisso. Apenas mais alguns minutos para esclarecer alguns pontos que ficaram em dúvida, visto que o Jorge Méres... e o senhor não aceitou algumas colocações que ele fez. Então, pedimos ao Jota que aqui viesse, que também tem a seu respeito algumas informações. Eu gostaria, para esclarecermos definitivamente o caso do Prefeito Hemetério, que nos ajudasse a fazer as colocações que foram feitas.

Qual é a participação do Sr. Hemetério na estrutura, na receptação...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, sobre receptação, esse lado de receptação eu estive... fora. Ouvi o depoimento do Hemetério, ouvi o de Jorge Méres, o diálogo dos dois, e o Hemetério omitiu algumas coisas, ele disse que Jorge está mentindo, mas Jorge não está mentindo. Uma, que disse que eu estava mentindo e quem está mentindo é ele. Vou mostrar bem aqui como ele está mentindo.

Ele disse que eu falei do avião dele em 98. Claro que em 98 o avião dele estava em Teresina. Eu falei em 96. Bem aqui. Se houver algum depoimento com 98, foi erro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – 96. O senhor deu depoimento que fala em 98, é isso?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Se há algum em 98, é porque houve erro. Esse aí em 1996 foi época de campanha política, se não me engano. E quem era candidato a prefeito era a esposa dele lá em Santa Luzia ou Nova Olinda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dois de janeiro de 2000. Faz mais de um ano que prestou esse depoimento.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Tá. Todos os depoimentos eu não, a coisa mais difícil do mundo é eu errar data. Se eu não tiver certeza, eu..., pode ver que no depoimento está salvo engano ou qualquer coisa, mas é muito difícil eu errar data.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jota, você acusou o ... Você informou para a CPI que o Prefeito Hemetério Webá fez uma proposta para matar a Vereadora Rosilda, de Nova Olinda, e o filho?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Positivo. Outra coisa que ele disse foi que não me conhecia. Outra mentira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele o conhece há quanto tempo?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Há muito tempo. Sou filho de Pinheiro. Hemetério é da Baixada, aqui, também. Hemetério era coletor na época. Coletor, trabalhava no negócio de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da Receita?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Isso, positivo. Sempre me via aqui. Agora, ele vem dizer que não me conhece? Está aí o problema...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor confirma isso, Prefeito?

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – Eu não conhecia o Sr. Jota. Acho que há um equívoco mesmo comigo.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Equívoco. Outra coisa bem aqui. Deixa eu explicar bem aqui. Ele disse aqui também, no depoimento dele, que ele... Você não me viu na fazenda, não foi? Você nunca tinha-me visto lá na fazenda, e nunca nem me viu lá em Nova Olinda.

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – Eu nunca lhe vi pessoalmente na minha vida.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Tu tá ficando mais cara-de-pau ainda, Hemetério. Vou-te explicar bem aqui.

Você lembra na casa de Cláudio Jignis, no aniversário de Sheila, parece que era Sheila, que era o aniversário de Sheila ou de algum parente de vocês, que nós fomos para lá, eu, Bel. O dia que você falou para nós, você saiu, você e o Cláudio Jignis e Bel foram conversar. Lembra da casa de Cláudio Jignis, que morava ali perto da Antártica? Deixa lembrar o nome do bairro. É... São Cristóvão, uma coisa assim, quase em frente à Polícia Federal. Não lembra?

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – Acho que você está-me confundindo com outra pessoa, Jota. Você está-me confundindo com outra pessoa.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Só, Hemetério, que você está esquecendo de uma coisa...

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – Não, não me esqueci de nada.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Vou fazer contigo a mesma coisa que fiz com o Macedo. Só para lhe desmascarar, vou pegar, porque eu tenho foto, vou pegar... Outra coisa que tenho tua é che que. Está entendendo? Que você deu um cheque de dois mil e quinhentos reais para a Cláudio, e o Cláudio me deu o cheque, e o cheque foi devolvido para depositar na conta de um amigo meu em Belém, e foi devolvido

o cheque. Você está entendendo? Como você disse que você nunca me vendeu o carro. Até hoje, o Bugre está lá no quartel preso, porque ainda não consegui receber, porque ainda não consegui assinatura sua.

O SR. OSCAR ANDRADE – É um Bugre? Qual carro que é?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Um bugre vermelho. Está lá preso no quartel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está no nome dele?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Está no nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele disse que o filho comprou e vendeu imediatamente.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – O dia que ele chamou, que ele estava com problema, eu não sei qual era o problema dele com Rosilda e o filho, entendeu? Mas o dia que... As coisas, a verdade geralmente vem à tona.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – É o que quero.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Nem adianta contar mentira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O carro está lá no quartel?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Está, está lá no quartel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No nome dele?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – No nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É um Bugre?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Um Bugre.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Mande examinar, Senador! Mande examinar. Mande imediatamente examinar. Pois é! Mande examinar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem o documento dele?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, não tenho, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas tem chassi. É só olhar no Detran.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – É, sim, mande examinar. Mande examinar.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Esse documento está lá no, no...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No inquérito?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – É. Deve estar lá pela Secretaria, porque, na família de Hemetério são três nomes iguais, a diferença de pai, filho e neto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso ele falou.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Isso, entendeu? Então, no nome do pai dele tenho certeza que não é. Faz muito tempo que não vejo o documento, porque também nunca liguei muito para o documento desse carro, porque, na época, eu andava sem documento mesmo. Para todo lado eu andava, porque conhecia toda a Polícia Rodoviária, polícia, todo mundo. Não precisava de documento de carro.

Nesse dia o Bugre foi dado lá para Cláudio Jignis, já intermediano o negócio de matar a Rosilda e o filho dela, lá em Nova Olinda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foram os matadores?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Ninguém matou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem estava sendo escolhido?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu, (?) e Bel íamos apresentar para ele para fazer o negócio...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi naquela situação que tinha um punhado de gente?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Isso, positivo. Foi lá no aniversário no dia. Até me aborreci no final, porque ele tomou umas quatro e mexe com mulher de todo mundo. E nesse dia (*inaudível*). Aí já não gostei do negócio, peguei e fui me embora, já não queria negócio com ele. Depois pegaram o Bugre e tentaram fazer minha cabeça, mas eu não queria nada com esse negócio, ia dar problema e larguei de mão.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Jota, você disse que nesta festa o Sr. Hemetério saiu para conversar com o Bel? É isso?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Foi lá no aniversário na casa do cunhado dele, o Cláudio Jignis.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Por que ele disse aqui que de manhã, que conhecia o Bel e viu o Bel em 1981 e 1982, em uma corrida de vaquejada e que nunca mais tinha visto o Bel, que não tinha mais nenhum contato com o Bel. Não foi isso que o senhor falou? Pois é, des de 1981, 1982, lá se vão 18 anos mais ou menos. E você acabou de confirmar que ele foi conversar com o Bel em uma festa. Então, isso é uma

contradição entre o que o senhor falou de manhã e que ele está dizendo. Então...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu sou um dos que estou tentando descobrir aonde ele está só para te desmascarar. É o único que está dizendo que eu estou mentindo, fazendo a gente vir para cá todo dia e aquele negócio e confusão para cá, porque a hora que pegar todo mundo e reunir acaba toda a mentira da. Sabe quem está falando a verdade e quem está mentindo.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Eu gostaria de que tu já tivesse indicado onde ele estivesse para ele ser preso.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu achava bom você fazer isso, porque você sabe aonde ele está.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Senador mande examinar o carro e mande examinar o cheque de R\$2.500,00 que eu dei para ele. Isso não existe, Senador.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Mas não se preocupe que vou apresentar tudinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A fazenda dele se chama aeroplan?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, a aeroplan é de um político, não é?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Foi o prefeito.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – A fazenda não é mais de Eraldo, não. Hoje parece que é...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, o avião chamado aeroplan era o avião dele.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Positivo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Cláudio Jignis não é mais casado?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Ele é separada minha irmã.

(Intervenções paralelas entre o Senador Romeu Tuma e o Jota. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como era?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Desse tamaninho bem aí, desse negócio aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desse livro ali?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – É. Positivo. Do jeito que ele diz ali. Juntando os dois dá a altura. É por que às vezes carrega de um lado para o outro, não tem diferença nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estava dentro do avião.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Só não peguei o conteúdo para saber porque me tiraram de rota... Se eu não devo nada, se o Cláudio chegar ou qualquer pessoa perto do meu carro, se tiver qualquer coisa dentro, se não tiver nada ilícito nem nada, não tenho por que sair de perto. Na realidade, Hemetério não estava lá. **(inaudível)**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O filho dele estava perto do avião.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – E o carro, naquele tempo, não era de frete.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O filho estava perto do avião?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – O filho estava.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Senador, eu vou mostrar ao senhor aqui o depoimento do Sr. Jota, o quarto depoimento dele é do dia 22 do mês de outubro de 1999.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Esse é o depoimento do...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Dele aqui.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Do Jota?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – É, sim senhor.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Dá licença?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está igualzinho: “que o declarante, no ano de 98, quando passava em frente à fazenda do ex-Prefeito de Santa Luzia do Paroá, de nome Aerofran, avistou no aeroporto da dita fazenda um avião o qual era de cor branca...”

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – É só a data.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É 99 e esse é 2000. Espere um pouquinho, vou chegar lá. “Aerofran, pertencia ao ex-Deputado Hemetério Weber, ocasião em que se aproximou do citado avião, avistou alguns, sabendo serem mais de dez, pacotes de formato retangular, embrulhados com papel e selados com fita crepe, de dimensões aproximadas de 20 por 15; que, ao serem avistados pelo declarante, levaram imediatamente o mesmo a crer serem cocaína ou maconha prensada, sendo que no momento em que avistou os referidos pacotes, imediatamente, o filho do ex-Deputado Hemetério Weber, conhecido por Neto, chamou o declarante para longe...”, aqui não muda. Aqui não tem diferente.

O SR. – Mesma coisa em 98.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Então, foi erro da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer que, no ano de 1998...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - É o ano que ele fala em meu nome, nesse quarto de depoimento.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não, tem um outro que dei na Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O problema da data não é o mais importante. O problema é que a descrição é perfeitamente igual.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Aqui tenho os outros depoimentos dele antes, que estão em meu poder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É de 1996, 1998?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não, todos da época, Senador. Esse é o terceiro, esse é o segundo, esse é o primeiro.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Sabe qual é o problema dele? O avião dele sofreu um acidente em 97, julho ou junho, se não me engano, por isso que ele está colocando essa data para confundir. Só que se tem 1998, porque não olhei esse depoimento, mas vou mandar requisitar um xerox para ver se é 1998. Vou pegar o original, porque essa xerox dele tam bém não aceito. Já mudei meio milhão de números.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse aqui é da Federal, os outros são todos da Estadual.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Eu estou passando todos os depoimentos para o senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o esquema de carga? Como era?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Dele não tem esse problema de cargas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Só esse aí?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Sim, só esse. Ouvi falar algo de uma Silverado **(Inaudível)**

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Vamos embora?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Por que você pediu para Carola assumir a história da Silverado?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Nunca falei com Carola isso. Nunca aluguei carro do Sr. Carola. Quem alugou o carro de Carola na época, um caminhonete dele, foi o prefeito de Presidente Médici, para o meu comitê político da minha campanha.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Hemetério, por gentileza, repete: você nunca alugou carro de Carola?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Eu, Hemetério, nunca aluguei carro de Carola.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Então a minha história, simplesmente, é **(Inaudível)**, devido a Silverado ser sua.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Bom, você prove que a Silverado era minha.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Você falou, nesse instante, que a Silverado não era alugada.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Pare aí. Nunca aluguei carro. Você está dizendo que eu aluguei. Eu nunca aluguei carro de Sr. Carola.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - O carro estava alugado para você, e você está dizendo que nunca alugou. Então, você vai lá...

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas ele não alugou para lhe emprestar na campanha?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Quem alugou foi o Prefeito de Presidente Médici que alugou um carro para a nossa campanha lá.

O SR. OSCAR ANDRADE - Esse mesmo?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não, ele alugou uma caminhonete D 20. Por favor, eu falo, depois você fala. Foi alugada uma caminhonete D 20 do Carola e, depois, ele chegou com uma Silverado e disse: "Soares, eu tenho uma caminhonete mais nova, vou alugar essa mais velha para o Coronel Rioli". Foi assim que foi. Eu nunca aluguei. Acho que você está equivocado. Sei que você tem muito ódio de mim.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Por quê?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Eu vejo só falar isso.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Não tenho raiva de ti não.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não tenho nada contra você por outras coisas, de maneira nenhuma. A notícia que sei é que você disse que quando sair vai me matar. Esse é um recado que recebo das pessoas.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - **(Inaudível)**

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Eu não lhe conhecia.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não sou igual a você.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Está aqui, Senador. Tenho aqui depoimento do Carola, feita na Justiça. Gostaria que você falasse a verdade.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - (Inaudível). Você disse que tenho raiva de você, mas não tenho raiva não. Engano seu. Pode ficar despreocupado que não tenho raiva de você, não penso em lhe matar, em fazer nada. Porque se eu quisesse lhe matar... (Inaudível), porque você é homem que gosta (Inaudível). Por que você veio denunciar a Coutrim que eu estava na região, roubando carreta?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Jota, eu não lhe conhecia. O que falei ao Dr. Coutrim, na época, foi que estava se formando uma quadrilha na região e que a comunidade foi que me comunicou. Não foi A, B ou C. Foi a comunidade. E eu vim tirar um porte de arma com o Dr. Coutrim, na época, porque eu estava sem, não era mais deputado, e como nossa região é uma região de alto risco, eu, sabendo que existe uma lei que proíbe se usar arma sem porte, vim e conversei com ele. Lá comentei com ele esse assunto. Somente isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Presidente, deixe-me fazer um adendo aqui. Eu insisti nisso, de manhã, quando o senhor colocou. Para a sua versão ficar mais acreditada pela CPI, o senhor precisa mudar um pouco o discurso quando fala que a comunidade me comunicou. A comunidade não comunica as coisas dessa forma. Fizemos uma passeata com uma faixa escrita? A comunidade não comunica. O senhor não quer revelar quem contou para o senhor para o senhor chegar com a história inteira ou o que está acontecendo?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Deputado, é porque lá o pessoal tem muito medo. A verdade é essa: tem medo de falar. E, por essa razão, eles vieram até a minha pessoa e, como Deputado, como representante do Município, vim e comuniquei, mas não comuniquei por escrito, comuniquei verbalmente. Nunca tinha visto o Sr. Jota de frente a frente.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quais são os nomes?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Vital, Armando e Lisboa. O Lisboa entrou nisso também, não sei bem porquê, porque ele é um cara sério. Conheci o Sargento Lisboa, não conheci ele envolvido com isso. Essa é a realidade.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - É a primeira vez que vejo na vida tu dizer que conhece ele.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não, eu disse no meu depoimento que quando conheci Lis-

boa, o Lisboa não era homem envolvido nisso; se envolveu depois, no final do ano. Quero que isso fique claro.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Você disse que a comunidade de Nova Olinda lhe comunicou que existiam uns homens armados e tudo, sinal de que vocês não gostam de armas. Concorde comigo? Vocês não gostam de arma. Ninguém que anda contigo anda armado. Só quero que você me responda...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Quando usa arma hoje, pelo menos eu ando com segurança, que é da própria polícia militar, quando nós saímos do nosso Município para o Município de Zé Doca. É claro e evidente que, como autoridade, como prefeito, ando armado.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Seu filho andava armado com revólver 38, sete tiros, que só serve para quem assalta, para quem mata. É esse tipo de gente que compra arma desse tipo, porque uma pessoa, para se defender, compra um revólver de cinco tiros ou revólver seis tiros, mas que seja de duas ou três polegadas, não um revólver com sete polegadas de cano.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Jota, isso você diz, isso você está dizendo.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - O revólver está nos laudos, e o seu filho confirmou que o revólver era dele.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Eu não conheço essa história.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Claro que você conhece.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não conheço essa história, até porque o meu filho é de maior.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - O rifle era seu.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - O rifle?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - ... que estava na mão de Carola.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não tenho rifle em mão de ninguém, senhor.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Estava na mão do Avenildo ou do Lisboa.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não tenho rifle, é só averiguar.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Seu filho, junto com outros, que você diz que... Olhe para mim.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Estou-lhe olhando.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Fique olhando para mim, por favor.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Pois não.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Lembra do Neguinho da Madá?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Era o meu motorista. Como você pode dizer que foi meu filho, rapaz? Como você pode dizer que foi meu filho?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – O senhor esqueceu que o Vital trabalhou para você, mas ele trabalhou para mim também?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – O Vital trabalhou para mim? O Vital nunca trabalhou para mim, Jota. O Vital foi soldado de polícia e funcionário da Cemar. E eu não sou dono da Cemar.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Vital era teu cabo eleitoral. Para cima e para baixo, puxando o teu “saco”, para cima e para baixo. Entendeu? Como vocês tiveram um desentendimento, devia estar passando para outro lado, tu ficou contra ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem matou o Neguinho da Madá?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Eu não sei, Deputado. Eu não estava nem lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não ouviu falar?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não estava nem lá. Estava lá não.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Ele sabe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Jota, tem quatro depoimentos... **(inaudível)**, quatro vezes seguidas, 19, 20, 21, 24. Praticamente foi numa sequência só **(inaudível)** conflitando...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não são depoimentos dele, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O delegado deve ter **(inaudível)** ter-se alongado por muito tempo.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Dr. Tuma, deixa eu explicar uma coisa para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dia 19, 20, 21...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – De tantas pessoas que foram presas dentro do Estado do Maranhão, de todas as pessoas que foram presas, eu fui um dos caras citados por todos eles, todas as pessoas me citaram. Então fiquei deixando todo mundo à vontade porque todos eles esperavam – fui preso em 86, no Maranhão, por ter matado um rapaz bem aqui em Pimenteiro, um cara que tentou me matar. Eles jogaram meio mundo de coisas para cima de mim, e eu

calado estava, calado fiquei. Todos eles, como Hemetério, como José Gerardo, iam para a televisão. Poderosos, foram para a televisão, esculhambaram: “Bando de ladrão, bando de não sei o quê”. Quem deveria ter feito isso era oficiado para o Dr. Coutrim por escrito, porque, quando eu comunico qualquer coisa a alguma pessoa, eu faço por escrito, mando protocolar e entrego pelo seguinte: porque estou respaldado, porque agora não vou passar por mentiroso. Agora, ele vai passar porque o Dr. Coutrim não vai confirmar essa história que ele está dizendo. Você pode mandar chamar o(?) para perguntar “É ver da de que o Hemetério Weber fez isso?” Ele vai dizer “Não, claro que não.”

Agora, eu suspeito o seguinte: se o Hemetério Weber achou ruim a minha presença em Nova Olinda, porque estava atrapalhando o negócio deles que eu não sei qual é. E ele entenda como quiser e responda como quiser também, entendeu? A minha fazenda era depois da dele; não era fazenda, são lotes. São lotes...

O SR. OSCAR ANDRADE – Sítio?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, são lotes. A minha tem dois, a minha era depois da dele. Vamos que o Hemetério não me conhecesse a não sei quantos anos atrás, como ele diz, concorda? Mas o cara que passa na frente da minha fazenda, eu tô lá, tomando cerveja, com meio mundo de gente, ando toda hora em Nova Olinda, para cima e para baixo, todo mundo me conhece. Ia na delegacia, por lá, junto com Lisboa, junto com o cunhado dele, o Cláudio Jignis; fui no teu comício lá no Gurupi...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – No Gurupi?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Lá no Gurupi. Ele não sou Jorge Méres que ...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Quando foi no comício? Eu não vou dizer que você não te achado, eu não sei, não sou político, eu ando muito, Senador, principalmente, nos municípios daquela área.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Você tava lá no Gurupi fazendo comício, eu, o Cláudio Jignis, Xuxinha, Jorge Méres, que ele confundiu ainda agora contigo aqui, que era Santa Helena, mas não era Santa Helena, que você parece que fez um comício só em Santa Helena, junto com não sei quem. Você tava lá no Gurupi, quando nós chegamos, não demorou e fomos embora.

Agora, eu acho que o problema dessa denúncia que ele diz que fez para o Dr. Raimundo Coutrim, ele

não gostou da minha presença em Nova Olinda. Eu acho que é isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você estava atrapalhando o quê?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não sei. Era o que, Hemetério?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Jota, você está tentando dizer que eu não pertenço a... que eu não faço parte de roubo, que eu não sou ladrão de carreta, que não sou ladrão de carro. Eu acho que você não está me incomodando, você está incomodando a outras pessoas. Eu era deputado e vivia aqui em São Luís. Eu morava aqui, porque, como deputado, eu morava aqui de segunda a quinta; às sextas-feiras, às vezes, é que saía daqui; sábado e domingo se descansava. Eu apenas comuniquei que a comunidade me participou, e exclusivamente isso. A questão da polícia é uma questão investigatória da parte dela, não é meu. Eu, como deputado, apenas fiz isso, mais nada.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Na época você não era deputado

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Quem lhe disse que eu não era deputado?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – (Inaudível)

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, senhor, nunca fui prefeito de Presidente... Fui prefeito de Santa Luzia do Paroá, de 89 a 92. De 89 a 92, eu não... Fui deputado de 94 a 99. Não fui prefeito de lá, não. Você está equivocado com a minha pessoa.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não. Outra que eu vou lhe explicar bem aqui. Quem, na realidade, era prefeito de Presidente Médici era ele, não era Soares. Porque quem dava as ordens era ele. Vamos voltar à história da silverado. A silverado do Seu Carola, porque ...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Ô, Jota, eu gostaria que você me respeitasse...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Seu Carola é vivo?

O SR. – (Inaudível)

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Eu gostaria que você me respeitasse, porque estou lhe tratando bem. 'Cê tá me chamando de mentiroso, e eu gostaria que você falasse a verdade, assim como estou falando com você.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – A silverado, eu tenho de poimento, acareei junto com Carola, que quando o Seu Carola, porque Seu Carola é seu parente, ele jamais vai fazer acusações em cima de

você, que eu sei que ele não vai fazer. Ele responde qualquer bronca para te livrar, principalmente agora como prefeito.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Ele falou para mim que a silverado era para ti, só que você não podia aparecer para comprar. O senhor lembra o dia em que eu cheguei, teu filho tinha um gol vermelho, na época. Tava para do o gol. A casa de Soares é aqui, certo? A silverado está estacionada aqui, funcionando. O gol estava bem aqui. Neto e aquela moça do cabelo preto, comprido, não sei como é o nome dela. Eu parei no carro, um gol verde que eu tinha na época, não sei se era o gol, se era o ... não sei com qual dos carros eu lembro que eu 'tava. Eu fui para buscar a silverado, porque vocês não tinham terminado de pagar a silverado, entendeu?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Eu nunca lhe...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu ainda não terminei, dá licença. Você 'tava dentro da silverado, não lembro quem estava dirigindo, eu chamei o Carola em frente à casa do Soares: "Carola, se você..." Porque ele tinha me dado dois mil e me dado um cheque da Câmara de Presidente Médici. Tenho o cheque.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Esse cheque é da conta da Câmara?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Da Câmara. Vou dizendo logo que tenho o cheque para depois você não dizer: "Ah, é mentira", não sei o quê.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Não quero saber do seu negócio com Carola, que ro saber, Senador, é de um cheque meu que ele está dizendo que tem, um cheque de dois mil e quinhentos, e gostaria que V. Ex^a pedisse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Já está pedido. O senhor apresente cópia ou o que o senhor tiver.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Gostaria também, Senador, que V. Ex^a pedisse o documento do bugre que vendi a ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Irei pedir para o Dr. Coutrim fazer o levantamento.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO - Está certo.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Carola veio, falou com você quando você desceu da caminhonete e foi lá dentro, entregou três mil reais em moeda corrente para o Carola. Carola vai dizer isso bem aqui, pode mandar chamar, e você....

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Jota, eu acho que você está muito equivocado. O Carola não alugou Silverado nenhuma para mim, penso que é um equívoco da sua parte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Carola, você deu para ele?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Não, essa Silverado foi ele que trouxe de Belém para alugar. Falou comigo só...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - E alugou para alguém?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Alugou para o Prefeito de Presidente Médici, à época da campanha para deputado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Quem era o Prefeito?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - José Soares Monte Neto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Alugou para o Prefeito e depois...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Aluguei para o prefeito trinta dias só.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - E depois?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Depois ficamos com ela carregando passageiro para dar o dinheiro para ele. Ele que era o dono do carro. Depois, conseguimos alugar o carro para Prefeito de Amapá, o Aveny.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Esse carro era legal.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Não. O carro ele trouxe como... Era cabrito o carro, disse que o cara deu para ele, problema de seguro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Golpe de seguro.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Golpe de seguro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois que ele trouxe é que ele me informou que era golpe de seguro. Depois que ele alugou, queria vender o carro. Aí eu não tinha condições de comprar o carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para ele você cedeu o carro alguma vez?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Não, para o prefeito de Presidente Médici; para ele, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é seu parente?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – É meu parente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que ele é seu?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Primo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Primo-irmão?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é seu primo?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – É meu primo, e disse hoje que o Carola é meu parente de terceiro grau.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é mãe ou irmão do senhor.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não.

(conversas paralelas fora do microfone. Inaudível)

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem era a Silverado, Carola?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – A Silverado ele trouxe de Belém para eu vender a Silverado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Jota?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – O Jota. Aí foi feito um negócio – a gente não tinha dinheiro - para alugar a Silverado. Conseguimos alugar para a prefeitura de Presidente Médici, para o prefeito. Alugamos para ele por 30 dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como se chama o prefeito?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – José Soares.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi na campanha?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi quando?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Foi na época da campanha de deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em 1998?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O segundo acareado aqui é quem? O primeiro acareado é José João Soares Costa e o segundo acareado, Raimundo José Fernandes Leite, vulgo Carola.

“O segundo acareado afirmou que retifica suas declarações anteriores com relação à caminhonete Silverado, de cor preta, com placa de Teresina, Piauí, pois, na realidade, comprou o citado veículo do primeiro acareado pelo valor de R\$7.000,00, pagos em três vezes. A primeira parcela, R\$2.000,00 em dinheiro e um cheque de R\$5.000,00 em garantia de pagamento.

to, emitido pelo próprio acareado, tendo o referido cheque sido resgatado através do pagamento de duas outras parcelas, sendo a primeira de R\$3.000,00 e a última de R\$2.000,00. Reafirmando ainda que o mencionado veículo foi alugado, por 30 dias, pelo valor de R\$1.500,00 para o prefeito da cidade de Presidente Médici, Sr. Soares, o qual cedeu a Hemetério Webá, na época candidato a deputado. Que após o término do contrato de locação, trabalhou algum tempo com este veículo e posteriormente comprou um caminhão F-4000, no valor de R\$18.000,00, do prefeito Aveny Pacheco, sendo que o caminhão neste Silverado entrou no negócio pelo valor de R\$7.000,00, sendo que Aveny tinha ciência de que a Silverado era produto de fraude. Nada mais havendo a tratar...”

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– A caminhonete foi alugada para o prefeito para poder pagar o aluguel dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o prefeito cedeu para outro?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você comprou o carro dele?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Foi dele. Ele me vendeu. Ele sabia que...

O SR. OSCAR ANDRADE – Então conte a história.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Não. Ele fez negócio... Ele sabia que não podia pagar...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você falou que o carro é dele e alugou.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Sim, mas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Se ele alugou, é por que você comprou dele.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Ele mandou que eu alugasse...

O SR. OSCAR ANDRADE – Deu dois mil reais e ficou devendo cinco.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Ele falou, foi pago pelo aluguel que ele sabia que não tinha dinheiro. Então, nós tinha que alugar o carro para poder pagar o carro dele,

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ela era sua.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Ele me vendeu o carro, fez negócio para mim pagar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então ele achou que você alugando poderia fazer o capital.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Eu ia pagar ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você disse que foi para o Soares, mas es que ceu de falar que foi alugado pelo Soares para a campanha do Deputado...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Não, eu aluguei para ele. Agora, se ele deu para a campanha dele...

O SR. OSCAR ANDRADE – Está escrito ali. Foi você que disse. Me dá aqui que eu vou ler de novo.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Sim, mas ele alugou. Se deu... O Prefeito que pode ter dado para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você afirmou, Carola, me dá aqui...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Agora ele falou que nunca alugou a Silverado.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Não, ele não alugou a Silverado. Quem alugou a Silverado foi o Prefeito de Presidente Médici.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E aí o Prefeito cedeu para ele.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– É, o Prefeito deve ter cedido para ele, porque...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deve ou cedeu? Como é que você...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Não, era dele.

O SR. HEMETÉRIO WEBÁ FILHO – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era candidato do Prefeito?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Candidato do Prefeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – “Que o mencionado veículo foi alugado por trinta dias pelo valor de R\$1.500,00 para o Prefeito da cidade de Presidente Médici, Sr. Soares, o qual cedeu a Hemetério Webá.” Isso aqui você falou.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Sim, mas era a campanha de Hemetério...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo, mas só que cedeu para a campanha.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Era a campanha do Deputado, aí...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi isso, então, que aconteceu? Você reafirma o que você falou aqui da outra vez.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Que era... Eu não aluguei carro para Hemetério. Aluguei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ninguém está te perguntando. Está perguntando se você alugou. Confirma aqui que alugou para o Prefeito...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Para o Prefeito confirmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E que o Prefeito cedeu para a campanha dele.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – É que ele trabalhava na campanha, mas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. É isso aí, não tem...

O SR. OSCAR ANDRADE – "... Sr. Soares, o qual cedeu a Hemetério Weba", não é isso?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Foi verdade, Senador. Ele, o Prefeito que alugou a caminhonete para o comitê político meu lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele cedeu para a campanha.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Para a campanha trinta dias lá. Eu não sabia de transações, se era legal, se era ilegal, não tinha nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você também fugiu dessa explicação...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, senhor, doutor, eu disse.

Não, senhor, Senador, eu disse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...necessidade.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, Senador, agora... Eu nunca tive Silverado. Me perguntam e eu agora mesmo disse que não aluguei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não conhecia a Silverado, está aqui no depoimento.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, senhor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esses rodeios é que trazem a descrença total em tudo que o senhor falar por causa de um detalhe...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Pois é. Eu quero que apure...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor insistiu como Deputado. Ele perguntou, o senhor disse: "Não sei de Silverado, nunca tive Silverado".

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ora, se eu não fez isso, alugou...

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Quem alugou foi o prefeito, na época, para a campanha lá no Município de Presidente Médici.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E custava o senhor ter dito isso no depoimento. O senhor quis esconder?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, senhor. Eu não quis esconder, Senador. De maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor fez o depoimento sob juramento. Eu não vou criar aqui um problema, tirá-lo preso para não trazer uma consequência mais grave para o senhor. Mas, sem dúvida nenhuma, eu posso fazer isso, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem todo o direito agora, Prefeito, porque o senhor tem duas versões, mas isso não pode acontecer com a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem mais algum detalhe aí?

O SR. - (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alguma carga, alguma coisa... Você sabe se... **(Inaudível)**

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não. Vou explicar uma coisa bem aqui. Não estou defendendo Hemetério. Salvou...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não quero opinião.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Na realidade, a fazenda lá onde o Jorge disse não é do Hemetério.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É disse que é do irmão dele.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – É, da família dele, mas não é dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, isso ele falou e o...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Outra coisa que Jorge falou, que foi buscar o dinheiro – eu não tenho muita certeza, desculpe se eu estiver enganado – com Hemetério, não foi com Hemetério não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Entraram na fazenda para pegar o dinheiro com o Hemetério porque o Bel disse que foi pegar, mas ele não viu, ele não viu.

O SR. - (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É dedução. Eu não quero dedução. Falei para ele, eu não quero dedução. Você tem que me dizer o que viu, o que ouviu. Ele não viu.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – E não foi Bel também não. Bel já estava morto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Foi o...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Cláudio Jignis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Cláudio Jignis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cláudio Jignis, que era o cunhado dele.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Isso foi agora, em noventa e... Bel já estava morto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, essas coisas é que eles ficam com receio se de comprometer e ficam usando do subterfúgio, que é ruim. Porque tem mais pessoas que sabem e acabam confirmando, e o senhor acaba ferindo o princípio legal de dizer a verdade sem necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom, o outro foi o outro prefeito, não é? Tem alguma coisa mais que precise do prefeito ou não?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Jota, queria esclarecer o...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós queríamos esclarecer da Silverado. Agora, o compromisso com os outros. O do avião é bastante sério, porque a perícia disse que não encontrou resíduo de drogas, mas grande parte do avião não pôde ser examinada, porque estava suja de terra, areia, jogada, quebrada, as peças quebradas, eles não tinham condições. E se lavou, limpou, dificilmente...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – E o avião foi... em julho de 97.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acidente? Isso foi uns seis, sete meses depois. Então foi feita nas peças avariadas do avião. O avião estava desmontado. Então é relativo, porque a perícia disse que não pôde fazer em algumas partes. E o tempo entre a possibilidade de ter levado as drogas - não estou acusando, estou dentro do que você viu - e outros vôos que foram feitos nesse interregno e a queda do avião dificilmente uma perícia consegue levantar se tem resíduo ou não. Fica, às vezes, muito tempo, mas se lavar, limpar e usar muitas vezes ela acaba desaparecendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jota, mas o Hemetério tinha relação com o Bel, com a turma toda?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Relações, relações diretas assim, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora, o comprometimento do Cláudio Jignis era forte com a estrutura?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – O Cláudio Jignis anda va 24 horas mais Bel, junto com a gente, para cima e para baixo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está foragido, não é?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Está.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele tinha bom relacionamento com o prefeito?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Cunhaido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, mas ele disse que não se dava, acho que nem mais com a irmã o senhor dá, não é? Pelo menos pelo que eu entendi.

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Senador, depois desses acontecimentos que saíram, nos desligamos, até porque ele não viveu mais aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sua irmã também?

O SR. HEMETÉRIO WEBER FILHO – Não, a minha mora com a minha mãe, é sustentada pela minha mãe.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos verificar se houve engano na digitação...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na Federal fala uma coisa e outra... São quatro depoimentos que não são conflitantes porque eles são contínuos. Acho que cada parte eles ouviram um dia. Teve algum problema para suspender o depoimento?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – A hora que acabar a sessão aqui, vou lhe explicar como foi esse negócio aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer que ele saia?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, quando acabar, dou duas palavras com você e saio. Só para eu explicar isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O seu nome? Identidade? Pode falar no microfone, por favor.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - 108.586 – MA

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – 60.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF, por favor.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – 012.298.853-15.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência atual?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Avenida São Luís de França, 1129.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Empregado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente de alguém, das partes envolvidas nessa apuração de roubo de carga. Tem algum grau de parentesco com os acusados?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, espero que o senhor se comprometa a dizer somente a verdade.

O senhor se compromete?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Eu me comprometo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, assine o termo de compromisso de dizer somente a verdade.

Doutor, o senhor vai permanecer aqui. Por isso eu lhe pediria encarecidamente que qualquer protesto, qualquer intervenção, qualquer desejo, por favor se dirija a mim, que tomaremos as providências. Não se dirija diretamente ao depoente.

Eu queria registrar também aqui a presença da coordenação da Comissão da OAB, chefiada pelo Dr. Pedro Moraes. É uma honra para nós recebê-los. Eles vêm aqui em favor do Dr. Pedro Jarbas, Advogado do Sr. José Gerardo de Abreu. Agradeceria aos senhores se ficassem presentes durante o depoimento. O fato que o Dr. Pedro levou ao conhecimento da OAB não está ainda em discussão nesta CPI, porque estamos aguardando os laudos e as providências iniciais que a Gerência de Segurança Pública vai tomar a respeito do assunto. Tudo será comunicado à OAB para que tome as providências a respeito. Gostaria de deixá-los tranquilos, pois respeitaremos a presença do Advogado do Sr. José Gerardo de Abreu.

Vou pedir licença aos senhores para dar início ao depoimento.

Sr. José Gerardo, o senhor quer fazer uma exposição preliminar a respeito do assunto ou dizer algo que possa colaborar com esta CPI na apuração dos fatos?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Eu gostaria de fazer algumas colocações sobre o que deve ter dado início a essa baralha de todas as coisas. Plantaram na revista **Época** notícia de que eu namorava a Governadora do Estado. Isso é uma coisa absurda, até porque eu tenho o maior respeito por ela e os meus amigos há muitos anos. Desde a época em que seu pai era Governador do Estado do Maranhão nós nos dávamos muito bem. Politicamente, não se pode agradar a todos. Por isso, em razão de algumas posições tomadas, não de oposição irresponsável, mas de crítica construtiva que fiz nesta Casa... Fui eleito para cinco mandatos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando o senhor fala “nesta Casa” refere-se à CPI da Assembléia?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não se refere à CPI do Narcotráfico?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Exerci cinco mandatos aqui. A minha primeira providência foi ir a Brasília, sem convocação alguma, por livre e espontânea vontade. Quando cheguei em Brasília para depor, Senador, foi uma execração. Me torturaram, me execraram...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi torturado?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Psicológica e moralmente. Eles me arrasaram. Eu saí de lá totalmente arrasado com aquelas atitudes, apesar de lá ter ido de livre e espontânea vontade, para cooperar com a CPI. Passamos quase nove horas falando sobre todos os assuntos que já foram passados nesta Casa, nesses depoimentos que tenho ouvido, alguns sobre esses assuntos.

Então, eu quero dizer a V. Ex^{as} que sou uma pessoa que nunca foi processada, nunca tive em crença com ninguém. Inimigos eu não conhecia, mas apareceram esses agora que não sei quem são, o que me deixou realmente ferido por dentro. Eu, uma pessoa que nunca respondeu a processo... E tem mais: pedi que se quebrasse sigilo bancário, fiscal e telefônico. Não fizeram isso, não sei se por que já tinham verificado alguma coisa das minhas contas. Então, entrei no Supremo Tribunal Federal, coisa que os outros fazem para não quebrar. Entrei para quebrar o meu sigilo bancário, telefônico e fiscal. Fiz isso e passamos todo esse tempo, dei todas as explicações, falei sobre todos os assuntos, esses assuntos que hoje tenho ouvindo sobre esta CPI. Nunca me envolvi com

bandido. Tenho família, somos oito irmãos, cinco homens e três mulheres, nunca se ouviu falar no nome de nenhum aqui, qualquer que fosse o assunto, qualquer que fosse a gravidade, por menor que fosse. Aqui nesta Casa também não tinha inimizade com ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu queria pedir um favor ao senhor. Apenas para atendermos para a economia processual, que o senhor se referisse só ao caso. As coisas de ordem pessoal todo mundo já tem conhecimento, até para não desgastar, já que estou vendo que o senhor está emocionado, com a boca seca. Que o senhor entrasse logo nos fatos, porque o resto não vai trazer nada ao conhecimento da CPI, são problemas de ordem pessoal. O que a CPI investigou, o narcotráfico, é um assunto resolvido, está no relatório final, o que está nos autos do processo está em andamento. O que estamos fazendo é buscar informações, provas e materializar o roubo de carga. Então, eu pediria ao senhor, com todo respeito, que evitasse essas questões de ordem pessoal.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Sim, mas eu queria fazer ao menos uma colocação, de vital importância. Que o Deputado Magno Malta esteve aqui, em São Luís e disse que o meu crime era político e não sabia que estávamos em regime de exceção. Então, daí parte-se do pressuposto de que as coisas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui o senhor não está respondendo a crime político. Portanto, o que o Presidente da outra CPI falou é um problema que o senhor pode resolver até na Justiça se assim o desejar. Aqui é para se apurar a prática do crime do que está inscrito no Código Penal. De forma que essas referências não vão servir para mim.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Mas eu não podia deixar passar essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem mil oportunidades. Eu pediria que o senhor não se referisse mais aqui aos assuntos da outra CPI e nem aos Deputados que a dirigiram.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Sim, seria uma oportunidade ímpar fazer isso aqui, mas eu nunca me envolvi com bandidos, nunca me envolvi com negócio de cargas, o nosso negócio é transporte coletivo e não tenho vícios de passar final de semana... Isso não é interessante, mas isso eu queria dizer porque tenho uma vida muito atribulada de serviços da nossa empresa. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Suas atividades se limitaram ao Maranhão, a São Paulo? O

senhor poderia nos descrever um pouco das suas atividades empresariais?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Só ao Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São Paulo, Campinas...

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Campinas nunca fui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não teve nada?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só aqui no Maranhão...

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Só São Luís e a minha fazenda fica perto de Santa Inês.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Empresa de ônibus, com carga, essas coisas?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Aqui dentro de São Luís

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com carga, essas coisas nunca lidou?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca teve contato com algum desses envolvidos que hoje têm prisão preventiva? Outros foragidos, nenhum deles teve contato com o senhor?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Todas as acusações são gratuitas? Com seu mandato o que aconteceu.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Todas são gratuitas. Meu mandato eu não sei nem... parece que eu fui cassado por falta, falta, por atestado médico. E esta Casa também, agora eu tenho que me referir, porque era dado pelo médico e eu tinha que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi cassado por ausência?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Parece que foi falta, eu nem sei mais, o que me parece que foi por excesso de falta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não respondeu nenhum processo, não chamaram o senhor, não teve direito à defesa?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não respondi nenhum processo. O desembargador deu uma liminar para que desse... nós respondêssemos, sem responder às questões atinentes ao meu caso,

e a relatora... o oficial de justiça foi à casa dela, foi a todo o lugar e foi escondida. Trouxeram aqui às presas, entrou e foi uma coisa assombrosa, uma coisa absurda que eu não ... daquele jeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor está preso por quê?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Estou preso porque me acusaram em telefonema, deram-me uma preventiva de um telefonema meu como delegado Brandão, que nunca existiu esse telefonema. Pegamos todas as nossas contas de telefone e mandamos para lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que tipo de telefonema que dá uma prisão preventiva?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Eu nem sei. Todas as contas foram para lá, telefônicas, e eu nunca falei com o Sr. Brandão no fórum, na Justiça comum. Ele disse que nunca me conheceu e eu também nunca dei uma boa tarde ou um bom dia para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só por esse motivo o senhor está preso há quanto tempo?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Eu estou preso também pela Justiça Federal devido a quando eu fui a Brasília os Deputados da Comissão acharam que deveriam me indiciar e eu vim preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem decretou a sua prisão?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Quem decretou, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi em função do indiciamento da CPI do Narcotráfico?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Um foi. Outro foi do....

O SR. OSCAR ANDRADE – O que foi imputado ao senhor na CPI do Narcotráfico?

O SR. OSCAR ANDRADE – Que eu tinha envolvimento de roubo de cargas, drogas, armas e tudo isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Willian Sozza?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca viu?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Vi agora, que está lá no quartel, preso comigo lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está preso com o senhor?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Está.

O SR. OSCAR ANDRADE – Junto?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, junto não. E nem falo, com esse pessoal não tem de maneira nenhuma, não quero nem conversa.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está preso há quanto tempo?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Um ano e ... estamos em março, quinze meses, mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor imputa como verdadeiras as acusações que fizeram ao senhor?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – São todas mentirosas e todas vão ser provadas que não existe nada contra mim. Absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não acha que está demorando demais para provar a sua inocência?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Dr. Tuma, Senador Tuma, eu aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As acusações são graves e têm testemunhas que vamos fazer uma acareação e realmente são graves.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Mas não são verdadeiras, aquilo foi tudo forjado, foi tudo armado. Foi uma armação que fizeram contra mim, porque eu não sou homem disso. Uma armação.

Em 1978, para o senhor ter idéia, eu tinha 70% do transporte coletivo da cidade. Isso não é importante, mas vou dizer, era nosso aqui, 70% do transporte. Quando aconteceu esse caso eu não tinha 10%, e hoje me cassaram tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é a sua participação, Sr. José Gerardo, na morte do Delegado Estênio?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Participação nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor sabe da morte do Delegado Estênio?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não sei explicar nada sobre esse assunto.

O SR. OSCAR ANDRADE – E do churrasco de confraternização?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, eu não estava nem aqui em São Luís. E outra coisa, eu vim saber isso depois pela imprensa.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é amigo do senhor Joaquim Lauristo?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Sou sim, Joaquim, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – É, como é a sua relação com ele? Conta para nós aí.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – A minha relação é boa. Quando o pai dele morreu, foi assassinado, quer dizer, o pai era o meu amigo e eles, os irmãos, ficaram assim, com todo respeito, e me tratavam como uma pessoa que, vamos dizer assim, tipo um tutor, na época. Eles eram pequenos e eles vieram crescendo, cada qual tomando as suas posições. Por exemplo, ele passou...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabia dos tantos envolvimento que o Lauristo tem com o crime?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, não sabia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas tantos anos assim, não é possível.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Porque o problema é o seguinte: ele esteve em Imperatriz, quando David foi prefeito e passou seis anos em Imperatriz. Seis anos passou em Imperatriz. E ele tinha a sua empresa – as suas empresinhas – de transporte e terraplanagem que trabalhava aqui no Estado, entendeu? Ele trabalhou seis anos, sete anos com David lá em Imperatriz. Então, esse tempo todo, o David foi prefeito esse tempo todo de lá e eu nunca fui em Imperatriz. Fui em Imperatriz duas vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a relação comercial que o senhor mantinha com Joaquim Lauristo?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Relação comercial nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era só de amizade?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Só amizade, sim. Tinha não, tenho ainda.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem conhecimento da prisão de uma carreta na casa de Joaquim Lauristo, que estava emprestada para a filha ou para o deputado Chico Caíca?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Eu to meio conhecimento pela imprensa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só pela imprensa?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Foi, sim senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem que era a carreta?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não sei. Sei dizer, informar que vi pela imprensa também que a carreta não era roubada. Carreta legal, não era roubada. Carreta legal. Isso eu soube pela imprensa também e deve estar aí para ser confirmado isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que que ela foi presa?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não sei também.

O SR. OSCAR ANDRADE – O proprietário da casa era quem? Era o Joaquim Lauristo?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – A casa era de Joaquim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Bel?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Nunca vi, não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o bando do Bel, ninguém do bando do Bel?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem por jornal? Todo mundo do Maranhão conhece.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, eu vi, depois que houve essa chacina, pelo jornal, pela imprensa. Mas mesmo, contato eu... porque o meu tempo era muito curto, eu não podia por exemplo contato de estar, é uma coisa insignificante, mas acho bom dizer também: eu não bebo, não fumo e não jogo. Não sou contra quem faz tudo isso, os meus finais de semana era para a minha fazenda. Eu ia para lá e ficava lá. O meu descanso, a minha higiene mental era lá na fazenda.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Cláudio Jignis?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca ouvi falar?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Nunca ouvi falar. Vi falar pela imprensa também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jota?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, senhor. Só vi a primeira vez na Justiça Comum ou na justiça... umas duas vezes. Na Justiça Comum e na Justiça Federal.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o José Júlio?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – O Júlio conheci agora, está lá no quartel também preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está preso lá também?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Está sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conheceu lá?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O indiciamento do senhor na CPI do Narcotráfico é por roubo e receptação de carga roubada, não é isso?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe por que foi indiciado e por que está preso? Não quer dizer?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não quero dizer não. Veja bem. Fui indiciado, aliás, foi depois. Fui indicado porque eles achavam naquela ocasião que eu não estava falando a verdade, mas eu vim para falar com vocês. Pode ver que não existe nada disso aqui como até hoje... eu ainda estou respondendo na Justiça Federal este assunto. E pode ver lá

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso lá?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não senhor, fui preso em Brasília.

O SR. OSCAR ANDRADE – Direto na CPI?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não senhor. Fui, estava com os meus advogados tentando a justiça, os meus direitos, e tentando até uma loucura na minha vida... jamais na minha vida pensei passar por uma coisa tão bárbara, tão degradante, tão... é uma coisa absurda, não queria que os meus filhos me vissem, tanto que não recebi minha família, nenhum, lá na cadeia. Não recebo de jeito nenhum, familiar meu não quero nem ver, por que sempre tive uma vida de respeito com os meus familiares e não quero que os meus filhos me vejam atrás de uma grade. Mas se Deus quiser, não vou demorar muito porque Ele é poderoso e vai, com certeza, vai fazer justiça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espero que Ele castigue aqueles que estão trazendo tanto mal para o país com morte, assassinato, prejuízos econômicos. Isso tem que terminar, porque aqueles que põem a mão no crime têm que pagar um alto preço.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Se Deus quiser, Senador.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. José Gerardo, estou vendo aqui o depoimento do ex-Deputado Chico Caíca aqui nesta Casa da Assembléia Legislativa. Então queria perguntar se o Deputado... O Relator Sr. Joamar Fernandes perguntou se o Joaquim Lauristo lhe confidenciou, contou crimes que aconteceram e o que ele participou e o que mandou o Bel fazer. Se ele teve conhecimento. O Deputado Chico Caíca respondeu o seguinte: "Sim, ele teve uma morte em Santa Inês de um empresário chamado Gel".

Estou falando isso porque o senhor disse que nunca teve inimigos, é uma pessoa que não teve nenhum problema e tal, e estou mostrando um exemplo que o senhor estaria envolvido, pelo menos aqui seu nome aparece na história dito pelo seu ex-colega da Assembléia Legislativa. E diz o seguinte: "...chamado Gel. Que o Deputado José Gerardo comprove uma loja que ele tinha lá, que ele revendia carro. Ele comprou o prédio e discutiram por causa de umas cortinas e de um telefone. E o Gel partiu para o Zé Gerardo e humilhou, e o Joaquim me disse: 'Compadre, tenha paciência que vou resolver'. E disse que encontrou o Bel em Santa Luzia e Santa Inês junto com o cabo Cruz e o Fala Fina. Aí o Joaquim disse para ele: 'Olha, o nosso compadre não pode ser desmoralizado. Tem um serviço para fazer'. Ele disse: 'Agora. Aonde?' Ele disse: 'Aqui em Santa Inês'. Ele disse: 'Deixe que de manhãzinha está pronto o serviço'. E mataram o homem às 6 horas da manhã."

O Sr. Relator Jolmar Fernandes, perguntou: "Deputado Caíca, esta comissão gostaria que V. Ex^a falasse um pouquinho do Gel, feito pelo Bel, pelo Cabo Cruz, a mando do Zé Gerardo, Gel em Santa Inês".

Bom, só estou dizendo o seguinte, em tão o próprio, o seu ex-colega daqui, da Assembléia Legislativa, citou um fato, quer dizer, de um episódio que aconteceu lá na Santa Inês, do que o senhor comprovou lá, essa empresa de um outro cidadão, e que por divergência eles então, o cara lhe desmoralizou, e eles foram lá e vingaram, foram lá e o cidadão foi assassinado, o tal do Gel foi assassinado.

Bom, só estou citando um exemplo, porque me parece que as coisas não são tão simples assim, porque V. S^a disse: 'Não, eu estou preso injustamente, eu nunca fui nada, blá, blá, blá. Lá em Brasília fui massacrado psicologicamente etc., etc'. E estou citando um exemplo. E deve ter até os exemplos aqui de depoimentos que foram dadas por pessoas aqui na CPI da Assembléia Legislativa. Então eu só peguei um ponto do que pude observar aqui. Quer dizer, então, o que me parece é que as coisas caminharam de outra forma e não da forma como V. S^a acabou de dizer aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não é santo. O que ele quis dizer é que o senhor não é santo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Sobre a questão da morte do empresário lá de Santa Inês.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não conheci Cabo Cruz, nem Faro Fino, nenhuma dessas pessoas aí. Isso aí são acusações mentirosas, entendeu? Inclusive no governo do Senador Edison Lobão

tinha como Secretário de Segurança o Coronel Ventura, de 1990 a 1994. Eu fiquei na suplência, fizeram um RX da minha vida todinha. Certo? Não encontraram nada, absolutamente nada.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o senhor continua preso?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Então, é o seguinte...

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Pois é, mas o senhor conheceu esse empresário chamado Gel, lá da Santa Inês?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Comprei sim, era meu amigo, comprei sim dele, comprei dois prédios e nunca houve desentendimento nenhum com ele.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Mas ele foi ou não assassinado? Ele foi ou não assassinado, o empresário chamado Gel?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Foi sim.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Então a informação do Caíca procede. O senhor conheceu o João Joaquim Lauristo?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Conheço. Não, mas foi muito antes, esse prédio eu comprei há anos dele, não foi, como é que se diz? Não foi como ele está dizendo, que comprei o prédio e desentendeu por causa de uma cortina. Não sou homem para isso. Tenho uma formação cristã e não existe isso, de maneira nenhuma, porque o que não quero para mim não quero para o meu semelhante. Então, isso aí tudo é uma farsa que montaram contra José Gerardo. Não encontraram nada até hoje, então procuraram trazer toda essa coisa de uma pessoa que sempre procurou andar corretamente na sua vida pessoal, profissional e familiar. Sempre procurei andar dentro da minha... exatamente nos parâmetros legais da lei. Não tenho nada, absolutamente nada com essa história da morte.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Mas, Sr. José Gerardo, mas foi dito por um amigo seu. O ex-Deputado Chico Caíca é seu amigo, está certo? E ele não ia inventar essa história só para lhe incriminar. O senhor acha que ele ia inventar isso só para colocá-lo em má situação perante a sociedade? Olha, acho que na verdade ele simplesmente deve ter contado a verdade perante a CPI da Assembleia Legislativa de São Luís.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Eu não acredito nesse depoimento dele. Se ele deu isso aí, não falou a verdade.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Pois é, mas está aqui o relatório da Assembleia Legislativa daqui ...

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Ele não falou a verdade, inclusive ele disse, falou que, quando veio depor, ele estava depondo aqui na CPI, até onde eu sei, que era para cassar José Gerardo só. Cassar José Gerardo. Então, ele foi muito afoito, foi com muita sede ao pote, o que aconteceu? Ele foi cassado também, quer dizer, eu não tenho nada absolutamente nada com crime de ninguém. Isso, aí, tá, naturalmente, na Secretaria de Segurança, já respondi esse processo - esse aí, não, esse processo – não, como é que se diz, inquérito. Então, todas essas coisas que ele me imputou não é verdade. Inclusive eu disse: se disser isso aqui e não provar, eu vou processá-lo, vou processá-lo. Não tem jeito.

Agora, quanto à demora na minha prisão, são várias prisões, e aqui, Se na dor Tuma, eu até não posso nem falar determinadas coisas, porque dizem que eu não posso ser solto e tem os poderes contra Zé Gerardo. Agora, eu nunca fiz mal. Por que isso? Isso me deixa assim...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é empresário de transporte coletivo?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Sou.

O SR. OSCAR ANDRADE - Aqui, urbano?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Urbano.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantos ônibus o senhor tem?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Em 78, eu tinha 70% do transporte coletivo, aqui; tinha 70%.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantos ônibus?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Em 78, eram 130, era 70% do transporte. No ano passado, quando eu fui cassado, eu tinha 10%. Eu tenho sofrido muita perseguição, porque se eu não tivesse entrado na política também, eu era um homem hoje para ter meus - não sei por que Deus me deixou entrar na política - quinhentos ônibus aqui na cidade, ter uma vida independente e sem problema nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE - E caminhão, quantos você tem?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Caminhão, eu não tenho, não tenho caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você nunca teve caminhão?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Como é?

O SR. OSCAR ANDRADE - Caminhão o senhor nunca teve?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Não. Caminhão, não. Tenho caçamba pra tapar buraco aqui,

tapar buraco, ali. Entendeu? Mas minha empresa tem uma caçamba só.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor trabalha para a prefeitura?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Não, senhor. Não trabalho pra ninguém. É porque se você não tapar os buracos, aí o que você gasta de mola, por mês, você gasta aqui, às vezes, gasta de 15 a 20 mil reais de mola por mês. E pneu? Você corta pneu em tudo quanto é buraco por aí.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Sr. José Gerardo, prosseguindo ainda No depoimento do ex-Deputado Chico Caíca, o Sr. Joelmar Fernandes perguntou o seguinte: "Deputado Caíca, aconteceu em São Luís, há um ano atrás, um crime, uma tentativa de assassinato que ficou conhecido como caso do Dedé, da Cetracol. O senhor tem alguma informação sobre esse crime?" Foi uma pergunta feita ao Deputado Chico Caíca. Ele respondeu: "O que posso lhe informar é que a tentativa de morte do empresário Dedé, da Cetracol, foi tramada pelo já falecido Zezé e outros que eu não conheço. E se o espírito não me engana, não tenho a certeza, não estou confirmando, o motorista é João Vicente". O Sr. Joelmar Fernandes perguntou: "Ele trabalhava para quem? Alguma pessoa que o senhor conhecia, esse motorista João Vicente?" E o Sr. Deputado respondeu: "Ele trabalhou para o José Gerardo e comprou uma caçamba e ficou trabalhando nessa caçamba. Mas quando José Gerardo precisava viajar, mandava buscar ele". O Sr. Deputado perguntou: "Deputado Caíca, e quem lhe informou sobre essa tentativa de assassinato do Dedé, da Cetracol?" O Sr. Deputado respondeu: "Pelo próprio José Gerardo, quando disse que tinha muita confiança no compadre dele; na hora ele, com licença da palavra, e dos senhores, deu uma 'diarréia danada'".

Então, tudo isso mostra, quer dizer, toda a sua relação com pessoas que tinham esse comportamento: tentativa de assassinato, etc. Portanto só estou pegando aqui alguns trechos do depoimento do ex-Deputado Chico Caíca, que demonstra, então, que o senhor tinha relações com pessoas que eram realmente...

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Não tinha não.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Está aqui. Ele disse. Não estou dizendo, estou apenas lendo trechos do depoimento do ex-Deputado Chico Caíca.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Mas não é verdadeiro. Isso é mentiroso. Quanto à caçamba, o seu colega de Câmara, no Governo João Castelo, foi

financiada. Ele pediu para o Governador que a financiasse por meio de bancos. Não sei se foi pelo Banco do Estado ou pelo BCN, mas essa caçamba foi comprada, foi financiada pelo então Governador João Castelo, que era Deputado Federal e, inclusive, era muito amigo meu também. Foi financiada pelo Governo dele por intermédio, quero dizer, com a aquiescência do hoje Deputado Federal João Castelo, que a comprou para ele. Nunca comprei caçamba e nunca usei o Sr. João Vicente para nada, entendeu? Sou compadre dele, mas, independentemente disso, não o vejo há muitos e muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Geraldo, o senhor conhece essa casa? Rua dos Magistrados, 99.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não conhece? Ela foi usada por Joaquim Lauristto e por José Gerardo para a guarda de mercadorias roubadas. O senhor não conhece?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - E esta aqui?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Onde é essa aí?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É a mesma com o muro. Nunca viu esta casa? Edifício Colina de la Mare, Vila Montiesse, onde, segundo Jorge Méres, morava o piloto Ângelo com ...

Garagem da empresa Expresso 1001. Isso aqui o senhor conhece. Estrada Maior, bairro Forquinha, onde, segundo José Gerardo, guardavam-se carretas roubadas. Conhece isso aqui?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - E aqui?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - É a mesma, não?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É. Aqui é outra posição. Pode ler.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Eu acho que conheço. Entrei nessa garagem depois que é da 1001. Vendi essa para eles acho que foi em 70 e...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Então, era sua antes?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Era minha antes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Até que ano foi sua?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Acho que foi antes de... Eu vendi isso em 78... Entre 78 a 80.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E essa empresa Transporte Júlio?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Essa era nossa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Leia aqui o que está escrito.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – (Inaudível)... onde, segundo Jorge Méres, a quadrilha do José Gerardo guardava as carretas roubadas. Nunca entrou carreta aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E essa aí é a mesma, na Avenida Lourenço Vieira?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – É a mesma sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse é o muro da frente, não é isso?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – É. Parece que é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não confirma nada disso que Jorge Méres...

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Nada, nada, nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não tem nada com carga roubada?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca guardou nada nem foi do seu conhecimento?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quanto às reuniões em São Paulo com o Sr. William Sozza, com Augusto Farias e com Hidélbrando Pascoal, quantas aconteceram?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas reuniões aconteceram com essas pessoas e o senhor?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não conheço Augusto Farias nem o William Sozza e nunca fui a Campinas também, entendeu? Deram o nome de um hotel lá, tivemos o cuidado de procurá-lo de tirar uma certidão para provar que nem existia. Nunca fui a Campinas, até gostaria de ser campinense.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não existe o hotel?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – O hotel em que eles disseram que houve a reunião não existe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não existe o hotel ou era um apart hotel.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não. Era um hotel. Ele disse que era o **Village Hotel**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu conheço esse hotel em Campinas. Como não existe? O senhor não o achou.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Na época em que isso foi denunciado, esse hotel não existia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor disse que não existe.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, senhor. Tem certidão e tudo de lá do... hotelheiro

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem a certidão?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Está com os advogados.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Está com os advogados. Está com o Dr. Calmon e o Dr. Mário Gilberto, em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Doutor, o senhor poderia depois nos dar uma cópia dessa certidão?

Vou trazer o Jorge Méres para relatar e vamos buscar a verdade. (Pausa.)

Jorge, você conhece essa pessoa?

O SR. JORGE MÉRES – Agora conheço o Sr. José Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora?

O SR. JORGE MÉRES – Não, conheci de tempo, mas ele andou negando uns tempo. Conheço o José Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele andou negando que não te conhecia. Agora me disse que não te conhece.

O SR. JORGE MÉRES – Conhece.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não conhece o Jorge Méres?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Senador Tuma, esse cidadão disse que a primeira vez que me viu foi em Campinas em uma reunião entre mim, isso a revista está dizendo, ele, PC Farias, Augusto Farias...

O SR. OSCAR ANDRADE – Hidélbrando.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – ...Hidélbrando e...

O SR. OSCAR ANDRADE – William Sozza.

O SR. JOSÉ GERALDO - ...e William Sozza. A primeira vez que me viu foi em Brasília... Em Campinas nessa coisa. Primeiro que nunca houve esse união. O Augusto Farias, inclusive mandamos para ser nosso testemunho na... e o relator da CPI, Moroni Torgan, para serem testemunhas de defesa nos sa. Avocamos para serem testemunhas de defesa nossa, para o senhor ver. Então, ele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Moroni prestou testemunho a favor do senhor?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Até hoje não responderam. E o Augusto Farias provou lá que não tinha nenhuma... todos eles nunca disseram que me conheciam, nenhum deles, nem Augusto, nem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode fazer alguma referência sobre essas reuniões, Jorge?

O SR. JORGE MÉRES – Dr. Tuma, essa reunião aconteceu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com quem? Exatamente com quem?

O SR. JORGE MÉRES – Com o José Geraldo, com o Sozza, com o Hidelbrando e com o Augusto Farias. O PC não estava não. A reunião aconteceu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor alguma vez falou no PC?

O SR. JORGE MÉRES – Ele falou agora de Paulo Farias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, ele falou que leu na revista. Digo se você falou sobre isso?

O SR. JORGE MÉRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca citou PC.

O SR. JORGE MÉRES – O Paulo César não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi onde? Você lembra em que lugar?

O SR. JORGE MÉRES – Foi em São Paulo e foi em Campinas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em Campinas onde?

O SR. JORGE MÉRES – Em Campinas, tínhamos um jornal onde aparecia a fotografia onde almoçaram. Só que todas as provas que eu tinha, inclusive as testemunhas, o porteiro do hotel, a recepcionista, sumiram. Não querem ser ouvidas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas que hotel era?

O SR. JORGE MÉRES – Uma das reuniões foi no Village.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde fica o Village, em Campinas?

O SR. JORGE MÉRES – Em São Paulo. Em Campinas não tem Village.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em Campinas, qual foi o hotel?

O SR. JORGE MÉRES – Em Campinas foi uma vez na Ponto Zero e outra vez em um hotel que tem ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ponto Zero, o que é?

O SR. JORGE MÉRES – Ponto Zero era uma revenda de carro importado do Sozza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do Sozza?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o hotel?

O SR. JORGE MÉRES – O hotel está no primeiro depoimento. Foi pego o endereço do Villar. Não lembro do nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não lembra agora. Sabe mais ou menos onde é?

O SR. JORGE MÉRES – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conhece Campinas?

O SR. JORGE MÉRES – Conheço bem. Morei lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde fica?

O SR. JORGE MÉRES – Quase no centro, perto da praça...entre...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é nenhum daqueles que tem na entrada de Campinas, ali na estrada, aqueles dois, não?

O SR. JORGE MÉRES – Não. Descendo o terminal, ali perto do Bradesco, tem um hotel grande, ali...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Terminal rodoviário?

O SR. JORGE MÉRES – Sim. Terminal Central.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pega o viaduto e pega à direita ali e vai para a avenida, não é?

O SR. JORGE MÉRES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ali, a gente depois...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual foi a sua participação nas reuniões?

O SR. JORGE MÉRES – Apenas era motorista do Sozza. Eu ia com ele em todos os lugares que ele ia.

O SR. OSCAR ANDRADE – E os outros? Eram reuniões demoradas?

O SR. JORGE MÉRES – Não, rápidas, só para decidir o que iam fazer, o que estava acontecendo e...

O SR. OSCAR ANDRADE – Depois o William te falava?

O SR. JORGE MÉRES – Quando eu não estava com ele, muitas vezes ele comentava, porque eu tinha que ir para os locais depois. Mas, geralmente, sempre estava junto com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora, você tem certeza de que o José Gerardo estava lá?

O SR. JORGE MÉRES – O José Geraldo estava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você chegou a vê-lo ou só o Sozza falou que ele...?

O SR. JORGE MÉRES – Não. Eu vi o Zé Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você viu o Zé Geraldo.

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você lembra algum detalhe que poderia identificá-lo?

O SR. JORGE MÉRES – Olha, o Dr. José Geraldo não tem como não identificar depois, porque o vi bem próximo, não tem como esquecer da fisionomia dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você chegou em algum estabelecimento dele? Porque têm umas fotos aqui, ele diz que é mentira o que você falou sobre a guarda de mercadoria roubada nesses locais aí que foram fotografados. Você quer ver?

O SR. JORGE MÉRES – Na empresa dele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se alguém estiver interessado em ver essas fotos, elas também estão à disposição. Não é nada sigiloso.

O SR. JORGE MÉRES – Essa casa que está aparecendo aqui é a casa onde Bel morava, no Olho D'água, que estava à disposição do Bel. Diz ele na época, dizia, que era do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado...?

O SR. JORGE MÉRES – José Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa casa que o senhor diz que não conhece.

O SR. JORGE MÉRES – Estava à disposição do Bel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mostra para ele lá. A outra.

É aqui em São Luís?

O SR. JORGE MÉRES – É aqui em São Luís, na praia do Olho D'água.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Eu não conheço, Senador. E é muito fácil a gente ir no Cartório de Registro de Imóveis, vê desde o início da casa, saber de quem é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Ele não disse que era sua. Ele disse que o outro fazia referência que era sua propriedade. Isso vamos verificar.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Mas não é verdade, porque eu nunca falei com Bel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso nós vamos verificar.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Nunca falei com o Bel, nunca conheci Bel, nunca estive nessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mostra a 7, 8, 9 e 10.

O SR. JORGE MÉRES – Aqui empresa de ônibus. Ele vendeu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando o senhor vendeu a 1001? Quando o senhor vendeu a 1001?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Foi em... de 78 para 80.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você lembra o período em que guardavam as carretas roubadas nesses locais?

O SR. JORGE MÉRES – As carretas foram guardadas na Júlia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na Júlia. Outro nome?

O SR. JORGE MÉRES – Na Júlia, na outra empresa. Nessa aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Júlia ainda é sua?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – É sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continua sua propriedade. Em que período guardava? Lembra que tipo de carga que tinha nessa...? Da onde veio?

O SR. JORGE MÉRES – Foi guarda da uma carreta Volvo branca, que foi modificada lá dentro da garagem para poder viajar e aguardar documento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Modificada em quê?

O SR. OSCAR ANDRADE – Trocado o chassi?

O SR. JORGE MÉRES - Não. Foi modificado porquetinha faixas, tinha...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, pintura.

O SR. JORGE MÉRES – Foi dada uma modificada...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dada uma guaribada na apresentação dela, não é?

O SR. JORGE MÉRES – Para ficar um pouco diferente. E essa carreta ficou bastante dias lá dentro da empresa.

Teve uma outra carreta que foi pintada lá dentro da empresa. Teve uma outra Scania que foi pintada embaixo do escritório do Dr. Zé Geraldo. Foi pintada de branco. E essas carretas eu peguei dali, como nunca neguei, e ele veio, porque recebia ordem dele var embora.

Abasteci as carretas lá dentro da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor tem abastecido?

O SR. JORGE MÉRES – Lavei o “cavalo” lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é o abastecimento lá?

O SR. JORGE MÉRES – Entrando da rua para dentro do pátio fica...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O pátio é grande?

O SR. JORGE MÉRES – A primeira parte - são duas partes o pátio - é grande: estacionamento de ônibus, do lado esquerdo, na parte de baixo, tem uma bomba pequena, bomba de empresa, não é bomba normal de posto, é aquela pequena que as empresas colocam.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais baixa, não é?

O SR. JORGE MÉRES – É. Ao lado tinha uma rampinha que é onde lavava os carros, os ônibus, abastecia ali. E do lado direito, quase em frente ao portão, era embaixo a oficina e em cima os escritórios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você chegou a entrar no escritório?

O SR. JORGE MÉRES – Não. Eu só ia até na oficina, ficava ali embaixo. Quem subia era o Bel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Chegou a ver o ex-Deputado José Gerardo lá no pátio durante a permanência da carreta, quando você esteve lá para buscá-la, abastecê-la?

O SR. JORGE MÉRES – Não. O dia que eu fui buscar a volvo, que estava abastecendo a volvo, fui eu, o Bel, fomos encontrar com Lauristo lá, que era para ele abastecer o caminhão. Eu estava perto do caminhão....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não está morto, o Lauristo está vivo.

O SR. JORGE MÉRES – O Lauristo está vivo. Eu estava perto do caminhão e o Sr. José Geraldo chegou, mas eu não ele ali não. Ele chegou, subiu para o escritório mas eu não o vi naquele dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem mais testemunhas que conhecem a história e que ainda não estejam mortas?

O SR. JORGE MÉRES – Tem. O gerente que trabalhava para ele até criticou porque eu cheguei de roupa social e ele falou que eu não era caminhoneiro porque eu andava de roupa social. O menino que trabalha na oficina e o porteiro sabem e me conhecem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Será que eles trabalham lá ainda?

O SR. JORGE MÉRES – Não sei, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A descrição e as coisas que ele fala conferem?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Senador Tuma, esse cidadão e as informações que foram dadas sobre a nossa empresa e a nossa garagem, inclusive V. Ex^a pode até pegar, porque eu fui acareado com ele em Brasília sobre essa mesma história.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu estou perguntando...

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Sim, senhor, eu só queria fazer aqui uma referência. Tem um preso chamado Donato, que está no quartel, que disse para os outros presos que ele foi atrás de emprego lá na empresa e porque eu não tinha arranjado emprego, porque não tinha... Na época eu nem sabia quem era. Não tinha emprego e dizendo ele que tinha mandado uma carta desaforada para mim...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Donato?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – O Donato. Que o Donato tinha mandado uma carta desaforada para mim e que ele deu a descrição da empresa para o Sr. Jorge Méres. Donato disse isto lá e ele está vivo e pode comprovar. Eu nem tenho conversa com esse rapaz lá no quartel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor conhece o Donato?

O SR. JORGE MÉRES – Nem sei quem é. O menino que está lá não sei o nome dele. É o gerente

que estava na oficina, estavam pintando a carreta. Ninguém me disse como era a empresa. Eu entrei lá dentro para pegar o caminhão e abastecer. Foi isto que aconteceu.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - O Sr. Donato estava preso com ele. Foi no quartel, não foi na empresa, como ele disse. Donato estava preso com ele e disse isto para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas também não é um detalhe importante por isto, porque qual quer um de nós pode entrar lá e ver, mas os detalhes das carretas que entraram e que fora pintadas lá dentro... Tem pinturalá?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Sim, mas eu queria me referir ao primeiro lá porque ele disse que a guarita era do lado de fora da garagem e não era do lado de fora. Era do lado de dentro da garagem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Eu não perguntei isto para ele. Perguntei sobre guarita?

O SR. JORGE MÉRÉS - A guarita não era nem para o lado de fora e nem para o lado de dentro porque não havia muro, ele fez o muro depois. A guarita era na entrada do pátio, perto da rua. Tinha a guarita ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sem muro?

O SR. JORGE MÉRÉS - Não tinha muro. Tinha um muro alto na lateral de cima e a divisória no fundo aonde guardavam os carros que não eram para ver. Essa Volvo teve os vidros trocados e foi mandado quebrar para não aparecer a numeração.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Querodizer a V. Ex^a que esse detalhe é exatamente isto: são pessoas que foram pagas, não diria pagas, mas que foram "fabricadas" para incriminar a minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Se o senhor se ativesse aos detalhes das carretas e da pintura...

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Lá nós só trabalhamos nos ônibus. Lá não tem carreta, não tem pintura...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor está me levando a achar que eu vou bobearquando o senhor diz: "Ah! Ele falou do muro..."

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Eu quero falar nos detalhes porque ele disse que tinha guarita lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - E ficou o principal, então, quer dizer, o senhor recusa os detalhes e fica no principal em que houve a pintura da car-

reta, ele vai lá para dentro e tem um muro que separa os carros que não tem...

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Não tem muro que separa, não se pinta nenhum carro de fora lá da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas lá tem pintura?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Tem pintura para os ônibus.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas tem uma oficina de pintura?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Não senhor, lá é uma empresa de ônibus com todos os detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Eu sei que é para ônibus, mas se pinta lá? Pintam-se veículos?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Os ônibus, pintam, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas se há pintura de ônibus, pinta-se qualquer outra coisa.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Não, não se pinta. Até os meus carros pe que nos são pintados em oficinas particulares.

O SR. OSCAR ANDRADE - É lógico que tem pintura especial de automóveis, agora, onde se pinta ônibus, pinta-se caminhão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor está falando com alguém que conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tem pintura de ônibus, é lógico que tem. O senhor tem lanternagem, pintura, funilaria, tem tudo lá. Toda garagem de ônibus tem isto. Tem vala, tem montagem, desmontagem de caixa de motor.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Tem isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não tem tudo?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Então pronto. O senhor tem pintura de ônibus.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Mas só são pintados os carros da nossa frota.

O SR. OSCAR ANDRADE - Lógico. É lógico.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Só isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Lógico. Mas um amigo deputado, se tiver um caminhão para pintar, o senhor pinta. Não tem problema nenhum. Qualquer um faz, qualquer empresário de transporte pode fazer.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, mas eu não faço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está tergiversando à toa.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, Deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem uma empresa de ônibus que pode pintar um caminhão. Ou não? Lógico que pode pintar um caminhão.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não. Sabe por quê? Porque nós temos ... o senhor é empresário e sabe. Nós temos uma equipe de pessoas que dá exatamente... o senhor sabe, se não baixar o custo da empresa hoje...

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei ... é muito...

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Hoje não, des de lá... se você não baixar o custo, você vai... tanto que nós fomos atrasados com o INSS...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos caminhões foram pintados lá, Jorge?

O SR. JORGE MÉRES – Três. Excelência, se pegar... Excelência, eu gostaria que o senhor... Se o senhor pegar... eu acho que seu Zé Geraldo vai negar até a morte, mas se o senhor conseguisse pelo menos os funcionários que trabalhavam na empresa do início de 96, de janeiro de 96 até – não precisa ir muito longe – junho de 96, é impossível que ninguém tenha visto uma carreta ficar 15 dias sendo pintada dentro daquelagaragem, debaixo do escritório do Dr. Zé Geraldo. Não é possível que alguém não visse, porque o gerente dele viu, o gerente me criticava porque eu ia de roupa social...

O SR. OSCAR ANDRADE – De que cor foi pintada essa carreta?

O SR. JORGE MÉRES – Foi no início de 96.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cor?

O SR. JORGE MÉRES – Branca. Todas elas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todas elas? Todas três?

O SR. JORGE MÉRES – As Volvo já eram brancas, só iam pra mudar os vidros e esperar a documentação. A Scania foi pintada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essas carretas estavam lá pra esquentar?

O SR. JORGE MÉRES – Os cavalos... porque ele fala assim: "as carretas.. lá não entrou carreta". Não, mas os cavalos mecânicos entraram.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lógico. Esse cavalo foi esquentado?

O SR. JORGE MÉRES – Foi. Foi esquentado e foi pintado lá na...

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse cavalo foi roubado aonde?

O SR. JORGE MÉRES – Um o Bel trouxe de Recife e o outro, de Natal, e um foi daqui mesmo. Esse Scania foi daqui mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daqui, do Maranhão mesmo?

O SR. JORGE MÉRES – Foi, por isso que eles pintaram de branco pra poder ele viajar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você acha que o motorista de ônibus quando ia sair com o ônibus poderia ter visto essas carretas?

O SR. JORGE MÉRES – Não tem como não ver, Dr. Tuma, porque um cavalo é muito grande num lugar que só tem ônibus e tem um cavalo mecânico em um oficina que só tem ônibus e embaixo da... dentro da oficina não caberia mais que dois ônibus.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque disse que tinha uma separação, mas os ônibus tinham a visão dessa área que estava separada...

O SR. JORGE MÉRES – Tinha. Aparte de baixo da oficina é aberta... entrava por aqui e saía por aqui... é aberto. A carreta estava toda à vista. O cavalo estava todo à vista. Qualquer funcionário viu porque pelo tempo que ela ficou ali pra ser preparada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que que demorou tanto, você sabe?

O SR. JORGE MÉRES – Todo esse processo, tanto documentos como... pintura

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha que trocar a documentação?

O SR. JORGE MÉRES – Tem que fazer nova documentação. Quem deu os documentos foi o Ginga, que trabalha no Detran em Teresina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ainda trabalha lá, você sabe?

O SR. JORGE MÉRES – Até na CPI do Narcotráfico ele tava trabalhando. Após a CPI ele ficou trabalhando lá um tempo. Agora eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ginga?

O SR. JORGE MÉRES – É. Ele era chefe do Departamento de Trânsito de Teresina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi transferida pro nome da empresa ou de terceiros, você lembra?

O SR. JORGE MÉRES – Não. Era feito dublê. Era feito um documento de uma outra carreta pra poder viajar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, com nome frio, tudo frio?

O SR. JORGE MÉRES – Por exem plo: uma carreta existia. Aquela dali não existia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, então ele trazia o documento ...

O SR. JORGE MÉRES – O documento da outra, colocava naquela dali e ela ia embora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... veículo frio.

O SR. JORGE MÉRES – Pra todos os efeitos aquela carreta, se fosse investigada na estrada, ela...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era um dublê?

O SR. JORGE MÉRES – Era um dublê. Ela era quente. Patrulheiro rodoviário não vai identificar se ela...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passavam a circular as duas com o mesmo documento?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, com o mesmo documento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Clone, né?

O SR. JORGE MÉRES – É. É. A gente chama de dublê.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É dublê.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Senador e Deputado, V. Ex^{as}, principalmente o Deputado, há de convir que uma empresa de ônibus, uma coisa sólida, líquida, uma coisa pura. Você jamais iria pegar um troço desses e, vamos dizer, botar uma manga podre dentro do seu patrimônio, um patrimônio, quer dizer, invejável. Jamais...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A ambição por dinheiro, a ganância não tem limite.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Eu não tenho, Senador. O meu pai dizia assim: quem vem atrás que feche a porteira.

Tudo que eu tenho foi Deus que me deu. E tudo devolvo sem nenhuma reserva. Só quero que ele me dê o pão de cada dia, espiritual e material. Não tenho inveja, não tenho ganância, não existe isso comigo de maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A vontade do senhor agora é de virar pastor?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, senhor. Eu sou católico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorge, me conta, sinteticamente, como funcionava do William Sozza até aqui. Como era essa conexão?

O SR. JORGE MÉRES – O Sozza sempre foi o organizador e um dos chefes do crime organizado de roubo de cargas, principalmente cigarros, medica-

mentos e caminhões. Cada um tinha uma função. O Sozza cuidava de São Paulo, o José Geraldo cuidava do Maranhão, porque ele é muito forte aqui, o Hildebrando cuidava do Acre e Augusto cuidava de Alagoas. Isso funcionava como um conjunto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas cargas você lembrou de ter sido trazidas para o José Geraldo?

O SR. JORGE MÉRES – Para o José Geraldo não vinha mercadoria, não vinha carga, por causa do poder dele aqui, e ele tinha certeza que jamais alguém iria mexer com ele, então ele tinha uma certa facilidade de poder levar e trazer, transitar com os caminhões que o Bel falava: é do Deputado José Geraldo. Pronto acabou. Lauristo era o braço direito dele, era o intermediário com o Bel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como entrou o Bel e o Lauristo nessa história?

O SR. JORGE MÉRES – O Joaquim Lauristo era um dos braços direitos de José Geraldo. Era ele quem cuidava de toda a transação, de arrumar o local para guardar caminhão, vamos deixar lá mesmo, vamos levar para outro lugar, e arrumar dinheiro para as carretas viajarem, liberar combustível para eu mesmo viajar com os caminhões. Ele passava as ordens, e o Bel executava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor conhecia o Joaquim Lauristo?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Conheço sim. O mais interessante, Senador, é que ele diz que essas carretas iam para a nossa empresa. Pergunte para ele essa carreta que eles disseram que era roubada, não sei o quê, que deu essa celeuma toda, onde foi que ele foi deixar essa carreta?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele já falou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso nós já sabemos, da morte Delegado?

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi na casa do...

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Pois é uma garagem enorme. Lá não se entra de jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está falando na que las em que o senhor está envolvido. Eu estou começando a desconfiar que o senhor tem alguma coisa com a morte do delegado então? Pois está mandando perguntar para ele onde estava a carreta?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, senhor. Absolutamente. Eu digo onde ele colocou a carreta. Por que ele não levou para a nossa empresa então?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É por que aque la não per ten cia ao seu... Expli que para ele.

O SR. JORGE MÉRES – Essa carreta não ia embora, era para trabalhar. Então ela só ia ficar um tempo guardada até esfriar o caso para ela voltar a trabalhar. E essa carreta foi guardada na casa do Lauristo, onde morava a Meire, e onde era cheio de sucatas de caminhões velhos de José Geraldo. Ele usava aquele pátio também. Isso ele mesmo confirmou. Tinha resto de caminhão lá, resto de carros lá. Essa carreta foi colocada lá para ficar guardada por quinze dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor confirma que tinha resíduos de peças e tudo nesse terreno?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Foi comprado da construtora Maia. O Dr. Lincon é engenheiro amigo meu, e a construtora Maia aqui na Coama e comprou-se a construtora Maia e foi colocado lá. Mas foi feita a perícia de todo esse material e não tinha nada irregular.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou falando se tinha peças suas lá.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Minhas, não. Tinha essas sucatas que compramos da...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sucata era sua?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Eu comprei do Dr. Lincon. Ele pediu para comprar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ficou lá?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Eu não sei se ainda estavam lá, eram umas caçambas.

O SR. JORGE MÉRES – Estavam lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, a carreta foi posta onde havia sucata sua. Desse modo, está comprometido também com a carreta que causou a morte do delegado?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Senador, lá era uma sucata que foi comprada por ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está falando, por que foi posto lá se que aqui não era da sua área?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Era uma coisa lícita e não desonesta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, mas era a sua área também. Se o senhor põe uma sucata é porque algo pertence ao senhor lá e o senhor tinha liberdade de colocar naquele lugar.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Esse meu amigo pediu para comprar. Então, compramos e pusemos lá para o Dr. Lincoln, que é engenheiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E pôs lá?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Sim, porque eu não queria na minha carreta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde estava a sucata dele?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Porque eu não queria sucata dele na nossa empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que ele faria com essa sucata?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Como é?

O SR. OSCAR ANDRADE – O que ele faria com essa sucata que foi comprada?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Quer ia o quê?

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o Dr. Lincoln faria com essa sucata?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Ele trabalha com máquina de cavar poço; tem bate-estaca.

O SR. JORGE MÉRES – Havia sucata de caminhão, peça, motor e tudo.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Estou dando a origem para V. Ex^a perceber que poderia deixar isso na minha empresa e não quis deixar lá de jeito nenhum exatamente para não criar problema para mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha motor também?

O SR. JORGE MÉRES – Tinha. Tinha peça, caixa diferencial, motor.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Era caçamba velha.

O SR. JORGE MÉRES – Peça de chassi, caçamba. Mas esses chassis podem ser remontados em ônibus, sem problema algum, por que é a mesma marca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você colocou a carreta no mesmo lugar?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, junto. Ela ficou toda torta dentro do pátio justamente por causa das peças que estavam espalhadas lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele sabia que ela estava lá?

O SR. JORGE MÉRES – O Lauristo sabia, e provavelmente o Zé Geraldo também sabia. O Lauristo pediu para colocar a carreta lá, ele autorizou a falar e tudo mais. Antes de levar a carreta para lá, ela esta-

va na frente da casa de Bel – nessa casa do Olho D'água. A carreta estava estacionada lá. Fomos para uma vaquejada em Colinas – eu, Joaquim Lauristo, Bel, Marconi, o Japonês e sua esposa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Japonês é o policial?

O SR. JORGE MÉRES – Sim. Eu, o Japonês e o Marconi ficamos hospedados em uma chácara do Prefeito de Colinas para a festa da vaquejada. Ele não tem envolvimento, só era conhecido de vaquejada. Joaquim Lauristo e Bida ficaram num hotelzinho. Então, ficamos na vaquejada. Quando acabou a vaquejada, fomos para São Luís. Eu e o Joaquim nos separamos e cheguei com o Bel, que procurou Joaquim lá na garagem. E Joaquim disse: “Dá um tempo até de tarde, que vamos guardar o caminhão”. Voltamos para o Olho D'água, Joaquim deu o sinal verde para o Bel e falou: “Pode levar, que a casa está arrumada”. Eu fui levar a carreta e já era quase meio-dia ou mais tarde. Meira abriu o portão e cheguei. É cheio de peça de carro, de caminhão e de tudo lá dentro. Havia pedaços de caminhão e de carro. Entrei. A carreta era trucada, e era um pouco complicado para colocar por causa da avenida. Tive de manobrá-la em cima da avenida, porque, sendo trucada, tem o peito de aço mais alongado. Então, na curva, ela sai uns dois metros para fora do limite do cavalo. O muro vai reto e faz uma quebrada. Existe um varandão e enfiei lá. Assim, atravessada, enfiei o cavalo debaixo do varandão para não ficar no sol, porque ela ficaria ali até esfriar toda a bagunça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que você quer dizer com “esfriar toda a bagunça”?

O SR. JORGE MÉRES – Porque o Delegado Estênio estava enfurecido. Ele não aceitou a ocorrência policial do Posto 100 do outro delegado. Então ele estava enfurecido, porque a mercadoria era de um amigo. Os fogões vinham para cá, e o dono dos fogões era amigo particular do Dr. Estênio. E já por causa do crime e porque o Dr. Estênio estava atrás disso, investigando, ficou endoidecido para achar essa carreta e ter uma prova. Assim, começou a procurar em toda a parte.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Deputado, V. Ex^a, que é conhecedor, um homem empresário, caçamba velha 1971 ou 1972 para botar em Mercedes 1996 ou 1997 dá um aproveitamento realmente

bom para a empresa. Eu expliquei que a empresa tem que se adaptar aos padrões atuais, quer dizer, os custos tem o mínimo possível, o mínimo possível, não é? Então, pagar o quê? Caçamba 76, 77 e botar em Mercedes 96, 97...

O SR. OSCAR ANDRADE – Caçamba que o senhor fala é só a carroceria?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, as caçamba dos ferros-velhos, porque quem faz poço pega o diferencial para fazer a trambelha de furar, não é? A trambelha de furar, o motor, eles botam em cima do chassi e fazem aquelas perfurações de poço. Fazem também o bate-estaca com aqueles coisavelho. Era para o que servia. Agora, dizer que aproveitares as peças em Mercedes novos?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, mas ele não disse isso, não. Ninguém disse aqui. Ele disse que era seu, só.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, ele disse que se aproveitava nos carros. Ele disse aqui. Ele disse “Olha, serve para aproveitar. Botava nos... servia para botar nos carros.”

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, é o seguinte: se o senhor tiver uma pessoa, comprar um ônibus, por exemplo, um caminhão normal qualquer que não consiga documentar esse carro, então ele precisa do quê? Ele vai precisar de um caminhão ou de um ônibus, ou de um carro que foi batido, ou coisa. Aí, ele vai comprar o quê? A numeração do chassi para transformar aquele que ele não consegue documentar naquele. Não interessa ano, porque ninguém vai fazer perícia de um chassi, se tem 300 anos ou se tem cinco anos. Eles usam o número que é legal, que talvez não deram baixa na seguradora, ou talvez nem tinham seguro, então, não precisa dar baixa. E no outro dia tá andando num carro normal...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Compre num desmanche ou num leilão, né?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Sim, mas ferro velho para botar em Mercedes 96? Como é que pode? Isso não existe. Para V. Ex^a ter idéia, V. Ex^a sabe que a Autolatina era Ford e Volks. E eu comprei na concessionária, aqui em São Luís, na Vemar, com nota fiscal, emplacou-se no Detran, foi feito tudo direitinho as coisas e, nessa divisão Autolatina e Volks, dos carros que compramos, parece que 20 ou 15 carros da - nós compramos da Ford e da Volks - Volks, o que aconteceu? A perícia foi, microfilmou e deu diferença no chassi. Aí foi aquele carnaval, que nós tínhamos adulterado o chassi dos ônibus, que não sei o quê, e coisa mais, entendeu? Aí pegaram e

olharam todos os chassis dos nossos carros. Todos. Pegaram e levaram para o quartel esses carros. E mandamos para a Volks se manifestar. A Volks veio se manifestar... não se manifestou imediatamente. E aí o que nós fizemos? Entramos com uma ação em cima da Volks e da prefeitura.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quando foi isso?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Foi agora nessa, depois quando começou a CPI. Aí, fizeram uma devassa, entraram na minha empresa, levaram documentos. E foi um carnaval. Então, o que aconteceu? A Volkswagem, depois, mandou, num bom tempo, mandou para nós dizendo que, porque havia a parte da Volks e a parte da Ford. E que que eu tenho com isso? Aí, não, inclusive, nós entramos com uma ação contra eles e eles estão agora dizendo que nós, se a questão é aqui, estão querendo levar lá pra São Paulo. Negativo. Então, quer dizer, tivemos uma coisa monstruosa; tudo veio assim, uma coisa que mesmo sem explicação. Então, todos os carros, todos foram periciados. Todos. Trouxeram carro que ‘tava sem motor, sem nada, meteram guinchos, levaram lá para o quartel, pegaram carro... Eu sei que foi uma coisa mais deprimente na minha vida foi isso aqui. Quer dizer, foi uma execração mesmo. E devolveram tudinho. Foram devolvidos todos, periciados todos, e não teve nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, esse aí não teve nada, né?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Graças a Deus.

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, jamais eles iam achar, porque ele deve ter tirado, mas ele tinha outro ônibus dobrado na empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Clonados?

O SR. OSCAR ANDRADE – Dublê?

O SR. JORGE MÉRES - Dobrado. Foi ônibus que foi trazido de São Paulo, foi ônibus que foi trazido do Goiás, foi ônibus que era do braço. É claro que se o pessoal vai fazer uma perícia, ele não vai deixar os dobrados lá, ele não vai comprometer...

O SR. OSCAR ANDRADE – Eram caminhões transformados ou ônibus mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que ele quer dizer como dobrado?

O SR. JORGE MÉRES – Dublês.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eram roubados?

O SR. JORGE MÉRES – Eles foram desviados, foram roubados, foram transformados e veio para cá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ou era para diminuir o faturamento...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você acha que era caminhão que transformou em ônibus ou é ônibus roubado mesmo?

O SR. JORGE MÉRES – Quando eu tive conhecimento disso, já era ônibus. Pode ter sido chassis de caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você sabe a diferença do OF para o caminhão? Para saber, a porta é na frente ou atrás, do ônibus é na frente. Quando ele vem de caminhão, a porta é atrás, cortinha a frente. A traseira é longa.

O SR. JORGE MÉRES – Os chassis não têm nada a ver com a carroceria. Cada carroceria fabrica um tipo.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Deputado, V. Ex.^a está vendo que esse rapaz está mentindo, esse rapaz vem mentindo há muito tempo, esse rapaz vem querendo... entendeu?

O SR. OSCAR ANDRADE – Calma, eu estou querendo só esclarecer um pouco as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, o senhor espera, quando terminar, o senhor vai ter...

O SR. OSCAR ANDRADE – Porque um caminhão, para transformar em ônibus, ele não fica igual um ônibus comum, quando é feito ônibus já. É o mesmo chassi, tudo a mesma coisa, mas é OF, a porta vem atrás da roda dianteira, a frente é cortinha, a traseira é longa, é diferente. Eu quero saber se você identifica isso para nós sabermos se era ônibus roubado ou se era caminhão roubado, transformado em ônibus. Você não sabe essa diferença?

O SR. JORGE MÉRES – Não, o de São Paulo e de Goiás era ônibus roubado. Agora, os outros seis eu não sei se era caminhão que foi transformado, mas eram oito chassis, foram mandados para ele, tudo dobrado, tudo dublê.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chassis?

O SR. JORGE MÉRES – Para ele fazer ônibus.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Isso é uma mentira deslavada, porque é aquela história: o senhor como empresário, o senhor vai começar por onde os outros terminam?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os ônibus que foram periciados eram os novos que o senhor comprou?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Novos, sim senhor. Novos, sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os que estavam em uso não foram periciados?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Todos, foram todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Toda a frota?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Toda a frota foi periciada, todinha, foi toda a frota periciada, toda, a frota foi periciada. Eu jamais, eu jamais, no dia, que Deus me livre e guarde, que for preciso para viver uma vida ilícita, eu quero que Deus me leve, entendeu? Só quero que cuide dos meus filhos, que é a coisa que eu mais... abaixado de Deus, são meus filhos, que eu adoro meus filhos, entendeu? Mas isso aí não tem nada a ver, isso é tudo é conversa deslavada, porque é mentira mesmo, e eu não iria jamais comprar ônibus velho...

O SR. OSCAR ANDRADE – A que o senhor atribui, Sr. Zé Gerardo, as acusações do Jorge Méres? O senhor não conhece ele, o senhor disse que não era inimigo, até porque o senhor não tinha inimigo, ele não tem nada contra o senhor, isso o senhor mesmo já disse. A que o senhor atribui essa mentirada toda que ele faz contra o senhor?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Começou pela revista *Época*, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor acha que ele tem tanto poder assim?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, não é ele que tem poder, é quem está por trás dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, então...

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Dá licença. Então, eu fiz o seguinte: nesta tribuna, eu fiz vários pronunciamentos... é... mas não é... é... como é que se diz? Pronunciamentos, críticas construtivas, não foram destrutivas, com o Secretário de Segurança, dizendo que a nossa cidade, o estado estava assim, assim, assim, assado, entendeu? E nós fomos críticos mesmo dele aí. Deixe eu me lembrar um pouquinho aqui em tão. Aqui na Assembleia também foi feito uma... uma CPI do Crime Organizado. Nesta Casa foi feita uma CPI do Crime Organizado. Nós temos certeza desta Casa, dada por esta Casa, que eu nunca me envolvi com isso. Entendeu? Então, veja bem. Essa... essa... CPI, né? Eu fiz as críticas daqui ao Secretário de Segurança, fiz mais críticas, fiz mais críticas, fiz mais críticas, e em tão o que é que aconteceu? Eu estava um dia no gabinete do Presidente, o secretário chegou, inclusive nós nem nos falamos naquela hora, né? Aí plantaram essa notícia que eu amovava com a Governadora. Coisa mais absurda, coisa mais

grosseira. Até eu nem me preocupei muito com isso, porque eu sabia que era uma grosseria e que existia isso assim, assim, assado. A pessoa... Eu cheguei, eu cheguei, o que que eu fiz?

O Jorge Méres estava preso na Penitenciária de Pedrinhas com outro rapaz e havia uma advogada que foi até promotora que estava advogando para esse rapaz e ela viu a minha aflição e disse: "Olha, eu vou lá amanhã porque ele vai mandar a carta para a mãe dele e para a mulher dele". Ele, o Jorge Méres. Eu vim às pressas da empresa, vim na Assembleia e chamei o Presidente Manoel Ribeiro e disse que queria falar com ele em particular. "Presidente, nós achamos a ponta da linha", que era exatamente essa pessoa que ia nos dizer tudo e explicar de carta e de tudo isso aí. Quando foi no dia seguinte, foi o lugar mais limpo que tinha, que era o lugar em que esse rapaz estava com o Jorge Méres, e ninguém sabe para onde foi ou deixou de ir.

Então, aí começou. Começaram a preparar. Esse Donato que eu gostaria até que... Ele foi preso com ele no quartel e disse que esse mapa foi feito, começado por ele no quartel e que passarem a noite todinha dizendo como é que ia fazer o mapa e tal e chamando os outros para me incriminar e, se me incriminasse, entrava no plano de...

O SR. OSCAR ANDRADE - Programa de proteção.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Programa de proteção, e ofereceram...

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor acha que foi por isso que...

O SR. JORGE MÉRES - O senhor acha por que eu ia fazer isso? Em primeiro lugar, o senhor está totalmente errado.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você está querendo dizer que foi gente da governadora?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Eu tenho a impressão que começou na Secretaria de Segurança.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por causa dessa notícia ridícula plantada.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Não entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE - Por causa da notícia da época?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Mas foi eles que começaram a instigar daí. Ora, se eu me ofereci de livre... O senhor acha mesmo que se eu tivesse culpa no cartório eu ia me oferecer para ir em Bra-

sília esclarecer aos senhores em uma CPI, que é uma coisa...

O SR. OSCAR ANDRADE - O ex-Senador Luiz Estevão foi preso há três dias nessas mesmas condições.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - E teve medo de...

O SR. OSCAR ANDRADE - Foi lá em São Paulo sem ser chamado e de lá mesmo, já saiu para a prisão. Isto pode ser uma tática.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Não, não foi não. Se fosse, talvez ele nem tivesse sido cassado.

O SR. OSCAR ANDRADE - Eu quero saber do que se refere ao Jorge Méres. O senhor acha que ele foi trabalhado?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Trabalhado sim.

O SR. OSCAR ANDRADE - Entrava no programa de testemunha para te acusar?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Trabalhado, sim senhor. Trabalhado não foi só ele, outras pessoas também que me acusaram. Aqui teve esse Carlinhos, esse Jota, esse Lisboa e tantos outros, os que me acusaram tiveram passe livre.

O SR. OSCAR ANDRADE - Os que o senhor falou estão todos presos.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Esses aí agora estão presos, mas o Armando, por exemplo, é uma pessoa que não quis topar a parada e está preso exatamente por isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas os que te acusaram também estão presos.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Ele não acusou não. Esse aí não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você me disse agora que todos foram armados junto com o Jorge Méres para te acusar.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Mas já havia processo criminal e estava até condenado. Não foi por esse caso não. Foi por outros casos.

O SR. JORGE MÉRES - Excelência, o Sr. José Geraldo parece que está ficando meio esquecido da memória.

Para começar, quando conheci o Raimundo Cotrim já havia entregado mapa e quando fiz o mapa não estava nem preso. Fiz o mapa sozinho e a mão, totalmente fora. Nem aqui em São Luís eu não estava. Por que eu fiz isso? Não foi para prejudicar o Sr. Geraldo, porque não tinha e não tenho nada a ver com ele e não me interessa o que fez. Para mim, interessa o

que ele mandava e mandou fazer e todo mundo, todo o Maranhão tinha medo dele, só que eu não tenho nem dele e nem de ninguém. Nunca fui instruído por ninguém. Ele é quer culpar o Dr. Cotrim. Quando conheci o Dr. Cotrim, já tinha entregado o mapa há muito tempo. Entreguei para outro Delegado fora daqui. Ele não quis mexer com Zé Geraldo, pediu a transferência e foi embora, por que ele sabia que, se mexesse com o Zé Geraldo, amanhecia morto. Então me apresentaram outro delegado. Confie nele, entreguei o mapa. Ele me trouxe e me apresentou ao Dr. Raimundo Cotrim. Aí ele falou: "Através desse mapa, você sabe que isso vai dar um problema". Eu não iria deixar minha residência, minha chácara, minhas coisas, meu caminhão para ir para um programa de testemunhas que não funciona. Eu ia deixar meu conforto, da minha família...

Outra coisa. Ele disse que eu ia escrever carta para a minha mãe. O senhor sabe como é que eu consigo mandar carta para o inferno? Não tem condição um negócio desse.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Na época.

O SR. JORGE MÉRES - Na época? O senhor sabe há quantos anos minha mãe sumiu?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Não sei.

O SR. JORGE MÉRES - Então como é que o senhor fala um negócio desse?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Mas foi segundo seu companheiro lá, o companheiro que estava lá.

O SR. JORGE MÉRES - Eu nunca fiquei preso junto com esse menino. O senhor põe ele aqui na minha frente.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU - Não, não é esse aí, não. Ninguém sabe quem era. Esse aí já foi. Ninguém sabe quem era não.

O SR. JORGE MÉRES - Por uma graça, eu fiquei preso sozinho, por que eu já tinha feito a denúncia em Belém do Pará. Só que o delegado era frouxo e não quis mexer nem com o senhor nem com ninguém. Então eu arrumei um outro delegado que disse que era homem e pediu transferência quando eu toquei no seu nome, foi embora daqui. Mas apareceu gente de confiança. Entreguei esse mapa, escrito há muito tempo, já estava todo amassado, que o senhor viu, todo do brado, de tanto eu carregá-lo escondido, porque, se descobrissem, hoje eu não estaria aqui na sua frente. O senhor sabe disso. O senhor mandou gente atrás de mim lá em Vitória, mandou me soltar, dizendo: "Não, eu não tenho nada contra ele". Por-

que, claro, eu não chegaria no outro dia nem na es-
quina.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você teve tentativa de assassinato lá?

O SR. JORGE MÉRES – Tive, muitas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua se-
nhora foi assassinada.

O SR. JORGE MÉRES – Foi. Depois dela tenta-
ram me matar. Foi quando eu decidi largar tudo isso,
porque todo mundo me acusava, todo mundo me
acusou. Sempre fui motorista, nunca neguei. Levei
carreta para Corumbá, entreguei para o Xixito. Nunca
neguei o que eu fiz. Abandonei essa vida...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você sa-
bia que estava no mundo do crime.

O SR. JORGE MÉRES – Sabia. Eu abandonei
essa vida porque eu tinha por que eu tinha minhas coi-
sas, meu pai me deu, me entregou minhas coisas. Eu
abandonei isso porque eu tinha me casado de novo.
Abandonei o crime, não queria mais saber. Minhas fi-
lhas chegaram em casa se queixando: “Pai, lá no co-
légio estão vendendo droga”. Eu comecei a pensar:
Se eu posso salvar minhas filhas, posso salvar muita
gente neste País. Porque estava uma vergonha. E os
chefões sempre numa boa, ninguém tinha coragem
de falar do Zé Geraldo. Se falasse do Zé Geraldo
hoje, amanhã morria. Muita gente morreu por causa
disso. Agora, eu tive coragem, falei, não para prejudi-
cá-lo, mas sim para tentar, somente para tentar ver se
parava com essa vergonha que estava no País, esses
roubos, esses crimes, esse livre acesso de ir e vir com
coisa errada no País. Não foi para prejudicar nin-
guém.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Sena-
dor, isso é uma mentira deslavada, porque todas...
Será possível que nenhuma dessas pessoas me co-
nhecia? Esse William Sozza, esse Hildebrando Pas-
coal, esse Deputado Federal Augusto Farias, todo
esse pessoal, nenhum me conhecia? Será possível?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ninguém
vai se auto-incriminar, porque eles todos, não o De-
putado, mas os outros estão condenados ou estão com
prisão. Ninguém vai lhe reconhecer para não agravar
sua situação.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, se
eles me conhecerem, podem dizer. Se quiserem, po-
dem dizer, não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não,
eles vão agravar a deles, não a sua. Eles querem que
o senhor morra. Eles que rem é tirar a deles. Na me-
da em que eles aceitam que o senhor participou das

reuniões, estão aceitando que estão comprometidos.
Então, não adianta o senhor fazer esse desafio aqui.

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, antes de
eu fazer essa denúncia, todo mundo me conhecia. Eu
era um dos melhores motoristas, eu nunca perdi um
caminhão, nunca perdi uma mercadoria. Depois que
eu fiz a denúncia, ninguém mais, acho que nem meu
irmão quis me conhecer. É difícil, hoje, para alguém
falar e assumir. Vão negar até a morte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais al-
guma coisa? Você tem mais algum fato que possa...

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Só para... O Sr.
José Gerardo disse que a CPI do Crime Organizado
aqui da Assembléia Legislativa não tinha provado
nada contra ele. Então, eu li aqui apenas um trecho
da CPI, o depoimento do...

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Foi 90
não, Deputado.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – ...do ex-deputa-
do.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Foi na
outra legislatura.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – ...Chico Caíca.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não. Foi
na legislatura anterior. Não foi nessa agora.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Pois é. Porque
essa está cheia de depoimentos que lhe incriminam.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Disse
para o senhor o seguinte: no Governo...

O SR. GERALDO CÂNDIDO – E sobre assina-
dos que foram feitos e executados a seu mando.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – No Go-
verno Lobão...

O SR. GERALDO CÂNDIDO – E mostra que...

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Dá li-
cença. O Governo Lobão foi de 90 a 94. Eu não... Eu fi-
quei na suplência. Eu não fui deputado nesse ano.
Então foi esmiuçada a minha vida inteira. Todinha.
Toda. Certo? Foi mexida a minha vida inteira. Eu não
era deputado. Eu não tinha imunidade. Então, por
quê? Veio aparecer depois, no mandato seguinte, eu
me elegi, e fizeram uma CPI do Crime Organizado
aqui. Crime Organizado e não sei o que mais. Eu sei
que eu me propus a depor aí. E tenho certidão daqui
da própria Casa que eu não tinha nada, que eu não
tive nada com isso aqui. Será que o Governo... Eu,
sem ser deputado, será que o Governo, com Secretá-
rio de Segurança, tudo dele, ele não podia me incrimi-
nar se encontrasse isso?

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas acontece
que o ex-Deputado Chico Caíca fala inclusive o caso

do Dedé, da Cetracol, que inclusive o senhor queria comprar a linha de ônibus dele. E ele disse que só vendia com os ônibus e o senhor queria comprar só a linha. E ele disse que não vendia. Teve uma discussão e à noite o cara foi, sofreu um atentado. E as pessoas... Tem umas testemunhas que vieram chegar um carro: "chegou um carro aqui do Deputado José Gerardo. E o cara saiu do carro e atirou no Dedé". Então isso aqui, quer dizer, são fatos que têm testemunhas inclusive. Então isso mostra que realmente há um grande envolvimento de V. S^a no crime organizado.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Mas não. Mas isso não é verdade. Que a linha dele ele vendeu para uns mineiros a linha dele. Uma linha que ele tinha na...

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Estou falando do atentado, Sr. José Gerardo, né? Do crime.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Sim. Mas nunca. Jamais. Porque inclusive é um empresário do ramo dos transportes, entendeu, que eu não tinha...

O SR. OSCAR ANDRADE – Era o Otávio?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Como?

O SR. OSCAR ANDRADE – O empresário mineiro que você está falando?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vendeu o que para os mineiros?

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Não, mineiro...

O SR. OSCAR ANDRADE – Transporte?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Foi a TCM, que fazia São José de... Fazia não. Faz. Mas hoje é a Maranhense. Entendeu?

O SR. OSCAR ANDRADE – É do Otávio?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não. O Otávio é... Inclusive a Roma. Nós tinha a empresa Roma, que era do meu ex-cunhado e deu para ele. E o Otávio é da empresa hoje... A empresa Roma. Mas isso aí... Você vê o seguinte...

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorge Méres, você disse que teve quatro tentativas de assassinato. É isso?

O SR. JORGE MÉRES – Foi. Eu, depois que eles mataram a minha esposa, eu levei quatro tiros...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que ela foi morta? Era uma cilada para você ou só para ela?

O SR. JORGE MÉRES – Não. Foi para mim calar a boca. Porque nessa época o Sozza já tinha um envolvimento muito grande com o cigarro roubado. E

ele perdeu uma mercadoria, perdeu uma carga com... Perdeu um depósito com quatro mil e seiscentas caixas de cigarro dentro. E, casualidade, uns dias, uns meses antes, eu tinha passado, eu fui buscar o meu caminhão no depósito. E a minha esposa foi junto para trazer o carro de volta. Então ele ficou sabendo que a minha esposa tinha ido até o depósito. E dois meses depois a polícia estourou esse depósito e achou quatro mil e seiscentas caixas de cigarro mais mil e setecentas toneladas de medicamentos. Então...

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele achou que foi a sua esposa que delatou?

O SR. JORGE MÉRES – É. E eu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As ocorrências estão todas na Polícia?

O SR. JORGE MÉRES – Quando houve esse negócio...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estão na Polícia as ocorrências?

O SR. JORGE MÉRES – Sumiu. O delegado que fez o inquérito foi morto. E...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas como é que matam gente aí? É só ter um pouquinho de falta de cuidado, e já é eliminado!

O SR. JORGE MÉRES – O problema, Excelência, é que a gente que é mais fraco nunca pode medir força com o mais forte. Então, eles acharam que ela tinha denunciado o galpão. E quando ele falou, que ele veio me perguntar: "Ah, a sua esposa entregou o depósito, nós perdemos quatro mil caixas de cigarro mais mil e setecentos quilos de medicamentos". Eu falei: "Mas ela não vai falar nada. Jamais ela ia falar isso". Aí, eu pedi para sair. Eu ia sair da organização. Eu saí da organização. Fiquei um mês e pouco fora... Como o Sozza não tinha outra pessoa para fazer o transporte daquele tipo de mercadoria, eles arrumaram um cara para colocar no meu lugar, e o cara, a primeira vez que viu R\$70 mil na mão, desapareceu, ele pediu para eu voltar, e aí foi onde ele explicou que me colocou na obrigação de trabalhar e jamais revelar o que eles faziam. Daí para a frente, eu comecei a trabalhar para ele e juntar endereços, provas, pessoas e tudo que eles faziam, tudo que eles conversavam eu procurei gravar, porque, um dia, eu queria simplesmente saber para onde a minha esposa tinha ido.

Aí começaram a investigar. O delegado que estava investigando desapareceu. Os dois agentes de polícia, os dois investigadores de Campinas depuseram na CPI e se mataram. Então, cadê? Como é que

eu vou provar? Pelo menos achar onde ela está enterrada ou jogada? A única coisa que eu fiz foi: eu não denunciei pessoas e pessoas; eu denunciei toda a organização do crime.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os investigadores de Campinas se suicidaram? Estavam investigando?

O SR. JORGE MÉRES – Eles deram depoimento na CPI do Narcotráfico e eles não agüentaram a pressão. Eles iam voltar para dar depoimento e iam falar, e um foi assassinado com dois tiros. Ele se matou - porque foi o que eles alegaram - com dois tiros na cabeça, que não existe isso. E o outro se matou com um tiro no peito, que ele tinha que ter um braço de dois metros para fazer a curvatura da arma para poder acertar na posição em que ele estava. Aí acabou, porque como é que vai... Só tinha aquelas pessoas que sabiam de tudo. Nunca mais; acabou.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – A mulher desapareceu?

O SR. OSCAR ANDRADE – E o atentado a você, como é que foi?

O SR. JORGE MÉRES – Eu estava vindo fazer um pagamento aqui no Maranhão. Eu estava vindo de São Paulo para fazer um pagamento de uma mercadoria que tinha ido para lá, para Bel. Bel repassava depois o dinheiro para quem mandou a mercadoria. Eu saí de lá num Santana, do Sozza, e eu vinha pelo chão, porque não mandava pelo banco, justamente para ninguém descobrir. Eu vinha trazendo o dinheiro para fazer o pagamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto?

O SR. JORGE MÉRES – Eu vinha com cento e poucos mil, cento e trinta mil no carro. Quando eu cheguei na divisa, ali no estreito, um gol preto se aproximou – tem os quebra-molas, tem os postos fiscais – passou por mim e veio embora na frente. Uns dois quilômetros depois do posto fiscal, o gol estava para do nabeira da pista e os caras que estavam dentro dele, tinha um no volante e três estavam do lado de fora, fazendo de conta que estavam fazendo as necessidades, só que eles estavam segurando as armas na mão e, quando eles viram o Santana, começaram a atirar. Eu dirigi em São Paulo muitos anos, e o senhor sabe que aquele trânsito é maluco, mas nunca bati um carro. Então, na época, eu acho que eu era até bom de direção. Eu consegui escapar deles, mesmo com o carro todo furado de bala, foram 48 buracos, quatro no meu corpo. Eu andei uns cinco quilômetros, desequilibrei, porque o carro deu um problema lá, porque atingiu o radiador e atingiu uma parte

do motor do carro, e eu caí da estrada dentro de onde eles tiram terra para fazer o asfalto. Então, eu caí numa poça d'água e o carro já estava fervendo, porque tinha atingido o radiador. Então levantou aquele fumaceiro e eu estava cá dentro do carro. Eles pararam em cima da pista, olharam e falaram: “Está feito o serviço”. Pegaram o carro e vieram embora. Tempos depois, esse gol apareceu preso em Santa Inês e desapareceu também, para sumir as provas. Ninguém sabe nem de quem que era.

Os caras que contaram que tinham recebido ordem para me matar, por que eu estava pulando fora da organização, morreram todos os quatro. Então, não tem como, porque as provas aqui, quando são de papel, eles botam fogo no cartório, não sei no quê, roubam; quando é de humano, eles mandam matar. Só que, enquanto eu estiver vivo, eu estou aqui. E no dia que precisar eu vou estar sempre aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você reputa a quem o mandado?

O SR. JORGE MÉRES – À organização, e a cabeça da organização é José Gerardo, Sozza, Hildebrando e Augusto, e eles são culpados por tudo isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para mim está bom, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem mais alguma coisa aí?

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Jorge Méres, é o seguinte. Aqui no depoimento do Caíca, ele foi perguntado aqui na Assembléia Legislativa sobre um suposto chefão, que é um cara de Imperatriz. Porque aqui as pessoas conhecem como chefões do crime organizado o Lauristo, o Zé Gerardo, mas parece que tem um chefão aí que ninguém sabe, ninguém quer dizer quem é essa pessoa. Sabem que é um chefão de Imperatriz. Parece-me que é esse que é... Você tem alguma noção, sabe de alguma coisa em relação a essa pessoa de Imperatriz?

O SR. JORGE MÉRES – Não, sobre Imperatriz, a única coisa que eu sabia é que a pessoa que tinha um certo poder e mandava em um bom pedaço ali era o finado Davi Alves Silva. Não sei de outro.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Ele era o quê? Deputado ou o quê?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele chegou a ser prefeito, foi deputado e era o líder da quadrilha, principalmente, de roubo de veículo, não sei.

O SR. JORGE MÉRES – Chegou a ser deputado federal.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Ele morreu há quanto tempo?

O SR. JORGE MÉRES – Foi assassinado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já foi morto, assassinado já há alguns anos, acho. Não tenho a data exata de quando ele morreu.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – O interesse de tudo isso, de toda essa história é que disseram que nós traficávamos armas. Trazíamos as armas, vendíamos, vinham num caixote. Até ele disse: E como é que roubo vem com nota fiscal? Como é que a companhia aérea despacha se não tiver nota fiscal? A cocaína que vinha...

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Zé Gerardo, o senhor sabe muito bem. Isso aí também... Agora também você está achando que somos bobos.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, estou dizendo...

O SR. OSCAR ANDRADE – A nota fiscal...

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, escute...

O SR. OSCAR ANDRADE – ... consegue em qualquer lugar.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, mas lhe digo. Não se encontrou nada até hoje contra mim aqui. Nem a Polícia Federal.

O SR. OSCAR ANDRADE – É, mas não vai registrar mesmo.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Como é que é?

O SR. OSCAR ANDRADE – A nota fiscal você consegue. Você legaliza. Por isso o roubo de carga é sucesso neste País e envolve hoje R\$500 milhões.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Sim, meu irmão. Estou dizendo que não se achou nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você roubou um caminhão aqui, na próxima esquina joga uma carga dentro e acabou.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não se encontrou nada. Não se encontrou de onde veio a arma, onde recebeu a arma, para onde foi a arma. Diz que ia pelo Porto de Itaquí, que a cocaína saía pelo Porto de Itaquí. E como é isso, se até hoje não se achou uma agulha contra mim? Quer dizer, têm essas acusações.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi ele que falou isso? Ele falou isso agora?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não falou agora, não. Falou antes.

O SR. JORGE MÉRES – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não estou lhe perguntando sobre o passado. Ele está falando agora. O senhor não está me convencendo. A

cada momento o senhor está querendo levantar um problema. O senhor já viu chefe de quadrilha sujar a mão?

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Não, mas tenho certeza absoluta...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não estou lhe dizendo que é chefe de quadrilha, porque não quero fazer deselegância, inclusive com o seu advogado e com a Ordem aqui. Mas chefe de quadrilha não suja a mão, paga para o outro fazer. Ele não deixa impressão digital.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Pela competência de V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode falar. Vamos chegar a verdade.

O SR. JORGE MÉRES – Exceção, há três depoimentos na CPI do Narcotráfico onde três pessoas falam que manusearam essas armas que vieram de lá a cuidado do Zé Gerardo. Inclusive que Zé Gerardo emprestou essas armas para Armando, para Jota, para Lisboa. O Lisboa limpou essas armas. Eles falam isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem são?

O SR. JORGE MÉRES – Está no depoimento da CPI do Narcotráfico. O Lisboa disse que ele limpou as armas, preparou as armas, emprestaram essas armas para o Jota, emprestaram essas armas para o Armando. Foram eles que fizeram. Está aí nos depoimentos.

O SR. OSCAR ANDRADE – De onde vieram essas armas? Você sabe?

O SR. JORGE MÉRES – Essas armas que vieram de Corumbá, aos cuidados do Deputado José Gerardo. Então apenas sei que as armas saíram de lá. Se chegaram aqui na mão dele, vieram aos cuidados dele. Depois essas pessoas disseram em depoimento – está aí em taquigrafia – que eles manusearam os armamentos e que eram do deputado.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – Eu estava em Brasília, quando foi feita toda essa operação. Foram à nossa fazenda, disseram que tinha um arsenal. Abriram tudo lá, e não tinha uma arma. Foram à nossa fazenda, abriram tudo, e não tinha uma arma. Foram ao meu apartamento aqui também – até eu estava lá, quando eu vi –, aí quebraram o gesso, disseram que era depósito de arma, dentro de um apartamento. Veio outro aqui.

Sim, então, todas essas acusações que foram feitas, que foram imputadas à minha pessoa, não se provou nada e não vão provar, porque nunca participei disso. Nunca participei disso. Quer dizer, isso tudo

não passa de uma mentira deslavada de pessoas que querem denegrir a minha imagem. Mas isso tenho certeza de que não farão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos aguardar o retorno do Presidente. Aguardem um instante. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há mais alguma coisa?

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, se eu fosse falar, falaria a noite toda e não adiantará nada, pois só desgastarei seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Ele pode sair.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixe-me fazer só uma pergunta que não tem relação direta?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não, quero encerrar porque não adiantará ele ficar como num tribunal de defesa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorge, o que você me diz de Mandacaru?

O SR. JORGE MÉRES – Mandacaru era um grande empresário em Bacabal, um dos maiores compradores de cigarro roubado aqui do Maranhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cigarro roubado?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que isso não veio à tona quando você se referiu àquela carreta?

O SR. JORGE MÉRES – Passaram a mão na cabeça dele porque foi provado e comprovado, o Mandacaru fugiu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde ele está? Você sabe?

O SR. JORGE MÉRES – Não sei, inclusive ele foi preso uma época com duas carretas roubadas. Os motoristas se perderam no horário e deram a queixa antes do tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nessa diligência em que você ajudou a Polícia Federal com fotos não chegou a ir nas empresas dele aqui?

O SR. JORGE MÉRES – Não porque o Mandacaru estava envolvido e separado desse grupo. É um outro grupo comandado por ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece as instalações? Sabe de tudo?

O SR. JORGE MÉRES – Conheço os depósitos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A área dele é Imperatriz?

O SR. JORGE MÉRES – É Bacabal.

O SR. OSCAR ANDRADE – É perto.

O SR. JORGE MÉRES – Não. É longe. Bacabal é bem perto e Imperatriz fica a uma 700 quilômetros. Eu falei do Mandacaru porque recebi um convite certa vez para ir trabalhar para ele. Ele queria que eu fosse trabalhar na carreta por informações que o Belco lhecia ele. Ele sabia que eu nunca tinha perdido nenhuma carga, ele queria que eu fosse trabalhar para ele. Eu recebi um convite por meio do outro motorista dele para eu ir lá. Eu não fui conversar com ele para pegar o emprego porque eu era muito bem empregado com o Sozza, então não tinha por que trocar seis por meia dúzia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você localizará para nós, se precisar, as instalações de Bacabal?

O SR. JORGE MÉRES – Localizo.

O SR. OSCAR ANDRADE – É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado, pode sair.

O SR. JORGE MÉRES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado Oscar, o senhor tem mais alguma pergunta? Pois não.

O SR. JOSÉ GERARDO DE ABREU – A carga de mentira que esse rapaz acaba de dizer aqui, isso é uma armação. Há mais ou menos um mês, outro motorista disse que veio de São Paulo para trabalhar na nossa empresa a mando de alguém que não lembro o nome, não era esse Sozza não, era outra pessoa. Mandou esse motorista porque disse que tinha matado uma pessoa lá em São Paulo e veio recomendado para trabalhar para mim. Chegou, disse que falou comigo. Então, o que ele fez? Disse que eu disse: “volta daqui a 15 dias”. Então, nesses quinze dias, dizendo ele que foi ver como era a minha vida aqui em São Luís. Aí disse: “Não, você veio trabalhar com ele, porque vindo trabalhar com ele é arriscado ele te matar, mandar te matar.” Então... Só um segundo. O que eu disse? Na data que ele falou, não existia essa empresa lá ainda. Eu queria exatamente era isso. Não existia. Quer dizer, tudo mentira, tudo coisa plantada, coisa só para prejudicar, só para maltratar uma pessoa que vem sofrendo muito. Eu tenho sofrido demais!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo bem. Nós vamos chegar à verdade e, com certeza, será tudo esclarecido.

Encerro. Se o senhor já quiser levar o seu cliente. Ele já está preso, então eu pediria à escolta, mas se o senhor quiser acompanhá-lo... Terminou aqui, não vejo mais necessidade de o senhor acompanhar

os outros depoimentos. Se o senhor quiser, por favor... (Pausa.)

Já que o senhor pretende ficar aqui, eu gostaria de lhe comunicar que a fita e a gravação em que consta que o senhor teria mandado oferecer dinheiro para que mudasse os depoimentos está chegando às nossas mãos. Vou encaminhar à Ordem dos Advogados e ao Tribunal, para que analise e tome as providências que considerar necessárias. Só faria isso em público, e tinha comunicado ao coordenador, mas, se o senhor insiste, eu digo - o senhor me desculpe -, mas há uma suspeita sobre a sua posição com respeito a este caso. (Pausa.)

Eu só pediria que não ficasse... A Casa não é minha, o Presidente tem que deixar os lugares para os Srs. Deputados.

O SR. – (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, não. Doutor, eu não vou discutir com o senhor; estou só comunicando para o senhor entender que, ficando aqui, vai constranger a Comissão em razão da....

O SR. – (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não vou lhe...

O SR. – (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não estou fazendo um apelo. Não estou impondo porque o senhor está numa situação constrangedora em razão da qual o que vai mostrar que apurar a seu respeito. Se o senhor quiser ficar aí, pode permanecer, não vou criar caso, só estou comunicando porque a Comissão dá ordem para ele saber o que está acontecendo entre a Comissão e V. S^a. (Pausa.)

Daria para o senhor ocupar uma outra sala? Eu pediria ao Presidente, porque aqui está perturbando. Desculpe a reunião, com todo respeito, mas acredito que o Presidente pode oferecer umas salas para os senhores. Agora, se a Comissão quiser permanecer, assim como os Deputados, não nenhum problema. Fiquem à vontade. (Pausa.)

Pois, não. Estejam à vontade. (Pausa.)

Peço desculpas aos Srs. Deputados por ter agido assim. Nós estamos com a fita, não há a voz dele, mas dos presos que comunicaram – um deles – a oferta de mudar os depoimentos em troca de dinheiro. Não fui eu quem colhi, foi a Secretaria de Segurança através de um delegado, do diretor do presídio. Considero constrangedor para esta Comissão a insistência da permanência dele, porque todos os advogados que vieram acompanhando seus clientes tiveram toda a liberdade de permanecer no seu local e todos

se retiraram, para não acompanharem os outros depoimentos. Eu teria de suspender praticamente a continuidade da CPI, se eles insistissem nisso. Não os expulsaria, por que não se ria correto. Mas, se não entenderem a delicadeza do meu gesto, suspenderei a reunião da CPI.

Então, estou pedindo desculpas aos Srs. Deputados para não parecer que seja alguma agressão a uma entidade pela qual tenho respeito. Mas, para dar continuidade aos trabalhos não poderia sentir-me constrangido. Agradeço ao Presidente a gentileza de me dar essa liberdade.

Sr. Presidente, comuniquei aos Deputados a razão do meu gesto, da minha atitude. Saliento um fato importante: a Câmara Municipal de Imperatriz – acredito eu -, com a assinatura de todos os Vereadores, da Presidência, da Vice-Presidência, da Secretaria, pediu a extensão da CPI a Imperatriz.

Solicito encarecidamente que estejamos lá para darmos continuidade aos trabalhos que estão sendo feitos aqui. Perante a Assembléia, comprometemo-nos, na primeira oportunidade, que não vai demorar, a nos instalar em Imperatriz, para darmos continuidade aos trabalhos aqui iniciados.

Sr. Presidente, felizmente, tenho aqui a cópia da gravação da conversa entre os presos que coloquei à sua disposição, porque a mandarei à OAB e à Justiça, porque isso tem de ser apurado, e não acusarei o advogado. Não se trata de laudo, mas de um ofício que a Polícia gravou pela urgência que tínhamos em tomar conhecimento do fato. Solicito que se tire uma cópia para o Presidente.

Qual o nome do senhor, por favor? Queira, por gentileza, falar ao microfone.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Francisco Caíca Uchoa Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor lembra o número de sua identidade?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – O número?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O número da identidade.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – 190.591

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui, do Maranhão?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – 57 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor lembra o CPF?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Lembro. 032.275.293-00.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Rua do Fio, 649, Presidente Danilo(?).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão? O senhor é comerciante?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Fui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é mais? Digo, a sua profissão é de comerciante. O senhor tem algum parente envolvido nesse fato que estamos apurando sobre o roubo de cargas?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, peço ao senhor que, se concordar, assine um termo compromisso de que vai só dizer a verdade perante esta Comissão. O senhor se compromete a dizer a verdade?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, peço-lhe, por favor, que assine o termo de compromisso.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Senador, estou aqui como testemunha ou como acusado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Testemunha. (Pausa.)

A comissão da Ordem entendeu o nosso papel e concordou com ele e não criou nenhum incidente, portanto, a não ser o processo de angústia de a gente ver coisas como essas. Penso que podemos dar prosseguimento aos nossos trabalhos, agradecendo a compreensão dos Srs. Deputados e principalmente a presença que continha aqui, o que nos dá muito ânimo e dá um desconto para zero desse incidente.

De formas que, Sr. Caíca, gostaria de fazer alguma explicação preliminar sobre o procedimento?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ou quer que os Srs. Deputados e Senadores entrem nas perguntas a serem formuladas?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Pode formular perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não quer ter nenhuma explicação sobre nada? (Pausa.)

Tem a palavra o Deputado Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Francisco Caíca, o senhor é sócio ou já foi sócio de alguma empresa?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? E qual foi a sua atividade antes de ser Parlamentar? Antes de ser Deputado, qual era a sua atividade?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Eu era comerciante.

O SR. OSCAR ANDRADE – Comerciante sem ser empresário? O senhor era empregado?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Eu comprava castanha e vendia castanha. É um tipo de comércio.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tinha uma empresa?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Era um pequeno comércio.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o ex-deputado José Geraldo?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Desde 1978.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor ficou amigo dele?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Foi através da política. Eu votei com ele lá no meu município, e, em 78, ele ganhou as eleições para Deputado, e eu fiquei lá como cabo eleitoral. Tinha votado com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um assessor dele?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Um assessor político.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor era assessor dele, então?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor fazia para ele?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Apenas política lá no interior.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Zé Doca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá em Zé Doca?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor sabe sobre os negócios do Sr. José Geraldo?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Sobre...

O SR. OSCAR ANDRADE – Os negócios dele.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não sei nada dos negócios dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe que ele tem empresa de ônibus?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Sei que ele tem empresa, mas não sei dos negócios dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor falou “nenhum”. Empresa de ônibus todo mundo sabe que ele tem.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Sei que ele tem empresa de ônibus, mas não sei dos negócios deles.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas empresa de ônibus é um negócio.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Sei que ele tem uma empresa. Agora as atividades...

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu perguntei se o senhor sabe dos negócios dele...

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Das atividades dele eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Atividade de transporte. Ônibus é transporte.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – É. Eu não sei o que ele trabalha, porque eu nunca trabalhei com ele. Nunca fui empregado dele. Apenas fui Assessor Parlamentar, nesta Casa, dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E sobre a imputação de desvio de cargas de caminhões que pesa sobre ele?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Eu não sei de nada sobre isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe de nada?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca ouviu falar? Nunca foi inquirido a respeito? Nunca foi perguntado o senhor a respeito?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor nunca ouviu falar?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Ouvi na CPI quando veio para cá, falei a respeito disso aí. Mas eu não tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Sr. Joaquim Lauristo?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Desde 1972.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como era a sua relação com ele?

SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Boa. Meu amigo. Conheci ele através do pai dele, que tinha uma pequena empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha uma pequena empresa? O senhor já teve negócio com ele?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Fiz um negócio com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Eu comprei um carro e não pude pagar, estava atrasado e passei para ele o carro, um Golf.

O SR. OSCAR ANDRADE – Comprou e devolveu?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Eu não comprei dele, comprei na loja. Não pude pagar, estava aperreado e passei para ele o carro para ele pagar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe dizer quem é o Jéferson Costa Souza?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Irmão dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Irmão do...

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Joaquim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Joaquim Lauristo. E qual é o negócio dele?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Ele trabalha com... ele tem uma empresa de guincho.

O SR. OSCAR ANDRADE – E transportadora.
O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Bitão?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Bitão. O senhor o conheceu quando também? Mais ou menos nessa época?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Não, muito mais antes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais recente?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– É, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor morava, ou algum parente próximo do senhor, na Av. Lourenço Vieira da Silva, no Bairro São Cristóvão?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Eu mesmo morava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor mesmo morava. A casa fica perto do Bitão?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Ligado. O que separa é um muro de três metros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ao lado.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Ao lado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Houve uma apreensão de uma carreta roubada lá?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Houve?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Houve.

O SR. OSCAR ANDRADE – E essa apreensão dessa carreta foi o que motivou a morte do delegado?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Não, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não sabe?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas a carreta o senhor lembra dela lá?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Eu vi pela imprensa quando prenderam essa carreta lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só pela imprensa?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Pela imprensa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era do lado da sua casa, e você não tinha visto uma carreta?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Não, porque o que se parava a casa dessa garagem era um muro de três metros, e eu não tive curiosidade de subir no muro para poder olhar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já foi sócio do Joaquim Lauristo?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Jéferson?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nada?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem conhecimento se essa empresa de guincho, Bitão, do Jéferson prestava serviço para a empresa de transporte do Sr. José Geraldo?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não via uma movimentação nesse sentido? Havia desmanche de caminhão junto com o guincho lá? Era do lado da sua casa não era?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Era ao lado. O carro ficava do lado dessa garagem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é. A sua casa era do lado da garagem, onde era o guincho Bitão.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá também era desmanche de caminhão?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não via peças desmanchadas? Porque é fácil quando é desmanche.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não via?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tinha contato nenhum lá, vizinho.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO
– Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o William Sozza?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca ouviu falar?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Ouvi falar na CPI, e ele está preso lá no quartel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde o senhor está também?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Sim, senhor. Lá é um presídio. Fizem um presídio lá, negócio de um presídio, dizendo que era presídio de segurança máxima, e nos colocaram lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É um quartel lá.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, não é um quartel. É numa área do quartel.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Jorge Méres?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca viu?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor nunca viu o Jorge Méres?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca conversou com ele?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Nunca conversei com esse cidadão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o Jorge Méres, no seu entender... o que o senhor acha que, por que uma pessoa que o senhor nunca viu, com quem o senhor não tem relação nenhuma, com quem o senhor não tem nenhum contato, de repente, acusa você de participar de uma quadrilha de roubo de carga e desmanche de veículos. O que o senhor pode dizer para nós a respeito disso? É uma sanção? É uma loucura? O que é que está? Uma pessoa que você não conhece, que não fez mal para você, para quem você não fez mal, não tem absolutamente nenhum motivo, e pesa sobre o senhor uma acusação, informações que ele trouxe à CPI do Narcotráfico e aqui sobre o seu envolvimento em roubo e desmanche de veículos.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – V. Ex^a, não tenho nem palavras para responder a V. Ex^a, porque esse moço falou no meu nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o senhor está preso atualmente?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Estou preso pelo... respondendo a um processo aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual processo?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não queria entrar nesse detalhe, porque estou respondendo na Justiça.

O SR. OSCAR ANDRADE – CPI do Narcotráfico?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Eu não fui ouvido na CPI do Narcotráfico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Na CPI da Assembléia o senhor foi?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Fui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - E depois da CPI da Assembléia também?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Fui.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor responde alguns outros inquéritos?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Apenas esse?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou colocar o Jorge Méres aqui, por que acho ele está sem o desejo de esclarecer alguns fatos. O senhor vá perguntando. Já vou trazer o Jorge Méres.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Eu queria lembrar um pouco o seu depoimento prestado aqui nesta Casa à CPI do Crime Organizado. Quando lhe perguntaram se o Sr. José Gerardo tinha algum envolvimento com roubo de cargas, se o senhor sabia alguma coisa sobre isso, você respondeu o seguinte: essas acusações... o que o senhor não sabia responder o senhor não fazia. Mas eu acredito que tem dois motivos que lhe perguntaram por que que as pessoas estavam acusando, por que havia acusação contra o José Gerardo. Acusação de ter envolvimento com roubo de cargas, com caminhões e esta coisa toda. Porque então que as pessoas acusavam o Sr. José Gerardo. Aí você disse que acreditava que tinha dois motivos: de ter trabalhado com o empresário José Gerardo "...e assim posso dizer de ter tido uma ligação como Joaquim Lauristo, uma ligação comercial".

Perguntaram-lhe o seguinte: com relação a atividade do José Gerardo, sobre as acusações que tinha contra ele de ter mandado assassinar pessoas, e

aí você citou vários episódios, inclusive do empresário que foi assassinado, um empresário chamado Gel, lá em Santa Inês; que o José Gerardo havia comprado uma loja dele e depois houve um desentendimento, o cara humilhou o José Gerardo e aí ele conversou com o Joaquim Lauristo, dizendo que ele foi humilhado, e ele disse: "Então, o compadre não pode ser humilhado". Aí o Lauristo conversou com o pessoal do Bel e o Bel foi lá e fez o serviço.

A outra questão que você também relatou foi em relação à tentativa de assassinato do dono da empresa de ônibus que o José Gerardo tentou comprar, e o proprietário só que ria vender com ônibus e tudo. E ele disse que não, só compraria ali e não que ria comprar os ônibus. Houve uma discussão e no mesmo dia, à noite, o proprietário estava em um botequim tomando uma cerveja, chegou um carro do Deputado José Gerardo, saíram de dentro do carro uma ou duas pessoas e atiraram no cidadão. O cara foi baleado, não morreu, mas, enfim, ficou paraplégico.

Então essas acusações que você fez contra o José Gerardo, inclusive de relação de conhecimento... Você conhecia bem e era amigo do Lauristo, não é isso?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO

– Sim.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Você morou em uma casa que o Lauristo era proprietário e cedeu para você morar. Então morava a sua filha e você parece que morava na casa que era de propriedade do Lauristo. Não é isso?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO

– Sim

O SR. GERALDO CÂNDIDO - O Lauristo tinha envolvimento assim, nessa relação de crime, junto com o bando do tal do Bel. Não é isso?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO

– Não sei.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Agora em relação ao que você falou sobre a questão...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o Bel você conhece?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO

– Conheci.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas não sabia das atividades criminosas dele?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO

– Não, senhor.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Agora em relação que você disse que o José Gerardo tinha mandado eliminar pessoas, você confirma isso?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO

- Não me lembro

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Mas está no seu depoimento.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO

- Mas só que não me recordo se falei isso.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Essa CPI foi recente, não é tão antiga assim. Devia estar na sua memória, porque foi uma coisa recente. Foi na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não se lembra ou se recusa a responder?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO

- Não me lembro, Senador, até porque no dia em que fui de por aqui eu estava um pouco nervoso e to meire-médio para me controlar. O remédio ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas tem detalhes aí.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO

- Mas não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor deu detalhes. O senhor quer ler para recordar?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO

- Não me lembro, Senador.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - O senhor não

lembra ou o senhor está querendo defender os seus amigos?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO

- Não, não estou querendo defender.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor quer mudar o seu pensamento, o seu relatório?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO

- Não tenho a lembrança.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi sincero quando depôs aqui na Assembléia? O senhor falou a verdade?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO

- Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou perguntando se o senhor falou a verdade ou veio com a idéia de tentar mentir para os Srs. Deputados?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO

- Não, até porque os meus ex-colegas me conhecem, sabem da minha sinceridade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor não mentiu?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO

- Eu não me recordo o que disse aqui no depoimento.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Então, se você falou a verdade...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se falou a verdade é porque é isso mesmo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Então, os fatos aqui são verdadeiros.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO - Não afirmo porque não me recordo do depoimento que dei aqui.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Pode prosseguir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conhece esse senhor, Jorge?

O SR. JORGE MÉRES – Eu só conheci o Sr. Caíca aqui no Congresso. Não conheci ele antes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como Deputado?

O SR. JORGE MÉRES – Como Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há quanto tempo?

O SR. JORGE MÉRES – Foi só na CPI que conheci ele. Não conheci ele antes, pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Há algumas referências sobre o comprometimento dele, sobre alguns fatos que você relatou e que outras testemunhas relataram. Você se recorda de algum deles para confirmarmos ou não com o Sr. Caíca?

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, contra o Caíca eu acho que não falei nada. O envolvimento em que foi tocado no nome dele foi porque eu guardei o caminhão na casa onde a filha dele morava, mas eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O caminhão que deu causa ao plano para eliminar o Delegado?

O SR. JORGE MÉRES – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas ao lado da casa não é o guincho?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O terreno da casa, não é o contíguo, é o próprio terreno da casa que você guardou...

O SR. JORGE MÉRES – Sim. O único envolvimento que sei dele foi que ele forneceu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Nós queremos confirmar se o senhor tinha conhecimento dessa carreta que foi guardada na casa cedida por empréstimo? Foi o senhor ou sua filha que foi morar lá?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Senador, a casa que Joaquim Lauristo me ofereceu estava fechada. E ele me ofereceu para eu morar, porque estava morando numa casa de aluguel. Ele me ofereceu essa casa para eu fazer uma pequena reforma e ficar lá morando, durante o meu mandato,

porque não tinha casa aqui. Tenho casa no interior, não tenho casa aqui na cidade. Aceitei a proposta dele. Fiz a reforma na casa e fui morar na casa. Mas tem um muro de três metros de altura que separa a casa dessa garagem. Eu saía da minha casa direto para Assembléia. Passava o dia aqui. Só ia para a casa à noite e não tinha tempo de olhar dentro da garagem, porque lá era uma garagem velha. Depois fui informado que fizeram essa firma lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas não tinha chave, não tinha portão?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Tinha portão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Entrava e saía quem quisesse?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Tinha portão lá, mas era um portão velho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Com chave ou sem chave?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não posso lhe afirmar se tinha chave ou se não tinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha chave ou não tinha, Jorge?

O SR. JORGE MÉRES - A casa tem um portão pequeno na metade do muro que dá acesso ao pátio, e o portão grande da entrada é trancado por dentro. Era um portão bom, um portão novo, não era velho. E entre o portão da garagem da rua, seguindo pelo muro, tem um portão pequeno que dá acesso do pátio à varanda da casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Entrando pela garagem, você tinha acesso à casa.

O SR. JORGE MÉRES – Tinha acesso à casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a casa não era isolada?

O SR. JORGE MÉRES – Tinha um muro de três metros, mas tinha o portão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É isso mesmo, Sr. Caíca?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Eu não afirmo, porque nunca vi esse portão lá. Só se colocaram esse portão depois que saí da casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem abriu o portão para você?

O SR. JORGE MÉRES – Foi a própria Meire porque ela estava sentada...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem?

O SR. JORGE MÉRES – A Meire.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é Meire?

O SR. JORGE MÉRES – Filha do Chico Caíca, que morava na casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Morava com o senhor lá, a sua filha?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Mora comigo.

O SR. JORGE MÉRES - Ela estava sentada...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está na casa ainda?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, senhor, só passei seis meses nessa casa. Depois que aconteceu esse movimento todinho, saí da casa, porque não me senti bem, e fui morar em outra casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a carreta lá dentro? E a sucata, o senhor sabia que tinha sucata lá? Que foi colocada dentro desse terreno?

O SR. OSCAR ANDRADE – Agora não é o guincho do Bitão também?

O SR. JORGE MÉRES – Agora é o guincho do Bitão, antes era só...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando aconteceu a recuperação da carreta, não era guincho?

O SR. JORGE MÉRES – Não, era só depósito do material velho do José Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabia que o José Geraldo tinha material lá?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor nunca entrou nesse terreno?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, não entrei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse portão, o senhor nunca viu ele?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Lá tem uma grade, não é um portão, tem uma grade onde ficava o cachorro, na casa do cachorro para a garagem, mas não dá para a gente olhar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não tinha acesso da garagem?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Eu nunca liguei assim para entrar lá, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto tempo o senhor morou lá?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Só seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então o senhor ficava no quarto, ia para a assembleia e não via nem a cozinha nem nada? Não conhecia nada?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, a casa não fica...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sábado e domingo, o senhor também não ficava?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Eu ia para o interior.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para o interior onde o senhor tinha casa?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – É, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tranca-va a casa e ia?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Sempre fui para o interior, no fim de semana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passava o fim de semana no interior?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – No interior.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E nunca teve curiosidade de conhecer a casa nem foi...

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, a casa eu conheço, não conheço a garagem. A garagem, digo assim, para está olhando o que tinha lá dentro, não. Lá tem vigia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não lhe emprestou a garagem.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, só a casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A garagem permaneceu com ele para fazer o que quiser. Como a sua filha foi abrir o portão para entrar a carreta?

O SR. JORGE MÉRES – Não sei, mas a casa não tem outra garagem, e eles têm carro, eles têm que guardar naquela garagem ali, não tem outra.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Mas tem, a casa e tem a garagem. Cabem dois carros, a garagem da casa. Peço até à Comissão para ir olhar a casa lá, tem uma garagem que cabem dois carros. A garagem da casa, não é garagem grande, é a garagem pequena, a garagem que pertence à casa onde eu morava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jorge, desenhe aqui para entendermos bem como é esse negócio da casa e dos dois portões. Desenhe aqui para a gente, faça o favor.

O SR. JORGE MÉRES – Ela é isso aqui: aqui é a varanda, tem a garagem. Aqui, nessa posição, tem

uma grade e tem um portão que dá acesso para a varanda dessa parte da casa. Aqui é o portão da garagem grande e aqui é a entrada da casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O terreno da garagem é maior do que o terreno da casa?

O SR. JORGE MÉRES – É bem grande. É isso daqui o terreno da casa, e ela tem fotografia aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem a fotografia?

O SR. JORGE MÉRES – Tem sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mostra para ele então o desenho para vê se... Mostra para ele.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Aqui é a garagem. Aqui, nesse portão aqui, é que era a garagem da casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da casa?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – É sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – A casa é aqui?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – A casa é aqui dentro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ao lado desse prédio aqui?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Ao lado desse prédio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Agarradinho?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – É sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O portão fica aqui?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – O portão da garagem é esse aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, entre um e outro, um portãozinho. Ele desenhou lá assim. Está certinho aqui: o guincho, a casa do lado e a grade com o portão. As duas casas, era isso mesmo?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – A grade que eu conheço aqui... eles podem ter feito essa coisa aqui. Não duvido que não tem isso aqui, mas, na minha época, não tinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha só a passagem.

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Tinha a passagem.

O SR. – Confere, Sr. Caíca. Confere tudo?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Sim, senhor. É isso aí mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor não chegou a ver a carreta que estava lá dentro?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto tempo ficou a carreta, Jorge?

O SR. JORGE MÉRES – Dezesesseis dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dezesesseis dias? Até a polícia... A polícia foi lá e apreendeu lá no local?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, retiraram de lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi lá que foi o delegado foi apreender a carreta?

O SR. JORGE MÉRES – Foi, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não viu o movimento da polícia?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Eu não 'tava aqui, Senador. Inclusive, na época que foi apreendida a carreta, eu 'tava em Brasília, em tratamento de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, não soube nada da carreta?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, eu soube, porque a minha filha ligou, disse que o delegado tinha entrado lá na garagem, tinha feito essa apreensão, e 'tava um movimento muito grande lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E não pediu para a sua filha assinar nada?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem o auto de apreensão...

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não 'tava na responsabilidade dela, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, não, é porque para ser testemunha da apreensão...

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais nada, não é, Jorge?

O SR. JORGE MÉRES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, eu acho que o Jorge pode ir e...

O SR. JORGE MÉRES – Obrigado.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Então, Sr. Francisco Caíca, só para refrescar sua memória, porque o senhor disse que esqueceu do depoimento que prestou aqui na CPI da Assembléia Legislativa sobre o crime organizado. Quando o Deputado Solinir Silva lhe perguntou sobre a questão do tráfico de droga, o senhor respondeu o seguinte: "Deputado, eu não posso

aqui afirmar que não sei. Eu não tenho informação; droga, eu não tenho informação de droga. Eu, quando vim para cá, e assim neste juramento, vim falar a verdade. Realmente, o que eu falei aqui, o Maranhão sabe por notícia, não sabe a verdade assim. A pessoa que 'tá dizendo, eu 'tô dizendo a verdade, Deputado. O senhor vê falar pelo jornal escrito, mas não tem as provas, e eu hoje sou as provas desse crime e isso que eu quero dizer para V. Ex^a. Eu não vou aqui condenar o Deputado José Gerardo, dizer que ele é traficante, se eu nunca vi ele com cocaína, mas tem suspeito que o jornal diz 'Zé Gerardo mandou matar' tal, mas não prova. E eu 'tô dizendo os crime que ele cometeu, Deputado. Essa que é a prova que eu tô dando; eu jamais posso condenar uma pessoa sem eu saber e ter certeza se ele compra cocaína, se ele compra a maconha. E eu 'tô dizendo prá V. Ex^a que ele mandou matar o Dedé, da Cetracol, que ele mandou matar o Carlindo, que ele mandou matar o Rímoldo, que ele mandou matar o Cardosinho; que ele mandou matar o Gel. Isso aí é a prova, Deputado, que eu 'tô falando aqui. Essa que é a prova concreta que o povo sabe como notícia, sabe pela imprensa, mas não 'tá sabendo à voz viva como eu 'tô dizendo aqui, Deputado. É isso que eu quero dizer agora. Eu não sei se no dia de amanhã eu também não 'tô no lugar dos outros, mas quero dizer para vocês podem mandar me matar, mas vão matar um homem que 'tá descobrindo os podres daqueles que não têm coragem com o Maranhão."

Essas são suas palavras na CPI, só para, então, refrescar a sua memória, porque o senhor diz que não se lembra do que falou aqui no seu depoimento. É apenas um trecho do seu depoimento que está aqui nos autos do relatório da CPI da Assembleia Legislativa do Maranhão. O senhor confirma o seu depoimento?

O SR. FRANCISCO CAÍCA UCHOA MARINHO

- Não tenho conhecimento e nem me lembro.

Quero dizer a V. Ex^a que não terminei meu depoimento aqui, fui tomado por uma descarga emocional, fui do pado com remédios que me foram dados no hospital já há três dias. Tenho inclusive um laudo médico, por isso não me lembro do depoimento que dei aqui.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Sim, mas antes do senhor passar mal, o senhor falou isso e outras coisas mais que estão aqui nos autos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Como ele falou sob juramento e não desmente, prevalece essa versão, que é a correta e foi assinada pelos membros da CPI. Ele não é obrigado a se autocondenar, mas

esse depoimento feito sob juramento irá valer para a nossa CPI. O senhor mesmo disse que seus colegas sabem da sua sinceridade, então iremos dar como correto o seu depoimento.

O que queríamos aqui era verificar se havia algum aspecto mais importante, inclusive para ajudá-lo, mas iremos usar o seu depoimento como verdadeiro.

Acredito que, se não há mais nada a dizer, posso pedir que se retire. O seu cliente está às ordens.

Irei suspender, por cinco minutos, porque a imprensa está bastante interessada em um incidente com advogados e pediria desculpas apenas para liquidar.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Por favor, o seu nome?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Raimundo José Fernandes Leite.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Conhecido como Carola?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sua identidade?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Nº 115.055.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Idade?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - 50 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Lembra-se do CPF?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Irei citar e o senhor verifique se está correto.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Nº 129833063/72.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Estado Civil?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Solteiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Residência?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Presidente Médici.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Rua São José sem número?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Profissão?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Lavrador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Local onde exerce sua atividade atualmente?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Em Presidente Médici.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É parente em algum grau de parte envolvida?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Sou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - De acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, pediria que o senhor assinasse um termo de compromisso de dizer só a verdade perante esta Comissão. O senhor concorda?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Por favor.

A senhora advogada, se tiver alguma dúvida ou interferência a fazer, por favor, vire-se para mim e resolveremos de comum acordo. Muito obrigado.

Sr. Raimundo, o senhor quer dar alguns esclarecimentos preliminar antes de entrarmos nas perguntas?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - O esclarecimento que posso fazer é que já estive preso devido a esse problema do roubo de cargas. Passei um ano e cinco meses preso, inicialmente na Delegacia de Homicídios e de lá fui transferido para a penitenciária e fui solto pelo STJ no mês passado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor foi condenado ou estava com prisão preventiva?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Estava com prisão preventiva.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mais alguma coisa?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - De qual crime o senhor estava sendo acusado?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Estava sendo acusado de ter descarregado uma mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Aonde?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Em Maracaçuné.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Em nome de quem era a carga?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - A carga foi entregue pelo Jota e, em seguida, entregue no depósito do Sr. Aveny.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor estava dirigindo a carreta ou era chapa?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Ganhei o dinheiro apenas para descarregar a mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor foi com o Jota descarregar a mercadoria e a origem o senhor sabia que era ilegal?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Sabia. Depois o Jota me falou que era ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O que era a mercadoria?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Era uma carrada de sal e outra de cimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Carrada o Sr. chama carga.

O SR. OSCAR ANDRADE - Duas cargas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Uma e sal e...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Uma de cimento foram as duas mercadorias descarregadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - E por esta razão o senhor foi preso.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Foi preso em flagrante ou ...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Em razão de ordem judicial.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor ainda é vereador?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Não, por que fui preso e perdi o mandato e neste ano estava preso na época das eleições.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual a sua profissão mesmo?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE - Lavrador.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor já foi proprietário ou sócio de alguma empresa ou negócio, firma?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece Willian Sozza?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já ouviu falar dele?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Só pela televisão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorge Méres o senhor conhece.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Jota? O Bel?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– O Jota, mas o Bel não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabia da atividade do Jorge Méres?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Fiquei sabendo de pois que o Jota trouxe ele e falou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Jota foi quem apresentou.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– O Jota foi quem apresentou ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor pertencia ao grupo esquema ou era só trabalhador...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Era só trabalhador. Conheci eles agora em 1998.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há três anos.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles estavam ainda em atividade. O Jota era foragido ou...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Conheci ele como delegado. Parece que ele usava uma carteira de delegado e nessa época a gente conheceu ele como delegado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele exibia a carteira?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Ele usava uma carteira me parece que do Ibama.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa foto nº 39 o Sr. identifica?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Identifico.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é isso?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Um depósito na Maraçumé.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem é isso?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Lá a gente conhecia como do irmão do Aveny.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aveny o prefeito?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como ele se chama?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Osmar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse depósito é dele?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– É dele sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse depósito escondia carreta roubada?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor levou a descarga de sal e a outra para aí?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Nesse depósito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela era do Aveny ou do irmão dele? O depósito é do irmão mas...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– A gente conhecia como do irmão dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a mercadoria?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Quem recebia tudo era o irmão dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas sabiam que eles eram sócios?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Era pago com cheque dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do Aveny?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele pagou a carga roubada com cheque dele mesmo? O senhor lembra o banco?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A conta era do Banco do Brasil. O senhor se lembra da agência?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Zé Doca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agência do Banco do Brasil de Zé Doca. E o ano?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi de - pois de 1998 então.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Foi em fevereiro, época de Carnaval, de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Carnaval de 98. As duas cargas foram para esse depósito?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– A que foi para esse depósito foram as últimas que ele pagou. Essa ele pagou primeiro. Dois mil e quinhentos reais ele pagou na de sal e de cimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foram feitas outras para ele?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– A outra foi de peça de moto que foi depositada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para ele também?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– No mesmo depósito. Só que nessa o Jota não participou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Essa foi o Vital, o Lisboa, o Armando...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Lisboa participou da...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Participou de todas elas junto com Jota e com Vital.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo pro...

O SR. OSCAR ANDRADE – Vital, Lisboa, Armando...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Vital, Lisboa, Armando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só os três?

E essa foto aqui?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Aqui é a casa que eu morava aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – É a casa que você mora?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Não, morava. Não moro aí. Não era minha, era alugada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aonde é isso? Presidente Médici?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Presidente Médici.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você morava aí?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí tam bém guar da-va alguma coisa?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Não. Não, senhor. Eu não tenho depósito, não tem nada. Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está com a 52 ou a 53 aí na mão, heim, Oscar?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Não, não tenho não.

O SR. OSCAR ANDRADE – É para mostrar também?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conhece essas fotos?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não sabe o que é não?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– É Presidente Médici. É. Isso é casa de moradia lá do pessoal, lá. Não é...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem que mora lá?

O SR. OSCAR ANDRADE – E esse depósito aqui não foi usado para guardar nenhum tipo de mercadoria?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Não, não. Esse depósito não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não guardou nenhum tipo de mercadoria?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Não, não. Aí nunca foi guardado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De quem são esses...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Aqui é casa de moradia não é depósito não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, casa de moradia de quem?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– De um pessoal lá. Não sei o nome...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que pessoal lá?

O SR. OSCAR ANDRADE – É uma loja...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Ah, sim, positivo. Aqui é a casa do Vice-Prefeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, do Vice-Prefeito!

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– É. Aqui é a casa do Vice-Prefeito de Presidente Médici.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui é uma loja.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– É uma loja, é o comércio dele. Isso não tem nada...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi guardado também...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Não, aí não tem nada. É casa de morada dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa aqui?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Essa aqui é que é a minha residência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa é sua residência?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você guardou mercadoria aqui?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Não, não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não. E aqui?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jorge Méres esteve com você aí nessa casa?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Nessa casa, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E essa foto? Nova Olinda?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Nova Olinda, é.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí foi guardada mercadoria?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Foi não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhuma vez?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Nenhuma vez. No meu conhecimento, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui? É a mesma?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Sim, é a mesma, também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem é?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Essa aqui eu não sei quem era o dono não.

O SR. OSCAR ANDRADE – A mesma; as duas são a mesma.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Ah, é!

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem que era esse galpão?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Esse galpão é do Prefeito Hemetério Webá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Prefeito?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Eu não conheço, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Turilândia

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Não conheço não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? Foto 32

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Também não. Conheço não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia relatar agora aquela conversa que nós tivemos sobre a Silverado, a caminhonete Silverado.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Posso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, então. Como é que foi? O Jota te vendeu?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– É o Jota trouxe essa Silverado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era um cabrito...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Era um cabrito. Ele trouxe para... Era época de campanha, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– ...a Silverado. Ele disse que o cara tinha dado para ele e que era um cabrito, que era problema de seguro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que era golpe de seguro?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Golpe de seguro. Aí, trouxe para a gente alugar aí e não tem perigo, não tem nada aí, está toda documentada, a gente bota para alugar aí, se não der...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Documento frio, tudo?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE
– Documento frio, é. Aí, se não der, a gente aluga. Porque aí se tu não arrumar dinheiro para pagar, carga passageiro aí e tu vai me pagando. E, assim, foi...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você ficou com ela?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Aí fiquei com ela. Aluguei para o Prefeito de Presidente Médici por trinta dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Prefeito de Presidente Médici, como é que ele chama?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – José Soares.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o José Soareso que fez com a caminhonete?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Ele ficou trabalhando uns trinta dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na campanha de quem?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Na campanha do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que deputado?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Do Deputado Hemetério, na época.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do deputado...?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Do Deputado Hemetério. Ele ia fazer a campanha...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A caminhonete Silverado...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...foi usada para a campanha...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Aluguei para o Prefeito e ele trabalhou lá no comitê da prefeitura. O prefeito que alugou para ele, lá no comitê do prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Usou para o comitê dele e ele sabia que estava sendo usada para o seu comitê.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Devia saber, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E sabia que tinha má origem o carro?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Não, nenhum dos dois sabia. Só quem sabia éramos eu e o Jota.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você nunca contou para eles? Eles nunca te perguntaram?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Não, eles não sabiam a origem do carro. Inclusive, no final da campanha, ..

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Deputado, o que é seu?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – É parente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente, em que grau?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Deve ser no terceiro grau, como ele falou aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Primo, pelo que ele disse, terceiro grau.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – E, à época, no final da campanha

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou colocando, porque o prefeito disse que não sabia nada de silverado, que ele nunca viu, não sabia. Só reconheceu quando fizemos, o Jota veio aqui em caráter fechado, para o Jota, não para o seu parente, e aí ele reconheceu que a caminhonete trabalhou para ele na campanha.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Só que eles não sabiam

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só de pois que ele veio e confirmou com o Jota.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Só que nenhum dos dois sabia a origem do carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas sabiam que existia o carro.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Existia o carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele disse que não, que não tinha conhecimento. Mas ficou esclarecido e agora temos que pôr corretamente no seu depoimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Bom, repetindo, naquela carga de sal ia outra de?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Cimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cimento, foi você que recebeu a carga?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Não, eu descarreguei lá no depósito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá no depósito do?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – No depósito do irmão do Aveny, em Maracassuné.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a carga era para o Aveny, não é? Foi paga pelo Aveny.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE – Foi paga com o cheque dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cheque dele, não é? Você conhece o Domingos Bergecutrin?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Domingos? Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá de Viana, negociante.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

- Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você conhece o Roxo? Edinelton Abreu?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

- Não conheço não.

O SR. OSCAR ANDRADE - O Milton Abreu?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

- Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

- Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Lá de Viana também, você não sabe?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

- Não conheço não. Não conheço nem Viana.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você é amigo do Aveny?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

- Conheci ele assim, mas não tenho amizade não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eram colegas, não é? Você sabe que, por ele ter pago, que a carga foi para ele, não é?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ficou bem claro aqui que o Aveny recebeu carga roubada e pagou com cheque próprio esta merca do ria. Isso é indiscutível. E deixou nesse depósito, cujo irmão dele era o controlador. É isso mesmo?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– É, foi entregue para o irmão dele. O irmão dele foi quem fez o pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E aí o cheque era do próprio Aveny?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Era.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer, ele já era prefeito ou não?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Já era prefeito.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Você é primo do Aveny?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Primo em segundo grau ou terceiro grau. Acredito ... Não,

ele é primo Heméterio Webá, o deputado. Do ex-deputado, hoje prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui não tem muito o que debater.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você conhece o Juscelino Resende?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Juscelino Resende? Conheci o Juscelino Resende uma vez, em Santa Luzia do Paroá, em campanha do deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabe de algum fato, de algum envolvimento dele em roubo, receptação de material?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Não, não tenho intimidade com ele, não conheço não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nada?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Nada dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E com o Penaldon Jorge Moreira?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Não conheço o Penaldon não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece? Nunca viu?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Nunca o vi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabe de algum fato sobre o envolvimento dele em receptação ou roubo de carga?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Não sei não. Só ouvi falar o nome dele aqui, de pois que ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está respondendo a inquérito policial?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Estou respondendo a inquérito. Passei um ano e cinco meses preso. Fui solto agora. Estou neste mesmo inquérito em que estou dando esse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Verifique, Senador, é uma pessoa humilde. Sentimos, em sua fisionomia, a sinceridade do seu depoimento. Sem receio, está esclarecendo os fatos que o envolveram e responsabilizando aqueles que praticamente comandaram o crime.

Outros vêm aqui, provavelmente por medo ou porque não querem se envolver e se negam até a confirmar o que já declararam sob juramento.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Raimundo, você depôs na CPI do Narcotráfico?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Não.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – E nessa CPI do Crime Organizado, da Assembléia Legislativa?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Prestei depoimento só na delegacia. Na época que a CPI esteve aqui já estava preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já foi esclarecido o caso do Aveny, também foi feito o da Silverado. Acredito que se o senhor não tiver mais nada a esclarecer, eu agradeço...

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Doutora, ele está solto. A senhora pode conduzi-lo.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE

– Eu também agradeço à CPI. Espero que continue com esse trabalho e quem deve, deve ser punido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o grau de responsabilidade. (Pausa.)

Repita seu nome, por favor.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Vladimir Pedro Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua identidade.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – 1.014.635.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Trinta e três anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – 282808903-78.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado Civil.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência atual.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Rua Sete de Setembro nº 26, Centro, Santa Helena, Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem algum parente envolvido nessas apurações que a CPI está fazendo?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203 do Código do Processo Penal, o senhor está aqui como testemunha e deveria assinar

um termo de compromisso de só dizer a verdade. Se o senhor concordar, pedirei que assine.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado.

Sr. Vladimir, o senhor quer fazer alguma exposição preliminar sobre seu envolvimento, sobre alguma coisa que possa ajudar à CPI ou prefere que os Deputados e Senadores façam logo as perguntas?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Prefiro que eles entrem logo nas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem nada a esclarecer preliminarmente?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Deputado Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vladimir, qual é a sua principal atividade profissional?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – No momento não estou exercendo atividade comercial, porque devido aos vários planos econômicos implantados neste País eu estou quebrado financeiramente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Hoje o senhor não tem nenhum negócio?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Eu tenho hotel que ainda é de herança, é administrado pela minha família, por meu irmão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Santa Helena, Maranhão, Rua Coronel Gustavo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais as empresas de que o senhor já foi sócio ou proprietário neste Estado?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – A primeira empresa foi a VP do Vieira, desde 1987, se não me engano, quando comecei minha atividade comercial vendendo cerveja. Eu era distribuidor de cerveja na região de Santa Helena. Depois trabalhei pela WS Peixoto Filho, uma firma registrada. Eu e meu irmão éramos representantes da cerveja Cerpa, com depósito em Pinheiro, filial em Pinheiro, matriz Santa Helena, filial em Turiaçu, atendia toda a Baixada. Depois disso registramos a Distribuidora de Bebidas Vieira Ltda. Ficamos trabalhando nessas mesmas cidades. Depois, quando veio o plano da URV, quebramos, vendemos todo o patrimônio da empresa, vasilhames, no caso, mesas, freezers, tudo para pagar as dívidas junto ao banco e aos credores. O senhor pode fazer outra pergunta. Onde eu atuava?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor trabalhava algumas vezes no varejo, além de cerveja, teve armazéns, não é?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – É, trabalhava em secos e molhados, venda de...

O SR. OSCAR ANDRADE – Atacado também? Varejo?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Atacado. Atendia naquela região, atendia em depósito em Santa Helena, atendia Mirinzal, Cururupu, Bacuri, Serrano, essa região.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já respondeu ou respondeu algum inquérito policial?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Já prestei esclarecimentos junto à Secretaria de Segurança desse Estado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com relação a quê?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Com relação, até não me falaram, depois me chamaram, prestei esclarecimentos sobre esses casos de desvio de carga e não me relatavam totalmente, só o que tinha sido...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não foi indiciado?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não. Até o momento, o delegado só me colocou como testemunha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi ouvido em alguma CPI?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não. Só fui ouvido na Secretaria de Segurança. Prestei três esclarecimentos.

O SR. OSCAR ANDRADE – No seu estabelecimento você costumava comprar mercadoria sem observar a origem, sem nota fiscal? Preço menor quando aparecia?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Sempre comprei mercadoria num preço acessível no mercado, com uma diferença de 10%, porque esse é o preço de mercado. Agora, em questão de nota, às vezes a gente compra porque sempre têm vendedores que chegam em determinada cidade e não entregam com nota, no caso assim, só vinte caixas de óleo ou dez caixas de sardinha. Isso, quase todos os comerciantes de nossa região fazem, não pegam 100% de nota das mercadorias.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o William Souza?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já ouviu falar dele?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não. Já ouvi o nome dele citado na Roubo de Cargas, através da imprensa.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Jorge Méres?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quanto tempo?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – De dezembro de 1995.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é amigo dele?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas conhece?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como que você conheceu ele? Qual era a sua relação com ele?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Relação nenhuma, amigavelmente. Amizade não tinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde você o conheceu?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Quando eu conheci o Jorge Méres, porque antes disso, chegando onde o senhor está perguntando, cheguei a conhecer o Jorge Méres porque, em 1995, antes até quando já tinha depósito, sempre o chamado "Bel" visitava muito o Pinheiro em festas. Conheci o Bel em Pinheiros, no Maranhão, no Bar Village. Um que visitava muito aquela região. Depois foi que vim a conhecer Jorge Méres, mas não a ter contato com ele, porque foi a primeira vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é manter contato?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não é manter contato ou amizade com ele. Conheço, não estou negando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece há mais ou menos 6 anos?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Mais ou menos isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabia do envolvimento dele com carga roubada?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Nesse tempo não sabia do envolvimento dele com cargas roubadas.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Você chegou a comprar mercadoria dele, do Jorge Méres?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Do Jorge Méres, não. Fiz negócio com o Bel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabia que era carga roubada?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você identifica essa foto para mim, a de nº27?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que é ?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Isso é um depósito localizado na Praça José Sarney, Santa Helena, Avenida Beira-Rio. Isso é um estabelecimento comercial. Hoje já vive mais fecho do. É do meu primo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já foi dono disso?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Nunca fui dono. É do meu primo.

O SR. OSCAR ANDRADE – É do seu primo? Sempre foi do seu primo?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Era do meu tio, hoje é do meu primo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era aqui que guardavam algumas cargas?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, aqui vamos chegar lá onde o senhor vai perguntar. Aqui descarreguei uma carrada de óleo, porque já não tinha mais depósito no tempo, já tinha entregado o prédio onde funcionava...

O SR. OSCAR ANDRADE – Guardou aqui?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Guardei porque desse lado era um grande depósito, era um grande comércio do meu tio, certo? Aí aluguei um certo tempo lá com ele. Hoje às vezes ainda guarda a mercadoria no meio, o pessoal que hoje não tem estrada para rodar para....

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa carga de óleo foi mandada pelo Bel?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Fiz negócio como Bel.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Jorge estava?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Estava.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Jorge Méres?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Estava, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E essa outra foto aqui? Foto 28?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é isso?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Aqui funcionou uma distribuidora de refrigerantes, Distribuidora Jesus.

O SR. OSCAR ANDRADE – Até hoje?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Até hoje.

Aqui era um depósito, aqui era o seguinte, é da família Lobato, toda essa área aqui, a Casa Lobato, a Casa do Ferro, certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui também guardava mercadoria?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, em nenhum desses depósitos aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem no Jesus?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Nem no Jesus.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foto 29. Conhece?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é isso aí?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – É a distribuidora de bebidas C. Garcia.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que acontecia na C. Garcia?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Nunca descarreguei nada lá. Ele compra e vende bebida.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí você vendia.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Aqui nunca vendi, nunca trabalhei aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não trabalhava aqui, não?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não. Nunca trabalhei aqui. Esse aqui hoje quem trabalha chama-se Carlinho Preto Rico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas antes, em 95, 96?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, não foi aqui não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era em outro lugar?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Era em outro lugar. O depósito se tiver mais para a frente eu lhe digo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Conheço. Bem aqui é o comercial Bom Preço, certo? Bem aqui é o depósito do Sr. Valdir Fidéli. Era uma mercearia dele. Hoje está fechado esse ponto lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aqui também já guardou mercadoria?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Eu nunca guardei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesse local aqui. Quando estavam cheios os outros galpões o senhor não guardava em outro lugar?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, em outros galpões, nunca enchi, até onde foi a minha participação lhe direi, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não vai me dizer antecipadamente?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, o senhor vai fazendo a pergunta, porque está nos autos e eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que ele não sabe não precisa contar.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Isso, o que não sei não vou contar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu depósito era onde? Aquele primeiro que eu te mostrei?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Nenhum daqueles.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você disse que esse aqui é do seu primo?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o seu era onde?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – O meu depósito também funcionou na rua Coronel Gustavo, sem número, e depois, antes disso essa foto o senhor me mostra, se o senhor quiser o senhor me mostra as outras fotos e eu vou lhe dizer mais ou menos, aproximadamente, onde o meu depósito funcionou. O senhor pode me mostrar todas que eu vou lhe dizendo. Esse depósito funcionou na mais ou menos onde é a Igreja católica.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui é a igreja?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, deve ser a hidroviária essa parte que está aparecendo aqui, atrás desse caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui é o seu depósito.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Era o meu depósito, hoje eu não tenho nenhum e nunca estive... era alugado ali.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor recebia as mercadorias ali? Só uma vez que você pôs ali?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Justamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu primo emprestou ou era para ele?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, era alugado para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então era o seu depósito, se o senhor pagava aluguel era seu.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Mas foi caso só de dois meses, porque depois ele achou um aluguel melhor e alugou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é porque encheu o outro, não?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, senhor, nunca houve.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas aqui no outro o você recebia sempre, a mercadoria que você comprava do Bel.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, vou lhe relatar as vezes que eu comprei, não comprava porque nós não fizemos... O senhor vai fazendo as perguntas que eu vou dizendo ao senhor, certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer esperar.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, quero esclarecer para a transparência de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ainda bem que está no fim do dia, você está pegando todo mundo cansado.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ajuda a gente, porque a do sagem está na razão direta da divisão de responsabilidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você reconhece então que você comprou mercadoria roubada?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, eu não reconheço que comprei mercadoria roubada, reconheço que comprei mercadoria do Bel, certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabendo que era roubada?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não sabendo que era roubada. Depois aí que houve...

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos falar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o preço?

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, eu ia chegar aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O preço não era nenhuma razão para desconfiar? Por que você não comprava direito do fornecedor?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, por que até no tempo em que cheguei a fazer negócio com o Bel, já tinha o caso que já fui um dos maiores distribuidores de cerveja lá dos municípios. Então, eu já estava quase quebrado e ele chegou e franqueou, porque naquela região hoje muita gente pode falar que não conhece ele, que não conheceu, mas em Píñheiro ele era um rapaz que chegava e tudo, um homem que chegava e fazia festa. Eu acho que

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem só o Bel de testemunha, porque ele está morto?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não senhor, eu nunca neguei nos autos, o senhor pode perguntar. Conheço Jorge Méres, porque ele foi e deixou, não vou dizer que não conheço essa pessoa. Conheci o Jota, o senhor pode procurar, caso se ele estiver aqui e pode vir, estou lhe falando a verdade. Quero cumprir com a minha responsabilidade todas vezes que fui chamado e prestei esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você recebia mercadoria e vendia direto para os clientes ou fazia entrega para pessoas já destinadas pelo próprio Bel ou...?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, doutor, quando fiz negócio com essa pessoa..., porque eu tinha depósito em Santa Helena, vendia... Santa Helena, saía fazendo a rota Santa Helena, Mirinzal, Cururupu, essa região de lá, vendendo pontos e pontos de venda. Não tinha específico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continua com a sua clientela de fregueses de cerveja?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – É cerveja, porque eu vendia cerveja, secos e molhados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Secos e molhados.

Por que o seu advogado sabe que se o senhor praticou um crime ou dois é igual, é continuado, não tem...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece Pinheiros bem?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou lhe mostrar umas fotos aqui de Pinheiros. Tinha negócios lá?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Tive depósitos lá. Já citei que tive depósito em Pinheiros, era uma filial. Não aqui não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não eu quero que ele leia por enquanto. Não conhece aqui não?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Aqui não está dando para identificar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor pode ler.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – (Pausa.)

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Isso aqui eu conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Esse aqui já está mudado, mas esse aqui é onde funcionou o escritório do Dr. Penaldon.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era escritório só?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Aí era escritório.

O SR. OSCAR ANDRADE – Guardava alguma coisa?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Eu nunca vi, não tenho conhecimento desse fato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Aqui não estou reconhecendo não. Não, lá não tenho conhecimento disso aí não. Isso aqui eu sei porque deve ser frente à rodoviária. Eu conheço porque sempre estou ali em Pinheiro, certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Pousada Goiana;

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, deve estar funcionando lá agora. Não reparei bem. Mas lá conheço esse prédio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não era pousada antes?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Aqui embaixo funcionava uma panificadora.

O SR. OSCAR ANDRADE – E tinha depósito também para guardar mercadoria?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Nunca tive nenhum relacionamento com ele, não sei se tinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o negócio que o senhor tinha em Pinheiro?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Como eu estava lhe falando, a filial da distribuidora Cerpa, certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Filial lá de Santa...

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Santa Helena.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Domingos Berger Cotrim?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Quem?

O SR. OSCAR ANDRADE – Domingos Berger Cotrim?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá de Viana.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Ednelton Abreu?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Quem?

O SR. OSCAR ANDRADE – Roxo.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Esse eu conheci.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o seu nível de relacionamento com ele?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – O meu relacionamento foi o seguinte: ele trabalhou como contador da empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da sua empresa?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – É. E não foi só da minha. Em Santa Helena foram várias outras pessoas que ele trabalhou.

O SR. – (inaudível)

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Era sim, senhor. Inclusive, hoje estou com um débito na Receita. Tive que refazer tudo. Ele deixou tudo mal feito. Estava dando um milhão e setecentos e poucos mil reais. Se tivesse esse dinheiro...

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor tinha algum outro tipo de negócio com ele, além de contabilidade?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Com Ednelton? Nunca, nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E com Aveny Pacheco?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Quem?

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece Aveny Pacheco.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabe quem ele é?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, senhor. Falando Aveny Pacheco deve ser o Prefeito de Amapá, falando assim, porque conheço pela imprensa, mas não conheço pessoalmente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não o conhece pessoalmente?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe do envolvimento dele com desvio e roubo de carga?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, senhor. Participação dele não. Vejo falar pela imprensa.

O SR. OSCAR ANDRADE – He metério Webá?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Se eu conheço? Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu amigo?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não amigo porque não tenho nenhum relacionamento com ele, conheço como homem público.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da mesma forma como conhece o Aveny?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Juscelino Rezende?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só de nome?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Só de nome pela imprensa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem nenhuma relação com ele?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Penaldon? Penaldon nós já falamos.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Penaldon já falamos. Conheço ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já advogou para você?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Ele teve uma causa da minha empresa a V. PedroVieira, mas faz muito tempo, não sei se ele..

O SR. OSCAR ANDRADE – De que era?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Tive um cheque devolvido, e estava numa situação difícil. Três cheque das Dicom – Distribuidora e Comércio do Maranhão Ltda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso em quando?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Deve ter sido em 1987, 1988. Fui consultar com ele porque chegou um cobrador dando muita pressão, ameaçando. Inclusive nesse tempo aconteceu um...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor era amigo dele, se vê de vez em quando?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – De vez em quando a gente se olha porque ele vai sempre em Santa Helena, mas a vida dele, por que ele tem outros negócios por lá, também não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabia do envolvimento dele com alguma coisa ilícita?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca ouviu falar?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Acho que não cheguei a onde você queria?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor pode chegarsozinho.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – O senhor pode chegar porque está com os autos trabalhando em cima. Eu já dei três esclarecimentos à Polícia Civil.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem mais coisas a esclarecer para nós?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não. Tudo que tinha a esclarecer já esclareci nos autos ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Nos autos da secretaria.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Justamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor depôs aqui na CPI...

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem na do Narcotráfico?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A mercadoria que o senhor recebia os clientes não sabiam a origem?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o senhor vendia a preço normal da praça ou dava algum tipo de vantagem?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, senhor. Fazia a rota.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles acreditavam que você tinha a origem correta da mercadoria?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Trabalhei sempre com essa origem correta, certo. Até quando eu recebi... o finaldo Bel me dizer o seguinte: "Olha, eu vou voltar e vou dar baixa nessas notas". Só que ele não me entregava. E eu dizia: "E se der algum problema?" "Ligue para mim." Certo. E eu botava nos caminhões que alugava, de rota, e ia de porta em porta, nesses municípios já citados, já citei ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E as notas como eram feitas? O senhor devolvia para ele?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Ele nem chegava a entregar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não te dava as notas?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Ele dizia: "As notas estão aqui, mas vou botar para dar baixa no posto fiscal".

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E para os seus clientes, o senhor expedia notas fiscais?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Doutor, naquela região, o senhor pode mandar fazer uma pesquisa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ninguém dá nota para ninguém.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Dificilmente um comerciante, eles podem dizer agora que dão as notas direitinho, mas dificilmente um comerciante dá nota, certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De que região o senhor diz que é?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Da Baixada Maranhense, Pinheiro, Santa Helena, Mirinsal, Cururupu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tinha um faturamento alto mensal?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não. Meu faturamento... até não entendo bem esse balanço porque quando a gente desestabiliza e quebra mesmo... hoje estou quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, mas antes, quando o senhor tinha um negócio normal.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Era mais ou menos um faturamento mensal, quem cuidava dessa parte era o meu irmão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – R\$30 mil, R\$40 mil?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Mais baixo, uns R\$25 mil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só com cerveja e cereais.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Cereais, é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor nunca recebeu carga de cereais? Grãos. Arroz...

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Recebi de arroz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De arroz o senhor recebeu?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Recebi sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deles mesmo?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Deles, finado Bel, fiz negócio com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o Jorge Méris era quem entregava?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Foi quem entregou. A primeira vez foi essa em que ele entregou uma carrada de arroz e me deu 15, 20 e 25 dias para pagar. Vamos dizer assim, hoje um saco de arroz de 60 quilos custa 20 reais, ele me repassou por dezoito, dezessete, nessa faixa, ganhando uma média de 10%.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E era do Bel?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Foi do Bel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você pagava em dinheiro ou em cheque?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Em dinheiro. Ele mandava sempre apanhar o dinheiro porque ele não tinha conta. Dizendo ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você estava sem cheque?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – É na época eu estava sem cheque, não tinha cheque.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os bancos bloquearam?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Tudo, tudo. De momento eu já deixo para o senhor, pode quebrar o sigilobancário, ver tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está falando aí, está confirmando que recebeu mercadoria roubada, que vendeu e pegou com o Bel.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – No momento ele me pegava e dizia que não era roubada. Ele era tido como empresário que fazia grandes negócios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na primeira vez, na segunda, depois você ficou sabendo.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Depois de muito tempo é que fui saber desse envolvimento que teve, que foi declarado por toda a imprensa. Certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma mercadoria sem nota fiscal é, no mínimo, ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você era receptador de boa fé?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, não era receptador de boa fé. Porque é o seguinte, existe muito hoje, se fizer uma pesquisa, e até por que hoje a fiscalização está indo mais em cima, mas têm muitos ainda que descem com carrada, mesmo ilegais, chegam e dizem: vou voltar porque tem de dar baixa no posto fiscal. Porque, Doutor, passando uma carrada dessa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que é baixa no posto fiscal? Você deixa a via lá e depois vai lá e pega para morrer?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Simplesmente eles dizem que vão dar baixa e aí voltam com ela e tal, e nem foi carimbada. Só que eles não dão quando é no comércio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não passa no posto? Ou, se passa, fica a via lá, para depois, se não der bolo, devolve e queima.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, na hora que der bolo, que mesmo lícita, firmas registradas, às vezes tem gente que quer se negar imposto. O senhor pode investigar isso que existe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você contou para a gente aqui três ou quatro empresas que você teve aí, no período de 15 anos, mais ou menos, não é isso?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Três ou quatro empresas? Não, porque no tempo da VPV e i-ra, fui, fui, fiquei devendo, tive até título protestado, então você não pode comprar de novo. Aí se pei depois limpar, abrir outra porque a gente estava com o CPF, tudinho bloqueado, abri a WS Peixoto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você trocou o CPF?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Nunca, nunca troquei. É o mesmo, pode consultar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, porque você disse que esperou, fechou.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não, estava, mas aí você vai, trabalho limpo. Dá um cheque sem fundo, vai para o CCF, então você espera, recebe o cheque, quita a dívida, chegado no banco faz a liberação legal e...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Limpa a barra.

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais alguma coisa?

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Vladimir, a partir de quando você começou a quebrar, começou a cair o seu movimento, a partir de que ano?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Doutor, é uma longa história, vou lhe esclarecer. A primeira vez, a primeira quebrada que dei foi quando comecei, em 1984, naquele Plano Cruzados Novos, então na influência, que era o tempo que eu comprava cerveja aqui da Dicom. Então entrei no banco. Nesse tempo eu não tinha nem idade ainda para abrir conta, era no nome da minha mãe, então abri uma conta. O gerente, tendo uma boa vida naquele tempo, abriu um em-

préstimo lá para a gente e aí foi o tempo que estourou o plano. Tive que vender tudo de novo para pagar a conta, porque senão ficava sem a casa, que estava penhorada. Aí fui recomeçando de novo e aí melhorei. Quando foi em 1990, 1991, aquele fechamento em que o Collor trancou todo o dinheiro nas poupanças, dei outra quebrada. Aí 1991, 1992, foi o tempo que peguei a representação da Cerpa aqui, foi que melhorou mais. Quando foi 1994, veio o plano de novo e foi outra cacetada, aí quebrei mesmo que me apartei.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Depois não se reergueu mais?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Até hoje ainda estou vivendo ainda dessa nossa, no caso lá, é uma herança, que é um hotel, que justamente o meu irmão me ajuda.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Mas você ainda continua comprando cerveja e vendendo?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA – Não senhor, só o hotel. Espero que possa fazer algum negócio na parte do hotel lá com o meu irmão e ver se compro alguma coisa para começar a trabalhar.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Depois que o Bel foi assassinado, aí você parou de ...

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA - Não. Até porque quando eu fui conhecer Bel foi em 1995, e já comecei desde 1984, 85, comecei já a vender cerveja, aí com 17 anos, todo esse tempo de lá pra cá.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Sim, mas depois que o Bel morreu você não comprou mais carga roubada, arroz, esse negócio, você parou de comprar, não é isso?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA - Nunca mais comprei. Certo?

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Tá bom.

O SR. OSCAR ANDARDE – Você negociava só com Bel?

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA - Só cheguei a negociar com o Bel.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o resto das suas compras eram feitas com...

O SR. VLADIMIR PEDRO VIEIRA - Você falando que... essas irregularidades que vocês estão dizendo que fiz. Antes eu comprava de várias outras firmas. Certo? Em 1994, comprei de várias outras firmas. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Nenhuma pergunta? Então, ele já pode sair, por favor. Qualquer dúvida, depois, nós procuraremos seu advogado para convocá-lo.

Recebia carga roubada, que negociava, etc., foi mais fácil. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor poderia me ditar seu nome?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – José Juscelino dos Santos Resende.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Identidade?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – 296. 501 – SSP-MA.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Idade?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - 45 anos, vou fazer 46 em setembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É que o senhor marcou 46 anos.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Vou fazer em setembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O CPF?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - 091904...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Eu vou ditar, então, porque o senhor está inventando para ver se está errado aqui. O senhor está com a identidade?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Eu estou com ela.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - 094. 901. 593/87.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Confere.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Estado Civil?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Endereço?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Rua Amaral Peixoto, nº 05, Vitorino Freire, Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Profissão?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Engenheiro Civil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Local onde exerce a atividade, Vitorino Freire?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem algum parente envolvido nas apurações da CPI?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - De acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, o senhor se compromete a dizer a verdade à Comissão, somente a verdade?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Prometo, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Por favor, queira assinar o Termo de Compromisso.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor retirou o requerimento para não prestar depoimento aqui, mas resolveu atender a inquirição inicial?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Retirei, exatamente, porque senti que esta Comissão veio engrandecer o Poder Legislativo do nosso País. E a sociedade do maranhão, não Juscelino, que está aqui, como testemunha ou como réu, porque, não sei ainda...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Testemunha.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Mas, o povo do Maranhão, hoje, está vendo uma aula de democracia, de liberdade de um cidadão. Seja ele qual for que por aqui passou, saiu daqui de cabeça erguida diante do comportamento dos senhores senadores e deputados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Muito obrigado.

O senhor quer fazer algum esclarecimento preliminar antes de entrarmos nas perguntas sobre as acusações que pesam sobre o senhor?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Não, senhor. Até por questões de consciência, em função do tempo e do trabalho que os senhores têm tido ao longo desses dois dias. Sei do cansaço de todos e vou querer me resumir às respostas das perguntas que os senhores estão dispostos a me fazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Então, passo a palavra ao Deputado Oscar, Relator da Comissão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Juscelino, além da política, quais as atividades profissionais que o senhor ou exerceu?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Comecei minha vida no interior, trabalhei numa propriedade com meu pai, em um povoado chamado Boa Esperança, na beira do Igrajaú.

Sou irmão mais velho de catorze irmãos. Meu pai faleceu há três anos e foi político de carreira, como foi meu avô. Todos dois foram prefeitos das ci-

dades em que nasceram e conviveram: meu avô em Barão de Igrajaú e meu pai, em Vitorino Freire, fruto do trabalho de cada uma ao longo dos anos. Dessa propriedade sai para estudar na cidade, com dificuldade, talvez nem tanto pelo lado financeiro, porque meu pai não era dos mais pobres nesse povoado, mas pela necessidade do trabalho e até por certa ignorância do meu pai, que achava que o trabalho estava acima do estudo. Perdi cinco anos sem pisar em uma sala de aula depois praticamente de ter terminado a quarta série do primeiro grau. Naquela época, exame de admissão para se fazer entrar no ginásio, e acho que todos os senhores são informados...

O SR. OSCAR ANDRADE - Só quero fazer um parêntese, com todo respeito.

Até pela sua consideração pelo nosso cansaço, quais foram as atividades profissionais que o senhor exerceu?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Comecei na roça como lavrador. De lá sai e me formei como engenheiro civil. Antes de me formar, trabalhei em uma empresa, a maior imobiliária da América Latina, Sociedade e Companhia Mista Surcape, onde até hoje sou engenheiro civil.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor é sócio ou já foi sócio de alguma firma ou empresa?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Na verdade, tive uma construtora com o nome Coplan há mais de 15 ou 20 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Comércio?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE - Nenhuma, nada?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - O comércio que tive... e até brincava com meus colegas deputados dizendo que, se quisessem comprar um carro, eu ajuntava com o Nágibe, um Presidente desta Casa que tinha uma revendedora. Fui um comerciante mais sem ponto fixo, sem comércio. Qual era o comércio?

O SR. OSCAR ANDRADE - Comércio de eletrodomésticos?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Comércio de eletrodomésticos nunca existiu na minha vida. Meus colegas são testemunhas do comércio que digo. Era uma brincadeira minha e do Manoel Ribeiro, nosso Presidente, que é testemunha disso. Mas eletrodomésticos... Nunca vendi um fogão, nunca vendi uma geladeira, nunca vendi uma bicicleta a nenhum cidadão na minha vida.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alguma vez o senhor teve contato com Jorge Méres?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não o conhece?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não conheço Jorge Méres e vim vê-lo por televisão e por jornal. E isso ele diz nos depoimentos dele. Ele diz que nunca me viu e que nunca me conheceu em todos os depoimentos dele. Não sei o último porque não assisti e não li.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele informou à nossa CPI, Sr. Juscelino, que ele entregou numa loja, na cidade de Vitorino Freitas, na rua Aparício Bandeira, uma encomenda de ventiladores e fogões roubados que foram vendidos ao senhor. O que o senhor me diz a respeito disso?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – É difícil chamar um homem de mentiroso. E o Jorge Méres hoje é considerado talvez um dos homens de mais credibilidade desse País, embora todos saibamos o comportamento dele ao longo de tantos anos, que ele mesmo já contou. Mas a mim ele nunca me vendeu, nunca me entregou sequer um bombom, porque nunca encontrei com esse homem nem há 10 metros de distância, nem há 20 metros de distância, em nenhum lugar do mundo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o motivo ele teria para fazer essa afirmação, Sr. Prefeito?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Gostaria de perguntar a ele na hora em que isso for... na hora em que... com certeza vou ser acareado com ele e vou fazer essa pergunta para ele, por que é estranho para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não conhece...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Eu dizer que é política, como os outros disseram, pode até ser, mas não tenho certeza. Tenho um adversário forte. Tenho um adversário que me machuca, que me judia, que já mandou prender pai meu, que já mandou prender irmão meu, já fui preso injustamente há poucos dias, 30 dias. Os promotores estão aí, e meus advogados, para mostrarem os pareceres para o senhor das injustiças que fizeram comigo na prisão há poucos dias. Tudo comandado por esse...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que inimigo é esse?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – É o Deputado César Bandeira, e o Mara-

não inteiro sabe, e uma parte do Brasil, porque tenho todos os discursos da Câmara dele. Nessa viagem que encontrei com o senhor lá, nobre Senador, peguei todos os discursos dele do ano passado. E no discurso dele tem mais de um ou dois que o nome do Juscelino foi o que rodou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, mas para credibilizar ainda mais a nossa CPI, o Senador Romeu Tuma não deixou que viesse aqui em setembro exatamente para não ter envolvimento político.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – O senhor acaba de confirmar que ele é um perseguidor político que queria que viesse em setembro exatamente para me prejudicar politicamente no meu Município, como levou...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não chegou a dizer isso, não.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não precisa, não. Me perdoe, mas não precisava, não. O senhor é inteligente e sabe.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Maranhão estava realmente, a CPI funciona desde maio. Nós estávamos para vir.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – É verdade. Vou confirmar só um dado, se me permitir, nobre Deputado Oscar, se o senhor me permitir um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o Relator da CPI. Ele é quem vai escrever isso.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – É. E fico muito feliz por que sei que o senhor com a sua inteligência vai tirar muitas dúvidas que pairam sobre esse Maranhão e sobre o Brasil.

Para confirmar que ele insistiu para que essa CPI fosse no período da eleição, viesse ao Maranhão no período da eleição... e acabei de elogiar não por querer que os senhores me defendam. Estou dizendo aqui o que está dizendo o Maranhão, as rádios estão dizendo, o povo está dizendo a diferença do comportamento dessa CPI com a outra CPI, que quando chegávamos aqui, já chegávamos presos, e eu não fugi de depor. Fugi de ser preso aqui em uma Casa em que fui Deputado 12 anos.

Meus colegas, meus irmãos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, para não criticarmos nada e ganharmos tempo.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Certo. Quero só explicar que, me perdoe...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso já é uma história que todos já conhecem.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – O senhor já sabe. O povo já sabe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então vamos nos ater aos fatos para ganharmos tempo e o senhor também manter a calma. Isso é importante para que não haja...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Obrigado. Quando a gente fala em sofrimento muitas vezes a gente se empolga um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, tudo bem.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o William Sozza?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca ouviu falar dele?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Nunca o vi na minha vida. Falar em jornal e em televisão.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Jota?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Também não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – José João Soares Costa.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Também não. Da mesma forma, só de jornal e televisão. E ele também diz nos seus depoimentos que nunca me viu. Está aqui nos depoimentos dele, os primeiros, o segundo. Não sei os últimos, o que aconteceu, se alguma coisa ele disse ao contrário, mas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor explica, então, se o senhor consegue explicar que o Jota afirma que o senhor era conhecido como comprador de carga de eletrodomésticos?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Acho que ele é quem deve provar isso. Ele está dizendo de mim. Ele tem que provar onde... se comprei uma carga dele ou de quem, paguei a quem, foi deixar no meu depósito, na minha casa, na casa de alguém?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não disse. Ele disse que o senhor é conhecido. Provavelmente ele virá aqui para explicar como chegou a esse fato.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Como sou conhecido, exatamente, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não tem nenhuma razão para confirmar isso.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não, senhor, não tenho e nem ele tem de confirmar porque não comprei da mão dele e nem de ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi mandante do assassinado do Prefeito de Poção de Pedras?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem mais essa informação que cai sobre o senhor.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – É verdade. Isso é mais um caso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Raimundo Mota da Silva Borges.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – É. Já foi esclarecido e a Procuradoria da Justiça e a Justiça estão aí para confirmar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece Rogério Furtado?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Rogério Furtado? Não conheço, mas o conheço de vista. Não tenho contato, mas sei da história dele através de jornais, porque é uma pessoa ligada a um ex-Delegado que também está preso, chamado Luís Moura. Se é esse que estou pensando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É ex-policial.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Deve ser. Isso aí eu não conheço. Isso aí é uma história...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Rogério Furtado é ex-policial.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – É, mas não tenho convivência com nenhum deles. Nunca tive.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Cosme Teixeira?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Cosme também conheço através de jornais. E ele diz também, não tenho nenhuma convivência com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Valtinho?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Quem?

O SR. OSCAR ANDRADE – Valtinho?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não conheço Sr. Valtinho. Nunca vi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Índio?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Índio eu conheço. Conheço como topógrafo e conheço como corretor. Como mui tagente: topógrafo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Miltão?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Miltão trabalhou na Secretaria do Interior aonde eu trabalhei como Assessor, Secretário Adjunto no Governo Luís Rocha. Eu, com vinte e poucos anos de idade, fui Secretário Adjunto do Estado do Maranhão e ele era o motorista da Secretaria. Conheci sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma versão que tem é que esses cinco foram contratados pelo senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Contratados para executar o Prefeito de Poção de Pedras.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não é verdade. Até porque o Prefeito de Poção de Pedras, o Borges, quando faleceu nós estávamos no mesmo palanque político. E a prova é o Senador Lobão, e outros Políticos do Maranhão, Deputado Federal apoiado por nós naquele instante. Nós todos juntos para ganhar a eleição dessa pessoa que condena nós hoje, que é apoiado, era e é apoiado pelo Deputado César Bandeira, que é o ex-Prefeito Chicão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é essa pessoa que condena o senhor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ex-Prefeito Chicão.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Chicão. Esse que dá esse depoimento aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Francisco Alencar.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Francisco Alencar Sampaio. Se eu não me engano, Sampaio. Esse que fez toda essa história.

O SR. OSCAR ANDRADE – E também consta que o senhor teria atentado contra ele.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não, senhor. Nunca na minha vida tive essa parte. Pelo contrário, ele ser meu adversário político sempre tratei bem, sempre respeitei, que é o meu comportamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele sofreu algum atentado?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não sei. De minha parte nunca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele continua lá?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Continua solto na rua, andando e brincando por aí livremente. Eu acho. Não sei a história dele, o que está acontecendo. Por minha parte está.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem um sinal de atentado que ele tenha sofrido? Nada?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não. Ele mentiu aqui num depoimento, dizendo que tinha sido pego, que tinham quebrado dente dele e tudo. Depois foi comprovado que tudo foi mentira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, esse é o atentado?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Esse é o atentado que ele diz. A Procuradoria de Justiça descobriu tudo: era mentira dele. Está no processo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece Juraci Rodrigues Sodré?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Juraci Rodrigues Sodré? Não, senhor. Se conheço não me lembro, mas não conheço, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela teria sido contratada pela Prefeitura de Vitorino Freire, segundo informações que aqui chegaram.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não. Na minha administração?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor assumiu a Secretaria...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Estou há quatro anos e dois meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Trabalha para o senhor, Juraci?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela é Secretária do Prefeito de Amapá: Aveny Pacheco.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não. Não trabalha para mim. Nunca trabalhou para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Diz que trabalha para o senhor também.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não trabalha, não, senhor. Nunca trabalhou para mim. Quem trabalha na minha contabilidade - e se não me engano era assessora de contador. Quem trabalha na minha contabilidade é o Sr. Afonso, que trabalhou para o ex-Prefeito Rubem Pereira, que está aqui e sabe da minha história também com ele,

como contador, e é testemunha do que vou dizer aqui: o mesmo contador meu era o seu. É verdade, Deputado Rubem? E essa pessoa não trabalha para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca trabalhou?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Nunca trabalhou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela não é contratada pelo senhor?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Nunca foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem informalmente?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – A Prefeitura está aberta lá e do jeito que o senhor...

O SR. OSCAR ANDRADE – O Aveny é seu amigo?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – O Aveny me dou com ele, vim me dar com ele agora, nesse processo. Inclui-se foi comigo a Brasília. Estivemos junto com o Senador Tuma em Brasília.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não conhece?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não conhecia antes desse movimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos esclarecer aqui para não ficar nenhuma dúvida.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Nenhuma dúvida. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi a Brasília,...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Pedir para depor lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... com os outros Prefeitos – 4 ou 5 mil Prefeitos...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... para assistir palestras e o senhor conversou comigo...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Pedindo para depor em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá no Senado, em conversa informal, sem compromisso, para não parecer que o senhor foi tratar de alguma coisa comigo sob depoimento.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – É verdade... Nada disto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está fazendo uma colocação aqui: encontrei com o

senhor, encontrei com o senhor... Daqui há pouco, o nosso Deputado vai dizer que o senhor se acertou comigo.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – De jeito nenhum, não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está falando. O senhor tem que tomar cuidado quando faz colocações. Colocar pelo menos da forma como foi feita para não parecer que houve encontros secretos conosco.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Exatamente. Desculpe-me, Sr. Senador. Eu quero esclarecer bem que eu fui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Faço questão de esclarecer isto aqui para ficar nenhuma dúvida a respeito da minha condição de dignidade na condução desta CPI.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Exatamente, Sr. Senador. O senhor me desculpe e me permita esclarecer, como o senhor falou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem nada que o senhor dizer que encontrou comigo, mas tem que dizer em que condições e quais os motivos que o levaram porque parece que o senhor está dizendo que foi acertar comigo lá...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não existe isto não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos lá, com Aveny Pacheco. O senhor estava explicando, aí, a sua relação com ele. Por favor, pode continuar. Desde quando o senhor é amigo dele?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Eu não tinha amizade com ele e nunca tive antes. Eu vim acompanhando nesse processo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E nem o conhecia?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Conheci. Quando os prefeitos se reuniram aqui e se conhecem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque aqui tem um dado – não sei se o senhor confirmaria. Eu vou até ler o que está, aqui, na informação:

“De acordo com informação recebida, Juracy Rodrigues Sodré é Secretária do Prefeito de Amapá, Sr. Maranhão Aveny Pacheco. Em recente depoimento na Justiça de Cândido Mendes, no Maranhão, disse no depoimento que também trabalha para o Prefeito de Vitorino Freire, Sr. Juscelino Resende.”

Isto está no depoimento da Sr^a Juracy?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Ela teria prestado esse depoimento: que trabalharia para os dois Prefeitos, quer dizer, é um acúmulo de função.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Pois não é verdade e era bom que isto se chamasse ela aqui para ver se tem algum documento assinado ou alguma coisa.

O SR. OSCAR ANDRADE - É perigoso isso porque ele não ia cometer isto. Agora, o segundo ponto aí...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É que ela seria o elo de ligação entre o senhor e o Sr. Aveny.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor conhece a D^a Juracy?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Como?

O SR. OSCAR ANDRADE - A D^a Juracy o senhor conhece?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Se eu conheço ela? Ela só anda com o Aveny. Quem não conhece o Aveny, não conhece a Juracy.

O SR. OSCAR ANDRADE - Pois é. Mas antes eu lhe perguntei se você conhecia, você negou.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Se eu conhecia a Juracy, empregada da Prefeitura e Vitorino. Não senhor. Como empregada, não. Eu conheço a Juracy, empregada do Prefeito de Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Ela é funcionária do Prefeito de Amapá?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Com certeza, ela é secretária dele. As minhas Secretárias, os meus...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Ela nunca prestou serviço na sua Prefeitura?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Não, senhor. Isto, aí, não.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor tem informações sobre as atividades ilícitas do Prefeito Aveny?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Anterior. Agora, eu só conheço ele como Prefeito. É dizer se ele é formado, se ele tem alguma coisa?

O SR. OSCAR ANDRADE - Com relação à receptação e roubo de cargas?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Só de notícia, porque tenho acompanha-

do as duas CPIs anteriores e através de jornais e televisão.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor conhece o Sr. Hemetério Webá?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Conheço, ele é meu colega, aqui, na Assembléia como Deputado. Quando Prefeito, fomos adversários políticos. Eu apoiava o William Amorim como Deputado Estadual e ele era Prefeito. Depois o William ganhou e passou a apoiar o Deputado Amir Figueiredo e eu saí. Fui ser Prefeito e o Sr. Hemetério Webá veio para Assembléia nesse mandato e, nesse mandato, ficamos quatro anos aqui na Assembléia.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o Dr. Penalton?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Vim conhecer o Dr. Penalton quando ele se elegeu Prefeito e foi eleito Vice-Presidente da Fanem, nossa Associação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - A Fanem é a Associação dos Prefeitos?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - É, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - De todo o Maranhão?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - De todo o Maranhão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Com relação ao envolvimento, o senhor sabia de alguma coisa?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Não, senhor. Vim saber de toda a história desses dois desde o momento em que foi criada a CPI - a primeira e a segunda que já passaram no Maranhão - e, agora, a terceira.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantos inquéritos policiais ou processos criminais o senhor já respondeu?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Criminais? Só este que estou respondendo à CPI. Porque

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Na CPI e na Justiça...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Na Justiça, esse do prefeito que o senhor falou agora, Senador, não respondi nada por que a Procuradoria me isentou durante mais de 11 anos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Esclarece. Por isso que ele ficou preso com preventiva em cima desse processo.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - É... provisória. Prisão provisória... temporária.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tempo-rária. O Ministério Público ofereceu denúncia?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. OSCAR ANDRADE – Por causa dessa ação que o senhor teve a prisão decretada?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Obrigado pela informação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Gostaria de chamar para acareação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então nós vamos chamar o Jorge Mérese depois o Jota ou os dois juntos, não sei se... (Pausa.)

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece o depoente?

O SR. JORGE MÉRES – Eu conheço ele de nome desde 96, final de 95. Pessoalmente hoje eu tô vendo ele pela primeira vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – A primeira vez?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – A informação que você passou falando na CPI sobre uma carga de fogão e ventiladores que foi entregue na Rua Aparício Bandeira, em Vitorino Freire...

O SR. JORGE MÉRES – Esses fogões, é...

O SR. OSCAR ANDRADE – Conta pra nós com detalhes aí.

O SR. JORGE MÉRES – Eram 108 fogões Dako e ventiladores. Esses fogões foram trazidos aqui pra São Luís com a carreta, da carreta foi passado para dois baús, dois caminhões menores...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É aquela carretaque foi descarregada do lado do...

O SR. JORGE MÉRES – Da Delegacia Metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E do supermercado que nós conversamos ontem.

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Prossiga.

O SR. JORGE MÉRES – Aí foi passado pra dois caminhões menores, dois baús, e encheção do pra Vitorino Freire.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você estava dirigindo a carreta.

O SR. JORGE MÉRES – A carreta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passaram pra dois baús.

O SR. JORGE MÉRES – Dois baús.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os baús você não dirigiu nem acompanhou.

O SR. JORGE MÉRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E como chegou ao seu conhecimento? Você não foi até Vitorino Freire fazer entrega?

O SR. JORGE MÉRES – No dia da carga, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E por que chegou ao seu conhecimento que foi com destino ao prefeito?

O SR. JORGE MÉRES – É... dias depois, é... eu tava pronto pra ir pra São Paulo pra buscar uma ou tra carga, então o Bel... fomos eu e Bel mais Marco ne fomos até Vitorino Freire, ficamos uns 50 metros mais ou menos da loja e ele falou que ia falar com o seu Juscelino.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem foi falar?

O SR. JORGE MÉRES – O Bel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Bel.

O SR. JORGE MÉRES – Ele ia pegar um adiantamento para a gente comprar uma mercadoria em São Paulo pra trazer que ele ia ficar com essa mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tinha loja? Você viu a loja?

O SR. JORGE MÉRES – Bom, ele procurou o Juscelino na loja onde eu lhe mostrei, onde eu mostrei ao delegado dias atrás.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem fotografia da loja aqui?

O SR. JORGE MÉRES – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cadê o álbum de fotografia? Está aqui.

Dá pra ele identificar, por favor.

O SR. JORGE MÉRES – É essa aqui.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Professor Jorge Méres, com muito respeito a sua pessoa, eu tô lhe vendo pela primeira vez, conforme o senhor acabou de falar. Você foi muito infeliz em mostrar esse prédio aqui como sendo uma loja que eu estava nela ou sendo minha ou de parente meu, que Bel encontrou comigo. Primeiro é que esse prédio há mais de 30 ou 40 anos faz parte de uma família que era de adversários políticos de meu pai e meus. E vou provar com documentos e escritura.

Segundo, vou lhe provar que esse pessoal da Credinorte, os donos dela moram na cidade de Dom Pedro e é o mesmo dono da loja Litoral Móveis, em São Luís, que muita gente já viu a propaganda dessa lojas.

Não tenho nenhuma sociedade e nenhum parentesco e para completar são meus adversários políticos. Se você nunca mentiu num depoimento, está mentindo pela primeira vez. E os documentos estão aí para provar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não chama ninguém de mentiroso, porque estamos apurando a verdade. O senhor entendeu bem o que ele falou. O Bel chegou e você... Você e quem mais?

O SR. JORGE MÉRES – E o Bel e o Marconi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles dois ficaram à distância da loja, o Bel foi para lá e disse que iria procurá-lo para receber um adiantamento. Ele está relatando um fato e não disse que ele viu o senhor pagar o Bel, deu para o Bel... O senhor não viu os dois conversarem.

O SR. JORGE MÉRES – Não, senhor. O Bel falou que ia pegar um adiantamento do Juscelino, para eu ir para São Paulo trazer uma mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você ficou esperando e ele trouxe o dinheiro.

O SR. JORGE MÉRES – Ficamos bem em frente do banco que fica a poucos metros para frente de pois da loja. Ele entrou na loja, voltou, não me recordo o que ele disse na hora, fomos para um restaurante almoçar, e depois ele retornou para a loja. Parece que ele falou que não tinha dado certo o negócio e que nós só iríamos para São Paulo na outra semana. Como eu lhe disse, era a primeira vez que tinha visto ele, não sei se era que estava lá. Para mim ele falou que ia se encontrar com o Juscelino. E o Japonês depois, que está aí, que foi o responsável, que cuidou para descarregar os fogões falou a mesma coisa, que tinha ficado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Japonês ficou lá na Metropolitana navegando e descargados caminhões. Ele foi com vocês até Vitorino?

O SR. JORGE MÉRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o Japonês comunicou que teria negociado os fogões com ele.

O SR. JORGE MÉRES – O Japonês sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você sabe se está no depoimento do Japonês? No inquérito, no processo?

O SR. JORGE MÉRES – O Japonês, não sei se ele depôs sobre isso. Pelo menos na hora em que descarregou, depois, quando ele foi fazer o pagamento ao Bel, o que foi relatado foi isso daí, que os fogões iam para Vitorino Freire e iam ser entregues e eram para o Juscelino.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É a primeira vez que está vendo o Prefeito Juscelino.

O SR. JORGE MÉRES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acompanhou o Bel, mas não chegou até a casa comercial para ver com quem o Bel falou.

O SR. JORGE MÉRES – Não, senhor. O Bel falava sem pre dele que era uma pessoa honesta e bom pagador. Agora não sei que negócio eles tinham.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor conhecia o Bel.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Senador, eu nunca vi esse homem na minha vida. E eu gostaria que o nosso amigo Méres dissesse que em algum lugar durante todos esses anos que ele andou com o Bel que ele encontrou comigo e com o Bel em algum lugar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso não precisa perguntar, porque ele disse que conheceu o senhor agora. E que as referências...

Você se lembra de mais alguém que ouviu essas colocações do Bel?

O SR. JORGE MÉRES – Japonês, Paulo Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é Paulo Roberto?

O SR. JORGE MÉRES – É um outropolicial que ajudava o Japonês na delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está preso também?

O SR. JORGE MÉRES – Não sei. Sei que o Japonês está.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem foi com você a Vitorino Freire?

O SR. JORGE MÉRES – Nesse dia foi o Marconi e o Bel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Marconi está vivo?

O SR. JORGE MÉRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Temos que perguntar se está vivo porque todo mundo que pergunta está morto, foi assassinado.

O SR. JORGE MÉRES – Uns quatro meses depois voltamos lá e o Bel queria fazer mais negócios. Ele estava com problema com uma mercadoria que não tinha para quem vender. Foi o Fábio Xuxinha que está vivo, está aí, o Nego Naldo, eu, Bel e Marconi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que mercadoria

O SR. JORGE MÉRES – Era uma mercadoria que veio de São Paulo, inflacionada. Tinha eletrodoméstico, que é só para lojas que vendem esses negócios. Tinha de tudo, até bicicleta, geladeira, fogão, televisão. Uma carga que foi trazida da Transportadora Cinco Estrelas, de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo. Mais algum detalhe que possa ilustrar?

O SR. JORGE MÉRES – Esses dois estão aí. O Japonês, eu, o Xuxinha – o Fábio Xuxinha, que está preso em Belém – e o Nego Nal do, que é o Nal do, escutamos a mesma história. Ele só falou: “Nós vamos lá que eu vou pegar um adiantamento do Dr. Juscelino – ele falava assim – para você ir para São Paulo, porque vamos entregar essa carga para ele”. Não tenho outros detalhes sobre isso – se ele encontrou com ele ou não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você se lembra de quem pegou os furgões para levá-los para fazer a entrega? Quem era o motorista?

O SR. JORGE MÉRES – Um dos motoristas era o José Raimundo e o outro era o Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estão vivos?

O SR. JORGE MÉRES – Um está.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O outro está morto?

O SR. JORGE MÉRES – O José Raimundo teve um problema em Campo Grande com uma das carretas. Ele denunciou o Sargento Portela e, quando chegou aqui, morreu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi morto ou morreu de morte morrida?

O SR. JORGE MÉRES – Mataram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Precisamos correr com esta CPI, senão não acharemos mais ninguém, só um cemitério especial, pelo visto.

Os nomes a que ele se referiu estão todos anotados para poder esclarecer essas dúvidas. Aqui está completo. Vamos trazer o Jota em tão para a outra parte. Ele já pode ir. Obrigado.

Ele foi sincero em dizer que o conheceu agora.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E que as referências do Jota com outras pessoas que foram a Vitorino Freire.

De quem era essa loja de que o senhor falou?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Essa loja é de um grupo de Dom Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles podem ter recebido a mercadoria...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Podem através de alguém...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixe-me terminar. Eles podem ter recebido essa mercadoria e usado o seu nome. O senhor concorda com essa hipótese, porque os considera seus inimigos?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Na política existe de tudo e tudo é ca paz na política. Nessa época, eu não era Prefeito. Ele diz: “Eu tenho cheque de Prefeito”. Nessa época, em 1986, meus colegas sabem que eu estava na Assembleia como Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não falou em cheque, não ouvi isso.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Mas está no processo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estamos restringindo a esses esclarecimentos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Cláudio Jignis?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não, senhor. Vi Cláudio Jignis por umas duas vezes aqui na Assembleia, visitando um parente dele, o Deputado Amir Tero.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, o senhor o conhece, pois o viu.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Vi, mas não o conheço. Conhecer é uma coisa, ver é outra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conhecer não em termos de amizade. Visualmente ou fisicamente, sim.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Visualmente ou fisicamente, mas não o conheço e não tenho nem nunca tive convivência com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhuma convivência?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Nunca. Nem com ele, com o Bel ou com nenhum desses daí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor nunca viu o Bel? Já ouviu falar dele?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Ouvi falar, porque, no Maranhão, quem não ouviu falar do Bel será mentiroso ou não falará a verdade – perdoem-me. No Maranhão, o Bel era mais conhecido do que o Lampião no sertão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Bel era conhecido como?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Era conhecido como vaqueiro de vaquejada, como bandido, como assaltante, como ladrão de gado, de carro e de tudo que está dito aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Sargento Lisboa?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Nunca vi na minha vida. Vi em jornais agora por causa desse movimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço então aos presentes para evacuarem o plenário, porque o Jota só se apresenta de forma reservada aqui. Estou pedindo por gentileza que se retire. Se o senhor não está satisfeito, não precisa permanecer aqui. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conhece?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – De vista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca esteve em contato com ele? Negócios?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque há uma referência aqui...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor disse que ele era conhecido como comprador de cargas.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como era isso? Explique para nós.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Com ele aconteceu o seguinte: uma carga de eletrodomésticos que foi roubada em Pío XII, no Maranhão, uma cidadezinha que tem em Paramaranhão. Então foi uma carrada no valor de 416 mil na época. Uma Scânia 111-S, laranja.

Essa carrada de mercadorias de eletrodoméstico foi roubada lá e levada para Santa Helena. Não deu para descarregar no horário, ela foi ter um pouco quem vai para Cururupu. Lá aguardaram esse rapaz que depôs antes dele, o Vladimir, que foi quem arrumou o depósito para guardar a carrada para dar uma esfriada de 60 dias. Depois foi carregada em outros dois caminhões que foram para Vitorino Freire. Só que antes disso, nesse intervalo de 60 dias, Bel estava atrás dos compradores. E não encontrava. Tentaram o Armazém Paraíba. Foi onde eu falei que Japônês tentou vender para um cara do Armazém Paraíba, mas como o preço era alto não deu para vender.

Apareceu outra pessoa ligada a Cláudio Jignis. Aí é onde entra o Juscelino, que era o cara que na época trabalhava para - e não sei se hoje ainda trabalha para você - Laudenir.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Nunca trabalhou para mim.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Trabalhava. Esse eu tenho certeza absoluta de que trabalhava para ele. Laudenir fez a conexão entre Bel, Cláudio Jignis e ele. A conexão ficou entre os quatro. Na época Juscelino estava meio aperreado, não tinha condição de arrumar o dinheiro no **cash**, entrou no negócio, e era entrar três carros: uma D-20 cabine dupla, placa HOQ 9888, de São Luís do Maranhão, de propriedade de um amigo dele; um Vectra branco, antiga placa de Sergipe, que era H., não me lembro mais da placa do Vectra. E esse Vectra foi meu. Ia entrar uma F-1000 vinho e não agradamos da F-1000. Eu fui ver os carros e sabia de toda a negociação, acompanhei do início ao fim a negociação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi ver os carros porque você que ia receber? Para?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu que ia receber para o Bel. Quem foi receber os carros fui eu. O rapaz que trabalhava para ele na época, esse Laudenir, fez toda a negociação e levou a gente para ver os carros, levou a gente em duas casas para olhar os carros. Levou num local, depois levou em outro. Olhamos dois num local e a F-1000 em outro local. Só que a F-1000 não agradou porque estava meio sambadazinha. Então, ficamos com o Vectra e com a D-20. E entrou uma parte em dinheiro e outra parte em cheques pré-datados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E os cheques, de quem eram?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não posso afirmar que o cheque era dele porque não vi nenhum dos cheques, não peguei em dinheiro nesse negócio; peguei simplesmente um vectra como parte do pagamento. A D-20 foi comando do Cláudio Jignis. E a questão do dinheiro era com o Bel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os cheques foram parar na mão desse...

O SR. OSCAR ANDRADE – O vectra ficou com você e a D-20 com o Cláudio Jignis?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Positivo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o outro carro?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não ficou com o outro carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, não pegaram o outro carro. O resto do dinheiro foi para o Bel?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Foi. Na época, recebi o vectra por R\$19.000,00.

O SR. OSCAR ANDRADE – E qual o preço total da negociação?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Cento e cinquenta e poucos mil reais. Não. Duzentos e... Não me lembro mais. Sei que era 50%.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você falou que a carga era de quatrocentos e dezenove.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Cinquenta por cento dão duzentos e uma fração.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, é a meta dele.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a sabe onde elas foram entregues?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – As mercadorias? Não, porque não acompanhei. Estava em Belém no dia e só vim depois. O Bel ligou e descipara cá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Bel disse que estava negociando com ele ou...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Senador Tuma, não tem esse negócio de dizer: ele estava negociando. Toda negociação era feita na minha frente, na frente do Cláudio Jignis, do Laudénir e do Bel. E sabíamos de onde estava partindo toda a negociação. O Bel nunca escondeu o nome das pessoas que compravam as cargas. Ele nunca escondia isso, principalmente de mim, que andava 24 horas com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem foi o intermediário?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Laudénir, um rapaz que trabalhava para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a quer explicar agora?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Posso. Queria apenas a permissão de V. Ex^a para que o meu advogado trouxesse o depoimento dele anterior.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há dúvida.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Ele falou e está se contradizendo um pouco.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Positivo.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Jota, eu...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já conhecia o Jota?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não, Excelência, nem de vista. Ele falou que me viu de vista, mas ele tem de dizer onde, porque nem de vista eu olhei para ele, a não ser em jornal e televisão. De vista mesmo, ele nunca me viu em lugar algum nem olhei para ele.

Quero dizer a ele que Laudénir Alves Magalhães, essa pessoa de que você fala aqui, nunca trabalhou para Juscelino Resende.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não há som local, mas estamos gravando.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Certo. Laudénir Alves Magalhães trabalhou desde os onze anos de idade. A família dele é nossa adversária. O pai dele é intriga do com o meu pai, porque trabalhava no mercado em Vitorino. Meu pai foi Prefeito, e, devido àquela rivalidade política interior, meu pai colocou o pai dele para fora do mercado.

Estou contando uma história. A polícia pode ir a Vitorino e confirmar a verdade dos fatos.

Durante vinte anos essa família ficou contra nós. Quando ele completou onze anos, foi trabalhar no Grupo Osmar Pereira, Grupo Loja Popular. Trabalhou com ele durante muitos anos. Saiu de lá e montou uma lojinha de confecção na Rua José Cipriano, logo após a Prefeitura de Vitorino. Havia uma portinha, e começou com uma lojinha.

Em 1988, candidato a Prefeito, eu e o irmão do Deputado César Bandeira, Aparício Bandeira, fomos fazer campanha. Um amigo de Osmar Pereira e de Juscelino, por tabela, chamado Antônio Alves de Souza, Tonho Salgueiro, dono de duas usinas de arroz, Vereador e ex-Presidente da Câmara, fez com que eles dois, Osmar e Laudénir, e as famílias viessem votar em mim para Prefeito. Eu, Deputado, candidato a Prefeito.

Perdemos a eleição. O irmão de Bandeira ganhou a eleição e prometeu mandar a polícia dar uma pisa em Laudénir. Laudénir foi embora para Santa Luzia do Paroá e lá montou uma lojinha. Não sei se o senhor chegou a conhecê-lo quando morava lá.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Conheço a história.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Então, essa é a verdade. Ele morou lá de seis a oito anos. Nessa época, eu estava concorrendo a Deputado. Veio a eleição para Prefeito de

Francisco Ribeiro da Silva, em 1992. Laudénir foi a Vitorino apenas para votar. Uma parte da família dele ficou lá e outra parte foi embora para o Rio e para São Paulo. Ele votou, foi embora e não falou com ninguém. A intenção dele era de nunca mais pisar em Vitorino em represália à posição da família Bandeira.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. S^a começou falando que o Laudénir é de uma família...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Era nosso adversário, era inimiga nossa.

O SR. OSCAR ANDRADE – ... inimiga sua. Como é que o senhor conhece tanto assim um homem desde onze anos de idade, prefeito, com detalhes, inclusive quantos anos morou num lugar, quantos anos morou em outro, que veio para voltar e voltou...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Explico para o senhor agora, explico para o senhor agora. A nossa cidade é pequena. A nossa cidade, na época, tinha sete, oito mil habitantes. Hoje nós estamos com dez, doze mil habitantes a sede. O município um pouco maior, são dezoito povoados no interior. E lá quem não se conhece, em Vitorino, é meramente impossível. Principalmente um político filho da terra, como eu sou, com três mandatos de Deputado, deu doze campanhas políticas, eu comecei com onze anos de idade, com meu pai, na campanha do meu pai a prefeito. E ele trabalhava com esse meu adversário, e a família tinha brigado com meu pai nesse negócio do mercado. meu pai tinha botado ele para fora do mercado. Ele tinha um quiosquezinho no mercado. Então ficou essa rivalidade durante esses anos todos. E só em 1988 é que ele - a família não votou para mim - votou em função de Osmar Pereira e do Presidente da Câmara, que é Antônio Alves de Sousa. Se o senhor estiver entendendo a explicação, quer dizer isso. Aí ele foi para Santa Luzia embora.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Juscelino, só para fazer uma pergunta para você.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Diga.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Osmar Pereira, Vice-Prefeito de quem?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Meu, eu vou chegar lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o dono da loja...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – É, eu vou chegar lá.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Loja popular.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Várias lojas, tem várias lojas, quinze ou dezesseis lojas. Nós vamos chegar agora lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é o atual?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não, senhor, não é mais não. O atual vice-prefeito que está aí é um comerciante, mas ele mexe com...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como ele se chama?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – O atual?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – O atual é José Leandro Maciel.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele tem loja?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Tem uma, tem uma loja de madeira, vende forro compensado....

O SR. OSCAR ANDRADE – Planalto? Chama Planalto a loja?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não, Planalto é o ex-vice-prefeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Planalto é o ex.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem uma loja aqui no Maiobão?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Tem, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – De eletrodomésticos.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma loja de eletrodomésticos.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Exatamente. Então, Laudénir veio embora para São Luís há uns três, quatro anos. Nessa época de vir para cá, ele chegou e ofereceu a casa para o patrão... para a pessoa que ele trabalhava, que era Osmar. E ele devia a Osmar Pereira, da eleição. E passei uns cheques para ele, vinte e três, eram trezentos e poucos mil reais, está aí no depósito dele no processo, passei os cheques para ele, pré-datados, e ele me cobrou 5% de juros acumulados, cheque a cheque. Foram pagos todos os cheques e comprei a casa de Laudénir - que tem o contrato, deve es-

tar aí com meus advogados, contrato de compra e venda, escritura passada no cartório - o mandato foi contado, cheques no contrato de compra, tudinho, está aí amarrado. Passei os cheques para o Laudénir, parcelado. O Laudénir vem para cá e bota um comérciuzinho bem aqui no bairro de Fátima e aqui ficou esse período, até um ano e pouco atrás, quando começou essa história, daí foi que ele sumiu.

Como eu tinha contato com ele? Como, Juscelino, você conhece essa vida toda? Primeiro é a política. Numa cidade pequena, não tem como não se conhecer. Uma pessoa que nasce, com 45 anos que eu tenho, tinha a nossa propriedade, minha vida toda lá dentro, pai morreu, eu continuo trabalhando nessa propriedade e fazendo política. Antigamente eu tinha essa construtora, parei a construtora, que eu construí uma casa, vendia, reformava uma casa, vendia, comprava um terreno, construí uma casa pela Caixa Econômica, e depois que entrei na política fui... meu tempo foi... fui para lá. Meu pai morreu, eu fui tomar conta, porque meus irmãos... até formar, são médicos, advogados, engenheiros, são mais novos, inclusive tem um deputado aqui que é médico, e eu fui tentar formar meus irmãos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Prefeito, acho que o senhor já respondeu.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Juscelino, geralmente falo o que penso e digo o que acho.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Eu gosto de suas colocações, é verdade.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Você falou nessa história todinha o seguinte: Laudénir era seu adversário político, o Osmar Pereira, seu adversário político.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Depois passou a ser meu vice. Laudénir acompanhou ele. Laudénir acompanhou Osmar na eleição.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Passou a ser seu...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Laudénir, meu eleitor, lógico.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Só que eu não entendi uma história - para mim, não sei para outras pessoas. Você contou, contou, contou e não respondeu por que a sua ligação com... onde está sua ligação com Laudénir.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Através de quem? Do Vice-Prefeito que era o amigo dele, que sempre foi o irmão dele. Ele veio para mim por intermédio de Osmar Pereira e do

Vice-Prefeito na época, Antonio Alves de Souza, que mora aqui em São Luís e pode contar a história.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Juscelino, você apresentaria o Laudénir?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Eu? Se eu soubesse onde ele estava, eu traria para acabar com essa história que você...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Ele está aqui em São Luís e mandou um recado para mim há poucos dias.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Pois pode mandar buscar agora. Se eu souber, eu aceito ficar cara a cara com ele. Pois você agora pode mandar pegar e chegou onde eu quero.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Tem outra coisa.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Diga.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu tenho que fazer essa ligação para você cair do cavalo.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Se eu cair, vamos fazer o quê? Se eu cair com o Laudénir... Pode mandar pegar.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não é com o Laudénir, eu tenho uma testemunha que sabe de uma história que eu acho que você sabe e que está escondendo.

Vou lhe explicar bem aqui.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Sobre esse negócio de carreta, de alguma coisa?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Sobre esse...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Então, você tem que explicar para os nobres Senadores.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu vou apresentar a testemunha e talvez você espere na Secretaria e vou provar para você – não vou dizer que você está mentindo por que não gosto de dizer isso.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Também não vou dizer isso para o senhor porque até agora não sei se o senhor mentiu.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Vou lhe contar outra história.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Conte.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Qual é o nome da irmã do Laudénir?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Ele tem duas irmãs.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Vai dizendo que eu sei qual é delas.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Ele tem duas irmãs. Se você me falar de uma, não sei o nome dela. A outra eu sei que é Maria José.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – A forte?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Uma sei que é Maria José e a outra não sei. Ela morava em Vitorino e foi embora. Ela era esposa do ex-Prefeito de...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Na época, em 97, antes do assassinato do Estênio Mendonça, uns dois meses antes, quem era o Prefeito de Vitorino Freire?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Francisco Ribeiro da Silva.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Ele era o Prefeito?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Em que ano foi? Se foi em 96...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Em 97.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Em 97, era eu o Prefeito. Eu assumi no dia 1º de janeiro.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Deixa eu lhe perguntar uma coisa: você é ciente de que a Prefeitura se responsabilizou pela minha estadia e a do Bel em um hotel em Vitorino Freire?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Sei não, senhor. Não soube e, se alguém pagou foi sem a minha ordem.

Tenho uns secretários e, muitas vezes, eles pagam a diária de alguém.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Mas com autorização para colocar na conta da Prefeitura?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Sim, mas não paga por Juscelino. Se você provar que lá tem autorização por escrito ou por telefone de minha parte....

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Mas vamos chegar lá.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Vamos lá.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Se uma pessoa põe uma coisa na minha conta, eu quero saber quem colocou.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Tudo bem. Mas como é que chegou...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Pelo mínimo que seja.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Deixa eu explicar. Agora, posso explicar? Eu não mandei e provo, porque acho que tenho como provar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em 1997?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Sim, no início de 97.

Em que mês foi isso?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Um mês ou dois antes da morte...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o nome do hotel?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Onde é que fica o hotel lá? Deixa eu explicar como é que eu administro a Prefeitura.

Eu tenho seis secretários: o da fazenda, o de obras, o de administração, que é advogado e é meu irmão, o de assuntos sociais e o de educação e o de saúde. Se vai um técnico do Ministério da Saúde da Regional, da Gerência de São Luís, para o hotel, não é preciso o Juscelino dar a ordem para essa pessoa ir para o hotel.

Chega uma pessoa e diz "sou ligada à Prefeitura e vim fazer um trabalho aqui", não é preciso dar a ordem.

la pagar a conta? Eu não vou saber averiguar nome por nome quem foi que se hospedou no hotel para pagar porque eu tenho uma Secretaria da Fazenda e uma Administração que é para fazer os processos de empenho e os pagamentos saírem em cheques nominiais para o hotel, para as empresas, para tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor permite que qualquer pessoa se instale e a Prefeitura paga, independentemente de uma fiscalização?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – A pessoa diz que vai fazer um serviço, que vai fiscalizar alguma coisa. Quero dizer ao senhor, doutor, que eu não centralizo essa parte. Deixo os secretários cuidarem dessas coisas menores. Dou autonomia em certas coisas. No caso de um hotel, como ele falou, volto a repetir: não controlo a diária de hotel de uma pessoa que vai daqui de São Luís ou que vai de Belém... Chegou agora, ou outro dia, um pessoal da Sudam que ninguém conhecia, se hospedou num hotel para fazer um projeto, porque tinha um recurso, outra história. No outro dia chega para o meu

irmão, que diz: “Não, rapaz, tudo bem”. Identificou-se e pagou a conta.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Fui a uma casa em Vitorino Freire e Laudenor disse para mim que a casa era sua. Não vou afirmar que a casa era sua, mas vou fazer um requerimento à Secretaria de Segurança Pública daqui para me levar lá, para eu confirmar de quem é a casa. Depois que me confirmarem de quem é a casa...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Eu lhe dou amanhã as certidões de meus imóveis todos. Talvez pela rua você conheça...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu só sei indo. Se confirmarem de quem é a casa... Tenho certeza de que você não vai se aborrecer com isso...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - nem se negar a ir lá na Secretaria de Segurança...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – De maneira nenhuma.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - ... porque, aí, vou lhe apresentar, vou terminar de lhe dizer o que quero e vou lhe apresentar a testemunha.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – De maneira nenhuma. Agora, deixa eu explicar para o senhor...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – E vou lhe dizer uma coisa, bem aqui, que você disse para essa testemunha. Só para você saber que eu sei e não conto estória de pescador para ninguém. Sou um cara que fui bandido, como todo mundo diz, mas em cima da minha bandidagem eu uso a minha sinceridade.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Só um aparte. Tenho acompanhado seus depoimentos e aqui estou conversando com você, de igual para igual, com pouquinha diferença do Jorge Méres, porque ele disse uma coisa que foi diferente do que você está dizendo. Em cada depoimento, ele disse diferente de mim. E você, em depoimento, só tem duas coisas que, depois, se você ler, você mesmo vai dizer: “É, rapaz, isso aqui eu não podia ter dito”. Você disse, em depoimento, que viu os cheques, cheque meu e da Prefeitura. E, na verdade, você acabou de dizer que não viu os cheques. Não vou dizer o resto. Depois você vai ler.

Deixa eu contar aqui outro negócio. Deixa eu contar o negócio da casa. Em primeiro lugar, meu endereço, hoje, desde o dia em que assumi a Prefeitura, uns seis meses antes, é Rua Amaral Peixoto, nº 5,

como está aí. Tenho uma propriedade que temos há quarenta anos, que meu pai construiu quando veio de lancha de Grajaú para Vitorino. Chamava-se batelão, aqueles batelões de arroz, de açúcar, de farinha, que meu pai vendia mercadorias na beira dos rios. Ele se agradou desse lugar e lá eu fui morar e fui criado. É onde eu moro. Se você ligar daqui, qualquer um dos senhores ligar e perguntar onde é que o Juscelino mora aqui em Vitorino, vão dizer que ele mora lá na fazenda do pai e da mãe dele. O pai não, morreu, só tenho mãe. Mora lá na fazenda.

Eu chego lá e passo direto. Venho de manhã, dou expediente na Prefeitura, e de noite vou lá para a minha fazenda dormir. Se eu disser que tenho outras casas em Vitorino, tenho, onde moram amigos meus, mora irmão meu, mora parente meu, mora eleitor.

Estou com tanto disso aqui. O senhor, amanhã, pode ir a Vitorino, pode ir despreocupado.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Só me diz uma coisa. Na época, qual era o carro que você tinha? Em 1997, qual era o seu carro?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Um Vectra branco.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Placa de onde?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Com certeza, daqui de São Luiz, porque foi comprado, financiado pelo Hospital São Judas Tadeu, que é um hospital que até hoje eu tenho, porque eu sou... E o documento dele está bem aí.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – E o Vectra branco HZF-50, não sei o resto, que foi comprado numa revendedora em Sergipe, por R\$32.500,00, na época? Quem era o dono dele?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não sei. Nunca foi meu.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu te peguei.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Pode pegar o documento, se foi meu, se eu usei. Diga. O único Vectra branco que eu posuí foi esse Vectra comprado financiado... Espera aí, deixa eu explicar aqui. Pode ser, vamos lá, corrigir, antes que você conclua. Eu comprei esse carro na revendedora Jacumã. Era um Vectra, conversível. Conversível não. Teto solar, completo, na mão...

O SR. – (Fora do microfone.)

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não, eu só tive esse Vectra branco na minha vida. Isso eu provo no Detran.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Teve um F-4000?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – F-4000? Não senhor. Eu nunca tive F-4000 na minha vida. E isso tenho também como provar. Tenho certidão do Detran e tenho uns amigos que sabem a pessoa que tem um carro assim, quando chega na vistoria você sabe, certo? Esse Vectra branco eu comprei na mão do Assis, da Mevel. Está aí o documento, a nota fiscal está aí, o cheque e os documentos estão aí. Foi comprado financiado em nome de um dos hospitais que tenho, em Porção de Pedra, e foi vendido para Osmar Pereira, que era meu Vice-Prefeito, e depois ele vendeu para uma pessoa em Laje da Pedra. Então a sequência daí está feita. Se o senhor me perguntar daí para a frente, eu não sei de mais nada. Agora, se o Assis, da Mevel, comprou na Paraíba, comprou em São Paulo, porque é um comerciante que tem uma loja de carro aqui, todo mundo conhece ele aqui...

O SR. – (Fora do microfone.)

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Eu não vou dizer para o senhor que eu não fui. Certo? Eu não vou dizer não. Agora, estou dizendo de quem eu comprei e para quem eu passei. Certo? Isso aí está nos documentos aí, com certidão do Detran e tudo.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Está legal. Um cara me disse outro dia o seguinte: que você era um cara inteligente, mas...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Mas você também é. Você é uma pessoa que não tem estudo, mas é uma pessoa inteligente.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, eu tenho o terceiro ano de Direito.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Me perdoe então.

(Fora do microfone.)

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – É, vamos conhecer os dois lados da história. Entendeu, Juscelino? Então, é o seguinte: você falou, uns dias atrás... Uns dias atrás não. Há um tempo atrás você falou com um rapaz. E eu vou lhe dizer, não vou lhe dizer o nome, mas...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Se for verdade, eu digo.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – ...mas vou lhe apresentar a ele. Eu sei que você não vai dizer que é verdade. Mas eu vou lhe dizer.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não se preocupe.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Você chegou para essa pessoa e disse... Esse rapaz foi dar um depoimento. Você disse para ele o seguinte: "Não relacione nem diga que carro tal e carro tal você passou para mim porque faz a minha ligação em cima da carrada de eletrodomésticos."

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Se você me apresentar essa pessoa...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu vou lhe apresentar. Você pode ter certeza disso.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Pois me apresente que aí eu estou condenado.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Tá. Eu vou lhe apresentar. Pode ter absoluta certeza disso.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Se eu comprei esse carro e passei para você ou para quem quer que seja, se esse carro foi meu um dia, se você pegou na minha mão ou alguém pegou na minha mão, aí eu...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – E eu tenho certeza...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Certo?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – E eu tenho certeza absoluta que ele não...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Você não pegou na minha mão. Você disse no depoimento que você que recebeu os carros.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Foi.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Está certo? Não recebeu em minha mão, não recebeu em mão de parente meu, não recebeu em mão de quem trabalha comigo, porque eu sei a pessoa que trabalhava, mas não trabalha, eu provo, certo?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Mas eu vou...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não trabalha. E vou dizer outra coisa...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Fi que à vontade.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – E digo mais. Todos os carros que eu possuía em, como estudante o primeiro carro que eu tive comprei, foi um Corcel 72. Isso em 1981. Estudando e trabalhando. Dava aula de Inglês e de Francês...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Sei.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – ... para poder comprar um carrinho. Então, de lá para cá eu tenho o estoque dos meus carros todinhos. Tudo que vocês perguntarem, qualquer carro, eu tenho a cópia. Quando venho um carro, deixo uma cópia do documento em casa. E hoje, principalmente por causa do negócio de multa, o cara fica com o carro, não transfere, se você não guardar é pior.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Por que, então, o Negão, como chamávamos ele, o Laudénir, falou que a carrada era para você?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Deixe lhe falar uma coisa. Você acabou de dizer que a carrada valia...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – R\$416 mil reais era a nota, não era?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Você disse em seu depoimento, num deles, que uma parte, dois carros ou três carros, não me lembro bem, mas parece que...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Foram dois baús pequenos carregados.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Parece que foi uma D-20 preta, cabine dupla, um Vectra branco...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Positivo.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – E está aí para provar que eu nunca tive D-20 preta. Tive uma D-20 verde e uma D-20 azul.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu sei disso. Os carros não foram para a sua mão.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Nunca...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Nunca passei...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Os carros não foram para a sua mão.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Então vamos ver...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Só veio a ordem para a gente receber os carros...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Você é inteligente, então vê porque estão fazendo isso comigo. Aí é que vamos ver. Você agora começou, com a inteligência que você tem e Deus lhe deu, a me ajudar a clarear as coisas. E quem vai terminar é essa comissão de gênios que

tem aqui. E os técnicos que estão assessorando e ajudando eles.

Eu lhe disse que saí de uma campanha devendo e que dei, só para uma pessoa, quase 30 cheques, parcelado, pagando juros de 5%. Isso aqui está no meu extrato bancário; e eu fiz mais. Eu estou com a minha pasta aí embaixo, porque eu tirei todos os extratos das minhas contas, de 1997 até 1998, que brando o meu sigilo bancário, para que a CPI, se precisasse, não tivesse o trabalho. Eu entrego toda a minha prestação de contas, todo o meu extrato bancário de movimento de cheque, para saber onde é que foi, para onde é que foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está nessa relação?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Nessa relação não estão os números dos cheques, estão os valores, porque o número está no...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Apesar de não ser da minha conta, nós estamos conversando e eu creio que tenho o direito de perguntar a você.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Claro.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Quantos cheques você deu naquela época para o Laudénir?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Para o Laudénir? Só da casa dele me parece que são seis. Estão até aqui os cheques. Seis ou oito, só para a casa dele que eu comprei da Santa Luzia.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Você não se importaria de me dizer o valor, não é?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Tem um de R\$30 mil, e os outros são menores.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Está certo. Então eu não estou mentindo por ter dito que vi este cheque?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não está, não se nhor. Se você viu é porque está aí.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Do Banco do Brasil?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – É. Só que eu lhe disse o valor, e você é que devia ter dito antes. Não é verdade? Você devia ter dito o valor: "Juscelino, você deu um cheque de R\$30 mil para o Laudénir?" Não, você esperou eu lhe dizer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esses cheques dos entraram na sua conta?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Nem todos entraram, porque, às vezes, teve cheque aí que até foi trocado depois.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Juscelino, deixe eu fazer uma pergunta, por gentileza.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Eu tenho todos os extratos; tenho tudinho. Estão separados numa caixa, porque é muito. Eu separei tudinho. Eu pedi todos os extratos e estão todos separados numa caixa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual foi o valor total?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Eu de via a ele R\$300 mil e a inflação. Se você multiplicar 16 por 20, vai dar 320, não é? Aí você calcula 5% de juro acumulado e vai chegar no valor de R\$528 mil.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Você lembra quanto você mandou em espécie para o Laudénir na época?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Em dinheiro?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Sim.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não, porque o negócio que eu fiz com ele foi todo em cheque.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Se ele pegou alguma coisa em dinheiro, ele deve ter trocado o cheque com alguém. Com um propósito maior com outra pessoa, ele deve ter mandado o dinheiro.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – No Banco Itaú, se não me engano.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Ele deve ter trocado com alguém. Conta no Banco Itaú o seu amigo nunca teve.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu estive lá com ele, para pegar um dinheiro.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Pois eu também permito o senhor ir ao Banco Itaú e revolver a minha vida toda, que quando foi em 1997 que eu tinha conta no Banco Itaú.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – O senhor não tinha conta no Banco Itaú?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não, senhor.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não. Está aberto o meu sigilo bancário, também. Pode procurar no banco, doutor.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Então, nós vamos deixar para a próxima.

Isso, positivo. Apesar de eu não gostar muito de andar de manga comprida, mas, geralmente, eu guardo uma carta. Nós vamos nos encontrando de novo, se Deus quiser.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Eu fiquei muito feliz de conversar com você, uma pessoa inteligente, uma pessoa educada. Eu quero que o senhor me ajude a esclarecer, porque eu tenho sofrido muito com a minha família. Não sei porque o Sr. Laudénir vem fazendo isso comigo, mas nós vamos descobrir. Eu quero que o senhor me ajude a descobrir isso.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Você, como um homem inteligente, como um homem que quer se livrar desse problema, tem uma chance muito grande.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Me diga.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Você está solto e eu estou preso. Na hora em que você olhar...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Mas já fui preso. O senhor soube, não é?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu sei disso. Na hora em que você olhar o Laudénir, porque eu sei que você está...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Estou atrás dele. Eu sou um dos que estou.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Conta onde ele está.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Eu estou atrás dele. Um dia desses, um delegado de polícia ligou para a minha casa e disse: “Eu sei que você está em contato com o Laudénir”. Eu disse: “Por que você sabe?”. “Por causa do seu telefone”. Eu disse: “É só que braro meu sigilo. Não é difícil. Hoje a coisa mais fácil é que brar um sigilo bancário e telefônico de uma pessoa. Por que você não quebra? Vamos ver quantos anos faz, quanto tempo faz, quando foi que eu falei com ele.”

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não, ele está aqui.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não, ele disse que ele está aqui.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Está. Ele já foi muito procurado na época, e até uns tempos atrás ele foi procurado. Só que ele desapareceu e deu aquietada, como todo mundo aquietou. Uns dias atrás ele apareceu e falou com o cara que geralmente está pela penitenciária, quando ele aparecesse na (ininteligível), saiu fora de novo.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Você conhece o policial Campos?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA - Conheço.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Agora você vai me ajudar a esclarecer uma coisa. Nobre Senador, eu queria que o senhor ouvisse essa parte aqui. Não sei se é bem esse Jota que você quer chegar, mas, se for, você vai me ajudar muito.

Na época da campanha política, agora – estou tomandomuito o tempo do senhor, o senhor está cansado, mas é bom porque o Jota está me ajudando e vai ajudar-me a esclarecer mais. Agora, vou ser mais prático e mais rápido.

Na época dessa campanha agora, chegou um policial lá em Vitorino com o nome de Campos, trabalhando à disposição do Deputado César Bandeira, sendo segurança do irmão dele, candidato a prefeito. E fizeram uma arruaça danada lá, protegido, e nós agüentando tudo, passou. Num determinado dia, recebeu um telefonema dele. Ele disse: – Rapaz, olha, tu sabes, estive aí com o Aparício, passei esse mês todo aí, ele não me pagou e quero trabalhar contigo agora, porque quero dizer algumas coisas. E eu disse: – O que é? Ele respondeu: Eu estive na penitenciária...

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – É, de vez em quando ele vai lá mesmo.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Falei com o Jota, falei com o Índio, falei com fulano, com beltrano. Foi isso?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Comigo ele... alguma coisa...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Conversou.

Aí, eles... Esse policial Campos, da Polícia Civil.

O SR. OSCAR ANDRADE – (inaudível)

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Do César Bandeira, é. E depois me ligou procurando.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Eu vi ele hoje aqui.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Você viu ele hoje aqui. Então, era ele.

Então esse rapaz ligou. E falou para mim que tinha um determinado preso lá que estava precisando de uma televisão. Isso deve estar gravado no meu gravador, porque na época deixo gravado, por que tenho um Bina lá em casa.

Você se lembra dessa história? O senhor ouviu essa história lá na penitenciária, dessa televisão?

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Que eu saiba, não. Não sou ciente desse detalhe.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Desse detalhe. Deve saber de outros.

Aí esse rapaz ligou, eu respondi para ele que eu não tinha irmão preso, que eu não tinha nenhum recio... Sim, lá. Para mandar uma televisão para um irmão, para ficar lá, se eu pudesse, um irmão formado, alguém, num quarto. Meus irmãos quase todos são formados, só tem um que não é. Não tenho nenhum irmão preso aí, por que vou mandar uma televisão? Ele disse: – Não, porque esse rapaz vai te defender, vai mudar o depoimento. Eu disse: Não, meu irmão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi quando?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE - Logo no período da eleição! Aí ele ligou para mais de cinco pessoas em Vitorino. Estão lá as testemunhas de que ele ligou.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Mas ele não disse quem era o rapaz?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Disse, sim senhor.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Quem era? Pode dizer?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – O Carlos Magno.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – O Carlos Magno.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Foi, sim. Esse que o senhor me perguntou se eu conhecia, disse que conhecia como topógrafo e como corretor aqui, não como envolvido em negócio de carreta e essas coisas.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Ele não mexe com essas coisas.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Não mexe com essas coisas.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – O negócio dele é...

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – É, o compadre é que conhece. (Risos)

O senhor entendeu, Senador? É, dizem que ele faz parte disso aí, mas eu conheci ele como corretor aqui em São Luís. O problema desse crime dele é o problema do crime do prefeito, que não está provado. Na verdade, no dia do crime, ele não estava nem aqui, estava em Porção de Pedra, já foi provado tudo. Quem estava aqui eram os outros dois.

O SR. JOSÉ JOÃO SOARES COSTA – Não sei nada desse negócio.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Até porque já são onze anos de investigação. Já me investigaram de todo jeito.

Mas, Jota, fiquei admirado com sua inteligência. Eu já sabia, já havia visto sua postura em depoimentos. Fico muito satisfeito com o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Jota pode sair. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Espero que, se tivermos outro encontro, a gente esclareça mais. Você pode me ajudar em muita coisa, porque meus filhos estão aqui, Senador, bem aqui embaixo, chorando, minha mulher está aí, Senador. Quero sair desse sofrimento. Já tive vontade de ir embora para o Maranhão porque não sei o que vão fazer comigo.

Essa voz é do grupo Credinorte, é de um rapaz de D. Pedro. Estou com a escritura aqui. Tenho a escritura do prédio e o contrato de aluguel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está alugado para o senhor?

O SR. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE – Para mim não, Deus me livre! Está alugado para o cara da firma, dessa empresa que o senhor recebeu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sen te-se um pouco aqui, Sr. Prefeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixe o povo entrar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não tem mais nada a acrescentar sobre o que foi colocado pelo Jota, pelo Carlos Meres? (Pausa.)

Nada, então vamos aguardar a comprovação, pois o Jota disse que tem uns documentos e vamos localizar as pessoas com quem ele conversou e que tomaram conhecimento dos fatos relatados por ele. Também há a outra pessoa que está desaparecida. Se o senhor souber do paradeiro dele, comuniquemos, avise o advogado. Laudénir. Eu peço que, como há interesse em esclarecer uma parte com o

Jota, de algumas colocações que fez, depois ele explica para o senhor. Esse Laudénir é importante, até pela transação comercial que foi feita com os cheques, para mostrar que eles eram realmente para o pagamento da casa. Se souber do paradeiro nos comunicar.

O SR. – (Fala fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo bem.

O SR. – (Fala fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O outro Vectra ele terá que mostrar que realmente... Sobre este ele esclareceu, o problema é o outro Vectra.

Então, não havendo mais nada a tratar, encerro a sessão.

(Levanta-se a reunião às 10h50min.)

Ata da 3ª Reunião realizada em 17-3-2001.

Aos dezessete dias do mês de março do ano dois mil e um, às nove horas e trinta minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, sob a Presidência do Senhor Romeu Tuma, e ainda, com a presença do Senhor Senador Geraldo Cândido e dos Deputados Oscar Andrade e Pompeo de Mattos, membros reúne-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadras do roubo de cargas. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir as seguintes pessoas: CLEONALDO BRITO - DELEGADO DE POLÍCIA DE GRAJAÚ/MA, FRANCISCO LIMA - Ex-ASSESSOR DO PREFEITO MARIANO DE SOUZA de Barra do Corda/MA e ainda do Presidiário LUIZ CARLOS DA CUNHA, detido no Presídio de Grajaú/MA. Os depoentes foram questionados pelos Senhores Parlamentares presentes, bem como, foram acareados com os senhores JORGE MERES e JOSÉ JOÃO SOARES COSTA. A presente reunião teve seu término às 13:00hs. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Se re mos eternamente gratos a V. Ex^a por esse apoio que tem dado à CPI e, sem dúvida nenhuma, acredito que o povo do Maranhão ficará agradecido a V. Ex^a por abrir todas as portas à CPI, bem como a Sr^a Governadora, o Sr. Secretário de Segurança e os demais elementos que têm colaborado com esta missão que nos trouxe ao Estado do Maranhão.

Eu queria preliminarmente comunicar aos mem bros da CPI que hoje pela manhã recebi um telefone ma do Deputado César Bandeira requerendo - não vejo porque não deferir – cópia do depoimento do Prefeito Juscelino Resende, alegando que Juscelino levou para o campo pessoal seu depoimento e está pronto a comunicar alguns dados à CPI em Brasília. Forneceremos o depoimento ao Deputado. O Depu tado se colocou à disposição e justificou sua ausência desta CPI, que foi para que não se criasse nenhum tipo de constrangimento.

Creio ser importante esclarecer que ontem tam bém a aca re a ção com o Jota e com o Pre fe i to Jus ce li no. Ela foi secreta, a requerimento do preso em razão das ameaças constantes da própria preo cupação que tem a Secretaria de Segurança com a sua vida em ra zão de vários depoimentos que tem prestado em fa vor da autoridade policial se sente ameaçado em qualquer ambiente que compareça e que haja um grande número de pessoas, mas os dados não são secretos, ficarão, sem dúvida, à disposição de quem deseje tomar conhecimento desses fatos porque os dados eram de audiência pú bli ca e não ha via por que transformar em secreto o reconhecimento.

Ficou cla ro aqui, no en con tro com Jota, a im por tância – esse é um apelo à Secretaria de Segurança para localização e prisão o mais urgente possível do Laudenir e do Cláudio Ginquer, que são as pessoas que poderão realmente esclarecer a participação Pre fe i to Juscelino e de outros nas operações de recep ção de mercadoria roubada. O Jota fez questão frisar que o intermediário do Prefeito com a quadrilha era feito com o Laudenir, inclusive com o pagamento em cheques.

O Prefeito desafiou a que apresentasse os che ques. Parece-me que há uma dúvida porque os che ques eram dados em garantia e depois resgatados em mercadoria roubada, que seu Vice-Prefeito seria o credor de uma grande importância dada durante a campanha, o ex-Vice-Prefeito Osmar Pereira, prop ri etário das lojas populares que nós tentaremos - de veremos - ouvir também e vamos requerer cópia da prestação de con tas de cam pa nha de to dos os Pre fe i tos que aqui de pu se ram em razão de sa ber mos quem

foram os financiadores das suas campanhas. Penso que com isso esclareço à população que este traba lho em São Luiz apenas começou porque pegávamos indícios e ainda precisamos alcançar as provas.

O senhor poderia informar o seus dados?

Nome.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Cle osnaldo Brito Siqueira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua identidade, por favor?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – 2.368.659, Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – 38 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – 286.367.404-87.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado Civil?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Ca sado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Re si dên cia?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Rua 7 de Setembro, Grajaú, Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profis são?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Funcionário Público.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O se nhor é o delegado, né?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Sou delegado de polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Local onde exerce sua atividade?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Grajaú.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O se nhor em algum parente envolvido nessas apurações?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Só conheço Grajaú, porque moro, estou há dois anos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, mas não tem parente. O se nhor é apu ra ção, é investi gador.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Só minha turma de delegados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está per feito. Em razão do art. 203 do Código de Processo

Penal, o senhor está aqui como testemunha para colaborar com a CPI. Queremos saber se o senhor concorda em assinar um termo de compromisso de dizer só a verdade.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – É evidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço sua presença aqui, sei que será importante para a CPI em razão de o senhor estar investindo na região.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Minha assinatura é em rubrica; na identidade está diferente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está tudo bem. Não se preocupe. Tenho que agradecer a presteza com que atendeu ao nosso convite e esse requerimento está na razão direta do Senador Geraldo, que, lendo jornais, obteve notícias da eficácia das suas investigações e prisão de um bando de ladrões de carga. De forma que eu poderia dizer que se o senhor tiver alguma coisa que possa esclarecer e ajudar a CPI antes das perguntas, que possa interessar aos senhores membros da CPI, o senhor poderia usar da palavra e dizer o que fosse interessante nos casos que o senhor investiga e em que já há alguns presos.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Penso que tenho pouco a falar, porque estou no Maranhão há dois anos. Mal saí da academia, vim de Brasília direto para Grajaú. Não conheço nada no Maranhão. Como policial, não sei até que ponto o meu testemunho é idôneo, porque há um descrédito em relação à polícia, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não pode ter essa visão. Sou policial há quarenta e cinco anos e tenho muito orgulho disso. A nossa credibilidade vale pelo nosso trabalho, pela demonstração de que estamos na profissão por vocação, não por interesse em ganhar mais ou menos salário ou interesses escusos.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Salário, não, policial morre pobre.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, digo ao senhor que há necessidade de as novas gerações de policiais mostrarem eficácia, interesse no trabalho e busca do interesse público, para que realmente possam se separar aqueles que adotaram a corrupção como meio de vida, para que os que não têm a dignidade de permanecer nos quadros policiais sejam afastados. E pessoas como o senhor que, com vocação, fizeram um curso novo, com uma nova men-

talidade, possam mostrar realmente que a população pode confiar na polícia.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Como é o nome do senhor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Romeu Tuma. Sou Delegado de Polícia. Não sou aposentado, estou licenciado para exercer o cargo de Senador da República.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Senador Romeu Tuma, ingressei na Polícia do Maranhão há dois anos, vindo de Pernambuco. Fui lotado na Delegacia de Grajaú. A princípio, eu me deparei com o tráfico de entorpecente, mas com ela, em que desenvolvi um trabalho, embora não fosse a minha área, porque é uma área que precisa de muito treinamento. Aos poucos, consegui realizar um trabalho lá, que era talvez uma das cidades onde se desenvolvia o maior tráfico de maconha, por ser uma área indígena.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá tem plantio, não?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – É...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem encontrado alguma dificuldade com a comunidade indígena?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Não, não. Na cidade de Grajaú, iniciei o meu trabalho como Delegado, no propósito de erradicar, no que eu pudesse, o tráfico de maconha, porque era muito vulnerável o plantio da maconha em Grajaú. Nesses dois anos, inclusive, em duas das maiores operações que a nossa coirmã, a Polícia Federal, fez, ela talvez não tenha pego sequer dez quilos de maconha na região, que é uma região indígena. Isso foi graças ao trabalho que fiz diretamente com as comunidades indígenas, em que apoiáramos o trabalho de associação dos índios, a reeducação deles, na condição de que eles saíssem da cultura da maconha. Quem está lá vai perceber que a maior parte dos índios está com distúrbios de tanto uso... Hoje, acredito que erradicamos 90% do tráfico e do plantio de maconha em Grajaú – ou 80% ou 70%.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qualquer coisa é importante.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Erradicamos 80%. Sofro muita pressão hoje das comunidades indígenas da minha cidade, que pedem que a área seja sobrevoada com eles, mas eu não tenho condições. Eu não tenho um agente, um escrivão, um zelador. Sou carcereiro, sou zelador, sou escrivão, sou agente, sou tudo. Passo três, quatro dias

no mato, diligenciando quadrilhas, porque quadrilha não se pega com operações, quadrilha se pega infiltrando-se. Então, fui picado de cobra agora na mata, onde dormi três dias, a fim de desbaratar uma gangue, que estava em uns lugarejos lá... Eu tenho dormido muito na mata, tenho feito o meu trabalho sigiloso, vou às carvoarias, penetro como se fosse um carvoeiro, um empregado qualquer. Tenho feito esse trabalho de policiamento só com a coragem que Deus me deu, a vocação e a sorte.

Primeiro, a sorte de conseguir o meu êxito e, em virtude de ter, da inexistência, da droga estar se passando mais para a região do Arame, do lado de Lago da Pedra, Itaipava com Lago da Pedra, Lagoa Grande, para aquele lado. Então, a minha vida de passou a ser alvo de quadrilhas, porque não encontram com facilidade a droga, não encontram com facilidade a droga. Então, passou a assaltar ônibus. Então, cinco assalto a ônibus, eu elucidei quatro e prendi quatro, estão presos. Cinco assaltos a cargas, a caminhões, eu elucidei e prendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Vamos fazer o seguinte: eu o cumprimento pelo seu esforço pessoal no trabalho, mas tenho a certeza de que o Dr. Coutrine está a ouvi-lo, e a Polícia Federal também, e faço um apelo que o senhor receba todo o apoio para completar...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA - O Dr. Coutrine tem dado todo o apoio que se, o que se tem dado ele tem dado. Ele nunca me negou o apoio de nada. Tudo, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O problema aqui é o noticiário que traz que o senhor conseguiu desbaratar uma quadrilha especializada no roubo de cargas e que fazendeiro de Grajaú, apontado como chefe da quadrilha.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA - Não só carga, essa quadrilha ela...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor poderia descrever um pouco os dados e citar as pessoas...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA - Essa quadrilha, ela não só age em carga, mas em assalto a carga; duas tentativas de Bancos na região. Então, veja bem, a quadrilha é liderada...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É "clínica geral".

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA - É "clínica geral". Veja bem, a quadrilha rouba carro; duas tentativas de assalto a Banco e cargas. Então, eu queria dividir a quadrilha não em uma, mas em

duas, que talvez tenham se associado, se agrupado, esses dois bandos.

Existe uma quadrilha que está composta por membros... Aliás, uma quadrilha que eu queria dividir para melhor e me sintetizar em meu depoimento, se assim o senhor permitir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É importante. O senhor quer um papel para poder...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA - Não. Acho que eu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Perfeito. Pode realmente descrever...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA - Eu não sei como se agruparam. Eu peguei em flagrante, em virtude de um assalto a uma carreta com gêneros alimentícios, vários membros. Aí eu detectei que há um receptor, que não considero como receptor, mas é receptor porque na Justiça foi denunciado por receptação. Então, é receptação porque...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Era só armazenador só ou ele...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA - Eu apreendi um quinto da carga no quarto dele, qui-nentas e poucas caixas; quatrocentas de margarina...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Esse fazendeiro citado...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA - O fazendeiro eu vou citar... É que eu estou dividindo a quadrilha...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O nome desse...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA - É Luiz Carlos. Não, esse é "Fogo ió", é Sebastião Oliveira Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Esse é onde apreendeu parte da carga, não é?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA - Esse foi onde apreendi parte da carga.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele está preso?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA - Está não, senhor. Ele foi solto. Foi autuado em flagrante, mas...

O SR. OSCAR ANDRADE - Ficou quanto tempo preso?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA - O senhor é Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não. É Deputado Federal.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA - Não. Eu não sei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi arbitrada fiança?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Foi...É judicial. Eu não entendo, Dr. Romeu. Eu não entendo como foi...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo bem, o senhor não pode fazer críticas.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Não. É que foi judicial, foi na Justiça. Eu não sei o critério, se foi liberdade condicional, se foi afiançável, como foi, se foi por **habeas corpus**, por relaxamento...

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Cleosnaldo, eu queria fazer um adendo só para, de repente, facilitar - não sei se o Senador me permite. Aqui é a CPI do Roubo de Cargas, você sabe. Essa CPI nasceu em função do crescente número de roubos de cargas no Brasil - hoje passa dos 500 milhões de reais - e tem um braço muito forte aqui no Maranhão. É o terceiro dia que estamos aqui e vamos voltar.

Quando recebemos - foi até o Senador Geraldo que recebeu as informações e pediu que o convocasse. Ontem e antes de ontem, o nosso trabalho aqui foi enriquecido de mais com os depoimentos e como que conseguimos avançar. Tenho certeza de que vamos avançar mais ainda com você. Todos os crimes são importantes. É lógico! Mas esta questão dessa quadrilha que se desbaratou - para nós, vamos ouvir dois membros dela também, não é isso, que foram convocados - vamos tentar, então, montar esse xadrez aí para aumentar mais ainda nossa atuação.

Quanto mais informações você trazer para a gente, de qualquer nível do seu trabalho e do que você sabe, melhor para a CPI. Temos como atuar, ir atrás e o auxiliar no seu trabalho futuro.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um detalhe importante, auxiliar no trabalho é coisa positiva e real. Se precisar quebrar um sigilo, se precisar fazer qualquer tipo de intervenção com a qual o senhor tenha alguma dificuldade, a CPI está pronta a fazer, para atender às necessidades da complementação da sua investigação.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Deputado e Dr. Tuma, então, essa quadrilha, como eu estava separando, ficou... Está tudo num bando, mas, na minha mente, nas minhas investigações, divido em duas. Divido em uma do Arame, liderada por Fogoió.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Fogoió é o Sebastião.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – É o Sebastião. Liderada por Fogoió, que é composta pelos seguintes membros: é o Babado, que é o Iramar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Fogoió que são os membros da quadrilha do Fogoió.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – O do Fogoió vou dar os membros agora. E que estão todos juntos, mas divido, porque ele já atuava antes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Atuava isoladamente?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Isoladamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois, operacionalmente, resolveram-se juntar.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Se juntar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Algumas operações, alguns trabalhos, mas continuam com algum...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – É. Moravam no mesmo bairro e talvez...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito!

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Então, a quadrilha liderada por Fogoió era composta por Babado, ou seja, Iramar Xavier, por Caisinho Guilherme, o, esses são os apelidos, Caisinho Guilherme, o Negrinho. É um só. Caisinho Guilherme Negrinho. É um só. É porque o nome dele é Erismar. Está todo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São três?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – É. Edivan, irmão do Erismar, Zé Augusto, irmão do Erismar, Chiquinho do Bauisque, é da Cidade do Arame, membro da quadrilha, são pesados, Jora, Chiquinho e Jora. Essa é a quadrilha do Fogoió. Há mais estes dois: Chiquinho e Jora, são homens fortes, homens pesados. Erismar, Babado, não sei, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não. Com o Fogoió, oito.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – É. O Fogoió não atua. Ele é de mandar fazer, mandar aquilo. É safado, porque quem manda, acho que deveria ter coragem de fazer, e não mandar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pistola-gem.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – É. Pistolagem, essas coisas dele aí.

Então, veja bem. E que não faz nada, porque quem manda não tem coragem. Se tivesse coragem, não mandava.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – O Chiquinho, o Francisco Lima, é o mesmo?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Não é, não. É outro, é outro.

Aí, vem a do empresário Luiz Carlos. Era visto como homem trabalhador. Era visto, é um homem trabalhador. E, até então, ninguém sabia da sua atividade escusa. É um homem bem sucedido, era um homem simpático, e ninguém sabia desta atividade dele, que ele joga, que se envolveu pelo Fogoió. Então, vem ... Junto com esses membros, aí tem, lá da cidade de Luiz Carlos, num povoado, depois de Barra do Córrego. Está no meio. Parentes, não sei o que deve ser, amigos de criança, nasceram com eles. Aí vem o Júlio César, o Israel, Zé Almir, essa é a segunda quadrilha. Atuam todas juntas, mas dividido. O Júlio César, Israel, Souza, Mauro Figueiredo, vários assaltos a bancos e homicidas, inclusive ele matou uma menina para testar um revólver de nove anos no hotel, que peguei o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Matou só para testar o revólver?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – E calado, em silêncio, porque ninguém quer dizer nada. Então lá na faísa. E o Mauro Figueiredo é um homem pesado, assaltante de banco e de carros, conhecido de alguns policiais antigos, deve ser conhecido de alguns policiais no Maranhão, na região de Caxias. E um segundo, que tem o nome de Segundo Tuntum, ele é de Tuntum, e o Mauro Figueiredo vive com a irmã do Segundo e outra mulher que anda no bando. E o Mauro faz parte da quadrilha do Fogoió, mastambém é amigo do Luiz Carlos. O Segundo, eu considero que ele está dentro destes membros que estavam com Luiz Carlos. E na quadrilha de Luiz Carlos também ainda mais o André Pereira, ou seja, o Gordo, de Imperatriz. Esse é assaltante de carros. Foi preso e fugiu, e eu indiquei os três policiais. Eu o prendi em flagrante, após assaltar um carro, já tinha mais três assaltos, porque já tinha atuado uma parte, consegui prender em flagrante num outro assalto, um outro dia depois, e ele fugiu da minha delegacia. Eu instaurei inquérito e indiquei os três policiais da guarda. Esse Gordo morava na casa de Luiz Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse André é da região de Imperatriz?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – É da região de Imperatriz. Acho que nós vamos pegar.

Bandido só foge um ano, dois anos. Mas isso eu não me preocupo, porque prendemos. Pelo menos temos vontade de prender, mas eu acredito que cai logo. E ele fugiu com o Babado e com o José Augusto. Eu peguei ele em flagrante após assaltar um carro no estreito, porque tinha havido um assalto ao banco, que eu considero que te nha sido ele mesmo e eu o prendi em flagrante, mas ele fugiu da delegacia. Ele é de Imperatriz e morava na casa de Luiz Carlos, junto com outro assaltante que prendi em flagrante na casa do Luiz Carlos, que morava lá.

Então Luiz Carlos tinha esse pessoal da região dele e tinha esses dois que moravam na cada dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Luiz Carlos é o fazendeiro?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – É o fazendeiro. E antes disso não existia nada contra a pessoa, era um homem íntegro, era um homem bem visto. E com essas prisões que fiz de Babado, de André, de José Augusto, essas prisões do Fogoió, houve a confissão do assalto a um caminhão da Maratá. Eu fiz essas prisões que não são do meu município. É porque a população talvez já te nha tido a sorte de ligarem para mim de várias regiões do Maranhão, eu tenho tido essa sorte que eles ligam para mim, talvez pela minha mania ousada, deve... vamos jogar para esse doido aí e confiar para lá, e eu vou. O Dr. Coutrin tem me dado muito apoio. Ele diz: se tiver um bandido, não precisa me avisar, prende. Então, eu tenho tido muito apoio e às vezes nem comunico a ele, me desloco, vou e prendo e entrego para a delegacia, faço, desloco, comunico, sempre faço com minhas precauções, faço os meus requerimentos e eu tenho feito muito isso.

Então eu sou o delegado de Grajaú, mas esses assaltos são da região. Eu prendi em outras regiões esse pessoal, Buriticutu, Santa Luzia do Tigre, assaltos de balsa, mas pelas informações que me chegam eu não vou ficar de braços cruzados. E eu vou. E tenho tido apoio do meu Secretário de Segurança Pública, que nunca me negou esse apoio e nunca me puniu por invadir, talvez, a área de outros delegados, mas eu sempre que vou trago um passarinho

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Cleosnaldo, como o senhor chegou a essa quadrilha? Qual foi a estratégia que o senhor usou? Como conseguiu informações para desbaratar essa quadrilha?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Senador, recebo muitas ligações de nomes, mas recebo muito mais informações anônimas. Acho que é Deus está descendo, como disse um Deputado da Bahia, “foi Deus que o ajudou”. Penso que Deus está me aju-

dando, porque recebo muitas ligações anônimas, 90% são anônimas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essas ligações vêm diretamente na confiança que a população tem e vai trabalhar. Normalmente, se informamos, ninguém faz nada. Quando alguém faz, todos começam a aumentar a carga, e o resultado é sorte? É proteção divina? Tudo bem, mas é pelo seu esforço, pelo menos é o que estamos sentindo na sua exposição.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA - No meu município, vou dizer ao senhor, não tem como atuar. Recentemente fiz várias prisões. Tinha um soldado chefiando assalto de banco e de malote, e fui, com o delegado, com o tenente, um homem muito bom que me auxiliou na prisão, realizar a prisão desse Carlos. Por conta disso, fizemos outras prisões de um malote do Banco do Brasil, que um soldado liderava e, por consequência, na mesma semana, houve um assalto do Banco do Brasil, em Santa Luzia do Tigre, que me ligaram, dando-me alguns nomes. Fiz uma reunião, três horas da manhã, dentro da mata e disse para o Major que estava tendo todo o apoio da Polícia Militar, apesar de ser civil; o meu trabalho é fruto, que haja ou não da Polícia Militar, mas comigo está havendo. Não sei, por que dizem que há uma briga de civil com militar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso é conversa, quando se une para o trabalho, o resultado é muito melhor.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA - Só consigo esse resultado por conta da Polícia Militar, porque não tenho um policial, não tenho ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo é Polícia.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA - Mas a determinação do meu Secretário e do comando geral...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dá para você indicar alguns receptadores dessas mercadorias roubadas?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA - Só concluindo. Fui a Santa Resetina e disse que íamos trabalhar, íamos prender e que, infelizmente, poderiam existir pessoas que tinham sido da Casa ou não, pois já tinha informações. Fui e conseguimos recuperar o dinheiro quase todo, armas, metralhadoras, doze revólveres, no dia desse assalto do Banco do Brasil, abandonados na mata. Um foi morto entre eles no tiroteio e outro saiu ferido. Saíram dois policiais nossos feridos. Eu fiquei com o Tenente Alves, o Te-

nente Ru bens e o Major Brito dentro da mata. É uma mata mesmo! Não é matinha, não! Por consequência, tenho até picada de cobra em minha perna. Faz quase um mês e não sara. Estou com essa ferida enorme.

Conseguimos esse resultado, que, para mim, foi muito bom. Isso foi informações que me ligaram aqui, dizendo para ir para lá. Fui, reunimo-nos no meio da mata e conseguimos um resultado, junto com o Delegado de Bacabal e Santa Luzia do Tigre e de Buriticu e todo o efetivo da Polícia Militar e do GTA, que foi um dos pioneiros na missão, porque helicóptero ajuda muito.

Esse foi o esforço que fizemos e conseguimos.

Não tenho condições e não posso dizer para a CPI que tenho condições de investigar. Tenho condições de prender, mas as condições de investigar de um delegado de polícia do interior... Somos um soldado. Então, não temos condições de investigar. Temos condições de prender. No entanto, as cargas roubadas, não tenho condições...

O senhor sabe que, numa cidade pequena, não temos como conversar com o preso. Na cidade pequena, na hora em que você prende alguém, o silêncio é total e as cargas são recuperadas, se presas em flagrante.

Então, eu gostaria de saber onde se encontram os tecidos. Eu aprendi o caminho com parte dos tecidos e o resto? A quadrilha deve dizer onde está. Não compete a mim procurar saber, mas à Justiça. Apreendi um quinto da carga, mas não vou espancar um preso para que ele me confesse onde está o restante dela. O importante é que consegui a prova de que ele é um ladrão, mas recuperar a carga só é possível pelo método da pancada, que é muito atrasado e não se usa mais.

Agora, compete aos advogados das vítimas, na Justiça, ir atrás do prejuízo. O Sr. Luiz Carlos é um fazendeiro rico e vai buscar o que ele tem. Ele tem quatro fazendas, sendo uma de pouco mais de mil hectares e mais três fazendolas. Ele tem quatro caminhões, duas motos e uma casa boa. Ele vai buscar porque foi ele... Ele fez parte... Não posso dizer que foi ele porque não sei se será absolvido na Justiça, mas o inquérito conclui que ele participou.

O Fogoio tem carro, comércio e fazenda e compete às vítimas pedirem o seqüestro desses bens na Justiça. Sei que indiquei, prendi e mostrei o caminho, mas não recuperei nada.

Também as vítimas não aparecem. Não sei se a Maratá registrou ocorrência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Maratá é uma empresa transportadora?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Não sei. Sei que é um caminhão da Maratá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É companhia de café?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Não posso responder porque não sei. Sei que é um caminhão da Maratá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe de que era a carga?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Não sei também. Isso está nos autos no depoimento dos assaltantes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Depois, o senhor vai nos passar os autos?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Vou passar cópias dos autos.

Sobre o caminhão da Avon eu também não sei. Eles disseram que foi em dinheiro. Também não adianta ver se queixar a mim por que não sou o delegado da região. Apenas prendi porque tive informação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O caminhão era da Avon?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Era.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estava na fazenda?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Na fazenda. Também há um carro da Souza Cruz que foi assaltado, provavelmente, pela quadrilha. Recebi várias ligações anônimas em que informava-se que teriam sido eles, mas eles negaram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Souza Cruz não procurou, não insistiu?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Não. Essa empresa não me procurará porque não sou delegado da região.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Provavelmente a ocorrência foi registrada em outra região.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Pode ter sido em algum outro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por isso há necessidade de centralizar-se as queixas de roubo e furto de cargas. Quando um caso é esclarecido, fica-se pela metade porque não se sabe onde foram feitos os demais registros.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – E eu não tenho meios, não tenho transporte, não tenho nada. Não tenho como ir, como me deslocar. Venho fazendo meu trabalho mais no mato. Pega-se bandi-

do no mato, como Lam pião. Não se pega bandido em caravanas, mas no mato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Cleosnaldo, na operação noticiada no jornal em maio de 2000, o senhor prendeu mais de 10 pessoas. Doze ou treze?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Senador, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não são as pessoas constantes nessa relação que o senhor nos passou?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Não, prendi alguns. O Erismar não foi preso, mas prendi o André, o Augusto, o Edvan, o Domingos, o Fogoio. Eu prendi não-desculpe-me a Polícia Militar nós prendemos. Eu não prendi ninguém. Nós prendemos o Israel, o Chiquinho, de Barra do Corda...

O SR. OSCAR ANDRADE – O Babado, o Caizinho...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – O Caizinho não foi preso. Sei que foi preso o André, um assaltante que atuava no Pará.

O SR. OSCAR ANDRADE – São muitos nomes, não é Dr. Cleosnaldo? Estão todos nos autos?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Estão todos aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor vai deixar conosco?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Vou deixar aqui, essa cópia vai ficar com a CPI.

O SR. OSCAR ANDRADE – São todos da região lá?

O SR. CLEOSNALDO BRITO – Não, é da região do Arame; Grajaú, não, Barra do Corda e Arame. Não, não tem de Grajaú não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os principais são o Fogoio e o Luiz.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Não sei, não posso dizer que são os principais. O Luiz Carlos, só posso dizer que ele atuou ou como receptador ou como mandante de dois assaltos, a um caminhão de margarina, que não sei de quem é, e a um caminhão de tecido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O assalto foi feito no Maranhão.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – No Maranhão. Foi de Balsas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é a carga que veio para...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – A ocorrência foi registrada em Balsas. Até hoje ele não me procurou para receber mercadoria e nem eu tam-

bém fui pro cu rar tam bém não. Eu pren di os ban di dos, me interessa prender os bandidos; e vítima que procure sua mercadoriana minha delegacia, que vai ser incinerada porque apodreceu já. Até hoje a vítima não me procurou. Aí, Dr. Romeu, então veja bem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A vítima deve ter recebido o seguro.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Não sei. Não sei se isso tem seguro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos atrás da vítima para saber por que ela se desinteressou pelo caso.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Dr. Cleosnaldo, o jornal...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Quero adiantar que não notifiquei vítima nenhuma, doutor. Não chamei, porque não sei nem quem é, de quem se trata.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Cleosnaldo, o senhor conhece o Gago?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Conheço o Gago de nome, eu não conheço ninguém. O Gago, eu trabalhei muito para prendê-lo, mas infelizmente não tive condições, mas fiz várias diligências para prendê-lo. O irmão dele fez duas emboscadas para me prender ou para me matar. Isso são os comentários de muitos bandidos que o desejo deles era me matar, mas não mata não. Bandido para matar um policial... O senhor deve saber mais do que eu. Temos quantos policiais no Maranhão? Quantos são mortos? Um ou dois; isso é coisa normal. Então estou des preocupado, ninguém me mata.

O SR. OSCAR ANDRADE – Senador, desculpa. Pode prosseguir.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Dr. Cleosnaldo, o jornal aqui do Maranhão, chamado **O Pequeno**, no dia 2/06/2000, publicou a seguinte notícia, uma parte da notícia era assim: "Moradores do povoado do Alto Brasil modificam a Fazenda Esconderijo, afirmam que há uma lagoa onde estão submersas várias caças de carros, caminhões e tratores. O flagrante da prisão da quadrilha foi produto de uma ação conjunta, que teve a participação do juiz de direito de Grajaú."

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Tem dado muito apoio, muito apoio. O Juiz e a Promotora têm dado todo o apoio. A Promotora, Dr^a Lana Cristina.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Sr. Delegado, Dr. Cleosnaldo Brito Siqueira, O senhor conhece a fazenda, essa lagoa? É verdade essa informação do jornal?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Eu apreendi um caminhão roubado, da Antartica, na fazenda, apreendi um caminhão com fardos de tecido roubado na fazenda, apreendi uma Toyota, a cabine, a carroceria, o capô, essas coisas velhas, uma sucata de um carro novo, sem o chassi e sem o motor, apreendi na fazenda e apreendi uma Toyota também na fazenda. Todos produtos de roubo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Dr. Cleosnaldo, a prisão do Sr. Luiz Carlos se deu em função desse flagrante, da prisão em função do veículo? É isso?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – É porque, veja bem, o problema é o seguinte: a prisão do Luiz Carlos deu-se em razão de quê? Eu recebi informações de que o Luiz Carlos estava com vários carros na fazenda e aí nós fomos **in loco** e encontramos esses carros. Chegando... Eram todos roubados. E também me ligaram dizendo que tinha vindo um carro da prefeitura de Barra do Corda, que trabalhava na prefeitura de Barra do Corda, que tinha ido para a fazenda. Essas pessoas são covardes, porque não se identificam. Às vezes, ligam e não se identificam. Elas deveriam aparecer também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só um minutinho: não é covardia, é que estão matando muita gente. Ontem mesmo, a gente, para interrogar uma pessoa, pergunta, primeiro, se está viva a testemunha. Estão eliminando... estão eliminando. Eu acho que há uma ação violenta das quadrilhas, principalmente no aspecto de eliminar testemunha.

Então, realmente, o medo faz com que eles fiquem no anonimato. E eu tenho estimulado que comuniquem, que telefonem que a gente vai investigar, sem precisar se identificar, porque não é bem covardia, é o medo mesmo. E acho que a gente tem que preservar a vida dessas pessoas, que elas tenham coragem de nos ligar sem se identificar. Acho importante isso.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Eu acho que a pessoa deveria, Dr. Romeu, discordo, porque acho que deveria assumir. Homem é homem, e eu acho que deveria assumir. Eu não ... Acho que esse negócio de anonimato não ficou para homem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acredita na informação?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Eu acredito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E vai em cima?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Vou em cima e estou localizando. Só localizo por elas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não rejeita a informação?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Em hipótese nenhuma. Em todos os casos, eu tenho localizado 80% através dessas informações. Agora, as pessoas deveriam ser mais... Se sabem, deveriam: “Olha, eu quero assinar; eu quero...” Mas tudo bem, não faz falta, não. Eles que mandem, fiquem informando...

Veja bem: então, recebi essas ligações, me desloquei. **In loco**, encontrei um caminhão roubado, que estava com a placa da prefeitura: estava uma toyota roubada; estava um caminhão roubado, ainda com resto de tecidos e uma carcaça de uma toyota. Isso tudo dentro do mato, da mata. Tivemos que localizar através de helicóptero. Entendeu? Inclusive, o Dr. Francelino, não sei se participou da operação. Não sei.

Então, Se na dor, veja bem...

É porque não sou muito acostumado...

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor fique à vontade.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Não, mas pode ficar tranquilo...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Então, eu fui e localizamos. E aí eu fui à casa do Luiz Carlos para ter... E colhi algumas informações: se haviam colocado aqueles carros, quem estava sabendo... E quando eu chego lá, eu pego um rapaz com cinco cartuchos. Eu, não - a Polícia Militar que me desculpe -, eu, não: nós. Acho que eu tudo, né?...

Então, nós conseguimos... prendemos um rapaz lá que estava com cinco cartuchos. E aí fomos à outra fazenda do Luiz Carlos e lá tinha uma “doze” dentro do mato, escondida, dele, desse assaltante Israel, de Barra do Corda. Fomos lá e conseguimos, na casa do Luiz Carlos. Ele entregou o jogo todoinho, e aí fomos à casa do Fogoio e desbaratou-se essa grande quadrilha que atuava no sul do Maranhão.

E, em consequência disso, eu repassei para o meu Delegado Regional, para o Delegado Regional, onde também fizeram algumas diligências e também apreendeu algumas mercadorias.

Em seguida, pedi a prisão preventiva de um dos membros. O caminhão... quando começaram-se as diligências, o caminhão saiu da prefeitura. Estava locado – não sei se era locado –, estava usando na coleta de lixo da prefeitura. E, aí, não sei também se o município, a administração tinha conhecimento. Eu também não sei. Eu marquei o depoimento do prefei-

to, na época, mas ele marcou para um domingo, dia 29 de novembro, um domingo, e eu achei que foi por pirraça ou qualquer coisa e não fui, não. Um depoimento marcado para um domingo... Eu fui para a delegacia. Agora, depoimento num domingo, feriado dia 29 de novembro, se eu marquei o horário tu diinho, que era para esclarecer fatos em prol da administração, fatos de um homem sério? Então, acho que isso foi motivo de me desestimular das... Então, eu não fui. E vou, prendo o Chiquinho, o Chiquinho realmente confessa. Ouvi várias testemunhas, que a caçamba estava no caminhão que trabalhava para a prefeitura. Agora, não posso dizer que trabalhava em Barra do Corda, não posso dizer que a administração tinha conhecimento. Sei que estava coletando, através de um funcionário da prefeitura de confiança. Certo? Era o Francisco Lima, o Chiquinho.

O SR. – (Inaudível)

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – É, o Chiquinho da quadrilha.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas foi isso que lhe perguntei antes. O senhor falou que não era.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Não, porque tem o Chiquinho de (?). O Chiquinho de Fogoio é outro, do Arame, que é da quadrilha também. É outro Chiquinho.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Então, são dois Chiquinhos?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – São dois Chiquinhos.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Um é o Francisco Lima Silva?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – É, esse é receptor, o que venho de, se quando o Luiz Carlos, um caminhão roubado, que estava trabalhando para a prefeitura, roubado da Antártica. Segundo Luiz Carlos, estava lá porque ele deixou lá, ou vendeu. Está aqui nos autos, não decoro todas essas coisas.

Então, esse Chiquinho trocou em margarina roubada. Ele disse que trocou em margarina roubada. Entendeu? Esse caminhão que foi roubado da Antártica. É o Chiquinho da prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O caminhão serviu de pagamento para margarina roubada?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Dr. Romeu, ele disse que trocou numa margarina. Esse caminhão trocou por margarina e, depois, quando viu que esse carro era roubado, não queria mais o carro. Foi a história dele, o Luiz Carlos. O Chiquinho nega, diz que comprou o caminhão a Luiz Carlos. Mas, se esse caminhão trabalhava na prefeitura e depois veio

para Luiz Carlos! Acho que a conversa dele é fora. E nessas investigações, fiquei consciente e disse: – Chiquinho... Tive a consciência de que o Chiquinho, ele, devia e indiciiei. Por quê? Porque o Chiquinho, no meio das diligências, nesse curso também, foi apreendido numa D-20, que ele diz que era de um dos filhos do prefeito e que o filho do prefeito foi indiciado também...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual prefeito?

O SR. GERALDO CÂNDIDO – O prefeito é o Manoel Mariano?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – É, o Manoel Mariano Júnior. O prefeito não tem nada a ver com isso.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Ah, não tem nada.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Estou investigando, Senador. Não posso acusar uma pessoa, porque não cheguei lá ainda.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Só estou perguntando.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Não investiguei. Sei que o Manoel Mariano Júnior está envolvido em uma receptação. Mas, como não me trazem quem comprou, considero roubo, participar do roubo, do furto, de uma D-20.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Esse Manoel Mariano é filho do...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Era o secretário e filho do prefeito.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Tudo bem, pode prosseguir.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Agora, com relação à figura do prefeito, não sei, não foi consignado nada que desabonasse a pessoa dele.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Pois é, isso tem que ficar claro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o caminho, esse que envolveu...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Agora, se ele tinha consciência, era sabedor de que o caminho era roubado e estava trabalhando na prefeitura, é outra coisa. Mas isso aí ainda não peguei o depoimento dele, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que caminho era?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Eu nem deveria ter falado, porque ainda está em diligência. Agora, já se sabe que, com certeza, não tem mais nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui não tem problema falar, não.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Mas o pessoal vai ouvir tudo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Delegado, só um minutinho, Deputado.

É porque no jornal saiu a notícia de que o Francisco Lima Silva, que era assessor do prefeito...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Era o encarregado de transporte.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sim, mas tem que ficar claro, porque, se o cidadão trabalha na prefeitura, não quer dizer que ele seja assessor. É diferente.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Ele não é assessor, não. Que eu saiba, não. Ele não é assessor, não. Não sei se goza da confiança do prefeito, não. Sei que goza da confiança do filho, do Manoel Mariano. Aí, sim. Mas, do prefeito... Não conheço nem o prefeito. Não posso ser leviano. Agora, se o prefeito dever, vou indiciá-lo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Claro, está certo. É isso mesmo.

Estou falando do que saiu no jornal, para ficar claro. Porque, de repente, as pessoas podem achar que o Chiquinho era assessor do prefeito, conforme diz o jornal.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Não, não.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Está certo.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Ele era chefe de transporte e tinha esse caminhão colocado na prefeitura, ou colocado ou estava escondendo, fazendo alguma coisa. Não sei. Agora, o prefeito ainda não me esclareceu como é isso. Agora, se o prefeito tiver envolvimento, ele também será...

O SR. GERALDO CÂNDIDO – É outra história.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – É outra história. Agora, não posso, em hipótese nenhuma, dizer nem que o conheço nem que não conheço. Não conheço ninguém. Não conheço nem o Júnior. Não conheço ninguém. Não conheço sua família. Não conheço quase ninguém no Maranhão.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Deputado Oscar, por favor, pode falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – A dúvida que eu gostaria de tirar é se esse caminhão era caçamba e trabalhava para a prefeitura?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – O caminhão era baú e foi transformado para caçamba.

O SR. OSCAR ANDRADE – Trabalhava em coleta de lixo para a prefeitura?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Segundo informações prestadas nos autos que colhi de testemunhas idôneas, foi utilizado para coleta de lixo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi um contrato que a prefeitura fez com ...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Não posso afirmar para o senhor porque não tenho cópia deste contrato.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor trouxe todos os autos para entregar à CPI?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Todos os autos, todas as ouvidas, as inquirições.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todos os envolvidos logicamente estão ali qualificados com endereço e tudo.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Agora tem partes em que os senhores devem ter paciência, porque tem muita coisa que ainda estou investigando e não posso afirmar coisas que estão no meu pensamento, no meu cronograma de investigação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos voltar ao Maranhão, provavelmente no final de maio, vamos agendar isso em Brasília, e preliminarmente gostaríamos de ter uma conversa com o senhor para que possamos montar esse quadro e, no nosso retorno a Imperatriz, termos o maior número de envolvidos dependendo na CPI. Precisamos ampliar a nossa ação porque é uma quadrilha grande.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Tem um outro rapaz que está isento de tudo isso do qual prefiro falar reservadamente para não atrapalhar as minhas investigações.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos dar contato direto com a CPI, de modo que, à medida que as suas investigações forem avançando, possamos ser informados porque precisamos saber se tem algum braço de fora do Estado, se a quadrilha é escorada por ...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Falta a CPI esclarecer onde estão os produtos roubados: as cargas de margarinas, tecidos etc. O Luiz Carlos está aqui para de por deve esclarecer alguma coisa.

O SR. OSCAR ANDRADE – O nosso objetivo principal é encontrar os receptadores.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – O Fogoio está solto, o Chiquinho está solto e ele tem que esclarecer onde está. Não tenho como esclarecer porque sou um simples delegado do interior.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está esclarecendo muito e acho que essa modestia não é necessária. O senhor está esclarecendo muito e nos

ajudando também com os inquéritos que irá trazer para nós. Com o desenvolvimento do restante do trabalho e com as investigações que serão feitas, vamos precisar receber mais informações suas. Vou lhe dar esse contato direto para que possamos estar recebendo e para preparar o nosso retorno para intimar esses elementos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que vamos fazer um pedido para o Dr. Coutrin autorizar o senhor a ir a Brasília para trocarmos uma idéia mais firme sobre o **modus operandi**, alguns outros fatos que o senhor não pôde investigar, aquilo que sai do Estado do Maranhão. Se o senhor não se importar, depois acerto com ele.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Sou um soldado do Dr. Coutrin e faço o que ele determinar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vai autorizar a Brasília e conversamos bem. Vamos continuar aqui com o caso.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Estou entregando aqui também, apesar de não ter...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Mandacaru? Não é nome mas apelido de uma pessoa, de Bacabal.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Não conheço nada em Bacabal e infelizmente não me chegou nada. De Santa Inês, descendo para cá, tenho trabalhado em conjunto com os meus colegas e pouco sei também, Senador, apenas na parceria com os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Entregar o que possa nos ajudar.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Aqui também estou entregando a minha prestação de contas que, nos dois anos, apesar de não ter um escrivão, um agente, um zelador, de não ter nada, mandei 700 inquéritos para a Justiça com o nome dos indicados, das vítimas, números do inquérito, as reincidências e a remessa à Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E os casos que possam estar enquadrados...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Tudo durante os meus dois anos, de 1999 a 2001, e todas as prisões que fiz. Está aqui a relação dos presos. Está tudo aí, em dois anos, mandei quase 700 inquéritos. Acho que um inquérito por dia para um delegado do interior é muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito bem, parabéns.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Aqui estão o interrogatório do Sr. Manoel Mariano de Souza Filho, as declarações dele, as declarações...

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – O senhor tem aí as declarações do Francisco e do Luiz Carlos?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Tenho, tenho as declarações de Francisco quando acusava que cumpria ordens do Sr. Manoel Mariano de Souza Júnior e tenho uma declaração do Fogoió no auto de flagrante das margarinas apreendidas na casa dele. Está aqui neste flagrante.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – E do Luiz Carlos?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Do Luiz Carlos, tenho ele aqui, após a prisão que fiz dele, com a Polícia Militar e o Delegado de Bacabal. Aqui está o depoimento dele. Estou trazendo também o auto de flagrante dos assaltos a ônibus na região que foram elucidados, e estão presos. Foram autuados e estão aí os autos.

O inquérito da fuga dessa quadrilha onde foram indiciados os militares. Na mesma semana desses assaltos, desses que tinham fugido da polícia e conseguiram se livrar do flagrante da margarina, mas, oito dias depois, peguei um debaixo da cama de uma feiteira, após roubar um carro no Estreito.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – Essa seria a margarina que trocaram pelo caminhão da Antártica?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – É.

Esse auto de flagrante é do irmão do Edvan, que conseguimos prender com o Dr. Domingos, em Santa Luzia do Tigre, faz parte da quadrilha o Edvan, mas só foi autuado por porte ilegal de arma porque ele negou. Eu estava em outra Delegacia e não tinha como provar nada.

Aqui está o auto de prisão das margarinas e...

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – O senhor tem mais alguma pergunta a fazer?

Dr. Oscar, o senhor tem alguma pergunta a fazer?

Então, tenho aqui alguns nomes, alguns o senhor já me explicou e vou manter sob sigilo porque estão sob investigação.

Mas, sobre Roniel, comerciante no Grajaú?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – O Roniel não foi indiciado porque investigação, como o Sr. Delgado sabe, pode demorar de 2 a 3 anos ou pode ser estourada no mesmo dia. Eu vi, está aí nos autos cujas cópias deixei com a CPI. Localizei um carro que foi roubado em Brasília. E esse carro... me

ligaram dizendo que foi comprado aqui. E fui investigar, não tinha nada a ver comigo, porque o carro não foi roubado aqui, foi roubado em Brasília. Mas o colega de Brasília me passou: “Olha, apreendi um carro roubado aqui em Brasília e tal, eu vou passar.” “Rapaz, me passe o auto de apreensão.” Eu não sei nem quem foi o policial. Apenas me consultou: “Olha, a gente está apreendendo...” Eu sei que ele disse: “Olha, me dê o nome da pessoa que tinha comprado”. A quem o cara que estava no carotinha comprado. E eu mandei chamar o rapaz e mandei chamar o vendedor do carro, o que comprou e o que repassou o carro. E na hora, o cara chegou para mim e disse o seguinte: ele queria comprar um carro e como Roniel mexe com carro, pediu que indicasse algum carro para vender. Roniel indicou esse carro, esse Gol para ser vendido para ele. E que esse carro foi apreendido como roubado, mas que os documentos estavam em nome do comerciante de Grajaú, inclusive, todo legalizado, tudo em nome do comerciante de Grajaú. E o Roniel disse: “Olha, fulano de tal estava no carro e foi lá, mas o carro foi apreendido, foi constatado que era produto de roubo”. E aí mandei chamar o Roniel, ele confessou que realmente – eu não trouxe, mas posso mandar para a CPI, se for caso que interesse – e eu tomei por termo. E ele confessou que realmente indicou o carro, mas não sabia que era roubado.

Em consequência disso, veio a suspeita porque Roniel tinha vendido um carro que transportava as margarinas, produtos roubados que eu apreendi. Apesar de ter sido vendido e não ser produto de furto, com a colaboração da Justiça e do Ministério Público, eu apreendi o carro porque eu achei que estava sendo utilizado para transporte. A Justiça determinou a apreensão, e o carro, mesmo não sendo produto de furto, mas se encontrava com Luiz Carlos e havia transportado ladrões de carga. Eu apreendi o carro e esse carro foi vendido por Roniel, através de cheque ou foi nota promissória – não sei explicar o senhor -, para o bando.

E apreendi uma Fiorino também, que era utilizada pelo Mauro Figueiredo, um dos maiores bandidos do Maranhão que talvez a Polícia ainda não tenha identificado quantos crimes dele. Mas é bom que os nossos colegas daqui para a frente passem a investigar e capturar, porque ele é um bandido bom que se pegue. E o Mauro Figueiredo tinha comprado também essa Fiorino fiado, também a Roniel. Mauro Figueiredo é um bandido que tinha comprado a Roniel. E aí, quando eu soube desse carro, fui fundo nas investigações e descobri que Roniel tinha vendido essa Fiorino e tinha vendido esse caminhão. A Fiorino era

para transportar bandidos; e a outra, para transportar. Eu não quero acusá-lo porque eu não sei se ele vendeu nesse intuito. Sei que ele vendeu.

Aí nessas acusações, eu inquiri um dos acusados e ele também me confessou que a Toyota que foi apreendida de Luiz Carlos, na Fazenda de Luiz Carlos, foi indicada a compra e ela veio para Grajaú, para Barra do Corda, para ser vendida à pessoa de Chiquinho, uma Toyota roubada no Pará. Veio para ser vendida a Chiquinho. E que Roniel - falei com Luiz Carlos também e pequei o depoimento dele, consta nos autos - ligou do celular para ele, ele trouxe o carro, ligou e passou para Luiz Carlos. Luiz Carlos disse: "Olha, Chiquinho está querendo comprar uma Toyota". Aí Luiz Carlos foi, passou para ele. Ele foi levar a Toyota. Parece que o cara queria fiado, e ele só vendia a dinheiro a Toyota roubada. E eu apreendi. Foi o Roniel que indicou. Então, ele disse que não sabia que era roubada.

São coincidências que, no inquérito policial, a lei é dura, é seca, eu não posso interpretar, porque eu não sou juiz, não sou promotor. Tenho que ver o que é. Está na formação? Está. Entendeu? E não houve nenhum flagrante, por isso ele continua solto, mas eu não sei a que nível, em que pé está o andamento do processo onde ele vai e deve ser indiciado, não é? E está...o depoimento consta aí e ele também confirmou que trouxe a Toyota, que indicou a Toyota. Então, não sei se isso para a CPI... Para mim, como Delegado, são indícios, é prova. Não sei para a CPI. A CPI é uma coisa mais séria, não sei. Sei que para mim...Agora, para o Ministério Público e para a Justiça não sei se é relevante condenar alguém com essas simples provas. Para mim, considero provas de que há crime, de que há uma participação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Pergunto se tem mais alguma pergunta, Senador. (Pausa.)

Solicitaria, então, que, se o senhor pudesse, fique um pouco para tirar as cópias.

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Não, isso aí é da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não precisa de cópias de...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Não, é da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, se o senhor pudesse ficar ainda um pouco aí, encerraria o seu depoimento, e se houver necessidade de alguma informação durante o depoimento do Francisco Lima e do Luiz Carlos, pediria o seu auxílio.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Dr. Cleosnaldo, só uma perguntinha para o senhor. A notícia que foi veiculada pelo jornal dizia que o Francisco Lima trabalhava na Prefeitura com a caçamba e que essa caçamba... É, de Barra do Corda. E tinha o chassi...

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – **(Inaudível)** ... mesmo livro aí. O chassi era...um rombo desse tamanho aí.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Isso significa que então essa caçamba tinha origem duvidosa. É possível que fosse roubada. A informação que o senhor tem é que ela foi roubada, então?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Informação não, Senador. Foi roubada e entregue ao...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É da Antártica que o senhor está falando?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – É da Antártica. Não é caçamba. É um caminhão que trabalhava como caçamba. Não é informação. Foi roubada, periciada, constatada que foi roubada e é roubada.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Foi comprovado que era um veículo roubado?

O SR. CLEOSNALDO BRITO SIQUEIRA – Foi periciada no Instituto, se os peritos... Foi o chassi arancado. Tem fotografia, tem tudo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Obrigado. Está bom. É só para confirmar a notícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por enquanto, muito obrigado, Dr. Pediria, os colegas estão aí, o Dr. Paulo, o Dr. Cavalheiro, se o senhor pudesse ficar mais um pouco aqui, agradeço-lhe muito. Muito obrigado. Pode ficar à vontade. Pode tomar café.

Por favor, o nome?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Francisco de Lima Silva.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Identidade?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – 966.165.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – 45 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – 403.185.243-68.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Viúvo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Endereço atual.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Rua Rio Cor da, nº 187.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Local onde exerce a sua atividade hoje?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Hoje estou desempregado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está desempregado?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente em algum grau de pessoas envolvidas com o caso que o senhor...

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não, senhor, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo art. 203, do Código de Processo Penal, pediria que o senhor assumisse o compromisso de dizer somente a verdade.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, por favor, assine o compromisso. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Francisco, só para esclarecer preliminarmente. O Sr. Manoel Mariano de Souza, ex-Orefeito de Barra do Corda, desmente que o senhor tenha sido assessor dele.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Nunca fui. Fui motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi motorista dele? Trabalhou com ele.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Assessor nunca fui, nem quando ele era empresário, nem quando ele era prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas foi motorista dele?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Motorista sim, empregado sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando o senhor dirigia o carro dele, trabalhava na prefeitura em outro tipo de atividade?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Eu trabalhei para ele antes de ele ser prefeito. Depois que ele foi eleito prefeito, eu trabalhei na prefeitura como motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas dirigindo...?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Para ele, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Dr. Manoel Mariano de Souza fez esta comunicação que passou às mãos do Secretário. Alguém informou que o senhor teria sido assessor dele.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Nunca fui assessor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem motorista particular dele antes?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Também nunca fui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor disse que trabalhou antes...

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Como motorista de caminhão, porque ele era comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com um caminhão?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Com um caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe que comércio ele tinha?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Ele tinha comércio de arroz e tinha um supermercado à época.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem alguma coisa a esclarecer antes da pergunta do Relator? Deseja esclarecer alguma coisa sobre o depoimento que prestou? O senhor foi preso à época?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Fui preso, sim senhor, por cinco meses e vinte e quatro dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor pode explicar por quê?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Porque eu comprei um caminhão e o rapaz que me vendeu esse caminhão nunca me entregou os documentos dele. Devolvi-lhe o caminhão e depois disso recebi uma caminhonete, que ele trocou por um Gol. Recebi...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que caminhonete era essa?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Era uma D-20.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E recebeu mais o quê?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Cento e dez caixas de margarina. Por isso eu fui preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não sabia a origem da margarina?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não, porque eu estava recebendo o que era meu, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor pagou o caminhão?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Paguei, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual a origem desse dinheiro?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Em 96, eu ganhei no bingo, no domingo da sorte, em São Luís. Esse bingo hoje é do Deputado José Raimundo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer que Deus o ajudou?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Sim, senhor. Se o Deputado tiver isso nos arquivos dele, muito bem. Se ele não tiver, essa documentação está nos arquivos do processo no Grajaú; ou seja, como eu ganhei o carro no bingo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ganhou no bingo?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Ganhei, sim, senhor. Ganhei dinheiro e comprei um outro caminhão. Foi esse caminhão que gerou o dinheiro para eu comprar o outro caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor não tinha visto que o chassi dele tinha sido cortado?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Eu não vi não, senhor. Chassi adulterado, só se foi para lá depois que eu devolvi, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor comprou, examinou-o?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Comprei e ele ficou de me entregar a documentação.

O SR. OSCAR ANDRADE – De que foi que o senhor comprou?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Luís Carlos da Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse é o principal elemento da quadrilha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele vendeu o caminhão para você?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Vendeu. Troquei num Gol, voltei R\$18 mil, dei R\$14 mil na hora e R\$4 mil ficou para depois, quando ele me entregasse o documento. Depois ele mandou que eu repassasse R\$4 mil para a conta de um cidadão. Eu tenho os recibos. Eu repassei o dinheiro e ele não me entregou os documentos. Eu devolvi-lhe o caminhão, recebi uma D-20 que ele tinha, trocada em meu Gol e as cento e dez caixas de margarina. Pedi inclusive a

um juiz que ouvisse o cidadão que trocou meu Gol na caminhonete, em Grajaú.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor recebeu caixas de margarina?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Recebi cento e dez caixas. Eu tinha que receber, porque, caso contrário, eu estaria perdendo das minhas coisas, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor fez com essas caixas?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Vendi, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para quem?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Eu vendi para umas quatro ou cinco pessoas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Comerciantes?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tudo sem nota fiscal?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Eu recebi sem nota e vendi sem nota. Quase todo mundo faz isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu que ria ler um texto do documento que o senhor prestou em assentada, na Delegacia de Barra do Corda. “Nesse momento foi ao interrogado solicitado que indique uma pessoa para acompanhar essa autoridade até a oficina onde se encontra, a fim de ser vistoriada, preliminarmente, indicando o interrogado seu advogado para acompanhar as diligências. Que realmente cortou o chassi de um caminhão e colocou noutro, porém, ambos os chassis pertenciam a veículos da prefeitura, sendo que um está de saída do e outro em circulação, mas não sabia que era crime fazer alterações em chassis de veículos.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Isso foi cortado para ser botado em um caminhão pipa, num caminhão velho que estava jogado lá no chão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer que o senhor já cortava chassis e recolocava e não sabia que era crime.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Mas eu não sabia, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não sabia o quê? Que era crime?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é crime trocar o número do chassis?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não, foi a parte de trás, Excelência. A parte traseira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi a ponta do chassis.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Excelência, lá, antes de Sr. Luiz assumir, havia muita coisa cortada lá e foi cortada essa ponta para emendar um pedaço e colocar no caminhão pipa. Não foi a parte de nada, Excelência. Foi a parte de trás.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era o seu relacionamento com o Luiz Carlos?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Eu não tinha relacionamento com ele. A única coisa que fiz foi fazer essa troca, Excelência. Não tenho relacionamento com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como não tem? Você compra um caminhão dele, devolve o caminhão, pega uma D-20, pega 110 caixas de margarina...

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – O relacionamento que eu tive com ele, Excelência, foi receber as minhas coisas que estavam se perdendo. A D-20 foi trocada no meu Gol, de propriedade minha. Você está entendendo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A D-20 também era roubada?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não, senhor. Recebi a D-20 porque fui na casa do dono perguntar se eu podia receber. E ele disse que eu podia receber, que tinha origem, e tinha mesmo, porque vendi e ela está circulando lá com origem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está com o senhor?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não, senhor. Vendi para pagar as minhas contas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ela não foi apreendida?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Essa que eu recebi? Não, senhor. Ela tem origem, está na cidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não sabia das atividades ilícitas do Luiz Carlos?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não, senhor. Se eu soubesse não tinha entrado nisso. Tenho 45 anos e tem 34 que eu moro na Barra do Corda. Pode mandar investigar a minha vida. Nunca me envolvi em nada errado, a não ser essa “gelada” em que entrei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor usou a caçamba, o caminhão para quê?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Eu possuí esse caminhão por 50 dias. Com 50 dias eu devolvi para ele porque ele não me entregou o documento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas para que o senhor usou?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Para fazer coleta de lixo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tinha contrato com a prefeitura?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não, senhor, porque eu não tinha documento para fazer o contrato. Estava esperando ele me entregar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E como é que o senhor trabalhava? De graça?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Estava trabalhando, esperando que ele me entregasse para que eu recebesse. Até isso eu não recebi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não recebeu?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não recebi porque não tinha contrato e eu estava esperando ele me entregar o documento para receber. Como ele não entregou, devolvi. Perdi tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em que termos o prefeito autorizou o senhor a fazer coleta de lixo?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Para quando eu recebesse o documento e então fazer o contrato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o resto ia trabalhando de graça?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Estou lhe dizendo que passei com esse caminhão 50 dias, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o prefeito não lhe pagou nada?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – E como é que ele ia me pagar se eu não podia fazer um contrato com ele, sem ter os documentos? Porque aí envolveria até o prefeito, que não tem nada a ver com isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. É por isso mesmo que estou perguntando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o Juracy Araújo Lima?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não conheço, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Israel Souza e Silva?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Esse morava com o Luiz Carlos. É motorista dele e morava com ele. Depois que eu fui preso, na audiência, eu o conheci.

O SR. OSCAR ANDRADE – E qual o envolvimento dele nisso?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não sei explicar, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele vivia com o Luiz Carlos?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Ele morava com o Luiz Carlos e era motorista dele. Eu vim a conhecê-lo quando fui preso e o vi nas audiências.

O SR. OSCAR ANDRADE – Iramar Xavier Albuquerque?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Também não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – (Inaudível)

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Também não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sebastião Moraes de Oliveira.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Vi esse cidadão na audiência, depois que fui preso. Ele estava prestando depoimento dos negócios de margarina também.

O SR. OSCAR ANDRADE – José Almir da Silva?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Outro que conheci depois que fui preso. Ele foi preso também na Barra do Corda e, na audiência, eu o conheci.

O SR. OSCAR ANDRADE – O relacionamento que você tinha...

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Vim a conhecer esse pessoal lá, na audiência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não sabia do envolvimento deles com roubo de carga?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – De jeito nenhum, Excelência. Nem conhecer eu conhecia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece alguma lagoa perto do povoado de Alto Brasil?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem notícia de uma lagoa que tem alguns chassis, alguns pedaços de carro submersos?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca ouvi falar?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Nunca ouvi falar disso, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é só motorista na prefeitura ou tem algum cargo de confiança?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não, senhor. Só motorista. Cargo de confiança, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não cuidava da frota, da oficina?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Da oficina eu sempre ia. Quando o Gilson, que era o encarregado, não podia ir eu ia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor era substituto do Gilson?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Quando o Gilson pedia: Chiquinho, vá lá, eu ia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A oficina não é da prefeitura?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – A prefeitura não tinha oficina. Tinha o Gonzaga, o Zuquinha, o Pernambuco, todo esse pessoal que faz serviço para a Prefeitura. No mandato do prefeito ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do Gonzaga, tinha a oficina do Gonzaga.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Tinha a oficina do Gonzaga, tinha ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do Gonzaga o senhor fez alguns trabalhos lá?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Mandamos fazer sim, por que eu também tinha um caminhão excelência e fazia.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu advogado quem o pagou?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – O meu advogado fui eu, porque vendi uma caçamba que eu tinha, que eu comprei com o Zé Raimundo e paguei ele. E outras coisas, tem vinte anos que trabalho de motorista, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se julga vítima aí?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Nisso aqui eu sou vítima, Excelência. Lhe digo, o senhor pode mandar investigar a minha vida que eu lhe sou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vítima de quem?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Luiz Carlos da Cunha. Que foi quem me vendeu o caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era tido com bom conceito na cidade?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Ele era de família ilustre, Excelência, o pai dele tem muitos mandatos de vereador na cidade de Tuntum, tem um primo prefeito, tem tudo, eu conheço eles todos e eu teenho certeza também que ele não sabe que ele é envolvido nessas coisas e não apoia, como eu não sabia e entrei nisso aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Luiz Carlos da Cunha você acha que não sabia?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – O pai dele eu tenho certeza de que não sabe, é um cidadão de bem, tem muitos mandatos de vereador, ele não sabe que ele é envolvido com isso e não apóia também, eu também não sabia que ele era envolvido com esse tipo de coisa.

O SR. OSCAR ANDRADE – A caçamba que você comprou do Luiz Carlos, você sabe de onde ela tinha vindo?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Sei não, excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem depois você não ficou sabendo?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Eu vim saber depois que eu estava preso, porque trouxeram para fazer a perícia aqui e disseram que era um caminhão de Imperatriz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Teve mudança de cor a caçamba DO caminhão? Alteração?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Quando eu comprei era azul e devolvi azul, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ela já era pintada?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Pintada azul, excelência. Comprei azul e devolvi na mesma cor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o sinal de que era pintura nova?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Pintura era nova....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi pintada na oficina do Gonzaga?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não, o Gonzaga não mexe com pintura, excelência. É só mecânica. Eu comprei azul e devolvi azul, da mesma cor, para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a pintura era nova.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Boa de ... em perfeito estado, eu não pintei ela em nada. O que fiz nesse caminhão foi colocar seis pneus novos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

Está certo, então, qualquer coisa nos o chamaremos novamente e pediria, doutor, que ele permanecesse no recinto, se houver necessidade de alguma

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está com advogado?

Eu pediria que retirassem as algemas do preso e mantivessem a segurança, por favor. Tem a chave da algema? Pediria que tirassem. Obrigado.

Deputado Pedro Alves? Está presente. Por favor, estou com ofício do senhor pedindo uma reunião da CPI em Bacabal. Vamos estudar na reunião administrativa. Provavelmente quando formos a Imperatriz, se for necessário, iremos a Bacabal, na mesma época. O senhor será comunicado e seu ofício será analisado. Não quero decidir hoje porque não tenho número para decidir. Então, terça-feira, depois da reunião administrativa, o senhor será comunicado da decisão. Muito obrigado pelo ofício.

Só vou pedir, então, enquanto vem, para adiantarmos, o seu nome, por favor.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Luiz Carlos da Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Identidade?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – 301924.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – 41 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem CPF?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Tenho, mas não sei o número.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo, fica devendo então.

Residência atual?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Grajaú, Rua dos Girassóis, nº 15.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Lavrador e madeireiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Local onde tem a sua atividade?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Buriticutu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente em algum grau dos elementos envolvidos no caso em que responde pelo...?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Tem não, ninguém tem não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está aqui como testemunha, então, de acordo com o

art. 203, queria que o senhor assumisse o compromisso de dizer so mente a ver da de. O se nhor se com-promete?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Compro-meto falar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor assinaria, por favor.

Não estão conseguindo achar, jogaram a chave no rio ou no lago onde ele deixou a sucata.

Já vem a chave aí. Eu não gostaria que ele fosse mantido com algema.

O SR. – (fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, mas mantenha a vigilância.

Vamos começar então até que essa algema apareça. Pede para alguém buscar. Dá para ele assinar, assina com algema mesmo.

Poderia ir descrevendo a cir cuns tân cia que o le-varam à prisão ou não?

Se essa chave é sua, não vai servir. Se é de outra algema não vai servir. Tem que ser a dele mesmo. Devia ter ficado com o policial que estava com a vigi-lância.

Sabe por que está preso e em que circunstânci-as ocorreram os fatos?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Acusado de estar envolvido em roubo de carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode descrever um pouco – os seus depoimentos aqui se encontram – em que circunstâncias o senhor se viu envolvido nesse roubo de cargas? Porque o depoimento indica o senhor como um dos chefes da quadrilha.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Mas eu não estou envolvido não, doutor. Eu apenas aluguei uma chácara lá em Grajaú.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alugou o quê?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Uma chácara.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E lá foram encontrados os caminhões?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que foi encontrado lá?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Essa chácara eu aluguei lá em Grajaú para um cidadão chamado Fogoió, um comerciante lá de Grajaú.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Comerciante do quê?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Um comerciante lá de Grajaú. Conheci ele como comerciante.

Aluguei por R\$1.500,00, dois meses, para ele botar gado. Cinco dias depois eu fui lá e encontrei a casa fechada, abandonada e olhei pelas brechas das portas e estava cheio de mercadorias. Voltei, procurei a ele, que negócio era aquele dele deixar a casa abandonada lá, cheia de mercadoria. Pedi para ele, que negócio era aquilo. Ele falou: não, rapaz, é um negócio que mandei guardar lá. Olha, eu te aluguei não botar produto de furto. Eu sabia que era furto porque estava abandonada, não tinha nenhum vigia. Ele falou para mim que iria tirar, só que iria tirar depois, meia-noite, quando a polícia saísse da barreira de Grajaú.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você alugou por dois meses?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - Dois meses.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual o tamanho da propriedade?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Uns 50 hectares mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto de pasto?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Tem uns 45, por aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quase todo pasto?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Quase todo pasto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em que época foi?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Foi mês de..., fim de abril.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava bom o pasto?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Estava bom o pasto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas cabeças você pôs lá?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Umas vacas de leite.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Ele nunca chegou a colocar o gado lá não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Por quê?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – É porque logo em seguida me entregaram essas coisas lá dentro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo depois?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Uns cinco ou oito dias mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor assumiu a chácara, o sítio, e encontrou o quê lá dentro?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Encontrei mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual mercadoria? Margarina? O que era as mercadorias?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Eu vi que estavacheio de mercadoria por baixo da porta. Eu vi umas caixas de manteiga. Em seguida fui na casa dele, no comércio dele. Falei para ele que negócio era aquele que tinha colocado aquele negócio lá dentro e não tinha nenhum vigia lá dentro. Ele falou: não, rapaz, é um negócio que tem lá, mas não se preocupe não que eu vou tirar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é de Grajaú?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Sou de Grajaú.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mora lá? É nascido, criado lá?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Não, sou de Tuntum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sua família.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Só que trabalho em Grajaú.

O SR. OSCAR ANDRADE – É perto?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Uns cento e poucos quilômetros. Uns cento e oitenta, por aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Bom, então você foi no Fogoió?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Fui no Fogoió.

O SR. OSCAR ANDRADE – E perguntou para ele o que era aquilo.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Perguntei. Ele disse: não, rapaz, é um negócio meu, mas eu vou tirar, não te preocupa não. Rapaz, vai tirar aquilo lá que vai me prejudicar, rapaz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso foi quanto tempo?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Tinha uns cinco ou oito dias que eu tinha feito isso para ele. Lá estava o rastro de um caminhão e estava a casa fechada e abandonada sem ninguém lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – E cadê o Fogoió?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – O Fogoió desapareceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está foragido?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Não, foi preso mas soltaram. Inclusive a mercadoria foi pega toda na casa dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E essa mercadoria é produto de roubo, você sabe não é?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Segundo fui informado que é.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem roubou?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Não sei. Acho que do bando deles lá. Ele tem a quadrilha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dá-me os nomes, por favor?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Os que conheço, os que conheci através dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode falar. Fala os nomes, por favor.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Era Mauro Figueiredo, esse mesmo Figueiredo comprou um Fiorino e deu para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Figueiredo era do bando dele?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Era.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem mais?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Era o Sr. Dejora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dejora.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – José Almir e César.

O SR. OSCAR ANDRADE – César.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Os que conheci foram esses através dele. E Babado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Babado. Quem mais?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Os que conheci foram esses.

O SR. OSCAR ANDRADE – E Neguinho?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Não conheço não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Edivam?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – José Augusto?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Esses não conheço não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chiquinho?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Esse Chiquinho que depôs há poucas horas? Conheço também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Tuntum?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – O Tuntum não conheço também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mauro?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – O Mauro eu conheço. Conheci através do Fogoió.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você não deu o nome dele?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Dei o nome do Mário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mauro.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Mauro Figueiredo.

O SR. OSCAR ANDRADE – É Mauro Figueiredo. E o André?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Não conheço André não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Gordo?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Gordinho eu conheço, trabalhou de motorista para mim. Quebrei um braço e ele trabalhou de motorista para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele dirige para você?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Não, dirigiu um mês e pouco porque eu estava com o braço quebrado. E coloquei ele para dirigir para mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor conhece o Sebastião Morais de Oliveira?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – O Fogoió eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo, é o nome completo. Ele diz aqui que foi procurado pelo Sr. Luiz Carlos, que é o senhor. Que lhe ofereceu uma certa quantidade de mercadoria, sendo seiscentas caixas de margarina primor e 70 caixas de 51 e aproximadamente... cinquenta e um deve ser cachaça, não é?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – É cachaça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... e aproximadamente 10 caixas de álcool. Isso é um Termo de Acreção. Foi feito isso mesmo? Ele lhe ofereceu essa mercadoria?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Eu nunca ofereci nada para ele, doutor. Ele é que... Esse pessoal que eu citei que era o bando dele. Ele é que mandava roubar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então ele deu essa declaração contrária à verdade?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Contrária à verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como que ele mandava roubar? Me explica aí essa...

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – É porque eles ficaram de falar depois que teve aquele negócio lá, que conhecies. Aí eles é que iam lá para o Fogoió.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É Chiquinho Fogoió, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que era a operação deles? Eu queria saber isso de você.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Não, não sei não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é assalto à carga?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Eu sou um pouco analfabeto, não entendo quase.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o grau de amizade entre o senhor e o Fogoió, para o senhor confiar e alugar a fazenda?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Não existe a (inaudível) pertinho de Grajaú.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor já conhecia o Chiquinho Fogoió?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Fogoió? Conhecia, era um comerciante lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha amizade com ele?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Amizade a gente não tinha não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você vendeu um caminhão para o Francisco, lembra?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Eu comprei dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você comprou de quem?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Do Chiquinho. Do Chiquinho da Prefeitura.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você comprou dele?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Comprei dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não tinha vendido para ele e não entregou os documentos, depois ele devolveu e pegou a D-20?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – É bem na verdade dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Heim?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Ele não está falando a verdade, não. Eu comprei o caminhão

dele, inclusive o caminhão tinha até placa da prefeitura, documento da Prefeitura de Barra do Corda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Documento da prefeitura?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Da prefeitura.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você viu os documentos?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Ele me deu fotocópia do documento.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o chassi do caminhão, você chegou a ver, ou não?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – O chassi?

O SR. OSCAR ANDRADE – O número do chassi.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Não, eu não cheguei, porque ele não arrumou. Ele cortou o número do chassi do carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele cortou? E você comprou um caminhão com o chassi cortado?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Eu não vi que ele estava cortado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não viu?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Vi não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a D-20, onde entra na história?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – A D-20 eu troquei. Eu tinha um gol branco e troquei na D-20. E a D-20 troquei num caminhão, e me voltaram R\$4 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você deu a D-20 para ele?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Dei a D-20 para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele te voltou R\$4 mil?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – R\$4 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas, antes, o gol era de quem?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – O gol era meu mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há muito tempo?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Uns três meses que eu tinha ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse gol não era do Francisco, não?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Nunca foi dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Senador, requeiro a presença do Francisco Lima aqui, para fazer a reação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No momento em que V. Ex^a achar conveniente...

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu acho que agora, porque os dois compraram o caminhão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então tragam o motorista Francisco Lima, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conhece Iramar, de Grajaú?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que ele faz lá?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Ele uma farmácia, lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você sabe do envolvimento dele com alguma?...

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Sei não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o Roniel? Comerciante lá...

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conhece?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o que ele faz lá?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Ele mexe com sucata de carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mexe com?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Sucata de carro, carro velho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Compra carro velho, usado?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não sabe da origem, comentou alguma coisa, se comenta alguma coisa?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Sei não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Para mim, ele é um cara sério.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E Nonato, comerciante lá também?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Conheço de vista o Nonato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe a origem de mercadorias que ele vende, não tem conhecimento?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Tenho não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a Dora, dona da farmácia?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Conheço ela também, mas não sei o envolvimento dela, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ‘Tá bom, obrigado.

Dr. Oscar, está aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Francisco, quero que você...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor conhece esse senhor?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Conheço, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que ele se chama?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Luiz Carlos da Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu vou fazer a pergunta individual para cada um. Só responde quem eu perguntar, tá? Francisco?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Conte para mim como foi a história do caminhão? Como foi feita a transação?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – O caminhão, eu troquei com ele num Gol branco e voltei R\$18 mil para ele; dei R\$14 mil na hora e R\$4 mil para quando ele me entregasse o documento. Com 50 dias ele não me entregou nenhum documento.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Gol branco era seu?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – O Gol branco era...

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava em seu nome?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Estava no nome do Edmir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Edmir. Você pegou o Gol branco, entregou para ele e recebeu o caminhão?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Recebi o caminhão, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aquele caminhão que estava adulterado, com o chassi cortado?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Aquele caminhão que estava lá. Se foi adulterado, foi para lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que caminhão era?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Um Volkswagen azul.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um Volks caçamba?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Caçamba.

O SR. OSCAR ANDRADE – Toco?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Toco, isso. Voltei R\$18 mil para ele. Com 50 dias, como ele não me entregou o documento, eu devolvi o caminhão para ele, recebi uma D-20, porque ele trocou o meu Gol nessa D-20, e 110 caixas de margarina, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde o senhor apanhou essa margarina?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – A margarina ele deixou lá em casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele mesmo que lhe entregou?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Ele mesmo deixou, numa F-4000 vermelha, que está apreendida também, lá em Grajaú.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele foi lá e entregou na sua casa?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Ele foi lá e entregou na minha casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que o senhor fez com a margarina?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – A margarina eu vendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para quem?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Vendi para umas três pessoas ou quatro. Só não estou lembrado para quem foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Comerciantes?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Duas pessoas eram comerciantes e um, o rapaz não é, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o senhor não documentou essa venda?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não documentei não, senhor, porque também não recebi documento dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele sabe a origem dessas mercadorias?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Os que me compraram foram do mesmo jeito de mim, não sabem da origem também, não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não pediram documento, nota, nada?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Pediram não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O comerciante de onde era?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA - É de lá de Barra do Corda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Como ele se chama?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA - Por apelido, eu sei que um é o Neto, o outro é Zezé. E por Fábio, desses três estou lembrado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Zezé. Todos são de lá?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA - São de Barra do Corda, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Os três? Zezé, Neto e Fábio.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA - Mas, nenhuma dessas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Eles têm comércio aberto?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA - Têm comércio pequeninho, é comércio pequeno, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você escutou ele falando sobre...

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - Escutei, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - O que você me diz disso?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA - O caminhão eu não troquei... O caminhão... foi dele; o gol era meu mesmo. Como é que ele diz que esse caminhão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) -- Fale com mais calma.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - É porque falo muito mesmo, doutor, estou nervoso. Hoje está com 48 horas que comi, hoje.

O SR. OSCAR ANDRADE - Coloque o microfone um pouquinho mais longe, por favor. Você está sem alimentação?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Estou há 48 horas que comi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Dento da gentileza, da amabilidade do Presidente, eu pediria, se fosse possível, fornecer um lanche para o preso. Peço desculpas ao senhor, mas não vejo como manter uma pessoa 48 horas sem comer, porque ele não está de castigo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Vocês são os responsáveis por ele?

O SR. – (Inaudível)

O SR. OSCAR ANDRADE – É mentira?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Tem certeza?

O SR. – (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Então suspende o lanche. Eu prefiro acreditar no policial.

O SR. OSCAR ANDRADE - Está bom. Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele quer mexer com a sensibilidade das pessoas.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Não, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Você é bandido. Aqui você é bandido, está preso. Nós temos respeito pela pessoa humana. Se você disse que não comeu, mandei buscar, mandei tirar algema, estou lhe tratando com todo respeito. Você não vem aqui mentir que não comeu, rapaz!

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - Eu não estou mentindo. Eu tomei dois, três sucos. Eu comi quando vim com ele de Barra do Corda. De lá para cá, eu não comi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Ele comeu?

O SR. – (Inaudível) Comeu hoje pela manhã.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Tomei dois sucos, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Foi servido o café da manhã? Ti nha pão, não ti nha pão?

O SR. – (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Muito obrigado. Fico com a palavra do policial. Desculpa, Presidente.

O SR. OSCAR ANDRADE - Luiz Carlos, explique a questão do caminhão.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - O caminhão, eu comprei do Chiquinho.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - Eu não comprei o caminhão do Chiquinho; eu comprei dele. Inclusive o caminhão era branco. Como é que ele teve... **(Ininteligível)**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O caminhão foi pintado?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - Ele pintou o caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Você comprou azul?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA - Comprei azul e devolvi azul, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Tem testemunha?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA - O Raimundo Carvalho Barbosa é testemunha que viu eu trocar com ele o Gol no caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Cadê o documento do caminhão? Passou para quem a xerox que recebeu?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - Eu perdi junto com meus documentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Então espere aí, espere um pouquinho. Ele lhe vendeu o caminhão... Ele que ficou lhe devendo os documentos? Então ele lhe entregou e você perdeu?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - Não, ele me deu xerox...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Explique bem essa história do documento. Como é que você tinha o documento e perdeu se foi ele que lhe vendeu? Ele lhe deu os documentos junto com a venda? Ele fez legal a venda?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - Ele me deu só a xerox do documento do veículo. Quando a Câmara autorizasse, porque ele disse que esse caminhão era da prefeitura...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Desculpa, mas não vá bancar o malandro, que tem muita gente aqui que tem muita escóla. Então você vê que a pessoa aqui é humilde, está com a expressão da sinceridade. Você, não. Não adianta nem fazer essa acareação, porque está comprovado nos documentos do depoimento, o delegado fez acareações, fez busca e apreensão do caminhão lá, e toda a estrutura da quadrilha já fez as confissões. Vou prosseguir, na expectativa de que ele raciocine um pouco. Você não pode obstruir a verdade. Eu não vou lhe tirar preso daqui, se você estiver mentindo, porque preso você já está.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - Eu estou nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não, você não está nervoso, você está manipulando a verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE - Luiz Carlos, isso aqui é uma CPI. Você sabe o que é uma CPI?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - Estou sabendo agora.

O SR. OSCAR ANDRADE - É uma comissão parlamentar de inquérito. Nós temos poderes para complicar mais a sua vida se você continuar fazendo isso.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - Posso falar um pouco?

O SR. OSCAR ANDRADE - Pela lei que regula os trabalhos da CPI, por mentir, obstruir, atrapalhar o andamento da CPI, você pode ser processado com base no art. 342 e pegar de 1 a 3 anos de cadeia. Como você já tem outros problemas, pode ir piorando a sua situação. Então, pediria ao Presidente que lhe dê a chance de reformular a sua resposta. Vou perguntar de novo sobre o caminhão: me conte a história verdadeira do caminhão, por favor.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - Dois minutos para mim, por favor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Pois não.

(diálogo inaudível, fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - ... um caminhão sem documentação.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA - Olhe, Excelência, eu tenho 45 anos. Tem 34 anos que eu moro na Barra do Corda, e a primeira vez que entrei numa confusão com a Justiça foi essa aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sim, mas o Prefeito devia conhecê-lo e ter confiança no senhor.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA - Todo mundo na Barra do Corda ele conhece, Excelência. Cheguei lá menino, com onze anos. E o senhor pode mandar investigar ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor continua como funcionário da Prefeitura?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA - Não, senhor. Fui demitido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Perdeu o emprego?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA - Perdi o emprego.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Teve processo administrativo normal?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA - Não, não fui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor era contratado?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA - Era só motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas contratado? Era funcionário contratado da Prefeitura contratado ou tinha concurso efetivo?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não, concurso, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não era efetivo?

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Sou quase analfabeto. Mal faço o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Procure ser bem sincero...

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Não, vou lhe falar a verdade. Eu lhe falo a verdade. O senhor pode ter certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... para podermos esclarecer o ponto, para ver o limite de sua responsabilidade na receptação.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Falo a verdade, sim, senhor. Pode estar certo disso. Falo a verdade. É tanto que nunca me escondi da Justiça, nunca saí da Barra do Corda. Fui preso. Nunca saí da Barra do Corda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por gentileza, a Deputada Vete Botero se encontra aqui? (Pausa.)

Deputada, está aqui o seu ofício para Imperatriz. Ontem recebemos do Município, da Câmara Municipal, acho que assinado por todos os Vereadores, este pedido. Já foi despachado. Apenas vamos marcar a data. Gostaria que a senhora estivesse presente lá, levasse a fruta para conhecer e acompanhasse a nossa diligência em Imperatriz. Então está despachado favoravelmente. Vou anexar o ofício da Câmara Municipal. Obrigado também pelo pedido.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Posso falar, doutor? Estou mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais uns cinco minutos, o senhor vai se sentir bem. Agora, enquanto isso, vai pensando em contar a verdade, até para não se complicar e não prolongar a sua agonia no esclarecimento e no julgamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Bem, vamos retomar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, o médico pediu mais... Quando o médico autorizar, reiniciaremos. O senhor fica na sua dependência. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... para terça-feira. Pede para abril, final de abril, entre... o mês inteiro de abril. Vamos indeferir e peço que, se estiver ouvindo... A data está marcada para terça-feira, em Brasília, como foi seu desejo e decisão da CPI. Terça-feira é dia 20? Dia 20, às 15h, esperamos o Prefeito em Brasília. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vai ser rápido, aqui. Assim pode ir descansar. Por favor, Luiz Carlos, ele relatou aqui. Você concorda com o relato?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Não concordo, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que você diz que é? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... chamar o doutor aí e...

Bom, por enquanto, fico com a verdade do Francisco Lima...

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Não, doutor, espera aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... por que não vou forçá-lo e criar uma situação, se o médico achar que ele não tem condições...

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Tem, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fica para uma outra hora. Vou manter o que o Delegado trouxe e o depoimento do Luiz Carlos. Se quiser contradizer, dou-lhe cinco minutos; se não quiser, vamos suspender e eu fico com a verdade dele.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu não quero que você dramatize não, porque não vai sensibilizar ninguém. Acho que nós temos que cumprir com a nossa obrigação. Não posso ficar aqui até às 5 horas da tarde.

O SR. – Sr. Presidente, vão estar à disposição do senhor os paramédicos do Corpo de Bombeiros, uma ambulância... (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Mas o doutor está acompanhando aqui, já me disse e conheço um pouco a dramatização.

O SR. RIVO – Eu não estou vendo nenhum risco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está dramatizando um pouco.

O SR. RIVO – É só psicológico mesmo. E acho que é um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E acho que ele pode explicar, isso é rápido e eu não vou prolongar a acareação. Mas eu não quero deixar nenhuma dúvida, é uma audiência pública. Então, você tem o tempo para esclarecer a realidade da transação do caminhão que foi apreendido. E o delegado está aí também para nos auxiliar se for necessário.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Vou falar aqui devagar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode falar devagar.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – O Chiquinho, ele me deu, do meu caminhão, a xerox do documento do meu caminhão. A xerox do DUT.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde está a xerox do ...

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Realmente, eu perdi com os meus documentos. Estava dentro da bolsa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você perdeu o documento?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Perdi a xerox do documento.

E o recibo, ele me dava após a Câmara autorizasse a venda do caminhão para ele. É só isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem testemunha dessa transação?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Tenho não. Só minha e dele mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só entre vocês dois.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Isso aí é fato inédito. Desde a audiência lá no Juiz, Excelência, que ele tinha confundido as coisas. Eu nunca vendi caminhão para ele. Eu devolvi um que ele me vendeu e não me entregou a documentação.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Como é que o caminhão era branco e tu pintou ele de azul.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Que brancorapaz!

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Cortou o número do chassi do carro.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA – Eu não cortei número de coisa nenhuma, Excelência. Isso aí é coisa dele.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Vê aí, doutor, se poderia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Poderia pedir ao Delegado um minuto aqui do meu lado, só para eu pedir uma informação a ele?

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Cleosnaldo. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E quando ele lhe vendeu, de que forma você pagou?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Eu dei a D-20, ele me voltando 4 mil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a mercadoria?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – A mercadoria, foi o resto de mercadoria que os caras deixaram lá na chácara abandonado, eu peguei e vendi para ele. Nem pagar ele me pagou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você vendeu a mercadoria ou foi em pagamento do caminhão?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Não, eu vendi para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você vendeu para ele por quanto?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Mil e poucos reais. Nem pagar ele pagou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você vendeu o que não era seu? Você já disse que era do Fogoió. Você tinha ido no Fogoió e achado estranho que aluga para você uma chácara sem vigia, sem nada, tem lá uma mercadoria guardada.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – É porque ele deixou abandonado lá o resto das coisas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixou abandonado, aí você pegou e vendeu?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Peguei e vendi para ele, por que estava abandonado lá, ele não foi tirar o resto...

O SR. OSCAR ANDRADE – É assim que se faz? Você chega num lugar, está abandonado, você pega e vende?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Porque estava abandonado, não tinha ninguém lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Fogoió não te pediu uns dias para resolver o problema?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Pediu, mas ele estava com uns 15 dias que ele tinha deixado uma bocado de coisa lá, doutor. O Fogoió que é o ladrão chefe. É o Fogoió. Ele é que roubava. Eu nunca roubei, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí você roubou dele? Porque, se você vendeu uma coisa que era dele, mesmo que ele tivesse roubado era dele. Não era dele?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Era.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não estava na chácara dele?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Chácara minha.

O SR. OSCAR ANDRADE – A chácara era sua?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – A chácara eu aluguei para ele. Ela está alugada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você que alugou para ele?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Eu que aluguei para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sim - a chácara não era dele, não.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA – Não, a chácara era minha, eu que aluguei para ele. Tenho um cheque de R\$1.500,00 do aluguel, que ele me deu. (Pausa.)

O SR. CLEOSNALDO BRITO - Dr. Romeu, quando eu interroguei o Sr. Chiquinho, desculpe-me, Francisco Lima, ele confessou que havia comprado o carro - acho que está no depósito - do Sr. Luiz Carlos e, até então, tinha trocado esse carro em margarina, produto de furto desbaratado, aliás, furto descoberto ou o roubo do carro por mim. Então, veja bem: no depoimento dele, disse que trocou em margarina, trocou por uma D-20, se não me engano, de cor branca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Foi quando devolveu o caminhão.

O SR. CLEOSNALDO BRITO – E foi e de volta o caminhão para o Luiz Carlos e um dos elementos integrantes da quadrilha, que foi quem fez o transporte, disse o seguinte: que quando foi buscar o caminhão, o Chiquinho passou na barreira para evitar - porque o caminhão da Prefeitura era conhecido - a paragem e entregar para o Sr. Luiz Carlos depois da barreira policial. Foi isto que o nosso amigo, aqui... Como é o nome do senhor? Dr. Ronaldo, que presenciou o depoimento e assinou...

O SR. - Mas, aí, ele disse, também - e está no depoimento dele - tanto perante o senhor quanto perante o Juiz - que colocou um Gol...

O SR. CLEOSNALDO BRITO - Sim. Teve, também, um Gol nesse jogo. Agora, no depoimento de Luiz Carlos, ele disse que comprou o caminhão de Chiquinho e que Chiquinho estava vendendo o caminhão. Quando descobriu que era roubado, ele disse que não queria e mandou ele buscar na fazenda - segundo a versão do Luiz Carlos. Aí, eu não sei com quem está a verdade. Sei que o caminhão era roubado e o apreendi na fazenda do Luiz Carlos e o caminhão foi utilizado... Eu não presenciei, mas as testemunhas que depuseram presenciaram o caminhão trabalhando para a Prefeitura. Então, veja bem: através das informações das testemunhas que estavam lá, apreendi o caminhão. A respeito da transação, eu não posso explicar porque eu não sei como aconteceu. Aconteceu que eu apreendi um carro roubado e

localizei as duas pessoas ligadas ao roubo do carro ou receptação - eu não posso dizer que foi roubo -, ou roubo ou receptação. Eu os identifiquei, interroguei os dois, indiquei e os dois foram presos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Eles estão, aqui, com a mesma versão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Vamos fazer o seguinte: a versão dele é a de que comprou o caminhão, ficou usando por 50 dias, o documento não veio e ele de volta o caminhão e, em troca, recebeu a D-20 e as caixas de margarina. Esta é a sua história.

O SR. FRANCISCO DE LIMA SILVA - E é a verdade, Excelência.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - Não é verdade não, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - A sua é que ele lhe vendeu o caminhão e você pagou com a D-20, é isto? Você deu a D-20 e mais as caixas de margarina.

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - Eu vendi as caixas de margarina para ele. Não foi em troca de caminhão não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não foi?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - Foi não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Foi uma venda em separado da margarina?

O SR. LUIZ CARLOS DA CUNHA - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Doutor, eu só pediria o seguinte: eu vou ficar, aqui, numa versão que não vai... - o senhor tem outros presos lá - mas pediria, encarecidamente que o senhor esclarecesse um ponto que é importante: com quem está a verdade? Porque eu vou comunicar ao Juiz a obstrução da verdade para um dos dois.

O SR. CLEOSNALDO BRITO - Excelência, eu gostaria que o senhor, lendo os autos, fizesse o juízo, porque o Chiquinho se envolveu com dois carros roubados; o Luiz Carlos se envolveu com outros carros roubados. Então, veja bem: eu não posso emitir juízo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu não quero emitir juízo. Eu queria que o senhor fizesse... Não, eu não estou lhe pedindo isso. Estou pedindo para o senhor aprofundar a investigação para que recebêssemos um esclarecimento maior de outros componentes da quadrilha. E se o senhor tiver condições...

O SR. CLEOSNALDO BRITO – O inquérito já é processo, já é processo... eu não tenho mais competência de... porque já está em fase de alegações fina-

is, se não me enganar. Então eu não sei até que ponto, doutor...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então fale com o promotor por mim. Ele pode requisitar umas diligências...

O SR. CLEONALDO BRITO – Posso falar.

Com certeza, a Promotora é muito séria e não hesita em... e o Juiz também não hesita em...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A promotora e o juiz deverão esclarecer, porque o que queremos é esclarecer quem está mentindo aqui, e mentira dentro do processo é crime.

O SR. CLEONALDO BRITO – Eu vou levar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Suspendo a acareação. Ela fica suspensa até que eu possa ter melhores dados, e o senhor poderá me ajudar nesse sentido, junto com a Promotora e o Juiz.

O SR. CLEONALDO BRITO – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou suspender, então. Fica a dúvida, em razão inclusive do estado físico do preso, e o senhor, doutor... Nós ficamos com a possibilidade de chamá-lo outra vez, e o senhor, por favor, depois explique para ele que ele tem que nos contar a verdade. Então vou aguardar outros dados.

Então, pode ser que no resultado dessa audiência a gente tenha algum outro tipo de elemento.

Vou pedir para o senhor acompanhar e lhe agradecer.

Não encerro a acareação, mas suspendo até segunda ordem e o delegado fará essa gentileza de acompanhar os dados e nos fornecer as informações.

De forma que o senhor está dispensado. Doutor, está dispensado. Não vou prendê-lo por que não acho que ele está mentindo. Ainda não tenho a certeza. Se tivesse o faria. Eu não tenho certeza também se ele está ou não faltando com a verdade. Agora, os dois praticaram crime, estão envolvidos num crime de qualquer forma. Aí já é um problema que está na Justiça, e a CPI vai colher os elementos para formar o quadro geral de roubo de cargas no País.

Então dou por encerrada a acareação. Os senhores podem conduzi-lo, podem algemá-lo se quiserem. E o senhor também pode ir. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...nos destinou aqui a São Luís do Maranhão. Eu deixaria um agradecimento parcial, porque, Presidente, nós vamos voltar, até porque essa mobilidade nos convida a, sempre que possível, estarmos aqui, na sua Casa. Aos Srs. Deputados que, por gentileza, nos prestigiaram, permanecendo o tempo todo conosco,

oferecendo-nos o carinho, o apoio e isto, sem dúvida nenhuma, vamos registrar no nosso relatório, a importância do apoio que as comissões parlamentares de inquérito recebem nos estados e nas cidades aonde vão, e, de forma especial, nós recebemos aqui, em São Luís do Maranhão, da Assembleia Legislativa, da Governadora e do Secretário de Segurança Pública.

Eu agradeço muito. Não sei se o Dr. Oscar quer dar alguma palavra.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quero apenas, Sr. Presidente, fazer minhas as suas palavras, dar um abraço a todos os deputados na pessoa do Presidente Manoel Ribeiro, pela gentileza, a forma cortês com que fomos recebidos aqui. A imprensa... Acho que vocês deram um exemplo de como se apóia uma CPI. Se em todos os estados em que formos, se em toda cidade que fomos tivéssemos esse apoio, com certeza nossos trabalhos melhorariam muito.

Muito obrigado a todos vocês, ao povo do Maranhão. E, como disse o Presidente, em breve voltaremos. Vamos tentar agendar isso o mais rápido que pudermos para Imperatriz e continuar o nosso trabalho aqui. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu queria, antes de encerrar, agradecer à população que colaborou, mandando informações, e dizer que não se preocupe na identificação. Continue a informar as autoridades sobre a possibilidade de identificação e localização de criminosos e de produtos de crime, porque é importante a colaboração e a confiança que a população demonstra à autoridade policial, quando assim o faz.

Pergunto ao Presidente se gostaria de dizer algumas palavras antes de encerrar.

Então, dou por encerrada a diligência da CPI em São Luís do Maranhão.

Muito obrigado, senhores, por tudo.

(Levanta-se a reunião às 10h50min.)

Ata da 4ª Reunião realizada em 27-3-2001.

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano dois mil e um, às quinze horas e trinta minutos, na Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador Moreira Mendes, e ainda, com as presenças dos Senhores Senadores Geraldo Cândido, Antero Paes de Barros, Geraldo Althoff, Romeu Tuma e Marluce Pinto e dos Deputados Carlos Dunga, Oscar Andrade, Chico da Princesa, Mário Negromonte, Pompeo de Mattos e Almir Sá, membros. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar,

em todo o país, o elevado crescimento de roubo de carga transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir o depoimento do senhor AVENY ANDRADE PACHECO, Prefeito da cidade do Amapá do Maranhão/MA, com a respectiva acareação com o senhor JORGE MERES, registra-se a presença do Senador João Alberto. O depoente foi questionado pelos Deputados Oscar Andrade, Pompeo de Mattos e o Senador Moreira Mendes. A presente reunião foi ainda presidida pelo Deputado Mário Negromonte, sendo que o Presidente Romeu Tuma compareceu, mas teve que se retirar para participar da Reunião do Conselho de Ética do Senado Federal, por ser membro nato daquele Conselho na qualidade de Corregedor Geral. Foram aprovados quatro requerimentos a saber: nº 42, de Autoria do Senador Romeu Tuma e Deputado Pompeo de Mattos, solicitando a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das seguintes pessoas: ARY NATALINO DA SILVA, APARECIDA MARIA PESSUTO, DÉBORA APARECIDA GONÇALVES, SANDRA REGINA DAVANCO, HERICK DA SILVA, LEONTINA APARECIDA BASTELLI, AIRTON DE FREITAS, RAFAEL FIESTAS GARCIA, YOSHIKA KOMODA, ANTÔNIO PEDRO RODRIGUES SOUSA ROCHA, HELENO DUARTE LOPES, LEVY LUIZ SILVA FIGUEIREDO, PETROFORTE BRASILEIRO PETRÓLEO LTDA e RESIPETROS DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA; nº 43, de Autoria dos Deputados Oscar de Andrade e Pompeo de Mattos, solicitando a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico a saber: JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS RESENDE, JOSÉ RODRIGUES DA SILVA (JOSÉ JÚLIO), AVENY ANDRADE PACHECO, HEMETÉRIO WEBER, TRANSPORTADORA TRANSUL, JOSÉ GERARDO DE ABREU, FRANCISCO CAICA UCHOA MARINHO, RAIMUNDO JOSÉ FERNANDES LEITE (CAROLA), JOAQUIM FELIPE DE SOUSA NETO (JOAQUIM LAURIXTO), VLADIMIR PEDRO VIEIRA, ANTONIO LISBOA CORREA, JOSÉ JOÃO SOARES COSTA e CARLOS ANTONIO MAIA SILVA; nº 44, de Autoria do Senador Moreira Mendes e Deputado Pompeo de Mattos, requerendo que: **01** - seja oficiado ao Tribunal de Contas do Maranhão dando conta da confissão e declaração de fatos pelo depoente AVENY ANDRADE PACHECO, que podem caracterizar crime contra a Administração Pública, conforme

depoimento do mesmo a CPMI; **02** - Quebra de sigilo bancário do depoente; **03** - Quebra do sigilo com a reprodução de todos os cheques emitidos pela Prefeitura; e **nº 45** - de autoria dos Deputados Pompeo de Mattos e Oscar de Andrade, requerendo a quebra do sigilo bancário das contas da Prefeitura Municipal de Amapá do Maranhão/MA, a partir de 01 de janeiro de 1997. Foi requerido verbalmente pelo Deputado Pompeo de Mattos para ser ouvido em Imperatriz/MA, JOÃO PRETO soldado que substituiu o Sargento LELIS, (irmão do Vereador Carola), JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA (Cabeça de Índio), FÁBIO XUXINHA, NEGONALDO, JÚNIOR, LUIZ CARLOS, Fiscal do Posto da Receita Estadual de Santa Lúzia. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião do ano 2001 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada mediante o Requerimento nº 23, de 2000, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento do roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como proceder a investigações concernentes à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir o depoimento do Sr. Aveny Andrade Pacheco, Prefeito de Amapá do Maranhão.

Indago dos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura das atas das reuniões anteriores, realizadas nos dias 15, 16 e 17, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, ou se podemos considerá-las aprovadas.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Tendo em vista a manifestação do Plenário, dou por aprovadas as três atas realizadas nos dias 15, 16 e 17 do corrente.

Indago à Secretaria se existem expedientes recebidos ou expedidos.

Não havendo expedientes, solicito à Secretaria que faça o Sr. Aveny Andrade Pacheco tomar assento à mesa, para prestar o seu depoimento.

Sr. Aveny, o senhor está aqui para prestar de pimentoperante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada mediante o requerimento n.º 23, de 2000, do Congresso Nacional, que se destina a apurar, em todo o País, o elevado crescimento do roubo de carga transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Gostaria que V. Sª declinasse o seu nome completo, por favor.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Aveny Andrade Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual o número e o local de expedição de sua identidade?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – 57.933.196-2.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – De onde?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual a sua idade?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – 36 anos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual o número do seu CPF?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – 251.357.593-87.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Estado civil?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Endereço?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Rua do Comércio – sem número -, Amapá do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Profissão?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Neste período, sou Prefeito; mas, antes, eu era comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual o local da sua atividade atualmente?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Na Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – V. Sª é parente em qualquer grau das partes envolvidas?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Nem amigo íntimo, nem inimigo?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – V. Sª fica advertido de que é obrigado a dizer a verdade, somente a verdade, nos termos do que dispõe o art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei. Peço, portanto, que o senhor assine o termo de compromisso. (Pausa.)

Bem, devidamente compromissado, eu vou agora ouvir aqui, inicialmente... O senhor pretende antes fazer uma exposição dos assuntos tratados e, em seguida, ser inquirido pela Comissão?

Então, o senhor tem a palavra pelo tempo que julgar necessário para desenvolver a sua exposição.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Como é seu nome?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Eu sou Rubens Moreira Mendes, Senador Moreira Mendes, Senador Geraldo Cândido e o Relator é o Deputado Oscar de Andrade.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sr. Senador, Srs. Deputados, pela terceira vez estou voltando a depor na CPI. Eu quero dizer para todos vocês que eu sou um homem honesto, sou trabalhador, tenho família e nesse momento estou passando uma fase muito difícil com esses comentários, com essas acusações. Sou prefeito de município, sou representante de uma população e gostaria que, nesta CPI, ficasse esclarecido em um relatório a verdade. Gostaria que me dessem oportunidade, como prometeram dar ao Grupo Lusitana. Peço que, havendo qualquer dúvida, fiscalizem a minha atuação na região, no meu município, façam um levantamento da minha vida. Há 14 anos que eu moro em Amapá do Maranhão.

Esse era o meu pronunciamento e estou aqui para responder qualquer pergunta.

O SR. (Advogado do Sr. Aveny) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor não pode se manifestar ainda.

O SR. (Advogado do Sr. Aveny) – Na condição de advogado do Sr. Aveny, eu gostaria de passar às mãos da CPI esse documento... (inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ah, pois não.

O Sr. Aveny Pacheco de Andrade, por intermédio de seu advogado, faz chegar aqui às mãos da Comissão uma certidão passada pela coordenadora judiciária criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, com o seguinte teor:

“Certifico, a requerimento verbal da parte interessada, que, revendo o cadastro de feitos desta Coordenadoria, compreendido entre os anos de 1996 até a presente data, consta, em nome de Aveny Andrade Pacheco, ação penal n.º 14-16.444, de 1999, São Luís, tendo o acusado sido denunciado pelo Ministério Público estadual, juntamente com Armando Almeida Santos, Raimundo José Fernandes Leite, José Méres Alves de Almeida, José João Soares Costa, Antônio Lisboa Correia e Messias Brito Vital, como receptadores de depositários de cargas roubadas, de acordo com as declarações obtidas durante as investigações sobre o crime organizado do Maranhão.

Certifico mais que a referida ação penal deu entrada neste tribunal no dia 3 de dezembro de 1999 e possui como relator o Ex.^{mo} Sr. Desembargador Antônio Pacheco Guerreiro Júnior.

O referido é verdade e dou fé”.

Vem assinada pela coordenadora e é datado de 19/3/2001.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Sr. Aveny, além da política, quais as atividades que o senhor já exerceu?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu cheguei em Amapá em 1987 e comecei a trabalhar com atividade de arroz, de compra e venda de arroz, onde eu tinha um criador. Sempre vivi disso.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Apenas isto: o senhor comercializava arroz?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Arroz, comprava e vendia, e outros tipos de mercadoria.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor era sócio, ou é, de alguma empresa?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, nesse período, eu era sócio com meu irmão.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Como?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu trabalhava junto com um irmão, mas não sou sócio de ninguém.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor nunca foi sócio de nenhuma empresa?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Não era legal a compra de arroz? Não era tudo...?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Era, sim senhor. É porque lá, a compra de arroz no nosso Estado do Maranhão, funciona assim: por exemplo, se se compra do produtor no toco, nenhum deles tem

a documentação necessária. A gente tinha que comprar o arroz e despachar nos postos fiscais mais próximos.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – No ano de 1997, a Polícia de Bacabal, no Maranhão, apreendeu em seu poder um caminhão Mercedes-Benz, branco, placa fria LVF 0972, do Piauí, que havia sido roubado em São Paulo. A placa verdadeira dele seria FER 9530. O senhor confirma que usava esse caminhão roubado?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Olha, quero, mais uma vez, esclarecer sobre esse carro. Esse carro eu comprei e usei não chegou a quatro ou cinco meses. A pessoa que me vendeu esse carro, o povo do Amapá todo sabe que eu troquei o meu carro nesse carro, em 98. No período da véspera da eleição, eu estava em condições difíceis e não poderia pagar as prestações que eu havia feito do carro com esse rapaz e retornei, vendendo o carro para a mesma pessoa que me vendeu.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor tinha um outro carro e trocou no caminhão?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sim, eu tinha um Fiat Fiorino, um baú, e troquei nesse carro. Como eu estava em campanha, e não tinha condição...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – De que ano era esse caminhão?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu não recordo o ano dele, não. Eu não tenho recordação.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor trocou o Fiat Fiorino...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Um Fiat Fiorino e voltando...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Voltando quanto?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu não recordo hoje o valor que voltei; não estou recordando. Só que a pessoa...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor fez um financiamento?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, nós trocamos. Eu troquei e fiquei pagando as parcelas. Foram poucas prestações.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Direto com o dono?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Direto com a mesma pessoa.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Quem era essa pessoa?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Essa pessoa, hoje, mora em Amapá do Maranhão. O povo sabe que mora lá e, se esse carro foi roubado, nunca foi pego na minha mão e nunca fui comunicado que esse carro foi roubado, não.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - Como que ele se chama? A Polícia de Bacabal não encontrou esse carro com o senhor?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não encontrou comigo não, senhor!

O SR. OSCAR DE ANDRADE - E quem era essa pessoa que vendeu para o senhor?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Essa pessoa que vendeu para mim é um comerciante de Amapá com o nome de Joaci.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - Joaci?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sim, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - Você não sabe o nome todo?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Joaci Rodrigues...Não recordo.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - O senhor usava esse caminhão mesmo? Uns quatro meses, o senhor disse.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu usei uns quatro meses, mas, se ele foi roubado, nunca foi em meu poder e ninguém nunca me passou...

O SR. OSCAR DE ANDRADE - E a informação que a CPI tem de que a Polícia pegou esse caminhão com o senhor? Não houve inquérito disso?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É como eu estou voltando...Até isso que eu quero, porque fizeram um relatório sobre a CPI que teve no Maranhão sem nunca me ouvir ou fazer um levantamento sério, porque, se esse carro foi preso e roubado, eu nunca fui ouvido em canto nenhum e não estou sabendo. Vim saber na CPI.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - Temos um documento da Polícia do Maranhão de um caminhão com os documentos adulterados e o verdadeiro; e todas as informações que recebemos de lá é que o senhor estava com o caminhão e foi preso com o senhor.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, mas os senhores podem se informar de que não há nenhuma assinatura minha em canto nenhum. Nunca prestei depoimento para nenhuma Polícia, a não ser para a CPI, quando aconteceu aquele problema comigo.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Esse... É Josias ou Joaci que o senhor me disse?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Foi Joaci de quem eu comprei o carro.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - E quem é o Josias?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu não conheço Josias.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - Que foi quem entregou ao senhor o caminhão.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não conheço. Quem me entregou foi o Joaci.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - O Josias não era funcionário do Joaci, nem nada?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - O senhor não conheceu o Josias?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - O senhor conhece o Messias Vidal?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Conheço sim, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - O que ele é do senhor?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É só conhecido.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - Amigo?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, nós não temos essa amizade, não.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - Só conhecido?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Só conhecido.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - O que o senhor me diz de uma carga de peças de motocicleta e de latões de tinta, que, segundo o Messias Vidal, teria sido vendida ao senhor por R\$90 mil e entregue ao seu irmão? Como se chama seu irmão?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Osmar Andrade Pacheco.

Já expliquei sobre essa carga que estão me acusando de ter comprado. Quero dizer para vocês que não comprei esse tipo de carga do Vidal e que muitas acusações que tem aí são por causa do cheque, que já expliquei na CPI e quero explicar mais uma vez.

Meu irmão sempre fez negócio comigo e eu sempre adiantei meus cheques, não só para ele, mas, principalmente, para o pessoal da minha cidade, que

é uma cidade distante de banco e que, hoje, toda firma, para fazer negócio, depende de um cheque. Eu, como político e amigo de muitos deles, que são gente direita, sempre arrumei cheque tanto para o meu irmão como para mais outras pessoas.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor está querendo dizer que o Messias é seu adversário político ou alguma coisa assim?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Por que ele faria, então, essa acusação contra o senhor? O que ele tem contra o senhor?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – O que quero dizer para vocês, traduzindo, é que, por causa do meu cheque, ele acha que essa mercadoria pode ter sido para mim, mas eu quero dizer para vocês que não fui eu que comprei.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O cheque é de R\$90 mil?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O cheque é de quanto?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu dei vários cheques para o meu irmão. Inclusive, dei três cheques de R\$10.600,00 para ele.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Para o seu irmão?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sim, senhor, para uma compra de arroz.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – E onde entra a história do cheque com as peças de moto e das tintas?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É isso que quero explicar para vocês.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Pois é, estou querendo entender.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Fiz negócio com meu irmão em três mil sacos de arroz. Dei três cheques de R\$10.600,00.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor comprou o arroz?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sim, senhor, três mil sacos. Dei o restante em dinheiro, no valor de R\$6 mil.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O que o senhor ia fazer com três mil sacos de arroz, Sr. Aveny Andrade?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Três mil sacos de arroz, para a nossa região, todo ano eu

comprava arroz. Por exemplo, eu compro arroz e, no final do ano, no início da safra, no final do ano, eu vendo pegando o aumento que deu nesse período. O arroz, quando começa lá no nosso Estado, ele começa numa faixa de R\$10,00, R\$12,00 o saco. Nesse período, agora, de dezembro, janeiro, ele chega à faixa de R\$20,00.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor compra o arroz, estoca...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não chego nem a receber. Vendo para as mesmas pessoas de quem eu compro. Às vezes, faço um negócio aqui, compro, e no período torno a vender para a mesma pessoa. Desde que assumi a Prefeitura, não funcionei mais a minha usina.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor não funcionou a usina de arroz?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor. Sempre comprei arroz, mas compro e vendo.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Então, esses cheques que estavam com seu irmão, o Messias entendia que esses cheques foram para pagar as motos? Como ele teve acesso a esses cheques?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É isso que tenho que explicar para vocês. Meu irmão é dono desse depósito que dizem que é meu, em Maracáçumé. Meu irmão tinha negócio com o Vereador Carola, mas eu não sei explicar que negócio era. Agora, uma coisa eu confirmo para vocês: não tenho envolvimento com compra de mercadoria.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor sabe que o Vereador Carola tinha envolvimento com roubo de carga, por receptação?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Vim saber já no período em que ele foi preso...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O seu irmão tinha envolvimento também com o Vereador Carola?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Meu irmão tinha negócio com o Vereador Carola. Agora, não sei explicar que tipo de negócio eles faziam.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Sr. Aveny, seu irmão tinha negócio com o Vereador Carola; o Vereador Carola mexia com carga roubada; havia cheque do senhor envolvido nisso tudo aí. É preciso explicar melhor isso para nós.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Deputado, o que quero explicar para vocês é que cheque meu anda na mão de muita gente. O que quero dizer para vocês é que com meu irmão sempre fiz negócio dando cheque. Não foi só com ele, mas com mais ou-

tros amigos. Agora, para onde iam esses cheques eu não sabia, nem me interessava.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – É preciso saber, principalmente tendo um cargo público, Sr. Aveny.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu expliquei. Sou um político no meu Município. Sempre facilitei as coisas para os que não são meus parentes. Imaginem, então, para um parente meu, para um irmão meu.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Quem é o Ernani Pacheco?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Ernani Pacheco é um sobrinho meu.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Como é a história das caixas com peças de moto que estavam na casa dele?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Ah, isso eu não sei especificar porque eu não estou sabendo disso não!

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Não foi o senhor que mandou ele guardar para o senhor?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não senhor. Não estou sabendo dessas caixas.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Ele é seu sobrinho, não é?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É meu sobrinho, mas não estou sabendo disso não.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Quantos anos ele tem?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Ele tem mais de vinte anos. Eu não recordo os anos que ele tem. Agora, eu não estou sabendo de...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Ele é filho desse irmão que o senhor citou?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não. Ele é filho de uma irmã minha.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – De uma outra irmã?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – De uma outra irmã.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – E as três caixas de peças de moto que estavam na casa dele?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Mas é isso que eu não estou sabendo: de peça que estava na casa de sobrinho meu não!

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Foram encontradas três caixas com peças de motos, e, na verdade, numa casa de sua propriedade.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Pois eu não estou sabendo de que foi encontrado caixa de peça...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor não afirma que isso é verdade?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não afirmo, não sei e nunca ouvi falar disso.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Nem do envolvimento do seu sobrinho?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Até agosto, setembro do ano passado, essas caixas ficaram lá?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não. Não estou sabendo disso não.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Sr. Aveny, isso aqui é uma CPI mista, e faltar com a verdade à CPI é crime. É preciso que o senhor fique esclarecido disso.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Mas o que eu quero explicar para o senhor é que eu não estou sabendo dessas caixas, Sr. Deputado!

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Está certo. O senhor está avisado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Aveny...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O que é que o senhor tem... Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Vou fazer uma pergunta aqui. Sr. Aveny, tem aqui em nosso poder a cópia de um cheque de R\$10 mil da Prefeitura, emitida no dia 20 de outubro de 1999, ao portador, ao emitente. E consta aqui que o senhor emitiu este cheque quando estava preso. Como é que o senhor explica isso? Um cheque nesse valor emitido ao portador, emitido ao emitente, ou seja, ao senhor mesmo, como é que o senhor explica?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu quero lhe explicar é que nesse período, por exemplo, a gente que trabalha no interior, a gente que é Prefeito hoje, a gente sempre faz negócio com cheque pré-datado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Da Prefeitura?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não. Se é para comprar material da Prefeitura, se dá um cheque da Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quer dizer que isso é rotina na sua administração?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não é na minha administração. Quer dizer que sempre...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Não, estou perguntando na sua! O senhor tem o hábito...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Isso lá na nossa região...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – ...de emitir cheque da Prefeitura, pré-datado para comprar? O senhor faz licitação dos produtos que o senhor compra?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Nós sempre fazemos. Por exemplo, nós cadastramos, nós temos as firmas, geralmente sempre nós temos as firmas que cadastram a Prefeitura. E quando é necessário comprar, a Prefeitura faz as compras normalmente, igualmente a uma firma qualquer.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Este cheque aqui, especificamente, o senhor emitiu para pagar quem? Ou para garantir o quê?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Olha, nesse período, eu não estou recordando, que isso aí já tem mais de ano. Eu não sei explicar para o senhor, lhe dar explicação sobre esse cheque que foi nesse valor de R\$10 mil.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quem é Arlene Maria Pacheco de Oliveira?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Arlene é a minha Tesoureira.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A sua Tesoureira?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Vou repetir a pergunta: o senhor costuma emitir cheque pré-datado da Prefeitura para fazer compras para a Prefeitura? Este aqui foi um deles?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sempre – eu quero explicar para o senhor – sempre tem algumas compras que a gente faz e geralmente a Prefeitura, quando é para a Prefeitura, se ela é... a gente faz a parte legal, e sempre faz esse tipo de compra.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com cheque pré-datado?

Consta aqui, o seu advogado entregou aqui à Mesa, uma certidão que eu li aqui, em que o senhor figura como um dos acusados, já denunciado. Pelo que consta, a denúncia deve ter sido aceita. O senhor é um dos denunciados por crime de receptação com várias pessoas aqui. O senhor conhece Armando Almeida Santos?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Conheço sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quem é?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É o esposo de uma ex-Vereadora de Nova Olinda.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Raimundo José Fernandes Leite?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Esse aí eu posso conhecer, mas não pelo nome.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Jorge Méres Alves de Almeida?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu o conheci na acareação na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – José João Soares Costa?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Também foi nesse mesmo período, junto com Jorge Méres.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Antônio Lisboa Correia?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Esse aí eu conheço sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quem é?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É o Sargento Lisboa.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sargento Lisboa.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Qual que é a sua ligação com o Sargento Lisboa?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu não tenho ligação nenhuma com o Sargento Lisboa. A ligação que o Sargento Lisboa tinha comigo é porque ele era Delegado numa cidade que sempre onde eu passo...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Qual cidade que era?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Nova Olinda.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Nova Olinda...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Perto de Zé Doca. E nesse período ele teve alguns contatos comigo, como outros tipos de polícia que sempre têm com a gente. É prefeito lá na região. Sempre a gente conversa.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor teve alguma desavença, alguma dificuldade com ele?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Então, por que ele também te acusa de receptação?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu vou lhe explicar agora o problema de Sargento Lisboa. O

sargento Lisboa está me acusando igualmente esses ou tros. É que ele deve ter participado da sacanagem que foi feita, e que o cheque meu foi para a minha mão, como, justamente, o depoimento do ex-vereador Carola fala que o depósito é do meu irmão e que sempre recebeu cheque do meu irmão, não meu. E todos eles, se é um cheque meu, eles me acusam, pensando que a mercadoria é para mim.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Por que, na verdade, isso é uma prática, não é, Prefeito? Principalmente quem tem cargo público. É um irmão, é um parente, que, às vezes, faz mesmo as coisas. Então, a acusação, até aí, não tem muito de se estranhar, não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mende) - Bercias Brito Vital, o senhor conhece?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É esse que nós estamos terminando de falar.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Não, nós estávamos falando...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Ah, sim, mas eu já falei sobre o Bercias Vital.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Falou antes sobre ele. E o assassinato do vereador Josias Pereira dos Santos? Foi morto ele e uma pes soa que ele conduzia junto na moto, por três encapuzados. E há uma acusação, também, de que isso aí é arquitetado pelo senhor. O que o senhor me diz a respeito disso?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Olha, o que eu digo de respeito é que eu sou um político e, geralmente, depois que aconteceram essas coisas comigo, se o cabra hoje briga com a mulher, eu sou culpado; se rouba uma galinha, eu sou culpado na minha região. E eu quero dizer a todos vocês que vocês pegam o relatório do delegado que fez o apurado disso que vocês têm mais detalhes, porque essa morte não tem no mínimo de querer me culpar num envolvimento desse.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor conheceu o Bel?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Nem de nome?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Só de nome.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor não conhecia o Bel?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – E o Joaquim Laurício?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Também não, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Também não conheceu?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Zé Gerardo?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Também não conhecia, não, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor não conheceu o Zé Gerardo, ex-deputado?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não conheço.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O Xico Caíca?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – O Xico Caíca eu conheço.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Após o assassinato desses dois que conduzi a moto lá, o senhor foi visto, segundo testemunhas, segundo informações, o senhor e a sua secretária num terreno baldio ao lado, num capinzal, procurando algumas coisas lá. É verdade?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Onde foi isso?

O SR. OSCAR DE ANDRADE – No local da morte dos dois motociclistas: o vereador e quem ele conduzia, perto do povoado de Curtissal. Existe esse povoado lá na sua cidade?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Existe, sim, senhor. Mas isso não tem nem cabimento.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Isso não é verdade?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Isso não é verdade. Às vezes, quando aconteceu isso, eu passei por lá para verificar, sem secretária, onde foi o crime, porque foi numa estrada, foi no meio de uma estrada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deputado Oscar, eu posso ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Deputado Pompeo De Mattos

O SR. POMPEO DE MATTOS – Prefeito Aveny, deixa eu ajudar no questionamento, para a gente recordar algumas coisas. O senhor lembra das denúncias que o Jota fez em relação ao senhor na CPI do Narcotráfico, não lembra?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Lembra, sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor lembra quais foram as denúncias?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Ele fez várias denúncias.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas eu queria que o senhor mesmo lembrasse. O senhor lembra o que ele denunciou, de que ele acusou o senhor? Que pode ser verdade e pode não ser. O que ele acusou?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Olha, o que ele me acusou foi o que todos acusaram: que eu comprava mercadoria roubada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Todos quem?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Jorge Mero, Vital, Lisboa e Jota.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem mais?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Esses foram os que denunciaram lá na CPI.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Armando?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – O Armando, se ele de pôs contra eu, mas não foi na CPI, não. Foi na delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas ele também acusa o senhor da mesma coisa.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Está certo, mas lá na CPI ele não me acusou, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Veja bem, o Jota, o Vital, o Armando, o Jorge Méres e o Lisboa, todos eles... E o Cláudio Jignis, o que ele era seu?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – O Cláudio Jignis é que eu conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conhecia, também?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Conheço e conhecia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É amigo seu também.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Cláudio Jignis, ele não era amigo. Agora, Cláudio Jignis teve uma fábrica de empacotar açúcar na cidade...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor comprou coisas dele também?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – ...de Santa Luzia do Paroá. Nesse tempo, eu estava sendo comerciante, e comprei açúcar dele como toda a região comprou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É só para o senhor ver. O Jorge Méres o denunciou e se autodeclarou envolvido em todo o esquema do roubo de carga. Ele mesmo transportava carga roubada e entregou carga para o senhor. O Jota, o José João Soares Costa entregou carga roubada para o senhor. O Antônio

Corrêa Lisboa recebeu cheque seu de carga roubada. O Vital, a mesma coisa, participava da quadrilha. O Armando também denunciou o senhor. E o Cláudio Jignis, que é foragido da polícia, está fora do mundo e ninguém o encontra, é o maior bandido, ladrão de carga do Maranhão. Quer dizer, essas eram as pessoas com as quais o senhor se relacionava. E só um não o denuncia; só o Cláudio Jignis. E sabe por que ele não denuncia o senhor? Porque ele não foi pego. Todos os que foram pegos, absolutamente todos, denunciaram o senhor e dão de talhes. Por exemplo, na questão das peças da motocicleta. O senhor sabe da história, não sabe?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Rapaz, a história que eu sei - já prestei de polimento aqui - termino de dizer para vocês: eu não comprei peça de moto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E como os cheques passaram nas mãos do Sargento Lisboa, do Jota? Enfim, tiveram que partilhar o cheque. E o senhor inclusive chegou a ...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Subdividiu o cheque.

O SR. POMPEO DE MATTOS – ...chegou a ligar para uma empresa para partilhar o cheque. O senhor subdividiu o cheque e autorizou a empresa a pagar o cheque.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Deputado, já dei minha explicação aqui para o senhor. Agora, vou explicar o motivo de eu autorizar a pagar esse cheque.

Quando dou um cheque a uma pessoa, ele pode dar o cheque para quem ele quiser. E qualquer firma que ligar para mim confirmando se pode pagar, se pode receber... Foi isso o que aconteceu. Lá no Nona, ele ligou para mim, confirmando que tinha um cheque de R\$10,6 mil e queria saber se ele podia fazer negócio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem estava com o cheque na mão?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – O Sargento Lisboa. Como eu disse para ele: eu tinha relações, porque eu tinha dado um cheque para meu irmão – que já expliquei para eles. Autorizei que com o cheque ele poderia fazer qualquer tipo de negócio; sempre fiz negócio com cheque meu, e meus cheques sempre foram considerados lá na praça. Sou uma pessoa de bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que o senhor deu o cheque de R\$ 10 mil para chegar nas mãos do Sargento Lisboa?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Já expliquei aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, para o Sargento Lisboa. O senhor explicou que foi para o seu irmão.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como está nas mãos do Sargento Lisboa esse cheque?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É como já expliquei. Não sei que negócio meu irmão...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, o senhor não explicou, disse que não sabe. Dizer que não sabe não é explicar. Quero que o senhor explique.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Estou explicando que não sei como ele chegou às mãos do sargento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é, mas eu sei. O senhor não sabe e eu sei.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Pois o senhor sabe de um jeito. Agora, se for da minha mão, que eu fiz negócio com ele, o senhor não está sabendo, porque eu não dei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas quem contou para nós na CPI foi o Sargento Lisboa, que recebeu o cheque.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Quero dizer para vocês. Quem está contando a história para o Sargento Lisboa? Foi o sargento que vendeu? Quem disse que me vendeu a mercadoria, uma hora, foi Vital; outra hora, o ex-vereador Carola disse que entregou a mercadoria para o meu irmão e recebeu o cheque do meu irmão. Qual é a conversa que está certa? Adeles, que são bandidos, ou a minha? Inclusive, quero dizer para vocês aqui que o Sargento Lisboa já me procurou duas vezes pedindo ajuda para tirar ele da cadeia, e eu nunca quis me envolver com esse povo. E, se eu tivesse envolvimento, eu seria o primeiro a estar hoje lutando para tirar. Inclusive, a mãe e a esposa de Lisboa já foram ao Amapá me pedir ajuda. Um dia desses, o advogado de Lisboa, com o nome de João Batista, ligou lá para casa, entrou em contato, e nunca dei retorno, pedindo para eu entrar em contato para... Quer dizer, isso são as coisas...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Interessante. Ele está preso...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, mas isso...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Espere aí, Prefeito, por favor. Ele está preso, ele te deu notícia em vários envolvimento: em receptação e pagamento de carga roubada e, depois, ainda tem a coragem de lhe

pedir ajuda! Então, não tem nenhum envolvimento, Prefeito?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É isso o que quero explicar para vocês.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Será que não é para falar mais coisas? O que é? Que vantagens ele teria? Em que ele acha que você poderia ajudá-lo?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É isso que quero dizer para vocês. Se eu tivesse envolvimento, vocês poderiam ter a certeza de que eu já teria me aproximado de qualquer um bandido desses e teria entrado em contato. Porque nunca fui? Só que ro dizer para o senhor...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Só quero que o senhor me ajude a entender o que ele está pensando.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Quero dizer para vocês que eu não tenho envolvimento, até porque eu nunca tive interesse de negociar para eles mudarem o depoimento deles.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Tínhamos partido de outro princípio, Prefeito: envolvimento o senhor já tem, pois tem cheque do senhor na história. Então, de qualquer sorte, o senhor tem que ajudar até para se livrar. Essa história de que eu dou cheque e não ligo para onde vai o cheque só estou escutando pela primeira vez aqui. Qualquer pessoa se preocupa com o cheque que dá. Qualquer pessoa. O senhor é o único que eu conheço que diz que dá o cheque e azar, que o cheque vá para onde quer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há outro aspecto, Deputado. Permita-me, sou bancário, sou funcionário do Banco do Brasil. O cheque tem que ter destinação, obrigatoriamente. Para quem o senhor destinou o cheque? Pegaremos a cópia do cheque. Para quem o senhor destinou o cheque?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Lá para nós...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não é lá para nós, é a regra.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Quero lhe explicar. Lá para nós, damos o cheque e a pessoa, no momento em que vai sacar, coloca o destino do cheque para quem ele deu. Isso foi o que aconteceu. Já expliquei que esse cheque foi dado ao meu irmão e que eu...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na hora de sacar colocou-se o nome de quem?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não sei informar o que meu irmão fez com esse cheque.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É quanto a isso que precisamos deixar bem claro aqui: o senhor não é

obrigado a dizer, a CPI tem obrigação de investigar e nós queríamos ver a sua resposta no questionamento, pois a resposta pode ser óbvia para o senhor, mas para nós não é óbvia. Quer dizer, chega uma pessoa e se auto-incrimina dizendo: "Eu peguei este cheque no valor de tanto, fruto de um negócio ilícito da venda que eu fiz de carga roubada para o prefeito Fulano de Tal. O cheque é este, fui em tal lugar trocar, não que ri am tro car, ligaram para o prefeito, o prefeito ligou para lá, autorizou trocar o cheque". Enfim, quando alguém conta com riqueza de detalhes não é preciso o senhor dizer que deu para o irmão. O senhor pode dizer o que quiser, a verdade é que o senhor emitiu um cheque que está nas mãos do Sargento Lisboa e que conta bem certinho a história do cheque, como aconteceu: que é fruto do roubo de carga e que ninguém está fantasiando. É isso que precisamos deixar claro para não sermos enrolados pelo senhor.

Deixe-me fazer uma outra pergunta, no que diz respeito a um depósito em Maracatumé: o senhor tem um depósito lá, tem um galpão lá?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sr. Deputado, já houve várias denúncias que estão sendo comprovadas que foram feitas contra mim. Essa denúncia do depósito é mais uma que... Esse é o depósito de Maracatumé, esse é do meu irmão. Esse de Maracatumé é do meu irmão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas pode ter sido do seu irmão, vocês trabalham juntos, você dá e recebe cheques do seu irmão. O senhor deu um cheque de R\$10 mil ao seu irmão para quê?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não dei só um cheque, dei vários cheques.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para pagar o quê?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu já terminei, comprei três mil sacos de arroz do meu irmão.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Esse depósito pertence ao seu irmão ou ao vereador...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Esse depósito aqui é do meu irmão.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O que o vereador Carola tem a ver com isso?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não sei explicar para vocês.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Mas ele não sabe falar.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É isso que eu não sei.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Você não sabe?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu não sei, Deputado.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Onde é isso? (Pausa.)

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Isso não sei onde é, mas posso explicar por causa do nome desse candidato. Isso aqui é Presidente Médici, mas estou reconhecendo por esse nome...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – É a casa do vereador Carola.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não sei informar se é a casa dele. Reconheço o nome por causa do número.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mora perto desse depósito o Bordado? Você conhece o Bordado?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Celino?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Também não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – José Abreu?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Também não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece o povoado, a localidade? Qual é o nome da localidade?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Isso é na cidade de Maracatumé.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o nome do povoado?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Lá é Maracatumé.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Maracatumé é uma cidade?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É uma cidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o povoado, a localidade? É para fora, não é?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É dentro de Maracatumé.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é dentro da cidade?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – No bairro de Maracatumé, dentro da cidade lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde fica o Umbizal?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não conheço.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Não é Cortisal, não?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Cortisal é lá no meu município. Esse Umbizal é no município de Presidente Médici.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Temos declarações aqui do Bordado, do Celino e do José Abreu no sentido de que foram contratados para realizar trabalho em Maracaçumé, inclusive recebendo dinheiro para descarregar mercadoria roubada.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Está certo, mas eu não paguei e eles não me viram lá nesse depósito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É que o senhor negocia junto com o Carola, é o Carola que está fazendo a negociação.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, o Carola não falou no depoimento. Se Carola está fazendo isso, ele está mentindo, porque eu nunca fiz negócio com Carola.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só para o senhor ter uma idéia. Alegaram conhecer o Vereador, aceitaram o convite, embarcaram na D-20 de Carola. O Carola tem uma D-20?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Teve uma D-20.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Ele teve um Silverado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Uma Silverado, que é parecido com uma D-20, não é?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E foram em direção a Maracaçumé, lá chegaram com a D-20, dirigiram-se ao galpão, perto da BR-315, onde já havia uma carreta carregada para que os contratados fizessem um descarregamento, colocando a carga no interior do galpão. E assim feito, Carola os pagou, tendo depois, novo convite, nova carga, até que um dia veio a saber que a mercadoria era produto de roubo e que o Carola havia sido preso, sendo ainda que o depósito pertencia ao Prefeito Avenir. Quer dizer, tem mais três aqui lhe acusando. Além do Jorge Méres, do Lisboa, do Jota, do Raimundo, aliás, do Carola, do Vital, do Armando, não lhe acusa porque ainda não foi preso, o Cláudio Jignis. Ainda tem mais três: o Bordado, o Silí nio e o Zé Abreu que foram lá descarregar produto de carga roubada no depósito, porque eles ficaram sabendo que o depósito era seu.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Mas Deputado, ele ouviu falar que o depósito é meu, mas eu lhe digo, com toda certeza, que esse depósito não

é meu. Eu não tenho depósito. No Amapá, tenho minha casa, tenho o galpão, onde funciona a minha usina, tem muro. Se eu fizesse esse tipo de negócio, o melhor lugar para eu descarregar era na minha cidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixa eu voltar no que o Senador colocou para o senhor. Essa questão do cheque. O senhor foi preso, quando a CPI do Narcotráfico esteve no Maranhão, por um decreto do Juiz de lá que foi executado pela CPI do Narcotráfico. O senhor ficou 30 dias preso. O senhor administrava a Prefeitura da cidade pública, do presídio? Era isso?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como o senhor fazia?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu estava preso, eu não administrava nada não. Quem assumiu nesse período foi o Vice-Prefeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Vice-Prefeito quem assumiu?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor passou o cargo para o Vice-Prefeito?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Passei sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual o período em que o senhor esteve preso?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu estive preso do dia 26 de outubro até o dia 26 de novembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – 26 de outubro até 26 de novembro.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E esse cheque que o senhor largou, de R\$20 mil?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – De R\$20 mil?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aliás, de R\$10 mil.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Esse aí, acabei de explicar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu vi, mas eu quero lhe questionar mais sobre ele.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Deputado, já expliquei como foi o tipo, como se trabalha na região.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, como se trabalha na região, não. Quero que o senhor me explique, porque lá, ou em Porto Alegre ou na Bahia, a regra é a mesma. A lei que rege a emissão de cheque de prefeitura é a mesma. Não existe lá, aqui; lá é diferente. Não tem nada de lá é diferente. Para emitir um cheque, o cheque tem que ser nominal à prefeitura, mediante um empenho...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O Deputado está com a palavra. Em seguida o senhor vai falar.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, eu não posso falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é. Eu quero saber qual é o empenho, o que o senhor empenhou com esse cheque.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Deputado, eu já falei para o Senador e para outros Deputados que neste momento não me recordo o que foi empenhado para esse cheque.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor empenhou alguma coisa?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Deve ter sido empenhado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor empenhou? Não lembra.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não lembro, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Essa senhora Arlene Maria é a tesoureira?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É a tesoureira, sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas se o senhor empenhou, como deu o cheque ao emitente?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Estou dizendo... É como estou lhe falando, não me recordo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não é que o senhor recorda. Se o senhor dá um cheque... O senhor só pode dar o cheque da Prefeitura para quem o senhor for pagar o empenho. O cheque e o empenho são como irmãos siameses, saem casados. O senhor costuma dar cheque ao emitente?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Como já falei, às vezes a gente faz negócio e realmente a Prefeitura compra com data, com prazo e geralmente usa o cheque da Prefeitura.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ainda que seja assim, Sr. Aveny, o senhor não pode passar o calote na Prefeitura, mesmo que o senhor compre. Vamos imaginar que seja cheque pré-datado, embora não

haja esse instrumento legal. Mas ainda assim, vamos admitir a possibilidade que o senhor compre e emita, porque para emitir o cheque, tem que ir para a contabilidade, tem que ter o fundo no orçamento, tem que ter a previsão orçamentária. Mas vamos imaginar que não tenha o dinheiro em caixa, embora devesse. Vou imaginar que não tem o dinheiro em caixa e que o senhor deu o cheque à vista, não foi pré-datado, mas fez uma combinação por fora, porque o cheque é para pagamento em 20 de outubro. Obviamente, não é um cheque pré-datado. Quando o cheque é pré-datado, tem uma data e uma pré-data. Não é o caso. Aqui, o cheque é ao emitente e para pagamento à vista. Mas vamos imaginar que o senhor combinou com quem vai recebê-lo: "Só desconte este cheque daqui a uma semana, porque virá o Fundo de Participação" ou coisa dessa natureza. Vamos imaginar isso - que eu acredito que não aconteceu -, mas, ainda assim, tem de ter o nome da pessoa que vai receber esse cheque, porque esse cheque ao emitente autoriza que o emitente saque em dinheiro, em espécie, no banco, e faça o que quiser com o dinheiro, até sair distribuindo-o. A emissão desse cheque se chama desvio de dinheiro público.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – O que quero lhe explicar é que, quando eu tive esse problema e pedi a licença, chamei o Vice-Prefeito para assumir. Foi acordado que todo cheque meu que estivesse na praça, que fosse de compras da Prefeitura, a Prefeitura pagaria, como foi o que aconteceu. Agora, outra coisa, para lhe dar algum detalhe, eu não posso hoje, porque eu não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não pode se fazer de desentendido. O senhor é Prefeito pela segunda vez, foi reeleito. Eu fui Prefeito também - embora nem precisasse saber para saber, por que é do nosso dever - e pela experiência que tenho sei que o senhor não pode dar um cheque que não seja nominal para uma empresa com a qual teve algum negócio e vinculado ao empenho da Prefeitura. Aqui, o senhor não fez nenhum nem outro. Não é que seja assim: "Ora, eu combinei que se paguem os cheques". Não se trata de negar os cheques que o senhor emitiu. O senhor pode emitir o cheque. Emitir o cheque não é o problema. O problema é como o senhor o emitiu, em que condições. Aqui, o senhor emitiu esse cheque que foi sacado em dinheiro do banco.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – O que eu quero lhe explicar é que, nesse período, eu não estava exercendo a Prefeitura.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como o senhor assinou o cheque se não estava exercendo a Prefeitura?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É isso o que eu quero dizer. Eu não sei lhe explicar os outros detalhes. Eu não posso lhe explicar. Eu não tenho nenhum detalhe aqui, porque eu não estava sabendo desse problema de cheque.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor embolsou esses dez mil?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Como é que o senhor assina o cheque?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É como eu estava falando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Isso é dinheiro público. Isso não é dinheiro da sua conta.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É que, geralmente...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Penso que o senhor está desdenhando de nós aqui.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, não estou, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Como é que não? O senhor está dizendo que não conhece um cheque da Prefeitura que o senhor assinou. Eu não sei nem como o senhor foi reeleito.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – O que estou lhe explicando, Senador, é que esse cheque, ninguém nunca me participou de nada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas como? O senhor assinou o cheque. O senhor acabou de dizer aqui que o assinou.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu expliquei que, nesse período, tinha uns cheques na praça.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas, ainda assim, que cheque que tinha na praça? O senhor não podia deixar na praça.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu vou já lhe explicar. Quando, geralmente, se saca um cheque, a gente já deixa... Por exemplo, se eu der um cheque para qualquer pessoa na região, comprando qualquer tipo de coisa...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não deu para ninguém esse cheque, o senhor o tirou em dinheiro no banco.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Deixe-me explicar. Se não querem... Os senhores têm de me deixar explicar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, o senhor explique.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É que todo cheque que eu dou, geralmente lá no interior, já dou o cheque assinado na frente e atrás. Qualquer pessoa que chegar no banco tira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas comprando o quê? O senhor deu o cheque para quê?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não estou me recordando que compra eu fiz com esse cheque.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor deu o cheque para o senhor mesmo: ao emitente. É para o senhor mesmo o cheque. Depois, foi para a sua secretária, que sacou dinheiro no caixa. Aliás, eu quero pedir que a CPI peça ao Banco do Brasil o extrato dessa conta para ver quem é que sacou esse dinheiro. Esse dinheiro foi sacado em espécie. Tudo indica que essa pessoa que sacou o dinheiro se apropriou do dinheiro ou o dividiu com o senhor. Está na cara, se sacar em dinheiro, porque cheque da Prefeitura só pode ser dado nominal mediante empenho para aquisição de um bem ou pagamento de serviço da Prefeitura, o que não é o caso aqui.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Deputado, eu quero explicar. Em todo cheque que eu dava – que eu não dei mais –, geralmente, na hora em que eu dava um cheque, para qualquer tipo de negócio, eu já assinava, tanto na frente como atrás. Então, qualquer pessoa que pegasse um cheque da Prefeitura já estava... Eu já tinha assinado o cheque...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso não existe.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Deputado Pompeo de Mattos, deixe-me tentar esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Eu quero fazer, antes disso, um esclarecimento. O advogado acaba de me apresentar aqui um expediente do seguinte texto:

“Sr. Presidente, o Prefeito está respondendo em juízo e prestando esclarecimentos aqui sobre carga roubada e não sobre administração pública. As perguntas estão sendo impertinentes e fora do objeto”.

Eu quero dizer o ilustre advogado que ele, mais do que ninguém, deve saber que nós estamos aqui diante de uma confissão de um crime, e é responsabilidade nossa, sim, apurar, mesmo que ele não esteja envolvido com o assunto da CPI, e nós vamos fazê-lo.

Deputado, continue.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu só quero concluir, Srs. Deputados e Sr. Presidente, inclusive eu quero que sejam retiradas notas taquigráficas das declarações dele e mandadas para o Tribunal de

Contas do Estado do Maranhão. Isso é improbidade administrativa...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Assumida.

O SR. POMPEU DE MATTOS – ... assumida, declarada. Ele acaba de confessar um crime de improbidade administrativa que gera o crime de peculato, como consequência de improbidade administrativa, e inclusive incapacidade para o exercício de mandato eletivo. Quer dizer, não tem fundamento alguém agir dessa maneira com o dinheiro público.

Esse é o extrato da ação dele, porque é um exemplo. É um cheque que nós pegamos. Agora, imagine como é que não são os outros cheques.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Eu queria concluir nessa questão dos cheques, Deputado e Prefeito. O cheque, independente de ser uma questão de erro, de ilegalidade da maneira com que se emitiu o cheque da Prefeitura, está envolvido com a questão de receptação de carga. Independente disso.

Além da posição do Presidente e da nossa obrigação de investigar qualquer outro crime ou pseudo-crime que chegar à CPI, esse especificamente está envolvido nessa questão.

Deputado Pompeo e Presidente, eu queria dar seguimento. E, é lógico, você tem a liberdade de a todo momento interferir aqui, até porque quanto a essa questão do cheque ele continua negando e isso não vai chegar a muito...

Quem é Crisógomes Araújo Pereira?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não sei no momento...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Não foi o companheiro do companheiro do Vereador que morreu na moto? Lembra?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Há, sim. Conheço.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Ele seria deponente contra o senhor no outro dia, na véspera – ele morreu na véspera –, na cidade de Cândido Mendes, onde o senhor responde a processos de crimes eleitorais.

É verdadeiro isso?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Deputado, eu já falei para o senhor e isso é menos verdade. Essa pessoa faz parte de uma família que me ajudou. Não tinha nada para ele de por contra mim. Essa é outra invenção que estão dizendo a meu respeito. Queriam que os senhores fizessem um levantamento e descobrissem a realidade, porque essa é mais uma calúnia que estão fazendo comigo.

Isso é menos verdade. Ele nunca foi...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Tem um problema de injustiça sendo feita?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Isso é o que eu quero dizer. O senhor pode pedir informações ao delegado, porque ele fez um levantamento sobre esse crime.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Esse fato foi divulgado, inclusive, pela imprensa. O senhor deve ter conhecimento disso...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Mas a imprensa publicou tudo. Tem um adversário meu lá que tudo que ele manda para a imprensa, mesmo não sendo verdade, eles botam...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Eu vou te apresentar quatro fotos. O senhor, por favor, as identifica uma a uma pelos números.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sim, senhor. (Pausa.) Essa aqui é da minha residência.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O de nº 35?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – 45?

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Não. Foto 35.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Isso aqui tudo é meu.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – 35 e 36?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sim, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – A sua residência é em...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É esse aqui, Amapá do Maranhão.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – É 37 e 38?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Isso aqui é sempre o galpão que eu falo para todos vocês, que é o meu, ao lado da minha residência.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – E as outras duas fotos?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Esse aqui não é meu e nem estou reconhecendo aqui, não...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Quantas vezes o senhor teve contato com o Sr. Jorge Méres?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Essa aqui é a residência; esse é o galpão lá da minha residência.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Quantas vezes o senhor teve contato com o Jorge Méres?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Nunca tive contato com ele a não ser na CPI.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Essas fotos foram tiradas por agente da Polícia Federal na presen-

ça do Jorge Méres, que levou a sua casa, aos seus outros estabelecimentos...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sim, senhor...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O que o senhor diz a respeito? Porque o Jorge Méres o conhecia tanto?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Deputado, Jorge Méres não me conhecia. Se ele me conhecia, ele não tem contato comigo.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Como é que ele sabe a sua casa? Como é que ele sabe tudo?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Porque a minha casa, sou o Prefeito, e ele termina de dizer que conhece toda a região.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O galpão do seu irmão, que consta que é seu, mas, tudo bem, é do irmão. Que era usado pelo Carola.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Quero dizer para o senhor que sou Prefeito de uma cidade e que moro na beira da estrada. Todo o mundo que passa lá conhece a casa do Prefeito.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Mas um depósito, um galpão, que é do seu irmão, segundo o senhor, consta que é do senhor, mas é do seu irmão, que o Vereador usava para esconder carga roubada, e que o Jorge Méres mostrou o galpão, mostrou a sua casa, mostrou tudo. Não é estranho isso, Prefeito?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Mas Jorge Méres nunca falou para vocês que me vendeu carga roubada.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Falou. Falou.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Se ele falou, ele está mentindo, porque nunca comprei carga roubada do Jorge Méres.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor conhece o Jecimar Luiz Néres?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Posso conhecer, mas por esse nome, não. Às vezes, conheço por apelido.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O Rei do Gado?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Conheço, sim, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Conhece?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Conheço, sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que é que é ele? Quem é ele? Descreva-o para nós.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – O Rei do Gado é uma pessoa que é sobrinho de um cunhado meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E mora onde?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Mora em Maracáçumé.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde? Em que lugar lá?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Ele mora na Rua do Comércio.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Perto do galpão?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, não, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Longe?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É longe.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele tem alguma propriedade perto do galpão?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não conheço, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele tinha alguma coisa, alguma relação com esse galpão lá que o seu irmão comprou?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Esse galpão era dele.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Ah, era dele?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Era, sim, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – E ele afirma que foi vendido para o senhor.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É, mas não comprei.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Exatamente ele, que era dono do galpão, que afirma que foi vendido para o senhor.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Pois que ro dizer para vocês que esse galpão não comprei, inclusive quem comprou foi meu irmão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto o seu irmão pagou pelo galpão?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu estava presente, estava no dia lá.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Ah, o senhor estava no dia.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Estava no dia em que eles fizeram.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto ele pagou?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – R\$4 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De que jeito?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não me recordo como foi feito o negócio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas foi em dinheiro ou foi em cheque?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é. Só que ele diz, muito claramente, que foi, como o senhor está dizendo, R\$4 mil, e que foi pago em dois cheques, e dois cheques seus. O senhor em prestou cheque para o seu irmão?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sem pre emprestei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tenho que dar risada.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não foi só para o meu irmão, para mais de uma pessoa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o senhor em prestou o cheque para o seu irmão comprar o galpão, e que quem vendeu diz que vendeu para o senhor e assina embaixo. Ele declarou, declarou que vendeu para o senhor por R\$4 mil, e que não tem dúvida, inclusive, que foi para o senhor e diz que é parente seu aí, diz que tem um tio que foi casado com uma irmã sua.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Deputado, o que quero explicar para você é que quem fez o negócio foi meu irmão, quem comprou foi meu irmão. Não sou dono de depósito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E onde é que foi feito o negócio? Que lugar que era?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Foi na residência do meu irmão. Eu ia passando lá, encostei lá, quando ele estava fazendo esse negócio.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – E o senhor participou do negócio dele?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu estive lá presente no negócio. O depósito não é meu, não comprei o depósito.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor presta atenção, o Jorge Méres, o Carola e outros depoentes afirmaram que o galpão é seu. Agora, há cheque seu envolvido e você estava lá no dia. Está bom! É uma coincidência! Ele deve ter achado que o senhor não comprou. Agora, o próprio Carola afirma que, além de ser seu o galpão, ele, por duas vezes, descarregou uma carga de sal e uma carga de cimento,

roubadas as duas, nesse galpão, que era do seu irmão, que foi pago com cheque seu.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É isso o que lhe quero explicar. Eu vi depoimento de Carola, agora, o último, e que ele falava que o depósito é do meu irmão e que ele recebia cheque do meu irmão, mas meu, nunca ele vendeu nada para mim.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Falou que era seu. Falou que era seu com a gente lá. Tem notas taquigráficas, tem tudo. Estivemos com ele em São Luiz, semana passada.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Mas, Deputado, esse depósito não é meu, Deputado.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Não é seu, mas foi pago com cheque seu. O dono, o ex-dono afirma que vendeu para você.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Mas eu não comprei, Deputado.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – E as cargas de cimento e de sal roubadas estavam lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O seu irmão comprou carga de sal e cimento e botou lá no depósito?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu não sei informar se ele comprou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O seu irmão compra carga de sal e de cimento?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O seu irmão compra alguma carga de alguma coisa?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sem pre ele compra arroz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quê?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sem pre de arroz, porque ele tem usina de arroz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que mais?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É isso o que eu conheço que ele compra.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele deposita nesse depósito?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Esse depósito eu não lhe informo se ele deposita. Certamente ele comprou esse depósito, para mudar a usina dele; ele mora lá no centro, para mudar...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando foi comprado esse depósito?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu não recordo a data que foi comprada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mais ou menos?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Foi no início do ano de 1998, mais ou menos, ou de 1999.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor acha que ele comprou para mudar a usina. E a usina dele onde é hoje?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – A usina dele era lá perto da residência dele, bem no centro da cidade. E ele comprou esse galpão....

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele mudou a usina faz dois anos?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não mudou, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Claro, ele não mudou a usina, porque o galpão não é meu. O galpão é seu. O senhor comprou o galpão, pagou com o seu cheque; o senhor estava junto no negócio. Isto é que o Raimundo, aliás, o Rei do Gado diz: que vendeu para o senhor, e o Carola afirma categoricamente que descarregou carga lá e que não é para o seu irmão, que descarregou para o senhor. E o Raimundo, o Bracinho, diz claramente que é negociante em Santa Luzia do Paroá. O senhor conhece ele?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não conheço, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhece?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece Santa Luzia do Paroá?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Conheço, sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTO – E não conhece o Raimundo Antônio da Silva?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não conheço, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Raimundo Bracinho?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não conheço, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois ele declarou, várias vezes, que conhece e que foi procurado várias vezes pelo Carola para trocar esse cheque seu. O Carola levava cheque seu lá e, inclusive, cheques da Câmara de Vereadores de Santa Teresa, trazidos pelo Carola; depois, esse cheque era resgatado. Ou seja, eles trocavam o cheque, deixavam em caução o cheque, levavam o dinheiro e diziam “que o cheque não podia ser depositado, senão ia sujar”, sugerindo a quebra do sigilo bancário, “e que depois

eles iam lá e resgatavam o cheque em dinheiro”. Ou seja, ficava lá como uma espécie de depósito o cheque. E cheque seu.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu já lhe expliquei que todo cheque que dei, que estive na mão desse povo, esse cheque foi com o meu ir mão que eles pegaram. Comigo eles não pegaram o cheque.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aliás, Sr. Presidente, não sei, não recordo, na CPI do Narcotráfico, se chegou a ser quebrado o sigilo bancário – e se ele veio – do ex-Prefeito Aveny. Então, que ro aqui requerer, para que depois seja formalizado pela Assessoria e, naturalmente, votado...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Já faria ao final...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ao final.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quero subscrever junto, então, porque é muito importante. A CPI do Narcotráfico...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Não só dele, como de todos os outros Prefeitos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Exatamente, para quebrar o sigilo bancário, porque, no caso específico dele, Deputado Oscar de Andrade, nós temos um fato inusitado, porque ele tem um bom costume que facilita a nossa tarefa. Ele emitia cheques e cheques para pagar as cargas roubadas. Ele negociava com cheques carga roubada.

Quer dizer, obviamente, o Prefeito tem um salário, e o rendimento dele não pode ser muito maior que aquilo que ele recebe na Prefeituras e dos negócios dele. Se ele tiver algo muito além, obviamente é alguma coisa extraordinária. Então, como nós temos prova já, em função do que disse o Jorge Méres e do que disse o Jota, dos cheques que o Lisboa teve, desses novos cheques que surgiram, daquilo que o Carola está denunciando, dos cheques que ele trocou em um e outro comércio. Bom, isso dá uma grande movimentação, e nós temos condições, apesar de que muitos cheques eram lançados, mas não eram trocados pelo banco, porque eram simplesmente caucionados e depois rasgados.

Por isso, é importante também saber quantos cheques foram emitidos, quantos talonários de cheques ele usou, para ver quantos cheques do talonário efetivamente não entraram na conta, porque alguns sumiram em função desse tipo de negócio que ele fazia. Cheques caucionados trocados por dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Aveny, o senhor conhece Milton da Silva Lemos?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Conheço, sim, senhor; é meu Vice.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – É o seu Vice-Prefeito. E Juraci Rodrigues Souto Sodré?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É a minha secretária, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Posto Marapá Ltda.?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Conheço, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – De quem é?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Esse posto é de um senhor de Capanema, com o nome de Josuel Martins.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ele não é do Vice-Prefeito?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não conheço como do Vice, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Áurea Silva de Sales?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Conheço, sim, senhor; é uma funcionária do Município.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Nós temos em poder aqui um documento, um extrato do Fundo de Participação do Município e do Fundef – Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ensino Fundamental. Consta vários pagamentos ao Milton, uma nota fiscal, inclusive: Mil ton da Silva Leites, nota fiscal nº 000 117, no dia 25/11/99, no valor de R\$ 3.993,50. A que se refere isso?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Qual foi a data?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – 25/11/99.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – 11 é novembro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Só pode.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Em novembro de 1999, eu não era Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Por que o senhor estava detido, estava preso?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Estava de licença.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas o senhor não administrou a prefeitura lá dentro?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor. Quem estava assumindo, nesse período, era o Vice-Prefeito. E nessa data não posso lhe informar

nada porque quem estava exercendo era o Vice-Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deputado, mais algum questionamento?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quero voltar a esse depósito, porque me parece, sim, que agora começou a ficar claro, até para recapitularmos. O depósito em Maracaçumé. Quer dizer, o senhor primeiro disse que o depósito era do seu irmão, que não tinha nada que ver. Depois, o senhor evoluiu dizendo que era do seu irmão e que teria sido vendido pelo rei do gado para o seu irmão. O que é ver da de, pois foi vendido pelo rei do gado. O senhor diz que, por coincidência, no dia do negócio, o senhor estava junto e que esse negócio ocorreu na casa do seu irmão. Que esse negócio - está comprovado - foi pago com dois cheques seu, de R\$2 mil cada um. E, apesar disso tudo, o senhor diz que não tem nada a ver com o depósito?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Tenho não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que o depósito não é seu?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não é meu, não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O rei do gado reconhece que várias cargas foram descarregadas lá no seu depósito. Tanto o Bordado, como o Cilinho e o Zé Abreu declaram, claramente, que descarregaram carga no depósito e que o depósito é seu, que pertence ao Prefeito Aveny. Mais do que isso, o senhor conhece Manasés Soares Castro?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele trabalhava numa granja próxima do depósito e, por duas vezes, ao passar na estrada, viu uma carga de sal e outra vez viu sacos de cimento sendo descarregados e que ali estava presente o sobrinho do Prefeito Aveny, conhecido por Júlio, ao volante de um caminhão branco, cara de sapo. Aliás, temos até fotografia do caminhão, que é um Mercedes. Um caminhão Mercedes desses mais novos, que estava sendo descarregado. Vou-lhe mostrar.

O senhor conhece esse caminhão?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Já falei para o Deputado, já lhe dei o esclarecimento desse caminhão. Esse caminhão saiu do meu poder em 1996. Estive com ele uns poucos meses. Já dei a explicação sobre esse caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim, pode ter sido do seu poder, mas esse caminhão não esteve descarregando nesse...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É como lhe digo. Qualquer tipo de descarregamento lá, não sei informar, porque já disse em todo o meu depoimento que não tenho nada a ver com esse depósito. Estão me culpando disso, mas não tenho...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Apesar de ter estado junto do negócio, ter pago o depósito com os seus cheques, participado da negociação e quem vendeu ter de clara do que vendeu para o senhor, o senhor diz que, apesar de tudo isso, não é seu, o senhor não tem nada que ver com ele?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu lhe digo, com certeza, que não é meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O rei do gado está mentindo?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu não comprei. Eu estava lá. Quero dizer para vocês que qualquer coisa que meus parentes têm lá, eles dizem que é minha. Qualquer objeto que meu irmão tenha, qualquer parente meu, se tem um carro...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sou Deputado. O que é do meu irmão é do meu irmão, o que é meu é meu. Não se mistura.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Mas só que lá, para nós, se um parente meu tem umas coisas, ele diz que são minhas. Se meu irmão comprou esse depósito, ele está dizendo que é meu, mas eu não tenho nada a ver. Que interesse eu tinha de depósito em Maracumé?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Pois é, mas por que ele teria dito então que vendeu para o senhor?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Ele pode dizer que vendeu, mas o que quero explicar para o senhor é que estive presente no negócio lá, mas eu não comprei. Quem comprou esse depósito foi meu irmão, e eu estive presente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vou concluir e só dizer assim, Sr. Aveny, até para que fique bem claro. O senhor está respondendo em juízo já por todas essas acusações.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Já há inclusive uma representação por parte do delegado de polícia, Dr. Manoel Ferreira de Almeida Neto, que é delegado de polícia lá do Estado do Maranhão – deve ser da região lá –, e já fez uma representação contra o senhor. Mas quero deixar claro, até para o senhor não passar

a impressão de “eu fui lá na CPI e disse não sei, não vi, não estava lá, não conheço, não tenho nada a ver, fiquei-me negando”. Só que aqui o que pesa contra o senhor das acusações de o senhor ser um grande receptor de carga – e é descrita muito clara a receptação de uma carga de peças de motocicleta, ou motocicletas desmontadas, inclusive como foi feito o negócio, como foi pago e os cheques que foram recebidos e quem recebeu e aonde foram trocados. Enfim, todo um detalhamento. Dito isso pelo Jota, pelo Jorge Méres, dito isso pelo Sargento Lisboa, dito isso pelo Armando, dito isso pelo Vital, dito isso, enfim, por todos aqueles que lhe estão acusando.

Segundo, o senhor comprou um depósito lá nessa localidade, em Maracumé, que o senhor nega, mas que todos eles dizem que descarregaram carga roubada – e citam duas, que são o cimento e o sal –, que o senhor esteve presente na hora do negócio, que quem vendeu disse que vendeu para o senhor e foi o senhor que pagou, e os cheques foram os seus, e o senhor é que deu os cheques para pagar o depósito, que gente que descarregou lá carga e que, depois, ficou sabendo que era carga roubada. Vários deles – e citei já o nome aqui para o senhor – são categóricos em dizer que ficaram sabendo que a carga era roubada e era sua e que foi a seu pedido, a seu mando o Bordado, o Celino e o Zé Abreu. Quer dizer, cada um deles declarou. O Carola declara explicitamente que esteve lá no depósito, que o depósito é seu. Todas essas pessoas estão dizendo muito claramente em relação ao senhor, e os cheques que recebem do senhor e onde trocam esses cheques, e tudo isso o senhor simplesmente nega. É claro que o senhor tem direito de negar, e a nós da CPI cabe o dever de provar. É o que estamos tentando fazer aqui dentro da CPI.

Agora, que não fique passado o recibo: “Não, eu fui lá e ficou tudo por isso mesmo”, porque as provas que faltarem em juízo, a CPI vai compilar, vai buscar, inclusive agora com a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico para termos a prova final e derradeira de todo esse procedimento, em que pese que o delegado, Dr. Manoel Ferreira de Almeida, já tenha pedido a sua quebra de sigilo bancário. A CPI também vai fazê-lo porque tem uma tramitação mais rápida; temos formas e mecanismos de conseguir mais rapidamente.

Agora, apesar de toda a sua negativa, de todos que lhe acusam dos crimes de receptação de carga, que é o objeto desta CPI, e que lá na região o senhor tem fama de ter essa atuação e ser encoberto pelo cargo que tem, tem uma que o senhor sai daqui con-

fessado e não tem como o senhor dizer que não, porque o senhor confessou aqui que largou um cheque de R\$10 mil ao emitente, ou seja, para o senhor mesmo e que, depois, passou para sua secretária, Arlene Maria Pacheco de Oliveira, e que foi sacado em **cash**, no banco, e que o senhor não sabe para quem foi pago, porque realmente não deve ter sido pago para ninguém porque o cheque não estava vinculado a nenhum empenho, o cheque não estava nominal a nenhuma empresa para pagar serviço ou pagar a aquisição de qualquer material; o cheque era dinheiro vivo, e esse dinheiro foi sacado no banco, e isso tem nome: isso é peculato, que gera improbidade administrativa e incapacidade para o exercício do mandato eletivo, ou seja, cassação dos direitos políticos. Isso o senhor é confesso, e vamos, por conta disso, oficiar imediatamente para o Tribunal de Contas. E eu já solicitei ao Presidente do Tribunal de Contas para que este, de posse das notas taquigráficas, da posse desse cheque determine uma inspeção lá na sua prefeitura. E faça, ele, Tribunal de Contas, uma outra representação para o Ministério Público, para que seja apurado esse aspecto, inclusive com a possibilidade do seu afastamento da prefeitura! Quem age dessa maneira... E aqui temos um dado de um cheque! Imagino quantos outros cheques dessa natureza foram sacados do caixa, foram sacados das contas da prefeitura, em **cash**, para se fazer não sei o quê, não sei como e não sei quando! Aliás, a gente até imagina, mas não pode dizer.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pois não, Senador.

O SR. MOREIRA MENDES – Tendo deixado aí a Presidência, transmitida a V. Ex^a na condição de Vice-Presidente, pude voltar à minha bancada e, enfaticamente, aqui, deixar registrado um pensamento que tenho a respeito do que acabamos de ouvir, com o depoimento desse cidadão que hoje está aqui presente, o Sr. Aveny Andrade Pacheco.

Quero lamentar que, ainda, no Brasil, possamos testemunhar uma situação dessa. Um cidadão, eleito pelo povo, com a responsabilidade de administrar bem a coisa pública, dá-se ao desplanejamento de emitir um cheque nominal a ele mesmo e usar o dinheiro sabe lá Deus como. E ainda assim é reeleito. Isso é o que eu lamento.

Mas quero endossar o requerimento – já está até feito aqui o meu – que já foi feito pelo Deputado, no sentido de se oficiar ao Tribunal de Contas do Maranhão, dando conta da confissão do prefeito, que cla-

ramente diz que é hábito dele fazer isso – estão aí as notas taquigráficas –, ou seja, emitir cheque pré-datado da prefeitura. Tenho notícia – ouvi dizer – também de cheque pré-datado da Câmara de Vereadores.

Lamento que o Tribunal de Contas do Maranhão até hoje não tenha tomado providências. Ele não é prefeito agora, não; ele foi reeleito, o que significa que ele já passou quatro anos usando esse tipo de artifício, e o Tribunal de Contas do Maranhão – que me perdoe a ausência – até hoje não tomou nenhuma providência.

Então, quero deixar registrada aqui essa minha indignação, sobretudo, de ver que, no Brasil, ainda se convive com uma administração dessa natureza.

Que maravilha essa Lei da Responsabilidade Fiscal! Esse é o maior legado que nós, desta Legislação, vamos deixar aos nossos filhos! Nós votamos essa lei, e espero que ela possa expurgar, definitivamente, pessoas desse tipo da administração pública.

Fica aí registrado o meu protesto e o requerimento, para que não apenas seja oficiado isso ao Ministério Público, mas para que também seja pedida a quebra do sigilo bancário do depoente e das pessoas envolvidas. Há também uma requisição – não sei se cabe, no caso da prefeitura; não sei se seria quebra de sigilo – de todo o movimento da conta bancária da prefeitura, pelo menos no período em que o cidadão depoente foi prefeito, desde o mandato anterior.

É o requerimento que tinha a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A Mesa acata o requerimento de V. Ex^a, até porque a CPI tem que tomar a providência de encaminhar ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Sr. Aveny, o senhor conhece o Juscelino Resende?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Conheço, sim, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – É o Prefeito de...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Vitorino Freitas.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – É seu amigo?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É. Desde a CPI para cá, nós tivemos já uns contatos; da CPI de 99 pra cá.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Quem é Juraci Rodrigues Sodré?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Juraci Rodrigues Sodré é uma secretária da Prefeitura de Amapá do Maranhão.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – É secretária sua?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Da prefeitura.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Da sua prefeitura. E ela trabalha para o Juscelino também, não é?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Ela não trabalha. Ela tem um... Ela presta um serviço. Por exemplo, ela trabalha no escritório que... Da contabilidade nossa, nós temos... Somos vários prefeitos, e sempre tem um período em que ela ajuda o escritório que trabalha para essas prefeituras.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Não. A afirmação, inclusive, do Juscelino Resende é a de que ela trabalha para ele, pessoalmente.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não. Isso...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – E ela trabalha na sua prefeitura?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Ela trabalha comigo, e tem um período em que ela presta serviço, ajudando o escritório onde eu tenho sala e onde trabalha uma quantidade de prefeitos lá. Serviços contábeis, é o serviço que ela presta ao escritório, onde tem a Prefeitura de Juscelino e várias outras Prefeituras.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - Sim. Mas há um depoimento dela em Cândido Mendes, no Maranhão, em que afirma claramente que trabalha para o senhor, para a sua Prefeitura e para o Prefeito Juscelino Rodrigues, de Vitorino Freire, que também tem um envolvimento gravíssimo com o roubo de cargas, identificado já pela CPI e por vários depoimentos que temos. O senhor sabe disso, não é?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É porque...

O SR. OSCAR DE ANDRADE - Prefeito, o que estamos dizendo é o seguinte: “n” pessoas já foram citadas aqui e todas com envolvimento em roubo de cargas e receptação. Várias delas, o senhor relacionou como amigas ou conhecidas. Há um Vereador que afirma ser seu um galpão, que o senhor afirma não ser seu, mas que foi pago com cheque seu. Em tudo isso existe envolvimento com roubo de cargas, mas o senhor, ainda assim, nega para a CPI que quer apurar o roubo de cargas no Brasil qualquer envolvimento.

O cheque que foi citado aqui é o cheque nº 223, de dez mil reais, emitido em 20 de outubro de 1999. Nessa data, o senhor estava preso. Como assinou esse cheque?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Expliquei ao senhor que, geralmente, a gente sempre quando faz qualquer tipo de negócio da Prefeitura, quando se compra alguma coisa com a data, a empresa ou qualquer negócio, qualquer tipo de gente que venda, geralmente damos o cheque daquilo que se comprou.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - O senhor deu cheque pré-datado?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É isso que expliquei.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O cheque então é pré-datado?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É isso que expliquei. Dei o cheque pré-datado, e, quando o vice assumiu, ele já sabia que tinha essas despesas para serem pagas, inclusive já tinha os cheques da Prefeitura para serem pagos.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - A quantos inquéritos policiais ou processos criminais o senhor responde ou já respondeu?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Nunca respondi. O que está em fase é este, que des de a CPI estão me acusando, de receptor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - Somente esse?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sim, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - Qual foi o motivo da sua prisão preventiva?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – O motivo foi de receptação de carga roubada.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - Foi esse mesmo motivo que estamos tratando aqui?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sim, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - Sr. Presidente, gostaria de pedir a presença do Sr. Jorge Méres, para que pudéssemos fazer a acareação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Solicito que seja conduzido o ex-motorista Jorge Méres.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Presidente, apenas para esclarecer. Tenho uma série de requerimentos que serão votados **a posteriori**. Fiz um aqui e quero acreditar que todos terão que ser fundamentados, especialmente os que tratam da quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico, até porque estarão sujeitos à posterior apreciação do STJ ou do Supre-

mo Tribunal, conforme o caso. Conseqüentemente, pela experiência que temos na CPI do Narcotráfico, se não forem devidamente fundamentados, esses requerimentos correm o risco de cair lá. Assim, formalizamos o requerimento, mas gostaríamos que depois fosse dada a devida fundamentação, embasada pelas notas taquigráficas.

Repito que estou apresentando um requerimento, que espero seja devidamente fundamentado depois, para que seja quebrado o sigilo bancário de todas as contas da Prefeitura de Amapá do Maranhão, a partir de 1º de janeiro de 1987, quando o Prefeito Aveny assumiu. É diferente da quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dele, que será proposto pelo Relator e que queremos também subscrever. E gostaríamos que o Relator também subscrevesse conosco esse pedido. É um pedido diferenciado, porque é a quebra de sigilo bancário de um ente público, da Prefeitura. Conseqüentemente, tem uma série de implicações. Mas não há como desvincular uma coisa da outra. Na medida em que o Prefeito está sendo apontado como integrante de uma quadrilha de roubo de carga e confessa claramente aqui que comete um crime de improbidade administrativa que pode caracterizar, no Código Penal, o peculato, esta CPI tem a obrigação de aprofundar essa investigação, porque as coisas estão andando juntas. Então, a quebra do sigilo bancário das contas da prefeitura somente nesse período – não aleatoriamente – em que o Prefeito Aveny está administrando a prefeitura, para que possamos examinar como se processam essas emissões de cheques nominais que ele fez, o que, para mim, caracteriza desvio de dinheiro público, sem sombra de dúvida.

À medida que se saca dinheiro público por meio de um cheque que não é nominal ou, se é nominal, que se destina ao próprio Prefeito, ou seja, sem vinculação a nenhuma operação ou transação da prefeitura, para prestação de serviços ou para aquisição de bens ou materiais por parte da prefeitura, justifico a apresentação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A Mesa acata o requerimento de V. Ex^a, até porque temos de enquadrá-lo nos critérios da CPI.

Tem a palavra o Senhor Relator.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O Senhor conhece essa pessoa?

O SR. JORGE MÉRES – Sim. É o Prefeito Aveny.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O que o senhor tem a nos esclarecer a respeito da participação do

Prefeito Aveny na questão de receptação e roubo de cargas.

O SR. JORGE MÉRES – Ele comprava mercadoria roubada. Esse depósito é dele em Maracáçumé, e guardava as mercadorias que iam para ele para o Amapá.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor fez entrega para ele neste galpão?

O SR. JORGE MÉRES – Fiz. Para esse, duas carretas; e para o Amapá, mais duas.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O que tinham nelas?

O SR. JORGE MÉRES – Uma, cimento; a outra, sal.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – As duas o senhor fez a entrega como motorista?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, e mais duas de cerveja.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Nessa ocasião, o senhor esteve com ele?

O SR. JORGE MÉRES – No dia que entregou a cerveja em Amapá, fui voltar para pegar o cheque da carga. O Cláudio Jignis pegou na casa dele.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O Cláudio Jignis?

O SR. JORGE MÉRES – Sim. Eu estava com ele e parei a carreta na frente da casa dele.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Quem fazia a transação era o Cláudio Jignis?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Da cerveja. E das outras duas?

O SR. JORGE MÉRES – Era sempre o Cláudio Jignis e o Jota. E o Carlos cuidava das mercadorias e entregava para o Aveny.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Nesse galpão, por duas vezes; e a cerveja foi para onde?

O SR. JORGE MÉRES – No depósito do irmão dele, em Amapá.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Nas três vezes, foi ele quem pagou?

O SR. JORGE MÉRES – Todas elas.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Cheque dele?

O SR. JORGE MÉRES – Uma da cerveja, o cheque era dele – um de R\$17 mil e outro, de R\$600 para abastecer a carreta. Nas outras vezes, eu não estava junto na hora em que ele pagou. Não sei como ele pagou.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Qual foi essa data, Jorge?

O SR. JORGE MÉRES – Foi em agosto de 1998.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Um cheque de R\$17 mil e outro de R\$600 reais para abastecimento.

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Sr. Aveny, o que o senhor me diz a respeito desses cheques e destas informações?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sr. Deputado, o que eu quero dizer para vocês... Jorge Méres tu já conversou comigo e já fez algum negócio comigo?

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Já?

O SR. JORGE MÉRES – Diretamente não, porque quem fazia os negócios com o senhor era o Cláudio Jignis. Mas eu dirigia o caminho, e o senhor sabe disso porque estava sempre lá.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor, por favor, responda a minha pergunta. O senhor deve dirigir-se à Mesa. Quero saber o que o senhor tem a dizer a respeito dessas informações?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Já falei que todas essas acusações tratam do mesmo tipo de mercadoria e já expliquei para vocês.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Esse cheque de R\$17 mil, Jorge, foi para quem?

O SR. JORGE MÉRES – Para o Cláudio Jignis, e deram nas mãos dele para trocar em Belém; e o cheque de R\$600 eu troquei na Demil, em Belém.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Demil? O cheque era pessoal ou da prefeitura?

O SR. JORGE MÉRES – Pessoal.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor trocou ele na Demil?

O SR. JORGE MÉRES – Foi depositado na conta dela, porque não consegui trocar na estrada.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O que é Demil?

O SR. JORGE MÉRES – É uma empresa. Eu ia carregar nela de volta para São Paulo e dei o cheque para eles depositarem e abastecer o caminhão.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Isso aconteceu nesse data, em 17 de agosto?

O SR. JORGE MÉRES – Nessa data.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Sr. Prefeito, o senhor tem a oportunidade de esclarecer esses cheques e isso que o Jorge Méres está dizendo em função dessas informações.

Em função da Lei nº 1.579, que rege as CPIs, temos como quebrar o sigilo bancário e identificar esse

cheque. O cheque foi, inclusive, trocado na Demil, o de R\$600,00 e os outros.

A Lei nº 1.579 estabelece, no seu art.4º, o seguinte:

Constitui crime:

II – Fazer afirmações falsas ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor, intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Pena: as do art. 342 do Código Penal.

Vamos atrás desse cheque. Seu sigilo bancário será quebrado. Tenho certeza de que o Plenário vai autorizar. E a informação é muito clara. Até a data de 17 de agosto, um cheque de R\$17.000,00 e um de R\$600,00.

O senhor quer, por favor, nos informar, acompanhar a posição dele? Quer contradizer. Qual a posição que o senhor quer manter, aqui, na CPI?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Deputado, eu já fiz várias defesas minhas aqui. Eu já expliquei, Jorge Méres está falando isso. O que eu quero dizer para vocês é que o meu sigilo bancário pode ser quebrado. E que ele está falando isso. Eu não recordo que fiz negócio com o Cláudio Jignis.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nessa época, o Senhor largou um cheque de R\$17.000,00 – dezessete mil é um valor expressivo – da sua conta, de R\$17.000,00?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É como eu estou falando para você. Eu não recordo de qualquer tipo de negócio que eu fiz com Cláudio Jignis que não foi açúcar...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá, mas não...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – E não foi nessa data.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não? Que data que foi?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Foi em 93, 94.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Noventa e três, noventa e quatro, o senhor largou o cheque. Qual era o valor do cheque?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, eu fiz negócio com Cláudio Jignis nessa data.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá. Mas agora não se trata de um negócio com Cláudio Jignis. Trata-se de um negócio ilícito, de um roubo de uma carga. O senhor comprou uma carga roubada. Então, se nós abrirmos a sua conta bancária – veja bem a pergunta! – nessa data 17 de agosto de...?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Noventa e oito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Noventa e oito. Então, no mês de agosto, provavelmente, tinha entrado o cheque agosto, final de agosto para setembro. Quer dizer, não tem... Qual era o Banco que era, Jorge Méres?

O SR. JORGE MÉRES - Ex^a, mas essas cargas só foram as que eu levei. Mas ele negociava antes com o Cláudio Jignis.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não, tá. Mas eu quero especificamente essa. Qual é o Banco? Não lembra qual é o Banco?

O SR. JORGE MÉRES - Banco do Brasil de Zé Doca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é que o senhor tem conta no Banco do Brasil?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO - Banco do Brasil de Zé Doca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que ele sabe até que o senhor tem o Banco de Zé Doca. Quer dizer, porque ele pegou o cheque na mão.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO - Eles não tiveram vários cheques meu na minha mão?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que o senhor sabe ter vários cheques na sua mão?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO - Não ficaram conversando aí que vários ficou na mão deles aí?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ficou? O senhor sabe que ficou na mão deles?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO - Eu não já expliquei para vocês o cheque...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe que ficou na mão deles.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO -... como saiu, para onde foi?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá. Então, o senhor quer dizer que, se nós abríamos a conta... quer dizer, vamos abrir a sua conta bancária do Banco do Brasil de Zé Doca, e não vai ter no mês de agosto, setembro de 98, um cheque de R\$17.000,00, emitido pelo senhor - é um cheque expressivo. Não vai ter?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO - Lhe confirmo que não vai ter.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não vai ter esse cheque?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO - Não vai ter.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Bom, eu quero deixar claro isso aqui, porque isso é uma questão pontual que vai dar uma espécie de dimensionamento do depoimento dele. Porque ele está fazendo afir-

mação categórica sobre o cheque de R\$17.000,00, que é um cheque expressivo. E depois vamos conferir, então, com a quebra do sigilo bancário dessa conta do Banco do Brasil de Zé Doca.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É importante que o senhor faça um exercício na sua memória, para lembrar, porque isso é um fato grave.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Mas eu confio...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Está faltando com a verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem para outro negócio, para uma outra atividade? Dezesete mil comprou um carro, comprou um caminhão, comprou... Não deu o cheque de dezesete mil?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO - Não recorde de cheque de R\$17.000,00 para ninguém.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Sr. Presidente, eu gostaria que o Jorge Méres pudesse relatar mais fatos com relação...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pois não.

Com a palavra o Sr. Jorge Méres.

O SR. JORGE MÉRES - Depois dessa carga de cerveja, uns quarenta e seis, quarenta e cinco dias após essa carga, foi levada uma outra carga de cerveja, e ele pagou com três cheques da Prefeitura de onde era Prefeito na época.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pagou com três cheques?

O SR. JORGE MÉRES - Sim. Esses cheques parou um na mão do Fábio Xuxinha, que tá lá em Belém; outro, no Jignis; e outro, pro Jota.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você sabe o valor e o Banco?

O SR. JORGE MÉRES - A carga de cerveja é vendida por R\$18.000,00 para ele. Porque ela custava, na realidade, R\$23.000,00 e ele pagava menos porque não tinha nota, não tinha nada. Então, ele dividiu em três, deu o cheque da Prefeitura para eles. E esses cheques voltaram e eles foram lá cobrá-lo depois. Ninguém recebeu. Depois fui para São Paulo e não sei o que aconteceu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi carimbado o cheque?

O SR. JORGE MÉRES – Não, ali é tudo certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como assim, eles não receberam, porque voltou o cheque?

O SR. JORGE MÉRES – Não tinha dinheiro na conta no dia em que eles foram cobrar, eles foram procurar o Aveny para acertar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E sabe a data?

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, foi uns 45 dias após a primeira carga de cerveja. A primeira foi no dia 18 de agosto de 1998. Então, foi uns 45, 46 dias depois.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção, inclusive em função do requerimento que apresentamos, que justifica mais ainda a quebra do sigilo bancário das contas da prefeitura.

Veja bem, segundo denuncia o Jorge Méres, o que está acontecendo? Ele comprava carga roubada com o dinheiro da prefeitura. Quer dizer, comprar carga roubada com o dinheiro da prefeitura e ainda em cheque pré-datado e sem fundos.

É uma coisa fantástica, sem precedentes. Acho que até vi na CPI uma situação semelhante na questão do narcotráfico, quando também um cidadão fazia negócios dessa natureza. Aliás, aconteceu isso no Amapá, onde o Presidente da Assembleia Legislativa – isso está comprovado – o que fez? O presidente da Assembleia Legislativa do Amapá mandou construir uma pista de pouso na sua fazenda, para ele, particular, pagou a pista de pouso com o cheque da Assembleia Legislativa do Amapá – tenho cópias de todos os cheques -, pasmem: cheques pré-datados, todos, somando bem certinho dá o valor da nota, emitida nota para ele com os cheques da Assembleia Legislativa. Passem: cheques sem fundos! Daí a razão de ser da denúncia. Os cheques não tinham fundos e, não tendo fundo, quem fez o negócio denunciou toda a maracutaia.

Acontece um fato muito semelhante agora. O prefeito usa cheque da prefeitura para comprar carga roubada e ainda, caprichosamente, emite cheque sem fundo da prefeitura para a carga roubada. Então, a quebra do sigilo bancário da conta da prefeitura vai esclarecer isso.

Aliás, o senhor não lembra qual o valor do cheque?

O SR. JORGE MÉRES - Não, Excelência, porque o valor da carga era de dezoito mil e foi dividida em três cheques. Não vi os cheques, porque fui com a carreta para Belém. Ficamos aguardando o primeiro cheque ser pago, para a carreta viajar. Ficou 15 dias no posto do Bittar, em Belém, esperando para receber. E o Jignis e o Jota ficaram quase doidos atrás

desse dinheiro, atrás dele, porque ele tinha ido para São Luís e não o achavam.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você sabe a data? Foi em agosto também?

O SR. JORGE MÉRES – Não, essa carga foi um mês e meio depois.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Depois, então, agosto, setembro, outubro?

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Por aí.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E você se recorda do Banco?

O SR. JORGE MÉRES - Banco do Brasil. Só tem o Banco do Brasil ali.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não, com a quebra do sigilobancário nós vamos chegar lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – As contas da prefeitura vão esclarecer.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O Jota era um dos que fazia a negociação com ele?

O SR. JORGE MÉRES – Sim. O Jota, o Jignis e o Carola. São os três.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O Jignis, o Jota e o Carola?

O SR. JORGE MÉRES – São os três que negociam ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Lisboa?

O SR. JORGE MÉRES – O Lisboa era mais a cobertura e ajudar o Jota a levar a carreta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Armando?

O SR. JORGE MÉRES – O Armando é um dos chefes mais de assalto a carro forte e caminhão. Mas não descia para aquela região.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Armando era o assaltante de carga roubada?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem mais recebida dinheiro dele?

O SR. JORGE MÉRES – Os responsáveis para receber eram o Jignis e o Jota.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o Jignis é dele?

O SR. JORGE MÉRES – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o Cláudio Jignis é seu?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Só conhecido mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conhecido? Ele é parente de um prefeito lá, não é?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Ele é cunhado do Hemetério Webá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É cunhado do prefeito de Hemetério Webá, que também é denunciado pela CPI por roubo de cargas. É o Hemetério Webá, é o Aveny, o Penaldon, - esqueci-me o outro nome – o Juscelino. Todos eles ligados ao Cláudio Jignis, ligados ao Jota, que o Jorge Méres denuncia.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Joaquim Lauristo, Albel, ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Albel, Joaquim Lauristo e o Cláudio Jignis, que é o grande esquema do roubo de carga. Aliás, assim como a CPI do Narcotráfico elegeu o Fernandinho Beira-mar como o inimigo nº 1 da CPI no País, como nº 2, o gaúcho Ney Machado, que agora foi preso na Colômbia, não sei se é o número 1, mas pelo menos o número 1 do Nordeste. Em termos de roubo de cargas e de esquema de roubo de carga, a CPI tem que eleger. É o Cláudio Jignis.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Ele está relacionado com tudo?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele está relacionado com tudo. É uma espécie de cérebro e é o único que escapou, porque o Bel morreu, o Joaquim Lauristo está preso, o Jorge Méres está aqui, o Jota está preso, o Sargento Lisboa está preso. O Armando acho que está solto, mas, enfim, o Cláudio Jignis é o inimigo público número 1 do Norte e do Nordeste no que diz respeito ao roubo e cargas. A CPI tem que envia esforços, juntamente com a Polícia Federal, para botar as mãos no Cláudio Jignis.

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, o Cláudio Jignis já é raiz do Bel, porque, na época do Bel, ele já negociava naquela região onde o Prefeito Aveny mora. Desde a época do Bel, ele já trazia mercadoria para essa mesma região.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – E o Bel chegou a ter alguma relação com o Prefeito Aveny?

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, eu não sei porque, nessa época, eu ficava em São Paulo. Mas, quando o Bel morreu, o Cláudio Jignis assumiu aquela região e passou a fazer negócios com ele, provavelmente... O Bel era bem conhecido naquela região.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - Você conheceu o Bel?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Não conheceu ninguém do bando dele?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Só conheço o Cláudio Jignis.

O SR. OSCAR DE ANDRADE - Só o Cláudio Jignis. Era com ele que você negociava?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Como eu sempre falei, eu compre de Cláudio Jignis açúcar.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Açúcar? Quanto?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu não me recordo. Ele tinha uma empacotadora de açúcar na região.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pagava com cheques da prefeitura?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, nesse tempo, eu não era prefeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É por isso.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor já falou de cargas de arroz, o senhor já falou de outras cargas que comprava para ganhar dinheiro, repassando-as. Não é isso? Comprava qualquer coisa?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, eu só trabalhava com artigos que eu comprava e vendia. Geralmente eram arroz, açúcar...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tinha um supermercado?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, eu tinha um depósito de vender...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vender o quê?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Fazer as vendas nas cidades vizinhas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor vendia nas cidades vizinhas?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Era arroz, era farinha, era milho, era açúcar. Era esse tipo de mercadoria que eu vendia.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Mas, no início do seu depoimento, eu perguntei se o senhor tinha mexido com algum outro tipo de negócio, e o senhor disse que não.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Mas eu falei para o senhor...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor falou que auxiliava o seu irmão.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor. Pode prestar atenção. Se estiver gravado, vai confirmar que eu lhe disse que trabalhava e vendia outro tipo de mercadoria.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Mas não como sendo seu.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, no início, antes de eu ser prefeito. Depois que assumi a prefeitura é que eu não negocieei a não ser com arroz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o depósito?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não tenho depósito em Maracáçumé.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde era o seu depósito?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Era em Amapá do Maranhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E continuasendo?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Continua sendo. É ao lado da minha residência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor o tem usado freqüentemente?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu tenho usado ele porque minha máquina está guardada lá dentro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sua máquina?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sim, uma máquina de empilhar arroz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem usado ele?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, mas minhas coisas estão lá dentro, minha máquina. Às vezes, eu uso para botar qualquer coisa minha lá.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Prefeito, espere um minutinho.

Você conhece este depósito?

O SR. JORGE MÉRES – Conheço.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Lá em Amapá?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Quantas vezes você esteve lá?

O SR. JORGE MÉRES – Duas vezes, levando cerveja.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Nas duas vezes foi carga de cerveja?

O SR. JORGE MÉRES – Sim. As outras duas cargas, a de sal e a de cimento foram deixadas em Maracáçumé para depois irem num caminhão menor, porque a carreta não entra lá. A estrada estava muito ruim. Nesse mesmo tempo, o Lula, o Luís Carlos, levou uma carga de peças de moto para esse depósito onde eu deixei a cerveja.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – A encomenda era feita antes? Como funcionava isso?

O SR. JORGE MÉRES – Exce lência, o meu trabalho era transportar a carga. Ela já estava em comen-

dada, já estava vendida, já estava com adiantamento para viagem e tudo. A minha obrigação era pegar a carreta e entregar lá.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Com relação a estas quatro cargas – sal, cimento e as duas de cerveja -, onde você entra na história? Quando você chegou, o caminhão já estava pronto ou você também participou da...?

O SR. JORGE MÉRES - Eu estava em São Paulo...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Sabia a origem?

O SR. JORGE MÉRES - Eu sabia a origem. Nunca neguei. Eu estava em São Paulo e o Ginks(?) ligou: “Com padre, vem para cá urgentemente porque eu estou precisando de você amanhã cedo para levar uma carreta para o Amapá”.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Para cá, onde?

O SR. JORGE MÉRES – Para o Maranhão.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Mas o Jignis te chamou para ir para onde?

O SR. JORGE MÉRES – Para ir para o Maranhão. Eu estava em São Paulo. Peguei um avião – não me lembro bem – às quatro e pouco da tarde para São Luís. Desci em São Luís, e eles estavam me esperando no aeroporto. Fui para Santa Inês, a carreta já estava no posto com a carga prontinha só para levar para o depósito deles, porque eles não tinham motorista de confiança para ir até lá. E a estrada é ruim e dirijo qualquer tipo de caminhão. Então, eu tinha que ir para lá, se não eles não chegavam para entregar a carga lá. E eles já tinham pegado adiantamento e teriam que entregar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Quando você entregava a carga o Sr. Aveny estava presente em alguma delas?

O SR. JORGE MÉRES – Não, estava o irmão dele. Comecei a descarregar lá, Excelência, eram 10 horas da manhã, dia claro, com todos os vizinhos olhando. É uma cidade muito pequena, não é comum entrar um caminhão daquele tamanho, tive dificuldades para manobrar para sair, até hoje tem as marcas no bueiro onde caiu o terceiro eixo, em tão todo mundo parou para olhar, não é comum um caminhão daquele tamanho. Acabei de descarregar por volta de meio dia. Aí voltamos, passamos na casa dele, parei em frente, a carreta ia ficar guardada no pátio da Prefeitura, porque não dava para ela ir para Belém de dia porque o documento dela não estava pronto. Então, voltei, parei na frente da casa dele, onde o Jignis e o Joca foram receber o dinheiro e fiquei esperando. Aí, o irmão dele falou que ele tinha demorado, eu estava

limpando a carreta e ele estava demorando para chegar para dar os cheques. Ele disse que não podia ficar a carreta lá, que ia chamar a atenção, porque já tinha descarregado no Amapá, num depósito dele.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Quem falou isso?

O SR. JORGE MÉRES – O Aveny.

la ficou ali ao lado da casa dele e ia chamar atenção. Então, mandaram o car para Belém e eu fui levar para lá.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Eu queria registrar a presença do Senador João Alberto, do Maranhão.

O SR. – (fora do microfone)

O SR. JORGE MÉRES – Dezoito de agosto de 1998. Uma Volvo vermelha, NL-12 360, com placa de Teresina.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – A carreta também era roubada, lógico.

O SR. JORGE MÉRES – A carreta já tinha sido, fazia uns 15 dias que ela já tinha entregue de uma transportadora, já tinha sido entregue para a cervejaria para mandar a cerveja para ele, porque ela ia embora.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor está relatando uma delas. A segunda carga de cervejas foi também com ela?

O SR. JORGE MÉRES – Não. Foi com uma NL 10 azul, com placa de João Pessoa. Carregou cerveja Antártica em Teresina para ir para Ananindeua, no Pará. Foi tirada a nota para ir para Ananindeua e foi para o depósito do Dr. Aveny.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – E aí o senhor também foi acionado nessa época? De que forma? Cláudio Jignis também?

O SR. JORGE MÉRES – Fui buscar a carreta vazia, peguei ela vazia em Teresina, carreguei e levei.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Você carregou com a nota para outro local? Então, esse não foi roubado, foi desvio.

O SR. JORGE MÉRES – Poucas carretas são roubadas. A maioria tem envolvimento dos motoristas e das transportadoras. Então, eles programam, o caminhão é novo, estava com 6 meses de uso, valia U\$40 mil na Bolívia, mais a carga de cerveja para as despesas para ir até lá. A transportadora, a dona do caminhão entregava para o Cláudio ou para o Jota, ou qualquer um deles, ou para o Armando mesmo, aí carregava, porque ela não pode ir vazia, carregava normal em qualquer transportadora que estava dentro do esquema e ia, viajava numa boa.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Então, a segunda carreta foi uma vermelha, que você entregou lá e deixou no mesmo depósito?

O SR. JORGE MÉRES – A primeira vermelha e a segunda azul. Todas Volvo. A de sal foi uma NL 10 branca, 1994, e a de cimento foi uma NL 12 360, prata. Era totalmente diferente, porque a Volvo não pinta dessa cor, mas o cara tinha mandado pintar.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Mas o envolvimento do Prefeito Aveny era apenas com a carga?

O SR. JORGE MÉRES – Todas as cargas que interessavam ou mesmo as que não interessavam iam para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você sabia o destino que ele dava nessas cargas?

O SR. JORGE MÉRES – Ele distribuía na região, para os comerciantes pequenos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor ficava onde no Município, na cidade?

O SR. JORGE MÉRES – Eu só chegava lá para pegar o caminhão, entregar a carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca dormiu lá?

O SR. JORGE MÉRES – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca foi na casa dele?

O SR. JORGE MÉRES – Só parei em frente da casa dele para esperar para pegar esse cheque de 600 para poder abastecer a carreta para viajar, porque a carreta estava sem óleo e estávamos sem dinheiro.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – E quem pegou o cheque foi o Claudinho Jignis e te entregou?

O SR. JORGE MÉRES – E me deu na minha mão na frente do irmão dele.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Cheque dele?

O SR. JORGE MÉRES – Dele.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Eu gostaria de perguntar: ele acaba de dizer que não conheceu o Aveny. Como é que ele sabia que era o Aveny quem estava pagando? O cheque dele era legível?

O SR. JORGE MÉRES – Porque o cheque era do Aveny.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Sim, mas como ele sabia? A assinatura dele é legível para dizer que é a do Aveny?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Ou alguém lhe disse que era dele?

O SR. JORGE MÉRES – Não, ninguém me disse. Ele estava lá. Deu o cheque na mão do Cláudio Jignis e o Cláudio Jignis entregou o de 600.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Como você sabia que ele estava lá se ele não falou com você?

O SR. JORGE MÉRES – O irmão dele, que recebeu a carga, conferiu junto comigo – 930 caixas de cerveja. Esperamos o Aveny chegar para dar os cheques para sairmos de lá.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – E você o conhecia?

O SR. JORGE MÉRES – O Aveny? Eu o conheci de pois. Eu não o vi na hora em que ele chegou porque eu estava limpando a carreta. Mas nós íamos sair de lá sem receber o cheque, e o irmão dele não tinha cheques.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Sim, até concordo que o cheque seja dele. Mas eu quero saber se a assinatura dele era legível para dizer que o cheque era do Aveny?

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, se ele deu o cheque que estava escrito o nome dele e o banco pagou...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Você viu isso?

O SR. JORGE MÉRES – Eu recebi o cheque.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Você viu o nome do Aveny?

O SR. JORGE MÉRES – O cheque era dele.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Era um cheque nominal, que tinha o nome dele. Não viu pela assinatura. Tinha o nome dele.

O SR. JORGE MÉRES – O nome dele. Se V. Ex^a quiser é só ver na Demil, onde foi trocado o cheque.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Senador, eu vou pedir para ele identificar um cheque assinado pelo Aveny para ver se ele se lembra de alguma coisa, se é alguma coisa parecida.

O SR. JORGE MÉRES – É essa a assinatura dele.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Mostre ao Senador, é fácil até ler que é Aveny.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – São vários cheques ou só este?

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Inclusive esse não é o cheque de que estamos tratando, esse é um outro cheque.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Quer dizer que houve vários cheques?

O SR. PRESIDENTE (Mário Montenegro) - Da prefeitura, pagando cargas roubadas?

O SR. OSCAR DE ANDRADE – E também...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – O che que da própria prefeitura.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Já teve também. Mas o caso que o Jorge agora está relatando é cheque pessoal, não um cheque da prefeitura. Eu só quis mostrar a assinatura, porque ela é legível.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Permita-me, Sr. Presidente, eu não estive aqui desde o início porque nós tínhamos uma votação nominal, depois eu tive que comparecer à Comissão de Relações Exteriores. Mas eu estive lá no local, eu fui ao Amapá e conversei com os comerciantes. Todos elogiavam o Aveny dizendo que ele não participava disso. O que poderia...alguém andou me falando a respeito do irmão dele, mas o Aveny é um homem sério, trabalhador. Essa foi a informação que tive e toda a região. Quando a Comissão foi a São Luís do Maranhão, eu quis ir lá – e ainda fui.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor foi convidado para ir lá.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Fui convidado para ir lá e, se possível, fôssemos ao local para ver de perto as assertivas e as afirmativas do Jorge Méres referente ao Aveny. Porque todas as informações que eu obtive no local foram de que se trata de um homem muito sério.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Sr. Presidente, me permite? Senador, a respeitabilidade de V. Ex^a não tem nem o que discutir – e não tenham dúvidas de que a questão do roubo de carga nós a estamos identificando. Para mim, como Relator, é muito difícil. Mas se o senhor realmente entrar dentro de todo esse processo: já estivemos em São Luís, já ouvimos todos os prefeitos e todos os envolvidos – o Jota, o Joaquim Lauristo, o Claudio Jignis, o Carola –, e todos afirmam com muita clareza. Eu até não vou questionar isso. Há um complô muito grande contra o prefeito. Então, vamos admitir essa possibilidade. É um absurdo, são todos amigos e depois começam a ... Mas no mínimo aqui ficou identificado. Ele é réu confesso, e, no mínimo, um absurdo depeculatório porque ele usa cheque da prefeitura como pré-datado, sem empenho, sem processo, sem absolutamente nada. Então, quer dizer...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E emite che que nominal para ele.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Se as informações do povo da cidade – que o senhor recebeu e nos

afirma – são verdadeiras, realmente temos que questionar, porque ninguém, um prefeito, uma pessoa que foi eleita pelo povo, para cuidar do dinheiro do povo não pode agir dessa forma com o dinheiro do povo.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Deputado, sobre o cheque da prefeitura – é como eu sempre lhe disse –, todo o cheque que nós fazemos negócio, às vezes fazemos negócio com cheque pré-datado, se eu compro para a prefeitura com prazo a firma, claro, que quer um documento. Se era da prefeitura eu tinha que dar um documento da prefeitura. Agora, eu não estou me recordando a parte legal, de como foi feito esse tipo de negócio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas isso que o senhor está dizendo depõe contra o senhor. Quanto mais o senhor falar sobre esse aspecto mais o senhor vai se enrolar, porque o senhor compra um negócio e o comprador exige um documento e o senhor dá um cheque! Não existe isso em prefeitura. O que tem que existir? Tem que ter um procedimento que é a emissão de um documento da prefeitura, que é o empenho. O senhor comprou o negócio, vai ter que empenhar, o cheque vai ser de acordo com o empenho. Não existe outro procedimento. Não existe vou dar um cheque em garantia. E ainda que assim fosse, vamos imaginar, vou dar uma em garantia para um negócio feito. Então, o senhor vai dar um cheque em garantia nominal para a empresa que o senhor comprou alguma coisa. Não, mas aqui no cheque específico, que nós temos aqui, o senhor tem um cheque que emitiu que é ao emitente, ou seja, é o cheque para o senhor mesmo, é para a prefeitura mesmo. É cheque – e aqui vai a experiência bancária, eu sou bancário – que autoriza a prefeitura a sacar em **cash**. E aí depois o senhor passou o cheque para D. Arlene Maria Pacheco de Oliveira, que viemos saber depois que é a sua Secretária de Finanças. Ou seja, esse dinheiro, Senador, foi sacado da conta da prefeitura em dinheiro.

O SR. MOREIRA MENDES – Sem empenho, sem documento...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sem empenho, sem documento... Não foi depositado na conta de uma empresa, não foi depositado nem na conta dele, nem na conta dela, na conta de ninguém. Acho que foi sacado em dinheiro da prefeitura.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Deputado, eu também sou bancário e fui prefeito. A nor man quando cheguei na prefeitura era esta. Só que o cheque você dava como garantia, e eu nunca fiz isso, não concordava, para o pagamento da dívida. E depois, essa dívida, você cancelava aquele cheque, porque aquele cheque era apenas uma garantia. Agora, eu

quero dizer que a prefeitura do Amapá, onde não existe banco, o dinheiro é sacado em **cash** mesmo. Lá tem caixa. Na prefeitura maior usamos o caixa da prefeitura é o caixa do banco. No caso dele, não, ele tem que ter caixa.

E empenho só existe em prefeitura de porte médio. Em prefeitura como a dele, que a contabilidade não é feita no local, normalmente é feita na capital...

O SR. PRESIDENTE (Mário Montenegro) – Senador, e essas contas depois como é que passam no Tribunal de Contas?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Depois o contador é que prepara as contas, porque não tem contabilidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas aí não dá.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Mas é assim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não dá.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Qualquer prefeitura do Brasil, em município pequeno é feito dessa maneira, qualquer prefeitura. Eles usam o caixa, porque normalmente o município não tem banco. O caso dele, o município não tem banco. O banco que eles vão ter ...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Duzentos e cinquenta quilômetros de distância.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Que existe o banco.

Ele saca o dinheiro para o funcionário, assina em nome da secretária, ela vai e recebe o dinheiro. E agora está havendo um problema muito sério por causa dos assaltos. Eles têm que comunicar à polícia para poderem levar o dinheiro para as respectivas prefeituras. É bom que se conheça a realidade. Não existe contabilidade nesses municípios pequenos, uma contabilidade própria, empenho, etc e tal. O contador é que faz isso depois.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Respeito a explicação do Senador, mas isso depõe contra toda a regra do serviço público, absolutamente toda. E aqui faço um reparo por completo, porque o cheque, ele pode até receber da prefeitura e a prefeitura tem um caixa. Vai lá o cidadão, o contribuinte paga lá em espécie, em dinheiro o seu IPTU, o seu imposto. Naturalmente a prefeitura tem um caixa e pode, eventualmente, a prefeitura pagar alguma despesa em espécie, quer dizer, mediante, naturalmente, um empenho. Você faz um empenho e disponibiliza da espécie que ele tenha.

Agora, vamos fazer o inverso. Quer dizer, a prefeitura já tem um dinheiro depositado numa conta cor

rente e aí o prefeito sacar esse dinheiro da conta corrente para fazer **cash**, fazer dinheiro, fazer saldo no caixa, isso é terminantemente vedado pela legislação. E inclusive nas inspeções do Tribunal de Contas é apontado, porque o prefeito fica impedido de sacar das contas, até por que as contas da prefeitura cada uma tem uma conta específica. Mesmo a conta movimento só pode ser sacado o cheque nominal para uma função, uma tarefa, um objetivo e, naturalmente, com o devido empenho. Esse é o procedimento contábil, legal e formal.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Se permitir, Deputado, Senador, por favor.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Eu só quero explicar novamente ao colega que no local onde não tem banco, por exemplo, e está a 250 quilômetros de um banco, quando chega o dinheiro do Fundo de Participação, o normal é a prefeitura sacar **in to tum** e levar para o seu caixa. Essa moça, que é a secretária, deve ser a secretária de administração. Vem em nome dela, e ela dá entrada no caixa da prefeitura, e a prefeitura fica trabalhando com dinheiro, só com dinheiro. Por que como é que ele vai pagar os funcionários? Vai dar um cheque de R\$150,00?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Débito em conta, Senador.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – A 250 quilômetros. Só a passagem do funcionário para ir buscar o dinheiro e o tempo dele, que é um ou dois dias, principalmente no local dele que não tem nem asfalto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por curiosidade: qual é a distância de Zé Doca até...?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Olha nós temos que ver a realidade do Brasil. Essa é a realidade.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Até o Amapá? Duzentos e cinquenta quilômetros.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Senador, por favor. Não temos dúvida, a realidade do Brasil é diferente. São vários brasis, não tem dúvida. O que estamos discutindo aqui é roubo de carga. Isso é muito sério, e nós entramos para esse aspecto. V. Ex^a está convidado a receber todos os depoimentos, tudo o que aconteceu no Maranhão. Fomos lá carinhosamente, já marcamos a volta a Imperatriz, por pedido da sua população, que insistiu conosco quando estávamos no local, se manar a estrada. E nós temos muito a descobrir e a ajudar o seu Estado. E V. Ex^a está convidado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Gostaria, Sr. Relator, de suspender por alguns minutos, porque o Prefeito precisa dirigir-se ao toalete.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Pois não. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Podemos recomeçar.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Então, Senador, como eu explicava, nós estamos procurando realmente... V. Ex^a deve ter acompanhado desde a CPI do Narcotráfico, que tinha de ater-se a narcotráfico, e nós vínhamos acompanhando esse absurdo, que são mais de R\$500 milhões hoje no Brasil inteiro em roubo de carga. A sua participação pode enriquecer muito, principalmente o nosso retorno à Imperatriz, pois vamos ao seu Estado novamente.

Gostaria, com a sua permissão, Sr. Presidente, de pedir ao Sr. Jorge Méres que faça mais alguns relatos que sei importantes para esta acareação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com a palavra o Sr. Jorge Méres.

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, eu queria fazer uma pergunta a quem pudesse me responder.

Qualquer prefeito tem uma secretária. Uma secretária pode assinar um cheque de R\$8 mil da prefeitura sem a autorização do prefeito?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem tem como assinar.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O banco não paga.

O SR. JORGE MÉRES – Cheque dela.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Por que isso Jorge Méres? Por que essa pergunta?

O SR. JORGE MÉRES – Porque o Dr. Aveny tem uma secretária, e essa secretária pagou uma carga de R\$ 8 mil com cheque dela, e ela ganha pouco mais de R\$200,00 por mês. Não tem como pagar isso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E o cheque foi no valor de quanto?

O SR. JORGE MÉRES – Oito mil, setecentos e uns quebrados.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor sabe em que ano e o mês?

O SR. JORGE MÉRES – Foi em 1999.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o nome dela?

O SR. JORGE MÉRES – Ela era secretária do Aveny. Quando o Aveny não estava lá e ligavam para ele pedindo, falando no dinheiro, aí uma das vezes ela fez o cheque dela de R\$8.700 e uma fração e entregou para o Carola, junto com o Jota. Nós íamos para São Luís, porque eu ia São Paulo, para trocar esse cheque, mas ela deu esse cheque como garan-

tia, para segurar a mercadoria que estava nesse depósito de Maracaçumé. Então, eu só que queria, não entendo muito disso: será que uma secretária pode fazer isso sem autorização da prefeitura? Acho que não.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O cheque era da prefeitura também?

O SR. JORGE MÉRES – O cheque era dela, mas ela ganha R\$200,00 por mês e assinou um cheque de oito mil, setecentos e uns quebrados para segurar uma carga...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Esse cheque não chegou a ser trocado? Foi dado como garantia?

O SR. JORGE MÉRES - Não, foi dado como garantia. E uma secretária de prefeito tem autorização, autonomia para fazer isso?

O SR. OSCAR DE ANDRADE - Depende da prática. Jorge, e até para o Senador se posicionar um pouco mais: a carga foi entregue no galpão em Macaraçumé?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, senhor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Galpão que o senhor conhecia como sendo de...

O SR. JORGE MÉRES – Esse galpão, o Carola arrumou dizendo... Bom, era um galpão de madeira; o Carola falou que quem mandou construir o galpão foi o Aveny; que eles iam segurar toda a carga que passasse ali, porque às vezes não entra no Amapá por causa da estrada.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – É esse aqui?

O SR. JORGE MÉRES – É esse aí. Fica, assim, a uns 600 metros da BR São Luís sentido Pará; fica na saída de Macaraçumé. E o Carola cuidava da chave, tomava conta para ficar as mercadorias aí. E foi colocada uma mercadoria aí, o Ivanir estava viajando para São Luís e foi lá e foi pegado com a secretária dele...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor acha que a secretária tinha conhecimento de para que era o pagamento?

O SR. JORGE MÉRES – Não sei, Excelência.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Sr. Presidente, como é que o Jorge Méres sabia que a secretária ganhava só 200 reais por mês? Ele contou para ela?

O SR. JORGE MÉRES – Pelo que o próprio Dr. Aveny, que está aqui na minha frente, falou na CPI do Narcotráfico: que ela não tinha condições de assinar o cheque por que ela só ganhava 250 contos por mês. Só que na CPI ela confirmou que assinou o cheque.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Ela nunca confirmou que assinou o cheque e eu também nunca falei que minha secretária ganha 200 reais.

O SR. JORGE MÉRES – Nós estava lá, estava eu...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não tem. Pode olhar no meu depoimento, isso é menos verdade. Segundo: o senhor está falando aí que era um balcão de tábua. Isso também é menos verdade. Pode verificar, se informar, que isso aí é outra história mal contada.

O SR. JORGE MÉRES – Quando eu conheci esse balcão, ele já era assim. Hoje ele está pintado, está com muro. Era uma cerca de arame.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Mas você disse que descarregou uma carga lá de tábua, era de tábua.

O SR. JORGE MÉRES – Era. Quando eu conheci ele, já era de concreto, mas ali naquele local tinha sido um galpão de madeira que o Carola tinha construído e depois o senhor mandou construir de material e murar.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Então, está uma história: uma hora era do Carola, outra hora diz que comprei do Rei do Gado. Qual é a história verdadeira?

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Deve ser verdadeira a que o senhor disse: que o senhor pagou o galpão para o seu irmão.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu não disse que paguei galpão para o meu irmão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, o senhor disse que deu dois cheques.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Você estava presente do negócio.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Estava presente no negócio. Eu não disse que dei os dois cheques.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é que deu então?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Quem deu os cheques, se deu, foi o meu irmão. Agora, eu nunca disse para o senhor...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o Senhor emprestou dois cheques...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – ...Sempre falei que emprestei meus cheques para o meu irmão. Agora, se ele deu no negócio, eu não recordo...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor tinha dito isso aqui já, temos isso gravado aqui. O senhor estava presente, quem comprou foi o seu irmão, e

que o senhor emprestou o cheque para o seu irmão para pagar o galpão.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu sempre disse que já emprestei vários cheques para o meu irmão, agora, de definitivo, para pagar esse galpão, eu nunca afirmei.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor tinha afirmado, ainda, assumiu. Inclusive, para agentear a dúvida de que falam que o galpão é seu... Não, não é, então deve ser por isso, porque você que deu o cheque, tanto é que tinha chegado a essa conclusão.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sr. Deputado, eu falei para o senhor que acompanhei, que assisti o negócio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então vamos recapitular tudo: o senhor estava passando na frente da casa do seu irmão e chegou.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que foi?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sempre que eu passo lá em Maracaçumé e encosto na casa do meu irmão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Que distância que é lá de ...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É na beira da estrada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, da sua cidade?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É 50 quilômetros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – 50.

O SR. POMPEO DE MATTOS – 50 quilômetros. E por acaso o senhor estava passando, 50 quilômetros ...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não. Eu passo lá, é minha rotina, é a BR, é onde eu tenho que passar. E geralmente eu passo e encosto na casa do meu irmão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá, passou lá..

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Passei e foi o período que ele estava negociando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele estava comprando o galpão?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí o senhor emprestou dois cheques para ele?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu não emprestei só dois cheques, já fiz vários negócios com o meu irmão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá. Mas na quele dia o senhor deu dois cheques de dois mil?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não me recordo se dei cheque nesse dia para o meu irmão.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O senhor não recorda agora, mas o senhor já disse aqui no início desta sessão já...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Se eu falei, quero pedir para vocês... Se eu falei, vai ficar como eu falei agora. Como sempre eu disse: eu estive presente na hora do negócio e confirmei que acompanhei...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Aveny, o senhor assistiu o negócio. O senhor que declarou aqui que o negócio foi feito por 4 mil. Foi o senhor que declarou, o senhor que disse: o negócio foi feito por 4 mil, foi pago em duas vezes, com dois cheques, eu emprestei os cheques para o meu irmão e o meu irmão pagou, não tenho nada que ver com isso. Emprestei, como sempre empresto cheque para ele. O que não tem nada de mais, se o senhores emprestou, é um direito seu de emprestar. Isso aí não o incrimina. Agora, o fato de o senhor dizer e agora desdizer o que disse... Eu começo a pensar: bom, se eu tinha suspeitado antes, começo a ter certeza agora. Não é crime emprestar cheque para o seu irmão...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu termino de falar para vocês que eu não neguei, não estou negando ter acompanhado o negócio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E como é que foi o negócio? Descreve para nós.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu estava lá presente e meu irmão comprou o depósito por 4 mil reais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E como é que pagou?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu agora, como vocês estão dizendo que eu falei...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que é?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É que não me recordo, mas se estão falando isso, naturalmente foi com o meu cheque.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi com o seu cheque. Quantos cheques?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Deputado, eu não recordo que falei que tinha dado cheque para pagar os depósitos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor falou. O senhor falou e nós recordamos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Está gravado. Acho bom o senhor confirmar para não entrar em contradição, que é pior.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Porque não é crime...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Foram os dois cheques, como foi falado lá, e continuam sendo os dois cheques.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dois cheques? De quanto cada cheque?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Dois mil reais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dois mil reais? Então, isso. Isso o senhor disse, reafirma e pronto. Agora, isso não quer dizer que o depósito é seu, o senhor pode negar e dizer: olha, eu fiz isso, emprestei pro meu irmão, ele me pediu emprestado, mas o depósito não é meu. Se é seu ou não é seu, vamos ver depois. Agora, é importante deixar bem claro e a CPI quer as coisas claras. Tão-somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Deputado Oscar de Andrade.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Sr. Presidente, eu estou satisfeito, mas não tenho dúvida do envolvimento e vamos dar prosseguimento a esse trabalho, tanto no Maranhão quanto pelo Brasil afora.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sr. Jorge Méres, tem alguma coisa para declarar?

O SR. JORGE MÉRES – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu ainda queria perguntar ao Jorge o que ele sabe a respeito da carga de peças?

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Moto e..

O SR. POMPEO DE MATTOS – Da moto ciclota.

O SR. JORGE MÉRES – A carga de peças, eu não estava presente; eu fui para buscar o caminhão vazio, dois dias depois. Foi o Armando, Lisboa, Jignis, Xuxinha, Naldo, Júnior, eles junto com o fiscal da saída do posto fiscal, da saída de Santa Inês que deu o valor para eles e o destino da carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá bom. Vamos por partes. Você disse o nome das pessoas, vou repetir: o Armando...

O SR. JORGE MÉRES – Jignis.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Cláudio Jignis

O SR. JORGE MÉRES – Jota.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Jota, que está preso.

O SR. JORGE MÉRES – O Fábio Xuxinha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem?

O SR. JORGE MÉRES – Fábio Xuxinha, que está preso em Belém.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fábio Xuxinha que não foi ouvido na CPI? Inclusive, vou requerer que ele seja ouvido pela CPI, e de preferência, inclusive, lá em Imperatriz.

Cláudio?... Fábio Xuxinha... Que seja ouvido Fábio Xuxinha,...

O SR. JORGE MÉRES – Nego Naldo e o Júnior.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem?

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Nego Naldo.

O SR. JORGE MÉRES – Nego Naldo e o Júnior.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá. O Nego Naldo já foi ouvido, não foi? Também vamos ouvir o Nego Naldo. E o Júnior.

O SR. JORGE MÉRES – O Naldo e o Júnior estão foragidos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o Júnior é dele?

O SR. JORGE MÉRES – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Júnior é seu parente?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Esse Júnior que ele tá falando não é meu parente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Porque tem um Júnior que é seu filho, não é?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não. Tem o Júnior que é filho de um irmão meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É sobrinho seu?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É sim senhor.

O SR. JORGE MÉRES – Esse acho que não é nada do Sr. Aveny, porque ele mora em Bacabal. E o Fábio Xuxinha é responsável para fazer acerto com os fiscais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E qual é o fiscal?

O SR. JORGE MÉRES – O Luiz Carlos, na entrada de Santa Inês, de lá para cá, ou saída daqui para lá, não é? O Luiz Carlos é um fiscal da Secretaria...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu também quero requerer... Vocês já anotaram o nome do Sr. Luiz Carlos para verificarmos, na Secretaria da Receita e da Fazenda do Estado do Maranhão, a existência

desse Luiz Carlos. Então o Luiz Carlos entrou na negociação?

O SR. JORGE MÉRES – Sim. E lá no Gu ru pi, no posto fiscal, tinha o Sargento Lélis.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sargento Lélis. Vamos anotar.

O SR. JORGE MÉRES – Que é irmão de Carola.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que é irmão do Carola.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Do Vereador Carola?

O SR. JORGE MÉRES – Isso. Ele é policial e ficava no posto. Quando o caminhão chegava, pedia as notas para olhar. Se era mercadoria cara, ele pegava moto ou carro e ia avisar o Jignis que estava na casa do menino esperando. Aí seguiam o caminhão, faziam o acerto com os fiscais e levavam embora. Essa carga de moto, eles fizeram acerto com o fiscal, fizeram acerto com os policiais e com o motorista, e levaram para esse depósito do Amapá. E eu vim dois dias depois para buscar o caminhão e entregar ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O depósito... Diz que isso é lá em Mara...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Maracaçumé, no Amapá.

O SR. JORGE MÉRES – Maracaçumé. Daí eles ficaram... foi quando eles se desentenderam com todo mundo lá, ele não tinha dinheiro para pagar porque eram R\$400 mil e a venda ia dar R\$200 mil. Aí eles pegaram um pouco de volta, venderam um pouco para aquele pessoal de (???) que tem uma renda de motos, e fizeram uma confusão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E a parte que o Aveny pagou? Como é que o Aveny pagou?

O SR. JORGE MÉRES – Eu não sei se ele pagou, porque depois disso, eu perdi o contato com eles; peguei o caminhão e viajei. Aí quando voltei eu já...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é que sabe explicar bem esse negócio?

O SR. JORGE MÉRES – O Jignis, o Jota, o Armando, o Lisboa, o Carola, todos estavam juntos; era uma carga deles.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Faço todas essas perguntas só para deixar claro que o Lisboa já admitiu que fez a negociação. Inclusive, o Lisboa pegou o cheque decorrente da negociação da carga de peças de moto e o trocou no comércio. Depois, teve um outro problema, porque o valor do cheque era muito alto e tiveram que repartir-lo em vários cheques. O se-

nhor chegou a trocar o cheque do Lisboa por cheques de valores menores?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele declara explicitamente isso.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Eu falei isso no início. Um cheque de R\$10.600,00, ele trocou por três de 3 mil e tanto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso o senhor disse.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não. Eu disse que dei três cheques de R\$10.600,00 para meu irmão.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Mas que um deles, o que estava com o Lisboa...

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não senhor. Eu não falei isso não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não trocou?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor autorizou que trocasse em uma empresa?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Autorizei, sim senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi trocado em uma empresa, de onde ligaram para ele, que a autorizou a fazer a troca.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Liguei para mim e disse que estava com esse cheque. Como eu tinha o controle do cheque que eu tinha dado, confirmei que poderia fazer o negócio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – São todos documentos comprovados. Mas que coisa curiosa! Senador, estamos tratando desse assunto há bastante tempo, mas é impressionante que um bandido declarado conte algo detalhadamente, dando os dados do cheque, o valor, o dia, a hora, local e a descrição do negócio, admita que houve o negócio, e não admita o negócio que ocorreu, não admita que foi roubado a carga.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – É muito estranho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com o resto em tudo concorda. E o Sargento Lisboa disse claramente que o cheque é fruto da venda da carga roubada de peças de moto. Então, tudo casa. Mas é como disse: tem pele de leão, juba de leão, pata de leão, cheiro de leão, bafo de leão, é leão. Mas, ainda assim, não podemos sentenciar porque nosso dever é investigar.

Agora, as investigações apontam claramente para isso.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – O Sargento Lisboa sempre falou que pegou o cheque de Carola. Ele não disse que pegou o meu.

O SR. OSCAR DE MATTOS – Mas o cheque era seu.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Claro. Nunca neguei isso, mas ele não disse que pegou o meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que o senhor deu o cheque ao Carola?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Já falei que todos os cheques que saíram da mão desse pessoal passaram pela mão do meu irmão.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Três cheques de R\$10.600,00, e o senhor não se lembra?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Lembro. Já lhe disse várias vezes que dei três cheques de R\$10.600,00 e R\$6 mil em dinheiro em uma compra de 3 mil sacos de arroz. Isso eu disse desde meu primeiro depoimento e esta é a terceira vez que estou depondo nesta CPI. Os senhores podem pegar os relatórios de todos meus depoimentos. Continua a mesma história.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Quanto custou a carga de arroz?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Como assim?

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Quanto custou a carga?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Custou três cheques de R\$10.600,00 e mais R\$6 mil em dinheiro.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Custou R\$37.200,00.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – R\$37.800,00.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Considero-me satisfeito. Parece-me que as coisas estão claras, mas ainda precisaremos ouvir as três pessoas apontadas pelo Jorge.

Jorge, por favor, repita os nomes só para confirmarmos.

O SR. JORGE MÉRES – Sargento Lélis.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sargento Lélis, que é irmão do Carola?

E o guarda do posto fiscal.

O SR. JORGE MÉRES – O Luiz Carlos. Ele é fiscal.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É funcionário da Receita Estadual do Maranhão?

O SR. JORGE MÉRES – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Sr. Luiz Carlos atuou em 1998 em que posto?

O SR. JORGE MÉRES – Não me lembro o nome do posto, mas fica na saída de Santa Inês, no sentido de Zé Doca. Só tem esse posto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No posto localizado na saída de Santa Inês em direção a Zé Doca. E mais o que está preso, o Xuxinha?

O SR. JORGE MÉRES – O Fábio Xuxinha, o Naldo e o Júnior.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é?

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O Nego Naldo também.

O SR. JORGE MÉRES – Nego Naldo...

O SR. JORGE MÉRES – Fábio Xuxinha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como era o primeiro nome do Xuxinha?

O SR. JORGE MÉRES – Fábio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fábio Xuxinha, Negro Naldo e qual é o outro?

O SR. JORGE MÉRES – Que estão no roubo das peças de moto é o Armando e o Júnior.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – O posto fica no Km 0?

O SR. JORGE MÉRES – Fica na saída de Santa Inês. Eu não sei...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – É o KM 0 aquele?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – É esta-
ca zero que ele está falando.

O SR. JORGE MÉRES – É estacazero.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso. Está bom. É esse pessoal que te mos que ou vir em Imperatriz, que não é a Leopoldinense.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Você conhece o Genesinho?

O SR. JORGE MÉRES – Não senhor.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – De Bacabal?

O SR. JORGE MÉRES – Não senhor.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Amarelinho?

O SR. JORGE MÉRES – Não senhor.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – O Capixaba?

O SR. JORGE MÉRES – Não senhor.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Você nunca negociou na região de Bacabal, nunca foi deixar carga por lá?

O SR. JORGE MÉRES - Nunca negocieei com ninguém, Ex^a. Apenas dirigia caminhão para eles.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Naquela região?

O SR. JORGE MÉRES – Não.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA - Bacabal é o ponto central daquela região.

O SR. JORGE MÉRES – Fui uma vez em Bacabal, que fui convidado para trabalhar para o Mandacaru, um dos maiores compradores de cigarro roubado do Estado do Maranhão.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Que estamos procurando também, Senador, para ser ouvido em Imperatriz, porque a nossa ida...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Evaldo ou Edvaldo...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Mandacaru.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA - ...por que tem o Evaldo, porque a informação que tem que o comprador de cigarro é o Edvaldo do lado do Mandacaru. Não é o Mandacaru.

O SR. JORGE MÉRES – Fui convidado pelo Mandacaru para trabalhar com ele...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Por ele mesmo?

O SR. JORGE MÉRES - ...para dirigir as carretas para ele por causa de informação de São Paulo que nunca perdi uma carga em 12 anos de trabalho. Sou carreteiro há 17 anos. Fui chamado para ir trabalhar porque os motoristas dele perderam duas cargas.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Sim.

O SR. JORGE MÉRES – Não aceitei porque já tinha emprego. Trabalhei para o Sozza essa vida toda e larguei disso. Então não fui trabalhar para ele.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Só com o Mandacaru, mas ninguém em Bacabal.

O SR. JORGE MÉRES – Em Bacabal só foi o Mandacaru. E um dos motoristas dele trabalhou comigo, que foi preso em Açailândia com duas carretas de cigarro que estava indo para ele lá para Bacabal. Ele foi preso em Açailândia. Esse motorista trabalhou comigo três anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o nome do motorista?

O SR. JORGE MÉRES – José Raimundo da Silva. O apelido dele no Maranhão é cabelo de índio.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Jorge Méres, quando você era contratado para pegar essas cargas você sabia que tinha um chefe? Informavam-lhe que tinha uma pessoa que comandava?

O SR. JORGE MÉRES – Ex^a, toda a vida, nesses 12 anos que trabalhei fui comandado por William Sozza.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não, digo no caso lá do Amapá, da cidade...

O SR. JORGE MÉRES – Não, no caso do Amapá o que eu recebia, a ordem que recebia era para levar e entregar para o Prefeito, ele estando ou não estando lá, porque já estava ou pago ou acertada a carga, e a responsabilidade de receber era do Jignis, do Jota. Então a minha obrigação era entregar, alguém conferir, como o irmão dele sempre conferia as cargas. Entre gou, li ga va: olha, está aqui, está no chão. E eu pegava o meu caminhão e ia embora.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Quer dizer, a receptação na região, ele era o chefe?

O SR. JORGE MÉRES – Na região ali era o Aveny.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ele era quem comandava?

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Ele era receptor de todas as cargas que tinha levado.

O SR. JORGE MÉRES – Ali na região ele segurava...o pessoal gostava de vender para ele por que...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Cite aí uns três nomes que conhecem, que sabem que ele era o chefe.

O SR. JORGE MÉRES – Olha, Ex^a, acho que se for por esse ramo ali, em Santa Teresinha não tem quem não saiba, em Nova Olinda não tem quem não saiba que Aveny comprava mercadoria roubada. Até o próprio Prefeito William, de Nova Olinda, sabe disso, já comprou também carga roubada – comprou um traator roubado que estava na fazenda do Augusto. É uma confusão. É fácil. É pegar o pessoal que trabalhou com Carola, os outros vereadores, os policiais dali, os que davam proteção para a gente passar com o caminhão, como o Lélis, como o João - tem o João Preto, que chamam no posto fiscal, também policial – sabem que a gente ia levar a carga para o Aveny.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse João Preto... Quem é esse João Preto?

O SR. JORGE MÉRES – Ele é um policial comum. É um soldado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E também participava do esquema?

O SR. JORGE MÉRES – Sim. Quando o Lélis não estava ele segurava as pontas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era um lugar tenente do Lélis?

O SR. JORGE MÉRES – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acho que é bom relacionar também o João Preto, que é um soldado que era uma espécie de lugar-tenente do sargento Lélis. Quando o sargento Lélis não estava, o João Preto estava. Ele trabalhava lá nesse ponto também, esse do Km 0.

O SR. JORGE MÉRES – Não, esse no de lá, no de Gurupi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, no posto de Gurupi.

O SR. JORGE MÉRES – Ex^a, queria voltar só um pouquinho para trás em uma pergunta que o senhor fez e que me deixou um pouco incomodado, porque sou carreteiro há 17 anos. E o Dr. Aveny falou que comprou uma carga de arroz e deu três cheques de R\$10,6 mil e mais R\$6 mil. A carga de arroz por mais cara que seja em uma carreta, ele falou que comprou uma carga de arroz, por mais cara que seja em uma carreta ela dá R\$8,6 mil, que é o arroz parboilizado.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Não tem jeito de dar R\$37,8 mil?

O SR. JORGE MÉRES – Não existe.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Olha, nunca falei de uma carrada. Falei em 3 mil sacos de arroz. Não falei em carrada. Falei em 3 mil sacos de arroz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que preço é o saco de arroz?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Ele saiu...nesse tempo estava R\$12. Como dei cheque pré-datado, paguei uma diferença de R\$600 em cada cheque, calcula do o juro de R\$1,8 mil por causa que o cheque era pré-datado. O saco era R\$12.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – 3 mil sacos de arroz cabem em quantas carretas, Jorge?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Doze reais dá 37.

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Dá para umas seis carretas...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Essa matemática já é ??

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Seis carretas?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Não, mas tirei a minha vida fazendo esse negócio.

O SR. JORGE MÉRES – 3 mil sacos de arroz dá seiscentos...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Uma carreta tem 400 ou 500 sacos?

O SR. JORGE MÉRES – Seiscentos... seiscentos e quarenta sacos, mais ou menos 27. Lá a gente podia...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Mas ele...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Ia gastar umas cinco carretas.

O SR. JORGE MÉRES – Cinco carretas.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Onde foi descarregado?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Se nhor, eu expliquei. Esse tipo de arroz...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Era aquele que você comprava e não recebia?

O SR. AVENY ANDRADE PACHECO – Eu comprava e não recebia. No final do ano, eu vendia para as mesmas pessoas, porque não estava funcionando. Desde que assumia Prefeitura, eu não funcionei minha usina.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É arroz laranja.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Tem mais alguma pergunta ao Sr. Jorge Méres, Sr. Relator?

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário de Negromonte) – Então, dispenso V. S^a, agradecendo a presença.

O SR. JORGE MÉRES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Obrigado.

Há alguns requerimentos que eu gostaria de colocar em votação.

Requerimento do Senador Romeu Tuma.

“Requeiro, nos termos regimentais, as quebras do sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas naturais e jurídicas abaixo descritas, todas relacionadas direta ou indiretamente com empresas suspeitadas de irregularidade no tocante a receptação de cargas ou de carretas roubadas a saber: Arina Dalina da Silva, Aparecida Maria Pessuto, Débora Aparecida Gonçalves, Sandra Regina Davanco, Eric da Silva, Leonita Aparecida, Leontina Aparecida Bastele, Aírton de Freitas, Rafael Fiesta Garcia, Hioshida Comoda, Antonio Pedro Rodrigues Souza Rocha, Heleno Duarte Lopes, Humberto Duarte Lopes, Levi Luiz Silva Figueiredo, Petroforte Brasileiro Petróleo Ltd^a, Recipetros Derivados de Petróleo Ltd^a.

Sala das Comissões. Senador Romeu Tuma”.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Exmº Sr. Deputado Oscar Andrade, Relator.

“Requeiro, nos termos regimentais, a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas abaixo denunciadas de envolvimento com roubo e receptação de cargas a saber: José Juscelino dos Santos Resende, José Rodrigues da Silva, José Júlio, Aveny Andrade Pacheco, Emetério Ueba Filho, Transportadora Transul, José Geraldo de Abreu, Francisco Caíca Uchoa Marinho, Raimundo José Fernandes Leite (Carola), Joaquim Felipe de Souza Neto, Joaquim Lauristo, Vladimir Pedro Vieira, Antônio Lisboa Correa, José João Soares Costa, Carlos Antônio Mar Silva”

Em votação.

As Srªs e os Srs. Deputados e Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Deputado Pompeo de Mattos.

“Requer a V. Exª, com a devida fundamentação, seja quebrado o sigilo bancário de contas da Prefeitura Municipal do Amapá do Maranhão a partir de 1º de janeiro de 1987.”

Em votação.

As Srªs e os Srs. Deputados e Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Moreira Mendes.

“Requeiro, nos termos do Regimento, para instruir a CPI de Roubo de Cargas, o seguinte:

1 - Que seja oficiado ao Tribunal de Contas do Maranhão dando conta da confissão e declaração de fatos pelo depoente que pode caracterizar crime contra a Administração Pública, conforme declarações de documento em poder desta CPI;

2 - Quebra de sigilo bancário do depoente;

3 - Quebra de sigilo ou reprodução de todos os cheques emitidos pela Prefeitura.

Senador Moreira Mendes, subscrito pelo Deputado Pompeo de Mattos e pelo Relator.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Deputados e Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo mais nada a ser tratado, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h55min.)

Ata da 5ª Reunião Realizada em 5-4-2001.

Aos cinco dias do mês de abril do ano dois mil e um, às nove horas e quinze minutos no Plenário da Câmara Municipal da Cidade de Campinas no Estado de São Paulo, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças do Senhor Senador Moreira Mendes, e dos Deputados Carlos Dunga, Oscar Andrade, Mário Negromonte, Pompeo de Mattos e Telma de Souza, membros. Reuniu-se a “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir os depoimentos das seguintes pessoas: Márcio Carvalho de Oliveira (Márcio I), Sérgio Henrique Balbino, Hermenegildo Gigo Neto, Márcio Carvalho de Oliveira (Márcio II), Jordão Domingues da Silva, José Roberto Barbosa, Laércio Pereira, Alessandro Peres Pereira. Os depoentes foram questionados pelos Deputados Oscar Andrade, Pompeo de Mattos Carlos Dunga e o Senador Moreira Mendes. Apresente reunião foi ainda presidida pelo Deputado Mário Negromonte e Senador Moreira Mendes. Durante os depoimentos foram acareados os presidiários que estavam envolvidos com o roubo de cosméticos e outras cargas apreendidas em Americana e Santos. Pelo Deputado Oscar Andrade foi requerido verbalmente que se oficie ao Ministério Público de São Paulo, para que indique um representante para analisar os casos que envolvem as empresas de Ari Natalino da Silva. Foram registradas ainda as presenças do Prefeito de Campinas Doutor José Antônio da Costa Santos e do Vereador Romeu Santini, Presidente da Câmara de Vereadores da Cidade de Campinas. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião, do ano 2001, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento 23/2000, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento do roubo de cargas transportadas pelas empresas de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder

ainvestigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas.

Preliminarmente, gostaria de agradecer ao Presidente Romeu Santini a cessão do plenário da Câmara de Vereadores, o que nos dá tranquilidade para funcionar com liberdade e com o apoio dos Membros desta Casa em cumprimento de nossa missão.

Passo a palavra, pela ordem, ao Deputado Carlos Dunga.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, gostaria de pedir permissão a V. Ex^a para, antes de serem iniciados os trabalhos da pauta, apresentar dois itens. O primeiro é um registro e o segundo, um requerimento de nossa autoria.

Quero registrar, Sr. Presidente, os nossos agradecimentos aos que fazem parte da Polícia Federal e da Polícia Civil, em Campinas. Agradeço aos agentes, aos delegados, aos técnicos e a todos os servidores da Polícia Federal, que nos têm dado total apoio. Peço que esse agradecimento seja registrado nos anais desta reunião e, posteriormente, nos da Câmara e do Senado, em razão de a Comissão ser Mista.

Também quero agradecer à Polícia Civil por intermédio de seus Superintendentes, Dr. Ademir Tozzo e Eduardo Hallage. Em nome da Câmara Federal, quero apresentar nossos agradecimentos.

Passo às mãos de V. Ex^a um requerimento, por solicitação dos sindicatos farmacêuticos dos Estados de Pernambuco e da Paraíba, no sentido de que esta Comissão vá, mais uma vez, ao Nordeste verificar **in loco** a necessidade do que estamos fazendo pelos Estados brasileiros para a diminuição de um problema que acarreta o maior prejuízo às nossas estradas e aos produtores de nosso País.

Passo o requerimento às mãos de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Recebemos o requerimento. Posteriormente, o colocaremos em discussão e votação, na certeza de que será aprovado, em razão do interesse que se tem em apurar – inclusive, há alguns requerimentos –, nessa área, o roubo de produtos farmacêuticos, que tem aumentado, e muito.

Alguém mais deseja fazer uso da palavra, antes de darmos início aos trabalhos? (Pausa.)

Então, gostaria de endossar os cumprimentos ao Dr. Eduardo Hallage, que é Diretor da Polícia Civil de Campina, e ao Dr. Ademir Tozzo, que, com seus agentes, tem colaborado na segurança da realização dessas reuniões, bem como tem dado todo o apoio estratégico necessário aos Membros da CPI. Muito

obrigado, Dr. Ademir Tozzo, que aqui se encontra para acompanhar os trabalhos de nossa Comissão. E o Dr. Eduardo Hallage, que já por duas vezes telefonou-me, para providenciando a remoção dos presos e dando toda a cobertura necessária à Comissão.

Acredito que os Membros aprovam o ato proposto por V. Ex^a. E ficará registrada em ata esta colaboração firme e forte das autoridades policiais.

Muito obrigado.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir depoimentos de várias pessoas, conforme pauta própria. Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada no dia 27 de abril de 2001, ou se podemos considerá-la aprovada. Lembro que se trata da ata da reunião realizada em São Luís do Maranhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^{as} concordam com a dispensa da leitura da ata? (Pausa.)

Dispensada a leitura da ata, passo a assiná-la, ficando à disposição dos Srs. Membros. Lembrando que o depoimento do Sr. Aveny Andrade Pacheco foi realizado em Brasília. Em razão do requerimento do seu advogado, portador de foro privilegiado, não quis depor em São Luís. Propôs o seu depoimento. E uma coisa me deixou surpreso, Relator: diz-se que ele confessou que pagava mercadoria roubada com cheque da prefeitura e pré-datado. Quer dizer, a ação surpresa de um prefeito eleito e que pagava as mercadorias roubadas, por meio de cheques pré-datados, mas não do bolso dele, da própria prefeitura. Então, é um ato que poderá até enfeitar, se for necessário, o requerimento de um processo, que brade sigilo bancário e fiscal e poderá até propiciar um processo de cassação, caso fique comprovada essa movimentação ilegal nas contas da prefeitura.

É um esclarecimento que gostaria de fazer, porque o seu depoimento foi posterior à sessão cuja ata foi lida aqui. Então, tem que ser registrada na ata também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Gostaria de estender os nossos agradecimentos à Polícia Civil, à Polícia Federal e também à Polícia Militar, que tem apoiado e trabalhado junto conosco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Será anexado. E peço que comunique ao Diretor-Geral da Polícia Federal, também ao Delegado-Geral de Polícia de São Paulo e ao Comandante da PM o ato de agradecimento da CPI aos delegados e autoridades citadas.

Indago à Secretaria se existe expediente recebido ou expedidos.

“O Deputado Cesar Bandeira vem à presença de V. Ex^a solicitar a gravação de audiência do dia 16 do corrente na cidade de São Luís do Maranhão do depoimento do Prefeito de Vitorino Freire, no Maranhão, José Juscelino dos Santos Rezende.

O motivo pelo qual estou requerendo é que o referido citou o meu nome em diversas ocasiões do depoimento, tentando desviar os rumos das provas que o incriminam como um dos chefes do roubo de cargas no Estado do Maranhão.” A referência é ao Prefeito da Cidade de Vitorino Freire, no Maranhão, José Juscelino dos Santos Rezende.

Outro, do Presidente Aécio Neves, da Câmara dos Deputados, em que, conforme solicitação da comissão requerida pelo Vice-Presidente, Deputado Mário Negromonte, da cópia de tudo o que se refere ao roubo de carga citada na CPI do Narcotráfico.

Lembro que a CPI do Roubo de Cargas nasceu da necessidade de se aprofundarem os esclarecimentos de fatos levantados na CPI do Narcotráfico, mostrando a forte vinculação entre este tipo de crime e aquele, bem como do aspecto da lavagem de dinheiro.

Ele dá duas resoluções: uma, proibindo o fornecimento; e outra, autorizando, desde que os documentos sigilosos sejam autorizados pelas autoridades fornecedoras dos documentos.

Vamos providenciar um recurso, haja vista a importância dos documentos cedidos e analisados pela CPI do Narcotráfico que dariam, sem dúvida, uma perda de tempo enorme da CPI do Roubo de Cargas, caso tivéssemos que fazer tudo de novo.

Acho que o bom senso vai predominar. E, com certeza, o Presidente da Câmara nos atenderá.

Solicito à Secretaria que faça adentrar no recinto o depoente Márcio Carvalho de Oliveira, com a segurança necessária, para que possa prestar o seu depoimento.

Quem é o chefe da escolta, por favor?

Eu gostaria que lhe fosse tirada a algema, que se mantivesse a segurança, mas que ele prestasse depoimento sem algema.

Muito obrigado.

Solicito um copo de água de plástico para o depoente.

Há um microfone aí.

O seu nome é Márcio Carvalho de Oliveira?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Vinte e um anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seu estado civil?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Amasiado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência atual?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Ortolândia, Rua Maria Carvalho Silva n.º 134.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua profissão?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Desenhista e pintor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passou a roubar carga, rapaz?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente em algum grau de parte envolvida no processo a que responde?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está aqui e tem que assinar um termo de compromisso. Você se compromete a dizer a verdade, somente a verdade perante os membros da CPI?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – É o seguinte, está tendo uma confusão de uma pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espere um pouco. Estou lhe pedindo para assinar o termo e dizer a verdade. (Pausa.)

Agora você está sob juramento de dizer a verdade, somente a verdade. Se você mentir, você pode se prejudicar.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dou-lhe a palavra para fazer a sua exposição.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Acontece, senhor, que os meus processos são 159 e 121. Esse aí desconheço.

O meu nome é Márcio Carvalho de Oliveira, mas eu estava preso com um rapaz que ele tem o mesmo sobrenome do que eu. Inclusive, quando foi para eu sumariar, ele foi no meu lugar. Então, deve ter alguma confusão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem algum antecedente?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu estou condenado dez anos num seqüestro e estou sumariando dois homicídios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, você não é bonzinho e nem é anjo?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não; sim, senhor; eu concordo com o senhor. Só que deve ter algum engano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Engano quanto ao roubo de cargas?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – É, eu não estava envolvido nisso aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi acusado por que motivo nesse caso do roubo de cargas?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu nem estou sabendo; eu não estou sabendo de nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem advogado?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu tenho sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o advogado tomou alguma providência?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, mas foi de repente isso aí. Eu não estava sabendo de nada não, senhor. Eu estava esperando o meu júri do 121; isso aí desconheço totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É homicídio?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor matou alguém?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Matei sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi em que condições?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Foi discussão e briga na rua.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi por latrocínio?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passo a palavra ao Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Márcio, você foi preso no dia 19 de outubro de 2000, aqui em Campinas?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, senhor. Eu fui preso no dia 17 de fevereiro de 2000.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você estava foragido?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi preso e saiu?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, senhor. É por isso que eu estou tentando explicar. Esse rapaz estava preso comigo em Sumaré e aí ele fugiu de lá. Aí eu fui para a cadeia de Americana. A passar de uns dias, ele chegou na cadeia de Americana também. Esse rapaz aí, e aí ele foi para a cadeia de Ortolândia. Ele está na cadeia de Ortolândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não foi preso aqui no dia 19, na Rua 148, número 88, no Parque Florence?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, senhor. Eu fui preso em Monte Mor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a sua filiação, o seu pai e sua mãe?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Jurandir Carvalho de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós estamos aqui conferindo e parece que houve troca de pessoa.

O SR. – Nós trouxemos a pessoa que foi indicada pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui diz Márcio Carvalho de Oliveira. Você lembra do teu RG?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não lembro não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não tem o documento, nada?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu tenho mas não lembro o número não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Filho de Daniel de Oliveira e Alaíde Carvalho Almeida de Oliveira?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não senhor. É Jurandir Carvalho de Oliveira e Maria Rodrigues do Prado de Oliveira.

O SR. – (intervenção fora do microfone) Essa pessoa que consta da **(inaudível)** ... que nos foi passada é Márcio **(inaudível)**. Provavelmente existe um outro Márcio em outro estabelecimento prisional. Ele está sem identidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou pedir à Polícia Civil daqui, Dr. Hallage, que mande um identificador para colher as impressões digitais deles e podermos conferir. Está preso em Hortolândia?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – O outro está em Hortolândia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o mesmo nome seu?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – É o mesmo nome, Márcio Carvalho de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles trouxeram certo. Foi dado à CPI o RG... E a ocorrência em que ele é acusado quando foi? Está preso desde quando?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Dia 17 de fevereiro de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria ao Dr. Naurides para ligar para o Dr. Hallage mandar um pesquisador papiloscópico para podermos identificar e acredito que ele poderia ficar preso aqui, aguardar lá. Por favor, podem algemá-lo para a segurança dele mesmo. Vamos aguardar e pedir para o delegado ver se em Hortolândia há um homônimo e conduzi-lo cá. Muito obrigado.

Quais são os crimes que você está respondendo? É seqüestro?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Seqüestro e homicídio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual seqüestro que você praticou. Pegue o microfone, por favor.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu estava envolvido com o Ronaldo num seqüestro de um empresário de Vinhedo no começo do ano de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês tiveram resultado ou a polícia...

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Já, fui condenado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês conseguiram o resultado do seqüestro, receberam o resgate ou foram presos durante a ação?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, recebemos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Receberam?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto vocês pediram?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – R\$20 mil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi seqüestro relâmpago, rápido ou tiveram cativo, como era?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Tivemos cativo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tiveram cativo. Foram presos todos os membros da quadrilha.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Uns morreu e uns tá preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você e o outro está preso e outro morreu?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Morreu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em entrevista com a polícia?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É um crime grave um seqüestro.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – É sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não se arrepende não?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Arrepende a gente arrepende.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas tem que pagar o preço.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Tem que pagar, né.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está bom. Você vai aguardar um pouco até esclarecermos. (Pausa.)

O agente da Polícia Federal nos informa que: "A fim de intimidar Maria Aparecida Pessuto, dirigi-me à rua Major José Inácio 1844/41, Centro, São Carlos, e, em contato com o porteiro Ivanir de Oliveira Moura, constatei que tal pessoa não reside no local há mais de um ano, sendo o atual morador chama-se Olavo Cabral. Na seqüência, desloquei-me à rua Gregório Donato e constatei que atualmente reside no local o Sr. Alberto Garcia, o qual não conhece a Sr^a. Aparecida Maria Pessuto, de forma que ela está intimada..."

Ela é ligada a quê?

É uma das senhoras ligadas ao Ari Natalino. Estamos vendo grande dificuldade de localização das pessoas que estão ligadas a ele, de forma que vamos aguardar e pedir investigação mais séria da polícia para identificação dos locais onde residem porque mudam muito.

Como a segunda pessoa a ser intimada hoje é o Sr. Ari Natalino da Silva, peço que a secretaria informe se ele atendeu à intimação. (Pausa.)

Então, o Sr. Ari Natalino, como sempre, procura escusar-se a prestar o depoimento a esta CPI como fez com a CPI do Narcotráfico. Podemos verificar, nas catorze folhas do Instituto de Identificação da Polícia de São Paulo, que responde a cerca de 50 procedimentos, bem como ofício do Delegado da Secretaria da Receita Federal, informando sobre os débitos existentes em nome do contribuinte Petroforte Brasileiro Petróleo Ltda.

Percebe-se que ele se julga acima da lei e que a impunidade é um registro natural na sua pessoa e naqueles que o cercam nos negócios escusos. Ele se nega, inclusive, a pagar contribuições devidas ao Erário Público.

Acredito que o Relator apresentará requerimento a respeito do assunto que será lido e aprovado por esta Comissão.

O SR. OSCAR ANDRADE – “Sr. Presidente, requeriro, com base no art. 311 do Código de Processo Penal, que possa esta Comissão aprovar remessa de representação ao Juiz Federal da Seção Judiciária de São Paulo para decretação de prisão preventiva do Sr. Ari Natalino da Silva, tendo em vista o conjunto de provas apuradas por esta Comissão e considerando que, pela terceira vez, uma CPI o intima e ele não se faz presente.”

Após sua prisão, sugiro que a CPI marque data para colher seu depoimento a fim de desenvolvermos nosso trabalho de esclarecimento dessa figura que, como o senhor disse, procura estar acima da lei e não atender às intimações que lhe são feitas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Preparamos a requisição da prisão preventiva do Sr. Ari Natalino e das pessoas que com ele trabalham e se recusam a comparecer às reuniões da CPI. Todas as oportunidades foram dadas a ele. Inclusive, na CPI do Narcotráfico pela qual, se não me engano, foi indiciado pela forma e pelas acusações que recebeu durante os depoimentos de vários dos envolvidos naquela CPI.

Também solicitaremos ao Ministério Público a designação de um promotor especializado para que

proceda o levantamento e acompanhamento de todos os processos a que responde o Sr. Ari Natalino, porque várias prisões preventivas foram decretadas e quebradas sem que nenhuma delas tenha sido, se não me engano, cumpridas. De forma que algo estranho está acontecendo. Vamos requisitar ao Procurador-Geral que designe um especialista para acompanhar e levantar todos os dados e o andamento dos processos de Ari Natalino e as pessoas que o cercam.

Chamo Airton de Freitas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também não compareceu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto se houve intimação formal. (Pausa.)

Então vou chamar, presente, Sérgio Henrique Balbino.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, antes eu queria requerer também que o Sr. Airton de Freitas e o Sr. Levi Luiz Silva Figueiredo, que são os números três e quatro para depor, possam também ser trazidos, na forma da lei, para que possam ser ouvidos numa próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos pedir à autoridade competente que na próxima reunião eles sejam conduzidos sob vara, porque às intimações têm-se recusado a atender, de forma que vamos agir com o rigor existente na própria legislação penal e no Código de Processo Penal.

Bom dia.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Muito bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seu nome, por favor.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sérgio Henrique Balbino.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A identidade do senhor, o senhor lembra de cor?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sim, 20.949.782.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – 30 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Solteiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência atual.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Barreto Leme, 2.540, apartamento 1.001 – Cambuí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui, em Campinas?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Aqui, em Campinas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Empresário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Local em que reside atualmente: Campinas. É parente de alguém que atualmente responda a processo por roubo de cargas?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós pediríamos a gentileza de, se o senhor concordar, de acordo com art. 203 do Código de Processo Penal, o senhor dizer a verdade, somente a verdade naquilo em que puder ajudar esta CPI, e sei que o senhor poderá ajudar em razão de ter conhecimento de fatos que possam esclarecer. Inclusive eu proponho que, durante o depoimento, se o senhor achar que tenha alguma coisa que deva revelar sob sigilo, nós faremos isso para que possa facilitar. Então pediria que o senhor assinasse o termo.

Eu pediria ao Dr. Camargo que qualquer intervenção o senhor não fizesse diretamente ao depoente, falasse com a Presidência, e nós tomaremos as providências que o senhor achar que necessárias sobre qualquer coisa que possa ocorrer em razão do seu cliente.

Muito obrigado.

O senhor queria fazer uma preliminar de exposição?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não. Na verdade, eu não sei nem o motivo que fui chamado. Estou aqui para falar a verdade, como já assinei o documento. Preciso saber do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi chamado por ter sido sócio do Ari Natalino ou ter trabalhado com ele.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Na verdade, não se concretizou essa sociedade, motivo esse que me desliguei de uma companhia de gás. A minha profissão é distribuição de gás de cozinha. Fui chamado para iniciar uma empresa de gás para ele, na qual trabalhei de fevereiro de 99 a junho de 99, por conta de uma participação societária nessa empresa que não se consolidou. Com isso, eu me desliguei completamente, não tenho mais nenhum contato. Hoje, eu tenho uma distribuidora de gás minha, só minha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então hoje o senhor sabe por que está aqui, para colaborar com a CPI. Acho importante que o senhor tenha um exame de consciência e traga ao nosso conhecimento fatos que possam realmente mostrar todo o comportamento de ilegalidade que Natalino tem feito em suas empresas, provavelmente outros fatos estão chegando ao conhecimento da CPI.

Passo a palavra ao Relator para os devidos questionamentos.

Peço ao senhor que nos esclareça no que puder.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Sérgio, qual sua atividade profissional atualmente?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sou empresário do ramo de distribuição de gás.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem uma empresa distribuidora de gás.

Qual o nome dessa empresa?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Gás Ball – Armazenadora e Distribuidora Ltda.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quais empresa o senhor já participou como dono ou sócio e durante quanto tempo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Participei somente do ramo de gás, em um depósito e dessa. Trabalhei também no ramo de informática.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há alguns anos?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Há alguns anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como se deu essa atividade de cinco meses que o senhor disse ter exercido juntamente com o Sr. Ari Natalino(?)?

O senhor disse que foi chamado, mas chamado por quem? De que forma aconteceu isso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Ele chegou à minha pessoa por meio do mercado de gás.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por meio do quê?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Do mercado de gás, pois sou profissional do mercado de gás, onde existia a intenção de se abrir uma distribuidora de gás. Como eu tinha conhecimento nessa área, eu...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já o conhecia nessa época?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem de nome?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – De nome sim, mas não o conhecia pessoalmente.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor o conhecia como? Como um empresário?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Eu o conhecia como um empresário que tinha a Petroforte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Continue, por favor. Ele se aproximou do senhor...

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Ele me propôs uma sociedade para que abrissemos uma distribuidora de gás. E, no auge de minha carreira, acreditei que seria uma oportunidade muito boa. Aceitei essa empreitada e comecei a trabalhar como diretor da empresa, tendo um salário mensal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era a empresa?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Maxgás. Uma empresa que abri desde o início, ou seja, que a regulamentei junto à Agência Nacional do Petróleo, uma de minhas especialidades no meu ramo de atuação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, o senhor foi sócio dessa empresa?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, em momento algum. Por isso, desliguei-me dela. A sociedade não me foi passada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele já era dono?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Ele não é o dono. O dono é o Eric, que é o filho, e Débora, que é a esposa. É o que consta do contrato social. Mas quem conversava comigo diretamente era ele. As outras pessoas, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ou seja, ele era o dono e usava o nome do filho e o da esposa. Isso está claro, pois era ele quem determinava e foi ele quem o chamou para ser sócio.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Ele é o superintendente.

O SR. OSCAR ANDRADE – E por que ele o chamou para ser sócio dele?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Pelo conhecimento que eu tinha no ramo de distribuição de gás.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não mexia com gás, então?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não mexia com gás.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não possuía uma empresa já registrada?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não. A Maxgás foi constituída há mais ou menos oito anos por um grupo de empresários do gás, se não me engano eram doze pessoas. Só que eles não tiveram

êxito pela demanda de recursos e a empresa foi encerrada. Esse título ficou em aberto na Agência Nacional apenas para reativação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, ele a comprou dessas doze pessoas?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não sei. Tenho conhecimento de quando ele me falou que tinha uma empresa era dele naquela ocasião. Vi o contrato social, tenho cópia inclusive. Ser for de utilidade, posso passá-lo a V. Ex^{as}. O contrato social está em nome de Eric e Débora. Fui convidado a “**startá-la**”. De imediato, eu deveria ter 30% da empresa, o que nunca me foi passado, motivo pelo qual me desliguei completamente de todas as atividades.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esta CPI consta tou que alguns cheques da Petroforte foram emitidos em seu nome. Como o senhor explica isso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Cheques emitidos em meu nome?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sim.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não tenho conhecimento disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – De nenhum cheque da Petroforte? O senhor nunca recebeu qualquer pagamento?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sim, recebi pagamentos. Meus honorários, à época, eram de R\$5 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eram pagos pela Petroforte?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Eram pagos pela Petroforte. Não me recordo se eram pagos em dinheiro ou em cheque. Se existiu algum cheque, nesse valor, foi por conta disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesses cinco meses, a Maxgás não tinha condição de pagar?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, porque ela estava em fase pré-operacional. Na minha saída foi que se iniciou a operação. Sen ti que fui usado para que se fizesse a empresa, como um todo, e que depois foi retirado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, a Petroforte é que lhe pagou nesses cinco meses?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Exatamente. Nesses cinco ou quatro meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o valor que você recebeu?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Cinco mil reais por mês.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Foi contabilizado?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não sei. Quanto à contabilidade não sei, porque isso foge do meu alcance.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Você registrou...

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Eu não era registrado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Você é autônomo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Você declarou esses recebimentos junto ao fisco, na sua declaração de imposto de renda? Era contra recibo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Era contra recibo, na minha declaração, com certeza...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Consta o recebimento?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Acredito que sim, mas não posso dizer com certeza, porque é o contador que faz o meu imposto de renda. Não posso afirmar com absoluta certeza que foi lançado esse dado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou dizer alguns nomes e gostaria que a cada nome você dissesse se conhece, qual a relação que existe entre a pessoa, você e o Ari Natalino.

Aparecida Maria Pessuto ou Maria Aparecida Pessuto.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Conheço. É ex-esposa do Sr. Ari. Não tinha nenhuma relação com ela. Conheço-a simplesmente de nome.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas o nome dela que estava e do Eric?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não. De Débora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Débora era a atual esposa na época?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Até o meu conhecimento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Essa ex-esposa continua nos negócios dele?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E durante a sua ligação com ele? Já era ex-esposa e continuava ligada aos negócios dele?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Débora Aparecida Gonçalves?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – A Débora. Como eu disse, consta no contrato social, mas não a conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sandra Regina Davanco?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sim, conheço. É uma secretária dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Secretária apenas?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Do meu conhecimento, sim. Despachava muito coisa com ela: recursos que eu necessitava, pagamento de funcionários, essas coisas. Ela era o meu link.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eric da Silva?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – É o filho.

O SR. OSCAR ANDRADE – João Ferreira Ruivo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Desconheço. Lembro de um João, mas não sei se era esse sobrenome. Era um administrativo da Petrorfote, mas não sei se é Ferreira Ruivo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Antônio Pedro Rodrigues Souza Rocha?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Yoshica Komoda?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Rafael Fiesta Garcia?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Natan Vinícius Gonçalves da Silva?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sim. É um assessor direto do Ari.

O SR. OSCAR ANDRADE – Joaquim Gomes de Figueiredo Neto?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com esse Natan Vinícius você teve alguma relação? O que você pode dizer sobre ele? Era sócio em alguma outra empresa?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não tenho conhecimento. Só sei que estavam sempre juntos. Eventualmente, quando tinha alguma reunião – elas eram raras –, ele estava presente.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor sabe que o Ari tinha “n” empresas, mais de 50 empresas, em

nome de terceiros? Que esse Natan era um pseudo-proprietário de alguma outra empresa?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Joaquim Gomes de Figueiredo Neto?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Paulo Roberto Felizardo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vilmar José da Costa?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Airton de Freitas?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Josefina Moura de Oliveira?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Leontina Aparecida Bastele?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Peter Pessuto?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Rogério Rodrigues Ruivo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Gui Alberto Hetz?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Humberto Duarte Lopes?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Heleno Duarte Lopes?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Levi Luiz Silva Figueiredo

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Márcio Natel?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Quero ratificar um coisa que eu disse. V. Ex^a falou Natan. É Natel. Natan eu não conheço. Conheço Natel. Esse é o assessor, Márcio Natel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era apenas assessor?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sim. Pelo que eu sei, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Adjamir Simões Ferreira.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sim conheci.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que ele era?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Ele era, na época em que comecei a Max gás, ele era um diretor da Petroforte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carlos Alberto Felchel.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os cheques que o senhor recebia dele eram da firma ou de particulares?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não me recordo. Mas, puxando pela memória, era da empresa. Nunca me lembro de ter um cheque pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual empresa que era?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Acredito que da Petroforte, mas não posso afirmar com absoluta certeza porque não me recordo mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o banco?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Desculpe-me, mas não me recordo do banco e nem da procedência do cheque.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos melhorar essa memória aí. O senhor não fazia depósito dos cheques? Os pagamentos em cheque eram recebidos na boca do caixa ou fazia depósito?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Eu fazia o fechamento diário da empresa, porque a empresa ficou em fase pré-operacional e essa fase de vendas foi de apenas 5 ou 6 dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Chegou a operar vendas.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Isso, depois eu saí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os cheques ficavam na empresa ou o senhor passava para o caixa dele? Tinha algum documento?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Era feito o fechamento do caixa diariamente e eu passava para a Cristina, que é a gerente da base da Petroforte, em Paulínea.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O resultado, a contabilidade, a forma de...

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Na verdade, a contabilidade não...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas uma folha explicativa.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Exatamente, uma folha diário do ven da para o Sr. João, Sr. José, que é o que cabe a mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A parte operacional de vendas.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Exato. Eu não entendo nada de parte de contabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor transferia os cheques ou recebia tudo...

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Cheques e recebimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando fosse feito o pagamento, transferia o original.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sim. E depois os proventos para pagamento de funcionários eram mandados para mim através de malote e com os recibos já prontos, onde fazíamos o pagamento de todos os funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era em dinheiro?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Em dinheiro e cheques.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora a empresa tinha conta em que banco?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não tenho conhecimento porque trabalhei na fase pré-operacional.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor era sócio ou funcionário?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Era funcionário. Eu tinha uma promessa de sociedade que não foi cumprida, motivo pelo qual me desliguei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não houve contrato. Houve registro empregatício?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não houve registro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, em tese, não houve nem contribuição da Previdência.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não houve.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não houve nada. Não se pagou nenhuma das contribuições necessárias a um bom relacionamento entre empregado e empregador. Foi tudo clandestino em tese, mas a empresa foi aberta legalmente. Houve registro na Junta...

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Quanto a minha pessoa. Quanto aos funcionários, eles tinham os registros todos. Eu não tinha o registro por conta de uma promessa de ser sócio, que não se concretizou, por isso é o motivo da minha saída, e pelo meu trabalho autônomo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A empresa foi registrada corretamente na Junta Comercial e em todos os órgãos?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sim, corretamente e participei de todo... Quando tomei pé da situação da empresa eu levantei um problema junto à inscrição estadual, que foi legalizado, referente a uma antiga dívida que existia dos fundadores da empresa e que foi sanada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continuou com o mesmo registro, número de contribuinte do ICMS?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E Federal também?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, o CNPJ continua o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês expediam nota fiscal das vendas?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem são Luís Gonçalves Rossati e Luís Fernando Mazocato?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Luís Gonçalves Rossati é meu sogro. Meu estado civil é solteiro, mas vivo com uma mulher, ele é meu sócio na empresa Gasball. Luís Fernando foi meu sócio em uma empresa de informática que citei.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi acusado por Maria Natalina, em um inquérito policial em Paulínea, de falsidade ideológica e uso de documento falso, juntamente com esses dois sócios. Na Gasball?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, na Max e favorecido Gasball.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na Max, se chama Zulgás, é esse o nome?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – É a Maxgás, essa é a razão social e o nome fantasia que eu te disse.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Maxgás que era dele?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Que é.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Ari?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Do Eric.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele o acusou de falsidade ideológica e uso de documento falso, juntamente com seus dois sócios, na Maxgás. O que houve no caso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Como disse, percebi que queriam minha saída. E todos os atos que tive como diretor, assinava, como proprietário até da empresa, ele julgou que eram atos de falsificação, que falsifiquei documentos dele. To meito das as medidas cabíveis junto a polícia local, o senhor deve ter conhecimento. Foi feito um boletim de ocorrência e corre um inquérito sobre isso, no qual já presetei todos os meus testemunhos à justiça local, São Ta-deu, em Paulínea.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tanto a Maxgás como a Petroforte, como tantas outras empresas, reconhecidamente do Sr. Ari Natalino, não estão no nome dele. O que você tem a dizer a respeito, você que conviveu com ele alguns meses, que entrou, de certa forma, até na intimidade em função do relacionamento.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, nunca entrei na intimidade, o meu relacionamento com ele foi apenas comercial.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não achava estranho, empresário que você é, tem formação, tem nível cultural, consciente de que é possível entender perfeitamente tudo que está acontecendo. A Petroforte não é em nome dele, é nome de ex-esposa e não sei de quem mais, a Maxgás, que ele estava fundando, da mesma sorte. Você não achava estranho?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Eu cheguei a pensar isso. Quanto à Petroforte, não sei se está no nome dele ou não, o senhor está me dizendo isso agora, eu não tinha conhecimento. A Maxgás, quando vi no contrato social, indaguei isso a ele, dizendo por que não é no seu nome. Porque é meu filho quem vai tomar conta e já estou dando a parte para a minha esposa, então cada um de vocês vão ficar com 33%. Então, era dividido em 3.

O SR. OSCAR ANDRADE – E as outras empresas?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – De nenhuma outra empresa?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – De nenhuma outra empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já respondeu algum inquérito policial?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E esse de falsidade ideológica?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Fui só prestar meu testemunho, não sei se isso é...

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhum outro tipo de inquérito, o senhor nunca foi indiciado?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhuma condenação, nada?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Nenhuma condenação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Junto com o Ari, ele ser arrolado em algum inquérito?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, nunca tive envolvimento direto com ele, sempre tive envolvimento, como disse, comercial. A minha função era fazer a empresa startar. Foi o que fiz, não tinha nenhum envolvimento pessoal, como o senhor disse, nunca tive com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não tem nenhum conhecimento do Ari em receptação de cargas roubadas, combustíveis?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Desconheço completamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não sabe nada sobre caminhões roubados?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com relação ao Sr. Ari Natalino?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Sérgio, esta nossa CPMI vem a Campinas tentar ajudar na Nação num crime grave, crescente que acontece hoje no Brasil e envolve mais de 500 milhões de reais por ano em roubo de carga. Um braço forte no Brasil é aqui em Campinas. O senhor tem a oportunidade – e o Presidente assim já deixou claro – de ajudar esta CPI.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – E é o que estou tentando fazer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Primeiramente, quero dizer que o senhor é o primeiro a estar aqui. Tem 36 pessoas intimadas, já sabemos que a grande maioria não virá e sabemos que o Ari Natalino o acusou até injustamente, como você mesmo disse. Acho que seria uma oportunidade do senhor contribuir muito com a CPI e até se isentar de problemas futuros que podem ocorrer.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Estou consciente disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, como o Presidente já se posicionou, vou reforçar: se o senhor quiser conversar com a CPI fechado, vamos fechar a sessão para procurar ouvir do senhor informações através das quais se possa chegar efetivamente a cessar esses absurdos que acontecem a partir do Sr. Ari Natalino. Gostaria até que o senhor pudesse refletir porque, realmente, quem teve uma relação de alguns meses com uma figura que... As informações que a CPI tem são tão grandes a respeito dele, de roubo de cargas, de desvio, de tanta coisa, e tem várias empresas que são dele e não estão no nome dele. Quer dizer, não tem dúvida; há certeza, hoje, de que há muitos crimes por trás disso. A exemplo de outras pessoas que estão colaborando com a CPI, acho que poderia o senhor ser um colaborador, buscando até se isentar de futuros problemas.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – A minha consciência está bem tranquila quanto a isso. Estou aqui fazendo isso, como disse, em juramento, falando a verdade. E o que sei estou transmitindo ao senhor. O que eu puder ajudar, estarei ajudando no que me perguntar e eu souber. Eu estou dizendo tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor, então, nunca tinha ouvido nada sobre ilegalidade junto a Ari Natalino? Nada?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desvio de combustível...

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Nada. Tenho desconhecimento disso.

A única fonte de informação sobre isso foi a revista **Veja**, o jornal; aí, sim, eu ouvi falar. Mas isso já estava longe...

O SR. OSCAR ANDRADE – Nessa época, o senhor...

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Eu já estava completamente desligado, graças a Deus.

O SR. OSCAR ANDRADE – Naquelas misturas indevidas de combustível que prejudicava...

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não tenho nenhum conhecimento quanto à parte operacional, que não do gás.

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua relação com a Petroforte...

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Era Maxgás, não era Petroforte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor recebia salário da Petroforte.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, estou entendendo o que o senhor está dizendo. É que a fonte pagadora vinha de lá, por conta de ser uma empresa do grupo dele. Mas eu atuava exclusivamente no gás. Tudo que o senhor me perguntar de gás eu posso responder, tudo, tudo, tudo, mas, quanto a Claras, eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – E os caminhões que a Polícia do Espírito Santo, do Turvo, da região de Bauru, apreendeu, roubados, que estavam pintados com as cores da Petroforte?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não lembra disso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não tenho conhecimento.

O senhor pode até averiguar datas, de repente... não tem nada.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Dr. Oscar Andrade...

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queria pedir uma interrupção, para agradecer a presença do Presidente da Câmara, meu xará, Dr. Romeu Santini, que aqui se encontra. S. Ex^a veio prestigiar-nos.

Queremos agradecer, agora – já o fizemos no início da sessão –, a benevolência de V. Ex^a em ceder o plenário, para que a CPI tivesse se todas as condições de trabalho, sem nenhuma dificuldade. Então, fica registrado o nosso agradecimento a V. Ex^a pela cessão do plenário e de toda a estrutura da Câmara, para que a CPI pudesse funcionar.

Também, queria registrar, Srs. Mem-bros, a presença dos Promotores do Gaeco, Dr. Fernando, Dr. Ricardo e Dr. Campano.

Nós, há pouco, Srs. Promotores, mostramos a necessidade de uma designação de um dos Promotores – penso que o Gaeco é essencial –, para podermos levantar o andamento dos processos contra Ari Natalino, que se tem permanentemente recusado a

comparecer às intimações da CPI do Roubo de Cargas, como fez no caso da CPI do Narcotráfico. Consideramos que tem importância vital para alguns esclarecimentos a sua presença. Nós vamos requerer ao juiz competente a sua prisão preventiva. Acredito que não será negada. E vou pedir ao Procurador-Chefe que designe um dos senhores para fazer o levantamento de vários processos a que ele responde, das várias prisões preventivas decretadas que conseguiu quebrar, para conseguirmos alcançar uma pessoa, que está com uma carga enorme de processos nas costas, e com se gue voar como anjo.

Então, agradeço a presença de V. S^{as}, a colaboração que têm prestado à CPI. Esperamos contar sempre com V. S^{as}, que são parte importante no andamento dos processos que porventura virão a ser apurados pela CPI.

Obrigado.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, gostaria, com a permissão do Relator, Deputado Oscar Andrade, de fazer alguns questionamentos ao Sr. Sérgio. Seria importante que o senhor – e o Presidente alertou-o de que está sob juramento, o senhor assinou o termo... O senhor se recorda da data em que se encontrou com o Sr. Natalino? O mês? O início? Quando ele tomou conhecimento a seu respeito e o senhor dele?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Dezembro de 98.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Dezembro de 98?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Aí começaram as conversas.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O primeiro contado do senhor foi pessoalmente ou telefônico?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Foi telefônico. Ele marcou uma reunião comigo, onde eu estive...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Telefone celular ou fixo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Que ele me ligou?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O seu?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não me recordo se era celular ou fixo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você sabe o número do seu telefone celular e fixo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sei.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você pode revelar os dois?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Posso. Fixo: 32551400, celular: 96028072.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor não conhecia os antecedentes do Sr. Ari Natalino? Não conhecia de forma alguma?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É uma coisa estranha, pois o senhor faz uma sociedade, vai trabalhar e não conhece a procedência e os antecedentes. Não é estranho? Uma empregada doméstica, por exemplo, que vai trabalhar em uma residência, geralmente a dona da casa ou o dono da casa procuram saber os antecedentes dessa empregada. Em uma empresa, normalmente busca-se saber os antecedentes profissionais. O senhor não sabia que o Sr. Ari Natalino mantinha uma lista quilométrica de antecedentes criminais?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não sabia?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não sabia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tem certeza absoluta?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Absoluta.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor não tinha noção de que estava sendo contratado para ser um laranja dele?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, senhor. Eu tive essa noção a partir do momento em que houve a intenção de não me passar nada.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas sabia que ele tinha muitos laranjas?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não sabia?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você se sentiu laranja na hora em que tomou conhecimento que ia ser usado por ele?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, senhor. Eu me senti injustiçado por não ter parte de algo que eu sonhei, que hoje eu possuo, mas na época eu não tinha essa visão de possuir outra empresa, de ter sido traído no sentido profissional da coisa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você sente que foi usado?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Usado no sentido e abrir um negócio em que eu não obtive os lucros que eu desejava. Só isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Como o senhor montou a Gásball depois? Foi quanto tempo depois?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Foi em agosto.

O SR. OSCAR ANDRADE - De?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - De 99.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor se desligou dele em julho?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Em julho.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quer dizer, um mês depois você montou a Gásball?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Na verdade ela começou a fazer operacional em janeiro do ano passado.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual o capital social da Gásball?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - O capital social da Gásball hoje, integralizado, está em R\$1.100 milhão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual o seu percentual na empresa?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Hoje, 32%.

O SR. OSCAR ANDRADE - Hoje? E quando montou?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Era 50%.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor tinha 50%?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tinha R\$1.050 milhão?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Não, R\$550 mil era a minha parte.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor adquiriu isso trabalhando com o Ari?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Não, senhor. Não adquiri trabalhando com o Ari.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor já tinha?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Eu tinha alguma coisa e a integralização foi nos doze meses de operação da base, da Gásball. A integralização foi feita pela empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE - Com relação à sociedade com o Ari, como o senhor pagaria os seus 30%?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Nós chegamos a um acordo: ele me daria uma carência de dois anos e eu pagaria um percentual de R\$50 mil de cada por cento. Eu tinha 30% e teria que pagar 50 mil x 30, com um prazo de carência de 2 anos e mais 3 para pagar.

O SR. OSCAR ANDRADE - Era R\$1,5 milhão?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - É.

O SR. OSCAR ANDRADE - Como o senhor iria pagar isso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Com os lucros de uma distribuidora de gás.

O SR. OSCAR ANDRADE - Da mesma?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Com a minha quota-parte, que seriam 30%.

O SR. OSCAR ANDRADE - Da Max?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor não tinha dinheiro. Iria pagar com o próprio lucro do seu trabalho?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Não ter dinheiro é relativo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não tinha 1 milhão e meio de reais.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Não tinha 1 milhão e meio de reais para aplicar de aporte, mesmo por que eu estava aplicando o meu trabalho e ele estava entrando com o capital. Ele não tinha conhecimento nenhum na área, e eu tenho todo o conhecimento da área de gás e desenvolvi a empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE - Aí não deu certo em julho e em agosto o senhor montou o seu próprio negócio, que era Gasball.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Exato. Eu tinha já uma autorização da ANP para abrir a minha empresa, eu já a tinha pleiteado desde 1997, tardou um ano e meio a dois para sair, e, mediante essa visão e ele não me deu a parte na Max, fui caminhar a minha trilha empresarial com a minha empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o que era a Vesbal Ltda. ?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - Empresa de informática na qual eu fazia parte societária.

O SR. OSCAR ANDRADE - E a Babin e Balbino Ltda. ?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO - É um depósito de gás em que eu também tive o meu nome, como já disse ao senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - E a Gasball, armazenadora e distribuidora de gás é a referida?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – É a referência. São essas as empresas em que tive participação societária. Três empresas.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE - Sr. Sérgio, o senhor falou que antes de conhecer o Ari Natalino não sabia dos antecedentes dele. E depois de conhecer? Começou a identificar os problemas?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, isso não, porque eu não tinha contato direto. Comecei a executar os trabalhos dentro da Max, a saber através de jornais, através de boatos, essas coisas, que...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Lá dentro, o senhor não tomou conhecimento de nada escuso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, e garanto aos senhores que, dentro da Max Gás, na minha estada lá, não houve nada.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O seu nome não foi usado para abrir contas?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE - O senhor tem talão de cheques, cartão de crédito?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Tenho tudo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE - O nome não está no Serasa, no Cadin?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Então, o senhor, depois, também não identificou nenhum caso escusopraticado pela empresa ou por ele?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, senhor. Inclusive, os meus advogados, que tomam conta da minha parte jurídica, vasculharam todos esses caminhos por conta do receio que eu tinha de acontecer alguma coisa nesse nível.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi feita uma auditoria lá na empresa pelos advogados?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Meus?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, senhor. Infelizmente não. Foi até um erro meu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, não teve levantamento. Só teve na sua parte?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Exatamente.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E os seus advogados não tinham conhecimento dessa folha extensa de processos a que ele respondia?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Tivemos a partir da matéria da **Veja**, mas aí eu já estava desligado. Ela declarou muitas coisas, a própria imprensa. Foi aí que eu tive conhecimento.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor não acha que... Vamos supor que ele tenha sido contratado o senhor como “laranja”, sem o senhor saber, é lógico.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não acho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não acha por orgulho pessoal ou porque, realmente,... No seu depoimento, está claro que o senhor foi usado. O malandro usa as pessoas de bem para poder...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele o processou porque o senhor se insurgiu contra ele, talvez?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Eu acredito nisso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE - Ele lhe contratou para ser “laranja”, e o senhor não sabia dessa contratação?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não acredito na questão do “laranja” porque este, no meu modo de entender, é uma pessoa que fica à frente como teste de ferro em outros negócios, e aí eu poderia ter caído nisso se ele transferisse as cotas para mim e elas não foram transferidas. Então, não tem como eu ser “laranja” de uma coisa que não estava no meu nome. Por isso é que não tenho essa visão do “laranja”. Tenho a visão do processo para que eu não entrasse na justiça solicitando os meus 30%.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o senhor não achava estranho ele não ter o nome dele nas empresas?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Eu não tinha conhecimento. Na Maxgás, como já disse há pouco, quando tive conhecimento do contrato social, indaguei isso e ele me disse que era para a mulher e para o filho, onde ficariam 33% para cada um. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele alegou doença?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor prestou depoimento no dia 3 de janeiro na delegacia de polícia do município de Paulínea, não é isso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Durante o seu depoimento, o senhor disse que não se recorda da data em que o Ari Natalino convocou uma reunião

com o declarante, o senhor, sendo que estavam presentes alguns segurantes do Sr. Ari e a Dr^a Maria Júlia, ocasião em que o coagiram a desligar da empresa e assinar um documento em que o mesmo confessava que teria falsificado documentos da imprensa que, na realidade, não é verdade. O senhor confirma isso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Confirmando isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles agiram com persuasão física a que o senhor assinasse?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual foi a forma de coação que o senhor sentiu para assinar esse documento?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Ok. Fui convocado para uma reunião no período da tarde para a noite, ela aconteceu aproximadamente às dez da noite, estava presente eu, a Sandra, que está citada aí, a Dr^a Maria Júlia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era advogada dele a Dr^a Maria?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sim, exato, e os seguranças que ele anda sempre com seguranças, que não sei o nome.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe se são policiais?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não se identificavam como tal.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não se identificavam. Eles ficam sempre fora, só sabemos que era porque estavam juntos. Onde eu fui, como eu vou dizer, coagido a assinar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Moralmente ou fisicamente?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Moralmente. Fisicamente, não, não teve nenhum tipo de agressão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu digo, mas a pressão ..

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Uma pressão com seguranças armados, inclusive, onde me diziam que eram....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Exibiram as armas para o senhor, assim, mostraram que estavam armados.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – É, ninguém tirou a arma, mas

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas mostraram que estavam armados?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Exibiram na cintura, alguma coisa assim.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Sem dúvida, e disse ram-me que era bom para mim assinar o documento, que nunca iria ser usado contra mim, naquele momento sinceramente acreditei que estava correndo risco de vida, assim nesse documento e procurei meu advogado imediatamente para tomar as providências de coação, etc.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E foi feita a queixa à polícia a respeito disso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Foi, foi feita a queixa à polícia quando eu estava me sentindo em ambiente seguro, porque eu estava lá no meio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Existe inquérito a respeito? Esse de Paulina é inquérito da sua denúncia de acusação.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Ele também fez, parece, eu fiz uma e ele fez outra em cima, não sei para quê.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que compensaria, assim que se localizarmos o Ari Natalino, uma acareação com o senhor para que ele possa realmente esclarecer alguns dados a respeito dessa sociedade.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^a, eu gostaria que o depoente me respondesse duas coisas. Primeiro que ele diz no seu depoimento, por várias vezes, que a empresa teria outros sócios, que seriam a mulher e o filho do Natalino. Se em momentos houve conversas e articulações comerciais entre o senhor e esses outros sócios.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, senhor, nunca me reportei a eles, nunca falei nada, tudo era com o Ari.

O SR. CARLOS DUNGA – E qual o comportamento do Sr. Ari Natalino, se ele é ríspido, duro, educado, amável com os funcionários.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Com a minha pessoa, ele sempre respeitou muito o meu trabalho, nunca tivemos nenhuma desavença, mas eu tenho conhecimento de que ele é uma pessoa completamente bruta com seus funcionários, essas coisas, mas comigo nunca.

O SR. CARLOS DUNGA – Ele nunca usou forma de ser duro com o senhor?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não, senhor.

O SR. CARLOS DUNGA – Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se alguns dos membros ainda pretende fazer alguma pergunta... (Pausa.)

Não havendo, agradeço aos senhores e espero que continue à disposição da CPI...

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Continuo à disposição e espero ter sido útil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para podermos trocar mais algumas idéias a respeito do assunto, porque eu acho importante essa relação mostrando o comportamento do Sr. Ari Natalino. O senhor tem alguma reclamação, algo que possa... Então agradeço.

Encontra-se presente aqui o Sr. Nelson Bruscardini. Ele está aí?

Quer colaborar com a CPI e fazer uma denúncia, Sr. Nelson?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – É, quero fazer uma denúncia sobre um caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual o nome da senhora?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – Minha esposa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode vir mais para cá, por favor. Pode sentar.

O SR. NELSON BRUSCARDINI – Pode ser de pé. Bom dia. Doutor, estamos com esse filho há dois anos desaparecido no Estado do Rio e não sabemos notícia dele. É um carreteiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É seu filho?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – É um carreteiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é seu filho?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – Saiu para viajar para a Bahia, vinte e cinco anos de estrada, foi roubado no Estado do Rio, no dia 8 de abril de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele deu notícias durante a viagem?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – Deu. Ligou para o patrão às 8 e meia da noite, dizendo que ele estava em Vassouras, que ia parar lá. No outro dia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era a companhia onde ele trabalhava?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – É uma firma que tem aqui no Santa Mônica.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É uma empresa de transporte? O senhor pode me dar aqui, por favor?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – Tem o telefone do patrão aqui embaixo e o da Delegacia de Campinas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A investigação está na Delegacia de Campinas?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – Está. Foi feita a ocorrência aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós temos aqui em Campinas um delegado de primeira grandeza, o Dr. Eduardo Hallage. Vou me comunicar com ele e pedir a intervenção dele para tentarmos obter notícia.

Desapareceu completamente?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – Desapareceu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O caminhão chegou a aparecer?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – Depois de dez dias, achamos o caminhão num posto abandonado, sem ele e sem a carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era o proprietário? Não, ele trabalhava para uma empresa. Era motorista da empresa de transporte?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – Era motorista da empresa de transporte. Tem o telefone do patrão embaixo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe o que ele estava transportando?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era a carga que ele transportava?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – Detergente da Gessy.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Detergente da Gessy?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a carga foi recuperada?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Carregou em Indaiatuba?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – A carga também não foi recuperada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele desapareceu e a carga também. O senhor sabe se o caminhão estava intacto?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – Estava tudo certo, a roupa dele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos conversar ainda hoje com o Diretor da Polícia de Campinas. Vou pedir também ao Dr. Torres, da Polícia Federal, para ver nos outros Estados. Ele deve aparecer na Bahia?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – Não, no Rio de Janeiro, em Valença, Vassouras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou pedir também ao Dr. Torres para entrar em contato com o Superintendente, para ver se com a Polícia Civil do Rio nós conseguimos dar uma dedicação especial a essa investigação, para obter informações.

O SR. NELSON BRUSCARDINI – O senhor sabe, doutor, nós “estamos no pó”. Não agüento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu posso ficar com isso?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – Pode ficar. Tenho outro aqui.

O SR. NELSON BRUSCARDINI – Nós estamos num sufoco que não agüentamos mais. Então, eu queria que se desse um jeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Torres, posso entregar para o senhor isso aqui?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – Nós queríamos saber se ele está vivo ou morto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos tentar ajudá-los a esclarecer. Faz tempo? Tem dois anos já?

O SR. NELSON BRUSCARDINI – No dia 8 de abril, vai fazer dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois o senhor pega o telefone do Dr. Naurides para ficar em contato conosco. E vamos acompanhar a investigação.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Taquigrafia está pedindo para falar o nome.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois ele dá direitinho os dados. Alguém vai conversar com o senhor para pegar alguns outros detalhes.

Deus vai nos ajudar e nós vamos encontrá-lo.

Dê o microfone a ela.

A SR^a – Nós fomos para lá, fizemos um exame numas ossadas que foram encontradas e pagamos dois milhões e meio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dois milhões e meio para quê?

A SR^a – Para fazer o exame das ossadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dois mil e quinhentos reais?

A SR^a – Sim. Ele falou que, se fosse pelo Estado, ia demorar. Aí nós juntamos tudo, o patrão ajudou também, e pagamos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas pagou para quem?

A SR^a – Lá no laboratório onde se fez o exame.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um laboratório particular ou era do Estado?

A SR^a – Lá no Rio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hege, do Rio. Chegaram a cobrar, deram o recibo para a senhora?

A SR^a – Tem o recibinho do banco só. Pedimos lá na hora em que tirou o sangue. A moça falou que ia mandar e não mandou.

O SR. CARLOS DUNGA – Qual foi o resultado do exame?

A SR^a – Agora, dois anos quase...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Negativo?

A SR^a – Dizem que é negativo. E vão fazer outro. Aí nós falamos: vai fazer outro? E para pagar?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Estado tem que atender isso aí. Vamos ver isso direitinho. O Instituto Médico Legal do Estado tem competência para fazer exame cadavérico.

A SR^a – Dizem que vai chegar um aparelho e será feito outro exame. Vão nos chamar de novo. Mas, doutor, não tem mais jeito, isso é muito triste para nós.

Pelo amor de Deus, quem sabe fale alguma coisa! Ele era um filhote maravilhoso, um moço que nunca deu uma rapadinha numa carreta, doutor. Já estava aposentado, voltou a viajar e aconteceu isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito, então já está registrado o fato.

Muito obrigado. Podem ir.

Queria aproveitar e comunicar a todos que possam nos ajudar que há o número de disques de denúncia, cujo número é 0800612211. Aligação é gratuita. Com o disque-denúncia, as pessoas podem comunicar-se com a CPI e fornecer dados que possam nos ajudar no prosseguimento das informações.

Suspendo por 20 minutos a reunião para comparecermos rapidamente ao gabinete do Sr. Prefeito e agradecer a sua colaboração e o seu apoio.

Solicito ao Dr. Ademir que nos acompanhe.

(Pausa.)

Retomamos agora os trabalhos da CPI, depois de fazer uma visita ao Prefeito Antonio da Costa San-

tos, que teve a gentileza de, junto com o Presidente da Câmara, Dr. Romeu Santini, nos acompanhar e de se fazer presente neste reinício da reunião.

Concedo a palavra ao Sr. Prefeito, para fazer uma recomendação ou um pronunciamento, registrando a sua presença na nossa reunião.

O SR. ANTONIO DA COSTA SANTOS – Bom dia a todos. Agradeço a generosidade do Senador Romeu Tuma pelo convite feito ao Prefeito municipal e ao Dr. Romeu Santini, Presidente desta Casa.

É uma honra recepcionar esta CPI tão importante para o País e principalmente para esta cidade tão assolada pelo problema do crime organizado e do narcotráfico. Produziram-se manchetes que levaram fatos ocorridos na nossa cidade ao País todo. Esta é a hora certa e esta cidade, o lugar correto para a instalação desta CPI.

Nós também, prezados Deputados, Senador, Presidente da Câmara, estamos construindo um Conselho Municipal de Cooperação de Assuntos de Segurança. Há todo um empenho deste Prefeito para que esse Conselho norteie a construção de uma política pública que responda aos graves problemas enfrentados por esta cidade já há algum tempo. Aproveito para convidá-los, numa próxima oportunidade, para conhecer o Conselho, visitá-lo e nos orientar sobre como devemos, a partir das conclusões desta CPI, pautar uma política para esta cidade de reconstrução da esperança no caminho da paz e como resposta aos graves problemas de violência.

Da nossa parte, estamos construindo uma série de políticas de geração de emprego, de distribuição de renda, de educação, de cultura, de saúde, e a nossa guarda municipal estará sempre orientada no seu papel constitucional de prestar um serviço público de natureza comunitária, solidária e fraterna com toda a população. Sendo assim, tenho muito interesse em acompanhar o desdobramento das investigações, embora esteja no Poder Executivo. Mas, como cidadão e como Prefeito, coloco-me à inteira disposição para colaborar em todas as providências necessárias para construir, a partir da apuração dos episódios, medidas exemplares que sinalizem a construção da cidadania, o que será importante para recuperar o prestígio desta cidade no cenário nacional. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a V. Ex^a pela presença e por todo o apoio que dá a esta CPI.

Estamos prosseguindo as apurações da CPI do Narcotráfico. Às vezes, algumas pessoas podem per-

guntar por que não voltaram aqueles que aqui prestaram depoimentos. Estamos na busca das informações que a CPI do Narcotráfico conseguiu por intermédio até de documentos sigilosos, a fim de dar, sem dúvida nenhuma, o enquadramento aos responsáveis pelo roubo de carga e, principalmente, aos receptadores.

Agradeço as providências de V. Ex^a. Sem dúvida, faremos a visita, inclusive para conversarmos com os membros do Conselho de Segurança. Espero conseguir aprovar, já que há uma manifestação favorável de todas as Bancadas no Senado Federal, a nova lei que dá um poder jurídico maior para as guardas municipais. Assim, elas poderão, sem dúvida, ser inseridas no sistema de segurança, capacitando melhor o Estado nesse combate ao crime que tanto tem apavorado a sociedade brasileira.

Pergunto ao Presidente da Câmara se quer dirigir algumas palavras, antes do início dos trabalhos.

O SR. ROMEU SANTINI – Senador Romeu Tuma, que rosaudá-lo e a todos os integrantes da CPI do Roubo de Cargas, o Prefeito Antônio da Costa Santos, que fez questão de vir aqui, e dizer da nossa satisfação, acompanhando o trabalho de V. Ex^{as} na recuperação da dignidade brasileira e a alegria nossa de termos sido escolhidos para sediar o trabalho da CPI, porque é o Legislativo Nacional que vem na sede modesta, humilde do Legislativo Municipal. Nós sentimos profundamente prestigiados. E quando V. Ex^a nos agradeceu, em verdade, nós é que temos que agradecer - era isso que queria dizer naquele momento -, porque somos de um mesmo segmento, menores, é verdade, mas aqui é o Legislativo. E os senhores são do Legislativo, o que engrandece os políticos nacionais.

Parabéns pelo trabalho que estão realizando. Sucesso. O Prefeito colocou a prefeitura à disposição, o que merece de nós da Câmara Municipal também o respeito. E em tudo quanto pudermos ajudar para que os senhores cheguem ao desfecho final, vamos ajudar, e com muita satisfação, porque isso representa a segurança do nosso povo e a punição daqueles que merecem ser punidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado.

Pediria licença ao Sr. Prefeito e ao Presidente para reiniciar os trabalhos. Estão liberados e agradeço muito a presença dos senhores.

Peço à secretaria que conduza a este recinto o Sr. Hermenegildo Vigo Neto.

Dr. Roberto Francisco de Carvalho, Dr^a Viviana Regina Couto, agradeço a presença dos senhores e solicitaria que qualquer interferência fizessem diretamente à Mesa que tomaremos providências, que evitassem dirigir qualquer palavra, qualquer orientação ao depoente, porque ele está como testemunha e gostaríamos de manter a tranquilidade do andamento da reunião. Tenho certeza de que conto com os senhores, mas terão toda a liberdade de interferir na hora em que sentirem necessidade, dirigindo-se à Mesa.

O nome do senhor, por favor?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – O meu nome é Hermenegildo Vigo Neto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua identidade.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – 13293075.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – 40 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF, o senhor lembra?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – 016248488-77.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Casa-do.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência atual.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – À rua Francisco Manoel de Sousa, 615, Sumaré.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Local onde exerce atividade.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Na avenida Rebouças, 1550, Sumaré.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente de algum elemento que esteja respondendo a processo por roubo de cargas ou qualquer coisa nesse sentido?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, pediria que o senhor assinasse o compromisso de dizer a

verdade, somente a verdade. Nada que pudesse prejudicá-lo, mas que pudesse colaborar com esta CPI no esclarecimento de todos os dados necessários para darmos continuidade à busca dos responsáveis pela grandiosidade desse crime. Então pediria que o senhor assinasse. (Pausa.)

O senhor poderia fazer algum esclarecimento inicial naquilo que possa colaborar com esta Comissão?

O senhor sabe o motivo por que foi convidado a vir a esta Comissão?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Imagino que é para colaborar realmente com a CPMI local.

Sr. Presidente da CPMI, nobres componentes da Mesa, fui convidado como testemunha para aqui depor, e estou presente com inteira boa vontade, pois tenho certeza da necessidade de tal investigação com grande profundidade, principalmente nesta região, face ao que tenho lido nos jornais e assistido na televisão também. O sucesso dos nossos trabalhos desta CPI por certo será revertido para o bem de todos.

Quando fui surpreendido com a convocação para aqui depor como testemunha, procurei buscar na minha memória algum fato que eu pudesse relatar e que seria proveitoso, no entanto, para a minha frustração, nada encontrei que pudesse ser relevante, a não ser duas vezes que cargas de mercadorias destinadas a nossa empresa, uma de arroz e outra de produtos da Colgate, foram roubadas no percurso, pelo que antecipadamente peço escusas, caso o meu depoimento, apesar da boa vontade, não seja o esperado por V. Ex^{as}.

É que minha vida tem sido dedicada ao trabalho, principalmente, na administração do meu supermercado, que consome todo o meu tempo, em razão de ser atividade com uma grande e enorme... detalhes que fazem o dia a dia parecer insuficiente para tudo resolver, não sobrando tempo para outras atividades. Essa é a verdade.

De pronto, como estaremos aqui discutindo roubo de cargas, quero afirmar, de forma categórica, para que não parem dúvidas, que nunca compramos em nosso supermercado qualquer mercadoria de origem duvidosa, sendo que a esmagadora maioria de nossas compras são efetuadas diretamente junto ao fabricante ou seus representantes oficiais e que temos como norma cadastrar todos os nossos fornecedores antes de qualquer compra.

Afirmo também que em nosso supermercado não existem vendas sem notas ou qualquer outro tipo

de sonegação, bem como que pagamos regularmente os nossos impostos, não havendo qualquer tributo em atraso atualmente.

Por esse motivo é que não sei no que poderia colaborar, embora queira, deixando certo que, na qualidade de testemunha, sendo-me dispensado o tratamento de urbanidade que a lei determina, procurarei de todas as formas prestar a colaboração possível, que é o mínimo que o cidadão exige.

É o que tinha a colaborar nesse início de trabalho, colocando-me à disposição para responder a todas as perguntas que me forem feitas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Gostaria de passar a palavra ao Deputado Oscar Andrade, Relator, para algumas perguntas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Ermenegildo, quais as empresas de que o senhor é sócio e já foi sócio?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Atualmente, sou sócio da Rol den, do meu pai, e da empresa que é o supermercado nosso. Agora as empresas que já fui, temos a Unisuper, Mercantil Moranga, a Hipersacos, AutoPosto JWV, AutoPosto Botelhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – E há uma holding que controla todas essas empresas?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Não. Essas empresas, eu participei particularmente. A holding, na verdade, administra o nosso supermercado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Supermercado Good Bom?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Ok.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas filiais possui?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – São três lojas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Três. Como se dá o processo de compra de mercadoria pelo seu supermercado?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – O processo é: temos compradores para linhas específicas. São seis compradores. Ele atende realmente o fornecedor. A gente compra grande parte dos nossos negócios, posso dizer, 90% dos nossos negócios são todos feitos junto às indústrias. É feito o pedido. É feito...

O SR. OSCAR ANDRADE – É centralizado?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Não. Tem alguns produtos que são centralizados, no nosso depósito na loja em Hortolândia, e outros produtos

são negociados e já também programado para que entreguem diretamente nas lojas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cada uma dessas unidades tem gerente um responsável?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Tem um gerente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles têm autonomia de compra?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em nada?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, os responsáveis pela compra são seis pessoas, que o senhor disse?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – No caso é o nosso departamento de compras.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sim. Mas coleta, relacionamento com as indústrias, mas a compra final é feita pela diretoria, por essa central?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – É. Na verdade, quem compra são os compradores. Pesquisam o preço, negociam com a indústria, fazem o pedido, programam o pedido e aí vem realmente ou para a nossa central de Hortolândia, que também é uma loja, ou também vai direto para as outras lojas.

O SR. OSCAR ANDRADE – É possível que possa ter havido compra sem esse ritual de compra, sem esse preparo, esse cuidado, compra de mercadoria sem nota fiscal, com vantagens especiais, alguma coisa nesse nível? É possível?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Não é possível.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos anos você está nesse ramo?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – A empresa foi fundada em 1932. Estou desde 1976 na empresa. É a terceira geração. Meu avô fundou. Meu pai assumiu em 1961. Assumimos em 1980, 1982. Foi a terceira geração.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o empresário aqui de Campinas William Sozza?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca ouviu falar dele?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Já ouvi falar, mas não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece. A firma Dog Center?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – A firma Dog Center era um fornecedor nosso onde a gente comprava Pet Shop - a linha Pet Shop, está certo? -, regularmente, semanalmente. Então era um fornecedor comum como todos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe que a Dog Center é do William Sozza?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Não sabia. Através da imprensa fiquei sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas então o senhor tinha essa transação comercial com a Dog Center, oficial, sem nenhum problema?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Sem nenhum problema. Existia a comercialização de Pet Shop como um outro fornecedor, sem problema nenhum...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conheceu o caminhoneiro Jorge Méres?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - ...que trabalhava para William Sozza?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, em momento nenhum?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Em nenhum momento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca ouviu falar?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Já ouvi falar pela imprensa, mas pessoalmente não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – A rede Good Bom possui um hipermercado em Sumaré?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Duas lojas em Sumaré e uma em Hortolândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ruas Marcelo Pedrônio com Rebouças?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Ok, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor explica... o senhor pode esclarecer para nós aqui o fato do Jorge Méres, esse motorista do William Sozza que hoje figura no Programa de Proteção à Testemunha e tem contribuído muito como trabalhos da nossa CPI, tanto a do Narcotráfico, que se encerrou, quanto a CPI do Roubo de Cargas, e que está preso, ter afirmado que entregou algumas vezes em seu supermercado, em Sumaré, diversas mercadorias roubadas? O senhor não tem nenhuma relação com eles? O senhor não os conhece?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, não há razão, motivos para nenhuma acusação, por outro motivo, por ter raiva do senhor, algum mal que o senhor tenha feito, se nem relação o senhor nunca teve com ele. O que o senhor acha de uma pessoa que está querendo contribuir, que tem feito isso pelo Brasil fora, aqui com a CPI, ter afirmado isso do senhor? O que o levaria a fazer essa afirmação?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – É muito estranho, por que ele até pode conhecer o local, como qualquer outro cidadão, a nossa loja, o nosso local de descarga, mas o que o levaria a ter colocado a gente nessa situação, eu não sei. Ele pode ser até uma pessoa que está sendo guiada por alguém, porque não é possível!

O SR. OSCAR ANDRADE – Nos anos de 1997, 1998, o senhor estava à frente dessas empresas?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Não. Eu não estava à frente da empresa. Quem estava à frente da empresa era o meu cunhado, no Departamento Comercial, e o meu pai.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nes ses anos. Qual é o nome do seu cunhado?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Wilson Sebastião Brisk.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sebastião Brito?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Brisk.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não teve nenhuma de suas empresas envolvida, em hipótese alguma, em nenhum tipo de mercadoria roubada, nem como receptação enganosa, em absolutamente nada? Em inquérito policial, em acusações anteriores?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Graças a Deus, não. Nunca. De 1932 até hoje, a nossa família, graças a Deus, nessa situação, nós não tivemos nenhum problema. Nunca.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Relator, eu gostaria de fazer algumas observações. Saber do Sr. Hermenegildo se houve alguma ocorrência nas suas empresas de compra de carga roubada pelos seus compradores. Nunca houve ocorrência na polícia?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Nunca houve ocorrência. Nunca. Nunca.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nunca teve conhecimento de que comprador da sua empresa tivesse comprado alguma carga roubada? Porque agora mesmo, recentemente, nós tivemos até réu confesso. O Carrefour reconheceu que o comprador

comprou uma carga de telefone celular roubado, demitiu e tudo mais. Não ocorreu isso na sua empresa?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Graças a Deus, na nossa empresa, não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Que o senhor tenha conhecimento, não?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Não. Nunca.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E se o Sr. Jorge Méres entrasse aqui, agora, e dissesse aqui - porque o Sr. Jorge Méres não tem interesse nenhum de afrontá-lo, de mentir - que entregou mercadoria roubada no seu supermercado, talvez que o senhor não tivesse conhecimento, o que o senhor diria?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Eu gostaria de saber que tipo de mercadoria, quando ele entregou, para quem ele entregou, onde ele entregou e com nota de que empresa ele entregou. Eu gostaria de saber.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Pois não.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Se é que isso, se ele disser...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor nunca teve contato com William Sozza?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Graças a Deus, não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nem telefônico, nem pessoal?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Nunca. Nem pessoal nem o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que graças a Deus?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Ora, porque do jeito que eu percebo que ele está em volvido, graças a Deus eu não tenho.... Fui uma pessoa que

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem conhecimento pessoal de algum fato que o envolva nessas ações criminosas ou só por notícias?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Não. Só pela mídia, Dr. Romeu Tuma. Só pela mídia é que eu fiquei sabendo. Infelizmente...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tem essas empresas há quanto tempo?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Como?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor é proprietário da empresa há quanto tempo?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Essa empresa foi fundada em 1932 pelo meu avô e foi passada para as mãos do meu pai e dos meus tios, em

1961, e nós assumimos em meados de 1985, 1986, que foi a terceira geração. Então, eu estou na empresa desde 1976, quando iniciei o meu trabalho, com carteira assinada, dentro da empresa.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – No seu depoimento, o senhor afirmou que de todas as coisas o senhor tem a nota fiscal, não é isso, das mercadorias?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Perfeitamente.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tem nota fiscal, declara Imposto de Renda, tudo como manda a norma contábil?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Graças a Deus nós fazemos isso dentro das normas.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, com a permissão do relator, eu gostaria que o depoente confirmasse. Ele disse que de todas as suas coisas foram feitas em firmas devidamente cadastradas.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – OK.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – E por que ele diz que da firma Dog Center, que deveria estar devidamente cadastrada, não conhece o seu proprietário, o Sr. William Sozza?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Eu posso dizer para o senhor que ela é uma empresa cadastrada na nossa empresa, mas não me recordo o nome de todos os proprietários, de todos os nossos fornecedores. Então, quando é cadastrado um fornecedor na nossa empresa, é feita uma relação de todos os documentos que essa empresa precisa realmente apresentar para a nossa empresa, e o contrato social é uma das coisas, e Deca e todas as outras. O meu contador verifica se com essa empresa está tudo bem, beleza, e nós passamos a comprar.

Quer dizer, depois do acontecido é que nós ficamos sabendo que era a Dog Center, então para nós não interessa mais esse fornecedor. Aí ele está realmente excluído da nossa lista de fornecedores.

O SR. CARLOS DUNGA – Mas essa empresa estava cadastrada na firma do senhor?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Sim. Sim senhor.

O SR. CARLOS DUNGA – A empresa do William Sozza, a Dog Center, estava cadastrada?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E nesse cadastramento não há nenhum fornecimento dele registrado na empresa?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Fornecimento?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da firma de William Sozza?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – A Dog Center vendeu mercadorias de **pet shop** para nós, que é uma linha que nós temos dentro do nosso mercado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que tipo de mercadoria?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – São correntes para cachorro, coleiras, osso, bolinha, enfim, essa é a linha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais na área de animais?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – É, **pet shop** para animais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Animais de estimação.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tem as notas. Como é que o senhor contabiliza o registro? O senhor faz a compra e é feita a entrega. Como é que é recebida a mercadoria, conferida e registrada a entrada dessa mercadoria?

O senhor poderia fazer um retrospecto para nós, por favor?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Sem problema. O comprador, na verdade, negocia com o fornecedor...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem compradores ou o senhor mesmo, ou alguém da sua confiança, faz?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Nós temos o quadro de compradores. São seis compradores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por setor?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Por linhas de compra. Isso. Então o comprador, ele emite o pedido perante o fornecedor. Esse pedido já fica na recepção, que é no computador. Na recepção das lojas, onde o nosso fornecedor chega com a mercadoria, com a nota fiscal, o nosso conferente digita e lança um romaneio. O meu conferente confere através de romaneio. Quando ele confere aquilo é feita uma checagem com a nota fiscal para ver se batem todas as quantidades. E a nota, quando é digitada também, tem que bater com o pedido – porque o pedido tem quantidade, tem preço negociado, tem prazo –; se o produto tem IPI, se o produto é isento, qual é o valor tributário do produto.

Nós geramos uma crítica quando ele digita a nota e algum item realmente já da nota com o pedido não bate com relação a esses itens. Por isso é gerado um romaneio e o meu conferente não tem acesso à nota fiscal, pelo motivo dele... Eu não posso dizer o número para ele, ele tem que conferir de fato para ver se bate com a nota fiscal na recepção. Então ele lança o romaneio de pois e checa com a nota. Aí sai uma crítica se a quantidade não bateu conforme a nota fiscal. Então, nesse fato, se não bate, o conferente reconfere. De fato está falando de uma caixa, então é feita uma nota de devolução automática para o nosso fornecedor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor se recorda como chegou a comprar mercadorias na empresa de William Sozza? Por que comprou? Pelo menor preço ou o preço estava muito em discrepância com o mercado? Estava muito mais baixo, ou pela qualidade, ou pelo menor preço? Como chegou até essa empresa de William Sozza?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Quando nós sentimos a necessidade de ampliar o setor de **pet shop**... Antigamente só vendíamos rações para cachorro, então, por que não aumentar a linha em produtos realmente dirigidos para o animal, que são coleiras, correntes, comedores e assim por diante?

Então, vamos descobrir um fornecedor, em contato com alguns amigos que já comercializavam foi realmente dado ele como referência. É uma empresa que já compro...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas foi feita uma coleta de preços ou foi direto a ele?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Não, aí é feito, o fornecedor apresenta qual a linha que ele comercializa e isso vem de encontro com a nossa necessidade. Baseado nisso, agente discute prazo, discute a logística, qual a frequência de abastecimento que ele vai fazer e aí sim vamos definir a linha de comercialização, ver o preço dele, ver o preço da concorrência, sem prefaço isso com um, dois ou três fornecedores, da mesma linha de raciocínio, da mesma comercialização, e aí sim. Então, ele era um fornecedor que tinha bons preços, bons produtos, boa logística que ele nos fornecia regularmente, sem problema nenhum.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Eles eram fabricantes ou apenas intermediários?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Olha, eu acho que ele embalava o produto. Fabricante acredito que não. Ele era uma pessoa que comprava o produto, embalava na marca dele, com o rótulo

dele, com o código de barras, com todos os dados da empresa e punha no mercado. E a gente comercializava. Essa é a linha de **pet shop** que a gente comprava dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, quero dar uma informação para o Sr. Herrmenegildo. Não é nem fruto de um depoimento do Jorge Meres não, mas como ele era o braço direito do William Sozza, ele que fazia as entregas, que controlava uma série de expediente ilegal do William Sozza, fizemos uma diligência aqui em Campinas no mês de setembro buscando planilhar o nosso trabalho quando da nossa vinda aqui e ele claramente na presença da polícia federal levou o nosso pessoal ao seu supermercado, onde eu informei e disse que por várias vezes entre gou a merca do ria lá, nos anos de 1997 e 1998.

Aqui não vai por parte da CPI nenhuma acusação, mas como temos testemunha auxiliando os trabalhos da CPI temos que no mínimo propor e ir atrás da verdade, e assim o faremos. A presença do Jorge Meres não foi possível, ele está num programa de proteção a testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aliás, deixa eu fazer aqui até um pedido, uma advertência da importância da acareação do Jorge Meres com o senhor, na expectativa, porque como ele está sob a proteção de testemunhas, não queremos saber o local em que ele se encontra. Está sob proteção da polícia federal e eu gostaria que o Ministro da Justiça e o diretor da polícia federal tomasse conhecimento para que esse fato não se repita. Ele não foi conduzido aqui a Campinas para confirmar ou não o depoimento que fez, indicando o local onde fez a entrega de mercadorias, segundo a informação prestada à secretaria, por falta de meios. Não podemos aceitar isso. O senhor e seus advogados ficam já convidados para outra sessão para que possamos fazer esta acareação. Desculpe a interrupção, mas acho que não podemos repetir esses fatos em que a testemunha sob proteção do Ministério da Justiça não seja transportada até o local das audiências por falta de meios.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa providência precisamos tomar mesmo, basta lembrar São Luís, na semana retrasada, a dificuldade que foi para levá-lo até lá. É preciso que haja o apoio do Executivo nesse nosso trabalho. Mas acho que nesse caso aqui não seria até necessário porque ele nunca disse do contato com o senhor.

Na verdade poderia haver aqui só uma informação por parte dele de que o seu supermercado, naquela loja recebeu algumas vezes. E seria até para o senhor muito importante levantar os seus arquivos

para ajudar a CPI, até para ter o cuidado também, porque realmente pode ter acontecido. Não estamos dizendo que é verdade. Ele informou, conduziu a nossa equipe até o seu supermercado em Sumaré, na esquina da Marcelo Pedrono com Rebouças, já estava de noite e nem foto foi tirada por isso, mas nessa diligência que eles ficaram aqui por três dias, ele levou a várias empresas, informando de mercadorias roubadas que foram entregues. E, evidentemente, procuraremos levantar todos os dados, nos anos de 1997 e 1998. Acredito que V. S^a estará defendendo a sua instituição ao dizer tudo que nos auxilie.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Sem dúvida nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso seria muito importante. Partimos do princípio de que se ria um absurdo imaginar que a direção de uma empresa de quase 70 anos estaria comprando carga roubada.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Sem dúvida nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabemos que o mesmo fato aconteceu com o Carrefour, e hoje há um inquérito público muito claro. O gerente é o responsável, e não temos dúvida de que pagará criminalmente. Entretanto, quem responde civilmente é a instituição.

Seria importante demais para V. S^a e para a sua instituição que nos auxiassem e contribuíssem com as investigações.

Solicito que seja feito um levantamento, nos seus arquivos, durante os anos de 1997 e 1998, para colaborar com a CPI, e, se houver qualquer indício, seja esse comunicado a esta Comissão.

Numa posterior vinda na nossa a Campinas, procuraremos mostrar o Jorge Méres com o nome do gerente – porque ele não afirma nada em nome de V. S^a –, para dar seguimento aos nossos trabalhos.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Até para dizer qual era o produto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Exatamente. Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. De minha parte, o depoimento está encerrado.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Em relação ao que V. Ex^a disse sobre o Carrefour, trata-se de uma empresa que até poderia ter mais essa facilidade, porque o dono não participa, ou seja, é uma ditetoria. Geralmente, isso está nas mãos dos funcionários.

A administração da nossa empresa é um pouco diferente, pois participamos muito dela.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se houver a compra, fica até mais complicado.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Sou eu o caso, não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem havido fiscalização permanente da Receita Federal ou Estadual nos seus estabelecimentos?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Já tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a tem conferido os estoques?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como V. S^a contabiliza e controla o seu estoque?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Automaticamente, a nota...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Via informatização?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Informática.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ao chegar à empresa, V. S^a não encontrará nenhum produto a mais do que os registrados nas notas fiscais correspondentes às entradas?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Isso não deve acontecer de jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a nunca foi autuado?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em nenhum ano, em nenhum tempo, desde a existência do supermercado?

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Solicitaria a V. S^a que atendesse à nossa convocação – como fez hoje e assim que for necessário –, para esclarecermos definitivamente os fatos, até mesmo para tirar ou confirmar a mácula que poderá surgir sobre o seu supermercado. Não seria correto nem justo que permanecesse sempre essa dúvida.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado. V. S^a está dispensado. Entraremos em contato assim que resolvermos o problema com o Ministério da Justiça.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Agradeço a V. Ex^a. Espero um final muito importante para mim, porque a nossa empresa quer realmente saber o final da história.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Se necessitarmos de algum documento, requisitaremos a V. S^a uma cópia. Obrigado.

O SR. HERMENEGILDO VIGO NETO – Muito obrigado, Excelências.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queria dar uma informação que recebi agora. O Dr. Ademir Toso está aí? (Pausa.).

Recebemos a informação de que a Polícia Federal de São José do Rio Preto prendeu agora, em flagrante, Luís Douglas Rodrigues e Adriano Manoel Alonso. No local onde foram presos, encontraram armas P-3 para remarcação de chassis, onze quilos de cocaína, insumos para a transformação da droga e, principalmente, carga roubada de defensivos agrícolas.

Se fosse possível, pediria que se cumprimentasse o Delegado de São José. Sei que é impossível trazer os presos agora – parece-me que estão sendo autuados em flagrante –, mas solicitaria uma cópia dos documentos, para que, o mais breve possível, possamos convocá-los e saber a quem se destinavam essas cargas a fim de identificarmos receptores.

Aquele casal que veio reclamar a ausência do filho mencionou que ele transportava cargas químicas e prováveis defensivos agrícolas.

Agradeço a informação e peço que providenciasse, o mais rápido possível, documentos a respeito desse caso. Parabéns à polícia por essa ação.

Informo que está presente o Márcio – não sei se é o frio ou o quente –, e pediria que fosse primeiro o Márcio Carvalho de Oliveira, que veio de um presídio próximo.

O SR. MÁRCIO NEGROMONTE – O de Marília?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, o de Marília está aqui, mas refiro-me ao que estava preso em Hortolândia.

Não sei se há algum espelho para, se olharem, saberem qual dos dois é realmente o verdadeiro envolvido.

Peço que lhe retirem as algemas, por favor, e que lhe tragam um copo d'água. (Pausa.)

De vez em quando, dá vontade de jogar a chave fora, não?

Qual o seu nome?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Márcio Carvalho de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem identidade?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Tenho, mas não lembro o número, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É Márcio ou Marco?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Márcio, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Márcio Carvalho de Oliveira?

Você não tem RG, seu documento de identidade? Não lembra o número?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, senhor. Não, senhor. Eu tenho, mas não lembro, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a sua idade, Márcio?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – 23 anos, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sou amasiado, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem residência onde?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Fixa? Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a rua em que você mora? Está preso, não é?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Estou preso, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era a rua em que você residia antes da prisão?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Avenida Moacir Navile...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – 346?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – 346, Jardim Primavera, Várzea Paulista.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Várzea Paulista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua profissão?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Torneiro mecânico, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se você não tem local de atividade, é parente em algum grau de outras pessoas envolvidas com você no processo do roubo de carga?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu não tenho envolvimento nesse roubo de carga, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem parentes?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu não tenho envolvimento. Eu não tenho envolvimento, nem meus parentes, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui há um documento para você dizer somente a verdade, que pediria que assinasse.

Você tem advogado aqui?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O que está dizendo aqui, senhor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há comprometimento nenhum. É só para você dizer a verdade. (Pausa.)

Ele tem advogado acompanhando-o, Dr. Naurides? (Pausa.)

Em que dia você foi preso, Márcio?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Dia 19 de outubro, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dia 19 de outubro? Qual foi o motivo?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Disseram que eu estava envolvido no roubo de carga, mas eu não estava, não. Eu estava fugitivo da Colônia de Sumaré. Pegaram a carga lá e me recapturaram também. Disseram que eu estava envolvido, mas não estava envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você estava preso?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, eu estava fugitivo, senhor, de Sumaré.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você estava foragido?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Foragido, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De que presídio?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – De Sumaré.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você fugiu ou foi resgatado por alguma quadrilha?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, eles abriram a porta lá e eu fui embora, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Abriram de graça?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não sei, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fugiram mais alguns com você?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Foram 91 presos embora, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foram embora?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Foram embora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Abriram e mandaram embora?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não. Abriram lá. Eu vi aberto e vim embora, senhor. Eu estou preso. Todo preso tem o seu direito de fugir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que você foi preso?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Como que eu fui preso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É. Onde, como e em que condições você estava na hora da prisão?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Estava no Florêncio, no bairro de Florêncio. Estava subindo a viela e as viaturas vinham descendo. Aí cataram a carga e disseram que eu estava envolvido também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A carga estava lá?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – A carga?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você foi preso com a carga ou com o que na hora da prisão?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, eu estava armado. Eu estava armado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estava armado?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu estava armado, mas só que não tinha carga nenhuma, não, senhor. Eu não estava envolvido no roubo dessa carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que carga era?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Que carga era?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Acho que era de macarrão, senhor. As vítimas até não me reconheceram, para o senhor ver que eu não estava envolvido na carga. Eu fui preso, porque estava foragido. Abaixo de tortura, eles me fizeram assinar. Eu assinei o BO.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi na Rua 148, n.º 88?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu não conheço lá, senhor. Eu não conheço. Eu não sou daqui, entendeu, senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas foi no Parque Florêncio?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Acho que é. Não conheço, senhor. Não conheço aqui. Eu não sou daqui. Sou de Jundiáí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, coincidiu? Você estava passando e um caminhão estava descarregando uma carga roubada, aí a coincidência do destino fez você ser pego.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu não estava perto do caminhão, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você estava perto?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não estava perto do caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não estava, senhor. As vítimas podem falar para o senhor se fui eu ou não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a distância que você estava?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a distância que você estava do caminhão?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu não sei, eu não sei onde é que estava o caminhão. Depois que eles deram a maior volta e me levaram no caminhão, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, foi?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Foi. As vítimas podem falar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que você estava armado?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Estava com um 357, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que arma?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – 357.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que você estava armado com um 357? É roubada essa arma ou você comprou?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, não tinha roubado, não. Eu tenho inimigo, entendeu, senhor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você comprou essa arma comprou como?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Essa arma aí?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se ela é proibida?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Tanta coisa que é proibida, senhor, e que tem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eu não estou te perguntando isso. Estou te perguntando como é que você comprou. Você responde ao que te pergunto.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu comprei, senhor. Comprando, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aonde?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Comprei de uma pessoa em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De quem?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – De um rapaz em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era policial ou não?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não. Não tinha conhecimento também muito com ele. Só fui comprar e passando, comprei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você estava na rua, o cara te ofereceu, sem te conhecer sem nada?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, senhor, foi através da cadeia mesmo, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você já tinha estado com ele na cadeia?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quantos crimes você praticou?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Quantos crimes?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Quatro crimes. Quatro, cinco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Homicídio você tem?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só roubo, furto...

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De quê?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – De carro, e esse daí agora, né?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sempre de carro?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sempre de carro o quê?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Roubo de carro?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – É, tem furto de carro, tem o... coisas pequenas, senhor, não é coisas grandes, não senhor. Se o senhor ver meus processos, o senhor vai ver.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você acha que... pegar... você furtava o carro com destreza, abria a porta e levava, ou pegava com o motorista e rendia o motorista para poder levar o carro?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, era furtado, senhor. É 55.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tráfico?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – 55, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – 155?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – É, não é... não estava forçando a vítima, não tinha vítima, é 55, ninguém vê.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só o veículo mesmo?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aproveitava o descuido, abria a porta com...

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o menor Anderson Pereira Ramos?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Desconheço, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhece ele não?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não foi preso junto com você?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Foi preso, mas ele está falando que eu estava junto, eu nem conheço o cara, senhor. Eu nem conheço ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você estava junto na hora que foi preso.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu não estava com ele não, senhor, eu estava sozinho, fui preso sozinho, senhor, está me entendendo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi preso só?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Fui preso sozinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – E os dois, o motorista Antônio de Sousa, e o ajudante, Marcelo Banho, que estavam dentro do baú, presos?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não sei, então essas vítimas aí foi lá no fórum, lá em Sumaré lá, que lá eles nem me reconheceram, que o senhor vê que eu não estava envolvido nessa carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foram os dois que não te reconheceram?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não sei se foram os dois, senhor, foi só no reconhecimento lá, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não estava na motocicleta na hora que foi rendido, nada?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você acha que foi preso por causa desse crime?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Porque eu estava armado, né, senhor? Eu estava perto do local.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, mas espera aí, vamos fazer aqui uma retrospectiva: você estava armado...

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor, fugitivo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fugitivo, tá. E longe do caminhão.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Estava longe do caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – A polícia então estava prendendo um caminhão num lugar, no outro...

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Estava descendo a favela, eu ia subindo a favela, está entendendo, senhor? Eles me barraram porque eu estava armado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas eles viram de longe que você estava armado?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – O quê? Eu vi o Águia em cima de mim, eu saí correndo, senhor. Não sabia o que que era.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você viu o que em cima?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – O Águia, tinha o Águia, eu vi em cima.

O SR. OSCAR ANDRADE – Águia?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Águia é o símbolo lá...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, sei.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu estou fugitivo, eu vi o Águia e fui correr, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O helicóptero?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – O helicóptero.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O helicóptero, águia. Então, eles estavam buscando os responsáveis pelo roubo da carga, localizaram a carga, estavam dando busca, deviam ter fugido do caminhão e a polícia começou a cercar o local e o encontraram. Então, relação clara: se ele tem antecedentes próximos ao furto, ao roubo, tinha que ser de ti do mesmo. E armado ainda, com um 357. Agora, você verifica uma coisa...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, mas ele foi levado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem que verificar uma coisa: há uma campanha para desarmar as pessoas honestas que têm registro de armas, e o comércio de armas é feito à luz do dia, sem nenhum controle, com armas proibidas. Quer dizer, essa presença da autoridade é para desarmar bandido porque eles comercializam armas proibidas com a maior desfaçatez, com a maior cara-de-pau, sem nenhum receio de serem impedidos em seu comércio ilegal.

O senhor comprou outras armas ou essa...?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você sempre andou armado?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu? Depois que saí da cadeia, sim. Eu estava fugitivo e tinha que andar armado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando você foi preso pela primeira vez...

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não estava armado, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca andou armado?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não.

O senhor pode ver os meus processos. Eles são todos leves, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há crime leve. Quando você age contra uma vítima...

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não estou envolvido nesse...

O SR. OSCAR ANDRADE – E a motocicleta C-100 Biz, onde foi roubada?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você estava com ela.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu não estava com ela e eu não tinha como...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela era um dos produtos do roubo.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu não estava com nada. Eu estava a pé.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você estava a pé porque correu na hora em que chegou o Águia, não foi isso?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu estava a pé, senhor. Eu não estava motorizado, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – A moto você recebeu de alguém ou ela foi roubada?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu não sei dessa moto, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabe não?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. CARLOS DUNGA – Senhor Relator, com sua permissão, gostaria que V. Ex.^a perguntasse ao depoente se com ele havia um menor, o Sr. Anderson Pereira?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor?

O SR. CARLOS DUNGA – Quero saber se o menor Anderson Pereira estava acompanhando o senhor?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não tinha ninguém comigo. Eu estava sozinho.

O SR. CARLOS DUNGA – Não havia um menor com o senhor na hora de sua prisão?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Comigo, na hora em que fui preso não havia ninguém. Depois é que apareceu um menor. Não conheço o menor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não conhece o Anderson?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Você está mentindo muito, rapaz.

O helicóptero viu você fugindo e avisou embaixo para que você... te localizou e te seguiu e te buscou na

hora... Estavam desovando a mercadoria quando foi identificada a carga roubada e viram quando vocês fugiram.

Você viu o helicóptero e fugiu de próximo da carga, foi perseguido pelo helicóptero e não adianta você mentir. Se você não quer colaborar, vamos, sem dúvida alguma, comunicar a autoridade do Judiciário a sua fuga à verdade em seu depoimento.

Não podemos nem prendê-lo porque preso já está. E, por faltar com a verdade aqui, não é possível. Ele já está preso, mas temos que agravar a conduta dele para que não fique só nessa conversinha de que é crime leve.

O SR. OSCAR ANDRADE – Márcio, por que você se recusou a depor na polícia e disse eu só deporia em juízo?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Quando?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você foi ouvido nesse caso.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu tenho o direito, não tenho?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem te orientou? Teu advogado?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Ninguém me orientou. Não tinha advogado na hora, senhor. Eu não tenho advogado, senão ele estaria do meu lado aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem um advogado dativo do Estado, você não tem?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você vai ser ouvido...

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Fui para o fórum também e não vi advogado nenhum.

Eles não me apresentam o advogado quando é do Estado? Não fui apresentado ao advogado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você...

E nos outros depoimentos? É isso o que você está dizendo?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Como assim, o senhor está falando?

O SR. OSCAR ANDRADE – Nos outros depoimentos não foi apresentado um advogado para você?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Como assim nos outros depoimentos?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você já prestou depoimento em juízo?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Já sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tinha um advogado que o juiz convocou? Um dativo para poder atender a sua defesa?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não falou nada não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você chegou e a audiência foi realizada? O juiz chegou até interrogar?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu fui para o reconhecimento.

Fui uma primeira vez e ele me interrogou e, depois...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só reconhecimento?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não. Fui a primeira vez, fui interrogado e, daí, a segunda vez, foi para o reconhecimento e não tinha advogado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já é condenado?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu? Sou condenado já.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em qual crime?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – No 157 e no 155.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é o crime?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Um assalto de carro e o furto de uma moto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é condenado nos dois?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quantos anos?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que não tinha vítima?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que não tinha vítima pessoal no 157?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, no 157 tem. Tem o...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você diz que não!

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – No 155 não tem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você disse aqui que só tinha 155, não tinha nada de 15...

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não. Tenho três ou quatro 155 e um 157, senhor. Eu não me recordo direito, entendeu, senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Bom, a quantos anos você está condenado?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Seis; e quatro semi-aberto. Fora esse BO que estou vendo agora, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Fora era esse da carga?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – É. E tem o 12 também que eu vou sumariar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Doze?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Doze é entorpecente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Droga, droga. Entorpecente.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu estava na colônia, e me forjaram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você fazia tráfico também?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não. Fui forjado, senhor, no 12.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi forjado esse também?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – É. Eu estava em frente da colônia, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou te dar um prêmio de anjo da guarda da marginalidade. Você quer ser santificado aqui, rapaz?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Estou falando a verdade. O senhor não falou para falar a verdade?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não está falando a verdade. Você quer omitir a verdade, achando que, com isso, vai se livrar. Mas tem as provas materiais, que indicam que você está tentando enganar a CPI. Aqui não tem trouxa, rapaz.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ô, Márcio, se você colaborar, você podia até ser ajudado pela CPI. É o contrário viu? Isso aqui é diferente.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Mas eu estou colaborando, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é. Se você colabora, nós podemos desenvolver nosso trabalho com maior condição e podemos fazer recomenda-

ções e até outros benefícios que poderíamos trazer. Agora, você está envolvido no roubo de uma carga, claro, em flagrante, você vai negar que está...

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não vou, não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você sabe para onde ia essa carga?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não senhor. Eu não sei dessa carga, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Precisa localizar o motorista, Dr. Paulo Lacerda, para nós... Ele não foi preso, o motorista, não é? O motorista da carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, o motorista e o ajudante eram vítimas. Estavam trancados dentro do baú.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, eram vítimas. Mas precisamos localizá-los para que realmente eles possam descrever a ocorrência, que deve estar no auto de prisão em flagrante, não está? O depoimento do motorista? O que ele diz?

O SR. PAULO LACERDA – Diz que foram...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele reconheceu o...

O SR. PAULO LACERDA – Não, aqui não foi feito o reconhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi feito o auto de reconhecimento?

O SR. PAULO LACERDA – Quer dizer, ele afirma que era mantido dentro do baú, e estava sendo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...conduzido por um deles. Você dirige caminhão? Você sabe dirigir caminhão?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Se eu sei dirigir caminhão?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você sabe dirigir?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não tenho habilitação. Mas sei dirigir...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, não. Se tem habilitação... Se você anda com uma 357, vai dirigir sem carteira. Não estou perguntando se você tinha habilitação. Estou perguntando se você sabe dirigir um caminhão.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Carro e moto, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Heim?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Carro e moto eu dirijo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Carro e moto você dirige? A moto sumiu. Você não sabe para onde foi?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não sei de moto, senhor. Estou falando que eu dirijo, senhor. O senhor não perguntou se eu dirijo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está bom. E caminhão você dirige?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só carro?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Carro e moto, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Carro você sabe, porque você furtou e roubou carro, tem que saber dirigir. Não vai carregar nas costas, não é?

Pode perguntar.

O SR. CARLOS DUNGA – Márcio, você nega que nesse fato você não está...

(Falha na gravação)

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual cara?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, quando a pessoa que precisava do carro chegava para mim, eu pegava e vendia, senhor. Comprava, roubava o carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você fazia anúncio no jornal?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que eles te procuravam?

O SR. OSCAR ANDRADE – Márcio, para quem você trabalhava?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu não trabalhava para ninguém, senhor. Eu não trabalho para ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você era autônomo?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Oh, meu Deus do Céu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você roubava, você desmanchava. Você entende de mecânica?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você entende de mecânica?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Mecânica? Mais ou menos, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – A ponto de conseguir desmontar um veículo e sumir com o resto, tudo?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu desmontava, e desmontava o que eu precisava, senhor. Está entendendo?

O SR. OSCAR ANDRADE – É mesmo? O motor de um carro você consegue desmontar?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Desmonto, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E monta de novo?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Montar de novo não sei. Desmontar, desmonto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desmontar você sabe. E aí você guardava as peças e, depois, vendia?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vendia onde?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Quando precisava, senhor. Vinha...

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Vinha um colega meu me procurar, quando eu precisava, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando alguém precisava?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – É. Eu nunca trabalhei para ninguém, não, senhor. Os meus BO o senhor vê aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tinha desmanche de veículo?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Heim?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tinha um desmanche de veículo?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde você fazia isso? Onde você desmanchava?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – No meio do mato, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E guardava onde as peças?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Guardava no mesmo lugar.

O SR. OSCAR ANDRADE – No meio do mato também? E lá você fazia como? Me explica aí para eu entender. Aí, você ficava de olho para ver quem estava precisando de uma peça ou de outra?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já roubava por encomenda, para tirar só a peça que precisava. Roubava um carro inteiro para tirar um pára-lama, pelo que eu estou entendendo. É isso mesmo?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Se o cara precisava, era isso aí que eu fazia mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, se você precisava de uma peça de um carro X, ele ia lá, furtava o carro X, tirava a peça e jogava o resto fora.

Você jogava o resto fora?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Ficava no local.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Abandonava?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só a carcaça, sem pneu, sem nada?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tirava, como ele disse, só a peça que interessava ao comprador. Ele já roubava por encomenda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é de onde, moço?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sou de Várzea Paulista, Jundiaí. É um município do lado de Jundiaí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem filho?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Filho? Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é casado?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a sua esposa, onde está?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – É aqui de Campinas, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – É.

O SR. CARLOS DUNGA – Em determinado momento, nós sabemos que você estaria numa moto. Essa moto foi encomendada? Foi uma das pessoas que encomendou você para roubar?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eu não estava com moto, não, senhor. Eu não estava com moto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria para conduzirem o outro Márcio.

Você tirou as impressões digitais na cadeia?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Tirei, sim, senhor. Eu tirei aqui, agora, também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tirou agora, aqui, também.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria o outro Márcio, para ver se eles se identificam.

Vamos ver qual é que tem a folha corrida maior. Parece que o outro diz que não tem nada; e esse também não tem nada, só crime leve. Agora, com a planilha de identificação, a Polícia poderá realmente verificar.

Vai agravar a sua pena, se confirmar que você está mentindo, viu, Márcio.

Eu vou te pedir permissão para te chamar Márcio 2 daqui para a frente. Tirem a algema dele, por favor.

Márcio, eu vou te chamar de Márcio 1, que é para poder identificar.

Márcio 1, é ele que você disse que estava junto, que confundiu a pessoa? É ele?

O SR. MÁRCIO 1 – É ele, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conhece?

O SR. MÁRCIO 1 – Eu conhecia outra cadeia, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na outra vez que ele fugiu?

O SR. MÁRCIO 1 – Eu conheci ele na cadeia de Sumaré.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na cadeia de Sumaré? Agora?

O SR. MÁRCIO 1 – Não, foi no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois disso, você fugiu? Você conhece? Vocês conversaram no presídio?

O SR. MÁRCIO 2 – Na cadeia de Sumaré, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você fugiu de lá?

O SR. MÁRCIO 2 – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você estava preso quando ele fugiu?

O SR. MÁRCIO 1 – Estava, só que aí eu tinha sido transferido para outra cadeia, para a Cadeia Pública de Americana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer que você perdeu a oportunidade de abrirem a por-

ta e sair livremente, como ele disse que foi lá? Que não houve nada que...

O SR. MÁRCIO 1 – Já não tive essa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não teve essa sorte. Está esperando outra igual? Você está rezando para isso ou não?

O problema é o seguinte, Márcio 2: ele foi conduzido aqui como estando envolvido no roubo da carga. Você confirma que você é que está respondendo a um processo?

O SR. MÁRCIO 2 – Eu confirmo que eu que estou respondendo a um processo, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é ele?

O SR. MÁRCIO 2 – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, eu queria esclarecer. Eu acho que houve, realmente, uma confusão. De forma que ele poderia tornar imediatamente ao presídio. É claro que precisamos providenciar a alimentação.

Eu acho que ele tem que agradecer por ter dado um passeio. Você até gostou, não é? Vir de Marília para cá, não é? Você está dispensado.

Você confirma que não é ele o envolvido no roubo da carga?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, eu posso fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Vocês trocaram idéias? Conversaram na cadeia sobre a prisão?

O SR. MÁRCIO 1 – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não conversaram nada?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre esse crime?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conversaram sobre os crimes que praticaram, ou se combinaram alguma coisa se saíssem da prisão?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas você sabia que ele havia sido preso porque estava envolvido em roubo de carga?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, isso aconteceu posteriormente.

O SR. MÁRCIO 1 – Não, quando eu encontrei ele na cadeia de Americana, fiquei sabendo que ele tinha sido recapturado. Agora, que ele estava envolvido em roubo de carga não sabia, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque ele fugiu de Sumaré, onde eles conversaram. Ele em-

preendeu a fuga, e ele não estava na hora da fuga no local. Mas você soube da notícia de que ele foi recapturado?

O SR. MÁRCIO 1 – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas já com a prática de outro crime, não é?

O SR. MÁRCIO 1 – Não, isso aí ele não chegou a comentar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como você soube que ele havia sido recapturado?

O SR. MÁRCIO 1 – Porque ele falou para mim que tinha fugido, que ele tinha...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, mas como você soube que ele foi preso outra vez? Pelo jornal?

O SR. MÁRCIO 1 – Não, na cadeia mesmo. Encontrei ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, vocês se encontraram outra vez na outra cadeia?

O SR. MÁRCIO 1 – É, na outra cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês se gostam, hein?! (risadas)

Está bem. Então, ele provocou um passeio seu de Marília até aqui.

De forma que, se quiserem conduzi-lo, podem fazê-lo. Acho que está sendo providenciada a alimentação. Agradeço muito a colaboração e peço desculpas pelo transtorno. Agradeço também ao Delegado de Marília pela colaboração. Ele está aí? Pode subir aqui para conversarmos um pouquinho?

Então, ele fica aí à disposição dos outros membros da CPI para continuar o interrogatório.

O SR. OSCAR ANDRADE – Márcio, essa carga de macarrão, você lembra a quantidade de macarrão que era?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não me lembro, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? Você lembra do caminhão?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Eles falaram que eu tinha catado esse caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você se lembra do caminhão?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não me lembro do caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi pego e depois levado até lá, ao local.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Foi, fui levado até ao local.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembrou do caminhão, de que cor era o caminhão, se era um caminhão-baú, se não era?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não me lembro, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe quando um caminhão é baú ou não?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sei quando é baú ou quando não é. Mas não me lembro, na hora, porque eles nem nos deixaram muito lá, eles nos tiraram de lá rapidinho, levaram lá para o decimo, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como? Não levaram no local do crime?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Levaram no local, mas só que não nos deixaram muito lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem mais estava envolvido lá?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Tinha esse menor aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só o menor?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só o menor, sozinho, descarregando?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – O que cataram lá foi o menor. Cataram eu, depois me levaram até a carga, daí o menor também estava lá já.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse menor você não conhecia?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não conheço ele, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele estava sozinho fazendo a descarga?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Foi o que eles falaram, senhor. Falaram que eu estava envolvido.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Márcio, você está alegando que não teve participação nenhuma no roubo de carga?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Então, por qual motivo você acha que envolveram o seu nome? Você acha que a polícia envolveu seu nome por quê?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Porque eu estava armado e sou fugitivo, tenho antecedente. Conta muito, não é?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas não tem nada a ver com roubo de carga.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não tem nada a ver. Não tenho nada a ver com roubo de carga. Para o senhor ver.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas você acha que a polícia lhe envolveu em roubo de carga por quê?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Depois o menor veio falar que eu estava envolvido também. Nem co nhe ço esse me nor e ele fa lou que eu estavaenvolvido.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Olha, você está sob juramento.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sei, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Se você negar aqui, sua pena vai agravar.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sei, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Então, é bom que você contribua.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Estou falando a verdade, senhor. Está entendendo? Estou falando a verdade, senhor. Esse menor aí nem conheço ele e ele está falando que estou envolvido nesse roubo de carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já era amigo desse outro Márcio?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Do Márcio? Conheci ele na cadeia de Sumaré.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse que saiu agora?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E até as assinaturas de vocês são parecidas: Márcio C. de Oliveira, os dois escrevem dessa forma.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Já fui responder um processo que era dele, que eu também não tinha nada a ver. Fui responder um processo dele. Aí chegou lá e não bateu a filiação.

O SR. OSCAR ANDRADE – E agora está acontecendo o contrário.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – A mesma coisa.

O SR. CARLOS DUNGA – Márcio, na hora que você foi preso, você ou viu al guém re la tar de quem era o mate ri al rou ba do? Exis ti am lá 4,4 mil qui los de mer cadoria roubada. Não é possível que você não tenha visto essa mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que tinha um menor fazendo a descarga, sozinho?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Então. Esse menor que entrou em cana comigo que está falando que estou envolvido. Mas não conheço esse menor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, ele disse?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Ele está falando que eu estou envolvido. Ele está falando.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como ele relata isso? Que era seu amigo, que vocês combinaram o roubo?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não sei, senhor. Não conheço ele, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhece?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Não conheço esse rapaz, senhor. Ele está falando que estou envolvido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que ele estaria falando isso?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Para livrar a dele, senhor. Ele é de menor, sou de maior. Já sou preso. Para ele... Não conheço o cara.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele está preso?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Também não sei se está. Pelo o que fiquei sabendo, parece que ele está lá onde es tou pre so. Mas nem entrou para dentro da cadeia, por causa disso daí. Não tenho envolvimento na carga, senhor. Se eu tivesse envolvimento, não tinha por que não falar. Em todos meus processos aí, sou réu confesso. Está entendendo, senhor? Em todos os meus processos sou réu confesso. Não tenho por que negar. O senhor pode ver. Eu estava há dez meses no Ataliba, senhor. Estava para sair já. Eles me forjaram um 12, me jogaram para o Sumaré de novo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Forjaram o quê?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA – Um 12. Eu estava há dez meses lá no Ataliba. Duas saidinhas que eu estava, fiquei trancado lá. O senhor sabe, na colônia é fácil fugir e meu objetivo era sair para a rua e ajudar minha família, porque sei que esta vida de crimes não adianta. Mas estão me per se guin do e me colocaram de novo preso por rou bo de car ga, um 12 que estou pra sumariar também aí, e não sei quando vou sair. Meu objetivo era sair esse ano que passou, ir pra rua agora, ajudar minha família que está passando necessidade. Se fiz isso tudo agora, pra trás, é porque passava necessidade e era vi ci a do. Nos meus processos sou réu confesso, pode ver, o senhor tem a minha pasta. Por isso minhas penas

vêm mínimas. Não tenho por que mentir. Esse menor está me envolvendo em uma fita que não tem nada a ver.

O SR. CARLOS DUNGA - Em determinado momento o senhor diz que o motorista, que a vítima lhe isenta dessa culpa.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Fui para o reconhecimento, e ele não me reconheceu. O senhor pode pôr ele de novo aí para ver se ele vai me reconhecer de novo, senhor. Fomos para o reconhecimento em Sumaré, e ele não me reconheceu. Agora põe o menor e eu na frente dele e veja quem será reconhecido. O senhor vai tirar pela vítima. Não tenho por que mentir, pegue minhas pastas e veja que sou réu confesso em todos os meus processos.

O SR. CARLOS DUNGA - Não estamos falando dos outros processos que o senhor tem, mas deste aí. Queremos saber se o senhor está falando a verdade e elucidar este assunto.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Estou falando a verdade.

O SR. CARLOS DUNGA - Se você estivesse nos ajudando, poderia mostrar à CPI que existem outros culpados nisso.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Mas não conheço, não posso falar.

O SR. OSCAR ANDRADE - Por que o senhor saiu da cadeia e foi comprar uma arma, já que sua intenção era ajudar sua família?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Porque tinha inimigos, senhor. E, fugitivo, você não faz nada, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Inimigos?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Na cadeia arrumei muitos inimigos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas na cadeia os inimigos estavam presos. O senhor saiu com a intenção de ajudar sua família. O senhor pretendia ajudá-los continuando no roubo?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Como assim?

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor pretendia ajudar sua família continuando a roubar?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Não senhor. Meu objetivo era sair em liberdade, mas me trancaram de novo. Eu tava na colônia há dez meses, meu PAD estava na mão do Juiz em Campinas para ser cantado. Eu ia "cantar" e ia embora pra minha quebrada, lá em Jundiaí. Meu objetivo era sair em liberdade, só que eles me trancaram novamente. Eles me forjaram um 12 em frente à colônia, faltavam

15 minutos, eu trabalhava de carteirinha branca, falaram que eu estava com drogas, me forjaram e me mandaram para a cadeia de novo. Não sei o que é isso, eu não tinha drogas, senhor. Pegaram meio quilo de maconha, e não tenho nada a ver com isso. Agora estão falando que tenho envolvimento com esse roubo de carga.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE - O senhor está afirmando com muita convicção que em todos os seus processos o senhor é réu confesso. Não é isso? Na oportunidade em que foi preso, por que o senhor não quis falar nada? O senhor disse que se reservava o direito de ficar calado.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Porque não tinha nada a ver com isso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE - O helicóptero da polícia identificou que o senhor estava no local, e você não quis fazer declaração nenhuma de que era inocente e se reservou o direito de ficar calado. Agora, está dizendo que não participou e que é réu confesso. O senhor está a serviço de alguém.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Não, senhor. Fugi e fiquei um mês na rua.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor é jurado de morte?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Tenho inimigos, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Do receptor de peças de veículos?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Eu não tinha receptor de peças de veículos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Como não tinha? O senhor roubava, desmontava veículos e não tinha receptor?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Não é receptor, era um cara que sempre vendia para ele. Um senhor aparecia para me comprar uma peça, outro senhor também aparecia, se eu tivesse a peça, vendia.

O SR. - Mas como o senhor era procurado? Havia uma placa na sua casa dizendo "Vendem-se peças"? Como é que era?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Márcio, explique isso.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Como vendia as peças?

O SR. OSCAR ANDRADE - É.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Quando alguém precisava, senhor. Tinha conhecimentos lá em Várzea Paulista.

O SR. OSCAR ANDRADE - Lá todo mundo sabia que o senhor tinha peça para vender?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Os caras que me conheciam sabiam.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor começou com toca-fitas, essas coisas assim?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Sim senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Foi? Aí passou a roubar carros, desmontar?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE - O senhor é de Jundiá?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Sim, senhor?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE - O senhor é de Jundiá?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Sou de Várzea Paulista. Nascido em Jundiá.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE - Ah, certo. Nascido em Jundiá.

O senhor disse que não conhece Campinas.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Campinas? Fiquei um mês aqui, vim para Campinas por que fui transferido da cadeia de Jundiá para a colônia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE - E o que o senhor estava fazendo numa favela em Campinas?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Aonde? Em Florência? Eu estava fugitivo, senhor, estava passando e ia para minha casa em

O SR. MÁRIO NEGROMONTE - Não, aqui em Campinas, numa favela.

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Aqui em Campinas, eu estava fugitivo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Veio fazer o que aqui?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Aonde? Vim fazer o quê?

O SR. OSCAR ANDRADE - Aqui em Campinas?

O SR. MÁRCIO CARVALHO DE OLIVEIRA - Vinha ficar aqui, senhor, porque ia ficar aqui um pouco, um tempo, porque não podia ir para minha casa, até arrumar um lugar para ir para lá. Entendeu? Mas não podia ir para lá, se fosse para lá ia ser preso de novo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Sr. Relator, mais alguma pergunta?

O SR. OSCAR ANDRADE - Não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Deputado Carlos Dunga.

O SR. CARLOS DUNGA - Não, estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Está liberado o Sr. Márcio. Agradecemos à Polícia Civil. E lembrando que o Sr. Márcio fica à disposição desta CPI. Pode liberá-lo.

Agora, é importante que o senhor saiba que já temos preso o Jorge Méres, que tem contribuído com esta CPI, está sob proteção da Polícia Federal e a pena dele vai ser reduzida. Então a partir de hoje o senhor está exposto. Os seus companheiros que porventura pediram para que o senhor não falasse nada... A partir de hoje você está mais exposto, criará mais inimigos, certamente, e pode morrer lá dentro da cadeia se porventura não tiver a proteção das Polícias Civil, Militar e Federal. De forma que seria importante que o senhor revelasse aqui, não procurasse mentir, até porque se futuramente detectarmos que todo depoimento do senhor, que está sob juramento, foi mentiroso, a sua pena irá ser agravada.

Esta Presidência informa ao senhor para que tenha conhecimento disso e informe seus advogados. Está liberado até oportunamente precisarmos do senhor. E agradeço mais uma vez à Polícia.

Vamos suspender a reunião, reiniciando-a às quatorze horas e trinta minutos.

(Intervalo)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Peço a Secretaria que faça se apresentar Jordão Domingues da Silva. (Pausa.)

Jordão Domingues da Silva, peço à escolta que o apresente.

Poderia fazer o favor de retirar as algemas.

Sr. Advogado, gostaria de que qualquer dúvida ou qualquer interferência fosse feita por meio da Mesa, sem se dirigir ao depoente, para não tumultuarmos o trabalho. Sei que V. Ex^a colaborará conosco, mas em nenhum momento estará impedido de intervir, caso seja necessário. Dr. Vanderlei Muniz, é isso mesmo?

Há um microfone, Sr. Jordão?

Qual é o nome do senhor?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Jordão Domingues da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor não lembra da identidade?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Não me lembro, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem está de posse dela?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não me lembro de nada. Já tenho 70 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aida de é de 70 anos. Qual é o estado civil?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Viúvo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde é sua residência?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Sítio Banhado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é sua profissão?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Lavrador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem algum parente em algum grau da parte envolvida neste processo?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, eu pediria ao senhor que se comprometesse a dizer somente a verdade. O senhor se compromete?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então eu peço para assinar. (Pausa.)

Por favor, providenciem água para o depoente.

Sr. Jordão, o senhor poderia preliminarmente esclarecer qual é seu envolvimento neste processo pelo qual se encontra preso?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não ouço muito bem. Não entendi nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria para alguém ficar perto dele para repetir a pergunta. Poderia um policial federal ficar aqui, por favor? É para ele tentar explicar a situação dele nesse processo que está respondendo.

O senhor pode falar no microfone, Sr. Jordão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Jordão, conte para nós porque o senhor está preso.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Estou preso por causa de um caminhão que quebrou no sítio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quebrou?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Quebrou. Chegou lá quebrado. Acabei puxando ele ainda.

O SR. OSCAR ANDRADE – O caminhão quebrou e o senhor foi preso?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, o caminhão quebrou lá. **(Falha na gravação)** Nem de dia não enxergo, ainda mais de noite.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem algum filho ou parente que vive com o senhor?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Tenho três filhos menores e a mulher que vive comigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os filhos são menores ainda?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – De menor, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quantos anos tem sua senhora?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Quarenta e quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles não viram os documentos?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não viram, esse caminhão chegou à noite. Ele foi puxado de noite.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor aceitou deixar lá sem saber a origem?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Eles pediram, não pegou mais, como ia tirar? Não tinha mais como tirar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o defeito que deu no caminhão?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O caminhão teve problema de direção, não pegou na partida e deu problema de bomba injetora, não subia morro mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é mecânico?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor entende de manutenção de veículo?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Sei isso aí, porque o caminhão não pegou de manhã cedo nem com a Polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE – O caminhão era de quem?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O caminhão era de um senhor de cor. Não conheço o homem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas, se o senhor não conhece, como leva para dentro da sua propriedade algo que não conhece?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Se ele pediu, vou estar carregado de papelão, não podia largar na estrada, como é que faço?

O SR. OSCAR ANDRADE – O que era a carga?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Papelão.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor fez com o caminhão? Tentou consertar o caminhão?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor. Eu tenho o meu serviço. Amanhã, venho buscar, acabou. No outro dia, ele ia buscar. E chegou e o caminhão não pegou de manhã cedo, também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o carro Gol que estava lá também?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O Gol chegou na frente do caminhão, porque falou que tinha um caminhão quebrado no caminho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixaram os dois lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o segundo caminhão?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O segundo caminhão veio para buscar a carga, que era de um carreteiro que está aí. Ele faz carreta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha um caminhão ver me lho que o se nhor le vou para lá e que estava quebrado. Aí, o Gol foi na frente.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O Gol chegou na frente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi pedir? Aí, depois, chegou um caminhão azul.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Chegou o caminhão azul, mas chegou dez e meia do dia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para fazer a transferência da carga.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Para passar a car ga de dia, lu gar aber to.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor autorizou?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Se veio bus car a car ga e a car ga não é mi nha, tem de autorizar para levar. Eu não au to ri ze i nada. Chegou para pas sar a car ga e aca bou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas, estando dentro da sua propriedade, os veículos estavam sob sua responsabilidade.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas eu estou trabalhando, meu senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – De que o senhor trabalha?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Sou agricultor. Eu estava puxando esterco esse dia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com qual carro?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Com o tra tor e a car re ta que te nho lá, até hoje está lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe a quem per ten cem os ca mi nhões? Quem são os do nos dos caminhões?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O vermelho, eu não sei. O do outro, eu sei, porque está aí preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O outro é de quem?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Do Humberto Barbosa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Humberto Barbosa?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Barbosa.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Claudinei Carregon Parras?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era o dono do caminhão que estava lá na sua propriedade. O senhor não sabia, não?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O caminhão vermelho?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Carlos Roberto de Pádua?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não escutei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carlos Roberto de Pádua?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dono da transportadora Transjobim?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece a Transjobim?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Claudinei?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem conduzia o caminhão azul de Mato Grosso do Sul?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Roberto Barbosa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Roberto Barbosa? Quem é Roberto Barbosa? É seu amigo?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor. Conheço ele agora, que ele está preso aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só conhece agora?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabia que a carga era roubada?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabia não?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Se soubesse, ele não ia para lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor conheceu o José Roberto Barbosa?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Agora, de pois que ele está preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi preso no seu sítio.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas eu não conhecia ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – No seu sítio, entra qualquer um, na hora que quer?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O sítio tem porteira, mas não tem tranca. Ali, entra quem quiser.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Jordão, queremos ajudá-lo. Se o senhor puder esclarecer tudo, provavelmente a sua responsabilidade fica limitada.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Eu já esclareci isso duas vezes no fórum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor evita mentir para a CPI e evita confundir-la. Co-

labore, que vamos tentar ajudá-lo. Esclareça bem quais são os responsáveis...

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Só que esse depoimento eu já dei no Fórum. Vou dar outra vez aqui, de que jeito?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem que dar outra vez. O senhor está diante da CPI.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Estou doente. Estou com 20 de pressão. O que posso fazer, meu Deus?!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há um médico por aí, por favor, para ver se ele precisa de alguma assistência?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – De cara, vou mostrar um furúnculo para ele e ele vai ficar até chorando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há algum médico?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Jordão.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Senhor...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Olha para cá, para nós, por favor. Dá uma olhada para cá. (Pausa.) Aqui. O senhor enxerga, não é? O senhor estava enxergando lá dentro. Eu conversei com o senhor lá dentro.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Se eu enxergo bem?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É. Mais ou menos?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Enxergo 70%.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está bem.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não enxergo 70%. Enxergo 30%.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor está me enxergando?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Estou enxergando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então...

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Se eu pôr óculos, enxergo melhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não tem óculos?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não uso. Como é que se vendem óculos baratos? Não tem jeito!

O SR. POMPEO DE MATTOS – E onde estão os óculos?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Está lá no...

O SR. POMPEO DE MATTOS - No presídio?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Está lá na cadeia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor olhando para mim, eu já me sinto contente, porque podemos olhar um no rosto do outro e fica melhor para conversarmos.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas eu não sei para quem eu olho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Olha para cá, por que fica melhor para conversarmos.

O senhordisse que conheceu o Sr. Roberto Barbosa no dia em que ele foi preso.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – No dia em que ele foi preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor lembra bem do dia da prisão? (Pausa.) Até um óculos novo ganhou!

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – Não olha para baixo que é para longe e perto. Dá para enxergar melhor?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Melhorou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora o senhor vai clarear até a idéia.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não foi muito bom como o outro. É mais bravo esse aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora o senhor enxerga, e as idéias vão ficar mais claras. O senhor vai se lembrar. Quando ele foi preso: o senhor se lembra da hora da prisão?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Se eu fui preso?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. O senhor estava na sua propriedade?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Estava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí chegou a Polícia?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Chegou a Polícia às 10h30.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Do dia ou da noite?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Do dia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei que é de dia. É só para confirmarmos. Quando a Polícia chegou, onde o senhor estava?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Eu estava carregando uma carreta de esterco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ali, pertinho?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Ali, pertinho, onde está o caminhão para frente. Eu estava carregando esterco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Juntinho. O senhor estava trabalhando na estrebaria, nos estercos.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Carregando esterco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E onde estava o senhor José Roberto Barbosa?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O Sr. José Roberto Barbosa, que hoje eu conheço, sentiu-se mal. Tenho 40 cachorros. Então, ele ficou numa área da minha casa, numa varanda, porque ele tomou remédio. Chegou doente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – E aí os cachorros meus queriam pegá-lo. O meu moleque o levou para dentro - tenho um moleque de 11 anos. Levou ele para dentro e disse: “Fica aí porque senão a cachorra pega você”.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E levou ele para dentro da casa.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – E eu estava carregando esterco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor vê que é interessante! Um desconhecido e leva para dentro da casa. E os outros que estavam lá?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas se o caminhão dele estava lá, carregando...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tinha mais gente lá? Quem mais estava lá quando a Polícia chegou? Estava o senhor, o José Roberto..

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Só o chapa carregando...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O chapa carregando...

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Só, só.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o chapa não correu?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não correu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E para onde ele foi?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O chapa não correu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ficou ali.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Ficou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o José Roberto correu para onde?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O José Roberto não correu; ele estava na área da minha casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, apenas um minuto para o médico examiná-lo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor faria esse favor? **(Pausa.)**

O Vereador, médico, está fazendo a gentileza de nos ajudar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Disse que ele vai continuar e que não tem problema. Qualquer coisa, ele vai pegar um medidor de pressão e, se for o caso, medir a pressão.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas só a pressão arterial, não é? Deixa eu dizer para o senhor: quando a Polícia chegou lá – quero que o senhor se recorde bem –, fazendo aquele barulho, todo mundo correu. Por que correram? Assustaram-se, não sabiam do que se tratava? Por que correram?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas não correu todo mundo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O chapa correu?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O chapa não correu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para aonde correu o chapa?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O chapa estava carregando, estava em cima... estava passando a carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí ele saiu de cima da carga?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Deve ter sido, tinha que carregar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas ele pulou de cima da carga quando ouviu a polícia buzinando, a sirene?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Mas ele não correu.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O que é que ele fez?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Ele não correu. Ele ficou ali mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Ele ficou ali mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Pois é, mas não é o que consta, porque podia correr, podia achar que era um salto. Não fica feio correr. Não é feio correr.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Mas eu não corri. Por que é que eu não corri?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não sei por que o senhor não correu. De repente, não tinha perna.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Então?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Faltava perna.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Não corri. Eu atendi à polícia.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Está bem. E o Barbosa?

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor disse que atendeu a polícia?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Eu conversei.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor foi quem recebeu a polícia?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Eu que recebi a polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas o senhor não disse que estava catando esterco?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Mas eu estava no meu terreno carregando esterco, Doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor, primeiro, disse que não estava lá.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Eu estava no meu terreno carregando esterco quando a polícia chegou.

O SR. OSCAR ANDRADE – E povo lá, trabalhando? Dois caminhões, um gol roubado?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - A polícia não me prendeu. Eu vim solto, igual estou aqui. Eu não vim preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor tem advogado? O advogado está tratando da sua prisão?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Teinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está tratando da sua prisão?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Está.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Já procurou esclarecer sua participação?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Já, já vim no Fórum duas vezes e não sei nem por que estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Há quanto tempo o senhor está preso?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Quatro meses e vinte e cinco dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Então, o Juiz não se convenceu da sua história.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Não se convenceu. O que é que eu posso fazer?

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor já tinha sido preso alguma outra vez?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Eu tenho setenta anos, senhor, e nunca fui preso na vida. Não tenho passagem nenhuma na polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não responde a nenhum inquérito? Não tem nenhum inquérito policial? Nada?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Não tenho nada, nada, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Está bem, mas o Barbosa estava lá na sua casa. Quando a polícia chegou, o Barbosa foi para dentro da casa?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Eu não sei, eu não estava ali. Quem estava na casa era meu moleque, de onze anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas a sua casa é perto. Não é junto?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - É perto.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como é que foi, onde a polícia o prendeu? Foi no pátio, na área ou dentro de casa?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Foi na minha casa, na varanda.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Dentro de casa?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - É. Mas na hora de ir embora, já.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Na hora de ir embora?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Ele não foi preso na hora que chegou.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como é que ele foi preso?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Na hora de vir embora é que ele foi preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim, mas a polícia chegou, conversou com o senhor e disse o quê?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Nada. Só esse caminhar é isso; aquele lá, aquele lá ... e eu estou trabalhando. Porque se falassem para mim que eu vinha preso, eu estava solto, podia ter escapado. Como é que não escapei? Porque eu não tenho nada a ver com o peixe.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o Barbosa? Lá dentro da sua casa?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Lá dentro de casa ele estava.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A polícia foi lá dentro e o prendeu?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Não a polícia.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como é que foi?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Quem foi lá foi o delegado, que pediu para dar uma busca em casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim, mas o delegado é a polícia.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Não, mas fui eu, uma delegada e um delegado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Dentro lá?

O SR. JORDÃO - Lá de casa. Eu até falei: "Deixa eu entrar primeiro, que eu tenho duas filhas que chegaram da escola agora". Então, elas não devem estar muito prevenidas. Entrei lá dentro e disse: "Pode entrar". Entrou ele e a delegada. Ele estava dormindo, deitado. Ele não estava bom, estava doente. Esse depoimento eu já fiz.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tudo bem. Mas prenderam ele lá dentro, daí.

A que o senhor atribui ter acontecido isso lá na sua chacara?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Só um minutinho. Ele vai tirar a pressão, Deputado.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Agora não entendi. Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - A pressão está melhor que a nossa. O senhor vê que o Deputado fez a sua pressão cair.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É, mas não deu pressão arterial. Sr. Jordão?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Minha pressão é 13 por 8. Estou com 15.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Está boa a pressão. Quero que o senhor me responda: o senhor está na cadeia junto com o Barbosa?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor conver sou com ele de po is de pre so?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Não, conversei hoje. Nós estávamos separados.

O SR. POMPEO DE MATTOS - No dia da prisão o senhor não conversou com ele?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - No dia da prisão? Não viemos presos juntos. Ele veio preso e depois que eu vim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O que o senhor ficou sabendo de tudo isso? O senhor vai ter que nos ajudar a esclarecer, porque o senhor está enrolado jun to e é bem fá cil de o se nhor sair fora. É só o se nhor dizer: "Eu não tenho nada a ver com essa gente. Essa gente são esses, aqueles." É só entregá-los que encerrou o assunto. O senhor é um cidadão de idade, nunca delinqüiu, nunca esteve preso, não respondeu processo. Depois de velho, está passando por essa, Sr. Jordão? O senhor não precisa passar por essa.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Não preciso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então, o senhor nos ajude um pouco.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Então, vamos lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Porque nós estamos atrás das quadrilhas de roubo de carga.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Então, vamos lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então, ajude-me um pou co. O que é que eles es ta vam fa zen do? O senhor que a carga era roubada, daí?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Não, senhor. Fiquei sabendo depois que ele veio preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como é que o senhor ficou sabendo?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Depois que ele veio preso. Eu não sabia.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quem lhe falou?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - O delegado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Falou que a carga era roubada?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Falou que a carga era roubada.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O se nhor não ficou sabendo nada?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Nada. Lá não sabia de nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quem é que chegou com o caminhão lá?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Não conheço a pessoa. Era um senhor de cor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas como ele era: baixo, alto?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Um senhor de cor, magro, cabeludo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Gordo, magro, cabeludo?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Não. Alto, magro...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Alto, magro...

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Cabeludo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Cabeludo?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - E ele está preso?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Moreno.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E aí, onde é que ele foi?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Moreno. Por que pas sou de mo re no para mim, de no i te, é escuro, porque eu enxergo pouco.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tá. Ele chegou lá e o que é que ele falou?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Eu puxei o caminhão dele. O caminhão estava quebrado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele pagou?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não pagou?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E aí, o que é que ele fez? Pousou lá?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - O caminhão pousou lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E ele?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Ele foi embora.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Foi embora de que jeito?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Foi embora a pé.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi embora a pé! Quantos quilômetros tem dali até à cidade?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas ele tinha um telefone com ele. Ele levou com ele. Estava com um celular, falando, assim...

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – Ele usou o celular?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Usou. Ele tinha com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele chamou alguém, será?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor. Ele não chamou perto de mim não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas alguém veio buscá-lo? O senhor não viu se veio um carro, porque ali onde o senhor mora é fora da cidade, não é?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, eu moro no sítio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é. É fora da cidade o sítio?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – É fora da cidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dá quantos quilômetros do sítio até à cidade?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Um quilômetro e meio mais ou menos até chegar no Bairro Adelaide.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um quilômetro e meio para chegar em um bairro.

É perto da rodovia sua chácara?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – É longe. Perto da rodovia nova que está passando agora, da Bandeirante.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá. Mas o caminhão estragou a que distância dali?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O caminhão já desceu ali estragado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Hum!?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O caminhão quando desceu ali já estava estragado; se perdeu esse caminhão. No depoimento com...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O caminhão se perdeu?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Se perdeu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Seu Jordão, o senhor está enrolando, Seu Jordão, para proteger os outros! Para quê, Seu Jordão?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas eu não estou enrolando, eu não conheço o homem, meu Deus! Como é que eu...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como é que o senhor sabe que o caminhão se perdeu se o senhor disse que nem falou com o homem?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Se ele falou comigo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse que não tinha falado com ele.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas como, doutor, se o caminhão veio ali?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor falou com ele o quê? O que é que o senhor falou? Me conta!

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Ele que chegou lá e me explicou: – Esse caminhão não está bom; não sobe morro. Como é que eu faço? Eu digo: – Mas o caminhão está em dia? Está sim, o caminhão está em dia. Quer que o puxasse – e aí o caminhão não pegou. Eu já fiz esse depoimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor perguntou se o caminhão estava em dia.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como que o caminhão saiu lá do sítio do senhor no outro dia depois de preso?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O caminhão?

O SR. OSCAR ANDRADE – Saiu rodando?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Nem a polícia não foi pegar o caminhão, se o senhor quer saber!

O SR. OSCAR ANDRADE – É? Como ele saiu de lá?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Como é que saiu o caminhão de lá?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Eu acho que saiu guinchado, porque aí, naquela hora que eu estava longe, levando esterco. Aí eu não vi; não sei se saiu guinchado ou se saiu andando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor estava lá na hora em que a polícia chegou. O senhor recebeu a polícia.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Eu recebi a polícia, mas continuei trabalhando. Eu não fui preso, não me amarraram.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não foi preso nessa hora não?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não fui preso hora nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso depois?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Eu vim preso quando vim no...aqui, como fiz para você. Eu não vim preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele está protegendo os caras; ele sabe tudo.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas eu não vim preso, meu senhor!

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você está protegendo...

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas, protegendo quem? Quem é que eu estou protegendo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Bandido.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas se eu não conheço, como é que eu vou fazer?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu acho, Seu Jordão...

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Que eu sou ladrão!

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não, eu acho que ladrão o senhor não é.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Eu sou “laranja” nesse negócio, meu senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu acho que o senhor é “laranja”, sim; o senhor se prestou a esse serviço. O senhor se prestou a fazer isso. Então, o seguinte: o senhor é um homem velho, de respeito; eu estava olhando suas mãos, o senhor disse que é colono. É. Eu também sou colono e sei como é que é a vida na colônia. Mas o senhor se prestou e emprestou a chácara para guardar, lá, carga roubada para fazer um trampolim de um caminhão para outro. Então, o que a gente queria, Seu Jordão, o senhor pode sair livre dessa, o senhor sai fácil dessa, é a coisa mais fácil. Sou advogado, e tirar o senhor é uma brincadeira. Eu digo isso por que sou advogado. O senhor não tem nada que ver. Eu lhe digo: olha, chega lá um caminhão, de madrugada, de noite, eu atendi, não sei quem que é. Depois essa gente sem-vergozha me lograram, me enganaram, mentiram, me botaram nessa fria. Um injustiçado, com quatro meses de cadeia, na sua idade, sem dever nada, Seu Jordão, ah!, mas eu ficava louco, subia num poste de ré. O senhor tá protegendo os bandidos.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Se eu fico louco, entro no cacete. Como é que eu vou fa-

zer? Que jeito eu vou fazer? Vou apanhar e ficar...Então deixa eu preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse aqui: Ah!, o caminhão já vinha estragando. Se perdeu o caminhão. Como é que o senhor sabe que o caminhão se perdeu?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas se o homem falou para mim!? Sabe o que ele falou, esse moreno – não desfaço de cor nenhuma –: Esse caminhão não está subindo morro. Esse depoimento já foi feito. Já fiz esse depoimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não me importa que foi ou tenha feito.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está com medo de falar para não entrar no cacete, igual o senhor falou? É isso? Houve ameaça?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Se eu começar a xingar lá na cadeia por estar preso...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é na cadeia não, Seu Jordão, o senhor está aqui na CPI. O senhor sabe onde o senhor está?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Eu nem sei aonde estou!

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor está na CPI da Câmara Federal e do Senado. É uma Comissão do Congresso Nacional, presidida pelo Senador Romeu Tuma. Deputados Federais, Senadores da República, que estão investigando o roubo de carga, o que está “as sim” no País. E quem rouba, Sr. Jordão, é gente fina, é gente grande, não é coitadoinho! E aí, os coitadinhos, como o senhor, são usados, e os coitadinhos, como o senhor, vão para a cadeia. Os outros andam por aí, andando de avião e dan do ri sa da do mundo. E aí o senhor vem protegê-los! Estou achando que eles têm razão mesmo! Pegam os bobos de laranja, e os bobos ficam na cadeia, protegendo os grandes.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O senhor sabe que gosto muito de ladrão, para ver bem longe de mim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é, mas o senhor está protegendo.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas protegendo de que jeito, se não conheço a pessoa? Como é que posso proteger uma pessoa que não conheço?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse motorista o senhor está protegendo.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não conheço. Não o conheço. Conversei com ele, mas

não o conheço. Traga-o aqui que fico conhecendo! Quem o vai trazer, se ninguém sabe seu nome?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele sumiu?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A que horas chegou o Barbosa lá com o outro caminhão para carregar carga?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Eu já tinha acabado de tirar o leite. Devia ser umas oito horas, oito e pouco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Oito da manhã?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Barbosa chegou lá para trocar a carga?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – A carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele...

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – E o chapa só.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só dois?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Só dois.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A carga era de papel?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – A carga era de papelão, segundo informação. A carga é de papelão. Como estava coberta, não sei do que é.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A carga é de papelão. Tá. E como é que o Barbosa ficou sabendo que era lá a carga?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Porque foram buscar ele lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem foi buscar?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O rapaz do caminhão foi buscá-lo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O rapaz do caminhão foi buscar.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – E mandaram fazer o carro. Ele é carreteiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá. E quem é que veio dirigindo o Gol?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O Gol que veio foi um que veio à frente do caminhão. E o Gol ficou lá, porque o Gol não pegou, não tinha gasolina.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem é que foi dirigindo o Gol?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Também não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é, mas o senhor não conhece. Como é que era o homem do Gol?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Como é que é o nome do Gol?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O homem do Gol. Como é que o senhor o desenhava?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – É um moreno.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, tudo é moreno.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Moreno. Para mim, escureceu, tudo é moreno.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Escureceu, de noite, é moreno.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Se eu olhar aqui, todo o mundo é moreno. Porque escureceu, não enxergo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é, mas aí está difícil.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não enxergo. Não enxergo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vê que o senhor não está contribuindo. O Gol chegou primeiro, ou primeiro chegou o caminhão?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O Gol chegou primeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Claro! Veio o batedor na frente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chegou com um motorista só?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Só, só um.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só uma pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí falou o que com o senhor? Chegou lá no seu sítio e entrou, porque ele é aberto. Falou o que com o senhor?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Ele falou para mim: “Cê tem uns animais para vender?” Porque te nho ani mal. Sabe o que é ani mal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, ele queria comprar cavalo?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – É. Foi o que ele falou para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí o senhor falou o quê?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Então, vem amanhã de dia por que teinho. Aí ele disse: “Tem um caminhão roscado na vossa porteira.” Eu disse: “Se estiver roscado, daqui a pouco ele vem chamar.” Aí foi a hora que o rapaz chega lá. Tenho 40 cachorros, deste tamanho assim. Aí os cachorros avançaram no homem. Fui lá atender quem era. “Senhor, o meu caminhão afogou lá.” Eu digo: “Mas não está atolado, não?” “Não, ele afogou!” Porque ali há uma bacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Se dava para o senhor puxar, porque a minha vizinha ali falou que o senhor tem trator. Tenho um trator pequeno. Mas o caminhão está de cabeça para baixo, só que não passa na valeta. Aí fui lá puxar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Puxou o caminhão?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Puxamos o caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor e quem?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Eu e o motorista do caminhão. Amarramos um cabo de aço e puxamos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o do Gol para onde foi? E o motorista do Gol para onde foi?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O do Gol, o do Gol ficou no Gol mesmo. Venho já, já.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ficou no Gol?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – É. Aí, quando o rapaz foi embora, foi sair com o Gol, e o Gol não tinha gasolina.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É bandido bem barato esse.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Aí ele disse: “O documento deixo com você aí.” Aí, peguei o documento e deixei em cima do trator.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí como é que ele foi embora?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Aí, foi na canela. Ele disse assim que não tinha telefone, não. Também não tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que o homem do Gol foi embora?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – A pé.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o outro?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O outro saiu primeiro que ele, o do caminhão. Puxamos

o caminhão, saiu primeiro, e ele ficou conversando comigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O do caminhão saiu primeiro e o do Gol saiu depois?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – É. Mas saiu sem o gol, saiu a pé.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor não acha, Sr. Jordão, o senhor é um homem de idade, vivido, que é uma estória engraçada essa, que não dá para acreditar?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas isso aí acontece.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é difícil de acreditar, não é?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Chegar numa noite, num sítio, duas pessoas, uma com um caminhão, o outro com o Gol. Deixam o caminhão, deixam o Gol, os dois saem a pé, um para um lado, o outro para o outro.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas o Gol não chegou à meia-noite, não chegou dez horas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas chegou antes, mas saíram juntos.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, o do caminhão saiu primeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é. O do caminhão chegou de pois, e saiu primeiro que o do Gol.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Saiu primeiro o rapaz do caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o do Gol ficou fazendo o que lá?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Ficou conversando comigo, porque era para vender uns animais que tenho lá. Ele negociava animal. Sabe o que é animal? O senhor sabe...animal, cavalo, vaca, porco, é o que tenho lá no sítio. Vivo disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sei. E aí deixou o Gol lá?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não vivo de roubar carga, vivo disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estou dizendo que o senhor vive de roubar carga. Não estou dizendo nada, o senhor que está dizendo. Aí eles não voltaram mais? Nem o motorista do Gol, nem o motorista do caminhão não voltou mais?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O motorista do Gol estava lá outro dia cedo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estava lá outro dia cedo?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Estava, veio cedo, trouxe gasolina e voltou para trás. E, quando a polícia chegou, ele correu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o do Gol.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O do Gol correu, largou o Gol lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Correu quando a polícia chegou?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Correu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas por que ele correu? O Gol era roubado também?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O Gol era roubado também.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas o senhor ganha um presente, hein?. Chega um camião roubado à sua casa; chega um Gol roubado à sua casa; em outro dia, chega alguém para trocar a carga roubada.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Agora, o senhor chega lá. Se tudo tem documento, eu não sou autoridade para saber se é roubada ou não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas eu não estou dizendo que tem... O senhor não tem obrigação de saber se tem de ter documento ou não. O que eu estou achando engraçado, Sr. Jordão, é o senhor tenta justificar os bandidos. Se alguém chegasse à minha casa - às vezes, na generosidade, abrimos as portas da casa, do rancho, a porteira da chácara e acolhemos o cidadão; se depois venho descobrir quem, é eu coloco a boca no mundo. O senhor está defendendo: "não, mas tinha documento; não tinha documento. Eu não sei o quê... O caminhão estava estragado..." O senhor fica defendendo, Sr. Jordão.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Posso chegar aonde eu quero chegar? A minha casa eu negocio; no dia em que a polícia esteve lá, tinha mais de dez carros de fora lá. Se, a cada carro que chegar lá, eu for chamar a polícia dizendo que é carro roubado, como é que eu faço? Eu posso fazer isso? É isso que não me deixa contente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Eu só estou achando engraçado o senhor ficar defendendo.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas defendendo o quê? A minha casa é cheia de carros. Eu moro há dezesseis anos ali e negocio. A vida inteira tem carro ali, que vem comprar porco, queijo, limão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu acho que o senhor foi usado, sabe das coisas e tem medo de contar.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Se eu soubesse, eu contava. Eu estou preso, estou sofrendo, não estou bom.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tudo bem. O senhor conhece a Transportadora Transjobim? Já ouviu falar?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não conheço transportadora nenhuma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Barbosa nunca falou para o senhor quem pediu para ele vir buscar o ...

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas, se nem amizade com o Barbosa eu tinha?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não, mas depois ele não contou para o senhor: "Olha, quem foi lá foi o Fulano".

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, não temos conversa. Ele está em um lugar, e eu em outro. O meu depoimento eu já fiz.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Relator, eu gostaria de ouvir do depoente se, durante os seus setenta anos de idade, há algum ato que de sobre a sua conduta moral. Se o senhor responde por algum inquérito policial? Responde por algum processo na Justiça?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. CARLOS DUNGA - Nunca teve nenhum inquérito?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. CARLOS DUNGA – Há quantos anos o senhor reside na sua chácara?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Há dezesseis anos eu moro ali.

O SR. CARLOS DUNGA – Está bom; só isso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Jordão, em nenhum momento, o senhor chegou a ou vir a conversar deles sobre o tipo de carga, se a carga era roubada? Não chegou a ouvir nenhuma conversa deles dentro de sua casa?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor. Só tinha um carregando o caminhão; o outro não estava no caminhão.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas não ouviu a conversa deles, não?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor não acha que ele alu gou a sua chá ca ra para es con der a carga roubada, não?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Ali não se aluga nada para ninguém.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor. Ali eu tenho gado de leite, tenho porcos e os animais. Eu vivo disso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor sabe por que está preso?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não sei por que estou preso. (Pausa.)

O SR. ADVOGADO – (Intervenção fora do microfone) Sr. Presidente, gostaria que o intérprete fizesse um pouquinho mais alto para que eu pudesse ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pois não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O intérprete, numa altura que ele pudesse ouvir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas quem tem que ouvir é ele.

O SR. ADVOGADO – (Intervenção fora do microfone) Acontece que os senhores estão fazendo uma pergunta, e ele está transmitindo uma pergunta que eu não estou ouvindo. Eu gostaria que o intérprete fizesse um pouquinho mais alto, de maneira que eu pudesse ouvir.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não está aqui para ouvir intérprete. Quem tem de ouvir é ele.

O SR. ADVOGADO – Eu quero saber se a pergunta está sendo bem reproduzida da forma como os senhores estão fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Na íntegra.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem tem que ouvir é ele, o senhor não precisa ouvir não. A nossa pergunta já está saindo aqui.

O SR. ADVOGADO – Eu tenho que ouvir, sim, senhor, para saber se a pergunta está sendo a mesma...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não tem que ouvir nada.

O SR. ADVOGADO – É evidente que sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem tem que ouvir é ele e já está sendo feito.

O SR. ADVOGADO – Eu tenho que ouvir, sim, para... Com o devido respeito, não vim aqui para discutir com a CPI...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está falando com o respeito. Por favor, fique quieto.

O SR. ADVOGADO – Com o devido respeito, eu tenho direito de ouvir a pergunta que é feita ao meu cliente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A Mesa rejeita a intervenção de V. S^a, até porque não procede. Ele está perguntando, e nós estamos ouvindo aqui. Então, era para o senhor ouvir também.

Então, a sua intervenção não procede, e a Mesa pede para o senhor interferir mais porque está prejudicando o trabalho.

Eu pergunto ao Relator se ainda tem mais alguma formulação a fazer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu quero apenas salientar, Sr. Jordão: qual é a idade dos seus filhos?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Eu tenho quarenta e nove filhos. Tenho filhos com sete mulheres. Tenho seis mulheres mortas e uma que vive comigo há 19 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por isso o senhor não vê o ladrão entrar em casa.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – É. Por isso, eu estou roubando hoje. E não tenho passagem na polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tenha calma e respeite quem está perguntando. Ninguém está afirmando...

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não tenho passagem na polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ninguém perguntou sobre os seus antecedentes, porque já os conhecemos. Então, gostaria que o senhor se limitasse a responder as perguntas dos deputados, para encerrar logo. Não há nenhuma pressão sobre o senhor. Espero que o senhor e o seu advogado tenham respeito para com a Comissão. Vou exigir respeito para com o senhor também. Os deputados estão se comportando com todo o respeito ao formalizar as perguntas em razão de sua idade. O senhor responda aquilo que o senhor souber e a verdade. O que o senhor não souber, o senhor diga que não sabe.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O que não souber, direi não sei. Sim, senhor. Obrigado. O que eu não escutar direito, peço aqui para informar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está aí para dar assistência ao senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, eu terminei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor aguardará mais um pouco, porque vamos ouvir ou-

tras pessoas e, se houver necessidade, vamos fazer uma acareação para nos inteirarmos de que o senhor realmente disse a verdade.

Pediria à escolta que o conduza, mas o senhor deve aguardar aqui no recinto da Câmara para, se necessário, uma posterior acareação.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado. (Pausa.)

Qual é o nome do senhor?

O SR. JOSE ROBERTO BARBOSA – José Roberto Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A identidade é 9137910? Confere?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Exato, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Trinta e oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trinta e nove?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Trinta e nove, porque fiz dia 20.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Divorciado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência antes de ser preso?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Sumaré.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Rua?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Samuel Teles de Mendonça, 192.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Caminho-neiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente em algum grau de outras pessoas envolvidas no processo que o senhor responde?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi convidado a comparecer aqui. Então, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, gostaria de perguntar se o senhor promete dizer a verdade, somente a verdade?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostaria que o senhor assinasse esse compromisso de dizer a verdade. (Pausa.)

Peço ao relator que o encaminhe ao depoente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quero fazer uma preliminar, Presidente e Deputado Oscar, nosso Relator. Sr. Barbosa, quem é seu advogado?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Dr. Vanderlei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vanderlei do quê?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Não sei o sobrenome dele, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não sabe. Onde é o escritório dele?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Em Americana.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Americana?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor esteve no escritório dele?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Não, senhor, porque eu já o conhecia de antigamente, já o conhecia lá da minha casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor já o conhecia há bastante tempo?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor morou em Americana?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor nunca morou em Americana?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor mora onde?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Em Sumaré.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A quantos quilômetros de Americana?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Mais ou menos uns quinze.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quinze quilômetros. Lá em Sumaré não tem advogado?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA - Deve ter, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deve ter. Quando o senhor foi preso, o senhor ligou para ele? Como é que foi? Como é que o senhor contratou ele?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Ele foi depois. Apareceu um advogado lá, acho que ligaram para um advogado, e depois pedi para ligar para minha mãe e pegar o telefone do advogado para ligar para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Apareceu um advogado na hora lá?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, apareceu depois. Eram mais ou menos umas 4 horas da tarde.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Apareceu um advogado?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Apareceu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como era o nome do advogado?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Se não me engano, era Dr. Fernando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é que acompanhou o flagrante?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é que acompanhou o flagrante com o senhor? Qual era o advogado? Precisa de um advogado. Quem acompanhou?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Quem ficou comigo até eu ir para o distrito foi o Dr. Vanderlei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas como ele apareceu lá?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Porque depois o Dr. Fernando ligou para minha mãe, e minha mãe deu o telefone dele, e ele ligou, entrou em contato com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dá quantos quilômetros de lá até aqui?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Da onde?

O SR. POMPEO DE MATTOS – De Sumaré até lá. Não conheço aqui.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – De Sumaré até onde, senhor?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Até aqui.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Até aqui em Campinas? Mais ou menos uns dez ou oito quilômetros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É pertinho então?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – É pertinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí o senhor mandou chamar ele?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Mandei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor sabe como ele se tornou o advogado do Sr. Jordão?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Foi... Acho que o Sr. Jordão, depois que fiquei preso com ele, parece que o advogado dele tem uma chácara lá perto do sítio do Sr. Jordão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Advogado de quem?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Esse S. Fernando aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Acho que foi o fun c i o n á rio dele. Não sei como foi que eles entraram em contato, porque a hora em que eu cheguei lá, porque eu estava deitado, dormindo na área, porque tinha tomado remédio, e o homem tem 40 cachorros na casa dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Depois o senhor vai explicar.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Deixa eu explicar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Daqui a pouco. Quero saber o porquê da coincidência de o senhor e ele terem o mesmo advogado, já que os dois foram presos juntos, mas não se conheciam.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Quem é o mesmo advogado?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É o mesmo advogado dos dois. O senhor não sabia?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não. O advogado do Dr. Jordão é o Dr. Fernando. Agora, aqui na CPI, não sei, é o Dr. Vanderlei que está nos acompanhando. Mas quem me acompanhou desde o início do caso foi o Dr. Vanderlei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quero matar essa curiosidade. Não leve a mal. Somos colegas, mas...

O SR. ADVOGADO – Quero esclarecer que eu acompanho o Sr. Jordão apenas nesta CPI. **(Intervenção fora do microfone)** O Advogado do Sr. Jordão, no processo, é o Sr. Fernando...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe que os interesses são conflitantes. Então o senhor, em tese, não poderia ser advogado dos dois. Eticamente não poderia, porque os interesses são

conflitantes. Vamos ter que fazer uma acareação. Como o senhor vai-se comportar?

O SR. ADVOGADO – O processo ainda está em fase de instrução.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Doutor, mas não é lá que o senhor está sendo advogado. Lá, nós não temos nada que ver.

O SR. ADVOGADO – É uma questão de contrato.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – O senhor é advogado dele?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não é questão de contrato.

O SR. ADVOGADO – Fui contratado para acompanhar o Sr. Jordão também. É uma questão de contrato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não é uma questão de contrato. O senhor me desculpe; o senhor é advogado, eu também o sou, e tem um estatuto da OAB...

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Explique não vamos debater com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só para deixar claro que há interesses conflitantes. Ele é advogado de dois que têm depoimentos conflitantes, interesses conflitantes. É curioso. A ética fala muito bem sobre isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só vou pedir, Sr. Presidente, se necessária for a acareação, que seja pedida...

O SR. POMPEO DE MATTOS – ... a nomeação de outro advogado.

O SR. OSCAR ANDRADE – ... ou que seja retirado, por favor, o advogado.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Eticamente, vamos pedir a ausência ou vamos ver se...

O SR. OSCAR ANDRADE – Até porque aqui não precisa de advogado.

O SR. ADVOGADO – Eu renuncio em favor de alguém.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Perfeito. Não precisa de microfone, não. Pode continuar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na verdade, na hora da acareação, o importante é a ausência dele. Faça questão que ele fique ausente.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Na hora que precisar, decidimos. Prossiga agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso então no dia 9 de novembro de 2000, lá no Sítio Banhado?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Me conta a história. O senhor chegou com o caminhão lá?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Cheguei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual caminhão?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Caminhão azul, 1113.

O SR. OSCAR ANDRADE – 1113, azul?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Placa HQ...

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – De Campo Grande. HQH-1824.

O SR. OSCAR ANDRADE – 1824, de Campo Grande. Esse caminhão é de quem?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Meu. Foi transferido para o meu nome aqui em Campinas. O processo está todo no despachante, só que agora ele está preso no pátio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que ele está preso?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – O delegado, quando fui preso, mandou prender ele também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mandou prender o caminhão também. E o caminhão não foi solto?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Até agora, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você comprou esse caminhão?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Comprei esse caminhão está com coisa de mais ou menos – um ano mais ou menos que estou preso – um ano, um ano e pouco.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você sempre foi caminhoneiro?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Sempre. Fui uma parte, depois parei, e voltei a ser caminhoneiro novamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você parou, você fazia o quê?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Eu era segurança.

O SR. OSCAR ANDRADE – Segurança?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Exatamente, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então você chegou lá com o caminhão?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Cheguei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com o caminhão quebrado?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, cheguei com o meu caminhão azul.

O SR. OSCAR ANDRADE – O azul. Estava quebrado era o outro?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Um caminhão vermelho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava quebrado?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Estava quebrado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que tinha o caminhão?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não funcionava, não dava na partida e...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é caminhoneiro há muitos anos?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Eu sou...

O SR. OSCAR ANDRADE – Deve ser um bom mecânico também?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ou, pelo menos, razoável?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não. Um bom caminhoneiro nunca é um bom mecânico, e um bom mecânico nunca é um bom caminhoneiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ao contrário, acho que é os dois.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não é não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – É, sim, senhor. Mas é só questão de opinião, vamos largar isso para lá. Mas você entende porque um caminhão não está pegando?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Entendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Principalmente diesel, que é muito simples.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – É simples.

O SR. OSCAR ANDRADE – O caminhão estava quebrado, o vermelho?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – O caminhão estava com a bateria descarregada.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor foi fazer o quê no sítio?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Fui lá contratado por esse moreno, o motorista desse caminhão vermelho, para retirar a carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Esse moreno que foi lá na balança contratar o meu caminhão,

porque onde nós ficamos é um ponto de aluguel de caminhão e ponto de chapa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí chegou lá esse moreno?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Chegou lá e perguntou se nós não tirávamos a carga porque o caminhão dele tinha quebrado na chácara, que ele tinha ido fazer um retorno e como o único caminho que dá retorno é lá dentro do sítio do Sr. Jordão, certo? Não tem como o senhor retornar em outro lugar, porque lá é um desvio, porque eles estão fazendo a nova Bandeirantes. Então a estrada é estreita. Quando fui lá a primeira vez, agora que fui lá para tirar a carga, se o senhor entrar com o caminhão **truck** na estradinha, não tem como o senhor manobrar.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – O senhor foi a primeira vez. Depois foi outras vezes lá?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, fui preso, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, mas você foi lá só para virar o caminhão?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, fui lá para tirar a carga do caminhão vermelho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tirar a carga. Esse moreno que foi te contratar?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como ele chama?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor lembra qual era a carga?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Carga de papel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o nome da pessoa que foi lhe contratar?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não me recordo, senhor, porque já faz cinco ou seis meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então descreva para a gente aqui: o senhor chegou lá, encostou. O moreno foi com você no caminhão? Ele chegou a pé lá no posto?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, na balança, ele chegou com um fusca branco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fusca?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Branco?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – De carona? Você sabe?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, estava dirigindo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele dirigindo?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Ele dirigindo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí ele foi na frente com o fusca, e você seguindo?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Foi, pegou o Chapa, que trabalha na balança também, e foi na frente, e eu fui com o caminhão atrás.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí entrou no sítio?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Entrei no sítio.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Chegou lá, manobrei o caminhão, encostei na traseira...

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso o fusca já dentro do sítio também, na sua frente?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – O fusca foi lá, e ele mostrou onde é que era, certo? Pegou uma nota de papel grande lá, que era a nota das toneladas do coisa, porque eu falei que se estivesse em excesso o meu caminhão também não subia de volta lá no morro. Ele foi lá, mostrou a nota e falou que ia no banco buscar o dinheiro para nós.

O SR. OSCAR ANDRADE – Saiu?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Saiu.

O SR. OSCAR ANDRADE – E lá estavam quantos veículos lá na hora em que você chegou?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Dois caminhão e um gol encostado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dois caminhões?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – É, o meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – E o vermelho e o gol.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um gol de que cor?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Agora não me recordo não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Devia ser verde. Quem estava com o gol?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Eu nem (inaudível) muito com eles.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso era que hora?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – A hora que eu cheguei lá? Eram umas oito e pouco da manhã.

O SR. OSCAR ANDRADE – Encostou o caminhão para transferir a carga?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que horas que a polícia chegou?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não sei, senhor, porque estava deitado na varanda lá e a hora em que o pessoal me acordou lá na varanda, onde eu estava dormindo, já era umas três horas da tarde. Já estava todo mundo preso, aquele monte de viaturas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tinha dado o destino para o senhor? Ele chegou a lhe dizer: o senhor vai levar a carga para tal lugar, tal empresa?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não. Ele só falou que como a estrada lá era estreita, que a carreta da firma não descia, não desce até lá embaixo – e realmente não desce mesmo –, nós íamos voltar lá perto do... acabando de sair do sítio e saindo da estrada tem um asfalto, já começa o asfalto... Falou que ali nós podíamos esperar a carreta que é perto de uma guarita de segurança.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Onde o senhor faz ponto para pegar a carga fica há quantos quilômetros do sítio?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Mais ou menos uns dez quilômetros, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor já conhecia o Sr. Jordão?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nunca tinha visto?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, senhor?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas sabia que ali havia um sítio?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Fiquei sabendo a hora que o ...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor fazia ponto nesse local há quanto tempo?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Mais de dois anos.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E não conhecia o sítio.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, mas lá era longe, não tem nada a ver.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Fica longe do asfalto?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Ficava longe do... fica em outro destino da onde nós... Porque nós estamos beirando a Rodovia Anhangüera na balança, e ele é um caminho tipo, lá em Hortolândia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor nunca tinha visto o Jordão?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Viu naquele momento

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Vi, sim, senhor, na hora em que cheguei ao sítio.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele autorizou a transferência da carga.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – É. Cheguei lá, conversei com ele, ele falou que não havia problema, que o cara já tinha falado para ele, que era só mudar a carga e deixar o chapa fazendo o serviço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E ele cobrou quanto lá para...?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Quem?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O Jordão.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não sei, senhor. O meu era 300 reais o frete mais acho que era 50 ou 100 reais por chapa, passara carga para o outro caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor comprou seu caminhão quando?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Mais ou menos há um ano.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um ano atrás. De quem que o senhor comprou?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Comprei do Paulinho Jundiaí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Paulinho?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Paulinho é alguma revendedora, alguma coisa?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não. O rapaz que sempre compra, vende caminhão lá no pátio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não tem antecedente algum? Há algum registro contra o senhor na polícia?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Tenho, porque...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só um pouquinho. Deixe-me conferir aqui. Deixe-me ver quantos o senhor tem. Quantos antecedentes o senhor tem?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Ah, não sei direito. Havia negócio de agressão a pessoas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E em função de carga desviada?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Nunca, nunca, nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca o senhor foi denunciado?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Nunca, nunca, nunca e envolvimento com nada disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há quanto tempo o senhor tem caminhão?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Esse aí, ou sempre que tive caminhão?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sempre.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Há uns oito ou nove anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há oito ou nove anos que o senhor é motorista profissional?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Sou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E nunca teve envolvimento algum com carga adulterada, roubada?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Nunca, não, senhor. Nunca, nunca, nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nenhum apontamento na polícia?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No juiz, quantas vezes o recebeu a processo no fórum?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Só essa vez que fui agora, negócio de coisa e das vezes de briga só.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor fez de briga? Qual briga foi?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Agressão. Briga, briga, brigar um com outro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Morreu alguém? Matou alguém?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, não, só soco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só soco.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – É porque eu era segurança.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor era segurança?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Era.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi só por isso?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Só por isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Segurança de que e onde?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Segurança tipo Pão de Açúcar, Mini box, Jumbo Eletro, Camargo... umas firmas que tem lá em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – O senhor era contratado por terceirização ou por essas empresas?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Uma firma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma firma de segurança?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Era.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o senhor era distribuído para trabalhar pela empresa?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Para trabalhar nos postos de serviço pela empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como chama a empresa?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Prevenção... acho que é Prevenção, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sede onde é? O senhor sabe?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Era em São Paulo. Tenho carteira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles fazem alguma seleção para contratar?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Ah, faz uns cursos lá, exames.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E os antecedentes eles fazem?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Antecedentes, vemos antecedente.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – O senhor que tirou os antecedentes ou eles que levantaram?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, eles que pedem lá na firma quando entramos.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – O senhor não deu documento algum. A respeito dos seus antecedentes não pediram nada?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Acho que eles tiraram lá, porque, depois, houve uma época em que fui trabalhar armado, então, para eu ter o porte de arma, à época, e conseguir comprar arma na loja, tinha que tirar os antecedentes e esses negócios todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi fácil comprar a arma?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, foi por meio da firma, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é particular sua ou a empresa que comprou para você?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, à época em que usava a empresa que comprou, certo,

mas tínhamos que dar os dados, porque a empresa pedia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas era propriedade dela ou sua?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Acho que era propriedade nossa, não é? Ela descontava uma parcela por mês.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pagava por mês?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – É. Acho que era isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está vendo, Dr. Paulo Lacerda, compra a empresa e dá para o vigilante como propriedade deles. Então, estão armando um monte de gente com arma particular, em nome da empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Claudinei?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não conheço, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Garregon Parras? O Claudinei você não conheceu?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que era o motorista do caminhão?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era o motorista do caminhão vermelho?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Esse moreno que foi ao banco buscar o dinheiro para nos pagar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem nome o moreno?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não sei o nome dele, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não lembra o nome, não. Claudinei era o dono do veículo que foi roubado.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Esse não conheço, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse veículo foi roubado. Era o caminhão vermelho cuja carga você estava pegando.

Você não tem nada a ver com esse roubo, desse caminhão?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu caminhão você comprou de quem?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Do Paulinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto você pagou?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Dei uma pália weekend e duas prestações de R\$ 1 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Paulinho?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabe o nome inteiro dele?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não sei o nome inteiro dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde o Paulinho trabalha?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Conheci ele em Jundiaí. Porque Jundiaí tem um centro que sempre tem carro, caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – De compra e venda de veículos?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Sim, de compra e venda de veículos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chegando lá e procurando o Paulinho, dá para achá-lo?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Facilmente, acho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele pegou seu pálio?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Pálio weekend.

O SR. OSCAR ANDRADE – O pálio estava no seu nome?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – O pálio estavam o nome da minha mãe, financiado no Fiat **leasing** de Jales.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já estava pago?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Estava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quitado?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Quitado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já tinha a liberação?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, a liberação pagamos depois.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pegou esse caminhão azul?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Peguei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava em nome de quem?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Estava em nome de outra pessoa, transferindo para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso tem um ano, mais ou menos?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Até hoje, você não transferiu para o seu nome?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Dinheiro de caminhoneiro é apertado, corrido. O frete é...

O SR. OSCAR ANDRADE – O caminhão é seu?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – O caminhão é meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – O azul?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – O azul.

O SR. OSCAR ANDRADE – De que ano ele é?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Ano 73.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto custou?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – R\$18 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Pálio entrou por quanto?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Na época, entrou por R\$16 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os R\$2 mil você voltou à vista?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – À prestação. Quatro cheques.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que, no momento da chegada da Polícia, o senhor se escondeu dentro de casa?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Escondi, não. Estava dormindo, porque tenho problema na coluna e tinha tomado remédio: Dorflex.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Dorflex deu sono?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Eu estava dormindo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha tomado antes?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Tinha tomado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não escondeu?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem levou o gol para o sítio?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – A hora em que cheguei já estava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não viu ninguém dirigindo?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o pessoal que correu, quando a Polícia chegou?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não vi, porque, na hora em que a Polícia chegou...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas quando o senhor chegou, havia muita gente?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não. Na hora em que cheguei, não tinha muita gente. Só estava eu, o Sr. Jordão, o Chapa e o Negão, que era o motorista do caminhão vermelho.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que foi buscá-lo no fusca?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – De onde apareceu esse fusca?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Lá na lança.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com o Negão, que era motorista do caminhão?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele dirigia o fusca e o caminhão?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Ele foi com o fusca na frente, e eu, com o caminhão atrás.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso já entendi. Ele dirigia o caminhão e o fusca?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – O caminhão dele eu não sei, porque ele só levou a gente para passar a carga; disse que ia ao banco buscar dinheiro para nós, mais nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – E sumiu?

Quando o senhor conheceu Benedito Maria de Souza?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Benedito? Esse trabalha no ponto, junto comigo, no mesmo ponto em que trabalho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você o conheceu há quanto tempo?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Há três anos, mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é chapa?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Chapa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi com você, dentro do caminhão?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Foi ele e o motorista do... ele e o moreno do caminhão, no fusca, na frente, e eu, com o caminhão, atrás.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele, no seu caminhão ou no fusca?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Ele foi no fusca, junto com o...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi no fusca. Por que ele fugiu, quando a Polícia chegou?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Quem?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Benedito.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Ele foi preso comigo. Como fugiu?

O SR. OSCAR ANDRADE – Na hora, ele tentou fugir.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, acho que não. Eu não estava lá, mas acho que não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele fugiu. Ele foi pego depois, não? Ou ele foi preso junto?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Acho que não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele já foi na hora?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Na hora não deu; eu não estava presente, para ver a hora em que chegaram os PMs.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor acha que aquilo pode ter sido uma armação contra o seguro, uma simulação de roubo de carga?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ou era roubo mesmo?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Eu não sei, porque, na hora em que encostei o caminhão, eles estavam passando a carga; aí eu deitei...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor ia levar para onde essa carga?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Saindo da chácara, numa guarita de uma firma que tem lá, para passar na outra meia carga que vinha vindo da firma, que é da carreta.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor recebeu R\$300,00 para fazer isso?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – R\$300,00 para sair de lá, carregar, passar para outro caminhão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor ia andar no mínimo 20 quilômetros e ainda carregar por R\$300,00?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – É o preço, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto cobra por quilômetro?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – É um preço caro, ainda para fazer um frete de 20 quilômetros. Veja bem, Doutor, daqui a São Paulo hoje não chega a R\$200,00 um frete.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem está preso no caso.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Eu, o Sr. Jor dão e esse cha pa que ci ta ram ago ra.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – E o que o contratou fugiu.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Depois foram muitas viaturas lá.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – Não lembra o nome dele?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não lembro, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As características físicas dele o senhor lembra?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Forte, alto e troncudo.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – Nun ca ti nha visto antes?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Nunca, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor conhece o Carlos Roberto de Pádua?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da Transportadora Transjobim?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca trabalhou para ela?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não. Já puxei feijão para Broto Legal e água, para Biongues Água. Transjobim? Só se for...Carlos Alberto de Pádua. Tem o Carlos da transportadora, mas não sei o sobrenome dele. Lá da Águas Bi on gue, e eu já fiz frete para ele e para o Feijão Broto Legal, de Campinas, do Pão de Açúcar para São Paulo eu levava direto para ele. Agora cortaram o caminhão e está indo em carreta. Não sei o sobrenome do dono da transportadora. Só sei que é Car los, que tem a fir ma de água e a transportadora que puxa bolacha e feijão.

O SR. OSCAR ANDRADE - A transportadora é a Transjobim?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não sei o nome, porque eu puxava água de Serra Negra para ele e feijão quando ia eu ia diretamente na Broto Legal carregar.

O SR. OSCAR ANDRADE - Essa carga de pa pel que o senhor estava transferindo estava sob a responsabilidade da Transjobim.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Transjobim? Nun ca pu xei nada para essa Trans jo bim. Eu pu xei...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando o senhor vai pegar uma carga, mesmo que seja transferência de caminhão, o senhor não tem curiosidade de olhar manifesto, romaneio...

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Só pergunto se tem nota a carga. Encosto o caminhão num lugar para carregar, o cara me dá a nota da carga, como é que eu vou saber se...

O SR. OSCAR ANDRADE – Dá a nota sem conhecimento. Normalmente anda grampeado. O senhor sabe o que é conhecimento?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Conhecimento eu sei, mas geralmente é em uma transportadora grande que eles dão o conhecimento, porque a ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qualquer transportadora tem o conhecimento.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Nem todas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhecimento é documento de qualquer carga. Como existe nota fiscal do produto, o conhecimento é a nota fiscal do produto do serviço, que é transporte.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Se eu carregar uma viagem de madeira do Mato Grosso, eu vou receber esse conhecimento?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Qualquer lugar, qualquer carga. Conhecimento de Transporte Rodoviário, ou seja, a nota fiscal do serviço.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Eles dão um envelope, tan to na Bro to Le gal quan to no West fi re, quando eles carregam, me dão um envelope com um monte de notas e saio entregando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Gostaria de matar uma curiosidade. Quantos estavam descarregando o caminhão?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Um cha pa.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual era o nome dele?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Benedito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só ele? Para o senhor ver como mentira tem pernas curtas. O que o senhor está dizendo não é verdade. O que me deixa indignado porque o senhor não está tão implicado que justifique o senhor estar preso e continuar preso.

Acontece que o senhor está escondendo bandido. O senhor sabe bem para quem trabalhou, e não conta. O roubo de cargas é segmentado: um que faz uma coisa sabe só um pouquinho do outro, que sabe mais um pouco do outro e sabe mais um pouco do outro, e o pouco que o senhor sabe de quem o senhor sabe não quer contar. O senhor sabe quem lhe contratou, o senhor não sabe para quem ele contratou – posso até entender –, mas quem o contratou o senhor sabe. Se o senhor contar para nós quem lhe contratou, nós o pegamos e ele vai contar quem o contratou. Aí chegaremos lá no último, que é o grandão, que é o supermercado, a grande transportadora, o grande atacadista e a grande distribuidora. É assim que funciona, e o senhor sabe que estou dizendo a verdade.

Quero só lhe mostrar duas coisas. Quer ver? O que diz o Benedito Maria de Souza? Ele diz que, chegando ao sítio, no caminhão conduzido por José Roberto Barbosa, aqui presente, no sítio também estava o Jordão. Que, chegando no sítio, havia um caminhão de cor vermelha, tido como quebrado, carregado de papel. Que o interrogando, ele, e mais dois outros rapazes fizeram a transferência da carga do caminhão vermelho para o azul. No caso, também havia um Volkswagen, Gol, de cor verde, não sabendo a quem pertencia. O senhor está mentindo. Não tinha?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – A hora que cheguei lá, estava eu, o Sr. Jordão...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele chegou junto com o senhor.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Eu, o Sr. Jordão, o chapa e o motorista. O Sr. Jordão foi puxar...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O chapa é o Sr. Benedito Maria de Souza?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Senhor, Sr. Jordão foi puxar esterco, o chapa foi transferir as cargas e eu dei a varanda.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só ele?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Sim, senhor, com o macaco hidráulico.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que ele, no dia do depoimento, a data do depoimento... O senhor lembra o dia em que foi preso lá? 9/11?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Acho que sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí foram dar os depoimentos de noite? Quando foram dar o depoimento já era noite?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Era.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nesse dia, às 20 horas, o Benedito Maria de Souza, que é o chapa, que não sabe ler, que não sabe escrever, que é um coitado – dá para entender – foram nomeadas duas testemunhas, não tinham nem advogado – respondeu que trabalha como chapa, carregando e descarregando cargas de caminhões, que seu ponto é na balança, na Via Anhanguera, Km 110, que hoje, por volta das 7h30min, parou no local onde estava um rapaz de cor preta, desconhecido, conduzindo um veículo fusca de cor branca, perguntou se trabalhava de chapa, pois tinha caminhão quebrado em um sítio e que precisava passar a carga para outro caminhão.

Atrás do fusca vinha um caminhão de cor azul, vazio – ele já tinha contratado o senhor primeiro – para o qual a carga seria transferida, sendo certo que o referido caminhão era conduzido por José Roberto Barbosa, aqui presente. Que no sítio também estava o Jordão; que, chegando lá no sítio, havia um caminhão de cor vermelha, tido como quebrado, carregado, e que o interrogando e mais dois outros rapazes fizeram a transferência da carga. Que, enfim, queria receber 50 reais; que quando a viatura da Polícia Militar chegou ao local, os outros dois saíram correndo. Nesse momento, ficou sabendo que a carga era roubada, não pegaram os outros dois, que ninguém estava armado no sítio.

Esse fala a verdade, e o senhor não fala a verdade. Sabe por que o senhor não fala a verdade, Sr. José? Por que o senhor não está dizendo o ele mentar. Po dia dizer eram três, e daí? Po dia dizer: eram três. Para que mentir? Eram três. E, o senhor sabe que eram três. Como a mentira tem perna curta, o senhor está mentindo todo o resto, e a prova é isso.

Agora, vou lhe dar a definitiva. O Benedito, que é vítima – o chapa é vítima, por que ele foi lá sem saber –, ele disse tudo o que sabia, até porque não sabia o que realmente era que tinha por trás disso. O senhor, como sabia o que tinha por trás, sabe o que o senhor disse na polícia? O senhor não disse, ficou bem quietinho. O senhor disse o seguinte, na polícia, na presença do seu defensor, Dr. Wanderlei Muniz, OAB tal, com escritório tal, manifestou desejo constitucional de somente responder em juízo todas as imputações que lhe foram feitas.

Quer dizer, alguém que é vítima, como o senhor se diz vítima... porque no caso o senhor é vítima, foi atraído para lá por um frete, por um negócio ilícito. Quer dizer, se eu sou vítima, alguém me leva, aqui na cabeça dos bandidos, que o mais é que eles vão para o diabo que os carregue. Mas não, o senhor os carregou junto, nas costas. Se o senhor fosse vítima, iria

con tar, que nem o Be ne di to fa lou. Não, o se nhor não con tou nada na De le ga cia, por quê? Por que está com o rabo preso. Então é bom que o senhor fique na ca-deia e continue protegendo os grandes. Não vamos arrancar do senhor a ver da de, não te mos como pe gar uma máquina e tirar da sua cabeça.

A sua consciência sabe muito claramente, o se-nhor sabe toda a historinha, bem certinha, tim-tim por tim-tim, só que não quer entregar os outros, com medo que se che gue nos gran des. Então o se nhor vai amargar na cadeia. Não pense que o se nhor nos pas-sou a conversa, porque sabemos bem, e é bom o se-nhor sair daqui dizendo que não somos bobos. Não somos bobos, não.

Sabemos que o senhor sabe a história, não te-mos como fazer o senhor contar, por isso que o Juiz também não acredita na sua história. Nem a velhinha de Taubaté, aquela que acredita em todo mundo, acredita no senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – De-putado Oscar Andrade, V. Ex^a tem mais alguma per-gunta?

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu encerro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – De-putado Carlos Dunga?

O SR. OSCAR ANDRADE – Solicito a pre sen ça do Sr. Jordão para fazermos uma acareação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sr. Secretário, faça adentrar o Sr. Jordão Domingos da Silva.

O SR. OSCAR ANDRADE – Naurides, coloque a cadeia aqui, por favor. (Pausa.)

Sr. Presidente, peço que seja pedido ao senhor advogado, Dr. Wanderlei, que se retire do recinto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Dr. Wanderlei.

O SR. WANDERLEI MUNIZ – (Intervenção fora do microfone) Peço permissão para me di rigir...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pois não.

O SR. WANDERLEI MUNIZ – (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Tudo bem, mas só...

O SR. WANDERLEI MUNIZ – (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A Mesa deci diu pela perma nênciado ad vogado, por que ele renunciou nes se mo men to ad vo gar para o Sr. Jor-dão.

Passo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Jordão, o se-nhor não está enxergando bem não, não é?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Peça os óculos lá. É preciso que ele...

Pegue aqui, Secretário.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Os óculos daquele senhor que estava aí, aquele não ser-ve.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Jordão, na sua frente aqui, aqui, Sr. Jordão, por favor...

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Estou procurando onde está.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Va-mos lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso.

Reconhece esse senhor? Aqui.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - É o Sr. Roberto Barbosa. Agora, conheço ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece ele?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Co-nheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qu an do o se nhor o conheceu?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Na cadeia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na cadeia?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Lá no sítio onde veio bus car a car ga. Lá eu co nhe ci ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá, no sítio?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - É. Aqui, eu não conheço ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor conhe-ceu ele lá no seu sítio?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Lá, no sítio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele chegou lá com o caminhão?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Com o caminhão para pegar carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para pegar outra carga.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Que ele é carreteiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que hora que era isso?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Acho que umas oito horas, mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor estava catando esterco?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Carregando esterco.

O SR. OSCAR ANDRADE – No pátio?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Perto da onde estava o caminhão. Tenho uma esterqueira lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. E como se deu? Novamente, eu gostaria que o senhor falasse olhando para ele. A chegada dele lá no sítio.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Porque o rapaz do caminhão falou que ia buscar um caminhão para passar a carga já.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele foi como, esse rapaz?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Esse rapaz foi embora a pé. Dali, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi a pé a dez quilômetros buscar o...

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Este aqui, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, o rapaz que foi contratar ele. O senhor está ouvindo?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Estou, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O rapaz que foi contratar ele para mudar a carga de caminhão. Foi de quê para lá?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - De casa ele saiu a pé.

O SR. OSCAR ANDRADE – Saiu a pé de casa.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Saiu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chegou de quê? Chegou junto com ele?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Ele não chegou. Ele saiu, foi embora e não voltou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como ele sabia onde era seu sítio?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Porque depois veio um carro trazer ele na frente; veio na frente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é. Esse carro veio com quem?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Mas aí era na hora que eu não estava ali. Eu estava batendo esterco, esterco... Não sei o que é que foi....

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi na hora que ele chegou. Você falou que recebeu ele.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, eu não recebi ele, recebi a polícia. Eu quero que o senhor entenda eu, que estava trabalhando com esterco, estava carregando uma carreta pequena...

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Eu carrego, vou lá, descarregue venho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei.

O SR. JORDÃO - Todo o tempo fico assim. Eu estou lá e não estou lá. Estou aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas junto com ele com o caminhão azul que ele estava dirigindo, junto chegou outro carro. Qual carro?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Porque onde eu estava não enxergava o caminhão, só posso ver a porteira. É um fusca branco, se não me engano.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor não tinha citado o fuscabranco antes?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Eu não tinha citado antes?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Então, passou que eu não estava bom.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então passou.

O SR. JORDÃO - Agora, acabou. Então não citei.

O SR. OSCAR ANDRADE – E esse fusca branco estava com quem?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Aí eu não estava em casa, eu estava na roça levando esterco. É uma carreta pequena, porque lá é um lugar apertado para passar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Eu ia plantar milho lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o fusca não estava sozinho. O fusca estava sendo conduzido por alguém.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA - Deveria ser um que estava conduzido, porque sozinho ele não vem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso. Quem era?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Eu não estava lá nessa hora em que chegou o fusca. Ele saiu e eu não estive ali.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas chegou junto com o caminhão!

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O fusca chegou na frente. Depois chegou o caminhão

atrás. O caminhão veio pegar a carga. Disseram que a carga tinha nota, documento no porta-luvas e tudo. Se não tinha, se era roubada, isso eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor esteve com o Zé Roberto?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não estive com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não esteve com ele?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Só naquele minuto. Agora estamos juntos, presos. Só naquele minuto em que ele chegou. Aí fui levar esterco também. Eu carrego rápido. Tenho 70 anos, mas sou bom de serviço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor conversou com ele?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Só disse: “Vim pegar a carga do caminhão”. Foi só o que ele falou para mim. Eu digo: “Está aí o caminhão carregado”. Eu ainda falei para ele: “A nota está no porta-luvas e os documentos do caminhão estão no porta-luvas, e o caminhão não pega”. Ele disse: “Mas eu vim pegar a carga”. E eu disse: “Carga não é meu galho. Carga ele vai levar”.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que ele fez?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Ele estava doente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele encostou o caminhão perto?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Ele encostou o caminhão no outro lá e quem passou a carga foi o chapa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos chapas?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O que veio carregar o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Benedito?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O que veio junto com ele, o Benedito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sozinho?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Sozinho. Não tinha outro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais nenhum?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele passou a carga toda só?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas a carga é fácil, é papelão, é carga leve para passar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tinha ninguém ajudando o Benedito?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o Benedito fala que havia dois ajudantes?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Onde é que havia dois? Só se havia um dentro do caminhão dormindo. Não é possível! Só tinha o Benedito passando carga. Não tinha mais ninguém passando carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando o senhor foi buscar o esterco, não podia ter aparecido mais dois?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – De que jeito? Eu não vi ninguém. Só vi o Benedito passando carga!

O SR. OSCAR ANDRADE – É o Benedito que fala.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – É ele que fala?

O SR. OSCAR ANDRADE – Que estava ele e mais dois passando a carga. De onde surgiram esses dois?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Um é do carro e o outro é o motorista do caminhão. Deve ser o outro motorista do caminhão. Não é o que veio de noite.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles estavam ajudando o Benedito?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, eles não estavam ajudando o Benedito carregar. Eu vi só o Benedito passando a carga. Não vi mais ninguém. Se eu estou aqui para falar a verdade, a verdade é esta: só o Benedito estava passando a carga, a não ser que, enquanto eu fui levar o esterco... Eu levo e logo volto. A carreta é pequena. É um motor pequeno que a puxa... Logo a gente volta. Nesse intervalo, ele...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto o senhor recebeu para guardar esses caminhões lá no sítio, o caminhão que estava estragado?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Meu senhor, eu não recebi nada! Eu não vivo para receber nada de ninguém. Para isso, eu trabalho. Eu não dependo de nada de ninguém...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi só um favor?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Eu trabalho, eu tiro leite. Às 4 horas da manhã, se for à minha casa, vai me ver tirando leite. Eu crio leitão, vendo leitão. Eu negocio animal.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não conhecia o Zé Roberto?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca o tinha visto?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Nunca o tinha visto, nem mais branco nem mais moreno.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o ponto da barreira?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não conheço. Eu não viajei mais. Faz muito tempo. Eu não ando. Só estou em casa. A pessoa que vai negociar comigo vem à minha casa.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você sabe por que motivo o Benedito e as outras pessoas fugiram quando a polícia chegou?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – O Benedito não fugiu. Esse também não fugiu, porque estava doente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem fugiu foram os outros?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Quem fugiu foi dois só.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor não estranhou a fuga deles?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – A fuga dos dois? Não estranhei, porque o carro da polícia enxerga de longe. Eles viram e correram. Eu estava lá em cima. Quando cheguei, eles tinham corrido. Foi aí que a polícia chegou.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor não estranhou o fato de eles terem corrido?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Estranhei. Deu medo. Achei que devia haver qualquer coisa. O documento do carro do motorista que fugiu estava comigo em cima do curral. Ainda peguei e dei para a polícia e disse: “Vê se este carro também não é roubado, porque o motorista correu”. Não acharam o motorista nem do caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Jordão, quando o senhor deu depoimento antes aqui, disse que só tinha um descarregando a carga.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não, passando a carga. Só um.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só um?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Dois eu não vi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E os outros?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Os outros não estavam com a carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estavam onde?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Estavam conversando. Não tinha ninguém na carga. Eu não vi ninguém ajudando a passar a carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse que só tinha um chapa lá.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Só um chapa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas eram três, Sr. Jordão.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas o outro não era chapa. O outro era motorista do carro. Se não pegou foi porque a polícia começou a fazer barulho. Se chegasse quietinho se fosse eu, chegava quietinho e pegava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem pegava?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Se eu chegasse quietinho, eu pegava. Não a polícia, com aquele barulho que veio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos recapitular: quantas pessoas havia na sua chácara quando a polícia chegou? Tinha o senhor...

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Eu sou dono ali.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas vamos contar: era o senhor, o Barbosa, o chapa que estava descarregando... São três até agora.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Sim, três; os outros dois não faziam parte da carga, não estavam carregando. Um era o motorista do caminhão quebrado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era o nome dele?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Barbosa, quem era o motorista do caminhão quebrado?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não entendi, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem estava lá na casa?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Na casa, na hora em que cheguei e fui encostar o caminhão, estava eu, o chapa, o Sr. Jordão e o motorista do caminhão vermelho, um moreno, que chegou com o fusca branco na minha frente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando a polícia chegou?

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, na hora em que a polícia chegou... O senhor está per-

guntando a hora em que a polícia chegou? Não vi, porque eu estava dormindo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você quase contou.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA – Não, estou contando a hora em que cheguei com o caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sr. Jordão, o senhor sabe quanto o Sr. Roberto cobrou para fazer o transporte da carga?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não sei não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ele não comentou com o senhor?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, o senhor nos explica quem são os dois que fugiram, Sr. Jordão?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Um é o motorista do carro; o outro, o do caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O motorista do caminhão fugiu?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – E o do carro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Saíram correndo?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Saíram correndo, porque a polícia apontou lá em cima, e dali se enxerga a 3 km. Eles ouviram a polícia gritando e saíram correndo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Saíram correndo de que jeito?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Para o meio do brejo, do matagal.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A pé?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – A pé.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E a polícia não os viu?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Se viu, não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A polícia não foi atrás deles?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi aonde?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Seguiu no brejo atrás deles, mas não pegou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, a polícia viu os dois fugindo?

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Viu os dois fugindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Antes o senhor disse que não tinham fugido, que não havia mais ninguém lá.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas fugiram. No primeiro depoimento que fiz lá... Agora é a hora em que fico valente sem querer, fico bravo, porque nunca passei por isso. Na hora em que fico valente, a minha pressão vai lá em cima e não respondendo a mais nenhuma pergunta. Estou começando a tremer. Fico mal, mal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem médico aqui. Não precisa se preocupar em passar mal.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Faz uma coisa: dá um tiro na minha cabeça que eu não respondo mais nada e já acabou. Não é possível! O que é isso? Então eu estou aqui mentindo, só contando mentiras, apoiando ladrão? A coisa que mais detesto é ver ladrão na minha frente!

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estou dizendo, Sr. Jordão, que o senhor está apoiando o ladrão. Só que numa hora o senhor diz uma coisa e, na outra, o senhor diz outra.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Mas, do jeito que estão me atacando, não vou falar mais nada, já já caio morto aqui. Estou doente, estou podre!

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não vai morrer, pode ficar tranquilo. O senhor tem muito o que viver ainda.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como eu disse, são dois peixes pequenos, dois lambaris. Se vocês quisessem, contariam quem são os tubarões. Sabem quem são, conviveram com eles, estiveram de manhã na casa, estiveram de noite na casa. Mas, como não querem contar, não posso obrigá-los.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Escuta aqui: como é que eu posso acusar? Vamos supor que seja o contrário. Como posso acusá-lo de ladrão, se não conheço o rapaz? Vou acusar quem?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estou pedindo ao senhor para dizer quem é que contratou a carga com o senhor. Isso o senhor sabe bem. O senhor sabe quem deu a carga na sua casa. Isso o senhor sabe bem.

O SR. JORDÃO DOMINGUES DA SILVA – Não sei, meu senhor. Como é que vou falar para o senhor? Não conheço essa pessoa. Se eu conhecesse, eu diria: é Fulano. Eu ia querer ficar sendo humilhado durante 45 dias, quatro meses, cinco meses?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Está bem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, nós encerramos. Creio que é desnecessário mexer mais.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Deputado Carlos Dunga, V. Ex^a tem mais alguma coisa?

Sr. Secretário Naurides, estão liberados os dois: o Sr. José Roberto Barbosa e o Sr. Jordão Domingues da Silva.

Agradecemos à Polícia. Podem levá-los.

Vamos suspender a reunião por dez minutos. Voltaremos logo após.

(Suspende-se a reunião)

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estive pela manhã, quando começou a reunião, mas vim a Campinas, Sr. Presidente, com propósito de como que passar um pouco a limpo aqui o que sobrou de rescaldo da CPI do Narcotráfico.

A CPI do Narcotráfico trabalhou bastante no Brasil inteiro, mas aqui em Campinas não pôde dar uma resposta satisfatória, como gostaríamos, faltou-nos tempo. Muita gente, de forma esperta, num segundo momento, fugiu da CPI, correu da CPI e se negou a comparecer à CPI. E a CPI, como andou por todo o Brasil, não pôde dar a atenção merecida a alguns casos aqui em São Paulo.

De uma forma específica, Sr. Presidente, preparei-me com convicção, como sei que preparados estão os colegas, para fazer um questionamento aqui a um cidadão que a CPI do Narcotráfico procurou, por várias denúncias, e ele se esquivou da CPI do Narcotráfico.

Essas denúncias perpetraram depois na CPI do Roubo de Cargas, que esteve em São Paulo, que foi atrás desse cidadão, não o localizou, mas fez chegar a ele o conhecimento de que a CPI queria ouvi-lo. A CPI chegou a São Paulo, entrou pela porta da frente da Cidade e saiu pela porta do fundo.

Agora, a CPI vem a Campinas com o mesmo propósito: ouvir o Sr. Ari Natalino da Silva, e de novo ele usa de todo o subterfúgio necessário para escapar da CPI.

Inclusive, Sr. Presidente, recebemos um dossiê de denúncias contra esse senhor, que é um megaempresário. Sobre ele pesam acusações de roubo de carga, desvio de carga, roubo de combustível, adulteração de combustível, de contas fantasmas, de uso de laranjas, de uso de nome de mortos para comprar propriedade que ele administra, sonega impostos, é um dos maiores sonegadores de impostos, não só de São Paulo mas talvez de todo o Brasil.

Esta semana, estiveram na CPI advogados desse senhor, buscando informações sobre o questionamento da CPI a seu cliente, em sua vinda a Campinas - algumas coisas foram adiantadas, inclusive. Procurado nos vários endereços de que dispomos, ele não foi encontrado, porque se esquia, se esconde. No trabalho da Polícia Federal, chegou-se a chamar o Sr. Levi Luís Silva Figueiredo, um dos advogados do Sr. Natalino, que prestou depoimento na delegacia da Polícia Federal em São Paulo e deu explicações sobre aqueles que a Polícia Federal estava procurando, dentre os quais o próprio Ari Natalino da Silva. Deu explicações, inclusive, sobre o Antônio José, conhecido como o Toninho Português, o Heleno Duarte Lopes, a Débora Aparecida Gonçalves, a Sandra Regina da Vanzo, o Rafael Fiesta Garcia, a Aparecida Pessuto, o Ioshica Komoda, o Marcio Natel, e disse inclusive, Sr. Presidente, que o Antônio José não é mais funcionário da empresa do Sr. Levi, é corretor de imóvel, não sabendo onde possa ser encontrado. Que Heleno Duarte Lopes, pelo que sabe, se trata de um advogado que, segundo seu conhecimento, está residindo em Macaé. Que Débora Aparecida Gonçalves trabalha com turismo em São Paulo e que tem conhecimento de que está viajando para o Chile, não sabe seu endereço. E com relação a Sandra Regina da Vanzo, a conhece e está a serviço no Rio de Janeiro. Que em relação a Rafael Fiesta Garcia, encontra-se trabalhando atualmente em Goiás, não sabe o endereço. Que Aparecida Pessuto da Silva, a mesma pouco vai à empresa, face ao seu estado de saúde, não sabendo o seu endereço de residência, supondo que seja na rua Bráulio Gomes, não recorda o número. Que em relação a Yoshika Komoda, prestou serviço para a empresa indo muito esporadicamente na empresa, uma vez que ainda faz algumas assessorias a postos de gasolina. Que Mauro e Natel prestam serviços à assessoria da diretoria, encontrando-se viajando no Rio de Janeiro. Ou seja, ninguém está aqui para ser intimado. Sumiram todos. E essa é uma prática, Sr. Presidente, que aprendemos no final da CPI do Narcotráfico.

A CPI chegava na cidade, ao final, eles já sabiam o procedimento. Eles se mandavam campo a fora. A CPI ia embora e eles voltavam para a cidade. E isso, Sr. Presidente, não pode mais acontecer. A CPI do Narcotráfico não tinha tempo. Ela andava contra o tempo. E nós, Sr. Presidente, temos tempo. Podemos dar tempo ao tempo, para que com o tempo tenha tempo. Agora, não podemos, Sr. Presidente, é perder tempo.

Por isso que é importante que, não vindo o Sr. Ari Natalino da Silva, a CPMI peça à Justiça a sua prisão preventiva. E tenho confiança na Justiça brasileira, na Justiça paulista, na Justiça campinense. Tenho confiança e tenho certeza de que vai dar esse respaldo jurídico, porque não é possível que só porque é grande fiquem os pequenos aqui, presos, dando respostas e, às vezes, sendo pagos para proteger os grandes, e os grandes ficam dando risada da Justiça, da CPMI e dos bobos que ficam aqui assistindo.

Isso, Sr. Presidente, é um deboche, e não podemos aceitar esse deboche. Ainda mais quando, vou dar só um dado, se notícia, e a CPI recebe informações de que uma pessoa falecida de nome Humberto Duarte Lopes, CPF 215.303.498-18, foi usada pelo seu irmão, o Advogado Helelino Duarte Lopes, que trabalha para Natalino, para movimentar contas fantasmas em banco, contas que chego a dizer que serviriam para pagar propina para garantir a liberdade, garantir a impunidade do Sr. Ari Natalino, para comprar postos de gasolina, como teria comprado o Autoposto Hobi Ltda, Posto e Restaurante Cometa Ltda, RJ Piumbem Comércio e Importação Ltda, Transin Transporte Ltda, Batepetro Ltda, Prince Partner Empreendimentos e Participações Ltda e Sobar S.A, dentre outras.

Então, Sr. Presidente, são graves acusações. E há pouco, a última gota d'água. Recebemos informações do Secretário da CPMI, o Dr. Naurides, de que recebeu um telefonema do Advogado do Sr. Ari Natalino, que se dirigiu à CPI, por meio do Secretário da Comissão, dizendo que o Sr. Ari Natalino não veio e não vai vir porque não foi intimado. Isso é o último dos últimos dos deboches. Ele se esconde e agora, ante a perspectiva da decretação da sua prisão, ele abre o bico.

Por isso, Sr. Presidente, a CPI não pode ser mole. Tem que ser dura e muito dura, especificamente num caso de sanatura, de uma verga duríssima, sob pena de cairmos no descrédito, ficarmos sem credibilidade. A CPI tem que tomar uma posição. E se, Sr. Presidente, não tivermos guarida, porque a CPMI vai pedir a prisão, mas pede ao Judiciário, se não tivermos a compreensão ou não formos suficientemente convincentes, apesar dos dossiês que temos, das denúncias que são apresentadas, quero fazer um outro requerimento: se em cinco dias do protocolo do pedido de prisão preventiva do Sr. Ari Natalino não for decidido pela Justiça, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, por decisão de V. Ex^a, determine que seja o Sr. Ari Natalino procurado em todo o País. Para ser localizado, não para ser preso; mas para ser conduzido, sob vara, de onde estiver para

onde a CPI estiver reunida. Não importa, Sr. Presidente, aonde ele esteja nem aonde a CPI esteja. O que não podemos é ficar brincando de gato e rato: vimos para cá, ele vai para lá; vamos para lá, ele volta para cá. Isso não pode acontecer. E V. Ex^a tem esses poderes, a CPI tem esses poderes através de V. Ex^a; então exerçamos na plenitude, pedindo ao Judiciário, como já está determinado, a sua prisão preventiva; se houver demora na prisão preventiva, e por uma razão ou outra não sair, então seja determinada a sua condução sob vara, sendo perseguida a sua pessoa aonde estiver e seja conduzido para que a CPI possa ouvi-lo a contento. Essa é a minha manifestação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, gostaria de esclarecer que realmente V. Ex^a não estava presente pela manhã. Nós fizemos uma reunião aberta e com conhecimento público das providências que achamos importante serem tomadas com respeito a Ari Natalino. Aqui não tem moleza, Deputado. Aqui tem o cumprimento das regras que a lei impõe, e serão cumpridas a qualquer preço, mas ninguém vai tripudiar sobre a CPI. Cumpriremos todas as missões que são importantes para esclarecer os fatos, principalmente com o nefasto Ari, mas jamais deixaremos de cumprir o que a lei determina. Vamos seguir a risca os códigos que estamos usando, que é a nossa prerrogativa. Mas não haverá moleza não, Deputado. Nem precisaria insistir nisso, porque V. Ex^a está lidando nesta CPI com gente que já demonstrou na história, no passado, que não tem medo de nada e de ninguém. E a lei será cumprida com todo rigor, sem dela sairmos um milímetro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Muito bem, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, gostaria de tornar público um documento que acabo de receber do Sr. Valter Célio Boscatto, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de Campinas e região. Um documento bem sintetizado que passo a ler:

“O roubo de cargas em São Paulo aumentou 18,54% em 2000. A assessoria de segurança da Fetcesp e Cetcesp divulga os números referentes a roubo de cargas no Estado de São Paulo durante o ano de 2000. De janeiro a dezembro foram registrados 2.288 casos, o que resultou em uma média mensal de 190,7 roubos. No ano de 1999, houve 1.930 registros, resultando em uma média/mês de 160,8 casos. Comparados os dados referentes a 1999 e 2000, constata-se um aumento de 18,54% em todo o Estado.

Em valores, o roubo de cargas deu às empresas de transportes durante o ano de 2000 o prejuízo médio de 16.284 milhões por mês. O total de cargas roubadas em 2000, 195 milhões 416, descontados as cargas que foram recuperadas 34 milhões – 160 milhões então o prejuízo. Em 1999, o prejuízo mensal era de 14 milhões e atingiu 174 milhões em um ano. Passou a 25 milhões, atingindo 148.

Estabelecendo um paralelo entre as perdas contabilizadas em 1999 e 2000, constata-se um prejuízo em aumento no setor de 11,863 milhões, ou seja, 8%. Durante o ano de 2000, os produtos mais roubados foram... continuam: alimentos (primeiro) 459 registros; combustível, 281 registros; carga fracionada, 251; cigarros e fumo, 198; eletroeletrônicos, 191. E as rodovias com maior incidência foram Anhangüera, 133 casos; Dutra, 102; Regis Bittencourt, 79. Novembro foi o mês campeão em registros: 216, seguido por maio, 211; fevereiro, 205.

Outros dados do Sindicato mostram que durante o ano de 2000 foram registrados 918 casos de roubo de cargas somente na cidade de São Paulo. Os dados da Assessoria de Segurança da Federação e do Sindicato são apurados de acordo com os relatos das transportadoras associadas e não-associadas, empresas do setor seguradoras e fontes policiais”.

É um trabalho do Coronel Paulo Roberto de Sousa, o qual já colaborou muito com a nossa CPI, e constata-se mais uma vez um aumento significativo de 1999 para 2000. Os membros da imprensa que quiserem, o documento está à disposição.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado, Deputado. Com a palavra Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só para relatar aqui e ver como a preocupação de V. Ex^a é extremamente procedente na posição que firmou frente à exposição que fizemos.

Para a data de hoje estão convocadas 23 testemunhas, 23 pessoas para dar depoimento. Inclui-se a imprensa está presente e é bom que registre isso: dessas 23 pessoas intimadas, 14 são ligadas ao Sr. Ari Natalino da Silva.

Vou ler os nomes: Airton de Freitas, Levi Luís Silva Figueiredo, Sérgio Henrique Balbino, Débora da Silva, Éric da Silva, Adjalmir Simões Ferreira, Márcio Natel, Aparecida Maria Pessuto, Débora Aparecida Gonçalves, Sandra Regina Davanco, Rafael Fiesta Garcia, Yossika Komoda, Antônio Pedro Rodrigues

Sousa Rocha, Heleno Duarte Lopes e Leontina Aparecida Basteri.

E o que chama a atenção, Sr. Presidente, é que o Sr. Ari Natalino da Silva não veio, e esses, que são testemunhas, que são gerentes dele, que são laranjas dele, que é esposa dele, não vêm também. Isso mostra muito claramente o poder de comando que tem o Sr. Ari Natalino da Silva sobre toda esta estrutura, quer dizer, ele não vem e não deixa os outros virem. O que equivale dizer que todos esses outros aqui, no contexto, são importantes, mas são figuras menores, eles são verdadeiros laranjas, são comandados do Sr. Ari Natalino da Silva. Então pegando o Ari Natalino da Silva, de um ou outro jeito, vamos atingir todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, também queria acrescentar que foi decidido aqui, acho que V. Ex^a vai concordar, requerer ao Procurador designação de um promotor especial para levantar todos os processos, que são algumas dezenas, saber por que eles não têm continuidade, não há nenhuma condenação contra ele, e as prisões preventivas, algumas, são quebradas quase que de imediato.

Então tudo isso decidimos de manhã pela indignação que causou à CPI esta indiferença que ele tem para com os órgãos de apuração, não só a CPI, mas a própria Justiça, acho, porque se aqui ele não vem, muito menos está dando satisfação à Justiça, onde deve ter um corpo de advogados que está sempre pronto a agir e com rapidez, fazendo com que a impunidade cresça mais rápido do que a própria Justiça.

O próximo, por favor.

Por favor, solicito a presença do Sr. Laércio Pereira. (Pausa.)

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Submeto à análise do Plenário a quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário de toda essa relação que o Deputado Pompeo de Mattos acabou de ler. São pessoas envolvidas, principalmente a Sr^a Débora da Silva, que tem mais de 50 empresas. Então a quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal de Ari Natalino da Silva, Airton de Freitas, Levi Luís Silva Figueiredo, Débora da Silva, ex-esposa e que tem mais de 50 empresas em seu nome, Éric da Silva, Adjalmir Simões Ferreira, Márcio Natel, Aparecida Maria Pessuto, Débora Aparecida Gonçalves, Sandra Regina Davanco, Rafael Fiesta Garcia, Yossika Komoda, Antônio Pedro Rodrigues Sousa Rocha, Heleno Duarte Lopes e Leontina Aparecida Basteri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É sigilo bancário, telefônico e fiscal, os três?

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – To dos os três sigilos, depois será formalizado. Acredito que todos os membros concordem e aprovem. Depois pediria a V. Ex^a que formalizasse por escrito para que possamos tomar as providências devidas a respeito dessa solicitação.

Queria justificar a ausência da Deputada Telma de Souza, que, por fax, informa que não compareceu a esta audiência, comprometendo-se a vir amanhã, em razão de estar intermediando negociações na greve do Porto de Santos. Segundo a Deputada, no seu fax, já passam de R\$150 milhões os prejuízos à economia nacional decorrentes da greve por tuária na Cidade de Santos.

De forma que esperamos que a Deputada Telma tenha sucesso na sua empreitada e que amanhã possamos contar com a sua presença na CPI.

Dr^a Rita Vera Martins Friedman, a senhora é advogada do Sr. Laércio? Pediria encarecidamente que a senhora não entrasse em contato direto com ele. Qualquer providência solicite à Mesa, por favor.

Diga o seu nome por inteiro, Sr. Laércio.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – É Laércio Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seu RG o senhor lembra?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – O RG é 4790967.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – 54.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – 038367388-72.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Endereço atual?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Rua Brás Cardoso, 654, São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – O senhor tem algum grau de parentesco com pessoas envolvidas nessas apurações de roubo de cargas? Com algum dos envolvidos.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Não, a não ser meus funcionários que foram roubados nesse período todo.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – O senhor é vítima, em alguns inquéritos figura como vítima, não é?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Bastante inquirido, com muito roubo.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – Então eu pediria que, de acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, que o senhor se comprometesse em somente dizer a verdade e assinasse esse compromisso, visto que o senhor está aqui como convidado.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – O senhor poderia fazer um esclarecimento preliminar da situação para depois eu passar a palavra aos Srs. Deputados, por favor?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Sr. Senador Romeu Tuma, Srs. Deputados, nós aqui somos do grupo Petrosul, que é formado pela minha família, eu, minha mulher...

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – A empresa do senhor é Petrosul?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Petrosul.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sede é aqui?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – A sede é em São Paulo, filial em Paulínea. Tem outros estados também. Nós trabalhamos em Paulínea, Goiânia, Uberaba, Curitiba, porém ela é paulista, com sede em São Paulo, capital. Ela trabalha em Paulínea, porque é aonde nós temos a nossa base de petróleo, em frente à refinaria da Replan, portanto Paulínea é o nosso principal ponto de abastecimento.

Queria deixar claro aos distintos Srs. Senador e Deputados presentes que estamos aqui, solidários com a CPI do Roubo de Cargas, em virtude do seguinte: os senhores não me conhecem, a Petrosul é uma firma familiar, o meu filho e a minha filha são os operadores da Petrosul, e eu e minha esposa somos proprietários da rede de postos e da transportadora que também transporta alguns combustíveis para nós.

A Petrosul, hoje, modéstia à parte, é uma empresa líder de mercado, detentora da ISO 9002, oferecida pela Fundação Vanzolini, de São Paulo, e vimos, de um tempo para cá, sendo líderes de venda de mercado. Em virtude disso, aconteceu que nossa empresa, talvez, junto com as grandes companhias de petróleo, Shell, Texaco, Ipiranga, Esso e BR, ser uma

das companhias em que mais ocorreu roubo de cargas, em virtude do movimento que nós temos na nossa base de petróleo em Paulínea.

Hoje, por exemplo, a Petrosul é uma empresa 100% nacional, uma das que mais retiram combustível na base de petróleo de Paulínea em virtude da qualidade do nosso produto, do atendimento aos clientes e do seu nome já estar formado na praça.

Estou aqui hoje na qualidade de vítima e também de convidado pelos senhores. Estou apreensivo, logicamente, porque em uma CPI nunca ficamos muito à vontade. É um ambiente difícil de se conversar, mas estou feliz porque estou vendo que as autoridades estão tomando providências para coibir o roubo de carga. Só para vocês terem um exemplo, vou citar um número que meu filho depois irá comprovar. Tivemos um prejuízo de R\$2,8 milhões só durante março de 2000 a março de 2001, sendo que desses R\$2,8 milhões, R\$800 mil as seguradoras nos pagaram e R\$2 milhões tivemos que absorver, que é a parte de franquia e a parte que de fato cabe a nós pagarmos. Pagamos o seguro mensalmente de R\$100 mil. Então a Petrosul, hoje -creio que tem várias companhias com o mesmo problema no meu ramo -chegou ao ponto de dia sim, dia não ser roubado um caminhão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É tanto assim?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – É absurdo. Recentemente o seguro dos caminhões ficou tão caro que ficava inviável fazer seguro das cargas, e os motoristas de caminhões que faziam frete para nós já não tinham mais segurança e acabavam não querendo mais transportar. Então, o que aconteceu? Não tínhamos como fazer o seguro, não tínhamos como transportar o produto, resolvemos investir em rastreamento, que é o GPS. O GPS capta por sinal de satélite. Gastamos R\$430 mil para colocar na nossa frota e também fizemos empréstimo em comodato para alguns motoristas que tinham caminhão e queriam trabalhar para nós. Isso está nos gerando um custo de R\$32,5 mil mensal, fora o investimento, para evitar os roubos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas isso tem tido resultado?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Perfeitamente. Depois de colocado o GPS, não houve mais roubo, porque o ladrão, inclusive, chega ao ponto de encostar em um caminhão e perguntar para o motorista: Tem rastreador? Tem. Então vai embora. Despede-se e até vai embora.

Quer dizer, resumindo, estamos aqui felizes, com as autoridades aqui presentes, prontos a cooperar com vocês para qualquer pergunta que queiram fazer.

Estamos há 11 anos no ramo de distribuição e há 18 anos no ramo de petróleo. Conhecemos perfeitamente o ramo de revenda, a distribuição de lubrificantes, a distribuição de gasolina, álcool e diesel, conhecemos a clientela. A única coisa que não posso ajudar... Sinto ter que falar isso porque fizemos as nossas investigações e não conseguimos detectar quadrilha nenhuma. Sei que existe um monte de gente envolvida, mas creio que a única maneira é uma CPI mesmo. Estou feliz dessa CPI ter sido aberta. Somos grandes prejudicados. Estamos muito preocupados. Existem pessoas que transportam para nós que já quebraram. Perderam as suas empresas em virtude dos roubos. Estamos ainda nos mantendo vivos, mas os transportadores, os freteiros, aquelas pessoas que têm família para tratar e que ganham pouco, não têm condição de comprar um rastreador, não têm condição de arcar com uma franquia do seguro, não podem ser roubados, e estão sendo ainda roubados. Do dia em que começamos a colocar o rastreador até a presente data, ainda fomos roubados em R\$232 mil de carga.

Quer dizer, Ex^a, Senador Romeu Tuma, estou aqui para esclarecer. A minha firma é uma firma que, modéstia à parte, prima pela qualidade. É familiar. É nacional. Já falei, tenho o ISO 9002. Estamos prontos a cooperar com os senhores naquilo que forem perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As queixas, o senhor tem apresentado normalmente à polícia ou...

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Perfeitamente. Todas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O caminhão é localizado depois de...

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – É. Todos os caminhões, a maioria deles é localizada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os motoristas são abandonados ou são os que conduzem...

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Existem vários tipos de caso. Uns que já tiram o caminhão na hora... Não estou bem a par disso. O meu gerente de transporte está aí. Mas geralmente, Dr. Romeu, é o seguinte: ou eles rendem o motorista, levam junto, ou abandonam o motorista aqui ou no outro local. Existem várias situações.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pergunto para saber se o motorista foi até o local onde a carga é descarregada. Se tem algum caso.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Não. Não tem caso assim, que eu saiba. Nunca. Creio que exista um sistema de receptação muito grande. Na minha opinião, antes de vocês perguntarem, eu creio que tenha alguém do ramo receptando, e bastante, esse produto, porque não é possível você ser roubado tanto. Porque não é só Petrosul que é roubada, são todas as companhias de petróleo roubadas. Se o senhor chamar aqui a Shell, a Texaco, a Esso, a BR, vocês vão constatar que é um absurdo. Então alguém está receptando esse produto. Eu não vou acusar ninguém por que não prove nada. Não sei quem é, não vi, nem o motorista me viu. Se tivesse visto já tinha contado...

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas o senhor já ouviu, não é?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Não. A gente ouve.

O SR. OSCAR ANDRADE - É que a gente não tem prova, é difícil de falar, mas já ouviu.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Ouvir comentário a gente ouve, Deputado, mas a gente não tem provas então não pode falar nada. Mas que tem quem faça receptação tem. Por que onde vai caber essa gasolina aí? Não é possível. Isso tem que ser posto de gasolina, tem que ser base de petróleo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas as empresas nunca se reuniram para discutir isto. Porque, se tenho um cliente que absorve, vamos dizer, 50 mil litros por mês, ele passa a comprar só 10 mil litros e o movimento é o mesmo, não dá para desconfiar que a gasolina está vindo de outro local? Nunca se reuniram e formaram uma central de informações?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Veja bem, essa clientela que faz... O mal do nossoramo, infelizmente, pelo menos as pequenas e médias empresas que se destacaram no mercado não têm um sindicato unido. As únicas empresas que têm um sindicato unido são as grandes companhias, que têm o Sindicon, que conversam e se reúnem.

Veja bem, eu não posso dizer, mas os postos que fazem esse tipo de trabalho, na minha opinião - não vi nenhum, já falei para o Deputado, não vi, não provo -, eles não têm uma bandeira de alguém. São postos de bandeira branca onde, talvez, nem cadastramento têm na Agência Nacional de Petróleo. São postos que existem, mas não existem. Agora eu vi dizer que a ANP vai fazer um cadastramento de todos

os postos de gasolina de novo. Por quê? Porque tem posto que não existe. Tem posto que ele de fato existe, mas de direito, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - São postos frios? Eles instalam as bombas e começam a trabalhar sem nenhum registro?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Postos frios. Sem nada. Eles têm uma inscrição antiga no mesmo lugar onde existia um posto normal. Quer dizer, é um negócio que eu como empresário também, porque tenho os meus compromissos de ter que vender a minha gasolina, comprar e honrar meus compromissos, eu não posso... Creio que esse é um assunto para polícia resolver. Tanto é que todos os casos de roubos nós fizemos as queixas, as denúncias e estamos aguardando das autoridades a prisão de uma quadrilha, não é? Porque na minha opinião não é um nem dois, é uma quadrilha. Minha opinião, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Laércio, quais as empresas que o senhor possui no seu nome?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - As empresas é o seguinte: nós temos hoje a Petrosul...

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas essa não está no seu nome.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Do meu filho e da minha filha.

O SR. OSCAR ANDRADE - Essa é a maior empresa do Grupo?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Ela é a maior empresa em faturamento. Mas não quer dizer que seja a maior em termos...

O SR. OSCAR ANDRADE - Rentabilidade.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - ...mercado, não é? Mercado. Porque nós temos os postos de gasolina. Hoje, nós temos em número de 60 postos, 61, que estão em meu nome e de minha esposa, e temos uma transportadora, que está em meu nome e de minha esposa também.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantos caminhões o senhor tem?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Hoje, tenho mais de 100 caminhões.

O SR. OSCAR ANDRADE - Fora os agregados, não é? Deve ter muitos.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - É. Os agregados, hoje, nós usamos 400 caminhões/dia, 400 viagens; caminhões, não. Caminhões a gente usa 200, duzentos e pouco.

O SR. OSCAR ANDRADE - Às vezes dá duas viagens.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Dá duas viagens.

O SR. OSCAR ANDRADE - Consta na Junta Comercial que o senhor é sócio das seguintes empresas - veja se falta alguma -: Autoposto Cidade Nova Ltda, Superposto São Paulo, SP - 127 Ltda, Laércio Pereira & Cia Ltda, Superposto Perimetral Ltda, Superpetro Comércio & Combustível Ltda, Perimetral Comércio & Lubrificante de Peças Ltda, JC Loja de Conveniência Comercial Ltda. Essas.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Tudo bem.

O SR. OSCAR ANDRADE - São essas mesmas?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Tem mais.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tem mais, não é?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Essas firmas estão no meu nome. E tem mais, hoje nós somos detentores de mais de 60 empresas. Cada posto é uma firma.

O SR. OSCAR ANDRADE - Cada posto tem uma razão social independente?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - São firmas pequenas que você tem que montar para operar um posto. Então não são firmas, assim, que você possa imaginar que tenham um faturamento igual ao da Petrosul. A Petrosul, sim, que é...

O SR. OSCAR ANDRADE - A média de venda de combustível nesses postos é o quê? (Inaudível)

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - A média hoje é 12 milhões de litros. A média de mês bom nos meus postos próprios.

O SR. OSCAR ANDRADE - Estou dizendo do cada posto individualmente. Dá uma média de 200?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Média de uns 200, duzentos e pouco. Tem posto que dá mais e tem posto que dá bem menos.

O SR. OSCAR ANDRADE - É. No total são 12 milhões de litros?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - 12 milhões.

O SR. OSCAR ANDRADE - A Petrosul tem uma retirada mensal de quê? De combustíveis?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - A Petrosul está vendendo hoje 42 milhões de litros de óleo diesel no mercado consumidor, para rede própria e bandeirada e rede de bandeira branca. O mercado consumidor, para quem não sabe, é o mercado de TRR, que vende para as empresas. Também retira da Petrobras de 35 a 40 milhões de litros de gasolina "A", que também são vendidos na rede própria e na rede bandeirada - também temos uma rede bandeirada, a Petrosul -, na rede de bandeira branca e para os clientes que temos em outros Estados.

O SR. OSCAR ANDRADE - Na refinaria de Paulínia o senhor é o maior retirador de combustível?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Penso que como empresa nacional sim. Talvez a Ipiranga fique na minha frente porque tira muita gasolina para outros Estados. E a BR, que é a maior. Como empresa nacional emergente e nova, creio que sim.

O SR. OSCAR ANDRADE - Pelos dados que temos, o senhor é o maior. É maior, inclusive, que a Ipiranga, que a BR, que a Esso, Shell, AGIP e Texaco.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Perfeitamente.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quinhentos e cinquenta e oito mil, setecentos e quarenta e nove.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Como é?

O SR. OSCAR ANDRADE - Quinhentos e cinquenta e oito mil, setecentos e quarenta e nove. Falo de um total de janeiro a dezembro, só em gasolina.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - No ano 2000?

O SR. OSCAR ANDRADE - Sim, no ano 2000.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Houve épocas, durante o ano passado, que estávamos em primeiro lugar. Agora, estamos ocupando uma colocação inferior, estamos em sexto ou sétimo lugar.

O SR. OSCAR ANDRADE - Então a Petrosul, individualmente dos outros negócios, é o maior?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - A Petrosul, em faturamento, é a maior. Em número de postos não, pois não tem postos de gasolina.

O SR. OSCAR ANDRADE - Por que, Sr. Laércio, essa empresa está em nome do seu filho e de sua filha? Foi o que o senhor disse?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Veja bem, talvez V. Ex^{as} não saibam. Aprendemos toda a lição do comércio de petróleo com a Shell. Fui revendedor da Shell por quatorze anos. É assim que funciona: existe uma distribuidora que opera, existe um revendedor e o transportador. É uma filosofia mundial, não queremos que seja assim. Não se pode, ao mesmo tempo, ser revendedor e distribuidor, primeiro porque é assim no mundo inteiro e também porque a Agência Nacional de Petróleo tem uma portaria que não permite que quem distribua possa revender. Como somos uma família, a lei nos permite que sejamos revendedor e que nossos filhos sejam distribuidores. Não deixa de ser uma firma do mesmo grupo. Como eu disse, somos uma família unida. Nossos filhos não são mais crianças. Meu filho tem 27 anos, é advogado. Minha filha, que tem 29 anos, é psicóloga. Os dois são casados.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor disse que já houve muitos roubos de cargas suas, cargas líquidas. Em todas essas ocorrências o senhor foi sempre vítima?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Sem pre como vítima.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não teve qualquer envolvimento com inquérito, qualquer acusação por parte da Petrosul ou de outra empresa do senhor?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Não tenho inquérito por roubo.

O SR. OSCAR ANDRADE – A transportadora é uma só?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Só tenho uma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o nome dela.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Transportadora André.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem esta possui qualquer acusação?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Não. Nossa ficha é limpa. V. Ex^{as} podem consultar a Polícia Civil e a Polícia Federal. Nunca tivemos qualquer problema de inquérito policial.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca respondeu a qualquer inquérito policial?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Nem a inquérito nem a indiciamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece Ari Natalino?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Já ouvi falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece a Petroforte?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Já ouvi falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só ouviu falar? É o seu grande concorrente.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Veja bem, conheço, mas não tenho amizade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem relação.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Conhecer é uma coisa, ter amizade é outra. Não...

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Conhecer é uma coisa, ter amizade é outra, né? Eu não posso...

O SR. OSCAR ANDRADE – O fato de o senhor conhecer não vai comprometer não. Vai, inclusive, de repente, aju dar a CPI. É a pes soa mais pro cu ra da por esta CPI hoje, pela terceira vez é convocada e não vem.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – É uma lástima que, no meu ramo...

O SR. OSCAR ANDRADE – E todas as informações que temos a respeito dele é de que tudo, mais de 60 empresas, com laranjas, com rolo de tudo quanto é tipo de absurdo...

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Off shore, etc, não é? Laranjas. Mas não é o nosso caso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele é daqui de Campinas; a Petroforte é daqui.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Veja bem. Não sou de Campinas, sou de Sorocaba. Moro em São Paulo hoje porque meus negócios foram para lá. Sorocaba é muito distante da terra do Sr. Ari Natalino da Silva. Então, conheço ele, sei dos negócios dele. Ele tem a Petroforte com a família dele, mas não posso chegar aqui e falar: eu vi, eu fiz, eu sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor já ouviu muito?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Ouvi, já ouvi de tudo, como todos vocês ouviram, como todo brasileiro ouviu. Eu não vou dizer que sou surdo, porque também aí pega mal para vocês. Não quero fazer vocês de palhaços, porque, afinal de contas, estão trabalhando aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas, além de não ser surdo, como qualquer brasileiro que viu na **Veja**, em jornal, em televisão, está no ramo dele e é um concorrente direto dele. Desses números que dei para o senhor, de 560 mil só em gasolina, o dele está em 110 mil. Quer dizer, no mínimo, são 30%, 25% ou perto de 25% do seu...

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Veja bem, ele é nosso concorrente, mas nunca nos atrapalhou em nada, pelo menos oficialmente. Entendeu, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tem rede de postos também?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Ele tem rede de postos, mas não sei se está no nome dele ou não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A empresa, como um todo, tem uma rede de postos.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Tem, a Petroforte tem uma rede de postos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque ele coloca em nome de doze, treze gerentes...

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – É um problema. Os meus postos... Já falei que tenho 60 postos no meu nome. Estão declarados no Imposto de Renda no meu nome. Tenho caixa para isso, paguei impostos para isso, pago impostos em todas as minhas empresas. O grupo nosso hoje está recolhendo quase R\$800 mil de Imposto de Renda por mês.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu gostaria de pedir para o senhor uma cópia de todos os roubos ou furtos que ocorreram...

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - As queixas, o histórico, se possível... Eu gostaria que o senhor nos encaminhasse isso.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Inclusive, o meu gerente da frota, da (?) Transporte, está presente. Vou nomeá-lo para informar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O gerente poderia se identificar. Depois o Dr. Paulo Lacerda vai pedir para o senhor toda a relação que puder nos fornecer.

A SR^a ADVOGADA - (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Isso, eu gostaria de ter todos, dentro do possível.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas o senhor tem mais ou menos o número?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - O meu filho está aí, já está vindo, está com o papel na mão, com o número em dinheiro, o número de assalto, o número de tudo que você precisar. Marcamos tudo certinho, quem pagou seguro, quem não pagou.

O SR. OSCAR ANDRADE - As cargas são todas seguradas?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - A carga era toda segurada, mas depois chegou um tempo em que o seguro foi subindo tanto, que não tem mais jeito.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual era a seguradora que vocês usavam?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Temos um corretor que nos atende; usamos a Sul América, a Finasa, usamos várias.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual é o corretor?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Bitar, de Sorocaba. Uma pessoa muito idônea, que faz seguro para o nosso grupo há muitos anos e que também pode esclarecer isso para vocês. Ele pode ser convocado aqui para esclarecer. Ele pode dizer se estou falando a verdade ou não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Nesses sinistros, muitos caminhões...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não há dúvida sobre essa colocação que o senhor está fazendo. O que queremos são dados para podermos saber como estão sendo feitas as investigações.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Os dados, eu posso fornecer a vocês todos. Inclusive, meu filho, Dr. Romeu, já tem uma relação que pode até deixar com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE - Vamos precisar.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Agora, mais detalhes eu posso fornecer; não há dúvida. Estou aqui para cooperar, viu, Deputado?

O SR. OSCAR ANDRADE - Lógico, lógico.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Porque também já não dá para viver mais. A seguradora é um absurdo, o GPS é um absurdo. Até quando vamos ter que transportar gasolina por GPS? O Brasil está acabando. Está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Precisamos da colaboração dos empresários, para podermos apertar o cerco. Se houvesse uma rede de informações, seria mais fácil. É preciso identificar quais os postos que diminuem o comércio, porque, se ele não compra ilegalmente de ninguém e continua com o mesmo movimento, está recebendo mercadoria clandestina.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Existe em São Paulo... Na minha opinião de comerciante, acredito que a Capital de São Paulo é o maior local de desova de combustível do País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mais do que as estradas do interior?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Muito mais, porque é uma metrópole muito grande, e você é mais um.

Lembro-me de que, certa vez, uma advogada que trabalhava para nós... foi detida do um caminhão roubado descarregando num posto em São Paulo. Não me lembro agora do bairro nem do posto. Falei: "Que bom, pegamos um". O que aconteceu? Foi à delegacia, prendemos o dono do posto e o motorista do caminhão, tudo. Não me lembro também da delegacia. A nossa advogada foi até lá. O cara chegou lá com a maior cara-de-pau e falou que não sabia de quem era o caminhão que estava descarregando. A advogada falou: "O caminhão é nosso e foi roubado". Ele, como dono do posto, alegou que não sabia.

Senador Romeu Tuma, fica-se numa situação, mas ninguém toma providências.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - E a polícia simplesmente aceitou a alegação dele?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Creio que sim, porque ele falou que não sabia de quem era o caminhão. Tem-se a impressão de que roubamos o caminhão e invadimos o posto dele para descarregar gasolina na marra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - V. S^a sabe o distrito em que foi feito?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA - Não me lembro, mas posso averiguar o fato e passá-lo para V. Ex^a, porque foi real.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – Se ria importante.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Esse foi o único caso que detectamos, mas não aconteceu nada para ninguém.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Laércio, tenho algumas poucas perguntas. Obviamente, foi importante o convite que a CPI fez a V. S^a, que é do ramo da atividade de combustível e apresenta uma das movimentações mais importantes pelos números aqui registrados. Em relação à gasolina, V. S^a é o campeão.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Sou o campeão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não ocorre o mesmo no caso do óleo diesel. V. S^a fica para trás, porque, quanto ao óleo diesel, está bem abaixo da Ipiranga, da BR, da Shell, da Texaco, da Agip e da Esso.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Quantos metros cúbicos de óleo diesel V. Ex^a está verificando aí?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Trezentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e setenta.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Mas, neste ano, tudo mudou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É menos um pouco?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Neste ano, o óleo diesel passou a gasolina, por incrível que pareça. V. Ex^a perguntará o porquê, e direi: “As grandes companhias estão competindo mais conosco”.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na gasolina?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Na gasolina. E abrimos mercados novos de óleo diesel, inclusive em Cuiabá e em Goiânia. A nossa venda de óleo diesel foi para 42 e da gasolina, quanto ao valor a que V. Ex^a chegou, caiu para 35 por mês. Foi o que vendemos nesse mês de março, atingindo 43 dc, que é a gasolina “C” misturada com o álcool.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Direi para V. S^a que, nesse ramo do combustível, o roubo de carga é fantástico, e todos estão acima de qualquer suspeita.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Não há dúvidas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como chegar a um posto e dizer: “Este posto rouba gasolina”? Apanha-se. Na verdade, alguém está roubando.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Não tenho dúvidas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pode-se dizer: “Vejam o Sr. Laércio”. Mas como? Não se pode chegar e apontar. O mesmo ocorre se V. S^a apontar fulano de tal. É difícil, mas estão realmente roubando.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Nunca vi, nunca peguei, Deputado Pompeo de Mattos. Na realidade, somos roubados e ainda pusemos GPS. Ninguém colocará GPS em um caminhão para ter algum problema.

Estou aqui hoje porque considero esta CPI muito importante.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabemos disso.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Sei que V. Ex^a estão atendendo a vários tipos de roubo, não só de petróleo, mas, no meu ramo, está um absurdo. A gasolina custa caro hoje, é um artigo caro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que me chama a atenção, Sr. Laércio, é que nos queixamos da polícia, e, normalmente, nos roubos de carga, a polícia está envolvida, e nas grandes organizações também há o envolvimento da polícia. Há, naturalmente, alguém influente como receptor, porque não é pé-de-chinelo que recepta carga. Há poucos dias, foi apreendida uma carga roubada de 500 celulares no Carrefour, em Recife.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – No Carrefour?

O SR. POMPEO DE MATTOS – No Carrefour. Fomos ao local, e ficou provado que a carga era roubada, de quem e quando foi roubada, o dia, a hora e o local.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por uma sorte, porque o celular tem...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há os números. E qual é a defesa? O Carrefour disse: “Foi o gerente”. Tudo ocorre como aquela história do filme. Lembro-me de que havia um filme lá em que um robô queria pegar informação e sentou na biblioteca. Para testar seus conhecimentos, pegou o livro e emitiu um som contínuo, que significava o mordomo, e era mesmo. Quer dizer, sempre é o mordomo. Alguém paga. O pe que no sem pre paga. Há pou co sen ta ram aí duas pessoas. Eu os tenho como uns coitados, uns laranjas que foram usados. Sabem algumas coisas, mas, a essa altura, não têm coragem de revelar e não vão fazê-lo nunca. Mas a ver da de é que, no roubo da carga, de combustível, é só gente fina que rouba e recepta. No roubo de outro tipo de carga, há até pé-de-chinelo roubando, mas, com certeza, não há pé-de-chinelo receptando. É só gente grande que recepta. Então, o que me deixa curioso é o seguinte: como é que as empresas de combustível que são roubadas e sabem que o roubo é grande não se organizam entre si? Até o senhor está organizado.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Com GPS, com rastreador.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Particularmente - digamos assim -, o senhor está organizando a sua empresa. Mas como é que as empresas não se organizam? Têm de se organizar, porque, senão, darão a impressão de que, estando desorganizadas, está bom. Vamos nos organizar!

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Vou justificar para o senhor o que penso. Por incrível que pareça, muitos dos brasileiros que entraram no ramo no mercado não são da melhor qualidade, como o senhor sabe. Com concorrente aqui, no Brasil, a gente não conversa. É mais fácil conversar com um elemento de uma multinacional e me entender com ele do que com um elemento do Brasil. Infelizmente é assim. Participei de um sindicato chamado BrasilCom, por um certo período. Nas reuniões, falamos de roubo de cargas, da necessidade de pedir auxílio às autoridades. Mas eles começam a pensar: “O Laércio vende muito; o outro, pouco. Tira um cliente meu”. Não há união. Resumindo, não há união. Então, eu sinto que V. Ex.^a tem razão. Estamos lutando pela volta do sindicato. Há uma pessoa do antigo sindicato que quer montá-lo de novo. Penso que, daqui a uns três ou quatro meses, estaremos organizados novamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixe-me fazer-lhe duas perguntas? O senhor entrou na Justiça por meio de suas empresas e conseguiu liminar para não precisar pagar o Cofins?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Na época, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que período o senhor ficou sem pagar o Cofins?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Foi no período em que vigeu a lei. Em julho de 2000, mudou a lei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Só esse período.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o imposto que a sua empresa não está pagando por conta da liminar?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Nenhum. Hoje, nenhum.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Hoje, nenhum?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Nenhum. Não há nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor está pagando todos eles?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – A Petrosul hoje até é um nome bom, Dr. Pompeo. Ela vende, porque tem marca, oferece bom atendimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem negócios com a empresa Brasoil, que vende solvente?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Nunca ouvi falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor compra solvente?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca comprou solvente?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Nunca comprei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não negocia com solvente?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – A ISO 9002, a Fundação Vazolini não permite nem de longe um suspeito mexer com isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. O senhor não tem uma atividade paralela nesse negócio? O solvente é um negócio também.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Não, é para quem faz tinta. É para quem mexe com aguarás. Eu conheço empresas que mexem com aguarrás e que compram solvente, e honestas. Há muita gente que até importa solvente. Sobre o problema do solvente eu tenho uma opinião que podia externar aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não tem nenhuma acusação, nenhum inquérito a respeito disso?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Sobre o problema do solvente eu tenho o meu modo de pensar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estou-me referindo a algum de seus postos ou até à Petrosul?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Não, não tenho nada. Produto puro. V. Ex.^{as} podem pesquisar. Temos postos na área de Sorocaba, principalmente. Temos um nome que a população considera espetacular. Temos carros de qualidade. Se um cliente reclamar, fazemos o teste na hora. É tudo limpo. O combustível que recebemos é guardado nos vidros, conforme a Lei determina.

Já que o senhor tocou nesse assunto, desculpe-me o atrevimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não se preocupe.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Quem é que vende solvente? Não é a Petrobras e a Petroquímica União?

O SR. OSCAR ANDRADE – A Petrosul é uma distribuidora, igual à Shell, à Petrobras.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Também?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Têm de chamar essa gente para conversar com V. Ex.^{as}.

Aí é que está o problema. É muita vontade, Deputado. Tinha de haver critério, cota. Vender solvente

para uma fábrica de tinta que produz não sei quantas latas?! De repente, vender 10 carretas de solvente para um cara desses?! Não está havendo controle. O controle teria de ser dentro da Petrobras e das petroquímicas e também na importação, porque parece que solvente pode importar. Então esse problema do solvente, na minha opinião, desculpe, eu não estou querendo ensinar o padre-nosso para o vigário, porque sei que vocês estão aí para isso, está fácil de resolver com a fonte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, não, é por que aí também é ângulo de visão, Dr. Laércio, porque preste atenção: o Senador Tuma disse ainda há pouco: É fácil também controlar um posto que está comprando um combustível roubado. Dentro da nossa visão, também é. Se ele vende 200 mil litros/mês, ele passa, de repente, de um mês para o outro, a vender só 150? Ele é filiado ao senhor. Você tem 61 postos, mas também vende para outros tantos...

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Como é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ou não?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Eu tenho posto meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem 61 postos?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Eu não vendo para ninguém, só vendo para consumidor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, você só vende para as TRRs?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Não, a Distribuidora Petrosul, que é do meu filho e da minha filha, vende para a TRR e vende para todos os postos que quiserem comprar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para todos os postos, além dos seus?

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Além dos meus.

O SR. OSCAR ANDRADE – E pode perfeitamente acontecer isto: de repente baixar 20%, 30% de um mês para outro. É estranho, isso não é normal. Então, da mesma visão que você tem aí de produção de solvente, é exatamente a mesma coisa. Quer dizer, é só ter cuidado. Se um dos seus clientes, do seu filho, da Petrosul, de repente começa a vender a metade, 60%... está esquisito.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – É bem realidade, Deputado, que a gente não pode controlar. São 26 mil postos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei disso.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – É um problema.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como tam bém não há como controlar solvente, produtores de solvente, eu acho difícil.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Eu, graças a Deus, posso garantir para vocês, jurar, se vocês quiserem, que na minha carreira comercial, eu nunca mexi com solvente e me orgulho disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde o mês de setembro, vem uma equipe percussora à CPI, técnicos da nossa Comissão vieram a Campinas com a Polícia Federal, com alguns informantes, vendo todo esse trabalhode roubo de cargas nosso aqui que estamos fazendo, e caíram sobre a Petrosul algumas informações sobre mistura de solventes e...

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Então, não concordo com essa afirmação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Agora, a gente sabe, e aqui você está vendo... pois é, eu também acredito que não.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Isso não é verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estou informando ao senhor até por que era uma das perguntas que estava designada para eu fazer aqui e pela sua...

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Não, até acho que o senhor deve perguntar, porque é um negócio também que está mexendo muito, mas eu me orgulho disso...

O SR. OSCAR ANDRADE – É um cuidado que se deve ter. Eu acho que é importante.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Eu tenho hoje a ISO-9002, posso encaminhar para vocês a cópia. Isso aí é uma coisa séria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Muito séria.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Veja bem, a Fundação Vazolini... são cinco empresas na América Latina que fornecem o ISO-9002. A cada 90 dias, eles vão lá a hora que eles quiserem, fazer a inspeção dos meus empregados, da minha gasolina e todo o meu procedimento de trabalho. Para conseguir manter esse ISO-9002 não é fácil, custa um bom dinheiro. Quer dizer, isso não é um negócio que a gente está falando aqui da garganta para fora. Nós não temos esse costume, o senhor pode ter certeza. Se o senhor precisar, eu mando a cópia do meu certificado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, não é necessário. Sr. Presidente, acho que podemos encerrar e chamar o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Bom, Sr. Laércio, alguma pergunta, Deputado? (Pau-

sa.) A CPI está satisfeita. Agradecemos a sua participação.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Pois não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esperamos a documentação.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – A documentação referente aos BOs dos roubos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Paranos auxiliar...

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Se Deus quiser, a Dr^a Rita e o meu gerente vão providenciar e daqui a uns dias estarão nas mãos dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E se souber algum... A sua frota é grande, mais de cem caminhões. Se tiver conhecimento de envolvimento policial, até sobre... nós transformamos em sigilosa a Comissão, para ser revelado. Seria uma contribuição importante.

O SR. LAÉRCIO PEREIRA – Vou dar minha palavra de honra para vocês, que se eu souber, entregarei. O problema é que eu não sei. Se eu soubesse, já estava entregue. Já estava entregue, vocês podem ter certeza, eu não ia deixar um ladrão solto, que está roubando toda hora, é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Está bom, muito obrigado pela participação.

Vou suspender durante dois minutos para trocar o disquete.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Chamo o Sr. Alessandro Peres Pereira. (Pausa.)

Dr. Laurindo de Freitas Neto, o senhor é advogado dele?

Por gentileza, o seu nome.

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Alessandro Peres Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o seu RG?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – 19511333-0.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – 27 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – 160... Preciso olhar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou ditar e se o senhor achar que está errado, me avise: 160.105.848-92.

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Isso, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Rua Nicolau Alonso Filho, 596, Sorocaba, São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Empresário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem parentesco com alguém envolvido com roubo de cargas?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, de acordo com o Código de Processo Penal, no art. 203, pergunto se o senhor se compromete a dizer somente a verdade?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Eu me comprometo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se concordar, então, eu pediria que assinasse esse compromisso. Aqui o senhor está como convidado. (Pausa.)

Sr. Alessandro, o Sr. Laércio, seu pai, fez um depoimento e esclareceu, dizendo que o senhor poderia nos auxiliar fornecendo dados sobre o número de furtos e roubos de que a empresa foi vítima.

E, se houver alguma coisa que pudesse acrescentar e colaborar com a CPI na busca do esclarecimento, principalmente de receptadores. Se o senhor tem alguma informação que possa nos indicar a forma de operação e como está sendo feita a distribuição, em razão do número de roubos nessa área, segundo o Sr. Laércio nos comunicou.

Então, o senhor está com a palavra.

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – A Petrosul, no ano passado, em março de 2000 até março deste ano, vem sofrendo uma grande quantidade de roubos de cargas, certo? E o prejuízo é enorme. Até tive a oportunidade de montar um relatório com números para elucidar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor, posteriormente, deixará conosco essa relação.

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Tudo bem. De março de 2000 a março de 2001, o roubo que foi efetuado na empresa Petrosul foi no montante total de R\$2.811.000,00 (dois milhões e oitocentos e onze mil reais).

O valor que a Petrosul conseguiu receber da seguradora, nesse período, foi de um R\$1.526 milhão (um milhão, quinhentos e vinte e seis mil reais). A perda, portanto, a diferença é de R\$1.286 milhão (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil reais), sendo que R\$210 mil (duzentos e dez mil reais) foram em cargas recuperadas ou que o transportador acabou pagando por negociação, antes de ser efetuado o transporte.

Houve R\$167 mil (cento e sessenta e sete mil reais) de franquia, onde os transportadores pagaram, porque fazia parte da negociação eles pagarem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas ocorrências no período de um ano?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Quantidade de ocorrências? Não tenho esse dado, mas foram muitas ocorrências. Há meses em que houve roubo um dia sim, um dia não, e, no final, quando havíamos colocado rastreadores, foi diminuindo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse levantamento seu é apenas do último ano?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Apenas do último ano, exatamente. No ano de 99, a quantidade de roubo era bem menor; e no ano de 98, praticamente, não havia muito roubo. Não tive tempo hábil de fazer um levantamento mais detalhado do ano de 99, por estar na contabilidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você acha que, nesse último ano, aumentou tanto assim? Pelo jeito, aumentou demais.

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Aumentou muito. No final, aumentou muito. Eu não sei se pela facilidade, não é, que a gente acha que tem de uma pessoa ou uma gangue roubar a carga. Porque sai da base. São hoje em torno, mais ou menos – no ano passado, até, tinha me ses que era um pouco mais –, em torno de 50, 60 caminhões por dia. Entendeu?

O SR. OSCAR ANDRADE – Por dia?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – E você não tem como escotar isso aí, pelo custo. E você não sabe qual carga vai ser roubada, qual carga não vai.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você deu um dado aí, dois milhões e alguma coisa de prejuízo.

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – É. O total de roubos foi dois e oitocentos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor recebeu um e setecentos.

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – É. Eu recebi um quinhentos e vinte e seis.

O SR. OSCAR ANDRADE – De seguradora?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Da seguradora.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor teve duzentos e pouco que o transportador assumiu?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Duzentos e dez mil reais.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor teve um milhão de prejuízo?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – É. Eu tive um milhão de prejuízo. E mais um milhão porque eu tive que pagar da apólice de prêmio para a seguradora, mês a mês, entendeu? Então foram dois milhões de reais o prejuízo que a Petrosul teve que assumir nesse período.

O SR. OSCAR ANDRADE – E essas cargas que o senhor assumiu o prejuízo não foram seguras?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Essas que eu assumi o prejuízo? Não. Depois de, por exemplo, de janeiro de 2001, não tinha mais seguro. A seguradora não fazia mais seguro por causa do grande volume de roubo, começou a ser um prejuízo. Então, fui prejudicado em duzentos e trinta e quatro mil reais sem seguro, entendeu? E antes é porque não cobria tudo, o volume do seguro, a negociação da apólice, entendeu? Tudo isso. Então, esse é o volume.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece a Petroforte?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece o Ari?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Eu já ouvi falar, mas... De nome, eu conheço ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pessoalmente, não?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Pessoalmente, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabe das histórias que envolvem o nome dele?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Eu não sei das histórias. A gente sabe que ele está no ramo também. Ele é um distribuidor. Agora, eu não sei. A gente procura...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas já ouviu, não é?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Já ouvi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não pode acusar, mas já ouviu.

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Já ouvi, mas não tenho nada acrescentar sobre ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem nenhum tipo de negócio com a Petroforte?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Não. Nada. Nenhum negócio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca fez nenhum tipo de negócio?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Nunca. Nunca fiz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem com a transportadora dele, com caminhão, com nada?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Nem com a transportadora dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Acho que é isso, não é, Presidente? São só os dados mesmo que temos que pegar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria, então, que o senhor pudesse fazer um favor. Eu pedi ao Dr. Laércio, que se comprometeu a nos encaminhar todos os boletins de ocorrências registradas e qualquer outra informação que possa nos ajudar. Gostaria que...

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui é um espelho de tudo.

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Os boletins de ocorrência eu não trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, não. Mas ele ficou de providenciar. Em outra oportunidade, é independente. É só nos encaminhar, por favor.

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Aí é um demonstrativo, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui é um espelho, não é?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Aqui é um investimento que fizemos em rastreador. Quanto foi gasto. A Petrosul, a partir de fevereiro do ano de 2001, para coibir o roubo de cargas, teve que fazer um investimento grande em rastreadores de veículos. Inclusive não só da frota própria, que está aí, que são 75 veículos, como teve que comprar também, e investir, mais 50 rastreadores para agregados, entendeu?

O SR. OSCAR ANDRADE – São móveis esses rastreadores?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – São móveis. Você pode tirar e instalar em outro caminhão, não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A idéia que deram, porque os bandidos estão colocando

uns...**(inaudível)** de metal que tira a potência do sensor. O senhor ouviu alguma coisa desse tipo?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Existem. Existem vários tipos de rastreadores hoje. E tem rastreador que emite sinal via satélite. E o equipamento que emite sinal fica no capô do caminhão. Então, dizem que com uma chapa de metal ou alumínio você consegue bloquear a emissão de sinal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é o caso dos que você usa?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Não. O nosso rastreador, não. Nosso rastreador é de uma empresa que se chama Omnidata. Ele é rastreado por GPS. Então, é latitude e longitude o equipamento. Você consegue localizar em qualquer lugar que ele estiver.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ok.

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – E com isso aí não teve mais roubo. Graças a Deus,...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Não, eles tentam ameaçar roubar, tentam entrar no caminhão. Mas olham o equipamento que está no console e acabam não roubando o caminhão. Porque o caminhão também pára, entendeu? A partir do momento que abriu a porta, ele pára. Ou ele não chegou no destino...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem vários segmentos de segurança no caminhão.

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Tem vários segmentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é só o satélite?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Não, tem celular, tem o satélite, tem vários tipos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O Sr. Laércio também nos informou que desconfia e sabe que tem uma rede de postos clandestina, sem existência legal. Tem de fato, mas não é legal. Se souberem de alguma coisa...

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Veja bem, a visão que eu tenho, porque a gente está no dia-a-dia do mercado de combustíveis, eu acho que vocês deveriam analisar postos que estão vendendo gasolina no custo que a distribuidora está vendendo no mercado para o posto, porque isso aí tem muito em São Paulo. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como o quê?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Por exemplo, um posto hoje vendendo uma gasolina a R\$1,43, o preço de compra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em tese, vendiam pelo custo?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Por exemplo, na Petrosul, eu estou vendendo a gasolina, vamos supor, a R\$1,45 para um posto, e o posto está com esse preço na bomba, então deu? Então, alguma coisa está errada. Ou ele está recebendo uma carga roubada, ou ele está misturando, ou ele está... alguma coisa, porque não tem lógica. Ninguém suporta um prejuízo desse diariamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a ANP, sabe se tem feito fiscalização nesse sentido?

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Eu não sei como é que a ANP está agindo, mas o que a gente vê é que a ANP tem tentado coibir, mas o mercado é muito grande, também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O senhor tem alguma coisa que queira ponderar? Então eu agradeço. E qualquer coisa nos informe, por favor.

O SR. ALESSANDRO PERES PEREIRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu queria colocar em votação alguns requerimentos que aqui se encontram, como o do Deputado Carlos Marques Dunga.

O Deputado Carlos Marques Dunga solicita diligência na cidade de Recife, em Pernambuco, sugerindo os nomes a serem convidados a depor: Sérgio Leite, Deputado Estadual, Presidente da CPI de Medicamentos da Assembléia Legislativa de Pernambuco; José Cláudio Soares, Presidente da Sincofarmas, Sindicato de Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco; e João Azevedo Dantas, Presidente do Sindidrogas, Sindicato do Comércio Atacadista de Drogas e Medicamentos do Estado da Paraíba.

Pergunto se algum Deputado quer discutir sobre o assunto, senão colocarei em votação. (Pausa.)

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem o rejeite, está aprovado.

Um outro requerimento é o do Deputado Robson Tuma, solicitando à Secretaria da Fazenda e à Segurança Pública do Estado de Goiás cópia de todos os processos que envolvam a empresa Panarelo, Distribuidora Farmacêutica Panarelo Ltda., e ainda a relação de todas as queixas de roubos de cargas obti-

das nesse Estado, especificando o nome dos queixantes.

Um outro requerimento é da quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Distribuidora Farmacêutica Panarelo Ltda., de Goiás, e ainda solicita à Junta Comercial do Estado de Goiás cópia do contrato e suas alterações da empresa Panarelo.

Eu pergunto se alguém quer discutir ou encaminhar os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, estão em votação. (Pausa.)

Aprovados.

Eu pedirei à Secretaria que tome as providências necessárias para serem atendidos os requerimentos.

Pergunto se algum dos Srs. Deputados quer fazer uso da palavra. (Pausa.)

Volto a agradecer a todos aqueles que com sua presença nos prestigiaram e que estão colaborando com o êxito desta Comissão. Muito obrigado.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente sessão, convocando a próxima para amanhã, às 9 horas, neste mesmo local.

(Levanta-se a reunião às 17h45min.)

Ata da 6ª Reunião realizada em 6-4-2001.

Aos seis dias do mês de abril do ano dois mil e um, às nove horas no Plenário da Câmara Municipal da Cidade de Campinas no Estado de São Paulo, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças do Senhor Senador Moreira Mendes e dos Deputados Carlos Dunga, Oscar Andrade, Mário Negromonte, Pompeo de Mattos e Telma de Souza, membros. Reuniu-se a “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir os depoimentos das seguintes pessoas: Luiz Benedito da Costa, Celso da Costa Silveira, José Bosco Manzini, Wanderley Moretto, Daniel Vieira, Márcio Roberto Leão, Donizete Claudinei Cavina, Roberto Lucas Portilho, George Jardim de Oliveira, Cleverson Martiniano. Os depoentes foram questionados pelos Deputados Oscar Andrade, Pompeo de Mattos, Mário Negromonte,

Carlos Dunga e Telma de Souza e pelos Senadores Romeu Tuma e Moreira Mendes. Foram apresentados seis requerimentos que ficaram sobrestados para serem votados na próxima reunião da Comissão, na presente reunião foi dispensado o depoimento de Marisa Felix de Lima, por entenderem os senhores Parlamentares que a mesma não tinha nada a acrescentar de novo aos depoimentos das pessoas que foram presas com a mesma. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom dia, senhores. Havendo número regimental, declaro aberta a sexta reunião da CPMI do Roubo de Cargas do ano 2001, em continuidade à que realizamos ontem.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir depoimento de várias pessoas, conforme pauta própria.

Solicito à Secretaria que faça adentrar ao recinto o depoente Luiz Benedito da Costa. (Pausa.)

(Falha na gravação)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... peça que assine o compromisso.

Ele tem advogado? O advogado não veio.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – O advogado do não chegou. Não sei se posso ter ou ter o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – O meu advogado não chegou até o momento. Queria saber se posso ter outro advogado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não precisa de advogado, você não terá nenhuma implicação.

Indago ao senhor Relator se deseja iniciar as perguntas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Luiz Benedito da Costa?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso pela Polícia Civil de São Paulo, dia 15 março de 2001, numa chácara no Município de Saltinho, onde os policiais encontraram a carga de 302 pneus que haviam sido roubados naquele dia, além de outros produtos suspeitos de roubo e, ainda, seis veículos. O senhor confirma isso?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Foram encontrados, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso nesse dia?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Fui, à noite.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dia 15 de março. Onde se localiza a chácara?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – A chácara? No Município de Saltinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pertence ao senhor?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, eu sou o locatário. Eu alugo a chácara.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor aluga a chácara há quanto tempo?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Há um ano e meio mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor aluga para que a chácara?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, eu não alugo para quem. Eu...

O SR. OSCAR ANDRADE – Para quê?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Para residência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para residência. O senhor mora lá?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu moro lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor participou do assalto desses pneus, do roubo?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como esses pneus estavam lá, na sua chácara?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Veja bem, no dia 15 eu estava em Campinas. Eu vinha para cá, porque tenho representações e, por volta das 9h mais ou menos – eu estava sem celular –, eu liguei para a minha mulher na loja...

O SR. OSCAR ANDRADE – Nove horas da manhã?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – E ela me informou que tinha um telefone de uma pessoa chamada Miguel, que era para ligar para ele com urgência e me passou o número do celular dele. E eu liguei para ele e ele me informou que havia deixado lá umas mercadorias, pneus e outras mercadorias. Perguntei: “Como que você as colocou lá, se o portão estava fechado?” Ele respondeu: “Eu quebrei os portões, o cadeado.” Inclusive, pode ser feita uma diligência para verificar que foram quebrados os cadeados dos portões. Eu perguntei: “Mas que tipo de mercadoria?” Ele respondeu: “Pneu e outras coisas.” Ele indaguei:

“Mas como você colocou lá?” Mesmo por que lá é uma residência. Não há como colocar. E ele me respondeu: “Eu estava com urgência. Não tinha outro lugar para colocar, eu deixei lá.”

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem é o Miguel?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – É uma pessoa... Veja bem, eu o conheço, porque ele vendia mercadoria, ele vendia... produtos para mim da... produtos chamados **max love**, batons. São uns batonzinhos baratos que se vende em prateleira de balcão. Certo. De vez em quando, também me vendia produtos... vinha-me oferecer produtos do Paraguai.

O SR. OSCAR ANDRADE – E esse Miguel é seu amigo?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, não é meu amigo. Ele visitava a loja, como outros vendedores, muitos vendedores visitam a loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual loja?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu tenho uma loja em Piracicaba.

O SR. OSCAR ANDRADE – Loja de quê?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Perfumaria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ligou para sua mulher. O Miguel tinha ligado para lá...

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – É, eu liguei para ele pelo celular que ele deixou comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Entrou na sua chácara, arrombou sua chácara e guardou a carga roubada.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Perfeitamente, senhor. Foi colocado lá dentro, certo, que ele me falou que precisava colocar com urgência, de qualquer forma, em algum lugar, certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – E qual medida que o senhor tomou? O senhor chamou a polícia, alguma coisa, pela invasão...

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, eu falei para ele que, veja bem...

O SR. OSCAR ANDRADE – Invasão de domicílio, alguma coisa assim, não?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, eu disse o seguinte: veja bem, como eu estava trabalhando aqui em Campinas, à noite eu estaria de volta lá, caso não tivesse, eu ia denunciar, certo? Mas como eu estava trabalhando aqui, eu não tinha tempo para ir lá, certo? Eu tenho, inclusive, comprovantes depois dos locais que fui nesse dia em Campinas. À noite eu peguei... diante disso, à noite eu fui com o advogado... eu falei “Olha, advogado, está acontecendo

isso, isso, vamos lá verificar, que depois, qualquer coisa, a gente tem que voltar”. Porque eu cheguei por volta das nove horas, mais ou menos, da noite, certo? Aí, não cheguei lá. Pelo meio do caminho já fui preso já, fui detido. Antes de chegar lá já fui detido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer, o senhor quer que a gente acredite que uma carga de pneus roubados, foi invadida a sua chácara, colocado lá à força, depois estava sendo trasladada para dois outros carros, uma Kombi e uma Sprinter, sem absolutamente o dono da chácara estar sabendo. Passa o dia inteiro...

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Ele comprometeu que ia tirar de imediato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Ele se comprometeu que ia tirar de imediato.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Miguel?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – E cadê o Miguel?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Depois disso, veja bem... é... eu não tenho... o telefone que eu tenho estava na minha mesa...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi preso?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não sei, porque eu não tive mais contato com ninguém, né? Eu estou detido, eu não tive mais contato com ninguém.

O SR. MOREIRA MENDES – Qual o nome completo do Miguel?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu não sei, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES – O telefone que ele te ligou?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Ele deixou o número do celular para mim ligar para ele, e eu liguei para ele, aqui do Posto Trevo em Campinas.

O SR. MOREIRA MENDES – Então, o senhor nem sequer sabe o nome completo dele...

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, não sei, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES – Apenas te ligou, conhece de vista, e o senhor permite que ele entre na sua casa com mercadoria roubada e o senhor acha que isso está tudo certo? Vem aqui com essa... deslavadamente fazer essa colocação para a gente?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES – Não é melhor o senhor contar a verdade não? Melhor para o senhor? Para facilitar as coisas?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Senhor, é tudo. O que eu posso... as verdades são essas.

O SR. MOREIRA MENDES – Qual é a sua... O senhor disse que trabalha com representação?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu distribuo um produto chamado Afroline, que é produto vendido para cabeleireiros.

O SR. MOREIRA MENDES – Produto de contrabando do Paraguai?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, não, ele é fabricado aqui no Brasil mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem mais foi preso com o senhor?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Foi um rapaz chamado José Bosco, um rapaz chamado Wanderlei Moretto, que na realidade eles foram pescar lá. Chegaram à noite e só foram para pescar. Disseram que lá tem local de pesca, lá na chácara, certo? Eles foram pescar. Tanto é que no porta-malas do carro deles tinha isca, tinha produtos... Não tinha vara de pesca, porque...

O SR. OSCAR ANDRADE – O Celso?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Celso é meu funcionário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi preso também?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Foi também, porque terminou o expediente dele e foi para lá...

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu Luiz, eu vou... O senhor vai me permitir aqui, eu vou ler para o senhor alguns trechos da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito. O senhor sabe que está numa CPI, sabe, não é?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe bem o que é uma CPI?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu sei. Tenho pleno conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – No art. 4º: “constitui crime fazer afirmações falsas, negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete perante a Comissão Parlamentar de Inquérito”. Pena do art. 342 do Código Penal: de um a quatro anos.

O senhor preste atenção no que está falando porque uma história dessas não tem jeito, não tem cabimento nenhum de existir. Eu tenho uma chácara e,

de repente, uma carga roubada invade a minha chácara e é descarregada lá num simples telefonema de uma pessoa que eu só conheço pelo primeiro nome... O senhor está achando que isto aqui é o quê? Aqui tem um Senador presidindo, um outro Senador e alguns Deputados.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Tenho perfeito conhecimento disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E estamos preocupados com esse absurdo de roubo de carga neste País. E o senhor vem contar uma história dessa aqui para nós?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dá licença um pouquinho? Esses senhores são seus advogados? A senhora e o senhor?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – São.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Dr. Milton da Silva Ângelo e a Drª Jaqueline Rocha Pamplin? Então, eu só pediria que qualquer intervenção fizessem através da Mesa e não conversassem diretamente com o depoente, por favor, para mantermos a ordem e a tranquilidade dos nossos trabalhos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na sua chácara havia seis carros roubados?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, não tinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma Sprinter e uma Kombi, que estavam descarregando os pneus, depois um Monza, outro Monza, uma outra Kombi, uma caminhonete Dodge, todos esses carros roubados estavam dentro da sua chácara!

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não senhor. Não eram roubados todos. Certo? Pelo menos, veja bem, tem quatro carros aí que têm perfeita condição de verificação.

O SR. MOREIRA MENDES – Mas alguns eram?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais são? O Monza placa BOM 2103, de quem é?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Pela placa eu não sei dizer para o senhor de quem é. São dois carros...

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Monza CAR 0046?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Um é do Celso, o outro é do Wanderlei Moretto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Roubado.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Roubado. Identificado já como roubado.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Com certeza não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Kombi CDF 1783, de São Paulo.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Essa Kombi é minha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sua?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Kombi roubada.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela está em seu nome?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Está em meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Comprou de quem?

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem você comprou essa Kombi?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Essa Kombi eu comprei já há uns oito anos, seis ou sete anos atrás...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a placa da Kombi? É CZH 2208?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não. CDF.

O SR. OSCAR ANDRADE – CDF?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – É a CZH 2208?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu não tenho conhecimento, que esse carro, no mínimo, deve ter sido deixado pelas pessoas que foram lá deixar ou que foram retirar a mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, no mínimo. No mínimo. É um absurdo...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Deputado, Dr. Oscar Andrade, gostaria de saber do Benedito, na ocasião da prisão, o que é que tinha na Kombi?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Qual Kombi? Veja bem, eu não sei dizer para o senhor o que tinha, porque eu não estava no local.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Havia autopeças que foram roubadas em Campinas, não é isso?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu não sei, porque eu não estava no local, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – A Kombi sua estava com autopeças.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Veja bem, a minha Kombi, com certeza, não tinha nada na CDF, porque ela estava na garagem da minha casa. E, lá, com certeza, não tinha nada.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – De quem era a Kombi?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – A Kombi é minha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Originalmente, de quem era a Kombi? O senhor a comprou zero?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Originalmente, ela era uma peruade transporte escolar.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sim, mas tinha uma Kombi e uma Sprinter. Uma Sprinter com cosméticos, não é isso?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Senhor?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Uma peru Sprinter com cosméticos roubados.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Veja bem, eu tive conhecimento disso através do...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Uma carga de cosméticos, e a Kombi com as peças que vieram de Campinas.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Veja bem, eu tive conhecimento da Sprinter e dessa outra Kombi ao ser detido. A Kombi com placa CDF é minha; os dois Monzas são dos rapazes; esse Dodge também, apesar de não estar no meu nome, era meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor pode provar que a comprou?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Posso, lógico! Perfeitamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor a comprou?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Qual delas?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Dodge.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – O Dodge foi por meio de um ponto comercial que eu vendi em Piracicaba.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor deu cheque para pagá-la?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não. Veja bem, foi um ponto comercial que eu vendi em Piracicaba, no número mil, duzentos e algum coisa. Tenho o contrato de venda. E ela entrou como parte do pagamento, principalmente porque ela está financiada ainda, e eu assumi o financiamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá, na sua chácara também, foram encontrados alguns produtos cosméticos.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que havia cosméticos lá? São da linha de vendacom que o senhor trabalha?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – E equipamentos eletrônicos?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu não trabalho com equipamentos eletrônicos; eu trabalho com cosméticos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas estavam lá na sua chácara.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Meu senhor...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não sabe, também?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Veja bem, eu estou dizendo para o senhor que ele me disse que precisava descarregar em algum lugar.

O SR. OSCAR ANDRADE – E os amortecedores? Um punhado de amortecedores que havia lá?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu trabalho com cosméticos apenas, meu senhor.

O SR. – (Intervenção fora do microfone)

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, ao contrário, ele aluga a chácara.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu acho que ele participa mesmo. Um anjo caiu do Céu e trouxe tudo para você?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Senhor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um anjo caiu do Céu e trouxe tudo isso para você?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, não foi. Foi essa pessoa chamada Miguel.

O SR. MOREIRA MENDES – Mas não sabe o nome completo dele, não sabe o telefone, não sabe o endereço, não sabe nada?! E deixou ele levar todo esse monte de carga roubada para dentro da sua casa?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu não deixei, meu senhor. Veja bem...

O SR. MOREIRA MENDES – Como é que não deixou? O senhor acabou de dizer que deixou. Ou apareceu voando lá?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Foi colocado sem o meu consentimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi ameaçado com arma? Ficaram com uma arma na sua cabeça, para o senhor deixar colocar lá?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, veja bem, quando eu li quei para ele, ele já havia feito isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixou lá, e o senhor não reclamou, não chamou a Polícia, não tomou nenhuma providência?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu estava trabalhando em São Paulo, e ele se comprometeu a tirar de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu só vou lhe dizer uma coisa, dois pontos importantes: se você falar a verdade e colaborar com a CPI, vamos te ajudar. Agora, aqui não tem otário. Então não queira fazer a CPI de otária. Não vou lhe tirar preso daqui, porque você já está preso, mas vamos tentar engrossar a sua situação se você continuar negando. Porque não dá para acreditar, rapaz! Como é que alguém põe um monte de carga roubada no seu sítio e você não sabe e não autorizou?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Meu senhor, veja bem, eu trabalho com cosméticos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não denunciou, não tomou providência, rapaz. Você está pensando que está lidando com trouxas?

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor declarou que é casado.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu sou desquitado.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor tem filhos?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Tenho.

O SR. MOREIRA MENDES – Quantos?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu tenho duas filhas.

O SR. MOREIRA MENDES – Que idade?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Uma com 22 e uma com 16.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor já pensou que exemplo está dando para os seus filhos?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu sei.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor não se envergonha disso?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu me envergonho.

O SR. MOREIRA MENDES – Por que o senhor não colabora? O senhor sabe, como o Deputado leu ali, que está cometendo um outro crime e que, se ficar comprovado que o senhor mentiu aqui, vai responder a mais um processo, vai ficar sujeito a mais uma penalidade.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu tenho plena consciência.

O SR. MOREIRA MENDES – Então, por que o senhor não colabora logo?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Meu senhor, veja bem, estou tentando colaborar na medida do que é possível, tendo em vista que eu estou falando o que ocorreu. Estou dizendo que trabalho com cosméticos há muitos anos. O meu ramo de atividade é cosméticos. Não mexo com mais nada senão cosméticos. Eu trabalho com cosméticos desde 1974. Eu tive atividade comercial em São Paulo...

O SR. MOREIRA MENDES – Eu acho que o senhor trabalha com óleo de peroba, porque não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem alguma empresa em especial com a qual o senhor comercializa, da qual é representante?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Uma firma chamada Afroline, vendo produto deles para cabeleireiros.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – O senhor recebeu só a mercadoria deles ou trabalha com outras mercadorias?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não, trabalho com outros produtos, porque tenho loja comercial, loja de varejo.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – O senhor tem produtos importados de cosméticos na sua loja?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Tenho algumas coisas importadas também.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – De quem o senhor compra essa mercadoria?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Normalmente essas coisas compro ali na Galeria Pajé, na 25 de março.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – É, na Galeria Pajé, no Shopping...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De qual empresa da Galeria Pajé o senhor compra?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Ali existem algumas, de nome assim não sei dizer para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo com nota, direitinho, o senhor comprova a origem de toda mercadoria?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Essas de produtos importados não tenho. Veja bem, a gente compra ali, inclusive dos camelôs ali na porta...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sem nota, sem nada?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Contrabando mesmo.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não sei, a gente com prados camelôs, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – Estou fazendo essa pergunta porque existe o rei do contrabando só de cosméticos na região. Então, é bom passarmos para as autoridades competentes.

Depois você vai ter que lembrar de onde comprou e o endereço, se for necessário pedir uma diligência para você identificar os locais de compra dessa mercadoria.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Perfeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Luiz Benedito Costa, o que o Celso é seu?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Ele é meu funcionário.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Funcionário, o senhor é patrão dele.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Perfeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor sabe o que ele disse na delegacia?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Veja bem, pelo o que sei, ele falou que ia declarar em juízo, que inclusive o advogado nos orientou para falar em juízo. Só isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vou dizer para o senhor.

Qual é o nível da sua instrução?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Tenho o segundo ano universitário.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o curso?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Administração.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Administração de quê?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – De empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De empresa para roubar?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Com certeza, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ontem tivemos um cidadão que roubou carga, que nem o senhor.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Senhor?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ontem, estive aí sentado nesse banco um cidadão que roubou carga também, que nem o senhor. E ele disse que também o caminhão chegou lá na chácara, que ele não sabia de nada, que depois o outro foi contratado para ir lá tirar a carga de um caminhão para o outro, e o ca-

mi não era dele, ele foi lá e tam bém não sa bia do que se tratava. E que a carga chegou lá na chácara. Vou comprar uma chácara aqui em Campinas também, porque nas chácaras daqui chegam carros, cargas, uma coisa fantástica. Eles enxergam a chácara, não se agüentam e entram lá.

Quer dizer, não vamos acreditar na sua história, até porque sabe o que o senhor fez? A mesma coisa que ele. O senhor, no caso então, é vítima. Porque lá na sua chácara chegaram, invadiram, colocaram as coisas dentro, sem ser conhecido. É vítima, é vítima!

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Nesse caso, concordo com o senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor é vítima?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Nesse caso, com certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com certeza, o senhor é vítima. É! Quando alguém é vítima, chega na delegacia e, primeira coisa, abre o bocão: Olha, me fizeram uma sacanagem, isso aquilo, aquilo e aquele outro. O senhor sabe o que o senhor fez na delegacia, quando o senhor chegou?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Meu advogado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A expressão clara, Deputado, é “malandro não estrila”.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estrila, não. Não estou perguntando para o seu advogado e, sim, para o se nhor. O se nhor sabe o que o se nhor fez, não é?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – O quê? Que eu não ia falar?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Sei, lógico. Eu dis se. O ad vo ga do fa lou: fala para ele que você vai falar em juízo. Seguiu a orientação do advogado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É, a orientação do advogado. Por quê? Porque se o senhor falasse, ia entregar o ouro para o bandido. E o senhor não está afim de falar quem sabe hoje? Fala hoje.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Estou fa lan do hoje.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, o se nhor conta como foi o roubo da carga lá.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não tenho como falar para o senhor, tendo em vista que eu já fa lei o que ocorreu. Se o senhor quiser, posso repetir tudo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, o que ocorreu o senhor não falou.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Possorepetir novamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quero que o senhor conte como o senhor armou o roubo das diferentes car gas que esta vam lá: tanto os pne us, quan to os cosméticos, quanto as peças.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não armei, senhor. Estou falando para o senhor que não armei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, arma ram para o senhor?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Foi colocado lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O que o Celso diz? O Celso confessou que era a quar ta vez que es ta va descarregando carga roubada naquela chácara, sendo que outras cargas eram de autopeças, cosméticos e de caixas pequenas, cujo conteúdo não sabia por não ter aberto as mesmas, que Celso informe que Luiz e outras pessoas envolvidas com a carga esta vam para chegar na chácara.

E aí, é verdade ou mentira o que o Celso disse?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Veja bem, pelo o que...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, estou só perguntando: é ver da de ou men ti ra o que o Cel so dis se?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Ele não disse isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O quê?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Ele não disse isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem disse?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – O Celso não disse isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem disse?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não sei, foi colocado aí, meu senhor, não sei dizer para o se nhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, foi coloca do aqui, eles inventaram, caiu do céu.

O SR. OSCAR ANDRADE - Está assinado, é um depoimento.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – O advo gado falou o seguinte, veja bem...

O SR. OSCAR ANDRADE – Há um depoimento aqui, assinado pelo Celso, em que ele diz isso.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, e está assinado isso...

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu funcionário. Há quanto tempo ele é seu funcionário?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Há um ano.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele testemunha que por quatro vezes descarregou carga lá.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Veja bem, foi colocado...

O SR. OSCAR ANDRADE – Sua esposa, cadê ela?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – A minha esposa é... trabalha também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela foi presa também, ou não?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi ela quem lhe ligou, dizendo que o Miguel chegou lá, arrebitou o cadeado...

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, não, ela só me passou o recado, dizendo que tinha um telefone para ligar. Só isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua esposa foi ouvidatambém, ou não?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Foi ouvida.

O SR. OSCAR ANDRADE – Procure aí o que a esposa dele fala.

O SR. MOREIRA MENDES – Luiz, deixe eu lhe fazer uma pergunta. Você não acredita então nesse depoimento?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o nome da sua esposa?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Sandra.

O SR. MOREIRA MENDES – Você não acredita no depoimento?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não.

O SR. MOREIRA MENDES – Qual foi a instrução que o advogado deu?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – O advogado? Só me disse para falar em juízo, só isso.

O SR. MOREIRA MENDES – Deu essa instrução ao Celso também?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Exato, a nós dois.

O SR. MOREIRA MENDES – O advogado dele é o mesmo que o seu?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – É o mesmo advogado.

O SR. MOREIRA MENDES – Quer dizer que você paga o mesmo advogado para os dois?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Veja bem, ele é meu funcionário, senhor...

O SR. MOREIRA MENDES – Aí você ficou com pena dele e pagou o advogado?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, não.

O SR. MOREIRA MENDES – E o advogado o instruiu para não dizer nada?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, veja bem...

O SR. MOREIRA MENDES – Só que o senhor não sabe que ele disse. Está aí assinado o depoimento dele.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Esse papel, veja bem, eu também assinei na hora. Era tanto papel e tanto tumulto que não...

O SR. MOREIRA MENDES – Que o senhor assinou sem saber também.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não foi nada...

O SR. MOREIRA MENDES – Mais uma vez ino-centemente o senhor não sabia o que estava havendo?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não foi dada oportunidade para a gente ler o que estava escrito.

O SR. MOREIRA MENDES – A polícia está errada também, o senhor está certo.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não sei, meu senhor, não estou dizendo que a polícia esteja errada. Estou dizendo que não me foi dada oportunidade de ler.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando o senhor conhece o José Bosco Manzini?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu conheço ele há uns oito anos mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que ele é seu?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Amigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que ele faz na vida?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Ele é autônomo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Autônomo?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – É. Ele compra e vende mercadoria, certo? Pelo que me consta...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mercadoriaroubada?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não. Pelo que me consta, ele compra mercadorias nos supermercados, em liquidações, em ofertas e depois vende

em pequenos supermerca... em pequenos comerciantes: farmacinhas, pequenos comerciantes.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Wanderlei Moretto?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Conheço o Wanderlei Moretto mais ou menos nessa faixa também, um pouco mais, um pouco menos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesse mesmo tempo?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Mesmo tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE – A quadrilha é antiga então, não é?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, senhor. Veja bem, ele, o Wanderlei, eu conheço ele, ele trabalhava em atacados, firmas de atacado do qual eu comprava, firmas de atacados, atacadistas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem mais são os integrantes dessa amizade, desse grupo seu, além do senhor, do Celso, do José Bosco e do Wanderlei?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Meu senhor, veja bem, eu não me considero um quadrilheiro, me considero um comerciante, certo? Nós não somos quadrilheiros, nós somos... Quem mais, como o senhor diz assim, que eu conheço?

O SR. OSCAR ANDRADE – Que ajuda, que participa junto com vocês dessas...

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, os dois aí...

O SR. OSCAR ANDRADE – Só vocês quatro mesmo?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Esses dois rapazes, o Wanderlei e o José Bosco, eles não mo ram aqui, eles mo ram em...

O SR. OSCAR ANDRADE – O que eles estavam fazendo na sua chácara?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eles vieram... Veja bem, como eu tenho um local de pesca lá, tenho um lago de pesca, eles vieram...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu tenho um lago lá que pode se pescar, e eles vieram à noite para pescar lá, como já vi e ram duas ou três vezes anteriores.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também entraram sem autorização?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, eles pediram... Veja bem, eles são amigos, passaram e falaram com a minha mulher que iam lá pescar. Ela falou: tudo bem, não tem problema.

O SR. OSCAR ANDRADE – E eles estavam lá no lago quando foram presos?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eles estavam... Ao chegarem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foram chegando...

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Chegaram e já foram detidos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí a polícia chegou também?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, já estavam lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles entraram de gaiatos também? Foi isso que aconteceu?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Miguel?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – O Miguel, veja bem, eu volto a insistir com o senhor. Eu liguei para ele naquele dia, no celular que foi me passado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem o celular dele?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Na minha agenda tem o telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aonde está a sua agenda?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não sei. Nessa ida para lá e para cá a minha agenda desapareceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está na sua casa a agenda?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, não está porque inclusive... Creio que não esteja porque também não estive mais lá depois disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não foi a sua mulher que passou o telefone para você?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Passou o celular que ele deixou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem sabe ela tem anotado?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu creio que não, porque, veja bem, como eu trabalho com comércio, tenho lá... o número de telefone que atende é muito grande...

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde o Miguel mora?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Pelo que me consta, ele mora em Franca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não tem o endereço?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não tenho, porque, veja bem, ele é vendedor, não conheço, passam vendedores todo dia, toda hora, não tenho o endereço de todos eles. É impossível saber o endereço deles.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já respondeu a algum inquérito policial?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu respondi um por atropelamento, fui absolvido. Certo? Um em São Paulo, de coisas também, na época foi do 180, recepção, mas também fui totalmente absolvido, porque não tinha....

O SR. OSCAR ANDRADE – O art. 180 refere-se à recepção de carga?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – É. Não tinha nada a ver comigo, então foi arquivado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi coincidência também.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Foi arquivado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como foi essa época?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Na época eu estava montando uma empresa de importação de fraldas da Argentina, em sociedade com outra pessoa, eu tinha um outro local. Aluguei um local para fazer um estacionamento, e na época o dólar aumentou de repente, a oscilação inviabilizou o serviço. Como o dólar tem esse negócio de subir e baixar falei: vou manter esse espaço aqui, para que se voltar a baixar me interesse em fazer o trabalho novamente, porque afinal de contas tinha feito um estudo de mercado.

Na época de ixei lá, tinha uma pessoa que cuidava de lá para mim, e como era ao lado de muitas indústrias, coloquei como estacionamento de caminhões, de carros, essas coisas todas. E um dia, nessa loja que tive durante 25 anos, a mesma loja, no mesmo local, pagando aluguel names maimobiliária – por sinal, depois que saí, continuei com escritório no mesmo lugar por mais dois anos, e tenho os recibos todos de locação –, o vizinho me informou, veja bem, que havia polícia lá no local e tal, tal, tal. Certo? Chamei o advogado e fui até o local, e cheguei lá e foi encontrado um veículo carregado...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos veículos?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Se não me engano era um caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Caminhão? Carregado?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Exatamente. Mas junto com outros caminhões que tinha no local, outros caminhões, outros carros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carregado de quê? De pneus?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, não, não era, na época era de coisas, de aparelhos de gilete, essas coisas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Miudezas.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Miudezas.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – E aí, veja bem, foi comprovado, foi feita toda a coisa, e o processo foi arquivado, porque realmente não tinha nada a ver comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi absolvido.

O que mais o senhor tem?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, só esses dois, só. Os dois, por sinal, foram arquivados, porque o atropelamento a pessoa estava embriagada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde está a sua esposa agora?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Ela está trabalhando na loja que eu trabalhei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na sua loja?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela mora na chácara ainda?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Ela mora na chácara. Veja bem, a chácara, nós só vamos à noite, saímos de manhã e voltamos à noite.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, mas ela mora lá na chácara ainda?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Mora, lógico!

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela ainda mora lá com seus dois filhos?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Mora. Mora lá, lógico!

O SR. POMPEO DE MATTOS – A sua esposa foi presa junto, na que le dia em que o senhor foi preso na chácara?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, não, não foi presa, ela não estava no local no dia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ela não estava?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não estava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ela veio dar depoimento quando na polícia?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Ela deu depoimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando? No mesmo dia?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Logo em seguida. Acho que um dia ou dois, assim que foi intimada, no dia marcado ela compareceu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ela compareceu?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Compareceu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Também ela resolveu não declarar nada?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Veja bem, ela na realidade só trabalha na loja como balconista.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E guarda as coisas que o senhor rouba.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Como é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – E guarda os cosméticos que o senhor rouba.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não senhor. Não tem nada a ver.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não? O Celso informou à Polícia que, na verdade, roubaram a carga errada, não era para roubar pneus, era para roubar uma carga de cosméticos, mas daí já que está que vá, aproveitaram para levar o pneu. Não tem tu vai tu mesmo.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Isso não foi dito, com certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era para ser cosméticos mesmo, então?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Nem cosméticos também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era para roubar o que então?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não foi encomendado nada, meu senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Hã?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não trabalho com.... Sou um comerciante que compro, trabalho há 30 anos comprando e vendendo mercadorias na loja. Certo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O sítio é o depósito.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É o almoxarifado?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Foi ocorrido esse fato aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor lembra de todo o material que foi preso lá?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, não lembro. Não tenho conhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas caixas de amortecedores?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não tenho conhecimento do que foi retido lá, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não sabe o que tinha na sua chácara?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu sei

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então o que tinha?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Tinha cosméticos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que mais? Pneus?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não. Pneu, foi-me informado pelo telefone, pelo Miguel, o que havia no local.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que tinha pneu?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – O Miguel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos pneus?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Ele não me falou a quantidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele falou por telefone. E quantas autopeças havia?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Ele não me disse o que era. Falou que havia outras mercadorias que estavam em outro local. Ele falou: “Olha, tive que tirar com urgência, mas estou tirando de volta hoje, com certeza”.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas porque foi lá a mercadoria?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Esse Miguel, há um mês, um mês e pouco atrás, eu estava na loja...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Desculpe-me dizer, mas eles inventam um nome, Deputado. É um

alto moreno, não sei o que, agora é o Miguel. O outro inventou um moreno que não aparece, não surge nunca. Agora este inventou o Miguel, que não aparecerá nunca, pois é ele. Ele quer nos enganar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem estava com a Sprinter no seu sítio?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Meu senhor, não tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é a origem dessa Sprinter? Como você não tem conhecimento? Estamos falando do seu sítio. Isso é um desrespeito. Tudo aconteceu no seu sítio.

O SR. MOREIRA MENDES – Ocorreu na sua casa, rapaz. Não é possível que você não saiba das coisas. Como você não sabe?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Isso ocorreu no período...

O SR. MOREIRA MENDES – O tal do Miguel disse que tinha lá um caminhão. Como chegou a Sprinter?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Isso ocorreu no período em que eu estava em Campina trabalhando com representações. Quando cheguei em casa, se eu soubesse que havia uma mercadoria desse tipo, chamaria um advogado. Eu acreditava que ele tivesse tirado tudo de lá, pois ele se comprometeu que estava tirando tudo rapidinho, disse que estava tirando. Eu disse que se eu chegasse à noite e não tivesse retirado eu tomaria as providências.

O SR. MOREIRA MENDES – A quadrilha é organizada mesmo.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não vejo assim, meu senhor.

O SR. MOREIRA MENDES – Pena que nessa o senhor caiu.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não digo que caí, digo que fui envolvido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Veja bem, S. Benedito, o que o Celso informou à Polícia: ele disse que foi contatado no dia 14 de março de 2001 por seu patrão, nascido de São Paulo, onde trabalha para o mesmo numa loja de cosméticos. É em São Paulo sua loja de cosméticos?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, é em Piracicaba.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele disse São Paulo, mas não disse se é a cidade ou o Estado. Dizendo que era para vir até o local da apreensão, pois pessoa conhecida por Miguel, que também trabalha para Luiz...

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – O senhor pode repetir, por favor?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era para ele vir à sua chácara, pois a pessoa conhecida por Miguel, que trabalha para Luiz... Também trabalha para o senhor?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele trabalha para quem?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu não sei para quem ele trabalha. Ele vendia para mim uns batons pequenos chamados Max Love, aqueles batonzinhos pequeninos que a gente põe...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixe-me concluir. O Miguel traria uma carga de cosméticos na manhã do dia 15 de março, a fim de que ajudasse – esse era o objetivo – a guardar a carga, carga esta que sabia ser produto de roubo. Que Celso informou que também veio à chácara, na cidade de Salinho, onde chegou às 8h30min, do dia 15/3 e, logo em seguida, chegaram ao local o Miguel e o Negão. O senhor conhece o Negão também?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, só conheço o Miguel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Negão?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – O Negão não conheço. Só conheço o Miguel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde poderíamos achar o Miguel. Se saíssemos daqui, onde acharíamos o Miguel?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Como?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se saíssemos daqui com a Polícia Federal, onde acharíamos o Miguel.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Na minha agenda...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde está sua agenda?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde o senhor deixou sua agenda quando foi preso?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Minha agenda estava na minha bolsa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde está sua bolsa?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – No dia em que fui detido, sumiu minha bolsa. Só fiquei com o RG.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sumiu sua bolsa?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sumiu onde?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – No dia que estava comigo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sumiu aonde?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Estava no meu carro!

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – No momento em que fui detido, sumiu minha agenda.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sumiu sua agenda ou a bolsa?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – A bolsa completa. Só tenho hoje aqui o RG.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que havia na bolsa?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Havia a agenda e documentos de compra e venda de coisas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas não estavam na sua bolsa seus documentos também? Seus documentos não estavam na agenda?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Meus documentos?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na bolsa?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Meus documentos estavam na bolsa. Tenho meu RG aqui comigo. É a única coisa que tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É engraçado. Aí, chegou o Negrão com o caminhão carregado de pneus, tendo descarregado os pneus e guardado na casa da chácara...

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – A casa não comporta isso. A casa é tão pequena... Não comporta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, os pneus não estavam lá?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Estavam no quintal, lá fora. Foi jogado no quintal. A casa não comporta isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele não está dizendo que ele guardou dentro da casa da chácara, está dizendo que foi guardado na casa, em volta da casa.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Miguel disse que era para ter levado para a chácara uma carga de cosméticos, mas pegaram um caminhão errado que continha carga de pneus. Mas bota ladrão sem-vergonha nisso.

É mentira isso?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – O que eu posso dizer para o senhor? Estou dizendo que eu não estava no local no momento. Eu não presenciei isso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, quer dizer que ele compra, por encomenda, quando a carga roubada é de cosméticos.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Senhor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você só compra carga roubada de cosméticos?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu não compro carga roubada de cosméticos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se eles entregaram errado uma carga de pneus no lugar de cosméticos, é porque você encomendou cosméticos.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, senhor. Eu não trabalho com isso. Eu sou um comerciante que trabalho há trinta anos estabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você compra contrabando. Quem compra contrabando compra roubado. É a mesma forma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixe-me continuar.

Que Celso disse que Luiz orientou dizendo que era para guardar os pneus e que o Miguel era proprietário de um veículo Gol cor vinho. O Miguel tem esse carro?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu sempre vi ele... Na loja, eu vi ele com um carro Gol branco antigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – A polícia procurou o Miguel?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não tenho conhecimento, meu senhor, porque estou detido. Como é que eu posso saber?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fato que chamou a atenção do deputado por ter sido usado um veículo com as mesmas características para a prática do roubo. Celso informou que, quando foi detido, estava carregando a perua Kombi e o furgão para levar a carga para outro local. Que Celso confessou também que era a quarta vez... Já li isso aqui.

Ainda continuando: que Celso informou que Luiz e outras pessoas envolvidas com a carga estavam para chegar na chácara, tendo o depoente permanecido na companhia dos policiais fulano de tal e fulano de tal, fazendo campana, para tentar deter os mesmos; que por volta das dezenove horas chegou ao local um veículo GM Monza, de placas BOM-2103.

De quem é esse veículo?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Esse carro é do Wanderlei Moretto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ocupado pelo enteado João Bosco e Wanderlei Moretto, os quais também foram detidos e alegaram que tinham ido ao local da chácara para pescar.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Perfeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que dia da semana era?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Era uma quinta-feira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pescar quinta-feira. Dia bom de pescar, quinta-feira.

Mas não traziam qualquer material de pesca e rou pas que con fir mas sem a ale ga ção. Eles iam pescar sem caniço, sem anzol, sem nada. Tinha na chácara, não é?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Deixa eu di zer para se nhor. Não foi co lo ca do aí, mas, den tro do carro, tinha iscas e cevas para pesca. As varas, não; das varas, não pre cisa, por que, na chácara tinha vara de pescar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele pesca com o dedo?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, as varas estavam na chácara.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vara, anzol...

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Vara e anzol.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No por ta-ma las do Monza, foram encontradas várias caixas com cosméticos; que prosseguiram na campana até que, por volta das vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos; tam bém che gou à chácara o in di ví duo Luiz Be ne dito da Costa.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No veículo Dodge RAM.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É seu?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De placa CV-3355, de Piracicaba.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Perfeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí, confessou, no lo cal, que ti nha pe di do para Mi gue le e Ne grão pro vi den ciarem uma carga de cosméticos, porém acaba ram trazendo uma carga de pne us que foi de i xa da em sua chácara. Luiz informou também que Celso e Mi guel trabalhavam para ele e que tinha receptado ou-

tras cargas com aquelas pessoas. Que Luiz confes sou que o veículo BM Sprinter era produto do roubo e tinha comprado o mesmo na cidade de Campinas e que a perua Kombi, placa CZH, também era produto de roubo; e que foram pesqui sados aqueles veículos, sendo confirmada a origem ilícita dos mesmos.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Desculpe interromper, perdi um pouco da atenção.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, o senhor estava olhando para o seu advogado.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Perdi um pouco da atenção.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor esta va pedindo socorro?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, não. Eu posso responder normalmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu estou dizen do bobagem?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não, não. Se o senhor pudesse repetir, eu respondo normal mente. É que eu me distraí um mi nu ti nho a aten ção.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu vou repetir, porque o se nhor pen sa que eu sou bobo. Se o se nhor me comprar por bobo, devolve de madrugada.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Veja bem, eu vou dizer até onde entendi, certo? Foi dito o se guinte: que o Bos co... que o Bos co che gou lá por vol ta de tal hora. Chegaram realmente. Foram detidos e já estavam no local, a polícia já estava no local. Então, eles ao chegarem já foram detidos, certo? Dentro do carro deles realmente ti nha isca e ceva para peixe.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Cosmético?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Cosmético tinha porque...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tinha cosmético ou não tinha?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Tinha...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que quantidade de cosmético?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Quantidade pequenas. Meia dúzia de cada ou coisa assim, porque veja bem – ou uma dúzia de cada – porque eles são autônomos. Eles compram... Tem essas ofertas relâmpago de supermercado, esses jornalzi nhos. Eles vão lá e compram e depois saem reven dendo para pequenas farmácias. Pelo menos é que me consta que eles fazem, certo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estavam distri buindo cosmético roubado?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não rou bado, comprado, veja bem...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Comprado onde?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Em supermercados, em ofertas...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E não tinham nota, não tinham nada.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não sei informar isso para o senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tinham. Então, eu vou continuar, não vou voltar atrás. Vou continuar e espero que o senhor preste atenção, porque não vou repetir. Tudo o que está aqui o senhor sabe. Só estou refrescando a sua memória. O senhor é inteligente, é formado em segundo grau, tem um tanto da faculdade e mais as malandragens. Então, o senhor sabe bem.

Enfim, “foram pesquisados veículos, foram confirmados roubos e apreendidas agendas, celulares e fotografias encontradas com os indiciados. Que no local dos fatos também se encontrava a Sr^a Maria Aparecida da Costa”.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – É minha mãe.

O SR. POMPEO DE MATTOS – “Genitora do indiciado Luiz, a qual alegou ter visto o caminhão ser descarregado na chácara e por suspeitar que os pneus tivessem origem ilícita, chegou a reclamar com o indiciado Celso, que é seu sobrinho, dizendo que não queria ver seu filho preso; que deseja consignar que, além dos pneus roubados, havia também no local cosméticos, aparelhos eletrodomésticos e outros; que foi dada voz de prisão...” enfim, “e foi conduzido para a delegacia”.

Só para o senhor ver que aí está a razão e o porquê de o senhor ter chegado na delegacia e, “em boca fechada não entra mosca”. Mas lá o senhor abriu... o senhor, o Celso abriram o bico e contaram bem certinho para a polícia.

Só não consegui entender por que o Miguel não foi preso. Dr. Tuma, não entendi, no depoimento, porque o Miguel não foi preso. Explique para nós porque ele não foi preso. Ele estava lá, na hora?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Veja bem, meu senhor, eu volto a insistir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O delegado está aí, e nós podemos consultá-lo. (Pausa.)

O senhor poderia vir para cá, por favor?

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Miguel não estavala na hora quanto você chegou?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Eu estava... Eu não estava... Eu não estava em Piracicaba.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Estava em Campinas naquele dia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor foi na chácara, não foi?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – À noite, eu fui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – À noite foi lá. E quando o senhor chegou, o Miguel não estava mais lá.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não. Não estava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Miguel já tinha saído?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Porque o senhor sabe que ele já estava na chácara antes.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Doutor, nos ajude.

O SR. EDÉLCIO VIEIRA – O Miguel não foi preso, porque não conseguimos identificar o Miguel; ele não estava no local.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor acha que existe esse Miguel? Acho que existe, não é?

O SR. EDÉLCIO VIEIRA – Eu acho que não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor acha que não. Eu penso igual.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peça para ele descrever fisicamente o Miguel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele vai inventar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixe ele inventar, vamos ver.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Invente, quer dizer, descreva o Miguel para nós.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – É uma pessoa clara, certo, estatura aparentemente forte, é uma pessoa de estatura física forte, certo; claro... O que mais...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem cabelo, não tem, é careca?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não. Tem cabelo, cabelo baixo. O que mais o senhor quer saber dele? De estatura é basicamente isso, certo. Apesar de forte, é um pouco gordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Gordo.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – É. Barri-ga, certo?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – É o que posso informar para o senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nós não vamos achar nunca esse teu Miguel.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Meu senhor...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não vamos achar nunca. Eu acho que é só deixar claro isso, Dr. Romeu Tuma. Ele abriu o jogo, contou tudo o que sabia, e aí chegou na delegacia e, “em boca fechada não entra mosca”.

Agora, veja bem, Benedito, tudo o que você disse aqui, negando e negando, e todas as informações que nós temos... Quer dizer, você vende cosméticos, tem um depósito de cosmético na sua chácara; foi roubar cosméticos; roubaram os pneus, mas ficaram com os pneus roubados; pegaram as autopeças, inclusive dez caixas de amortecedores Cofap... Tudo isso lá na sua chácara, e o senhor diz que não sabe de nada. É como aquele histérico do cara que tem couro de jacaré, a cabeça do jacaré, o dente do jacaré, o bafo do jacaré, o que é que é? O que o senhor acha que é?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Com certeza...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com certeza?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não sei, pelo que se envolve, poderia ser jacaré.

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Só pode ser jacaré. Pois é, nós acabamos de encontrar o jacaré. Só que vamos para frente. Tem mais gente para ouvir. Vamos ouvir mais gente, porque precisamos abrir o jogo aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os Srs. Deputados e o Sr. Senador têm mais alguma pergunta a fazer? Deputado Carlos Dunga com a palavra.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, gostaria de perguntar ao Benedito. Ele cita que soube por telefone que a sua chácara estaria sendo usada. Ele só chega à chácara à noite. Quem autorizou os seus próprios veículos a pegarem essa mercadoria?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Veja bem. Eu não entendi a pergunta. Por favor, o senhor poderia repetir?

O SR. CARLOS DUNGA – O senhor cita que foi notificado por telefone que a chácara estaria sendo usada para esse depósito, mas seus veículos – uma caminhonete, a kombi – que o senhor disse serem seus, estavam sendo preenchidos por mercadorias. Quem autorizou?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Não. Não está. Veja bem ...

O SR. CARLOS DUNGA – A Polícia, quando chegou...

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – Com certeza, não estava. A caminhonete estava comigo. Portanto, não poderia estar.

O SR. CARLOS DUNGA – E a kombi?

O SR. LUIZ BENEDITO DA COSTA – A kombi estava fechada, dentro da minha garagem, da porta da cozinha. Com certeza, também não estava. Com certeza absoluta.

O SR. CARLOS DUNGA – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se na dor, há mais alguma pergunta?

Então, pe di ria à es col ta para levá-lo, mas ele vai ser mantido aqui. Se houver necessidade de acareação, nós faremos a chamada novamente. Agradeço.

Doutor, ele está temporariamente dispensado.

Se a senhora quiser retirar-se... Vou esperar os advogados saírem para chamar o novo depoente.

O SR. ADVOGADO – (Intervenção fora do microfone) Somos advogados do Celso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Também? Mas se os interesses são conflitantes, como é que fica isso aí? É a mesmacoisa. O camarada passa a ser advogado da quadrilha. É claro que há os interesses conflitantes, até eticamente.

Chamo o Sr. Celso da Costa Silveira. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seu nome? Diga por inteiro, por favor.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Celso da Costa Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Identidade? Você se lembra?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – 202586868.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – 29.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – 153.056.758-04.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado Civil?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Endereço?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Rua Alexandre Fernandes, 15B.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Na carteira, estou como motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente em algum grau de pessoa envolvida no processo a que responde? Tem algum parente?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Sou primo do Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hein?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Primo do Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É seu parente?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – É primo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque você pôs aqui que não, que não tem nenhum parente.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Para mim, era coisa antes acontecida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fale no microfone.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Para mim, era algum caso ocorrido tempo atrás.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em caso de roubo de carga?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem parente em outro caso?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Para mim, ele tinha perguntado se eu tinha algum problema com polícia, algum parente ... E eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas nesse caso tem?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Tem esse meu primo que está sendo indiciado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que também está com você? É primo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É primo dele. Como é que ele se chama?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Luiz Benedito da Costa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é primo do Luiz Benedito?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Sou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Trabalha com ele?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Trabalho para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui há um compromisso, de acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, de que você se compromete somente a dizer a verdade. Você se compromete?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Com-prometo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, por favor, assine o termo aqui.

Os senhores são advogados dele também? O senhor também é dele e do outro? Mas os interesses são conflitantes. O senhor não acha que eticamente fica ruim será ruim ser advogado de dois indiciados?

O SR. ADVOGADO – (Intervenção fora do microfone) Está parecendo que a acusação é a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vai conflitar. Vamos ver o depoimento. Ficarão a critério do senhor.

O SR. ADVOGADO – (Inaudível. Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como testemunha.

Estou só alertando com relação à possibilidade de os interesses serem conflitantes.

O senhor prefere uma reunião fechada para esclarecer alguns pontos que não gostaria de falar em público?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não tenho nada a esconder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer fazer abertamente?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não tenho nada a esconder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Tenho o dever de alertá-lo, se o senhor quer colaborar com esta CPI, para esclarecer realmente todos os pontos para a apuração da verdade, principalmente no que refere aos que recebem cargas roubadas, a indicação deles é no sentido de que vão colaborar para a diminuição desse tipo de crime, terá proteção das testemunhas, do Programa de Proteção à Testemunha do Ministério da Justiça, para o senhor e sua família. Se o senhor se decidir por isso, estamos prontos para tomar todas as providências necessárias. O senhor rejeita?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não. Irei falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vai falar abertamente? Rejeita qual quer tipo de apoio da CPI? Não quer uma conversa privativa para nos dar dados

importantes, no interesse da apuração, que não queira revelar em público e a proteção à testemunha?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Só quero falar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Então está bom. Passo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Celso? Sabes em que estás envolvido e nós também. Temos consciência de tudo o que tu sabes. É bom que o senhor também ficar sabendo que sabemos as coisas que tu sabes. Temos que fazer um jogo aberto. Para isso, podemos ir para outra sala ou fazer com que todos saiam da sala. Faremos uma reunião secreta. A CPI pode, inclusive, ajudar-te a sair dessa situação. Tenho convicção de que tu entraste nessa situação de graça. O senhor é uma pessoa humilde, um trabalhador, um jovem. Estás começando. Daqui a pouco, tu vais ficar atolado na Justiça, anos na cadeia por causa disso. Tu podes, colaborar, ajudar a esclarecer, o que não precisa ser feito em público, com a televisão. Podemos fazer uma reunião secreta, o que tu falares será secreto e vai servir para tocarmos adiante. Estamos sabendo tudo, a polícia, a CPI, o juiz. Precisamos das coisas claras, o que vai depender de ti. Podemos ajudar-te. Tu podes entrar no Programa de Proteção à Testemunha e sair dessa situação. Depende de ti.

O SR. OSCAR ANDRADE – Celso, o senhor foi preso no dia 15 de março?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Penso que fui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá na Chácara em Saltinho, do Luiz, seu primo?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor estava fazendo lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Tinha acabado de chegar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha acabado de chegar?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Tinha acabado de chegar do centro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Miguel?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Miguel existe?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Conheço um Miguel onde vou pagar o aluguel da loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – É quem?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Onde vou pagar o aluguel da loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é dono da loja?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não. Conheço um Miguel onde vou pagar o aluguel da loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde o senhor vai pagar o aluguel da loja? Na imobiliária?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual loja?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Da loja onde trabalho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual loja?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Pergos Perfumaria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Pergos Perfumaria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é Afroline? A loja do Luiz?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – É Pergos Perfumaria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É do Luiz a loja?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Miguel é dono do imóvel?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não. É dono da imobiliária.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da imobiliária que administra o imóvel?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – É o único Miguel que conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse Miguel não é o outro Miguel?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Só conheço esse. Não conheço outro.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Miguel dos pneus?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é esse?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde estavam os pneus na chácara?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Fiquei sabendo que estavam debaixo, no depósito que me mostraram.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem mostrou?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – A polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE – A polícia.

O senhor é empregado de quem?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Do Luiz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na loja ou na chácara?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Na loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que o senhor estava fazendo na chácara?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Fui lá, porque ia tomar banho e ia voltar para a cidade, porque tinha um compromisso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tomar banho?

O senhor mora na chácara?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – De segunda a sexta só.

O SR. OSCAR ANDRADE – E, sábado e domingo, o senhor mora onde?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Em São Paulo, com a família.

O SR. OSCAR ANDRADE – São Paulo, capital?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Capital.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor fica de segunda a sexta lá, e sábado e domingo o senhor vai a São Paulo.

Conte-me como aconteceu sua prisão e dos outros envolvidos junto com você.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Saí da loja, ia fazer umas cobranças de cheque. No fim, resolvi mudar de ideia e ir à chácara, porque tinha um compromisso marcado com uma pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual pessoa?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – A hora em que cheguei à chácara, começou a acontecer tudo isso aí que estou até agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tinha um compromisso marcado com qual pessoa?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – É um caso meu isso daí. Como disse ao senhor, sou casado, não é? É um caso meu. Não queria falar o nome dela.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. Já entendi.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Porque já tinha encontrado com ela na terça.

O SR. OSCAR ANDRADE – A que hora estava marcado com ela?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Estava marcado às oito horas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Oito da noite?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E os cheques que você foi cobrar?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – O cheque? Eu ia cobrar da Elza e da... como é o nome dela? ...da Rosângela, porque faz um bom tempo que estou tentando receber e não consigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que faz o quê?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Faz um bom tempo que estou tentando receber e não consigo. Todas as vezes, ela foi viajar...

O SR. OSCAR ANDRADE – Elas devem para o senhor?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – É que os cheques sem fundo da loja, os mais antigos, meu primo passou para mim, a troco de eu ganhar 30% no valor dos cheques.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se recebesse os cheques?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ao invés de receber os cheques, o senhor resolveu ir dar uma morada?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não, fui à chácara. Olhei no meu relógio e já estava dentro do meu horário. Já eram dezoito horas. Estava dentro do meu horário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí foi tomar um banho?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Fui para a chácara.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chegou lá... Como se chama a esposa do Celso, desculpe-me, do Luiz?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Sandra.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dona Sandra estava lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – A chácara estava como? Sozinha?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Estava sozinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sem ninguém lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Sem ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava só você, então?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu, que cheguei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo depois do senhor chegou a polícia?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – A polícia já estava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, já estava lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Já.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor chegou, viu a polícia e entrou?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor chegou, viu a polícia lá e entrou?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não, não vi, porque a rampa é mais alta que o depósito lá embaixo, onde a gente acampava.

O SR. OSCAR ANDRADE – A polícia estava de campana, esperando chegar gente. Aí o senhor chegou?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Cheguei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Continue contando, por favor, como foi.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Cheguei, parei o carro na garagem, como de sempre, fui ao quarto, tirei a minha roupa – estava até com um short azul na hora em que fui preso – e fui ao depósito catar aquele Mach 3 para fazer a minha barba. Foi aí que me pegaram.

O SR. OSCAR ANDRADE – No depósito?

Lá no depósito havia muito Mach 3?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Tinha na prateleira.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que isso estava fazendo lá? Isso era mercadoria roubada também?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não. Isso era mercadoria da loja, pelo menos, que conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da loja. Lá se fazia o estoque?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Lá era o estoque de sobras da loja e as sobras da loja que ele vendeu.

O SR. OSCAR ANDRADE – O local do estoque é grande?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Tem uns quatro cômodos. É uma casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é. Mas o local onde se guardavam as mercadorias é grande, bem grande?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – É uma casa, quatro cômodos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Anexa à casa da chácara?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não. Lá embaixo, na chácara, para baixo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é. É fora da residência?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Fora.

O SR. OSCAR ANDRADE – É outro imóvel?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – É outra casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – E os pneus estavam lá também?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Estavam lá embaixo.

O SR. OSCAR ANDRADE – É pneu de quê?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – De carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – De automóvel ou de caminhão?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Acho que tinha de caminhão também, na entrada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Havia dos dois. Quantos pneus havia?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mais de cem, menos de cem?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Acho que tinha mais de cem, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É um caminhão carregado de pneu que foi descarregado ali. Um caminhão cheio de pneu que foi descarregado?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não sei. Cheguei, e os pneus estavam lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor ficou sabendo depois que os pneus foram levados lá por um caminhão?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Fiquei sabendo depois.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse caminhão era uma carreta, era um truck?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não vi o caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o senhor ficou sabendo se era um caminhão? Não estou dizendo que o senhor viu.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – O policial me falou que era um caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que era um caminhão.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Que foi roubado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, isso. E era uma carreta ou era um **truck**?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eles não falaram o tipo do caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não falou. O senhor não sabe, então?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não sei o tipo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o seu carro?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – É um Monza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um Monza.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – É um Monza. E o 46 que tem aí.

O SR. OSCAR ANDRADE Monza CAR0046. De que cor?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Azul.

O SR. OSCAR ANDRADE De quem que é o outro Monza?

O SR. O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Do Moretto. Eu conheço ele como Moretto.

O SR. O SR. OSCAR ANDRADE – Wanderley Moretto. E a Dodge?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – O Luiz...eu acho que pegou na diferença da loja que ele vendeu para o Ismael.

O SR. OSCAR ANDRADE - E a kombi?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Do Luiz.

O SR. OSCAR ANDRADE - E a outra kombi? Tem duas kombis. Tem a kombi CZH 2208 e a kombi CDF1783?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Essa daí que eu dirigi e até bati ela.

O SR. OSCAR ANDRADE - Que você bateu? E a outra? E a Sprinter?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhece, mas você viu lá. A Sprinter é grande, a combe também. Você não conhece, mas você viu lá no dia?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – No dia eu vi.

POMPEO DE MATTOS Nós temos a fotografia dela aqui. A polícia tirou a fotografia dela.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – No dia eu vi; isso eu não estou negando.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Dá uma olhada se é essa aqui?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Essa parada lá que tem um adesivo grudada no vidro dela. É essa mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE Quanto tempo você conhece o Wanderlei Moretto?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – O mesmo tempo que eu comecei a trabalhar na loja.

O SR. OSCAR ANDRADE Um ano. E o que o Wanderlei fazia?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Ele comprava as mercadorias nos atacados e saía vendendo.

O SR. OSCAR ANDRADE Com pra e ven da. Ele é um intermediário. É isso?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – É. Mas ele comprava de atacado, mercado grande.

O SR. OSCAR ANDRADE E o José Bosco Manzini?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – A mesma coisa, os dois andavam juntos.

O SR. OSCAR ANDRADE Os dois eram sócios.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Aí eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Veja bem. Tu disseste que foi lá no depósito pegar a lâmina de barbear Mach 3.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então, quer dizer que tinha um depósito lá na chácara, de cosméticos, de coisas de farmácias.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Isso eu já afirmei para o senhor. Numa casa embaixo lá, que era de caseiro, tinha um depósito lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então, o senhor me esclarece. Onde é que era a loja do Luiz?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Em Governador Pedro de Toledo, na loja Percos Perfumaria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Diz bem devagar para eu poder anotar. O “p” é de pato, o “e” de

Ernesto, “r” de rio, “c” de Corumbá, “o” de Oscar e “s” de Silva.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Isto!

O SR. POMPEO DE MATTOS – Inclusive, Sr. Presidente, quero que depois que seja formalizado o documento para quebrarmos o sigilo bancário – acho que dele não é o caso – do Luiz Benedito da Costa, do José Bosco Manzini e do Wanderlei Moretto. Desses três... eu acho que daqui a pouco um pode ser laranja do outro; vamos pedir a quebra do sigilo bancário dele também. Mas o principal, Sr. Presidente, é pedir a quebra do sigilo bancário da loja.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E eu acho importante também do posto telefônico onde ele fez a ligação para o tal de Mar...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o telefone da loja do Luiz

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – É 434-2875.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E do posto onde o Luiz Benedito fez a ligação? Tem que perguntar ao Luiz Benedito depois.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Depois perguntamos para ele. Deixe-me entender agora. Veja bem, vamos quebrar o sigilo bancário seu e de todo o time.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Pode quebrar o meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estou achando que você está nessa de gaiato, de empregado que entrou numa fria. Você é um guri que recém está começando a vida.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Posso falar?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pode.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Pode quebrar o meu sigilo bancário. Tem quase dois anos que estou lutando para tentar baixar minha conta. Não consigo. Meu cartão de crédito está parcelado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acho que você tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele nunca fez nenhum depósito na sua conta. Nunca lhe pediu um cheque para pagar nenhuma conta? Alguma coisa que você pagou em nome dele?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - A loja passou por um momento difícil lá, com esse negócio de cartório, essas coisas. De vez em quando ele pega cheque meu para pagar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, está certo. Bem como desconfiávamos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Usou a sua conta.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Mas o cheque meu era para dar ao Arcon e Livia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era pré-datado ou você pagava a conta a vista que ele lhe pedia para ajudar?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Os cheques meus que foram pegos era para Livia e para a Arcon.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem são?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - São firmas atacadistas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, usava o seu cheque para pagar conta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É. Ele movimentava a conta dele. Então, tem que quebrar o sigilo bancário da sua conta também, não por sua causa.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Falo pelo seguinte. Os senhores vão ver que o cheque é alto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perfeito. Mas me explica: a loja dele é...

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Em Piracicaba. Nessa rua.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Piracicaba. E a chácara é onde?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Saltinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De que distância está a loja da chácara?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Uns vinte e três quilômetros, acho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Saltinho é outro município ou é interior de Piracicaba?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Acho que é outro município.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, a chácara é em um município e a loja é em outro.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Acho que é isso. Não conheço muito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Veja bem onde que o cheque gar. Você não acha engraçado de ter um depósito de cosmético, de produtos que ele vende na loja, em Piracicaba, e ter um depósito lá na chácara. Você não acha engraçado? Não tem nada a ver com você.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Não acho, pelo fato que estou explicando para o senhor. A maioria das mercadorias que tinha lá, um pouco era vencida e os cosméticos foi da sobra da loja que ele fechou esses tempos atrás.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas pela relação que vi aqui é um monte de coisa.

O SR. OSCAR ANDRADE - Além de amortecedores, cosméticos, outras coisas menores lá, tinham trezentos e dois pneus roubados, claramente roubados, do caminhão placa AEX 6414, de Curitiba, um Mercedes Benz 1414. Esse veículo foi encontrado abandonado num loteamento em Rio das Pedras. Era carga dele, da Transportadora Transiguação Transportes. Isso foi encontrado com você lá, que trabalha há um ano para o seu primo. O que você sabe disso especificamente?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Os policiais me encontraram no depósito. Pode perguntar a eles, foi bem na parte que fica os desodorantes os aparelhos de barbear.

O SR. OSCAR ANDRADE - E os policiais lhe apresentaram o produto do roubo. Você nunca tinha visto.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Não entendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você sabia que tinha um depósito de produtos lá. Sabia?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Então, eu estava na porta.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE - Tenho uma dúvida. Queria que ele esclarecesse melhor. Ele disse que na chácara tinha um tanto de cosméticos vendidos.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Eu falei que, lá no depósito, que foi montado lá, foi o resto de sobra da loja que vendeu. A maioria das mercadorias que tinha lá era repetida.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE - Mas a Polícia apreendeu lá uma Sprinter cheia de cosméticos. A rua cheia de cosméticos. Não estava lá no depósito.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Quando a Polícia chegou, eu estava no depósito na parte que tinha os desodorantes e o Mach 3, que fui pegar um para mim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Veja bem. Já não estou lhe entendendo mais. Estava bem até uma certa altura, agora tu começaste a esconder o jogo. Vou repetir para ti. Tu o que tu sabes estamos sabendo que tu sabes. E é bom tu saberes que nós sabemos as coisas que tu sabes. Então temos que ver o jogo aberto. Vou até refrescar a tua memória. Auto de Apreensão: 100 unidades de emulsão reveladora - deve ser uma espécie de xampu -; 456 unidades Bio-color Niasi - tinta para cabelo -; 12 unidades de lixa para pé; 53 unidades de xampu Loreal; 257 unidades

de creme coloração de beleza; 145 unidades de creme de coloração Magirel; 59 unidades de creme Alisa e Tinge; 75 unidades de Color Told; 20 unidades de Excellence Imedia; 330 unidades de Paper Mate; 927 frascos de água oxigenada - isso dá um volume bastante grande -; 140 Economic Bio-color; 3 unidades de Trust Full; 25 unidades de neutralizantes - e vai indo uma relação -; 125 unidades de emulsão reveladora; mais 120 de emulsão reveladora e vai indo, 150, 120, 200, 100, 83, 24, 26, 36, 78, 82, tudo é xampu, condicionador, 25, 49, 72, 29, 12, 68, 26, 27, 22, e vai indo. Só algumas são mais altas: 130 de Xampu Pajote; 460 de xampu Palmolive - isso é caixa, um monte de caixas -; 315 de fita adesiva Ciclope; 275 xampus Snoopy; 80, 40 unidades de xampu, 30, 45, 60, 138 unidades de xampu Herbal; 110 unidades de condicionador Scalla. É um horror de coisas. É um rosário. Dá um caminhão. Está tudo relacionado nome por nome e está apreendido. Lá na frente, 152 unidades de condicionador Restaurex, 47, 75 unidades de Herbíssimo, que deve ser desodorante, alguns aqui eu até uso, 99 unidades de desodorante Spray Moderato. Aqui há um horror de desodorantes, condicionadores, xampus, perfumes, removedores de maquiagem, um rosário: 228 unidades de condicionador Biorene, são folhas e folhas, 240 unidades de Óleo Capilar Bedran; 298 unidades de Complexo Capilar Sfere, enfim, 300 unidades de esmalte Colorama; 160 caixas de dúzias de esmaltes Colorama; 128 unidades de Massa Capilar Wellapon; 150 unidades de escova para cabelo. É um supermercado! Não vou exagerar, mas se pegar metade desta sala não cabe tudo isso que está aqui. Tinha uma farmácia lá dentro, uma seção especializada desse setor de cremes e xampus, sem falar nos pneus, 300 e tantos pneus, não estou falando nas dez caixas de amortecedores e nas várias peças que havia lá. Tu sabias de tudo isso?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Das mercadorias, desses cosméticos aí?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Desses cosméticos eu sabia, porque era um depósito. Quem nem eu disse no começo: são quatro cômodos lá. Vocês podem ir lá e olhar, são quatro cômodos em que estavam as mercadorias lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quatro cômodos?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – É uma casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De senão os cômodos. Somando os quatro cômodos dá o tamanho disso aqui?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - A casa lá é menor que isso aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A casa é menor, mas os quatro cômodos...

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - A casa onde estavam as coisas é menor do que isso aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Menor que tudo, mas pegando ali a metade, da porta para cá, dá mais ou menos esse tanto?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Menor do que esta sala.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Menor um pouco que a sala?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Menor que...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual é que é maior: essa casa ou a loja?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - A loja, o senhordiz assim...

O SR. POMPEO DE MATTOS - A loja onde realmente ele vende as coisas.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Mas contando até onde pertence à loja só, porque no fundo tem o centro técnico.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não, só a loja.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Dá mais ou menos isso aqui ou pouquinho coisa a menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então a loja e o depósito... Onde havia mais coisas, no depósito ou na loja?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Aí não sei falar não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas o senhor trabalhou na loja lá.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Mas aí eu não sei falar porque na prateleira fica um pouquinho de cada um.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim, mas eu só quero falar na prateleira. O senhor acha que tinha mais lá na loja ou mais lá no depósito? Eu li algumas unidades para o senhor ver.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Não sei responder isso aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Com certeza, tinha mais no depósito, não é?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Não sei responder isso aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas tinha. Então eu respondo por ti: tinha muito mais no depósito. Não é possível que uma loja vá ter tanta coisa. Por

isso que já diz: é um depósito onde tu entulhas, e loja tu tens que colocar arrumadinho, bem disposto, apresentável, enfim, para dar o visual; tinha muito mais no depósito do que na loja. Tudo mercadoria roubada. E aí, o que tu tens para me dizer?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Nada. As mercadorias...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tu não sabias que eram roubadas as mercadorias? Como é que tu sabias, como é que tu imaginavas que a mercadoria estava lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - O Luiz que comprava a mercadoria.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele que compra? E de quem que ele compra?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Dos atacados.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas tu nunca perguntaste para ele, não achavas estranho ele descarregar a carga que era para a farmácia - não sei se é farmácia isso aqui, o que é, uma loja de cosméticos -, tu não achavas estranho ele ir descarregar a mais de vinte quilômetros, lá no outro Município? Tu nunca perguntaste isso para ele?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Nunca tive conhecimento de que ele descarregava as coisas.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim, mas se estava tudo isso lá, alguém descarregou, Celso. Como é que foi lá, não caiu do céu, alguém levou lá. Quem levou foi o Luiz, não foi?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quem tu achas que levou?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tu levaste?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim, mas tu não moravas lá? Tu não disseste que morava lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Eu morava de segunda a sexta.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas, olha, eu moro de terça a quinta, de segunda à noite a sexta de manhã em Brasília, é me nos do que tu moravas na chácara, e eu sei tudo o que acontece lá na minha casa, sei quase tudo o que acontece no meu gabinete.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Como eu disse para o senhor que estava aí: eu só chegava lá, eu nem participava de nada, eu só ia da cozinha para o meu quarto e a maioria dos dias, à noite, eu saía, para não ficar lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tinha movimento de carro que ia lá descarregar coisa?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu nunca presenciei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas como é que foi descarregar lá? Quem mais morava lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – A esposa dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Morava lá na chácara? E quais eram os dias que ela ficava lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Ela ficava na loja com a gente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como é: ela morava lá na chácara?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Por favor, a pergunta de novo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu moravas na chácara, não moravas?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Só passava a noite lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Passava a noite na chácara para cuidar lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não, só para passar a noite.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é mais que morava lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – A Sandra.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é Sandra?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – A esposa do Luiz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A esposa do Luiz. E ela ficava lá quando? A noite passava lá também?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – À noite, também. A distância era muita, não podia voltar muito durante o dia. A distância é muito longe, como o senhor está vendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, aí ia tudo à noite. Então tinha uma casa dele também ou era na mesma casa?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – É a casa de cima que a gente morava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aonde ela morava e aonde tu moravas era a mesma casa ou era casa diferente?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Na mesma casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na mesma casa. Tu tinhas a tua repartição. E o Luiz morava aonde?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Com a gente, ele é marido dela.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Luiz morava lá também. Quer dizer, toda a noite ele vinha para a chácara?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Toda a noite nós três ia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é mais que mora lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Só.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só os três?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Só.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E tu nunca viste um caminhão descarregando lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca viu nenhum...

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acho que tu estás junto; eu achava que tu estavas fora, agora estou achan do que tu estás junto. Ele é um dos que ajuda a descarregar, ajudava a cuidar, a fazer. Acho que tu não queres abrir o jogo. Ou tu abres o jogo – vamos fazer uma sessão secreta – e tu abres o jogo e conta a verdade sobre como as coisas aconteceram lá ou tu vais dançar junto nessa, porque não é coisa pequena, isso aqui é roubo milionário, e é um, e sem contar o que já foi. Então, ou tu nos ajuda a esclarecer ou tu vais te enroscar grosso junto com isso. Quer fazer uma sessão fechada para nós conversarmos?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – O que eu tenho para falar só é a verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tu estás omitindo. Quem mora em uma chácara como tu moras e que tem tudo isso aqui... Isso não se descarrega de uma vez só. São caixas e caixas. São dezenas, centenas, milhares de unidades. Se for somar, dá mais de dez mil itens, de coisas que estavam dispostas lá.

E você morar lá e não saber?!

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu falei que eu sabia as mercadorias que estavam lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas nunca viu chegar?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Nunca viu chegar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E nem nunca viu sair também? Ou o Luiz carregava alguma coisa ali?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Algum pouco de mercadoria, quando a gente ia de manhã, levava para repor nas prateleiras na loja.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele levava?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não. A gente levava...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Levava de que jeito?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Na perua.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em quê?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Na perua.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual perua?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – A CDF, que está batida na frente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que é CDF?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – A placa dela.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A placa é CDF, mas o que é perua?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Que nós levávamos mercadoria para lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas essa perua o que é? Uma Kombi, uma Sprinter?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – A Kombi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Levava na Kombi. Enchia a Kombi e todo dia levava um pouco?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não enchia todo dia. Quando faltava alguma coisa, as meninas passavam a lista.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Passava a lista e ele levava dali. Isso explica. Ele roubava, botava ali e abastecia aos poucos a loja. E aí fazia o quê?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem carregava e descarregava a Kombi?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Onde? Na loja?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sim.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu que descarregava.

O SR. MOREIRA MENDES – Que idade você tem?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – 29.

O SR. MOREIRA MENDES – Você tem filhos?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Dois.

O SR. MOREIRA MENDES – Que idade têm seus filhos?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – 9 e 3 meses.

O SR. MOREIRA MENDES – Veja bem, você está envolvido, está comprovado através de todos esses documentos, nós já sabemos de tudo. E você, com essa atitude, está protegendo pessoas que não têm qualquer escrúpulo, e que no fim, de uma forma ou de outra, vão deixar você nessa confusão.

Por que você não colabora com a CPI realmente contando a verdade? Porque realmente vai sobrar para você, que é o lado mais fraco. E lembre bem dos seus filhos. Quem vai cuidar dos seus filhos? Os quadrilheiros, os donos da quadrilha vão tomar conta dos seus filhos?

Então, porque você não aceita a nossa sugestão nossa de transformar isso em uma audiência secreta para você realmente nos contar os detalhes, para facilitar até a sua vida, porque você está sendo envolvido pelos outros. E se você não pensa em você, pense pelo menos em sua família.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Celso, você falou que quando a Polícia chegou você estava buscando um aparelho de barbear. Você sabe que é mentira. A Polícia te pegou carregando a Sprinter compneus.

Você vai negar isso? Os policiais todos viram isso. Quando chegaram ao sítio, você estava carregando a Sprinter com pneus. Uma Sprinter roubada, que foi roubada cheia de cosméticos, que foram todos recuperados – ele leu aqui.

Você estava ou não carregando a Sprinter?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não.

O SR. MOREIRA MENDES – É mentira da Polícia.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu não falei isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você falou o quê, então. A Polícia informa isso, consta dos autos. O senhor fala que não é verdade? Então é mentira de quem? Sua ou da Polícia?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Quando eles chegaram, eu estava lá dentro, na parte em que eu falei que estava catando um aparelho.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Você estava carregando a Sprinter compneus roubados, rapaz.

Não era isso que você estava fazendo?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – As outras cargas chegaram em que dia lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu não sei de nada que chegou lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você mora em um lugar. Como é que você não sabe? É um lugar onde você está de segunda a sexta, rapaz! Como você não sabe?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – À noite eu estou lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – E não dá para saber tudo que tem lá, se você dorme lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu durmo lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Havia quatro cargas roubadas. Você está em um local dormindo todo o dia e fala que não sabe? Você é pego transferindo uma carga para uma Sprinter e vai reafirmar aqui que não sabe?

A Lei 1.579, que rege a CPI, estabelece em seu art. 4º que “calar, falsear, mentir, esconder a verdade” é crime. Pena de um a quatro anos.

Você quer agravar mais ainda a sua posição? Você quer dificultar ainda mais a sua vida? Você vai ser indiciado por mais esse crime que está cometendo agora.

O SR. CARLOS DUNGA – Relator, gostaria que o depoente falasse a respeito de um Miguel, a quem ele pagaria o aluguel de uma casa.

Esse Miguel tem alguma conexão com venda de mercadoria?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Que eu saiba, não.

O SR. CARLOS DUNGA – Em nenhum momento o Miguel, que o senhor diz conhecer, vendia mercadoria o Luiz Benedito da Costa?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – O Miguel é da imobiliária que pagávamos o aluguel da loja. É o único Miguel que conheço.

O SR. CARLOS DUNGA – Sim. Mas o Miguel não tem nenhuma conexão de venda com o Sr. Luiz Benedito?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não sei.

O SR. CARLOS DUNGA – O senhor não sabe informar se o Miguel teria ligado para o Luiz Benedito dizendo que esse caminhão com os pneus e as demais mercadorias iriam descarregar na granja?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Apenas uma pergunta. Na ocasião da sua prisão, você se recorda com quem você foi preso? As pessoas?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Então vou fazer você lembrar. José Bosco Manzini, foi preso com você?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Para mim V. Exª estava perguntando quem eram os policiais.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com quem você foi preso?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – José Bosco e o Moretto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você já conhecia o José Bosco e o Moretto há quanto tempo?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Do tempo que cheguei na loja, comecei a pintar e eles chegaram lá. Aí que conheci eles. Não conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Concedo a palavra ao Deputado Pompeo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pediria aos responsáveis pelos presos para separar lá, não deixar junto. Vamos precisar de uma acareação da qui a pouco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, comecei a folhear aqui o inquérito, e quanto mais se mexe, é impressionante, é uma coisa fantástica. Não sei como é que ele guardavam lá na chácara tanta coisa. São folhas e folhas dos cosméticos. Mais de 10 mil unidades.

Depois tem uma outra, essa apreensão foi feita no dia 16; depois no dia 20 foi feita uma outra apreensão, também com um horror de coisa. Começo a entender por que somem tanto aqueles cartuchinhos de fazer a barba, aqueles Mach 3.

Também uma outra relação aqui enorme de produtos, também fruto de roubo, que foram apreendidos pela polícia. Indo mais para a frente, há uma outra enorme relação, um rosário: cabo de vela, correia de comando, correia de disso, correia daquilo, amortecedores, um monte de amortecedores. Dá mais de R\$50 mil só em peças: molas, espirais, rolamentos, enfim. Você vai indo para frente, mais coisa apreendida. Caixas de fechaduras de Banana Boat... É uma coisa fantástica. Há quatro tipos de roubo: de cosméticos – uma infinidade, mais de dez mil itens - eletroeletrônicos, os amortecedores, todas as peças. Dá mais de R\$50 mil só de amortecedores e peças. Mais os pneus que devem dar uma fortuna. Tudo isso lá, sob os seus cuidados.

Então, quero, só para encerrar, perguntar se o senhor se lembra do que foi dito na polícia. Na delegacia quando foi dar o depoimento?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu não falei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que não falou? Eles não lhe perguntaram nada?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Era como aconteceu agora. Eu estava sem advogado e sem saber o que iria acontecer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas poderia dizer que não sabia. Não sei, estava lá, explicar, enfim.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Mas isso é que eu queria falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor explicou na polícia?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – A advogada da Dr^a Lia apareceu lá... para que eu falasse em juízo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Espertamente. Aliás, Sr. Presidente, acho que temos que mudar um pouco a legislação penal. Como advogado, já vivi experiências duras, especialmente em delegacias do interior com problemas, mas temos que mudar a legislação. Quem for preso em flagrante tem que falar na delegacia, filmando e gravando. Na hora em que se filmar e gravar não tem como dizer que ele não disse. Filma e grava para fazer parte dos autos e levar para o Ministério Público. Depois ele diz que não disse, que apanhou...

Olhe o que o senhor disse na delegacia: “Celso Costa Silveira - é o senhor, não é?”

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – “...filho de Davi Silveira... sabendo ler e escrever e ciente da imputação que lhe é feita - ou seja, de tudo o que foi dito, que roubou cargas, isso, aquilo, aquilo outro, estava carregando... Tudo o que dissemos aqui eles disseram para o senhor - ciente da imputação que lhe é feita e do direito constitucional de permanecer calado na presença de defensores já qualificados, que deseja reservar o direito de somente manifestar em juízo”. O senhor poderia ter dito que não era verdade, que era vítima, que era trabalhador, que era operário e não tinha nada que ver. O senhor poderia se defender.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Como já falei, eu nunca passei por isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor nunca passou por isso, mas sabe fazer direitinho.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Se eu nunca passar por uma situação e me botarem, falarei que nunca passei por isso, não é verdade e viro a mesa. Agora, já que o senhor não disse nada no depoimento na polícia, vou refrescar sua memória do

que o senhor disse para a polícia e não na polícia. O que o senhor disse para a polícia quando foi preso na chácara. Lembra-se que o senhor conversou com a polícia lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual o policial com quem o senhor falou?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não me lembro a feição dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era delegado?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não me lembro da feição dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Reinaldo José Pollo. O senhor conhece?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não se lembra do nome dele, mas se lembra dele. Veja bem o que o senhor disse: “Celso informou que foi contatado no dia 14.03.2001 por seu patrão, Luiz Benedito da Costa, na cidade de São Paulo, onde trabalha para o mesmo em uma loja de cosmético, dizendo que era para vir até o local de apreensão”. O Luiz falou com o senhor neste dia?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Que dia?

O SR. POMPEO DE MATTOS – 14 de março, dia da prisão. O Sr. Luiz falou com o senhor no dia 14 de março?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Dia 14 foi quarta?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu estava na cidade de Piracicaba.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Ele contou com o senhor pelo telefone? Ele não ligou para o senhor?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não, eu estava na cidade com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor estava junto com ele. O senhor conversou com ele?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O normal do dia a dia, na loja.

O SR. POMPEO DE MATTOS – “...em uma loja de cosmético. dizendo que era para vir até o local da apreensão.” Foi ele quem mandou o senhor lá para a chácara?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas foi o que o senhor disse para a polícia. “...pois a pessoa conheci-

da como Miguel, que também trabalha para Luiz, iria trazer uma carga de cosmético.” O Miguel iria levar uma carga de cosméticos para lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você não falou para a polícia?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não me deixaram falar nada na Delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estou dizendo na Delegacia. O senhor falou na chácara. Não é que não deixaram, o senhor não quis falar na Delegacia. O senhor não invente coisa, que não deixaram. Falar o senhor podia falar, o senhor não quis. O senhor usou o direito constitucional que tem de não falar e não falou – e nós respeitamos. Agora, não diga que não deixaram – o senhor não quis.

Mas o senhor falou para a polícia lá na chácara, isso que estou refrescando a memória, que ele iria levar lá e que iria ter uma carga de cosméticos. Era para o senhor ir lá a fim de ajudar a descarregar a carga, e o senhor sabia que a carga era roubada. O senhor disse aqui: “...carga essa que sabia ser produto de roubo”. O senhor informou, ainda, que veio para a chácara, na cidade de Salinho, onde chegou por volta das 8h30min do dia 15/03. A que horas o senhor chegou lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Na chácara, à tarde.

O SR. POMPEO DE MATTOS – “...e, logo em seguida, chegou no local Miguel e Neção, com um caminhão carregado de pneus”. Carregado de pneus, era para ser cosmético. “...tendo descarregado os pneus e guardado na casa da chácara. E Miguel disse que era para ter levado na chácara uma carga de cosmético, mas pegaram o caminhão errado, que continha a carga de pneus”. Quer dizer, foram roubar uma coisa e roubaram outra, foram pegar ovelha e trouxeram um porco. Mas servia também, dava carne. “...porém, Luiz tinha orientado para que recebessem a carga de pneus e que Celso disse que Miguel era proprietário de um veículo Gol de cor vinho, fato esse que chamou a atenção do deponente, em virtude de ter sido usado o veículo com as mesmas características para a prática do roubo.” Ele tinha um Gol vinho?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não conheço o Miguel. Não conheço esse Miguel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor viu o Miguel, o senhor estava lá, junto.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu não estavala na hora que isso aconteceu.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então o policial inventou isso?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor acha que ele tirou da cabeça, ele inventou o Miguel?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como ele vai inventar o Miguel? Alguém falou no Miguel. Na polícia o senhor disse assim: não tenho nada a declarar. Na polícia, não foi? Eu li para o senhor há pouco. O senhor quer que eu leia de novo?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não precisa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor declarou nada na polícia. Como é que a polícia descobriu o tal do Miguel? Não foi da sua boca?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Da boca de quem?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele inventou o Miguel?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe que existe o tal do Miguel?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O Sr. falou para nós aqui: o Miguel.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - O Miguel Imóveis, só isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não do Miguel Imóveis.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu falei esse.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor falou aqui que tem um tal de Miguel que o senhor não conhece. Que o Luiz fala num tal de Miguel. O Luiz falou num tal de Miguel, logo o Luís descreveu o Miguel. Tem ou não tem o Miguel?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não conheço o Miguel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei que o senhor não conhece, nem o Luiz diz que conhece. Mas tem ou não tem o Miguel?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - O único Miguel que conheço, já falei quem é.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, esse Miguel que estava lá. Não existe um Miguel, então?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Se existe, eu não sei, não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não sabe e não conhece? É, mas no dia o senhor contou direitinho, que tinha o Miguel e descreveu tudo. Ainda o senhor contou também que era a quarta vez que estavam descarregando carga roubada naquela chácara. Possivelmente, as 4 cargas. O senhor confessou, o senhor disse aqui: "...sendo outras vezes, as cargas eram de autopeças, eram carga de cosméticos e de caixas pequenas cujo conteúdo não sabia por não ter aberto as mesmas. Que Celso informou que Luiz e outras pessoas envolvidas com carga estavam para chegar na chácara, tendo o depoente permanecido na companhia dos policiais. Por volta das 19 horas, chegou ao local o veículo GM, Monza, placas BO-2103, de São Paulo..." Estava lá o João Bosco. O João Bosco tu conheces?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Esse eu conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele chegou na hora?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Chegou um pouco depois de mim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só para o senhor saber que estamos sabendo tudo. O senhor quer esconder, esconda, guarde para o senhor, na sua cabeça, atrás das grades.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, acho que está encerrado.

Pediria a presença do Sr. José Bosco Manzini e que fossem mantidos separados, para uma possível acareação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pode reconduzir. Muito obrigado.

Solicito ao Secretário, Dr. Naurides, que seja conduzido José Bosco Manzini. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Identidade sabe?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Sei.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pode dizer?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - 11456123.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Idade?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - 40 anos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – CPF?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – 011668038-56.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Estado Civil?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Residência?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Avenida Xavier Pinheiro, nº 160, Vila Formosa, São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Profissão?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Vendedor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Vendedor. Local de trabalho?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Não, vendedor, assim, as firmas que eu prestava serviço era como vendedor, as firmas que eu trabalhei anteriormente. Era Perfumaria Rastro, Companhia Industrial Farmacêutica.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mas era em São Paulo?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - É São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Todo o Estado?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - É.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É parente em algum grau de parte envolvida?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso... da Constituição Federal?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Então, peço que o senhor assine aqui esse termo de compromisso. (Pausa.)

Passo a palavra agora ao Deputado Oscar Andrade, Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. José Bosco, foi preso em que dia?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Dia 15.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quinze de março. Onde?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Numa chácara.

O SR. OSCAR ANDRADE - Em Saltinho?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Em Saltinho.

O SR. OSCAR ANDRADE - Chácara do Luiz?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Isso. Luiz Benedito.

O SR. OSCAR ANDRADE - Conta para mim como é que foi a sua prisão.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Eu, na verdade, eu estava indo lá para pescar. Conforme nós íamos entrando na chácara, fomos abordados por um monte de policiais. Mas nem imaginava do que se tratava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não entendi.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Nós fomos abordados pelos policiais, mas nem imaginava o que estavasepassando na chácara.

O SR. OSCAR ANDRADE - Nada?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Nada, nada, nada.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor conhece o Luiz há quanto tempo?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Há uns sete ou oito anos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Já teve transação comercial com ele?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Nenhuma?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor conhece ele de onde?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Lá da Vila Formosa, mesmo. Porque ele tinha uma loja lá, próximo de casa e, na época, eu era membro da Rastro, minha esposa fazia compra lá, vizinhos, e pegamos um contato, assim, normal.

O SR. OSCAR ANDRADE - Vocês eram amigos?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Era, mas não muito; amigos, assim, colegas. Não era amigos, colegas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Hã, colegas!

O senhor foi na chácara dele pescar?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Fui pescar.

O SR. OSCAR ANDRADE - Que hora era?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Chegamos lá chácara era umas sete horas, sete e pouco.

O SR. OSCAR ANDRADE - Da noite?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor pesca com quê?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Com ração e bichinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Rede, tarrafa...

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não, com a linha.

O SR. OSCAR ANDRADE - Vara?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Com a linha.

O SR. OSCAR ANDRADE - O que o senhor pesca lá?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Tilápia.

O SR. OSCAR ANDRADE - E lá tem um córrego?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Hã!

O SR. OSCAR ANDRADE - Lá tem um córrego?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não, tem uma lagoa.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tem muita tilápia lá?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Tem bastante.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor pescou muitas vezes lá?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Pesquei umas três vezes lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Umas três vezes.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Umas três, quatro vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor avisou o Sr. Luiz que o senhor ia pescar?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Ele não. Porque eu avisei...Nós passamos lá na cidade e perguntei para a mulher dele se podia dar uma pescada. Ela falou: "Tudo bem! Pode ir lá, mas o Luiz não está lá". Eu falei: "Tudo bem!" Aí foi na hora que...

O SR. MOREIRA MENDES - O senhor foi comprar isca onde?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - No lado do Mercado Municipal de Piracicaba, tem uma avicultura, nós compramos dois quilos de ração e um pote desses bichinhos de pesca. Inclusive os bichinhos que tinham lá iam ser trocados no dia seguinte. A proprietária da loja e o proprietário permitiu que a gente pegasse, juntasse todos para selecionar os que estavam bons. Aí nós saímos da loja, fui no Mercado Municipal, comprei dois quilos de frango que ia levar para minha casa em São Paulo, e o meu amigo que estava comigo esqueceu a chave lá na avicultura; e ele voltou para a avicultura buscar a chave.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor ia levar frango para casa?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Ia levar mistura para São Paulo.

O SR. MOREIRA MENDES - Esse seu amigo foi preso também?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Foi. Está aí.

O SR. OSCAR ANDRADE - É o Wanderlei?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Wanderlei.

O SR. MOREIRA MENDES – Ele voltou para buscar a chave?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Voltou para buscar a chave.

O SR. MOREIRA MENDES – Mas ele não estava preso? Como é que ele voltou?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Isso foi antes da prisão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você chegou lá às 7 horas? Pode-se pescar até a que horas?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – É. Até umas dez, dez e pouco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chega em casa a que horas?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Umas onze e pouco, onze e meia, meia-noite.

O SR. OSCAR ANDRADE – O frango que você comprou ia ficar lá?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – O que tem o frango?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você comprou o frango para levar para casa e resolveu ir pescar?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Sim, bem embaladinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você há conhecia a chácara bem?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Sim, fui lá umas duas, três vezes para pescar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhecia o depósito?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Não entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – O depósito que tem lá na chácara.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Não, não tinha acesso a nada na chácara, a não ser à lagoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você chegou, o que estava acontecendo na chácara? Quem estava lá.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Quando eu cheguei à chácara tinha um caminhão na porta... Nós entramos direto. Não sabíamos do que se tratava. Tinha um monte de policial, um monte de viaturas...

O SR. OSCAR ANDRADE – O Celso?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – O Celso estava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Celso estava fazendo o quê?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Estava algemado lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando ele foi algemado ele estava fazendo o quê?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Eu não sei. Eu não estava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você ouviu!

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Não, eu não vi nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conversou com os policiais.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Quando eu cheguei lá o Celso já estava algemado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o seu carro?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Eu tenho um Santana Quantum, 86.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Monza?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – O Monza não é meu. O Monza é do rapaz.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Do Wanderlei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é amigo do Wanderlei?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Sou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há muitos anos?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é seu vizinho?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Mora próximo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi no carro dele?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Foi no carro dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a Sprinter?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a Kombi?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Não sei de nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – De nada?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Daquela chácara eu não sei de nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não sabe de nada da chácara?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – De nada, nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você entrou de gaiato nessa história?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – De gaiato, com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já respondeu a algum inquérito policial?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Não, nunca me envolvi com nada, em briga, nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem filhos?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Eu tenho três filhos.

O SR. OSCAR ANDRADE – É casado?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Casado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você sabe da carga de pneus?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Eu não sabia de nada. Quando chegamos lá, eu nem sabia do que se tratava aquele caminhão. Aí os policiais nos pegaram e falaram que a carga era de pneus. Mas eu nem vi nada. Ficamos dentro da casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você chega numa chácara que tem trezentos e dois pneus roubados, outras três cargas roubadas, carga de eletroeletrônico, carga de peças de veículos e de cosméticos, comprovadamente tudo roubado, uma Sprinter roubada, uma Kombi roubada, e o senhor não sabe nada, pois estavala só pescando!

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Não sei de nada. Fui pescar, com sinceridade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi só pescar?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Só pescar.

O SR. MOREIRA MENDES – Quanto tempo o senhor ficou ali? A que horas o senhor chegou?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Era umas sete e pouco, sete e vinte.

O SR. MOREIRA MENDES – Da manhã?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Não, da noite.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor foi pescar à noite?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – À noite.

O SR. MOREIRA MENDES – Numa quinta-feira?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – É.

O SR. MOREIRA MENDES – Qual é a sua atividade?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Eu trabalho com vendas.

O SR. MOREIRA MENDES – Vendas do quê?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Perfumaria em geral, produtos para farmácia.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor compra e vende?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Compro e vendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem empresa?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas é ilegal comprar e vender sem documentação, sem empresa.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Eu compro no Carrefour, compro no Makro, compro no Sé, na 25 de Março.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como se fosse para uso?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – É, eu compro pequenas quantidades. Eu trabalho com um pouco no varejo. É coisa do dia. Compro ali, vendo ali. É pouquinho coisa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você compra e vende nas lojas?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – É, vendo no pequeno varejo. São coisas em pequenas quantidades, pequenovarejo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a quantidade? Dê-me um exemplo.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Vinte e quatro peças, doze, trinta e seis.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o valor? O senhor tem um capital de giro, pois tem que comprar e vender.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Isso não tem valor. Aparece uma oferta relâmpago no Carrefour hoje de determinado produto, eu compro 500, 600 reais. Não tenho um valor fixo.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor conhece o Miguel?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Nunca ouvi falar.

O SR. MOREIRA MENDES – O Miguel que estava lá na granja?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Nunca ouvi falar, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – No momento em que a polícia chegou na chácara, os pneus estavam sendo carregados. O senhor assistiu a isso?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Quando cheguei na chácara a polícia já estava lá. Chegamos depois. Nem vi pneu. Vi um caminhão lá parado e os policiais nos pegaram e levaram para dentro da casa e não vi mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor não viu o Miguel lá.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Não imagino quem seja, nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Mas o senhor conhece o Celso?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Conhecia antes?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Conheci o Celso porque ele trabalha com ele na loja lá, nos dias de semana, e como fomos pescar da outra vez, vi ele lá.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - O Wanderlei é amigo seu?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - E o Luiz?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - O Luiz é colega.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Mas o senhor os conhecia há quanto tempo?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Há uns 6 ou 7 anos. Lá de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - E o senhor sempre pescava lá sozinho na chácara?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não, eu e o Wanderlei.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Levavam para casa muito peixe?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Levamos muito peixe. Lá tem bastante tilápia. Estão até congeladas lá, no freezer tem bastante.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - O senhor não estranhou a quantidade de mercadorias na chácara?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não vi mercadoria nenhuma. Não vi nada. A gente entra na chácara, tem um corredor grande, deixa o carro num lugar coberto ao lado da porta e tem a rampa que vai para a lagoa.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - E depois que a polícia prendeu?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não vi mais nada. Ficamos isolados dentro da casa e de lá fomos colocados dentro da viatura e levados para o Distrito.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Já respondeu a inquérito policial?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Nunca, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - A Lei 1.579, José Bosco, que regulamenta as ações que regimentam a CPI, estabelece em seu art. 4º que calar, mentir, ocultar, atrapalhar os trabalhos de uma CPI podem levar

você à incursão nas penas de 1 a 4 anos de prisão. Você pode agravar mais ainda a situação que você está vivendo. Você já é indiciado como roubo e receptação de cargas e veículos, dessa forma é que deve estar sendo procedido o seu inquérito, e aqui pode ainda mais agravar a sua situação em função dos seus depoimentos. Gostaria de esclarecer isso. Você deve estar sendo orientado e tem responsabilidade dos atos que está cometendo. Nós ainda podemos, se for do seu interesse, fechar a sessão e fazê-la secreta, se você quiser falar a verdade para nós, por que está muito clara a sua participação em quatro roubos, principalmente o dos pneus.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não tenho nada a declarar, eu não sabia de nada.

O SR. MOREIRA MENDES - Na hora em que o senhor foi preso, o senhor estava com a mala do seu carro com mercadoria. Como é que o senhor vai pescar e já leva a mala do carro cheia, ao invés de reservar a mala para trazer peixes?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Essa mercadoria a gente trabalhava com ela para vender em São Paulo. À tardinha, tínhamos arrumado o carro para vender no dia seguinte e resolvemos pescar. A gente ia voltar para trabalhar no dia seguinte com a mercadoria.

O SR. MOREIRA MENDES - O senhor não acha que é uma coincidência essa mala estar cheia com mercadorias?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Acho. Não sei o que foi apreendido com ele, mas acho que a mercadoria dele não tem nada a ver com a nossa.

O SR. MOREIRA MENDES - Os pneus que estavam lá guardados também não tinham.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Eu nem vi os pneus para falar a verdade. Eu estava dentro da casa.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor foi pescar sem vara de pescar, você sabia?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Sem vara. Levei a ração.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor pesca no tapa?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Tem vara lá. Não tem necessidade de levar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Deixa eu perguntar. É José Bosco Manzini?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Manzini..

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor é muito pescador?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Eu gosto de pescar bastante.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor pesca?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Sempre que eu tenho oportunidade eu pesco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor pesca?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Tilápia, peixes pequenos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tilápia? O que tinha lá?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Tilápia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que mais?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Tilápia, tem bastante tilápia lá, tem algumas traíras, lambari, aqueles peixinhos pequenos, cascudinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde o senhor mora?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Em São Paulo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Capital?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Capital.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A sua casa é lá?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Capital.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde o senhor trabalha?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Eu trabalho por conta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Eu compro e revendo mercadorias.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Nos pequenos varejos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pequenos varejos. É? E que distância dá Saltinho, a chácara, até São Paulo?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Uns cento e poucos quilômetros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Andou cento e poucos quilômetros para dar uma pescada.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que capricho! E aí como o senhor iria fazer para levar os peixes?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Dentro de um saco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas dentro de um saco até São Paulo estragam os peixes.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não, não estraga não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tinha gelo?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não estraga, não, senhor, à noite assim, uma hora e pouco não estraga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor está passando para nós uma história de pescador, e olha que pescadamente uma barbaridade.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Mas não, eu estou dizendo a verdade, o que eu posso falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A história de pescar, é a última história que falava na CPI era a história de pescador. A história de pescador eu não tinha visto ainda. E pescadamente. Pegou quantos peixes já?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Peguei bastante.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pegou bastante peixe, tem alguns no freezer lá para nós vermos?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Tem, com certeza tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tilápia?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dourado?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pintado?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Descascado?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não sei, não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não? É que o senhor atua no mesmo ramo de cosmético, na atividade que o Luiz atua?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É concorrente dele?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não, de nenhuma maneira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sócio dele?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor é dele?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nada?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Sou apenas conhecido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não é nada, mas vai à chácara dele pescar.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Apenas conhecido, não tenho nenhum vínculo comercial

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabia que ele roubava carga?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não, nem imaginava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ficou sabendo?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Estou sabendo agora com esse assunto que saiu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ficou sabendo agora.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Fiquei sabendo no dia em que fui preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor viu a carga roubada lá?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não, eu vi um caminhão na hora em que entrei e mais nada, porque eu fui, entrei ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor viu lá quando o senhor entrou?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Nada, só um caminhão e um monte de policial.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que mais?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Um monte de policiais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um caminhão e o que mais?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Um monte de policiais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O quê?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - E um monte de policiais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que caminhão era?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Um caminhão-baú.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um caminhão-baú?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Baú.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que tinha dentro?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não sei, não vi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor ficou sabendo o que foi roubado lá?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Forampneus.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos pneus?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não sei, trezentos e alguma coisa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Trezentos pneus. O que mais?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Só. Falaram que pegaram.... Eu li no papel algumas cargas de perfumaria, não sei, peças.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perfumaria, peças e o que mais?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Só isso que eu sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas então eu vou lhe clarear. O senhor sabe bem, o senhor sabe bem.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não, eu acabei de ler no ..., falou ali.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mais de trezentos pneus, sessenta mil em peças, amortecedores, enfim, aproximadamente dez mil itens em cosméticos. Uma casa mais ou menos dessas aqui quase cheia. O senhor conhece cosméticos? Conhece, não é?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe o espaço que ocupa. Aproximadamente dez mil itens entre xampu, desodorante, enfim, toda essa linha; **chips** eletrônicos, autopeças, tudo isso foi encontrado roubado lá, onde por acaso o senhor foi pescar.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Por acaso, sinceramente eu nem imaginava que poderia ter alguma coisa lá. Não tinha acesso a nada, era só entrar e ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas por coincidência o senhor também tinha uns cosméticos no seu carro.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Mas, vai ser constatado....

O SR. POMPEO DE MATTOS – Também roubado?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem a nota?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não tenho nota.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quer dizer, não tinha nota. O senhor anda com alguém que rouba cosméticos, o senhor também lida com cosméticos, vai à chácara onde está o depósito de cosméticos roubados, tem no porta-malas cosméticos sem nota. O que o senhor acha que eu vou achar que é?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Aí vocês tiram a conclusão, mas com certeza não é roubado. Com certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É leão. Como é a história do leão? Em pele de leão, dente de leão,

juba de leão, bafo de leão, o que o senhor acha que é?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI - Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não sabe, eu também não sei, mas todo mundo sabe que é leão. Então, essas coisas ... aí senhor monta uma historinha e a CPI tem um trabalho hercúleo, mas nós vamos enfrentar a questão do roubo de cargas, que tomaram conta. Vocês foram presos por excesso de confiança: ninguém pega. Só que a CPI está criando uma cultura diferente, a polícia está agindo e reagindo, a sociedade está agindo e reagindo e por isso foi pego. O senhor achou que estava com o rei na barriga, tranquilo, o dono da verdade, carregando cosmético roubado no porta-malas, indo visitar lá o depósito de cosmético do outro. Provavelmente, ia encher o porta-malas de cosmético para sair, vender por aí também carga roubada, como o outro fazia. Não tinha uma Sprinter lá também?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Não vi nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não viu nada?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Eu encontrei lá de noite e fui abordado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vou lhe mostrar aqui a fotografia da caminhonete. O senhor conhece? Nunca viu?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Não, nunca vi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando o senhor chegou lá não estava esta caminhonete lá?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Não, estou dizendo para o senhor que quando eu cheguei já era noite, acabei de entrar na chácara, fui abordado pelos policiais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A chácara é grande?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – É bem grande, tem uma lagoa embaixo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tinha esse veículo lá?

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Eu não vi esse veículo. Não vi nada. Entrei, fui abordado pelos policiais, me levaram para dentro da casa e eu não saí mais lá de dentro. Só para entrar na viatura.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor é cego, surdo e mudo. O senhor não viu, não falou nada e acho que também não ouviu ninguém falar. A caminhonete estava aqui, os dois confirmaram. A caminhonete estava lá na chácara, só o senhor que não viu.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Mas eu não estava na chácara, eu cheguei na chácara.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor chegou na chácara e a caminhonete estava ali na frente.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Se tivesse na frente, então eu não vi. Eu vi um monte de carro da polícia e nos colocaram para dentro da casa. Não tive a visão de nada, nem tive tempo de respirar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos acreditar na sua história de pescador. O senhor está contando para nós uma história de pescador e a CPI não veio aqui para ouvir história de pescador. Nós queremos ouvir aqui a verdade. O senhor não está falando a verdade.

O SR. JOSÉ BOSCO MANZINI – Eu estou contando a verdade para os senhores.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não está falando a verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, pediria a retirada do Sr. José Bosco e que possa entrar o Wanderlei Moretto, que ele possa aguardar para uma possível acareação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alguém tem mais alguma pergunta, o Sr. Senador Moreira Mendes, os Srs. Deputados?

Então, pode retirá-lo. Ele será mantido aqui, caso seja necessária uma acareação, nós faremos posteriormente.

Com a palavra o Deputado Negromonte.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, gostaria de passar à Mesa um requerimento ontem já solicitado, que agora formalizo, subscrito por todos os Deputados e Senadores presentes. Foi aprovado esse requerimento da quebra de sigilo telefônico e fiscal das pessoas que citarei. Passo a ler o requerimento, nesse momento.

“À Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar roubo de receptação cargas.

Requerimento

Requeiro, nos termos regimentais, a quebra de sigilo bancário e telefônico das pessoas naturais e jurídicas a seguir relacionadas, tendo em vista evidências de crimes de receptação de cargas roubadas, formação de quadrilha, falsidade ideológica, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro praticada na comercialização de combustíveis e cigarros e irregularidades cometidas sobre a orientação do titular oculto da Petroforte Brasileiro Petróleo Ltda de São Paulo, Sr. Ari Natalino da Silva, utilizando grande número de pessoas como supostos donos de empresas, vulgarmente conhecidos por ‘laranja’, como meio de ludibri-

ar a ação das autoridades administrativas policiais e judiciárias competentes.

São eles: Ayrton de Freitas, é caseiro do sítio de Ari Natalino, constando como sócio de várias empresas; Débora Aparecida Gonçalves, seria a atual esposa de Ari, sócia em várias empresas; Eric da Silva, filho de Ari Natalino, sócio de diversas empresas; Admir Simões Ferreira, ex-empregado e procurador de Ari Natalino; Márcio Natel, diretor da Petroforte Ltda; Aparecida Maria Pessoto, ex-esposa e sócia de Ari Natalino; Sandra Regina Davanco, empregada de Ari Natalino, sócia de várias empresas; Rafael Fiesta Garcia, empregado de Ari Natalino e sócio de diversas empresas; Yoshida Komoda, empregado de Ari Natalino e sócio de várias empresas; Antônio Pedro Rodrigues Sousa Rocha, empregado de Ari Natalino e sócio de diversas empresas; Peter Pessoto, parente da esposa de Ari Natalino e sócio de empresas; Márcia Aparecida Gonçalves Machado, esposa de um ex-despachante de Ari Natalino, falecido; Carlos Alberto Fechil, ex-empregado e ex-procurador de Ari Natalino; Levi Luís Silva Figueiredo, procurador da Petroforte e de pessoa com nome fictício; Heleno Duarte Lopes, procurador de Ari Natalino, abriu empresas em nome de sócio fictício; Humberto Duarte Lopes, pessoa falecida há vários anos, cujo nome vem sendo usado na abertura de empresas e na movimentação de contas bancárias de interesse de grupo, ou seja, nesse caso fantasma; Leontina Aparecida Basteli, empregada de Ari Natalino da Silva, sócia de várias empresas, e o próprio Ari Natalino da Silva, verdadeiro dono da Petroforte Brasileiro Petróleo Ltda e líder do grupo. "Ontem foi aprovada aqui a solicitação à Justiça do pedido de prisão preventiva. "Itaba – Indústria de Tabaco Brasileira Ltda, empresa recentemente criada por prepostos de Ari Natalino para atuação no ramo de negócio, área de grande incidência de roubo de carga e de sonegação fiscal. Recipientes, Deriva dos de Petróleo Ltda, nova empresa - isso é importante que todos saibam - criada pelo grupo para substituir a marca Petroforte, e a Petroforte Brasileiro Petróleo Ltda, principal empresa do grupo.

Campinas-SP, 05 de abril. Deputado Mário Negromonte, Deputado Pompeo de Mattos, Deputado Carlos Dunga, Senador Moreira Mendes, Senador Romeu Tuma, Deputado Oscar Andrade."

Era o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Deputado para discutir o requerimento ou para encaminhar?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Apenas para fazer uma espécie de prevenção, não é nenhuma ressalva. Ocorre que os vários sigilos bancários, fiscais e telefônicos que estão sendo quebrados aqui, ainda assim, pasmem, não contemplam todo o emaranhado de empresas. Digo emaranhado, porque, pelas informações que temos, o Sr. Ari Natalino tem várias empresas, empresas fantasmas, empresas de fachada, empresas laranja, empresas laranjada, é uma coisa fantástica. Eu só quero fazer uma ressalva que nós buscássemos nos cartórios todas as demais empresas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Já tem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já tem todas levantadas. São cerca de quantas? Trezentas empresas que estão relacionadas, só que acho que no andamento da quebra de sigilo dele...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Exatamente para que pudéssemos completar, Sr. Presidente, no tempo oportuno, com a relação dessas quase trezentas empresas, que, com certeza, não são empresas verdadeiras, são empresas de fachada que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para lavagem de dinheiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele montou para fazer a lavanderia de dinheiro, os desvios das cargas roubadas, para fazer a sonegação fiscal, enfim para descarregar todas as operações daquelas empresas que são verdadeiras, como acredito seja a Petroforte. Então só faço essa ressalva para nós termos essas informações que a Polícia Federal já recolheu, para que nós possamos ter a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico dessas quase trezentas empresas que o Sr. Ari Natalino montou e não administra, mas servem tão somente para ele se locomover com essas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeitamente. Está aprovado. Vamos encaminhar e a Secretaria irá iniciar as providências para que isso ocorra e vamos verificar se já há alguma relação na CPI do Narcotráfico com respeito a esta requisição. Então aprovado, Deputado Negromonte, tomaremos todas as providências com urgência nesse sentido. Acho que também é um forte argumento a ser encaminhado ao juiz competente no pedido de decretação da prisão preventiva. **(Troca de fita)**

O SR. POMPEO DE MATTOS - ...que dispusermos em relação a todos os negócios do Sr. Ari Natalino para Agência Nacional de Petróleo.

Temos que encaminhar para a Agência...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estamos marcando uma audiência com a direção da Agência Nacional de Petróleo não só em razão do Ari Natalino, mas de toda a estrutura do comércio de combustíveis e solventes, que aumentou e muito, e a denúncia de gasolina fraudada, em razão deste aumento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só queria ter, Sr. Presidente, esse cuidado porque a Agência Nacional de Petróleo é quem controla a distribuição do petróleo. Ela tem autoridade superior sobre administração do petróleo. E é inconcebível que o Sr. Ari Natalino, com tantas denúncias, com tantas acusações, esteja negociando normalmente com a Agência Nacional de Petróleo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E parece que é o mais forte.

O SR. POMPEO DE MATTOS – ... ainda ser o mais forte do Brasil no que diz respeito a comércio de combustível.

Então a ANP...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aliás o processo em que veio o pedido de indiciamento por precatória é por ter usado uma certidão falsa junto à Agência Nacional de Petróleo. Já devia ter sido proibida a participação dele de qualquer tipo de negociação nesse sentido, por ter usado um documento falso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Porque o peixe morre pela boca e o homem pela palavra. O forte do Sr. Ari Natalino, além da Petroforte, é o esquema financeiro que ele tem. Então a CPI tem que atacar pelo esquema financeiro dele. Ele se alimenta, no seu esquema financeiro de sonegação, de desvio de carga, de roubo de carga por que ele tem um negócio limpo, e a CPI tem que reconhecer que ele tem um negócio limpo. Qual é o negócio limpo dele? O negócio limpo dele é comprar petróleo. Esse é um negócio limpo. Ele compra petróleo e aí junto ele in se re, suja o negócio sonegando imposto, suja o negócio desviando carga, comprando carga roubada, enfim fazendo todo esse tipo de coisa. Suja o negócio dele, montando esse conjunto de empresas.

Então, a ANP, até com base nesse documento, tem que suspender o fornecimento de combustível para o Sr. Ari Natalino e todas as suas empresas, a começar pela Petroforte.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, gostaria até, reforçando a argumentação do Deputado do Pompeo de Mattos, de fazer com que a ANP crie mecanismos de controle de venda desse solvente. Acho que isso é mais importante. A partir do momento que se cria um controle, estabeleçam as regras de

controle, mecanismos para controlar a venda de solvente, aí sim, poderemos chegar, indubitavelmente, a esses que estão falsificando a gasolina e vendendo por um preço mais barato.

Nem sempre o consumidor vai ao posto de combustível e vê: está em liquidação, e às vezes é combustível contaminado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Wanderlei, por favor, seu nome completo.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Wanderlei Moretto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da identidade, o senhor lembra? Só um minutinho? O senhor é advogado dele?

O SR. ADVOGADO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi do anterior?

O SR. ADVOGADO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eticamente, se forem conflitantes os interesses não sei se V.^a teria que abdicar.

O SR. ADVOGADO – São dois pescadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São dois pescadores? Estão aqui por graça e boa vontade de Deus para serem purificados?

O SR. ADVOGADO – Pela ordem, V. Ex.^a me permitiria?

Adentrei o processo agora. Eles tiveram uma única advogada, porque foi a única oportunidade que eles tiveram de contato. Então a defesa de todo grupo se viu comprometida a um único profissional. Um profissional que, inclusive, se empenhou com a vontade de se ver a verdade. Em momento nenhum houve qualquer indução ou vontade de que eles faltassem com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Digo, porque os conflitos e interesses entre vários membros de um processo podem trazer dificuldade para o advogado se colocar, quando os interesses são conflitantes, e fere a ética.

Só fazendo um alerta a V.^a. Não é nenhuma advertência. Agradeço. Queria dar continuidade.

O SR. ADVOGADO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seu R.G., por favor.

O SR. WANDERLEI MORETTO – 13475039.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Quarenta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Endereço?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Rua de Umará quel, nº 70. Era antigo 11, mas passou para 70.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão.

O SR. WANDERLEI MORETTO - Sou autônomo. Trabalho com representação de vendas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - De quê?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Representações e vendas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - De quê?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Cosméticos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Cosméticos.

O SR. WANDERLEI MORETTO - É, perfumaria, cosméticos e...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor é pescador?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Olha, não é que eu sou pescador, eu gosto, tanto é que vou...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas não é profissional da pesca?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Tudo bem, é só para esclarecer.

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Local onde exerce sua atividade?

O SR. WANDERLEI MORETTO - São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É parente em algum grau de alguma pessoa também envolvida no mesmo processo?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - De acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, gostaria de saber se o senhor se compromete a dizer somente a verdade aqui.

O SR. WANDERLEI MORETTO - Somente a verdade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Então eu pediria que o senhor assinasse o termo de compromisso nesse sentido. (Pausa.)

Com a palavra o Sr Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Wanderlei Moretto, o senhor diz que é autônomo?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - No ramo de...

O SR. WANDERLEI MORETTO - Perfumaria e cosméticos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Como se dá o seu trabalho? Explique aqui para nós.

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE - Como acontece o seu trabalho? Como o senhor faz?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Ah! Eu pego representações, empresas que me passam mercadorias, folhetos, e represento.

O SR. OSCAR ANDRADE - E quais as empresas o senhor representa hoje?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não. Eu não tenho nenhuma hoje.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não. Hoje, não. O que eu faço hoje... é porque inclusive eu estava até procurando mais representações para conseguir continuar o trabalho.

O SR. OSCAR ANDRADE - Até quando o senhor tinha representação?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não. Eu estou há dois anos, acho que faz dois anos que trabalho como autônomo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Pois é, mas o autônomo representa alguma coisa, o senhor vende para alguém.

O SR. WANDERLEI MORETTO - É. Eu estava para pagar o INPS, mas não estava conseguindo e tudo, então... mas até então eu estava...

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor é autônomo, mas não tem jeito de provar, porque não paga INPS autônomo, o carnê. O senhor paga?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Pago, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o senhor representa qual a indústria de cosméticos?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não. Eu compro e revendo, porque eu pego...

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor compra como se fosse para o senhor?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Revende sem nota?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Revende sem nota?

O SR. WANDERLEI MORETTO - É.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor compra aonde?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Ah! Eu compro, às vezes, vêm ofertas do Carrefour, ofertas de supermercados, essas bases, na 25 de Março...

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor é sócio do José Bosco?

O SR. WANDERLEI MORETTO - A gente trabalha junto, a gente em troca informações e trabalha junto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Aonde o senhor compra na 25 de Março? Na Galeria Pajé?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não. Não é na Pajé, é na rua mesmo, tem bastante lugar que vende...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É de camelô?

O SR. WANDERLEI MORETTO Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sabe a origem desses produtos?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não, senhor. Eu sei que muitas coisas que... Compra-se bijuteria, batom, essas coisas, falam que é do Paraguai, não?

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor vende para pessoas?

O SR. WANDERLEI MORETTO - A gente procura revender, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ou vende para outras lojas?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não. A gente vende, procura revender, as sim, para... Onde a gente conseguir vender a gente vende. A gente mostra o produto e tenta vender. Mas é difícil.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor foi preso lá na chácara, em Saltinho, no dia 15 de março?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Isso. Fui surpreendido lá.

O SR. OSCAR ANDRADE - Como foi? Conte para nós.

O SR. WANDERLEI MORETTO - A hora em que nós chegamos?

O SR. OSCAR ANDRADE - Na hora em que você foi preso. Conte tudo.

O SR. WANDERLEI MORETTO - A hora em que nós chegamos lá, quando eu entrei com o carro, fomos surpreendidos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Nós quem?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Eu e José Bosco.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você e José Bosco em qual carro?

O SR. WANDERLEI MORETTO - No meu Monza.

O SR. OSCAR ANDRADE - O Monza é seu?

O SR. WANDERLEI MORETTO - É meu. É meu.

O SR. OSCAR ANDRADE - Explique para nós. A chácara, a entrada da chácara é porteira, como é? É distante, é na rua?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não. Tava aberta, hora que nós chegamos, tava aberta.

O SR. OSCAR ANDRADE - E da porteira na casa, quantos metros?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Eu calculo uns três metros.

O SR. OSCAR ANDRADE - Três?

O SR. WANDERLEI MORETTO - É.

O SR. OSCAR ANDRADE - É curtinho?

O SR. WANDERLEI MORETTO - É curto; eu calculo uns 4m 5 m.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sei. Aí o senhor chegou lá? Me explique. Chegou o senhor e o...?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não. Mas, na hora que nós entramos, já não sabia mais o que estava acontecendo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não. Você viu o que lá?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não vi nada. Juro para o senhor que eu não vi nada.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor estava de olhos fechados?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem estava dirigindo?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Era eu que estava dirigindo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você não viu nada?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não. Eu só vi um caminhão que estava encostado ali na porta...

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual caminhão?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Eu só vi o caminhão que estava encostado assim, na entrada...

O SR. OSCAR ANDRADE - Pois é, qual o caminhão?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não sei qual era.

O SR. OSCAR ANDRADE - Como era o caminhão?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Era um baú branco.

O SR. OSCAR ANDRADE - Um baú branco?

O SR. WANDERLEI MORETTO - É. Mas não deu pra ver nada, porque ...

O SR. OSCAR ANDRADE - Era um Mercedes?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não sabe.

O SR. WANDERLEI MORETTO - Porque, como estava escuro lá, nós pegamos e entramos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você entrou com o farol apagado?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não, o farol alto, mas já entrando, porque o portão estava aberto, já entrando direto. Até pensei e falamos: Olha, já tem, já deve ter chegado alguém, porque o portão está aberto. Quase que eu ia parando aí para fechar o portão, mas falei: Não sei se vai vir mais gente.

O SR. OSCAR ANDRADE - E aí, continue...

O SR. WANDERLEI MORETTO - Aí fomos surpreendidos na hora que...aí vieram os policiais, nos prenderam e até hoje.

O SR. OSCAR ANDRADE - Que horas eram?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Calculo que eram mais ou menos umas sete e meia, oito horas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sete meia, oito horas. Você chegou junto com o Bosco?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Chegamos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele chegou às sete horas.

O SR. WANDERLEI MORETTO - Então, mas eu calculo que seja isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você estava no mesmo carro...

O SR. WANDERLEI MORETTO - Doutor, juro para o senhor, lembro que foi mais ou menos nesse horário, entre sete e meia e oito horas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sei. Você foi fazer o que lá?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Fomos pescar, Doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Pescar. Mas vocês resolveram pescar como? Que horas vocês decidiram pescar?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Porque já fomos lá pescar e à noite, e a gente pega...Quer ver? Tanto é que tenho...

O SR. OSCAR ANDRADE - Que horas vocês decidiram pescar, que você combinou um com outro "vamos pescar? Então vamos pescar."?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Foi à tarde, lá em São Paulo mesmo.

O SR. WANDERLEI MORETTO - Foi à tarde.

O SR. OSCAR ANDRADE - E aí?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Aí viemos. Carregamos o carro, pegamos as mercadorias para tentar...carregamos o carro, viemos para cá...

O SR. OSCAR ANDRADE - Carregou o carro de quê?

O SR. WANDERLEI MORETTO - O meu carro.

O SR. OSCAR ANDRADE - De quê?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Produto.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ah?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Mercadoria, cosméticos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas é bom pescar peixes com cosméticos? Como é essa estória?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Mas a nossa intenção era pegar e no outro dia tentar vender alguma coisa. Sair já a caminho de São Paulo tentando vender e quando...

O SR. OSCAR ANDRADE - Ah, tá, vocês iriam dormir lá?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Pescando?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Não, senhor. Ficamos...Normalmente, a gente fica e vai embora de madrugada, fica pescando.

O SR. OSCAR ANDRADE - Até de madrugada? Até de madrugada, e aí vai embora. Bom, então continua contando. Aí vocês resolveram carregar o carro de cosméticos. Onde vocês pegaram esses cosméticos?

O SR. WANDERLEI MORETTO - É como estou falando para o senhor, em ofertas, grandes supermercados, nos atacados....

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas estava onde a mercadoria? Quando você disse "carregamos o carro"...

O SR. WANDERLEI MORETTO - Em casa. Peguei...

O SR. OSCAR ANDRADE - Estava na sua casa?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Pegamos tudo o que a gente tem, juntamos e fomos tentar sair.

O SR. OSCAR ANDRADE - De noite?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Era tarde.

O SR. OSCAR ANDRADE - Por quê? Se você iria pescar, o que você iria fazer com cosméticos dentro do carro?

O SR. WANDERLEI MORETTO - Porque, como falei para o senhor, a gente ia tentar vender.

O SR. OSCAR ANDRADE - Para os peixes?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não, senhor, a mercadoria...

O SR. OSCAR ANDRADE – Para o Luiz?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não, senhor. Não porque a gente não faz negócio...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você enche o seu carro de mercadoria, vai para a chácara do Luiz...

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não fui para lá, Doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah! Você não foi para lá, não?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não. Entenda, primeiro passamos na loja dele e conversamos com a mulher dele. Ela falou assim: Não tem ninguém lá, não, agora se vocês quiserem pescar, podem ir lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, o senhor conversou pessoalmente com ela...

O SR. WANDERLEI MORETTO – Conversamos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Bosco ligou. Foi por telefone. Então ele ligou e você foi lá.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Para confirmar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah! Para confirmar...

O SR. WANDERLEI MORETTO – Para ver se podia, tanto é que falou que...

O SR. OSCAR ANDRADE – Precisaram de duas confirmações: uma por telefone, outra pessoalmente.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não. Ele pegou... Quando ele ligou para lá...

O SR. OSCAR ANDRADE – Que horas ele ligou?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não sei, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que horas você falou com ela? É a Sandra?

O SR. WANDERLEI MORETTO – É a Sandra.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que horas você falou com ela?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Acho que eram umas quatro e pouco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quatro e pouco.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Umas quatro e pouco.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele ligou mais tarde um pouco. Ele estava com você, não estava?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, não estava, não. Você foi sozinho na Sandra?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não. Lá na loja?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Estávamos nós dois.

O SR. OSCAR ANDRADE – E por que ele ligou depois, então, se ela já tinha autorizado?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Doutor, a hora que fomos para lá, para a loja, a Sandra falou que não tinha ninguém lá. Aí falamos: Pô! Vamos pescar? Vamos. Aí pedimos autorização para ela...

O SR. WANDERLEI MORETTO – Isso. Ela deu.

O SR. OSCAR ANDRADE – ...agora, se ele depois...

O SR. WANDERLEI MORETTO – Aí depois o Bosco ligou de novo para confirmar?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Olha, vamos indo, estamos indo, porque não demos uma certeza se iríamos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, estavam ainda em dúvida se iriam.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não, não demos uma certeza de que iríamos porque estávamos já com a intenção de irmos embora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não pescar mais?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Estávamos com a intenção de ir embora...

O SR. OSCAR ANDRADE – Embora para onde?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Embora para São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em vez de ir pescar?

O SR. WANDERLEI MORETTO – É porque já era tarde e tudo e dá... mas pegamos e ainda falamos: Bom, mas vamos tentar? Vamos. A gente fica até um pouco lá mais tarde, tudo, e vamos embora. E foi aí onde que aconteceu. Tanto é que com pra mos, pra mos lá em uma avicultura e compramos ??

O SR. OSCAR ANDRADE – Espere aí, só estou querendo entender a estória toda. Primeiro você carregou o carro...

O SR. WANDERLEI MORETTO – Em São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, foi em São Paulo?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Foi em São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí veio para Saltinho...

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não. Estivemos na loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desculpa, a loja não é em Saltinho, é onde?

O SR. WANDERLEI MORETTO – É em Piracicaba.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso. Você carregou o carro em São Paulo. De São Paulo a Piracicaba são quantos quilômetros?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Calculo uns 180, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Cento e oitenta, duas horas e pouco de viagem. Aí vocês foram a Piracicaba?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com carro carregado de cosmético?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pedir a Sandra para pescar?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não. Aí nós fomos lá, porque a nossa intenção era para ir pegar para trabalhar no outro dia. A gente tentar vender no dia seguinte. Entendeu? Mas como já era tarde o horário e tudo, nós falamos assim: O que você acha, vamos pescar?

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Aí eu falei: Não sei, de repente, de repente... Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí pediram a Sandra. Eu já entendi.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Então.

O SR. OSCAR ANDRADE – Resolveu: ao invés de trabalhar, ir pescar. Pediu a Sandra?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não. Mas é por causa do horário. Do horário, que já era tarde.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei. Do horário, já era tarde.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Aí nós falamos com a Sandra e ela disse assim: Olha, só que não tem ninguém lá. Não tem ninguém lá. Aí falamos: Mas se nós cismarmos, se der certo, vamos fazer assim? Se a gente tentar, agir, pode ir lá pescar? Ela falou: Não, tudo bem, pode ir. Tanto é que depois nós fomos comer alguma coisa, aí nós falamos: Vamos

pescar, vamos? Aí compramos uns negócios para ir para lá. E resolvemos a ir para lá. Aí...

O SR. OSCAR ANDRADE – Comprou os equipamentos de pesca?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Compramos a ração de coelho, compramos bigato, porque as varas já tinha lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – A vara tinha lá.

O SR. WANDERLEI MORETTO – É a gente sempre tem lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aonde fica a vara?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Entrando num, como se fala, num quarto que fica no fundo, do lado da churrasqueira.

O SR. OSCAR ANDRADE – E lá fica aberto?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Fica aberto.

O SR. OSCAR ANDRADE – A casa toda fica aberta?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Olha, a gente tem acesso da churrasqueira para lá, assim, por que a gente já vai direto. Inclusive a gente fica num dos dois lagos. E à noite a gente pede até para o vizinho para acender a luz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bem. Depois que vocês falaram com a Sandra que iam pescar o Zé Bosco ainda, depois, teve que ligar para confirmar que ia pescar.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Só confirmando que iria para lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso. Confirmou. Está certo. Aí vocês foram pescar?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Fomos pescar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês pescam o quê lá?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Lá tem tilápia. Tanto é que as tilápias pequenas que a gente pega devolvemos. Tem tilápia, tem lambari,...

O SR. OSCAR ANDRADE – Lambari.

O SR. WANDERLEI MORETTO – ...tem cascudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cascudo.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Tem outro tipo de peixe lá que é traíra, não é, dos dentes grandes. Têm várias espécies de peixe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi no seu carro e o Bosco no carro dele?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não. No meu carro. Estávamos eu e o Bosco no...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi com você?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Que carro era?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Um Monza. Era isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí o senhor chegou lá, cheio de polícia. É isso que o senhor disse?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Isso. Isso. Porque, olha...

O SR. OSCAR ANDRADE – O Celso estava aonde?

O SR. WANDERLEI MORETTO – O Celso já estavadedtido.

O SR. OSCAR ANDRADE – É! E o que o senhor ouviu lá sobre o Celso?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Lá!?

O SR. OSCAR ANDRADE – Dos policiais, nas conversas que vocês tiveram lá.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não deu para eu ouvir nada...

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que ele estava preso? O Celso.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Porque eles queriam saber o que estava lá. Aqueles negócios que estavam lá na chácara.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais negócios?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Os pneus.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos pneus?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não sei, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que mais além dos pneus?

O SR. WANDERLEI MORETTO – O que eu sabia, era só isso que eles estavam perguntando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os pneus estavam aonde na hora que você viu?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Eu não vi os pneus.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a Sprinter, você viu?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não vi. Não vi. Porque o susto foi tão grande, o nervosismo foi tão grande que eu não vi nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você fechou o olho?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não. Mandaram eu abaixar a cabeça e então me colocaram lá para dentro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Te vendaram?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Capuz?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não. Mas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Óculos escuros?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Falaram para eu não olhar nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, não olha para nada. Abaixa a cabeça.

O SR. WANDERLEI MORETTO – É. Porque aí me algemaram e me levaram lá para dentro. E aí me fizeram lá as perguntas.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Levaram para onde?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Para a sala. Tanto é que eu passei pelo Celso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para sala?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí o senhor ficou lá.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Fiquei lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na sala.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Algemado.

O SR. MOREIRA MENDES – Quer dizer, que você... Você estava com quem? Apenas repetindo.

O SR. WANDERLEI MORETTO – José Bosco.

O SR. MOREIRA MENDES – Você e o Bosco chegaram quando o Celso já estava preso?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Já.

O SR. MOREIRA MENDES – Os outros dois já estavam presos?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não. Os outros dois não. Estava o Celso.

O SR. MOREIRA MENDES – O Celso já estava preso?

O SR. WANDERLEI MORETTO – O Celso estava. Aí prenderam nós dois, eu e o Bosco.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor sabia o que foi encontrado lá.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Olha, pelos meus filhos que mais amo no mundo, quero ver os meus filhos mortos, como não sabia.

O SR. MOREIRA MENDES – Mas como o senhor anda cento e tantos quilômetros para vir pescar, numa quinta-feira?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não. Não foi só...

O SR. MOREIRA MENDES – E che ga lá é preso com o seu carro com uma porção de dentro, semelhantes aos que foram roubados. O senhor não acha muita coincidência?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Eu acho, eu acho, eu acho. Mas olha, doutor, é aquele negócio que eu falei pro senhor: não sei de nada porque...

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu Wanderlei, não conte estória de pescador pra nós não.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não é estória de pescador, doutor!

O SR. OSCAR ANDRADE – Pelo amor de Deus! A Lei 1.579, que regulamenta a CPI, no seu inciso IV estabelece que se o senhor mentir, atrapalhar os trabalhos da CPI, falsear, o senhor pode ser enquadrado no art. 302 do Código Penal, de um a quatro anos de prisão. Só vai agravar ainda mais a situação aqui ainda. O senhor já está indiciado por roubo e receptação de carga. Se o senhor ajudar o senhor facilita a sua vida aqui.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Doutor, eu tô ajudando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não vem com estória de pescador, não existe essa estória de pescador, isso é conversa fiada.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Doutor, pelo amor de Deus. Olha, doutor, a pesca foi um acaso, que nós viemos realmente pra tentar vender...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não sabe nem contar a história da pesca, rapaz. Você fala que a Sandra autorizou, depois o Bosco ligou de novo pra autorizar. “Nós vamos pescar mas talvez a gente não vá”. O senhor chegou pra pescar às 7 horas. O Bosco falou que até 10 horas o senhor pesca; o senhor falou que até de madrugada. Você está a quase 200 quilômetros de São Paulo e vem cheio de cosméticos pra pescar! Que conversa fiada é essa?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não é, doutor. Não é isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está se complicando cada vez mais. Você não tá vendo? Você tem filho?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Tenho três.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a idade deles?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Tem 8, 14 e 18.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é. Você já imaginou seus filhos, rapaz?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não é nada disso.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor quer conversar com a gente numa sessão secreta, fechada, apenas com os deputados e senadores?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sem imprensa, sem ninguém.

O SR. MOREIRA MENDES – Sem imprensa, sem ninguém, para o senhor facilitar as coisas e... o senhor prefere assim?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Eu tô falando a verdade, justamente a verdade.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor tem medo de alguma coisa? O senhor está sendo ameaçado? Não é nosso interesse... nós queremos saber da verdade. Nós já sabemos de tudo, nós precisamos da sua confirmação. Está tudo aqui, oh! O senhor não prefere transformar isso numa sessão secreta e conversar conosco e contar tudo. É melhor para o senhor, só vai ajudar.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Doutor, eu sei, eu sei, doutor. Mas, olha, o que eu posso falar... eu não tenho...

O SR. OSCAR ANDRADE – Wanderlei, se quiser ser testemunha da CPI e ajudar...

O SR. WANDERLEI MORETTO – Eu ajudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – ... nós podemos te enquadrar no Programa de Proteção a Testemunhas, proteção para você e para sua família.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Eu ajudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós só podemos lhe oferecer isso e mais nada. O resto é a dignidade sua perante sua família.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Eu até ajudo que eu não sei o que tá acontecendo, o que tá se passando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Rapaz, ninguém leva cosmético pra pescaria, não vem com essa conversa, não insiste nisso. Quem enche um carro de cosmético e vai pescar, rapaz? Vai passar batom em peixe!

O SR. WANDERLEI MORETTO – Doutor, não é isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já viu um negócio desse? Creme de bronzear pra pescar!

O SR. WANDERLEI MORETTO – Doutor, mas é tentar vender lá no dia seguinte, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como no dia seguinte, se você ia voltar a São Paulo pra dormir?

O SR. WANDERLEI MORETTO – No caminho de volta, doutor.

O SR. CARLOS DUNGA – Ia levar o peixe aonde?

O SR. OSCAR ANDRADE – De noite?

O SR. CARLOS DUNGA – Como você ia levar o peixe?

O SR. WANDERLEI MORETTO – É porque a gente deixa no saco plástico, no freezer.

O SR. CARLOS DUNGA – Então não tinha peixe lá. Um bom pescador pegaria uma mala de carro de peixe. Como é que o senhor já ia com a mala cheia de cosmético pra ir pescar?

O SR. WANDERLEI MORETTO – É que nem eu falei, a gente às vezes pesca e solta, às vezes pega e leva pra casa um pouco.

O SR. CARLOS DUNGA – Passar uma noite pescando e soltando?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Doutor, por Deus do céu, doutor, o senhor pode não acreditar.

O SR. CARLOS DUNGA – Quem é o Miguel?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não conheço, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhece o Miguel?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Luiz Benedito você conhece?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos anos?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Tem uns oito anos ou mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uns oito anos?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você e o Zé Bosco são amigos há quantos anos?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Des de quando eu trabalhava na Abaeté, mas faz tempo também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais que oito anos?

O SR. WANDERLEI MORETTO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês dois conheceram o Luiz juntos?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não. Eu conheci o Luiz porque eu trabalhava em negócio de cosméticos, sempre trabalhei, então eu atendia muitos lojistas ele era um dos clientes lá também. Não só ele como outros, vários. Eu conheci ele assim. E...

O SR. OSCAR ANDRADE – Junto com o Bosco?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não, senhor. Aonde eu trabalhava. O Bosco eu conheci ele porque também ele fazia...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é sócio de Bosco há quanto tempo... vocês trabalham juntos nessa compra e venda de cosméticos?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Olha, doutor, não lembro direito. Mas acho que tem, acho que deve ter uns dois anos, três anos ou mais.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Olha doutor não lembro direito, acho que deve ter uns dois, três anos ou mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dois, três ou mais.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Por aí, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E qual o capital que vocês movimentam por mês?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Mensal?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. WANDERLEI MORETTO – O senhor fala de comprar e vender?

O SR. OSCAR ANDRADE – É. Você sabe o que é capital de giro?

O SR. WANDERLEI MORETTO – É o que a gente ganha?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não. O capital de giro é um dinheiro que você tem, certo. Esse não pode diminuir. Aí você usa para comprar, põe o lucro em cima, vende e gasta o lucro, joga fora, faz o que você quiser, mas o capital de giro existe ali. Quanto que era o negócio seu?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Uma média de dois mil, dois mil e quinhentos, três mil, essa média.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que era o capital de giro seu?

O SR. WANDERLEI MORETTO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que vocês remarkavam? Qual o percentual que vocês punham de remarcação em cima?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Era fazer o mix. Tinha a mercadoria que dava 10%, tinha mercadoria que dava 5%, tinha mercadoria que dá 3%, tinha mercadoria que dava 12%. Fazia o mix.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fazia o quê?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Mix.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é mix?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Tem mercadoria que dá mais, tem mercadoria que dá menos, fazia...

O SR. OSCAR ANDRADE – Em torno de 10%.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Em torno de 10%, essa média.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí, por exemplo, você comprava dois mil reais num dia e gastava quantos dias para vender?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Às vezes, dependendo do produto, vendia em uma semana, três dias, quatro dias, dependendo do...

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos dizer que você fazia quatro compras por mês mais ou menos?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não, mas a gente tinha que vender para comprar, vendia e comprava de novo..

O SR. OSCAR ANDRADE – Quatro vezes no mês?

O SR. WANDERLEI MORETTO – O que acontece, às vezes a gente não consegue vender, mas às vezes aparecia mercadoria em oferta e a gente comprava no cartão por causa do prazo e tentava vender.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas era em torno de uns três mil que era o seu giro mensal?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Mais ou menos por aí. Não que eu ganhasse isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei, você gira, três, quatro vezes num mês, com 10% que era mais ou menos a média de ganho, quer dizer, você ia ganhar uns R\$800,00, vocês dois.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Dava uma média mais ou menos de R\$900,00, R\$1.200,00, R\$1.300,00 por aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para os dois?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não, a minha parte e a parte dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cada um com essa parte.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Porque cada um queria ter uma parte e ter uma outra. A gente fala sócio, mas na verdade a gente troca muitas idéias. Olha em tal lugar está em oferta, vamos lá? Em tal lugar está assim, assim. Então a gente fazia isso daí.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Wanderlei, o senhor já foi ou tras vezes pescar lá?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Já.

O SR. MOREIRA MENDES – Quantas vezes?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Acho que foi umas três, quatro vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Durante todo esse tempo umas três ou quatro vezes?

O SR. WANDERLEI MORETTO – É. Porque na verdade...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas na polícia o senhor declarou que ia de 15 em 15 dias.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Que vinha para cá. De 15 em 15 dias? Nós pescamos umas três ou quatro vezes.

O SR. MOREIRA MENDES – Está aqui, o senhor disse que de 15 em 15 dias pescava lá.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não é assim. Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES – Para pescar, o que é feito de 15 em 15 dias com o seu colega.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não exatamente isso. Ele falou assim, qual é o prazo que vocês pegam para pescar. Eu falei, normalmente a gente pesca de 15 em 15 dias. Mas não especificamente neste local.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O carro em que o senhor chegou lá na propriedade do Luiz, Sr. Wanderlei, de quem era?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Seu. O material que tinha dentro do carro, de quem era?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Meu e dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Seu e dele. O senhor comprou onde?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Como eu falei, a gente compra em oferta em supermercados.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em qual supermercado?

O SR. WANDERLEI MORETTO – No Carrefour, no Makro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No Carrefour e no Makro?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Mas não é só nessas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde o senhor comprou aquele material, aquelas coisas que estavam dentro do carro, onde o senhor comprou?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Na 25 de março.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é 25 de março?

O SR. WANDERLEI MORETTO – É uma rua.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na rua a gente não compra, quero saber qual o nome da loja.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não foi da loja que pegamos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor comprou onde?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Debiscateiros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dos biscateiros?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Comprou o quê?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Comprei as mercadorias que estavam lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E as notas?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não tenho nota, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tem porque o senhor roubou a mercadoria.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Pelo amor de Deus, não fala isso. Eu paguei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não era roubada?

O SR. WANDERLEI MORETTO – O senhor vai na casa de uma pessoa que tem roubados 10 mil itens da mercadoria que o senhor tem no porta-malas, roubada, o senhor vai aonde há pneu roubado, **chips** e eletrônicos roubados, equipamentos de autopeças roubados e, no porta-malas do seu carro, encontra-se o mesmo material. Isso não é roubado?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Se era, eu não sei. Juro por Deus.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor não tem nota? Comprou sem nota?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde o senhor comprou? No Carrefour?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não foi no Carrefour, porque o Carrefour vende com nota.

O SR. WANDERLEI MORETTO – A gente pega os tíquetes, tanto que têm no meu cartão os comprovantes, porque comprei muitas mercadorias com tíquete.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde estão os comprovantes?

O SR. WANDERLEI MORETTO – A gente compra...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde estão os comprovantes?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Dessa mercadoria eu não tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tinha comprovante dessa mercadoria?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Se eu tiver, está jogado em algum lugar no meu carro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não tinha comprovante?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Claro que não há como ter comprovante. Precisamos desmascarar isso. Não ficaremos aqui passando conversa de pes-

cador. O senhor está contando histórias de pescador. O senhor sabe que pescador mente muito, e o senhor também. Não? O senhor não é pescador?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Eu gosto de pescar, mas não sou pescador assim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhorgosta de pescar, mas não é pescador. Cada um veio a esta Comissão e contou a mesma história montada.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Mas não é não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Apenas dizem: “Não sei, não vi, não estava lá, estou cego, surdo e mudo”. E o senhor também. De quem o senhor comprou o carro?

O SR. WANDERLEI MORETTO – De uma agência na – como é o nome da agência – Nhá Melo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O carro não é roubado?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É registrado no seu nome?

O SR. WANDERLEI MORETTO – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estava legal?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tudo certinho? Onde está o carro?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Na Real Veículos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde está o carro?

O SR. WANDERLEI MORETTO – O meu carro?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Exato.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não sei. O meu carro foi preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi preso. Por que o seu carro foi preso?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Não sei; para averiguação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Os documentos não estavam corretos?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Está tudo certinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está tudo certinho? Está no seu nome?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Está no meu nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está registrado na Delegacia?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Está tudo certinho, doutor. Está tudo no meu nome, inclusive

IPVA. Está tudo certo. Tenho o recibo de compra e venda.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não me refiro ao recibo de compra e venda. O senhor tem o documento?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Os documentos do carro tirados na Delegacia?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estavam juntos? Está tudo certinho. Só havia mercadoria roubada.

O SR. WANDERLEI MORETTO – Se era roubada, não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não era roubada?

O SR. WANDERLEI MORETTO – Se era roubada, não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, teríamos de mudar a legislação. Já há a Legislação do Tráfico de Drogas, mas o crime do roubo de cargas é um crime novo – quando digo novo, refiro-me à proporção.

Aqui está o exemplo: eles formaram uma pequena quadrilha nova, comandada pelo Luís Benedito da Costa, e, em parceria com eles, arriscaram-se. Estava dando certo até que caíram. E assim há várias outras quadrilhas. Hoje, tivemos a informação de que foi presa, essa noite, uma quadrilha também roubando combustível. Então, várias quadrilhas estão se formando.

Deveríamos elaborar – quem sabe a CPI estude o tema – um projeto de lei para que o veículo usado no transporte de carga roubada, quer dizer, o proprietário do veículo que transporta dentro do seu carro carga roubada perca o veículo em favor da União. Uma das penas seria a perda do veículo. Em relação à droga, isso já ocorre. Ao carregar droga, o condutor perde o veículo que está carregando a droga. Ao plantar droga numa propriedade, perde-se a propriedade. Também devemos fazer assim. O motorista perderá o veículo por estar carregando material roubado. E não adianta dizer: “Mas é sem nota”. Sem nota? Andam com quem rouba carga, e não há nota da carga que leva. Qual é a carga? Precisamos fazer isso para pegarmos esse pessoal.

Sr. Presidente, seria importante fazermos – não sei se é realmente necessária – uma acareação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito, vamos fazê-la. Peço apenas ao deponente que se re-

te e aguarde na outra sala para terminarmos as averiguações e fazermos as acareações.

O Deputado Mário Negromonte está presente? (Pausa.)

Pergunto à Secretaria se Gilberto Luís Idalgo Gimenez e Claudionor Santos se apresentaram. (Pausa.) Foram soltos por **habeas corpus**. Pediria ao Deputado Mário Negromonte que fizesse uma referência à participação deles no processo a quem respondem.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, o Gilberto Luís Idalgo é um famoso corredor de fórmula **truck**. A Polícia localizou 40 caminhões irregulares em um galpão de 5 mil m², no Guarujá, e prendeu duas pessoas: o dono do estabelecimento, Gilberto Luís Idalgo, de 37 anos, e o funcionário Claudenor Santos, de 24 anos. Dos oito caminhões que a Polícia vistoriou, sete estavam com o chassi remarcado e com nova pintura. O outro era roubado do galpão que fica no Km 247 da Rodovia Prestes Maia. Os investigadores encontraram, ainda, dezenas de placas de caminhões e documentos, além de todo o equipamento necessário para adulterar os veículos e a sua documentação.

O Sr. Gilberto Luís Idalgo foi preso em flagrante, no dia 20, no seu estabelecimento, solto com **habeas corpus**, no dia 29. Era essa a informação, Sr. Presidente, que gostaria de transmitir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Queria, então, diante da leitura que fez o Deputado Mário Negromonte, requerer a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de Gilberto Luís Idalgo Gimenez e de Claudionor Santos, que atuam em parceria. Feita a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico, sugiro que seja também aprovado requerimento a oitiva deles dois em Brasília e com a prevenção – temos de nos prevenir – de que sejam advertidos de que, se não depuserem, serão conduzidos sob vara, até porque as figuras importantes fogem da CPI. O Ari Natalino fugiu da CPI. Agora, o Gilberto Luís Idalgo Gimenez, figura importante, foge da CPI, escapando por **habeas corpus**. Nada impedia que, mesmo com **habeas corpus**, ele viesse. Preso, seria trazido. Solto, teria a liberdade de vir. Não veio porque não quis prestar conta. Então que seja quebrado o sigilo bancário, fiscal e telefônico do Gilberto Luís Idalgo e também do Claudionor dos Santos e que sejam intimados o Gilberto

e o Claudionor a depor em Brasília e advertidos de que serão conduzidos sob vara, se não vierem espontaneamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Será aprovado. Solicitaria a V. Ex^a que formalizasse seu pedido posteriormente.

Faço um apelo aos promotores públicos que nos estão prestigiando nesta Casa. Recebi agora do Delegado responsável pelo Depatri – Departamento de Proteção ao Patrimônio – o pedido de **habeas corpus** e a manifestação do Ministério Público concordando com a concessão de **habeas corpus** a Gilberto Luís Idalgo Gímenez e, ainda, a Claudionor Santos ou Claudionor Santos. Quer dizer, nem o nome correto houve na manifestação do pedido, provavelmente. O Ministério Público alega que os indiciados são primários, ostentam ocupação lícita e possuem residência fixa. É uma empresa de fachada, até pelos antecedentes que constam do auto de prisão em flagrante. Quer dizer, se, daqui a pouco, todo mundo que for ladrão disser que mora numa determinada rua tiver que ser solto por **habeas corpus**?! Vamo-nos dirigir ao Ministério Público. Vamos pedir a ele e à juíza que concordou com essa manifestação que revejam seu ato. É um apelo que faço no sentido de que eles voltem para o xadrez, dada a importância que representam na quadrilha. Eles são os chefes, os cabeças da quadrilha; foram soltos, e os demais membros continuam presos. Então, queremos contra-argumentar que endereço fixo não é argumento para pôr na rua ladrão comprovadamente preso em flagrante, a não ser por outros motivos. Não vou entrar no mérito da discussão com o Poder Judiciário, que tem esse poder. Contudo, peço que reveja essa situação, para que possamos, na medida do possível, identificar e punir aqueles que são receptadores e cabeças de quadrilhas de ladrões de cargas. Está aqui com provado pelo que está no auto de prisão em flagrante, dezenas de veículos apreendidos, com chassis remarcados, cargas roubadas, desmanche de caminhões, transformações de caminhões em ônibus, quer dizer, uma gama enorme de provas. E, por ter endereço fixo e atividade lícita – que lícita é isso, meu Deus do céu? Só era lícito quando ele ia correr com o truck, que provavelmente está correndo com um caminhão roubado também, com a carroceria roubada. Então, desculpem incomodá-los, mas vou fazer o apelo para que falem com a promotora, porque me recuso a fornecer o nome da juíza e do promotor e nós vamos também fazer por escrito esse apelo para que reconsiderem a decisão.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. MOREIRA MENDES – Ape nas para dizer que quero assinar também, ratificar o requerimento feito pelo Deputado Pompeo de Mattos, no sentido de todos os requerimentos que ele fez, e somar aqui o meu protesto junto à sua indignação. Acabamos chegando à triste confirmação de que realmente acabam respondendo a processos os negros e os pobres, o que eu lamento profundamente. Eu quero me somar a sua indignação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há proposta aqui de acareação, então eu queria o Relator, para confirmar a acareação.

Então, o senhor poderia dizer “é o Luiz Benedito Costa com Celso da Costa”?

Então, eu pediria a apresentação dos dois aqui. (Pausa.)

Com a palavra o Sr. Relator para que dê início à acareação.

O senhor olha para ele, por favor. (Pausa.)

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Luiz, quem é o senhor à sua frente?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – É o Sr. Celso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Celso? Seu primo?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Meu primo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Primo primeiro?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Primo primeiro?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Primo primeiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por favor, olhando para ele, você quer dizer, com tar de novo, a história da carga de pneus, de cosméticos, de peças que foram encontradas na sua residência, na chácara, em Salinho?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Certo. Eu disse que nós...

O SR. OSCAR ANDRADE – Olha para ele, por favor.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – ... na quinta-feira, eu estava aqui em Campinas, liguei para a loja, que deu o recado, certo? E recebi o recado que era para ligar para o Miguel, o rapaz, certo? Foi me passado o celular dele, eu liguei para ele e ele me informou que havia deixado uma mercadoria lá, ao qual...

O SR. OSCAR ANDRADE – É o Miguel dono da imobiliária?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não, não é Miguel dono da imobiliária não.

O SR. OSCAR ANDRADE – É outro Miguel?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – É outro Miguel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele conhece, o Celso conhece o Miguel?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não, que eu saiba, não. Mesmo porque ele não tem contato nenhum, pelo trabalho que ele faz na loja, ele faz manutenção e se organiza na loja, por tanto não deve ter nenhum contato com ele, que eu saiba.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem está pagando o seu advogado?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Quem está pagando o meu advogado? A minha família.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o advogado do Celso?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – O advogado do Celso, veja bem, não tenho muita informação, mas como as nossas famílias são rituais, deve ser a mesma família.

O SR. OSCAR ANDRADE – A própria família?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – A fonte pagadora é a mesma.

Pode continuar, por favor.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu li guei para o Miguel em um telefone da cidade e ele me informou que havia descarregado uma mercadoria lá, a qual pedi... Ele falou que tinha pneu e outras mercadorias.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor mandou o Celso lá a que horas?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu não mandei o Celso lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi fazer lá fazer o quê?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – O Celso trabalhou e, quando foi a noite, pelo que me consta – eu não estava lá – terminou o expediente dele e foi tomar banho para sair.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi tomar banho para sair?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para fazer o quê?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Ele tem os compromissos particulares dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Compromisso particular?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Continua, por favor.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – A pessoa me informou que ele estava lá e, veja bem, falei para ele que tirasse a mercadoria de lá que, quando eu terminasse meus compromissos e chegasse a noite, iria denunciá-lo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Que eu ia terminar os meus compromissos em Campinas e ao regressar, se a mercadoria estivesse lá, eu iria denunciá-los.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o compromisso que o senhor tinha?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu iria em uma firma que depois posso informar qual é. Represento uma empresa **Afro Line** que vende produtos para cabeleireiros e essa firma...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor ficou com o Celso até que horas nesse dia?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Saímos de manhã para trabalhar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Junto?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Certo. Depois, eu vou cuidar do meu trabalho...

O SR. OSCAR ANDRADE – No mesmo carro?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – No dia não me lembro, mas creio que não foi no mesmo carro porque eu vim com um carro e ele veio com outro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor veio com qual carro?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu vim com a pick-up.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Dodge?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Ele deve ter vindo com o carro dele que é um Monza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um monza?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Isto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês ficaram juntos nesse dia até que horas?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Acredito que foi de manhã porque saí logo de manhã para vir a Campinas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você veio direto para Campinas?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Vim para Campinas de manhã.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não passou pela loja?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu passei pela loja e vim para Campinas.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Veja bem, ele normalmente abre a loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que horas você foi para a loja, Celso?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eram cinco para as oito. A gente costuma sair sempre atrasados.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi no seu carro?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Naquele dia fui com o meu carro porque pretendia voltar cedo porque deveria sair a noite.

O SR. OSCAR ANDRADE – A que horas a carga de pneus foi descarregada no seu sítio?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Veja bem. Eu falei com a pessoa por volta das dez ou onze horas. Não sei precisar o horário certo, mas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual pessoa?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Com o Miguel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Miguel de quê?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não sei o nome completo dele, senhor. Realmente não sei. Foi por volta das dez ou onze horas que falei com ele, que se comprometeu, de imediato, de tirar a mercadoria de lá. E, a noite, quando cheguei, acabei os compromissos que tinha para fazer...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando ele falou com você, já estava na chácara?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Estava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ligou de lá?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não, ele não ligou de lá. Eu liguei no celular dele. Não sei onde ele estava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele estava lá?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não, não perguntei onde estava no momento.

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua mulher estava?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Ela também não porque ela trabalha na loja, sai de manhã e volta a noite.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como ela ligou para você para te dar o celular dele?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Por que ele ligou para a loja para deixar o recado. Ele ligou para a loja e deixou o recado para que eu falasse com ele imediatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, vamos continuar. Você está com o Celso e saiu para a loja. Vocês dois?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Exato. Ele abre a loja normalmente. A gente chega de manhã e abre a loja em torno de cinco para as oito horas ou oito horas que é o horário comercial.

Depois, saí e vim fazer os compromissos que tinha para fazer. Volto a insistir...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele já estava na loja?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Ele ficou na loja. Normalmente, o horário de expediente dele termina às dezoito horas. Obviamente, ele deve ter saído, voltado para a chácara porque estava com o carro...

O SR. OSCAR ANDRADE – A que horas você saiu, Celso?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Da loja? Saí um pouco antes das seis.

Como disse, eu ia tentar fazer duas cobranças e, no fim, desisti. Fui para a chácara para não me atrasar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Duas cobranças de quem?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Da Elza e da Rosângela que são uns casos meio difíceis para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – De cheque sem fundo?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – De cheque sem fundo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse cheque era de quem, Celso?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Esse cheque é proveniente de venda na loja que podemos apresentá-los.

O SR. OSCAR ANDRADE – Voltou sem fundo?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não lembro agora se foi sem fundo ou por outro motivo qualquer. Sei que, enfim, ele não foi pago e, portanto tentamos reaver esses valores.

O SR. MOREIRA MENDES – Celso, você disse que essa cobrança dos dois cheques está muito difícil?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Isso.

O SR. MOREIRA MENDES – Você há muito tempo vem tentando cobrar esses dois cheques?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Então, o Luiz passou para mim. Inclusive na porta do meu carro estava a pasta.

O SR. MOREIRA MENDES – Não, tudo bem. Faz tempo que você está tentando cobrar os cheques?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Estou.

O SR. MOREIRA MENDES – Você também é cobrador da empresa?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Posso falar?

O SR. MOREIRA MENDES – Pode.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Então. Ele me passou os cheques mais antigos da loja. Os casos impossíveis de receber.

O SR. MOREIRA MENDES – Vou repetir a pergunta. Isso. Você já havia cobrado anteriormente esses cheques, ou tentado?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Só por telefone.

O SR. MOREIRA MENDES – Por telefone.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Quando eu vou lá, toda vez não tem ninguém.

O SR. MOREIRA MENDES – E você, além do telefone, foi diversas vezes à casa da pessoa que deve?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não. Fui uma ou duas vezes porque toda vez que ia...

O SR. MOREIRA MENDES – Uma ou duas vezes?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – ...e não tem ninguém. E a distância é muito longe de onde estou.

O SR. MOREIRA MENDES – Qual o valor do cheque?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – O da Rosângela eu acho que é mais de R\$130,00, R\$135, eu não me recordo o valor corretamente.

O SR. MOREIRA MENDES – E o outro?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – O outro é mais de R\$100,00 também.

O SR. MOREIRA MENDES – Mas o valor certo.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – O valor correto eu não me recordo.

O SR. MOREIRA MENDES – Mas como é que o senhor não se recorda? O senhor disse que foi, era uma cobrança difícil, várias vezes tentou, ligou. Se o senhor fez isso várias vezes, é evidente que deve saber o valor do cheque.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu acho que o da Rosângela é R\$130,95...

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor acha ou tem certeza? Se o senhor tentou tantas vezes, se é uma cobrança difícil, e a justificativa que o senhor dá é que saiu para uma cobrança difícil, como é que o senhor não lembra o valor do cheque?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Olha, eu tenho vários cheques. Eu tenho vários.

O SR. MOREIRA MENDES – Não, mas esses dois o senhor disse que é uma cobrança difícil. O senhor até lembrou do nome da emitente, Dona Rosângela e Dona...

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Dona Elza Soares.

O SR. MOREIRA MENDES – Dona Elza. Pois é. Elza Soares? A cantora?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não. Acho que é R\$130,95 da Rosângela. E o da Elza é R\$112,00. Tenho tudo relacionado.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Só um detalhe, senhor. Posso falar? Podemos apresentar inclusive os cheques.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De onde são as peças que estavam lá na loja, lá no depósito? De onde surgiram aquelas peças?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Volto a insistir para o senhor, certo, como falei anteriormente. Ele me informou que havia deixado...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem informou?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – O Miguel. Que havia deixado os pneus e mais outras coisas lá. Certo? Que eu falei para ele: "Você tira de imediato". Não foi me dito quais são essas outras coisas. Eu só estava preocupado e queria que ele se preocupasse em tirar imediatamente aquilo de lá. Só isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Coitado do Miguel. Então, as peças e os pneus o Miguel deu lá.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu não sei dizer para o senhor se eram só peças e pneus, se tinha mais alguma coisa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E os cosméticos? Quem levou lá?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Os cosméticos são meus.

O SR. POMPEO DE MATTOS – São seus?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – São meus.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto? Era bastante? Pouco?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não. Veja bem, o que tem lá são cosméticos de reposição da loja. Por que, veja bem, eu ven di uma loja, fe chei uma loja recentemente, que deu origem à caminhonete, que foi parte do pagamento, o saldo, o que não coube na loja, tive que levar para lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E as notas?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Tem parte de mercadoria com nota e parte sem nota, certo? Isso é uma coisa que, infelizmente, hoje, no País, somos obrigados a trabalhar dessa forma. Tem coisas com nota...

O SR. POMPEO DE MATTOS – As que não tinham nota foram roubadas?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nada tinha nota.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não, tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que tanto era de mercadoria? Pouca coisa?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Veja bem. São muitas variedades.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Mas era pouca ou bastante?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Quantidade... Veja bem, como fechei uma loja, deveria obviamente ter bastante. Porque fechei uma loja fazia um mês e pouco. Então, como fechei a loja...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas fechou a loja por quê?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Vendiporque estava se tornando inadimplente. Eu não conseguia pagar os compromissos. Não era rentável.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conseguia pagar?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – É. Não era rentável.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aquele material que estava lá era da loja?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Era. Não era rentável.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então não era grande coisa?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não. Não era. Mas tinha muita variedade. Muita variedade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Mas muita variedade eramuito material ou poucomaterial? Pouco produto?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Muito produto. Bastante produto. Imagine o senhor que eu fechei uma loja e o que tinha de produto dentro de uma loja. Só para o senhor ter uma idéia...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tinha mais produto ali ou mais produto na sua loja?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu acredito que... Veja bem, obviamente mais na loja. Mas ali devia ter quase que a contagem, tendo em vista que fechei a loja.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tinha, não entendi direito, mais na loja ou mais ali?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Aproximadamente idêntico.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A mesma coisa?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – A diferença é que na loja fica exposta e ali fica tumultuado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu não estou falando em diferença de exposição; eu quero saber em quantidade. Tem mais quantidade ali ou mais na loja?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Veja bem, na loja tem mais variedade. Ali tem alguns itens, que são os excedentes, que são em maior quantidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, somando tudo, tinha mais ali do que lá?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Em valor, não. Na loja tem mais valor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em volume?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Também não. Na loja tem mais volume.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem mais volume a loja?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Tem mais volume.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos itens o senhor acha que tinha lá? Quantas peças de produto?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Aí é impossível, porque nós trabalhamos... Veja bem, na loja, eu trabalho hoje com aproximadamente sete mil itens diferentes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem controle de estoque, não?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem controle de estoque na sua loja, de depósito, nem nada?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Veja bem, eu não tenho controle de estoque, porque é uma empresa familiar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não precisa. Para que controlar estoque?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – É uma empresa familiar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem, porque itens novos vão surgindo, não é?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Itens novos vão surgindo, nós vamos comprando...

O SR. OSCAR ANDRADE – Pneu, amortecedor, peça de carro.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Senhor? Não, isso não faz parte da minha atividade, senhor. Eu já volto a insistir como senhor: não faz parte da minha atividade. Eu só trabalho com cosméticos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Celso, você já pescou? Você gosta de pescar?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não, não sou muito fã disso, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá no sítio onde você mora, você já pescou?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Já pesquei, mas numa...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual peixe tem lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu acho que é tilápia e mandi, que eles falam.

O SR. OSCAR ANDRADE – Truta não tem, não?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não é a minha área a pesca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não tenho paciência de ficar lá sentado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É grande o açude lá? É açude ou é rio?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – É lago, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sei.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu acho que é lago aquilo lá. Eu não conheço muito de sítio assim. É lago. Tem dois.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pesca lá de vez em quando, Luiz?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Pesco. Eu posso inclusive dizer para os senhores peixes que tem lá, porque eu sou um pescador.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você gosta, não é?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Gosto de pescar.

O SR. OSCAR ANDRADE – A que hora você pesca?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Veja bem, depende do tipo de peixe que eu quero pegar. Eu pesco de dia, pesco de noite, depende do peixe.

O SR. OSCAR ANDRADE – De dia você pesca o quê?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – De dia, normalmente, eu pego peixe de escama e, à noite, mais peixe de couro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tudo isso tem lá?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o peixe de couro que você pesca lá?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Lá tem mandi, tem cascudo. São peixes de couro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esses você pesca de noite.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Veja bem, não quer dizer que à noite... Peixes como a tilápia, por exemplo, você pega a qualquer hora, tanto faz de dia como de noite.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos falar um pouco da carga que ele estava transferindo para a Sprinter, os pneus. Como é que foi esse detalhe desses pneus, Luiz?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Senhor?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não precisa ficar fazendo a cena para eles, dizendo que sim e que não. Não precisa ficar fazendo, que ninguém é bobo aqui. Olha para cá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é que é o responsável por transferir a carga do depósito para a Sprinter? Não precisa falar de antes, não. Só daí agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixa ele falar. Ele ia falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fala, Celso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que foi a transferência do depósito para a Sprinter? Como é que você carregou?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu não falei nada que eu transferi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como não?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu não transferi nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que você fez?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Os policiais chegaram e eu estava no depósito, por que eu fui carregar um Mach 3.0 para mim. Só foi isso que aconteceu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi ao depósito buscar. O depósito é onde tinha todo esse material aqui?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Tinha cosméticos, tudo lá embaixo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tudo cosméticos?

O SR. OSCAR ANDRADE – Luiz, os materiais de cosméticos, de barba, essa coisa toda, estavam junto com os pneus?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Que eu saiba, não, porque lá o espaço é tão pequeno e reduzido que não tem como. Lá é onde eu guardo a mercadoria...

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde estavam os pneus, então. Se o espaço é pequeno, não cabiam os pneus lá.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu quero saber onde estavam os pneus.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Veja bem, como eu disse ao senhor, eu não estava no local. Creio eu que estavam jogados no quintal, porque o espaço que nós temos lá é uma casa de três cômodos, com prateleiras e tudo lá dentro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então não cabem os pneus. Então ficou mais fácil. A Sprinter ficou do lado de fora do galpão, então, fazendo a transferência?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Quando eu cheguei lá, o carro estava parado do lado de fora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava parado perto dos pneus?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Perto dos pneus.

O SR. OSCAR ANDRADE – Porque estava do lado de fora.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Os pneus estavam do lado de fora.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem mais estava lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Só eu, quando eu cheguei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só você mesmo que estava fazendo, então.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu não estava fazendo nada. Eu cheguei, parei o carro na...

O SR. OSCAR ANDRADE – A Sprinter estava aberta?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Estava aberta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha algum pneu dentro já?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Já tinha pneu dentro dela.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, já tinha pneu dentro dela. E quem estava colocando?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu não sei. Quando eu cheguei, estavam os dois carros parados lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fantasma. Não tinha ninguém. Já tinha um monte de pneus dentro da Sprinter e ninguém estava colocando. E você estava perto, pegando um aparelho de barbear. É isso?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu estava no cômodo em que ficaram os desodorantes e os aparelhos de barbear. Eu estava lá na hora em que a Polícia chegou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. Mas a Sprinter estava perto do monte de pneus, com a porta aberta e alguns pneus dentro, já. E ninguém estava carregando?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Que eu vi, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava lá abandonada?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Praticamente sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luiz, dentro da sua chácara tinha pneu roubado, uma Sprinter roubada com a porta aberta, com os pneus dentro. Como você explica isso?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Explico. Entendo, tento entender, veja bem, que, como ele tinha se comprometido comigo que ia retirar, eles estavam retirando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles quem?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – O Miguel.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Celso ajudando.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não, o Celso...

O SR. OSCAR ANDRADE – Porque não tinha ninguém, ele não viu ninguém! Os pneus não andam sozinhos!

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não, não é. Estou dizendo, veja bem, que ele havia se comprometido comigo que ia retirar. Ele falou: vou retirar...

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí pediu o Celso para ajudar.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não, o Celso...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem tinha se comprometido?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – O Miguel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem estava retirando, ele e quem?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não sei, senhor. Eu estava aqui em Piracicaba.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tinha alguém com o Miguel lá?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não sei, porque eu estava aqui em Campinas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando chegou lá o Wanderlei e o José Bosco, a Sprinter estava lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Estava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – No mesmo local de quando cheguei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que lugar que estava a Sprinter? Descreva-me.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Embaixo, no depósito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Embaixo, no depósito. Do lado de fora ou de dentro? Tinha uma garagem, como era?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Do lado de fora, como eu disse para o senhor atrás. Era uma casa, onde fez o depósito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Per to de um monte de pneus?

O SR. POMPEO DE MATTOS – A gente, chegando, entrava na propriedade e logo dava de cara com a Sprinter?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não dava para ver. Essa parte eu não tinha dito ainda. Vocês podem ir lá. A gente chega por um portão, essa rampa tem um corredor com árvores no meio, o terreno é acidentado. Essa casa fica na parte debaixo.

O SR. OSCAR ANDRADE – A casa é de depósito.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Fica na parte de baixo. E passei por essa rampa e fui até a garagem, onde estacionei meu veículo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí estava do lado da Sprinter.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não entendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Do lado estava a Sprinter.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – A Sprinter e os pneus estavam do lado, você passou perto.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu expliquei. Tem uma rampa, com árvores do lado...

O SR. OSCAR ANDRADE – O que? Um arco?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Tem uma rampa comprida, mais de dez metros, tem mais que isso. A gente entra com o carro por ali, por um corredor de árvores. Na parte debaixo, tem outro portão que dá acesso a essa casa. Lá estava a Sprinter com os pneus. Passei e estacionei meu carro na garagem. Aí me troquei, coloquei meu short azul e descii lá para catar meu aparelho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí a polícia chegou?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – A polícia chegou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quando chegaram os outros dois, o Bosco e o Wanderlei?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Chegaram um pouco depois de mim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um pouco depois de você. E aí eles foram presos onde?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eles foram presos na rampa. Eles foram presos em cima da rampa, não conseguiram nem chegar até à casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em cima da rampa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conseguiram, não é? E como você me explica uma Sprinter aberta com alguns pneus dentro, você perto, suas mãos e sua barriga sujas de pneu – porque o pneu suja. Está ali no depoimento também do delegado. Como você explica isso, se você não estava carregando esse pneu? Por que você estava sujo de pneu?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu não estava sujo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lógico que estava.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu não estava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os pneus não entraram sozinhos dentro da Sprinter! Quando você chegou não tinha ninguém! Quem estava colocando os pneus na Sprinter?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Se eu estivesse lá antes, eu saberia quem estava lá.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Luiz, você que é o dono do sítio. Quem estava colocando os pneus na Sprinter?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Senhor, eu aqui em Campinas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Parto do pressuposto de que quem é dono é que manda.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Tudo bem, mas veja bem. Isso em parte. Nesse meu caso, não houve esse... o que houve... o que aconteceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – É casa de mãe Joana, lá todo mundo manda.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não, não é caso de mãe Joana. Veja bem. Se for pedir para fazer uma peritagem, o cadeado do portão foi quebrado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você mora lá com os seus filhos também?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não, moro lá com a minha mulher. Meus filhos moram em São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá só moram você e sua mulher.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Minha mulher e, veja bem, ele dorme à noite lá, qualquer coisa assim, e fim de semana ele vai para a casa dele. Então, meus filhos não moram lá e lá também não é local de ocorrência de furto ou coisa assim. Apesar de o portão estar fechado, o portão de acesso à casa, de um modo geral, fica aberto. Então é comum ele ficar aberto, entrar e sair, porque ali não existe ocorrência de furtos naquele local. É um local que, por incrível que pareça, nos dias de hoje, é seguro.

O SR. CARLOS DUNGA – Quantos dias ele mora na sua casa?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Senhor?

O SR. CARLOS DUNGA – Quantos dias ele reside, semanalmente, na sua casa?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Normalmente de segunda à sexta, ou segunda à sábado.

O SR. CARLOS DUNGA – No dia anterior, você telefonou para ele em São Paulo, para que ele viesse para a granja receber essa carga?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não, não há necessidade de ligar para receber, porque ele não tinha nada comprometido.

O SR. CARLOS DUNGA – Mas ele disse no depoimento dele.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – O quê?

O SR. CARLOS DUNGA – Que você teria telefonado para São Paulo para que ele viesse receber essa carga.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não. Essa mercadoria?

O SR. CARLOS DUNGA – Sim.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não, é impossível.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Para clarear a sua mente, o senhor conhece o senhor Edivaldo Elias Lira?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Não. Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É o proprietário da empresa Superpeça Distribuidora de Autopeças Ltda., na cidade de Ribeirão Preto. No dia 31 de janeiro, o motorista da empresa, de nome Estênio Henrique Antunes, conduzia um perua Volkswagen Kombi, de cor branca, placa CZH 2208, dirigia-se à TransJota, situada também na cidade de Ribeirão Preto, para tratar da retirada de uma carga de autopeças que ali estava depositada. Quando chegou na avenida, foi abordado por três indivíduos desconhecidos, todos armados, que o renderam como também os funcionários da transportadora, sendo que tais indivíduos conduziam um veículo Mercedes Benz Sprinter, cor branca, tendo determinado a todos que ali se encontravam que carregassem autopeças tanto na Kombi quanto na Sprinter. Após, foram todos amarrados com fitas adesivas e os roubadores saíram conduzindo os veículos, porém, antes subtraíram os valores em dinheiro que todos que ali estavam tinham. Além da perua Kombi, foram subtraídas várias molas espirais, rolamentos, amortecedores, correias de cabo de velas, conforme a relação que apresenta nesse ato, já havendo registrado a ocorrência. A perua Kombi estava no seguro e foi recebida. Depois tomou conhecimento, no último dia 19, por meio dos policiais, que a Kombi roubada foi localizada. Foi até o depósito, localizou o material, reconheceu as coisas dele e levou de volta. Isso foi na sua casa. O senhor é um anjinho, não é? Bota anjinho nisso. O senhor vem com essa cara de pau e pensa que somos bobos. Se o senhor fizer a barba vai sair serragem.

Além de ladrão de carga é assaltante, porque uma coisa é roubar, outra é assaltar. Assaltaram a carga. Foram a uma loja de autopeças, assaltaram e levaram o carro da loja, a Kombi. O senhor não sabe nada disso. Não precisa nem falar.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tudo isso está no seu sítio. A carga de pneu, o senhor falou que foi o Miguel. E a de cosméticos, roubada? E a de equipamentos eletrônicos, também roubada? E a de autopeças,

que tam bém fo ram rou ba das, quem pôs lá? Foi tudo o Miguel?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Meu senhor, desde o meu primeiro depoimento...

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor está dizendo mentiras, está claro isso. São quatro cargas distintas. A que chegou de lá, de pneus, o senhor justifi ca com esse tal de Mi guel, que não exis te. Mas e as outras, o se nhor pode ex pli car?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA -Expliquei desde o início que ele me disse que havia deixado os pneus e outras mercadorias. Não perguntei que mercadorias eram porque queria que as tirasse de imediato de lá, porque havia sido colocada sem a minha autorização.

O SR. OSCAR ANDRADE - Por que o senhor não foi à polícia e registrou?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA -Porque ele se comprometeu a retirar de imediato e eu estava com um compromisso aqui. Assim, na hora em que voltasse, providenciaria isso, tanto que fui para providenciar isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Celso, vamos voltar à carga da Sprinter. Explique-me de novo.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - O quê?

O SR. OSCAR ANDRADE - O mo men to em que o senhor foi preso, perto dos pneus e da Sprinter.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Já expliquei.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quero ouvir de novo.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Entrei, o portão estava aberto, o da parte de cima, por onde passamos, pela rampa extensa, estacionei meu veículo lá dentro, me troquei para tomar banho e fui pegar um Mach 3 lá embaixo para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE - Depois que o senhor tirou a roupa e estava com as mãos sujas de pneu. O senhor pode explicar essa parte?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Não estava sujo.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor usou luvas ou avental?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Não estava sujo. Fui pegar um Mach 3 lá embaixo. É apenas isso que tenho a dizer.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quais os pneus que havia lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Tinha vários....

O SR. OSCAR ANDRADE - Havia pneu de trator?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Tinha pneus grandes lá...

O SR. OSCAR ANDRADE - Tinha de trator?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Não me lembro, porque estava amontoadado.

O SR. OSCAR ANDRADE - Amontoadado. Empilhado ou jogado?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Estava jogado lá pelo chão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tudo desorganizado?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Tava.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não estava empilhado não, certinho?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Separado por tipo, não?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Estava tudo jogado?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Estava tudo jogado.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sujo, pelo chão?

E os pneus que estavam dentro da sprinter, quais eram, grandes ou pequenos?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Não sei, não fui observar.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você me disse que havia pneus dentro da sprinter.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Eu disse que tinha, mas não fui lá observar os pneus.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas você sabe a diferença, a um quilômetro de distância quase, você sabe a diferença de um pneu pequeno de automóvel ou de um de caminhão.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Ah, isso a gente sabe, né, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual que estava dentro?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Era pneu pequeno que estava jogado lá para dentro.

O SR. OSCAR ANDRADE - Pneu pequeno. Estava jogado também?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Eu tive que passar entre a porta de lado e o de pósi to para entrar. Como não ia olhar lá dentro?

O SR. OSCAR ANDRADE - Ela estava com as portas laterais abertas? É isso?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não tinha banco?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – A sprinter.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não reparei se tinha banco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era baú?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Era baú, estava fechada. Na hora que eu passei pela rampa em cima vi que tinha uma sprinter parada lá em baixo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você disse que estava aberta. Você disse que estava aberta e que tinha pneu dentro.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Então.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer saber se era uma sprinter com banco ou é do tipo baú.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Baú.

O SR. OSCAR ANDRADE – Baú. Tinha pneu dentro?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Tinha pneu dentro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todo o espaço é para guardar mercadoria. Quantos pneus mais ou menos havia? Assim mais ou menos.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não sei. Não fui contar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vinte?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não fui contar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei que você não foi contar.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Então, como vou saber?

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você tem uma idéia.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não tenho idéia.

O SR. OSCAR ANDRADE – De caminhão não tinha nenhum? Só pequeno.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – De caminhão tinha, não falei que tinha de caminhão pelo chão?

O SR. OSCAR ANDRADE – Dentro da sprinter?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Só se estivesse por baixo, que eu não reparei. Eu não fiquei olhando. E na hora que vi aquela carga toda de pneu ali falei: que negócio é esse?

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí os policiais procuraram o Luiz? É isso?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – A hora que vi os pneus?

O SR. OSCAR ANDRADE – O que os policiais te perguntaram? Quem é dono daqui? O que você está fazendo aqui? Como foi?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – A primeira coisa, quando eles me pegaram, falei: tem que falar com o Luiz. Porque é a única coisa que tenho para falar. Procura o Luiz, tal e tal assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o Luís que mandou?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eles ficavam tentando telefonar. Eu falei: aqui o celular não pega, vamos comigo, vocês podem me alugar até o orelhão que eu ligo para o Luiz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí não quiseram ligar?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Acho que não confiaram de ir até o orelhão comigo, não sei o porquê disso, porque não ia fazer nada, se eu não devo não vou correr nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lógico, porque eles estavam esperando o Luiz chegar, como chegou mais tarde. Para que vai ligar para assustar? A Polícia é burra, vai ligar para assustar?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para quê? Fez certinho, ficou esperando. Chegou o Luiz, depois chegou o Bosco, depois chegou o Wanderlei, foi chegando a turma a toda.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Como podia ter chegado os vizinhos, que sempre vão lá, e a polícia ia prender falando que era uma quadrilha também?

O SR. OSCAR ANDRADE – Coincidentemente não chegou. Só chegou quem está enrolado na situação.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só chegou quem estava fazendo parte do roubo e da receptação.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – E se tivesse chegado um vizinho ele também ia estar enrolado?

O SR. OSCAR ANDRADE – É? Vizinho? Ele vai muito lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Se tivesse chegado alguns vizinhos, eles também iam ficar enrolados?

O SR. OSCAR ANDRADE – Vizinho gosta de pescar também?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Vizinho que falo são os senhores ali perto, que conhece muito o pessoal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual senhor?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – O pessoal lá de perto da chácara.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como ele se chama?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Qual é o nome dele? É o Tonho que conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tonho.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Se tivesse chegado ali, ia colocar outra pessoa inocente nessa confusão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, já havia quatro inocentes, não? Mais um inocente, que diferença ia fazer?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Muita, porque pessoas inocentes estão aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estão, nós estamos vendo. O culpado aqui sou eu.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não disse isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pompeo, o Senador Tuma, nós é que somos culpados. Não? Aqui só tem inocente sentado, conversando.

O SR. CARLOS DUNGA – Por que você admite que essa carga de pneu chegou lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não entendi.

O SR. CARLOS DUNGA – Por que esses pneus chegaram lá? O que você acha?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Por que eles chegaram lá? Não sei. Foi minha surpresa também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Lembra que perguntei antes para ti se tu conhecias o policial – onde está o nome do policial aqui? – Reinado José Polo? Não conhece? Não conhece. O senhor conhece Heraldo José Calovi?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhece? Pois foi por meio dele que pegaram vocês. Quer saber como pegaram vocês?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como foi que vocês caíram?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não entendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como a Polícia chegou lá na chácara? Você sabe?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Chegaram de viatura pelo portão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como é que chegaram? Alguém com tou para eles que lá havia via carga roubada?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe? Você sabe como eles chegaram lá?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Fui informado na delegacia que eles chegaram através do rastreamento, que o caminhão estava rastreado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O caminhão estava rastreado?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Foi a informação que me passaram na delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então você foi localizado na chácara. É isso mesmo.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso é verdade. O que mais o senhor ficou sabendo na delegacia?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Fiquei sabendo do rastreamento do caminhão, fiquei sabendo que havia pneu lá dentro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois eles rastrearam o caminhão, chegaram a uma chácara no município de Saltinho, onde avistaram parte da carga de pneu na varanda de uma das casas, bem como uma perua Kombi e um veículo Mercedes-Benz Sprinter ao lado da frente da varanda com outros veículos. Juntamente com os policiais que acompanharam as buscas, fizeram a abordagem da chácara, quando constataram que a perua Kombi e a Sprinter estavam sendo carregadas com pneus. Que no interior da casa foi encontrado Celso da Costa Silveira, o qual estava escondido sobre uma prateleira que continha vários tipos de cosméticos. Escondeu-se atrás dos cosméticos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Celso, o que mais você pegava lá, além do Mach 3 de barbear? Sabonete, creme, xampu, creme rinse?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – O senhor quer saber quando eu precisava usar?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sim.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Era isso, qualquer coisa que eu precisasse usar eu podia pegar lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sempre estiveram lá os produtos?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Era o estoque da loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – E essa quantidade que aumentou rapidamente? Ele afirma que isso tudo foi levado para lá pelo Miguel. Você ouviu dele aqui que o Miguel informou para ele que levava pneu e outras coisas. Você lembra que dentre outras coisas, cosméticos. A carga era fracionada, era carga diversa. Não é isso, Luiz?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Exatamente, eu disse que havia mercadorias lá devido a eu ter fechado uma loja e ter transferido o que não cabia na outra loja para lá. Era o único local que eu tinha para colocar mercadorias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o que o Miguel levou?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Volto a dizer ao senhor que não sei exatamente o que ele levou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você não sabe o que o Miguel levou? Não estou dizendo que você viu, mas você sabe. Amortecedor.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Sei o que o senhor me falou: amortecedor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Molas helicoidais, rolamento. Você não sabe que isso estava lá? Nem agora você sabe? Você não leu os autos, seus advogados não te informaram?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Veja bem, os autos não chegaram.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quero falar da carga que o Miguel levou. Estamos partindo do princípio de que o Miguel existe, que ligou para você e para sua mulher. Então você ligou para ele e autorizou só um dia. Não foi assim que você falou? Que ficou preocupado. Fale a relação: rolamento...

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Excelência, eu não autorizei ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como não autorizou? Você disse no início que autorizou.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu disse que não autorizei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que depois ficou preocupado.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu disse que não autorizei, deve estar havendo algum equívoco, eu disse que não autorizei, pelo contrário, eu o repreendi. Eu não autorizei e isso o senhor pode ver nos autos, pode pedir as fitas.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não repreendeu e não tomou nenhuma medida legal, não foi na Polícia avisar.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu tinha compromisso aqui, então, ao chegar à tarde eu tomaria providência.

O SR. OSCAR ANDRADE – É lógico, é mais importante. Está chegando carga roubada no seu sítio. É muito menos importante do que um compromisso em Campinas.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não é que seja menos importante. Eu tinha um compromisso, pois estava tentando passar essa representação para uma empresa que era de suma importância para mim, na realidade eu estava subestabelecendo um outro representante em cima dessa representação que eu tinha e para mim era de suma importância.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era muito importante?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Para mim era muito importante.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais importante do que uma carga roubada no seu sítio?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Como ele não me falou a quantidade, eu deduzi que ele tinha colocado alguma coisa e fosse logo retirar. Eu pensei que ele fosse retirar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dê-me o telefone do Miguel.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não tenho minha agenda aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde está sua agenda, volto a perguntar?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Volto a insistir que minha agenda estava na pasta que estava dentro do meu carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem passou o recado e o número do Miguel para o senhor foi sua esposa?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Foi, estava no telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dê-me o número de telefone da sua esposa. Vamos ligar para ela agora aqui.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – 434-2875. Sandra. (Pausa.)

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é o Miguel?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Do Miguel, eu não sei de cabeça, meu senhor. É impossível...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que ele é? Alto, baixo, gordo?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Ele é uma pessoa de uma estatura mediana...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Código do telefone?

O SR. OSCAR ANDRADE – É 19 esse telefone?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – É 019.

O SR. OSCAR ANDRADE – Descreve o Miguel, porque tem dois Migueis na história e eu vou falar com ela sobre esse Miguel.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Ele tem uma estatura mediana, louro...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. OSCAR ANDRADE - Onde a Dona Sandra está agora?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Creio que ela deve estar na loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde é a loja?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Piracicaba.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos quilômetros há entre Piracicaba e aqui?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Mais ou menos noventa quilômetros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dá para vir rapidamente se precisar, não é?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Com certeza.

O senhor quer que eu volte a descrever o Miguel?

O SR. OSCAR ANDRADE – Por favor.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Ele é uma pessoa de estatura mediana, entre um metro e sessenta e um metro e setenta. Mais alto que eu. Loiro, cabelobaixo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Loiro?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Cabelo claro, bem claro. Estatura forte, porém meio com barriga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Meio barrigudo. Olhos claros?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu creio que sejam claros. Não me lembro agora...

O SR. OSCAR ANDRADE – Bigode, barba?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alguma marca?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Que eu te nha visto, também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse telefone não existe, não: 434-2875.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Existe.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Telesp informou que não existe.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Existe. É o telefone da minha loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é ou tro, não?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não. 019.

O SR. OSCAR ANDRADE – É de Piracicaba, não?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Isso. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A chácara de Saltinho é sua?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não, não é minha. Eu alugo. Eu pago aluguel lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe quem é o proprietário?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – De cabeça, eu não me lembro, porque aluguei essa chácara na imobiliária.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Frequentava sempre essa chácara?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – De segunda a sexta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês são parentes?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Somos primos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ia todos os dias porque trabalhava no mesmo ramo ou com ele?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trabalhava no mesmo ramo ou para ele?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Trabalhava no mesmo ramo, lá na loja.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trabalhava na loja como funcionário dele?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Funcionário dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não fazia vendas?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não, não tenho nenhuma experiência nisso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu não sei se já lhe perguntaram, mas chegou a ver a carga roubada que foi encontrada lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Qual carga?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os pneus, os cosméticos e tudo.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Na hora em que eu cheguei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Viu os pneus?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Vi os pneus, porque eles estavam na parte de baixo da chácara.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando viu os pneus, você estava lá?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Eu fui o primeiro a chegar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando você chegou, a Polícia ainda não tinha chegado?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Chegaram depois. Na hora em que eu fui catar o aparelho lá embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando a Polícia chegou, ele estava?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não estava?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi preso depois?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu fui preso depois, quando eu vinha chegando, me pegaram, chegando na chácara.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto tempo ficaram os pneus lá?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Falei com a pessoa por volta de onze horas mais ou menos – não sei precisar – ou meio-dia que eu falei com a pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele telefonou para dizer que a carga estava lá?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu telefonei para ele. Ele me deixou o telefone e eu telefonei para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, você conhece o Miguel? Em tese, o Miguel era o dono da carga.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu conheço, porque ele passava sem pre na loja e me oferecia batom Max Love.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Oferecendo o quê?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Batom, batonzinho baratinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cosméticos.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você chegou a comprar dele?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Nunca comprei porque esses batons, veja bem, o preço que ele me oferecia não tinha preço para comprar para a loja.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele oferecia cosméticos e levou uma carga de pneu? E essa alegação de que levou por engano pneu e eram cosméticos.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu desconheço essa alegação porque é tão absurda que não tem como eu comentá-la.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você chegou a ouvir alguma coisa a respeito?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você chegou a conhecer o Miguel?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você não trabalhava lá todo dia? Você conhecia o Miguel?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Trabalhava todo dia.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não, porque, veja bem, que faz compra na loja...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a loja tem dez compartimento que ele ficava fora...

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não é uma loja grande, mas, veja bem, normalmente os vendedores já chegam e vão diretamente para mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A loja é grande?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não é uma loja muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem divisórias ou é...

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não. Tem prateleiras que dividem a loja.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é toda aberta?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – É toda aberta, mas veja bem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Normalmente a pessoa circula? Então, o Miguel ia lá, ele teria oportunidade de vê-lo?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Teria, mas, de repente, não saberia o nome porque lá vão vários vendedores no decorrer do dia, porque compro de uma infinidade de firmas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca chegou a ver o Miguel?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não, porque a maioria dos vendedores que ele recebia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não repete o que ele falou. Não precisa repetir o que ele falou porque não adianta.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – A maioria dos vendedores que recebia, a caixa já passava para o escritório que é do outro lado da rua, em cima do shopping.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O escritório é fora da loja?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – É fora da loja.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, você nunca chegou a ver... Descreva o Miguel um pouco. Veja se você lembra de uma pessoa com essas características.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – O Miguel é uma pessoa de estatura mediana, 1m60cm, 1m70cm. Cabelos claros, certo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A cutis é clara também?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – A pele dele é bem clara.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas para o loiro?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Mais para o loiro, certo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A cor dos olhos...

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – A cor dos olhos eu não me lembro bem, mas creio que seja claro. Não tenho recordação agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Castanho?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Castanho, eu diria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha bigode?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha barba?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cabelo comprido, curto?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Baixo, cabelo curto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o traje que ele usava normalmente?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Normalmente, roupa normal...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esporte?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não usava social?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Normalmente esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há alguma peça que te chamava a atenção que ele usasse, cor de sapato, relógio?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu nunca prestei muita atenção neste detalhe porque, veja bem, eu atendo muito vendedor no decorrer do dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quantas vezes você chegou a vê-lo?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Ah! o Miguel várias vezes ele foi à loja, sempre oferecendo esse batom.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era uma presença constante lá?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não constantemente. Veja bem, uma vez por mês ou coisa assim, porque o vendedor visita a gente periodicamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sempre oferecendo e nunca conseguiu te vender.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não, porque, veja bem, não tinha preço. Mas voltava sempre a visitar. Isso é normal em termos de venda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você lembra de alguma pessoa com essas características?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Com essas aí, não. Conheço poucos vendedores, não tenho contato com eles.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Dr. Tuma, o detalhe é o seguinte: ele fica na loja e os vendedores são atendidos no escritório.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso eu entendi, mas como ele circulava lá pelo dia ter visto. A pessoa que o encaminha para o escritório está dentro da loja?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Na porta. O caixa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na porta? Então, dentro da loja mesmo.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – E quando eu não estou ali no meio da loja, estou mais lá no centro, no fundo da loja. Eu fico lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você não acha que foi muita intimidade ele colocar

mercadoria roubada, se ele não tem qualquer relação com você?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Acho que foi absurdamente intimidade. Foi estupidez, certo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque ele devia confiar em você, porque ninguém iria deixar uma carga desse valor roubada em uma chácara... Qual é a ligação da chácara com a loja?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Como assim a relação, senhor? Não entendi a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A loja tem alguma ligação física com a chácara?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fica fora?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Fica bem distante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você guarda estoque das suas mercadorias na chácara?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Guardo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Armazena?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Armazeno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o Miguel sabia disso?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Sabia, porque há uns 20 dias atrás, um mês atrás...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um mês atrás da ocorrência, de ele deixar os pneus lá?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Exato. Estou falando sempre baseado na ocorrência. Ele veio para me vender uma mercadoria, para me oferecer a mercadoria, o batom, e eu falei para ele: “Olha, estou indo para São Paulo, estou com pressa”. E ele falou: “Você está indo para São Paulo? Pode me dar uma carona para lá, porque eu também estou indo para São Paulo?” Eu falei: “Tudo bem, só que eu preciso passar pela chácara, pela minha casa, porque eu tenho de pegar uma relação das compras”, certo? Passei por lá, para poder pegar uma relação das compras que estava lá no depósito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele chegou a ir a sua chácara antes com você?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Senhor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Chegou a ir à chácara antes?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não. Só foi...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que ele sabia e levou o caminhão de pneus para lá.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Antes, ele não foi lá. Ele foi dessa vez lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hein?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Ele foi dessa vez que eu dei uma carona para ele, até a Vila Guilherme, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí você o levou até a chácara. Ele te levou até a chácara?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não. Ele foi no meu carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dentro da chácara?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Dentro da chácara. Lógico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Identificou a chácara e, depois, trouxe a carga de pneus?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou perguntando se foi outra coisa. Estou só querendo fazer o retrospecto histórico de como ele conhecia a chácara e por que ele confiou que não iria sofrer nenhuma represália, deixando a carga de pneus lá.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Veja bem, ele me disse, no dia do telefonema, que precisava deixar urgentemente em algum lugar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas qual é a alegação que ele te deu sobre a carga? Que era roubada, que era comprada? O que ele...

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu perguntei que mercadoria que era. Ele falou: “Depois eu falo para você.” Eu falei: “Falo de quê?”. Ele disse: “Depois eu te explico do que se trata.” Eu disse: “Não. Tem que falar agora.”

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você chegou a suspeitar?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Cheguei a suspeitar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E não comunicou nada a ninguém? Não brigou com ele para retirar imediatamente?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não. Eu obriguei que ele retirasse imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas aceitou que lá ficasse?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Não. Ele se comprometeu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto tempo ficou lá?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Eu falei com ele por volta de meio-dia, e eu cheguei na loja era por

volta das 7, 8 horas mais ou menos, certo? Eu estava crente de que ele já havia retirado essas porcariadas, porque ele se comprometeu e disse: "Estou retirando." Eu disse: "Se você não retirar, eu vou denunciá-lo."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas não o denunciou?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Não. Não o fiz porque estava esperando ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Você chegou a ver esses pneus lá quando tempo antes de a Polícia chegar? Mais de um dia, mais de horas?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Não deu vinte minutos que eu tinha chegado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Você chegou, e logo a Polícia chegou? Praticamente ao mesmo tempo? É isso mesmo?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Catou eu de short. Tenho um short que ponho para tomar banho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É isso mesmo?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - É o que ele está falando. Eu não estava no local.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Você preso lá no sítio ou fora do sítio?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Eu fui preso na estrada que dá acesso ao sítio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Do sítio?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Quando você chegou, a polícia já estava lá?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Já estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - E não conseguiu identificar o Miguel. O Miguel tinha veículo?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Às vezes que o vi, ele estava com um Gol branco desse modelo antigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Você não sabe placa, nada?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Não. É quase impossível.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Era um Gol branco?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Era um Gol branco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Chegou a ver esse Gol branco lá perto da loja, no sítio?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Aí é difícil informar ao senhor, porque é muito carro que pára em Governador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Hein?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - É muito carro que pára em Governador ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Estou te perguntando se chegou a ver um Gol parecido com esse.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Já vi diversos carros lá na rua. Não vi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não viu.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Presidente, acho que devemos encerrar, porque a história está bem montadinha, não tem jeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Está bem.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quero só informar que, como Relator, vou comunicar ao Ministério Público um relatório parcial, conforme combinamos que eu deveria fazer. O indiciamento dos quatro: Luiz Benedito da Costa, Celso da Costa Silveira, José Bosco Manzini, Wanderlei Moretto, na forma do art. 40 do Código de Processo Penal, por infringência do inciso II do art. 4º da Lei nº 1.579/52.

Constará isso do meu Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Qual a relação sua com José Bosco Manzini?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - A minha relação com ele era de amizade, porque tinha loja em São Paulo, na região da Vila Formosa, e José Bosco Manzini, há muito tempo, era vendedor de cosméticos também. Ele trabalhava para uma firma chamada Rastro e outras firmas assim. Inclusive, a própria esposa dele era cliente da loja.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Celso, você conhecia José Bosco?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - De um ano para cá, conheci eles, quando estava pintando a loja.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Fez contato com ele.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Conhecia assim, só de eles irem lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - E viu que ele tinha intimidade lá.

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA - Parecia que ele conhecia ele há mais tempo que eu.

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Eu conhecia o Bosco há ... Dá licença ...

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) - E o Wanderlei Moretto?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Wanderlei também conheço há bastante tempo, por que ele também mora na região. Na época, ele trabalhava em alguns atacados do qual eu era clientes.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) - E por que eles foram presos? Ele foram presos com o senhor? Eles foram presos no mesmo dia com o senhor?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Horas antes de eu chegar. Algumas horas antes de eu chegar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Lá na chácara?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Na chácara. Eles chegaram. Ao chegarem, já foram abordados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - E eles tinham participação com essas cargas?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Não. Absolutamente nenhuma.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) - Pois não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Celso, o Senhor conhece Hilton Mikail?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Milton Mikail? Essa pessoa já faleceu.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Faleceu?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Já.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor o conheceu?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Conheci.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual era sua relação com ele?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Quando montei uma loja em Piracicaba, ele também tinha uma. Certo? Para facilitar, nos unimos para trabalhar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor trabalhou com ele?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Trabalhei com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quantos anos ele possuía quando faleceu?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Deveria ter quarenta e poucos anos, não sei precisar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quarenta e poucos? Novo!

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Não sei precisar para o senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Morreu de morte natural?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Veja bem, pelo que me consta cometeu suicídio.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Cometeu suicídio?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor era sócio dele?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Fizemos uma composição das duas lojas para enfrentar a concorrência.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor era sócio?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Tínhamos uma composição.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Era sócio?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Não sócio de fato, mas sócio de participação.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor ficou com toda a sociedade?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Como a empresa dele estava muito endividada, assumi as dívidas. Peguei a empresa por conta das dívidas. Tenho, inclusive, os documentos. Estão todos aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor ficou com o patrimônio e com as dívidas?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Pagou as dívidas?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Parcialmente. Não liquidei todas.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Faz quanto tempo que ele morreu?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Foi em agosto, não desse ano, do ano passado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Do ano passado?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Não do ano passado, do outro.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele era casado?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - Sei que convivía com uma pessoa, mas não sei se era casado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A esposa dele está onde?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - A esposa dele mora em São João da Boa Vista.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É a que vivia com ele?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA - A pessoa que convivía com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele teria cometido suicídio. O senhor não sabe a causa? Era seu sócio?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Era uma pessoa depressiva.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Era uma pessoa altamente depressiva. É informação que tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele se matou de que jeito?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Pelo que me consta, deu um tiro na cabeça ou na boca. Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deu um tiro na cabeça?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O telefone que o senhor tem era dele?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – O telefone está em nome dele. Como ele faleceu, não tive como transferi-lo. Fiquei usando o telefone dessa forma mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está em nome dele o telefone que o senhor usa?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Está em nome dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde está esse telefone?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Está instalada na loja.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na sua loja?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o endereço da sua loja?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – O telefone está no mesmo local onde estava antes e continua como estava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o endereço?

O SR. LUIZ BENEDITO COSTA – Rua Governador Pedro de Toledo, nº 1.421, Centro, Piracicaba.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode retirá-los, por favor. Já estão todos dispensados. A escolta poderia reconduzi-los normalmente ao presídio. Por hoje, não vamos mais precisar deles. Se quiserem, podem retornar. O delegado está aí. Doutor, já encerramos. Não vamos mais precisar de seus clientes.

O SR. ADVOGADO – Olhe, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só um minuto, pois o Relator quer falar.

Se algum dos senhores quiser colaborar é só pedir para falar com um dos membros aqui. Caso se lembrem de algo, não estou forçando nada, é só no sentido de colaborar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fizemos uma ligação para o número (019)4342875, seu telefone. Falamos com sua esposa. Diante do que conversamos, também a convidamos para participar à tarde. Vamos ouvi-la na CPI. Ele está conversando para acertar os detalhes da vinda dela aqui.

Era a comunicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vai precisar deles?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É bom que aguardem aqui para a tarde até porque....

O SR. OSCAR ANDRADE – Peço, Sr. Presidente, que sejam mantidos, ainda, os presos aqui, porque entrei em contato com a Dona Sandra agora e ela afirma claramente que não conhece o Miguel, nunca conversou com ele, nem telefonou para você, dando o telefone dele. Mas que está sentida com a sua posição e se posicionou a vir prestar depoimento aqui. Não existe Miguel.

Gostaria, então, que a polícia os mantivesse reservadamente aí e, Naurides, depois colocar alguém para receber a Dona Sandra, quando chegar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A chacara é longe?

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma hora. Uma hora está aqui. Uma hora e pouca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então eles vão ter que permanecer. Tem que providenciar alimentação para a escolta e para eles.

Vou suspender a sessão por uma hora, e reiniciaremos às quatorze e trinta. Quero agradecer a presença da Deputada Telma de Souza, haja vista sua ausência ontem, conforme comuniquei por fax que mandou, lutando para tentar resolver o problema da greve dos portuários em Santos. Parece-me que conseguiu sucesso.

A SRA TELMA DE SOUZA – Não, não tanto. Quero cumprimentar as pessoas presentes.

Na verdade, hoje, ainda há outros desdobramentos, e são várias arenas de luta, vários fóruns de luta. Não poderia deixar de vir, mesmo que seja só no período considerado da manhã, porque, hoje à tarde, vai continuar a discussão no TRT, e espera-se que, de alguma maneira, haja uma saída, porque a greve chegou a um momento absurdamente trágico, inclusi-

ve com possibilidade de pessoas feridas, quase que de uma maneira fatal. Foram 60 pessoas presas, lamentavelmente, oito feridas, há três dias. Inclusive fiz um apelo enérgico ao Governo do Estado de São Paulo que não tratasse a questão da greve de Santos como se fosse uma questão de polícia, por que é uma questão de trabalho, é uma questão social e é uma questão política.

Então, muito obrigado pelos esclarecimentos, e vamos continuar os trabalhos.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, às quatorze horas e trinta minutos, reiniciaremos os trabalhos da Comissão com os convocados, que, parece-me, estão sendo apresentados todos pelo Sr. Delegado de Polícia.

Obrigado! Até mais tarde.

(Suspende-se a reunião)

O SR. POMPEO DE MATTOS – ...reunião da CPI e, imediatamente, convocamos Daniel Vieira para que compareça para prestar o seu depoimento. Daniel Vieira, que é preso. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Declaro reabertos os trabalhos desta audiência pública, destinada a apurar, em todo o País, o elevado crescimento do roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Vamos ouvir, como primeiro depoente, nesta tarde, o Sr. Daniel.

O senhor, por favor, declina o seu nome completo.

O SR. DANIEL VIEIRA – Daniel Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual a sua idade?

O SR. DANIEL VIEIRA – 28.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual o seu CPF?

O SR. DANIEL VIEIRA – O meu RG não tem número.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor não tem CPF?

O SR. DANIEL VIEIRA – Eu não sei o que o senhor quer.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual o seu estado civil?

O SR. DANIEL VIEIRA – Amasiado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Onde o senhor reside?

O SR. DANIEL VIEIRA – Onde eu moro? Bairro Vila Cristina, Raposo Tavares 20/20.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual a sua profissão?

O SR. DANIEL VIEIRA – Pedreiro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Aonde o senhor trabalha atualmente?

O SR. DANIEL VIEIRA – Eu trabalho de pedreiro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Onde?

O SR. DANIEL VIEIRA – Em Piracicaba.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor é parente, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes que estão envolvidas nesta história.

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Bem, nos termos do que o Art. 203, do Código do Processo Penal e sob as penas da lei o senhor é obrigado a dizer a verdade e a responder as perguntas que lhe forem feitas. Então o senhor, por favor, assine esse termo de compromisso neste sentido. (Pausa.)

Portanto, o senhor fica advertido que tem que dizer a verdade.

Passo a palavra ao Deputado Oscar Andrade, Relator, para as suas perguntas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Senhor Daniel, no dia 19 de fevereiro de 2001, o senhor foi preso com outros dois amigos, outras duas pessoas horas depois de terem, armado e encapuzados, praticado o roubo de um caminhão Mercedes Benz, placa CVN 0897, de Santa Maria da Serra, carregado com 14 mil quilos de açúcar, que foi parado por vocês mediante um disparo de arma de fogo, fato ocorrido no Trevo da Estrada de Santa Maria da Serra com a estrada de São Pedro. Confirma?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não confirma? Você não foi preso? Que dia que você foi preso?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não lembro a data certa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi no dia 19 de fevereiro que você foi preso. Você não foi preso?

O SR. DANIEL VIEIRA – Fui. Mas o fato que eu fui preso é que o Donizete Cavino queria comprar um caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Donizete Claudinei Cavina. Ele ia comprar um caminhão?

O SR. DANIEL VIEIRA – Ele queria comprar um caminhão. Ele tem um consórcio. Só que veio um verdureiro, que eu sempre compro verdura em casa e

me apareceu com um rádio-amador e disse que nesse local tinha um caminhão para vender.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um verdureiro? Como é que chama o verdureiro?

O SR. DANIEL VIEIRA – João. Aí ele deu o endereço para nós e eu peguei a minha esposa e as crianças, eu teinho uma de três e outra de quatro anos, chegamos no local que ele deu o endereço para nós e fomos abordado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você chegou no local com quem?

O SR. DANIEL VIEIRA – Chegou eu no local, o Donizete Calvino e minha esposa e as minhas duas crianças.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para que você foi com o Donizete? O caminhão era para você?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, ele queria comprar de onde ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você era amigo dele?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, conheço ele de pouco tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, o que você foi fazer com ele para comprar o caminhão.

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, ele que foi comprar o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você foi com ele?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, contando que ele tinha consórcio, ele tinha umas cópia lá que tinha consórcio, e o consórcio não deu certo e ele quer comprar o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí o que aconteceu?

O SR. DANIEL VIEIRA – Chegamos no local e fomos abordados.

O SR. OSCAR ANDRADE – Abordado? Por quem?

O SR. DANIEL VIEIRA – Pelos policiais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em qual o local?

O SR. DANIEL VIEIRA – No local que o rapaz tinha dado o endereço?

O SR. OSCAR ANDRADE – Em qual local que foi?

O SR. DANIEL VIEIRA – No sítio. Eu não sei nem o nome sítio eu não sei, ele deu o endereço para nós.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aonde, em qual cidade?

O SR. DANIEL VIEIRA – Em Piracicaba.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor chegou no local para ver um caminhão, para comprar.

O SR. DANIEL VIEIRA – Isso, quando chegamos lá estavacheio de polícia e abordaram nós.

O SR. OSCAR ANDRADE – A polícia foi e prendeu vocês e o caminhão estava lá carregado?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não sei, não, senhor. Quando nós chegamos assim, não deu nem tempo que nós descer, abordaram nós. Aí pegaram nós e levaram nós para delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Lembra da advertência que eu lhe fiz. O senhor tem que dizer a verdade.

O SR. DANIEL VIEIRA – Ah, é isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quer dizer que o senhor nem viu o caminhão carregado, o senhor foi para ver o caminhão...

O SR. DANIEL VIEIRA – Nós chegamos no local...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E não viram que o caminhão estava carregado com 14 mil quilos de açúcar.

O SR. DANIEL VIEIRA – Nós chegamos no local quando acabamos de encostar o carro assim, abordaram nós.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não assaltou um caminhão, não?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não deu tiro?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não estava encazupado?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando te prenderam, você deu depoimento na polícia?

O SR. DANIEL VIEIRA – Quando eu cheguei na delegacia, tinha uma arma em cima e perguntaram se era minha a arma. Disse que não, desconheço. No chão, no canto, tinha bastante toca-fita na delegacia e perguntaram se era meu. Eu disse que não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E daí?

O SR. DANIEL VIEIRA – Foi só isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E você deu depoimento?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não.

O SR. DANIEL VIEIRA – Chegamos lá e eles viram com bastante papel para a gente assinar, porque não sei lê. Sei mais é assinar o nome. Pegaram e mandaram assinar a papelada. Assinei a papelada, o

advogado chegou e pegaram e nos levaram para a cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor estava acompanhado de advogado?

O SR. DANIEL VIEIRA - Como?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O advogado estava presente?

O SR. DANIEL VIEIRA - Depois que ele chegou. Aí pegaram e nos levaram para a cadeia de São Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Quer dizer que o senhor não foi interrogado?

O SR. DANIEL VIEIRA - Não, vieram com bastante papel.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O delegado não lhe perguntou nada, o senhor não respondeu nada?

O SR. DANIEL VIEIRA - Não, vieram com bastante papel para a gente assinar.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Antes de passar o papel?

O SR. DANIEL VIEIRA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Não lhe perguntaram nada?

O SR. DANIEL VIEIRA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor foi à delegacia, é Daniel Vieira?

O SR. DANIEL VIEIRA - Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E fizeram a sua qualificação, nome, estado civil, filiação, endereço, não sabe ler e escrever e, na presença de seu defensor, foi novamente cientificado sobre seus direitos constitucionais e respondeu que deseja reservar o direito de somente se manifestar em juízo. Por que você quis falar somente em juízo? Por que você disse isso?

O SR. DANIEL VIEIRA - Não falei nada disso aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então, conte para nós como foi o crime?

O SR. DANIEL VIEIRA - Foi isso aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Fale no microfone.

O SR. DANIEL VIEIRA - Chegamos no local, Donizete queria comprar um caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Segure o microfone perto da boca, meu filho.

O SR. DANIEL VIEIRA - Donizete queria comprar um caminhão. Ele deu o telefone e queria comprar o caminhão, porque o consórcio dele não deu certo. Ele tem os papéis. Chegamos no local, ele veio

em casa, peguei minha esposa e as crianças e fomos neste local que dei o endereço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem é o Márcio Roberto Leão?

O SR. DANIEL VIEIRA - Esse trabalha junto comigo, conhecido meu.

O SR. OSCAR ANDRADE - Conhecido seu. Trabalha em que?

O SR. DANIEL VIEIRA - Pedreiro também.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você também é pedreiro?

O SR. DANIEL VIEIRA - Trabalho para o Dilson(?) Maluf.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você estava com ele?

O SR. DANIEL VIEIRA - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não?

O SR. DANIEL VIEIRA - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Márcio Roberto Leão, que o apelido dele é Flamarine. É isso?

O SR. DANIEL VIEIRA - Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - E Donizete Claudinei Cavina. Você não estava com os dois na hora em que você foi preso?

O SR. DANIEL VIEIRA - Estava com o Donizete só, porque quando ele queria comprar o caminhão, chegamos lá.

O SR. OSCAR ANDRADE - Como que você conheceu o Márcio?

O SR. DANIEL VIEIRA - O Márcio é pescaria e trabalhando de pedreiro.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantos anos?

O SR. DANIEL VIEIRA - Há um ano, mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o Donizete?

O SR. DANIEL VIEIRA - O Donizete, há pouco tempo. Uns dois, três meses. Tem pouco tempo. Conheci no posto, por que ele tem um posto lava-rápido.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem é Ademir Heleno Pereira de Brito?

O SR. DANIEL VIEIRA - Não conheço, não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor também que... Desse crime não é o senhor, não. O delegado responsável pelo inquérito desse crime está presente? Está não. Acho que nós achamos mais um santo aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor não conhece o Ademir não?

O SR. DANIEL VIEIRA - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - É o que está foragido. É o espertinho. Este pulou fora. Você ficou.

O SR. DANIEL VIEIRA - É o que estou falando para o senhor. Nós fomos ver até o local que ele deu o endereço, porque esse João vende verduras.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem ajudou a descarregar o caminhão?

O SR. DANIEL VIEIRA - Não estou explicando para o senhor que nesse dia...

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem ajudou a descarregar o caminhão de açúcar? Quatorze mil quilos é muita coisa.

O SR. DANIEL VIEIRA - Isso não sei, não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você não sabe?

O SR. DANIEL VIEIRA - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você não participou da descarga?

O SR. DANIEL VIEIRA - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Só do roubo?

O SR. DANIEL VIEIRA - Nada, nada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor chegou lá por acaso?

O SR. DANIEL VIEIRA - Cheguei com esse rapaz. O verdureiro João pegou e deu esse endereço que estava esse caminhão para vender.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Que João é esse?

O SR. DANIEL VIEIRA - É um verdureiro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Qual o endereço dele?

O SR. DANIEL VIEIRA - Não sei. Ele vem vender verdura.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você disse que conhece o Donizete há dois meses.

O SR. DANIEL VIEIRA - Pouco tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Há dois meses você sai com um cara para ir a um sítio, comprar um caminhão para ele.

O SR. DANIEL VIEIRA - Porque ele fez o consórcio, ele tem os papéis.

O SR. OSCAR ANDRADE - E que tem consórcio a ver com caminhão usado?

O SR. DANIEL VIEIRA - Ele fez consórcio de caminhão novo. Também não deu certo. Ele falou para mim que, se soubesse de algum caminhão, ele compraria. Esse rapaz, João, veio e falou que, nesse endereço para mim, falou que tinha o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você é muito mentiroso para fazer um negócio desse.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O que faz o Donizete?

O SR. DANIEL VIEIRA - Ele tem um lava-rápido.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Onde?

O SR. DANIEL VIEIRA - Agora não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quanto você ganhou nessa história toda?

O SR. DANIEL VIEIRA - Nada, senhor. Nada, nada.

O SR. OSCAR ANDRADE - Além da cadeia, nada?

O SR. DANIEL VIEIRA - Nada, nada.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ia ganhar quanto?

O SR. DANIEL VIEIRA - Nada, nada. Apenas falou que queria comprar um caminhão. Quando chegamos no local, fomos abordados. E eu estava com minha esposa e com duas crianças, uma de três anos e uma de quatro.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor foi no Santana vinho, placa BQN 1384, que estava com o Donizete?

O SR. DANIEL VIEIRA - Não. Isso eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor foi para o sítio a pé?

O SR. DANIEL VIEIRA - Não. Fomos com uma Brasília.

O SR. OSCAR ANDRADE - De quem?

O SR. DANIEL VIEIRA - Do Donizete.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o Santana do Donizete?

O SR. DANIEL VIEIRA - É dele também.

O SR. OSCAR ANDRADE - Esse carro foi usado no crime?

O SR. DANIEL VIEIRA - Não. Fomos só com a Brasília no sítio, visitar o local do caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Para onde seria levado o açúcar?

O SR. DANIEL VIEIRA - Isso eu não sei. Chegamos ao local e fomos abordados. Só isso e nos trouxeram para a delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor conhece o Márcio Roberto Leão?

O SR. DANIEL VIEIRA - Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE - O que ele estava fazendo com um aparelho de CD, um rádio-transmissor PX e oito quilos de açúcar?

O SR. DANIEL VIEIRA - Isso eu não sei. Sei que teria dito que foi vendido...

O SR. OSCAR ANDRADE – O CD era do caminhão, o rádio-transmissor era do caminhão, como o senhor está cansado de saber. Isso foi o que ele ganhou. E o senhor ganhou o quê?

O SR. DANIEL VIEIRA – Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem açúcar?

O SR. DANIEL VIEIRA – Nada. Não encontraram nada em casa.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A quantos inquéritos o senhor já respondeu?

O SR. DANIEL VIEIRA – De passagem das coisas, acho que é primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor nunca foi preso?

O SR. DANIEL VIEIRA – Tive um 155, só.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é 155?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Roubo.

O SR. DANIEL VIEIRA – Peguei uma carona.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor roubou o quê?

O SR. DANIEL VIEIRA – Eu estava acertando um sítio para morar, vinha do sítio e peguei uma carona em um trator. A polícia abordou o trator, o rapaz pulou dele e eu fiquei ali sem saber o que estava acontecendo. Foi feita a apreensão do trator, fui para a delegacia e fiquei preso acho que por duas semanas, não chegou a um mês.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor estava dirigindo o trator?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem estava dirigindo o trator?

O SR. DANIEL VIEIRA – O outro rapaz que foragiu.

O SR. OSCAR ANDRADE – O rapaz que pulou?

O SR. DANIEL VIEIRA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor pegou a direção?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O trator era roubado?

O SR. DANIEL VIEIRA – Eu não sabia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que era roubado?

O SR. DANIEL VIEIRA – Eu não sabia que ele era roubado. Eu vinha...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor foi acusado de quê?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não acusaram. Chegou no fórum...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor respondeu por roubo. Por roubo de que o senhor respondeu?

O SR. DANIEL VIEIRA – Foi 155.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quê?

O SR. DANIEL VIEIRA – Primeira passagem, um trator.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor respondeu pelo roubo de um trator?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não roubei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas a acusação era essa.

O SR. DANIEL VIEIRA – Essa foi a acusação. Acho que fiquei umas duas semanas, um mês, mais ou menos. Saí para...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Foi uma coincidência o senhor pegar uma carona, sem saber, em um trator que era roubado.

O SR. DANIEL VIEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Dessa vez, o senhor também foi acompanhar e não sabia que o caminhão era roubado?

O SR. DANIEL VIEIRA – Fui com o Donizete, que ia comprar um caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde os senhores conseguiram o revólver e a espingarda?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não sei nem do revólver nem da espingarda.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor ganhou de alguém?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não. Quando chegamos na delegacia, perguntaram para mim. Tinha um monte de toca-fitas no chão e perguntaram se eram meus e a espingarda. Respondi "não senhor".

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde estão os capuzes? Onde foram conseguidos e quem os conseguiu?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Os capuzes foram encontrados na sua casa?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde foram encontrados?

O SR. DANIEL VIEIRA – Quando cheguei na delegacia, mostraram e perguntaram se eram meus. Falei que não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor colocou na cabeça e serviu?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não. Não pus na cabeça não. O delegado perguntou se era meu e eu falei “não senhor”.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece o Carlos Rosel de Almeida?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece os policiais que prenderam vocês?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhecia?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na hora em que vocês foram presos, para onde foram levados?

O SR. DANIEL VIEIRA – Para a delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Direto?

O SR. DANIEL VIEIRA – Levaram para a delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto tempo levou para chegar o advogado lá?

O SR. DANIEL VIEIRA – Demorou bastante.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas horas?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não dá para...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Meio dia, um dia, dois dias, um mês?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não. Veio no mesmo dia, mas demorou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Demorou meio dia ou mais?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não tenho bem... mas demorou bastante.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A que horas o senhor foi preso?

O SR. DANIEL VIEIRA – Depois do almoço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o advogado chegou lá a que horas?

O SR. DANIEL VIEIRA – Chegou no final da tarde. Acho que saímos da delegacia mais ou menos 1 hora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Da manhã?

O SR. DANIEL VIEIRA – Da noite.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Da madrugada. O que o senhor conversou nesse tempo? Ficou todo esse tempo parado e olhando?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não. A gente estava em um quarto e veio um monte de papel. Perguntei para uma moça que trabalha lá o que era aquilo e ela me disse que podia assinar porque aquilo não tinha nada a ver. Fui assinando, vi nam com mais e fui assinando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tudo bem. A assinatura não é o problema. Quero saber o que o senhor falou lá.

O SR. DANIEL VIEIRA – Não falei nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ninguém perguntou nada ao senhor?

O SR. DANIEL VIEIRA – Perguntaram se era nós e dissemos que fomos ver o caminhão e fomos abordados.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Daniel, fico impressionado. Vi no seu depoimento que na delegacia o senhor não disse nada. Diz aqui: “Nascido em 24/02/71”, então você tem vinte anos.

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, sou de 71, 24 de fevereiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – 24 de fevereiro de 1971, 30 anos, 31 ou 32 anos. Você não sabe ler nem escrever?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, sou bem ruim de leitura, mal e mal sei escrever o meu nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como tu és tão esperto assim ou só é esperto para fazer essas coisas aí?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não sei ler mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei que tu não sabes ler, mas como foi ligeiro nas mãos? Para a caneta não sabe, mas, para passar a mão, tu és ligeiro.

O SR. DANIEL VIEIRA – Não.

O SR. DANIEL VIEIRA – É ligeiro, sim. Olha aqui o que o policial disse, o que tu contaste para o policial: que tu conversaste com o policial, confessaste a prática de roubo, alegando que o fizera na companhia de Márcio, residente no Bosque do Lenheiro. Sabes onde é o Bosque do Lenheiro?

O SR. DANIEL VIEIRA – O Bosque eu sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe. E o Márcio mora lá?

O SR. DANIEL VIEIRA – Mora lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como a polícia descobriu isso?

O SR. DANIEL VIEIRA – Porque a rapaz deixou um rádio amador, aí eu peguei e fui vender ele, para o Márcio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu passaste um rádio amador para o Márcio?

O SR. DANIEL VIEIRA – Para o Márcio, é.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Junto com a polícia?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E como é que a polícia ficou sabendo?

O SR. DANIEL VIEIRA – A polícia foi lá e trouxe ele, ainda estava na delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como a polícia foi lá? A polícia chegou aqui e diz: “Olha, eu vou lá no Bosque atrás de um tal de Márcio”. De onde apareceu?

O SR. DANIEL VIEIRA – Endereço. Nós demos o endereço para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem te deu o radioamador?

O SR. DANIEL VIEIRA – Esse João que vende verdura.

O SR. OSCAR ANDRADE – O verdureiro?

O SR. DANIEL VIEIRA – É, o verdureiro. Ele passa vendendo verdura em casa, vende em casa, vende na vila ali.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele te deu o radioamador?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, ele trouxe para vender o rádio, ele disse que nesse local – ele deu o endereço para nós – tinha um caminhar.

O SR. OSCAR ANDRADE – E cadê o João?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não existe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não foi preso lá na hora não? Só você?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor. Foi eu e...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Engraçado, cada um inventa um cara.

O SR. DANIEL VIEIRA – ... Donizete e Cavino.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é Miguel, não?

O SR. DANIEL VIEIRA – Quem?

O SR. OSCAR ANDRADE – É João mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa é o João, não é Miguel, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí é o seguinte, vamos continuar aqui. Aí o Márcio... Foi lá no Bosque do Lenheiro e pegou o Márcio, e que tu havia se combinado o roubo com o Ademir.

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas foi tu que disseste.

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, nunca nem...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O qual forneceu o local para a guarda do produto roubado, e que, diante das informações, foi acionada a polícia no sétimo distrito. Quer dizer, você deu a informação para

polícia – claro tu deves ter levado o calor, um aperto, um bafo na nuca, contou bem ligeirinho – e aí tu disseste onde é que estava, como foi, e a polícia foi vendo, e a polícia fez uma diligência lá contigo e conseguiram deter Márcio. A polícia foi contigo lá no Márcio, não foi?

O SR. DANIEL VIEIRA – Foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que eu sei que ela foi, e tu diz que não, não, foi o radioamador. Foi contigo lá no Márcio.

O SR. DANIEL VIEIRA – Ele queria que... umas armas lá, perguntou se era nossa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E daí?

O SR. DANIEL VIEIRA – Falei que não. Depois, ele apareceu com uma arma lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Põe o microfone assim, de frente.

O SR. DANIEL VIEIRA – Aí ele apareceu com uma arma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele foi lá no Márcio contigo?

O SR. DANIEL VIEIRA – Foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu foste lá, junto?

O SR. DANIEL VIEIRA – Foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Chegaram na casa do Márcio?

O SR. DANIEL VIEIRA – Chegou lá e já abordou ele, né? Abordou e catou esse rádio com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tu foste lá casa do Márcio?

O SR. DANIEL VIEIRA – Fui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com a polícia?

O SR. DANIEL VIEIRA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com quantas polícias?

O SR. DANIEL VIEIRA – Parece que três, parece.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Três policiais?

O SR. DANIEL VIEIRA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu foste no carro da polícia?

O SR. DANIEL VIEIRA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Antes de ir na delegacia?

O SR. DANIEL VIEIRA – É, passamos na delegacia, aí fomos lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Passou na delegacia... Vira o microfone assim que nem estou fazendo. Vira assim, mais um pouco, mas põe perto da

boca. Aí tu foste lá na delegacia e lá tu contaste as coisas, e a polícia foi lá buscar o Márcio?

O SR. DANIEL VIEIRA – Foi. É que disse que tinha denúncia anônima, que tinha denúncia anônima, que tinha sumido uma carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tu que contaste do Márcio, a polícia não sabia do Márcio, né?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não sei, disse que tinha uma denúncia anônima.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, mas aqui tu disseste para a polícia onde é que estava o Márcio.

O SR. DANIEL VIEIRA – Não é que disse, tinha uma denúncia anônima.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como é que a polícia tinha denúncia anônima atrás de Márcio? Ela não sabia da existência de Márcio. Ela sabia a denúncia anônima do caminhão. Foi lá no caminhão, lo calizou, pegou você e você contou onde estava o Márcio.

O SR. DANIEL VIEIRA – Levou na delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Põe o microfone na frente da boca, por favor, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí, lá no Márcio, eles encontraram um pouco do açúcar roubado do caminhão.

O SR. DANIEL VIEIRA – Isso não sei, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas você viu porque foi preso, tu estavas junto. Foi preso na casa do Márcio o açúcar, o rádio CD, que mais que a polícia trouxe de lá?

O SR. DANIEL VIEIRA – Só isso só.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só isso?

O SR. DANIEL VIEIRA – Só.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu viste a polícia pegar?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que tu viste?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como sabes que é só isso então?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não sei...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tu disseste que é só isso. Como é que tu sabes que é só isso?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas você acabou de afirmar.

O SR. DANIEL VIEIRA – Só esses objetos que foi pegado com ele, que apareceu na delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só isso?

O SR. DANIEL VIEIRA – Apareceu na delegacia só...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tinha mais o rádio PX, não foi pego lá também?

O SR. DANIEL VIEIRA – Então apareceu com isso na delegacia, esses objetos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pegou lá no Márcio?

O SR. DANIEL VIEIRA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Lá no Márcio?

O SR. DANIEL VIEIRA – No Márcio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu estavas junto lá na casa do Márcio?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, não estava não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tu me disseste que estava.

O SR. DANIEL VIEIRA – Tem uma denúncia anônima.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, esquece de denúncia anônima, não inventa coisa. Treinaste isso aí: denúncia anônima. Tu treinaste; esquece o que tu treinaste. Aqui, agora tu esqueces o treino. Agora é jogo sério. A polícia te prendeu, não te prendeu?

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá, no caminhão?

O SR. DANIEL VIEIRA – Ela me perguntou se eu sabia onde o Márcio morava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixa eu até tirar uma dúvida aqui. Espera aí. O João verdureiro te levou lá?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não é que levou, ele passou e deu esse endereço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, ele deu o endereço e você foi sozinho.

O SR. DANIEL VIEIRA – E disse que tinha um caminhão lá...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi você e o Donizete?

O SR. DANIEL VIEIRA – Li guei para ele e ele foi lá em casa. Quando chegou, peguei minha esposa...

O SR. OSCAR ANDRADE – O João Verdureiro sabia desse caminhão que estava vendendo num sítio?

O SR. DANIEL VIEIRA – Ele falou que estava vendendo nesse endereço, que foi preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sim.

O SR. DANIEL VIEIRA – Quando chegamos lá

...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi no Donizete: “Donizete, tem um caminhão para vender ali no sítio, vamos lá?”

O SR. DANIEL VIEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi isso. Desse jeito.

O SR. DANIEL VIEIRA – Quando chegamos no endereço que ele deu para nós, tinha os policiais esperando lá. Aí nos botaram ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí a Polícia te prendeu, te levou para a delegacia. Na delegacia, você contou do envolvimento do Márcio. Aí, a Polícia pegou você e foi lá na casa do Márcio?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não me levou na casa do Márcio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tu disseste ...

O SR. DANIEL VIEIRA – Eu falei o endereço para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, tu disseste que levou, você foi lá na casa do Márcio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, rapaz. Você foi lá!

O SR. DANIEL VIEIRA – Não. Não fui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É melhor você dizer. Você está-se enrolando. É melhor deixar as coisas bem claras.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você acabou de dizer que foi lá, meu filho. Você disse agora há pouco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você foi na casa do Márcio com a Polícia?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não fomos lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas está escrito aqui. Está aqui: “Confessou a prática do roubo, alegando que o fizera na companhia de Márcio, residente no Bosque do Lenheiro; que procedera a diligência com...”, contigo junto, tu, Daniel Vieira, “...e conseguiram deter o indiciado Márcio Leão, que estava na sua residência, na posse de uma pequena quantia de açúcar, rádio-CD e um rádio-transmissor PX, ambos retirados do caminhão da vítima.”

Tu foste lá na casa do Márcio.

O SR. DANIEL VIEIRA – Então, fui lá buscar esse objeto aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu foste lá?

O SR. DANIEL VIEIRA – Fui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, não volta atrás. Tu já disseste que foi, já disseste que não foi.

Pára de mentir. Fala a ver da de. Foi lá na casa do Márcio.

O SR. DANIEL VIEIRA – Fui lá buscar o objeto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foram buscar os objetos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais objetos que você buscou?

O SR. DANIEL VIEIRA – Só o PX e um toca-fitas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o que mais?

O SR. DANIEL VIEIRA – Só isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O PX e o toca-CD, não é?

O SR. DANIEL VIEIRA – O PX e um toca-fitas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Toca-fitas e toca-CD é a mesma coisa.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o açúcar?

O SR. DANIEL VIEIRA – O açúcar, não vi pegar nada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você disse agora há pouco que tinha açúcar lá.

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, isso não. Não vi açúcar nenhum não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está bem, mas esquece o açúcar. Quem é que pegou o CD, quem é que entrou lá dentro, até porque nós queremos ver se a Polícia não pegou coisa demais lá. De repente, a Polícia pegou coisa de mais. O que você viu a Polícia pegar lá?

O SR. DANIEL VIEIRA – A Polícia chegou, invadiu lá, catou e não deu nem para ver o que é que era. Chegaram no porta-mala, colocaram e fecharam o porta-mala.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí, onde é que vocês foram com esse material?

O SR. DANIEL VIEIRA – Fomos para delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi para delegacia. E você junto. E qual o lugar que você sentou no carro da Polícia?

O SR. DANIEL VIEIRA – No banco de trás.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No banco de trás. Viu como é que as coisas começam a se esclarecer. Não adianta você enrolar, porque está tudo escrito aqui. A gente sabe bem certo. Então, você não enrola. Você sabe com quem está falando, não é? Aqui, é uma CPI, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Deputados e Senadores, da Câmara Federal, do Congresso Nacional, do Senado Federal. Não viemos para brincar aqui. Nós queremos combater o roubo de carga, e você é um guri. Daqui a pouco, você está

com a sua vida toda enrolada. Vai passar o resto da vida na cadeia? Você quer isso?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, vamos abrir o jogo. Tenho tudo escrito aqui. Vamos avançar. Você voltou lá da casa do Márcio?

O SR. DANIEL VIEIRA – Fomos até a delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foram até a delegacia. Que horas eram? Lá na delegacia, você ficou quantotempo lá?

O SR. DANIEL VIEIRA – Depois que fui pego, ficamos lá até uma hora da madrugada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, mas antes de chegar o seu advogado.

O SR. DANIEL VIEIRA – Quantas horas? Demorou bastante. Tinha um quartinho no fundo, e ficamos lá no fundo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com quem você ficou lá no fundo?

O SR. DANIEL VIEIRA – Ali tinha bastante investigador.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Márcio?

O SR. DANIEL VIEIRA – Apanharam separado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Separaram tudo.

O SR. DANIEL VIEIRA – Um em cada canto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está bem. Você conversou com os investigadores?

O SR. DANIEL VIEIRA – Ele ficou apontando a arma para mim, eu falei que não tinha arma.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a espingarda e o revolver, cara? Como é que você fala que não tinha arma?

O SR. DANIEL VIEIRA – Quando eu vim da casa do Márcio, tinha uma salinha com um monte de objetos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o seu advogado?

O SR. DANIEL VIEIRA – O Dr. Aparecido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Aparecido. Cadê ele?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele te acompanhou na delegacia?

O SR. DANIEL VIEIRA – Depois ele chegou lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é advogado do Márcio também?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – É só seu.

O SR. DANIEL VIEIRA – É só meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem está pagando-o para você?

O SR. DANIEL VIEIRA – Oi?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem está pagando o advogado?

O SR. DANIEL VIEIRA – Então, falei para ele que não tenho dinheiro para pagar advogado. Falei para ele que se me tirasse e fizesse o serviço do processo, na hora que eu saísse, eu pagaria ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está no risco?

O SR. DANIEL VIEIRA – Ele fala para ele se me fizesse sair, pagaria ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele vai ganhar no êxito, se tirar? Se não tirar...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual o veículo que o Donizete tinha?

O SR. DANIEL VIEIRA – O carro que ele tem?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. DANIEL VIEIRA – Uma Brasília e um Santana.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está tudo bem certinho aqui. Contaram que vocês atacaram ele de Brasília. Então, num Santana. Quando revistaram o Santana do Donizete, você estava junto?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é que estava o Santana do Donizete?

O SR. DANIEL VIEIRA – Tem uma avenida perto de casa. Ele estava encostado debaixo de uma árvore.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perto da sua casa?

O SR. DANIEL VIEIRA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele tinha ido na sua casa de carro?

O SR. DANIEL VIEIRA – Veio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele?

O SR. DANIEL VIEIRA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E onde é que você foi com ele de carro? Não saiu com ele de carro?

O SR. DANIEL VIEIRA – Eu liguei para ele e ele veio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você ligou para ele para quê?

O SR. DANIEL VIEIRA – Porque ele queria comprar o caminhão. Quando chegamos lá, peguei minha esposa, vamos vê esse endereço aqui que o rapaz deu. Chegamos lá fomos abordado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Levou sua esposa também?

O SR. DANIEL VIEIRA – Levei.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Filho também?

O SR. DANIEL VIEIRA – Um menino de quatro e um de três.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Levou junto?

O SR. DANIEL VIEIRA – Mas não sabia o que estava acontecendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ainda leva a mulher e os filhos. Essa é a lição que, você como pai, está dando para as crianças.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi presa a espingarda lá na sua casa?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que foi preso lá na sua casa? O que eles levaram lá da sua casa?

O SR. DANIEL VIEIRA – Nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que eles levaram da sua casa?

O SR. DANIEL VIEIRA – Nada. Eles foram lá procurar, mas não acharam nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eles revistaram a sua casa?

O SR. DANIEL VIEIRA – Revistaram.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Entraram lá dentro?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não acharam nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é que estava o açúcar?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não acharam nada em casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Ademir participou de tudo?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não conheço esse Ademir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele participou? Mesmo sem conhecer. Ou só guardou.

O SR. DANIEL VIEIRA – O João verdureiro passou disse que nesse local tinha ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Esquece esse João verdureiro.

O SR. DANIEL VIEIRA – Ele vende verdura ali no bairro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todo mundo conhece ele?

O SR. DANIEL VIEIRA – É, ele vende verdura, vende as coisas lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esquece desse João verdureiro. Não quero saber de João verdureiro. Para nós não existe, porque não vamos entrar na sua conversa. Agora, imagina, você não sabe nem ler, nem escrever passando a conversa em nós. Muita espartezinha.

Prenderam lá na sua casa, levaram no carro, no Santana, um capuz. Tinha um capuz lá na delegacia, não tinha?

O SR. DANIEL VIEIRA – Eles mostraram para nós.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é, foi pego no Santana do Donizete e foi pega também a espingarda na sua casa.

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor. Quando chegamos lá na delegacia eles perguntaram se era minha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é que o lava-rápido, é perto dali?

O SR. DANIEL VIEIRA – Numa avenida que tem lá, não sei o nome da avenida. É num posto, não sei se é Canta Galo, uma coisa assim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A polícia foi com você lá no lava-rápido?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não. Eu estava na delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem foi lá no lava-rápido?

O SR. DANIEL VIEIRA – O Donizete.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Donizete foi com a polícia?

O SR. DANIEL VIEIRA – Chegou uma hora que ele sumiu lá da delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe o que eles encontraram lá no lava-rápido?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem é o lava-rápido?

O SR. DANIEL VIEIRA – Do Donizete.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois encontraram lá outro capuz.

O SR. DANIEL VIEIRA – Isso eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas es tou te dizendo, mais um revólver, também roubado.

O SR. DANIEL VIEIRA – Mas eu não...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas es tou te dizendo. Para você ver que sabemos das coisas. Não adianta ficar mentindo. Estou te contando o que os outros fizeram. Agora o que você fez não precisa contar para ti. Você sabe. O que quero é que você conte o

que fez, porque tenho escrito aqui. Mas quero que conte para mim também.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você contou para o policial conte para nós.

O SR. DANIEL VIEIRA – Ele mandou eu assinar...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não contou essa história de verdureiro não. Você contou outra coisa, está escrito.

O SR. DANIEL VIEIRA – Eles entraram com essa papelada e mandou nos assinarmos. Ficamos até tarde, assinamos um monte de papel, nem li. Porque não sei ler mesmo. Só sei escrever mal o nome. Ficamos lá até uma hora da madrugada, depois pegaram as papeladas e levaram lá para São Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Daniel, tenho uma proposta para lhe fazer. Por que você não colabora conosco? Você quer que transformemos isso aqui numa sessão secreta e você fale apenas para os Deputados e Senadores?

O Governo tem um serviço de proteção às testemunhas. Você pode sair protegido com a sua família, com a sua mulher, com seus filhos. Ajude, colabore, conte a verdade.

O SR. DANIEL VIEIRA – É isso que estou falando para o senhores. Quando chegamos no local fomos abordado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Essa conversa não adianta. Já temos aqui informação do contrário. Estou dando uma oportunidade, se você quiser falar secretamente, fale, você vai ter proteção. Ajude. Você pode limpar sua vida.

O SR. DANIEL VIEIRA – O que aconteceu foi isso aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você conhece Aparecida Franco Pereira de Brito?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ademir de Heleno?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Também não conhece. Mas ficou sabendo que eles moram na escola lá?

O SR. DANIEL VIEIRA – Então. Porque esse verdureiro falou que tinha esse caminhão para vender e deu esse endereço para nós. Chegamos lá nesse local e fomos abordado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era numa escola?

O SR. DANIEL VIEIRA – Aí que ficamos sabendo. Mas não deu nem tempo de descermos do veículo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ia comprar o caminhão lá no meio do mato.

O SR. DANIEL VIEIRA – Eu não, o Donizete, nesse endereço que foi dado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Lá no meio do mato, não é?

O SR. DANIEL VIEIRA – Mas foi lá nesse endereço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas era meio do mato, numa chácara, lá no interior?

O SR. DANIEL VIEIRA – Tem bastante casinha, um monte de chácaras.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De anal fabeto o senhor não tem nada, o senhor é bandido escolado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mais alguma pergunta, Deputado?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, Sr. Presidente, acho que devemos prosseguir e pedir ao Daniel para aguardar, caso seja preciso uma acareação.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Pediria aos policiais que conduzissem o Daniel e aguardassem uma possível acareação. Vamos convocar um outro depoente.

Peço que introduzam o Sr. Márcio Roberto Leão. (Pausa.)

Favor repetir o seu nome completo.

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Márcio Roberto Leão.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor sabe a sua identidade?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não sei, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual a sua idade?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Trinta e oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor sabe o número do seu CPF?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não sei, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual o seu estado civil?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual o seu endereço?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Rua 16, 189.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual a sua profissão?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO - Pedreiro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Qual a cidade?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO - Piracicaba.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Onde o senhor exerce a sua atividade de pedreiro?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Trabalho autônomo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Mas em que cidade?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Piracicaba mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor é parente em algum grau das pessoas envolvidas neste assunto que vamos tratar?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor conhece o assunto que vamos tratar?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - De acordo com o que dispõe o art. 203 do Código de Processo Penal e sob as penas da lei, o senhor é obrigado a dizer a verdade. O senhor aceita esse compromisso de dizer a verdade?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Favor assinar esse documento, que é o seu compromisso de somente dizer a verdade. (Pausa.)

Passo a palavra ao Deputado Oscar Andrade, Relator, para fazer as perguntas e solicitar os esclarecimentos que julgar necessário.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Márcio, o senhor foi preso que dia?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Dia 19 de fevereiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso junto com quem?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Fui preso sozinho, na minha casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem levou a polícia até lá?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Quem levou a polícia até lá foi o Daniel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Poucas horas antes, o senhor, o Daniel e o Donizete... O senhor conhece o Donizete?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não conheço, não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca viu?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Nunca vi.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não foi preso junto com ele?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Quer dizer, nós nos conhecemos na Delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na Delegacia? O senhor nunca tinha visto ele?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você nega que vocês assaltaram um caminhão com 14 mil quilos de açúcar, encapuzados?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Eu nego.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não participou disso?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você está preso por causa disso, você sabe?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO - Eu sei. Mas compremente o rádio amador e o toca-CD do Daniel.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Do Daniel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer que vocês não venderam os olhos do motorista e dois acompanhantes que estavam com ele. Levaram eles para uma estrada vicinal de terra e deixaram eles num baranco, mandaram ficar meia hora parado?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você não participou disso?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO - Não, não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o revólver e a espingarda?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não sei de revólver e nem de espingarda não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe de nenhum dos dois?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem arma, nunca teve?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO - Não, senhor, não tenho, nunca tive.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você comprou do Daniel um CD e um rádio amador?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Comprei.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quanto você pagou?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – 150 reais.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Pelos dois?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – É.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O que você pretendia fazer com um rádio amador?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – O rádio amador iria colocar no meu carro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor tem carro?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Tenho uma Variant II.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Para falar com quem, qual a finalidade de um rádio amador?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Ia colocar para enfeitar o carro. Para mais nada, só para enfeitar o carro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Como é que o Daniel apareceu na sua casa com a polícia? Por quê?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não sei, por causa do rádio amador e o toca-CD... eu não sabia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você comprou onde?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Comprei na casa dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi à casa dele?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Tinha ido ver o serviço, no passar, cheguei à casa dele...

O SR. OSCAR ANDRADE – À toa, passou lá à toa?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você o conhece a quanto tempo?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Eu conheço ele à base de um ano, mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é amigo dele?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Nós trabalhamos juntos uma época.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual a profissão dele?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Ele é pedreiro também.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor passou na casa dele?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Passei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para quê?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Estava de passagem e ele me ofereceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um PX?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Um PX e o toca-CD.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – De quem ele apanhou isso, você sabe?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não sei de quem ele apanhou.

O SR. OSCAR ANDRADE – E os 8 quilos de açúcar que estavam na sua casa da carga do caminhão?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Quilos de açúcar? Em casa não tinha açúcar nenhum não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem não?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você adoça as coisas com o quê?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Simplesmente compro no mercado o açúcar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você compra de quantidade, muita?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Com pro de 10, 15 quilos, entendeu?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é amigo do Daniel e passou na casa dele para ver ele, à toa?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Eu tinha ido ver um serviço e no passar é caminho meu, vi ele na frente e parei para conversar com ele e ele me ofereceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto você pagou?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – 150 reais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nos dois?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Nos dois.

O SR. OSCAR ANDRADE – E foi embora para casa? Isso foi no dia 19 mesmo?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Dia 19.

O SR. OSCAR ANDRADE – De dia?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Era base de meio-dia, mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Meio-dia. Foi embora para casa?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Fui embora para casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – De noite chega a polícia lá?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – A base de umas 3 e meia, 4 horas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está indiciado por quê?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Por causa do radioamador.

O SR. OSCAR ANDRADE – Receptação?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não está indiciado por roubo, não, em Salto?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não, não sei. Apesar de que eles mandaram...

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual artigo, você sabe?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você mora no mesmo bairro do Daniel?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você conhece o João verdureiro?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Não conhece o João verdureiro.

O SR. OSCAR ANDRADE - O Donizete você o conheceu há quantotempo? O que o Donizete faz?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Eu o vi na Delegacia. Não sei o que ele faz.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você o conheceu na Delegacia?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Na Delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você tem algum outro tipo de inquérito, responde a algum inquérito policial, alguma coisa?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não, tive uma passagem quando era menor, aos 16 anos, em uma briga em que acertei uma tijolada num rapaz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Briga?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lesão corporal, deve ser?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só isso, mais nada? Quem liderou essa história toda?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO - Como assim?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe do que estou falando, de quem estou falando.

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não, não sei não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sabe, sabe, sim. Sabe a escola do Bagre?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece não?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na estrada Paudalinho, no Bairro Paudalinho.

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO - Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Piracicaba, o senhor não conhece?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO - Conheço Piracicaba, mas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesse bairro, você não conhece não?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Nesse bairro, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Ademir?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não, senhor, não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece o Ademir?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você ajudou descarregar o caminhão?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Que caminhão eu lhe perguntei?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Eu não sei que caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Ademir participou dessa história toda do roubo, ou só guardou a carga?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não, eu não sei se... Sobre participação nenhuma, eu não sei não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem descarregou o caminhão?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Eu não sei, senhor. Sobre o caminhão eu não estou sabendo de nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? Nada?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas porque eu lhe perguntei: você ajudou a descarregar o caminhão? Você disse: não. Que caminhão? Você

não sabe de nada, como é que você disse que não ajudou?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não eu apenas respondi que eu não sei de caminhar, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Pagamento seu foi o toca-CD e o PX?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não. Eu comprei o CD com dinheiro meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi com dinheiro?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você é casado, não é? Tem filhos?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Tenho seis filhos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quantos?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Seis filhos eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ademir Heleno, você conhece?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não conheço não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto pagou pelo PX e pelo CD? Cento e cinquenta?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Cento e cinquenta reais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pagou. Mas como é que pagou? Em dinheiro ou em cheque?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Paguei em dinheiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dinheiro?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que foi? Como era a distribuição do dinheiro?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Três notas de cinquenta reais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Três notas de cinquenta reais tu deste para ele. Aonde que tu compraste dele?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Comprei na casa dele mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aonde?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Na casa dele mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu foste lá na casa dele?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Eu estava de passagem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fazia quantos dias?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Foi no dia 19 de fevereiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No mesmo dia?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Que eu comprei?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – É no mesmo dia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No dia que tu foste preso, tu compraste?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não, eu comprei era uma base de meio-dia. Quando foi às três, quatro horas...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi no mesmo dia.

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Comprei ao meio-dia e foi preso de tarde.

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele disse d4 onde era o toca-fita, o toca-CD?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não entendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele disse da onde que era? De onde é que ele tinha comprado?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não, não falou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu vais comprar um PX e um rádio-CD por cento e cinquenta? Não está na cara que foi roubado?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – É. Eu não sabia que era roubado. Ele também não falou nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é que é o carro seu?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – É uma Variant II.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tinha rádio-CD na Variant?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não, não tinha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu ias botar na Variant?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Ia pôr na Variant.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Comprou para botar na Variant.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Nes se dia da semana, você lembra se era segunda, terça, quarta...?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Eu acho que era na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Na segunda-feira. E você não trabalhou nesse dia?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Eu tinha de ver um serviço, senhor. Eu tinha de ver um serviço. Eu estava voltando do serviço foi quando eu passei na cada dele.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você só trabalhou na parte da manhã, então?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Não, não trabalhei. Eu tinha ido ver um serviço para mim poder...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ah, tinha ido ver um serviço!

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO - Fazer um orçamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a presença do Daniel para acareação.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Então, o senhor, por favor, permaneça aí.

Eu solicitaria ao Secretário e aos policiais que conduzissem de volta o Daniel. Em face da divergência do depoimento dele, do Daniel com o do Márcio, nós vamos colocá-los frente a frente para esclarecer esse aspecto.

O SR. OSCAR ANDRADE - Nós vamos fazer uma pergunta e você vai reafirmar o que disse, tá? Primeiro, vou saber.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Daniel, pega o microfone ali.

O SR. OSCAR ANDRADE – Põe o microfone direito, tá, Daniel?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vou falar bem devagarinho agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em frente, direitinho para nós ouvirmos, tá?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando foi a última vez que ele esteve lá na sua casa?

O SR. DANIEL VIEIRA – Ah, isso não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não te lembra?

O SR. DANIEL VIEIRA - Qual é o tempo, assim, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu diz bem devagarinho para nós entendermos. Quero que tu fale bem ao microfone, aí bem pertinho, assim, para entender.

Tu lembra quando ele esteve lá na tua casa?

O SR. DANIEL VIEIRA - No dia, de manhã cedo, quando o fato aconteceu, isso aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – No dia 19.

O SR. DANIEL VIEIRA - Hã?

O SR. POMPEO DE MATTOS – No dia que aconteceu ele foi lá na casa.

O SR. DANIEL VIEIRA - É. Ele foi em casa porque nós sempre trabalhamos juntos, pesca...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pesca?

O SR. DANIEL VIEIRA – Nós sempre pescamos juntos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mais outro pescador aqui! É claro, é mentiroso, tem que ser pescador mesmo.

Ele foi em sua casa. O que vocês fizeram lá?

O SR. DANIEL VIEIRA – Ele foi lá porque nós sempre saíamos do serviço juntos, marcávamos pescaria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A que horas ele chegou lá?

O SR. DANIEL VIEIRA – Chegou de manhã.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A que horas? Seis da manhã? Cinco da manhã?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, eu acho que era 9 horas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A que horas ele saiu de lá?

O SR. DANIEL VIEIRA – Ele saiu mais ou menos na hora do almoço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que vocês fizeram lá todo esse tempo?

O SR. DANIEL VIEIRA – Conversando sobre pescaria, serviço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Batendo papo.

O SR. DANIEL VIEIRA – Tem bastante serviço. Trabalho para o Dilson Maluf, que tem quatorze casas para fazer...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ficaram das 9 ao meio-dia fazendo o quê?

O SR. DANIEL VIEIRA – Conversando sobre serviço, acertando preço de serviço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acertaram algum negócio entre vocês dois?

O SR. DANIEL VIEIRA – Acertar o quê?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sei lá, qualquer coisa.

O SR. DANIEL VIEIRA – Só serviço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Acertaram o serviço? Para começar em que dia?

O SR. DANIEL VIEIRA – Tem três meses que caiu um muro lá e daqui a três meses é que vai começar a obra de novo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele foi embora ao meio-dia?

O SR. DANIEL VIEIRA – É, foi mais ou menos na hora do almoço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele não almoçou em sua casa?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você não ofereceu almoço para ele?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando ele foi lá, ele foi a pé ou foi de carro? Como ele foi lá?

O SR. DANIEL VIEIRA – Ele tem uma Variant.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, eu sei que ele tem. Mas como ele foi lá? Não minta. Pense bem.

O SR. DANIEL VIEIRA – Nós estamos sempre em contato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu quero saber como ele foi lá: a pé, a cavalo ou de Variant?

O SR. DANIEL VIEIRA – Eu liguei para ele. Ele tem um celular. Ele veio à minha casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei que ele foi lá. Nós já falamos disso. Eu perguntei se ele foi lá a pé, a cavalo ou com a Variant.

O SR. DANIEL VIEIRA – Ele veio de carro, veio na Variant dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com a Variant? Ficou lá durante duas horas, durante três horas?

O SR. DANIEL VIEIRA – Ficou até a hora do almoço mais ou menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí ele foi embora com a Variant?

O SR. DANIEL VIEIRA – Foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele levou alguma coisa de lá?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor. Ele só levou o aparelho de som.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Levou o quê?

O SR. DANIEL VIEIRA – Só o toca-fitas. Foi vendido para ele o aparelho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você vendeu o aparelho para ele?

O SR. DANIEL VIEIRA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por quanto?

O SR. DANIEL VIEIRA – Por R\$150.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você não falou isso antes aqui?

Como foi que ele lhe pagou?

O SR. DANIEL VIEIRA – Ele ia experimentar o objeto e depois é que ia pagar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que ele lhe pagou?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele respondeu. Ele disse que ele ia experimentar o objeto.

O SR. DANIEL VIEIRA – Ia experimentar o objeto e depois ia pagar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então ele não lhe pagou?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você ainda tem o que receber dele?

O SR. DANIEL VIEIRA – É, ele ia me pagar os R\$150.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele ainda está lhe devendo?

O SR. DANIEL VIEIRA – É, mas agora foi feita a apreensão...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aproveita e cobra dele. Peça-lhe agora os R\$150. Você está devendo os R\$150 a ele?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Eu paguei para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pagou?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Paguei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como você pagou?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Paguei em três notas de cinquenta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual dos dois está mentindo?

O SR. DANIEL VIEIRA – Ninguém está mentindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como?

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Você disse que ele não pagou. Ele disse que pagou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pagou ou não pagou?

O SR. DANIEL VIEIRA – Pagou.

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Pagou? Você disse agora que não pagou, que ia pagar depois.

O SR. DANIEL VIEIRA – Foi pago.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele tem muita cara-de-pau. A gente fica até com vergonha de você.

O SR. MÁRCIO ROBERTO LEÃO – Você não disse agora que ele não pagou, que ia pagar depois?

O SR. DANIEL VIEIRA – Foi pago.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que foi pago?

O SR. DANIEL VIEIRA – Foi pago na hora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A gente tem que rir na sua cara. Você diz na frente de todo mundo que ele não havia pago, que estava lhe devendo, que agora não tinha mais como pagar porque estava preso. Agora ele diz que pagou-lhe R\$150 e você confirma. Você tem medo dele?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que ele é seu?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não é nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É seu chefe?

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, ele é até muito trabalhador.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele é seu parceiro de roubo de cargas.

O SR. DANIEL VIEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você admite na frente de todo mundo...

O SR. DANIEL VIEIRA – Apenas foram vendidos objetos para ele

O SR. POMPEO DE MATTOS – Primeiro você disse que não tinha ido na casa dele. Lembra? Você disse na polícia que não foi na casa dele e depois voltou atrás. Depois disse que não recebeu. Agora diz que recebeu. Você tem duas palavras, homem? Qual é a que vale?

O SR. OSCAR ANDRADE – Daniel, qual é a verdade?

O SR. DANIEL VIEIRA – Que ele pagou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você disse que ele não tinha pago?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estamos lidando com um bandido que não tem nada a perder.

O SR. OSCAR ANDRADE – Porque não existiu nada de venda, porque não teve essa ida lá, porque não teve absolutamente nada ao meio-dia, porque vocês roubaram um caminhão, assaltaram um caminhão.

O SR. DANIEL VIEIRA – Isso não. Foi o que expliquei para o senhor. Chegamos no local e fomos abordados. Eu estava com a minha esposa e as minhas filhas, uma de quatro e uma de três anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem fale na sua esposa, nas suas crianças. Você é gato fino, vem aqui enganar a gente. Nem fala em esposa e criança. Esquece o verdureiro. Você está enganando a gente. Por que isso? Estamos perdendo tempo com você.

Para que uma hora você diga uma coisa e na outra dizer outra?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Eu pediria aos policiais que acompanhassem os dois depoentes e vamos passar ao outro depoimento. Obrigado pela informação. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O seu nome, por favor.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Donizete Claudinei Cavina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua idade?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – 27 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não tem RG?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca tirou?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Já tirei. Está na minha casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No auto de prisão você não foi identificado, você não deu a identidade?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não me lembro, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seu estado civil?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Sou amasiado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência? Seu endereço?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Alferes, José Caetano, 1.128.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua profissão?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Sou lavador de carros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde você exerce a atividade?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Em Piracicaba.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem algum parente envolvido nesse processo?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, você se compromete a dizer somente a verdade?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Sim, senhor. Só uma pergunta. Sou obrigado a depor sem advogado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você é obrigado a depor aqui na CPI. Você não vai depor aquilo que possa incriminá-lo. Se você sentir que pode ser responsabilizado, você está isento de responder, mas você diga que isso vai lhe comprometer. Então, por favor, assine o compromisso de dizer somente a verdade. O Sr. Relator está com a palavra.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Donizete, o senhor foi preso em que dia?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Dia 19.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso junto com quem?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu e um rapaz lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual rapaz?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – O Daniel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daniel e quem mais?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Ele é de Piracicaba. Eu e o Daniel estavam a mulher dele e as crianças.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso com ele e quem mais?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – A mulher dele e as crianças.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Márcio?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – O Márcio eu não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não foi preso?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – O Márcio?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – É, ele foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi preso. O senhor não conhece?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não conheço ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso depois de assaltar um caminhão de 14 mil quilos de açúcar.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Confere?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o senhor foi preso?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu tinha um lavador e o produto fazia mal e tempos atrás eu fiz um consórcio para tirar um caminhão, só que não saiu. Eu ia pegar o meu dinheiro de volta, vender o meu lavador que eu tinha, que eu tenho, e ia comprar um caminhão velho, usado. E o Daniel nesse dia ligou para mim e disse que tinha um rapaz que estava vendendo um caminhão. Aí eu fui e guei ele na casa dele e fui até o sítio onde estava o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem falou com ele que o caminhão estava à venda?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Era o senhor do sítio lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – O dono do sítio?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não sei se era o dono do sítio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O dono do sítio falou para quem?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Falou para o Daniel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Falou para o Daniel?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Isso, que tinha um caminhão e estava vendendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu conhecestes o rapaz do sítio?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, cheguei lá não tinha ninguém, só tinha policial.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só tinha polícia. E onde é o teu lava-rápido?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – O lava-rápi do meu? É no posto junto com o posto de gasolina.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É no centro da cidade?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o nome da cidade?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Piracicaba.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E essa chácara é longe lá do posto? Pertinho?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – A chácara? É meio longe.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto? O que é bem longe?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Acho que dá uns oito quilômetros.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Aí tu moras no centro da cidade e vai lá no meio do mato com prar um caminhão?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não. O Daniel sabia que eu estava interessado num caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é amigo do Daniel há quanto tempo?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Faz uns oito meses. Então, mas ele sabia que eu estava interessado no caminhão e ele ligou para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você se encontrava com o Daniel onde?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – O Daniel? Eu passei até a casa dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, eu estou dizendo antes, vocês são amigos há uns oito meses? Você conheceu ele onde?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – No meu lavador.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi lá fazer o quê?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Ele sempre arruma pneu de carro, lavar carro lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Daniel? Ele tem carro?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Ele tinha um corcel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ti nha, não é? Você tem carro?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu tinha e vendi, quando eu vendi foi para fazer esse consórcio desse caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual carro?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu tinha um Del Rey.

O SR. OSCAR ANDRADE – Del Rey? E a Brasília?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Então, aí eu fiz esse consórcio com o caminhão aí eu ganhei um pouco de dinheiro e comprei uma Brasília.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Santana?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – O Santana é o meu sogro, que tem um Santana.

O SR. OSCAR ANDRADE – É, não é seu não? Não fica com você?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – O Santana? Ficava com a minha mulher.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem filhos?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor é casado?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Sou amasiado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto tempo?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Vai fazer uns dez anos já.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dez anos que tu convives com ela.

Deixa eu entender esse negócio do consórcio. Tu compraste um consórcio. Qual a marca do consórcio?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – É consórcio Divena, São Paulo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Divena, São Paulo. E aí pagou quantos meses?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não cheguei a pagar, só dei a entrada?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ia vender o consórcio que tinha dado entrada?

O SR. OSCAR ANDRADE – Conte-me como foi. Você pegou o Daniel com mulher e filhos?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – É, foi a mulher dele, e os filhos e chegamos lá no sítio.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Daniel já conhecia o sítio?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – O Daniel eu acho que já. Não sei se ele conhecia, se ele pegou o endereço com o senhor, porque ele estava meio perdido para chegar lá. A gente...

O SR. OSCAR ANDRADE – Chegaram ao sítio.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Chegamos ao sítio, aí eu parei a Brasília na estrada e aí os policiais já saíram de dentro da casa assim e foi gritando com a gente, pára, pára, pára. Aí abordaram a gente e o caminhão estava do lado da casa, coberto com um encerado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O caminhão que você ia comprar?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu ia comprar o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aquele?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Aquele caminhão que estava lá que você ia comprar? Estava carregado?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava vazio?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Estava vazio e estava enlonado. A carroceria dele estava enlonada.

O SR. OSCAR ANDRADE – É graneleiro?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, era carroceria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que enlona sem mercadoria?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Ele estava assim enfiado ao lado da casa com uma lona na traseira dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, sim, escondido, né?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu acredito que sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – E onde foi parar o açúcar?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu não vi açúcar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não viu?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nada de açúcar?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Só vi o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conheceu o bairro Paudalinho, na estrada Paudalinho, na antiga escola do Ba gre? Você conhece isso lá em Piracicaba?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Conheço mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais ou menos. E o Ademir?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Desconheço, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece o Ademir Heleno?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não participou de nada junto com vocês?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Márcio?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – O Márcio também não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu conheci ele lá no destacamento, lá na polícia, na delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando ele chegou preso?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – É chegaram com ele lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com que ele foi chegou? Por que ele foi preso?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor. Estou sabendo que ele comprou um aparelho e era roubado também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Comprou de quem?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Parece que ele pegou do Daniel.

O SR. OSCAR ANDRADE – É?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele comprou do Daniel. E onde o Daniel conseguiu isso?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Daniel, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi um aparelho CD e um PX? Foi?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele te levou lá nesse caminhão para você comprar esse caminhão?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – É, ele ligou para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabia que esse PX e esse aparelho de CD era desse caminhão?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não sabia.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu não cheguei nem a ver o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então o senhor acha que o Daniel roubou do caminhão o PX e o CD e depois te levou para vender o caminhão?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu acredito que não, senhor. Não posso dizer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando tu foste lá na casa do Daniel, de que jeito que tu foste?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Ele ligou para mim, aí eu peguei a Brasília e fui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pegou a Brasília?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – É, eu estava lá, peguei a Brasília e fui até a casa dele. E ele falou: eu tenho um caminhão aqui que você queria, um caminhão velho, usado já. Aí eu perguntei o preço. E ele disse vamos lá, a gente conversa com o rapaz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E onde é que estavam Santana?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – O Santana estava com a minha mulher.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aonde?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Ela estava na escola, ela estuda.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ela estuda?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – O pai dela deu para ela para ir estudar na escola e voltar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E agora onde é que está o Santana?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – O Santana foi preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi preso. Onde foi preso o Santana?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Foi preso na casa do Daniel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, vamos refrescar a sua memória. Tu foste lá no Daniel de Brasília. E como é que o Santana foi preso na casa dele? A tua mulher foi lá de Santana?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Então, a minha mulher, aí eu não apareci em casa, aí ela foi até a casa do Daniel com o Santana. Aí chegaram lá na casa dele e pegaram o Santana e prenderam.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ela foi lá?

O SR. OSCAR ANDRADE – Prenderam a sua mulher também?

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ela não foi presa?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Ela, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que aconteceu com ela?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Ela ficou a pé lá, pegou e foi para casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas dá quantos quilômetros? Tu disseste que é longe.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Ela foi de mototaxi, senhor. Ela foi de moto, parece.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ela foi lá para a casa do Daniel de moto?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, para a casa onde a gente mora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí tem mototaxi na casa do Daniel também?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Liga e a moto vem. Ela foi de Santana até a casa do Daniel. Que eu não voltava mais para casa, ela foi até o meu serviço e ela foi até a casa do Daniel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E tu já estavas preso?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí ela largou o Santana lá.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, ela estava lá esperando a gente, que ia voltar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí chegou a polícia?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Aí chegou a polícia lá e levou o carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Foram também no lavador meu e levaram as coisas de lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que levaram de lá?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Levaram papel que eu tinha lá, levaram tudo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Capuz?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tinha capuz para lavar os carros?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Tinha pano, pano tinha bastante.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pano com uns furinhos no olho e na boca?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para que servia então?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – O capuz que estava dentro do seu carro?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – No carro?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – No carro não me lembro de nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a espingarda e o revólver?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tinha também não?

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem era o capuz que estava dentro do Santana?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Do Santana? Tinha bastante pano no Santana.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei que tinha pano. Sei tudo que tinha. Temos o auto de apreensão aqui, ninguém está inventando coisa. Prenderam um capuz. Como esse capuz apareceu no Santana?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A sua mulher brincava de capuz?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas ela andava com o Santana e com o capuz. O que ela fazia com o capuz?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu tinha no Santana pano.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não era para ela sair com o capuz?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor é quem saía com o capuz?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem saía com o capuz?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Que eu me lembro... Eu não sei, não me lembro de capuz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não se lembra, esqueceu?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu me lembro no Santana de pano de limpeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o revólver?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não me lembro de revólver não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas você tomou o quê para esquecer? Tem que tomar memoriol agora para lembrar.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que se você pensar bem não lembra?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você esqueceu ou não?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então não esqueceu?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então você se lembra?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor. Eu não tinha revólver.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não tinha revólver. Mas foi apreendido um revólver dentro do seu carro, será que alguém atirou esse revólver dentro do carro?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Dentro do carro, senhor?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É. Dentro do Santana.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A sua mulher usa revólver?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como é que o revólver estava lá?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Aí...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas está lá escrito, quer que eu leia para o senhor?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – No meu carro, jamais tive uma arma, senhor. Jamais a minha mulher teve arma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi preso no seu carro a arma e o capuz, e depois, lá no lava jato foi preso mais um capuz.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem fábrica de capuz?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor. Tinha no meu lavajato pano, que tinha bastante. Pano, trapo velho tinha lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Daí aproveitou e fez um capuz?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já respondeu a algum inquérito policial ou responde?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Processocriminal.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhum?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor nunca roubou nada?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca foi processado por roubo?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Fui processado, mas não por roubo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por quê?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Por carro assim sem carta, andar sem carta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas vezes?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Umas três vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Três processos o senhor tem.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Sem carta.

O SR. OSCAR ANDRADE – E as motos niveladoras e as pás carregadeiras?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não me lembro disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não lembra de nada?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Treze. Esse número não te lembra nada?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Nada, não senhor. Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tratou nenhum?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Desconheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor foi ... nunca foi processado por roubo, furto?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não? O senhor conhece... Brotas é o nome de uma cidade?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Brotas? Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu achei que era o nome do delgado, mas é o nome da cidade. Podia ser o sobrenome do delegado. Brotas é uma cidade, o senhor morou lá?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde fica Brotas?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Brotas fica próxima à Torrinha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Próximo a quê?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Próximo à Torrinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Torrinha é uma cidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas é próximo onde o senhor mora agora. Onde o senhor está morando?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu moro em Piracicaba.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E é próximo de Piracicaba?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – São Pedro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que distância dá Brotas de Piracicaba?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Dá uns 150 quilômetros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor morou em Brotas?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem parentes lá?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que estava fazendo lá? Já foi em Brotas não foi?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Já estive lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi fazer o quê?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Estive no show de cantor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Show de quem?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – João Paulo e Daniel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E roubou quem lá?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor está sendo processado. Art. 155 do Código Penal.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estou mentindo em tão? Estou aqui com o processo nas mãos. Inquérito 035/96. Art. 155, o senhor furtou alguma coisa lá. A vítima, Manoel Gonzaga Júnior, está aqui o nome da pessoa. Conhece o Manoel Gonzaga Júnior?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Desconheço senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor só tem cara de anjo, rapaz, o senhor precisa parar de mentir, está aqui nos processos que o senhor responde, os seus antecedentes...

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Desconheço senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor nunca tomou conhecimento? Está sendo processado indiretamente?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu desconheço isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor desconhece? O senhor conhece Santa Maria da Serra?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde fica?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Fica próximo a São Pedro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor foi fazer lá?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Tenho meus pais lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Teus pais moram lá. Quem é que tu botou a mão lá?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Senhor?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor roubou, furtou alguém lá?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, senhor? Não faz tempo, foi em 1999, final do ano de 1999. O processo, o fato foi em 16 de maio de 1999. Até o dia eu sei aqui.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não é verdade também?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Temos que pegar cópia do inquérito. Como é que alguém pode...

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor nunca foi pego em flagrante?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES – Os dois são casos de flagrante.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor. Nunca fui preso não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Art. 155, § 4º, do Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tem um CD na voz que só repte não senhor. O senhor conhece uma arma, um revólver?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu conheço, já vi arma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já viu, já usou, já pegou numa arma?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Nunca usei não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não sabe nem como é que aperta o gatilho?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Saber qualquer um sabe, não é senhor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual quer um sabe? Você viu, pegou, ou só viu no cinema?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Já vi. A gente vê com policial e tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nos assaltos você não viu quem portava a arma?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Nunca peguei numa arma não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos tratores você já roubou?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu nunca roubei trator não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca foi acusado de roubo de trator?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe dirigir trator?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Já trabalhei com trator.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe dirigir trator?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Já trabalhei já.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu perguntei se sabe dirigir trator?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe dirigir? Vê se essa é a sua assinatura, faz favor, vem aqui. Pode trazer o microfone.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem é essa assinatura?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está armado?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Essa não é minha não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dá para tirar as balas e desarmar a arma, tirar as balas e dar nas mãos dele? Mas tira tudo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A do cano também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tira tudo. Dá na mão dele. Você conhece isso aí?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Segura, pega a arma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Segura.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não conheço não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Segura direito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Segura como se pega uma arma

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está descarregada. Como é que você atira. Você é canhoto? Como é que você aponta para uma pessoa? O que é isso, é revólver ou outra arma?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pega o microfone com a mão direita já que é canhoto.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – É um revólver.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você nunca viu?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, assim não. Nunca vi não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E diferente? Como é que era o revólver?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Já vi uns pequeninhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha tambor, não tinha tambor? Essa é uma automática. Você viu um revólver com tambor.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Tinha um assim...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma bolinha que vira assim, tem umas balinhas que você vê?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É para chupar essas balinhas?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não sei não, senhor. Não sei como funciona não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Devolve a arma para o policial, rapaz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Donizete, vou te mostrar mais uma assinatura aqui.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não é minha não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem é essa aqui?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não é minha não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Bota em cima da mesa e pede para ele assinar embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Naurides, por favor, a declaração dele, junta lá. (Pausa.)

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu só pedi, Claudinei, a assinatura. Não sou nenhum perito, mas eu tenho o curso de grafoscopia, trabalhei em banco, tinha que conferir a assinatura das pessoas que assinavam os cheques. A pessoa pode fazer uma assinatura diferente. Não tem problema; mas o jeito de fazer as letras, tu pegas umas letras e vê aqui. Está um pouquinho diferente aqui, mas a letra é tua. Então vou te perguntar. Tu deste um depoimento na Delegacia de Piracicaba, há alguns dias atrás?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Dei

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para qual o Delegado?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – O Delegado?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não sei o nome, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Que dia foi que tu deste depoimento?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Foi no dia que pegaram eu lá na... que eu fui ver o ca mi nhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Que dia que era?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Acho que foi no dia 19 ou dia 20.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Dia 19 de fevereiro?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tu sabes o número da tua RG?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Senhor?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tua carteira de identidade, tens o número, sabes o número de cor?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não sabe?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O nome do teu pai é Antônio Fernando Cavina? Da mãe?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Ana de Lourdes dos Santos Cavina.

O SR. POMPEO DE MATTOS - 8/9/73 foi o dia em que tu nasceste?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Aí tu deste um depoimento lá? Foi grande o depoimento, foi curto? Falou bastante, falou pouco?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Eu falei pouco.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Falou pouco; não falou quase nada?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Senhor?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Deu o quê? Umas três folhas, quatro folhas?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não, deu mais eles fizeram assinar um monte de folhas lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ah! Eles fizeram assinar um pouco de folhas?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas a assinatura não é sua. Acabou de dizer agora.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Em Piracicaba eu assinei bastante pra eles.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não. Mas é este documento aqui.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não me lembro, porque eu não li nada, não sei leitura, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eu não disse, eu não pedi para tu leres e nem mostrei nada para tu leres; eu só perguntei se a assinatura é tua. E está aqui: a assinatura é tua.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Bom. Em Piracicaba eu assinei sim

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então vou te mostrara de novo se é ou se não é tua essa assinatura aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE - Vem cá, vem cá outra vez!

O SR. POMPEO DE MATTOS - É a assinatura dele .

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Tá falando o Claudinei, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas o tanto que está ali, tu fizeste ou não?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não me lembro, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas essa aqui não é tua letra?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Esquece que você foi condicionado a "não sei". Não precisa falar mais "não sei".

O SR. POMPEO DE MATTOS - O que tu achas?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Tá falando palavra, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eu sei que está faltando palavra, mas o tanto das palavras que estão escritas. São três palavras no teu nome, não é?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Três palavras.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Três palavras. Ali só tem duas, não é? E essas duas foram feitas pela tua mão, da tua mão saíram essas duas? Olhe bem de perto.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não, senhor. Não foi eu essa não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Para o cara negar até assinatura agora, está bem. O último que faltava para ti, era isso. Senta lá. Vou ver o que tu dissesse para a polícia aqui. Aliás, disse aqui um horror.

O SR. OSCAR ANDRADE - O que você fez com o Ademir?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Sr?

O SR. OSCAR ANDRADE - Ademir? O que você fez com o Ademir?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Ademir?

O SR. OSCAR ANDRADE - É. Ademir.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Eu não conheço, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não conhece não? Não fez nada com ele?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ademir Rubiner?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não conheço, senhor.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não? Júlio César Pereira?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não conheço, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - E Fernando Rubiner?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não conheceu nenhum dos três?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então tu conheces o Antônio Gardenal?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Conheço, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quem é ele?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Ele é dono de posto.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Dono de um posto?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Você trabalhou com ele?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Trabalhei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como é o nome do posto?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - É Posto Pescador. Não. Posto São Domingos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - São Domingos?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Vamos refrescando a memória, está começando a acertar, agora está começando melhorar. Só que eu tenho tudo escrito agora, então não vamos nos estressar. Ele tem trator?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Ele tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tem trator. Que marca é o trator dele?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Tinha um Valmet.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O que mais?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Que me lembro, só.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Só o Valmet?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Um Valmet amarelo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Amarelo?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E não tinha um Massey-Ferguson também?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não me lembro, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não. Conhece João Assis Gomes?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não conhece o Bolão?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Bo-lão?

O SR. POMPEO DE MATTOS - É.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Conheço sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ah! Conhece o Bolão. Quem é o Bolão?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - O Bolão mora perto da minha casa. Tem um bar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tem um bar. E o que ele é teu?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não é nada, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Trabalhou com ele já?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Andou com ele?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fez al gum fur to com ele?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é, mas você declarou na Delegacia de Polícia que sabia onde est a va o tra tor Mas sey-Fer gu son e aí ar mou um plano. De madrugada foi até a garagem, abriu o por-tão, colocou pano no escapamento a fim de abafar o ronco. Dali roubou o trator, subtraiu o trator, furtou, você e o João Assis Gomes, o Bolão.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estou in ven tan-do?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, senhor. Não, senhor. Não, senhor. Então me explica como foi então?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor. Não fiz isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor fez?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não fiz nada disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aqui vai. É um rosário...

O SR. OSCAR ANDRADE – É depoimento seu, meu filho. Não nega o seu depoimento.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não fiz isso, senhor. Não posso falar que fui eu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não roubou o trator, não?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – A úni-ca coisa que posso falar é que assinei um monte de folha quando fui na Delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você vai assinan-do tudo?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Assi-nei bastante folhas. É os policiais mandaram assinar lá. Falaram que era obrigado a assinar e eu fui...eles iam pondo umas folhas e eu ia assinando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por isso, Sr. Presidente, acho que, e estão aqui nos sos de le gados de po lí cia, que ro até fazer um ape lo. Há uma pro po si-ção de mu dan ça, pelo me nos lá no Rio Gran de do Sul já está co me çan do a o cor rer. Você leva um moço des-ses e ele declara tudo, diz tudo, e depois nega tudo. E fica-se por isso mesmo. Estão começando a filmar e gravar. É filmado, não custa. Vai dar um depoimento

na frente de uma câmara. Liga a câmara e dá um de-poimento. Eu queria ver a cara dele, ele dizendo o que dis se. Aqui não dá nem para fa lar o que ele con ta de coisa que roubou. Mas, olha, de coisa que roubou, há sete folhas, até parece conta de mentiroso. Sete folhas só de coisa rou ba da, e aí tem um San ta na, tem um ou tro car ro, jun tou-se com um ja po nês, e vai indo. Tudo é mentira!

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Des-conheço isso, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não roubou nada?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Nun-ca roubei nada, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca roubou nada?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Nun-ca roubei nada. Graças a Deus, nunca precisei fazer isso, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acho que vou morrer, vou dar meus olhos e não vou ver tudo.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Nun-ca fiz isso, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Porque, olha, é um rosário aqui. Você conhece o Madruga?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não conheço, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhece o Madruga?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É um outro par-ceiro teu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem organizou o roubo de caminhão de açúcar?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Quem localizou? Como assim?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foi?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Como assim, localizou?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem planejou?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não sei, não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não foi você?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor. Fui para comprar o caminhão...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o Márcio?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não sei, não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o Daniel?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Também não sei, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você chegou a roubar também uma pá carregadeira?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Quem? Eu?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Olha aqui, uma pá carregadeira, marca Volvo, pertencente ao Porto de Areia Universal. “O declarante lá se dirigiu um atarde, certificou-se que a mesma ali se encontrava. Conforme combinado, regressou durante a noite, naquela mesma data, acompanhado de Madrugá e um cunhado de Madrugá, cujo nome não se recorda, sendo que o declarante foi com o seu veículo Fiat Tipo, de cor vermelha...”

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tinha um Fiat Tipo?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca teve?

O SR. POMPEO DE MATTOS – “...enquanto Madrugá foi com um caminhão Mercedes Benz, 1113, de cor azul, trucado. Chegando lá, Madrugá e seu cunhado providenciaram fazer a abordagem no guarda do portão...” E aí finalizaram. Com tudo aqui como foi feito o carregamento. Depois roubaram uma pá carregadeira Casey, e vai indo.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Falo para o senhor. Assinei o papel na delegacia, só que não sei a importância desse papel, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tudo isso é mentira?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Desconheço, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acho que temos que processar a polícia.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Desconheço isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você esteve em Sumaré?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Ah, é uma coisa impressionante! Vamos ver aqui esse do Bolão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem ia com prar a carga?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não sei não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando planeja assim, quer dizer, 14 mil quilos de açúcar é complicado. Você fez algum contato antes com algum supermercado, como algum bar, algum lugar?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ou o roubo é aleatório. O que tiver a gente rouba e depois vê como é que faz?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor. Eu desconheço, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputados, eu tenho a leve impressão que ele veio orientado para negar tudo. Como tem antecedentes e assinatura, tem o depoimento, então não podemos determinar a prisão dele por desrespeitar a CPI por que ele já está preso...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas nós podemos agravar o crime dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...acho que nós vamos indiciar, tomar todas as providências, agravar o que for possível e não perder tempo com um cara desse, que não vai resolver.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. E vai ter que quebrar o sigilo bancário dele, Sr. Presidente. Sabe por quê?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Vai e da família também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que a declaração do relatório de roubo dele, ele deve ter mencionado uma conta aqui. Olha o que ele diz no fim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor verifique que quando ele chegou aqui a primeira pergunta: “Eu sou obrigado a depor?” Quer dizer, já veio orientado para dizer tudo: não sei, não sei, não lembro, não sei...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sei, não vi, não estava lá. Eu só quero pegar aqui o fim da declaração, diz assim: “...que o declarante frequentemente mantém contato com João de Assis Gomes, vulgo Bolão.”

Encontros seguidos com Bolão, não é? Tu disseste isso aí mesmo?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – É. Eu ia no bar lá, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – “E é do seu conhecimento que esse também pratica crime de roubo”

bos e furtos de máquinas agrícolas em companhia de Madruga..." Que tu conheces o Madruga, não é?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não conheço não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhece. "... e seus comparsas. Havendo inclusive relatado o declarante que certa feita acabou por tombar um veículo que carregava um retroescavadeira, produto de crime. Que também certa feita Bolão convidou o declarante para subtrair o trator Valmet traça do de Antônio Passarele, no Município de Anhembi..." Já foi ao Anhembi?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe onde é que fica?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe. Não existe esse Município?

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Anhembi?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu já ouvi falar de Anhembi, mas não conheço não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhece. Foi de noite lá, não conheceu.

"...po rém o de clarante falou que ia pensar e logo soube que tal tra tor já havia sido roubado, tendo o declarante convencido de que fora Bolão, acompanhado de Madruga e seu comparsa, que praticaram o crime. Com certeza deram um 'chapéu' em mim".

Quer dizer que eles iam roubar junto contigo, tu ias levar um tanto do roubo. Tu fizeste corpo mole, eles foram lá e roubaram sozinhos e te deixaram pendurado, sem participar desse roubo. Então tu és outro escolado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você é um pouco cínico, não é? Você foi instruído para vir aqui, desmentir tudo e só "não sei, não falo". Eu acho que poderia algemá-lo e retirá-lo, porque não vai resolver mantê-lo aí. Se precisar, depois faça-se acareação.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Senhor, posso falar uma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem o que falar. A não ser que você queira confirmar alguma coisa em respeito ao Deputado.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Eu só assinei esse papel porque eles falaram, fizeram eu

assinar na delegacia, certo? E eu nunca precisei roubar não, senhor. Eu sempre trabalhei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode levá-lo.

O SR. DONIZETE CLAUDINEI CAVINA – Não foi preciso fazer isso não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria ao Delegado que... Por favor, o Delegado que autuou, principalmente dizer a forma com que ele de pôs aqui, querendo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Delegado está aqui?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não está. O Delegado que fez o processo está aí?

O SR. – Não, a gente é de Americana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele foi de Piracicaba? Não, o Delegado não está.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Delegado é de Piracicaba, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois eu pediria que comunicasse para ele, se possível, entrar em contato com a CPI para confirmar os dados e como foi a oitiva dele na delegacia. Está bom? Muito obrigado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso. Falar com ele por telefone.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço que adentre ao recinto Roberto Lucas Portilho. (Pausa.)

Estado civil?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Endereço?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Rua Mambai, 130.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Vendedor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De? De quê?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Adesivos e chaveiros também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É propaganda.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Propaganda, propaganda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Local onde exercia sua atividade atualmente?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Atualmente nós estamos parados porque minha firma um ano e meio atrás fechou, certo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é em Várzea Paulista que o senhor...

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Em Várzea Paulista nós estávamos abrindo uma firma que, inclusive, sexta-feira retrasada saiu a regulamentação do CPNJ, a inscrição pra gente começar a trabalhar. E nós fazíamos bico pra sobreviver.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem algum parente envolvido no processo?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, eu queria saber se o senhor se compromete a dizer somente a verdade perante esta Comissão?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Somente a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então eu pediria que o senhor assinasse esse compromisso, por favor.

Passo a palavra ao relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual que é a sua atividade mesmo?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Vendedor de chaveiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vendedor de chaveiro?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Brindes.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem alguma empresa em seu nome?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu tinha mas fechou, faliu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual empresa que era?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Era Chaveiro Fio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chaveiro...

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Chaveiro Fio Ltda. Fechou há um ano e meio atrás.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como se chamava a firma, a empresa?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Chaveiro Fio Ltda.

O SR. OSCAR ANDRADE – E Portilho Brindes e Sinalização Ltda?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Portilho Brindes também era da parte só de brindes, né? E

chaveiro... a parte de chaveiros, carimbos e tudo mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Duas empresas então?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Isto.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a empresa Renascer Comunicação Visual?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Renascer Comunicação Visual é uma empresa que era dos ex-funcionários meus que eu não conseguia pagar porque eu fechei a firma (?) do Brasil e eu propus a eles abrir a firma, que eu tenho a carteira de cliente e tenho a tecnologia. Foi isso que estava acontecendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ajudou os funcionários a montar a firma?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não, eu não ajudei. A gente batalhamos com os clientes, todos os clientes que a gente poderia fazer que não precisava de nota fiscal, tal, nós fomos sobrevivendo até que a firma se regularizasse pra gente chegar nas empresas, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é George Jardim de Oliveira e Cleverton Martiniano?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Ex-funcionários meus.

O SR. OSCAR ANDRADE – São esses dois que você ajudou nessa história aí?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eles que eu tô ajudando porque eles tão desempregados, estavam em necessidade como eu também, então achamos uma forma de ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando que o senhor conheceu eles?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Onde eu conheci eles? Através da minha outra empresa. Eles foram pedir emprego lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Ah, faz mais ou menos... ah, não sei dizer... 4 ou 5 anos atrás, mais ou menos. Ou mais até, tá?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso que dia?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – No dia vinte... na terça-feira passada.

O SR. OSCAR ANDRADE – 27 de março?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu acho que é isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso onde?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Fui preso na empresa Renascer.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que tinha lá quando o senhor foi preso?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não, eu não estava na Renascer. Cheguei uma hora depois, os policiais já estavam lá, certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que é que tinha lá, o que é que provocou a prisão?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não, eles encontraram umas peças, umas plaquetas de identificação, entendeu? Foi onde que eles provocaram a prisão minha e do pessoal, que tava todo mundo lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Plaqueta de identificação?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Isso. Coisa do passado, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Pino de remarcação de chassi...

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não, era uns pininhos da Crowser que você compra em loja de materiais de ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, para remarcar, não é?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não, não é pra remarcar não. Faz...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? Serve para quê?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não, faz plaqueta de patrimônio que coloca nos patrimônios e você coloca a numeração.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem era esse material?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Esse material?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Era do passado da minha empresa, que eu fazia muita plaqueta de patrimônio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. Plaqueta de patrimônio...

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – É, aquela que colocam identificação em fórum, empresas...

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor confirma o que o senhor disse na polícia, que costuma fabricar clandestinamente essa plaqueta para falsificação e que realiza o serviço à noite?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não, eu não...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor disse isso.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu disse que o serviço que tava feito fazia há um ano e meio, certo?, que quando eu fazia, na época eu tinha minha firma aberta eu fazia à noite, não comprometia ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o senhor fazia à noite?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Por que eu vou fazer no horário de serviço dos funcionários, entendeu? Mas eu fiz umas amostras, certo? Foi 4, 5 amostras.

O SR. OSCAR ANDRADE – Falsificação?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – É. Quando aí eu tive um problema em junho do ano passado com a polícia, eu descobri que isso daí não era contra a lei, que eu tinha que ter a liberação...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor fazia sem saber que era ilegal?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu fazia plaqueta de identificação como fazia... de máquinas, qual quer tipo de máquina, entendeu? Eu não sabia que era contra a lei. Quando fiquei sabendo parei de fazer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando você conheceu Gilberto Luís Hidalgo Giménez?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu não conheço o Gilberto. Uma vez ele entrou em contato comigo...

O SR. OSCAR ANDRADE – Hidalgo.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Gilberto. Da onde que é esse Gilberto?

O SR. OSCAR ANDRADE – Gilberto Luís Hidalgo Giménez. Ele é conhecido como Hidalgo, não?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não, eu não conheço Gilberto. Veja bem, meritíssimo, eu não posso falar, eu tenho milhões de clientes, certo? Que eu faço brindes, propaganda, festa e show.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você lembra dele?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu disse, pode ser até que eu lembre, que eu fiz algum chaveiro pra ele, um brinde, pode até ser, entendeu? Pode ser, uma plaqueta, qual quer tipo de plaqueta, eu tinha uma firma aberta para servir qualquer tipo de plaqueta. Quando eu fiquei sabendo que esse tipo de serviço... Eu nem comecei a fazer e parei. Tive problema com a polícia no meio do ano. Parei. Aí pegamos e falei: rapaziada, abre a firma que tenho tecnologia e tenho os clientes para a gente trabalhar. Aí

eles abriram e o documento saiu na sexta-feira e na terça-feira o que foi encontrado lá estava no meio das bagunça lá, porque não estávamos praticando o ato, muito pelo contrário, eles estavam na hora do almoço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor foi preso a partir do início de uma investigação em diligência da polícia, num estabelecimento na Rodovia Prestes Maia, Km 247.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Aí eu não reconheço esse endereço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Propriedade de Gilberto Luiz Hidalgo Gimenez. Lá havia 40 carretas, 7 delas já pintadas com chassis adulterados.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Isso não fui eu. Isso eu não faço.

O SR. OSCAR ANDRADE – A partir dessas diligências é que chegaram no senhor. O senhor sabe disso?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não sei, doutor, não posso dizer. Veja bem, é aquilo que digo, não posso dizer para o senhor que foi através disso aí o que chegou. Sou conhecido em October Fest, em Uberlândia, em todas as semanas de chope.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor afirmou que já realizou serviço de adulteração em carreta para o Gilberto.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não eu não afirmei.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor disse isso aqui. Está escrito. O senhor reafirma isso aqui?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu disse que fiz uma plaqueta para ele limpa, uma vez, a um ano e meio atrás. Pode ver que está marcado aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só uma? Quanto o senhorganhou?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Cobrei preço normal, R\$15,00, R\$20,00, eu tinha uma firma aberta, é preço por centímetro quadrado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor fazia essa identificação, essa adulteração?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não é adulteração. É uma plaqueta limpa, sem nada escrito, é adulteração?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor dava a plaqueta em branco?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Em branco, lógico. O senhor pede uma plaqueta para mim e eu corto, quer que eu escreva o seu nome eu escrevo, se não quiser que eu escreva eu não escrevo, está entendendo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. Lá nesse local? O senhor conhece?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Qual local?

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Gilberto.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não. A maioria era através de telefone, de repente até ele mandou... isso eu nem me recordo. Se é o Gilberto que penso foi há um ano e meio mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi preso junto com você e foi solto sexta-feira.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não, não foi preso junto comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi, na mesma história. Não sei se junto, agarrado, mas foi preso.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não conheço ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi solto sexta-feira. O senhor está sabendo?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não. Não conheço ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, o peixe grande saiu. E você está aí preso ainda.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Fazer o quê, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fazer o quê? Você sabe o que é isso aqui, onde você está depondo?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – CPI.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Se você colaborar conosco, você pode facilitar a sua vida. O que queremos é exatamente pegar esse que está solto. E ele está solto porque tem dinheiro. Por que você não colabora?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Meritíssimo, eu prometi falar a pura verdade e o que estou dizendo até agora é a pura verdade. Não tenho mais nada a declarar nesse sentido. Desse Gilberto, o que eu fiz para ele foi isso aí a um ano e meio atrás, e se ele fez recentemente ou não, eu não conheço e não sei para que lado é. Não posso falar mentira, o senhor concorda comigo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é José Idalgo Ruiz?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E Gilberto Luiz Idalgo Gimenes?

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse ele diz que já conhece.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Esse eu já tive contato com ele por telefone.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E George Jardim de Oliveira?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – É ex-funcionário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cleverson?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Também, os dois são donos da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E Marisa Félix de Lima?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Marisa é a secretária.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E Marisete Félix de Lima?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Era a menina que ia começar. Como abriu a firma ela, estava começando, por que a gente ia começar a trabalhar em vendas. Ela ia começar na parte de atender telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você sabe do envolvimento do Cleverson e do George em roubo de caminhão?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eles não têm envolvimento nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não sabe de nada?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Nada. Conheço eles há muitos anos. Nem ele nem eu nem as meninas. Ninguém de lá tem envolvimento com roubo de caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você responde a algum inquérito?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Respondi já no passado a 157, fui absolvido, fui pego em São Paulo e fui absolvido e não devo mais nada à justiça.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só um?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Tenho um outro lá quando fechou a minha firma, tive um problema de duplicata lá, mas estou pagando na justiça. Fui réu confesso porque realmente falei a verdade, como estou falando agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então o senhor confirma que o senhor fabricava as plaquetas para adulterar chassi.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu não confirmo. Eu disse que a um ano e meio atrás eu fiz

para esse Gilberto uma plaqueta limpa, sem adulteração de chassi, sem número de chassi, sem nada. Na ocasião, eu tive a um ano atrás o problema, a polícia chegou e tinha uns moldes lá e ela levoutudo embora, que eram do falecido Luiz. Levou embora, porque eu não fiz nada. Não vou confirmar que fiz. Não confirmei que fiz alguma coisa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse na Polícia...

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Que eu fiz as amostras. Não estou falando que fiz as amostras? Eu fiz. Não estou falando que fiz para o Gilberto uma plaquetinha? Isso é uma amostra. Estou confirmando o que eu fiz. Certo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – A que horas o senhor fazia?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Essa amostra fiz de madrugada, porque durante o dia não tenho tempo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que de madrugada?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Porque, durante o dia, tenho de vender, atender chavreiro. Fiz uma amostra, que durou quinze ou vinte minutos. Quando digo madrugada, falo de cinco horas da manhã, cinco e meia da manhã.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas, às cinco da manhã, fazendo plaqueta?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Uma plaqueta?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso é o que o senhor está dizendo. O senhor disse na delegacia que realmente fabrica as plaquetas de carroceria, de motor e de chassi, apreendidas pelos policiais, e que esse serviço era realizado durante a madrugada. É verdade isso?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não. Estou dizendo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor escreveu aqui.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não escrevi nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele escreveu e o senhor assinou.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não, eu assinei... Veja bem, não fui eu que escrevi. Eu disse – pode ver com o Gilberto – que eu fiz há um ano e meio para ele. Faz um ano que não pratico mais, e abrimos, em junho, uma firma de brindes e comunicação visual.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor usa va o silk-screen?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Como?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor usa va aquele equipamento de silk-screen para fazer?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Usava o quê?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu fiz o serviço...plaqueta limpa, não estou dizendo? Já falei três ou quatro vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor tinha as prensas e os pinos para fazer a adulteração?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não, não tinha. Isso não fiz. Eu não colocava os pinos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor tinha os pinos e as prensas, não é mesmo?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – O pino, que eu tinha lá, são os pinos comprados em lojas de materiais de construção da Krause, que fazem plaqueta de patrimônio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tinha os pinos?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Comprados em qualquer lugar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas com o quê o senhor fez as plaquetas, principalmente essa feita de madrugada?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu não fiz. Falei que entreguei limpa. Não estou dizendo que entreguei limpa? Entreguei a plaqueta limpa, não bati nada, não fiz nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É engraçado. O senhor diz que não fez, no entanto, lá na loja do Gilberto Idalgo Gimenez, apareceram as plaquinhas feitas. Isso ocorreu no caminho? Alguém fez?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Mas eu tinha certeza... pode ter certeza... O senhor sabe se fui eu? Eu não fiz, estou falando do que não fiz. Estou dizendo a verdade, como prometi desde o começo. Eu não fiz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o Gilberto falou que foi você.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, foi o Gilberto que fez?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Cadê o Gilberto? Tragam o Gilberto até aqui, e quero ver ele falar isso na minha cara.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamostrazê-lo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Breve.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece o Gilberto?

O SR. CELSO DA COSTA SILVEIRA – Não conheço; só por telefone.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu também não o conheço. Por que vou ligar lá da Baixada Santista? É longe dali, não é longe?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Meritíssimo, eu tinha a minha firma há dezesseis anos, quando fechei. O senhor sabe o que são dezesseis anos? Não são dezesseis dias, entendeu? Só faço OktoberFest, Blumenau, Uberlândia. Faço brindes para o Brasil todo. Para a Baixada Santista, no final do ano, canecas de chopes. Sou conhecido. Entendeu o que estou falando para o senhor? E no meu cartão não tem só canecas de chopes; há todos os tipos de material que eu faço. Tinha, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, um falsificador de chassi de carro liga para o senhor para o senhor fazer chapinha?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não. Não sei se ele é falsificador.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nós sabemos agora. Não precisa de o senhor dizer. Sabemos que ele é.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu não sei. Não vou confirmar algo para o senhor...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estou pedindo para o senhor confirmar.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Estou falando a verdade. Eu não sei se ele é ou não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estou pedindo para o senhor dizer se ele é.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Ele me pediu a plaqueta limpa e eu dei limpa para ele. Se ele falsificou ou não, já não cabe a mim, certo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não foi o senhor que falsificou?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não fui eu. Entreguei limpa para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Apesar de o senhor ter todo o equipamento?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não tenho todo o equipamento. Qual é o equipamento?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece o George Jardim de Oliveira?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – É ex-funcionário do chaveiro Fio. Está aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É seu funcionário?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – É um ex-funcionário, que agora abriu uma firma, porque eles estão desempregados, e devo ação trabalhista para eles. Eu falei: “Montem a firma, porque o meu nome não pode mais ser usado. Tenho a tecnologia, ensinovocês a trabalharem, e tenho a carteira de cliente”. E eu tenho mesmo. Eu tenho as condições.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Roberto, no começo do seu depoimento – e está confirmando agora –, você disse que passou a firma para esses empregados porque está devendo a eles.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Dívida trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – No entanto, durante todo o seu depoimento, o senhor vem dizendo que é muito procurado, que trabalha muito, que vende para Uberlândia, para o Brasil inteiro.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Doutor, não disse que sou muito procurado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Como o senhor tem todo esse movimento e está quebrado?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não disse que sou muito procurado. Disse que tenho a tecnologia e a carteira de clientes. Os clientes não estão comigo, porque eu os perdi e estou com a minha firma fechada. Se eu reabrir a minha firma, consigo os clientes de volta.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Um momentinho. O senhor disse ainda que trabalha até de madrugada para...

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Espere um pouco. Deixe-me fazer a observação. O senhor disse que trabalha até de madrugada para justificar esse serviço, porque trabalha muito, porque vende muito, e, de repente, o senhor está dando a firma em pagamento de... Que história é essa? Vamos esclarecê-la.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não disse que eu trabalho de madrugada. Falei que fiz esse serviço uma vez, há um ano e meio, para esse rapaz, de madrugada, porque eu vendo e faço serviço de chaveiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o serviço que você fez?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Esse serviço da plaqueta limpa para esse tal de Gilberto, se é esse Gilberto. Vejam bem, não sei se é ele, porque faz muito tempo. Não estou confirmando se é ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pegou uma plaqueta e entregou a ele?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Limpa, uma plaqueta cortada limpa. Qual é o problema?

O SR. OSCAR ANDRADE – Só pegar e entregar?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso é um serviço?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – E não é serviço? Se o senhor solicita uma cópia e eu a faço, não é um serviço? Em um minuto eu faço uma cópia de chave.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pegar uma plaqueta e entregar?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – E não é? E se faço uma cópia de chave para o senhor em um minuto, não é serviço?

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que foi feito de madrugada?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Oi? Porque eu chego todo dia de madrugada. Eu tenho que sair para vender, não é só fazer serviço. É assim e chupar cana.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que diz aqui o seu amigo George Jardim? “Que começou a estranhar a conduta de Roberto, pois este que recebia muitos telefonemas e não conseguia descobrir o que realmente fazia no local, e percebeu que havia uma máquina como prensa, guilhotina e forno, bem como chapa de alumínio que cortava em tamanho de plaquetas.”

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Meritíssimo, para eu fazer minha firma com a firma Abril, todos os maquinários que estavam lá dentro eram necessários para trabalhar. Como que o senhor quer que eu faça uma plaqueta desse tipo... Deputado aí, se eu não tiver uma guilhotina para cortar? Diga-me. Como é que você quer que eu faça uma plaqueta de acrílico se eu não tiver uma serra para cortar?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só que as suas plaquetas...

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Como ter uma plaqueta de... sala de secretariado, com fundo branco ou verde ou vermelho, se eu não tiver o compressor para pintar?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só que as suas plaquetas foram parar em carro roubado?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não foram. Garanto que não foram.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah! O senhor garante, o senhor sabe?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu, não! Vocês estão falando...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor garante?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Por que eu não fiz. O que eu fiz foi a um ano e meio atrás.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas eu estou dizendo: foi parar em carro roubado.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Bom, você está dizendo. Aí é você que está dizendo, não sou eu. Eu estou dizendo a verdade, como prometi desde o começo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Calma!

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não, estou tranquilo. É que eu falo alto mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Então modere.

O SR. POMPEO DE MATTOS – As plaquetas foram parar em caminhão roubado do Sr. Gilberto, que pegou as plaquetas com o senhor.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Meritíssimo é o seguinte: o que eu tenho que falar... não tenho mais nada a declarar. O que eu falei do seu Gilberto foi só isso e o restante que eu poderia falar seria da minha empresa que vai nascer, porque uma já fechou. Mais nada eu tenho a declarar. Carro roubado, chassi adulterado, nada disso tem a ver comigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tem nada a ver com carro roubado?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não tenho nada a ver com carro roubado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só com adulteração?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Nem com adulteração.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem apelido?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Tenho: Fio. Eu tenho o apelido Fio, porque eu tinha uma firma chamada Chaveiro Fio Ltda, há 18 anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É tudo tampinha. Engraçado que só há inocente preso. O senhor entrou numa gelada, então? O senhor é vítima também? Não é culpado de nada? É vítima?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é seu advogado? Jairo?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Dr. Jairo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é advogado também dos outros dois?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não. Os outros têm outro advogado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cada um tem um?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Cada um tem um.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Idalgo?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem paga a esse advogado?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Ninguém está pagando ao meu advogado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Ele está assumindo para eu pagar a ele depois que eu sair.

O SR. OSCAR ANDRADE – Risco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi apreendido lá na sua loja...

O SR. OSCAR ANDRADE – Os advogados hoje estão bons de serviço. É um exemplo para o Ministério Público. Você devia trabalhar de graça também. Mais um risco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Seu Roberto, foi preso lá na sua...

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu não tenho nada mais a declarar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas eu vou-lhe perguntar. Agora o senhor vai dar as regras aqui. O senhor não vai dar regra nenhuma aqui.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu tenho o direito, não o tenho?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não vai dar regra nenhuma aqui. Eu vou perguntar o que eu quiser para o senhor.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Tudo bem. Não sou obrigado a responder.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não é obrigado a responder. Mas também não vamos aceitar desaforo. Mal-educado!

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor ouvirá, então, a Lei n.º 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as comissões parlamentares de inquérito, sobre a CPI de que o senhor está participando agora.

Art. 4.º Constitui crime:

I – impedir, ou tentar impedir, mediante violência, ameaça, assuasdas, o regular funcionamento da Comissão;

II - fazer afirmações falsas, negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. (Pena do art. 342 do Código Penal: de um a cinco anos.)

O senhor pode estar agravando muito a sua situação. O senhor saiu daqui indiciado. Se não estivesse preso, já sairia preso daqui. Como já está preso, vai sair preso mesmo. Mas o senhor vai ter a sua situação agravada. O contrário poderia ser. Poderíamos até fechar a CPI, tornando-a sigilosa e o ouvir se quisesse cooperar. Poderíamos inclusive enquadrá-lo no Programa de Proteção à Testemunha, porque sabemos que o senhor, dentre todos os integrantes da turma, não é um dos maiores, não. Inclusive, o maior já foi solto e o deixou lá preso.

Talvez seja bom. Vai constituir um advogado melhor. Alguma coisa nesse sentido. Talvez seja nisso que você está confiando, né? Pois então, está estabelecido isso aqui para você. Se você quiser calar, continue calado. Eu vou te indiciar no meu relatório.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só que o teu silêncio...

O SR. OSCAR ANDRADE – Compromete, né?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É promotor. Sabe que quem cala consente e nós vamos fazer umas perguntas igual e se tu calar nós sabemos a resposta.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Meritíssimo, o senhor não mandou eu falar justamente a verdade? Foi o que eu disse: eu não tenho mais nada a falar. Vou falar mais o quê? Vou inventar?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então vou lhe perguntar sobre a verdade, para o senhor saber a verdade. Foi preso lá no seu estabelecimento documentos de um ônibus. Foi preso?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi preso. De quem que eram esses documentos?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem um ônibus?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não, eu vendi o ônibus.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor vendeu o ônibus para quem?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu... eu... veja bem... eu tenho uma maneira de sobreviver. Eu não tinha como vínculo, certo? Eu compro ônibus

por dez mil, cinco mil, eu vendo por seis, sete, isso é um direito que eu tenho, não tenho qualquer, digo assim...

O SR. OSCAR ANDRADE – Pirangueiro.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não, não sei se...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá bom.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – É um comércio, o comércio é livre, não é livre o comércio? Então, está bom.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tinha um comércio de chapinha, agora já tem comércio de ônibus, tá. Mas o senhor declarou...

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Amigo, não é comércio que eu tenho, não tenho comércio de chapinha nem de ônibus. Apareceu uma oportunidade de ganhar mil, dois mil, peguei e fiz o negócio, intermediei o negócio. Isso não quer dizer que eu tenho um comércio. O meu comércio é comunicação visual.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não entregou o documento por que, Roberto?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Por que eu não tinha recebido o resto ainda, eu estou esperando o rapaz me pagar o resto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí você fica segurando? Ficou te devendo quanto?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Documento original.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode segurar o microfone, fica calmo, fica com o microfone aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E a pessoa, quem é que comprou o ônibus?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Agora não lembro mais não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor não recebeu e não lembra para quem? E a verdade que o senhor disse que ia falar? E a verdade?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Meritíssimo, eu estou falando do que eu não lembro, é verdade. E não tenho mais nada a declarar não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não lembra? O senhor vendeu um ônibus, que não recebeu, e ficou com os documentos e não sabe para quem.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu não disse que eu não recebi. Eu falei que faltava alguma coisa para receber e só o rapaz é questão de ir lá, pegar, pagar e levar o documento embora, é um documento de uma forma legal, que todo o mundo pode fazer. Eu posso comprar um carro na esquina por 100 e vender por 110, não posso?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pode.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu não posso comprar o carro do senhor por 1000...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ficar com os documentos, não, porque a pessoa não anda sem documentos.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu não posso segurar o recibo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Se eu compro o carro do senhor, se eu não pago o senhor, o senhor vai me dar o recibo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Ah, então está certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se teinho os documentos... o senhor tinha os documentos originais do ônibus; ele não podia nem andar com o ônibus, porque o senhor tinha os documentos originais.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – O recibo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, o senhor tinha os documentos originais, está aqui.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Está bom, nada mais a declarar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nada mais a declarar, mas eu vou lhe perguntar. Aí o senhor declina que os documentos serviam exatamente para futuras transformações de ônibus para caminhão, que, aliás, é um grande negócio que fazem: transformar ônibus em caminhão.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Ora, Meritíssimo, há um ano e meio atrás isso aí era feito, certo? Transformações. Depois não foi mais feito, certo? Agora, a questão de eu vender um ônibus para João, Maria ou Joaquim...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas transformações o senhor fez há um ano atrás?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Duas. Duas, no máximo, três.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Transformou de ônibus para caminhão.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – É, de forma legal que existia, né? Com decalque, com tudo que... a forma legal que exigia...

O SR. OSCAR ANDRADE – Tudo legalizado, no Detran, e tudo?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Tudo legalizado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor transformou? E esses documentos eram para transformar também?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Como que eu ia transformar se não transforma mais?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é, mas o senhor disse aqui.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu vendi o ônibus. O rapaz não pode usar o ônibus? Não serve para a empresa, mas serve para ele trabalhar em algum outro lugar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual era a placa do ônibus?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não sei dizer, não sei dizer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é a marca do ônibus?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não sei dizer também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem o senhor comprou o ônibus?

O SR. OSCAR ANDRADE – Chassis, você não sabia qual era?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não sei também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Volvo, Scania, Mercedes...

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem o senhor comprou o ônibus?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – A marca?

O SR. OSCAR ANDRADE – Scania, Mercedes, Volvo...

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu acho que era Mercedes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carroceria lembra? Marco Polo, Ciferal...

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não sei dizer, não sei dizer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor comprou de quem?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Ah, várias... tem bastante empresa que vende ônibus: em São Paulo, Rio, Bahia, o senhor sabe disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não sabe de quem comprou o ônibus?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Existem outros corretores no meio. Tem um ônibus bom para vender, eu vou, eu mando dinheiro, eles mandam o ônibus, acabou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não lembra de quem com prou o ôni bus e não lem bra para quem vendeu? (Pausa.) É isso?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – É isso, Meritíssimo. Eu não tenho mais nada a falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não lembra para quem vendeu, não lembra de quem comprou. Sabe por que o senhor não lembra? Porque o senhor não comprou, o senhor não vendeu. O senhor nem ônibus teve, o senhor tinha só o documento do ôni bus, que era para fazer a transformação através do chassi. Pronto. O senhor declarou aqui, na delegacia, que o senhor tinha vários fregueses na Baixada San tista. O senhor confirma?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO - Isso é mentira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tinha vári os fregueses?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – É men tira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então não ti nha.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu te nhoclientes no Brasil todo, de brinde e comunicação visual. Como eu já disse outra vez: Blumenau, Uberlân dia, Rio de Ja ne i ro, todo lu gar que usa café e cho pes, só isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas não é o que o senhor diz aqui. O senhor diz que tem vários fregueses e que são feitas encomendas por eles e que o senhor fazia as plaquetas conforme o número que era dado pelo telefone. O senhor entregava o kit e recebia a quantia de R\$250,00 e para a entrega era mar ca do um lo cal de en con tro na ci da de de São Pau lo. Quer dizer, o se nhor não con he cia a pes soa que li gava para o senhor...

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu de via estar nervoso e não me recordo dessa parte.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não se recor da? Vamos tomar um Memoriol que o senhor vai se recordar.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Roberto, de acor do com a Polí cia Civil de São Pau lo a sua prisão ocorreu no prosseguimento, na continua ção de diligências que haviam sido iniciadas no esta belecimento da Rodovia Prestes Maia, no Km-247, perto de Santos, de pro pri e da de do Gilberto Luiz Idal go Gimenez. O senhor diz que não conhece, mas o conhece muito bem.

Estou dizendo isso para reavivar a sua memó ria, para o senhor lembrar e para que os outros pre

sentes também saibam. Nesse local foram encontra das quarenta carretas. Algumas carretas carregadas e outras vazias e, segundo a Polícia, isto consta da documentação, era um ponto de guarda de cami nhões roubados e de adulteração dos veículos, e a sua participação se dava exatamente na fabricação das plaquetinhas para alterar os chassis e o que mais fosse necessário.

No local havia inclusive sete caminhões com pinturas novas e com os números dos chassis já re-marcados e adulterados e dos outros constavam re-gistro de roubo. Vou repetir a pergunta que já foi feita: desde quando o senhor conhece esse local e desde quando trabalha para esse Gilberto Idalgo Gimenez? E, por conta da prisão dele, é que a polícia chegou a seu estabelecimento e encontrou os ônibus e seus documentos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi ele quem te ca-goetou.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Se esse Gilberto é o que estou falando, de um ano e meio atrás, não conheço o lugar dele. Fiz um serviço para ele, uma plaquetinha limpa e mais nada. Se ele tem dez mil não é mais do meu feitio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O se nhor já res-pondeu a processo?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Se já respondi?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Quantos?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Dois processos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quais os artigos?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – 157 e 171, que é o caso da duplicata da minha firma que disse para os senhores.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que é um 171?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não sei. Parece que é na duplicata. Acho que é 171 o arti-go.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estelionato.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – É 171, que simulou uma duplicata quando fe chei a mi nha fir ma e deram uns problemas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por 171 nin-guém responde por duplicata.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Então, não sei qual é esse artigo. Não recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Já ouviu falar do cara que é 171?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não sei. Achava que esse artigo era 171. Não sei nem o que é um 171.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É um estelionatário, que falsifica.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Então, acho que é isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor falsificou?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não falsifiquei nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Respondeu a pro ces so de gra ça? 171 e 157. O se nhor sabe o que é o 157?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Assalto a mão armada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você assaltou?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Eu não assaltei. Não sei o que é pegar uma arma na mão. Esse foi o artigo que colocaram para mim, no entanto fui absolvido. É fácil ir colocar 157, mas tem que provar o contrário. Não assaltei e fui absolvido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi isso?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Faz uns dois anos, mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conte-me essa história como foi. Como você entrou nisso aí enganado.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Era final de julho, eu estava indo para Blumenau para o **Oktoberfest**, com o carro cheio de canecas de chopes porque faço canecas de chopes, brindes e tudo o mais e apareceu – eu estava com o carro da empresa que havia me emprestado porque estava sem carro particular – um carrinho pequeno e o rapaz colocou no jornal, eu marquei no telefone com ele, que ia passar em São Paulo e que ia embora para Blumenau.

Eu não sabia que esse rapaz mexia com carro, ele estava andando com um caminhão roubado, pegaram ele, pelo telefone dele, eu não conhecia ele, eu marquei encontro com ele e, quando fui ver, a polícia é que foi lá e me levou junto ao Depatri.

O SR. OSCAR ANDRADE – Coincidência.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Foi isso mesmo o que aconteceu. Estou falando a pura verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora também tu entraste de graça. Prenderam o Gimenez e estourou em ti. O Gimenez está solto e você está preso.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Fazer o quê?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fazer o que, né? Claro, fica tapando o sol com a peneira. Tu foste processado pelo art. 294?

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Dois nove quatro?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Isso faz quase um ano?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – É esse que estou dizendo. O rapaz deixou... Antes de sair que eu fazia esses negócios. Parei quando deu problema com a polícia, entendeu? Aí que fiquei sabendo que isso era crime. Fiz umas duas ou três e parei porque foram lá na casa e pegaram todos os módulos, um monte de módulo que tinha lá. Foi quando parei e não mexi mais com esse tipo de serviço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Olha aqui: errar é humano; permanecer no erro é burrice.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Mas então. Eu parei nessa época...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Parou e agora continua de novo. Ou...

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Por que continuei? Me pegaram fazendo? Não me pegaram fazendo. Não estava ninguém fazendo nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Esta va feito já.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – O que encontraram estava na gaveta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estava feito.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Estava feito, na gaveta. Mas não é que estava fazendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estava fazendo. Estava feito.

O SR. ROBERTO LUCAS PORTILHO – Não tem mais nada que falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava feito. Esta va feito, na sua gaveta. Fica calmo, você vai falar ainda.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vou ler para o senhor o 294, no qual o senhor foi processado há um ano e pouco. O senhor tem três processos, não dois. O 171, que é falsificação não sei de quê, uma fraude, alguma coisa que o senhor fez, não tenho aqui. O 157, que é assalto. E o 294, que é fabricar, adquirir, fornecer, possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de qualquer dos papéis referidos no artigo anterior. Papéis ou equipamentos. O se

nhor estava falsificando. E agora de novo. É reincidente. É figurinha carimbada. E aí o senhor fala alto, fala grosso, tranca o pé conosco, nos dá as regras. Para o senhor ver que aqui ninguém é bobo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não adianta insistir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está bom.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, dispensamos a testemunha. Vamos pedir o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Pediria aos policiais, então, que ele fosse novamente algemado e retirado da sala. Obrigado. E vamos convocar em seguida o Sr. George Jardim de Oliveira, que peço seja conduzido ao recinto. (Pausa.)

O SR. POMPEO DE MATTOS – E acho que é bom até que a imprensa esteja aqui, e o Ministério Público, tão zeloso, como é o de Campinas, e somos testemunhas disso, pelo esforço que faz. Aliás, via de regra, o Ministério Público no Brasil inteiro, mas é ótimo o Ministério Público de São Paulo. Mas neste caso, que me desculpem, não consigo entender. Quem está assistindo está vendo os depoimentos. Esses que depuseram aqui, especialmente esse cidadão, o Roberto, é figura carimbada do Gilberto Gimenez. É da quadrilha dele. Presta serviço. O Gimenez terceiriza o serviço com ele. Quer dizer, já é figura carimbada e já cometeu crime de falsificação, assalto a mão armada, estelionato. E o que me deixa estupefato é a Justiça ter soltado o Gimenez. Ficamos assim, mas é difícil.

Vi, Sr. Presidente, um cidadão que a CPI do Narcotráfico identificou em Goiás e que é o maior criminoso do Pará. Eu o comparei – Leonardo Dias Mendonça – ao Fernandinho Beira Mar. E quero aqui dar o depoimento do trabalho que a Polícia Federal fez. Sinceramente, não acredito que o FBI conseguisse fazer o trabalho que a Polícia Federal fez. É uma coisa sem precedente. O cara ia ao banheiro e a Polícia Federal filmava. Ele levantava vôo em um avião e a Polícia Federal filmava e gravava. Tudo autorizado. Ele ligava para a Colômbia, ligava para Paramaribo, ligava para a Guiana Francesa, Venezuela, falava com os traficantes, falava com as Farcs, tudo gravado. Ligava para as quadrilhas, onde assaltavam onde iam roubar, todas as ligações, com dia, hora, local, os números dos telefones, tudo. Miami. Uma coisa perfeita. Não existe na face da terra uma prova tão bem provada como essa. E a Justiça do Pará soltou. Não acredito que um juiz tenha feito isso consciente. Está solto. É um bandido igual ao Fernandinho Beira Mar. Do mesmo nível. Leonardo Dias Mendonça. Guardem o nome. É uma figura poderosa. Para se ter uma

idéia do que fazia, ele chegou a namorar a filha do ditador do Suriname, do Desi Bouterse. E ele era tão poderoso que negociava armas. Ele buscava armas do Exército e as levava para a Colômbia; pegava droga da Colômbia e trazia para o Brasil, e, do Brasil, mandava para a Europa inteira. Chegou ao ponto de a Polícia Federal rastreá-los e prender três aviões carregados de drogas, e ele junto ali. Para um dos aviões, eles treinaram o maior pára-quedista do Brasil, que está lá na Amazônia, trouxeram para São Paulo, treinaram mais gente no pára-quedismo, contrataram um piloto conhecidíssimo da Varig, que tinha sido demitido, e eles fizeram essa operação. Buscaram 500 kg de drogas na Colômbia, trouxeram para o Brasil e desceram em Buriticupú, no Maranhão. Iam levar drogas para Cabo Verde e fazer o seguinte: levavam a droga, largavam em Cabo Verde de pára-quedas, e eles iam saltar de pára-quedas e largar o avião no mar. Valia a pena perder o avião; o lucro era de cinco ou seis aviões. Eles iam atravessar o oceano com um avião bimotor. Veja a operação. Esse Leonardo é poderosíssimo; tem dez fazendas, vinte aviões, coí na a dar com o pau, para dar e vender, e a Justiça largou ele. Eu não consigo acreditar. Aí o serviço da Polícia Federal é como fazer buraco na água, não aparece.

Agora, aqui nós vimos que não tem essa grandeza, até porque nós podemos pegá-lo ali na esquina do tempo, mas largaram o Gilberto quando os outros, que são bandidos mas que não têm a importância do Gilberto, não foram pegos com 40 carros ou caminhões roubados e adulterados, estão presos. E esse Gilberto a Justiça soltou. E o que me deixa estupefato e que me salta aos olhos é o Ministério Público, que é zeloso, que é a melhor instituição que o Brasil tem. E digo de boca cheia para os promotores: o Ministério Público, pela experiência que tenho dentro da CPI do Narcotráfico, é a melhor, a mais limpa e a mais decente instituição que o Brasil tem. Mais que o Poder Judiciário, mais que a imprensa, mais que qualquer poder, o Ministério Público tem. Mas nesta aqui, me perdoem, disseram assim: “Ah, ele tem residência fixa e atividade lícita”. Atividade lícita, com quarenta veículos, ou roubados, ou adulterados, ou sendo adulterados no galpão dele? Bom, até Deus duvida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O seu nome, por favor.

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – George Jardim de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você lembra o seu RG de cor?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – 23888664-5.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – 28 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – 150 401 508 – 31.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Solteiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Rua da Figueira, 67, Vila Indaiá, Várzea Paulista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Várzea Paulista?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua profissão?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Letrista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trabalha em gráfica?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem algum parente que está envolvido no mesmo processo?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203, do Código de Processo Penal, você se compromete a dizer somente a verdade perante esta Comissão?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, por favor, assine o termo de compromisso. (Pausa.)

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é a sua atividade profissional?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Letrista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Letrista. O senhor tem alguma empresa?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Renascer Comunicação Visual.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que mais?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Só.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não tem um restaurante ou um bar?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Tive.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está registrado em seu nome ainda, não está?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Eu tive um bar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Na Vila Indaiá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Várzea Paulista?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso na sua empresa?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que dia?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Terça-feira, 27.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na Renascer?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Isso. Eu estava chegando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é dono dela?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sozinho?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não, e outro companheiro, amigo meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Cleverson.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando vocês montaram essa empresa?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Estamos tentando lutar. Estava lutando para...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ela já é registrada legalmente.

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não, saiu agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Agora quando?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Na sexta-feira, dia 23 que passou.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como o senhor montou essa empresa?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Como?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sempre foi empregado. Teve um bar, não é?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ainda era letrista.

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí resolveu montar essa empresa. Como foi?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – A gente foi trabalhando, guardando um dinheirinho e comprando as coisas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como Cleverson?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem lhe ajudou?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Eu e ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só vocês dois mesmos? Não tiveram ajuda de ninguém?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – E o rapaz que devia um dinheiro para gente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual rapaz?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – O Roberto.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Roberto lhe devia quanto?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Agora, aproximadamente uns mil reais, mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele devia para você?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dívida de quê?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – De serviço de antigamente, quando anos atrás que trabalhei com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele lhe devia. Rescisão contratual, alguma coisa assim?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tinha alguma sociedade com o Roberto?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não. Ele foi preso junto com você?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não, a gente estava chegando na firma e depois, mais tarde, ele foi na firma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem estava chegando?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não, a gente estava chegando meio-dia.

O SR. OSCAR ANDRADE – A gente quem?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Eu e o pessoal, o Cleverson.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você e o Cleverson.

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Roberto estava lá?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Depois, mais tarde ele chegou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando ele chegou?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – A polícia já estava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esperando ele?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí vocês foram presos?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sob qual acusação?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Formação e falsificação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Formação de quadrilha?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Isso. Só que sem resistir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando você conheceu Fio, Roberto?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Uns seis anos mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi preso no dia 27, não é?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá foram encontrados aparelhos de falsificação e adulteração de plaquetas de identificação de veículos, pinos de remarcação de plaquetas de motor, chassi e carroceria de veículo. De quem era esse material?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Esse material desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como desconhece? Estava lá na sua empresa?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Desconheço isso. Não sei de nada disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os pinos, as plaquetas.

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Eu não estava sabendo de nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não estava guardado na sua empresa?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Na minha empresa, mas eu não estava sabendo de nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem colocou lá dentro?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que o Roberto foi lá?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Porque era vendedor nosso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vendedor seu?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele que trazia as encomendas das plaquetas?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não. Plaquetas, isso desconheço, tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem colocou lá, então?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Isso não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Roberto era vendedor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você é ausente permanentemente na firma? Você nunca vai?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Desconheço esse negócio de plaqueta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você nunca foi?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não precisa mentir, rapaz. Estou lhe perguntando se você não vai à firma, se você deixa por conta de alguém.

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Vou à firma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Roberto era seu vendedor?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Roberto é vendedor.

O SR. OSCAR ANDRADE – De patrão passou a ser empregado?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Justamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele ajudou vocês a montar a firma para ficar empregado de vocês?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Vendedor, a saldo da dívida que ele tinha com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A dívida era só de rescisão contratual de trabalho?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ou tinha outra razão?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você mentiu na delegacia ou está mentindo aqui?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Em nenhum lugar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que é diferente o que você falou lá e o que está falando aqui?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não, senhor. É a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você acha que a polícia quis colocar o material lá para você...

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Desconheço isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixa de ser desrespeitoso, rapaz. Que você desconhece! Você está lá dentro, é na sua casa! Você não sabe se a sua mulher está lá dentro?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Desconheço esse material.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando você é amigo do Gilberto?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não tenho mais nada a declarar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Gilberto, do Luís...

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não tenho mais nada a declarar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Idalgo Gimenez.

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Desconheço, não tenho mais nada a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vai responder a cada pergunta que lhe fizer e você diga que não tem nada a declarar. Portanto, espere o Deputado lhe perguntar, aí você diz que não quer declarar. E tudo poderá ser usado contra você.

Pode fazer as perguntas, Deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando você conhece o Gilberto Idalgo Gimenez?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você nunca o conheceu ele?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe que a partir de uma diligência feita pela polícia no Km 247, numa empresa de propriedade dele, foram encontrados 40 caminhões roubados que chegaram até você?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, policial. Em razão do perigo que ele representa, faça o favor de algema-lo.

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Desconheço todo esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque quem toma uma atitude dessa daqui a pouco vai querer agredir o policial ou se autolesionar para acusar a polícia de lesão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você esteve nesse local que eu citei aqui alguma vez?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fi que de pé e vai responder de pé, por favor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes o Gilberto foi na sua firma, na Renascer?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes ele foi lá?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe quantas?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Fio, a conversa com o Fio, com o Roberto. Você tinha proximidade, não é?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Com ele eu conversei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sempre?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Às vezes, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – E nas conversas, quantas vezes vocês falaram do Gilberto?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto vocês recebiam para fazer a adulteração das plaquetas?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Eu não fazia nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais as pessoas com quem você trabalhava a serviço do Roberto Portilho?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para quais pessoas, além do Gilberto, você trabalhava a serviço do Roberto Portilho?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não trabalhei para nenhum Gilberto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era só o Roberto que trabalhava?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Só o Roberto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Trabalhava, não é?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Acho que sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos casos de adulteração de característica de veículos você sabe que o Roberto tenha feito?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você disse agora que ele trabalhava para o Gilberto!

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não, eu não disse isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Disse.

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu escutei.

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o José Idalgo Ruiz, você conhece?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você veio com advogado aqui? Acho que isso você pode responder.

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele veio aqui?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Veio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aonde ele se encontra?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – O Dr. Jairo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que o senhor não quis acompanhá-lo no depoimento? Ele conversou com o senhor antes de entrar nesta sala?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não teve nenhum contato? Não teve nenhum contato com ele? Os seguranças lá viram ou não? Teve contato? Por que você quer mentir até numa coisa que tem testemunhas aqui, ra paz? Você está pensando que está lidando com otário, com pessoas indiferentes? Você tem que ter um pouco de respeito. Qual é a diferença de você confirmar ou não? Se o advogado não quis nem ficar presente no seu depoimento, está aqui assistindo de longe?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Não tenho nada a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo o que ele falou tem que ser com verdade no processo que a CPI vai fazer e comunicar ao juiz para agravar o máximo que puder, porque ele é o chefe da quadrilha no meu ponto de vista. Da forma como ele está conduzindo o depoimento, é porque comanda, está acima do depoimento que ele fez na polícia. Não adianta ficar com ele aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele será indiciado com base no art. 4º da Lei nº 1.579.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Podem retirá-lo. Não vou perder tempo. Podem retirá-lo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos pedir a presença do Cleverson.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mantenha-no na ante-sala. Ele não pode ir embora.

Peço para conduzirem Cleverson Martiniano. (Pausa.)

Boa tarde. Seu nome é Cleverson Martiniano?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem advogado?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está aqui, presente?

O SR. OSCAR ANDRADE – Como ele se chama?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele esteve com você antes de você entrar aqui?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor chegou a vê-lo em algum recinto deste prédio?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não o acompanhou?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não acompanhou, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O seu nome é Cleverson Martiniano?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Vinte e nove anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Rua Rio Grande do Norte, nº 225.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Vendedor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Local onde exercia a sua atividade.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Várzea Paulista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há algum parente envolvido nesse processo?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203, do Código de Processo Penal, você se compromete a falar somente a verdade perante esta Comissão?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria que assinasse o compromisso. (Pausa.)

Com a palavra Sr. Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é a sua atividade profissional?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Vendedor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vendedor de quê?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – De brindes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem alguma empresa em seu nome?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Tenho, uma que estava abrindo este ano.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Acho que a razão social é DMG.... é Renascer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Junto com o George?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi preso lá na empresa?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não, eu estavavoltando do almoço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi preso na rua?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Estava voltando da rua, aí na hora em que a moça abriu a porta...

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, o senhor foi preso na empresa?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o senhor foi preso?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Como, senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o senhor está preso?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Até o momento eu não estava sabendo o que estava acontecendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não sabe por que está preso?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Eu não sabia.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não esteve com seu advogado?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Estive.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele não lhe explicou o motivo?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Depois que conversei com o advogado que eu fiquei sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então agora você sabe.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Agora eu sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu estou lhe perguntando por que você foi preso.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Encontraram lá plaquetas, plaquetas lá dentro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o seu salário nessa empresa?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um momento. Essas plaquetas você já tinha visto antes lá?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nenhuma vez?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – No momento eu estava indo na firma apenas para pintar e fazer um puxadinho lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então você estava trabalhando na construção do prédio.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Isso, sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E essas plaquetas você não chegou a ver dentro da loja.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas só na hora da apreensão que você viu?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Na hora da apreensão eu vi porque os policiais mostraram para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você acha que estava há muito tempo naquele local?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não sei, senhor, porque eu não tinha acesso àquela sala ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem tinha acesso a essa sala?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Quem ficava naquela sala era o vendedor, que era Roberto, que começou a trabalhar de vendedor para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tinha que acesso a essa sala? Ele a mantinha fechada?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não senhor. Mas como a gente só trabalhava até meio-dia, duas horas só, e a gente ia embora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas essa sala era isolada da outra área, ou era aberta e ficava só com uma divisória?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Era uma sala, tinha porta, depois tinha mais salas, tinha cinco salas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a porta estava sempre fechada?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Ela tinha a porta, mas não ficava fechada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas aberta, escancarada, não?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você nunca teve acesso porque nunca viu aberta.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não, também nunca tive interesse de pegar e entrar lá, que era negócio de vendas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele entrava, permanentemente você via ele entrar e sair da sala.

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Entrava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto o senhor recebia de salário nessa empresa?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Recebia de salário, não, o serviço que a gente fazia, pegava, o que sobrava era só para pagar as contas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pró-labore.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Dava R\$300,00, R\$600,00. Pouca coisa.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Roberto era seu patrão e depois passou a empregado.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Isso, é eu trabalhei para ele faz oito anos, na outra firma que ele tinha. Depois eu saí, entrei em outra empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor montou essa empresa?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Como?

O SR. OSCAR ANDRADE – Custa dinheiro para montar uma empresa, não?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Ele estava me devendo um dinheiro quando saí da firma dele, que estava falindo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Porque eu não recebi nada, porque eu estava trabalhando com ele, não era registrado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí ele ficou te devendo?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Aí ele ficou sabendo que eu e o George estávamos querendo montar uma empresa, ele falou assim: vocês montam a empresa, como ele tinha o nome sujo na praça, porque a firma estava falindo, ele falou: vocês montam a firma que eu dou uma assessoria para vocês, que co-

nheço todos os clientes. Aí a gente falou: então está bom.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já teve sociedade com o Roberto?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era seu funcionário, era vendedor.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Ele era apenas o vendedor da empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando você conheceu Roberto?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Conheço há bastante tempo, há uns 12 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – A quem pertenciam aqueles equipamentos de falsificação, de adulteração de plaquetas de veículos?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não tenho ciência disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas tinha que ter dono. Estava dentro da sua empresa, pressupõe-se que é sua. Mas você está dizendo que não é, que o Roberto usava a sala.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Só tenho ciência dos equipamentos que compramos, havia o esmeril.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não estou falando disso, estou falando dos outros equipamentos, aqueles que foram presos no local, de quem eram?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não sei te dizer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como não sabe? Estavam dentro da sua empresa.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não sei te dizer.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Roberto usava a sala. Você acredita que possam ser dele?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não sei, não posso falar que sim nem que não. Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso a partir de uma investigação da polícia, no quilômetro 247 da Rodovia Prestes Maia, onde foram encontrados quarenta caminhões roubados, sete já com pintura adulterada e remarcados. Esse local era do Gilberto Luís Hidalgo Gimez. Você sabe que foi preso por isso?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não, desconheço isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você foi preso então?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Simplesmente falei que eu fui preso por falsificação de plaquetas, mas essas plaquetas. Mas só tive ciência dessas plaquetas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Que veio a partir de uma diligência iniciada lá no Gilberto Luís Hidalgo Gimenez.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quanto tempo você conhece o Gilberto?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não conheço nenhum Gilberto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como não conhece?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você trabalhava para ele.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Eu trabalhava para ele? Estou falando que não o conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – As plaquetas.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já esteve nesse local que eu citei?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes você esteve lá?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Nunca fui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você viu as carretas?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o ônibus que eram transformados em carretas?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes o Gilberto foi na sua firma?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhuma vez? E com o Roberto, você conversou quantas vezes sobre o Gilberto, sobre essa transação toda?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Nenhuma, eu não sei. Não conversei nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto você cobrava para ajudar no serviço.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Como posso dizer quanto eu cobrava se eu nem sei?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você via movimento estranho na firma, de pessoas que procuravam seu sócio para conversar?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conhecia todas as pessoas que lá entravam, um por um.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Quando eu estava lá, sim. Eram poucas pessoas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conheceu o Gilberto nem quando foi preso?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você sabe que ele estava preso?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu advogado não lhe informou?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ninguem da polícia lhe falou?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Falaram aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe que ele já foi solto?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O peixe grande já foi solto e você está preso.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Eu não estava sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é seu advogado?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não sei o nome dele. Esqueci o nome do meu advogado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esqueceu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como seu advogado foi apresentado a você? Você o procurou ou ele te procurou?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Ele foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por quem?

O SR. OSCAR ANDRADE – Pelaminha família.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi por sua própria família, não tem relação com alguém da empresa ou da firma?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi contratado por seus familiares?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está dando assistência?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é o mesmo advogado do teu sócio?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – É o mesmo do meu sócio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o mesmo advogado?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – É o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E hoje ele estava aqui presente. Teu sócio é o que de pôs antes de você? É o George.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele estava aqui. Orientou o George e se retirou para o fundo para dizer que o George estava sem advogado. Parece-me que ele continua aqui. Você verifica a presença do seu advogado? Pode levantar e olhar. (Pausa.)

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É estranho, porque o advogado aqui comparece, orienta o seu cliente e se retira, quando seria correto acompanhar o depoente perante esta Comissão. Eu não vou criticar nem vou lhe dar nenhuma opinião, mas penso se foi correta e ética essa atitude. Há conflito entre o seu interesse e o do George. Um terá de ter mais responsabilidade que o outro. Vocês não podem dividir a responsabilidade. Há conflito de interesses. Então, não seria muito ético que o advogado defendesse os dois. Ele nem aqui ficou; com o outro, ele ainda ficou.

Ele chegou a conversar com o senhor, antes de o senhor adentrar esta sala, durante o dia, hoje, aqui?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que o senhor ouviu aqui a respeito deste assunto? Alguém conversou, alguém trocou idéias? Os outros detidos conversaram com o senhor antes de o senhor vir a esta sala?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ninguém falou? Ficaram em silêncio total?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Só ficamos lá para saber o que estava acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço ao Secretário que, nas próximas audiências, os presos

fiquem separados e ninguém tenha contato sem autorização desta Comissão. Não é de pois, tem de ser antes. Durante o período inteiro, eles não podem ter contato, senão um conversa com o outro sobre o que se falou e se perguntou e ficamos aqui que nem idiotas, com eles orientados a nada esclarecer.

Eu não sei se o senhor pretende continuar assim, não sabe, não lembra, não quer colaborar, não pretende colaborar.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não sei de nada, senhor. Eu não posso falar para o senhor que eu sei isso, sendo que eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Diga-me algo: quanto tempo você ficou na firma? Quanto tempo trabalhou lá?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – A gente estava construindo, porque a parede estava caindo, o carpete estava tudo arrancado, a pintura estava ruim. Então, nesse período de tempo, a gente estava pintando...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual o tempo, mais ou menos? Vinte e quatro horas?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ou dias?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não. A gente ficou mais ou menos uns seis meses, porque a gente ainda pegou alguns serviços de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seis meses lá?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você não viu nada de plaqueta lá dentro, nada?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ficava numa sala fechada a que você não tinha acesso?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não, ficava numa sala fechada, não. A gente tinha acesso, mas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era uma sala reservada a que você não tinha acesso?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você disse aqui que não tinha acesso.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não tinha acesso assim: era uma sala dos vendedores. Então, no presente momento, a gente estava pintando e decorando. A gente estava fazendo os luminosos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca adentrou aquela sala?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Entrei, mas eu nunca vi aquilo. Eu nunca tinha visto. Inclusive, a chave da firma só ficava comigo e com o George.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da empresa?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não da sala?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – A sala ficava aberta, porque ela não tinha chave.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aberta, sem tranca.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Sem tranca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas com a portafechada.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Aberta. Quando a gente estava lá, ela ficava aberta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O George entrava e saía da sala sem nenhum problema.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – A gente estava pintando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por falta de interesse, você não entrava ali, porque não tinha nada a fazer lá dentro.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não, porque não tinha nada. Não tinha os clientes. Os poucos clientes que vi nham, a gente pegava o serviço ali e já fazia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O contato com os clientes era seu ou do George?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Poucas coisas. A gente fez só...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou perguntando quem é que fazia o contato.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Era eu que era o vendedor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você era vendedor lá ou saía para rua para pegar encomendas?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Eu tenho bastante conhecimento em Jun di aí. O pessoal me conhece...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o tipo de encomenda que você fez? As poucas que você fez?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Chaveiro, adesivo e canetas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O material da empresa tinha capacidade de fazer aquelas plaquetas encontradas pela Polícia?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tecnicamente?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que não?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Pelo que eu via lá, não tem. As máquinas que a gente tinha lá não era máquina...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem estamparia lá?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Era só impressão em camiseta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só em camiseta? E chaveiro?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Camiseta, adesivo e chaveiro, que é a mesma tela. É o mesmo sistema que faz a impressão de camiseta...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não era de...

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não, impressão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não era máquina de corte de fazer o modelo do chaveiro?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não, nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você comprava o chaveiro pronto e estampava?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Comprava o chaveiro pronto e só estampava o logotipo do cliente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Colocava a logomarca de plástico ou de metal.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De metal ou plástico?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Plástico e metal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pensa que aquelas plaquetas foram guardadas e não fabricadas lá?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Pode ser que sim, senhor. Eu não posso informar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas elas estavam lá quando a Polícia apreendeu?

O SR. GEORGE JARDIM DE OLIVEIRA – Quando apreenderam, depois que eles falaram para a gente que encontraram aquilo lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer fazer alguma pergunta?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O seu nome é Cleverson, não é?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você deu de poimentona Polícia, não é?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você lembra o que disse lá?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você lembra tudo?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eles le ram para você antes de você assinar?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Dei uma lida meio...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles te entregaram o depoimento...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para você ler.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Eles me entregaram para eu assinar. Aí, eu li.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, está certo. Você leu. Por que você diz que estranhava o trabalho do Roberto, pois constantemente recebia telefonemas, uns telefonemas meio estranhos? O que te levou a dizer isso?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não, porque geralmente só vinha telefonema para ele. Não vinha para a gente, entendeu. Então, por isso que eu falei. Até o policial perguntou: “Vem muito telefonema para ele?” Não. Vem telefonema para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem água aí para você?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Tem sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então pode tomar, porque está com a boca seca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E você estranhava o telefonema?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não. Estranhava, não, porque uma firma que nem tinha sido aberta, o senhor entendeu? Era telefone para ele...telefonema. Então, a gente fica meio. A gente

não sabia o que ele fazia, o que estava acontecendo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ficava meio cabreiro, desconfiado de alguma coisa?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não era desconfiado, porque a gente conhece ele há muito tempo, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você não sabia que ele fazia aquelas plaquinhas para adulterar carro?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas você ficou sabendo depois?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Só depois.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com quem você ficou sabendo?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Fi quei sabendo no Depatri.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que você ficou sabendo no Depatri?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Fi quei sabendo o que os policiais falavam para a gente, que as placas que a gente encontrou lá...isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E servia para que as placas?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No depoimento tem esse esclarecimento que ele fez que desconhecia?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Você disse lá que via que as máquinas sempre tinham um resíduo de alumínio. Você chegou a ver isso.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Foram duas vezes só que eu vi que tinha negócio de resíduo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas tinha estamparia ou não? Onde tinha esse resíduo de alumínio?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Na guilhotina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na guilhotina, não na estamparia.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não na estamparia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era para cortar placa. Placa de alumínio...

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – É o que a gente usava para cortar, quando os chaveiros vinham muito grande, a gente cortava.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – O senhor identificou resíduo de alumínio que indicava que o alumínio fora cortado lá?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Isso. Até eu comentei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas você disse que era difícil fazer remarcação de chassis. Mas aqueles pinos que estavam lá davam para marcar as plaquetas.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é um conhecimento mínimo. Você conhece aquela punção, aqueles pinos?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Eu não trabalho nesta área. Eu nunca vi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você disse aqui: “também percebia que o maquinário que era usado como prensa, guilhotina e contrava-se com resíduo de alumínio, porém não tinha conhecimento do trabalho ilícito do Roberto, vindo a saber só depois, e que, quando foi feita a vistoria, encontraram na sala do Roberto vários materiais e ferramentas para adulteração e marcação de plaquetas de veículos, entre eles pinos, martelos, próprios para marcação de chassis”.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Foi isso até que os policiais me mostraram na hora lá. E estava na sala em que ele ficava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O martelo e aqueles pinos davam para marcar chassis, não davam?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para marcar as plaquetas?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas aí é o mínimo de...

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Mas eu não sei. Não posso falar uma coisa que eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Se eu imprimir camiseta, eu vou lá saber como é que imprime...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o seu conhecimento não chega a tanto? Quer dizer, tem lá um punção daqueles, com a letra na ponta; um martelo para bater; estão ali as plaquinhas. Se bater aquilo nas plaquinhas...

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Mas eu não tinha o conhecimento. O único conhecimento meu é que...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu estou perguntando...

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Eu não sei, senhor. Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se bater aquele punção nas plaquetas com o martelo, marca a letra, o número ou não?

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Deve marcar. Eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estou te vendo preocupado. Não tem preocupação alguma. Você estava trabalhando em uma empresa que estava fazendo algo ilícito. Não é a primeira vez, porque o teu patrão já respondia pelo mesmo crime.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Mas eu não sabia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Ele é ele e eu sou eu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Claro, com certeza.

O SR. CLEVERSON MARTINIANO – Tanto que eu estava montando a firma para o George e não...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com certeza. Eu só estou dizendo para você que ele já era figurinha carimbada. Já tinha feito uma vez isso, já tinha sido processado pela Polícia e não sei no que deu, por que fazia um ano e pouco que ele tinha feito isso. E, agora, não sei se ele continuou fazendo, ou tinha parado, mas pegaram ele de novo. Não sei se nesse período ele fez ou não fez, mas a verdade é que pegaram ele de novo.

Acho que o seu esclarecimento está correto. Acho que você está falando a verdade. De todos que vieram aqui, para mim, um dos poucos que está falando a verdade, pelo menos no pouco que está falando, é você, porque o resto veio só para mentir. Você está falando a verdade. Não, foi lá, até desconfiava de só telefonema para ele e para ele. Prenderam as coisas lá de adulterar, que estavam na mesa dele, guardadas, enfim, foi levado à delegacia, e você foi junto.

Acho que está claro, está bem claro. Acho que você falou bem no seu depoimento e contribuiu com a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Tenho a impressão de que a importância do Idalgo Gimenez... Vou fazer o apelo à Juíza e ao Ministério Público para rever a decisão de dar liberdade a ele, porque usou todo mundo, e estou acreditando no seu depoimento. Acho que o seu sócio mentiu e desafiou a CPI. Nós vamos representar contra ele, mas acredito que o se-

nhor foi usado e está sendo sincero no seu depoimento. De forma que ele poderá sair.

O Relator e o Senador propuseram que a Mari-sa também fique dispensada de ser ouvida pela CPI, em razão da conversa que tiveram com elas. De forma que ela era funcionária, contratada, estava lá com uma irmã menor quando a Polícia veio e prendeu todos os que lá se encontravam, em razão da vinculação com o Idalgo na remarcação do chassi de caminhão.

Então, diante da proposta do Relator, pergunto se...

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Presidente, apesar de não ter nenhum tino policial, a menina de 18 anos está sofrendo. Entendemos perfeitamente que ela não tem nenhum envolvimento. Acho desnecessário trazê-la aqui publicamente, até porque ela era uma secretária que atendia telefonema. Não vejo nenhuma necessidade e peço a dispensa da oitiva dela.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pergunto se mais alguém quer fazer uso da palavra.

O SR. MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, da mesma forma, quero testemunhar. Com a minha experiência de quase 30 anos de advocacia, vamos ficando razoavelmente **expert** no assunto. Percebi claramente que a moça está envolvida sem ter culpa na história. Ela foi realmente foi muito sincera, percebemos quando a pessoa está sendo sincera, a exemplo deste rapaz, que, aliás, já havia comentado com V. Ex^a que ele teve uma conduta completamente diferente dos demais. Portanto, endosso o pedido de dispensa da moça, até para não submetê-la a esse constrangimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Antes de encerrar, gostaria de agradecer ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. Romeu Santini, aos Srs. Promotores, que durante todas as audiências permaneceram aqui, prestigiando-nos e dando-nos apoio, ao Dr. Ademir Toso, Chefe da Polícia Federal em Campinas e Região, pela presença, apoio, inclusive apoio material, com veículos, viatura e segurança, e aos demais policiais estaduais que aqui compareceram, conduzindo os presos, à imprensa, que se manteve com todo o respeito, com liberdade de trabalho, dando cobertura completa, aos policiais militares, enfim, a todos aqueles que colaboraram conosco, na esperança de que pudessemos dar continuidade às diligências. Com certeza, diante do quadro que aqui ficou, deveremos voltar à Campinas para outras audiências que se fizerem necessárias.

Muito obrigado aos Senhores. Dou por encerrada a audiência pública que se realizou ontem e hoje aqui em Campinas.

(Levanta-se a reunião às 18h.)

7ª Reunião, realizada em 17 de abril de 2001.

Aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e um, às quinze horas e trinta minutos na Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Senhores Senadores Moreira Mendes, Marluce Pinto, Wellington Roberto, Francelino Pereira, Ricardo Santos e Geraldo Cândido, e dos Deputados Carlos Dunga, Oscar Andrade, Mário Negromonte, Pompeo de Mattos Domiciano Cabral e Chico da Princesa, membros. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir o depoimento do Senhor Adjalmir Simões Ferreira. O depoente foi questionado pelos Deputados Oscar Andrade, Pompeo de Mattos e Mário Negromonte, a presente reunião foi ainda presidida pelo Senador Moreira Mendes. e Deputado Mário Negromonte, Foram aprovados seis requerimentos a saber: nº 46, de autoria do Deputado Mário Negromonte, requerendo as quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico das seguintes pessoas e empresas Airton de Freitas, Débora Aparecida Gonçalves, Herick da Silva, Adjalmir Simões Ferreira, Márcio Natel, Aparecida Maria Pessuto, Sandra Regina Davanco, Rafael Fiestas Garcia, Yoshika Komoda, Antônio Pedro Rodrigues Souza Rocha, Peter Pessuto, Márcia Aparecida Gonçalves Machado, Carlos Alberto Fecchio, Levi Luiz Silva Figueiredo, Heleno Duarte Lopes, Humberto Duarte Lopes, Leontina Aparecida Bastelli, Ari Natalino da Silva, Itaba Indústria de Tabaco Brasileira Ltda, Resipetros Derivados de Petróleo Ltda e Petroforte Brasileiro Petróleo Ltda; nº 47, de autoria do Deputado Oscar Andrade, requerendo a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico das seguintes pessoas Pollus Brasileira de Petróleo Ltda, Jomasa Administração e Participações Ltda, Fred George Machado, Indústria e Comércio Rei Ltda, Celso Castilha Cazorla, Haulover Enterprises Limited, Richley Internacional Sociedad Anônima, Moacir Pe-

dro Pinto Alves, Lindemberg da Mota Silveira, Auto Posto Hobby Ltda, Posto e Restaurante Cometa Ltda, R. J. Pilbeam Comércio Importação e Exportação Ltda, Trancin Transportes Ltda, Bat Petro Ltda, Visão Empreendimentos, Administração e Participação Ltda, Rolmap Importação e Exportação Ltda, Levi Luis Silva Figueiredo e Bine's Comercial Ltda.; nº 48, de autoria do Deputado Carlos Dunga, requerendo uma audiência na cidade de Recife para depoimentos das seguintes pessoas Sérgio Leite, José Cláudio Soares e João Azevedo Dantas; nº 49, de autoria do Deputado Robson Tuma, requerendo que seja solicitada a Junta Comercial do Estado de Goiás cópia do contrato social da Empresa Distribuidora Farmaceutica Panarelo Ltda; nº 50, de autoria do Deputado Robson Tuma, requerendo que seja solicitada a Secretaria da Fazenda e de Segurança Pública do Estado de Goiás todos os processos que envolvam as Distribuidora Farmaceutica Panarelo Ltda e o de nº 51, de autoria do Deputado Robson Tuma, requerendo as quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Distribuidora Farmaceutica Panarelo Ltda. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião do ano de 2001 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, de 2000, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar em todo o país o elevado crescimento do roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como proceder investigações no que concerne à lavagem de dinheiro, desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas de roubo de cargas. Esta presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir o depoimento do Sr. Adjmir Simões Ferreira. Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura das atas das reuniões anteriores, realizadas nos dias 5 e 6 de abril de 2001.

O SR. OSCAR ANDRADE – Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Havendo a concordância, dou por aprovadas as atas e indago à Secretaria se há expediente a ser recebido ou expedido.

Não havendo expediente, solicito à Secretaria que faça adentrar ao recinto o depoente Adjmir Simões Ferreira. (Pausa.)

Esta Presidência tem conhecimento de que o depoente está acompanhado de advogado. Queria comunicar ao advogado que, por deferência desta Comissão, ele pode permanecer no recinto, mas qualquer manifestação deve ser dirigida à Mesa.

Sr. Adjmir Simões, o senhor pode repetir o seu nome completo?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Adjmir Simões Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor sabe o número da sua carteira de identidade?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É 6867596.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é a sua idade?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – 57 anos incompletos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é o seu CPF?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – 063.222.638-20.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é o seu estado civil?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O seu endereço?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Rua Fernando Albuquerque, 121, apartamento 141, Condição, São Paulo, SP.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é a sua profissão?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Sou economista.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O local onde o senhor exerce a sua atividade atualmente.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Rua Dr. Luiz Migliano, 2.056, Taboão.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Pelo enunciado, o senhor sabe que esta Comissão se destina a apurar o elevado roubo de cargas em todo o país. O senhor é parente em algum grau de qualquer das partes envolvidas?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor se compromete, portanto, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade, somente a verdade?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Só a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Então, por obséquio, assine este termo de compromisso. (Pausa.)

Antes de passar a palavra ao Relator, quero colocar a palavra a sua disposição para que o senhor explique o que achar conveniente para o esclarecimento desses fatos já enunciados aqui.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Em princípio, causou-me uma certa estranheza eu estar incluso nessa relação. Primeiro porque há mais de dois anos estou fora do convívio da Petroforte, não tenho nenhum relacionamento profissional, em espécie alguma, há dois anos. Atendendo a um telefonema do Dr. Paulo, eu nem sabia, eu estava no Rio de Janeiro quando ele ligou para mim no dia 5, não sabia que eu estava na relação, não fui convocado, não recebi nenhum comunicado, expliquei para ele: Dr. Paulo, não tenha dúvidas, estarei presente em Campinas. O senhor está me chamando e vou atender ao seu pedido, como cidadão, para exatamente falar o que for necessário na Comissão.

Voltei do Rio de Janeiro, larguei os meus afazeres, aquilo que eu estava tratando no Rio, vim de carro direto a São Paulo e fui direto a Campinas, apresentei-me ao Dr. Paulo Lacerda na sexta-feira, cheguei em Campinas por volta de mais ou menos 11h da manhã e fiquei até as 17h45min se não me foge a memória. Como já estava bem avançada a hora, o Dr. Paulo me chamou e perguntou se eu não teria nenhuma objeção de comparecer a uma outra ocasião se eu fosse chamado. Eu respondi que quantas vezes eu for chamado tantas vezes eu virei porque eu não tenho absolutamente nada, mas nada com esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor tem alguma outra informação a trazer?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, as considerações que eu teria a fazer eram essas que me causaram surpresa e eu fiquei realmente sem saber o porquê? Só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Pela ordem, concedo a palavra ao eminente Deputado Oscar Andrade, Relator, para questionar o depoente.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Adjmir, qual a sua atividade profissional?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Sou um homem de assessoria na área de petróleo e o meu trabalho sempre foi voltado só e exclusivamente na interface entre as empresas que trabalham com combustível e o Governo. Quando falo em Governo, falo em Petrobras, Conselho Nacional de Petróleo,

Departamento Nacional de Combustíveis e hoje Agência Nacional de Petróleo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Consultorias?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Exatamente, na área de sistemas, não é? Nunca desenvolvi qualquer coisa, qualquer tipo de atividade nem na área administrativa, nem na área financeira, nem na área comercial, nem na área operacional em nenhuma empresa por onde andei trabalhando.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor é sócio de alguma empresa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor é sócio de alguma empresa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, senhor, de nenhuma empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não, atualmente não.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, não, hoje não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Já foi sócio? De quais as empresas?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Fui sócio da HP, que o Sr. Ari fazia parte, isso em 1991.

O SR. OSCAR ANDRADE - HP?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual era atividade da HP?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – HP era um TRR...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Diga, por favor, o nome completo da empresa.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – HP Distribuidora de Derivados de Petróleo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Com sede?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Com sede em São Carlos, São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE - E a atividade dela era a mesma da Petroforte?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não porque não podia operar gasolina, podia operar só óleo diesel e óleos lubrificantes, graxas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Era distribuidora?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, era um TRR, transportadora, revendedora retalhista.

O SR. OSCAR ANDRADE - Isso em 1991? Quanto tempo o senhor foi sócio dele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Junho de 91 até dezembro de 1992.

O SR. OSCAR ANDRADE - Seis meses?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Um pouco mais, um ano e seis meses.

O SR. OSCAR ANDRADE - Um ano e seis meses. E essa foi apenas dessa empresa que o senhor foi sócio dele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Só, só. Não, teve uma outra. Teve a Hyper Oil Distribuidora de Petróleo Ltda., que não chegou nem a funcionar.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas constou de contrato social.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Constante em contrato social.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quando foi?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Princípio de 92 até junho de 92.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o senhor se retirou da sociedade?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Aí eu me retirei da sociedade, foi quando surgiu a Petroforte.

O SR. OSCAR ANDRADE - Nas duas o senhor é sóciodireto do Ari Natalino?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu era sócio do Ari Natalino.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor então tinha uma relação com ele então de sociedade, de amizade, uma relação...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Perfeito, Deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor conhece ele desde quando?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Desde 1991, princípio de 91

O SR. OSCAR ANDRADE - Nessa época que o senhormontou a empresa com ele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É, porque como eu era homem de sistema de petróleo e tinha praticamente eu me aperfeiçoei no contato e na criação, não só de distribuição de petróleo como do sistema que é uma coisa que caminha junto com as empresas que operam com petróleo, eu fui procurado exatamente para montar uma, uma... essa atividade inicial que começou com HP, partiu para Hyper Oil e passei a desenvolver o trabalho para a montagem da Petroforte.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor também orientou a montagem da Petroforte?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – A montagem da Petroforte inteira.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quando o senhor fez esse trabalho para a Petroforte, a Petroforte foi constituída em nome do Ari Natalino?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, foi constituída em nome de D. Maria Aparecida e de D. Sandra.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que era Maria Aparecida, esposa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ex-esposa dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Maria Aparecida Pessuto.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Pessuto, ex-esposa. Já era ex-esposa.

O SR. OSCAR ANDRADE – E Sandra Davanzo.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Sandra Regina Davanzo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que essa empresa Petroforte, que hoje é tida como a terceira do País em distribuição, claro que é do Ari Natalino, foi aberta em nome de ex-esposa e outra pessoa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei lhe responder, Deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas foi o senhor que ajudou montar? Há detalhes até de...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, veja bem, quando eu digo montar é o trabalho do registro junto, na época, ao DNC. O contrato social é um trabalho de contador, não era eu que desenvolvia esse trabalho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. Fazia o trabalho de consultoria no DNC?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – No DNC, para ir providenciar o registro, está certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – DNC é Departamento Nacional de Combustíveis?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Departamento Nacional de Combustíveis.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da CNP?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Antigo Conselho Nacional de Petróleo, que passou hoje a Agência Nacional de Petróleo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como que se deu o relacionamento inicial do senhor com o Sr. Ari Natalino?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O Ari já tinha uma pequena base e ele tinha um comércio de álcool industrial na época. E lá em Paulínia todo mundo que me conhecia como homem de sistema de pe-

trôleo. E o sonho dele era montar uma distribuidora. E eu como profissional, ele me procurou. Foi umas duas ou três vezes me procurar e eu acabei aceitando estar com ele para prestar serviço para montar a distribuidora para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – A HP?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – A HP, primeiro a HP?

O SR. OSCAR ANDRADE – Primeiro a HP, depois Hyper Oil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na sociedade da HP, qual era divisão das cotas?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – 50% e 50%, meio a meio.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quanto era o contrato social dela?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O contrato social, se não me engano, Deputado, seria alguma coisa em torno de R\$20 mil. Não lembro bem os números. Não vim preparado com números.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a integralização disso, o senhor lembra como foi feita?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Também não sei, porque aí ficaria a cargo do contador. Essa parte ficava toda com o contador.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não entrou com dinheiro na empresa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, não entrei. A parte que foi...

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua parte seria o conhecimento?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O meu conhecimento, o meu trabalho.

O SR. OSCAR ANDRADE – A que se referem uns cheques que foram constados por esta CPI emitidos pelo Ari Natalino a sua pessoa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Cheques?

O SR. OSCAR ANDRADE – Cheques em seu favor.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Houve cheques que eram pagamentos de trabalhos profissionais. Houve alguns cheques que ele me pagava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tanto do Ari quanto da Petroforte?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Da Petroforte, não lembro se teve cheque emitido a meu favor. Mas do Ari existiu sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando o senhor, em 1991, constituiu essa empresa com o Sr. Ari Natalino, ele já era dono de outras empresas?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não tenho conhecimento, Deputado, se ele tinha ou tras empresas. A partir daí, o que ele tinha, que eu tinha conhecimento - por que a minha vida era mais em Brasília e no Rio do que em São Carlos -, é que nós estávamos desenvolvendo depois da HP, a Hyper Oil e em seguida a Petroforte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesse um ano e meio de atividades da HP, o senhor distribuía - me dê um número, não precisa ser exato, pode ser que não consiga lembrar -, qual era a galonagem distribuída pelo senhor à época, mensal?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Com precisão eu não teria condição de falar, Deputado. Como eu falei inicialmente toda a parte operacional, administrativa e comercial não me competia, mas eu acredito que em torno de 800 a milhão de litros por mês. Acredito que sim, não tenho um número preciso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso é um giro financeiro de quanto mais ou menos, a nível de hoje? Setecentos?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mais ou menos em torno disso daí, de R\$700 a R\$800 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor constituiu uma empresa que começou a operar a esse nível financeiro, sem haver nenhum capital de giro do senhor, sem haver nenhuma integralização físico-financeira por parte do senhor?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Não. Não houve integralização por minha parte.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas, não é estranho, isso, então, Sr. Adjamir? Na verdade, estou querendo entender, como que se deu isso? E estamos centrando muita coisa em cima do Sr. Ari. Ele procura o senhor para montar uma empresa, pelo seu conhecimento, e de repente, põe 700 mil, 1 milhão de reais na empresa, com o senhor sendo sócio em 50%?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Mas, veja, bem...

O SR. OSCAR ANDRADE – Explica isso para eu entender?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Mas, veja bem, não foi ele que colocou 700 mil, veja bem.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele precisava no mínimo de capital de giro.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - Veja bem, o nosso fornecedor dava crédito pra gente. Tá

certo? E esse crédito que existia com o fornecedor, isso aí, eu lembro, muito bem, porque era um relacionamento meu que era exatamente com a Texaco; eles nos abriram um crédito e davam, na época, acredito que em torno de 12 dias de prazo, e essa mercadoria era vendida, acredito, com 10 dias. Ainda existiam dois dias, que eram exatamente a compensação de cheques, para haver a liquidação junto com a Texaco. Não é que existisse um capital de giro próprio nesse valor, nesse volume.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu vou mencionar alguns nomes aqui. Por favor, o senhor me diga se conhece ou não. Quem o senhor conhecer me diga quem e toda informação que o senhor puder passar.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - Pois não.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Maria Aparecida Pessuto.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem é?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É a ex-esposa do Sr. Ari que é sócia da Petroforte.

O SR. OSCAR ANDRADE – É Maria Aparecida ou é Aparecida Maria?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É Maria Aparecida Pessuto.

O SR. OSCAR ANDRADE - Débora Aparecida Gonçalves?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - É a esposa atual dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sandra Regina Davanzo?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É sócia da Petroforte, que trabalha junto com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ela tem algum parentesco com ele, com a ex-esposa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Nenhum parentesco. Nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ela, tanto a Sandra quanto a Maria Aparecida têm condição financeira de serem donas da Petroforte?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - Eu não saberia lhe responder, Deputado, porque, exatamente como lhe falei, a minha parte era só de sistema. Eu não fazia outra coisa, a não ser o relacionamento com a Petrobras, com a ANP, DNC, Conselho Nacional do Petróleo. O meu trabalho era esse, e também junto

com as congêneres, com os sindicatos, com as usinas, está certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, vamos continuar. Éric da Silva?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É filho de Sr. Ari com D. Maria Aparecida.

O SR. OSCAR ANDRADE - Filho?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - E participava de alguma sociedade também?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - Não. No começo, não, porque ele era de menor; ele tinha na época 13 ou 14 anos

O SR. OSCAR ANDRADE - João Ferreira Ruyvo?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Já ouvi falar, é um revendedor, se não me lembro, do Vale do Paraíba; um revendedor que tinha um posto de gasolina...

O SR. OSCAR ANDRADE – TRR ou não?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Não. Posto de gasolina mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Posto de gasolina?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - É.

O SR. OSCAR ANDRADE - Onde era o posto dele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - Se eu não me engano, no Vale do Paraíba.

O SR. OSCAR ANDRADE – Antônio Pedro Rodrigues Souza Rocha?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Antônio Pedro Rodrigues? Assim pelo nome, eu conheço um Antônio que é conhecido como Toninho Português. Não sei se é esse. Deve ser esse daí.

O SR. OSCAR ANDRADE – É esse mesmo, Toninho Português. O que ele é?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ele é amigo do Ari.

O SR. OSCAR ANDRADE – Amigo?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Amigo do Ari.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sócio?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - Não. Sócio, eu não diria que seja sócio. Não existe uma vinculação em papéis, em contrato. Eu não acredito que tenha.

O SR. OSCAR ANDRADE - Yoshika Komoda?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Conheço. Yoshica trabalha na parte financeira.

O SR. OSCAR ANDRADE – É mulher?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É mulher.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela era funcionária do Ari?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É funcionária.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sócia também?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Não é sócia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Rafael Fiesta Garcia?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Conheço. É também funcionário da Petroforte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em nenhuma outra empresa sócio do Ari?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu acredito que ele seja sócio de uma das empresas. Eu acredito, não tenho certeza pelo que falei inicialmente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Natan Vinícius Gonçalves da Silva?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Na tan é uma criança de 12 anos, é o filho do Ari.

O SR. OSCAR ANDRADE – É filho?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Tem 12 anos de idade.

O SR. OSCAR ANDRADE – E é sócio também?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Com 12 anos, eu não sei se ele é sócio, nem sei se pode.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas aparece como sócio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se ele usou o nome, deve ter adulterado também as certidões e tudo, inclusive CPF.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu sei que ele tem 12 aninhos

O SR. OSCAR ANDRADE – Hoje?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Hoje. Onze ou 12 anos deve ter. De 11 pra 12 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Joaquim Gomes de Figueiredo Neto?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Joaquim não conheço

O SR. OSCAR ANDRADE – Paulo Roberto Felizardo?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não conheço

O SR. OSCAR ANDRADE – Vilmar José da Costa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Airton de Freitas?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Airton de Freitas? Já ouvi falar diversas vezes. Era o caseiro dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Caseiro?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – De sítio?

O SR. ADJAMIR – Um sítio que ele tem, o Airton era caseiro. A informação...

O SR. OSCAR ANDRADE – ...e sócio?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – E sócio, não sei lhe informar. Sei que era caseiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não sabe informar?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei informar. É aquilo que falei. Estou há dois anos distante da empresa. Então, muita coisa aconteceu de dois anos para cá que me foge completamente. Até há dois anos, eu sabia que ele era caseiro de um sítio que o Ari tinha comprado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Josefina Mouro de Oliveira?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Leontina Aparecida da Basteli?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É a esposa do Sr. Airton.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do caseiro?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Do caseiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deve ser empregada também.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Empregada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do lar, do sítio.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – No sítio.

O SR. OSCAR ANDRADE – É sócia também. Peter Pessuto?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Peter é sobrinho da Dona Cida.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é a ex-esposa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Que é a ex-esposa, que também não trabalha mais na companhia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Rogério Rodrigues Ruivo?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Rogério? É o filho do Ruivo lá do Vale do Paraíba.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do João Ferreira Ruivo?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Isso. Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Gui Alberto Rets?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Humberto Duarte Lopes?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Heleno Duarte Lopes?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ouvi falar e vi duas vezes esse cidadão.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que ele era?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei o que fazia.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor o viu onde, em que situação?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Vi em duas inaugurações de postos. Foi onde vi esse Sr. Heleno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que posto era? O senhor lembra onde era o posto?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Olha, um ficava na Estação da Luz, que hoje inclusive está fechado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Posto de combustível?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É posto de combustível. Perfeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Próximo à Estação da Luz?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Isso, que hoje está fechado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o outro?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O outro não lembro, Senador.

O SR. OSCAR ANDRADE – Levi Luís Silva Figueiredo?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Levi Luís Silva Figueiredo, não o conheço. Posso até, vendo-o, lembrar dele, mas pelo nome...

O SR. OSCAR ANDRADE – Márcio Natel?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Conheço. Trabalha lá até hoje.

O SR. OSCAR ANDRADE – É funcionário?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É funcionário.

O SR. OSCAR ANDRADE – E sócio?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, não é sócio. Acredito que não, porque quando saí, dois anos atrás... depois que saí o Márcio entrou, então não sei se... mas acredito que não seja sócio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sérgio Henrique Balbino?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O Sérgio - esse é da minha época - foi contratado para desenvolver a companhia de gás.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como chama?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Maxi Chama Gás, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É aquele menino que foi depor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Maxi Gás, é o que foi depor. Carlos Alberto Féquio?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Conheço. Trabalhou no começo da HP, um ano, dois anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era seu funcionário?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Chegou a trabalhar junto comigo. Chegou a trabalhar comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Moacir Pedro Pinto Alves?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Se for advogado... Não sei o nome dele completo, mas tínhamos um advogado na época chamado Dr. Moacir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode ser o advogado.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Pode ser.

O SR. OSCAR ANDRADE – Moacir Pedro Pinto Alves. Mário Jorge Ferreira dos Santos?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mário Jorge, não conheço.

O SR. MOREIRA MENDES – Adjmir, o senhor sabe que...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Pois não.

O SR. MOREIRA MENDES - ...o seu Ari Natalino tem muitas empresas...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Sei.

O SR. MOREIRA MENDES - ...e é o dono de todas eles. O senhor foi sócio dele, com ele. É verdade?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Que ele tem muitas empresas, só se montou de abril de 1999 para cá, porque antes de abril de 1999 eu não tinha conhecimento desse monte de empresas. Li na imprensa.

O SR. MOREIRA MENDES – Sei, mas tinha algumas?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Tinha. Tinha algumas empresas. Está certo?

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor pode dizer quais eram?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Tinha a Resipetro, tinha a Westco, que eram distribuidoras de combustível na área de combustíveis. Tinha uma concessionária de automóvel, ele tinha a Samavel...

O SR. MOREIRA MENDES – A Petroforte também?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - ...o que era do meu tempo. Tinha a Petroforte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa Samavel era distribuidora de veículos?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Samavel é distribuidora Volkswagen.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ainda está...?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ainda está funcionando em nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde que funciona?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Funciona, fica, fica... como é o nome daquele bar, meu Deus do céu!?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em São Paulo mesmo?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Casa Verde, por ali?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. É... na Mateus Beira, no final da Mateus Beira. Ali é... Como é o nome daquele bar?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Zona Leste.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Na Zona Leste.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depoisa gente vê.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Na Zona Leste.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor veja, Sr. Adjmir, que o senhor concordou que ele era dono de várias empresas ou pelo menos algumas o senhor citou aí, inclusive a Petroforte. O senhor sabe que ele não participa de nenhuma delas?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Olha, quando eu digo que ele era dono, é por que ele tinha...

O SR. MOREIRA MENDES – O comando.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - ...o comando. Ele tinha o comando. Agora, se estava em nome dele ou não, eu nunca tive acesso a esses documentos, a esses papéis.

O SR. MOREIRA MENDES – Então o senhor reconhece que ele tinha o comando delas.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Que ele tinha o comando, ele tinha o comando realmente.

O SR. MOREIRA MENDES – Conseqüentemente, todas essas pessoas que nós citamos aqui, algumas o senhor declarou conhecer, na verdade, eram “testa de ferro” dele. Ele apenas usava o nome das pessoas, inclusive o caseiro aí.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu não sei se o caseiro era sócio de alguma empresa. É o que eu falei, até abril de 1999, eu não tinha conhecimento que ele era sócio de nenhuma.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor já respondeu a algum inquérito policial, processo crime?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Já. Já respondi. Já respondi e...

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor pode dizer aonde, qual o motivo do inquérito e qual o resultado dele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – A maioria foi fruto da HP, lá em São Carlos, Fazenda Estadual. Dois eu fui absolvido, um eu fui condenado.

O SR. MOREIRA MENDES – É o que o senhor foi absolvido qual era inquérito policial, conseqüentemente qual era o crime da ação penal?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Fazenda Estadual. Problema de...

O SR. MOREIRA MENDES – Sonegação fiscal.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – ... fiscal. Só Fazenda Estadual.

O SR. MOREIRA MENDES – E esse que o senhor foi condenado?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Fazenda Estadual.

O SR. MOREIRA MENDES – Foi condenado por sonegação fiscal?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Isso.

O SR. MOREIRA MENDES – Qual foi a pena?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Foram três anos, o Juiz deu regime aberto e ven eu em abril de 2000.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor cumpriu os três anos?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Cumpri. Cumpri.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com relação...

O SR. MOREIRA MENDES – O Ari Natalino... Só um instante, Deputado, só para não perder o raciocínio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois não, Senador. Desculpe. Pode continuar, Senador.

O SR. MOREIRA MENDES - Ari Natalino foi co-réu junto com o senhor nessas ações penais?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Nessas quatro processos.

O SR. MOREIRA MENDES – E ele foi condenado também?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ele foi condenado.

O SR. MOREIRA MENDES – Cumpru a pena?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Cumpru.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual foi a pena?

O SR. MOREIRA MENDES – Três anos, com regime aberto, foi isto?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Três anos, com regime aberto.

O SR. MOREIRA MENDES – A pena dele foi a mesma coisa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Foi a mesma coisa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o valor que envolvia essa sonegação, por favor?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor não foi condenado?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Fui condenado, mas eu não acompanhava o processo. Nessa época, eu ainda estava lá e quem acompanhava era o jurídico. Eu não tinha conhecimento do valor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor não tinha preocupação de acompanhar uma questão criminal do senhor, para saber de que lhe estavam acusando, senhor?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. A ação, o processo criminal sim, mas o montante, o que estava sendo discutido pela Fazenda eu não tinha o valor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi sonegação fiscal da HP?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Da HP.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde foi sócio do Ari.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não sabe valor? O senhor teve uma condenação.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor teve alguma condenação civil no sentido de ressarcir ou da cobrança do imposto? O senhor pagou o imposto objeto da sonegação?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - Não. Eu tive a minha conta bancária, isso em 1998, eu tive a minha conta bloqueada e a Fazenda, eu acho que arrestou o valor que eu tinha, que era...

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor tem conta bancária hoje?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Não tenho conta bancária.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que o senhor tra ba lha com sua...? Qual é a sua fonte de recurso hoje?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – A minha fonte de recurso é a prestação de serviço que eu faço para...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando recebe o dinheiro, onde é que o senhor deposita?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu não deposito. Eu entrego para a minha esposa e ela faz os pagamentos que ela precisa.

O SR. MOREIRA MENDES – Mas o senhor recebe tudo em dinheiro, não recebe em cheque?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu dou a minha esposa e deposita na conta dela.

O SR. MOREIRA MENDES – Então o dinheiro da sua atividade profissional é depositado no nome da sua esposa, numa conta dela.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Exatamente. Exatamente.

O SR. MOREIRA MENDES – Como é o nome da sua esposa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É Maria de Salete de Santana Simões Ferreira.

O SR. MOREIRA MENDES – Em que banco ela opera? Qual é o banco?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Opera com o Banco Real.

O SR. MOREIRA MENDES – Banco Real, agência...?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Agência Faria Lima, São Paulo

O SR. MOREIRA MENDES – O CPF dela é o mesmo seu?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, mas não sei de cor o CPF.

O SR. MOREIRA MENDES – Não sabe o CPF dela.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mas eu posso providenciar e lhe mandar.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor teve alguma vez envolvimento com receptação de combustível, de carga roubada? Já respondeu algum inquérito, o senhor já foi indiciado em algum inquérito?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Por carga roubada nunca na minha vida.

O SR. MOREIRA MENDES – E receptação?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Nunca, nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a empresa que o senhor era dono, a HP teve?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Por receptação, a HP?

O SR. OSCAR ANDRADE – Receptação, desvio, roubo, qualquer situação de carga, adulteração de combustível?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, que eu tenha conhecimento não, Deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – A HP?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Adulteração de combustível?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Também não. A HP, nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não teve nunca nenhum processo contra ela?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Nunca. Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor sabe informar alguma coisa ou sabe alguma sobre a utilização de caminhões roubados por empresas do Sr. Natalino?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei.

O SR. MOREIRA MENDES – Inclusive dois caminhões que foram presos todos pintados com os logotipos da Petroforte e eram caminhões roubados.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, eu vi isso nos jornais, mas que eu tenha conhecimento, eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor pode ficar tranqüilo, se quiser depor alguma coisa em sigilo, a CPI suspende a audiência pública, o senhor fique à vontade, terá todas as garantias...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, eu estou à vontade, Se na dor, a pergunta que me fizem estou pronto pra responder. Não tenha dúvida, por isso que eu vim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se tiver temer ou qualquer coisa, nós lhe garantiremos a tranqüilidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Adjmir, eu tenho aqui alguns inquéritos, algumas... eu queria que o senhor me dissesse cada um o que é. Um aqui, sonegação fiscal, vítima: Secretaria da Fazenda. O senhor já disse, deve ter sido esse, não é? A sua condenação, o inquérito é de que data? 1990?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, foi de 97 a abril de 2000.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o que gerou a sua...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Foi de 91, 92.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um outro contra o grupo Rodobens Administração Promoção Ltda. Que é esse inquérito? Paulínia.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Esse inquérito, se não me foge a memória, Deputado, esses caminhões foram comprados em consórcio, venderam os pagamentos, a Rodobens estava com ordem de busca e apreensão e quando chegou na empresa pra pegar os bens, os bens não estavam lá. Então a Rodobens entrou com uma ação, tá certo? Que os bens que estavam sob guarda da empresa não estavam.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com quem estavam os bens?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Estavam guardados.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos caminhões eram?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Se eu não me engano, eram seis caminhões.

O SR. OSCAR ANDRADE – E estavam guardados aonde?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Numa garagem. E aí o que é que foi feito? O Seu Ari correu na Rodobens, fez um acerto, uma composição, conseguiu uma prorrogação de prazo nos pagamentos e teve o direito de voltar a movimentar os caminhões. Foi isso que aconteceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – E então por que gerou o inquérito?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Gerou o inquérito porque até ele fazer o acerto com a Rodobens... quando a Rodobens não achou os caminhões, imediatamente ela entrou com uma ação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Outro aqui, de 95. Vítima: Justiça Pública. Sonegação também, não é?

Apropriação indébita. Flagrante: Indústria e Comércio Produtos Químicos Ltda. Um outro inquérito contra o senhor.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Isso daí pra mim foi uma surpresa muito grande. Eu vim tomar conhecimento disso há uma questão de vinte dias atrás. Isso é de 1995. Eu nunca fui intimado, nunca fui procurado, eu nunca recebi nenhuma intimação e já fui na delegacia, já estive no fórum, já dei ciência, tá certo? Eu nunca recebi nenhuma comunicação, absolutamente nada, nem da delegacia nem do fórum. Por acaso eu estava no fórum e, conversando com as pessoas, falaram: olha, Simões, tem um processo aqui contra você.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é isso, OBC Indústria e Comércio?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – OMB.

O SR. OSCAR ANDRADE – OMB?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Óleos Minerais Básicos. É uma empresa que tinha em São Caetano e que na época esse cidadão comprou um carro financiado pela empresa dele e deu esse carro para mim trabalhar, porque eu estava prestando um serviço para ele. Depois que terminei de prestar um serviço para ele, eu devolvi o carro para ele e nunca mais ouvi falar. Vim ou vir a falar disso agora, há questão de 20 dias atrás.

O SR. OSCAR ANDRADE – A informação que temos é que houve até flagrante. O que é? O carro sumiu? Foi roubado?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ele mandou um funcionário porque na época eu tinha um pequeno posto de gasolina, e ele mandou um funcionário ir buscar o veículo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tinha um posto de gasolina?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu tinha um postinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu perguntei ao senhor do que o senhor era dono e o senhor não falou do posto.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mas eu não era sócio do posto. Eu administrava o posto de gasolina.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor disse: eu tinha.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Sim, mas eu tinha, eu administrava o posto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu tinha é por que é meu.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mas eu não figurava no contrato social.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor era dono e não figurava no contrato social?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não figurava, era um postinho pequeno e ele ligou para mim e eu falei, pode vim mandar buscar o carro porque o carro está aqui. Isso em 1995.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor entregou o carro e depois foi arrolado em flagrante. Como, o carro sumiu?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mas como pode ter flagrante se eu nunca conversei com ninguém ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Está flagrante aqui no papel. Está escrito assim, inquérito policial com flagrante. Por isso que estou perguntando.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O meu advogado inclusive tem conhecimento desse caso aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só agora o senhor veio conhecer esse caso?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Só agora, questão de 15, 20 dias atrás.

O SR. OSCAR ANDRADE – O outro contra a Fazenda do Estado de 1993? Na verdade a nossa informação é que há sete inquéritos contra o senhor, e o senhor falou quatro. Um que o senhor já disse que ficou sabendo agora há 15 dias e tem outros dois.

Mais dois contra a Fazenda do Estado e um outro também

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Esses quatro que falei são de Paulínea.

O SR. OSCAR ANDRADE – E um outro aqui também inquérito policial, vítima, Cobre Tudo para Construção Ltda. e OTS, art. 288, 0029, 069 e 171, 171 é estelionato.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Já foi julgado e foi absolvido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – 171?

O SR. OSCAR ANDRADE – São quatro, 288, formação de quadrilha. O que é isso?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Isso na época eu estava administrando a construção da base e a HP comprou uma série de produtos de um posto de gasolina e esse posto não pagou, pelo menos a infor ma ção que me che gou, para os for ne ce do res, e os fornecedores caíram em cima da HP. E foram em cima da HP e, naquele momento, eu não tinha nada a ver com coisa nenhuma, nem tinha conhecimento com isso daí, porque eu não saía da base de Paulínea, mas nesse processo já fomos absolvidos. Já foi absolvido isso daí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fale um pouco desse posto que o senhor tinha e não era no seu nome.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O que o senhor precisa saber?

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu preciso saber por que o senhor tinha um posto e ele não era no seu nome. O que o senhor tinha a esconder?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se eu tenho uma empresa, ela está no meu nome.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu não tinha nada a es con der, eu sim ples men te não me in te res sa va pas sar para o meu nome por que não ti nha in te res se em ficar com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi dono dele por pouco tempo?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Por pouco tempo. Acredito que uns três, quatro meses, não mais que isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor comprou por quanto?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Na época eu paguei R\$40 mil por ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E vendeu por quanto?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Por praticamente o mesmo dinheiro R\$40 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Temos denúncia de irregularidades que estariam acontecendo na época e até mais recente também com a Petroforte, com mistura indevida de aditivos altamente prejudiciais aos veículos. O que o senhor tem a dizer a respeito disso?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não tenho conhecimento de absolutamente nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor nunca ouviu falar em nada da Petroforte que fizesse...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Que adulterava produto?

O SR. OSCAR ANDRADE – Exato.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Nunca. Nunca ouvi falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece a Polícia Civil de Espírito Santo do Turvo?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Espírito Santo do Turvo, São Paulo, região de Bauru?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Prendeu dois caminhões roubados que estavam pintados com a cor da Petroforte?

O SR. ADJAMIR SIMÕES – Não conheço, nem conheço Espírito Santo do Turvo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O se nhor não ti nha conhecimento de nada disso?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Nada, nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Santo André, a Polícia Civil abriu um inquérito policial para apurar a compra do posto de combustível Hoby. O senhor ouviu falar desse posto?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ouvi falar pelo jornal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Hoby?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Pelo jornal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha a bandeira da Petroforte, e o negócio foi feito em nome de Humberto Duarte Lopes...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Pelo jornal.

O SR. OSCAR ANDRADE – ...falecido em 1944.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Li tudo isso pelo jornal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só pelo jornal que o senhor ficou sabendo desse fato?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Só, porque eu já estava fora...

O SR. OSCAR ANDRADE – Era tudo rolo em volta do Ari Natalino.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu estava fora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse homem foi seu sócio, por um ano e meio. Depois, o senhor ajudou-o a montar outras duas empresas e coordenou a montagem da maior empresa dele – hoje, a terceira do País –, um negócio monstruoso. Esse mesmo homem tem mais de duzentas empresas em nome de laranja, e o senhor só ouviu falar disso depois, pelos jornais? Um homem que se aproximou do senhor, propôs abrir uma empresa de sociedade, pegou o nome limpo do senhor para entrar nessa sociedade, e o senhor não teve nem o cuidado de pesquisar a vida dele? Um homem absolutamente podre, cheio de tudo quanto é tipo de...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Vejam bem, foi realmente uma infantilidade de minha parte. Acreditei na sua pessoa e não tinha conhecimento nenhum da sua vida passada. Não me preocupei em pesquisar ou levantar a sua vida passada, e fiz o meu trabalho, como profissional.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Em que época o senhor foi sócio dele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Em 1991.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Adjalmir, até por obrigação, precisamos esclarecer alguns fatos ao senhor. As CPIs existentes têm procurado desenvolver o seu trabalho, e nós também estamos fazendo o mesmo, a exemplo de tantos outros. Precisamos acabar ou ajudar, pelo menos, a diminuir consideravelmente esse absurdo que acontece no Brasil hoje, envolvendo R\$600 milhões por ano em roubo de carga e junto a isso, há mais uma série de outros delitos e de outros crimes. Há também muitas informações, e estamos procurando chegar a um entendimento.

O senhor esteve envolvido, e de maneira escusa, tendo sido até processado. Houve um inquérito, e o senhor foi condenado, junto com o Ari Natalino. Na verdade, ele é o nosso ponto principal, quando nos referimos a esse assunto. Por isso, estamos dando essas explicações ao senhor.

A Lei nº 1.579, que rege as CPIs, estabelece no seu art.4º:

“Art. 4º - Constitui crime:

II – fazer afirmações falsas, negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. Pena do art. 342 do Código Penal, que pode chegar a cinco anos.”

Ao abrir a sessão, o Presidente Romeu Tuma e todos nós propusemos ao senhor, se assim o quisesse, fechar a sessão para conversarmos, a fim de que o senhor pudesse orientar e ajudar a CPI nas informações necessárias, atingindo, assim, o nosso objetivo. Do contrário, entenderemos que o senhor realmente não quer ajudar em nada,...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mas, Deputado...

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixe-me concluir. O senhor poderá ser claramente indiciado, porque chegaremos, de uma maneira ou de outra, às ações que ocorreram junto ao Ari Natalino. A sua participação para nós é clara.

Portanto, quero, mais uma vez, oferecer-lhe a possibilidade de fecharmos a sessão. Se o senhor quiser, poderemos marcar outro dia para a sua vinda a esta Comissão e para ajudar-nos nas investigações.

Preciso realmente dizer-lhe que percebo algo aqui: o senhor é um homem sério e está tentando ajudar-nos. No entanto, não é possível que não conheça um homem com tantos problemas à sua volta. O senhor conviveu com ele durante três anos, foi seu sócio, mas fala que não sabe dos absurdos existentes.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Deputado, a maioria dos problemas citados por V. Exª ocorreu de dois anos para cá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Absolutamente.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – A grande maioria desses problemas ocorreu de dois anos para cá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Absolutamente.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Em 1994, o Humberto Duarte Lopes, pessoa morta, já recebia dinheiro em conta bancária.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Nunca ouvi falar...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Em 1994.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Então, cite três. Um homem tinha uma atividade ilícita, diversas empresas, foi processado, tendo havido laranjas e conta-fantasma e o senhor não sabia nada disso?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sabia. Não posso falar o que foge ao meu conhecimento.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor não conhece um malfeito praticado pelo Sr. Ari Natalino? Então, quando ele morrer...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Se eu falar que não conhecia o malfeito, o simples fato dos problemas fiscais é um malfeito grave.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quanto à questão do combustível, que ele adulterava?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mas eu não interferia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Porém, o senhor sabia que ele fazia isso?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Veja bem. Eu nunca vi nem ouvi falar. Como vou afirmar? Quando o Dr. Paulo me ligou, disse-lhe: "Dr. Paulo, estou intimado e vou, quero colaborar com a CPI". E fui para Campinas. Quando ele convocou para hoje, vim.

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua vin da aqui foi muito boa. O senhor preste atenção. Citei quase 30 nomes para o senhor.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso demonstra que o senhor realmente conviveu no meio todo, tanto que o senhor já conheceu. A grande maioria foi chamada e não compareceu. O fato de o senhor estar aqui é muito bom para o senhor. Não tenha dúvida.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Quantas vezes eu fui convocado, eu virei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas precisamos que o senhor colabore realmente. E há momentos que não dá para entender que o senhor está querendo colaborar.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O que não posso, Sr. Deputado... Se tivesse alguma coisa para esconder, não teria vindo.

O SR. OSCAR ANDRADE – É melhor vir do que ser buscado.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Criaria um problema para mim que não quero.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O que o Sr. Relator, Sr. Simões, está questionando – e com o que ficamos surpresos – é que o senhor é um homem experiente, de negócios, tendo convivido com o Sr. Ari Natalino mais de um ano, foi sócio dele e não o conhece. Trata-se de uma pessoa que cometeu tantas falcaturas, envolveu-se em tantos delitos e o senhor

não tem conhecimento de três deles. Queremos que o senhor cite três para nos ajudar.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Veja bem. O que eu sabia e que chegava aos meus ouvidos...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quanto à rapidez do enriquecimento dele.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O que chegava ao meu conhecimento – porque isso corre, claro, dentro da empresa – era a sonegação de imposto, a parte de débitos fiscais, a parte fiscal da empresa. Isso chegava ao meu conhecimento, como o Brasil inteiro sabe. O que chegava ao meu conhecimento? Questões trabalhistas. Está certo? Isso chegava, porque os funcionários reclamavam: "Puxa vida, aconteceu isso, fui lá e não teve acordo, não acertou e não ajeitou."

Agora, se o senhor me perguntar sobre roubo de cargas e não sei o que do Turvo, o caminhão, não sei realmente. Não tomei conhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, permita-me que lhe faça uma pergunta. O senhor disse que não conhece nada, não sabe nada. A CPI tem informações de que o senhor sabe tudo. Queríamos fazer um jogo aberto com o senhor.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mas eu quero...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixe-me dizer-lhe. Temos conhecimento de que o senhor está sabendo de tudo. Agora, é importante que o senhor saiba que estamos sabendo disso. Um sabe do outro, não há razão para esconder.

Vou-lhe mostrar que sabemos e fazer uma pergunta para ver o quanto o senhor está disposto a contar do que sabe, pois tenho a resposta da questão que lhe farei. O senhor sabe a resposta, porque foi protagonista de toda a ação. Conseqüentemente, vou testar-lhe. Tenho todos os documentos aqui.

O senhor sabe que o Sr. Ari Natalino falsificou uma certidão negativa de impostos para a Agência Nacional do Petróleo?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Tomei conhecimento desse fato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como o senhor soube?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Tomei conhecimento através do jornal.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por meio do jornal?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Através do jornal, porque não estava mais na companhia nessa época.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não estavamais?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não estavamais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde o senhor estava?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Já a tinha deixado. Deixei a companhia em abril e isso deve ter acontecido em julho, agosto. Foi quando li nos jornais que havia essa falsificação de documentos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Disse que lhe faria um teste. Não blefei quando disse isso. Só queria mostrar que o senhor veio para a CPI a fim de mentir.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mas estou falando a verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não é verdade. Vou mostrar-lhe isso e não usarei as minhas palavras, mas as do Sr. Ari Natalino, que deu um depoimento na Polícia. Esse depoimento foi dado no dia 22 de maio de 2000, em São Paulo, na Superintendência da Polícia Federal. O senhor sabe disso? (Pausa.)

Não sabe? Então estou lhe contando.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu sei que ele foi dar esse depoimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então vou pegar o que ele disse a determinada altura. Há várias coisas que vou lhe perguntar, que posso lhe perguntar.

Sobre a certidão. Ele vai falando sobre a certidão, que corrobora o alegado apresentando cópia reprográfica da certidão positiva de tributos e contribuições federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal, acompanhada de declaração filmada pelo Delegado da Receita Federal de São Paulo, cuja obtenção serviu para que conseguisse desinterditar a base de distribuição primária de Paulínia, São Paulo e Cubatão.

E aí ele diz “que, perguntado ao declarante quem apresentou à ANP”... O senhor sabe o que é a ANP, não é?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Sei, Agência Nacional de Petróleo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agência Nacional de Petróleo.

“...a certidão de fls. 50 e 52...”, que está aqui, que é a certidão falsa de que o senhor ouviu falar...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tenho a certeza. O senhor não ouviu, o senhor viu a certidão.

“...disse que foi Adjamir Simões Ferreira...”

O senhor conhece essa pessoa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Sou eu. E não fui eu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – “...que abandonou a empresa na véspera do último dia do cumprimento do que dispunha a Portaria nº 29, da ANP; que perguntado ao declarante quando teve contato com Adjamir Simões Ferreira, depois de ter abandonado a empresa, respondeu que foi aproximadamente em um mês, em três oportunidades, a primeira...”

Onde o senhor se encontrou com ele depois?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Depois desse fato aí de maio?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Devo ter encontrado com ele uma ou duas vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Uma vez encontrei com ele no Maksoud Plaza, e não tinha nenhuma relação com esse assunto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, eu não estou perguntando.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tinha conhecimento desse depoimento?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Desse depoimento eu tinha, por que tive que depor também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse é do Ari?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É, do Ari Natalino.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor me diz a respeito disso?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não tenho nada... A respeito do depoimento do Ari?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É. É mentira dele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É mentira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele é mentiroso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que ele está...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ele jogou contra mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei por quê.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E vai sobrar para o senhor. Eu sei por quê.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Sabe o que eu fiz quando saí da empresa? Fiz uma carta, pessoalmente protocolei essa carta, na Agência Nacional do Petróleo, para o Dr. David Zylbersztajn, para o Dr. Júlio Colomby Netto, para o Dr. Adriano Pires Ribeiro, para o Dr. Acioli.

Na época, eu estava me desligando da empresa, exatamente porque eu não tinha interesse em continuar dentro da Petroforte mais. Naquela época fiz essa carta e hoje ela se encontra protocolada dentro da ANP.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então vou continuar, nessa linha aqui. É o que o Ari Natalino disse: “Que o senhor foi quem levou à Agência Nacional de Petróleo e entregou a certidão falsa.”

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Deputado, eu não levei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é ele quem está dizendo.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É a palavra dele contra a minha. Certeza absoluta...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vocês dois eram sócios.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Como sócios? Na Petroforte?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Havia um posto de gasolina que o senhor administrava. De quem era o posto de gasolina?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não tinha nada a ver com isso. Esse posto é de 1995.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tinha nada a ver com ele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele não era sócio do posto também?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Nada, nada, nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual era a sua participação na sociedade com o Ari Natalino?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Onde?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual era a sua participação nos negócios dele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – A participação era, em 1991, na HP. Só. Mais nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sócio dele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Só.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sócio dele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, só que ro dizer o seguinte, o senhor foi sócio dele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Fui sócio dele em 1991.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em 1991. Então o senhor o conhece bem, porque para ser sócio, para alguém ser meu sócio... Tenho aqui colegas Deputados, um monte de colegas Deputados. So mos colegas e nenhum é meu sócio. E não vou chegar, mesmo sendo colega Deputado, não vou convidar para sócio enquanto não o conheço nos seus negócios, na sua atividade.

O senhor conhecia a intimidade dos negócios dele para ser sócio? Um sócio partilha de segredos da sociedade. Aí ele disse que encontrou o senhor no Maksoud Plaza Hotel, em São Paulo. É verdade.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Fomos tratar lá de um assunto que não tinha nada a respeito disso aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem estava presente lá?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Estavam ele, a Sandra...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sandra Regina Davanzo. Quem mais?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Se não me engano, o Toninho Português.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Antônio Pedro Rocha?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Se não me engano, o Toninho Português.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem mais?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Acho que essas três pessoas só.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Moacir?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O Dr. Moacir...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Também estava junto?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Perfeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor vê como eu tenho aqui as informações...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Por que nós fomos tratar... ele tinha interesse no espaço, na Ilha de Barnabé, lá em Santos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos chegar lá. E os advogados, estavam juntos, também?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não entendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tinha advogado junto?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Comigo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nesse encontro?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se encontraram, depois, no escritório de advogado?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Nos encontramos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o advogado?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Dr. Fachada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dr. Celso Fachada?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é mais? O outro advogado?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu não lembro o nome do outro advogado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá. Dr. Wellington Campos. É isso?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É, exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí, ele, Ari Natalino, foi procurado pelo senhor para tratar assunto do quê? Qual era o assunto que vocês foram tratar nos advogados?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Tudo relacionado com o espaço que ele queria na Ilha de Barnabé para montar uma base para importar combustível. Só e mais nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na Ilha de Barnabé?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí? Fizeram negócio?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, não. Não houve negócio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas por que o senhor tinha uma área lá?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, eu não tinha uma área...

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Pompeo, deixa eu só fazer um adendo aqui para não perder. É lógico que se volta aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa certidão negativa falsa, ela... foi a partir dela que o senhor foi arrolado nesse inquérito policial aqui?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor responde processo em função dela?

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse último que eu disse...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O senhor fala na Federal? Foi através do depoimento dele que o delegado federal quis me ouvir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Te arrolou como...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Tá. E eu fui depor na Polícia Federal sobre isso daí, o meu depoimento...

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor foi condenado nisso aqui?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, não, eu dei meu depoimento... nome do depoimento eu fui claro: que eu não tinha nenhuma participação, que eu não conhecia, que eu não vi, que eu não fiz, a minha parte era só política só, o que eu falei no início, era só gestão junto à Petrobras, junto com Antônio Carlos, com Vilela, com o Denis, que era o pessoal da área de crédito e da área financeira, e com o pessoal da ANP, que era o Adriano, o Dr. Júlio, o Mauro, que era o pessoal com quem eu tratava de assunto de sistema.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. O senhor conheceu o Fred Jorge Machado?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, nunca vi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca ouvi falar?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Ouvi falar pelo jornal. Pelo jornal, sim, eu ouvi. E ouvi também no inquérito da polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE – E esse Fred quem que era?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei, Deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é o despachante?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que coisa foi a...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei. Nunca ouvi falar...

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor ouviu falar dele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Pelo jornal.

O SR. OSCAR ANDRADE – O quê?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ouvi falar pelo jornal que ele era... era... que o... o que eu li no jornal... que o... o Heleno tinha contratado ele para ele fazer essas certidões aí que...

O SR. OSCAR ANDRADE – Heleno?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Que o Heleno havia contratado o Fred para o Fred fazer essa... isso eu li nos jornais.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Heleno Duarte Lopes?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que era dono de um posto na Estação da Luz, que o senhor disse? Esse?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, não. Ele não era dono. Ele foi na inauguração.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desculpe, ele foi na inauguração.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ele foi na inauguração. Não era dono.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. E o senhor sabe que o Fred foi morto?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu li no processo que ele foi assassinado.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem matou ele também foi morto? Segundo a mulher?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, não estou sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi morte em cadeia.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não estou sabendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Morreu de morte matada ou de morte morrida? Morte matada, né? Mataram ele, né? O Fred?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O Fred eu vi, li no jornal...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi assassinado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele foi morto antes de falsificar a certidão ou depois?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não tenho conhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Provavelmente ele foi morto antes de fazer a certidão, porque ele nunca fez certidão, botaram a certidão na mão do morto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual jornal que foi?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O jornal, eu li no **Diário Popular**.

O SR. OSCAR ANDRADE – No **Diário Popular** de Campinas?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, de São Paulo.

O SR. CARLOS DUNGA – O senhor nunca foi num escritório desses, do que foi morto, não, né?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não entendi, Deputado.

O SR. CARLOS DUNGA – O senhor nunca foi no escritório não, do Fred?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Nunca.

O SR. CARLOS DUNGA – Nem sabe onde é?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Nem sei onde é.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Bom, deixa eu dar uma retomada aqui. Eu quero, Seu Simões, que o senhor me esclareça essa questão que o senhor foi tratar com ele lá no hotel. Porque, veja bem: o senhor saiu da empresa dele, e saiu meio estremecido, não saiu estremecido com ele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, não saí estremecido. Ele não gostou da minha saída. Na época quando eu falei: “Olha, eu não quero trabalhar mais, eu vou continuar trabalhando sozinho”. Ele falou “não, fica, fica” e queria que eu ficasse.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Olha o que ele saiu dizendo para o senhor. Saiu dizendo que o senhor teria dito que a Petroforte não iria mais funcionar, de tal modo que acredita que foi o senhor que entregou depois na Agência Nacional de Petróleo as certidões idôneas, ou seja, a pedido dele o senhor lhe vou lá a certidão falsa e saiu da empresa.

Que o senhorentregou a certidão falsa ele é taxativo, como que dizendo que o senhor entregou lá como se fosse a mão dele, o que não é nem um crime para o senhor. Não seria em tese nenhum crime entregar uma certidão falsa, desde que não tenha sido o senhor que a falsificou e não estivesse sabendo que se tratava de um documento falso.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Seria uma loucura de minha parte pegar um documento falso, sabendo que o meu ganho não é a Agência Nacional de Petróleo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor entregou a pedido dele. Ele está dizendo.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mas eu não entreguei, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele está dizendo.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não é verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele está dizendo que o senhor entregou.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não entreguei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí vem toda a história, mas quero chegar a um outro aspecto. O senhor foi lá, entregou a certidão falsa na Agência Nacional de Petróleo. Quem é que fez a certidão falsa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem fez, encaminhou para fazer foi o Heleno Duarte Lopes. Quem é Heleno Duarte Lopes?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Heleno foi essa pessoa que viu duas vezes de quem lhe fez a lei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É advogado?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É advogado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele continua sendo advogado do Ari Natalino da Silva?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas continua.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei por que estou há dois anos fora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estou lhe esclarecendo. Ele falsificou o documento, só que diz que quem falsificou foi o Fred George Machado.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – No depoimento da Polícia Federal eu tive acesso ao depoimento dele em que ele assina uma declaração assumindo a responsabilidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem assina?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O próprio Heleno. Ele assina no processo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas, veja o curioso. O Heleno diz que foi o Fred George Machado que fez, que é o despachante, que morreu e que suspeitamos que tenha morrido antes de fazer a certidão.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na verdade, ele deram a indicação de um morto qualquer que fez e morreu. Morto não fala e fica por isso mesmo, mas o curioso é que tudo isso demandou uma determinação da Agência Nacional de Petróleo, pelo menos provisoriamente, de não fornecer mais petróleo para o Ari Natalino.

Em que pese ele ter sido prejudicado, em tese, pelo Heleno Duarte Lopes, o Heleno continua sendo o advogado dele, ou seja, tudo uma quadrilha para não dizer uma matilha.

E, no caso, o irmão do Heleno...

O SR. OSCAR ANDRADE – E o irmão do Heleno, falecido em 1944, era sócio de seis empresas do Ari.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Humberto Duarte Lopes, irmão do Heleno, é sócio em várias empresas, tem conta corrente e tudo seria normal se o irmão do Heleno que tem mais ou menos sessenta anos, nas procurações em que passa, não tivesse morrido com dois anos de idade. Morreu com dois anos de idade e com sessenta anos está comprando...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Acompanhei tudo pelos jornais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor também acompanhou porque é um leitor especialista em jornal, mas quero saber, esclarecida toda essa trama em que ele diz que o senhor trabalhou na empresa, entregou a certidão falsa, que suspeita de o senhor ter entregue a certidão verdadeira talvez por vingança, que o Heleno foi quem fez a certidão e que diz que foi o Fred George Machado que já morreu. Enfim, eles terminam com a prova.

Quero saber diante desse quadro o que o senhor foi fazer lá no hotel Mak Soud Plaza com seus advogados.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não fui com advogado. Fui sozinho. Não teve outro assunto a não ser Ilha de Barnabé.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que é Ilha de Barnabé?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ilha de Barnabé é a Codesp.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que é a Codesp.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – A Codesp é Companhia Docas do Estado de São Paulo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Localiza-se onde?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Em Santos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Comecei a gostar. E aí? O que tem essa ilha?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ele queria administrar um espaço lá porque chama-se Prohap. A empresa se habilita, é feito um leilão e, se ele for contemplado, tem direito àquele espaço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor era o dono do lugar?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então porque o senhor foi lá?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Fui porquetenho a... Para fazer projeto, para fazer...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor tem?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Como assim?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem para fazer projeto o quê? O que o senhor tem?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu tenho conhecimento do projeto de base.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem conhecimento? Tem uma empresa que faz projeto.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Qual era o interesse do Ari Natalino no porto de Santos? **Containers** ou o quê?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, eram depósitos para líquidos e para a importação de produtos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então o senhor fez o negócio com ele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, não foi feito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor foi fazer lá então, Seu Simão?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ele queria participar do Proaps, certo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Fechou o Proaps dentro da Codesp e ninguém...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como fechou? Mas lá no hotel, na hora, fechou? Porque eu não estou conseguindo entender. O senhor trabalhava com ele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Trabalhava com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí o senhor saiu, meio estremecido...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mas nessa eu não trabalhava mais com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sai estremecido com ele. Aí se reúne no Maksoud Plaza?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Não saí estremecido. Não queiro falar que saí de lá...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, ele disse isso. Mas ele disse isso.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ele pode até ter falado...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas para mim, para mim,...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Por que eu saí, ele não gostou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tudo bem. Aí ele lhe procurou. Mas o senhor não é dono da ilha de Barnabé, o senhor não tem procuração do dono, o senhor, lá na Codesp, não tem participação, o senhor não é chefe, o senhor não manda. Qual era a trama? Ele queria que o senhor fosse o quê? Laranja dele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Laranja não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Queria o que do senhor?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Que eu montasse o processo que é necessário para se habilitar ao Proaps. Existe um processo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor montou quantos processos já para o Proaps?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Para o Proaps?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Nenhum. Nenhum. O primeiro se ria esse daí. Ele ia pegar...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é engraçado...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Você chega, você pega o roteiro do... Eu, que sou economista e trabalho...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. POMPEO DE MATTOS – Claro. Eu só quero desmascarar o senhor. Minha tarefa aqui não é o senhor falar a verdade, tirar a verdade do senhor, que eu não vou tirar a verdade do senhor. A verdade é sua. O senhor vai dizer. Mas é preciso desmascarar para o senhor não vir nos enganar. Não.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mas eu não estou enganando, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor está enganando. O senhor foi lá porque montaram um negócio para o senhor servir de laranja para comprar o espaço para ele.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mas jamais eu serviria de laranja para o Ari. Jamais. A não ser a sociedade de 91, jamais participei em nenhuma empresa com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aliás, ele comprou depois o negócio lá em Santos?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que ele fez lá em Santos?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Como é que é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele tem negócios lá em Santos?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Não. Com a Codesp não tem nada, absolutamente nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nenhum negócio? O senhor tem certeza disso?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Falo até abril de 1999.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Mas depois disso. Depois desse dia, ele não cobrou o espaço lá? Ele não se habilitou no porto de Santos?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei. Não sei, Deputado. Se ele se habilitou, eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não ramificou os negócios dele para lá?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Se ele se habilitou, desconheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor simplesmente saiu fora?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Deputado Pompeo, só para ilustrar. Acho que o caso dele é idêntico ao daquele cidadão, Sérgio Henrique Balbino, que era sócio da Maxi Chama, que sentiu, no meio do caminho, que estava sendo laranja, e aí se atritou e saiu. Talvez. E confessei isso em Campinas, agora recentemente. O senhor conheceu o Sérgio?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O Sérgio? Conheci. Um excelente rapaz.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele estava sendo usado como laranja...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabia que ele era laranja? Que o Sérgio era laranja?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu sabia que ele tinha uma participação na Maxi Chama. Estava prometida uma participação...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor é amigo dele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Conheço o Sérgio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E se dá com ele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – E me dou bem com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor ficou sabendo depois que ele era laranja?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Que iria ter uma participação. Não sei se cinco...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E que não teve nada.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – E não teve nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E a empresa estava no nome dele.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei se a empresa estava toda... Acredito que não estava toda no nome dele não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Acho que nem chegou a ir para o nome dele. Eu acho...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele estava tocando a empresa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ele estava administrando tudo. Tudo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E não sobrou nada para ele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Reforma, o início de operação, foi tudo ele que administrou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é a indenização que o senhor recebeu do Ari Natalino quando saiu da empresa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Estou com uma ação trabalhista na Justiça do Trabalho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É? Por quantos anos?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Entrei com essa ação acredito que uns três, quatro meses depois que...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Qual o valor dela, Sr. Simões?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O valor dela deve dar mais ou menos uns R\$800 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece a Avan Distribuidora de Combustíveis?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Avan?

O SR. – É.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Avan, Avan. Conheço. De nome, conheço. Conheço sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conhece. Onde está localizada?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei onde fica localizada. Conheço um dos donos da Avan...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é ele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – ...que é o Seu Dirceu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É o coronel?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É o major.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O major?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor o conhece de onde?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu conheço de...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele é major do Exército ou da PM?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu não sei. Sei que era conhecido como major.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor o conhece de onde?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Do mercado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde ele mora?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei onde ele mora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Mas onde é que o senhor conheceu ele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Onde conheci o major?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É. É.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Conheci o major no meu escritório de assessoria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Mas ele mora em São Paulo, Campinas, Santos?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei onde ele mora. Nunca tive a curiosidade de perguntar onde mora...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Mas ele foi lá no seu escritório. E no seu escritório: "Ah, eu sou de tal cidade". Não é nenhum crime o senhor saber a cidade dele. Não sei por que o senhor fica escondendo.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Mas eu não estou escondendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele foi no seu escritório. O senhor o conhece e não sabe onde mora: no Rio de Janeiro, São Paulo ou Rio Grande do Sul.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu sei que ele mora em São Paulo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Já é um começo. São Paulo Estado ou capital?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu acho que é numa cidadezinha do interior.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é a cidade? Não sabe?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Se eu não me engano é Santana do Parnaíba.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Já começa a esclarecer. E a Van Distribuidora é em Santana do Parnaíba, também?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. A Van se transformou em Golfo, que fica em Paulínea.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em Golfo?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Golfo Distribuidora de Petróleo, que fica em Paulínea. Construiu uma base lá e fica lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E pertence a quem hoje?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – A ele, ao Sr. Dirceu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Viu como o senhor sabe. É só dar um... O senhor sabe.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Veja bem, se o senhor me perguntar o que eu sei, eu vou responder o que eu sei; não tenha dúvida.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, mas o senhor, primeiro, não sabia a cidade dele, depois já sabe a cidade dele, depois já sabe até a empresa que se transformou em outra empresa. Nós queremos é jogar limpo, Sr. Simões.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mas eu estou jogando limpo com o senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor está dificultando.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu estou jogando limpo e vou jogar limpo, por isso eu vim e por isso eu vi quantas for chamado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se o senhor fizesse que nem esse laranja dele da Max Chamas, o Sérgio, ele chegou e abriu o verbo. Ele contou o que estava acontecendo.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Veja bem, o senhor acha que eu vou falar que eu participei da falsificação do documento?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu não participei. O senhor acha que eu vou falar que eu fui

para a ANP entregar? Eu não fui entregar. Então, eu não vou falar uma coisa que eu não fiz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Até para ele ter condição de pensar um pouco melhor. Na minha lista de vários nomes, que eu passei para o senhor, eu estou vendo aqui agora ticados e ficou um para trás. Eu quero a sua... A Márcia Aparecida Gonçalves.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Márcia...

O SR. OSCAR ANDRADE – Márcia Aparecida Gonçalves.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Márcia Aparecida Gonçalves eu não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a Débora Aparecida Gonçalves?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – A Débora é a esposa atual do Sr. Ari.

O SR. OSCAR ANDRADE – E essa Márcia o senhor não conhece?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é irmã?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Pelo nome, tem uma semelhança.

O SR. OSCAR ANDRADE – Parece.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Agora, eu não conheço. Realmente eu não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca ouviu falar dela?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conheceu nem uma irmã dela?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Da Dona Débora?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fred o senhor não conheceu, também?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, nunca vi, não sei quem é.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Simões, pelo que o senhor já sabe hoje de toda a folha corrida do Ari Natalino, pelo que o senhor tem conhecimento, pela leitura que o senhor tem feito nos jornais. Qual é o jornal que o senhor lê?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu leio **O Estado de S. Paulo**.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – **O Estado de S. Paulo**. Todas essas informações vieram através do **O Estado de S. Paulo**?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Algumas foram através do **Diário Popular**.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Então, pelas informações que o senhor tem da CPI, da vida, do currículo dele, se o senhor hoje fosse juiz e tivesse que julgá-lo, o senhor dava a voz de prisão a ele ou o soltava?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Se tudo que foi relatado for realmente a verdade, eu dava voz de prisão; se tudo for verdade. Agora, não sou eu que vou julgar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor afirmou que não saiu da sociedade brigado com ele.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Eu simplesmente falei...

O SR. OSCAR ANDRADE – Apesar de ele ter dito no depoimento dele que saiu.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É. Ele ficou zangado porque eu saí, porque ele não queria que eu sáísse. Ele queria que eu continuasse, e eu não quis mais continuar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu não quis porque eu cansei. Era um volume de trabalho muito grande, e eu queria tentar continuar com a minha assessoria que eu sempre dei aos meus clientes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais clientes?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu tinha a Minas Oil, lá do Rio de Janeiro, eu prestei serviço para ela.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só a Minas Oil?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – A Bells.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer que o senhor quer deixar de ser empresário e voltar a ser autônomo?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ser autônomo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era melhor para o senhor?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Por que o volume de trabalho era muito grande e não me interessava mais continuar trabalhando.

O SR. OSCAR ANDRADE – O dinheiro era pouco?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O dinheiro era pouco, era difícil, era muito trabalho, e eu já não estou com idade para levantar todo dia às

5h30min ou 6 horas, para chegar às 7 horas no trabalho, e chegar em cada todo dia tarde da noite. Eu tenho uma filha pequena.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas isso tem dez anos.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Hein?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tinha idade. Foi em 1992 ou 1993 que o senhor se desligou?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, em 1993, não. Eu me desliguei em abril de 1999.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Da Petroforte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, da Petroforte. Espera aí: da Petroforte o senhor não foi sócio. Eu perguntei quando o senhor largou a sociedade.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, da Petroforte eu nunca fui sócio.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor largou a sociedade da HP.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – A HP foi de junho de 1991 a dezembro de 1992.

O SR. OSCAR ANDRADE – E existe ainda a HP?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, não existe mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não existe.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí o senhor largou e foi para a Petroforte?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, aí foi montada a Hyper Oil. Não chegou nem a funcionar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Certo. Depois o senhor foi para a Petroforte?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Aí depois eu fui para a Petroforte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como funcionário?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Como funcionário, como autônomo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ficou lá o quê, uns sete anos, seis?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, não, não. Fiquei na Petroforte de janeiro de 1993 até fevereiro de 1994, quando terminou de construir a base.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só um ano, em tão?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Exatamente, quando terminou de construir a base.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi quando o senhor largou e aí o Ari ficou triste, magoado?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Aí ele me convidou para voltar em abril de 1997. Aí fiquei de abril de 1997 até abril do ano de 1999, dois anos. Foi o período em que estive relacionado com os negócios com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixa eu entender melhor algumas coisas. Não consegui entender bem ainda. Por que o senhor saiu lá do Ari Natalino?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Saí exatamente por isso, porque as coisas eram muito confusas. O sistema de petróleo é muito dinâmico. E o Ari é muito concentrador. Minha responsabilidade com o sistema de petróleo era muito grande. Então, a gente tem prazos, tem que cumprir umas determinadas regras, portarias que a ANP solta que se que dia a dia, principalmente após a abertura. Isso, como o Ari é muito concentrador, dificultava meu trabalho. Tudo tinha que ser, liberação de passagem tinha que ser com ele, é...

O SR. POMPEU DE MATTOS – Sr. Presidente, eu tenho uma série de perguntas para fazer aqui e, como temos votação, quem sabe podemos suspender por dez minutos, para fazer a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Vamos suspender, então, por dez minutos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos cumprir a votação. Ele pode se retirar...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Como o depoimento dele está sendo importante, ele ficaria à disposição para uma outra oportunidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas quem sabe ele aguardasse aqui para concluímos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Tudo bem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como nós estamos já próximos de trazer o Ari, vou pedir uma acareação.

O senhor suportaria uma acareação com o Ari Natalino?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não tenho dúvida.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas acho que é importante fazermos mais questionamentos para ele. Se pudesse, quem sabe um vai votar e o outro fica perguntando. Vou lá, voto e volto rápido, se os colegas quiserem continuar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Então, vamos juntos.

Está suspensa a reunião por dez minutos e retornamos.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Retornamos aos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, para continuar com as suas inquirições.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu havia lhe perguntado por que o senhor deixou a empresa do Sr. Ari Natalino. O senhor não me esclareceu.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu esclareci, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Esclareci que as coisas eram extremamente difíceis em função das dificuldades que o sistema de petróleo começava a exigir das companhias, a velocidade com que a gente tinha que cumprir as determinações, as normas da ANP. E isso dificultava, como profissional na área de sistema de petróleo, o meu trabalho. Eu ficava em falta com as obrigações que eu tinha que cumprir, não só da Petrobras na área de quotas, corte de quotas, como na área a ANP, toda a documentação, as viagens que precisava fazer. Como ele concentravamuito as coisas em cima dele, meu mercado de trabalho é exatamente a interface entre a companhia e os outros, ou seja, a Petrobras e o...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas, no seu depoimento, o senhor disse diferente.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não entendi, perdão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse que teria deixado a empresa em função exatamente desse problema da certidão.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, não. Não falei isso, Deputado, o senhor me perdoe. Porque esse problema da certidão não me diz respeito, não tenho conhecimento da certidão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu não disse da certidão, disse das certidões.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Da certidão, não, não falei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então vou ler para o senhor o que o senhor disse: “que o motivo da sua saída e desligamento da empresa foi justamente do fato de não poder cumprir os requisitos dispostos na Portaria nº 29, entre eles, a necessidade de apresentação de certidões negativas emitidas pela Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Fazenda Estadual.

Ou seja, era um assunto bem presente, a questão de fornecer certidão, ao ponto que acabaram fornecendo uma fria.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Exatamente. Toda a documentação de que necessitava, a demora para chegar a mim, porque não era eu que providenciava, então achei melhor me afastar da companhia, por não poder cumprir com o meu trabalho profissional.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas estou vindo aqui que a questão certidão na sua relação com a empresa foi o tema central, tanto que o senhor diz que saiu por problemas em função da certidão e o Ari Natalino diz que foi o senhor que levou a certidão falsa, e mais, diz depois que foi o senhor quem teria levado a certidão verdadeira, ou seja, a certidão positiva, dizendo que havia débito para entregá-lo, vamos dizer assim, para a Agência Nacional do Petróleo.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não foi!

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas foi isso.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não foi. Isso pode ser questionado, até mesmo a própria ANP pode ser ouvida.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos ver na acareação que vamos fazer, vamos esclarecer isso.

Quanto o senhor ganhava por mês na empresa dele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Lá na empresa, R\$10.000,00 por mês.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dez mil reais?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por quanto tempo o senhor trabalhou lá?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Trabalhei por dois anos, de abril de 97 a abril de 99.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor declarou isso no imposto de renda?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Declarei sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aliás, não sei, já foram quebrados os sigilos bancário, fiscal e telefônico dele?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Acho que foi. Foi na relação?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem que examinar se não foram quebrados, se não foram quebrados o sigilo fiscal, bancário e telefônico tem que quebrar. Até porque o senhor ganhava R\$10.000,00 por mês, dois anos, ganhou R\$200.000,00, não, R\$240.000,00.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mais ou menos isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dez mil, doze meses, R\$120.000,00.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Tinha os descontos, porque eu tinha seguro-saúde.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor trabalhou dois anos direto com ele. Não trabalhou antes nem depois?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Com ele? Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só dois anos?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pagava o senhor com cheque ou depósito em conta, crédito em conta?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Uma parte foi depósito em conta, outra parte era em dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Atrasava o pagamento?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual período é esse?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Foi de abril de 97 a abril de 99.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nessa época o senhor tinha conta em banco?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu tinha conta no Banco Real, conta-salário.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Abril de 97 a abril de 99. Para o senhor ver, ainda volto a insistir, posso até parecer ridículo em dizer que o senhor está mentindo, então vou dizer, se o senhor preferir, o senhor fala com a verdade, e todo o tempo o senhor falou com a verdade. O senhor vai dizer: mas, como é que tu sabes que eu falei com a verdade? Compara o que o senhor disse, e o senhor vai se perdendo nos detalhes. Eu vou lhe explicar. Calma. Por exemplo, essa questão da certidão, o que o Ari Natalino diz e que o senhor diz que é mentira confere com o que o senhor diz que é verdade, porque o senhor saiu de lá em função do problema das certidões, quer dizer, certidão que é verdadeira, certidão que é falsa. Mas quero deixar provado um outro detalhe. O senhor trabalhou quantas vezes para a Petroforte?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu trabalhei uma vez. Foi exatamente esse período de ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Abril de 97 a 99.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, não, minto, minto. Trabalhei de...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor é que está dizendo que está mentindo agora.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, não, de janeiro de 93 a fevereiro de 94, quando terminamos de construir a base.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ou seja, trabalhou três meses.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Janeiro de 93 a fevereiro...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um ano e um mês.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mais ou menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Treze meses? E aí recebia também R\$10.000,00 por mês?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não entendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí recebia também R\$10.000,00 por mês?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, não, na época era bem menos. Na época era em torno de R\$4.000,00 a R\$5.000,00 por mês.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quatro a cinco mil.

Então é para ver quando a pessoa não vai dizer a verdade, Sr. Simões, ela inventa e tanto inventa que depois não sabe nem como é que foi que inventou. O senhor disse, na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal, em São Paulo, no dia 25 de abril de 2000: “que estava movendo uma ação trabalhista contra a Petroforte. Não se recorda no momento dos detalhes, mas que trará cópia nos autos.” O senhor não levou a cópia?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, mas o volume...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não importa, pode ser um livro. O senhor disse que traria a cópia nos autos e não trouxe.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Quando eu fui convocado novamente...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não vai trazer. O senhor já faltou com a verdade aqui.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mas estou lhe prometendo que trago e trarei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem sabe o senhor trará.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Com certeza, consignarei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nós podemos requisitar e trazer a documentação. Para nós não é

difícil, até porque não creio ser de importância tão relevante. Há coisas mais relevantes, embora isso também seja importante. O senhor prometeu lá e não levou. O senhor também disse que não conhece Fred Jorge Machado.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que, aliás, há uma investigação na Polícia Federal caminhando para saber quem é a esposa do Fred Jorge Machado. O senhor conhece a esposa dele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estamos curiosos para conhecer. Há umas curiosidades que queremos matar.

Vou adiante, que durante a vigência do primeiro contrato com a Petroforte o senhor recebia de R\$3 mil a R\$5 mil.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu falei de R\$4 mil a R\$5 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então foi parecido. E que, no segundo contrato, o senhor recebia quanto?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu recebia R\$10 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há uma diferença de R\$10 mil para R\$20 mil. E vou lhe mostrar, para ver se o senhor reconhece isso. “Recebi aproximadamente R\$5 mil por mês e, durante o segundo contrato, R\$20 mil.” É sua essa assinatura?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É minha, perfeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É sua assinatura?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Essa aqui é minha, perfeito. Só que nesses valores havia descontos. O líquido que sobrava para mim era os R\$10 mil, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De um salário de R\$20 mil sobravam R\$10 mil?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Sim, eu comprei um carro que descontavam.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor pode dar a desculpa que quiser. Só que ro mostrar que o senhor veio à CPI e não está esclarecendo a verdade. Alguém ganha R\$10 mil, e o salário do Deputado Federal é de R\$8 mil. Se eu ganhar R\$16 mil, será o dobro, não me esquecerei nunca disso, embora eu sabia que há o desconto do Imposto de Renda e que no final não se recebe nem R\$5 mil. O salário é de R\$8 mil, mas eu paguei a prestação do carro, o problema é

meu. O senhor declarou aqui que seu salário era de R\$20 mil e agora declara na CPI que o salário era de R\$10 mil.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – O salário líquido que eu recebia era de R\$10 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não falamos em salário líquido. O senhor disse aqui e está gravado. Eu disse que então o senhor recebeu R\$240 mil e o senhor disse que um pouco menos porque havia desconto. Então, não passaremos batido porque as coisas estão claras. Quanto a essa Van-Distribuidora de Combustível, o senhor disse que conhece o coronel, que não é coronel, é major.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – É major.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Major Dirceu do quê?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei o nome completo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esta CPI tem o nome desse major? Eu inclusive queria que a assessoria desta CPI anotasse para chamarmos o depoimento desse major Dirceu. O senhor sabia que a Van – Distribuidora de Combustível também mandou certidão negativa falsa para a Agência Nacional de Petróleo?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sabia, não tinha conhecimento disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É engraçado que está tudo na volta e o senhor transtou por ali ocupando um espaço importante, era uma espécie de... Ganhar R\$20 mil por mês de salário numa empresa... Um Deputado ganha R\$8 mil e o senhor ganhava quase três vezes o salário de um Deputado, que agora passou para R\$10 mil. Aliás, talvez o Ari Natalino(?) junto as notas táquiográficas para fazer sua defesa para não dizer que é R\$20 mil, para dizer que é R\$10 mil. Uma hora o senhor diz que é de R\$3 mil a R\$4 mil, ou tra hora diz que é de R\$3 mil a R\$5 mil, outra hora diz que é R\$4 mil; outra hora, diz que é R\$10 mil, quando é R\$20 mil. Eu não consigo entender por que o senhor chega a esse...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu falei de quatro a cinco

O SR. POMPEO DE MATTOS – O outro era R\$10 mil. Tinha os descontos. Não chegava a R\$240 mil em 24 meses, porque tinha desconto. Depois, fomos ver e não são R\$240 mil, são R\$480 mil. Há uma pequena diferença entre 240 e 480. É simplesmente o dobro.

O senhor disse que o Major Dirceu esteve lá no seu escritório. Onde é mesmo o seu escritório?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ficava na Prof. Artur Ramos, 241.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por quanto tempo o senhor ficou na Prof. Artur Ramos, 241?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Fiquei na Prof. Artur Ramos um ano e seis meses, mais ou menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Depois que saiu do Ari Natalino?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Depois que eu saí do Ari Natalino.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor fazia nesse escritório?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Escritório de assessoria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem o senhor assessorou nesse tempo? O senhor assessorou, por exemplo, o Major Dirceu?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Ele estava com um problema para ligar o duto da base dele em Paulínea e ele foi conversar comigo. Ele foi me consultar sobre a ligação do duto, mas eu não cheguei a prestar serviço para ele.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Deputado Pompeo de Mattos, seria importante que ele nar rase aqui as atribuições dele na empresa. Ele era procurador? Assinava em nome da empresa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Não era procurador, não assinava nada.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Como era o Ari Natalino? Era truculento no trato com os funcionários? Tratava bem? Era uma pessoa fidalga? Como era ele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ele era exigente, ele era extremamente exigente com todos os funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor assinava pela empresa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, nunca assinei nada.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Era procurador?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não era procurador, não assinava.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor tinha conhecimento de que a empresa passava cheques sem fundos?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Até abril de 1999, não tomei conhecimento de que a empresa passou cheque sem fundos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mas o senhor sabia que o Ari Natalino tinha mais de 200 empresas?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Também não sabia disso, não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Nunca tomou conhecimento?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Mais de 200 empresas, não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pagava em dia os funcionários?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Até abril de 1999, pagava em dia. Hoje, eu não sei, porque eu estou fora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse que conhecia o Heleno Duarte Lopes?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu vi duas vezes o Heleno.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então conhecia.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, conhecer é você sentar, conversar, discutir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, o senhor já nos conhece aqui. Se alguém perguntar se conhece o Deputado Pompeo de Mattos, pode dizer que conhece na CPI.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Deputado Pompeo de Mattos, é a mesma coisa. Eu vi o Heleno duas vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas conversou com ele?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Conversei com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele era íntimo da empresa. Ele atuava junto com a empresa. Ele era advogado da empresa, aliás, ele era mais que isso: ele era sócio.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu não considerava ele advogado da empresa. A empresa tinha o Dr. Moacir, que era o advogado – isso que chegava ao meu conhecimento –, o Dr. Carlos, que era um outro advogado da empresa e...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que ele era da empresa, então?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não sei. Não sei, Deputado. Realmente, não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele entrava na per na do pato e saia na per na do pin to, não é?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Nunca vi esse senhor entrar ou sair da...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor o viu onde?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Em duas inaugurações de posto de gasolina.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele estava junto?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ele estava lá na inauguração.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor conheceu o irmão dele, Humberto Duarte Lopes?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Nunca vi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ouviu falar?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ouvi falar...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor ouviu falar?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Ouvi falar que esse Humberto foi uma pessoa que faleceu há tempos atrás e que ele se passava por esse tal de Humberto. Mas eu nunca vi esse tal de Humberto na minha vida.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele se passava pelos dois. Confor me o dia, ele era Hele no Du arte Lopes, advogado, e, no outro dia, ele era Humberto Du arte Lopes, que era o irmão dele, na verdade...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Isso eu não tinha conhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – ...que tinha falecido em 1944.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Isso, há um monte de tempo atrás. Eu li nos jornais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há 56, 57 anos. Isso não é laranja, isso é fantasma.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Isso eu li nos jornais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando o senhor fi cou sa ben do que o Fred ti nha sido mor to ou havia morrido?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Quando fui depor na Polícia Federal.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como o senhor ficou sabendo?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Pelo depoimento do próprio Heleno.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Penso que só nos resta fazer uma acareação com o Ari Natalino. Agora, quero deixar bem claro as controvérsias, as coisas que o senhor disse: o senhor não sabe o salário que ganhava ou não ganhava o salário que dizia ou dizia o salário que não ganhava.

O senhor tem um envolvimento com as certidões, ou seja, o senhor vivia esse drama da certidões. Alega aqui que saiu da agência, aliás da Petroforte, em fun ção do proble ma da cer ti dão. O Ari ain da diz que foi o senhor que entregou a certidão, chega a dizer que a verdadeira, a certidão positiva, o senhor entregou para incriminá-lo – chegou a sugerir isso...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Eu não entreguei certidão, está certo. Quando eu falei “por não cumprir a Portaria 29”. É uma série de documentos que compõem essa documentação, que exige o recadastramento das distribuidoras. Então, como eu estava com dificuldade para cumprir, nas quais as certidões, eu saí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas não é o que o senhor diz. O senhor está falando aqui que tinha problemas nas certidões. O senhor fala especificamente “certidões”.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Está bem claro, Deputado. Cumpri o que determina a Portaria 29. Eu cito certidões, que eram os documentos mais importantes para cumprir...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Cita as certidões e ele cita tam bém. Ou seja, o proble ma de vo cês foi exatamente as certidões. Mas tudo bem, acho que as coisas ficaram cla ras e deu para ver quem é quem. O que está claro, Presidente, é que o Ari Natalino, a forma de atuação do Ari Natalino é parecida com a dele, o que disse aquele do gás...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O Sérgio...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E o pior, Deputado Pompeo, o que estarrece a todos nós, além de ter contas fantasmas, laranjas, falsificação de documentos, o filho, Natan. Você veja, envolver um filho de 12 anos?!

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas para quem envolve um morto, envolver um filho...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O filho, alterou o CPF. Tem empresa no nome do filho, alterou certamente a idade; falsificação ideológica, enfim... Se comparar Escadinha a Fernandinho Beira-mar, esse pessoa tira de letra.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A diferença é que ele é bandido rico. Um é bandido rico e o outro é bandido ralé.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Vamos confrontar. Vamos ouvi-lo aqui e depois fazer o confronto, a acareação...

O SR. POMPEO DE MATTOS – A CPI tem de esclarecer isso, até porque o Sr. Natalino...com empresas fantasmas, com laranjas, com pessoas como o senhor, que, não sei porque, está escondendo as coisas. Pelo menos é o que nos parece. Está escondendo as coisas, a relação mais íntima que tinha com o Ari Natalino. A CPI precisa esclarecer isso. Não é possível que vamos ter gente trabalhando em uma área sensível como a do petróleo, do abastecimento, com dezenas e centenas de empresas, usando nomes laranjas, nomes fantasmas, mortos para gerenciar empresa, para mexer com contas, adulterando combustível, desviando cargas...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Depurado, fui bem claro no início do meu depoimento que eu nunca tive, na Petroforte, nenhuma gestão financeira, administrativa, comercial ou operacional. Minha gestão sempre foi, e eu provo junto à Petrobras, junto à Agência Nacional de Petróleo que a minha gestão era só e exclusivamente política.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor acabou de dizer...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ganhava 20 mil para isso?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ainda há pouco o senhor acabou de dizer que foi procurado por não sei quem – é só vermos nos anais...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Major Dirceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pelo Dirceu para resolver um problema de duto. Duto é operacional. O senhor vem falar para mim que isso não é... É que o senhor conhecia.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Veja bem, não é operacional. Precisa de um projeto, e esse projeto precisa ser aprovado pela Diretoria de Transportes da Petrobrás. É uma coisa bem mais complexa. Então, por ser muito mais complexa, não presta serviço para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor não tinha com ele só uma relação política, como quer dizer. O senhor tinha uma atividade administrativa lá dentro da empresa...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Nenhuma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Olha, ganhar 20 mil por mês para fazer relações políticas?! Olha, nem a velhinha de Taubaté acredita.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Eu queria perguntar mais uma vez: o senhor não movimentava conta em nome de Ari Natalino? Em seu nome?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não tinha procuração?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, nunca tive procuração.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Para representar a empresa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Assinar pela empresa?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Falar pela empresa, não?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E nem tinha conta bancária?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O Ari não usava o seu nome, o seu CPF?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA – Não. Nunca usou, nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só quero registrar, Sr. Presidente, que o que é impressionante é que tem aqui a assinatura do Sr. Fred George Machado. Um recibo que o Advogado, o Heleno Lopes fez; que o Fred George assinou para o Heleno Lopes pelo serviço que fez para a Petroforte. Ou seja, tudo cheira a maracutaia, porque depois que eles foram pegos o que eles fizeram? Registraram ocorrência de que a firma foi lesada por ter recebido de um escritório credenciado uma certidão de negativa de débito falsificada. Ah, a empresa não ia saber se ela devia ou não devia para o fisco? Claro que sabia que devia; ela que mandou falsificar. Aí, quando foi pega com a mão na massa, o que fez? Registrou ocorrência de que foi vítima de uma falsificação de um documento. Quer dizer, vítima que era beneficiada pela falsificação. Ela montou toda uma farsa, pegando inclusive o recibo do Fred George Machado, que, a essas alturas, estava morto, se é que foi o Fred que fez. Ou mataram ele depois, ou ele já tinha morrido, e só botaram nas costas do morto, por que o morto não fala. Essa é uma co-

isa assim muito grave. Uma coisa que arrepiava a gente e dá até medo de ter medo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Dr. Simões, o senhor tem alguma coisa a declarar mais?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - Não, como falei no início, através do Dr. Paulo, vi meu nome nessa relação. Prontamente, prontifiquei-me a vir. Como fui a Campinas, vim para cá também, assim que ele convocou para hoje, colocando-me à disposição, pensando que era, lógico, roubo de cargas, mas a coisa foi mais abrangente. São coisas que fogem totalmente ao meu conhecimento.

Então, a verdade que eu tinha que passar aos Srs. Deputados é a que falei.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor tem filho?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - Tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE - De quantos anos?

O SR. OSCAR ANDRADE - Do primeiro casamento, eu tenho três filhos: uma com 32 anos; outra com 28 e um menino com 24 anos; do segundo, tenho uma menina com 7 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Eles sempre tiveram conhecimento das atividades do senhor e tudo?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - Sempre.

O SR. OSCAR ANDRADE - Eles podem ser chamados à CPI? O senhor não vê nenhum problema, não é?

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - Eu não gostaria de envolver meus filhos nesse tipo de problema. Não vejo por que, principalmente os do primeiro casamento, porque já faz muito tempo que me separei. Então, o meu contato com eles era social, era de pai para filho e de filha para pai.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor disse que eles têm conhecimento de suas atividades.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - Não. Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor acabou de dizer isso.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - Então me perdoe. Retiro o que falei, está certo? Separei-me em 1988, e o meu relacionamento com meus filhos é um relacionamento de pai para filho. A gente não discutia em casa aonde eu trabalhava. Isso era um problema meu só.

O SR. OSCAR ANDRADE - Diferente de todo mundo. Todo mundo conversa em casa as coisas.

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - Porque eu não convivía com eles. As minhas duas filhas são casadas, têm suas vidas independentes. O meu filho

é casado, tem a vida dele independente. Então, não vou visitá-los e levar problema de trabalho para eles.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Presidente, é só.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Submeto à votação os seguintes requerimentos.

Antes, gostaria de dispensar e agradecer a sua presença e dizer que, oportunamente, se for necessário, nós iremos convidar...

O SR. ADJAMIR SIMÕES FERREIRA - E eu estarei aqui com os senhores. Não tenha dúvida. Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Muito obrigado.

"Requeiro, nos termos regimentais, as quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas naturais e jurídicas a seguir relacionadas, tendo em vista evidências de crimes de receptação de cargas roubadas, formação de quadrilha, falsidade ideológica, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro, praticadas na comercialização de combustíveis e cigarros, irregularidades cometidas sob orientação do titular oculto da Petroforte Brasileiro Petróleo Ltda., de São Paulo, Sr. Ari Natalino da Silva, utilizando grande número de pessoas como supostos donos de empresa, vulgarmente conhecidos por laranjas, como meio de ludibriar a ação das autoridades administrativas, policiais, judiciárias competentes. São eles: Airton de Freitas, Débora Aparecida Gonçalves, Eric da Silva, Adjmir Simões Ferreira, Márcio Natel, Aparecida Maria Pessuto, Sandra Regina Davanco, Rafael Fiesta Garcia, Iochida Komoda, Antônio Pedro Rodrigues de Sousa Rocha, Peter Pessuto, Márcia Aparecida Gonçalves Machado, Carlos Alberto Fecho, Levi Luís Silva Figueiredo, Heleno Duarte Lopes, Humberto Duarte Lopes, Leontina Aparecida Basteli, Ari Natalino da Silva, Itabe Indústria de Tabaco Brasileira Ltda, Recipetros Derivados de Petróleo Ltda, Petroforte Brasileiro de Petróleo Ltda.

Campinas, 05 de abril de 2001."

Senadores e Deputados subscreveram.

"Requeiro, nos termos regimentais, a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas naturais e jurídicas abaixo relacionadas, tendo em vista as ligações com atividades delituosas envolvendo o empresário Ari Natalino da Silva, do grupo Petroforte Brasileiro de Petróleo Ltda, de São Paulo, em especial falsidade ideológica na aquisição de empresas, manutenção de contas correntes e bancárias em nome de falsos titulares, ou laranjas, lavagem de dinheiro de roubo, receptação de cargas e possíveis fraudes

praticadas na comercialização de combustíveis e cigarros. São elas: Pólo Brasileiro de Petróleo Ltda, Jomasa Administração e Participação Ltda, Fred George Machado, Indústria e Comércio Rei Ltda, Celso Castilho Cazola Ltda, All Lover Interpraise Ltda, Richele Internacional S.A., Moacir Pedro Pinto Alves, Lindemberg da Mota Silva, Autoposto Hobby Ltda, Posto e Restaurante Cometa Ltda, RJ Piubean Comércio, Importação e Exportação Ltda, Transin Transporte Ltda, Batepetro Ltda, Visão Empreendimentos de Administração e Participação Ltda, Romap Importação e Exportação Ltda, Levi Luís Silva Figueiredo, Binsys Comercial Ltda.

Brasília, 07 de abril.

Deputado Oscar Andrade, demais Deputados e Senadores.”

“Ilustríssimo Sr. Presidente da Comissão, eu, Carlos Marques Dunga, Deputado Federal pela representação da Paraíba e membro desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, venho requerer, regimentalmente, a V. Ex^a a realização de uma audiência pública a acontecer na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, ocasião em que sugiro sejam ouvidos os depoimentos dos Srs. Sérgio Leite, Deputado Estadual, Presidente da CPI dos Medicamentos da Assembléia Legislativa de Pernambuco; José Cláudio Soares, Presidente da Sincofarma; João Azevedo Dantas, Presidente da Sindrogas.

Carlos Dunga, Deputado Federal.”

“Requeiro, nos termos regimentais, que seja solicitada à Junta Comercial do Estado de Goiás cópia do contrato social e suas alterações da Empresa Panarelo, Distribuidora Farmacêutica Panarelo Ltda.

Deputado Robson Tuma.”

“Requeiro, nos termos regimentais, que seja solicitada à Secretaria da Fazenda e à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás cópia de todos os processos que envolvam a Empresa Panarelo, Distribuidora Farmacêutica Panarelo Ltda, a ainda a relação de todas as queixas de roubo de carga obtidas nesse Estado, com a especificação do nome dos queixantes.

Deputado Robson Tuma.”

“Requeiro, nos termos regimentais a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Panarelo, Distribuidora Farmacêutica LTDA.

Sala de sessões.

Deputado Robson Tuma”

Os Srs. Deputados e Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Pois não, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Temos que decidir. E creio que também é importante consultar o Relator sobre a sessão externa que a CPI desenvolverá em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Será anunciada no encerramento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Gostaria de ponderar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A quantidade de dias?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Dois dias.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que fizéssemos na quinta e na sexta-feira. Parece-me que serão os dias 25 e 26.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Poderíamos fazer na quarta e na quinta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vinte e cinco é quarta-feira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vinte e seis e vinte e sete. Se necessário, a exemplo do que foi feito no Maranhão, ficaria para o sábado de manhã. Caso contrário, se encerrar na sexta-feira à noite...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E Joinville.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí adiaríamos Joinville, porque penso que seja importante. Não podemos chegar em Porto Alegre, correndo tudo e voltar, quando sabemos que o Rio Grande do Sul é um Estado onde há muito caminhoneiros que morreram, no Rio Grande do Sul, há muitos caminhoneiros que são vítimas do roubo de cargas. E, lá, o roubo de cargas chegou e com tudo, nos últimos meses, nesse ano especialmente. O roubo de couro, coisas fantásticas.

Então, temos uma série de depoimentos que deverão ser colhidos. E mais do que isso, Sr. Presidente, precisamos preparar a ida da CPI, conseqüentemente, aprovando os nomes que serão convocados para depor. Queremos também propor que o Presidente da CPI possa encaminhar um documento à Porto Alegre, no sentido de solicitar um apoio da Polícia Civil, porque, no Rio Grande do Sul, temos um apoio, em todo o País, da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E a pauta tem demanda para dois dias?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem demanda para dois dias, até para mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Pompeo!

O SR. POMPEO DE MATTOS – E, só para concluir, vamos ter naturalmente o apoio...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O Relator tem uma proposta para fazer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, só quero concluir o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Procede a sua ponderação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Temos um apoio sempre importante da Polícia Federal em todo o País. Mas, no caso lá do Rio Grande do Sul, em função de no roubo de carga haver, digamos assim, uma atuação mais específica da Polícia Civil, vamos ter uma companhia destalá, por que lá há a delegacia especializada só de roubo, que nos poderá dar um apoio logístico. Para tanto, quero que a CPI oficie ao Secretário de Segurança que nos disponibilize uma equipe da Secretaria de Segurança, por meio da Delegacia de Roubos de Carga do Rio Grande do Sul, para que nos possa dar um apoio logístico conjunto e obviamente com a Polícia Federal.

O SR. OSCAR ANDRADE – E também a Polícia Militar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E obviamente da Polícia Militar.

E que pudéssemos, Sr. Presidente, sugerir os nomes a serem ouvidos diretamente na Secretaria. Até tenho alguns nomes que podem, desde logo, ser citados e mencionados. Por exemplo: Meroli Costa dos Santos, que está preso; Aderli Antônio Ribeiro, que também está preso; José Luiz Rodrigues, que também está preso; o Sr. Rossoni; José Feijó, entre outros nomes que vamos completar ainda no decorrer da semana, para que a CPI possa oferecer à Polícia Federal os nomes e os seus endereços, e que possamos intimá-los para que, no dia e hora aprazados, estejam à disposição da CPI para serem ouvidos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Pompeo, dois pontos a esclarecer: primeiro, as informações são valiosas, mas o Deputado Francisco Appio tem-nos dado informação e já tem toda essa gama de nomes em que deve conter esses aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? Então, faço o encaminhamento, e vamos fazer a intimação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quero propor, se o Presidente permitir e o Plenário assim aprovar, que, então, façamos, quarta e quinta, em Porto Alegre, para não perder essa ida, e, sexta-feira, em Joinville. Um dia apenas em Joinville é suficiente. Iríamos terça à noite, quarta e quinta, fazemos em Porto Alegre, e, sexta, em Joinville, para não desmarcar o que já está marcado. Aumentaria um dia, então, em Porto Alegre em vista dessa necessidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está bom. Concordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Vamos saber do Senador Romeu Tuma.

Não havendo nada mais a tratar, quero agradecer as presenças de todos e declaro encerrada a presente reunião, comunicando que, na próxima semana, esta CPI estará realizando audiências públicas nas cidades de Porto Alegre e Joinville.

(Levanta-se a reunião às 19h48min.)

9ª Reunião Realizada em 26 de abril de 2001.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e um às nove horas e trinta minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, sob as Presidências do Deputado Robson Tuma e do Senador Moreira Mendes, com as presenças dos Deputados Oscar Andrade, Domiciano Cabral, Pompeo de Mattos, membros da Comissão. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Abertos os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvirem os depoimentos das seguintes pessoas: Rudimar Basso, Wagner Fontana, Vitalino Favaretto, Ademir José Albarello, Antonio Rossoni, Itamar Antonio Sbeghen, Juliano Grossi Sbeghen, Nara Cristina da Rosa Sudoski, Ari Armando Sbeghen, Luciane Sbeghen, Eroni Almeida, da Costa, José Luiz Rodrigues, Sorrismar Kerstner e Adelir Antonio Ribeiro. Os depoentes foram questionados pelos Senhores Parlamentares presentes. Registramos também a presença do Deputado Estadual Francisco Appio, Vice-Presidente da Assembléia do Rio Grande do Sul, a quem foi dada a palavra para fazer esclarecimentos e denúncias de desaparecimentos de cami-

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem demanda para dois dias, até para mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Pompeo!

O SR. POMPEO DE MATTOS – E, só para concluir, vamos ter naturalmente o apoio...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O Relator tem uma proposta para fazer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, só quero concluir o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Procede a sua ponderação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Temos um apoio sempre importante da Polícia Federal em todo o País. Mas, no caso lá do Rio Grande do Sul, em função de no roubo de carga haver, digamos assim, uma atuação mais específica da Polícia Civil, vamos ter uma companhia destalá, por que lá há a delegacia especializada só de roubo, que nos poderá dar um apoio logístico. Para tanto, quero que a CPI oficie ao Secretário de Segurança que nos disponibilize uma equipe da Secretaria de Segurança, por meio da Delegacia de Roubos de Carga do Rio Grande do Sul, para que nos possa dar um apoio logístico conjunto e obviamente com a Polícia Federal.

O SR. OSCAR ANDRADE – E também a Polícia Militar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E obviamente da Polícia Militar.

E que pudéssemos, Sr. Presidente, sugerir os nomes a serem ouvidos diretamente na Secretaria. Até tenho alguns nomes que podem, desde logo, ser citados e mencionados. Por exemplo: Meroli Costa dos Santos, que está preso; Aderli Antônio Ribeiro, que também está preso; José Luiz Rodrigues, que também está preso; o Sr. Rossoni; José Feijó, entre outros nomes que vamos completar ainda no decorrer da semana, para que a CPI possa oferecer à Polícia Federal os nomes e os seus endereços, e que possamos intimá-los para que, no dia e hora aprazados, estejam à disposição da CPI para serem ouvidos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Pompeo, dois pontos a esclarecer: primeiro, as informações são valiosas, mas o Deputado Francisco Appio tem-nos dado informação e já tem toda essa gama de nomes em que deve conter esses aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? Então, faço o encaminhamento, e vamos fazer a intimação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quero propor, se o Presidente permitir e o Plenário assim aprovar, que, então, façamos, quarta e quinta, em Porto Alegre, para não perder essa ida, e, sexta-feira, em Joinville. Um dia apenas em Joinville é suficiente. Iríamos terça à noite, quarta e quinta, fazemos em Porto Alegre, e, sexta, em Joinville, para não desmarcar o que já está marcado. Aumentaria um dia, então, em Porto Alegre em vista dessa necessidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está bom. Concordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Vamos saber do Senador Romeu Tuma.

Não havendo nada mais a tratar, quero agradecer as presenças de todos e declaro encerrada a presente reunião, comunicando que, na próxima semana, esta CPI estará realizando audiências públicas nas cidades de Porto Alegre e Joinville.

(Levanta-se a reunião às 19h48min.)

9ª Reunião Realizada em 26 de abril de 2001.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e um às nove horas e trinta minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, sob as Presidências do Deputado Robson Tuma e do Senador Moreira Mendes, com as presenças dos Deputados Oscar Andrade, Domiciano Cabral, Pompeo de Mattos, membros da Comissão. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Abertos os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvirem os depoimentos das seguintes pessoas: Rudimar Basso, Wagner Fontana, Vitalino Favaretto, Ademir José Albarello, Antonio Rossoni, Itamar Antonio Sbeghen, Juliano Grossi Sbeghen, Nara Cristina da Rosa Sudoski, Ari Armando Sbeghen, Luciane Sbeghen, Eroni Almeida, da Costa, José Luiz Rodrigues, Sorrismar Kerstner e Adelir Antonio Ribeiro. Os depoentes foram questionados pelos Senhores Parlamentares presentes. Registramos também a presença do Deputado Estadual Francisco Appio, Vice-Presidente da Assembléia do Rio Grande do Sul, a quem foi dada a palavra para fazer esclarecimentos e denúncias de desaparecimentos de cami-

nhoneiros. Ainda prestou depoimento perante a Comissão a testemuha que foi chamada de senhor "X". Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sob a proteção de Deus, dou início aos trabalhos, mais uma reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar o crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder a investigações do que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com a quadrilhade roubo de cargas.

Peço que chamem o Sr. Rudimar, por favor. (Pausa.)

O senhor tem caneta? Por favor ponha o nome, endereço, CIC, RG.

O SR. RUDIMAR BASSO – Ontem dei xei minha carteira dentro do...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor põe por favor nome, endereço, os dados, telefone e assina, por favor.

Sr. Rudimar Bastos, URST 470, km 63, Garibaldi, não é isso?

O SR. RUDIMAR BASSO – É.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor jura dizer a verdade, somente a verdade do que souber e lhe for perguntado, tendo conhecimento da lei de que se assim não fizer o juramento à CPMI poderá sofrer sanções que a lei determinar?

O SR. RUDIMAR BASSO – Com certeza, responderei a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Jura?

O SR. RUDIMAR BASSO – Juro.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – A CPMI do Roubo de Cargas obteve informações de que o senhor usava caminhões roubados na sua empresa de transporte.

O SR. RUDIMAR BASSO – Isso não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quando eu terminar o meu pensamento, o senhor poderá falar. Continuando, foi-nos informado que, na sua frota, havia caminhões roubados, e que o senhor era considerado um receptor de caminhões roubados constantes da sua frota.

Concederei a palavra ao senhor por vinteminutos ou por mais tempo, se necessário, para que possa fazer sua defesa, se assim lhe interessar.

O SR. RUDIMAR BASSO – Excelência, eu não comercializo caminhões roubados nem tenho transportes. Tenho uma loja, comercializo caminhões de terceiros e confiro todos os caminhões. Tenho conhecimento na área. Eu conheço o caminhão. Há uma equipe treinada por mim. Nasci dentro de um caminhão. Então, não corro o risco de entrar em caminhões roubados.

Faz doze anos que trabalho nesse ramo. Que eu me lembre, não vendi nenhum caminhão roubado. Não há contra mim nenhum processo referente a caminhão roubado. Não tenho mais nada para falar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Há quantos anos o senhor tem a sua empresa?

O SR. RUDIMAR BASSO – Há doze anos.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O que o senhor fazia antes?

O SR. RUDIMAR BASSO – O que eu fazia antes? Eu era comerciante e tinha um mercadinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mercadinho de quê?

O SR. RUDIMAR BASSO – De frutas e verduras.

O SR. OSCAR ANDRADE – A partir daí, o senhor iniciou a atividade de compra e venda de veículos?

O SR. RUDIMAR BASSO – Quando eu comecei?

O SR. OSCAR ANDRADE – 1989?

O SR. RUDIMAR BASSO – 1987.

O SR. OSCAR ANDRADE – Antes disso, o senhor tinha um mercadinho?

O SR. RUDIMAR BASSO – Tinha um mercadinho na terra do Dr. Francisco Ápio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por favor, o senhor é sócio de qual empresa?

O SR. RUDIMAR BASSO – Como?

O SR. OSCAR ANDRADE – De qual empresa o senhor é sócio ou dono?

O SR. RUDIMAR BASSO – De quem sou sócio?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. RUDIMAR BASSO – Da Basso Veículos e Basso Caminhões.

O SR. OSCAR ANDRADE – São duas revendas?

O SR. RUDIMAR BASSO – São duas revendas de caminhões usados.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde essas revendas se localizam?

O SR. RUDIMAR BASSO – Uma em Sapucaia, na Rodovia; e outra, no Trevo entre Bento e Garibaldi.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor responde a algum inquérito policial?

O SR. RUDIMAR BASSO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhum?

O SR. RUDIMAR BASSO – Não, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não teve nenhum problema com um caminhão que apareceu lá e que não é...

O SR. RUDIMAR BASSO – Há suspeita de um caminhão, mas o caso ainda não foi apurado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está em apuração?

O SR. RUDIMAR BASSO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. RUDIMAR BASSO – A polícia está fazendo a perícia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, há um inquérito?

O SR. RUDIMAR BASSO – Como?

O SR. OSCAR ANDRADE – Há um inquérito.

O SR. RUDIMAR BASSO – Não, não há inquérito contra mim. Há a suspeita de um caminhão que passou pela minha loja, e, cinco anos depois de tê-lo vendido...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Há um inquérito. Só um minutinho.

O SR. – Foi apreendido um caminhão que havíamos vendido...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não explique o fato. Apenas responda, por favor, se foi ou não instaurado inquérito policial para se apurar se o caminhão é ou não roubado.

O SR. – Há um inquérito que está para ser periciado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ótimo. Obrigado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, há um inquérito.

O SR. RUDIMAR BASSO – Mas há o comprovante de pagamento no tempo... E não era fora do preço de mercado. Tenho os documentos para comprovar, se V. Ex^a precisar de alguma informação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era o caminhão?

O SR. RUDIMAR BASSO – Um 16-18. Talvez ano 90.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mercedes?

O SR. RUDIMAR BASSO – Tenho o comprovante. Comprei de pessoa idônea. Está certo? De concessionária.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quantos caminhões o senhor tem hoje na frota?

O SR. RUDIMAR BASSO – Cerca de 80 caminhões, entre caminhões de terceiros e caminhões que estão lá para venda.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor deixaria os seus 80 caminhões à disposição, durante um determinado prazo – para que não pare o seu transporte –, de hoje aos próximos... Como?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não tem transportadora; trabalha apenas com revenda.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor só trabalha com revenda?

O SR. RUDIMAR BASSO – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor não tem transportadora?

O SR. RUDIMAR BASSO – Não tenho transportadora.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor deixaria à disposição os 80 caminhões que estão na sua loja para a polícia técnica fazer uma vistoria agora?

O SR. RUDIMAR BASSO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, peça à Polícia Civil que faça imediatamente uma diligência no local e uma vistoria em todos os caminhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deputado Robson Tuma, nesse aspecto, é preciso pedir para que sejam os policiais do DEI, que tem boa experiência nessa atividade.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – É uma delegacia especializada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Daqui de Porto Alegre, porque, às vezes, o pessoal do interior não está tão instruído, não tem cursos nem está tão formado, preparado e especializado para fazer esse tipo de vistoria.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Deve ser mesmo, porque é o pessoal que está colaborando com a CPI.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Basso, V. S^a diz que começou a trabalhar com caminhões em que ano?

O SR. RUDIMAR BASSO – Em 1987 ou em 1988. Não estou bem lembrado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em 1987 ou em 1988?

O SR. RUDIMAR BASSO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Farei um cálculo. Antes, V. S^a tinha um mercadinho?

O SR. RUDIMAR BASSO – Comecei minha vida no comércio de caminhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a recebeu alguma herança?

O SR. RUDIMAR BASSO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nenhuma?

O SR. RUDIMAR BASSO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não há herança. Quantos anos V. S^a tem?

O SR. RUDIMAR BASSO – Tenho 39 anos

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quantos caminhões próprios existem nesses quase 80 ou mais?

O SR. RUDIMAR BASSO – Não sei informar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – V. S^a não sabe ou não pode responder, porque não contabiliza todos?

O SR. RUDIMAR BASSO – Não lembro. Tenho que verificar na documentação.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Estamos investigando carros roubados. Se aparecer alguma dúvida sobre a negação, mandaremos para a Receita.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. S^a é empresário e pode saber quanto à meta de, 40%. Como se chama mesmo quando está para vender?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Consignação

O SR. OSCAR ANDRADE – V. S^a, como em pré-sário, não sabe aproximadamente a média?

O SR. RUDIMAR BASSO – Não lembro, exce-lência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ainda bem que V. S^a lembra que tem 80.

O SR. RUDIMAR BASSO – Mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é. Eu queria era o mais ou menos.

O SR. RUDIMAR BASSO – Tenho contador lá. Está certo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos ver. O que V. S^a tem em termos de patrimônio, fora os cami-nhões.

O SR. RUDIMAR BASSO – Tenho as duas lo-jas, um apartamento e um helicóptero.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é o apar-tamento?

O SR. RUDIMAR BASSO – O apartamento é em Bento Gonçalves.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto vale o seu apartamento?

O SR. RUDIMAR BASSO – Quanto vale?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. RUDIMAR BASSO – Em torno de R\$200 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – São quantos metros quadrados?

O SR. RUDIMAR BASSO – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – São 100 m²?

O SR. RUDIMAR BASSO – Não, é mais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – São 200 m²?

O SR. RUDIMAR BASSO – Em tor no de 200 m².

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em Ben to Gon-çalves?

O SR. RUDIMAR BASSO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que mais? Carro?

O SR. RUDIMAR BASSO – Tenho uma Chero-kee financiada pelo Banco Mercantil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto vale?

O SR. RUDIMAR BASSO – Cer ca de R\$90 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a tem mais carro importado, não é?

O SR. RUDIMAR BASSO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não teve?

O SR. RUDIMAR BASSO – Passou, eu vendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que mais V. S^a tem?

O SR. RUDIMAR BASSO – Tenho um helicóp-tero Robson.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto vale?

O SR. RUDIMAR BASSO – Vale em torno de R\$300 mil?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O 22 ou o 44?

O SR. RUDIMAR BASSO – O 44.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vale mais de R\$300 mil.

O SR. RUDIMAR BASSO – Se vale mais, vou vender para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – De que ano ele é?

O SR. RUDIMAR BASSO – É de 1997.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vale mais.

O SR. RUDIMAR BASSO – Caiu um ontem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Robson não vale muito.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – No helicóptero, mas, quanto à pessoa, tem um valor incalculável.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nesse caso, vale bastante.

O que mais V. S^a tem, Sr. Basso?

O SR. RUDIMAR BASSO – Tenho uma área rural.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Deixe-me esclarecer: a fábrica não é minha, infelizmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos hectares tem sua área rural?

O SR. RUDIMAR BASSO – Deve ter três hectares.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto vale?

O SR. RUDIMAR BASSO – Cerca de R\$90 mil.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – V. S^a tem uma loja de 80 caminhões e todos esses bens? Ontem, veio aqui alguém que vendia 400 caminhões por mês e estava chorando por não ter onde morar.

O SR. RUDIMAR BASSO – Vendia 400 caminhões por mês?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por ano. Estava chorando, porque não conseguia comprar uma casa.

O SR. RUDIMAR BASSO – Assim como há o bom Deputado, há o mal.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas ele vende 400 caminhões. Então, não é tão mal assim.

O SR. RUDIMAR BASSO – Alguns apresentam projetos, outros não. Não é, excelência? Eu sei e conheço o meu ramo. Por isso, não estou envolvido em roubo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não estou perguntando se V. S^a está envolvido em roubo por enquanto, mas como se explica que alguém venda 400 caminhões regulares, com nota fiscal, exceto os que ele vendeu? Foram mais de mil. Não foi isso que ele falou? Mil ou quase dois mil. Vende mil num ano.

O SR. RUDIMAR BASSO – Sentei aqui, excelência, para falar a verdade. Certo? Não sei do outro comerciante. Sei o meu. Trabalho na minha empresa, das 7h30min às 18h, 19h. Eu cuido bem do meu negócio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixe-me entender, Sr. Basso. Quantos caminhões o senhor vende por mês?

O SR. RUDIMAR BASSO – Varia, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Varia quanto?

O SR. RUDIMAR BASSO – De trinta a cinquenta, sessenta, depende.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De trinta a sessenta, caminhões?

O SR. RUDIMAR BASSO – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso lhe dá uma rentabilidade de quanto?

O SR. RUDIMAR BASSO – Também varia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, claro.

O SR. RUDIMAR BASSO – Alguns caminhões dão R\$500; outros, R\$ 2 mil; outros, mil reais; outros ainda, R\$ 3 mil. Depende.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na média, R\$2mil.

O SR. RUDIMAR BASSO – Tenho as notas de tudo o que foi dado entrada e você vê que é esta a venda.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Todo esse seu patrimônio está declarado no Imposto de Renda?

O SR. RUDIMAR BASSO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está declarado no Imposto de Renda?

O SR. RUDIMAR BASSO – Está declarado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E nós podemos quebrar o seu sigilo bancário, fiscal e telefônico, que veremos que está tudo certinho? Sem problema?

O SR. RUDIMAR BASSO – Sem problema. Se o senhor quiser, eu trago aqui a minha declaração.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não é preciso. Mas, se o senhor quiser franquear a sua declaração de renda, poderemos ir buscá-la. Não há problema nenhum. Esta CPI é diferente da CPI estadual, que tem dificuldade em quebrar o sigilo bancário. Nós podemos pedir a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico e não haverá problema nenhum, até para podermos examinar, porque - veja bem - o senhor tem um patrimônio de quase dois milhões.

O SR. RUDIMAR BASSO – Excelência, há doze anos que eu estou no mercado, está certo? E V. Ex^a conhece a raça de italiano, meu amigo. Entrou dinheiro aqui, oh... V. Ex^a sabe muito bem, conhece a nossa região, a região da Serra. Quem é lá da Serra, quem anda por lá no final de semana sabe muito bem como é a nossa cultura.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É, mas não é todo mundo que está ganhando como o senhor, nem perto.

O SR. RUDIMAR BASSO – Nós estamos em uma região, Excelência., que é a melhor do País.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu a conheço, mas o que quero dizer-lhe é que havia um outro colega seu que tinha loja na frente da sua loja lá.

O SR. RUDIMAR BASSO – O Arlindo Monfroe?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim.

O SR. RUDIMAR BASSO – Eu vou falar para ele... aquela pessoa... ele era um gerente da Caixa Econômica Federal, tá certo? Ele não tinha conhecimento disso aí. Não adianta. Se você não tem conhecimento, não adianta meter-se: vai quebrar a cara.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei disso.

O SR. RUDIMAR BASSO – É vai que brar a cara. Em Bento Gonçalves, está saindo no meio da mídia que lá é o foco de caminhões roubados. Não é, Excelência! Há bons empresários em Bento Gonçalves.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acredito que sim. Vou dizer-lhe uma coisa: a CPI tem informações só para o seu conhecimento, e não tem por que escondermos - num trabalho junto com a Polícia, especialmente com a Civil, de que a região de Bento Gonçalves, Veranópolis, Nova Prata, Caxias, Farroupilha, Garibaldi, de que toda aquela região, chamada a região do caminhão, ali, São Marcos, tem mais de duzentos caminhões roubados trazidos lá do Norte e do Nordeste do País, que foram adulterados e que estão andando com documentos aparentemente legais. Mas, agora, a fraude está sendo descoberta; o esquema está sendo desvendado. A coisa está começando a estourar, inclusive nesse esquema do Aldeir Amaral, que está para ser ouvido. Só ele trouxe quase cem caminhões nesse esquema, que começou a ser descoberto no Norte e vai estourar ali na Serra também.

O SR. RUDIMAR BASSO – Excelência, eu não vou pôr em risco a minha vida. Estou quase completando 40 anos. Eu não vou pôr em risco a minha vida por pessoas que não conheço. Eu não pôr em risco. Eu tenho o meu celular, Excelência, faz quatro anos. Eu não troquei o número. V. Ex^a pensar que vou arriscar minha vida!? Eu me criei no interior até os meus dezoito anos. Sou de uma tradicional família de classe média da região. Tive educação dos meus pais. Nós não vamos pôr em risco a nossa reputação, tenha certeza disso. Estou aqui para colaborar com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor é de qual cidade?

O SR. RUDIMAR BASSO – Bento Gonçalves.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De Bento?

O SR. RUDIMAR BASSO – É. E não vou pôr em risco o meu negócio, Excelência. Eu conheço as coisas. Se não for caminhão de procedência, que tenha livreto, eu não vou pegar, porque, se não, vou arrumar para mim incômodo. Outra coisa: o caminhoneiro é uma pessoa humilde, é leigo. Se você lhe vende um caminhão, ele lhe mete bala, o braço. Ninguém pode com eles. Não há isso. Foi o caso do Monfroe e do sócio dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Também tem isso, né?

O SR. RUDIMAR BASSO – É. Eu vou botar... a vida é tão bela, tão boa, eu vou botar em risco aí o meu couro? E o Dr. Francisco Ápio... tu conhece, tu vê caminhões na estrada, em qual quer lugar, vê faixa Basso Veículos. Você passa em qual quer lugar hoje... V. Ex^a, qualquer lugar que sair pelo interior aí, tu vê. No mercado de usados nós vendemos bastante, porque nós vendemos coisa boa e coisa segura. Eu assumo. Eu não empurro para frente, não jogo para sócio...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor paga imposto da venda desses caminhões que o senhor tomou?

O SR. RUDIMAR BASSO – Eu pago imposto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor foi multado pelo Fisco?

O SR. RUDIMAR BASSO – Eu fui multado, meu imposto federal estou pagando correto, impostos sociais pago correto, os impostos que eu paguei, e é municipal, eu estou agora discutindo aí no Tarf, porque o ICMS e o ISSQN, que é Serviço... no município, desculpe, eu não... né?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza.

O SR. RUDIMAR BASSO – É, gera igual, é o mesmo, a diferença é mínima. A diferença é mínima, então não tem por quê. E se eu devo, V. Ex^a, eu vou pagar, eu não vou me negar, eu não tenho nada a esconder.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o senhor foi multado... por que o senhor foi multado?

O SR. RUDIMAR BASSO – Fui multado... Olha, pegaram no dia que chegaram lá, a fiscalização, estavam chegando caminhões, acho que nem estava pronto. Eu levei ao conhecimento do fiscal, que era o chefe do fiscal de Caxias. Eu mostrei para ele: "Ó, esses caminhões chegaram de manhã" – era caminhão que ia preparar, lavar, e tal, teve uma meia dúzia, mul-

taram aquele e acharam que os caminhões não era de terceiro, que era caminhão meu, tá?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim.

O SR. RUDIMAR BASSO – Então se eu tenho...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas não tinha uma nota, não tinha uma assinatura, não tinha documento?

O SR. RUDIMAR BASSO – Tinha, V. Ex^a, tinha tudo lá. Está sendo julgado no Tarf, né?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o valor da multa?

O SR. RUDIMAR BASSO – O valor da multa é 960 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Novecentos e sessenta mil reais?

O SR. RUDIMAR BASSO – Sim. E eu tenho bens... tenho bens garantidos, depois eu não mudei o meu comportamento, está certo? Eu não escondi nada, está lá, se eu tivesse alguma coisa, eu teria escondido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto é que o senhor paga de imposto de renda?

O SR. RUDIMAR BASSO – De imposto de renda?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. RUDIMAR BASSO – Quem... é o contador. Eu sei que sempre tem guia em cima da mesa para mim pagar. Agora, eu não posso te dizer quanto, mas eu pago, e pago bastante.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Paga bastante de imposto de renda?

O SR. RUDIMAR BASSO – Pago.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E não sabe quanto?

O SR. RUDIMAR BASSO – Eu não sei lhe informar porque...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Presidente, nessa questão ele foi multado pelo Fisco exatamente em função de que o negócio não é contabilizado, não tem uma contabilidade da entrada e da saída.

O SR. RUDIMAR BASSO – Pois é, é que...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Fisco acabou lhe multando em função disso.

O SR. RUDIMAR BASSO – Sim, mas eu não...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu acredito que o Imposto de Renda deva estar nos mesmos patamares. Em função disso, Sr. Basso, para o seu bem e para seu...

O SR. RUDIMAR BASSO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nós estamos nesta questão dos caminhões roubados e cargas roubadas, porque estão roubando cargas e caminhões, caminhões e cargas, uma coisa anda junto com a outra. O caminhão roubado que chega aqui é porque a carga já ficou na estrada, por que ele não fica com a carga a vida inteira. E esses caminhões roubados estão sendo adulterados, e muito bem adulterados, com a conivência da polícia lá do Norte, Nordeste do País, conivência de cartórios lá do Norte, Nordeste do País, então se sofisticando na adulteração. Então nós precisamos aprofundar isso de forma clara, por que tem – eu sei que o senhor pode ser trabalhador, e acho que deve ser trabalhador, e trabalhar e economizar, mas sair do nada e em dez anos, oito, dez anos, ter um patrimônio assim de R\$2 milhões, R\$3 milhões quase...

O SR. RUDIMAR BASSO – Pro va dis so que é a minha sinceridade, a minha honestidade no ramo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Oitenta, quanto é que é a média do preço de caminhão desses oitenta?

O SR. RUDIMAR BASSO – V. Ex^a, eu vou fazer uma pergunta: será que se eu vendesse alguma coisa ilícita alguém viria na minha loja? Será que eu trabalho no meio de 50 funcionários, eles não vão ver, V. Ex^a? Será que vou esconder sempre? Funcionário daí vai me tomar conta, vai me roubar tudo, por que eu não tenho autoridade em cima dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É sua loja.

O SR. RUDIMAR BASSO – Eu não tenho autoridade em cima dele. Agora, eu... vou contar... eu não tenho feriado, não tenho nada. Eu estou aqui no meio. Quando é feriado, que fecha a empresa, eu pego um caminhãozinho e vou lá no interior, que o cara ligou, que o cara... Esse pessoal italiano é muito desconfiado. Eu vou lá na casa dele e deixo lá o caminhão para ele experimentar e volto lá no outro dia para acertar o negócio com ele. É por esse lado que eu conquistei meu cliente. A Mercedes quer me dar hoje uma revenda e para se ganhar uma revenda da Mercedes-Benz tem que passar em um bom teste.

Hoje, estou sendo bastante...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Visado?

O SR. RUDIMAR BASSO – Não, estou sendo muito atacado pelas concessionárias porque conquistei o mercado de usados. Então, eles não vendem o consórcio, não vendem o financiamento.

Hoje estou aqui, a imprensa está aí. Amanhã, sabe o que fazem as concessionárias? Pegam, se sair no jornal, o recorte e colocam no quadro, em um mural. O meu advogado está aqui e mandei retirar

uns quantos, mas não deixam a portagem em baixo. Basta de por na CPI para que rer me di fa mar, que rer tirar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Nem todos que vêm depor na CPI é porque são acusados de alguma coisa. O senhor foi chamado como testemunha e não como acusado, exatamente para esclarecer o que dizem.

Pode até ser que o que o senhor está dizendo seja correto, que seja um jogo de mercado e as pessoas, com o interesse econômico, esquecem o interesse moral porque fazer isso com alguém é algo absolutamente imoral, mas é exatamente o que estamos fazendo aqui, o que a Comissão faz, o que o Deputado Oscar Andra de vai fazer em seu relatório final, o que o Deputado Pompeo de Mattos está fazendo na investigação no Sul e em outros lugares, assim como eu e os outros membros.

O que menos queremos – pode até acontecer – e que não vamos fazer nunca é criar injustiças, porque o erro da injustiça talvez seja muito pior que o do próprio crime.

O SR. RUDIMAR BASSO – Quero apenas dizer aqui que teve um Deputado que foi dar uma palestra no interior de Antonio Prado e ficou denegrindo a minha imagem. E sempre numa boa, que provem.

Não vem ao caso porque...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Agora o senhor fale porque há Deputados Estaduais e Federais aqui.

O SR. RUDIMAR BASSO – Chegaram clientes meus que estavam lá e disseram “eu não vou falar, eu não vou falar”.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Falar o quê?

O SR. RUDIMAR BASSO – Ele disse “não vou dizer qual foi o Deputado”, mas certamente Deputado da região.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ele não lhe falou, mas aqui o senhor tem que falar.

O SR. RUDIMAR BASSO – Desculpe-me, então...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – É bom o senhor falar.

O SR. RUDIMAR BASSO – Mas ele não falou o nome, V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Deixe eu só falar uma coisa: até concordaria com a sua resposta se antes você não tivesse falado que não ia declinar o nome.

Antes de o senhor dar a explicação que não sabia o nome, o senhor disse que não ia declinar o nome. Como aqui estamos acostumados com CPI, tanto eu, o Deputado Pompeo de Mattos tivemos a do narcotráfico e esta deve ser a quadragésima CPI que faço, tenho quatorze anos de mandato e nunca fiquei sem participar de uma CPI para você ter uma idéia. Então, um truque de palavras não funciona.

O SR. RUDIMAR BASSO – Vou relatar bem. O cara chegou lá...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por favor, relate quem é o Deputado.

O SR. RUDIMAR BASSO – Chegou um cidadão de lá, um leigo e veio comprar um caminhão. Ele disse “olha, Bastos, estou com medo de comprar um caminhão”. Por quê? “Porque veio um Deputado dar uma palestra em Nova Roma do Sul e falou que tem que te investigar porque tu vende caminhão roubado”. Eu disse: “mas quem é ele?” “Ah, nem peguei, fiquei ouvindo lá”. Eu perguntei “mas de onde era, um Deputado Estadual ou Federal?” Ele disse: “ele é da região”.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Se o senhor não quiser dizer publicamente qual é o Deputado, ponha em um papel para este Presidente dar conhecimento aos integrantes, mas o senhor, por favor, dê o nome do Deputado.

Aliás, vou rasgar esse papel que o senhor fez publicamente e pedir para o senhor assinar o termo compromisso que tem aí para substituí-lo porque esse tem a sua assinatura em um papel em branco, com os seus dados e estou, então, rasgando publicamente e devolvendo para o senhor.

Por favor, Na urides, dê uma caneta que ele anotar o nome do Deputado.

O SR. RUDIMAR BASSO – V. Ex.^a não tenho condições. Essa pessoa é leiga.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Isto é algo interno. Peço ao senhor e até compreendo que não queira ter uma briga política, mas há o seu advogado está concordando comigo, mas para a Comissão o senhor revela o nome e não vou discutir mais isso com o senhor.

O SR. RUDIMAR BASSO – Eu posso pegar aquele cidadão, ir na casa dele e perguntar para ele, no dia tal, quem foi que...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Qual o nome do cidadão?

O SR. RUDIMAR BASSO – Quem foi? O Rosemar Toqueto.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor vai nos obrigar a intimá-lo e vai ficar chato.

O SR. RUDIMAR BASSO – Tudo bem, foi ele quem falou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Presidente, eu penso que é importante, até para o bem dele, esclarecer todas essas suspeitas que são levantadas em relação a essa situação. De repente, pode até ser olho grande, mas a verdade é que salta aos olhos alguém que, em tão pouco tempo, constrói um patrimônio tão grande. As pessoas ficam observando e vem uma denúncia, outra denúncia, tem um inquérito, não se comprova, e a CPI está passando a limpo. E essa onda do roubo de caminhão está pegando, então nós temos que chegar nas fontes. Tomara que o senhor não deva nada, e que bom. E nem estamos dizendo, até por que, se dissermos que o senhor está vendendo, temos que dizer: isso, aquilo, aquele e aquele outro. Somos específicos em apontar cada um. Não queremos absolutamente enlamear a vida de ninguém.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que a assessoria anotasse, e nós poderíamos votar em Brasília, por que vai precisar que rumo para votar, a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico nos últimos cinco anos, para a CPI avaliar, especialmente no que diz respeito a essa questão do Imposto de Renda. Se houve toda essa evolução no Imposto de Renda, tem evolução patrimonial. Há incorporação do patrimônio, se houve essa incorporação ano a ano. Daqui a pouco não tem nada, daqui a pouco tem tudo. De onde é que vem? Não cai do céu, não é? Então, tem que haver um crescimento e uma contribuição proporcional ao crescimento do patrimônio. Se o senhor incorporou R\$200 mil ou R\$300 mil num ano, vai ter que pagar o Imposto de Renda sobre aquele valor do patrimônio incorporado. Em dez anos, se o senhor incorporou mais de R\$2 milhões, esse volume vai ter que aparecer na declaração de Imposto de Renda como incorporação e vai ter que aparecer a contribuição para o Imposto de Renda e quanto o senhor pagou para o Imposto de Renda.

Eu não sei se o senhor sabe, mas os grandes esquemas que a CPI do Narcotráfico descobriu do tráfico de drogas a CPI descobriu do caminhão roubado, porque andam juntos. O tráfico de drogas e a carga roubada transitam juntos. Não é por acaso que nós fizemos a CPI do Narcotráfico e desencadeou depois uma outra CPI, cujo Relator é o Deputado Oscar Andrade, que é o autor da proposta da CPMI do Roubo de Cargas, que é uma consequência da CPI do Narcotráfico, porque, como eu disse, as duas coisas andam juntas. E muitas pessoas que foram pegadas na

CPI do Narcotráfico não tinham processo, tinham todos os tipos de certidão, todas as certidões negativas, não tinham nem inquérito, nada, nada, mas tinham um vasto patrimônio, sem nenhum registro. Ninguém sabia de onde veio, e nem ele tinha que explicar como veio, de onde ele ganhou, como as coisas aconteceram. E até tinham atividade lícita, mas fizeram da atividade lícita uma fachada de uma atividade ilícita e cresceram assustadoramente. Abriu-se o Imposto de Renda, nada; abriu-se a conta bancária, um estouro.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ninguém de clara ao Fisco aqui o que não pode, mas todo mundo esquece de preservar a conta bancária.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, Presidente, eu quero que a assessoria já anote que eu vou requerer a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico. Posteriormente, nós votamos em Brasília, e daí, Sr. Bastos, se houver discrepância, com o tempo, a CPI pode chamá-lo novamente, possivelmente em Brasília, para esclarecer pontos. Se a CPI vier ao Rio Grande do Sul, nós podemos chamá-lo aqui para vir depor novamente; se não, nós podemos convocar o senhor para ir a Brasília. O que nós queremos é deixar as coisas claras, cristalinas, transparentes. E o senhor pode ficar de olho nessa questão do carro. O carro anda junto com a droga.

O SR. RUDIMAR BASSO – O que é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O caminhão roubado anda junto com a droga; a droga anda junto com o caminhão roubado. E na região, infelizmente, tem muito caminhão roubado, o que não é, digamos assim, da sua conta. Mas até fiquem de olho, porque vai começar a estourar. E gente boa, gente decente, gente humilde comprou caminhão com dinheiro contado e vai acabar perdendo, por que o caminhão não é dele, o caminhão é roubado. Como o senhor disse, daqui a pouco vai cantar bala lá, por que vai ser gente lograda.

O SR. RUDIMAR BASSO – V. Ex^a tenha certeza de que eu não lesei ninguém e não fiz nenhum ato ilícito. Eu estou olhando para os seus olhos; olha bem para os meus olhos. Eu vou a Brasília; estou à disposição da CPI para ajudar no que for.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perfeito. Está bem, eu lhe agradeço.

O SR. RUDIMAR BASSO – Quem não faz não teme.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Da minha parte, Sr. Presidente, está bem.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Agradeço ao senhor, Sr. Rudimar Basso, e, obviamente, a CPI, após a do seu sigilo, analisado, poderá reconvo-cá-lo.

O senhor está dispensado.

O SR. RUDIMAR BASSO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Requerimentos sobre a mesa.

“Requeiro nos termos regimentais a convocação do preso Luiz Fernando da Costa, vulgo Fernandinho Beira-Mar, para depor nesta Comissão, na próxima semana, em Brasília, o qual se encontra recolhido na Superintendência Regional da Polícia Federal do Distrito Federal, tendo em vista que o mesmo foi citado em depoimento pelo preso Sálvio Vilar com envolvimento de quadrilha de roubo de cargas que atua no eixo Rio de Janeiro–Minas Gerais.

Porto Alegre, 25 de abril de 2001.”

Assinao Deputado Robson Tuma e subscreve o Deputado Pompeo de Mattos, o Deputado Cabral e o Deputado Relator.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Presidente da Comissão, Senador Romeu Tuma...

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu gostaria de fazer um comentário a respeito. Na verdade, não posso deixar passar essa oportunidade em função da alegria e da satisfação que tenho em trabalhar aqui hoje sob sua Presidência, contando a meu lado com o Deputado Pompeo de Mattos, que fizeram um trabalho excelente na CPI do Narcotráfico, redundando agora, finalmente, a prisão do Fernandinho Beira-Mar. Tenho certeza que será muito útil para nossa CPI, inclusive pela colocação do Pompeo de Mattos por último no depoimento passado de que caminhão roubado e droga sempre andam juntos.

Será muito válido para nós, mas quero parabenizar V. Ex^a e o Sr. Pompeo de Mattos.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu, em contatos telefônicos com o Presidente de direito, de fato, da Comissão, Senador Romeu Tuma, já no dia de ontem, quando apresentei o requerimento, soube que S. Ex^a já está conversando com as autoridades que têm a custódia do preso Fernandinho Beira-Mar para a possibilidade de ser ouvido na Comissão na quarta-feira em Brasília, pois terça-feira é feriado. Então, já na próxima quarta-feira, provavelmente, te-

remos a oitiva, em Brasília, do preso Fernandinho Beira-Mar.

Chamo o Vagner Fontana. (Pausa.)

Identidade nº 5036785151, idade 34 anos, CPF o senhor não revela, eu gostaria que o senhor viesse à Comissão, casado, residente no endereço que não revelarei publicamente, o senhor é policial, em atividade atualmente em Tapejara e não tem nenhum parente.

V. S^a, como policial conhecedor da lei, sabe que, sob juramento, não pode mentir para que o senhor não sofra sanções das leis brasileiras. Por isso, pergunto-lhe: Jura dizer a verdade, somente a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. VAGNER FONTANA – Juro.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Qual é a função do senhor na polícia?

O SR. VAGNER FONTANA – Sou escrivão de polícia atualmente em cartório.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Faz visitas?

O SR. VAGNER FONTANA – Não. Fiz, já trabalhei no Siretran.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo o senhor trabalhou nessa função?

O SR. VAGNER FONTANA – Na Siretran fui designado em 1996 até maio de 2000.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quatro anos. Em qual cidade o senhor trabalha?

O SR. VAGNER FONTANA – Tapejara.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor sabe o sobre o caso do caminhão? Obviamente o senhor se informou por que o senhor vinha aqui, certo?

O SR. VAGNER FONTANA – Ontem, sim.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, o senhor, por favor, explique para nós o que pode ter acontecido, no caso de se conseguir fazer a transferência fazendo-se vistoria de um caminhão roubado com o chassi adulterado. Como pode alguém que esteja fiscalizando, periciando um caminhão passar isso desapercibido, ou não há a possibilidade de ser desapercibido?

O SR. VAGNER FONTANA – Fazíamos em torno de aproximadamente 150 no total em carros e automóveis e em caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por dia?

O SR. VAGNER FONTANA – Por mês. Cidade pequena.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sim, por isso que eu...

O SR. VAGNER FONTANA – E caminhões. Vários garagistas que têm lá. Mas apenas a vistoria, verificação de chassi e motor. Não temos curso específico, nunca tivemos. Só passou por lá... Fazíamos a vistoria normal, verificação de chassi e motor, os dados básicos do veículo, parte elétrica, só. E consultávamos o sistema e transferíamos o veículo, nada... Comum a todos, normal a vistoria, que era a minha função designada, ao menos, que eu fui, sem curso técnico nenhum, sem estrutura, que hoje o CRDS possui. Então, o que tenho a dizer é que não tem muito que... Ao menos essa era a função que eu fazia para todos.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Está bem, mas o senhor não respondeu a minha pergunta. Como o senhor faz a vistoria? Eu cheguei lá com o caminhão, fui fazer a vistoria. E aí?

O SR. VAGNER FONTANA – Vem com o requerimento, tira-se o decalque, o chassi, o motor, que era o que me passaram quando me designaram para essa função. O decalque do chassi, a gente consulta se está... A única coisa que diziam para cuidar se não havia soldado ou alguma coisa muito grosseira - até porque a gente não tinha curso nenhum -, olhar se estava tudo ok ou não no caminhão; nesse sentido. O chassi se tinha um bom alinhamento dos números e motor. Só isso que me passaram.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então não é o senhor que abre lá e vê se a chapa está inteira? O senhor pega só o decalque vindo do motorista. O motorista mesmo vai lá, puxa o decalque e dá na sua mão?

O SR. VAGNER FONTANA – Não, o procedimento, geralmente, é via despachante, trazem requerimento, solicita vistoria...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Já com o decalque?

O SR. VAGNER FONTANA – A gente vai lá e confere.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não é o senhor que colhe?

O SR. VAGNER FONTANA – Não, a gente confere o decalque...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Com a chapa do carro.

O SR. VAGNER FONTANA – É. No chassi.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – No chassi, sim, mas há uma chapinha aqui no número?

O SR. VAGNER FONTANA – Esse era um procedimento. Todos eram feitos assim. Ao menos o que me passaram era assim.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E quando está adulterado? O senhor confere o número mas está tudo machucado. E aí?

O SR. VAGNER FONTANA – A gente faz a apreensão do veículo, como foi vários...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por que o senhor não fez desse aí, por exemplo?

O SR. VAGNER FONTANA – Teve vários, passou, não tinha vestígio claro. Ele é muito bem... ao menos, o que depois foi constatado é que foram muito bem feito. Nas minhas condições, eu não tinha como ver isso. Depois eu soube que passou CRGAS em Passo Fundo, passou em Carazinho, passou em outros locais que tinham muito mais estrutura.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em outros locais.

O SR. VAGNER FONTANA – Eu não tinha condições de ver isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava muito bem falsificado.

O SR. VAGNER FONTANA – Muito bem feito, muito bem falsificado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece, principalmente no caminhão Mercedes, que até 1992 a marca do chassi era na frente da roda; a partir de 1992, atrás da roda. Você sabe desse detalhe?

O SR. VAGNER FONTANA – Sinceramente... Nós não tínhamos nada de curso nenhum.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas hoje tu sabes que tem diferença.

O SR. VAGNER FONTANA – Alguma coisa que o próprio pessoal do DEIC nos instruiu mais após esses fatos. Até fizemos apreensões de outros caminhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então como é a história conta para nós. O que tu não sabias e sabes agora?

O SR. VAGNER FONTANA – A questão da parte de motores, peças que ali tem anos de motores que nunca tinha colocado, nunca visto isso, que por dentro tem outras peças que você vê ano de motor, se pertence ou não ao caminhão. Acessórios basicamente. No cinto de segurança também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso tudo tu não sabias de nada.

O SR. VAGNER FONTANA – É uma hipocrisia. Chegávamos lá e até dizíamos: "Olha, faço o básico. Nunca me passaram nada. Fui designado assim..."

O SR. OSCAR ANDRADE – Não há treinamento, não há especialização.

O SR. VAGNER FONTANA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos anos de Polícia o senhor tem?

O SR. VAGNER FONTANA – Sete anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor é?

O SR. VAGNER FONTANA – Sou escrivão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É escrivão de Polícia?

O SR. VAGNER FONTANA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi para fazer vistoria sem ter nenhum curso, nenhuma formação, nada?

O SR. VAGNER FONTANA – Nada. Na escola de Polícia, levaram-nos, uma vez, para conhecer o pátio do De tran, só para conhecer o pátio, onde funcionavam os registros. Nunca tivemos uma aula específica.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É difícil.

Depois, apresentarei um requerimento para convocar o Secretário de Segurança Pública para ir a Brasília. Viemos aqui, S. Ex^a não veio, mas vai para lá. E vai. Vou convocar o Secretário de Segurança Pública. O que o senhor está dizendo é uma aberração, embora o senhor tenha razão. Daqui a pouco, o senhor é vítima também de um processo desses. Como é que a Secretaria de Segurança Pública não tem uma política de formação dos seus quadros, de especialização de alguém que vai fazer uma vistoria? Aí, vão dizer: “Vamos vender para os ‘babacas’ do Rio Grande do Sul, porque, lá no Rio Grande do Sul, os ‘babacas’ não sabem fazer vistoria”. Não podemos “pagar esse mico”.

Vou apresentar um requerimento, convocando o Secretário de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – É incompetência do Estado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Estado tem de dar estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Enquanto o Deputado Pompeo está falando, peço para já conduzirem o Vitalino Favaretto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor diz: “Eu fiz a vistoria, mas eu não sabia que era isso”. Eu vou dizer o quê? Eu não posso exigir que o senhor saiba aquilo que não sabe. Isso até autoriza um malandro que sabe a dizer que não sabe. Como é algo complexo, complicado, não há curso de formação específica para isso e ele não fez o curso, ele, inteligente-

mente, sabe, mas diz que não sabe. Vai lá, vê que é, mas passa para frente, entra no esquema e fica tudo por isso mesmo. E ficamos de bobo na história.

O Estado tem de dar a formação, a capacitação, tem de preparar o profissional. Precisamos de profissionais preparados para essa função. Tem de haver um curso específico, se se vai fazer vistoria.

Eu estive conversando com o pessoal do Deic, em Porto Alegre, e aí tem o exemplo. O senhor é o exemplo de como não deve ser e o Deic, em Porto Alegre, é o exemplo de como é. O Deic é afiado. Escapar de uma vistoria dele não é fácil, mas é preciso que todos os policiais que fazem essa vistoria tenham esse conhecimento. Senão, o que acontece? Vou deixar claro que é por isso que vou convocar o Secretário.

Sou advogado e vou dizer algo muito claramente ao senhor. Se eu for fazer uma vistoria, e o policial que representa o Estado – o senhor não representa o senhor mesmo, o senhor é o Estado, é o poder público, é mais que o Sr. José Paulo Bisol -, emite um documento que tem fé pública e me autoriza a comprar o veículo, eu, que sou um comprador de boa fé, na hora em que me tomarem o veículo, não vou processar o senhor, eu vou processar o Estado. E o Estado terá de me indenizar, a não ser que haja conluio.

O Sr. José Paulo Bisol terá de nos explicar isso. Ou será que S. Ex^a não sabe isso também? S. Ex^a tem de saber, pois é o Secretário de Segurança Pública e tem de ter essas informações. É muito grave o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sr. Vitalino Favaretto, o senhor prestou juramento a esta CPI. Está consciente de que esse juramento ainda está em curso?

O SR. VITALINO FAVARETTO – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor continua jurando dizer a verdade, somente a verdade, sobre o que souber e lhe for perguntado.

O SR. VITALINO FAVARETTO – Estou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Antes de o Sr. Favaretto voltar a depor, gostaria de fazer uma pergunta: Sr. Favaretto, o senhor sabe o que é a CPI.

O SR. VITALINO FAVARETTO – Mais ou menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que é mais ou menos?

O SR. VITALINO FAVARETTO – É uma investigação.

O SR. POMPEO DE MATTOS—Investigação. O senhor sabe que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. VITALINO FAVARETTO — Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS — Formada por deputados e senadores, embora hoje não haja senadores aqui. O senhor sabe que é sério?

O SR. VITALINO FAVARETTO — Sei que é sério.

O SR. POMPEO DE MATTOS — Mas o senhor estava dizendo ontem que a CPI era um circo e que havia um bando de palhaços.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) — O senhor, por favor, pode jogar o chiclete fora.

O SR. VITALINO FAVARETTO — Não estava falando isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS — O senhor disse ontem — e várias pessoas vieram relatar-me — que a CPI era um circo e que havia um bando de palhaços. Que eu era o palhaço-chefe.

O SR. VITALINO FAVARETTO — Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS — O senhor disse?

O SR. VITALINO FAVARETTO — Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS — Várias pessoas vieram falar.

O SR. VITALINO FAVARETTO — Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS — O senhor está brincando com coisas sérias.

O SR. VITALINO FAVARETTO — Não estou brincando.

O SR. POMPEO DE MATTOS — O senhor não disse ou retira o que falou?

O SR. VITALINO FAVARETTO — Retiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS — Acho bom o senhor retirar. O senhor disse a várias pessoas que a CPI era um circo, uma palhaçada, e que, inclusive, este Deputado era um palhaço. O senhor acha que tenho cara de palhaço?

O SR. VITALINO FAVARETTO — Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) — Deputado Pompeo de Mattos, se disse está sujeito à sanção penal. Quero que V. Ex^a traga, agora, uma testemunha para esclarecer o fato.

O SR. VITALINO FAVARETTO — Não falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) — Quero esclarecer. Estou pedindo que o Deputado Pompeo de Mattos me ajude. Se realmente houve esse fato, não era do meu conhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS — Sr. Deputado, não quero criar uma celeuma, mas quero que ele reconheça e retire o que disse. Várias pessoas me disseram. Não quero criar mais celeuma na CPI. Várias pessoas ouviram o senhor dizendo, lá fora. O senhor não escondeu. Se retirou o que disse, reconsiderarei.

O SR. VITALINO FAVARETTO — Mas não falei nada disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS — Várias pessoas me disseram. Ele sabe que disse. Se quiser, trarei as pessoas até aqui. Se o senhor admitir e retirar o que disse, voltarei atrás.

O SR. VITALINO FAVARETTO — Não falei isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS — O senhor quer que eu traga pessoas que o ouviram dizer?

O SR. VITALINO FAVARETTO — Mas não falei. Como vou dizer?

O SR. POMPEO DE MATTOS — As pessoas inventaram, então?

O SR. VITALINO FAVARETTO — Não falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) — Devem vir duas pessoas. Pedirei ao Deputado Pompeo de Mattos que, então, converse com as testemunhas. Devemos esclarecer já porque não temos tempo.

O SR. VITALINO FAVARETTO — A única coisa que falei...acho que estão me forçando a dizer uma coisa para me fazer mentir. Estou falando toda a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) — Deputado Pompeo de Mattos, não vou aceitar esse momento constrangedor. V. Ex^a trará duas pessoas, caso contrário vou passar à oitiva.

O SR. POMPEO DE MATTOS — O que mais o senhor falou?

O SR. VITALINO FAVARETTO — Só isso. Estou falando toda a verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS — O senhor não falou que a CPI era um circo.

O SR. VITALINO FAVARETTO — Não, senhor. Sou incapaz de falar isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS — Sr. Presidente, siga com o depoimento. Vou checar. Tenho certeza porque não foram uma ou duas pessoas, várias pessoas vieram até aqui. Vou fazer uma checagem. Até o final o depoimento vou examinar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) — Peço a V. Ex^a que providencie rapidamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS — Vou examinar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) — Ontem, o senhor falou que o policial Vagner Fontana fazia a vistoria. Por isso, conseguia fazer a transferência de

carros roubados. Gostaria que o senhor ficasse de frente para ele, não para mim, e repetisse o que falou.

O SR. VITALINO FAVARETTO – Ele fazia vista-ria.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor o conhece há muito tempo?

O SR. VITALINO FAVARETTO – Ele mora na mesma cidade que eu.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Como?

O SR. VITALINO FAVARETTO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quanto tempo?

O SR. VITALINO FAVARETTO – Dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor confirma que o conhece há uns dez anos? No microfone, por favor.

O SR. VAGNER FONTANA – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Há uns dez anos?

O SR. VAGNER FONTANA – Há mais anos.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Há mais?

O SR. VAGNER FONTANA – Sempre moramos lá.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E qual era a relação de amizade?

O SR. VAGNER FONTANA – Estritamente profissional. Como Escrivão de Polícia, amizade íntima não tem. Só como conhecido, na cidade pequena. Conhece, cumprimenta, tudo bem, nada mais.

O SR. – Nunca saíram juntos, assim?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quantos caminhões ele le vou lá para o senhor?

O SR. VAGNER FONTANA – Olha, ele era garagista. Acredito que, destes aqui, depois que a gente fez, com o delegado, que a gente fez a consulta, mas são aproximadamente uns quatro ou cinco, desse que veio, se não me engano do Pará. Por aí, porque passavam tantos, não era só ele, no caso, que trazia veículos de lá. Quatro ou cinco caminhões. Não tem assim especificamente. Teria que ver no inquérito que ele depois foi aberto. Até, inclusive, depois que veio o Deic, que houve esse problema de perícia, do chassi desses caminhões furtados, a gente até, inclusive, apreendeu outros, com a equipe lá da delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Havia muita fila, quando o senhor lá fazer a transferência?

O SR. VITALINO FAVARETTO – Na delegacia? Não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não? Como era para passar caminhão, fazer transferência de caminhão que tinha o chassi adulterado? Vocês pagavam alguma coisa para o policial?

O SR. VITALINO FAVARETTO – Não, isso não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Como era? Fazia por amizade?

O SR. VITALINO FAVARETTO – Não, senhor. Chegava, olhava o número do chassi.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sim, mas estava adulterado, o caminhão era roubado. E aí? E se conseguia fazer a transferência. Quer saber e entender como conseguiram essa proeza.

O SR. VITALINO FAVARETTO – Mas ninguém notava que era adulterado o caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ninguém notava? Então, quer dizer que ele não notava. Passava sempre despercebido?

O SR. VITALINO FAVARETTO – Mas nem eu notei. O caminhão que foi transferido para lá foi para o CRVA, em Passo Fundo, Carazinho, Chapecó, era perfeito, plaqueta de cabina, plaqueta de motor, tudo fechava.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não, perfeito ele não era.

O SR. VITALINO FAVARETTO – Mas estava como se fosse perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Se ele fosse perfeito, o senhor não estava aqui hoje. Perfeito ele não era, senão o senhor estaria fazendo o que aí?

O SR. VITALINO FAVARETTO – Não, mas...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não, mas, o quê?

O SR. VITALINO FAVARETTO – Só, o que vou falar?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor fale a verdade.

O SR. VITALINO FAVARETTO – Mas estou falando a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não, não está falando a verdade. O senhor sabe que não está falando a verdade.

O SR. VITALINO FAVARETTO – O que o senhor que eu diga para o senhor?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quero que o senhor me diga a verdade.

O SR. VITALINO FAVARETTO – Mas estou falando a verdade: que levava o caminhão lá, o Wagner olhava o número do chassi, plaqueta de cabina.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O caminhão era seu?

O SR. VITALINO FAVARETTO – Não. Como assim?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Os caminhões eram seus? Esses caminhões que o senhor levava lá?

O SR. VITALINO FAVARETTO – Antes de eu comprar, levei lá para fazer uma vistoria. Checava na...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, quando o senhor mandava lá, quando o senhor levava lá, quando o senhor era garagista, o patrão do senhor falava assim: “Vai lá, faz a vistoria e fala com o fulano!”

O SR. VITALINO FAVARETTO – Não, isso não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ele nunca mandou o senhor ir lá?

O SR. VITALINO FAVARETTO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Falar com ninguém?

O SR. VITALINO FAVARETTO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por favor, pergunte ao Deputado Pompeo se há astestemunhas.

Vou suspender a reunião por um minuto. Por favor, os senhores aguardem!

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sr. Vitalino Favaretto, o senhor confirma o que o Deputado Pompeo de Mattos...

O SR. VITALINO FAVARETTO – Ontem, quando eu saí daqui, fiquei meio nervoso, achei que fiquei meio pressionado, tentei desabafar alguma coisa. Se falei alguma coisa demais, peço desculpa e retiro o que falei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, coloquei isso porque que estamos aqui trabalhando, Sr. Vitalino, com respeito ao senhor. De repente, talvez todo esse trabalho até reverta em seu favor. Nós estamos trabalhando com seriedade, com sacrifício aqui, correndo riscos.

O SR. VITALINO FAVARETTO – Eu fico assim, que nem ontem, pressionado; eu fiquei muito nervoso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, eu sei. O senhor é gente humilde, do interior. Eu o compreendo e aceito a sua desculpa, aceito que o senhor retire. Acho que tudo bem, dá para continuarmos o trabalho, para mim não é esse o problema. Eu só quero que o

senhor saiba que assim como o senhor é um cidadão que preza pela coisas sérias, também estamos trabalhando com seriedade. Estamos investigando fatos. Se os fatos estão nas pessoas, as pessoas se misturam com os fatos. Nós não temos nada contra a pessoa do Sr. Vitalino; temos em função de fatos que aconteceram. Se esses fatos, digamos assim, forem comprovados que não são verdadeiros, está tudo bem. Então, para mim, Sr. Presidente, é assunto encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Essa Comissão é um colegiado e todas as decisões são feitas por um colegiado. Eu vou, em nome da CPI, desculpar o senhor, mesmo não sendo a minha vontade, e dizer-lhe que nós não estamos brincando. Se o senhor ou quem quiser desrespeitar ou tentar desqualificar a Comissão, não conseguirá. Nós brigamos e vamos brigar com bandidos muito piores do que aqueles que estão vindo na Comissão.

Está bem claro isso para o senhor?

O SR. VITALINO FAVARETTO – Não, eu não estou desrespeitando a...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Está claro isto para o senhor?

O SR. VITALINO FAVARETTO – Está.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu estou satisfeito. Posso dispensar os dois? (Pausa.)

Estão dispensados e eu peço para colocar em outra sala. O Vagner já pode ir para a cidade dele.

“Requeiro, nos termos regimentais, a quebra de sigilobancário, fiscal e telefônico de Rudimar Basso e Basso Caminhões Ltda.

Assina o Deputado Pompeo de Mattos e subcrevem os Deputados Robson Tuma, Oscar Andrade e Cabral.”

O requerimento será votado no momento oportuno.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, eu tenho apenas que pedir que acrescente Basso Veículos, porque na verdade são duas empresas. Só está Basso Caminhões. Que se considere também Basso Veículos.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Fica, então, considerado. Peço para rebater o requerimento, que será votado no momento oportuno. (Pausa.)

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O seu nome é Ademir José Albareto, identidade 233.616.329, 38 anos, CPF 475190109-53, desquitado, o endereço está aqui, eu não vou constar publicamente, profissão comerciante na fábrica de imóveis,

exerça a sua atividade em Foz do Iguaçu e não é parente de nenhum envolvido. Certo?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Albarello.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor conhece a lei e sabe que pode sofrer sanções se mentir a esta Comissão. Portanto, eu lhe pergunto: o senhor jura dizer a verdade, somente a verdade, do que souber e lhe for perguntado?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) - Jura?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Juro. Eu vou falar como réu ou como testemunha?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) - O senhor fala como testemunha, convocado como testemunha. Certo, Naurides? Intimação como testemunha. O advogado ali lhe instruiu bem. Só que não esperava que tivesse um outro advogado sentado à mesa.

O senhor terá o tempo de vinte minutos, se necessário mais vinte, para, se quiser, obviamente, falar a respeito do assunto que o senhor sabe qual que é. O senhor quer falar ou quer os Deputados comecem a perguntar?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Comecem a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) - Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o seu ramo de atividade, Sr. Ademir?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Marcenaria, fábrica de móveis.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcenaria? O senhor está preso desde quando?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - De 25 de maio de 2000.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o senhor foi preso?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Por receptação e estelionato.

O SR. OSCAR ANDRADE - Por receptação de?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - De veículo, caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) - O senhor está algemado?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E por estelionato? Explique-me essas duas situações, por favor.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Porque eu conheci um cidadão chamado Roberto Vagner da Silva, em São Paulo, no leilão Sodré Santouro.

O SR. OSCAR ANDRADE - Só um minutinho, por favor. Aguarde só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) - Tenho o prazer de receber agora o nosso Senador Moreira Mendes e de lhe passar a Presidência.

O SR. OSCAR ANDRADE - Pode continuar, por favor.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Ele falou que tinha uma frota de caminhões para vender, porque fazia serviço para o correio.

Eu peguei esses caminhões e fiz contato com quem eu conhecia, com Vitalino Favaretto, com o outro rapaz de Saranduva e o cara de Frederico, que eu tinha feito negócios de carro baixo com eles.

O SR. OSCAR ANDRADE – De carro baixo?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - De automóveis. Eles falaram que tinham interesse nessas caminhões. Passaram...

O SR. OSCAR ANDRADE – O Vitalino...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - O Vitalino, outro rapaz de Saranduva que não me recordo o nome.

O SR. OSCAR ANDRADE - Que você não lembra o nome?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não lembro. É que tinha interesse, se tivesse preço, tinha interesse. Passaram-se trinta dias, eu dei para o Roberto o telefone da minha casa, telefone da minha marcenaria..

O SR. OSCAR ANDRADE - Roberto?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Roberto Vagner da Silva.

O SR. OSCAR ANDRADE - De onde que ele era?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Ele era do Paraná, mas, no final, ele estava morando na Bahia.

O SR. OSCAR ANDRADE - Então, espera aí. O Roberto foi intermediário desse início da conversa com o Vitalino.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não, ele era o proprietário.

O SR. OSCAR ANDRADE - Dos veículos?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Dos veículos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Dos automóveis.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - E eu intermediei as vendas.

Passaram-se trinta dias, ele entrou em contato comigo, eu entrei em contato com quem conhecia, que interessava. Se tivesse preço, eles ficariam com os veículos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Setivesse preço...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Preço de comércio.

O SR. OSCAR ANDRADE - Preço bom.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - De comércio. Preço de comércio para revenda.

Veio primeiro caminhão. Foi feita vistoria no caminhão na delegacia. Foi mandada a documentação para o Detran, em Porto Alegre. Transferiu todos os veículos que vieram. Foram todos transferidos. Todos com vistoria do mesmo sistema.

O SR. OSCAR ANDRADE - Onde foi feita a vistoria?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Em Tapejara.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem fez, o senhor sabe?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não sei. Chegava o carro, conferia a documentação...

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantos veículos foram?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Foram oito para Vitalino.

O SR. OSCAR ANDRADE - Oito caminhões, tudo para o Vitalino.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - E quantos automóveis?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não, o total... Oito caminhões. O total para o Vitalino foi oito caminhões.

O total de caminhões é quinze caminhões.

O SR. OSCAR ANDRADE - Todos os caminhões, depois, foram...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Todos os caminhões que chegavam, verificava-se a documentação, levava-se para a delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você olhava se estava tudo certinho e repassava.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Com o conhecimento que tínhamos. Nós não somos peritos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Esses caminhões, depois, vieram a saber que eram roubados.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Depois de, mais ou menos, uns três meses, isso foi em dois meses.

O SR. OSCAR ANDRADE - Todos esses caminhões vieram do Roberto?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Todos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Lá da Bahia?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não, não sei de onde vinha, se era de São Paulo ou da Bahia.

O SR. OSCAR ANDRADE - As placas?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - As placas vinham da Bahia, do Norte, de Mato Grosso.

O SR. OSCAR ANDRADE - E esse Roberto está aonde?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Eu não sei. Sete dias antes de eu ser preso ele estava na Bahia. Ele mudou e, quando saiu meu mandato...

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor conhecia o Roberto há muito tempo?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Como é?

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor o conhecia há muito tempo?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não. Conheci três meses antes do negócio.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor vendeu esses caminhões para quem?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Para Vitalino Favaretto.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o Dalmolin?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - O Dalmolin é o rapaz de Frederico.

O SR. OSCAR ANDRADE - Frederico é a cidade?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - É a cidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Frederico Westphalen.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - E o outro é Tapejara, que é o Azevedo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Então, dos 15, passaram com você 8?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não, passaram 15. Oito para o Quico e três para o cara de Frederico... Como era o nome?

O SR. OSCAR ANDRADE - Oito para quem?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Dalmolin.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Oito para o Dalmolin. Dalmolin não. Oito para o Vitalino, que se chama Quico; três para o Frederico e quatro para o Tapejara.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem é o Frederico?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Frederico é o que o senhor citou. Esqueço. Estou na cadeia há tanto tempo que está meio lavada a minha cabeça.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Frederico Dalmolin?

O SR. OSCAR ANDRADE – Dalmolin.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Frederico e Dalmolin é a mesmacoisa. Frederico Westphalen é a cidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quatro para onde?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Para Saranduva.

O SR. OSCAR ANDRADE – Espere aí. Vitalino, Dalmolin e os outros quatro é para quem?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Saranduva é.. Qual é o nome?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Azevedo.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Azevedo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor intermediou a venda de todos esses caminhões?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – De todos esses caminhões.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todos vieram do Roberto?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Do Roberto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quanto tempo o senhor conhecia o Roberto?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Há dois, três meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde o senhor o conheceu?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Em São Paulo, no leilão Sodré-Santoro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse leilão é de quê?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – De carros batidos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele trabalhava com isso?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não. Nós nos conhecemos perto de um 608 que eu estava vendo para comprar para colocar na madeireira. Ele parou para comprar e, nessa época, ele chegou perto. A gente vai de manhã cedo para o leilão, pega a pauta e fica colocando os preços que a gente quer pagar, que vão sair mais ou menos no leilão. Começamos a conversar ali e chegamos ao acordo...

O SR. OSCAR ANDRADE – Os caminhões eram de fora e como se dava a transferência?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Transferência?

O SR. OSCAR ANDRADE – É. Não tem que ter o DUT, firma reconhecida?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não. Quanto à firma reconhecida, vinha a documentação que era preenchida e mandada, pela Vaspe, para ele em Salvador. Ele assinava, reconhecia e mandava de volta.

O SR. ROBSON TUMA – O esquema é todo montado em Salvador?

O SR. OSCAR ANDRADE – É aí que quero chegar.

O documento vinha em branco...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Vinha para preencher e preenchia atrás com os dados de quem ia transferir. No caso de quem comprasse, preenchia com o nome dele e mandava, pela Vaspe, para o Roberto, em Salvador, para reconhecer firma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você afirmou em outro depoimento que esses documentos vinham com firma reconhecida e em branco.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Alguns, sim. Outros...

O SR. OSCAR ANDRADE – Vinham com firma reconhecida de cartório e completamente branco?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Vinham um ou dois, não sei, assim. Aí, tinha que preencher e mandar preenchido para reconhecer. Dois vieram em branco e reconhecidos. Os outros eram preenchidos.

O SR. OSCAR ANDRADE – E voltavam lá para reconhecerem.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não dá para saber se é...

O SR. ROBSON TUMA – O importante é saber que na Bahia existe um esquema que com o documento em branco ou preenchido se reconhece firma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não achava estranho? Você sabe que é ilegal vim o carimbo de um cartório reconhecendo firma sem nenhuma...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Mas antigamente, há dez ou doze anos, o Estado do Rio Grande do Sul e outros faziam isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E por que não fazem mais?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não sei. Alguma coisa deve ter acontecido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, o senhor sabia que era ilegal. Se faziam aqui e não fazem mais...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Essa é uma coisa que nunca...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto você ganhava nesse negócio?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – R\$1,5 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por caminhão?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Por caminhão. Não sobrava isso líquido porque eu fazia as ligações e me deslocava. Saía de Foz do Iguaçu e vinha até Tapejara, onde chegava o motorista do Roberto, que entregava o caminhão. Acertávamos a negociação e íamos na delegacia fazer o que tinha de ser feito para...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era o seu contato com o Roberto?

O SR. ROBSON TUMA – Só um minuto, desculpe-me. Ia à delegacia para fazer o quê?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Fazer a vistoria, pra fazer a documentação, pra vir ser transferido.

O SR. ROBSON TUMA – E quem fazia a vistoria na Delegacia?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não sei.

O SR. ROBSON TUMA – Você que levava?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – No Rio Grande do Sul, em todos os Estados, você tem que ir na Delegacia, fazer a vistoria, ou seja no Detran...

O SR. ROBSON TUMA – Sim, mas estava adulterado.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não. Era... Nós não tinha conhecimento...

O SR. ROBSON TUMA – Sim, mas ele falava pra você levar para quem, lá no Detran?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não, qualquer um que tivesse de plantão, para olhar o carro, ou verificar se o carro era legal, para mandar a documentação pra transferência.

O SR. ROBSON TUMA – De duas, uma, Relator: ou aqui não tem a menor qualificação daqueles que fazem vistoria, não tem nenhuma, ou existe um esquema de corrupção violento. Eu prefiro acreditar que não tenham a menor qualificação. O cara nem vê, ele pega o selo, já bota ali, assinae...

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado, nós acabamos de ouvir o Wagner.

O SR. ROBSON TUMA – É, ouvimos, mas tem que ser apurado porque é um absurdo isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – É um funcionário público que está lá para fazer a vistoria, e não tem nenhum preparo; ele, pessoal, tem, mas ...

O SR. ROBSON TUMA – Nem pega a plaquinha...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem treino, não tem equipamento, não tem nada. Isso já ficou bem estabelecido aqui na verdade.

O SR. ROBSON TUMA – Isso é um absurdo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E é lógico que no meio disso também, nós sabemos que tem gente covinente.

O SR. ROBSON TUMA – Isso é um absurdo, porque o indivíduo não é preparado, ele sequer tem o trabalho de abrir o capô para ver se o número que está lá é o mesmo que está no papel. Está na cara isso. Ele pega o selinho. E está aqui, ele mesmo disse, que foi instruído para fazer assim. Já vem o selo junto. Você já levava o selinho?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não, não. Levava o carro, lá. Eles faziam vistoria, faziam o decalque e vinha pra...

O SR. ROBSON TUMA – Mas ele disse aqui que o decalque é feito, já vem... A pessoa já vem com o decalque.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era o seu contato com o Roberto? Como você conversava com ele, pra acertar...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Só por telefone. Eu dei os meus telefones, da minha casa e da minha marcenaria pra ele e ele me deu o celular.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você lembra o número?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não lembro. Na época, eu lembrava, estava aí o número do celular. Agora não lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já estava no depósito? O senhor chegou a dar o número?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Na época, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, aqui tem o telefone da sua casa. O senhor é de Santa Catarina?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não; Foz do Iguaçu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foz do Iguaçu é Paraná 45, não é? O senhor não deu o telefone do Roberto, não; deu?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Na época, sim. O Deputado até ligou na hora lá, mas o telefone estava cortado, que era celular.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não tinha outro contato com ele?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não, só o telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você não viu o Roberto mais?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Depois do dia 17, dia 18 de maio, quando eu estive na Bahia, que ele mudou pra cá, que saiu meu mandado de prisão, que eu vim pra me apresentar, pra falar com o Juiz, pra montar um negócio, pra gente pegar ele, eu fui preso e ninguém mais acreditou em mim, e daí não aconteceu mais nada. Nunca mais vi. Nunca mais tive contato. Aí ele soube pela televisão, pelos jornais, que eu estava preso e nunca mais nem ligou na firma, nem ligou na minha casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tinha um acordo com a polícia pra arrumar, pra pegar ele?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Eu queria fazer com a polícia, na época, mas ninguém acreditou em mim. Se acreditassem em mim, eu tivesse me apresentado, e o Juiz tivesse dado, na época, a gente tinha pego ele. Ele não sabia nem que eu tava preso, não sabia nada de mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não tem como, então...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Hoje, eu estou há onze meses preso e nunca mais ele ligou na minha casa, nem na fábrica.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é Artur?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Artur é funcionário do Vitalino Favaretto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele que levava os caminhões?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Ele foi levar um caminhão na Bahia. O último caminhão que a gente foi entregar pra Roberto Wagner da Silva, ele levou o último caminhão, onde a gente recebeu uma quantia de dez mil reais em dinheiro; dinheiro não, dez mil reais. Cinco em dinheiro. Aí ele ia tirar no banco os outros cinco, e eu pedi para ele dar um cheque. Ele deu um cheque. Nós tiramos uma xerox do cheque, que foi pro fórum, acho que, agora, esses dias pra trás, o Vitalino achou e levou no fórum, uma xerox do cheque de Roberto Wagner da Silva.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quanto?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – De cinco mil reais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tirou a xerox pra quê?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Porque nós já estávamos devolvendo os caminhões, pra nós termos alguma prova do Roberto, pra termos alguma coisa pra provar.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Artur que levava o caminhão?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não, levou esse caminhão. Só foi esse. Os outros foi o motorista que...

O SR. OSCAR ANDRADE – Para o Roberto.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Para o Roberto. Levou de volta. Devolvendo. Devolvendo para pegar o dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um só?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Um. O último. Um vermelho.

O SR. OSCAR ANDRADE – E por que os outros sete não? Estamos falando no caso do Vitalino. Ele comprou oito.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não, isso foi para devolução. Os outros não foram devolvidos, foi um devolvendo um.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não era tudo roubado? Tinha que devolver todos.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não, conforme ele ia pagando a gente ia devolvendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conforme o Roberto ia pagando? E quantas devoluções aconteceram?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Três devoluções.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele pagou integral?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Duas eu mesmo paguei, porque eu não tinha repassado o dinheiro para ele ainda. Aí eu repassei, paguei de volta, peguei e mandei para ele dois caminhões. E o terceiro foi o que o Artur foi levar.

O SR. OSCAR ANDRADE – E recebeu apenas R\$5 mil?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – R\$10 mil, R\$5 mil em dinheiro e um cheque de R\$5 mil. Pedi para ele dar um cheque de R\$5 mil para a gente ter alguma coisa dele, alguma coisa que provasse que ele existia. Daí essa xerox foi achada agora, o Vitalino achou, aí ele pulou fora.

O SR. OSCAR ANDRADE – E por que só deu R\$10 mil?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Porque ele disse que ia dar o resto e ficou enrolando, enrolando.

do e nunca... Eu era responsável, mas ele ficou enrolando, foi perdendo, perdendo o contato e não deu o restante.

O SR. OSCAR ANDRADE - E onde está o Artur?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE - O Artur então teve contato com o Roberto também?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Direto não. Só no posto de gasolina. Ele viu o Roberto, mas diretamente, conversar, não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem viu?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Eu sempre falava.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ah, você estava com Artur?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Eu estava esperando por ele lá para a devolução do caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você estava lá com o Roberto?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Eu viajei para lá. Mon tei todo o es que ma para ele le var o ca mi nhão, para receber o dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE - Então, você teve um convívio com o Roberto, depois?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Cinco dias, dez dias; mais cinco dias, dez dias, cada vez que fui...

O SR. OSCAR ANDRADE - E você não sabe nada do Roberto, o endereço, se é casado ou se não é, se tem filho?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Ele tinha uma mulher e dois filhos. Mas eu nunca conversei com a mu lher dele. Só sei que ele tinha mulher e dois filhos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você não chegou a ver nem onde ele mo ra va? Você não foi na casa dele?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Eu fui no dia em que ele mudou, quando saiu o meu mandato de prisão, que ele estava mudando para cá. Eu fui duas ve zes na Pi tu ba, só que eu não mar quei o en de reço. Na Pituba, duas vezes eu fui. Se hoje eu voltar lá eu consigo achar o prédio.

O SR. OSCAR ANDRADE - Esse cheque de R\$5 mil está no processo?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Na épo ca acho que estava no processo. A xerox do che que dei xei lá com o advogado do Vitalino, por que eles acharam a xerox do che que e le va ram no fó rum. Acho que faz um mês e meio, dois meses. Mas, na época, está

citado no processo. Só que eles não tinham achado a xerox.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Presidente, quero requerer que seja procurada nos autos a cópia desse cheque para que possamos, através da conta... É Banco do Brasil?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Ban co do Brasil.

O SR. OSCAR ANDRADE - Encontrar o endereço do referido Roberto.

O SR. ROBSON TUMA - Dr. Márcio, o relator está pedindo um cópia do processo para pegar a cópia de um cheque. Se puder vir por fax?

O SR. OSCAR ANDRADE - Observar se no processo tem a cópia desse cheque...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tem.

O SR. OSCAR ANDRADE - Para que possamos entrar em contato com o Banco do Brasil.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tem a cópia do cheque no processo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Solicito à Secretaria que proceda na forma solicitada para obter a cópia do cheque.

O SR. OSCAR ANDRADE - Procurar saber o nome, a agência, porque pela agência conseguimos pegar endereço para confirmar...

Bem, vamos seguir. Você foi para Salvador?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Salvador.

O SR. OSCAR ANDRADE - E ficou no posto aguardando o Artur com o Roberto?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Com o Roberto.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você pegou R\$5 mil em dinheiro e R\$5 mil em cheque. Esse dinheiro você ia devolver para?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Para o Vitalino.

O SR. OSCAR ANDRADE - Para o Vitalino. Devolveu?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Foi de pos itado o cheque na conta do Vitalino, aí eu segurei o R\$5 mil para despesa e para mandar.. Depois eu mandei os outros R\$5 mil. Tinha o restante ainda. Mas ele estava concordando comigo em dar dois caminhões 113 que ele tinha, que trabalhava, acho que no Pólo de Camaçari, que eu fui no pólo, não cheguei a ver. Ele falou que tinha dois caminhões. Então, ele ia dar esses dois caminhões 113 para arrecadar em va lor de ou tros ca mi nhões que ele te ria que de vol ver, entendeu? Ele estava concordando em dar esse dois

caminhões para devolver os outros. Dava dois 113, cavalinho, para devolver esses outros caminhões.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você estava devolvendo, porque o caminhão era roubado, está certo?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Estava devolvendo os daqui, entendeu? A gente estava tentando negociar para ver...

O SR. OSCAR ANDRADE - Eu quero só pegar os pontos que me estranham. Quanto você pagou por cada caminhão desse?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - R\$34, R\$35, R\$36, depende do ano e do estado do caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Especificamente esse que você foi devolver, em torno disso também?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não lembro por causa do ano.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sim, mas em torno disso, 34 mil, 35mil, 32mil reais.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não, 32 mil não foi, era na faixa de 34, 35 mil reais, quando tinha problema de pneu e não vinha pneu. Um pneu é 400 reais. Aí via pneu, via todas essas coisas, entendeu? Daí fazia carroceria, pintura, tudo o que tinha que fazer.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas em torno de 34, 35 mil reais?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Trinta e quatro, 35, 36 mil reais, depende.

O SR. OSCAR ANDRADE - Aí você deixa um caminhão lá de volta e recebe apenas dez mil reais. Sem endereço, sem conhecer, sem nada. Como é isso?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Só se levasse um tiro na cabeça, que não tinha outra condição de fazer diferente.

O SR. OSCAR ANDRADE - Chegou a esse nível?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não chegou a esse nível, mas quase. Então, quando se tem um negócio para receber de uma pessoa...

O SR. OSCAR ANDRADE - Vocês foram para as vias de fato?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não. Quando você tem uma coisa que tem que receber de uma pessoa, você não pode brigar com ela, você tem que tentar, levando no "banho-maria" para conseguir.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas a melhor maneira era você continuar com o caminhão.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Mas se o caminhão era produto de furto...

O SR. OSCAR ANDRADE - Na verdade, o certo era você ter dado parte em uma delegacia, não era?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - A gente tentou resolver da melhor maneira possível.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual é a melhor maneira possível?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Resolvendo amigavelmente, resgatando o que tinha que resgatar e devolvendo o que tinha, sem se envolver com nada. Porque se na época eu tivesse feito isso, teria sido preso todo mundo, e não teria nem devolvendo os três caminhões que eu devolvi, como não acreditaram em mim depois.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você acha mesmo? Depois que você pegou um... Esse foi o primeiro que deu problema?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Sim, acho que foi um dos primeiros.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você não acha que se você desse parte em uma delegacia, alegando ter comprado quinze caminhões, ter intermediado a venda de quinze caminhões de determinada pessoa, e que um tinha problema e por isso você gostaria de fazer a denúncia, você estaria solto, como denunciante, ao contrário de agora?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Poderia ser.

O SR. OSCAR ANDRADE - Agora, você devolve um caminhão que custou 35 mil reais, recebe dez mil reais e fala que com "jeitinho" é melhor?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Estava na área dele, estava na região dele.

O SR. OSCAR ANDRADE - Entendo que era melhor não devolver o caminhão, comercialmente, já que não quis ir pelas vias normais e legais.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eu quero, em primeiro lugar, saudar o nosso Senador, e dizer que S. Ex.^a é bem vindo ao Rio Grande do Sul, já o estamos aguardando. Sei que V. Ex.^a tinha uma missão, uma tarefa importante a desempenhar no Senado Federal ontem, e hoje, inclusive, também, mas abriu mão de estar lá para nos dar o prazer da sua companhia...

O SR. OSCAR ANDRADE - Para nos prestigiar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - ...a direção dos trabalhos, prestigiar-nos. O Rio Grande do Sul, com certeza, agradece a sua presença, e, com certeza,

Senador, o seu trabalho é que tem muito nos ajudado na CPI por todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE(Moreira Mendes)–Quero dizer que estar aqui, no Rio Grande do Sul, mais especificamente em Porto Alegre, é uma alegria e uma honra para mim.

O SR. POMPEO DE MATTOS–Muito obrigado.

Sr. Ademir José Albarello, você está enrascado nessa situação, é uma situação complicada. Quantos caminhões o senhor comprou do Sr. Roberto Wagner da Silva?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Nenhum caminhão, eu não tinha dinheiro para comprar nenhum.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos caminhões o senhor intermediou?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Quinze caminhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor diz que essa é a verdade. E se eu lhe disser que essa não é verdade?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Foram quinze ou dezesseis caminhões, só isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O número já aumentou para dezesseis. Foram quinze ou dezesseis?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Deixe-me ver. Dezesseis.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aumentou, agora. E se eu disser que não foram só dezesseis?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Aí eu vou discordar do senhor, porque não foram mais do que esses os que eu intermediei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E nós vamos provar. Direi uma coisa para o senhor...

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma coisa é ele intermediar, outra coisa é a pessoa intermediar e ele só fazer o trabalho de acerto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, mas o senhor colocou: do senhor Roberto Wagner da Silva, cujo nome, endereço, RG, cheques, conta e o financiamento feito por ele sabemos corretamente; a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) está no rastro dele, graças a um trabalho fantástico que a polícia civil, o pessoal do DEIC (Departamento Estadual de Investigações Criminais) e do roubo de veículos de Porto Alegre fizeram e vêm fazendo – e há muito para fazer. Direi para o senhor: não temos certeza, mas o senhor colocou aqui no estado em torno de trinta caminhões roubados.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Nunca, jamais na minha vida.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com certeza são mais de dezesseis, isso já posso dizer hoje.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então pergunte: quantos caminhões o senhor vendeu para o Azevedo?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Quatro caminhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quatro caminhões. Só do Azevedo, já há cinco presos e identificados que o senhor trouxe. Já estão presos. Estão com perícia. E mais dois presos estão sendo periciados, que não foi ainda o prova do. Então, já são sete. Há suspeita que o senhor vendeu para o Azevedo dezoito caminhões.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos caminhões o senhor vendeu para o Azevedo?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Quatro caminhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Ademir, o senhor está sob juramento.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Eu não vou assumir uma coisa que eu não fiz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vou apenas informá-lo de que esta reunião está sendo gravada. A questão está sendo investigada. E tudo virá à tona. O seu álibi – está aqui seu advogado – sua defesa é bem fácil de fazer. Qual é a sua defesa? O senhor sabe o que o senhor está alegando? Que não tem nada a ver com isso.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – O que eu, o que eu, eu assumo. O que eu fiz eu assumo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que o senhor comprou caminhão, intermediou e trouxe para cá, não comprou no seu nome, que os caminhões eram legais, que eram vistoriados e que o senhor não tem nada a ver com essa questão. Não é essa sua alegação, sua defesa? O senhor comprava, vinha, intermediava o caminhão, passava na delegacia, mas não tem nada a ver com a questão, concorda comigo? Se eu, por exemplo, vou comprar o caminhão, intermediar, olho os documentos, trago para cá, vou à delegacia e ao DEIC para que analise os documentos e, se está tudo certo, quem sou eu para dizer que está errado?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Tá certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não era esse o seu papel?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é o senhor para dizer que está errado, se a polícia diz que está certo? Então, o senhor tem razão. Pergunto: se isso é verdade – e vamos imaginar que seja –, por que, então, mentir ou, prefiro dizer, omitir, afirmando que eram apenas quinze ou dezesseis caminhões, embora saiba que o número é muito maior? Não faz diferença se é um, são dois, cinco, dez, quinze, trinta caminhões. O senhor intermediou legalmente a compra de caminhões, trouxe, levou à delegacia, onde houve vistoria. Então, não há por que não falar o número de caminhões. Pode dizer: Olha, eu fui logrado em trinta caminhões.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Mas se foram só dezesseis, por que eu vou falar trinta? Deve ter outra pessoa no meio. Não fui eu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ótimo. Eu sei. Está bom. Quero apenas ouvir suas respostas, porque o peixe morre pela boca e o homem pela palavra. Então, quero dizer que, à medida que fomos descobrindo mais caminhões que o senhor vendeu, significará dizer que o que o senhor está falando – que os caminhões eram certinhos e que o senhor é santo e não sabia das coisas –, não é verdade. O senhor pode estar escondendo caminhões que disse que trouxe legalmente. Numa primeira olhada a impressão é legal, comprou um caminhão emplacado, trouxe, passou pela a polícia emplacado, tanto que alguém o comprou na boa.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não tem uma pessoa só que compra, tem várias pessoas. Eu fiz essa parte.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei. Mas eu estou falando apenas do senhor. A polícia pegou o fio da meada, Ademir. E você sabe que, se pegou o fio da meada, um puxa o outro. Vai puxando, vai estourar. E está estourando nos Azevedos, lá em Saranduvá. Está todo o mundo em cima e todos os caminhões estão sendo rastreados. Então, na hora que soubermos que não são dezesseis, mas vinte e três, cairá a casa. Quero dizer que você está jogando contra si mesmo, dificultando a defesa da Doutora.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Se eu falar que foi mais do que isso, estarei mentindo para vocês e para mim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você não tem de mentir. Eu não estou pedindo para mentir. Jamais pediria isso. Eu só quero dizer que já não é mais aqui. Eu estou provando... Para o Vitalino está provado: foram dez caminhões. Já foram dez caminhões para o

Vitalino. O último caminhão ele devolveu para você onde?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – É. O último caminhão foi...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Salvador.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em Salvador? Mas não foi o que o Vitalino disse aqui. Ele disse que foi no Ceará.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não foi no Ceará. Em Salvador. Essa, essa, essa aí foi uma, uma contradição que o Artur fez. Mas não foi. Foi em Salvador.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi em Salvador?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Salvador.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi em Salvador. O Artur fez uma contradição?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Fez.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é, mas tem uma diferença muito grande, Salvador para...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Na época, os Deputados que estavam aqui fizeram a matemática da diferença de Fortaleza, de coisa pra Salvador.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E daí?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – E aí chegaram à conclusão que ele estava falando mentira, que ele estava errado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Então, ele falou mentira. Por que o Arthur ia mentir? O Arthur esteve contigo lá.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Esteve.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ficou quantos dias?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Oito dias.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Oito dias contigo? Andou por tudo lá?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Por tudo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conheceu teu apartamento. Tem apartamento lá em Salvador?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tu tinhas?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não, nós alugamos

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas era teu apartamento alugado? Tinhas um apartamento. Tu e quem?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Eu e ... o meu irmão foi pra lá comigo nes sa época, pra nós pegar Roberto, o Arthur e o Trinta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o trinta. Vocês iam pegar ele? Matar ele?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não ia trazer pra fazer alguma coisa, pra pegar dinheiro. Pressionar pra pegar dinheiro do que ele tinha feito comigo aqui...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só um parêntese, aonde é que anda o teu irmão?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Deve tá em São Paulo, não sei onde.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fazendo o quê?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Ele trabalhava, na última vez que falei com ele, na época ele trabalhava com... puxava, puxava tijolo numa olaria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele não tá nesse negócio também?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Olha...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Ele até brigou comigo na época, que ele viu o que aconteceu comigo pra chegar onde chegou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá, mas esse é um outro caso à parte; um caso à parte. Então, vocês foram lá, tá. Mas e daí, me conta a história do caminho. Só pra eu te mostrar aqui: dez do Vitalino, sete do Azevedo e três do Dalmolim. Então você faça a conta: dez e sete = dezessete e três = vinte. Já deu vinte. O que está provado. Aumentou pra dezesseis, aumentou mais um, já deu vinte, Ademir. Já deu vinte que é teu Tu tá, tu tá deixando mal a tua defesa, porque não tem por que tu esconder que tu trouxe vinte caminhão se tu...se teu argumento é que o caminhão era certinho, era legal. Se tu tá escondendo que tu trouxe vinte é por que não era claro, e tu sabia que não era claro. É isso que eu quero mostrar pra ti. Por que tu tá escondendo?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Eu não estou escondendo nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, vamos em frente. Como é que ele levou o caminhão pra lá? Quem entregou o caminhão pra ti?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Quem ... o ...?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Artur.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Ele foi dirigindo, ele entregou...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá, entregou lá pra ti, e aí? Mas ele...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não, ele não entregou pra mim. Ele entregou pro meu irmão. Meu irmão estava esperando ele lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá, mas ele tinha pago...o Vitalino tinha pago o caminho pra ti.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Tinha pago.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí? Tu pagas de volta?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Total eu não consegui pagar até hoje. Eu teria pago se não tivesse preso ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto pagou?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Dei os dez mil pra ele. Dei o cinco do cheque mais cinco em dinheiro. Depois eu ia dar mais o restante...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Depois, quando?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Assim que eu chegasse, que eu arrumasse o dinheiro

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tu deste dez pra ele?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele disse que recebeu cinco?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não, foi dez mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele disse aqui. Ele está aí. Depois vamos acarear vocês dois. Ele disse que só recebeu cinco e daí?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não, foi dez mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em dinheiro dez?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Foi cinco em dinheiro e cinco em cheque.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse cheque era de quem?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Roberto Wagner da Silva.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De Roberto Wagner da Silva. Aonde tu deste o dinheiro?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Foi depositado na conta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dele? Depositou aonde?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Depositei em Foz do Iguaçu. Três mil real. Três mil real, deposei em Foz do Iguaçu, na conta do Banco do Brasil, na fonte.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o que mais?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Só isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas era dez.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Foi oito, não foi dez.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Daí tu dizes que foi dado em dinheiro. Tu já deste em ordem bancária, é diferente.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Eu estava há onze meses preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não. Onze meses, tu tens mais tempo pra matutar as coisas. É que tu te enrolaste tanto que vai... Então, já não são dez, são oito. Não é em dinheiro, é em ordem bancária. Depois nós vamos conferir com ele aqui. Não sou que estou contando, são vocês que contam a história. Eu só estou ouvindo e tentando entender. Bom, não é estranho o rapaz pegar o caminhão e levar lá na Bahia pra te devolver o caminhão, caminhão que tinha pa...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Deixa eu só fazer uma conferência: esses três mil eu mandei pra ele antes de outro negócio. Foi os cinco mil só dos dez da...da dos dez que eu peguei lá, só foi o cinco. Uma, uma confusão eu tô fazendo aqui...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Só foi esses cinco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, tu não estás fazendo confusão. Sabe quem é que está fazendo confusão aqui? Sou eu. Sou eu que estou fazendo confusão. Sabe qual é a confusão que estou fazendo? Com a confusão que tu fazes. Mas está bem claro, tu não estás falando a verdade. Sabes por quê? Eu contei pra ti, eu disse pra ti que o Favaretto disse cinco. Eu nem sei se ele disse cinco, eu chutei só pra ver o que tu dizias.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Mas é, mas é isso mesmo. Deixa eu falar um negócio:

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, eu acertei?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Se eu fosse estelionatário e usando de má-fé, eu teria devolvido... voltado, resgatar os veículos pra devolver por cara que passou? Se eu fizesse uma coisa de estelionato, de levar vantagem, eu faria isso? Pegar o di-

heiro que eu não tinha repassado para o Roberto? Vir devolver para os donos, pegar os caminhão, mandar de volta para ele, eu faria isso?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sei. A verdade é que tu sumiste.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – ... o estelionato, ele pega o carro e some e vai tudo embora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A verdade é que tu vendeste os caminhões... Aqui, Juarez Antônio Martins, Cristian Drei, Daniel Benedete, Transplana, Mauri, Ivo Ferreira, Marcelo Lambo e Agenor Zermiani, todos compraram o caminhão e estão vendendo navios. Perderam milhares de reais. Se fizer a média de quarenta, só aqui e mais Ademir Todesque e outro que não sei o nome, só aqui dá: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze. Aqui uma lista de doze. Dá 500 mil.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Esses rapazes eu não conheço. Esse foi o pessoal...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eles compraram o caminhão e perderam o caminhão. Já tem vinte que perderam o caminhão. Não tem mais o caminhão que o senhor trouxe lá de cima. Tem vinte que perderam o caminhão. Então, vinte vezes — vamos botar uma média de quarenta — é quase R\$1 milhão. E o senhor foi pego porque a polícia ficou perseguindo o senhor no País inteiro. O senhor foi preso aonde?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Quando saiu o meu mandato de prisão, eu vinha me apresentar para o juiz, só que eu não consegui chegar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ia apresentar para o juiz aonde?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Em Tapejara.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tapejara?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Para montar, para pegar Roberto Wagner da Silva.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí estava em Foz do Iguaçu?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Eu cheguei em Foz do Iguaçu naquele dia. Eu estava na Bahia. O Roberto desceu com a mudança dele, que eu fui tentar ver a placa do caminhão, mas eu não consegui, do caminhão que estava trazendo a mudança dele...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estava tapada a placa?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não. Ele ficou na frente de mim e me tirou da onde estava e saiu comigo. Aí eu vim...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que não vai ver a placa. Se eu quero ver a placa, o cara fica na frente, eu saio da frente dele.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Bom, aí cada um tem os seus...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Seus truques.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Aí eu cheguei em Foz do Iguaçu e falei: agora eu vou pegar o advogado e vou me apresentar para o juiz. Vamos montar um negócio para pegar ele para acabar com essa história toda, que já não tinha mais saída, já não tinha mais condições de pegar mais nada dele, só esses dois cavalinhos 113, que ele estava trazendo. Aí eu cheguei e fui preso e daí não aconteceu mais nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ade mir, nós vamos fechar a história. Nós vamos pegar ele lá em cima. O senhor está... É um negócio casado de vocês. Todo mundo sabe. É uma coisa assim clara. Eu vou lhe dar um... Vou lhe contar aqui umas conversas que nós tivemos oportunidade, através — volto a dizer — de um trabalho bom da Polícia Civil. E a gente está trabalhando junto com essa questão do roubo de caminhão. Está junto com o roubo de carga, porque eles roubam o caminhão com a carga. A carga eles despejam lá, e o caminhão mandam para cá. E aí fazem uma adulteração tão bem feita que o senhor sabia que lá, em Tapejara, eles não conheciam o esquema. Eu acredito que o rapaz lá não estava vendendo, o rapaz da polícia, mas não sabia o esquema porque é tão sofisticada... Aliás, eu quero aqui, Deputado Robson, nosso Presidente, dizer, Senador, que tem outro aspecto. Tem delegacias, no interior, que fazem vistoria. Eles também não têm a técnica da vistoria como tem, por exemplo, o Deic, mas o serviço também aqui, no Rio Grande, foi terceirizado. E quem está fazendo a vistoria são empresas que terceirizaram o serviço. Como é o nome? CRVA. Tem os CHCs e tem o CRVA. Nos caminhões dele foi feita perícia por polícia, escrivão, e foi feita em CRVA, e passou. Isso é uma coisa bem feita. Ele sabe. Ele pegou alguém que era muito bom lá em cima e conseguiu passar na polícia e nessas empresas que estão fazendo a inspeção veicular. Aliás, aqui é outra questão que as empresas de inspeção veicular, se não se avivarem, vão ter que responder, porque esses cidadãos que perderam o caminhão são compradores de boa-fé. Alguém vai ter que pagar para eles. Essas empresas que fizeram a vistoria vão ter que responder, mal ou bem, porque não é possível que o bandido seja tão eficiente e capaz de enganar todo mundo e ficar por isso mesmo. Apenas para dizer: além de ele conseguir passar na

polícia, ele passou na inspeção veicular, que é — digamos — tida como um avanço em termos de perícia técnica e que furou.

O senhor conseguiu dar os parabéns para o senhor.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não fiz nada disso. Não tenho conhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, para o caminhão que o senhor trouxe, vou dar os parabéns. Parabéns para o caminhão.

O Arthur, quando esteve lá em Salvador, conversou bastante com o senhor e deu um depoimento esclarecendo tudo isso aí. O que ele disse? Chegou alguém aqui em Tapejara e ameaçou ele, disse que o Vitalino já tinha sido pego e que caso ele fosse preso, dar depoimento sobre os caminhões deveria informar que tinha levado um desses caminhões a Fortaleza, no Ceará, e não a Salvador, que era exatamente para despistar e dificultar as investigações policiais. Está aí a explicação. Era exatamente isso: manda eles para Fortaleza enquanto damos risada aqui em Salvador. Dizem que na Bahia tudo é festa. Nem tudo.

Esse estranho ameaçou ele de morte, ameaçou a mãe dele, que demonstrou ter conhecimento da vida pessoal dele, enfim, toda uma história. E ponderou que o tal homem que havia mentido à polícia — ele falou que tinha mentido na polícia, porque já tinha dado um depoimento — exatamente em função dessas questões. Mesmo assim, esse homem foi categórico. Confirmou as ameaças à mãe dele. Portanto, mentiu sobre a entrega do caminhão em Fortaleza tanto para a polícia, como em juízo e na CPI.

Ele mentiu na CPI do Rio Grande, mentiu na polícia e mentiu para o juiz.

Aqui ele abriu o bico. Que o caminhão foi levado, a mando do Vitalino, a fim de ser devolvido ao Albarello, até Salvador. De resto, a história já conta da sobre como se deu a entrega desse veículo é exatamente a mesma. O caminhão ficou no posto de gasolina, toda aquela história.

Que carro o senhor tinha lá?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Estava usando uma caminhonete.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que caminhonete?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Uma F-1000, azul.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está aqui. Que o senhor estava lá usando uma F-1000 azul, que o senhor levou ele para o apartamento.

Onde era o apartamento?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Itapuã.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que é Itapuã?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Itapuã é um bairro, na beira da praia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Praia de Itapuã. Conheço, é uns 100 metros da feira.

Que é verdade que pode ter se tratado de um descuido ou acidente, pois Albarello não noticiou ao interrogando que lhe manteria preso e nem estava com espírito de animosidade. Todavia, com certeza, as alegações do Albarello, no sentido de que estava em Salvador, com o apartamento alugado, a fim de conseguir com tal de Roberto Wagner meios de ressarcir os comerciantes que tiveram prejuízo com os caminhões, são falsas.

Que o interrogante permaneceu em Salvador, hospedou no apartamento de Albarello, por quatro dias, ocasião que conviveu com Albarello, andou por vários locais da cidade, além de ter mantido contatos com o irmão de Albarello, vulgo “Dedo” – é o apelido de seu irmão -, provavelmente de nome Valdemir, que também estava lá instalado, assim como Nego, de apelido “Trinta”. Que Dedo e Trinta chegaram no apartamento depois que o interrogado já estava lá. Que o interrogante pode apurar: Ambos teriam vindo da cidade Salto, São Paulo – aí contam umas histórias de namorada que não vêm ao caso. E que ele foi a Salvador exatamente para entregar o carro. Mas vamos seguir para chegar onde quero chegar.

Pelo que captou das conversas entre eles, ambos tinham levado caminhão para Alagoas, pois comentaram que teriam passado em frente à casa do PC-Farias – até o PC-Farias entrou na festa aqui. Que eles foram embora em seguida. Ficou parecendo ao interrogando que a missão deles seria apenas a de levar veículos de Salvador até outro local, que seria Alagoas. O interrogando esclarece que ficou sabendo de tudo isso por que eles comentavam entre eles, com Albarello, na presença do interrogando, que não intervenha, mas escutava as histórias – ele escutando tudo.

Essas histórias, lembra-se de ter ouvido Dedo dizer a Albarello que naquele dia precisariam encontrar dois caminhões Mercedes-Benz L1618 - olhe os caminhões apreendidos -, 8 caminhões Mercedes-Benz L1618, caçamba, branco, a fim de copiar as placas; que dentro portava uma pistola 9mm, chamada de Tiazinha, e que dizia que era a melhor pistola que havia, dizia até que era uma rougem importada.

Agora na delegacia, vendo algumas fotos de um irmão de Albarello, cujo nome é Valdemir, acha que deve ser esta a pessoa que esteve lá em Salvador, porém não tem certeza. Que o apelido é Dedo por que possui o dedo polegar da mão direita cortado. Ele tem esse dedo cortado?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Também falavam muito em cidades do interior de São Paulo, de Sorocaba, Campinas, Salto, Itu. Quando a Trinta e Amarelo, nunca os avistou armados. O interrogando relata de que Albarello disse que transformava ônibus coletivos urbanos em caminhões e que isso era feito em Salvador em uma oficina mecânica perto do Pólo de Camaçari; que tais caminhões seriam negociados no Rio Grande do Sul. Ele nunca falou que os caminhões eram roubados. Ele dava a entender que a transformação do ônibus era como se fosse coisa fácil.

O senhor conhece essa oficina do Pólo de Camaçari?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não. Se quiser arrumar dois policiais federais e me acompanhar a Salvador, eu vou hoje, ontem ou amanhã...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor vai fazer em Salvador?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Para ir atrás do Roberto e de tudo que está escrito aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas não precisa levar o senhor atrás do Roberto. A polícia vai atrás do Roberto e não precisa levar o senhor. Mas o Artur já está dizendo. O Artur está aí, ou ele está mentindo?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Tem coisas que estão certas, mas tem coisas que são mentiras.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que está certo?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Tem coisas que não tenho conhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que está certo?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Que ele foi em Salvador, que ele conversou com o meu irmão, que nós fomos na casa dele. Ele foi comigo, eu levei ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que ele levou o caminhão, que ele foi à oficina, ele sabe onde é a oficina...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – A oficina não existe.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele esteve lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que ele inventaria isso?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Ele foi, nós fomos em várias lugares em Salvador.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a questão da oficina que não existe, que transformava ônibus em caminhão? Por que ele inventaria essa história?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Nós iríamos comprar um ônibus para transformar esse caminhão vermelho para não entregar para o Roberto em caminhão. Só que a lei estava mudando e não deu mais para fazer e preferimos devolver.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, se iriam transformar, ele deve ter conhecido realmente a oficina.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não chegou a ter oficina.

O SR. OSCAR ANDRADE - Por que ele falou isso?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Porque nós comentamos que para salvar o caminhão vermelho que devolvemos ao Roberto...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele não contou assim. Ele contou que conheceu a oficina no Pólo de Camaçari.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi lá e sabe onde é. Vai ver como vai desmoronando. Vou perguntar ao seu irmão, que é uma ou tra par te, mas estou curioso. O seu irmão está onde mesmo? Qual o endereço dele?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não sei. Ele estava em São Paulo na época.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se o senhor soubesse, poderia avisar para nós, porque a polícia tem um mandado de prisão contra ele. Sabe por quê? Exatamente por transformar ônibus em caminhão e...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Ele não chegou a transformar. Na época trançou, a lei trançou na época.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que o senhor sabe? Transformar caminhão roubado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não precisa de lei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tem lei. É caminhão andando como se fosse ônibus. E tem mais: de certa feita, quando andava pela cidade, Albarello mostrou onde seria a oficina do Pólo; que o interrogando tem condições de chegar de novo a este local, é só ir lá, por que ele sabe onde é, e o senhor vai dar o endereço do apartamento depois. O senhor sabe o endereço do apartamento?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como é que o senhor ia lá?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Ir lá eu sei mas...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O seu endereço?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Em Salvador?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não tenho endereço lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas onde o senhor morava lá?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Em Itapua. O Artur sabe. Ficava na beira da praia..

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o edifício?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – É um biombo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o endereço? Não tem nome de rua?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Tem, mas eu nunca anotei o nome da rua.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas como é o senhor ia lá? O senhor não tem o contrato de aluguel?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Nós ficamos lá 30 a 35 dias.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Claro, quem faz esquema não faz contrato, paga antecipado para sair a hora que a coisa sujar.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Esse negócio do Arthur, ele falou bastante porque ele fez declaração premiada e falou na CPI que usava entorpecente, então eu não vai fazer diferença para mim, porque uma pessoa que usa entorpecente...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não tem nada a ver entorpecente com a cabeça da pessoa. Que o interrogando teria condições e tal... Que Albarello revelou que o tal Roberto tinha participação nesses negócios, que era o Roberto Wagner. Que Albarello só disse que iria atrás de Roberto na ocasião em que foi pegar o cheque de R\$5 mil que foi depositado, ou seja, só para desmoralizar aqui: se foi o Roberto que deu os R\$ 5mil e deu para o senhor, não foi ele que deu o cheque?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor já sabia do estouro do caminhão. Vamos imaginar que o senhora não soubesse...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não, lá nós já sabíamos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E por que o senhor não pegou o Roberto, se estava o senhor, o Artur, o Dedo, o Zé da Folha, o nego não sei o quê...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Como é que íamos fazer isso?

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor falou que tinha ido lá para pegar o Roberto...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Fomos pressionar para ele devolver o dinheiro. Para fazermos isso, tinha que montar a estratégia com a polícia para pegar ele. Nós vamos chegare pegar o cara assim...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Vai pegar o teu sócio. Ele te deu o cheque de R\$5 mil, vai lá e continua dando nó neles.

Que foi depositado posteriormente um cheque pelo interrogando na conta de Vitalino; que o interrogando várias vezes presenciou Albarello atendendo ao telefone que seria de Roberto, pelo menos esse o nome mencionado. Ele ligava para o senhor? O Roberto?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Eu ligava para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual o número do seu telefone?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Meu telefone está cortado desde a época...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não perguntei se está cortado, perguntei o número.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - 975.3530.

O SR. POMPEO DE MATTOS - 061?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - 065. Não, 045.

O SR. POMPEO DE MATTOS - 045. Do Paraná? E o senhor usava lá em cima?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Usava. E tinha o telefone do meu irmão também.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor tinha outro telefone, qual era o outro telefone?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Eu não sei, não lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não lembra?

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual é o número?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não tinha telefone.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor tinha outros telefones, ele dá aqui...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - O meu tinha esse daí...

O SR. POMPEO DE MATTOS - O seu é esse aqui, um dos seus é esse aqui, quais os outros números?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não lembro, não lembro nem o dele que eu ligava para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas o senhor tinha outros números?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Tinha um telefone do meu irmão que eu pegava...

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor tinha telefone, vai ver que tinha... Interrogando várias vezes, telefonando... Ocorre que sempre que falava ao telefone, Albarello afastava-se. Ainda com relação ao telefone, o interrogando informou que Albarello deveria sempre utilizar telefones celulares frios ou laranja, sem que o interrogando soubesse o que ele queria dizer com aquilo.

Quanto à história do cheque e os dados do mesmo, são exatamente como o interrogando já falou, inclusive foi tirado xerox do cheque, enfim. Entretanto Albarello não sugeriu tirar cópia para garantia de que ia apresentar para o Roberto, não era para provar para o Roberto que o cheque tinha sido passado para frente, que seria apenas para mostrar para o Vitalino; que o interrogando esclarece que o cheque foi depositado em envelope no atendimento eletrônico do Banco do Brasil, pelo que o Albarello falava que o Roberto tinha muita ligação com Albarello; que não teria dificuldade quanto à localização e identificação do tal Roberto. Eu localizo a hora que eu quero, sei onde está. Por isso acredito que a xerox do cheque teria sido usada para isso: Albarello chegar em Roberto, mas para confirmar a Vitalino que o depósito havia sido feito.

Além disso, refere o interrogando que durante suas andanças em Salvador, juntamente com Albarello, esse se mostrava interessado em alugar um barracão ou galpão para ele próprio fazer o trabalho de transformação dos ônibus, com isso deixando de gastar com mão-de-obra dos mecânicos. Ele falava que Dedo, Trinta e Gomes iriam trabalhar para ele, inclusive o interrogando e Albarello paravam em alguns locais onde Albarello sondava sobre aluguéis. Que Albarello falava que ele e Roberto compravam os ônibus bem baratinho; que o interrogando disse ter en-

trado na oficina onde eles faziam as transformações em Camaçari em uma oportunidade; que avistou lá diversos bancos de ônibus; que refere que tinha um ônibus que estava sendo desmanchado, que era um ônibus Scania com certeza; que o interrogando viu bem o motor e as demais peças; que num outro lugar próximo dali, um depósito de material de construção, havia um cavalinho Scania, modelo 113, ano 93 ou 92, de cor vermelha, sem placa, o qual o interrogando também viu, pois isso foi no depósito de material de construção que o Albarello pretendia montar em cima do chassi dos ônibus.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o Artur faria isso tudo?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Tudo que a gente comentou que a gente iria fazer a gente acabou não fazendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah! estava só em plano.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele foi nos lugares?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Foi, eu levei ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor disse que não tinha levado?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Como que não levei, levei no depoimento, fomos em vários lugares.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi no barracão?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Mas não foi para alugar barracão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi para alugar o quê?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Quando a lei dos ônibus parou, daí nós paramos porque íamos montar o ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Até quando foi a lei dos ônibus?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Até na época, não me lembro, foi em outubro ou novembro, foi na época que estávamos lá, novembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Albarello contou que aquele cavalinho seria proveniente do golpe do seguro, por isso estava ali aguardando até ser pago o dinheiro do seguro. Vocês deram um golpe no seguro e esconderam. Que esse local do depósito de material de construção pertencia a um amigo do Albarello. Que essa situação foi contada ao interrogando, além de terem sido mostrados os ônibus e o cavalinho, porque era esse veículo, depois de montado,

que Albarello pretendia dar a Vitalino como parte do ressarcimento dos prejuízos dos demais caminhões.

Que o próprio Albarello ligou de Salvador para Vitalino oferecendo o veículo. Que o interrogando afirma que quando retornou de Salvador, alertou Vitalino para esse fato, ocasião em que relatou toda a história a ele a respeito disso. Um outro fato importante que o interrogando menciona foi em certa ocasião, quando viajava com Albarello de Itapejara para Foz do Iguaçu, levando dois veículos. Ele viajou com o senhor para Foz do Iguaçu? (Pausa.). Viagou. E aí, o que aconteceu?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não me lembro não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor chegou a Erechim com ele?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não. Passamos em Erechim, na época desse caminho ver melhor mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Passou em Erechim e chegou aonde lá?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não chegamos a lugar nenhum, por que o cara que íamos chegar lá não estava lá, que era para comprar o ônibus do cara.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor chegou lá em Erechim e fizeram uma parada na demolidora Trevo, e o senhor pediu lá para falar com o chefe.

Olha, e aí vai contando um rolário de coisas, valores, negócio. Eu vou me privar, só para mostrar para o senhor que a gente está sabendo, e o senhor ficar sabendo que a gente está sabendo. Então, a gente sabe o que o senhor sabe e o senhor sabe o que a gente está sabendo. Então, é um jogo claro. Caiu a casa, Albarello, caiu a casa. E tem mais coisa...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Mais uma vez não vou conseguir colocar a mão no Roberto, mais uma vez, pela segunda vez.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu conheces Ludair Lode?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Nunca ouvi falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, e se ele te conhecer?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Eu não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se ele disser assim: Ele esteve aqui na minha loja.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não sei quem é que é, não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é que você conhece em Erexim?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Ninguém em Erexim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em Erexim ninguém? Você nunca foi lá no trevo, em Erexim?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Fui no trevo, passamos no trevo, mas o rapaz não estava lá, que íamos comprar um ônibus, que o Artur estava arrumando esse ônibus para montar esse caminhão vermelho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora você chegou no trevo. Você disse que não tinha parado.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Paramos, mas o dono não estava lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tu disseste que não tinha parado.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – E nunca mais tivemos contato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas agora mesmo tu disseste não tinha parado.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Faíei que paramos mas os donos não estavam lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, agora que você está falando, antes você disse que passou só em Erexim. Você chegou ou não chegou lá no trevo?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Mas tem tantos lugares, nesse trevo, no trevo paramos, mas o dono não estava lá, fomos embora...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que é parar no trevo? Tu paraste no trevo do asfalto ou no lugar...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Na loja do cara do trevo. Paramos...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o nome da loja?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, mas não é loja Trevo?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não sei, passamos uma vez só lá, eram 6 horas da tarde, 5, 6 horas da tarde.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá bom, tá bom, mas passou lá?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Passamos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O nome da loja é loja Trevo? Como é que é o nome do dono?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não sei, não conheço o cara.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas foi lá fazer o quê?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Fomos para comprar, o Artur estava arrumando para comprar um ônibus para arrumar nesse caminhão vermelho, que foi devolvido, e o Artur arrumou para comprar, só que chegamos lá e o cara não estava e depois não entramos mais em contato, resolvemos devolver o caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu entraste chamando ele de chefe, está ali dizendo, chamando ele de chefe. Não conhece ninguém? Nem por apelido não conhece ninguém lá?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Você conhece um tal de Lindóia?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO – Também não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Também não. Bom, Sr. Presidente, só queríamos mostrar... Sr. Presidente, eu queria mostrar por que é importante o depoimento do Ademir José Albarello. Em função dele, entraram, no Rio Grande do Sul, pelo menos 30 carros roubados, adulterados, enfim, carros ilegais que causaram prejuízo a 30 famílias no Estado. Pelo menos 30 famílias. Aqui já temos provados 20; ele admite 16, lava as mãos, mas está enrolado com o Sr. Roberto Wagner da Silva. E quem comprava, por que era cabrito, e ele, que vendia, sabia por causa do preço. O preço era lá embaixo, por isso eles compravam caminhão assim. Por que comprar 20 caminhões só de Roberto Wagner? Porque o preço era conveniente, porque era um negócio, era um esquema. Se ele dissesse: não, comprei do Roberto um; comprei do outro, outro, mas, não, ele comprou só do Roberto. Ele trazia só do Roberto. Montou um esquema, passou praticamente a quase morar lá em Salvador...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Esses 16 veículos que você admite ter comprado, em quanto...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Eu não comprei; intermediei.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Em quanto tempo?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Em dois meses.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Em dois meses você intermediou a venda de 16 caminhões?

O SR. OSCAR ANDRADE - No início, você disse que era marceneiro. Antes você já mexia com essa intermediação?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Começou com Roberto?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Comecei com Roberto. Não. com pra va um car ro, ven dia, quando conheci o Kiko, eu tinha caminhonete, vendi para ele, algumas coisinhas e assim por diante.

O SR. ROBSON TUMA - Quem o colocou em contato com Roberto?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Eu entrei em contato, nos conhecemos em São Paulo, no Leilão Sodré Santoro. Pode puxar a ficha minha no Sodré Santoro.

O SR. ROBSON TUMA - Leilão do que?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Leilão de veículos batidos.

O SR. ROBSON TUMA - Mas até então o senhor não mexia com carro.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não. Sempre eram carros baixos, não caminhão; carros baixos, caminhonetes. Pode puxar minha ficha da Sodré Santoro, que tem lá os carros que eu comprei: Monza, Caminhoneta, Uno. Pode puxar minha ficha que tem lá, porque fica tudo no computador.

O SR. ROBSON TUMA - Como é que chama?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Sodré Santoro, fica no quilômetro...

O SR. ROBSON TUMA - Mas ele vendia, fazia leilão de carro roubado?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não. Ele tem 5 mil carros no pátio dele; ele vende mais ou menos, uns 100 carros por dia no leilão.

O SR. ROBSON TUMA - Mas ele faz isso? Quer dizer, entre os carros também tinha carros adulterados?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Não. Só tem car ro ba i xa do, que é car ro de zero de car ga ce go nha, que é cortado o chassi, foi dado baixa, e esse tipo de negócio não interessava para nós. Só carro batido...

O SR. ROBSON TUMA - Tá bom. Mas ele não tinha carro adulterado nem roubado lá?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Que eu saiba, não. Nunca me interessei.

O SR. ROBSON TUMA - Que você sa i ba, não.

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Lá não existe isso daí; são os baixados no vos, é um le ilão le gal.

O SR. ROBSON TUMA - Você deixa bem claro isso, não é?

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Pode puxar minha ficha lá; pode puxar minha ficha lá que eu devo ter nos computadores os carros que eu comprei lá.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Men des) - Sim, aí você conheceu o Roberto lá? Como? Conversou ali,...

O SR. ADEMIR JOSÉ ALBARELLO - Conversamos, por que eu es ta va ven do um 608 para com prar para a marcenaria, daí ele falou que tinha os caminhão, que ele fazia serviço para os Correios, que ele ti nha os ca mi nhão, que ria mu dar a fro ta e tal, e o res to para o leilão.

O SR. ROBSON TUMA - Eu acho que poderíamos dis pen sá-lo e pe dir para ele es pe rar até vir o cheque. Não podemos esperar o cheque, não é?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Men des) - Deputado Pompeo, mais alguma pergunta?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não, dispensaria e deixaria à disposição. Se for o caso, depois, nós poderíamos fazer uma acareação entre ele e o Vitalino.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Men des) - Deputado Robson, mais alguma pergunta? Deputado Domiciano?

O SR. DOMICIANO CABRAL - Eu sou a favor de fazermos uma acareação entre ele e Vitalino.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Men des) - Relator?

O SR. OSCAR ANDRADE - Está dispensado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Men des) - Então solicitaria à escolta que o conduziu até o local que o deixasse numa outra sala, separado dos demais depoentes, por favor.

O SR. ROBSON TUMA - Foi convocado o preso José Luiz Rodrigues, entre outros.

Tive agora a lamentável informação, através do delegado de Polícia Civil, de que, à véspera da chegada da CPI aqui no Estado, o Juiz da Comarca de Arroio do Meio liberou o indivíduo que iria ser ouvido. Isso acontecia muito na CPI do Narcotráfico como um artifício para que ele não fosse ouvido. Portanto peço à autoridade policial que o localize na cidade e que, se necessário, traga-o coercitivamente - não é isso, Presidente? - para que possamos ouvi-lo e que de finitivamente se demonstre que esses artifícios não im-

pedem que a CPMI ouça quem ela considera importante.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ouço os Srs. Membros, se concordam com o requerimento do ilustre Deputado. (Pausa.) De acordo? Então solicito ao Delegado de Polícia que nos auxilia nesta investigação que proceda à condução coercitiva da testemunha José Luiz Rodrigues.

Dando prosseguimento, solicito a presença do Sr. Antônio Rossoni. (Pausa.)

Sr. Antônio Rossoni, o senhor, por favor, quer me dizer o seu nome completo.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - É Antônio Rossoni mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O número da sua Identidade.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Eu não sei o número mas a tenho, aqui, junto...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Por favor, diga apenas o número.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Identidade 17R619622.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Sr. Antônio Rossoni, qual é a sua idade?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Tenho 45 anos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Qual é o número do seu CPF?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - CPF nº 250128789-49.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Qual é o seu estado civil?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Qual é o seu endereço?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - É Rua Vicente Kiling, nº 242.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Qual é a cidade?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Novo Hamburgo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Qual é a sua profissão?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Eu trabalho com venda de couros.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor sabe que está, aqui, convidado o depor diante de uma Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar, em todo o País, o elevado crescimento do roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

O senhor se compromete a dizer a verdade sobre tudo o que lhe for perguntado, nos termos do que dispõe o art. 203 do Código de Processo Penal?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor fica advertido que sofre as sanções estabelecidas pelo Código Penal. Então, o senhor, por favor, assine esse documento que é o seu compromisso de somente falar a verdade.

O senhor está acompanhado de Advogado?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Ele está presente?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Está.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Eu quero solicitar ao eminente Advogado que, depois que se identificasse, qualquer dúvida que houver, o senhor, por favor, se dirija à Mesa.

Antes de passar a palavra ao Relator, eu gostaria que o senhor se manifestasse a respeito desse assunto.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Eu estou aqui e não sei o que está acontecendo. Se o senhor me perguntar, eu posso responder.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Com a palavra o Sr. Relator para os questionamentos que julgar necessários.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Antônio Rossoni, qual é a sua atividade?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Eu compro e vendo retalhos de couro, pontas de estoque de couro...

O SR. OSCAR ANDRADE - Onde?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Em Nova Hamburgo.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor trabalha nisso há quanto tempo?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Faz 11 a 12 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor responde algum inquérito?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Sobre esse problema, não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sobre qual que o senhor responde?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Eu tive um inquérito passado, eu acho que de uns 14 ou 15 anos atrás, lá fora, onde eu morava. Mas sobre isso, não. Já paguei o que eu tinha que pagar e...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Mas qual foi a acusação que o senhor teve?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – A acusação foi assim brigas, essas coisas assim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor respondeu a um processo-crime?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Respondi.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Foi condenado?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Fui condenado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Que pena?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Eu não lembro. Fui condenado, fui preso em Novo Hamburgo, após 7 anos e pouco.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor foi condenado e preso e não lembra qual foi ...

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – O artigo não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual foi o fato? O que é que o senhor fez?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – O fato foi de comprar um motorzinho de água roubado, parece que foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Receptação.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Parece...

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – É. Eu não sei mesmo porque é que eu fui...

O SR. OSCAR ANDRADE – Um motorzinho?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Um motorzinho desses motorzinho d'água.

O SR. ROBSON TUMA – Foi preso?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – É. Eu não sei o artigo. Não conheço o artigo.

O SR. ROBSON TUMA – Tudo bem, mas o senhor sabe por quê.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Por que, sim.

O SR. ROBSON TUMA – Só não sabe o número da coisa, mas o nome da coisa o senhor sabe.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor ficou quanto tempo na prisão?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Fiquei 14 meses. Peguei na verdade regime semi-aberto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi condenado por receptação.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – É.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual foi a pena que o senhor levou?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – A pena de 14 meses.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com 14 meses o senhor deixou a prisão.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – A pena foi de 14 meses. Eu sei que eu fui julgado à revelia, lá fora, sem advogado e daí veio...

O SR. ROBSON TUMA – Ele está em liberdade condicional?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não, não, não. Faz cinco anos e pouco que eu já fui solto, tudo direito.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Relator, continuando.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor trabalha com compra e venda de couros há quanto tempo?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Há uns 11, 12 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – 11, 12 anos. Me explica como que é, o senhor compra qual couro?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Assim, sobra de couro de firmas de grandes...

O SR. OSCAR ANDRADE – Retalhos?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Isso, retalhos.

O SR. OSCAR ANDRADE – De qual tipo de couro, acabado, semi-acabado?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – A maioria semi-acabado. Quer dizer, acabado.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que é que o senhor faz com esses retalhos?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – A gente corta os pedacinhos assim e depois revende para as fabricquetas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que fabricam...

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Que fabricam chinelos, chaveiros, essas coisas assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Menores.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Cintos, sapato mesmo, tem pedaço que dá também.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem uma empresa?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Eu tenho uma empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o nome da empresa?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – RS Couros Ltda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estabelecida em...

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – No mesmo endereço em que eu moro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Novo Hamburgo.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Novo Hamburgo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Regular a empresa? Só do senhor?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – É, só minha.

O SR. OSCAR ANDRADE – E não há, de sua parte, de sua empresa nenhum envolvimento com receptação, desvio, roubo de carga?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em absolutamente nada?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Peço o auxílio do Deputado Pompeo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Deputado Pompeo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Seu Rossoni, há quanto tempo o senhor atua nessa atividade do couro?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – 11 a 12 anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é seu patrimônio?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Meu patrimônio? Não sei bem o que é que vale. Tenho uma casa, uma camioneta financiada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que camioneta que é?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – É uma Toyota 94.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o nome da Toyota?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – É a Hilux.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É com carroceria ou sem carroceria?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – É a gabinadinha, aquela...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que tem uma carroceria atrás.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor transporta couro em cima dela?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Transporta? Que mais?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Que eu tenho?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Eu tenho uma casinha na praia. Paguei R\$ 5 mil. E essas coisas assim, e um pouco de estoque no depósito, né?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Depósito de couro?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O depósito é perto da sua...

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – É na mesma casa minha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que é que o senhor tem de depósito lá?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Eu tenho retalhos, bastantes retalhos de couro. Eu compro 2, 3 mil quilos, vendo 2, 3 mil quilos. Isso é um custo barato que tem, né?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Veja bem, Seu Rossoni, o senhor está acompanhando essa questão do roubo de couro que virou uma desgraça.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Tá péssimo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que tão roubando, daqui a pouco roubam a camioneta do senhor. Por que é que a CPI está perquirindo. Está perquirindo no sentido de que o roubo de couro tomou conta. Em função da febre aftosa e da vaca louca, o couro escasseou e subiu o preço. Cresceu o olho. Então é gente grande, gente média, e lançaram algumas suspeitas em relação ao senhor.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Mas eu não tenho envolvimento nisso nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tem?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Nenhum.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor leva, às vezes, carga de couro para Santa Catarina?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Eu mandava alguma coisa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há quanto tempo o senhor mandava?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Em uns três anos para cá eu vendia alguma coisa em Santa Catarina.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor vende para quem?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Eu vendo para os fabricantes lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem são os fabricantes?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Tem Calçados Italianinho, tem vários lá, o Zezinho, de Araranguape, outros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem depósito lá também?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tem depósito. Tem gente sua, parente seu que mora ali na entrada, logo depois que passa o Rio Grande?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Que passa o Rio Grande?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É, em Santa Catarina.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Tinha um irmão meu que morava lá, mas agora não está mais. Mora em Novo Hamburgo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele estava morando lá?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele não tinha um depósito de couro lá também?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Tinha um depósito de couro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor levava, então tinha um depósito lá? Ele era sócio do senhor?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não. Era só dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De onde ele comprava couro também?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – De Novo Hamburgo também ele comprava e levava para baixo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor levou lá algumas vezes couro para ele.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Sim, algumas vezes eu vendi para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas vezes?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estou lhe entendendo. Eu perguntei antes e o senhor disse que não sabia, que não tinha ninguém. Mas tinha o seu irmão.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Tinha. Ele não está mais lá, mas tinha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor mandava couro para o depósito dele lá.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas cargas?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – A quantidade de carga eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como o senhor levava?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Às vezes com a minha caminhonete, às vezes eu mandava com transportadora e continuo ainda assim com os meus clientes lá em baixo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor continua mandando carga?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Continuo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E onde o senhor deposita a carga que o senhor leva lá agora?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Direto para os fornecedores.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Antes de posítava no depósito dele?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Antes não. O que eu levava para baixo eu vendia para ele e ele revendia lá embaixo. O que eu levo agora também levo direito para os fornecedores. Não tenho depósito lá em baixo. Vai direito para o consumidor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não sabe estimar o volume de cargas que o senhor levou para ele não?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Estimar o volume não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foram várias cargas?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Foi. Nunca foi uma carga de couro de dois, três mil metros. Era assim 500 metros, 200kg. Mais são em quilos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto vale uma carga de 500 metros?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Na época em que ele tinha o depósito, valia 7 ou 8 quilos o metro de couro, hoje está mais caro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E hoje quanto é que está?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Hoje 500 metros vezes R\$20,00 a R\$25,00, por aí, que é um couro desclassificado o que trabalhamos, é o que sobra, de ponta, ele tem preço baixo ainda, dá uns R\$4.000,00. Se fosse R\$20,00 o metro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Uns R\$10.000,00. O senhor errou na matemática.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Eu não tenho muito estudo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ao invés de R\$4.000,00 seria R\$10.000,00. Então uma carga que o senhor leva na caminhonete seria R\$10.000,00.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Hoje seria isso daí mais ou menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em qualquer pegada é um monte de dinheiro. O couro está valendo bastante.

E para onde mais o senhor leva couro?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Levar assim eu quase não levo porque os clientes vêm comprar no depósito. É quase tudo no depósito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Os clientes vão comprar no seu depósito?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quantos mil metros de couro o senhor tem no seu depósito?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Metrado eu não tenho nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em volume. Em quilos, porque o senhor tem retalhos também.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – De retalho eu tenho mais ou menos 5 mil a 6 mil quilos. É pequeno o meu depósito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto vale o quilo desse retalho?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Hoje estamos vendendo a R\$3,00, R\$3,50 o quilo de retalho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor manda para outros estados também.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Mandado para Cascavel, no Paraná, mandava para para Franca, São Paulo, e para Goiás. Um dos meus clientes já quebrou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para onde o senhor mandava? Para Goiás?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Para Goiás.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor tem em Goiás?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Eu...O nome dele é Ricardo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ricardo de quê?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não sei o sobrenome dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor manda e não sabe o nome dele?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não me lembro do nome dele. Se V. Ex^a quiser, posso verificar, lá em casa, na agenda. Não sei o nome dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos o senhor já mandou para o Ricardo?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Faz três ou quatro anos que eu vendo os poucos para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o senhor vende couro em metro para ele?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Metros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não vende couro em quilo?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – É algo maior.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor quase não trabalha com couro em metro, não é? O senhor trabalha em quilo?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – A maioria, em quilos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas para ele o senhor vende em metro. Por que vende couro em metro para ele?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Por que ele só trabalha com couro em metro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor não trabalha com couro em metro.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Ganho comissão para comprar couro para eles, que nem o Ricardo e mais os outros. Eles me dão comissão. Eles passam o dinheiro para a minha conta, eu pego o dinheiro deles e compro por comissão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E todo mês ele manda dinheiro para a sua conta?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Ele manda o dinheiro para a minha conta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual o volume de dinheiro que ele manda para a sua conta?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Se eu falar o valor para V. Ex^a estarei mentindo, porque eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Cerca de dez mil, vinte mil por mês?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não. Em alguns meses, manda dez, quinze, vinte mil. Em outros meses, não manda nada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Antônio, o senhor trabalha com ele há quatro anos, vendendo couro, mas não sabe o nome dele nem quanto ele deposita na sua conta?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não. A quantidade que ele deposita na minha conta...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor não está mentindo para nós?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não, Excelência. Não tenho por que mentir. Ele manda uma quantidade que sempre varia: em alguns meses, manda dez mil, vinte mil; em outros, manda mil e pouco, dois mil, três mil. Depende da época.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em que banco o senhor tem conta? Para qual banco ele manda o dinheiro?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Antes, eu tinha conta no Banestado. Agora, eu tenho conta no Meridional.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Banestado de que cidade?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Novo Hamburgo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Banestado de Novo Hamburgo. A conta está no seu nome?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor se lembra do número da conta?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – 127561.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Solicito às pessoas que nos auxiliam que anotem o número dessa conta.

E qual o número da outra conta que o senhor tem?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não sei o número da outra conta.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em que banco?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – No Meridional.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Banco Meridional?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Da agência de que cidade?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Novo Hamburgo também.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Novo Hamburgo.

Deputado Pompeo de Mattos, V. Exª pode continuar.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor conhece Angelita Shemeig?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Pelo nome, não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor tem um sócio chamado Valdir?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Tinha. Já faz...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ele era seu sócio em quê?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Comprava... Fazia o mesmo que eu faço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E hoje?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Hoje ele trabalha sozinho.

O SR. ROBSON TUMA – Faz a mesma coisa?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Faz a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E os senhores tinham um armazém de sociedade?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Eu tinha um mercado de sociedade com a minha filha, um armazénzinho. Tinha; não tenho mais.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Refiro-me a um depósito para guardar...

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Ele trabalhava comigo no meu depósito.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor tinha um depósito em que ficava guardada...

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Isso, justamente. No meu depósito, na minha localidade.

O SR. ROBSON TUMA – E por que ele era seu sócio, se o depósito e a empresa pertenciam ao senhor?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Eu tinha pouco dinheiro e, às vezes, usava dinheiro dele para comprar, porque ele tinha um pouco mais de dinheiro do que eu.

O SR. ROBSON TUMA – Ele entrou com a grana, e o senhor com os negócios?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Isso.

O SR. ROBSON TUMA – Então, o senhor não era sócio de tudo?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não, não. Só dos nossos negócios.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Era sócio informal. Isso não está no documento?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não está no documento, e também não somos mais sócios. É no Bairro Quefas.

O SR. DOMICIANO CABRAL – No Bairro Quefas (?) (?)

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Isso. Ele não era sócio no documento.

O SR. ROBSON TUMA – Ele tinha um negócio, e, quando aparecia alguma carga grande, vocês juntavam o dinheiro e compravam, é isso?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Nunca compramos carga grande. Eu não tenho cacife para abraçar carga grande. Por isso, nunca compramos.

O SR. ROBSON TUMA – Mas juntavam o dinheiro para conseguir a carga?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – É, mas cinco ou seis mil hoje já representam um dinheiro alto para mim.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor continua comprando...

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Eu continuo comprando a mesma coisa. Está lá a porta aberta, e os meus gurus estão trabalhando lá.

O SR. ROBSON TUMA – A mesma coisa?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – A mesma coisa. Continuo fazendo o que eu faço.

O SR. ROBSON TUMA – A mesma coisa?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Eu quero dizer, assim, no sentido do meu trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – V. S^a tem filhos?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Que idade têm seus filhos?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Uma tem 23 anos; a outra, 19 anos e o outro, 17 anos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Eles trabalham contigo?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Trabalham comigo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – No negócio de couro?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – O menino.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – V. S^a disse no início que respondeu a um processo e foi condenado e já cumpriu a pena. Mas há aqui uma certidão de ocorrência policial em relação a V. S^a informando que, pelo menos, foi comunicado um furto de arma, uma ameaça e uma lesão. O furto de arma ocorreu em 1996, o crime de ameaça em 1998 e a lesão corporal teve sua ocorrência registrada em 2000. Constatamos também outra ameaça. O que V. S^a tem a dizer sobre isso?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Houve isso comigo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Por que V. S^a não respondeu quando lhe perguntei na primeira vez?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não respondi, porque pensei que o senhor pediu o crime em que fui condenado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Como foi a história do roubo da arma?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Roubo de arma?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – É.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não respondi, excelência, pelo crime de roubo de arma.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ameaça?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Ameaça? Foi assim: um rapaz trabalhava para mim como contador, não fez a declaração de imposto de renda e veio uma multa. A gente encrencou. Não o ameacei, mas ele registrou uma ocorrência como ameaça.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Como é o nome dele?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Ivo.

O SR. ROBSON TUMA – Por que ele não teria apresentado a sua declaração de imposto de renda?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Falhou o trabalho dele. Então, ele foi ao promotor e à polícia, na qual registrou essa ocorrência.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E a outra ocorrência de lesão corporal?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Lesões corporais? Isso foi uma batida de um carro em que a pessoa que estava comigo caiu, machucou, fez o sangue. Então, respondi por isso também.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Chegou a responder?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Cheguei, sim.

O SR. ROBSON TUMA – A pessoa que estava em sua companhia moveu uma ação contra V. S^a?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Ela tinha movido sim. Então, acertamos tudo. Paguei tudo direito.

O SR. ROBSON TUMA – Esclareça-me, por favor. Havia uma pessoa do seu lado no carro.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Havia cinco pessoas dentro do carro.

O SR. ROBSON TUMA – V. S^a dorme com o inimigo? V. S^a bate o carro e a pessoa que está ao seu lado processa-o. Que história é essa?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – A ocorrência que existe na polícia hoje é registrada como lesões corporais em relação a quem estava junto no carro.

O SR. ROBSON TUMA – Não. Uma coisa não tem nada a ver com outra.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Mas o senhor está perguntando do processo de Novo Hamburgo ou de Santa Catarina?

O SR. ROBSON TUMA – Que me morria, não? V. S^a não está falando com bobo, não. Então, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Na primeira vez que lhe perguntamos, V. S^a disse que respondeu a apenas um processo. Agora, V. S^a já lembrou Novo Hamburgo, Santa Catarina.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Porque o crime de lesões corporais pode referir-se a Santa Catarina, há muitos anos. Não me lembro mais.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – V. S^a tem que contar a verdade toda, exatamente o que aconteceu.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não lembro mais. Se foram as lesões corporais em Novo Hamburgo, trata-se de uma briga. Falei antes que era briga.

O SR. ROBSON TUMA – V. S^a não lembra ou não quer lembrar?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não lembro.

O SR. ROBSON TUMA – V. S^a pensa que vai enganar todo mundo?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não lembro.

O SR. ROBSON TUMA – Pensa que todo mundo é bobo e acredita que aquele que está sentado ao seu lado quando V. S^a bate o carro ainda lhe move uma ação?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não lembro mesmo, doutor.

O SR. ROBSON TUMA – Como não lembra? V. S^a acabou de lembrar que foi uma briga.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Sim, uma briga lá embaixo – de muitos anos. Isso faz 14 ou 15 anos. Deve fazer.

O SR. ROBSON TUMA – Não importa se ocorreu há dois dias ou há cem anos. Aconteceu e V. S^a lembra-se. Ou V. S^a briga todos os dias a ponto de não saber quando brigou, onde e com quem?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Isso não, mas não estou lembrado direito.

O SR. ROBSON TUMA – Como não está lembrado se acabou de lembrar?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Foi uma briga que tivemos lá embaixo, há muitos anos.

O SR. ROBSON TUMA – Que é briga é essa? Se V. S^a não está lembrando, como pode dizer que brigou?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – A briga foi um tapa que eu dei num cara, ele caiu de uma escada e quebrou uma perna. Creio que foi isso. Nem briga foi. Lá era assim antigamente.

O SR. ROBSON TUMA – Ou era com V. S^a?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Comigo.

O SR. ROBSON TUMA – Com V. S^a. Se todos fizessem política assim, o Prefeito seria o único habitante da cidade.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Sei disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, vou retomar. Então, V. S^a manda couro para o Estado de Goiás. Não sabe o nome do homem?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – É Ricardo o nome, o sobrenome que eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe. O senhor sabe qual é o nome da empresa?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Também não lembro qual o final dela; é JB não sei o que lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor também não sabe?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor pode nos fornecer esses nomes?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Posso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu quero, então, Dr. Márcio, que o senhor peça à Delegacia de Novo Hamburgo, ao seu colega Dr. Miran que ele forneça uma cópia de uma nota fiscal de venda de couro realizada para a empresa.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Faz tempo que eu não vendo mais para eles, mas tenho lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem a documentação para que saibamos o nome, o CGC da empresa, enfim, porque há sérias denúncias, Sr. Antônio Rossoni de que esse couro está indo para lá.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Mas, por mim, o senhor pode ter certeza que não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tudo bem. Então, deixe-me retomar aqui. Então, seguindo a ordem, ele já lhe perguntou se o senhor conhecia a D. Angelita Shemeig.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Pelo nome, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Pelo nome não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhece a D. Angelita?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não, pelo nome não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca ou viu falar nela?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Por esse nome, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por esse nome não. Por qual nome o senhor já ouviu falar?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não me estou lembrado dessa mulher.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por apelido?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Também não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu não quero entrar em detalhe aqui, mas o senhor a conhece muito bem. O senhor conhece o Phil?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – O Phil é meu irmão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – É meu irmão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o nome dele?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Luiz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Luiz. É seu irmão. Que carro ele tem?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Agora ele tem um Tempa.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Que carro ele tinha?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Uma camioneta F 100.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual era a cor?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Vermelha.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Vermelha. Ele possuía outra camioneta?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Nunca teve?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É fácil examinarmos isso.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Pode examinar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor já teve camioneta?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Eu tenho ainda.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eu me refiro a alguma outra fora essa?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Não, antes eu tive um Tempa também.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E quem é que teve uma camioneta, o seu sócio?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Eu não tenho sócio agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O seu antigo sócio.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Ele tinha uma camioneta gabinada branca.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Gabinada branca?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual era o modelo dessa camioneta?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Uma F 1000, acho que 1994, 1995.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Branca. Essa camioneta tinha carroceria?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Não, é gabinada, só para passeio.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não tinha carroceria?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Só para o senhor ter uma idéia, nós temos denúncia séria de que aqui, no ano passado... O senhor conhece a Vila Aides?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - A vila Aides? Por esse nome, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não? O senhor conhece Lixão da Roselândia?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Conheço de passagem, mas nunca fui lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas sabe onde fica?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Sei onde é que é.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sabe onde é o Lixão da Roselândia?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A Vila Aides fica junto do Lixão da Roselândia.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Por esse nome - Vila Aides, eu não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas fica junto. Nós temos uma denúncia de que passaram, por ali, umas pessoas que entraram no mato, na Vila Aides, e em seguida, o seu irmão Valdir.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - O Valdir não é o meu irmão.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele é o seu sócio?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - É, mas ele foi meu sócio só por 3 meses, agora 4 meses durante este ano; ele nunca foi sócio meu fora disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É, mas ele passou por lá e entrou no mato com uma camioneta branca e a encheu de couro. E a pessoa viu, aí o couro foi levado lá para o seu depósito. Onde é que é o seu depósito? É na Quefas?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - O meu depósito está lá...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Onde é que está? É na Quefas?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - É na Quefas.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Pois é. Foi levado lá na Quefas. E inclusive a pessoa diz mais: que o couro provavelmente é roubado no Curtume Mombberger. O senhor vê que eu não estou inventando coisa.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Sim, eu não tenho conhecimento disso aí. Não tenho conhecimento disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não tem conhecimento?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI - Não tenho mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas é uma denúncia que estão fazendo contra o senhor.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Mas não tenho conhecimento disso. Isso...

O SR. POMPEU DE MATTOS – O Phill tem um depósito de couro?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Tinha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aonde?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Em Sombrio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Lá em Sombrio. E eu não agüentei agora.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Um depósitozinho dele muito pequenininho também. Agora ele veio morar em Nova Hamburgo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E onde é o depósito dele em Nova Hamburgo?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Ele não tem mais depósito de couro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele não tinha lá, perto da rodoviária?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O japonês tem lá?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Tem japonês.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele tem o depósito?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Ele não tem mais depósito lá embaixo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O japonês não tem mais também?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Ah, o senhor perguntou se o japonês... se ele tinha depósito eu não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhece?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vou concluir, Presidente, e vou pedir, diante dessas afirmações de que o senhor vende o couro lá para...

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Goiás.

O SR. POMPEO DE MATTOS – ... vende lá para Goiás, para termos essa relação e saber o volume, que seja pedida a quebra do sigilo bancário e fiscal, exatamente para ver essas operações, como é que essas operações aconteceram, para esclarecer. O que, aliás, vai ser bom para o senhor, Sr. Antônio...

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Sim senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – ... para dirimir essas dúvidas. Se não deve, não tem por que temer, mas a verdade é que há muito roubo de couro, e em algum lugar esse couro está indo. A CPI recebe denúncias e dá dia, hora, local, fato, para onde está indo o couro, enfim, e nós temos que averiguar como é

que essas coisas estão acontecendo e por que estão acontecendo, está bom?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Então o ilustre Deputado requer a quebra do sigilo bancário...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só que, Presidente, nós vamos formular isso para ser votado lá em Brasília porque quebra de sigilo bancário e fiscal tem que ser aprovado um quórum na CPI, então nós vamos apresentar o requerimento, mas para ser votado lá em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Perfeito.

Deputado Relator, alguma pergunta a mais?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Srs. Deputados, Dr. Robson...

Eu agradeço... O senhor tem alguma coisa a dizer?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não, eu só queria dizer que esse dinheiro que veio na minha conta, bem esclarecido, depositam na minha conta para comprar o couro para eles. Tem mais um rapaz de França que deposita bastante dinheiro também na minha conta, que é o Ronin. Posso fornecer os dados dele, os endereços da empresa dele direitinho para vocês, a hora que vocês quiserem, e estou disposto a ajudar vocês nesse sentido porque está ruim para nós. Nesse ramo está ruim para nós trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor faz muito bem em colaborar com a Comissão Parlamentar de Inquérito, que o senhor forneça esses endereços, com os nomes das pessoas, tudo certo...

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Eu forneço direitinho, me comprometo a fornecer direitinho...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor pode fazer um ofício, um requerimento, e encaminhar para a Comissão em Brasília.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Então, tá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí vai ser aberto o sigilo bancário e em cinco anos vai ser analisada a movimentação financeira, toda ela.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – É que esse pessoal faz esse movimento na minha conta, deposita o dinheiro, pego e ganho em comissão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas se movimentou na conta tem que ir para a declaração de renda, tem que ir para o Imposto de Renda, tem que ter

origem e tem que ter saída, isso é todo... vai ser averiguado tudo isso, Sr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Está certo. Eu só estou fazendo errado então porque eu estou fazendo um bem para um amigo e não estou pensando no que pode acontecer para mim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O Secretário vai deixar o endereço completo e o senhor, por favor, me mande. E quero alertá-lo que, quanto mais o senhor colaborar com a CPI e a investigação, melhor para o senhor.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Eu falo uma coisa para o senhor assim: quando eu vejo alguma coisa de couro roubada, a primeira coisa que eu pego é o telefone da polícia e ligo para a polícia para averiguar isso aí. Por isso que a minha parte eu já estou fazendo, atento. Eu nem gostaria de falar isso aqui, porque isso é muito perigoso para nós que trabalhamos com isso, que hoje ladrão, eles matam a todo custo de nada, e está sendo...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Antônio, eu quero até lhe dizer o seguinte: se o senhor estiver disposto, se o senhor souber de alguma outra coisa que julga que nós devamos saber, o senhor tem... o senhor pode pedir, requerer, nós vamos ouvi-lo separadamente, em sessão secreta, o senhor pode dizer...

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Isso eu não tenho ainda, mas de hoje em diante vou fazer alguma coisa e, por isso, que sou um pobrezinho que trabalha em uma vila, mas acho que isso é muito errado e que esse negócio de roubar couro, a maioria está nos grandes, que estão ganhando dinheiro do seguro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor sabe de alguém?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não sei, mas pelo o que a gente vê no ramo, mais ou menos, é por aí o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor tem algum nome?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Porque some e não aparece nunca onde é que está.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor tem algum nome para citar?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não tenho nenhum nome para citar para o senhor, mas de hoje em diante posso lhe ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O que lamentamos é que sempre acabam sentando aqui são os pequenos e o senhor poderia colaborar conosco.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Eu, de hoje em diante, no que eu puder ajudar o senhor vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor não quer mesmo falar conosco separadamente, em outra sala, só com os membros da Comissão, guardando absoluto sigilo da sua informação?

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Não. Eu não tenho hoje uma informação direta para dar ao senhor e não adianta falar coisa que a gente não sabe e que não pode provar.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Muito obrigado. O senhor está dispensado.

O SR. ANTÔNIO ROSSONI – Sou eu quem agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Solicito ao Sr. Secretário que faça entrar no recinto o Sr. Itamar Sbeghen. (Pausa.)

Sr. Itamar, o senhor foi intimado a comparecer e prestar esclarecimentos diante de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que tem a finalidade de apurar o elevado roubo de cargas em todo o País, pelo transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário.

Peço que o senhor diga o seu nome completo.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Itamar Antonio Sberger.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é a sua identidade?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – 9003315761.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual a sua idade?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – 49.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O seu CPF?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – 162320200-06.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O seu estado civil?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sua profissão?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Onde o senhor exerce a sua profissão?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Em Passo Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual o seu endereço residencial?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Independência, 234.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor é parente, amigo íntimo de alguma pessoa envolvida nessa questão que estamos apurando aqui?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Tem o meu filho que está sendo intimado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor se compromete a dizer a verdade sobre tudo o que lhe for perguntado?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor fica advertido que, de acordo com o art. 213, o senhor pode ser penalizado se mentir.

Por obséquio, assine o termo de compromisso. (Pausa.)

O que o senhor tem a dizer, Sr. Itamar, sobre esse assunto? Vamos ouvi-lo inicialmente e, depois, passaremos a palavra aos Deputados para interrogá-lo.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Nada, por que não sei nada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor está acompanhado de advogado?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O seu nome, por favor, doutor.

Queria solicitar do senhor que, qualquer esclarecimento que o senhor desejar, dirija-se à Mesa.

Juliano é o seu filho?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - E Ari?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Luciana?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Sobrinha.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O que o seu filho faz?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele estuda e trabalha na loja.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - A sua atividade qual é?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Também na loja.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Loja de?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – De confecção.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em Passo Fundo?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Em Passo Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E seu irmão Ari?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele tem o comércio dele.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é o comércio dele?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele trabalha com calçados, tudo, tem a loja dele.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sei. Ou melhor, o senhor sabe, nós não sabemos, por isso estamos lhe perguntando.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Sim, é o que lhe disse.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A loja é de quê?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É de calçados.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Calçados e confecções, igual a sua?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É. Confecção muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Também em Passo Fundo?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Isso, mas em local separado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A sua sobrinha é filha dele?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E ela, qual é a atividade dela?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Na loja deles.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor responde a pergunta para mim como se eu soubesse. Quero dizer ao senhor que não sei. Estamos lhe perguntando exatamente porque não sabemos. Então, por favor, o senhor responda a pergunta certa.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Sim, mas estou lhe dizendo, na loja deles.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois não. Qual é a sua atividade mesmo?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Comércio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Comércio de?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Confecção.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Passo Fundo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Passo Fundo. O senhor conhece o Tulica?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Que eu me lembro, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – José Luís Rodrigues?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? O senhor não conhece?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Que eu me lembro, não. Que eu me lembro, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas a polícia tem até gravações de telefonema seu com ele, autorizada pela Justiça! O senhor vai negar que conhece uma pessoa, que o senhor não o conhece várias vezes?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Pode ser que tenha um telefonema, eu não lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode ser que tenha um telefonema com uma pessoa que você não conhece?!

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Mas eu não lembro. Eu não lembro, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não lembra.

O que você me diz a respeito da prisão do seu filho?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É que ele comprou uma mercadoria de boa fé lá, pensando que era bom – ele me disse.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual mercadoria?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Lá tinha um monte de coisinhas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fale-me quais coisas são, por favor.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Tinha balança, ele me disse, uns sapatinhos também. Não me lembro assim, porque tinham várias porcariazinhas.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele comprou isso de quem?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – De um tal de – como é que é o nome dele? (Paula.) Não lem-

bro agora o nome, daqui a pouco me lembro, aí já lhe respondo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando que aconteceu isso?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – A data, previsão não me lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi preso em que situação?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Porque pegaram ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Lá em Passo Fundo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Passo Fundo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Local?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Local, na Rua Lavapés.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Rua Lavapés.

O SR. OSCAR ANDRADE – Rua Lavapés. O que tem lá na Rua Lavapés?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Lá mora minha sogra. É uma senhora de 94 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi preso na casa da sua sogra?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Na rua.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi preso na rua?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em flagrante?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com a mercadoria?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – A mercadoria estava onde?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Estava dentro de um caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – E esse caminhão era de quem?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Do Sr. Adão. Ia fazer um frete para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi contratado por ele?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sr. Adão não sabia de nada?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele foi preso com essa mercadoria. Você lembra o valor dessa mercadoria?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele me disse que tinha pago R\$3,5 mil no ato e depois ficou de dar R\$ 1.000 mil reais, quando o rapaz ia trazer a nota fiscal para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, quando fosse trazer a nota.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – A nota vinha depois?! O senhor é comerciante, não é?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a nota não vem na hora da...

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele prometeu trazer, né doutor! O cara confia nos caras, né.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele comprou de quem?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não lembro o nome agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não lembra o nome. Mas é amigo dele de muito tempo?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Pelo o que sei, eles se viram naqueles dias. Nem conhecia o rapaz, pelo o que ele me disse.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem conhecia e comprou uma mercadoria sem nota?! E, quando foi preso, o senhor estava perto, não é, na distância?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Eu?

O SR. OSCAR ANDRADE – É, quando eles foram presos.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Me telefonaram e eu fui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com quem mais ele foi preso, o seu filho?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele e o Éder.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele e o Éder. O Éder tem parentesco com o senhor?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não. Meu filho disse que tinha contratado ele para ajudar a carregar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Contratado?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era amigo dele?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele faz biscatezinhos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Éder Jonas Piani.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É, ele faz biscatezinho, arruma lâmpada, pinta muro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Contratou ele para ajudar a carregar?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quanto às circunstâncias que o senhor sabe da prisão?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Só isso que ele disse.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que ele disse ou que o senhor viu? Temos a informação de que o senhor estava a distância dentro do seu carro acompanhado.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não, ligaram-me e eu estava indo para lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a sua relação com o Tulica?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não me lembro das coisas de que o senhor fala.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Phill, Júlio?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não lembro, acho que não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está sob o juramento que acabou de fazer aqui. Preste bem atenção, não pode dizer que não conhece uma pessoa se há centenas de gravações do senhor conversando com ele, com todos os dois, com o Phill e com o Tulica, dois ladrões. Darei a oportunidade de o senhor se redimir, ou pedirei a prisão imediata do senhor ao Presidente. O senhor não pode mentir numa CPI, não pode trabalhar dessa forma. Isso não é brincadeira. O senhor fez um juramento e está infringindo um artigo muito grave. Então, darei a chance de o senhor se redimir e dizer que conhece. Como não conhece uma pessoa com a qual o senhor está conversando? Temos centenas de gravações.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Foi o que eu lhe disse.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lerei a Lei nº 1.579, no seu art. 4º, diz o seguinte: "Constitui crime:

II – fazer afirmações falsas, negar ou calar a verdade como testemunha aperito, tradutor ou intérprete perante Comissão Parlamentar de Inquérito. Pena do art. 342 do Código Penal."

O senhor pode ser preso em flagrante aqui agora. Nos inquéritos há fitas de gravação autorizadas legalmente e várias conversas do senhor com o Tulica e com o Phill. O senhor fala que não conhece?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Como lhe disse, é recente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estou dando oportunidade de o senhor se redimir.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Foi o que eu lhe disse, ele deve ter ligação, se o senhor está dizendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não deve ter ligação, são muitas ligações com conversas absolutamente amigáveis. O senhor precisa dizer a verdade e estamos dando essa oportunidade ao senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Relator, só para corroborar, qual é o número do seu telefone celular?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – 9981-1192.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o do Tulica?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não lembro dele, por Deus.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não lembra do nome, mas tem de lembrar o número.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O prefixo. O prefixo é fácil. Qual era o prefixo?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Acho que era 51, parece.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Do Tulica não era 51. Qual é o prefixo?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Faz tanto tempo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não faz tanto tempo, faz pouco tempo. Pense bem.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Acho que era 51, doutor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor acha que era 51?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Acho eu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então diga o resto do número.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Como?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O resto do número.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não posso lhe afirmar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não se lembra?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas vezes o senhor ligou para o número dele?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele me ligou umas vezes...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele lhe ligou umas vezes? E o senhor ligou quantas vezes para ele?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não posso lhe garantir assim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não lembra quantas vezes ligou, mas lembra que ligou, né?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Parece que sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor lembra que ligou, né? Não lembra quantas vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está melhorando e eu gostaria que o senhor continuasse nessa linha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está bom, agora já pegou o jeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos forçar um pouquinho mais a memória.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nós temos aqui todas as ligações, uma por uma, dia, hora, local e quantos minutos o senhor falou com o Tulica. E se o senhor quiser, ligo o gravador e mostro o senhor falando com ele. Aliás, se o senhor não quiser também posso mostrar.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não precisa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não precisa?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – A sua palavra basta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nós temos aqui a gravação. Por exemplo, no dia 16... 04/08/2000, por exemplo. O senhor ligou e falou 16 minutos com ele. Falou 16 minutos ao telefone com o Tulica.

Pegando uma ligação: aqui tem várias. É claro que não só para o Tulica, mas para vários. Tudo isso aqui é gravação de ligação telefônica. É um rosário; tem, pelo menos, mil ligações telefônicas, e várias delas para o Tulica. Pelo menos 100 dessas ligações eram para o Tulica.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o assunto que o senhor tratava com o Tulica, Sr. Itamar?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Vários assuntos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais? Diga alguns.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele me oferecia mercadoria, também. Nunca comprei dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas sempre te ofereceu?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Sempre.

O SR. OSCAR ANDRADE – E demorava a ligação, 16 minutos, por isso? Ele era insistente?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – O senhor nem imagina...

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o senhor nunca comprou?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Porque não sou desse ramo.

O SR. OSCAR ANDRADE – De comprar mercadoria?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É. Não preciso disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor é comerciante...

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não para essa atividade, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ilícita.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É. Já mais vou fazer isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já sabia, então, que ele era ladrão de carga?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não, ele me ofereceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, então o senhor desconfiava.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mais de uma vez ele lhe ofereceu?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Mais de uma vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor desconfiava, então, que ele era ladrão de carga. Por isso que o senhor não queria comprar.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Mas claro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então como o senhor conversa com ele 100, 150 vezes?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Porque a insistência era demais, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele insistia?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Bah...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas e as ligações do senhor para ele? O senhor ligava para ele insistir com o senhor?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Nada, era o retorno para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está subestimando a nossa inteligência e está falando com o respeito.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não, doutor. Eu ligava porque sempre dou satisfação para

a pessoa. Eu gosto de dar. Sou sincero ao lhe dizer: gosto de dar satisfação a toda pessoa. Nesse ponto, sou cordial, doutor.

O SR. ROBSON TUMA – Vou dizer uma coisa ao senhor. Aprendi a admirar as pessoas firmes.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – O senhor não gosta de dar uma satisfação?

O SR. ROBSON TUMA – Ontem, fizemos uma acareação com cinco pessoas e teve um empresário que foi firme aqui: Olha, não tenho culpa aí. Foi firme. E ontem teve um que falava exatamente como o senhor.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Eu gosto de dar satisfação.

O SR. ROBSON TUMA – Como se fizesse o papel teatral de ser o maior coitado do mundo e eu sei que o senhor não é.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não, doutor, eu gosto de dar satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor está debochando da gente aqui. Desde a hora que o senhor sentou aí, o senhor nos trata com deboche.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não, está louco? Eu respeito muito todas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor não está respeitando!

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Então o senhor me desculpe.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor não acha que a sua voz de benevolente vai fazer com que acreditemos que o senhor seja?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Eu estou até nervoso.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor está nervoso?

O SR. OSCAR ANDRADE – Arruma um copo d'água para ele.

Vamos trazer uma água para o senhor. Quer descansar, esperar um pouco?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não, não precisa...

O SR. ROBSON TUMA – Refrescar a memória...

O SR. OSCAR ANDRADE – Então vamos conversar sobre o Tulica. Quero saber do Tulica. Por favor, me conta um diálogo do senhor com ele.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele me oferecia carga e eu não comprava, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele ligava para você e falava: “E aí, Itamar, como é que é?” Vamos lá, nas palavras, para o senhor relaxar.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Isso mesmo. Ele me ligava, e eu dizia: “Não quero. Não compro isso.”

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes o senhoresteve pessoalmente com o Tulica?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Acho que, pessoalmente, falei duas vezes com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Duas vezes. Onde?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Lá em Passo Fundo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá é sua terra mesmo?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Senhor?

O SR. ROBSON TUMA – Você é de Passo Fundo?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Sou.

O SR. ROBSON TUMA – Mora lá, nasceu lá?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Sim. Nasci em Itapejara. Mas saí de lá ...

O SR. ROBSON TUMA – ... pequenininho e foi para Passo Fundo.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Isso.

O SR. ROBSON TUMA – Mora onde ali?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Na Independência, 234.

O SR. ROBSON TUMA – Perto ali do Hospital.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Isso é, sim senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Tulica mora onde?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Na época, ele morava aqui; ele me dizia que morava aqui perto. Como é que é? Perto de Lajeado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Perto de Lajeado.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele me dizia.

O SR. OSCAR ANDRADE – É uma outra cidade. E o senhor esteve com ele em Passo Fundo?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É. Ele me procurava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Geralmente, ele me telefonava, quando chegava lá, e a gente se encontrava em algum posto de combustível, assim na lancheria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em algum posto de combustível?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor falou que se encontrou com ele duas vezes. As duas vezes foi num posto de combustível?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Foi sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que vocês trataram?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele é que me ofertava mercadoria, Doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual mercadoria? Nas duas vezes. Vamos falar só nas duas vezes. Depois a gente vai nas outras.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele oferecia vários tipos de mercadorias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – De tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele chegou a oferecer calçado, o que o senhor pensou ele tinha para oferecer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Calçado, o que mais?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Sapato.

O SR. OSCAR ANDRADE – É a mesma coisa.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É. Desculpe.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fio de cobre.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Fio de cobre, eu acho que isso ele nunca me ofertou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Que eu lembre não.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor sabia que ele ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ofertou, e o senhor comprou.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Como?

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor comprou. Fio de cobre o senhor comprou.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não, senhor. Nunca comprei mercadoria roubada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nós temos tudo gravado. Depois nós vamos mostrar. Vou dizer mais ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto de fio de cobre o senhor comprou?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não comprei, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor comprou dele?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nada? O senhor podia chegar aqui, Sr. Itamar, e abrir o jogo. Nós queremos pegar ... O senhor até, daqui a pouco, é vítima. Foi iludido, induzido a entrar nessa por um maluco desse que está aí. O senhor sabe qual a prática dele para assaltar.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nós temos a prática dele, o *modus operandi*, a maneira de operar dele. Ele vai com coletes da Polícia Civil, travestido de polícia, traz os caminhões como polícia e toma uma carga, como se fosse a Polícia que tivesse roubando.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Mas ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – É assim. O senhor conhece o Phil, não é? O Senhor ligou várias vezes para o Phil também.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele me ligou também, e eu dava retorno para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele ligou para o senhor, e o senhor ligou para ele, não é?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Eu dava retorno.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é que o Phil queria? A mesma coisa?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles eram parceiros?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não posso lhe dizer, porque nunca vi ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes o senhoresteve com o Phil?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Falei uma vez com ele lá em Passo Fundo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também lá. No posto também?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É. Ele me procurava lá, me ligava, e eu falei com ele uma vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que ele que ria?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ofertar de mercadoria também, tipo o Tulica, esse rapaz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Phil era amigo do Tulica?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não comentaram para mim isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eles andavam juntos. O senhor sabe tudo.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Juntos, eles dois, comigo, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Podem não andar junto, mas eles andavam junto. O Phil é o assaltante mais poderoso, e o senhor era o receptor, que comprava a carga dele. Isso está gravado. Então, me descreve por que é que o senhor foi preso?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Eu não fui preso assim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que é que a Polícia chegou no senhor então?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ela não chegou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. A Polícia chegou. Há um inquérito contra o senhor.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O quê?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tem inquérito contra o senhor?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não fui ouvido em delegacia nenhuma. Nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então o senhor não está sabendo.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não fui ouvido por ninguém. É a primeira vez aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É primeira vez. Então acho que é por isso que o senhor está surpreso de sabermos tudo isso e como é que nós sabemos. O senhor sabia que estava sendo gravado em todas as suas conversas?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E faz uma data.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixa eu voltar num ponto aqui, Pompeo. O senhor, no momento da prisão do seu filho, vamos recordar, ...

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor, como pai, deve lembrar isso bem, não é? Deve ser doloroso.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – O senhor nem imagina.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sei se tão doloroso.

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – O senhor sabe que eu desmaiei na hora?

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi? Dirigindo? Falando ao telefone: “Pára, pára, desce que a Polícia está chegando”?

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – Não, eu desmaiei na hora, quando eu cheguei, na hora, lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na delegacia?

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas, antes, na hora em que eles foram presos, na hora em que a Polícia estava chegando nelas, com o caminhão em movimento, com o senhor atrás? Está gravada a sua voz no telefone, dizendo para seu filho parar o caminhão, descer e fugir. É verdade?

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – Eu disse isso?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor disse.

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – Então, foi de... Como é que a gente vai fugir, se...

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu telefone estava grampeado, autorizado pela Justiça. O senhor vai negar a sua voz?

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – Mas pode ser, num momento, igual estou lhe dizendo, às vezes, tanto assim, a gente não sabe e fala as coisas.

O SR. OSCAR ANDRADE – É mesmo. A gente fala as coisas.

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – Fala. Às vezes...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, por que o senhor não abre o jogo? Vamos abrir o jogo. O que queremos é desbaratar as quadrilhas de roubo de cargas. Ele rouba carga, o senhor é um dos receptadores, mas há vários. Ele ofereceu para o senhor. Ele lhe buzinou no ouvido até convencê-lo a entrar no negócio. Assim como ele convenceu o senhor, ele convenceu vários. Pegando bem eles, vamos evitar muitos roubos de cargas e que ele convença alguém a aceitar.

O senhor devia abrir o jogo, porque está tudo gravado. Aliás, vou lhe mostrar depois.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Não só roubo de carga, mas as vidas dos motoristas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixe-me fazer uma proposta ao senhor, que, se quiser, pode pedir uma orientação ao seu advogado, se o Presidente assim o permitir.

A CPI é auxiliada por vários mecanismos. Um deles é o programa de proteção a testemunhas. Esse programa protege famílias...

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – O que mais a gente adora é a família.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é. Pelo bem da sua família e pelo seu bem, o senhor quer conversar abertamente conosco? Podemos fechar a reunião, ficando só os Deputados conversando com o senhor, e o senhor nos orientaria e nos ajudaria a combater esse absurdo tão grande. Podemos, de forma legal, enquadrá-lo até nisso, se o senhor quiser ajudar, pelo bem do seu filho, pelo bem da sua família. O senhor quer? O senhor tem oportunidade de optar por isso. Podemos esvaziar a sala e fazer uma reunião secreta com o senhor. Do contrário, eu estou recebendo como insulto o que o senhor está fazendo aqui.

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – Não, jamais quero lhe ofender...

O SR. OSCAR ANDRADE – Temos gravações, temos tudo aqui e o senhor está negando a própria voz.

É uma proposta que estou fazendo ao senhor. O senhor quer pensar? O que o senhor quer fazer?

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – Jamais vou lhe ofender.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse agora que não está sendo processado, que não esteve na delegacia e que não deu depoimento sobre isso?

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não deu depoimento sobre isso?

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – Não, eu não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, venha aqui. (Pausa.) De quem é essa assinatura? É sua assinatura? Que é isso aqui?

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – Secretaria de Segurança... Ah, esse eu dei aqui em Porto Alegre. Está certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, mas o senhor disse que nunca tinha ido à delegacia?

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – Está certo. Eu me esqueci. Desculpe.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como se esqueceu? Esqueceu-se de que foi à delegacia, responder sobre esse fato? O senhor deu depoimento na delegacia.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor tem problema de amnésia? Já traçou, algum dia, de problema de amnésia temporária ou não?

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – Não, doutor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece aqui? Esse é o depoimento ao Dr. Márcio de Jesus Zaquelo, para os investigadores, para os inspetores. O senhor deu depoimento aqui em Porto Alegre? Tem a sua assinatura.

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – Sim, foi uma pessoa só – não posso lhe precificar esse nome – que me ouviu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Claro. Foi uma pessoa só que lhe ouviu. Está aqui. E o senhor vem negar, de cara enxuta, que não esteve na delegacia e que não respondeu isso? Estão aqui os documentos.

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – Não lembrei. É a única vez. Lá, em Passo Fundo, não...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu não perguntei Passo Fundo. Perguntei e o senhor disse: “Não, eu não estou nem respondendo, não sei de nada”. O senhor está brincando com a CPI.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, a minha proposta está de pé ainda, Sr. Itamar. O senhor quer pensar ou quer responder agora ou quer conversar com seu advogado? (Pausa.)

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – Não sei onde ele mora. Sou sincero em lhe dizer. Ele só me dizia...

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabe quem mora onde? A minha pergunta, agora, foi outra. Eu fiz uma proposta para o senhor. Estou aguardando a resposta.

O SR. ITAMAR ANTÔNIO SBECHER – Sim, nesse sentido, estou lhe dizendo, só não sei onde ele mora, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele quem?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Esse homem. V. Ex^a entendeu? Não posso ajudar. Não sei onde mora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Itamar, o senhor está tergiversando. Foi ele que perguntou. Preste atenção. Estou falando outra coisa. Vou ter paciência.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – O senhor não quer saber onde mora esse rapaz?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é esse o rapaz. Quero saber se o senhor quer ajudar a CPI, se quer contar a história verdadeira. Vamos transformar esta reunião em uma reunião secreta, reservada, para que o senhor tenha toda a segurança. Vamos auxiliá-lo.

O SR. ROBSON TUMA – Deixe que ele consulte o advogado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos seguir.

Sr. Presidente, sugiro que, para transformarmos esta reunião em uma reunião reservada, evacuemos a sala. Vamos fazer a reunião reservada aqui dentro.

Sr. Itamar, o senhor aguarde, pois ainda estamos em reunião. Vamos fazer uma reunião reservada. O senhor poderá falar com o seu advogado na reunião reservada.

O SR. ROBSON TUMA – Pe diria que a Assembleia desligasse o serviço de som. É um processo mais complicado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vou dar-lhe uma notícia. O senhor sabe que o Tulica estava preso e saiu ontem, aliás curiosamente. Vão pegá-lo de novo porque há todas as gravações. Vamos clarear as coisas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Coloque-me à disposição dos demais Deputados integrantes da Comissão. V. Ex^{as} concordam? Havendo concordância, solicito a todos os presentes a gentileza de deixarem a sala. Que sejam desligados os serviços de som e de imagem.

O SR. OSCAR ANDRADE – A TV Senado pode ficar. (Pausa.)

(Transforma-se a reunião em secreta)

O SR. ROBSON TUMA – O primeiro fato importante é que vamos sair daqui e vamos dizer que o senhor não colaborou. Então, o senhor pode ficar tranquilo que esse compromisso o senhor tem de nós. Entrevista e tudo: “Ele colaborou?” “Não, não colaborou.”

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Tenho medo, porque esse Jaguar aí, igual o senhor disse...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tulica.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – ...vai lá e me...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele foi solto hoje e com certeza está atrás de vocês. Esse cara é maluco. É esse que queremos pegar. O senhor entrou de gaiato. Estamos sabendo. Esse é o Phill. Os dois são perigosos, extremamente perigosos.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Nunca, nunca fiz nada.

O SR. ROBSON TUMA – Vamos começar!

Senhor, começou aí. Está com som.

Não, não vai sair. Isso não é para ninguém ou vir. Estamos em reunião reservada, ou seja, o que o senhor falar aqui será reservado.

Então peço para o senhor o seguinte: os Deputados e o Presidente fizemos perguntas para o senhor. O senhor nos deu algumas respostas, só que

agora sabemos que elas não são as respostas corretas. Mesmo sendo mais ou menos, gostaria que o senhor contasse, então, realmente como foi tudo, como chegou, como o senhor comprou, tudo. Que o senhor nos contasse.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Eles chegavam lá para me vender.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem chegou?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Esse Tulica e levavam um...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Tulica e quem mais?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – E este aqui, os dois. Mas só que eles nunca foram juntos mesmo. Isso posso-lhe afirmar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Certo. Isso é verdade.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Pode ser, igual o senhor disse, que um estaria numa esquina e o outro, na outra. Pode ser que seja isso. E ele chegava lá, oferecia-me até por um valor menor, o que é normal, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Couro?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Couro, nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alguma coisa que o senhor disse.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Calçado ele ofereceu para mim. Peguei um pouquinho de calçado, sou sincero de dizer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei, isso não tem problema não. Até os crimes que o senhor cometeu, os delitos e tudo, é preciso que sejam todos falados aqui, e não vamos, absolutamente, usar contra o senhor.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Tenho uma pessoa, o tal de Flávio, este que intermediava mais as coisas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Flávio?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Flávio.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor lembra o nome todo ou não?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não, conheço-o por Flávio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De onde ele é?

O SR. DOMICIANO CABRAL – Tem o telefone dele?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não, não lembro.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Nem na sua agenda, o telefone dele?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E ele é de Passo Fundo?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É de Passo Fundo.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Mas já ligou para ele?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Será que não tem no negócio?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ca paz de ter. Pega lá.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Acho que deve ter ali.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Então, é fácil de localizarmos.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É. Esse é o maior culpado do crime. Sou sincero de dizer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele que era o intermediador?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Intermediário.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Ele é de onde?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Lá de Passo Fundo, mas nasceu em Soledade esse cara.

O SR. – *(Inaudível. Intervenção feita fora do microfone)*

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Senhor? Pelo o que sei, não.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Ele é corretor ou é proprietário estabelecido?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Só um pouquinho! Esse mesmo, é esse mesmo agora lembrei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Phill é o segundo, não é?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Está certo o senhor, é esse mesmo. Olhando eu já lhe digo. Esse também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É o de um para outro, é o que recebe e o que faz ligação.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Esse aqui era o que eu ligava?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, é que são vários telefones que estão aqui.

Que número é esse aqui, é o seu?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É o do Flávio.

O SR. OSCAR ANDRADE – O do Flávio era celular?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual era o final do seu?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está identificando o seu telefone?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Então, o senhor comprou mais de uma vez?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Duas vezes, mas não carga completa.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E nisso vinha o quê? Tinha fios também?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Uma tinha fios, fios que essa foi, o Tulicanunca apareceu lá com cargas, ele é quem aparece o fio que mandava para ele e ele ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tinha o conhecimento de que era carga roubada?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Me convenceram. Igual eu lhe disse.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe como era o esquema deles?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não. Eu nunca entrei em detalhes. Isso eu nunca pedi.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor só recebeu e pagava...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E o seu filho também?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Eu podia para ele me ajudar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o seu irmão?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É, mas eu não tenho vínculo nenhum com ele. Com ele não tenho vínculo nenhum.

O SR. DOMICIANO CABRAL - Nem tem conhecimento das atividades do seu irmão?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Não. Inclusive, depois que vendemos a firma, temos um acerto e nós nos desentendemos e discutimos e não falamos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ficaram apartados?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - É. Então, ele continua o ramo dele, deixei...

O SR. ROBSON TUMA - Como é que é o nome do seu irmão?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Ari. Julião, eu. Acho que não está aqui.

O SR. ROBSON TUMA - Aqui Éder.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Éder, esse piá aqui, é aquele que faz qualquer coisinha e aquele dia lá ele só ajudou.

O SR. OSCAR ANDRADE - O Éder é só carregador, só ajudante?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - É. Esse dá para lavar a mão, porque ele não é...

O SR. DOMICIANO CABRAL - Você não sabe, então, se o Ari também comprava? O seu irmão.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Não, isso não sei. Isso não posso lhe garantir nada, porque desde que nos desentendemos ...

O SR. DOMICIANO CABRAL - Mas ele tem a mesma atividade sua?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Sim. Ele tem a loja. Antes nós tínhamos bebida, faz uns três anos e meio que vendemos a distribuidora da Antartica para a Mineral Sarandi. E aí nós nos desentendemos no dinheiro, porque foi vendido por um valor...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Que idade tem seu filho

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Vinte e quatro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Ele é casado?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Vive contigo? Mora contigo?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Mora em casa, inclusive me ajuda muito. O senhor nem sabe. Nós chegamos segunda-feira agora, quando me entregaram a intimação, eu estava chegando de Curitiba, porque vamos fazer as feiras para fora, vender, e eu estava chegando, eu e minha esposa, e ele ficou tomando conta da loja e da fábrica.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - A loja é grande?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Não é tão grande. E temos a fábrica, que é em casa mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - A fábrica de quê?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - De confecções.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E essa carga que a Polícia gravou, que estava lá e que foi tirada, que era para ser levada a Erechin?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Era um saldinho que eu disse bem assim: se vocês têm aí, eu disse que não queria mais saber disso, porque não era meu ramo. Querem levar? Levem tudo. Sumam, não quero mais nem...

O SR. OSCAR ANDRADE - Foi esse dia que o seu filho foi preso?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Isso mesmo. Se está, pode ver na gravação que tem isso aí.

O SR. OSCAR ANDRADE - Está certo. O senhor não estava querendo se envolver mais...

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Eu não queria mais, porque não precisa...

O SR. POMPEO DE MATTOS - A verdade é que o negócio ficou tão fácil que todo mundo começou a fazer, fazer. Todo mundo estava fazendo.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - E a pressão foi muito em cima de mim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Nesse contato que o senhor teve com esse Tulica, alguma coisa mais ele passou ao senhor ou o senhor conseguiu descobrir? Como é que funciona o esquema? Onde eles roubam a mercadoria?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Eles diziam que roubavam quase tudo aqui perto de Porto Alegre.

O SR. OSCAR ANDRADE - Roubavam em caminhões ou em depósitos?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Disse que era caminhões. E a prova está que ele levou essas duas vezes um caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Caminhão roubado também?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - E como ele roubava?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Isso não tomei informação.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - E ele nunca informou?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Não, eu nem me interessava.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Ele nunca lhe informou que estava com medo da Polícia?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Nem me interessava isso. Para mim, ele me disse que tinha colete de Polícia, tudo, dado pela Polícia.

O SR. ROBSON TUMA - Quem mais o senhor sabe que comprava mercadoria dele?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Dele?

O SR. ROBSON TUMA - É.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Esse Flávio que fazia tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Esse Flávio era o chefe? Era o mentor?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - O mentor de tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE - O Tulica e o Fio eram os operadores?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Esse Flávio aqui ficou com uma mercadoria que eu tinha lá. Ele até hoje não me pagou.

O SR. DOMICIANO CABRAL - Mas a mercadoria que ele tem foi de procedência legal ou dessa remessa?

O SR. ROBSON TUMA - Ele devolveu a mercadoria?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Ele vendeu e recebeu em dinheiro mas não pagou, no caso. Eu marchei. Eu só dei o dinheiro para esses caras. O Tulica é o que menos...

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual é a mercadoria que era mais repassada? Mais sapatos?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Sapato teve uns. Eles levavam sortido lá. Eu, pelo menos, via, sou sincero em dizer, eu acho que eles roubavam mais de um caminhão cada vez e levavam para mim uma coisa, para outro outra...

O SR. OSCAR ANDRADE - Faziam a distribuição.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Botavam misturado.

O SR. OSCAR ANDRADE - Um tanto para cada coisa. Por exemplo, além da sua confecção, o senhor tem loja de comércio. O que o senhor vende na loja?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Confecção feminina. Agora, masculina não fabricamos mais. Só feminina.

O SR. OSCAR ANDRADE - Estou dizendo o que o senhor vende: confecção feminina, sapatos.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Não, só tecido.

O SR. OSCAR ANDRADE - Só confecção feminina. Então, o senhor comprava sapato... Pois não. Está certo. Eu sei, mas o senhor comprava para quê?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Para repassar e ganhar um pouquinho.

O SR. OSCAR ANDRADE - Repassar para quem?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Para o Flávio. Esse é que repassava.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não. Mas o senhor comprava e passava para o Flávio?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - O Flávio intermediava a compra deles para mim e o Flávio repassava para frente.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Você apenas entrava com dinheiro e o Flávio arrumava a mercadoria?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Para comprar e para vender, as duas.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Você só ganharia o dinheiro nesse caso. A mercadoria você não guardava em casa?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não. A mercadoria era questão de dois ou três e o próprio Flávio limpava tudo.

O SR. ROBSON TUMA – Qual é o nome da sua filha?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Júlia.

O SR. ROBSON TUMA – Vamos chamar o Júlio lá fora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Juliano.

O SR. DOMICIANO CABRAL – O senhor só comprou duas vezes.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Duas vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu filho está preso?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele saiu no mesmo dia, doutor.

O SR. – (Inaudível. Intervenção feita fora do microfone)

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – ... Ia limpar. Estava aqui gravado, mas ia limpar porque não queria mais.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Hoje, você se encontra arrependido?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Eu? O senhor nem imagina. Até de quem perdeu as cargas. Sou sincero em dizer que a gente não precisava disso e a gente é honesto nisso. Não há necessidade. A gente tem para viver. Essa é a maior burrice que qualquer um faz. Sou sincero em lhe dizer isso.

O Éder não precisa, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Éder depois a gente chama. Não há necessidade.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele só ajudava quanto a gente pedia e pintava o muro lá de casa quando precisava.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Era uma pessoa de casa?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Agente chamava ele. Telefonava para ele, dizia para fazer o serviço e pagava por etapa. Arrumava uma parede e perguntávamos quanto era.

O SR. OSCAR ANDRADE – Antes, tem que qualificá-lo. Só um minuto. Onde está o Naurides?

O SR. – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. OSCAR ANDRADE – Não. É porque tem que falar verbalmente para gravar.

Senador, qualifique o filho, por favor. Por lei, tem que gravar tudo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele não está preso por causa disso, mas por causa de um outro roubo de cargas. Ele foi solto porque passou o tempo e não conseguiram processá-lo. Está saindo o mandado de prisão por causa desse roubo, mas estava preso por causa de outro caso. Quero dizer que o cara já é artista antigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o seu nome completo?

O SR. JULIANO GROSSI SBEGHEN – Juliano Grossi Sbeghen.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe o número da sua identidade?

O SR. JULIANO GROSSI SBEGHEN – 1053731988.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a sua idade?

O SR. JULIANO GROSSI SBEGHEN – Vinte e três anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe seu CPF?

O SR. JULIANO GROSSI SBEGHEN – 743765350-87.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o estado civil?

O SR. JULIANO GROSSI SBEGHEN – Solteiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Residência.

O SR. JULIANO GROSSI SBEGHEN – Rua Independência, nº 234, Centro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual a sua profissão?

O SR. JULIANO GROSSI SBEGHEN – Sou estudante e comerciante.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a cidade onde exerce a atividade?

O SR. JULIANO GROSSI SBEGHEN – Passo Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Juliano, você está intimado aqui para prestar depoimento e ajudar a elucidar uma série de coisas, numa CPI, que é uma Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que apura em todo o País o elevado número de incidência de roubo de carga, transportado por empresas

rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias. Você se compromete a dizer a verdade?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Você fica advertido, de acordo com o art. 203, do Código Penal, de que poderá ser punido se não disser a verdade.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Então, você assina o termo de compromisso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Bem, Juliano, eu não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deixa eu fazer aqui um comentário com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Eu quero dizer a você o seguinte: a requerimento de um dos Deputados que integram a Comissão e, percebendo a boa vontade do seu pai, no interesse de ajudar nessa investigação, esta Presidência deferiu a transformação da sessão aberta numa sessão reservada. Aqui estão apenas o seu pai, os Parlamentares, o seu Advogado e os Delegados de Polícia Federal que nos auxiliam aqui na condução. Existe um programado do Governo Federal de proteção à testemunha para garantir à família, à pessoa, integridade física e todo o apoio se ela colaborar com a investigação que a CPI faz.

Como essa questão de roubo de carga no País é uma coisa séria, que está tomando proporções inconcebíveis, muito acima daquilo que estatisticamente se conhece, eu pediria a você, a exemplo do que já fez o seu pai, que você colaborasse. É bom para você, é bom para sua família e é bom...

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – No que for necessário, eu vou colaborar.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor tem um processo, não é isso? Tem um processo, não tem?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Eu fui lá uma vez. Não sei se eu tenho processo, porque nunca mais eu soube nada.

O SR. ROBSON TUMA – Nós vamos colocar todos os direitos que a lei nos dá para usar em relação a lhe ajudar se você ajudar a Comissão. E você, ainda não sendo condenado, há muitas coisas em que podemos lhe ajudar. A lei dá muitas vantagens.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ainda mais, o senhor tem quantos anos?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Vinte e três anos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Percebemos a sinceridade da colocação do seu pai. Aqui você pode falar o que quiser.

O SR. ROBSON TUMA - E para fora, para a imprensa, todo o discurso vai ser o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Nós vamos dizer que vocês não estão colaborando.

O SR. ROBSON TUMA – Vocês não colaboraram, vocês não sei o quê, como se tivéssemos ficado chateados, bravos...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Então agora eu vou passar a palavra para o Deputado Oscar Andrade, que é o Relator, que vai perguntar e o senhor vai respondendo. Quero insistir que você ajude no que souber, porque o objetivo nosso não é prejudicar você, nem a sua família. Lembrando o que o Deputado disse: Você é um rapaz novo ainda, tem toda uma vida pela frente, não entra nessa, que não é o caminho certo.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – E batallador. Se o senhor tirar informações minhas...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Pois é. Mais uma razão ainda.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu pai já falou que você é muito trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Nós pretendemos ajudá-lo. Pode acreditar nisso.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Eu acredito.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deputado, a palavra é sua.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos lá, vamos falar do momento em que você foi preso, no dia... Bem, não importa o dia. Você lembra o dia, não?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Foi em setembro, parece. No dia 13 de setembro, se não estou enganado. Desculpe-me.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor estava lá fazendo o quê? No momento da prisão? Você foi preso por quê?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Eu estava carregando um caminhão, né, Deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um caminhão com cargas?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que eram as cargas?

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha calçados, retroprojetores, sandálias, fios...

O SR. OSCAR ANDRADE – Car ga essa que foi receptada de quem? Foi trazida por quem? Compra-da de quem?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Foi feito pelo... Marcelo?

O SR. OSCAR ANDRADE - Fio?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Não sei se é Fio.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deixa ele responder para nós podermos... mas você sabia era carga de...

O SR. OSCAR ANDRADE – Produto ilícito.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Produto ilícito, correto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa carga estava onde?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Essa carga estava na casa da minha avó.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Passo Fundo?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Em Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na Rua Lava Pés?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Na Rua Lava Pés, nº501.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você já tinha comprado então, estavam apenas transferindo para um outro lugar?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você estava a carga para onde?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – No momento estávamos levando para Erechim, eu estava vendo se... Essa é a parte do pai, não tenho muito conhecimento, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor explica para onde estava levando, por favor.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN - Estava levando lá para Erechim aquele saldo... Estávamos levando todo o saldo, igual está na gravação que eu lhe disse, e esse Tulica estava esperando lá em Erechim e ia ficar com ele, por que nós não íamos mais fazer isso aí, igual eu lhe disse.

O SR. OSCAR ANDRADE – Certo.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – O senhor tem a gravação aí e vai ver...

O SR. OSCAR ANDRADE – A gravação está batendo, isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quantas vezes o senhor comprou carga?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Carga? Duas.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Eu, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas você participou das duas?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Não, só nessa aqui.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Juliana só participou dessa.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Só nessa.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – A primeira ele não estava.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Juliano, você ajudava só o seu pai, o que seu pai mandava fazer você fazia, não é isso?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Basicamente.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Não é isso?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Isso.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Você ajuda o seu pai, naturalmente ajuda a família...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conheceu o Tulica?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Se eu tiver oportunidade de falar um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você vai falar o que quiser.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode falar agora se você quiser.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Pode falar.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Não, é coisa particular, assim sabe. Gostaria que os senhores complementassem...

O SR. OSCAR ANDRADE – Continuasse e depois...

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Colaborasse com vocês e depois queria falar alguns fatos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bom. Você conheceu o Tulica?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Tulica? Quem era o Tulica? (Pausa.) Conheci.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Fio também?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Sim. Acho que é Marcelo...

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcelo o nome?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Acho que é Marcelo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O nome dele é Marcelo sim, mas o apelido dele é Fio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em que circunstância você conheceu esses dois, Juliano?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Eu conheci eles às vezes que foram conversar conosco, foi quando conheci eles.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso foi lá...

O SR. DOMICIANO CABRAL – Quando eles conversavam com o seu pai você estava presente?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Algumas vezes.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Algumas vezes?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Algumas vezes que quero dizer são duas vezes...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe onde mora o Tulica?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não chegou a ir na casa dele nem nada?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Não, nenhum dos dois.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem o Tulica e nem o Magrão.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – De alguma forma você tomou conhecimento de como eles operavam, como era, rapaz novo sempre é mais curioso, e sempre fica especulando. Eles alguma vez explicaram como é que procediam ...

O SR. DOMICIANO CABRAL – A forma deles agirem?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Eu entendi a pergunta. Isso aí, como vemos em notícias nas televisões como agem, acredito que seja uma só...

O SR. DOMICIANO CABRAL – Mas eles não falaram e nem você perguntou?

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a relação que você teve com ele?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Graças a Deus, nunca...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você fique à vontade...

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Eu sei, estou entendendo...

O SR. DOMICIANO CABRAL – Quer uma água?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Estamos falando, estimulando, não é com objetivo de... para tentar entender a coisa...

O SR. OSCAR ANDRADE – Te cercar e te pegar não. Precisamos pegar, chegar em quem realmente...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Queremos saber se eles usam colete de polícia ou não, se eles alguma vez lhe disseram se agiam assim, assim...

O SR. DOMICIANO CABRAL – Se tem alguma cobertura com polícia?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Não, nunca ouvi falar.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Não sabe detalhes não.

O SR. ROBSON TUMA – Deixe eu explicar. O acontecer aqui, o que foi falado aqui não pode ser divulgado, entendeu?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Pode ficar tranquilo.

O SR. ROBSON TUMA – O que o Senador está explicando é que você pode falar tudo, mesmo que... na verdade não vai ser usado contra você...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Exatamente.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Estou muito tranquilo.

O SR. ROBSON TUMA – Vamos mandar um ofício para autoridade que está investigando – o Presidente vai fazê-lo –, comunicando à autoridade que você colaborou com a CPI. Dá os direitos... Mas esse ofício também será reservado. Então, não é assim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E há outro aspecto, Senador Moreira Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Só um instante, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você tem conhecimento de alguma outra empresa, pessoa ou entidade a quem eles também vendiam essa mercadoria roubada? Porque isso não se limitava apenas a vocês.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Não, que agente te lembra do, não, pelo síndico, que...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quer o te dizer, apenas para você ficar tranquilo, que a CPI tem praticamente todas as informações, temos fitas gravadas dos telefonemas, inclusive com a voz do seu pai – daí a razão de ele ter consentido, concordado em colaborar conosco –, então, já sabemos praticamente tudo, que queremos apenas fechar essas pontas

e, principalmente, saber de outras pessoas envolvidas, porque não interessa a nós pegar você, que é a pontinha do final, nem o seu pai. Interessa-nos saber realmente quem manda, quem coordena, quem são os mentores, quem são os "grandes", porque sempre acontece isso: a gente só consegue chegar no final, nunca se pega o primeiro. Por isso é que estamos pedindo a colaboração, para chegarmos lá na frente. Continue: você sabe de alguma coisa?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Não, não tenho muito conhecimento porque quando eu conversava, meu pai sempre estava presente, fora disso, não. Ajudava...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você ainda estuda?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Tranquei minha faculdade de Contabilidade... Quer dizer, fiz um semestre de Contabilidade, aí passei para Administração, tranquei o curso de Administração agora porque quero tentar o de Direito – até tentei em Soledade agora, mas não consegui passar. E mais até porque estou realmente ingressado mesmo no trabalho, porque quem está realmente administrando o negócio lá sou eu, o financeiro principalmente. Meu pai e minha mãe estão recomeçando agora, graças a Deus, um trabalho de feiras, essas coisas, que... Pode continuar com sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deputado, desculpe-me, interrompi V. Ex.^a.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, V. Ex.^a até matou a charada, eu ia dizer para ele exatamente isso: "tudo o que tu disseres aqui, nessas alturas, vai a teu favor". Por quê? Porque sabemos tudo o que se vai dizer, está tudo gravado, inclusive há gravações tuas também no telefone. A polícia gravou tudo, há horas está grampeado, e com autorização do Juiz. Está tudo gravado nas fitas, são várias. Só para deixar claro.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Tudo bem.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Sim, o telefone do Flávio, que está aqui em dúvida, seu pai. Está na agenda?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Não, não tenho.

O SR. ROBSON TUMA – Olha para mim. Eu tenho quase a tua idade. Vamos ajudar teu pai, mas se você continuar assim, não vamos ajudar você.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Mas o que eu puder ajudar, estou ajudando, pode ter certeza.

O SR. ROBSON TUMA – Então você quer conversar um pouco em particular com seu pai e seu advogado? Porque você não está ajudando, sabemos que você sabe muita coisa e tem tudo aí. Então pedirei ao Presidente que suspen da a reunião por uns instantes, você conversa com seu pai, de pai para filho, seu pai já abriu aqui tudo, e só chamamos você agora porque seu pai pediu para lhe chamar, para lhe ajudar e para você nos ajudar, dando alguns dados que ele não lembra de memória, e sabe que você sabe.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Está bem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode abrir, filho.

O SR. ROBSON TUMA – Pode falar, não tem problema.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Fala-rei.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Qual é o telefone?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Lembrou-me de que era 5776.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – E o prefixo exato?

O SR. OSCAR ANDRADE – Cinco sete sete meia está anotado, é o final.

O SR. ROBSON TUMA – Deputado Pompeo de Mattos, onde está a lista?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele já olhou, não tem.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não tem, doutor, eu já olhei ali.

O SR. ROBSON TUMA – Onde está sua agenda de telefone?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Não troquei telefone.

O SR. ROBSON TUMA – Nove nove cinco sete...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Cinco sete sete meia. Vamos deixar o telefone e continuar.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Eu gostaria de conversar com meu advogado um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Fique à vontade.

Suspen do a sessão por cinco minutos até que o depoente converse com o advogado.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Está reaberta. Qual é o seu nome?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Meu nome é Juliano. Quero pedir desculpas para vocês,

por que eu gostaria de ter conversa do um pouco com o meu advogado. Meu interesse não é nem um pouco atrapalhar, entendeu? Tanto é que, depois, quero falar um pouco da minha vida particular. De repente, também não seja de interesse de vocês. Mas vou eu gostaria de falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós vamos querer ouvir.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – É uma coisa minha, estão entendendo? E no que eu puder ajudar, me chamem onde for que eu vou. Só que eu gostaria que, de repente, essas pessoas, não sei se tem como, eles não fiquem sabendo que foi o meu pai...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não vão saber de jeito nenhum.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Por que vocês não conhecem esse tipo de gente.

O SR. ROBSON TUMA – Não, porque nós vamos sair daqui reclamando de vocês publicamente: que vocês ficaram aqui, enrolaram a gente uma hora e não ajudaram.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Eu vou ser bem sincero com a imprensa sobre a minha pessoa, sei da minha pessoa e sei o que eu sou.

O SR. ROBSON TUMA – Não, não é esse o problema. O problema é que se a gente falar para a imprensa que vocês ajudaram, o cara vai saber que você ajudou. Então, temos de dizer que vocês não ajudaram, enrolaram a gente.

O SR. OSCAR ANDRADE - 9975 5776.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Eles são ladrões e marginais.

O SR. OSCAR ANDRADE – 9975 5776. Tem aqui. 054.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Não é preocupação com a minha pessoa. Eu dou a volta com certeza.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – E o telefone da casa dele?

O SR. ROBSON TUMA – De que cidade que ele é?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – É um jaguar e tem que prender...

O SR. ROBSON TUMA – Escuta, vou pedir à assessoria para fazer um requerimento de quebra de sigilo telefônico deste número: 054-9975 5776 e 311...

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – 0708.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse ele não tem certeza, não.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Eu não tenho certeza.

O SR. ROBSON TUMA – Quebre os dois e vamos ter certeza. Não, não, o número. Quebre o número. Pode não estar no nome dele. Faça o requerimento pedindo que bra de sigilo dos números, por que se o nome que estiver for José, o juiz derruba. Claro, vocês sabem que é assim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Bom, você disse há pouco que queria depois se manifestar. Vamos deixá-lo falar.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Não sei se, de repente, os senhores tiverem alguma coisa a perguntar mais.

O SR. ROBSON TUMA – Queremos saber tudo. Como era, o que você sabe, como ele conseguia a carga, as cargas que ele levava para você.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Não. O que eu queria dizer é uma coisa particular minha que é o seguinte: que, desde que eu conheço o meu pai, ele sem pre trabalhou como louco. Não tinha hora, não tinha sábado, não tinha domingo, tá? De madrugada, de noite, sábado, em casa...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Pode ficar à vontade, não precisa se preocupar. Você tem todo o que tempo que quiser.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – De conhecimento do advogado, o Paulo conhece o pai há muito tempo.

Sempre foram pessoas extremamente corretas. Sempre, sempre, sempre. Vocês podem procurar a vida inteira desse cara, a vida inteira. E, não sei por que, maus negócios, essa merda aí se atravessou na vida dele, se atravessou, sabe? E por conseqüências de desespero, a gente sempre levou uma vida boa, com negócios que têm retorno. Teve uma prova agora. Nós fomos fazer uma feira em Gurití, a gente estava completamente desabafado, porque a gente tem dívidas, vão ser solucionadas, graças a Deus. Fui agora na praia. Sempre tomei iniciativas lá, fiquei três meses na praia. Montei uma loja lá, só de temporada, em Itapiama, porque eu vou conseguir reverter a situação.

O SR. ROBSON TUMA – Vai, com certeza.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Eu vou. Eu sei da minha capacidade, tanto é que pego as malas, quando de casa, saio viajando, paro em 50 loja por dia, abro 10 malas, desdobro todas as roupas, dobro tudo de novo, boto pra dentro de novo, entendeu? Sou uma pessoa inteligente, capacitada, adquirir isso dele, do guerreiro. Essas coisas atravessa-

ram na vida da gente porque atravessaram, isso aí não tem mais como voltar atrás, melhor se não tivesse, é claro. Mas eu não sei, olha, infelizmente o pai dele não está mais vivo, mas ele sabe que chegava de vez em quando, ia, saía com a namoradina dele, que é minha mãe, voltavam de noite das festas, cinco horas da manhã, ele nem dormia. Atendia uma ... eu não conheci, um hotel, sozinho, servia almoço pra não sei quantas pessoas, sozinho. Pessoas da família que eu não quero citar nomes, ficavam no caixa, sabe? Hoje não tem reconhecimento. Não tenho nada contra, sabe? Por que eu sei que a gente vai dar volta. A gente não merece o que aconteceu conosco. Atravessou e a gente vai mudar isso. Com a bondade de Deus e com força, vai, custe o que custar.

O SR. ROBSON TUMA – E aí como é que vocês entraram nisso?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Eu, eu soube das conversa do pai e...

O SR. ROBSON TUMA – Como é que você soube?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Ele é meu pai, né, tche?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Não, tudo bem. Mas como é que o cidadão chegou em você? Porque você tem a loja?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não sei aí. Chegou ofertando mercadoria por telefone inicialmente pra mim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E você estava, vamos dizer assim... Eu estou entendendo do que seu filho está dizendo que vocês atravessaram uma fase financeira ruim e tal.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Mas devagarinho...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – De repente você viu uma coisa um pouco mais fácil e...

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – E entrei nessa bobageira depois de tanta insistência. Eu vou ganhar mil, dois mil mais, mas enfim. Ganhar não, perdi, porque não me pagaram, né? Não me pagaram. Esse Flávio é um que...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quer dizer que surgiram apenas essas duas vezes?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É. Duas vezes, misto

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você não sabe quem está por trás desse Flávio?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não posso lhe garantir nada.

O SR. ROBSON TUMA – Não pode garantir, mas...

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não posso lhe dizer quem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você não tem nem idéia? Eu vou repetir para você: nós não temos nenhum interesse em prejudicar você...

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Só sei que a gan gue aqui é gran de. O Flá vio co men ta va.

O SR. ROBSON TUMA – E onde ficava?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Senhor?

O SR. ROBSON TUMA – Flávio comentava que era grande...

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É, ele tinha bastante coisa

O SR. ROBSON TUMA – ... o esquema deles. E aonde ficava o depósito deles?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ah, em vários lugares.

O SR. ROBSON TUMA – Você tem – só um minutinho – Por favor, me fala onde ficava o depósito dele.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Eu, inclusive, eu emprestei até o depósito para eles lá, que eu tenho ele.

O SR. ROBSON TUMA – Está usando esse depósito?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não, não, na época.

O SR. ROBSON TUMA – E, hoje, onde é esse depósito deles?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ah, não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que foi o que depositaram lá?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Eu dava a chave... Não posso lhe garantir.

O SR. ROBSON TUMA – Por favor, precisava que o senhor me ajudasse a descobrir os endereços, algum endereço dele.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Eu sei que ele... uma vez ele comentou que depositou aqui na serra uma mercadoria.

O SR. ROBSON TUMA – Mas aonde lá na serra?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não posso lhe precisar. Não posso lhe garantir.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor nunca foi buscar nenhuma mercadoria no depósito dele?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não.

O SR. ROBSON TUMA - Ele sempre que mandava entregar?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Sempre mandava entregar lá no depósito.

O SR. ROBSON TUMA – Você...quando ele falou do depósito, você ia falar alguma coisa.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Falar do depósito o quê?

O SR. ROBSON TUMA – Você tem que falar, rapaz.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Do depósito que estava parado lá dois anos, agora. Essa semana aí o pai estava fora, isso aqui...aquilo lá estava uma bagunça, uma barela.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ah, ele tá limpando tudo lá, varrendo, limpando tudo.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Que lá é grande, imenso...

O SR. ROBSON TUMA – Me fala uma coisa: e você não sabe aonde era o depósito deles? Nenhum desses depósitos? Dá um endereço só, pronto.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não, não posso lhe dizer. Não tenho o endereço. Único, único é aquele...

O SR. DOMICIANO CABRAL – Ele nunca citou nenhum nome ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixa eu tentar entender aqui. Ele chegou em você como? Por telefone.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Através do telefone ele veio me procurar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas, pois é. O Flávio você já conhecia?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não, conhecia ele lá em Passo Fundo, só que ele comprava, ele sempre dizia que era nosso cliente na época. Ele comprava ali na bebida.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí ele encostou em você e tal para tentar fazer de você um receptor?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Aí ele foi, conheceu outro e apresentou esse outro. Esse outros caras.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você não conhecia o depósito nem nada deles?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Deles não. Eu só emprestei o depósito para esse cara.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é de onde tirou o dia da... Então, vamos tentar pegar aqui. Naverdade, como vocês já entenderam, nós precisamos chegarmos, né?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Fabrica casaco também ou é só camisas que vocês fabricam?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Camisas nós não fabricamos mais. Fizemos jaquetas com fibra, por dentro é tecido, por causa do frio, forradinho e com fibra.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como que podemos chegar no Flávio, na sua opinião? De que forma você poderia ajudar, de forma substancial?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Se você estivesse sentado no nosso lugar aqui para ir achar o Flávio...

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – O Flávio, lá em Passo Fundo, vocês acham ele. Ele trocou de auto. Eu não sei que auto ele tem agora.

O SR. ROBSON TUMA – Qual que ele tinha?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ele tinha um santana. Parece que é um santana.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor tem idéia? O senhor sabe a placa do carro?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Eu não lembro. Conhecem Passo Fundo?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Ele trocou de casa?

O SR. ROBSON TUMA – Aonde que ele mora?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Na Petrópolis, tem o tuneleiro. Na Petrópolis, na avenida Brasil, tem a loja tuneleiro.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Eu conheço lá.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – O senhor conhece?

O SR. DOMICIANO CABRAL – Conheço.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Entra ali, entra, bem na frente, não dobra à direita, tem que dobrar à esquerda quem vai da quinta. Aí dobra à esquerda. E vai duas quadras. É duas ou três.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – De pois da Ceneme?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não, ali que o Flávio... É duas, né?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – É mais fácil assim: sabe o campo da Ceasa? Entra na rua da Ceasa, a primeira direita, na metade da quadra.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Segunda.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Primeira.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É um prédio de dois pisos recém-feito. É o único prédio de dois pisos a recém-feito.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Inclusive, se algum dia vocês fizerem alguma diligência por lá e quiserem me contratar e quiserem que eu vá, é claro, sem aparecer, vocês podem contar comigo.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – A gente dá um pulinho lá.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Podem contar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – É muito longe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele guarda as coisas lá?

O SR. ROBSON TUMA – Passo Fundo é a 300 quilômetros.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – 280.

O SR. OSCAR ANDRADE – É importante isso aqui gente: ele tem um imóvel grande lá e ele acha que ele guarda as coisas lá. Nós podemos pedir agora uma diligência...

Não é grande o imóvel dele lá? Dois andares?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É, ele mora lá, nos fundos. Ele tinha uma casa na de trás nos fundos e ele construiu toda a frente. Mas o senhor entendeu bem onde é que é, né? É fácil. É o único prédio de dois pisos.

O SR. ROBSON TUMA – Vinte minutos, vamos de avião para lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para onde? Não, mas não tem que ir. A Polícia Federal tem toda uma estrutura para averiguação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha que pedir agora até para a gente saber. De repente, se...

O SR. ROBSON TUMA – Tem isso tudo na Polícia Federal?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Eu não sei, de repente, se ele está sabendo que nós estamos aqui. Eu não queria atrapalhar as coisas de vocês, as investigações de vocês, mas...

O SR. OSCAR ANDRADE – É, para não correr risco.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Ele, malandro do jeito que ele é, não é bobo.

O SR. OSCAR ANDRADE – É, a gente manda fazer uma diligência depois. Tem razão.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Esse é o principal culpado...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Muito bem...

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, Sr. Presidente, eu vou requerer...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Só um instantinho. O senhor acha, então, que o elemento de ligação com toda essa gangue é esse Flávio?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele deve ser o chefe, que falou...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor não sabe o nome completo dele?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É um cara que não tinha nada. Ele construiu até aquele prédio lá... Sou sincero em lhe dizer: tinha uma sapatariazinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu quero fazer um requerimento para que seja feita uma diligência pela Polícia Federal de Passo Fundo nesse endereço do Flávio de tal.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ficou muito claro no endereço...

O SR. OSCAR ANDRADE – Para o Deputado Francisco Ápio, que vai auxiliar para chegar lá.

O SR. ROBSON TUMA – Na Césia, primeira à direita, na metade da quadra, numa casa de dois pisos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Rua Paissandu, Bairro Petrópolis.

O SR. ROBSON TUMA – Que cor que é a casa?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Eu não fui mais lá, mas estava terminando de fazer ela.

O SR. OSCAR ANDRADE – Reboco.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Ela tem dois pisos, é fácil, fácil.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Olha, é a quinta ou sexta casa.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quinta ou sexta casa, do lado direito.

O SR. DOMICIANO CABRAL – O número está bem claro, que é o único prédio de primeiro andar que tem na... dois andares.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Que mais o senhor pode informar para nós que possa auxiliar nesta história?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Só isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Tulica e o Fio eram então coadjuvantes do Flávio? O Flávio é que era o mentor?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E esse Fio, o Fio está preso?

O SR. ROBSON TUMA – Deixa eu fazer uma pergunta: qual é o envolvimento do seu irmão e da sua sobrinha?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Nada.

O SR. ROBSON TUMA – Por que estão o irmão dele e a sobrinha aí?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Não tenho nada com ele.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor não tem nada com ele, mas ele comprava do Flávio também então?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Juliana, o seu tio e a sua prima, por que estão envolvidos? Você tem alguma notícia?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Não, não, não, inclusive nem se dão, não são irmãos. Isso daí por parte de família, mas existe isso...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Não, tudo bem. Quer dizer, você não sabe nada.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Não sei nada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Se tem algum tipo de envolvimento ou não?

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Nada?

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Nem queremos falar no nome dele, desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Não, tudo bem.

O SR. ROBSON TUMA – Acho, Senador, que ele pode ser dispensado.

O SR. DOMICIANO CABRAL – E depois eu quero requerer ao Presidente que seja encaminhada à Justiça a colaboração dos dois a esta CPI.

O SR. JULIANO GROSSI SBERGHEN – Vou ser sincero: o Éder não tem necessidade nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – É, o Éder, parece que ele só ajudou a carregar...

O SR. ROBSON TUMA – Para preservar, é melhor não ouvir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou pedir então a dispensa da oitiva do Éder Jonas Piani.

O SR. ROBSON TUMA – Mas não agora, por favor. Deixa ele aparecer aqui. Ele veio aqui...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Vamos organizar aqui. Eu queria dizer, antes de voltar...

O SR. ROBSON TUMA – Deixa ele ir, não ouviremos ele, só para preservar ele mesmo. Não deu

tempo e deixa ele ir embora. Não vamos nem dizer porque...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor me chamou por que, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Para saber se o senhor tem mais alguma coisa para perguntar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, por mim pode dispensar.

O SR. ROBSON TUMA – Vamos dizer que não deu tempo de ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deputado, alguma coisa a mais?

O SR. DOMICIANO CABRAL – Não, dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Queiria apenas repetir...

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – Caso os senhores querem qualquer coisa, tem meu telefone aí, me ligar em casa, podem ligar que a gente dá mais informações, facilitar até por telefone.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – ...agradecer a colaboração dos dois e dizer que a Comissão vai comunicar ao juiz da causa a colaboração. Doutor, o senhor tem todas as informações que julgar necessárias, o senhor pode requerer à Comissão que a Comissão vai lhe fornecer, e a Comissão vai comunicar ao juiz da causa a colaboração. Da gravação, com certeza, já fica o secretário autorizado.

E, por favor, qualquer fato novo que surgir, com relação a isso, qualquer coisa que vocês julgarem que possa interessar à elucidação disso aqui, pode falar. Qualquer tipo de ameaça, qualquer coisa, procurar diretamente o Secretário da Comissão Parlamentar.

O SR. ROBSON TUMA – A casa dele em que cidade que é?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Então muito obrigado. Vocês estão dispensados.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – O senhor tem o meu telefone de casa?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deve ter anotado. O senhor quer repetir? Repita, por favor.

O SR. ITAMAR ANTONIO SBEGHEN – É 054-313-6302.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Antes de suspender a sessão, temos aqui um requerimento da lavra do Deputado Robson Tuma, que pede que seja ouvido?

O SR. ROBSON TUMA – É um requerimento pedindo para ouvir Coronel Jozias Quinta, Secretário

de Segurança do Rio de Janeiro, para comparecer no dia que for Fernandinho Beira Mar para que possa-mos, como ele também ouviu...

O SR. PRESIDENTE(MoreiraMendes)-Perfeito.

Vamos analisar todos os requerimentos ao final.

Queria submeter à apreciação dos demais Deputados integrantes. (Pausa.)

Não havendo uma manifestação em contrário, fica deferido.

Solicitaria ao Secretário que providencie o convite ao Coronel Jozias Quinta, para comparecer em Brasília, perante a Comissão, quando for ouvido o Fernandinho Beira Mar.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, também um requerimento de quebra de sigilo de telefone, mas pelo adiantado da hora, são os telefones citados aqui, no depoimento: 05499755776 e 0543110703.

Mas como está o adiantado da hora...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Não mas fica, desde já, de finido, por que isso já é uma prática da Comissão.

Agradeço a colaboração de ambos os depoentes.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Recomeçam-se os trabalhos.

Solicito ao Sr. Secretário que conduza a notificação do José Godoy (Pausa.)

Não estando presente o Sr. José Godoy, solicito à Secretaria que conduza a Francisco de Assis Pereira. (Pausa.)

Também não se encontra.

O SR. ROBSON TUMA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA – Ontem, na posição de Presidente, decretei prisão em flagrante, baseado na lei das CPIs, de um indivíduo que estava mentido e atrapalhando os trabalhos da CPI, que é o Manfroide, Arlindo.

Naquele momento ele colocou um documento comprobatório de uma sociedade que tinha entre a sua esposa e o então ex-Juiz Shedide. Inclusive convocamos e até o momento não compareceu. Peço que se faça uma nova convocação, a fim de que possamos, se necessário, trazê-lo coercitivamente.

Naquele momento, imediatamente, pedi que se fosse buscar, na Associação Comercial, o contrato

social registrado entre o então ex-juiz e a esposa daquele referido senhor que saiu preso deste recinto.

Com surpresa, recebo o seguinte ofício:

“Exmº, Sr. Dr. Robson Tuma,

Comissão Parlamentar, Mista de Inquérito, destinada a apurar o roubo e a receptação de cargas.

Em resposta ao ofício sem número a nós enviado, informamos que não localizamos até o momento, em nosso cadastro, a empresa mercantil que operam sob o nome social, denominação conforme solicitado.

Sugerimos oficial à Delegacia de Receita Federal para averiguar, através do número do CNPJ, do Ministério da Fazenda, o nome completo da empresa, ou seja, o nome que o advogado e aquele referido senhor nos deu não consta do registro na Associação Comercial.”

Portanto, Sr. Presidente, peço que seja encaminhado à Receita Federal um ofício com um agente da Polícia Federal para que possamos ter a resposta o mais rápido possível para saber se lá existe alguma empresa com o nome daquele referido senhor e da esposa do Sr. Schedid. O que deixa claro este fato é que nos leva à tranquilidade de que esta empresa poderá ser uma empresa fantasma e que ele usou um documento que não corresponde com a verdade. Para esclarecer esse fato, peço esse ofício. Obviamente, tenho que requerer ao Sr. Relator, Deputado Oscar, que, de imediato, indicié o referido senhor por mais este crime. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ouço os demais pares com relação ao requerimento do eminente Deputado. (Pausa.)

Não havendo oposição, solicito à Secretaria que providencie o ofício à Receita Federal.

O ilustre Deputado Francisco Ápio, Vice-Presidente desta Casa que nos recebe de braços abertos, solicita a palavra para que possa prestar alguns esclarecimentos. Eu, com a permissão dos demais pares, vou conceder a palavra ao ilustre Deputado para que ele possa explicar os fatos que tenha para trazer ao conhecimento desta Comissão.

O SR. FRANCISCO ÁPIO - Ilustre Senador, nobres Deputados, minhas senhoras e meus senhores, temos, no Rio Grande do Sul, dez caminhoneiros gaúchos desaparecidos, cujos corpos não foram resgatados. Ontem e hoje, a CPI que V. Exª dirige já tratou de dois casos, do Dauro Luís Ferreira e também do Pedro Paulino Preto. Com essas diligências e oitivas avançamos bastante no esclarecimento sobre o desaparecimento.

Temos um apelo a fazer a V. Ex^a no sentido de que inclua, por um breve instante, sem prejudicar o andamento dos trabalhos, o caso do Sandro Ademir da Rosa, que desapareceu em 1996, a caminho do Rio de Janeiro. Aqui está a sua irmã Nara e a sua mãe. Há cinco anos, elas buscam desesperadamente pelo irmão e pelo filho.

Sr. Senador e Srs. Parlamentares, aqui está a denúncia do Ministério Público do Rio de Janeiro, a decisão do Juiz da Vara Criminal do Rio de Janeiro decretando a prisão preventiva do Léo José Wolfgang Cheif, aqui está o che que que o suspeito pre encheu – e tem prova pericial – aqui está o suspeito e este está em liberdade condicional em Blumenau, Santa Catarina, com toda denúncia do ilustre promotor.

O apelo que fazemos é que esta CPI dê guarida a este caso, ouvindo rapidamente a irmã da vítima para que possa dar prosseguimento às diligências que, temos absoluta certeza, permitirão a elucidação do caso em curto espaço de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – V. Ex^a traz uma informação nova. Como se trata de quebrar o regulamento de funcionamento da CPI, consulto os demais Deputados presentes se concordam com a proposição de ouvir a irmã do rapaz desaparecido.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, ontem o Deputado Ápio me procurou dizendo que a Sr^a Nara, irmã do Sandro, que é o motorista desaparecido, teria muitas informações para contribuir e que morava em uma cidade do interior. Naquele momento pedi ao Deputado Ápio que a trouxesse e nós obviamente daríamos a oportunidade dela nos trazer as denúncias, até para que os familiares, pessoas que conhecem casos de crime de roubo de carga, de morte de motorista, criem coragem e ajudem esta Comissão a chegar aos mandantes desses crimes. Então para que se usasse também o exemplo de coragem da Sr^a Nara, pedi ao Deputado que trouxesse a senhora que chegou neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Deputado Domiciano como entende?

O SR. DOMICIANO CABRAL - Claro que concordo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Solicito então ao Secretário que conduza a senhora citada. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Dona Nara, vamos aqui cumprir uma formalidade, gostaria que a senhora repetisse o seu nome completo, por favor.

A SR^a NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI

— Nara Cristina da Rosa Sudoski.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Qual a sua idade?

A SR^a NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - 33 anos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Estado civil?

A SR^a NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Casada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Residência?

A SR^a NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Em Monte Negro, Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O endereço?

A SR^a NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - RST 470 KM 03.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Qual a sua profissão?

A SR^a NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Auxiliar de escritório.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - A senhora vai depor aqui diante de uma comissão mista, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que está instalada para apurar o roubo de cargas e recepção de cargas em todo o País. Pergunto se a senhora se compromete a dizer a verdade?

A SR^a NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Ficando advertida de que, se faltar com a verdade, pode responder sob as penas da lei sobre a falta da verdade. Pediria que a senhora assinasse esse documento que é o compromisso de dizer a verdade. (Pausa.)

D^a Nara, já tomamos conhecimento, embora sucintamente, o Deputado Francisco Ápio já nos revelou qual a sua intenção aqui hoje. A senhora fique, portanto, à vontade. Gostaria que a senhora relatasse à Comissão todas as informações que tem e que, de alguma forma, julga que possam ajudar na apuração dos fatos que esta CPI se propõe a investigar. A senhora tem a palavra, com toda a liberdade de dizer o que quiser.

A SR^a NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Obrigada. Meu irmão desapareceu em fevereiro de 1996, carregou em Paranaguá uma carga de margarina, direção Rio de Janeiro, mas, segundo informações, não chegou ao Rio de Janeiro. O chapa, Jaime da Silva, em seu depoimento, no Rio, diz que quem chegou com o caminhão foi o Leo, e esse Leo entre-

gou a ele um cheque que o meu irmão possuía para despesas do caminhão no valor de R\$300,00. Segundo...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Mas o che que quan do foi en tre gue ao seu ir mão foi em branco?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Sim, ele levava em branco. Ele levavavários cheques em branco para preencher conforme gastaria, e foi provado, através da letra do Leo, que essa era a letra dele.

O SR. ROBSON TUMA - Recebeu um talonário de cheques assinados ou foi só cheque que ele recebia em cada viagem?

A SR. NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Não, ele recebia vários cheques. Quando ele ligou, no último contato com a família, ele falou que descarregaría no Rio e voltaria nem que fosse via zio, por que ele só tinha duas folhas de cheque. Então apareceu só essa.

O SR. ROBSON TUMA - E quem é esse Altair Romero Posselti?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Era patrão dele. Ele as si na va os che ques para ele pagar as despesas.

O SR. ROBSON TUMA - A senhora acha que esse patrão dele está envolvido?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Não, não, não tem nada... Ele não tem nada a ver.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Continuando, a partir daí a última informação que teve foi essa do chapa?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Isso, daí, depois, através do SOS, a gente conseguiu, foi provado que a letra era do Léo; o Léo foi ouvido, o Jaime, só que eles se desmentem. A gente precisaria fazer uma acareação para eles dizerem realmente o que...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Eles quem?

A SRª. NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - O Léo e o Jaime. É por que o Jaime acusa o Léo e Léo nega.

O SR. ROBSON TUMA - E o Léo até hoje não foi preso?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - O Léo esteve preso por duas vezes, mas agora está solto. Ele foi preso a pri me i ra vez, re a giu até mes mo à prisão, por falsificação de moeda.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas por causa desse fato ele não foi preso, nenhum deles foi preso em função desse fato ainda?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Não, nenhum deles.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas existe um mandado de prisão?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Existe.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E mandado de prisão contra o Léo José Wolfgang. E a senhora tem noção, idéia de qual o paradeiro do Léo?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Segundo as últimas informações, ele está em Blumenau.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E trabalha ainda em Blumenau? Onde é que ele trabalharia?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Ele era caminhoneiro, na época, não sei se ele continua ou não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Caminhoneiro, junto com ... não trabalhava junto com o ...

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Não, ele era sócio do irmão dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Era autônomo?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E continua no negócio de caminhão?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Eu não... ele esteve preso, está em semi-aberto, eu não sei se ele está trabalhando ou não.

O SR. ROBSON TUMA - Ele está em semi-aberto, mas, no dia 3 de outubro de 1997, o juiz da Comarca do Rio de Janeiro, Dr. Orlando de Almeida Seco, fez um mandado de prisão e até hoje esse mandado não foi cumprido. Faz 4 anos, vai fazer 4 anos, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O que mais a senhora pode esclarecer à Comissão?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Olha, o que eu gostaria, o que a minha família gostaria é que isso fosse resolvido, porque se tem suspeitos, tem provas. Por que ele não foi preso? Por que ele não deu um depoimento?

O SR. ROBSON TUMA - Tudo bem, isso a senhora quer, nós também, acho que tudo mundo aqui quer também. Agora, a senhora, nesse tempo todo, foi atrás de saber o que tinha acontecido. Queremos saber exatamente o que a senhora conseguiu levantar de dados e informações nesse tempo todo que foi

atrás de uma justiça pessoal, já que o sistema não estava resolvendo o seu problema da justiça.

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Sim, esse tempo todo a gente conseguiu provar, através do cheque, que foi ele que escreveu, que ele é que preencheu o cheque.

O SR. ROBSON TUMA - Que foi o Léo.

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Isso, que foi o Léo. A gente tem os depoimentos do Jaime, que são contraditórios, porque na primeira vez ele depôs contra o Léo, não é? Falando que tinha sido... O Léo tinha chegado com o caminhão até ele, o Sandro não estava junto, mas depois disso ele já negou tudo, porque o Léo tem parentes muito importantes em Santa Catarina. Ele está muito bem guardado lá, a gente...

O SR. ROBSON TUMA - Como parentes importantes?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - A família dele é importante lá.

O SR. ROBSON TUMA - Sim, mas fala, a senhora sabe, que ro saber. A senhora é importante também.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas é ligada ao crime, a família?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Acho que não, é ligada, no caso, a políticos. O pai dele era prefeito da cidade, tem um irmão que é promotor ou advogado, alguma coisa assim. Tanto que não se consegue chegar, vamos dizer, nele. Tanto que tem esse mandado de prisão que não foi cumprido.

O SR. DOMICIANO CABRAL - Sr. Presidente, acho que o interessante é que tem informação do nosso deputado aqui de que quando o Léo roubou o caminhão e a carga depois apareceu o caminhão e a carga. Está caracterizado que realmente é roubo de cargas, uma vez que eles não conseguiram colocar a mercadoria, que se tratava de margarina. A margarina é um produto que tem o seu tempo determinado para ser comercializada, é perecível. Então, acho que cabe a esta Comissão, até requeiro a esta Comissão, que peçamos auxílio à Polícia Federal para que seja cumprido esse mandado de prisão a fim de vermos se o Léo tem alguma coisa ainda a esclarecer, fora o caso dela.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Com a palavra o Deputado Pompeo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Considerando, Sr. Presidente, que há um mandado de prisão, uma decisão tomada pela Justiça, o que cabe agora?

Cabe às forças de Polícia executar, porque não se deve nem discutir se ele é importante ou não, se é filho desse ou daquele. Não importa de quem é filho. Existe uma decisão da Justiça que não foi revogada. O que a CPI pode ajudar, Sr. Presidente, o apelo que quero fazer é no sentido de, através do nosso Deputado, Dr. Lacerre, acionar a Polícia Federal. A senhora diz que ele está em que cidade?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Blumenau.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele está em Blumenau, a Polícia Federal e a Polícia Civil, tenho certeza, também vai nos ajudar e vamos botar a mão nele. Vamos trazê-lo para a CPI.

Aliás, quero aqui formular o requerimento, solicitando que ele seja preso, imediatamente, e convocado para depor na CPI. Tenho a certeza de que em 10 dias a CPI chamará à responsabilidade, Sr. Presidente, se for a decisão de V. Exª. Ou nós botamos a mão nele, ou então ele some do mapa, porque, na rua, andando bonitinho, pode ser filho de papai, mas não adianta, ele vai dançar.

O SR. ROBSON TUMA - Quer que você falasse agora um pouco do Jaime.

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - O Jaime era um chapa. Eu acho que, pelos depoimentos dele, não foi a primeira vez que os dois entregavam cargas roubadas. Eu acho que já tinha um grupo. A gente tem a ...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - E onde está o Jaime hoje?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - O Jaime é morador do Rio de Janeiro. Eu não sei a cidade.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Mas não é preso?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Não. Não está preso também.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Devemos convocá-lo também, não?

O SR. ROBSON TUMA - É. Eu pedi para fazer o requerimento de convocação dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Ele está em liberdade condicional?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - O Léo está em liberdade condicional. Mas pela prisão dele...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Que outra informação a mais a senhora teve sobre o Jaime? Sabe o nome completo?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Está na denúncia. Acho que é Jaime da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O endereço?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Tudo está na denúncia.

O SR. ROBSON TUMA - Jaime Custódio da Silva.

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Isto.

O SR. ROBSON TUMA - E Léo Joseph Wolfgang Chaif.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Pergunto ao Deputado Pompeo se o requerimento está sendo feito.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Vai ser formulado um requerimento, Sr. Presidente, mas eu queria que V. Exª já colocasse em apreciação para a CPI chamar a si a responsabilidade e pedir uma ação especial da Polícia Federal, através do Dr. Lacerre, para que acione os mecanismos de que a CPI dispõe, a fim de que seja cumprido imediatamente esse mandado. E uma vez cumprido o mandado, apresentaremos, juntamente com o Deputado Robson Tuma um requerimento para que ele seja ouvido na CPI. Vai cumprir pena e vai ser ouvido na CPI para esclarecermos. Se for o caso, poderemos inclusive chamar a senhora para ouvir também. A senhora vai ser informada, com certeza, através do Deputado Ápio, que tem trabalhado bastante nessa questão. Está bem?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Sim, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - E, no final do depoimento dela, vamos colocar em votação o requerimento. Continue, senhora.

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Há pouco tempo, esse Jaime prestou um depoimento no Rio de Janeiro. Acho que o Deputado Francisco Ápio tem condições de conseguir o endereço dele, mas ele é residente do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Mais alguma pergunta?

O SR. ROBSON TUMA - Não há uma figura jurídica que CPI possa usar para torná-lo um procurado da CPI. Ele é um procurado da Justiça. Então seria um pleonismo se eu disser à Polícia para cumprir o mandado que o juiz já mandou cumprir. Então, para que a Polícia Federal possa nos ajudar, é que houve a ideia. Portanto, faz-se um requerimento de convocação, ele não comparecendo, vota-se outro, pedindo para que a Polícia Federal o conduza coercitivamente. E apar-

tir desse momento ele passe a ser um procurado da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, através dos agentes da Polícia Federal. Aí a Polícia Federal pode entrar com tranquilidade no caso.

Então, se V. Exª votar o requerimento de convocação a fim de que ele possa até comparecer, obviamente ele não comparecendo na segunda convocação, passará a ser um procurado da CPI.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, só quero registrar aqui a presença da mãe do rapaz, Dª Lúcia, não é? Acho que é importante de mostrar a coragem e a determinação, porque às vezes deixam tudo por isso mesmo e as coisas não avançam. Temos que ir à frente para viabilizar que as instâncias se manifestem. No caso aqui, a CPI vai agir pela indignação dela.

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Sim, porque já faz cinco anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Vamos agir pela indignação daqueles que passaram por situações, como você, como é o caso Dauro também.

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A CPI vai chamar à responsabilidade sua essas questões e vai levar avante. Essa é a razão de ser e o porquê viemos ao Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Bem, a senhora pode ter a certeza, a senhora e a sua mãe, que dentro da competência da Comissão e nos limites do que a lei nos autoriza certamente vamos ajudar na solução desse caso.

A senhora tem mais alguma informação?

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Eu gostaria de agradecer a todos vocês e ao interesse, porque faz cinco anos, e é muito difícil alguém ter o interesse no caso, por que não é o filho, não o irmão dele e fica. E agora...

O SR. ROBSON TUMA - Era muito difícil.

A SRª NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Desde o ano passado, quando foram instaladas estas CPIs, as coisas têm andado muito.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Muito bem. Mas eu queria que a senhora saísse daqui com o resultado da decisão tomada pela Comissão com relação ao requerimento do Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. ROBSON TUMA - Requeiro, Sr. Presidente, nos termos regimentais, que sejam convocados para serem ouvidos os Srs. Léo Joseph Wolfgang Chaif e Sr. Jaime Custódio da Silva na Comissão Par-

lamentar Mista de Inquérito destinada a investigar o roubo de cargas.

Assinam os Deputados Robson Tuma e o Pompeo de Mattos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em votação o requerimento subscrito pelos Deputados Robson Tuma e Pompeo de Mattos.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Eu quero subcrevê-lo também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Também pelo Deputado Domiciano Cabral. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, mas agora eu quero que seja requerido - e me parece que tem que ser um requerimento que antecipa esse - que a CPI solicite à Polícia Federal que cumpra esse mandato. Só convocar para esta CPI não adianta. Nós temos que cumprir esse mandato. Mais importante do que convocar para CPI é cumprir o mandato. Depois de cumprido o mandato é possível. O negócio é prender esse bandido.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O cumprimento do mandato sai como recomendação da CPI, um ofício dirigido à Polícia Federal.

O SR. ROBSON TUMA – É a forma jurídica para isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Que aliás é obrigação de qualquer...

O SR. ROBSON TUMA – Da autoridade policial cumprir aquilo que o Juiz já determinou. O juiz já determinou, não é?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Agradeço o depoimento de V. S^a, assim como a presença da senhora sua mãe aqui. Poder ter certeza de que no âmbito do que pode ser feito pela Comissão será feito. Valendo registrar também essa determinação, essa vontade e essa coragem manifestadas tanto pela senhora como pela senhora sua mãe.

A SR^a NARA CRISTINA DA ROSA SUDOSKI - Eu e minha mãe, aliás a nossa família agradecemos muito. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Solicitaria ao Srs. Secretário que providenciasse o chamado do Sr. Ari Armando Sbeghen. (Pausa.)

Eu queria que o senhor, por favor, cumprisse um procedimento de rotina, declinando o nome inteiro.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Ari Armando Sbeghen.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor lembra o número da sua identidade?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – 102.470... 1024709311.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é a sua idade?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Cinquenta e sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O seu CPF, o senhor lembra?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – 061651090-04.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Seu estado civil.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor reside onde?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Passo Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O endereço.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Rua General Osório, 286.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é a sua profissão?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Empresário.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor está depondo hoje diante de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que está instaurada para apurar, em todo o País, o elevado crescimento do roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Quero saber se o senhor dispõe de dizer a verdade do que souber.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – A verdade.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – ... sob as penas da lei, na forma do que dispõe o art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Se o senhor estiver de acordo então assine esse termo de compromisso, que é o de dizer a verdade.

Relativamente ao objeto desta CPI o senhor tem alguma coisa a dizer, o senhor sabe de alguma coisa, o senhor pode colaborar com alguma coisa na ilustração dos fatos?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu até gostaria de colaborar, mas não sei nada. Não sei nada de carga, de nada, de nada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual a atividade que o senhor exerce como empresário?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu agora larguei a minha profissão, que era representante da Antártica e estou só de aluguéis.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor não tem nenhuma outra atividade?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Nenhuma outra atividade.

O SR. ROBSON TUMA - A Luciane Sbeghen...

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Luciane Sbeghen é minha filha.

O SR. ROBSON TUMA – Sua filha. Muito bem. Trabalha com o senhor?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, ela tem loja dela.

O SR. ROBSON TUMA – Tem uma loja dela. E é loja de quê que o senhor tem?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Loja de calçados, jaquetas, cintos.

O SR. ROBSON TUMA – Do senhor?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, é dela, de minha filha.

O SR. ROBSON TUMA – E o senhor?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu não tenho nada.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor não tem nada? O senhor pôs que é empresário aqui.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Mas eu era empresário da Antártica e continuo ainda desempenhando meus aluguéis lá da Antártica, né? Eu só vendi a representação.

O SR. ROBSON TUMA – E o senhor acha que o senhor foi chama do aqui hoje por quê?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu não sei. Não sei, doutor.

O SR. ROBSON TUMA – Como? Eu não iria se não soubesse.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Mas tem que cumprir, né?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Deputado Oscar Andrade, relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor indiciado em algum inquérito policial?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu tive um processo agora e fui... o juiz indeferiu, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – O juiz indeferiu?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é que é esse processo?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Esse era um processo que tivemos os policiais de Passo Fundo examinando as lojas da minha filha e pegaram sapatos lá pra perícia e não constataram nada. Eu fui... não fui indiciado... eu...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas a loja é de sua filha, por que é que o senhor foi indiciado?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – É da filha, é porque eu tenho procuração também pra ajudar a ela.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para trabalhar com ela?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sua filha é a Luciane?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – É isto mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela vai depor aqui também?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela está aí?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Está.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conte-me sobre esse indiciamento, por que...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Antes disso, Deputado, só para fazer um registro que eu acabei não... O senhor está acompanhado de advogado?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim, estou.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Querria dizer ao ilustre advogado que qualquer manifestação que deseje fazer pode vir diretamente à Mesa.

O advogado nos dá conta, para efeito de registro, que o depoente foi indiciado num inquérito policial, denunciado e o juiz competente não acolheu a denúncia e determinou o arquivamento, sobre o qual não houve recurso. Portanto, nenhuma acusação pesa contra o Sr. Ari.

Deputado Oscar, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mesmo que não pese nenhuma acusação, o senhor foi indiciado e depois foi... isso foi arquivado...

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – É, foi arquivado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu gostaria que o senhor contasse para mim como se deu esse indiciamento.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – O início?

O SR. OSCAR ANDRADE - O que é que aconteceu, desde o início.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim. Chegaram os policiais de Porto Alegre e foram procurar sapatos na loja da minha filha.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Ari, deixe-me antes fazer um esclarecimento para que o senhor fique à vontade. O nosso objetivo aqui é esclarecer fatos. Não estamos aqui para perseguir nem julgar ninguém. Estamos aqui para esclarecer fatos.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Se puder ajudá-los, eu o farei.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sem dúvida. E o senhor fará isso agora, explicando esses fatos. Só para o senhor ficar à vontade.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Estou bem à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Não precisa ficar preocupado, porque o nosso objetivo é esclarecer fatos. Retorno a palavra ao Deputado...

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Ari, continue o seu depoimento.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Então, os policiais chegaram e revistaram todo o meu apartamento e também a loja, já que ficam no mesmo prédio. Revistaram até os apartamentos dos meus inquilinos. Pegaram esses pares de sapato e trouxeram para Porto Alegre para perícia. Esses sapatos já foram devolvidos, porque não houve – como di rei – não eram o que estavam procurando. Assim sendo, devolveram-me os pares de sapato. E tenho os papéis indicando que a perícia não confirmou o que eles queriam. Esses são, mais ou menos, os termos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nessa época, o senhor deve ter conversado com algum policial. Por que eles chegaram até o senhor? O que eles disseram?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não sabe? O senhor não teve a curiosidade de saber?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu perguntei a eles, mas me disseram que haviam recebido uma denúncia anônima.

O SR. OSCAR ANDRADE – Denúncia anônima?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o nome da loja da sua filha?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Julusbi Indústria e Comércio de Couros Ltda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Passo Fundo?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Em Passo Fundo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O nome de fantasia da loja é “Via Couros”?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Via Couros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Via Couros. Se o senhor fosse avaliar hoje o estoque de calçados, em número de pares, qual seria a quantidade?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não tenho idéia, mas não é muito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mais de mil, mais de dois mil?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, menos. Cerca de trezentos, quatrocentos pares, acho eu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Trezentos, quatrocentos pares?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Acho eu; não sei. Não tenho nem idéia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem o senhor compra os calçados? De atacado, de outras lojas?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Com pro do atacado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o atacado?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Em geral, Viner Importação e Exportação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Miller?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Viner.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde fica?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Em Novo Hamburgo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor compra lá?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Com pro lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O calçado que o senhor compra tem procedência?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Tem procedência.

O SR. ROBSON TUMA – É estrangeiro?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quais são as marcas?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Há calçados de diversas marcas.

O SR. ROBSON TUMA – Mas é estrangeiro ou nacional?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Muitos sapatos são para exportação, e ficam no Brasil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Seriam sapatos para exportação, mas são comprados aqui? Não há sapato estrangeiro aqui.

O SR. ROBSON TUMA – Deixe-me fazer apenas uma pergunta: se é um sapato de exportação, mas fabricado no Brasil... Se é de exportação, significa que é brasileiro, certo?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim, é brasileiro.

O SR. ROBSON TUMA – Por que o senhor não compra direto da fábrica em vez de comprar de uma importadora?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Porque o preço é maior, Excelência.

O SR. ROBSON TUMA – O preço da fábrica é maior do que o de uma importadora?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – O preço da fábrica é maior do que o do exportador, do atacado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Exportador?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – O exportador, o atacado.

O SR. ROBSON TUMA – Advogado, o senhor me desculpe, mas não pode...

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sai mais em conta, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qualquer manifestação só pode ser feita como questão...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não para completar depoimento.

O SR. ROBSON TUMA – Se desejar fazer uma questão de ordem, o senhor pode se levantar, vir até aqui e falar para o Presidente aqui o que julgar necessário. Só não estou entendendo isso.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim, pois não.

O SR. ROBSON TUMA – Como pode ser mais barato, em vez de comprar direto da fábrica, comprar de uma pessoa que compra da fábrica? Quem é esse cara? Ele gosta de ter prejuízo, é isso? Ele compra da fábrica por um e vende para o senhor por noventa? Por isso, sai mais barato do que se o senhor comprar direto da fábrica?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Essas exportadoras, esses atacados, eles têm melhores preços.

O SR. ROBSON TUMA – Que empresa é essa? O senhor tem o nome e o endereço dessa empresa?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Tenho, sim. No inquérito, a que respondi, há o nome da empresa: Viner Importação e Exportação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a sua relação com o Flávio Schindler?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Flávio Schindler. Ele fabrica chinelos campeiro para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor é amigo dele?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, só tenho contato profissional.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não é seu sócio?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca foi?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu nunca tenho sócio. Meu sócio era apenas o meu irmão.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que ele é do senhor? Só amigo?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, Excelência. Nada de amigo; só mantemos contato profissional. Ele faz chinelos campeiro para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele faz...

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Chinelo campeiro. Ele produz os chinelos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que o senhor faz questão de dizer que não é amigo do Flávio?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não sou amigo. Só profissional...

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a conhece-o bem?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a sabe onde ele mora?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conhece a casa dele?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi à casa dele?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Fui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas vezes?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Fui diversas vezes tratar assuntos de negócio, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – V. S^a tem o telefone dele?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem agenda nem nada?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas V. S^a ligou diversas vezes para ele?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Algumas vezes, liguei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele ligava para V. S^a também?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim, de vez em quando, para dizer que estava pronto ou não o chinelo e quando ficava pronto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a sabe que ele está envolvido no roubo de carga?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabia?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não sabia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Descreva como é a casa dele.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual o endereço dele?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não sei o endereço dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas descreva a casa dele.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – V. S^a pode dizer, por exemplo: “vai à rua tal, sobe aqui, vira ali”.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Os pontos de referência.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – É na Vila Petrópolis.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vila Petrópolis?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Passando o silo, uma quadra ou duas, dobra-se à direita.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A casa dele tem um piso ou dois?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Ele andou fazendo casa nova.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De um piso ou dois?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é Flávio Osvaldo Weistmann?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há dois nomes aqui.

O SR. ROBSON TUMA – O Flávio mora perto do Sesi?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Perto da Cesa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é Flávio Osvaldo Weistmann?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como não conhece?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não conheço, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o sobrenome desse Flávio que V. S^a conhece?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – É Flávio também. Não sei o sobrenome dele. Só o conheço por Flávio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Schllinder?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – É algo assim. Nunca pronuncio, porque é tão difícil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele estava construindo uma casa. Como era a construção dessa casa: um ou dois pisos?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Ele iria construir na frente. Depois, parei de fabricar chinelo com ele. Então, ele iria fazer a sapataria dele na frente. Não fui mais falar com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é de um piso ou dois?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Creio que são dois pisos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – São dois pisos. É esse mesmo Flávio, nessa mesma casa. Tudo é o mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa portaria é interessante.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Conheço-o por Flávio. O sobrenome não sei.

O SR. ROBSON TUMA – V. S^a sabe o número do telefone desse Flávio?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não te nho.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – V. S^a sabe informar se esse Flávio está envolvido com roubo de carga, com receptação de carga roubada?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Nunca teve notícia, jamais ouviu dizer se vende ou não carga roubada?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – O meu envolvimento era apenas porque ele me fabricava chinelos campeiro, que eu até parei de confeccionar. Era o meu único envolvimento com essa pessoa. Quem

atendia bastante quando fazíamos os acertos de chinelo. O campeiro era a mulher dele. Não sei o nome dela.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a compra calçado de marca naturalmente?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – A minha filha olha e o que ela gosta compra.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é calçado que tem procedência?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim, procedência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que a polícia apreendeu o calçado na sua loja?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Disse que era produto de roubo. Então, eles pegaram uns pés de calçado e trouxeram para perícia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por quê? Eles apontaram algo? O que eles alegaram?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Alegaram que estavam procurando uma carga de calçado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O seu produto tinha a marca do calçado roubado daquela carga.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De que marca era o seu calçado?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Havia diversas marcas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Diga uma marca.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sandra, Vuest.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tinha marca o calçado?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Tinha, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas, Sr. Ari, a denúncia – e a comprovação – é que os calçados tinham todas as etiquetas cortadas.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim, algumas, que compramos já sem etiqueta e colocamos etiqueta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas estava cortada a etiqueta.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Ela sai. A gente compra calçado e quebra fácil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, mas era com a tesoura.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, de jeito nenhum.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eram vários pares. V. S^a sabe que a perícia apontou isso.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sei, mas, nos que não têm etiqueta, a gente coloca. A gente compra em Novo Hamburgo e coloca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Compra a etiqueta?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – É.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – V. S^a perdeu esse calçado suspeito ou não?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não. Foi-me devolvido.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Devolveram para quem?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Esses sapatos que eles pegaram?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sim.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eles me devolveram.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Devolveram a V. S^a?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim, fizeram perícia e devolveram.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Perfeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece o Tulica?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhece o Fio?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não sei. Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhece nem o Tulica, nem o Fio?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não conhece.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deputado Oscar Andrade, alguma pergunta a mais?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quero que ele me conte sobre o Flávio.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sobre?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Flávio.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como não conhece! O senhor acabou com ele!

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim, conheço-o. Mas não tenho relação com ele, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe onde fica a casa dele, já foi à casa dele.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Mas, quando ele fabricava chinelo campeiro para mim, eu tinha um relacionamento até bem pouco com ele

O SR. OSCAR ANDRADE – Talvez você já tenha respondido a isso, e eu não escutei.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Mais, doutor, com a esposa dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele tem uma fábrica pequena?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Tinha uma fábrica pequena.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na casa mesmo?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não. Era separado. Era lá perto da ponte

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhecia também?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não tenho mais contato com ele; não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Faz quanto tempo que o senhor não tem contato com ele?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Faz tempo já. Faz uns sete, oito meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que os sapatos na loja da sua filha – vamos perguntar isso para ela também –, mas se o senhor quiser adiantar...

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Podem perguntar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Depois que foi comprada uma certa marca, que foi identificada Via Uno, é isso?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim, está no processo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só um minutinho. Não é Via Uno a marca?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Via Uno. Está no processo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi comprada para provar que havia lá dentro. Quando se voltou para verificar, não havia mais nenhum – estava cheio de sapato – com selo Via Uno.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não havia nem esse aí, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a nota?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Mas não há.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor quer reconhecer a nota, por favor?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – A nota eu reconheço, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Reconhece?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, ela deu nota errada.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, senhor. A nota eu reconheço.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deputado, ele até já reconheceu que os sapatos foram retirados da loja pela Polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, da casa dele.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, da loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor me disse, no início, que foi da sua casa, que até nos inquietou foram.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Na minha casa, olharam todos os sapatos da minha esposa, da minha filha; largaram tudo no chão; não viraram o guarda-roupa porque não deu.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ele já esclareceu...

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Fizeram miséria lá dentro. Olharam os calçados de uso da minha esposa e da minha filha.

O SR. ROBSON TUMA – Não olharam o guarda-roupa?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Olharam, olharam todos os guarda-roupas.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Fez-se perícia e constatou-se que não era o que se procurava e os pés que não eram pares foram devolvidos à loja.

O SR. ROBSON TUMA – Hoje, o que o senhor faz?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu hoje lido com os aluguéis e ajuda minha filha.

O SR. ROBSON TUMA – Ajuda sua filha na loja?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Isso.

O SR. ROBSON TUMA – Não faz nenhum outro tipo de comércio, a não ser a loja da sua filha?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não. Nenhum outro tipo.

O SR. ROBSON TUMA – O Deputado perguntou quando o senhor deixou de ter contato com o Flávio, e eu não entendi. Quando foi?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Acho que faz sete, oito meses, quase um ano.

O SR. ROBSON TUMA – Sete, oito meses?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – É. Acho que sim.

O SR. ROBSON TUMA – Há quanto tempo o senhor...

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não sei o tempo exato, doutor.

O SR. ROBSON TUMA – Há quanto tempo o senhor teve esse problema?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Qual problema?

O SR. ROBSON TUMA – Do inquérito?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Foi no ano passado.

O SR. ROBSON TUMA – Há sete, oito meses?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu não sei.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Foi antes de conhecer o Flávio?

O SR. ROBSON TUMA – Só um minutinho. Quem advogou para o senhor foi ele?

O SR. – Sim.

O SR. ROBSON TUMA – Por quanto tempo, doutor, por favor?

(Fora do microfone.)

O SR. ROBSON TUMA – Outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril. Ou seja exatamente sete meses. Quando o senhor teve o problema, deixou de ter contato com o Flávio, por quê?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu tenho estoque grande de calçados e não dá para fabricar mais, porque custa muito dinheiro. É por isso. Os policiais que foram lá viram o estoque de chinelo que tenho lá guardado. Eu parei de fabricar, doutor.

O SR. ROBSON TUMA – Não vamos brincar!

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, não vamos brincar. Eu quero cooperar no que for possível.

O SR. ROBSON TUMA – Está bom! Isso não é desculpa. O senhor tem tantos pares de sapato e parou de falar com ele, parou de mexer, parou de tudo?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Doutor, eu tenho muito estoque!

O SR. ROBSON TUMA – Que muito estoque! Perguntaram se o senhor tinha mil pares e o senhor disse que não.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, o chinelo campeiro, doutor. O chinelo campeiro é outra história.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor nunca mais fez o chinelo campeiro porque o senhor tem estoque até hoje?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Nunca mais fiz. E tenho até hoje.

O SR. ROBSON TUMA – Então, depois que o senhor teve o problema, parou de vender o chinelo campeiro, ninguém nunca mais comprou o chinelo campeiro. Que coincidência!

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sai, mas sai pouco, o povo está sem dinheiro, né?

O SR. ROBSON TUMA – Mas até então saía bem, tanto é que o senhor mantinha contato com ele.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Saía, eu estava botando estoque, doutor. Eu aproveito quando sobra os retalhos de bolsa, isso e aqui, eu faço chinelo também.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor tem telefone celular?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Meu?

O SR. ROBSON TUMA – Celular?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Tenho.

O SR. ROBSON TUMA – De casa?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Tenho.

O SR. ROBSON TUMA – Há quanto tempo é o mesmo número?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – É o mesmo número, nunca mudou.

O SR. ROBSON TUMA – E está no nome do senhor?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Está no meu nome.

O SR. ROBSON TUMA – Os dois?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – E quando o senhor falava com o Flávio, o senhor falava de que telefone?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Ou do celular ou de casa, sabendo se teria chinelo pronto ou não teria, né?

O SR. ROBSON TUMA – E quantas vezes o senhor falava para ele por mês?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Ah, umas quantas.

O SR. ROBSON TUMA – Mas se o senhor tinha um monte de estoque, parou, quando o senhor teve... “Não, tenho chinelo até hoje”, do tipo “que essa porcaria não vende”.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Tem mercadoria...

O SR. ROBSON TUMA – Mas o senhor falava umas tantas vezes por mês com ele, por que então o senhor falava tantas vezes com alguém que tinha um produto que o senhor tinha em estoque?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Inclusive eu fabricava com ele por que é a melhor fabricação de chinelo campeiro que existe.

O SR. ROBSON TUMA – Eu fiz uma pergunta para o senhor. Não estou perguntando a qualificação da mercadoria dele.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim, doutor.

O SR. ROBSON TUMA – Então, está bom. O senhor falava “tantas quantas”, dando a impressão de que são muitas ligações por mês que o senhor tinha com o Flávio. Para que o senhor mantinha tantas ligações com alguém que só fabricava chinelos só para saber se estava pronto ou não?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim.

O SR. ROBSON TUMA – Sim o quê?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu prefiro ir pegando devagar para pagar a ele, né? Não pegar num monte só de chinelos de uma vez só, né? Para mim, quanto mais ligeiro eu pegava numa semana, duas semanas, era melhor para mim, né?

O SR. ROBSON TUMA – É, se o senhor pegava pouquinho, por que o senhor ficou com um estocão?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu tenho ainda, tenho bastante.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor fala “eu”, mas o senhor está se referindo, quando o senhor fala em compra, à loja da sua filha, não é?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Da minha filha, exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então o senhor tem contabilizado notas fiscais do Flávio, como é que chama a empresa dele?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Ah, não me lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Mas vou me lembrar, doutor, de tudo? Eu não me lembro...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é de tudo não, o nome da empresa.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu tenho nota, doutor, eu tenho tudo. Tenho nota.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem tudo isso em contabilidade?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Te nho, sim senhor, na contabilidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós podemos quebrar o sigilo fiscal do senhor...

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Pode, pode, sim senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem perigo?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não tem perigo, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem lá todas as compras?

O SR. ROBSON TUMA – O que está aqui me causando uma profunda estranheza: o Sr. Flávio está lá, fornece o chinelo, ele dá aqui a informação que há mais ou menos sete meses não vende chinelo, então ele não fala mais com o Flávio porque não precisa comprar, porque, se não vende, tem estoque. O advogado me dá a informação de que o processo dele aconteceu há mais ou menos sete, oito meses atrás. Há muita coincidência, muita coincidência. E se eu disser para o senhor que eu tenho informações do Flávio?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não sei.

O SR. ROBSON TUMA – E se eu disser para o senhor que eu tenho informações do Flávio?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não sei nada.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor não sabe nada?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu não sei nada.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor não sabe nem do que eu estou falando. Pode ser que eu tenha informações de que ele está bem, está com gripe. O senhor está falando “eu não sei nada”, “eu não sei nada”...

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, sei não.

O SR. ROBSON TUMA – Com tanto pavor, por quê?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu não estou apavorado, doutor.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor comprava outras mercadorias do Flávio. Quais eram as mercadorias que o senhor comprava?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, doutor...

O SR. ROBSON TUMA – O fato é que o senhor comprar mercadoria de alguém não significa que o senhor esteja sabendo que aquilo seja certo ou errado, que aquela mercadoria tenha a origem ou não. Eu pergunto para o senhor: o que o senhor comprava do Flávio?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Doutor, eu não lido com isso aí, eu não lido com negócios escusos, não lido.

O SR. ROBSON TUMA – Não lida o quê?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Mas não lido, doutor.

O SR. ROBSON TUMA – Desculpe, estou ficando louco. Sou franco com o senhor. Eu perguntei para ele se o Flávio lidava com mercadoria roubada ou não, alguma coisa? Você já está me respondendo...

O SR. DOMICIANO CABRAL – Qual o tipo de mercadoria que o senhor comprava do Flávio?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Mas eu não comprava nada, doutor.

O SR. ROBSON TUMA – Você já está me respondendo...

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu não comprava nada dele, doutor. Eu só lidava com o chinelo campeiro com ele, doutor. *Solamente* isso, somente isso que eu lidava. Só com chinelo campeiro, doutor. Nem ou tra co i sa não sei nada.

O SR. ROBSON TUMA – Aí o senhor compra o chinelo...

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu dava toda a matéria-prima para fabricar o chinelo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Ari, não teria... Até para contribuir, porque estamos vendo que o senhor quer contribuir...

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, eu gostaria.

O SR. OSCAR ANDRADE – E é muito importante isso, o senhor sabe que é, o roubo de cargas no Brasil hoje é uma coisa que... por isso existe a CPI, né? É tão exagerado que até um Parlamentar tem que estar cuidando disso.

Não teria, alguma vez, possivelmente, sem que o senhor soubesse, comprado carga roubada de algum desses fornecedores ou alguma coisa para que recaísse a suspeita no senhor?

O senhor vê a possibilidade de ter acontecido isso? Na verdade, não estamos aqui para acusar as pessoas, julgar, nem nada, mas como o senhor está arrolado em um indiciamento, houve diligências na sua casa, precisamos ouvir. De repente, o senhor querer contribuir vale muito para a CPI, assim como vai valer muito para o senhor e para a sociedade.

Há alguma coisa que o senhor lembre ou que possa lembrar de algum fornecedor do senhor, que ouviu falar que teve algum rolo, alguma coisa? Nada?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não sei, doutor. Gostaria de colaborar com o máximo que eu puder, mas não sei. Tenho certeza do que estou lhe falando, mas sempre fui honesto. Pode acreditar em mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estamos acreditando.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Sr. Relator, quero fazer uma pergunta ao Ari.

Ari, você tem um irmão que está envolvido no mesmo processo.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sei.

O SR. DOMICIANO CABRAL – O que o senhor tem a dizer disso sobre o seu irmão?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Quando vendemos a Antártica, ele foi para o lado dele e eu para o meu lado. Não converso mais com ele há três ou quatro anos. Há mais ou menos esse tempo que não converso com ele. Ele foi seguir o caminho dele, dos negócios dele e eu segui meu.

O SR. DOMICIANO CABRAL – O Flávio conhece o seu irmão?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Acho que conhece. Sei lá se conhece ou não.

O SR. ROBSON TUMA – O seu irmão vende chinelo?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Como é?

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu irmão vende chinelo?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não.

O SR. ROBSON TUMA – Então, por que ele conheceria um fabricante de chinelo?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não sei se conhece ou se não conhece. Faz três ou quatro anos que não converso com meu irmão. Eu não converso mais com ele e não sou obrigado a conversar com ele.

O SR. ROBSON TUMA – Graças a Deus, tenho a família muito unida.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim, Graças a Deus.

O SR. ROBSON TUMA – Se eu não falasse com o meu irmão e, tivesse alguém que falasse com meu irmão e comigo, obviamente essa pessoa, mesmo que eu não quisesse ouvir, ia comentar. Isso é natural.

Assim, quando o senhor fica meio em dúvida, é porque é claro que o senhor sabia que o Flávio conhecia o seu irmão.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu não sei, doutor. Faz tanto tempo que não converso com meu irmão.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor não conversava com seu irmão, mas conversava com o Flávio.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, doutor. Não te nho... Eu tra ta va mais com a mu lher dele na fabricação só. O Flávio, poucas vezes.

O SR. ROBSON TUMA – O que o seu irmão faz na vida?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – O meu irmão ajuda a mulher dele na confecção de roupas, loja.

O SR. ROBSON TUMA – Só isso?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Eu acho que é só isso. Acho que é, não sei doutor. Não converso mais com ele. Faz três ou quatro anos que não converso com ele. Não quer acreditar, não acredite.

O SR. ROBSON TUMA – O se nhor acha que estou lhe olhando com cara de dó como o senhor está querendo?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Mas, doutor, porque sou obrigado a falar com meu irmão?

O SR. ROBSON TUMA – Olhe, vou pedir a quebra do seu sigilo telefônico, fiscal e bancário.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Está bem, doutor. O que eu vou fazer?

O SR. ROBSON TUMA – Vou pedir.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Está bom.

O SR. ROBSON TUMA – Mais do que isso.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Se eu pudesse ajudar vocês, eu ajudaria.

O SR. ROBSON TUMA – Vou con vo car o Flá vio aqui.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim, se nhor.

O SR. ROBSON TUMA – Eu tenho uma forte impressão de que o senhor está mentindo.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, se nhor.

O SR. ROBSON TUMA – E a hora em que eu descobrir, vou convocar o senhor outra vez.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Doutor, não estou mentindo.

O SR. ROBSON TUMA – E, aí, vamos conversar porque vou ter o seu sigilo na mão.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Doutor, sou uma pessoa séria.

O SR. ROBSON TUMA – Então, o senhor, por favor comece a falar agora o que o falava realmente com o Flávio, o que o senhor comprava do Flávio, qual era a relação comercial que o se nhor ti nha com o Flá vio, o que o se nhor fa zia, por que o se nhor teve um indiciamento de receptação de carga.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – A única coisa que tive foi nos sapatos porque não dei o sapato que queria. Só, doutor. Não tenho mais nada.

O SR. ROBSON TUMA – Que sorte, né?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Sim.

O SR. ROBSON TUMA – Só um indiciamento pequeno.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Pois é, doutor. Mas não tem nada. Não devo nada, doutor. Não adianta. Sou honesto.

O SR. ROBSON TUMA – Vou fazer um requerimento pedindo uma cópia do processo de arquivamento e a re a ber tu ra do seu processo para que a CPI possa fornecer os subsídios.

O senhor não está me convencendo, não estou convencido e acho que o senhor tem culpa no cartório e vou lhe investigar.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não tenho, doutor. Se eu soubesse, ajudava vocês.

O SR. ROBSON TUMA – E vou convocar o Flávio também. Estou fazendo o requerimento, vou pedir para ser votado o requerimento e trazer o Flávio aqui porque isso não está me cheirando bem. E vou dizer uma coisa...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é Gildo?

O SR. ROBSON TUMA – Ten ho mu i to tem po de CPI para sentir isso.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Gildo, não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Gildo Freitas, conhece?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Gil do Fre i tas, não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eduardo da Silva Silveira?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Também não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carlito Eufrásio Corrêa?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não co nheço, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Kleber Rodrigues Machado?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não co nheço, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ade li Antô nio Ri be i ro?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não co nheço, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deputado Pompeu, alguma pergunta?

O SR. POMPEU DE MATTOS – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deputado Robson, alguma pergunta a mais?

O SR. ROBSON TUMA – Quero apenas dar a última oportunidade para o Sr. Ari Armando modificar, se assim desejar, seu requerimento, para que, na medida em que seus sigilosos forem quebra-dos e nos saírem investigação continuar, ele não seja imputado, além de outros crimes que poderão aparecer, em crime de falso testemunho nesta CPI.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Doutor, não estou me negando a nada. Não devo nada, doutor.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor não quer modificar o que o senhor falou?

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Não, doutor, não sei o que o senhor quer de mim. Não devo nada.

O SR. ROBSON TUMA – Quero a verdade.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Mas estou falando a verdade para o senhor, doutor.

O SR. ROBSON TUMA – Então, fico satisfeito, Sr. Presidente, para que ele possa ser reconvocato no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Agradeço a presença do senhor aqui. O senhor está dispensado. Muito obrigado.

O SR. ARI ARMANDO SBEGHEN – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Solicito à Secretaria que, por favor, faça adentrar ao recinto a Sr^a Luciane Sbeghen. (Pausa.)

Pelo procedimento adotado pela Comissão, eu gostaria que a senhora, por favor, declinasse seu nome completo.

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Luciane Sbeghen.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A senhora pode falar mais perto, porque está sendo gravado.

A senhora lembra, de cabeça, o número da sua identidade?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Luciane Sbeghen.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O número da sua identidade?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Não lembro de cor, posso confirmar?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Pode. Identidade e CPF, assim a senhora já pega os dois.

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – O RG 7.038.274.911; CPF 486 106 580–15.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A sua idade, por favor?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Vinte e nove anos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Estado civil?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Casada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A senhora mora onde?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Passo Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O endereço?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Rua General Osório 1.286.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual sua profissão?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A senhora está convidada a depor aqui numa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que foi criada para apurar em todo o País o elevado crescimento de roubo de cargas e receptação de cargas roubadas por empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário.

A senhora se compromete a dizer a verdade de tudo que lhe for perguntado?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A senhora fica advertida, nos termos do que dispõe o art. 203 do Código de Processo Penal, de que pode ser penalizada caso falte com a verdade. A senhora concorda?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Então, peço que a senhora assinasse este termo, que é o termo de compromisso. (Pausa.)

Bem, conforme eu disse à senhora, no início, a finalidade desta Comissão é apurar principalmente o roubo de carga e receptação.

A senhora tem alguma coisa a dizer a respeito? A senhora conhece alguma coisa, tem alguma informação?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A senhora respondeu algum processo?

A SRª Moreira Mendes – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A senhora pode dizer que processo, qual motivo e qual o desfecho dele?

A SRª PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sim. Foi feita busca e apreensão na minha loja, Passo Fundo, procurando marcas do sapato Via Uno. Nessa busca e apreensão não foi encontrado nenhum par de Via Uno, foram pegos alguns pares para a Polícia, mas parece que não teve andamento o processo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A senhora foi indiciada pessoalmente no processo?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Não foi?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sabe informar se esses pares de sapato foram levados pela Polícia?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Sim, foram levados e devolvidos com um relatório de que nada constava, eles têm procedência.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A senhora é comerciante, como declarou.

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é a sua atividade dentro do ramo do comércio.

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Fabricamos a linha de bolsas em couro, de vestuário, carteiras e revendemos sapatos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A senhora revende chinelos também?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Chinelo campeão?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Chinelo campeão, chinelo em couro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A senhora conhece o Sr. Flávio?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Conheço. O Sr. Flávio prestou serviços de mão-de-obra para nós por muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A senhora sabe o nome completo dele e o endereço?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Não. Sei que ele tinha fábrica próxima à entrada da Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Onde?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Em Passo Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas o endereço, nem por aproximação...

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Não sei o nome da rua, mas é na entrada da Prefeitura de Passo Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A senhora falava com ele muitas vezes.

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Não, até porque era mais a esposa dele que sempre estava na fábrica com alguns funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Pois não. Concedo a palavra ao Deputado Oscar de Andrade, Relator.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O Presidente perguntou sobre o Flávio, infelizmente eu estava no celular. Por favor, repita. A senhora conhece o Flávio?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o sobrenome?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – O sobrenome não sei lhe informar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Schilleder?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Não sei lhe informar. Eu sempre conheci por Flávio.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Onde ele mora?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Não sei onde ele mora. Sei que a fábrica dele fica na entrada da Prefeitura de Passo Fundo, naquela rua de que agora não lembro o nome.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Seu pai que era amigo dele?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Não, nosso contrato era comercial com ele. Como o pai também ajudava bastante nessa parte de produção, ele tinha mais conversa com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora já teve alguma vez alguma informação do envolvimento dele em algum ilícito?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Não, porque não conheço a vida particular dele também.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Qual era a relação da senhora com ele?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Totalmente comercial.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Só comercial.

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Fabricação de chinelo, que acredito que ele continue produzindo.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Consta das investigações da Polícia que há nota fiscal de um sapato que teria sido comprado marca Via Uno no seu estabelecimento comercial.

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Sim.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Com o início de uma investigação, uma possível receptação de carga, dolosa ou não. A partir do retorno dos policiais a sua loja, todas as etiquetas Via Uno tinham desaparecido. O que a senhora fala a respeito disso?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Na minha loja nunca houve produto Via Uno.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Como foi comprado um sapato Via Uno lá?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Isso não sei lhe explicar, porque trabalho com toda linha de exportação e tenho como comprovar com nota. Como foi constatado dos pares que foram retirados da minha loja.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Foram retirados da sua loja?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Foram retirados uns pares encaminhados à perícia e foi constatado que não tem nada a ver. Esses sapatos foram comprados no atacado e são da linha de exportação.

O SR. OSCAR ANDRADE – É linha de exportação e a senhora compra?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Com certeza. Tem atacados que vendem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, tem?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – A qualquer lojista que queira comprar. É porta aberta...

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora já respondeu a algum inquérito policial?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora teria porventura alguma informação que poderia auxiliar os nossos trabalhos? A senhora sabe o que é a nossa CPMI?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora tem informação do que acontece hoje no País?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Já, já fui informada. A gente vê bastantes comentários. Eu leio jornal, assisto TV. Isso está sendo muito comentado, inclusive na nossa região, sobre carga de roubo, mas não tenho nada a informar.

O SR. OSCAR ANDRADE – De comerciantes que compram cargas sem nota, essas coisas assim?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Isso é muito difícil de saber. Não tenho como informar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A senhora falou que não foi indiciada em função dessa denúncia do roubo do calçado?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Não sei agora como funciona isso aí. Foram feitos todos os levantamentos, mas o juiz...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não é o juiz. A senhora foi indiciada então?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Sim, fui indiciada mas não foi concluído o processo, né?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, o inquérito. O indiciamento é a primeira parte do processo.

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Então me expliquei mal. Pode ser isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não do processo, do procedimento. Então a senhora foi indiciada. Ou seja, há indícios de que, talvez pode ser, quem sabe.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deputado, apenas para esclarecer, esse assunto já foi esclarecido anteriormente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não. Mas ela negou.

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Devo ter me expressado mal então. Fui indiciada mas não foi concluído o processo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O inquérito foi arquivado.

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não. O inquérito está aqui. tenho o inquérito na mão. É outro inquérito.

A SRª LUCIANE SBEGHEN – O senhor quer se explicar sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Não, ele vem explicar...

O SR. – Ela respondeu: o inquérito policial. Esse inquérito foi enviado para a justiça da 2ª Vara Criminal. O Juiz rejeitou a denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Está esclarecido já, Deputado.

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Acho que não me expliquei...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando arquiva não escreve aqui, Doutor?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor quer dizer que o Juiz...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Tem cópia da sentença aí?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Juiz rejeitou, não foi feita a... Não denunciou?

O SR. – Denunciou e o Juiz rejeitou depois.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, o Juiz não acaudou a denúncia. Então ela foi indiciada mas não foi processada. Então só para ficar claro, a senhora foi... O Doutor esclareceubem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E o Ministério Público não recorreu?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não recorreu. Então a senhora foi indiciada mas não foi processada. Com o inquérito, é a primeira parte do procedimento e, dentro do procedimento, a primeira parte do processo é a denúncia. A denúncia só tem valor se aceita. O Juiz não aceitou, então mata o inquérito. A senhora foi indiciada mas não ficou provado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Isso significa que a senhora neste caso não tem nenhuma complicatória, para deixar claro.

A SRª LUCIANE SBEGHEN - Entendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não está sendo processada.

Foram feitos grampos pela Polícia Civil – autorizados pelo Juiz - e nos grampos, num outro processo que está agora sendo encaminhado para juízo, com pedido de prisões, as pessoas que conversam referem a sua loja e referem a senhora e ao seu pai. É seu pai, né?

A SRª LUCIANE SBEGHEN - Sim, meu pai; Ari é meu pai.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí fala até na marca de calçado Via Veneto. Existe uma marca de calçado Via Veneto? O que é?

A SRª LUCIANE SBEGHEN - Não conheço Via Veneto

O SR. POMPEO DE MATTOS – É Via Uno, desculpe. Via Veneto é camisa. Deve ser. É outra marca. Mas Via Uno é calçados.

Eles falam entre eles e, nesse processo, está o Flávio também. Pode ser que sim, pode ser que não, mas eles falam: “Olha, aquela carga da Via Uno foi parar na Via...” Via Couro é a sua loja?

A SRª LUCIANE SBEGHEN - É, Via Couro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, da “Via Uno foi parar na Via Couro”.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Pompeo de Mattos, desculpe interromper, mas considero muito importante. Eu já consultei o Sr. Presidente e quero

requerer o testemunho, na presença da Dona Luciane e do policial que viu os sapatos dentro da loja.

Pode concluir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que a CPI quer? Existem indícios, embora possam dizer que não está sendo processado. O que queremos, na verdade, Dona Luciane, é parar com o roubo de cargas. E, para parar com isso, precisamos parar com a receptação. O mínimo que espero que um acusado desta CPI signifique é que pare de receptar. Estão receptando, porque está muito fácil. Estou dizendo ao público, para o mundo, para mim mesmo. A senhora está ouvindo, todos vamos ouvir, ouço a mim mesmo. Às vezes, tenho tanto convicção do que digo que, se não tenho para quem dizer, digo para mim mesmo, para ficar mais convicto das coisas que acredito.

Então, a receptação de carga é o que viabilizou o roubo de carga. Roubo sempre houve, mas, por exemplo, roubaram margarina e perderam a carga, porque não tinham para quem vender, pois tinha de ser rápido. Deixaram de roubar margarina por causa disso? Não, continuaram roubando, mas se precavam. Passaram a vender a margarina antes de roubar, para não perder o que foi roubado. Portanto, os experts na questão estão vendendo antes de roubar, ou seja, eles roubam sob encomenda. É assim que está acontecendo.

Então o que queremos é que, no mínimo, parem. Que aqueles que pensarem: “Não, está fácil, bobo é quem não receptar” parem, porque estão pegando os vivaldinos e que aqueles que estavam querendo entrar que fiquem com as barbas de molho, porque não vai dar. Isso é o mínimo, já é um ponto importante que a CPI soma na medida que transmite essa mensagem muito claramente. Por outro lado, é claro que queremos pegar aqueles contra os quais tivermos documentos, provas, grampos telefônicos.

No seu caso, nos grampos telefônicos, transitaram seu nome, o nome do seu pai e o nome da sua loja. Foi feita uma busca na sua loja. O que despertou a curiosidade – é bom podermos falar abertamente, porque a senhora não está sendo processada, em função da decisão de juiz – é que foram pegos vários pares de calçados que não tinham etiquetas, o que é um pouquinho curioso. Viaderegra, o calçado, ainda mais um calçado bom – e sua loja tem prestígio, é uma loja boa...

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Trabalha-se para isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com merecimento, com certeza. Mas estavam vendendo lá vários pares de sapato sem etiquetas.

Assim, tran si ta o seu nome no gram po dos te le fones dos que estão roubando e vendendo carga, transita o seu nome num grampo de telefone de um que é claro vendedor de carga – vai ver é seu amigo ou conhecido ou trabalhou com a senhora, enfim tem uma relação...

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Uma relação bem comercial.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Uma relação comercial. É mais uma coincidência. Vão à loja e não encontram aquele produto – diga-se de passagem, é bom es cla re cer que ele não foi en con tra do na sua loja -, mas foram encontrados calçados sem etiquetas. Então, isso dá alguns indícios. Não estou responsabi lizando a senhora, muito longe disso.

É só para mostrar para a senhora que está ha vendo, pela pri me i ra vez, uma pre o cu pa ção na ques tão do roubo de cargas e, principalmente, na recepta ção do rou bo de car ga. Quem está re cep tan do são lo jas boas, são magazines, são mercados, são super mercados. No caso do couro, são indústrias médias, grandes.

Aliás, quero fazer um pedido ao Dr. Lacerda e ao Sr. Naurides para fazermos um ofício – vou ofere cer os dados. Que a CPI, fazendo um pedido especial à Polícia Federal, também entre no caso do roubo do container de 18 mil quilos de couro do Rio Grande do Sul. Sei que a Polícia Civil está fazendo um esforço, mas acontece que acredito até tem quadrilhas inter nacionais. Daqui a pouco é uma quadrilha internacio nal. Envolve esquema. De repente, o couro ia ser ex portado para Hong Kong. De repente, há pessoas lá no estrangeiro. Faz-se necessário – daí a ra zão do re querimento – que a Polícia Federal entre. O roubo de carga ainda não é um crime federal, não é da compe tência da Polícia Federal. Quero, Sr. Presidente, que a Polícia Federal entre - vou formalizar esse requeri mento – na investigação juntamente com a Polícia Ci vil para que possamos descobrir. Precisamos pegar os receptadores. São os grandes que estão fazendo a receptação. Uma carga de cou ro a ca ba do com 18 mil kg para a onde vai? Não vai para o botequim, para o ca me lô, vai para gente gran de. Por isso, as coi sas es tão nesse pé e a senhora foi chamada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Depu tado Pompeo de Mattos, ao final do Depoimento da dona Luciana vamos encaminhar seu requerimento.

Peço a senhora que permaneça aí. Convido o policial Iro ni Almei da da Costa para que ve nha prestar esclarecimentos sob compromisso. O senhor pode sentar-se ali ao lado.

O senhor pode declinar, outra vez, seu nome?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Ironi Almeida da Costa.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sabe o número da sua identidade?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – 103879092 – 7.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual sua idade?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Trinta e dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual seu CPF?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – 52180930097.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual seu estado civil?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual sua residência?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Rua das Nogueiras nº 303, Montanha, Lajeado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sua profissão?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Policial Civil.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Embora o senhor esteja acompanhando a CPI como policial, quero repetir, por ser praxe, que o senhor vai depor diante de uma comissão parlamentar mista de inquérito destinada a apurar o desvio e o roubo de cargas no País. Ao mesmotempo, quero saber se o senhor aceita o compromisso de dizer a ver da de, sob as penas da lei.

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Por favor, assine o compromisso.

Concedo a palavra ao Deputado Oscar Andrade, autor do requerimento de oitiva da testemunha Ironi Almeida da Costa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Iro ni, o se nhor é policial?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Sim, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Acompanhou o início dos trabalhos no caso em questão?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Acompanhamos as investigações referentes ao roubo da carga de couro da Via Uno.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Gostaria de um esclarecimento. O roubo da carga da Via Uno é de couros?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – De calçados.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – De calçados já manufaturados.

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da Julusb? Qual o nome de fantasia, por favor?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – A razão social é Julusb. Via Couro é o nome de fantasia.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor visitou a loja Via Couro?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Recebemos a informação e fomos até Passo Fundo comprovar. Fui até à loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi atendido por quem?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Creio que deve ser a mãe da senhora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sua mãe trabalhava lá?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Só pessoas da família trabalham.

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Há via várias peças de calçados da Via Couro em exposição.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na vitrine?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Na vitrine...

O SR. OSCAR ANDRADE – Da Via?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Da Via Uno. Na loja havia couro. Inclusive, conversei com ela.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde era a etiqueta, no calçado?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Estava normal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é. Fale-me do local no calçado. Atrás, no calcanhar.

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – O local é em cima do pé, no interior do calçado. Havia vários, havia bota.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na palmilha?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Isso, na palmilha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como era essa etiqueta? Você consegue descrevê-la? Redonda, quadrada, triangular.

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Triangular, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – É uma etiqueta costurada na palmilha?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Ela é própria. Ela já vem acho que de fábrica. Não tem como. Se tirar, só arrancado ou cortando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Costurada?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – É de tecido.

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Ela é feita acho que em prensa. Não sei como eles fazem. Mas ali elas estavam...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Não é de papel, essa etiqueta é para pendurar na porta.

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Não, ela é de tecido, e acho que serigrafada ou bordada, já própria da fábrica da Via Uno.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem uma idéia de quantos pares de sapato você viu dessa Via Uno?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Em exposição, ali, havia para mais de 50 pares em exposição.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nas vitrines.

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Nas vitrines. Na parede havia, onde havia cinteiro, havia as prateleiras.

O SR. OSCAR ANDRADE – As caixas também você viu, ou não?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – As caixas, deixe-me recordar. Não. Nenhum estava em caixa. Em todos estavam só os calçados.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí você prosseguiu o seu trabalho. Você fez essa conferência...

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – A gente fez essa conferência...

O SR. OSCAR ANDRADE – Identificou...

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Identificamos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Precisava, então,...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Requisitou alguns para perícia?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Não, solicitamos a busca e apreensão. Daí a alguns dias, a

gente estava fazendo várias investigações. Solicitamos a busca e apreensão, aí fomos realizar a busca e apreensão na loja e na residência, lá em Passo Fundo, e encontramos centenas de calçados sem etiquetas, calçados da marca Sandra, mas os da Via Uno não havia nenhum par, nem na vitrine, nem em lugar nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – E havia sem etiqueta? Sem etiqueta, por que foi tirada?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas não da marca Via Uno. Da marca Sandra que estava sem etiqueta?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, Sandra é outro.

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Havia centenas de pares sem etiqueta.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ele acabou de dizer isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabia qual era a marca?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Não sabia qual era a marca. Inclui-se, por isso que a gente apreendeu e mandou para perícia alguns pares.

O SR. OSCAR ANDRADE – E dava-se para identificar claramente que essas etiquetas tinham sido arrancadas?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Fácil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Poderiam ser aqueles outros sapatos que você teria visto?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Naqueles ali, provavelmente. Porque, como vou dizer para o senhor, não sei como a Via Uno tem os calçados, são um pouco diferentes. Alguns, vou dizer para o senhor, nos metros quadrados, havia centenas de pares empilhados, e todos quase do mesmo tipo, mas não daqueles que vi lá na frente. Não era nenhum daqueles pares.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqueles tinham sumido. Quer dizer, os sapatos sem etiqueta, então, poderiam não ser os mesmos, mas havia lá muitos sapatos sem etiqueta.

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Havia muitos sem etiqueta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está certo.

Dona Luciane!

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Eram ou não eram os que estavam lá. Espere aí. Deixe-me só esclarecer uma coisa aqui. Se entendi bem, o senhor afirmou que, dos que o senhor viu, dentro da casa ou do depósito, já com a busca e apreensão de-

finida, encontravam-se sem etiquetas, mas que nenhum deles coincidia com os que o senhor tinha visto fora?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Perfeito. Dona Luciana, a senhora quer esclarecer?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Só com relação a esses sapatos sem etiqueta. Esse atacado de onde a gente compra é de Novo Hamburgo, e eles compram pontas que sobram da exportação. Muitas marcas não podem ser comercializadas no mercado interno. A própria fábrica já vende para o atacado sem etiqueta, como é, no caso, como compro. E não são a maioria deles sem etiqueta, como centenas, como ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A senhora compra esses calçados com nota, tudo direitinho?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Com nota. O atacado é registrado, porta aberta. Há várias pessoas, em Santa Maria, Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A senhora não compra direto da fábrica, compra nesse atacado?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Não, é atacado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E esse atacado, por sua vez, compra das fábricas a ponta de estoque que não vai para a exportação.

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – As pontas de estoque de fábrica. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E essa ponta de estoque sempre vem sem etiqueta?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Não, nem sempre. Depende da marca que não pode ser comercializada no Brasil, a fábrica me mostra e tira essa marca.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A nota fiscal de compra sua, do atacado, faz alguma referência a esse fato?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Não, mas ...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A senhora tem algum tipo de contrato que lhe impede de divulgar a marca?

A SR^a LUCIANE SBEGHEN – Não, não tenho nenhum tipo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o fato de ele ter visto os sapatos antes, na primeira visita que ele fez, da Via Uno na sua loja?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E depois não ter encontrado mais nada na volta?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Olha, eu acho que ele nem está se recordando direito na etiqueta. Ele não sabe definir certo a etiqueta Via Uno. Então, eu também não possa afirmar o que ele viu. Eu sei que os sapatos que tenho lá têm procedência, com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem afirmou foi ele, eu não quero que você afirme não. Só que ro que você só tem te me explicar o fato de ele ter visto isso?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Eu só quero perguntar ao policial um coisa: quando o senhor teve lá de volta, com o deferimento de juiz da busca e apreensão, e levou alguns pés de alguns pares para fazer a perícia, o resultado da perícia o senhor sabe?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Pelo menos eu não tenho conhecimento, porque o inquérito foi realizado pelo cartório e nos realizamos informações. Não fui informado do resultado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Eu conheço o resultado, já foi informado aqui. Era apenas para se ele confirmava isso. Deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é um policial, Luciane. Você conhece ele, já conhecia ou não?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Eu fiquei conhecendo lá na busca e apreensão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só lá, antes você não teria visto, não teria nada contra ele nem dado motivo para ele ter nada contra você?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Acredito que não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Porque ele estaria fazendo isso aqui agora, Luciane, contra você?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Deve ser o trabalho dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, trabalho dele é incriminar pessoas inocentes? Você acha mesmo que é o trabalho dele?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Não sei

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não sabe explicar o que está acontecendo?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhece e nunca fez mal nenhum a ele?

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então eu tenho que lhe explicar: o trabalho da polícia não é esse que você está querendo imputar, que é dizer, que é inventar, que é arrumar pistas ou provas falsas. Não é absolutamente.

Parece-me que o Presidente não entendeu. Você viu o sapato da Marca Via Uno dentro da loja da Sra. Luciane?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Exatamente, vi mais de 50 pares de calçados antes da busca e apreensão.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Aí o senhor fez a busca e apreensão aonde?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Naquele local mesmo alguns dias depois.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E o que o senhor encontrou? O que tem de estranho nessa história? Eu quero saber o que foi...

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Não havia mais os calçados que estavam naquele dia em que estivemos na loja, já não estavam mais.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Os 50 pares?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Os 50 pares, inclusive no estoque não tinha nada. A gente entra na loja na frente havia aqueles sapatos, e quando fomos realizar a busca não estavam mais.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor acha que sumiu, por quê?

O SR. IRONI ALMEIDA DA COSTA – Não sei. Mas que não estavam lá não estavam, tiraram.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Alguma pergunta mais Deputado?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deputado?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Também me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Agradeço a contribuição da D. Luciana, a senhora está dispensada, muito obrigado.

A SRª LUCIANE SBEGHEN – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quero comunicar aos presentes que vamos ou vir agora uma testemunha que não vamos identificar. Por razões de segurança, ele vai prestar depoimento encapuzado.

Solicito ao Sr. Secretário que faça entrar no recinto a testemunha, que vamos denominar de X.

Nós vamos chamá-lo aqui para podermos nos relacionar de X, os Deputados e eu que estou aqui, eventualmente, na Presidência, e tenho que fazer uma advertência que o senhor é obrigado a dizer a verdade sobre tudo que lhe for perguntado, sob as penas da lei, e, se o senhor concordar com essa condição, vou dar um termo de compromisso para o se-

nhor assinar, que ficará guardado conosco, de apenas dizer a verdade.

O senhor concorda com isso?

Sr. Secretário, pegue a assinatura dele imediatamente. Depois do depoimento, dê conhecimento a ele do que assinou, por favor.

O SR. ROBSON TUMA - A TV Senado está filmando o que ele está assinando.

O SR. OSCAR ANDRADE - Deixe ele olhar os dados dele.

O SR. ROBSON TUMA - Ninguém vai filmar os dados.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Está certo? Sr. X, o senhor está depondo diante de uma Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, que foi criada com o objetivo de apurar o elevado número de roubo de carga e de receptação de cargas roubadas em todo o Brasil no transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário.

O que o senhor tem a dizer sobre isso? O que o senhor conhece sobre isso aqui da sua região? O que o senhor sabe sobre isso, apenas para continuar o esclarecimento.

Quero dizer ao senhor que o senhor vai prestar relevantes serviços ao seu País na medida em que o senhor colaborar conosco de ajudar a desvendar tudo isso, no sentido de que a CPI ao seu final consiga botar a mão em realmente quem tem culpa no cartório, que são os grandes, que acabam nunca aparecendo.

Quer dizer, hoje, a legislação protege a testemunha. O senhor fique tranquilo que o senhor vai ter a proteção da CPI, a proteção da lei, se o senhor realmente colaborar conosco no sentido da elucidação desse assunto.

Pela ordem, primeiro concederei a palavra ao Deputado Robson Tuma, que já havia levantado a questão de ordem e, em seguida, ao Relator.

O SR. ROBSON TUMA - Sr. Presidente, se o depoente assim o desejar, como tem a preocupação de não ser identificado, sugiro que possa obviamente falar com uma voz que não seja a real dele e que possa trabalhar sua tonalidade, como era feito nos depoimentos na CPI do Narcotráfico. Ele não tem a necessidade de falar normalmente, mas pode trocar se quiser.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Com a palavra o Relator, Deputado Oscar Andrade, e, em seguida, o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. X, o senhor prestou depoimento na Polícia Civil de São Paulo, em 19 de janeiro de 2000, onde compareceu espontane-

amente ao no Depatri, na 4ª Delegacia da Divecar, quando relatou seu envolvimento com a quadrilha que desviava carga e fraudava o seguro de transporte de mercadorias. O senhor confirma o que disse naquele depoimento?

O SR. X - Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE - Confirma tudo?

O SR. X - Tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Desde quando o senhor trabalhava como motorista de transporte de cargas?

O SR. X - Geral?

O SR. OSCAR ANDRADE - Quando o senhor começou a trabalhar de motorista?

O SR. X - Em 1980.

O SR. OSCAR ANDRADE - Para quais empresas o senhor já trabalhou?

O SR. X - Minha primeira empresa era a Transdroga, que mexia só com remédio.

O SR. OSCAR ANDRADE - De onde é essa empresa?

O SR. X - De Porto Alegre, com matriz em Osasco.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor trabalhava na filial aqui em Porto Alegre?

O SR. X - Positivo.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor lembra de algum envolvimento dessa empresa com algum ilícito de roubo de carga, de receptação ou alguma coisa assim?

O SR. X - Nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE - Em qual outra empresa o senhor trabalhou?

O SR. X - União, de produtos químicos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Como motorista?

O SR. X - Também como motorista.

O SR. OSCAR ANDRADE - Essa empresa teve algum problema na época em que o senhor trabalhou?

O SR. X - Nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual mais?

O SR. X - Ouro e Prata Cargas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Essa empresa também foi sem problemas?

O SR. X - Sem problemas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Pode falar em que outras empresas o senhor trabalhou.

O SR. X - Transportadora Beira Rio Ltda., de Guarulhos - SP; Michelin, de transporte internacional.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então o senhor tinha uma vasta experiência como motorista.

O SR. ROBSON TUMA – Essas empresas não tinham nada a ver com roubo de carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a empresa a que se refere na questão do roubo de cargas?

O SR. X – Incorel Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando o senhor trabalhou lá?

O SR. X – Em 1999.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor começou em 1999 e foi até quando?

O SR. X – Fiquei lá por três, quatro meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde o senhor era lotado nessa empresa?

O SR. X – Em Recife.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Recife? E o senhor é de qual Estado?

O SR. X – Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor foi trabalhar em Recife por quê?

O SR. X – Fui empregado de uma empresa de São Paulo. Chegando a Recife, quando fazia uma viagem para Fortaleza, tomei o caminhão lá e fui desempregado lá mesmo. Fiquei zanzando pelo posto até arrumar um trabalho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei. O senhor entrou para a Incorel em 1999?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em qual é a cidade?

O SR. X – Recife.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só Recife ou em outra cidade?

O SR. X – Não. A empresa ficava em Bacabal.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A empresa era de Bacabal?

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual empresa?

O SR. X – A Incorel – Indústria e Comércio de Alimentos.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Incorel. O senhor era lotado em Recife?

O SR. X – Positivo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas a sede da empresa era em Bacabal?

O SR. X – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – No Maranhão?

O SR. X – Positivo, sendo que o proprietário morava no outro...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi contratado em qual mês de 99?

O SR. X – Olha não estou lembrado do mês.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quando o senhor foi trabalhar nessa empresa, o senhor já sabia que ela envolvida com algum tipo de irregularidade?

O SR. X – Não até a hora em que me fizeram o convite.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para ir trabalhar, ou quando o senhor já estava lá dentro?

O SR. X – Pra ir trabalhar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então o senhor já foi trabalhar lá, com o convite feito, sabendo que ela transacionava com irregularidades?

O SR. X – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com qual caminhão o senhor trabalhava?

O SR. X – Um Volvo 400.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pertencia à Incorel?

O SR. X – À Incorel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um Volvo 400. O senhor pode contar pra gente as viagens que o senhor fez transportando mercadorias que foram desviadas ou roubadas? Há algumas que o senhor tenha lembrança?

O SR. X – Minha?

O SR. OSCAR ANDRADE – De desvio de carga, ou de carga roubada, que o senhor transportou pra essa empresa?

O SR. – Foram duas cargas.

O SR. – Apenas duas?

O SR. X – Eu, foi apenas duas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, vamos falar sobre elas. Que carga que era?

O SR. X – Eram 27 toneladas de sabonete Francis, em caixinha, carregadas de São Paulo, para Balsa do Maranhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabonete?

O SR. X – Francis.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe de qual indústria? Não?

O SR. X – O Francis é da...

O SR. OSCAR ANDRADE – Gessy?

O SR. X – Gessy Lever.

O SR. ROBSON TUMA – O Francis é da Gessy, não, acho que é da...

O SR. X – Francis. Aquele de caixinhas...

O SR. ROBSON TUMA – Francis não é da Matarazzo?

O SR. X - É isso, da Matarazzo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Então é da Matarazzo.

O SR. X - Matarazzo. De fato.

O SR. OSCAR ANDRADE - Vinte e sete toneladas numa carreta. O senhor carregou em São Paulo?

O SR. X - Guarulhos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Carregou na fábrica?

O SR. X - Não, na transportadora Trevo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Na transportadora Trevo. Ali a carga já era roubada, não?

O SR. X - Não. Eu fui contratado para levar ela ao destino.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sei. Está certo. E aí, continua.

O SR. X - Mas nisso, o senhor José Pereira, que é braço direito da firma...

O SR. OSCAR ANDRADE - Da Incorel?

O SR. X - Já veio pra escolher a carga.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sei.

O SR. X - E no meio do caminho, com diversos telefonemas, quatro pessoas vieram ao nosso encontro, com o Omega da empresa, também, aliás, participar do dono, né? E fizemos o desvio. Isso vindo com o motorista junto, pra seguir viagem pra outro...

O SR. ROBSON TUMA - E você sabia que eles iam fazer isso?

O SR. X - Sabia, porque eu estava junto.

O SR. ROBSON TUMA - E quem te informou que eles iam fazer isso era alguém da Trevo, ou esse grupo aí, quando você foi ser chamado?

O SR. X - Não, o braço direito, que é o Sr. José Pereira...

O SR. ROBSON TUMA - Não, tudo bem, eu só não entendi assim... Eles te contrataram para fazer, para ajudá-los a roubar a carga...

O SR. X - Positivo.

O SR. ROBSON TUMA - Mas como é que você conseguiu pegar o serviço na Trevo pra estar no caminhão com a carga?

O SR. X - Porque eu nunca tive problema com seguradoras...

O SR. ROBSON TUMA - Você foi lá, bateu na porta...

O SR. OSCAR ANDRADE - O nome estava limpo?

O SR. X - É, foi ligado, né, através de chapas..

O SR. ROBSON TUMA - Eles não conseguiram te encaixar na Trevo, você mesmo que conseguiu ir sozinho pra Trevo?

O SR. X - Não, através de chapas que oferecem cargas pra gente nos postos de gasolina.

O SR. OSCAR ANDRADE - Aí faz aquela triagem, no nome, você passou, estava limpinho...

O SR. X - Exato. Estava limpinho...

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas você já estava contratado pra pegar a carga e desviar?

O SR. X - Positivo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Aí saiu de São Paulo?

O SR. X - Saí de São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE - O José Pereira, qual a situação dele mesmo?

O SR. X - É gerente; braço direito. Gerente-geral.

O SR. OSCAR ANDRADE - Da Incorel? Quem é o dono da Incorel?

O SR. X - É o pai do Carlos, só que o pai do Carlos fechou essa empresa e deu o caminhão pro Carlos, que é o Rei do Açúcar lá do Maranhão.

O SR. OSCAR ANDRADE - O Carlos?

O SR. X - É o filho do dono da Incorel, né? Mas deu o caminhão pra ele...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual é o sobrenome do Carlos?

O SR. X - Eu não tenho o sobrenome dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas o senhor conhece ele.

O SR. X - Tenho como Carlos, conheço ele, e o apelido, também.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como é o apelido dele?

O SR. X - O Rei do Açúcar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O Rei do Açúcar?

O SR. X - Maranhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quantos carros essa Incorel tem? É grande a frota?

O SR. X - Sendo que, um era o que eu trabalhava e o outro que estava tombado, uma Scania que estava tombada lá em Recife, carregada de cerveja.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eles tinham dois carros só?

O SR. X - Eles estavam preparando para fazer também outras...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eles tinham dois carros só?

O SR. X - Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tá. E a carga, para onde você levou? Foi você que levou ou passou para um outro motorista?

O SR. X - Passei pra outro motorista no meio do caminho.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como se tivesse sido roubada?

O SR. X - Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E aí você registrou a ocorrência do roubo?

O SR. X - Me levaram a seiscentos quilômetros dentro do carro em Santa Maria do Paroá, no Pará.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Te levaram para frente para registrar?

O SR. X - Abandonaram-me lá, me deram R\$ 50,00 e fiz a ocorrência e telefonei para a seguradora e para a transportadora. Depois retornei para a casa do...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Para onde foi a carga?

O SR. X - Bacabal, Santa Inês, São Luís.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Que coincidência, Bacabal, Santa Inês, bem exatamente os roubos de cargas que estávamos investigando no Maranhão. Davam em Bacabal, Santa Inês, Imperatriz, cidades que nem conheço mas te conheço de cor. Dava tudo roubo de carga e os Prefeitos estavam envolvidos nos roubos de cargas.

Essa é uma história, o que mais tu sabes?

O SR. X - Da segunda carga?

O SR. POMPEO DE MATTOS - É.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Da carga do sabonete ele entregou o caminhão combinado para outro motorista, levaram-no a 600 quilômetros, ele registrou a ocorrência para o seguro cobrir a carga e saiu de cena. Eles levaram a carga, distribuíram, venderam em Bacabal, Santa Inês, aquele esquema do roubo de carga.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor sabe se essa carga foi para... sabe o nome das lojas em São Luís ou não?

O SR. X - Em cada cidade tem um vendedor que já é contratado para fazer as vendas para os comerciantes.

O SR. OSCAR ANDRADE - Do grupo, da quadrilha?

O SR. X - É. Esses sabonetes foram um pouco descarregados em um sítio situado na região de Bacabal, Santa Inês, ali, e o resto foi para um depósito no centro da cidade, na hora do movimento. Só de-

ria ser ao meio-dia, porque o chefe da fiscalização do ICMS também sabia. Quando os fiscais chegaram e pediram a nota, disseram que já haviam levado a nota e o chefe dizia que a nota estava com ele, sendo que aquela nota não era para...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Onde era o posto fiscal?

O SR. X - Dentro da cidade mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual cidade?

O SR. X - Santa Inês.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Dentro da cidade de Santa Inês. Como é que o senhor sabe se não estava lá? O senhor disse que foi a 600 quilômetros?

O SR. X - Por que o motorista, que é daqui de Caxias, me considerava muito e me contava toda história.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O motorista que teria roubado sua carga que, na verdade, o senhor passou o caminhão para ele?

O SR. X - Positivo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como é o nome desse motorista?

O SR. X - Ele tem o apelido de Soneca.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Soneca? Só o apelido? E o nome dele?

O SR. X - O nome dele eu não estou lembrado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Onde é que ele mora?

O SR. OSCAR ANDRADE - Você não lembrou, não escreve no papel, não?

O SR. X - Não, do Soneca, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Onde é que ele mora?

O SR. X - Tem o nome dele no inquérito, é que eu não me lembro agora. Ele mora em Recife.

O SR. OSCAR ANDRADE - Alguma viajem sua saiu daqui de Porto Alegre ou do Rio Grande do Sul?

O SR. X - Não, não, sempre de São Paulo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então, me conta o segundo roubo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Daqui você sabe alguma coisa?

O SR. X - Eu tinha conhecimento dos motoristas que são todos daqui.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quais são os motoristas que estavam no esquema também?

O SR. X - Exato, mesmo sendo que não fariam trabalho para os outros, eles tinham contato.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você tem alguns nomes?

O SR. X – Nome, não. Só os conhecia porque o Soneca viajava para Caxias e fazia contratação dos motoristas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Me dá o nome desse pessoal que engendrava essa operação. Você falou do Carlos. Ele era o chefe de tudo?

O SR. X - Ele é o proprietário de tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da situação? Sabia tudo e comandava?

O SR. X - Ele comandava, ele quem fazia o pagamento para todo mundo.

O SR. OSCAR ANDRADE - O Zé Pereira era o braço direito dele?

O SR. X – Era o gerente, ele quem escolhia a carga, viajava, acompanhava os motoristas, fazia os pagamentos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o ramo da empresa Incorel, era comércio?

O SR. X - Eles compravam açúcar na destilaria de álcool e ensacava e vendia em toda região.

O SR. OSCAR ANDRADE – A primeira carga que você participou foi sabonete. A segunda foi o quê?

O SR. X – 32 toneladas de farinha de trigo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Farinha de trigo? 32 toneladas?

O SR. X - Quadro entregas em São Luís e cinco no Goiás.

O SR. OSCAR ANDRADE - Como foi feito? Em São Paulo também?

O SR. X – Carregada em Recife e descarregada em João Pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carregou em Recife com qual destino?

O SR. X – São Luís do Maranhão e Belém.

O SR. OSCAR ANDRADE – O destino oficial era São Luís e Belém, aí você foi para João Pessoa, descarregou, foi...

O SR. X – Fui deixado em... Encontrei-me com uma pessoa que na outra viagem até identifiquei.

O SR. ROBSON TUMA – Que pessoa?

O SR. X – Sr. Paulo, que era o vendedor de João Pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Paulo. Só Paulo?

O SR. X – Paulo, ele foi até identificado já e... Aliás, ele foi detido e identificado, foi interrogado e identificado por mim naquele cidade de João Pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já fez a identificação dele?

O SR. X – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi preso?

O SR. X – Foi preso, confessou seu ato e foi liberado perante o advogado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem o nome todo dele?

O SR. X – Não, tenho somente o Sr. Paulo, mas isso tem nos inquéritos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Olha re mos nos autos. Então, o Paulo te pegou, você entregou a carga em João Pessoa, e ele te levou, ou não?

O SR. X – Não, o outro motorista...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você entregou a carga para ele?

O SR. X – Não, mandaram parar em João Pessoa, o outro motorista foi ao meu encontro...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você entregou as 32 toneladas para ele?

O SR. X – Positivo, com caminhão e tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com caminhão e tudo.

O SR. X – Foram escondidos o caminhão e a carga dentro de um galpão que eu identifiquei também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra o local?

O SR. X – Sim.

O SR. ROBSON TUMA – Você sabe ir lá se nós formos?

O SR. X – Sim, já fui outra vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já foi outra vez?

O SR. X – Fui, foi encontrado rastro de carga roubada e placa de caminhão; eu tinha visto lá caminhão desmontado.

O SR. ROBSON TUMA – Deixe-me fazer uma pergunta: você tinha contato com o motorista de São Paulo?

O SR. X – Não entendi a pergunta.

O SR. ROBSON TUMA – Você chegou a ter contato com alguns motoristas de São Paulo... Você ouviu a CPI do Narcotráfico?

O SR. X – Sim.

O SR. ROBSON TUMA – Você lembra daquela confusão envolvendo o Jorge Méres, William Walder Sozza? Você chegou a ver isso na televisão e nos jornais?

O SR. X – Olha, eu sempre gostei de estar bem informado, mas não estou lembrado. Mas, quando eu tinha agência de carga – tinha não, eu trabalhava

como agenciador de carga —, muitos motoristas me pediam carga aqui mas de 100 mil, 120 mil.

O SR. ROBSON TUMA — Mas desses nomes você não está lembrado?

O SR. X — Não, porque eu tinha pouco contato com eles.

O SR. ROBSON TUMA — Quando você falava, conversava no grupo, você chegou a ouvir alguma vez, lá no Maranhão, citação de alguma autoridade, de algum deputado?

O SR. X — Sim.

O SR. ROBSON TUMA — De quem?

O SR. X — O que me passaram é que eu estaria seguro, teria advogados, juizes, deputados da cidade mesmo, vereadores.

O SR. ROBSON TUMA — Quem eram? Você sabe?

O SR. X — Todos envolvidos com o Sr. Carlos.

O SR. ROBSON TUMA — Sim, mas você sabe o nome de algum deles?

O SR. X — Não, porque quando eles se encontravam eram eles lá e eu aqui.

O SR. ROBSON TUMA — Porque o que estou sentindo, Deputado Oscar Andrade, é que ele trabalhava para a quadrilha que, inclusive, teve dois parlamentares cassados e presos, e que é exatamente o mesmo esquema...

O SR. OSCAR ANDRADE — Geraldo...

O SR. ROBSON TUMA — É, do Francisco Caíca, do...

O SR. OSCAR ANDRADE — Era?

O SR. X — Ele estava lá no momento.

O SR. ROBSON TUMA — O Francisco Caíca?

O SR. X — Na prisão.

O SR. OSCAR ANDRADE — Você conheceu ele na prisão?

O SR. X — Da empresa de ônibus.

O SR. ROBSON TUMA — E você lembra dele quando você era da quadrilha?

O SR. X — Não, eu nunca tive contato com eles.

O SR. OSCAR ANDRADE — Geraldo...? Como era o nome do outro?

O SR. ROBSON TUMA — Caíca e outro, são dois.

O SR. OSCAR ANDRADE — José Gerardo de Abreu*.

O SR. X — Eu nunca tive contato com eles, mas...

O SR. OSCAR ANDRADE — Mas eles que eram chefes da situação?

O SR. X — ... a gente fez uma viagem com um irmão dele, que eu não lembro o nome, de carro particular, para São Luís do Maranhão porque precisava buscar umas mercadoras que não poderiam ficar lá, e ele me mostrou até o José Gerardo, que naquele dia, ou no dia anterior, tinha sido preso.

O SR. OSCAR ANDRADE — Você lembra do envolvimento...

O SR. ROBSON TUMA — Só para eu concluir, então você era de uma quadrilha e as pessoas diziam: "pode ficar tranquilo porque tem deputado que dá garantia, tem juiz, tem um monte de gente", é isso?

O SR. X — Sim.

O SR. ROBSON TUMA — Então está bem, só para nós costurarmos isso.

O SR. OSCAR ANDRADE — O senhor lembra do envolvimento das Lojas Populares, lá no Maranhão?

O SR. X — Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE — Você chegou a levar carga para lá?

O SR. X — É... como posso te explicar? O dia que eu fui contratado, em Recife, eu peguei a carreta e o outro caminhão que estava no posto, que ia carregar uma carga de brinquedos, bolas e tudo o que foi roubado também no Piauí era das Lojas Populares.

O SR. OSCAR ANDRADE — Lojas Populares. Escrito?

O SR. X — Escrito. E o motorista era o meu colega.

O SR. OSCAR ANDRADE — E também tinha forjado um roubo?

O SR. X — Positivo.

O SR. OSCAR ANDRADE — Como é que forjavam esse roubo? Você saía, andava quinhentos, seiscentos quilômetros, fazia a denúncia para ficar bem longe, não é?

O SR. X — Geralmente numa cidade que não tem, é, assim, por exemplo, um delegado, não tem muito policiamento, não tem computador, não tem telefone, tem que ir lá na, na rodoviária...

O SR. OSCAR ANDRADE — Para dificultar, para dar o tempo necessário. E depois, como era encontrado o caminhão?

O SR. X — É retirado fora do Estado, dado como roubado o caminhão, e dois, três dias depois, é encontrado, porque... E dado baixa naquele, naquele negócio de roubos de veículos, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE — Mas os próprios donos encontravam?

O SR. X — Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – A polícia?

O SR. X – Positivo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor lembra de envolvimento de policiais nessa quadrilha?

O SR. X – Não. Só comentários.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só comentários, lá no Maranhão?

O SR. X – Positivo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E no Recife também?

O SR. X – É.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Comentários com algum nome?

O SR. X – Não. Nome mesmo não. Nunca me falaram no mes. Só me dizia que eu estava em boas mãos.

O SR. ROBSON TUMA – Você foi contratado em Pernambuco, em Recife?

O SR. X – Pernambuco, Recife.

O SR. ROBSON TUMA – Lá você conheceu algumas pessoas?

O SR. X - Em Recife?

O SR. ROBSON TUMA – É. Quando foi contratado, quem você conheceu?

O SR. X – Bom, quando eu fui contratado, eu fui dentro da residência, fui chamado dentro da residência do Soneca. Eu estava dentro da residência dele, me tirou do serviço e disse: “Vem cá, eu tenho uma coisa para te falar. Quer trabalhar”? Eu falei: quero. Estava ruim de serviço aqui.

O SR. ROBSON TUMA – Quem era essa pessoa?

O SR. X – Soneca.

O SR. ROBSON TUMA – Você conheceu, por exemplo, o Jobel, lá em Recife, que era motorista de caminhão, depois virou assaltante? Jobel?

O SR. X – Não. Jobel, não, não é? Mas é nome quase parecido com um dos amigos de les – não é? –, que era motorista deles também.

O SR. ROBSON TUMA – É muito importante que você se lembre desses nomes – se você lembrar ou não – sem falhas para sabermos se você fazia parte de um grupo que já pegamos. Então, por exemplo, o Jobel, Paulo...

O SR. X – Paulo? Paulo?

O SR. ROBSON TUMA – Que era um empresário?

O SR. X – Esse de João Pessoa?

O SR. ROBSON TUMA – Não. Ainda estou falando de Recife.

O SR. X – Sim. Bom, esse Paulo que eu mencionei ele era empresário.

O SR. ROBSON TUMA – Como é esse empresário que você falou, Paulo?

O SR. X – Ele tem assim, mais ou menos, a estrutura – como eu vou dizer assim? – mais ou menos como o cidadão aqui, o Doutor.

O SR. ROBSON TUMA – Gordo assim?

O SR. X – É um pouco mais forte, fortezinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ou magro assim?

O SR. X – Não.

O SR. ROBSON TUMA – Ou magro e bonito assim?

O SR. X – Não, não. Com entradas, com entradas, não é?, bem calvo, não é? E assim, até, por exemplo, ele ainda é empresário, tem uma padaria.

O SR. ROBSON TUMA – Ele tinha entradas, mas o cabelo era escuro?

O SR. X – O cabelo dele é claro assim, mais ou menos. É castanho, é castanho claro para preto.

O SR. ROBSON TUMA – Ele não era gordo? Ele era meio forte?

O SR. X – É. Ele é forte. Assim, assim, mais ou menos, postura, a postura mais ou menos do Doutor. Não é tão forte assim.

O SR. ROBSON TUMA – O que mais? Fala mais ou menos sobre o tipo físico dele.

O SR. X - E ele é empresário ainda. Tem uma padaria em João Pessoa e era motorista.

O SR. ROBSON TUMA – E ele falava alguma coisa a respeito...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O que ele tem em João Pessoa?

O SR. X – Uma panificadora.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sabe o endereço?

O SR. X – Não. Eu sei aonde é. No centro. É beira da praia.

O SR. ROBSON TUMA – E ele falava alguma coisa a respeito de algum deputado de Pernambuco?

O SR. X – Não, porque duas vezes que a gente se encontrou foi uma vez para me levar na rodoviária e a outra vez para trazer dinheiro para nós no posto, aliás, se encontrar conosco no posto para levar o caminhão.

O SR. ROBSON TUMA – Isso lá na Paraíba?

O SR. X – João Pessoa. Cem quilômetros, cento e vinte quilômetros.

O SR. ROBSON TUMA – Mas ele te contratou em Pernambuco?

O SR. X – Quem, o Paulo. Não, o Paulo não me contratou.

O SR. ROBSON TUMA – Quem teve contato em Pernambuco com você fora o Paulo?

O SR. X – José Pereira...

O SR. ROBSON TUMA – Ele é que te mandou por Paulo lá?

O SR. X – Exato. Ele não, ele já estava sabendo que me encontrei com “seu” Carlos, que veio de Santa Inês já

O SR. ROBSON TUMA – Quem foi a pessoa que te apresentou para o Paulo?

O SR. X – Foi o Soneca.

O SR. ROBSON TUMA – Que estava aonde?

O SR. X – O Soneca ou o Paulo?

O SR. ROBSON TUMA – O Soneca.

O SR. X – O Soneca foi se encontrar comigo para entregar o caminhão por Paulo.

O SR. ROBSON TUMA – Aonde?

O SR. X – Em João Pessoa.

O SR. ROBSON TUMA – Em João Pessoa. Até então, em Pernambuco, você nunca soube do Paulo?

O SR. X – Não, mas ele andava direto lá.

O SR. ROBSON TUMA – Só quero saber se é o mesmo Paulo, porque também andava...

O SR. X – Eles se encontravam lá.

O SR. ROBSON TUMA – ...naquela cidade.

O SR. X – Eles se encontravam lá.

O SR. ROBSON TUMA – Vamos tentar lembrar sua memória um pouco. Você já ouviu falar no Jorge Méres?

O SR. X – Negativo.

O SR. ROBSON TUMA – Nunca?

O SR. X – Não estou lembrado, não.

O SR. ROBSON TUMA – Nas conversas que tinham na quadrilha, em algum momento eles falavam a respeito de São Paulo?

O SR. X – São Paulo era o ponto inicial, não é?

O SR. ROBSON TUMA – Era o ponto inicial, mas quem mandava de São Paulo?

O SR. X – Quem mandava?

O SR. ROBSON TUMA – Vinha de São Paulo, mas você ouviu algum nome: “Ah, liga lá para o fulano de São Paulo vê se está vindo a carga”.

O SR. X – Não, eu não entendi bem essa pergunta.

O SR. ROBSON TUMA – Você diz que São Paulo é ponto inicial por quê?

O SR. X – É onde a gente busca as cargas.

O SR. ROBSON TUMA – Onde você pegava as cargas. Mas você pegava de quem? Da transportadora direto ou alguém que já tinha roubado a carga passava para vocês?

O SR. X – Não, agenciador, não é? Agenciador de carga.

O SR. ROBSON TUMA – Então, tinha um intermediário no meio, não é isso?

O SR. X – Sim, ele escolhia a carga que a gente chegasse lá e pedia.

O SR. ROBSON TUMA – Quem que era essa pessoa?

O SR. X – Era chapa.

O SR. ROBSON TUMA – Ficava em São Paulo?

O SR. X – Sim.

O SR. ROBSON TUMA – Chapa ficava em São Paulo?

O SR. X – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Só um minutinho. Dr. Paulo, temos que ligar na Polícia Federal, entrar em contato com Jorge Méres para ver se ele se lembra do nome da pessoa chapa e que circunstâncias que ele se lembra, porque ele participava, pelas características todas que estão sendo indicadas, da quadrilha dos deputados lá do Maranhão, dos ex-deputados do Maranhão. Então, ele provavelmente, como ia buscar em São Paulo, pode nos lembrar de nomes que cerquem, para que definitivamente consigamos mais provassobre a ligação das quadrilhas.

Chapa era o nome ou apelido ou é o apelido que se usa... porque também se usa nome de chapa para todo mundo que descarrega carga, não é isso?

O SR. X – Positivo, isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas qual era o nome desse chapa?

O SR. X – Eu não tinha assim muito contato com ele. Eu conversava com ele, esperava, ficava ali na esquina junto com ele no bar, são vários chapas. Só que ele já sabia do trama, não é? Então, quando pintava uma carga ou a transportadora ligava para ele, ele oferecia para gente: “Essa serve?”, não é? A gente dizia se servia ou não. Entendeu? Agora, o nome dele eu não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então me dá as características dele.

O SR. X – Ele é moreninho, baixinho, é... vou dizer... pretinho, bem pretinho, moreninho, mora ali no Parque Novo Mundo, numa favela, mas era chapa, não é? Era chapa.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E tinha polícia que dava cobertura para vocês quando iam pegar carga ou não?

O SR. X – Olha, eu não podia dizer assim que tinha ou não tem. Eu só lembro que na Polícia Rodoviária Federal, que é aonde me dava mais medo de passar, eles diziam que eu podia passar tranquilo e ficar tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Olha, o seu depoimento é muito importante para nós. Eu vou falar aqui com o Relator, com o Senador para, na semana que vem, tentarmos levar você, mesmo que tenha uma reunião interna da própria CPI, para se encontrar com o Jorge Méres, enfim, com alguns colaboradores da CPI, para tentarmos descobrir os outros no mes dessa quadrilha que ainda não pegamos, porque as características são todas as mesmas. Você fala de pessoas indicando que são pessoas já conhecidas por nós desde a CPI do Narcotráfico. Então, como você não está lembrando perfeitamente de nomes, para tentar juntar. Ele vai se lembrar que pegou a carga e entregou para alguém em tal lugar, e talvez tenha sido você que pegou a carga e levou para outro lugar. Isso é importante. Depois vamos conversar ali atrás para ver como faz para...

O SR. X – Eu tenho guardado comigo vários telefones...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – É isso que nós precisamos.

O SR. X – ... particulares, mas só que eu não posso pegá-los agora no momento.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Tudo bem. Mas daí você vai pegar esses telefones e nos dar, porque acho que você pode contribuir muito mais do que você mesmo acha. Oscar, você quer perguntar alguma coisa?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, eu estou satisfeito, Presidente. Você pode contribuir sempre que a CPI precisar, para diligência, para sair daqui, com toda a garantia que nós já te demos?

O SR. X – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está certo. Só quero pedir, Sr. Presidente, ao dispensar, que seja pedido à Polícia Civil que ele seja conduzido assim, encapuzado, e seja tirado aqui do recinto de carro e ser colocado longe para não ser filmado, para não ter nenhum contato. Pediria à imprensa também que suportasse a curiosidade e que não seguisse, por favor, que não o identificasse, porque é muito importante para a CPI que nós o mantenhamos em sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Pegar um agente da Polícia Federal e... Está suspensa a sessão.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Reabertos os trabalhos. Peço ao Sr. Secretário que conduza o intimado Sorrismar Kerstner. Sr. Secretário, por favor. (Pausa.)

Sr. Sorrismar, o senhor foi notificado a comparecer perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que tem, por objetivo, apurar em todo o País o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário.

Seguindo uma rotina e uma praxe, vou perguntar seu nome.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sorrismar Kerstner.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Kerstner. A sua identidade?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – 1034065183.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sua idade?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – 34.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Seu CPF?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – 52322831034.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Seu estado civil?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Solteiro...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor reside aonde?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Rua Valmir Bernardes Ferreira, 12 – Novo Hamburgo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é a sua profissão?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor é parente de alguma pessoa envolvida nessa questão?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor se compromete a dizer a verdade sobre tudo o que lhe for perguntado?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor fica advertido que, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, o senhor pode ser processado se faltar com a verdade.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Então eu pediria que o senhor assinasse esse termo de compromisso.

Sr. Secretário, por favor. Esse é um secretário mais do que importante.

Obrigado. Sr. Rorrimar, o senhor está acompanhado de advogado?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Seu nome, por favor?

Dr. João, queria apenas pedir ao senhor que qualquer manifestação que o senhor quisesse fazer, por favor, dirija-se diretamente a esta Presidência que será atendido, mas não há possibilidade de se comunicar com o depoente.

Como já relatei ao senhor de início o objeto da CPI, por que que nós estamos aqui e estamos fazendo isso no Brasil todo, é de corrente do elevado número de roubo de carga e de receptação.

É evidente que se o senhor está aqui convidado algum motivo tem. Gostaria de saber o que o senhor tem a dizer sobre isso, o que sabe, enfim, para depois passar a palavra aos Deputados?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não tenho muito conhecimento. Tive um problema há 20 dias.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor teve um problema 20 dias atrás relacionado com quê?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Acusaram-me de receptação.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Foi aberto o inquérito?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em que fase está esse inquérito atualmente?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Foi aberto recentemente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor já foi ouvido pela polícia?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor é comerciante, declarou aqui. Qual a sua atividade?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Minimercado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Lá em Novo Hamburgo?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Lá nesse minimercado o que o senhor vende?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Toda linha de mercearia. Enlatados, leite, pão, frios.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual foi o objeto dessa denúncia, desse envolvimento? O senhor teria receptado alguma coisa?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Produtos da linha Arisco.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O que o senhor tem a dizer, especificamente, sobre isso, já que o senhor está indiciado no inquérito?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Algumas mercadorias que foram apreendidas, as notas fiscais estão anexadas no inquérito. Outra parte da mercadoria comprei de terceiros.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Vou fazer uma pergunta técnica para o seu advogado.

Tem algum inquérito aberto onde ele esteja indiciado?

O SR. – (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Não tem.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Contratei ele ontem. Ele estava viajando na época.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor está indiciado no inquérito com uma denúncia de que o senhor teria receptado, comprado mercadoria, objeto de roubo de carga da marca Arisco.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A polícia fez alguma vistoria, uma busca apreensão no seu negócio?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim. Foi feita uma busca apreensão desses produtos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Tudo que o senhor tinha da marca Arisco foi levado?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – De quem o senhor comprou isso?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Algu ma parte da mercadoria tem as notas fiscais; a outra parte comprei de terceiros, citei os nomes no inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor poderia citar tudo outra vez?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Um dos rapazes que me vendeu, que costumeiramente me vende enlatados é Primo, é um vendedor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O nome dele é Primo ou ele é seu primo?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – É assim que conheço ele: Primo, vendedor Primo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O apelido é Primo, deve ser.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – É o apelido dele.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o Primo te vendeu?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Produtos da linha Arisco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto? Quantidade, preço, por favor?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – O valor total da mercadoria de R\$ 1.700,00. Comprei aproximadamente, de enlatados, duas caixas com 24 latinas, sopas, achocolatado, mais ou menos a metade de uma Fiorino.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece esse Primo de onde?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Costumeiramente ele vende enlatados, isqueiros bic, coisa desse tipo, uma outra de super bonder.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele já era seu fornecedor?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – De trinta em trinta, ou sessenta e sessenta dias ele passa lá.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor já respondeu algum outro tipo de processo, de inquérito antes desse?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Já respondi.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Foi por que razão?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Por roubo tentado. Mas já fui absolvido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Roubo de carga?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Roubo de carga mesmo?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então o senhor já é do ramo?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não muito.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Não muito significa que foi pouco?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não. Não sou do ramo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Nesse passado aí, o senhor respondeu a um processo-crime. Primeiro inquérito, depois foi para o juiz, aquela história toda? Foi condenado?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não. Fui absolvido.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Conte esse história, desse tempo, esse roubo de carga.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Foi presa uma Kombi e esse carro era dirigido por uma rapaziota. Houve um reconhecimento. No caso, fui denunciado. Só que isso foi em Palmeiras de Missões, cidade de que nunca tinha ido.

Posteriormente foi feito um reconhecimento e não fui reconhecido como a pessoa que estivesse dirigindo uma Kombi branca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi isso?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Em 1998.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos voltar ao do Arisco.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Depois disso o senhor se estabeleceu como comerciante?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não, estou estabelecido desde abril de 1994 em Novo Hamburgo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – No mesmo ramo?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – No mesmo ramo e com a firma estabelecida, tudo certinho.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quem estava envolvido com o senhor nessa história do primeiro caso?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Quem mais esteve preso? O Júlio César.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor chegou a ser preso?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Cheguei.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quanto tempo o senhor ficou preso?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – 81 dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso em flagrante?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Não tive participação, mas infelizmente fui confundido por se tratar de uma pessoa loira e vizinho teria falado.

O SR. OSCAR ANDRADE - Foi prisão preventiva?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Não entendi. Apenas por lhe confundir o senhor passou 81 dias preso?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Sim porque quando fui para lá na fase de processo havia reconhecimento e quando a pessoa chegou lá posteriormente ele negou que seria eu.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - E não foi?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor nunca comprou carga roubada?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Como nunca comprou? Está aqui a carga da Arisco e o senhor não tinha nota. O primo te deu nota?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Não me deu.

O SR. OSCAR ANDRADE - Vamos falar do primo. O senhor já comprava dele há mais tempo?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE - O que o senhor comprava dele?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Isqueiros, linha de enlatados, a própria Arisco vende.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele representava qual empresa?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Ele era autônomo.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor comprava dele sempre sem nota?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Eu fiz apenas a segunda compra com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tinha sido só uma antes de isqueiro e enlatados.

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tinha dado problema?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Não tinha problema nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE - A mercadoria era sem nota e não tinha problema nenhum?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Eu não sabia que podia ter...

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor acha certo comprar sem nota fiscal?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - É o mercado informal que temos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas o senhor não está estabelecido legalmente, com contabilidade e tudo?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Então não tem nada de normal nisso. No mínimo é um crime de sonegação fiscal. Normal não é. O senhor comprava do Primo dessa forma. Como a polícia chegou até você?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE - Através do Primo?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Acho que não.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor lembra o nome do Primo?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Só conheço assim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor conhece o Tulica?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Conheço de vista.

O SR. POMPEO DE MATTOS - De onde o senhor conheceu Tulica?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Lá de Novo Hamburgo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual a sua amizade com ele?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Já tomei cerveja com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Fez negócios com ele?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Não, nunca fiz.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual é a profissão dele?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Pelo que me consta ele tem uma loja estabelecida no norte do Estado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Onde?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Não sei se é Passo Fundo...

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor já esteve lá?

O SR. SORRISMAR KERSTNER - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Nunca negociou com ele?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Com o Tulica não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nenhum negócio com o Tulica?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece o Sbeghen?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe quem é o Sbeghen? Qual o primeiro nome do Sbeghen? Itamar Sbeghen.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luciane Sbeghen?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ari Sbeghen?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhece lá de Passo Fundo? E o Fio?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Magrão?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só o Tulica. Sabe o nome do Tulica?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não. É alguma coisa com Luís.

O SR. OSCAR ANDRADE – José Luís Rodrigues. O senhor sabe da atividade do Tulica?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não. Pelo que me consta ultimamente ele está preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O alemão Charles mora no mesmo bairro que o senhor?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Já me perguntaram dessa pessoa, eu não a conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não conhece o alemão Charles?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não conheço. O policial já me perguntou outro dia, eu não a conheço. Inclusive tentei perguntar lá para as pessoas se alguém conhecesse. Ele não é conhecido dali de Novo Hamburgo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor também não conhece o Primo?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – O Primo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – O Primo foi a pessoa que me vendeu esse Arisco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Mas o senhor não conhece ele?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não, ele passa lá...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Passa lá.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Quero ver se até a fase de ser chamado no juízo, quero levantar o endereço dele e ele vai lá. Que aí eu saio disso daí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Mas faz quantos dias que o senhor está sendo apanhado já? O senhor já deu o depoimento faz quantos dias?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Ah! deve de fazer duas semanas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Duas semanas, quinze dias. E o senhor sabe o bairro que ele mora, não é?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Ele mora na Campina.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No bairro Campina. Porque o senhor não foi lá no bairro Campina?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Mas eu estou procurando; isso eu estou fazendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em quinze dias não achou?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Porque não procurou então, não foi lá.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Fui. É que eu não tenho lugar certo que ele possa estar indicado, perguntei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Leonel?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – O Leonel é companheiro dele; não sei se ele mora lá ou não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Sorrismar, o senhor caiu num grampo de telefone, falando com quadrilha de bandido. Aliás, as quadrilhas estavam grampeadas, o senhor que entrou no grampo das quadrilhas.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem gravada a sua voz. A polícia grampeou, autorizada pelo juiz; grampeou bandidos e o senhor, transando com as quadrilhas de bandidos.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não, senhor, eu não faço um negócio desses.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que o senhor fala que não. Está gravado. Por isso que chegaram no senhor. Como é que ele sabia que tinha... Como é que vai saber num mercadinho, lá, um

mercado modesto, que é o seu, uma coisa modesta, ter lá uma carga de Arisco, tudo, assim, assim. Como é que o senhor acha que ele sabe? Foi lá a prateleira estava lá certinha.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Alguém denunciou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, ninguém denunciou. Eles ouviram o senhor falando e pegaram no telefone, o senhor estava falando sobre isso; eles falando, o senhor falando; a carga foi lá foi vendida por tanto, assim, assado. Tal mercado, de fulano de tal.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Eu falando? Eu não falei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na conversa que eles tinham.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Foi vendido para o meu mercado? Não é verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como é que foi lá e estava lá?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim, mas...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como é que ele sabia que estava lá? Só estou lhe contando então, para o senhor...

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Tudo bem!

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Estou contando para o senhor ficar sabendo. O senhor sabe que o crime de carga está crescendo, assim, vertiginosamente. E o senhor sabe por que cresce? Porque Piauí compra. Antes não crescia porque o... Antes roubava banco. Não dá mais para roubar porque o banco não tem dinheiro, tem câmera de vídeo, tem porta rotativa, tem segurança e tem, ainda, a polícia ali por perto, porque é no centro da cidade. Assaltavam um carro forte. Hoje, o carro forte não tem dinheiro. Estão assaltando as empresas de valores, só que isso é para alguns, quadrilhas muito especializadas. Faziam seqüestros. O senhor não vê mais falar em seqüestros, não é? Quase não vê, não é?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pararam de fazer seqüestros. O senhor acha que os bandidos se aposentaram? Eles não se aposentaram. Eles mudaram. Eles migraram dentro da função de bandido – eles não mudam de profissão, eles migram dentro da função - e passaram a roubar carga, que é a coisa mais fácil, por quê? Porque passou a ter mercado para o produto da carga roubada. Roubam gêneros alimentícios, geladeira, eletroeletrônico, polipropileno, couro, ali, na sua região. Estão roubando couro as-

sim... Roubaram, agora, uma carga de couro. Para quem o senhor acha que vai? O senhor sabe tudo... Só estou repetindo para o senhor ver e pelo menos botar as barras de molho. O senhor foi pego no grampo. Assim não dá. É uma coisa fantástica. O senhor foi pego. Nós não estamos inventando nada disso. Eu não o conhecia e acho que o senhor não me conhecia também.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nós nem nos conhecíamos. Eu não tenho nada absolutamente nada com o senhor. Este aqui é lá de Rondônia, da outra ponta do Brasil. Por que é que estamos nos metendo nisso? É que isso ocorre no Brasil inteiro. Eles descobriram que roubar carga é como tirar doce de criança. Roubam a carga, o motorista está desarmado, sem defesa. Eles pegam a carga e a vendem antes. Tem mercado para a carne. É gente fina que compra, gente boa, são empresários do ramo do couro, redes de supermercados. Até no Carrefour pegaram 500 celulares roubados. Eu não digo que está todo o Carrefour envolvido, mas até lá... Quem sabe até os caras conseguiram fazer as notas de tal maneira... Vamos ver, pegamos no curtume couro roubado. Quem vendeu o couro não mandou nota, quem comprou não fez a nota de entrada, quem comprou e vendeu e emitiu nota de outro produto, quem comprou depois emitiu nota do mesmo produto, que não era o produto verdadeiro. O couro era semi-acabado e eles lançaram o *wet blue*. O senhor sabe o que é uma coisa e o que é outra. O *wet blue* é o couro ainda molhado e o couro semi-acabado é o couro quase pronto. Por que eles não botavam nota? Porque era roubado. Não tinham como botar nota. É o seu caso, por isso estou dando o exemplo. Não tem nota. Por que não tem nota? Porque estou acostumado a comprar sem nota. Não, se compra sem nota é carga roubada. O preço é bom porque é carga roubada. Quando a esmola é demais o santo desconfia. É isso que estamos cobrando.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual foi o preço o senhor pagou esse produto Arisco sob suspeita?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – O total foi R\$1,700 mil. Ele não era muito abaixo do valor de mercado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas era alguma coisa?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Uma mínima coisa. O exemplo maior é a ervilha. Eu comprei a R\$0,40 a unidade e dois dias depois, de sexta para

sábado, estava anunciada a R\$0,39 num mercado grande. Então não é barbada.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor comprou sem saber que era roubada? É isso que o senhor está dizendo?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas hoje o senhor sabe que era roubada?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim, já fui avisado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Está provado que é roubado. Veja bem, se trago produto de roubo, é comprador de boa fé! De boa fé o inferno está pela metade. O senhor tem que se cuidar por causa da sua família. O senhor precisa passar por isso? O senhor pode dizer para nós, mas quero que o senhor volte para casa e nós temos que ir embora, temos que ir a Santa Catarina, temos audiência pública lá, vamos ou vir gente que roubou carga, que recebeu carga em Santa Catarina, o Senador vai nos orientar lá.

Eu só quero que o senhor, quando for embora, fique sabendo que nós não engolimos essa do Primo. Eu não conheço o Primo. Eu não engulo. Eu não engulo porque não conheço o Leonel. Ora, se eu vou comprar um produto sem nota e não sei de quem... Eu não engulo. O senhor não precisa nem dar a sua resposta. Mas bote as barbas de molho. Comprei do Primo. Não sei onde mora o Primo. Aqui, Julieta, como é que não sabe. Nem a velhinha de Taubaté acredita nisso. É só para o senhor ficar sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está respondendo a inquérito? É indiciado, processado?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E poderá ser condenado.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já pegou oitenta e um dias de cadeia e poderá pegar mais. Vou fazer uma proposta para o senhor. A CPI usa de um artifício para ajudar nossos trabalhos. Trata-se de uma lei, a Lei de Proteção a Testemunhas. Essa é uma lei nova no Brasil, que tem funcionado com certa presteza e tem dado condições a quem cometeu ilícitos de ajudar a desvendar crimes, quadrilhas. Em troca recebe proteções em nível até de poderem ser atenuadas as penas possíveis. O inquérito pode até parar. O senhor não quer colaborar? Se preciso for, nós faremos até uma reunião fechada, sem imprensa, não pública,

para auxiliar a CPI e para que o senhor faça parte desse programa, com os benefícios que ele pode lhe oferecer.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Eu creio que eu não teria muito a contribuir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o pouco que vier estará bom.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, ao contrário vai acontecer. O senhor vai ser indiciado, eu vou indiciá-lo, como relator da CPI, e poderá ter agravada a sua pena.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não tem caminhão, veículo?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não tenho nenhum. Eu vim de trem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não tem carro?

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Deputado, mais algum comentário?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, Sr. Presidente. Apenas faço esse apelo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Relator, algum comentário?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Agradeço a sua participação. O senhor está dispensado.

O SR. SORRISMAR KERSTNER – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Solicito ao Sr. Secretário que conduza ao recinto o Sr. José Luiz Rodrigues, o vulgo “Tulica”. (Pausa.)

Sr. José Luiz, o senhor tem o direito, se quiser, de falar reservadamente com a Comissão.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Eu preferia isso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas para colaborar. Para se esconder da imprensa, não. O senhor tem alguma coisa importante para relatar para nós?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Não sei. Eu queria ver o que vocês querem saber. Nem sei por que estou aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Queremos saber tudo. Queremos saber tudo, tintim por tintim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Por que o senhor está encapuzado, qual é o seu receio?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Fica ruim para mim por causada minha família. Depois aparece na TV isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o senhor sabe que há sérias acusações que pesam contra o senhor e já estamos sabendo tudo o que aconteceu. Queremos que o senhor conte o que aconteceu para nós. Se o senhor está disposto a nos contar tudo o que inclusive já estamos sabendo, se o senhor está disposto a abrir, fechamos a sessão para ouvi-lo reservadamente. Se o senhor não quiser abrir o que sabe, deixamos a sessão aberta.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor ajuda a CPI ou tem que tirar esse...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Deputado, vamos primeiro formalmente abrir os trabalhos com ele e, em seguida...

O SR. OSCAR ANDRADE – Isto é uma audiência pública, ele tem que ser visto.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Eu pediria ao senhor que tirasse a jaqueta porque fica uma situação muito difícil para nós.

Sr. José, o senhor está depondo diante de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que foi criada com o objetivo de apurar o roubo de cargas em todo o país, carga e receptação. Vou fazer aqui algumas perguntas de praxe e queria que o senhor repetisse o seu nome completo, por favor.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – José Luiz Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor lembra o número da sua identidade?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor a tem consigo?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Diga o número da identidade e do CPF, se tiver.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – A identidade é 6034645199. O CPF não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual a sua idade?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – 37 anos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Seu estado civil?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Seu endereço?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Rua Senador Pinheiro Machado, 2799.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A cidade?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Bom Retiro do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Aqui, no Rio Grande do Sul?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é a sua profissão?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Representante comercial.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor é parente de alguma pessoa envolvida nessa questão que eu lhe disse de início?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor se compromete a dizer a verdade sobre o que lhe for perguntado?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Então, o senhor fica advertido, nos termos do que dispõe o art. 203 do Código de Processo Penal, que mentir pode lhe causar mais problemas e caracterizar um crime passível das punições que a lei estabelece.

O senhor está acompanhado de advogado?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Eu acho que eles estão aí, mas eu não vi ainda.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Mas se tiver não problema nenhum que eles compareçam aqui, porque não há nenhum segredo que vamos tratar aqui.

Então, se o senhor se dispõe a falar a verdade assine, por favor, o termo de compromisso. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Sr. José, porque o senhor está preso?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Eu saí em liberdade terça-feira, mas eu fui preso porque estava negociando um prédio para locar, logo depois, disse que apareceu uma carga dentro do prédio. Mas eu não cheguei a concretizar a locação do prédio.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Antes disso o senhor estava preso? Ou o senhor foi preso por isso?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Não, fui preso por isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Por que alugou um prédio?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - É.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor está preso desde quando?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Desde 08 de março.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Antes disso o senhor já havia preso ou processado alguma vez?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Nunca?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE - Nenhum processo?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Nunca esteve diante de um juiz nem de um delegado?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Nunca estive.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O que o senhor representa? O senhor disse aqui que é representante comercial. Por que o senhor estava alugando prédio?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Senhor?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor declarou que a sua profissão é representante comercial.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Sim, eu catar couro verde para salgar para comercializar. Um tempo atrás eu trabalhava com isso, comercializava sim. Catava couros dos abatedores, depois mandava beneficiar nos curtumes. Trabalhei vários anos em curtume.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Muito bem. E aí o senhor estava alugando um prédio?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor estava alugando ou o senhor estava intermediando a locação?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Não, eu estava alugando.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Com que propósito?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Para colocar o couro salgado lá dentro. Fazer uma salgadeira.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Aí o senhor alugou e quando chegou lá já tinha mercado lá dentro?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Não, eu nem cheguei a alugar ele. Eu nem cheguei a ir lá depois.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor está alugando para quê?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Para colocar peles de couro salgado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Couro de boi salgado. Couro molhado.

O SR. OSCAR ANDRADE - Para fazer *wet blue*?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Isso aí. Para depois revender para o pessoal dos curtumes para fazer *wet blue*.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - E aí a polícia lhe prendeu?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Não, eles me prenderam depois em Bom Retiro e aí eles falaram que era por causa disso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Explique mais detalhadamente. A polícia foi na sua casa? O senhor tem filhos?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Tenho dois.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Que idade tem?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - O piá tem 9 anos, o menino, e a menina tem 14 anos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - E a polícia foi na sua casa e o senhor saiu de lá preso?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - E a prisão se deu por conta de uma ordem judicial?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Ele disse que sim. Eu não cheguei a ver isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual é a cidade que o senhor foi preso?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Bom Retiro do Sul.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o motivo que o senhor foi preso?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Por isso aí, pelo prédio.

O SR. OSCAR ANDRADE - Porque alugou esse prédio?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - É.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o senhor acha que alugar prédio é algum crime? Sr. José Luiz, alugar prédio é algum crime? Nós temos o seu inquérito aqui. Nós só queremos chegar mais rápido, até porque não temos tempo a perder aqui.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Mas foi exatamente isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual foi a acusação que pesa sobre o senhor?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Sobre esse prédio aí, o que tinha nesse prédio.

O SR. OSCAR ANDRADE - Aluguel de prédio? Aí o senhor está preso porque alugou prédio?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Foi exatamente isso, porque disse que eu tinha alugado esse prédio e a carga estava lá dentro.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ah, a carga estava lá dentro? Então, o motivo da sua prisão é roubo? É isso?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Foi aí que eles falaram.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quem botou a carga lá dentro?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor estava alugando um prédio com uma carga dentro do prédio?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Não, o prédio estava vazio quando eu estava colocando ele.

O SR. OSCAR ANDRADE - E aí então você ficou?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - É, não chegamos a concluir, porque eu ia fazer o contrato...

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas estava palavrado?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Estava palavrado.

O SR. OSCAR ANDRADE - Com quem?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Com Marciano e outro irmão dele que não me recordo o nome.

O SR. OSCAR ANDRADE - Marciano é o dono do imóvel?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele te alugou? É um galpão? Quantos metros?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - É um prédio pequeno, antes era uma oficina mecânica. Não era grande.

O SR. OSCAR ANDRADE - Conta-me com detalhes isso: acertou com ele? Quando foi isso? Fevereiro, janeiro?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Não, foi o ano passado isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - O ano passado. O senhor alugou verbalmente.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Verbalmente.

O SR. OSCAR ANDRADE - E aí estava preparando a documentação?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE - Isso foi assim... Dê-me detalhes. O senhor ligou num dia, quantos dias depois? Só ligou num dia, quantos dias depois que deu problema?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Eu fui na casa deles em Estrela e aí nos conversamos, acertamos o parcelamento, e peguei os dados deles para fazer a documentação.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor ia assumir o prédio quando?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - De depois que a documentação tivesse pronta.

O SR. OSCAR ANDRADE - Data? O senhor lembra?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Não me lembro de data.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mais ou menos o mês, nada?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Não lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE - Aí foi bater a documentação.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Nem cheguei a fazer a documentação porque ele precisava de dinheiro adiantado.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você deu os dados para ele?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Ele me deu os dados dele para eu fazer a locação, porque os meus eu tinha, peguei os dele, endereço de lá.

O SR. OSCAR ANDRADE - Para o senhor bater. O senhor mesmo que ia bater o contrato de locação?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Tinha que mandar alguém do escritório fazer isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Normalmente é quem está alugando que faz isso, não é quem vai alugar.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Ele pediu para mim fazer isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - É o locador que faz e não o locatário. Ele pediu para o senhor fazer. O senhor pegou os dados dele?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE - Já iria providenciar?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Ia providenciar. Só que aí eu tinha que arrumar o dinheiro para ele para dar de entrada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso num dia. Quantos dias depois aconteceu?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Vários dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Muitos?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Olha, acredito que chegou a dar umas duas, três semanas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Duas, três semanas?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Mais ou menos isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E por que você demorou tanto a fazer o...

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Porque eu não tinha o dinheiro para dar para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas já estava com a chave, tudo, esperando só o dinheiro?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Como?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já estava com a chave?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Não, não estava com a chave ainda.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como conseguiu entrar lá dentro?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Não, eu não entrei lá dentro, só entrei uma vez lá dentro com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então o Marciano é responsável pela carga?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE - O Marciano?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Eu não sei, só fiz contato...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor não sabe?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - - Só fiz esse contato...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor não sabe? Está alugando um prédio...

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – O prédio dele. E só fiz esse contato...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não te deu a chave?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Não, não cheguei a pegar a chave, por que tinha de fazer o contrato, entregar o dinheiro para me emprestar a chave. Inclusive ele deu esse depoimento também naquela delegacia de Porto Alegre que...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Flávio?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES - Flávio da onde?

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá da sua terra, da sua região também.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – De Bom Retiro?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, de Passo Fundo.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – No dia que voltei, que eles me pegaram, me buscaram no presídio numa custódia, aquele senhor estava junto a advogada lá na frente do Deic.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o nome completo dele?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas é Flávio.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Não sei o nome completo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Fio?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Filho de quem?

O SR. OSCAR ANDRADE – Fio? Apelido. Fio. Magrão.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem o Flávio, nem o Fio.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Flávio esse foi o dia que voltei da custódia que estava lá na frente do plantão do Deic.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Itamar?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Como?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Itamar.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Nem o Flávio, nem o Itamar.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Flávio estava lá naquele dia do Deic.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu telefone é qual?

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Luciano?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Luciano. Não conheço Luciano.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Juliano aliás.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Já ouvi falar nesse nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só ouviu falar?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aonde?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Foi aqui em Porto Alegre foi falado nesse nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu telefone, por favor.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Não tenho mais telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o que você tinha?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – 05491052833.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é 3328?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Não me recordo, faz tempo que eu tinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – É 3328. 5491053328. Está certo?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Deve ser esse aí, não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós temos aproximadamente umas mil ligações suas registradas e gravadas. Você vai continuar mentindo? Vai continuar sustentando essa sua posição ridícula? Estamos sabendo tudo que está acontecendo, temos tudo gravado, conversa sua com várias pessoas. Você prefere continuar mentindo e ser indiciado em mais um crime?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Não, o que vocês me pediram, eu estou respondendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Zé Luiz, vamos combinar uma coisa aqui. Quando perguntamos para ti, sabemos a resposta, só para deixarmos combinado. Tudo que perguntamos para ti nós já temos a resposta. Aí vai dizer, então por que me pergunta? Porque queremos ver se tu dá a resposta. Queremos que tu dê, mas temos tudo na mão já.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Poderia me conseguir um copo de água, sou diabético.

O SR. OSCAR ANDRADE – Consegue água aqui?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Veja bem, Zé Luiz, sabemos tudo, sabemos a tua ligação com o Juliano, sabemos a tua ligação com o Itamar, sabemos a tua ligação com o Flávio, sabemos os assaltos que tu fazes com o Fio, sabemos que tu conheces o Sorrismar. Conhece o Solismar, não é?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabemos tudo. Sabe por quê? Porque tu ficaste pendurado no telefone dias e dias, na polícia, com autorização do juiz. Todo mundo no teu bico. Tudo que tu conversaste está gravado. Fitas, fitas, fitas. Fitas de tudo, tudo. E

já está no juiz, inclusive, lá em Passo Fundo. Não é nem nesse processo aqui do barracão; isso aí é café pequeno, porque tu colocaste a mão lá na carga da Trevisan; isso é café pequeno. Tem mais aqui: quando vocês iam fazer o assalto, quando o Fio ia fazer o ataque, quando ia pegar. E para te provar provatudo isso, tu tinhas uma casa em Erechim, não tinhas?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Morei lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Morou em Erechim. Sabia que a polícia fez uma busca lá?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que ela achou lá?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Pelo que o Inspetor Almeida falou, achou um par de calçado da Via Una e um colete.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Exatamente. O par de calçado da carga que foi roubada da Via Uno e um par de colete do quê? Explica.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Ele disse que era um colete de polícia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele disse? Era um colete de polícia. Qual era a polícia?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – De polícia civil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é, e é exatamente como vocês contam no telefonema, nas gravações, eu escutei que vocês contam como é que faziam os assaltos. Ah! o colete da polícia. Aí o sujeito desce e é como, os assaltados, quando dizem: olha, descaram lá três, quatro vestidos de polícia, nos atacaram, nos renderam, pensamos até que eram policiais, e eram bandidos. E aí vocês vendiam a carga, e sabemos onde vocês vendiam a carga, o dia. Aliás, foi presa a carga lá em Passo Fundo, sabe que foi presa um tanto da carga lá em Passo Fundo. Tudo isso, sabemos tudo. Aí você é que sabe: se quiser abrir o jogo, abre, se não quiser abrir, é pior para ti. A palavra está contigo. Se quiser fazer uma coisa mais reservada, até porque não quer dizer publicamente os nomes. Sabemos todos os nomes, não dissemos todos aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos chegar, de todo jeito vamos chegar, só vamos demorar um pouquinho mais. Se você ajudar, pode ser recompensado pela lei. Não estamos aqui falando de fantasia, de nada. Você está sem advogado?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Não, eu tenho advogado, mas não sei se eles estão aí. É a Dr^a Sirlei. Ela poderia vir aí?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ela está longe?

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Não, acho que está aqui já.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ela está aqui na assembléia?

O SR. OSCAR ANDRADE – Nauridas, chama a Dr^a Sirlei. Ela é advogada dele, ela pode entrar. Se você quiser, José Luiz, conversa com ela, informe-se sobre o Programa de Proteção à Testemunha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sou informado aqui de que a Dr^a Sirlei tinha um júri, estava patrocinando a defesa de um outro cliente dela. Em função disso ela atrasou, não pôde vir. Ela tinha informação, foi avisado que a oitiva seria às 18 horas, até foi atrasada, em função disso, para ver se ela chegava a tempo, e ela está fazendo um esforço para chegar a tempo. Então não é nem culpa nos sa nem culpa dela, é culpa da situação, vamos dizer.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – E o Dr. Rubens, o marido dela.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dr. Rubens, o marido dela. Assim que chegar tem, mas não chegou, não tem Sirlei, não tem Rubens, mas assim que chegar tem franquia. Agora, podíamos fazer o seguinte, Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão: quem sabe nós, diante desse fato insitado, até que o senhor tem direito realmente a ter um advogado, porque lhe estão sendo imputadas uma série de acusações, que suspendêssemos a oitiva dele, aguardássemos a chegada de advogado, enquanto isso ele podia refletir sobre tudo isso. E retomariamos a oitiva dele. Enquanto ela não chega, podemos passar adiante, pois temos mais uma testemunha para vir.

O SR. OSCAR ANDRADE - Por favor, Naurides, providencie a cópia de Lei do Programa de Proteção à Testemunha.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, se acatar nossa sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Está acatada a sugestão. Agradeço a V.Ex^a

O SR. OSCAR ANDRADE - José Luiz, faço um apelo no sentido de que você reflita, que você pense em tudo o que já aconteceu.

O SR. JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Sim, senhor. Eu poderia conversar com o Inspetor Almeida?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Sr. Adelir, o senhor foi convocado para prestar informações e depoimento perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, instalada para apurar o roubo de cargas e receptação do produto roubado em todo o Brasil. O senhor está falando com um Senador e diversos Deputados Federais cuja missão é apurar

essa questão do roubo de cargas no Brasil, que tem aumentado assustadoramente.

Vou-lhe fazer algumas perguntas de praxe e pediria que o senhor respondesse: Qual é o seu nome completo?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Adelir Antônio Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Sabe a sua identidade?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor a tem consigo?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Qual sua idade?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - 23 anos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor tem CPF?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Sabe o número de cabeça?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Tem ele consigo?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Seu estado civil?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Sou ajuntado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Aonde o senhor mora?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Novo Hamburgo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O endereço?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Bairro Santo Afonso, Rua Boa Vista, nº 125.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Lá é onde mora sua mulher. O senhor tem filhos?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é a sua profissão?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Tranceiro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Tranceiro de que?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - De curta-me.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - De curta me. O senhor está disposto a dizer a verdade, só a verdade, aqui, hoje?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Então, o senhor fica adverte do de que, nos termos do que dispõe o art. 203 do Código de Processo Penal, se o senhor mentir poderá responder a um processo que agravará a sua situação. O senhor concorda?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Vou responder somente o que eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Lógico. Mas em sendo a verdade?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Está bem. Então o senhor assina o Termo de Compromisso. (Pausa.)

Sr. Adelir, primeiro gostaria que o senhor informasse à Comissão... O senhor está preso, não está?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Onde?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Estou no presídio central.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Aqui, em Porto Alegre?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Qual o motivo da sua prisão?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - A minha prisão foi que me pegaram junto com uns pacotes de veneno que estavam no carro.

O SR. OSCAR ANDRADE - Veneno?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - No seu carro?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Não. Não era o meu carro; estava de carona.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O Sr. estava de carona, com quem?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - O nome dele eu não sei; só conheço ele por Alemão.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - E o produto era objeto de roubo de cargas?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Não, sei. Isso aí eu não sei te informar.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - E como é que o senhor foi preso então?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Eu fui preso porque eu estava junto e eles estavam só me acu-

sando de outro roubo, mas não estou sabendo nada disso aí.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Esse veneno, onde foi que o senhor pegou o veneno?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - O veneno estava no carro dele; eu só fui convidado para ir junto lá pra Soledade.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor já está condenado na Justiça, ou está apenas com prisão temporária, respondendo ao processo?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Estou preso, respondendo o processo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor já foi preso alguma outra vez?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Fui preso há uns sete meses atrás como suspeito de roubo de cargas, mas não teve nenhuma prova quanto a isso e eu fui embora.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - E agora outra vez? Nessa última vez, o senhor foi preso aqui ou em Novo Hamburgo?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Lá perto de Soledade.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O que o senhor pode me dizer dessa questão de roubo de cargas?

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor foi preso em quais circunstâncias? Estava num carro, de carona. Carona com quem?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Com esse Alemão, que conheço só por Alemão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Só por Alemão.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Ele mora onde?

O SR. OSCAR ANDRADE - Tinha o que dentro do carro?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Tinha veneno.

O SR. OSCAR ANDRADE - Muito veneno?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Não, tinha três pacotes, parece.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Veneno do quê?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - É veneno de planta.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você conhece a loja de calçados Tabita?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Nunca viu?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Disse que nunca viu.

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Nem conheço lá, essa região.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual região?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Essa da Tabita Calçados.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas eu não perguntei nada sobre região. Que região que é?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Aonde está essa Tabita.

O SR. OSCAR ANDRADE - Aonde?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Está no processo que é de Igrejinha.

O SR. OSCAR ANDRADE - Igrejinha. Você não conhece? Você nunca foi lá?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você tinha revólver?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - O que você fez com o revólver?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Eu não tinha revólver.

O SR. OSCAR ANDRADE - De quem era o revólver?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Qual?

O SR. OSCAR ANDRADE - O que você estava usando.

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Eu não tinha nenhum revólver.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não? Você tinha outro inquérito ou está respondendo só a este? Já teve algum outro?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Esse um há alguma tempo atrás, em que eles me prenderem por suspeita de roubo. Eu fui buscar um cara que ligou para mim, fui dar uma corrida para ele. Eu fui buscar ele e ele estava armado e a polícia nos pegou e ele estava armado.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você foi buscar de carro?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Fui.

O SR. OSCAR ANDRADE - O carro era seu?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Não. Era de uma mulher lá perto de casa.

O SR. OSCAR ANDRADE - Aonde você foi buscar ele?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Eu fui buscá-lo em Estância Velha.

O SR. OSCAR ANDRADE - Na volta você foi preso. Em um dos casos, você foi preso porque deu carona e, no outro caso, você foi preso porque você era o carona. Que azar, hein? Você não vai mais pegar carona e nem vai dar carona, vai?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE - E, pelo jeito, nem vai dar carona.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Sr. Adelir, a sua situação aqui, nós já sabemos tudo, está tudo aqui escrito. O senhor foi reconhecido. O senhor está, usando uma expressão chula, enrolado até a ponta do cabelo. O senhor não quer colaborar conosco, co-la-bo-rar com a CPI? Se o senhor quiser falar isoladamente, nós suspenderemos a sessão e o senhor conversará só com os Deputados e com o Senador, sem mais ninguém. O senhor não pode permitir que a corda vá romper do lado mais fraco, vai estourar nas suas costas, enquanto que o grandão fica fora de tudo isto. Hoje tem uma lei que protege a testemunha. O senhor pode ser beneficiado. A lei o protege, protege a sua família e tira o senhor daqui e muda a sua identidade, leva o senhor para outro lugar. De modo que, colabore.

O SR. ADEMIR JOSÉ ABARELLO - Mas eu não sei de mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Então o senhor não sabe de nada porque não disse nada, disse mal o seu nome e o endereço. Então o senhor está preso porque não devia estar, porque não sabe quem era o motorista, não sabe o que tinha dentro. Não sabe nada. Não quer colaborar?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Não sei de mais nada, né? Se eu pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor tem filhos? Já respondeu.

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Que idade têm seus filhos?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Uma tem quatro anos. Tenho só uma. Minha mulher está grávida de novo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Já pensou o exemplo que o senhor está dando para os seus filhos?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO - Hem!

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O exemplo que você está dando para os seus filhos. Por que você não se redime disso tudo, ajuda e muda de vida?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Quando a gente tenta mudar que...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Diga. Pode falar.

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Que nem quando estava trabalhando e tudo, numa empresa...

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí, ficou difícil de mudar?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Não. É que eu estava trabalhando tudo certinho, né!, mas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava trabalhando onde?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Tenho a minha carteira assinada, tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde você estava trabalhando?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Estava trabalhando com padaria e confeitaria.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – E aí, nesse dia que eu trabalhava horas a mais de ganhar uma folga na semana. Daí que eu peguei, o cara me convidou para subir prá lá, eu peguei fui junto e fui peso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você nem sabe quem é o cara?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Esse um que fui preso?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – É.

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quem é?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – É o tal de Alemão.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você ia com ele para onde?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Para Soledade.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E o que é? Por que você foi para Soledade? Foi passear?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Não. Fui junto com ele.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Foi ver algum negócio? Foi passear?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Só me convidou.... É fui junto com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – É seu amigo, não é?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Eu conheço ele do bar lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi fazer o quê? Passear?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Sim. É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele ia fazer o que em Soledade?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Isso daí eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – É perto?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Ele ia na casa, parece, de um parente dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você foi dar uma volta.

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, V. Exª fez as advertências necessárias. E eu tenho a dizer que em função de todo o estudo que temos, de informações a seu respeito, eu vou ser obrigado a indiciá-lo também. Estávamos propondo, na verdade, atenuar a sua culpa, seus erros, sua possível pena. Acho que você não quer, não é?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deputado, alguma pergunta a mais?

O SR. OSCAR ANDRADE – Para mim está bom.

O SR. ROBSON TUMA – Ade lir, você sabe que a colocação que o Deputado Oscar Andrade fez agora, do seu indiciamento pela Comissão Parlamentar Mista do Roubo de Carga agrava bastante a sua situação. Você tem consciência disto?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Como assim?

O SR. ROBSON TUMA – Agrava a sua situação. Você vai ser indiciado pela Comissão e isso vai deixá-lo em situação bem complicada. Você entende isso? Então nós estamos apelando, pela última vez, para que você... Nós fazemos todas as pessoas do recinto saírem, para que você não fi que com medo de nada, para que você se sinta a vontade e consiga falar para os Deputados tudo que você sabe.

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Mas isso daí eu não sei de mais nada.

O SR. ROBSON TUMA – Você vai continuar assim?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – O que eu vou falar, senhor, se eu não sei de...?

O SR. ROBSON TUMA – Nós sabemos que você sabe. Mas se você vai continuar usando o artifício da sua defesa de dizer que não sabe, tudo bem, nós vamos indiciá-lo no inquérito da CPI e comprovar o seu envolvimento. Você não quer ajuizar, tudo bem.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Adelir, tudo que for dito aqui perante os quatro Deputados e o Senador não poderá ser divulgado, de conformidade com o nosso acordo. Não vai ser divulgado nada. É só para conhecimento da CPI. Se você tiver ainda interesse em colaborar, pedimos, como foi oferecido, para fazer uma reunião secreta. Ninguém vai tomar conhecimento, só você e nós aqui. Não vai ser divulgada em momento algum, nem para a imprensa, para ninguém. Isso é só para efeito interno da CPI, para que nós possamos, na hora em que fizermos o relatório, fazer constar algumas informações. Não vamos mencionar seu nome no relatório. Eu quero que você pense nisso aí. E também, na hora em que você colabora, a CPI dá respaldo para que seu advogado use essa sua colaboração à CPI para diminuir a sua pena perante a Justiça. Gostaria que você pensasse se sua resposta é definitiva.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Tem mais alguma coisa a dizer?

O SR. ADELIR ANTÔNIO RIBEIRO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Bom, nós vamos encerrar o seu depoimento. Agradeço a sua presença, e eu quero dizer aos policiais que o estão acompanhando que ele pode se retirar.

Vou suspender por três minutos os trabalhos para fazer uma reunião com os deputados a fim de decidir se continuamos ou não com o depoimento anterior.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Reabrimos os trabalhos, convido os Srs. Deputados a tomarem seus lugares.

Deputado Pompeo, por favor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, quero formular esse requerimento nos termos regimentais para que seja oficiado ao Sr. Superintendente Regional do Departamento Federal da Polícia Federal do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando realizar investigações, visando apurar os autores do roubo de um contêiner com 18 mil quilos de couro, ocorrido no porto de Rio Grande, neste Estado, que continha carregamento destinado a Hong Kong, tendo em vista a importância da elucidação do referido fato para esclarecimento de ilícitos investigados por esta Comissão e também pela possibilidade de esse roubo ser fruto do envolvimento de uma quadrilha internacional do roubo de carga.

Daí, Presidente, a importância de colocarmos a Polícia Federal neste caso. É bom dizer que a Polícia Civil vem fazendo um grande esforço. Quero deixar

registrado isso. Sei, sou testemunha, mas é gente muito especializada e não é demais somar esforços. Eu diria que talvez seja esta a primeira ação que a Polícia Federal vai desenvolver em torno do roubo de carga, mas é premente, necessária e sei que haverá interação, contribuição e colaboração daquela entidade, uma vez que a causa maior consiste em elucidar o crime, prender os bandidos, se possível, e recuperar a carga roubada, até para dar exemplo. Não é possível que tenhamos um contêiner que sai de dentro do porto a olho nu e ninguém vê.

É esta a razão desse requerimento, Sr. Presidente, e apelo para que em regime de urgência seja encaminhado à Polícia Federal. Que seja um pedido especial da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

À Secretaria, para que sejam tomadas as devidas providências com a urgência requerida.

O SR. ROBSON TUMA – Há um requerimento de convocação do Flávio, com data a ser marcada pela Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Deputado Robson Tuma para formular o requerimento.

O SR. ROBSON TUMA – Requeiro, nos termos regimentais, para ser ouvido em dia e hora e local a serem marcados pela Secretaria da Comissão, o Sr. Flávio Chedder.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em votação o requerimento do Deputado Romeu Tuma.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

À Secretaria para as providências de praxe.

Reabertos os trabalhos, concedo a palavra ao Deputado Pompeu de Mattos.

O SR. POMPEU DE MATTOS – Sr. Presidente, até para ficar registrado neste reunião, tendo em vista o trabalho que a CPI desempenhou no Rio Grande do Sul, nesta vinda aqui, que contou com o apoio da Assembléia Legislativa, vice-presidida pelo Deputado Francisco Ápio, mas fundamentalmente com o apoio que recebemos dos funcionários da Assembléia Legislativa, da equipe técnica da Assembléia, da equipe técnica da CPI, que já temos destacado o apoio que sempre temos recebido da Polícia Federal. Aliás a Polícia Federal, a Superintendência do Rio Grande do Sul,

tem emprestado seguidamente agentes para que a CPI bem desempenhe as suas atividades em todo o País.

Então quero me orgulhar um pouco da Polícia Federal, da nossa Superintendência no Rio Grande do Sul, que fez escola. Vou ser um pouco bairrista aqui, puxar um pouco a brasa para o nosso passado, embora a Polícia Federal, sabemos, seja do Brasil inteiro, tem sido assim o braço direito da CPI. Mas quero fazer e acho que faço quase com ineditismo, não tenho lembrança, quem sabe o Deputado Robson Tuma pode me ajudar, não sei se fizemos ou se pudemos fazer em outro estado, quem sabe até deixamos de fazer, poderíamos ter feito e não fizemos, mas não me lembro de ter feito, um agradecimento como pretendo fazer à Polícia Civil no meu Estado.

Quero dizer que nos orgulhou e quero falar com todas as palavras que brigamos bastante com a Polícia Civil deste País. Não quero dizer aqui que não há problema na Polícia Civil, como não poderia dizer que não há problema na Câmara Federal. Longe de dizer que não há no Senado, ainda mais depois do que o Simon está dizendo lá do ACM na televisão agora. Estão se pegando os dois. Longe de dizer de qualquer profissão que não tem problema, mas quero aqui agradecer o apoio logístico da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, que roa a gradecer à chefia de polícia, ao Deic, à delegacia de roubo de cargas, através do Dr. Marcelo, a cada um dos inspetores, dos investigadores do roubo de cargas como do roubo de veículos. E também, à Delegacia de Novo Hamburgo, que nos deu uma grande contribuição, ao Delegado Miran, a sua equipe, a equipe do Delec, de Novo Hamburgo, que nos ajudaram muito. E o sucesso da CPI, principalmente considerando que o tema da CPI é roubo de carga, o que está diretamente ligado à investigação da Polícia Civil.

Essa não é uma prerrogativa, por enquanto, da Polícia Federal. Desejo que, um dia, venha a ser, principalmente quando se tratar de roubo de carga interestadual ou quando for um caso...

O SR. ROBSON TUMA – Deixei-me abrir um parêntese. Em primeiro lugar, registro que, em alguns lugares, a Polícia Civil realmente ajudou bastante, e agradecemos todo o suporte.

Em segundo lugar, quando V. Ex^a estiver lutando para passar a tarefa de investigação do roubo de cargas para a Polícia Federal – e conseguimos esse feito –, não se esqueça de que também teremos de contratar mais quinze mil homens, aproximadamente, para integrá-la. Do contrário, mataremos os nossos

companheiros da Polícia Federal, que já quase morrem para exercer as suas obrigações.

O SR. DOMICIANO CABRAL – E também melhorar o salário.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se for dada tal missão, é evidente que se deve oferecer também a estrutura necessária para desempenhá-la. Aliás, essa foi a nossa grande briga na CPI do Narcotráfico. A nossa luta se trava exatamente para que a Polícia Federal, ao receber essa missão, receba também condições para exercê-la.

Sr. Presidente, concluirei as minhas considerações.

Convocamos o Secretário José Paulo Bisol, que, no momento oportuno, será convidado a comparecer a uma reunião em Brasília, em hora a ser marcada com a sua assessoria e com a assessoria desta CPI.

Além disso, ressalto que falta muita estrutura para a Polícia Federal e mais ainda para a Polícia Civil.

Quanto à questão do roubo de carga, sem um computador adequado para se fazer a tradução das escutas telefônicas, a Polícia Estadual não pode investigar os casos existentes. Sem os equipamentos e os meios adequados, é impossível se realizar uma boa investigação. Cobraremos isso do Secretário.

E quanto à questão do roubo de veículos, não faz sentido a polícia realizar uma inspeção veicular – há um centro que faz a fiscalização do trânsito, a inspeção veicular, o CHC –, dizer que está tudo “ok”, emitir um documento e, lá na frente, perceber que o carro é roubado. O que ocorrerá? O terceiro, de boa-fé, aquele que comprou o carro com base num documento oferecido pela autoridade, cobrará do Estado uma ação de regresso com toda a legitimidade.

Assim sendo, cobrarei do Secretário de Segurança esse preparo não só de alguns policiais que ainda fazem isso, apesar de não terem especialidade nessa função – são poucos, é verdade, especialmente no interior do Estado –, mas daqueles que, de forma terceirizada, deveriam ser especialistas na matéria e, no entanto, estão fazendo a inspeção veicular e deixando furos. E o Estado pagará o mico por conta disso.

Essa é a nossa manifestação.

Sr. Presidente, solicito ao Dr. Márcio Zaquelo que nos forneça a relação do pessoal da Polícia Civil que prestou apoio e deu assessoria à CPI – chegando alguns até a depor –, para que possamos fazer a to-

dos esse agradecimento por meio de um documento que a CPI formulará.

Solicito também ao Delegado da Polícia Federal que faça o mesmo em relação àqueles que deram a estrutura e a segurança de que precisávamos – e que tivemos, de sobra –, aqui no Estado do Rio Grande do Sul, para bem desempenharmos a nossa tarefa, a fim de reconhecermos não só de público, mas na ficha de trabalho dos funcionários os bons serviços prestados em favor de uma causa que não é da CPI nem do Congresso Nacional; é uma causa do Brasil e da cidadania. Agradecemos, ainda, à segurança da Casa que também nos ajudou muito.

Muito obrigado.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra ao Deputado Domiciano Cabral.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Sr. Presidente, também sou solidário aos Colegas que me antecediram.

Queria dizer ao Deputado Pompeo de Mattos que os policiais também gostariam de nos ouvir falar em aumento. Falou-se apenas em aumento de trabalho. Nós, Congressistas, Representantes do povo em Brasília, deveríamos assumir esse compromisso, diante do trabalho e da importância das Polícias Civil e Federal, solicitando ao Governo Federal que olhe para os policiais, já que ganham muito pouco pelo muito que fazem.

As Polícias Civil e Federal podem contar com o meu voto e com o meu pronunciamento no Congresso Nacional. Realmente lutei para melhorar as condições de vida dos policiais, a fim de que, a cada dia, possam dar uma contribuição ainda maior – mais do que já têm feito –, porque o Brasil precisa muito de todos.

Muito obrigado a todos. Para mim foi uma satisfação estar aqui, neste trabalho. Gostaria de, em outra oportunidade vir aqui sem trabalho para desfrutar um pouco da cidade da qual gostei demais. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, quero apenas agradecer a atenção que tivemos por parte de todas as pessoas já citadas. Quanto ao Deputado Ápio, não preciso nem dizer. Acho que todos foram testemunhas da maneira respeitosa, calorosa, correta e, mais do que isso, corajosa com que ajudou a CPI e tem ajudado o Estado em relação ao crime. Acabei

de descobrir que isso não é de hoje, vem de muitos anos, quando era ainda o cutor de rádio. Queria deixar esse agradecimento à Assembléia Legislativa, por intermédio de V. Ex^a, Sr. Deputado, à Polícia Federal, que está sempre conosco, aos policiais estaduais, militares, um contato que tenho praticamente desde quando nasci. Estamos sempre juntos, eles estão sempre colaborando. Parece até repetitivo, porque sempre agradecemos a Polícia Federal. Na próxima vez, não precisaremos falar, porque vocês têm sido 100% conosco em todos os lugares, desde a época da CPI do Narcotráfico e de outras tantas CPIs de que fizemos parte.

Tenho lutado contra muitos crimes no Brasil. Depois que o Deputado Pompeo entrou na Câmara Federal, começou junto conosco essa luta, assim como o Deputado Oscar Andrade, agora na CPI do Roubo de Cargas, Deputado Cabral, nosso Senador.

Para mim, estar no Sul é algo muito especial, por uma situação muito pessoal. Estar no Sul, para mim, é uma alegria especial. Estar no Sul, lutando contra o roubo de cargas, para mim, é uma coisa muito mais especial, porque esse motivo pessoal envolve um camioneiro. É por isso que vim aqui, lutei para ajudar o Estado, saio triste pela maneira como se comportou e vem se comportando o Secretário de Segurança Pública, meu ex-colega, estivemos juntos, inclusive, em várias ações, em CPIs antigas, mas vim antes, vim agora e virei sempre para o Sul, principalmente agora que encontrei um companheiro dentro do Estado, além do Deputado Pompeo, para continuar ajudando a acabar com este crime neste Estado, principalmente porque o Sul não pode mais ser, e acho que nem esta do pode ganhar esse lugar. Temos que acabar. O Estado com o maior número de assassinatos de motoristas do País. Isso é vergonhoso. Por ser Deputado, lutando contra o crime, por ter tido a história da minha família e por ter esse motivo pessoal vocês ainda vão me ver bastante aqui. Peço que cada vez mais nos ajudem, porque juntos vamos conseguir acabar com isso; sozinhos, jamais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Relator, Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês vão ter que agüentar mais alguns minutos de agradecimentos.

Quero dizer da minha alegria de estar em Porto Alegre, não só pela cidade, mas principalmente pela maneira como vai a nossa CPI. Eu, que há um ano e pouco, sonhei em poder contribuir com o transporte do Brasil e com toda a sociedade brasileira, que saí por aqueles corredores do Congresso conseguindo

do mais de 300 assinaturas entre Deputados e Senadores. Estamos completando a nossa 29ª audiência, sete, fora a de Brasília e estamos, cada vez mais, fortalecidos, animados, muito especialmente com a maneira pela qual somos recebidos e com a visão que a sociedade tem sobre a seriedade do nosso trabalho.

Um abraço a todos vocês que aqui nos estiveram ajudando; aos funcionários da Assembléia Legislativa que ficaram por muito tempo auxiliando-nos; à Polícia Civil e à Polícia Federal, que nos auxiliaram muito e incansavelmente, à imprensa, que também, de forma muito cordial, se manteve presente o tempo inteiro; ao Setcegs - Sindicato das Empresas de Transporte de Carga no Estado do Rio Grande do Sul -, nossos amigos transportadores; e, muito especialmente, ao nosso querido amigo que já nos conquistou na sua pessoa, o Deputado Francisco Appio. Muito obrigado a todos! Um grande abraço!

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Bem, senhores. Regimentalmente, cabe ao Presidente encerrar a reunião.

Na verdade, o Presidente desta Comissão é o Senador Romeu Tuma, que, por ser Corregedor-Geral do Senado e por motivos óbvios do conhecimento de todo o País, não pôde estar aqui, pois sua presença foi exigida em Brasília para acompanhar estes recentes acontecimentos. Por deferência dos Deputados aqui presentes, talvez por ser o mais velho, deram-me a honra de presidir este último dia dos trabalhos aqui, em Porto Alegre.

Estar em Porto Alegre é sempre uma alegria para nós. Registro aqui o apreço do Senado ao Deputado Francisco Appio, vice-Presidente desta Casa, que nos recebeu de braços abertos. Agradeço, em nome da Comissão, à imprensa, que nos acompanhou o tempo todo; e, especialmente, à Polícia Civil, na pessoa do Delegado Márcio Zaquelo, a quem solicito transmitir nossos agradecimentos a todos os que nos auxiliaram durante este tempo todo; e à Polícia Federal, mediante o Agente Cláudio, que nos esteve acompanhando também o tempo todo, a quem pedimos transmitir a nossa gratidão ao Dr. Elton Roberto Mansquer.

Esperamos voltar outras vezes aqui, mas não seja para apurar roubo de cargas. Quem sabe voltamos novamente aqui para comer um churrasco com mais calma!

Antes de encerrar a reunião, o Deputado-Relator, Oscar Andrade, tem ainda um requerimento a fazer. Com a palavra o Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Requeiro, Sr. Presidente, que seja oficiada a Polícia Federal no sentido de dar apoio e proteção ao Testemunho xis, aquele que depôs aqui encapuzado, em face do auxílio que prestou à CPI, até que o Ministério da Justiça, também mediante ofício desta CPI, possa tomar as providências para enquadrá-lo no programa de proteção à testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Agradecendo a todos mais uma vez e encerro os trabalhos da CPI do Roubo de Cargas em Porto Alegre.

(Levanta-se a reunião às 20h05min.)

Ata da 10ª Reunião realizada em 27-4-2001.

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e um às nove horas, no Plenário da Câmara dos Vereadores da Cidade de Joinville no Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senador Moreira Mendes, e as presenças dos Deputados Oscar Andrade, Domiciano Cabral, Pompeo de Mattos e Robson Tuma, membros da Comissão. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Abertos os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvirem os depoimentos das seguintes pessoas: Adriano José Darós, Antônio Bruner, Sanderlei Henrique Ouriques, Altair da Silva Dias, Daniel da Silva, André Luiz Faé, Glaucir Inácio Grave e Geovani Silveira. Os depoentes foram questionados pelos Senhores Parlamentares presentes. Sendo necessária a acareação entre alguns depoentes. Registram-se as presenças do Vereador João Luiz Sdrigotti, Presidente da Câmara de Joinville, do Dr. Dirceu Silveira, da Secretária de Segurança Pública, do Coronel PM, Roque Heedt e o Delegado de Polícia Renato José Hemdges. Como os depoentes eram presos de justiça foi nomeado para funcionar como advogado dativo dos mesmos o Dr. Luis Hernesto Raimundi. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Bar-

ros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião do ano de 2001 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, de 2000, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevadíssimo crescimento do roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como proceder investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir depoimentos conforme pauta própria. Antes de iniciar, de ouvirmos o depoimento do primeiro notificado para tal, eu quero, em nome da Comissão Mista, agradecer à Câmara de Vereadores de Joinville, e o faço na pessoa do Vereador João Luiz Sdrigotti, Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, que eu gostaria de convidar para sentar conosco aqui, à frente. Aliás, a Casa é sua, Presidente. Registrar também a presença do Dr. Dirceu Silveira, que representa o Sr. Secretário de Segurança Pública, Dr. Antenor Ribeiro, que poderia também nos honrar, se assim o desejar, sentando aqui à frente. Registro também a presença do Coronel PM Roque Herdt e, em nome dele, eu quero prestar as nossas homenagens à Política Militar. Também quero agradecer à Polícia Civil do Estado, em fim a todas as autoridades que estão colaborando para o sucesso dos trabalhos desta Comissão Mista de Inquérito, que hoje promove os seus trabalhos nesta magnífica cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina.

Dando prosseguimento aos nossos trabalhos, solicito ao Sr. Secretário que faça adentrar ao recinto o primeiro depoente, Sr. Adriano José Darós.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Pois não, com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, enquanto chego o depoente e faz-se necessário fazer a sua qualificação, quero, rapidamente, saudar V. Ex.^a, saudar os nossos dois colegas, Deputado Robson Tuma, e saudar de uma forma especial o nosso Relator, que vem fazendo um bom trabalho, ele, aliás, que é também o autor da proposta da criação da CPMI, que agora se consubstancia nessas reuniões

que estamos fazendo por todo o País e as respostas que estão se dando no roubo de cargas. Nós, que atuamos na CPI do Narcotráfico, que, de certa forma também, acabou descobrindo que o tráfico de drogas estava ligado ao roubo de cargas, temos alguma experiência nessa atividade.

Então, quero cumprimentar também a comunidade de Joinville e dizer que a vinda da CPMI aqui é exatamente em função de um trabalho extremamente importante e que apontou a existência de quadrilhas organizadas do roubo de cargas na região. Nós já estivemos em seis Estados – São Paulo, Maranhão, Piauí – e já estivemos em Porto Alegre... Já estivemos onde mais?

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Campinas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em Campinas, em São Paulo, na Paraíba.

O SR. ROBSON TUMA – Enfim, são tantos, Deputado Pompeo de Mattos, que nós...

O SR. POMPEO DE MATTOS – É importante só dizer, Sr. Presidente, que o crime do roubo de cargas hoje responde o ano passado por R\$600 milhões de prejuízo para o País, o que é uma soma fantástica. Ele cresceu tanto, cresceu tanto, Sr. Presidente, e só vou concluir rapidamente, em função de que, até há pouco tempo se roubava banco, aí o banco começou a sofisticar, a "botar" lá câmara, "botar" porta rotatória, "botar" pouco dinheiro no caixa, começaram a assaltar então carro-forte. Aí o carro-forte tem pouco dinheiro, passaram a assaltar as empresas do carro-forte, ou seja, foram migrando, foram saindo fora. Deixou de se fazer sequestro, não se faz mais sequestro neste País. Por quê? Por que não rendem tanto, por que tem de se acionar a vítima por conta do pagamento que a família tem que fazer. Mas o ladrão não mudou de profissão, ele migrou para o outro lado, e o que fez? Passou a roubar cargas, porque é fácil, é como tirar doce de criança, pega o motorista sem absolutamente nenhuma segurança, e o que é pior, passou a ter agora receptadores. Antes a carga não tinha onde ser colocada. Hoje sobra... **(falha na gravação)**

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Antes de ouvir a primeira testemunha, registro com muita alegria a presença da Deputada Estadual, Ideli Salvati, que preside uma CPI no âmbito do Estado de Santa Catarina, a da sonegação fiscal, e podemos muito bem interagir nas informações.

Certamente muita coisa que já apurou e vai apurar essa CPI pode colaborar com aquela que V. Ex.^a preside e vice-versa. Portanto, é com muita honra que registramos a sua presença, que nos prestigia, e a

convidamos para, se quiser fazer parte da mesa, a Casa também é sua.

O SR. ROBSON TUMA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA – Ontem, em um depoimento da Sr^a Nara, irmã daquele motorista desaparecido, aprovamos um requerimento para que fosse ouvido um dos suspeitos que se encontrariam no Estado.

Sei que é difícil, porém pedi à Assessoria e para a polícia tentar localizá-lo para que, eventualmente, encontrando-o, pudéssemos ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Fica deferido o pedido de V. Ex.^a e a Secretaria incumbida de juntamente com a Assessoria de providenciar o pedido.

Sr. Adriano, vou-lhe fazer algumas perguntas e o senhor vai responder para efeito de registro, mas antes quero dizer que o senhor foi convidado para depor diante desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional. Estão presentes Senadores e Deputados Federais com a finalidade de apurar o elevado roubo de cargas e receptação de cargas roubadas em todo o país.

Qual é o seu nome?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Adriano José Darós.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é o número da sua identidade? Não lembra de cabeça ou não tem consigo?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é a sua idade?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Vin te e nove anos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Seu CPF? Não tem ou não lembra?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não tenho de cabeça. Estou sem documentos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O seu estado civil?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Solteiro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Onde o senhor reside?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Rua 15 de novembro, nº 1245.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Cidade?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é a sua profissão?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Autônomo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você é parente de algumas das pessoas envolvidas na questão de roubo de cargas?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor está convidado e se compromete a dizer a verdade sobre tudo o que lhe for perguntado?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor fica advertido, sob as penas da lei que, mentir diante da comissão, pode lhe causar mais problemas.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Peça que assine esse documento que é o seu compromisso de somente dizer a verdade. (Pausa.)

Qual a sua condição? O senhor está preso?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Então, nos termos do que dispõe a Constituição brasileira, quero lhe advertir que o que o senhor disser aqui pode ser usado como prova contra a sua pessoa.

O senhor está acompanhado de advogado?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Adriano, vou começar lhe fazendo algumas perguntas de praxe e, em seguida, vou passar ao Relator.

O senhor se declara como autônomo.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Autônomo no quê? Qual é a sua atividade?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Comprando e vendendo carros.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual o motivo da sua detenção? Por que o senhor está preso?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Porque, há mais ou menos um ano, comecei a trocar cheques de uma minifactory onde trocava para uma empresa que está sendo acusada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Acusado de quê?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – De desvio de cargas.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é o nome dessa empresa?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Astema.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Astema. E o senhor já respondeu ao processo crime e foi condenado?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas está respondendo ao processo?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E qual foi o seu envolvimento nessa história?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Trocando uns cheques eu trocava para pessoas que estão sendo acusadas.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Apenas isso?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E como era o funcionamento dessa quadrilha que roubava cargas?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não sei lhe informar.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Relator, Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é sócio de alguma empresa?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca foi?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – De nenhuma?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – De nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está preso por quê?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Por acusação de desvio de carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor não assumiu isso?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não confessa?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E as mercadorias que foram presas na loja da sua esposa, Julita Michels?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – São cheques que já estão comprovados com carimbo...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mercadorias.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – São cheques que troquei para essa empresa, comprovados, e a pessoa não me pagou, e retornou essas mercadorias como garantia.

O SR. OSCAR ANDRADE – E as peças de cama e mesa que foram encontradas na Rua Caxias do Sul, em Piçarras?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – São as garantias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Garantias de quê?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – De cheques que voltaram sem fundos, que tenho como comprovar.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você pegava como garantia?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim. Não, eles me mandaram...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas cheque de quem? De quem é o cheque?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Cheques que troquei da pessoa que tem essa empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual empresa?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – A Estema.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você trabalha com a **factoring**?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você tem uma **factoring**?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sua?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não registrada, não é? Não registrada, troco cheques pequenos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E recebe juros?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – De 3% a 4%.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – De 3% a 4%, e não tem uma empresa registrada?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, são poucas coisas. Tanto que a mercadoria que foi presa comigo era de cheques de R\$4 mil ou R\$5 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é agiota?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como não é? Você não tem empresa registrada...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Recebe os cheques, acabou de dizer aqui que troca cheques...

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – O valor dos juros é baixo. Não me considero um agiota.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas é uma atividade que só pode ser exercida com autorização do Banco Central. Como o senhor cobra juros desse valor?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – (inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Isso não é resposta. Qual é a resposta que o senhor dá?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Troquei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Adriano, deixa eu salientar algumas coisas para você.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe o que é uma CPMI?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – É uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por Senadores e Deputados do Brasil. Não estamos aqui para brincar. Eu gostaria que você entendesse dessa forma, porque, apesar de estar preso, você pode ter agravado muito mais ainda a sua pena. Você não precisa contribuir, se não quiser. Ou pode contribuir, baseado inclusive na possibilidade de inclusão, se você quiser, no Programa de Proteção à Testemunha, do Governo Federal.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se você quiser continuar nessa linha aí, não sei o que você vai ganhar com isso. Você vai ganhar, na verdade, um indiciamento também pela CPMI, e tem uma gravidade muito grande para você. Você é novo, acho que você pode começar a trabalhar numa outra linha aqui conosco. Saiba de tudo o que está acontecendo, temos fitas gravadas, tem o reconhecimento seu.

Então, faça-lhe essa advertência e até um pedido, para que você tente colaborar da melhor maneira que você puder. Não queremos que você se incrimine mais.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Mas já colaborei com a Justiça.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não adianta você vir com esta conversa de que seu negócio era trocar de cheque.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Mas com a Justiça, com a juíza que está no caso, colaborei. O que eu disse está lá, tudo, em depoimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei, sei. Isso está lá. Aqui você tem que dizer de novo. Entendeu? Você é obrigado a dizer de novo aqui, sob pena de você...

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sou obrigado a dizer?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, você pode até se calar, mas sob pena de você estar agravando a sua posição.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, não tenho meu advogado, a juíza não está presente, a do meu caso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso é uma audiência pública. Se você olhar para trás, vai ver aqui.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Mas já lhe informei: o que eu disse já está tudo em processo.

O SR. ROBSON TUMA – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Relator, um instante só. Deputado, com a palavra.

O SR. ROBSON TUMA – Vejo que o Sr. Adriano coloca como empecilho para falar à CPMI a falta de um advogado. Portanto, peço a V. Ex^a que nomeie então um advogado dativo, para que ele não tenha essa desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Solicito às pessoas que estão nos auxiliando aqui, da Câmara de Vereadores, para ver se há algum advogado presente que se disponha...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Advogado dativo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – ...a atuar como advogado dativo, apenas para dar maior clareza e legalidade ao depoimento.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor é advogado? O senhor aceita ser nomeado advogado dativo para assistir.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Então, por favor, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem sua carteira da OAB? Isso doutor. Obrigado.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, se o preso tiver interesse em conversar com o advogado por alguns minutos, seria possível?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Presente o Dr. Luís Ernesto Raimundi, que gentilmente aceitou nosso convite para funcionar como advogado dativo, considere-se como tal. Suspenderei a reunião por três ou quatro minutos para que o depoente possa conversar com o senhor por alguns instantes e receber as orientações que julgar necessárias. Obrigado.

Estão suspensos os trabalhos por cinco minutos. (Pausa.)

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Podemos recomendar, Sr. Adriano?

Concedo a palavra ao Deputado Relator, Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Adriano, você conversou com seu advogado?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – É possível continuarmos?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Conversamos e expliquei que já depus em juízo, já tenho meus processos lá e, tirando xerox, vocês saberão o que falei ou não, do que estou sendo acusado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não pode repetir o que falou lá? Não há nenhum problema de incriminá-lo a mais do que você falou.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Pedindo o processo, vocês verão o que eu disse.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não podemos ter xerox, precisamos ouvi-lo. Faremos acareações também.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Dependendo das perguntas, se for possível, eu respondo. Caso contrário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lógico, você também tem o direito de não responder. Não há problema nenhum.

O SR. ROBSON TUMA – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Relator. Ele não pode deixar de responder, pode dizer que se incrimina com a resposta e, portanto, ele se poupa de dizê-la. Mas dizer simplesmente que não responderá...

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, Excelência. Se estiver ao meu alcance, eu respondo. Caso contrário...

O SR. – Sr. Relator, deixe-me fazer uma afirmação para clarearmos um pouco. Sabemos por que o senhor não quer responder, pois o senhor sabe tudo e, se responder, ficará feio para o senhor. É isso?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Se o senhor está me acusando...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estou lhe acusando, estou lhe perguntando.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se o senhor contou tudo em juízo, sabe que estava pendurado no bico do telefone?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Temos todas as conversas aqui, não precisamos nem tirar xerox. Temos aqui as conversas do senhor baixando as cargas, atracando os caminhões, mandando atracar, mandando carregar e mandando descarregar, está tudo gravado, mas queremos saber, precisamos da sua voz para ficar gravada, pois é um processo formal e temos que formalizar esse processo. Por isso vamos perguntar cada coisa. O senhor não vai querer que coloquemos a fita gravada do que o senhor disse para ouvirmos a sua voz, o senhor estando presente. Nós queremos a sua voz.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor já sabia que temos todas as gravações?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Já fui informado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – ...que esta claramente comprovada a sua participação?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não fui condenado ainda, né? Não posso dizer se era realmente a minha voz ou não. Eu não escutei as fitas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos providenciar para ele escutar algumas depois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Já pedi a fita.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele vai reconhecer se é dele ou não a voz.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor declara imposto de renda?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? Qual é seu patrimônio? Fala o que você tem? Carro?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Eu tenho um carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual carro?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Uma Pajero.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais nenhuma? E sua esposa?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Um Golf.

O SR. OSCAR ANDRADE – Apartamento?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Casa?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não; dela, né?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor declarou aqui que é solteiro. O senhor é solteiro ou é casado?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, eu sou...

O SR. OSCAR ANDRADE – Legalmente, né?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Amasiado.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor tem filhos?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não é um dos chefes da quadrilha de roubos de cargas, que foi preso?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhora explica, então, as inúmeras provas, inclusive apreensão de mercadorias oriundas de roubo de carga, além de documentos, de escuta telefônica?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Fiz alguns cheques que foram pegos comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você recebia mercadoria em trocados cheques?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Alguns cheques que eu trocava estão alegando que eram de mercadorias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esses cheques estão sendo alegados...?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Esses cheques que tenho, as investigações estão alegando que é de mercadorias, devido que eu tenho...

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. Quantos cheques vocês tinha mais ou menos?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não lem bro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais ou menos. 30? 40? 150? 10?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, não; menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, mais ou menos.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Uns 10, 15.

O SR. OSCAR ANDRADE – E cada um desses cheques era calçado por algum tipo de mercadoria por garantia?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que são as mercadorias? Só para você me explicar. As mercadorias que foram encontradas...

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Na minha residência são mercadorias que... um cheque voltou.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Da Astema. Essa pessoa ligou dizendo que estaria mandando algumas peças para mim como garantia. E eu aceitei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Astema. Quais peças?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Eram caixas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Caixas de quê?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Caixas fechadas, lacradas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o que tinha dentro?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Acham que eram roupas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Roupas... Da Astema?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Acho que foram pegas num canto, guardadas. Nem abri nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – E as outras mercadorias?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – As outras também eram peças que vieram em consignação. Passei para minha mulher vender, já que ela tem um estabelecimento. Em consignação, porque eu queria retirar o meu dinheiro trocado com a pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Então o senhor sabia o que tinha dentro das caixas?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não. As que foram presas sem caixa. Eram alguns lençóis, edredons.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alguma vez você vendeu essas caixas que estavam em garantia nos cheques.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a rede de lojas Casacentro, Futura, de Itajaí?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não conheço nenhuma delas. Nem nunca estive em nenhuma delas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhuma?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Nenhuma delas.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor tem conta em banco?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor. HSBC Bamerindus.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Agência aqui de Joinville?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Supermercado Flatel?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E Unimax?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E as transportadoras de nome Brisa, Transmagnó, Marbo, VHB?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Nenhuma delas. Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Expresso Mercúrio?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – MTR?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece Antônio Brunet?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o apelido dele?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Tonhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor conhece ele? É seu amigo?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – No envolvimento de conhecidos de trabalho. Ele compra carros, vende, também faço isso. A gente acabou se conhecendo nesses termos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na rua aí.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Isso, na rua.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eram amigos?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Conhecidos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já transacionou com ele?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não. Só troca de empréstimos. Troquei chequezinhos de frete porque ele trabalha com caminhão...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele trabalha com caminhão?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor. Ele é caminhoneiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – É caminhoneiro?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Ou foi caminhoneiro, não sei dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Adriano, vou insistir para que colabore conosco.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sabemos que você sabe tudo, absolutamente tudo. Por que não colabora conosco?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Mas tudo o quê, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Vou repetir o que o Deputado Pompeo de Mattos disse. Hoje, temos uma lei de proteção à testemunha. Você pode minimizar a sua pena.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Mas tudo o quê?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Não foi condenado, pode ter o beneplácito da Justiça.

Como agia essa quadrilha, na simulação do roubo de carga, para poder receber o seguro?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não posso lhe informar essa pergunta. Eu não sei que quadrilha. Estão fazendo uma quadrilha. Eu não sei que quadrilha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conhece o Tonhão?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Quirino?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Conheci, quando foi preso também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem mais. Vamos pegar os nomes todos dos que você verá.

Foquinha?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhece?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas há conversas suas com ele, ao telefone.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conversa sempre com quem não conhece?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não lembro. Muitas pessoas me ligam.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é você ligando. Eles lhe ligaram, você ligou. Fica conversando, ao telefone, com quem não conhece?

Conhece o Geovani?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Que Geovani?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com quem você conversava.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Conheço vários.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você conversava muito com ele ao telefone.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Se disser o nome completo, pode ser que eu afirme.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, que ro que você se dê conta de que temos tudo.

Aliás, Sr. Presidente, quero fazer um requerimento. Prova material contra ele está consubstanciada. Tenho conhecimento de que ele já confessou em juízo. Ele não quer falar aqui.

Sr. Adriano, o propósito da CPI é lutar contra o roubo de carga. O roubo de carga está crescendo tanto assim porque há pessoas receptando. Há pessoas finas no meio, roubando, intermediando, vendendo. E alguém está comprando, interceptando a carga. Não aparece no imposto de renda, porque, obviamente, não vai se declarar carga roubada, não aparece nas notas fiscais. Via de regra, não há empresas. Quando há, são de fachada. Agora, se se abrir a conta bancária, vamos tomar um susto com o dinheiro movimentado.

Em função disso, Sr. Presidente, quero que sejam quebrados os sigilos bancário, fiscal e telefônico dele, para saber mos quanto ele movimentava na conta corrente. Pela conta corrente, o Al Capone foi pego pelo Imposto de Renda. Penso que vamos pegar você pela conta corrente. Aí, as coisas vão ficar bem claras para a CPI.

Sr. Presidente, vou apresentar esse requerimento – e acredito que todos os colegas vão subscrevê-lo, assim como o relator – para votarmos em Brasília, quando tivermos o quórum necessário para votar.

Não podemos abrir mão de quebrar os sigilos bancário, telefônico e fiscal dele, porque tudo que vi neste processo é de se ficar com o cabelo em pé. Como alguém diz que não sabe, que não viu, que não estava aí, que não acredita que tem quadrilha? Ele é a cabeça pensante da quadrilha, alguém que organizava todo o esquema e o fazia por telefone. Ele fala tanto ao telefone e só diz nomes feios, diz que fulano está bravo.

Conhece o Alta, Altair?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vai pegando: Tonhão, Altair. Quando juntamos tantos para fazer a mesma coisa na área do crime, chamamos isso de quadrilha. Formação de quadrilha, diz o Código de Processo Penal, é a reunião de mais de três pessoas para perpetrar crime. Foi o que o senhor fez. Não são só três. O senhor tinha um monte de gente a sua volta e o senhor comandava isso.

Só vou ler um trecho de uma conversa sua com o Tonhão:

“Então, você acha eles primeiro. Depois, eles vão e me ligam.

Ah, falei com o Léo. Faz uma hora mais ou menos.

Ah, então, ele tem o negócio, não?”

Qual é o negócio?

“Não, não me falou. Não falou.

Não, que horas ele falou com o Alta?

Agora, parece o seguinte, bicho: veio ontem à noite.”

O que veio ontem à noite? Eles falam tudo por código.

“Ah, então, ele é que está me ligando no outro telefone.

Está certo?

Tá.

Me liga, sim.

Tá, então liga pra ele e vê isso, parece que é bom. E outra, nós passamos três caminhões ontem, né? E ... não foram descarregar um agora, um tá no posto. O segundo, que tinha dentro, não bateu a fiscalização ali no homem.

Qual é o homem?

Ah! O Alta tá todo nervosinho, por isso que ele me ligou, entendeste? Disse que o Léo ligou para ele agora. Ele nem escutou direito. Escutou que era bíplex, “geladeira” e tal. E por isso que ele me ligou. Então tu vê o que faz com o Léo aí, que estou descendo para Joiville já.”

Só vou concluir, dizendo assim:

“Tá, mas o que deu aí?

A fiscalização..., cara.

Mas como, Deus? Onde, no posto?

Não, na fábrica do cara, no galpão do cara.

Ah!”

Ele achou que a fiscalização era da polícia; e não era fiscalização da polícia, quer dizer, era quem estava comprando que estava conferindo. Está tudo no bico. Isso não é quadrilha, Sr. Adriano? O que o senhor tem a dizer?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem eu. Se o senhor não sabe, imagine como eu vou saber. Não sei, não estava aí e duvido quem possa saber se o senhor não sabe.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor reconhece esta como sendo sua letra, Sr. Adriano? Pode pegar, por favor. Tem duas folhas. São rabiscos seus?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – É parecida, não posso lhe informar. É xerox, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – É uma xerox, mas dá para... Você consegue explicar o que é isso aqui? Sandro, 4 de junho de 2000. Preço: R\$18 mil mais R\$100, R\$2.500 a vista; R\$5.800 em 20.06; R\$5.800 em 21.06; R\$5.800 em 03.07. São cheques que o senhor trocou?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Eu não estou lembrado dos cheques que eu tenho, se foram trocados esses cheques.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desse valor, não, não é?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Isso, não estou lembrado. Todos os cheques estão apreendidos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é Sandro?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não posso lhe informar, conheço vários Sandros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, você conhece muitos Sandros? Esse aqui, no caso, você não sabe qual é?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Se tivesse o sobrenome, com certeza...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não escreveu, não é?

Outras despesas pagas...

O SR. ROBSON TUMA – Você pensa que vai me intimidar olhando desse jeito, rapaz?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Pode olhar se você acha que...

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Pode perguntar o que o senhor ia perguntar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Calma.

O SR. ROBSON TUMA – Você tem dúvida sobre as fitas por quê?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, não é que eu tenho dúvidas, eu não escutei todas as fitas, eu não...

O SR. ROBSON TUMA – Você quer escutar?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não sei.

O SR. ROBSON TUMA – A voz é sua. Se você quiser, nós mostramos. Tem um monte aqui. E estou ouvindo uma aqui, inclusive, estou vendo você negociar aqui. E aí? Pode continuar olhando para mim, porque não vou me sentir intimidado.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Aí o senhor pergunta.

O SR. ROBSON TUMA – Já vi gente muito mais feia na minha frente assim e também não me senti...

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – O senhor pergunta que eu respondo se puder.

O SR. ROBSON TUMA – Eu quero saber se você tem dúvida, se você quer ouvir você negociando carga, caminhão, perguntando se o motor é novo ou não. Vai, rapaz!

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Vai o quê?

O SR. ROBSON TUMA – Responda.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Pergunte novamente, porque não prestei atenção à sua pergunta.

O SR. ROBSON TUMA – Estou perguntando se você tem dúvida, se você quer ouvir a sua voz.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, não.

O SR. ROBSON TUMA – Ah, não quer ouvir?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não.

O SR. ROBSON TUMA – Se você está em dúvida, por que não quer ouvir?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem sabe, Sr. Presidente, Sr. Adriano, se nós fechássemos esta reunião, se fizéssemos uma reunião fechada, o senhor conta o que sabe? O senhor não quer que a imprensa fique filmando, que fique gravando. Por isso, fecharemos a reunião. Faremos uma reunião fechada, mas o senhor abrirá o bico. É para contar tudo, para colaborar com a CPI. Precisamos desvendar a questão do roubo de carga em todo o País, Joinville não vai ficar para trás no processo.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sei disso, Ex^a, mas já colaborei com o que podia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando o senhor confessou, na delegacia, foi sob coação? O senhor apanhou? Teve algum problema?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, por que o senhor confessou?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – O que falei na delegacia falei em juízo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não quer falar aqui?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não. Estou respondendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou reforçar a proposta do Deputado Pompeo de Mattos. Podemos transformar esta reunião em uma reunião reservada, se você quiser realmente conversar e falar a verdade. Sabemos de tudo. Você sabe que sabemos. Você está fazendo um jogo desnecessário. Se você não quiser não haverá problemas. Ouviremos outros, depois vamos para a acareação.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Creio que poderia ser vantagem para você. A CPI tem o poder de complicar mais sua vida ou de atenuá-la, basta você querer. Precisamos ter sua posição.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Só que reafirmo que só posso falar o que sei, o que vi, sobre pessoas que conheço. Não posso falar a respeito de coisas que não conheço. O que disse na delegacia foi sem constrangimento algum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou continuar. Quem é Raimundo Ramos Júnior?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luziléia Alves?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sérgio Lopes de Sousa?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Leniberto de Sousa?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Altair da Silva?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – É o cidadão que está preso comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que está preso?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Pela mesma acusação. Desvio ou roubo de cargas.

O SR. OSCAR ANDRADE – É seu amigo?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi preso junto por quê? Estavam juntos na hora em que foram presos?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, Exce-lência. Estava sozinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por causa da fita. Luiz Carlos Severino?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sebastião Cândido Gouveia Sobrinho?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não conheço. Vi apenas uma vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era ele?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Apresentou-se como representante, com um carro de representações. Como representante de Curitiba.

O SR. OSCAR ANDRADE – Representante de quê?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – De um negócio de fertilizantes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Comercial.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marco Antônio For-
kim dos Santos?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – José Luiz de Souza Farias?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcelino José Santana?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Wanderlei Dangelin?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o Vavá.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é ele?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – É um cliente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Clientes eu?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Empresas de dinheiro a ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – R\$ 30 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Ano passado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tinha um movimento considerável de empréstimos?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tinha alguns cheques, passavam de dez. Um você está dizendo que era de R\$30 mil. Os outros eram de quanto? Você se lembra mais ou menos?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Eram de R\$5mil, de R\$2 mil, R\$500, R\$6 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – O total chegava a uns R\$100 mil? Mais ou menos?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Talvez próximo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você girava a quantia emprestando?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim. Sobre carros que vendi, que tinha antes.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Wanderlei pagou-lhe?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, os cheques foram presos.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Ele também está preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ismael Antunes?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cláudio Inácio Gra-
ve?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alemão?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Está preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que? Trocou cheque com você?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Dizem que está na fita.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sanderley Henrique ou Ricks?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Está preso. Está aí fora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pela mesma coisa?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Pela mesma coisa. Parece-me que não é comigo, mas com as outras pessoas envolvidas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está envolvido com os outros?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim. Nunca falei com esse homem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dany?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – É um caminhoneiro. Troquei alguns cheques de frete para ele. Quinhentos, quatrocentos reais. Viagens e fretes.

O SR. OSCAR ANDRADE – É caminhoneiro?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha caminhão ou era funcionário?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Tinha caminhão. Dizia que era dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está preso.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor. Virá à tarde.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está preso porque trocou cheques?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, pela mesma acusação.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Como é que o senhor sabe que ele vem à tarde?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Por que ele está preso junto. Ouvi o pessoal chamando hoje pela manhã as pessoas que viriam de manhã e que viriam à tarde.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês estão presos aqui mesmo em Joinville?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Giovane Silveira?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Bom, tem um Giovane, que também vai vir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Conheço, conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está lá com você preso.

Amarildo da Silva?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando perguntei antes, o senhor não sabia do Giovane. Perguntei antes, e o senhor não sabia.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Giovane Silveira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei, mais um, temos que descobrir os outros, então.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, tem vários.

O SR. OSCAR ANDRADE – André Luiz Faer?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é ele?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – É uma pessoa do Paraná, para quem troquei cheques.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está preso também?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse che que seu é um problema.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não vou trocar cheque nunca com você, senão, vou preso. Está louco!

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já respondeu a algum processo criminal?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhum inquérito? Nada?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos anos você tem, Adriano?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Vinte e nove anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há tempo ainda, viu, Adriano! Você está só começando.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor. Sei o que estou passando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, tem tempo de reverter isso aí. A testemunha, Sr. Presidente, entendendo que não quer mesmocolaborar. Penso que devamos ouvir outros e, depois, tentar fazer uma acusação. Vamos ouvir os outros deputados.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Relator, antes de ele sair. Você disse: pergunte-me que respondendo.

Esta conversa que li sua com o Tonhão. Estou-lhe dando uma coisa prática, objetiva. Porque, lá numa altura, você fala: “Então, liga para ele e vê isso. Parece que é bom. E outra, nós passamos três caminhões ontem, né? E não foram descarregar uma carga. Um está no posto; o segundo tinha menos coisa dentro, e não bateu a fiscalização ali no homem.”

Conte-me o que é isso.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não lembro dessa conversa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas estou-lhe lembrando, agora.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, mas não lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que significa isso?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não lhe posso dizer, porque não lembro dessa conversa com o Tonhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas está gravado aqui.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sei, senhor, mas não lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não lembra dessa conversa com o Tonhão?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor. Não lhe posso nem dizer quando foi isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o que pode significar isto aqui?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não faço idéia, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que significa que passamos três caminhões ontem?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não lhe sei informar, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor vê que o senhor não quer colaborar. Vocês passaram a mão, roubaram três caminhões de carga, e nem descarregar, descarregaram. E penso que até lograram o homem da fiscalização lá ainda. Lá drão que rouba lá drão tem cem anos de perdão, não é? Dá para botar a mão. Que coisa maluca!

O SR. PRESIDENTE(Moreira Mendes) – Deputado Robson Tuma, com a palavra.

O SR. ROBSON TUMA – Adriano.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, se nhor.

O SR. ROBSON TUMA – Realmente, estou aqui. Você está vendo isto aqui? Esta assinatura aqui é sua?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, se nhor.

O SR. ROBSON TUMA – Só que é o seu depoimento. Tenho ele aqui.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, se nhor.

O SR. ROBSON TUMA – 9984 90 99, de quem é?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Meu telefone.

O SR. ROBSON TUMA – Que coincidência! Tenho uma fita na minha mão com o seu telefone. Outra, outra, outra.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, se nhor.

O SR. ROBSON TUMA – Você quer ouvir para ver se é a sua voz?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Se o senhor quiser mostrar.

O SR. ROBSON TUMA – Quero saber se você quer ouvir.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Pode ser.

O SR. ROBSON TUMA – A voz é sua, não posso ter dúvida. Posso ter dúvida da minha voz, da sua...

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não sei, nunca escutei a minha voz gravada.

O SR. ROBSON TUMA – Você quer ouvir?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Podemos ouvir.

O SR. ROBSON TUMA – Vou botar um pedacinho aqui, então, onde você fala...

“E a noite com o tan que va zio eu en chi, ele estava com o pneu vazio com o motor que tem um compressor dentro, tava tu e tua gata, eu e o nosso amigo.

O SR. – Mas é fora daqui?

O SR. – Não querido, não.

O SR. – Ah! Já, tá, tô ligado.

O SR. – Tá ligado já?

O SR. – Hum, huumm.

O SR. – Então, ali, quatro horas.

O SR. – Beleza, valeu.”

O SR. ROBSON TUMA – Eu vou voltar um pouquinho, que ro achar em um que se fala que vai dar um dinheirinho

“**O SR.** - Lá no primeiro lugar, que a gente negociou a primeira vez, que tu ganhou um dinheirinho, lembra?

O SR. – Hum.

O SR. – Lá, quatro horas em ponto.

O SR. - Lá no parque?”

O SR. ROBSON TUMA – Quer ou vir ou tra vez?

O SR. – Raposa, aqui é escoteiro, quatro horas em ponto, lá no primeiro lugar, que a gente negociou a primeira vez, que tu ganhou um dinheirinho, lembra? Lá, quatro horas em ponto. Lembra da primeira vez que tu veio com a Parati ainda pneu vazio.”

O SR. ROBSON TUMA – Isso é conversa de quem troca cheque? Estou lhe fazendo uma pergunta?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não sei lhe informar, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Isso é conversa de quem troca cheque ou de quem paga alguma coisa?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deputado Robson conta para nós aonde é esse lugar “que tu recebeu o dinheirinho”. Onde é esse lugar?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Eu não sei, eu não reconheço a minha voz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se tu olhares em um espelho, vais dizer está ali é tu ou é outro? Tu és capaz de te reconhecer no espelho?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – No espelho, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tu não reconhece a tua voz, não reconhece a tua letra e não reconhece a tua assinatura, mas o que isso? Eu acho que tu não vais te reconhecer no espelho?

O SR. ROBSON TUMA – Só um minutinho.

O SR. – ...tava tu e tua gata, eu e o nosso amigo.

O SR. – Mas é fora daqui?

O SR. – Não querido, não.

O SR. – Ah! Já, tá, tô ligado.

O SR. – Tá ligado já?

O SR. – Hum, hummm.

O SR. – Então, ali, quatro horas.

O SR. – Beleza, valeu.”

O SR. ROBSON TUMA – Aí você liga para uma outra pessoa e marca em tal lugar, também às quatro horas. Isso aqui é a sua voz.

Eu, obviamente, não poderia mostrar a gravação enquanto você não pedir para ouvir, até para que a prova não fosse eliminada, porque ela só pode se tornar pública a partir do momento em que um dos interlocutores assim o desejar. Por isso insisto com você se você queria ouvir a sua voz. Essa é sua voz. Essa gravação tem determinação judicial e nessas fitas todas você atua cobrando das pessoas (**falha na gravação**). Você liga para as pessoas (**falha na gravação**). “A minha parte, como sempre, vou pagar só de

pois, na segunda-feira”. “Ah! Então com a minha eu vou pagar algumas continhas” – fala o outro. “Você tem dinheiro?” “Não eu ainda tenho uns 500 paus.” “Ah! Então, eu vou pegar mais uns 500 para você.”

Isso é coisa de quem estava trocando cheque, rapaz? Ligar para marcar um encontro. Se você tinha tanta certeza que o seu telefone não estava grampeado, para falar o que você falava, por que ficava enrolando no sentido de dizer exatamente no lugar em que você estava marcando? Você já tinha desconfiança de que estava sendo grampeado? Estou lhe fazendo uma pergunta?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Não, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – E por que falava em código o lugar? Por que não manifestou logo? Me encontra lá no posto tal? Me encontra lá não sei aonde, lá em cima daquela rua? Por que?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Porque não falávamos...

O SR. ROBSON TUMA – Por quê?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Por que assim era conversa nossa.

O SR. ROBSON TUMA – Porque você, é claro, como um chefe, mesmo que não tenha dúvidas se está sendo grampeado ou não, queria sempre dar a impressão aos seus subordinados de que era um indivíduo importante a ponto de ter que falar sempre algumas coisas por metáforas.

Ah, Adriano, veja só como está a sua situação! Sou Bacharel em Direito, não lhe falo como parlamentar só, falo-lhe como quem estudou o Direito brasileiro: tens uma oportunidade única e nós, Parlamentares, estamos lhe dando.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS – Sim, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Use-a com sabedoria, rapaz. Sua situação é grave, é gravíssima. Tens a oportunidade única de pedir para que essa reunião se transforme em um reunião reservada para que nada nela dito seja transcrito e divulgado e que nos conte toda a verdade e, a partir daquele momento, tenham todas as vantagens que a lei permite que esta Comissão possa lhe oferecer.

Então, Sr. Presidente, concordo com os meus colegas parlamentares que deva ser suspensa agora a oitiva do Adriano, porém não dispensado a fim de que ele possa pensar na nossa proposta já que agora tem a certeza de que temos provas substanciais para agravar a sua condenação, que, não tenho dúvida nenhuma, ocorrerá se não aceitar a proposta da Comissão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Deputado Robson, Sr. Presidente, deixe tentar uma situação. Você teve problemas. Quando preso, você chegou a apanhar de seus amigos, machucou?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS - Teve uma confusão, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - E esse problema foi em função do seu depoimento?

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você está ficando nessa posição de defesa em função disso? Podemos até nisso resolver o seu problema, podemos tirá-lo de onde está. A CPI tem essa prerrogativa. Se quiser, levamos você para outra cidade numa situação mais confortável, longe dos outros membros. Não sabemos. Você apanhou por que o seu depoimento foi verdadeiro, você confessou.

O SR. ADRIANO JOSÉ DARÓS - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Deputado, diante da recusa do depoente em colaborar com esta Comissão, vamos interromper o seu depoimento para continuar à disposição da CPI e refletir sobre tudo o que foi proposto. Vamos passar para uma segunda parte, convocando um outro depoente.

O senhor está dispensado. Solicito aos policiais...

O SR. ROBSON TUMA - Sr. Presidente, sempre lembrar, por favor, para manter em salas separadas, sem contato, a fim de que um não ouça o outro. E parece que tem jornalista de rádio, principalmente, entrando ao vivo. Era importante que nos ajudassem, sempre divulgando o telefone: 0800-61-2211, que é o telefone de denúncias. Nós recebemos essas denúncias por fax, imediatamente a partir do momento em que as pessoas fazem. Então, se os senhores puderem ir divulgando esses telefones e sempre explicando que a pessoa não precisa e não será identificada e que a ligação é gratuita: 0800-61-2211.

Obrigado.

O SR. OSCAR ANDRADE - Esse telefone é o Disque-Denúncia da CPMI do Roubo de Carga. A qualquer momento, não só agora, qualquer cidadão do Brasil inteiro pode nos informar sem ter que provar nada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - E alertar que o denunciante tem a segurança de que o seu nome não será divulgado. Aliás, nem precisa se identificar.

Solicito ao Sr. Secretário que conduza a este recinto o Sr. Altair Dias.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Presidente, nesta questão do número do telefone, acho que é importante que a imprensa pudesse registrar que a CPI do Narcotráfico, que atuou por 18 meses no País e desvendou a história do tráfico de drogas, que resultou na prisão do Fernandinho Beira-Mar, só evoluiu em função do dis que-de-núcia. Em um ano e meio de funcionamento, esse serviço recebeu 40 mil ligações e, a partir das informações que a população foi passando, foi montado o quebra-cabeça. Então, é importante que as pessoas liguem, telefonem. É claro que a informação vai ser checada. Não será checado quem informou, mas a informação dada até para que não ocorram denúncias sem fundamento. Na medida em que o fato tiver fundamento, a CPI, com certeza, vai averiguar e investigar.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Dr. Naurides, por gentileza, conduza o Sr. Altair da Silva Dias. (Pausa.)

Sr. Altair, o senhor está convocado para depor diante de uma Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, composta de senadores e deputados, com vistas a apurar o elevado número de roubo de cargas no País, inclusive no Estado de Santa Catarina.

Farei algumas perguntas ao senhor e gostaria que fossem respondidas em voz alta para efeito de registro da sua qualificação.

Qual é o seu nome completo?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS - Altair da Silva Dias.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Qual é o número da sua identidade?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS - 1.058.602-0 - Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Qual a sua idade?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS - Quarenta e sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Qual é o número do seu CPF?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS - Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor tem o documento aí?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Qual é o seu estado civil?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Qual o seu endereço?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS - Rua Eurides Maciel de Almeida, 210.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – É lá que o senhor reside?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Curitiba, Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é a sua profissão?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor se compromete em dizer a verdade sobre tudo que lhe for perguntado aqui?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Excelência, sou obrigado a responder às perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Primeiro, estoulhe perguntando. O senhor é réu preso?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Devo lhe advertir do seguinte: primeiro, preciso saber se o senhor se compromete a dizer a verdade.

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E, se o senhor se comprometer a dizer a verdade, fica advertido que, nos termos do que dispõe o art. 203 do Código de Processo Civil, poderá ser punido se não disser a verdade. E mais, como o senhor está preso, tudo que disser poderá ser usado contra o senhor. Então, o senhor fica advertido de que, nos termos do que dispõe a Constituição, tem o direito a não responder. Está claro?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Está claro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Então, repito: o senhor se compromete a dizer a verdade?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Então, colha a assinatura dele, que é o compromisso de dizer a verdade.

Sr. Altair, o senhor está preso desde quando e onde?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Desde 28 de janeiro de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Onde?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Na cadeia pública de Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Por qual motivo? Por que o senhor está preso?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Fui preso por suspeita de comprar mercadoria de carga desviada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Antes de continuar, quero dizer que o senhor pode ficar inteiramente à vontade. O nosso objetivo é esclarecer fa-

tos. Não é nossa intenção constrangê-lo a nada. Então, o senhor pode responder às perguntas com tranquilidade. Se considerar que não deve responder às perguntas, ninguém vai lhe obrigá-lo a fazê-lo. Fique tranquilo.

Por que a suspeita? O senhor realmente comprou algum produto de...

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – O que eu tinha a dizer, Senador, já disse em juízo. O meu depoimento eu dei em juízo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E o senhor pode repetir aqui pra nós? Porque isso é outra... Nós estamos aqui, é uma apuração.

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Eu gostaria que o senhor pedisse ao meu advogado e pegasse o meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O seu advogado está presente?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Um momentinho, só para eu concluir aqui.

Qual a atividade comercial que o senhor exerce?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas que atividade? Há um leque enorme de comerciantes.

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Madeira. Comércio de madeiras e esquadrias de madeiras, porta, janela...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Onde? Em Curitiba, ou aqui?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor ainda é estabelecido lá?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor tem um endereço fixo do seu negócio?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não, eu sou representante, comerciante autônomo, eu compro e vendo esquadrias, portas, janelas...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor não tem um endereço certo? Não tem uma loja?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Eu tinha até um ano atrás, mais ou menos, mas fechei a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Eu vou passar agora a palavra ao Deputado Oscar Andrade,

que é o Relator desta CPI. Com a palavra o Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE - Presidente, eu gostaria, inicialmente, de requerer a V. Ex^a, para os próximos a depor, por que ainda há tempo, que fossem notificados os advogados. Todos devem ter advogados para que não haja mais essa desculpa aqui, que atrapalha o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Quero esclarecer ao ilustre Deputado, como aos demais integrantes, que logo no início dos trabalhos recebi aqui um advogado que se intitulava patrono de todos eles. E eu não o vejo aqui.

Ah! Só do Antônio Bruner? Perdão. Obrigado.

O SR. OSCAR ANDRADE - O seu advogado não está aqui?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS - Não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - E o senhor se recusa a responder as perguntas sem a presença do seu advogado, ou o senhor...

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS - Eu gostaria que pegassem o depoimento que eu dei em Juízo, que é o que eu...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não, o depoimento que você deu em Juízo...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O depoimento nós já temos aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE - Nós não queremos que você fale nada a mais não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Nós queremos apenas que o senhor repita o que o senhor disse lá.

O SR. OSCAR ANDRADE - O que queríamos deixar claro para você é que isto aqui é uma CPI e nós podemos, com a sua colaboração, melhorar muito a sua situação, atenuar suas possíveis penas se realmente você se comportar aqui de uma maneira que nos faça entender que você merece isso; ou o contrário, que não queremos de jeito nenhum, o senhor pode ser indiciado até por estar atrapalhando o nosso trabalho. Mas vamos lá. Eu entendo que você vai poder ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Mas eu quero ainda, Deputado, esclarecer ao senhor que o Governo Federal tem um programa de proteção à testemunha. Se o senhor não quiser falar aqui, de público, nós podemos transformar esta sessão numa sessão reservada e o senhor vai falar apenas para os Deputados e Senador, sem nenhum registro. Fica

gravado apenas na TV Senado, por que temos que ter, para depois produzirmos documentos necessários, mas o senhor vai ter toda a oportunidade de falar apenas com os Deputados e Senadores e colaborar; porque o nosso objetivo não é vir aqui na ponta e pegar o senhor, que eu já percebo que é a parte mais fraca na história. Não é esse o nosso objetivo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não é não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Nós queremos saber quem realmente rouba carga, quem compra carga, que são grandes empresários. Enfim, nós não queremos aqui a ponta, não queremos pôr a mão no "peixe miúdo", nós queremos pôr a mão é no "peixe graúdo". Se o senhor estiver disposto a colaborar conosco, nós suspenemos a sessão aqui... O senhor pretende?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Não pretende?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS - Não tenho por que não falar. O que eu sabia eu falei em juízo. É o que tá...

O SR. OSCAR ANDRADE - Está bom, mas você vai falar aqui de novo conosco.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O Deputado havia pedido pela ordem. Deputado Robson Tuma, com a palavra.

O SR. ROBSON TUMA - Sabe que a sua situação é complicada, né?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS - Eu não sei, Doutor.

O SR. ROBSON TUMA - Então, eu vou te avisar. a sua situação é muito complicada. Se não fosse complicada, o senhor não estaria todo algemado. Concorda comigo? Isso é situação de quem está bem complicado. Não é isso? O senhor tem filho?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS - Tenho três filhos.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor veja a situação dos seus filhos, de ver o pai, chegando aqui, sentando numa Comissão e sendo acusado de receptação de carga e de envolvimento com uma quadrilha de roubo de carga. O senhor acha que os seus filhos estão felizes?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS - É apenas uma acusação. Sou inocente. Vou provar isso.

O SR. ROBSON TUMA - Estou apenas perguntando se os seus filhos estão felizes. Não estou inquirendo o senhor. O relator irá inquire-lo depois. Só estou perguntando se o senhor acha que os seus filhos es-

tão felizes. Converse comigo. Devoter a idade do seu filho, tenho 30 anos.

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Creio que não, lógico que não. Inclusive, tenho um filho que está estudando para ser padre. Não deve estar feliz. Sou simplesmente denunciado, mas sou inocente. Vou provar a minha inocência.

O SR. ROBSON TUMA – Então, o seu filho está estudando para ser padre. O senhor sabe que o perdão é uma coisa a que todos têm direito. O senhor quer que transformemos esta sessão em sessão re- ser va da para que o se nhor nos con te tudo e aí já conversamos com o presidente, com o relator, mobiliza- mos a sua transferência daqui para qual quer ou tro lu- gar que o senhor quiser, para Brasília, para que o se- nhor não tenha problemas de apanhar, como o outro apanhou, para que o senhor não sofra. Ajuda o se- nhor e, obviamente, conversamos, vamos fazer tudo que a lei permitir, conversar com o juiz, para ajudar o senhor, para que o senhor não pague por uma coisa em que talvez te nhasido envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ele já havia declarado, Deputado, que não pretende colaborar.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor não preten- de colaborar? Não, porque ele tem medo de que aconteça o que aconteceu com o outro, que era um chefe. Não quer?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Pela ordem, com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, ape nas para in for mar V. Ex^a de que es ta mos lá na ou- tra sala, conversando com o Adriano, veio a família dele, a esposa dele está che gan do, e esta mos ten tan- do fazer um acordo para que a sessão seja secreta, convencê-lo para que colabore numa sessão fecha- da. Só quero registrar um aspecto, inclusive para que fique registrado nesta CPI. Há informação de que o Adriano teria to ma do uma surra mu i to gran de no pre- sídio. Tenho informação segura e fidedigna disso, o que significa dizer que nós, da CPI, queremos pegar os ladrões de carga, queremos pegar os receptado- res de carga, queremos colocá-los na cadeia, agora, condená-los à surra ou daqui a pouco à morte, isso a CPI não pode, a justiça não pode, não cabe à nin- guém. Então, queremos fazer essa manifestação por- que, daqui a pouco, a condena ção a uma pena de um delito do nosso Código Penal, que não prevê a pena

de morte, acaba submetendo o réu à mor te. Com isso também não podemos concordar. Quero aqui lavar essa manifestação e dizer que vamos fazer um esfor- ço com a família dele para que ele colabore. Agora, a CPI vai ter que assumir também alguns compromi- sos no sentido de não permitir que isso aconteça e também quero pedir à própria justiça que averigüe uma situação dessa, porque não é correto que um preso sub meta-se a tortura no presíd io. A tortura já se foi. Mes mo que ele seja tor tu ra do por ou tro pre so, ain- da assim é tortura. A autoridade tem a obrigação de dar a segurança que o preso precisa.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Muito bem. Continuando, pergunto ao Deputado Oscar Andrade, Relator, se tem mais alguma pergunta a fa- zer, diante das colocações claras.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tenho muitas, Sr. Presidente. Inclusive, que se parasse de dar a pala- vra pela ordem. Vamos tocar o nosso trabalho. Esta- mos parando muito. Por favor. O senhor tem um gal- pão lá em Curitiba?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não tenho. Está no meu depoimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – O galpão estava sob sua responsabilidade?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como não estava?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não tem papel nenhum que diga que aluguei algum galpão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas as cargas que estavam lá dentro, que preencheram quatro cami- nhões, de quem eram?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS - Não eram mi- nhas. Não sei de quem eram.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não sabe de quem? Os produtos que havia lá, o senhor sabe?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essas car gas eram roubadas ou desviadas?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem eram os re- ceptadores?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS - Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a carga de fral- das? Você foi preso com ela.

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não fui preso com ela.

O SR. OSCAR ANDRADE - Na sexta-fei ra ante- rior ao seu...

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não fui preso com ela.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem era aquela carga?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o supermercado que comprava...

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? O senhor conhece o Adriano Darós?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Conheci aqui no presídio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi aqui? E suas conversas com ele por telefone?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não tem conversa minha com ele por telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Temos fitas gravadas.

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Conversei umas duas vezes com ele por telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi? Então você não o conheceu no presídio, foi antes.

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Mas não conheci pessoalmente, conheci pessoalmente no presídio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas por telefone você já conhecia?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Uma ou duas vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você conversou com ele?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Nem me lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você não o conhecia, a pessoa liga para você... Você que ligou ou ele?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Ele ligou para me dar um recado...

O SR. OSCAR ANDRADE – Recado de quê?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não lembro mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhuma das duas vezes?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todas as duas vezes foi ele quem ligou?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para te dar recado? De quem?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não lembro, Doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não lembra?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece a mulher dele? A Julita?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor já respondeu algum outro processo além desse?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Nunca?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Primeiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a que se referem os comprovantes de depósito bancário e os cheques de transações entre o senhor e o Adriano Darós?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não tenho conhecimento desses cheques.

O SR. OSCAR ANDRADE – O cheque é do senhor.

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Mas não tenho conhecimento de que estão com o Adriano esses cheques que o senhor está dizendo que são meus. Não tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? O senhor sai dando cheque na rua?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor conhece o Adriano Darós?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele já disse, conheceu...

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Conheci no presídio.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Nunca teve nenhum negócio com ele antes disso?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não.

O SR. ROBSON TUMA – Alta ir, por que na delegacia você confirma, no fórum você confirma tudo e aqui você está com medo? Alguém te ameaçou antes de você vir para cá?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Eu fa lei para o senhor, Doutor, que o que eu tinha a dizer eu disse em juízo. O senhor tem posse disso.

O SR. ROBSON TUMA – Tudo bem, mas o senhor vai dizer aqui ou tra vez, é claro.

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não, perante o... Não vou dizer, não estou em juízo.

O SR. ROBSON TUMA – Por quê? O senhor tem medo? Ameaçaram o senhor?

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – Não, não tenho medo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Altair, eu percebo que o senhor está tenso e nervoso. Quero lhe pedir um favor: o senhor deixe o telefone aí e venha até aqui, porque quero conversar com o senhor pessoalmente. Deputado Oscar Andrade, abaixe o volume, por favor. Sente-se aqui, Altair. (Pausa.)

Diante da manifestação do depoente de que se recusa a depor, reportando-se às declarações que já deu em juízo, agradeço aqui sua vinda e pediria apenas que os policiais da escolta o levassem, mas que aguardassem em uma sala em separado, até posterior deliberação desta Comissão. Muito obrigado, Sr. Altair.

O SR. ALTAIR DA SILVA DIAS – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Dando prosseguimento, eu gostaria que o Sr. Secretário trouxesse o próximo depoente. Vamos ouvir agora o Sr. Antônio Bruner. Eu solicitaria ao Sr. Advogado que comparecesse. Explicarei qual é o procedimento – ia deixar isso para o final, mas já faço no início. O senhor não pode falar com o depoente. Qualquer interrupção que quiser fazer, qualquer questionamento, qualquer pergunta, poderá se dirigir diretamente à Presidência que será atendido.

Sr. Antônio, o senhor deporá diante de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito constituída de Senadores e Deputados, que tem a finalidade de apurar o roubo e a receptação de cargas em todo o País. Farei algumas perguntas ao senhor e gostaria que respondesse para que ficasse registrado.

Qual é seu nome completo?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Antônio Bruner.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é a sua identidade?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – 1.542.155.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quantos anos tem o senhor?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Quarenta.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor sabe o número do seu CPF? Está com o senhor? Fale no microfone, por favor, porque fica registrado.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é o seu estado civil?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Onde o senhor reside?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Rua Padre Valente Simeone, 822.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Cidade?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é a sua profissão?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Motorista.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor é parente de alguém envolvido nessa questão a que me referi no início?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor se compromete a dizer a verdade sobre tudo o que lhe for perguntado, ficando advertido que a falta da verdade pode trazer complicações nos termos da lei?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor fica também advertido que poderá se recusar a responder as perguntas que lhe forem feitas, porque poderão ser usadas como prova contra o senhor, nos termos do que dispõe o art. 5º da Constituição Federal.

Sr. Antônio, o senhor está preso?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor pode dizer qual é o motivo da sua prisão?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – No momento, eu não sei ainda. Estão dizendo que é suspeita de desvio de carga, não é?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor não depõe em juízo?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Certamente lá o juiz lhe informou o motivo da prisão?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor pode repetir o motivo?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Suspeita de roubo de carga.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor declarou que é motorista?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor trabalha em caminhão próprio ou de terceiros?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não. No momento, estou desempregado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Antes de conceder a palavra ao Relator, Deputado Oscar

Andrade, solicito ao senhor que assine o termo de compromisso segundo o qual se compromete a dizer somente a verdade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Altair é seu amigo?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Deputado, antes de iniciar, informo que tomei a decisão de liberar do uso do paletó os presentes.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Altair?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – É conhecido.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Adriano?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vo cês três eram os mentores da quadrilha de roubo de carga?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não. Eu não sou mentor. Para responder essa palavra para o senhor, somente, eu já respondi para a juíza.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor respondeu para a juíza?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Eu não posso afirmar agora que eu...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não lembra?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe das escutas telefônicas, das gravações feitas com o senhor, das conversas, de tudo? O senhor já foi informado desse assunto?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Até o momento, eu estou desconhecendo ainda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor sabe que existem. O senhor não ouviu, não é?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim. Sei que existe. Mas eu desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daqui a pouco vamos pôr para o senhor ouvir. O senhor conhece a Casa Centro, rede de lojas Casa Centro?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Futura?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também não? Supermercado Fratel?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E Unimax?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também não? Transportadora Brisa?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece? Transmagnó?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Conheço de nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – De nome? Só de nome?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Margo?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Também só de nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – VWVHB?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – De nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – De nome também? Expresso Mercúrio?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – De nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – MTR?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Também de nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe informar se elas estão envolvidas em desvio de carga e roubo, essas empresas?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Aí não sei, desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? Não teve nenhuma relação com o senhor?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando o senhor conhece o Adriano?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Cerca de uns dois anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uns dois anos? Como era sua relação com ele?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – A gente se conhecia na época que a esposa dele tem uma loja, né? Aí a gente fazia compra lá, a gente se conheceu, o cunhado dele viaja também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você fazia compra na loja?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Comprava varejo?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – É roupa, para mim, para minhas crianças.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha uns 2 anos? Você é amigo dele?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sempre encontrava ele?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em que situação é essa que o senhor encontrava ele?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – A situação que eu encontrava ele, é que a gente, ele trabalhava com a factoring... de agiotagem, né? A 3% que ele emprestava dinheiro, e eu ajudava ele na parte de cobranças, essas coisas assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor era o cobrador dele?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele emprestava dinheiro para quem?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Para várias pessoas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cita algumas, por favor.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Agora, no momento, não ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como funcionava? Ele emprestava a juro? Quando dava problema, o senhor ia cobrar?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não, a gente ia junto, cobrava. Se desse problema, a gente ia lá cobrar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor ganhava também uma comissão nisso aí?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Ganhava uma beirada.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor sabe do Adriano? Além de ele trocar cheque?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Da vida particular, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nada?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor era amigo dele, há 2 anos. Trocava cheque com ele.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Da vida particular, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe do envolvimento dele?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim, sei agora que a gente está junto aí no presídio de Joinville.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desse azar, não é? Como era feita a simulação do roubo de carga? Quando não era roubo, era só simulação? No golpe do seguro?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não, aí eu não posso afirmar, que eu já depus em juízo isso aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor não está proibido de depor aqui não. É orientação que o senhor recebeu?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, pode falar o que o senhor falou em juízo, aqui, não o incrimina em nada. Na verdade, pode até atenuar.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não, eu prefiro... não nego outro depoimento para o senhor, mas perante o Juiz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você reafirma todo o depoimento que foi feito?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – O depoimento que fiz em juízo, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor admitiu participar da quadrilha, admitiu o envolvimento. O senhor assinou o depoimento sob coação, ou não?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Aí não estou lembrado no momento.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não está lembrado?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Eu assinei para a Juíza, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi coagido a assinar? Foi a força?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sob pressão?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Relator, só para lembrar a ele que nós vamos quebrar o sigilo bancário, fiscal e de telefone de vocês. Então, essa história de cheque, de agiota, de trocar cheque, isso é conversa para boi dormir. A gente quer que vocês contem a verdade, não adianta inventar uma coisa. Até se tu não quer contar a verdade, tudo bem, mas não inventa. Ninguém é bobo. Todo mundo está sabendo o que é e o que está faltando saber nessa história, vamos desmascarar na hora em que quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico, vamos ver. Tu faz Imposto de Renda? Tu já declarou Imposto de Renda?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Eu não tenho nem dinheiro para declarar Imposto de Renda.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tem. Mas na hora que abrir a conta. O outro rapaz lá, o Adriano, também nunca declarou Imposto de Renda, mas na hora que abrir a conta, tu vai ver, vai sair cobras e lagartos de lá. Muito dinheiro. Se transitou no banco, é porque tem dinheiro, se tem dinheiro, tem que declarar renda, até porque tem renda. E se não declarou, por quê? Porque é coisa ilícita, é coisa escondida.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou citar alguns nomes aqui de pessoas que estariam envolvidas numa quadrilha de roubo e receptação de carga, na

qual há o seu envolvimento. Gostaria que o senhor me dissesse se conhece e em que circunstância.

Raimundo Ramos Júnior.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece. Luizléia Alves Cassiano.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Amarildo.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço por nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece o Amarildo? Sérgio Lopes de Souza.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Conheço, que é o meu cunhado.

O SR. OSCAR ANDRADE – É seu cunhado? E ele participa da quadrilha?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não tenho quadrilha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? Lenibert de Souza.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Altair da Silva Dias.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Conheço lá do presídio também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhecia antes?

O SR. OSCAR ANDRADE – Antes você não conhecia?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Conheçisim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Cerca de uns seis meses, por aí, sete.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era seu amigo?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim, eu fiz um frete para ele e o trapeseou em Curitiba e fiquei conhecendo ele ali só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só nessa situação?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Só nessa situação.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele participava também da quadrilha?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não, não sei que quadrilha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luiz Carlos Severino.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sebastião Cândido Gouveia Sobrinho?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Por nome só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só por nome? Quem era ele?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Era amigo do seu Altair.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marco Antônio Furquim dos Santos.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – José Luiz de Souza Farias.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcelino José Santana.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vanderlei do Amolin.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Vavá.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ismael Antunes.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o Vavá ele conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem gravação do Vavá contigo no telefone, não tem? Não falava no telefone com ele? Tem gravação tua conversando com o Vavá.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço essa gravação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A gravação desconhece, mas a conversa tu não desconhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alemão. Glauci.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é ele?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – É um caminhoneiro que a gente viajava junto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você viajava junto com ele?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – É. Eu fui caminhoneiro há dezoito anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sanderlei Henrique.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também o quê?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também é caminhoneiro?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não sei se é caminhoneiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é ele?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Eu comprei um carro dele e devolvi para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor comprou um carro?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Isso, e devolvi para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Porque ele não me deu recibo. Aí entreguei o carro de volta e peguei meu dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O carro tinha algum problema?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não sei. Ele não me entregou o recibo. Ficou enrolando para entregar o recibo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual carro o senhor comprou?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Um escort.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um escort. Que ano?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – 91, eu acho que é, 92.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto o senhor pagou?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – 4 mil e uns quebradinhos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí você devolveu?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele te deu o dinheiro de volta?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sem problema?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sem problema.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daniel da Silva.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Conheço também da estrada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é motorista?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Faz parte também dessa...

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Giovani Silveira.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Também conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Amarildo da Silva.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Márcio Riques.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – É caminhoneiro também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Amigo?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Isso, da estrada também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Muito tempo?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Cerca de uns dois anos e meio por aí, três anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – André Luiz Faer?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Conheci numa situação em Curitiba, em um restaurante, almoçando junto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Isso tem uns seis a oito meses por aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já respondeu quantos processos?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhum. Só esse que o senhor está respondendo agora?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – A gente podia caminhar mais, mas está na mesma situação dos outros, né? Estão bem orientados.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA – Antônio, você sabe que a sua situação é bem complicada, né? Fiz uma pergunta.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Eu não sei responder essa pergunta.

O SR. ROBSON TUMA – Então, eu lhe falo que está. Você sabia que o seu telefone estava grampeado?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – O telefone 9971-7042 é seu?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então você sabe que nós temos um monte de gravação e conversas telefônicas em que você está conversando com outras pessoas da quadrilha. Você sabia disso?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Eu desconheço.

O SR. ROBSON TUMA – Você quer ouvir?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Eu de gravação... A dona juíza, S. Ex^a lá falou para mim, e desconheci de tudo.

O SR. ROBSON TUMA – Mas você quer ouvir a voz para ver se é a sua?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Se o senhor quiser colocar... Eu desconheço as fitas, né.

O SR. ROBSON TUMA – Mas então você quer ou vir para ver se é sua? Eu vou pôr para você ver se é sua então.

O SR. – Cuca?

A SR^a – Quem?

O SR. – É o Tonhão.

A SR^a – Ah, tá. Vou passar para ele. Só um momento.”

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Eu desconheço.

O SR. ROBSON TUMA – Vamos lá, tenho outras coisas mais interessantes. Você acabou de dizer para o Deputado Oscar que não conhecia o Amarildo. Então vou por uma conversinha telefônica sua com o Amarildo para você ouvir a sua voz.

O SR. – É o “F”.

O SR. – É o “F”?

O SR. – É, o “F” de “foda”. É o Foquinha.

O SR. – Fala, Foquinha. Eu estou em casa; estou em casa não, estou na BR, aqui na 101.

O SR. – Tá sozinho?

O SR. – Não, tá eu e o Adriano.

O SR. – Que que o Paulo Cu faz aí.

O SR. – O Paulo Cu?

O SR. – É.

O SR. – Tu conheceu Adriano? Claro, é o (?)

O SR. – Não.

O SR. – Não? Pensei que era ele.

O SR. – Não, não.

O SR. – O teu amigo.

O SR. – Tá louco. Tu tá aonde?

O SR. – Eu tô aqui, em Belo Horizonte.

O SR. – Em Belo Horizonte, já?

O SR. – Já. Aqui trabalha o Foda, não é macho?

O SR. – Porra, vai tomar no cu. Tá louco.

O SR. – E aí?

O SR. – Pera aí, vou pegar o telefone aqui. Tá louco.

O SR. – Por quê?

O SR. – Viaja demais.

O SR. – É claro, rapaz, tu não quer-me ajudar, tu é foda, não é Tonhão?

O SR. – Porra, mas não é querer não, cara.

O SR. – Seu sonho é ter essa parada antes (?)

O SR. – Foquinha, o negócio é o seguinte...

O SR. – (?)

O SR. – O problema é o seguinte: ali...

O SR. – Agora vou-te falar uma coisa: vou fazer uma parada contigo. Se tu botar aquele alemão filho da puta, não faço, não. Sabe qual alemão que estou falando.

O SR. – Estou dizendo. Sei qual que é.

O SR. – Tu sabe, aquele que fez uma sacanagem do caralho, o filho da puta está-me devendo o carro e ainda mais uma comissão de dois conto.

O SR. – Aquele bicho é sem-vergonha.

O SR. – Se você botar esse bicho na parada, não faço nada, não.

O SR. – Não, não. O negócio é o seguinte: eu não fiz já essa parada tua da subida aqui porque tá todo mundo, o (?) todo já está sabendo. Entendeu?

O SR. – Pois é, mas tu viu o lá do cara fazendo o caminhão, passar esse caminhão para o meu nome. Tu sabe que tá sujo lá.

O SR. – Tu fez o documento?

O SR. – Eles tavam fazendo lá em baixo.

O SR. – Não, não, eles estavam no...”

O SR. ROBSON TUMA – E aí?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço. Apelido de Tonhão tem um monte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era a sua voz?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Acho que não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, acho que vamos perder tempo, ou vindo a fita e ouvindo palavras de baixo calão, palavras bagaceira. E a voz é dele, todo mundo sabe que é dele.

O SR. ROBSON TUMA – Mas é importante, Deputado...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sei que é importante, mas ele vai negar, vamos ficar ouvindo uma fita que ele vai negar. Acho importante evoluirmos, para depois chegarmos o quanto antes para ouvir, em sessão fechada, o Adriano, para vermos o que o Adriano tem para dizer, para esclarecer, enfim, para que possamos avançar nesta questão, se não vamos ficar aqui rodeando. Ele vai negar, negar. A voz é dele, a gravação é dele; aquilo que foi mostrado que letra do outro lá, era dele a letra. Eles são capazes de olhar no espelho e não reconhecer que quem está dentro do espelho é eles.

Temos que avançar nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Apenas vou ouvir mais uma fita aqui, a pedido do Deputado Robson Tuma e em seguida vamos pedir a testemunha que permaneça à disposição da CPI para uma possível acareação.

O SR. ROBSON TUMA – Tonhão, Antônio Bruner, além de termos aqui a confirmação de que é o seu nome, a ordem judicial determinando que seu telefone fosse grampeado escutado, gravado, temos a sua negociação com pessoas da quadrilha, aonde são citados outros nomes que inclusive estão aqui para depor. Tem várias pessoas com o Tonhão. Até concordo, mas Tonhão, Adriano, enfim várias pessoas que se falam, que conversam, que negociam, exatamente os mesmos que estão aqui para depor, aí já é demais!

Mas o senhor não é tão bonzinho como parece.
Vamos ouvir:

“A SRª - (?) hoje, às 10:30. Ele falou: Antônio, esse cara não serve, Edson. Por que se vocês têm negócio com ele é melhor parar.

O SR. – Não, esse é o último cheque. Não tem mais negócio com ele.

A SRª – Não, nem dá, amor, nem dá.

O SR. – Vou arregaçar ele. Só estou esperando (?)...vou arregaçar ele. Eu falei pra ele.

A SRª - É, né? Então, tá. Outra coisa...”

O SR. ROBSON TUMA – O senhor vai arregaçar ele. Arregaçar ele.

“A SRª - Até amanhã o telefone lá em casa tá instalado, viu? Porque aquele outro, amor, aquele outro ainda não deu certo.

O SR. – Por quê?

A SRª - Porque o reconhecimento tem que ser por verdadeiro e não por semelhança...”

O SR. ROBSON TUMA – Falsifica coisas também?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Tonhão, deixa eu fazer uma pergunta: o senhor está sabendo que foi grampeado o telefone?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Fiquei sabendo a partir do Dr. Renato, ontem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então o senhor sabe que foi grampeado o seu número de telefone. O senhor sabe algum outro Tonhão que tem o mesmo número do seu telefone? O senhor disse: “Tonhão tem muitos”. O senhor conhece algum Tonhão que tem o mesmo número de telefone que o seu?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não posso afirmar pro senhor isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor pode afirmar. Se o senhor conhece pode dizer: - Eu conheço. É fulano. Ou não conheço.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não posso afirmar pro senhor que eu não conheço, sei lá se conheço ou não, não posso afirmar nada disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe quem o senhor é?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem o senhor é?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Meu nome é Antônio Bruner.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Apelido Tonhão?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Se é que estão falando...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então o senhor não sabe nem o seu nome, seu apelido, sua alcunha. Se é o que estão falando... O senhor não é Tonhão? Chamam o senhor comumente assim de Tonhão? É como o senhor se identifica? Eu sou o Tonhão?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Eu me identifico como Antônio Bruner.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse é seu nome?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas várias pessoas têm apelido. O senhor não tem apelido nenhum?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Tenho. A minha esposa me chama de Tony.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah! Sua esposa te chama de Tony. E as pessoas também de chamam de Tony? O senhor está debochando da CPI. O seu telefone foi grampeado, o número é aquele, o seu apelido é Tonhão e aí tem um outro Tonhão com esse mesmo nome e com o mesmo número de telefone? Claro que não tem e é uma bobagem ficar negando. O senhor está passando por ridículo. Agora, não vamos ficar ridicularizados porque sabemos tudo o que o senhor está sabendo e é bom que o senhor saiba que tudo o que o senhor sabe estamos sabendo também. Temos que ter as coisas claras, cristalinas e transparentes é isso que o senhor está se enganando.

O senhor pode enganar um por um dia, muitos por muitos dias, dizem até que dá para enganar todos por toda a vida porque vida é tão curta que morremos enganados. Mas o senhor não pode enganar o senhor mesmo. O senhor está querendo enganar o senhor mesmo. Eu não sou Tonhão, o número do telefone é meu, mas não sou eu quem está falando. O Tonhão é outro que está falando no meu número de telefone. O senhor está brincando com coisa séria.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor tem telefone em casa?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Tenho.

O SR. ROBSON TUMA – Faz tempo?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Faz.

O SR. ROBSON TUMA – Pouco tempo?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim.

O SR. ROBSON TUMA – Mais uma coincidência, Sr. To nhão. O se nhor mes mo está con fir man do – e todos ouviram aqui – uma conversa da instalação do telefone há pouco tempo. Isso está confirmando que o telefone de casa está instalado há pou co tempo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Antônio, vamos suspender o seu depoimento. O senhor ficará aguardando e vamos fazer uma recomendação ao Papa para o senhor conseguir uma cadeira no céu. O senhor não sabe nada, não viu nada, não conhece nada, não participou de nada. O senhor tem filhos?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Que idade eles têm?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – O mais velho tem 13 e a menor tem 3.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor não se envergonha do exemplo que está dando para os seus filhos? O senhor não pensa nisso? No problema que o senhor causa aos outros, que a mentira tem pernas curtas e tudo o que estamos perguntando aqui nós já sabemos que está tudo provado. Por que o senhor insiste na mentira? O senhor está jogando fora a oportunidade de que a CPI lhe dá, de proteção, de lhe facilitar as coisas.

O senhor está dispensado. Eu pediria à escolta que o aguardasse em um lugar reservado até deliberação posterior.

Solicito ao Sr. Secretário que conduza a este recinto o Sr. Sanderley Henrique Ouriques. (Pausa.)

Sr. Sanderlei, o senhor foi intimado a comparecer e depor perante uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apura em todo o Brasil o roubo e a receptação das cargas roubadas. O senhor vai depor diante de um Senador e três Deputados Federais. Vou lhe fazer algumas perguntas que peço que responda.

Qual o seu nome completo?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Sanderlei Henrique Ouriques.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual a sua identidade?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – De cabeça não sei.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Tem ela consigo?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual a sua idade?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – 30 anos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual o seu CPF?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Também não sei de cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O Sr. é casado?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Onde reside?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Em Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Endereço.

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Rua Agostinho José Cognato nº 700.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual a sua profissão?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Soldador.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor é parente de alguém envolvido nessa questão que estou dizendo?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor se dispõe a dizer a verdade, somente a verdade, sobre o que foi perguntado diante desta Comissão?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor fica advertido de que a falta da verdade pode agravar a sua situação nos termos do que dispõe o art. 203 do Código do Processo Penal. O senhor está preso?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Fique também advertido que toda a manifestação sua aqui

pode ser usada no processo contra o senhor. O senhor concorda em dizer a verdade?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Favor assinar o termo de compromisso.

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Eu sou obrigado a falar?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor vai falar o que for perguntado e se for conveniente responder. O senhor não é obrigado a responder.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por curiosidade, Sr. Presidente, cada um que chega aqui, quando V. Ex^a faz a qualificação, pergunta se é obrigado a falar. Parece que está orquestrado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Vou passar a palavra ao Relator, Deputado Oscar Andrade, que vai questioná-lo.

Quero fazer uma advertência. Na verdade, não é bem uma advertência, é um convite e uma orientação. Você, se quiser, tem todo o direito de falar conosco reservadamente, diante das pessoas, longe das câmaras, longe da imprensa, enfim, numa conversa realmente reservada. Ali você tem toda liberdade de dizer tudo que acha que deve dizer no sentido de ajudar na elucidação desses fatos.

Quero dizer que o nosso interesse, da Comissão, é apurar toda essa situação no Brasil e não pretendemos, de forma nenhuma, pegar o peixe miúdo, pegar aquele que está na ponta. Na verdade, queremos esclarecer quem são os receptadores, quem realmente lucra com isso tudo. Na verdade, vocês não lucram nada, ao contrário, estão pagando cana, comendo cadeia por conta do enriquecimento dos outros.

Há um programa do Governo Federal que facilita, que protege testemunhas. Nós podemos abrir a possibilidade dos benefícios dessa lei para você, os Deputados e Senadores têm essa possibilidade, essa prerrogativa. Podemos transferi-lo daqui para uma outra cidade, para Brasília, se você julgar necessário.

Você pense e reflita sobre isso. Se você quiser falar conosco reservadamente, pode ser extremamente bom para você, para facilitar a sua vida, para ajudar a minimizar a pena, por que já temos tudo praticamente comprovado através das provas que já foram produzidas em juízo e fora dele. Portanto, sua colaboração só vai lhe ajudar, mas o inverso também é verdadeiro. A sua recusa em responder, a sua má vontade no sentido de colaborar com a Comissão só pode agravar sua situação perante a Justiça.

Feita essa advertência e esse esclarecimentos, pense e reflita sobre isso. Se quiser falar reservadamente, nós suspendemos agora e, num outro momento, vamos conversar só você, os três Deputados e eu, que estou presidindo neste momento esta CPI.

Você quer proceder dessa forma?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Quero falar aqui mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Falar aqui mesmo?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor já respondeu a quantos inquéritos policiais?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Já respondeu algum processo, já foi preso alguma vez por outro motivo?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Nunca respondeu nenhum processo, nenhum inquérito policial.

O SR. OSCAR ANDRADE - esse é o primeiro?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Esse é o primeiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor participou dos assaltos aos caminhões?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor explica que a Polícia Civil de Santa Catarina reuniu muitas provas, inúmeras, inclusive, apreensão de mercadorias, escuta telefônica autorizada pela Justiça, o que demonstra a existência de uma das maiores quadrilhas de roubo a carga no Sul do País, com a sua participação? O que o senhor diz a respeito disso?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES - Isso eu já falei em juízo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor pode falar aqui de novo, não há nenhum problema.

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES - Não tenho nada para falar. Sobre isso aí não tenho nada para falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não quer falar?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor está acompanhado do advogado. O seu advogado está presente?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não sei se ele está aí.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você combinou com ele para vir aqui?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não, não sei se ele está aí.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você quer falar sobre as empresas que compravam as cargas, que é o mais importante para nós, a receptação. Por exemplo, deixa eu tentar refrescar sua memória: a rede de lojas Casas Centro, Futura, Supermercado Fratel e Unimax. Quer falar sobre isso?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não conheço nada disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Adriano?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – De vista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só de vista? Quanto tempo?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Uns quatro mês aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você viu ele quantas vezes?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Isso eu já falei em juízo, Doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não tem problema nenhuma você falar, aqui, de novo. Você é amigo dele?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Mais ou menos. Isso eu já falei em juízo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Altair?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Antônio Bruner?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – O Antônio, conheço ele mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – É seu amigo?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais ou menos, como que é?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Assim, de vista. Assim...

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é que você sabe sobre o envolvimento dele em roubo de carga?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nada? De quem que é o telefone (047) 437-67-37?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – De onde é?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Da minha residência?

O SR. OSCAR ANDRADE – Da sua residência. Qual é a sua relação com Tonhão?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Eu já falei em juízo.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem que é o telefone (047) 99-71-70-42?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Já falei em juízo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sobre esse telefone?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Por favor... Nós estamos falando para o senhor; o senhor olha aqui para nós, não fica com a cabeça baixa.

O SR. OSCAR ANDRADE - Nós temos várias gravações desses dois telefones da sua casa; e o segundo, que é do Tonhão, quando vocês combinavam a ação em três cargas roubadas: uma de geladeira, uma de móveis; e a outra de produtos diversos.

Você lembra disso, você conversando com Tonhão?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Já falei em juízo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – já que o senhor dispôs a assentar e responder às perguntas, repita o que o senhor disse em juízo. Ou o senhor está achando que aqui só tem menino!

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual é a sua ligação com Alemão? Conhece Alemão? Valcir Inácio Graves.

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Conheço ele, que ele fazia serviço, na oficina, lá onde trabalho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual oficina que você trabalha?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Na oficina do meu irmão lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Oficina de mecânica?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – De mecânica. Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – De automóveis?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – É, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – É de seu irmão?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aonde?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – No Costa e Silva. Lá perto do meu endereço.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Ale mão ia lá?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Fazia serviço com nós, na oficina.

O SR. OSCAR ANDRADE – Consertar lá.

Você trabalhava com seu irmão?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como que eram feitos os desvios de mercadoria, simulando roubo?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Raimundo Ramos Júnior?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Luziléia Alves?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sérgio Lopes de Souza?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Leniberto de Souza?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Altair?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alta ir da Silva Dias, você não conhece?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Certeza?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luís Carlos Severino?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sebastião Cândido Gouveia Sobrinho?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marco Antonio Furquim dos Santos?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, eu até acho desnecessário ler o resto aqui dos nomes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só saber o número do seu telefone. Por favor, o número do seu telefone.

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – 473-67-37.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe que esse telefone foi grampeado?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe que foram escutadas todas as conversas?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas se foi grampeado, porque você acha que foi grampeado? Então, essas pessoas que o senhor diz que não conhece ninguém, para muitas delas o senhor ligou do seu número, do seu telefone, ou ligaram para o seu telefone, conversaram com o senhor – oh, quantas vezes! -, tratando de negócios. E senhor diz que não conhece as pessoas. Por quê?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhece, mas temos gravado o senhor conversando com essas pessoas várias vezes. Não é? Não é verdade a gravação?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Já depus em juízo já.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não quer falar? O senhor sabe que quem cala consente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você quer ouvir a gravação para constatar que foi você que falou ao telefone? Há horas e horas de fita gravada do telefone de sua casa, todas as conversas. Você quer ouvir?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra ao Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA – O Sanderley está aqui e eu já o vi algumas vezes respondendo que já fez declarações em juízo. Eu quero dizer-lhe que esta é uma nova investigação sobre a sua vida e sobre os seus erros. Nós não temos absolutamente nada a ver com as declarações que já fez em juízo. Esta é uma nova declaração. A Lei nº 15.079, de 1952, que dá as diretrizes às Comissões Parlamentares de Inquérito, é clara. Vou ler a lei para o senhor ver que isso pode agravar, agravar muito a sua situação:

“Art. 4º. Constitui crime impedir, tentar impedir mediante violência, ameaça ou assuasdas, o regular funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito ou o livre exercício das atribuições de qualquer de seus membros. Pena: a do art. 329 do Código Penal.”

No inciso II, que é onde o senhor entra, que passo a ler: “Fazer afirmações falsas, falsear ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. Pena: a do art. 342 do Código Penal”, que passo a ler em seguida: “Reclusão, além de multa e de 1 a 3 anos de prisão”.

Veja só como a sua resposta pode agravar a sua pena. Não vou perder tempo querendo a sua prisão em flagrante por esse delito, porque já é um preso. Prender preso não adianta. Mas a representação para agravamento da sua condenação, se continuar dando essa resposta, será feita e isso complicará a sua vida perante a Justiça.

Você quer ouvir a sua voz para ver se é sua mesmo? Responda!

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor não quer ouvir sua voz? Então o senhor tem certeza de que essa é a sua voz?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não sei se é.

O SR. ROBSON TUMA – Você não quer ouvir para ver se é? Estou dando-lhe a oportunidade.

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Você está conversando aqui com o Tonhão. O Tonhão pediu para ouvir a voz dele. Aqui há uma conversa sua com o Tonhão, o Antonio, que acabou de sair da qui. Vai ficar só a versão dele? Responda! Quem cala consente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Responda, por favor.

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Não quero ouvir.

O SR. ROBSON TUMA – Não quer ouvir? Vai ficar a versão do Tonhão. É isso?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Pode ser.

O SR. ROBSON TUMA – Então, quero lhe dizer que aqui temos uma gravação sua, quase implorando para o Tonhão lhe arrumar um serviço, para fazer um roubo de um carro, de uma carga, porque você estava precisando de dinheiro, porque os móveis, fruto de um outro roubo, não eram vendidos, mas que você tinha guardado, escondido, um carro novo que tinha sido roubado para ser vendido, que estava na sua garagem, mas precisava fazer alguma coisa rápida e estava na expectativa de que recebesse o dinheiro dos móveis. E aí?

O SR. SANDERLEI HENRIQUE OURIQUES – Já depus em juízo. Desconheço isso.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, peço, então, que também entremos com uma representação sobre o crime previsto na Lei nº 15.079, no seu art. 4º, inciso II.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – V. Exª será atendido no requerimento.

Diante da recusa do depoente em colaborar com os trabalhos da CPI, vamos dar por encerrada a sua participação, recomendando aos policiais que o mantenham em uma sala separada, até posterior deliberação da Comissão.

Há requerimento sobre a mesa, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, nos seguintes termos: “Requeiro, nos termos regimentais, as quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico de Adriano José Darrós, Julieta Michells, Antônio Bruner, vulgo Tonhão, Sanderley Henrique Ouriques, Daniella Silva, Giovanni Silveira, Altair da Silva Dias, Cláudio Inácio Graves, vulgo Alemão, Vanderlei Dalmolin, conhecido por Vavá, e André Luiz Fainn, os quais foram presos preventivamente pela Justiça Criminal de Santa Catarina por envolvimento com roubo e receptação de cargas roubadas.

Requeiro ainda, após ser decidida a presente quebra de sigilo, seja solicitado à Exmª Juíza da Primeira Vara Criminal de Joinville, Drª Patrícia Noli, o envio de cópia de todos os cheques, transcrição de fitas gravadas e demais documentos sigilosos apreendidos pela Polícia Civil de Santa Catarina, nos autos

do inquérito policial que apurou as atividades ilícitas da referida quadrilha.”

Nos termos do Regimento, este requerimento será colocado em discussão em Brasília, quando haverá número legal para a sua decisão.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Pela ordem tem a palavra o Sr. Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA – Todos os nomes estão aí?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, só para reforçar, sei que não temos quórum hoje para decidir sobre esse aspecto, mas para deixar claro que já tem as gravações feitas dos telefones da quadrilha, está tipificado o crime, as coisas estão bem encaminhadas no aspecto material, mas eles estão dando uma desculpa, acho que esfarrapada, que a CPI tem que descobrir de uma vez por todas, de que todo esse dinheiro que transita na conta do Adriano seria de troca de cheques, de agiotagem, de **factoring**, dê-se-lhe o nome que se queira dar. Na verdade, precisamos abrir a conta, fazer o cruzamento do cheque e ver toda essa movimentação para provarmos que eles roubaram carga, comercializaram, ganharam dinheiro em função disso, que o dinheiro que transitou na conta nunca foi declarado para o Fisco, para o Imposto de Renda, que eles não prestam conta para ninguém, porque esse dinheiro, naturalmente, é mal havido. Por isso a quebra de sigilo bancário.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Relator, o Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Pompeo, entendendo que essa medida vai ser muito boa, mas até como auxílio à Justiça, porque na verdade sabemos de tudo. O nosso objetivo aqui é maior. A polícia já tem provas contra essa quadrilha, eles vão ser condenados, sabemos disso, está tudo muito claro. Precisamos chegar, o nosso passo tem que ser maior. Que isso vai ajudar, não tenho dúvidas, mas vai ajudar consideravelmente a Justiça a determinar, quando forem julgadas, as condenações.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Antes de suspender os trabalhos para voltarmos à tarde, tendo em vista que os outros deputados estão marcados para tarde, quero apenas comunicar aos presentes que eu, de moto-próprio, vou colocar em discussão em Brasília a quebra do sigilo fiscal pelo menos, solicitar da Receita Federal uma fiscalização e uma devassa nessas empresas que estão citadas neste inquérito, porque essas são os verdadeiros fraudadores, são os que compram a carga roubada. Como há

denúncias claras, manifestação expressa, com nome de empresas, estas empresas deverão ser fiscalizadas pela Receita Federal, solicitando também à Secretaria da Fazenda Estadual para que proceda da mesma forma, para se apurar, sem nenhum receio de que aqueles que não devem não têm o que temer. É preciso colocar a mão nesta quadrilha. Não é possível o País conviver com um absurdo desta natureza, onde só nesse inquérito são mais de vinte, trinta caminhões apreendidos de carga roubada, já comprovado, e tudo isso destinado a supermercados conhecidos, empresas conhecidas, lojas conhecidas. Não é possível a convivência com essa criminalidade.

Quero, portanto, suspender os trabalhos por uma hora para que possamos, na parte da tarde, continuar ouvindo as pessoas aroladas.

O SR. ROBSON TUMA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra a Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA – Acho importante não estar aqui entre os convocados, mas que nós, através de convite, ouvíssemos autoridades policiais que investigaram a quadrilha para que elas também coloquem o seu testemunho daquilo que aconteceu em todo o processo investigatório, que fique nos Anais da Casa e que eventualmente inclusive possamos fazer com que haja uma acareação da autoridade policial com os acusados, a fim de, obviamente, os deixarmos em situação realmente delicada com a demonstração de tudo que já se sabe a respeito deles. Se a autoridade obviamente concordar na acareação. No caso de ouvir, acho que seria de extrema necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Vamos deliberar isso na parte da tarde.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acareação não, não é?

O SR. ROBSON TUMA – Se ele quiser, sim.
(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Já perguntei o seu estado civil?

O SR. DANIEL DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Daniel, vou passar esse documento, que é o termo de compromisso, que o senhor acabou de assumir dizer a verdade, para o senhor assinar.

Sr. Daniel, qual é o motivo de o senhor estar preso?

O SR. DANIEL DA SILVA – Eu tinha bastante envolvimento com o Tonhão e com o Adriano. Com-

prei uma carreta que seria do Antônio Bruner e foi vendida faz uns...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Antônio Bruner é o Tonhão?

O SR. DANIEL DA SILVA – É o Tonhão. E ela foi vendida agora e recentemente, há um ano atrás, eu vendi uma graneleira que eu tinha para ele também. E com o Adriano eu tenho dinheiro aplicado na mão dele, porque ele fazia tipo empréstimo pessoal e tentei negociar uma carga de um amigo meu com ele.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Carga objeto de furto?

O SR. DANIEL DA SILVA – É.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor pode deixar o microfone e vir aqui conversar um assunto pessoal? Venha por aqui.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Antes de reiniciar o depoimento do Sr. Daniel, gostaria de recomendar aos Srs. Deputados que hoje realmente possamos cumprir o Regimento na parte da tarde, procurando ser o mais objetivo possível, tendo em vista termos mais quatro depoentes e ainda o delegado que presidiu este inquérito que estamos analisando aqui.

Sr. Daniel, o senhor vai ser interrogado pelo Deputado Oscar Andrade, que é o Relator da CPI. Com a palavra o Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Daniel, por que motivo o senhor está preso, repita para nós, por favor.

O SR. DANIEL DA SILVA – Pelo motivo de ter me envolvido bastante, liguei bastante para quem no caso estão sendo acusados de serem os líderes da quadrilha, da possível quadrilha e...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tinha uma relação com ele?

O SR. DANIEL DA SILVA – Comprei uma carreta dele, a gente já se conhece há dois anos, mais ou menos, três anos na estrada, já puxamos juntos na mesma transportadora, já vendi uma carreta e comprei uma carreta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com quem? Adriano?

O SR. DANIEL DA SILVA – Tonhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tonhão.

O SR. DANIEL DA SILVA – Adriano, conheço ele do Aventureiro, bairro onde eu moro, e tinha uma academia antigamente, malhava na academia...

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua profissão é?

O SR. DANIEL DA SILVA – Motorista de caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Motorista. Tem caminhão?

O SR. DANIEL DA SILVA – Tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – É autônomo, tem um caminhão, uma carreta?

O SR. DANIEL DA SILVA – Um cavalo mecânico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual?

O SR. DANIEL DA SILVA – Um 1929, ano 84.

O SR. ROBSON TUMA – Mercedes?

O SR. DANIEL DA SILVA – Mercedes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em função disso, foi preso? Quando o senhor foi preso tinha carregar ou bada no seu caminhão?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não se senhor. Fui roubado do faz três anos, eu acho, mais ou menos, no Estado de São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi roubado?

O SR. DANIEL DA SILVA – Fui roubado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carga. Estava dirigindo? Carga de quem?

O SR. DANIEL DA SILVA – Estava dirigindo. Carga de geladeira.

O SR. OSCAR ANDRADE – E essa carga...

O SR. DANIEL DA SILVA – Lá de São Paulo para Paraná.

O SR. ROBSON TUMA – E era carga normal?

O SR. DANIEL DA SILVA – Carga normal de geladeira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi roubado onde?

O SR. DANIEL DA SILVA – Entre Sorocaba e Votorantim, um trajeto que tem ali.

O SR. OSCAR ANDRADE – E para onde foi levada?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi roubado realmente?

O SR. DANIEL DA SILVA – Fui roubado realmente, na época foi comprovado, acharam-me acorrentado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não foi o golpe do seguro não?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não senhor. Acharam-me acorrentado no mato, até na época o pé inflamou, porque colocaram tipo um marcapasso, ficou muito apertado, caminhei para BR 02 quilômetros pedindo auxílio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já respondeu a algum inquérito policial?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor. Só um de um acidente que tenho em Curitiba com o caminhão, faz uma média de cinco anos, eu atropeliei um ciclista que estava indo a trabalho...

O SR. OSCAR ANDRADE – Só de acidente de trânsito?

O SR. DANIEL DA SILVA – Sim senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E está respondendo este agora?

O SR. DANIEL DA SILVA – Sim senhor. A seguradora não indenizou ele direito e estou sendo processado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor confirma...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor confirma ter realizado vários transportes de carga roubada?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Nunca transportou carga roubada?

O SR. DANIEL DA SILVA – Se transporte, não sabia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas hoje você sabe que era roubada? Precisamos saber.... Na verdade, nós estamos aqui te dando um crédito, porque realmente você está dentro dessa história de gaiato, mas você confirma que transportou várias cargas roubadas, sem a sua responsabilidade?

O SR. DANIEL DA SILVA – Várias não posso dizer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas foram?

O SR. DANIEL DA SILVA – Já fiz frete, mas geralmente a gente nunca pega uma carga sem nota, então, a partir do momento em que me deram uma nota para viajar, para mim...

O SR. – Deixe-se só completar o que o Relator disse. O fato de você ter feito o transporte da carga não significa que você seja culpado por aquilo, então você pode falar tranquilamente, primeiro porque já está confirmando que já tem o problema aqui, não é isso? É porque há uma acusação de carga roubada, você pode falar de maneira genérica, explicar quantas cargas você fez para esse grupo, enfim, sem saber se era roubada ou não, você pode até...

O SR. DANIEL DA SILVA – Eu tentei negociar com Adriano José Dários duas cargas: uma não deu certo, era uma carga de malha, ele não quis, na época não se interessou. Tinha uma gravação, até o Dr. Renato viu que não se concretizou. E outra era uma carga de fio que depois o motorista disse para mim que foi roubada, passei os dados todos para ele, po-

rém o motorista nega, diz que foi roubado mesmo, que ...

O SR. ROBSON TUMA – Desculpa, só para entender. Você é que levava para o Adriano a carga para...

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Como é que você falou: eu ofereci para o Adriano uma carga...

O SR. DANIEL DA SILVA – Uma carga de fio, mas no caso o motorista estava vindo e ia ser feito o acerto onde iam entregar o caminhão e tal, mas não chegou a ser concretizado.

O SR. ROBSON TUMA – Mas era sua? Você estava passando para o Adriano?

O SR. DANIEL DA SILVA – Estava passando para ele, era de um colega meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Seria carga roubada?

O SR. OSCAR ANDRADE – Era de quem?

O SR. DANIEL DA SILVA – Ele, no caso, ia fazer o desvio, a carga vinha de Fortaleza.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem é que era?

O SR. DANIEL DA SILVA – A transportadora?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, o dono da carga? Você falou que era de um colega...

O SR. DANIEL DA SILVA – Írio Gonçalves, o motorista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ílio?

O SR. DANIEL DA SILVA – Írio Gonçalves.

O SR. ROBSON TUMA – Era o seu amigo?

O SR. DANIEL DA SILVA – Amigo.

O SR. ROBSON TUMA – Então, na verdade você ficava sabendo da carga que vinha, se tivesse comprador, aí que vocês faziam a interceptação e roubavam a carga, é isso?

O SR. DANIEL DA SILVA – É, aliciou ele a desviar a carga.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Esse seu amigo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você o aliciou?

O SR. DANIEL DA SILVA – É, no caso aliciou ele, né?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Convenceu ele?

O SR. DANIEL DA SILVA – Convenci ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele não topou o negócio, não fez o negócio?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, estava tudo acertado, aí, em cima da hora, foi dado, tipo um negócio, porque ele ligou para mim e disse: Ó, Daniel não

vai dar, meu caminhão está assim, assim, assado. Aí, uma semana depois, soube que ele foi roubado, na mesma viagem que ele vinha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Provavelmente ele fez sozinho o negócio?

O SR. DANIEL DA SILVA – É, aí é uma coisa que não posso afirmar, porém eu fiquei cabrero com ele, chegamos a ter uma discussão e tudo. Cheguei a ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o nome dele?

O SR. DANIEL DA SILVA – Írio Gonçalves.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Írio Gonçalves. E ele está preso também?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não sei, ele chegou a ficar preso sete dias no primeiro distrito e foi liberado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe o endereço dele?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não senhor, de cabeça não.

O SR. ROBSON TUMA – Vamos convocá-lo, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele mora aonde?

O SR. DANIEL DA SILVA – Ele mora perto do presídio, agora nome...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele tem caminhão também?

O SR. DANIEL DA SILVA – Tinha um velho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E onde é que foi roubada a carga dele?

O SR. DANIEL DA SILVA – Guaramirim, ou Jaguará do Sul, parece, naquela ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aqui em Santa Catarina?

O SR. DANIEL DA SILVA – Santa Catarina.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi roubada? E o que era a carga?

O SR. DANIEL DA SILVA – Fio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só fio. Cobre?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, não, fio de nylon, no caso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah! fio para malha, fio para tecido, para confecção?

O SR. DANIEL DA SILVA – Fio de tecido, confecção.

O SR. ROBSON TUMA – Como é que ele chama, desculpe-me, só para eu escrever aqui.

O SR. DANIEL DA SILVA – Írio Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Daniel, deixa eu lhe fazer uma pergunta. Veja, nessa hipótese do fio, alguém muito específico é que pode comprar fio. Não adianta você oferecer fio para mim, para ele, ninguém aqui vai comprar fio de malha. Quem compra um produto desse desviado, você tem idéia? Você pode dizer para a gente? Ainda que por sua posição.

O SR. DANIEL DA SILVA – É, ali é um negócio, tanto assim que ali, segundo a polícia, está tentando provar, o Altair era um cabeça, que eles passavam para o Altair, e nem com o Altair eles não queriam deixar eu ter um contato. Agora, se é que eles vendiam, supostamente vendiam...

O SR. OSCAR ANDRADE – Para tentar te ajudar, não sei se você lembra, se ouviu falar, ou escutava eles falando, você ou viu falar da Casa Centro, uma rede de lojas?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, saiu no jornal, até fiquei meio admirado, por que era uma loja aqui de Joinville.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a Futura?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a loja Rocha.

O SR. DANIEL DA SILVA – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Nessas conversas que você teve, ainda que por pouco tempo, com esse pessoal todo aí, você nunca ouviu dizer que a firma tal ou tal comprava produto...

O SR. DANIEL DA SILVA – Na Cônsul tinha um boato entre os motoristas, porque a gente descarregava na Dismar, no Paraná, e muitas vezes a gente ia lá descarregar uma geladeira, no depósito, e tinha umas etiquetas de outras lojas. Isso fica lá em Maringá. E muitas vezes comentávamos entre nós: "Pô, será que não são esses caras que estão nos roubando na estrada". Porque eu fui roubado praticamente no norte do Paraná, né? De Sorocaba ao Paraná faltavam mais cem quilômetros, até que o meu caminhão foi achado em Londrina, isso a 3 anos atrás, quando eu tinha o 1519. E na época conversávamos entre nós, motoristas, quando estávamos lá esperando para descarregar: "Pô, esse depósito aí está cheio de outro tipo de coisa, será que não são eles que andam pegando?"

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Que depósito? De quem que era?

O SR. DANIEL DA SILVA – Depósito de loja de móveis.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas que loja?

O SR. DANIEL DA SILVA – Dismar.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Dismar. Você disse isso no seu depoimento na Justiça?

O SR. DANIEL DA SILVA – Agora, para o delegado?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – É.

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, porque não foi chegado no caso, naquele meu roubo eles não perguntaram, conversamos mais foi sobre esse aliciamento do Írio. E na época nós, motoristas, chegávamos lá, olhávamos, por que teve uma fase que no norte do Paraná estavam roubando muitos caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Essa informação é importante. Dismar, de Londrina?

O SR. DANIEL DA SILVA – É Maringá.

O SR. OSCAR ANDRADE – É empresa de quê?

O SR. DANIEL DA SILVA – De geladeira.

O SR. OSCAR ANDRADE – É indústria?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, é uma loja. Só que é uma coisa que eu não posso chegar e falar se eles compram repassado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Dismar, em Maringá?

O SR. DANIEL DA SILVA - Em Maringá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Me conta dessa carga. Então essa carga não se consumou, não é?

O SR. DANIEL DA SILVA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí tem uma outra carga.

O SR. DANIEL DA SILVA – Que eu tentei aliciar um rapaz da Mudalar, mas ele não aceitou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que era a carga?

O SR. DANIEL DA SILVA – O que ele carregasse, no caso ele não estava carregado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não interessava?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, estávamos lá no norte, eu estava vindo com o meu caminhão e na época ele estava indo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas também não deu? Agora me conta então o seguinte: para quem você ia entregar essas cargas? Se você pegasse essa que ele te deu, o cabrito, e dessa outra que ele não se convenceu, para quem você ia vender essa carga?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, a princípio eu ia tentar negociar com o Adriano, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual Adriano?

O SR. DANIEL DA SILVA – O Adriano José Darós.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que não cogitar com ele? Você já tinha negociado outras vezes com ele?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor. É porque aqui em Joinville rolou um papo muito grande sobre esse negócio de carga. Na época todo mundo que era roubado era comentado: Ah! Será que vendeu, será que não vendeu?

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o Adriano era quem comprava essas cargas? Você sabia que ele comprava?

O SR. DANIEL DA SILVA - Eu não posso afirmar que era ele, porque, a princípio...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim. Mas tu conversou com ele? Tu ia vender pra ele. Conversou?

O SR. DANIEL DA SILVA - Sim. Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O que ele disse na conversa?

O SR. DANIEL DA SILVA - Ele falou que poderia ver se achava alguém que comprasse, que seguisse.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ou seja, ele intermediava o negócio?

O SR. DANIEL DA SILVA - É. Ele ia tentar repassar, no caso, para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quer dizer, ele aceitou a proposta?

O SR. DANIEL DA SILVA - Sim. A princípio...

O SR. OSCAR ANDRADE - De transacionar, de achar um caminho para...

O SR. DANIEL DA SILVA - Podia ser dado um jeito para...

O SR. OSCAR ANDRADE - Desde quando você conheceu Adriano?

O SR. DANIEL DA SILVA - Olha, eu conheço ele há uns 5 anos. E sobre isso daí, acho que no ano passado teve o envolvimento do Tonhão, que eu puxava na mesma transportadora com ele, ele foi detido em Guaramirim, e isso lá na transportadora foi muito comentado sobre isso e tal, só que eu com Tonhão nunca tive assim intimidade de chegar e perguntar para ele sobre isso. Outra vez nós chegamos a conversar e tal sobre esse negócio, mas nunca ceguei e falei: Ah! Tu fez isso?

O SR. OSCAR ANDRADE - Como era a relação de Tonhão e Adriano?

O SR. DANIEL DA SILVA - Ah! Isso é uma coisa que eu não posso dizer, não é? A princípio eu vi eles até discutindo a Delegacia. O Delegado queria que eu falasse que eles eram sócios, ajuíza perguntava-se...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não vai falar, só fala aquilo que é possível saber.

O SR. DANIEL DA SILVA - A gente só pode saber o que a gente tem certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE - Lógico. Até porque você está sob juramento.

O SR. DANIEL DA SILVA - E. E era uma coisa que eu não podia falar: se eles eram sócios, se eram amigos, mas eu não tinha nada a ver com o negócio deles.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quando tu conversava com Adriano, tinha mais alguém que.. Me conta como é que tu conheceu o Adriano.

O SR. DANIEL DA SILVA - A suposta mulher, noiva dele, tem uma loja que fica bem próximo de casa, tenho crédito lá e eu conheço ela acho que faz uns 10, 12 anos, já.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Agora, me conta como é que tu chegou no Adriano: Olha, Adriano, eu vou dar um “cabrito” numa carga. Como é? Tu abriu o jogo para ele? Ele te abriu o jogo? Como é que foi a conversa? Onde é que vocês se encontraram para ter essa conversa, a primeira conversa?

O SR. DANIEL DA SILVA - Depois que daí aconteceu esse negócio com o Tonhão, aí no Tonhão não quis chegar, eu fui falar com ele, aí, ele falou: Não, a gente pode ver. Mas, ele me disse se iria passar pro Tonhão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Há 5 anos atrás?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não. Isso...

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele te perguntou foi quando...

O SR. DANIEL DA SILVA - Quando eu conheci o Adriano?

O SR. OSCAR ANDRADE - É, quando você conheceu o Adriano, lá atrás.

O SR. DANIEL DA SILVA - Quando eu conheci ele? Foi há uns 5 anos atrás. Ele treinava na academia, sempre vinha da loja e...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tudo bem! E aí vocês começaram a transar esse negócio de comprar...

O SR. DANIEL DA SILVA - Não. Não. Aí, passou o tempo e tal, aí ele tem um cunhado que puxa as geladeiras da Cônsul. Agora faz dois anos que eu conheci o cunhado dele, Márcio Riques.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim.

O SR. DANIEL DA SILVA - Aí, conversa vai, conversa vem. Ele: Ah! Sou cunhado do Adriano, a minha mulher é irmã dele e tal. Aí, noutro dia, nós se

encontramos de volta, eu comecei a conversar com o Adriano, onde que nós entramos no assunto.

O SR. POMPEO DE MATTOS - No negócio de carga?

O SR. DANIEL DA SILVA - É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí tu disse que se tu pegasse carga...

O SR. DANIEL DA SILVA - Eu perguntei pra ele se eu arrumasse alguém que quisesse fazer o negócio, se ele dava um jeito e tal.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E ele?

O SR. DANIEL DA SILVA - Falou que dava um jeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E ele não disse aonde ia vender?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele não contou pra ti nenhum negócio que ele tenha feito, aonde ele vendeu as cargas, quem era que comprava as cargas?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não estou sabendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Veja bem, o que nós queremos é quem recepa carga. Por exemplo: uma carga de fio. O que tu vai fazer com uma carga de fio? Pra ti, isso não serve para nada. Para o Adriano, menos; para mim não serve, quer dizer, tem que ser para uma indústria, não é?

O SR. DANIEL DA SILVA - Com certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Alguém que vai confeccionar. E para comprar uma carga de fio não é qualquer indústria de quintal. É gente grande, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE - Nesse caso específico de fio, você já ouviu falar muito dessa relação de roubo de fio para essas indústrias daqui?

O SR. DANIEL DA SILVA - É. Veja bem, A partir do momento em que a pessoa pensa em cometer um crime, tem que ser um negócio que rende. A carga de fio é considerada uma das que têm mais valor, não é? Em termos assim...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Aqui na região, pelo menos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Aqui tem como vender, não?

O SR. DANIEL DA SILVA - É. Eles devem ter um lugar, eu não sei. Agora, eu, propriamente, não tenho pra quem vender.

O SR. OSCAR ANDRADE - Vamos falar no Tonhão. Quando você conheceu o Tonhão?

O SR. DANIEL DA SILVA – Tonhão? Quando eu puxava na Guells Light.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tonhão é o Antônio Bruner.

O SR. DANIEL DA SILVA - É. Antonio Bruner.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quando?

O SR. DANIEL DA SILVA - Quando eu puxava na Transportes Guells Light. Ele tinha um 1519 e na época eu tinha um 1519 também, que é um caminhão que tem fama de andar muito pouco na estrada: 60, 70km por hora. Então, pra acompanhar um 1519, só outro 1519.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quando está com carreta, não é?

O SR. DANIEL DA SILVA - É. Com carretalógico.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Claro.

O SR. DANIEL DA SILVA - É um caminhão que não desenvolve. Então, tem aquele ditado que diz assim: "É. Meu amigo tem que ter um 1519, senão não vai andar comigo". Daí, a gente chegou a fazer umas duas viagens juntos pra São Paulo e fomos andando juntos. Mas, na época, ele não mexia com isso. Se agora mexe, também não sei, mas nunca se comentou, porque na época ele tinha um caminhão que hoje vale R\$15 mil, R\$16 mil. E, depois disso, ele parou de puxar. Na época, ele comprou um truck, parece. Aí, eu não vi mais ele na Guells Light. Depois chegou o boato lá que ele tinha sido preso e tal. Foi uma carga que era da Transportes Mão, o motorista...

O SR. OSCAR ANDRADE - Isso foi há mais tempo?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não. Foi agora, no ano passado, em junho, parece.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você o conhece há quantotempo?

O SR. DANIEL DA SILVA - Eu conheço ele há dois anos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Há dois anos.

O SR. DANIEL DA SILVA - É. Na época da Guells Light.

O SR. ROBSON TUMA - Mas ele foi preso agora, mas não foi pelo mesmo problema que você?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não. Veja, bem, lá ele não foi preso, ele foi detido, porque, segundo, depois, ele me falou que ele tinha recebido para levar aquele caminhão, tanto é que ele entregou o galpão. Diz ele que não sabia que era roubado e parece que ele foi fazer um transporte. Depois o motorista andou abrindo para o dono da transportadora, em Guará-Mirim, onde que foi pego ele.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o Giovani da Silveira você conhece?

O SR. DANIEL DA SILVA - Conheço, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem é ele?

O SR. DANIEL DA SILVA - Ele mora no Aventureiro, servimos no Exército junto.

O SR. OSCAR ANDRADE - Com você?

O SR. DANIEL DA SILVA - Sim, senhor. Na mesma Companhia, estudamos juntos no colégio.

O SR. OSCAR ANDRADE - Então, é bem seu amigo?

O SR. DANIEL DA SILVA - É. Já até viajou no meu caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE - E a relação dele com essa moçada toda?

O SR. DANIEL DA SILVA - Ele teve um caminhão que era financiado, ele e a mãe dele, um caminhão que estava até no nome da mãe dele, e parece que o Adriano ou o Tonhão andaram fazendo um empréstimo pessoal, na época, para ele. Mas isso é uma coisa que não posso afirmar, porque não acompanhei os fatos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Só ficou sabendo.

O SR. DANIEL DA SILVA - É. Vi o caminhão. Na época ele me mostrou, foi lá em casa mostrar o caminhão e ele namorou, três anos, com a minha irmã mais nova também, a Carla da Silva.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele está preso também?

O SR. DANIEL DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele namorou com sua irmã?

O SR. DANIEL DA SILVA - Namorou com a minha irmã mais nova durante três anos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele foi um dos que você aliciou?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não, senhor. Na época que foi roubado, chegou a ser falado na Delegacia de Guará-Mirim, o Edão, patrão dele, por eu ser muito amigo dele, que eu que tinha feito o negócio, que eu tinha aliciado ele, porém ele mesmo falou que não e depois o Edão acabou confessando, parece que não. Não sei o porquê...

O SR. OSCAR ANDRADE - E ele foi roubado mesmo?

O SR. DANIEL DA SILVA - Até hoje ele afirma para mim que se alguém aprontou para ele foi o Edão. O Edão que mandou ele entregar o caminhão e depois falou que tinha sido roubado e mandou ele registrar a queixa, porque a carga estava no nome dele.

O SR. OSCAR ANDRADE - Vou citar alguns nomes aqui e, segundo os inquéritos e os depoimentos, estariam todos eles envolvidos com essa quadrilha de alguma sorte.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Antes desse, Deputado, Sanderlei? Conhece?

O SR. DANIEL DA SILVA - Sim, senhor. Lá na Delegacia eu conheci e de nome e de estrada ele puxando a transportadora Mudalar, onde eu puxei um tempo atrás. Na época, nós só chegamos a nos ver uma ou duas vezes, mas, agora, na Delegacia, fiquei conhecendo ele.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - E da Delegacia o senhor viu alguma coisa, se ele tem envolvimento com isso, com essa história toda?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não era muito comentado ali. Até houve muitas contradições entre nós mesmos, uns queriam falar umas coisas, outros outras, e a partir do momento que vi a minha fita, não tinha como negar que eu tinha aliciado o Írio, que eu tinha induzido ele a vender a carga. Eu resolvi...

O SR. ROBSON TUMA - A fita que eu mostrei é sua?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não, o senhor não mostrou.

O SR. ROBSON TUMA - Posso mostrar?

O SR. DANIEL DA SILVA - Pode colocar.

O SR. ROBSON TUMA - Veja se essa conversa é a sua.

Transcrição da fita:

“- Caiu a casa do monte, aqui ontem?

- Não tô sabendo.

- É, ele ligou pra nós. Era umas oito horas da noite, sete horas, oito horas...”

O SR. DANIEL DA SILVA - É, isso foi no dia que o Giovani avisou o Tonhão que tinha sido preso um pessoal no Aventureiro e o Tonhão estava perguntando para mim se eu conhecia.

O SR. ROBSON TUMA - Quem estava perguntando?

O SR. DANIEL DA SILVA - O Tonhão. Só que não tinha nada a ver com carga, nada. Era um pessoal que tinha sido preso lá, não sei o porquê.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Aconteceu alguma briga dentro da Polícia lá? Esse Adriano apanhou dentro da Delegacia?

O SR. DANIEL DA SILVA - Do presídio?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - É.

O SR. DANIEL DA SILVA - Que eu esteja sabendo não, porque, como eu depus na Delegacia,

quando chegou o primeiro depoimento no presídio, começou aquele bafafá: “ah, o cara depôs lá”. E eu sabia que tinha deposto lá e tinha assumido o meu crime. E o meu advogado era o mesmo que o dele. Um dia, eu falei para o Lavarda: “Pô, Lavarda, será que não vai ficar ruim para mim por eu ter deposto na Delegacia?” E o Adriano escutou aquilo e começou a espalhar dentro da cadeia.

E todo mundo chegava para mim e dizia: “Ah, você depôs lá e tal. E agora, cara? Você não falou? Cadê o seu depoimento?” Aí eu falei para o Lavarda trazer o meu depoimento, porque eu queria mostrar para a cadeia que eu tinha assumido o meu, porém não tinha prejudicado ninguém além daquilo que já estavam prejudicados. E o Lavarda, para não trazer o meu depoimento, porque iria prejudicar o Adriano, me tirou de dentro da cadeia, me colocou no regime semi-aberto, na época. Fiquei trinta dias no semi-aberto. Depois que o Adriano saiu. Agora, não posso dizer se ele foi ameaçado ou não. Eu, a princípio, não fui.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Dentre eles, quem comanda ali? Quem lidera ali dentro? Estou falando dentro da Delegacia?

O SR. DANIEL DA SILVA - Dentro do presídio?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Quem é que exerce uma liderança sobre os outros? Que fala: diz isso, diz aquilo, não fala isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Estão todos no mesmo presídio? É presídio ou é delegacia?

O SR. DANIEL DA SILVA - É presídio. Estamos todos no mesmo. O Tonhão, hoje, já está na cozinha. O Adriano, também, já está dormindo num beliche fora do presídio. Ele já...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Qual deles que é o que exerce essa liderança sobre os outros?

O SR. OSCAR ANDRADE - Fora do presídio?

O SR. DANIEL DA SILVA - O regime é semi-aberto já.

O SR. OSCAR ANDRADE - O Adriano?

O SR. DANIEL DA SILVA - O Adriano.

O SR. OSCAR ANDRADE - E você está lá dentro trancado? Você está vendo o que falei com você.

O SR. ROBSON TUMA - Semi-aberto, ele vai para casa e dorme ...

O SR. DANIEL DA SILVA - Não, não. Não é albergue ainda, o regime é semi-aberto.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas você viu o que lhe falei? É verdadeiro ou não? Você que está dentro

- e é o menorzinho - ainda está preso lá dentro e o outro está começando a ter regalias.

O SR. DANIEL DA SILVA - Ele serve até comida lá...

O SR. OSCAR ANDRADE - E ele apanhou. Isto aí é claro, todo mundo está sabendo. Ele apanhou lá dentro do presídio.

O SR. DANIEL DA SILVA - Ele, como se diz, foi "atropelado pelo trem" porque chegaram dois irmãos lá dentro.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quantos vagões tinha o trem?

O SR. DANIEL DA SILVA - Lá dentro, eu acho que chegaram a fazer uns 30 vagões, mas é porque ele tem o costume de querer enrolar o peito.

O SR. OSCAR ANDRADE - "Atropelado pelo trem" é tomar um pau de um punhado?

O SR. DANIEL DA SILVA - É. Aí chegaram dois motoristas lá a quem ele estava vendendo - parece que é o Van der lei e o Salézio - e andaram falando para ele se ele não poderia dar uma força. E foi aí que ele quis embolar o peito para os caras e a cadeia viu que o Adriano estava errado aí... Mas não pode se dizer que apanhou porque não chegou a apanhar...

O SR. OSCAR ANDRADE - Foi só um carinho?

O SR. DANIEL DA SILVA - É. Só uma massagem.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Você ajudou?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você não deu um aperto?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não entrava lá na galeria...

O SR. POMPEO DE MATTOS - E os vagões estavam bem carregados?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não, não... Se tivessem carregados, teria ficado hematomas, mas não chegou a ficar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E armas, havia algum estoque?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não, senhor. Como eu fiquei 20 dias na cadeia, dentro da cadeia, se existe esse negócio de espeto - como vieram perguntar essas coisas para mim -, eu jamais iria ver. Eles não deixam. O pessoal que é novo não pode nem se misturar. A gente tem que ficar, na grila da cadeia, no piãozinho, ficar na da gente, o mais humilde possível e evitar aparecer no pátio. Temos que ficar mais na da gente.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quietos.

Vamos lá: Raimundo Ramos Júnior?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não sabe quem é.

O SR. DANIEL DA SILVA - Por apelido, até poderia conhecer.

O SR. OSCAR ANDRADE - Deve ser "Mundinha".

Luciléia Alves Cassiano?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sérgio Lopes de Souza?

O SR. DANIEL DA SILVA - O Sérgio é o cunhado do Tonhão?

O SR. OSCAR ANDRADE - Pode ser...

O SR. DANIEL DA SILVA - Tinha um Sérgio preso, junto com a gente, porque disse que emprestou um cheque para o cunhado fazer um motor - parece-me que de um caminhão - ou financiar um motor de um caminhão e aí ele foi detido junto.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele estava preso por quê?

O SR. DANIEL DA SILVA - Ele disse para nós - eu o conheci na delegacia - que foi por causa disso. Tanto é que ele já foi liberado.

O SR. OSCAR ANDRADE - O cheque é do Adriano?

O SR. DANIEL DA SILVA - O cheque é dele mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Estava trocado com o Adriano?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não. Ele emprestou para o cunhado dele.

O SR. OSCAR ANDRADE - Para o cunhado. Leniberto de Sousa?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Altair da Silva Dias?

O SR. DANIEL DA SILVA - Conheci lá no presídio e, antes, só por...

O SR. OSCAR ANDRADE - Só lá no presídio?

O SR. DANIEL DA SILVA - Sim. Antes eu tinha o telefone dele porque era para mim buscar uma carreta que estava em Gaspar, que, hoje, é uma carreta que está engatada num 33 e que parece que era do Tonhão ou o Tonhão vendeu. E daí ele me ligou e deu o telefone do Altair, porque parece que essa carreta estava numa chácara, num galpão, em Gaspar e eu iria buscar essa carreta.

O SR. OSCAR ANDRADE - Com o seu cavaleiro?

O SR. DANIEL DA SILVA - Com o meu cavali-nho.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você iria e não foi, não é?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não, senhor, porque, daí, a transportadora me chamou para levar o meu caminhão para dentro da Consul para carregar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E era a carreta pinoteada?

O SR. DANIEL DA SILVA - Na época, eu per-guntei isto a ele e ele me falou que não porque tinha um documento, tinha sido pego no despachante. O que não havia na carreta era o lacre na pla ca, que era só colocar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o que você achava? O que você cismou? Qual foi teu "faro"?

O SR. DANIEL DA SILVA - Eu iria porque eu iria pegar o documento, aqui, em Joinville. Eu nunca an-daria na BR com uma carreta sem documento por que é uma coisa muito arriscada e eu iria buscar aquela carreta porque iria pegar o documento aqui. Porém, chamaram-me para ir carregar e eu não fui.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele está per-guntando os nomes para você. Relem bre bem: o Adriano. Ele transava com esse negócio de cheque. Ele também era agiota?

O SR. DANIEL DA SILVA - A princípio, eu não posso incriminar uma pessoa falando em agiota, sen-do que, para mim, ne go ci a va a ju ros de 2 ou 2,5%, até que, com o meu dinheiro, ele está trabalhando nessa média, entende? Ele fazia empréstimo pessoal - ele, a noiva dele...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas era bas tan-te? Como era o volume? Era pouca coisa - uns 5 mil ou 2 mil?

O SR. DANIEL DA SILVA - Co mi go, era essa re-lação?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Contigo, quan-to você emprestava ou ele lhe emprestava?

O SR. DANIEL DA SILVA - Uma vez, eu cheguei a pegar 2 mil dele - dois cheques de 1mil - e, nas mãos dele, hoje, acho que devo ter uns R\$8.000,00 só de ju ros da primeira carreta que vendi, há um ao e pouco atrás, que está nas mãos dele, trabalhando.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim mas ele empresta, assim, R\$20.000,00 ou R\$30.000,00? Ele tem poder para emprestar tanto assim?

O SR. DANIEL DA SILVA - Eu não posso afir-mar isto para o senhor. Não adianta eu falar uma coi-sa....

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Mas você emprestou R\$30.000,00 para ele?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não, não...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Você empres-tou quantos mil - R\$8.000,00?

O SR. DANIEL DA SILVA - Na época, eu em-prestei R\$4.000,00.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - E a sua carreta?

O SR. DANIEL DA SILVA - Eu vendi a minha carreta por R\$7.000,00. Na época, era uma Rondon 94, financiada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Muito bem. Aí você deu quanto nas mãos dele?

O SR. DANIEL DA SILVA - Dei R\$4.000,00 nas mãos dele.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - E, hoje, tem quanto para receber?

O SR. DANIEL DA SILVA - Tenho R\$8.000,00.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Por-que você não recebeu os ju ros.

O SR. DANIEL DA SILVA - Não re ce bi os ju ros e teve uma épo ca em que, lá em casa, eu te nho uma fo-lha em que eu tinha ficado no Norte com essa grane-leira. Eu fiquei três meses, a fio, trabalhando.

Teve uma época - eu tenho lá em casa uma fo-lha - que eu tinha ficado no norte com essa granelei-ra, fi quei três me ses a fio tra ba lhan do, na épo ca eu le-vantei R\$12 mil real limpo com meu caminhão, assim que o meu filho nasceu, e todo mês eu mandava mil, mil e quinhentos real na mão dele pra ele trabalhar pra mim também. Mas naquela época, a princípio, eu ainda nem tinha chegado ao assunto sobre cargas.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Hoje você tem quanto na mão dele?

O SR. DANIEL DA SILVA - Hoje eu devo ter uns 8 mil. Era pra pegar esse dinheiro agora, no come ço de fevereiro, que eu iria trocar o meu caminhão, mas aí nós fomos detido.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Que caminhão que tu tens?

O SR. DANIEL DA SILVA - 1929.

O SR. POMPEO DE MATTOS - 1929?

O SR. DANIEL DA SILVA - 1929. Mer ce des. 84.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É um intercooler?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não, não. É turbi nado.

O SR. OSCAR ANDRADE - Carreta de três ei-xos.

O SR. ROBSON TUMA – Nes sa fita que se confirmou da conversa, você tem uma conversa vendendo um tacógrafo, não é isso?

O SR. DANIEL DA SILVA – Sim, senhor. Eu comprei um tacógrafo. Esse tacógrafo depois foi descoberto que foi roubado da Transtusa, porém o cidadão chegou com um Fiat 147 pra mim, viu eu com meu caminhão, falou que havia vendido um truck, se eu não gostaria de comprar um tacógrafo. Na época eu paguei R\$150 nele e repassei pelo mesmo preço pro Tonhão.

O SR. ROBSON TUMA – Não, mas na fita está por R\$50.

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, 50 real era na hora. Se ele me arrumasse R\$50 eu tinha 100, eu dava, depois ele me dava. Mas foi R\$150. O rapaz falou que tinha vendido o caminhão, precisava vender um tacógrafo. Um tacógrafo usado é uma média de 350, R\$300 no mercado.

O SR. ROBSON TUMA – E por que você acha que ele venderia por 150 o que vale 300?

O SR. DANIEL DA SILVA – É... se ven deu o caminhão, não vai ocupar mais, né?

O SR. ROBSON TUMA – Na verdade, que eu sei, não é 300. É 700 que vale.

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, usado tem por 350. Um novo, né?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É. Um novo vale 750.

O SR. ROBSON TUMA – Sim. É exatamente isso que eu queria. Você não dá desculpa pra mim e fala: “não, mas era usado”.

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, agora usado... eu levo o senhor onde tem aqui na BR, no posto do Gordo, autorizada, por R\$350.

O SR. ROBSON TUMA – Então, 350. Por que 150?

O SR. DANIEL DA SILVA – Mas é onde tá o negócio, o homem lá vende a 350 mas é especialista naquilo e quem precisa vai nele. Agora o senhor tem uma peça de caminhão hoje em casa, o senhor não tem mais o caminhão, é igual a pneu novo. Eu tenho quatro pneus lá em casa que eles me custaram 800 real cada um. Hoje, se eu for vender eles e se eu não deixar na mão de quem negocia aquilo ali, eu não pegou nem 300 real.

O SR. ROBSON TUMA – Sim, mas... por que então não deixou o tacógrafo na mão de alguém que negocia? Some lá da loja, vende por 350... se eu for agora lá, eu te noto certa vez, se eu falar para ele que eu

tenho, se ele quer comprar por 250 ele vai achar ótimo, para revender por 350...

O SR. DANIEL DA SILVA – É...

O SR. ROBSON TUMA – Então, aparentemente tem alguma coisa estranha para ele estar vendendo por 150. Você concorda comigo?

O SR. DANIEL DA SILVA – É. Foi um negócio ilícito. Concordo.

O SR. ROBSON TUMA - Negócio ilícito. E de quem você comprou?

O SR. DANIEL DA SILVA – O rapaz tinha um Fiat 147, eu tava saindo do meu eletricitista, ele fez sinal, pediu pra mim parar o caminhão, eu parei. Fiquei meio assustado.

O SR. ROBSON TUMA - Mas como...ele fez sinal e você parou ainda?

O SR. DANIEL DA SILVA – É ... Na Aventureiro, a estrada movimentada, nunca que seria um assalto.

O SR. ROBSON TUMA - E para quem você passou?

O SR. DANIEL DA SILVA – Pro Antônio Bruner, porque na época ele tinha um ôni bus, um colega dele, da banda do colega dele e ele havia comentado comigo se eu soubesse quem teria um tacógrafo ele tava precisando. E aí eu liguei pra ele e...

O SR. ROBSON TUMA – Você confirma que essa conversa também é sua com Antônio...?

O SR. DANIEL DA SILVA – Sim, senhor. Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece Luís Carlos Severino?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sebastião Cândido?

O SR. DANIEL DA SILVA – O Gouveia?

O SR. OSCAR ANDRADE – Gouveia.

O SR. DANIEL DA SILVA – Sim, senhor, de vista, lá na lanchonete que o Tonhão tinha uma época.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é ele?

O SR. DANIEL DA SILVA – Ele estava com um santana, revendendo para o Tonhão, parece. Estavam negociando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece ele nessa época?

O SR. DANIEL DA SILVA – Conheci ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele fazia parte aí da turma?

O SR. DANIEL DA SILVA – É. Não cheguei a conversar com ele porque foi um negócio meio assim... Ele estava conversando, eu cheguei, falei com

a mulher do Tonhão, o Tonhão tinha dado uma saída, tava ele e outro cidadão que eu também não conheço. Aí eu queria falar com o Tonhão, porque, na época, foi assim que nós negociamos minha graneleira, e não cheguei na mesa pra falar com ele porque não conhecia, fiquei meio sem jeito, né? Não vou dizer pro senhor, não tinha como eu chegar e conversar com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marco Antonio Forquim?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E José Luís de Sousa Farias?

O SR. DANIEL DA SILVA – André Luís...

O SR. OSCAR ANDRADE – José.

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcelino José Santana?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor. Só...

O SR. OSCAR ANDRADE – Vanderlei Damolim?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vavá.

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor. Conheci lá na delegacia também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só lá na delegacia...

O SR. DANIEL DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – É da turma também, né? Ismael Antunes?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daniel da Silva? Dani?

O SR. DANIEL DA SILVA – Sou eu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Perdão, está na relação. Giovani Silveira?

O SR. DANIEL DA SILVA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daniel você conhece bem, né?

O SR. DANIEL DA SILVA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Amarildo da Silva?

O SR. DANIEL DA SILVA – Conheço da estrada também. Ele era motorista da transportadora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Caminhoneiro também?

O SR. DANIEL DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E faz parte da amizade também da turma...

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, não sabia nem que ele tinha... que havia acontecido o fato que ele relatou ontem lá perante o juiz, que ele iria vender uma carga, mas não deu certo e tal. Eu desconhecia esse fato. E ele puxou na mesma transportadora que eu recentemente, uns dois, três meses atrás. Na época em que eu estava puxando por último... Mas desconhecia aquele fato, fiquei sabendo ontem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Márcio Rigs?

O SR. DANIEL DA SILVA – Conheço, é o cunhado do Adriano, da estrada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também da estrada?

O SR. DANIEL DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – André Luiz Faer?

O SR. DANIEL DA SILVA – Conheci na delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só na delegacia?

O SR. DANIEL DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – É da turma também?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não posso afirmar.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra ao Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA – Veja se confirma essa conversa aqui. Se quiser posso por no áudio. Você está com uma conversa com o Tonhão e pergunta para ele do motorista do Valdir. Confirma que existiu essa conversa?

O SR. DANIEL DA SILVA – Confirmo. Não sei o porquê, mas tivemos essa conversa e ele falou do Dário Pedroso.

O SR. ROBSON TUMA – Falou?

O SR. DANIEL DA SILVA – Falou que o Dário Pedroso tinhamo caso feitoum assalto a caminhão.

O SR. ROBSON TUMA – Então o Xilica é o Pedroso?

O SR. DANIEL DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Aí ele conta para o senhor que foi como?

O SR. DANIEL DA SILVA – A conversa é bem curta. Só perguntei se ele sabia alguma coisa do motorista do Davi Cardoso.

O SR. ROBSON TUMA – E ele disse o quê?

O SR. DANIEL DA SILVA – Ele falou que foi coisa do Xilica na mão grande.

O SR. ROBSON TUMA – Aí te contou?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não...

O SR. ROBSON TUMA – Contou, está aqui:
“Nem que seja um bicho louco, aí tem a ficha limpa, já dá para... Né, cara?”

Pois é. Daí libera nós?

Libera.

O motorista do Valdir foi vocês?

Ah, o motorista do Valdir.

Oi, fala.

O motorista do Valdir Cardoso foi vocês não?

Onde que tu tá?

Eu?

É.

Eu to numa lanchonete comendo com meu filho.

Ah! Ah! Foi a coisa da Xilica na mão grande.”

O que significa mão grande? Eu sei. Eu queria que você me dissesse.

O SR. DANIEL DA SILVA – Mão grande tem várias maneiras de se expressar. Em princípio, mão grande é o que não é acordo. Às vezes pode ser na arma. Pode ser aqui como em Joinville, que sumiu a carretano pátio da borracharia.

O SR. ROBSON TUMA – Mão grande é na arma?

O SR. DANIEL DA SILVA – Às vezes não. Às vezes pegar na mão grande é quando não é acordo com o motorista. Né?

O SR. ROBSON TUMA – Quem é o Muca?

O SR. DANIEL DA SILVA – O Muca é o Giovane Silveira.

O SR. ROBSON TUMA – Bururu Barara? O que é isso?

O SR. DANIEL DA SILVA – É uma gíria usada.

O SR. ROBSON TUMA – Muca?

Ah, o Muca.

Não, né. Tem um rapaz aí que tem um negócio carregando aí. Quer dar o caminhão para ele para fazer um...

Ah, o Muca tinha um, um cabra ali. Mas eu li guei agora na casa dele tá. Diz a mãe dele que nem sabe se dormiu em casa.

Ah, pois é. Tu não viu ele ontem não?

Hoje, não vi. Não vi não passei ali.

Mas como é que eu ia te falar? Tem que ... Pancari?

O SR. DANIEL DA SILVA – É o motorista que o Giovanni tinha. E parece que ele estavam precisando de um motorista e o Giovanni iria indicar o motorista para pegar o caminhão.

O SR. ROBSON TUMA – “Tudo, né? É.

Ah, tem um cara ali que fazia por um troco ali. É o caro que tá com uma ali, sabe?”

O que você queria dizer com uma ali?

O SR. DANIEL DA SILVA – Tá com uma carga de certo.

O SR. ROBSON TUMA – Ah. Então.

“Ah, Ah, aí vai dar um. O cara vai dar uns 17 ou 18 pila. Daí o cara dá uns 5 ou 6 conto para o cara, para o piloto.”

O SR. DANIEL DA SILVA – Era o preço que a carga seria vendida.

O SR. ROBSON TUMA – R\$16 ou 17 mil.

O SR. DANIEL DA SILVA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma carga dessa vale quanto?

O SR. DANIEL DA SILVA – Na época eu nem me recordo, mas, pelo preço, devia ser uma carga de geladeira de certo e o valor dela era uma média de 30%, no caso, se eu fosse negociar uma carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então ela valeria uns 50 mil?

O SR. DANIEL DA SILVA – Se a carga era de 100 mil, era 30 mil. No caso para mim acertar o motorista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se era 16 ou 17, uns 50, 52.

O SR. DANIEL DA SILVA – Isso. O valor...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quer dizer que o preço de uma carga desviada, no exemplo de geladeira, é vendido para o receptor por volta de 30% do valor.

O SR. DANIEL DA SILVA – É, no meu caso, o aliciador, porque eu tentaria passar para o Adriano. Não sei se ele teria algum lucro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Havia ainda um intermediário. Porém, chega normalmente lá na frente com quanto? Com 50%?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não posso afirmar nada em relação ao caso, porque nunca tive esse conhecimento. Se eu tivesse...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quanto o motorista recebe desses trinta?

O SR. DANIEL DA SILVA – Vinte mil ou vinte e cinco mil. Depende do...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Dos trinta?

O SR. DANIEL DA SILVA – Dos trinta. Daminha parte, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Por exemplo, você falou em dezesseis mil, não era isso?

O SR. DANIEL DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Desse de zesse is mil, quanto você repassaria para o motorista?

O SR. DANIEL DA SILVA – Estou falando em seis mil. Na época, parece-me que o dono tinha um caminhão e estava precisando apenas de um motorista para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Aproveito a oportunidade para lhe fazer uma pergunta, seguindo esse raciocínio. Do seu tanto com esse pessoal, com esse submundo, você saberia nos informar como essas quadrilhas especializadas, esses grupos de pessoas – não precisa necessariamente ser você – agem no caso da simulação do roubo de carga para desvio de mercadoria para efeito de seguro? Como isso funciona?

O SR. DANIEL DA SILVA – A simulação?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Exato. Faz-se de conta que houve o roubo para receber o seguro depois.

O SR. DANIEL DA SILVA – Primeiro, a carga é descarregada num lugar. Depois, vai-se à delegacia para registrar queixa de como essa carga foi roubada.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O próprio motorista?

O SR. DANIEL DA SILVA – O próprio motorista.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Isso também é muito comum?

O SR. DANIEL DA SILVA – É e não é. Hoje em dia, em São Paulo, muitos motoristas são roubados e acusados pela Pancare de terem vendido a carga. Uma vez, estava no terminal de cargas, quando chegou um motorista todo estourado. Ele foi roubado na marginal do Tietê, e os caras da Pancare o pegaram e queriam que ele confessasse o crime. Ele chorou e nos disse que não estava envolvido no roubo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O que é Pancare?

O SR. DANIEL DA SILVA – Pancare é um gerenciamento de risco; trabalha para as seguradoras.

Se um motorista tem a oportunidade de agir dessa maneira, ele, às vezes, o faz, já que, quando é realmente roubado, ninguém acredita na sua palavra. Ele apanhou por algo que não fez. Isso é muito comum nas seguradoras: pressionar o motorista.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Senador, pela ordem.

O SR. ROBSON TUMA – Daniel, tem uma conversa...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Um momentinho. Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Queria apenas fazer um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Pois não. Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor é tido como motorista de confiança tanto do Adriano quanto do Tonhão. Eles confiavam em você?

O SR. DANIEL DA SILVA – Veja bem. Tivemos uma conversa pelo telefone, quando eu quis fazer uma transação entre um caminhão deles e o meu, e eu disse que era de confiança. Já havia feito três negócios com o Tonhão. Tive uma moto que era dele, vendi uma graneleira para ele e comprei uma carreta rebaixada dele que foi vendida antes de ontem. E, numa conversa, falei para ele: “Sou um cara de confiança, e você sabe disse. Já negociei com você e nunca dei xeio de pagar-lhe; nem você a mim”. Confiei a minha graneleira a ele. Ele ficou-me devendo cinco mil para pagar dentro de um mês e o fez. Eu realmente tive uma conversa com ele. Agora, se eles me consideravam um cara de confiança por outro motivo, eu não...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eles dizem que confiavam em você para levar carga roubada, ou seja, era roubada uma carga que havia sido confiada a você. Sabiam que a carga iria para o lugar certo, porque ninguém roubaria de você. Quer dizer, um ladrão não roubaria de outro ladrão. Essa era a confiança.

O SR. DANIEL DA SILVA – Às vezes, ele tinha a intenção de me oferecer um negócio para eu fazer esse transporte para ele. Nesse caso, ele poderia me considerar uma pessoa de confiança. Agora, não posso dizer que ele chegou a...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você participou do roubo do caminhão-baú carregado de geladeiras?

O SR. DANIEL DA SILVA – Da Transportes Mundalar?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Exato.

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem participou?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não posso afirmar. Tanto é que fiquei sabendo ontem que esse baú foi achado dentro do barracão. O Dr. Renato falou que queria ter entregue o baú ontem. Na época, o velho da Transportes Mundalar, o Sr. Maciel, disse para

mim que tinha ouvido falar que era um tal de Tonhão, de San der ley e não me lem bro do ou tro nome que ele falou. Ele tinha até o telefone do Tonhão. Na época, comentei o caso com o To nhão, mas ele me fa lou que não tinha nada a ver com o negócio. Não tinha sido nada dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ainda há a história das lonas. Como ocorreu a história das lonas de Gaspar?

O SR. DANIEL DA SILVA – Ele me pediu para buscar esse baú em Gaspar. Disse ainda que havia um documento, que me parece estarengatado agora. Esse baú estava realmente em Gaspar, e foi feita uma reforma nele.

Eu vendi uma carreta antes de ontem, que está até na revendedora, com as lonas ainda em cima. Eu tinha comprado essa carreta do Antônio Bruner, no mês de agosto, mais ou menos, e essas lonas ele estava usando nesse baú, porque ele estava ruim por dentro e, para carregar polietileno em São Paulo, se não for rar bem o baú, não se car re ga. Então, no caso, tem-se que ter uma lona preta ou uma lona como essa, que é grossa, típica para carga. Ele estava usando essa lona de forro no baú.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a quer dizer que esse baú não era...

O SR. DANIEL DA SILVA – Não era o baú da Mudalar, tanto é que, na época, até o Dr. Renato, quando fui preso, falou: “Poxa, Daniel, mas ele fala para te pegar lá na chácara...” Quando foi roubado esse baú, pelo que o Dr. Renato deduziu – estava prestando atenção –, a chácara já não existia mais quando foi roubado o baú da Mudalar. O baú foi encontrado em Curitiba. Não posso falar que não foram eles ou que fo ram eles que rou ba ram. Mas, no dia em que ele fez essa ligação para mim, não se tratava do baú da Mudalar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tratava-se de outro baú?

O SR. DANIEL DA SILVA – De outro baú. Até nem sei. Parece que era o baú que o Salésio.... Foi roubado. Ou o Wanderley. Um dos Campos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Da ni el, V. S^a está falando. Temos que acreditar naquilo que V. S^a está dizendo. Então, que ro que me ex pli que a sua relação com o Giovanni da Silveira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era mesmo o apelido dele?

O SR. DANIEL DA SILVA – Môca. Quando éramos pequenos, ele tinha uma bicicleta velha que era chamada de “mocréia”. Então, ficou Mocréia, Môca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E daí? Por que o Tonhão mandou avisar para ele esconder-se?

O SR. DANIEL DA SILVA – Quando ele foi roubado em Guaramirim – ou em Navegantes, parece –, a polícia de Guaramirim estava atrás dele por causa do Edão, que era o dono do caminhão. Parece que tinha ido lá e entregado não sei o quê. O Tonhão pediu para mim. O Edão tinha ligado para ele e era para eu avisar ao Giovanni.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Concluirei para mostrar que V. S^a transitava no meio deles. Então, o To nhão, o Sil ve i ra, esse time todo, o Gi o va ni, o Adri a no, todos eles estavam envolvidos no processo e V. S^a transitava no meio deles. Mas está faltando V. S^a contar especificamente um roubo de cargas. V. S^a ainda não contou nenhum aqui. V. S^a está falando bastante, mas assim: “Um roubo de carga foi tentado”, mas o motorista com quem V. S^a negociou deu o cabrito – ia sair, po rém não saiu. Nou tro rou bo de car ga, V. S^a transou com o motorista, conversou, mas, depois, o motorista não aceitou. Noutro, que foi roubado, apanhado no bico pelo grampo telefônico, o baú não era aquele.

V. S^a sabe muito mais do que está dizendo, conhece todos, mas não há um caso específico. V. S^a está conversando mais do que advogado. No entanto, não está dizendo nenhum fato concreto específico a fim de que possamos afirmar que houve um roubo de carga, tal carga e determinado caminhão tampouco quem a lista envolve. V. S^a não tem, para contar, nenhum roubo de carga concreto envolvendo esse pessoal?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não tenho, tanto é que esse Írio – que, no caso, era para ser um lucro para mim e tornou-se um atraso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas V. S^a está deixando claro que são envolvidos na questão da carga o Adriano, o Tonhão e o Silveira. Que estão roubando carga não é preciso que V. S^a diga. Nós sabemos. Também sabemos que estão comprando carga. V. S^a sabe quem está envolvido, mas não conta um fato específico. Não adianta V. S^a dizer o santo, mas não contar o milagre ou vice-versa. Precisamos do santo e do milagre.

Estamos vendo o processo, ou seja, o santo. Que milagre esse santo fez? Como ele cresceu tanto? Como tem tanto di nhe i ro? Como se en vol veu? De onde veio esse dinheiro? Se veio do roubo de cargas, diga-me então uma carga que ele roubou e que V. S^a sabe. Conte-me uma.

O SR. DANIEL DA SILVA – Prometi falar a verdade e estou falando. O que tenho para contar estou contando. Mas não adianta querer chegar aqui para fazer nome com to dos vo cês e falar que o Tonhão roubou a carreta da Mudalar, sendo que não sei se ele roubou, ou afirmar que o Írio vendeu mesmo a carga para o Adriano e o Tonhão, sendo que eles mesmos estão negando para mim, que isso não foi feito. Estou relatando o que tem acontecido comigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Creio que V. S^a sabe muito mais do que está dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Daniel, falarei alguns nomes de transportadoras e V. S^a dirá se conhece: Brisa?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Transmagnó?

O SR. DANIEL DA SILVA – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Marbo?

O SR. DANIEL DA SILVA – A Martins conheço.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – VHB?

O SR. DANIEL DA SILVA – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Expresso Mercúrio?

O SR. DANIEL DA SILVA – Conheço. Nunca carreguei, mas conheço

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – MTR?

O SR. DANIEL DA SILVA – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você já ouviu falar, tem notícia ou tem informação de que essas empresas estão envolvidas nessa história de carga roubada?

O SR. DANIEL DA SILVA – Dessas empresas grandes, não. Uma vez rolou um papo aqui, em Joinville, de umas empresas que estavam crescendo demais. É o tipo da coisa: suponhamos que eu lhes diga que há um comentário de que um cara deve vender carga, porque cresceu demais.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Não, a minha pergunta é específica. Você, pessoalmente, sabe?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você ouviu falar do burburinho da classe de motorista?

O SR. DANIEL DA SILVA – Da classe de motorista.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ouviu?

O SR. DANIEL DA SILVA – É.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual delas?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, não é dessas aí. É aqui de Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual o nome?

O SR. DANIEL DA SILVA – A Transportes Mann.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quais mais?

O SR. DANIEL DA SILVA – A Transportes Mann, especificamente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mais alguma?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deputado Robson Tuma, mais alguma pergunta?

O SR. ROBSON TUMA – Tenho, sim, Sr. Presidente. Você conhece o Márcio Riques?

O SR. DANIEL DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Você fazia carga para ele?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor. Nós...

O SR. ROBSON TUMA – Esse de fio que consta aqui neste papel não foi você que fez, que ele pagou R\$20 mil?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Tem certeza?

O SR. DANIEL DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Diga-me uma coisa. Já perguntaram, mas queria que você respondesse outra vez? Você conhece o Altair?

O SR. DANIEL DA SILVA – Altair?

O SR. ROBSON TUMA – Altair.

O SR. DANIEL DA SILVA – Não. Conheci pessoalmente na Delegacia e depois tivemos umas conversas por telefone.

O SR. ROBSON TUMA – Como você pode explicar-me o fato de que, na folha de acerto dele, havia um pagamento para você de R\$ 6 mil, R\$3 mil e mais R\$3 mil?

O SR. DANIEL DA SILVA – Isso aí é uma conta que estava fazendo ele, o Adriano, segundo fiquei sabendo pelo Dr. Renato, quando ele me mostrou. Vamos supor que eu e o Senador Moreira fizemos um negócio e eu vou ter de pagar a umas certas pessoas. Perante ele, digo que terei de pagar dez, mas não se sabe paguei esse valor.

O SR. ROBSON TUMA – Mas você, então, fez o trabalho para ele? Você só não o conhece.

O SR. DANIEL DA SILVA - Não, se nhor. Não sei por que eles fi ze ram essa con ta e por que meu nome está no meio.

O SR. ROBSON TUMA - Você me falou aqui da conversa dos R\$150 que vendeu para o Tonhão, certo?

O SR. DANIEL DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. ROBSON TUMA - Eu falo R\$50, porque você teve uma conversa com uma pessoa em que dis se: "Com prei uma peça dele por R\$50 e ven di para o To nho, para aju dar o To nho, né, cara? Nem ti nha de com prar aque le - usa uma ex pres são feia. Com quem travou essa conversa?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não me recordo.

O SR. ROBSON TUMA - Vou lem brá-la a você.

O SR. ROBSON TUMA - "Com aquele hidrôme tro lá, aquele coísa?" "É, aquele negó cio de velo cí me tro, tu vê, cara!" "Digo, não tenho, cara... não tenho carteira. Só tenho R\$5. Então, é tal, digo - e fala um palavrão".

Você teve essa conversa com Daniel?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não. Dani el sou eu.

O SR. ROBSON TUMA - Com o Adriano? Você tem uma conversa com o Adriano e você conta que passou o aparelho para o Tonho.

O SR. DANIEL DA SILVA - É. Não me recordo disso. Mas eu conversei com ele, sim.

O SR. ROBSON TUMA - Então, você disse: "Ah, dá-lhe um. Você volta aí o seguinte para mim, que eu dou um je i ti nho, cara. Li gue para mim, que daí o seguinte, cara: se Baixo voltar aí, deixe-o sair fora. Daí venha aqui com o caminhão e nós vamos buscar lá. Eu sei até onde ele mora. Estou ten tan do li gar para o Joélson. Dava cinqüenta conto só para eu ficar."

O SR. DANIEL DA SILVA - O Joélson...

O SR. ROBSON TUMA - Como?

O SR. DANIEL DA SILVA - O Joél son é um ami go meu.

O SR. ROBSON TUMA - E você fala sobre o Joélson com o Adriano, certo? Não é isso? É uma conversa gravada entre você e o Adriano. Você lembrar que teve essa conversa com o Adriano?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não, essa aí eu não me recordo.

O SR. ROBSON TUMA - Você não ser recorda. Em uma determinada conversa sua, você disse: "O gerente não quis trocar, porque é cruzado" - e empre ga um termo chulo. "Aí, eu liguei para o cara. O cara pediu que eu falasse com o gerente. O gerente..."

O SR. DANIEL DA SILVA - É o gerente...

O SR. ROBSON TUMA - "... para ele. Aí eu pe guei o telefone de volta. Daí ele me mandou falar as sim." Quem era esse cara?

O SR. DANIEL DA SILVA - O Adriano.

O SR. ROBSON TUMA - Você conversando com o Adriano?

O SR. DANIEL DA SILVA - É. Ele deu um che que...

O SR. ROBSON TUMA - E você prossegue: "Bo ni to ban co que tu tra ba lha, né, cara, por quê - usa um palavrão. O Adriano movimenta R\$100 mil por mês naquele banquinho ali, rapaz, e o gerente corta ele assim, e..." dane-se o cara para não falar o que está escrito aqui.

Foi o Adriano que falou para você falar isso para o gerente?

O SR. DANIEL DA SILVA - Não senhor. Ele fa lou para mim que, se eu che gas se lá, o ge ren te era fa lando que o cheque era dele, porque é um banco pe queno ali o Bamerindus que ele tinha conta.

O SR. ROBSON TUMA - Sim, ele estava expli cando como você falar com o gerente.

O SR. DANIEL DA SILVA - É, se eu che gas se lá e falas se para o ge ren te que era ele, o ge ren te iria tro car um cheque cruzado, né? Porque o gerente...

O SR. ROBSON TUMA - Porque ele, Adriano, movimentava cerca de cem mil...

O SR. DANIEL DA SILVA - É, ele ti nha bas tan te conhecimento, né? A mulher dele movimentava a conta dele também, parece, e aí o gerente não quis trocar. Eu liguei, botei para falar, o gerente não quis nem falar com ele, aí eu fa lei: "Pô, que bo ni to ban co, e tal, que trabalha, movimenta um monte de dinheiro e..."

O SR. POMPEO DE MATTOS - E quanto é que o Adriano movimenta lá que tu sabes? Movimenta bastante dinheiro assim?

O SR. DANIEL DA SILVA - Eu chutei esses R\$100 mil, mas é como eu falo para o senhor: ele pode movimentar mais e pode movimentar menos. Agora, eu nunca peguei o extrato dele para ter certe za que eram os R\$100 mil. Isso foi uma coisa que eu falei da boca para fora, na raiva...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Foi uma ma ne i ra de dizer?

O SR. DANIEL DA SILVA - Sabia que o movi mento dele lá ...

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas você estava conversando com o Adriano. Estava contando para o Adriano que falou isso para o gerente?

O SR. DANIEL DA SILVA - Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – “É, vamos falando, até lá, fala. Fala, eu tô indo aí, já tô aqui perto, no Gouveia, aqui, tá? Tudo então, falou?” Gouveia é quem?

O SR. DANIEL DA SILVA - Para ele falar que estava aqui perto do Gouveia, não pode ser o Sebastião Gouveia, né? Porque o Gouveia não morava em Joinville, pelo que eu saiba, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o Gouveia?

O SR. DANIEL DA SILVA – Ele falou que estava perto do Gouveia ou eu?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o Gouveia? “É, vamos falando até lá. Fala. Fala, eu tô indo aí, já tô aqui perto do Gouveia. Aqui, tá? Tudo então, falou”.

O SR. DANIEL DA SILVA – É, Gouveia, tem um mercado lá perto de casa, né? Rua Antônio Jorge Secim, fica num sobrado de esquina e é Gouveia. Se eu falei...

O SR. ROBSON TUMA – Ele comprava carga também?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estava transitando?

O SR. DANIEL DA SILVA – É, eu estava transitando. Se fui eu que falei essa parte aí...

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava andando no local.

O SR. ROBSON TUMA – Se foi você que falou, é um supermercado. Se foi ele, é quem?

O SR. DANIEL DA SILVA – Aí eu não posso afirmar, né? Quem poderia afirmar, no caso, seria ele, porque....

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não afirma.

O SR. ROBSON TUMA – Então você mantinha também aquelas conversas telefônicas com o Adriano, certo?

O SR. DANIEL DA SILVA – Sim senhor.

O SR. ROBSON TUMA – O Márcio Riques alguma vez lhe procurou para acertar carga?

O SR. DANIEL DA SILVA – A gente teve umas conversas ultimamente. Ele gostaria que eu tentasse apresentar o Altair para ele.

O SR. ROBSON TUMA – Ah, queriam fazer negócio.

O SR. DANIEL DA SILVA – Ele chegou: “Não, aí...”

O SR. ROBSON TUMA - E você apresentou?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, não cheguei porque a gente foi preso, né? Por que isso foi agora no final de janeiro.

O SR. ROBSON TUMA – Eu estou satisfeito, senhor...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu também estou, Presidente, só quero fazer uma afirmação: você pergunta, ele responde, assim, correndo todas as respostas, o que mostra que o senhor está falando a verdade sobre o que está dizendo. Seu problema não é mentir.

O SR. ROBSON TUMA – Ele está firme.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele está firme no que diz, mas ele não diz... Ele conta assim: “Eu tô no meio da quadrilha”, ele sabe tudo da quadrilha, mas ele não contou nada da quadrilha, não contou nenhum roubo de carga. Tu és ligeiro: “Olha, está fulano, sim”, tudo bem certinho. A resposta que tu estás dando é verdadeira, por isso que tu não titubeias porque estás dizendo a verdade. Agora, tu sabes um monte de fatos com certeza. Porque tudo agora... esse último o Deputado Robson Tuma perguntou: “Olha, eu até tentei, mas eu fui preso”. O outro “eu tentei, mas o motorista desistiu”, “eu tentei, mas o motorista não quis”, “eu tentei, ele quis, mas ele mesmo me logrou, até fiquei bravo porque ele me logrou, ele não negociou comigo”. “Eu conversei com o Adriano, ia fazer, mas não deu certo, por que não foi feito”. “Eu fui, mas não era”. Quer dizer, é tudo assim. Lamentavelmente, aí não chegamos a lugar nenhum.

O SR. ROBSON TUMA – Mas eu acho que já foi importante, Deputado, porque ele já... Confirma, inclusive, as conversas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou insistir, mas numa questão, Sr. Presidente. Você pode nos auxiliar com relação à receptação? Pense bem, você está indo bem aí, acho que nós podemos recomendar uma situação de atenuar muito a possível pena.

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, não... acho que não vem ao caso. O que é meu, é meu, o que não é nunca mais será meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você sabe. Não precisa dizer... Deixa eu te falar: você não precisa provar nada aqui. Nós não estamos te pedindo prova de nada. Por exemplo, ou viu falar que uma carga de supermercado foi para tal lugar. Isso você sabe.

O SR. DANIEL DA SILVA – É, se essa quadrilha é do tamanho que estão tentando provar, eles nunca deixariam um simples motorista de caminhão chegar ao ponto de saber um destino desse, entende? É isso que eu tento explicar para o senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você acha que é desse tamanho ou não? A sua opinião.

O SR. DANIEL DA SILVA – Não posso afirmar nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você acha que ela é uma quadrilha média, grande, pequena?

O SR. DANIEL DA SILVA – Nunca vi o Tonhão andando com uma arma na mão, o Adriano dizem que pegaram com uma arma, mas nunca ouvi falar que ele tinha uma arma, e é o tal negócio, a partir do momento que eu falei...

O SR. OSCAR ANDRADE – Trabalhava mais com desvio, né? Do que assalto ou roubo mesmo?

O SR. DANIEL DA SILVA – É, pelo...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais desvio. Carrega, some a carga, vai lá e dá...

O SR. DANIEL DA SILVA – É, o que eu tentei mesmo me envolver com eles foi aliciar motorista para isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele é tão rápido, é tão rápido na resposta que ele acha que é capaz de andar sessenta em terra lavrada, serra acima, em dia de chuva, de ré e de tamanco, de tão rápido.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Para encerrar, eu, como Presidente, quero apenas lhe fazer uma pergunta a mais. Não sei se o Deputado Oscar Andrade já lhe fez, mas o senhor sabe se os Supermercados Flatel e Unimax tem algum envolvimento com receptação de cargas?

O SR. OSCAR ANDRADE – Já ou viu se eles receberam alguma carga roubada?

O SR. DANIEL DA SILVA – Flatel é aqui em Joinville, senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem certeza?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em Guarapuava.

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor. Não conheço. Nunca cheguei a me deslocar com ninguém deles para fora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem ouviu falar também?

O SR. DANIEL DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Agradeço a sua participação e pediria apenas que o senhor ainda aguardasse.

Srs. policiais policiais encarregados da custódia dele, gostaria que ele ficasse ainda em separado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, digo que vai constar do meu relatório que o Daniel, pelo menos, tentou colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Perfeitamente.

O SR. ROBSON TUMA – No caso da representação em relação aos outros que vieram, omitirame o dele é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Está registrado e o senhor terá a consideração da CPI.

Solicito ao Sr. Secretário que conduza ao recinto o Sr. André Faé. (Pausa.)

Há requerimento sobre a mesa que passo a ler:

“Requeiro, nos termos regimentais, as quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico das empresas Dismã, de Maringá bem como de todas as empresas citadas no Inquérito Policial nº 155, de 2000, da Delegacia Anti-Sequestro e Operações Especiais do Deic da Polícia Civil de Santa Catarina, tendo em vista os indícios de envolvimento com práticas delituosas de roubo e receptação de cargas. Assina o Deputado Robson Tuma e é subscrito também por este Presidente.”

Há outro requerimento.

“Nos termos regimentais, a intimação de Irio Gonçalves, com endereço à rua Paula Maider Wolf, lote 22, Parque Guarani, Joinville, Santa Catarina, para comparecer a esta Comissão a fim de ser ouvido sobre os fatos descritos pelo preso Daniel da Silva.”

O primeiro requerimento submeto à apreciação dos demais pares.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O segundo requerimento depende de **quorum** especial e vamos analisá-lo em Brasília. (Pausa.)

Estão aqui presentes três Deputados e um Senador e vou fazer algumas perguntas que gostaria que o senhor respondesse antes de iniciar o seu depoimento propriamente dito.

Como é o seu nome completo?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – André Luiz Faé.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é a sua identidade.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não sei o número.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A sua idade?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Trinta e sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – CPF?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não sei o número.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Estado civil?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O seu endereço?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Rua Afonso Pena, 1599 – Pato Branco – Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A sua profissão?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Representante comercial.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor é parente de alguém envolvido nessa questão?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não sou parente de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - O senhor se compromete a dizer a verdade sobre tudo o que lhe for perguntado?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Me comprometo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sob as penas da lei e vou lhe passar um documento para assinar, que é o seu compromisso.

O senhor fica também advertido que é um direito seu...

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não tenho o direito de não ser fotografado ou filmado, pela lei?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, é uma audiência pública.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Esse rapaz está me perseguindo desde lá dentro.

O SR. ROBSON TUMA – Deixa eu só explicar uma coisa. Essa aqui é a TV Senado e aquela ali também é do Senado.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas esta é uma audiência pública.

O SR. ROBSON TUMA – Além disso, só estou explicando onde é.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor teria o direito. Propus-lhe, ali em pé, se o senhor quiser ter uma audiência fechada, reservada para o senhor colaborar com a CPI, mas se for da maneira como o senhor chegou, não tem esse direito.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Estou a fim de colaborar com a CPI na frente de todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deixa eu concluir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Colaborar é abrir realmente e contar a história para nós.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – O que fala para a juíza é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor fica advertido de que o que disser aqui pode ser usado contra o senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a começar, o pessoal da Polícia Federal está informando que aquela pessoa de nome Léo Giuseppe e Chafk, que pedimos em Porto Alegre para que fosse apresentado aqui, não pode ser apresentado porque seu mandato de prisão expedido nos autos da Vara Criminal foi revogado, ou seja, mais uma infelicidade no caminho dos trabalhos da CPI. Portanto, acho importante o convocarmos independente do mandato, como já havia sido feito. Por isso, creio que é importante V. Ex^a pedir à polícia para continuar procurando-o, para apresentá-lo. Independente do mandato, temos nossa convocação.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Feito o registro, solicito à Secretaria que, posteriormente, providencie o ofício à Polícia Federal, na forma do solicitado pelo Deputado Robson Tuma, o que fica desde já definido.

Passo a palavra ao Deputado Oscar de Andrade, Relator, para proceder a inquirição do depoente.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – André, qual é a sua profissão?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Representante comercial.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – De quê?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Móveis.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Móveis. De qual empresa?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Vendia para várias empresas.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Mas você comprava de algumas também. Você representava quais empresas?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Não, eu não comprava de ninguém. Eu só representava, eu vendia.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Pois é.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Cheguei a vender para a Fogões Atlas, vendia para fábricas pequenas de móveis, sofás.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Então, o senhor é autônomo?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Sou autônomo, autônomo. Sempre fui.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Você já foi sócio de alguma empresa?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Eu tive uma empresa, faliu.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Qual?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - De móveis.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – De móveis. Fábrica?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - É, de mesa e cadeira.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Atualmente você não é proprietário de nenhuma empresa?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Não sou proprietário de nenhuma empresa.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O que a PH FAE?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - PH FAER Representações Comerciais.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – PH FAER? PH FAER Representação e Comércio Ltda. É sua?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - É, eu era sócio, depois saí.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Perguntei, você falou que não era.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Como assim?

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Então você era sócio e se desligou?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - É, eu vendia para ela. PH FAER é do meu irmão e eu vendia para ele.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Mas você foi sócio?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Sou representante comercial, eu vendia, trabalhava com vendas.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Por que você está preso?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Estou preso por causa de envolvimento de roubo de carga.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – E como é que é? Como se deu a prisão e por quê?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Olha, meu depoimento dei em juízo e não tenho nada a mais a declarar.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Peço que você nos diga. Isso aqui não vai ser agravado. Principalmente porque, se você disser, é a mesma coisa. Até por uma questão de gentileza.

Deixa eu lhe dizer. Saiu daqui agora o Daniel. O Daniel foi o único que se portou com respeito a esta CPI. Realmente ficou claro que ele estava falando o que ele sabia, de maneira tranqüila. Aqui ele não foi coagido e nem você vai ser. É dizer o que você já disse em juízo e acabou. Aqui não é juízo, preciso ouvir você. E, na verdade, não estou aqui para lhe inquirir e nem para piorar a sua vida, e posso até melhorar a sua condição. Como Relator da CPI, posso propor que seja atenuada suas penas, até o inquérito. Podemos fazer isso, e normalmente somos atendi-

dos. Agora, precisamos ouvir de você. Queremos chegar ao ponto principal desse desastre que está acontecendo em nosso País.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - É um desastre.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – São roubados R\$600 milhões por ano. E R\$600 milhões não se vende em camelô. Precisamos chegar aos receptadores. E sabemos que vocês que transitam por baixo sabem, podem até não ter feito, só intermediou ou qualquer outra situação, mas sabem verdadeiramente para onde vai, o destino. Não precisa provar. Você não vai ser processado por isso.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - No meu depoimento consta para onde eu vendia.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Pronto, está vendo? Então, por que você não faz isso aqui a meu pedido, de forma amigável, para que possamos continuar este depoimento? Se você começar a dizer “vou falar só em juízo”, vamos encerrar aqui, e vou, no meu Relatório, a CPI vai determinar que você seja processado por mais um crime. Para que isso?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Em qual crime?

O SR. OSCAR DE ANDRADE – O crime de impedir os trabalhos da CPI.

O SR. POMPEO DE MATTOS - De calar a verdade.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – É. Aqui na CPI é crime...

O SR. ROBSON TUMA - Lei nº 15.079...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Lei nº 1.579, artigo...

O SR. ROBSON TUMA - Art. 4º, Inciso II.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Lê para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só vou ler para o senhor aqui a Lei nº 1.579, de março de 1952:

“Constitui crime impedir ou tentar impedir, mediante violência, ameaça, ou assuada, o regular funcionamento de Comissões Parlamentares de Inquérito ou livre exercício das atribuições de qualquer dos seus membros.”

“Fazer afirmações falsas...”

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Inciso II...

O SR. POMPEO DE MATTOS - ...negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. Penas do art. 342 do Código Penal.”

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Mas não estou negando-me a falar nada.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Não que você esteja negando. Quando você se nega a falar aqui te po-

demosindiciar. Estou pedindo-te para não fazer isso, o que não lhe fará mal nenhum. Até te propus que se você quisesse fecharíamos a reunião e a faríamos reservada para te preservar, com o intuito de que você possa contribuir. Senão, por favor, responda as minhas perguntas. Eu sei que você já falou em juízo, é só eu requisitar para ler tudo. Mas preciso que você fale aqui, o que não te fará mal nenhum, na verdade você criará uma simpatia.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Tenho para falar o que eu falei em juízo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É o que você falou em juízo?

O SR. ROBSON TUMA – Não temos nada com o que você falou em juízo. Você responde aqui ou terá que responder, ser indiciado e responder criminalmente. Você terá dois problemas: o que você tem na Justiça e o crime pelo qual terá que responder na CPI. O Deputado Pompeo já lhe leu a lei e já esclarecemos. Não daremos voz de prisão em flagrante, porque o senhor já está preso. Certo?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Certo.

O SR. ROBSON TUMA – Mas o crime continuará valendo. A pena desse crime é a reclusão de 1 a 3 anos mais multa. É uma opção sua. Se o senhor já disse em juízo, diga aqui, não precisa modificar se não quiser ou se achar que o que disse em juízo é verdade. Mas o senhor não vai calar. Se o senhor achar que alguma pergunta lhe incrimina, diga que isso lhe incriminará e não responda.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor confirma seu envolvimento na receptação de cargas roubadas?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu não confirmo como receptador, porque eu não sabia que era carga furtada. Para mim era da salvados de seguradora. Isso não confirmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Veja como é importante, você confirma que recebeu a carga, não que você sabia que era roubada.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu confirmo que vendi, mas não estava ciente de que era mercadoria furtada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então o senhor é um receptador passivo, mas é receptador. Está certo?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu vendia uma mercadoria como salvados de seguradora. Isso eu fazia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é crime doloso, mas é crime, pois não podemos comprar nada roubado.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Mas eu não sabia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Exatamente. O senhor comprou com nota?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Todas com nota, inclusive há os números das notas fiscais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sua situação está ficando melhor e não atrapalhou em nada o senhor dizer isso aqui. É isso que queremos. A CPI tem 7 meses de trabalho efetivamente e chegaremos aonde nós queremos, mas precisamos de vocês. Para isso, vamos precisar e vamos poder colaborar também com quem quer realmente colaborar. Pode-se também colaborar, até por que te noto certa zede que você não está feliz com a vida que está levando.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não estou feliz não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem filho?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não tenho filhos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é solteiro.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Só tenho esposa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa situação deve ser muito ruim, você deve ter pai e mãe. É muito ruim o que você está vivendo, não é?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – É ruim. Inclusive, a forma como a Polícia me prendeu no Paraná, sem mandado e sem nada, fui raptado no Paraná, foi uma prisão irregular, em que a própria Justiça está errando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é Justiça, é a Polícia. Mas é ruim o que você está passando. Se pudermos atenuar, será bom para você.

O SR. ROBSON TUMA – Eu gostaria de esclarecer, Sr. Relator, no ofício, quando você foi preso, havia no mandado: “Cumpra-se pela autoridade judicial local”. Então, não é correta essa afirmação. Não entraremos no tema, mas as duas versões...

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Isso consta nos autos?

O SR. ROBSON TUMA – Não, é só para que constem as duas versões.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não temos nada com isso. Não criemos polêmica disso. Aceito sua verdade e ponto final.

Então, como o senhor explica a polícia ter reunido inúmeras provas, como apreensão de mercadorias roubadas, além de documentos e escutas que envolvem sua participação? No entendimento dos inquéritos, a polícia tem o senhor como um dos principais envolvidos. O que o senhor entende disso, por que está acontecendo isso? É apenas por essa carga que o senhor não sabia ou o senhor pode acrescentar mais alguma coisa?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Há três ou quatro cargas, mas todas as cargas pequenas, que eram vendidas em caminhões pequenos, com notas fiscais.

O SR. OSCAR ANDRADE – De que eram essas cargas.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Com notas fiscais variadas, diversos. Havia bicicleta, ar-condicionado e geladeira, todas elas iam com nota fiscal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Três ou quatro passaram pelo senhor?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – É. Incluívemos as notas fiscais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quero detalhes disso para chegarmos aonde queremos. Como funcionava isso? A carga chegava até o senhor através de quem?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu ligava para o Tonhão ou o Tonhão me ligava falando: “Tenho certos produtos.” Eu ia até meu cliente, que é a Eletroshopping...

O SR. OSCAR ANDRADE – Eletroshopping?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – ...o Sandro, ele estava, na época, com dificuldade financeira, com duplicatas em cartório, não conseguia comprar direto do fornecedor...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele tinha de continuar comprando...

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu fornecia para ele, preço normal de fábrica, não era vendido abaixo de preço, nada, a nota fiscal ia...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você comprava também por preço...

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu não comprava nada, só vendia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, você só intermediava.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Só intermediava e ganhava 3% a 5%.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Tonhão.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Do Tonhão recebia o valor da mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você vendia para o Tonhão?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não, eu vendia para Sandro da Eletroshopping.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não se comprava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor era o vendedor do Tonhão, vamos dizer assim.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu representava o Tonhão, eu pegava a mercadoria, ciente que era salgados de seguradora...

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, você pegava mercadoria com o Tonhão.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não, eu não pegava com o Tonhão. O Tonhão me entregava mercadoria com nota no cliente, fazia tudo. Eu só ia lá recebia do cliente e pagava o Tonhão. Eu ganhava uma comissão de 3% a 5% conforme a qualidade da venda da mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ótimo, está certo.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu não era ciente que a mercadoria era desviada ou furtada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso aconteceu com umas quatro cargas?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Acredito que com umas quatro cargas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sempre para a Eletroshopping?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Sempre para a Eletroshopping, porque a mercadoria que me passava era pouca quantidade e a Eletroshopping conseguia comprar tudo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que tipo de mercadoria era?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Bicicleta, ar condicionado, que eu vendi para ele. Esse tipo de mercadoria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eletroeletrônico?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eletroeletrônico não tinha. Som, essas coisas não tinha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tinha som.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não, som, televisão, essas coisas não tinham não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era mercadoria do ramo da loja?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Do ramo da loja.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só do ramo da loja. Específico.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Nunca vendi outro tipo de coisa a não ser do meu ramo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É grande? E essa loja é aqui?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não, é no Paraná.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual cidade?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Tem oito filiais. Tinha, porque agora ele falou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem lá no Rio Grande do Sul também?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não, não tem no Rio Grande do Sul.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa sua relação é com o Tonhão?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Como com o Tonhão?

O SR. OSCAR ANDRADE – Estou dizendo, essa relação direta era com o Tonhão.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – O Tonhão me passava a relação da mercadoria e o preço. Eu ia lá e negociava com o meu cliente, fechava o valor da mercadoria e repassava o valor para o Tonhão e ganhava a 3% a 5% de comissão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bem, eu já entendi isso. E o Adriano?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – O Adriano, quando acontecia de voltar um cheque do meu cliente ou o cliente ficasse de mandar uma ordem de pagamento para o Adriano e isso não acontecia, voltava o cheque, minha negociação com o Adriano era só resolver o problema, cobrar para mandar o dinheiro para o Adriano.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que mandar o dinheiro para o Adriano? Ele tinha crédito nessa história das cargas?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não sei por quê. O Tonhão me passou para fazer o pagamento para o Adriano.

O SR. OSCAR ANDRADE – É por que eles deviam ser sócios na transação. É natural pensar isso.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Sinceramente... Eu não pensava. O dinheiro ia para o Adriano.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora, esclarecida a questão, primeiro, a carga é roubada. O senhor não sabia, mas hoje sabe, né?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Hoje eu sei, porque está o maior tumulto. Isso eu soube lá na delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tudo bem, então o senhor sabe hoje que a carga é roubada. Obviamente, então, o Tonhão lhe passava. Ou ele roubava ou alguém roubava para ele. Concorda comigo?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Deve ser.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como era ele com quem o senhor se relacionava e o senhor era quem recebia o dinheiro, e o senhor não mandava o dinheiro, mandava o dinheiro para o Adriano. Então o Adriano estava junto. Hoje.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não, não era assim. O Tonhão ia lá buscar o dinheiro, pegava cheques.

Algumas vezes, o cliente por estar apertado, voltava o cheque. Então o Adriano me ligava e me cobrava. E eu falava: “Olha, Adriano, vou lá cobrar o cliente e vou lhe mandar uma ordem de pagamento pelo cheque.”

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas por que o Adriano lhe ligava se o cheque foi parar no Tonhão?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor quer dizer que o Tonhão passava o cheque para o Adriano?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – O Tonhão me liberou para eu fazer pagamento para o Adriano.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era sócio na história.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos clarear bem. O senhor vendia a mercadoria? Não ficou bem claro ainda. Quero que fique bem claro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bom.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Adriano, o Tonhão, o senhor era vendedor dele.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Vendedor do Tonhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vendia mercadoria...

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Representava a mercadoria do Tonhão ciente que não sabia era mercadoria furtada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ciente que o senhor não sabia que era roubada. Então a mercadoria o senhor vendia para essa Eletroshopping.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eletroshopping.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não recebia o dinheiro? O pagamento quem fazia?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – O Tonhão ia lá para receber.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Tonhão recebia direto da loja?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Direto da loja.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor não recebia?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu recebia a comissão de 3% a 5%

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem o senhor recebia?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Nesse caso, a parte do Tonhão era paga e o Tonhão para me pagar pegávamos um cheque de valor menor do próprio cliente e eu ficava com esse cheque, que era pré-datado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Já vinha o pagamento separado?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Já, com o cheque pré-datado. Na hora do pagamento já era separado o valor da minha comissão.

O SR. POMPEO DE MATTOS - De quando em vez, voltava cheque do cliente?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Voltava.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como entra o Adriano na história?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Aí, o Adriano me ligava, avisando que tinha voltado o cheque, para eu resolver o problema. Eu ia lá, cobrava e mandava o dinheiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O que quer dizer que o Tonhão recebia, mas passava o cheque para o Adriano, por que o cheque estava nas mãos do Adriano.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Deve ser. Quando voltava, quem me cobrava era o Adriano.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então, está claro. O Tonhão recebia o dinheiro lá, vinha e levava para o patrão - o patrão dele era o Adriano.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Não sei se era o patrão.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sócio, enfim. Levava para o Adriano e, aí, o Adriano consumia com o dinheiro. De quando em vez, o cheque furava. O cheque estava na mão dele e ele não devolvia para o Tonhão. Ele mesmo, diretamente, cobrava e o senhor ficava sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor tem telefone?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Tinha. Mande desligar.

O SR. OSCAR ANDRADE - Em casa?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Mande desligar.

O SR. OSCAR ANDRADE - Pode dizer o número?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - 225-8618.

O SR. OSCAR ANDRADE - 046?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - 046.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o outro, da FAER?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - 223-1529, que era o escritório...

O SR. OSCAR ANDRADE - Sabe que esses dois telefones foram grampeados?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Fiquei sabendo depois.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sabe que há vária as gravações telefônicas de o senhor negociando com o Adriano e com o Tonhão?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Fui informado antes das escutas telefônicas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Se quiser ouvir, temos aqui.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Ninguém me mostrou essas escutas telefônicas e não é agora que vou querer ouvir. Não quero ouvir essas escutas telefônicas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Muito bem. O senhor tem o direito de não querer ouvir.

O SR. ROBSON TUMA - É uma chance de o senhor dizer se a voz é sua.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Não, eu não quero.

O SR. ROBSON TUMA - Onde o senhor mora?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Em Pato Branco.

O SR. ROBSON TUMA - O nome da rua?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Afonso Pena, 1.599. Nasci e moro lá.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor não quer ouvir uma conversa sua?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Não, não quero ouvir nada dessa fita.

O SR. ROBSON TUMA - Por quê?

O SR. ROBSON TUMA - Eu tinha o direito de ouvir antes e não quis ouvir. Não vou querer ouvir agora.

O SR. ROBSON TUMA - Exatamente para não falar que é sua. Só que ela tem ordem judicial.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Não tem problema se tem ordem judicial. Eu não quero ouvir. É um direito meu.

O SR. ROBSON TUMA - Com ordem judicial, ela vai ser usada contra o senhor, independente de o senhor querer ouvir ou não.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Isso, eu já estou sabendo lá no Tribunal.

O SR. ROBSON TUMA - Tem de responder com um pouco mais de respeito, senão, a sua situação complicará mais ainda, por que, além do crime de calar e falsear...

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Mas eu não me calei.

O SR. ROBSON TUMA - ... ainda será indiciado agora por desrespeito. Aí, seu crime vai agravando cada vez mais.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eu queria que o senhor me esclarecesse, para que eu possa entender melhor. O senhor mora em Pato Branco?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Moro em Pato Branco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pato Branco é oeste do Paraná?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não, é sudoeste do Paraná.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sudoeste do Paraná, desculpe-me. Conheço Pato Branco, Coronel Viúva, São João. Francisco Beltrão já é mais para cima.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Cinqüenta quilômetros à frente de Pato Branco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, eu sei. É mais para cima.

O senhor morava lá...

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Moro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor mora lá e recebia mercadoria do Tonhão, que mora aqui?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não, a mercadoria ia diretamente para o meu cliente...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como o senhor conheceu o Tonhão?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Conheci em Curitiba, numa conversa. Num posto de gasolina, começamos a conversar. Falei que era representante comercial e ele falou que talvez arrumasse alguma coisa para eu vender, que ele tinha umas mercadorias, salvados de seguradora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Salvados de seguradora?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Isso. Daí, por telefone, começamos a entrar em contato. Ele me passava uma relação...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor é um vendedor e um comprador, obviamente, faz propaganda do seu produto: "Olha, tenho um bom produto, um produto de qualidade". Produtos salvados de seguradora, via de regra, não são bons produtos, até porque são salvados. Se fosse um produto bom...

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Na minha idéia, salvados de seguradora ocorrem quando um caminhão tomba. Uma parte da mercadoria é estragada e uma parte fica boa. Eu acreditava que a mercadoria que eles me mandavam é a parte boa do caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Salvados são a parte ruim. A parte boa é a parte boa.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Isso, eu não sabia. Para mim, quando eram salvados de seguradora, a carga toda era posta como salvados de seguradora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora, o senhor sabe de onde vinha essa mercadoria?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não sabia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ficou sabendo agora?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não, ainda não sei de onde vem essa mercadoria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não sei de onde vem essa mercadoria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Temos denúncia de cinco grandes roubos que houve em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. E Passo Fundo e Pato Branco, ali é uma linha direta.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu não estou sabendo dessas cargas de Passo Fundo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, e essas cargas vieram para cá. Agora, a gente começa a enxergar ladrão que vem daqui para lá, ladrão que vem de lá para cá.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Certo, mas eu não estou ciente dessas mercadorias de Passo Fundo. E nunca foi uma carga assim completa para mim. Foi sempre um caminhão toco pequeno, e só mandavam para mim o que eu pedia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Claro.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Se tivesse 50 geladeiras, e o cliente só tivesse condições de comprar 10, só ia as 10. Nunca foi comprado em quantidade maior.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas, claro, porque eles roubavam carga cheia, tinha os depósitos e iam distribuindo. O senhor é uma pessoa inteligente.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu não sabia disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora, o senhor sabe que vender um produto cuja loja não tem marca - e o senhor sabe que vendia produto de marca, mas a loja não tinha ...

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Mas esses clientes já trabalhava há muitos anos com as marcas. Aí que ele estava passando uma dificuldade financeira. Ele já trabalhava com todas essas marcas que eu vendia para ele, antes disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vou dizer para o senhor. Agora, é uma opinião minha. A forma como o senhor se posiciona, claro, inclusive no questionamento feito pelo Deputado Robson e aqui com o nosso Relator da mesa, como alguém justamente conhecedor. O diabo não é diabo, porque é inteligente, mas tem tempo. O senhor tem tempo.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Como é que é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O diabo não é diabo, porque é inteligente, mas tem tempo.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – O diabo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É um ditado que a gente usa no Rio Grande. O senhor não está entendendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – É uma força de expressão.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não falo essa palavra.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que não? Vou falar de novo. Gostaria que o senhor escutasse, para compreender: o diabo só é diabo, não porque é inteligente, mas porque tem tempo. Quer dizer que o diabo vem de longe. É isso. Quer dizer que o diabo é ruim, porque vem de longe. Ele tem experiência acumulada. Então, quem tem experiência acumulada não é bobo. Quero dizer que o senhor não é bobo. O senhor é um cara que tem muita experiência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não te chamou de diabo também não. É só uma expressão.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu acredito muito mais em Jesus Cristo do que no diabo. Eu acompanho Jesus Cristo e ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual o seu objetivo com a pergunta e o seu objetivo com a resposta?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu acho que o que ele pondo ali não tem nada a ver com o caso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor está se fazendo de desentendido. O que quero mostrar que o senhor era experiente. O senhor não vai me dar lição aqui. O senhor tem experiência. Não é constranger ninguém aqui. O que é isso? O senhor tem experiência. O senhor é um vendedor muito experiente, com anos de experiência, e sabia que estava vendendo mercadoria roubada. Vem passar salame aqui em nós e ainda quer dar moral de diabo e de Deus.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu não sabia que a mercadoria era roubada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabia que era roubada. Vai enganar outro.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não sabia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabia sim. Vai enganar outro.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não sabia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabia sim. Vai enganar outro.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu não sabia que a mercadoria era furtada. Sabia que era salvado de seguradora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem é que se benzer.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não acredito em benzedeira.

O SR. ROBSON TUMA – Quem é F. Bijinela?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor soube das mercadorias que foram apreendidas na loja Joice Modas, do Adriano e da mulher, na casa dele?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não, não soube.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem conhecimento disso?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não tive. Só tive conhecimento disso, depois que já estava na delegacia, porque ajudei a descarregar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já negociou com a Casa Centro?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não. Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com a Futura?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – De Itajaí?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não. Nunca negociou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com as Lojas Rocha, de Itajaí?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Também não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? Você só um comprador?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Só tive um comprador: o Sandro, da Eletroshop. Era o meu único contato. Tanto é que a mercadoria que me passavam era sempre ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Só no Supermercado Flattel e na Unimax.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não. Não conheço nenhuma dessas duas empresas. Não conheço nada.

O SR. ROBSON TUMA – Quantos problemas o senhor teve de envolvimento com carga roubada?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Umas quatro ou cinco cargas eu vendi. Todas cargas pequenas.

O SR. ROBSON TUMA – Para o mesmo cliente?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Sempre para os mesmos clientes.

O SR. ROBSON TUMA – Os mesmos clientes? Então, quer dizer que o senhor tem mais de um cliente. O senhor mesmo falou aí: "para os mesmos clientes".

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu só tinha um cliente: a Eletroshop.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Altair da Silva Dias?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – O Altair nunca conversei com ele. Conheci lá na Delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só na Delegacia?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Na Delegacia. O meu acesso era o Tonhão e o Adriano.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só o Tonhão e o Adriano, não é?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Só o Tonhão e o Adriano.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já teve algum envolvimento com droga?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Nunca. Nunca me envolvi com droga nem para uso, nem para tráfico.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor teve algum processo criminal antes?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Nunca tive.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, quero que requeira a presença do Antônio Bruner para fazer a acareação.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Antes disso, quero aqui fazer uma pergunta. Dá para o senhor declinar o nome dessa Eletroshop? O nome completo.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Olha, o nome só de Sandro. O nome completo eu não lembro. Eu li o nome completo dele, mas, no momento, eu não estou lembrando não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Eletroshop é uma loja. O endereço?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eletroshop é uma loja.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O endereço?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu não tenho o endereço. Não me lembro do endereço.

O SR. ROBSON TUMA – Cidade?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Francisco Beltrão, a matriz. Ele tinha uma loja em São Paulo, no interior de São Paulo, uma em Chapecó e as outras não sei onde era.

O SR. ROBSON TUMA – Vamos quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico dessa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Consulte os demais pares sobre o requerimento do Relator no sentido de se promover a acareação do Depoente André Faer com Antônio Bruner.

Os Srs. Deputados que concordam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ROBSON TUMA – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra ao Deputado Robson Tuma.

O SR. POMPEO DE MATOS – Enquanto ele não chega, Sr. Presidente, gostaria de lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Um momento, Sr. Deputado. Em seguida, V. Ex^a fará sua pergunta. Há alguma observação com relação à acareação?

O SR. ROBSON TUMA – Não. Vamos fazer com esse.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Solicito ao Sr. Secretário que conduza ao recinto o Sr. Antônio Bruner para efeito de acareação com o Depoente André Faer.

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Matos.

O SR. POMPEO DE MATOS – Sr. Faer, ouça uma conversa gravada entre o senhor e o Adriano. Começa assim:

“Não tem problema. Daí nos termos tentado arranjar um lugar, aí, para colocar no chão e transportar para aí, com nota. Entende?”

O SR. POMPEO DE MATOS – O que é “botar no chão”?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – É descarregar mercadoria.

O SR. POMPEO DE MATOS – É pegar uma carga e descarregar. É o senhor conversando com ele:

“É que estamos tendo facilidade de nota, agora.”

Certo, então, nós estamos querendo ver se nós transporta pra ti com nota. Pra subir tá tudo fora de rota. O pessoal só quer subir para o lado de cá. Me arruma algum trem aí?

Ah?

O cliente, aquele de que você mandou sair de Cascavel.

Ah?

O bicho cometeu um erro, cara. A mulher dele...

Tinha R\$3 mil. Não tenho certeza se R\$2 mil, R\$2,5 ou R\$3 mil. Ela mandou na conta de vocês e tinha que mandar na conta desse Sérgio, aqui de Pato Branco. Ele mandou para vocês. Tu tens

como ver para mim, lá? Entrou esse dinheiro lá na sua conta?

Ah! Não ficou para ser depositado o dinheiro de um camarada? Pensei que era dele!

Não é dele o dinheiro. Só que não é de vocês a parte."

Ou seja, era tanto rolo de negócio que a mulher, lá da loja, tinha que mandar o dinheiro para outros, que mandaram para ele, que estava acostumado a mandar dinheiro para o esquema que chegou a mandar dinheiro errado.

"Zé mandou errado.

Não. Eu vejo pra ti.

Tu vê pra mim! Me dá um retorno hoje?

Te dou um retorno hoje. O negócio é o seguinte: daí eu passo para o banco isso.

Tu repassas para mim e te dou o número da conta.

Tá. Eu faço o seguinte: não entra. Lembro que deu dois ou três chequezinhos que foram bloqueados..."

Ou seja, estava tentando acertar uma conta.

Quero mostrar que vocês faziam negócios por telefone e este estava bloqueado. Conta bem certo que vocês conseguiram fazer nota, conseguiram arranjar nota para comprar mercadoria roubada. Tem fundamento?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Desconheço o que está sendo falado aí.

O SR. POMPEO DE MATOS – Mas está gravado no seu telefone. O senhor pode desconhecer. É só para o senhor saber que nós sabemos. Agente está sabendo que o senhor sabe e é bom que o senhor saiba que também estamos sabendo. Não devemos nos enganar.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Vamos suspender apenas um minuto para que o técnico troque o MD e continue a gravação.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Por favor, queria solicitar a um dos policiais que ficasse aqui na frente. O senhor pode puxar uma cadeira e ficar bem aqui, por favor.

Vamos, agora, iniciar a acareação entre o Sr. André Fae e o Sr. Antônio Bruner, tendo em vista que as declarações de ambos são conflitantes.

Vou passar, inicialmente, a palavra ao Deputado Oscar Andrade, Relator, para que faça o questionamento que julgar necessário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Antônio, qual era a sua relação, na questão das cargas, com o André.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Conheci-o, evidentemente, num restaurante. Só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só? Vou perguntar de novo, Sr. Antônio. Qual era a sua relação com ele na questão do roubo de carga, receptação e intermediação de qualquer sorte? Estou perguntando de novo, o senhor está notando? O senhor entendeu por que estou perguntando de novo?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor pode responder.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Conheci-o num restaurante. Ele trabalhava de vendedor, almoçamos juntos e nos conhecemos por ali.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não perguntei se o senhor conhecia, não. Falei qual era a relação dos senhores na transação, na comercialização.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não, não existia transação, não existia comercialização.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhuma?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. André, por favor, repita o que o senhor disse, ainda há pouco, sobre a relação que o senhor tinha, na venda das mercadorias, na relação com o Tonhão. Da maneira que o senhor disse, por favor.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Minha relação com o Tonhão era que eu vendia mercadorias da salvados de seguradora para o Sandro e para o Francisco Beltrão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas intermediado por quem?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Intermediado pelo Tonhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tonhão é esta pessoa aqui.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Essa.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor já o conhecia há mais tempo.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não, nós nos conhecemos, como ele falou, em Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas tiveram vários outros contatos posteriormente a isso?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Alguns contatos. Questão aí de seis a sete meses só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Contatos para quê?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Contatos para ver venda e compra de mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para acertar a venda e a compra de mercadoria. Como se davam esses contatos?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Por telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Normalmente. Nunca pessoalmente?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Nunca pessoalmente. Por telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas era ele mesmo?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Era.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele ligava para você?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Ele ligava para mim, e eu também ligava para ele. Eu ligava, às vezes, perguntando se ele não tinha mercadoria para me vender.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em quantas situações houve o envolvimento de mercadoria e as vendas que você proporcionou?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Quantas vezes?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Cinco, seis vezes. Todas cargas pequeninhas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tudo coisapouca.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Pouca. Era um caminhão pequeno que entregava. Tudo com nota também.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas sempre num caminhão? Sempre com a carga fechada?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não, nunca com a carga fechada. Era um caminhão-toco, pequeno. Eles passavam a relação de 90 dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – 8, 9 mil quilos, 10 mil quilos, no máximo.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não sei quantos mil quilos vão num caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um toco são 8, 10 mil quilos.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eles passavam a relação, aí o cliente via que ele precisava, e era entregue com nota fiscal a mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles passavam a relação, você disse? Eles quem?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – O Tonhão me passava a relação.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Tonhão e mais quem?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só. Então, é ele; e não, eles.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Aí, o que cliente queria, ele fazia o pedido, e eles entregavam. Podia ser meio caminhão, um caminhão. E com nota fiscal isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Certo. Sr. Antônio, o senhor ouviu o que ele disse.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Ouvi e desconheço isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – É mentira dele?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Olhe para ele, por favor. Olhe para ele, por favor! Fique olhando para ele. Sustente o olhar, por favor, para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora, responde, se conhece ou não conhece.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não, desconheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele tirou os olhos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Olhe para ele, por favor, e fale olhando para ele que o senhor desconhece.

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – É mentira dele?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É mentira?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora, o senhor está falando a verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, mas ele estava o tempo inteiro, o tempo inteiro.

O SR. ROBSON TUMA – Só, Sr. Presidente, não se esqueçam de que temos as fitas gravadas. Por mais que vocês queiram pensar que não valem nada, elas valem sim! São cópias materiais.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Autorizadas pela Justiça.

O SR. ROBSON TUMA – Portanto, tornam-se provas materiais que serão, com certeza, usadas contra os senhores nas suas condenações. E serão agravadas as suas penas com o crime de mentir à CPI.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Robson, quero fazer só um parêntese se me permite. Com relação ao André Faé, eu vou fazer constar do meu relatório que se atenua até a condição dele, porque realmente fala a verdade, fica claro aqui que ele tem o sentimento de colaborar. Agora os outros que estão

fazendo dessa forma que ele está fazendo ao contrário nós vamos fazer.

O SR. ROBSON TUMA – Então é bom ficar bem claro que quem mentir vai ter agravada a sua pena, pois a CPI entrará com a representação do crime previsto na Lei n.º 1.459. E mais, Sr. Relator: há mais um depoente aqui que também pode ser trazido para ser feita a acareação, que confirmou também os contatos que mantinha com Tonhão, e é baseado exatamente nisso que V. Exª faz a consideração.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se me permite, eu gostaria que ficasse para daqui a pouco. Eles podem ficar aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deputado Pompeo, algum questionamento mais com relação a essa acareação para nós podermos agilizar os trabalhos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eu tenho aqui, Sr. Presidente, uma conversa dos dois, do Tonhão e do André, e eu quero ver se eles confirmam essa conversa havida no telefone. Dizem assim:

“Dá uma olhada quantas ligações tem neste teu telefone aí. Deve ter umas quinze.

É? Meu Deus do céu, faz duas horas que eu estou ligando, cai, cai, chama, chama e cai em uma caixa postal. Lá uma mulher chata e... e aí cai na gravação da caixa postal, não sei o que... deixo o seu recado.

Por que não deixa o recado?

Ah! Está maluco, não é? Não, é sério, cai numa gravação.

Que hora que vai chegar esse trem?

Ah, se eu dizer que mandei embora?

Ah é?

Por que se eu falei para você que vim, mas eu falei para você mandar esse caminhão.

Ah, eu vou segurar um (nome feio) sozinho, André?

Mas eu falei pra você.

Pois é, tu tinha negociado com quem?

Cascavel. (Aí outra palavra feita)

Mas eu ainda falei para você quando você me ligou. Falei pode mandar vir que isso aí eu vendo.

Tá louco? Tu tá sonhando, bicho? Agora tou cheirado já.

Pois é, agora o cara já foi, o cara está me esperando em Curitiba. Eu não falei para tu? Uns 20 minutos, me liga.

Sim, mas eu falei aquela hora para você: pode mandar vir aqui, isso aí é moleza vender.

Pois é – e aí outra palavra feita aí –, faz meia hora que eu estou ligando no seu telefone, meia hora, mas faz muito mais, só cai na caixa postal.

Tá, eu vou ver se consigo achar o cara aí, daí me liga no celular.”

Ou seja, é mais um negócio de carga de caminhão entre vocês. Você confirma essa conversa?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Eu desconfirmo esta conversa, não me lembro desta conversa.

O SR. ROBSON TUMA – Você não lembra, não é que não desconfirme.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Embora este seja gravada, é verdadeira, foi tirada do número.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Se está gravada e vocês estão falando que a voz é minha, mas eu...

O SR. ROBSON TUMA – Você quer ouvir para ver se a voz é sua? Está aqui no pontinho. Quer? Aí você tira a sua dúvida.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não, eu não quero.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Tonhão, o senhor confirma esta conversa?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Eu desconheço.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, há aqui um fato que todos presenciaram, porém talvez não tenha ficado claro para todos. Há para mim a nítida impressão, porque vieram outras pessoas aqui, eu não vou dizer o nome, e fizeram depoimento, contando, inclusive, da participação do seu Antônio Bruner, não é isso?

Só que na hora que se chama para fazer a acareação ficam com receio de vir o que me dá a nítida tranquilidade de acreditar que o Sr. Tonhão, como estava naquela ligação passada que ia lá arrebentar o indivíduo por causa de um cheque na conversa com a sua mulher, é um indivíduo que tem feito com os outros tem medo de falar a verdade perante esta Comissão.

Então, Sr. Presidente, obviamente, acho que deveríamos mandar à autoridade judicial um ofício constatando esse fato, para que a autoridade judicial, que de tem a custódia dos presos, transfiram-nos para lugares independentes, a fim de que não tenham mais nenhum minuto de intranquilidade por ameaça que possam estar sofrendo por esse indivíduo, que, óbvio, quando se senta aqui para falar dele, muitos falam, mas, à sua frente, todos se calam, com exceção do Sr. André.

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ - Só quero comunicar que não, nunca, em parte nenhuma, fui ameaçado pelo Antônio para não falar nada. Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Esta Presidência ouviu a sugestão de V. Ex^a e vai, posteriormente, submeter à apreciação dos demais pares.

Considerando que nada mais há a tratar sobre a discussão... O senhor ainda quer falar alguma coisa?

O SR. ANDRÉ LUIZ FAÉ – Não, não tenho mais nada a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor tem alguma coisa a declarar?

O SR. ANTÔNIO BRUNER – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Considerando que não se justifica mais a acareação, pediria aos policiais, por obsequio, que levem cada um para os seus lugares, aguardando a conclusão.

Sr. Secretário, por favor. Solicito que faça adentrar ao recinto o Sr. Glaucir Inácio Grave. (Pausa.)

O SR. ROBSON TUMA – ... ouvir inquérito, porém temos mais dois para serem ouvidos, e, ao final, eu gostaria que se fizesse uma reunião reservada entre os Parlamentares. Para que esse fato da reunião reservada aconteça ao final, pediria para que a autoridade policial, ao invés de prestar o seu depoimento, mandasse o histórico por escrito de todos os acontecimentos, junto com a cópia do inquérito policial.

Aproveito, Sr. Presidente, para comunicar uma ligação recebida por mim do Senador Romeu Tuma, Presidente desta Comissão, porque o Governador Esperidião Amim entrou em contato com S. Ex^a, sabendo se o Senador viria a Joinville, a fim de que viesse também encontrar toda a Comissão.

Os Senadores disseram que não haveria a necessidade da sua vinda à cidade. Então, S. Ex^a, naquele mesmo instante, propôs mandar o Secretário de Segurança Pública para que aqui estivesse durante todo o tempo em que a Comissão permanecesse na cidade e no Estado.

O Senador disse a S. Ex^a. também que as autoridades policiais locais, como é o caso, estavam colaborando e, se houvesse a necessidade, ligaríamos e pediríamos o auxílio do então Secretário de Segurança Pública.

É só para deixar constatado que foi um pedido do Senador e a preocupação e atenção do Governador do Estado com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Feito o registro, é a oportunidade, de mais uma vez, agradecer não apenas a Câmara Vereadores de Joinville, assim como as autoridades municipais, mas também as autoridades estaduais e o Sr. Governador.

Antes de iniciar o novo depoimento, quero dizer que há requerimento sobre a Mesa, que lerei:

Requeiro, nos termos regimentais, as quebras dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Eletroshopping, da cidade de Francisco Beltrão, Paraná, tendo em vista os indícios de envolvimento com práticas delituosas de receptação de cargas roubadas, conforme depoimentos colhidos nesta Comissão.

O requerimento é subscrito pelo Deputado Robson Tuma e por este Presidente e vai ser objeto de deliberação pelo Plenário da Comissão, em Brasília, por exigir **quorum** qualificado.

Sr. Glaucir, o senhor vai depor agora diante de uma Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, composta por Deputados e Senadores aqui presentes, destinada a apurar furto, roubo de carga e receptação de carga roubada em todo o Brasil.

Pergunto se o senhor se compromete a dizer a verdade e somente a verdade sobre o que lhe for perguntado, ficando a advertido de que a mentira pode, no caso do compromisso, causar-lhe problemas.

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor está preso?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor também fica advertido de que tudo aquilo que disser poderá ser usado contra o senhor. Portanto, o senhor não é obrigado a responder as perguntas que lhe forem feitas.

Qual é o seu nome completo?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Glaucir Inácio Grave.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor sabe a sua identidade?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual a sua idade?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Vinte e nove anos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual o número do CPF?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual o estado civil?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual seu endereço?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Rua Inambu, ao lado do 3449.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual a cidade?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual a sua profissão?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Motorista.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor é parente de alguém envolvido nessa questão?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Por que o senhor está preso?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Simplesmente porque comecei ligar para o Tonhão para pedir dinheiro emprestado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ele também empresta dinheiro?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Eu tinha um cheque e ele falou que tirar para descontar os meus cheques. Eram trinta dias, essas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Por que o senhor tinha cheque na mão dele?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Às vezes era de frete, às vezes com trinta dias para pagar. Então, eu pegava e descontava com ele.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor tem caminhão próprio?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deixe-me só entender, antes de passar a palavra ao Relator. O senhor descontava cheques seus com ele?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não. Eu tive uma vez caminhão. Eu tinha. Antigamente eu tinha.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E descontava cheques com ele?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Meu e de clientes.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E toda vez que o senhor descontava pagava juros para ele?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Sim, a 3%.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ele tem alguma empresa registrada?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não tenho conhecimento sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ele é banqueiro, é dono de **factoring**?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Relator, Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que motivo o senhor está preso?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Deputado, eu gostaria apenas de fazer uma recomendação aos integrantes desta Comissão, no sentido de procurarmos, o máximo possível, ser concisos nas perguntas para desenvolvermos nosso trabalho, já que ainda mais duas pessoas para ouvir ainda hoje.

Com a palavra o Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que motivo o senhor está preso atualmente?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Por furto de cargas.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já tinha sido preso antes?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deputado, um instante só. Eu pediria que o senhor assinasse o compromisso de dizer a verdade, por favor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já tinha sido preso antes?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Já.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pelo mesmo motivo?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Negativo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o motivo?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Por assalto a um carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Assalto a carro?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Roubo de carro?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – A quantos inquéritos o senhor está respondendo?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – A um só.

O SR. OSCAR ANDRADE – O outro não tinha tido inquérito?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não. Teve, mas fui indultado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor chegou a ser julgado e condenado?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor agia nos assaltos a motoristas de cargas?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não tenho esse conhecimento de estar...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor está dizendo agora que foi preso por isso.

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Sim, fui preso por isso, mas não quer dizer que eu assaltava. Fui preso porque tive contato com o Tonhão através de telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sim. E como se deu isso?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Da primeira vez o senhor foi preso porque assaltou um carro?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Foi em 96 isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas já tem tempo isso. O senhor já foi julgado.

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Já fui julgado e tive tudo que tinha direito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Des sa vez o se nhor foi preso por quê?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Porque li-guei para o To nhão tro car esse che que. Daí, eles fi ze-ram a escuta telefônica.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Tonhão trocava cheque?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Trocava.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi trocar o cheque com ele e foi preso?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Troquei, troquei cheque com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E foi preso?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Fui preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – É crime trocar cheque?

O SR. GLAUCÍDIO NASSILGRAVE – Agora, não sei, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu acho que não é não.

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não. Crime não é.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então o se nhor não devia estar preso.

A polícia de Santa Catarina aprendeu mercado-ri as ori un das de fur tos e de rou bos e tem do cu men tos e escuta telefônica em que há sua participação clara. A escuta telefônica é autorizada pela Justiça, portan-to, factível de ser arrolada no processo e pesar contra o se nhor. Cla ra é a sua voz, fa lan do, acer tan do ques-tão de carga, como queria fazer, aquela carga, a ou-tra, a outra, a outra. Então, nós sabemos que, na questão, não é cheque com o Tonhão. E o senhor

está participando de uma CPMI. Aqui, se mentir, se calar, se impedir o nosso trabalho, o senhor pode ser processado por mais um crime, com base na Lei nº 1.579, e agravar ainda mais a situação. Ao contrário, se o senhor quiser colaborar e contar as verdades para nós, que não estamos nem preocupados com vocês todos que estão presos, porque disso a Justiça já tem elementos, vai resolver a vida dos senhores da maneira que tiver que ser feito. Nós precisamos chegar aos principais culpados, na nossa opinião, que são os receptadores. A colaboração sua implica ajuda da CPMI no caso do seu processo, pode ser atenuada até, pode ser até, conforme a quantidade de ajuda. Com base na Lei do Programa de Proteção à Testemunha, você pode ser até ajudado, até o processo pode parar, conforme a quantidade que você pode ajudar. Então essa é uma proposta que nós estamos lhe fazendo, até de ser ouvido reservadamente, se necessário for. Se assim você quiser, nós podemos esvaziar isso aqui e fazer essa sessão fechada, com o intuito de colaboração mútua. Você dá a colaboração e recebe também. Quero salientar isso para você e acho importante você pensar. Está certo? Vamos seguir?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Pode seguir.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você diz quando eu estou afirmando isso para você? Você já sabe das escutas, não sabe?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você mesmo citou aí. E as escutas, comprovadamente, claramente, mostram o seu envolvimento, a sua participação no roubo, na receptação e na transferência de cargas. Então, negar isso é desnecessário. Se você quiser, vamos colocar a fita para mostrar o que nós já sabemos...

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não quer ouvir?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, vamos lá, assumo, por favor, o que eu estou te pedindo.

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não tenho nada a ver com essa história de roubar carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você só falava, mas não fazia?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não. Só falava e não fazia.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ah! Você falava e não fazia! Você tem informação de quais as empresas que receptavam essa carga?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Mas o senhor confirma as conversas telefônicas gravadas?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Não quer ouvir nenhuma delas?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não precisa, né?

Adriano José Darós, conhece?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Só duas, ou três vezes que vi ele.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual a sua relação com ele?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Nenhuma. Só que às vezes eu trocava cheque com ele também, né?

O SR. OSCAR ANDRADE - Com ele também?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você sempre trocava cheque?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Quando eu tinha, sempre trocava.

O SR. OSCAR ANDRADE - Cheque seu?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Meu, de empresas...

O SR. OSCAR ANDRADE - De outros, né, de terceiros...

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - É, de frete.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você sabe do envolvimento do Adriano com o roubo de cargas?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Nada?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Fiquei sabendo agora.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o Tonhão?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - O Tonhão, eu trocava cheques, também não sabia o que ele fazia.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Na vida particular dele, eu não...

O SR. OSCAR ANDRADE - Você conhece há quanto tempo o Tonhão?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Há um ano. Um ano, um ano e pouquinho.

O SR. OSCAR ANDRADE - Em que circunstância você conheceu ele?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - De trocar cheque, né? De posto. Que ele era caminhoneiro também, né. Daí eu trocava, daí ele falou pra mim, né, que ele que tinha, se eu quisesse trocar cheque, ele ia e trocava, ele trocava o cheque, pra não ficar muito tempo na minha mão pra...

O SR. OSCAR ANDRADE - Sanderley Henrique Ouriques?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Só da oficina do irmão dele.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você conhece ele de lá?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Só da oficina do irmão dele.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você não participou em assalto com ele?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - De jeito nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE - De jeito nenhum?

O SR. OSCAR ANDRADE - E ele participava?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Aí eu não sei da vida...

O SR. OSCAR ANDRADE - Não sabe, né?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você conhece o Raimundo Ramos Júnior?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você conhece a Luziléia Alves Cassiano?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - O Sérgio Lopes de Souza?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Leniberto de Souza?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Altair?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não conhece o Altair?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Luiz Carlos Severino?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Zé Luiz de Souza Farias?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Marcelino?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.
O SR. OSCAR ANDRADE - Vanderlei Dalmolin?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.
O SR. OSCAR ANDRADE - Não conhece ninguém?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.
O SR. OSCAR ANDRADE - Ismael Antunes?
O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.
O SR. OSCAR ANDRADE - Daniel?
O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Só de estrada.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem é o Daniel?
O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - O Daniel é caminhoneiro também.
O SR. OSCAR ANDRADE - Caminhoneiro. Seu amigo?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - De estrada sim.

O SR. OSCAR ANDRADE - Colega, não é?
O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - De estrada.
O SR. OSCAR ANDRADE - Só de estrada?
O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Só de estrada.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sabe do envolvimento dele em alguma situação?
O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.
O SR. OSCAR ANDRADE - Não?
O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.
O SR. OSCAR ANDRADE - E o Giovani?
O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.
O SR. OSCAR ANDRADE - Conhece?
O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.
O SR. OSCAR ANDRADE - Amarildo?
O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.
O SR. OSCAR ANDRADE - Márcio Riques?
O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.
O SR. OSCAR ANDRADE - André Luís?
O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.
O SR. OSCAR ANDRADE - Faé?
O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.
O SR. OSCAR ANDRADE - Não conhece?
O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não.
O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Presidente, eu encerro por aqui. Acho que é um como os outros...

O SR. PRESIDENTE(Moreira Mendes)—Deputado Pompeo de Mattos com a palavra.
O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, só tenho duas questões, não sem antes dizer que

combinamos em fazer depois uma reservada com o Adriano.

O SR. ROBSON TUMA - Mas antes tem mais um.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim, mas depois, só para não esquecer. Quero ver se o senhor lembra disso aqui:

"Ele vai ligar, daí ele vai deixar abandonado na BR, abandonado não, vai deixar lá para ele catar, ou ele vai deixar na firma e nós temos o emblema para colocar no caminhão.

Quem vai?

Vai eu, né.

Sozinho é que não.

Não, vai eu, o Tonho e (?)

Eu espero pra ver...

Mas eu tô... em equipe.

Tá, e vocês precisam de quê?

Eu preciso de gasolina.

E chega aqui no posto, não?

Deixa eu só dar uma olha da aqui. Que eu nem ia sair por causa, porque que não tinha. Tu falou naquele dia que ia colocar, mas até foi bom que tu não colocou naquele dia.

Por quê?

O Paulo da Cidinha já...

Encher de novo, né.

Vai dar para ir lá.

Então pega o carro, mas tu vem já aqui no posto aqui.

Tá.

Tá bom?

Aí vou lá, já abasteço e já vou. Só vou colocar uma comida na boca porque não comi nada ainda.

Tá, mas eu te espero no posto ali.

Tá. Deixa eu comer um pouquinho.

Tá.

Daí já vou lá.

Ligeiro.

Valeu, cheiro. Tchau."

De quem é essa conversa?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Desconheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas a voz é tua, tua e do Adriano.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não achou parecido essa voz?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE - Não, desconheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Desconhece?

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi gravado de um telefone você falando, do seu telefone.

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o seu telefone?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você não tem telefone?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não lembro mais o número.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esqueceu, deu amnésia? Não vou ficar perdendo tempo, mas só para que o senhor fique sabendo que nós estamos sabendo de todas as questões, tem conversas aqui, tu e o Adriano, contando de tudo um pouco, quanto tu vai receber na paritilha, qual é a parte que te toca, mas o principal é que tu vai para Curitiba com o pessoal e está em Curitiba com o pessoal e dizendo que saiu à caça, foi à caça e que vai caçar pingüim. O que é caçar pingüim?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não sei, desconheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É caçador de pingüim?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não sei o que está...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nós temos no Pólo Norte e no Pólo Sul. Onde tem pingüim, sabe? Ou seria pingüim geladeira?

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Não sei, desconheço esse nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Desconhece? Foram caçar pingüim. E está tudo gravado aqui e lá numa altura o Adriano diz “ligo e alguém atende e diz o Adriano e aí já estão ligando porque foram para a caça, agora, não é, e aí ele começa a conversar contigo e fazer o negócio com Tonhão, acertando para o Adriano passar o dinheiro para o Tonhão, para o Tonhão ficar com o dinheiro pronto para vocês trazerem a carga, para o Tonhão dá a parte de vocês na hora em que entregasse a carga, porque o percentual era para vocês.

O SR. GLAUCIR INÁCIO GRAVE – Desconheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tudo desconhece? Eu também desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, quero apenas concluir dizendo que no meu relatório constará o indiciamento do Sr. Glaucir Inácio Grave.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não vamos desconhecê-lo no relatório, não é?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Perfeitamente. Encerrando a participação do Sr. Glaucir, solicito aos policiais encarregados da sua custódia que o retirem do ambiente e solicito a presença do último notificado, o Sr. Giovani Silveira. (Pausa.)

Sr. Giovani, o senhor foi convocado para prestar esclarecimentos à Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, composta de Deputados e Senadores, destinada a apurar em todo o país o elevado roubo de cargas e a receptação de cargas. O senhor está com algum problema?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Vou ter que responder alguma coisa ou não?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Já, já. Gostaria que o senhor respondesse às seguintes perguntas. Qual o seu nome completo?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Giovani Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual a sua identidade?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – 2844887.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – A sua idade?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – 26.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O seu CPF?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – 791.488.089 -20.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Seu estado civil?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Solteiro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Seu endereço?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Rua Otto Max Petri, 103, Aventureiro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sua profissão?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Motorista.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Cidade onde...?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você é parente ou amigo íntimo de alguém envolvido com essa questão da qual eu lhe falei?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor se compromete a dizer a verdade sobre o que lhe foi perguntado?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Fica advertido que a falta da verdade pode lhe acarretar um outro processo. O senhor está detido, preso?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Fica também advertido, nos termos do que dispõe o art. 5º da Constituição, de que o senhor pode se recusar a responder as perguntas que lhe forem feitas e que elas poderão ser usadas contra o senhor. Esse é o compromisso de dizer a verdade, que eu pediria que o senhor assinasse.

Com a palavra o Relator, Deputado Oscar Andrade para inquirir o depoente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é a sua profissão?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Motorista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Motorista de caminhão?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você está preso?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Suspeito de participar da quadrilha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em que circunstâncias o senhor foi preso?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Fui preso não juntamente com os outros elementos, fui preso depois.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em que circunstâncias? Em casa?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não, na rua.

O SR. OSCAR ANDRADE – Assaltando uma lanchonete?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não. Suspeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tinha uma doze, cano curto, cerrada, com o senhor?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não, era uma 32.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem estava com a doze? Amigo seu?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não sei, desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tinha uma 32?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Eu tinha uma 32 em casa, desmontada. Tenho o resto das peças na minha casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso na rua?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Na rua.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não estava com ela?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não, essa arma os policiais levaram no dia que eles foram na minha casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é a sua relação com essa quadrilha do roubo de cargas?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não tenho nenhuma relação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhuma? O senhor está preso enganado, injustamente?

Na data de 12 de agosto de 2000, o senhor registrou o roubo de uma carga de tapetes e espelhos na Delegacia de Penha, simulando um roubo, em um posto próximo da ponte do Rio Itajaí-Açú, na BR101, no município de Navegantes. Confere?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Confere.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o senhor fez esse registro? Como se deu essa situação?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Foi o dono do caminhão que me...

O SR. OSCAR ANDRADE – Que pediu.

O SR. GIOVANI SILVEIRA – ... induziu para ter o dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Edão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Edão deve ser de Éder.

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não sei dizer o nome dele certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é o dono do caminhão com que você trabalhava?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele tinha transportadora?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – É, era uma transportadora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Bavária.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você era funcionário dele?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Registrado?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Avulso. E ele te pediu para fazer o registro?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Para entregar a carga, entregar o caminhão no posto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sim, e aí você fez o registro de roubo?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Porque ele te pediu. Você sabe que isso é crime, não? Isso é roubo de carga, ou desvio de carga, se você quiser mudar o nome. Você pegou uma carga, simulou um roubo e vendeu para outro. Então o senhor está sabendo por que o senhor está preso, não tem engano, não é? Quero te advertir, como o Senador que preside a união disse, mas quero ir um pouco mais longe: a nossa CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) está auxiliada por uma lei do Programa de Proteção à Testemunha. Você já ouviu falar desse programa?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para que serve isso? Para pessoas que cometeram crime, que tiveram uma vida de crime – ou não, em poucas vezes – e querem contribuir com a justiça, com a CPI, com a polícia na elucidação de outros crimes, por arrependimento ou até por intenção de proteção à sua família e a si próprio. A pessoa entra para esse programa para poder ficar em uma situação de conforto, resguardando a sua vida e também contribuir com a CPI e com os outros órgãos. Isso é muito importante. Pode ser muito importante para você, se quiser. Podemos oferecer isso de qualquer sorte.

O SR. GIOVANI SILVEIRA – O que eu sei é isso. Não tenho mais nada a declarar. Foi isso que aconteceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bom. Mas vamos trabalhar um pouquinho mais isso. Estou apenas querendo encorajá-lo para que entenda que podemos melhorar um pouco sua vida. Você pode sair daqui com tendências a melhorar ou a piorar. Se for indiciado também na CPI poderá piorar. Estou querendo oferecer o melhor.

Como é que foi isso? O Edão mandou você carregar?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carga de quê?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Essa carga de diversas coisas, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Fracionadas. Muitas coisas? Fala algumas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Giovanni, por favor, estou achando que o senhor está desdenhando da Comissão. Solicito que sente direito, olhe para nós e fale ao microfone posicionado à frente, por favor.

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Eu estou respondendo às perguntas que ele está me fazendo e estou olhando para ele. Agora, não sei se tenho que olhar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas está respondendo com desdém.

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Mas é o que eu sei. Eu já falei.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Presidente está pedindo uma postura de maior respeito. Acho que isso não é difícil.

Essa carga foi entregue ao Adriano José Darós e ao Antonio Bruner, o Tonhão?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não sei. Eu não conheci os elementos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você assumiu antes que entregou e desviou.

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Eu assumi que eu desviei a carga mas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Entregou a quem?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Um elemento que veio lá e pegou o caminhão no posto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era esse elemento?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Desconheço essa pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem de pois você o conheceu?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Nem depois.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é nem o Tonhão, nem o Adriano?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece os dois?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é nenhum dos dois?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Nenhum dos dois.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o motorista que pegou?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Foi o motorista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mandado pelos dois?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não sei. Pelo Edão, para mim foi pelo Edão, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você entregou o caminhão com tudo? E registrou a queixa onde?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Na Penha.

O SR. OSCAR ANDRADE – A quantos quilômetros de distância?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Olha, bastante. Não é muito perto, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Dá uns quarenta quilômetros, eu acho.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor esperou algum tempo?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não. O Edão me levou de carro até aí, não é? O pessoal me levou de carro e me deixou lá na delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você recebeu uma motocicleta e oito mil e duzentos reais em pagamento da carga desviada? O senhor tem a moto?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não, não tenho a moto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor recebeu. Vendeu?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Vendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você recebeu a moto e mais oito mil e duzentos reais em pagamento dessa carga, desse trabalho que você realizou. A polícia prendeu parte desse carregamento?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não, não estou sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando você conhece o Tonhão?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Faz muito tempo. Conheço da estrada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não me recordo. Não faz muito tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seis meses, um ano?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – É mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais ou menos qual?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Um ano.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Adriano, desde quando o conhece?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Menos. Uns seis meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual foi sua relação com o Adriano? O que já transacionou com ele?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nada? Você o conhece de onde?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Lá do bairro lá que eu moro.

O SR. OSCAR ANDRADE – É? Que nível de conhecimento tem: tomar uma cerveja, bater papo?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não, não, não. Só de vista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só de vista. Bom-dia, boa-tarde. Só? Como é que você explica que a polícia gravou, autorizada pela Justiça, várias conversas telefônicas entre o senhor e o Tonhão a respeito da compra e venda de produtos roubados? O senhor sabe que está gravado?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não, senhor. Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem telefone?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Em casa tem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o número?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – 467-1491

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe que foi gravado? Já foi informado?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Já. Disseram que têm umas gravações.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nessas gravações, constam conversas entre você e Tonhão sobre carga, acer tan do: des ce aqui, põe lá, leva lá, pega cá. Sabe disso?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Olha, desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe da apreensão das mercadorias na loja do Adriano?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ficou sabendo?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o supermercado Fratel?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Unimax?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Altair você conhece?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Vim conhecer dentro do presídio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Altair da Silva Dias? Só dentro do presídio que você conheceu?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe do envolvimento dele, não é? Depois que você ficou sabendo.

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Fiquei sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você teve envolvimento com drogas?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Sim. Sou usuário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Usuário? Qual droga?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Crack.

O SR. OSCAR ANDRADE – Crack? Tráfico?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca comprou para vender?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais os inquéritos policiais que o senhor já respondeu ou responde?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Agora estou respondendo tentativa de 157 e esse.

O SR. OSCAR ANDRADE – 157 é o quê?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Assalto.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o do assalto. O outro, não é?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O da lanchonete, não é isso? Lanchonete ou...

O SR. GIOVANI SILVEIRA – É um posto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um posto. Você e mais quem estavam praticando?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Era eu e mais quatro que fomos pegos.

O SR. OSCAR ANDRADE – E mais esse agora?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – E esse.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos anos você tem, meu filho?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Vinte e seis.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é casado, não?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem pai e mãe?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles te visitam?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Minha mãe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sua mãe? Ela está satisfeita com sua vida?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Com certeza não, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Está sofrendo muito?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não quer melhorar um pouquinho sua vida?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não acredita no que estamos dizendo a você de que é possível ajudá-lo?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – O que eu tinha para dizer eu já relatei, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Encerrei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só se envolveu nesta carga?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Só.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Antes não havia tido nenhum envolvimento com carga?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não, eu fui assaltado no dia 11 de fevereiro em São Paulo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi vítima?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Fui vítima.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não foi arranjado o assalto?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Porque nesta aqui, tu também ajeitou, tu registrou a ocorrência da carga que tu mesmo roubou.

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E lá não foi a mesma coisa?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não. Lá a carga era de R\$15 mil, uma transferência. Fui assaltado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pouca coisa?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí tu entrou nessa agora? Por que tu entrou nessa?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Coisas da vida, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É a vida? Foi para comprar droga?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não, foi para...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu disse na delegacia, li teu depoimento na delegacia, que tu cheirou tudo que recebeu, comprou tudo...

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Eu disse?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. ROBSON TUMA – Tinha, inclusive, quando você foi preso 18 papelotes com você. Papelote é o pacotinho que contém cocaína dentro, para quem não sabe.

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Tinha.

O SR. ROBSON TUMA – Tinha?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Tinha. Quando eu fui preso, não. Quando eles me abordaram na minha casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acha ram na tua casa. Quantos papelotes acharam?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Doze.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Doze papelotes. Tu sabe que, no Rio de Janeiro, os traficantes proibiram a entrada de **crack**? Sabe?

O SR. GIOVANI SILVEIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe? No Rio de Janeiro, é proibido **crack**. Então, vou te contar: sabe por que é proibido **crack**? O traficante adora o viciado. Ele é apaixonado pelo viciado, porque o viciado é o cliente dele, e ele quer o cliente dele bem. Então, eles proíbem o **crack**, porque quem fuma **crack** não dura 5 anos. O **crack** mata. É muito pior do que a cocaína. É a borra da cocaína.

O SR. ROBSON TUMA – A cocaína também mata.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, a cocaína, demora mais para morrer. O **crack** mata rapidinho. É vapt, vupt. Então, os traficantes do Rio proibiram **crack** lá, para proteger os clientes deles, que são os viciados.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O Deputado concluiu? Com a palavra o Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, todos vem aqui, contam um pedaço, escondem outro, uns têm mais coragem do que outros, que, além de assumir, falam dos outros, que omitem a sua participação, mas, Sr. Presidente, não te noto dúvida das de que se trata de uma grande quadrilha, de extraordinária estrutura criminosa. Essas investigações que estavam sendo feitas e estão sendo feitas pela Polícia Estadual e também pela Comissão já haviam chegado em Brasília. Trouxemos mais...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deputado, com sua permissão, peço para lhe interromper porque cometi uma indelicadeza com o Deputado Pompeo de Mattos, que não concluiu o raciocínio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não faz mal. Depois eu retomo.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Eu queria que o senhor concluísse seu questionamento à testemunha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu fiz uma brincadeira que eu entendi diferente. Retomo depois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Por favor, Deputado, continue.

O SR. ROBSON TUMA – Trouxemos, então, um esqueleto com a estrutura criminosa da quadrilha.

Este cidadão, se assim posso dizer, está preso, viciado. É também um dos membros dessa estrutura criminosa. Sr. Presidente, aqui estão todas as pessoas envolvidas com o esquema de roubo de cargas dessa quadrilha. Como pode se notar, nas pontas de cima, sempre tem aqueles que são ocultados ou por medo ou por que há uma estrutura criminosa já tão firme que passa a ser regida pelas leis da máfia, aonde se diz a lei do silêncio. Há participação de caminhoneiros, há participação de transportadoras, há participação de empresários com firmas que já, obviamente, existiam, até mesmo muitas antes de entrarem para o crime. Essa estrutura, Sr. Presidente, faz com que deixe claro a mim, e acredito que aos outros membros da Comissão, que, posteriormente, em Brasília, inclusive, deveremos ouvir os outros membros que estão nessa quadrilha, nesse esqueleto. Como se pode notar, é um esqueleto muito bem formado. Então, com essa apresentação, Sr. Relator, devo pedir a V. Ex^a que indicie, por esta CPI, todos aqueles que aqui vieram depor, por formação de quadrilha, por roubo e receptação de cargas roubadas.

E mais, Sr. Presidente: àqueles que omitiram, que mentiram, falsearam a esta Comissão que sejam a eles também indiciados por crime previsto na Lei nº 1.549, de 52, no seu art. 4º, inciso II, para que possamos sair tranquilos daqui, Sr. Presidente e Sr. Relator, com a tranquilidade de que a Comissão sai daqui, Sr. Presidente, com a tranquilidade de que a Comissão vai sair daqui tendo desbaratado junto com a polícia, auxiliado — e devemos dizer isso — pelo Dr. Renato, uma das grandes quadrilhas de roubo de cargas do País. E, agora, Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Pompeo de Mattos, só nos resta saber agora quais são os contatos desta quadrilha de intercâmbio com o resto do País? Dou, Sr. Relator, Deputado Oscar, a V. Ex^a a estrutura criminosa, com todos os citados e todos os que já se chegou ao conhecimento desta quadrilha, a fim de que V. Ex^a possa no seu relatório, não só constar essa estrutura, mas, é claro, fazer o indiciamento de todos esses indivíduos pelo crime de roubo de carga e por terem falseado nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Passos às mãos do Sr. Relator o material, que será posteriormente examinado por V. Ex^a.

Devolvo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, na verdade, eu só queria concluir, porque não vou mais perguntar para ele, até porque ele está viciado em **crack**. Ele sabe muito bem o que significa ser viciado em **crack**. Ele está-se autocondenando à morte,

porque o **crack** vai matá-lo bem rapidinho; não tem como se livrar. O diabo é que ele não mede as consequências de como buscar dinheiro para ter a droga que ele precisa para o vício dele. É uma coisa assim extremamente perigosa. Vejo que é uma situação complicada, porque é um moço novo.

Mas quero, Sr. Presidente, e era essa a manifestação que queria fazer, expressar aqui duas posições: primeiro, um agradecimento ao Dr. Renato e ao Dr. Dirceu Silveira, que é o diretor do DEIC, pelo trabalho que a polícia fez aqui em Santa Catarina no que diz respeito a essa quadrilha. A CPI tem que render essa homenagem. Alguém pode dizer assim: "Não, mas a CPI..."

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Há orador na tribuna, por favor.

O SR. POMPEO MATTOS – Alguém pode dizer assim: "Não, mas a CPI veio aqui, e o serviço estava feito. Os deputados vieram aqui aparecer em cima do serviço que o DEIC* e a polícia fizeram, vieram aqui fazer alarme para fazer cena". Eu estou trabalhando na CPI do Narcotráfico, trabalhei por dois anos na CPI do Narcotráfico. Fizemos um trabalho extremamente profundo. Ninguém falava em narcotráfico no País, em quadrilha, em crime organizado, envolvimento de deputados federais, estaduais, envolvimento de juizes, de promotores, de gente importante, ninguém falava. E a CPI levantou e foi levantando, foi dando luzes, foi trazendo à tona, foi criando uma consciência e foi havendo uma cruzada nacional contra a droga, cujos resultados estão aí. Não terminou a cruzada, mas houve uma sinalização clara para onde as coisas estavam andando e deu um basta, pare. Pode ter certeza que parou bastante, diminuiu bastante, pelo menos a velocidade com que estava andando a droga. E aí surgiu um outro foco que descobrimos ainda na decorrência da CPI do Narcotráfico, que era o roubo de cargas. E o Deputado Oscar Andradete tomou a iniciativa, solicitou a formação CPMI, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e ela começou a andar pelo País, esteve em seis ou sete Estados, e, no caso específico, já estivemos aqui em Santa Catarina, já conversamos com o Dr. Renato, há seis ou sete meses atrás. Estamos acompanhando esse trabalho, cujo resultado está sendo apresentado hoje por nós, mas que é fruto do esforço da polícia, dos policiais, dos investigadores, em conjunto com a Justiça – é bom que se diga que a Justiça soube ser sensível –, mas com o acompanhamento próximo da CPI, quando tivemos um encontro lá, em Florianópolis, há seis meses atrás. E fizemos questão de vir aqui com o serviço, vamos dizer assim, quase acabado, embora não

esteja completamente acabado porque sempre falta uma ponta no roubo de cargas, que é um crime que se segmentou. Quem atraca o caminhão, via de regra, não sabe quem é o receptor, tem um intermediário e, entre esse intermediário, tem outro intermediário. Enfim, o grande vendedor, o grande atacadista dificilmente conhece quem assalta e quem rouba carga. E quem rouba carga não sabe dizer quem é o grande atacadista, porque realmente não conhece. Eles fazem isso, exatamente, para morrer a pau na polícia e não contar. E não contam não é porque não querem, é porque não sabem mesmo. Eles sabem que daqui a pouco alguém pega eles de jeito e eles vão ter que contar por bem ou por mal.

Então estamos vindo aqui para dar luzes a um trabalho, para mostrar a quem eles que estão no roubo de carga, especialmente aos receptores, porque o bandido não vai nos ouvir, porque o bandido é bandido do roubo de carga, ele é bandido do assalto à banca, ele é bandido da bandidagem, da conveniência do momento, o que é mais fácil. E agora a onda, o que é mais fácil é roubar carga. O bandido não vai deixar de ser bandido, não muda de profissão e nem se aposenta. Bandido não se aposenta. Bandido morre. Enquanto não morrer, ele vai trabalhar na atividade dele. Tem gente boa, tem gente de gente que por causa de uma instabilidade se joga no negócio de roubo de carga.

Ontem, lá em Porto Alegre, vi um pai e um filho se abraçarem e chorar, porque os dois entraram no roubo de carga. Estavam num comércio bom, bonito, lá em Passo Fundo. A filha na faculdade, fazendo psicologia, não tinham dinheiro para pagar, estavam com dificuldades, enfim, se atracaram à moda "Miguelão", e de deu no que deu. Por quê? Por causa da facilidade do negócio. Bobo, hoje, é quem não entra no roubo de carga. Porque está dando certo. Ninguém investiga, ninguém prende, ninguém processa, ninguém é condenado, ninguém vai para a cadeia. Por que não vou me meter? É como tirar doce de criança roubar caminhão. Ninguém pune.

Queremos mostrar para a sociedade, para os empresários que são pessoas boas. Daqui há pouco enveredar, deslizar, errar é humano. Mas permanecer no erro é burrice. Que pare. Que pare, porque a coisa está começando a pegar. E aqueles que estavam pensando em entrar porque estavam vendo o outro progredir, tersucessos na sua empreitada por conta da compra de carga roubada, receptando, que ponha as barbas de molho. Essa é a nossa missão, mostrar para a sociedade, para dar um basta. Porque na hora em que parar a receptação diminui o roubo. Não vai

terminar o roubo, mas diminui muito, porque quem está receptando estas cargas são grandes lojas, são grandes magazines.

Uma carga de polipropileno. Quem vai... Uma carga de couro.

Agora me ligaram. A polícia civil disse que já pediu a prisão preventiva de todos os possíveis envolvidos no roubo de um conteúdo de 18 mil quilos de couro acabado que ia para Hong Kong. Foi roubado.

A passagem da CPI alertou todo mundo. Está um pavoroso com a passagem da CPI. Dois dias lá, com empresários, bandidos, ladrão, envolvendo tudo, já não sabíamos mais quem era quem. Mas tudo com prova, tudo com documento.

Queremos passar a limpo, fazer uma cruzada da Justiça?

Não. Não temos essa pretensão, nem podemos. Mas queremos mostrar que vamos fazer o enfrentamento, assim como a CPI do Narcotráfico alertou para o narcotráfico houve uma cruzada nacional contra o narcotráfico.

A CPI do Roubo de Carga está mostrando para a sociedade que ela se levanta e inibe o processo do esquema do roubo de carga.

Para concluir, Sr. Presidente, quero fazer uma solicitação - já que esse trabalho bem feito pelo DEIC - para que pudéssemos evoluir, já que o Delegado, Dr. Dirceu Silveira, que esteve conosco ontem, representando o Sr. Secretário de Segurança do Estado -, leve da CPI, Dr. Silveira, a preocupação ao Sr. Secretário e ele ao Sr. Governador, enfim, que a cúpula do Governo tome consciência de que o roubo de carga é uma nova coqueluche, uma nova onda.

Os senhores deram o exemplo de como fazer num processo. Só que enquanto os senhores prendem essa quadrilha, num trabalho hercúleo, dezenas de quadrilhas estão circulando por aí, surgindo a cada dia. Então, para fazer esse enfrentamento, tem que criar no Estado um órgão especializado só de roubo de carga.

No Rio Grande do Sul tanto batemos, tanto batemos - e os senhores sabem que "água mole em pedra dura tanto bate até que fura" - que o Governo do Estado foi obrigado a criar e criou uma delegacia especializada do roubo de carga.

Agora estamos reclamando, sabe do quê? Que é pouco. Queremos ampliar a delegacia de roubo de carga porque ela já não dá mais conta.

O Dr. Márcio Zaquelo - que o senhor conhece bem, Dr. Amodéu -, que é Diretor do DEIC, já não está vencendo. Precisam de mais gente, mais computador,

mais equipamento para fazer esse serviço, que tem um computador em que se coloca a gravação no computador e já sai a degravação. Não precisa ouvir no gravador e transcrever para a máquina; o computador faz tudo. Temos que nos organizar porque os bandidos estão organizados e nós estamos desorganizados. Se não nos organizarmos, vamos perder a briga com eles. Agora, se nos organizarmos e atuarmos junto com a CPI, Ministério Público, Polícia Civil, Poder Judiciário, enfim, as autoridades, ganharemos essa briga.

A sociedade tem que nos ajudar e aqueles que estão na receptação de cargas de vem colocar as barras de molho.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - Não havendo mais nada a tratar com relação a este ponto, solicito que os policiais que fazem a escolta o conduzam a outra sala.

Vamos entrar na fase final dos nossos trabalhos hoje aqui e vamos transformar essa audiência pública em audiência reservada, porque vamos ouvir uma outra pessoa. Pediria aos presentes que entendessem essas circunstâncias e evacuassem a sala, todos, inclusive o pessoal da técnica, que muito nos tem ajudado, inclusive do som, ficando apenas os assessores da Comissão e a gravação da TV Senado, que registra todos esses fatos para posterior condensação em documento escrito.

Suspendo os trabalhos por cinco minutos, tempo necessário para que a sala seja evacuada e seja conduzida ao recinto a pessoa que posteriormente determinarei ao Sr. Secretário.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) - A sessão torna-se novamente pública. Os que quiserem tomar assento no recinto poderão fazê-lo.

Sr. Secretário, gostaria de convidar o Deputado Robson Tuma a tomar assento à Mesa.

Srs. Deputados, senhoras e senhores, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, com a finalidade de apurar roubo de cargas em todo o País, encerra suas atividades aqui na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

É hora, portanto, em nome da Comissão, de registrarmos os nossos agradecimentos inicialmente ao Vereador João Luís Strigoth, Presidente desta Casa de Leis, que gentilmente nos cedeu esse espaço para que aqui pudéssemos realizar os nossos trabalhos; e na pessoa de todos os funcionários da Câmara de Vereadores que nos auxiliaram; ao Dr. Dirceu Silveira, que não se ainda está presente, mas que representou aqui o S. Ex^a o Sr. Secretário de Segurança

Pública e na pessoa dele todos os policiais envolvidos, tanto da Polícia Militar quanto da Civil.

Com relação à Polícia Civil, um reconhecimento muito especial, um agradecimento muito especial ao Dr. Renato Henguel, Delegado de Polícia de Carreira desta Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, que muito contribuiu para os trabalhos da CPI no dia de hoje, registrando que ele vem contribuindo conosco há muito tempo.

Vale também um agradecimento ao Dr. Alex Breier, Presidente do Sindicato dos Transportadores de Joinville, que também, com muita gentileza, durante o tempo todo nos acompanhou e facilitou o nosso trabalho aqui em Joinville.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da CPI no dia de hoje.

Obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 17h35min.)

Ata da 11ª Reunião realizada em 3-5-2001.

Aos três dias do mês de maio do ano dois mil e um, às 15:30 horas na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho do Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, com as presenças dos Senhores Senadores Maguito Vilela, Moreira Mendes, Francelino Pereira, Antero Paes de Barros, Ricardo Santos e Geraldo Cândido e ainda os Deputados Carlos Dunga, Jaime Martins, Domiciano Cabral, Oscar Andrade, Chico da Princesa, Mário Negromonte e Telma de Souza, membros. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente informou que a mesma era administrativa com a finalidade de aprovação de Requerimentos apresentados durante as audiências públicas realizadas nas cidades de Porto Alegre – RS e Joinville – SC, bem como na presente data foram aprovados os seguintes requerimentos: nº 52, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, requerendo a convocação para depor na CPMI, dos senhores Carlos Eduardo Waldir e José Waldir Júnior; nº 53, de autoria do Deputado Mário Negromonte, requerendo as oitivas dos senhores Flávio dias Neto, Domingos da Silva e do Delegado da Cidade de Poções – Bahia; nº 54, de autoria Deputado Mário Negromonte, solicitando ao

DPF no sentido de investigar os senhores Ademir Signorini Boussato, Prefeito de Tatuí e Muni Muhamed; nº 55, de autoria do Deputado Robson Tuma e outros, requerendo a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico das Empresas Transpil, Transportadora de Grãos Ltda e Bras Grãos Ltda e dos senhores Paulo Fróes e Celso Froés; nº 56, de autoria do Deputado Robson Tuma e outros, requerendo a oitiva do preso Luiz Fernando da Costa (Fernandinho Beira Mar); nº 57, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, requerendo seja oficiado ao DPF/RS solicitando que o mesmo investigue sobre os autores do roubo de um Container no Porto de Rio Grande; nº 58, de autoria do Deputado Nelson Pellegrino, requerendo a oitiva do preso Luiz Fernando da Costa, vulgo Fernandinho Beira Mar; nº 59, de autoria do Deputado Robson Tuma, solicitando a quebra de sigilo telefônico dos aparelhos 054-9975-5776 e 054-311.0703, de Passo Fundo/RS; nº 60, de autoria do Deputado Robson Tuma, requerendo a oitiva do senhor Flávio Sheledee; nº 61, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos e outros, requerendo as quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico do senhor Rudimar Basso e das empresas Basso Caminhões Ltda e Basso Veículos Ltda; nº 62, de autoria do Deputado Robson Tuma, requerendo a oitiva do Cel. Josias Quintal, Secretário de Segurança do Rio de Janeiro; nº 63, de autoria do Deputado Robson Tuma e outros, requerendo o depoimento do senhor Irio Gonçalves; nº 64, de autoria do Deputado Robson Tuma e outros, requerendo as quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa ELETROSHOPPING, da Cidade de Francisco Beltrão/PR; nº 65, de autoria do Senador Moreira Mendes e outros, requerendo as quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa DISMAR, de Maringá/PR, e outros citados no Inquérito Policial nº 155/200; nº 66, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos e outros, requerendo as quebras de sigilos bancário fiscal e telefônico do senhor Adriano José Darós, Julieta Michels, Antonio Bruner, Sanderlei Heurique Ouriques, Daniel da Silva Giovani Silveira, Altair da Silva Dias, Claucir Inácio Grave, Vanderley Dalmonin e André Luiz. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação.

Ata da 12ª Reunião Realizada em 8-5-2001.

Aos oito dias do mês de maio do ano dois mil e um, às quinze horas e trinta minutos, na Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Senhores Senadores Geraldo

Cândido e Moreira Mendes, e dos Deputados Carlos Dunga, Oscar Andrade, Domiciano Cabral, Chico da Princesa, Mário Negromonte, Pompeo de Mattos Gervásio Silva, Ary Kara, Gonzaga Patriota. membros. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir os depoimentos dos senhores GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ E CLAUDEONOR DOS SANTOS, Senhor Presidente, depois de ter apresentado o termo de compromisso para o primeiro depoente, concedeu-lhe a palavra tendo o mesmo relatado sobre os fatos que dizem respeito a roubo de carretas e cargas em Santos. A seguir o depoente foi questionado pelo relator e demais Parlamentares presentes. Prosseguindo com a reunião foi ouvido o segundo depoente que também foi questionado pelos presentes, ocasião em que foi feita uma acareação entre Gilberto Hidalgo e Claudenor. Durante o depoimento de Gilberto o mesmo forneceu seus telefones que são: 13-99126939, 352-4649 e 333-3419, foi pedida também uma acareação para outra data entre Gilberto Hidalgo e Roberto Portilho, também foi pedida as quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos depoentes e mais do senhor Hidalgo Ruiz e da senhora Vanda Marta Hidalgo da Silva, requerimento este que ficou para ser aprovado em outra reunião quando houver quorum. A presente reunião foi presidida pelos Deputados Mário Negromonte e Gervásio Silva. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª reunião do ano da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, de 2.000, com a finalidade de apurar em todo o País o elevado crescimento de roubos de cargas, transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como proceder investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de

caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas de roubo de cargas.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir os depoimentos dos Srs. Gilberto Luiz Hidalgo e Claudenor Santos.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da Ata da reunião administrativa, realizada no dia 3/05/2001, ou se essa leitura poderá ser dispensada?

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Havendo concordância com a dispensa, passo a assiná-la e a coloco à disposição dos Srs. Parlamentares.

Indago à Secretaria se existe expediente recebido ou expedido. (Pausa.)

A fim de instruir o processo acima referido - **Habeas-corpus** nº 80.853 - paciente Anselmo Lopes Miabara - Sr. Ministro Néri da Silveira, pedindo informações sobre o **Habeas-corpus**. Encaminha-se à Consultoria Jurídica para preparar a resposta.

Há outro Pedido de **Habeas-corpus** - Sr. Maurício Adriano de Castro. Encaminhar, também, à Consultoria Jurídica.

Solicito à Secretaria que faça adentrar ao recinto o Sr. Gilberto Luiz Hidalgo.

Boa-tarde.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Boa-tarde.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Por favor, o nome do senhor.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Gilberto Luiz Hidalgo Gimenez.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Qual o número da sua identidade?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Número 13.624.715.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Qual é a sua idade?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Trinta e oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Qual o número do seu CPF? O senhor se lembra ou quer que eu dite aqui?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Número 045329798-37.

Qual é o seu estado civil?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Residência?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - À Rodovia Prestes Maia, quilômetro 247.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Em Santos?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Em Santos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Aonde fica isto?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Fica na área continental de Santos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Não é, então, na Anhangüera ou Guarujá- lá perto...?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Profissão?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Atualmente, autônomo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Local onde, atualmente, exerce a sua atividade?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Na Associação Comercial dos Transportadores de Santos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Tem algum parente, em algum grau, de parte envolvida no processo?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - De acordo com o art. 213 do Código de Processo Penal, o senhor concorda em dizer somente a verdade?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor poderia, então, por favor, assinar o Termo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Sr. Gilberto Luiz Hidalgo, o senhor sabe por que está aqui?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Eu pergunto ao senhor se quer fazer alguma exposição preliminar que possa colaborar com a CPI na apuração dos roubos de cargas e de caminhões e desmanches.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Eu vim do Guarujá com esse intuito. O que eu puder,

para colaborar... Vim espontâneo, e irei aonde for necessário, para o que eu puder ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O senhor foi preso, não é?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Fui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Foi em flagrante?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Eu não estava no local e eu recebi um telefonema da minha esposadizendo que havia policiais em casa. E o policial me disse, pela conversa telefônica, que eu deveria explicar alguma coisa. Que eles estavam lá e havia algumacoisairregular, para eu ir até lá para poder explicar. Eu falei: "Se o senhor me der 15, 20 minutos, eu estou chegando, e vou para aí." E assim eu fiz.

Quando eu cheguei em casa, ele pediu o meu RG: "O senhor está com o seu RG aí?" Eu falei: "Perfeitamente." Entreguei o RG para ele. Aí, ele falou assim: "Quem é o senhor?" Eu falei assim: "Eu sou o proprietário do imóvel." Ele falou: "O senhor está preso em flagrante."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Pode continuar, por favor.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - "O senhor está preso em flagrante mediante o problema das cargas."

E eu me assustei, por que eu não sabia que tipo de cargas e nem o que estava acontecendo. Aí ele foi me mostrar. E, realmente, lá havia uma carreta com carga de soja, e uma com parte de piso. Eu me assustei até, na hora que vi, porque eu não tinha nem idéia do que havia lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Sr. Relator, V. Exª gostaria proceder à inquirição?

O SR. OSCAR ANDRADE - Pois não.

Qual é a sua atividade profissional?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Hoje, autônomo.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor já teve empresa?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Já tive empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE - Que empresa o senhor teve?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Transportes Rodoviários JG Ltda. Na Baixada Santista. Especificamente na Baixada Santista.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual mais?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – JG Transporte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Hidalgo Comércio de Reparo de Contêineres. Trans-tecom Ltda., reparo de contêiner também.

Em 1996, nós tivemos decretada a falência da Transportes Rodoviários JG Ltda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Falência? Por quê?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nós tivemos um contrato rompido e não conseguimos honrar os compromissos, e, portanto...

O SR. OSCAR ANDRADE – Bem, em 1992, o senhor abriu a Hidalgo Comércio de Peças?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Em 1992... Datas, eu... Mediante contrato social, eu acho que não temos nenhum empecilho em...

O SR. OSCAR ANDRADE – A Transtecom em 1993?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Perfeitamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é José Hidalgo Ruiz?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Meu pai.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu pai?

Duas transportadoras mais a JG, o senhor disse?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Transportadora, também?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi aberta?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Em 1988, se não me falha a memória.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a JG Transportes?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Em 1990. Mediante contrato social.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em 1988, 1990, 1992, 1993.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer, em cinco anos, cinco empresas o senhor teve?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Por quê? Para não gerar uma grande empresa. Essa

era a verdade. E era em municípios diferentes a atividade. Uma era Santos, a outra...

O SR. OSCAR ANDRADE – E eram simultâneas as atividades?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Simultâneas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tinha cinco transportadoras?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ao mesmo tempo. Movimentando – para os senhores terem uma idéia – 16 mil contêineres/mês.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na região de Santos.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Dentro do Porto de Santos, para terminal alfandegado; para o porto do porto, para terminal alfandegado; ou terminais sem serem alfandegados.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nessas empresas o senhor era sócio apenas do seu pai?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sim, sempre nós dois. A sociedade sempre eu e meu pai. E ressaltando aí, com o transporte desses 16 mil contêineres mé dia a mês, nunca entregamos um contêiner faltando qual quer tipo de carga com la crevi o lado ou ida a alguma delegacia por falta de cargas para movimentação de quase dez anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso no dia 20 de março. Quando o senhor foi preso, tinha lá cerca de 40 carretas, algumas carregadas e outras não, 7 delas com pinturas trocadas e adulterados os chassis. E, segundo a polícia de São Paulo, outras tinham registro de roubo e algumas outras irregularidades. O que o senhor me explica disso?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não são 40. São quase 70 veículos que temos dentro desse pátio.

O SR. OSCAR ANDRADE – De vem ser 40 os irregulares então?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Foram encontrados nesse imóvel, eu não apurei os fatos, mas acredito que 4 a 7 semi-reboques adulterados. Não estou bem certo, mas são 7. Agora lá nesse imóvel há, de nossa propriedade, cujo somos fiel depositário e estamos aguardando alguma decisão judicial a respeito dos bens que lá se encontram, cujo somos fiel depositário e encontra-selá.

O SR. OSCAR ANDRADE – E as carretas adulteradas, como o senhor explica? Chassi adulterado.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Chassi adulterado, esse imóvel eu lo quei há cerca de 40 dias, antes até do fato do dia 20. Aluguei o imóvel

que seria uma atividade que eu tinha, que era transporte. Então a pessoa iria abrir na Baixada Santista uma transportadora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual pessoa?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Acredito que deva estar lá, Márcio Lúcio Santos. Eu loquei a área para que eles mo vi mentassem os veículos de propriedades deles, não os meus.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você locou?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Porque eu já venho locando. É uma área que não tenho mais atividade.

O SR. OSCAR ANDRADE – A área é sua mas estava alugada?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – E onde está o Márcio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Era 15 horas do dia 20, cheguei lá por volta de quase 16 horas, e, segundo os policiais que lá se encontravam, eles disseram para mim que to do stinha m fugido dali. Quando cheguei não tinha ninguém, só os policiais, a minha esposa e um rapaz e eles me disseram que fugiram pelo mato.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o imóvel era seu? O senhor tinha alugado?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É meu. Tudo certinho. Contrato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhecia o Márcio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, não conhecia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pegou fiador?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não peguei fiador. Peguei três meses antecipados. E eles vi ri am com a em pre sa. Então se ria o Márcio o fiador da empresa que seria...

O SR. OSCAR ANDRADE – Então as carretas que estavam lá dentro não tinham nada a ver com o senhor?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não te nho nada, nada. Te nho 38 anos de ida de. Nunca me envolvi com qualquer tipo de fraude, roubo, tóxico, bebida, ouseja, procuro ser um cidadão normal.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor responde a algum outro inquérito além desse?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nada. Em absoluto. Nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem o de falência?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – O de falência sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então tem um.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – O de falência. O que aconteceu, como a empresa era familiar e vinha com problema financeiro, houve aspereza entre a minha parte e a parte do meu pai. Então, antes da falência, questão de um ano e meio antes, nós nos separamos por felicidade ou infelicidade. Daquela época para cá, como os veículos foram comprados financiados em 36 meses, 24 meses, e na época eu assinava pela empresa, sou fiador de quase a maioria dos veículos. Então na época da falência, ela se passou entre a substituição de um sócio Gilberto Luiz Hidalgo Gimenez, por Elisa Gimes Hidalgo, que era minha mãe e que o processo está em cima dos dois. Eles tiveram essa infelicidade. Eu preferiria que fosse eu e não a minha mãe e meu pai.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você ficou livre?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Infelizmente. Eu preferia eu ter ficado na situação deles dois.

O SR. OSCAR ANDRADE – Antes de montar a empresa de transporte, fazia o quê?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Durante toda a minha vida, trabalhei com caminhão. Esse é e sempre foi o meu ramo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor trabalhava como empregado em uma casa pequena de comércio em Vicente de Carvalho?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sim, isso foi lá para trás.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando isso ocorreu?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Acredito que em 1980 ou 1982, no tempo de jovem mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Depois o senhor virou caminhoneiro?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Caminhão, sempre caminhão, até hoje.

O SR. OSCAR ANDRADE – Trabalhou com caminhão, mas sendo caminhoneiro, empregado?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Isso. Não! Sendo proprietário do caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, o senhor saiu desse emprego. Era um emprego pequeno, não era?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ –

Sim, sim. Eu era balconista, se não me engano.

O SR. OSCAR ANDRADE – E comprou um caminhão?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ –

Não. Aí nós abrimos – o meu pai tinha alguns imóveis no Paraná e ele os vendeu – uma cozinha para comida industrial, e cresceu, mas, como era muito trabalhoso, optamos por parar. Aí compramos um caminhão e fomos trabalhar os dois juntos, em um caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem lhe apresentou o Márcio? E qual é o sobrenome dele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ –

Márcio Lúcio Santos. Já venho locando esses imóveis. Eu aluguei para a Telesp, para uma fábrica de tintas, para a Tess. E venho sempre alugando. Estou aberto a negociações para alugar o imóvel, porque aquilo não me dá renda. Não tenho planos nem condições de movimentar nada no terreno. E a minha intenção...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor possuía documentos de arrendamento com o Márcio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ –

Tive, mas, na hora, não pude apresentar nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ –

Porque eu simplesmente fui pego lá. Ele falou “você está preso em flagrante” e me botou na viatura. E perguntou se havia armas em casa, e realmente havia. Não esperou que eu mostrasse o registro; não tivemos a oportunidade de mostrar o contrato de locação. Simplesmente, saí da minha residência e fui para o Depatri em São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso no dia 20. Quando saiu?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ –

Saí no dia 30. Fiquei dez longos dias na prisão. Jamais imaginei ir para uma delegacia e, muito menos, ser preso. Jamais! Isso foi amargoso na minha vida. Sempre procurei dar exemplo para todos os meus familiares. Tenho sete sobrinhos, e sempre fui o espelho dos sete. Hoje, eu me encontro numa situação ridícula.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o Márcio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ –

Ele era esse inquilino, o último dos inquilinos, inclusive.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como o senhor o conheceu?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ –

Eu o conheci pelo fato... Todos ali, várias pessoas sabem que eu estou alugando a área e que alugo dois mil metros, quinhentos metros. E ele apareceu por saber que eu estava alugando os imóveis.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem o apresentou ao senhor?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ –

Ninguém. Ele veio até a minha residência.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor, sem conhecê-lo, alugou e pronto?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ –

Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor procede desse modo em relação aos seus imóveis, sem nenhuma garantia, sem nenhum problema? Basta o inquilino lhe dar o dinheiro para entrar?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ –

Não, ao contrário.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não se preocupa com o aparecimento de um mau caráter ou de alguém que possa envolvê-lo em algum outro problema?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ –

A versão do contrato seria o seguinte: após ele abrir o contrato social, ele seria o fiador da empresa que ele estaria abrindo no imóvel, porque, até então, não havia nenhuma empresa no imóvel. Então, esse imóvel está...

O SR. OSCAR ANDRADE – E depois o senhor mostrou esse contrato para a Polícia, para a Justiça?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ –

Acredito que sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não tem uma cópia desse contrato?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ –

Não tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele estava registrado?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ –

Tudo certinho. O contrato não muda, em hipótese alguma. O da Telesp e o da Tess são iguais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era a área do terreno?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ –

Dois mil e quinhentos metros, se não me engano, ou três mil metros. De cabeça agora...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Onde fica o imóvel? Na Rodovia Rio-Santos?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ –

Na Rodovia Rio-Santos, no quilômetro 247.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A área é de 500 mil metros quadrados?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – A área total sim.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E de quem era essa área?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Essa área...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Foi uma invasão?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Parte dela é manguezal. Não tem como hoje... A área total é de 30 mil metros. A escritura é possessória.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Houve denúncia de que o senhor destruiu o manguezal.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Como?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Houve denúncia de que o senhor destruiu parte do manguezal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando aterrou.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Quando aterrou, o que aconteceu com esse imóvel? Houve um processo. Na época, um perito foi ao local e constatou: onde elevamos o nível do terreno, não havia manguezal. Isso já foi...

O SR. OSCAR ANDRADE – O terreno tem quantos metros quadrados no total?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – No total, tem 30 mil m².

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A área é de 500 mil m².

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – A escritura possessória, sim. Só que 30 mil m², ok.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mas como o senhor adquiriu esse terreno?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Comprei a escritura possessória – é uma posse – na época.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foram as pessoas que fugiram do local?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu não conhecia funcionários. Só alguém indo lá para ver. Estavam construindo 3,5 m de muro, galpão. Estavam fazendo investimento no terreno. Fui uma única vez, logo que eles alugaram.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor viu quando foi lá?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nada. Foi na época em que, inclusive, eles vieram para medir, para fazer o muro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não sabia das carretas?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não sabia. Eu seria o primeiro. Para o senhor ter uma idéia, estou há 20 anos no ramo com o caminhão e nunca foi envolvido. Se eu soubesse, seria o primeiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos caminhões o senhor tem hoje?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Hoje, um caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só um?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Só um. E estou vivendo dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é caminhoneiro.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Era caminhoneiro. Passei seis anos da minha vida...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor teve cinco empresas com mais de 16 mil contêineres.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Dei mais de dois mil cheques sem fundo. Não tive nenhum quêrito de estelionato, porque busquei um por um. Fui pagando, fui vendendo. Vendi imóvel, casa, automóvel e fui resgatando um a um. Então, vim e busco estar em paz comigo mesmo.

Poderia ter ido embora do Guarujá. Estou no Guarujá há quase 25 anos e não vou embora de lá.

De manhã, havia 40 ou 50 pessoas na minha residência para receber. Uns diziam: "Ele vai embora." Outros tinham duplicatas. Todos fornecedores. Dou um rol de clientes e de fornecedores que hoje, se eu estivesse com as portas abertas, me venderiam. Paguei a todos na praça de Santos, que é pe que na. Não é como São Paulo.

Isso são cheques que não consegui honrar, porque faturávamos US\$1.100 mil por mês, US\$800 mil no outro mês. No mês em que perdi o contrato, não faturei R\$100 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor continua com conta em banco?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cartão de crédito?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não continua?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não te nho mais nada. Não te nho nome para com prar. Por isso, estou vivendo hoje de um caminhão e honestamente. Não será por ninguém, será por mim, pela minha família.

Até meados do ano passado, eu corria de caminhão—eu tinha um patrocínio, que era pouco—na Fórmula **Truck**. De meados do ano passado para cá, deixei, porque também não poderia deixar de trabalhar para estar participando da Fórmula.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor disse que eles estavam construindo um muro de 3,5 metros...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eram 3,5 metros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já havia muito muro construído? Quantos metros?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Confesso que não medi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor tem uma idéia?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Uns 50 ou 40 metros.

O SR. OSCAR ANDRADE – No seu terreno?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor não tinha preocupação com isso?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Ali, ao lado, existe também uma fábrica de tinta. Está locado para a Telesp. Cada um estava fazendo a sua cerca e fechando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas é o dono que faz.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Pelo contrário. Aluguei o terreno. As benfeitorias, com todos eles, está escrito que ficam no terreno. Qualquer um que aluga um imóvel deixa a benfeitoria, ninguém retira. Todos, na maioria dos contratos de locação de terrenos, em que a pessoa constrói algum tipo de imóvel. Tanto que é discutido antes o valor do aluguel, porque a pessoa vai construir. Então, vai ficar e abaixa...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas mesmo sendo uma carta pos ses só ria, o senhor não teve nenhum receio ou dúvida se estavam construindo em seu imóvel? O senhor não procurou saber nem conhecer o pessoal mesmo depois disso?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não fui atrás de nenhum deles. Hoje, estou em outra situação. Nunca passei por esse tipo de experiência

em minha vida. Amanhã, sei que não vou errar, eu, a minha pessoa. Eu não vou matar nem roubar. Então, se o outro... Eu não posso alugar um apartamento para um cidadão e, se ele lá praticar um homicídio, eu ser responsabilizado. Penso que não sou responsável pelo que ele fez. Ele estava fazendo ou o que iria fazer.

O SR. OSCAR ANDRADE – E depois disso, o senhor saiu quando da prisão?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu saí no dia 30.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dia 30, não é?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Foi quando eu soube que eu fui à CPI, eu não fui depor na CPI. Eu não sabia, porque penso que pediram informação, se não me engano, junto ao Sr. Francisco, até onde eu estava preso. E a juíza informou a ele que nós já estávamos em liberdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não foi intimado?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu não fui intimado. Se eu soubesse, eu teria ido...

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem por meio de um familiar?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, eu... eu soube desta CPI pelo jornal. Eu li no jornal: **Gilberto Hidalgo não comparece à CPI**. Na mesma hora, nós tentamos entrar em contato lá em Campinas. Não conseguimos, porque — parece-me — vocês já tinham ido embora. Então, tentamos marcar uma audiência. Já marcamos duas vezes e esta é a terceira e, graças a Deus...

O SR. OSCAR ANDRADE – Volte mos a falar do Márcio. Hoje o que você conhece dele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nada, absolutamente. Eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não tem nenhuma preocupação. A pessoa que enrolou a sua vida, fez você ficar preso e você não tem preocupação?! Você não conhece, não tem nenhuma informação, não sabe de onde é o cara que assumiu um imóvel seu?!

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Mas eu estoudizendo hoje...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está tranquilo. Não há problema. Já saiu, está tudo bem?!

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, eu estou respondendo a um processo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o Márcio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu não cometi nenhum erro. Eu não cometi... Eu não roubei ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas alguém dentro do seu imóvel roubou e o incriminou. Você não está atrás dele? Já faz 40 dias. Você não está nem querendo saber quem é o cara que, provavelmente, desgraçou a sua vida?!

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Se eu souber onde ele está, vou buscá-lo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas se souber?! Você vai esperar?! Você não está atrás, não?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu estou atrás. Eu estou... Eu telefonei para...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não sabe de nada. Quer dizer, chega uma pessoa sem ninguém lhe apresentar procurando-o – que história –, aluga um imóvel seu sem dar nada, sem dar documento, depois que apareceu o documento. Você está solto e não vai atrás dele?!

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Veja bem!

O SR. OSCAR ANDRADE – Está tudo bem?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, não está bem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer, qual o problema? Você só ficou dez dias preso.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, eu não estou confortável nessa situação. Eu não estou confortável, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, quem é o Márcio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Meu Deus!

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você tem do Márcio para me falar?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Se os policiais que chegaram lá para pegá-lo não conseguiram na hora?

O SR. OSCAR ANDRADE – Gilberto, você não vai vender essa história para nós aqui?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu não vim... Eu não vim...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você me informa, então, quem é o Márcio ou quem é a pessoa que se fez passar por Márcio ou qualquer outra coisa. Isto que você está falando não existe.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu não vim aqui para vender história.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é. Mas está muito esquisito.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu vim aqui para contar a verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos falar a verdade, até porque há um juramento aqui. Você pode ser indiciado aqui também, o que complicaria ainda mais a sua vida.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu vim aqui para contar a verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, tente colaborar, para que você possa sair melhor daqui.

Quem é Claudionor dos Santos?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Está aqui inclusive. Está aí. É um menino que trabalhou conosco acho que uns seis anos já. Trabalha com meu pai inclusive.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele foi preso junto com você?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Foi preso. Inclusive ele foi lá para pintar o automóvel dele, que estava até longe do...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi aonde?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – ... do ocorrido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi pintar onde?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Oi?

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde ele foi pintar? Você disse que ele foi pintar o automóvel.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Foi pintar o automóvel dele, que não tem nada a ver com o terreno onde estavam as carretas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – São próximos mediante a divisão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que divisão?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Do muro.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele estava do outro lado do muro?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – E ele foi pintar o automóvel dele. Foi. Quando chegou lá – ele pode contar melhor do que eu.

O SR. OSCAR ANDRADE – E, ao lado, era uma oficina?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Perdão?

O SR. OSCAR ANDRADE – Era uma oficina de pintura, de mecânica, pintura, lanternagem?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Galpão. É tipo...

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem era?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nosso. Onde antigamente faziam as reformas de veículos nossos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi lá pintar?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Foi, que o veículo dele se encontrava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí a polícia foi lá no estabelecimento do outro imóvel e o prendeu?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Foi o contrário. Foi lá, viu as carretas e aí disse que... Eu não estava na hora que o prenderam!

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei que você não estava lá, mas sabe da história.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sei porque ele me contou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, conte-a para mim.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Quando ele chegou ao portão, os policiais iam saindo e o pegaram e, então, contaram a mesma coisa que ele me disse a respeito: que eles tinham se evadido. O pessoal que mexe com as carretas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele entrou lá para ver as carretas?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Aí o policial parece que o levou lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que ele foi ver as carretas?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. O policial o levou até lá, pelo que sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pegou-o na rua e o levou até lá?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ele estava no portão da minha casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – É perto?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É. Para ele entrar para pintar o carro dele, ele teria que entrar pelo meu portão, e não pelo dos inimigos, porque tudo tem entrada para a rua.

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua casa é lá também, nesse grande terreno?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É próxima. É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é Antonio Kelson Ribeiro dos Santos?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca ou viu falar?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não será amigo do Márcio, não? Sócio, alguma coisa?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca ou viu falar?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, nem...

O SR. OSCAR ANDRADE – A identidade dele estava lá, no seu terreno.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Veja bem, eles me perguntaram se eu conhecia esse cara. Eu vi esse cara uma vez lá. Agora, se era amigo, se era funcionário...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você me disse que não conhece. Eu perguntei.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, eu não me lembro o nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é? Você falou: Não conheço. Como não conhece, se já viu?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu não me lembro. Só memorizei pelo fato de eu ter visto um documento. Agora, o nome não. O polícia me mostrou a identidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você viu ele em que circunstância?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Pela foto, eu o vi entrando lá para o terreno. Então, veja bem. Eu não sei se é amigo, se é funcionário. Somente me recordo da fotografia, do nome eu não me recordava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele estava lá, junto com o tal do Márcio.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Márcio de quê?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO – Era o policial que me apresentou a fotografia, a identidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o nome do Márcio todo?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Márcio Lúcio Santos.

O SR. OSCAR ANDRADE – E esse Márcio nunca mais foi encontrado?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. E nem os outros, porque, a partir da quele dia...

O SR. OSCAR ANDRADE – No contrato de aluguel há uma qualificação, está certo?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que ele era?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Comerciante.

O SR. OSCAR ANDRADE – Casado?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Casado, brasileiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Endereço?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Endereço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o endereço dele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Mato Grosso do Sul, se não me engano. Se não me engano.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que outros dados ha via dele nes se do cu men to? A par tir daí você não foi atrás do endereço dele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, ainda não fui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pega uma água para ele aí.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Há quase 40 dias que aconteceu esse episódio. Vou falar para o senhor que...

O SR. OSCAR ANDRADE – Gilberto, eu teria ido ao inferno já atrás de quem me incriminou.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está muito esquisito isso, viu?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu também acho. Nós vamos chegar lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está esperando, né?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, nós vamos chegar lá.

Hoje, não sei qual seria minha atitude se eu o vis se na mi nha fren te. Hoje. Hoje eu não sei qual se ria minha atitude, hoje, hoje. Eu não sei. Nos primeiros dias, en tão, nem se fala. Hoje eu não es tou pre pa ra do para vê-lo na minha frente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, é por isso que você não foi atrás dele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, veja bem..

O SR. OSCAR ANDRADE – Não está prepara-do para vê-lo.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Veja bem, emocionalmente, isso para mim...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem que é o Fio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Quem?

O SR. OSCAR ANDRADE – Fio.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Roberto Lucas Portilho.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cleverson Martini-ano?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorge Jardim de Oliveira?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marisa Félix de Lima?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mariste Félix de Lima?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece nin-guém?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nun ca ou viu fa lar?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nunca ouvi falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem no inquérito agora?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você nunca ouviu falar?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO – Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então vou te falar quem é. No dia 27, eles foram todos presos.

No prosseguimento das diligências, que come-çaram no seu terreno, todos foram pre sos. Você sabe por quê?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não tem conhecimento nem do inquérito que te arrola como um criminoso?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem não?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Estou dizendo para o senhor que eu não teria cabeça. Até hoje, não. Talvez amanhã, depois de ter passado por aqui, será outra cabeça.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu advogado não sabe desses aqui?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu acredito que não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Renascer Comunicação Visual.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jundiaí?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não

O SR. OSCAR ANDRADE – Rua da Várzea, 2001?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – De jeito nenhum, nunca nem estive lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você nunca esteve lá?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. E nunca fiz nada, nunca, não sei, nunca fez nada, nada para mim, nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca fez nada?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu não perguntei se fez.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Comunicação visual... A empresa dele nunca trabalhou para mim...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está defendendo sem ninguém te falar nada.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, não estou defendendo. Simplesmente o senhor perguntou se eu conhecia a empresa. E eu não conheço a empresa dele, não prestou para mim, nem para mim...

O SR. OSCAR ANDRADE – Tá. Então como você explica que o Fio, esse Roberto Lucas Portilho, pessoa que você não conhece, que você nunca viu, de quem você não conhece o apelido, você não conhece nada, nem o endereço você conhece, nem a empresa você conhece. Por que essa pessoa, em depoimento assinado à polícia, diz que já fez trabalho, já realizou serviços de adulteração numa carteira que foi encomendado pelo senhor? Por que uma pessoa faria isso? Você não conhece?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o destino?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não sei, mas para mim ele nunca fez. Ele nunca fez serviço para mim. Eu nem conheço ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor me explique por que uma pessoa faria isso com o senhor. Azar?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Azar? Já foi preso; deu um azar; aí, deu outro azar?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nessa situação aí, se não me engano, ele efetuava trabalho para outro lá, que hoje foi preso. Se não me engano, o policial, na hora, ali, pegou do pessoal serviço feito por eles, para eles; e não para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, ele cita o nome do senhor.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ele pode citar, mas...

O SR. OSCAR ANDRADE – E nós já o ouvimos, em Campinas.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Mas para mim ele nunca fez. Ele nunca fez.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, mas ele te conhece. E você fala que não o conhece.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele nos disse que te conhece.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Mentira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele conhece.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, ele nunca tinha feito serviço para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos fazer uma acareação, depois.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Aí, seria bom, por que, na hora - os policiais são testemunhas disso -, pegaram os serviços, que acredito tenham sido ele que tenha feito com esse endereço aí, e, pelo envelope, que acharam eles lá, que partiu da gente – isso aí eu li no jornal –, está lá para quem ele fez, no próprio envelope. E acredito que a Polícia não jogou fora isso aí. Para quem ele fez, por que isso veio via Correio. Para algum lugar foi. Para minha casa não foi; eu não fui buscar; não é meu endereço. Nada é meu. Não conheço e, se ele alega ter feito serviço para mim, ele mentiu.

O SR. OSCAR ANDRADE – É, mas ele alega...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Então, ele mentiu. Para mim, não. De jeito nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – ...em depoimento, e assinado. E nos confirmou isso, em Campinas.

Requeiro, inclusive, Sr. Presidente, que se marque uma data em que seja possível para a CPI fazer a acareação entre o Sr. Gilberto e...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Irei independente de intimação.

O SR. OSCAR ANDRADE - ...Roberto Lucas Portilho.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Peço à Secretaria para agendar.

Permita-me, Sr. Relator, fazer algumas perguntas.

O senhor conhece Renato Martins.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Renato Martins? Só Renato Martins?

É o piloto?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O piloto.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – De Fórmula Truck? É esse?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O Sidney Alves?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Piloto da Fórmula Truck. Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Qual a ligação que o senhor tinha com o Sidney Alves, Marcelo e Carlinhos?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nenhuma.

Com o Sidnei Alves, pelo fato de que eu corria na Fórmula Truck.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor não tinha nenhuma ligação com ele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Como Sidney? Não, nenhuma, nenhuma, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E com o pessoal da Marfran?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Marfran Comércio de Peças?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sim.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Pelo fato de que, às vezes, quando eu precisava de algum tipo de peça, eu comprava dele.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E o senhor sabia que a Marfran era a receptadora?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não tem conhecimento?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – De onde é o Sidney Alves?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Cascavel, no Paraná.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe que ele é procurado pela Justiça?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu soube.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Por problema de roubo.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quê?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – De adulteração.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aurélio Félix Batista?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É o Presidente da Associação da Fórmula Truck.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você corre com esse caminhão que você tem?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu corria até maio do ano passado. Parei!

O SR. OSCAR ANDRADE – Parou de correr?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Parei!

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o caminhão que era?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É um Mercedes-Benz. Encontra-se lá em casa. Está lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você vive dele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Está parado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do que você está vivendo?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Hoje, trabalho com caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – É motorista?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Contratado? Funcionário?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, o caminhão é meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você falou que está parado.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, o caminhão de corrida. São dois. O caminhão de corrida está lá parado, porque não tem mais atividade para ele, e vai continuar parado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não está correndo mais?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não estou correndo mais. Tanto é que ou corro ou trabalho. Então, parou. Faz um ano já. Vai fazer um ano agora. Acabou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí, você está trabalhando como caminhoneiro?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aonde?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Na Associação Comercial. Inclusive, são 900 caminhoneiros, e essa situação ficou bastante desagradável para mim lá. Muito desagradável.

O SR. OSCAR ANDRADE – Imagino.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor conhece um investigador de nome Rubens, do 1º Distrito Policial?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. De onde?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Lá, do Guarujá.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sim, mas não de amizade. Conheço, porque o Guarujá é muito pequeno, não é?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ele não foi avisar da batida policial a vocês?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Para mim, não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não? No dia que você foi preso, você estava com que carro?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Uma caminhonete.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Qual? Que caminhonete?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Uma F-1000.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Uma F-1000. Em nome de quem essa caminhonete?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ah...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Era roubada?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – A caminhonete?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sim.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Que eu saiba, não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Em nome de quem?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ah, não me recordo, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não recorda o nome?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Eu usava muito pouco, usei muito pouco, duas, três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mas, você comprou de quem?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não era minha.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem era?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E os carros de luxo que vocês tinham, sua família, seu pai, sua esposa? O Golf GTX? De quem era? Que sua mulher andava nele? Em nome de quem?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Que ela andava?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Um Golf GTX.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu acho que deve ter algum equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – De cor vermelha.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, não tenho nada de luxo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sua mulher é Margareth Amorim?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Margareth.

Temos uma Santana Quantum e uma Saveiro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mas, no dia da prisão, ela estava com um Golf vermelho, e o senhor estava na F-1000. É bom o senhor recordar, porque vamos descobrir isso.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, não, em hipótese alguma. Ela tem uma Quantum branca...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mas, no dia da prisão, ela estava em um Golf vermelho.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – De quem é o Golf vermelho?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não sei. Não estava. Ela tem uma Quantum branca. Oh, meu Deus!

O SR. OSCAR ANDRADE – E a caminhonete que você estava, de quem era?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – A caminhonete era... Ela está lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não perguntei onde está. Perguntei de quem é.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É roubada ou não?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, em hipótese alguma. Acredito que não.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem é a caminhonete?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não sei. Eu não...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem uma caminhonete e não sabe de quem é?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É de um rapaz lá, que, quando eu preciso, me empresta. Hoje eu tenho uma...

O SR. OSCAR ANDRADE – Um rapaz?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O nome. Ele não tem nome?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ah, meu Deus!

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, Gilberto, espera aí! Espera aí. Agora você está faltando com o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Espera aí. Você não quer dizer, você fala. Você nem é obrigado a responder. Mas um rapaz, de quem você não sabe o nome, te empresta uma caminhonete, e você não sabe dizer o nome dele!

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não sabe ou está se negando a falar?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Não estou me negando a falar. Não me recordo.

O SR. ARY KARA – Olha, acho que o Sr. Gilberto Luiz Hidalgo tem que ser mais sincero aqui. Esta é uma Comissão séria. Estamos aqui trabalhando e não estamos para ouvir mentiras. Porque não é possível que uma pessoa esteja em uma caminhonete, usando a caminhonete várias vezes, como falou, e não sabe o nome do dono da caminhonete, de quem é a caminhonete.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. ARY KARA – E a caminhonete está lá parada. Eu acho que o senhor não pode omitir.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor sabe o nome da pessoa para nós ligarmos lá agora, para a gente saber? Quem sabe lá? Ninguém sabe o nome desse rapaz?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Espera aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Claudionor sabe?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu acho que não. Eu acho que ele nem sabe que eu andei com essa caminhonete.

O SR. ARY KARA – O Hidalgo Ruiz sabe?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Eu usei essa caminhonete uma vez, duas vezes.

O SR. ARY KARA – Hidalgo Ruiz sabe quem é?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. ARY KARA – Sabe quem é Hidalgo Ruiz?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É meu pai.

O SR. ARY KARA – Sabe não, não é?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Perdão. Não entendi.

O SR. ARY KARA – Ele não sabe quem é não?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Ele nem viu eu andar nessa caminhonete. Nem viu essa caminhonete.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa caminhonete está onde?

O SR. ARY KARA – Hidalgo é seu pai, não é?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É meu pai.

O SR. ARY KARA – Foi sócio com você na empresa?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – E onde ficou o Golf vermelho, na hora em que vocês chegaram lá?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não existe Golf vermelho, gente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Existe.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não existe Golf vermelho. Nem Golf nenhum. Existe...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E um Fusca velho?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Fusca também não. Existe uma Saveiro e uma Quantum, gente. Isso aí, vocês vão me deixar...

O SR. OSCAR ANDRADE – A caminhonete está onde?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – A caminhonete é de um posto de molas. Do rapaz de um posto de molas, inclusive próximo à rua...

O SR. OSCAR ANDRADE – Está lá até hoje?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É dele. Ele trabalha com ela.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um rapaz de um posto de molas!

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Passo a...

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu amigo?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Não tão amigo assim. Mas toda vez que eu...

O SR. OSCAR ANDRADE – Só um pouco, não é?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Quando eu preciso, ele me empresta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Amigo só até poder emprestar o carro. Aí é fácil, não é?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Todas as vezes que precisei, ou furou um pneu ou estou sem carro, eu passo lá e pego ela, busco um pneu...

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é. Mas então me conta. Lembra de uma vez aí. Furou um pneu... Por favor, memoriza uma vez só que você foi lá buscar. Você chegou lá e como é que fez?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu deixei a minha saveiro...

O SR. OSCAR ANDRADE – Falou: “Zé das Couves, me empresta a sua caminhonete?” Como é que você falou?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu tenho relacionamento com ele de amizade.

O SR. ARY KARA – Não sabe nem o primeiro nome dele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Nós vamos dar um prazo para você se lembrar qual o primeiro nome dele.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não precisa prazo. O relacionamento que eu tenho com ele é “moleiro”. Ele toda a vida trabalhou com molas. Toda a vida: moleiro, moleiro, moleiro, moleiro. Então, toda vez que eu preciso, eu deixo a minha e pego a dele. Eu usei duas ou três vezes, gente.

O SR. ARY KARA – Vamos pegar o endereço de onde está esse carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, Deputado. Eu vou cumprir uma obrigação que eu tenho aqui. A Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, dispõe sobre as comissões parlamentares de inquérito. No seu art. 4º, diz o seguinte: “art. 4º. II. Constitui crime fazer afirmações falsas ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, sob pena do art. 342 do Código Penal”.

Gilberto, eu vou lhe dar a chance de saber o nome dessa pessoa e me dizer dessa caminhonete, para eu não tentar enquadrá-lo aqui agora neste artigo desta lei, porque não é possível o que se está tentando passar aqui.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não vem com essa, não, porque ninguém empresta caminhonete sem nem saber o nome; não existe isso.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ele me conhece muito bem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, ele o conhece muito, e você não o conhece; nem o nome.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Veja bem, eu conheço muito pouco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhece, Gilberto. Nós sabemos muito bem por que você não quer conhecer. Nós sabemos muito bem. Nós só precisamos ouvir de você. É preciso que você diga.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu digo o seguinte: ele está na primeira travessa da rua do Adubo. Se você me der um minuto, nós ligamos para o Dr. Ismar, alguém vai lá e pega o endereço e o nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Presidente, eu peço a suspensão da sessão por cinco minutos, para que ele possa achar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O Dr. Paulo Lacerda vai fazer esta ligação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode o delegado ligar para você?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Pode, lógico. Aí nós vamos pegar o nome, o endereço, tudo certinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ainda assim, eu peço cinco minutos, Sr. Presidente, até para informarmos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Então, eu vou suspender a reunião durante cinco minutos, enquanto nós vamos fazer o contato.

(suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor estava com uma caminhonete. Ela era roubada ou não?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi identificada?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ela não é roubada. Eu usei a caminhonete duas ou três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor tem certeza, se fizer a pesquisa, de que ela não tem outro proprietário?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não é roubada, em hipótese alguma, e nem sobre a pessoa... A caminhonete pode não estar em nome

dela, mas a pessoa sempre me transmitiu idoneidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A pessoa lhe cedeu quantas vezes essa caminhonete?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Três vezes, para ser...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o senhor não lembra o nome dele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Sempre eu conheço...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está sob juramento e assinou aqui, então, nós não vamos admitir que o senhor minta.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Em hipótese alguma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor toma cuidado, porque pode sair daqui preso, pode ser processado por tentar iludir, obstruir o trabalho da Comissão, que lhe está dando uma chance livre para dizer a verdade. Eu não quero que o senhor se inculpe, mas não minta, para não trazer dificuldade futura para o senhor.

Como é que eu pego uma caminhonete emprestada três vezes de um cara que eu não sei quem é?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, eu o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é gente boa? É ladrão? Tem antecedente ou não?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você o trata como? “Ô, cara!”

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu vou pôr aqui o endereço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você paga a caminhonete?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, nem um centavo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Pois é.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você o trata?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Moleiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ô, moleiro!

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – “Moleiro, eu vou precisar da sua caminhonete. Segura a saveiro aqui, que eu vou pegar a sua.”

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele trabalha com sistema de molas?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Trabalha. Entrando na rua do Adubo. Se quiseres crever, para deixar aí, para amanhã eu trazer esse ende-

reço, inclusive. Entrando na rua do Adubo, que dá acesso à Conceiçãozinha, a primeira à direita.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor faz serviço das suas carretas com ele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Antigamente, fiz muito, muito, muito. E ele sempre me transmitiu idoneidade; ele sempre me transmitiu isso. É uma pessoa humilde e nunca me transpareceu que fosse desonesto.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Senador, ele se apoia de uma área de 500.000 m², e essa área não tem escritura, não é isso?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – A escritura é possessória. Eu comprei através... Da mesma maneira que eu tenho, era o antecessor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Lá o senhor construiu a sua casa?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Era o escritório.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tinha casa, também, ou não?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, não. Eu vim morar no escritório quando vendi a minha casa.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Os seus pais já viajaram para a Europa?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Em 1994, ficaram acho que vinte dias.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor declarou Imposto de Renda em algum ano?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Declarei.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Em que ano?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Acho que em todos. Em todos.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Os seus imóveis estão em seu nome?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Só tem esse.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Qual?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Esse, do terreno.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É o que está em nome de terceiros? Não tem nenhum?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nenhum.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não tem nenhum em nome de terceiros?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nenhum, nenhum.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O seu pai teve uma loja de peças?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Minha irmã tem.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É verdade que é somente de fachada, por que vende peças roubadas? É verdade?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – De jeito nenhum. A polícia esteve lá inclusive, dois dias, durante dois dias, e, pelo que eu soube, nada foi apurado lá, nada encontrado de roubo ou de furto, de nada.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E a Marfran não é receptadora de caminhão roubado?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Que eu saiba não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nunca tomou conhecimento?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece a Marfran?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é a Marfran?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Vende peças para caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – O endereço não sei, é São Paulo, sei ir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Peças novas, peças usadas?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem é o proprietário? O senhor conhece?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Da Marfran, segundo ligaram aí, Renato Martins com Marfran, aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Renato Martins.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem mais?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, que eu saiba...

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor disse aí? Itamar Franco?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Marfran. (Risos.)

O SR. OSCAR ANDRADE – Desculpe-me.

Vou ler um trecho do depoimento do Roberto Lucas Portilho, que o senhor disse que não conhece. Está bom?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Perfeitamente.

O SR. OSCAR ANDRADE - Respondeu o seguinte: "... que realmente fabrica as plaquetas de carroceria, motor e chassi apreendidos pelos policiais e que esse serviço era realizado durante a madrugada... que já recebeu encomenda de Gilberto Luiz Hidalgo Gimenez, na Baixada Santista, referente à carreta; que, a respeito de outros fregueses, a encomenda era feita, depois o cito do freguês marcava o local e a cidade onde entregava e recebia".

Recebeu uma encomenda do senhor, para fabricar plaqueta para adulterar carretas, caminhões.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, negativo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele aqui está dizendo, assinado...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não o conheço...

O SR. OSCAR ANDRADE – Tudo declarado aqui, Roberto Lucas Portilho.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não o conheço. Não tem por que esse cara trabalhar para mim. Não tenho atividade, não tenho... não tem por quê.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, quero pedir a ... O senhor tem telefone?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o número?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Do celular: 9712 - 6939, 3352 - 46 49, 3352 - 3419.

O SR. OSCAR ANDRADE – Possui mais?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Comercial, residencial, estão todos aí?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Comercial, residencial, tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, vou requerer a quebra do sigilo telefônico do Sr. Gilberto Luiz Hidalgo.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu mando, incumba-me, de quantos meses o senhor quiser. Mando junto com o endereço, inclusive o tal croqui da planta aqui, da Piaçaguera com o a Rua do Adubo, não vai alterar, nem a pessoa e nem a caminhonete e nem absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde está o rapaz?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Onde está o rapaz. Agora eu gostaria, se entendeu o croqui aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o moleiro?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Exatamente. Piaçagüera sentido Guarujá, São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seu depósito é por perto?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Uns cinco quilômetros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas perto da Piaçagüera?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os caminhões foram encontrados na Piaçagüera?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, na Rio-Santos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Longe do...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É longe. Dá para entender?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Esse terreno de 500 mil metros quadrados, esse negócio, temos que ver com a Prefeitura de Santos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Coisa de Ibama, não é?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Vou assinar. Moleiro. Aqui é uma oficina, ele é ao lado, e aqui existe uma outra rua. Ele é de esquina... A camionete é dele. Ele me emprestou três vezes e sempre deixei a minha para ele... Não, não sei o nome. Ele me conhece. Ele sabe que eu tive a empresa. Ele não roubou a caminhonete, ele é pessoa idônea, a caminhonete está lá. Não é pessoa de má índole. Não tem absolutamente nada, nada, nada.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Gilberto, o senhor não tem nenhuma conta bancária, recentemente?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu não posso abrir conta. Não tenho.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não tem conta nem cartão de crédito?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Em função do cheque sem fundo?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Exatamente.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas dizem que a emissão do cheque sem fundos foi de propósito, para mostrar que o senhor estava em situação difícil, que o seu patrimônio está em nome de terceiros. O senhor confirma isso?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – De jeito nenhum! A pessoa que passa o ridículo de ter na porta de sua residência 50, 60 pessoas querendo receber ele não vai ficar com imóvel parado e deixando essas pessoas sem receber. Sempre parti pelo lado humano da coisa, não deixei de pagar funcionário, todos; existe uma folha de pagamento antiga e pode ser constatado, todos os funcionários que trabalharam para nós todos eles receberam, menos alguns que estão na Justiça, tem ação trabalhista, e ainda não foi, não tem ainda um veredito dessas questões. Fora isso o comércio de Vicente de Carvalho, o comércio do Guarujá, o comércio de Santos, que nos forneciam, todos foram quitados, não devemos para ninguém na praça de Santos, nenhum fornecedor.

Então, como é que o cidadão vai ter um imóvel, devendo para todo mundo? Eu não saí do Guarujá um só dia, com todo o episódio que nos aconteceu, por que acho que de ver não é crime, o crime é não pagar e nós pagamos. Agora, V. Ex^a imagina, uma pessoa que teve 2.000 cheques sem fundos e não foi parar numa delegacia por estelionato. Eu não fui! Tenho todos os cheques entregues e protocolados pelo Banespa, e traço junto, para quem quer que seja, cada folha de xerox tem quatro cheques, todos eles protocolados pelo Banespa, foram entregues, entregues em nome de **Transporte Rodoviário JG**, dois anos após ter sido sucedida a falência dela. Eu podia ter dito para todo mundo: a empresa falhou, eu não vou pagar.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Essa empresa era fantasma?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, todas elas trabalhavam...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Pagava imposto?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Tudo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor já pagou imposto como pessoa física?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – A minha pessoa física, como nunca imaginávamos que a empresa ia quebrar, a minha pessoa física sempre foi uma pessoa pobre, uma pessoa física pobre.

Nunca tive imóvel no meu nome, a não ser esse que é o único que sobrou. Por quê? Porque sempre pensamos na empresa, quem tinha saúde e tinha saúde era a empresa. A partir do momento que foi rompido esse contrato, que poderia ter sido indenizado e as empresas que romperam não nos pagaram.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Esse Antonio Carvalho, o senhor conhece do Guarujá?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Antonio Carvalho, conheço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É o que, ele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ele é como se fosse meu irmão.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É vereador, ele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Hoje sim.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor financiou a campanha dele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Mas como vou financiar a campanha, de que jeito?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Financiou...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, não, em hipótese alguma. Eu ajudei a parte que me cabia, a parte humana, eu ir buscar voto, o meu amigo, o meu conhecido, pedir, isso aí.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele fazia o quê na vida lá? Transporte clandestino?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ainda faz. Como?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Transporte clandestino de passageiros?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, pelo que saiba não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – A Maria Lúcia? É Mário Lúcio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Mário Lúcio? Meu cunhado

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Seu cunhado?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Meu cunhado.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Seu sócio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Na época tinha o chamado **pool** das empresas. Determinavam entre elas o frete e quem trabalhava, Mesquita, tal, os transportes, tinha os terminais alfandegados, e entre eles diziam que não poderiam dar o transporte para nenhuma empresa, ou seja, a **Transporte Rodoviário JG** não podia fazer mais barato para a empresa a, b ou c. Então criamos a empresa

Ouro Branco, para que ela pudesse oferecer um transporte mais barato. Mas operacionalmente trabalhou muito pouco. Isso aí....

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E seu sócio não está envolvido em roubo de **container**?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nunca, nenhum. Nós nunca tivemos problemas com roubo de **container**.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor disse: nós criamos a empresa Ouro Branco. Nós quem?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Meu cunhado....

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – eu e Antonio Carvalho para eles tocarem.

O SR. OSCAR ANDRADE – No início do seu depoimento eu pedi ao senhor os nomes das empresas de que o senhor fazia parte, o senhor omitiu essa.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, não, essa não tem nada a ver comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas era não era sua?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, ele está perguntado do Mário Lúcio, do Antonio Carvalho, eu estou dizendo que eles criaram – eu auxiliei na época – a Ouro Branco.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor não era sócio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não era sócio.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Eram eles?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eles. Meu cunhado...

O SR. OSCAR ANDRADE – O Mário Lúcio dos Santos?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Era o “laranja”.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, Mário Lúcio dos Santos. Essa empresa, inclusive, trabalhou muito pouco. Pode-se perceber tudo dela...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era o nome dele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Mário Lúcio da Silva.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E Antônio Carvalho. Um era Vereador?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Isso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Elegeu-se Vereador?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Elegeu-se.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que é Mafram? Acho que já perguntaram. O que é Mafram?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu conheço como casa de peças.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Casa de peças.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Novas e usadas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Loja de peças?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde é?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É aqui em São Paulo, na Fernão Dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é sua ligação com eles?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Tenho uma ligação com o piloto Renato Martins Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que é o proprietário?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Era ou é. Minha ligação é com ele. Minha ligação é com ele. Foi muito durante 1995 a 2000, porque parei em meados do ano. Fará um ano agora em maio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você chegou a visitar a Mafram, teve algum negócio com eles?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Teve negócio com eles?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Comprei peças deles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vendeu também?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, comprei para uso na época.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peças novas ou usadas.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Tanto usadas quanto novas, nós compramos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A origem das peças você perguntou, chegou a perguntar para eles?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, não sei. Sou be de um epi só dio que hou ve com o Renato Martins e a CPI, não me recordo a data, em que parece que houve um incidente lá com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual CPI?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – A do Afanásio Jazadji.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estadual.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Esse foi o único envolvimento que eu soube.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seu depósito ficava marginal da Rodovia Rio–Santos, altura do quilômetro 267, Monte Cabrão?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – 247.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Monte Cabrão?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na plataforma continental de Santos?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Área continental de Santos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês chegaram a ter mercadorias lá ou só caminhões?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nunca houve mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca houve nada?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Era um pátio onde as carretas chegavam, era feita a manutenção e saía de novo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De quem eram essas carretas?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Tenho dentro desse imóvel 70 carretas paradas lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ainda tem?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Estão lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foram apreendidas pela polícia?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, essas carretas são nossas, estão lá paradas por problema judicial.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como está quebrado com 70 carretas?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Essas carretas estão todas **sub judice**, sou o fiel depositário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E as outras que foram apreendidas, que a polícia encontrou, são essas?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, não têm nada a ver com as minhas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que eram aquelas.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Aquelas eu soube no dia 20, quando o policial me levou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem algum amigo policial?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Tenho vários.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quais são?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Policial rodoviário, tenho uma infinidade deles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Frequentam seu pátio, seu escritório, sua casa, conversam?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é essa amizade?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Amigo assim, não. Tenho amizade de conhecer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há Polícia Rodoviária perto do seu depósito?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Há duas sedes da Polícia Rodoviária.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com esses que você conversa, tem amizade?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Agora mudou muito. Eu conheci...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe o nome deles, tem lembrança?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Conheci muito até 1996, que era quando nós transportávamos com problema de carga, porque todo dia tínhamos em média 2, 3 ou 4 acidentes. Batia-se num carro, atropelava-se, sempre houve.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos carros eram operados?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Chegamos a operar com 350 carretas no porto. Então, todos os dias...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Suas operações eram mais no porto?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Só dentro de Santos, Santos–Guarujá e Guarujá–Santos, esse era o nosso itinerário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas re tirava e levava para o depósito.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, levava do porto para os terminais alfandegados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas em São Paulo?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, só na Baixada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia dizer quais são esses alfandegados?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Terminal Mesquita, Eldimarco, Degmar Raniel, Colúmbia, Integral, Local Frio S/A, Transbrasa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Local Frio é onde você tinha o depósito?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era quente?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ou era frio o local?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você falou local frio.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, a empresa se chama. É um terminal alfandegado do Guarujá, inclusive. Para essas empresas, eu sempre trabalhei. Depois, com a dificuldade financeira da empresa, deixamos de transportar. Ou se tem a carteira no costado do navio ou não se tem, e nós sem verba. Fomos decaindo com a prestação do serviço e decidimos parar. Não tínhamos mais competência para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando o senhor foi preso, a divisão de roubo de cargas fez alguma diligência na sua casa, em algum local de sua propriedade, além do depósito onde foram encontradas as carretas?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, eu só tinha lá mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eles procuram documentos, apreensões?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sim, sim, reviraram tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fora de lá não foram...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Na minha casa... Não, meu não encontraram absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na sua casa não foram.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Na minha casa absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas foram a sua casa?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Foram. Inclusive o policial perguntou para a minha esposa se havia arma em casa e ela disse que sim, duas inclusive, uma em nome dela e outra em meu nome. E não tivemos oportunidade de mostrar o registro na hora ali. Foi mostrado depois em São Paulo. Tanto é que não fui buscar essas armas até agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você não chegou a ser autuado por porte...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, porque as armas tinham registro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estavam em sua casa.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Estavam em casa e ela entregou. A minha estava municiada e a dela, desmuniada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O prédio em construção as proximidades do Clube dos Lojistas de Vicente de Carvalho é seu?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É meu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você já chegou a presenciar alguma coisa de entorpecentes pela redondeza, algum tipo de...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Parece que próximo do local havia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma “boca de fumo”?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Exatamente, mas parece que o rapaz foi assassinado, uma coisa assim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era próximo mas nada com seus funcionários...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E esse prédio foi terminado?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, ainda está em construção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é de sua propriedade?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Está em seu nome o prédio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Tá. Não é um prédio, é...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É uma construção.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Está declarando em seu imposto de renda?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Está no começo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o terreno, sim?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – O terreno, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE - Eu quero saber só das 70 carretas. O que são?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Temos lá, hoje, está lá, é minha, sou eu o fiel depositário. O Unibanco não tem local para deixar essas carretas. Ou seja, em São Paulo, custa R\$1.000,00 por mês um estacionamento para uma carreta. Um automóvel não sei quanto custa; uma carreta são R\$1.000,00 por dia. E para não acarretar mais valores, talvez, no final do processo, as carretas estão com a gente e somos o fiel depositário. Temos, acho, umas 40 ou 50 do Banespa. Está lá. Já tentamos negociar com o Banespa e, infelizmente, não conseguimos. Temos da Iderol... Temos, acho, de quatro empresas, de quem somos fiel depositário...

O SR. OSCAR ANDRADE – São quantas carretas ao todo?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Acredito que 70, mais ou menos. Estão todas deteriorando, mas estão lá. Sou fiel depositário, não vai sumir dali nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você não pode usar?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não posso usar, não posso vender, não posso fazer nada. E também não posso abandonar nem jogar fora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que elas estão lá, nessa condição?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Pelo rompimento do contrato... Todo o meu problema

começou depois que comparamos as carretas para pagar com 36 meses e acabou a receita.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pagou quantos meses?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Teve umas que pagou 70%, outras 40%, outras 90%. Está lá, de várias formas.

O SR. OSCAR ANDRADE – São leasing?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Tem leasing, tem financiamento, tem garantia de empréstimo de capital de giro. Que estão lá dentro. Quando chegou a portagem no dia, aí anunciaram que tinha não sei quantas carretas... Na verdade, aquelas são todas com procedências. Estão lá.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas tem outras coisas lá, pedaço de chassi cortado...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Aí é que está, estava no terreno....

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Poste de iluminação pública, motocicleta, motor de caminhão, cabine...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Poste de iluminação pública já foi comprado da CMTc de São Paulo; motocicleta foi comprada na Ilí, inclusive as notas fiscais estavam lá. Dos postes existem notas fiscais.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Foi roubado também vergalhão de aço, juntamente com um caminhão que fazia transporte para a Cosipa. O motorista, na noite anterior ao seu flagrante, foi encontrado amordaçado em frente ao estacionamento.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu não sabia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não sabia?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Eu seria a primeira pessoa...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Vergalhão da Cosipa roubado juntamente com o caminhão que fazia o transporte.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sabendo do que estava ocorrendo, eu seria o primeiro a falar. Qual o interesse que eu teria de não falar, vendo o que eu vi no dia 20? Eu seria o primeiro!

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O pessoal da Divecar, da Polícia Civil, parece que não se interessou em averiguar a procedência da enorme quantidade de mercadorias que existia lá. Você não estranhou isso?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não posso condenar ninguém, mas acho que eles foram muito infelizes na abordagem.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Eles foram passivos? Ou foram com a sua cara e disseram: “Não, vamos deixar aqui”?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu não tive oportunidade de ir em casa pegar o registro da arma. Fui algemado e posto dentro de uma viatura. Foi o que aconteceu comigo. Disseram: “Você está preso em flagrante”.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você estava com a arma?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, a arma estava em casa guardada. Eu não tive oportunidade de falar, de conversar, de poder falar alguma coisa. Ele falou: “Ah, todo mundo fugiu, então...” Eu não tive oportunidade de falar. Eu fui falar alguma coisa já nos debates em São Paulo. Disseram: “Você está sendo preso em flagrante pela carga roubada”. Mas eu não roubei carga nenhuma. E aí?

Acho que eles foram infelizes, porque eles me disseram que, às 8h, às 9h da manhã, viram o pessoal, estava lá o pessoal. Essas são palavras da pessoa que me pôs a algema. Ao foi meio-dia, eles foram abordar, e o pessoal fugiu.

Eles deveriam ter sido mais cautelosos, na minha concepção. Eu não posso condenar a Polícia. Não sei como foi a abordagem, eu não estava lá.

Se eu estivesse devendo alguma coisa, eu jamais teria ido. Acho que qualquer ser humano faria isso. Na hora que ligou... Eu não estava lá. Eu não devo. Fui porque não devia. Disseram: “Você tem de vir aqui porque tem de esclarecer algumas coisas aqui no seu terreno”. Eu disse: “Eu vou, aguenta dez minutos que estou chegando aí.” Cheguei lá, disseram que eu estava preso. Eu iria? Eu não iria.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi na camionete?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, eu estava trabalhando nessa hora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – No cais. Eu estava com o caminhão no cais. Fui lá e, quando cheguei, fui algemado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi lá de quê?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu peguei um táxi. O táxi me deixou na porta. A Polícia viu, inclusive.

Eu iria para um local que sei que tem isso, que tem aquilo e dizer: “Eu sou o locador”? Eu, não! Eu não iria. Eu mandaria alguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer que, em março, o senhor ainda tinha atividade no cais?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Estou tendo ainda. Estou vivendo do cais.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quê?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Com o caminhão. Tenho um caminhão basculante hoje.

O SR. OSCAR ANDRADE – É nele que o senhor trabalha?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É nele que estou trabalhando.

Vou ao ponto de eu ir ao local. Eu não iria. Acho que qualquer cidadão não iria. A Polícia me ligou no meu celular. Eu iria lá?!

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Gilberto, conte-me como você chegou a sua amizade com o Mário Lúcio.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Mário Lúcio, o meu cunhado?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sim. Desde que ele foi cunhado seu ou por meio da Polícia? Ele é carcereiro, não é isso?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não? Ele não é policial civil?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Nunca foi.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem é o carcereiro da Polícia Civil, que é amigo seu? Qual o nome dele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Carcereiro da Polícia Civil Mário Lúcio foi eleito Vereador agora, mas não tem nada a ver comigo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não é esse Mário Lúcio? Carcereiro da Polícia Civil? Não tem um carcereiro da Polícia Civil chamado Mário Lúcio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – No Guarujá?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Existe?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Tem. Existe.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O que ele é seu?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nada.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tem certeza?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Absoluta.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não tem parceria em negócio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, nada, nada.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tem certeza?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Absoluta.

Não tenho nada... Pelo contrário, acho que ele nunca...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não participava da sociedade com você?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Em quê?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – De produtos de...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele não comercializava roubo, não?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Que eu saiba, não. Não, não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor viajou para o Paraná quantas vezes? Mato Grosso?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Mato Grosso, nunca.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não. Paraná?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Paraná, duas, três vezes por ano, porque a Fórmula Truck ia três vezes.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Paranaguá?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Uma época, acho quem 93, 94, em que teve um problema de acidente de caminhão nosso, que quebrou, eu fui para lá.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quer dizer que o relacionamento do senhor com o Mário Luz, carcereiro da Polícia Civil, não é de amizade?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nada!

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não é de negócio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não é de negócio, nunca nem olhei assim no olho.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Preste atenção, Sr. Relator. Não é de amizade?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não tenho amizade, não tenho vínculo e nunca olhei nos olhos dele, assim como es tou olhan do para vo cês hoje. Nunca estive de frente com ele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não tem negócio nenhum?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nenhum, em absoluto. Nunca olhei na fisionomia dele. Conheço de “oi”, de vista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gilberto, deixe-me fazer-lhe uma pergunta. Falei com o Dr. Bittencourt agora, que é o Diretor do Divecar, um delegado que estava trabalhando com muita eficiência na apuração dos roubos de cargas, e ele me deu duas informações, que não sei se lhe perguntaram, mas não quero que você minta.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço isso, para que não tenhamos que tomar providências contra você.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele disse que encontrou com você vários documentos, mais de quarenta, de veículos roubados - mais de quarenta foram encontrados na diligência que a Polícia fez. É verdade isso?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eram seus?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Na hora em que o delegado Demétrio, se não me engano, esteve lá, ainda comentei de dentro da viatura para o policial: “Não mistura as coisas”, porque eles estavam trazendo coisas do outro lado com as minhas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que outro lado? Você é vizinho dessa ...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sim, sim. Veja bem, eles juntaram tudo; ali foi uma coisa só. Por isso que eu digo que os policiais foram infelizes na abordagem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São infelizes, mas não são burros.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles sabem o que estão fazendo, porque dá para se parar depois. Se dizem que você é o responsável, não dá para você querer driblar a gente também.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu nunca joguei fora nenhum veículo que foi licenciado.

do. Esses veículos eram licenciados, e acredito que todos, inclusive ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não jogava fora o veículo ou o documento?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Os documentos. Então, eles vinham assim: “transferido”. Vem um carimbo escrito “transferido”, quando você licencia. E aquele estava assim: todos eles juntos e amarrados, guardados. Esses documentos eram meus, são meus; a procedência deles é minha de muitos anos, de seis, sete anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que podem se considerar documentos de veículos roubados?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, de roubados eu não tinha um.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais de quarenta. Não posso aceitar que ele esteja mentindo e você esteja falando a verdade!

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu não tinha nenhum documento...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós vamos esclarecer isso, porque estou pedindo cópia para eles. Se for mentira, vou pedir para você ser preso.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sim. Eu não tinha, dentro de casa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não vou descansar enquanto não fizer isso. Então, você não minta.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Perfeitamente, perfeitamente. Aguardo aqui e saio alegando se isso aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Outra coisa: em Jundiá, foi feita uma diligência em que se apreenderam várias plaquetas. As suas, que você usava em carros roubados, em carretas roubadas, eram falsificadas por esse elemento de Jundiá, que você colocava nas carretas. O que você tem a dizer?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nós já tínhamos dito: eles colocaram as tábuas e foram colocando. Tinha placas de veículos nossos, quer dizer, o veículo está no pátio, as placas ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espera um pouquinho: a placa fica no veículo ou você guarda no armazém para colocar na hora que quer?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, os semi-reboques vêm com duas placas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – E no veículo só vem para colocar uma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A da frente?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Atrás. E nós nunca jogamos isso fora. Nunca cortamos, sempre ficou ali, numa gaveta só, e não estavam escondidas. Então, as placas estavam ali. E os documentos, quando estou dizendo para o senhor que não eram roubados, juntos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De veículos roubados. Não eram os documentos.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, os meus, os meus.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deviam ser adulterados.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – E começaram a colocar duas tábuas e colocaram os meus documentos, as placas de veículos de propriedade nossa e começaram a trazer coisas deles. Na hora, tinha um envelope com plaquetas, com endereço, remetente e tudo, que não era eu, que não era meu, que eles trouxeram de lá. Eu falei: “Não misture, porque isso aí eu não consigo falar de quem é.” Eu perguntei e falei isso para eles: “Eu não vou conseguir”, mas misturaram tudo o que tinha. Não tinha nada de errado, não tenho, mas foi misturado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Disse que havia mercadorias roubadas que foram entregues aos proprietários.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Vi essas coisas no dia 20. O policial me chamou e falou: olha aqui uma carreta de soja. Vi a carreta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não era sua?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, a carreta estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como foi parar lá?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Estava no terreno deles, que aluguei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O terreno era seu. O proprietário sumiu. Nem sabe quem é.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eles correram no dia em que a polícia chegou, todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas nem sabe quem é? Você tem contrato de locação?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Tenho contrato de locação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi apresentado à polícia.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Foi, mas depois.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Entre-gou a eles?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Entregou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há o nome do proprietário?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Tem tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem endereço?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Tem tudo. Só não pude apresentar na hora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a carga roubada?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ha via uma carga de piso, que vi, e outra de soja. Vi no dia 20, com o policial. Já estava algemado e dentro da viatura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando entregaram aos proprietários o senhor chegou a acompanhar, a ver a entrega da mercadoria?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi entregue no seu pátio ou foi recolhido à polícia o material?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não vi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não sabe?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não vi. Não sei que dia foi entregue.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quantos dias o senhor ficou preso?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Dez longos dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onze dias?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Dez.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Promotoria pediu a liberdade?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Creio que meu advogado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O advogado pediu e ela concordou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, gostaria de dispensar momentaneamente o Sr. Gil-

berto e ouvir o Claudionor. Se necessário, pedirei uma acareação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor quer dizer mais alguma coisa?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, ele poderia ficar na outra sala. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Nome completo?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Claudionor Santos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sabe o número da identidade?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – De cor não sei.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – 35958303-9

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Qual sua idade?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Vinte e cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sabe de cor o CPC?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Também não sei.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – 923701604-20

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Sei que o final é 20.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Estado civil?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Residência?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Hélio Ferreira – 1236, Jardim Boa Esperança.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Onde?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – No Guarujá.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Profissão?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Mecânico.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Local onde exerce sua atividade?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Avenida Almirante Crock, nº 416.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O que o senhor faz lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Sou mecânico.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É mecânico?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sabe por que foi convocado para prestar depoimento?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhorse compromete, de acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Sim, falarei a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Então, o senhor assine aqui, por favor.

Deputado Oscar Andrade, como Relator, V. Exª gostaria de proferir algumas palavras?

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a profissão do senhor?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Mecânico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Desde 1995.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem curso? É formado em mecânica?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – É prático?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Sou prático.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor trabalha com o Gilberto há quanto tempo?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Trabalho com o Sr. José.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o Sr. José?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – O Sr. José Hidalgo é o pai dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor só trabalha com o pai dele?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quanto tempo?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Faz uns cinco anos mais ou menos, cinco anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesta função de mecânico?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso, isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você estava fazendo no km 247 da Rodovia Prestes Maia, lá no terreno do Gilberto, quando o senhor foi preso?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – No dia do...?

O SR. OSCAR ANDRADE – É. No dia vinte de março, quando o senhor foi preso. O que o senhor estava fazendo lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Cheguei lá eram duas e quarenta, mais ou menos assim, de carona. Aí não havia ninguém. Demorou o quê? Uns três, quatro minutos, aí chegou a polícia lá e falou que eu estava preso em flagrante.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor chegou lá de carona?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – É. De carona lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi fazer o que lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Fui pintar o meu carro que estava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu carro?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Meu carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Estava lá no pátio, no galpão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava no pátio?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso. No galpão.

O SR. OSCAR ANDRADE – No galpão?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso, isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fazendo o que lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Estava reformando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Estava pintando. Estava reformando. Inclusive estava só no fundo só. Nesse dia, ele ia pintar. Dar a segunda mão de tinta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse carro seu era qual?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Um Uno cs 90.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Em nome de quem o carro?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Milton Teixeira Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quem era esse Milton? Você comprou dele?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Comprei dele.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O chassi estava normal?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Normal, normal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto o senhor ganha de salário?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ganho quinhentos e alguma coisa. Não lembro os centavos agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Líquido dá o quê? Descontados os impostos, INSS.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Mais ou menos uns quinhentos e sessenta. Mais ou menos isso aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Uns quinhentos e sessenta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah! Isso é o líquido?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – É. Não sei o valor exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – E esse Uno é que ano?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – 90.

O SR. OSCAR ANDRADE – 90. Quanto custou?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Três mil reais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Três mil?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso, isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tinha colocado o Uno lá para reformar?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso, isso. Ele estava muito podre.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem reformava ele?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu mesmo. Não tinha muita coisa para fazer. Era só dar uma lixadinha no fundo e pintar.

O SR. OSCAR ANDRADE – E pintar.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso, isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E lá havia todos os equipamentos?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Equipamento tinha. Só que a tinta comprei fora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era junto lá das carretas?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, ficava separado. Não ficava junto. Era um galpão.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor ia sempre lá. O seu carro estava há quantos dias lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – O meu carro estava há o quê? Há uns dez dias mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ia todos os dias?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Todo dia, não. Ia uma vez por semana. Às vezes ia no domingo. Todo dia não dava, porque eu trabalho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Havia uns dez dias?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Mais ou menos dez dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor ia uma vez por semana?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – É. Uma vez por semana. Às vezes, ia no domingo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, o senhor foi duas vezes só?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, foi mais de duas vezes. Fui umas cinco vezes mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então havia cinco semanas?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que havia dez dias, o senhor foi cinco vezes, e era uma vez por semana?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Na primeira semana, eu ia sábado, ia domingo. Entendeu?

O SR. OSCAR ANDRADE – Dia sim, dia não.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Responde direito. Você falou que ia uma vez por semana.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Uma vez por semana. Aí, ia no domingo; às vezes, ia no sábado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos sábados e domingos passados?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Como é que é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos sábados passados e domingos passados?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Um sábado, mais ou menos, um sábado e dois domingos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um sábado e dois domingos?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Foi mais ou menos isso aí, porque não lembro de cor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há jeito de passar um sábado e dois domingos?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Um dia. Não lembro o dia mais ou menos assim. Fica difícil, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí, conte-me. Você foi lá, chegou, para olhar o seu carro.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Para pintar nesse dia.

O SR. OSCAR ANDRADE – E foi preso?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS E fui preso em flagrante.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você foi preso? Porque você estava pintando o carro?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS Ainda não, eu estavala fora, quando eles chegaram.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso por quê?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS Segundo os policiais, eu fui preso em flagrante.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Furto de carga, segundo os policiais, porque eu nem sabia que havia carga lá.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte)– E você viu aquelas pessoas que fugiram lá, na hora, no ato?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não vi, porque não estava no momento. Não vi as pessoas. No momento em que cheguei lá não havia ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor chegou lá, e não havia ninguém?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não havia ninguém, quando cheguei lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí você entrou?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não entrei, fiquei lá fora. Não havia ninguém, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ficou esperando lá do lado de fora.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Fiquei esperando do lado de fora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Há, mais ou menos, uns dez minutos, cinco minutos.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Chegaram os policiais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chegaram os policiais.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Aí deram ordem de prisão em flagrante. Fiquei até assustado nesse momento em que eles falaram isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deve assustar mesmo. E aí deu voz de prisão.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi preso.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – É. Fui preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o Márcio Lúcio Santos?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já viu ele?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você falou que foi lá umas cinco vezes.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o Márcio Lúcio Santos? Você não pode mentir aqui, não. O senhor já jurou.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – De nome, não conheço; não conheço. Jurei. Por nome, eu não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o Márcio Lúcio Santos?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era o dono do imóvel?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu acho que era o Gilberto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você acha?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Acho que é dele sim. Foi o pai dele que falou para ele botar o carro lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem eram as carretas que estavam lá no momento da prisão?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não vi quais foram as carretas que eles prenderam. Também... não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nas vezes todas em que o senhor esteve lá, quantas vezes esteve com o Gilberto?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Com o Gilberto mesmo, lá, nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhuma?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Há quanto tempo o senhor conhecia o Gilberto?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu conhecia há uns cinco anos mais ou menos. Assim que eu trabalhei com o pai dele, eu o conheci. Conhecia assim, de...

O SR. OSCAR ANDRADE – O Gilberto não morava ali perto?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso, mora.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor não ia lá não?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não via o Gilberto lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu via, assim, lá na rua? Lá mesmo, era muito difícil ver.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o carro do Gilberto?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu acho que é uma Saveiro vermelha.

O SR. OSCAR ANDRADE – E qual o carro da mulher dele?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu acho que era uma Quantum branca, se não me engano.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma Quantum? É a F1000?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu não sei de F1000?

O SR. OSCAR ANDRADE – Como não sabe? É o Golf vermelho?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu também não tenho a mínima idéia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe de quem que é, não?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei. Não sei nem se tinha Golf.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem são as pessoas que fugiram?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Por nome, eu não sei dizer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor viu acontecendo?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Acontecendo o quê?

O SR. OSCAR ANDRADE – A fuga.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ah, ... eu não vi...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não estava lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu não estava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor chegou e me contou aqui agora que estava lá, e uns dez ou quinze minutos depois, chegou a Polícia. Não é isso?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – É isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí as pessoas não fugiram?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu não vi se fugiu ninguém. Não vi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tinha ninguém lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não tinha ninguém lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já tinha fugido antes?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei. Provavelmente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é Antônio Kelson Ribeiro dos Santos?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Por nome assim, não conheço nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor conhece um rapaz apelidado de Moleiro?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Conheço, conheço vários Moleiros.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Conserta mola, que tem uma F1000 cabine dupla.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ah, por carro assim eu não conheço, não. Conheço só os “moleiros”.

O SR. OSCAR ANDRADE – E os caminhões - sete carretas - que estavam com pintura diferente? Ele estava pintando junto com o seu carro?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, nem pode. Nem carreta pintada eu vi perto do meu carro. Não vi nenhuma carreta pintada.

O SR. OSCAR ANDRADE – E as carretas que estavam pintadas com chassis adulterados?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso eu não tenho a mínima idéia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Que tipo de mecânica o senhor faz. Trabalha com pintura, com chassis? Como é? Fez algum serviço para o Gilberto?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Nunca fez?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Para ele, assim, não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Para pintar as carretas dele?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, fazia revisão de cuba, trocar lona de freio...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Para ele?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Fazia para o Sr. José.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O pai dele?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E o pai dele tinha o quê?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – O pai dele tem uma empresa. Ele presta serviço para quem tem carreta e faz revisão para terceiro. Se alguém chegar lá com a carreta para fazer o freio, aí, fazemos o freio direitinho, revisamos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como se revisa o freio de uma carreta?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Arrancando o cubo, arrancando a lona e trocando a lona de freio.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é mecânico geral de caminhão?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só a diesel?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Só a diesel, só.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor via ôni-bus lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ôni bus? Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só carreta?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Só carreta.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Roberto?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Roberto? Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não. O Fio você conhece, não é? É o Fio.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – É Fio o apelido dele.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não conheço, não.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – É filho do Roberto?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é filho do Roberto. É Fio o apelido.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não conheço não. Pelo nome, não conheço ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece ninguém?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Por nome, não conheço ninguém. O único que conhecia lá era o Gilberto. Não conheço ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde está o seu carro?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – O meu carro está na minha casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você o pegou que dia?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu peguei ele, se não me engano, depois que saí da prisão, umas duas semanas para eu pegar lá, porque os policiais foram lá e derramaram a minha tinta no chão. Tive que comprar outra. Aí demorou mais ainda para buscar o carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Cléverson?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Jorge?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Marisa?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Marizete?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que eram feitas as plaquetas de identificação?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Que plaquetas? Nem sei se tinha plaqueta lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhece plaqueta de identificação?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Conheço, se ver um carro assim, eu conheço. Agora, como é que faz... Não tenho a mínima idéia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde era feito você não sabe?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também não?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem colocava? Você sabe?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Também não sei. Não tenho a mínima idéia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe cravar uma plaqueta se precisar?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Como é que é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Também não. Não sei nem como é... Cravo?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Roberto você não conheceu?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor tinha conhecimento de que as carretas que estavam lá eram roubadas?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Nunca soube?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Nuncasoube. Inclusive, lá tem várias carretas, não sabia se alguma era roubada.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você conhece a Renascer Comunicação Visual?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não, senhor. Não sei nem o que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - O senhor trabalhava com José Hidalgo?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Trabalhava de que lá, com ele?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - De mecânico com ele.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Ele pagava toda semana?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Era mensal.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você é registrado?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Sou.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - E ele é sócio do filho?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Que eu saiba, não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantos caminhões ele tinha?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Caminhões... Quem? O Sr. José? Não sei. Caminhões, nunca vi ele com caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você era mecânico de quê?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Nunca ouvi o Sr. José falar: "Este caminhão aqui é meu". Tinha o caminhão e eu fazia. Não sabia se era dele ou de terceiro.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele tinha oficina mecânica?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Ele tem oficina mecânica.

O SR. OSCAR ANDRADE - Oficina mecânica?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Oficina.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele não tinha transportadora não?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Ele tinha transportadora.

O SR. OSCAR ANDRADE - E transportadora tem caminhão ou tem charrete? O que tem transportadora?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Eles têm carreta.

O SR. OSCAR ANDRADE - Pois é. Quantos? Caminhões que estou falando é carreta.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantas carretas ele tinha?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Também não sei dizer quantas carretas que ele tinha.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas eram muitas?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Também não sei dizer se eram muitas ou poucas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantos mecânicos trabalhavam com você?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Trabalhava eu e mais dois.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você e mais dois?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual o tipo de carreta que tinha?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Era porta-container.

O SR. OSCAR ANDRADE - Marca da carreta?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Da carreta...

O SR. OSCAR ANDRADE - Dos cavalos?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Do cavalo...

O SR. OSCAR ANDRADE - Você não sabe marca de um cavalo, rapaz! Você é um mecânico.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Cavalo é Scania. Scania 111.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tudo Scania. Não tinha Volvo, não?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Volvo? Trabalhei em Volvo, não sei se era dele o Volvo. Fazia trabalho em Volvo, fazia trabalho em Scania.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantas carretas ele tinha?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não sei a quantidade de carreta.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mais ou menos?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não sei, mais ou menos, a quantidade de carreta.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você era mecânico?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Mecânico.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tinha outros dois mecânicos?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Tinha outros dois.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantos ajudantes tinham?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - A gente era mecânico e ajudante.

O SR. OSCAR ANDRADE - Lavador de peça?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Tudo, fazia tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantos borracheiros tinham?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Borracheiro, a gente...

O SR. OSCAR ANDRADE - Você também fazia serviço de borracheiro?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Trocar pneu a gente trocava, agora mandar para consertar, mandava para fora.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Fazia só para os caminhões da empresa ou fazia para terceiros?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Para terceiros.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - De fora também?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - É.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantos lanterneiros tinha?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Lanterneiros?

O SR. OSCAR ANDRADE - A oficina era grande.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Lanterneiro, eu não...

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantos lanterneiros tinha?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Que eu saiba nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantos funcionários tinha no total? Era você, mais dois mecânicos, três. Quem mais?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Era só. Só a gente mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Escritório?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Escritório não...

O SR. OSCAR ANDRADE - Dê-me o nome dos outros dois mecânicos.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Um era conhecido por Ne nê m. Não sei o nome dele.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem mais?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - E outro conhecido como Fernando.

O SR. OSCAR ANDRADE - Fernando?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - E quem mais trabalhava lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - É só a gente mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Só esses três?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Que tamanho era o galpão?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Era... Devia ter uns quatro ou cinco metros assim.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quatro ou cinco metros não cabe uma carreta, não.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Mas não precisa colocar dentro para fazer o serviço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Como é?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Mas não precisa colocar ele todo dentro para fazer o serviço, a carreta; põe só a parte de trás, que é suficiente para fazer. O cavaleiro fica na... A maioria das oficinas é assim.

O SR. OSCAR ANDRADE - Como?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - É uns quatro ou cinco metros assim, e o resto está fora, só para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Você nunca viu pedaço de chassi cortado por lá, na oficina?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Nunca viu?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Nunca vi não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Mas tem?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Que eu saiba, não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Onde que jogava os pedaços de chassi?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Que chassis?

O SR. OSCAR ANDRADE - Esses que ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Os chassis cortados.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não, não sei de chassis cortados.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Não?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você nunca pegou num pedaço de chassi cortado?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Nunca viu? O senhor ouviu falar em Mário Lúcio?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Mário Lúcio...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Da polícia civil?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Acho que ele foi vereador, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É esse.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Deve ser esse.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ele andava por lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Se eu vir assim, não conheço quem é Mário Lúcio, conheço pelo nome só.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mas ele era amigo de Gilberto?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Também não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você regula carburador?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe mexer em carburador não?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Só se for de emergência assim. Talvez... Sei lá...

O SR. OSCAR ANDRADE – E no distribuidor, você sabe?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde fica no caminhão?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Caminhão não tem distribuidor nem carburador.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Já ouviu falar na Mafran?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ouvi falar sim.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Já foi lá comprar alguma peça?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você tinha conhecimento de que a Mafran era receptadora de caminhão roubado?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você comprava peça lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O pessoal, o seu patrão?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não. Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não pode mentir, viu?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Com certeza. Estou aqui para falar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Vamos descobrir se você está falando a verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é eixo de comando de válvula?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – O eixo de comando de válvula?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – É o comando onde trabalhaas válvulas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aonde que trabalha isso?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – No motor, no bloco.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o eixo virabrequim, onde é?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – No centro do bloco.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que substitui o carburador no caminhão?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Bomba injetora.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu... Como ele chamava, o seu patrão?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Seu José.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu José Gilberto Ruiz. Ele só que ficava lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Como é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Só ele ficava lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Só.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele que contratava os serviços?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para terceiros e para caminhão próprio.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Até hoje o pessoal vai...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe que eles tinham mais 70 caminhões?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Mais de 70?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Se eram deles, eu não...

O SR. OSCAR ANDRADE – Que eles estão lá até hoje, os caminhões? Você sabe ou não?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com problema de pagamento e tudo.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabe não?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que está lá pertinho de onde você estava. Você não sabe?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Mas não vi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não sabe, não viu, não ouviu. Você não sabe nada?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei, doutor. Não sei. Estou falando da verdade aqui. Eu sei falar de caminhão. Até hoje, por exemplo, assim, quero encomendar a Serrinha lá, embreagem assim, a gente vai lá e so cor re o cami nhão lá, na Ser ri nha. Até hoje a gente faz isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que terrinha?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – A Serrinha... a Serrinha de Cubatão lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Serrinha é o quê?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Sai de Gu a ru já, Cubatão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você só fazia isso? Ficava esperando.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – É. O caminhão quebra, a gente vai lá, arruma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qu e ro sa ber, presta atenção: você estava numa oficina que você disse que é pequenininha, que está lá o Sr. José Ruiz, que comanda, que era o seu chefe, te pagava, não é isso?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aquilo ali era o ganha-pão da vida dele?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Se era o ganha-pão, não sei informar ao senhor se ele só tinha aquilo ali.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não sabe de nada?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – E as carretas?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – As carretas que foram, eu trabalhei nas carretas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aquele punhado de carretas que tinha lá. Onde era feita a manutenção delas?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – A maioria fazia lá, lá na rua.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nessa lojinha de cinco metros?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Setenta carretas?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei de 70 carretas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei, são 70. Fazia toda a manutenção lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – A maioria fazia. Pára uma hoje, outro dia pára outra.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo dura uma lona de freio?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Depende do motorista e da marca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em média?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Uns seis meses, dependendo do motorista. Um ano, mais de um ano.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quando as pessoas levaram os caminhões roubados para lá, o Sr. Gilberto é quem recebia e pagava os caminhões. O senhor assistiu alguma vez a isso?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não minta. Assistiu alguma vez ao pagamento de carro roubado?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mas quem fazia a transação era o Sr. Gilberto?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei falar isso para o senhor. Não tenho a mínima idéia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você sabe que, no dia em que ele foi preso, tinham oito carretas roubadas lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Segundo os policiais, tinha.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor viu aquelas carretas lá? O chassi foi alterado e tudo.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ver, eu não vi, pois fui preso e não vi carreta nenhuma lá. Não sei nem o que eles levaram.

O SR. - (inaudível)

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Carreta?

O SR. - (inaudível)

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Lá tem umas 50 ou 70 carretas no pátio.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você nunca participou de adulteração de chassi, nem viu e nem sabe quem participou?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Então lá acontecia tudo e você não via?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Fui poucas vezes lá, como falei para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mas trabalhava para o pai.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Então.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era distância?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Uns 30 km, mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da onde você trabalhava para lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Mais ou menos, não sei informar a quantidade certa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas vezes por semana você ia lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Antes disso, não ia lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca foi lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem que passar no detector de mentiras.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Pode passar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você nunca foi lá? Como é que você achou o local?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Através de Gilberto e Sr. José, fui lá...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ensinaaram-lhe o caminho?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ensinaaram o caminho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi a primeira vez que você foi lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Passo todo dia pela Rio-Santos. No final de semana, vou à praia e dá para ver da pista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que seu carro chegou lá, se você fala que nunca foi lá? Presta atenção, você já disse que foi lá umas cinco ou seis vezes.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso, isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora diz que não.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Fui lá mexer no meu carro, como falei para o senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas você disse que era a primeira vez que tinha ido lá.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – A primeira vez.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não tinha ido lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O carro foi voando lá.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – A primeira vez que fui lá com meu carro. Depois, fui uma quatro vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Depois que seu carro estava lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Depois que estava lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que estavam fazendo no seu carro?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu estava pintando o meu carro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos dias ficou pintando o carro?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Uns dez dias, mais ou menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dez dias pintando o carro. Aí pintaram o carro.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não. Não pintou, porque não deu tempo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não deu tempo, porque estavam roubando carga, adulterando chassi.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, isso não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Havia quantos carros para pintar lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Para pintar o meu carro, eu só.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você que ia pintar seu carro?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu ia pintar meu carro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E alguém ia ajudá-lo?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas veja bem. Você não é de lá e não vai lá. Quando você vai a primeira vez, já entra na oficina e vai tomando conta?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Se o dono da oficina me liberou, posso ir lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas você chega lá e vai tomando conta para pintar seu carro?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não trabalhava na oficina, porque você precisava levar o carro a 30km de distância?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Mas é diferente. Numa oficina mecânica só tem graxa, não tem nada de pintar carro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não necessariamente.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Quanto tempo você trabalhava com o pai?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Uns quatro anos e pouco, cinco anos.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Quatro anos e pouco e você não sabe nada?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não sei.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Você conheceu filho do Sr. José Hidalgo?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Através do Sr. José, eu conheço ele sim.

O SR. GERVÁSIO SILVA – O Gilberto?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – O Gilberto.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Qual a atividade do Gilberto? O que ele faz?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Acho que é autônomo, não sei.

O SR. GERVÁSIO SILVA - Mas como, você vive ali no meio, conhece a pessoa e não sabe o que ela faz?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Segundo ouvi falar, ele vive de aluguel. Agora do que não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vive de aluguel de quê?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Umas torres de telefonia...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Escuta aqui, temos que falar a verdade.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Estou falando a verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não está falando a verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem umas torres? Torres de quê?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Torres de telefone.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Aluguel de torre de telefone?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Acho que é.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que eram essas torres de telefone?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Igual a essas torres de televisão, mais ou menos assim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele alugava o pátio para colocar as torres?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Deve ser. Estava dentro do terreno dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele vivia disso?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Deve ser.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele não tem patrimônio algum?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quantas torres tem lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Dá para ver duas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dá para ver duas onde?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – No terreno dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesse local?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para que serviam essas torres?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Deve ser de telefone.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Para alugar?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Deve ser.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você viu motocicleta lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Lá do lado do meu carro tinha umas motocicletas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei porque eram umas sucatas lá. Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Cinco, dez, vinte?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não sei informar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mais que cinco?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Mais que cinco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dez?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei se mais de dez. Sei que tinha um monte de moto velha.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Lá se desmontava chassi de ônibus e se montava cabina de caminhão em cima de chassi de ônibus?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei informar para o senhor.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Mas como? Seu carro estava na rua aonde você foi pintar ou estavadentro do galpão?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor viu vergalhões de aço lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não vi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Claudionor, você é mecânico e você viu as perguntas que fiz para você. Pode até não ser bom mecânico, mas mecânico você é. Você sabe que é fácil transformar um ônibus em caminhão não é? Você sabe. Basta tirar a carroceria, fazer algumas adaptações e colocar a cabina em cima, não é isso?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei se é fácil, porque nunca fiz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos você viu fazendo lá?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Se fosse para fazer você saberia fazer?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei fazer.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E os outros lá faziam?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei, nunca vi ônibus lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem fazia?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Nunca vi ônibus lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – O ônibus você não viu porque já tinha virado caminhão. Os outros dois mecânicos faziam?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem fazia?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Pelo que eu saiba ninguém, nunca vi fazer ônibus lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor tomou conhecimento de que o motorista que carregou para a Cosipa estava amordaçado no dia anterior à prisão de vocês?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Tomou conhecimento disso?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, estou sabendo agora que o senhor está me informando.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A Marfran, você nunca foi lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você viajou para algum lugar do Mato Grosso?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Mato Grosso? Não, eu nunca fui.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E no Paraná?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Já fui.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Foi fazer o que lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Fui numa corrida no Paraná.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Foi dar assistência a caminhão quebrado na estrada, buscar caminhão que quebrou? Nunca te chamaram?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi dar apoio ao Gilberto na Fórmula Truck?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso, ao Gilberto e trabalhava também com ...

O SR. OSCAR ANDRADE – No Paraná.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Com o Zé e para um cara que trabalhava com ele também, sempre...

O SR. OSCAR ANDRADE – Perguntei se era no Estado do Paraná.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você acabou de dizer que foi uma vez.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Fui no Paraná sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual cidade?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ah, a cidade assim...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Lá no Paraná você conheceu o Sidney?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Conheço porque ele é piloto de caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Conheceu ele lá, que é sócio do Gilberto.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Se é sócio, eu não sei. Nunca vi eles juntos. Vi que ele era piloto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual caminhão que o Gilberto corria?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Mercedes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cavalinho? Qual Mercedes?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – 1935.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Sidney?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Acho que era Volvo ou Scania.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sidney corria de Volvo?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Vol vo ou Scania, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quando você viajou para o Paraná foi de quê?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Fui na Quantum.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Dirigindo?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quem foi dirigindo?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Uma vez, senão me engano, foi um rapaz lá mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o rapaz?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – O rapaz é o Toninho.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E a outra vez você foi com quem? Quem pagava suas despesas lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – A despesa... a gente dormia nos caminhões mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E comida?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – A gente fazia lanchelá mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você conheceu o Marcelo e o Carlinhos? Você esteve em Campo Mourão e Cascavel?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E Cascavel?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Em Cascavel eu já fui no autódromo de lá.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Então você gostava de corrida, ou gosta ainda?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Gosto de assistir ainda.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você assistia corrida ou assistia também a adulteração de chassi?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Assistia corrida e domingo agora vi a corrida na Bandeirantes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cadê o caminhão 1935 que o Gilberto corria?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Estava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Lá no pátio deles lá.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Na verdade, o Gilberto tinha caminhão e o Sr. José Hidalgo também tinha caminhão?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – O Gilberto corria de caminhão.

O SR. GERVÁSIO SILVA – O caminhão era de quem?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei de quem era o caminhão. A maioria aluga vaga, vai.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Dá nitidamente para ver que o senhor não está falando a verdade. O senhor diz que trabalha lá há mais de quatro anos e faz uma confusão, não diz coisa com coisa. Não podemos acreditar em você.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Como assim?

O SR. GERVÁSIO SILVA – Claro, você está há quatro anos. Você foi preso em flagrante porque foi buscar o seu carro e aí a polícia foi lá e prendeu porque você foi lá buscar o seu carro. Não tinha mais nada lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Tinha, mas eu não estava fazendo nada lá.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Tinha, você viu mas fez que não viu.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu não vi. Juro que não vi.

O SR. GERVÁSIO SILVA – O seu carro estava dentro ou fora do galpão?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Estava dentro do galpão.

O SR. GERVÁSIO SILVA – E aí tinham várias carretas lá e o senhor só viu o seu carro?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Tinha várias carretas lá, mas eu não sabia se eram rouba das ou não.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Agora você já está admitindo que tinham carretas, porque há pouco você disse que não viu nada lá quando foi ver o carro.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu falei que tinha carreta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tinha carreta e tinha moto.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Carreta e umas motinhas jogadas lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Gilberto é seu amigo há bastantes anos.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu o conheço há cinco anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E nas corridas que você ia o Sidney Alves ia junto?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde você encontrou o Sidney?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Na fórmula Truck você encontram muita gente lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas foi lá que você encontrou o Sidney?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu o vi lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas vezes você conversou com o Sidney?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Para conversar com ele, eu não...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas quantas vezes você o viu lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Uma ou duas vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – No Paraná...

O SR. GERVÁSIO SILVA – O Sidney ia na empresa que você trabalhava, passou por lá algumas vezes?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Nunca conversei com o Sidney assim pessoalmente.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Qual é a distância desse galpão que estava o seu carro e a oficina que você trabalhava lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Uns trinta quilômetros mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quais eram os veículos do seu patrão José?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ele andava em um Del Rey, num fusquinha e agora estava num Gol.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não tinha um carro de luxo?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E as viagens que ele fazia para o exterior. Quantas vezes ele viajou?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei falar quando ele ia viajar para perto ou para longe.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E a loja de peças que ele tinha?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – A loja de peças, eu nunca... Se ele tinha loja de peças assim, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você não sabia?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ele, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O seu patrão, o pai do Gilberto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ele tinha loja de peças?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ele, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tinha só oficina. A oficina era dele?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Oficina.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Tinha loja de peças em Santos?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Loja de peças eu não...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ferro-velho?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Também não.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Ele ficava o dia inteiro na oficina onde você trabalhava?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, ele deixava lá e...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é que tocava a oficina?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ele mandava ir lá...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem quantos funcionários?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Agora eu não tenho...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos tinha?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Três.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem eram os três?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – O Fernando e o Neném.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Quem cobrava os serviços que vocês faziam na oficina?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ele cobrava lá.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Quem cobrava? Ou faziam e não cobravam?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Era cobrado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando ele não estava lá, quem cobrava?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Depois o cara passava lá e acertava com ele lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era só fachada. Uma oficina de fachada para esquentar carro roubado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhecia a Hidalgo Comércio de Peças e Serviços Ltda.?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ouvi falar nela em Santos, lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que você falou que ele não tinha casa de peças?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, pelo nome, assim, eu sei que é o nome da firma.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não sabia que eles vendiam peça roubada lá? A loja de peças era só fachada?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Eles depositavam dinheiro na sua conta?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Nunca depositaram?

O SR. OSCAR ANDRADE – E a Transtecom?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – A Transtecom não conheço assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?! Não conhecia a Transtecom não?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – A Transtecom? Não.

O SR. GERVÁSIO SILVA – O senhor chegou a ter contato? Eram os proprietários dos caminhões que iam lá ou o motorista? Você sabia quem eram os proprietários dos caminhões que faziam os serviços na oficina?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Conhecia sim. Ainda hoje conheço várias pessoas lá, que ainda trazem caminhão.

O SR. GERVÁSIO SILVA – E são os proprietários de caminhão que faziam o serviço na oficina?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso. Ainda hoje conheço várias pessoas que fazem trabalho lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a JG?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – A JG acho que é no galpão onde eu estava.

O SR. OSCAR ANDRADE – É? A JG Transporte?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Deve ser isso aí mesmo?

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem era?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – De transporte não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você sabe, rapaz! Você tem que responder o que você sabe. Você sabe cada uma das empresas. Nós sabemos disso, estamos perguntando, porque sabemos a resposta. Só queremos a sua confirmação. Não adianta você achar que nos vai enganar. Temos todas as empre-

sas. Vamos que brar o sigilo bancário de todas as empresas. Vamos que brar o seu sigilo bancário também. Quer dizer, queremos que você fale a verdade. Não venha mentir para a Comissão Parlamentar de Inquérito, porque é crime, sabia?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Sei disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, vamos responder certo. Você sabe a resposta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ficou preso quantos dias?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Uns dez dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dez? Você tinha sido preso antes?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, nunca em minha vida.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí vai sobrar para você, o grande fica livre...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você acha que teve alguma culpa para ser preso?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, com certeza não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe que está preso em razão do envolvimento do seu pai com o do filho dele, não é isso?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Se eles estiverem, é problema deles.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você achou bom estar preso?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Com certeza, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois parece que você vai ser de novo. E pode sair daqui preso já.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Que é isso? Não tem condição.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode. Alguém do já daqui. Eu lhe ofereci ali, antes de você entrar, que, se você quisesse contribuir com a CPI, nós íamos fechar a reunião, para você poder ajudar a CPI, falando a verdade. Você não quis, e eu lhe falei que você ia se complicar. Você quer que feche para conversar, em sigilo?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, estou conversando aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui está público, nós podemos fechar.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu não tenho o que esconder.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Você foi lá ao dito galpão?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso, fui ao dito galpão.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Você observou que tinha carreta lá, a carreta graneleira? Tanque?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Tanque eu não vi lá.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Ônibus?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ônibus também não.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Só carreta graneleira? Tinha carreta carregada lá, com carga?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Com carga, eu não vi.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Quais caminhões tinham lá: scania, volvo, mercedes? Era tudo carreta?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Tudo carreta.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Mas não te passou pela cabeça que aquelas carretas estavam fazendo lá?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tinha nenhuma pessoa olhando? Você quer que eu acredite nisso também?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Devia ter, mas não sei quem são as pessoas.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Veja bem, você está dizendo que foi preso inocente, porque foi lá cuidar do carro que estava reformando?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Então, naturalmente, essas carretas não estavam lá abandonadas e sozinhas?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Ou eles lhe pediram para ir lá cuidar dessas carretas?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não! De jeito nenhum, nem faço esse trabalho para ninguém, não. De jeito nenhum, eu faço esse trabalho para ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, que mal tem em ir olhar carreta? É algum crime?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Se é o seu trabalho, para que olhar carreta...

O SR. GERVÁSIO SILVA – Alguém fugiu quando a Polícia chegou?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Com certeza, fugiu.

O SR. GERVÁSIO SILVA – E você não viu ninguém?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não vi.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Se você falar a verdade...

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu não vi ninguém.

O SR. GERVÁSIO SILVA – ... você está colaborando.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Se eu tivesse visto, eu iria falar.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Você conhece bem o roubo de carga no País, ouve e trabalha em uma empresa que está envolvida, o que já ficou aqui comprovado. Você acha justo que uma pessoa compre um caminhão e leve sessenta meses para pagar esse caminhão, um pai de família, e daqui a pouco apareça um vagabundo, mate o motorista na estrada, ou, quando não mate, amordace, roube a carga e o caminhão e, no final, a família dele fique com a dívida?

Estou percebendo que você pode até não estar levando vantagem nesse roubo todo...

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Com certeza, não.

O SR. GERVÁSIO SILVA – ... agora, se você estiver contribuindo para isso e não quiser dizer, será muito ruim para você.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Estou falando a verdade. Se eu tivesse visto, eualaria. Eu vi um, dois, três, quatro, cinco. Mas eu não conheço.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Você pode ter certeza de uma coisa: a partir de hoje as coisas vão mudar. Está constatado que lá tinha um galpão, que as carretas que estavam lá eram roubadas. Por isso você foi preso. Você diz que é inocente. Alguém é culpado. As evidências indicam que os culpados são as pessoas com quem você trabalhava, o filho do seu patrão. Você disse que trabalha lá há cinco anos. Você está demonstrando para nós que é uma pessoa inteligente. Sendo uma pessoa inteligente, trabalhando cinco anos em determinado local, meu amigo, dá para ver o que está acontecendo em volta ou dentro da própria empresa.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Fica longe.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Ou você passou ali cinco anos trocando lona de freio, desmontando caminhão, montando caminhão e não chegou a uma conclusão ou não soube que se tratava de veículo roubado?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu não trabalhava de lá para saber se era roubado ou não. Se eu trabalhasse do lado eu falava.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Infelizmente, você não me convenceu. Infelizmente, você não está querendo falar a verdade.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu estou falando a verdade, com certeza. Eu jurei.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Não adianta te você vir para cá para proteger safado, porque você vai pagar junto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Eles têm dinheiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eles saem e você vai dançar.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Já dancei uma vez.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E vai dançar de novo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é casado?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Sou casado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem filhos?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ainda não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cadê a sua esposa?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Minha esposa está em casa a esta hora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos anos tem ela?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – De casado?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ela tem trinta anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu pai é vivo?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – É vivo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sua mãe?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – É viva também.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que eles acham de sua prisão? Eles sofreram muito?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ela chora.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ela não sabia que o seu filho era um mecânico traquejado.

O SR. – Se você facilitar o trabalho da CPI, falando a verdade, as coisas podem mudar.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – É verdade, doutor. Não tem...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então me explique de quem era a tal locadora de contêineres, Hidalgo Locadora de Contêineres. De quem era a empresa?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Por nome eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas eles locavam contêineres?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Deviam locar. Eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você vivia lá. Você tem que abrir as coisas. Nós sabemos que você sabe, porque você vivia lá. Vamos jogar claro. Eles locavam contêineres lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Como é locar contêineres?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você sabe o que é contêiner?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eles locavam contêineres lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Locavam contêineres?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Alugar contêiner para carregar as coisas.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu não sei.

O SR. – Eles faziam transporte de contêiner?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu vi várias carretas transportando contêineres lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é que transportava?

O SR. – Seu patrão transportava?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Várias firmas transportavam.

O SR. – Nós não estamos falando de várias firmas. Nós estamos falando do Sr. José Hidalgo e do Gilberto. Eles transportavam contêineres?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Firma assim, no papel, eu não sei se a firma era dele ou se era do outro

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas você sabe que os caminhões iam lá, tanto na oficina quanto nesse outro depósito.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Do lado de lá eu não sei de nada. Eu sei da minha firma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Lá chegavam caminhões com contêineres?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Com contêineres não dava para chegar, porque o galpão é baixo, não dá para trabalhar com contêineres.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas você via eles dirigindo...

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – O que mais passa lá é contêiner...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que era do seu patrão.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei se os contêineres alocados eram deles. Eu não sei. Eu tra-

balhava como mecânico e não ia perguntar: patrão, essa firma é do senhor? Esse caminhão é seu?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não sabe? Você está lá há quatro anos e conhece bem certinho. Você vi a jou com eles. Você foi lá para o Esta do do Paraná. Você conviveu com cada uma das pessoas do esquema do Gilberto Hidalgo.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Você esteve lá em Cascavel, não esteve? Você conhece o Sidney Alves, você conhece o Marcelo, conhece o Carlinhos.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Você disse antes que conhecia.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não, senhor. Marcelo e Carlinhos não sei nem quem...

O SR. - Explique para nós qual era a sua função na oficina. O que você fazia? Qual era a parte da mecânica que você fazia? Você fazia manutenção? Lona de freio?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Lona de freio, trocava rolamento, embreagem. Trocava acabamento da bomba.

O SR. - Fazia manutenção?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Manutenção. Trocava bico, junta do cabeçote. Os caminhões velhos queimam muito.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tirava de um e punha em outro?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você nunca pegou peça de um caminhão e passou para outro?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não.

O SR. - Vocês tinham um estoque de peças novas para fazer reposição?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Faziam com peça usada?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Mandava, por exemplo, o cabeçote para a retífica. Eles davam...

O SR. - Eu estou perguntando sobre lona de freio, rolamentos, por exemplo. Vocês tinham peça nova para substituir? Vocês tinham lona de freio?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não, a gente dava para o cliente e ele ia comprar.

O SR. OSCAR ANDRADE - Que cliente? E o caminhão que era próprio?

O SR. OSCAR ANDRADE - Como é que punha? Tinha um almoxarifado lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Tinha algumas peças usadas lá.

O SR. OSCAR ANDRADE - Lona de freio usada, você já viu isso? Como é que se trocava a lona de freio do caminhão?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Era rolamento.

O SR. - Qual era o desmonte em que vocês compravam as peças? Você sabe?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não sei de desmanche.

O SR. - Mas vinha de um desmonte, não vinha?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Vinha nova numa caixinha.

O SR. - Mas você estava dizendo que era peça usada. Peça usada vem de desmonte.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Às vezes, o rolamento está com meia vida e mesmo assim troca-se por dois novos e deixa o outro lá.

O SR. GERVÁSIO SILVA - E aquele que o cliente deixa lá vocês vendem para outro?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Tem aqueles caminhões 110 velhos e os motoristas pedem para a gente colocá-la e a gente coloca.

O SR. GERVÁSIO SILVA - Mas o teu patrão, o Zé Hidalgo, não ficava lá na oficina.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Ele ia lá poucas vezes.

O SR. GERVÁSIO SILVA - E quem é que comandava a oficina? Quem é que cobrava, emitia nota ou o caminhão ia embora e depois acertava com ele na rua?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Isso era com ele e é até hoje.

O SR. GERVÁSIO SILVA - Então, isso nos diz que esses caminhões que iam lá na oficina o proprietário era o Sr. Zé Hidalgo e o Sr. Gilberto. É isso o que fica caracterizado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tudo esquema.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quando ele não estava lá e chegava um caminhão para consertar. Quem recebia a pessoa? A pessoa chegava e dizia que o caminhão estava com defeito. Quem era? Você, o Neném ou o Fernando?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Às vezes, chegava o motorista dizendo que o caminhão tinha, por exemplo, isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Para quem ele falava?

O SR. CLAUDIONOR – Para quem fosse mexer, para o mecânico. A gente ia lá e mexia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mexia e fazia o quê?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Mexia, fazia a nota, ele assinava um papel feito por nós e entregava para o patrão, que cobrava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E se o patrão não estava ali o cara ia embora e pagava depois?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Pagava depois.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qualquer um que chegasse?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Só os conhecidos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Faça-me um favor: põe as tuas mãos, aponta assim... Duvido que ele seja mecânico. Com todo respeito, aliás, até para não falarmos mal dos mecânicos. Tu, com essas mãos... Não sou mecânico. Conheço a mão de quem é colono, de quem é graxeiro, de quem é frentista e de quem é mecânico. Ele está passando conversa. Ele não tem mão de mecânico. A tua mão pode servir para qualquer coisa menos para mão de mecânico. Remarcação de plaquetas, essas coisas, coisas limpinhas...

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Deixa eu explicar isso. Desde o dia que saímos de lá, parece-me que foi no dia 2 ou dia 30, de lá para cá nunca mais trabalhei para sujar a mão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas não sai de um dia para o outro.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Sai. Que é isso? A unha cresce, a gente corta.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Lá na oficina, na dita oficina, na suposta oficina, falando com tranquilidade, ficavam lá você, o tal de Fernando e o tal de Neném. Eram as três pessoas que tinha lá, mais ninguém.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Sim.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Chegava lá o caminhão, vocês faziam o serviço, o caminhão ia embora, mandavam acertar com o Zé Hidalgo lá na frente, amanhã ou quando encontrar, eles levavam um papalzinho...

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Até hoje eles fazem assim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Todo mundo acredita. Tu não tens mão de mecânico, tu não és mecânico, não fazes mecânica, lá não fazem mecânica, a mecânica que tu dizes que fazes tu não cobras, não tem ninguém para controlar. É coisa só de fachada

para justificar a aparência. Não tem como acreditar-mos em ti.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Tenho como provar que sou mecânico. Tenho a minha carteira profissional.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pode ter, mas não tem jeito.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Você pode ter sido registrado como mecânico, mas não exercia a função de mecânico. Você podia estar lá adulterando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É só olhar as mãos e tu vêes que ele não é mecânico.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Vão lá em casa ver as minhas roupas. Estão sujas de graxa. As minhas botinas também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem a velhinha de Taubaté acredita em ti.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Tem mais de 30 dias. Quer dizer que não vai sair a sujeira da mão em 30 dias?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O sinal fica. Quem é mecânico, quem manipula, quem trabalha com a mecânica, quem vai lá meter a mão na graxa, quem vai trocar lona de freio, aco plamento da bomba, quem vai ali trocar rolamento, porque não tem como funcionar sem meter a mão na graxa para engraxar o rolamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem a lona de freio, que arrebenta a unha.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Claudionor, você já esteve em Jundiá, uma cidade pequena do interior de São Paulo?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Nunca fui. Que eu me lembre, não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Procure se lembrar. Na rua da Várzea, Vila Cristóvão?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, que eu lembre.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor conhece Roberto Lucas Portilho, o Fio?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não conhece?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mas nunca ouviu falar?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Tô ouvindo agora por causa do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Lá, lá na... no galpão?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ele era craque em falsificar alteração de plaquetas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Seu contato era mas com o Kleverson?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Kleverson? Kleverson?

O SR. OSCAR ANDRADE - Não, com quem então? Jorge Jardim?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Como assim contato?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Qual o contato?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, não.

O SR. GERVÁSIO SILVA - De quem você recebia o seu salário no final do mês? Quem trazia o dinheiro? Ele passava lá e deixava o dinheiro?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Deixava.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Vejam que coisa engraçada a história que estão contando. É bom a gente deixar desmascarado. Isso aqui vai para o Brasil inteiro, temos que desmascarar as pessoas que como tu vens aqui mentir na CPI. Tu estás mentindo. Nós temos consciência de que tu estás mentindo.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não estou mentindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não adiante tu passares o “salame” na gente aqui. Chega aqui o Gilberto, e o que ele diz? Que ele tinha aquela estrutura mas que ele alugou para o tal de Márcio, mas que ele não sabe quem é o tal de Márcio, que o contrato não tem o contrato, que os caminhões que estão lá não são dele, que ele não sabe o por que estavam lá. Enfim, não sei, não vi, não é nada comigo. Essa é a maneira de o esperto fazer a sua esperteza. Agora chega a história do pai dele, conta da por ti é a mesma coisa, a oficina, é mecânico mas não tem mãos de mecânico. Aí vão lá fazem o serviço mas não tem quem cobre e nem quem receba. Não tem nenhum gerente, não tem quem atenda, paga quando quer, é só uma coisa de faixa. Então, tudo isso vocês podem enganar um bobo, mas a CPI está acusando a pegar gente que são lisos como muçum ensaboados e agarramos o muçum ensaboados.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Tem que pegar esses caras mesmo, para colocar frente a frente, eles me conhecem. Eu não....

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tu és como muçum com azeite, está mais escorregadio ainda. Acho

que o que precisamos a verdade, mas tu ficas protegendo o pai dele, tu ficas protegendo o pai dele, e vai te enterrando junto. Alguém vai ter que ser responsável por aqueles caminhões lá, não caíram do céu aqueles caminhões lá. Alguém vai ter que dar uma resposta pelos caminhões roubados, alguém vai ter que dar resposta pelas cargas roubadas, alguém vai ter que dar uma resposta pelos caminhões adulterados.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso, isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E tu estavas junto com eles.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tu és bobo, vai cair em cima de ti. Tu já notaste que ...

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu nem sei, nunca vi, nem sei quem é.

O SR. OSCAR ANDRADE - É.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Então, já que vocês têm o nome deles, tem que pegar eles, colocar frente a frente, vocês não estavam com eles, para ver que eu estou falando a verdade. Só vejo essa solução para...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor já foi processado, já respondeu a inquérito policial?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, nunca na minha vida.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele estava começando no esquema.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, não, com certeza nem vou começar nunca nisso aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pode parar agora.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Claudionor, você foi lá no dito galpão?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso, isso.

O SR. GERVÁSIO SILVA – O galpão estava aberto. E você entrou. Foi isso?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, eu estava lá fora, não tinha ninguém eu vou entrar?

O SR. GERVÁSIO SILVA – Quando le vou o carro.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ah, quando eu levei o carro estava o guarda lá, eu não...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como se chama o guarda?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – O guarda eu não sei o nome, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe o nome do guarda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só tinha o guarda?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – É, o guarda estava lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí tu entraste porta a dentro.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, falei que o Gilberto liberou, abri o carro, fui lá e...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi lá, pegou as coisas e foi fazendo não tinha ninguém lá trabalhando? Não viu ninguém.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E as ferramentas? Para a pintura. Pistola de pintura, lixa, massa plástica?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Lixa tinha lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Massa plástica.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Massa plástica eu comprei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah é?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Comprei massaplástica, comprei tinta, comprei verniz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E chegou lá e foi fazendo.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Fui fazendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que mais você comprou?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Comprei massapoliéster, comprei a massa, dei o fundo lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Massa rápida?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Massa rápida.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lixa?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Lixa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fundo, o que mais?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Aí dei um tempo, acabou o dinheiro e dei um tempo e aí quando estava com um fundo lá, fui lá na Carpintaria Ane, comprei a tinta, comprei o verniz, comprei o catalisador e fui lá pintar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É. E as outras que tu disseste foram quatro vezes lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E as outras vezes que tu foste lá, quem te recebia lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Foi um guarda lá, se eu vejo as pessoas assim eu não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não precisa reclamar, eu só estou fazendo uma pergunta. Quem te recebia lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – O guarda, lá me recebia lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O guarda te recebia?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como era o nome do guarda?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe o nome do guarda.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas imagina o seguinte: uma empresa, é grande lá, o espaço é grande, é enorme lá.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – É grande.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu chegas lá e simplesmente diz ao guarda que eu sou o fulano, o Gilberto Hidalgo me autorizou a vir aqui e ele deixa tu entrares?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Deixa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixa? É a casa da mãe Joana lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Se é a casa da mãe Joana...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixa. Qual quer um que chega lá vai entrando, aí você chegou outra vez e o guarda recebeu de novo?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Aí o guarda já me viu. Eu deixei o carro lá e já...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí, quando tu foste levar o carro, como é que tu voltaste se dá 30 quilômetros?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Na pista lá em frente passa ônibus.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu pegaste um ônibus?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Peguei um ônibus.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que horas eram?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Assim pegar o ônibus à tarde.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que horas tu foste levar o carro?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Levei o carro era à tarde também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A hora que eu quero saber, podia ser à tarde.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – A hora podia ser umas três para quatro horas, mais ou menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí não estava trabalhando na oficina? Pediu folga?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não, eu levei num dia de sábado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, daí já era sábado?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Levei depois do expediente eu levei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, tu és muito esperto.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Esperto, não vou perder um dia por causa....

O SR. POMPEO DE MATTOS – Me descreveo guardaentão?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – O guarda é um cara magrinho lá, meio careca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Magro, careca, que mais?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Deve ter um metro e setenta, mais ou menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um metro e setenta. Aí tinha revólver, não tinha?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ah, revólver, não...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que ele estava?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ele estava de camiseta.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Não sobrou nem o guarda na hora que a polícia veio? Não tinha nenhum guarda? O guarda fugiu também?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Bota mentiroso nisso, Deus me livre.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Se a polícia tinha que pegar os caras, tinha que chegar lá e pegar o vigia lá, que nem eu estava um dia na polícia, que nem o delegado falou: tinha que fazer igual eu fiz uma vez, tinha que chegar lá nesse dito lugar, deitar no mato, dormir, acordar cedo, ia pegar tudinho. Mas não chegar assim.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Você pediu a autorização para quem para colocar o teu carro lá para pintar?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu falei com o Sr. José e o Sr. José falou com o Gilberto.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Então, você confirma que aqui lá é do Gilberto e que o Sr. José autorizou isso? Você confirma.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Provavelmente.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Que provavelmente, você pediu, o cara autorizou. É meu? Não, é do cara que te autorizou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi o Márcio que te autorizou ou foi o pai do Gilberto?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Márcio, eu não sei nem quem é Márcio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, tu falaste só com o pai do Gilberto?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Pai do Gilberto.

O SR. GERVÁSIO SILVA – O pai do Gilberto falou com o Gilberto e ele autorizou, foi isso?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Isso. Você falou com o Gilberto? Realmente eu não sei dele. Entendeu?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu acho o seguinte, Sr. Relator...

O SR. GERVÁSIO SILVA – Mas não tem provavelmente, o senhor trabalha lá há quase cinco anos. Veja bem, ele não ia deixar você entrar naquilo lá se tivesse alugado, como estava dizendo, e fosse de outro proprietário que tivesse lá, um locatário. Correto? Se deixou entrar, era porque era de um deles. Você pode colaborar, está lá há cinco anos. Não dá para nós admitir, acreditar em você, porque você trabalha lá há quase cinco anos, e não sabe de nada?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu não trabalho lá. Trabalho em

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Relator, temos uma situação bem...

O SR. GERVÁSIO SILVA – Infelizmente não dá para te ajudar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Temos uma situação bem caracterizada que justifica uma acareação, porque o Gilberto, segundo consta, diz que alugou para um tal de Márcio, que ele não sabe quem é, cujo contrato não existe, não sei, não viu, não pôde apresentar. Na verdade, não tem. E ele deixa muito claro que a oficina, que o lugar, o depósito era exatamente do Gilberto, porque o Gilberto...

Então, que reamos fazer uma acareação para ver quem é dos dois aqui.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – E...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, o senhor já falou. Não precisa falar mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era dele a propriedade lá?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, o senhor já falou, já disse isso.

Então, vamos chamar o Gilberto para fazeremos uma acareação para vermos qual dos dois está mentindo aqui. E aí aquele que estiver mentindo acho que tem que ser o rigor da lei.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Está certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Rigor, aquele que der para trás, que vergar, aplicar a sanção da lei.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Se o pai dele falou com ele...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, vamos fazer então essa acareação. Acho que é importante nós chamarmos o Gilberto Hidalgo e fazer essa acareação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Então, o Secretário faça adentrar o Sr. Gilberto Luiz Hidalgo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se você não sustentar as suas versões agora, vou pedir a sua prisão.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Vai prender um cara inocente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Inocente que está mentindo.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não estou mentindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só fale a verdade, não minta. Tu sabes tudo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Só há uma opção. Deputado Pompeo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Gilberto Hidalgo, eu sou o Deputado Pompeo de Mattos...

Sr. Gilberto, o senhor prestou depoimento perante a CPI antes e afirmou que o depósito onde foram encontrados os carros, os caminhões, enfim, toda a carga roubada, os caminhões adulterados, o senhor admitiu que esse lugar era seu.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – O imóvel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, o imóvel, o lugar, a propriedade é sua. O imóvel, a propriedade, os veículos...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – O imóvel é meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Os bens que estavam lá dentro, tudo lhe pertence.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, depende de quais os bens.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tudo que estava lá.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Tinha bens...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que era seu e o que não era seu?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – O que a Polícia levou. A Polícia levou carga rouba, aquilo não era meu; carga de soja não era meu; carga de piso não era meu... aquilo não era meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se não era seu, estava na sua propriedade, era de quem?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Estava locada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Locada para quem?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Para Márcio Santos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é Márcio Santos?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – O inquilino.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é o inquilino?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – O que está no contrato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é que está ele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ora, meu Deus... Todas as coisas que estavam lá...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, eu te fiz outra pergunta: onde é que está ele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Se eu achasse ele, sei lá... eu faria uma bobagem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor faria uma bobagem?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Acho que sim, porque não estou hoje...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe por que o senhor faria uma bobagem, porque quem vê fantasia se assusta, ele não existe.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, senhor, ele existe. Fui com ele no cartório, eu e ele no cartório.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele sumiu, e deixou o senhor penduradonessa?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – No dia 20, eles estavam lá e fugiram, todos eles fugiram.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual cartório o senhor foi com ele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – De Vicente de Carvalho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vicente de Carvalho é cidade?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Distrito de Vicente de Carvalho, Guarujá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Distrito de Vicente de Carvalho.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Perfeitamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor lembra o dia?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não lembro não, 40, 50...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem te atendeu?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele foi junto com o senhor no cartório?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Foi. Assinou xerox de tudo, ele tem os documentos, eu não ia...

O SR. OSCAR ANDRADE – Homem ou mulher que te atendeu?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Homem. Eu não ia alugar um terreno para quem? Para fantasma? Eu não iria não...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas não se aluga porque não se conhece...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Veja bem...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde ele morava? O senhor sabe onde ele morava?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – O intuito, ele me deu o endereço de Mato Grosso, ele viria residir, ele e um sócio dele abriria uma empresa nesse local...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas a pessoa chega do Mato Grosso, do ar...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Meu Deus, eu tenho o terreno lá para alugar, eu quero alugar, faço ques-tão de alugar.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Qual era o valor do aluguel?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Três mil e poucos reais, eu pedi seis mil...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixa eu evoluir. Essa é uma outra história que não acredito e vamos provar que não existe essa história...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Perfeitamente... (Inaudível) o que eu puder.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quero esclarecer o seguinte: o senhor quer dizer que era sua propriedade, mas o senhor não estava sob o comando da sua propriedade quando esse equipamento todo estava lá. É isso?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Perfeitamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conseqüentemente, para alguém entrar lá, como podia fazer? Alguém que pudesse adentrar lá. Se eu chegasse e quisesse entrar, o que eu tinha que fazer? Eu tinha que pedir para o senhor? Tinha que pedir para quem? Eu tinha que pedir para entrar lá, pedir para o Márcio? Pedir para o guarda, pedir para a polícia?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, é acesso livre, é via pública.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, para entrar na propriedade, para entrar lá dentro.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, na minha casa, teria...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não pode se fazer de desentendido. O senhor não se faça de desentendido, eu não sou bobo. Você está pensando que eu sou bobo, eu não falei nunca na sua casa, falei no imóvel que o senhor alugou, não estou falando noutra coisa...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Tem acesso livre.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acesso livre? Qualquer um entra lá, é casa da mãe Joana...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Talvez eu não tenha me expressado... Eles estavam construindo muros, galpões no imóvel que aluguel para eles. Para isso, todos eles, todos os inquilinos - tenho outros inquilinos lá -, a entrada é independente...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não estou perguntando da entrada. Quero saber para entrar no imóvel, dentro da parte que o senhor alugou para esse cidadão chamado Márcio.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Poderia passar pelo primeiro portão...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é que abria o portão?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Nós temos um menino lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é o menino?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – O Aristides

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que ele é lá?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ele mora em frente...

O SR. POMPEO DE MATTOS – É o guarda do portão?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Pode-se dizer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem que abrir o portão?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Pode-se dizer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Daí entra para dentro do pátio que é geral?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Isso. E aí começaram a fechar o lado deles.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E para entrar na parte deles?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Na parte deles tem o acesso que eu fiz para todos eles, independente, qualquer um tem acesso, é livre, é uma rua...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Chega na propriedade, na parte que eles alugaram...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eles não acabaram de fazer o portão...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não, não estou falando do portão. Entrou? Aí, para entrar lá na oficina, no estacionamento onde estavam esses carros lá?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – No meu portão você já entra ali.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qualquer um entra ali?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Qualquer um entra ali.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não precisa pedir para ninguém?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Precisa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pedir para quem?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – O menino está lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só o menino?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Está cuidando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o nome dele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – O Buiú, Aristides.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aristides. Tá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, se eu chegasse lá...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não entraria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por quê?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Porque ele não ia deixar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que não ia deixar?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Porque não ia, não deixaria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que ele não iria deixar?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Vai entrar por quê?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É uma boa pergunta. Eu quero entrar. O menino, esse, não deixaria entrar, em hipótese alguma?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. GERVÁSIO SILVA - Só entrariam pessoas autorizadas?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Ou o inquilino.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só pessoas autorizadas ou inquilino. Para quem eu teria que pedir para entrar lá dentro?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Para mim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para o senhor? Para entrar na oficina deles eu teria que pedir para o senhor?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Não estamos nos entendendo aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, o senhor é que não está se fazendo entender.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, estou aqui para ajudar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor quer ajudar, então entenda: O senhor alugou um imóvel. Para entrar no imóvel que o senhor alugou, com quem eu tenho que falar?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Talvez com o inquilino... lá, o senhor quer dizer? Para o Márcio?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não é lá, é aqui.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Para o pessoal deles ali, eles estavam em onze, sete, oito pessoas, todos os dias.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para entrar lá, tenho que falar com eles?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Com eles, é lógico.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Falar com o senhor não adianta?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, já está alugado. Eu nem lá fui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem lá o senhor vai? Está alugado?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Depois que aluguei não fui mais lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto tempo faz que o senhor alugou?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Quarenta, cinqüentadias.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fazia cinqüenta dias?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Mais ou menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, todos que entraram lá não pediram para o senhor.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Para o terreno dele? Não, não tem porque ele pedir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tem por que ele pedir e nem tem por que o senhor autorizar também?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não ia autorizar em hipótese alguma, porque ali mora a minha família, meus filhos estão ali.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem algum guardalá?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – O Aristides, que é esse rapaz que fica lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só esse rapaz, o Aristides?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Só esse rapaz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele não é guarda?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o Aristides autoriza...

O SR. GERVÁSIO SILVA – Ele é pago para cuidar...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ele é pago para cuidar daquilo que é meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele autoriza entrar na oficina?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele não autoriza?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele não tem autoridade para colocar alguém lá dentro da oficina?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se eu quisesse chegar lá: Quero entrar lá dentro da oficina. Não sei se é oficina, o que é que tem lá.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não entra. Primeiro, que ele está cuidando daquilo que é meu, o que eu mais tenho...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não é no que é seu, estou falando...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Do outro entraria, do inquilino entraria, porque do inquilino nem eu nem ele tem o poder de não deixar entrar, a menos que...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, espera aí, lhe fiz uma pergunta o senhor me deu uma resposta, agora já está me enrolando, não vou aceitar isso. Se eu chegasse lá e quisesse entrar lá na parte que o senhor alugou...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Entraria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu entraria?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Entraria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qualquer um entra, então?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Qualquer um entra, tanto é que a polícia entrou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, a polícia é outra coisa, o senhor não precisa me dar ensinamento. A polícia entrou porque a polícia entra onde tem bandido e bandido tem que ser pego. Quero saber sobre o cidadão de bem, entra lá na oficina e vai lá e pega o equipamento e faz as coisas que quiser, sem pedir para ninguém?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, de bem, na minha, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É difícil nos entendermos. Não estou falando na sua, estou falando do que foi alugado.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Do que foi alugado entra qualquer um, por que inclusive não acabaram de fazer o portão, está até aberto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Entra lá, assume lá, toma conta.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, acredito que não. Não posso também responder pelo meu inquilino.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não autoriza ninguém.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Na minha oficina não entrou ninguém.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estou falando na sua oficina, cidadão. Não estou falando em nada que é seu, estou falando no que o senhor alugou. Esquece o resto, não conheço o senhor, não conheço o que o senhor tem, estou falando do que o senhor alugou. O senhor está me entendendo, o senhor está se fazendo entender. Por que o terreno é grande, tem várias partes, eu sei, mas eu estou falando só na parte que o senhor alugou, o resto, para mim, eu esqueci.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Total acesso, o senhor e qualquer um aqui entraria, de carro, de bicicleta, de automóvel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Toma conta lá, entra na oficina, faz serviços na oficina.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Segundo aquilo que eles me disseram, os veículos eram deles.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Então, eu também não tomei parte.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quer dizer que o senhor não autoriza ninguém entrar lá?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Lá não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então o senhor me explique como é que o senhor pediu autorização para o pai dele, e o pai dele pediu para ele para entrar lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ele está falando do terreno que ele alugou para o rapaz, mas só que tem várias partes lá...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não estou perguntando de várias partes, não vai me enrolar. Só estou perguntando, o senhor esquece várias partes. Não estou falando de várias partes, estou falando de

uma parte, estou falando da parte que ele diz que alugou para esse tal de Márcio, que não existe. Quem foi que autorizou o senhor entrar nessa oficina?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu não entrei na parte desse tal de Márcio que o senhor está falando aí. Eu entrei na parte da oficina que não tem nada a ver com a parte dos caras lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é que estava o carro?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – O carro estava na oficina, no galpão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Junto com o que?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Junto com... só a condução do carro mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá. E os caminhões?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não tinha caminhão nesse galpão; não tinha caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estavam tudo junto ali, os caminhões?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não tava. Não tava.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Com licença, com licença. Existe, talvez ele não tenha se expressado; existe com o barração onde estava o carro dele, que é na minha casa. Total acesso na minha casa, o carro dele, inclusive, fotografias, foi colocado no processo, na minha casa; o veículo dele, um Fiat Uno, na minha casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na oficina...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – ...porque ao lado da minha casa tem uma cobertura que eu tenho chamado de oficina. E ali ele pediu permissão, tanto a meu pai, quanto a mim ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor permitiu?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não tenho omissão nenhuma em dizer isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS Qual é o guarda, qual é o guarda que abre a porta lá? Tem um guarda lá?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que é o nome do guarda?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – O Aristides.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que ele é?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Moreninho. O moreninho fica de dia e o Sr. Antônio fica à noite.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então me descreva eles.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - O Sr. Antônio é um senhor de idade, já com seus 50 e poucos anos, trabalha lá comigo, toda noite.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Tá bom. E de dia?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Não entendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS - De dia.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - De dia, o Aristides.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como é que é o Aristides?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - É um rapaz de menor, moreno, mais alto que eu, mais forte.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual é a descrição do guarda que o senhor deu? O senhor não volte atrás, por que eu disse que eu voltei a fita, e aí, nós vamos lhe enquadrar.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Também não sei, porque ele falou por último agora:

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor fala ali:

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Alto, 1 metro e 70 mais ou menos, meio careca,

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Aristides.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não, eu acho que é o Sr. Antônio, eu acho.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - O Seu Antônio trabalha comigo há muitos anos; há muitos anos, então...

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Realmente, ele falou que ele estava de férias; voltou; conversei com ele ainda esses dias lá.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual que era a atividade do Gilberto lá?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Dá para ver, um diz uma coisa, outro diz outra.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Ah! Lá, não ...

O SR. OSCAR ANDRADE - Diz para nós.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Só pra clarear esse assunto.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Eu posso já... Ele não é freqüentador assíduo. Então,

possivelmente, o Seu Antônio ficou de férias, Seu Antônio trabalha no período da noite; ele tá arrumando o carrinho dele, lá, já acabou, inclusive; já tá pronto o carro. Ele, durante, acho que uns 30 dias, e o Seu Antônio, que saiu de férias agora. Isso existe registro, existe holerite de férias.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como é o Seu Antônio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - O Sr. Antônio é um senhor de idade, claro.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Descreve mais.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - De 55 anos, usa bigode.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O que mais?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Mais baixo um pouco, da minha altura, mais ou menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É tudo ao contrário do que ele disse.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Veja bem...

O SR. POMPEO DE MATTOS - É tudo o contrário do que ele disse. É tudo o contrário. Não, não. Não precisa explicar; é tudo ao contrário do que ele disse. Ele disse que era um cidadão de 1,70m, magro, quer dizer, mais ou menos alto, magro e careca. Existe essa figura?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - O Sr. Antônio... Não, se for moreno, não.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Moreno, eu não falei moreno.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Porque o Sr. Antônio é claro. Seu Antônio é claro e o menino é o Aristides.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Não falei moreno; falei um cara de 1,70m mais ou menos

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Esse está na minha porta, na minha porta, ali, ali, que cuida do que é meu. Tanto o Aristides, quanto o Sr. Antônio.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você tem dois vigias?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - O menino fica durante o dia.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o Seu Antônio de noite?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Seu Antônio à noite

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele esteve durante o dia...

O SR. OSCAR ANDRADE - Quanto você paga a cada um deles?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - O Aristides ganha salário mínimo.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o outro?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - E o outro, acho que é 390, com mais ... é o piso da classe.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual classe?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Da classe dos vigilantes.

O SR. OSCAR ANDRADE - E eles são registrados?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Oi?

O SR. OSCAR ANDRADE - São registrados?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Seu Antônio é.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o menino?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - O menino não é. O menino, inclusive, ele...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quantos anos ele tem?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - O menino tem 17. Eu peguei ele agora, há uns tempos, pelo fato de eu não estar mais lá e o problema de não deixar ninguém durante o dia entrar, pessoal, e eu tenho a minha família e tal. Então eu pus o menino ali, e está lá com negócio do Exercício agora.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Gilberto você negociava com torre de telefone?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Se eu negocie com torre de telefone? Negocie.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Tinha torre lá no seu galpão?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Quantas torres tem lá?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Duas.

O SR. OSCAR ANDRADE - O que eram as torres? Celular?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - É. Acho que é... É de transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Comprou onde?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Não. Eu aluguei pra... aluguei o imóvel.

O SR. OSCAR ANDRADE - Isso o senhor não disse; nós perguntamos aqui suas atividades, e o senhor não disse.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Disse, sim. Como não?

O SR. GERVÁSIO SILVA - As torres são de sua propriedade?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Não. Não. Não. As torres são deles, dos inquilinos.

O SR. GERVÁSIO SILVA - O senhor alugou o imóvel para implantar...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - É. A torre mais acessórios, cabana, eletricidade...

O SR. GERVÁSIO SILVA - Agora, se você diz que fez um contrato de locação com um tal de Márcio que você diz que não existe e ao mesmo tempo você diz que foi no cartório com ele. Correto?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Eu não fa lei que não exis te. Ele exis te; eu vi ele, eu fui com ele.

O SR. GERVÁSIO SILVA - Se ele existe, naturalmente tem um CPF que dá para saber...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Com CIC, RG no cartório...

O SR. GERVÁSIO SILVA - ... ou um RG que dá para saber.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - No cartório, tal.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Márcio do quê?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Márcio Lúcio Santos, se não me engano. Se não me falha... Tem um contrato. Inclusive no inquérito tem um contrato que só podemos apresentar...

O SR. GERVÁSIO SILVA - O objetivo da ida de V. Ex^a ao cartório foi o quê? Reconhecer as assinaturas? Registrar o contrato no Título e Documentos ou reconhecer simplesmente?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - É. Reconhecer assinatura.

O SR. GERVÁSIO SILVA - E você locou para uma pessoa que você não sabia quem era? O contrato. Tinha avalista esse contrato?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Não, porque ele pagou três meses antecipado. Isso eu optei.

O SR. GERVÁSIO SILVA - Você alugou lá para ele um galpão?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Não. Simplesmente um terreno limpo, limpo, limpo.

O SR. GERVÁSIO SILVA - Um terreno baldio.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a atividade do seu pai?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Comerciante.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não era área de serviço, não?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sim. Sempre foi na área de prestação de serviços, mas o contrato...

O SR. OSCAR ANDRADE – O Claudionor trabalhava para quem?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – O contrato social reza comerciante. Com meu pai.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quê?

O SR. GERVÁSIO SILVA – Mas a atividade era loja de peças?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – A principal?

O SR. GERVÁSIO SILVA – É.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ele tem a Hidalgo. Ele tem a empresa dele.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Mas é oficina, loja de peças?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Loja de peças é da minha irmã.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. Mas o Claudionor trabalhava aonde?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ele trabalha com meu pai.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quê?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Na verdade, ele é um curinga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Curinga.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Se precisar dele na loja de peças, ele trabalha. Já ajudou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá na loja de peças.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Na loja de peças. Se o meu pai precisar dele...

O SR. OSCAR ANDRADE – E onde mais?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Perdão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde mais? Na loja de peças e o que mais? Ele é curinga.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Na loja de peças, se eu precisar se arrumar o meu caminhão, como já aconteceu, ele foi me socorrer na rua. Conosco. Sempre conosco.

O SR. OSCAR ANDRADE – A atividade frequente dele era qual?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – De manutenção de veículo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mecânico?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Mecânico.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ele viajava em sua companhia?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Várias vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Espera. Só um minutinho. Ele trabalhava lá com seu pai. Então na loja de peça e na oficina?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Trabalha. Na verdade, faz uns 30 dias aí, 40 agora, com esses...

O SR. OSCAR ANDRADE – Com esses rolos aí, parou.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Até passar isso aí. Nós não sabemos ainda o que nós vamos fazer da vida.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, então eu quero falar é dessa época mesmo, antes do problema, ele trabalhava lá há quanto tempo?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – O Claudionor está conosco acho que há 7 anos ou mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. E a atividade principal dele, ele limpava a loja, atendia na loja também? A loja era junto?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Totalmente local, município distante. É Santos, área central. Não tem...

O SR. OSCAR ANDRADE – E a oficina. Fale-me da oficina. Onde é a oficina?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – A nossa oficina é na rodovia Prestes Maia, quilômetro 247.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah! É junto então?

O SR. GERVÁSIO SILVA – Para atender é frota própria.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Atendíamos exclusi... 100%, 100% própria. Nunca fizemos serviço ...

O SR. GERVÁSIO SILVA – Não faz serviço para terceiro?

O SR. OSCAR ANDRADE – E nesse outro município era o quê?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Perdão.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que era nesse outro município? Mais ou menos a uns 30 quilômetros. Era o quê? Você me disse que....

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. É a loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – A loja.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – E quando precisa...

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bem. E ele trabalhava aonde?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Quando?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Claudionor trabalhava aonde?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Trabalhava lá com meu pai.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aonde? Qual o local?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na oficina ou na loja?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Oi!

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na oficina ou nas peças?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu acredito que nas peças, executando serviço fora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E na oficina também ou não?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Na minha? Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E na oficina do seu pai?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não. Na minha, ele chegou a ir lá também. Quando eu preciso, eu chamo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lógico. Mas ele trabalhava regularmente aonde, Gilberto? Responde para nós.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Com o meu pai. Com meu pai.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com seu pai aonde?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Na loja. Vamos citar: na loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na loja.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Vou especificar loja. Mas precisou dele, ele vai.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Loja de quê?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – De peça.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde que é a loja?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Na Bacia do Mercado, em frente as... Praça Iguatemi Martins.

O SR. OSCAR ANDRADE – Claudionor, onde você trabalhava?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Venho de Crok lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aonde você trabalhava?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Almirante Crok...

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que tem lá?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Tem um galpão, oficina mecânica, tipo uma boca de (?), como eu falei.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a loja era onde?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ah, a loja fica no centro, lá na cidade, a loja.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não trabalhava na loja?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ah, na loja, eu ia lá, pegava uma pecinha lá para ele e...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu falaste que não tinha loja de peça!

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não. Mas loja de peça não é do José a loja de peça.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem é?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem é?

O SR. GERVÁSIO SILVA – Mas como, se está falando que o Sr. José tem loja?

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem que é a loja de peça?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Da irmã dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Da irmã dele. É tudo junto.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Da filha do Sr. José.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É tudo junto. E você ia na loja de peça trabalhava lá também.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Ia lá separava peça para o cliente, pá...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor trabalhava na loja de peça também às vezes?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu ia lá. E só ia lá às vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Viu como suas mãos pode lidar com loja de peça, mas com oficina!? O senhor não me passa a conversa. O senhor é mentiroso de marca maior.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu provo que sou mecânico. Tenho foto e tudo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas pode dizer.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Posso falar. Posso falar.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – Não. Só um minuto. Você está aqui para ser interrogado.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Claudionor...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como a mentira tem perna curta, viu!?

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – Seu pai tem uma loja de peças, sua irmã tem outra loja de peças, são dois estabelecimentos distintos. É um estabelecimento?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É apenas um, loja de peças.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – E é da sua irmã ou do seu pai?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – É da minha irmã.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor me disse que ele trabalhava com o seu pai na loja de peças. Qual era a loja de peças?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu acredito e tenho quase que certeza que ele não sabe o CGC da minha irmã.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu não estou perguntando sobre o CGC.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu estou dizendo aqui. Faz 40 dias que nem eu e nem ele colocamos as mãos em nada. Nós ficamos presos. Nós não tivemos opção de fazer coisa alguma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sorte dos caminhoneiros, que não estão tendo o caminhão roubado.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Veja bem: nós nunca roubamos caminhão. Eu nunca roubei caminhão. Eu nunca pertenci a nada. Eu não tenho culpa nesse fato. Eu não roubei cargas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Responda-me...

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – O senhor está aqui para responder.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde ele trabalhava?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ele não sabe. Então, vejamos bem: se a minha irmã precisar, ele vai para a loja; se o meu pai precisar, ele vai para a loja; se pegar uma reforma na Almirante Crociani, ele vai e ajuda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Claudionor, onde o senhor trabalhava?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Na Almirante Crociani. Eu trabalhava lá e trabalhava na rua...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o tipo de serviço que você fazia?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Revisão de lona de freio, regular bomba injetora, trocar bico...

O SR. OSCAR ANDRADE – Serviços de mecânica? É isto? Responda: é serviço de mecânica que você fazia?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Mecânica.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que você fazia na loja?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – O cliente vai lá, por exemplo, e quer, por exemplo, junta do cabeçote do 111. Ia lá e pegava para ele, separava para ele...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a distância da oficina?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Não sei dizer qual a quilometragem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era de um quilômetro, 20, 30, 50?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Dá mais de um quilômetro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, espere aí. Deixe-me tirar uma dúvida aqui. A loja da sua irmã era onde?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Na praça Iguatemi Martins.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu só quero a cidade.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Santos. Tudo o que estamos falando é em Santos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas tem algum distrito?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não, não, não. Se quiser anotar o endereço, Praça Iguatemi Martins, 213.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu não quero o endereço até porque não vai adiantar nada para mim.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Está bem. Praça Iguatemi Martins, 213, cidade de Santos.

O SR. OSCAR ANDRADE - A oficina em que ele trabalhava era onde?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Na Almirante Croceni, 416.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual a distância de um lugar para o outro?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Em quilometragem, eu não posso afirmar.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mais ou menos.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Mais ou menos, umas cinco ou seis quadras.

O SR. OSCAR ANDRADE - Era perto?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Da Almirante Croceni para a 213 da Praça Iguatemi Martins, no mapa....

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Claudionor, onde estão os 30 quilômetros?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Eu falei da oficina para o sítio em frente da loja.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Aí, dão 30 quilômetros.

O SR. OSCAR ANDRADE - Então, tem um terceiro lugar. Tem a loja, tem a oficina do seu pai e tem um terceiro lugar, que era o seu, onde foram achadas as carretas que estavam com o Sr. Mário Lúcio. Está certo. Então, espere aí.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Não tem Mário Lúcio.

O SR. OSCAR ANDRADE - É Márcio Lúcio. Você trabalhava aonde, na oficina?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Na Almirante Croceni, ia lá na loja para separar as peças...

O SR. OSCAR ANDRADE - Você nunca trabalhou na loja?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Na loja, trabalhava assim... Ia lá pela manhã e à tarde, não. Ia lá, pegava uma peça ou outra, pegava alguma coisa...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Alguém está mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) - Gilberto, você afirma que a oficina só trabalha exclusivamente para a frota própria sua e de seu pai, não é isto? Era na oficina que você tinham lá, manutenção da frota própria.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Nós temos que falar de época, até 1996...

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) - Não, ultimamente.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Tem perguntas que só lá trás?

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) - Nos últimos dois anos.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Nos últimos dois anos, acendendo a vela para Deus e para o diabo.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) - Mas fazendo a manutenção da frota própria.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Não. Isso acabou, não tem mais frota própria, você entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) - Você não tem caminhão?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - O meu pai não tem mais caminhão. Eu tenho o de corrida e o que estou trabalhando. Por exemplo: uma reforma numa sua carreta, nós iremos fazer. Aí, sim. Aí, entra ele...

O SR. OSCAR ANDRADE - Além dele, quantos mais haviam trabalhando?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Como nós estamos alugando, eu tenho meninos contratados para roçar e limpar o terreno.

O SR. OSCAR ANDRADE - Está bem. Mas mecânico?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - É ele e na loja tem mais um.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E bota oficina mecânica nisso aí!

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) - Quem é o Fernando?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Fernando? De que época nós estamos falando?

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) - De agora, agora.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Agora, não tem Fernando.

O SR. OSCAR ANDRADE - Neném? Quem é Neném?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Neném não tem agora.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem é Neném?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Neném trabalhou lá tem mais de ano.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) - Você disse que trabalhava lá e que era seu...

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem é Fernando?

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Fernando trabalhou lá também, parou.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) - Os dois foram embora.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS - Foram embora os dois.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Havia os registros - eles eram registrados - e tem a data e, inclusive, tem um que está no Ministério do Trabalho - esse Neném está no Ministério do Trabalho.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Você disse que era recente e que não tinha Neném, não havia Neném.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Recente, não tem. Tem o Ministério do Trabalho há dois anos atrás. Ele colocou a questão no Ministério do Trabalho. É uma coisa fácil de até trazer para cá, trazer junto, porque ele é uma pessoa que é contra, até, não é? Ele está no Ministério do Trabalho; ele moveu uma ação trabalhista...

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual é o nome dele?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Josenilton.

O SR. OSCAR ANDRADE - Josenilton...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - A ação trabalhista está na 2ª Vara do Guarujá.

O SR. OSCAR ANDRADE - Josenilton de quê?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Agora, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) - O Josenilton quem é? É o Neném?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - É o Neném, que trabalhou há dois anos, que poderia falar: "rouba carga", "mexe com coisa errada"... É um cara fácil, porque ele vai chegar aqui e vai falar: "não, realmente, ele não me pagou", "ele é um canalha", "ele me xia com carga, lá"... É um cara que eu gostaria até que anotasse e trouxesse para ser ouvido. É um cara que eu faria questão de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) - E esses caminhões roubados que estavam lá, que, quando entrei aqui, você afirmava no depoimento que você não queria que deixasse misturar? Você tinha conhecimento de que havia parte daquilo ali que era roubado?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Não, não tinha conhecimento. Esse fato...

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) - Não passou pela sua cabeça que o cidadão, de uma hora para outra, começa a estacionar caminhão dentro de um pátio, dentro de um terreno, e vai deixando... Isso tem algo errado. Ou é o pátio de um leiloeiro ou é um pátio alugado por uma financeira...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Não saíam veículos. Entravam... Veja bem...

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) - Saíam aqueles que eram adulterados, e eles colocavam no mercado ou ia para o desmonte, era isso?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Não. O que se passava ali eu não tenho conhecimento. O meu conhecimento foi no dia 20, na hora em que o policial foi até lá. Ele é que falou: "Venha cá que o senhor vai ver..." Aí, eu tomei até um susto.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor dormia todo dia em casa?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Todo dia.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) - Esse tal de Márcio não tem endereço, não tem telefone, nem nada?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - O endereço que tenho está no contrato. E eles iam morar no Guarujá. Eles abririam uma empresa, que também é transportadora, e que não chegou a dar tempo de fazer... Porque eles abririam a empresa transportadora nesse local - não era desmanche, não era nada disso; eu estive com ele -, seria uma empresa transportadora para fazer o apoio deles na Baixada Santista, por que eles eram todos de fora; viria uma safra...

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual era o nome da empresa deles?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Não. Iriam abrir, ainda. Iriam abrir. Porque, se eles estivessem com a empresa, eu ia alugar...

O SR. OSCAR ANDRADE - Espere aí. Eles iriam abrir uma empresa transportadora. De repente, não deu tempo de abrir, mas apareceram 40 carretas lá, do lado da sua casa, onde você via todo dia. Nada é estranho?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Não, não havia 40 carretas. Não eram 40 carretas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantas eram?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Ué... Foi o que a polícia encontrou. Não eram...

O SR. OSCAR ANDRADE - Quarenta!

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - Não, o senhor está enganado! Quarenta são as minhas, que ficaram no pátio.

O SR. OSCAR ANDRADE - Setenta são as suas.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ - E a imprensa não contou. A imprensa veio para o meu...

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – Mas veja a sua contradição: você acabou de dizer que tem um caminhão para participar de corrida e tem um caminhão em que você trabalha. Isso foi o que o senhor afirmou aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso ele já explicou.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – Aí, no início da minha pergunta para você, eu coloquei: “A oficina fazia serviço para terceiro ou para frota própria?” Você afirmou, também: “Frota própria.” Agora, você se contradisse. E, agora, você disse que tinha seus caminhões no pátio, quando, há três minutos, você acabou de dizer que tinha um caminhão que você trabalha e um caminhão que você participa...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o que fazem os outros?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Meritíssimo, o que eu falo “carreta” é a parte de trás; estamos falando de dois veículos distintos...

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – Semi-reboque?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Semi-reboque. Então, vamos falar semi-reboque. Eu não tenho caminhão; eu tenho semi-reboque. Eu tenho setenta semi-reboques – vou repetir – com problema no Banespa, no Unibanco, com o Iderol. Está lá, à disposição da Justiça. Eu não posso vender, porque sou fiel depositário. A imprensa...

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – Mas isso é fácil de provar...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Está lá.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – Não é está lá. Isso, se você é fiel depositário, há uma ação judicial, isso é fácil de provar. Isso você não precisa se preocupar.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Mas é só puxar pela placa, lá, você já sabe.

E o que a imprensa, quando houve esse... A polícia comunicou à imprensa, a imprensa chegou lá, chegou à noite. E realmente, no pátio, há muita carreta. Qualquer um que não conhece, que não está no meio, se assusta. É muita carreta, é muito semi-reboque. E a imprensa, ali, talvez, para vender o confete dela, lançou quarenta e poucas carretas. “Mais de 40...” Foi o que saiu nos jornais, pelo menos, de Santos: “Mais de 40 carretas foram encontradas, com Gilberto Hidalgo” – foi essa a manchete do jornal **A Tribuna de Santos** – “com roubo de carga”, e tal, tal, tal, “quarenta carretas”, “quarenta”.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – E você tem 70, no pátio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – E eles não contam, porque, se eles contam, eles iam achar 70 e...

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – E mais as do Márcio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Que não tinha nada a ver comigo.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – Tá, mas havia. Havia cavalo mecânico, lá, também, do Márcio?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não havia.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – Só carreta? Só semi-reboque?

O SR. OSCAR ANDRADE – E os sete que estavam adulterados – chassis e pintura?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu nem vi. Eu só vi, na hora, lá, que os policiais me chamaram.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era semi-reboque ou era...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Semi-reboque. Caminhão nenhum. Eu não vi. Eu estive lá, algemado, dentro da viatura, e os policiais foram lá para me mostrar. Eu não vi caminhão, cavalo mecânico. Lá tinha as carretas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tinham levado os cavalos mecânicos para a corrida?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Para onde?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para a corrida.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não entendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Levaram os cavalos mecânicos para a corrida?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para onde foram os cavalos mecânicos dessas carretas?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu não sei. As carretas estavam lá.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – É comum, Deputado, quando acontece o roubo, separar a carreta, porque o que interessa é o cavalo mecânico. Lá não poderia ser um local de desova de carreta?

Era o quê, graneleira, carga seca?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – As que eu vi, todas graneleiras.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – Carretas oriundas de onde? De Mato Grosso? Safra da soja? Norte do Paraná? Goiás?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Não vi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só para informar, Sr. Presidente. Quando a CPMI esteve em Porto Alegre, tínhamos um trabalho a fazer – foi compromisso da CPMI, inclusive –, e solicitamos o apoio da Polícia Federal para encontrarmos uma carga de couro roubada, lá no Rio Grande do Sul. E quero aqui registrar que a Fe de ral do Rio Grande do Sul nem chegou a entrar, pois não deu tempo. A Polícia Civil apertou o cerco e na semana passada foram descobertas 18 toneladas de couro. Foram identificados todos os que roubaram o couro, inclusive foi preso hoje o empresário que agenciou o roubo, que é da cidade Veranópolis. Foi um trabalho da Polícia Civil de Rio Grande, do porto do Rio Grande, da delegacia de roubo de carga de Porto Alegre, do Delegado Márcio Zaquelo, do Delegado Melgar, do Delegado Pompílio, do Dr. Amodeu, que é o Diretor do Deic.

Foi uma resposta pronta e eles estão entusiasmados, inclusive, Sr. Presidente, porque, com a passagem da CPI, passaram a receber informações – muitas informações – da comunidade. A comunidade passou a abastecer a polícia com informações.

E hoje a Polícia Civil do Rio Grande do Sul prendeu uma carga de rolamentos que foi roubada em Santos. Ela foi levada para Santa Catarina e lá estavam tentando vender a carga, que tinha sido importada da Rússia e tinha valor em torno de US\$110 mil.

Apolíciagrampeou e, coincidentemente, descobriu para quem seria a carga. A carga seria exatamente para o Rio Grande do Sul. Eles queriam vender a carga, a polícia bancou a compra da carga, levou os bandidos ao Rio Grande do Sul, com carga e tudo. Eles foram entregá-la e a polícia estava lá, na hora, para recebê-la. Foram todos presos, num trabalho exemplar, quero registrar aqui, da Polícia Civil.

E essa quadrilha atua em Santa Catarina, no Paraná e em Santos, na cidade do Seu Hidalgo, que, parece-me, é um anjinho, não tem nada a ver com roubo de caminhão, com roubo de carteira, com roubo de cavalinho. Por acaso, ele alugou para os ladrões. E ali entra quem quer, sai quem pode, do jeito que quer. Tudo por acaso. Errados somos nós, da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – Sr. Relator, V. Ex^a tem mais alguma colocação?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – Deputado do Pompeo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – Então estão dispensados os depoentes. Existe um requerimento que pede...

O senhor quer fazer alguma colocação? Pode falar.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Se eles fazem como os policiais do Rio Grande do Sul, se adiantam, chegam de manhã cedinho, dormem no mato, para pegar os caras todos, estava tudo...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu citei que os policiais foram muito infelizes, porque eles pegariam os caras.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Evidentemente, o rapaz lá, o que era policial do Depatri, falou... Se fosse comigo eu faria isso, dormiria dentro do mato e pegaria um por um.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu não vou nem comentar. Imaginem o bandido ensinar como o policial tem que fazer para pegar.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Foi o policial que me falou isso, no Depatri.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – Esse tal de Márcio precisa aparecer.

O SR. CLAUDIONOR SANTOS – Eu torço por isso.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – Existe um requerimento do Deputado Mário Negromonte e do Deputado Pompeo de Mattos que pede a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico. O Relator, Deputado Oscar Andrade, também acompanha o requerimento que solicita a quebra do sigilo fiscal, telefônico e bancário do Sr. Gilberto Luís Hidalgo e Claudionor dos Santos.

Os Srs. Deputados e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Deputado Pompeo de Mattos, V. Ex^a ainda gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, registro apenas que precisamos ampliar esse requerimento. Deveríamos quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico do pai e da irmã dele, que possuem a oficina, porque ele trabalha para os três.

Como é o nome do seu pai?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – José Hidalgo Ruiz. Eu gostaria de fornecer todas as informações. Vamos lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – José...

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – José Hidalgo Ruiz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o nome da sua irmã?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Vanda Marta Hidalgo da Silva. V. Ex^a sabe o porquê da necessidade dessas informações?

O SR. POMPEO DE MATTOS – A quebra de sigilo é muito importante, porque trabalhavam todos juntos. Há o exemplo do Claudionor, que trabalhava na oficina e também na loja de peças. De repente, estava em outra oficina e nem sabia mais onde trabalhava. Uma hora diz uma coisa, outra hora diz outra. Diz que entrou na oficina com a autorização desse ou daquele indivíduo.

Ficou muito claro para nós que ele faz toda essa confusão por estar mentindo e por não conseguir juntar todos os fatos. Na verdade, ele é parte de um esquema.

Aliás, farei uma última pergunta: quantos anos V. S^a trabalhou com a família dele, com o pai dele?

O SR. CLAUDIONOR DOS SANTOS – Fichado...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perguntei apenas quantos anos V. S^a trabalhou com aquela família.

O SR. CLAUDIONOR DOS SANTOS – Cinco anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Cinco anos. Fiz essa pergunta para confrontar as respostas. Ele diz que trabalhou quatro anos, e isso está gravado. Agora, já aumentou para cinco anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O outro falou seis.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele já falou sete. V. S^a falou sete.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Eu não tenho o tempo certo na cabeça.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas V. S^a falou sete.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Ele trabalha conosco...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não precisa dizer. V. S^a já falou sete anos.

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Mais ou menos, eu não afirmei que foram sete anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O quê?

O SR. GILBERTO LUIZ HIDALGO GIMENEZ – Há muito tempo, há sete anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a falou há sete anos. Ele falou aqui quatro. Agora, depois ser apertado, disse cinco anos.

O SR. CLAUDIONOR DOS SANTOS – Tenho a minha carteira para provar o tempo a V. Ex^a.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não precisa provar; é a sua palavra. O peixe morre pela boca e o homem pela palavra. Percebemos que V. S^a está mentindo, por ter de esconder os esquemas do patrão.

Vamos continuar investigando e comendo o mingau pelas beiradas para esclarecermos todos os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Gervásio Silva) – Está encerrada a reunião da CPI do Roubo de Cargas.

(Levanta-se a reunião às 19h07min.)

Ata da 13^a Reunião realizada em 15-5-2001.

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e um às quinze horas e quinze minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, do Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e as presenças dos Deputados Oscar Andrade, Domiciano Cabral, Pompeo de Mattos, Robson Tuma, Carlos Dunga, Jaime Martins, Chico da Princesa, Mario Negromonte, Raimundo G. de Matos e Gonzaga Patriota, membros da Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Abertos os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvirem os depoimentos da senhor Ari Natalino da Silva e Sandra Regina Davanço, Os depoentes foram questionados pelos Senhores Parlamentares presentes. Sendo assistido por uma equipe de advogados tendo a frente o Dr. João Felipe. No final da reunião houve um principio de tumulto onde foi dada voz de prisão ao advogado Marcelo Lobato Lechtman e do Senhor Petrônio Augusto, que depois de ouvidos foi avaliado um consenso entre os Parlamentares presentes que resolveram aceitar um pedido de desculpas, por escrito, das duas pessoas supracitadas. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13^a Reunião do

ano 2001 da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, de 2000, com a finalidade de apurar em todo o País o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como proceder a investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas.

Antes de chamar o deponente, Sr. Ari Natalino da Silva, que está atendendo ao nosso convite, gostaria de comunicar ao Plenário desta Comissão dois fatos graves que aconteceram com relação a roubo de cargas.

Hoje, por volta das 10h30min, quando chegava a Brasília, recebi um telefonema do Sr. Lair Michelin, proprietário da Transportadora Michelin, relatando-me que próximo ao Estado de Goiás, três dos seus caminhões foram assaltados quando abasteceram num posto de gasolina, levando incontinente os seus caminhoneiros. São três os seqüestrados desaparecidos, mas dois deles conseguiram se libertar do cativeiro, comunicando o ocorrido à direção da empresa, que falou comigo e eu, imediatamente, procurei o Secretário de Segurança Pública de Goiás, que, gentilmente, me atendeu.

Agora, ao dirigir-me ao Senado Federal, o coronel Chefe de Operações disse-me que já havia tomado todas as providências que o caso requeria, tais como a colocação de barreiras nas estradas secundárias e rodovias estaduais no sentido de tentar localizar os caminhões.

Estou tomando conhecimento de que o terceiro motorista seqüestrado também apareceu num lugar no interior do Estado, não conseguiu identificar onde se encontra, mas que está bem.

Uma das coisas do coronel da Polícia Militar de Goiás é que a Polícia Rodoviária Federal se recusa a fazer operações conjuntas com aquele Estado no sentido de montar barreiras nas estradas para impedir que continue essa ação criminosa do roubo de cargas. Então, fica aqui um pedido à Polícia Rodoviária Federal, a fim de que estabeleça convênios, acordos, ou operações conjuntas com o Estado de Goiás com o objetivo realmente de inibir a ação do crime organizado.

A Apisul Seguros também me fez um comunicado de um roubo de cargas de computadores, cuja apreensão foi feita há apenas um quilômetro da cidade de Campinas, num lugar por demais conhecido, efetuada pelo delegado daquela seccional. Tenho aqui, como testemunha, o Deputado Pompeo, da CPI

do Narcotráfico, que nos dá conta da gravidade da situação naquela cidade, que continua à mercê da ação dos bandidos, sem que a polícia consiga impedir essa ação delituosa na Rodovia Bandeirantes, no quilômetro 90.700.

Então, roubaram a carga no valor de R\$1,12 milhão praticamente de produtos compactos da Siemens, da DVS e computadores. Ele foi apreendido através de uma nota fiscal, porque o funcionário da Receita do Estado desconfiou do preenchimento dessa nota. Teve o discernimento de ligar para a empresa produtora, que lhe informou que se tratava de carga roubada. Então ela foi apreendida imediatamente. O receptor tentou pagar os impostos na cidade de Extrema, em Minas Gerais, onde o caminhão foi apreendido com 40 CPUs e 40 monitores de vídeo. Há um trabalho para se alcançar quem é o remetente, quem foi o autor da nota fria e também o destinatário em Belo Horizonte. As investigações estão com o Delegado Titular do 5º DP de Jundiá. Vamos consultá-lo sobre o andamento. Há um investigador da 3ª Delegacia do Depatri e policiais de Extrema. Esperamos que se consiga chegar ao receptor, à quadrilha de ladrões e principalmente àqueles que revendem essas mercadorias através de notas frias.

Quero fazer este comunicado porque ainda não se conseguiu inibir a ação criminosa dessas quadrilhas.

Peço a palavra ao Deputado Pompeo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, só quero corroborar sua manifestação no que diz respeito à questão do roubo acontecido às 4 horas da madrugada de hoje, no Estado de Goiás, onde a empresa Michelin Transportes Ltda. teve três caminhões roubados. Os três estavam carregados de filmes Kodak, com uma carga avaliada em mais de R\$1 milhão em cada caminhão. Foi um furto, um roubo de R\$3 milhões no Estado de Goiás. Falei ainda hoje com Sr. Michelin em São Paulo e também com o Sr. Lauro Michelin – a empresa Michelin é do Rio Grande do Sul -, um grande amigo que tenho, um tradicionalista; o Lair lá em São Paulo também.

O que eu lamento - acho que a CPI tem que tomar uma posição – é não termos colaboração, no que se refere ao crime de roubo de cargas, por parte da Polícia Rodoviária Federal. Já esteve aqui o coronel... Não me recordo o nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O diretor-geral.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É um coronel ou um general do Exército aposentado, o Diretor-Ge-

ral da Polícia Rodoviária Federal. Ele veio aqui e deu explicações sobre métodos, ações, tarefas, missões, realizações que vinham sendo empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal em todo o País. Agora nós temos um fato concreto, específico, ocorrido no Estado de Goiás, um fato grave, gravíssimo, quando três caminhões da mesma empresa, que andavam em comboio, foram atacados às 4 horas da madrugada, caminhões carregados com carga valiosa. Consequentemente, eles vinham sendo rastreados, acompanhados pelos meliantes, pelos bandidos. Quando há uma negativa de parte da Polícia Rodoviária Federal de participar das barreiras, de participar de ações concretas no combate ao roubo de cargas... No caso específico, nós temos que chamar aqui o coronel não para ouvi-lo, mas para inquiri-lo: é esse o combate ao crime de roubo de cargas que a Polícia Rodoviária Federal está fazendo? Esse é o procedimento? Essa é a orientação dele?

Quero, Sr. Presidente, fazer esse requerimento para chamá-lo aqui não para fazer uma palestra ou para nos ensinar, mas para ser questionado por que a Polícia Rodoviária Federal não está agindo adequadamente. Eu quero formular um requerimento dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – O requerimento de V. Ex^a será submetido à votação oportunamente. Concordamos com ele.

No caso do roubo em Campinas, o caminhão da Transportadora Campinas saiu com uma escolta armada à 1h14 minutos da madrugada. A escolta foi atacada a tiros de fuzil, espingarda A-12, por ladrões que tripulavam dois veículos, um Ômega e um Tempa. Conseguiram imobilizar... Um dos seguranças foi ferido e eles conseguiram levar a carga toda, o caminhão, numa ação de organização de quadrilha de fazer inveja à polícia. Isso porque a ação deles é mais presente, mais ágil do que a polícia tem conseguido combater. Não há nenhum tipo de prevenção. A polícia consegue resolver um ou outro caso. Infelizmente, só estamos a reboque do crime, não há nenhum tipo de ação preventiva e, quando se propõe fazer, uma polícia fica com ciúmes da outra, não autoriza e que se danem os proprietários das transportadoras, companhias de seguro, enfim, o cidadão, porque isso vai atingir diretamente a economia do País.

Submeto aos senhores se há necessidade de leitura da ata do último dia. (Pausa.)

Fica dispensada a leitura, assino e fica à disposição dos Srs. Parlamentares.

Indago à Secretaria se há algum expediente recebido ou expedido.

Temos em mãos um telex do STF; veio um fax para cá, comunicando que, nos autos do Processo acima, **Habeas Corpus** 80.955, paciente Ari Natalino da Silva, nos termos do despacho, cuja cópia acompanha o ofício: “Deferi medida liminar em favor do paciente, assegurando-lhe o direito de permanecer em liberdade, sem prejuízo das investigações em curso na CPI, devendo apresentar-se tão logo receber a devida autorização médica ou, preferindo o impetrado, no caso da urgência da colheita do depoimento, seja procedida no Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo. Saudações”. Ministro Sepúlveda Pertence, Relator do STF.

Então o **habeas corpus** está aqui. Como os Srs. Advogados resolveram fazer a apresentação do Sr. Ari Natalino, e nós, hoje pela manhã, sabedores de que haveria essa apresentação, solicitamos ao corpo médico do Senado que dispusesse de um dos médicos para que examinasse o Sr. Ari Natalino e acompanhasse o depoimento, para que ele tenha toda a segurança de que sua saúde não será abalada em razão do depoimento que fará a esta CPI.

De forma que convido o médico a adentrar o recinto para que nos informe se o Sr. Ari está em condições de fazer o depoimento. Comunico aos Srs. Advogados que fiquem à vontade. Qualquer dúvida, por favor, um dos senhores se dirija à Mesa para que possamos resolver qualquer impasse que surja durante o depoimento. O Dr. Paulo está pedindo uma tolerância de uns 20 minutos a meia hora, porque houve uma subida de pressão, gerando uma intranquilidade, mas ele vai acompanhar, já está medicado, e vamos aguardar até que o médico possa liberá-lo. Se for o caso de não poder depor, suspenderemos e marcaremos outra data. Pergunto se os senhores concordam com isso. Assim que o médico autorizar ou dizer que não vai poder, mas parece que ele está insistindo em depor. Então, vamos aguardar o tempo pedido pelo médico.

Fica suspensa a sessão por vinte minutos.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Reabertos os trabalhos, solicito ao Secretário que faça adentrar o Sr. Ari Natalino da Silva.

O SR. OSCAR ANDRADE- Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - O Relator, pela ordem, Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE - Foi-nos informado da presença no recinto da Sr^a Sandra Regina D'Avanzo, que por duas vezes foi convocada à CPI e

também não esteve presente. Eu gostaria de fazer a convocação para que também seja ouvida neste momento. Faço este requerimento, para que também possa auxiliar na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Aceito o requerimento verbal de V. Ex^a.

O SR. OSCAR ANDRADE - E peço, Sr. Presidente, que ela possa ser retirada. Peço licença para que um depoimento não atrapalhe outro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Solicito, a pedido do Relator, Deputado Oscar Andrade, que a Sr^a Sandra não participe desta reunião, uma vez que já estava convocada anteriormente...

O SR. - (Fora do microfone).

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Ela foi convocada duas vezes.

O SR. - (Fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - E que ela passe a documentação para vocês. Entendeu?

O SR. - (fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Mas será aproveitada na mesma reunião. Vai ser ouvida.

Sr. Ari Natalino, nome completo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ari Natalino da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Identidade, sabe o número?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - 10.303.115.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Idade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - 45.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - CPF?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - 774.851.068-72

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Estadocivil?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Separado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Residência?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Giovani Gronk, 4868. Está 3975 aí, porque é o apartamento que eu mudei.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - 3975?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, está 3975, agora é 4868.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Profissão?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Empresário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Local onde exerce as suas atividades atualmente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Petroforte.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Local?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Praça D. José Gaspar nº 30, São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - É parente em algum grau de parte envolvida?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A minha família inteira está envolvida.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber, no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Assine aqui, por favor.

O senhor tem conhecimento do que está sendo convocado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Na integridade. Então, vou passar...

V. S^a por diversas vezes já foi... nós procuramos a sua pessoa e não encontramos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem, não é que não encontrou. Todas as vezes que foi montada a CPI meu estado de saúde estava complicado e eu não pude comparecer. Inclusive na última, do dia 05 e dia 06, em Campinas, eu queria ir, mas meu médico disse que não poderia, tanto é que o próprio médico agora viu os relatórios e viu que eu não tinha a mínima condição de ir. Então a imprensa acabou comigo, detonou a mim, mas eu estava com vontade de ir, como hoje mesmo eu tenho uma liminar para ir embora, não fazer esta CPI e também o meu estado de saúde é complicadíssimo, mas tenho que fazer isso, porque a minha vida pessoal, empresarial, familiar está detonada, está acabada diante desta CPI. Tenho cinco mil funcionários que dependem de mim, está certo, e hoje tenho vergonha de olhar na cara dos funcionários quando a mídia fala tudo o que fala de mim. Quero esclarecer o máximo possível para que realmente eu saia daqui tranquilo e todo mundo saiba...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Isso é o importante. O esclarecimento de V. S^a vai ser muito importante para a CPI.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quero fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Não sei se o senhor tem conhecimento, esse juramento que acabou de fazer de dizer a verdade é um juramento verdadeiro, até para não incorrer nas penas que a CPI vai impor. Mas eu gostaria de saber se o senhor está recebendo alguma pressão, se está sendo coagido a não vir a esta CPI, alguém está fazendo com...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Para que eu não venha? De jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Ninguém?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - De jeito nenhum. É o meu estado de saúde mesmo nas duas vezes que fui intimado, foi numa do narcotráfico...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Não tem pressão política...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Nenhuma. Só foi exatamente o meu estado de saúde. Se eu estivesse com o meu estado de saúde em ordem, com certeza, teria ido e já teria acabado com isso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Então vou passar de imediato para que o Deputado Relator, Deputado Oscar Andrade inicie as suas perguntas.

Com a palavra o Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Ari, qual é a sua principal atividade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Hoje distribuição de combustível.

O SR. OSCAR ANDRADE - É a Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Petroforte.

O SR. OSCAR ANDRADE - Essa é a principal?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor é dono da Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, sou superintendente da Petroforte.

O SR. OSCAR ANDRADE - Superintendente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor pode nos dizer quais as empresas que o senhor possui?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Muitas empresas. Quando se fala em postos de gasolina, se o senhor considerar que posto de gasolina é uma empresa, acredito...

O SR. OSCAR ANDRADE - Pode ser ou não uma empresa, se for um contrato social único...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Então cada CNPJ é uma empresa para mim, então hoje ultrapassa a casa de 200 empresas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Cada uma um posto de gasolina?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE - Do senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Acho o seguinte: todos esses postos, mesmo os que estão... tenho distribuidora de gás, tenho Petroforte, tenho os postos de gasolina, estão sob a minha orientação, sob a minha administração.

O SR. OSCAR ANDRADE - Estou perguntando se é do senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Estão no meu nome, tem vários postos no meu nome. Não todos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Os que não estão em seu nome estão em nome de quem?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Em nome de terceiros.

O SR. OSCAR ANDRADE - De outros?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. OSCAR ANDRADE - Por quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Porque esse mercado que vivemos hoje de combustível, está certo, o que acontece? Temos que usar pessoas para que se consiga comprar um posto de gasolina. Se eu for, como Petroforte, comprar um posto de gasolina, um posto custa R\$200 mil, para mim custa R\$1 milhão. Então realmente uso pessoas de confiança que possa ir e adquirir esses postos de gasolina.

O SR. OSCAR ANDRADE - Além de distribuição de combustível e venda no varejo, que é o caso de posto, quais os outros negócios do senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu tenho indústria de álcool e açúcar, tenho distribuidora de GLP, tenho...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Distribuidora do quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Gás de cozinha. Tenho concessionária Mercedes-Benz, concessionária Volkswagen, restaurante, loja de conveniência...

O SR. OSCAR ANDRADE - As suas empresas estão todas relacionadas na sua declaração de bens?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE - Inclusive as que não estão em nome do senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, as que não estão no meu nome não estão relacionadas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas são suas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - São minhas.

O SR. OSCAR ANDRADE - E como é que o senhor explica para o Fisco?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas eu passo para o meu nome. No primeiro momento, quando eu compro o posto de gasolina, uso essa pessoa, as pessoas que possouso, de confiança minha. No momento em que está tudo regularizado, passo para o meu nome.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quando regulariza, o senhor passa para o nome do senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem é Humberto Duarte Lopes?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem, Humberto Duarte Lopes... O que eu conheço é Heleno Duarte Lopes. Eu conheci, há cinco anos, o Dr. Heleno Duarte Lopes, que tinha escritório de advocacia e prestava serviço para a Petroforte. E, no decorrer do tempo, ele prestando serviço para a Petroforte, trazendo vários negócios para a Petroforte, criou-se lá bastante credibilidade, junto comigo principalmente. E chegou num determinado tempo, está certo, onde o próprio Dr. Heleno Duarte Lopes falou assim: Olhe, quando você precisar de alguma pessoa de confiança para você adquirir alguma coisa, eu tenho um irmão que pode fazer isso para você. Eu autorizei ele fazer, eu falei: Tudo bem, se eu confio em você, também acho que você não vai trazer um irmão que pode trazer problema para mim. Então, foi aí que o Heleno Duarte Lopes comprou algumas coisas, alguns negócios, alguns postos no nome do Humberto Duarte Lopes.

O SR. OSCAR ANDRADE - Falecido aos dois anos de idade, em 1944.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente. Isso aí, fiquei estarecido quando eu soube, quando ele veio falar comigo o que tinha acontecido. Nós tínhamos comprado um posto de gasolina, e o proprietário do posto de gasolina, após ter pago várias... acho que foi comprado em três ou quatro vezes, não sei dizer.

O SR. OSCAR ANDRADE - Como o senhor explica conta bancária, envolvimento da Petroforte e do senhor com um morto há 44 anos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem, estou explicando. Eu conheço Heleno Duarte Lopes, o Humberto Duarte Lopes é irmão do Heleno. Aí o que é que eu fiz? Autorizei, eu falei: pode se usar... se

você acha que é de confiança, que não vai trazer problema, você pode comprar em nome do seu irmão. Ele comprou em nome do irmão. E todos os postos que ele comprou eu paguei.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Você sabia que ele era morto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, de jeito nenhum, fiquei sabendo quando surgiu o escândalo lá de Santo André, que foi comprado.

O SR. OSCAR ANDRADE - E qual a medida que o senhor tomou, legal?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Qual a medida que tomei, legal? Ele mesmo foi depor na delegacia de Santo André, porque eu não estava envolvido na compra desse posto.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor não abriu um processo contra ele, nenhuma ação?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não abriu.

O SR. OSCAR ANDRADE - Então foi normal. Pegar um morto há quarenta e tantos anos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, mas veja bem, eu não sabia que era morto.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ah! Não, e quando você ficou sabendo? O senhor foi lesado.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem, eu perdi esses dois postos, os dois postos que eu comprei quando aconteceu esse problema, eu perdi os postos de gasolina.

O SR. OSCAR ANDRADE - E os outros negócios?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Os outros negócios não teve problema.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual é a sua participação na Petroforte? O senhor é o dono da Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Sou superintendente da Petroforte. O dono é a minha ex-mulher e a Sandra, que estava aqui agora. Com percentual.

O SR. OSCAR ANDRADE - Os donos são elas? São duas proprietárias?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor é só superintendente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Superintendente.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor manda na empresa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu mando na empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ou seja, a empresa é do senhor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu decido na empresa, o dono, de fato, está certo, são elas. As donas reais são elas; todas as decisões mais importantes eu tomo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Elas são donos de direito e o senhor é o dono de fato?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Dono de fato não, sou superintendente mesmo, nessa Petroforte sou superintendente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem manda mais é o senhor ou elas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu mando mais. Bom, na superintendência, em todas as empresas, acho que o superintendente manda mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Manda mais que o dono, do que os quotistas, do que os sócios, os proprietários?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Nesse caso eu mando.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor, por favor, explique, Sr. Ari, o senhor fez um juramento aqui.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, mas, nesse caso, eu mando mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, nesse caso o senhor manda mais. E no caso dos outros postos que estão em nome das outras pessoas? O senhor mandam menos ou o senhor manda mais?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Que outras pessoas?

O SR. OSCAR ANDRADE – Os outros postos que o senhor tem, em nome de várias pessoas.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Várias pessoas, da minha mulher, hoje, do meu filho, eu mando, também decido nesses postos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ou seja, são empresas suas, conforme o senhor disse antes. Como a Petroforte é uma empresa do senhor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Pode se entender assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode se entender assim. Está certo.

Qual é o nome do contador de suas empresas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Do contador? Eu tenho uma parte de contabilidade interna, lá dentro, e tenho uma parte de contabilidade externa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas mesmo a interna tem um contador que assina?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Então, lá, na parte fiscal, chama-se Luciano Modesto e a parte contábil chama-se João, não me lembro o sobrenome, é chamado de Joãozinho lá. A parte interna, que faz a parte fiscal da Petroforte. Agora, a parte de postos de gasolina, isso é terceirizado, é uma firma de Araraquara que faz, chama-se Gemarge.

O SR. OSCAR ANDRADE – Gemarge, que é a empresa de contabilidade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso, chama-se Geraldo o proprietário.

O SR. OSCAR ANDRADE – E onde que é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Em Araraquara.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, vou fazer um requerimento para que sejam chamados os proprietários da Gemarge e o Sr. Luciano Modesto, contadores das empresas do Sr. Ari Natalino.

Vou mencionar alguns nomes de pessoas que figuram como sócios de suas empresas, essas empresas que já chegamos à conclusão, aqui, de que são suas, o senhor já assumiu, e peço que o senhor nos diga qual é a sua relação com essas pessoas, informando toda a relação, se é parente, se é sócio, se há algum grau de parentesco mais próximo.

Aparecida Maria Pessuto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Minha ex-mulher.

O SR. OSCAR ANDRADE - Débora Aparecida Gonçalves?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Minha atual mulher.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sandra Regina Davanço.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Que saiu daqui agora.

O SR. OSCAR ANDRADE - Eric da Silva?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Meu filho.

O SR. OSCAR ANDRADE - João Ferreira Ruivo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não tem nada a ver. Esse João Ferreira Ruivo operava num posto meu, é terceiro.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele era o quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ele operava num posto nosso, com bandeira nossa. Só operava o posto.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não era sócio?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Nada. Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE - Nada?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Desculpa, desculpa. Ele era sócio com a Débora num posto lá. Nós compramos a metade e ele tinha metade do posto, em São José dos Campos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Antônio Pedro Rodrigues Souza Rocha?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É uma pessoa que é mais que um irmão meu. Com pra posto pra mim, faz papel de corretagem, ele busca posto em todos os lugares, avalia posto de gasolina.

O SR. OSCAR ANDRADE - E tem sociedade também em alguns?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tem. Em vários postos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Yoshika Komoda?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Yoshika faz a parte financeira da empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE - E é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Trabalha na empresa, dentro da empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE - Dentro da empresa. É sócia também?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Na época, quando eu fui fazer o transplante, precisava deixar uma pessoa de procuradora. A Yoshika ficou de procuradora.

O SR. OSCAR ANDRADE - Rafael Fiesta Garcia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Rafael tomava conta também da parte de abastecimento e suprimento de transporte.

O SR. OSCAR ANDRADE - Da Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Da Petroforte.

O SR. OSCAR ANDRADE - E é dono de algum outro posto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não me lembro que ele tenha tido posto em nome dele. Não me lembro, mas a pessoa também que é de extrema confiança minha.

O SR. OSCAR ANDRADE - Natan Vinícius Gonçalves da Silva?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Meu filho de 10 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele é sócio em algum?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Não. Acontece o seguinte: quando do meu transplante, quando desse problema seríssimo que eu tive, de saúde, e quando eu fui para Seattle com somente 20%

de chance de sobreviver e voltar pra cá, achei que deveria passar algumas coisas; doar, fazer doação. Então, têm alguns postos que foram doados para os nomes deles, do Natan e do Eric.

O SR. OSCAR ANDRADE - O Eric, quantos anos tem:?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - 21 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o Natan tem 10?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - 10 nos. Para não ter problema futuro, caso eu viesse a falecer, porque o problema era muito grave.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor fez doação de parte do seu patrimônio?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual o percentual?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - 50% pra cada um.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas do total do seu patrimônio foi esse percentual?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É, 50% pra cada um do total do patrimônio. Para o Eric 50%; para o Natan 50%

O SR. OSCAR ANDRADE - Então 100% do seu patrimônio o senhor doou para os dois?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É, doe para os dois.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - O senhor chegou a efetivar essa doação?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Fiz. Foi efetivada.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Em juízo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Em juízo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - E citou isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Que está doado 50% pra cada um?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Não. Citou que era questão de morte e tal?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exato. Foi feito isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Aí o senhor voltou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Quando?

O SR. OSCAR ANDRADE - Quando o senhor voltou de Seattle, da cirurgia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem, quando eu fui para Seattle, eu fiquei...

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor manteve a doação?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mantive.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ou o senhor anulou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mantive. Mantive tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Então eles são hoje os donos de tudo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Está doado para eles com usufruto da gente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Usufruto?

Joaquim Gomes de Figueiredo Neto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não conhece?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Joaquim Gomes de Figueiredo Neto?

O SR. OSCAR ANDRADE - Figura como sócio do senhor também ou como dono de alguma empresa sua.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem, sabe o que acontece? É que, às vezes, a gente compra algum posto muito complicado, a gente põe a bandeira nossa lá, a Petroforte, por exemplo, mas deve, tem resto não sei de que, penhora, hipoteca. Então esse posto aí, ele continua Petroforte, mas no nome de terceiro, até que se regularize. Então, às vezes, é o que se confunde aí, que é sócio nosso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Paulo Roberto Felizardo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Também não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Também não? Tem a mesma sorte.

Wilmar José da Costa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Também não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ailton de Freitas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ailton de Freitas é pessoa de confiança minha. Arrendei um sítio pra ele, no passado, há uns 4 anos mais ou menos, arrendei um sítio pra ele, é uma pessoa muito esper-ta, uma pessoa muito trabalhadora e que também eu coloquei alguns postos. quando fui comprar, no nome dele.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele não é seu caseiro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, caseiro, não. Ele é arrendatário de um sítio que eu tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor tem documento disso, desse arrendamento?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Tenho. Isso. Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor tem aí?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não sei se tem aí. A Sandra pode ver se tem.

O SR. - Toda essa documentação que está sendo solicitada vai ser apresentada.

O SR. OSCAR ANDRADE - Josefina...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Mas se tiver aí, para facilitar.

O SR. - (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Não. Tudo bem! Se não tiver, paciência.

O SR. OSCAR ANDRADE - Josefina Mouro de Oliveira.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Josefina é a esposa dele. É isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Do?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Acho que é a esposa do Ailton.

O SR. OSCAR ANDRADE - Do Ailton.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Não é Josefina. É Leontina.

O SR. OSCAR ANDRADE - Leontina Aparecida Bastele.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É a esposa do Sr. Ailton.

O SR. OSCAR ANDRADE - E a Josefina?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Josefina eu não me lembro. Eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não se lembra. Peter Pessuto.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Peter, meu sobrinho.

O SR. OSCAR ANDRADE - Peter.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Meu sobrinho. Trabalhou comigo na empresa, desde a fundação.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sobrinho da Aparecida.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Da Aparecida.

O SR. OSCAR ANDRADE - Também tem sociedade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Também tem alguns postos que ele...

O SR. OSCAR ANDRADE - Rogério Rodrigues Ruivo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Rogério é filho de João Ruivo, que era um posto de terceiro, que não tem nada a ver conosco. É posto de terceiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse não tem nada a ver.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O Rogério não tem nada a ver. Aliás, tem um posto nosso, de bandeira nossa, mas operando um posto nosso, não tem sociedade conosco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Gui Alberto Retes.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Rui, é uma usina que eu comprei dele, da SOBAR.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Em Bauru, Espírito Santo do Turvo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Usina de?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Açúcar e álcool.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele era o proprietário.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Era o proprietário.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor comprou.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele continuou figurando como sócio? Alguma coisa assim?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não. Não. Ele saiu da sociedade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Humberto Duarte Lopes.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É Humberto que nós estávamos discutindo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, é o que nós estávamos falando. E Heleno?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É o mesmo para mim. Porque eu não conheci. Conheci o Heleno, não conheci o Humberto.

O SR. OSCAR ANDRADE – É, foi morto há quarenta anos, quarenta e poucos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Para o senhor ter uma idéia, esse Humberto aí tinha Imposto de Renda, conta bancária, carro no nome. Foi difícil...

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse Humberto tinha o quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tinha tudo. Ele tinha, olha, Imposto de Renda, conta bancária, o carro que ele andava é no nome dele, como é que...

O SR. OSCAR ANDRADE – Humberto é o morto.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É o morto

O SR. OSCAR ANDRADE – E vamos voltar nisso aqui então. O senhor então, quer dizer, apesar da estranheza, do susto que o senhor tomou, o senhor não tomou nenhuma ação legal para se defender, para se posicionar?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Veja bem. Não, o que eu estou fazendo nesses dois postos aí é o seguinte: quando ele comprou os postos de gasolina, ele não trouxe prejuízo para a pessoa que ele comprou o posto, ele pagou o posto de gasolina.

O SR. OSCAR ANDRADE – Levi Luiz Silva Figueiredo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É advogado da empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da empresa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele é advogado do morto também.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Veja bem, toda vez...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe disso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Toda vez, toda vez que nós temos um posto de terceiro, toda vez que nós temos um posto... Nós temos um departamento jurídico. Toda vez que nós temos um posto de terceiro, que nós estamos virando uma bandeira ou de uma Shell ou de uma Esso, então da nossa...

O SR. OSCAR ANDRADE – Para ser advogado precisa de uma procuração, está certo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Existe essa procuração?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Com certeza o Heleno deve ter feito alguma procuração como se fosse do Humberto para ele, senão ele não seria advogado.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Heleno, continua trabalhando com senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não. Ele não trabalha na empresa. Ele tem um escritório externo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas que cuidava de vários negócios do senhor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Várias coisas nós passávamos para ele. Várias coisas a empresa passava ele, para ele resolver. É uma pessoa que eu estranhei quando ele tomou essa atitude de apresentar...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe o endereço do Heleno?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Sei o telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode passar, por favor!?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu pego para o senhor. Não tenho aqui, mas entrego até o final.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, por favor!

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Aliás, ele está disposto a vir...

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde é o escritório dele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É em São Paulo. Aliás, nem escritório ele tem mais. Porque dentro dessa situação todos os dias, já era, como vai advogar mais?

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não pode advogar.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se ele cria um irmão que morreu aos dois anos de idade e sessenta deveria estar hoje, ele vai advogar para quem mais?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É. Certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deve estar advogando lá no cemitério, não é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ou lá na....

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É complicada a situação. É complicada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Baixou então num centro espírita.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Veja bem, mas eu tenho certeza...

O SR. OSCAR ANDRADE – Centro espírita também é bom de advogar: para morto.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu tenho a certeza absoluta do seguinte: se ele vir depor, a hora que o senhor for entrevistar ele, você vai ver que ele vai falar o seguinte: que eu não sabia, que eu desconhecia. Como eu desconhecia mesmo. Como todo mundo desconhecia.

O SR. OSCAR ANDRADE – É uma prática de defesainteressante, não é?

Márcio Natel.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Márcio Natel é uma pessoa que me assessora lá na empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – É funcionário.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Funcionário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sócio também em alguma...?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não. Nada. Em nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nada. Qual a função dele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É assessor meu, faz a parte da NP, parte de prefeitura, parte burocrática.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sérgio Henrique Balbino.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Esse Sérgio Henrique Balbino é uma pessoa que quando nós compramos a distribuidora de gás, ele que tinha conhecimento, saiu da Butano, então veio trabalhar lá para implantar, para implantar a Maxgás. Mas, infelizmente, ele também tinha uma outra distribuidora de gás e ele usou até espaço nessa base e se desentendeu e não trabalha mais conosco. Faz muito tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o que ajudou a montar a Maxgás.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É. No princípio, ele que ajudou a fazer todo o trabalho da Maxgás.

O SR. OSCAR ANDRADE – Adjmir Simões Ferreira.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Adjmir Simões Ferreira, na realidade, foi ele quem me colocou nesse ramo de combustível. Ele trabalhava na Hudson e, quando ele saiu da Hudson, ele foi trabalhar comigo. Trabalhou comigo por um bom período e ajudou a montar a distribuidora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foi quando se o setor foi desregulamentado. Foi em 1991 ou em 1992 que ele começou a trabalhar comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi quando o senhor entrou para o ramo de combustíveis?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exatamente. Eu aprendi muito com ele. Foi com ele, exatamente, que eu trouxe o **know-how** da Hudson para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que ele é hoje?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Hoje? Ele trabalhou comigo há uns tempos atrás e, hoje, ele voltou de novo, fazendo a parte política.

O SR. OSCAR ANDRADE – Trabalhando com o senhor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É - trabalhando na Prefeitura e em outros lugares.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carlos Alberto Féquio?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Féquio é uma pessoa em que, lá atrás, eu tinha uma distribui-

dora de produtos químicos e eu vendi para o Carlos Alberto Féquio.

O SR. OSCAR ANDRADE - É só esta relação?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Essa relação.

O SR. OSCAR ANDRADE - Moacir Pedro Pinto Alves.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Foi Advogado da Petroforte e, hoje, montou um escritório fora e há mais de um ano que não trabalha conosco.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tem sociedade com o senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Isto aqui, no entendimento de várias pessoas... porque nós temos tentado ouvir o senhor há muito tempo e a CPI do Narcotráfico também passou por isto. As informações que nos chegam são de que há evidências de que essas pessoas são "laranjas" que o senhor usa. O que o senhor tem a dizer a respeito disto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu acho o seguinte: há uma lei aí, interpostos - pessoa - que é normal eu usar. Eu uso, a Shell usa, a BR usa, a Texaco usa, todos usam, para que, realmente, quando ele vai comprar um posto de gasolina, o posto de gasolina não seja superfaturado.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas e a Petroforte? Parece-me que é a sua empresa mais forte, de onde tudo emana.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não é, é engano. O que acontece com a Petroforte é que ela é perseguida por todos porque foi a primeira a sair nesse mercado. Quando uma empresa é a primeira a sair do mercado, principalmente de uma pessoa como eu, que vim de uma classe muito humilde e consegui montar uma distribuidora, consegui crescer, tinha um monopólio muito forte, tinha os **dumpings** que eles faziam quando todos os postos, até 1994, vendiam os preços dos combustíveis... O que se abastecia no posto Shell, no Atlantic, no Ipiranga ou em todas as bandeiras tinham o mesmo preço. Quando a Petroforte entrou no mercado, porque, realmente, consegui colocar melhores preços no mercado, eu era perseguido por todas as distribuidoras. Era um sindicato que se chama Sindicom, me perseguia totalmente. Tudo que eles podiam fazer para acabar comigo eles faziam. Então, para a Ipiranga e para todas essas sete irmãs, eu sou bandido, sou ladrão, eu sou tudo, mas é porque realmente nós entramos no mercado e começamos a colocar aí...

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas ela não é a empresa principal da sua **holding**, do seu grupo de empresas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A Petroforte? A Petroforte é a principal porque ela distribui o combustível: gasolina, álcool e diesel.

O SR. OSCAR ANDRADE - Está bem. O senhor justifica o nome das outras pessoas em função de trâmite, de irregularidade e de tempo para que se possa ser transferida e todas essas coisas.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Isto.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tudo bem. Agora, a Petroforte, quantos anos ela tem?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Sete anos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tem sete anos. Ela já foi de quem? Ou sempre foi da Sandra, da Aparecida?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Sempre, nasceu desse jeito.

O SR. OSCAR ANDRADE - Pois é, é uma empresa do senhor em que o senhor não figura como o dono.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não figure por quê?

O SR. OSCAR ANDRADE - Como o senhor explica isto? Já assumiu que é o dono dela...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Vou explicar para o senhor. Quando se desregulamentou o setor, que abriu para abrir as distribuidoras, tem uma portaria que diz o seguinte: quem é dono de distribuidora não pode ser dono de posto de gasolina. E, na época, eu tinha uma pequena rede de postos de gasolina em meu nome. Eu acho que tinha uns 10 ou 12 postos de gasolina. Então, o motivo foi este de abrir a distribuidora em nome da Aparecida e da Sandra, exatamente porque eu tinha os postos de gasolina em meu nome e também não podia nem ter transporte. Agora, a partir do ano passado, é que as distribuidoras podem operar 10% dos postos de gasolina. Até então, não se podia operar posto de gasolina nenhum, nenhuma distribuidora podia operar.

O SR. OSCAR ANDRADE - Então o Sr. Ailton de Freitas. Consta, nas informações que nos chegam, que ele é seu caseiro e, inclusive, é uma pessoa humilde, simples... O senhor confirma isto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Eu volto a afirmar que ele não é o meu caseiro. Eu arrendei um sítio para ele tocar. Eu tenho um sítio em Atibaia onde eu passei pra ele, onde ele planta arroz, feijão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quando?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso já faz mais ou me nos uns quatro anos. Não sei a data exata.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não tem nenhuma relação salarial com o senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não. Do sítio, não. Ele lá planta, colhe...

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor não paga a ele salário nenhum?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não. Ele é que ainda paga pra mim, o que sobra do que nós...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele paga o arrendamento?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O arrendamento, é.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele não recebe nada do senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – De mim, não. De mim, nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nada?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – As contas dele podem ser olhadas e não vai ter nenhuma transação com o senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não. Pode olhar a conta dele. Não tem nada. Se tiver alguma coisa na conta dele é por que... se nós compramos algum posto que ele usou o nome dele, nós usamos a conta dele, com certeza. Mas quanto a salário não tem

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, mas o senhor disse ainda há pouco que às vezes com pra posto, que o posto tem problema, não pode ser transferido nem nada. Se pegar uma pessoa, um arrendatário, uma pessoa simples e comprar uma coisa no nome dele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Veja bem. Ele é uma pessoa simples, mas uma pessoa inteligente, uma pessoa que talvez seja tão inteligente quanto eu.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele operava os postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Quando ele compra o posto, ele opera um mês, dois meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos ele comprou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Uns quatro postos de gasolina, que eu me lembre. Uns quatro postos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ou seja, o senhor comprou usando o nome dele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – “Laranja”?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É o que eu falei agora: interpostal pessoal. É esse o nome que usa mais fácil que “laranja”, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que é o nome?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não uso. Eu...

O SR. OSCAR ANDRADE – Pompeo, você já ouviu isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Interpostas pessoa.

O SR. – É interposta pessoa, figura de Direito Civil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Preposto, pode ser também.

O SR. – Mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É o nome-fantasia.

O SR. – Não, é o nome jurídico.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Porque “laranja” você usa pra dar golpe, você com pra e não pagar. Não é o caso nosso. Nós compramos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, “laranja” pode ser pra ocultar só, também. Não precisa... por uma questão legal, por uma questão contábil, por uma questão fiscal. O que é eu estou querendo entender, Sr. Ari, é por que um homem que tem tanto... Seu patrimônio hoje é mais ou me nos o quê? Não precisa ser exato, não. O senhor deve ter uma idéia de quanto o senhor tem hoje.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não sei. Não sei avaliar quanto, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – A informação que nos chega é que é meio bilhão de reais.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Pode até ser.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está por aí?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tenho uma usina, tenho uma distribuidora, vários postos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não tem 20% disso no nome do senhor. Concorde?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer, não é muito estranho?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas veja bem. Os Impostos de Renda da D. Cida, da Sandra, de todas as pessoas que estão envolvidas nos postos, com certeza absoluta, o senhor vai levar e tem o Imposto de Renda de cada posto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas vamos levantar, sim.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Bem, o Airton, que é seu arrendatário do sítio... O sítio tem quantos hectares?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O sítio não é grande, deve ter trinta e poucos alqueires.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alqueires?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É. É um sítio, né? Fazenda é a partir de 50; sítio é até 50. Então é um sitiozinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uns 80 hectares...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É, mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele produz o quê lá?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Ele planta lá rosa, flor...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele vive disso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Vive, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – No sítio é possível viver da...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso. E não é só um sítio que eu arrendo pra ele; arrendo dois. Arrendo um em Atibaia e um em Socorro.

O SR. OSCAR ANDRADE – É perto Atibaia de Socorro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É mais ou menos perto, uns 100 quilômetros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele também foi sócio do falecido?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi também.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Porque até então ninguém sabia que era falecido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele também não sabia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, também não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Só quem sabia...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Só o Heleno mesmo sabia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mais ninguém?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A Sandra não sabia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não sabia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando o senhor ficou sabendo disso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu fiquei sabendo quando deu problema com um posto... que ele foi comprar um posto pra mim em Santo André, o Hobby.

O SR. OSCAR ANDRADE – Exatamente.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tanto é que aconteceu o seguinte: ele foi depor na delegacia, lá em Santo André, do ocorrido com esse posto aí. O que ele disse? Que foi o espírito do irmão dele que baixou nele que mandou usar o nome. Como é que fica uma situação dessa?

O SR. OSCAR ANDRADE – Como que aconteceu esse rolo? O que é aconteceu pra que isso viesse à tona? A descoberta da morte do Heleno... Heleno ou Humberto? O morto é qual? É Humberto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O morto é Humberto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que isso ficou público?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Nem eu soube. Só soube a hora que...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi quando da compra do Hobby...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Compra do Hobby. Foi no Hobby o problema.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi no Hobby?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Antes do Hobby, quantos negócios já tinham acontecido com o morto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Já tinha comprado... acho que uma meia dúzia de posto pra mim.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Um momentinho. O senhor conviveu com Humberto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Com Humberto não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sim. Com o morto. Quanto tempo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, com o morto eu nunca convivi.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sim.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Com Heleno, há cinco anos atrás que eu conheço ele.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sim, cinco anos. E há cinco anos Humberto estava no meio da...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, o Heleno. Sempre o Heleno teve no meio.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sim, mas o Humberto...

O SR. OSCAR ANDRADE – Legalmente.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O Humberto apareceu no final, agora, quando o Heleno...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E o senhora nunca teve curiosidade de conhecê-lo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O Heleno falou: posso usar o nome do meu irmão? Eu levo...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mas o senhora nunca teve curiosidade de conhecer...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu vou falar uma coisa para o senhor. Tem muito gerente de posto, muita pessoa que trabalha comigo, tenho cinco mil funcionários e fica muito difícil conhecer cinco mil funcionários. E esse aí também, como eu tinha confiança nele, eu achei que jamais ia trazer problema para mim. E também eu seria muito idiota...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quem movimentava a conta dele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não sei quem movimentava a conta dele. Só sei que eu depositei o dinheiro que era para cobrir a compra do posto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor depositou quando? Quando e quanto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não me lembro direito. Mais ou menos uns R\$600 mil.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Em que data?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Na época do Hobby, uns seis a sete meses atrás quando deu o problema.

O SR. OSCAR ANDRADE – R\$600 mil.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mais ou menos. Eu jamais depositaria na conta do morto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E quem sacou esses 600 mil?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O morto, só pode ser o morto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mas quem utilizava?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Agora a gente sabe que é o Heleno. Agora a gente sabe que é o Heleno, mas naquele momento a gente não sabia que era o Heleno.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Veja bem, é uma pergunta que vou fazer ao senhor e nem meu neto que está para nascer daqui a 20 anos iria responder com certeza. Como o senhor deposita R\$600 mil na conta de uma pessoa sem conhecer?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas se eu conheço esse Heleno há cinco anos, é uma pessoa de extrema confiança minha, ele me trouxe o irmão dele e falou assim: você pode ficar tranquilo porque se tiver alguma coisa para negociar eu negocio no nome do meu irmão, eu não ia questionar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O posto Hobby, quando aconteceu disso estourar, vinha a público a questão do morto, como o senhor ficou sabendo? Foi na compra do Hobby? Foi nessa época que o senhor pôs R\$600 mil ou foi antes?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foi antes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em que data que foi essa questão da Hobby?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não tenho a data exata. Acho que é mais ou menos uns seis sete meses atrás.

O SR. OSCAR ANDRADE – Agora.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Depois disso o senhor esteve com o Heleno?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Estive com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como foi a relação do senhor com ele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Sempre questionando ele. Eu falei: Heleno você trouxe prejuízo para mim. Como você pode fazer isso?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor esteve com ele onde?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Estive com ele na Petroforte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Uma, quatro, cinco vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está com ele ainda?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quanto tempo o senhor não o vê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Quanto tempo? Uns 15 dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Apenas 15?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então é fácil de localizá-lo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Sabe por quê? Essa questão do Hobby tem que ser resolvida.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem mais ou menos seis meses a questão do Hobby?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso. Só que está **sub judice** o negócio do Hobby.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os postos ainda estão em nome do morto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Estão. Esse posto que deu problema está em nome e está **sub judice**.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está **sub judice** de que forma?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mesmo o cara reintegrando na posse do posto quando soube de toda essa transação “Ah, vendi para o morto, então não tem validade o contrato. Vamos reintegrar na posse do posto.”

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O anterior dono.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os donos dos seis postos. Foram seis postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Estou dizendo só este caso. O que aconteceu? O dono do posto anterior que vendeu, mesmo ele recebendo... esse posto, se não me engano, foi vendido por R\$550 mil, o cara recebeu R\$400 mil, R\$300 mil não sei direito quanto, aí o que aconteceu? O dinheiro continuando depositado em juízo para que realmente nós não perdêssemos o posto, o dinheiro que foi dado lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor continua depositando?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Continuando depositando até quitar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o vendedor do posto para o morto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O dono do posto Hobby. Eu tenho o nome. O contrato está comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso tem seis meses?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tem.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor, até quinze dias atrás, continuava se relacionando com ele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu tenho que me relacionar com ele por que só ele vai poder re-

sol ver esse problema. Ele vai ter que conversar com o advogado da outra parte, o Heleno.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor está se relacionando com ele amigavelmente ainda?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não tenho que recuperar o posto? Eu posso perder esse dinheiro que foi dado no posto?

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu não sei. Isso é caso de polícia, de justiça, e o senhor ainda continua se relacionando com ele e está tudo bem?

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas está na polícia. E só dessa forma eu recupero. Se eu brigar com ele eu não recupero mais, não está no meu nome, está no nome dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Ari, estou assistindo aqui de camarote e vendo que o Deputado Oscar Andrade, que é o nosso Relator, e o Deputado Negromonte, que é o nosso Presidente interino, ele é o Vice-Presidente da Comissão, lhe indagando e vejo assim o senhor com veemência, fazendo a defesa através da negativa de que o senhor conhecesse o morto e que o senhor conhecia tão-somente o Heleno. O Humberto o senhor não conheceu. Vamos imaginar que o senhor tivesse sido enganado. É isso que o senhor quer dizer, que foi enganado pelo Heleno. Alguém seria enganado por um advogado de uma, duas, três vezes. Ele enganou várias vezes.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Quando surgiu o fato, foi envolvido em vários casos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas várias vezes ele enganou, e hoje o senhor sabe disso.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Quando surgiu esse fato...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas hoje o senhor sabe que foram feitos vários negócios em nome do Humberto.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foram.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos negócios?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Acho que meia dúzia de negócios. Não sei a definição.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Meia dúzia de negócios. E todas essas coisas continuam no nome do Humberto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Já retirou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Retirou. Só esse caso continua.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse negócio feito em nome do Humberto não veio para o senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Esse último negócio, o último do Hobby não veio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E os outros?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Os ou tros vieram.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estão no seu nome?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Estão no nosso nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perguntei se estão no seu nome?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Estão no meu nome ou no nome do meu filho ou da minha mulher.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No nome de alguém da sua família?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – No nome de alguém da nossa confiança.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estão no nome de outra pessoa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, de jeito nenhum.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor fez uma negociação com ele e agora descobriu que depositou seiscentos mil na conta de um morto. Antes de saber – o senhor não sabia que se tratava de um morto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que o senhor depositou o dinheiro na conta de uma pessoa desconhecida, ainda que amiga do advogado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exatamente pelo excesso de confiança que tinha no Heleno. Errei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que o senhor não lhe pagou diretamente, depositou na conta do outro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Do dono do posto?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Exato.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não poderia comprar nunca esse posto

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu paguei por esse posto quinhentos e cinquenta mil. Se eu fosse comprar esse posto de gasolina, teria de pagar um milhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Se eu fosse comprar esse posto, seria cobrado outro preço. Por isso, ele foi comprar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você o nomeou intermediário?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixe-me entender. O senhor o nomeou intermediário. Mas o mesmo fato ocorreu em relação a outro negócio da Pollo: o senhor comprou outro posto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não. A Pollo é uma distribuidora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Uma distribuidora. E aconteceu também o mesmo fato?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, ele ficou como procurador.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele ficou como procurador.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Procurador.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O morto ficou como procurador.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quer dizer, o senhor estava validando... A Pollo Brasileira de Petróleo Ltda.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um dos sócios quotistas era o Sr. Paulo Franco Marques Filho. Foram passando para várias pessoas, e passaram a procuração final para o Sr. Humberto Duarte Lopes.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foi o último caso. Vê que foi o último caso que parou tudo. O Hobby foi o último caso. Esses casos foram antes do Hobby.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse caso consumou tudo. Então, o senhor usava um morto para comprar empresas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Nesse caso da Pollo, por exemplo, ele ficou com o quê? Era uma empresa concordatária aonde nós compramos dez milhões de base, desde Prudente até Sinop. Essa empresa estava com problemas seriíssimos e precisava de uma pessoa procuradora. O Heleno ofereceu pra mim: “Coloque o meu irmão de procurador.” Eu não sabia que, até então, ele estava morto. Eu o deixei colocar, porque o prejuízo que ia ter, se tivesse algum problema, seria eu. Eu perderia dez milhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é, quero esclarecer essa questão. A explicação dele é razoável: quem está correndo risco, a princípio, é ele. Se eu depositar dinheiro na conta de um morto, está ele correndo um risco. O risco é todo meu. Então, a vítima, vamos dizer assim, é ele. A lógica é essa. O senhor é a vítima nesse processo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor contratou um advogado. Aliás, trouxe para esta reunião cinco advogados.

O SR. – Quatro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quatro. Isso me impressiona, mas, em todos os casos, sou só um. Também sou advogado. Impressiona-me a presença de quatro advogados. O senhor tinha um advogado que lidava com um morto. O senhor depositava o dinheiro na conta do morto a pedido do seu advogado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Do Heleno.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A pedido do seu advogado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O morto era irmão dele, e havia falecido há quarenta, cinquenta, sessenta anos; não sei. Então, o senhor é vítima desse processo.

Como não sou bobo nem sou filho de pai bobo – é evidente que não acredito nisso, embora pareça –, olhando o quadro, o senhor é a grande vítima desse processo. O senhor foi enganado. Como sei que o senhor também não serve para bobo – não é bobo nem é filho de pai bobo –, e como nenhum de nós é bobo – o senhor não é e eu também não sou –, temos de esclarecer a verdade, Sr. Ari Natalino.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas é verdade o que estou falando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É verdade que o senhor depositou dinheiro na conta de um morto.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É verdade que o seu advogado é irmão do morto e que o senhor entregava o dinheiro para o seu advogado. Agora, não é verdade – esse é o ponto a que quero chegar – que isso era feito sem o seu conhecimento. E vou chegar lá por quê? Era feito com o seu conhecimento para que não aparecesse nas transações perante o Fisco a contabilidade, a receita, as contribuições, tudo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Quanto à Polos, por exemplo, o senhor poderia até ter razão. No caso da Polos, paguei há dois anos. Por que colocaria um morto de procurador só agora? Não tem nem dinheiro gerando mais, porque está prestes a falir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a pagou quanto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Paguei R\$8.980 milhões e está declarado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – R\$8 milhões pela Polos. Agora, faliu?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não está falida, está em concordata. Mas está à beira da falência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, ele comprou a Polos por R\$8 milhões e novamente é vítima. Foi vítima quando deu dinheiro para comprar o posto Hobby – deu para o morto o dinheiro, não sabia. Agora, na Polos Brasileira de Petróleo, é vítima de novo quando deu R\$8 milhões.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não dei para o Humberto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei que V. S^a comprou por R\$8 milhões. V. S^a já disse isso aqui. Não sou bobo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora, a Polos...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não acabou a Polos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas está mal.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Precisávamos de uma pessoa para acompanhar isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ela está mal das pernas.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Está.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele, então, põe na conta do morto, ou seja, R\$8 milhões.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não pus dinheiro na conta do morto. Esse procurador só foi para administrar esse problema da concordata.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tudo bem. Então, a Polos quebra, vai à falência e é débito para a conta. Essa é uma estratégia muito antiga que os grandes fazem. A empresa quebra, mas o empresário está rico. A Polos quebra, mas o Sr. Ari Natalino está bem.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Por quê? Se a Polos quebrar hoje, eu perco tudo, porque tudo vai para a massa falida.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A Polos deve mais do que tem para receber?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E deve como?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não sei a dívida total da Polos. Não era dono dela.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas V. S^a comprou.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não comprei a Polos, comprei várias bases da Polos. Comprei uma base em Prudente, uma em Campo Grande, uma em

Sinop e uma em Alta Floresta. Essas bases eu comprei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Custaram R\$8 milhões, então?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a tocou essa base, colocando para funcionar?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Está parada até hoje.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que está parada até hoje?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Porque a ANP não liberou essas bases até hoje.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que não liberou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Por que existem todos esses problemas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual o problema?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Concordata, débito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como V. S^a comprou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Veja bem: o advogado da concordata me garantiu que realmente ele passaria para mim essas bases.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De novo, V. S^a é vítima?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foi isso que aconteceu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O rolo é por trás, é para lavar dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. S^a tem alguma ação contra os responsáveis?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Com certeza. Da Polos, tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou requerê-la também.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Inclusive, o advogado da falência da Polos é o que está batendo muito para passar essas bases para nós, aquelas que compramos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi essa compra?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Há dois anos e meio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse dinheiro que V. S^a pagou foi para quem?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Paguei aos donos da Polos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem são?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – São quatro envolvidos: Ricardo... Não lembro o nome dos outros, mas são quatro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando eles venderam, a empresa já estava em concordata?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Quando eles venderam para mim, a empresa já estava em concordata.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. S^a não sabia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu sabia que estava em concordata, mas tem coisas que se podem vender, porque se conversa com síndicos, fazem acordos e tira-se. Foi o que ele prometeu para mim e até hoje não tirou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ninguém compra empresa em concordata, Sr. Ari.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Como não?

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso não existe.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Em São Paulo, existe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso é rolo. O que é isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não comprei a empresa em concordata. Comprei as bases da empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que estavam em concordata. Uma empresa está em concordata e eu vou lá comprar um pedaço dela. Esse pedaço faz parte da concordata – qualquer criança sabe.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Só tem uma base nossa funcionando, que compramos da Polos, que é em Cuiabá. Das seis bases compradas, apenas uma está funcionando até hoje.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pode ser. Mas todas pertencem à mesma empresa.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Pertencem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se há uma empresa em concordata e V. S^a compra uma parte da empresa, toda ela está sujeita a entrar em concordata.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não sou advogado. Consulte o meu setor jurídico, que aprovou. O que posso fazer?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, V. S^a pagou R\$8 milhões?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o faturamento anual das empresas que estão em seu nome?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Cerca de R\$600 milhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS – São R\$600 milhões por ano?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas empresas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – São os postos de gasolina e as distribuidoras.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Acima de 200 empresas, acho que é.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a tem 200 empresas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que faturam R\$600 milhões por ano. E aquelas que estão em nome de seu filho?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não. Falo em todas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quero saber o que está em seu nome.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Em meu nome, não dá para definir quanto fatura. Alguns postos de gasolina estão em meu nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não sei ao certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a não sabe?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não sei quantos postos estão em meu nome. Mas posso averiguar e trazer para o senhor. Apresento para o senhor quantos postos estão em meu nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor sabe.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você não sabe. Cem postos, mais de cem postos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, menos, menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Cinquenta?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Acredito que são uns 30% da nossa rede. Isso dá uns 40, 50 postos mais ou menos. É. Sessenta postos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sessenta?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É

O SR. POMPEO DE MATTOS – Entre postos e distribuidoras, sessenta?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Entre postos... A distribuidora não está no meu nome. Entre

postos... O que tenho no meu nome é transportadora. O que tenho no meu nome é a transportadora e o posto só.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E no nome do seu filho?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, meu filho tem a Maxgás, tem uma distribuidora, tem vários postos de gasolina.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tem poucos também no nome dele, mais a distribuidora e a Maxi-gás, que é a de gás. Deve haver no nome dele uns dez postos de gasolina.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você se referiu ao seu filho e me veio à mente o seguinte: o seu filho de dez anos já assinou algum documento, não?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não assina. Eu assino por procuração.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Eu estou perguntando para saber: assinou ou não?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Nenhum documento?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não pode, né!

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Claro que não pode.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu assino por ele.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você assina por ele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu assino por ele.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Tem procuração?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tem. Acho que nem procuração precisa para assinar pelo filho, né.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que o senhor pôs no nome do seu filho?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu tenho toda a doação que foi feita para os meus filhos. Se o senhor permitir, poderá juntar tudo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não sei de cabeça tudo o que dei. Eu tenho um monte de telefones; dei metade para um, metade para o outro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos filhos o senhor tem?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Dois.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dois. Um filho tem dez postos, e o outro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não lembro... não lembro quantos postos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E a esposa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Também tem bastantes postos. Deve ter uns 30, 40 postos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O to tal deve dar mais de 200?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – De 200 empresas. Postos de gasolina acredito que tenha uns 150.

O SR. POMPEO DE MATTOS – 150 postos de gasolina?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Em que Estados?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – São Paulo, grande São Paulo, sul de Minas e Centro-Oeste.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse que fatura R\$600 milhões por ano?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Capital?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Capital?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o capital de suas empresas aproximadamente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O capital é o que a ANP exige para uma distribuidora, que é um R\$1 milhão. Para a Max gás, é o que a ANP exige, que são R\$10 milhões. E para os postos de gasolina não há exigência. O contrato social, de acordo com as nossas contas, mantemos o mesmo capital.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto daria esse capital aproximadamente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É baixo esse capital de posto de gasolina. Deve ser capital de R\$5 mil, R\$10 mil, R\$20 mil. Eu não sei direito. Eu não me lembro. Eu não consigo lembrar-me

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Não é o capital social, mas o valor do patrimônio, se o senhor fosse vender hoje.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Veja bem, hoje um posto de gasolina, se você acompanha São Paulo, custa dois por um. Cada litro custa dois reais. É assim que funciona o posto de gasolina.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sr. Levy Luiz Silva Figueiredo quem é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Levy? É advogado.

O SR. OSCAR ANDRADE – É advogado da empresa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Da empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu advogado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele entrou com uma ação declaratória de inexigibilidade cambial na 6ª Vara Cível de São Paulo contra os antigos contra os antigos donos do posto Hobby?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não sei que tipo de ação, doutor. Eu não sou advogado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele entrou com a ação a mando do senhor, em nome do Humberto.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – A mando meu?

O SR. OSCAR ANDRADE – É. Humberto deu a ele a procuração. O advogado do senhor. O senhor acabou de afirmar que foi o advogado do senhor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É isto que falo para o senhor. Quando as pessoas compram posto também não sabem que era morto, não é mesmo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele também não sabia. Ainda na 6ª Vara Cível da Justiça paulista existem outras quatro ações de sustentação de protesto contra João David Molospírito.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todas requeridas pelo morto.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foi na época... Por isso que surgiu o problema Hobby. Quando se comprou o Hobby – está certo, não? -, houve algum desentendimento. As parcelas foram vencendo e foram depositando em juízo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Preste atenção. O Sr. Levy é o advogado da Petroforte, é o advogado do senhor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não pensa que isso é um deboche para a Justiça do nosso País?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Veja bem! Estou dizendo para o senhor o seguinte: se o Levy também não era conhecedor de que o cara estava morto, ele tinha o direito... ele tinha que defender uma pessoa que está defendendo os nossos negócios.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou ler um trecho de um depoimento. Por favor, diga se é do senhor. “O Ailton arrendou o meu sítio, criou galinha, porco, plantou milho e depois queria comprar um posto de gasolina. Dei o dinheiro para ele começar. Ele me apresentou ao Humberto, de quem comprou um pos-

to e ficou sócio em outro. A Petroforte não tem nada a ver com essa história.” São palavras suas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Acho que não são minhas palavras. Jamais faria isso. Eu não... eu não faria isso. Mas por que não foi...

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois está aqui no jornal.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas o jornal fala o que quer. Hoje eu estou prejudicado, Excelência, pelo seguinte: a imprensa acabou comigo, destruiu. Ela fala besteira, fala o que quer e o pessoal acata. Hoje...

O SR. OSCAR ANDRADE – Na verdade, a imprensa não precisa nem falar mentira, né? No seu caso, o senhor tem relação com morto.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É um caso. Você está se apegando a um caso.

O SR. OSCAR ANDRADE – A imprensa nem precisa inventar nada, nem precisa colocar palavra na sua boca. Só falar a verdade mesmo está bom, fica acabado.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas o que aconteceu comigo podia acontecer com qualquer outra pessoa normal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, não acontece com qualquer pessoa normal não.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu acho que acontece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós vamos caçar neste País aí quantas pessoas tiveram negócio com morto. Vá mos ver quantas. Se há alguma pessoa normal que tem negócio com morto há 44 anos. Qualquer pessoa normal tem relação com morto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não tinha relação com morto. Eu tinha relação com vivo. Eu tive relação com advogado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi procurado por algum Deputado da CPI do Narcotráfico, em sigilo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não afirmou isso também em jornal?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não. Eu não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que dois Deputados queriam encontrar com o senhor fora da CPI?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, eu não afirmei isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas está no jornal.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O jornal coloca o que quer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não processou o jornal?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Como?

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é a Prince Partner?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Prince Partner? É uma empresa duma pessoa que entrou para operar, arrendando uma usina em Ribeirão Preto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual pessoa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O nome dele se chama José Antônio.

O SR. OSCAR ANDRADE – E qual a relação que ele tem com o senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É meu conhecido só, meu amigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sócio?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa Prince Partner não é do senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, de jeito nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da maneira das outras?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O morto também é sócio dela.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tudo isso aconteceu antes do Posto Hobby. Tudo isso que o senhor está dizendo aconteceu antes do Posto Hobby. Depois do Posto...

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sr. Humberto Duarte Lopes figura também como responsável pela Prince Partner Empreendimentos e Participações Ltda, que arrendou duas fazendas sucro-alcoólicas na região de Ribeirão Preto, que são as usinas Santa Lúcia e Nova União. Você conhece?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exato, conhecido.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem que é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Dos Biagi.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor tem o que nessa história?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Dos Cury, desculpe.

O SR. OSCAR ANDRADE – E qual a história que o senhor tem nessa aí?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, essa usina aí foi arrendada para fazer, na safra passada...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem arrendou? Foi o senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, eu toquei a usina Sobar. Nós compramos a cana pela Sobar e moemos lá. Nós compramos a cana e moemos nessa usina.

O SR. OSCAR ANDRADE – O outro representante é o Airton de Freitas, seu caseiro.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desculpe, seu arrendatário.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto custa uma usina?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Uma usina, para arrendar uma usina dessa aí, que devia um bilhão ou mais do que isso no mercado, não custa nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não custa. Você tem que colocar lá, reformar e pôr ela para operar. Não tem preço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto custa reformar?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Uma usina normal hoje, a minha usina, por exemplo, que eu tenho, ela custa 100 milhões.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cem milhões?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa custou quanto para o Airton? O Airton ficou rico rápido, hem?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Como que ficou rico?

O SR. OSCAR ANDRADE – Dum arrendamento de um sítio do senhor, outro sítio, comprou um punhado de posto que o senhor ajudou. O senhor disse aqui e agora já está também...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu estou dizendo para o senhor o seguinte: que toda vez que tinha um negócio complicado, nós usávamos uma pessoa de confiança nossa, e o Airton é uma pessoa de confiança minha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então esse era um negócio complicado também?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Também complicado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí usa um “laranja”, desculpe, eu esqueci o nome...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Laranja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sinônimo de “laranja”.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas em todos esses lugares que foi usada aí não deu um centavo de prejuízo para ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – Algumas ações judiciais informam que houve um grande golpe no caso, com a venda de equipamentos, veículos e produção, deixando ao desamparo os trabalhadores, fornecedores e os ex-proprietários. O que você explica disso, por favor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu explico para o senhor o seguinte: essa usina aí estava há sete meses sem fazer salário para os funcionários, fomos nós que fizemos o salário dos funcionários – sete meses, 13º, fundo de garantia, tudo, tudo, tudo. Sete meses, nós entramos nessa usina em maio, parece, não me lembro direito, maio ou abril, não me lembro direito, tudo nós pagamos, nós acertamos tudo, a situação deles.

O SR. OSCAR ANDRADE – Saiu limpinho?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Os funcionários...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é dono dela ainda?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, nós arrendamos para uma safra só, e não conseguimos fazer meia safra. Nós arrendamos para uma safra...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas pagou tudo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Todos os empregados foram pagos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer que você teve prejuízo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, todos os empregados nós pagamos, todos os fornecedores nós pagamos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Então o senhor não conseguiu cumprir o objetivo, que era a safra, e pagou funcionário...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, veja bem, só não cumpri o objetivo da safra inteira é porque cada litro de álcool que se colocava dentro de um tanque, vinha um oficial de justiça e arrestava. Cada hora que estava uma turbina fazendo açúcar, vinha um oficial de justiça e queria arrancar a turbina de lá. Cada saco de açúcar que estava lá, vinha um oficial de justiça e queria levar embora. Por quê? Quando o cara arrendou para nós, ele não abriu todos os débitos que existiam. Aí quando estava lá dentro é que existia mais de um bilhão de débito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor não sabia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Numa usina, você demora...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor, um empresário desse porte, que tem tantas empresas, o senhor não sabe fazer um levantamento de débito?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Veja bem, numa usina dessa aí você não faz uma auditoria em seis meses, e a safra estava prestes a começar em quinze dias. Não tinha tempo hábil...

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha urgência?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não tinha tempo hábil de fazer auditoria. Então, o que aconteceu? Nós...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Veja só que curiosidade, Sr. Ari Natalino, peixe morre pela boca e homem pela palavra.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas eu tenho uma usina.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse para ele e ele para o senhor – está escrito e estamos acompanhando – que quem arrendou foi o Airton de Freitas.

O senhor foi indo, foi indo e disse “não, quem fez o salário fomos nós”.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas foi. Desde o princípio estou falando que usei o Airton, não estou falando que estou usando o Airton agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nós significa o Sr. Airton? Nós não é o senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu, na usina. Eu usei o Airton na usina.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, a usina quem comprou foi o senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Arrendamos para uma safra.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem arrendou foi o senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor arrendou e usou o nome de um “laranja”? E deram o golpe lá vendendo...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não demos golpe. O senhor pode levantar, eu faço questão, é isso que mata tudo e, por isso, que a minha vida está complicadíssima porque “deu golpe, roubou, matou, roubou caminhão de gasolina”.

Não é isso não. Eu nunca roubei caminhão de gasolina, nunca roubei ninguém e nunca dei desfalque

nessa usina. O senhor pode, por favor, levar em Ribeirão Preto e verificar se tem desfalque nessa usina.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos em etapa por etapa e o senhor vai ver que fica claro, mas o senhor diz uma coisa e acaba se entregando: “não, foi ele que fez. Ele que arrendou”. E, agora “fomos nós”. Está bom. Foi o senhor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Estou dizendo que, em princípio, usamos o nome do Airton.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Petroforte também deu procuração para o Sr. Heleno?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Se ele era advogado da Petroforte, com certeza absoluta, deu. Ele foi advogado da Petroforte tanto tempo e foi dada procuração a ele, senão, jamais poderia fazer qualquer coisa para a Petroforte.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não entrou com nenhuma ação contra o Heleno, o senhor disse. A Petroforte também não?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, porque não houve prejuízo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esta é a primeira vez que vejo vítima ficar “deixa para lá, o que é que tem?”

O SR. ARI NATALINO – Veja bem: esse posto Hobby, com certeza absoluta, nós recuperamos ele, acertamos e vai vir para nossas mãos porque o posto foi pago.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi usado, Sr. Ari, de maneira esdrúxula. O senhor foi usado com o nome de um morto por um advogado seu, por um procurador seu e o senhor está preocupado somente com a recuperação do posto Hobby.

O senhor está falando de imagem, da imagem pública da sua empresa, dos seus filhos, das suas esposas, de seus parentes, o tempo inteiro o senhor está falando em imagem, que a sua imagem foi destruída. O senhor não se preocupou com a imagem de uma pessoa que está trabalhando com o senhor até hoje, o Heleno, vigarista que está usando...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não está trabalhando até hoje.

O SR. OSCAR ANDRADE – Até quinze dias passados estava.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Está conversando comigo para ver se resolver o problema.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele usa o nome do irmão morto há quarenta e quatro anos e o senhor não se preocupou com a sua imagem, não moveu uma ação contra ele, não fez nada contra ele.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu tenho um departamento jurídico bastante forte e acredito que vão tomar as providências na hora certa. Talvez não chegou a hora de fazer. Se tenho um departamento jurídico, pago um departamento jurídico forte, eles têm que me orientar com a hora certa de entrar com essa ação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Apos to que não vai chegar nunca a hora. Aliás, quero, Sr. Relator, só reforçar que coisa curiosa.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu departamento jurídico é forte mesmo. Eles estão aqui com um **habeas corpus**. Nunca vi um negócio desse na minha vida.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Se o senhor não acreditar no médico que fica aí, fica difícil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não estou falando de médico, não.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Se eu consigo isso aí é por causa do meu estado de saúde.

O SR. OSCAR ANDRADE - Eu até requeiro, Sr. Presidente, alguma ação da CPI de infor mação ao Sr. Ministro Sepúlveda Pertence do que ele fez porque, na verdade, o senhor deveria sair preso daqui. Isto é um absur do. O se nhor não con se gue explicar nada, é tudo uma mentira, uma canalhice o que o senhor está fazendo. O senhor vem até com um documento de Mi nis tro des te País se gu ran do o se nhor. Isto é um absur do.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu acho que se fosse...

O SR. OSCAR ANDRADE - Este País não pode passar por isso dessa forma.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Se o senhor não tiver um pouco de paciência comigo, vou pedir porque realmente não prossigo.

Quer ia con tin uar, mas vou pedir para ir embora por que não con si go e acho que não pos so ser hu mi lha do a esse pon to no es ta do de sa ú de em que es tou.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não vai embora não, o senhor vai ficar aí.

O SR. – (Inaudível)

O SR. OSCAR ANDRADE – E o se nhor vai fi car ca la do.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não vai, não vai, não vai embora.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor vai fi car ca la do. Foi au to ri za do ele, pela or dem, pelo Sr. Pre si den te. O senhor, por favor, fi ca ca la do.

O SR. JOÃO FELIPE – Vou pedir uma questão de ordem então.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como Presidente, por favor.

O SR. JOÃO FELIPE – Se continuar essa tortura psicológica com o meu cliente, vou pedir para suspender os trabalhos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tortura é a nação brasileira...

O SR. JOÃO FELIPE – Eu quero pedir a presença do Presidente da OAB aqui porque, como Advogado, estamos sendo desacatados aqui. Esta é uma questão de ordem. Acho que temos que moderar. Existe um Código de Processo Penal, existe respeito, ele está aqui como testemunha e não como acusado, a não ser se inverter a questão de parte aqui. Ou ele é acusado ou ele é testemunha. Porque, se ele for acusado, ele vai exercer o direito constitucional. E inclusive eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Como é seu nome, doutor?

O SR. JOÃO FELIPE – Dr. João Felipe. Eu queria um aparte para o meu cliente, inclusive, neste momento. Estou pedindo à CPI um minuto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Dr. João Felipe, que ro di zer a V. S^a que tor tu ra não existe aqui. Nós é que estamos sendo torturados por uma saraivada de mentiras que ele está praticando. E a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito, diz... acho que V. S^a tem cópia dela aí, não tem?

O SR. JOÃO FELIPE – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Então, pronto. A Lei 1.579 diz: “Constitui crime impedir ou tentar impedir, mediante violên cia ou ame aça, o regular funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito”. Quer dizer, ele está obstruindo, não está contribuindo. Está certo? De forma que vamos continuar, já o ouvimos, democraticamente demos a palavra a V. S^a, e vamos continuar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pois não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quero registrar aqui, exatamente sobre o que V. Ex^a acabou de ler, ele fez uma ameaça à CPI, fez uma ameaça a nós todos aqui.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor mesmo. Ele disse que, se con tin uas sem per gun tan do do

jeito que estavam perguntando, ele ia levantar e ia embora.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Minha saúde está complicada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso é uma ameaça.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou pedir ao senhor que fique calado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Senão, peço a retirada.

O SR. JOÃO FELIPE – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Só quem tem autorização para se dirigir à Mesa é V. S^a.

O SR. JOÃO FELIPE – Exatamente. Vamos manter o mesmo princípio.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pois não.

O SR. JOÃO FELIPE – Vejo um certo tumulto na forma que está se procedendo o interrogatório. Uma repetição...

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, vou me retratar e vou conduzir de forma...

O SR. JOÃO FELIPE – Estou com a palavra, é uma questão de ordem, Excelência, por favor.

Vejo uma repetição de perguntas sobre o mesmo tema, o meu cliente vem respondendo, vem atendendo as exigências todas que vocês estão colocando.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ele está passando por algum constrangimento?

O SR. JOÃO FELIPE – Está, está.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Está? E os processos pelos quais ele responde? Isso não é constrangimento, não?

O SR. JOÃO FELIPE – Tudo que está sendo perguntado é objeto...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Que constrangimento?

O SR. JOÃO FELIPE – Excelência, por favor. Tudo que está sendo perguntado já é objeto de investigação, de inquérito em ações penais, inclusive vários casos levantados já têm resultado de julgamento absolvendo meu cliente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – V. S^a não pode podar e nem querer dirigir as perguntas que sejam feitas pelos Deputados.

O SR. JOÃO FELIPE – Mas ele não pode ser investigado duas vezes pelo mesmo fato, Excelência!

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele está sendo investigado pela CPI.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não procede...

O SR. JOÃO FELIPE – E o Judiciário está desprezado pela CPI?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Judiciário tem suas instâncias e a CPI tem suas instâncias também.

O SR. JOÃO FELIPE – Então, a CPI está passando por cima do Judiciário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ela tem direito, doutor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem que ler e se informar.

O SR. JOÃO FELIPE – Doutor, lá na OAB a gente conversa, porque o senhor é advogado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tem problema.

O SR. JOÃO FELIPE – O senhor está me mandando ler e o senhor vai ler também lá na OAB.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu vou ler também, não tem problema nenhum. Lemos juntos.

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. JOÃO FELIPE – Sr. Presidente, mais uma questão de ordem.

Eu poderia ter um particular com o meu cliente?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Por enquanto, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Agora, não.

O SR. JOÃO FELIPE – Eu gostaria que registrassem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não tem problema, está registrado.

O SR. JOÃO FELIPE – Está tudo registrado?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Está registrado.

O SR. JOÃO FELIPE – Então, ao meu cliente, que não fale mais nada e...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não pode falar isso, não.

O SR. JOÃO FELIPE – Posso, sim senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não existe contraditório.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não pode, não senhor.

O SR. JOÃO FELIPE – E que siga o preceito constitucional.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não pode, não senhor.

O SR. JOÃO FELIPE – E que siga o preceito constitucional. Posso sim senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não pode, não senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, acabamos de receber uma grave ameaça, aqui, de desrespeito e quero que isso conste nos Anais, de desrespeito à CPI, quando ele disse que vai se levantar e vai embora.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, bem, bem, desculpa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só um pouquinho.

A CPI não pode prendê-lo infelizmente – infelizmente a CPI não pode prendê-lo –, em função de que existe uma ordem do Ministro e sabemos respeitar a lei e a determinação legal. Agora, ele fez uma ameaça, uma ameaça velada de que ia levantar e ir embora.

Quero dizer, Sr. Presidente, pe dir a V. Ex^a, in clu sive pedir aqui à segurança da Polícia Federal, que, enquanto a CPI estiver aqui reunida, que ele não le vante desse banco, a não ser com autorização da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Está definido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Este é o dever dele. Seria o maior vexame, Sr. Presidente, para o Congresso Nacional vir aqui uma pessoa prestar depoimento e, num determinado momento, pegar, le van tar, ir em bo ra e fi car dan do ri sa da do mun do. Se ria o último do último do ridículo. E é isso que ele quer, isso que ele ameaçou fazer à CPI. Então, que ro mu ita atenção na condução do processo daqui para frente, até porque ele está muito bem instruído por quatro advogados. Aliás, talvez, possamos compreender, porque o advogado anterior dele lidava com morto, agora ele conseguiu uns mais vivos. Os outros lida vam com morto. Agora o senhor tem uns advogados que sabem melhor, podem lhe ajudar melhor, podem ser seus escudeiros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Posso prosseguir, Sr. Presidente?

O SR. POMPEU DE MATTOS – Quero só, Sr. Presidente, fazer uma pergunta aqui, porque fiquei curioso.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Posso falar? A intenção – o senhor me desculpa se o senhor rece-

beu como ofensa isso aí – é que o mé dico mes mo me orientou que, se eu não estivesse passando bem, eu podia pedir a ele e ir embora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor pode pedir um médico.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora, levantar e sair o senhor não pode.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Agora, veja bem: se es tou aqui, in sis ti para que eu seja ou vi do. Eu não iria embora daqui sem acabar esta CPI. Eu falei o seguinte: do jeito que ele está gritando comigo, do je i to que ele está falando comigo... Meu estado emocio nal, diante da minha doença, é muito complicado. Não vou perder minha vida aqui exatamente porque...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem quere mos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O senhor tem um médico que sabe meu estado de saúde e que realmente disse para mim que se eu não estiver me sentindo bem, para falar com ele e ir embora. Se eu fosse ouvir meu médico e minha família, eu não viria aqui, ainda mais tendo uma liminar nas mãos para não vir. Eu quis vir. Não estou desacatando. Descul pe-me se o senhor entendeu dessa forma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Des cul pe-me, o senhor não precisava vir. Se o se nhor veio, tem que fi car.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não vai dar desculpa para sair, a CPI não pagará esse “mico” de jeito nenhum.

Vou retomar, Sr. Presidente. Fico impressionado com as ameaças do doutor: “Vou me encontrar contigo na OAB.” Isso é uma ameaça velada de um outro colega. É mais uma ameaça velada que recebi de um colega advogado. “Vou me encontrar contigo na OAB.” Essa é mais uma ameaça velada do emi nente advogado.

O SR. JOÃO FELIPE – Dizer que vai processar alguém não é ameaça. Representar alguém não é ameaça, vou-lhe encontrar na OAB, porque você não foi ético nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não foi concedido aparte a V. S^a.

O SR. JOÃO FELIPE – Pois não, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não disse que iria processar, disse que iria me encontrar na OAB. Disso dá para entender muita coisa. Aliás, o senhor está sendo muito antiético no seu comporta mento.

S. Ari Natalino, o senhor não sabia que Humberto Duarte Lopes era um morto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não sabia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor tinha confiança no Heleno?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tinha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor tinha como seu funcionário o Levi?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Que era o nosso jurídico.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que é o seu jurídico. E o Levi conhece o Heleno.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Conhece o Heleno.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então veja o seguinte raciocínio: o morto Humberto passa uma procuração para o Heleno, até aí compreensível, pois o Humberto é irmão do Heleno e o Heleno é o morto do Humberto. Quer dizer, o Heleno sabe que o Humberto está morto, mas esconde o jogo, digamos assim. Até aí, compreensivo, o senhor e o Levi não sabem, nem tem por que saber, porque o Levi é o advogado e assina. Curiosamente o senhor não teve a curiosidade de querer saber quem era o Humberto, na conta de quem depositou 600 mil, aceitou que o Humberto fosse procurador das suas empresas, enfim, coisas do gênero, mas o senhor não sabia. E quando o Levi passou a advogar para o Humberto... Sou advogado e aqui há quatro advogados. Para eu advogar para alguém, tenho que receber uma procuração, no mínimo conhecer a pessoa. Vou advogar várias ações e não conheço meu cliente? São várias ações que o Levi Luís Silva Figueiredo, OAB nº 153.147, entrou em nome do Humberto. Como o Levi, seu funcionário, seu chefe jurídico...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas entendo que todas essas procurações com que ele entrou foram antes de saber que existia esse problema. Depois disso nunca mais se entrou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estou falando antes nem depois, quero que imaginemos, não interessa se sabia ou não. Como é que eu vou advogar várias ações para uma pessoa que eu não conheço?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É isso que eu quero dizer, se o Heleno chegava lá com os instrumentos de protesto, para sustar o protesto, que ficavam na mão do Levi para ele fazer a sustação, não era necessária a presença do Humberto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como o Humberto passou a procuração?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O Dr. Heleno deve ter levado para ele assinar, que ele mesmo assinava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que ele mesmo assinava.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Veja bem, tudo ocorre dentro da sua empresa. Quer deixar claro que o que o senhor disse tem um valor relativo, mas o que parece tem que ficar claro, isso tem que ficar explícito. Ocorre tudo dentro da sua empresa: o Heleno é o seu advogado e o Levi, seu chefe jurídico, ou seja, os dois são seus advogados, um mais pessoal – digamos assim – e outro mais geral, por que é o chefe jurídico das suas empresas. O Heleno advoga para o irmão dele morto e depois consegue fazer com que o Levi também advogue para o irmão dele morto, o Humberto. E todos eles na sua empresa e o senhor é o último a saber?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Só soube na época do Hobby. Não soube antes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem o Levi sabe nada?

O SR. ARI NATALINO – Veja bem, eu fico até um mês sem ter contato com o meu jurídico.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem o Levi sabe nada?

O SR. ARI NATALINO – V. Ex^{as} vão chamar o Levi aqui. É a hora de perguntar para ele como é que

O SR. POMPEO DE MATTOS – É impressionante, não?

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele depositou R\$600 mil.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas não foram R\$600 mil de uma vez. Foram R\$600 mil em pedaços que foi levantado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que seja.

O SR. POMPEO DE MATTOS – R\$600 mil de pedaço em pedaço?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pior ainda, porque cada vez tira assim, mas para o morto? Onde é essa pessoa.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Se eu soubesse, não depositaria para um morto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixa eu prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com a palavra o Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é Rui Alberto Retes mesmo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O antigo proprietário da Sobar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto o senhor pagou a ele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Pela usina?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – A transação da usina foi na casa de trinta e poucos milhões...

O SR. OSCAR ANDRADE – Aquela usina que estava em concordata?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não. É uma usina que eu tenho. É minha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Hoje. Está no nome do senhor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Está no nome do Eric e da Débora.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Eric é o de 10 anos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, 21 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – E da Débora...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Débora, minha mulher.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto o senhor pagou, o senhor lembra?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Trinta e poucos milhões.

O SR. OSCAR ANDRADE – A polícia de Espírito Santo do Turvo, região de Bauru, apreendeu dois caminhões roubados que estavam pintados com as cores da Distribuidora Petroforte. O que o senhor sabe sobre isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Todos os caminhões da usina são pintados com o padrão da Petroforte. O que ocorreu foi o seguinte: compramos essa usina dia 1º de maio, há três safras atrás. Tínhamos de funcionar essa usina dia 10 de junho. Tínhamos exatamente 40 dias para fazer toda a reforma da usina, toda a reforma dos equipamentos, das máquinas agropecuárias, da frota. Quando chegamos à usina só tinha caminhão sucateado, não tinha caminhão inteiro. Então o que fizemos? Para arrumar os tratores, para arrumar os caminhões e para comprar uma nova frota tinha um tempo muito pequeno. Então o que fizemos? Cotamos na região o pessoal de compra da usina, por que não troquei a diretoria da usina. Só compramos a usina. Só nós entramos na usina, está certo? Todo o resto do pessoal continuou na usina. Então foi pedido para eles que buscassem mecâ-

nicos de tudo quanto é lado para que realmente conseguíssemos consertar toda a frota e conseguíssemos começar a fazer a safra de 1,5 milhões de toneladas dia 10 de junho. Então veio mão-de-obra terceirizada de todo lado. Quando chegou no dia 10 de junho, tinha parte, quase que a totalidade da frota em ordem. E os caminhões novos, compramos mais 50 caminhões novos para fazer aquela safra, e um desses mecânicos pegou dois caminhões 2219 que estava sucateado com cabine danada, motor, câmbio, ele falou assim: esses dois vou levar para fazer a minha oficina". Pegou tudo que pertencia ao caminhão...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foi esse?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Chama Alexandre. Lembro porque acompanhei essa situação depois. Então ele pegou esses dois caminhões e levou para arrumar esses caminhões. Passou um ano para arrumar esse caminhão. Na safra desse ano passado, ele pegou e trouxe um caminhão. O que eu fiz? Li guei para o meu gerente de frota. Não vou à usina. Passo um mês, dois meses sem ir à usina. Tem lá um estafe completo que toma conta daquela usina. "Está chegando um caminhão que foi reformar, você confira o caminhão, vê se está em ordem..."

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor ligou pessoalmente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu liguei pessoalmente. Liguei para o meu gerente na usina.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na usina, que o senhor o comprou por R\$30 milhões, que o senhor tem todo o estafe para administrar, nesse caso do caminhão o senhor ligou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas veja bem: quer dizer que eu teria que ir na usina para receber o caminhão? Um caminhão que custa R\$15 mil?

O SR. OSCAR ANDRADE – Acho que um negócio desse tamanho o senhor não precisava nem saber!

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas fiquei sabendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele comprou 50 caminhões novos e se preocupou com um que vale R\$15 mil!

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não. Espera um pouquinho. Não me preocupe. Toda a preocupação. Para gastar um centavo naquela usina tem que ter um visto meu! Um centavo, uma moeda! Para ter uma moeda lá tem que ter um fax meu aprovando. Então o cara estava pedindo o pagamento, passou um fax para pagar o mecânico. Está tudo em ordem. Eu paguei o mecânico! Paguei com cheque

meu, conta particular minha, peguei e mandei para o conserto do caminhão. Quando ele trouxe o segundo caminhão, o delegado de Espírito Santo do Turvo – a usina mantém a cidade inteira. Espírito Santo do Turvo tem 3.000 habitantes e os 3.000 habitantes trabalham na usina. Então o que aconteceu? O delegado da cidade ligou para mim e falou: “Ari, está tendo uma denúncia que existe no meio de sua frota um caminhão roubado.” Eu falei: “Dou tor, fique à vontade para levantar tudo que estiver lá usina.” Logo em seguida, um mês depois...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Qual é o nome desse delegado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não lembro o nome do delegado. Só tem um delegado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era da cidade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Espírito Santo do Turvo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Foi quando isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foi na época desse incidente com esse caminhão, que aconteceu esse problema lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não lembra a data?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não lembro a data.

O que aconteceu? O rapaz veio e entregou o segundo caminhão. Veio para lá. Começamos a pôr o caminhão no padrão, porque o caminhão veio fora do padrão, e pôr nas cores, porque caminhão de cana, esses caminhões são muito roubados. Se não pôr o padrão, o caminhão é roubado. Quando chegou o segundo caminhão, o pessoal do Espírito Santo do Turvo, a pedido do Delegado de Piracicaba – não sei direito -, foi para a usina e detectou que esses dois caminhões que esse Alexandre entregou lá eram roubados. Levou para a Delegacia para fazer perícia, ficaram lá dois ou três meses, fazendo perícia. Realmente, foi constatado que o caminhão era roubado. Apesar disso, a pessoa que vendeu os caminhões foi presa em Espírito Santo do Turvo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Alexandre?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Alexandre.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi preso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foi preso.

Então, ele mesmo confessou que ele pegou o caminhão, que ele remarcou os chassis, que ele levou o caminhão para lá.

Então, eu peguei dois caminhões. Cada caminhão que comprei custa cento e poucos mil. Jamais

eu ia pegar um caminhão de R\$15 mil reais, roubado, para colocar lá dentro. Jamais ia pintar no meu padrão. Também se eu soubesse que o caminhão era roubado, quando o Delegado me ligou, falando que tinha o caminhão lá dentro, se eu soubesse que era roubado, eu ia tirar o caminhão de lá. Eu não sabia. Eu mandei ele ir lá e ficar à vontade para levantar todos os caminhões que estavam lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece o Antônio Pereira Souza Rocha?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu falei, no começo, que é uma pessoa mais que meu irmão. É um amigo seu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Amigo seu?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que ele é seu, além de amigo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Ele que compra os postos, ele que faz corretagem de postos de gasolina.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele é sócio seu também?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Em alguns postos, ele é sócio, no Centro-Oeste.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em vários postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É, vários postos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos? Vinte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Acho que, no Centro-Oeste, devem ser sete ou oito postos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só no Centro-Oeste. E em Ribeirão Preto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Em Ribeirão Preto, ele não é sócio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na região, ele não é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E da sua esposa, Débora?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Nada. Só amigo mesmo. Ele é português.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei que ele é português. Ele não é sócio?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em relação ao que o senhor está contando, o Alexandre José Poncini contou para a Polícia como funcionava, que tinha um esquema lá de carro.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu desconheço. Lá na Sobar, a única coisa que aconteceu de estranho foi essa situação. Se o senhor questionar o Delegado da cidade, ele é sabedor, porque ele me avisou, com quinze dias de antecedência, que ele ia lá, fazer uma...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele disse que os caminhões eram entregues em Espírito Santo do Turvo e também em Ribeirão Preto.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não. A mesma pessoa...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E que o português...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não. A mesma pessoa, que é esse Alexandre, que fez manutenção na Sobar, também fez manutenção em Ribeirão Preto. Só que esse caminhão, que ele entregou na Sobar, ele entregou após a manutenção de Ribeirão Preto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele revelou à Polícia – isso nós vamos conferir, não estou lhe questionando agora, só estou lhe afirmando – que tinha um esquema que era encomendar um roubo de caminhão, tendo caminhão que era entregue lá em Ribeirão Preto, e quem intermediava a receptação dos caminhões roubados era exatamente o português Antônio Pereira Souza Rocha.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso eu desconheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que é o seu amigo, o seu sócio.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É meu amigo, mas eu desconheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que é, como o senhor disse, como ir mão seu. Mas só para o senhor ver que a CPI tem informações. Sr. Ari Natalino, aqui é só o começo. Hoje é só o começo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos aprofundar essas investigações, porque são tantas as questões levantadas em relação ao senhor, são tantas as acusações, tão graves, tão pesadas, tão profundas que não adianta o senhor brigar conosco...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu não tenho nada contra o senhor. Nem conheço os advogados, não conheço nenhum deles. Não tenho absolutamente nenhum interesse. Não tenho o rei na barriga, nenhum de nós tem. Não somos justiceiros. Só queremos clarear essas coisas.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Para o senhor ter uma idéia, uma pessoa que tem oitocentos veículos que nem eu tenho não precisaria acrescentar à minha frota dois caminhões de R\$15mil.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pela lógica, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pela lógica, não. Até lhe compreendo e digo que, de novo, o senhor é vítima. O senhor...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – ...em depositar 600 mil em conta...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu deposei e paguei. Eu paguei na conta dele. O outro, eu não paguei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor é vítima que deposita 600 mil na conta do morto. O senhor é vítima porque o senhor passa procuração para o advogado que a passa para o morto. O seu advogado é irmão do morto e passa todos os negócios para o nome desse morto. O seu advogado consegue fazer com que seu outro advogado passe também a ser advogado do morto.

O SR. OSCAR ANDRADE – É vítima na compra de usina.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor é vítima na compra da...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não fui vítima na compra da usina.

O SR. OSCAR ANDRADE – Passaram o senhor para trás?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu comprei uma usina da Nova União. O que aconteceu? Eu comprei a usina, moí a minha cana e tirei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, na Pólo Brasil Distribuidora.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Pólo Brasil, eu comprei as bases. Interessava-me, na época...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor é vítima aí também?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não tive prejuízo nenhum até agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas, pelo que o senhor sugeriu, vai ter. Se quebrar tudo, vai ter um prejuízo de R\$8 milhões.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Se quebrar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, nós queremos esclarecer.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora, o senhor é vítima aqui também, dizem do que alguém colo-

cou dois carros, vendeu dois carros para o senhor lá, que eram roubados ...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não ven deu, consertou. Para mim, foi para fora da usina, para fazer o conserto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas como é que estava lá na usina se era roubado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas não era roubado. O aconteceu foi seguinte. É porque o senhor não leu o depoimento da Polícia lá de coisa. O que eles fizeram foi o seguinte, que eu entendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Elestrocaram?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eles levaram o caminhão embora, o chasis, roubaram um outro e remarcarum um outro chasis para trazer para lá. Isso que eu entendi que aconteceu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, de novo, o senhor é vítima. Só esse que o senhor disse que teria feito isso disse na Polícia que, na verdade, isso é um esquema. Não é só esses dois caminhões, tem vários outros casos ...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Agora, quando teve a Comissão Parlamentar de Inquérito, lá em Campinas, o Delegado lá de Paulínia, para um pouco mais de humilhação, pegou dez caminhões nossos e levou para a delegacia e deixou lá, por um mês, padronizado, chamando o perito de Campinas. Ele já chamou outras vezes esses caminhões, só que ele que perdeu o laudo da perícia e trouxe lá de volta. Já devolveu o caminhão para lá. Então, tenho 800 veículos que estão à disposição da Justiça a qualquer momento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perfeito. Estou lhe compreendendo. Examinou 10 em 800 é um pouco de mais de 1%.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Um detalhe: os meus caminhões são todos comprados zero quilômetros. Alguns de quando comecei minha vida é que são aqueles velhinhos que estão lá, que eles sempre pegam esses velhos que estão lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos em frente. O Sr. Relator quer retomar? O senhor pode retomar, porque, depois, tenho outros questionamentos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bem. Com relação a uma certidão negativa de débito falsa relativa a tributos federais que foi utilizada junto à ANP e é um inquérito a que o senhor responde, o que o senhor me explica disso aí? Antes disso, a quantos inquéritos o senhor responde? A quantos processos o senhor responde ou já respondeu?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – De 27 processos, 24 estão arquivados; tem três em andamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bem. Então, vamos falar aqui da certidão negativa.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Da certidão. Estranhamente, se não me engano, é setembro de 2000, não me lembro da data direita, a ANP foi à nossa base em Paulínia e lacrou a minha base. Não só a minha base, mas lacrou naquele dia 20 bases. No Brasil inteiro, foram 20 bases; em Paulínia, foram 5 bases lacradas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exatamente por causa das certidões. Tinha uma Portaria 29, que tinha de ser cumprida, e quando foi cumprida por nós, era um departamento que trabalha junto comigo, não sou eu que tiro certidão da empresa com certeza absoluta. Acho que eu tenho tantos afazeres lá que não fico nesse departamento, correndo atrás de órgão para tirar certidão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas para comprar um caminhão de R\$14 mil, o senhor cuida?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não. Liberei o pagamento do caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas uma certidão? Uma coisa dessa importância não é o senhor que cuida?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não. Para liberar R\$100,00 também passa por mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode seguir.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Então, aconteceu o seguinte: para tirar essas certidões, foi passado para um departamento que nós temos, que hoje inclusive mantém esse departamento, porque a ANP tem um departamento, que é de Cicafe, que tem, de três em três meses, atualizar as certidões. Então, dessa data, quando foi a primeira vez que tirou a certidão, o pessoal tirou essa certidão, e encaminhou para a ANP. Nesse caso, quem era o encarregado para tirar essa certidão se chamava Adjmir Simões Ferreira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Adjmir Simões Ferreira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era o Adjmir.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Ele era o responsável de tirar essas certidões aí, só que, na véspera, no último dia para se entregar essas certidões, foi entregue por parte, o Simões parou de traba-

lhar, montou uma empresa para ele, saiu, não veio mais trabalhar com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – No último dia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – No último dia. Era para entregar no dia tal. Naquele dia, ele não veio mais, e tinha um monte de certidão para ser entregue. O que aconteceu? Pegou-se uma pessoa que estava lá, que substituiu ele, montou-se o processo e foi para a ANP e entregou as certidões.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como se chamava essa pessoa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Antônio do Carmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é que ele está?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Trabalha comigo até hoje nesse departamento. Aí o que aconteceu?

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí o Antônio do Carmo assumiu as funções do Adjmir?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Assumiu a função dele, juntamente com Márcio Natel, que é outra pessoa que está na Comissão Parlamentar de Inquérito também. Aí o que aconteceu: entregaram-se as certidões, passou-se um tempo. Foi analisada essa certidão pela ANP e detectou que realmente havia uma certidão federal e uma estadual falsa e lacrou a minha base. Vou falar no caso da minha base; lacrou a base.

Peguei e entrei com uma liminar. Consegui abrir a base com uma semana; quando chegou na outra sexta-feira, cassaram-se as liminares. Não é possível viver nessa situação. Eu fui para Brasília falar com Júlio Colombi, que era Diretor da ANP: “Sr. Júlio, o que tenho de fazer para legalizar a situação dessas bases minhas?” Ele falou: “Ari, o que está acontecendo aqui agora...” Ele foi buscar o processo junto com as pessoas. O Ricardo era o assessor dele. Trouxe as certidões e disse que tinha duas certidões falsas: uma federal e outra estadual. Não pude acreditar que tinha certidões falsas. Ele me falou: “Ari, você tem que resolver isso”. Falei: não vou resolver mais juridicamente, quero resolver isso administrativamente. Ele pediu: “Vá a São Paulo e tire a certidão”. Fui para a Receita Federal e retirei a certidão. Não tínhamos débitos de INSS, então não justifica arrumar uma certidão falsa. Quando eu cheguei na Receita...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas e as duas falsas que estavam lá?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tinha duas falsas, mas não fui eu que tirei. O nosso departamen-

to era que tirava. Como surgiu essa certidão falsa não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – E não procurou saber?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Procurei saber.

O SR. OSCAR ANDRADE – Resolveu administrativamente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Primeiro, tinha que resolver o problema da minha base. Tinha que abri-la. Tínhamos trezentos postos de gasolina que dependiam daquela base. Então, fui à Receita Federal e tirei uma certidão normal, sem qualquer débito, pois nunca devemos imposto federal. Fui também ao Estado tirar uma certidão positiva, com efeito negativo. Em três dias nossa base estava regularizada, aberta.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor não procurou saber do seu funcionário por quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O que disseram pra mim? Que teriam tirado o serviço e que receberam de fora a certidão dessa forma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem, lá fora, fez a certidão?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não me lembro, agora, o nome do despachante.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor o pagou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foi pago. Foram R\$2.500,00.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem pagou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu paguei. Foi cheque nosso que saiu para pagar as certidões.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pagou para o despachante?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Para o despachante.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde está o despachante agora?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tem o endereço do despachante no processo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dá para o ouvirmos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Com certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor o conhece?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não conheço. É o que falei: não vou atrás de tirar as certidões. Tem um departamento que tira certidões.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor foi atrás de tirar certidões depois.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Fui sozinho porque estava com uma base com trezentos postos parados. Eram duas mil pessoas paradas. Tinha que sair correndo atrás. O prejuízo era incalculável.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De novo o senhor é vítima?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Infelizmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só vítima, uma grandevítima.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Se V. Ex^a vir o processo da ANP... Por que eu tiraria uma certidão fria? O que eu ganharia para tirar uma certidão fria? Qual seria o motivo? Lacrar uma base? A **Veja** começou a vir em cima e surgiram todos os problemas.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor lembra o nome do despachante?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não me lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era o Fred?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Parece que era Fred.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fred Jorge Machado? O senhor acompanhou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não acompanhei. Vira Polícia Federal por que fui indiciado nesse caso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor viu que foi ele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não vi.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe onde está o Fred?

O SR. ARI NATALINO – Não sei onde está o Fred. Morreu, parece.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está no cemitério.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ao lado do Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quem contratou o Fred?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foi o Heleino. Era um escritório de advocacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Creio que foi o Humberto. Um morto contratou o outro.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Se o senhor ler o processo da ANP, o senhor vai ver que...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ele morreu por quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi assassinado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não sei, nunca me preocupei com isso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não soube nada sobre a morte dele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não soube.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma pessoa que lhe arrumou uma certidão falsa sem ser necessário? De repente, a pessoa poderia estar apertada. O senhor nem precisava disso. O senhor nem preocupou-se sobre quem estaria querendo prejudicá-lo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Veja bem um detalhe. Não arrumou só para mim. Arrumou para mais quatro distribuidores. Se V. Ex^a pegar o processo, verá que estão envolvidos mais quatro distribuidores.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tudo bem, mas nada lhe isenta. O senhor está respondendo a inquérito. Respondeu ou está respondendo? Foi arquivado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Está respondendo a processo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Até hoje.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Até hoje.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor não se preocupou em saber nem por que foi morto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas vejam bem, eu iria atrás do morto, da mulher do morto? O que iria resolver?

O SR. OSCAR ANDRADE – Por curiosidade. Foi a pessoa que o incriminou.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Vi o processo, a declaração da mulher. Se V. Ex^a ler o processo também verá a declaração da mulher dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela diz o quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não me lembro. Mas, se V. Ex^a ler verá que há algumas coisas. Sinceramente não me lembro, mas sei que nada tem a ver com certidão. Parece-me que foi uma briga que tiveram.

O SR. OSCAR ANDRADE – Crime passionai, alguma coisa assim?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não sei direito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem o matou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não sei também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixe-me matar uma curiosidade. Como é o nome de sua esposa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Débora Aparecida Gonçalves.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o nome todo do Fred?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Do Fred? Não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fred Gregório Machado. É isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não me lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorge.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fred Jorge Machado.

Sua esposa tem mais irmãos e irmãs?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Duas irmãs e dois irmãos. São três, com ela, e dois irmãos. Um faleceu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o nome do irmão que faleceu?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Deilei, parece que é.

O SR. POMPEO DE MATTOS – David?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Deilei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deilei.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deilei. E das irmãs.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Uma se chama Dulce; outra, chama-se Damaira; a outra, Débora. O do irmão é que não lembro direito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Damaire?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Damaira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Damaira?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dulce do quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Gonçalves também. Não lembro o sobrenome dela também. Deve ser irmã, igual ao da minha mulher.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E Damaira?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Damaira também deve ser Gonçalves e o sobrenome do marido dela, que também não lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É casada?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Casada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – As duas são casadas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, solteira. Só uma casada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A Dulce é solteira?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – A Dulce é solteira. O irmão é solteiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse Deilei é homem ou mulher?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Homem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, é um homem e duas mulheres?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não. São dois homens e três mulheres no total.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Três com a sua esposa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Até pergunto, e vou dizer ao senhor que estamos atentos aqui, e surgem algumas curiosidades. Coincidentemente, a mulher do falecido Fred George Machado é Márcia Aparecida Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mãe, certamente.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas se o senhor for contar quantos Gonçalves existem neste mundo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, só estou dizendo que é coincidência.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já a conhecia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Quem?

O SR. OSCAR ANDRADE – A Dona Márcia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Nunca vi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que é a mulher do morto.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Nunca vi. Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas veja bem, a Sr^a Débora Aparecida Gonçalves e ela é Márcia Aparecida Gonçalves. Isso é coincidência, mas, tudo bem, isso não vem ao caso.

O SR. OSCAR ANDRADE – É só coincidência mesmo, não há parentesco, não.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – De jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ela era mulher do Fred?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mu lher do Fred, que morreu, que foi assassinado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Precisa descobrir, efetivamente, se o nome era Maira ou Márcia da esposa do Fred.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas há um processo lá na Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ela tem uma irmã que é Maira. Então, está parecido Maira com Márcia.

O SR. OSCAR ANDRADE – É Maira ou Damaira?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Damaira. Damaira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A Damaira é casada com quem?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Com o Augusto. Não sei o sobrenome. É de São Carlos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mora em São Carlos, Santa Catarina.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, São Carlos, São Paulo, ao lado de Araraçuaia.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor iniciou novas atividades, há pouco tempo, no ramo de cigarro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Nós montamos um depósito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós quem?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu. Montei um depósito, para que realmente atendesse os nossos postos. Achei que dava certo, colocando o cigarro no posto, e os postos vendessem. Mas não funcionou, foi montado isso aí em janeiro, e foi fechado dia 31 de março.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não há uma indústria de comércio Rei?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Indústria e Comércio Rei e LTDA. Avenida Brasil, Rio de Janeiro.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, desse daí eu comprava cigarro para o depósito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Comprava dela?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É, comprava dela.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quem é ela?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É uma fábrica no Rio de Janeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS - De quem é essa fábrica?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Que conheço é do pessoal lá do Rio de Janeiro, lá do Zé Antônio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é da Sandra?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não é da Sandra.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Da Sandra Regina Davanço.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não é da Sandra.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não é, com certeza?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não é. Absoluta.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Porque isso é fácil, é só puxarmos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, mas é só puxar um breve relato que você vai ver que não é.

O SR. OSCAR ANDRADE – A informação que temos é de que é.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com certeza, não é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não é, absoluta.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o Moacir Pedro Pinto Alves?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É um advogado que já trabalhou comigo, e saiu acho que faz um ano e meio, dois anos. Não trabalha mais comigo. Montou o escritório particular dele, lá em São José dos Campos, e trabalha lá.

O SR. OSCAR ANDRADE - Onde? Em São José dos Campos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas o nome dele consta na Indústria Rei e LTDA.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas desconheço. Isso não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Só para o senhor ter uma idéia aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Moacir é seu empregado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O Moacir, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é o quê?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Alteração e consolidação contratual de sociedade por cotas de responsabilidade LTDA, denominada Indústria e Comércio Rei, Hall Over Interprise LTDA.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Procurador Moacir Pedro Pinto Alves, seu funcionário.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não é meu funcionário.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O que ele é seu?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, foi funcionário meu há dois anos, há um ano e meio, dois anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Coincidentemente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Só que essa Hall Over Interprise Limited, sociedade com sede em Declerck, Budling. Sabe onde é que fica?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - PO Box, 116. Tortola, nas Ilhas Virgens Britânicas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Paraíso fiscal.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Paraíso fiscal, representado por Moacir Pedro Pinto Alves, coincidentemente seu funcionário.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Trabalhou comigo. Trabalhou comigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Foi seu funcionário. O endereço dele. Daí, a Haicley International S/A, pessoa jurídica constituída de acordo com as leis do Uruguai. Leia-se paraíso fiscal também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem a Sandra no contrato social?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Representado pelo seu procurador, Lindemberg da Motta da Silveira. Quem é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Advogado do Sr. José Antônio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que ele é seu?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Amigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Coincidentemente tudo em casa.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, veja bem, eu posso ter um amigo que tenha uma fábrica de cigarros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lógico.

O SR. – Não, ele não tem fábrica de cigarros, ele é procurador da fábrica de cigarros. Ele não é dono da fábrica; ele é o procurador. O dono da fábrica é Hall Over Interprise Ltda., com sede nas Ilhas Virgens Britânicas e Hayclay International S/A, com sede no Uruguai. Ou seja, Montevideu e República do

Uruguai com o endereço, Acale Entusaico 1593, escritório naquela cidade, e lá embaixo, terceira sócia Sandra Regina Davanço. Quem é ela?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Sandra, que estava aqui agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não acabou de dizer que a Sandra não é sócia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Hoje não é, se o senhor pegar o breve relatado da empresa, hoje ela não é. Por que a Sandra está aqui? Porque quando eu abri essa firma para comprar esse cigarro que eu ia representar, eu aportei dinheiro, eu queria garantir que esse cigarro fosse entregue, eu coloquei na razão social até entrar todo o cigarro para mim. Assim que ela saiu...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor disse que comprava da Rei.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu comprava da Rei, exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para comprar na Rei, o senhor tem que por um sócio lá para a garantia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não tenho que garantir? A firma estava sendo comprada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é Celso Castilha Casorla?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É o outro sócio. Sandra Regina Davanço e Celso Castilha Casorla, brasileiro, cédula da cidadania número tal, na cidade do Rio de Janeiro. Aliás eu só queiro fazer um parêntese. A D. Sandra é Advogada?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não é.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ela só é sua sócia? O que ela é sua?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Ela é sócia da Petroforte em 1%.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então é sua sócia. E aí o senhor colocou ela aqui?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Coloquei e já tirei, já saiu fora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quer dizer, a empresa é sua.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem coloca e quem tira é quem é dono.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, espera um pouquinho. Na época eu exigi que colocasse para

ter garantia de que o cigarro fosse entregue. Entregou o cigarro, nós já fechamos o depósito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, agora imagine: para comprar o cigarro de uma empresa eu preciso ter um sócio. Eu preciso ter um sócio, eu compro e pago...

O senhor está achando que sou bobo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, de jeito nenhum. A empresa estava começando...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Aliás o senhor já mentiu aqui quando disse que a Sandra não tinha nada que ver...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas não tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está aqui, ela é sócia da empresa, sócia “laranja” sua.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não é.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O senhor pega o breve relato de hoje que não é.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor botou um outro.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não coloquei, pode pegar e ver.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Colocou quem, quem é hoje?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não sei, nessa época eu sabia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que o senhor sabe que não é ela?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É porque quando se pagou e entregou o cigarro para mim tirou ela fora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na hora de colocar é interessante para o senhor; para tirar, o senhor não sabe para quem foi.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas não me interessa saber para quem é que vai colocar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não recebeu?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Recebeu o quê?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela, para entrar na empresa, teve que comprar algumas quotas.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Ora, mas o senhor não está entendendo? Para mim comprar um posto de gasolina hoje, se for eu a aportar algum dinheiro no posto de gasolina, quero um percentual da quota, senão não apporto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Lavagem de dinheiro descarada, só para lavar dinheiro.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Está declarado esse dinheiro que foi pago do cigarro.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Empresa de paraíso fiscal no Brasil, só para lavar dinheiro nas Ilhas Virgens, lá nas Ilhas Britânicas e no Uruguai.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Deixe eu falar uma coisa para o senhor: se o senhor pedir sigilo bancário de minha conta, o senhor vai ver que isso foi pago com o cheque meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já foi pedido.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Então esse cigarro aí foi pago com cheque meu particular.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor é o dono dessa empresa.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, eu comprei o cigarro da empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas o senhor é sócio da empresa. O senhor disse que botou lá a Sandra.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não sou sócio da empresa. Era até que eu recebesse o cigarro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É sócio, então é dono.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas recebeu o cigarro, não tenho mais sociedade.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não interessa, o senhor é sócio e é dono.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Se o senhor puxar o breve relato hoje da empresa, o senhor vai ver que não participa mais Sandra de sócia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Imagina: eu vou comprar um cigarro e digo aqui: Olha eu só compro de vocês se me botarem de sócio, se colocarem o meu laranja de sócio, e aí eu vou ver, a empresa é nas Ilhas Virgens, lá nas Ilhas Britânicas, e o outro sócio é do Uruguai. Dois paraísos fiscais que nós sabemos que são só para lavar dinheiro. Está começando a desmorrar a “maionese”.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais as marcas de cigarro que o senhor comprava da indústria Rei?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eram oito marcas: Mega, Vinete e Um, Sete Sete Meia Cinco, Ka, na versão suave, e KS

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor sabia que a Polícia Técnica do Instituto de Criminalística de São Paulo concluiu, no dia 08 de maio, agora, que os selos da Receita Federal usados nos cigarros K e 21 são falsos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não sabia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE - Pois tem isso também.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE - Os cigarros que o senhor comprava eram com selo falso.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu desconheço isso aí.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mais uma vez o senhor está sendo vítima?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não sou vítima, porque eu comprei o cigarro e vendi o cigarro. Eu não sei disso aí.

O SR. OSCAR ANDRADE - Isso é recente, é do dia 08.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem, não tenho fábrica de cigarros.

O SR. OSCAR ANDRADE - Só tem sete dias, não deu para o senhor saber ainda. O senhor vai saber.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Relator, nessa mesma linha, tenho aqui e vou lhe informar, mostrar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Um momento, Deputado Pompeo. O senhor homologou essa alteração contratual na Junta Comercial?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Porque aqui não tem carimbo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - No Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Foi homologado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Foi homologado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - 29 de janeiro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não sei a data, mas foi homologado e registrado na Junta Comercial.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor reconhece essa marca de cigarro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor a comercializa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Comercializava até 31 de março.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Hoje não?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Hoje não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor reconhece essa marca de cigarro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor a comercializava?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Até dia 31 de março.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Agora, começo a entender. Está aqui todo o exame técnico, toda a perícia técnica.

Edmundo Felipe Braun, perito criminal do Instituto de Criminalística do Estado de São Paulo, e a Superintendência da Polícia Técnica Científica fizeram toda uma perícia e constataram que o senhor falsificou...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu, não. Não sou dono da fábrica.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sou eu. Sou eu o dono da fábrica. Você falsifica o selo do cigarro, ou seja, ele falsifica para não pagar – estão aqui as duas falsificações, aqui a outra falsificação, ali o autêntico e aqui o falso -, dos dois cigarros: do cigarro 21 e do cigarro K.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem, se tem selo falso, acho que a autoridade tem que tomar esta medida: vai lá e fecha a fábrica.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim, feche a fábrica. Veja bem. O que eles fizeram? Montaram uma fábrica em nome – onde é que está o nome? – de Hall Over Interprise Ltda, representada pelo advogado amigo dele, ou seja, com sede nas Ilhas Virgens, mas quem movimentava era o advogado que era o laranja dele, quer dizer, uma dupla de laranjas, que dá uma laranjada.

Daí Rikley International S.A., representada pelo Sr. Lindberg da Mota Silveira, também ligada a ele. E, para consumir a ligação, quem? Sandra Regina Davanço...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, o Lindberg não é ligado a mim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sandra Regina Davanço e esse Celso Castilho Casorla, que não sei quem que é, do Rio de Janeiro, que mora no bairro da Tijuca, sendo eles todos sócios e, por coincidência, porque não prega um prego sem estopa, entrou no novo ramo. Qual é o ramo? Falsificar selo para vender cigarro com selo falsificado. Dá mais do que trazer cigarro do Paraguai.

O SR. OSCAR ANDRADE - Até porque, Pompeo, a incidência de imposto em cigarro é quase 90%. Então, sonegação em cigarro é um grande negócio.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É o imposto mais alto do mundo, eu acredito, que é o imposto do cigarro. Então, uma carteira de cigarro que vale lá R\$ 2,00, R\$1,80, R\$1,70 é de imposto.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu falei para o senhor que eu tinha de janeiro até março a distribuição de cigarro em São Paulo. Chamava Deck a empresa e eu vendia para os postos de gasolina.

O SR. OSCAR ANDRADE - Só. A Sandra está lá por coincidência?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A Sandra está lá para garantir que realmente, na montagem da fábrica, na hora em que se começasse a produzir, viesse o retorno para nós.

O SR. OSCAR ANDRADE - Essa não é uma de suas empresas? Não, de jeito nenhum?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não é.

O SR. OSCAR ANDRADE - Nem a presença da Sandra configura isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não, não é.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantos por cento tem a Sandra na Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - 1%. Acho que nem isso, nem 1%.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A Sandra é sua secretária?

O SR. OSCAR ANDRADE - 99% são da sua esposa.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A Sandra é sua secretária particular?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Trabalha comigo há vinte e dois anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então é sua secretária particular?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E é pessoa de sua extrema confiança?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não tem nada que ela pudesse fazer que o senhor não tivesse conhecimento?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então, obviamente aqui ela entrou só porque o senhor mandou.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Com certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então ela se tornou sócia porque o senhor..

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Até a data em que nós retirássemos todo o cigarro.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Isso, para mim, é irrelevante. O importante é que o senhor tornou-se sócio de uma empresa com sede nas Ilhas Virgens, na Britânica, e tornou-se sócio de uma outra empresa em que o outro sócio é de um paraíso fiscal, o Uruguai. E essa mesma empresa com dois sócios em dois paraísos fiscais, que tem como sócio o senhor por meio de um laranja seu, a Sandra, falsifica o selo de um cigarro. Isso está provado aqui, fizemos uma perícia técnica. Não é "disse que me disseram", "me contaram que tal vez possa ser", "quem sabe". Não. É verdadeiro. Temos aqui a perícia e é mais um processo a que o senhor vai responder. Como disse, começa a desmoronar a maionese.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual é a sua relação com a Itaba?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você conhece?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Fábrica de cigarro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Itaba?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE - São Paulo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu não conheço essa fábrica.

O SR. OSCAR ANDRADE - Cibrasa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Cibrasa eu conheço. Eu comprava cigarro da Cibrasa.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você comprava cigarro? A Cibrasa é uma indústria?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É uma indústria do Rio de Janeiro.

O SR. OSCAR ANDRADE - De qual cigarro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Faz várias marcas. Várias marcas. Não me lembro. Tem muitas marcas. Acho que catorze marcas de cigarro.

O SR. OSCAR ANDRADE - E o senhor comprava deles?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É. Eu era um depósito, eu comprava de todos. Eu comprava da Souza Cruz, deles. Eu comprava de todos os lugares.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tem um negócio dos que pegamos aqui que não tenha dado rolo.

O SR. OSCAR ANDRADE – No caso da Cibra-sa, a Sandra também estava lá para garantir ou não?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O quê? Não. De jeito nenhum. O que é isso?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não precisou.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Esse caso foi feito assim. Outro caso não tem necessidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que não tem?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Por que essa fábrica está funcionando. Essa fábrica funciona há trinta anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – A outra o senhor pôs para funcionar?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Ajudei a pôr para funcionar.

O SR. OSCAR ANDRADE – A empresa é sua?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não é minha. Se fosse minha, eu falava aqui. Qual é o problema?

O SR. OSCAR ANDRADE – Com quantos por cento ficou a Sandra lá?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Só ficou na responsabilidade de tirar... Formou as caixas que ia entregar e tirava ela.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o percentual?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não lembro quanto é o percentual. Tem que pegar o contrato social para ver. Não lembro quanto coloquei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto de dinheiro o senhor deu para essa empresa para colocar a Sandra lá?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Acho que uns 800 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Oitocentos mil. E isso entrou como?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dinheiro vivo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Dinheiro vivo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem cheque nisso, ações?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tem cheque meu emitido.

O SR. OSCAR ANDRADE – De oitocentos mil reais?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não. Vários cheques.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vários cheques para a Sandra configurar como sócia.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Até que se entregasse a quantidade de cigarros e ela saía fora.

O SR. OSCAR ANDRADE – E qual era a quantidade de cigarros?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Você dividia isso por R\$360,00 a caixa. Esse era o valor. Dividia 800 mil por R\$360,00

O SR. OSCAR ANDRADE – E entregou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Entregou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Depois ela saiu?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Ela saiu fora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como a Sandra resolve isso na declaração de Imposto de Renda dela porque o dinheiro é seu e ela só entrou...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Veja bem. A partir do momento em que tenho uma pessoa que confia em mim, se tiver qualquer problema de ordem fiscal, multa, eu vou responder. Eu respondo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É bom a Receita saber disso.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Ela sabe.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Coisa fantástica. Aliás, aqui vi uma notícia. Quase tudo do senhor funciona por liminar na Justiça.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele tem liminar até para não ser preso aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor arrumou liminar até para vir aqui, seus postos funcionam por liminar.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Qual o posto que funciona por liminar? Não tenho nenhum posto que funciona por liminar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Distribuidora que funciona por liminar.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não tem uma distribuidora no Brasil que não funcione sem liminar. Todas as duzentas que estão operando têm liminar. As duzentas!

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas a sua, por sonegação.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu nunca soneguei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tinha uma liminar para impedir a cobrança de 1,2 milhões junto à Agência Nacional do Petróleo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – De quê?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dívida sua em relação ao subsídio do álcool.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Todas as distribuidoras entraram. Todas as distribuidoras têm liminar. Não sou eu. Todas. Inclusive a Esso. A Esso tem uma liminar de PIS e Cofins que durou um ano e sabe quanto ela deixava de recolher por ano? Um bilhão. Eu era pouquinho, de 20 a 30 milhões.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com relação a PIS e Cofins, empresas no Brasil inteiro têm.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tem matéria no jornal dizendo que a Esso deixou de recolher mais de 1 bilhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na Polícia Federal do Distrito Federal o senhor também responde a um inquérito?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tenho um inquérito aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sobre o que é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Fupa, subsídio de álcool.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é esse inquérito? Explique para nós.

O SR. – Esse inquérito é o seguinte: na época, quando existia o subsídio do álcool, você informava através de disquete o quanto você vendia para os postos de gasolina e a ANP fazia as distrições, mandava para a Petrobras e a Petrobras ressarcia esse valor para você, do subsídio, que você vendia o álcool subsidiado. Você comprava mais caro, vendia mais barato e a ANP inteirava pra você a diferença.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí o senhor informou valores a mais?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não. Na época que estava o Quinjano aqui, que o Quinjano está respondendo a vários processos-crime na ANP, que foi...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O Quinjano, que era o Diretor da ANP, junto com o Ricardo Pinheiro, que era o Diretor da ANP, eles montaram um esquema de fiscalização de postos de gasolina, onde, logo depois que desregulamentou o setor, você podia vender álcool, ou gasolina pra qualquer posto de gasolina; de bandeira Shell, Atlantic, ou qualquer posto que tivesse na frente, mas o operador quando comprava sua que era mais barata do que a companhia deles, o que eles faziam? Em vez de ele registrar a nota fiscal de que ele retirou o produto na base, ele pegava e omitia essa nota fiscal. Ele pegava e rasgava essa nota fiscal. O operador, o posto de terceiro, o posto com bandeira Shell, com bandeira BR, com bandeira Texaco...

O SR. OSCAR ANDRADE – Para não aparecer?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Pra não aparecer que ele comprou de outra distribuidora, porque ele tem um CVM com a distribuidora, caso contrário, ele seria autuado, multado, teria uma série de problemas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por exemplo, de combustível que a Petroforte vendeu? Aí ele sumiu?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Então, quando eu vendi, quando a Petroforte vendia esse álcool para um posto que era bandeira de terceiro, bandeira do mercado spot, eles não registravam. A fiscalização da ANP ia no posto e não encontrava a nota, eles atuavam como se, tinha que se debater do subsídio. Mas só que nós montamos um processo em que, cada vez que vendíamos esse álcool para o mercado spot, nós tirávamos xerox do cheque, RG do motorista, tudo direitinho. Então, nós temos esse processo que estamos defendendo e ganhamos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor não tem a segunda via da nota, a terceira via, não sei qual que fica?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas eu tenho o canhoto da nota fiscal. O mais interessante pra mim é o canhoto e o cheque.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, mas é exatamente de novo ele é vítima. Então o senhor é vítima de novo, porque significa dizer o seguinte: que o senhor vendeu o combustível, emitiu a nota normal da venda do combustível, entregou para um posto de bandeira BR, ou bandeira Shell, que não era da sua bandeira, da Petroforte, e esse posto recebeu o combustível e rasgou a nota, como se não tivesse recebido.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Rasgou, ou não registrou a nota.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não registrou a nota. Depois vem a Agência Nacional de Petróleo, fiscalizou você, aí apareceu a sua nota: Tanto de combustível vendi para tal posto. Foi lá no posto e não entrou. É isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí o senhor quer dizer que não entrou, na verdade entrou, mas eles botaram fora a nota, não registraram, e o senhor é vítima?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Nós estamos brigandona Justiça. Ainda não perdi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor é vítima!

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, mas digamos que essa é a sua alegação?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não só comigo. Se o senhor pegar qualquer distribuidora do mercado, ele vai falar a mesma coisa que eu estou falando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora, o que a ANP está suspeitando é o contrário?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – A ANP, eu acho que ela suspeita que nós não entregamos o álcool para o posto de gasolina.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E na verdade o senhor só emitiu a nota pra poder ter o benefício lá do álcool. Só emitiu a nota pra ter o benefício do álcool como se tivesse vendido, que aliás é muito parecido.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o pior, cobrou o frete também, que tem um inquérito também com relação a frete.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não tem. É FUP. Nós não tínhamos FUP.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é o outro inquérito, aqui em Brasília também?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – De frete, eu não tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É junto.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Quando eles falam FUP, eles falam FUP/FUPA.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pagamento de frete e transporte de combustível, feito pelo DNC, irregular.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Recebeu indevidamente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não. Eu não transferia nada. Eu nunca tive base para transferir. Então eu não entrei nessa parte aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos inquéritos você responde aqui?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Aqui, só da FUPA.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só o que?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Só dessa FUPA. Eles são advogados. Eles podiam até explicar melhor pro senhor do que eu...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, não. Não quero não. Eu quero o senhor mesmo. Eu quero saber o outro inquérito, o de frete. O outro inquérito policial, aqui, na Polícia Federal.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não sei que tem inquérito de frete. Eu só sei da FUPA. De frete eu não sei. Tem de frete?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É que é junto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem tantos que não dá nem pra saber.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É junto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, a informação é separada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aliás esse esquema funcionou para ele igual funcionava o adubo papel, quando foi feito o adubo papel, que era subsidiado o adubo em todo o País. Foi lá nos anos setenta e poucos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem um inquérito também em São Paulo, nesse mesmo assunto de subsídio indevido, sobre...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É o mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, São Paulo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É o mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sobre a Polos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não tenho nada com a Polos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como não tem nada com a Polos? Nós conversamos isso aqui já.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não tenho. Eu comprei a base da Polos, não comprei a Polos. A base da Polos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o senhor negocia com ela, não negocia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas espera aí, eu comprei as bases.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o que é esse inquérito?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não é comigo. Não existe meu nome no negócio da Polos. Não é comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Polos é sua também.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não é minha.

O SR. OSCAR ANDRADE – É lógico que é.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Você está falando isso aí, mas não é.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está claro. Tem trezentas empresas em nome dos outros, vem falar que não é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – A Polos não é.

O SR. OSCAR ANDRADE – É lógico que é.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Ah! O senhor pega de novo na Junta Comercial e vê quem são os donos da Polos, chama os donos da Polos aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas não adianta olhar Junta Comercial pra ele, porque o senhor bota uma no lugar da guria, essa, como é o nome dela? Até me esquecio nome da secretária dele. Qual o nome? Sandra. Coloca no nome da Sandra, no seu nome, no nome do morto, do advogado do morto, do irmão do morto. Como é que vamos olhar no registro e achar que o senhor tem? O senhor usa todo mundo. Daqui a pouco, não sei se, ao saírmos daqui, não tenha uma empresa no meu nome, que o senhor já colocou. Nem vou falar todo o meu nome, senão é capaz de o senhor colocar uma empresa no meu nome, também.

O adubo-papel no Rio Grande do Sul, no Brasil inteiro, aconteceu a mesma coisa. Sabe como se fazia? Tinha subsídio, o adubo. Você comprava, no Banco, uma tonelada, era subsidiado 40%. Então, emitia-se a nota de venda de uma tonelada de adubo, ia-se ao Banco e recebia-se 40% daquele valor. O adubo não era vendido, não era entregue. Era só adubo-papel. Ficou conhecido no Brasil inteiro como adubo-papel, aliás morreu muita gente por causa disso. O senhor faz combustível-papel, vende combustível no papel, para ganhar o subsídio da Agência Nacional do Petróleo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E cobra até frete.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ainda rouba o frete.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a história da HP Brasileira de Gás, de irregularidades?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – HP de gás?

O SR. OSCAR ANDRADE – Fraude em pagamentos junto à Petrobrás?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – HP de gás? Não teve. Nem funcionou. A HP Gás nunca funcionou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela não funcionou oficialmente. Mas ela teve recebimento da Petrobrás. Eu quero que o senhor explique isto.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Nunca recebeu. A HP Gás nunca recebeu nada da Petrobrás.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lógico que recebeu.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não recebeu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ou pagou.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não pagou nem recebeu.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que foi a HP?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – A HP foi uma distribuidora, um TRR e uma distribuidora de produtos químicos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que o senhor montou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Que tinha em São Carlos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em nome de quem?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – No meu nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma TRR.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Uma TRR e uma distribuidora de produtos químicos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor fundou esta empresa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu fundei esta empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Em 1991.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era seu sócio?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu e Simões.

O SR. OSCAR ANDRADE – Simões? Aquele lá detrás?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Ele tem uma participação.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí me explique. O senhor montou quando? Em 1990?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mais ou menos em 1990.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fundou a empresa para distribuir gás?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Gás não.

O SR. OSCAR ANDRADE – A HP Brasileira de Gás Ltda...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não tem. Nunca funcionou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ela foi montada para quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Montou. Tirou o registro dela. Isso não significa que ela tenha que funcionar. Eu posso tirar o registro de uma distribuidora e não funcioná-la. Eu tiro o registro e não funciono.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o objetivo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O objetivo é ter um registro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para quê? Eu estou querendo aprender. Deve ter uma vantagem nisso. Por que montar apenas para não fazer nada? Gastardinheiro com contador, com empréstimo, com tudo, montar e não fazer nada. Qual o objetivo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas não funcionou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Porque eu não quis que funcionasse.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ela recebeu da Petrobrás?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Nada. Não recebeu nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o golpe?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas aí fica difícil desse jeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você não prega prego sem estopa. Tudo tem coisa certinha. Cada negócio que ele faz tem uma coisa por detrás, não tem? Todos os negócios dele são assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já foi condenado?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Já.

O SR. OSCAR ANDRADE – A quantas penas?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Duas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual foi a condenação?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Imposto tributário.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor pegou de pena?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Peguei acho que um ano e pouco, e respondi em liberdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nos dois?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Nos dois.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas pode responder em liberdade o segundo quando o primeiro, quando já não é mais...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Por que estava em recurso, aí quando ganhou o recurso, quer dizer que morreu o processo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor tem, ainda, dezenas de inquéritos em andamento.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não tenho. Eu tenho só três processos em andamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais são?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É um de Jundiá e não me lembro dos outros dois. Um de São Carlos.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o de interceptação de produtos roubados? Como é que ficou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Se o senhor vir isso, vai perceber que eu ganhei em 1ª Instância, porque não conseguiram provar nada. Não roubei nada, não comprei nada. O que aconteceu foi o seguinte...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi condenado por crime de receptação.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Em qual processo você está falando?

O SR. OSCAR ANDRADE – De um crime de receptação.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas de que ano?

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu não sei. O senhor que deveria saber.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Realmente, eu tenho vinte e três. Eu não tenho vergonha de ter vinte e três processos. Foi duro para eu chegar até aqui e a vida me pregou um monte de peças, para vocês analisarem da forma que estão analisando.

O SR. OSCAR ANDRADE – A HP, vamos voltar na HP, quanto tempo ela funcionou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Funcionou acho que uns quatro anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor disse que ela não funcionava?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – A HP Gás. Eu estou falando da HP Química.

O SR. OSCAR ANDRADE – A HP Brasileira de Gás?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não funcionou, nada, nenhum dia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela existiu quanto tempo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não existiu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como não existiu?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Só o registro. Não tem contrato social, nada. Só ficou o registro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Deu baixa na empresa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Da HP Gás?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sim.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não foi dado baixa.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quer dizer, ela existe, mas não funciona.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Ela recolhe as...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Porque hoje é fácil abrir empresa, fechar é difícil, você sabe disso.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, acho que a HP Gás não deve nada, se quiser fechar hoje mesmo, fecha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É para dar o golpe, eu não sei qual é a conversa, mas é para dar o golpe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela funcionou 18 meses, é lógico que é. Mas vamos voltar na receptação, por favor. Explique.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Qual receptação?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi condenado por receptação.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tá bom, mas eu fui absolvido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes o senhor foi condenado por receptação?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu fui absolvido em todas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, em uma o senhor foi condenado. O senhor tem dois processos de receptação. Um foi arquivado, o senhor já disse – não sei se foi, estou acreditando. Quero saber do outro, em que o senhor foi condenado. Receptação de quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Veja bem: quando eu me envolvi nesse negócio de receptação aí, eu conheci uma pessoa que diz que vendeu para mim vários produtos: motor de caminhão, não sei quê de caminhão, mas eu não recebi nada de motor de caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor então foi vítima de novo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu fui vítima de novo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Outra vez.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Outra vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – É, o destino não é bom com o senhor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não é bom. O senhor está achando que não é bom, não é bom.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é, não. Mas, só para eu saber, com foi?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exatamente. Aí o que ele fez?

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa pessoa falou que vendeu para o senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Falou que vendeu para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela provou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Na polícia é difícil provar alguma coisa, a voz do bandido acho que prevalece mais do que a da gente. Então, eu fui indiciado em sete processos, são esses sete processos de receptação.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor foi condenado em um? Ou nos sete?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não fui condenado, eu fui absolvido. Tem um processo que o senhor está falando que eu fui condenado, eu também fui absolvido porque...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem uma condenação por receptação. Eu quero saber o que é que o senhor receptou, ou o que ele disse que o senhor receptou.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não lembro, o senhor está falando que tem tantos processos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor não lembra?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não lembro. Não lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi condenado.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu fui condenado e não lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem quantos anos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Quarenta e cinco.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor começou a ficar rico, a se dar bem na vida a partir da Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não me considero rico. Eu acho que eu trabalho demais, eu entro 6h da manhã, saio meia-noite, trabalho sábado e domingo...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não se considera rico?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Meio bilhão de reais?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Meio? Que meio?

O SR. OSCAR ANDRADE – É o que se parece.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Se trabalhasse o tanto que eu trabalho...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor fatura 600 milhões por ano.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas é o patrimônio.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas não tem despesas? Faturou, e as despesas?

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bom, então, se o senhor não se considera rico... Quando começou sua vida empresarial?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Começou em 1989, 1987.

O SR. OSCAR ANDRADE – Doze anos atrás.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor era o quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu tinha postos de gasolina.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tinha uns 15 postos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Antes dos postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu tinha supermercado, cerealista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso tem, mais ou menos, vinte anos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor recebeu alguma herança?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não. Com certeza absoluta, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso veio de quê, do suor mesmo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Do suor mesmo, classe humilde, pobre.

O SR. OSCAR ANDRADE – Muito trabalho?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Muito trabalho, com certeza absoluta. As pessoas que me conhecem sabem que eu trabalho muito.

O SR. OSCAR ANDRADE – É, deve trabalhar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso, com todo o azar que o senhor tem, dos golpes que levou, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Com toda a injustiça.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só aqui o senhor contou uns dez golpes que o senhor levou, foi vítima do dinheiro que depositou na conta do morto, foi

vítima do advogado do morto, foi vítima do advogado do advogado do morto...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Do caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – ... foi vítima daquele que acusou o senhor de ter roubado o caminhão...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas veja bem, eu fui vítima... Eu não dei prejuízo e eu não tive prejuízo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é, mas que vítima é essa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O senhor está falando que eu sou vítima.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, o senhor é que disse que ele o enganou, depositou 600 mil na conta dele, o senhor não é vítima?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas veja bem: eu tenho o posto, eu estou pegando o posto de volta, vou ser vítima no quê?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É engraçado, não é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas se eu pegar o posto de volta eu não sou vítima de nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele é vítima, mas não é vítima.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Me dê um esclarecimento: como é que funcionava a Petróforte? Era empresa distribuidora?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Distribuidora.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A empresa é do senhor E os veículos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Os veículos que transportavam?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Estavam na Poliano Transporte.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Então o senhor era distribuidor de combustível?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É, e transportador.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E transportava com a sua empresa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso, exato.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Transportava para as suas empresas, seus postos, ou para postos de terceiros?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, veja bem: hoje, quando se faz um preço, tanto na minha

empresa, como nas multinacionais, qualquer outra empresa, apesar de poder receber o produto, como ela pode também retirar o produto. Ela tem o direito de retirar o produto, que aí tem o desconto do frete.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sim, mas você transportava só para as suas empresas, só para os seus postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu só distribuía para os meus postos e para um terceiro que pagasse o frete.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E eu lhe pergunto: quantos caminhões o senhor tinha de transportadora?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Para transportar combustível?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sim.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Uns duzentos e poucos caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E até hoje tem?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Duzentos caminhões. Quantos postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Quantos postos? Trezentos postos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Trezentos postos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas só que não tem só a entrega, não é, Deputado – digo, Senador, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor tem duzentos caminhões?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E trezentos postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E distribuiu com esses caminhões e abasteceu os postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor nunca recebeu denúncia de que esses combustíveis estão sendo adulterados?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Essa é uma razão bastante clara – está certo ou não? – que, desde a existência da Petroforte, em 1994, se o senhor pedir um laudo para a ANP, se algum dia teve um fiscal que fosse no posto e encontrasse um produto adulterado, nunca teve um laudo sequer de produto adulterado nos nossos postos de gasolina.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Nunca teve?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Nunca teve.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Nenhuma denúncia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Nenhuma denúncia e nenhum laudo, nenhum laudo. Nunca foi autuado um posto meu.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Seus concorrentes afirmam que o enriquecimento do senhor se deve a, um dos motivos, adulterar combustível.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso é uma grande mentira.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E nós temos, nós vamos...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Pode, pode, pode consultar a ANP...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – ... estamos no encalço disso aí. Estou lhe avisando.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Com certeza. Pode consultara ANP que, nunca, em toda a existência da Petroforte, em um posto sequer, foi encontrado um produto adulterado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E todos os caminhões têm a logomarca da empresa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Têm. Petroforte.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Todos eles?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Fizemos isso para evitar roubo, para dar garantia na entrega do produto no posto de gasolina...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E os trezentos postos têm a bandeira da Petroforte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Têm a bandeira Petroforte.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Estão localizados no Centro-Oeste. É isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – São Paulo, sul de Minas e Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Centro-Oeste. Quantos funcionários o senhor tem?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Cinco mil funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Cinco mil?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mandei mil embora por causa de todas essas, todo tipo de re por

tagem, de mídia, que estão atrapalhando toda a minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Esses cinco mil, todos têm carteira assinada?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tudo. Tudo registrado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Além dos postos, o senhor tem restaurante, loja de conveniência, não é isso?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Loja de conveniência nos postos?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Loja de conveniência tenho.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Tem restaurantes?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tenho restaurante.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Tudo isso está no nome da Petroforte ou não, ou de terceiro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não. Nome do, vamos su por, a loja de conveniência está no nome do posto da loja de conveniência.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Esses terceiros que foram citados, a maioria deles são sócios seus?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – São sócios. Que operam os postos de gasolina?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Isso.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não. São interpostos. Como é que ele chama? Laranja. Como é o nome que o senhor dá a laranja?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Como é que é o nome, Doutor? Eu não sei o nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Interpostapessoa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Interposta pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É o nome jurídico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vulgo laranja.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Pode ser. De confiança.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, requiero seja oficiado aos Exmo. Srs. Ministros de Estado da Justiça e da Fazenda, ao Sr. Secretário da Receita Federal, ao Sr. Presidente do Banco Central e ao Sr. Gerente da Agência Nacional de Petróleo pedi-

do, solicitando a criação de uma força-tarefa composta de representantes dos referidos órgãos, visando apurar, em toda a extensão, os inúmeros fatos de natureza grave que envolvem as empresas do grupo Petroforte, do Sr. Ari Natalino da Silva, especialmente aqueles que dizem respeito à utilização de prepostos, laranjas, dissimulando a real propriedade das mesmas. Passo assinado às mãos de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A Presidência acolhe o requerimento de V. Ex^a.

O SR. OSCAR ANDRADE – De minha parte, Sr. Presidente, peço que o Sr. Ari Natalino seja mantido neste recinto, até mesmo para que o médico veja se passa bem, e que nos aguarde, enquanto ouvimos a Sr^a Sandra.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Posso sair?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Agradecemos o Sr. Ari. Se possível, futuramente vamos querer ouvi-lo novamente.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Saber só... Hoje?

O SR. OSCAR ANDRADE – Até mesmo hoje, se precisar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Hoje, sim. Hoje, sim, ficará aí. Mas no futuro...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tudo bem. Mas eu quero mostrar para o senhor o seguinte: que todas as vezes que teve a CPI, eu não fui por causa do meu estado de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Está justificado.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – E hoje, mesmo na situação que eu estou, eu quis vir aqui para realmente esclarecer o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Espero que, das próximas vezes, o senhor tenha esse gesto, não é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Venha a contribuir, porque, de repente, tudo o que o senhor está falando seja verdadeiro. Aí desvendará o caso, iremos em busca do verdadeiro criminoso.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu faço questão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Agradeço sua presença e solicito ao Secretário que conduza a Sr^a Sandra Regina Davanço. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Nome completo da senhora.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Sandra Regina Davanço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Identidade?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – 20627593

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Idade?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Quarenta e dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – CPF?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – CPF não me lembro de cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – 944 950 178-53?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Correto. Esse eu não lembro de cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Estado Civil?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Solteira.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Residência?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Bráulio Gomes, 153. Ap. 81.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Profissão?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Do comércio.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Local onde exerce atividade?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Praça Dom José Gaspar nº 30, 17º andar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – São Paulo?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É parente em algum grau de parte envolvida?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas, dizer a verdade no que souber e o que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal. Assine aqui, por favor. (Pausa.)

Passo a palavra ao Relator, Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dona Sandra, qual é a atividade da senhora?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – A minha atividade hoje na Empresa Petroforte, da qual faço parte, assessoro toda a diretoria, a parte jurídica, eu acompanho bem.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora é sócia da Petroforte?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Sou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual outra empresa que a senhora é sócia?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Mais nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Apenas da Petroforte?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Apenas da Petroforte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas empresas a senhora já foi sócia?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu tinha antes foi a Distriálcool, que depois se transformou na HP. Nenhum mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – De álcool?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Distriálcool, que depois se transformou em HP.

O SR. OSCAR ANDRADE – Me explica, pois eu não entendi.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Há muito tempo, eu era sócia da Distriálcool.

O SR. OSCAR ANDRADE – Distriálcool?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso, que depois ela mudou a razão social, que mudou o quadro societário, eu sai fora, então se tornou HP.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mudou a razão social para quê?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – HP.

O SR. OSCAR ANDRADE – HP Distribuidora de Gás?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – HP Brasileira de Gás?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, senhor. HP Derivados de Petróleo.

O SR. OSCAR ANDRADE – HP Derivados de Petróleo?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E HP Brasileira de Gás, a senhora nunca teve nada com isso?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Na HP Brasileira de Gás, eu ... não, não tive. Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE— Só na HP...

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO— Não, eu não fui da HP, Doutor. Eu fui da Distriálcool.

O SR. OSCAR ANDRADE— Enquanto era Distriálcool, a senhora foi? A Distriálcool era empresa também do grupo Petroforte?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO— Não, não existia a Petroforte.

O SR. OSCAR ANDRADE— Era em pre sa da se-nhora?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO— Como?

O SR. OSCAR ANDRADE— A Petroforte, a se-nhora é sócia, qual é o percentual da senhora?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO— Hoje da Petroforte? É 0,3.

O SR. OSCAR ANDRADE— 0,3%?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO— Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE— A senhora consta só para criar uma sociedade limitada, seria isso?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO— Tam-bém e por reconhecimentotambém por parte da Apa-recida.

O SR. OSCAR ANDRADE— E os 99,7 são de quem?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO— Da Apa-recida.

O SR. OSCAR ANDRADE— É da Aparecida?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO— É da Aparecida.

O SR. OSCAR ANDRADE— É dela?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO— É dela.

O SR. OSCAR ANDRADE— Ela é a dona?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO— Ela é.

O SR. OSCAR ANDRADE— Ela manda?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO— Manda.

O SR. OSCAR ANDRADE— Ela é a que coorde-na tudo? Determina?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO—Parte. Lá é dividido por diretoria

O SR. OSCAR ANDRADE— Sim, mas ela é a Presidente, é a dona.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO—Exata-mente.

O SR. OSCAR ANDRADE— Ela manda em tudo.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO— Tam-bém.

O SR. OSCAR ANDRADE— Também, por quê? A senhora e ela?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO— Tam-bém porque nós vivemos mais de relatório.

O SR. OSCAR ANDRADE— Como?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO— Cada setor tem o seu diretor. E nós acompanhamos cada relatório.

O SR. OSCAR ANDRADE— Mas tem uma pes-soa que manda.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO— Sim. O diretor financeiro, ele determina.

O SR. OSCAR ANDRADE—Naáreafinanceira.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO— Na área financeira.

O SR. OSCAR ANDRADE— Na área adminis-trativa...

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO— Tem a área comercial.

O SR. OSCAR ANDRADE—Co mer ci al, na área comercial...

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO— Tem o diretor administrativo. Ele determina.

O SR. OSCAR ANDRADE— Acima tem um.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO— Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE— Quem é?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO— A últi-ma decisão é dela ou do diretor superintendente, que é o Ari.

O SR. OSCAR ANDRADE— Sim. O Ari é o dire-tor superintendente?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO—Exa to.

O SR. OSCAR ANDRADE— Mas a San dra... Na verdade, quem manda é a Aparecida?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO— As de-cisões vêm do diretor superintendente, que é o Ari.

O SR. OSCAR ANDRADE— As decisões vêm dele.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO— Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE— Todas as deci-sões?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO—Tod as.

O SR. OSCAR ANDRADE— A em pre sa é dele?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO— Eu digo que é minha, porque é minha, que está no con-trato. Minha e de Aparecida.

O SR. OSCAR ANDRADE— A senhora diz que é sua?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO— Digo e comprovo.

O SR. OSCAR ANDRADE— Mas é dele?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Ele é o diretor superintendente lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Man da mais que a senhora?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – No setor, na parte que cabe a ele, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em qual outra parte que lhe cabe...

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu, com percentual pequeno, seria difícil eu mandar muito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu, com percentual pequeno, seria difícil eu mandar muito. Então, eu mandopouco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele não tem nada. A senhora tem 0,3%. Ele não tem nada.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Mas ele, como diretor superintendente, eu acredito que ele tem o poder para mandar, não?

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais do que quem é sócio?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – A partir do momento que é nomeado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais do que quem é sócio?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – A partir do momento que nós passamos esse cargo para ele, eu acredito que ele tenha todo o direito.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora falou bem: nós passamos. A senhora passou.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora é acionista.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Ele é um diretor superintendente, no qual ele tem procuração para assinar pela empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer, a senhora passou para ele...

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Passei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Outorgou mandar até na senhora.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, em mim ele não manda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em nada?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora foi dona da Distriálcool não foi através dele?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Na época, foi eu e ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como foi?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Nós montamos. Na época, trabalhava com álcool, e nós montamos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Me explica com detalhes, por favor.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Pois não, eu explico sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que foi? A Distriálcool como foi montada?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – A Distriálcool, nós montamos uma empresa, distribuição de álcool, que foi no meu nome e no nome dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora é dona de quantos por cento da Distriálcool?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Da Distriálcool, eu tinha 10%.

O SR. OSCAR ANDRADE – 10%. Quem mais tinha?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – O restante era dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Ari mesmo?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – 90% dele, 10% da senhora?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que foi montado isso?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – No contrato social. Foi uma empresa montada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Valor do capital social?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não me lembro, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas era valor considerável?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu não me lembro. Isso já faz muito tempo. Eu não me lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – A empresa tinha o que de patrimônio?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – A empresa não tinha patrimônio. Quem trabalha com álcool, ela depende de um terreno, da regularização. Na época, não precisava ser a ANP quem trabalhava

com álcool. Só tinha o tanque e um capital para trabalhar. Só isso, porque não precisava de muito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, na verdade, a senhora é dona da Petroforte hoje e foi dona da Distrialcool.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Apenas?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Apenas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Só.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora nunca participou de nenhuma empresa de cigarro?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não. A empresa de cigarro...

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu perguntei à senhora, e a senhora: só. Eu perguntei várias vezes, não perguntei?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu não participei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a empresa que a senhora é dona? A senhora falou: Distrialcool e...

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu nunca fui. Eu não fui. Se o senhor viu o contrato da empresa de cigarro, o senhor viu que eu entrei e saí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas, então, a senhora não foi?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, eu não fui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, entrar e sair não é dona?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu entrei e saí. Eu não fui dona da fábrica de cigarro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como a senhora entrou e saiu?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Simplesmente, o Dr. Moacir, que hoje ele faz parte disso, e ele me convidou. Como eu já trabalhei com ele há muito tempo, então, ele que pediu, falou se eu poderia entrar com ele na fábrica de cigarro.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a senhora aceitou entrar?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu aceitei e depois...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que foi isso? Me explica direito.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Nada, eu ficaria... Ele me colocaria junto com ele para eu trabalhar para ele. Eu ficaria lá na fábrica.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em quanto por cento a senhora entrou?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Foi 1%.

O SR. OSCAR ANDRADE – Apenas para a senhora trabalhar para ele?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a senhora trabalhou?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, não chegou... Não existe a fábrica, não funcionou. Comigo não. Eu saí fora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso foi quando?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso foi... Nós estamos em maio. Deve ter sido...

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sr. Moacir é quem?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Moacir Alves Pedro Pinto.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem é ele?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – É um advogado que eu conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que trabalha para a Petroforte?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Trabalhou.

O SR. OSCAR ANDRADE – É seu funcionário?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Na época, foi. Eu, jurídica... Era terceirizado, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Era contratado, né?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Era contratado.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele prestava serviço para a senhora e resolveu montar uma empresa de cigarro?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – E convidou a senhora?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Convidou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele ficou com 99%?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, como que é...

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu não conheço as pessoas que faz parte da fábrica de cigarro. Eu conhecia ele. É ele que conhece...

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora entrou sócia de uma empresa que a senhora não conhece os seus sócios?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Conheço o Dr. Moacir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto é o percentual dele?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Hoje eu sei que é 1% também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, era 1% da senhora e 1% dele?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não. Se ele precisa de mim?

O SR. OSCAR ANDRADE – Era 1% da senhora e 1% dele?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora acabou de dizer que era 1%...

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Era 1% meu, meu, e, depois, eu desci, porque eu não queria ficar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto custou esse 1%?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Para mim, nada, eu ia prestar serviço para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ia pagar em serviço?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, à época, a senhora tinha 1%.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sr. Moacir tinha quanto?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Dr. Moacir não tinha nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora acabou de dizer que entrou...

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Se o senhor deixar eu explicar, o senhor vai entender.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixo, sim, lógico. Inclusive eu já deixei.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu saí, e ele ficou com o 1%.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora vendeu para ele 1%?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele te chamou para montar uma empresa que ele não figurava?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora figurou no lugar dele?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora foi “laranja” dele?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, eu não fui “laranja”; “laranja” é uma pessoa que não tem conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora foi o quê?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Quando você tem conhecimento, você não é “laranja”.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o quê?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, quando você aceita, a “laranja” é aquele que vai lá, assina e nunca participa.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora foi o que, então?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu participei, eu não quis ficar e devolvi a ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora emprestou o nome.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, eu ia trabalhar com ele, eu não emprestei o nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora ia trabalhar. Quanto tempo a senhora ficou?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não ficou. Eu entrei e saí, eu desisti.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não deu um mês. É só pelas datas aí, não me lembro. Estou sem o contrato aqui na mão e não me lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora sabe que só foi sócio quando assinou? A senhora assinou o contrato social?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Assinei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para assinar o contrato social, a senhora lê?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Leio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era o sócio da senhora?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – É uma *off shore*, não me lembro o nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – De onde?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – É uma empresa americana.

O SR. OSCAR ANDRADE – De onde?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu não me lembro, meu senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora não lembra?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora foi sócia de uma empresa e não lembra o nome de quem era seu sócio?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, para mim, o importante... Eu conhecia quem estava ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem o contrato?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, não tenho, meu senhor. Eu posso apresentar, se vocês quiserem. Eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queremos a cópia do contrato.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Me dando um prazo, eu posso apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então fica registrada aí a apresentação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como chamava a empresa?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Indústria de Tabacos Reis.

O SR. OSCAR ANDRADE – Indústria e Comércio Reis Ltda.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Avenida da Brasil, Rio de Janeiro.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Correto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era o endereço.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Correto.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora era sócia de quem?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Da Hall Over.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lembrou. Está ajudando. Está vendo, a senhora está lembrando.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Se o senhor me perguntar com calma, eu vou ter a palavra para responder.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, mas nós estamos com calma. Hall Over...

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Agora, o senhor está com o contrato, o senhor lembrou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, eu peguei o contrato, a senhora lembrou.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Ótimo, assim nós dois vamos lembrar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Muito bom, Hall Over. Qual que era o outro sócio? Hall Over de quê? Qual que é o nome? Hall Over... O nome da Hall Over?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não sei se é empreendimentos ou se é participações.

O SR. OSCAR ANDRADE – Interprise Ltda.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu não sei. São duas **off shores**, eu não me lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sede dela?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não sei se é nas Ilhas Britânicas.

O SR. OSCAR ANDRADE – É lá mesmo. A senhora está lembrando mesmo. E qual era a outra?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – A outra não sei quem é.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o Lindenmberg?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu sei que ele é procurador da outra **off shore** que faz parte do outro percentual da Indústria Reis.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como chama a outra?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu não me lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Rishley Internacional?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu não me lembro. Se está no contrato aí, eu não lembro. De cabeça, não me lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está aqui no contrato assinado pela senhora. Então, quer dizer, a senhora entrou com a Hall Over e com a Rishley...

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, a Hall Over tinha um percentual, e eu tinha 1%.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora entrou em sociedade com a Hall Over e com Rishley, formando uma empresa aqui no País, duas **off shores** de fora: uma do Uruguai e a outra das Ilhas Virgens, paraíso fiscal.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora entrou a pedido do Moacir?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não entrou.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, ele era procurador da Hall Over, como consta aí no contrato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era procurador da Hall Over?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí, depois, ele comprou da senhora?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso. Eu não quis ficar.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora entrou nessa empresa para quê?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Porque eu iria trabalhar com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Apenas a pedido do Sr. Moacir?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, eu iria trabalhar com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, apenas a pedido?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Ele conversou comigo e queria...

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde é que entra o Ari Natalino nessa história aqui?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Em lugar nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em nenhum lugar?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Do meu conhecimento, nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – É a Indústria de Tabaco Reis que estamos falando?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Ari tinha algum envolvimento com cigarro?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca mexeu com cigarro?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não. Ele estava vendendo o negócio da distribuição, mas não deu certo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora conheceu o Humberto Duarte Lopes?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Conheci Dr. Heleno Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O Humberto, era o quê?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – O Humberto ele dizia que era irmão dele.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora nunca chegou a vê-lo.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mas era sócio da empresa, o Dr. Humberto?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Sim. Porque o Sr. Heleno é um advogado...

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora foi sócia do Humberto?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em nenhuma empresa?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora tem conhecimento que ele era procurador do irmão?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Sim, era do meu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Era do conhecimento de todos na empresa?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Mais na parte jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quem que sabia mais que o Humberto era procurador do irmão?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Que tinha a procuração do irmão?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É, que era falecido.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu sabia, o Ari sabia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O Ari sabia.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Sim. Que ele tinha um irmão, sim.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Que era falecido.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Que era falecido ficamos sabendo depois que deu problema.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora falou neste instante que sabia.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não. O senhor perguntou para mim se conhecia Humberto. Eu lhe respondi que conhecia Heleno e que o Humberto era irmão dele. E se ele tinha procuração, se ele era procurador. Eu disse para o senhor que sim.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora não sabia que ele era morto?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Que era morto não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quem mais sabia que ele era morto ou não?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Ninguém sabia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Só o Humberto.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Só ele sabia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora tem algum conhecimento que foi depositado dinheiro na conta de Humberto?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quem movimentava o dinheiro era o Heleno?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Para mim era o Humberto que movimentava, porque eu não o conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora não tinha curiosidade de conhecer não, ele movimentando tanto dinheiro?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Quando você trabalha com um advogado há muito tempo, tem um bom relacionamento com ele, que ele tem uma procuração e diz é meu irmão, acho que quando a pessoa não te inspira desconfiança, que mal há nisso?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora não ficava desconfiada desse irmão nunca aparecer? Era o Lombardi da Petroforte?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não. Não tinha relacionamento com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Até quando a senhora teve contato com o Sr. Heleno? Ou ainda tem?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Agora já faz um certo tempo que não tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Uns nove meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi que a senhora veio a saber que Humberto era morto?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Referente às notícias de jornal que saiu, referente àquele posto Hobby.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo faz isso?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Acho que foi ano passado.

O SR. OSCAR ANDRADE – De lá para cá a senhora continua em contato com ele?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Muito pouco. Tive contato com ele quando ele foi depor no inquérito referente ao posto.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora não perguntou nada?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não perguntei, porque estive presente quando ele foi prestar depoimento lá em Santo André. Ouvi todo o depoimento dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que ele justificou em relação ao irmão morto?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Justificou que o irmão dele apareceu para ele e que ele podia usar o nome dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Num centro espírita?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Foi o que ele disse. Lá no depoimento dele está isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que ele viu o irmão?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - É.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora o ouviu falando isso?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Está no depoimento dele, está no inquérito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que ele viu o irmão e resolveu transacionar com o irmão em espírito?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - É. Isso é o que ele disse lá.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora ouviu falar ou conhece Fred Jorge Machado?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Nunca ouviu falar?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Ouvi falar depois que houve o problema referente ao Heleno, quando foi contratado o serviço dele. Para várias empresas ele fazia esse tipo de serviço. Depois, quando veio esse problema da ANP, é que ele disse que tinha empreitado o serviço, contratado e que ele pedia a um contador para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quem disse?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - O Heleno.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Empreitou o Fred?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - É.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O destino do Fred, a senhora tem algum conhecimento? Ele está vivo, ele está morto?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Sei que está morto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora não sabe por que ele morreu?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Quando estive na Federal depondo, o delegado da Federal disse que a esposa dele... Está lá a declaração, ele morreu, parece que problema ali perto de casa...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora conhecia a esposa dele?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, senhor, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Era parente da mulher do Ari?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, senhor

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não tinha parentesco não?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Era Márcia Aparecida Gonçalves, não tinha parentesco?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não posso afirmar o nome dela porque só vi pelo depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora também nunca viu o Fred?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mas sabia que estava morto?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Fiquei sabendo depois dos acontecimentos pelas declarações que foram prestadas na Federal em relação ao problema da ANP, porque está lá o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora tomou conhecimento a respeito de alguns caminhões?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Qual caminhão?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Dois caminhões roubados que trabalhavam na usina.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Tomei conhecimento. Estive lá.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Qual foi a providência que o Ari Natalino tomou?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Na época, aconteceu antes, o delegado da cidade tinha estado lá e disse que havia uma denúncia, algum comen-

tário referente a um caminhão roubado lá na usina. Ali são quase 600 caminhões. E deixamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quantos caminhões são?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - De 400 a 600 caminhões porque são canavieiros, entre tratores e tudo mais. Deixamos à disposição para que ele olhasse, porque isso não era do nosso conhecimento mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quais foram as providências que foram tomadas? Foi identificado que o carro foi roubado?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, a primeira vez não porque não foi encontrado. Depois estive lá quando foi encontrado e viemos a saber que o caminhão era roubado que estava lá e hoje existe até inquérito sobre isso que eles estão apurando. A gente quase não vai na usina e quem acompanha mais é o setor de frota. Para nós é um caminhão bom, aquele caminhão foi para arrumar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Qual é a sua função? Era secretária e trabalhava em todas as empresas?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Veja bem, na minha função eu trabalho com todas.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Mas em qual atividade?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Acompanho muito a parte jurídica e comercial.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora não é advogada?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Qual a sua remuneração?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Hoje eu ganho R\$5.000,00.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Isso está em carteira assinada?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, eu tenho pró-labore.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora declara no Imposto de Renda esses R\$5.000,00?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Declaro.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora disse que é dona da Petroforte, foi da Distriálcool, foi, e achamos aqui também a Rei, que a senhora não havia falado.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não tinha porque a Rei eu entrei e saí. O senhor pode ver que as datas são as mesmas.

O SR. OSCAR ANDRADE - E não tem mais?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não.

O SR. SANDRA REGINA DAVANÇO - Mais nenhuma outra empresa? Por que a senhora entrou na Rei e saiu em 30 dias?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Se o senhor recebe uma proposta para fazer parte de uma empresa para trabalhar, ou o senhor aceita ou não, e eu aceitei.

O SR. OSCAR ANDRADE - Foi apenas esse motivo. Foi a pedido do Sr. Ari Natalino?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Em hipótese nenhuma não foi a pedido do Sr. Ari Natalino?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele não pediu para a senhora entrar nessa empresa por uma garantia ou qualquer coisa?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quando a senhora entrou não houve aporte financeiro?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não tem nenhuma relação com o Sr. Ari Natalino a sua ida para a Rede?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE - Drª Regina, a Lei nº 1.579, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, estabelece em seu art. 4º que "Constitui crime: Inciso II - Fazer afirmações falsas ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. Pena do art. 342 do Código Penal".

Estou lendo isso para a senhora porque está divergente o que a senhora está falando com o que o Ari falou. Vou pedir uma acareação daqui a pouco. Então, estou dando a chance à senhora de dar uma nova versão para a questão da Rei.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Mas eu não tenho outra versão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não tem nenhuma relação com o Sr. Ari. Não houve pedido ou aporte do Sr. Ari na Rei. Foi só a senhora e o Sr. Moacir, a Hall Over e Rishley.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Na Rei, não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Está mantida a sua posição?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Está.

O SR. OSCAR ANDRADE - São só essas empresas que a senhora teve: a Rei, a Distriálcool, por um período, e a Petroforte, que a senhora tem ainda?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Que eu me lembre que eu disse para o senhor, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE - Que a senhora se lembra?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Tem chance de ser dono de alguma empresa e não se lembrar?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Doutor, às vezes pode até ser. Lembro que há muito tempo atrás e que hoje já nem existe mais, por exemplo, e tal vez possa ser que o senhor esteja perguntando sobre isso, um posto em Baté.

O SR. OSCAR ANDRADE - Estou perguntando, por exemplo, sobre a Escorpion do Brasil Revestimentos Ltda.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO - Não conheço. O senhor veja o CPF porque existe uma Sandra Regina Davanço em São Paulo, e eu tenho as certidões. Confere o CPF, por favor, o RG e o endereço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - A senhora só tem um CPF?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu só tenho um CPF porque vi que vocês mostraram dois CPFs, e, na realidade, não é meu. Em São Paulo existe, ela é da Lapa, uma Sandra Regina Davanço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem mostrou dois CPFs? Nós?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO - Vocês, num dos papéis de vocês, na comunicação, vocês apresentaram, vocês podem ver aí que vocês marcaram dois CPFs meus.

O SR. OSCAR ANDRADE - É a Polícia Federal, não é a gente não, a gente só manda chamar.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO - Em São Paulo existe outra Sandra Regina Davanço.

O SR. OSCAR ANDRADE - A senhora a conhece?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO - Não a conheço. Sei que existe porque fui tirar umas certidões e constou coisas que não tinha nada a ver comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o CPF da senhora?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – O meu CPF... Posso conferir, porque não me lembro de cabeça?

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode, lógico.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É recente?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – O meu CPF é 944.950.178-53.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sempre foi esse, então, ele é antigo?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Sempre foi esse, é antigo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É antigo, desde que a Sra. tirou a identidade?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso, é antigo. Vocês podem conferir que existe uma Sandra Regina Davanço que não sou eu.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora conhece Maria Regina Reintero Lima?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Maria Regina? Não, não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O Natan Vinícius Gonçalves da Silva é sócio do Ari?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, o Natan não é sócio do Ari. O Natan é o filho do Ari de 10 ou 11 anos hoje. Ele não é sócio. É que, com o problema de saúde dele, houve uma, ele fez uma doação do que ele tinha, então ficou para os dois filhos. Se você pegar o contrato de qualquer empresa que ele participava, o que acontece? Vai aparecer sempre o nome do Natan, mas o Natan não é sócio. O Natan faz parte dessa doação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Todas as empresas estão em nome dos filhos?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – A que ele fazia parte, as empresas que ele tinha, ele fez essa doação e é onde entram os dois filhos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o Lindemberg da Mota Silveira?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Se não me engano, ele é o procurador da outra parte, da outra **off shore**, que é da Rei. Não o conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora não o conhece?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando a senhora assinou o contrato, não foi na presença deles?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, foi o Dr. Moacir quem me trouxe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o Dr. Moacir quem trouxe. A senhora ficou na empresa por quanto tempo?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Olha, doutor, acho que não deu 30 dias entre um registro e outro porque eu assinei, tinha ido para a Junta, depois desisti, aí nós fizemos a alteração. Não tenho aqui em mãos para lembrar a data, mas foi entrada e saída porque eu desisti, eu não quis.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual ano foi, a senhora lembra?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Foi agora no ano de 2001 que saí.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora sabe qual a relação das empresas do Ari com a Indústria de Cigarros Itaba, de São Paulo?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Itaba, como saiu nas notícias? Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E a Cibrasa, do Rio de Janeiro?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Ele não tem relação com a Cibrasa; que é do meu conhecimento, não tem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Nem Itaba e nem Cibrasa? Nunca fez negócio, nem tinha participação?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Que é do meu conhecimento, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E com a Rei?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Com a Rei também não. Que é do meu conhecimento, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – A certidão falsa que foi feita para entregar ao CNP da Petroforte, sua empresa, o que é que a senhora explica disso?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Que é da ANP, que é o que o senhor está perguntando?

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Foi quando surgiu que o Dr. Heleno tirou e foi apresentado nessa época dentro da empresa, como toda distribuidora, um departamento que próprio só para fazer essa entrega de documentos. E que era... inclusive o Siões foi entregar e que, depois, ao decorrer do tempo, nós tivemos a notícia que a fiscalização estava lá na base para fechar a base, lá cravar na base, porque tinha a certidão falsa. Aí, como ela foi lacrada realmente – não foi só a nossa; foram tantas outras

também – e, aí, a gente foi mais... E aí o Ari foi para Brasília, foi na ANP tudo, para ver o que exatamente estava acontecendo. E diz que era referente à certidão e nós providenciamos, ele providenciou a certidão, não tinha motivo para ser certidão falsa. Foi tirada outra certidão. E ele foi lá e, administrativamente, ele deslacrrou a base.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então a Petroforte foi vítima disso aí.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu entendo que sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foi que apresentou a certidão falsa?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Veja bem, quem entregava essa documentação para a Petrocolor cumprir essas portarias da ANP era o departamento, área de assuntos estratégicos que a gente chama, que era o Dr. Simões.

O SR. OSCAR ANDRADE – E foi ele?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Sim, tanto é que os protocolos assinados são dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Simões que entregou?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – À ANP?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Dr. Simões trabalha ainda com você?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Quem?

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Simões.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – O Dr. Simões?

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o nome dele mesmo?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – É Adejanir Simões.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, é o Adejanir! É. Ele ainda trabalha?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Ele, de vez em quando, faz, as sim, uma espécie de uma consultoria. Ele tem uma... acho que um escritório dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele explicou para a senhora, como sócia da empresa, por que ele...

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Ele diz... O que ele explicou, ele disse o seguinte: que ele não entregou, mas o que eu tenho o papel de protocolo onde consta os documentos relacionados tem a assinatura dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem a assinatura dele. E ele disse que não foi ele que entregou?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí, a senhora deu seguimento para saber? Porque a empresa é da senhora?! A senhora deve ter ficado preocupada.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Na época...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que usa o nome da empresa com certidão falsa?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Sim. Como também a gente acompanha esse caso. Porque, veja bem, Doutor, a certidão foi entregue original, e a ANP não tem essa original lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é. Mas e aí?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Segundo o que a ANP responde, o que ela tem é uma xerox autenticada. E os documentos que foram, foram documentos originais.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Dr. Simões pegou isso do início ao fim?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Sim. Sempre o que... a parte... a ANP sempre são... é ele que fazia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Tudo que é parte ANP para cumprir portaria é o departamento dele que fazia. É o departamento dele que faz.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora conhece a Prince Partner, Empreendimentos e Participações Ltda?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – A Prince? É a que faz parte da Rei? De nome, mas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Já ouviu falar?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Já ouvi falar, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Duas indústrias de álcool.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Duas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Que tem duas indústrias de álcool sucro-alcooleiras na região de Ribeirão Preto.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora conhece o Airton?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Airton de Freitas?

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que ele é?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Ele mora no sítio que é do Ari.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele mora lá?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Ele arrendou o sítio; ele já mora lá muito tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não é caseiro? Caseiro do...

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, ele tem uma, ele arrenda, ele planta, ele... Caseiro eu entendo que é aquele que vai lá e só cuida do sítio para o dono, que não é o caso dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é dono de alguns postos?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Posso mostrar?

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quantidade.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – É vou ver o que eu tenho. De cabeça aqui eu não me lembro. (Pausa.) Cinco.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A contabilidade desses postos é concentrada num escritório só? São cinco postos? Deputado Oscar, cinco postos.

A contabilidade dessas duzentas empresas?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO - O senhor está falando dos postos? Se é uma contabilidade só? Não, ela é dividida por região.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora sabe de quem é o escritório de contabilidade?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO - Nós temos um que é da rede SH.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - A senhora pode dizer no microfone o nome da empresa?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO - Nós temos um que é próprio, que é da administração da SH, é um escritório que mexe só com essa contabilidade, e tem um que é em Araraquara, Gemarge.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora sabe o nome?

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO - O nome do escritório é Gemarge.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora tem o telefone de lá?

A SRA. SANDRA - De cabeça, eu não me lembro, mas posso fornecer...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Gostaria que a senhora me fornecesse a relação de todos os escritórios de contabilidade com que vocês trabalham.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O Ari fez uma afirmativa aqui que eu acho que ele debochou da Nação inteira.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO - Como assim, doutor?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ele disse que a empresa dele de via milhões à Petrobras e que a Shell e a Esso deviam também, deviam imposto. Disse que a Shell e a Esso deviam mais de R\$1 bilhão.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu tenho essa reportagem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ele disse isso aqui. Nós vamos pegar o depoimento dele e encaminhá-lo à Receita Federal, para que o Sr. Everardo Maciel fiscalize isso. Trata-se de um deboche, porque, enquanto a Receita Federal está fiscalizando a pessoa física, o Ari Natalino, a Petroforte estão aí desviando uma soma incalculável de recursos. Por isso eu faço questão que a senhora nos mande a relação das empresas cuja contabilidade vocês fazem, das duzentas empresas.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO - Desculpe-me, eu só gostaria de entender uma coisa. Por exemplo: o que se vê na mídia hoje é que a Petroforte deve horrores de ICMS. Ela deve, ela não sonega, porque nós declaramos tudo que nós devemos. O senhor pode pegar tudo o que se tem de processo... Isso eu posso dizer porque eu acompanho muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Devem sonegar porque há contas em nome de morto.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, nós não temos conta em nome de morto. Foi o morto que deu a conta dele.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O Ari disse que depositou R\$600 mil na conta do Humberto, que estava morto há quarenta e quatro anos.

A SRA. SANDRA REGINA DAVANÇO - Mas nós não sabíamos disso. O que é sonegar? Na realidade eu tenho aqui e mostro para o senhor...

O SR. OSCAR ANDRADE – Dona Sandra, vamos prosseguir. Nós já sabemos o que é sonegar.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu tenho aqui a certidão de quanto eu devo à Receita. Eu tenho e não é isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu quero saber é do Airton. São cinco postos?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Sim, postos de gasolina.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a remessa de recursos que a senhora fez para comprar esses postos?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Tem os postos para venda. Quando você vai comprar o fundo de comércio, se aparecer lá a Petroforte, aquele fundo de comércio, se custa cem, vai custar duzentos, o que é normal. Realmente, você sempre faz... O Sr. Airton vai lá e compra. Todos foram pagos. Ninguém tomou prejuízo. Nunca foi usado.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Petroforte paga?. É isso que eu estou perguntando.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Paga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então responda-me, por favor, quanto de recursos foi liberado para o Sr. Airton?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu não me lembro de cabeça.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais ou menos, cinco postos...

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Depende, tem posto que é muito antigo, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas foi dinheiro da Petroforte? Isso é do seu conhecimento?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Foi. É do meu conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sr. Airton é o que nessa história toda?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – O Sr. Airton é uma pessoa que nós conhecemos, é de nossa confiança.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas a senhora tem que qualificá-lo para mim. Ele é sócio?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Ele é sócio.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – De vários.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele representava a figura do Sr. Ari Natalino.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, ele não representa a pessoa do Sr. Ari Natalino.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas por que o dinheiro sai da Petroforte para comprar alguma coisa? Ele representava a Aparecida?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – A Petroforte pode fazer isso. A distribuidora pode fazer isso. A distribuidora pode ter uma verba para você ir lá e comprar o fundo de comércio. Ela faz isso para ter uma bandeira. É normal. Tem um posto de bandeira branca e ele quer ser uma bandeira Petroforte, vamos dizer. Ela pode dar recurso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não é o caso. Estamos falando de outro caso. Estamos falando de uma pessoa, de um caseiro de um sítio, do Ari Natalino, que compra cinco postos. Explique-me isso, por favor. Não vamos tergiversar.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – É a mesma coisa se for um posto de bandeira branca. O que acontece? Se um posto custou 100, a Petroforte vai dar 100 para ele pagar. Se o posto custou 50, a Petroforte vai pagar 50 para pagar, se aquele fundo de comércio interessa.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Então, ele pegou esse “laranja” e colocou os postos em nome dele.

Gostaria de interromper V. Ex^a, Deputado Oscar Andrade, para registrar aqui a presença do ilustre Deputado João Herrmann Neto, do PPS, São Paulo. A CPI sente-se honrada com sua presença aqui, se puder contribuir. Estamos ouvindo, Deputado, V. Ex^a, que é de São Paulo e certamente está atento a esses ocorridos, o Ari Natalino e a sua secretária, Sandra Regina. O Ari Natalino é proprietário de grande quantidade de postos de combustível, 300 postos, tem mais de 200 caminhões, empresas de transporte, usinas de açúcar, mantém várias empresas em nomes de “laranjas”, empregados que são usados como cobertura de esquema de sonegação de impostos e lavagem de dinheiro. A principal empresa dele é a Petroforte. Estamos aqui ouvindo e se V. Ex^a tiver alguma contribuição a dar a esta CPI ficaremos honrados.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – Sr. Presidente, agradeço, mas, antes de mais nada, queria declarar, para que não houvesse nenhum tipo de impedimento no futuro, que sou uma vítima, através da minha família, da Petroforte, estamos na Justiça contra a Petroforte.

De toda forma, gostaria de dizer que esta Comissão está na frente de uma quadrilha de pessoas sem nenhuma moral, nenhuma ética e nenhum com-

promisso inclusive com a sociedade, inclusive a declarante. São pessoas que procuraram o meu pai, por exemplo, para tentar comprar uma destilaria em que ele se encontrava - papai faleceu no ano passado - e, na tentativa de fraudá-lo, depois conto as outras, pegaram álcool emprestado sob o argumento de que os postos estavam desabastecidos, e o papai forneceu o álcool quarta e quinta-feira para eles e eles nos dariam na sexta e no sábado. Nunca mais entregaram o álcool. Pegaram mais de 1 milhão de litros na tentativa de quebrar a empresa, que era uma empresa pequena. E esse caso se repete às várias. Eles fazem a compra de postos de gasolina, depois acabam não pagando, que bramo e indíviduo, to mam o posto. Há inclusive suspeita de assassinatos. O maior comprador deles morreu de uma forma suspeita, num desastre de carro. A saída livre desses homens, como saíram na semana passada da Assembléia Legislativa de São Paulo, como sairão hoje do Senado da República, é um atentado, é uma violência à sociedade brasileira. São pessoas que, de toda, sorte, tendo em vista aquilo que vivemos hoje, o País deveria expurgar. É o tecido que deveríamos trazer a público, o pus que eles representam na sociedade. São empresas fantasma, são pessoas sem nenhum caráter, são mortos, são ex-mulheres. Se V. Ex^a pudesse acompanhar hoje, é compra de tratores que não pagam, compra de caminhões que não pagam, são bóias-frias sem receber.

Se os senhores forem até Sobar, que é a indústria deles na grande região de Bauru, se V. Ex^a pudesse ver a situação em que eles deixaram aquilo, sucatearam. Enfim, é de uma sorte a coisa que retratam dentro do Estado de São Paulo que me faz, horripilantemente, estar presente aqui.

Quando soube que essa figura, Ari Natalino, estaria depondo, fiz questão de vir aqui, colocando de antemão que possuo talvez essa interdição, por estarmos na Justiça, por minha família estar na Justiça. Repito isso para que não paire nenhuma dúvida, mas é na Justiça, e aqui o faço como portador de um mandato popular. Se pudermos, de alguma forma, colocar atrás das grades inclusive a declarante, porque são pessoas que fraudam o governo do Estado, fraudam o Governo Federal e, por conseguinte, fraudam a sociedade brasileira.

Quero deixar claro que faço esse testemunho e abro mão de qualquer prerrogativa parlamentar que possuo se for por acaso inquirido sobre esses gestos que nesta Comissão cometo. E, quando for preciso, os documentos que forem necessários, faço questão de ir junto com esta Comissão, por delegação dos se-

nhores, para mostrar, **in loco**, todas as pessoas humilhadas, todas as pessoas que sofreram e sofrem na carne hoje os atos que esta quadrilha realiza dentro do Estado de São Paulo.

Poderia mostrar os postos que tentaram comprar e depois as pessoas foram afastadas, posso mostrar as pessoas que venderam caminhões e não receberam, os tratores que foram retirados, a turbina que foi retirada, enfim, posso dar um leve traço aqui, mas **in loco** poderia lhes mostrar com que laia de pessoas os senhores estão tratando nesta Comissão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sem dúvida, Deputado, estamos honrados com a sua presença aqui e eu, como Relator, vou aguardar a ajuda de V. Ex^a pelo conhecimento vasto que tem.

Na verdade, a sua presença confirma todas as nossas dúvidas. Já vimos há alguns meses debruçados sobre essa documentação e informações que temos sobre o Ari Natalino e seus amigos. Temos inclusive um requerimento.

Peço, e com certeza será aprovado pelo Plenário da CPI, que seja criada uma força-tarefa, porque acho que é só dessa forma. O jogo é muito bruto, a quadrilha é grande. Está aí reforçada pelas suas declarações, que conhece. E nessa força-tarefa peço que se envolva Ministro de Estado da Fazenda, Secretário da Receita Federal, Presidente do Banco Central, Gerente da Agência Nacional de Petróleo, com técnicos, com tudo, para que possamos ir atrás disso, por que temos que cessar com isso.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO - Eu gostaria, Sr. Relator, se pudessemos sair, três Deputados, três Senadores. Eu os levaria no trajeto de Mato Grosso até o Estado de São Paulo e lhes mostraria todas as pessoas lesadas por eles. Elas poderiam, assim, não vindo a Brasília, quer dizer, não sendo atemorizados, porque há tentativas de morte, ameaças. Dessa forma os senhores poderiam, com a imunidade e com a força oficial que temos, colher lá os depoimentos dessas pessoas. Poderiam enriquecer muito na tomada de decisão final desta Comissão.

O SR. OSCAR ANDRADE - Na região de?

O SR. JOÃO HERRMANN NETO - Desde Mato Grosso até Bauru.

O SR. OSCAR ANDRADE - Faço então um requerimento, Sr. Presidente, que seja submetido logo após ao Plenário, para que possamos, conduzidos pelo Deputado João Herrmann, conhecer **in loco** essas ações.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Quero agradecer a presença do Deputado João Herrmann e dizer-lhe que foi muito relevante o seu depoimento, essas declarações de V. Ex^a, pelo seu passado, pela figura de Parlamentar que V. Ex^a é, pela sua credibilidade aqui no congresso Nacional. E não tenho dúvida, prestou um relevante serviço a esta CPI com essas declarações que acaba de fazer a esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. OSCAR ANDRADE - Então o dinheiro que foi repassado para o Sr. Airton comprar os postos, isso acontecia com vários outros também?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, não tem vários outros.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Quem que o senhor diria que seria os outros?

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantos outros? Estamos falando de uma rede de mais de 200 postos.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Mas os 200 postos não têm o Airton.

O SR. OSCAR ANDRADE - Está certo. Mas a Petroforte e o grupo têm um envolvimento em mais de 200 postos. Está certo? Esses 200 postos têm vários do nos. Estou falando do Airton só em cinco. Então é praticada a Petroforte e vários sócios da maneira que é o Sr. Airton?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Os outros postos todos eram comprados pelos outros mesmos?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Sim, aqui a Petroforte... o único que não esteve em nome de Ari e Débora foram esses aqui do Sr. Airton e tem mais aqui dois que foi em nome do Antônio Pedro.

O SR. OSCAR ANDRADE - O Antônio Pedro é quem?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - O Antônio Pedro é uma pessoa que trabalha também conosco e que compra fundo de comércio.

O SR. OSCAR ANDRADE - E que emprestou o nome também?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - É. Trabalha com a gente. O resto não tem mais nenhum. Todos são do Ari mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Só emprestou o nome também?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, ele trabalha conosco mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Pois é, ele emprestou o nome para figurar como dono de uma empresa.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Pois é, ele trabalha até no posto mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Como é que a senhora chama isso?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu já lhe disse para o senhor que eu entendo... laranja para mim é aquele que não tem o conhecimento da empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE - A senhora já falou, mas eu estou perguntando como a senhora chama isso.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Mas é isso que o senhor está querendo me dizer e eu estou lhe respondendo. Então a pessoa que participa, que está dentro da empresa, para mim, é do conhecimento dela. Ela tem ali, mas é dela. Ela sabe que é dela.

O SR. OSCAR ANDRADE - É uma pessoa que empresta o nome, é isso?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu não empresto o meu nome.

O SR. OSCAR ANDRADE - No caso do Airton?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Ele também sabe, ele foi lá e comprou por quê? Para nós sairia mais em conta. Ele não teve prejuízo, quem teve prejuízo? A Petroforte deu o dinheiro para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele tinha dinheiro, minha senhora?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - A Petroforte deu dinheiro para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE - Então ele emprestou o nome para comprar? Não está certo pensar assim?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Se eu quero comprar uma coisa e pegar um dinheiro emprestado, eu não posso?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Ele tinha a procuração por Ari?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, senhor. Ele procuração do Ari? Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Procuração dele para o Ari?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Tem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Para movimentar a conta, tudo, não é isso?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Tem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Na procuração ele emprestou o nome.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Mas o Ari nunca movimentou, nunca usou.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Há quanto tempo a senhora viu o Heleno?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu conheço o Heleno faz uns cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Sim, mas qual o foi o último contato que a senhora teve com ele.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Há uns nove meses.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - O último contato que a senhora teve com ele?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - O último contato que tive com ele.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Nove meses?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Há uns nove meses.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Tem certeza? Olhe lá, a senhora está sob juramento.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Tenho. Uns nove meses.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Isso quer dizer que o Ari Natalino também...

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Contato com ele que o senhor disse é assim de eu conversar, vê-lo...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Por telefone ou pessoalmente?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Por telefone, ele ligou há questão de uns dois meses. Acredito que ele tenha ligado sim.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Então a mesma coisa o Ari Natalino certamente?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Veja bem, Doutor, na minha presença eu não vi. Agora, também não estou com ele o tempo todo. Não posso responder por ele.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - E a senhora sabe que tinha dinheiro depositado na conta do Humberto?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Sabia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - A senhora sabia quem movimentava o Heleno?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Sabia. Não, não. Eu não sabia. Eu sabia o seguinte: que o Humberto com prou o posto e quem deu o dinheiro re-

almente foi o dinheiro da Petroforte. Eu sabia que tinha sido depositado na conta do Humberto. Até então eu não sabia que ele era morto. Eu fiquei sabendo que ele era morto depois que veio a notícia na mídia, no jornal, que não era do nosso conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Sim, mas o Ari aqui afirmou que tinha depositado mais de R\$600 mil na conta. A senhora tem conhecimento disso?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não. Mais de R\$600 mil eu não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Mas sabia que tinha depositado.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Sabia sim e não sabia que ele era morto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - E até pouco tempo movimentava essa conta?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não. Nós nunca movimentamos essa conta. Quem movimentou só foi ele.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Sim. Até pouco tempo, ele movimentava essa conta. A senhora sabia também?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu acho que foi até o período que deu esse problema todo que descobriu que era morto, não é?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - A senhora trabalha com o Ari há quanto tempo?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu já o conheço há 22 anos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - E essas antecedentes criminais dele, isso não impressiona a senhora não?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Não? Tudo isso que ele está sendo...

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não. De cada coisa que tem aqui, são talvez uns dois casos que posso dizer ao senhor que não me lembro, mas, do restante que tem aqui, conheço tudo. Conheço processo por processo e tenho todas as certidões e arquivamentos, Doutor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Então a senhora acha que ele não sabia, ninguém sabia que o Humberto era morto?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu não sabia. Nós não sabíamos, não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Ninguém sabia?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Então, o Heleno enrolou a todo mundo, não é isso?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - É. Na minha opinião, ele ...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Ele enganou a todos, não é isso?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Enganou.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Então vocês é que são uns bestas.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu não me considero besta...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Que tinha dois veículos roubados e que ninguém sabia? Dois caminhões na usina?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Ninguém sabia?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, senhor. Não tinha motivo para nós termos caminhão roubado. Para quem tem uma frota de caminhão zero, não tem motivo para ter um caminhão roubado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Mas não sabia

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Não sabia também que o documento apresentado à ANP era falso?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Não sabia também.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não. Tanto é que depois nós fomos lá e nós mesmos tiramos antes de ...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Não tinha sentido, e ninguém sabia. Também não sabia por que morreu a pessoa que fraudou, que falsificou o documento?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não. Por que haveria de saber? Não sabia não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Não sabe também.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Quer dizer, não conhece, não sabe, não viu, não é? Essa é a resposta de quem conhece tudo, sabe tudo e está negando.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Tanto a senhora como o Ari.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu conheço o Heleno. Quando conheci Heleno e ele falou que tem um irmão, não pedi para ele trazer para mim toda a documentação do irmão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Como é que uma pessoa de posição R\$600 mil na conta e não faz questão de conhecer a pessoa?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Como é que é, Doutor?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Como é que se deposita R\$600 mil na conta de uma figura e não se quer conhecer ele?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Quando o senhor conhece um advogado já há um tempo, que não é um ano, faz cinco anos, ...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Qualquer um. Advogado, médico ou engenheiro, eu ia querer conhecê-lo.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Qualquer um tem procuração. Qualquer um pode dar uma procuração.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Se eu faço transação comercial, quero conhecer a pessoa.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Excelência, eu entendo que, a partir do momento que eu confio numa pessoa, eu posso dar uma procuração.

O SR. OSCAR ANDRADE - Dá procuração até para morto!

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu não dei.

O SR. OSCAR ANDRADE - Até para morto você dá.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu não dei.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem é João Ferreira Ruivo?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - João Ferreira Ruivo? Ele tinha o Posto Cinco Estrelas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Um posto?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - É. Ele e os filhos. São dois postos.

O SR. OSCAR ANDRADE - E qual a relação dele com o Ari?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Ele tinha bandeira na distribuidora ...

O SR. OSCAR ANDRADE - Era só o Ari?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, aí ele vendeu, numa época ele veio oferecer parte da sociedade do Posto Cinco Estrelas para o Ari, e o Ari comprou.

O SR. OSCAR ANDRADE - Antônio Pedro Rodrigues Souza Rocha.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - É o Antonio que trabalha conosco e tem posto de gasolina no nome dele. Ele tem posto.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quantos postos ele tem?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Hoje ele deve ter uns quatro.

O SR. OSCAR ANDRADE - Que são do Ari também?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Do Ari também.

O SR. OSCAR ANDRADE - Yoshika Komoda.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - A Yoshika foi uma funcionária que na época, quando ele foi fazer o transplante, ele deu procuração para ela. E tenho aqui os contratos. Ela participou de três empresas e em uma ela foi procuradora dele. Foi na época do transplante. A procuração foi feita para ela em 1996 e, no finalzinho de 1998, tirou a procuração, porque ele já estava bem e já não ficava mais internado, então tirou a procuração.

O SR. OSCAR ANDRADE - Foi procuradora esse tempo então?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE - Rafael Fiesta Garcia.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - O Rafael também é um funcionário nosso, que trabalha conosco há muito tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Também tem posto?

A SRª - Não, o Rafael não teve posto, o Rafael foi uma empresa, mas também... só teve o CGC, não tirou a inscrição estadual, não foi em frente.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não chegou a comprar nenhum posto?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, não que eu me lembre.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele não usa o nome para o Ari não, esse não?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não.

O SR. OSCAR ANDRADE - Natan Vinícius Gonçalves da Silva.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Natan é o filho do Ari, é o mais novo.

O SR. OSCAR ANDRADE - É o mais novo, o Eric que é o mais velho?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - O Eric é o mais velho.

O SR. OSCAR ANDRADE - Joaquim Gomes de Figueiredo Neto.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Joaquim Gomes? Eu não me recordo do Joaquim.

O SR. OSCAR ANDRADE - Paulo Roberto Felizardo.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Também não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Vilmar José da Costa.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Josefina Moura de Oliveira.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Leontina Aparecida Basteli.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Leontina é esposa do Sr. Airton.

O SR. OSCAR ANDRADE - Do arrendatário do sítio e dono de cinco postos?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Peter Pessuto.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Peter Pessuto é sobrinho da Aparecida.

O SR. OSCAR ANDRADE - Também é dono de posto?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, o Peter não é dono de posto.

O SR. OSCAR ANDRADE - O que o Peter é?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - O Peter não tem posto.

O SR. OSCAR ANDRADE - Rogério Rodrigues Ruivo.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - O Rogério é filho do Sr. João Ruivo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Do Sr. João Ferreira.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - É.

O SR. OSCAR ANDRADE - Guy Alberto Hertz.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Como?

O SR. OSCAR ANDRADE - Guy.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, esse não é o nome do Sr. Guy. O sobrenome dele não é esse.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E qual é o nome dele?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Não me lembro, ele é um francês, não é esse o sobrenome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Guy, é Guy que se pronuncia?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, qual é o nome que está escrito aí?

O SR. OSCAR ANDRADE – Para mim é Guy, mas é Guy.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Alberto Ritz.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Ah! Ele é o antigo proprietário da Sobar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sócio do Ari?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, doutor. Ele vendeu a Sobar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O que é a Sobar?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – A Sobar é a usina.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A usina de álcool? O Ari comprou dele?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso. Comprou.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pagou?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Está pagando.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora responde a algum inquérito?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Se eu respondo a algum inquérito? Tem esse da ANP.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Do documento?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso, que se refere à Petroforte.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O que é que alegaram, que a senhora fez o quê?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – É do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sim, mas sob que alegação?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, é sobre as certidões, como é a empresa, somos representantes da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A senhora foi responsável por emitir a ...

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, não, ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mas está sendo acusada?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – É, eu ainda nem fui ouvida.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E depois vão envolver com a senhora, que depois apareceu o rapaz morto, não é?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, desse caso não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Desse caso sim. Foi ele que fez a certidão falsa.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Das certidões. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E depois morreu.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora disse que foi o Adjmir que levou até o final, a senhora lembra?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Na ANP foi, realmente é verdade. Isso é verdade. Para protocolar na ANP é mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o Adjmir?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Que levou, quem entrega. Todas as portarias quem cumpre é ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora sustenta essa versão aí na frente do Ari?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Sustento, na frente do Ari.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora vai sustentar agora. A quantos inquéritos a senhora responde?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Olha, eu respondo, que se pode dizer que chama inquérito, eu não sei, eu te falo os processos que se referem da Petroforte, tá? Que é a parte tributária. E não me lembro porque não tenho aqui o número.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora não sabe? Não pode saber quantos? A senhora não se preocupa? Vou falar para a senhora quantos.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Quantos?

O SR. OSCAR ANDRADE – Oito.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu não sei, não me lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não se preocupa também se são oito, doze, treze?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não. Eu tenho um advogado que cuida disso.

O SR. OSCAR ANDRADE - O advogado cuida lá, não é? De 1993 a 1997. Deve ter mais um, porque esse da certidão é mais novo, não é?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não. Deve estar incluído nesses.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ele é de 97?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não. Acho que é de 99.

O SR. OSCAR ANDRADE - Pois é. Aqui só tem até 97.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Mas esse que o senhor tá falando, de 93, é inquérito que o senhor fala? Aí tá errado. Porque o de 93 se refere àqueles que foram os 28, que se tornou um processo que na 1ª Instância já fomos absolvidos. Já não é mais.

O SR. OSCAR ANDRADE - Que 28? 28 o quê?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu acho que esse inquérito aí... O senhor tem o número dele, por gentileza?

O SR. OSCAR ANDRADE - Não. Ele é de 1º de outubro de 1993.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - É esse mesmo, Doutor. Esse inquérito aí, de 1º de outubro, é esse que tem aqui. Ele aparece 28 vezes, é referente, aqui, ao Vicente Romaneli, do qual tenho aqui, já foi até publicado que na 1ª Instância ele se tornou um processo-crime e que na 1ª Instância nós fomos absolvidos. Esse inquérito deixou de ser inquérito e se tornou um processo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Foi arquivado, não é?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não. Ele aqui na 1ª Instância...

O SR. OSCAR ANDRADE - Ah! Vocês foram absolvidos?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - É.

O SR. OSCAR ANDRADE - É, vocês conseguem coisas boas demais.

Sr. Presidente, gostaria da presença do Sr. Ari Natalino para que eu possa acareá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Suspendo a reunião por 2 minutos, enquanto o Sr. Ari Natalino vem aqui para fazer acareação.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Em virtude da situação clínica do Sr. Ari Natalino, o médico pediu mais 20 minutos para que ele se recuperasse. Então vamos suspender a reunião por 20 minutos para que ele retorne e concluirmos a sessão.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Com a palavra o Deputado Carlos Dunga, que tem uma informação a trazer.

O SR. CARLOS DUNGA - Sr. Presidente, gostaria de agradecer a V. Ex^a pela compreensão e de dizer que, por sua credibilidade em todo o País, pelo meio de comunicação que está divulgando o trabalho que está sendo feito por todos que integram esta CPI, estamos sendo procurados por pessoas do povo, por motoristas, por empresários, por comerciantes, pelos fatos que estão acontecendo nas regiões. Gostaria de citar dois fatos concretos que aconteceram aqui e no Nordeste.

Primeiro é que um comboio de aproximadamente 30 motoristas ficou retido numa cidade próxima a Petrolina. E me telefonaram, via celular, pedindo ajuda, socorro. Entrei em contato com a Polícia Rodoviária Federal, que de pronto intercedeu, através daqui de Brasília, da Superintendência de Recife, e chegou até onde estava esse comboio detido. Lá foi dado todo o reforço aos motoristas para que eles cruzassem esse trecho entre Petrolina e Salgueiro sem maiores apreensões.

Isto foi o quê? Foi a credibilidade da CPI, porque, nos estados, se está acreditando no trabalho que está sendo feito.

E outro, um comerciante que está aqui conosco, chegou há poucos instantes, procurou-me, na última sexta-feira, na cidade de Campina Grande, para denunciar que uma carga de sua propriedade tinha sido roubada, incontinente, há dois ou três dias passados da hora em que ele estava me comunicando. Pedi-lhe que ele viesse, como veio a Brasília, com recursos próprios, para prestar esclarecimentos e pedir justiça à CPI.

Aqui está o empresário Franklin Roberto Batista. Pediria, através do requerimento que passo às mãos de V. Ex^a, que ele seja ouvido.

Peço à CPI para que tome todas as providências quanto a este caso e quero aqui registrar nossos agradecimentos à Polícia Rodoviária Federal pelo pronto atendimento que deu ao pedido de socorro desses motoristas que estavam retidos lá no Estado de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - A Presidência acata e agradece a sua intervenção, convidando o Franklin. Ele está aí? Queira vir à frente para relatar a ocorrência.

Seu nome todo?

O SR. FRANKLIN ROBERTO BATISTA -

Franklin Roberto Batista. Forneço matéria-prima para as indústrias de Fortaleza. No caso dessa carrada foi caixa de caju. Já é a segunda que me roubam. Na primeira, foi presa a gangue de Natal. Eles clonavam. Pegavam carro batido, virado, de seguradoras, pegavam as placas, chegavam no Detran do Rio Grande do Norte e tiravam uma nova documentação. Chegavam no estabelecimento... Eu passei quase 90 dias clonando placas dentro das indústrias, na Iracema, em Pescos, Zibrás, em Moçoró, Irmãos Fontenelle, todas as indústrias que trabalham com castanha de caju que trabalham com elas. Só que ele carregava aqui, por exemplo, em Brasília, e quando chegava aqui uns 200 Km já trocava a placa do carro e com outro documento frio seguia a viagem. Quando chegava próximo do destino, já trocava outra placa de novo e outro documento falso e dava entrada na fábrica.

Para conseguir, foi a maior novela do mundo. Consegui. Gastei o dinheiro do valor da carga praticamente com a polícia e consegui prender a gangue, que está solta. O caminhão que estavam trabalhando é um caminhão como o chassi adulterado. Encontra-se essa tramitação na 2ª Vara Criminal de Campina Grande.

Na semana retrasada, meu filho contratou uma carreta, carregou e até hoje a carreta não chegou na fábrica. Então trouxe a documentação. O proprietário da carreta é aqui de Anápolis, Calisto Abdala Neto. Falei com ele. Quando chegou na segunda-feira, liguei para a indústria, porque geralmente na segunda-feira a gente faz o levantamento na portaria de quantos caminhões chegaram na indústria, e a carreta não chegou. À tarde já começo clonar telefone. Pego dois agentes com o meu filho e começo de Campina Grande a rastrear até dentro de Fortaleza a notícia de que passou a carreta, mas só que não chegou na fábrica. Algum receptor comprou e deve ter entrado com outro nome, ou traçaram na mesma fábrica ou em outras fábricas.

Então, na segunda-feira até a tarde, comecei a clonar. Consegui o telefone do rapaz aqui, porque mexo com essas usinas em Goianésia, Santa Helena - trabalho com açúcar também. Então me cederam o telefone desse Calisto, que é um advogado aqui em Anápolis. Falei com ele. Ele disse que há dois meses o motorista não ligava para ele. Eu disse: É de se es-

tranhar. Como você tem um motorista que não liga para você, dono da carreta? Ele disse: Não, fique despreocupado que amanhã ligo para você. No outro dia ele liga para mim dizendo que um dos motoristas ligou para o pai dele, dizendo que tinha sido assaltado.

Ora, está com a carta-frete, quatro telefones, dei mais um cartão meu de telefone e não comunicaram nada para mim. Ele disse: Não, se foram assaltados, devem ter prestado alguma queixa e vou lhe comunicar à tarde. À tarde ele me liga, dizendo que os mesmos motoristas, os dois, tinham achado a carreta umas três horas depois e deixaram em Catolé do Rocha, só que em Catolé do Rocha eu conheço os postos de gasolina tu di nho de lá. Ele disse: Está no posto Cristal 5. Estranhei o nome desse posto Cristal. Ligo para Catolé do Rocha e falo com esse amigo meu que tem seis postos de gasolina, Juarez. Juarez falou: Franklin, é o seguinte: tem o meu posto novo, que inaugurei agora na saída da cidade, e quero que você...vou mandar uma pessoa minha lá e olhar se essa carreta está lá. E realmente a carreta se encontrava lá. Então eu disse: Como pode essa carreta estar aí? Ele disse: Olha, falei com o frentista e ele disse que chegaram lá às 11h da noite, encostaram a carreta na posição de pernoitar e com cinco minutos chegou outro carro, botou eles e foi embora. E não apareceu mais ninguém para pegar essa carreta.

Aí eu fui, mandei meu filho sair de Fortaleza e ir direto lá para Catolé do Rocha. Chegando lá, mandei chamar o delegado, prestar queixa e prender a carreta. Só que o dono da carreta está alegando que não sabe onde estão os motoristas. E até hoje nenhum dos dois motoristas ligou para mim. Sempre quem liga para mim é ele. Eu gravei a fita. Está aqui. Eu quero deixar em mãos de vocês também a fita. Quando é motorista desconhecido, por eu ter sido vítima da primeira, eu sempre bato foto dos motoristas, por sinal está até com o senhor as fotos, já aí.

Hoje de manhã, antes de eu vir para cá, ele liga para mim, o dono da carreta, dizendo que localizou os motoristas dele em Benevides - PA. Digo: Mas rapaz, é engraçado, quer dizer que seus motoristas, hoje já vai para quatorze dias que você não comunica comigo hora nenhuma sobre os motoristas, nem dizendo onde vendeu, onde colocou a mercadoria, só se comunicam com você, e você diz que não sabe onde está o motorista, onde está... Acho que você tem que abrir logo o jogo e dizer, porque vou tomar as minhas providências a partir de hoje. Ele não sabia, nem sabe nunca que estou aqui.

Quando foi sábado, pela minha felicidade, eu me encontrei com o Deputado Carlos Dunga, que está fazendo parte desta CPI e contei os fatos todos a ele. Ele disse: Não, isso aqui é um problema sério que a gente tem que combater. Você pode ir a Brasília? Eu: Vou. Como aqui estou. Só que esse rapaz, ele mora aqui em Anápolis e eu já soube que ele é meio trambiqueiro. Ele é advogado e gosta desse negócio de trambiqueiro.

Eu queria que o senhor tomasse uma providência para ouvi-lo, intimá-lo. Eu trouxe o endereço dele aqui em Anápolis. É Rua Goiás. Para a gente trazê-lo aqui para ver onde é que estão esses motoristas dele. Como é que você tem um motorista há dois anos e não sabe onde está o motorista?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sr. Franklin, acho que essa contribuição é importante. Nós vamos tomar as providências de convocar.

O SR. FRANKLIN ROBERTO BATISTA – Estão aí os telefones dele, do escritório...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É importante também a sua participação nesse mesmo dia.

O SR. FRANKLIN ROBERTO BATISTA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Nós avisaremos o Deputado Carlos Dunga.

O SR. FRANKLIN ROBERTO BATISTA – Não tem problema. Eu venho.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Para nós fazermos inclusive uma acareação, não é? Vamos ouvi-lo e depois fazer um encontro...

O SR. FRANKLIN ROBERTO BATISTA – Se o senhor quiser... É por que eu não trouxe a reprodução dessa fita. Se tivesse alguém que fizesse essa reprodução...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Tem sim.

O SR. FRANKLIN ROBERTO BATISTA – Aí o senhor faria essa reprodução e já ouviria a minha conversa com ele, como foi.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pode ser reproduzida.

O SR. FRANKLIN ROBERTO BATISTA – Quero registrar também porque está em fim de safra. E além de ser fim de safra, como está previsto, as indústrias só mandam para as pessoas que trabalham há mais de quinze anos com elas hoje. Se o senhor quiser vender uma carrada, eles não comprem, porque já têm esse repasse. Eles mandam dinheiro para a gente. Já tem aquela parte de confiabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Isso vem acontecendo com frequência?

O SR. FRANKLIN ROBERTO BATISTA – Roubaram na Bahia. Na época que roubaram a minha, roubaram duas carradas, que foi justamente a mesma gangue que eu consegui prender, de Natal.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E esse rapaz que você teve conversa com ele...

O SR. FRANKLIN ROBERTO BATISTA – É esse agora.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É o receptador?

O SR. FRANKLIN ROBERTO BATISTA – Não. Esse é o dono da carreta. Pegando os motoristas dele, ele vai dizer a quem vendeu a mercadoria. Então vai descobrir quem é o receptador.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Aqui nós estamos atrás do receptados, não é? O motorista é uma vítima que está sendo usada.

O SR. FRANKLIN ROBERTO BATISTA – Sim, mas o motorista vai dizer a quem vendeu.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Claro.

O SR. FRANKLIN ROBERTO BATISTA – Eu só posso chegar no receptador com o motorista dizendo: Foi esse aqui que comprou - um exemplo. Não tem outra saída.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, agradeço a compreensão de V. Ex^a, esse foi o pagamento do empresário. Espero que a CPI tome todas as providências, por que é por isto que nós estamos aqui trabalhando. E V. Ex^a, em sendo um nordestino, sabe do sacrifício de um empresário nordestino, como de todos os empresários do Brasil, quanto a essas consequências que estão havendo em roubo de carga em nosso País, por isso estamos aqui combatendo. Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Eu que agradeço a contribuição, Deputado Carlos Dunga. E já está também no nosso roteiro ir a Pernambuco. Quem sabe em Pernambuco poderemos ouvir o pessoal da Paraíba, do Ceará, fazer com que aqueles envolvidos, não é? Porque a preocupação nossa aqui é a seguinte: existe um desvio de mais de quinhentos milhões/ano, envolvendo policiais, comerciantes, empresários, morte de motorista, de dono de caminhões, e quem está pagando por isto é a sociedade, por que o seguro dessas cargas fica mais caro a cada dia e quem paga o preço final da mercadoria é a sociedade. Além do mais, o envolvimento da Justiça, da Polícia, enfim, se não houver um esforço concentrado

dos três Poderes - o Judiciário, o Legislativo e o Executivo - na busca incessante, como nós estamos aqui fazendo, e esperamos que outras CPIs saiam de cena para valorizarmos mais a CPI, porque já fizemos mais de 120 visitas, indagando pessoas, comerciantes e empresários. Nós estamos na rota. A Polícia Federal tem dado uma contribuição importante.

Com o Deputado João Herrmann Neto, já temos escalado uma audiência pública - uma visita *in loco* - na Anhangüera, com toda a estrutura da CPI - juntamente com a Polícia Rodoviária e a Polícia Federal - e vamos, também, fazer no mesmo esquema, o mesmo roteiro que V. Ex^a sugeriu aqui. Eu já falei com o Senador Romeu Tuma sobre a sua presença aqui e nós vamos fazer um roteiro e, naquele roteiro, incluir o que V. Ex^a sugeriu.

De forma que nós estamos aguardando, Sr^a Sandra, mais uns 10 minutos ainda - o Sr. Ari passou mal, mas já está se refazendo -, enquanto o Sr. Senador Romeu Tuma está se dirigindo para cá.

Vamos suspender por mais 10 minutos enquanto nós aguardamos e, mais uma vez, agradeço ao Sr. Deputado Carlos Dunga.

O SR. CARLOS DUNGA - Eu é que agradeço a V. Ex^a.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Dando prosseguimento, passo a palavra ao Relator, Sr. Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sr. Ari Natalino, com relação à Rei, empresa de cigarros, Indústria e Comércio Rei Ltda, que ro que o senhor fale, por favor, na presença da Sr^a Sandra - e para todos ouvirem - de que forma foi o ingresso dela na sociedade.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Vou repetir, realmente, o que falei anteriormente.

O SR. OSCAR ANDRADE - Exatamente, é o que eu espero.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É que eu fiz a transação, lá, com o proprietário, na montagem da fábrica, onde eu passei parte do dinheiro para ele e, como garantia, eu combinei com ele que ingressaria uma pessoa minha na sociedade e, após a entrega das caixas de cigarro, eu tiraria ela da sociedade.

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual foi a quantia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Oitocentos mil.

O SR. OSCAR ANDRADE - Oitocentos mil reais?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - É, isto.

O SR. OSCAR ANDRADE - Dona Sandra, de que forma a senhora entrou na sociedade?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu entrei na sociedade na forma como o Dr. Moacir me convidou para trabalhar com ele e eu aceitei. Logo após, eu não quis mais e eu saí.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ou seja, não teve nenhum envolvimento do Sr. Ari Natalino?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - O Ari não falou comigo sobre isto. Eu não conversei com ele sobre isto e muito menos o Dr. Moacir me disse alguma vez que o Ari tinha a ver com isso. Eu desconheço isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não teve nenhum envolvimento com o Sr. Ari Natalino?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - O Ari nunca falou isto para mim.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas o que eu combinei com o proprietário foi exatamente isto aqui, o que falei foi isto aí. Eu jamais colocaria o dinheiro para dar início na obras...

O SR. OSCAR ANDRADE - E como o senhor se conduziu com a Dr^a Sandra?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem, todas as vezes em que eu precisava usar o nome da Sandra, eu nem pedia opinião para ela para usar: "Ô Sandra, eu vou usar o seu nome aqui..." E ela permitia que eu usasse. Todas as vezes em que usei o nome da Sandra, em qualquer canto - 22 anos ela está comigo - eu nunca falei assim com ela: "Olha, Sandra, eu posso usar ou não posso usar?" Eu simplesmente usava.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas o senhor escutou bem a versão dela, que não teve nada com o senhor...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu a ouvi mas, na realidade....

O SR. OSCAR ANDRADE - ...que não tem nenhum envolvimento com o senhor, não tinha nenhum envolvimento com a Rei.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas para mim receber o cigarro na...

O SR. OSCAR ANDRADE - Então eu quero saber, preste atenção, eu preciso saber de que lado está a mentira e de que lado está a verdade aí. O senhor afirma que levou ela para lá dando R\$800.000,00 para a empresa....

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE - ...para garantir uma remessa de cigarros que não sei quanto tempo ia durar e, é lógico, era do conhecimento dela, concorda?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Todas as vezes em que usei o nome da Sandra...

O SR. OSCAR ANDRADE - Foidoconhecimen-
to dela.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - ...eu falava
para ela o que eu tinha feito.

O SR. OSCAR ANDRADE - Inclusive nesta
vez?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem,
este procedimento que fiz é o verdadeiro. É o verda-
deiro, esse é o verdadeiro.

O SR. OSCAR ANDRADE - Certo.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor acabou de di-
zer que quando usava o nome dela o se nhor não falava.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Não. Muitas
vezes eu uso o nome e nem falo.

O SR. ROBSON TUMA - Agora o senhor está
dizendo que sempre que usava o nome dela falava.
Eu quero saber qual é a versão do senhor que é cor-
reta.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem,
não, não, veja bem. Quando é necessário falar algu-
ma coisa eu falaria, tá certo? Muitas vezes eu não fa-
laria. É 22 anos ... Ela confia em mim, confia no que
eu faço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Mas ela sa bia para
que ela estava indo, que era a garantia da entrega
das remessas de cigarro até R\$800 mil.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Eu acredita-
va que ela sabia.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ah, sabia! Dona
Sandra.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, eu
não sabia.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Sandra,
acho que tem que falar real.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, eu
não sabia. Sobre essa entrega, eu não sabia. E real-
mente todas as vezes que ele precisar colocar meu
nome em qualquer empre sa eu vou estar sempre ser-
vindo ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A senhora é "la-
ranja" dele, então?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, eu
não sou "laranja" dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim, mas se ele
usa o seu nome...

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não...

O SR. POMPEO DE MATTOS - O que a senho-
ra é dele?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu não
sou "laranja" dele; eu trabalho com ele há 22 anos, o
que ele precisar... eu con fio nele. Pra mim ele sem pre
foi uma pessoa honesta, direita, trabalhador e eu
sempre vou estar junto, trabalhando.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim, mas ele
pode comprar uma empresa no seu nome, fazer um
negócio no seu nome, qualquer coisa em seu nome?
A senhora concorda que ele pode fazer isso?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Desde
que eu permita, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não, mas se a
senhora não sabe, como é que a senhora vai permitir
se a senhora não sabe? Ele fez negócio no seu nome
e a se nho ra não sabe. A se nho ra aca bou de di zer que
não sabe. Quer dizer que ele pode fazer qualquer ne-
gócio no seu nome mesmo que a senhora não saiba.
A senhora concorda com isso?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Pode.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então a senho-
ra é "laranja" dele.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, eu
não sou, porque eu trabalho junto, en tão eu não sou
"laranja". Eu participo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas se a se-
nhora não sabe de um negócio, ele faz negócio, o
nome é "laranja".

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - "Laranja"
é aquele que assina e nunca mais aparece. Eu, não.
Eu participo, estou presente, sei tudo que acontece.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A se nhora parti-
cipou dessa negociata, então?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu parti-
cipei por parte do Dr. Moacir.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Por parte de
quem?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Do Dr.
Moacir.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A senhora é só-
cia da empresa?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Do qual?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Da empresa do
cigarro.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu fui.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Foi sócia.
Como é que a senhora foi sócia?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu entrei
com 1%.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Com 1%. Qu-
anto?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Foi Dr. Moacir que fez.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E quanto é que ele botou de dinheiro?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Bota sócia nisso!

O SR. OSCAR ANDRADE - A senhora não quer mudar a sua versão?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Está em tempo, porque o Ari acaba de confirmar que a senhora tinha conhecimento. A senhora continua mentindo.

O SR. OSCAR ANDRADE - A senhora tem o direito de se retratar.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Então eu me retrato.

O SR. ROBSON TUMA - A senhora se retrata consciente ou com medo?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, consciente.

O SR. ROBSON TUMA - E por que a senhora mentiu?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Porque, pra mim, eu sempre pensei que fosse o Dr. Moacir. Realmente ele tinha a Decken, em relação à Decken, que era uma distribuidora de cigarro, isso é verdade, e ele recuperou as caixas realmente. Eu sei que ele recuperou as caixas de cigarro, então foi em relação ao dinheiro que ele emprestou.

O SR. OSCAR ANDRADE - A senhora se retrata e acompanha a versão do Ari?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Me retrato e acompanho.

O SR. ROBSON TUMA - Todas as respostas que o Sr. Ari Natalino deu aqui correspondem à verdade ou existem algumas onde a sua verdade e não a dele é a certa?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Em relação à Indústria Rei é verdade.

O SR. ROBSON TUMA - E as outras coisas?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu não sei porque não me perguntaram.

O SR. ROBSON TUMA - A senhora não ouviu. A gente poderia fazer algumas... o que a senhora conhece da vida de seu Ari?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu conheço bastante.

O SR. ROBSON TUMA - Tudo?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - É difícil dizer tudo, mas eu conheço boa parte. 22 anos trabalhando junto...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então vou questionar a senhora sobre um aspecto. A empresa... Onde está o contrato social da empresa?

O SR. OSCAR ANDRADE - Está aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A empresa que a senhora comprou, Indústria e Comércio Rei Ltda., a senhora comprou essa empresa, é sócia da empresa?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - O Ari deu o dinheiro, que era o Dr. Moacir, e eu tinha 1% da empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quanto ele deu de dinheiro?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu não sabia a quantia.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não sabe a quantia?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, eu não sabia.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quem é que são os sócios da empresa?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - O sócio da empresa era, da minha época, é a Hall Over, eu, que tinha 1%.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O que é Hall Over?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Hall Over é uma *off shore* que o Dr. Moacir é o procurador.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas o que é Hall Over?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - É uma empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim, mas quem é o dono da empresa?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu não sei. É uma empresa americana.

O SR. POMPEO DE MATTOS - De onde é essa empresa?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não sei, acho que é... não sei se é de Ilhas Britânicas, eu não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Que é Ilhas Britânicas?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Deve ser um país.

O SR. ROBSON TUMA – Como se chama a empresa? O nome inteiro.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu não sei se é Participações.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Hall Over Inter-prise Ltda. Sociedade localizada nas Ilhas Virgens Britânicas.

O SR. ROBSON TUMA – É do Sr. Ari?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – A Hall Over?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está aqui. Eu tenho o contrato social.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Essa eu não me lembro de onde é.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A senhora não se lembra porque era laranja.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu não me lembro.

O SR. ROBSON TUMA – É do Sr. Ari?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, essa empresa quem é o procurador é o Dr. Moacir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Moacir Pedro Pinto Alves. O que ele é seu?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Ele é advogado. Meu não é nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Advogado de quem?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Ele é advogado. Ele tem escritório. Foi advogado da Petroforte.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi advogado da Petroforte.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele comprou uma parte? Ele representa a Hall Over Inter-prise Ltda., nas Ilhas Virgens, ou seja, paraíso fiscal.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Correto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é o outro sócio?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - O outro sócio também é um **off shore** que também que não me lembro o nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vou lembrá-la. É Richley International S.A.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Representada por quem? Dr. Lindemberg da Mota Silveira.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Também não o conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quer dizer, a senhora é sócia de quem não conhece. E a outra sócia é Sandra Regina Davanço, que é a senhora, não é?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu não sou mais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estou perguntando se é ou se não é. Aqui não vale se é ou se não. Tem que ver o que era. Depois como ficou... porque aqui um dia é outro não é. Tem empresa que nasceu só para nascer e não é empresa. Tem outras que nasceram para morrer, outras que nem nasceram e tem empresa.

Celso Castilho Casorla?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não o conheço.

A SR. POMPEO DE MATTOS – Mas são sócios.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não o conheço.

A SR. – Não conhece o seu sócio? Ele é o sócio dono da empresa, da Indústria e Comércio Rei Ltda., sociedade registrada na Junta Comercial do Estado do Amazonas. E a sede é no Rio de Janeiro. Quer dizer, registraram a empresa no Amazonas, a sede é no Rio de Janeiro, um dono é nas Ilhas Virgens, o outro dono é no paraíso fiscal do Uruguai, e o outro é o senhor Ari Natalino, representado por um laranja, que é a senhora, e mais o Celso Castilho Casorla que nem a senhora sabia quem era, que aliás acho que vamos ter que chamar para ouvir.

O que essa empresa fazia, já que a senhora era sócia proprietária?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Essa empresa era uma indústria de cigarros.

A SR. POMPEO DE MATTOS – Fabricava cigarros?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não. Na época não fabricava.

A SR. POMPEO DE MATTOS – O que ela fazia então?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Eles estavam acertando a documentação. A empresa estava parada. Não funcionava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não funcionou nem uma vez?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nada.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não. Enquanto estava o meu nome, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem 1%?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Enquanto estava no meu nome com 1% eu digo para vocês que não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não comprou e não vendeu nada?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Enquanto estava no meu nome, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como a senhora entrou nessa empresa?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Essa empresa eu já expliquei. Quem conversou... na realidade, o Ari conversou com o Dr. Moacir, que é representante dessa **off shore** e ele emprestou esse dinheiro que retornou pelas caixas de cigarro. Eu entrei, que seja para representar ele, só que quando eu entrei essa fábrica não fabricava, ela não funcionava.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E ele pagou quantos mil?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Ele deu 800 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E como ele recuperou esse dinheiro?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Pelas caixas de cigarro depois que ela veio a funcionar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Depois que ela veio a funcionar?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE - A senhora já não era mais dona?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, já não era mais.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Só registrou na Junta Comercial tirando ela após a entrega dos 800 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quando entregou a senhora já não era mais sócia?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Exato eu não era mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o senhor está dizendo que foi entregue quando ela era sócia?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem. Fizemos o contrato e não foi mandado para a Junta para tirar o nome dela enquanto não me entregou as caixas de cigarro.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então é o contrário do que ela está dizendo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ela pode ter assinado antes.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não vamos enrolar. Era ou não é. Então significa dizer...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Enquanto não entregou as caixas não saiu a sociedade.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não, o senhor não vai enrolar. Então significa dizer que tanto faz estar na Junta, que ela é dona não é dona, porque conforme o caso é dona não está na Junta, conforme está na Junta mas não é dona, quer dizer, o que é isso? Queremos saber o seguinte: ela disse que foi registrada a empresa no nome dela e no período enquanto esteve no nome dela a empresa não operou. Foi isso que a senhora disse, não foi?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E que essa empresa, só depois que ela saiu de sócia, o que aconteceu?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Aí ela veio operando.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o que ela fez. Ela pagou?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Ela pagou as caixas de cigarro dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Pagou as caixas de cigarro. O que o senhor disse é o contrário disso. Está bem claro.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Mas o que estou falando é verdade. O que estou falando é real.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Um dos dois está mentindo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Veja bem, o que estou falando é real.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Um dos dois está mentindo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Jamais retiraria o nome dela enquanto não recebesse.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não sei.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - A Sandra fica dentro do escritório aqui em São Paulo. Ela não sabe o que está ocorrendo na fábrica de cigarros no Rio de Janeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor está querendo dizer que ela está mentindo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Ela está mentindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Srª Sandra.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Posso não ter conhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Agora entendendo. A senhora diz uma coisa e depois volta atrás no que disse?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Por que voltei atrás?

O SR. POMPEO DE MATTOS – A senhora já voltou atrás no que diz respeito a outro aspecto. Agora, a senhora está dizendo uma coisa e ele está dizendo outra. A senhora está dizendo que, enquanto era sócia da empresa, a empresa não funcionou. Só depois que a senhora foi sócia, ele recebeu de volta as caixas por conta...

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu não disse isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Disse sim. A senhora está pensando que eu sou mentiroso?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu disse para o senhor que, quando a empresa estava no meu nome, eles estavam acertando a documentação, a empresa não estava operando. Logo em seguida, eu saí e realmente ele recebeu as caixas. Foi isso que respondi para o senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Depois que a senhora saiu?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Depois que eu saí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso não é verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não é verdade?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Só tirou o nome da sociedade... Senão não justificaria ter colocado...

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu assinei...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, ela está mentindo. E mentiroso na CPI é apenado. A senhora está mentindo descarada e deslavadamente. Já voltou atrás antes e agora confirmou a mentira. Temos de fazer o enquadramento, porque isso está bem claro.

Ele está dizendo que ela era sócia e que se manteve sócia. Enquanto foi sócia, ele aproveitou para receber as caixas. Ela só saiu da sociedade depois que ele recebeu as caixas, porque a presença dela na sociedade garantia o recebimento das caixas. E ela está dizendo o contrário: que ela foi sócia e que, durante o tempo em que foi sócia, a empresa não operou e nada aconteceu. E, depois que ela deixou de ser sócia, a empresa fez o pagamento. Ela é mentirosa!

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A Presidência fará uma recomendação à Srª Sandra,

para dizer que já se retratou. Baixou parcialmente o espírito da Srª Regina Borges, que, recentemente, fez um depoimento no Senado sobre a questão do painel. Falou a verdade e foi franca.

Poderemos dar-lhe o direito de ser enquadrada em Programa de Proteção à Testemunha. O que acontecerá? O Sr. Ari Natalino deixará a senhora sozinha, sem preempção. Ele está com a verdade e a senhora com a mentira. Ele tem dinheiro para pagar advogados, e a senhora, não, a não ser que ele banque.

O art. 4º, §2º, da Lei nº 1.579, que dispõe sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito, preceitua: “Fazer afirmações falsas ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. Pena: a do art. 342 do Código Penal.”

E a senhora acaba, mais uma vez, de faltar com a verdade, obstruindo os trabalhos desta Comissão.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Concedo a palavra ao Deputado...

O SR. ROBSON TUMA – Solicito a V. Exª um pouco de paciência para que eu faça uma questão de ordem explicativa e outra jurídica.

Primeiramente, esclareço que o Sr. Ari Natalino estava no serviço médico. Havia dúvidas se ele poderia ou não continuar prestando depoimento a esta Comissão neste dia. E a autoridade médica entendia que a sua situação de saúde não o impediria de vir à Comissão e responder às perguntas.

Perguntado pelo Sr. Relator, ele, na conversa que teve com alguns membros, inclusive com médicos e com seu próprio advogado aqui presente, disse que viria prestar os esclarecimentos à Comissão. Então retornou à Comissão, sem ter sido, em momento algum, forçado ou pressionado para tal gesto. Certo?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Certo.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, esclarecido o fato, registro que recebi uma cópia do **habeas corpus** – que V. Exªs já tiveram a oportunidade de ler –, assinado pelo eminente Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sr. Sepúlveda Pertence.

Nesse **habeas corpus**, lerei apenas uma frase: “Assegurando-lhe o direito de permanecer em liberdade a um despacho onde (*sic*) o paciente é o senhor Ari Natalino da Silva, assegurando-lhe o direito de permanecer em liberdade sempre juízo das investigações em curso da CPI, devendo apresentar-se tão

logo receber a devida autorização médica ou, preferindo o impetrante, no caso de urgência, que a colheita do depoimento seja procedida (sic) no Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo.” Assina o eminente Sr. Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal.

Esse **habeas corpus**, no meu entender jurídico, perde a sua validade a partir do momento em que o paciente pede à autoridade judicial e ele mesmo fica convencido a apresentar-se a esta Comissão. Portanto, trata-se de **habeas corpus** específico para que o Sr. Ari Natalino pudesse não comparecer e prestar seu depoimento nesta Comissão se assim entendesse por motivos de saúde. O Sr. Ari Natalino acreditou que não, ou seja, que poderia apresentar-se hoje, abrindo mão do seu direito legal concedido pelo eminente Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal de não apresentar-se a esta Comissão.

O referido **habeas corpus** não é extensivo – e o eminente Sr. Ministro Sepúlveda Pertence é claro em seu despacho – às demais penalidades cabíveis que possa o Sr. Ari Natalino sofrer, inclusive com base na lei que V. Ex^a acabou de ler para a Sr^a Sandra Regina em razão de o **habeas corpus** ser restrito ao direito de aqui não permanecer por um problema de saúde.

Portanto, Sr. Presidente, faço a minha interpretação jurídica. Não sei se é extensiva aos Srs. membros da Comissão ou da assessoria jurídica desta Casa e desta Comissão. O Sr. Ari Natalino não pode, por meio desse **habeas corpus**, sentir-se seguro e tranquilo não falando a verdade para esta Comissão. A referida garantia constitucional não é extensiva ao crime de obstrução e de mentira a esta Comissão. Desse modo, Sr. Presidente, gostaria que tornasse extensivas ao Sr. Ari Natalino as considerações que V. Ex^a fez à Sr^a Sandra Regina.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Respondo a questão de ordem do Deputado Robson Tuma, afirmando que, embora nós da CPI entendamos que tudo que está sendo dito pelo Sr. Ari Natalino não é verdade, não dispomos da prova, porque a Sr^a Sandra Regina se retratou. Essa é a demonstração de que o Sr. Ari Natalino fica com a verdade e que ela está mentindo. Se o caso fosse o inverso, poderíamos acatar a questão de ordem de V. Ex^a.

O SR. ROBSON TUMA – Mas ela permanece durante o depoimento

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com a palavra, o Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Ari, por favor, relate-nos como se deu a entrega da certidão negati-

va falsa, a forma em que ela se deu, como foi anteriormente narrado pelo senhor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O que eu falei anteriormente?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sim.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Que eu tenho o departamento de uma empresa, onde todas as certidões eram tiradas por eles.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Relator, considero interessante que ela diga o que irá acontecer. Ela está intimidada. O que ele disser, se ele disser primeiro, ela vai mudar para ser do jeito dele. Ela tem de falar primeiro para que possamos comparar o que ela disser e confrontar com o que ele disse.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está certo. D. Sandra, por favor, de que forma foi?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Referente às certidões, há uma portaria para ser cumprida. A empresa tem um departamento, que é assunto estratégico, e quem comandava esse departamento àquela época era Adjalmir Simões, o qual lá cumpría essas portarias. Depois das certidões tiradas, quem foi até a ANP fazer a entrega das certidões foi exatamente o Adjalmir Simões. Existe até o protocolo. Algum tempo depois, foi que aconteceu o problema: vieram lacrar a base de vidro a uma documentação da certidão falsa. Quando isso ocorreu, o Ari foi até o Rio, até a ANP, sabendo dos fatos. Aí se precisava de uma certidão porque, conforme denúncia, a certidão era falsa; constatou-se que era falsa. O que ele fez? Ele voltou para São Paulo. Nós tiramos a certidão; ele correu atrás, tirou uma certidão na Receita Federal e a levou consigo, conseguindo abrir a base administrativamente, porque ele não tinha motivo para ter aquela certidão falsa. Então, pela primeira vez, a Portaria foi cumprida de que forma? Com a entrega das certidões pelo Adjalmir Simões.

O SR. OSCAR ANDRADE – Até o momento final foi o Adjalmir Simões que as entregou?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, não, Excelência. O Adjalmir entregou quando cumpriu a Portaria. Depois, veio a lacração da base. Aí quando foi a outra....

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso, foi ele quem entregou a certidão falsa? É isso que eu quero saber, foi ele?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Aquele pacote foi ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está certo. Por favor, Sr. Ari.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Realmente fica difícil até para a Sandra saber detalhes disso, como eu sei. O que eu falei para você vou repetir. Existe um departamento nosso que tira certidão para empresa. Não só para uma empresa, mas são várias empresas.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem comanda o Departamento?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Hoje é o Márcio Natel. Antigamente era o Adjalmir Simões Ferreira. Junto com o Adjalmir Simões trabalhava o Antônio do Carmo. Como eu disse anteriormente, o Adjalmir Simões Ferreira, faltando um dia simplesmente para completar lá, o último dia que era para completar, ele realmente entregou – o que a Sandra falou é verdade – algumas certidões, mas faltou certidão. Essas últimas certidões que faltaram o Estavinato... ele deixou prontas. Trabalhava o Estavinato juntamente com o Simões. O Simões saiu na véspera, à noite, e eu falei: “Simões, veja bem, amanhã é o último dia, você está largando a empresa aqui agora, e, se não voltar mais, como é que fica?”. E prometeu para mim: “Amanhã, às nove horas da manhã, eu estou aqui na empresa. Eu vou para o Rio de Janeiro entregar as certidões. Como ele não veio, o Estavinato, esse Antônio do Carmo juntou as certidões, eu fui junto com ele para o Rio de Janeiro e protocolei na ANP. Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer que a sócia da empresa, que lá trabalha ativamente, não sabe disso ou então não combinou com o senhor a versão que ela contaria?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não. Não é que não combinou. Essa é real. Se você chamar qualquer uma das pessoas aqui, se você chamar o Antônio do Carmo aqui, ele vai falar isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – D. Sandra, a senhora acabou de afirmar que foi ele quem entregou todas as certidões.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, entregou boaparte. As últimas certidões quem entregou no Rio de Janeiro foi o Antônio do Carmo juntamente comigo. No último dia.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem tirou a certidão falsa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Quem tirou toda a certidão foi o Simões. O Simões pediu exatamente para o Heleno...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E a certidão falsa quem entregou foi o senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, veja bem!

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem entregou a certidão falsa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA - Faltaram alguns documentos, alguns protocolos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem entregou a certidão falsa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foi o Simões. Eu levei o que faltava. Tinha certidão de prefeitura, certidão de vários outros lugares, porque não se ...

O SR. POMPEO DE MATTOS - As falsas já tinham sido entregues?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Com absoluta certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou convocar todos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Pode convocar o Simões.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Simões já esteve aqui e já negou. Aliás, há o depoimento dele negando, dizendo que não foi ele que entregou, mas que quem entregou foi o senhor.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso pode ser feito. Pode-me chamar aqui para fazer uma acareação junto com o Simões. Aliás, era para ser feita uma acareação com o Simões na Polícia Federal em São Paulo, e ele não compareceu.

O SR. ROBSON TUMA – Mas com o Simões o senhor quer fazer...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, com a Sandra nós estamos fazendo. Ela pulou um detalhe, ela pulou o caso somente do Antônio do Carmo.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Mas é que essa portaria foi cumprida em duas etapas, tanto é que nós temos os protocolos: a de maio, que foi no último dia de maio, tudo bem que foi mais. Quem assinou todos os protocolos foi o Simões.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu não disse? Se ele falasse antes, ela ia concordar com tudo, agora ele falou, diz “não, teve uma segunda”. Agora, já diz: “Não, a portaria foi cumprida em duas etapas”. Antes era uma só, agora já são duas etapas.

O SR. ROBSON TUMA – A senhora tem medo dele?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Morre de medo.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu não tenho. Porque haveria de ter medo dele, Excelência?

O SR. ROBSON TUMA – Estava afirmando uma coisa, quando ele chegou...

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Eu estou dizendo, porque realmente...

O SR. ROBSON TUMA – Deixe-me terminar.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Pois não.

O SR. ROBSON TUMA – Aí a senhora agora respondeu uma coisa, ele respondeu com complementação, a senhora pegou e mudou, o que me dá a entender claramente que a senhora está com medo dele. A senhora quer fazer uma sessão reservada e lhe oferecemos proteção de vida e a senhora fica tranqüila?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não há necessidade, Excelência. Não há necessidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde entra o Fred Jorge Machado na questão da certidão?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Veja bem, eu disse para você no princípio que não conheço Jorge Fred, não fui eu que contratei esses serviços.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem contratou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Quem contratou os serviços com o Heleno foi o Adjamir Simões e quem contratou esse Fred foi exatamente o Dr. Heleno, que não só contratou para a minha empresa como contratou para várias empresas – são quatro distribuidoras que estão aí, que eu sei, que é a Nascar, que é a Gulf, e mais uma ou tra, que eu sei por que está no processo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Fred então foi contratado pelo Heleno, a pedido do Adjamir?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sr^a Sandra, quando é que a senhora tomou conhecimento de que o Fred morreu, foi morto?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – No processo que tem, referente às certidões da ANP na Federal, lá em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não teve conhecimento através da imprensa...

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, não, porque na imprensa saiu bem depois sobre isso. Então eu tive conhecimento na Federal, que quando fomos depor lá, que está lá no inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E o Ari, teve conhecimento quando?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Também tive na Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você teve conhecimento na Federal. Não foi através da imprensa?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não foi através da imprensa.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor está acusando aí o Simões...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não estou acusando. Ele trabalhava na empresa, ele contratou um advogado para tirar. Eu não disse que foi ele que tirou. Ele contratou um profissional.

O SR. ROBSON TUMA – Está justificando um erro, dizendo que ele contratou mal alguém.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Pode ser.

O SR. ROBSON TUMA – Eu entendi que o senhor está acusando.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não estou acusando. Eu jamais acusaria o Simões.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor teve uma briga com ele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tive, tive.

O SR. ROBSON TUMA – Nessa briga saiu tiro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Que isso? De jeito nenhum.

O SR. ROBSON TUMA – Não saiu tiro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Em hipótese alguma.

O SR. ROBSON TUMA – Tem certeza?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Absoluta.

O SR. ROBSON TUMA - Não existe uma ocorrência em Campinas a respeito dessa briga?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não conheço, eu desconheço.

O SR. ROBSON TUMA – Não? Quem foi preso naquela ocasião que o senhor brigou com o Sr. Simões?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Que eu briguei com o Simões? Eu nunca briguei com o Simões, que o Simões é que foi preso, que teve prisão.

O SR. ROBSON TUMA – Eu não estou falando que ele foi preso. Eu estou perguntando quem foi preso que era ligado ao senhor naquela época?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Com briga de tiro? Não tem, não existe.

O SR. ROBSON TUMA – E sem tiro?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Onde, em que lugar?

O SR. ROBSON TUMA – Não importa, naquela época em que o Simões estava em processo de afastamento da empresa. O senhor sabe que não pode mentir, não é?

O SR. ARI NATALINO – Veja bem, que eu sei que o Simões foi preso, ele foi preso em Recife.

O SR. ROBSON TUMA – Então? O senhor já está lembrando. Está vendo? O que quero é exatamente isso.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas não está mais comigo. É coisa particular dele.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor quer que eu dê para o senhor aqui se eu quero é que o senhor trabalhe a memória do senhor. Foi preso: conta um pouco essa história para a gente.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – De Recife?

O SR. ROBSON TUMA – É.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não conheço. Só sei que ele foi preso em Recife, porque ele montou uma distribuidora em Recife, deu um problema em Recife, eu não sei qual era o problema que ele foi preso lá. Não sei. Aliás... aliás...

O SR. ROBSON TUMA – Todo mundo que está em volta do senhor tem um probleminha, ou antes ou depois?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas ele foi preso, eu tenho alguma coisa com isso? Porque ele foi preso em Recife? O que ele aprontou lá eu não sei, eu não tenho nada a ver com a vida particular dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele tem uma ação contra o senhor, não tem?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – De quê?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sei. Ele teria uma ação contra o senhor?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Ele tinha uma trabalhista, que ele disse para mim que tirou.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor fica... deixa eu falar uma coisa: nós aqui não somos bobos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas continua que está...

O SR. ARI NATALINO – Mas para mim ele falou que tirou.

O SR. ROBSON TUMA – Nós aqui somos bem-informados.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Claro.

O SR. ROBSON TUMA – Não fica com esse jogo de...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, mas eu estou falando porque eu conheço.

O SR. ROBSON TUMA – Deixe eu falar, eu sou educado, acho que o senhor também é.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Pois não.

O SR. ROBSON TUMA – Não fica com esse jogo de “Ação? Que ação?”, para saber qual que a gente sabe. A gente pode saber de todas e exatamente querendo ver que o senhor está mentindo para

prender o senhor. Então o senhor fala o que o senhor sabe, não queira saber o que nós sabemos.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Bom, o que sei é que: uma, que não teve briga de tiro, jamais teve briga de tiro, já mais. Se tiver um BO aí que você prove para mim que realmente teve briga de tiro, eu não sei disso aí, eu desconheço isso aí, eu nunca briguei com o Simões porque eu não sou nenhum bandido para brigar com o Simões com tiro. Eu acho que também o Simões não é bandido. Eu tenho muito respeito pelo Simões.

O SR. ROBSON TUMA – Então conta essa história de Recife.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não conheço, eu só conheço que ele foi preso em Recife.

O SR. ROBSON TUMA – E esse processo que tem, trabalhista que o senhor disse?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. ROBSON TUMA – É só esse?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Ele disse para mim que tirou e que só tem esse processo.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor fez acordo com ele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não fiz nenhum acordo com ele. Vou dizer uma coisa para você. O Simões é uma pessoa...

O SR. ROBSON TUMA – Para você, não. O senhor me desculpe, mas não tenho intimidade com o senhor. Estou te chamando de senhor e me chama de senhor também.

Desculpe-me, mas há certo tipos de pessoas que não aceito me chamarem de você.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Perdoe-me. O Simões, o que aconteceu? Ele saiu de mim, montou uma empresa e não se deu bem com a empresa.

O SR. ROBSON TUMA – Distribuidora?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não, não é distribuidora. Ele montou uma empresinha para revender produtos das outras distribuidoras.

O SR. ROBSON TUMA – Ele era teu sócio?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – No passado. Quando veio para a Petroforte ele era funcionário.

O SR. ROBSON TUMA – Depois virou teu sócio?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – No passado, em 92 ou 93 era meu sócio.

O SR. ROBSON TUMA – Sócio no quê?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Era sócio em uma empresa que eu tinha em São Carlos.

O SR. ROBSON TUMA – Isto é verdade, D. Sandra?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Correto. É verdade.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas se o senhor pegar os contratos sociais...

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Pelos contratos o senhor vai ver que realmente é correto.

O SR. ROBSON TUMA – Não quero saber o contrato porque o Sr. Ari, no depoimento dele, disse que usava o nome da senhora e que fazia o que queria. Então ele usa muito e papel para ele não tem validade.

Não quero saber do contrato. O que tem no contrato eu sei. Quero agora saber se as informações que tenho são corretas ou não. Quero saber quem está mentindo.

Então, a senhora me diga como é que foi essa briga uma vez que é secretária dele. A senhora sabe da briga dele com o Simões e quero que conte essa briga para nós.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Briga da forma como o senhor está colocando não lembro, mas referente à prisão do Simões em Recife, que eu saiba, foi referente a um processo tributário em que ele havia sido condenado à revelia, do qual tenho a certidão e que está absolvido porque já cumpriu.

O SR. ROBSON TUMA – Mas a briga dos dois?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Briga? Não teve briga. Eles tiveram uma discussão.

O SR. ROBSON TUMA – Uma discussão feia.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Não foi feia. Não.

O SR. ROBSON TUMA – Em nível de vozes alteradas.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Nunca teve.

O SR. ROBSON TUMA – Teve sim.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Não teve.

O SR. ROBSON TUMA – Teve sim e ele vai se lembrar. Se a senhora lembrar, ele vai se lembrar.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Que eu me lembre, a única discussão que houve, o Simões havia bebido, chegou na base, falando alto, o Ari pediu para ele se acalmar, mas nunca teve uma discussão...

O SR. ROBSON TUMA – Está vendo que a senhora está lembrando de uma outra.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Mas o Ari nunca teve uma discussão com voz alterada nesse sentido com o Simões, mesmo porque não é do feitio do Simões isso. Ele não é uma pessoa que fale alto.

O SR. ROBSON TUMA – O Sr. Ari está aqui e já é réu confesso em vários crimes. O depoimento dele é fabuloso porque ele é réu confesso em várias coisas como, por exemplo, colocar as ranjas que usam os nomes das pessoas.

O que falo ou não é uma questão pessoal minha. Dê-me licença, mas se o senhor quiser falar torne-se um Parlamentar e terá o mesmo direito.

O SR. – Excelência...

O SR. ROBSON TUMA – Peço que o senhor fique em silêncio, senão vou pedir ao Presidente que tome uma providência. Sou bacharel em Direito e não quero brigar com um advogado aqui, principalmente sem ser em discussões jurídicas. O dia que o senhor quiser ter direito à tribuna, saia candidato e, se tiver condições eleitorais, o senhor vai ter direito a ela.

O Sr. Ari é um réu confesso em várias colocações que fez aqui. A senhora não precisa temer pelo que diz. Quero que a senhora lembre. Ele lembrou de um fato que a senhora havia colocado e a senhora mudou. Não é isso?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Isto.

O SR. ROBSON TUMA – É verdade, ele tem razão. Agora mesmo, a senhora falou uma coisa e ele disse “não, a Sandra não está mentindo”. Não foi isso que aconteceu agora?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foi.

O SR. ROBSON TUMA – A senhora pode lembrar sobre a briga e essas coisas que não tem problema nenhum.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Excelência, não lembro de nenhuma briga nesse sentido como o senhor está colocando com o Simões.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O Simões não é de briga.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Ele não é. O senhor me desculpe, mas não me lembro.

O SR. ROBSON TUMA – O Simões não é de briga, mas o Sr. Ari é.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu não brigaria com o Simões, não tenho motivos para brigar com ele. Tanto é que não tenho motivos, Excelência, que ele está trabalhando comigo de volta. Ele veio pedir emprego esses dias para mim. Ele está sem lugar para morar, sem lugar para ficar. Ele foi lá e disse

“pelo amor de Deus, eu preciso trabalhar” e eu dei emprego a ele de volta.

O SR. ROBSON TUMA – Uma pergunta para o senhor. Quanto tempo faz que o senhor conhece o Sr. Lindemberg da Mota?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não conheço o Lindemberg da Mota. Não conheço.

O SR. ROBSON TUMA – Não conhece?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. ROBSON TUMA – Não conhece?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O Lindemberg não conheço.

O SR. ROBSON TUMA – Nunca ouviu falar dele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Nunca ouvi falar. Ouvi o nome dele quando falaram para mim aqui, mas não o conheço pessoalmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixa eu perguntar para a D. Sandra. A senhora foi sócia na empresa de cigarros. A senhora sabe onde é a empresa?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – A empresa de cigarros?

O SR. POMPEO DE MATTOS – A Rei.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – É no Rio de Janeiro, na Avenida Brasil, mas não lembro o número.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A senhora foi lá?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Fui uma vez.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Uma vez?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Ao baracão, que estava em construção.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Uma vez só?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí o que a senhora sabe da empresa? O que a empresa operou?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Excelência, eu não sei quase nada da empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas a senhora falou antes que ela não operou enquanto estava no seu nome, depois a senhora voltou.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Sim, porque V. Exª há de convir que existem duas formas do contrato: ou você conta que você faz parte de uma empresa na hora em que você assina ou quando o contrato está registrado; então tem os dois lados.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, a senhora foi sócia da empresa?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu fui. Realmente, está aí constatado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o que a empresa fez nesse período?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Nada, excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E depois?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Hoje ela está fabricando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Hoje ela está fabricando? E está em nome de quem a empresa hoje?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Não sei, excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A senhora vendeu a empresa?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu passei de novo para o Dr. Moacir. Tem 1% no nome do Dr. Moacir.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E recebeu quanto?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu não recebi nada, porque, na hora em que eu coloquei, também não recebi nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não pagou nada e não recebeu nada?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, senhor. Eu ia prestar serviço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aliás, eu quero pedir para a assessoria para...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Já foi pedida a quebra do sigilo bancário.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, já foi pedida a quebra do sigilo bancário da empresa?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Dela, da empresa, de todo mundo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, dela, tudo bem, mas dessa empresa. E pedir também a quebra do sigilo...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Dessa empresa, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dessa empresa, eu penso que não foi quebrado o sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – De cigarro, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Indústria de Comércio Rei Ltda.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foi quebrado, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Foi na do Narcotráfico?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, foi nessa mesmo.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foi quebrado já, porque eu vi no relatório que foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem que examinar se foi pedida a quebra do sigilo bancário. E aí também junto o do Moacir Pedro Pinto Alves, que não deve estar no meio, do Dr. Lindemberg da Mota Silveira, e ainda de Celso Castilha Casorla. Tem que pedir dessas três pessoas.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Excelência, eu li o relatório e estão todos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E do Celso Castilha Casorla, também?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sigilo fiscal, bancário e telefônico?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Bancário, fiscal e telefônico. Então, eu quero ver, Dona Regina. A empresa lá, então, vendia cigarro?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Hoje ela está vendendo cigarro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele não é o dono mais?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o cigarro que ela vendia?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Ela é a fábrica Rei, então, a indústria é a Rei. As marcas que tem lá eu não sei. Enquanto eu estava lá, não estava fazendo cigarro. Eu não sei quais são as marcas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe quais são as marcas?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não. A indústria é a Rei, agora, quais são as marcas que ela fabrica eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é. O engraçado é que o laranja é assim: é sócio, é dono, está rico, com R\$800 mil em seu nome, e some o dinheiro. A senhora fica rica e fica pobre.

A senhora declara Imposto de Renda?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu declaro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E declarou esses R\$800 mil?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Com 1%, eu acho que não entraram R\$800 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não é 1%, são R\$800 mil que ele pagou. E ele pagou em seu nome; ele integralizou em seu nome; a senhora entrou como sócia. Não declarou?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Excelência, se o período do contrato é do ano de 2000, eu acredito que estou declarando agora. Eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora reconhece os R\$800 mil, então?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, eu não sabia quanto ele tinha emprestado; fiquei sabendo de agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E não é laranja. Agora, imaginem se depositam R\$850 mil em meu nome numa empresa; estou rico. A senhora está rica e não sabe, Dona Sandra.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Como?

O SR. POMPEO DE MATTOS – A senhora está rica e não sabe. Ele colocou R\$800 mil na sua conta. Isso dá mais do que o Baú da Felicidade.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Pode ser.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Coisa impressionante. Pois eu vou dizer para a senhora: lá na sua empresa eles vendiam cigarro 21. Conhece cigarro 21, não é?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Já ouviu falar? E sabe como é o selo do cigarro? Conhece, também?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não, não conheço o selo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Falso. Nós temos uma perícia apontando que o cigarro vendido lá era falso, e o que ele comprou era falso, também. Eles fizeram tudo. Ele entrou na empresa para falsificar cigarro. Noventa por cento do preço do cigarro é imposto, e ele falsificou.

Aqui tem um laudo de perícia. A senhora conhece esse cigarro aqui? A senhora enxerga?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quer ver mais de perto? Eu vou lhe mostrar mais de perto.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não precisa. É o K, eu conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A senhora conhece?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse é o K. Não é o au to mó vel, é o ci gar ro. E esse aqui é o 21. Con he ce?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Con he ço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, esse aqui tem um laudo da Associação Brasileira de Com ba te à Fal si fi ca ção. O que diz? A con clu são da pe rí cia é que são falsos os selos. Qual a conclusão da pe rí cia? São falsos os selos dos dois. Ou seja, a senhora tem uma empresa, da qual é sócia, laranja, e que fal sifica selo de cigarro para burlar o Fisco e encher o bolso, pois não é o seu bolso dele

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Excelência, posso falar sobre o selo?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu des con he ço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois não.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu montei uma distribuidora de cigarros em São Paulo, que se chamava Deck, que funcionou do dia 1º de janeiro a 31 de março. Não deu certo, colocamos postos de re presentação, mas eu sei, pois converso com pessoas que têm fábricas de cigarro, que a mesma marca que se fabrica aqui no Brasil é fabricada no Paraguai com selo fal so e en tra aqui para os ca me lôs. Pode ser que esse cigarro de que foi feito o laudo tenha sido de al gum ca me lô e não da fá bri ca da Rei. É ne ces sário en tender que isso foi pego dentro da fábrica da Rei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há um proces so, pegou-se a prova, a contraprova, é como fazer exa me de urina no jul gador para fa zer o **antidopping**. É a mesma coisa. O senhor está alegando algo que não sabe. Foi feita uma perícia pela Associação Bra sileira de Combate à Falsificação. Na sua empresa pegaram o cigarro com selo falsificado e nenhuma em pre sa des ses ro los pre ga pre go se me stopa. Com prou uma empresa, tornou-se sócio de uma empresa cujo **off shore** está num paraíso fiscal, nas Ilhas Vir gens, a outra parte está lá no Uruguai, outro paraíso fiscal, representado por um advogado que trabalhava para o se nhor; a ou tra só cia é ela, que é sua “la ran ja”, o senhor deposita 800 mil, que não são troco, são monte de dinheiro nes te país, que está vi ven do na mi séria. Ela não sabe nada disso, o senhor retira em ci garro que, quando se averigua, é falsificado.

O SR. ROBSON TUMA – D. Sandra, em que período a senhora foi sócia da empresa?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Não lembro a data exata. Foi em meados de 2000. Logo em seguida, Excelência, já assinei o distrato.

O SR. ROBSON TUMA – Mais ou menos um mês depois?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Não lembro a data. Prefiro não falar uma data que imagi no.

O SR. ROBSON TUMA – Tudo bem, mas não muito mais do que isso nem muito menos.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Sei que foi no ano de 2000, não me lembro da data.

O SR. ROBSON TUMA – Se a se nho ra fi cou tão pouco tempo na empresa, estava ali sem nenhum in teresse, a não ser atendendo a um pedido desse es quema, por que a senhora tinha ido à obra?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Um dia vi e mos ao Rio de Ja ne i ro, qui ser mos pas sar lá e pas samos.

O SR. ROBSON TUMA – Quem estava nesse dia?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu, dois engenheiros, o Luís Roberto e não lembro mais quem.

O SR. ROBSON TUMA – O Sr. Ari estava?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – O Ari es tava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela havia dito para mim anteriormente que a senhora tinha entrado por 30 dias e agora a senhora já não lembra o tempo que a senhora ficou.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Da data realmente não me lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – A data não, a se nhora disse agora aqui que não lembra o tempo.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Eu dis se e repito o que eu respondi para o senhor: estive na empresa e logo em seguida eu saí, eu assinei o dis trato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Trinta dias.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Acre di to que tenham sido trinta dias mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Claramente a se nhora co lo cou trin ta dias, está aí a gra va ção. Ago ra a senhor adisse que já não lembra o tempo.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Não lembro. Ele perguntou para mim quanto tempo eu fi quei. Eu dis se a ele que as si nei o dis tra to logo em se guida, mas não lembro quando foi registrada minha saída.

O SR. ROBSON TUMA – Farei uma pergunta para a senhora. A senhora não se incomoda de ser ré confessa. Para protegê-lo, a senhora tem caído muito em contradições.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Exce-lência, de que data é esse contrato que V. Exª tem em mãos?

O SR. ROBSON TUMA – A senhora foi dona.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Por gentileza, qual é a data desse contrato que o senhor tem em mãos? Não me recordo da data.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O problema é que o nome dela era usado.

O SR. ROBSON TUMA – É isso que eu quero mostrar, que o Sr. Ari Natalino, além de tantas outras coisas, quando disse que fazia as coisas em nome da Sandra, ele mesmo, inclusive nesse caso, é réu confesso do crime de estar usando um “laranja”. Trata-se, no mínimo, de um crime de sonegação.

Peço inclusive, Sr. Presidente, que seja encaminhado imediatamente à Receita Federal...

O SR. OSCAR ANDRADE – Já fizemos isso...

O SR. ROBSON TUMA – Há no vosso despacho que seja enviada uma cópia do depoimento do Sr. Ari Natalino da Silva para abertura de inquérito policial baseado nas próprias declarações dele.

A senhora foi secretária ele onde?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Desde São Carlos. Eu trabalho com ele faz 22 anos.

O SR. ROBSON TUMA – Em Campinas a senhora também foi.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Sim, em Campinas também eu fui.

O SR. ROBSON TUMA – Conta um pouco da historinha que a Receita Federal mandou apreender 110 carros dele?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Apreender 110 carros?! Em Campinas?

O SR. ROBSON TUMA – 110 veículos.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Não me lembre disso, Excelência. O senhor tem o ano? Basta me dizer o ano.

O SR. ROBSON TUMA – 06/07/2000

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Apreender 110 carros?!

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Ari tem transportadora?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Tem.

O SR. ROBSON TUMA – Qual?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Poliana.

O SR. ROBSON TUMA – “Encaminho a V. Exª extrato do termo de arrolamento dos bens e direitos...”

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora é dona da Poliana?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Não; ele.

O SR. ROBSON TUMA – “...lavrado junto ao sujeito passivo Poliana Transportes Ltda. Os bens são os constantes na relação anexa, em três folhas, num total de 110 veículos.”

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Posso falar sobre isso?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Ah, não. Isso daí, deixa que eu falo.

O SR. ROBSON TUMA – A hora que eu perguntar.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – Não é apreender. O senhor está falando desses 110 veículos...

O SR. ROBSON TUMA – Agora a senhora lembrou. É só ele falar que vai falar sobre isso que a senhora já...

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO – O senhor me fez uma pergunta e eu disse que não me lembrava dessa apreensão de veículos, porque não é uma apreensão. Isso daí foi uma fiscalização que teve. Isso foi um arrolamento. Não é um apreensão de veículos, mas um arrolamento. Uma fiscalização em que teve um arrolamento de veículos.

O SR. ROBSON TUMA – Doutor, o senhor quer fazer alguma manifestação em relação à minha formação a senhor faça a mim. Respeite-me! Eu não sou moleque e não quero lhe chamar de um! Respeite-me e peço ao Sr. Presidente que o coloque para fora da sala.

O SR. – Eu saio.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Por favor.

O SR. – é um absurdo.

O SR. ROBSON TUMA – Absurda é a manifestação de um advogado que está acompanhando o seu cliente.

O SR. – Eu não... Eu não manifestei... *(Inaudível)*

O SR. ROBSON TUMA – Mostra que o Sr. Ari deve ter vindo com um exército de pessoas aqui. Isso o Sr. Presidente tem que tomar um cuidado porque acabei de ficar com medo, porque existiam seguranças saindo da sala e ameaçando a minha pessoa, fazendo colocações de todos nós que não sei se os gravadores pegaram.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Polícia Federal, por favor.

O SR. ROBSON TUMA – Peço a V. Ex^a que tome as devidas providências.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Solicitei que isso seja investigado. As pessoas que adentrem aqui...

O SR. OSCAR ANDRADE – Aquele senhor que se manifestou lá atrás. Vê quem ele é por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Vamos suspender a reunião por cinco minutos. (Pausa.)
(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Reiniciando, concedo a palavra....

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Concedo a palavra ao Deputado Robson Tuma para uma questão de ordem.

O SR. ROBSON TUMA – Parece os advogados saíram.

O senhor é advogado? Só para saber se o cliente está representado. (Pausa.)

A senhora estava me falando dessa apreensão.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Não é apreensão, Excelência.

O SR. ROBSON TUMA – A senhora sabe qual a diferença de um e de outro?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Foi uma fiscalização que teve... Entendo como apreensão quando se vai no estabelecimento e os veículos são apreendidos e não se pode fazer nada com eles, certo? Então, houve uma fiscalização na Poliana e tinha esses veículos. O fiscal da hora fez o arrolamento, que é normal numa fiscalização.

O SR. ROBSON TUMA – Por que se deu essa fiscalização?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Há um tempo atrás, como quase todo dia, as empresas têm uma fiscalização. Isso é uma coisa normal.

O SR. ROBSON TUMA – Mas na fiscalização não há arresto de bens.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Depende, Excelência, se ele achar que é melhor ele fazer, que ele não concordou com algumas coisas que estavam a declarar...

O SR. ROBSON TUMA – Não quero que a senhora me fale o que o fiscal acha, quero que a senhora me fale o que a senhora sabe sobre isso.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – O que ele apura na fiscalização...

O SR. ROBSON TUMA – Como acontece a denúncia para essa fiscalização ser feita? Porque foi feita essa fiscalização? Qual foi a reação do Sr. Ari quando soube da fiscalização? É isso que quero que a senhora me fale.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Em primeiro lugar, se foi referente à denúncia, eu não sei lhe dizer. Eu sei que houve essa fiscalização. Foi uma fiscalização normal. Todos os documentos pedidos foram fornecidos. O fiscal, no fim, fez o auto, no qual tem a defesa, e ele arrolou esses veículos. É um auto que estamos defendendo. Temos um advogado tributário que está defendendo esse auto.

O Ari, na realidade, só ficou sabendo quando isso já tinha acontecido, quando essa fiscalização já tinha até terminado e já tinha saído o arrolamento.

O SR. ROBSON TUMA – A senhora conhece mais alguns problemas, na Receita Federal, em relação às empresas do Sr. Ari, mesmo que fossem empresas que não estavam no nome dele?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – V. Ex^a, todas as empresas são fiscalizadas. Dificilmente, quando uma empresa é fiscalizada, não tenha algum problema. Então, se o senhor puder me disser o nome, talvez vou até lembrar e vou poder informar.

O SR. ROBSON TUMA – Quero que a senhora me fale dos casos que a senhora lembra.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Tem a Petroforte, que foi um erro de contabilidade que eu sei. Estamos fazendo a defesa. Que mais? Eu não sei. O que tem, nós... Se o senhor quiser citar alguma, eu poderei responder.

O SR. ROBSON TUMA – Eu quero que a senhora me fale. Se a senhora não lembrar, tudo bem. Eu quero que parta da senhora e não de mim.

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Os da Petroforte, nós temos...

O SR. ROBSON TUMA – Agora, secretária do Sr. Ari, quantas vezes foram oficiais de Justiça atrás dele?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Oficial de Justiça. Alguns já foram realmente. Hoje, nem tantos.

O SR. ROBSON TUMA – Hoje, nem tantos?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Hoje, nem tantos exatamente.

O SR. ROBSON TUMA – Mas já foram muitos mais?

A SR^a SANDRA REGINA DAVANÇO – Já, na época em que ele tinha dever com a Justiça, até tinha.

O SR. ROBSON TUMA – Iam fazer o quê lá?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Intimá-lo.

O SR. ROBSON TUMA – Só intimá-lo?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Certo.

O SR. ROBSON TUMA – Ele sempre atendia?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO Quando estava, sim. Quando não estava...

O SR. ROBSON TUMA Mas raramente ele ficava lá?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO Ele viaja muito, V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) E as alegações, a senhora sabia?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Alegações referentes a quê?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Das intimações.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Normalmente, eu atendo o oficial de Justiça. Se ele está em viagem, comunico que ele está em viagem, marco para vir no outro dia e deixo ele à disposição para receber a intimação. A menos que tenha problema de saúde. Ai é diferente. Ele, estando na empresa chegando o oficial de Justiça, sempre foi intimado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A Petroforte é empresa de distribuição...

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Distribuidora de petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E também faz o fretamento. Não é isso?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, não é que ela faz.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Tem uma empresa de transporte?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - A Poliana, no caso, que é uma transportadora, trabalha exclusivo. Só faz...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Distribuem e transportam.

O SR. ROBSON TUMA – A Poliana é que faz a distribuição do combustível da empresa.

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Isso. Que faz as entregas dos produtos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quando a senhora recebia as intimações, quantas a senhora recebeu sobre a questão da adulteração de combustível?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Nunca recebi, V. Exª. Referente à adulteração, nunca recebi.

O SR. ROBSON TUMA – Havia muitas brigas entre dono de posto de gasolina com o Sr. Ari? Ou a senhora não lembra?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, V. Exª.

O SR. ROBSON TUMA – Mas há muita brigajurídica?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Jurídica por causa de bandeira, isso sim. Isso realmente tem.

O SR. ROBSON TUMA – Mas e com o dono do posto? Sobre pagamento não efetuado?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não, V. Exª. Eu não tenho.

O SR. ROBSON TUMA – A senhora não lembra?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não. Todos os postos adquiridos foram pagos.

O SR. ROBSON TUMA – Sempre com acordo na Justiça?

A SRª SANDRA REGINA DAVANÇO - Não. Às vezes, já aconteceu de ser acordo na Justiça, sim, por ter débitos do passado, do qual o anterior assume a responsabilidade. Na hora, faz-se o desconto, pois isso é o normal e está em contrato. Todos que venderam e tinham a receber receberam.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O Deputado João Herrmann Neto está que rendo se pronunciar. Concedo a palavra ao Deputado João Herrmann Neto.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – Sr. Presidente, posso me dirigir diretamente ao depoente?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pois não.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – Comenta-se que há muitas relações entre o senhor e elementos da Polícia. Eu não quero dar créditos a comentários e, sim, a provas, a fatos. O senhor conhece o Delegado de Polícia denominado Adir Romano.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Adir Romano?

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – Isso.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Eu conheço Adir Romano. O Adir Romano é um advogado. Adir Romano, inclusive faleceu já.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – Sim. O senhor mantinha relações com ele.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – A última relação que tive com Adir Romano foi quando ele comprou um posto em Piedade, ele comprou um caminhão de gasolina e, inclusive, não pagou.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – Sim. E essa compra do Sr. Adir Romano teve um final comercial ou ela teve um final jurídico?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Veja bem. Hoje, inclusive quem fica no escritório do Dr. Adir Romano é a Dr^a Marta, que trabalha junto com ele. Até esses dias atrás, nós vendemos o produto acho que para 10 postos de gasolina, deu mais ou menos R\$1 milhão e nós não recebemos. A Dr^a Marta é que é a advogada das pessoas dono do posto. Questionei com ela inclusive o seguinte: Quando o Dr. Adir era vivo, ele comprou um posto em Piedade e sempre ele falou que ia acertar comigo, acertar comigo, e nunca veio acertar. Ficou pendente.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – Sr. Presidente, não sei se sou eu que estou ouvindo demais, ou o depoimento está sendo prolixo. Apenas perguntei se o relacionamento da compra do posto havia terminado sob o ponto de vista comercial ou se havia terminado sob o ponto de vista jurídico. Era isso que gostaria que o depoente me respondesse.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas eu não comprei o posto. Eu só vendi produto para ele.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – Quer dizer, o que eu entendi, a notícia que eu sei, inclusive, é que ele comprou um posto em Piedade.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – O Adir comprou um posto em Piedade. Ele ligou para mim e falou: “Ari, forneça para mim lá, estou sem crédito. O posto está cheio de título protestado. Me fornece um caminhão de gasolina.” Eu forneci para ele.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – Como o senhor disse, os problemas do dia-a-dia. Ele comprou o posto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Comprou o posto.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – Ele terminou pagando o posto normalmente e comercialmente?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mas ele não comprou o posto de mim. Eu não sei de quem ele comprou.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ou na Justiça.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – O senhor mesmo está dizendo que ele não terminou de pagar o posto.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não. Ele pagou o produto. O produto que ele comprou de mim: a gasolina, o álcool e o diesel.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – Quer dizer, o produto da Petroforte, ele acabou.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Isso.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – E o senhor, por ventura, no momento em que ele se declarou impedido de comprar, e o senhor passou a fornecer, teve interesse em ficar com o posto dele?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – Mesmo após a morte dele, o senhor não voltou?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Nunca.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – Gostaria de registrar esse assunto para depois apresentar provas concretas a esta CPI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Deputado Oscar Andrade, Relator. Mais alguma pergunta? Deputado Pompeo de Mattos?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, vou fazer um requerimento verbal e, depois, encaminhar à CPI devidamente oficiado, para que seja lido em Plenário. Gostaria que fosse convocado antes, pedindo ao Sr. Ari Natalino todas essas pessoas que vou dizer, do conhecimento do senhor, pessoas que relacionam e têm o nome envolvido emprestado. Na maneira como foi colocado, nós entendemos como “laranja”; o senhor entende como “superposição pessoal”, alguma coisa assim. Nós vamos convocar todos esses que vou citar, e gostaria da colaboração do senhor, da mesma forma que o senhor fez hoje, que poderia até não vir, em função do **habeas corpus**, e veio, o que é muito importante para a CPI. Aparecida Maria Pessuto, Débora ...

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Mesmo essas pessoas que são família, ex-mulher, mulher ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Para o senhor ajudar a trazer, porque tenho certeza de que o senhor tem como trazê-los aqui à CPI, porque nunca conseguimos falar com nenhum em Campinas, que era próximo. Quer dizer, vir a Brasília pode ser mais complicado, mas tenho certeza de que é possível.

Débora Aparecida Gonçalves; Eric da Silva; Antônio Pedro Rodrigues Souza Rocha; Yoshika Komoda; Airton de Freitas; Leontina Aparecida Basteli; Heleno Duarte Lopes; Levi Luiz Silva Figueiredo; Adjamir Simões Ferreira e Moacir Pedro Pinto Alves.

Gostaria que fosse oficiado um requerimento para que todos possam ser ouvidos na CPI.

E também Antônio Pedro Rodrigues de Souza Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Está acatado o requerimento de V. Ex^a

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Tudo no mesmo dia?

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós vamos marcar datas.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Se fosse possível até no mesmo dia ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ótimo. Para nós, também dá. Tal vez tenhamos que ficar dois dias. Para a CPI é ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O importante é contar com a sua contribuição.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A sua e a Dona Sandra.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Deputado João Herrmann Neto?

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – Gostaria de fazer uma proposta. Consultei até a mesa se eu poderia fazer, mesmo não sendo membro permanente da Comissão, mas como Parlamentar. Acredito que, pelos depoimento da semana retrasada, na Assembleia Legislativa de São Paulo, onde o senhor depoente esteve, pelos processos em curso e pelas declarações que fez esta noite e para as quais há provas em contrário, se aperta o cerco em torno do credenciamento de estar em liberdade o Sr. Ari Natalino.

Por ter muitas dúvidas em relação ao seu comportamento, proponho a esta Comissão, por meio da figura do Sr. Presidente, que seja encaminhada à Polícia Federal a necessidade de retenção do seu passaporte, de tal forma que não possa ausentar-se do País. Se o fizer, que o faça de forma totalmente legal, para que seja reconhecido. Tivemos episódios anteriores em que algumas figuras, chegando perto do fato de poderem ter sua liberdade privada por terem cometido atos ilícitos, refugiaram-se no exterior para ficar imunes a esse procedimento. Faço essa proposta para que a Polícia Federal seja requisitada, de tal forma que seja tolhido o acesso ao exterior do presente depoente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, conforme o Deputado Herrmann colocou, já fizemos esse requerimento em Campinas, quando a CPI lá esteve. Creio que é muito oportuna a colocação. Parece-me que, na prática, ainda não se efetivou. Fizemos o requerimento em Campinas. Então, diante da colocação que V. Ex^a fez, surgiu-me outra: em função das evidências, de todas as acusações que pesam

sobre o Sr. Ari Natalino, temos o direito de suspeitar de que ele possa, daqui a pouco, fugir para o exterior. Não falo de uma viagem lícita, mas de uma fuga. É a minha preocupação. Tal fato leva-me à seguinte indagação: Sr. Natalino, o senhor estaria disposto a, espontaneamente, entregar à Polícia Federal, por sua livre iniciativa, seu passaporte. Quando o senhor quisesse viajar, para tratar de doença, por exemplo – sei que o senhor tem problemas –, iria até à Polícia Federal dar uma satisfação. Se o senhor não tiver disposto a fazê-lo, por livre e espontânea vontade, vamos requerer. É mais complicado para nós e mostra que o senhor não está disposto a colaborar. Se o senhor entregarespontaneamente, mostrará sua vontade de colaborar, o que não vai impedir suas viagens ao exterior quando o senhor precisar tratar doença. Sei que o senhor tem problema de saúde. O senhor fará uma comunicação à Polícia Federal que, com certeza, não negará. Quero sua manifestação sobre a questão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – V. Ex^a foi feliz em sua colocação. Nem quero que ele responda agora, mas creio que responderá positivamente. Pelo gesto que teve hoje, mesmo doente, de declarar.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – Posso fazer um acréscimo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pois não.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO – Acredito até que seria um gesto de extrema delicadeza para com a Justiça brasileira, pois ele se encontra sob **sursis**. Quem está sob **sursis** não pode ausentar-se do território brasileiro. Qualquer saída, apenas um aparte, neste momento, seria ilícita. Ele não pode sair legalmente porque está sob **sursis**. Acredito que a intervenção do Deputado Pompeo de Mattos é extremamente cordata. O adendo que o Presidente faz demonstra cavalheirismo. Por manifestar boa vontade de estar aqui, pois acreditamos sempre na redenção das pessoas, pode ser que, neste momento, entenda o gesto do Deputado Pompeo de Mattos como um gesto de fidalguia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Concedo a palavra ao Sr. Ari Natalino.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Se V. Ex^a pegar meu passaporte, verá que todas as viagens que fiz foram para Seattle, para fazer tratamento. Não me importo. Minha vida é trabalhar, trabalho das 6h às 24h, em São Paulo. Não uso passaporte.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor concorda com a proposta?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Perfeitamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos ser objetivos. Onde está seu passaporte?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Em minha casa, em São Paulo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde e quanto o senhor o entregará?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Onde V. Ex^{as} determinarem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos combinar com o Dr. Lacerda, nosso representante da Polícia Federal, para que, quando o senhor sair, combine com seu advogado de entregar o passaporte na Polícia Federal. Creio que o senhor está tendo um gesto positivo...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Vai ser levado em consideração.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso vai ser levado em consideração. E isso não quer dizer que o senhor vai estar impedido de viajar para tratar da saúde. Essa é outra questão. Está bom?

O SR. ROBSON TUMA – Só uma pergunta: quando o senhor tirou o passaporte do senhor e da família e o visto?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Foi em 1994.

O SR. ROBSON TUMA – Agora, recentemente, o senhor pediu visto nos passaportes, não pediu?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Não. O visto é de dez anos.

O SR. ROBSON TUMA – Não, do senhor e da família?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Também. Tudo dez anos.

O SR. ROBSON TUMA – Também?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – É.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Deputado Robson, gostaria de falar, depois, sobre aquele rolamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois não. Pode falar.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Porque não ficou bem esclarecido, Sandra. Queria esclarecer melhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor pode falar.

O SR. – Então, veja bem, o rolamento onde foram aprendidos todos os caminhões, cento e poucos

caminhões aí, na realidade foi o seguinte: a Poliana faz frete para a Petroforte. Então, quando se faz frete para a Petroforte, hoje, há uma norma, uma lei pela qual você não precisa fazer o conhecimento. Então, não se faz conhecimento. Você carrega o caminhão, porque você está fazendo frete para a própria distribuidora. Você tem a transportadora e faz um contrato de arrendamento com a Petroforte, está certo? Então os caminhões ficam arrendados para ela.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como se fosse interno?

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Exato. Então, você não precisa emitir nada.

Então, o que faz? Como a Poliana tem um gasto imenso, porque se tem que fazer compra de pneu, motor, diesel, isso aí tudinho, o que acontece? A Petroforte faz uma cessão de mútuo, ela paga por meio do mútuo para a Poliana. A fiscalização foi lá e entendeu que aquele mútuo não é legal, então pegou e autou naquele momento. E, como havia aqueles veículos no nome da Poliana, ele arrolou aqueles veículos, mas, logo em seguida, já não está mais arrolado. Ele arrolou, bloqueou no Detran, eles mesmos viram que estavam errados, foram lá e desbloquearam. Os caminhões não estão mais bloqueados. Então, não houve busca e apreensão de veículo algum, e não está mais arrolado veículo algum desse daí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acho que é compreensível.

O SR. ARI NATALINO DA SILVA – Só queria explicar, porque, realmente, a Sandra, talvez, não soubesse explicar, na íntegra, o que aconteceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – De minha parte, estou satisfeito, Sr. Presidente, agradecendo a presença de todos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não havendo mais nada a declarar, a ser tratado, quero agradecer a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h28min.)

Ata da 14ª Reunião Realizada em 27-6-2001.

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e um, às quinze horas e cinquenta e sete minutos, na Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com a presença do Senhor Senador Fernando Matusalém e dos Deputados Carlos Dunga, Alberto Fraga, Oscar Andrade, Domiciano Cabral, Mário Negromonte, Pompeo de Mattos, Wanderley Martins, Robson Tuma e Cabo Júlio, membros

da Comissão e ainda as presenças dos Deputados Moroni Torgan, Laura Carneiro e Magno Malta. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir a acareação do senhor LUIZ FERNANDO DA COSTA, (Vulgo) Fernandinho Beira-Mar. Presidência concedeu a palavra ao depoente para apresentar seu relato sobre os fatos que dizem respeito ao roubo de cargas e troca de drogas pelas cargas roubadas. A seguir o depoente foi questionado pelo relator e demais Parlamentares presentes. Prosseguindo com a reunião foi feita uma acareação entre Luiz Fernando da Costa e Sálvio Vilar. Durante o depoimento, houve várias contradições entre Fernandinho Beira-Mar e Sálvio, ocasionando debates calorosos com as participações dos Senhores Parlamentares. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Nairides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Srs. Parlamentares, havendo número regimental, declaro aberta a 14ª reunião do ano de 2001 da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 23 de 2000, com a finalidade de apurar em todo o País o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como proceder a investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de carga.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir o depoimento do Sr. Luiz Fernando da Costa, Fernandinho Beira-Mar.

Inda go à Secretaria se existem expedientes recebidos ou expedidos. (Pausa.)

Eu que ria in for mar aos Srs. mem bros da Co mis são que a empresa Supermercado Lusitana, que foi acusada de ter recebido carga no Estado do Maranhão, apresentou agora à CPI um dossiê fazendo referência a todas as provas que esses documentos in formam, de que não tiveram participação na recepta-

ção de carga apontada durante a audiência pública que tivemos naquele Estado. Passarei este documento ao Relator para análise e provável volta a São Luís do Maranhão ou a Imperatriz, que foi o nosso compromisso, para fazermos uma conferência dos dados que estão sendo apresentados nesse dossiê em comparação à acusação feita pelo Sr. Jorge Méres, que vem colaborando com a CPI na apuração.

O SR. ROBSON TUMA – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concede a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. ROBSON TUMA – Estou entrando com requerimento à Mesa solicitando informações sobre mercadorias roubadas da rede de supermercados Carrefour, na França – já que V. Exª se referiu a uma outra rede de supermercados – pedindo que o Ministério de Relações Exteriores e que a Interpol solicitem informações às autoridades competentes da República Francesa sobre ocorrências que envolveram o Carrefour com o roubo de cargas nas semelhanças do que houve no Brasil. Existem fortes informações de que esta mesma rede de supermercados teve naquele País problemas com cargas roubadas.

Portanto, apresento esse requerimento à Mesa e peço a V. Exª que, se possível, coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Será votado oportunamente o requerimento de V. Exª.

Eu queria também, antes de convocar o Luiz Fernando da Costa, Fernandinho Beira-Mar, agradecer a presença do Deputado Moroni Torgan, que foi Relator da CPI do Narcotráfico. Teve um papel importante, assim como os outros membros. A nossa Deputada Laura Carneiro conhece bem o problema do "Fernandinho Beira-Mar" e a amargura que ele teve em razão de algumas providências que V. Exª tomou durante as apurações. Eu deixaria para uma posterior discussão outros aspectos. Devemos comprovar a presença dele ou não, como diz o Sálvio, em Montes Claros, que faz referência a um Deputado que se sente injustiçado, amargurado e tem trabalhado intensamente para provar que não teve participação nesse envolvimento. Então, como conversei antecipadamente com Fernandinho Beira-Mar, expus o problema, ele se dispôs a vir aqui se fosse necessária alguma acareação para esclarecer esse ponto. Esse seria o principal do depoimento dele. Posteriormente, V. Exª poderiam fazer qualquer tipo de pergunta que fosse de interesse da CPI do Roubo de Cargas.

O SR. CABO JÚLIO – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CABO JÚLIO – Sr. Presidente, sou suplente nesta Comissão e fui o único mineiro na CPI do Narcotráfico, inclusive encarregado de ser o Sub-Relator deste caso em Minas Gerais. Estive na cidade de Montes Claros ouvindo algumas pessoas que foram indicados pelo Laécio e entreguei toda essa documentação à CPI.

Como chegamos nesse momento crucial que é essa possível acareação entre o Laécio e o Fernando Beira-Mar, depois vou passar algumas informações a V. Ex^a e ao Relator a respeito desse caso em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a poderia nos ajudar. Por ser jovem e por tudo que fez chamá-lo de capitão, porque já cabo não dá mais pelo seu trabalho. Agradeço a sua presença.

A SR^a LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem sobre o primeiro tema.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não, Deputada Laura Carneiro.

A SR^a LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, sobre essa matéria, parte do relatório específico de que fala o Deputado Mineiro foi feito pelos Deputados Paulo Baltazar, Wanderlei Martins, Cabo Júlio e eu no que dizia respeito especificamente a Minas Gerais. Portanto era uma conexão entre dois sub-relatórios: o sub-relatório de Minas e o sub-relatório do Rio de Janeiro.

Toda a documentação apresentada pelo Deputado e por seu irmão fizeram parte do relatório como forma de defesa e a Comissão, em nenhum momento concluiu pelo indiciamento do Deputado, porque não havia provas suficientes para qualquer tipo de indiciamento. O que a Comissão pediu foi ampliação das investigações. Em nenhum momento, houve pedido de indiciamento. O que podemos fazer é conversar com o Sr. Relator, no bre Deputado Oscar Andrade e, de alguma maneira, se for necessário, auxiliá-lo, entregando toda a documentação que eventualmente não tenha feito parte imediata do relatório que era um grande resumo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já está solicitado, Deputada.

A SR^a LAURA CARNEIRO – E já está concedido pelos dois Relatores da matéria.

O SR. OSCAR ANDRADE – A relatoria agradece, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Recebi para relatar a carta de um Juiz do Juizado Especial

Criminal de Belo Horizonte em que houve uma queixa de um furto de um telefone celular. Posteriormente, a pessoa fez a queixa normalmente na delegacia de polícia e a dificuldade de identificar o proprietário, porque posteriormente verificou-se que ele estava sendo registrado para funcionar para um terceiro. Como para os pré-pagos não é obrigatória a identificação do portador e nenhum tipo de exigência é feito, verificamos que nas cadeias as quadrilhas estão usando os telefones pré-pagos sem nenhuma dificuldade. Isso pode trazer lucro para a companhia porque a cada semana estão comprando e se desfazendo dos telefones.

Verifiquei nas pesquisas e estou comunicando ao Juiz, dando por prejudicado esse ofício, porque está em plenário na Câmara um projeto tentando definir a exigência de identificação pela Anatel ou exigir das concessionárias o cadastramento obrigatório para os usuários de telefonia celular pré-paga.

Apelo aos Deputados que façam uma jornada para que isso realmente se realize. Creio que deve ter vindo até da própria CPI do Narcotráfico. Dr. Moroni deve lembrar. Estamos em São Paulo sofrendo muito com o PCC, que é uma organização criminosa que controla praticamente todos os presídios do Estado de São Paulo, já atingindo outros Estados através da telefonia celular pré-paga. Temos que começar a trabalhar essa exigência, e os Srs. Deputados têm essa chance agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não. Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Penso que assiste toda razão a V. Ex^a. Na Câmara dos Deputados tramitam vários projetos nesse sentido. Eu mesmo tenho um deles. Não só a questão do pré-pago, que é o preferido para os bandidos. Mas temos uma outra situação inusitada que interessa muito a esta CPI, que é o cadastro único de telefone no País. Hoje, quando se quebra o sigilo telefônico de um determinado cidadão ou de uma determinada empresa, há telefones em várias empresas que exploram a telefonia. Uma fornece, outra não fornece; tem de se pedir à Anatel, para a Anatel pedir a ela; depois, ela responde à Anatel que vai ver, que quem sabe pode ser. Enquanto isso, passa a CPI e não vem o resultado da quebra do sigilo telefônico.

Então, temos de lutar para que – e tenho um projeto de lei nessa direção – tenhamos um cadastro único nacional, nas mãos da Anatel, a fim de que, quando se quebrar o sigilo telefônico de um cidadão,

de um bandido, de quem quer que seja, a Anatel não precise pedir isso para a companhia, pois a própria Anatel terá acesso aos códigos, a todos os instrumentos, não só do pré-pago, mas como de todos os demais telefones.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a. Vamos trabalhar por isso.

Agradeço a presença do Deputado Magno Malta, que foi Presidente da CPI do Narcotráfico. Faço uma cobrança aos Deputados Magno Malta e Moroni Torgan, porque a documentação ainda não chegou a esta CPI e já temos sofrido alguns revezes, por fazermos algumas afirmações sem a contrapartida da documentação que a CPI deveria nos encaminhar. Se puderem apressar esse envio, ficaríamos agradecidos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, eu queria trazer uma informação. Já estive com o Deputado Moroni Torgan – o Presidente também já foi informado – e há um ano que requeremos os relatórios da CPI do Narcotráfico, que poderia muito nos ajudar. Não sei se a demora é por uma questão burocrática, porque parece que há um impedimento em função de ser CPI da Câmara dos Deputados ou algo assim, mas o fato é que os documentos não chegaram. Aproveitando a presença dos três membros da CPI do Narcotráfico, quero dizer que é absolutamente importante o relatório daquela comissão para a CPI de Roubo de Cargas, principalmente nas questões referentes a roubos de cargas da CPI do Narcotráfico. Então, que isso possa ser enviado o mais rápido para a nossa CPI.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aliás, Sr. Presidente, é importante fazermos um protesto, porque não há sentido nisso. É nesse aspecto que pecamos. Tenho dito que não são os bandidos que estão organizados, somos nós que estamos desorganizados. Foi um trabalho fantástico feito pela CPI do Narcotráfico. Estão aí o Presidente daquela CPI, Deputado Magno Malta, e o seu relator, Deputado Moroni Torgan. Eu mesmo trabalhei intensamente naquela CPI, outros colegas Deputados também o fizeram, com resultados. Têm lá determinações, ações acabadas, como resultado do trabalho da CPI do Narcotráfico.

Levar um ano para vir do documentos dos arquivos da Câmara dos Deputados para os arquivos do Senado? Levar um ano para isso? A sociedade, lá fora, dá risada de nós, estamos “pagando mico” com um episódio dessa natureza. Sei que não é culpa dos Deputados Magno Malta e Moroni Torgan, mas essa burocracia é inaceitável, inadmissível. Temos de atravessar o Salão Verde e ir ver onde estão os documentos,

nas mãos de quem, para pegar, trazer para cá e estudá-los.

A SR^a LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SR^a LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, quero apenas dizer a V. Ex^a, na medida em que não sou membro da comissão, que os dados específicos sobre Fernandinho Beira-Mar, ligados ao roubo de cargas, já foram passados ao Deputado Robson Tuma, para que se façam os questionamentos na hora devida, quando estiver aqui o depoente.

Então, embora a comissão tenha toda a documentação, tenho cópia de grande parte da documentação sobre Fernandinho Beira-Mar. O que se fizer necessário, se eventualmente for mais rápido, como tenho os arquivos no próprio gabinete, será fácil de acessar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço que sejam breves as intervenções pela ordem.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer sobre esse assunto. V. Ex^a fez um requerimento ao Presidente da Câmara dos Deputados, que, naquele momento, no primeiro ofício, recusou. Foi feito, novamente, um segundo requerimento e eu fui ao hoje Presidente da República em exercício, Deputado Aécio Neves. Tive uma reunião com S. Ex^a e com o Secretário-Geral da Mesa, Dr. Mozart. A preocupação não é a negativa. Porém - e isso deve ser ressaltado - pois o nosso trabalho é que deu tantas páginas de denúncias, de acontecimentos no País que eram escondidos. Foram mais de trezentas mil cópias tiradas de frente e verso, para que os documentos da CPI do Narcotráfico fossem encaminhados para o Ministério Público. São mais de 300 mil cópias frente e verso. E a preocupação do Deputado é que se demorou mais de 6.000 cópias, frente e verso, daqueles documentos. Posso terminar? E que aquilo tinha um custo muito grande.

Então, naquele momento, ficamos de nos sentar novamente para, então, junto com o Presidente do Senado Federal, fazermos as cópias, pelo menos dividindo, já que é uma comissão mista, dividindo o custo daquelas cópias. É o que está sendo conversado entre as duas Casas, baseado no requerimento de V. Ex^a.

Porém, o tempo para se tirar essas cópias é de alguns meses. Talvez por isso ainda não tenham chegado os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é a queixa. É a falta dos documentos que têm trazido dificuldades.

Eu pediria talvez ao Deputado Moroni, que foi o Relator, e para os senhores que participaram ativamente que fizessem uma seleção do que vai interessar à CPI do Roubo de Cargos. Não precisar ser as 400 mil cópias, só as pertinentes ao assunto. Seria talvez um prejuízo desnecessário...

O SR. MORONI TORGAN – Posso prestar um esclarecimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não. Depois tem a palavra o Deputado Magno Malta.

O SR. MORONI TORGAN – As prioridades de cópias da CPI sempre são o Ministério Público. Foram, se não me engano, 4 toneladas de documentos ao Ministério Público.

Agora, pedi até os digitadores do Pro da Sen para que permanecessem lá, porque ainda estão terminando o cadastramento total de provas. Então é um trabalho que se estende.

Para economia processual - sei que eles vão mandar esses documentos -, basta os Deputados desta CPI saberem o que querem, irem lá e pegar uma cópia. Qualquer Deputado pode pegar a cópia, desde que não seja documento reservado ou sigiloso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Moroni, preste atenção, na verdade queremos tudo que tiver envolvimento com o roubo de cargas. Sei que a Assessoria de V. Ex^{as}, era muito grande, V. Ex^{as} tinham técnicos da mais alta competência que se debruçaram sobre a matéria. Eles podem falar sobre isso muito mais do que nós.

O SR. MORONI TORGAN – O problema é que esses técnicos, quando terminou a CPI, terminou o prazo deles lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu posso sugerir, Sr. Presidente, que possamos...

O SR. MORONI TORGAN – Talvez fosse interessante chamar esses técnicos para uma reunião com V. Ex^a, e, então, decidir, porque para o Deputado pegar as cópias lá não haveria grandes problemas.

O SR. MAGNO MALTA – Está clara a palavra do Deputado Robson Tuma no seu final. A dificuldade é entre as duas Casas nessa divisão de despesas, por que veja: quando a CPI encerrou os trabalhos em dezembro, passamos seis meses para mandar os documentos ao Ministério Público, não por irresponsabi-

lidade. Eram 7m x 2m de documentos. Isso totalizava quatro mil quilos de documentos e os anexos teriam de ser separados de forma individual para ser enviados ao Ministério Público, caso a caso. Essa foi a dificuldade.

A documentação do roubo de cargas também é um anexo que foi pinçado no meio de toda a documentação, como agulha em um palheiro, para se juntar em um determinado lugar.

Então, a documentação está pronta. Depois de seis meses é que o Ministério Público começa a receber o que foi produzido de relatório final em seus anexos. Agora, sim, sanado o problema colocado pelo Deputado Robson Tuma, que dizia de ser um problema nosso, é que, de fato, essa documentação pode chegar aqui.

O PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado, Excelência.

Vou pedir que se dê início ao depoimento do Luiz Fernando da Costa.

Solicito à Secretaria que providencie a entrada do referido senhor nesta sala. (Pausa.)

Apelo aos Srs. Senadores que pertencem a esta Comissão que, se puderem, compareçam à reunião, tendo em vista a importância da qual se reveste. Srs. Senadores, por favor, compareçam a esta importante reunião.

Gostaria de anunciar a presença do Dr. Adalberto Lustosa de Matos e de sua assistente. São os advogados de Fernandinho Beira-Mar.

Peço, Doutor, que V. S^a fique distante. Pode sentar-se aqui. Se houver qualquer preocupação, dirija-se à Mesa. Gostaria que não falasse diretamente com o depoente. Peço que ele permaneça sem algarismos.

São três advogados. O Dr. Adalberto Lustosa é V. S^a? Ele é o Dr. Lídio. A senhora é a Dr^a é Ceci.

O seu nome é Luiz Fernando da Costa?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É conhecido como Fernandinho Beira-Mar?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ofende-lhe a referência?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do que veio? Pergunto só para preencher a identificação. É por causa da Favela Beira-mar?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Exatamente. Por ter nascido na Favela Beira-mar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fale perto do microfone, por favor. Está desconfortável?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Estou bem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Temos médicos à sua disposição.

O senhor poderia nos adiantar, resumidamente, algo sobre seu envolvimento no tráfico de drogas? Há algum fato ligado ao roubo de cargas? O senhor tem conhecimento? Teve alguma participação? Peço sua colaboração para explicar um pouco de sua participação no narcotráfico como um preâmbulo da sua exposição? Haveria algum constrangimento?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Atualmente não sou mais traficante. Sou ex-traficante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não é obrigado a falar nada que venha prejudicá-lo ou trazer-lhe consequências. Essa resposta seria importante para que pudéssemos chegar à verdade, a um melhor esclarecimento sobre essa situação e sobre sua pessoa.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – O Fernandinho Beira-Mar é um mito que as pessoas criaram. Não sou o traficante que as pessoas comentam. Infelizmente, fui pego em um época de CPI, em tão colocaram-me como o maior traficante do Brasil. Não sou.

Nunca tive participação em roubo de cargas, não tenho qualquer conhecimento sobre cargas roubadas ou coisas desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui diz que o senhor é um traficante muito rico, que tem imóveis em vários Estados, mais de cem casas e barracos na Favela Beira-mar. Temendo ser morto pela polícia ou por rivais, mudou-se para o Estado de Minas Gerais, indo morar em Betim, na Grande Belo Horizonte, onde foi preso. Corresponde à realidade?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Negativo. Noventa por cento dos imóveis que foram confiscados são de pessoas que tinham algum contato comigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço silêncio para que possamos, realmente, ouvir o depoente com tranquilidade. Peço que aí atrás façam silêncio. Quem quiser bater foto...

O SR. ROBSON TUMA – Eles estão pedindo para que sejam substituídos os fotógrafos, um por um, e um câmara, só para fazer uma imagem dali, e acho que resolve o problema de todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A segurança encaminha. Pode prosseguir.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Bem, os imóveis que foram confiscados, a maioria foi porque as pessoas tinham alguma amizade comigo ou algum tipo de vínculo comigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não eram de sua propriedade?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você tinha propriedades?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Tinha uns barracos na favela, porque fui nascido e criado na favela, minha mãe já tinha algumas coisinhas lá, mas não tem... De valor irrisório.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A casa que o senhor com prou, onde sua irmã com seus filhos viviam, era na favela também?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, eles moravam em João Pessoa e eu havia comprado uma casa para eles viverem lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em João Pessoa, era regular.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa também foi confiscada?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Foi confiscada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seus filhos estão onde agora?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Atualmente eles vivem no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a sua irmã mesmo?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Com meus familiares.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui há uma referência de que você esteve foragido no Paraguai também na cidade de Capitán Bado, que é uma região em que se planta muita maconha. Você esteve foragido na região?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E lá, com a proximidade da fronteira brasileira, nunca ouviu referência ou qualquer coisa quanto à passagem de cargas roubadas para aquele lado?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, negativo, carga não, nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas era tráfico de maconha ou outro produto que se fazia mais?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Lá é uma zona conhecida como produtora de maconha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sua hospedagem era na fazenda do famoso Morel, em Capitán Bado?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, nunca me hospedei na fazenda dele. Conheci a família Morel, mas me hospedar na fazenda nele jamais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas tinha contato com ele?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Tinha, éramos amigos, tínhamos um relacionamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tinha negócios com ele também?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixarei aqui nosso Relator e o Vice-Presidente continuarem com as perguntas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fernando, você conhece o empresário Paulo César Santiago, dono da Revendedora Rio Car no Rio de Janeiro, que também é revendedor de veículos em Minas Gerais?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, de forma alguma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Paulo César Santiago?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, de forma alguma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não conheço, nunca vi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece Arlen Santiago, Deputado Estadual de Minas Gerais, irmão do Paulo César?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Negativo, não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece, nunca ouviu falar?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não conheço, nunca ouvi falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já financiou campanha do Deputado Arlen Santiago em Minas Gerais?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – De forma alguma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca, em nenhuma situação, em nenhum dos mandatos?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Nunca, em nenhuma situação, não o conheço, nunca tive nenhum vínculo com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe de alguma relação desses dois com receptação de veículos roubados, roubo de veículos?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Tam bém não, de forma alguma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes o senhor foi à cidade de Montes Claros, em Minas Gerais?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Nunca fui, não conheço, nem sei onde fica Montes Claros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhece a cidade de Montes Claros, em Minas Gerais?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por quais cidades o senhor passou em Minas Gerais? Que cidades o senhor conhece em Minas?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Bom, eu vivia em Betim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É muito longe de Montes Claros?

O SR. OSCAR ANDRADE – Muito longe, 500km.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não tenho nem noção de onde fica Montes Claros, para o senhor ter uma idéia. Eu vivia em Betim, estudava e morava em Belo Horizonte, mas não conheço Montes Claros, não tenho nem noção de de que lado fica.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca esteve em Montes Claros?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Nunca, jamais estive lá.

O SR. – Quatrocentos quilômetros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A distância é 400km, então?

O SR. – Sr. Presidente, só a título de informação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, é bom, é interessante.

O SR. – De Betim a Montes Claros é cerca de 400 a 450km de distância.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o ladrão de carros conhecido como Pintado?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, de forma alguma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já ouviu falar dele? Pintado.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Nunca ouvi falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sálvio Vilar você conhece?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Laércio?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Usava o nome de Laércio.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sálvio, que na CPI do Narcotráfico atendia como Laércio, afirma que você e o Paulo César Santiago estiveram em Montes Claros numa festa de exposição. Ele viu você algumas vezes ao lado de Paulo César Santiago e do Arley Santiago, Deputado estadual.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Jamais.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você tem a dizer a respeito disso?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Jamais, jamais. Jamais estive em Montes Claros, jamais estive com um desses Deputados. Esse Laércio é um mentiroso, um maluco. Por trás dele deve ter alguém querendo prejudicar o Deputado, porque isso não existe. Inclusive, certa vez li que ele dizia que me conhecia e tal, aquela coisa. Isso é impossível. Fugi de Belo Horizonte. Depois que fugi de Belo Horizonte, qualquer pessoa com um pouco de raciocínio sabe que jamais voltaria a Belo Horizonte, jamais, primeiro por medo de ser preso, em segundo lugar, por medo de ser morto. Então, é até incoerente eu voltar...

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem em Belo Horizonte você chegou a ter contato com nenhum dos Santiago, nem o Arley, nem o Paulo César?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Nunca, nunca, nunca, nunca. Não tinha contato com nenhum político em Belo Horizonte, nenhum político.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você morava em Betim?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Morava em Betim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era a sua atividade em Betim?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu tinha uma construtora em Betim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A construtora tinha registro?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Tinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em seu nome ou não?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, não. No nome de uma terceira pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De uma terceira pessoa. Pode citar o nome?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Agora não me recordo o nome da pessoa, faz muito tempo já.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você afirmou, no início, que não sabe nada sobre o roubo de carga. Mas a CPI do Narcotráfico identificou isso claramente, em algumas vezes, em algumas situações, a lavagem de dinheiro via roubo de carga ou roubo de caminhão com relação ao narcotráfico. O que você sabe a respeito disso para nos trazer informações que enriqueçam o nosso trabalho?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Sinceramente, não conheço... Acredito que tenham realmente envolvimento. Mas eu, sinceramente, não conheço essa forma de operar no narcotráfico. Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há caminhões sendo trocados por droga.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Acredito que tenha isso mesmo, mas não conheço essa forma de operar no narcotráfico. Sinceramente, não conheço. Não conheço mesmo. Primeiro porque vivia no Paraguai. Esse negócio de troca de droga é na Bolívia e ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o dinheiro era legalizado?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não sei, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não quer falar?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Exatamente. Não sei, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tinha, um dia, tinha de oficializar esse recurso.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, mas não sei. Sinceramente, não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Mas como é que você comprava droga? Como comprava droga? Com dinheiro de onde?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Com dinheiro eu comprava, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas de onde o dinheiro?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Do que eu vendia, eu comprava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O dinheiro era do Brasil?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Claro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem levava?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixe-me fazer uma pergunta um pouquinho mais recente da sua vida. Com licença...

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como se deu a sua fuga para a Colômbia? Responda, por favor.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu estava vivendo no Paraguai, sendo fazendeiro no Paraguai, de repente, o cerco da Polícia Federal tornou-se muito grande e minha estada no Paraguai tornou-se inviável, impossível.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Arriscada?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – É. Então fui obrigado a ir para lugar onde me sentisse um pouco mais seguro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você, na Colômbia, ligou-se à FARC ou aos narcotraficantes?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não me liguei à FARC, fui a uma área protegida pela FARC e lá fiquei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havia um acordo dos traficantes de proteção mútua ou pagava um imposto? Qual era a relação dos traficantes com a FARC?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – A FARC cobra imposto da mercadoria que é tirada de lá. A partir do momento que se paga aquele imposto, tem-se proteção para ficar ali. Mas eles não dão segurança, determinado número de guerrilheiros a seu lado para protegê-lo. Tem a segurança que é uma zona protegida pela guerrilha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É próximo da fronteira que você estava? A base militar da FARC em que você foi encontrado era próximo à fronteira?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aquela descrição que a Secretaria de Segurança do Rio deu ao dizer que seguiu a sua fuga para a Colômbia tem fundamento?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Sinceramente, não posso responder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você deu sinais daquele roteiro que foi feito através da Venezuela?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não. Sinceramente, não posso afirmar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você entrou pela Venezuela ou foi via aérea?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Foi via aérea. Eu estava na Colômbia e fretamos um avião para sair de onde estávamos para ir ao hospital cuidar do meu braço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas isso depois do confronto?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois do confronto. E pergunto antes do confronto.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Antes do confronto eu vivia em uma localidade chamada Barranco Minas, bem distante da fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em Barranco Minas, na Colômbia?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Na Colômbia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá não era base militar?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era uma cidade?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Uma cidade, um pequeno povoado como qualquer local da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De lá você mandava drogas?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não. Eu estava aposentado. Não estava mais mexendo com nada. Estava vivendo lá tranquilo. Tinha uma fazenda lá e lá vivia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aposentado do quê? Aposentado. Tu pagavas INPS?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como era a aposentadoria?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não. A do INPS está pequena. Eu não pagava a aposentadoria do INPS.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas tu eras aposentado do quê?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não era mais traficante. Estava lá vivendo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas aposentado. Tu disseste que era aposentado. Como é a vida de aposentado? Ganha de quem, recebe de quem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que a referência que ele quis fazer é que desistiu do mercado...

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu quis dizer o seguinte: eu estou aposentado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele estava vivendo dos lucros.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – ...aposentado, no sentido figurado da palavra, do narcotráfico. Eu estava vivendo lá de criação de gado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fazendeiro?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E tu eras fazendeiro no Paraguai também?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – No Paraguai também era fazendeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu não levas jeito para fazendeiro nenhum.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Quer dizer que, o cara ser médico, ele tem que ter jeito de médico; para ser Deputado tem que ter jeito de Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Precisa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria que tratasse com respeito, sem desaforo. Só uma última pergunta: nesse período em que o senhor permaneceu nessa região, nunca ouviu falar de troca de mercadoria por drogas? Porque os membros das guerrilhas são obrigados a comprar subsídios para poderem sobreviver. Então, há algumas referências da troca de mercadorias roubadas por cocaína, nessa região mais próxima de fronteira, para poder capitalizar o traficante e os produtores ou os grupos guerrilheiros manterem sua sobrevivência. Tem alguma informação, alguma referência a isso? É mais para nos ajudar a esclarecer alguns fatos. Isso não o compromete.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, Senador. O que acontece é o seguinte: a zona onde eu estava fica distante da fronteira. Então, não existe essa facilidade de troca de mercadoria roubada. E a guerrilha também quer ter uma boa política com os países vizinhos. Então, por exemplo, na fronteira com a Venezuela, a guerrilha não permite que um ladrão

vá lá, roube um carro e traga para a Colômbia. Não permite isso. Então, esse negócio de roubo, levar para a guerrilha, a guerrilha não precisa disso. Eles têm um poder aquisitivo para comprar. Você chega lá com um produto e eles compram, entendeu? Agora, eles são muito... eles não querem problema com o Brasil, problema com Venezuela ou os países que fazem fronteira com eles. Isso aí lá não existia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor teve bom contato com eles, relacionamento?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – O meu relacionamento com eles é um relacionamento de... Como é que eu posso dizer...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não era de subordinação, nada?

O SR. – Não, de forma alguma. O meu relacionamento com eles era o seguinte: eu estou numa área protegida por eles, é como um morador de favela. O morador mora na favela, necessariamente ele não tem que ser amigo do traficante, mas ele tem que ter uma lei da boa política. Então, eu respeitava eles e eles me respeitavam.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você tinha que pagar a permanência lá?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, eu não tinha que pagar a permanência lá. A permanência lá era paga por pessoas que eu tinha amizade e que trabalhavam com eles. Então, automaticamente, eu, sendo amigo dessas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles cobriam as suas despesas?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Já estavam sendo pagas através das pessoas que eu era amigo lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer, lá você permanecia porque alguém estava subsidiando a sua presença na área.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Porque eu tinha um amigo que respaldava a minha estada lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. E o ataque feito à base, foi onde você foi feito, foi um ataque do exército colombiano?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Positivo. Eles criaram uma operação gato negro para prender um guerrilheiro por nome de Negro Acácio. E eu estava justamente nessa zona onde ele estava. Eles chegaram à noite, fizeram um operativo. E eu fui para uma fazenda. Saí do local e fui para uma fazenda. Cercaram a fazenda onde eu estava, eu saí correndo, me deram quatro tiros. Eu fiquei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você não estava sozinho. Tinha mais grupo.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu estava com a minha família. Eu não estava junto com a guerrilha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, sua família estava junto?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu estava com a minha família. Prenderam a minha mulher nesse dia. Prenderam a minha sogra, prenderam todo mundo. Levaram para uma delegacia, depois soltaram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na Colômbia?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Exatamente. E eu me evadi para uma fazenda. Chegando na fazenda, eles fizeram um novo operativo, cercaram a fazenda onde eu estava. Eu saí correndo, eles me deram quatro tiros. Eu fiquei baleado no mato dois meses e sete dias, fretei um avião para sair e fui preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Teve assistência lá?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, de forma alguma. Nenhuma assistência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ficou sozinho?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não. A primeira assistência que eu fui ter foi na época...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dois meses depois e resistiu?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Dois meses e sete dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os tiros foram de arma de grosso calibre, né?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – É.

O SR. – Teve um dentista que (ininteligível).

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Sim, tinha um brasileiro que fazia odontologia lá. Ele não era dentista. É um protético e ele fazia o socorrobásico: limpar para não dar infecção, medicamento quando tinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Soro, essas coisas?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Soro não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Água de coco mesmo?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Nada, nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tinha nada. Você é forte mesmo, tem um pacto com o demônio para não morrer.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não. Demônio, não, jamais. Deus...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com Deus está ótimo.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Deus, com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, peço a presença do preso Sálvio Barbosa Vilar para que possamos fazer uma acareação. Pediria ao Presidente que primeiro nos ativéssemos às questões primeiras da CPI e, depois, sim, acho que podemos... Para não confundir...

O SR. ROBSON TUMA – Fui autor do requerimento que solicita a convocação do Fernandinho Beira-Mar e tenho perguntas a respeito das duas partes: tanto a respeito do caso do seu envolvimento com o Paulo César Santiago, como também de outras questões. Então, a pergunta que formulo a V. Ex^a é se aguardo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se é sobre Paulo Santiago, pode fazê-la agora.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Acho que é melhor fazer antes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos aguardar o Saulo um pouquinho, até terminarem alguns questionamentos.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Sr. Presidente, há uma ordem de inscrição. Solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há uma ordem?

O SR. DOMICIANO CABRAL – Há uma ordem. Não sei se o senhor vai...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É sobre o Paulo Santiago?

O SR. DOMICIANO CABRAL – É sobre ele mesmo que eu iria fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é referente ao assunto?

O SR. DOMICIANO CABRAL – É porque ele fez referência a uma cidade de João Pessoa, da qual sou natural. Eu gostaria de saber mais informações sobre sua estada em João Pessoa e sua ligação com aquela cidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor pode responder.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Eu gostaria de perguntar-lhe, como sou natural de João Pessoa, De-

putado eleito por aquela cidade, sobre um crime ocorrido na Paraíba, com a Andreza. Correu um boato de que essa moça teve um relacionamento com o senhor e teria desaparecido. Houve boatos de que ela se encontrava com o senhor no Paraguai. Eu gostaria de saber do senhor se tais afirmações têm um fundo de verdade. Quero saber, ainda, se suas irmãs, que compraram casas em João Pessoa, têm outras casas que a polícia ainda não detectou e se havia algum paraibano que o apoiava, que lhe dava cobertura. Quais eram realmente suas intenções em João Pessoa? Era morar lá ou fazer de lá um ponto de apoio, já que João Pessoa deve ser virgem para a rota do tráfico?

São essas as perguntas às quais eu gostaria que o senhor respondesse, por favor.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Deputado, morei em João Pessoa muito tempo atrás, tenho um filho paraibano e adoro aquela cidade. Nunca tive nenhum envolvimento com traficantes, nem com tipo de pessoas assim. Minha família estava morando lá, meus filhos estudavam e comprei uma casa para que meus filhos no bairro Bessa, o único imóvel que eu tinha, que foi confiscado. Esse negócio da Andreza é mentira, porque eu não ia a João Pessoa, nem tinha nenhuma amizade lá, isso é história. Lá nunca ninguém me apoiou. Inclusive, há uma delegada inocente, a Dr^a Maria, que foi acusada de apoiar a mim e a minha família. Isso é mentira. Essa senhora está condenada e é inocente. Não tenho vínculo algum em João Pessoa.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Satisfeito?

Com a palavra Deputado Robson Tuma, sobre o caso Paulo Santiago.

O SR. ROBSON TUMA – Isso não me tira a inscrição...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. V. Ex^a é o primeiro inscrito na segunda etapa.

O SR. ROBSON TUMA – O preso Sálvio ou Laércio, como se queira chamá-lo, acusa o Sr. Paulo César Santiago, e o senhor acaba de dizer que não o conhece nem esteve na cidade de Montes Claros. Só que existem, no depoimento do Sr. Paulo Santiago, algumas coincidências estranhas. Há também uma outra acusação, e o senhor disse que não existe acusação, nenhum envolvimento com o roubo de cargas também em outro lugar que chegaremos a mencionar ao final. Citarei algumas coincidências, até para que o

Sr. Relator possa acompanhar com clareza posteriormente.

O Sr. Fernandinho Beira-Mar, perguntado pelo nobre Relator ou pelo Sr. Presidente, não me recordo, respondeu, coincidentemente, a mesma resposta dada para a CPI do Narcotráfico, no Rio de Janeiro, pelo Sr. Paulo César Santiago: “Não conheço esse senhor. Talvez seja algum inimigo dele que tenha pedido para que o Sálvio fizesse esta acusação. Que eu me lembre, foi essa a resposta dada há alguns segundos. Resposta do Sr. Paulo César Santiago, explicando, inclusive, ao então Presidente Magno Malta, dizendo que foi um jornal da cidade. Era um jornal chamado **Jornal de Montes Claros**, cujo jornalista era o seu proprietário, o Sr. Osvaldo Antunes. O Deputado Magno Malta faz a pergunta: “O senhor acha, então, que o Sr. Osvaldo Antunes?”. Paulo César Santiago responde: “É, o jornalista Valdir Sena Batista.”. “Então, o senhor acha que Osvaldo Antunes é o orquestrador destas denúncias?” Que coincidência. É a mesma resposta. Ambos partem da mesma defesa: “Não o conheço. É orquestrado por um indivíduo.”. Tantos meses depois, o senhor Fernandinho Beira-Mar dá a mesma resposta: “Orquestrado por um único indivíduo.”. Mas, vamos em frente.

Exatamente, como lembra bem o Deputado Moroni Torgan, a resposta poderia ser apenas negativa: “Não, não conheço este sujeito, nunca o vi e jamais estive em Montes Claros”. Mas, não. Apesar de responder que não o conhecia, preocupou-se em dar a mesma defesa dada pelo Sr. Paulo César Santiago, naquele dia, no Estado do Rio de Janeiro, há mais ou há cerca de um ano. Posteriormente, na página 44 – estou citando as notas taquigráficas daquele depoimento –, perguntado ao Sr. Paulo César Santiago se ele teria ou não respondido a um processo: “Quando foi que o senhor respondeu a um art. 12, em Montes Claros?”. Para quem não sabe, o art. 12 trata do tráfico de entorpecente. Nova coincidência. O Sr. Paulo César Santiago responde que não respondeu sobre o processo do art. 12, ao contrário, responde: “deve ter sido no ano de 1985.” Ou seja, o Sr. Paulo César Santiago também respondeu a um processo por tráfico de entorpecente.

Vamos um pouco mais à frente. O Sálvio, ou o Laércio, como queiram chamá-lo, acusa e diz ter conhecido Fernandinho Beira-Mar quanto tinha ido em uma festa em Montes Claros com Paulo César Santiago. Perguntado ao Sr. Paulo César Santiago, questionamentos que eu fazia, responde: “É, eu fiz um churrasco lá em minha fazenda”, respondendo ao Sr. Presidente Magno Malta, que tinha, naquele momento,

pedidoun aparte às minhas perguntas, para perguntar se ele costumava dar grandes festas em Montes Claros. A resposta do Sr. Paulo César Santiago foi: “É”. Em seguida, ele continua dizendo que, inclusive, tinha dado churrasco, que dava grandes festas, enfim. Mais uma coincidência. Em respostas não criadas por mim ou por qualquer membro, mas dadas pelo próprio Paulo César Santiago, mais para a frente. (Pausa.)

O Deputado Robson Tuma pergunta: “Doutor, no trabalho de investigação que fizemos, naquele momento eu era responsável, sub-relator, só para lembrar, de lavagem de dinheiro, e fazia a análise das contas e dos impostos de renda dos investigados. Trabalhava nas reivindicações que fizemos. Conseguimos chegar a algumas informações que o senhor movimentou. Informação vai um pouco mais além. Continuando a responder. (Pausa.)

A informação vai um pouco mais além, porque diz que foi com o seu irmão. Estávamos ali discutindo sobre conta bancária. Esta referida conta era uma conta que tinha sido descoberta, do Sr. Paulo César Santiago, num banco que era o Banco de La Nacion, que o senhor disse que não tinha.

Então quer dizer que o senhor Paulo César Santiago mantinha movimentação fora, e que esta conta era conjunta com o seu irmão.”

Paulo César responde, na resposta se era conjunta com o seu irmão: “Não me recordo”. “E o banco? O senhor não se recorda se essa conta era conjunta com seu irmão? “Não me recordo”. “E o Banco?” “Ó, eu tive também depósito lá no Banco, mas também não me recordo se era conjunta”. “Em que época?” “Entre 1991 e 1992.”

Ora, quem se lembra que houve movimentação bancária e depósito em um banco 10 anos atrás não vai se recordar se esta conta era conjunta, ou não, com seu próprio irmão? O que mostra que o Sr. Paulo César Santiago mantinha movimentações em bancos não tradicionais. (Pausa.)

Aí pergunto então, continuo perguntando: “O senhor não se lembra quando foi tida essa movimentação, entre os anos de 1991 a 1994, os valores?”

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Tem como fazer a pergunta? Dá para o senhor fazer a pergunta? Estou sentindo um pouco de dor aqui. Eu queria saber se dá para o senhor fazer a pergunta que o senhor iria me fazer?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sr. Fernando Costa, por obséquio, limite-se a ouvir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, na verdade...

O SR. ROBSON TUMA – Está sentindo dor, ou será que as minhas perguntas estão doendo sobre o peso da sua consciência?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Até agora o senhor não fez nenhuma pergunta, só...

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, eu não estou aqui para responder perguntas, estou aqui para fazê-las, ou até de mostrar a ligação do Sr. Fernandinho Beira-Mar nas afirmações feitas pelo Sr. Sálvio, ou Laércio, como queiram. E é isso que estou querendo: demonstrar que existem fortes coincidências.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com a palavra o Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Robson Tuma, na verdade foi apenas um pedido dele e eu acho que se há de considerar. Basta olhar para o braço dele. V. Ex^a está vendo, ali. Quer dizer, nós tivemos, eu...

O SR. ROBSON TUMA – Eu posso parar imediatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, não. Absolutamente. Não é isso que eu quero.

Nós, eu e o Senador Romeu Tuma, estivemos com ele, com os advogados na Polícia Federal. Realmente, ele veio colaborar na condição que está, então acho que o pedido dele pode ser atendido, apenas isso.

O SR. ROBSON TUMA – Claro. Então eu acho que pode ser suspensa a reunião...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não está sendo mal educado.

O SR. ROBSON TUMA – e uma junta médica olhá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não, acho que não tem necessidade.

Deputado Robson Tuma, pode continuar com as perguntas porque vamos apelar... Fala o nosso...

O SR. ROBSON TUMA – O que eu estou querendo, Sr. Presidente, é que não fique resposta dele como algo que seja a única verdade. Existem dados que foram investigados e coincidências firmes de que aquela ligação existiu.

Eu devo continuar, para que não venha aqui o Sr. Fernandinho Beira-Mar dizer: não conheço este senhor. Vem o Laércio e diz: Conhece. E fique o dito pelo não dito.

O SR. – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MORONI TORGAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Eu não entendo essa in-

interrupção não, porque ele está aqui para prestar depoimento até o fim da tarde. O Deputado Robson Tuma está embasando a sua questão e não há por que ter qualquer tipo de interrupção, porque, se está ruim para responder agora para o Deputado Robson Tuma, vai estar ruim para responder para os outros dez Deputados que vão perguntar. Então não consigo entender essa interrupção não.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não existe interrupção. Com a palavra assegurada, Deputado Robson Tuma.

Senhor advogado, dirija-se à Mesa por escrito.

O SR. ROBSON TUMA – O advogado tem que fazer questão de ordem por escrito, porque, infelizmente, o advogado não tem direito à tribuna. Para tal, teria que se candidatar e ser eleito.

Sr. Presidente, é claro que estamos numa linha certa, porque, se não o tivéssemos, ficaria sendo aguardado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Robson, nós estamos apenas esperando para ser um pouquinho mais objetivo. Vamos parar com...

O SR. MORONI TORGAN – Deputado Robson Tuma, deixa eu dar uma sugestão?

O SR. OSCAR ANDRADE – É só isso, e acho que é possível ser cumprido.

O SR. MORONI TORGAN – A sugestão que quero dar é que V. Ex^a faça a pergunta que tem para fazer. Essas coincidências que V. Ex^a vai demonstrar, demonstre na CPI. Depois que acabar a acareação, libera o preso, e V. Ex^a demonstra para o Relator e para a CPI.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que acho que a acareação pode ajudar muito.

O SR. MORONI TORGAN – O que estou dizendo é o seguinte: essas informações, no momento, são interessantes para nós, não para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, peço a acareação. Faça, por favor, entrar o preso Fábio Barbosa Vilar. A relatoria está exigindo a acareação. Por favor, Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO FRAGA – Atendendo ao Relator, eu só queria dizer o seguinte, Sr. Presidente... Sr. Presidente, para não ficarmos polemizando...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Deputado Robson Tuma, gostaria que abreviasse a sua intervenção.

O SR. ROBSON TUMA – Naquele momento, então, eu perguntava os valores e estipulei um valor

ao Sr. Paulo César Santiago: se a movimentação na conta conjunta dele e do irmão pode ser considerada em cerca de R\$50 milhões, e ele disse que não poderia afirmar tal valor, mas também não desmentiu o valor.

Não vou, Sr. Presidente, nessa primeira etapa, fazer perguntas ao Sr. Fernandinho Beira-Mar para não polemizar, mas o que quero deixar bem claro é que existem fatos, sim, importantes, que existem fatos que colocam bem claro que o Sr. Laércio não disse à Comissão do Narcotráfico e nem a esta Comissão absurdos. Existem várias coincidências, indícios sérios do envolvimento dele com o Sr. Fernandinho Beira-Mar, e mais: sem contar que os seus negócios eram no Rio de Janeiro. E mais do que isso, Sr. Presidente: o Sr. Fernandinho Beira-Mar, também respondendo a uma pergunta, não me lembro se do Presidente ou do Sr. Relator, disse que nada sabia sobre roubo de carga e que nenhum envolvimento tinha. O que também não é verdade. Não podemos esquecer que, durante os depoimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, um sujeito, do qual não me lembro o nome, em seu depoimento, disse bem claro que o Sr. Ricardo Noronha, então delegado-geral de polícia naquele Estado, que, com a passagem da CPI, foi foragido, por que teve prisão decretada pela Justiça, havia protegido o Sr. Fernandinho Beira-Mar. E foi nesse acordo, através de uma negociação que envolvia cargas roubadas, drogas e muito dinheiro, conseguiu passar para o Paraguai através do sítio do então General Oviedo. Esses depoimentos também estão lá na Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico. O que também, Sr. Presidente, deixa claro que existe uma relação gravíssima entre o roubo de carga e o narcotráfico, ainda o Sr. Fernando Beira Mar, contra ele pesam sérios indícios.

Não vou, neste momento, Sr. Presidente, fazer perguntas. Vou aguardar. Só deixei embasamento para acareação.

Como sou o primeiro inscrito, voltarei logo após a acareação. Muito obrigado.

O SR. ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, pela ordem.

OSR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, tenho 25 anos que fui policial, não acredito que nada o que vai ser dito aqui vai ajudar esta Comissão, absolutamente nada a não ser produzir fato jornalístico. Está demonstrado na intenção do Fernandinho. Se ele não se recorda sequer do "laranja" que colocou

em sua empresa de construção, imagine de outras coisas.

Na verdade tenho só uma preocupação, não vou ser extensivo na minha intervenção. Queria perguntar ao Relator se já tem conhecimento das declarações dele à Polícia Federal. Por que, na verdade, o Fernandinho Beira Mar, ao tratar os Parlamentares dessa maneira, duvido que ele faça da mesma forma lá na delegacia de polícia.

Então acho que esta Comissão tem que imaginar o seguinte: temos que nos prever do que já foi dito na polícia. Fico realmente preocupado quando vejo esse aparato todo jornalístico e não vou ficar aqui para ser desdenhado pelo Fernandinho Beira Mar, de forma alguma.

Quando à pergunta pode ser obtida uma resposta mais contundente, ele nega a falar. Todos nós estamos assistindo isso aqui, vamos ficar aqui cinco dias e na hora que ele ... "Não me lembro; não sei, não vou responder."

Então o que estamos fazendo aqui? Realmente só que queria saber do nobre Deputado se...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Deputado Roberto Fraga, ele foi convidado.

O SR. ALBERTO FRAGA - Convidado ou convocado?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Estiveram lá o Presidente e o Relator Oscar Andrade, numa conversa preliminar, e foi feita a convocação.

De forma que vamos fazer a acareação agora se V. Ex^a permitir, que é o intuito maior.

O SR. OSCAR ANDRADE - O motivo, Deputado Alberto Fraga, da vinda dele é a acareação, até porque ele não tem nenhum depoimento nem na Polícia Federal com relação...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Agora, ninguém vai ser desdenhado, até porque não vamos permitir.

Gostaria que a Secretaria fizesse entrar o preso Sálvio Vilar, para proceder a acareação.

Vou conceder a palavra, pela ordem, ao Deputado Magno Malta.

O SR. OSCAR ANDRADE - Pediria a todos os senhores que contribuíssem com a acareação.

O SR. ROBSON TUMA - Estamos contribuindo. Tanto foi bom para a conclusão que incomodou o depoente.

O SR. MAGNO MALTA - Até para dar um fim na polêmica, minha palavra vai balizar isso. Acho o seguinte: tem procedência a palavra de todos. Não tínhamos possibilidade de fazer uma acareação, até

porque na nossa cabeça, que fizemos a CPI do Narcotráfico, conhecemos os fatos relatados pelo Deputado Robson. Mas aqueles que hoje fazem a CPI do Roubo de Carga não conhecem a palavra Laércio. Então essa palavra dada pelo Deputado Robson tem o seu valor, para se balizar a acareação, até porque os Deputados do Roubo de Carga que não participaram da CPI do Narcotráfico tomaram conhecimento do que foi o depoimento e o que o sujeito denunciou no seu depoimento, então tem o seu valor. Não dá para desmerecer esse arrazoado que ele fez.

Em segundo lugar, tenho certeza que o advogado foi ao microfone por não ter exatamente essa informação, porque o conhecimento, não é do tom dele ser mal educado, até porque é um homem preparado. Logo ao sinal de que ele deve recorrer por escrito, ele o fez, e quero parabenizá-lo.

Então, Sr. Presidente, encerro a minha fala dizendo o seguinte: o que o mais implica nessa situação são os dois de Minas Gerais e as conclusões da acareação devem levar a indicação de envolvimento deles ou não, o Deputado e seu irmão de Minas Gerais, até porque a posição do Fernandinho é essa que todo mundo já conhece. O depoimento do Laércio conhecemos, e o balizamento é extremamente importante para termos lucidez com relação ao episódio de Minas Gerais. É só.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Sr. Sálvio, pode virar a cadeira de frente para o Fernandinho, Beira-Mar.

Vou otimizar os nossos trabalhos e passar a palavra ao nosso Relator para fazer os questionamentos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Sálvio Barbosa Vilar,

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE - Conhece quem está na sua frente?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quem é?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Fernandinho, Beira-Mar.

O SR. OSCAR ANDRADE - Quando você o conheceu?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Já, mais ou menos, uns dez anos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Há uns dez anos. Onde?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Conheci ele, no Rio de Janeiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – No Rio de Janeiro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - É, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em que circunstâncias?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Ah, nunca tive amizade com ele nada. Só que ele faz parte da mesma organização que eu fiz parte também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual organização?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Comando Vermelho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Comando Vermelho?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há dez anos?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Eu já faço parte, fiz parte do Comando Vermelho desde quando era Falange Vermelha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a relação que o senhor tinha com o Fernandinho, Beira-Mar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Com ele eu não tenho relação nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sim.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Porque o Comando Vermelho se divide em várias partes; cada um faz sua parte.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor fez algumas declarações, na CPI do Narcotráfico, e, também, nessa CPI. Você pode repeti-las.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Posso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com relação aos seus envolvimento com Fernandinho, com Paulo César Santiago, com Arley Santiago, com tudo mais que o senhor lembrar. Por favor.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Como eu já falei, na CPI do Narcotráfico, eu morei em Minas Gerais, em Montes Claros, um tempo, e fui pego pela Polícia Civil de São Paulo – que todo mundo já sabe, os quais eu denunciei – e, na época, eu comecei a trabalhar junto com eles. Numa época, eu comprei três casas de **show** em Montes Claros, comprei um carro do Sr. Paulo César Santiago...

O SR. OSCAR ANDRADE – Junto com eles, quem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Com os policiais de São Paulo. Então, a intuição deles, o que

eles queriam era prender a quadrilha do Paulo César, não é?, para extorquir dinheiro deles.

E, em 99, eu estava, em Montes Claros, fui convidado para ir numa festa no Parque de Exposição de Montes Claros, e lá estava o Sr. Fernandinho Beira-Mar, o Dr. Arley Santiago e o Paulo César Santiago.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em 99?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Em 99.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual mês de 99? Você lembra?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - O mês eu não me recordo. Só lembro do ano, mas foi mais para o meio do ano, agosto, ou setembro, negócio, assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava o Paulo César Santiago?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Paulo César Santiago, o Dr. Arley Santiago, que é o Deputado; e tinha outras personalidades, lá, que eu não lembro o nome; não sei o nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com o Fernandinho, Beira-Mar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Ele está no dia, ele estava, no Parque.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o envolvimento dele, do Fernandinho, com o Paulo César e o Arley Santiago era qual?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Segundo os próprios policiais de São Paulo levantou na época...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais policiais? Você lembra o nome?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Celso, Juandir, Jurandir - tem um outro –, Daniel e o Dr. Marcelo.

O SR. OSCAR ANDRADE – São os policiais do Depatri?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Do Depatri.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aquela ida sua ao Rio Car, tinha, uma...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Isso aí após ter levantado, né, foi dito... Inclusive, no dia que ele estava, em Montes Claros, foi gravado, só que, depois, essa fita sumiu. Apesar de ou foi ameaça de morte para não divulgar a fita - eu não sei o que aconteceu. Eu sei que, na época, a **Rede Globo** ofereceu até R\$70 mil pela fita, que, no caso, ia provar que ele estava lá, no Parque de Exposição. Ele pode negar - é um direito dele -, pode rir, fazer o que quiser, para mim não quer dizer nada, eu não tenho medo dele, nem da quadrilha dele. Simplesmente, estou falando a verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Me dá um dado que você possa lembrar assim, que seja difícil dele negar, tipo alguma característica da época.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - A característica da época, eu lembro, foi só o dia que o avião baixou no Aeroporto de Montes Claros, era um avião pequeno, azul e branco, certo? A única coisa que eu posso dizer, assim, mais do dia que o avião estava pousado lá. Inclusive nesse dia...

O SR. OSCAR ANDRADE - Onde esse avião pousou?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - No Aeroporto de Montes Claros. Eu estava com dois policiais: o Marquinho e um policial que era da Rota, de São Paulo. Viram o avião lá e tal, sabia que ele estava lá, mas a intenção não era prender; a intenção era prender e tomar o dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Fernandinho, o senhor ouviu isso tudo aí. O que o senhor fala a respeito disso aí?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Bom, primeira coisa é a seguinte: você não precisa ter medo de mim não, cara! Alcagüete como você, meu...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Você também é.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Alcagüete como você..

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Você também é.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Eu não vou nem perder o meu tempo e discutir com você. Primeiro, que tudo que você tá falando é mentira.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - É um direito seu de você ficar quieto, rapaz!

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Tudo teu é mentira.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Mentira, nada!

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Agora, sabe o que acontece? Deixa eu falar um negócio. Eu tenho uma coisa a falar aqui. Você falou à vontade, eu não falei nada. Deixa eu falar uma coisa para você.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Fique à vontade para falar.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, quero só que os advogados não se manifestem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não podem se manifestar, têm que se dirigir à Mesa, se for necessário. A acareação está sendo efetuada e exige silêncio.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Positivo. Ele falou e agora é a minha vez de falar. Posso falar agora?

O SR. OSCAR ANDRADE – Por favor!

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Bom, vou falar uma coisa simples: a pessoa que está te protegendo, que está fazendo você fazer tudo isso com esse Deputado, acho que você deveria pensar um pouquinho, cara.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não tem ninguém me defendendo.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Tem sim, sabe por quê? Porque nunca estive em Montes Claros, não conheço Montes Claros, e é preciso ser muito idiota, muito burro para montar uma história dessas. Eu fugi da cadeia! Deixe eu falar, depois você fala à vontade. Fugi da cadeia em 1996, deu um problema terrível, a Polícia de Belo Horizonte queria me matar, o maior clima, eu seria louco se voltasse em Belo Horizonte ou em Montes Claros. Jamais voltei lá.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Você era protegido pela Polícia de lá, meu amigo.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Que nada, não existe isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem da polícia?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Policiais de Belo Horizonte que eu não me lembro dos nomes agora, e também policiais de Montes Claros.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Isso é mentira, eu nunca estive em Montes Claros. Você está sendo protegido por alguém para destruir a vida de uma pessoa.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Você não esteve em Montes Claros só uma vez, você esteve várias vezes, meu amigo!

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu nunca estive lá. Só você é quem fala que eu estive lá. Mostre uma prova de que eu estive lá, uma que seja.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A prova é só levantar o dia e ver. Sei que os policiais não vão falar, certo? Sei que os policiais que estiveram lá no dia não vão falar, certo? Mas tem a prova do avião. É só levantar o dia em que aquele avião teve lá, porque houve a festa no parque de exposição, e ver o dia que o avião estava pousado lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem era esse avião, você sabe?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Segundo todo mundo em Montes Claros sabe que esse avião pertencia ao Beira-Mar e ao Dr. Paulo César Santiago.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Paulo César?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Paulo César Santiago.

O SR. ROBSON TUMA – Então, Sr. Presidente, é só requerer ao DAC se existe este registro, apesar de que nem sem pre há re gis tro de aviões de pe que no porte.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Nesse dia foi alugado um carro da Localiza pelos policiais de São Paulo, certo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual era o nome dos policiais?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Marquinhos....

O SR. ROBSON TUMA – São aqueles que investigamos lá, Pompeo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas qual é o nome do policial?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Marcos, eu conheço ele como Marcos, que trabalha no Beatriz.

O SR. ROBSON TUMA – Nós já investigamos, eles já são identificados.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E os carros foram alugados no nome de quem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Alugados em nome de um policial que estava conosco. Só que quem ficou como motorista do carro fui eu, estava no nome do Laércio... Jorge, conheço ele por Jorge.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas foi no nome do Jorge que foi alugado o carro.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Foi no nome do Jorge.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi no nome do policial Jorge? O dia, em 1999, na festa do ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Em que mês que foi, você se lembra? Mês?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não me lembro do mês, eu ti nha até o nú me ro do BO, por que eu bati o carro nesse dia. Mas só me lembro que era um carro da Localiza, um pálio.

O SR. ROBSON TUMA – Você tem o nú me ro do BO?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Tenho, só que não está comigo.

O SR. ROBSON TUMA – Tendo o número do BO, tem tudo o resto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem isso guardado?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, o número do BO eu não tenho, mas me lem bro da de legacia onde o fiz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é fácil, Sr. Relator. É do dia da Festa do Pequi?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É, acho que era a festa do Pequi.

O SR. – Havia uma festa no parque de exposição.

O SR. – É fá cil, eu pre ci so só de uma data aproximada, que encontramos o BO.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor precisa identificar a data.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Está no nome do Jorge e o motorista era o Laércio da Cunha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos buscar isso aí. E aí, Fernandinho, o que você tem a dizer?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Tenho a dizer que ele está mentindo, ele pode ter estado lá. Isso aí vai provar que ele esteve. Agora, eu quero ver provar que eu estive.

Agora, se o Laércio chegar na CPI e dis ser que eu sou dono do Cristo Redentor, a CPI vai acreditar, porque o cara é, tudo o que ele fala na CPI, ele pode falar à vontade, não mostrar prova, que vocês aceitam.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quando você ia para lá você ficava hospedado no haras dele, rapaz!

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – É mentira! Foi só você quem me viu.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Montes Claros inteiro viu! Só que Montes Claros tem medo de falar!

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Que medo, medo por quê? Não existe isso.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O medo não é de você. Montes Claros tem medo do Arley e do Paulo César Santiago.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Medo por quê? Não existe isso.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não sei, medo não é de você, porque você não mata ninguém, você manda matar.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Que nada! Não faço isso não.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Você mandou matar o diretor de Bangu I, você mandou matar o Dênis, da Rocinha, você mandou matar o japonês, o Viriato e o filho dele.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Ah! Meu amigo. Você é tão maluco, ...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Você pensa que tomou conta do Comando, mas você não tomou conta do Comando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem tomou conta do comando?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Você é tão maluco, você não sabe nem o que fala, cara.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele pensa que ele tomou conta do Comando e que hoje ele é o Deus do Comando. Você não é, você sabe que se você for para Ban gu I, Ban gu II ou Ban gu III você vai ser morto.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Duvido, meu amigo! A coisa que eu mais quero é ir para a minha cidade....

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Você tem costa quente. Vou dizer quem é a costa quente que você tem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Porque quando você foi preso, não foi a Federal que correu para te pegar primeiro não, primeiro chegaram outras pessoas que te deram garantia de vida se você for para o Rio. E você sabe que é.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Você é louco, meu amigo!

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu não sou louco. Eu falo a verdade.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – A verdade? Eles não vão cumprir o que lhe prometeram. Você vai ficar na cadeia.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu não tenho medo da morte.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Você vai ficar na cadeia e daqui há alguns anos vai procurar a imprensa, igual muitos fazem, e dizer: eles me propuseram isso na CPI e não cumpriram. O que eu falava ali era mentira. Você está mentindo!

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu era fugitivo da polícia e ninguém me prometeu nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A CPI não propôs nada para ninguém.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu me entreguei.

O SR. – O Presidente da CPI está aí e tem que se pronunciar a respeito dessa acusação. Isso é muito grave.

O SR. MAGNO MALTA – Eu quero dizer ao depoente Fernandinho Beira-Mar que a CPI de Roubo

de Car gas tem tido para com o senhor todo o respeito. A minha CPI não o ouviu, mas mesmo assim eu, ex-Presidente desta CPI, o respeitei. Por isso é preciso que o senhor respeite a CPI.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu acho que eu fui mal-interpretado. Deixe-me fazer a minha colocação.

O SR. MAGNO MALTA – É preciso que o senhor respeite a CPI. Nós prestamos um dos serviços mais significativos a este País. Não vai ser o senhor que, diante da imprensa, tentará colocar dúvidas, incertezas e indecências sobre o que falamos. Na verdade ele não veio depor buscando incriminar pessoas, porque nós o buscamos e o orientamos em relação a isso. Ele foi convocado para depor na CPI de pois de preso. Feita a sua declaração, quanto inquirido no seu inquérito, ele veio para cá. Isso porque denunciava empresários como envolvidos com o narcotráfico e denunciava também um deputado. A CPI o convocou.

Por favor, retire a sua palavra, porque esta CPI nunca desonrou ou desrespeitou qualquer cidadão que aqui veio na condição de depoente, mesmo estando preso. Eu sempre dispensei respeito a todo cidadão que veio depor aqui. Mesmo na sua ausência, eu o respeitei como o estou respeitando agora. Não é necessário que o senhor faça isso.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Positivo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Até para deixar uma coisa bem clara: nós participamos da CPI do Narcotráfico, presidida pelo Deputado Magno Malta. O que o Laércio está dizendo agora ele já disse à CPI do Narcotráfico...

O SR. ROBSON TUMA – Há mais de um ano.

O SR. POMPEO DE MATTOS – ...e antes disso disse também à polícia. A CPI do Narcotráfico não existe mais. Ninguém prometeu nada para ele na CPI do Narcotráfico e nem teria como prometer porque a CPI já terminou. Ele está repetindo o mesmo depoimento aqui. Aliás, tem mais riqueza de detalhes. Se nós pudermos aprofundar isso, especialmente na relação com o Paulo César Santiago, que, aliás, está no depoimento, movimentava num só cheque, Sr. Fernandinho Beira-Mar, R\$400 mil. Obviamente ele tinha uma movimentação financeira milionária. Por quê? Porque era o seu lavador, era o seu laranja, o lavador do dinheiro do narcotráfico. É isso que está posto.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Deputado, deixe-me só fazer-lhe uma pergunta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não me pergunta nada.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu quero saber o seguinte: o que ele falou de mim, vocês conseguiram provar que eu estive em Montes Claros? Ele é um lunático! Eu nunca estive em Montes Claros! Como é que ele pode afirmar...

O SR. POMPEO DE MATTOS – É o testemunho dele. Só para o senhor ficar sabendo, provas – aqui fala um advogado que conhece – há as mais diversas formas de fazê-las. Uma delas é a prova testemunhal. Nós temos uma testemunha que deu o mesmo testemunho esclarecedor, várias vezes, em momentos diferentes, dizendo que o viu em Montes Claros. Isso é uma prova testemunhal que tem que ser levada em conta.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Então eu vou à delegacia, falo que o senhor lavava meu dinheiro. Repito isso aqui, repito na delegacia e isso vai ser usado como prova contra o senhor?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para começar, o senhor não vai nem sair da cadeia. O senhor não vai a delegacia nenhuma porque está preso e vai ficar onde é o seu lugar.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Está bom.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só para concluir, Sr. Presidente, temos aqui indícios importantes. Pela primeira vez o Sr. Fernandinho Beira-Mar vai para a defensiva e é bom que o faça. Na outra vez o senhor fez foi esnobar os Deputados, agora o senhor vai para a defensiva. É bom que o senhor se defenda, porque agora existem acusações claras contra o senhor, como traficante, ladrão de carga e envolvido no crime. É a primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Continua com a palavra o Deputado Oscar Andrade, Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA – Mas eu acho que ele... Posso fazer a pergunta de acareação?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não há nenhum problema, como sempre fizemos, pode fazer junto, não tem problema nenhum.

O SR. ROBSON TUMA – Eu queria, Laércio.... vou te fazer uma pergunta.

Você disse que mais ou menos em 89, você tem certeza que foi em 89 ou pode ter sido 88, 90.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Oitenta e nove não, noventa e nove.

O SR. ROBSON TUMA – Noventa e nove agora. E há quanto tempo você frequenta Montes Claros?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Desde 96.

O SR. ROBSON TUMA – Desde 1996.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cita alguns nomes, eu acho que está dentro, pessoas que estiveram junto com você.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Deputado, nesse dia eu estava com uma pessoa, meu ex-cunhado, eu morei com a irmã dele, uma pessoa chamada Nego, porque o Deputado aqui sabe muito bem já quem é, certo? Que foi quem me levou à festa. Ele estava com o convite feito pelo Dr. Paulo César Santiago e disse: “Oh, vai ter essa festa, no parque de exposição, eu estou com os convites, você foi convidado a ir”. Certo? Quando eu cheguei lá estávamos eu, o Nego e esse meu cunhado e eu comentei: “Pô, aquele ali é o Beira-Mar”. Ele falou: “Ah, ele é amigo... porque o Nego trabalha há muito tempo com o Paulo César Santiago. Ele falou: “O Beira-Mar e o Santiago já faz muito tempo, o Beira-Mar sempre vai estar lá no haras dele, quando ele vem aqui para Montes Claros ele dorme lá no haras do Paulo César”.

O SR. CABO JÚLIO – Sr. Relator, deixe eu esclarecer esse ponto. Quando essa denúncia chegou à CPI do Narcotráfico, com o depoimento do Sr. Laércio, ele deu o nome de algumas pessoas em Montes Claros e de uma cidade chamada

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Coração de Jesus.

O SR. CABO JÚLIO – E numa cidade chamada Coração de Jesus, que confirmariam a presença de Fernandinho Beira-Mar na cidade. O que aconteceu? Eu desloquei então à cidade de Montes Claros, primeiro então procurando, tentando achar essas pessoas. Nós fizemos algumas audições em Montes Claros de alguns jornalistas que foram passados pelo Sr. Laércio, e esse rapaz, se não me engano o apelido dele é Nego, ele tem um nome, está qualificado na CPI, tem a fita, porque foi uma audição através de fita, foi decodificada, tem todas as gravações, existem todas essas informações e o que aconteceu? Naquele momento em que fomos até lá na esperança ainda de encontrar uma fita de vídeo na cidade de Coração de Jesus, que, segundo informações que nos chegaram, essa fita de vídeo mostraria a presença do Fernandinho em Montes Claros. Essa foi a informação que chegou a nós. O Relator, então, nomeou-me sub-relator e me enviou para lá, para ouvir essas pessoas. Localizamos essas pessoas, inclusive o Nego, essas pessoas foram ouvidas e nenhuma dessas

pessoas confirmou essa informação de que estariam lá. Essa é uma verdade que temos que colocar. Agora, se não confirmaram por medo ou não, é uma situação.

Depois me deslocuei à uma cidade chamada Coração de Jesus, para ouvir algumas pessoas que confirmariam a ida de Fernandinhonessa cidadetambém, ou que estariam, naquele dia - já que é próxima a essa cidade - na cidade de Montes Claros e poderiam confirmar essa informação. Não existiu. Procurei uma foto, alguém disse que tinha uma foto.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, teria a foto, por intermédio da gravação fizeram a foto. Certo? E essa gravação estaria nas mãos de uma pessoa que seria uma mulher. Concorda comigo? O senhor lembra na época?

O SR. CABO JÚLIO – Sim, lembro dessa informação.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Só que essa fita, quando o senhor procurou essa pessoa, essa pessoa disse que essa fita existia, só que não estava mais com ela. Essa foi a resposta que eu fiquei sabendo que o senhor obteve. Certo?

O SR. CABO JÚLIO – Não, não foi isso. Eu, para mim essa informação não chegou, eu fui para lá só para apurar. A informação que eu obtive lá na cidade de Coração de Jesus é que não existia a fita, existia uma foto e nessa foto estaria lá o Fernandinho Beira-Mar. Nós localizamos a pessoa que teria essa foto, conseguimos a foto, essa pessoa trouxe a foto mostrando que era Fernandinho e não tinha nada a ver a foto que foi apresentada com ele. O que eu fiz então? Desloquei-me à CPI e disse então: olha, as denúncias feitas pelo Laércio estão aqui, eu fui lá Checar, não sei se alguém foi antes de mim para poder falar que sim ou que não, mas as informações foram checadas com essas testemunhas, e nenhuma delas comprovou nem os policiais, porque os policiais militares, por mais que escondessem de algumas pessoas, de mim não esconderiam, a permanência, a ida dele lá. Nenhuma dessas denúncias foram conformadas lá, na cidade.

O SR. ROBSON TUMA – Mais ou menos, um pouco mais.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Cabo Júlio, dá licença?

O SR. CABO JÚLIO – Pois não.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - A maioria dos policiais militares de Montes Claros são diretamente ligados ao Sr. Paulo César Santiago. Só vou lhe dizer isso.

O SR. CABO JÚLIO – Para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com a palavra o Deputado Cabo Júlio.

O SR. CABO JÚLIO – Para concluir essa informação, tenho o maior interesse, porque fui para lá. Ou alguém me deu o chapéu, ou está todo mundo falando inglês e eu falando alemão. Fui para lá justamente para buscar essa informação. Quero repetir que não tenho interesse em “a” ou “b”. Tenho interesse na verdade e a verdade vai aparecer. Mais tarde ou mais cedo ela vai aparecer. Agora, nenhuma das informações foram confirmadas, nem pelas pessoas que foram passadas pela testemunha, nem por outras pessoas que procuramos. É claro que somos da região e tenho as minhas informações também lá. Nem dessas pessoas foi confirmada.

Agora, resta saber - não estou falando que o senhor está certo, nem que ele está certo, nem que o outro está certo - se todas essas pessoas que o senhor indicou ficaram com medo e mudaram, ou se a coisa não existiu. Estou passando para a CPI do Roubos de Cargas o relato exato do que aconteceu lá na cidade de Montes Claros e na cidade de Coração de Jesus.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Continua a palavra com o Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fernando, acho que... o Laércio, o Sálvio colocou claramente, com muitos detalhes, você não quer mudar o seu depoimento? Não quer rever em nenhum momento das suas respostas...

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não tenho que rever, o que estou falando é a verdade. Ele deve estar apoiado por alguém por trás.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem o senhor acha que pode ser?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – É algum inimigo político dele...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O engraçado é que o senhor está dizendo que estou sendo apoiado por trás que o seu companheiro, o Dr. Paulo César Santiago, falou a mesma coisa, para você ver que você sabe. Se você está dizendo que eu estou apoiado, é a mesma coisa que ele falou.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, vou pedir para V. Ex^a tirar os advogados da sala.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não pode se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Se não continuar...

(Fora do microfone)

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Se os meus advogados saírem, eu saio também...

O SR. ROBSON TUMA – Você vai sair a hora que nós deixarmos...

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu não falo mais nada...

O SR. ROBSON TUMA – Os advogados ficam em todos os minutos gritando alto aqui e agora fui pedir para que fizesse silêncio...

(Fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Solicito que qualquer intervenção seja dirigida à Mesa por escrito.

O SR. ROBSON TUMA – Não pode se manifestar. Se for com o senhor que fale no seu ouvido para que o senhor ouça e não todos ouçam, inclusive eu.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Passo a palavra ao Deputado Oscar Andrade.

O SR. ROBSON TUMA – Gostaria de fazer algumas perguntas junto com o Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode, por favor.

O SR. ROBSON TUMA – Sálvio, quando você esteve lá em Montes Claros nesta festa, eu te fiz a pergunta e você falou 199...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – 1999.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Fernandinho Beira-Mar...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sendo que voltamos lá, eu morava lá, tive que ficar lá até por intermédio dos próprios policiais de São Paulo, e nós voltamos, eu a polícia de São Paulo voltamos lá duas vezes. Certo? Junto com a polícia foram duas vezes. Uma em 1999 e outra 2000. 2000, não. Foram duas em 1999.

O SR. ROBSON TUMA – Em 1999. Quando o senhor foi preso em Minas?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Em 1996.

O SR. ROBSON TUMA – E fugiu quando?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Em 1997.

O SR. ROBSON TUMA – E onde se encontrava em 1999?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – No Paraguai.

O SR. ROBSON TUMA – Tem como provar?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Tenho como provar fácil, facilmente. É só pegar a minha contatelefônica e vai mostrar que estava nessa determinada época no Paraguai.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você teria essas contas?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – É fácil a gente conseguir.

O SR. ROBSON TUMA – Está em seu nome?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, mas está em nome de pessoas, é o celular...

O SR. ROBSON TUMA – Isso não é prova.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Doutor...

O SR. ROBSON TUMA – Eu estou fazendo pergunta aqui e o senhor me responda por favor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o número do telefone?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu posso conseguir depois. No momento agora não sei de cabeça, mas posso conseguir o número do celular que usava na época...

O SR. ROBSON TUMA – Ele vai criar um número.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não é que vou criar, doutor. Simplesmente não vou fazer o que ele está fazendo.

O SR. ROBSON TUMA – Quando o senhor conheceu Paulo César Santiago?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Em 1997.

O SR. ROBSON TUMA – Em 1997. Aonde?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Em Montes Claros.

O SR. ROBSON TUMA – Em Montes Claros.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Mas a primeira vez que tive contato com ele foi no Rio de Janeiro. Conheci ele só no dia, mas contato verbal a primeira vez foi no Rio de Janeiro.

O SR. ROBSON TUMA – Em 199...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Em 1997.

O SR. ROBSON TUMA – Em 1997, no Rio de Janeiro, foi a primeira vez que você...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É, eu comprei um Kadet dele, e o Kadet tinha problema, fui buscar...

O SR. ROBSON TUMA – Comprou aonde? Foi no Rio ou em Montes Claros?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Kadet foi Montes Claros.

O SR. ROBSON TUMA – Porque tem loja nos dois lugares, não é isso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É. Tem loja nos dois lugares. E o Kadet tinha problemas, problema de não sei o que lá, e ele foi e me deu um Tempira.

Esse Tempra fui buscar na Rio Car, no Rio de Janeiro, certo? E o Tempra também tinha problema.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mecânico?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, problema de documento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carro roubado?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Adulterado.

O SR. ROBSON TUMA – Isso é importante responder.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Kadet eu devolvi, e peguei o Tempra, e depois o Tempra a própria loja dele comprou de volta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Lá é cio, diz que o Fernandinho, a polícia lá em Minas está mancomunada com ele. Tem gente que tem medo dele, ou, enfim, está envolvido com ele. É isso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É, Montes Claros. Conheci muitas pessoas porque eu tinha uma casa de show chamada **Space Bar**, não é? Aluguei essa casa...

O SR. ROBSON TUMA – E isso já foi confirmado, que o senhor morava em Montes Claros. A CPI do Narcotráfico já confirmou que você era...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A polícia toda de Montes Claros, não digo em geral, mas digo o pessoal da civil, porque conheço muitas pessoas da civil lá que são pessoas decentes, mas a maioria é colada com o Deputado Arley Santiago. Com o Deputado e com o Paulo César Santiago.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, você acha que a polícia lá dava, poderia dar proteção para o Fernandinho?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Dava proteção para o Paulo César, não é? A proteção lá era só para o Paulo César. Ele, estando junto com o Paulo César, estava protegido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá, eu quero saber então do Fernandinho. Existia alguma proteção em seu favor de alguns policiais de Minas Gerais.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Impossível, nunca estive em Montes Claros, não conheço, não existe. Nunca, nunca, nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não só de Montes Claros, mas também de Belo Horizonte. O senhor esteve preso onde?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Em Belo Horizonte.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em Belo Horizonte. E na sua fuga da cadeia, o senhor teve uma proteção? Como é que o senhor fugiu da cadeia?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Cheguei no momento certo, na hora certa, no lugar certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah! E o senhor é o cara certotambém, não é?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Sou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É, o senhor é o cara certo.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Claro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Porque conseguiu ...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Deputado...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só um pouquinho.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu lembrei de uma pessoa, antes que eu esqueça. Cabo Júlio, peço para o senhor. Na cidade tanto de Montes Claros, como de Monte Azul existe um cara chamado Lourival, lembrei dele agora. O Lourival é um cara que, lá drão de carga, esses negócios também, certo? Ele vai poder também falar, acho que ele vai falar a mesma coisa que estou falando aqui. Ele está solto. É o mesmo cara que roubou o caminhão da federal. Ele estava no dia lá também. E isso foi comentado na cidade de Mato Verde, certo? Na cidade de Espinosa, certo? quando da presença dele lá no parque de exposição.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só um pouquinho. Fernandinho, en tão, o que ele está dizendo agora então dá para a gente declarar; ele está dizendo que tem pessoas da polícia, especialmente da militar, e também pessoas da polícia civil, lá em Minas Gerais, que te dão proteção, que davam proteção para o Paulo César Santiago. Então eu te pergunto, para sabermos se tem ou não tem essa proteção. Você estava na cadeia e, pelo que me consta, para sair da cadeia não é assim. Detrás das grades, ou você tem que ter a chave, ou alguém tem que abrir para você, enfim, tem que ter um esquema. Então, para eu saber se é verdade o que ele está dizendo ou não é verdade, dizer: Olha, não tem nenhum policial mancomunado contigo, não tem ninguém da área policial, da área carcerária mancomunado contigo, então quero que você me conte como é que você conseguiu fugir da polícia, fugir do cárcere, fugir da cadeia lá de Minas Gerais.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não tem nenhum envolvimento, não tinha nenhuma proteção, simplesmente cheguei lá, já estava tudo pronto lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas então me conta como é que aprontaram.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não sei, se já cheguei e já estava pronto, como é que posso saber?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o que estava pronto, vai me descrevendo.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – A fuga, a fuga estava pronta. Vai ter uma fuga tal dia, quer ir? Vamosembora. Simplesmente isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem é que abriu a porta?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Ninguém abriu não, eles serraram a porta e foram embora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem serrou?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Os próprios presos que já estavam lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é que serrou?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Os presos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o preso?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – São vários deles que estavam lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que chegou a serra?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não sei, cheguei lá numase manae umase manade pois fugi.

O SR. OSCAR ANDRADE – A fuga não foi armada por você não? Você que orquestrou, administrou essa questão?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, quando cheguei, já estava tudo pronto, eles apenas me convidaram e eu participei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pegou uma carona?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Claro, cheguei lá, estava tudo pronto...

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é que rolou?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não rolou nada não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi de graça?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Foi de graça. A fuga foi simplesmente uma sorte que dei, cheguei no momento certo e na hora certa e já estava tudo pronto e fui embora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só sorte. Ele é de sorte.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acho que ele é de sorte mesmo, porque levou uns tantos tiros e não morreu. É tu é de sorte mesmo.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Com certeza, está vendo, está provado, hein!

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só deixa eu dizer mais: o senhor é um homem astuto, dá para ver que o senhor usa a astúcia. O senhor não podia suspeitar que, por exemplo, uma fuga dessa, de graça. Eu chego ali, daqui a poucodá uma fuga, de graça, o homem certo, o lugar, na hora certa, tudo certo, quer dizer, não podia ser uma armação para lhe matar. Não chegou a lhe ocorrer isso?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, não, de forma alguma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não lhe ocorreu?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe por que não ocorreu? Porque é claro que o senhor estava no plano arquitetado. A fuga foi feita exatamente para o senhor fugir, porque o figurão era o senhor.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, de forma alguma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É isso que comecemos dar crédito, e veja bem, é por isso que o senhor disse que a CPI houve o Laércio e dá crédito, porque o Laércio chega aqui e abre o bico e conta, até aquilo que é contra ele conta. E o senhor, a coisa óbvia, porque alguém que foge de uma cadeia, não cai do céu uma fuga, e o senhor não tem nada de... O senhor diz é o homem certo, no lugar certo, no dia certo e na hora certa e que está tudo certo e fica o dito pelo não dito. E o senhor quer que engulamos isso. Aqui ninguém é bobo e nem é filho de pai bobo. Por isso que acreditamos nele e não acreditamos no senhor, porque o senhor é mentiroso...

O SR. OSCAR ANDRADE – Fernando, 500 mil dólares?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Isso é mentira. Simplesmente, o Laércio chega aqui, fala, fala, fala e não prova. Então, é fácil, chegar, falar, destruir a vida de uma pessoa; é fácil chegar aqui acusar a pessoa e não ter prova. Agora, é do lado do senhor, acusar a pessoa e não ter prova contra ela. Isso que ele tá falando ali, ele fala as coisas e vocês acreditam e não provam. Cadê?

O SR. OSCAR ANDRADE – Fernando, estive com você na Polícia Federal, junto com o Senador Tuma. Mostramos o que queríamos. Na verdade, você sabe muito bem qual era a minha intenção. Em função de todas as colocações que foram feitas em relação ao Dr. Paulo César Santiago e ao Deputado Arley Santiago, eles nos procuraram, mostraram,

nada realmente foi provado, porque eles não foram nem indiciados pela Secretaria.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Claro.

O SR. OSCAR ANDRADE - Você lembra do meu apelo.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Claro.

O SR. OSCAR ANDRADE - Eu acho que pelo que os dois me contaram, o que virou a família deles, eles foram execrados publicamente. Então te pedi, perguntei. Você disse: "Não conheço". Então vá lá e deponha dessa forma. Você pode fazer? "Posso." Eu, inclusive, lhe pedi foi isso. Não para defender ninguém, mas que dissesse a verdade. As evidências estão aqui.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Mas não tem nenhuma...

O SR. OSCAR ANDRADE - Provar, lógico, a coisa foi testemunhal. Por isso lhe pedi ainda: "Você quer mudar?" A minha intenção inicial você sabe muito bem. E não mudei dela de jeito nenhum. Na verdade só estou buscando aqui a verdade.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Um momentinho.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Pergunta pra ele, então, já que Paulo César não tinha nada a ver, por que da morte da pessoa que o Deputado Magno Malta, por que da morte do Pinduca logo após a declaração?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quem é que matou Pinduca?

O SR. ROBSON TUMA - Espere aí. Ele fez uma pergunta aqui. O Sálvio fez uma pergunta.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Não sei nem quem é Pinduca.

O SR. ROBSON TUMA - A acareação justifica. Repete a pergunta, Sálvio.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Simplesmente, após eu ter denunciado o Paulo César Santiago, o Pinduca era a pessoa mais importante - acho que o senhor deve lembrar da CPI do Narcotráfico...

O SR. - Claro.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Porque eu tinha falado. Logo em seguida, ele foi morto no Rio de Janeiro.

O SR. - Pinduca que era garçon, depois virou sócio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Era o gerente. É. Aquele garçon, mesmo. Era gerente, foi preso em São Paulo, foi pego com bastante material de carro roubado, etc, e tal.

O SR. ROBSON TUMA - Deixa em fazer uma outra pergunta.

O SR. OSCAR ANDRADE - Lembra disso, Fernando?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Eu nem conheço; eu não conheço nada da vida do deputado.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Engraçado que mataram o cara logo dois meses depois, não é?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Mas o que eu tenho a ver com isso, se mataram o cara?

O SR. ROBSON TUMA - Sr. Relator, o senhor permite um aparte?

O SR. OSCAR ANDRADE - Pois não.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor conhece uma pessoa de nome João Bráulio? Ou não se lembra?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Não. Não lembro.

O SR. ROBSON TUMA - Não lembra?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Não.

O SR. ROBSON TUMA - Você conhece Luiz da Silva Lira?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Também não.

O SR. ROBSON TUMA - Também não.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - É porque a maioria das pessoas...

O SR. ROBSON TUMA - Só um minutinho por favor. O senhor conhece o João Bráulio?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Não. Não conheço.

O SR. ROBSON TUMA - Não conhece. O senhor conhece Luiz da Silva Lira?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Conheço.

O SR. ROBSON TUMA - Quem é?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Meu cunhado.

O SR. ROBSON TUMA - Seu cunhado. Então, vamos aqui. Mas um indício de que ele não está mentindo. Estou com dados da conta bancária do Sr. Fernando Beira-Mar. Ele não se lembra que o Sr. João Bráulio, mas deu 100 mil - 66 mil e 500 mais 31 mil e 500 para uma outra conta, para o Sr. João Bráulio. E para o seu cunhado, cunhado generoso, 270 mil.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - É impossível. Onde o senhor conseguiu isso? É impossível. Isso é impossível.

O SR. ROBSON TUMA - Tem cópia dos cheques todos aí. Está aqui a sua movimentação bancária.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Isso é impossível. Isso é impossível. Isso aí não é meu. Isso aí não é meu. Cadê a conta? Cadê a conta? Cadê o banco? Mostra aí. Quero ver a conta e o banco. Cadê? Mos tra a con ta pra mim.

O SR. ROBSON TUMA - Luiz Fer nan do da Cos ta relacionado: a)01...

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Cadê a conta e o banco?

O SR. ROBSON TUMA - 0185-4216-8? 104191616200.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Mas cadê a conta? Cadê o banco?

O SR. ROBSON TUMA - Estou te dando.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - E qual é o banco? Fala aí?

O SR. ROBSON TUMA - Estou te dando. O as ses sor do Ban co Cen tral, por fa vor, pode me di zer de que banco é esse número que eu li?

O SR. OSCAR ANDRADE - Qual? Repita o número, por favor?

O SR. ROBSON TUMA - Traz a pasta de sigilo do Sr. Fernando Beira-Mar, por favor. Vamos, agora, entrar. Já que ele desafiou a CPI, nós vamos mostrar agora o envolvimento real dele com tudo, antes mesmo do Relatório Final. Obviamente, vamos passar para uma segunda parte, onde estou inscrito, quando entraremos em outras questões que não são a acareação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Sr. Fernandinho Beira-Mar, não temos dúvida de que a sua atividade principal na época, que era o comércio, o tráfico de cocaína e maconha, não tenha vinculação com roubo de carga. Dificilmente de se acreditar, porque, geralmente, vira moeda de troca. De forma que o senhor morou no Paraguai e na Colômbia. Talvez o senhor não tivesse participado. O senhor diz que não participou de nenhum envolvimento. Mas não conheceu alguém que participou? Alguém da sua quadrilha, na época?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Porque isso vira moeda de troca; to dos nós sa be mos dis so. Quer dizer, morando no Paraguai, divisa com o Brasil; morou na Colômbia. Geralmente, a carreta, o caminhão, o carro roubado vira moeda de troca com a cocaína e com a maconha.

O SR. ROBSON TUMA - Afirma que fugiu para o Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - O senhor não participou, não teve nenhum envolvimento?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Não, de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Eu gostaria apenas de ressaltar o seguinte. É importante e quero ressaltar também aos Srs. Deputados. Pedir, exigir do Fernandinho Beira-Mar o respeito total aos Parlamentares e também a reciprocidade, o respeito para com ele, até porque vo cês têm mu i to mais a perder do que ele, porque, inclusive, está preso. Então, não tri pu di ar, não iro ni zar, até para não ser des res pe i tado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Que car ro que o Sr. tinha lá no Paraguai?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Uma Caminhonete Hilux.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E era registrada aonde essa caminhonete?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - No Paraguai, lógico.

O SR. POMPEO DE MATTOS - No Paraguai?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E foi comprada onde?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - No Paraguai.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não era brasileira a que estava lá?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E que car ro brasileiro? Quando o senhor foi para lá, o senhor foi de carro?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Negativo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Como é que o senhor foi?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Fui de avião pra lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS - De avião? Que avião que era?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Avião.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim. Eu sei. Mas, avião, avião, avião? Que avião?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Um avião que...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) - Ele era monomotor? Bimotor?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Monomotor.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Monomotor. De quem que era o avião?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - De um amigo meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quem é seu amigo?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Não me lem bro mais o nome de dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E aí? Tu queres que acreditemos em ti, mas, como?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Não é acreditar; eu vou ficar acusando a pessoa?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não. Mas não precisa acusar.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Pra quê eu vou botar o nome de uma pessoa? Pra quê eu vou envolver uma pessoa? Eu fui num avião; tem um dono, mas eu não quero falar no nome dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Fernandinho, o senhor não está acusando ninguém. Vou imaginar, vou imaginar: o senhor freta um táxi aéreo. Pronto.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Então, tá bom. Eu não quero falar o nome da pessoa. Tá bom assim?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Você não quer falar o nome da pessoa?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E é por isso que nós não acreditamos no senhor. O se nhor não dá absolutamente nenhuma ra zão para nós dar mos cré di to para o senhor.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Dar cré dito é eu alcagüetar os outros?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não é dar cré di to, é falar a ver da de: olha eu fui no avião de fu la no de tal.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Não já fa lei que fui no avião? Que só não quero dizer o nome do proprietário do avião?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim. O senhor não queria nem dizer como é que era avião; agora já disse que era um monomotor?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Qual é o prefixo?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Ora, se não quero dar o nome, imagine o prefixo?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas sabia o prefixo?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não sabe? Sabe ou não sabe?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Realmente, não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não sabe o prefixo? Mas o nome do dono do avião você sabe?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não. Mas o se nhor disse que não queria dar, depois que não lembra? Aí o senhor diz duas vezes... Desdiga o que o senhor disse. O senhor disse que não dava o nome porque não ia alcagüetar; agora diz que não lembra? O senhor lembra ou não sabe?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Não lembrar é uma forma de não responder sua pergunta. Eu não vou di zer o nome da pes soa.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Está bom, o se nhor não vai dizer o nome da pes soa. Agora, o se nhor não pode é desdizer o que o senhor mes mo disse. Eu quero só mostrar com isso que o senhor não tem, absolutamente, nenhuma credibilidadee nós temos que acreditar no Laércio, porque o Laércio está aqui de caralimpa, dizendo, dando no mes, di zen do data dan do dia, dizendo o que viu...

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Só não prova, não é? Só não prova.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas a palavra dele é o indício.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Le gal, le gal.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A palavra dele vale; a sua não vale porque o senhor não diz as coisas. E até quando diz, desdiz o que foi dito. Pelo me nos é isso que a gente depreende daquilo que está acontecendo.

O SR. - Sr. Presidente, só saber do Laérco. Você só tem esse dado, só essa visita, só foi uma vez esse fato? Não tem outras ocorrências de que ele participou, outras idas? Só uma vez?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Não. Porque de po is des sas idas dele, ele ia mu i to na di vi sa do Rio de Ja ne i ro com... da sa í da do Rio para Mi nas Ge rais. Inclusive, quando a Polícia Federal me pegou,

me procurou, eu dei a única coisa que eu sabia, que era que o Paulo César encontrava com ele ali na divisa dessas duas cidades, num restaurante. Inclusive falei de um cabo da Polícia Militar do Rio que levava o Sr. Paulo César até a divisa, no restaurante. Isso foi levantado pela Drª Márcia Velasco, e foi verdade, tanto que o cabo da polícia foi preso há pouco tempo no Rio de Janeiro e se propôs a falar a verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é esse cabo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu sabia que era um cabo da Polícia Militar, sabia o nome dele, mas no momento não estou me recordando. Já foi preso e inclusive provou que eu realmente estava falando a verdade nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Volto a palavra ao Deputado Robson Tuma, primeiro orador inscrito.

O SR. ROBSON TUMA – Já vamos entrar em outros assuntos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Vamos entrar. V. Ex^a está inscrito como primeiro da relação.

Apenas o seguinte: se algum Deputado quiser fazer uma intervenção com a presença...

O SR. – Permita-me um aparte com relação a roubo de carga.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com a presença, Deputado, do Sr. Laércio, se alguém quiser fazer mais alguma intervenção, será concedido, senão vou liberar para nós continuarmos.

O SR. – Nós temos depoimentos, só para reforçar, com respeito a roubo de carga que acho importante.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pois não.

O SR. – Nós temos depoimento reservado na CPI que conseqüentemente eu não vou dizer o nome, mas é identificado. Depois posso passar ao Relator sem problema nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por favor.

O SR. – Em que vincula o Sr. Fernando Beira-Mar ao Quelar e ao João Morel, justamente no lugar onde o próprio Fernando Beira-Mar disse que ficava. E é interessante porque diz que havia tráfico de armas. Essas armas eram levadas para o Rio de Janeiro e a testemunha diz assim: "...é usado para assaltar caminhão de cigarro principalmente. E esses caminhões eram vendidas as cargas e depois os caminhões. Tem no meu depoimento. Eu carreguei uma carga de madeira que tinha vindo com entorpecente que foi passada a carga de madeira para ao meu ca-

minhão. Enquanto passava a carga para o meu caminhão, madeira, o entorpecente aí entrava na favela". Então alguns caminhões desses eram trocados por cocaína, - como nós vamos ver num próximo depoimento – outros eram utilizados para disfarçar carga de entorpecente e também de armas para isso. Isso um depoimento tomado no Rio de Janeiro ou Espírito Santo, eu até não vou... Região Sudeste.

Outro depoimento tomado na Região Centro-Oeste. Uma carreta para troca, em troca uma carreta rende quanto nesse esquema? E aí com outra pessoa que também estaria com o Sr. Fernando Beira-Mar, que era o Pingo. Esse primeiro depoimento fala do Quelar e João Morel; esta ou trapessoia fala do Pingo, que também é daquela região e que mais tarde, no meu depoimento, vou entrar em maiores detalhes. Mas eu só quero inclusive enfatizar: inclusive uma carreta vai render em torno de 10 quilos de cocaína. Então, mostrando que o esquema onde o Fernando ficou no Paraguai era um esquema que utilizava caminhões roubados ou para transporte ou para trocar por armas ou cocaína. E dois depoimentos de duas pessoas que nunca se viram, em regiões totalmente diferentes do País.

Achei importante fazer esse registro agora, para mostrar a vinculação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pois não.

O SR. - Duas pessoas totalmente diferentes vinculando o problema do tráfico de armas e de drogas ao problema de roubo de caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Eu apenas perguntaria...

O SR. ROBSON TUMA – Fora do Paraná que já foi citado num terceiro depoimento, além do Sálvio, que foi o caso de um ladrão de cargas que citava o Fernandinho Beira-Mar por ter sido protegido pelo esquema do Paraná, aonde envolvia o então Delegado-Geral de Polícia, Ricardo Noronha, que foi procurado, que passou a ser de Delegado-Geral a procurado depois da passagem da CPI naquele Estado, que também citava inclusive que aquele grupo teria dado a fuga ao Fernandinho Beira-Mar para o Paraguai.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A mesma coisa das três carretas de cigarro que foram encontradas aqui, em Goiânia, que eu e o Arisoli Trindade citamos, e que até hoje ninguém falou nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Também depoimento de um policial, dá para dizer assim, um policial...

O SR. – De Campos?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não. Não. Feito lá nas barbas do Fernandinho Beira-Mar, que era gaúcho, que estava inclusive preso, mas sob a proteção da Polícia Federal.

O SR. - (Inaudível. Fora do microfone)

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não. Mas não tem nome. Não sabe aonde. E esse policial, arrependido, dava cobertura para Fernandinho Beira-Mar e no procedimento era: caminhões para lá e droga para cá. Se roubava carga, a carga vendia no Brasil mesmo, o caminhão ia para lá e aí vendiam para o Fernandinho, ou para o Morel, ou para o Pingo, ou para o Nei Machado "Pitoco", que o senhor conhece bem. Era o seu braço-direito, não era? O Pitoco não era o seu braço-direito?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não conhece o Pitoco?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Era o seu braço-direito, que estava com o senhor lá na Colômbia lhe dando proteção. Nós sabemos tudo. Que era patrão do CTG lá no Rio Grande do Sul, que se juntou com o senhor lá em Capitão Bado e que depois o senhor o levou, tanta a confiança que tinha, depois que exterminou com a família do Morel. Matou os Morel. Aí o senhor o levou para a Colômbia, porque o ambiente, ali, estava ruim e está lá - o senhor sabe bem que o "Pitoco" está preso.

O SR. - Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar ao Laércio: qual é a sua situação hoje: você está preso na Polícia de Choque? Aqui em Brasília

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Estou preso no BOP.

O SR. - Mas você cumpra pena em algum estabelecimento prisional. Qual é a sua situação penal hoje?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Minha situação penal... A minha cadeia fechada é de 11 anos e 10 meses e estou tirando 5 anos e 4 meses.

O SR. - Aonde você cumpria pena?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Eu era fugitivo e me entreguei para a CPI do Narcotráfico - eu me entreguei.

O SR. - Aonde, qual é o fórum? Aonde você foi condenado?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Em São Paulo.

O SR. - Então o seu conhecimento de Fernandinho Beira-Mar só se deu lá em Montes Claros?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Não. Eu sou do Rio também, eu tinha processo no Rio. Eu morei no Rio de Janeiro durante 25 anos.

O SR. - Você tinha atuação no Rio de Janeiro? Nasceu no Rio de Janeiro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Exato. Eu sou do Rio e morava no Rio de Janeiro. Eu fui para São Paulo porque eu estava fugido.

O SR. - Sr. Relator, se V. Exª quiser e me der 24 horas, eu vou trazer esse "morto" aqui, para a CPI porque o "Pinduca" não está morto. Ele está vivo. O "Pinduca" está vivo, esse que é o braço direito do Paulo César ou do Arley, ele não está morto

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Sim mas ele foi dado como morto como se fosse aquela pesoa lá, que morreu.

O SR. - Não. Quem morreu foi o Dorinho - é outra pessoa. Então, se V. Exª quiser, eu trago o defunto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Mas você poderia dar o esclarecimento de quem eram esses elementos citados?

O SR. - Sr. Presidente, no calor dos debates, foi dada a informação, através do Sr. Laércio, de que o "Pinduca" tinha sido morto....

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Mas não foi só por mim não, Sr. Deputado. Foi dado através dos jornais.

O SR. - Deixe-me concluir...

O SR. POMPEO DE MATTOS - É só para explicar quem é o Pinduca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É só para esclarecer o caso.

O SR. - Foi o "Pinduca" quem fez o negócio do Kadett com o Laércio lá em Montes Claros e, depois, trocou o Kadett pelo Tempra, não é isto?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele era o braço direito do Sr. Paulo César Santiago.

O SR. - Era o braço direito do Sr. Paulo César Santiago, era funcionário dele. Aí, o que aconteceu? No calor dos acontecimentos - eu desconhecia essa informação dos dois, para mim, era a mesma pessoa -, que o "Pinduca" estava morto e que tinha sido morto porque era o braço direito e sabia demais. O que estou dizendo para a CPI? Que ele não está morto. Ele está vivo e mora no Rio de Janeiro. Quem morreu foi uma outra pessoa.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Mas os jornais anunciaram que foi ele.

O SR. - Sim, e eu estou informando...

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Pinduca realmente era o braço direito?

O SR. – Sim, foi o que vendeu o carro para ele. Se a CPI quiser...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Há um requerimento para a convocação do "Pinduca"?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Vamos assinar esse requerimento.

O SR. – Inclusive ele foi ou vi do pela CPI do Narcotráfico.

Eu só estou afirmando que esta pessoa que foi dada como morta para a CPI não está morta, está viva.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Então, é mais uma prova que tentaram "encobrir" ele.

O SR. - Ele está vivo. Quem morreu foi esta outra pessoa. Eu só estou mostrando para a CPI que a informação...

O SR. OSCAR ANDRADE - O senhor sabe do paradeiro?

O SR. CABO JÚLIO - Se V. Ex^a me der mais 24 horas, eu descubro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - A dedução de V. Ex^a é que trocaram de cadáver ou foi engano de comunicação?

O SR. - Foi engano de comunicação, aqui, na CPI.

O SR. - Eu quero saber se isto saiu nos jornais.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Saiu nos jornais...

O SR. - Se saiu nos jornais, não foi engano da CPI. Aí foi armação mesmo, aí a armação é muito maior.

O SR. - Eu estou dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Tem 24 horas para esclarecer e já ficamos agradecidos.

O SR. CABO JÚLIO - Eu traço esta pessoa aqui - porque ou está vivo ou está morto. Aí é mais sério ainda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Se estiver morto, nós não queremos saber.

O SR. CABO JÚLIO - Aí, é mais sério ainda - se foi colocado um corpo para se passar como o "Pinduca", é preciso que se descubra quem fez isto e para que fez isto, que está vivo, está vivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Perfeito. O senhor nos ajudaria a esclarecer.

O SR. CABO JÚLIO - Eu levanto esta informação em 24 horas para trazê-la, aqui, para a CPI para sabermos por que o cara foi dado como morto ou se foi dado como morto.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, localizado o "Pinduca", eu já requero também a oitiva....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Se tiver outros requerimentos, será melhor...

O SR. POMPEO DE MATTOS - "...o retorno à CPI - ele foi à CPI do Narcotráfico, mas terá que vir à CPI de Roubo de Cargas - do Sr. Paulo César Santiago. Será necessário trazer o Sr. Paulo César Santiago até para nós esclarecermos e, junto, trazer as reportagens de jornais do Rio de Janeiro que noticiaram a morte do "Pinduca" para termos esta correlação, porque ficamos sabendo em São Paulo - a CPI estava em São Paulo -, foi quando Laércio denunciou o envolvimento de policiais paulistas: quatro policiais civis, inclusive um Delegado...

O SR. - Foram 12 policiais...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não, especificamente, nessa operação, foram quatro policiais que teriam feito uma viagem para o Rio de Janeiro; teriam feito, não; ficou provado que fizeram uma viagem para o Rio de Janeiro para dar um achado que no Sr. Paulo César Santiago e que não conseguiram dar esse achado. Quando a CPI estava debatendo e discutindo isto em São Paulo, veio a notícia da morte do "Pinduca" pelos jornais. Se o "Pinduca" não está morto, alguém, interessadamente, noticiou a morte para que não pudéssemos ouvi-lo. Se conseguirmos localizar o Pinduca, que tem que ser ouvido e temos que trazer de volta à CPI o Sr. Paulo César Santiago.

O SR. MORONI TORGAN - Acho que são dois fatos importantes.

O SR. OSCAR ANDRADE - O Cabo Júlio vai conseguir essa...

O SR. CABO JÚLIO - Dêem-me 24 horas que eu vou achar.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Presidente, gostaria de colocar dois fatos importantes: acho que encontrar o Pinduca ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Dá tempo.

O SR. MORONI TORGAN - ... é importante, mas é importante também se ter as matérias dos jornais.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Isso.

O SR. MORONI TORGAN - Quer dizer, no momento em que se tiver as matérias dos jornais dizendo que o Pinduca morreu e o Pinduca nunca foi aos jornais para dizer que está vivo, fica muito clara a armação, fica uma armação muito pior do que se ele tivesse morrido mesmo, porque mostra que houve

má-fé e toda uma armação para encobrir isso, para sumir o Pinduca. Até espero que esteja vivo, mas, infelizmente, no lugar dele alguém morreu.

O SR. – Seria importante conseguirmos o atestado de óbito dessa pessoa.

O SR. MORONI TORGAN – Penso que devemos descobrir com base em que isso foi publicado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você leu isso onde, Laércio?

O SR. OSCAR ANDRADE – E o nome do Pinduca? Pedro Alencar.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Saiu nos jornais, na televisão, em todos os lugares, como se fosse ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A CPI ficou sabendo?

O SR. - Você se lembra da data?

O SR. MORONI TORGAN – Se realmente se comprovar que saiu em jornais e na televisão isso, e o Pinduca está vivo e ficou caladinho e não foi lá para dizer: olha, esse cara aí não sou eu, não fui eu que morri. Então, o negócio fica muito mais suspeito ainda do que outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conhecia o Pinduca?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não conhecia o Pinduca?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você nem nunca ouviu falar do Pinduca?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Nunca ouvi falar, não conheço ninguém ligado a esse Deputado, não conheço nada da vida dele, não sei nada da vida dele.

O SR. ROBSON TUMA – Você já viu a loja dele no Rio de Janeiro, no Shopping?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – A loja conheço, porque sou do Rio de Janeiro. Agora, não tenho nenhum vínculo com isso, não conheço nada da vida dele. Nada!

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe onde fica a loja?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Pelo que eu me recordo, fica na Barra da Tijuca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor se recorda se passou pela frente algumas vezes?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Já passei algumas vezes.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quem passa na rua não vê a loja, a loja é dentro do shopping.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Você pode descrever como é a loja?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não se lembra? Em que lugar o senhor disse que acha que é?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Na Barra.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na Barra, mas onde? A Barra é grande.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não me recordo, faz cinco anos ...

O SR. ROBSON TUMA – Mas como você sabe que aquela loja é dele?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Porque leio jornal, isso foi noticiado várias vezes. Leio jornal, logo vou saber. Não conheço o senhor, sei que o senhor é filho do Senador, porque leio o jornal. Não o conhecia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas agora o senhor começa a dizer uma coisa

O SR. ROBSON TUMA – Espera aí, há uma grande distensão.

O SR. POMPEO DE MATTOS - o senhor começa a dizer uma coisa que interessa à CPI. Até então, Deputado Robson, o Fernandinho dizia que não conhecia, que não sabia, o senhor disse aqui na CPI que não sabia do Paulo César Santiago, que não sabia dele, que não sabia de loja. Agora, o senhor diz que conhece,...

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, ele não.

O SR. ROBSON TUMA – Mas que sabe da loja dele...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que sabe que aquela loja que o senhor via era dele.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Claro, porque foi noticiado no jornal, todo mundo sabe.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quando foi noticiado no jornal?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Quando ele começou a depor, dizem que eu o conhecia, que ele foi na CPI no Rio de Janeiro...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que o senhor disse que não sabia nada, que o senhor estava na Colômbia?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Mas eu tenho Internet.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor estava sumido, o senhor estava foragido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um de cada vez, por favor, se não vai tumultuar.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Deputado, essa loja existe há apenas seis anos, ela existe de 1995 para cá. Ele disse que conhece a loja no Rio de Janeiro. Ele estava fugido, como é que ele conhece? Então, ele já provou que estava no Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Mas eu não mora no Rio? Em 1995 e em 1996 eu não ia no Rio de Janeiro?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, mas o senhor entrou em contradição agora.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Qual a contradição? Diga.

O SR. ROBSON TUMA – A contradição é que você estava preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só um pouquinho, Robson.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um por vez.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual a contradição? Vamos marcar aqui a contradição.

O senhor disse primeiro na CPI que não conhecia o Paulo César Santiago.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que não sabia dele, que não tinha notícia dele, que não tinha nada a ver com ele. Isso o senhor disse na CPI. Confirma?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Claro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora, o senhor disse que já sabe onde é a loja dele, que é lá na Barra e que o senhor tomou conhecimento disso na medida em que veio à tona essa discussão, mesmo estando lá no Paraguai ou na Colômbia, o senhor ficou sabendo pela Internet? É isso?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Claro, todos os dias eu leio os jornais do meu País, todos os dias. Estou informado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como o senhor sabe que é aquela loja? Porque nunca foi falado.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Nunca foi falado?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Veja lá o que o senhor vai dizer. Nunca foi falado na CPI, nem na CPI do Narcotráfico nem na CPI do Roubo de Carga, que a loja dele era lá na Barra.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Claro que foi falado no jornal, é só o senhor procurar..

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca foi falado. Onde é a loja?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A loja é dentro do shopping, quem passa pela rua não a vê.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só isso que foi falado. O senhor, pela primeira vez, cai em contradição.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Negativo. É só pegar os jornais da época que o senhor vai ver o noticiário.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tem um jornal

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – É claro que tem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sávio, você disse que era na Barra...

O SR. OSCAR ANDRADE – Fernando, você disse que passou em frente diversas vezes.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quem passa na rua não vê a loja.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando a notícia saiu, era num **shopping** da Barra.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você disse isso ainda há pouco. Explique-me melhor. Você passou em frente...

O SR. ROBSON TUMA – Desculpa. Foi, sim, falado que foi e que era no **Shopping** Barra. Ele, na época, fez. Perguntei ao Paulo e ao Santiago...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele acabou de falar que viu a loja. Ele passou na rua e viu a loja. Não se vê a loja.

O SR. ROBSON TUMA – Desculpe-me, mas o que se está discutindo não é isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos ou vir o Deputado Cabo Júlio, Sr. Presidente?

O SR. – Qual o nome do policial?

O SR. ROBSON TUMA – Pergunte onde era o **shopping**... a loja, na época, para ele e para o Paulo César Santiago, e ambos disseram que era no **Shopping** Barra ou Barra Shopping, sei lá como se chama.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Deputado, não estou discutindo isso, só que, há poucos segundos ou minutos, ele falou que conhecia a loja e que passou na frente da loja. Quem passa na rua do Shopping Barra não vê a loja.

O SR. ROBSON TUMA – É essa a questão. Ele sabia que aquela loja era a loja do Paulo César. É essa a questão.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Através de jornais. E a loja se localiza dentro do shopping.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há como passar na frente do **shopping** e enxergá-la?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. É preciso entrar no **shopping** para ver a loja.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele caiu nessa contradição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não pode ter confundido a loja?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não estou confundindo. Eu moro no Rio de Janeiro – vou citar o Rio de Janeiro. Sei que dentro do Barra Shopping tem uma loja do McDonald's. Não preciso entrar no shopping para saber disso. Tem propaganda, tem tudo. Então, não é preciso entrar no shopping para saber que tem algo dentro do shopping.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A raposa tanto vai ao ninho que um dia deixa o focinho. Você acabou de se enroscar.

O SR. ROBSON TUMA – É curioso. O senhor possui tanta memória para alguns fatos, mas, para outros, o senhor não possui nenhuma. Para lembrar do telefone que usava no Paraguai...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Júlio.

O SR. CABO JÚLIO – A data a que o Sr. Laércio se referiu do encontro com os policiais do Depatri, quando foi locado o carro, foi no dia 3 de julho de 1999. O nome da pessoa que locou o carro pela Localiza é Jorge Luís Alves da Silva. Estou aqui com a cópia do boletim de locação e passando essas informações agora ao nobre Relator, até para localizar também essa pessoa. Esse é o policial, Jorge Luís Alves da Silva? Estou aqui com a cópia. É a primeira informação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Sr. Jorge Luís já foi ouvido pela CPI?

O SR. – Não foi ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi ainda?

O SR. – Não. Nem pela CPI do Narcotráfico.

O SR. CABO JÚLIO – Essa é a primeira informação, e estou passando esses dados ao nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espero um requerimento de membro da CPI.

O SR. ROBSON TUMA – A Secretaria pode fazer o requerimento.

O SR. CABO JÚLIO – Sr. Presidente, a segunda informação é que já localizei o Pinduca. Daqui a dez minutos – não foram necessárias nem vinte e quatro horas –, passarei essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está perfeito.

O SR. CABO JÚLIO – De repente, será possível trazê-lo agora, amanhã, o que for, para colocá-lo num trio e ver quem está mentindo e quem está falando a verdade. Quem sabe faremos esse trio. Passarei ao Relator todas as informações.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde está o Pinduca?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso mostra que V. Ex^a é um bom policial.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Pinduca está vivo?

O SR. CABO JÚLIO – Está vivo.

O SR. – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queria entrar na lista de importantes, a não ser que seja algo importante.

O SR. – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer uma observação sobre todos esses depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. – Sr. Presidente, ouvimos vários relatos do Laércio. Estou falando isso, porque, em breve, deverá terminar a sua acareação e começar o resto da inquirição. Alguns fatos importantes foram confirmados no depoimento do Laércio; outras não foram confirmadas.

Essa investigação talvez, para as pessoas envolvidas, seja o fato mais importante da vida. Quero apenas demonstrar o real tamanho dessa investigação. Ela é um grãozinho de areia em todo o esquema de Fernando Beira-Mar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, peço licença a V. Ex^a para dizer que sei que se trata de um pingão de areia, mas esse fato está causando uma profunda angústia ao Deputado. Então, é um ponto importante a se esclarecer.

O SR. – Eu disse isso. No entanto, está difícil até de se chegar a um ponto. Por exemplo: está pacífico que ele morou e que esteve lá – conseguiram até a cópia do documento. O Pinduca existe. Ele falou isso desde o início, tanto é que agora apareceu e está querendo até depor. Esse é outro fato que foi confirmado. Por outro lado, se o Pinduca era o braço direito de alguém, ele, logicamente, não falará contra esse alguém de quem era braço direito. Ele virá para defender essa pessoa.

Registro esses detalhes, porque será muito difícil dizermos: “O Laércio não está falando a verdade sobre isso, mas está falando a verdade sobre aquilo”.

Por um lado, ele tem razão. As pessoas, a partir do momento em que foi ouvido, Minas Gerais inteira ficou sabendo que ele foi ouvido. Após essa oitiva, qualquer pessoa poderia ter sido abordada e intimidada para não falar, perguntando: "O que você vai ganhar?" O Fernandinho Beira-Mar fez o mesmo aqui, questionando: "Rapaz, você vai ganhar o quê? Vai fazer o quê?"

Não estou preocupado em defender essa ou aquela pessoa. Nem eu nem nenhum de nós. Estou preocupado é a busca da verdade. O que estou colocando é que vai ser difícil encontrar a verdade clara dessa questão. Quanto ao Sr. Laércio, muitos dos fatos dos quais ele está falando estão comprovados. Daquilo que dependeria do depoimento de pessoas que lá estão, sofrendo as consequências de quem vive lá, talvez nada venha a ser comprovado. Daí talvez a razão dele em dizer que essas pessoas nunca confirmarão o que ele disse, apesar de os documentos confirmarem que ele esteve lá, porque teriam medo de algum tipo de represália que poderiam sofrer.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Deputado, vou trazer mais nomes de pessoas – passei agora para o Cabo Júlio – que são diretamente ligadas a ele, que eu não tinha falado anteriormente até por medo de pessoas que estão em Montes Claros e que me têm pedido, quando falo por telefone, até por amor de Deus para eu parar.

O SR. – Sigilosamente, poderia passar, porque seria mais tranquilo de se fazer. Estamos buscando a verdade. A princípio, não acreditamos nem num nem noutro. Queremos buscar a verdade dessa acareação.

Agora as coisas que o Laércio está dizendo, várias coisas estão se comprovando. Infelizmente, quando o Fernando tem que comprovar alguma coisa, ele foge da raia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Exemplo disso está aqui. O que o Cabo Júlio afirmou, agora, é que realmente você esteve em Montes Claros, que o carro foi levado – está registrada a locação – e em nome de quem isso ocorreu. É possível, inclusive, pesquisar o boletim de ocorrência do acidente que V. S^a sofreu.

O SR. CABO JÚLIO – Sr. Presidente, sugiro à Presidência e ao Relator que o Laércio passe esses meses para o Relator e para o Presidente numa sessão reservada.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Já passei ao Cabo Júlio.

O SR. CABO JÚLIO – Refiro-me a esses nomes que ninguém sabe, a fim de que um ou dois Parlamentares se desloquem para ouvir essas pessoas, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já havia decidido estabelecer diligências nos locais que ele descreveu, como já se fez noutros casos.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Levo até lá se for preciso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Parlamentares foram acompanhando o Delegado Paulo Lacerda, que já tem várias diligências estabelecidas. Tomaremos essa providência durante o recesso, Cabo Júlio, para que não haja prejuízo do trabalho da CPI em razão de não estar funcionando o Congresso Nacional.

Já foram determinadas várias diligências e essa também será uma das medidas que tomaremos antes da entrada no recesso.

Obrigado pela sugestão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, espero que não se peça a ninguém de Minas Gerais até para ninguém ficar constrangido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Quero fazer pela Polícia Federal mesmo.

Passarei à lista de inscritos.

Sálvio, V. S^a pretende permanecer aqui ou aguarda para depois voltar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Saio agora e depois eu volto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, ele pode se retirar.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, o Sálvio me pediu, na outra sala, antes de entrar aqui, que ele estava sentindo algumas dores e sangramentos. Solicito que o médico da Casa o examine.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já há assistência. Se for o caso, peço, depois, que ele seja conduzido a um hospital.

V. S^a pode sair, Sr. Sálvio.

O SR. CABO JÚLIO – Sr. Presidente, o nobre Relator está fazendo-me uma solicitação. Recebemos algumas informações até então contraditórias e o Relator disse que não faria essas informações, mas entende ser importante fazer esse esclarecimento ao Sr. Laércio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos aguardar o Sr. Laércio.

O SR. CABO JÚLIO – Se o Relator entender importante, passarei as informações.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos aguardar algum tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conforme já foi dito por mim ao Fernandinho, estamos buscando a verdade e devemos dar condição a todas as partes. Há algumas contradições que precisam ser mostradas, resguardando o fato de haver inocência por parte do Dr. Paulo César Santiago e do irmão, Arlen Santiago. Então, essas contradições também precisam ser vistas, porque, segundo os dois, eles foram execrados publicamente, a família não consegue mais viver, nós temos, pelo menos, que mostrar isso também. E ainda assim não estamos deixando de buscar a verdade. Então, faço questão que todas as colocações, tanto de um lado, quanto de outro, sejam colocadas, para que a gente possa realmente buscar...

O SR. CABO JÚLIO – Sr. Presidente, é porque aconteceram duas audições, não é? Uma na CPI estadual e uma na CPI federal, e tem algumas informações que precisam ser – uma informação num lado, outra informação no outro -, que a gente quer checar.

A primeira informação: há um Deputado em Minas Gerais, chamado Deputado Sargento Rodrigues, ele fez uma pergunta: quantas vezes o senhor esteve pessoalmente com o Sr. Paulo César? Ele disse: "Duas vezes".

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Paulo César é o quê? Para não confundir...

O SR. CABO JÚLIO – Paulo César é o empresário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Paulo César Santiago.

O SR. ROBSON TUMA – Pela ordem, Sr. Presidente. O senhor me desculpa. Eu acho que nós vamos agora pegar o que foi respondido na CPI do Narcotráfico, pegar o que foi respondido na CPI de Minas para desqualificar ou para qualificar...

O SR. CABO JÚLIO – Deputado...

O SR. ROBSON TUMA – Eu quero terminar...

O SR. CABO JÚLIO - Espera aí, espera aí, espera aí.

O SR. ROBSON TUMA – Se V. Ex^a deixar eu terminar, V. Ex^a...

O SR. CABO JÚLIO – Não, não deixo. Espera aí.

O SR. ROBSON TUMA – Eu estou com a palavra e peço que V. Ex^a me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a está com a palavra.

V. Ex^a concede um aparte ao Deputado?

O SR. CABO JÚLIO – Eu gostaria de esclarecer. Espere aí, não é bem assim não. A gente tem que esclarecer que o que nós estamos buscando aqui é a verdade. Ou o Laércio está falando a verdade...

O SR. ROBSON TUMA – Sim, qualificar ou desqualificar o que ele está dizendo.

O SR. CABO JÚLIO – Um minuto: o que eu quero dizer é que há uma informação prestada numa CPI que falou uma coisa; há uma informação prestada noutra CPI que falou outra coisa.

O SR. ROBSON TUMA – E uma terceira agora aqui, que pode ser cruzada com calma.

O SR. CABO JÚLIO – Eu quero saber qual é a informação que está certa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado Robson Tuma, espere S. Ex^a expor a situação.

O SR. CABO JÚLIO – Se é a informação em uma CPI que a gente deve constar, se é a informação que está na outra CPI ou se essa contradição é verdadeira ou não. Agora, V. Ex^a falar que eu não tenho que falar ou que eu tenho que falar...

O SR. ROBSON TUMA – Não, V. Ex^a não deixou eu terminar de falar.

O SR. CABO JÚLIO – Deputado, eu não gosto, eu estou aqui para ajudar, fazendo um trabalho sério. Eu não gosto de palhaçada, Sr. Presidente. Eu não gosto de palhaçada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas isso aqui também a Presidência não admite, Deputado. Não admite isso aqui. Eu estou controlando com respeito a todo o mundo.

O SR. CABO JÚLIO – O que estou dizendo é o seguinte: ou eu faço ou eu não faço. Agora, dizer: olha, o que um fala vale; o que o outro fala não vale? Estou passando para o Relator.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, eu só queria fazer uma pergunta para V. Ex^a, Cabo Júlio.

O SR. - Até mesmo para ilustrar o caso, o que o Cabo Júlio está querendo dizer...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, eu pediria que V. Ex^a continuasse.

O SR. – Sr. Presidente, o que o Cabo Júlio está querendo dizer é que S. Ex^a está querendo mostrar fatos, da mesma forma como o Deputado Robson Tuma começou a dizer que o Fernandinho tinha uma contradição baseada em declarações de outras CPI.

O SR. – Claro.

O SR. – Não faz sentido o Deputado Robson Tuma questionar agora o que o Cabo Júlio está querendo fazer.

O SR. ROBSON TUMA – Eu acho que se V. Ex^{as} deixarem eu terminar de falar, talvez V. Ex^{as} vejam que estão tirando conclusões que não são verdadeiras daquilo que eu queria falar. O Deputado Cabo Júlio estava aqui querendo mostrar as contradições que existiram numa CPI e na outra, e não perguntaram ao Sávio qual era a resposta que coincidia com a verdade. Eu acho que para fazer aquilo que se contradiz naquela CPI com a CPI do Narcotráfico, com a de Minas, nós temos que também analisar o depoimento que foi prestado hoje, que até o próprio Deputado do Cabo Júlio pode fazê-lo, para que nós possamos saber quais são as contradições que existem em todos os depoimentos, e são só em dois. E não devemos esquecer que no Rio de Janeiro...

O SR. OSCAR ANDRADE – V. Ex^a tinha que deixar S. Ex^a fazer, então, não é isso?

O SR. ROBSON TUMA – E esta? Nós não podemos ficar... podemos, se pode fazer as contradições, perguntando a ele qual é a verdade e qual é a mentira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o que S. Ex^a tentou fazer, Robson.

O SR. ROBSON TUMA – Não foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu vou suspender a sessão, porque o depoente está precisando de uma assistência médica e vou alertá-los para que eles não sintam que nós estamos fazendo palhaçada aqui. Eu gostaria de conduzir com seriedade e respeito entre todos os membros.

O SR. – Se V. Ex^a me der um tempo de trinta segundos, eu explico para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só um minutinho para ele ser atendido e o senhor volta à palavra.

(Suspensa a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Reabro a reunião. Peço ao Sávio que esclareça, já que houve... O senhor já fez a pergunta. O senhor pode repetir? Assim...

O SR. CABO JÚLIO – Perguntar para o Sávio o seguinte. Laércio. Vou chamar de Laércio, que é mais fácil. Existiram duas audições: uma em Minas e outra em Brasília. Eram situações totalmente diferentes. A audição em Brasília era algo que envolvia o Brasil inteiro, São Paulo e outros Estados. E a audição em Minas foi relativa somente a Minas Gerais ou algum caso que tivesse ramificação, começando ou terminando por Minas Gerais, ok? Quero dizer para ele o seguinte: alguma informação que ele falou na CPI nacional e não falou, ou falou mais ou menos, na CPI es-

tadual, que ele pudesse, por que isso é a base de sustentação da nossa "acusação", como pode ser a base de sustentação também da defesa. Então, é importante. Não nos iludamos. Eles vão pegartudo isso e tentar fazer a defesa com... E nós vamos tentar sustentar a nossa afirmação. Então, gostaria de dizer a ele o seguinte: algum ponto – não sei se ele tem essas informações – que ele disse na CPI nacional e deixou de dizer na CPI estadual...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a não quer ser objetivo e fazer a referência?

O SR. CABO JÚLIO – Não. Já passei para o Relator, porque são vários fatos. Fiz uma pergunta. Por exemplo, na CPI estadual... Em uma CPI ele disse que esteve pessoalmente, duas vezes. Essas duas vezes em que esteve com Paulo César, foram duas vezes em que esteve pessoalmente em Montes Claros ou duas vezes em que esteve pessoalmente com ele no Rio de Janeiro ou em qualquer outro lugar? Porque na outra CPI o senhor falou uma vez.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Certo.

O SR. CABO JÚLIO – Alguma dessas duas vezes, ou uma vez, foi em Montes Claros ou todas essas foram fora de Montes Claros.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O que eu falei na CPI do Narcotráfico foi por causa da pergunta: "Quantas vezes você esteve com Paulo César Santiago?"

O SR. CABO JÚLIO – Pessoalmente?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Pessoalmente. Certo? Falando com ele. Eu falei: "Uma vez só". Certo?

O SR. CABO JÚLIO – Em Montes Claros?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – No Rio de Janeiro. Que foi quando fui buscar o carro. E a segunda vez, quando eu fui para Minas Gerais e me perguntaram: "Quantas vezes você já esteve junto com o Sr. Paulo César Santiago?" Eu falei: "Duas vezes". Mas por que eu estive duas vezes? Porque estive uma vez no Rio, quando fui buscar o carro, e a outra vez no Parque de Exposições de Montes Claros. Foi isso.

O SR. CABO JÚLIO – Veja bem, Sr. Presidente, porque essas informações vão ser contestadas para derrubar o nosso relatório. Vão ser contestadas para tentar derrubar o relatório do nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ficou esclarecido?

O SR. CABO JÚLIO – Ficou esclarecido. Alguma outra que você lembrar, escreve e passa para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então não foi contradição dele. Foram duas perguntas...

O SR. CABO JÚLIO – Falta de esclarecimento. Porque eram duas situações totalmente diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo. Perfeito.

O SR. CABO JÚLIO – Na nossa CPI ele falou sobre Rio de Janeiro, São Paulo, Brasil inteiro. Em Minas Gerais, ele se ateve somente aos acontecimentos de Minas Gerais, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Deputado de Minas perguntou para mim: “Quantas vezes você já esteve com o Sr. Paulo César Santiago. Aí eu expliquei: “Uma vez no Rio, outra vez em Minas”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São duas vezes. Então está certo. E se quiser ficar lá um pouco, você descansa.

O SR. – (Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Já pe diu. Já pe diu. Bom, vou pe dir... O advogado me ins-tou sobre o problema das perguntas. Pediria que fos-sem feitas com todo o respeito. Ele não pode se in-criminar, tem direito a não se incriminar nas respostas que der. Mas pediria aos Srs. Deputados que, com cautela e com respeito, fizessem as perguntas. Espe-ro que ele colabore com as respostas que souber. Está melhor?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Estou. Um pouco de dor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – To mou já algum remédio? O médico já...

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Tomei uma injeção mas estou sentindo muita dor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Heim?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Estou sentindo muita dor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer mudar de posição?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Vou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então vamos tentar ser rápidos para o que ele possa se re-tirar rapidamente.

O Deputado Robson Tuma é o primeiro inscrito.

O SR. ROBSON TUMA – A sua fuga foi para o Paraguai, certo?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Foi.

O SR. ROBSON TUMA – Por onde o senhor foi para o Paraguai? Porque fronteiras brasileiras o senhor foi?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Pedro Juan Caballero. Eu fui do Rio a Pedro Juan Caballero.

O SR. ROBSON TUMA – Foi de avião?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Fui de avião.

O SR. ROBSON TUMA – Do Rio para Pedro Juan Caballero. Então, a sua fuga de Minas para o Rio de Janeiro foi como, de carro ou de avião?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu fui de ônibus de Minas Gerais até o Rio de Janeiro.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor já esteve no Suriname?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Nunca.

O SR. ROBSON TUMA – Já houve contato seu com alguém do Suriname?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Nunca.

O SR. ROBSON TUMA – Conhece o ex-Presi-dente do Suriname, Botero?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não.

O SR. ROBSON TUMA – Qual é a sua relação com Leonardo Dias Mendonça?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Nunca vi e nem conheço esse senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Não terá nenhuma li-gação sua com o Leonardo Mendonça nem com o ex-Presidente do Suriname, Botero?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – De for-ma alguma. Nunca vi e nem conheço.

O SR. ROBSON TUMA – Já ouviu falar neles?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não. Nunca ouvi falar.

O SR. ROBSON TUMA – Em nenhum dos dois?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Em ne-nhum dos dois.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor não lê jor-nal?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Leio jor-nal.

O SR. ROBSON TUMA – E nunca leu sobre eles?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Se eu li, não me recordo.

O SR. ROBSON TUMA – De pois do Paraguai, o senhor foi para onde?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Colômbia.

O SR. ROBSON TUMA – E por que foi para a Colômbia?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Como eu já expliquei, para me sentir mais protegido.

O SR. ROBSON TUMA – Mais protegido. E estava sob proteção da guerrilha?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Exatamente.

O SR. ROBSON TUMA – E por que a guerrilha lhe dava proteção?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Porque eu fui para uma zona da guerrilha, e todo mundo que fica na zona da guerrilha, indiretamente, tem a proteção da guerrilha.

O SR. ROBSON TUMA – Mas veio um estranho lá e eles lhe deram proteção só porque estava lá?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, negativo. Eu fui através... Você não chega na guerrilha e diz simplesmente “eu vim morar aqui”. Eu fui indicado por alguém que já trabalhava com eles, que era meu amigo. Eu falei: “Pô, eu estou sentindo o perigo na minha vida e na minha liberdade aqui no Paraguai. Eu quero ir para um lugar seguro. Dá para você me dar um apoio, para eu ficar numa zona protegida?” Essa pessoa que foi o intermediário.

O SR. ROBSON TUMA – Quem foi essa pessoa?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Um amigo meu, que eu não quero citar o nome.

O SR. ROBSON TUMA – Brasileiro?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – É um amigo meu, que eu não quero citar o nome.

O SR. ROBSON TUMA – É brasileiro?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu não quero citar se é brasileiro ou paraguaio.

O SR. ROBSON TUMA – Que tipo de proteção eles lhe davam?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – A proteção de ser uma área de guerrilha, em que a Polícia não ia lá me minerar, me prender ou me matar.

O SR. ROBSON TUMA – Mas vinham notícias da imprensa, inclusive imagens através da imprensa, de que o senhor, na guerrilha, passou a ter um certo comando ou uma certa proteção demasiada, diferenciada daqueles que lá estavam. Por que essa proteção e qual era esse tipo de comando, essa relação que o senhor tinha com os chefes da guerrilha?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Isso não existe. Eu não tinha relação nenhuma com ele. A relação era simplesmente por eu estar numa área que era comandada por uma pessoa e eu tinha que ter uma amizade com aquela pessoa. Agora, eu não tinha vínculo nem amizade nem nenhum tipo de negócio com a guerrilha. Simplesmente, eu estava numa área que era protegida pela guerrilha.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor nega a afirmação, então, de que fornecia as armas para a guerrilha?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Com certeza, eu nego.

O SR. ROBSON TUMA – E como conseguia as armas para o tráfico do Rio de Janeiro?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu não conseguia armas para o tráfico do Rio de Janeiro.

O SR. ROBSON TUMA – Traficante, no Rio, não usa arma?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, traficante usa arma. Só que eu vendia a minha mercadoria. Eu não precisava ter arma para vender a mercadoria.

O SR. ROBSON TUMA – E qual era a sua mercadoria?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu vendia droga, na época.

O SR. ROBSON TUMA – Se a guerrilha lhe dava tanta proteção, por que a Polícia da Colômbia conseguiu pegá-lo?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Porque tinha uma pressão muito grande do Ministério da Justiça e da Polícia brasileira em me capturar, então, enviaram documentações para lá, fizeram uma operação para prender o comandante da guerrilha daquela área e, infelizmente, eu fui capturado.

O SR. ROBSON TUMA – E você esteve com as autoridades policiais da Colômbia, certo?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Positivo.

O SR. ROBSON TUMA – Você prestou algum depoimento na Colômbia?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não. Depoimento, não.

O SR. ROBSON TUMA – Nenhum.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Nenhum.

O SR. ROBSON TUMA – Não deu nenhuma informação?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Nenhuma informação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E para o Secretário de Segurança do Rio?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não. O Secretário de Segurança, Dr. Josias Quintal, esteve comigo lá por cinco minutos. Simplesmente, por ser brasileiro, ele esteve lá. E lá nós não conversamos nada demais; não houve lista. A única coisa que foi conversada com o Dr. Josias Quintal lá foi em relação

à entrega da minha esposa; de entregar a Jaqueline aqui no Brasil. Mais nada foi conversado com o Dr. Josias Quintal, nem comentado, nem lista, nem nada. Simplesmente, eu mostrei a ele que tinha interesse que ela se entregasse, para ir para o Rio de Janeiro, e ele, prontamente, disse: "Não, pode ficar tranquilo, que eu vou providenciar que ela se entregue à Polícia do Rio de Janeiro, vai ser tratada normalmente, pode ficar tranquilo".

Só conversei isso com ele.

O SR. ROBSON TUMA – Quem estava com ele?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Estava o Dr. Fernando Moraes, mais um policial, de quem não me recordo agora.

O SR. ROBSON TUMA – Do Rio de Janeiro?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Exatamente.

O SR. ROBSON TUMA – Nesta conversa estava só o senhor e o Sr. Secretário Josias, ou estavam esses dois policiais, o Delegado Fernando Moraes e esse outro policial?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Estávamos três policiais, mais um representante da Colômbia junto.

O SR. ROBSON TUMA – Eles lhe fizeram algumas perguntas e você respondeu?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não houve perguntas, não houve isso.

O SR. ROBSON TUMA – Houve alguma acusação a alguma autoridade que você tenha feito naquele momento?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – De maneira alguma. Eles não foram lá para me acusar ou defender nenhuma autoridade. Eles foram simplesmente tentar-me trazer.

O SR. ROBSON TUMA – Houve entrevistas dadas pelo Sr. Secretário Josias e pelo Dr. Fernando Moraes, dizendo que, naquele momento, tinham colhido seu depoimento e que você citava o envolvimento de várias autoridades: arlamentares, policiais, juízes e várias pessoas da alta sociedade brasileira com o narcotráfico. A pergunta que eu lhe faço é: houve essas acusações e você não quer repeti-las ou não houve essas acusações?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não houve nenhuma pergunta desse tipo. Ele não me fez esse tipo de pergunta, não falei, a única conversa que tive com ele é que ele foi lá para me trazer para o Brasil e conversamos sobre a entrega da minha esposa. Não houve nenhum tipo de papel, documento ou agenda, não houve nada disso.

O SR. ROBSON TUMA – Então, todas as afirmações que eles fizeram são mentirosas?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não posso afirmar que sejam mentirosas, pois não o vi fazendo essas declarações.

O SR. ROBSON TUMA – Mas a única manifestação nesses 5 minutos foi uma negociação da entrega da sua esposa.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu conversei com o Dr. Josias Quintal, ele foi lá para me recambear para o Brasil e negociar a entrega da minha esposa. Nenhum outro tipo de assunto foi comentado lá.

O SR. ROBSON TUMA – Ninguém foi citado?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Ninguém.

O SR. ROBSON TUMA – Nem ele lhe perguntou sobre nome algum?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Nem ele me perguntou.

O SR. ROBSON TUMA – Nem o Secretário, nem o Delegado, nem o agente ou outro delegado que estivesse lá? Ninguém?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Ninguém.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor está pedindo sua transferência para o Rio de Janeiro?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Positivo.

O SR. ROBSON TUMA – Por que para o Rio de Janeiro?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Porque lá está minha família e meus filhos. É um direito constitucional que eu tenho.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor não tem medo de morrer?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Por que eu teria medo de morrer?

O SR. ROBSON TUMA – Será que o Rio de Janeiro seria um lugar mais fácil para uma fuga?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Isso não existe. Bangu 1, Bangu 2, Bangu 3 e Bangu 4 são presídios de segurança máxima em todo o Brasil. Lá estou perto da minha família. Tenho o direito de estar perto da minha família. Por que tenho que ficar longe da minha família? Isso é um direito que eu tenho. Essa é a vontade que tenho ao pagar o que devo à Justiça. Lá é um presídio de segurança máxima. Não há um motivo para eu fugir e não há como eu fugir de lá.

O SR. ROBSON TUMA – Faço esse comentário e fico com uma ressalva minha pessoal. A autoridade

judicial que aceitar isso corre até o risco de amanhã ser acusado de ter ajudado sua fuga. Por quê? Porque se aqui em Brasília, onde existe toda uma proteção em relação a sua segurança, para que não fuja e não seja morto, você conseguiu fazer contato com traficantes e continuar comandando o tráfico por telefone, imagine no Rio de Janeiro, onde você tem um comando muito maior? Fica minha ressalva pessoal de que eu acho que nenhuma autoridade judicial deva aceitar.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Esses contatos telefônicos não foram feitos, aquela voz que aparece não é minha.

O SR. ROBSON TUMA – Fiz-lhe uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com licença, Deputado. Nós não podemos discutir direito do preso em reivindicar sua transferência para próximo da família. Não é questionável isso. Isso é o exercício de um direito que o juiz vai decidir ou não.

O SR. ROBSON TUMA – Nem discutir autoridade judicial.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso não pode ser questionado, nem merece ponto de vista que não possa influenciar qualquer decisão judicial, que é um direito de cada cidadão requerer e ser atendido ou não.

O SR. ROBSON TUMA – É só minha posição individual como Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. ROBSON TUMA – Eu lhe perguntei se conhecia Luís da Silva Lira. O senhor me disse que sim, era seu cunhado.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Claro.

O SR. ROBSON TUMA – Eu lhe perguntei porque passou tantos cheques para ele. O senhor me disse que não passou.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Nunca.

O SR. ROBSON TUMA – Eu lhe informo. Banco Bradesco, Banco 237, agência 129, conta corrente 99845, Titular: Luiz Fernando da Costa.

O senhor passou um cheque de nº 275850 no dia 1/12/95, de R\$20 mil. Em 28/12/95, de R\$80 mil; em 02/06/95, de R\$40 mil; em 24/04/95, de R\$30 mil; em 29/04/95, de R\$20 mil; em 25/04/95, de R\$20 mil. Estou citando 1995.

Perguntei sobre João Bráulio. Disse que não conhecia. O senhor passou um cheque do Banco 104, que é Caixa Econômica Federal, Agência 1916, conta 10016331, Titular: Luiz Fernando da Costa.

Em 10/05/1996, de R\$31.500,00.

O senhor disse que é um homem pobre. O senhor disse que é um homem que não tinha propriedade nenhuma a não ser alguns barracos na favela em que nasceu.

Como um homem pobre, tão pobre, que vive numa favela, como o senhor diz, pode ser tão generoso com algumas pessoas como até mesmo para o seu próprio cunhado de ter passado mais de R\$250 mil para ele somente em 1995, sem contar com outros anos?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu era um construtor e o Luiz trabalhava comigo na construtora. Era o responsável por compras. Então os cheques que passei foi para pagamentos de compras. Isso é provado. É só averiguar que vão ver que ele tinha carteira assinada, trabalhava e é responsável por compras.

O SR. ROBSON TUMA – Agora o senhor lembrou que fez os cheques porque quando lhe perguntei, o senhor disse que era mentira, que os cheques não existiam.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, os cheques não existiam para ele. Eu fiz cheques para pagar contas.

O SR. ROBSON TUMA – Mas eram depositados na conta dele.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não sei como ele fazia...

O SR. ROBSON TUMA – Quem é, então, o Sr. Geraldo Henrique da Silva?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Esse Bráulio não conheço, não sei nem quem é.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor é um homem rico?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, claro que não.

O SR. ROBSON TUMA – Se não é rico, como consegue, só para duas pessoas, sem contar as outras, dar R\$300 mil? Eu poderia dizer que o senhor hoje é um homem de US\$50 milhões?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Queria eu ter pelo menos ter 10% disso. Muito menos de 10% já estaria bom.

O SR. ROBSON TUMA – 1% disso o senhor só para duas pessoas em um ano.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu não dei. Eu tinha uma construtora. Tem que ter uma pessoa que compre o material para eu tocar minha construtora.

O SR. ROBSON TUMA – Então quer dizer que o senhor não tinha conta na construtora, tinha uma conta pessoal

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Movimentava as duas, da construtora e a minha pessoal.

O SR. ROBSON TUMA – Qual era o nome da construtora?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Castanheira.

O SR. ROBSON TUMA – Castanheira o quê? O nome todo, o senhor pode me dar?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não lembro de todo o nome.

O SR. ROBSON TUMA – Em que ano foi a construtora?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – 1994 ou 1995.

O SR. – É a mesma do Espírito Santo?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Exatamente. A mesma do Espírito Santo.

O SR. – Está em nome do Nacana?

O SR. ROBSON TUMA – O senhor tinha conta na CEF e no Bradesco?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Claro.

O SR. ROBSON TUMA – Está vendo como quando perguntamos o senhor vem querer desqualificar? Está aqui, o senhor quer que eu leia os outros cheques todos? Quem é Raimundo da Silva?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não sei, quem é.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é Jacinta Giacomini dos Santos?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Era Subgerente na época na CEF de Alfredo Chaves.

O SR. ROBSON TUMA – Por que o senhor passou um cheque de R\$8 mil para ela?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Para pagar contas minhas.

O SR. ROBSON TUMA – Mas escuta, ela era subgerente de um banco e o senhor passa o cheque de nº 356093 do Bradesco nominal a subgerente do Banco?! Explique-me isso.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – É simples. Quem faz o banco é o gerente.

O SR. ROBSON TUMA – E o senhor pagava “pau” para o gerente?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não nunca paguei.

O SR. ROBSON TUMA – Para cobrir e fazer conta fantasma para o senhor?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Nunca paguei. Simplesmente tinha plano de saúde da CEF, tinha seguro da CEF, então de vez em quando assinava cheques para pagar as minhas despesas pessoais.

O SR. – Deputado Robson, parece que a Jacinta foi indiciada pelo Deputado Moroni Torgan?

O SR. ROBSON TUMA – Foi indiciada pela CPI do Narcotráfico. Só estou querendo a resposta dele por causa disso.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Ela não tem nenhum envolvimento. Era simplesmente a subgerente da agência. Simplesmente isso.

O SR. ROBSON TUMA – Como ela lhe ajudava?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Da forma como qualquer gerente ajuda qualquer empresário, facilitava...

O SR. ROBSON TUMA – Ela foi citada e indiciada na CPI do Narcotráfico como a grandementora da abertura das contas-fantasma que o senhores usavam e que tinham relação com o senhor e com todo o esquema.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Só um minuto, Deputado. Em momento algum, foi aberta qualquer conta-fantasma em Alfredo Chaves. Todas as contas que foram abertas lá são de pessoas que existem, tem CPF. Todas as contas. Não existe nenhuma conta-fantasma ali, não.

O SR. ROBSON TUMA – São laranjas, então?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, não são laranjas. São pessoas que...

O SR. ROBSON TUMA – Então, quer dizer que o senhor sabe que várias contas foram abertas naquela agência?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Claro.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor sabe que várias pessoas ligadas ao senhor abriam contas naquela agência. Coincidentemente, a subgerente daquela agência recebe cheques da sua conta particular na conta particular dela. Então, está claro que existia a abertura de esquema laranja, protegido por essa Jacinta, que recebia dinheiro. Isso não existe. Eu nunca vi, em toda a minha vida, alguém que tivesse feito um cheque, da sua conta física, seja do valor que for, para a gerente do banco pagar conta pessoal. Nunca vi isso, em toda a minha vida.

Eu disse contas-fantasma e o senhor disse que nenhuma das contas que foram abertas lá eram fantasmas, todas tinham nomes verdadeiros e tinham CPF, o que mostra que ele sabia que grande parte do

esquema abria conta nessa agência bancária. Ele, pela proteção da subgerente, pagava-lhe, como esse cheque de R\$8 mil, dado no dia 9/07/1995. Certo?

O SR. POMPEO DE MATTOS—Deputado Robson Tuma, só para ajudar nessa mesma linha. Quantas contas foram abertas nessa agência que o senhor tinha conhecimento e controle, relativamente ao seu negócio?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Não sei. Sinceramente, não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS— Mais ou menos?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Não sei quantas contas.

O SR. POMPEO DE MATTOS— Mais de vinte ou menos de vinte?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Não, não sei quantas contas.

O SR. POMPEO DE MATTOS— Mas eram mais de vinte ou menos de vinte?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Claro que menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS— Menos de vinte?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Eram quatro contas, no máximo, que tínhamos lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS— Quatro contas. Em nome de quem?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— As pessoas que trabalhavam comigo na construtora.

O SR. POMPEO DE MATTOS— Quem eram as pessoas?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— O Luiz, o Marcelinho...

O SR. POMPEO DE MATTOS— Luiz de quê?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Não lem bro o nome dele todo.

O SR. POMPEO DE MATTOS— Ele trabalhava com o senhor?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Trabalhava.

O SR. POMPEO DE MATTOS— E não lembra o nome dele? Era Luiz de tal?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Era meu cunhado. O final é Lira, mas, do nome dele todo, eu não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS— Luiz Lira. E o outro?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Marcelo.

O SR. POMPEO DE MATTOS— Marcelo?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Da Silva Leandro.

O SR. POMPEO DE MATTOS— Marcelo da Silva Leandro. O outro?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Não sei, não lembro agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS— O se nhor só me deu dois no mes e dis se que eram vá ri os. Qu a tro, pelo menos.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Eu não lembro agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS— O senhormovimentava o dinheiro nessas contas-correntes?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Essas contas eram usadas na minha construtora. Eu não movimentava o dinheiro nas contas, eu não fazia lavagem de dinheiro...

O SR. POMPEO DE MATTOS— Mas eu não estou dizendo que fazia lavagem de dinheiro. O senhor é que está falando.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Eu estou só justificando.

O SR. POMPEO DE MATTOS— Mas eram movimentados recursos nessas contas, em decorrência do seu negócio?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Claro.

O SR. POMPEO DE MATTOS— Esse dinheiro que era movimentado nessas contas era também dinheiro seu?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Claro.

O SR. POMPEO DE MATTOS— Tam bém era dinheiro seu?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Claro. Da construtora.

O SR. POMPEO DE MATTOS— E usavam o nome de outras pessoas?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Claro.

O SR. POMPEO DE MATTOS— Dessas quatro pessoas. Além dessas quatro pessoas, com que outras pessoas o senhor movimentava conta?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Não tinha mais ninguém.

O SR. POMPEO DE MATTOS— Em outra agência?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA— Não tinha.

O SR. POMPEO DE MATTOS— Quantas contas bancárias o senhor tinha? Temos aqui, mas queremos saber do senhor.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu não lembro agora quantas contas eu tinha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nessa agência, o senhor tinha quantas?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Suas?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não lembra?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De qual banco era o talão de cheques que o senhor usava?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Caixa Econômica Federal e Bradesco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No Bradesco, qual era a agência?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas era no Rio de Janeiro?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É isto, Sr. Fernando Beira-Mar, que o senhor se queixa: se o Laércio fala, vale, se o senhor fala, não vale. É coisa óbvia, que o senhor pode falar.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabemos que o senhor lembra.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabemos que o senhor lembra. É perfeitamente cabível e compreensível que um cidadão com a sua inteligência vá saber da conta, onde ele tinha. Tanto que o senhor lembra dos seus laranjas. O senhor citou que tem quatro pessoas que movimentavam conta do seu negócio e dinheiro seu. Obviamente isso se chama “laranja”. O senhor tinha laranjas.

O SR. ROBSON TUMA – Quem é o Santos Juliânio?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não sei.

O SR. ROBSON TUMA – Como não sabe?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não sei.

O SR. ROBSON TUMA – Quem é Eli ze te da Silva Lira?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Minha esposa.

O SR. ROBSON TUMA – O que se senhor construiu? Apartamento, casa...

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Apartamentos.

O SR. ROBSON TUMA – E quanto custava um apartamento.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Na faixa de 40 a 50 mil dólares.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor tinha uma construtora que construía apartamentos de 50 mil dólares, mas tinha apenas alguns barracos na favela?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – No Rio de Janeiro. Essa construtora era no Espírito Santo.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor era um homem rico, no Rio de Janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Deputado, com a sua licença, apenas para esclarecer, esses apartamentos o senhor construía para revender, era um negócio seu?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Exatamente. Eu pegava o terreno de uma pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era para comercialização?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Para comercialização.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor recebia adiantado esse dinheiro ou terminava e depois vendia.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Incorporava o terreno de uma pessoa e lançava o empreendimento. Vendia na planta...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eram empreendimentos, então?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Vendia na planta e usava o dinheiro para construir os prédios, daí a gente ganhava a minha sobrevivência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era taxa de construção?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Administração.

O SR. ROBSON TUMA – Como o senhor explica então que somente com a movimentação de sua irmã...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor entregou todos os prédios em construção?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Alguns, sim. Outros, fui confiscado, a obra foi parada. Está na Justiça para ser resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem credores desses prédios?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Sim.

O SR. ROBSON TUMA – Como o senhor explica que só em setembro o senhor teve uma transação de 40 mil reais com a sua esposa?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Fácil. A minha sogra estava doente, e eu estava no Paraguai. A minha esposa veio para o Rio, e eu a coloquei em uma clínica particular e paguei o tratamento dela.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor mandava o dinheiro para ela?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Mandei o dinheiro pela conta para pagar..

O SR. ROBSON TUMA – Para ver como o senhor está mentindo.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Por quê?

O SR. ROBSON TUMA – Na verdade, eu estou dizendo que quem depositou na sua conta foi ela, não foi o senhor para ela. Então, se a mãe dela estava doente, ainda pagava para o senhor para tratar da mãe dela?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Ela não depositou na minha conta.

O SR. ROBSON TUMA – Depositou na sua conta, sim. Então, vamos lá.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não me lembre se ela depositou algum dinheiro na minha conta.

O SR. ROBSON TUMA – No dia 11.9.95, R\$11.314; no dia 19.9.95, R\$19.000; no dia 18.9.95, mais R\$10.000. Estou me referindo apenas a setembro de 95. Como o senhor me explica isso?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – A conta minha na Alfredo Chaves, se está falando dessa conta, é conta conjunta, minha e dela. A conta de Alfredo Chaves era minha e dela, conjunta.

O SR. ROBSON TUMA – E como se justifica um depósito dela... Essa conta não é conjunta. O senhor tinha outra.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – A conta de Alfredo Chaves era conjunta.

O SR. ROBSON TUMA – Você disse para o Deputado Pompeo que só tinha duas, e aqui essa conta é sua.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora já apareceu uma terceira. Então são três contas?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor disse que tinha uma conta na Caixa, outra no Bradesco e já está anunciando uma conta conjunta?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu não me lembro de quantas contas eu tinha na época.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor disse...

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu tinha uma conta conjunta com ela em Alfredo Chaves.

O SR. ROBSON TUMA – Em que Banco?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Na Caixa Econômica Federal de Alfredo Chaves. No Rio de Janeiro eu tinha conta no Bradesco. Então, não sei de que conta ele está falando, não posso especificar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É a terceira conta. Se apertar vai aparecer conta para todo lado.

O SR. ROBSON TUMA – Engraçado. Vamos lá! A conta da Caixa Econômica era onde?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Alfredo Chaves.

O SR. ROBSON TUMA – Lá onde funcionava a construtora? Só que, engraçado, os cheques eram depositados no Bradesco, que era a conta do Rio, onde não era a construtora.

Os cheques emitidos para o cunhado dele, Luiz da Silva, também eram. A gerente que recebia dinheiro da conta física também era do Bradesco. Não estou falando da Caixa Econômica ainda.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – A Jacinta é gerente da Caixa Econômica Federal, e não do Bradesco.

O SR. ROBSON TUMA – Claro. O senhor não podia pagar para ela com cheque da própria Caixa. O senhor pagou com cheque do Bradesco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peça confirmação somente, sem entrar em ilações e deduções, porque se vocês têm as contas vão saber se são quatro ou cinco, fazendo o questionamento.

O SR. ROBSON TUMA – Não. Já estamos no informando quantas as contas. Estamos apenas mostrando que ele não está falando a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim. Peça a confirmação ou não dos dados que têm em mão.

O SR. ROBSON TUMA – Já confirmou. Como o senhor me explica essa relação econômica de contas diferentes? O pagamento para a gerente era feito com o cheque de uma agência onde esta não é gerente. Já que era para ela pagar suas contas, como ela saberia que o cheque tinha fundos, já que era de um banco e de uma agência que ficava em outro Estado? Fiz uma pergunta.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não quero respondê-la.

O SR. ROBSON TUMA – Que não quer responder o senhor não pode dizer. Pode dizer que não vai responder...

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não vou mais responder essa pergunta.

O SR. ROBSON TUMA – Pode incriminá-lo?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não. Não tenho mais por que ser incriminado. Não quero mais responder perguntas.

O SR. ROBSON TUMA – Por que não?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª fez uma pergunta, ele disse que não vai mais responder. V. Exª poderá prosseguir com as perguntas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não vai responder tão-somente as perguntas do Deputado Robson. As minhas, por exemplo, o senhor vai responder.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Estou sentindo dor. Se V. Exªs puderem me liberar, quero ir embora. Não estou mais agüentando.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, não vou mais perguntar. Ele vai ficar dizendo que não responde. Não vou ficar aqui fazendo todos perderem tempo. Gostaria de deixar claro que toda vez que citamos dados complicados - desde a primeira apelação dele com Paulo César Santiago -, e agora também, existem contas bancárias que, primeiro, ele disse que não eram verdadeiras. Quando trouxe as contas, os cheques, o banco, as datas, ele mudou sua resposta. Fica claro, então, que obviamente não quer responder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo que entendo, V. Exª fornecerá esses dados ao Relator, que fará a análise. Provavelmente, precisaremos convocar a servidora da Caixa Econômica.

O SR. ROBSON TUMA – Que foi, inclusive, iniciada na CPI do Narcotráfico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria para adiantar. Realmente, o médico disse-me que ele não está em boas condições de saúde. Poderemos, amanhã, convidá-lo outra vez. Se puder, ele voltará. Gostaria que as perguntas fossem feitas com alguma pressa. Peço que as perguntas não sejam sobrepostas. As que já foram feitas gostaria que não fossem repetidas.

O SR. MORONI TORGAN – Fernando, gostaria de saber algumas coisas. Por exemplo: temos uma testemunha que fala da sua ligação, corroborando com o que você falou: que fugiu de Minas e foi ao Paraguai, onde, inclusive, tinha uma fazenda. No Paraguai, havia alguns traficantes conhecidos. Os Moréu

e o Quelá, que são conhecidos pela violência. Inclui-se, se não me engano, mataram o assessor de uma prefeitura e sua mulher. Havia o Pingo, um traficante estabelecido lá. É claro que sendo um traficante e indo ao Paraguai, esses traficantes dominando a área onde você se encontrava, você tinha relacionamento com eles, caso contrário nem poderia ficar na área. Confirma?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não conheço qualquer das pessoas que V. Exª mencionou agora.

O SR. MORONI TORGAN – Não conhece nenhum?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Nenhum deles.

O SR. MORONI TORGAN – Você fica na base, no quartel general dessas pessoas e não as conhece?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não conheço.

O SR. MORONI TORGAN – É incoerente uma resposta dessa. Você assumiu que foi para Capitão Bado, para Mambai, para Coronel Sapucaia. Sabe que quem mandava lá eram Moréu, Pingo e Quelá. Se Moréu, Pingo e Quelá mandavam lá, você não poderia ficar lá sem ter contatos com eles. O que quer saber é qual é a sistemática deles para mandar drogas para o Brasil?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não conheço essas pessoas.

O SR. MORONI TORGAN – Você assumiu que era traficante, que se escondeu em uma fazenda no local deles. Não há como não conhecê-los. Você pode dizer que não quer falar por que está com medo.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não conheço.

O SR. MORONI TORGAN – Você está com medo?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não conheço essas pessoas.

O SR. MORONI TORGAN – É um dado interessante. Todo mundo tem medo, você também deve estar com medo de falar. Então, não quer falar porque tem medo do que possa acontecer. Aliás, por parte dos Moréu não vai acontecer nada, porque tu deste uma entrevista para uma rádio no Paraguai, dizendo que quem matou toda a família Morel foste tu. Como foi essa entrevista?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não falei isso.

O SR. MORONI TORGAN – Foi falado isso, está aqui no texto, no resumo que temos, até o nome da rádio acho que tem aqui. Não foi rádio, foi telefonia da Colômbia para o jornal **ABC Color**, de Assunção, Paraguai, assumindo ser o mandante dos crimes. As mortes teriam ocorrido em represália porque os irmãos Ramón e Mauro estariam negociando com autoridades brasileiras a redução da pena de João Morel em troca de informações sobre a localização de cúmplices de Beira-Mar.

Tu soubeste disso?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, não tenho conhecimento dessa reportagem.

O SR. MORONI TORGAN – Como foi preso o Niterói... aquele que era teu braço direito no Paraguai?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não sei quem é.

O SR. MORONI TORGAN – Tu não sabes quem é. Mas nós sabemos, então isso basta, não tem esse problema. E, aliás, eu quero só deixar claro, o Deputado fez um esclarecimento interessante. Acho que esta CPI é importante para trazer subsídios à Justiça para que mantenha por muitos anos preso o Sr. Fernando Beira-Mar.

Acho muito mais importante os subsídios que vamos trazer do que a declaração dele, dizendo se isso é verdade ou não, porque até agora ele está dizendo tudo ao contrário. Ele se estabelece num local onde três traficantes mandam, diz que não conhece nenhum dos três, no entanto, compra uma fazenda nesse local, sendo traficante foragido brasileiro. Isso só mostra que realmente seu arrependimento não aconteceu, é só da boca para fora, e infelizmente o senhor não está realmente arrependido.

Com relação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, V. Exª me dá licença um minuto? O médico pediu agora uns quinze minutos, porque realmente ele tem que tomar medicamento e não está em condições...

O SR. MORONI TORGAN – Ele não poderia esperar uns dez ou quinze minutos?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seriam apenas quinze minutos.

O SR. MORONI TORGAN – Digo porque termino em menos do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, ele pediu uns quinze minutos para que...

O SR. MORONI TORGAN – Pode ser? Se não pode, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode, ele já tinha me dado o prazo aqui.

O SR. MORONI TORGAN – Encerrarei também, porque acho mais importante passar essas informações para a CPI do que basicamente o que ele vai responder ou deixar de responder. Na verdade, ele ficou em posições aqui muito difíceis, porque as provas são totalmente contundentes contra ele, então, no momento que ele for responder, ele pode se auto-incriminar e entendo essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele se coloca numa posição interessante, porque me disse ele que está com 33 anos de condenação. Então, mais um, menos um... Ele poderia colaborar, esclarecendo alguma coisa, mas, na condenação dele pouca influência vai ter, porque para quem tem 30 anos nas costas dificilmente alguma coisa vai agravar a situação, pois é o máximo de pena. Devem estar recorrendo, entrando com recurso e tudo. Então, é um **handicap** que ele tem.

O SR. MORONI TORGAN – Aliás, isso me suscita uma curiosidade. Em quanto tempo tu esperas sair da cadeia?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Quem vai dizer é a Justiça, garanto que meus advogados estão trabalhando, e com certeza muita coisa que imputam à minha pessoa não é verdade. Então, quero pagar o que devo à Justiça e, se Deus quiser, quero me tornar uma pessoa diferente. E vou sair da cadeia, o senhor pode ter certeza de que vou sair pela porta da frente, e vou criar meus filhos e ter uma vida diferente.

O SR. MORONI TORGAN – Tu vês quantas condenações... Não vejo isso, infelizmente, porque vejo tantos atos de barbárie, que acho difícil imaginar uma pessoa como tu fora da cadeia. Arrependimento tu não estás mostrando nenhum, e acho isso importante, porque tu não estás colaborando com nada. Passaste a acareação dizendo bobagem e fazendo olhar irônico, passaste agora as perguntas e, quando te aperto, não respondes mais nada. Então, tu não estás colaborando em nada, e espero que a Justiça também não colabore em nada contigo, porque tu estás mostrando que de todos os atos de barbárie que cometeste tu não tens o menor arrependimento. É isso que está parecendo, e estou te mostrando depoimentos – que passarei ao Relator depois – que te envolvem em assassinatos, em tráfico de armas, em tráfico de drogas, em formação de quadrilha. Isso não é questão para trinta anos, mas para duzentos e trinta. Para duzentos e trinta anos e não menos que isso. A sociedade, felizmente, não tem mais medo de qual-

quer um desses e nem pode. Aliás, estou curioso para saber algo. Vi no jornal hoje que temos um acordo: "Beira-Mar promete que não haverá onda de seqüestro no Rio enquanto sua família for bem tratada pela DAS". Como é esse acordo?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu pensei que tinha vindo aqui para tentar esclarecer o caso do Deputado Wesley – isso foi o que o senhor havia me dito – e não para servir de palanque eleitoral para o Deputado Moroni Torgan. Aí eu não respondo mais nada, por que ele quer-me fazer de palanque eleitoral. Isso aí todo o mundo já viu. Então, eu não respondo.

O SR. MORONI TORGAN – Quando ele é apertado, ele foge.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Para falar a verdade, isso não é fugir. Você quer-me fazer de palanque eleitoral.

O SR. MORONI TORGAN – Você não está falando a verdade. Você está mentindo o tempo todo.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Quer fazer palanque eleitoral comigo?

O SR. MORONI TORGAN – Eu não preciso de palanque eleitoral.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Vou servir de palanque eleitoral para o senhor? Vai-me botar no seu palanque? (Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, não quero debate entre os dois.

O SR. MORONI TORGAN – Está certo. Perfeitamente.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Está certo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem todo o direito de não responder e...

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Claro. Ele quer-me fazer de palanque eleitoral...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... S. Ex^a o direito de perguntar. Sobre isso aí seria interessante você prestar esse esclarecimento.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Isso é estória. Eu não tenho esse poder. Quem sabe é a polícia. Quem manda é a polícia e a Justiça. Eu não sou...

O SR. MORONI TORGAN – E isso foi baseado, se não me engano, numa gravação telefônica.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Isso é mentira. Isso é mentira. Isso não existe. Quem sabe lá são eles, eles é que mandam. Quem sou eu para ter esse poder de determinar se vai ter ou não vai ter? Quem sabe é a Justiça, quem manda é a Justiça. Eles é que são autoridade. Isso é para vender jornal. Para

fazer palanque eleitoral que o senhor está fazendo isso aí.

O SR. MORONI TORGAN – Então é mentira do jornal?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos tratar um ao outro com respeito, por favor.

O SR. MORONI TORGAN – Estou aqui tratando o senhor de senhor, com respeito.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Sim, senhor. Agora, que o senhor está querendo fazer palanque eleitoral, está fazendo palanque eleitoral nas minhas costas.

O SR. MORONI TORGAN – Aí o senhor vai-me intimidar de forma definitiva. Eu não preciso dar resposta a isso. Vou continuar o interrogatório...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo.

O SR. MORONI TORGAN – ...porque...

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Para o Dr. Moroni Torgan não respondo mais nada.

O SR. MORONI TORGAN – Eu não estou pedindo. Vou fazer as perguntas. Se quiser responder, vai mostrar boa vontade. Se não quiser responder...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem direito de recusar.

O SR. MORONI TORGAN – ... vai mostrar má vontade ou que há indícios que podem te comprometer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria para apressar, Deputado, por favor.

O SR. MORONI TORGAN – Temos aqui outras informações interessantes dadas por outro depoente, que afirmou que o Fernando se encontra na fazenda do Sr. Pingo. Vai ser interessante perguntar isso, depois, o Deputado que irá interrogá-lo posteriormente à minha fala. Quero saber quem é esse Pingo, porque dizem que ele manda, só para o Rio Grande do Sul, em torno de 500 quilos de cocaína por mês. Gostaria de saber se ele é sócio do senhor. Se isso for incriminá-lo posso passar adiante a pergunta. Gostaria de responder?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não conheço essa pessoa. Já falei que não conheço.

O SR. MORONI TORGAN – Não conhece. Mas o depoente é muito claro e até informou onde fica a fazenda. Ele descreve aqui, Sr. Relator, o local da fazenda, descreve justamente o local que ele assume que estava escondido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, o médico insiste em dizer que o depoente não tem mais condições de suportar a posição e pede para suspender o depoimento. Se o senhor quiser concluir,

faça-o rapidamente. Pediria ao Deputado Pompeo que fosse rápido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas eu não perguntei ainda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é que devemos respeitar a decisão médica.

O SR. MORONI TORGAN – Sr. Presidente, deixa eu dizer que acho que ele não quer mais responder nada. Só queria tempo para poder colocar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Deputado Pompeo disse que ele é simpático e vai responder.

O SR. MORONI TORGAN – Então, eu gostaria de deixar o Deputado perguntar. Depois farei as considerações que considero de vital importância, principalmente porque vários caminhoneiros estão morrendo na mão dessas quadrilhas e o senhor é o que menos me interessa. Acho que o pior, que devemos ver aqui, é a morte de caminhoneiros...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Doutor, por favor, dirija-se a mim para evitar qualquer... Por favor, por favor. (Manifestação fora do microfone.) Depois o senhor pode vir falar comigo aqui. Por favor. Prossiga, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN – Porque essas quadrilhas que são denunciadas – e o foram, como disse, por depoimentos diferentes –, denunciam um esquema que vincula roubo de carga, roubo de caminhão, troca por armas, uso desses caminhões para transporte de armas, transporte de cocaína. O problema é que as máscaras começam a cair e, quando as máscaras começam a cair, fica difícil. E eu quero dizer que vai ser muito pior, porque, já no início de agosto, estará sendo aprovada a Comissão Permanente de Combate ao Crime Organizado e ao Narcotráfico na Câmara dos Deputados. Então, não vai se livrar. A CPI acabou, mas a Comissão vai ser permanente e não terá como se livrar. Os grandes traficantes podem perder a esperança, porque nós vamos estar marcando, colados, os grandes traficantes para que fiquem na cadeia, porque o que tem que pagar para a sociedade de não é cinco, seis aninhos não. Montam quantas crianças jovens ou homens que morreram. Nós temos que ter a coragem de assumir e tirar mesmo da sociedade essas pessoas que estão matando nossos filhos, nossos jovens. E não podemos mais nos intimidar não. Não tem mais intimidação para isso não. Isso não tem mais volta. A partir de agosto, a Comissão de Combate ao Narcotráfico e ao Crime Organizado, na Câmara, será permanente. Acabou a moleza de pensar: a CPI terminou, o pessoal esquece e, dali a dois

anos, eu estou fora. Acabou essa moleza. CPI não vai mais terminar. A Comissão de Combate ao Crime Organizado vai ter de hoje para sempre. E cada um desses grandes traficantes e criminosos nós vamos acompanhar de pertinho, pianinho, bem de pertinho, para que não saia da cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria ao Deputado Pompeo cinco minutos, por favor, porque o médico já está pressionando lá. V. Ex^a tem o poder de concisão e é inteligente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, eu só quero dizer que vou tentar fazer em cinco minutos, mas temos que nos espichar, até para nós nos guiarmos. Tem que marcar cinco minutos para cada um.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu sei. Estou me baseando numa coisa que acho importante, que é a posição médica. Isso foi combinado antes, porque os médicos não estavam querendo autorizar que ele para cá viesse. E vieram na condição de ter uma assistência e se respeitar a decisão médica. Estou só fazendo um apelo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, eu só digo, outras vezes, assim, quando o Deputado for ouvir. Cada um usa seus cinco minutos, mata a charada, e eu fiquei para o fim...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Provavelmente, com a sua simpatia, ele melhore a dor e fique mais algum tempo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem sabe. Sr. Fernando Beira-Mar, o senhor conhece Jaime Amato?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu tô mal, eu não quero mais responder nada. Eu tô cheio de dor. Eu não agüento mais ficar aqui. Sinceramente, não agüento mais. Eu quero parar com isso. Não agüento mais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas agora que chegou a vez de eu lhe perguntar, o senhor não... O senhor disse que ia me responder alguma coisa.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Eu tô com dor, muita dor. Quero embora, não estou agüentando mais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é, mas o senhor disse que ia me responder. Eu tive paciência com o senhor e espero que o senhor tenha paciência comigo um pouco. Então, vamos fazer assim: cinco minutos e o senhor me responde as perguntas. O senhor conheceu Jaime Amato?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que ele é seu?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Como se fosse um irmão de criação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É seu irmão de criação. Ele morava com o senhor lá em Catambado?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Ele morava lá, e eu já não morava mais lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Hã?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Quando ele estava morando lá, eu já não estava mais lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele mora aí agora?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Está preso na DAS.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está preso também. Aonde?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Na Delegacia de Anti-sequestro do Rio de Janeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está preso no Rio. E o Alessandro Cardoso dos Santos?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhece. O Chiquinho Meleca?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhece o Chiquinho Meleca? E o Nei Machado?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o Nei Machado é o seu braço direito.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor está falando a verdade?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Estou. Não conheço Nei Machado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor está falando a verdade?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Estou falando a verdade. Não conheço Nei Machado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas aí... Até eu sei que o senhor conhece. O mundo inteiro sabe do Nei Machado. O Nei Machado é de Passo Fundo, é da minha região, é da minha cidade do Rio Grande do Sul. Ele, o Pingo... O senhor não conhece o Pingo também?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não conheço o Pingo, nunca vi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Iri neu Domingos Soligo?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Família Soligo?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Família Moréu?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Conhecia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conhecia? Quem é que matou os Moréu?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não sei quem matou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe? Não foi o Pitoco que matou?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não sei quem matou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor mandou matar?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não sei quem matou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não sabe quem matou?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor não mandou matar?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não, de forma alguma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não mandou matar. E sabe quem matou?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Também não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe de que eles morreram?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É ali nas suas barbas, então. É isso que a gente quer sinceridade da sua parte. O Pitoco é alguém lá do Rio Grande do Sul, que roubava... que é seu braço direito e que trazia mil quilos de cocaína para o Rio Grande do Sul, que vinha lá de Capitão Brado, que era o senhor que administrava tudo isso. Aliás, ele se gabava disso, que trabalhava para o senhor, para todos os gerentes dele: "Eu sou da equipe do Fernandinho Beira-Mar". O senhor acha que era gabolice dele?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E o senhor sabe que ele foi preso na Colômbia também?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não ficou sabendo?

O SR. FERNANDINHO BEIRA-MAR - Não.

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - O senhor disse uma outra coisa também: "Eu estou acompanhando, leio o jornal, escuto televisão, vejo a Internet." O senhor não ficou vendo pela televisão, pelo jornal, pela Internet a prisão do Ney Machado, o Pítoço, lá na Colômbia?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É isso que nós queremos e ficamos assim... Também estou achando que o senhor nem tem dor nenhuma, que o senhor está inventando, porque, a esta altura...

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Além de advogado, o senhor é médico também?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não sou médico. Estou pegando o senhor pela palavra. O peixe morre pela boca e o homem, pela palavra. Estou lhe pegando pela palavra. A sua palavra é que está me autorizando a fazer algumas coisas, e isso está muito claro. Se o senhor disse: "Fiquei sabendo que a loja do Paulo César, lá no Rio de Janeiro, é na Barra, porque vi na Internet, leio o jornal, assisto à televisão", como o senhor não ficaria sabendo da prisão do Pítoço, preso lá onde o senhor estava morando? É isso que, para mim, não entra. E sei que o senhor sabe, e é bom que o senhor saiba, que estamos sabendo disso também, para o senhor não se enganar conosco, porque não estamos nos enganando com o senhor.

E o Tomas Medina Caracas, o Nego Acácio, o senhor chegou a conhecer?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Não quero responder a mais perguntas.

O SR. POMPEO DE MATTOS - E no assassinato gravado pelo telefone, foi o senhor que mandou matar?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Negativo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não foi o senhor que mandou matar?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Negativo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor sabe quem foi?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Não sei nem do que você está falando.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não sabe nem do que estou falando. Pois é, mas tudo foi gravado, nós sabemos. O senhor não sabe e eu sei. Foi gravado, é a sua voz, foi provado que o senhor pegou alguém que tinha saído com uma namorada sua e mandou um assessor seu, um gerente do tráfico executá-lo com um tiro na perna, na outra perna, no joelho, por partes, e tudo foi gravado. O senhor, por telefone, deu a ordem: "Atire no joelho, no outro joelho. Pegue o telefone: 'Está doendo?', 'Ah, está doendo, sim!'" Tudo isso temos gravado. Não é verdade?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Claro que não.

O SR. - Peço ao advogado...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Ele pode ir embora. É bom que vá, até.

O SR. - O senhor pode ir embora, mas o senhor não pode falar dessa forma. Se o senhor quiser retratar-se à Presidência, o senhor vem aqui que a gente resolve. Se a advogada quiser, ela fica, se não quiser...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas eu não sabia que ela tinha vindo.

O SR. - Isso é faltar com o respeito...

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor, Sr. Fernandinho, agora que está preso, tinha na Polícia Federal um telefone com o senhor? O senhor disponibilizou de um telefone nesse período agora em que foi preso, nesses últimos dois, três meses?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Negativo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor não tinha um telefone na sua cela?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Negativo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Foi gravado o senhor falando em um telefone. Aquela voz não é sua?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Negativo. A voz não é minha.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O senhor ouviu a voz?

O SR. LUIZ FERNANDO DA COSTA - Ouvi na televisão.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Na televisão, mas não lhe deram para o senhor... Não só foi ouvido, como foi deglavado, e estão aqui as histórias que combinam tudo, que a sua conversa exatamente era que, enquanto tratarem bem a sua família na DAS, enquanto isso acontecer...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Dizem que ele está sangrando, por isso vou pedir ao doutor que o examine e, se for o caso, vou ter de encerrar. Por favor, desculpe-me.

O SR. MORONI TORGAN – Enquanto ele examina, posso fazer uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor permite um aparte?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, um aparte.

O SR. MORONI TORGAN – Quero fazer uma observação de alguns esquemas. Por exemplo, em Corumbá, Kalé Darage era quem fazia a lavagem de dinheiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aliás, era o doleiro dele.

O SR. MORONI TORGAN – Exatamente. Era um dos modos doleiro, além das lavagens normais que aconteciam. Temos também como funcionava o esquema, Sr. Presidente, e acho importante, enquanto estão acompanhando, só para mencionar. Existe um esquema que liga Uruguai e Chile e, na recepção, também, de AR-15 e AK-47. Muitas vezes aconteceu de essas AR-15 e AK-47 entrarem pelo Uruguai...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não vou encerrar. Os senhores poderão, se quiserem, expor mais algum ponto de vista, mas vou dispensá-lo e agradecer a todos os advogados pela compreensão.

A médico do DPF, ou seja, não iríamos...

O SR. MORONI TORGAN – Não tenho a menor dúvida quanto à competência deles. Acredito, inclusive, que temos de fazer um quadro no DPF de perito médico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - É preciso criá-lo.

O SR. MORONI TORGAN – Sr. Presidente, necessito apenas de cinco minutos. Acredito que o Deputado Pompeo de Mattos deseja falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acredito que o senhor deveria expor todos os pontos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu não vou expor, porque eu tinha perguntas a fazer. Apenas me lamento, Sr. Presidente. Gostaria de deixar registrado na CPI que deveríamos ter um controle melhor. Caso contrário, virá um Deputado e ficará, durante toda a tarde, fazendo perguntas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixe-me fazer uma consideração?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Mas, não se trata do senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas deixe-me fazer uma consideração. O senhor sabe como o Presidente sempre conduziu a CPI. O senhor também perguntou várias vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas não conseguiu pegar o fio da meada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei, mas a nossa CPI sempre foi muito livre. Um ajudado ou outro. Acredito que, infelizmente, começou a sangrar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Penso que seja bom acertarmos que, em outros momentos, o Deputado disporá de cinco minutos para perguntar. Depois, o Deputado retorna. O outro Deputado irá perguntar durante cinco minutos e, depois, ele retorna. Se não, ficaremos em uma situação em que somente um pergunta.

Desejo concluir.

O Presidente Romeu Tuma tem sempre o cuidado de dar atenção. Antes de mais nada, tem de se preservar a saúde, ainda que seja de uma pessoa com as qualidades do Fernandinho Beira-Mar, que, para mim, é um bandido da última espécie. É bom que se diga isso, para que se não fique com dó, dizendo, “oh, coitadinho, ele está doente”. Pode estar doente, não há problema. Mas, ele não teve dó da sociedade, de pai, de mãe, e de criança. Matou quem ele quis, do jeito e o quanto quis. Pagou o que quis Envolveu pessoas. É traficante poderoso e bandido de primeira linha. Então, isso me deixa irritado e triste, pois, apesar de ter uma série de perguntas para fazer para ele, não pude. É bom que a sociedade saiba com quem estamos lidando. Que tipo de gente é o Sr. Fernandinho Beira-Mar, porque, aqui, pela primeira vez, ele caiu em contradição.

Qual foi a contradição dele? Foi para a defensiva, pois ele é acostumado a esnobar os Deputados. Agora, ele teve de dizer que estava mal doente. Não agüentou. Por quê? Porque há dados a serem mostrados ao Sr. Fernandinho Beira-Mar. Há a sua conta bancária. Aliás, quando tivermos todos os sigilos bancário, fiscal e telefônico dele quebrados, quando estivermos com todos os documentos na mão, já desejo deixar um requerimento, e ser o primeiro a me inscrever, para, com esses dados, questionar o Sr. Fernandinho Beira-Mar. Dados esses que temos aqui, mas com os quais não podemos perguntar. Desejo que ele volte aqui, em melhores condições, com todo o sigilo bancário dele na mão, todas as contas, os cheques, os dados, os elementos: os cheques que emitiu, as contas que movimentou e quem recebeu. Aliás, são os verdadeiros gerentes, os negociadores, os laranjas,

como pudemos aqui, já, preliminarmente, dar algumas demonstrações.

O SR. OSCAR ANDRADE - V. Exª me permite? Acredito que poderia ser muito melhor identificarmos os recebedores desses cheques. Ele realmente é muito esperto e a posição dele é realmente clara.

O SR. MORONI TORGAN - Mas, hoje, ele demonstrou ter várias deficiências. A esperteza dele ficou debaixo do chinelo.

O SR. OSCAR ANDRADE - Ficar nessa acareação, como V. Exª viu, ser a melhor maneira. Vamos trazer essas pessoas e, aí sim, vamos trazê-lo para fazer acareação, para dar um contraditório. Sozinho realmente ele faz isso mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eu já fiz um requerimento para que o Pinduca seja ouvido. O Cabo Júlio está fazendo gestões para que ele venha e seja ouvido. Também já fiz requerimento para que o Paulo César Santiago venha à CPI prestar depoimento, e de preferência na mesma ocasião em que o Fernandinho Beira-Mar estiver em melhores condições de saúde e nós possamos ter esses dados do sigilo bancário, do sigilo telefônico do Sr. Fernandinho Beira-Mar, para que possamos ter os nomes corretos da dona Jacinta. Ela precisa ser ouvida também, porque não foi ouvida na CPI do Narcotráfico.

O SR. - Ela foi indiciada, mas não foi ouvida.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Foi indiciada, mas não foi ouvida, e é uma grande bandida também, porque ela era subgerente da Caixa Econômica Federal e montava os que madecontasfantasmas, de contas de "laranjas" do Fernandinho Beira-Mar naquela instituição. Precisamos desmascarar esse esquema, ainda mais em uma instituição de renome, de prestígio, como é a Caixa Econômica Federal, sendo usada para tal.

Aliás, quero saber onde anda a D. Jacinta. Se ainda continua funcionária da Caixa Econômica Federal.

Eu também estou requerendo a oitiva dela para que venha depor na CPI, juntamente com o Sr. Fernandinho Beira-Mar.

Faço aqui um outro pedido, Sr. Presidente: que seja oficiado à Polícia Federal no sentido de que, em hipótese alguma, de forma nenhuma - e se use de todos os meios - o Sr. Fernandinho Beira-Mar tenha acesso a telefone. É inadmissível que ele fique, da prisão daqui de Brasília, comandando o tráfico de drogas, no Rio de Janeiro, por telefone.

O SR. MORONI TORGAN - Em cima desse problema, acredito que a Polícia Federal agiu correta-

mente, deixando um telefone ao alcance e monitorando-o.

Infelizmente, esse telefone foi comunicado para diversas pessoas, no Rio de Janeiro, e isso vazou, até não sei com que intenção, porque esse vazamento acabou com uma operação que poderia levar uns dois ou três meses, culminando com ele entregando todo mundo que fazia parte da quadrilha.

A Polícia Federal não teve condições de dar continuidade a esse trabalho, porque houve vazamento imediato dessas ligações e, infelizmente, não do lado da Polícia Federal, que manteve sigilo absoluto, mas do lado de autoridades do Rio de Janeiro que permitiram um vazamento desse tipo. Eu lamento profundamente.

Agora que houve o vazamento, eu concordo com V. Exª que não tem mais nenhum tipo de comunicação.

O SR. OSCAR ANDRADE - Deixe-me fazer uma colocação aqui. Houve um pedido do Sálvio de que ele queria dar algumas declarações sem a presença do Fernandinho Beira-Mar, e pediu até a imprensa.

O SR. - Ele, inclusive, quer fazer algumas denúncias. É importante nós o ouvirmos.

O SR. OSCAR ANDRADE - Eu queria que pudesse ser convocado enquanto...

O SR. - Peço que seja...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. - Vamos ver o que é, de repente. Depois ele sai e nós continuamos.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sim. Enquanto ele vem...

O SR. - Ele tem algumas denúncias para fazer.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Perfeito.

O SR. MORONI TORGAN - Eu sou favorável. Só que tanto o Deputado Pompeo de Mattos quanto eu queríamos concluir a apreciação do Fernandinho Beira-Mar.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Deixe-o concluir. Conclua, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN - Eu posso até adiantar. Uma das coisas sobre a qual há denúncias é as deficiências que nós temos hoje no sistema de proteção...

O SR. POMPEO DE MATTOS - ...às testemunhas. Mas eu quero...

O SR. MORONI TORGAN - E ele tem denunciado. Acho importantes essas denúncias do Sálvio para que nós possamos cobrar, também, do Executivo...

O SR. – E aprimorar, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eu só quero concluir...

O SR. MORONI TORGAN – E aprimorar esse sistema. Mas que isso não sirva para culpa nem de estímulo de ninguém. Porque o que eu posso dizer, com toda a tranquilidade, é que de todas as pessoas que ficaram dentro da proteção a testemunhas da CPI, nenhuma sofreu nada. As que ficaram dentro. As que ficaram fora, é outra conversa. Então, que não sirva de desestímulo isso.

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu só quero concluir, Sr. Presidente. Então, fica aqui o registro da minha indignação e, ao mesmo tempo, a convocação do Paulo César Santiago, do Pinduca, da Sr^a Jacinta, gerente da Caixa Econômica Federal. Também quero fazer a convocação – e peço que a assessoria anote – da Dr^a Maria, ou Marina, Delegada de Polícia...

O SR. – É de Pernambuco?

O SR. POMPEO DE MATTOS – A Delegada de Polícia da Paraíba, parece-me, que era do esquema do Fernandinho Beira-Mar. Eu quero que seja, também, feita a convocação dela para que ela venha, e nesse dia volte a esta CPI o Sr. Fernandinho Beira-Mar para nós aprofundarmos esta investigação, até porque, com toda a certeza, ele, no esquema que mantinha em Capitão Bado, recebia caminhões roubados, cujas cargas, roubadas aqui no Brasil eram vendidas para empresas brasileiras, receptores brasileiros. Os caminhões eram sobra de guerra, iam para o Fernandinho. Ele tinha um esquema de colocações dos caminhões no mercado de veículos do Paraguai. Esses caminhões, que valiam R\$100 mil aqui, eram trocados por trinta, em droga lá, por dez quilos de droga, R\$3 mil o quilo. A droga voltava para o Rio de Janeiro e aqui valia R\$100, R\$200, R\$300 mil, transformavam esses R\$30 mil. Então precisamos aprofundar isso muito claramente, até porque...

Faço um último pedido, Sr. Presidente, para que nós, da CPI, juntamente com a Polícia Federal, com o Itamaraty, possamos fazer gestões e apressar o passo para trazer para o Brasil o Sr. Pitoco, que é o Ney Machado, vulgo Pitoco, porque o Ney Machado era o braço direito, com toda a certeza, do Fernandinho Beira-Mar, sabe tudo o que acontecia, era o lugar tenente do Fernandinho Beira-Mar. Ele era quem agenciava o esquema de roubo de cargas e a transformação do caminhão em droga no Paraguai. Ele fazia esse trânsito, especialmente no Rio Grande do Sul. Então,

precisamos avançar um pouco mais nessa direção, por isso faço esses requerimentos, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Peço à segurança que faça entrar o Sr. Sávio Vilar, Laércio para ser ouvido.

O SR. MORONI TORGAN – Enquanto isso acontece, eu gostaria de fazer algumas colocações. Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que não sei, às vezes, pegamos um grande traficante e centralizamos num fato só. Nunca podemos lidar com crime organizado pegando cada fato de maneira estanque. Ou sabemos a extensão do crime organizado, que é roubo de cargas, tráfico de armas e de drogas, e colocamos tudo isso, porque a grande arma do crime organizado hoje é responder processo por processo individualmente. É capaz ainda de ter a “cara-de-pau” de dizer que é réu primário ainda muitos deles: “Não, sou réu primário, tenho benefício”. Então temos que parar com essa idéia de esclarecer um fato aqui e está certo. Com o crime organizado, isso não dá certo. O crime organizado de roubo de cargas, o crime organizado de narcotráfico, temos que esclarecer toda a conjunção para que possamos pegar todo mundo e colocar na cadeia com o devido tempo de cadeia. O medo que tenho é, quando fazemos uma coisa dessas, de estarmos de maneira estanque, e, muitas vezes, localizados num único fato.

Acho até que esse fato, por exemplo, de Minas Gerais temos que esclarecer. Quer dizer, vejo muita segurança no Laércio, mas é a palavra dele contra os outros. Então fica complicado. Agora, muitas das coisas que ele diz estão sendo confirmadas, então isso é vantagem.

Agora, o Sr. Fernandinho Beira-Mar, tenho mais quatro testemunhas aqui que depuseram colocando-o como chefe de quadrilha mesmo, e chefe de quadrilha não é pequeno não. Para saber, uma das testemunhas aqui disse que ele usa o litoral do Espírito Santo, de Parati e de Angra para trazer cocaína de avião, em tonéis, com **containers** que lançam no mar com GPS, onde os barcos pegam com GPS esses tonéis e levam direto para os transatlânticos, que levam direto para a Europa. Como ele mesmo admitiu que, em seis países da Europa, ele atuava, inclusive se gabando, dizendo que tinha aniquilado o “cara” que fazia esse trabalho para a Colômbia e que ele tomou o lugar desse “cara”. Quer dizer, o mesmo estilo que ele fez lá Paraguai; ele aniquilou os Morel, matou tudo. Só que o Quelá continua lá, o Pingo continua lá, porque eram sócios mais chegados dele, e os Morel, que queriam dar uma de experts, começaram a dedurar o Marquinho Niterói e os outros capangas dele

tu di nho. Então isso é o que te mos que ter em men te e temos que ter consciência.

O esquema dele era de venda de armas mesmo. Um esquema vinha direto ao Paraguai, de armas de Miamiao Paraguai—está aqui o depoimento—, essas armas vinham ao Paraguai, eram trocadas por quatro ou cinco quilos cada arma, depende a arma automática na Colômbia. Isso é o que depoente disse, e vou passar para V. Ex^a, só que vou passar em caráter reservado e peço que guarde o sigilo, mas que sirva para investigação. Temos também depoimentos que ele atuava através do Chile e do Uruguai, também nesse problema. Temos depoimento que ele atuava no roubo de carga. Veja como o crime organizado faz clínica geral, ele não fica num negócio só. Assim como roubava carros, o crime organizado usou muitas revendas de carros como faixa da, muitas empresas de transporte como faixa da de crime organizado, até construtoras, como vimos aqui, construtor do Fernando Beira Mar também, talvez até com dinheiro da Caixa Econômica, financiando projetos, mas muito mais na intenção de lavar dinheiro do que outra coisa.

Então veja que tudo isso mostra a extensão de Fernandinho Beira Mar, que não é uma extensão qualquer. E a violência de Fernandinho Beira Mar, que é a tática de matar os competidores, seja o cara que foi namorar namorada dele, seja o cara que está na área dele traficando.

Então isso é importante. É importante deixarmos bem claro aqui para a população e dizermos que a sociedade e o Congresso não estão com receio de enfrentar esse tipo de crime não. Acho que isso tem que ficar bem claro para a população, que não adianta fazerem todo tipo que vem aqui Fernandinho, que faz aquela onda toda. Fugiu da raia hoje, fugiu, foi covarde hoje, porque na hora que começaram a apertar não disse coisa nenhuma. E estamos dizendo isso aqui de Fernandinho Beira Mar, e não adianta matar um Deputado ou outro, vai ter que matar um bocado de Deputado porque a comissão vai ser permanente. E vai atuar em todos esses cabras safados que estavam acostumados a fazer e acontecer e ter a petulância, como teve, de falar conosco na Polícia Federal e dizer que a criminalidade do Rio de Janeiro não era maior porque ele e os traficantes decidiam que não podia ser maior.

Onde é que se viu um negócio desses, confirmado agora por esse jornal? Confirmou que, realmente, eles estão se arvorando como também controladores da segurança pública.

Vamos parar com isso. Isso é conversa.

Eles vão controlar segurança de dentro da celas deles. Eles vão controlar segurança é lá no presídio, porque fora do presídio quem controla segurança e

quem defende os cidadãos são as instituições democráticas. E isso vamos conseguir, sem dúvida, com o exemplo de V. Ex^a, do Presidente Romeu Tuma, que tem demonstrado isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Principalmente em função do trabalho que V. Ex^a executou à frente da Relatoria CPI do Narcotráfico, culminando com a Comissão Permanente. Acho que realmente é aí que poderemos dar a nossa contribuição.

O SR. MORONI TORGAN – Quero fechar o meu depoimento e dizer que gostaria de ouvir também, que acho importante continuar a darmos cobertura, só explicar que a CPI termina e quem deveria continuar nesse trabalho é o Programa Federal de Proteção de Testemunhas.

Pelo que vi e senti, essa continuidade não está acontecendo. E não é só proteção não. O réu colaborador deve ter também o auxílio jurídico. E acredito que nós todos vamos cobrar, tanto na CPI quanto na Comissão Permanente que vamos fazer.

Vou passar a V. Ex^a, peço ao Secretário que leve a V. Ex^a as notas taquigráficas, comprovando tudo isso que falei.

O SR. PRESIDENTE – Passo a palavra ao Sr. Laércio, porque ele tem mais algumas informações para passar para CPI.

Com a palavra o Sr. Laércio.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Deputado, primeiro lugar queria falar da minha tristeza. Quando vim para a CPI, alguns Deputados, não todos, me ofereceram muita coisa, inclusive proteção. A minha proteção hoje está se restringindo a uma cela fechada, com menos de uma hora de banho de sol por dia, as vezes até cinco, seis dias sem sair no banho de sol, e quando saio para o banho de sol são trinta armas apontada para mim.

Dizer também do plano de proteção. Pergunto se é plano de proteção ou de prostituição? Um plano que tem aí, uma ONG chamada Pro vita, por que o que eles estão oferecendo para a minha família é que a minha família arrume homens para poder dar dinheiro para eles. A minha família tem passado fome, meus filhos têm passado fome.

Então que ria pe dir a V. Ex^{as} que to mas sem uma providência em respeito a minha família. Já que tem mais de um ano que venho ajudando a CPI. Tudo que falei não é mentira, o que contei foi o que vivi junto com os policiais e também fora deles. O Deputado Cabo Júlio me deixou um pouco triste, porque não menti não Deputado. Tudo que contei do Sr. Paulo César Santiago é a mais pura verdade daquilo que

convivi dentro de Montes Claros e das duas vezes que eu fui com a polícia lá, para prender, certo?

O SR. - Deixe eu falar uma coisa, em cima do que ele está falando, que eu acho importante.

Primeiro lugar, vou requerer um ofício imediato ao Ministro da Justiça sobre essa denúncia que eu considero da maior gravidade. Se já existe...

O SR. - Nós já passamos isso, informalmente, para o Presidente Romeu Tuma.

O SR. - É, mas eu acho que nós temos que passar, formalmente,....

O SR. - Agora, nós vamos cobrar, amanhã, para que seja oficializado...

O SR. - Oficializado, formalmente, porque temos que ter uma resposta.

O SR. - Temos que ressaltar...

O SR. - Mas eu quero fazer outro...

O SR. - ... - só um segundinho - que o papel do Sr. Laércio foi de vital importância para a CPI do Narcotráfico e, agora, também, para a CPI do Roubo de Cargas.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Não falei tudo, ainda, que eu sei, não, Cabo Júlio. Sabe por quê? Porque eu tenho parente no Rio de Janeiro, eu tenho filho, eu tenho irmão, eu tenho parente em Minas, eu tenho parente na Bahia que estão desprotegidos.

O SR. MORONI TORGAN - Eu quero só fazer uma ressalva que acho importante. Veja que, mesmo com essa revolta, ele ainda sustentou todas as suas declarações, o que demonstra realmente interessante. Porque, talvez, com essa revolta ele podia dizer: "Não, não vou dizer mais nada! Não é mais nada disso!" Então, ele continua sustentando, mesmo com a revolta. E isso é importante.

Por outro lado, acredito que é nossa responsabilidade cuidar para que ele, como réu colaborador, receba as benesses judiciais e também principalmente a sua família receba proteção. Quer dizer, é o cúmulo se a sua família não tiver tranquilidade para viver.

O SR. OSCAR ANDRADE - O Programa de Proteção às Testemunhas é muito cheio de falhas.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Cabo Júlio, por lei eu não podia saber onde é que estava a minha família, segundo consta desse Programa de Proteção. Que eu já acho isso, também, vamos dizer assim, uma tortura para o réu, que está preso, ficar sem seus filhos e sem sua esposa, sem poder ver e sem poder falar, certo? Isso aí já é uma tortura. Apesar que, no programa de proteção, não cons-

ta que a mulher e os filhos têm que ficar a sem ver o marido ou o pai. Não consta. Isso aí já é uma coisa que está sendo arbitrária, certo?

Minha família, vou dizer para o senhor onde é que ela está para o senhor ver. Eu não podia saber. Como preso, segundo...

O SR. MORONI TORGAN - Laércio, eu peço para não dizer.

O SR. OSCAR ANDRADE - Não, não diga não.

O SR. MORONI TORGAN - Peço para não dizer.

O SR. - Eu gostaria que você lesse esse papel que te mandei. Não fale onde é que está os seus parentes para segurança deles.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Agora, Deputado Moroni, como o senhor falou aí que o Rio está dominado pelo crime. Isso aí não vem de agora não. Isso aí vem desde a época do Leonel Brizola, certo?

Nesse caderninho, aqui eu escrevi uma coisa, que eu sei que não vou poder falar tudo, mas tem outros nomes. O nome forte do Rio do tráfico, hoje, quem comanda chama-se Breno. Mora em Ipanema, Eu já fiz entrega de dinheiro do tráfico para ele. Certo? Então, aqui, eu já entreguei para o Dr. Deputado Oscar, depois se o senhor quiser pegar tem vários nomes, certo?

O SR. MORONI TORGAN - Eu queria, agora,... Porque veja eu não quero incorrer em erro. Eu acho que nós temos que oficiar à autoridade judiciária, ao Ministério Público, para que possa negociar com ele, para que ele tenha, objetivamente, a tranquilidade para dizer tudo isso que ele diz que sabe e que, ainda, não disse porque não tem a tranquilidade.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Não sei, como só levo lá e mostro onde é que é.

O SR. MORONI TORGAN - Pois é. Então, eu acredito que a CPI poderia ser esse intermediário...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Em Minas, tam bém, eu vou lá, mos tro que eu levo pon to a ponto, levo em fazendas, em casas onde tem, síti-os...

O SR. MORONI TORGAN -...e o Ministério Público poderia providenciar.

O SR. OSCAR ANDRADE - Nós já estamos providenciando uma diligência com a presença dele, porque que além de contar detalhes, ele leva no local.

O SR. MORONI TORGAN - Eu posso sugerir uma diligência?

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois não.

O SR. MORONI TORGAN – Eu sugeriria uma diligência reservada, uma audiência reservada, onde estariam os membros da CPI, Ministério Público e Judiciário presentes, para que pudéssemos então, ele, comprovando o que disse – porque isso só vale comprovando, não adianta vir aqui...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, eu levo.

O SR. MORONI TORGAN -...não adianta eu vir aqui, falar de todo mundo e não comprovar.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Dr. Moroni, todo lugar que eu fui até agora – eu fui a Recife, eu fiz filmagem junto com delegado, fui, lá, mostrei...

O SR. MORONI TORGAN – Não, eu só estou fazendo a ressalva até pela credibilidade. Quer dizer, fazendo. E o réu colaborador mostrando e dando provas para que pessoas mais altas do que ele caíam, ele tem que receber também o benefício. Aí, eu acho justo...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu já tenho o direito do benefício, só que não me dão.

O SR. MORONI TORGAN - ...recebido o benefício.

Então, sugiro que nós possamos fazer essa reunião reservada com o réu, Judiciário e Ministério Público presentes, para que se possa fazer o acordo e par tir para a luta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu marco essa reunião para o reinício dos nossos trabalhos.

O SR. – Tem alguma coisa, Láercio, a falar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Ah, depois o que eu tinha para falar está tudo aqui no caderno, o Deputado já tirou a cópia, não é Deputado?

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu já tenho a cópia.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Mas se quiser outra cópia, está aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós vamos providenciar essa sugestão do Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Outra coisa que eu peço também para

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Aqui eu conto onde descarregam as cargas em Minas, os

supermercados que estão envolvidos, inclusive os grandes supermercados.

O SR. MORONI TORGAN - Só um pouquinho. O pessoal pode estranhar que eu pedi uma sessão reservada. Mas é que uma investigação onde ele disser tudo hoje, amanhã já estão sabendo. Vai acontecer o que aconteceu em outros casos em que a pessoa falou, tornou público, e ninguém fala mais nada, ninguém mais diz nada. Então esta a minha sugestão no sentido de que seja reservada.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Deputado Oscar, um momento só. Eu queria pedir para o senhor, como Relator, que o senhor tomasse uma providência quanto ao fato de eu ver minha família, ver meus filhos, de eu ver minha esposa. E o fato de eu estar numa cela forte, durante vinte e quatro horas, onde só tem o direito de uma hora de banho de sol, e, às vezes, eu fico até dez dias sem ter esse direito. Por que as outras pessoas que ficaram lá onde eu estou têm direito a duas horas? Porque eles são ricos e eu sou pobre? Eu não tenho o mesmo direito? Isso é errado. Certo? Se a lei me consente ter duas horas de banho de sol e eu ter a visita de meus familiares, eu quero. Certo? Do contrário, é melhor eu parar do que continuar.

O SR. PRESIDENTE – Laércio, o Deputado Relator vai começar a tomar providência amanhã. O Senador Romeu Tuma vai começar a tomar essas providências. O Deputado Moroni Torgan, nós vamos tomar essas providências. Primeiro ponto.

Ponto dois, mesmo no recesso, a Polícia Federal com essas informações... O Senador Romeu Tuma já solicitou algumas diligências para apurar essas informações.

Nada mais havendo a tratar,

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Deputado, e quanto ao fato a minha cirurgia, como é que eu vou fazer? Vou continuar sofrendo dor e sangrando?

O SR. OSCAR ANDRADE – Já foi marcada?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR - Não, está esperando o resultado da CPI, aqui.

O SR. PRESIDENTE – Nós vamos tratar disso, agora, assim que encerrar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós vamos ter recesso agora. Nós vamos liberar isso para você já.

O SR. PRESIDENTE – Nada mais havendo a tratar, quero agradecer a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h53min.)

P O R T A R I A
Nº 53 , DE 2001

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL,
no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

R E S O L V E:

designar os servidores JOSÉ JABRE BAROUD, Analista Legislativo, mat. 1550; ANTONIO CARLOS NOGUEIRA FILHO, Técnico Legislativo, mat. 4353 e OSWALDO MARCELLO NETO, Técnico Legislativo, mat. 3725-SEEP, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão incumbida de conduzir O Processo Administrativo Disciplinar, relativo aos fatos constantes do Processo nº 001359/01-0 (SEEP).

Senado Federal, 30. de agosto de 2001



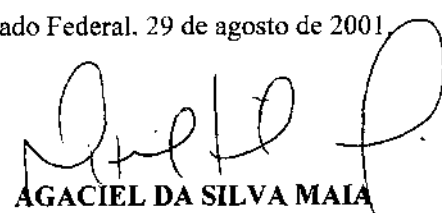
Senador CARLOS WILSON
Primeiro-Secretário do Senado Federal

*** ATO DO DIRETOR-GERAL**
Nº 1617, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011812/01-0,

RESOLVE designar a servidora EVANI SUCUPIRA LEITE, matrícula 3733, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo. Símbolo FC-5, da Subsecretaria Sistema Integrado Saúde, com efeitos financeiros a partir de 24 de julho de 2001.

Senado Federal, 29 de agosto de 2001



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

* Republicado por haver saído com incorreção.

**ATO Nº 1649 /2001
DO DIRETOR-GERAL**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E** :

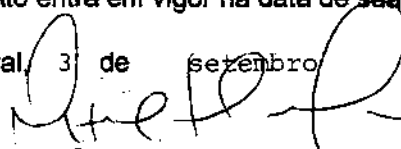
Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

CONSTRUGON – Construtora Gontijo LTDA. – Contratação de serviços para execução da ampliação do estacionamento interno da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal (Processo nº 731/01-3 e convite nº 042/01) Titular: **LENIA NOGUEIRA DE AZEVEDO MAIA PACHECO**, matrícula 3212; Substituto: **MARIO HERMES STANZIONA VIGGIANO**, matrícula 3862.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de setembro de 2001.

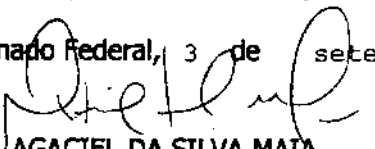

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1650 , de 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor **JUAREZ DE OLIVEIRA COSTA**, matrícula 3661, para substituir Hélio Lopes de Azevedo, na **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **CHEFE DE SERVIÇO**, Símbolo **FC-7**, do Serviço de Impressão Ofsete, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **segundo turno** de trabalho, no período de 04/06/01 a 30/11/01, por motivo de licença médica do titular.

Senado Federal, 3 de setembro de 2001.

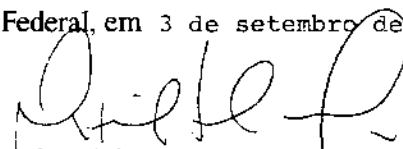

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1651 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012197/01-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RODRIGO OCTÁVIO FRANÇA DO AMARAL SOARES**, matrícula n.º 30085, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Edison Lobão.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001.



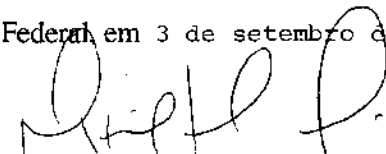
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1652 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 12204/01-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **AFRA PATRÍCIA CORREIA DE OLIVEIRA LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Juvêncio da Fonseca.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001.



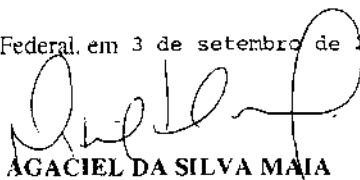
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1653 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012178/01-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MIRIAM MORAIS SALDANHA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Bezerra.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001.



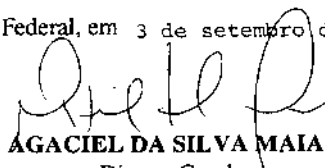
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1654 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012.102/01-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LARSON LEITZKE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Osmar Dias.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001.



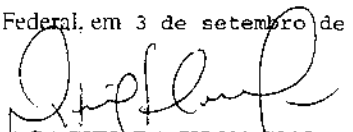
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1655, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012262/01-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ZOROASTRO JOSÉ DE SOUZA NETO**, matrícula n.º 31864, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001.



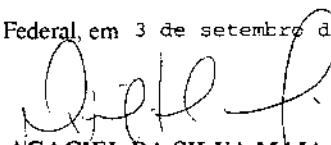
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1656, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012107/01-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GIOVANNI LUIZ MARQUES DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Agripino.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001.



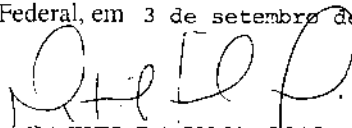
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1657, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012261/01-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ORLANDO RODRIGUES DA CUNHA NETO**, matrícula n.º 31791, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001.

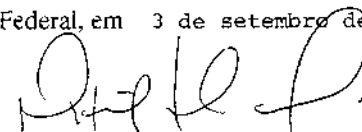

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1658, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012259/01-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **TEREZINHA DE SOUZA CAVALCANTE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1659 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010075/01-1**

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1329, publicado no Boletim Administrativo de PESSOAL do Senado Federal n.º 2363, de 11/07/2001, que nomeou **SILVIA MONTEIRO E SILVA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Tião Viana, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral